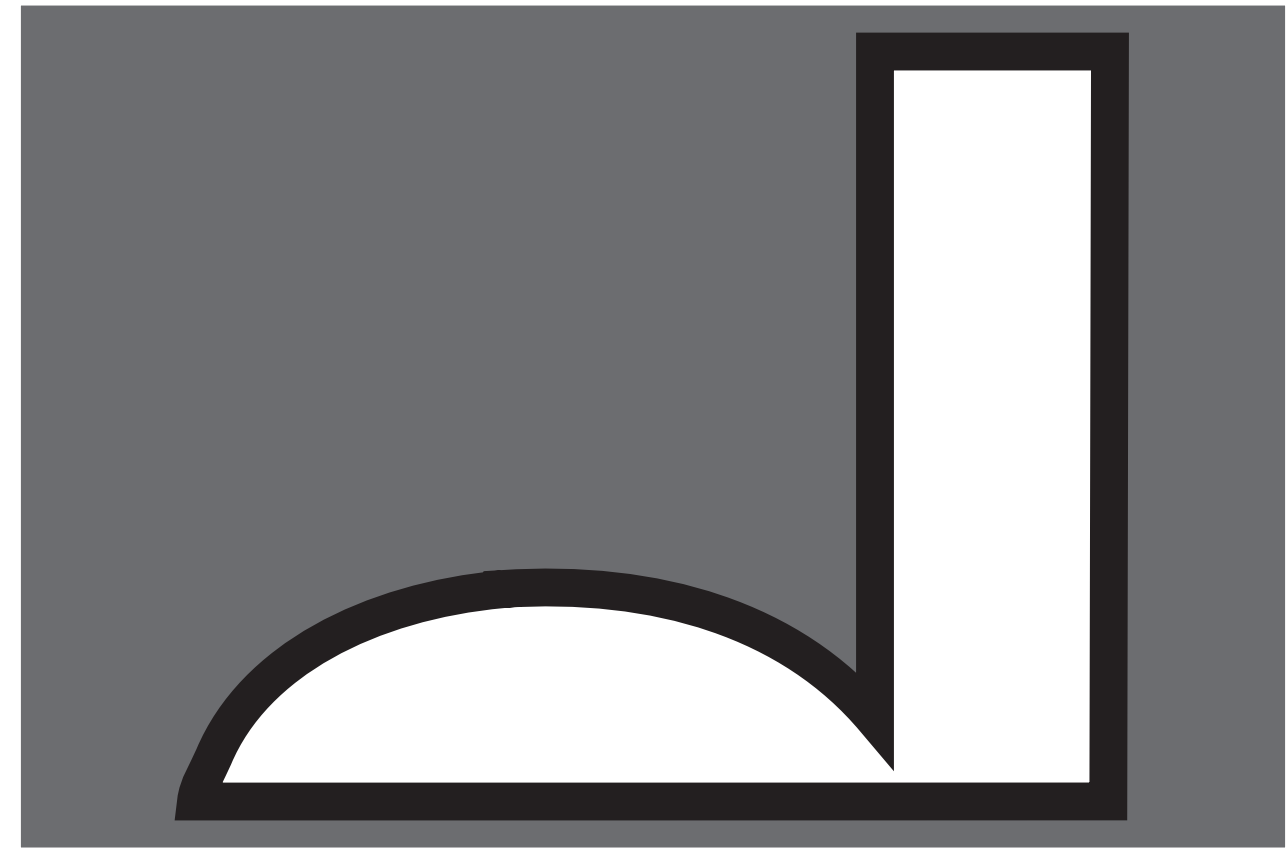
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 53ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art. 269, II do RISF)
(período de 1º a 30 de abril de 2010)
e
Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

ANO LXV - SUP. AO Nº 62 - TERÇA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2ª VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO
Mão Santa - (PSC-PI)
4ª SECRETÁRIA
Patrícia Saboya - (PDT-CE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA

Maioria
(PMDB/PP) - 19

Líder
Renan Calheiros - PMDB

Vice-Líderes
Valdir Raupp (6)
Paulo Duque
Francisco Dornelles
Gerson Camata
Geraldo Mesquita Júnior
.....

Líder do PMDB - 18
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Vago (10)
Almeida Lima
Valter Pereira
Leomar Quintanilha (4,5,7,9)
Neuto De Conto

Líder do PP - 1
Francisco Dornelles

Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18

Líder
Aloizio Mercadante - PT

Vice-Líderes
João Ribeiro
Renato Casagrande
Inácio Arruda
Marcelo Crivella
.....

Líder do PT - 9
Aloizio Mercadante

Vice-Líderes do PT
Eduardo Suplicy
Fátima Cleide
Flávio Arns (3)

Líder do PR - 4
João Ribeiro

Líder do PSB - 2
Antonio Carlos Valadares

Líder do PRB - 2
Marcelo Crivella

Líder do PC DO B - 1
Inácio Arruda

Bloco Parlamentar da Minoria
(DEM/PSDB) - 28

Líder
Raimundo Colombo - DEM (1)

Vice-Líderes
Alvaro Dias
Kátia Abreu
Flexa Ribeiro
Gilberto Goellner
João Tenório
Rosalba Ciarlini
Lúcia Vânia
Adelmir Santana
.....

Líder do DEM - 14
José Agripino

Vice-Líderes do DEM
Jayme Campos (2,8)
Antonio Carlos Júnior
Rosalba Ciarlini
Efraim Morais

Líder do PSDB - 14
Arthur Virgílio

Vice-Líderes do PSDB
Alvaro Dias
Lúcia Vânia
Cícero Lucena
Papaléo Paes

PTB - 7

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
Sérgio Zambiasi
Romeu Tuma

PDT - 6

Líder
Osmar Dias - PDT

PSOL - 1

Líder
José Nery - PSOL

PV - 1

Líder
Marina Silva - PV

PSC - 1

Líder
Mão Santa - PSC

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares
Gim Argello
Romeu Tuma

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
9. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, a partir de 01.04.2010.
10. Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 30 de abril de 2010)

Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal 6

Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional 39

Secretaria de Comissões 40

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 4ª Reunião, realizada em 3 de março de 2010 147

Ata da 5ª Reunião, realizada em 10 de março de 2010 156

Ata da 6ª Reunião, realizada em 17 e 18 de março de 2010 187

Ata da 7ª Reunião, realizada em 24 de março de 2010 239

Ata da 8ª Reunião, realizada em 31 de março de 2010 268

1.2.2 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 11ª Reunião, realizada em 30 de março de 2010 282

Ata da 12ª Reunião, realizada em 6 de abril de 2010 289

Ata da 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de abril de 2010 304

Ata da 14ª Reunião, realizada em 13 de abril de 2010 333

Ata da 15ª Reunião Extraordinária, realizada em 20 de abril de 2010 351

1.2.3 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 9ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de março de 2010 372

Ata da 10ª Reunião Extraordinária, conjunta com a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizada em 30 de março de 2010 391

Ata da 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2010 432

Ata da 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de abril de 2010 465

Ata da 13ª Reunião Extraordinária, conjunta com a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; a 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; a 11ª Reunião Extraordinária Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e a 10ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 8 de abril de 2010 480

Ata da 14ª Reunião Extraordinária, realizada em 13 de abril de 2010 520

Ata da 15ª Reunião, realizada em 13 de abril de 2010 551

Ata da 16ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de abril de 2010 556

1.2.4 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 11ª Reunião Extraordinária, conjunta com a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, realizada em 30 de março de 2010 571

Ata da 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 31 de março de 2010 613

Ata da 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de abril de 2010 649

Ata da 14ª Reunião Extraordinária, conjunta com a 13ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; a 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e a 10ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada no dia 8 de abril de 2010 ... 676

1.2.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 7ª Reunião, realizada dia 18 de março de 2010 716

Ata da 8ª Reunião, realizada dia 25 de março de 2010 742
Ata da 9ª Reunião Extraordinária, realizada dia 6 de abril de 2010 748
Ata da 10ª Reunião Extraordinária, realizada dia 7 de abril de 2010 798
Ata da 11ª Reunião Extraordinária, conjunta com a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; a 13ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle; a 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e a 10ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada dia 8 de abril de 2010 848
Ata da 12ª Reunião Extraordinária, conjunta com a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizada dia 14 de abril de 2010 888
Ata da 13ª Reunião, realizada dia 15 de abril de 2010 907

1.2.6 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de março de 2010 922
Ata da 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de março de 2010 960
Ata da 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de abril de 2010 986
Ata da 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2010 1008
Ata da 14ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de abril de 2010 1032
Ata da 15ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de abril de 2010 1049
Ata da 16ª Reunião Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2010 1076

1.2.7 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de março de 2010 1105
Ata da 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de abril de 2010 1116

1.2.8 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de março de 2010 1118
Ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2010 1120
Ata da 9ª Reunião conjunta com a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; a 13ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e a 10ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 8 de abril de 2010 1149
Ata da 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13 de abril de 2010 1189

1.2.9 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 9ª Reunião Extraordinária, realizada em 31 de março de 2010 1206
Ata da 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de abril de 2010 1229
Ata da 11ª Reunião Extraordinária, conjunta com a 10ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; a 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizada em 8 de abril de 2010 1256
Ata da 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2010 1296

SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura - 2010

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Abril/2010

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 30/04/2010

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Ordinária	10
Especial	2
Não Deliberativa	9
Total	**21**

Quadro Geral de Matérias

01 a 30/04/2010

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, §1º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Total
PLC	0	5	0	0	0	**5**
PLS	0	23	2	4	0	**29**
ECD	0	0	0	0	1	**1**
PDS	0	55	0	0	0	**55**
PRS	6	0	0	0	0	**6**
MSF	5	-	-	-	-	**5**
OFS	1	-	-	-	-	**1**
Total	12	83	2	4	1	**102**

Quadro de Requerimentos
01 a 30/04/2010

Natureza	Total
Alteração de despacho	2
Audiência de determinada comissão na tramitação de alguma matéria	1
Criação ou alteração de comissão temporária	1
Desapensamento de matérias	3
Inclusão em Coleções do Senado Federal	1
Informações (CF, art. 50, § 2º; RISF, art. 216)	23
Missão (em representação do Senado Federal -RISF, art. 40 e 41)	6
Pesar, congratulações e assemelhados	66
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	4
Retirada de matéria	1
Tramitação conjunta	5
Total Geral	**114**

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
01 a 30/04/2010

	PRES REP	SF	CD	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	2	-	3	5
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	25	-	25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	-	1	54	55
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	6	-	6
Total	2	32	57	**91**

Quadro de Requerimentos de Licença
01 a 30/04/2010

Fundamentação – RISF	Total
Art. 13	82
Art. 40 sem ônus	01
Art. 43, I	17
Art. 43, II	09
Total Geral	**109**

Sessões plenárias do Senado Federal
02/02 a 30/04/2010

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	1
Deliberativa Ordinária	33
Especial	4
Não Deliberativa	25
Total	**63**

Quadro Geral de Matérias

02/02 a 30/04/2010

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, §1º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Total
PLC	1	14	1	0	2	0	0	**18**
PLS	0	47	3	9	1	1	5	**66**
ECD	0	0	0	0	1	0	0	**1**
PDS	19	179	0	0	0	0	0	**198**
PRS	12	1	0	0	0	0	0	**13**
MSF	11	-	-	-	-	0	0	**11**
OFS	1	-	-	-	-	0	0	**1**
Total	44	241	4	9	4	1	5	**308**

Quadro Geral de Medidas Provisórias

02/02 a 30/04/2010

	Aprovada na íntegra	Perda da vigência, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Total
MEDIDA PROVISÓRIA	2	1	**3**

Quadro de Requerimentos
02/02 a 30/04/2010

Natureza	Total
Alteração de despacho	2
Audiência de determinada comissão na tramitação de alguma matéria	31
Auditoria (CF, art. 71, incisos IV e VII)	1
Criação ou alteração de comissão temporária	2
Desapensamento de matérias	10
Inclusão em Coleções do Senado Federal	1
Informações (CF, art. 50, § 2º; RISF, art. 216)	25
Missão (em representação do Senado Federal -RISF, art. 40 e 41)	20
Pesar, congratulações e assemelhados	205
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	2
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	24
Retirada de matéria	11
Sobrestamento	1
Tramitação conjunta	29
Voto de aplauso ou semelhante (RISF, art. 222)	1
Voto de censura (RISF, art. 223)	1
Total Geral	**366**

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
02/02 a 30/04/2010

	PRES REP	SF	CD	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	3	-	12	15
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	51	-	51
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	4	1	193	198
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	13	-	13
Total	7	65	205	**277**

Quadro de Requerimentos de Licença
02/02 a 30/04/2010

Fundamentação – RISF	Total
Art. 13	297
Art. 40 sem ônus	03
Art. 43, I	31
Art. 43, II	34
Total Geral	**365**

Matérias apreciadas pelo Senado Federal
01 a 30/04/2010

MATÉRIA: PROJETO DE LEI DA CÂMARA. Total: 5

À sanção. Total: 5

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 5

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 00329	2009	Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, destinados ao Ministério da Justiça.	Presidente da República	05/04/2010
PLC 00295	2009	Autoriza o Poder Executivo a doar área para a instalação da Embaixada da Delegação Especial Palestina e dá outras providências.	Presidente da República	06/04/2010
PLC 00197	2009	Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências.	José Eduardo Cardozo	07/04/2010
PLC 00194	2009	Altera dispositivos da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, dispondo sobre fixação do valor das anuidades, taxas e emolumentos devidos pelos profissionais da categoria e pelas pessoas naturais e jurídicas aos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais em que estão registrados.	Paulo Henrique Lustosa	19/04/2010
PLC 00148	2009	Confere ao Município de Ipê, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional da Agricultura Ecológica.	Pepe Vargas	27/04/2010

MATÉRIA: PROJETO DE LEI DO SENADO. Total: 31

À Câmara dos Deputados. Total: 25

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 25

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 00222	2006	Dispõe sobre prazo de filiação partidária e de domicílio eleitoral previstos nas Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997 e 9.096, de 19 de setembro de 1995.	Arthur Virgílio	05/04/2010
PLS 00200	2008	Acrescenta o art. 2º-D à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a ampliação do prazo de concessão do benefício do seguro-desemprego para os trabalhadores desempregados residentes em Municípios atingidos pelas ações de combate ao desmatamento da Amazônia e dá outras providências.	Flexa Ribeiro	05/04/2010
PLS 00437	2008	Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que "dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não", para permitir o parcelamento do pagamento do DPVAT.	Renato Casagrande	05/04/2010
PLS 00386	2009	Acrescenta parágrafo ao art. 1.525 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para autorizar o requerimento de habilitação para o casamento por meio eletrônico.	Aloizio Mercadante	05/04/2010
PLS 00418	2009	Acrescenta § 3º ao art. 1.565 e parágrafo único ao art. 1.725 do Código Civil para autorizar ao cartório que registrar o casamento ou lavrar a escritura de união estável, a remessa a outros órgãos de comunicação da alteração de nomes e o regime de bens a outros órgãos.	Garibaldi Alves Filho	05/04/2010
PLS 00048	2008	Dispõe sobre a interrupção do estágio da estudante grávida.	Expedito Júnior	07/04/2010

MATÉRIA: PROJETO DE LEI DO SENADO. Total: 31

À Câmara dos Deputados. Total: 25

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 25

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 00373	2009	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para definir procedimentos de gestão cooperativa do Sistema Único de Saúde pelos entes federados.	Tião Viana	07/04/2010
PLS 00302	2007	Isenta o aposentado maior de 60 anos por invalidez de exame médico-pericial.	Paulo Paim	12/04/2010
PLS 00276	2008	Altera a redação do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, que dispõe sobre a incidência de imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências, para reduzir a zero a alíquota do imposto de renda na fonte sobre o pagamento de juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento da produção de mercadorias agropecuárias de exportação.	Gilberto Goellner	12/04/2010
PLS 00117	2009	Permite que o trabalhador desempregado saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS-PASEP.	Paulo Paim	12/04/2010
PLS 00159	2009	Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre multa por infração à legislação do trabalho doméstico, e dá outras providências.	Serys Slhessarenko	12/04/2010
PLS 00178	2009	Altera os arts. 3º, 14 e 67 e acresce o art. 67-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), para fortalecer a cultura da paz nas escolas e nas comunidades adjacentes.	Paulo Paim	12/04/2010
PLS 00533	2009	Acrescenta parágrafo ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho para considerar que a notificação de gravidez interrompe o decurso do prazo de aviso prévio já concedido ou indenizado.	Marcelo Crivella	12/04/2010
PLS 00187	2004	Altera o inciso VI do art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, a fim de alterar o limite de idade para fins de isenção do imposto de renda.	César Borges	14/04/2010
PLS 00448	2009	Altera dispositivo da Lei n° 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para dispor sobre características dos veículos do transporte regular de passageiros.	Garibaldi Alves Filho	14/04/2010
PLS 00095	2007	Altera o art. 1.124-A da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para acrescentar a conversão consensual da separação em divórcio por via administrativa.	Antonio Carlos Valadares	27/04/2010
PLS 00644	2007	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Nordeste de Goiás (UFNEG), com sede no Município de Formosa, no Estado de Goiás.	Marconi Perillo	27/04/2010
PLS 00178	2008	Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para regular a interrupção da prestação de serviço público por inadimplência e inscrição de usuário inadimplente em cadastro público de devedores.	Antonio Carlos Valadares	27/04/2010
PLS 00169	2009	Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal da Paraíba no Município de Santa Luzia.	Efraim Morais	27/04/2010
PLS 00171	2009	Altera o art. 195 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para agravar a pena e prever a aplicação privilegiada da pena de prestação pecuniária, em caso de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.	Valdir Raupp	27/04/2010
PLS 00240	2009	Autoriza o Poder Executivo a criar campi do Instituto Federal da Paraíba, nos Municípios de Boqueirão e Itaporanga.	Efraim Morais	27/04/2010
PLS 00288	2009	Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará no Município de Pacajus.	Inácio Arruda	27/04/2010

MATÉRIA: PROJETO DE LEI DO SENADO. Total: 31

À Câmara dos Deputados. Total: 25

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 25

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 00334	2009	Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Santa Rita.	Cícero Lucena	27/04/2010
PLS 00370	2009	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Centro-Norte Maranhense, com sede no Município de Santa Inês, Estado do Maranhão.	Lobão Filho	27/04/2010
PLS 00437	2009	Inclui o nome do cidadão Pedro Aleixo na galeria dos que foram ungidos pela Nação brasileira para a Suprema Magistratura.	Eduardo Azeredo	27/04/2010

Ao arquivo. Total: 6

Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, §1º do RISF). Total: 2

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 00342	2009	Altera a redação de dispositivo da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960 (Lei de Pensão Militar), relativo à filiação, e dá outras providências.	Expedito Júnior	05/04/2010
PLS 00384	2009	Estabelece a obrigatoriedade para as prefeituras municipais de procederem à coleta seletiva de lixo e de materiais recicláveis.	Leomar Quintanilha	29/04/2010

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF). Total: 4

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 00147	2003	Obriga as companhias de transporte aéreo, ferroviário e rodoviário de passageiros a disponibilizar máscaras cirúrgicas descartáveis a seus passageiros.	Sérgio Zambiasi	07/04/2010
PLS 00056	2007	Altera o art. 143, da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências.	Alvaro Dias	07/04/2010
PLS 00161	2005	Altera o art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento.	José Jorge	12/04/2010
PLS 00432	2003	Dispõe sobre a obrigatoriedade da adição de micronutrientes ao leite distribuído em programas institucionais dos governos federal, estaduais e municipais.	Fernando Bezerra	19/04/2010

MATÉRIA: EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO. Total: 1

Ao arquivo. Total: 1

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
ECD 00023	2002	Institui o Dia Nacional de Combate ao Dengue.	Câmara dos Deputados	29/04/2010

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 55

À promulgação. Total: 55

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 55

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 00359	2009	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM SERTANEJA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto da Folha, Estado de Sergipe.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00374	2009	Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ESTRELA DALVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranapanema, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00737	2009	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV STÚDIOS DE BRASÍLIA S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00810	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CEDRO/PERNAMBUCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00899	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA "FELIZ CIDADE" EMISSORA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatinga, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00902	2009	Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA HARAGON DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00905	2009	Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA HARAGON DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pompéia, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00916	2009	Aprova o ato que outorga permissão à EDCOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cananéia, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 55

À promulgação. Total: 55

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 55

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 00944	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DIFUSÃO CULTURAL DE PEROLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Perolândia, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00961	2009	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TV PORTOVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00964	2009	Aprova o ato que outorga permissão à SOBRAL & MAYRINK LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rancharia, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00965	2009	Aprova o ato que outorga concessão à CONTINENTAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00980	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E ARTÍSTICA DE CAMPO LARGO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00985	2009	Aprova o ato que outorga permissão à PRISMA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cidreira, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00996	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE LUÍS DOMINGUES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luís Domingues, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00997	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA DE MAFRA SANTA CATARINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00999	2009	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 01000	2009	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ANHANGUERA DE MORRO AGUDO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 01004	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE SÃO BENEDITO DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Benedito do Sul, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 01005	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BACURIENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bacuri, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 55

À promulgação. Total: 55

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 55

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 01007	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE BONITO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito, Estado do Pará.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 01008	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIO ZUTIL DO ARAME para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arame, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 01010	2009	Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA ARIZONA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lago da Pedra, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 01028	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E MEIO AMBIENTE DO PLANALTO "ZÉ GOMES", BREJO, ESTADO DO MARANHÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 01032	2009	Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO RAIMUNDO FRÓES PEIXOTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00007	2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO LIVRE COMUNITÁRIA STÚDIO 100 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00039	2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GLOBO ELDORADO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00040	2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00041	2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO CULTURA S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00042	2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO GUAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00043	2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO MARIA NATIVIDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Escada, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	15/04/2010
PDS 00643	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOVIMENTO DE BORRAZÓPOLIS - ACDB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borrazópolis, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 55

À promulgação. Total: 55

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 55

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 00727	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL ELIZA OLINDA (ACCEO) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Amaro das Brotas, Estado de Sergipe.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 00780	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA ANTONINENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 00782	2009	Aprova o ato que outorga autorização à FM CATANDUVAS - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIO FM CATANDUVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catanduvas, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 00882	2009	Aprova o ato que outorga permissão à IBICUITINGA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibicuitinga, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 00952	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Choró, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 00955	2009	Aprova o ato que outorga permissão à SOM DA ILHA COMÉRCIO E PRODUÇÕES LTDA - ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 00967	2009	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TUPÃ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tupã, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 00968	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE FELIZ NATAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 00970	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA ITATIAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 00983	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO BEM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sabinópolis, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 00986	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA SUMAÚMA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribamar Fiquene, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 01006	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DA CHUVISCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chuvisca, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 55

À promulgação. Total: 55

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 55

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 01011	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA VILA MARUDANÓPOLIS - ASCOVIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marapanim, Estado do Pará.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 01016	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL, ARTÍSTICO, RECREATIVO E ESPORTIVO DE CANELINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canelinha, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 01026	2009	Aprova o ato que outorga autorização à UNIÃO DOS MORADORES E DO COMÉRCIO DE PARAISÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 00001	2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JORNAL FLUMINENSE DE CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 00076	2010	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM MANIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 00090	2010	Aprova o ato que outorga permissão à JR RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Água Branca, Estado de Alagoas.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 00141	2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DO BAIRRO DO RIACHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreirinhas, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 00159	2010	Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA ARIZONA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Acará, Estado do Pará.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 00164	2010	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV SHAPPO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Major Isidoro, Estado de Alagoas.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 00173	2010	Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010
PDS 00189	2010	Aprova o ato que outorga permissão à BEIJA-FLOR RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curionópolis, Estado do Pará.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	29/04/2010

MATÉRIA: PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO. Total: 6

À promulgação. Total: 6

Aprovada pelo Plenário. Total: 6

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 00011	2010	Altera a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, e dá outras providências.	Eduardo Azeredo	07/04/2010
PRS 00024	2008	Revoga os §§ 7º e 8º do art. 2º da Resolução do Senado nº 98, de 1998. (Que tratam da assunção da obrigação de pagamento por parte da União, mediante retenção do FPE, de débito do Estado do Paraná).	Osmar Dias	28/04/2010
PRS 00012	2010	Altera dispositivos da resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, no intuito de aprimorar procedimentos da instrução de operações de crédito.	Romero Jucá	28/04/2010
PRS 00013	2010	Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de US$ 19,759,050,00 (dezenove milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento parcial do "Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro - Profaz".	Comissão de Assuntos Econômicos	28/04/2010
PRS 00014	2010	Autoriza o Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com garantia da União, no valor de até US$ 15,000,000.00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento parcial do "Programa de Apoio à Modernização e à Transparência da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - Profisco-PE".	Comissão de Assuntos Econômicos	28/04/2010
PRS 00016	2010	Autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 137,000,000.00 (cento e trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	28/04/2010

MATÉRIA: MENSAGEM (SF). Total: 5

Aprovada pelo Plenário. Total: 5

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 00267	2009	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PAULO RODRIGUES VIEIRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA, na vaga do Senhor Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior.	Presidente da República	14/04/2010
MSF 00089	2010	Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, o nome do Senhor ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Flávio Flores da Cunha Bierrenbach.	Presidente da República	14/04/2010
MSF 00091	2010	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.	Presidente da República	14/04/2010
MSF 00064	2010	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e do art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Estado de Israel.	Presidente da República	28/04/2010
MSF 00090	2010	Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição Federal, o nome do Doutor RAUL ARAÚJO FILHO, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para compor o Superior Tribunal de Justiça no cargo de Ministro, em vaga reservada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Paulo Benjamin Fragoso Gallotti.	Presidente da República	28/04/2010

MATÉRIA: OFICIO (SF). Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
OFS 00007	2010	Comunica ao Senado Federal que, em sessão realizada dia 10 de março de 2010, o Plenário da Câmara dos Deputados elegeu o Senhor MARCELO ROSSI NOBRE para compor o Conselho Nacional de Justiça.	Câmara dos Deputados	28/04/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 114

Deferida pela Mesa. Total: 8

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00301	2010	Desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 2007, do rol de propostas de emenda à Constituição com as quais tramita conjuntamente.	César Borges	07/04/2010
RQS 00302	2010	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2005 com o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2005.	Romeu Tuma	07/04/2010
RQS 00309	2010	Desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2003 - Complementar e do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2009 - Complementar.	Gilberto Goellner	28/04/2010
RQS 00327	2010	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 172, de 2007, e 71, de 2009	Marina Silva	28/04/2010
RQS 00329	2010	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 43, de 2009 e 186, de 2006	Gerson Camata	28/04/2010
RQS 00341	2010	Tramitação Conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2010, com os Projetos de Lei do Senado nºs 207, 220 e 238, de 2009.	Tasso Jereissati	28/04/2010
RQS 00345	2010	Desapensamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 94, de 2006, e 63 de 2007, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 545, 582, 595, 665, 681, de 1999; 28, 29, 44, 219, 255, de 2003; 4, de 2004; 163, de 2005; 74, 103, 179, de 2006; 199, 221, 284, 289, de 2007; e 225, de 2008.	João Ribeiro	28/04/2010
RQS 00346	2010	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 166, 412 e 488, de 2009.	Pedro Simon	28/04/2010

Aprovada pela Mesa. Total: 24

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 01230	2009	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra-Chefe da Casa Civil sobre os trabalhadores encontrados em regime análogo à escravidão em obra que integra o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) no interior de Goiás.	Marconi Perillo	19/04/2010
RQS 01258	2009	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, ao MINISTRO DA PESCA E AQUICULTURA o encaminhamento de cópia do processo em que o Tribunal de Contas da União determinou a suspensão cautelar de licitação no valor de 94 milhões de reais para contratação de empresa de eventos pela, então, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), vencida pela empresa DIALOG SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA.	Raimundo Colombo	19/04/2010
RQS 01315	2009	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Educação sobre o Programa Brasil Alfabetizado e os índices de analfabetismo no país.	Marconi Perillo	19/04/2010
RQS 01477	2009	Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre o programa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de construção de moradias e apoio à produção de trabalhadores rurais e ribeirinhos, no Estado do Pará.	Flexa Ribeiro	19/04/2010
RQS 01502	2009	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre a cota de patrocínio destinada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para apoio ao prêmio "Chatham House 2009".	Arthur Virgílio	19/04/2010
RQS 01503	2009	Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a cota de patrocínio destinada pela Petrobras para apoio ao prêmio Chatham House 2009.	Arthur Virgílio	19/04/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 114

Aprovada pela Mesa. Total: 24

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 01504	2009	Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre as viagens em que a mesma acompanhou o presidente Lula, bem como sobre os eventos em que a ministra participou, com a presença do presidente Lula, no período de junho de 2005 até a presente data.	Arthur Virgílio	19/04/2010
RQS 01506	2009	Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre a cota de patrocínio destinada pelo Banco do Brasil para apoio ao prêmio Chatham House 2009.	Arthur Virgílio	19/04/2010
RQS 01545	2009	Requer, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 215, I, a; 216, I; e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre uso de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES destinados ao financiamento, socorro e participação acionária em empresas.	Antonio Carlos Júnior	19/04/2010
RQS 01597	2009	Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Defesa Nelson Jobim, atinentes às razões que impedem a reabertura do Aeroporto de Caravelas, Bahia, que se encontra sob a responsabilidade do Governo Federal.	João Durval	19/04/2010
RQS 01598	2009	Requer, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215, I, "a", e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Justiça informações a respeito das invasões de propriedades rurais ocorridas no município de Tamarana e da demarcação de terras indígenas nos municípios de Umuarama e Ivaté, no Estado do Paraná.	Osmar Dias	19/04/2010
RQS 01606	2009	Requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 50 da Constituição Federal, informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior relativas aos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ao Governo do Estado de Roraima.	Mozarildo Cavalcanti	19/04/2010
RQS 01607	2009	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, "a", e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações sobre os financiamentos do BNDES, a partir do ano de 2007, destinados ao Governo do Pará e às suas empresas públicas, contendo a relação das contratações e liberações, e os saldos remanescentes dos anos anteriores.	Flexa Ribeiro	19/04/2010
RQS 01632	2009	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215, inciso I, alínea "a" e 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre as providências adotadas referentes aos problemas do setor aéreo brasileiro.	Marconi Perillo	19/04/2010
RQS 01667	2009	Requerem, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, informações ao Ministro do Meio Ambiente acerca do processo relativo à criação do Parque Nacional do Lavrado, em Roraima.	Mozarildo Cavalcanti	19/04/2010
RQS 00004	2010	Requer, nos termos do § 1º do art. 1º e do art. 2º da Resolução 84, de 1996, do Senado Federal, seja incluído o nome do Senador TANCREDO DE ALMEIDA NEVES na coleção intitulada "Grandes Vultos que Honraram o Senado".	José Sarney	19/04/2010
RQS 00039	2010	Requerem, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, informações ao Ministro da Justiça sobre a condição atual das pessoas removidas da Reserva Indígena Raposa - Serra do Sol quanto a indenização, valores, reassentamento.	Mozarildo Cavalcanti	19/04/2010
RQS 00040	2010	Requerem, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre a situação atual das famílias retiradas da Terra Indígena Raposa - Serra do Sol, no Estado de Roraima.	Mozarildo Cavalcanti	19/04/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 114

Aprovada pela Mesa. Total: 24

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00045	2010	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Minas e Energia que determine à Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS o encaminhamento de cópia dos Relatórios das Atividades de Auditoria Interna remetidos ao Conselho de Administração a cada trimestre, entre 2003 e 2009.	Raimundo Colombo	19/04/2010
RQS 00057	2010	Requer, nos termos dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Ministro de Estado da Saúde pedido de informações acerca das soluções para atender a população indígena e reverter o grave estado de saúde na área do Vale do Javari que caminha para um surto de epedemia de hepatite.	Jefferson Praia	19/04/2010
RQS 00068	2010	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Estado da Justiça, informações sobre a atuação da ONG "Hutukara Associação Yanomami - HAY" e de outras Organizações Não-Governamentais que têm seu campo de ação entre os índios Yanomamis, informando também se a referida ONG tem, direta ou indiretamente, interferência indevida na invasão na Reserva Indígena Yanomami pelos garimpeiros.	Mozarildo Cavalcanti	19/04/2010
RQS 00082	2010	Requer nos termos do art. 49, X, e do art. 50,§ 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro dos Transportes, sobre a Política dos Transportes para o desenvovimento da navegação hidrovia Paraguai-Paraná e se o governo federal conta com algum programa destinado a incentivar a participação de empresas brasileiras de navegação na referida hidrovia.	Marisa Serrano	19/04/2010
RQS 00169	2010	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nos Projetos de Lei do Senado nºs 330, de 2004, e 67, de 2005, com vista a instrução das matérias.	Romero Jucá	19/04/2010
RQS 00205	2010	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o presente requerimento encaminhado ao Ministro da Previdência Social para que determine à Superintendência Nacional de Previdência Complementar que encaminhe cópia dos relatórios de fiscalização no fundo de pensão da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) elaborados entre 2003 e 2009.	Raimundo Colombo	19/04/2010

Aprovada pelo Plenário. Total: 10

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00308	2010	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, na conferência "Basic Income at a Time of Economic Upheaval: A Path to Justice and Stability?", na Universidade de Montreal, Canadá.	Eduardo Suplicy	07/04/2010
RQS 00318	2010	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar de reunião com Embaixadores Representantes Permanentes dos Países Membros do MERCOSUL, com o objetivo de consolidar a posição do Bloco a ser apresentada durante o I Fórum de Biodiversidade das Américas, na cidade de Montevidéu - Uruguai, no dia 12 de abril de 2010. Informa que estará ausente do País no período de 11 a 13 de abril de 2010, para participar do referido evento.	Geraldo Mesquita Júnior	07/04/2010
RQS 00354	2010	Requerem, nos termos do art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no horário do Expediente, às 14 horas do dia 15 de abril de 2010, destinada a homenagear Francisco Cândido Xavier - CHICO XAVIER	Marconi Perillo	13/04/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 114

Aprovada pelo Plenário. Total: 10

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00373	2010	Requer, nos termos do art. 67 do Regimento Interno do Senado Federal, a indicação do Senador Paulo Paim para representar a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal em evento a ser realizado na cidade de Porto Alegre - RS, no dia 20 de abril de 2010, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, com a finalidade de apurar a situação de violência contra os movimentos sociais, do direito de greve e do interdito proibitório verificado no Estado.	Paulo Paim	14/04/2010
RQS 00369	2010	Requerem, com fundamento no art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Período do Expediente da Sessão Ordinária do dia 05 de maio de 2010 seja destinado a comemorar os dez anos da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal.	Tasso Jereissati	15/04/2010
RQS 00374	2010	Requerem, nos termos regimentais, que a Hora do Expediente do dia 27 de maio de 2010 seja destinada à comemoração do dia do Contabilista.	João Vicente Claudino	20/04/2010
RQS 00395	2010	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar do 1º Encontro entre as Comunidades Migrantes Latino-Americanas na Itália e Parlamentares da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, a realizar-se na cidade de Roma, Itália, entre os dias 23 e 26 de maio de 2010; informando ainda, que estará ausente do País no período de 22 a 27 de maio de 2010.	Geraldo Mesquita Júnior	28/04/2010
RQS 00419	2010	Em aditamento ao Requerimento nº 395 de 2010, comunicando a ausência do Senador Geraldo Mesquita Júnior do País no período de 21 a 28 de maio do corrente ano para participar do referido evento.	Geraldo Mesquita Júnior	28/04/2010
RQS 00114	2010	Requerem, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Período do Expediente da Sessão do Senado Federal do dia 20 de Agosto de 2010, seja destinada a homenagear a Maçonaria Brasileira, pelo transcurso do dia do MAÇOM.	Mozarildo Cavalcanti	29/04/2010
RQS 00391	2010	Requer, nos termos do art. 74, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Externa, composta por três membros, destinada a representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	29/04/2010

Deferida pela Presidência (art. 41 do RISF). Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00392	2010	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar de reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, a realizar-se na cidade de Montevidéu, Uruguai, no dia 26 de abril de 2010, e informa que estará ausente do País no período de 25 a 27 de abril de 2010 para participar do referido evento.	Geraldo Mesquita Júnior	23/04/2010

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II do RISF e art. 256, §2, inc. I). Total: 3

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00420	2010	Requer, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 335 de 2010.	Valdir Raupp	28/04/2010
RQS 00434	2010	Requer, nos termos regimentais, a alteração do despacho do PLC nº 9 de 2010, para que tenha caráter terminativo e tramitação simultânea no âmbito das comissões técnicas para as quais foi inicialmente despachado.	Romero Jucá	29/04/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 114

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II do RISF e art. 256, §2, inc. I). Total: 3

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00435	2010	Requer, nos termos regimentais, a alteração do despacho do PLC nº 82 de 2009, para que tenha caráter terminativo e tramitação simultânea no âmbito das comissões técnicas para as quais foi inicialmente despachado.	Romero Jucá	29/04/2010

Encaminhada pela Presidência. Total: 62

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00312	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do Capitão da Aeronáutica ANDERSON AMARO FERNANDES, ocorrido no dia 02 de abril de 2010, durante a demonstração da "Esquadrilha da Fumaça", em Lages - SC.	Arthur Virgílio	06/04/2010
RQS 00313	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à atleta JÉSSICA NATÁLIA SOUZA SANTOS, pela conquista da Medalha de Prata na primeira etapa do Campeonato Brasileiro de Triathlon de Longa Distância, realizada em Fortaleza - CE, no dia 22 de março de 2010.	Arthur Virgílio	06/04/2010
RQS 00314	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao povo de FONTE BOA - AM pelo transcurso do aniversário do município, no dia 31 de março de 2010.	Arthur Virgílio	06/04/2010
RQS 00315	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao povo de RIO PRETO DA EVA - AM pelo transcurso do aniversário do município, no dia 31 de março de 2010.	Arthur Virgílio	06/04/2010
RQS 00316	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao povo de CODAJÁS - AM pelo transcurso do aniversário do município, no dia 31 de março de 2010.	Arthur Virgílio	06/04/2010
RQS 00320	2010	Requer, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar, apresentação de condolências aos seus familiares e à Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata pelo falecimento de ALOÍSIO CORREA DE ARAÚJO, ocorrido dia 07 de abril de 2010, na cidade do Recife estado de Pernambuco.	Marco Maciel	07/04/2010
RQS 00321	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao jornalista e filósofo FABIANO SABINO DE LANA pelo lançamento de seu livro "Riobaldo Agarra sua Morte".	Arthur Virgílio	07/04/2010
RQS 00322	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao jornalista PAULO RICARDO OLIVEIRA, que passa a assinar a nova coluna Craque na Luta no jornal "A Crítica", de Manaus.	Arthur Virgílio	07/04/2010
RQS 00323	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à fotógrafa RUTH JUCÁ, pelo lançamento de sua nova exposição "ANAUÊ", com 15 imagens artísticas de crianças amazônidas, ribeirinhas e caboclas, no Palácio da Justiça, em Manaus-AM, no dia 08 de abril de 2010.	Arthur Virgílio	07/04/2010
RQS 00324	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao Diretor Sérgio Andrade e aos atores do filme "CACHOEIRA", a ser gravado no final de abril de 2010, como um dos 20 contemplados pelo edital de curta-metragem do Ministério da Cultura.	Arthur Virgílio	07/04/2010
RQS 00325	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal VOTO DE PESAR pela morte do tenente-coronel do Exército SÉRGIO CORREIA PORTELA, no dia 4 de abril de 2010, durante a prova de natação "Travessia dos Fortes", na praia de Copacabana-RJ.	Arthur Virgílio	07/04/2010
RQS 00330	2010	Requer, nos termos do art. 222, caput e parágrafos 1º a 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Legião da Boa Vontade pela passagem dos seus 60 anos de existência.	Jefferson Praia	07/04/2010
RQS 00331	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações ao Sr. Sérgio Bitar, que tomou posse, dia 18.03.10, como presidente da Associação Comercial do Pará (ACP) para o biênio 2010/2012.	Flexa Ribeiro	07/04/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 114

Encaminhada pela Presidência. Total: 62

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00332	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações D. Alberto Taveira Corrêa, que assumiu como novo Arcebispo Metropolitano de Belém no dia 25 de março de 2010.	Flexa Ribeiro	07/04/2010
RQS 00333	2010	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Capitão Aviador ANDERSON AMARO FERNANDES, morto em acidente aéreo ocorrido na cidade de Lages - SC, durante apresentação do Esquadrão de Demonstração Aérea da Força Aérea Brasileira.	Raimundo Colombo	07/04/2010
RQS 00336	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à Sra. JUDITH ALVES DE SOUZA, de Manaus, pelo transcurso, em 8 de abril de 2010, do seu 80º aniversário.	Arthur Virgílio	08/04/2010
RQS 00337	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao povo de JUTAÍ/AM, pelo transcurso do aniversário do Município, no dia 11 de abril de 2010.	Arthur Virgílio	08/04/2010
RQS 00338	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO de APLAUSO e ESTÍMULO ao General de Brigada PEDRO ANTONIO FIORAVANTE SILVESTRE NETO, que assume a 16ª Brigada de Infantaria de Selva, de Tefé/AM, dia 8 de abril de 2010.	Arthur Virgílio	08/04/2010
RQS 00339	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO de APLAUSO ao General de Brigada RACINE BEZERRA LIMA FILHO, e de RECONHECIMENTO pelos bons serviços prestados ao longo de sua missão à frente da 16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA, de Tefé/AM, ao ensejo da passagem de Comando dessa unidade ao General de Brigada Pedro Antonio Fioravante Silvestre Neto, dia 8 de abril de 2010.	Arthur Virgílio	08/04/2010
RQS 00340	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao POVO DE CURITIBA/PR. cidade escolhida para receber o prêmio Globe Award Sustainable City 2010, instituido pelo Globe Forum, entidade sueca que reúne empreendedores preocupados com a sustentabilidade global.	Arthur Virgílio	08/04/2010
RQS 00347	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à Professora de Literatura Brasileira CLEONICE BERARDINELLI, que aos 93 anos de idade, chega à Academia Brasileira de Letras, eleita por esmagadora maioria de votos.	Arthur Virgílio	09/04/2010
RQS 00348	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao pesquisador MICHAEL PEUSER, pela publicação, no Brasil, do livro "Os Capilares determinam nosso destino - Aloe, Imperatriz das Plantas Medicinais/Fonte de Vitalidade e Saúde".	Arthur Virgílio	12/04/2010
RQS 00349	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pela trágica morte do Presidente da Polônia, Sr. LECH KACZYNSK, vítima de acidente aéreo ocorrido no dia 10 de abril de 2010.	Arthur Virgílio	12/04/2010
RQS 00350	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento, no dia 11 de abril de 2010, do Sr. JOÃO CORRÊA DE OLIVEIRA, ex-Vereador, ex-Vice-Prefeito e ex-Prefeito de Benjamin Constant, no Amazonas.	Arthur Virgílio	12/04/2010
RQS 00351	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento, em Manaus, no dia 11 de abril de 2010, do poeta e artista plástico ANÍSIO MELLO, membro da Academia Amazonense de Letras.	Arthur Virgílio	12/04/2010
RQS 00352	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento, em Manaus, no dia 11 de abril de 2010, do comentarista esportivo ORLANDO REBELO.	Arthur Virgílio	12/04/2010
RQS 00353	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento, em Manaus, no dia 11 de abril de 2010, do Sr. Gerson Skrobot, pai da Dra. Flávia Grosso, Superintendente da Suframa, e do Sr. Paulo Vitor Skrobot.	Arthur Virgílio	12/04/2010
RQS 00355	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento ocorrido no dia 8 de abril de 2010, do cantor paranaense Ivo Rodrigues Júnior, vocalista da banda Blindagem.	Alvaro Dias	12/04/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 114

Encaminhada pela Presidência. Total: 62

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00359	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao Centro de Ensino Fundamental 802, no Recanto das Emas, à Secretaria de Educação do Distrito Federal e ao jornal Correio Braziliense pelo projeto "Superação Jovem", que incentiva a leitura de jornais e a discussão das matérias em sala de aula.	Marconi Perillo	14/04/2010
RQS 00361	2010	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do acadêmico amazonense Anísio Mello.	Jefferson Praia	14/04/2010
RQS 00362	2010	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR e apresentação de condolências à família pelo falecimento do comentarista Orlando Rebelo.	Jefferson Praia	14/04/2010
RQS 00363	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE SOLIDARIEDADE ao ator MARCELO NOVAES, agredido fisicamente pelo lutador Raphael Adnet Freire Guimarães.	Arthur Virgílio	14/04/2010
RQS 00367	2010	Requer, nos termos do art. 218, III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido dia 13 de abril de 2010, do Desembargador Nelson Mendes Fontoura.	Valter Pereira	14/04/2010
RQS 00370	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-governador de Alagoas, Luis Abílio de Souza Neto.	Renan Calheiros	14/04/2010
RQS 00371	2010	Requer, nos termos do art. 218, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado federal Geraldo Costa Sampaio, apresentando condolências à família.	Renan Calheiros	14/04/2010
RQS 00372	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do economista ROBERTO DE PÁDUA MACIEIRA, ocorrido no dia 14 de abril de 2010.	Epitácio Cafeteira	14/04/2010
RQS 00375	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau - APAE, pelos seus 45 anos de trabalho voluntário dedicado essencialmente às crianças excepcionais.	Raimundo Colombo	14/04/2010
RQS 00377	2010	Requer, que o Senado Federal emita Voto de Felicitação à Escola EPHETA, de Curitiba/PR, que comemora 60 anos de existência marcada por um profícuo trabalho educativo, cultural e profissionalizante, mantido e orientado pelas irmãs da Congregação das Filhas do Coração de Maria.	Flávio Arns	14/04/2010
RQS 00379	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao jornal A CRÍTICA, de Manaus, que, no dia 19 de abril de 2010, completa 61 anos de existência dedicados à informação no Amazonas e no Brasil.	Arthur Virgílio	19/04/2010
RQS 00380	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR e apresentação de condolências à família pelo falecimento, no dia 16 de abril de 2010, do ex-jogador de futebol RAULINO, de forte presença no meio esportivo do Amazonas.	Arthur Virgílio	19/04/2010
RQS 00381	2010	Requerem, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento, no dia 17 de abril de 2010, da senhora LAURA MOREIRA BRAGA, conhecida nacionalmente como "Lady Laura", mãe do cantor e compositor Roberto Carlos.	Romeu Tuma	20/04/2010
RQS 00382	2010	Requerem, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento, no dia 10 de abril de 2010, do senhor MAURY CORRÊA SILVA, pai do apresentador de televisão da Rede Globo Fausto Silva.	Romeu Tuma	20/04/2010
RQS 00383	2010	Requerem, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do senhor EUZÉBIOS MAIA.	Mozarildo Cavalcanti	20/04/2010
RQS 00384	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao estudante Thiago Aguilar de Oliveira, natural de Manaus/AM, por ter sido vencedor do concurso "Meu Congresso Nacional É Assim".	Jefferson Praia	20/04/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 114

Encaminhada pela Presidência. Total: 62

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00385	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE ESTÍMULO a WALDECI SILVA, campeão sul-americano de luta olímpica (estilo livre até 60 anos), que, pouco antes do Campeonato Brasileiro, sofreu rompimento nos joelhos, com votos de plena recuperação e breve retorno à prática do esporte.	Arthur Virgílio	20/04/2010
RQS 00386	2010	Requer, nos termos dos art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO aos cinco novos afiliados do Amazonas e da Região Norte à Academia Brasileira de Ciências: João Vicente Braga de Souza, Marina Anciães e Noêmia Kazue Ishikawa, os três do INPA, e Luís Carlos Bassalo Crispino e Marcelo Nazareno Vallinoto de Souza, da Universidade Federal do Pará.	Arthur Virgílio	20/04/2010
RQS 00387	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao lutador amazonense de Jiu-Jitsu OMAR SALUM, ao despedir-se da vida esportiva, competindo na Copa América, em 17 de abril de 2010, após brilhante trajetória, com 30 títulos conquistados.	Arthur Virgílio	20/04/2010
RQS 00388	2010	Requer, nos termos do art. 218, combinado com o art. 221, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de VOTO DE PESAR e apresentação de condolências à família pelo falecimento do Padre José Nilson de Oliveira Lima, da Paróquia de Nossa Senhora da Saúde, no bairro do Mucuripe, em Fortaleza/CE.	Tasso Jereissati	20/04/2010
RQS 00394	2010	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Pastor Homero Severo Pinto.	Paulo Paim	26/04/2010
RQS 00399	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao JORNAL DO BRASIL, do Rio de Janeiro, que completou 119 anos de existência dedicados à informação.	Arthur Virgílio	27/04/2010
RQS 00400	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao povo de ITACOATIARA, AM, pelo transcurso do 136º aniversário do município, no dia 22 de abril de 2010.	Arthur Virgílio	27/04/2010
RQS 00401	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido no dia 23 de abril de 2010, do ex-prefeito de Palmeira dos Índios/AL, e ex-Deputado Federal ALBÉRICO CORDEIRO.	Arthur Virgílio	27/04/2010
RQS 00412	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado nos anais desta Casa Voto de Aplauso em homenagem aos 95 anos da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF).	Raimundo Colombo	27/04/2010
RQS 00413	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar à família de Nice Braga, ex-primeira dama do Paraná, falecida no dia 26 de abril de 2010, aos 82 anos, em Curitiba.	Flávio Arns	27/04/2010
RQS 00415	2010	Requer, nos termos regimentais, que o Senado Federal emita Voto de Felicitação à APAE de Quedas do Iguaçu - PR pelo transcurso do vigésimo quinto aniversário da Instituição.	Flávio Arns	27/04/2010
RQS 00421	2010	Requer, nos termos do art. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento do Capitão Aviador ANDERSON AMARO FERNANDES, da Força Aérea Brasileira.	Tasso Jereissati	28/04/2010
RQS 00424	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE CONGRATULAÇÕES pelo transcurso, no dia 29 de abril de 2010, dos 136 anos de fundação do Município da Estância Climática de Campos do Jordão - SP, conhecido nacionalmente como a "Suíça Brasileira".	Romeu Tuma	28/04/2010
RQS 00427	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da Senhora NICE CAMARGO RIESEMBERG BRAGA, viúva do ex-Governador, ex-Senador e ex-Ministro Ney Braga.	Alvaro Dias	28/04/2010
RQS 00429	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO aos competidores do Amazonas pela conquista de oito medalhas nos Jogos Nacionais do SESI - 2010, realizados em Bento Conçalves - RS.	Arthur Virgílio	28/04/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 114

Encaminhada pela Presidência. Total: 62

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00430	2010	Requer , nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao repórter-fotográfico RAPHAEL ALVES, do jornal A Crítica, de Manaus, um dos vencedores do 1º Prêmio FIEMA de Jornalismo Ambiental, realizado por ocasião da Feira Internacional de Tecnologia para o Meio Ambiente - FIEMA BRASIL 2010.	Arthur Virgílio	28/04/2010
RQS 00433	2010	Requerem, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento do senhor Agenor Teles Magalhães.	Augusto Botelho	29/04/2010
RQS 00436	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao Deputado Federal FRANCISCO EDNALDO PRACIANO, agraciado com a outorga da Medalha de Ouro Cidade de Manaus, no dia 29 de abril de 2010.	Arthur Virgílio	30/04/2010

À publicação para que produza efeitos. Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00431	2010	Prorrogação do prazo de funcionamento, em 180 dias, da CPI destinada a apurar utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.	Sérgio Zambiasi	28/04/2010

Retirada pelo autor. Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00335	2010	Requer, nos termos do art. 255, II, c, 12, do RISF, que o PLS nº 6 de 2010 seja encaminhado ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além das constantes no despacho inicial.	Valdir Raupp	28/04/2010

Publicado. Total: 4

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00334	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal voto de aplauso à SOCIEDADE ESPORTIVA IPIRANGA, pelos 66 anos dedicados ao esporte de Rio Negrinho-SC e região.	Raimundo Colombo	07/04/2010
RQS 00356	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas condolências às mães dos 6 meninos assassinados em Luziânia - GO.	Lúcia Vânia	12/04/2010
RQS 00432	2010	Requer, nos termos regimentais, seja consignado Voto de Lembrança pelo transcurso do terceiro aniversário da morte de Octávio Frias de Oliveira, patrono do Grupo Folha de São Paulo.	Roberto Cavalcanti	29/04/2010
RQS 00437	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Dr. DAISAKU IKEDA, pelo cinquentenário de sua posse como terceiro presidente da Soka Gakkai Internacional, rede budista que promove paz, cultura e educação entre as pessoas e os povos.	Valter Pereira	30/04/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO DE LICENÇA. Total: 109

Art. 13, 40 (sem ônus), 43, I e 43, II

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
257-M	Cristovam Buarque	13	08.04	Atividade Parlamentar
258-M	Augusto Botelho	13	06 a 08.04	Atividade Parlamentar
259-M	Francisco Dornelles	13	06.04	Atividade Parlamentar
260-M	Osmar Dias	13	06, 07 e 08.04	Atividade Parlamentar
261-M	Gerson Camata	13	06.04	Atividade Parlamentar
262-M	Tião Viana	13	14, 15 e 20.04	Atividade Parlamentar
263-M	Aloizio Mercadante	13	06.04	Atividade Parlamentar
264-M	Hélio Costa	13	06.04	Atividade Parlamentar
265-M	Marina Silva	43, II	30 e 31.03	Licença Particular
266-M	Flávio Arns	43, I	16.03	Licença Saúde
267-M	Flávio Arns	43, I	25.03	Licença Saúde
268-M	Paulo Duque	13	06.04	Atividade Parlamentar
269-M	Paulo Duque	13	07.04	Atividade Parlamentar
270-M	Fernando Collor	13	07.04	Atividade Parlamentar
271-M	José Nery	13	08.04	Atividade Parlamentar
272-M	Romero Jucá	13	08.04	Atividade Parlamentar
273-M	Raimundo Colombo	13	08.04	Atividade Parlamentar
274-M	Roberto Cavalcanti	13	13, 14, 15, 20 e 22.04	Atividade Parlamentar
275-M	Ideli Salvatti	13	08.04	Atividade Parlamentar
276-M	José Sarney	13	25.03 a 01.04	Licença Saúde
277-M	Paulo Duque	13	08.04	Atividade Parlamentar
278-M	Valter Pereira	13	08.04	Atividade Parlamentar
279-M	Magno Malta	13	08.04	Atividade Parlamentar
280-M	Lúcia Vânia	13	08.04	Atividade Parlamentar
281-M	João Durval	43, I	12 a 26.04	Licença Saúde
282-M	Kátia Abreu	43, II	08.04	Licença Particular
283-M	Hélio Costa	13	08.04	Atividade Parlamentar
284-M	Cristovam Buarque	13	14 e 15.04	Atividade Parlamentar
285-M	Renan Calheiros	13	08.04	Atividade Parlamentar
286-M	Sérgio Guerra	13	13.04	Atividade Parlamentar
287-M	Serys Slhessarenko	13	13 a 16.04	Atividade Parlamentar
288-M	Lúcia Vânia	13	13.04	Atividade Parlamentar
289-M	Kátia Abreu	43, II	15, 20 e 22.04	Licença Particular
290-M	Jarbas Vasconelos	13	15.04	Atividade Parlamentar
291-M	Paulo Paim	13	20 e 22.04	Atividade Parlamentar
292-M	Antonio Carlos Valadares	43, II	20.04	Licença Particular
293-M	João Ribeiro	43, II	14.04	Licença Particular
294-M	Antonio Carlos Junior	13	15.04	Atividade Parlamentar
295-M	Jayme Campos	13	15.04	Atividade Parlamentar
296-M	Aloizio Mercadante	13	13 a 15.04	Atividade Parlamentar
297-M	Cícero Lucena	13	14.04	Atividade Parlamentar
298-M	Marina Silva	43, II	15.04	Licença Particular
299-M	Magno Malta	13	14.04	Atividade Parlamentar

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
300-M	Fernando Collor	13	14.04	Atividade Parlamentar
301-M	Arthur Virgílio	43, I	26.03.2009	Licença saúde
302-M	Arthur Virgílio	43, I	07 e 08.04.2009	Licença saúde
303-M	Arthur Virgílio	43, I	25.06.2009	Licença saúde
304-M	Arthur Virgílio	43, I	01.09.2009	Licença saúde
305-M	Arthur Virgílio	43, I	01.10.2009	Licença saúde
306-M	Arthur Virgílio	43, I	13 a 15.10.2009	Licença saúde
307-M	Arthur Virgílio	43, I	03 a 05.11.2009	Licença saúde
308-M	Arthur Virgílio	43, I	17 e 18.02	Licença saúde
309-M	Arthur Virgílio	43, I	09.03	Licença saúde
310-M	Gilberto Goellner	13	15.04	Atividade Parlamentar
311-M	Paulo Duque	13	30.03	Atividade Parlamentar
312-M	Paulo Duque	13	31.03	Atividade Parlamentar
313-M	Jefferson Praia	13	15.04	Atividade Parlamentar
314-M	Ideli Salvatti	13	15.04	Atividade Parlamentar
315-M	Raimundo Colombo	13	15.04	Atividade Parlamentar
316-M	Alfredo Nascimento	43, I	07 e 08.04	Licença saúde
317-M	Renan Calheiros	13	15.04	Atividade Parlamentar
318-M	Fátima Cleide	13	15.04	Atividade Parlamentar
319-M	Fátima Cleide	13	20.04	Atividade Parlamentar
320-M	Fátima Cleide	13	22.04	Atividade Parlamentar
321-M	Magno Malta	13	15.04	Atividade Parlamentar
322-M	Mário Couto	13	20 e 22.04	Atividade Parlamentar
323-M	Jayme Campos	13	20 e 22.04	Atividade Parlamentar
324-M	Alfredo Nascimento	13	20 e 22.04	Atividade Parlamentar
325-M	Sérgio Guerra	13	20 e 22.04	Atividade Parlamentar
326-M	Osmar Dias	13	20.04	Atividade Parlamentar
327-M	Osmar Dias	13	22.04	Atividade Parlamentar
328-M	Geraldo Mesquita Júnior	13	20.04	Atividade Parlamentar
329-M	Geraldo Mesquita Júnior	13	22.04	Atividade Parlamentar
330-M	Heráclito Fortes	13	22.04	Atividade Parlamentar
331-M	Eliseu Resende	13	20.04	Atividade Parlamentar
332-M	Raimundo Colombo	13	20 e 22.04	Atividade Parlamentar
333-M	Marcelo Crivella	13	20 e 22.04	Atividade Parlamentar
334-M	Antonio Carlos Júnior	13	22.04	Atividade Parlamentar
335-M	Garibaldi Alves Filho	13	22.04	Atividade Parlamentar
336-M	Ideli Salvatti	13	20 e 22.04	Atividade Parlamentar
337-M	César Borges	13	20.04	Atividade Parlamentar
338-M	Patrícia Saboya	13	20 e 22.04	Atividade Parlamentar
339-M	José Agripino	13	22.04	Atividade Parlamentar
340-M	Francisco Dornelles	13	20.04	Atividade Parlamentar
341-M	Cícero Lucena	13	20.04	Atividade Parlamentar
342-M	Jarbas Vasconcelos	13	22.04	Atividade Parlamentar
343-M	Rosalba Ciarlini	13	20.04	Atividade Parlamentar
344-M	Marcelo Crivella	13	15.04	Atividade Parlamentar
345-M	Cristovam Buarque	13	26 a 30.04	Atividade Parlamentar
346-M	Gerson Camata	43, II	27 a 29.04	Licença Particular
347-M	João Durval	43, I	27.04 a 11.05	Licença saúde
348-M	Pedro Simon	13	27.04	Atividade Parlamentar
349-M	Romeu Tuma	40, sem ônus	22 e 23.04	Representação do Senado Federal

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
350-M	Mão Santa	13	27.04	Atividade Parlamentar
351-M	Magno Malta	13	27.04	Atividade Parlamentar
352-M	José Nery	13	20.04	Atividade Parlamentar
353-M	José Nery	13	29.04	Atividade Parlamentar
354-M	Antonio Carlos Júnior	13	29.04	Atividade Parlamentar
355-M	Almeida Lima	43, I	20.04	Licença Saúde
356-M	Almeida Lima	43, I	22.04	Licença Saúde
357-M	Roberto Cavalcanti	43, II	27.04	Licença Particular
358-M	Aloizio Mercadante	13	29.04	Atividade Parlamentar
359-M	Marina Silva	43, II	29.04 a 17.06	Licença Particular
360-M	Raimundo Colombo	13	29.04	Atividade Parlamentar
361-M	Gilberto Goellner	43, I	26.04 a 03.05	Licença Saúde
362-M	César Borges	13	29.04	Atividade Parlamentar
363-M	Ideli Salvatti	13	29.04	Atividade Parlamentar
364-M	Aloizio Mercadante	13	20.04	Atividade Parlamentar
365-M	Almeida Lima	13	15.04	Atividade Parlamentar

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 02/02/2010 A 30/04/2010

Sessões Conjuntas realizadas..... 05

- Sessões Conjuntas..... 01
- Sessões Conjuntas Solenes..... 04

Matérias Legislativas

- **Apreciadas..... 74**

I – Por decisão do Plenário -

Vetos (Dispositivos)..... 74

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
122/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada no dia 5-4-2010, o PLN nº 2, de 2010-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 1.000.000,00, para o fim que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
121/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada no dia 5-4-2010, o PLN nº 1, de 2010-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo, crédito suplementar no valor de R$ 442.723.360,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
120/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 5-4-2010, o Aviso nº 8, de 2010-CN (nº 221/GP/TCU/2010, na origem), do Presidente do TCU, que encaminha em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades daquele Tribunal, referente ao exercício de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.

C – SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 – SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

REUNIÕES REALIZADAS E PROPOSIÇÕES APRECIADAS DE 01/04/2010 A 30/04/2010

COMISSÕES REUNIÕES	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	04	01	00	05
CAS	00	02	01	03
CCJ	03	03	01	07
CE	03	03	00	06
CMA	01	04	01	06
CDH	00	02	02	04
CRE	02	02	02	06
CI	00	06	00	06
CDR	00	02	00	02
CRA	00	03	01	04
CCT	00	03	01	04
CMMC	00	00	00	00
TOTAL GERAL DE REUNIOES	13	31	09	53

10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA CCJ, COM A 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA CMA, COM A 14ª (REUNIÃO DA CDH, COM A 11ª REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA CRE, COM A 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA CRA, E 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA CCT, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2010.
12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA CAS, COM A 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA CASEMP, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2010.
15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA CDH, COM A 12 ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA CRE, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2010.

SUBCOMISSÕES e GRUPO DE TRABALHO	REUNIÕES	MAT	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAE.	00	00	00
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CAS.	01	00	00
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CAS.	00	00	00
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CAS.	03	00	00
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJ.	00	00	00
Permanente de Segurança Pública – CCJ.	00	00	00
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJ.	00	00	00
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CE.	00	00	00
Permanente de Ciência e Tecnologia – CE.	00	00	00
Permanente do Livro – CE.	00	00	00
Permanente do Esporte – CE.	00	00	00
Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos – CMA.	00	00	00
Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMA.	00	00	00
Permanente do Idoso – CDH.	00	00	00
Permanente da Criança, Adolescente e Juventude – CDH.	00	00	00
Permanente em Defesa da Mulher – CDH.	00	00	00
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acomp. da Regul. Fundiária da Amazônia Legal - CDH	00	00	00
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CRE.	00	00	00
Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRE.	00	00	00
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas – CRE.	00	00	00
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CRE.	00	00	00
Permanente do Plano de Aceleração do Crescimento – CI.	00	00	00
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CI	00	00	00
Grupo de Trabalho Marco Regulatório dos Biocombustíveis - CI	00	00	00
Permanente dos Biocombustíveis – CRA.	00	00	00
Permanente de Serviços de Informática – CCT.	00	00	00
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	04	00	00

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

COMISSÕES	REQ e ADIT. COMISSÃO	PLS (T)	PLS (NT)	PDS	EMENDAS E SUB DE COMISSÃO	SCD	ECD	PDH	PEC	IND	PET	DIV	CONS Q.O. ATOS e OUTROS
CAE	20	03	04	00	15	00	00	00	00	00	00	00	00
CAS	06	11	04	00	11	00	00	00	00	00	00	00	00
CCJ	26	04	12	00	29	00	00	00	01	00	00	00	00
CE	10	23	02	00	05	01	02	00	00	01	00	00	00
CMA	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CDH	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRE	05	00	00	05	01	00	00	00	00	00	00	00	00
CI	03	00	01	00	01	00	00	00	00	00	00	00	04
CDR	01	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRA	02	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CCT	01	00	00	25	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUB TOTAL	74	41	25	30	62	01	02	00	01	01	00	00	04

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

COMISSÕES	MSF	PRS	RQS SF	PLC (T)	PLC (NT)	OFS	AVS	PFS	SUG	PAR e REL. SUB.	EMEN PLEN	REC	TUR SUPL	Total
CAE	07	02	00	00	02	00	00	00	00	00	00	00	00	53
CAS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	32
CCJ	02	01	00	00	05	01	00	00	00	00	01	00	00	82
CE	00	00	00	02	00	00	00	00	00	00	00	00	04	50
CMA	00	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	01
CDH	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRE	04	00	00	01	01	00	00	00	00	00	00	00	00	17
CI	00	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	10
CDR	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	02
CRA	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	00	00	04
CCT	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	26
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	13	03	00	03	10	01	00	00	00	00	02	00	04	277

LEGENDAS – COMISSÕES

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS.
CAS– COMISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS.
CCJ– COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCLIZAÇÃO E CONTROLE.
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE.
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL.
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA.
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO.
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA.
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

LEGENDAS – PROPOSIÇÕES

REQ e ADIT (COMISSÃO) Requerimento e Aditamento de Comissão.
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo).
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo).
PDS – Projeto de Decreto Legislativo.
EMENDAS E SUBEMENDAS – Emendas e Subemendas apreciadas pela Comissão.
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado.
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado.
PDH – Petição de Direitos Humanos.
PEC – Proposta de Emenda à Constituição.
IND – Indicação.
PET – Petição.
DIV – Diversos.
CONS, Q. O. ATOS e OUTROS – Consulta, Questão de Ordem, Atos de Comissão e Projetos apresentados pelas Comissões.
MSF – Mensagem "SF".
PRS – Projeto de Resolução.
RQS "SF" – Requerimento apresentado no Plenário.
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo).
OFS – Oficio "SF".
AVS – Aviso.
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle.
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões.
EMEN PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário.
REC – Recursos.
TUR SUPL – Turno Suplementar.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE 01/04/2010 A 30/04/2010

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho.
Vice Presidente: Senador Delcídio Amaral.

REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Acresce inciso VIII ao caput do artigo 5º da Lei nº 7.797, de 11 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente; e dá outras providências.
Autoria: Senador Valter Pereira.
Relatoria "ad hoc": Senador César Borges.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAE. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego à pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção e reparos de embarcações e petrechos, na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas, no seu processamento, e à que contribui diretamente para o exercício da pesca, e dá outras providências.
Autoria: Senador Valdir Raupp.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CAE (substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera os artigos 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o artigo 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o artigo 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros.
Autoria: Senador Tasso Jereissati.
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatório: Favorável à matéria com as Emendas nºs. 1, 2, 3, 4 e 5 – CE, e com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1, 2, 3, 4 e 5 – CE/CAE e 6, 7 e 8 – CAE. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
PROJETO DE RESOLUÇÃO "SF" Nº 11, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal e dá outras providências.
Autoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatoria: Senador Eliseu Resende.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CAE. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2010 – CAE

Requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, com a presença do senhor **Eduardo Pereira Nunes,** Presidente do Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, para tratar do XII Censo Demográfico Brasileiro, que será realizado, este ano, pelo IBGE.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2010 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2010 e adendo.
Autoria: Senador Francisco Dornelles.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2009, de autoria do Senado Tasso Jereissati, que "Estabelece normas gerais sobre Plano, Orçamento, Controle e Contabilidade Pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências".

CONVIDADOS:

Senhor **João Bernardo Bringel,** Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
Senhor **Nelson Machado,** Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; e
Senhor **Simão Cirineu,** Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais.
Resultado: Realizada.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
MENSAGEM "SF" Nº 91, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **Luiz Awazu Pereira da Silva,** para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador César Borges.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação por 18 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 02
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 9, DE 2010 – CAE

Requer nos termos regimentais, a inclusão na lista de participantes da audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2010, os seguintes convidados: representante da **Casa Civil da Presidência da República;** representante da **Advocacia Geral da União;** representante do **Ministério de Minas e Energia;** representante do **Ministério da Fazenda;** representante da **Petrobrás;** e senhor **Luiz Fernando Cantidiani,** Advogado e Ex-Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 10, DE 2010 – CAE

Requer nos termos regimentais, a inclusão na lista de participantes da audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, os seguintes convidados: representante da **Casa Civil da Presidência da República;** representante da **Advocacia Geral da União;** representante do **Ministério de Minas e Energia;** representante do **Ministério da Fazenda;** senhor **Modesto Carvalhosa,** Professor da USP, Advogado e autor renomado na área de Direito Econômico; e senhor **Floriano Marques Neto,** Professor de Direito da USP e da Fundação Getúlio Vargas – FGV.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
ADITAMENTO AOS REQUERIMENTOS Nºs. 10, 11 e 12, DE 2010 – CAE

Requer nos termos regimentais, a inclusão do senhor **Fernando Leite Siqueira,** Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás e Vice-Presidente do Clube de Engenharia, na lista de convidados para as audiências aprovadas.
Autoria: Senador Neuto de Conto.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2010 – CAE

Requer nos termos regimentais, a inclusão na lista de participantes da audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009, os seguintes convidados: representante da **Casa Civil da Presidência da República;** representante do **Ministério de**

Minas e Energia; representante do **Ministério da Fazenda;** representante da **Agência Nacional de Petróleo;** e representante da **Empresa de Pesquisa Energética.**
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2010 – CAE

Requer nos termos regimentais, a inclusão na lista de participantes da audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010, os seguintes convidados: representante da **Casa Civil da Presidência da República;** representante do **Ministério de Minas e Energia;** representante do **Ministério da Fazenda;** e senhor **Márcio Pochmann,** Presidente do IPEA.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2010 – CAE

Requer nos termos regimentais, para incluir o senhor **Eduardo Toledo Neto,** Diretor de Estudos e Pesquisas do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências de Regulação, na lista de convidados da audiência objeto do Requerimento nº 11, de 2010 – CAE.
Autoria: Senador Cícero Lucena.
Resultado: Aprovado.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2010 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 32, de 2007.
Autoria: Senado Federal.
Assunto: Discorrer sobre os fundamentos e a forma de execução da Política Monetária.

EXPOSITOR:

Senhor **Henrique Meirelles,** Presidente do Banco Central do Brasil.
Resultado: Realizada.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 87, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 17,759,050.00 (dezessete milhões, setecentos e cinqüenta e nove mil e cinqüenta dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro – PROFAZ.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 94, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 15,000,000.00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos são relacionados com a Linha de Crédito Adicional do BID vinculada ao Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO e destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Apoio à Modernização e à Transparência da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco – PROFISCO/PE.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Renato Casagrande.
Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 95, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até US$ 1,300,000,000.00 (um bilhão e trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Primeiro Empréstimo Programático para Políticas de Desenvolvimento da Gestão Ambiental Sustentável.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Arthur Virgílio.
Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 04
MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2010.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PDS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) apresentado.

ITEM Nº 05
MENSAGEM (SF) Nº 88, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2010.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PDS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) apresentado.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Reconhece a responsabilidade do Estado brasileiro pela destruição, no ano de 1964, da sede da União Nacional dos Estudantes – UNE, localizada no Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Gerson Camata.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 12, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, no intuito de aprimorar procedimentos da instrução de operações de crédito.
Autoria: Senador Romero Jucá.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Favorável à matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CAE (substitutivo). Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 02
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 9, DE 2010 – CAE

Requer a inclusão, como convidado, de um representante da **Federação Única dos Petroleiros – FUP** na Audiência Pública destinada a analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2010, que "Autoriza a União a ceder onerosamente o exercício da atividade de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos de que trata o inciso I, do artigo 177, da Constituição e dá outras providências".

Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 10, DE 2010 – CAE

Requer a inclusão, como convidado, de um representante da **Federação Única dos Petroleiros – FUP** na Audiência Pública destinada a analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, que "Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências".
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2010 – CAE

Requer a inclusão, como convidados, de um representante do **Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação – SINAGÊNCIAS,** e de um representante da **Federação Única dos Petroleiros – FUP** na Audiência Pública destinada a analisar e debater a criação da empresa pública denominada PETRO-SAL, objeto do Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A – PETRO-SAL".
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2010 – CAE

Requer a inclusão, como convidado, de um representante da **Federação Única dos Petroleiros – FUP** na Audiência Pública destinada a analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010, que "Cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências".
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2010 – CAE

Requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, com a presença do Diretor Adjunto do Banco Mundial, senhor **Rogério Studart,** com o objetivo de expor e debater o processo de reforma do Banco e o futuro das relações entre o Brasil e o Banco Mundial.
Autoria: Senadores Renato Casagrande e Cícero Lucena.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2010 – CAE

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com o objetivo de analisar e debater os quatro projetos de lei que dispõem sobre regime de partilha, capitalização, criação de fundo e criação de nova estatal, no âmbito da exploração de petróleo nas áreas do Pré-sal, com os seguintes convidados: senhor **Everardo Maciel,** Consultor Tributário, Sócio-Presidente da Logos Consultoria Fiscal, e Ex-Secretário da Receita Federal; senhor **José Roberto Afonso,** Economista do BNDES, cedido para o Senado Federal; senhor **Durval Soledad,** Advogado, Ex-Diretor Geral da CVM e Ex-Diretor Jurídico do BNDES; senhor **Marcos Rechtmann,** Consultor da FGV, estudioso em governança corporativa e finanças; senhor **Celso Silva,** Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás – ABPIP; senhor **Renato Bertani,** Consultor e Ex-Presidente da Petrobrás Américas; senhor **Wagner Freire,** Ex-Diretor de Produção e Exploração da Petrobrás; senhor **Otacílio Dantas Cartaxo,** Secretário da Receita Federal; senhora **Adriana Queiroz de Carvalho,** Procuradora Geral da Fazenda; senhor **Joaquim Levy,** Secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro; senhor **Carlos Martins,** Secretário de Fazenda da Bahia e Coordenador do CONFAZ; senhor **Paulo Rabelo de Castro,** Presidente da RC Consultores e do Conselho de Planejamento Estratégico da Fecomércio/SP; senhor **Sérgio Gobetti,** Economista do IPEA e estudioso do modelo da Noruega; e senhora **Ana Luiza Silva de Alvarez,** Economista do IPEA, realizou estudo comparativo entre os modelos de partilha e concessão.
Autoria: Senador Tasso Jereissati.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre as operações de fomento mercantil – FACTORING, e dá outras providências.
Autoria: Deputado João Hermann.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.
Obs: A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 3 – CAE (substitutivo).

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do artigo 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso.
Autoria: Senador Raimundo Colombo.
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAE (substitutivo). A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 646, DE 2007
TERMINATIVO

Dá nova redação ao inciso IV, do artigo 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI aos portadores de deficiência física, dentre outros.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senador João Vicente Claudino.
Relatório: Pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1 – CDH, e com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 – CDH/CAE e 2 – CAE.

ITEM Nº 04

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a plano de saúde contratado em benefício de empregado doméstico.
Autoria: Senador César Borges.
Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a redação do inciso XVI e acrescenta alínea "d" ao referido inciso do artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, definindo os eventos que são considerados desastre natural, para fins de liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria "ad hoc": Senador César Borges.
Relatório: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAE.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 106, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 137,000,000.00 (cento e trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para o financiamento do Programa de Pareceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais III, que tem por objetivo o apoio ao Estado nos setores de infraestrutura de transporte e logística.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2010 – CAE

Requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a Comissão de Assuntos Sociais e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com o objetivo de instruir o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989, que "Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências", com a participação dos seguintes convidados: senhora **Izabella Mônica Vieira Teixeira,** Ministra de Estado do Meio Ambiente; senhor **Márcio Fortes,** Ministro de Estado das Cidades; senhor **Paulo Ziulkoski,** Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM; senhor **Newton de Lima Azevedo,** da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base – ABDIB; senhor **Carlos Roberto Vieira da Silva Filho,** Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE; senhor **Severino Francisco de Lima Júnior,** Membro da Equipe de Articulação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR; e senhor **Augusto Coelho Fernandes,** Diretor-Executivo da Confederação Nacional da Indústria – CNI.
Autoria: Senador César Borges.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

02 Ordinárias – Deliberativa.
01 Extraordinária – Deliberativa.
02 Ordinárias – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 53

03 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
04 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
02 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
02 Projetos de Resolução "SF" (não terminativo).
07 Mensagens "SF" (não terminativo).
10 Requerimentos – CAE.
10 Aditamentos – CAE.

15 Emendas – CAE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidenta: Senadora Rosalba Ciarlini.
Vice Presidente: Senador Paulo Paim.

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências, para criminalizar a omissão de funcionários de laboratórios fotográficos que tomam conhecimento de fotos pornográficas envolvendo criança ou adolescente.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Obs: Matéria apreciada pela Comissão, tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 637, de 2009 de autoria do Senador Romero Jucá.
Relatoria: Senadora Marisa Serrano.
Relatório: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 2 e 3 – CAS.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para elevar a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física.
Autoria: Senador Neuto de Conto.
Relatoria: Senadora Marisa Serrano.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 573, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta § 3º ao artigo 217 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para autorizar a prorrogação do pagamento de pensão por morte recebida por dependente de servidor público até 24 anos de idade, se estiver cursando o ensino superior ou o ensino médio profissionalizante.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatoria: Senador Efraim Morais.
Relatório: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2010 – CAS

Nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 13, de 2010 – CAS, requeiro que a Audiência Pública aprovada no âmbito da Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP para debater a importância de destinar recursos do Pré-Sal para a Previdência Social seja realizada em reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2010 – CAS

Nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 28, de 2010 – CAS, requeiro que a Audiência Pública aprovada no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASAÚDE sobre "O avanço e o risco do consumo de crack no Brasil" seja realizada em reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, e que seja convidado para participar da referida audiência pública o Deputado Federal **Fábio Farias,** Presidente da Frente Parlamentar de combate ao crack.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 34, DE 2010 – CAS

Em aditamento ao Requerimento nº 28, de 2010 – CAS, aprovado em 31 de março de 2010, solicito que seja incluído como participante da Audiência Pública com a finalidade de discutir "O avanço e o risco do consumo de crack no Brasil", o senhor **Nelson Pacheco Sirotsky,** Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede Brasil Sul – RBS.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2010 EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CASEMP.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 13 e 32, de 2010 – CAS.
Autoria: Senadores Paulo Paim e Rosalba Ciarlini.
Assunto: Debate sobre a importância de destinar recursos do Pré-Sal para a Previdência Social.

CONVIDADOS:

Senhor **Carlos Eduardo Gabas,** Ministro de Estado da Previdência Social;
Senhor **Celso Amaral de Miranda Pimenta,** Diretor de Seguridade Social, Aposentados e Pensionistas da Nova Central Sindical de Trabalhadores, representante do senhor **José Calixto Ramos,** Presidente da NCST;
Senhor **José Augusto da Silva Filho,** Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores;
Senhor **Moacyr Roberto Tesch Auersvald,** Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH;
Senhor **João Antônio de Moraes,** Presidente da Federação Única dos Petroleiros – FUP;
Senhor **Warley Martins Gonçalles,** Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; e
Senhor **José Divanilton da Silva,** Diretor da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB.

JUSTIFICARAM AUSÊNCIA

Senhor **Antônio Palocci Filho,** Deputado Federal; e
Senhora **Rejane Pitanga,** Presidenta da Central Única dos Trabalhadores – CUT/DF.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 598, DE 2007
TERMINATIVO

Altera o artigo 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para incluir a cobertura da assistência nutricional pelos planos privados de assistência à saúde.
Autoria: Senadora Patrícia Saboya.
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2009
TERMINATIVO

Altera o § 4º do artigo 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre as contribuições previdenciárias do aposentado que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS e dá outras providências.
Autoria: Senador Raimundo Colombo.
Relatoria: Senador Paulo Duque.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com seis emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1, 2, 3, 4, 5 e 6 – CAS.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2007
TERMINATIVO

Acrescenta inciso XVIII ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para disciplinar a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para os aposentados que voltam a trabalhar.
Autoria: Senador Neuto de Conto.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS pelo aposentado empregado.
Autoria: Senador Raimundo Colombo.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2007
TERMINATIVO

Acrescenta § 21 ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para disciplinar a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para os aposentados que voltam a trabalhar e dá outras providências.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2007, na forma da emenda substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs. 263, de 2007 e 55, de 2009, que tramitam em conjunto.
Resultado: Aprovado o Substitutivo, ficando prejudicados os Projetos de Lei do Senado nºs. 255, de 2007, 263, de 2007 e 55, de 2009, que tramitam em conjunto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2007
TERMINATIVO

Acrescenta § 5º ao artigo 68 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para determinar ao titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais a utilização da Internet para a remessa, ao Instituto Nacional do Seguro Social, do registro dos óbitos mensalmente ocorridos.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Relatoria: Senadora Marisa Serrano.
Relatório: Pela aprovação da matéria, e da Emenda nº 2 – CCJ e pela rejeição da Emenda nº 1 – CCJ.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 2 – CCJ/CAS; e rejeitada a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, DE 2007
TERMINATIVO

Acrescenta Capítulo à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a oferta de procedimentos terapêuticos e a dispensação de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde – SUS.
Autoria: Senador Tião Viana.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2007 e da Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo) e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2007, que tramita em conjunto.
Resultado: Aprovado o Substitutivo, e rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2007 que tramita em conjunto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, DE 2009
TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação de recursos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para pagamento de prestações, amortização extraordinária ou liquidação de saldo devedor decorrentes de financiamento habitacional de filhos do trabalhador que sejam maiores de 21 (vinte e um) anos, tenham vínculo matrimonial ou união estável e não possuam imóvel próprio.
Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos.

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatório: Pela aprovação da matéria, e da Emenda nº 1 – CCJ.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CCJ/CAS.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a definição de Diarista.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para autorizar o INSS e os Municípios, no âmbito da sistemática do parcelamento de débitos previdenciários dos municípios, modificar a forma de corrigir monetariamente o montante das dívidas dos Municípios.
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 471, DE 2009
TERMINATIVO

Acresce um § 4º ao artigo 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, para tipificar a apropriação indébita de gorjeta.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela aprovação da matéria, e das Emendas nº 1 – CCJ e 2 – CCJ, com uma subemenda que apresenta à Emenda nº 1 – CCJ.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ/CAS.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2010 – CAS

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência Social para debater os direitos da mulher no Sistema de Seguridade Social. Para tanto gostaríamos que fossem convidados representantes da categoria e outros a serem definidos pela própria Comissão.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 36, DE 2010 – CAS

Nos termos do artigo 67 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a indicação deste Senador para representar a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal em evento a ser realizado na cidade de Porto Alegre/RS, no dia 20 de abril de 2010, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, com finalidade de apurar a situação de violência contra os movimentos sociais, do direito de greve e do interdito proibitório verificado no Estado.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 37, DE 2010 – CAS

Requeiro, nos termos regimentais, e com fundamento no § 2º, do artigo 58, da Constituição Federal, que a Secretária Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, senhora **Ivone Maria Valente,** seja convidada para comparecer à Comissão de Assuntos Sociais – CAS para prestar esclarecimentos sobre os critérios adotados pelo Ministério da Integração Nacional na distribuição de verbas.
Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

02 Extraordinárias – Deliberativa.
01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 32

11 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
04 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
06 Requerimentos – CAS.
11 Emendas – CAS.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - CASDEF

Presidente: Senador Flávio Arns.
Vice Presidente: Senador Eduardo Azeredo.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 14, 19 e 31, de 2010 – CAS.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Assunto: Debate sobre as implicações da contratação de pessoa com deficiência, com registro em carteira de trabalho e posterior rescisão do contrato de trabalho, em face do restabelecimento do benefício de prestação continuada – BPC.

PARTICIPANTES:

Senhora **Maria Aparecida Gugel,** Subprocuradora-Geral do Ministério Público do Trabalho;
Senhor **Rogério Lopes Costa Reis,** Auditor Fiscal do Trabalho, representante do Ministério do Trabalho e Emprego;

Senhora **Maria José de Freitas,** Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais da Secretaria nacional de Assistência Social – SNAS, representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
Senhor **Benedito Adalberto Brunca,** Diretor de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, representante do Ministério da Previdência Social; e
Senhora **Ana Paula Crosara de Resende,** Diretora de Políticas Temáticas da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Extraordinária – Audiência Pública.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CASEMP.

Presidente: Senador Paulo Paim.
Vice Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti.

REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2010 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 13 e 32, de 2010 – CAS.
Autoria: Senadores Paulo Paim e Rosalba Ciarlini.
Assunto: Debate sobre a importância de destinar recursos do Pré-Sal para a Previdência Social.

CONVIDADOS:

Senhor **Carlos Eduardo Gabas,** Ministro de Estado da Previdência Social;
Senhor **Celso Amaral de Miranda Pimenta,** Diretor de Seguridade Social, Aposentados e Pensionistas da Nova Central Sindical de Trabalhadores, representante do senhor **José Calixto Ramos,** Presidente da NCST;
Senhor **José Augusto da Silva Filho,** Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores;
Senhor **Moacyr Roberto Tesch Auersvald,** Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH;

Senhor **João Antônio de Moraes,** Presidente da Federação Única dos Petroleiros – FUP;
Senhor **Warley Martins Gonçalles,** Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; e
Senhor **José Divanilton da Silva,** Diretor da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB.

JUSTIFICARAM AUSÊNCIA

Senhor **Antônio Palocci Filho,** Deputado Federal; e
Senhora **Rejane Pitanga,** Presidenta da Central Única dos Trabalhadores – CUT/DF.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 35, de 2010 – CAS.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Assunto: Debate sobre os direitos da mulher no Sistema de Seguridade Social.

CONVIDADOS:

Senhora **Cleusa Aparecida da Silva,** Coordenadora de Participação e Democracia da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB;
Senhora **Adriana Maria Mezadri,** Coordenadora do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC;
Senhora **Regina Maria Semião,** Conselheira da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD;
Senhora **Verônica Maria Ferreira,** Representante da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB;
Senhora **Hildete Pereira,** representando a senhora **Eunice Léa de Moraes,** Gerente de Projetos da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2010 – CAS.
Autoria: Senador Paulo Paim.

Assunto: Debate sobre as melhorias nas condições de trabalho, salário, segurança e saúde do Motorista de Transportes de modo geral.

PARTICIPANTES:

Senhor **Fernando Donato Vasconcelos,** Auditor Fiscal do Trabalho, representando o senhor **Carlos Roberto Lupi,** Ministro de Estado do Trabalho e Emprego;
Senhor **Sebastião Vieira Caixeta,** Procurador Regional do Trabalho, representando o senhor **Otávio Brito Lopes,** Procurador-Geral do Trabalho;
Senhor **Flávio Benatti,** Presidente da Seção II – Cargas da Confederação Nacional dos Transportes – CNT, representando o senhor **Clésio Andrade,** Presidente da CNT;
Senhor **Wilbert Ribeiro Junquilho,** Gerente de Regulação de Transporte Rodoviário de Cargas, representando o senhor **Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira,** Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; e
Senhor **Getúlio Ferreira Câmara Nunes,** Policial Rodoviário Federal e Médico Aéreo Hospitalar da Coordenação Geral de Operações, representando o senhor **Hélio Cardoso Derenne,** Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

JUSTIFICOU AUSÊNCIA:

Senhor **Omar José Gomes,** Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – CNTTT.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

02 Extraordinárias – Audiência Pública.
01 Conjunta – Audiência Pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador Demóstenes Torres.
Vice Presidente: Senador Wellington Saldo de Oliveira.

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, DE 2007
TERMINATIVO

Altera o artigo 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para acrescentar a conversão consensual da separação em divórcio por via administrativa.
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Relatoria: Senador César Borges.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 178, DE 2008
TERMINATIVO

Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para regular a interrupção da prestação de serviço público por inadimplência e inscrição de usuário inadimplente em cadastro público de devedores.
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Relatoria "ad hoc": Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela aprovação da matéria e da Emenda de autoria do Senador Delcídio Amaral.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 345, DE 2008
TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao artigo 11 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre prova de língua estrangeira em certames públicos.
Autoria: Senadora Marisa Serrano.
Relatoria "ad hoc": Senador Demóstenes Torres.
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2009
TERMINATIVO

Altera o artigo 195 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para agravar a pena e prever a aplicação privilegiada da

pena de prestação pecuniária, em caso de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
Autoria: Senador Valdir Raupp.
Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Incluir entre os títulos executivos extrajudiciais os honorários do árbitro quando fixados pelas partes no compromisso arbitral).
Autoria: Deputado Carlos Alberto Leréia.
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os serviços de registros civis de pessoas naturais comunicarem à Receita Federal e à Secretaria de Segurança Pública os óbitos registrados, acrescentando parágrafo único ao artigo 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.
Autoria: Deputado Celso Russomanno.
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatório: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 302, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a propriedade de imóveis rurais por pessoas estrangeiras na Amazônia Legal brasileira e altera as Leis nºs. 5.709, de 7 de outubro de 1971, e 6.634, de 2 de maio de 1979.

Autoria: Deputado Nilson Mourão e outros Senhores Deputados.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, e a de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cabendo a última a decisão terminativa.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Estabelece normas para o provimento de cargos e empregos de agentes comunitários de saúde a que se refere o artigo 9º da Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006.
Autoria: Senador Leomar Quintanilha.
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera os artigos 8º e 9º, e revoga o artigo 10 e o parágrafo único do artigo 11, todos da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar o regime jurídico aplicável aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate à endemias, e dá outras providências.
Autoria: Senador Gilvam Borges.
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatório: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2007, na forma da emenda substitutiva que apresenta e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2009.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2007, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo) e pela prejudicialidade do PLS nº 323, de 2009, que tramita em conjunto. As matérias vão à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, DE 2007 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 74 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.
Autoria: Senador Pedro Simon.
Relatoria: Senador Tasso Jereissati.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivo da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, visando a alterar a condição para que funcionário público seja punido, em caso de outorgar autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais.
Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos (SF).
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo).

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, DE 2009 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
Autoria: Senador Tasso Jereissati.
Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 471, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Acresce um § 4º ao artigo 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, para tipificar a apropriação indébita de gorjetas.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senador Pedro Simon.
Relatório: Favorável à matéria com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 13
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 41, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivos ao artigo 201 da Constituição Federal e artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir a equiparação entre benefícios da mesma natureza, independente da data de sua concessão.
Autoria: Senador Valter Pereira e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador Álvaro Dias.
Relatório: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta, com as Emendas nº 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 21, DE 2010 – CCJ

Requeiro nos termos do inciso I do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, que trata sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos sobre regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências. Sem prejuízo de expedição de outros convites, a critério dos membros das respectivas Comissões, requeiro sejam convidados: senhor **Sérgio Cabral,** Governador do Estado do Rio de Janeiro; e senhor **João Carlos França de Luca,** Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás Biocombustíveis – IBP.
Autoria: Senadora Kátia Abreu.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 15
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2010 – CCJ

Requeiro nos termos do inciso I do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, que trata sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos sobre regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências. Sem prejuízo de expedição de outros convites, a critério dos membros das respectivas Comissões, requeiro sejam convidados: senhor **Luiz Paulo Vellozo Lucas,** Deputado Federal e Engenheiro; senhor **Eleuses Vieira de Paiva,** Médico, e Professor da Faculdade de Medicina da cidade de São José do Rio Preto/SP.
Autoria: Senadora Kátia Abreu.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 16
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2010 – CCJ

Requeiro nos termos do inciso I do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, que trata sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos sobre regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências. Sem prejuízo de expedição de outros convites, a critério dos membros das respectivas Comissões, requeiro sejam convidados: senhor **Cesar Maia,** Economista e Ex-Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, e senhor **David Zylbersztajn,** Doutor em Energia pela Universidade de Grenoble – França e Sócio e Diretor da DZ Negócios com Energia, foi Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo – ANP.
Autoria: Senadora Kátia Abreu.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 17
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 17, de 2010 – CCJ, que dispõe sobre a realização de Audiência Pública para discutir o novo modelo de exploração de petróleo previsto no Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, seja convidado como debatedor um representante da **Petrobrás,** a fim de trazer a palavra da empresa sobre o tema.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 18
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2010 – CCJ

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 2010 que "Susta a aplicação do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3". Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas as seguintes pessoas: senhor **Ives Gandra Martins,** senhor **Paulo Brossard;** senhor **Sepúlveda Pertence;** Dom **Dimas Lara,** Secretário Geral da CNBB; senhor **Denis Rosenfield;** senhor **Demétrio Vagnolio;** senhor **Marco Antônio Vila;** senhora **Gilda Carvalho,** Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão – PFDC; senhora **Paula Viana,** Coordenadora das Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro; senhor **Daniel Pimentel Slavieiro**, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão – ABERT; senhora **Judith Brito,** Presidenta da Agência Nacional de Jornalistas – ANJ; e senhor **Toni Reis,** Presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais – ABGLT.
Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 19
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2010 – CCJ

Requeiro nos termos regimentais e constitucionais, que seja convidado, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senhor **Nelson Jobim,** Ministro de Estado da Defesa, para prestar esclarecimento sobre o Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências.
Autoria: Senador Arthur Virgílio.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 20
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2010 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, a fim de que possam ser prestados esclarecimentos e informações sobre as ações que estão sendo adotadas quanto ao desaparecimento dos jovens de Luziânia/GO e que sejam convidadas as seguintes autoridades: **Ministro de**

Estado da Justiça; Diretor do Departamento Federal de Inteligência da Polícia Federal; e senhora **Viviane de Faria,** Coordenadora da Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 21
REQUERIMENTO Nº 28, DE 2010 – CCJ

Requeiro nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 142, de 2009 – CCJ, que seja feito convite, para a Audiência Pública sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2009 que "Altera os artigos 93 e 128, para prever o direito a férias anuais, individuais coletivas, dos magistrados e membros do Ministério Público", o senhor **Mozart Valadares Pires,** Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB.
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 22
REQUERIMENTO Nº 29, DE 2010 – CCJ

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2009 que trata do direito a férias coletivas e individuais dos magistrados. Outrossim, indico como debatedores, os representantes das seguintes entidades: **Associação Nacional dos Membros do Ministério Público CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE; e Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA.**
Autoria: Senadores Aloizio Mercadante e Valdir Raupp.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 23
REQUERIMENTO Nº 30, DE 2010 – CCJ

Nos termos regimentais, requeiro aditamento aos Requerimentos nºs. 15, de 2010 e 17, de 2010 – CCJ, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Eduardo Suplicy, respectivamente, do nome do senhor **Paulo Ziulkoski,** Presidente da Confederação

Nacional dos Municípios – CNM, a ser também convidado para participar da Audiência Pública conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e a de Serviços de Infraestrutura, com a finalidade de instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010.
Autoria: Senador Valter Pereira.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 24
REQUERIMENTO Nº 31, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 29, de 2010 – CCJ, o convite, para a Audiência Pública em questão, do Presidente do **Supremo Tribunal Federal – STF,** para a Audiência Pública sobre a Proposta de Emenda à Constitucional nº 48, de 2009, que "Altera os artigos 93 e 128, para prever o direito a férias anuais, individuais e coletivas, dos magistrados e membros do Ministério Público.
Autoria: Senador Demóstenes Torres.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 25
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos regimentais, aditamento do Requerimento nº 20, de 2010, que solicita a realização de Audiência Pública para debater, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os aspectos jurídicos, de proeminência constitucional, que emergem da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 30, de 2007, que acrescenta o artigo 75-A à Constituição Federal, para criar o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, para a inclusão, como convidado, o senhor **Marcelo Henrique Pereira,** Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Tribunais de Contas – FENASTC.
Autoria: Senadores Renato Casagrande e Romeu Tuma.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 26
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2010 – CCJ

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que com a finalidade de melhor instruir a Audiência Pública nesta Comissão destinada ao debate da questão do Pré-Sal, solicitada pelo Requerimento nº 21, de 2010 – CCJ solicito a inclusão

nesse debate do Almirante-de-Esquadra **Júlio Soares de Moura Neto,** Comandante da Marinha, ou um representante por ele designado.
Autoria: Senador Pedro Simon.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2010, CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTCIPATIVA; DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA; DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 5 e 6 de 2010 – CMA, 2 de 2010 – CCT, 3 de 2010 – CCJ, 18 de 2010 – CDH, 3 de 2010 – CRA, 1, 5 e 13 de 2010 – CRE.
Autoria: Senador Heráclito Fortes e outros Senhores Senadores.
Assunto: Debate sobre as questões e temas objeto do Decreto Presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que cria o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e esclarece reais intenções de pontos considerados polêmicos.

CONVIDADO:

Senhor **Paulo de Tarso Vanucchi,** Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 e 15 DE ABRIL DE 2010 (ORDINÁRIA).

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2010 – CCJ.
Autoria: Senadores Kátia Abreu e Efraim Morais.
Assunto: Debate sobre a modernização do Poder Judiciário para o desenvolvimento econômico do País.

CONVIDADO:

Ministro **Gilmar Mendes,** Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Resultado: Realizada.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 89, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do artigo 123, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, o nome do senhor **Artur Vidigal de Oliveira** para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do senhor Ministro **Flávio Flores da Cunha Bierrenbach.**
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Romeu Tuma.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação, por 18 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 90, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do artigo 104 da Constituição Federal, o nome do senhor **Raul Araújo Filho,** Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para compor o Superior Tribunal de Justiça no cargo de Ministro, em vaga reservada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do senhor Ministro **Paulo Benjamin Fragoso Gallotti.**
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Tasso Jereissati.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação, por 18 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 03
OFÍCIO "S" Nº 7, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Comunica ao Senado Federal que, em sessão realizada dia 10 de março de 2010, o Plenário da Câmara dos Deputados elegeu o senhor **Marcelo Rossi Nobre** para compor o Conselho Nacional de Justiça.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senador Arthur Virgílio.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação, por 18 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção.

3ª PARTE

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 34, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 58, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública junto com à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ do Senado Federal para debater a atuação do Palácio do Planalto em relação ao Dossiê "falso e sórdido" urdido contra o Senador Marconi Perillo. Solicito que sejam convidados, para a referida audiência: senhor **Gilberto Carvalho,** Chefe de Gabinete da Presidência da República; senhor **Romeu Tuma Júnior,** Secretário Nacional de Justiça; senhor **Fernando Krebs,** Promotor de Justiça do Estado de Goiás; senhor **Sandro Mabel,** Deputado Federal; e um representante do **Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça.**
Autoria: Senador Marconi Perillo.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno do Senado Federal, dispensa de interstício previsto pelo artigo 2º do Ato nº 1, de 2007 – CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 7, de 2010, que submete à consideração do Senado Federal o nome do senhor **Marcelo Rossi Nobre** para compor o Conselho Nacional de Justiça.
Autoria: Senador Arthur Virgílio.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 36, DE 2010 – CCJ

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que com a finalidade de melhor instruir a Audiência Pública nesta Comissão destinada ao debate da questão da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, que acrescenta o artigo 75-A à Constituição Federal, para criar o Conselho Nacional dos Tribunais de Constas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Constas e dá outras providências, solicitada pelo Requerimento nº 20, de 2010 – CCJ, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicito a inclusão nessa reunião da senhora **Bruna Mara Couto,** Presidenta da União dos Auditores Federais de Controle Externo – AUDITAR.
Autoria: Senador Pedro Simon.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 37, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com o objetivo de instruir o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. A audiência deverá ser realizada com a participação dos seguintes convidados: senhora **Izabella Mônica Vieira Teixeira,** Ministra do Meio Ambiente; senhor **Márcio Fortes,** Ministro das Cidades; senhor **Paulo Ziulkoski,** Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM. Senhor **Newton de Lima Azevedo,** Vice-Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base – ABDIB; senhor **Carlos Roberto Vieira da Silva Filho,** Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE; e senhor **Augusto Coelho Fernandes,** Diretor-Executivo da Confederação Nacional das Indústrias – CNI.
Autoria: Senador César Borges.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 38, DE 2010 – CCJ

Nos termos do inciso II do § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiências

Públicas no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, a serem realizadas neste plenário ou em localidades a serem designadas, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2010, que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. Sugiro sejam convidados para as referidas audiências públicas as autoridades nominadas a seguir: senhor **Edson Arantes do Nascimento (Pelé);** senhor **Orlando Silva**, Ministro de Estado do Esporte; senhor **Fábio Koff,** Presidente do Clube dos Treze; senhor **Arialdo Boscolo,** Presidente da Confederação Brasileira de Clubes – CBC; senhor **Geraldo Althoff,** Ex-Senador e Relator da CPI do Futebol; representante da **Federação de Atletas;** e senhor **Luiz Felipe Santoro,** Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo – IBDD.
Autoria: Senador Álvaro Dias.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 39, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento nº 14, de 2010, de minha autoria, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, de Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 8 de 2010, que "Autoriza a União a ceder onerosamente o exercício da atividade de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos de que trata o inciso I, do artigo 177, da Constituição e dá outras providências" para a inclusão, como convidado, de um representante da **Federação Única dos Petroleiros – FUP.**
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 40, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento nº 15, de 2010, de minha autoria, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, de Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 16 de 2010, que "Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos sob regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera

dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências" para a inclusão, como convidado, de um representante da **Federação Única dos Petroleiros – FUP.**
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 41, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento do Requerimento nº 13, de 2010 – CCJ, de minha autoria, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, de Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7 de 2010, que "Cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências", para a inclusão, como convidado, de um representante da **Federação Única dos Petroleiros – FUP.**
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 42, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 27, de 2010 – CCJ, que sejam convidados os senhores **Marcos Teixeira,** Delegado de Polícia Federal e **Felipe de Paula,** Secretário para Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, para a Audiência Pública destinada a prestar esclarecimentos e informações sobre as ações que estão sendo adotadas quanto ao desaparecimento dos jovens de Luziânia/GO.
Autoria: Senador Demóstenes Torres.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 43, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com o objetivo de analisar e debater os quatro projetos de lei que dispõem sobre regime de partilha, capitalização, criação de fundo e criação de nova estatal, no âmbito da exploração de petróleo nas áreas do pré-sal, com os seguintes convidados: senhor **Everardo Maciel,** Consultor Tributário, Sócio-Presidente da Logos Consultoria Fiscal, e Ex-Secretário da Receita Federal; senhor **José Roberto Afonso,** Economista do BNDES, cedido para o Senado Federal; senhor **Durval Soledad,** Advogado, Ex-Diretor Geral da CVM e Ex-Diretor Jurídico do BNDES; senhor **Marcos Rechtmann,** Consultor da FGV, estudioso em governança corporativa e finanças; senhor **Celso Silva,** Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás – ABPIP; senhor **Renato Bertani,** Consultor e Ex-Presidente da Petrobrás Américas; senhor **Wagner Freire,** Ex-Diretor de Produção e Exploração da Petrobrás; senhor **Otacílio Dantas Cartaxo,** Secretário da Receita Federal; senhora **Adriana Queiroz de Carvalho,** Procuradora Geral da Fazenda; senhor **Joaquim Levy,** Secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro; senhor **Carlos Martins,** Secretário de Fazenda da Bahia e Coordenador do CONFAZ; senhor **Paulo Rabelo de Castro,** Presidente da RC Consultores e do Conselho de Planejamento Estratégico da Fecomércio/SP; senhor **Sérgio Gobetti,** Economista do IPEA e estudioso do modelo da Noruega; e senhora **Ana Luiza Silva de Alvarez,** Economista do IPEA, realizou estudo comparativo entre os modelos de partilha e concessão.

Autoria: Senador Tasso Jereissati.

Resultado: Aprovado.

4ª PARTE
(15.04.10)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 27 e 42, de 2010 – CCJ.
Autoria: Senadores Lúcia Vânia e Demóstenes Torres.
Assunto: Debate sobre as ações que estão sendo adotadas quanto ao desaparecimento dos jovens de Luziânia/GO.

CONVIDADOS:

Senhor **Luiz Paulo Barreto,** Ministro de Estado da Justiça;
Senhor **Hellan Wesley Almeida Soares,** Delgado de Polícia Federal, representando o senhor **Marcos David Salem,** Diretor de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal;

Senhor **Marcos Teixeira,** Delegado de Polícia Federal; e
Senhor **Felipe de Paula,** Secretário para Assuntos Parlamentares do Ministério da Justiça.

JUSTIFICOU AUSÊNCIA:

Senhora **Viviane de Faria,** Coordenadora da Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)
(Realizada no Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná, Curitiba/PR).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 38 e 44, de 2010 – CCJ.
Autoria: Senador Álvaro Dias.
Autoria do Projeto: Presidente da República.
Relatoria: Senador Álvaro Dias.
Assunto: Debate sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2010, que "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências.

PARTICIPANTES:

Senhor **Orlando Silva,** Ministro de Estado do Esporte;
Senhor **Marco Augusto Malucelli,** Vice-Presidente do Clube dos Treze;
Senhor **Wilson da Silva Piazza,** Presidente da Federação das Associações de Atletas Profissionais;
Senhor **Paulo Marcos Schmitt,** Procurador-Geral do Superior Tribunal de Justiça Desportiva;
Senhor **Arialdo Boscolo,** Presidente da Confederação Brasileira de Clubes – CBC;
Senhor **Orlando Pessuti,** Governador do Estado do Paraná;
Senhor **José Lúcio Glom,** Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná; e
Senhor **Hélio Cury,** Presidente da Federação Paranaense de Futebol.

JUSTIFICOU AUSÊNCIA:

Senhor **Arthur Antunes Coimbra (Zico),** Presidente do Centro de Futebol Zico.
Resultado: Realizada.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 38 e 44, de 2010 – CCJ.
Autoria: Senador Álvaro Dias.
Autoria do Projeto: Presidente da República.
Relatoria: Senador Álvaro Dias.
Assunto: Debate sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2010, que "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências.

PARTICIPANTES:

Senhor **Orlando Silva de Jesus Júnior,** Ministro de Estado do Esporte;
Senhor **Luiz Felipe Santoro,** Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo – IBDD;
Senhor **Dagoberto Fernando dos Santos,** Secretário Executivo do Clube dos Treze;
Senhor **José Rocha,** Deputado Federal;
Senhor **Alfredo Sampaio,** Representante da Federação Nacional dos Atletas de Futebol.

JUSTIFICARAM AUSÊNCIA:

Senhor **Edson Arantes do Nascimento (Pelé),** Ex-Jogador de Futebol; e
Senhor **Geraldo Althoff,** Secretário Executivo de Articulação Nacional, Ex-Senador e Relator da CPI do Futebol (SF).
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 45, DE 2010 – CCJ

Em complementação ao Requerimento nº 38, de 2010 – CCJ, aprovado por esta Comissão no último dia 14 de abril de 2010, requeiro, com amparo no inciso II do § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidadas também as autoridades listadas a seguir para a audiência pública a ser realizada por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –

CCJ com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2010, que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências: Deputado Federal **José Rocha,** Relator do PL nº 5.186, de 2005 na Comissão Especial da Câmara dos Deputados; e senhor **Alfredo Sampaio,** representante da Federação Nacional dos Atletas de Futebol.
Autoria: Senador Álvaro Dias.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 46, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2010, que "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências" a ser realizada em Goiânia, com os seguintes convidados: senhor **Orlando Silva,** Ministro de Estado do Esporte; Presidente do **Goiás Esporte Clube;** Presidente do **Vila Nova Futebol Clube;** Presidente do **Atlético Clube Goianiense;** Presidente do **Clube de Regatas Jaó;** Presidente do **Jóquei Clube de Goiás;** Presidente do **Conselho Regional de Educação Física do Estado de Goiás;** Presidente da **Agência Goiana de Esportes e Lazer;** e Presidente do **Santa Helena Esporte Clube.**
Autoria: Senador Demóstenes Torres.
Resultado: Aprovado.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a gratuidade na apresentação da Declaração Anual de Isento e dá outras providências.
Autoria: Deputado Tarcísio Zimmermann.
Relatoria: Senador Marconi Perillo.
Relatório: Favorável à matéria, com as Emendas nºs. 1 e 2 – CAE.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CAE/CCJ.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Inclui Seção XIII-A Capítulo II da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, relativa à uniformização de jurisprudência.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Valter Pereira.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo).

ITEM Nº 03
EMENDA Nº 1 DE PLENÁRIO OFERECIDA AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Estabelece a admissão tácita de paternidade no caso em que menciona.
Autoria da Emenda: Senador Tasso Jereissati.
Autoria do Projeto: Deputada Iara Bernardi.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Favorável à matéria, na forma da subemenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Emenda nº 1 – PLEN, na forma da Subemenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera o Decreto-Lei nº 667, de 1969, estabelecendo exames periódicos para os membros das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros dos Estados e Distrito Federal.
Autoria: Senador Magno Malta.
Relatoria: Senador Adelmir Santana.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98, DE 2006 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a aplicação de normas internacionais no Brasil e dá outras providências.
Autoria: Senador Antero Paes de Barros.
Relatoria "ad hoc": Senador Marconi Perillo.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 700, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria "ad hoc": Senador Augusto Botelho.
Relatório: Favorável à matéria e à Emenda apresentada pelo Senador Marcelo Crivella, e cinco emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1, 2, 3, 4, 5 e 6 - CCJ. A matéria vai à Comissão de Diretos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, DE 2009
NÃO TERMINATIVO
Determina a inclusão automática na "malha fina" das declarações do imposto de renda dos contribuintes detentores de mandato eletivo.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senador Francisco Dornelles.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta os §§ 6º e 7º ao artigo 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para possibilitar o exame de código genético – DNA em ação de investigação de paternidade, nos casos que especifica.
Autoria: Senadora Marisa Serrano.

Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Obs: Durante a discussão, o Senador Antônio Carlos Júnior reformula o Relatório, concluindo pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, DE 2005 – CONSOLIDAÇÃO.
NÃO TERMINATIVO

Consolida e atualiza a legislação federal sobre a inscrição e a extinção do registro de empresário e de sociedade empresária.
Autoria: Senador Adelmir Santana.
Relatoria: Senador Francisco Dornelles.
Relatório: Favorável à matéria, com seis emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1, 2, 3, 4, 5 e 6 – CCJ.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 47, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2008, que trata de alterações no regramento da aposentadoria dos membros do Poder Judiciário. Outrossim, indico como convidados, as seguintes autoridades ou representantes de entidades: Ministro **Cezar Peluso,** Presidente do Supremo Tribunal Federal; senhor **Carlos Eduardo Gabas,** Ministro de Estado da Previdência Social; **Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Conselho Nacional de Justiça – CNJ; e Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA.**
Autoria: Senadores Eduardo Suplicy e Aloizio Mercadante.
Resultado: Rejeitado.

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
PROJETO DE RESOLUÇÃO "SF" Nº 24, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Revoga os §§ 7º e 8º do artigo 2º da Resolução do Senado nº 98, de 1998. (Que tratam da assunção da obrigação de pagamento por parte da União, mediante retenção do FPE, de débito do Estado do Paraná).
Autoria: Senador Osmar Dias.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda de redação que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ de redação.

TOTAL DE REUNIÕES: 07

02 Ordinárias – Deliberativa.
01 Extraordinária – Deliberativa.
01 Ordinária – Audiência Pública.
02 Extraordinárias – Audiência Pública.
01 Extraordinária – Conjunta.

MATÉRIAS APRECIADAS: 82

04 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
12 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
05 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
01 Projeto de Resolução "SF" (não terminativo.
01 Proposta de Emenda à Constituição (não terminativo).
02 Mensagens "SF" (não terminativo).
01 Ofício "S" (não terminativo).
01 Emenda de Plenário (não terminativo).
26 Requerimentos – CCJ.
28 Emendas – CCJ.
01 Subemenda – CCJ.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senadora Fátima Cleide.
Vice Presidente: Senadora Marisa Serrano.

REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, DE 2005
TERMINATIVO

Estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura no País.
Autoria: Senador Efraim Morais.
Relatoria "ad hoc": Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo. O Substitutivo será apreciado em turno suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Cria a Agência Federal para a Avaliação Escolar, destinada a implementar processos de avaliação da educação básica e controlar, vigiar e fiscalizar os gestores do sistema educacional.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senadora Marisa Serrano.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CE (substitutivo). A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 309, DE 2006
TERMINATIVO

Obriga os estabelecimentos de educação básica, superior e profissional da rede federal, estadual e municipal a ceder salas de aula e demais instalações necessárias ao funcionamento de classes de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidos por redes públicas e entidades da sociedade civil.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senador Romeu Tuma.
Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo).
Resultado: Aprovado o Substitutivo. O Substitutivo será apreciado em turno suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 327, DE 2005
TERMINATIVO

Faculta atribuir a outros conselhos ligados à Educação as competências do Conselho de Alimentação Escolar.
Autoria: Senador Pedro Simon.
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo. O Substitutivo será apreciado em turno suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 148, DE 2009
TERMINATIVO

Confere ao Município de Ipê, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional da Agricultura Ecológica.
Autoria: Deputado Pepe Vargas.
Relatoria: Senador Paulo Paim.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 437, DE 2009
TERMINATIVO

Inclui o nome do cidadão Pedro Aleixo na galeria dos que foram ungidos pela Nação Brasileira para a Suprema Magistratura.
Autoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatoria: Senador Eliseu Resende.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará no Município de Pacajus.
Autoria: Senador Inácio Arruda.
Relatoria: Senador José Nery.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Centro-Norte Maranhense, com sede no Município de Santa Inês, Estado do Maranhão.
Autoria: Senador Lobão Filho.
Relatoria: Senador Neuto de Conto.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Município de Reserva, no Estado do Paraná.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo. O Substitutivo será apreciado em turno suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 644, DE 2007
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Nordeste de Goiás (UFNEG) com sede no Município de Formosa, no Estado de Goiás.
Autoria: Senador Marconi Perillo.
Relatoria "ad hoc": Senador Inácio Arruda.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal da Paraíba no Município de Santa Luzia.
Autoria: Senador Efraim Morais.
Relatoria: Senador Cícero Lucena.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Santa Rita.
Autoria: Senador Cícero Lucena.
Relatoria: Senador Efraim Morais.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal da Paraíba, nos Municípios de Boqueirão e Itaporanga.
Autoria: Senador Efraim Morais.
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2010
TERMINATIVO

Denomina "Avenida de Integração Prefeito Olavo de Matos" o trecho da BR-259 que liga os Municípios de Curvelo e Inimutaba, em Minas Gerais.
Autoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatoria "ad hoc": Senador Neuto de Conto.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, DE 1999
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional e dá outras providências.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senador Moreira Mendes.
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Favorável à matéria, e contrário a supressão do parágrafo único do artigo 1º aprovado pela Câmara dos Deputados.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Substitutivo, com a rejeição da supressão do parágrafo único do artigo 1º do Projeto.

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 5 de 2009 – CE.
Autoria: Senadora Marisa Serrano.
Assunto: Debate sobre a "Avaliação da Aprendizagem, Formação de Professores e Alfabetização".

CONVIDADOS:

Senhora **Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde,** Presidenta do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED e Secretária de Educação do Estado do Paraná;

Senhora **Maria Izolda da Cela de Arruda Coelho,** Secretária de Educação do Estado do Ceará;
Senhora **Lázara Lopes da Costa,** Coordenadora de Programas de Apoio Educacional da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul;
Senhor **Paulo Ricardo Javiel Rezende,** Secretário Adjunto de Educação do Estado do Rio Grande do Sul; e
Senhor **Carlos Eduardo Sanches,** Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME e Secretário Municipal de Educação do Município de Castro/PR.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 324, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.
Autoria: Deputado Lobbe Neto.
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
EMENDAS 1 e 2 DA CÂMARA DOS DEPUTADOS OFERECIDAS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2002
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional de Combate ao Dengue.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senador Vasco Furlan.
Relatoria "ad hoc": Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatório: Contrário às Emendas.
Resultado: Aprovado parecer contrário às Emendas nºs. 1 e 2 da Câmara dos Deputados.

ITEM Nº 03
INDICAÇÃO Nº 1, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do artigo 224 do Regimento Interno do Senado Federal, indica à Comissão de Educação, Cultura e Esporte a realização de estudos para a instalação, em sua sala de reuniões, de galeria de fotos dos grandes educadores brasileiros.
Autoria: Senador Mão Santa.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Valadares.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Indicação.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 295, DE 2005
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade Regional de Blumenau, mediante sua transformação na Universidade Federal de Blumenau.
Autoria: Senador Leonel Pavan.
Relatoria: Senadora Ideli Salvatti.
Relatório: Pela aprovação da matéria e das Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CCJ, na forma das subemendas que apresenta, e pela apresentação de uma emenda.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1, 2 e 3 – CCJ/CE e Emenda nº 4 – CE.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 534, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, na região noroeste de Goiânia.
Autoria: Senador Marconi Perillo.
Relatoria: Senador Cícero Lucena.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, DE 2006
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Sertão Sergipano – UNISSE, com sede na cidade de Poço Redondo, no Estado de Sergipe.
Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves.
Relatoria: Senador Neuto de Conto.

Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 273, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no município de Goianinha.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatoria "ad hoc": Senador José Agripino.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no Município de Assú.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatoria: Senador José Agripino.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 297, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no município de Macaíba.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatoria: Senador José Agripino.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, DE 2005

TERMINATIVO

Estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura no País.
Autoria: Senador Efraim Morais.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Obs: Durante a discussão suplementar, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 11
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 309, DE 2006
TERMINATIVO

Obriga os estabelecimentos de educação básica, superior e profissional da rede federal, estadual e municipal a ceder salas de aula e demais instalações necessárias ao funcionamento de classes de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidos por redes públicas e entidades da sociedade civil.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senador Romeu Tuma.
Obs: Durante a discussão suplementar, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 12
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 327, DE 2005
TERMINATIVO

Faculta atribuir a outros conselhos ligados à Educação as competências do Conselho de Alimentação Escolar.
Autoria: Senador Pedro Simon.
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.
Obs: Durante a discussão suplementar, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 13
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Município de Reserva, no Estado do Paraná.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Obs: Durante a discussão suplementar, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2010 – CE

Considerando que entre dezembro de 2005 e junho de 2009 houve aumento de 130,80% de presos de 18 a 24 anos de idade, sendo que nesta idade o jovem estaria saindo do ensino médio ou da faculdade; Considerando, segundo o grau de instrução, que a maioria dos presos tem o fundamental incompleto (46,02%); Considerando, decréscimo de -10,88% no número de presos alfabetizados entre 2005 e 2009; Requeiro, nos termos regimentais, a realização, de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Educação, Cultura e Esportes com a Comissão de Assuntos Sociais, para discutir as relações sociais cadeia-escola pública. Para tanto, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades: senhor **Luiz Paulo Teles F. Barreto,** Ministro de Estado da Justiça; senhor **Fernando Haddad,** Ministro de Estado da Educação; senhor **Fábio Feitosa da Silva,** do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; senhora **Miriam Abramovay,** do Observatório de Violência nas Escolas – Brasil; e senhora **Alba Zaluar,** Socióloga e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 15
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2010 – CE

Requeiro, nos termos dos artigos 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de Audiência

Pública com os debatedores na Conferência Nacional de Educação – CONAE, realizada no período de 28 de março a 1º de abril de 2010, quando foram discutidas as novas diretrizes e estratégias para a educação básica pública e privada no Plano Nacional de Educação, que vigorará de 2011 a 2020.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2010 – CE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados: senhora **Yvelise Freitas de Souza Arcoverde –** Presidenta do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; senhor **Carlos Eduardo Sanches,** Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; senhora **Edna Martins Borges,** Coordenadora Geral de Ensino Fundamental – SEB/MEC; e senhora **Rita de Cássia Freitas Coelho,** Coordenadora Geral de Educação Infantil – SEB/MEC.
Autoria: Senadora Ideli Salvatti.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2010 – CE

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Conjunta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE; Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ; Comissão de Assuntos Econômicos – CAE; Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI; Comissão de Assuntos Sociais – CAS; Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7 de 2010, que "cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências", com os seguintes convidados: representante da **Casa Civil da Presidência**

da República; representante do **Ministério de Minas e Energia – MME;** representante do **Ministério da Fazenda – MF;** e senhor **Márcio Pochmann,** Presidente do IPEA.
Autoria: Senadora Ideli Salvatti.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2010 – CE

Com fundamento no disposto nos artigos 90, incisos II e V, 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a debater as potencialidades da Educação a Distância na escolarização e profissionalização da pessoa com deficiência no País. Para tanto sugiro os seguintes convidados: senhor **Carlos Alberto Chiarelli,** Ex-Ministro de Estado da Educação; senhor **Fredric Michel Litto,** Presidente da Associação Brasileira de Ensino a Distância – ABED; Alunos com deficiência egressos dos projetos-pilotos da **Associação da Cadeia Produtiva de Educação a Distância – ACED;** e representante do **Ministério da Educação.**
Autoria: Senadores Flávio Arns, Marisa Serrano e Eduardo Azeredo.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
ADITAMENTO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 15, DE 2010 – CE

Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 15, de 2010 – CE, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, sejam acrescentados à lista de convidados nomes de especialistas no tema em questão, a serem oportunamente indicados, para participarem de Audiência Pública com os debatedores da Conferência Nacional de Educação – CONAE, realizada no período de 28 de março a 1º de abril de 2010, quando foram discutidas novas diretrizes e estratégias para a educação básica pública e privada no Plano Nacional de Educação, que vigorará de 2011 a 2020.
Autoria: Senadora Marisa Serrano.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 12 de 2010 – CE.
Autoria: Senadores Marisa Serrano e Flávio Arns.
Assunto: Debate sobre as propostas do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 para alterar o artigo 6º da Lei 12.035, de 2009 (Ato Olímpico) e o § 2º do artigo 15

da Lei nº 9.615, de 1998 (Lei Pelé) que regulamentam a proteção aos símbolos relacionados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

CONVIDADOS:

Senhor **Leonardo Gryner,** Diretor de Marketing, Comunicação, Cultura, Cerimônias e Broadcasting do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 e Diretor de Marketing e Comunicação do Comitê Olímpico Brasileiro – COB; e
Senhor **André Zonaro Giacchetta,** Especialista em Propriedade Intelectual e Sócio Associado da Área Contenciosa/Pinheiro Neto Advogados.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 528, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para determinar a cessão de sinais de eventos desportivos de interesse nacional para a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, nas condições em que especifica.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Relatoria: Senador Valter Pereira.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, DE 2009
TERMINATIVO

Institui o Dia do Empreendedor Individual.
Autoria: Senador Adelmir Santana.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, DE 2006
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Baixada Maranhense – UFBAM, com sede no Município de Pinheiro, Estado do Maranhão.
Autoria: Senadora Roseana Sarney.
Relatoria: Senador Inácio Arruda.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no Município de Lages.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no Município de Alexandria.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 360, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de São Miguel do Guamá, no Estado do Pará.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatoria: Senador José Nery.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo. O Substitutivo será apreciado em turno suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2010 – CE

Nos termos regimentais, requeiro, seja promovida, por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, e com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, Audiência Pública com o objetivo de debater o fenômeno da chamada "Epidemia do Crack" no Brasil, suas causas, conseqüências e medidas a serem tomadas para o seu combate, com os seguintes convidados, sem prejuízo de quaisquer outras sugestões: senhor **Carlos Salgado,** Presidente da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas – ABEAD; senhor **Manoel Soares,** Coordenador da Central Única de Favelas para a Região Sul – CUFA/RS; senhor **Nelson Pacheco Sirotsky,** Presidente do Grupo RBS; senhor **José Gomes Temporão,** Ministro de Estado da Saúde; senhor **Fernando Haddad,** Ministro de Estado da Educação; General **Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa,** Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
ADITAMENTO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 19, DE 2010 – CE

Requeiro nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 19, de 2010 – CE, aprovado nesta data, sejam convidados para a Audiência Pública conjunta a ser realizada nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, e com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, que discutirá a chamada "Epidemia do Crack" no Brasil, as seguintes personalidades: senhora **Judith Brito,** Presidenta da Associação Nacional dos Jornais – ANJ; e senhor **Daniel Pimentel Slavieiro,** Presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 20, DE 2010 – CE

Com fulcro nas disposições do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja convidada a senhora **Viviane Senna,** Presidenta do Instituto Ayrton Senna, para Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, em data a ser futuramente marcada, com o objetivo de expor suas experiências com convênios e contratos firmados com a Administração Pública e Privada, na área de Educação.
Autoria: Senador Romeu Tuma.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
ADITAMENTO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 16, DE 2010 – CE

Requeiro nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 16, de 2010 – CE, substituindo a convidada **Edna Martins Borges,** Coordenadora Geral de Ensino Fundamental – SEB/MEC pela convidada **Maria do Pillar,** Secretária Nacional de Educação Básica do Ministério da Educação; e substituindo a senhora **Rita de Cássia Freitas Coelho,** Coordenadora Geral de Educação Infantil – SEB/MEC pela senhora **Maria Machado Campos Malta,** Consultora da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.
Autoria: Senadora Fátima Cleide.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 4 de 2010 – CE.
Autoria: Senadores Flávio Arns, Gerson Camata e Marco Maciel.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 160 de 2009, que "Dispõe sobre o livre exercício da crença e dos cultos religiosos"

PARTICIPANTES:

Padre **Jesus Hortal Sanchéz,** representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB;
Senhor **Nestor João Masotti,** Presidente da Federação Espírita Brasileira – FEB;
Bispo **Walcysneu Carlos Macedo de Oliveira,** representante da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD;
Pastor **Sinodal Carlos Augusto Möller,** Presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC; e

Senhora **Maria Cláudia Bucchianeri Pinheiro,** Professora de Pós-Graduação em Direito Constitucional e Direito Eleitoral do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP e do Instituto Luiz Flávio Gomes – ILFG e Vice-Presidenta da Associação Brasileira de Liberdade Religiosa e Cidadania – ABLIRC.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 06

03 Ordinárias – Deliberativa.
03 Extraordinárias – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 50

23 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
02 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
02 Projetos de Lei da Câmara (terminativo).
01 Substitutivo da Câmara dos Deputados (não terminativo).
02 Emendas da Câmara dos Deputados (não terminativo).
01 Indicação (não terminativo).
04 Turnos Suplementares (terminativo).
07 Requerimentos – CE.
03 Aditamentos – CE.
05 Emendas – CE.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador Renato Casagrande.
Vice Presidente: Senador Cícero Lucena.

REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 73 de 2009 – CMA.
Autoria: Senador Jefferson Praia.
Assunto: Debate sobre os parâmetros de preços utilizados para as obras públicas.

CONVIDADOS:

Senhor **Clóvis Marcelo Dias Bueno,** Gerente Nacional de Gestão, Padronização e Normas Técnicas da Caixa Econômica Federal;
Senhor **Silvio Figueiredo Mourão,** Coordenador Geral de Custos de Infraestrutura do DNIT;
Senhor **André Luiz Mendes,** Secretário de Fiscalização de Obras do TCU; e
Senhor **Pedro Paulo Piovesan de Farias,** Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP.
Resultado: Realizada.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 9 de 2010 – CMA.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Assunto: Debate sobre os vinte anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor, destinado, ainda, a coletar subsídios para propor reforma daquela norma.

CONVIDADOS:

Senhor **Roberto Pfeiffer,** Diretor Executivo da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON do Estado de São Paulo;
Senhor **Bernardo Medeiros,** Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
Senhor **Evandro Zuliani,** Assessor Técnico da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN; e
Senhor **André da Silva Ordacgy,** da Defensoria Pública da União – DPU.
Resultado: Realizada.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2010, CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTCIPATIVA; DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA; DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 5 e 6 de 2010 – CMA, 2 de 2010 – CCT, 3 de 2010 – CCJ, 18 de 2010 – CDH, 3 de 2010 – CRA, 1, 5 e 13 de 2010 – CRE.
Autoria: Senador Heráclito Fortes e outros Senhores Senadores.
Assunto: Debate sobre as questões e temas objeto do Decreto Presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que cria o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e esclarece reais intenções de pontos considerados polêmicos.

CONVIDADO:

Senhor **Paulo de Tarso Vanucchi,** Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos.
Resultado: Realizada.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 73, de 2009 – CMA.
Autoria: Senador Jefferson Praia.
Assunto: Debate sobre os parâmetros de preços utilizados para as obras públicas.

CONVIDADOS:

Senhor **Wagner Rosa da Silva,** Diretor de Auditoria de Infraestrutura da Controladoria-Geral da União – CGU.
Senhor **Alan de Oliveira Lopes,** Perito Criminal Federal do Serviço de Perícias de Engenharia do Meio Ambiente da Delegacia de Polícia Federal – SEPEMA/DPF;
Senhor **Jaime Henrique Caldas Parreira,** Diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO;
Senhora **Lélia Barbosa de Sousa Sá,** Engenheira Civil do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA;
Senhor **Alexandre Aroeira Salles,** Assessor Jurídico do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON; e
Senhor **Melvyn David Fox,** Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção - ABRAMAT.

JUSTIFICOU AUSÊNCIA

Representante da **Associação Brasileira de Infraestrutura de Base – ABDIB.**
Resultado: Realizada.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Autoriza a União a doar ao Estado de Mato Grosso as áreas de domínio federal nas Glebas denominadas Maiká, em litígio na Ação Cível Originária nº 488, que tramita no Supremo Tribunal Federal, e Cristalino/Divisa, de que trata a Ação Discriminatória nº 00.00.04321-4, suspensa por decisão do STF na Reclamação nº 2.646.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e a de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2010 – CMA.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Assunto: Debate sobre os vinte anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor, destinado, ainda, a coletar subsídios para propor reforma daquela norma.

CONVIDADOS:

Senhor **Ricardo Morishita,** Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – DPDC;
Senhor **Héctor Valverde,** Juiz de Direito do Distrito Federal; e
Senhora **Cláudia Lima Marques,** Professora da Universidade do Rio Grande do Sul – UFRGS.

JUSTIFICOU AUSÊNCIA

Senhor **Leonardo Bessa,** Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal – MPDFT e Presidente do Instituto Brasileiro de Política e Defesa do Consumidor – BRASILCON.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 06

01 Ordinária – Deliberativa.
04 Extraordinárias – Audiência Pública.
01 Extraordinária – Conjunta.

MATÉRIAS APRECIADAS: 01

01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

Presidente: Senador Cristovam Buarque.
Vice Presidente: Senador José Nery.

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2010 – CDH.
Autoria: Senador Magno Malta.
Assunto: Debate sobre a questão dos brasileiros dispostos a adotar crianças Haitianas.

CONVIDADOS:

Senhor **Idalbert Pierre-Jean,** Embaixador do Haiti no Brasil;
Senhor **Francisco Rossi,** Deputado Federal;
Senhor **João Mattos,** Deputado Federal;
Senhora **Ana Paula Rossi,** Vereadora do Município de Osasco/SP;
Senhor **Carlos José e Silva Fortes,** Promotor de Justiça da Infância de Divinópolis/MG;
Senhora **Meire Sousa,** Promotora de Justiça da Vara de Família de Divinópolis/MG;

Senhor **Nicolau Lupianhes Neto,** Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça – CNJ; e
Senhora **Sandra Maria Teodora Amaral,** Presidenta do Grupo de Apoio à Adoção "De Volta para Casa", representando a senhora **Bárbara Toledo,** Presidenta da Associação.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2010, CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA; DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 5 e 6 de 2010 – CMA, 2 de 2010 – CCT, 3 de 2010 – CCJ, 18 de 2010 – CDH, 3 de 2010 – CRA, 1, 5 e 13 de 2010 – CRE.
Autoria: Senador Heráclito Fortes e outros Senhores Senadores.
Assunto: Debate sobre as questões e temas objeto do Decreto Presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que cria o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e esclarece reais intenções de pontos considerados polêmicos.

CONVIDADO:

Senhor **Paulo de Tarso Vanucchi,** Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2010, CONJUNTA COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 11 de 2010 – CDH e 8 de 2010- CRE.
Autoria: Senadores Flávio Arns e Eduardo Azeredo.
Assunto: Debate sobre a situação das famílias abandonadas por uma parcela dos chamados Dekasseguis – brasileiros descendentes nipônicos que vão trabalhar no Japão.

CONVIDADOS:

Senhor **Rodrigo Melo Oliveira,** Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Paracatu/MG;
Senhor **Djalma Straube,** Presidente da Associação das Famílias Abandonadas por Dekasseguis no Brasil;
Senhora **Aparecida Margarete dos Santos Kayaki,** Representante das famílias; e
Senhor **Aloysio Mares Dias Gomide Filho,** Chefe da Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO

TOTAL DE REUNIÕES: 04

01 Extraordinária – Deliberativa.
01 Extraordinária – Audiência Pública.
02 Extraordinárias – Conjunta.

MATÉRIAS APRECIADAS:

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: Senador Eduardo Azeredo.
Vice Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 7 e 11, de 2010 – CRE.
Autoria: Senadores Heráclito Fortes e João Tenório.
Assunto: Debate sobre o posicionamento brasileiro em relação ao Programa Nuclear da República Islâmica do Irã e prestar esclarecimentos sobre o "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças", tendo em

vista suas peculiaridades, que extrapolam os termos usais dos tratados de cooperação em matérias de defesa.

CONVIDADO:

Chanceler **Celso Amorim,** Ministro de Estado das Relações Exteriores.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 9 e 14, de 2010 – CRE.
Autoria: Senadores Eduardo Azeredo e Inácio Arruda.
Assunto: Debate sobre a "Revisão do Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares". Co-participação do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz – CEBRAPAZ; Conselho Mundial da Paz – CMP; Fundação Alexandre de Gusmão; Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional – CCAI; Associação Brasileira de Estudos da Defesa – ABED e a Universidade de Brasília – UnB.

CONVIDADOS:

Embaixador **Sérgio Duarte Queiróz,** Alto Representante para as Questões de Desarmamento nas Nações Unidas;
Ministro **Santiago Irazabal Mourão,** Chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologia Sensíveis do Ministério das Relações Exteriores – MRE;
Senhor **Odair Dias Gonçalves,** Físico e Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear;
Senhor **Odilon Marcuzzo do Canto,** Físico e Secretário da Agência Brasileira Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares – ABACC;
Professor **Frederico Carvalho,** Físico Nuclear e Membro do Conselho Português para a Paz e a Cooperação;
Senhora **Socorro Gomes,** Presidenta do Conselho Mundial da Paz – CMP e do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos de Luta pela Paz – CEBRAPAZ;
Senhor **Nielsen de Paula Pires,** Professor Adjunto do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília;
Senhor **Manuel Domingos Neto,** Professor da Universidade Federal Fluminense; e

Senhora **Jackie Cabasso,** Coordenadora para os EUA da Organização Prefeitos pela Paz e Ativista da Luta pela Abolição das Armas Nucleares.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2010, CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTCIPATIVA; DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA; DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 5 e 6 de 2010 – CMA, 2 de 2010 – CCT, 3 de 2010 – CCJ, 18 de 2010 – CDH, 3 de 2010 – CRA, 1, 5 e 13 de 2010 – CRE.
Autoria: Senador Heráclito Fortes e outros Senhores Senadores.
Assunto: Debate sobre as questões e temas objeto do Decreto Presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que cria o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e esclarece reais intenções de pontos considerados polêmicos.

CONVIDADO:

Senhor **Paulo de Tarso Vanucchi,** Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2010, CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 8 de 2010 – CRE e 11 de 2010- CDH.
Autoria: Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns.
Assunto: Debate sobre a situação das famílias abandonadas por uma parcela dos chamados Dekasseguis – brasileiros descendentes nipônicos que vão trabalhar no Japão.

CONVIDADOS:

Senhor **Rodrigo Melo Oliveira,** Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Paracatu/MG;

Senhor **Djalma Straube,** Presidente da Associação das Famílias Abandonadas por Dekasseguis no Brasil;
Senhora **Aparecida Margarete dos Santos Kayaki,** Representante das famílias; e
Senhor **Aloysio Mares Dias Gomide Filho,** Chefe da Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 64, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e do artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da senhora **Maria Elisa de Bittencourt Berenguer,** Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Estado de Israel.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2010
TERMINATIVO

Altera o artigo 1º da Lei nº 11.320, de 6 de julho de 2006, que fixa os efeitos do Comando da Aeronáutica em tempo de paz (cria cargos nos quadros do Comando da Aeronáutica).
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Paulo Duque.
Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1 – CCJ de redação.
Resultado: Aprovado o Projeto, e a Emenda nº 1 – CCJ/CRE de redação.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 868, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica entre os Estados Partes do Mercosul e os Estados Membros do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo, assinado em Brasília, em 10 de maio de 2005.
Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN).
Relatoria: Senador Inácio Arruda.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 873, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consultor, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Díli, em 9 de janeiro de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Augusto Botelho.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Estado Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o Combate à Malária/Paludismo, celebrado em São Tomé, em 26 de julho de 2004, durante a V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Augusto Botelho.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 26, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia para o Estabelecimento da Zona de Regime Especial Fronteiriço para as Localidades de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia), celebrado em Bogotá, em 19 de setembro de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Inácio Arruda.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2010 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor **Samuel Pinheiro Guimarães,** Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, para discorrer, em Audiência Pública, sobre o Programa Nuclear Brasileiro.
Autoria: Senador Inácio Arruda.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 20, DE 2010 – CRE

Requeiro que seja proposta por esta Comissão, nos termos do artigo 74, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Comissão Externa composta de 3 (três) membros, destinada a representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre Não-Proliferação de Armas Nucleares – TNP, que acontece no próximo mês de maio, na sede das Nações Unidas.
Autoria: Senador Inácio Arruda.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 21, DE 2010 – CRE

Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado o Embaixador da República Bolivariana da Venezuela no Brasil, para que o mesmo exponha, no âmbito da Comissão de Relações

Exteriores e Defesa Nacional – CRE, sobre as atuais relações comerciais entre seu País e o Brasil.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 1, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **Fernando Simas Magalhães,** Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Equador.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 65, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e do artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do senhor **Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos,** Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Tasso Jereissati.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 76, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome da senhora **Ana Lucy Gentil Cabral Petersen,** Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Angola..
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a doar 3 (três) aeronaves T-27 TUCANO à República do Paraguai.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Romeu Tuma.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 22, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre a Cooperação Descentralizada, assinado em Roma, em 17 de outubro de 2007.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2010 – CRE

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da CRE, para debater a situação dos agricultores brasileiros que estão sofrendo processo de expropriação de suas terras no Paraguai, sendo obrigados a retornar ao Brasil, tendo como convidados: senhora **Sandra Cardoso M. Cassone,** Prefeita Municipal de Itaquiraí/MS; senhor **José de Oliveira,** Líder do MST; representante do **MRE;** Líder dos **Brasiguaios;** senhor **Flávio Bonzanini,** Cônsul do Brasil em Ciudad Del Este; representante da área da **Defesa** e/ou **Justiça.**
Autoria: Senadores Delcídio Amaral e Eduardo Azeredo.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2010 – CRE

Requer, nos termos do artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, sejam convidados o senhor **Jorge Armando Félix,** Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; senhor **Wilson Roberto Trezza,** Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência; e senhor **Carlos Almeida Campelo,** Juiz Federal, para que venham à CRE prestar esclarecimentos sobre as notícias veiculadas na imprensa referentes a ações da Agência Brasileira de Inteligência em face de decisões do magistrado relacionadas ao leilão para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará. A questão referente às ações da guerrilha no Paraguai supostamente envolvendo brasileiros, deverá também ser esclarecida.
Autoria: Senador Heráclito Fortes.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 06

02 Ordinárias – Deliberativa.
02 Extraordinárias – Audiência Pública.
02 Conjuntas – Audiência Pública

MATÉRIAS APRECIADAS: 17

01 Projeto de Lei da Câmara (terminativo).
01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).
05 Projetos de Decreto Legislativo "SF" (não terminativo).
04 Mensagens "SF" (não terminativa).
05 Requerimentos – CRE.

01 Emenda – CRE.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senador Fernando Collor.
Vice Presidente: Senador Eliseu Resende.

REUNIÃO REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

ITEM Nº 01
APRESENTAÇÃO DE ANTEPROJETOS DE LEI SOBRE O MARCO REGULATÓRIO

ANTEPROJETO DE LEI Nº 1, DE 2010 – CI

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para restabelecer a isonomia entre empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas privadas para a prestação de serviços públicos.

ANTEPROJETO DE LEI Nº 2, DE 2010 – CI

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar que a alocação de recursos federais para obras estaduais e municipais seja condicionada à existência de projeto básico.

ANTEPROJETO DE LEI /Nº 3, DE 2010 – CI

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, e a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, e dá outras providências, para permitir que recursos do Fundo Nacional de Saúde sejam alocados a projetos de saneamento básico.

ANTEPROJETO DE LEI Nº 4, DE 2010 – CI

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre

o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências, para impedir a implantação de infraestrutura básica e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas de risco.
Autoria: Senador Fernando Collor.
Relatoria: Senador Eliseu Resende.
Relatório: Favorável à apresentação das matérias.
Resultado: Aprovado parecer favorável à apresentação dos Anteprojetos, na forma de Projeto de Lei.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 139, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o Decreto-Lei nº 116, de 25 de janeiro de 1967, para alterar o prazo prescricional das ações contra extravio de carga e das ações por falta de conteúdo, diminuição, perdas e avarias ou danos à carga.
Autoria: Deputado Carlos Bezerra.
Relatoria "ad hoc": Senador Francisco Dornelles.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2010 – CI.
Autoria: Senador Fernando Collor.
Assunto: Debate sobre os desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos para prospecção e exploração mineral – Painel 6.

CONVIDADOS:

Senhor **Carlos Tadeu da Costa,** Gerente Executivo do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello – CENPES;
Senhor **Miguel Antônio Cedraz Nery,** Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM;

Senhor **Cláudio Scliar,** Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia – MME;
Senhor **Fernando Pereira de Carvalho,** Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, Serviço Geológico do Brasil – CPRM; e
Senhor **Luiz Antônio Ugeda Sanches,** Diretor Executivo do Instituto Geodireito – IGD.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre o embarque e o desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
Autoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CI. A matéria vai às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2010 – CI.
Autoria: Senador Fernando Collor.
Assunto: Debate sobre Rio + 20 (2012), Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas em 2016, demandas das cidades que sediarão os três eventos, necessidade de infraestrutura e de formação e capacitação da mão de obra – Painel 7.

CONVIDADOS:

Senhor **Mário Augusto Lopes Moysés,** Secretário-Executivo do Ministério do Turismo;
Senhor **Carlos Arthur Nuzman,** Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – COB;

Senhor **João Havelange,** Ex-Presidente da Federação Internacional de Futebol – FIFA e da Confederação Brasileira de Futebol – CBF; e
Senhor **Bernard Rajzman,** Presidente da Comissão de Atletas Olímpicos.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2010 – CI.
Autoria: Senador Fernando Collor.
Assunto: Debate sobre os desafios, necessidades e perspectivas de recursos humanos na formação e capacitação para a exploração e comercialização de Gás e da área de petroquímica.

PARTICIPANTES:

Senhor **Bernardo Gradin**, Presidente da BRASKEM;
Senhor **José Renato Ferreira de Almeida,** Coordenador-Executivo do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP;
Senhor **John Milne Albuquerque Forman,** Presidente da J. Forman Consultoria;
Senhor **Armando Guedes Coelho,** Presidente da Comissão de Energia da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN; e
Professor **Eduardo Setton,** Coordenador do Projeto Galileu na Universidade Federal de Alagoas – UFAL.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2010 – CI

Requeiro nos termos regimentais o aditamento ao Requerimento nº 6, de 2010 – CI, aprovado nesta Comissão, para que seja incluído no rol de convidados da Audiência Pública destinada a debater o aproveitamento dos rios localizados nos estados de Mato Grosso, Pará e Amazonas para fins de escoamento da produção, a **Confederação Nacional de Agricultura – CNA**, na pessoa de seu representante legal.
Autoria: Senadores Gilberto Goellner, Jayme Campos e Acir Gurgacz.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2010 – CI

Requeiro nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura para discutir, entre outros aspectos, os pontos favoráveis e desfavoráveis das energias solar e eólica, os investimentos financeiros, técnico-científicos e humanos necessários para implantação dessas energias no Brasil, bem como a relação custo-benefício dessas energias.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2010 – CI

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal e do artigo 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitados ao senhor **Marcio Fortes,** Ministro de Estado das Cidades, esclarecimentos sobre as obras do metrô de Belo Horizonte, relacionados: **a)** quais os trechos já concluídos da Linha 2; **b)** qual o investimento da União nos trechos acima mencionados; **c)** quais os trechos ainda inconclusos ou não iniciados da Linha 2; **d)** por que estão paralisados trechos da Linha 2, apesar de as obras já terem sido iniciadas; **e)** por que alguns trechos ainda não foram iniciados; **f)** qual a situação das desapropriações previstas para a construção da Linha 2; **g)** qual o montante de verbas destinado a esses trechos paralisados; **h)** qual a previsão para conclusão da Linha 2; **i)** qual a previsão de investimentos futuros da União nas Linhas 2 e 3; e **j)** qual a dotação prevista no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC 1 e 2 para as obras das Linhas 2 e 3.
Autoria: Senadores Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo e Eliseu Resende.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 06

03 Extraordinárias – Deliberativa.
03 Extraordinárias – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 10

01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).

01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).
04 Anteprojetos – CI.
03 Requerimentos – CI.
01 Emenda – CI.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador Neuto de Conto.
Vice Presidente: Senador César Borges.

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO e dá outras providências.
Autoria: Senadora Marisa Serrano.
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, e a de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2010 – CDR

Nos termos dos artigos 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro aditamento ao Requerimento nº 5, de 2010 – CDR, para realização de audiência pública para instruir os Projetos de Lei do Senado nºs. 237, de 2008 e 114, de 2009, que propõem nova redação ao inciso II do artigo 14 da Lei nº 10.893, de 18 de julho de 2004, para isentar do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante as mercadorias que especifica. Para tanto, sugerimos sejam ouvidas as seguintes autoridades, além daquelas já aprovadas por esta Comissão: senhor **Carlos Eduardo Lustosa Florence,**

Presidente da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil; e senhora **Maria Auxiliadora Domingues,** Coordenadora-Geral da Câmara Temática de Infraestrutura do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 5 e 6, de 2010 – CDR.
Autoria: Senadoras Serys Slhessarenko e Rosalba Ciarlini.
Assunto: Instruir os Projetos de Lei do Senado nºs. 237 de 2008 e 114 de 2009 que propõem "Nova redação ao inciso II do artigo 14 da Lei nº 10.893 de 2004, para isentar do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante as mercadorias que especifica".

PARTICIPANTES:

Senhor **Ézio Luna Freire,** da Gerência de Operações Fiscais Estruturadas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda.
Senhor **Luiz César Brandão Maia,** Secretário Interino da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – SFAT do Ministério dos Transportes;
Senhora **Maria Auxiliadora do Rêgo Borges,** Consultora da Federação Nacional das Empresas de Navegação Marítima Fluvial, Lacustre e de Tráfego Portuário – FENAVEGA e da Confederação Nacional do Transporte – CNT;
Senhor **Luiz Antônio Fayet,** Consultor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
Senhor **Carlos Eduardo Lustosa Florence,** Diretor Executivo da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil – AMA BRASIL;
Senhora **Maria Auxiliadora Domingues de Souza,** Coordenadora Geral de Infraestrutura Rural e Logística da Produção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; e
Senhor **Paulo Sérgio de Mello Cotta,** Vice-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima – SYNDARMA.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

01 Extraordinária – Deliberativa.
01 Extraordinária – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 02

01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).
01 Requerimento – CDR.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador Valter Pereira.
Vice Presidente: Senador Gilberto Goellner.

REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2010 – CRA.
Autoria: Senador Valter Pereira.
Assunto: Debate sobre os critérios adotados na implantação de linhas de transmissão, especialmente voltadas para as Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, incluindo as decisões sobre os empreendimentos de Chapadão do Sul/MS.

CONVIDADOS:

Senhor **Maurício Tolmasquim,** Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE;
Senhor **Adilson Sinccoto Rufato,** Assessor do Superintendente de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
Senhor **Elo Ramiro Loeff,** Diretor Delegado do Sindicato Rural de Chapadão do Sul.
Senhor **Carlos Alberto Negreiros Said de Menezes,** Secretário de Meio Ambiente, Planejamento, da Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul – SEMA/MS.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2010, CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTCIPATIVA; DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 5 e 6 de 2010 – CMA, 2 de 2010 – CCT, 3 de 2010 – CCJ, 18 de 2010 – CDH, 3 de 2010 – CRA, 1, 5 e 13 de 2010 – CRE.
Autoria: Senador Heráclito Fortes e outros Senhores Senadores.
Assunto: Debate sobre as questões e temas objeto do Decreto Presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que cria o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e esclarece reais intenções de pontos considerados polêmicos.

CONVIDADO:

Senhor **Paulo de Tarso Vanucchi,** Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
EMENDA Nº 1 DE PLENÁRIO AO SUBSTITUTIVO
OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera os artigos 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, para dispor sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas.
Autoria do Projeto: Deputado Alberto Fraga.
Autoria da Emenda nº 1 – Plen.: Senador Romero Jucá
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário à Emenda nº 1 de Plenário, oferecida ao Substitutivo, em Turno Suplementar.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para dispor sobre a obrigatoriedade de divulgar pela internet as análises laboratoriais resultantes de

fiscalizações realizadas na empresa pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Autoria: Senador Marconi Perillo.
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2010 – CRA

Requer, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para tratar da regulamentação para alteração de componentes empregados em processos de fabricação de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, com a participação dos convidados: senhor **José Agenor Álvares,** Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; senhora **Sandra Regina Rodrigues Klosovski,** do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; senhora **Teresa Campello,** da Casa Civil; senhor **Cristiano Walter Simon,** Presidente da Câmara Temática de Insumos Agropecuários – CTIA; e senhor **José Roberto da Ross,** do Sindicato de Defensivos Agrícolas – SINDAG.
Autoria: Senador Osmar Dias.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2010 – CRA

Requer, nos termos do artigo 58, inciso II, da Constituição Federal e do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, Audiência Pública para instruir e aprofundar o debate entre as áreas abrangidas pelo projeto que institui a Política Nacional de Abastecimento, objeto do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, com a participação dos convidados: senhor **Wagner Rossi,** Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; senhor **José Gomes Temporão,** Ministro de Estado da Saúde – MS; senhor **Nelson Hubner,** Diretor-Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; e senhor **José Machado,** Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA.
Autoria: Senadores Gilberto Goellner e Marisa Serrano.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2010 – CRA e adendo.
Autoria: Senadores Gilberto Goellner e Kátia Abreu.
Assunto: Debate sobre a prorrogação das operações de crédito de investimento rural contratadas com recursos do BNDES – FINAME.

PARTICIPANTES:

Senhor **Gerardo Fontelles,** Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
Senhor **José Carlos Vaz,** Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil;
Senhor **Álvaro Schwerz Tosetto,** Gerente-Executivo do Banco do Brasil; e
Senhor **Deoclécio Pereira de Souza,** Gerente-Executivo de Regulação e Controle das Operações Rurais e do PROAGRO do Banco Central do Brasil.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

01 Extraordinária – Deliberativa.
02 Extraordinárias – Audiência Pública.
01 Extraordinária – Conjunta.

MATÉRIAS APRECIADAS: 04

01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).
01 Emenda de Plenário (não terminativo).
02 Requerimentos – CRA.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador Flexa Ribeiro.
Vice Presidente: Senador Lobão Filho.

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2010 – CCT e aditamento.
Autoria: Senadores Antônio Carlos Júnior e Flexa Ribeiro.
Assunto: Debate sobre a alteração na destinação das faixas de 2.500 MHZ a 2.690 MHZ, tema que foi objeto de Consulta Pública nº 31, de 2009, conduzida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

CONVIDADOS:

Senhor **Jarbas José Valente,** Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;
Senhor **Alexandre Annenberg,** Diretor Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA;
Senhor **Carlos André Lins de Albuquerque,** Presidente da Associação de Operadores de Sistemas MMDS – NEOTEC;
Senhor **Luiz de Melo Júnior,** Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares – ACEL;
Senhor **João Reino,** Vice-Presidente do Conselho de Administração da ACOM Comunicações S/A; e
Senhor **Ricardo Tavares,** Vice-Presidente Sênior da Associação GSM – GSMA.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2010, CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTCIPATIVA; DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA; DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 5 e 6 de 2010 – CMA, 2 de 2010 – CCT, 3 de 2010 – CCJ, 18 de 2010 – CDH, 3 de 2010 – CRA, 1, 5 e 13 de 2010 – CRE.
Autoria: Senador Heráclito Fortes e outros Senhores Senadores.
Assunto: Debate sobre as questões e temas objeto do Decreto Presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que cria o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e esclarece reais intenções de pontos considerados polêmicos.

CONVIDADO:

Senhor **Paulo de Tarso Vanucchi,** Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 986, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária Sumaúma FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribamar Fiquene, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Lobão Filho.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 643, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Borrazópolis – ACDB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borrazópolis, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 780, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária Antoninense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 782, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à FM Catanduvas – Associação Comunitária Rádio FM Catanduvas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catanduvas, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 955, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Som da Ilha Comércio e Produções Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Gerson Camata.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1.026, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 968, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Feliz Natal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1.006, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos da Chuvisca para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chuvisca, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1.016, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural, Artístico, Recreativo e Esportivo de Canelinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canelinha, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 727, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Eliza Olinda – ACCEO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Amaro das Brotas, Estado de Sergipe.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 952, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Choró, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 967, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tupã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tupã, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 970, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Itatiaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 983, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos do Bem para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sabinópolis, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 882, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Ibicuitinga FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ibicuitinga, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Valadares.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 422, DE 2006
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jornal Fluminense de Campos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1.011, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Vila Marudanópolis – ASCOVIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marapanim, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 76, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Mania Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 90, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à JR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Água Branca, Estado de Alagoas.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 141, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural do Bairro do Riacho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreirinhas, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 164, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Shappo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Major Isidoro, Estado de Alagoas.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 173, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 159, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Arizona de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Acará, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 189, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Curionópolis, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
ADITAMENTO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2010 – CCT

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento do Requerimento nº 12, de 2010 – CCT, de minha autoria, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, de Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 que "Dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências", para a inclusão, como convidado, de um representante da **Federação Única dos Petroleiros – FUP.**
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2010 – CCT.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Assunto: Debate sobre as propostas que estão sendo elaboradas no âmbito do "Plano Brasil 2022" – Projeto de metas e ações estratégicas para guiar o desenvolvimento do País.

PARTICIPANTE:
Senhor **Samuel Pinheiro Guimarães,** Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

01 Extraordinária – Deliberativa.
02 Extraordinárias – Audiência Pública.
01 Extraordinária – Conjunta.

MATÉRIAS APRECIADAS: 26

25 Projetos de Decreto Legislativo "SF" (terminativo).

01 Aditamento – CCT.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidenta: Senadora Ideli Salvatti.
Vice Presidenta: Deputada Vanessa Grazziotin.
Relator: Deputado Colbert Martins.

TOTAL DE REUNIÕES:

MATÉRIAS APRECIADAS:

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 53
TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES: 04
TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 277

C.2 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

RELATÓRIO DA SSCEPI DE 01/04/2010 A 30/04/2010

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI												
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições						
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Observação	
ONGs RQS 201/2007	2007	10	130	115	98							
	2008	13	124	104	136							
	2009	6	15	12	219							
	2010	4	7	3	10							
	Total	33	276	234	463							
PEDOFILIA RQS 200/2008	2007											
	2008	34	216	216	199							
	2009	26	177	177	210							
	2010	10	65	65	18			4	12			
	Total	70	458	458	427							
	2010											
	Total											

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO - CPMI																			
Nome	Reuniões			Req. Apresentados			Req. Apreciados			Doc. Recebidos			Proposições						
	2009	2010	Total	2009	2010	Total	2009	2010	Total	2009	2010	Total						Obs.	
MST RQN 24/2009	2	7	9	78	121	199		68	68	1	29	30							

COMISSÃO																
Nome	Reuniões			Req. Apresentados			Req. Apreciados			Doc. Recebidos			Boletins Informativos			Observações
	2009	2010	Total	2009	2010	Total	2009	2010	Total	2009	2010	Total	2009	2010	Total	
CRISE FINANCEIRA AT 16/2009	10	0	10										9	0	9	Em 18.6.2009, foi aprovado o 1º Relatório parcial

COMISSÕES TEMPORÁRIAS																						
Nome	Reuniões				Req. Apresentados				Req. Apreciados				Doc. Recebidos				Proposições					
	2008	2009	2010	Total	2008	2009	2010	Total	2008	2009	2010	Total	2008	2009	2010	Total	PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Observação
REFORMA DO RISF RQS 208/2008	3	7	0	10																	1	
TRANSPOSIÇÃO S. FRANCISCO RQS 115/2008	3	1	0	4	3	0	0	3	3	0	0	3										
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PLS 156/2009		17	0	17																		Parecer da Comissão aprovado em 09.12.2009
ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU RQS 231/2009		2	0	2		3	0	3		3	0	3										
COMEMORAÇÕES CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA RQS 247/2009		2	0	2		2	0	2		2	0	2										

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE MARÇO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia três de março de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Pedro, Pedro Simon, Geovani Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Jayme Campos, Antonio Carlos Júnior, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, César Borges, Geraldo Mesquita Júnior, Lobão Filho, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Efraim Morais, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro e da Senadora Serys Slhessarenko reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Almeida Lima, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Marco Maciel, Alvaro Dias, Romeu Tuma, Aloizio Mercadante, que justificou ausência, e as Senadoras Ideli Salvatti, Kátia Abreu e Lúcia Vânia. Registra presença o Senador Tião Viana. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 2) Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2009:** Altera o § 9º do art. 144 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Romeu Tuma e outros. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria *Ad hoc*:** Senador Lobão Filho. **Relatório:** Favorável à matéria, com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta com as Emendas n° 1-CCJ e n° 2-CCJ. **ITEM 15) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2006:** Dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, que altera disposições do Código de Processo Civil relativas ao mandado de segurança. **Autoria:** Deputado Dimas Ramalho. **Relatoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria *Ad hoc*:** Senador Lobão Filho. **Relatório:** Pela prejudicialidade da matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela prejudicialidade do Projeto. **ITEM 17) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 2007:** Acresce o inciso VI ao art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. (Obriga hospitais e demais estabelecimentos de atenção à gestante a armazenar e conservar amostras de material genético do recém-nascido que possibilita a identificação ou a confirmação da maternidade pela análise do DNA). **Autoria:** Deputada Sandra Rosado. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria *Ad hoc*:** Senador Lobão Filho. **Relatório:** Favorável à matéria. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; Durante a discussão, a Comissão decide pela rejeição da matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 18) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 193, DE 2008:** Acrescenta inciso IV ao § 2º do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. (Acrescenta causa de interrupção do prazo decadencial para reclamações por vícios aparentes ou de fácil constatação). **Autoria:** Deputado Celso Russomanno. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria *Ad hoc*:** Senador Lobão Filho. **Relatório:** Favorável à matéria e às Emendas n° 1-CMA e n° 2-CMA. **Observações:** A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas n° 1-CMA-CCJ e n° 2-CMA-CCJ. **ITEM 19) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2009:** Regulamenta as transmissões da TV Câmara, da TV Senado e da TV Justiça, em canal aberto, para todo o território nacional. **Autoria:** Deputado Rubens Otoni. **Relatoria:** Senador Almeida Lima. **Relatoria *Ad hoc*:** Senador Lobão Filho. **Relatório:** Favorável à matéria com a Emenda que apresenta. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela prejudicialidade do Projeto. **ITEM 20) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 198, DE 2009:** Dispõe sobre a consignação de canais de televisão para a União no Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre. **Autoria:** Deputado Inocêncio Oliveira. **Relatoria:** Senador Wellington Salgado de Oliveira. **Relatoria *Ad hoc*:** Senador Lobão Filho. **Relatório:** Favorável à matéria. **Observações:** A matéria será apreciada pelas Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa. Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela prejudicialidade do Projeto. **ITEM 21) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO**

SENADO Nº 153, DE 2002: Institui o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências. **Autoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria *Ad hoc*:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatório:** Favorável à matéria, com uma Emenda que apresenta. **Observações:** A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e retorna ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, posteriormente, à de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. Em 09/09/2009, foi concedida vista à Senadora Marina Silva, nos termos regimentais, que ofereceu Voto em Separado, que conclui pela rejeição da matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 3-CCJ. **ITEM 22) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, DE 2003 – Complementar:** Fixa a taxa de juros real em 12% a.a. para as operações de crédito, de qualquer natureza, formalizadas ou repactuadas por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, qualquer que seja o instrumento de crédito utilizado. **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Contrário à matéria. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 23) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 2004 – Complementar:** Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, nos termos do artigo 231, § 6º, da Constituição Federal. **Autoria:** Senador Augusto Botelho. **Relatoria:** Senador Neuto De Conto. **Relatoria *Ad hoc*:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatório:** Favorável à matéria com a Emenda que apresenta. **Observações:** Em 11/08/2009, foi realizada Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para instruir a matéria; A matéria será apreciada também pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 25) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 700, DE 2007:** Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria *Ad hoc*:** Senador Augusto Botelho. **Relatório:** Favorável à matéria com cinco Emendas que apresenta e favorável à Emenda nº 1, do Senador Marcelo Crivella. **Observações:** Em 12/03/2008, foi apresentada a Emenda nº 1, do Senador Marcelo Crivella, que recebeu Parecer favorável; A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. **Resultado:** Concedida vista à Senadora Serys Slhessarenko, nos termos regimentais. **ITEM 27) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 484, DE 2008:** Altera o art. 192 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT), modificando a base de cálculo do adicional de insalubridade, de modo a adequá-lo à Súmula Vinculante nº 4 do Supremo Tribunal Federal, de 9 de maio de 2008. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Favorável à matéria com duas Emendas que apresenta. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do relatório. **EXTRAPAUTA: NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 318, DE 2009:** Dispõe sobre a criação, no quadro de pessoal do Banco Central do Brasil, de cargos de Procurador do Banco Central do Brasil, alterando a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatório:** Favorável à matéria. **Observação:** A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. A Comissão aprova Requerimento nº 4, de 2010-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. **REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 4, DE 2010-CCJ –** "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 318, de 2009" **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às onze horas e vinte e dois minutos do dia três de março de dois mil e dez, ficando adiados os demais itens, a saber: **ITEM 1)** PLC 197, DE 2009; **ITEM 3)** PLC Nº 119, DE 2009; **ITEM 4)** PLC Nº 172, DE 2009; **ITEM 5)** PLS 76, DE 2004, tramita em conjunto com o PLS Nº 305, DE 2004; **ITEM 6)** PLS Nº 40, DE 2006 tramita em conjunto com PLS Nº 9, DE 2004, PLS Nº 38 DE 2004, PLS Nº 61, DE 2004, PLS Nº 253, DE 2006, PLS Nº 45, DE 2007, PLS Nº 112, DE 2007, PLS Nº 223, DE 2007, PLS Nº 739, DE 2007; **ITEM 7)** PLS Nº 264, DE 2008; **ITEM 8)** PLS Nº 273, DE 2008; **ITEM 9)** PLS Nº 300, DE 2008; **ITEM 10)** PLS Nº 345, DE 2008; **ITEM 11)** PLS Nº 86, DE 2009; **ITEM 12)** PLS 176, DE 2009; **ITEM 13)** PLS 386, DE 2009; **ITEM 14)** PLS Nº 418, DE 2009; **ITEM 16)** PLC Nº 110, DE 2006 tramita em conjunto com PLS Nº 204, DE 2005, PLS Nº 327, DE 2007, PLS Nº 199, DE 2004, PLS Nº 307, DE 2005; **ITEM 24)** PLS Nº 171, DE 2004; **ITEM 26)** PLS Nº 160, DE 2008; **ITEM 28)** PLS Nº 98, DE 2009; **ITEM 29)** PEC Nº 13, DE 2003; **ITEM 30)** PEC Nº 3, DE 2004; **ITEM 31)** PEC

Nº 17, DE 2007 tramita em conjunto com a PEC Nº 65, DE 2005; **ITEM 32)** PEC Nº 41, DE 2007; **ITEM 33)** PEC Nº 39, DE 2009; **ITEM 34)** RQS Nº 1471, DE 2009; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Declaro aberta a 4ª Reunião, Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens nºs 1 ao 34. Inicialmente votaremos os Projetos Não Terminativos consensuais.

Item 15. Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2006, pág. 233: "Dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, que altera disposições do Código de Processo Civil relativas ao mandado de segurança". A autoria é do Deputado Dimas Ramalho. A relatoria é do Senador Raimundo Colombo.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Edison Lobão Filho, a quem nomeio relator *ad hoc*, para proferir o relatório.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2006, do Deputado Dimas Ramalho, que dá nova redação ao art. 10 da Lei 1.533, de 31 de dezembro de 1951, que altera a disposição do Código de Processo Civil relativos ao mandado de segurança.

"Examinando com atenção os termos do PLC nº 70, de 2006, bem como as razões que o justificam, verificamos, não obstante a altivez do sentimento que o qualifica, que o texto legal proposto apresenta sérios problemas, os quais passamos a abordar.

Impende esclarecer, desde logo, que a Lei 1.533, de 31 de dezembro de 1951, objeto de alteração do PLC nº 70, foi revogado expressamente pela Lei 12.016, de 07 de agosto de 2009, que passou a disciplinar integralmente o rito processual do mandado de segurança individual e coletivo. Realmente a nova Lei do Mandado de Segurança, no seu art. 12, manteve obrigatória a manifestação ministerial após a apresentação das informações prestadas pela autoridade coatora, independentemente de a ação discorrer sobre interesses disponíveis, ou disponíveis individuais ou coletivos, embora estabeleça no Parágrafo Único do mesmo artigo que o processo seguirá seu curso caso haja desídia do integrante do Parquet. Nesses casos, a manifestação do representante do Ministério Público deverá ocorrer no prazo de dez dias, sob pena de avocação do processo pelo Poder Judiciário para a emissão de sentenças. Sem manifestação ministerial.

Portanto, em face da revogação da Lei 1.533, de 1951, pela Lei nº 12.016, de 2009, a qual regula a matéria de forma satisfatória, não vemos como possa prosperar o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2006, em razão da sua prejudicialidade, por força do disposto no art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, o Voto, diante de todo o exposto, é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2006".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 18, pág. 274: "Acrescenta inciso IV ao § 2º do art. 26 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (acrescenta causa de interrupção do prazo decadencial para reclamações por vícios aparentes ou de fácil constatação)". A autoria é do Deputado Celso Russomanno. A relatoria é da Senadora Lúcia Vânia.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Édson Lobão Filho, a quem nomeio relator *ad hoc*, para proferir o relatório.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2008, do Deputado Celso Russomanno, que acrescenta o inciso IV ao § 2º do art. 26 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990.

"De acordo com o disposto no art. 101, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a essa comissão pronunciar-se sobre a matéria de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetida em consulta por deliberação do Plenário. A proposição em referência guarda harmonia com os dispositivos constitucionais pertinentes à competência normativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, segundo preceitua o art. 24, inciso V, da Constituição. Ademais, está conforme com as regras atinentes às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa. A proposição não afronta dispositivos constitucionais, nem regimentais.

No que tange à juridicidade do PLC nº 193, de 2008, cumpre as exigências de inovação, efetividade, espécie normativa, adequada coercitividade e generalidade.

Em relação ao mérito, note-se o que instituto da decadência é o perecimento de um direito pelo decurso de prazo prefixado ao seu exercício, ou melhor, pela falta de seu exercício no seu interregno estabelecido na lei. Em suma, a decadência faz perecer o próprio direito não afirmado pelo exercício.

Com efeito, ao reconhecer a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, a proposição sob comento contribuiu expressivamente para o aperfeiçoamento da norma consumerista e, em consequência, da tutela do consumidor. Por conseguinte, é incontestável o alcance social da proposição.

Diante do exposto, o Voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2008, e das duas emendas apresentadas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 21, pág. 318: "Instituiu o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências". A autoria é do Senador Mozarildo Cavalcanti. A relatoria é do Senador Arthur Virgílio. Parecer favorável à matéria, com a emenda que apresenta.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Serys Slhessarenko, a quem nomeio Relatora *ad hoc*, pág. 318, para proferir o relatório.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO: Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2002, que "Instituiu o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências". O relator é o Senador Arthur Virgílio e nós estamos fazendo a relatoria *ad hoc*.

O Projeto de Lei do Senado PLS 153, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, foi apresentado em 03 de junho de 2002, por designação do Presidente da Comissão de Justiça e Cidadania. Cabe-nos relatá-lo.

"O projeto propõe a instituição do programa e define os municípios abrangidos, aqueles cujas sedes estejam localizadas na faixa de até 450 quilômetros de largura ao longo da fronteira do Brasil com a Guiana francesa, Suriname, a República da Guiana, Venezuela, Colômbia, o Peru e a Bolívia.

O art. 2º estabelece os objetivos para o programa, que remontam ao desenvolvimento da região a ser abrangido.

O art. 3º define as áreas nas quais os recursos serão prioritariamente aplicados:

Instalação de microempresas rurais;

Desenvolvimento sustentável das comunidades extrativistas;

Consolidação na infraestrutura dos assentamentos rurais;

Realização de obras de infraestrutura nos setores de transporte e de recursos energéticos;

Defesa sanitária, vegetal e animal;

Proteção do meio ambiente e gerenciamento dos recursos públicos;

Criação de núcleos de pesquisa científica e tecnológica.

O art. 4º discrimina os órgãos públicos que gerenciarão o programa: na área federal o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a Agência de Desenvolvimento Amazônia – ADA e a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; nas áreas esferas estadual e municipal o órgão previsto na legislação pertinente. O art. 5º estabelece que o Poder Executivo celebrará convênios com os estados e municípios para a execução do programa, enquanto o art. 6º contém a cláusula de vigência.

O PLS em tela foi inicialmente remetido às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão em caráter definitivo nos termos do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal".

Vamos à análise, Sr. Presidente, do projeto, já que todos os Srs. Senadores e Senadoras o conhecem. Ressalto que o Senado Federal já se manifestou sobre a pertinência de projetos de natureza autorizativa, ao aprovar o projeto de Parecer 527, de 1998, dessa comissão, relatado pelo Senador Josafá Marinho à época, publicado no Volume II do Regimento Interno, consolidado:

"Entende-se que Descabe a impugnação de toda e qualquer lei dita autorizativa, em geral, sob a análise de sua constitucionalidade e juridicidade. Assim sendo, destacamos que a criação de mais esse mecanismo de apoio aos estados e aos municípios da Região Norte, sobretudo das áreas de fronteira, representam importante medida rumo ao desenvolvimento da região e, consequentemente, grande passo para a redução das desigualdades regionais".

Sr. Presidente, o Voto. *"Pelo exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2002, com a seguinte emenda:*

Emenda nº 1 da CCJ: 'Dê-se ao art. 5º do PLS 153, de 2002, a seguinte redação:

Art. 5º: Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com os estados e municípios da respectiva área de abrangência para a execução do Programa de Fronteira Agrícola Norte'".

É esse o parecer, favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Item 25. Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007, pág. 382: "Modifica a lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências". A autoria é do Senador Marcelo Crivella. A relatoria é do Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Augusto Botelho, a quem nomeio relator *ad hoc*, para proferir o relatório.

Como há consenso, se V. Exa. quiser ler apenas a conclusão...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): *"A matéria tratada no PLS 700, de 2007, está compreendida no campo da competência legislativa privativa da União para legislar sobre o Direito Civil e o Direito Penal, consoante dispõe o art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Também o seu autor possui legitimidade para iniciar o processo legislativo, nos termos do art. 61, caput, da Carta Magna. Tampouco existe quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material".*

Passamos à análise do mérito.

Senador, ela vai pedir vista do processo, eu vou resumir mais ainda então.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Há pedido de vista?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO: Eu pedi vistas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): vista concedida à Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO: Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 19 da pauta, pág. 289. Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2009: "Regulamenta as transmissões da TV Câmara, da TV Senado e da TV justiça, em canal aberto, para todo o território nacional". A autoria é do Deputado Rubens Otoni. A relatoria é do Senador Almeida Lima.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Lobão Filho, a quem nomeio relator *ad hoc*, para proferir o relatório.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2009, que "Regulamenta as transmissões da TV Câmara, da TV Senado e da TV Justiça, em canal aberto, para todo o território nacional".

"O PLC sob análise, na forma de Substitutivo, aprovado na Câmara dos Deputados, estabelece os princípios regulamentadores da transmissão em canal aberto das programações da TV Câmara, da TV Senado e da TV Justiça.

Este projeto encontra-se prejudicado, devido à atual legislação, que criou o sistema digital brasileiro, o qual já atribui aos municípios e aos Poderes um canal específico.

Portanto, essa matéria encontra-se prejudicada, e o Voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer pela prejudicialidade do projeto. A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Transfiro a presidência ao nobre colega Edison Lobão Filho para eu poder relatar o Item 22 da pauta.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Item 22. Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2003 – Complementar, Não Terminativo: "Fixa a taxa de juros real em 12% ao ano para as operações de crédito, de qualquer natureza, formalizadas ou repactuadas por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, qualquer que seja o instrumento de crédito utilizado".

O autor é o Senador Magno Malta. A relatoria é do Senador Demóstenes Torres, a quem passo a palavra para relatar.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, esse é o tipo do projeto que, inclusive, já fez parte da Constituição e foi derrubado porque não há qualquer condição de se fixar taxa de juros no Brasil para qualquer tipo de operação. Isso é uma questão de mercado e é claro que o governo deve trabalhar para que a queda sistemática de juro, mas não há razão alguma para fixar em 12%. Se tivesse que fixar, fixaria em 1%, em 0,5%, em 2%, e não em 12%. De forma que o parecer é pela admissibilidade jurídica, constitucional e regimental do Projeto de Lei

nº 404, de 2003 – Complementar, e, no mérito, eu Voto pela sua rejeição.

É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Aprovado o parecer do relator. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Devolvo a presidência ao Senador Demóstenes Torres.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 20 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 198, de 2009, Terminativo na Comissão de Ciência e Tecnologia. Pág. 299: "Dispõe sobre a consignação de canais de televisão para a União no Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre". A autoria é do Deputado Inocêncio Oliveira. A relatoria é do Senador Wellington Salgado de Oliveira. Concedo a palavra ao ilustre Senador Lobão Filho para proferir o relatório em nome do Senador Wellington Salgado de Oliveira, e, para isso, o designo relator *ad hoc*.

Com a palavra V. Exa.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 198, de 2009, do Deputado Inocêncio Oliveira, que "Dispõe sobre a consignação de canais de televisão para a União no Sistema Brasileiro de Televisão Digital e Terrestre".

"Conforme o parecer anterior, a matéria é semelhante, ele encontra-se prejudicado da mesma forma.

Portanto, devido ao exposto, o Voto é pela prejudicialidade, portanto, a não aprovação do projeto".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer do Senador Lobão Filho pela prejudicialidade do projeto. A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Item 17 da pauta, pág. 266. Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2007: "Acresce o inciso VI ao art. 10 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências (Obriga hospitais e demais estabelecimentos de atenção a gestante a armazenar e conservar amostras de material genético do recém-nascido que possibilita a identificação ou a confirmação da maternidade pela análise do DNA)".

A autoria é da Deputada Sandra Rosado. A relatoria é do Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Lobão Filho, a quem nomeio relator *ad hoc*, para proferir o relatório.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2007, Não Terminativo: "Acresce o inciso VI do art. 10º da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências (Obriga hospitais e demais estabelecimentos de atenção a gestante a armazenar e conservar amostras de material genético do recém-nascido que possibilita a identificação ou a confirmação da maternidade pela análise do DNA".

Quanto à análise. *"Ressalto a preocupação da autora, Deputada Sandra Rosado, em preservar as nossas crianças, os nossos adolescentes. Contudo, cabe ressaltar que a medida provisória não preveniria a ocorrência dos fatos que o projeto deseja coibir. Nos casos em que as famílias envolvidas não suspeitarem de possíveis trocas, de nada adiantará a estocagem do material. Outrossim, as mães que têm seus filhos covardemente roubados nos hospitais já têm a certeza quanto à maternidade dessas crianças. O que não conseguem, em algumas situações, é descobrir o seu paradeiro. Novamente, de nada adiantaria a implementação do estoque desses materiais, mesmo nos casos em que a criança fosse encontrada muitos anos depois, pois o teste de DNA pode ser feito, como já tem acontecido, a qualquer momento, com amostras recentes da criança em questão.*

A melhor maneira, portanto, de diminuir a ocorrência de tais fatos, não está na criação de novas medidas, mas relaciona-se ao cumprimento e, principalmente, à vigilância de diretrizes já definitivas, como a identificação da gestante no momento da admissão, a identificação do recém-nascido no momento do nascimento, o registro da impressão plantar e digital do recém-nascido e da impressão digital da mãe, a implementação dos alojamentos conjuntos e a permissão da permanência do pai no momento do nascimento da criança, medidas de menor custo e muito mais efetividades que ajudam a prevenir essas ocorrências citadas e, também, promovem o vínculo sobre a criança e sua família.

Portanto, no mérito, é pela rejeição do projeto".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, como médico, também acho que a iniciativa é muito avançada, muito boa e tal, mas nós estamos precisando de coisas mais urgentes. Como o relator expôs muito bem, já temos meios para evitar que isso

aconteça e para controlar. O dinheiro que se gastar para incentivar e ativar esses meios já existentes de controle é infinitamente menor do que você fazer um banco de material genético e ficar fazendo análise de DNA de todo mundo. Então eu também sou contra o projeto, na época atual, porque o exame de DNA ainda é um exame muito caro. Acho que nós devemos, sim, estimular que os hospitais, as maternidades, preparem-se melhor para a identificação.

V. Exa. falou no alojamento conjunto. Esse é um ponto fundamental em relação a essa segurança da maternidade garantida e, também, de melhoria das condições de parto, de criação. Alojamento conjunto e, atualmente, já estão sendo feitos os partos dentro do próprio alojamento onde a paciente entra no hospital. Lá em Roraima agora está sendo licitada, essa semana, a construção de um hospital maternidade, que haverá quarenta leitos para essa finalidade. A gestante chegará no hospital, o hospital será na Zona Oeste da cidade, e ficará no quarto onde ela vai ter o neném. Então dificilmente vai haver troca do neném. E com os meios que nós já dispomos hoje, já são suficientes para isso.

Temos outras coisas necessárias para os recém-nascidos, como os exames de oftalmologia, exames auditivos, outros exames que precisam, principalmente nos prematuros, que ainda nós não conseguimos no Brasil todo cobrir. O SUS já determina isso, precisamos apenas é fazer com que essas crianças tenham uma melhor assistência no seu nascimento.

Eu sou contra em virtude disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permanece em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer do Senador Lobão Filho pela rejeição da matéria, que irá à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de ressaltar a minha alegria em ver corroborado este relatório pela expertise, pela experiência do Senador Augusto Botelho, que dá esta aula aqui neste ramo, neste setor, o que apenas reforça as atividades que nós realizamos aqui nessa Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado, Senador Augusto Botelho e elevo ainda mais a estima que tenho por V. Exa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É recíproca.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Extrapauta. Projeto de Lei da Câmara nº 318, de 2009: "Dispõe sobre a criação no quadro de pessoal do Banco Central do Brasil de cargos de Procurador do Banco Central do Brasil, alterando a lei 9.650, de 27 de maio de 1998". A autoria é do Presidente da República. A relatoria é do Senador Tasso Jereissati.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Tasso Jereissati para proferir o relatório.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Demóstenes, Presidente dessa comissão, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Vem ao exame dessa Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 318, de 2009, de autoria do Sr. Presidente da República, cuja ementa é transcrita acima.

"O projeto visa criar, no quadro de pessoal do Banco Central do Brasil, cem cargos de procurador daquela autarquia, da carreira da mesma denominação, de que trata a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998. Além disso, a proposição prevê que o provimento dos cargos acima referidos fica condicionada à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária, suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, assim como a existência de autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme disposto no § 1º, do art. 169, da Constituição Federal".

A análise. *"No tocante à constitucionalidade formal, não há qualquer restrição ao PLC nº 318, tendo em vista tratar de matéria que deve ser disciplinada em lei ordinária, de iniciativa privativa do Presidente da República, na forma de que dispõe a alínea 'a', do inciso II, do § 1º, do art. 61, da Constituição.*

Igualmente, do ponto de vista material, não há qualquer reparo a fazer. Além disso, o projeto não apresenta vício de juridicidade e regimentalidade e vem vazado de boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, da mesma forma, a proposição deve ser acolhida. A importância do Banco Central do Brasil ficou ainda mais evidente nos últimos tempos, quando a instituição se mostrou instrumento indispensável para assegurar a estabilidade do sistema bancário brasileiro, que passou de forma extremamente positiva pelas recentes turbulências da economia mundial. Trata-se, assim, de entidade que exerce uma função irrenunciável do estado moderno e deve ter instrumentos e recursos para tal.

Nesse contexto, verifica-se que efetivamente as atribuições cometidas à Procuradoria do BACEN se ampliaram enormemente, reforçando a necessidade de atualização do respectivo quadro de pessoal, hoje muito aquém dos desafios que lhe são postos. Caracteriza-se, dessa forma, como uma decisão estratégica de estado, a permitir o crescimento do quantitativo desses recursos humanos. Vale, finalmente, registrar,

conforme dito acima, que a Comissão de Assuntos Econômicos já atestou a adequação econômica financeira e orçamentária da proposição".

O Voto. *"Desta maneira, o voto é pela aprovação do PLC nº 318, de 2009"*.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, eu gostaria de pedir urgência na tramitação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria segue para a Mesa em regime de urgência.

Item 2 da pauta. Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2009, pág. 77: "Altera o § 9º do art. 144 da Constituição, e dá outras providências". A autoria é do Senador Romeu Tuma e outros. A relatoria é do Senador Antonio Carlos Valadares. Concedo a palavra ao ilustre Senador Lobão Filho, a quem nomeio relator *ad hoc*, para proferir o relatório.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2009, primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que "Altera o parágrafo 9º do art. 144 da Constituição Federal e dá outras providências".

"Cabe a esta comissão, na forma do art. 356, do Regimento Interno do Senado, proceder à análise da proposição quanto à sua admissibilidade e mérito.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, a Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2009, preenche o requisito do art. 60, I, da Constituição da República, sendo assinada por mais de 1/3 dos membros desta Casa.

Efetivamente, impõe-se o reconhecimento quanto ao mérito da especificidade da função policial, que expõe o seu titular a riscos permanentes. Isso gera imenso stress na vida profissional, podendo comprometer a saúde e mesmo a integridade física do servidor. Assim, é absolutamente correto que se permita a abertura de exceção nesse caso ao instituto do subsídio, que, de acordo com o que estabelece o inciso IV, do art. 39, da Constituição, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, deve ser fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de prestação ou outra espécie remuneratória para compensar o policial, cuja atividade implica risco de vida. De fato, é necessário que se adapte o instituto do subsídio, que o constituinte derivado da citada Emenda Constitucional nº 19, de 1998, imaginou como a forma ideal de remuneração dos membros do poder, como magistrados e detentores de mandato eletivo. A esse grupo especial de agentes públicos, que são os policiais, é preciso aqui, em nome do respeito ao princípio da isonomia, inclusive que se tratem os iguais desigualmente.

Vale lembrar que a compensação pelo exercício de trabalho que coloque a vida ou a saúde do agente policial em risco é tema antigo em nosso ordenamento jurídico. A Lei nº 1.711, de 1952, já previa o instituto, que foi regulamentado para os servidores do então Departamento Federal de Segurança Pública, pelo Decreto nº 37.023, de 15 de março de 1955. Recentemente, a chamada Gratificação de Atividade de Risco veio a ser extinta pela Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, que estabeleceu a remuneração de servidores mediante subsídios.

Impõe-se, apenas, proceder a alguns ajustes no texto para aperfeiçoá-lo e retirar algumas dubiedades. Inicialmente, é necessário explicitar que a vantagem que se busca permitir é uma gratificação que será concedida apenas àqueles que exercem atividade que coloque a sua integridade física em risco. É importante esse registro para que a parcela não se generalize e, com isso, perca a sua razão de existir, transformando-se tão-somente numa forma genérica de aumentar a remuneração de todos aqueles que estejam lotados na área de segurança pública. Adicionalmente, impõe-se deixar claro que a nova vantagem estará sujeita ao teto remuneratório ou correremos o risco de instituir um mecanismo para burlá-lo, com efeitos deletérios para os cofres públicos. Efetivamente, da forma como está a redação, pode haver dúvida quanto à aplicação da forma de remuneração fixada no inciso IV, do art. 39, em relação à compensação securitária. Pode-se, também, tentar construir um entendimento de que a chamada compensação securitária seria uma parcela de natureza indenizatória, que por força do inciso XI, do art. 37, da Constituição, não é computada para efeito dos limites previstos no inciso IX, do caput, do mesmo artigo.

Finalmente, cabe propor emenda de redação à emenda em proposição para cumprir o disposto na parte final do art. 5º, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que determina que a emenda será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará de modo conciso e sob a forma de título o objeto da lei".

Do Voto. *"Do exposto, votamos pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2009, e, no mérito, pela sua aprovação, com as seguintes emendas:*

'Dê-se à emenda da Proposta de Emenda à Constituição nº 34 a seguinte redação: Altera o inciso IX, do art. 144, da Constituição Federal, para permitir a concessão de compensação securitária de gratificação de risco de vida para os policiais;

Dê-se ao inciso IX, do art. 144, da Constituição, na forma do art. 1º, da PEC nº 34, de 2009, a seguinte redação:

A remuneração dos servidores policiais, integrantes dos órgãos relacionados nesse artigo, será fixada na forma do inciso IV, do art. 39, permitindo a inconformidade com a lei, a concessão de compensação securitária pelo exercício de atividades de risco e observados, em todos os casos, os limites remuneratórios estabelecidos no art. 37';

Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2009: Mesas da Câmara dos deputados e do Senado Federal, nos termos do inciso III, do art. 60, da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

'A remuneração dos servidores policiais, os quais exercem atividades de risco, integrantes dos órgãos relacionados nesse artigo, será fixada em subsídio de que trata o inciso IV, do art. 39, ressalvada a compensação securitária, que será regulamentada em lei específica. Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação'".

Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 23. Há uma dúvida, Senador Augusto Botelho, da parte do Governo mesmo.

Eu pergunto a V. Exa. se deseja que faça a votação. Se desejar, eu faço.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Olha, já houve Audiência Pública, já houve discussão aqui, e aquelas mortes lá em Rondônia, dos garimpeiros que morreram, começaram a matar alguns três ou quatro. Houve hesitação entre a Polícia Federal e a FUNAI, eu acho que foi naquela época que eu decidi fazer essa lei. Eu acho que a gente tem que fazer leis. Depois lá na frente ela vai ter que ir a Plenário, é um PLC.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exato.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Então vamos discutir, eu quero que seja votado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 23, pág. 349. Projeto de Lei do Senado nº 69 – Complementar: "Dispõe sobre a atuação das Formas Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, nos termos do art. 231, § 6º, da Constituição Federal". Autoria é do Senador Augusto Botelho. A relatoria é do Senador Neuto de Conto.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Serys Slhessarenko, a quem nomeio relatora *ad hoc*, para proferir o relatório. Pág. 349.

Se quiser ler apenas a conclusão, uma vez que a matéria vai ser discutida mais exaustivamente em Plenário. Pág. 349, Item 23.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO: Obrigada, Sr. Presidente. Sobre o Projeto de Lei do Senado 69, de 2004 – Complementar, que "Dispõe sobre a atuação das Formas Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, nos termos do art. 231, § 6º da Constituição Federal".

Temos aqui o relatório, a análise. Por todo o exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal nº 69, de 2004 – Complementar, que "*Dispõe sobre a atuação das Formas Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, nos termos do art. 231, § 6º, da Constituição Federal", com a seguinte emenda:*

Emenda nº 1: 'Dê-se ao inciso II, do art. 2º, do Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2004 – Complementar, a seguinte redação: art. 2º, inciso II: A instalação e a manutenção de unidades militares e policiais, de equipamentos para a fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima, bem como das vias de acesso e demais medidas de infraestrutura e logística necessárias'".

É este o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Não havendo quórum para a votação dos Projetos Terminativos, encerro a presente sessão e convoco outra para a próxima quarta, ordinariamente.

Agradeço às senhoras e aos senhores.

Sessão encerrada às 11h22.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia dez de março de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Almeida Lima, Geovani Borges, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Jayme Campos, Marco Maciel, Alvaro Dias, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Romero Jucá, Geraldo Mesquita Júnior, Lobão Filho, Valdir Raupp, Efraim Morais, José Agripino, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Gim Argello e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti e Marina Silva reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores João Pedro, Pedro Simon, Antonio Carlos Junior, Aloizio Mercadante, que justificou ausência, e as Senadoras Kátia Abreu e Lúcia Vânia. Registra presença o Senador Flávio Arns. A Presidência registra presença honrosa do senhor José Eduardo Fleury, Suplente do Senador Demóstenes Torres. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009:** Reforma do Código de Processo Penal. **Autoria:** Presidente do Senado Federal e outros. **Relatoria:** Senador Renato Casagrande. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva, que apresenta, contrário aos PLC's nºs 34 e 36, de 2003; 77 e 93 de 2004; 69 e 135, de 2005; 35 e 64, de 2006; 4, 35 e 98, de 2007; 8, 202 e 205, de 2008; 8, 127, 145 e 182, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 248, de 2002; 437, 479, 486 e 514, de 2003; 77, 82, 116 e 365, de 2004; 1 e 367, de 2005; 148, 160, 230, 276 e 280, de 2006; 119, 149, 179, 212, 321, 335, 422 e 736, de 2007; 270, 327 e 420, de 2008; 239 e 257, de 2009; e 8, de 2010; pelo acolhimento das Emendas nºs 2, do Senador Demóstenes Torres, e 21, do Senador Pedro Simon; pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 3 e 4, do Senador Demóstenes Torres, sem prejuízo dos ajustes técnicos e redacionais levados a efeito no Substitutivo apresentado a seguir, e contrário às Emendas nºs 1, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, do Senador Demóstenes Torres, e nºs 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, e 23 do Senador Pedro Simon. **Observações:** Em 25/02/2010, foram recebidas as Emendas n° 1 a n° 10, de autoria do Senador Demóstenes Torres; Em 26/02/2010, foram recebidas as Emendas n° 11 a n° 23, de autoria do Senador Pedro Simon. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2008:** Altera a Lei 9.294 de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos de tabaco em ambientes fechados. **Autoria:** Senador Tião Viana. Tramita em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2008:** Altera o art. 2º da Lei nº 9.294/96, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. **Autoria:** Senador Romero Jucá. Tramita em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO N° 420, DE 2005:** Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos de tabaco nos bares, restaurantes, e demais estabelecimentos assemelhados, localizados em todo o território nacional. **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Senadora Marina Silva. **Relatório:** Favorável ao PLS N° 315, de 2008 com uma Emenda que apresenta e contrário aos PLS's n° 420, de 2005 e n° 316, de 2008. **Observações:** Em 02/12/2009, foi concedida vista coletiva nos termos regimentais; Em 15/12/2009, foi recebido o Voto em Separado, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, com voto favorável ao PLS n° 316, de 2008 com uma Emenda que apresenta e contrário aos PLS's n° 315, de 2008 e n° 420, de 2005; Em 10/03/2010, o Senador Francisco Dornelles subscreve o Voto em Separado, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior; As matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao PLS n° 315, de 2008 com a Emenda n° 1-CCJ e contrário aos PLS's n° 420, de 2005 e n° 316, de 2008. Votam vencidos os Senadores Jayme Campos, Francisco Dornelles e Efraim Morais. Manifestam-se pela abstenção os Senadores Jarbas Vasconcelos, Renato Casagrande e Tasso Jereissati. **ITEM 3) Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 197, DE 2009:** Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências. **Autoria:** Deputado José Eduardo Cardozo. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Observações:** Votação Nominal; Em 24/02/2010, foi recebido Relatório reformulado pelo Senador Francisco Dornelles; A matéria

foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Jarbas Vasconcelos, nos termos regimentais. **ITEM 6) Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 295, DE 2009:** Autoriza o Poder Executivo a doar área para a instalação da Embaixada da Delegação Especial Palestina e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatório:** Pela aprovação da matéria com a Emenda n° 1-CRE e com a Emenda que apresenta. **Observações:** Em 10/03/2010, foi recebido o Relatório reformulado pela Senadora Serys Slhessarenko; A matéria foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Votação Nominal. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas n° 1-CRE-CCJ e n° 2-CCJ. **ITEM 7) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2004:** Acrescenta parágrafo único ao artigo 11 da Lei nº 8112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, Autarquias e das fundações públicas federais.**Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Wellington Salgado de Oliveira. **Relatório:** Pela rejeição das matérias, por inconstitucionalidade. **Observações:** Votação Nominal. Tramita em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2004:** Dispensa de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos federais os postulantes a cargos ou empregos públicos isentos de pagamento de Imposto de Renda de Pessoa Física. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 8) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 2006**: Acrescenta no Código Penal, Decreto Lei nº 2.848/1940, o § 3º ao art. 317 e o § 2º ao art. 333, transformando o atual parágrafo único deste dispositivo, em § 1º; acrescenta o inciso VII-C ao art. 1º da Lei 8.072/1990, que trata dos crimes hediondos. Autoria: Senadora Heloísa Helena. Tramita em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, de 2004**: Altera a redação da Lei nº 8072, de 25 de julho de 1990, para incluir entre os crimes hediondos aquele tipificado pelo artigo 149, do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Tramita em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 38 de 2004**: Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tornar reincidente o agente que voltar a cometer crime hediondo quando já houver cometido crime da mesma natureza quando menor. **Autoria**: Senador Gerson Camata. Tramita em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, de 2004**: Acrescenta parágrafo ao artigo 158 do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal -, e inciso à Lei nº 8072, de 25 de julho de 1990, para tipificar o chamado 'seqüestro relâmpago' e enquadrá-lo como crime hediondo. Autoria: Senador Papaléo Paes. Tramita em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2006:** Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tornar crime hediondo as condutas previstas nos arts. 312, 313-A, 313-B, 315, 317, caput e § 2°, e 333 do Código Penal. **Autoria**: Senador Cristovam Buarque. Tramita em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, de 2007:** Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências, para incluir, entre os referidos crimes, o de corrupção de menores, tipificado na Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954. **Autoria**: Senador Mozarildo Cavalcanti. Tramita em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, de 2007:** Aumenta a pena do crime definido na Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, e o inclui no rol do art. 1º da Lei n º 8.072, de 25 de julho de 1990 (Crimes Hediondos). **Autoria**: Senador Marco Maciel. Tramita em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 223, de 2007:** Acrescenta § 4° ao artigo 312 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e torna crime hediondo a conduta prevista no art. 312, § 4° do Código Penal. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Tramita em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 739, de 2007**: Altera dispositivos da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências, para acrescentar o inciso VII-C no art. 1º. **Autoria**: Senador Romeu Tuma. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 40, de 2006, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta e pelo arquivamento dos PLS's nºs 9, 38 e 61, de 2004; 253, de 2006; 45, 112, 223 e 739, de 2007. **Observações:** Votação nominal; Em 09/07/2009, foi realizada Audiência Pública para instrução das matérias; Em 25/11/2009 foi concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender a leitura de Requerimento de tramitação autônoma. **ITEM 9) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2008:** Dispõe sobre a jornada de trabalho de Médico integrante da Carreira de Analista Judiciário do Poder Judiciário da União e dá outras providências. **Autoria:** Senador Mão Santa. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela rejeição da matéria. **Observações:** Votação Nominal; Em 03/03/2010, foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, com voto pela

rejeição da matéria. **Resultado:** Rejeitado o Projeto. **ITEM 11) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, DE 2008:** Dispõe sobre a responsabilidade civil e penal dos proprietários, possuidores e criadores de cães de guarda perigosos, e proíbe a reprodução de cães da raça Pit Bull. **Autoria:** Senador Valter Pereira. **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatório:** Pela aprovação da matéria com cinco Emendas que apresenta. **Observações:** Votação Nominal. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 13) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2009:** Acrescentam-se parágrafos a Lei nº 1.579, de 1952, que dispõe sobre as comissões parlamentares de inquérito. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria:** Senador Lobão Filho. **Relatório:** Pela aprovação da matéria com duas Emendas que apresenta. **Observações:** Votação Nominal. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 15) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 386, DE 2009:** Acrescenta parágrafo ao art. 1.525 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para autorizar o requerimento de habilitação para o casamento por meio eletrônico. **Autoria:** Senador Aloizio Mercadante. **Relatoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatório:** Pela aprovação da matéria com três Emendas que apresenta. **Observações:** Votação Nominal. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas n° 1-CCJ a n° 3-CCJ. **ITEM 16) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 418, DE 2009:** Acrescenta § 3º ao art. 1.565 e parágrafo único ao art. 1.725 do Código Civil para autorizar ao cartório que registrar o casamento ou lavrar a escritura de união estável, a remessa a outros órgãos de comunicação da alteração de nomes e o regime de bens a outros órgãos. **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatório:** Pela aprovação da matéria com três Emendas que apresenta. **Observações:** Votação Nominal. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas n°s 1-CCJ a 3-CCJ. **ITEM 20) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 307, DE 2009:** Cria cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório no Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Júnior. **Relatoria *Ad hoc*:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 22) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, DE 2007:** Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a oferta de procedimentos terapêuticos e a dispensação de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). **Autoria:** Senador Tião Viana. Tramita em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO N° 338, DE 2007:** Acrescenta Capítulo à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Autoria:** Senador Flávio Arns. **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatório:** Favorável ao PLS n° 338, de 2007, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta e contrário ao PLS nº 219, de 2007. **Observações:** As matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao PLS n° 338, de 2007, nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo) e contrário ao PLS n° 219, de 2007. **ITEM 28) Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, DE 2007:** Dá nova redação ao inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para incluir o produto da arrecadação das contribuições sociais que especifica no compartilhamento com Estados e Municípios. **Autoria:** Senador Francisco Dornelles. Tramita em conjunto com a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, DE 2005:** Altera o Art. 159 e o art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ambos da Constituição Federal. (Altera os percentuais dos tributos arrecadados destinados ao Fundo de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e aos programas de financiamento do setor produtivo das regiões). **Autoria:** Senador Pedro Simon e outros. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Favorável à PEC n° 17, de 2007 e contrário à PEC n° 65, de 2005. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender Requerimento n° 8, de 2010-CCJ, para a realização de Audiência Pública em data oportuna. **ITEM 30) Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39, DE 2009:** Dá nova redação ao § 1º do art. 182, para estender a obrigatoriedade da elaboração de planos diretores aos Municípios com população igual ou inferior a vinte mil habitantes. **Autoria:** Senador Jefferson Praia e outros. **Relatoria:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da matéria, e, no mérito, favorável à matéria. **Observações:** Em 16/12/2009, foi concedida vista ao Senador Valter Pereira, nos termos regimentais. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta. **EXTRAPAUTA: ITEM 1) NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 6, DE 2010:** Reestrutura a remuneração dos cargos de natureza especial, altera a tabela de fatores da Gratificação de Atividade Legislativa devida aos servidores efetivos da Câmara dos Deputados; revoga o art. 4º da Resolução nº 28, de 1998, e o art. 1º da Resolução nº 39, de 2006, ambas da Câmara dos De-

putados; e dá outras providências. **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. A Comissão aprova Requerimento nº 7, de 2010-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 5, DE 2010-CCJ:** "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Promotor de Justiça José Carlos Blat a comparecer perante esta comissão com o objetivo de esclarecer as irregularidades que envolvem a aplicação de recursos dos fundos de pensão da PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), FUNCEF (Fundação dos Economiários Federais) e PETROS (Fundação Petrobrás de Seguridade Social), na BANCOOP (Cooperativa Habitacional dos Bancários)." **Autoria**: Senador Alvaro Dias. **Resultado**: Rejeitado. **2) REQUERIMENTO Nº 6, DE 2010-CCJ:** "Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com a participação do Excelentíssimo Ministro Gilmar Ferreira Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, com a finalidade de debater a modernização do Poder Judiciário para o desenvolvimento econômico do país." **Autoria**: Senador Efraim Morais e Senadora Kátia Abreu. **Resultado**: Aprovado. **3) REQUERIMENTO Nº 7, DE 2010-CCJ:** "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 6, de 2010." **Autoria**: Senador Maconi Perillo e Senador Francisco Dornelles. **Resultado**: Aprovado. **4) REQUERIMENTO Nº 8, DE 2010-CCJ:** "Requeiro, como adendo ao Requerimento Nº 22, de 2009-CCJ, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir a PEC Nº 65, de 2005, que "altera o art. 159 e o art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ambos da Constituição Federal", com os mesmos convidados já aprovados no Requerimento Nº 22, de 2009-CCJ, a saber: Ministro da Fazenda; Ministro da Previdência Social; Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e Ministro da Saúde ou seus representantes." **Autoria**: Senador Eduardo Suplicy. **Resultado**: Aprovado. **5) REQUERIMENTO Nº 9, DE 2010-CCJ:** "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento ao Requerimento n° 3, de 2010-CCJ, de autoria do Senador Romero Jucá, para que a audiência pública destinada a debater o 3° Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3, criado pelo Decreto n° 7.037/09, seja realizada em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle; com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tendo em vista que foi expressado por todas essas Comissões, por meio de Requerimentos de convite aprovados, o interesse de ouvir o Secretário Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministro Paulo de Tarso Vannuchi acerca do PNDH3." **Autoria**: Senador Eduardo Suplicy. **Resultado**: Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às doze horas e quarenta minutos do dia dez de março de dois mil e dez, ficando adiados os demais itens, a saber: **ITEM 4)** PLC Nº 119, DE 2009; **ITEM 5)** PLC Nº 172, DE 2009; **ITEM 10)** PLS Nº 273, DE 2008; **ITEM 12)** PLS Nº 345, DE 2008; **ITEM 14)** PLS Nº 176, DE 2009; **ITEM 17)** PLC Nº 110, DE 2006 tramita em conjunto com PLS Nº 204, DE 2005, PLS Nº 327, DE 2007, PLS Nº 199, DE 2004, PLS Nº 307, DE 2005; **ITEM 18)** PLC Nº 129, DE 2007; **ITEM 19)** PLC Nº 166, DE 2008; **ITEM 21)** PLS Nº 171, DE 2004; **ITEM 23)** PLS Nº 700, DE 2007; **ITEM 24)** PLS Nº 160, DE 2008; **ITEM 25)** PLS Nº 98, DE 2009; **ITEM 26)** PEC Nº 13, DE 2003; **ITEM 27)** PEC Nº 3, DE 2004; **ITEM 29)** PEC Nº 41, DE 2007; **ITEM 31)** RQS Nº 1471, DE 2009; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens números 01 ao 31.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Eu gostaria de propor inversão de pauta para que pudéssemos colocar o Item 02 como primeiro item da pauta.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu coloco em discussão a proposta da Senadora Marina Silva, lembrando que o Senador Antonio Carlos Júnior, autor do voto em separado, não está presente e pediu para que não fosse colocado em pauta.

Agora, regimentalmente, nós podemos colocar a matéria em pauta, Senadora Marina. Algumas vezes também sem a presença de V. Exa. nós fizemos. Então, se houver insistência de V. Exa., eu vou colocar o requerimento de V. Exa. em votação.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria falar a V. Exa. e fazer um apelo também à Senadora Marina, que é a seguinte situação: nós temos aqui o Item 03, que é o item sobre o qual existe um consenso muito grande entre a posição do Governo, dos partidos de oposição e que é um assunto praticamente já dentro de um consenso, e que não trará as discussões que apresentará o Item 02.

De modo que eu queria perguntar à Senadora Marina se concordaria na inversão de pauta, colocar em primeiro lugar o Item 03, que é um item não polêmico.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É um item simples. Em cinco minutos nós encerramos. Se V. Exa. concordar.

Em discussão.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Eu sei que o Item nº 01, vai se estender bastante na discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É verdade. Mas aí se houver a concordância de V. Exa., então fazemos o nº 3, sugerido pelo Senador Dornelles e o nº 02, o de V. Exa.. Ou seja, 02 e 03 passam a ter preferência. O de V. Exa. se vota primeiro e em seguida o da Senadora Marina.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para consultá-lo sobre o procedimento que V. Exa. adotará em referência a um requerimento que protocolei em razão da sua urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar nesse minuto.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pois não. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quem concorda, então, com a proposta do Senador Dornelles e da Senadora Marina, permaneçam como se encontram. Aprovada a inversão.

Requerimento. "*Sr. Presidente, requeiro nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Promotor de Justiça José Carlos Blat, a comparecer perante essa comissão, com o objetivo de esclarecer as irregularidades que envolvem aplicação de recursos do fundo de pensão da PREVI, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil; FUNCEF, Fundação dos Economiários Federais; e PETROS, Fundação PETROBRAS de Seguridade Social; na BANCOOP, Cooperativa Habitacional dos Bancários*."

Em discussão. Não havendo quem queira discutir...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, lembrando, quem pode fazer sustentação é: o autor do requerimento, se o desejar; e um por bancada ou partido que não integre a bancada, se assim desejar.

Então, V. Exa. deseja fazer sustentação?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu aguardo a manifestação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se desejar é em primeiro lugar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Desejo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. tem cinco minutos.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em seguida, havendo pedido por parte de dois membros da bancada, eu peço apenas que decidam qual falará.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente. Eu queria ter um entendimento, porque V. Exa. abriu para discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, é para encaminhamento, eu retifico então.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não. V. Exa. abriu para discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Retifico.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não. Quando V. Exa. abriu para discussão, eu prontamente me manifestei. Em discussão não há esta questão de um de cada partido. No encaminhamento, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas discussão...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É porque em requerimento não há discussão. Nós já decidimos, inclusive, isso aqui.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos aplicar o artigo do Regimento, que é claríssimo nesse caso, no encaminhamento, não havendo discussão em requerimento, não fala líder...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente. V. Exa. tem alguma diferença nos encaminhamentos. Porque já aconteceram requerimentos com muita polêmica nas últimas sessões e foi aberto e houve muita discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não foi.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Houve muita discussão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ao contrário. Se V. Exa. se refere à convocação da Ministra Dilma...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, só posso lamentar se nós não tivermos a oportunidade de discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vou lembrar para a senhora, para V. Exa., art. 310, Parágrafo Único, é claríssimo: "*O encaminhamento de votação de requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada partido ou bloco parlamentar, salvo nas homenagens de pesar*."

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, então vamos ver como é que nós vamos interpretar o Regimento: "*Art. 211: Consistem as proposições em:*

I – proposta de emenda à Constituição;

II – projetos;

III – requerimentos."

Requerimentos, portanto, é proposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Requerimento que depende de parecer é assim. Isso já está, inclusive, assentado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, mas aqui não está escrito requerimento que depende...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E veja bem: V. Exa. deve-se atentar, inclusive eu decidi isso aqui quando foi apresentado o requerimento pelo próprio Senador Romero Jucá. Nós fizemos exatamente dessa forma.

Ou seja, a decisão dessa Presidência vai ser sempre no mesmo sentido. Como o art. 310, Parágrafo Único é norma específica, só há encaminhamento quando há requerimento sem necessidade de parecer.

De forma que mantenho dessa forma e abro pelo prazo de cinco minutos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu queria dizer que eu não estou concordando com o encaminhamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Consigno o protesto de V. Exa..

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque o requerimento é claro aqui, entende, não está explicitada essa questão do parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Consigno o protesto de V. Exa..

E concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, eu creio ser da nossa responsabilidade, especialmente desta comissão, ouvir o Dr. José Carlos Blat em função dos últimos acontecimentos.

Não me refiro apenas a um escândalo que foi noticiado pela grande imprensa do país, com as tintas da gravidade. Um escândalo que alcançaria mais de 100 milhões de reais de desvios, com centenas de famílias lesadas, especialmente no Estado de São Paulo, envolvendo, inclusive, fundos de pensão, especialmente três dos maiores fundos de pensão do país.

Sr. Presidente, o que se estabelece agora é um confronto entre a tese de que é preciso investigar para apurar as responsabilidades e, de outro lado, há uma tentativa de desqualificar quem faz a denúncia. E acho, quem enseja o alvo dessa desqualificação deve ter o direito de se defender.

O PT diz que vai processar o jornal *Estado de São Paulo*, a revista *Veja* e o Dr. José Carlos Blat, e também o *Jornal Nacional*, segundo diz o Senador Jarbas Vasconcelos.

É a oportunidade que o PT tem, aqui nesta Comissão de Constituição e Justiça, de questionar o promotor. Depois de três anos de trabalho árduo, árduo e competente, um grande promotor e o Senador Romeu Tuma é testemunha disso, com um conceito de respeitabilidade ímpar.

Depois desse trabalho de três anos é vítima de uma tentativa de desconstrução da sua imagem. Há uma estratégia em curso que é a de desqualificar quem denuncia para proteger denunciados.

Ou seja, comete crime quem investiga, quem denuncia, e nunca é criminoso quem assalta cofres públicos ou mesmo que seja, neste caso, assalto a recursos de assalariados, de bancários, especialmente do Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, nós não nos recusaríamos, nós da oposição, de apoiar proposta do Senador Suplicy, por exemplo, de ouvir também o Advogado da BANCOOP, Dr. Dallari. Não há nenhum impedimento que se convide também o Dr. Dallari para expor as razões daqueles que defendem os procedimentos adotados nesta Cooperativa de Habitação dos Bancários do Estado de São Paulo.

Nós não podemos ficar calados, omissos, coniventes, cúmplices de um escândalo dessa natureza.

Certamente, Sr. Presidente, as pessoas que foram lesadas estão aguardando um posicionamento do Senado Federal. Não é uma questão apenas do Estado de São Paulo, é uma questão federal, na medida em que envolve recursos dos grandes fundos de pensão administrados, inclusive, por indicados do Partido dos Trabalhadores.

Os depoimentos acusam o Sr. Vaccari, que é o Tesoureiro do PT, e acusam o Partido dos Trabalhadores. Nós não queremos fazer nenhum prejulgamento. Nós queremos dar a oportunidade ao Promotor Público, Dr. José Carlos Blat, de, comparecendo a esta comissão, relatar os procedimentos que adotou na investigação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu peço a V. Exa. que conclua, só porque eu também vou ser rigoroso com o prazo com os demais oradores. Já extrapolou cinco minutos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Para que o promotor possa apresentar aqui o itinerário da corrupção que desenhou, quais as provas que já pode apresentar e, sobretudo, quando fará a denúncia à Justiça, para que a responsabilização civil e criminal possa ter consequência em razão das acusações que já são do conhecimento do povo brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, não vejo porque a base aliada ou o Partido dos Trabalhadores ou os governistas negarem esta oportunidade, ao promotor, de expor, a nós de questionarmos e, sobretudo, à sociedade, de tomar conhecimento da realidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli Salvatti, depois Efraim Morais, em seguida Romero Jucá e Romeu Tuma.

V. Exa. tem que decidir com o Senador Efraim quem fala por bloco.

Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Presidente, o Senador Tasso Jereissati pode falar pelo bloco, porque o meu assunto é outro. Eu espero que conclua essa discussão e votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli Salvatti, pelo prazo de cinco minutos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras.

A Comissão de Constituição e Justiça tem tarefas e responsabilidades extremamente importantes. É uma comissão que nós temos, inclusive, muita disputa entre os parlamentares para poderem estar aqui participando dos debates e das decisões.

Então, quando tivemos conhecimento pela imprensa da apresentação deste requerimento pelo Senador Alvaro Dias, nos causou muita estranheza, porque este assunto, ele não está relacionado a nenhuma matéria em tramitação, nem na Comissão de Constituição e Justiça e nem sequer no Senado da República.

Em segundo lugar, esta situação da BANCOOP, Cooperativa dos bancários, é um assunto que tem um inquérito aberto, mas, conforme até palavras do próprio Senador Alvaro Dias, sequer a denúncia foi oficialmente apresentada. Houve reportagens, houve manifestações na imprensa, mas a manifestação oficial, com a denúncia, com a conclusão do inquérito, sequer ainda está tramitando oficialmente na Justiça.

É um assunto que não envolve... Pode até envolver interesses, como envolve interesses de pessoas, de cooperativados que podem ter sofrido algum tipo de prejuízo. Mas, não envolve dinheiro público, não tem envolvimento de dinheiro público, o que poderia ser um dos motivos para trazer o assunto aqui para a Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, se não está ainda oficialmente feita a denúncia, se a Justiça, que é quem tem a prerrogativa de julgar, sequer ainda foi acionada, por que a Comissão de Constituição e Justiça, num assunto que não tem a ver com matéria, que não tem a ver com dinheiro público, por que a Comissão de Constituição e Justiça vai realizar uma oitiva do Procurador que sequer ainda apresentou oficialmente a denúncia?

Então, nos parece, Sr. Presidente, que trazer este assunto para a Comissão de Constituição e Justiça inegavelmente tem um perfil, um viés temporal, de campanha eleitoral, político, até porque pelas reportagens que saíram agora nos últimos dias, o objetivo central é... Até como se pode ver de capa de revistas, é tentar atingir uma personalidade que está assumindo um cargo importante na executiva do Partido dos Trabalhadores.

Por isso que nós somos terminantemente contra, porque não tem qualquer conexão com objeto desta comissão, com assuntos aqui que estão tramitando e, volto a dizer, sequer a denúncia foi apresentada. Todo o debate que aqui se estabelecer é em cima de declarações feitas pelo promotor na imprensa, porque não consta nos autos, não tem autos ainda, inclusive.

E a Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente, eu acho que ela não pode se permitir a ter um evento desta magnitude, com um viés que está claramente colocado como um viés de disputa político-partidária e eleitoral.

Por isso que eu solicitaria até para o respeito que todos nós temos que ter pelo excelente trabalho que a comissão sempre desenvolve aqui no Senado da República, de nós não permitirmos que seja aprovado este requerimento e que façamos uma audiência em cima de reportagens que sequer ainda oficialmente estão colocadas como denúncia na própria Justiça.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Sr. Presidente. Questão regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa..

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Questão de Ordem. Sr. Presidente, eu me reporto ao art. 101 para assegurar que a iniciativa tem o apoio regimental, sim, ao contrário do que insinua a Senadora Ideli Salvatti.

O art. 101 diz: "*Ressalvadas atribuições, emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União*." E é competência da União, conforme a Constituição estabelece, a seguridade social.

Portanto, nós estamos atentos à Constituição e ao Regimento Interno. O requerimento tem o respaldo regimental e nós estamos tratando de dinheiro público exatamente porque dinheiro da previdência, dinheiro da seguridade social é dinheiro público.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Há um Inquérito em andamento e se tivesse ocorrido a denúncia, aí sim, talvez não se justificasse esta audiência pública que desejamos. Ainda não houve a denúncia, portanto, estamos na fase do Inquérito, e nós podemos contribuir, sim, valorizando o trabalho do Ministério Público e do Promotor Dr. José Carlos Blat, na investigação de um escândalo de corrupção de proporções elevadas.

Portanto, Sr. Presidente, apenas para contraditar o que, no campo do Regimento e da Constituição, afirmara a Senadora Ideli Salvatti.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Senador Romero Jucá, pelo prazo de cinco minutos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, eu gostaria da atenção de V. Exa. e dos líderes partidários, principalmente dos líderes de oposição.

Eu queria aproveitar esse ensejo desse requerimento para fazer uma ponderação aqui, com muito equilíbrio. Nós vamos entrar, estamos entrando num processo eleitoral. Esse processo eleitoral tende a 'agudizar' as relações entre oposição e base do Governo, o que é legítimo e democrático, na busca da disputa eleitoral.

Agora, eu entendo que nós temos que ter a condição de, independente do processo democrático e do embate, equilibrar as ações e o trabalho aqui no Senado.

Esse requerimento é um requerimento típico de algo que nós temos que nos debruçar e construir aqui um compromisso e um entendimento de funcionamento com a oposição e com V. Exa., que é Presidente da comissão.

Primeiro, definirmos como vão ser votados os requerimentos. Requerimentos de convocação serão votados no início da sessão, no fim da sessão, não pode ser votado no mesmo dia, tem que ser lidos para ser votado no outro dia, enfim, acho que é importante para evitar exatamente o que ocorreu em sessões passadas.

É uma colocação e uma solicitação que faço a V. Exa., que defina um padrão de votação de requerimentos de convocação, porque, sem dúvida, serão instrumento do embate eleitoral.

Segunda questão: esse requerimento aqui nada tem a ver com a Comissão de Constituição e Justiça. Me desculpe, Senador Alvaro Dias, isso é uma investigação estadual, em cima de recursos de uma cooperativa do Estado de São Paulo, não tem matéria da CCJ, não tem parecer a ser dado. A alegação de que fundos de pensão estão sendo investigados, esses fundos de pensão são recursos próprios dos fundos de pensão. Não está em voga aqui nenhuma regra de fiscalização previdenciária.

Então, sinceramente, eu acho que o melhor para essa Casa e para essa comissão seria a retirada do requerimento. Talvez até uma menção de que tudo deve ser investigado. Eu acho que deve ser investigado, a BANCOOP deve ser investigada, como todas as questões devem ser investigadas.

Agora, nós não podemos trazer para a CCJ, nós não podemos trazer para o Plenário assuntos como esse, tentando politizar ou 'eleitoralizar' uma ação que

está se desenrolando e desenvolvendo com tranquilidade. A Assembleia Legislativa acaba de aprovar uma CPI no Estado de São Paulo. Quer dizer, nós vamos trazer isso para a CCJ? É esse tipo de postura, então nós vamos trazer também de governadores e prefeitos da oposição assuntos para cá para também ficar fazendo palanque.

Acho que, sinceramente, esse requerimento é um desserviço à Comissão de Constituição e Justiça e ao Senado.

Eu acho que o embate eleitoral é legítimo, deve ocorrer, mas deve ocorrer nos ringues competentes.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Permite um aparte?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Aqui não é lugar para isso, Sr. Presidente. Eu solicito a V. Exa. que analise os termos do requerimento e que, se for o caso, não havendo a retirada do Senador Alvaro Dias...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Permite um aparte?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): ...que reitere e negue de plano, porque não é assunto da CCJ. Me desculpe.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Permite um aparte, Senador?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Me desculpe, não é permitido aparte, porque é encaminhamento.

Mas fica aqui a minha posição. Se for mantido eu vou votar contra, vou encaminhar contra pela base do Governo, como encaminharia contra se fossem outros requerimentos independente de lado político.

Eu acho que não é o local aqui, nós não podemos trazer para a CCJ esse tipo de embate que está ocorrendo fora do Senado, nos ritos normais, sumários das investigações que estão sendo feitas.

Fica o apelo a V. Exa. da regra de votação de requerimento e fica um apelo ao Senador Alvaro Dias que faça uma menção no Plenário recomendando a investigação. Todos nós vamos aprovar. Nós queremos que seja investigado. Ninguém quer esconder nada.

Agora, não dá para trazer para a CCJ esse tipo de audiência porque isso aqui não vai se sustentar. O que serve para um lado, serve para o outro. Isso aqui vai virar uma festa e vai, sem dúvida nenhuma, inibir, pelo menos, os trabalhos, no mínimo, inibir os trabalhos da CCJ e do Senado Federal.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa..

Senador Tasso Jereissati, pelo prazo de cinco minutos.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Demóstenes, do jeito que nós vamos, nós vamos fornecer de agora em diante uma anistia geral, ampla e irrestrita a todo e qualquer ato de corrupção, qualquer ato de irregularidade, qualquer ato que venha a prejudicar os interesses do Governo. E aos interesses do partido do Governo, o PT, porque será considerado como atitude política e atitude eleitoral.

Desta maneira, já na semana passada, duas semanas atrás, nós vimos aqui um espetáculo inédito; inédito aqui nessa comissão. Nós fizemos aqui nesta comissão uma convocação para a Ministra Dilma vir se explicar sobre o propalado Projeto de Direitos Humanos, tão polêmico, e que lançou na mídia nacional e na opinião pública brasileira uma série de dúvidas sobre o espírito democrático deste projeto que estava sendo elaborado pelo Governo.

No entanto, o Governo conseguiu 'desconvocar', alegando justamente que aquele assunto que se tratava da discussão sobre o Projeto de Direitos Humanos, era uma convocação eleitoral-política.

Agora nós estamos vendo novamente acontecer. Uma cooperativa financiada pelos fundos de pensão, que têm necessariamente que ser fiscalizados pelo Governo Federal, fazer um desvio de recursos de, provavelmente, 100 milhões de reais, e que estes 100 milhões de reais provavelmente teriam sido desviados para a campanha do PT. Campanha política do PT.

Portanto é uma coisa de interesse nacional, não apenas dessa comissão, do Senado Federal. Dinheiro público, dinheiro de cooperativa, dinheiro de fundos de pensão que foram desviados para uma campanha política do PT.

É bom lembrar que este mesmo senhor que teria sido responsável por este desvio de recursos é também o tesoureiro do PT. Ou seja, é uma coincidência que arma um grande imbróglio de corrupção, que envolve fundos de pensão, controle do Governo Federal e partido que está no poder do Governo Federal.

Este mesmo senhor, Presidente, é bom relembrar, foi aquele que foi acusado já anteriormente de, na campanha passada, ter dado o dinheiro para os chamados 'aloprados'. E, portanto, nós estamos falando de um grande escândalo de corrupção que envolve Governo Federal, envolve agências do Governo Federal, envolve política. E ele tem cunho político, sim. Porque esse dinheiro não foi corrupção para bolso de ninguém. Foi dinheiro para partido político. E nós temos obrigação de não esconder esses fatos.

Nós temos obrigação de não ficarmos mais omissos diante do que está acontecendo, que está acontecendo todas as semanas. O conjunto de irregularidades que está acontecendo é extremamente perigoso para

o país, onde os valores, nenhum dos valores são mais respeitados, Sr. Presidente.

Gostaria, portanto, Sr. Presidente, de V. Exa. e todos os outros senadores aqui presentes, não se omitissem e assinassem essa anistia geral e esta impossibilidade de nós discutirmos nesta Casa política qualquer coisa que não seja de interesse do Governo e da candidata do Governo. Isso sim. Isso sim que é fazer política nessa Casa. Se é do interesse da candidata do Governo, nós não podemos tratar. Se é de interesse positivo, nós temos que tratar. Aqui nós vimos ontem mesmo, Sr. Presidente, ser feito um verdadeiro montado aqui no Senado Federal...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Silêncio, por favor!

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria de ter a atenção dos senhores, por favor.

Eu queria aproveitar nessa Comissão de Justiça e deixar meu protesto. Nós vimos a candidata do Presidente da República sair do palanque do Rio de Janeiro e vir aqui para um palanque montado no Senado Federal, todo montado para ser um verdadeiro palanque político montado para a Ministra.

Eu não entendo. Se nós temos uma candidata à Presidência da República, mulher, que falaria pelas mulheres, eu não entendo porque a Senadora Marina que também é candidata à Presidência da República, que também é membro dessa Casa, não tenha os mesmos direitos que ela naquele momento. Todos os discursos que antecederam ao discurso da Ministra, que não sei em nome de quem que ela falou, foram de louvação à Ministra e não de louvação à mulher.

E eu vi ali sentada no seu canto, quietinha, sem ter direito a qualquer tipo de louvação da Mesa ou daqueles que fizeram o espetáculo principal esse direito. Isso sim é que é estar fazendo dessa Casa, essa Casa política.

Eu não vou aceitar que esse tipo de coisa seja. Pode o Senador Romero convocar, desconvocar, dizer que vai fazer ou não vai fazer. Tem maioria e esmagam. Mas eu vou ficar aqui falando toda vida, porque está se desrespeitando todos os valores que existem do Parlamento Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.. Senador Romeu Tuma.

Esclareço ao Senador Flexa Ribeiro que, por ser requerimento, ele não poderá utilizar-se da palavra, porque pela bancada já falou o Senador Tasso Jereissati.

Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Eu só queria dizer Senador Tasso. Tolerância zero para a corrupção. É o que a gente tem que pensar. Porque qualquer lugar que se vá o parlamentar sofre a conseqüência...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Silêncio, por favor!

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): ...do que vem acontecendo. Não há mais como escapar às críticas que são feitas aos políticos ou em cima sempre do Parlamento.

Eu queria só, Presidente, dizer que o Procurador José Carlos Blat é um homem de bem. Correto, trabalhador, várias operações ele desenvolveu em São Paulo e das quais algumas meu filho participou como Delegado de Polícia, principalmente operações de combate à corrupção em setores da administração pública estadual e municipal. Com ótimos resultados, cassação de vereadores, cassação de deputados, ele buscou sempre a informação correta e se documentar das acusações que faz.

Eu também não posso deixar, Senador Alvaro Dias, dizer que o Dallari também é um homem sério, correto, e um grande advogado. Mas não posso deixar que em hipótese alguma se atinja a pessoa do Dr. José Carlos Blat, pelo que ele representa no Ministério Público de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a discussão nos termos regimentais. Em votação. As senhoras e Srs. Senadores que concordam com a votação, com a aprovação do requerimento, queiram permanecer como se encontram.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Encaminhamos contra, Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Votação nominal, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Contra agora, para que seja após a CPI.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que CPI?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós não podemos condicionar. Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Contra, Sr. Presidente. Não cabe.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Renato Casagrande. Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Inácio Arruda. Marina Silva. Sim. Francisco Dornelles. Não. Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, só um minuto para eu consultar meu líder aqui. Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Valdir Raupp. Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Marco Maciel. Alvaro Dias, que é o autor. Jarbas Vasconcelos. Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Osmar Dias. Se ausentou. Patrícia Saboya se encontra? Está completa, por isso não chamei o nome de V. Exa..

Vamos aguardar a contagem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se empatar V. Exa. que decidirá, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente. Em termos regimentais.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos só checar os votos. É porque o autor não vota, o autor é o Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas como não vota, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É o regimento, não conta. Nem o autor não conta o voto.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu transfiro a autoria para o Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E nem o Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, de sorte que são dez votos não, nove sim, o requerimento foi rejeitado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas Sr. Presidente, o Senador Marco Maciel falou baixinho. O voto dele foi computado?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Foi computado.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, há um requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu, que eu subscrevi, que pede Audiência Pública a essa comissão para a participação do Ministro Gilmar Ferreira Mendes.

Solicitaria de V. Exa. que o objetivo é debater a modernização do Poder Judiciário para o desenvolvimento econômico do país, para que fosse colocado, acho que é um requerimento de comum acordo entre todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Requerimento da Senadora Kátia Abreu que, ausente, é subscrito pelo Senador Efraim Morais. *"Requeiro nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante essa douta comissão com a participação do Exmo. Ministro Gilmar Ferreira Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, com a finalidade de debater a modernização do Poder Judiciário para o desenvolvimento econômico do país."*

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Questão de Ordem, Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos levantar a Questão de Ordem. Vou atender.

Só lembrando a V. Exas. que todas as sugestões feitas pelo Conselho Nacional de Justiça nós já aprovamos aqui na CCJ. Só que o encaminhamento aí não sei o que deu.

Pulseira eletrônica nós já aprovamos; videoconferência nós já aprovamos, autoria inclusive do Senador Tasso Jereissati; fim do regime aberto, incentivo fiscal... Tudo nós já aprovamos aqui.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Questão de Ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Questão de Ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Flexa, aponte o artigo do regimento.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem, posteriormente, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu consulto a V. Exa. se no Regimento, no caso de que o autor do requerimento presente não tem direito a voto, se ele não é substituído na votação pelo suplente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. O Presidente e o autor são contados apenas para quórum. Sendo que o Presidente, em caso de empate, vota para o desempate. O autor não tem direito a voto. Não vota porque aí extrapola o número. Porque ele é contado... Veja só, se ele não tiver, não pode votar. Se o Senador Flexa Ribeiro tivesse assinado o requerimento...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Presidente, pela ordem.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E não pode trocar a autoria?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Infelizmente, depois da votação não há o que fazer.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente Demóstenes, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu solicito a V. Exa., tendo em vista que nós temos o Item 01 da pauta e que o relator se encontra presente, Senador Casagrande, nós colocássemos em votação esta matéria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos colocar. Sem dúvida. Item 03 da pauta.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Exa.. Eu vou ter que me retirar, eu vou tomar posse na Executiva do PMDB.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Parabéns, senador

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Obrigado, Flexinha.

E eu queria fazer um apelo a V. Exa. que é o seguinte: o segundo item da pauta é o que trata da questão do fumo. O Senador Antonio Carlos Júnior, autor do voto em separado, não está presente hoje aqui. Eu vou ter que me ausentar.

Então, eu gostaria de pedir a V. Exa. que marcasse essa votação para a próxima semana, impreterivelmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu já tentei fazer isso no início da sessão, mas a Senadora Marina Silva aprovou um requerimento para inversão de pauta e mais, eu ponderei exatamente isso.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu deixei de votar algumas vezes aqui essa matéria pela ausência da Senadora Marina Silva.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Somente com a concordância dela, uma vez que o requerimento dela foi aprovado é que eu posso...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): E o Senador Antonio Carlos Júnior é autor do voto em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu queria falar que nós pudéssemos votar na próxima semana.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dependo da aquiescência da Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Pela ordem. Não é que deixou de votar pela minha ausência,

meu caro Senador Romero Jucá. Todas as vezes em que foi mencionado que nós iríamos colocar em votação, mesmo sendo suplente, eu fiz um esforço para estar aqui, como estou hoje.

Inclusive, o meu voto já foi apresentado. O meu relatório já foi apresentado. E quando o autor do voto em separado não está presente, o voto torna-se nulo. É isso que aconteceu inclusive em algumas ocasiões em que eu não estava presente, e o meu voto em separado não foi considerado.

Então, essa comissão não pode usar dois pesos e duas medidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Então V. Exa. Mantém.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não tem o que fazer. Regimentalmente, a senadora tem razão. Agora, V. Exa. ou qualquer outro Senador pode subscrever o voto em separado que aí ele não é mais nulo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, não se trata disso. Acho que essa discussão é uma discussão importante. É uma discussão importante. Eu volto a dizer, algumas vezes essa matéria seria votada aqui, eu pedi para retirar, V. Exa. é testemunha disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É verdade.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu pedi para retirar, porque eu acho que essa discussão é uma discussão importante para o país, e é bom que seja feita com quórum e ouvindo todos os lados, ouvindo todos os lados.

Daqui dessa comissão, o assunto vai para a Comissão de Assuntos Sociais, nós estamos discutindo aqui a constitucionalidade.

Então, eu volto a dizer: a ausência do Senador Antonio Carlos Júnior, de certa forma prejudica o debate. Porque ele é do estado produtor. E minha proposta, quando eu fiz, foi exatamente tentando equilibrar essa situação.

Então, eu volto a dizer, eu acho que a discussão, ela fica prejudicada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu não deixo de dar razão a V. Exa.. Mas eu não tenho o que fazer.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Sr. Presidente, Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Queria fazer um apelo à Senadora Marina. Não vejo diferença de votar esta semana ou a próxima semana, impreterivelmente.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Senador Romero, se não tem diferença então vamos votar hoje. Se não tem diferença então vamos votar hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não é possível manifestação nessa comissão. Nem a favor nem contra.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Senador Romero, desculpe, deixa eu só ponderar com V. Exa..

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): O que eu estou dizendo é que tem diferença pela ausência do Senador Antonio Carlos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não tem diferença para a matéria, tendo em vista que vai para a Comissão de Assuntos Sociais.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Isso. Na Comissão de Assuntos Sociais nós ainda vamos debater a matéria. Aqui nós vamos nos ater aos aspectos de constitucionalidade ou inconstitucionalidade. Vamos discutir o mérito e o senador apresentará novamente seu voto lá, não sei como podemos fazer.

Agora, o que não dá é para protelar a matéria indefinidamente, como estamos fazendo nessa comissão.

A minha posição é de que nós chegamos ao limite em termos regimentais e eu quero sustentar que façamos o debate e que cada um aqui assuma sua posição em relação ao Projeto do Senador Tião Viana ou ao Projeto de V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 03 da pauta. Página 62, Projeto de Lei da Câmara nº 197/2009. "*Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências*." Autoria, Deputado José Eduardo Cardozo. Relatoria, Senador Francisco Dornelles. Votação nominal.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Francisco Dornelles para proferir o seu relatório.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Jarbas Vasconcelos anuncia o pedido de vista. Então, se V. Exa. quiser deixar para fazer a discussão a semana que vem...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Por favor, não tem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quando eu voltarei como Item nº 01 da pauta. Então V. Exa. dá como lido ou faz o relatório?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Dou como lido o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dá como lido. Pedido de vista concedido ao Senador Jarbas Vasconcelos.

Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem depois.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Item 01 da pauta é o Projeto de Lei do Senado 156 que trata da Reforma do Código do Processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Foi invertido, vai ter só mais essa votação e em seguida nós votamos o Item 1 da pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu conversei com o Senador Renato Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas foi aprovado requerimento invertendo a votação. Em seguida será. Vamos discutir a questão do fumo, uma vez que a Senadora Marina Silva não concorda em retirar e, em seguida, votaremos a questão da Reforma do Código de Processo Penal.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já foi aprovado um requerimento para a inversão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Avisar só que nós vamos pedir vista sobre o Código de Processo Penal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Questão de Ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador... Eu vou pedir vista do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então pede.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, podia logo passar por cima.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Presidente, não tem que ser anunciado o pedido...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Anuncia e depois pede vista.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Primeiro o item da pauta, para depois pedir vista?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vista coletiva.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Já estão colocando.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos aguardar, porque está virando uma bagunça aqui.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós não conseguimos votar nada. 'Pela ordem' está acabando com a sessão.

O Senador Marconi requer a inclusão extrapauta do PLC nº 06, de 2010. Para encaminhar. Não havendo quem queira encaminhar, encerro os encaminhamentos.

Em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Gostaria de pedir a inversão de pauta para votar o Item 06, que é a doação do terreno para a instalação da Representação da Palestina.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Após a Reforma Código de Processo Penal.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Após o Código de Processo Penal entra o Item de V. Exa..

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E antes do Senador Marconi Perillo.

Item 02, página 29. Projeto de Lei do Senado nº 315/2008, terminativo na CAS. "*Altera a Lei 9.294 de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos de tabaco em ambientes fechados*." Autoria, Senador Tião Viana.

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 316/08. "*Altera o art. 2º da Lei nº 9.294/96, de 15 de julho de 96, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas*." Autoria do Senador Romero Jucá.

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 420/2005. "*Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 96, para proibir o uso de produtos de tabaco nos bares, restaurantes, e demais estabelecimentos assemelhados, localizados em todo o território nacional*." Autoria, Senador Magno Malta.

Relatoria de todos os projetos, Senadora Marina Silva. Parecer da Senadora favorável ao PLS n° 315, de 2008 com uma Emenda que apresenta e contrário aos PLS's n° 420, de 2005 e n° 316, de 2008.

Observações: "*Em 02 de dezembro de 2009, foi concedida vista coletiva nos termos regimentais; Em 15 de dezembro de 2009 foi recebido o Voto em Separado, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, com voto favorável ao PLS n° 316, de 2008, com uma emenda que apresenta e contrário ao PLS n° 315, de 2008 e n° 420, de 2005*."

Como disse, as matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Consulto ao Sr. Senador Romero Jucá se deseja subscrever o voto do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, ausente, e sustentar o voto em separado em decorrência do pedido de vista.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu assino o voto, mas volto a dizer: eu acho que é uma discussão que poderia ser feita de outra forma. Sinceramente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos votar a semana que vem isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, concedo a palavra a V. Exa. para que faça a sustentação.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não vou fazer. Não vou fazer. Acho que está prejudicada a discussão. Infelizmente, não precisava ser assim.

Eu entendo todo o mérito do projeto, já volto a dizer aqui, as pressões são grandes, eu não fumo, meus filhos não fumam, não sou fumante, não estou defendendo o fumo.

Agora, eu acho que essa é uma discussão que deveria ser feita em termos... De forma equilibrada.

Então, o Senador Antonio Carlos Júnior não está presente, não está presente, essa questão da constitucionalidade é importante, é importante, porque esse é um processo que está chegando nos tribunais, várias leis estaduais estão nos tribunais.

Então, eu lamento. Infelizmente eu lamento essa questão. Eu assino o voto em separado dele, mas não vou discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra à ilustre Senadora Marina Silva para suas considerações.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Bem, primeiro eu acho que o projeto já está tramitando há muito tempo. E já foi tirado de pauta nessa comissão inúmeras vezes.

E eu acho que tivemos o tempo suficiente, fizemos o debate, cada um teve condição de colocar aqui a sua posição. E o regimento diz que quando o autor do voto em separado não se encontra, o voto é nulo. Isso já aconteceu comigo em projetos igualmente relevantes. Só que eram relevantes, mas tratavam da questão do direito indígena. E as pessoas não tiveram nenhum cuidado em fazer o apelo que está sendo feito aqui em relação ao voto em separado do Senador Antonio Carlos Júnior.

Eu insisto que o debate foi feito, os esclarecimentos foram dados, os Srs. Senadores são todas pessoas aqui muito bem informadas. Eu, inclusive, aqui, estou apresentando só um aperfeiçoamento no art. 2, para que não fique nenhuma dúvida em relação a esse parecer.

O aperfeiçoamento é o seguinte: "*É proibido o uso de cigarro, cigarrilha, charutos, cachimbo ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em ambiente coletivo fechado, privado ou público*." Essa é a emenda... Não é uma emenda, é um aperfeiçoamento só da redação do art. 2º.

E com isso a gente vai para a votação e com essa votação a gente toma a decisão aqui em relação aos dois projetos. Obviamente que como sou autora do parecer, advogo que aprovemos a proposta do Senador Tião Viana.

É um absurdo que tenhamos... É um absurdo que tenhamos uma situação aonde as pessoas são extremamente prejudicadas em função do uso do tabaco. A saúde pública é prejudicada, os recursos públicos são prejudicados e, com certeza, com o aperfeiçoamento que está proposto aqui pelo Senador Tião Viana, nós atualizamos a lei brasileira. Porque a lei brasileira já foi bastante ousada, antes de termos o acordo internacional sobre... Da Organização Mundial de Saúde, sobre a questão do uso do tabaco em ambientes fechados. E agora, nós estamos fazendo essa adaptação, essa atualização.

Só para se ter uma ideia, o tabaco mata mais do que a AIDS, segundo os estudos que vem sendo realizados. E um dado aqui, que trata da questão da saúde, que deve nos fazer refletir como algo que é assustador.

Os dados do Instituto Nacional do Câncer revelam que há mais de 30 milhões de fumantes no Brasil. Onde o fumo provocou, nos últimos 30 anos, um milhão de óbitos e deve provocar nos próximos 15 anos mais de sete milhões de mortes.

Isso tem um custo social, isso tem um custo, inclusive, do ponto de vista das perdas dessas vidas. O custo social são os investimentos que a gente tem que fazer em termos do tratamento que é dado, é um tratamento caríssimo e o custo irreparável da perda de vidas.

E se nós podemos atenuar, transferindo apenas para a liberdade do sujeito, do indivíduo que quer fumar o seu cigarro na sua casa, nos espaços abertos, isso aí é um direito do cidadão.

Agora, ele fumar e fazer os outros fumarem também, ainda que não seja a sua vontade, nós estamos aqui para proteger os dois direitos. O direito de quem quer fumar, porque ele é um cidadão livre, e o direito de quem não quer fumar, porque também é igualmente livre e quer proteger a sua saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romero Jucá, acabo de informá-lo que não pode assinar o voto em separado porque ele é autor de um dos projetos que V. Exa. rejeita.

Então, regimentalmente eu consulto algum senador se deseja subscrever esse voto em separado. Fui informado que o Senador Dornelles deseja subscrever o voto em separado do Senador Antonio Carlos Júnior. Consulto a V. Exa. para saber se corresponde à realidade.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria dizer realmente que a minha opinião, o Senador Antonio Carlos Júnior é um dos senadores de maior competência e mais respeitado nessa Casa.

O voto do Senador Antonio Carlos Júnior representa a posição de um Estado produtor. Eu acho que dentro de um debate amplo que nós temos nessa Casa, seria muito justo que nós pudéssemos ter aqui presente o Senador Antonio Carlos Júnior.

Agora, se por acaso a Senadora Marina não concordar que nós possamos adiar isso por uma semana, dentro de uma questão de cortesia com o Senador Antonio Carlos Júnior, eu devo dizer a V. Exa. que uma questão de respeito ao relator, eu leio e subscrevo seu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem. Então, com a palavra V. Exa. e em seguida darei novamente a palavra à Senadora Marina.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, é uma honra muito grande ler aqui nessa Comissão de Justiça o voto do Senador Antonio Carlos Júnior sobre esse projeto que trata da proibição de uso de produtos de tabacos nos bares e restaurantes.

No entendimento do Senador, o projeto que mostra melhores condições de obter aprovação é o PL 316, que insere normas eficientes para a proteção da saúde dos cidadãos.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do 316 na forma da seguinte emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Prestem atenção para a gente ver qual é a diferença de um projeto e de outro.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): "*É proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo fechado, seja público ou privado*."

Proibição. "*Está incluído na determinação do 'caput' todo o local fechado destinado à utilização simultânea de várias pessoas, incluídos, mas não limitados a prédios comerciais, industriais, casas de espetáculos, shoppings, aeroportos e restaurantes.*

Estão excluídos da determinação do 'caput' locais abertos" "*locais abertos como varandas, calçadas, terraços, balcões externos e similares*.

Fica a critério do proprietário ou responsável por recintos coletivos fechados, com área superior a 100m², a segregação de áreas para fumantes equivalentes a, no máximo, 30% da área total, desde que isoladas por barreira física e equipadas com soluções técnicas que permitam a exaustão do ar da área de fumantes para o ambiente externo.

Excluem-se do disposto neste artigo os recintos coletivos fechados voltados para a educação e saúde."

Esse é o relatório e voto do Senador Antonio Carlos Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Marina Silva, novamente com a palavra V. Exa., em decorrência de ter sido subscrito o voto pelo Senador Dornelles.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Bem, primeiro eu quero só deixar claro que não é um ato de desrespeito com o nosso Senador Antonio Carlos Júnior. Pelo contrário. Eu o respeito muito, mas nós estamos aqui respeitando o Regimento, que é o que vale para todos os Srs. Senadores.

Segundo, quando nós não somos cuidadosos em relação aos ambientes privados, públicos e as pessoas que trabalham naquele recinto, ele se expõe à fumaça, ao tabaco, essas pessoas são prejudicadas.

Porque não se trata apenas do cidadão que vai lá no restaurante e pede a sua refeição e depois vai embora. É o garçom, é o caixa, são as pessoas que permanentemente ficam durante oito, nove, dez horas, onze horas trabalhando no mesmo espaço e essas pessoas são mais prejudicadas inclusive do que os fumantes.

Porque o fumante direto ele tem o filtro para lhe proteger em alguma medida. O fumante passivo não tem nenhum tipo de proteção. E ele fica exposto durante um período permanente. Isso não é um dia, é

todo seu trabalho, toda uma vida no mesmo local, se expondo passivamente, sem querer, sem poder se defender do fumante ativo.

Então, nós estamos aqui, insisto, protegendo o direito tanto de quem fuma, quanto de quem não fuma. E nós não podemos impor a quem não fuma, prejuízos que ele não deseja tê-los.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se eu entendi bem, a diferença dos projetos é que o segundo, de autoria... Do voto em separado do Senador Dornelles é que cria a possibilidade de, em ambientes fechados, comerciais, superiores a 100 metros, por exemplo, um bar que tenha... Possa haver essa agregação, a construção específica para não fumantes, enquanto que o da Senadora Marina não admite essa segregação. É isso?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): ...locais abertos, como varandas, calçadas, terraços, balcões externos e similares.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Muito bem. Então, os Srs. Senadores estão esclarecidos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O da Senadora Marina já permite.

Em discussão

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Há uma circunstância que faz qualquer cidadão racional, portanto, adotar a medida mais radical contra o uso do tabaco: basta olhar um paciente terminal, basta ir a um hospital e assistir a morte dolorosa de quem, durante a vida, fumou.

E o fumo, Sr. Presidente, não é só daquele que tem a iniciativa, que toma a deliberação de aderir a essa prática. O fumo às vezes obriga quem não gosta, às vezes obriga a quem não aceita, a quem não quer, a fumar o cigarro alheio.

E é exatamente em nome desse fumante indireto, esse que inala todos os ingredientes que contem o cigarro, é que eu quero dizer aqui que voto com o projeto mais radical contra o uso do tabaco, que no caso é o relatado pela Senadora Marina Silva.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Me inscreva, Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu também não costumo ser radical em nada, mas nesse caso eu sou radicalmente a favor do projeto do Senador Tião Viana, relatado pela Senadora Marina.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, em primeiro lugar eu acho que fazer uma separação num ambiente de um restaurante, fechar um dos ambientes permitindo que pessoas que tem o vício de fumar, ali exercitem o seu vício, nós estamos contribuindo para a morte de pessoas.

Porque nós estamos permitindo que agentes comerciais, que restaurantes possam funcionar colocando verdadeiras câmeras de combustão de gases venenosos em seus ambientes. Acho que isso é um crime, e nós não vamos colaborar com isso. Apesar do respeito que temos pelos produtores de fumo, inclusive no meu Estado há produtores de fumo, nós não estamos proibindo que em ambientes abertos isso possa acontecer, a proibição.

Mas, no entretanto, a proposta da Senadora Marina Silva vem ao encontro da saúde pública. Porque vai evitar que mais pessoas doentes possam vir a ocupar os nossos hospitais ou que os nossos cemitérios possam se encher de mais fumantes.

Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

Voto favorável à proposta da Senadora Marina Silva.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu também acho essa matéria extremamente importante e eu também vou votar favorável.

Eu só não entendo é porque que o PLS 316 tramita em conjunto, já que não são, a meu ver, nem matérias correlatas. Ainda bem que pediram vistas, porque são matérias inteiramente distintas que precisam ser discutidas, exaustivamente, principalmente esse 316.

Difícil crer que alguém queira discutir o 315. Todo mundo é contra, a não ser aqueles que fumam. Como hoje acho que nós que não fumamos somos maioria, vamos tratar de proibir, porque ninguém quer fumar por tabela. Mas eu quero me debruçar com mais cuidado sobre esse projeto nº 316. Se eu não me engano, um senador pediu vistas. Correto?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já foi concedida vista e então estão apensados... Apensado por requerimento aprovado, algum senador pediu e o Plenário aprovou. Então, a razão de estarem apensados é isso. E o projeto está prejudicado, mas nada impede que ele...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Que possamos votar o 315.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Positivo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Apenas para registrar o meu voto favorável ao voto em separado do Senador Antonio Carlos Júnior, subscrito pelo Senador Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Suplicy. V. Exa. quer falar ainda?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): De acordo com o parecer da Senadora Marina Silva e ressaltando que ela aperfeiçoou o art. 2º, com a redação de que "*é proibido uso de cigarro, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno derivado ou não do tabaco em ambiente coletivo fechado, privado ou público*."

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, já está em votação?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Está em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com o parecer da Senadora Marina Silva, permaneçam como se encontram. Aprovado com o voto divergente dos Senadores Dornelles, que só registro, porque não pode efetivamente votar, Efraim Morais, Jarbas Vasconcelos e Renato Casagrande; Jayme Campos. E Tasso Jereissati.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem V. Exa..

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Para V. Exa. registrar apenas, o meu voto é pela abstenção. Eu sou fumante e não teria sentido votar contra o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Jarbas, abstenção.

Então, não há qualquer dúvida quanto ao resultado.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tasso Jereissati... Abstenção.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, pela ordem. Só para registrar o meu voto favorável ao projeto do Senador Tião Viana e o parecer da Senadora Marina Silva. Meu voto é absolutamente favorável. Com todo respeito ao Senador Dornelles e ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, como nós vamos discutir a matéria na Comissão de Assuntos Sociais, no mérito dela...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só dar o despacho final.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu quero manifestar e registrar meu voto pela abstenção, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Abstenção de V. Exa..

Aprovado o relatório da Senadora Marina Silva, as matérias vão à Comissão de Assuntos Sociais.

Parabéns à Senadora Marina Silva.

Extrapauta. Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 2010.

"*Reestrutura a remuneração dos cargos de natureza especial, altera a tabela de fatores da gratificação de atividades legislativas devida aos servidores efetivos da Câmara dos Deputados; revoga o art. 4º da Resolução nº 28, de 1998 e o art. 1º da resolução de 39/2006 da Câmara dos Deputados e dá outras providências*." Autoria, Câmara dos Deputados. Relatoria, Senador Marconi Perillo.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Marconi Perillo para fazer o relatório.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Relatório. Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 2010, de iniciativa daquela Casa, "*reestrutura a remuneração dos cargos de natureza especial, altera a tabela de fatores da gratificação de atividade legislativa devida aos servidores efetivos da Câmara dos Deputados, bem como ajusta o seu plano de carreira para dar efetividade às disposições da Lei nº 11.335, de 25 de julho de 2006, referentes ao adicional de especialização*."

Vários parlamentares me ligaram pedindo que fosse dado prioridade à apreciação desse parecer, o Senador Demóstenes Torres também demonstrou interesse, o Deputado Ronaldo Caiado e eu já vou direto aqui à análise.

"*O ajustamento que se pretende, tem por objetivo preservar a qualificação técnica da Câmara dos Deputados, hoje ameaçada pela defasagem da remuneração relativa às carreiras do Poder Executivo.*

Por fim, o projeto que implica impacto de 15% na folha de pagamento da Câmara, em nada desobedece as normas relativas às finanças públicas, tendo a devida previsão orçamentária".

Voto*. "Ante o exposto votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 2010*."

É este o parecer e o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só para fazer o registro, esse é o Plano de Carreira da Câmara?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Esse é o plano de carreira dos servidores da Câmara dos Deputados. E foi aprovado na Câmara e está em apreciação aqui na Casa.

Eu recebi diversos pleitos para que a gente pudesse apoiar o projeto, recebi inclusive o pleito do Deputado do DF, Rodrigo Rollemberg. E pelo que nós já avaliamos, estamos avaliando o projeto também do Senado, o plano de carreira do Senado, meu voto é favorável, Sr. Presidente. Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permanece em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente. Requerimento de urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não, eu ia pedir a urgência.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nós dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão o requerimento de urgência, Senador Marconi e Senador Dornelles. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado o requerimento de urgência.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu gostaria de solicitar a V. Exa. que eu vou pedir vista no Item 01 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ok. Vamos só lê-lo.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Nesse caso, particularmente, vai ser lido ou...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vou ler só o que é.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Obrigado. Então já peço vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu conversei com o relator, Senador Renato Casagrande ainda na Comissão de Ciência e Tecnologia, que também pediria vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Vamos dar a vista coletiva.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso, pela ordem.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, é porque nós temos o Item 22, que é consensual e extremamente importante, porque ele se relaciona com a distribuição de medicamentos para toda a rede de beneficiários, medicamentos especiais.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos fazer a inversão.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E é consensual. E está há muito tempo parado para tentar o consenso e finalmente nós conseguimos o consenso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos inverter, então. Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram, aprovada a inversão.

Item 01 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 156/2009. Reforma do Código de Processo Penal. Autoria, Presidente do Senado Federal e outros. Relatoria, Senador Renato Casagrande.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Renato Casagrande para proferir o relatório, lembrando que há pedido de vista coletiva, de forma que essa discussão se dará mesmo a semana que vem.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Eu já fiz a apresentação do meu relatório no mês passado, praticamente na primeira sessão dessa comissão. O Presidente, Senador Demóstenes, deu prazo para emendas. Cumprimos o prazo de emendas. Recebemos emendas do Senador Demóstenes Torres, recebemos emendas do Senador Pedro Simon, e rece-

bemos algumas sugestões do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior. E algumas sugestões de entidades que nós também levamos em consideração.

Sr. Presidente, eu também incorporei na minha, no meu relatório, uma proposta que foi feita pela Senadora Ideli Salvatti, uma proposta que trata de alteração do art. 119 e 120 do Código de Processo Penal atual, que estabelece a alienação de bens para que ele não se deteriore e coloca outros procedimentos. Eu acatei em parte, porque teve que juntar esse projeto ao Código de Processo Penal, acatei em parte, já tínhamos acatado em parte essa medida no nosso relatório, então estou acatando em parte a proposta, já tinha acatado, por isso estou rejeitando o projeto da Senadora Ideli, porque já tinha acatado em parte esta medida para que a gente possa evitar que o patrimônio de quem está envolvido numa ação penal, se deteriore.

E isso causa prejuízo, naturalmente, à população, à sociedade, se esse bem foi conquistado por alguém que cometeu algum ilícito penal. Então, estamos rejeitando porque já acatamos.

As emendas do Senador Demóstenes Torres são emendas que vai do nº 01 até o nº 10. Nós acatamos, Senador Demóstenes Torres, algumas das emendas de V. Exa., rejeitamos outra, aproveitamos para melhorar o texto com outras emendas.

A Emenda nº 01 de V. Exa., que trata do arquivamento do inquérito é decidido no âmbito do Poder Judiciário, não há como a vítima, seu representante ou terceiro interessado, não concordando com o arquivamento, submeterem a matéria à revisão da instância competente do Órgão Ministerial. V. Exa. está propondo que nós possamos fazer a supressão do § 1º do art. 38.

"*Essa emenda que suprime o § 1º do art. 38 resguarda o direito da vítima e do terceiro interessado. Não se pretende que o Ministério Público revise a decisão judicial. Seria verdadeiramente impossível dentro do nosso sistema jurídico. Diferentemente, objetiva submeter a matéria a instância superior do Ministério Público, para este, se for o caso, adotar as providências no sentido de apresentação da denúncia, ainda que o Inquérito Policial tenha sido arquivado ou recorrer da decisão do arquivamento se assim entender necessário. Rejeitamos, portanto, a emenda proposta*."

Não obstante, fizemos ajustes na redação para que fique claro o objetivo de V. Exa. e também o nosso relatório e V. Exa. vai ver ao final a redação dada, modificada, provocada pela proposta de V. Exa..

A Emenda nº 02 de V. Exa. ela Altera a redação, o inciso V, do art. 531, do § 1º do art. 593, ambos do Substitutivo, para prever que "*a medida cautelar de suspensão do exercício da função pública poderá ser decretada com prejuízo da remuneração percebida pelo agente público suspenso*." Acolhemos com ajuste de estilo a Emenda nº 02 de V. Exa..

A Emenda nº 03, que acrescenta parágrafo ao art. 18 do Substitutivo para estender que "*o exercício da atividade da Polícia Judiciária pelo delegado não exclui a competência do Ministério Público e de outras autoridades administrativas, a quem a lei atribua essa função*." Na justificação argumenta-se que o Ministério Público, além de outros órgãos como os de administração fazendária, fazem excepcionalmente a apuração de infrações penais, destacando que o Supremo Tribunal Federal já afirmou posição no sentido de que o Ministério Público pode presidir as investigações.

Então, a Emenda nº 03, que acrescenta esse parágrafo, nós... Não se nos assegura adequado que o Ministério Público exerça o papel de polícia judiciária, procedendo a investigação de forma autônoma, como se essa fosse a regra.

"*Enquanto o STF não decidir definitivamente a questão da constitucionalidade dos poderes investigatórios do Ministério Público, não parece inteligente investir sobre o tema, foco de muitas tensões corporativas. Reconhecemos, todavia, que deve ser ressalvada a competência atribuída legalmente à autoridade administrativa como consta do Parágrafo Único do art. 4º do CPP em vigor, que de forma parcial atende ao ponto proposto pela emenda*."

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa..

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu gostaria, já que houve o pedido de vistas, Senador Casagrande, que o senhor fizesse a distribuição para que a gente lesse, estudasse, e na próxima sessão, quando for entregue o pedido de vista, seja lido.

Porque senão nós temos muitas matérias terminativas e o risco é cair o quórum.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se V. Exa. concordar, pode distribuir todo o material.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O material já está distribuído aos senadores e senadoras, e eu vou acatar quase que totalmente a posição de V. Exa..

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só vou destacar mais uma emenda feita, porque acho importante, está certo, que trata da questão da Autoridade Policial e do Delegado de Polícia.

Essa emenda que nós discutimos muito na comissão, também foi feita uma emenda pelo Senador Demóstenes Torres, nós compreendemos a questão da realização do termo circunstanciado pela Polícia Militar, mas na hora que as partes são encaminhadas, até com termo circunstanciado, junto com autoridade policial militar e faz o enquadramento, me parece que isso teria que ser feito por um bacharel em Direito, pelo menos, que é o caso de delegado de polícia.

Então, nós estamos fazendo essa reflexão também com relação a essa emenda, e acatando, então, a sugestão da Senadora Ideli, as emendas do Senador Demóstenes Torres, uma parte nós acatamos, outra parte nós rejeitamos, teremos oportunidade de discutir isso com o Senador Demóstenes Torres.

Da mesma forma, acatamos uma emenda do Senador Pedro Simon e rejeitamos as demais, porque algumas emendas do Senador Pedro Simon, ele fere o princípio acusatório que nós estamos adotando no Código de Processo Penal.

Então, por isso que nós fazemos e realizamos e apresentamos esse relatório para a comissão, da expectativa de que na semana que vem a gente possa aprofundar o debate, votarmos a matéria e a matéria ir a Plenário pela importância dessa matéria.

Ontem mesmo o Conselho Nacional de Justiça tomou algumas medidas relacionadas a...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu até, se V. Exa. me permite, logo no início da sessão eu disse que praticamente todas as medidas sugeridas... Eu acho que a totalidade nós já aprovamos aqui na Comissão de Justiça.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já aprovamos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, V. Exa. eu vejo que o seu relatório acolhe muitas dessas sugestões.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já acatamos. O que é do processo penal nós acatamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Então, eu sugeriria que V. Exa., a gente viu esse texto pelos jornais só, pegasse o texto total e o que for compatível justamente nessa ideia de V. Exa., já aproveitar, até porque nós também já aprovamos aqui. A questão da videoconferência, que o Senador Tasso Jereissati, nós tanto batemos em cima disso, aprovamos uma legislação aqui, o Supremo declarou a inconstitucionalidade dela dizendo que só poderia ser aplicado eventualmente.

Agora, o próprio Supremo, o Presidente do Conselho Nacional de Justiça vem dizendo que a medida é adequada e que não é inconstitucional.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Talvez o Supremo tenha avançado na sua posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente, concordando conosco.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Concordando conosco.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Então, seria o caso talvez, se V. Exa. concordasse, fazer o exame do que foi apresentado para que já entre logo no relatório de V. Exa..

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Farei isso. Então, vocês vêem a importância do tema, necessário para que nós possamos dar agilidade ao processo penal, possamos fazer justiça, diminuirmos a impunidade.

Então é matéria que merece atenção de todos nós, como estamos tendo a atenção de todos vocês, então por isso que eu faço esse relatório, na expectativa de que na semana que vem a gente possa fazer a apreciação definitiva, na comissão, dessa matéria.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu que agradeço. Parabéns a V. Exa.. Semana que vem encerramos então a discussão e votaremos aqui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista coletiva concedida. Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

Eu peço a V. Exas que fiquem mais um instante para que nós possamos votar os projetos terminativos consensuais. O que for de consenso entre Governo e oposição nós temos aqui o número adequado que os Srs. Senadores permaneçam.

Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Queria fazer uma recomendação sobre o plano de carreira da Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já aprovou.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Que foi aprovado, mas avalio que nós Senadores deveríamos aprovar ambos os planos, da Câmara e do Senado, de maneira concomitante.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Foi para o Plenário. O Plenário pode tomar essa providência.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim. Justamente a recomendação que eu quero fazer de que possamos votar ambas as matérias quando no

Plenário, concomitantemente, porque os dois temas estão relacionados.

Obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor aceitou a emenda?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, não, só cumprimentar a V. Exa. e o Senador Renato Casagrande, e a vista nós vamos reexaminar algumas emendas aceitadas, porque tinha sido feito um acordo de o relatório que ele tinha aprontado ir direto a Plenário.

Como houve o requerimento, com o seu equilíbrio democrático, marcou essa Reunião quando foram apresentadas várias emendas.

Então, a vista vai ser importante para reanalisar e a gente concluir rapidamente esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa..

Item 06 da pauta. Página 129. Projeto de Lei da Câmara nº 295/2009. "*Autoriza o Poder Executivo a doar área para a instalação da Embaixada da Delegação Especial Palestina e dá outras providências*." Autoria, Presidente da República. Relatoria, Senadora Serys Slhessarenko. Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko para proferir o relatório.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Sr. Presidente.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, pela ordem. Só para avisar: eu vou pedir vista desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. dá como lido o relatório?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Dou como lido e o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida ao Senador Dornelles. Volta semana que vem.

Item 09, página 201. Projeto de Lei do Senado nº 264/2008. "*Dispõe sobre a jornada de trabalho de médico integrante da Carreira de Analista Judiciário do Poder Judiciário da União e dá outras providências*." Autoria, Senador Mão Santa. Relatoria, Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Valadares para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O relatório foi distribuído a todos os senadores. Nós somos pela rejeição do projeto pela sua flagrante inconstitucionalidade.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Como já relatou, vamos só fazer a votação e voltamos ao item em seguida.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É o Item 08 que V. Exa. está se referindo?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 09.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Item 09, exatamente, do Senador Mão Santa. Lamentavelmente o projeto dele tem uma boa intenção, no mérito... Ele mereceria nosso acatamento.

No entanto...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É inconstitucional.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Do ponto de vista constitucional, nós votamos contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vício de origem. Com razão V. Exa..

Encerrada a discussão. Em votação. Quem vota com o relator, vota não.

Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antonio Carlos Valadares é o relator. Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Valter Pereira. Valter Pereira. Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, não.

A matéria, portanto, o relatório foi aprovado, a matéria foi rejeitada e será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Vamos votar então, agora, novamente. O Senador Dornelles retira o pedido de vista.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, é o seguinte: a Senadora Serys acatou a emenda do Senador Buarque, Senador Cristovam Buarque retirando a expressão '*embaixada*', ficando somente *delegação especial*, de modo que eu retiro o meu pedido de vista e voto favoravelmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu já havia dado como lido.

É um projeto da Presidência da República que autoriza o Poder Executivo a doar área para instalação que estaria *'embaixada'* da delegação especial. Foi retirada a palavra *'embaixada'*, a expressão *'embaixada'*, e ficou a representação.

O parecer é favorável, inclusive com a emenda. Nosso parecer é favorável pela doação do terreno.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A emenda é de redação.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): É, de redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ok. Encerrada a discussão. Em votação.

Senadora Serys Slhessarenko é a relatora.

Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator, relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, é *'com a relatora*', só... Para o respeito à nossa Senadora Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em homenagem às mulheres.

A matéria, portanto, o parecer foi aprovado. Eu consulto a V. Exas. se posso repetir a votação para as emendas apresentadas pela Senadora...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Nossa parte, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se todos concordam, permaneçam como se encontram. Aprovadas as emendas. Portanto, o relatório foi totalmente aprovado, com as emendas e a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem V. Exa..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu vou ter que ausentar-me. Eu tenho um parecer, sou relator do Item 28.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É Terminativo?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É uma PEC.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, então não é. Mas eu coloco em seguida. Encerramos os terminativos e coloco o de V. Exa..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É rápido. Só estamos votando os consensuais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 15, página 250. "*Acrescenta parágrafo ao art. 1.525 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, para autorizar o requerimento de habilitação para o casamento por meio eletrônico*." Autoria, Senador Aloizio Mercadante. Relatoria, Senadora Serys Slhessarenko.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Serys Slhessarenko para proferir o relatório. Página 250.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Conforme o Sr. Presidente já anunciou, não há emendas a examinar e dou como lido, e o nosso voto é que por todos os motivos expendidos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 386/2009 com as emendas que se seguem.

Este é o projeto que acrescenta ao art. 1.525 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, para autorizar o requerimento de habilitação para o casamento por meio eletrônico.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadora Serys Slhessarenko é a relatora.

Eduardo Suplicy. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Francisco Dornelles. Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Consulto a V. Exas se posso repetir...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu não votei ainda, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se posso repetir a mesma votação para as emendas. Havendo a aquiescência, considero aprovadas as emendas, como votação nominal.

Aprovado, portanto, o relatório com as emendas. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 16. Página 261. Projeto de Lei do Senado nº 418/2009, "*Acrescenta § 3º ao art. 1.565 e parágrafo único ao art. 1.725 do Código Civil, para autorizar ao Cartório que registrar o casamento ou lavrar a escritura de união estável, a remessa a outros órgãos de comunicação da alteração de nomes e o regime de bens a outros órgãos*." Autoria, Senador Garibaldi Alves Filho. Relatoria, Senadora Serys Slhessarenko.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Serys Slhessarenko para proferir o relatório.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Sr. Presidente.

Este Projeto de Lei é um projeto de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho. E não há emendas a examinar no caso do relatório e vamos à análise e o nosso voto.

Vamos passar direto para o voto, uma vez que todos senadores e senadoras já conhecem o projeto. Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, PLS nº 418/2009, com as seguintes emendas. Aí seguem-se as emendas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com a linda relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Jayme Campos. Jayme Campos. Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com a relatora, parabenizando a nossa grande especialista em casamento. Eu não sabia dessa sua profundidade no assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a relatora.

Pela internet, é?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Consulto aos Srs. Senadores se posso também repetir a votação nominal para as emendas. Havendo aquiescência, considero aprovadas as emendas.

Aprovado, portanto, o parecer e aprovadas as emendas. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Pela ordem, Senador...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Exa. Terminados os projetos terminativos...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 28.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): ...que pudesse fazer o Item 28, que é uma PEC da maior importância.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy acaba de apresentar um requerimento para Audiência Pública, que eu tenho que votar antes.

Se V. Exa. quiser entrar em entendimento com o Senador Suplicy, enquanto nós votamos a do Senador Tasso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria de reiterar que considero importante a realização da Audiência Pública...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, mas será...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sobre as duas PECs. Não... Porque...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sobre o que eu vou relatar, é?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): São referentes à Emenda à Constituição 17, de 2007, e a PEC 65, de 2005. Então, para que possam ser ouvidos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Há um requerimento, eu tenho que ler o requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu sei, eu sei. Eu quero só... Se V. Exa. me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu lamento que o Senador Suplicy, por orientação do Governo, apresente essa solicitação de Audiência Pública.

Porque ele, inclusive, está prejudicando o Estado que ele representa aqui, que é o Estado de São Paulo. A PEC, tanto a apresentada pelo Senador Pedro Simon como a apresentada pelo Senador Francisco Dornelles, que tramita em conjunto, ela trata de um assunto que já deveria ter sido resolvido no Congresso há mais tempo.

Há muito tempo que a federação, que o Governo Federal concentra em suas mãos 60% da receita recolhida da União. E o fez de forma a penalizar Estados e Municípios. Porque criou contribuições que não entram na repartição para a transferência dos Estados e Municípios. Aí, os governos de plantão, não esse, todos, e em especial esse, ficam fazendo negociação política para a transferência desses recursos, porque passam a ser transferência voluntária.

Então, se é do partido dele, ele passa. Se é da base aliada, ele passa. Se é do partido de oposição, não passa. No governo passado do Pará, o Governador Simon Jatene governou por quatro anos sem transferência voluntária do Governo Federal. E aí o Governo ainda diz que não discrimina.

Esta PEC propõe que as contribuições do COFINS e da contribuição sobre o... O lucro, que ela seja repartida entre Estado e Município na mesma proporção do Imposto de Renda e do IPI. Quer dizer, mantém aquilo que era a regra de distribuição quando elas não existiam. Ou seja, quando elas foram criadas, elas já deveriam conter isso.

Então, eu lamento que o Senador Suplicy postergue a discussão disso. Nós temos... É uma PEC, são duas votações, vai a Plenário, quer dizer, nós teríamos tempo suficiente para ter esse debate que o senador quer, Suplicy, mas eu quero registrar aqui que ele ao fazer isso está indo contra os interesses do Estado que ele representa aqui no Senado Federal, que é o Estado de São Paulo, e os municípios de São Paulo, que deixam de receber os recursos que são usados indevidamente, se fosse corretamente não teria problema; indevidamente pelo Governo Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Dornelles também pede a palavra. Pela ordem, eu concedo.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo grande ao Senador Suplicy.

O que aconteceu nos últimos anos, Sr. Presidente, os últimos dez, é que o Governo Federal reduziu o IPI e o Imposto de Renda em algumas áreas que eram impostos cuja receita era distribuída a estados e municípios, introduziu o COFINS e a contribuição social sobre o lucro, fraudando Estados e Municípios.

De modo que essa proposta de emenda é no sentido que a COFINS e a contribuição social sobre o lucro também façam parte das receitas que são distribuídas a estados e municípios, mantidos os mesmos critérios hoje existentes.

Eu faria um apelo muito grande ao Senador Suplicy para retirar e permitir que essa emenda seja votada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Suplicy. Mantém o requerimento?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, Sr. Presidente, porque quero votar essa matéria sobre a qual não tenho posição necessariamente contra e... Mas eu quero votar essa matéria bem informado, com a presença dos Ministros antes de votar, Sr. Presidente.

E, portanto... E gostaria que pudessem os ministros...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos votar o requerimento, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Já foi aprovado o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, vamos ler ainda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não foi votado, não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Um foi aprovado. Tem um requerimento aprovado e outro que é adendo, porque assim aproveitaríamos a presença dos Ministros da Fazenda, Previdência, Desenvolvimento Social e da Saúde para a mesma finalidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, deixa eu esclarecer V. Exa: haviam dois requerimentos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Para a mesma finalidade. Um já foi aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É, que era para apensar. E o outro agora para Audiência Pública, esse que nós vamos votar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, o primeiro é para audiência pública, já aprovado, Sr. Presidente. Um já foi aprovado. Tem o outro apenas que... Já que eles virão, então...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. está ampliando, exatamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então eles também falariam sobre o outro tema. Exato, é isso mesmo. Já foi aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Requerimento. "*Requeiro como adendo ao Requerimento 22/2009, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública para instruir a PEC 65/2005 que altera o art. 159 e o art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ambos da Constituição Federal com os mesmos convidados já aprovados no Requerimento nº 22/2009, a saber: Ministro da Fazenda e Ministro da Previdência, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à fome e Ministro da Saúde*."

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Faremos, então, a Audiência Pública. Eu peço já para designar o mais rapidamente possível, semana que vem, se possível, na outra semana, a fim de podermos já também poder voltar à pauta esse processo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, rapidamente, se V. Exa. me permite. O requerimento que nós aprovamos agora convida quatro ministros. Se eu ouvi...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exato.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sabe quando nós vamos conseguir reunir quatro ministros aqui para fazer a audiência?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, mas eu, se não... É convite. Se não atender ao convite, como eu sempre faço, nós simplesmente caímos com a Audiência Pública e acabou.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, bom. Então, se eles não vierem semana que vem a audiência cai?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu vou ligar para os ministros e pedir uma data para os quatro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Uma data de comum acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E aí... Fique tranquilo que nós faremos ou não faremos a audiência.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, pode ser em 2011. Os ministros do Serra virão aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, não. Não haverá enrolação. Além do que, eles não comparecendo, a comissão, como esclarece a consultoria, não pode... Ela pode dispensar essa audiência, que é o que deve acontecer.

Considero visita honrosa a essa comissão a do meu suplente Senador, José Eduardo Fleury. Agradeço a V. Exa. pela visita honrosa.

Item 22. Página 338. Projeto de Lei do Senado nº 209/07, terminativo na CAS. "*Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 90, para dispor sobre a oferta de procedimentos terapêuticos e a dispensação de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde – SUS*." Autoria, Senador Tião Viana.

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 338/2007. "*Acrescenta Capítulo à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*." Autoria, Senador Flávio Arns. Relatoria, Senador Tasso Jereissati.

As matérias serão ainda apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais, em Decisão Terminativa.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Tasso Jereissati para proferir o relatório.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, trata-se de um projeto de extrema importância e que vem atender ao anseio e à necessidade de um contingente enorme de brasileiros que no momento necessitam receber remédios, medicamentos especiais extremamente caros e que ainda ficam na dúvida, em função da falta de uma regulação clara, se podem ou não podem receber esse medicamento.

Alguns até a própria vida depende desses medicamentos e existe uma grande celeuma sobre o assunto.

Por isso, eu queria primeiramente ressaltar aqui o grande trabalho feito pelo Senador Flávio Arns e pelo Senador Tião Viana, que conseguiram, depois de muita discussão, aprofundamento, discussão com a associação de todas as entidades que necessitam desse tipo, representativas de pessoas que necessitam desse tipo de medicamento, chegar a um lugar, a

um consenso sobre aquilo que deve ser feito e depois de um trabalho de muita profundidade, realmente, e de muita aplicação de todos os dois.

Eu queria, portanto, deixar isso aqui bastante claro e ressaltar o trabalho do Senador Flávio Arns e do Senador Tião Viana.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, para discutir, se estiver em discussão já. Não sei.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O Projeto de Lei propõe alterar a Lei nº 8.080, de 90, para dispor sobre a oferta de procedimentos terapêuticos e a despensação de medicamentos pelo SUS.

"O projeto define no que consiste a integralidade da assistência terapêutica a ser prestada no âmbito do SUS, estabelece vedações e determina que na ausência de protocolo clínico, a despensação de medicamentos se limitará aos produtos constantes nas relações elaboradas pelo Governo Federal, pelo SUS.

O Projeto de Lei do Senado nº 338, de autoria do... Esse era o projeto do Tião... E esse é o projeto do Senador Flávio Arns, propõe alterar a mesma lei, trazendo, entre outras, as seguintes inovações: o Poder Público não é eximido de fornecer medicamentos e produtos de saúde simplesmente pelo fato desses não constarem da tabela do SUS.

As tabelas devem ser atualizadas no mínimo uma vez por ano, e os protocolos clínicos do Ministério da Saúde devem incorporar essas atualizações.

A incorporação e a exclusão de medicamentos e produtos de saúde das tabelas do SUS deverá ocorrer mediante instauração de processo administrativo cuja deliberação caberá ao órgão a ser criado no Ministério da Saúde a ser denominado de Conselho Nacional de Incorporação de Medicamentos e Produtos de Saúde.

O prazo para a conclusão do processo não poderá exceder a 180 dias prorrogáveis por 90 dias.

O fornecimento de medicamentos ou produtos de saúde que não constem da tabela do SUS é obrigatório quando respeitado determinados requisitos.

Deixar de atualizar as tabelas de medicamentos e produtos de saúde no prazo estabelecido obriga o fornecimento sem necessidade de apresentação de prescrição e laudo médico ou a comprovação do registro de medicamento ou produto.

Os projetos, esses dois projetos tramitam em conjunto e serão apreciados por essa comissão".

A análise. Eu queria ressaltar aqui também a presença nesse momento do Presidente da Associação de Fibrose Cística, Fernando Gomide, que também é Assessor Parlamentar nessa Casa e que participou desse trabalho representando várias associações durante todo esse tempo.

Análise. "*O atendimento integral à saúde é uma das diretrizes que o SUS deve seguir na sua organização, conforme determina o art. 198 da Constituição Federal.*

A aparente obviedade do significado da expressão 'atendimento integral', sem levar em conta o contexto em que está inserida na Carta Magna e na Lei Orgânica de Saúde, ensejou interpretações que, em última análise, são a causa da judicialização das políticas públicas de atenção à saúde, fenômeno que tem se caracterizado pelo crescimento exponencial do número de ações judiciais com a finalidade de obrigar os gestores do Sistema a disponibilizar medicamentos, produtos para a saúde e procedimentos cirúrgicos, terapêuticos e de reabilitação.

A importância de tema levaram os gestores da saúde, o Poder Judiciário, o Ministério Público e segmentos representativos da sociedade civil a promover vários debates.

O próprio Supremo Tribunal Federal realizou, em abril de 2009, uma audiência pública para instruir a apreciação de ações submetidas a seu julgamento.

Em parte, o grande número das mencionadas ações judiciais deve-se a um entendimento, a nosso ver equivocado, dos ditames constitucionais e legais relativos à integralidade de atenção à saúde.

A expressão 'atendimento integral' tem sido interpretada como:

1) responsabilidade ilimitada do poder público em atender às necessidades coletivas e individuais no que diz respeito à saúde, independentemente da existência de recursos orçamentários suficientes para esse atendimento;

2) que todo o arsenal diagnóstico e terapêutico de que a medicina dispõe deve ser, obrigatoriamente, ofertado.

Do nosso ponto de vista, no entanto, além dos aspectos técnicos e financeiros, pelo menos três princípios básicos da bioética – a beneficência, a não maleficência e a justiça – devem ser considerados pelo gestor da saúde ao avaliar critérios que permitam a incorporação de novas tecnologias em saúde.

Isso significa que o medicamento, produto ou procedimento a ser incorporado deve ser eficaz e seguro, não pode causar danos ou riscos que superem os seus benefícios, e deve beneficiar a todos aqueles que dele necessitem, sem prejudicar o atendimento dos que deles não necessitem.

A relação custo-benefício da incorporação tecnológica também deve ser criteriosamente avaliada, já que nem sempre o produto ou procedimento pre-

tensamente inovador mostra-se mais eficaz e seguro do que outro já utilizado há muito tempo e de custo bastante inferior.

Esses argumentos evidenciam a necessidade de que o inciso II do art. 198 da Constituição Federal seja definitiva e minuciosamente esclarecido na lei, a fim de fornecer subsídios ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e aos gestores do SUS na tomada de decisões a respeito das responsabilidades do poder público no que diz respeito à atenção e à saúde.

Alguns aspectos do PLS nº 338 necessitam adequações para que sejam sanados alguns vícios de constitucionalidade, principalmente no que diz respeito à criação de órgãos – o Conselho Nacional de Incorporação de Medicamentos e Produtos de Saúde e a Secretaria Executiva para apoio e assessoramento ao Conselho que agora é criado – matéria que não pode ser objeto de lei de iniciativa parlamentar.

Ademais, o PLS entra em minúcias no que tange ao processo administrativo para incorporação de novas tecnologias, contrariando o preceito constitucional que determina que no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

Ressaltamos que a emenda substitutiva que propomos provem de estreita participação dos autores, do Ministério da Saúde e de organizações de pacientes, fruto, pois, do entendimento dessas partes.

Nesse sentido, gostaria de louvar novamente o extremo empenho e preocupação permanente dos autores Senadores Tião Viana e Flávio Arns, que em todos os momentos buscaram um entendimento, trazendo ao nosso trabalho de relatoria a solução para divergências que pareciam insuperáveis, configurando exemplo a ser seguido em termos de debate democrático e busca pelo interesse público.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado no 219, de 2007, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2007, na forma da emenda substitutiva", que se encontra nas bancadas, à disposição dos Srs. Senadores.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, poderia... Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. Em discussão. Senador Marco Maciel, inicialmente.

Com a palavra V. Exa..

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente eu gostaria... Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

O nobre Senador pelo Estado do Ceará, Tasso Jereissati, acaba de proferir seu parecer sobre esse momentoso Projeto de Lei para o qual inclusive contribuíram outros senadores, como aqui o Senador Tasso Jereissati lembrou, tanto o Senador Tião Viana quanto o Senador Flávio Arns.

A mim me parece também que devamos acolher uma Legislação que realmente possa assegurar a pacientes que dependem de fármacos de alto valor, de grande valor, e encontro também nesse projeto, portanto, uma grande significação social.

Eu espero que a proposição seja acolhida aqui na Comissão de Justiça, conforme bem fundamentou o Senador Tasso Jereissati, e que possamos converter a proposição em lei, contribuindo, assim, para melhorar o atendimento à saúde do povo brasileiro, sobretudo daqueles que dependem, às vezes, como nós sabemos, de fármacos que são importados, de alto custo e que fica, consequentemente, difícil para pessoas que não tenham renda elevada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Augusto Botelho. Em seguida Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): projeto do Tião Viana totalmente, porque realmente nós temos um problema no SUS.

Chega uma pessoa, receita um remédio experimental que custa o preço de 100 mil vacinas de... Vou falar em termos de município, que custa o preço de todas as dipironas usadas num ano no meu estado. Dipirona, comprimido, que põe em todos os postos para todo mundo tomar.

Então, esse substitutivo do Senador Tasso Jereissati eu não tinha lido ainda. Eu estou tomando conhecimento dele agora.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, me parece que há um consenso já em relação a esse projeto, porque nós precisávamos realmente disciplinar. Tem dois anos de discussão realmente sobre o assunto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de... Eu quero que seja aprovado, só que eu não gosto de votar sem conhecer isso aqui. Mas, ele acaba de me dizer que o Ministério da Saúde falou que está favorável à proposta...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E ainda vai...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Porque o outro eu tinha... Então está bom.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador, eu só queria esclarecer que esse projeto está... Esses dois projetos estão mais de um ano, justamente nós estamos tentando conciliar, fazer um acordo entre o Senador Tião Viana, que basicamente falou em nome do Ministério da Saúde, e a proposta do Senador Flávio Arns.

Então, depois de muitas discussões, muitas reuniões, com a presença inclusive do Ministério da Saúde, nós chegamos ao consenso.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A esse consenso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ao consenso entre os três. E por isso nós colocamos, pedimos inclusive ao Senador Presidente Demóstenes Torres que colocasse em pauta em função dessa demora e da importância social que tem esse projeto e as suas conclusões e ela que ainda vai para outra comissão.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Tasso, porque nas questões de saúde eu gosto de ter a minha impressão, independente de qualquer opinião das coisas e a do Ministério da Saúde.

Como ainda vai ser discutido, então ainda vou ter outra chance de discutir, que sou da CAS também, e tenho certeza que V. Exa. está me afirmando isso, foi realmente discutido e então eu quero que seja.

Porque nós temos que achar uma solução. Não pode ficar da forma que está. O secretário de saúde se escondendo para não ser preso porque o juiz determinou que ele comprasse um remédio e ele não tem o dinheiro para comprar. O diretor do hospital sofrendo constrangimento da Justiça, a Justiça está no papel dela.

Mas então nós temos que normatizar isso.

Então, eu vou ser favorável ao projeto, já que o Ministério da Saúde já viu, agora vou estudar também para ver se está dentro do que eu penso, do que eu sinto.

Muito obrigado. Meu voto é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, eu queria exatamente salientar esse ponto que foi abordado pelo Senador Tasso e que o Senador Augusto Botelho menciona agora, que é esse constrangimento que tem acontecido.

Quer dizer, os secretários de estado da saúde, secretários municipais de saúde, eles são acionados juridicamente para poder fornecer esse remédio. Por quê? Porque é no desespero que a pessoa não tem condição de comprar, sabe que existe uma solução, então o caminho tem sido esse, de ir à Justiça e a Justiça então obriga o secretário.

Tem secretário que diz assim: "Eu quero atender. O jeito é você entrar na Justiça." Então, nós precisamos é de ter uma regulamentação, porque os próprios secretários ficam nessa situação difícil. E a regulamentação ela está sendo feita, evidentemente, com responsabilidade.

Nós não podemos ter, claro, uma despesa que não possa ser paga. Mas, não tem sentido também ficar como está hoje, em que tem uma série de remédios que são necessários e que acabam não sendo fornecidos.

E como vai ainda a CAS, mas eu acredito que realmente o projeto é de extrema urgência. Pena que nós não tenhamos aqui a sala lotada, porque ele é muito importante, assim como nós já aprovamos hoje a questão do fumo, esse projeto também tem uma... Tem um impacto muito importante.

De maneira que quero cumprimentar o Senador Tasso, o Senador Tião Viana e o Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a discussão. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. O parecer... As matérias vão à Comissão de Assuntos Sociais.

Só lembrando que talvez na comissão... V. Exa. faz parte da Comissão de Assuntos Sociais. Uma boa medida também seria a informatização dessas secretarias municipais, estaduais, vários secretários estão com mandado de prisão, muitos por desorganização, por falta de controle de estoque.

Eu tenho notícias que no Paraná, em Santa Catarina, essas secretarias são informatizadas. Os medicamentos seguem inclusive pelo Correio. Tem uma revisão periódica do paciente... Quer dizer, V. Exa., como estará lá poderá aperfeiçoar esse projeto aqui já aprovado, tomando essas cautelas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa..

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Encaminhei um requerimento que acredito que seja consensual...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vou, vou fazer a leitura do requerimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, no sentido de que a vinda do Ministro Paulo Vannuchi...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu vou ler aqui agora para a gente...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Já programada para vir à CRE possa ser objeto da sessão conjunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. O Senador Eduardo Suplicy já fez um resumo do requerimento. É para que quando vier o Sr. Ministro Paulo Vannuchi, que ele venha numa audiência conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Em discussão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, o Ministro Vannuchi foi convidado, na verdade, convocado pela CRE desde o início de julho. Depois nós fizemos a mudança por solicitação do Senador Suplicy para o convite. Ele demorou, mas finalmente ele está agendando para o dia 23 ou dia 30.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode ser em conjunto. Para mim não tem problema algum.

Inclusive o seguinte: tem que estabelecer, o Regimento nosso diz que ele tem o prazo de 30 dias para marcar isso.

Então, eu vou estabelecer o prazo também para ele, mas se ele entrar em entendimento com V. Exa., muito melhor. Porque aí nós podemos fazer na data em que V. Exa. agendar. Inclusive, por ser o senador mais experiente, é quem vai presidir a sessão.

Em discussão. Ou melhor, em... Para encaminhar. Sras. e Srs. Senadores não desejam encaminhar. Encerrado o encaminhamento. Em votação. As senhoras e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Vou deixar então para que V. Exa. faça esses contatos e depois me comunique que não há qualquer problema para agendar. Agendando com V. Exa., está agendado comigo.

Item 20 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 307/09, página 312. "*Cria cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório no Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.*" Autoria, Presidente da República. Relatoria, Senador Antonio Carlos Júnior.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Suplicy, a quem nomeio relator *ad hoc*, para proferir o relatório. Página 312.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Parecer do Senador Antonio Carlos Júnior sobre o "*Projeto de Lei da Câmara 307, de 2009, na Câmara, originado do Poder Executivo, que cria 270 cargos de provimento efetivo de Técnico de Laboratório e 90 de Auxiliar de Laboratório no quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.*

Sem emendas, foi lido o projeto nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e distribuído ao Senado Antonio Carlos Júnior.

A Exposição de Motivos fundamenta a proposta na necessidade de ampliar a força de trabalho que atua diretamente nos Laboratórios Nacionais Agropecuários.

A expansão do setor agropecuário tem demandado significativo aumento na capacidade de resposta dos laboratórios nacionais na área de defesa agropecuária, conforme as informações dos diversos departamentos do Ministério da Agricultura.

No mérito, nada a opor.

A proposição não apresenta qualquer óbice no que tange à sua constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Assim, ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PLC nº 307, de 2009, e, no mérito, pela sua aprovação, Sr. Presidente."

Esse é o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. O parecer está aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 30 da pauta, página 509. Proposta de Emenda à Constituição nº 39/2009. "Dá nova redação ao § 1º do art. 182, para estender a obrigatoriedade da elaboração de planos diretores aos Municípios com população igual ou inferior a vinte mil habitantes." Autoria, Senador Jefferson Praia e outros. Relatoria Senador Jarbas Vasconcelos; parecer pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa da matéria e no mérito favorável.

Em 16 de dezembro foi concedida vista ao Senador Valter Pereira.

Consulto ao Senador Valter Pereira sobre eventual manifestação decorrente de pedido de vista. Como não há...

O Senador Jarbas Vasconcelos já fez as suas considerações, coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. O parecer está aprovado e a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Convoco outra, ordinariamente, para a próxima quarta-feira.

Sessão encerrada às 12h40.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, E 18 DE MARÇO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e cinquenta e um minutos do dia dezessete de março de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, João Pedro, Pedro Simon, Almeida Lima, Geovani Borges, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Jayme Campos, Marco Maciel, Antonio Carlos Junior, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Romero Jucá, Geraldo Mesquita Júnior, Lobão Filho, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Efraim Morais, Adelmir Santana, José Agripino, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Kátia Abreu e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Carlos Valadares, Alvaro Dias e Aloizio Mercadante, que justificou ausência, Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Primeira Parte da Reunião: **ITEM 1) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009:** Reforma do Código de Processo Penal. **Autoria:** Presidente do Senado Federal e outros. **Relatoria:** Senador Renato Casagrande. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, contrário aos PLC's nºs34 e 36, de 2003; 77 e 93 de 2004; 69 e 135, de 2005; 35 e 64, de 2006; 4, 35 e 98, de 2007; 8, 202 e 205, de 2008; 8, 127, 145 e 182, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nos 248, de 2002; 437, 479, 486 e 514, de 2003; 77, 82, 116 e 365, de 2004; 1 e 367, de 2005; 148, 160, 230, 276 e 280, de 2006; 119, 149, 179, 212, 321, 335, 422 e 736, de 2007; 270, 327 e 420, de 2008; 239 e 257, de 2009; e 8, de 2010; pelo acolhimento das Emendas nos 2, do Senador Demóstenes Torres, e 21, do Senador Pedro Simon; pelo acolhimento parcial das Emendas nos 3 e 4, do Senador Demóstenes Torres, sem prejuízo dos ajustes técnicos e redacionais levados a efeito no Substitutivo apresentado a seguir, e contrário às Emendas nos 1, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, do Senador Demóstenes Torres, e nos 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, e 23 do Senador Pedro Simon. **Observações:** Em 25/02/2010, foram recebidas as Emendas n° 1 a n° 10, de autoria do Senador Demóstenes Torres; Em 26/02/2010, foram recebidas as Emendas n° 11 a n° 23, de autoria do Senador Pedro Simon; Em 10/03/2010, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais; Em 16/03/2010, foram recebidas as Emendas n°s 24 a 44, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, decorrente do pedido de vista; Em 17/03/2010, foi recebida e a Emenda n°45, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, decorrente do pedido de vista; Em 17/03/2010, foi recebida a Emenda n° 46, de autoria do Senador Jayme Campos, decorrente do pedido de vista; Em 17/03/2010, foi apresentado Requerimento, de autoria dos Senadores Demóstenes Torres e Marco Maciel, de destaque para votação em separado da Emenda n° 5, que após sua aprovação é renumerada como Subemenda nº 1-CCJ. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo) com a Subemenda n° 1-CCJ. Votam vencidos os Senadores Romeu Tuma, Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro, contrários à Subemenda nº 1-CCJ. **ITEM 2) Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 329, DE 2009:** Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério da Justiça. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria "ad hoc":** Senador João Pedro. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Observações:** Votação Nominal. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 4) Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 197, DE 2009:** Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências. **Autoria:** Deputado José Eduardo Cardozo. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Observações:** Votação Nominal; Em 24/02/2010, foi recebido Relatório reformulado pelo Senador Francisco Dornelles; Em 10/03/2010, foi concedida vista ao Senador Jarbas Vasconcelos, nos termos regimentais; A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 7) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, DE 2006:** Acrescenta inciso ao art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá nova redação a seu

§ 1º, para permitir o porte de arma de fogo aos integrantes de carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação da matéria com uma Emenda que apresenta. **Observações:** Votação Nominal. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 8) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, DE 2006:** Dispõe sobre prazo de filiação partidária e de domicílio eleitoral previstos nas Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997 e 9.096, de 19 de setembro de 1995. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Júnior. **Relatório:** Pela aprovação da matéria, com duas Emendas que apresenta. **Observações:** Votação Nominal. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas n°s 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 11) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2009:** Acrescenta o § 4º ao art. 146 do Código Penal e o § 4º ao art. 222 do Código Penal Militar, para tornar crime o trote vexatório. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Senador Wellington Salgado de Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação da matéria com três Emendas que apresenta. **Observações:** Em 1°/03/2010, foi recebido Relatório reformulado pelo Senador Wellington Salgado de Oliveira; **Resultado:** Retirado de Pauta para atender leitura de Requerimento de tramitação conjunta. **ITEM 12) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2005:** Dá nova redação ao art. 134 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. (Dispõe sobre o impedimento do juiz). **Autoria:** Deputado João Caldas. **Relatoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria "Ad hoc":** Senador Antonio Carlos Júnior. **Relatório:** Favorável à matéria nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 17) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 2008:** Dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Zezéu Ribeiro. **Relatoria:** Senador César Borges. **Relatório:** Favorável à matéria. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 18) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2010:** Promove post mortem o dipomata Marcus Vinícius da Cruz de Mello de Moraes. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Marco Maciel. **Relatório:** Favorável à matéria, com uma Emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda n° 1-CCJ, de redação. **ITEM 21) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2008:** Cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senador Valter Pereira. **Relatoria "Ad hoc":** Senadora Ideli Salvatti. **Relatório:** Favorável à matéria. **Observações:** A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 25) Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2004:** Acrescenta ao art. 231 da Constituição o § 8º, que faculta ao poder público desapropriar imóvel para efeito de demarcação em favor da comunidade indígena. **Autoria:** Senador Juvêncio da Fonseca e outros. **Relatoria:** Senador Valter Pereira. **Relatório:** Favorável à matéria nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Observações:** Em 11/11/2009, foi concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais, que apresentou Voto em Separado, favorável á Proposta nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo). Votam vencidos os Senadores Eduardo Suplicy e João Pedro. **ITEM 28) Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 2009:** Altera o art. 103 da Constituição Federal para permitir que confederação ou associação de municípios de âmbito nacional, possa propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi e outros. **Relatoria:** Senador Almeida Lima. **Relatoria "Ad hoc":** Senador Antonio Carlos Júnior. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta. **ITEM 29) Não Terminativo – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 59, DE 2009:** Susta a eficácia das alterações promovidas pelo art. 5º do Decreto nº 6.405, de 19 de março de 2008, no Anexo I do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006. **Autoria:** Senador Neuto De Conto. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pelo encaminhamento da matéria à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para que a referida Comissão manifeste-se sobre a matéria. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 30) Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 1471, DE 2009:** Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao ex-presidente da República e sociólogo Fernando Henrique Cardoso, pelo artigo "Para onde vamos?", publicado no Jornal O Estado de São Paulo, no dia 1º

de novembro de 2009. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatoria "Ad hoc":** Antonio Carlos Júnior. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **ITEM 31) Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 194, DE 2010:** Nos termos do Art. 335, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o sobrestamento do PLC 309, de 2009, que autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.-Petro-sal, para aguardar decisão do Senado Federal sobre o Projeto de Lei nº 5.938, de 2009, que trata do Marco Regulatório do Pré-sal e que se encontra em fase final de tramitação na Câmara dos Deputados. **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Júnior. **Relatório:** Favorável ao Requerimento. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 10, DE 2010-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda n° 5, oferecida ao Projeto de Lei do Senado n° 156, de 2009." **Autoria:** Senador Demóstenes Torres e Senador Marco Maciel. **Resultado:** Aprovado. A Presidência suspende a reunião às quatorze horas e sete minutos do dia dezessete de março de dois mil e dez. O Senador Eduardo Suplicy, Presidente em exercício, declara reaberta a reunião às dez horas e vinte e dois minutos do dia dezoito de março de dois mil e dez. Passa-se à apreciação da Segunda Parte da Reunião: **Audiência Pública** destinada a instruir a **Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2005** que "Altera o Art. 159 e o art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ambos da Constituição Federal. (Altera os percentuais dos tributos arrecadados destinados ao Fundo de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e aos programas de financiamento do setor produtivo das regiões)", e a **Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2007** que "Dá nova redação ao inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para incluir o produto da arrecadação das contribuições sociais que especifica no compartilhamento com Estados e Municípios" conforme conforme Requerimento nº 22, de 2009-CCJ, e Requerimento n° 8, de 2010-CCJ, ambos de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy. Convidados**:** Márcio L. Coelho, Coordenador Geral de Gestão de Riscos Operacionais da Secretaria do Tesouro Nacional, representante do Ministério da Fazenda; Remigio Todeschini, Diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional, representante do Ministério da Previdência Social; José Dirceu Galão, Subsecretário de Planejamento e Orçamento, representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Justifica a ausência: Elias Jorge, Coordenador de Assuntos Econômicos, representante do Ministério da Saúde. Usam da palavra o Senador Flexa Ribeiro, Relator, e o Senador Eduardo Suplicy, Presidente em exercício. A Presidência declara encerrada a Reunião às doze horas e treze minutos do dia dezoito de março de dois mil e dez, ficando adiados os demais itens, a saber: **ITEM 3)** ECD Nº 69, DE 1995; **ITEM 5)** PLC Nº 119, DE 2009; **ITEM 6)** PLC 172, DE 2009; **ITEM 9)** PLS Nº 273, DE 2008; **ITEM 10)** PLS Nº 345, DE 2008; **ITEM 13)** PLC Nº 110, DE 2006 tramita em conjunto com PLS Nº 204, DE 2005, PLS Nº 327, DE 2007, PLS Nº 199, DE 2004, PLS Nº 307, DE 2005; **ITEM 14)** PLC Nº 49, DE 2006; **ITEM 15)** PLC Nº 31, DE 2007; **ITEM 16)** PLC Nº 129, DE 2007; **ITEM 19)** PLS Nº 171, DE 2004; **ITEM 20)** PLS Nº 700, DE 2007; **ITEM 22)** PLS Nº 160, DE 2008; **ITEM 23)** PLS Nº 98, DE 2009; **ITEM 24)** PEC Nº 13, DE 2003; **ITEM 26)** PEC Nº 16, DE 2004; **ITEM 27)** PEC Nº 41, DE 2007; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NOS DIAS 17 E 18 DE MARÇO DE 2010.

1ª PARTE REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2010 ÀS 10 HORAS E 51 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se deliberação dos Itens n° 1 a 31. Pela ordem, Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, o Item 4 já teve até o seu relatório lido. O ilustre Senador Jarbas Vasconcelos havia levantado objeções, mas ele me comunicou que não tem mais nenhuma dificuldade em votar o projeto. Como é um projeto de consenso...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. quer inversão?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu pediria inversão de pauta.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem mais queira discutir. Em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. E aprovada a inversão do Item 4.

Pela ordem, Senador Antonio Carlos Júnior e em seguida V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, eu pediria também inversão de pauta para a votação do Item 31.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu consulto aos Srs. Senadores se há alguma objeção, não havendo. Aprovado. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, o Item 25 já esteve no topo da nossa pauta e foi procrastinado e eu gostaria que fosse feita inversão de pauta também para que ele pudesse ser apreciado com rapidez, já que o assunto é relevante e precisa de uma solução.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não havendo objeção, também defiro a inversão. E também sugiro a inversão do Item 18 da pauta que é aquele que promove *post mortem* o Poeta e Diplomata Vinicius de Moraes ao cargo de Primeiro Secretário, se não me engano ou ministro...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ministro de Primeira Classe.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ministro de Primeira Classe da Diplomacia Brasileira. Não havendo objeção, também defiro. E em seguida, o tempo ficará exclusivamente para o Senador Renato Casagrande fazer a sustentação do Novo Código de Processo Penal. Vamos só votar alguns itens absolutamente consensuais.

Item 4, Projeto de Lei da Câmara n°. 197, de 2009. Terminativo. "Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda e dá outras providências". Autoria Deputado José Eduardo Cardozo, relatoria Senador Francisco Dornelles. Votação nominal. Senador Jarbas Vasconcelos pediu vista, mas já informa que não tem manifestação decorrente do pedido de vista.

Lido já o parecer, pergunto ao Senador Francisco Dornelles se tem mais alguma consideração a fazer.

Não havendo, em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação nominal. Senador Francisco Dornelles é o relator. Valter Pereira como vota?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Jarbas Vasconcelos?

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tasso Jereissati?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Efraim Morais?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Osmar Dias?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Foi aprovado, por unanimidade, o projeto, e a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 31, página 387, Requerimento n°. 194, de 2010, nos termos do art. 335, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o sobrestamento do PLC 309, de 2009, que autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A., Petro-sal, para aguardar decisão do Senado Federal sobre o Projeto de Lei 5.938, de 2009, que trata do Marco Regulatório do Pré-Sal e

que se encontra em fase final de tramitação na Câmara dos Deputados. Autoria, Senador Tasso Jereissati. Relatoria, Senador Antonio Carlos Júnior.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, "*na exposição de motivos interministerial n°. 38, de 31 de agosto de 2009, dos Srs. Ministros de Minas e Energia, da Fazenda, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, do Planejamento, Orçamento e Gestão e Chefe da Casa Civil da Presidência da República que encaminha o PL n°. 5.938, de 2009, é afirmado que nos casos em que as jazidas da área do pré-sal e das áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas ou não partilhadas, a União é representada pela nova empresa pública, denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural – Petro-sal, e com base nas avaliações realizadas pela ANP celebrará com os interessados o acordo de individualização da produção, cujos termos e condições obrigarão o futuro concessionário ou contratado, sob regime de partilha de produção. E registram expressamente que a Petro-sal, que fará a gestão dos contratos de partilha e produção será indispensável para a construção de um novo marco institucional para exploração e a produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos sobre esse regime.*

À Petro-sal caberá ainda celebrar, representando a União, contratos com os agentes comercializadores da parcela excedente em óleo. Na Exposição de Motivos Interministerial n°. 40, da mesma data, e firmada pelas mesmas autoridades que capeia o PLC n°. 309, de 2009, fica registrado que trata-se de medida vinculada e necessária à implementação do regime de partilha de produção, novo modelo de exploração e produção de petróleo e gás natural, objeto de proposição legislativa específica, o qual será aplicável às áreas integrantes da nova província petrolífera do pré-sal, bem como em áreas estratégicas a serem definidas pelo CNPE.

A mesma correlação é transparente no texto das proposições. O PL n°. 5.938, de 2009, explicita que o seu objeto é disciplinar ao sistema de exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, e que esse procedimento será feito no regime de partilha de produção, determina ainda que a gestão dos contratos de partilha caberá à empresa pública a ser criada com esse propósito.

De sua parte, o PLC n°. 3009, de 2009, estabelece que a Petro-sal terá por objeto a gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo Ministério das Minas e Energia, e a gestão dos contratos para comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos da União. Ora, fica claro que além de qualquer dúvida, que a Petro-sal... Que o PLC n°. 309, de 2009, pretende instituir é empresa pública referida no texto do PL n°. 5.938, do Marco Regulatório do Pré-sal. Assim, aprovar a primeira proposição sem que haja decisão sobre a segunda, é simplesmente injurídico, teríamos a criação de uma entidade pública que não tem nenhuma finalidade. Foi exatamente para impedir esse tipo de abominação legislativa que o regulamento interno do Senado Federal instituiu a figura do sobrestamento do estudo, para aguardar análise com ela conexa. Assim, o nosso sistema de separação de poderes é nos princípios fundamentais da organização do Estado Democrático de Direito, entre nós a limitação e a possibilidade do Senado sobrestar o regime de proposição, e eventualmente por sua decisão soberana, assumir o ônus de político e assim fazê-lo. Somente poderia constar do seu respectivo regimento interno".

Como a limitação não conta do regimento interno, o Voto é pela aprovação do Requerimento n°. 194, de 2010 do Senador Tasso Jereissati.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Peço vista da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Requerimento não tem vista.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nesse caso o parecer tem vista. Art. 132, Regimento Interno.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista deferida a V. Exa., com razão a V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vista coletiva, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista coletiva deferida. Item 25. Volta a semana que vem à Pauta. Proposta de Emenda à Constituição n°. 3, de 2004. "Acrescenta o art. 231 da Constituição o § 8º, que faculta ao Poder Público desapropriar imóvel para efeito de demarcação em favor da comunidade indígena". Autoria, Senador Juvêncio da Fonseca e outros. Relatoria, Senador Valter Pereira, parecer favorável à matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Em 11 de novembro foi concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy nos termos regimentais, que

apresentou Voto em Separado, favorável à proposta nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Suplicy para proferir o Voto em Separado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu queria apenas solicitar a possibilidade de alteração da Pauta, porque o Senador Suplicy está neste momento na Comissão de Assuntos Econômicos, teve um acordo entre ele e o Senador Wellington Salgado, por conta daquela questão dos *royalties* da água e da reestruturação da questão da Faixa de Gaza. Então se V. Exa. concordar... Porque eu acredito que isso tenha um rápido desenlace na Comissão de Assuntos Econômicos, uma sessão extraordinária, e aí nós poderíamos ouvir o Voto em Separado do Senador Suplicy logo em seguida.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli Salvatti, eu não me oponho, só que no início da reunião foi aprovado um requerimento feito Senador Valter Pereira para inversão de pauta, aprovado pelo Plenário. Se o Senador Valter Pereira concordar, eu aguardo a chegada do Senador Eduardo Suplicy.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu faço o apelo ao Senador Valter Pereira. Eu acho não será mais do que cinco ou 10 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Caso V. Exa. concorde.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu acho o seguinte, eu acho que poderia colocar uma matéria na frente, a fim de dar a oportunidade do Senador Suplicy chegar aqui e darmos prosseguimento à apreciação dessa matéria, até porque, Sr. Presidente, isso aqui já foi exaustivamente discutido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ok. Então eu sobresto para que uma matéria venha à frente a fim de que nós possamos em seguida fazer essa apreciação.

Item 18, página 223. Projeto de Lei da Câmara n°. 5, de 2010. "Promove *post mortem* o Diplomata Marcos Vinicius da Cruz de Mello de Moraes". Autoria, Presidente da República. Relatoria, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Marco Maciel, página 223, para proferir o relatório em que promove *post mortem* o Diplomata Marcos Vinicius da Cruz de Mello de Moraes, conhecido como Vinicius de Moraes.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, nobre Senador Demóstenes Torres, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Conforme anunciou o Presidente Demóstenes Torres, passo a relatar o Projeto de Lei da Câmara PLC 5, de 2010, de iniciativa do Presidente da República com o objetivo de promover *post mortem* a Ministro de Primeira Classe, Diplomata, vale dizer, a função de Embaixador, o Primeiro Secretário Marcos Vinicius da Cruz de Mello Moraes, conforme consta do *caput* do art. 1º.

"O projeto objetiva ainda, mediante o parágrafo único do referido artigo, assegurar aos atuais dependentes do diplomata a ser promovido os benefícios de pensão correspondentes ao cargo de Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, isto é, Embaixador.

Finalmente, o art. 2º veicula a usual cláusula de vigência vinculada à data de publicação da lei que dele resultar. O projeto foi apreciado em regime de urgência pela Câmara dos Deputados, tendo sido aprovado pelo Plenário daquela Casa, que acatou o parecer favorável das Comissões de Educação e Cultura; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Concluída a sua tramitação na Câmara dos Deputados, vem a proposição à revisão desta Câmara Alta, isto é, do Senado Federal, onde não recebeu emendas".

Análise. "*Observamos que quanto aos aspectos de constitucionalidade, convém ressaltar que o projeto trata de servidor público da União, matéria incluída no âmbito da iniciativa privativa do Presidente da República, consoante o art. 61, § 1º, inciso II, alínea "c", da Constituição Federal. Ademais, o projeto trata da matéria que se insere na competência legislativa do Congresso Nacional, nos termos do caput do art. 48 da Lei Maior.*

Por conseguinte, o projeto não padece de vício de iniciativa ou de qualquer outro óbice de inconstitucionalidade ou injuridicidade, estando ainda em conformidade com as normas regimentais do Senado Federal e com a boa técnica legislativa. No tocante ao mérito, verifica-se que o PLC nº 5, de 2010, é justificado por ter Vinícius de Moraes – que recebeu dos brasileiros amantes a poesia e da boa música o epíteto carinhoso de "Poetinha" – marcado indelevelmente a música popular brasileira, elevando o seu prestígio para além das nossas fronteiras, tornando-se um verdadeiro embaixador da cultura brasileira, conforme a Exposição de Motivos Interministerial – EMI nº 409 do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Planejamento.

O relevante papel exercido por Vinícius de Moraes na cultura literária e musical brasileira justifica, plenamente, a sua promoção post mortem como forma

de reparar a desventura de ter sido demitido do cargo público de diplomata. Com essa medida, o Estado brasileiro eleva a memória de Vinícius de Moraes à grandeza que os brasileiros sempre lhe atribuíram. É necessário, apenas, promover correção do nome do diplomata na ementa do Projeto, para compatibilizá-lo com o art. 1º.

Com essa finalidade, apresentamos emenda de redação".

Voto. "*Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2010, no mérito e quanto aos aspectos de constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa, com a seguinte emenda de redação".*

Emenda CCJ de redação: "*Dê-se à ementa do PLC nº 5, de 2010, a seguinte redação: 'Promove post mortem o diplomata Marcus Vinícius da Cruz de Mello Moraes'".* É este, portanto, Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, o meu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Gostaria de louvar a iniciativa do Sr. Presidente da República e o parecer do Senador Marco Maciel. De fato, o Poeta e Diplomata Vinicius de Moraes tem serviços extremamente relevantes prestados à nação. Como disse o Senador Marco Maciel, o Poetinha Vinicius de Moraes foi colocado para fora do Itamaraty em uma época de chumbo, em que consta que o Presidente da República deu o seguinte despacho: "Ponha-se esse vagabundo para trabalhar". E é algo que é absolutamente incompreensível. Se há alguém que trabalhou pela imagem do Brasil que deu qualidade, por exemplo, às letras da música popular brasileira, se aliando a grandes compositores, como Tom Jobim, como Carlos Lyra, como Toquinho, como Edu Lobo, Chico Buarque, e tantos outros, é uma figura de proa e se trata, naturalmente de uma perseguição feita pelo regime militar a um dos mais notáveis poetas e porque não, homens públicos da história do Brasil. Registro aqui o meu contentamento com essa iniciativa do Sr. Presidente da República e com a relatoria do Senador Marco Maciel, a quem parabenizo.

Item 25, já lida a ementa. Proposta de Emenda à Constituição n°. 3. Concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Suplicy para proferir o Voto em Separado. Página 327.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu também quero primeiro congratular-me com o Presidente Lula, com o Senador Marco Maciel e apoiar as sua palavras de homenagem ao nosso Embaixador Vinicius de Moraes, cuja contribuição para o Brasil no sentido completo e inclusive internacional continua, é uma contribuição permanente dada a qualidade extraordinária de suas poesias, de suas músicas, então meus parabéns ao Senador Marco Maciel e ao Presidente Lula, e a V. Exa., por ter louvado a iniciativa.

Com respeito à proposta de Emenda à Constituição n°. 3, de 2004 "*que pretende acrescentar o § 8° ao art. 231 da Constituição da República. O novo parágrafo prevê a não-aplicação do disposto no § 6°, do mesmo art. 231, quando se tratar de títulos de domínio expedidos e devidamente registrados, com posse mansa e pacífica por mais de 10 anos consecutivos, ocasião em que as terras poderão ser desapropriadas para fins de demarcação de terra indígena, na forma da lei*.

O Senador Juvêncio da Fonseca em sua justificativa disse que os conflitos que hoje ocorrem entre índios e não índios, especialmente quanto às invasões novas de áreas tituladas a terceiros e que não fazem parte de aldeamento indígena, levam o poder público a um impasse jurídico, que se pretende resolver com a aprovação da presente PEC. De início temos a ausência se qualquer permissivo, constitucional ou infraconstitucional, que permita a desapropriação pelo poder público de área invadida, de propriedade de terceiros, para efeito de demarcação em favor de comunidade indígena, com o objetivo de compor o conflito. O § 6º, do art. 231, proíbe essa desapropriação de terras, permitindo apenas a indenização quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé. Desejando o poder público dar solução de resgate histórico e antropológico aos índios, em lugar de fazer cumprir as reintegrações de posse, o projeto permite intervir no processo, declarando a área particular de interesse público para efeito de desapropriação. Servirá de instrumento legal para ampliação de aldeamentos, em áreas densamente povoadas por índios, sem prejuízos maiores para proprietários com título de domínio e posse mansa e pacífica por mais.

A tramitação da PEC 3, de 2004, sofreu várias idas e vindas. Em março de 2004, o relator Senador Demóstenes Torres, emitiu relatório favorável a sua aprovação. Posteriormente, com a aprovação do Requerimento de 2005, a matéria foi apensada à PEC 38, passando a receber, do mesmo relator, voto pela rejeição, considerando que opinava pela aprovação da PEC N° 38, de 99, na forma de um Substitutivo. Na sequência, foi aprovado o Requerimento 1.003, de 2006, passando o conjunto já apensado a tramitar junto com a PEC 86, de 2003, e com a PEC 31, de

2005 e por meio do Requerimento 1.092, de 2008, a proposição voltou a ter curso próprio, sendo desapensada das demais.

O presente voto em separado escuda-se no inciso I, do § 6º, do art. 132, do Regimento Interno. É de competência desta Comissão, com base no art. 356 do Regimento da Casa, emitir parecer, inclusive quanto ao mérito, sobre PEC. Inicialmente, avaliamos que, sob os aspectos jurídico-constitucionais, a PEC 3 não fere quaisquer limitações temporais, formais ou materiais previstas, respectivamente, nos parágrafos 1º, 2º e 4º do art. 60 da Constituição.

Quanto ao mérito, deve-se tecer comentários mais pormenorizados, considerando a decisão do STF no julgamento da Ação Popular 3.388, que versa sobre a demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, visto que seu Acórdão, publicado em 20 de setembro de 2009, deve servir de base para a análise, tanto desta Proposição, quanto de tantas outras que, sobre a mesma matéria, tramitam no Congresso Nacional. Da decisão do Tribunal, redigida pelo relator da Petição, Ministro Carlos Ayres Britto, retira-se o conceito de direitos originários dos índios: Os direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam foram constitucionalmente reconhecidos, e não simplesmente outorgados, com o que o ato de demarcação se orna de natureza declaratória, e não propriamente constitutiva. Ato declaratório de uma situação jurídica ativa preexistente. Essa a razão de a Carta Magna havê-los chamado de originários, a traduzir um direito mais antigo do que qualquer outro, de maneira a preponderar sobre pretensos direitos adquiridos, mesmo os materializados em escrituras públicas ou títulos de legitimação de posse em favor de não-índios. Atos, estes, que a própria Constituição declarou como nulos e extintos.

Interessante notar que o voto do Relator do citado Processo no STF faz agregar, aos fundamentos, salvaguardas institucionais ditadas pela superlativa importância histórico-cultural da causa, originárias do voto-vista do saudoso Ministro Menezes Direito, deslocadas para a parte dispositiva da decisão, dentre as quais destacam se para o caso concreto em análise, que as terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício do usufruto e da posse direta pela comunidade imaginou pelos índios. É vedada nas terras indígenas a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática de caça, pesca ou coleta de frutos, assim como a atividade agropecuária ou extrativa. As terras sob ocupação e posse dos grupos e das comunidades indígenas, o usufruto exclusivo das riquezas naturais e das utilidades existentes nas terras ocupadas, observado o disposto nos arts. 49, bem como a renda indígena, gozam de plena imunidade tributária, não cabendo a cobrança de quaisquer impostos, taxas ou contribuições sobre uns ou outros. É vedada a ampliação da terra indígena já demarcada. Os direitos dos índios relacionados às suas terras são imprescritíveis e estas são inalienáveis e indisponíveis.

São todos conteúdo do art. 231. Com essa decisão, entendemos que fica selada qualquer possibilidade de mudança que tende a reduzir no texto constitucional direitos dos índios definidos nos arts. 231 e 232. Isso posto, cabe-nos no outro tomo avaliar a questão proposta pela PEC 3, de 2004, ainda que o ato administrativo de demarcação seja de natureza declaratória, não podemos ignorar que em face das dimensões territoriais do país, é razoável cogitar da possibilidade que pessoas tenham de boa-fé obtido titulação de proprietários quando as glebas de terras, em verdade, constituíram bens da União.

Nesse passo, é sempre bom lembrar o que inciso IV do art. 26 da Constituição Federal prevê que as terras devolutas não compreendidas entre as da União incluem-se entre os bens dos estados e que realmente há uma faixa cinzenta entre a União e os estados federados, no que diz respeito a essa propriedade. Enquanto essa questão não se resolve definitivamente, é legitimo, a nosso ver, aditar uma disposição transitória na Constituição que permita uma compensação às pessoas que operam em boa-fé, mesmo que depois de 05 de outubro de 88. Porém, não devemos romper com os ditames do § 6º do art. 231, do texto constitucional, pois qualquer mudança constitui-se em ofensa às cláusulas pétreas da Constituição da República.

Caso seja alterado o texto constitucional como proposto, pode-se vislumbrar uma grande insegurança jurídica por parte dos processos de demarcação já concluídos e que se constituem, estes sim, em atos jurídicos perfeitos. Tratam-se, portanto, de direitos consagrados com a cláusula pétrea e como tal excluídos da possibilidade de alteração legislativa, passados 20 anos da promulgação da Constituição, a maioria das terras tradicionalmente ocupadas por índios já foi demarcada pelo Governo Federal, restam hoje pouquíssimas áreas ainda em processo demarcação. Ocorre, porém, que essas últimas têm revelado uma série de graves conflitos entre índios, não índio e o Poder Público, de níveis federativos distintos, é o caso, por exemplo, das terras tradicionalmente ocupadas por índios em Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Os conflitos fundiários decorrem em sua maioria do fato de o Poder Público ter concedido diretamente os títulos em terras tradicionalmente ocupadas antes da Constituição de 88. Não

se trata, pois, de títulos oriundos e processos haja de grilagem ou outras formas de apropriação criminosas e/ou violenta de terras.

Uma mudança no texto constitucional pode, de fato, ser necessária em situações específicas como estas, sem que isto implique violação na natureza originária dos direitos dos índios sobre suas terras, ou seja, sem desrespeitar os direitos e garantias individuais já consagrados pelo Capítulo VIII, Dos Índios, do Título VIII da Constituição. Não se estaria regulando a desapropriação para fins de demarcação de terras indígenas, mas tão somente autorizando a indenização nos casos de danos oriundos da concessão de títulos diretamente pelo Poder Público e anteriores ao texto de 88.

Ao mesmo tempo, ao se definir um marco temporal específico no caso, a data de 05 de outubro de 2008 garante-se o respeito e proteção das terras tradicionalmente ocupadas por índios, cujos processos de demarcação já foram concluídos ao longo dos últimos 20 anos, respeitando-se assim a segurança jurídica, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, evita-se, outrossim, que os processos de demarcação ainda não finalizados, não tenham o seu andamento prejudicado por causa do processo legislativo das propostas de emendas constitucionais sobre o tema.

Independentemente da data de aprovação da presente proposta e da conclusão dos processos demarcatórios, sua validade dar-se-á a partir de 05 de outubro de 2008, assim, busca-se salvaguardar a política indigenista implementada pelo Estado Brasileiro, e ao mesmo tempo, possibilitar por esta medida legislativa a mediação dos conflitos hoje existentes, envolvendo processos de demarcação das terras cujos títulos foram concedidos diretamente pelo Poder Público ao particular em situação anterior ao texto constitucional vigente. Trata-se de alteração que, sem deixar de proteger os direitos originários dos povos e comunidades indígenas do país, busca resolver os conflitos sociais seriíssimos que o próprio Poder Público criou em tempos passados e que os governantes de hoje tem por obrigação pacificar. Tendo isso em vista, o Ministério da Justiça promoveu uma série de encontros com os atores envolvidos no processo de demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul, entre eles a FUNAI e o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, representantes indígenas, representantes do setor produtivo e Ministério Público Federal, e chegou a um texto de consenso que ora se apresenta como proposta de Emenda Constitucional. O texto proposto, e isso me foi esclarecido pelo Ministério da Justiça, estabelece que a União e os estados poderão indenizar aquele que de título de domínio expedido pelo Poder Público antes da promulgação dessa Constituição, constar como proprietário de terra tradicionalmente ocupado pelos índio, respondendo pelo valor da terra nua e pelas benfeitorias úteis e necessárias realizadas de boa-fé. A indenização da terra nua não será devida em relação ao título que originariamente derivou de posse injusta. O direito à indenização não se aplica aos processos demarcatórios concluídos pelo Poder Executivo até 05 de outubro de 2008.

Por todo o exposto, esse é o Voto, opinamos pela aprovação da PEC 3 nos termos dos seguintes substitutivos: Acrescenta ao ato das disposições constitucionais transitórias para facultar a União ou aos estados indenizar quem constar como proprietário de terra tradicionalmente ocupada pelos índios. O art. 1º do ato das disposições institucionais transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 67-A: A União ou os estados poderão indenizar aquele que de título de domínio expedido pelo Poder Público antes da promulgação dessa Constituição, constar como proprietário de terra tradicionalmente ocupada pelos índios, respondendo pelo valor da terra nua e pelas benfeitorias úteis e necessárias realizadas de boa-fé. A indenização da terra nua que se refere ao caput deste artigo, não será devida em relação ao título que originalmente derivou de posse injusta. O disposto no caput desse artigo não se aplica aos processos demarcatórios concluídos pelo Poder Executivo até 5 de outubro de 2008. Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação".

Eu quero agradecer a atenção do relator, o Senador Valter Pereira comigo, inclusive ontem dialogamos a respeito, mas eu gostaria de informar que pesquisei com atenção, inclusive a contribuição do Ministério da Justiça, e aqui fui chamado a atenção sobre as decisões prolatadas pelo Ministro Carlos Ayres Britto e pelo eminente Ministro infelizmente falecido, Ministro Menezes Direito, que coloca que como é que na Constituição, especialmente no Capítulo Dos Índios, há direitos originários que se constituem cláusula pétrea e que devem, portanto, respeitados, daí a razão do Voto em separado, Sr. Presidente. Com todo respeito e carinho pelo nosso relator. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira para suas considerações. Eu pediria a V. Exa., em seguida vamos discutir, que fixasse, para melhor entendimento dos Srs. Senadores, a diferença da proposta que V. Exa. está relatando com o Voto em separado que o Senador Eduardo Suplicy acaba de apresentar. Se V. Exa. pudesse enfatizar.

Passo a palavra a V. Exa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Faloei dentro do possível. Sr. Presidente, eu gostaria, antes de mais nada, de informar a todos os Srs. Senadores que o meu parecer está na página 330, a partir de 327 do avulso.

Vou analisar, entretanto, apenas esse aspecto que V. Exa. acaba de enfatizar, que é a diferença entre uma proposta e outra. E eu gostaria que todos os Srs. Senadores prestassem atenção, porque essa é uma matéria de extrema relevância. Nós estamos discutindo aqui a expropriação de propriedades privadas para abrigar novas reservas indígenas ou a ampliação das reservas existentes. E a questão fulcral está no art. 231 da Constituição Federal. E eu gostaria que todos os senhores prestassem atenção, porque o § 6º do art. 231, é que é o nó górdio de todo o problema. O que diz esse dispositivo? "*São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere esse artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nela existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser a lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito à indenização ou a ações contra a União, salvo na forma da lei quanto as benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé*".

Veja o seguinte, Sr. Presidente, Srs. Senadores. O constituinte esteve distante da perfeição em vários dispositivos constitucionais, um deles é o art. 231 da Carta Magna, e aonde é que esse dispositivo está ferindo a própria ordem constitucional? Em primeiro lugar, quando proíbe o direito de ação, o direito de ação, ou seja, o direito o que cidadão tem de manejar qualquer tipo de súplica ao Judiciário para ver reparada qualquer injustiça. Esse dispositivo está escrito como cláusula pétrea no art. 5º, inciso XXXV: "*A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito*". Então, aqui nós temos uma cláusula pétrea que assegura ao indivíduo, a todo o cidadão, o direito de acionar quem quer que seja, sempre que ele sofra a lesão ao direito. O § 6º do art. 231 nega esse direito. Nesta hipótese, quando se tratar de uma área declarada como reserva indígena, mesmo que o indivíduo tenha um título justo, um título expedido pelo próprio Poder Público, ele não tem o direito de manejar a ação contra a União Federal. Portanto fere uma cláusula pétrea.

Aqui, Sr. Presidente, fere outra cláusula pétrea, que é o inciso XXXVI: "*A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada*". Ora, Sr. Presidente, se houve um título expedido pelo Poder Público, é claro, é tranquilo, que aí nós estamos falando sobre um ato jurídico perfeito, porque é atribuição dele promover essa expedição; no momento em que nós negamos que a validade desse ato jurídico perfeito, nós estamos infringindo, portanto, o inciso XXXVI do art. 5º, que é uma cláusula pétrea.

E vem ainda outro inciso, o LIV. O inciso LIV garante que a ninguém será privado da liberdade, ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal. Aqui é outra cláusula pétrea que é violada pelo § 6º do art. 231 da Constituição, por quê? Porque a partir do momento em que o indivíduo é expropriado de um bem que ele adquiriu através de um justo título, um título legítimo expedido pelo Poder Público, está se violando o direito à propriedade, está se agredindo o direito à propriedade, que é um direito constitucional inscrito também no art. 5º, portanto, uma cláusula pétrea. Pois bem. O que é que nós propusemos em nosso Voto, em nosso parecer? Nós propusemos uma reformulação do § 6º que teria então a seguinte redação: "*Serão anulados e extintos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere esse artigo ou à exploração de suas riquezas atrizes, do solo, dos rios, dos lagos dela existentes, ressalvando relevante interesse público da União, segundo o que dispuser a lei complementar*". Tiramos daqui, desse art. 231, a violação aos direitos pétreos a que sustentamos há pouco.

O que é que propõe o Senador Eduardo Suplicy? O Senador Eduardo Suplicy propõe que seja assegurada a indenização quando houver a expropriação, mas alterando algumas coisas fundamentais, como por exemplo, o marco temporal. Todos nós sabemos, porque houve um voto do Ministro Carlos Ayres de Britto do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Petição 3.388, onde ele afirmou que a garantia das reservas indígenas têm como marco temporal a Constituição de 88, e o que propõe o Senador Suplicy? Mudar esse marco temporal para 2008, portanto, é uma alteração fundamental que torna quase inócua essa medida. Outra coisa que propõe o Senador Suplicy, coloca-se esta previsão de indenização com marco de 88 no ADCT, no ato das disposições transitórias, mas mantém as proibições no art. 231 § 6º. Portanto, o que propõe o Senador Suplicy é uma nova judicialização dos processos de demarcação, dos processos declaratórios de reservas indígenas e de negação do direito de propriedade e de todos aqueles direitos a que analisei anteriormente.

Portanto, a diferença fundamental aqui é que, em primeiro lugar, o Senador Suplicy mantém a excrescência que está no art. 231 de negar o direito adquirido, de negar o direito de ação, de negar o direito de propriedade, que estão assegurados no art. 5º da Constituição. Ele propõe manter esse artigo do jeito

que está, e o que nós propusemos? A reformulação desse artigo para se adaptar ao direito à indenização da terra nua, sempre que o título for justo, sempre o que título tiver uma procedência legítima, que é garantida pela expedição pelo Poder Público. E propõe também que o marco definido pelo Supremo Tribunal Federal e que é o marco constitucional, seja o de 88 e não de 2008, como propõe o Senador Suplicy.

Essa é a diferença fundamental, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer algumas breves e poucas considerações.

Em primeiro lugar, antes de entrar no mérito da matéria, eu gostaria de tratar do tema segurança jurídica. Imagine, Sr. Presidente, um cidadão brasileiro, homem ou mulher, que se dirija ao Poder Público ou estadual ou federal, reivindicando o posse e o domínio de uma propriedade, este cidadão ou esta cidadã recebe portanto do Estado Brasileiro, ou seja, da Federação Estado ou União um documento, um título definitivo dizendo para essa pessoa: "Eu estou lhe dando o domínio deste patrimônio, esse patrimônio é seu". Ao sair desse recinto, desse local, com o meu documento de posse na mão, registrado posteriormente em cartório, qual é a primeira coisa que a iniciativa privada faz, Sr. Presidente? Quer seja um patrimônio urbano, quer seja um patrimônio rural, o instinto do mercado, o instinto das pessoas, é fazerem investimentos nesta posse e neste domínio. Porque a segurança jurídica é o instrumento mais poderoso de um país, de uma sociedade para que os investimentos possam ser acelerados. Infelizmente no nosso país, não só no Governo Lula, mas ao longo de muitos anos, nós estamos vendo todos os dias a segurança jurídica deste país definhar e encolher, e especialmente nos últimos sete anos deste governo , Sr. Presidente.

Todos os dias, através de decretos, de instruções normativas, nem sequer passados pelo Congresso Nacional, nós estamos vendo roubar da sociedade brasileira a segurança jurídica que é garantida pela Constituição. Imagine um produtor rural de qualquer tamanho: pequeno, médio ou grande, que tenha o seu título definitivo há 40 anos, há 110 anos, como na região oeste do Mato Grosso do Sul, no estado do Senador Valter Pereira, há 110 anos este cidadão, que confiou no estado brasileiro, confiou no documento emitido pelo estado, pelo seu governo, e hoje ele se deparou com um decreto de FUNAI dizendo que não é bem assim, aquele documento que o que Estado Brasileiro deu é falso, não vale nada. Se o Estado Brasileiro não tem fé pública, se o Estado Brasileiro não tem confiabilidade, Sr. Presidente, nós vamos confiar em quem?

Diante dessa circunstância, eu gostaria de pedir aos colegas senadores e senadoras, independente do formato da indenização, nós possamos discutir aqui no Senado Federal segurança jurídica em todos os momentos. Um dia são os índios, produtividade que são alterados, no outro dia são os percentuais da reserva legal e de topos de morros que são alterados, um dia é a legislação trabalhista que são alteradas em mais de 252 quesitos, que um produtor rural tem que atingir. Um dia é uma instrução normativa que altera todo o processo da faixa de fronteira na titulação de terras dos produtores do Brasil. Nós precisamos dar um basta.

Eu peço aos colegas senadores e senadoras uma atenção especial a essa agressão que inibe a iniciativa privada, que inibe os investimentos, que inibe os empregos do nosso país. Que nós possamos fazer deste tema um tema suprapartidário, aonde as pessoas possam ter confiança no estado que vivem.

Portanto, nada mais justo que essa alteração proposta pelo Senador Valter Pereira possa ser aprovada. E que a partir de 88, quando as aberrações foram praticadas, quando a insegurança jurídica foi praticada em cima de títulos do Governo, em cima de títulos do Estado Brasileiro, nós possamos indenizar, no mínimo, indenizar o valor da terra nua para aqueles que acreditaram que tinha um documento que tinha valor, aqueles que acreditaram no Estado, aqueles que acreditaram na União.

Portanto, nós devemos fazer justiça desde 88 até agora, pois o que propõe o Senador Suplicy é que essa segurança jurídica, que este ato perfeito seja corrigido apenas a partir de 2008, e nós sabemos que depois da votação de Raposa Serra do Sol, dificilmente nós teremos ampliação de terra indígena nesse país. Portanto, aqueles legítimos credores da União e do Estado que permaneceram e investiram em suas terras com título definitivo na mão, que eles possam ser indenizados com a injustiça desde 88 em diante. Não só o valor dos investimentos, mas também o valor da terra nua, quando é feita a reforma agrária, assim como nós desapropriamos uma área para reforma agrária ou para uma unidade de conservação e pagamos o valor da terra nua, por que não aqueles que tem o documento também não possam ser indenizados dando respeitabilidade e credibilidade os documentos emitidos pelo estado brasileiro?

Portanto, o que é segurança jurídica? É um documento expedido pelo Poder Público que naquele momento diz para o cidadão: "Esta terra não é mais

pública, esta terra é privada, esta terra é sua", lhe deu naquele momento a garantia de domínio e deu a garantia jurídica para depois de 40 anos, 100 anos, tomar essa garantia jurídica de um cidadão brasileiro.

Mais um detalhe, Sr. Presidente. No projeto, no substitutivo, não sei se esse é o nome correto do Senador Suplicy, ele propõe que a União ou os estados, no Voto em Separado, desculpe, que a União ou os estados poderão indenizar aquele que de título de domínio expedido pelo Poder Público, antes da promulgação dessa constituição, constar como proprietário de terra. Aqui ele propõe, Sr. Presidente, na minha avaliação, desculpe, Senador Suplicy, de forma inconstitucional, que tire das mãos do Poder Público, da União, essa prerrogativa constitucional de ampliar a terra indígena, e portanto, indenizar, e propõe um repasse apenas alterando o art. 67-A da ADCT, e portanto, de forma inconstitucional, a lei é claríssima.

Sr. Presidente, eu peço silêncio, por favor. Portanto, a constituição é claríssima ao dizer: somente à União, por seus atos situados na esfera de atuação do Poder Executivo, compete instaurar, sequenciar e concluir formalmente o processo demarcatório das terras indígenas, tanto quanto efetivá-lo materialmente. Portanto, Sr. Presidente, a emenda, o Voto em Separado do Senador Suplicy, na minha avaliação rouba uma prerrogativa da União e transfere ela para os estados da federação.

Por último, Sr. Presidente, o texto que propõe o Senador Suplicy é incompatível com o texto... Sr. Presidente, eu estou com faringite aguda, mal conseguindo falar, é impraticável continuar defendendo portanto a matéria dessa natureza...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu peço aos senhores que façam silêncio para que a Senadora Kátia Abreu possa concluir a sua exposição. E mantenham o silêncio para que nós possamos encerrar essa discussão importante para o país. Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Senador Suplicy, eu peço a atenção de V. Exa. no art. 231 da Constituição, no § 6º. Lá é claríssimo ao dizer, na sua parte final, especialmente na sua parte final, que não cabe indenização de valor de terra nua para terras indígenas, portanto, se nós quisermos indenizar produtores titulados pelo estado no valor da terra nua, parte do § 6º tem que ser retirado e V. Exa. não retirou, permitindo a indenização a partir de 2008, mas contrapondo ao texto do art. 231, § 6º da Constituição, que proíbe a indenização.

Portanto, se mantivermos o texto do art. 231. Do § 6º...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Bom, infelizmente, eu vou ter que agora chamar a Polícia do Senado para tirar os senhores da sala, porque não dá. Eu vou pedir à Polícia do Senado que venha, eu vou pedir aos senhores que fiquem em silêncio, se não der eu vou manter apenas os que estão sentados, infelizmente, porque não dá. Então nesse minuto eu vou pedir à Polícia do Senado para que venha e fique na sala, a partir do momento em que a conversa continuar dessa forma, impedindo os Srs. Senadores da discussão, eu terei que pedir para que todos que se encontram em pé se retirem e vão e possam assistir no telão que está aí no saguão do Senado.

Então peço à Polícia do Senado para que, mais uma vez, para que nós possamos, em seguida. Por enquanto eu vou permitir, se continuar da mesma forma eu vou ter que tomar essa providência que eu não desejaria tomar.

Asseguro a palavra à Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Presidente. Apenas para concluir, repetindo e pedindo a atenção do Senador Eduardo Suplicy, o texto do art. 231 § 6º da Constituição proíbe a indenização do valor de terra nua para aqueles produtores que têm o título de terra na mão e ele não pode ser indenizado. O Senador Valter Pereira faz uma correção, a meu ver, bastante própria, apropriada, ele retira do § 6º a frase que proíbe a indenização, e o Senador Eduardo Suplicy não retira parte desse texto e apenas altera no art. 67-A, permitindo a indenização. Portanto, nós teremos dois textos opostos na Constituição Federal. Portanto, o meu voto pessoal será pelo texto do Senador Valter Pereira, que está bastante claro, retirando a impossibilidade de indenização do valor de terra nua para produtores com documentos emitidos pelo Estado Brasileiro e que tinham segurança jurídica confirmada e assegurada. Nós precisamos marcar e fazer um marco no nosso país, o que puder trazer qualquer instabilidade à segurança jurídica, quer seja no campo ou na cidade, todos nós senadores de todos os partidos devemos nos aliar em favor da sociedade, em favor do contribuinte brasileiro. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romero Jucá, em seguida Senador Suplicy.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, eu ouvi atentamente esse debate, há algum tempo esse projeto está tramitando aqui na CCJ e eu fui autor, inclusive de uma sugestão que complementou o projeto do Senador Valter Pereira. Queria falar aqui com conhecimento de causa de quem foi presidente da FUNAI três anos,

e, portanto, se deparou com situações complexas. A Legislação Brasileira, eu queria atenção dos senadores, ela é uma legislação dura, porque ela diz o quê? No momento em que a área indígena é considerada imemorial, ela diz que não se deve indenizar nem a terra nua e a benfeitoria só se for considerada de boa-fé. Pois bem. A demarcação das terras indígenas no Brasil se deu levando em conta essa figura jurídica, não desapropriação, não indenização, não benfeitoria e com raríssimas exceções, a FUNAI falhou também no processo de realocação dos produtores, porque a legislação dizia também que alguém retirado de uma área indígena deveria ser reassentado pelo INCRA, e em Roraima tem dezenas de produtores que até hoje não foram reassentados. Tenho tratado com os Ministros da Justiça, dizendo que essa legislação precisava ser ajustada, e quero hoje aqui, não só defender o projeto do Senador Valter, que é importante, porque pega um aspecto da questão. O que é que o Senador Valter diz? Amanhã se for ver um laudo antropológico dizendo que aquela terra é imemorial e houver um assentamento do INCRA ou algum tipo de assentamento em que o título foi de terra pública, esse agricultor deve ser indenizado. Correto. E isso já correu em Rondônia numa área chamada Uru-Eu-Wau-Wau, que havia um assentamento do INCRA dentro, e essas pessoas tiveram que sair depois de se instalarem, de produzem e de se estruturarem.

Mas eu vou mais além, Sr. Presidente, eu acho que esse projeto devia ter um dado a mais, uma coisa é se fazer um laudo antropológico e definir uma área imemorial. Correto. Se houver título se indeniza. Outra coisa é o que está acontecendo em alguns estados, em Roraima um pouco e no Mato Grosso do Sul muito, que é o seguinte: quando se quer ampliar uma área indígena... Entenda o seguinte, aquela área indígena foi considerada imemorial, os índios estavam lá. Muito bem, se fez um laudo antropológico, os índios ocuparam. Para ampliar aquela área indígena, a FUNAI hoje está usando do meu expediente, ele refaz o laudo antropológico, portanto erradamente, porque se a área imemorial era menor antes, não pode ter crescido depois. Refaz o laudo antropológico e usa o mesmo instrumento legal de não indenização, de não, de não... Enfim, tudo que tem que fazer, e cria um conflito porque aquelas pessoas que estavam numa terra que até então não era imemorial, se veem de repente numa área imemorial, sem nenhum tipo de condição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É possível ampliar no parecer de V. Exa.?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu gostaria de dizer o seguinte na proposta dele: para ampliação de área... Ampliação de área indígena só se dará mediante indenização, nós vamos excluir essa questão da ampliação da área indígena, usando o laudo imemorial, porque é um equívoco, se era imemorial tinha que ser feito antes. Não dá para fazer imemorial em capítulos, da forma como se faz hoje. É um problema grave.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Acho que V. Exa. fez uma exposição clara e brilhante.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Então eu gostaria de sugerir que nós colocássemos um adendo dizendo o seguinte, um item a mais.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Senador Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Dizendo o seguinte: que para ampliação de área... O governo quer ampliar uma área indígena, é legitimo, vai desapropriar pagando TDA ou cria título da dívida indígena, cria algum instrumento, algum título que efetivamente remunere, amplie a área, mas que remunere aquela figura, aquela desapropriação que foi feita.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Permite um aparte, senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para fazer uma indagação a Senadora Kátia Abreu e depois V. Exa.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O senhor está propondo, senador, então que apenas haja indenização do valor da terra nua para as próximas ampliações de terras indígenas?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, não, mantém do jeito que está e mais ampliação.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, eu estou propondo duas coisas.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Continua... Deixa eu terminar a pergunta: indeniza então os que foram desapropriados de 88 para cá sem indenização e a ampliação...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Na proposta do Senador Valter, numa área imemorial se há um assentamento com terra pública vai ser indenizado. Correto. Nós estamos tratando da área imemorial.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): de assentamento, não.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, não, qualquer título.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Qualquer produtor, qualquer título.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu estou dizendo o seguinte: na ampliação da área indígena,

só se dará mediante indenização por quê? Porque não é justo se criar um outro laudo para dar...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Kátia, a proposta dele é boa, mantém o texto...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Essa é outra discussão, Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Mas eu quero adendar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Mas se nós garantimos que a terra desapropriada... se a terra indígena com um documento tem que ser indenizada, tanto faz ser ampliação ou não. Qualquer terra indígena que tenha título público oficial será indenizada.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Veja só. O que é que ele propõe? Deixar claro que a situação defendida pelo Senador Valter Pereira ele endossa, só que ele ainda deixo mais claro, ele coloca que também a ampliação... Não é isso?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): A ampliação só se dará mediante...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Que também é ampliação. Então também são as duas hipóteses.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu quero citar um exemplo prático, para ver se se enquadra na proposta do Senador Jucá. Eu peço atenção do Senador Jucá. Presidente, eu também quero silêncio. A Senadora Kátia obteve, eu quero silêncio também. É uma "conversaiada" danada, parece uma quermesse isso aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra, V. Exa.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Lá na quermesse o pessoal grita, faz festa, mas aqui não dá. É o seguinte. Está acontecendo no Paraná um exemplo prático: entre Umuarama e Ivaté tem uma área de aproximadamente três mil alqueires, vamos falar em hectare, sete mil hectares. Naquela área vivem mil pessoas, agricultores familiares, pequenos agricultores, médios e grandes agricultores. De repente alguém passou lá, uma antropóloga, e disse que lá era uma aldeia de índio antigamente. E aí foram pesquisar e descobriram que por lá tinham passado alguns índios xetás, da Tribo Xetá. Tinham passado por lá. Mas a FUNAI iniciou um processo de expropriação daquela área, daqueles proprietários, isso está criando uma insegurança imensa àqueles proprietários e eles me procuraram já diversas vezes, procuraram o governador, o governador disse que tinha que tratar com a FUNAI, e eu fui até a FUNAI e a FUNAI não quer conversa, a FUNAI diz que tem que expropriar porque a antropóloga diz que aquilo lá era uma área indígena. Foram procurar índios xetás, descobriram três, um é farmacêutico em Chapecó, em Santa Catarina, outro é polícia militar em Curitiba e o outro vive em Umuarama mesmo e trabalha para o Governo do Estado. Esses três se transformarão em proprietários do dia para noite de três mil alqueires de terra onde vivem, repito, mil famílias. E aí eu pergunto: essas mil famílias que serão desalojadas daquela área, pela proposta do Senador Romero Jucá e pelo relatório do Senador Valter Pereira serão indenizadas?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Serão indenizadas. Sim.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Porque isso é um horror, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): O que está acontecendo é um horror.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): E aqueles três índios poderão viver felizes para sempre naqueles três mil alqueires. É isso?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É isso que está sendo proposto?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Propondo indenização. Em caso de acontecer, há indenização.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Está sendo proposta a indenização se houver recurso na FUNAI para indenizar...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu darei primeiro a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que pediu, e em seguida ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Lobão Filho também pediu a palavra?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Para esclarecer alguns pontos, Sr. Presidente.

Quero salientar que o meu parecer leva em conta decisões do Supremo Tribunal Federal, inclusive o parecer do Ministro Carlos Ayres Britto, que eu reitero outra vez. Os direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam foram constitucionalmente reconhecidos e não simplesmente outorgados com o que ato da demarcação seria ordem de natureza declaratória e não propriamente constitutiva. Ato declaratório de uma situação jurídica ativa pré-existente, essa a razão da Carta Magna havê-lo chamados de originários, a traduzir a um direito mais antigo do que qualquer outro, de maneira a preponderar sobre pretensos direitos adquiridos mesmo os materializados em escrituras públicas ou título de legitimação de posse em favor de não índios. Atos esses que a própria Constituição declarou como nulos e extintos. Quero ressaltar que, diferentemente do que a pouco aqui... Quero respeitosamente ponderar junto ao Líder Romero Jucá, e conforme o Ministro Menezes Direito coloca no seu voto vista, é vedada a ampliação de terra indígena já demarcada, não há, portanto, Presidente Demóstenes Torres, a possibilidade de ampliar a terra indígena já demarcada.

Com respeito às demais observações da Senadora Kátia Abreu, que avalio, estão respondidas pelos próprios votos de Ayres Britto e de Menezes Direito, mas com respeito à observação dela, de que eu deveria... Que ela sugeriu que, ao invés de a União ou os estados poderão indenizar, eu acato a sugestão dela e, Sr. Presidente, no meu substitutivo em vez de 67-A dizer: a União ou os estados poderão indenizar, apenas a União poderá indenizar. É a modificação que eu faço, acatando a observação dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Suplicy, eu faço apenas uma observação. É óbvio que o Supremo decidiu em cima da lei existente, então o texto constitucional existente. O que estão propondo, os Senadores Valter Pereira e Romero Jucá, agora com a ampliação, me parece algo absolutamente justo, uma pessoa que tem justo título, boa-fé, que tem ali a sua benfeitoria, que essas pessoas, se a União resolver ali constituir um área indígena, que essas pessoas não saiam de mãos abanando, que elas possam ser indenizadas. E acho que é uma solução coerente, e o Supremo vai decidir na próxima vez em cima do novo texto constitucional que nós criamos.

Então a diferença é: hoje sai sem nada porque é considerado nulo e inexistente qualquer ato. Agora vejam bem, nessas questões tem gente que entrou lá na década de 40, na década de 50, comprou, ninguém imaginava que um dia a Constituição fosse disciplinar desse jeito. Ou mesmo quem comprou na década de 80, 90, comprou de boa-fé, aí vem discutindo no exemplo do Senador Osmar Dias, resolve fazer dali uma área indígena, descobre que passaram alguns índios e etc. Resolve fazer. Muito bem. Tomou a decisão do governo. Agora, tem que indenizar as pessoas que se encontram ali de boa-fé, que tem justo título, que estão ali há muitos anos trabalhando, que construíram as suas benfeitorias. Por que é que essas pessoas não podem ser indenizadas? Então acho que tanto a proposta do Senador Juvêncio endossada pelo Senador Valter Pereira, como o adendo feito pelo Senador Romero Jucá, não desmerecem de forma alguma a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um esclarecimento...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. me permite apenas um breve e conclusiva observação?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu passarei a palavra a V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O § 6º do art. 231 trata de títulos nulos, ou seja, sem qualquer escritura de domínio público; os títulos de boa-fé são indenizáveis, o que o § 6º proíbe é a indenização dos títulos adquiridos de má-fé. Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não é bem isso, não, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A proposta que eu coloco aqui é que possa haver a indenização das benfeitorias úteis e necessárias realizada de boa-fé.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas é isso mesmo. Os atos de má-fé não são acobertados pela Justiça. Então veja o § 6º que diz...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Os de má-fé são nulos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, não, veja só: são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenha por objeto a ocupação e o domínio e a posse de terras a que se refere esse artigo ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e tal. Então... Salvo quanto às benfeitorias derivadas de ocupação de boa-fé. Benfeitoria que nunca se diz claramente que foi ocupado de boa-fé.

Se nós formos no Código Civil, a partir de determinado momento se presume a boa-fé, até pelo decorrer do tempo a boa-fé é presumida, se ninguém se opôs àquela ocupação, se ninguém foi buscar aquela propriedade em determinado momento, ela se transforma por presunção, independentemente de título, em

propriedade de boa-fé. Eu acho que o que está propondo aqui, é claro que nós não queremos acobertar invasões, nós não queremos acobertar de forma alguma expropriações e atos de delinquentes, grilagem, etc. Mas aqueles que têm o justo título, aqueles que têm a boa-fé, não só as suas benfeitorias serão indenizáveis, mas inclusive a propriedade que adquiram em algum momento.

A palavra ao Senador Lobão Filho para um questionamento. E em seguida Flexa Ribeiro.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu queria fazer uma pergunta à Senadora Kátia Abreu, ao Senador Valter Pereira. Por analogia, levando todos esses casos, citando o exemplo do Senador Osmar Dias, quer dizer então que desapropria-se, tira-se mil famílias, condena-se o país a não ter aquele produto que foi produzido, gera-se mil desempregados, e aí nós brasileiros, 200 milhões de brasileiros pagamos a conta dessa brincadeira para entregar a terra para os índios que não vão produzir nada. E aí é esse contexto aí que vai transformar o fato de eu pagar, eu como brasileiro, 200 milhões, vai deixar tudo limpo, bonito, ético, correto, e o fato de ter desapropriado os mil produtores e transformado eles em desempregados, apesar de estar com o dinheirinho no bolso, aí o processo ficou todo bonito. É esse o raciocínio?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já é uma evolução. Não sai nada...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Já é uma evolução? Meu caro Presidente, se a gente tocar a nossa vida no "já é uma evolução", o nosso país vai...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nós temos que votar uma emenda que garanta às tribos nativas produzirem, inclusive nas terras.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu posso responder a pergunta do senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode, V. Exa...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Senador Lobão, a sua pergunta é totalmente razoável e pertinente. Mas tem um detalhe importante, um detalhe fundamental: depois da votação de Raposa Serra do Sol, os ministros do Supremo fizeram mais um favor ao Brasil, de destacar de toda legislação, 18 pontos que precisavam ser observados, o quê, por exemplo? Desde 88 que a FUNAI vem criando espaços indígenas totalmente inconstitucionais, por quê? Porque a Constituição diz o seguinte: terra indígena ou fato indígena, ocorreu no dia 05 de outubro de 88, quando terminou a Constituição. O que significa isso? Se no dia 05 de outubro, até o final do dia naquele espaço, naquele espaço, naquele perímetro, tivessem habitação de índios de qualquer lugar, a terra seria deles. Se alguém questionasse: "Ah, mas no passado..." Antes do dia 05 tinha. Perderam o direito. "Ah, mas depois do dia 05 tinham". Perderam o direito. Então daqui para frente é praticamente impossível fabricar, como a FUNAI vem fazendo ao longo dos anos, um espaço indígena. Porque os laudos, as testemunhas e o próprio documento do cidadão que nunca foi considerado, como no Mato Grosso do Sul tem documentos, Presidente, de 110 anos e a FUNAI queria criar espaço indígena contrariando o que foi decidido em Raposa Serra do Sol dois meses depois. Então o arbítrio era total e absoluto, o desrespeito à Constituição. Quando o Ministro Gilmar Mendes derrubou cinco ampliações de terras indígenas em dezembro, assinados pelo Presidente da República, todas porque não cumpriam o fato indígena no dia 05 de outubro de 88.

Então, a sua preocupação é muito importante, mas dificilmente esse caso do Paraná, eu tenho a convicção que o Supremo vai continuar fazendo justiça, que se entrar na Justiça vão derrubar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E é bem observado pela Senadora Kátia Abreu os parâmetros criados pelo Supremo Tribunal Federal.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não tinha a presença de índios naquele dia, só no dia 05 de outubro ou acabou.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, só para encerrar, eu queria registrar que eu não posso aceitar que o brasileiro seja tratado como cidadão de terceira classe e o índio tratado como cidadão de primeira classe. Em qualquer embate do brasileiro comum com o índio, o brasileiro tem perdido e eu acho que a sociedade perde com isso. Eu acho que as regras têm que ser muito claras na questão da demarcação das terras indígenas, mas eu acho que a sociedade brasileira deve se proteger e não aceitar soluções temporárias ou de transição numa questão tão fundamental como essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Flexa Ribeiro. Em seguida Jayme Campos. Jayme Campos pede, se V. Exa. concordar, pedindo a V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu tenho a maior honra em ceder para o Senador Jayme Campos. Por favor.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu queria apenas fazer uma observação. Na medida em o que Senador Romero Jucá, na sua introdução, na sua fala aqui, eu entendi de que ele vai querer criar assentamentos de índios em diversas partes desse país. Ora, eu imagino que a convivência de determinada região do

Brasil será impossível entre branco e índio, na medida em que nós estamos acompanhando alguns conflitos que já existem em determinadas regiões.

Entretanto, quando se fala em ampliação de reserva indígena, não é de causar surpresa para ninguém aqui, Senador Presidente Demóstenes, lamentavelmente, a FUNAI tem usado uma prática nefasta, tendo em vista de que hoje os pseudo-antropólogos, muitos deles pegam três, quatro, cinco índios em determinadas reservas e levam para região que não tem nada a ver com a reserva do cidadão se índio morava, e ali surge um fato novo, gerando uma intranquilidade social. Sobretudo, nós estamos vivendo, Senadora Kátia, lá na região norte do Mato Grosso, lá na região do Apiacás, que estão atravessando até rios de divisa entre o Mato Grosso e o Pará, dizendo que esse índio que estava no Pará hoje está no Estado de Mato Grosso. Ora, é inconcebível, na medida em que cidadãos que estão há 40, 50 anos ali, gerou-se uma intranquilidade, sobretudo, não só social, mas, sobretudo, a terra, Senador Demóstenes, se ela vale dois mil reais o alqueire, nesse caso, quando surge um fato como esse, ela passa a valer nada, Senador Flexa, Senador Osmar Dias. Lamentavelmente os diretores, o Presidente da FUNAI debocha com nossa população, sobretudo com nós, produtores rurais, e daqueles que têm direito adquirido da terra, que têm a garantia absoluta de que dentro do estado democrático de direito, dentro da Constituição, tem que se respeitar o direito de propriedade, mas a FUNAI não respeita e lamentavelmente isso tem causado vários transtornos, e, sobretudo, prejuízo à grande parcela de nossos proprietários rurais em todo esse imenso Brasil, mas, sobretudo no estado de Mato Grosso.

Essa é a minha observação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Demóstenes Torres, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Essa discussão que se faz agora nesse projeto é da maior importância, o Senador Osmar Dias relatou um caso que... Em Rondônia, não foi senador? Paraná. Eu quero dizer a V. Exas. que no meu Estado do Pará isso é muito comum, de criarem reservas, seja elas de todo tipo, ambientais ou indígenas, sem cumprirem a Constituição. O Governo nunca cumpriu a Constituição, porque a Constituição diz que as reservas têm que ser demarcadas, levantadas ou os ativos das pessoas que lá estão indenizadas para depois elas serem então homologadas. Eles homologam antes de tudo isso. No caso de reserva indígena é mais grave ainda. Nós ficamos discutindo com o Governo Federal, através do Ministério da Justiça e a FUNAI, durante dois anos a criação de uma reserva indígena de Apitereua, em São Félix do Xingu, no Estado do Pará. Essa reserva indígena que eles acabaram criando tinha 700 mil, tem 700 mil hectares. Acontece, Senador Demóstenes Torres, que nessa área tinha um assentamento do INCRA com três mil famílias já assentadas, produzindo, entre outras coisas, cacau. O que é que aconteceu? Havia um acordo no Ministério da Justiça que não seria feita a homologação, quando fomos pegos de surpresa o ano passado, no dia do índio, o Presidente Lula homologou a reserva indígena Apitereua sem indenizar as três mil famílias, e para atender 145 índios. E mais, havia um acordo entre os índios e os não índios, quer dizer, os assentados do INCRA, que poderiam dividir, Senadora Kátia Abreu, a área de 700 mil hectares em duas partes, uma de 500 mil hectares, que ficaria como área indígena, e 200 mil hectares onde estavam assentadas essas quase três mil famílias, eles permaneceriam lá produzindo. Mas a FUNAI não concordou e houve então homologação da reserva indígena de 700 mil hectares. E essas famílias que estão lá não receberam até agora nada de indenização e estão sendo expulsas, inclusive com força policial.

O que eu quero dizer, Senador Demóstenes Torres, Senador Valter Pereira, Senadora Kátia Abreu. Essa questão da indenização tem que ficar bem clara, porque não é indenizar apenas as propriedades que lá existem, é ter que indenizar o prazo necessário para que a produção que esteja sendo feita na área de hoje possa ser refeita em outra área. Então se eu planto cacau e colho tantas toneladas de cacau por safra naquela área hoje, a indenização tem que cobrir o prejuízo daquele agricultor ao longo do tempo, que ele vai ter que plantar novamente a espécie e ter a colheita idêntica a que ele teve agora, então isso sim seria uma questão de indenização justa. Não é tão... honesta. Não é só somente indenizar a cultura ou as edificações.

Eu me coloco favorável à proposta do senador, ao relatório do Senador Valter Pereira, mas acho que deveríamos ser mais claros quando falamos em indenização, dizer como indenizar, quais os critérios de indenização, não simplesmente indenização.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira, falando por último antes da votação.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a leitura do texto para fazer o comentário final. Eu gostaria de atenção de todos os Srs. Parlamentares.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Por favor.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A União... Essa é a minha proposta: "*A União indenizará aquele que possuir o título de domínio regularmente expedido pelo Poder Público até o dia 05 de outubro, dele constando como proprietário da área declarada tradicionalmente indígena, respondendo pelo valor da terra nua e pelas benfeitorias úteis e necessárias realizadas de boa-fé*". Ou seja, aqui nós estamos prevendo todas as circunstâncias, tanto de um reserva nova...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quanto ampliação.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Como da ampliação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É, está previsto.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Portanto, eu acho que é desnecessário, não tenho preconceito contra a proposta do Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos então partir para a votação.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas acho desnecessária.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Apenas um comentário e dúvida. No texto está dizendo que a União indenizará aquele que possuir título de domínio regularmente expedido pelo Poder Público até 05 de outubro de 88. Por que até 05 de outubro de 88? Nós podemos ter uma área que foi titulada posteriormente e que posteriormente o Poder Público resolve também ampliá-la. A qualquer tempo que o Poder Público entrega um documento para o cidadão e dá garantia jurídica, tem que ser indenizado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senão nós estamos resolvendo o problema do passado, daqui a 30 anos...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, nós estamos resolvendo só do passado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de esclarecer aqui à Senadora Kátia Abreu. Nós estamos partindo de um marco que foi estabelecido no voto, do famoso voto da Raposa Serra do Sol, onde estão as 18 ressalvas apontadas pela Senadora Kátia Abreu.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas eu acho que nós podemos tirar esse 05 de outubro de 88...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Tem que tirar. Sabe por que, senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Realmente, eu acho que aí nós temos que resolver o problema. Se existe o problema tem que ser resolvido. Não é só em determinada data.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O fato de existir Raposa Serra do Sol com seus destaques, não significa que no país não possa comprovadamente ainda ter terra indígena para ser ampliada. Então e se aquele cidadão foi titulado depois? Não significa que Raposa Serra do Sol definitivamente zerou a possibilidade da terra indígena...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O que deve ter acontecido aos milhões, aliás.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Mas fez com que as coisas ficassem mais verdadeiras e legítimas.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho, Sr. Presidente, que o mais relevante de tudo é a quebra da inércia, ou a quebra de um paradigma que está no art. 231.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Mas V. Exa. concorda ou não?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não tem nenhum preconceito de retirar esse marco.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Lê então o art. sem essa frase.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): "*A União indenizará aquele que possuir título de domínio regularmente expedido pelo Poder Público, dele constando como proprietário da área declarada tradicionalmente indígena, respondendo pelo valor da terra nua e pelas benfeitorias úteis e necessárias*". Não tenho preconceito, aceito retirar porque acho que pode ser pertinente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Claro para os Srs. Senadores? Então primeiro votaremos o voto, claro, do relator Valter Pereira. Se for rejeitado, votaremos o Voto em Separado do Senador Eduardo Suplicy.

Portanto, encerrada a discussão com a sugestão feita, já remodelada e lido pelo Sr. Relator Valter Pereira.

Em votação. Não havendo quem queira encaminhar a votação, encerro o encaminhamento na votação.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado com o voto divergente dos Senadores Eduardo Suplicy e

João Pedro. Portanto, está prejudicado o Voto em Separado do Senador Eduardo Suplicy.

A matéria, portanto, será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, eu queria só fazer uma observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): No sul da Bahia, a partir de Ilhéus até o sul, nós temos vários casos que estão envolvidos nessa situação e que a partir daí poderão ser resolvido. Então eu aplaudo aqui o relatório do Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente. Terminada a votação?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a votação. Vamos agora votar a reforma do Código de Processo Penal.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de fazer só um comentário, dar uma informação para o Plenário, para que entenda melhor essa questão toda, a complexidade dela toda.

Essa proposta que nós votamos aqui, Sr. Presidente, se arrastava há muitos anos pelo Senado, e tinha ocorrido uma articulação para procrastiná-la, no sentido de agregar uma infinidade de outras propostas que não tinham a ver com esta, e nós conseguimos o desapensamento de todas elas, para que fosse possível quebrar essa paradigma que foi quebrado hoje. Tenho uma outra proposta que já está em tramitação no Plenário, e aqui é uma palavra para as lideranças partidárias, que ajuda a resolver definitivamente toda a judicialização desse problema, que é uma que transfere para o Senado Federal a competência para homologar as reservas indígenas. Se for aprovada esta e a outra, liquida completamente com toda a judicialização das questões indígenas, e permite que a segurança jurídica, que foi tão alardeada aqui pela Senadora Kátia Abreu, seja finalmente respeitada no campo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar mais dois terminativos plenamente consensuais. Item 2, página 23, porque eles estão terminativos. PLC 329. "Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério da Justiça". Autoria, Presidente da República e relatoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Votação nominal. Não estando presente o Senador Valadares, designo relator *ad hoc* o Senador João Pedro. Página 23.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, "*Submete-se à análise desta comissão o Projeto de Lei da Câmara, de autoria do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a criação de cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério da Justiça.*

Assim, pelo seu art. 1º, a proposição cria, no âmbito do Poder Executivo Federal, um cargo DAS-5; dois cargos DAS-4 e três cargos DAS-3, destinados ao Ministério da Justiça para estruturação da Defensoria Pública da União".

"*Ademais, pelo art. 2º preceitua-se que o Poder Executivo disporá sobre a alocação dos cargos que se pretende criar na estrutura regimental do Ministério da Justiça*".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador João Pedro, só para fazer uma observação. Há consenso e nós temos nesse momento quórum para votação de terminativo.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O Voto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador João Pedro, relator *ad hoc*. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim. Estou aqui, Presidente. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Inácio Arruda. E Adelmir Santana.

Aprovada e vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 8, igualmente Terminativo, página 113, Projeto de Lei do Senado n°. 222, de 2006, "dispõe sobre prazo de filiação partidária e de domicílio eleitoral previstos nas Leis n°. 9.504, de 30 de setembro de 97, e 9.096, de 19 de setembro de 95". Autoria, Senador Arthur Virgílio. Relatoria, Senador Antonio Carlos Júnior, a quem concedo a palavra para proferir o relatório. Há consenso também, senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, *"quanto à constitucionalidade e admissibilidade não há nenhum problema, técnica legislativa também não, quanto ao mérito entendemos que a proposição merece ser acolhida, pois introduz ao nosso ordenamento medidas que visam fortalecer os partidos políticos por meio do desestímulo à troca constante de partido por ocupante de cargo eletivo. Além disso, a filiação ao mesmo partido por 30 meses contribuirá para o lançamento de candidaturas que realmente se identifiquem com programas e diretrizes e a ideologia do partido ao qual estejam filiados. A medida também é benéfica à sociedade, visto que com o aumento do prazo de domicílio eleitoral, o candidato poderá formar vínculos mais sólidos com os habitantes da circuncisão eleitoral que está inscrito, e terá maior oportunidade de identificar as carências da região que pretende representar. Assim estará apto a defender com legitimidade aos interesses dessa população.*

Com relação à fixação da vigência da norma somente após 36 meses da sua publicação, entendemos ser razoável que os futuros candidatos a cargos eletivos disponham de prazo razoável. Por exemplo, não podemos fazer isso em 2012, porque... Só para 2014, se realmente ela for votada aqui e na Câmara dos Deputados. Então para não impedir que as regras do jogo sejam alteradas durante o seu transcurso.

Não obstante, entendemos ser mais apropriado que a vigência da lei ocorra na data da sua publicação em consonância com o art. 16 da Constituição Federal, mas que seus efeitos somente sejam produzidos após transcorridos 36 meses, período suficiente para que os destinatário da norma possam ajustar o seu comportamento ao novo comando legal. Daí apresentarmos uma segunda emenda para corrigir essa situação".

Então o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei com as duas emendas propostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior, que é o relator.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu consulto a V. Exas. se posso repetir a mesma votação nominal para as emendas. Havendo concordância, considero então que as emendas estão aprovadas. Aprovado, portanto, o projeto com as emendas. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Os demais projetos são não terminativos. Então nós vamos apreciar o Código de Processo Penal e em seguida as matérias consensuais, até para termos conosco por mais tempo o nosso querido Senador César Borges.

Item 1. Projeto de Lei do Senado n°. 156, de 2009, Reforma o Código de Processo Penal, autoria Presidente do Senado Federal e outros. Relatoria Senador Renato Casagrande. Concedo a palavra ao ilustre Senador Renato Casagrande para proferir o seu relatório.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Só recordando que nós já fizemos nessa Comissão, nós já apresentamos o relatório do Código de Processo Penal, o meu substitutivo, já fiz a apresentação aqui com mais detalhes, do que nós estamos apresentando, nós tivemos prazos para emendas, quem apresentou emendas foram os Senadores Demóstenes Torres e o Senador Pedro Simon. Vencido o prazo de emendas, eu já dei um parecer com relação às emendas, e recebi algumas sugestões, o Senador Flexa Ribeiro, junto com a Ordem dos Advogados do Brasil, me fez algumas sugestões; a Senadora Serys fez uma apresentação de uma emenda que eu também encarei como sugestão; o Senador Jayme Campos também fez atenção de emendas que é uma sugestão.

E o que eu tenho para acrescentar neste momento, Sr. Presidente, primeiro algumas correções que eu acho importante que nós a façamos, é uma correção feita de ofício, algumas mudanças de redação, só para conhecimento, no art. 31 § 4º, fiz uma correção, além do mais a remissão que consta no § 4º do referido dispositivo, deve ser feita ao § 3º e não ao § 2º. Então correções como essa, de redação do texto final, que nós estamos fazendo algumas mudanças no art. 31, no art. 78, no *caput* dele, no artigo... Que é uma regência verbal do art. 247, art. 628, art. 686. É correção de ortografia, a correção de remissão de artigo.

E fizemos... Senador Antonio Carlos Júnior fez também sugestões que nós recebemos eles. E fizemos algumas alterações de mérito, com base nas sugestões feitas pelo Senador Flexa Ribeiro, através do diálogo com a Ordem dos Advogados do Brasil. No art. 627, o *caput*, no art. 627 do substitutivo, incluímos como requisito da hipoteca legal, a verificação de que o réu tenta alienar seus bens com o fim de frustrar o pagamento da indenização. É que a referida medida cautelar real só se justifica ante o temor de que o autor do crime possa desfazer do seu patrimônio para dificultar o pagamento da indenização civil devida à vítima. Tal aprimoramento resulta de contribuição que nos foi enviada pela Ordem através do Senador Flexa Ribeiro. O art. 316, nós deixamos claro que o Ministério Público poderá arrolar mais de oito testemunhas se a denúncia for oferecida contra mais de uma pessoa, e desde que necessária a apuração da conduta individual de cada um dos denunciados. Nós, no art. 251, com relação à destruição das gravações obtidas por meio de interceptação telefônica, ponderamos que a medida deve ser precedida do pronunciamento da Defesa; trata-se de sugestão que nos foi encaminhada pela Ordem dos Advogados do Brasil também.

E nós fizemos aqui, no parecer que nós apresentamos na semana passada, nós também fizemos na reflexão com a consultoria da Casa, com um debate com o Senador Demóstenes, que é um especialista na área, nós também acolhemos uma mudança feita pela Emenda n°. 1 que havia, de certa forma, sido rejeitada em boa parte, onde para nós ajustarmos a questão do arquivamento do inquérito, para deixar claro qual é o procedimento, nós estamos retirando do texto o art. 38. O art. 38 diz do procedimento do arquivamento para não ficar dúvida com relação a quem deva fazer o arquivamento e os procedimentos, nós estamos então acatando a Emenda n°. 1 do Senador Demóstenes Torres, atingindo e atendendo a exclusão desse art. 38. Mantemos o direito da vítima recorrer, caso haja discordância com relação ao arquivamento do inquérito. Na Emenda n°. 2 nós já tínhamos acolhido. Nós também fizemos uma mudança na Emenda n°. 7, também feita pelo Senador Demóstenes Torres, que o Senador Demóstenes Torres ampliava as condições, os critérios e as regras para chegar à possibilidade da decretação de prisão preventiva, argumentando e fazendo uma redação que possibilitava e possibilita um enquadramento maior de delitos com relação à possibilidade de prisão preventiva. Nós acatamos também em parte, porque nós fizemos uma mudança, ao invés das prisões pre-

ventivas acontecerem nos delitos só com pena superior a quatro anos, nós estamos dizendo que a prisão preventiva não acontecerá com os delitos inferior a três anos. Então nós também ajustamos a redação e fizemos também um ajustamento numa Emenda n°. 9, onde também com relação à prisão preventiva, o Senador Demóstenes Torres acrescentou, além da ordem pública, ordem econômica, garantia da aplicação da lei penal, garantia de instrução, também ele havia acrescentado... A prisão preventiva se daria pela gravidade do fato, pelo clamor público e pela prática reiterada de crimes. Nós mantivemos a gravidade do fato e prática reiterada de crimes, e retiramos o clamor público como condição para a prisão preventiva.

Então com relação às outras emendas nós não tivemos mudanças. O Senador Flexa, que fez diversa emendas, acatamos algumas e por já... Agora já relatado, e algumas ficaram prejudicadas porque já tinham sido acatadas no meu substitutivo. Mas rejeitamos a Emenda 24, rejeitamos a Emenda 25, rejeitamos a Emenda 26, rejeitamos a Emenda 27. Não é emenda, é sugestão, a 28, a 29, a 30 já estava acatada, rejeitamos a 31, rejeitamos a 32, rejeitamos a 33, a 34 já estava acatada, já acolhida a 35, rejeitamos a 36, acatamos a 27. Rejeitamos a 38, rejeitamos a 39, rejeitamos a 40, rejeitamos 41, a 42, rejeitamos a 43, rejeitamos a 44. Acatamos algumas já relatadas e algumas prejudicadas, porque já estavam sendo acatadas. Como sugestão feita pelo Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem. V. Exa. poderia repetir a numeração das emendas não acatadas?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vou pedir para a assessoria passar para V. Exa. para ficar mais fácil.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E V. Exa. depois em Plenário poderá reapresentar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não o farei agora não, farei o debate em Plenário.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A Senadora Serys encaminhou uma Emenda de n°. 45 que suprime o art. 189, 190 e 191, que trata do depoimento sem dano. No texto suprime. Nós achamos que o depoimento sem dano é um avanço da nossa legislação e nós temos que manter. Então está rejeitada a emenda da Senadora Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Tuma quer fazer apenas um questionamento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, só... Senador, eu acho que é brilhante esse depoimento sem dano, principalmente na hora da pedofilia que o senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sem dúvida.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ela tem uma falta enorme, porque há salas especiais que foram criadas no Rio Grande do Sul, em São Paulo, para depoimento sem dano. Eu queria, senador cumprimentar V. Exa. pelo andamento do processo de relatoria, as audiências públicas e tudo, e a sensibilidade do Senador Renato Casagrande para atender todo mundo para discutir, rejeitar ou não, mas com toda delicadeza, atendendo a cada um dos reclamantes ou propostas que vêm beneficiar a feitura do relatório. Então queria cumprimentar V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Obrigado, senador.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então sugestões que foram encaminhadas, nós acatamos desde que não...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Senador Jayme Campos apresentou uma emenda...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Consulto V. Exa., Senador Renato Casagrande, como relator da matéria, se a minha emenda, a Proposta n°. 46 V. Exa. está acatando? Consulto a V. Exa. se a nossa Emenda de n°. 46.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Jayme Campos, eu recebi a emenda de V. Exa., fui abordado ontem também por profissionais que estavam preocupados com o assunto. A princípio nós rejeitamos a emenda de V. Exa. que diz o seguinte: "*Acrescentar ao substitutivo art. 702, renumerando o atual 702 para 703. Art. 702: equiparam-se a delegado de polícia para fins deste código, as autoridades policiais do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, consoante estabelecido na respectiva resolução que criam a Polícia Legislativa Federal*". Nós já fizemos uma mudança no início do código que dá um comando, que nós recuperamos a atividade da polícia administrativa, da autoridade administrativa. E que isso já provoca efeitos para os outros artigos para frente, já cobrindo e resolvendo a preocupação da Polícia do Senado, da Polícia da Câmara que tem o papel de conduzir inquéritos, nós já fizemos essa mudança que provoca efeitos subsequentes...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): No código processual que está no relatório de V. Exa. está

retirado a prerrogativa que existe, ou seja, inclusive o inquérito formalizado tem que deixar de ter validade.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só para o senhor ter ideia, Senador Jayme, o § 2º do art. 18 diz o seguinte: "*a competência definida nesse artigo, art. 18, a Polícia Judiciário será exercida pelo delegado de polícia no território de suas respectivas circunstâncias, será for fim a apuração das infrações penais da sua autoria.*

§ 2º: a competência definida nesse artigo não excluirá a de autoridades administrativas a quem por lei seja cometida a mesma função".

Então eu já estou ressalvando. Essa ressalva aqui no art. 18 provoca qualquer esclarecimento de dúvidas que se tenha em artigos subsequentes, então por isso que eu considero... eu rejeitei, mas eu também já que acatei a preocupação de V. Exa. com relação a esse texto.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu tenho a preocupação de que os inquéritos então já propostos pela Polícia do Senado...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já estão garantidos aqui no parágrafo que aponta o art. 18.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Daqui a pouco tem que ser convalidado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já estão garantidas, a polícia conduzirá, presidirá as questões internas da nossa instituição.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Que juridicamente falando em termo, em juízo, os inquéritos feitos através aqui da Polícia do Senado terá naturalmente a garantia de que ele vai prevalecer?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não tenha dúvida, pela nossa redação aqui, total garantia.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu apresento apenas um requerimento de destaque para discussão de uma emenda que foi rejeitada por V. Exa., a Emenda n°. 5.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Brevemente quero destacar o trabalho do Senador Casagrande, é uma matéria muito ampla e seja... questionamentos de toda sorte, porque mexe com interesses já estabelecidos, era preciso ser feito. Acho que a iniciativa do Presidente da comissão, de V. Exa. na condução, foram muito positivas. Alguns segmentos não perceberam que nós iríamos tocar o trabalho e concluir, e evidente que muitos ainda procuram: "Olha, vamos alterar isso, vamos alterar aquilo", só que agora que perceberam que o projeto será aprovado no Senado. E nós estamos dando o máximo de celeridade porque precisa, sim, fazer essa alteração no Código Penal.

E eu quero destacar um aspecto da sensibilidade da condução, tanto da Presidência como do relator, que discutiram com alguns setores, colocaram a sua assessoria à disposição, gastaram dias para encontrar a melhor maneira de resolver determinadas pendências, e eu trato aqui especialmente da questão das leis, de leis especiais que o relator examinou com o máximo de cuidado, o Presidente da comissão, perceberam que era preciso proteger essa legislação. Isso envolve muitas questões, entre elas eu destaco uma lei que movimentou todo o Plenário da Comissão, que foi a Lei Maria da Penha que é alvo de discussão também nos Tribunais, mas que o Código protegeu, entre outras. Então eu acho que eu queria fazer esse destaque da sensibilidade da relatoria, da Presidência, na condução da Comissão Especial que tratou da formatação do Novo Código. Eu quero destacar o trabalho que vocês fizeram e a sensibilidade para poder acolher essas proposições de setores organizados que se movimentaram. Aqueles que só estão se movimentando agora vão ter que se manifestar talvez na Câmara dos Deputados, porque aqui no Senado nós estamos na nossa etapa final. E eu quero parabenizar o trabalho da comissão na relatoria e na Presidência.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu também gostaria de parabenizar o trabalho do Senador Casagrande, é um trabalho realmente profundo e importante, fundamental, e até mesmo as emendas, as sugestões e emendas que vieram após o prazo regimental, aquelas que ele achou, digamos, importantes para melhorar o texto, ele acatou como se fosse dele, ou seja, como sugestão, isso foi uma coisa importante porque contribuiu, sem dúvida, houve a contribuição de vários senadores. Então eu parabenizo aqui o relatório do Senador Casagrande.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Serys Slhessarenko e em seguida Senador Valter Pereira. Romeu Tuma novamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Tem uma Emenda n°. 5.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor vai discutir agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos, após a discussão nós vamos votar, após a votação... Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Sr. Relator... o Presidente Demóstenes Torres foi Presidente da Comissão Especial, o nosso Senador Casagrande foi o relator, eu fui a vice-Presidente, fui subrelatora da parte de recurso, e sabemos realmente que o trabalho foi árduo. Sabemos que o Senador Casagrande teve um trabalho de gigante realmente, que não foi fácil, foram tantas subrelatorias, muito trabalho. Inclusive, o movimento de mulheres do nosso país fez todo um trabalho, nos ajudou com relação à questão da Lei Maria da Penha, que todos nós sabemos como foi complicada essa questão na reforma do Código Penal. Inclusive, pelo Brasil afora tendo reuniões e etc., e eu aqui gostaria de salientar o papel da Procuradora de Justiça, Dra. Amini, de muitas mulheres da Bahia, do Ceará, que eu não vou elencar os nomes agora para não ser injusta com algumas. O próprio Senador Casagrande com as mulheres brasileiras do Movimento de Mulheres do Brasil, esteve conosco em reunião com mulheres representando 22 estados do Brasil. Então essas questões foram aprofundadas. E foi um trabalho árduo, gigantesco, eu fiz muitas emendas, muitas delas, a grande maioria foram acatadas pelo Senador Relator Senador Casagrande, e algumas não foram, mas a grande maioria de grande importância foram acatadas. Sabemos que ainda existem, como muito bem disse o senador que nos antecedeu agora, de que algumas... o Senador ACM Júnior e outros senadores, que algumas questões ainda ficaram pendentes, que a sociedade de forma organizada está buscando encaminhamentos ainda para complementar, mas eles poderão ser feita em outra instância como na Câmara, ainda. Mas parabéns aí pelo trabalho, ele é grande, grandioso, mas nós poderemos, com certeza, contar com o novo Código de Processo Penal realmente que atenda aos interesses e necessidades da nossa população. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu quero aqui fazer coro às homenagens que estão sendo prestadas ao Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Realmente, ele teve uma marca muito importante na condução desse trabalho, que foi a da tolerância, a do diálogo. Em momento algum ele deixou de ouvir quem quer que seja e procurou a todo tempo conduzir a negociação para o consenso. De sorte que nós temos um trabalho concluído com muito esforço, com muita dedicação, mas que exprime, sobretudo o consenso. É claro o que consenso entre nós parlamentares não vai ser o consenso de segmentos que eventualmente demandavam suas propostas aqui nesta comissão.

Porque na decisão dessa natureza o que se busca, sobretudo, é o bom senso, é o equilibro e em alguns momentos tem que tomar posição que desagrada este ou aquele segmento. V. Exa. procurou o ponto de equilíbrio, se não houve o atendimento de todas as demandas, houve, sim, o atendimento daquilo que era possível, talvez não seja até o ideal, mas é o que foi possível alcançar. Parabéns a V. Exa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E aqueles que eventualmente não foram atendidos em algum ponto, que tenha a compreensão de que aqui é a Casa do entendimento. E V. Exa. promoveu o entendimento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tive o prazer de ter dado alguma contribuição na condição de subrelator, ofereci algumas contribuições, resultados de debates também, e fico muito honrado de ter partilhado dessa equipe comandada por V. Exa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, também quero cumprimentar ao Senador Casagrande, que certamente aqui, ao ter que elaborar este parecer, realizou um curso ainda de pós-graduação em Direito, além de ser um bacharel e de ser Engenheiro Florestal na sua formação, não é isto? Então imagino que tenha aprofundado de tal maneira os seus conhecimentos, que eu quero cumprimentá-lo aqui, mesmo nós que temos formação em outras áreas, eu como bacharel em Administração e doutoramento em Economia, acabo muito aprendendo no Senado de outras áreas, especialmente nesta Comissão na área Jurídica. E gostaria de formular uma pergunta para aprender melhor, que me chamou atenção aqui no Capítulo IV, denominado "Grave Violação dos Direitos", Capítulos IV art. 116, "*Em caso de grave violação dos direitos humanos, o Procurador-Geral da República com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes e tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, com o fim de*

preservar a competência material da Justiça Federal, poderá suscitar perante o Superior Tribunal de Justiça em qualquer fase da investigação preliminar ou do processo em tramitação na jurisdição estadual, incidente de deslocamento de competência". Eu agradeço se puder V. Exa. ilustrar com algum exemplo quando é que, por exemplo, isto ocorreu. Se, por exemplo, uma situação como essa foi aquela que aconteceu com a Irmã Dorothy Stang, se é tipicamente isso, se esse seria um exemplo. E se para uma pessoa que queira conhecer exatamente isso melhor ainda, se lhe for perguntado o que é a grave violação dos direitos humanos? São esses os direitos humanos como se fala aqui dos tratados internacionais, aqueles estabelecidos na Declaração Universal de Direitos Humanos, se V. Exa. puder dar um breve esclarecimento sobre isso, eu agradeço. Meus cumprimentos pelo seu trabalho.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Eduardo Suplicy, essa matéria... Presidente, posso responder ao senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não, pode responder.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Essa matéria que regulamenta o artigo, uma mudança do art. 45 da Constituição Federal, a Emenda 45, o caso da Dorothy Stang é um caso, que não foi o caso, mas semelhante a este caso, então V. Exa. fez a pergunta, mas já foi respondendo as perguntas automaticamente. E é nessa direção mesmo o objetivo desse art. 116.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a discussão. Em votação. Para encaminhar o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só queria também fazer coro aos elogios e parabenizar a Comissão, ao Relator Senador Renato Casagrande, ao Presidente Senador Demóstenes Torres, pela forma como foi conduzida. Esse é um projeto que realmente é de difícil tramitação, muitas pessoas não acreditavam que ele pudesse ser votado aqui no Senado e o foi, e eu quero, por isso parabenizar, agradecer inclusive ao relator de ter acatado as emendas que foram encaminhadas pela OAB Nacional, e as que não foram acatadas nós vamos depois conversar e ver o que é que se pode fazer a nível de Plenário.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, o senhor está votando só o relatório ou...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Os destaques? Sem prejuízo dos destaques?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Em requerimento a votação do destaque, requerimento para a votação em separado da Emenda n°. 5.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Agora em discussão o relatório, ressalvado o destaque que vai ser discutido em seguida.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O senhor está muito atarefado. Um brilhantismo, e eu estou muito escondido aqui, mas eu tinha levantado a mão para falar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para encaminhar V. Exa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Posso falar?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Depois eu queria... Da emenda só.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu felicito a comissão e felicito V. Exa. de um modo muito especial, e eu felicito o relator.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Realmente foi um belo trabalho, foi uma ação muito positiva e que merece o nosso respeito. Lamentavelmente, o Congresso Nacional e de um modo especial o Senado, nós não temos tradição de tratar de matérias importantes, principalmente o Código, eu estou aqui há 20, quase 30 anos e vi experiências dolorosas. O Código Civil quem fez foi o Senador Josaphat Marinho e mais ninguém. A reunião final nós resolvemos aprovar aqui, o Senador Josaphat Marinho. A Lei de Diretrizes e Bases, anos e anos e anos e anos, quem fez foi só o Senador Darcy Ribeiro, mais ninguém. Não teve participação, eu diria, de absolutamente mais ninguém. Então, nós estamos agora com a Casa, nós estamos com 30, 40 anos de erro, mais erro e mais erro, com a nossa responsabilidade por ação ou por omissão. E agora nós estamos tentando fazer uma nova realidade e ninguém está preocupado.

Então eu felicito os companheiros. E digo que vou votar por uma razão muito simples, com todo respeito ao relator, que essa matéria vai lá para a Câmara, e vai ficar lá na Câmara, e depois vai voltar para cá, então nós temos ainda muito o que discutir. Eu reconheço o esforço feito pelo relator e pela comissão, agora debati essa matéria com alguns interessados e entendedores da matéria ligados ao Código de Processo Penal.

E eles disseram que um Código melhora, tem lados realmente positivos, mas que o Brasil vai continuar a ser o país da impunidade. Eles não acreditam que vai haver alguma modificação positiva nesse sentido.

Com relação a mim, o meu candidato a Governador de São Paulo, a Presidente da República é o Senador Tuma, eu acho que ele está perdendo aqui, ele seria um belo Governador de São Paulo, porque o Senador Tuma atrapalha todo o nosso trabalho aqui, porque ele, como um apaixonado pela...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu quero cópia da fita, por favor. Requisito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Como um apaixonado pela parte policial e ele tem autoridade para isso, porque ele teve um desempenho excepcional. Falando nisso, eu fiquei sabendo, eu não sabia que tinha sido o amigo do Senador Tuma que pegou o Lula na greve de fome e levou, não sei se V. Exa. que deu chocolate para ele e as balinhas para ele.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu paguei para ele, o Lula à Dorê que ele nunca tinha comido na vida.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas ajudou.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele brinca... Hoje agradeceu, outro dia numa cerimônia que pela primeira vez comeu Lula à Dorê às minhas custas, e foi mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso é uma maldade, botar o Lula para comer lula.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Lula à Dorê, mas estava uma delícia, e eu comi com eles.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas o problema é que enquanto o Senador Tuma estiver aqui, nós nunca vamos discutir com tranquilidade a questão que eu considero fundamental. Eu acho que nós deveríamos terminar com o inquérito policial. Eu acho que a razão número um no Brasil, que é onde inicia toda a questão do equívoco e mais equívoco e mais equívoco, que termina na impunidade, começa no inquérito policial. Eu tenho o maior respeito, acho que o que há aqui é uma briga de vaidade, o Delegado de Polícia não quer abrir mão de ser autor, o dono do inquérito, é ele. O Promotor avançou muito e estão nessa discussão ridícula se pode ou não pode iniciar ou não iniciar. E na verdade o inquérito policial vai continuar, e vai continuar no Brasil essa dura realidade. Quer dizer, um processo na Europa, nos Estados Unidos, que inicia, dura de saída 1/3 do tempo que dura aqui, é o delegado de polícia, o delegado de polícia faz apuração, leva um mês, dois meses, três meses, quatro meses, manda para o Juiz, o Juiz manda para o Promotor, o Promotor apresenta denúncia, se é que deve apresentar, aí vai para o Juiz e começa o processo judicial. E eu como advogado do júri, que fui a vida inteira, achava uma maravilha. Eu, como advogado de defesa só trabalhei na defesa, achava um maravilha. Batia na polícia de montão, "não vale nada, esse inquérito aí está errado, é ridículo, e não sei mais o que, não sei o que". E o que é mais importante, o inquérito policial não tem valor jurídico nenhum, começa a parte para valer começa quando denunciado, o réu vai depor perante o Juiz. E isso vai continuar assim, e enquanto continuar assim, com toda sinceridade eu não vejo saída. Mas de qualquer maneira vai para a Câmara, eu não sei quanto tempo se vai aparecer um Casagrande lá na Câmara com capacidade de fazer lá o que ele fez aqui, queira Deus que sim. Eu acho que estamos fazendo um papel importante, mas repare V. Exa., estamos votando genericamente, porque na verdade, na verdade, se nós formos analisar com sinceridade, ninguém tem autoridade aqui a não ser o relator e V. Exa. de analisar item por item o que nós estamos votando. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em votação o parecer ressalvado o destaque.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Poderia eu dar uma palavrinha rapidinha do Senador Pedro Simon?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria aqui chamar atenção, Senador Pedro Simon, do art. 129 da Constituição, que determina no seu inciso VII: "*Exercer o controle externo à atividade policial na forma na lei complementar mencionada no artigo anterior*". E o inciso VIII: "*Compete ao Ministério Público requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos e sua manifestação pessoal*". Quem requisita o inquérito, principalmente é o Ministério Público, conforme exige a Constituição no Capítulo do Ministério Público. Eu concordo com V. Exa., se amanhã se criar o juizado de instrução, que as delegacias passarem a ser o juizado de instrução, eles terão, sem dúvida nenhuma, capacidade da começar o processo para depois o Ministério Público analisar se toca ou não para frente, mas já valendo todos os pronunciamentos e depoimentos que forem feitos. Só desculpe, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente. Em discussão o relatório do Senador Renato Casagrande, ressalvado o destaque.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Passo a Presidência ao nobre Senador César Borges para que possa eu, então, sustentar, eu e o Senador Marco Maciel que somos os autores do destaque.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Requerimento. "Requeiro nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda n°. 5 ao PLS 156, de 2009". Assina o Senador Demóstenes Torres e Senador Marco Maciel.

Passo a palavra para defesa do requerimento ao Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador César Borges, Senador Renato Casagrande, Senador Marco Maciel, Sras. e Srs. Senadores.

A discussão aqui, eu peço aos Srs. Senadores, que é uma discussão essencial, inclusive vai na direção do que defendeu o Senador Pedro Simon. E naturalmente o nosso Presidente, o nosso relator, melhor dizendo, o Senador Renato Casagrande, ele fez um acordo com a Polícia Civil e ele tem que sustentar a palavra, com a Polícia Judiciária, e tem que sustentar a palavra dele. Mas eu queria que os senhores refletissem sobre o que é a proposta que nós estamos apresentando, diz o seguinte: o Delegado de Polícia que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado como o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários. Então muito bem, o que é que está fazendo aqui o Novo Código? Está tirando a expressão "autoridade policial" e colocando a expressão "Delegado de Polícia". Então, qual é a consequência disso? Para lavrar termo circunstanciado de ocorrência, o delegado de polícia, conforme leu o Senador Renato Casagrande, tem a exclusividade para fazer o inquérito policial e isso ninguém discute. A Associação dos Delegados de Polícia já questionou isso junto ao Supremo Tribunal Federal.

O que é que o TCO? É um boletim que se lavra e se encaminha ao Juiz de Direito para apurar os crimes de pequeno potencial ofensivo. Vamos pegar o exemplo do Estado de São Paulo: a Polícia Militar tem 150 mil homens no Estado de São Paulo, mais ou menos, pouco mais ou pouco menos. Esses policiais militares estão autorizados a lavrar o TCO para crime de pequeno potencial ofensivo; eu dou aqui um exemplo do que é que é crime de pequeno potencial ofensivo: lesão corporal culposa, por exemplo, acidente de trânsito em que alguém se machuca, então a autoridade policial lavra o termo e manda para o Juiz tomar providência, para os Juizados Especiais, conhecidos antigamente como Juizados de Pequenas Causas; a lesão corporal simples, alguém que dá um tapa no outro, machuca, então em vez de mandar para o delegado de polícia, se manda já para o Juiz tomar providência, onde se faz todas as autuações. Ameaça, constrangimento ilegal, calúnia, injúria e difamação, dano, desobediência, desacato, perturbação do sossego público, importunação ofensiva ao pudor, sujeito que passa as mãos nas nádegas de uma mulher. Então vai diretamente para o Juiz em vez de ir para o delegado, para o delegado mandar para o Juiz. Diversos crimes ambientais. Agora os senhores imaginem o seguinte: o que é que nós estamos aqui propondo para satisfazer uma categoria, que aliás, eu admiro muito: os Delegados de Polícia, tanto é que nós colocamos aqui que o Delegado tem exclusividade para fazer o inquérito policial, já é assim e continua sendo assim. Agora, por que tirar os polícias militares da lavratura dos termos circunstanciais de ocorrência? Veja só o resultado do que eles já tentaram no Supremo Tribunal Federal, não conseguiram no Supremo Tribunal Federal. E agora estão tentando aqui na reforma do Código de Processo Penal. Legitima a luta, só que nós vamos prejudicar milhões de brasileiros, tirando a Polícia Militar da lavratura desses termos circunstanciais de ocorrência.

Olha o que disse o Ministro César Peluso: na ação direta de inconstitucionalidade 2862-6, Ministro César Peluso: "*Ademais e a despeito de tudo, ainda que para argumentar se pudesse ultrapassar o plano de estrita legalidade, não veria inconstitucionalidade alguma, uma vez que, na verdade, não se trata de ato de Polícia Judiciária, mas de ato típico da chamada polícia ostensiva e da preservação da ordem pública, de que trata o § 5º do art. 144. Atos típicos do exercício da competência própria da Polícia Militar, e que está a lavrar Boletim de Ocorrência e em caso de flagrante encaminhar o autor e as vítimas à autoridade, seja policial quando seja o caso, seja Judiciária quando a lei o prevê*". Aí vem Ministro Ricardo Lewandowski e diz: "*É um mero relato verbal reduzido a termo*", explicando o que é o TCO, é um mero relato verbal reduzido a termo. O Ministro Cezar Britto vem e define: "*Perfeita descrição de V. Exa.*", Ministro Ricardo Lewandowski, vem o Ministro César Peluso: "*É a documentação do flagrante, todo policial militar tem de fazer esse Boletim de Ocorrência*". Vem o Ministro Cezar Britto: "*Exato. Noticia o que ocorreu*". Vem de novo o Ministro César Peluso: "*Esse provavelmente não cria competência da Polícia Militar, senão o que explicita o que a Polícia Militar faz costumeiramente e tem de fazê-lo dentro da sua atribuição*". Vem de novo o Ministro Cezar Britto: "*E essa documentação pura e simples não significa*

nenhum ato de investigação, porque na investigação primeiro se investiga e depois documenta-se o que foi investigado". Ministro César Peluso: "*Não investiga nada*". Ministro Carlos Brito: "*Aqui não. Aqui se documenta para que outrem investigue, é uma operação exatamente o contrário, é uma lógica contrária. Se V. Exa. me permite, esse termo circunstanciado apenas documenta uma ocorrência*". É isso. Então por que é que nós vamos tirar a Polícia Militar da lavratura dos termos circunstanciados de ocorrência? É só essa a discussão. O que é que eu estou propondo? Retirar "Delegado de Polícia" e colocar "autoridade policial", pode fazer o delegado de policial e pode fazer o policial militar, nada mais do que isso. Discussão já travada no Supremo Tribunal Federal e o Supremo recomenda que seja dessa feita, porque senão nós vamos estar dando um grande prejuízo ao Brasil. Vamos estar satisfazendo os delegados de polícia, pessoa que realmente, autoridades que têm que ser satisfeitas, mas que nesse caso, ao excluir da Polícia Militar da cavo lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência dos crimes de pequeno potencial ofensivo, nesse momento em que a criminalidade no Brasil alcança o seu auge, é prestar, me desculpe quem pensa o contrário, prestar um desserviço ao país. Nós não podemos tirar nenhuma unidade do combate ao crime, ainda que seja um crime de pequeno potencial ofensivo. Então a proposta que eu apresento é tirar a expressão "Delegado de Polícia" e colocar "autoridade policial", o Delegado de Polícia também pode fazer, mas o policial militar também pode fazer, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, acho que o relator fala primeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Um minuto, Senador Romeu Tuma, eu vou conceder a palavra ao relator para que ele possa se pronunciar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para defender a rejeição do relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu vou conceder a palavra a V. Exa. depois do relator.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador César Borges, nós recebemos a emenda do Senador Demóstenes, concordamos com a argumentação prática da emenda de que, de fato, a atuação da Polícia Militar que já acontece em alguns estados, se tornou uma cultura, uma prática e tem acontecido, no estado como o Rio Grande do Sul acontece há muitos anos, outros com menor tempo. Mas nós nos baseamos aqui numa questão que eu acho que ela é fundamental e que me colocou na posição de fazer este relato. Primeiro, é que o delegado é formado e preparado, na hora que você vai fazer um concurso para delegado você tem que ter pelo menos Bacharel em Direito, porque Bacharel em Direito exige que você possa fazer uma avaliação mínima do delito e verificar o enquadramento desse delito, e não é só a formação que permite que a pessoa faça isso, mas uma pessoa faz um concurso, faz um curso preparatório para exercer a sua função, e depois começa a atuar e a conhecimento teórico com conhecimento prático permite que um delegado faça o enquadramento do delito. O que é um delito de menor potencial ofensivo? Então o delegado tem capacidade da fazer isso. O policial militar, nem todos eles têm essa formação, então isso acaba... Nós estamos transferindo ao policial militar essa função que é uma função que pode funcionar bem em 90% dos casos, mas pode chegar um momento que alguma injustiça seja cometida contra alguém, contra alguém que sofreu uma agressão, que o termo circunstanciado tem que ser elaborado e tem que ser assinado pelas partes. Então isso é encaminhado. Por isso que nós fizemos esse relatório dessa forma, pela formação, pelo conhecimento e para que a gente possa também proteger as pessoas envolvidas em qualquer ato delituoso, até porque o enquadramento de um delito com pequeno potencial ofensivo, quem pode definir isso, na minha avaliação, é o profissional preparado para isso.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande, eu queria um apartezinho.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu concluo e devolvo a palavra ao Presidente para ele poder conduzir.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Me dê um apartezinho para V. Exa. me responder. Eu gostaria de...

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senador Valter Pereira, não gostaria V. Exa. de entrar na discussão após... Ele encerrou o pronunciamento, o relator. E agora eu acho que tem o Senador Romeu Tuma e também o Senador Marco Maciel, que é autor também da emenda. Se gostaria de fazer a sustentação da emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu vou conceder a palavra na seguinte ordem: o Senador Marco Maciel para fazer a sustentação da emenda, o Senador Romeu Tuma, o Senador Valter Pereira e o Senador Flexa Ribeiro em seguida.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador Demóstenes Torres, meu caro relator, Senador Renato Casagrande, nobre Senador César Borges.

Eu gostaria de em rápidas palavras, mesmo porque há outros parlamentares membros da Comissão e interessados na discussão no tema, eu desejaria em rápidas palavras subscrever as razões expostas pelo Presidente da comissão, Senador Demóstenes Torres. Acredito que nós estaremos dando um passo, um passo extremamente significativo na medida em que acolhemos o referido destaque. E acredito que ele se compatibilizará melhor com as aspirações da sociedade brasileira, criando condições assim para que o Delegado e também a Polícia Militar possam consequentemente participar mais diretamente do laudo circunstanciado da ocorrência, daí porque eu diria que subscrevi com muita convicção o destaque que ora está em discussão, e espero que ele ao final venha ser acolhido, porque ele é que mais se coaduna com aquilo que se espera do cumprimento da atividade policial. E o texto que o Senador Demóstenes Torres leu a respeito de uma intervenção do Ministro César Peluso que vai ser Presidente do Supremo a partir do dia 23 deste mês, se eu não estou equivocado, eu acho que a leitura do texto é uma demonstração eloquente da necessidade de acolhermos o destaque ora em discussão.

Agradeço o Senador César Borges pela oportunidade que me deu de falar com prioridade com relação a esse tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado, Senador Marco Maciel. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não sei se o Senador Valter Pereira queria fazer um questionamento, não é isso Senador Valter? Ou eu posso...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que V. Exa., Senador Tuma, pode até me esclarecer. Esse ato é de natureza da Polícia Judiciária ou de natureza preventiva?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Bom, eu até posso responder nas palavras do ministro, se me permite uma intervenção. O ministro disse: "*Ato típico...*" Aqui, veja só: "*Na verdade não se trata de ato de Polícia Judiciária, disse o Ministro César Peluso, mas de ato típico da chamada Polícia Ostensiva de preservação da ordem pública, de que trata o § 5º do art. 144. Atos típicos do exercício da competência própria da Polícia Militar, disse o Ministro César Peluso*". Não fui eu, foi o ministro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Posso falar? Já que o questionamento foi feito...

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): A intervenção do Senador Valter Pereira está concluída?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, ele fez um questionamento que...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Depois eu vou fazer um questionamento. Mas aí acho que ele esclareceu, já. O Senador Demóstenes esclareceu.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Vamos estabelecer a ordem dos oradores. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com todo respeito ao senador, que eu tenho uma grande admiração Demóstenes Torres, pelo conhecimento jurídico que tem, eu sou favorável à rejeição feita pelo relator e pelos argumentos que apresentou à razão da sua rejeição ao destaque feito pelo Senador Demóstenes. Eu só queria dizer que a exposição que o Senador Demóstenes fez com a leitura de várias sugestões dos ministros não entraram no mérito, não foi julgamento. Ele se recusaram a examinar porque era uma questão no Tribunal de Justiça de São Paulo, segundo a conclusão, apenas se manifestaram favorável ou não à ação de Polícia Militar, que eu respeito também. Quando eu fui Diretor de Polícia tinha um pelotão inteiro trabalhando comigo, é o agente de polícia, é o policial militar, ele não é autoridade policial. Não estou desfazendo da PM, estou dizendo o meu conceito, pela razão do trabalho durante muitos anos à frente de um departamento de polícia.

Agora, houve uma decisão sim, no mesmo sentido, do Paraná, que é a ADI 3164, em que deram contrário ao pedido do TCO. Em São Paulo, em razão de várias ocorrências não chegarem à conclusão correta, trazendo dificuldades no reencaminhamento à polícia para discutir, negou provimento à PM de fazer os TCOs no Paraná, já tem uma decisão contrária, a de São Paulo não foi contrária porque não se julgaram competentes a fazer a decisão por inteiro, dizendo que era competência da Justiça de São Paulo. E o Governo de São Paulo resolveu cancelar a possibilidade da PM fazer o TCO, não tem mais em São Paulo o registro de ocorrência pela Polícia Militar, a não ser a preservação do local do crime e outros fatos que no Código de Processo Penal já está hoje bem revisto essa parte da proteção ao local do crime.

De forma que o objetivo da Constituição, quando fala que a Polícia Militar é polícia ostensiva, preventiva, ela não dá o poder de questões de polícia judiciária. E eu acho que isso é um termo de polícia judiciária, porque pode ter até um flagrante na hora, que o delegado vai decidir se é flagrante ou não e o termo poderá se...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Me permita, Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pois não, senador.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Também o Ministro César Peluso respondeu essa dúvida de V. Exa., em caso de flagrante encaminhar o autor e as vítimas à autoridades, seja policial quando o caso requer, seja o Judiciário quando a lei prevê. Então quando há flagrante...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas aí... O que eu digo é seguinte...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): "*Para mim é justamente ao delegado*", respondeu o Ministro César Peluso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O policial militar de rua terá condições de saber se é flagrante ou não?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, claro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então se ele faz o termo circunstanciado...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Flagrante qualquer um pode fazer, qualquer um pode fazer.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Prender em flagrante?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas fazer?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, claro, a lavratura... tanto é que está recomendando.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não estou em confronto com V. Exa., eu estou defendendo um ponto de vista que também é do relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então eu acho que essa possibilidade de tirar o PM do serviço ostensivo para levar a vítima, o autor para o quartel para poder assinar o termo circunstanciado, ele vai ser imobilizado por algumas horas. Eu acho que como o Estado de São Paulo retirou a possibilidade de ser feito o termo circunstancial, porque chegou à conclusão de que ela não estava tendo o efeito desejado. Então eu sou favorável à manutenção da não aceitação do relator, sem desrespeitar V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado, Senador Tuma. Eu passo a palavra ao Senador Valter Pereira, e em seguida o Senador Flexa, e em seguida o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Sr. Relator, eu confesso que uma dúvida... Uma dúvida, não, eu diria até uma perplexidade atroz me impede de tomar uma decisão bem segura com relação a essa proposta. Em primeiro lugar, porque nós temos um sistema que está vigorando. Justifica neste caso essa mudança?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas hoje a autoridade policial, a Polícia Militar no sistema atual pode fazer, conforme decidiu o Supremo. Quer dizer, foi julgado prejudicado, mas o Supremo já sinalizou, e vários estados fazem. O que nós estamos fazendo, se modificar, é tirar a possibilidade da Polícia Militar fazer TCO. Aí é modificação.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então veja o seguinte. Eu entendo, por exemplo, que...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Que vai dar um prejuízo grave para a nação.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Existem algumas circunstâncias que justifica plenamente a Polícia Militar elaborar o termo circunstanciado. Por exemplo, num determinado lugar em que está distante 20, 30 km de uma Delegacia de Polícia. Seria muito contraproducente o policial militar ter que conduzir aquele suspeito para uma Delegacia de Polícia, se ela mesmo pudesse elaborar o termo circunstanciado. Essa é uma circunstância onde eu enxergo que o termo circunstanciado realmente se justifica. Uma outra circunstância exatamente oposta a essa. Próximo do evento há uma Delegacia de Polícia onde realmente nós encontramos autoridade policial que tem a competência de polícia judiciária.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vai poder continuar a fazer como pode hoje.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Exatamente, vai poder. Mas aí nessa circunstância não se estabeleceria uma concorrência entre as duas organizações...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Hoje já é assim, não tem conflito nenhum, hoje já é assim.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas hoje existe... V. Exa. vai concordar comigo que há um conflito de opiniões. Sinto que há de um lado, por exemplo...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O que há é corporativismo, não é conflito de opinião. Na prática, Polícia Militar e Polícia Civil trabalham bem. O que é a Polícia Civil, o que é autoridade policial? Essa história de o que delegado lavra TCO, quem lavra TCO é escrivão, que é curso médio, quem lavra TCO é escrivão, delegado nem olha para TCO, não olha para TCO, delegado não olha para TCO e faz bem, e faz bem porque é um crime de pequeno potencial ofensivo, tem que ir para o Juiz tomar conta.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O delegado está delegando, então, está delegando, porque a obrigação é dele.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Por que é que o PM não pode fazer o termo circunstanciado? Essa é a questão. Delegado não olha para TCO, na prática não olha.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agora, qual PM que vai fazer esse termo circunstanciado?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O que estiver lá na hora.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O soldado?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Soldado, no Estado de Goiás, por exemplo, e acho que hoje no resto do Brasil, tem que estar cursando o curso superior para ser soldado. Aquela história do soldado analfabeto acabou, aquilo é coisa do passado. Quando eu fui Secretário de Segurança em 2000, em 98, eu acabei, exigi para o soldado curso superior. Então 98, já tem 12 anos que em Goiás tem soldado que curso superior, e ganha bem, ganha quase três mil reais por mês.

Agora, se fizer como no Rio e pagar 500, 600, 800 reais para o policial militar, não vai ter qualificação nunca. Mas hoje é exigível para o policial militar cursar curso superior. E mais, não tem nada que um soldado não faça em termos de lavratura de termos, porque o escrivão tem exigência de curso médio, mas escrivão também já quase todo mundo tem curso superior. Então a questão é: como é que nós vamos contribuir para o Brasil? Nós vamos tirar a Polícia Militar da lavratura do termo circunstanciado de ocorrência por quê? Qual a razão?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque ele tem outra missão.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Senador, não tem outra missão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Agora eu gostaria que V. Exa....

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Diz o Ministro César Peluso que não tem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V. Exa. tem que entender que eu não tentando diminuir a Polícia Militar, absolutamente, o relator também.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, mas eu compreendo. Que há uma briga corporativa, porque... Veja só, quantos policiais militares... Não é verdade que São Paulo revogou, o que fez São Paulo foi deixar explícito que em caso de preservação de tal e tal, não sei o que, trabalho de polícia e não sei o que, é atribuição exclusiva da polícia técnica ou da polícia...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. aceita uma sugestão? V. Exa. avaliaria uma sugestão?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Avalio.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Demóstenes, por que não estabelecer um critério onde se garante ao policial militar elaborar o termo circunstanciado sempre que ele estiver a uma determinada distância de uma delegacia?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, porque isso não tem cabimento. Delegacia de Polícia é um local onde se praticam determinados atos. A delegacia pode, inclusive estar vazia como acontece em quase todas as delegacia do Brasil no fim de semana. Pode estar vazia como acontece em quase todas as delegacias onde não tem central de flagrante. A delegacia é um local onde se faz a investigação. Só isso. Qual é a razão da Polícia Militar não poder mandar o que documentou para o Juiz diretamente? Tem que passar por um delegado. Por que burocratizar isso? Essa é a questão. Para que burocratizar essa questão? É uma briga corporativa, eu compreendo. A Polícia Civil acha que está perdendo atribuição. Eu não acho, eu acho que as coisas têm que ser repartidas. Tanto é que nós deixamos Promotor de Justiça fazer inquérito policial? Quantas teses não apareceram aí? Inclusive o Senador Pedro Simon cada de sustentar, cada qual deve contribuir na medida da sua possibilidade para que possa fazer o bem para o país, no caso o combate à criminalidade. Qual o contingente que nós temos hoje de policiais militares no Brasil? Deve ser, no mínimo, 20 vezes superior a de policiais civis, eu estou jogando por baixo, no mínimo. Por que é que nós vamos tirar esse contingente da lavratura dos TCOs que vou repetir: crimes de pequeno potencial ofensivo, ou seja, crimes que têm que ser punidos, mas que os mais graves são obrigatoriamente apurados e transformados em inquérito policial, essa é a questão. A Polícia Militar pode ou não pode fazer? Aí nós vamos dar exclusividade à Polícia Civil fazer termo circunstanciado de ocorrência.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na minha avaliação, a coisa não é bem desse jeito, senador. Veja o seguinte, Senador Demóstenes, se a gente não tomar cuidado para que haja uma competição arraigada entre as organizações policiais, aí sim, nós estaremos elaborando no sentido de enfraquecer a própria instituição, a própria organização policial.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, eu tive a oportunidade de trabalhar quatro

anos ininterruptamente com isso. O que é que acontece? Por que é que a Polícia Civil não está brigando para atender as ocorrências? Se ela chegar lá na frente, ela vai lavrar o TCO, acontece que não tem pessoas para fazer isso, então aí não briga com a Polícia Militar. Quem chega lá primeiro para fazer a ocorrência? É a Polícia Militar. Nos crimes de pequeno potencial ofensivo, lavra-se o termo e manda para o Judiciário. Agora, nos crimes maiores que exige, por exemplo, lavratura de flagrante, como disse aqui o Ministro César Peluso, chama a Polícia Civil, é assim que a coisa funciona. Não há razão para modificar, não há razão para tirar da Polícia Militar a possibilidade de lavrar o Termo Circunstanciado de Ocorrência. Hoje nós estamos... A lei hoje fala em autoridade policial. Querem mudar a lei para colocar delegado de polícia. E eu estou brigando para deixar como é hoje, autoridade policial. Hoje é autoridade policial. Se nós colocarmos delegado de polícia aí é que nós vamos modificar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Como é que se define autoridade policial?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Autoridade policial, V. Exa. e todos os delegados de polícia acham que autoridade policial é só delegado de polícia; a própria constituição já diz, autoridade policial apta para fazer investigação, apta para fazer lavratura de flagrante, apta para fazer atos de polícia judiciária é o delegado de polícia. Está aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Oe agente de autoridade policial?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. E mais. Agora... tanto é que se chama polícia. Ou a Polícia Militar não se chama polícia? Então a Polícia Militar tem autoridade policial para lavrar inquérito, para lavrar flagrante? Não. Para fazer inquérito? Não. Mas esses atos corriqueiros como registrar uma ocorrência e mandar para o Juiz, não sou eu que digo, quem diz é o Ministro César Peluso, corroborado pelo Ministro Lewandowski e pelo Ministro Cezar Britto. Vou repetir: Não haveria inconstitucionalidade, Carlos Britto, diz César Peluso: "*Não se trata de ato de polícia judiciária, mas de ato típico da chamada polícia ostensiva de preservação da ordem pública de que trata o § 5º do art. 144, atos típicos do exercício da competência própria do Polícia Militar*". Está aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Os outros ministros como se eles manifestaram?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ricardo Lewandowski.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não os três, os outros.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ah, não. Aqui nós temos o relato dos três.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já leu.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Os três comungam a mesma opinião.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ministro Ricardo Lewandowski: "*É um mero relato verbal reduzidos a termo*". Ministro Carlos Britto: "*Perfeita descrição de V. Exa.*".

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Srs. Senadores, eu acho que já está bastante os argumento colocados...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vamos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Inclusive, alguns senadores começam a se queixar um pouco e já começam a ter um pouco de fome, pelo adiantado da hora. Eu acho que os argumento estão colocados e vou conceder a palavra, como tinha dito, ao Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Serei breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O Senador Antonio Carlos Júnior. E encerrar após isso essa discussão para que nós possamos submeter à votação a emenda proposta pelo Senador Marco Maciel e o Senador Demóstenes.

Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente César Borges, meu líder, e Senador Demóstenes, Relator Renato Casagrande. Eu não tenho, Senador Demóstenes, nenhum conhecimento jurídico para contestar a defesa que V. Exa. faz da emenda que apresentou. Os argumentos do relator são argumentos convincentes, quando ele se refere à formação jurídica do delegado. Eu apenas quero fazer dois registros, Senador Demóstenes, a Delegada Perpétua, que tem representação lá no meu Estado do Pará, ela me procurou exatamente sobre essa questão, não é demérito para a Polícia Militar. A informação que V. Exa. deu a pouco dizendo, ao contrário do que eu tenho aqui, que São Paulo que adotava essa forma, o Secretário de Segurança revogou a portaria, só a Polícia Judiciária faz o termo circunstanciado, que segundo relatado pela Delegada Perpétua, já é um inquérito simplificado. Então V. Exa. diz que São Paulo não revogou, a informação que eu tenho...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas vamos supor que tenha revogado, o que é que tem isso? Ou nós temos opinião ou não temos opinião.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aí eu pergunto a V. Exa. quantos estados brasileiros...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ah, não sei, não tenho a menor ideia. Diz aqui o relatório, sete.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estados do Brasil exigem, como Goiás, eu gostaria que fossem todos, que o policial militar esteja cursando o nível superior?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vou dizer a V. Exa. Para fazer um TCO, se V. Exa. olhar um TCO basta ter primeiro grau para fazer. Vai fazer o que? Vai pegar ali e dizer: "Fulano de Tal atropelou Fulano, machucou na nuca e tal, mando para o juiz. Testemunhas: Fulano, Beltrano e Sicrano". Assina, todo mundo assina. Isso aí precisa ter mais que primeiro grau para fazer?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E ele precisa tipificar a...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quem tem que tipificar é quem vai condenar, o Juiz de Direito. Quem vai tipificar é quem vai condenar, é quem vai fazer acusação, Promotor. Porque vai lá para fazer um acordo, porque é Termo Circunstanciado de Ocorrência. Agora, quando precisa de conhecimento técnico, aí o delegado está lá. Muito bem. Não tem problema. Cada um aqui tem direito a ter a opinião que quiser, agora, nós não podemos utilizar argumentos ridículos, porque o que os delegados estão usando são argumentos ridículos. E mais, acabo de avisar que o provimento do TJ de São Paulo também não foi revogado, estão usando inclusive mentira para tentar aprovar o negócio. Eu não me incomodo, eu estou dando a minha opinião. Agora, os senhores imaginam tirar, imagino que nós tenhamos no Brasil uns dois milhões de policiais militares, nós tirarmos esse pessoal do combate ao pequeno crime. Qual a razão disso? Eu não entendo. Para agradar os delegados de polícia? Vamos agradar o delegado de outro jeito. Vamos fazer uma festa para os delegados de polícia. Eu pago, pronto. A questão é fazer festa para os delegados, vamos fazer uma homenagem para os delegados. Agora...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor me desculpe, mas ninguém está mentindo. O julgamento não foi feito em São Paulo porque o Supremo achou que não era competente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, vocês falaram que foi revogado o provimento de São Paulo. Não foi.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu não falei isso. Falei que eles não aceitaram discutir. Foi revogado do termo de...

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Vamos encaminhar para encerrar essa discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço, Senador Demóstenes.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de fazer uma indagação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com a palavra o Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Uma indagação, só.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Vamos ouvir o Senador Antonio Carlos Júnior e tentando encerrar pelo adiantado do horário, e já vamos aqui dentro de 20 minutos iniciar a sessão do Plenário do Senado Federal. Senador Antônio Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu serei breve, Sr. Presidente. Embora o assunto seja controverso e tenha gastado muito tempo no debate.

Mas eu acabei ficando convencido da correção do destaque feito pelo Senador Demóstenes Torres e Marco Maciel, inclusive porque o Supremo, embora não tenha decidido, ele sinalizou claramente que a posição que... Claro, se essa questão for levada ao Supremo por inconstitucionalidade, ele vai obviamente decidir nessa direção. Portanto, não vamos discutir mais, eu acho que o caminho... Eu sou favorável ao destaque dos Senadores Demóstenes e Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Então encerrada a discussão. Vamos colocar em votação a emenda n°. 5. Os Srs. Senadores que aprovam a emenda, queiram permanecer como se encontram. Aprovado com voto contrário do Senador Romeu Tuma, Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Retorno a Presidência, com muita alegria, esperando que ele conclua rápido a sessão, Senador Demóstenes Torres.

[troca de presidência]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só vou dar a palavra para Senador Renato Casagrande fazer as suas ano consideração finais, e concedo a palavra, em seguida pela ordem a V. Exa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Senador César Borges, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras. Veja bem, primeiro fazer um agradecimento, acho que nós cumprimos uma etapa agora importante, o debate sobre o tema circunstanciado é um debate que permeou toda essa ação nos

últimos meses do debate, acho que encaminhamos aqui uma solução e uma decisão que vai a Plenário do debate, mas eu tenho que agradecer aqui a Senadora Serys que foi subrelatora, o Senador Valter Pereira, o Senador Romeu Tuma, o Senador Marconi Perillo; quero agradecer ao Senador Demóstenes Torres que presidiu a Comissão Especial, nós estamos encaminhando ao Plenário uma matéria, que é uma matéria importante para o combate à criminalidade no Brasil, é fundamental que a gente reconheça isso. Nós temos hoje a necessidade de aperfeiçoarmos os nossos instrumentos de combate à criminalidade. Estamos aperfeiçoando com o Código de Processo Penal, tornando mais rápido o Processo Penal. Estamos dando alternativas ao Juiz com relação às medidas cautelares. Estamos permitindo que haja alienação de bens da pessoa envolvida num Processo Penal, estamos permitindo a indisponibilidade de bens. Então nós estamos fazendo muitas mudanças, uma reformação completa de um código que foi organizado e foi implementado em 1941, ainda na época de Getúlio Vargas.

Então essa Casa e esse Congresso já fez mudanças importantes, mas agora nós estamos fazendo uma mudança integral, global, articulada, com princípio, com meio, com fim, com teses sendo bem defendidas nesse código.

Então agradeço a todos da Comissão de Constituição e Justiça, e agora a nossa tarefa, depois de concluído o processo aqui, é a gente ir a Plenário, para votar no Plenário. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço ao Senador Renato Casagrande pelo brilhantismo do trabalho feito, parabéns a V. Exa., está entregando um Código que está à altura da nova realidade do Brasil.

Senadora Kátia Abreu pede a palavra pela ordem, e Senadora Ideli Salvatti também.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir e colocar à disposição dos colegas, uma inversão de pauta do Item 19, que já está desde novembro aguardando o processo de votação, não por ineficiência da comissão, muito pelo contrário, mas pela grande demanda e pela prioridade dos projetos de consenso, mas enfim, desde novembro, Sr. Presidente, não há consenso, eu gostaria de avaliar a matéria do Item 19, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos incluir então em pauta. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, nós temos o conhecimento de que está sobre a Mesa para ser solicitado a inclusão extrapauta de um requerimento do Senador Alvaro Dias...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ele não está presente, nós não vamos ler.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, eu sei, Presidente. Mas eu queria dar um encaminhamento a esta questão, se for do entendimento de toda a comissão. Hoje nós tivemos esse assunto, o assunto da BANCOOP, tratada em várias comissões. Ontem em outras, a semana passada nós inclusive fizemos votação, com muita polêmica aqui dentro da...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli Salvatti, que é uma proposta séria.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aqui dentro da comissão, e eu tive a oportunidade, inclusive de conversar com o Senador Romero Jucá que me autorizou inclusive de dar a sua concordância, como líder do governo, para que nós...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos deixar a Senadora Ideli Salvatti falar. Senadora, com a palavra V. Exa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Para que nós pudéssemos de uma vez por todas ter uma normalidade, porque é o seguinte: se toda semana nós tivermos este assunto colocado na forma de requerimento em duas, três comissões, ou como é o caso do requerimento do Senador Alvaro Dias, o mesmo assunto com outra roupagem, praticamente nós acabamos transformando todas as comissões, todos os debates que nós temos da maior relevância a serem feitos aqui no Senado da República em cima desse assunto.

Nós temos a convicção de que este assunto não deveria ser trazido para o Senado, por vários motivos. Primeiro: não tem pertinência, não tem relação, não tem nada a ver com o que está tramitando aqui no Senado, mas há uma insistência, uma insistência da oposição a qualquer preço e a qualquer custo em trazê-lo. O Senador Romero Jucá, inclusive na semana passada alertou, ao trazer este assunto para cá acaba se abrindo uma espécie de "vamos ver como é que fica", e serem trazidos uma série de outros assuntos que também não tem relação e nem pertinência com os debates que nós estamos fazendo aqui. Como não houve acordo no sentido de deixar de fora neste assunto, até porque tem parece que CPI sendo instalada na Assembleia Legislativa lá do Estado de São Paulo, seja um assunto de São Paulo deixa lá, mas não houve acordo, continua se trazendo o assunto reiteradas vezes e aí criando sempre uma situação de precisar ficar cuidando de três lugares ao mesmo tempo, tanto para o governo quanto para a própria oposição.

Então nós estamos com um entendimento de que há uma comissão neste Senado que tenha a prerro-

gativa de fiscalização e controle. Então todos os que desejarem levar assunto desta natureza, que o façam na Comissão de Fiscalização e Controle. No dia de ontem, inclusive, teve um requerimento, entre tantos outros que foram apresentados sobre este assunto, que foi feita a votação se ele seria incluído extrapauta ou não na Comissão de Fiscalização e Controle. E acabou não sendo incluído ontem, mas ficou para a semana que vem. Então a nossa proposta, quando eu digo nossa é porque eu estou fazendo com o aval do Senador Romero Jucá, é de que paremos com essa gincana que qual é a comissão que vai aprovar o requerimento; e que o façamos, espero que o alerta não se concretize, de a gente transformar num festival de horrores, como esta Casa já teve situação de viver, mas que se leve o assunto exclusivamente para a Comissão de Fiscalização e Controle, aprovando o requerimento que está lá pautado para a semana que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Há o compromisso de aprovar o requerimento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Há o compromisso de aprovar o requerimento, Senador Demóstenes. E aí, como nós já fizemos o debate do mérito do assunto na semana passada, esse requerimento com uma nova roupagem que o Senador Alvaro Dias apresentou, com outros nomes, que já pudesse ser desconsiderado pela Presidência, até porque nós fizemos o debate a respeito de que se cabia ou não cabia o assunto aqui na CCJ, nós discutimos o mérito da pertinência ou não do requerimento, e não do assunto etc. e tal.

Então eu estou propondo em meu nome, em nome do Senador Romero Jucá, que a gente possa destinar exclusivamente à Comissão de Fiscalização e Controle, este assunto e todos os outros que qualquer senador entender que vale, merece uma atenção do Senado. E eu quero dizer que eu acho que tem assunto que sobra, tem assunto de sobra sobre este viés para levar lá para a Comissão de Fiscalização e Controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Junior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): A pergunta, Sr. Presidente, a pergunta que eu queria fazer à Senadora Ideli, é exatamente se V. Exa. já fez, ou seja, se há concordância para acordo por parte do Governo. Porque isso é fundamental para que a gente... É claro que a gente não vem apresentar...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu acho que... Veja só. Eu não tenho condição aqui de... Acho que tem que chamar os líderes...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas eu acho que se houver o compromisso de aprovação, não interessa a qual comissão que vá. Eu acho que...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Concordo também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. pode, eu vou falar com o meu partido, vou levar a proposta de V. Exa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, a proposta é muito concreta: compromisso de apoio de aprovar o requerimento, para que este assunto e qualquer outro que qualquer parlamentar deseje levar, na Comissão de Fiscalização e controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Foi bem entendido.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Até porque nós estamos aí com todo o debate da questão do pré-sal, a Comissão de Fiscalização e Controle eu não sei se vai apreciar matérias relacionadas ao pré-sal ou não, e aí nós não teríamos a contaminação desse tipo de assunto nas comissões que prioritariamente têm que debater e votar as questões dos pré-sal, que é o caso da CCJ, que é o caso da CAE, da Infraestrutura e de atas outras, da CAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ok. Item 17 da Pauta, página 213, Projeto de Lei da Câmara n°. 166, de 2008, "dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de Engenharia e Arquitetura e dá outras providências". Autoria, Deputado Zezéu Ribeiro. Relatoria, Senador César Borges.

Concedo a palavra ao ilustre Senador César Borges para proferir o relatório.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Perfeitamente, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Esse projeto prevê, Sr. Presidente, que "*os arquivos devem ser organizados sobre o sistema que permita a consulta e o acesso pleno e gratuito às informações por alunos e professores das áreas de Engenharia e Arquitetura, sendo admitida a manutenção em mais de um órgão público, desde que as informações estejam integradas por meio de sistema único de consulta e acesso. O acesso à informações pelo público em geral fica a critério do órgão público responsável.*

O art. 5º do PLC prevê o prazo máximo de noventa dias para disponibilização das informações citadas, contado da apresentação das propostas, no que se refere às informações constantes do processo de licitação da obra, e da finalização da obra pública.

É garantido às universidades e outras instituições de ensino e pesquisa o direito de solicitar cópia das informações referentes às obras públicas consideradas de especial interesse para o ensino da Engenharia e Arquitetura.

Cabe a esta Comissão, de acordo com o art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição sob exame. Não há óbices quanto à constitucionalidade e juridicidade. Quanto à técnica legislativa, o projeto atende às disposições da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 98.

Embora o projeto siga para Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para pronunciamento sobre o mérito da proposição, por se tratar de matéria de competência da União, esta Comissão também é competente para proferir parecer quanto ao mérito. Dessa forma, registro que a proposição é louvável e merece acolhida, pois representa avanço da Administração Pública, ao expandir os meios de acesso à educação e ensino a alunos e professores das áreas de Arquitetura e Engenharia e propiciar o aperfeiçoamento profissional dessas categorias.

Além disso, a medida viabilizará o maior controle e fiscalização das obras públicas por parte da sociedade, já que aumentará a transparência desses atos da administração pública".

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara n°. 166, de 2008, apresentada pelo deputado baiano Zezéu Ribeiro, e no mérito pela sua aprovação.

Este é o Relatório e Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontro. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Item 12, página 146, Projeto de Lei da Câmara n°. 46, de 2005, dá nova redação ao art. 134 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 73, Código de Processo Civil. "Dispõe sobre o impedimento do Juiz". Autoria, Deputado João Caldas. Relatoria, Senador Raimundo Colombo.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Raimundo Colombo para proferir o relatório. Não estando presente, concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior, a quem nomeio senador relator *ad hoc,* para que possa proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. "*Quanto à regimentalidade, juridicidade e constitucionalidade não há nada a obstar em relação ao projeto. Contudo, com análise atenta aos termos do projeto, bem como das razões que o justificam, verificamos não obstante a altivez do sentimento que o qualifica, que o texto legal proposto apresenta problema de técnica legislativa. Ele está em desacordo com a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 98, e, portanto, a ementa do PLS 46, de 2005 não obedece ao comando do art. 5º da Lei Complementar 95, de 98. Saliente-se ainda que a redação de vários trechos do PLC n°. 46, de 2005, é obscura notadamente do art. 2º, e poderia ser mais bem formulada. Outra objeção a ser mencionada refere-se ao § 2º do art. 134, que alude ao art. 2º do projeto, que não obedece ao disposto no art. 11, inciso II alínea "g" da Lei Complementar 95, de 98. Portanto, que no mérito destacamos que superados os vícios acima apontados, é digno de nota e, portanto, o voto é pela aprovação com substitutivo apresentado*".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, dado o adiantadíssimo da hora e a visível falta de quórum, estamos apenas em quatro senadores...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar só...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Heróicos senadores aqui resistentes...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Três matérias consensuais e aí nós encerramos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque já estou desmaiando de fome, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Fique tranquila. Rapidamente.

Item 21 da pauta, página 269, Projeto de Lei do Senado n°. 179, de 2008, terminativo na CAS. "Cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisas científica e tecnológica". Autoria, Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria, Senador Valter Pereira.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Ideli Salvatti a quem nomeio relatora *ad hoc* para proferir o relatório.

Querendo, V. Exa. pode ler só a conclusão, porque há consenso. Página 269.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, foi a maneira de o senhor me segurar aqui, não é? Mas o projeto de autoria do Senador Sérgio

Zambiasi cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa cientifica e tecnológica.

E o nosso parecer, corroborando com o relator, que era o Senador Valter Pereira que não se encontra, é pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Item 28 da pauta. Proposta de Emenda à Constituição n°. 36, de 2009, página 361. "Altera o art. 103 da Constituição Federal para permitir que confederação ou associação de municípios de âmbito nacional possam propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de inconstitucionalidade". Autoria, Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria, Senador Almeida Lima.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior, a quem nomeio relator *ad hoc* para proferir o relatório, página 361.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, não há problema de constitucionalidade, não há reparos à técnica legislativa. A justificativa da proposição diz que a Constituição de 88 erigiu os municípios à categoria de entes federados autônomos e que não foram concedidos a esses prerrogativas essenciais para a consolidação dessa nova posição institucional. Não consta no rol da Carta Magna, no seu art. 103 da Carta Magna dos legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade, e ação declaratória de constitucionalidade, nenhuma instituição ou órgão que represente principalmente os interesses das municipalidades. Então é uma missão que precisaria ser sanada e essa PEC vem nesta direção. Ou seja, o voto do Senador Almeida Lima é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade no mérito pela aprovação da Emenda à Constituição n°. 36.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo em queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores e concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 30 da Pauta, página 382. Requerimento n°. 1471, de 2009, "requer nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal voto de aplauso ao ex-Presidente da República, Sociólogo Fernando Henrique Cardoso pelo artigo: "Para onde vamos?", publicado no Jornal O Estado de São Paulo no dia 1º de novembro de 2009". Consulto ao Senador Suplicy se deseja ser o relator *ad hoc*.

Não obtendo resposta, coloco como relator *ad hoc* o Senador Antonio Carlos Júnior. Deseja? É um voto de aplauso para ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu escutarei o Senador Antonio Carlos Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nomeio relator *ad hoc* portanto, o Senador Antonio Carlos Júnior. Página 382.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): É com prazer que eu vou ler. Sr. Presidente e Sras. e Srs. Senadores.

"Conforme dispõe o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento de voto de aplauso só será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional, situação em que se enquadra o artigo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, escrito com a autoridade de quem governou o País por oito anos, num clima de estabilidade democrática e equilíbrio econômico.

Ademais, lançar alerta aos cidadãos sobre os riscos, para a sociedade, das transgressões cotidianas, dos atropelos dos bons costumes, algumas vezes até mesmo da lei, enquadra-se no âmbito das competências constitucionais do Congresso Nacional, de zelar pela preservação das instituições democráticas".

Portanto, o Voto é pela aprovação do Requerimento nº 1.471, de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu acho mais do que natural do que senadores do PSDB, como vice-presidente Marconi Perillo, do Senado Federal que foi o autor da proposição, como o Senador Tasso Jereissati do PSDB, e o Senador Antonio Carlos Júnior do DEM, aplaudam como manifestação do Senador Fernando Henrique Cardoso, do ex-Senador e Presidente, no artigo intitulado "Para onde vamos?" no Estado de São Paulo, onde ele faz algumas reflexões sobre os efeitos presentes e futuros, na avaliação dele transgressões cotidianas, discricionarismo das decisões, atropelo da lei dos bons costumes. Dentre outras questões, ele pergunta: "Por que fazer o Congresso engolir sem tempo para respirar uma mudança na legislação do petróleo?" Que segundo ele, teria sido mal explicada e mal ajambrada.

Eu quero dizer que avalio que a proposição do Presidente Lula sobre o pré-sal e as medidas sobre o petróleo são muito bem pensadas, aqui estarão sendo examinadas com muita atenção, estamos tendo um

dos debates mais vivos na presente legislatura sobre todas as questões relativas ao pré-sal. Mas eu quero aqui fazer uma homenagem à democracia, avalio que os artigos do Presidente Fernando Henrique Cardoso às vezes podem até nos incomodar, nós do Partido dos Trabalhadores e que apoiamos o Presidente Lula, mas avaliamos como próprios da democracia, porque normalmente são feitos em termos respeitosos, e, portanto não criarei qualquer objeção, como Senador do PT, que haja aqui um requerimento de aplauso ao artigo do Senador Fernando Henrique Cardoso, ainda que possa discordar de alguns dos pontos, mas também tem sido uma das características do Presidente Lula, o ressaltar que durante o seu governo, ele quer que haja a liberdade de imprensa, e por causa disso eu aqui não crio qualquer objeção, e, portanto, estou de acordo com o voto de aplauso requerido pelo Senador Marconi Perillo e apoiado pelo Senador Tasso Jereissati e Antonio Carlos Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro suspensa a presente reunião, informando que será reaberta amanhã, dia 18 de março de 2010 às 10 horas, para realização de Audiência Pública destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição n°. 65, de 2005, que altera o art. 158 e o art. 34-A das Disposições Constitucionais Transitórias, ambos da Constituição Federal, altera os percentuais dos tributos arrecadados destinados ao fundo de participação dos estados, Distrito Federal, e municípios e aos programas de financiamento do setor produtivo das regiões e a Proposta de Emenda à Constituição n°. 17, de 2007, que dá nova redação ao inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para incluir o produto da arrecadação das contribuições sociais que especifica no compartilhamento com estados e municípios, com a presença dos seguintes convidados: representante do Ministro Guido Mantega, representante do Ministro José Pimentel, representante do Ministro Patrus Ananias e representante do Ministro José Gomes Temporão. Informo ainda a V. Exas. que a reunião de amanhã, a continuidade dela, se dará sob a Presidência do Senador Eduardo Suplicy.

Então está suspensa a reunião. Agradeço a senhoras e aos senhores.

Sessão suspensa no dia 17/03/2010 às 14h07

2ª PARTE REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2010 ÀS 10 HORAS E 22 MINUTOS

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Havendo número regimental, declaro reaberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública para instruir a proposta de Emenda à Constituição n°. 65/2005, que "altera o art. 159 e o art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ambos da Constituição Federal (altera os percentuais dos tributos arrecadados destinados ao Fundo de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e aos programas de financiamento do setor produtivo das regiões)", e a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2007 que "dá nova redação ao inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para incluir o produto da arrecadação das contribuições sociais, que especifica no compartilhamento com estados e municípios", com a presença dos seguintes convidados: Márcio Coelho, Coordenador-Geral de Gestão de Riscos da Secretaria do Tesouro Nacional, que aqui representa o Ministro Guido Mantega; o Sr. Remígio Todeschini, Diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional, que representa o Ministro da Previdência Social, José Pimentel, e o Sr. José Dirceu Galão, Subsecretário de Planejamento e Orçamento, que aqui representa o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias.

O Sr. Elias Jorge, Coordenador de Assuntos Econômicos, que aqui estaria representando o Ministro José Gomes Temporão, da Saúde, infelizmente, por ter tido um problema no voo que o transportaria hoje cedo de São Paulo para Brasília, não pôde estar presente a tempo, então, justificou a sua ausência, mas, certamente, os representantes dos demais Ministérios estarão contribuindo também para colocar o ponto de vista da Saúde.

Gostaria de, inicialmente, informar que a proposta de Emenda à Constituição 65 tem como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, e a proposta Emenda à Constituição 17/2007, tem como primeiro signatário o Senador Francisco Dornelles, que tem por finalidade alterar a composição do repasse de receita oriunda dos tributos arrecadados pela União para os estados e municípios.

A 65 almeja dividir a contribuição para o financiamento de seguridade social, COFINS, e a contribuição sobre o lucro líquido, CSLL, com os demais entes federados, mas existem algumas diferenças, a inclusão dos demais impostos de competência da União, previstos no art. 153 da Constituição, entre os impostos partilhados, somando-os, portanto, ao Imposto de Renda e ao IPI; percentual de partilha de

28%, desse percentual, dois inteiros e oito décimos são destinados ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; três inteiros e quatro décimos ao Fundo de Participação dos Municípios, e um inteiro e oito décimos ao financiamento produtivo das regiões norte e nordeste e centro-oeste, e a inclusão de mesorregião, metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, entre as áreas alcançadas pelo financiamento produtivo, aumento gradual do percentual de partilha em um período de três anos até que se alcancem os 28 pontos percentuais pretendidos.

A PEC-17/2007 pretende também incluir as contribuições sociais incidentes sobre a receita ou o faturamento e sobre o líquido entre os tributos partilhados entre os estados, Distrito Federal e municípios. As contribuições alcançadas são, da mesma forma que na PEC mais antiga, a contribuição para o financiamento de seguridade social, COFINS, e a contribuição social sobre os lucro líquido.

Verifica-se que ambas as propostas pretendem incluir a repartição constitucional para estados e municípios, além dos impostos já previstos como Imposto de Renda, IPI, as contribuições sociais. As duas contribuições foram criadas com o mesmo fim precípuo: financiar a Seguridade Social. Esta seguridade social, como sabemos, compõe-se do conjunto integrado de ações relativas à Saúde, à Previdência Social e à Assistência Social.

Assim, eu gostaria aqui de colocar para os convidados algumas breves questões para que possam elucidar o ponto de vista dos respectivos Ministérios. A primeira questão que se apresenta é saber qual o impacto para a União como um todo e para cada Ministério em particular, resultante da possível aprovação de cada proposta. Poderá a União arcar com as perdas vislumbradas com a aprovação das propostas sem repassar parte de suas atividades e atribuições para os estados e municípios? A mudança na repartição dessas contribuições deve ser feita fora do bojo de uma reforma tributária abrangente?

Eu gostaria, ainda, de aproveitar esta oportunidade para fazer uma indagação adicional. Ainda nesta semana, a imprensa informou que foi necessário para o financiamento do programa Bolsa Família que se utilizasse um tanto de emissão de moeda. Eu gostaria de aqui perguntar à Fazenda e ao Ministério do Desenvolvimento Social... O Ministério da Previdência também pode acompanhar nisto, mas, fazer a seguinte indagação: Quando foi instituído o Fundo de Combate à Pobreza, ela foi... Tinha como uma de suas principais fontes de financiamento a CPMF, que, por sua vez, portanto, cobria boa parte do financiamento do programa Bolsa Família, quando da sua instituição, e até que o Congresso Nacional, por uma decisão aqui do Senado, derrubou a CPMF e, então, acho que são muitas as indagações que, às vezes, são formuladas e só por isso que gostaria de aqui ter o esclarecimento se, então, o programa Bolsa Família, que tinha como parcela da CPMF uma das suas principais fontes de financiamento, passou a ter qual fonte de financiamento principalmente, se do conjunto da arrecadação ou se há principalmente uma forma de financiamento que é destinada a este programa, que é tão importante hoje para o Brasil, uma vez que, se, quando foi criado, em 2003, em dezembro de 2003, havia cerca de três milhões e meio de famílias, hoje, se puder atualizar a informação, mas, pelo o que eu tenho conhecimento, são cerca de 12,5 milhões de famílias que recebem o programa Bolsa Família e que, ao lado dos outros programas que aqui poderão ser mencionados, como os programas da Previdência Rural, são mais de oito milhões... São cerca de oito milhões de brasileiros que estão na Previdência Rural, que recebem um salário mínimo; idosos de 65 anos ou mais, que um dia trabalharam no campo, e também há o benefício da LOAS, Lei Orgânica de Assistência Social, para todas as famílias com renda familiar *per capita* até um quarto de salário mínimo e desde que tenha uma pessoa idosa de 65 anos ou mais, ou pessoa com deficiente, essas famílias têm direito de receber um salário mínimo.

Então, eu menciono, portanto, a Previdência Rural, a LOAS e o programa Bolsa Família, além de todos os demais programas previstos na Previdência Social como importantes programas de transferências de renda que, hoje e ao longo dos últimos anos, têm contribuído significativamente, conforme têm apontado os resultados da PNAD, do IBGE e, certamente, esse ano teremos, pelo senso decenal, o ano a ano de 2002 para três, para quatro, para cinco, para seis, para sete, para oito, sempre houve uma diminuição da pobreza absoluta e do índice de desigualdade.

Então, por isso que eu, dada a importância destes programas, que agradeço se puderem, na exposição que fizerem, também responder a essas indagações que formulei.

Então, como vamos... Há alguma... Dentre os convidados, os senhores gostariam de propor qual o primeiro expositor?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tanto faz.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Podemos iniciar ar pela Fazenda, então? O Remígio Todeschini poderia, por ser o mais velho aqui, ser o primeiro, mas quem sabe, então, até por uma consideração a sermos aqui os mais veteranos, então, vamos deixá-lo para a parte conclusiva, está bem? A terceira exposição, então. Márcio Coelho, pelo

Ministério da Fazenda, Coordenador-Geral de Gestão de Riscos, muito obrigado aqui por sua presença.

SR. MÁRCIO COELHO: Em nome do Ministro da Fazenda, Ministro Guido, a gente agradece o convite para participar dessa audiência para tratar da Emenda Constitucional, da proposta de Emenda Constitucional nº. 17 e da 65.

A gente preparou uma breve apresentação, só para, dentro da linha que o Senador colocou, tentar responder ao questionamento aí, referente ao impacto e aos demais questionamentos. Então, com relação ao impacto, o Senador já descreveu um pouco a intenção das duas propostas; nós colocamos ali um gráfico da situação atual hoje, da distribuição, da repartição tributária, do Imposto de Renda, do IPI, dos demais impostos e das contribuições, e a situação proposta pela PEC-65.

Os valores ali de percentuais, a PEC, ela não trata do 1% adicional, que já foi aprovado pelo Congresso em 2007, que transferiu 1% adicional para o FPM, para os municípios; a cada primeiro decêndio de dezembro, é feito esse aporte adicional, que foi aprovado pela Emenda Constitucional nº. 55, então, aí é só a questão de distribuição.

A estimativa aí, para 2010, da receita, contando com os impostos União, seriam 269 bilhões, e as contribuições 181 bilhões, totalizando aí a 451 bilhões na arrecadação... A estimativa da receita para 2010. Feitas as repartições para os municípios, estados e fundos, a União ficaria com 156 bilhões de impostos e 181 bilhões de contribuição, que atualmente não é repartido, totalizando 338 bilhões aí a receita da União.

A estimativa aí de perda, com a proposta da PEC-65, aí está separado por imposto e a União teria um impacto aí, com relação aos impostos, um acréscimo de 31 bilhões, por conta da não repartição de Imposto de Renda, que é o que estaria na proposta original e, com a divisão das contribuições, uma perda aí de 52 bilhões, totalizando uma perda para a União de 21,5 bilhões. Isso com relação à PEC-65.

Com a PEC-17, nós fizemos o mesmo exercício de tratar a situação atual de repartição, a repartição proposta, a PEC-17 tem a diferença, com relação a 65, de ela ser uma repartição igual para todos os impostos, como o Senador colocou, e o impacto ele é um pouco relativamente maior, com relação a PEC-17. A receita continuaria a mesma aí no caso, é só a previsão para 2010, 409 bilhões, e a arrecadação da União aí em 296 bilhões. E o impacto final aí da PEC-17, com relação aos impostos, a União teria aí. A repartição dos impostos, ela não sofreria alteração, então, ficaria os 114 bilhões, e, nas contribuições, com a repartição proposta, a União teria uma perda aí de 87 bilhões. Vamos em frente.

Esse gráfico é só, assim, para mostrar uma evolução da FPM; o FPL segue mais ou menos essa distribuição, e a revolução do FPM de 95 até 2009, mostrando um acréscimo de recursos de estados e municípios; no caso dos municípios, da ordem de um pouco menos de 10 bilhões, para 44 bilhões em 2009; teve uma pequena queda aí relacionada aos efeitos da crise e, para 2010, temos uma estimativa de transferência de FPM em torno de 47 bilhões. Então, assim, uma evolução bastante grande aí de transferências de... Isso em razão do crescimento econômico e do aumento da arrecadação da União, que tem sido partilhada com estados e municípios.

Então, essa apresentação a gente traz aí esses impactos, que são propostos aí pela PEC. Pelo relatório do Senador Flexa Ribeiro, ele está encaminhando pela aprovação da PEC-17, que é a que tem maior impacto para a União, que seriam os 87 bilhões, e isso muito preocupa o Governo porque não tem como fazer essa repartição sem que se afete aí toda a programação orçamentária da União, atingindo todos os Ministérios.

As questões do Senador... Que o Senador colocou e pediu que fosse tentado esclarecer foi a questão do impacto, que está demonstrado aí no slide...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Para o ano 2010, você tem previsão da FPM, neste gráfico que diminuiu um pouco em relação a 2008?

SR. MÁRCIO COELHO: Nós temos essa previsão, Senador. Ela é divulgada no nosso site, já tem essa divulgação, mas eu não trouxe na apresentação...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Aproximadamente deve ser maior que em 2008?

SR. MÁRCIO COELHO: Sim, com certeza. A do FPM, 47 bilhões, já seria um pouco acima daquilo que foi transferido em 2008; e a transferência para estados, ela segue mais ou menos a mesma curva.

Então, a questão do impacto é preocupante. Essa transferência desse montante de recursos... A União, desde algum tempo aí, tem feito os seus ajustes; a gente trabalha com programa de metas e resultado fiscal, e esse resultado é perseguido e determinado aí por lei de responsabilidade fiscal, e nós temos essa preocupação de seguir no cumprimento dessas metas.

Ano passado, o resultado nominal, ele teve uma queda em razão da crise. A gente vinha aí com uma busca, e é o objetivo da Fazenda, essa busca de resultado nominal equilibrado, e viemos numa evolução; em 2008, a gente ficou próximo de 1% do PIB em déficit de 1% e, em 2009, em razão da crise, a gente

voltou a ter uma queda aí nesse... Um aumento no déficit nominal.

E, com relação à proposta em si e o questionamento se isso não deveria ser feito no âmbito de uma reforma tributária mais abrangente, a Fazenda concorda com esse ponto de vista, quer dizer, você simplesmente tentar resolver uma questão de financiamento ou de transferência de mais recursos para estados e municípios, talvez, isso tenha que ser feito dentro do âmbito de uma reforma tributária, que está em discussão no Congresso desde a promulgação da Constituição e que não se conseguiu equacionar ainda.

A União, nesse período, ela, por meio de aumento na arrecadação, quer dizer, a arrecadação saiu de em torno de 20% do PIB para os atuais 37%, assim, todo esse ajuste que a União precisou fazer foi feito muito em cima de aumento da arrecadação.

E, com relação à despesa, isso não tem sido, até pelo... Como o próprio Senador colocou, com a evolução dos programas sociais, transferência de renda, essa despesa da União tem aumentado. Então, a gente tem feito... Alcançado os resultados aí por meio de aumento de arrecadação e uma dessas questões foi a criação das duas contribuições que estão sendo discutidas. Além disso, temos que lembrar que perdemos aí, no ano passado, a questão da CPMF, que gerou aí um impacto da ordem de 30 bilhões, que teve que ser compensado para que o Governo continuasse na execução dos seus programas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E a CPMF, portanto, tinha uma destinação além da contribuição para a Saúde, que ia diretamente para o Fundo de Combate à Pobreza e para financiar o programa Bolsa Família. Hoje há uma identificação exata de qual a fonte de financiamento do Bolsa Família, como havia antes? Ou é do conjunto da arrecadação essa questão...

SR. MÁRCIO COELHO: Eu vou deixar para o nosso colega José Dirceu que é da... Ele trouxe os dados... A questão específica aí de saúde, educação e a área de desenvolvimento social, acho que, na apresentação dos Ministérios, eu acho que vai estar esclarecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem.

SR. MÁRCIO COELHO: E a questão que o Senador colocou, se a União poderia arcar com esses custos aí da repartição, no entendimento da Fazenda, isso é uma questão bastante preocupante, e a gente não vê como equacionar uma possível perda nesse volume de recurso que está sendo estimado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Isso seja para a 65 ou para a 17?

SR. MÁRCIO COELHO: Sim, seja para 65 ou seja para a 17.

E a questão que o senhor colocou em relação à emissão de moeda, é só, assim, do ponto de vista da Fazenda, todo o orçamento, se ele estiver deficitário, ele é financiado por meio de emissão de dívida. Então, não de moeda, mas dívida; ele é complementado por operações de créditos e são colocados recursos à disposição da União.

Então, isso pode ter um impacto aí com relação à evolução da nossa dívida, nossa dívida pública, que tem também... A Fazenda tem trabalhado bastante com isso e tem mantido, mesmo com a crise financeira, ela ficou patamares adequados e dentro da linha de programação que é divulgada pela Secretaria do Tesouro, que hoje está em torno de 40%. Então... E com o objetivo de redução.

Então, da parte da Fazenda, eram essas as colocações e estamos à disposição dos Senadores para responder qualquer questionamento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado, Sr. Márcio Coelho. Então, passamos agora à palavra ao Sr. José Dirceu Galão, Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social. Tem a palavra.

SR. JOSÉ DIRCEU GALÃO: Obrigado. Bom, nós trouxemos aqui rapidamente quatro slides para abordar especificamente as perguntas que o Senador fez. A ideia nossa não é adentrar muito nos detalhes do financiamento de cada programa da Assistência Social, mas dar uma visão do todo, do impacto que a COFINS e a CSLL têm sobre as nossas atividades e tentar responder, de forma direta, os questionamento aqui feitos.

Bom, a primeira abordagem que eu gostaria de dar é dentro do bojo das duas PEC's que estão sendo propostas, parte-se de um pressuposto, um pressuposto de que as contribuições sociais são inteiramente da União e os impostos somente são compartilhados, enfim, e a idéia seria reconstituir um percentual numérico, idealizado a idéia de... Quando da promulgação de Constituição. É claro, nosso representante da Fazenda já colocou os gráficos aí de evolução desses números, e eu gostaria de revisitar essa informação, ou seja, demonstrar, pela lógica da Assistência Social, pela lógica da seguridade social, que as contribuições, sim, ajudam no desenvolvimento regional e municipal e, portanto, não se somam na totalidade com despesas apenas da União.

Pelo art. 194 da Constituição, se define a seguridade social por um tripé de proteção social da Saúde, a Previdência e Assistência Social. Não por isso esses três órgãos, dentro da repartição das duas contribui-

ções, são os três órgãos que têm o maior volume de recursos, pela ordem: a Previdência, depois a Saúde, e nós da Assistência Social.

A Assistência Social, ela é destinada, ela é definida, no art. 203, e será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, ou seja, ela é uma atividade não contributiva que é voltada para a parte da população mais vulnerável, mais pobre, dentro da qual a Assistência Social empresta lógica a todos os nossos programas sociais, ou seja, o benefício de prestação continuada, o benefício da LOAS, o benefício de Bolsa Família, os serviços da Assistência Social, não menos importantes que os benefícios porque são eles que efetivamente promovem a recuperação do indivíduo ao patamar de cidadania na qual ele não precise mais dos benefícios, e a segurança alimentar e nutricional, um dos compromissos do nosso Governo que vêm sendo atingidos, conforme preconizado pelo Presidente no seu primeiro discurso, o vencimento da fome.

E aí é muito importante, a própria Constituição já define, como no caso de Assistência Social e agora mais especificamente no meu setor, como que a Assistência Social se operará. Então, a União, ela não executa Assistência Social de forma direta, ela apenas organiza o sistema de Assistência Social, verifica quais são as maiores vulnerabilidades dentro do processo, organiza os setores sociais para definir como a repartição dos recursos da Assistência Social vai ser feita e a execução se dá integralmente nas esferas estaduais e municipais, ou seja, quase a totalidade dos nossos recursos são repassados ou diretamente ao cidadão, por meio dos benefícios, o benefício de prestação continuada e o benefício do Bolsa Família, ou então por execução de serviço de Assistência Social executado pelas prefeituras ou por entidades selecionadas pelas prefeituras e pelos estados.

Então, esse mandamento constitucional é muito importante porque define... Demonstra como a CSLL e a COFINS, em última instância, são repassados também aos estados e municípios e sua ausência, como nós vamos ver mais adiante, pode, na verdade, ser uma troca, ou seja, aumenta-se o fundo de participação e nós acabamos de... Podemos ser obrigados a desfinanciar as prefeituras no serviço de Assistência Social, o que acaba por anular o efeito desejado pela própria PEC.

Do ponto de vista das repartições, eu usei o exercício de 2009 como base porque o exercício de 2010 ainda estamos por conta da questão da crise econômica, enfim, das estimativas de arrecadação, fizemos uma proposta orçamentária para 2010 ainda incompleta, que vai ser revista ao longo de ano, então, eu preferi usar o exercício de 2009, que é um exercício fechado, para que a gente possa ter uma real noção das divisões e das repartições.

Do total de dotação autorizada até o final de ano para todos os Ministérios, todos os órgãos da COFINS e da CSLL, a Assistência Social, no caso da COFINS, teve dotação... Do total arrecadado pela COFINS, nós tivemos 27,94%, e da CSLL, 7,9%, num total de 22,38% de das todas as arrecadações. Então, nós somos o terceiro órgão que mais depende da COFINS e da CSLL, do ponto de vista de valores absolutos.

Agora, apesar de nós termos uma parcela pequena da COFINS, nós dependemos quase da totalidade dessas duas contribuições. De toda a dotação do Ministério de Desenvolvimento Social em 2009, 34,3 bilhões, 33,1 bilhões são das duas contribuições. Por que dessa total dependência? Acho que já foi adiantado e é a resposta de um dos questionamentos do Senador. Com a queda da CPMF, que era principal parcela do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que dividia com a COFINS e com a Contribuição sobre o Lucro Líquido a tarefa de financiar esses programas, o próprio rearranjo, e isso é importante se dizer, a cada movimentação na composição das fontes que o Tesouro Nacional tem que dividir, há um rearranjo que vai para além das questões da Assistência Social. Então, quando se tem que recompor a dotação na área de Assistência Social, se afetam indiretamente os demais programas da União, os programas do PAC, enfim, porque tem que se haver um rearranjo total das receitas auferidas.

Então, com a queda da CPMF e o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza tendo a sua dotação basicamente restrita agora a doações, nós ficamos na dependência total, praticamente, dessas duas contribuições. Então, a resposta à primeira pergunta: A retirada de metade e, pelos números da Fazenda, reduziríamos à metade o valor da contribuição... Dessas duas contribuições para a União, se não houver um rearranjo se não houver novas fontes, cai pela metade a disponibilidade orçamentária e esse percentual, como ele se repete dentro de todos os programas, porque essas distribuições são feitas de forma equânime(F) dentro dos programas do Ministério de Desenvolvimento Social, teríamos uma queda de metade do financiamento de todos os serviços de Assistência Social e dos benefícios da Assistência Social.

Não tem aqui no slide, esse é o último slide, mas do ponto de vista da divisão, e é importante que se registre aqui a escala dos valores. O BPC, o benefício de prestação continuada da LOAS, dentro desse universo de 34 bilhões, ele corresponde a 19,2 bilhões; é o maior programa de Assistência Social; o Bolsa Fa-

mília, no ano 2009, tinha 11,8 bilhões, então, é de se ver que é da escala de dois para um entre o BPC e o Bolsa Família; os dois somados, somam 31 bilhões e o demais, 3,3 bilhões, são serviços de Assistência Social somados com a segurança alimentar e nutricional. Então, é de se preocupar, realmente, a queda dessas duas contribuições, a queda da arrecadação dessas duas contribuições, se não tivermos nenhuma fonte que possa vir a substituir.

Então, respondendo a primeira pergunta, qual o impacto para a União? É a ausência de 50% das disponibilidades dos programas de Assistência Social. Pode a União arcar, sem repassar as atividades a estados e municípios? Não, porque já são repassados todos esses recursos a estados e municípios, ou seja, a própria Constituição já define o modelo de execução da Assistência Social; não havendo esses recursos, os próprios estados e municípios se desfinanciam no serviço de Assistência Social porque não haverá mais o repasse que é feito hoje fundo a fundo, Fundo Nacional da Assistência Social para o Fundo Municipal. Pode ser feito fora de uma reforma tributária? Creio que o desejável, dentro de uma revisão total desse modelo, seria compreender e avaliar os impactos como um todo, ou seja, avaliar todas as receitas da União, todas as receitas municipais e estaduais, dentro de uma reforma tributária, com as novas atribuições, e aí partindo do pressuposto que 1988 já é um ano um tanto quanto distante, ou seja, nós precisaríamos rever porque, dentro dos patamares, dentro do que é o Estado brasileiro hoje, e dos direitos que nós já conseguimos conquistar para os nossos cidadãos, talvez seja preciso uma avaliação mais completa desse modelo, e aí sim, verificar aonde há distorções e corrigi-las.

E, por fim, a questão da emissão da moeda para financiamento do Bolsa Família, a questão que o Senador, com muita lucidez, colocou os números aqui; os números são exatamente esses, o Bolsa Família 12,5 milhões de famílias; 49 milhões de pessoas são hoje beneficiadas pelo Bolsa Família, somado aos recursos para os idosos e portadores de deficiência, o impacto seria bem grande. Espero eu que não com emissão de moeda e nem com emissão de dívida, que é uma vitória da nossa nação, ou seja, a estabilidade econômica é uma vitória muito importante. Espero eu que nós consigamos reavaliar toda essa dinâmica para que não se precise lançar mão desses instrumentos fiscais para compensar essa eventual perda. É isso, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permitiria, prezado Sr. José Dirceu, só repetir, em 2009, o Bolsa Família despendeu...

SR. JOSÉ DIRCEU GALÃO: 11,8 bilhões de reais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): 11,8 bi. E o benefício de prestação continuada...

SR. JOSÉ DIRCEU GALÃO: 19,2 bilhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): 19,2. E a previsão... E, correspondendo com esses 12,5 milhões de famílias, esse é o número de beneficiários presentes?

SR. JOSÉ DIRCEU GALÃO: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro, seja bem-vindo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sou defensor da aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, V. Exa. é o Relator e é muito importante a sua presença. Então, eu estava fazendo algumas indagações, V. Exa. poderá...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pelas respostas, eu já vou apoiar a distribuição, para todos os estados brasileiros, das contribuições, começamos pela COFINS e a CSLL, beneficiando São Paulo inclusive.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro, nós estamos ouvindo... Já ouvimos o Sr. Márcio Coelho, o Sr. José Dirceu Galão, que representam o Ministério da Fazenda, o Ministério do Desenvolvimento Social, depois vamos ouvir o Sr. Remígio Todeschini, mas é muito importante que V. Exa. possa ouvir e, então, poderemos... Apenas pediria um breve esclarecimento a ele sobre a previsão de 2010, se já tem a previsão de 2010 desses dois números, do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, se houver a previsão, por favor.

SR. JOSÉ DIRCEU GALÃO: Bom, Senador, nós temos a previsão para o Bolsa Família de 2010 de 12,5 bilhões de reais, 12,5 milhões e meio de famílias, os nomes coincidem numericamente, aproximadamente 49 milhões de cidadãos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É 49,5 ou 49 milhões de cidadãos?

SR. JOSÉ DIRCEU GALÃO: 49 milhões de cidadãos. Aproximadamente quatro pessoas por cada família, é a média.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Na verdade, o tamanho médio de famílias no Brasil é próximo de 3,5, mas, possivelmente, na faixa dos que recebem o Bolsa Família, se estima em quatro, é isso?

SR. JOSÉ DIRCEU GALÃO: Isso, é um índice de quatro, um pouquinho acima de quatro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pouco acima de quarto, então, 12,5

vezes... um pouco acima de quatro daria até um pouquinho mais então... Bom, então, um pouco mais de 49 milhões de pessoas.

SR. JOSÉ DIRCEU GALÃO: E é importante salientar, se me permite, os dois benefícios têm um impacto para além do combate direto à pobreza. Há números, o próprio IBGE já mede isso, enfim, que eles potencializam e muito as economias regionais porque são recursos injetados diretamente na economia; essa faixa da população é uma faixa extremamente vulnerável; os recursos que elas auferem já lançam diretamente na economia para as suas necessidades básicas, economia local, então, observa-se também um efeito potencializador para além dos recursos lá recebidos, além dos recursos, é claro, que as prefeituras e os estados recebem para a execução dos próprios serviços de Assistência Social, que são a diferença dos 34,3 do exercício anterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado, Sr. José Dirceu Galão...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para pedir desculpas aos dois palestrantes, Dr. Márcio Coelho e o Dr. Remígio, que já usaram da palavra...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O Remígio ainda não, o José Dirceu Galão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O José Dirceu Galão, que eu estava com compromisso na Comissão de Infraestrutura e depois na Comissão de Relações Exteriores e não pude ouví-los, mas recebi aqui o material que foi distribuído e vai, com certeza absoluta, ser precioso na avaliação do meu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro, é tão importante o diálogo de V. Exa. com o três, então, depois que o Sr. Remígio Todeschini completar a sua exposição, os dois representantes da Fazenda e do Desenvolvimento Social poderão enriquecer as respostas às suas indagações.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. poderia ter convidado também os representantes dos governadores e dos municípios brasileiros para poderem debater aqui com os três representantes do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se V. Exa. avaliar que isso é adequado, assinarei com V. Exa. o Requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não irei procrastinar a votação, vamos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, com a palavra, o Diretor do Departamento de Políticas e Saúde Segurança Ocupacional, Remígio Todeschini.

SR. REMÍGIO TODESCHINI: Bom dia aqui à Presidência em exercício aqui da Comissão, Senador Eduardo Suplicy; Senador Flexa Ribeiro, estou aqui na representação do Ministro José Barroso Pimentel que, inclusive, está em atividades importantes pelo Brasil, no plano da expansão previdenciária, que está sendo muito importante para a Previdência no sentido de expandir a proteção social.

Depois de ter ouvido aqui o Márcio e o José Dirceu e as indagações que já foram feitas pelo Senador Eduardo Suplicy, eu queria colocar o ponto de vista aqui da Previdência em relação aos dois projetos das PEC's que estão em tramitação aqui no Senado. Passando.

Importante aqui mostrar que, dentro do contexto da Seguridade Social, a Previdência, ela tem um papel muito importante de proteger a população ocupada, enquanto ela está em ocupação frente aos riscos existentes na ocupação, como também, e é a finalidade primordial da Previdência Social, a questão dos riscos da velhice; essa é a proteção, quer dizer, a Previdência Social tende a atender desde o nascimento, basicamente, até a morte, e os sucessores da morte, em virtude da questão das pensões.

No Brasil, a proteção social da população ocupada tem crescido, nos últimos anos. Então, entre a população de 16 a 59 anos, que a gente considera de socialmente protegidos, em função da Previdência, nós temos 65.9% dos ocupados hoje no Brasil, mesmo entre os ocupados, nós temos uma renda dos 28 milhões inferiores ao salário mínimo, de 13.17 milhões de brasileiros, e maior do que salário mínimo, 14.91. Então, o objetivo da Previdência é justamente ampliar essa cobertura de proteção.

Quando nós vemos, estado por estado, como é que está essa cobertura, nós vemos, por exemplo, Santa Catarina nós temos uma cobertura do sistema previdenciário de 79.7% entre ocupados formais autônomos etc., e chegamos até Paraíba, Ceará e Pará, com questões menores, até por causa da diversidade regional e as especificidades de cada unidade da federação quanto aos seus aspectos econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Me permita, então, até...

SR. REMÍGIO TODESCHINI: Não tem nenhuma referência, Senador, ao Pará, aqui a gente só está...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Em homenagem aqui ao Senador Flexa Ribeiro, por que razão seria 44... Quanto que é aquele número lá? 46,7, é isso, que eu vejo aqui?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É 46.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Por que tão mais baixo? Só para...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É porque a Governadora é amiga do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Isso não é apenas ao tempo da Governadora Júlia Carepa, com certeza. Então, é uma característica decorrente de que, Sr. Remígio Todeschini, por favor?

SR. REMÍGIO TODESCHINI: A característica, quer dizer, são estados... Você tem estados aqui aonde tem uma atividade de ocupação econômica mais intensa, são os estados do sul e sudeste, e você tem estados onde a questão, o mercado de trabalho é menor, evidente como em alguns estados no norte e no nordeste, e isso, na realidade, se reflete também tanto na questão da renda como na questão dos empregos formais, então, eu acho que aqui... Esse é em desafio também que a União, os estados e os municípios têm de buscar uma ocupação plena, até porque um dos objetivos da Assistência Social é justamente integrar a uma atividade econômica, esse seria o objetivo central. Se nós colocarmos a Constituição, o primeiro princípio no art. 1º é "valor social do trabalho combinado com a livre iniciativa" e o valor social do trabalho é buscar a maior cobertura e a maior ocupação possível. Então, é preciso ter uma série de políticas para poder, inclusive, reforçar a ocupação nesses setores ou oportunidades de renda, para que a gente possa, sem dúvida, aumentar essa proteção social no âmbito previdenciário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente. Já que V. Exa. quebrou o protocolo, ao fazer os questionamentos antes do término das palestras...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Uma homenagem ao Pará.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas já tinha feito antes. Eu quero deixar ao Dr. Remígio Todeschini que eu não concordo com a explicação de V. Sa., porque, da região amazônica, o Pará é o estado mais populoso e de maior PIB, então, se é pela lógica do emprego, não deveria estar lá ao final da fila, atrás do Amapá, do Acre, de Roraima de outros estados, que são estados importantes, mas com menos atividades do que o estado do Pará. Então, a lógica não é essa. Nós vamos... Depois eu vou procurá-lo para a gente poder entender qual a motivação. E a bancada do Pará... O Pará é o segundo estado em dimensão territorial da federação, e a Previdência, ela é ausente na maior parte do território paraense, então, talvez por isso o Ministro Pimentel tenha vindo até a bancada do Pará, solicitado uma Emenda de bancada, para que pudesse ele instalar 47 postos da Previdência em vários municípios do estado do Pará, indicados pelos representantes do Pará, pela bancada do Pará no Congresso. E isso está sendo feito. Nós fizemos a Emenda; cada Parlamentar indicou os municípios que ele gostaria de atender, com a presença do Ministério da Previdência, através de um posto de atendimento, e o Ministro Pimentel está executando exatamente isso.

Isso vai facilitar porque, para você ter uma idéia, em algumas vezes, o custo do deslocamento do aposentado ou do beneficiado por um plano social do Governo do tipo Bolsa Família o custo de deslocamento para acessar a tomada do dinheiro é maior do que ele vai receber; existem casos no Pará com essa peculiaridade.

SR. REMÍGIO TODESCHINI: Acho que o senhor está dando uma explicação muito importante do ponto de vista do programa de expansão da própria Previdência. Como nós temos também uma característica, até no estado do Pará, em que a questão, por exemplo, rural, ela muitas vezes está excluída, por falta de oportunidade, de inscrição de trabalhadores como segurados especiais, a própria expansão da rede da Previdência, que é um dos objetivos colocados pelo Ministro Pimentel, e com a participação tanto dos Senadores como de Deputados, faz com que nós tenhamos de ter essa expansão, então, eu acho que o senhor está muito bem colocando que estamos no caminho certo de reverter essa baixa cobertura hoje existente no estado do Pará. Eu acho que esse é o objetivo central da nossa ação.

Bom, continuando, importante aqui mostrar que, do ponto de vista dos mecanismos da proteção social, Previdência e Assistência Social, sobre a pobreza no Brasil, se nós verificarmos que, incluindo a renda previdenciária, nós temos um percentual menor de pobreza hoje no Brasil, que, no caso, é 12.3; se nós retirarmos, excluirmos a renda previdenciária, nós estamos, na quantidade de pessoas hoje no Brasil, com 41.5% que estariam abaixo, estariam na pobreza.

Então, a Previdência Social, ela contribui fundamentalmente, tanto com os benefícios de natureza previdenciária, como do LOAS, que estão com Assistência Social, tem um impacto muito forte no combate à questão da pobreza. É por isso que também é importante essa centralização dos recursos para essa distribuição de renda na própria Previdência Social, na

Assistência Social, para que se combata inclusive mais eficazmente a questão da pobreza. Passando.

E aí isso aqui é no contexto exclusivamente da Previdência Social, então, nós não estamos aqui colocando outros programas sociais do Governo Federal. Então, isso aqui é no exercício de verificar, de zero até 75 anos, qual é o impacto que as transferências previdenciárias têm no conjunto da renda no país, nas diversas idades.

Então, esse diferencial, que está salpicado na parte de cima, é justamente a contribuição de todos os recursos da Previdência Social para poder diminuir a questão da pobreza, vide que o ataque à questão da pobreza, ele é maior justamente a partir da idade do risco da velhice, a partir dos 50 até os 75 anos. Então, é um amplo e o maior programa do hemisfério sul de proteção social de transferência de renda de combate à pobreza no estrito sentido dos recursos previdenciários.

E aí também, numa outra linha, a gente pode ver que, se nós não tivéssemos a Previdência Social, na realidade, nós estaríamos com 41.1 da população, no nível de pobreza, só que todos esses benefícios mais o LOAS fazem com que nós tenhamos esse nível de pobreza reduzido, que aí também é um trabalho da nossa Assistência Social, e aqui foi muito bem colocado pelo José Dirceu, a necessidade desses recursos do COFINS e da contribuição sobre o lucro, que é distribuído de forma bastante criteriosa entre todos os estados da federação e dos municípios, para que a gente possa combater a pobreza. Passando.

E aqui vem a questão, talvez, central de como a Previdência Social distribui os recursos, atendendo todos os 5.564 municípios hoje no país e os 27 estados. Na região norte, nós temos um milhão, 320 mil beneficiários, na Previdência, cuja renda é de 8.3 bilhões e, atendendo todos os 449 municípios. Então, o programa federal da Previdência Social, que contém contribuições de empregadores e de trabalhadores, mais o complemento das contribuições sociais do COFINS e da contribuição sobre o lucro, na realidade, é um amplo e enorme programa de distribuição de renda para estados e municípios. Vejamos o nordeste: sete milhões e 400 mil cidadãos que moram nas várias cidades, nos estados, têm como renda, tiveram como renda, em 2008, 47 bilhões de recursos, onde esses mesmos cidadãos estiveram em 1.793 municípios. No centro-oeste, um milhão, 424 mil beneficiários. Renda distribuída: 10 bilhões. Municípios atingidos: 446. São Paulo, região Sudeste: 12 milhões de beneficiários, renda de 113 bilhões, atendendo 1.668 municípios. E no sul, quatro milhões e 700 mil beneficiários. Renda de 38.9 bilhões. Número de municípios, 1.188.

Então, quadro geral que a Previdência atende, para estados e municípios, é de 27 milhões de beneficiários, com 218 bilhões de recursos distribuídos, atendendo esses mesmos cidadãos nos 5.564 municípios. Quanto à proposta, é bom ressaltar que a Lei 8.212 coloca que a União é responsável pelo financiamento de eventuais desequilíbrios entre os valores arrecadados e pagos pela Previdência Social. Esse financiamento, basicamente, no caso da Previdência, tem como principal caixa a contribuição de empregados e empregadores, claro que nós não podemos também aumentar o custo do trabalho, aumentando essas contribuições, e devemos ter complementos como acontece em todo o mundo, como o próprio Tesouro Nacional, ou questões alternativas, porque a própria questão do art. 195 da Constituição coloca que, além da contribuição direta, pode ser feita sobre o lucro ou sobre o faturamento, que é objeto do COFINS e da Contribuição Social Sobre o Lucro.

Importante que essa repartição, na realidade, implica em sérios problemas para o financiamento do atual nível de gastos da Previdência Social. E aqui quero salientar quais foram as necessidades de financiamento da Previdência Social, nesses últimos anos, de 2003, e a previsão agora em 2010. Nós, nesse último ano, nesse ano em curso, nós necessitaremos de 50.7 bilhões, e essa conta aqui é mandada lá para a Fazenda, para o Márcio tomar conta; ele já falou que a proposta das duas PEC's vai ter um impacto superior a 87 bilhões, ainda tem essa conta aqui para poder ser fechada dos 50 bilhões nesse ano.

A Constituição Federal criou um novo modelo de políticas sociais, e aqui é bom ressaltar que foi expandida a cobertura da Previdência Rural; houve aumento, desde 1988, em função da Constituição, do valor do benefício rural, que agora não há uma diferenciação entre um trabalhador rural do Pará, no Acre ou outros estados, o Rio Grande do Sul, porque todos têm a vinculação ao salário mínimo...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E todos são brasileiros.

SR. REMÍGIO TODESCHINI: Sim, todos são brasileiros. Essa que é a questão. Eu acho que a questão que o Suplicy coloca está muito clara, que nós precisamos discutir a melhor forma de distribuir recursos entre todos os cidadãos, União, estados e municípios, porque aqui nós estamos num país federado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas tem que tratar os desiguais desigualmente.

SR. REMÍGIO TODESCHINI: Sim, de forma igualitária. Importante que houve a criação do benefício assistencial ao idoso e deficiente, nesse mesmo período de 88, e, para financiar todo esse modelo com todos

esses encargos, nós precisamos, de fato, as políticas nacionais precisam ter reforços em suas contribuições sociais.

Um outro ponto importante também que o aumento da despesa decorreu de modificações estruturais na sociedade brasileira, envelhecimento populacional. Então, maior e expectativa de vida significa também que o benefício previdenciário, ele continua; a questão do próprio aumento do valor real do salário mínimo, e todo o contexto de exercício de direitos que os cidadãos têm, que exigem benefícios e outros programas que são colocados aqui também pelos outros Ministérios.

Então, quanto à pergunta, inclusive, do Senador Suplicy, os impactos da União, claro que o impacto negativo de forma global já foi colocado pelo Márcio e foi colocado pelo José Dirceu, mas importante que essa questão não está descobrindo os cidadãos que estão nos estados e municípios. Aqui tem... O cobertor, na realidade, é curto na questão da proteção social, mas aqui há um encargo muito pesado da União, em função de dar atenção a todos os cidadãos do Brasil que estão nos estados e municípios.

E aí um quadro geral, para finalizar, podemos ver que, de 2000 a 2009, os benefícios, eles têm se expandido; os benefícios que em 2000, da área rural, eram de seis milhões, hoje estão em torno de oito milhões; os benefícios de natureza assistencial, que estão agora sob o encargo da Assistência Social, de dois passaram para 3,5 milhões, então, são 23,5 milhões de cidadãos no país, vivendo, nos 5.500 municípios, que dependem dessa política de Previdência Social.

E, para finalizar, é importante colocar que o quadro, tanto da arrecadação líquida da Previdência, que é especificamente do INSS, Instituto Nacional de Seguro Social, no âmbito urbano e rural, nos vários anos, e a gente vê que, do resultado previdenciário, houve a necessidade, houve uma diminuição do déficit na conta referente à contribuição urbana, porém, no âmbito rural, até porque isso é um compromisso da Constituição de 88, há uma necessidade de suplemento dessas mesmas verbas das contribuições sociais, de 40.8 bilhões.

Então, essa é uma necessidade, inclusive permanente da Previdência Social, em função dos encargos que ela tenha recebido. E diria até, pela última questão colocada pelo Senador Suplicy aqui inicialmente, eu acho que essa discussão é de suma importância, que é discutir duas PEC's(F) de 17 a 65, deveria passar necessariamente por uma discussão de uma ampla reforma tributária e não especificamente numa PEC destacada, até porque nós teremos mais problemas no momento para dar atenção, de forma igualitária, a todos os cidadãos no Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado, Sr. Remígio Todeschini, pela contribuição, que enriquece as informações que nós temos.

Prezado Senador Flexa Ribeiro, eu queria fazer uma sugestão: Que possam o Márcio Coelho e o José Dirceu Galão, fazer uma breve síntese da conclusão que cada um deles colocou especificamente sobre qual o impacto, na visão do Ministério da Fazenda e da Assistência Social e do Desenvolvimento Social, se por acaso forem aprovadas ambas as PEC's(F)...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou com o material que foi distribuído e vou...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, V. Exa. tem direito de colocar as questões que desejar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): ...Reconhecimento da perda de receita por parte do Tesouro e o aumento dos recursos e da independência dos estados e municípios em relação ao Governo central que, como todos nós sabemos, já que V. Exa. me transferiu a palavra para que pudesse fazer os questionamentos, todos nós sabemos que o que disse o Dr. Remígio, eu concordo, ao final, do que ele falou que é necessário que se faça uma reforma tributária e fiscal, a fundo, não isso que nós estamos fazendo aqui e propondo aqui ou o que o Governo faz, quando cria uma contribuição, ou seja, são remendos pontuais, mas, lamentavelmente, até hoje, nenhum Governo, não este, nenhum Governo quis fazer a reforma tributária; não é fácil, não é fácil, é uma questão complicada porque mexe. Ninguém quer perder receita, todo mundo quer aumentar a receita. Ninguém quer perder receita, mas eu acho que nós, antes da reforma tributária, teremos que fazer uma reforma administrativa, ver o tamanho do estado que nós queremos, saber se é esse mamute que está aí ou se ele pode ser, de forma mais eficaz, e de menor custo, para que a gente possa, depois de saber o tamanho do estado, a necessidade de recursos e fazer a reforma tributária com redução da carga sobre a produção para que, com isso, dê aumento de arrecadação.

Já está comprovado, todas as vezes, e isso é tese de economistas, todas as vezes se baixa a alíquota, se amplia a base de arrecadação e não se perde, na maioria das vezes, receita; aconteceu agora, com o apoio do Governo à indústria automobilística. Reduzindo o IPI, eles bateram recorde de vendas de automóveis e, com certeza, no cômputo geral, não houve perda, e com isso diminui a corrupção, porque quanto maior a taxa, maior é o assédio à corrupção porque, lamen-

tavelmente, os impostos no Brasil são insuportáveis para aqueles que, como todos devem ser, queiram ter os seus negócios dentro da legislação.

Além da complicação, eu defendo, nessa revisão, já passou aqui pelo Congresso até a idéia do imposto único, depois, que eu não acredito, mas nós poderíamos reduzir isso substancialmente, que pudéssemos fazer inclusive a cobrança desses impostos de forma não declaratória, não haveria necessidade; seriam cobrados direto como o estado, como o Governo Federal, os estados e municípios têm feito, como contribuinte substituto, quer dizer, ao invés deles irem cobrar o IPI do carro lá... Ou o ICMS do carro, lá no estado, eles, a fábrica retém o ICMS lá na... Depois transfere para o estado. Facilita... Lamentavelmente, os estados brasileiros hoje têm... Não sei São Paulo, estados maiores, mas a maioria dos estados brasileiros têm a sua arrecadação em cima de cinco ou seis tributos; o resto representa 20% da receita. Exatamente os que têm os contribuintes substitutos: a indústria automobilística, combustível, energia, são contribuições que são retidas pelas empresas, no caso de energia, distribuidora, e repassadas para o estado. Então, 80% da receita do estado do Pará é baseada... Em telefonia, então, são alíquotas de ICMS altíssimas de 30, 35%, para quê? Para que o Governo possa ter uma receita porque ele não consegue, no campo dos demais atores produtivos, chegar a todos, em função da carga.

Mas eu diria, Senador Suplicy, antes da reforma administrativa, que deve preceder à reforma tributária e fiscal, nós demos que rever o pacto federativo; o pacto federativo é injusto, o que nós vemos hoje. Os municípios brasileiros, eles suportam, e é o ente da federação que pode ser reconhecido por qualquer um, porque é no município que nós nascemos, nós buscamos atendimento e morremos. O estado já é algo mais difícil de entender; a União, então, muito mais difícil de entender.

Então, são repassados para os municípios deveres de atendimento à população e não passam os respectivos meios para que eles cumpram com esses deveres em todas as áreas: Saúde, Educação... Não estou me referindo a uma área específica não, mesma coisa com os estados, mesma coisa os estados. E a concentração da receita fica, depois dos repasses constitucionais, depois de feita a distribuição do FPE, do FPM, fica com algo em torno de 60% de arrecadação da União.

E aí, lamentavelmente, são atendidos aqueles que têm a proteção partidária, política, ideológica de quem está no poder, seja ele quem for. Então, os estados são penalizados, só que os Governos não lembram que, quando assumem a função, eles têm o compromisso com toda a população, não só com aqueles que são do seu partido ou que votaram nele, porque os que também não votaram também são brasileiros e merecem ter as transferências. E são essas transferências voluntárias que o Senador Dornelles e o Senador Pedro Simon pretendem, com a alteração da Constituição, Dr. Remígio; a PEC é para alterar a Constituição, pretendem fazer com que os estados e os municípios possam receber algo que não precisam vir de pires na mão à União para ter esses convênios atendidos.

No Governo do Estado do Pará, de 2002 a 2006, que era do partido contrário ao Federal, não houve transferências voluntárias para o estado do Pará; nesse Governo, que é do mesmo partido, estão havendo transferências voluntárias, mal aplicadas, mas está havendo transferência voluntária. Então, o que o Senador Dornelles pretende com isso é fazer com que se reveja esse pacto federativo, se faça pelo menos um ajuste e dê aos estados e municípios melhores condições de atendimento nas suas obrigações.

Reconheço a perda da receita que haverá, não tenho dúvida, lamentavelmente, repito, não vi, mas vou ler as exposições do Dr. Márcio e do Dr. José Dirceu, e quero parabenizá-lo, Senador Suplicy, porque o Senado Federal tem, por diversas vezes, tentado trazer aqui o José Dirceu e os Senadores não conseguem, e V. Exa. conseguiu hoje. Eu quero parabenizá-lo por isso.

Mas, voltando, à exposição do Sr. Remígio, eu gostaria, se possível, que reproduzisse aquela tela que ele mostra um mapa do Brasil com os contribuintes. Pode ser? Eu tenho consciência, Dr. Remígio, primeiro que esse rombo da Previdência, que é decantado e prosa e verso por todos os Governos; não estou me referindo a esse não. Por todos os Governos... 40 bilhões de déficit na Previdência, acontece que V. Sa. mostra, noutra transparência, com propriedade, que o rombo se deve à aposentadoria em função da constituinte, que é correta, que é correta, eu não sou contra, sou a favor, só que ela tem que ser custeada pela União, não é pelo contribuinte. O contribuinte, que recebe da Previdência, que contribui, que faz o aporte ao longo de sua vida de trabalho, esse está provado aí que ele sustenta a sua pensão ou a sua aposentadoria. Está provado pela exposição que V. Sa. fez.

O déficit vem dos encargos que foram criados pela Constituinte daqueles que não são contribuintes da Previdência e que têm direito, correto, de ter uma pensão, mesmo não tendo contribuído para isso, mas aí é obrigação de União cobrir essas diferenças; não é rombo da Previdência não; é obrigação da União. Aí, com isso, nós estamos discutindo, já aprovamos por unanimidade, inclusive com voto do Senador Suplicy, os projetos do Senador Paulo Paim, que beneficiam

os aposentados e os pensionistas com a queda do fator previdenciário e a correção das pensões e das aposentadorias pelos índices do salário mínimo. E foi aprovado no Senado por unanimidade; 81 Senadores votaram a favor dos dois projetos. Está na Câmara, eu espero que os Deputados também o façam da forma como os Senadores fizeram aqui.

Mas eu pedi pra retornar esta transparência para ver, Senador Suplicy, V. Exa., que tem o privilégio de representar o Estado de São Paulo, que é conhecido como a locomotiva do Brasil, tem lá quase 50% da produção brasileira, nós podemos, por este mapa, ver quanto desigual é o nosso país, quanto perversos são os Governos, estou falando no plural, com relação às regiões norte e centro-oeste.

O quadro que o Dr. Remígio mostrou, ele falou no norte e não falou na Amazônia Legal, porque a Amazônia Legal vai incluir uma parte do Maranhão, inclui uma parte de Mato Grosso, inclui Tocantins que, no quadro dele, estão, acho que na região centro-oeste aqui, porque não fazem parte da região norte, fazem parte da Amazônia Legal para receber os benefícios, os incentivos da SUDAM.

Mas vejam os senhores que essas duas regiões, juntas, representam 70% do território brasileiro, 70% do território brasileiro. Vejam os senhores que 70% do território brasileiro, juntos, não têm 900 municípios... Não têm 900 municípios. E a legislação Federal proíbe, e nós já aprovamos a regulamentação no Senado, está lá na Câmara Federal, a regulamentação da criação de novos municípios. Quando nós vamos para o nordeste, para o sudeste e para o sul, nós vamos ver que os dois juntos, as duas regiões que representam 70% do território brasileiro, juntos, perdem para qualquer uma das outras regiões isoladamente, de baixo para cima, 1.188 municípios, 1.668 municípios, 1.793 municípios.

Ou seja, a Constituição, Senador Suplicy, ela determina que a União tem que tomar ações para que diminuam as desigualdades regionais; as diferenças têm que ser mantidas. Acho que o chimarrão, lá do Rio Grande do Sul, tem que ter o pato no tucupi do Pará, as diferenças até isso é que faz o povo brasileiro ser feliz com todas as suas dificuldades, mas as desigualdades não, as desigualdades têm que ser diminuídas. E o que nós estamos assistindo ao longo das décadas, e isso é comprovado pelo próprio IBGE, pelos dados do Governo, é que nós estamos aumentando essa desigualdade. Nós estamos aumentando essa desigualdade.

Então, o que a PEC prevê aqui, inclusive, é um tratamento diferenciado também para essas regiões menos desenvolvidas. Daí, eu ter dado parecer, consciente de que a União terá perda de arrecadação, consciente de que nós vamos ter que encontrar uma forma de compensar ou diminuir os gastos, eu diria até melhorar os gastos da União, torná-los mais eficazes, com maior ação, com menos desperdício; se nós deixarmos de desperdiçar no Brasil, acho que sobra lá dinheiro para atender às nossas necessidades básicas, de todos os brasileiros.

Então, eu fico bastante satisfeito, enriquecido com as informações que me foram trazidas até aqui, e que vão, evidentemente, fazer parte da exposição que farei; quando o projeto retornar, a pauta da CCJ vai embasar essas informações que V. Sas. trouxeram até aqui, mostrando exatamente o porquê do parecer favorável, para que nós possamos fazer também a distribuição das contribuições. E aqui nós estamos... O Senador Dornelles e o Senador Pedro Simon, ambos da base do Governo, é bom que se diga, ambos da base do Governo, eles só propuseram a distribuição dentro dos limites do IPI e do... Porque não estamos tirando da União o total não, só 48%, que é o valor distribuído a estados e municípios, do Imposto de Renda e do IPI. Eles só fizeram com COFINS e com a Contribuição Social Sobre o Lucro líquido. Quer dizer, só pegaram duas contribuições, entre tantas que foram criadas, concentrando cada vez mais a renda em mãos da União e, com isso, descaracterizando cada vez mais o pacto federativo.

Eu agradeço, Senador Suplicy, a oportunidade que V. Exa. deu a mim, como Relator, para que pudesse ter maiores informações a respeito do impacto que essa distribuição trará para a União. Eu já conhecia, eu, quando fiz o parecer, eu pedi informações da consultoria do Senado, que me repassou números que representavam essa perda de receita, mas que nós temos que enfrentar.

Diziam que o Brasil não aguentava salário mínimo de 100 dólares; nós hoje estamos com salário mínimo de 510 reais. Bem que o real está sub-valorizado, é uma outra questão, mas o Brasil continua crescendo e vai crescer mais. Quanto maior for a renda do brasileiro, quanto maior for a possibilidade de acesso do brasileiro ao consumo, maior será a contribuição para a União, para os estados e municípios.

Então, ao invés de nós retirarmos a condição dos estados e municípios de se desenvolverem, nós temos que devolver isso para que haja aumento de consumo, aumento de produção e aumento de receita. Essa talvez seja a equação que, pelo menos, eu entendo que se deva buscar, beneficiando a todos os brasileiros e procurando cumprir a Constituição na questão da diminuição das desigualdades.

Era isso. Não tenho pergunta a fazer. Apenas agradeço as informações que nos foram repassadas hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Então, V. Exa. aqui pôde examinar, até pelos quadros que no caso da aprovação da PEC-65/2005, de um total de estimativa de receita da ordem de 451,2, ou 451,3 bilhões, haveria uma perda, para a União, da ordem de 21,5 bilhões; no caso da PEC-17, de um total de estimativa de receita de 409 bilhões, haveria uma perda, para a União, de 87 bilhões de reais, portanto, para que considerássemos a apreciação e aprovação dessa PEC, se não houver, conscientemente, uma alternativa de receita, obviamente, para os diversos programas da Previdência e da área de desenvolvimento social, teríamos que encontrar uma alternativa, senão colocaríamos, digamos, o Governo Federal numa situação difícil, seja para este Governo, seja para o próximo, qualquer que seja o Presidente eleito. Então, é importante que tenhamos essas informações...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Me permite um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Claro. Por favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. calculou quanto o seu estado, Estado de São Paulo, e os municípios iriam receber a mais? V. Exa. só está preocupado com a perda de arrecadação do Governo, da União; não está preocupado com o estado que V. Ex. representa aqui no Senado.

Esta Casa, Senador Suplicy, tem a representação dos estados... Dos estados. Então, V. Exa. tem o compromisso com o seu estado, de defender as propostas que venham a beneficiar o estado, como eu faço com o estado do Pará; é dever de ofício. V. Exa. só diz da perda da União. Me diga quanto é que o Estado de São Paulo vai receber a mais?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas V. Exa. precisa levar em consideração que os cidadãos de São Paulo, assim como os do Pará, que recebem, seja os benefícios do Regime Geral da Previdência, seja os que recebem o benefício da Previdência Rural, sejam aqueles que recebem os benefícios da Previdência Continuada ou de prestação continuada, referente a LOAS, seja os benefícios do programa Bolsa Família, e que têm tido resultados muito significativos, inclusive do ponto de vista de diminuição da desigualdade social no Brasil, da desigualdade de renda e de riqueza, e esses são dados efetivos, que têm sido alcançados, desde o início dos programas de transferência de renda, que se originaram em todo o debate havido durante a década dos anos 90, seja aqui no Senado, seja com os programas iniciais, ao nível Municipal, como os de Campinas, de José Roberto Magalhães Teixeira, de Cristovam Buarque, do Bolsa Escola, ambos tiveram características semelhantes, eram programas de garantia de renda mínima associados à Educação, e que também foram denominados Bolsa Escola, e depois o programa bolsa alimentação, o programa...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Auxílio-Gás.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O Auxílio-Gás, o programa referente...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A memória de V. Exa. é seletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E eu estou dizendo todos, inclusive o programa PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o programa que correspondeu ao vale alimentação, e assim por diante, esses foram todos racionalizados e unificados no programa Bolsa Família, todos esses programas se desenvolvendo, assim como foi aqui colocado na exposição do representante do Ministério do Desenvolvimento Social, todos esses programas hoje são financiados com recurso da União; se nós retirarmos recursos da União, então, teremos dificuldade em prover o necessário para todos esses programas, seja de Previdência Geral, sejam os programas da área do desenvolvimento social.

Então, temos que ter aqui uma decisão responsável. É isso que eu gostaria de enfatizar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite, V. Exa.?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Claro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu concordo plenamente com V. Exa., sou a favor de todos esses programas que foram continuados e, como V. Exa. diz, até a aperfeiçoados pelo Governo Lula. São todos importantes para que haja uma distribuição de renda. V. Exa. é um lutador sobre esse tema e tem o nosso apoio. Não sou contra e não quero que... Pelo contrário, se nós assumirmos a Presidente da República pela vontade do povo brasileiro, nós vamos ampliar esses programas sociais, porque foram começados lá atrás, foram melhorados e ampliados no Governo Lula, e serão melhorados e ampliados no Governo, se nós assumirmos, e acredito que, por qualquer Governo, que isso é uma questão que independe de Governo.

Mas agora eu quero dizer a V. Exa. que, quando nós discutimos a não manutenção, porque não foi... Nós não derrubamos a CPMF. O Governo usa isso como uma bandeira de que o Congresso, o Senado Federal

derrubou a CPMF... Tirou da Saúde 10 bilhões de reais. Nós não derrubamos, nós apenas não renovamos, porque a CPMF, ela se extinguiria, estava previsto que ela teria validade até aquele momento, dali para frente não. O Governo queria manter. Ela foi extinta e o mundo não acabou, o mundo não acabou.

Então, eu acredito, e V. Exa. tem razão, eu acredito que nós vamos ter que encontrar meios para que possamos fazer a reposição desses valores que V. Exa. colocou, 20 bilhões mais 40, para manter o atendimento a todos os brasileiros que recebem essa ajuda social. Agora, tem alguma coisa, Senador Suplicy, que deveria ser pré-requisito de qualquer Governo, que é a gestão, excelência na gestão. É na questão da gestão, que você vai fazer a diferença e poder atender aos brasileiros.

V. Exa. tem memória, sabe como o Governador Aécio Neves recebeu o estado de Minas Gerais, para poder pagar os compromissos com os funcionalismos. No último período do Governo anterior ao dele, a União teve que repassar recursos para o estado, ou seja, ele recebeu o estado em situação de desequilíbrio total, e hoje ele apresenta, sem aumento de tributos, sem nada, investimentos de recursos próprios, que são hoje reconhecidos no Brasil inteiro. Seu Estado de São Paulo, ao longo desse processo que vem desde Mário Covas, também sofreu essa mesma diferença; meu Estado do Pará também se recuperou, de 95 até 2006, saiu de um estado que não tinha crédito para comprar um alfinete para um dos cinco estados melhores administrados do Brasil e, lamentavelmente, hoje estamos recuando, estamos voltando atrás e quem está sofrendo, com isso, é a população do Pará.

Mas eu quero dizer à V. Exa. que eu me acosto à preocupação de V. Exa., sou a favor de todos esses programas, o meu partido defende todos eles, até porque os criou, então, defende todos eles. E fique certo que haverá de ter, dentro de uma gestão competente, encontrar os recursos para que eles não sejam, não se prejudiquem milhares de brasileiros que são atendidos de forma corretamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, inclusive, pela sua presença e contribuição aqui.

Eu queria formular um convite aos Srs. Márcio Coelho, Remígio Todeschini, José Dirceu Galão, ao Senador Flexa Ribeiro e a todos, no próximo dia 30 de junho, 1° e 02 de julho deste ano, na Faculdade de Economia, de Administração e Contabilidade de Universidade de São Paulo, se realizará o 13º Congresso Internacional da Rede na Terra da Renda Básica (The Basic Income Earth Network). Estarão presentes pessoas, economistas, filósofos, cientistas sociais, ativistas da proposição dos estudos de transferência de renda em todos os países do mundo; virão pessoas dos cinco continentes e alguns dos maiores especialistas e proponentes da proposição de se prover a todas as pessoas em cada país o direito de receber uma renda básica como um direito à cidadania. A ninguém será negado.

Então, será uma oportunidade para que, inclusive, venhamos aprofundar a reflexão sobre como será possível a transição dos diversos programas de transferência de renda, inclusive do Bolsa Família, em direção à renda básica de cidadania.

Gostaria que, Senador Flexa Ribeiro, de observar que há uma coisa interessante, nessas vezes disputas que se dá aqui, quando se fala “como nasceu”, “quem propôs” os diversos programas de transferência de renda, mas há uma característica muito importante, todos os partidos... Senador Flexa Ribeiro, esse momento aqui é chave. Na história dos programas de transferência de renda, desde que eu cheguei aqui ao Senado, em 90, todos os partidos aprovaram, por consenso, cada um destes programas. Por exemplo, quando eu apresentei, em abril de 91, um programa de garantia de renda mínima, através de um imposto de renda negativo, ele foi aprovado pelo Senado por consenso; quem encaminhou pelo PSDB foi o então líder do PSDB em Plenário, Senador Fernando Henrique Cardoso, e todos os partidos, por consenso, o aprovaram. Daquele debate, surgiu a ideia de se relacionar a garantia de renda mínima à oportunidade de educação, que se iniciaram em diversos municípios, se espalharam, até que diversas iniciativas ocorreram, de diversos partidos que foram todos apensados e, em 97, se iniciou a primeira forma de o Governo Federal, no Governo Fernando Henrique Cardoso, ajudar os municípios a adotarem o programa Renda Mínima Associada à Educação, ou Bolsa Escola que, em 2001, foi através de Medida Provisória outra vez aperfeiçoado e aprovado.

Tanto em 97 quanto em 2001, os programas que assim foram chamados de renda mínima associados às oportunidades de educação ou Bolsa Escola, e depois o Bolsa Alimentação, todos tiveram a aprovação unânime, consensual, de todos os partidos, inclusive, portanto, quando nós éramos da oposição. Quando foi aqui votada a...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O que não aconteceu com a CPMF.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): ...Quando foi votado o programa Bolsa Família, também os partidos de oposição, então ao Governo Lula, também votaram favoravelmente, outra vez, por consenso. Eu queria...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. falou bem. Nós somos oposição ao Governo, não ao Brasil ou aos brasileiros. Tudo o que for para favorecer ao Brasil e aos brasileiros, nós temos votado com o Governo, no Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E eu, inclusive, tive a honra, a felicidade de ver, porque, quando, ao longo dos anos 90, ao estudar os problemas de transferência de renda, fiquei persuadido no diálogo com economistas e filósofos de todo o mundo, que formam a BIEN, que melhor ainda do que a renda mínima associada à educação e à Saúde e forma de imposto de renda negativo, seria a renda básica incondicional, que é a perspectiva de para onde vamos, na verdade, em dezembro de 2002, no Senado, e dezembro de 2003, o projeto que institui a renda básica incondicional foi aprovado por consenso de todos os partidos também, e sancionado pelo Presidente Lula, com a característica de que será instituído por etapas, começando pelos mais necessitados, como faz o Bolsa Família, até que um dia teremos a universalidade para todos.

E gostaria aqui de concluir com uma homenagem a uma das pessoas que podem ser considerados precursores da proposição, que vai além da qual partido pertença, pois, não sei se o Remígio, o José Dirceu e Márcio sabem bem, mas, em 24 de março de 1956, durante o Governo Juscelino Kubitscheck, era Deputado Federal Josué de Castro e, da tribuna da Câmara dos Deputados, fez um discurso sobre os desníveis de renda. E, à certa altura, ele diz: "Eu defendo o direito de todas as pessoas receberem uma renda suficiente para as suas necessidades básicas como um direito de sermos brasileiros". Uma frase de três linhas, que está... Eu descobri isso quando aqui houve a homenagem, presente até a filha de Josué de Castro, ao final de 2008, do centenário de José de Castro, num dos discursos que aqui foram publicados, até por ocasião do centenário dele, pela Câmara dos Deputados.

Então... Mas poderíamos ir às origens dessa proposição, ali na Bíblia Sagrada, nos ensinamentos do Alcorão, do Budismo–

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): ...De Confúcio, de Aristóteles e, portanto, se trata de uma idéia que pertence à humanidade. Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero parabenizá-lo pela sua determinação da renda mínima...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Renda básica de cidadania, incondicional para todos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vai ter meu voto favorável...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Já teve, o PSDB já votou, só falta implementar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só falta vontade política. É exatamente aquilo que eu me referia e que o Presidente Lula fez agora. Como foi que ele combateu a crise? Aumentando o consumo, investindo no consumo, para poder combater a crise, que haveria queda de receita. Então, ele liberou dinheiro para a população. Eu acho que é por aí. Eu acho que quanto mais recursos o brasileiro tiver, melhor condição de vida, o país vai avançar mais aceleradamente.

Eu tenho por V. Exa. uma estima e uma administração muito grandes porque V. Exa. é brilhante nas teses que defende e nas suas exposições, mas eu queria pedir licença à V. Exa., que eu tenho um compromisso...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Estamos ambos sendo chamados na CRE outra vez.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda não acabou a CRE?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu acabo de ser chamado porque eu sou Relator de Projeto lá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu tenho um compromisso no meu estado, político, V. Exa. não vai... V. Exa. vai disputar o Governo de São Paulo, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não. Eu me coloquei à disposição, mas ali o partido quer dialogar com todos nós, pré-candidatos, vamos ver qual a decisão. O importante é que, como o Presidente Lula hoje está com recorde de boa avaliação em todo o país, para lá de 80%, nós estamos todos nos sentindo muito bem, mas é claro que o importante será o exercício da democracia para que o povo brasileiro escolha o melhor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu espero que o seu partido o escolha para sair candidato ao Governo de São Paulo. Eu sou candidato à reeleição ao Senado pelo Estado do Pará, e eu tenho um compromisso político, hoje à noite lá, e eu tenho que pegar um avião às 13h30, então, eu vou pedir desculpa à V. Exa. e aos palestrantes, que eu vou ter que me ausentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Agradeço a presença de V. Exa. aqui.

Muito obrigado, Sr. Márcio Coelho, Remígio Todeschini, José Dirceu Galão, pela contribuição. Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h13.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Almeida Lima, Geovani Borges, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Romero Jucá, Renan Calheiros, Lobão Filho, Neuto de Conto, Raimundo Colombo, José Agripino, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, Gim Argello e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores João Pedro, Marco Maciel, Jarbas Vasconcelos e a Senadora Kátia Abreu. Os Senadores Aloizio Mercadante e Jayme Campos justificaram ausência. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo – EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 1995:** Altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que 'dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União e dá outras providências. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Júnior. **Relatoria Ad hoc:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Favorável às Emendas 1 a 3 da Câmara dos Deputados. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável às Emendas nºs 1 a 3 da Câmara dos Deputados oferecidas ao Projeto. **ITEM 2) Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2009:** Dispõe sobre norma geral para os Corpos de Bombeiros Militares, que estabelece a obrigatoriedade de uso de redes de proteção. **Autoria:** Deputado Luciano Castro. **Relatoria:** Senador João Pedro. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Observações:** Votação Nominal. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 7) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 2009:** Altera o Código Penal, para incluir a tipificação de pirataria contra embarcação. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Romeu Tuma. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Observações:** Votação Nominal. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 8) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, DE 2009:** Altera a redação de dispositivo da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960 (Lei de Pensão Militar), relativo à filiação, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria Ad hoc:** Senador César Borges. **Relatório:** Pela rejeição da matéria, por inconstitucionalidade. **Observações:** – Votação Nominal. **Resultado:** Rejeitado o Projeto, em decisão unânime, por inconstitucionalidade. **ITEM 9) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 400, DE 2009:** Dispõe sobre a proibição da venda de fardas, coletes e qualquer tipo de vestuário, bem como distintivos e acessórios das Forças Armadas Brasileiras, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal ou de qualquer órgão que tenha poder de polícia. **Autoria:** Senador Romeu Tuma. **Relatoria:** Senadora Ideli Salvatti. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com quatro Emendas que apresenta. **Observações:** Votação Nominal. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ a 4-CCJ. **ITEM 23) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 384, DE 2009:** Estabelece a obrigatoriedade para as prefeituras municipais de procederem à coleta seletiva de lixo e de materiais recicláveis. **Autoria:** Senador Leomar Quintanilha. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatoria Ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior. **Relatório:** Contrário à matéria, por inconstitucionalidade. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Projeto, em decisão unânime, por inconstitucionalidade. **ITEM 29) Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2009:** Altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a compensação de benefícios tributários concedidos pela União, relativos aos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados. **Autoria:** Senador José Agripino e outros. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Júnior. **Relatório:** Favorável à matéria, com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais. **EXTRAPAUTA: ITEM 1) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 10, DE 2010 – COMPLEMENTAR:** Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das

Forças Armadas (cria o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas). **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Favorável à matéria. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e sete minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e dez, ficando adiados os demais itens, a saber: **ITEM 3)** PLC Nº 119, DE 2009; **ITEM 4)** PLC Nº 172, DE 2009; **ITEM 5)** PLS Nº 273, DE 2008; **ITEM 6)** PLS Nº 345, DE 2008; **ITEM 10)** PLC Nº 49, DE 2006; **ITEM 11)** PLC Nº 110, DE 2006 tramita em conjunto com PLS Nº 204, DE 2005, PLS Nº 327, DE 2007, PLS Nº 199, DE 2004, PLS Nº 307, DE 2005; **ITEM 12)** PLC Nº 31, DE 2007; **ITEM 13)** PLC Nº 129, DE 2007; **ITEM 14)** PLC Nº 300, DE 2009; **ITEM 15)** PLC Nº 302, DE 2009; **ITEM 16)** PLS Nº 171, DE 2004; **ITEM 17)** PLS Nº 294, DE 2005; **ITEM 18)** PLS Nº 479, DE 2007 – Complementar; **ITEM 19)** PLS Nº 700, DE 2007; **ITEM 20)** PLS Nº 160, DE 2008; **ITEM 21)** PLS Nº 98, DE 2009; **ITEM 22)** PLS Nº 180, DE 2009; **ITEM 24)** PLS Nº 451, DE 2009; **ITEM 25)** PEC Nº 13, DE 2003; **ITEM 26)** PEC Nº 16, DE 2004; **ITEM 27)** PEC Nº 30, DE 2007; **ITEM 28)** PEC Nº 41, DE 2007; **ITEM 30)** RQS Nº 194, DE 2010, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens nºs 01 ao 30, 01 a 30.

Item 01, página 17.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa..

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Queria pedir a gentileza a V. Exa. retirar da pauta o projeto que relata... A parte de pirataria da Marinha, porque a Marinha pede para trocar mais uma ideia, umas sugestões para melhorar o projeto.

Se V. Exa. concordar, eu solicito que retire de pauta para podermos rever. Item 07.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não há qualquer óbice, havendo concordância do Plenário, retiro de pauta.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, retirado a pedido de V. Exa..

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 01, página 17, Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1995. "*Altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 72, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União, e dá outras providências*." Autoria: Senador Romero Jucá. Relatoria: Senador Antonio Carlos Júnior.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Dornelles, a quem nomeio relator *ad hoc* para proferir o relatório. Item 01, página 17.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado 69 altera a Lei 5.809, que "*Dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União e dá outras providências*", e foi apresentado em 91, pelo Senador Marco Maciel.

O relatório foi amplamente distribuído e a emenda merece aprovação nesse Senado.

A Lei Complementar 95, que dispõe sobre a elaboração da redação da consolidação das leis, em seu art. 9º, que a cláusula de revogação deverá enumerar expressamente as leis e dispositivos legais.

Somos pela aprovação, nessa comissão, do projeto, bem como das Emendas 1, 2 e 3 ao Projeto do Senado 69.

É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada, a matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 23 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2009, página 253, "*Estabelece a obrigatoriedade para as prefeituras municipais de procederem a coleta seletiva de lixo de materiais recicláveis*." Auto-

ria: Senador Leomar Quintanilha. Relatoria: Senador Jayme Campos.

A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, em decisão terminativa, salvo se for aprovado parecer pela rejeição por inconstitucionalidade.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior, a quem nomeio relator *ad hoc* para proferir o relatório. Página 253.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Em relação à constitucionalidade e juridicidade, o projeto está de acordo, não há nenhum problema.

"*Cumpri-nos recordar, nesse passo, que não existe hierarquia de leis no que concerne à legislação de três pessoas da federação. Uma lei estadual não é hierarquicamente superior a uma lei municipal, e uma lei federal não é superior às leis estaduais e municipais, entendido aqui que o conceito de lei no sentido amplo.*

Isso porque não existe relação hierárquica entre União, estados e municípios.

O art. 18 da Constituição é claro ao consagrar a autonomia entre todos os entes da federação. De tal autonomia resulta a paridade entre leis federais, estaduais ou municipais. O que existe é distribuição de competências, entre as leis dos diferentes níveis federativos.

Se o município tem competência exclusiva para ditar leis sobre determinado assunto, a lei municipal, no contexto da comunidade local prevalece sobre leis federais e estaduais.

O que há tradicionalmente entre nós, na feliz expressão cunhada por Gonçalves de Oliveira, em trabalho que analisa a Constituição de 1934, é o 'primado da competência' (Revista Forense).

O constituinte de 34 já havia consagrado a regra perpetuada até nossos dias.

O projeto sob estudo pretende impor às prefeituras municipais regras de conduta quanto a matéria de interesse local.

Não se trata, portanto, de estabelecimento de regras gerais, adentra-se à esfera da competência municipal; a lei federal que invade o campo reservado à legislação municipal incide em inconstitucionalidade.

Ademais, a proposição tem por regular a matéria de competência propositiva regular exclusiva do Poder Executivo, conforme determina o art. 84 da Constituição Federal.

Cabe salientar aqui que as constituições estaduais e as leis orgânicas dos municípios, essas verdadeiras Constituições municipais possuem na Constituição Federal sua fonte jurídica.

Sendo assim, em cada município a matéria objeto desse projeto de lei deve ser regulada por lei do ente federado, cuja iniciativa deve partir do prefeito municipal.

Portanto, na espécie, a proposição esta eivada de vício de inconstitucionalidade formal também pelo fato de ser iniciativa parlamentar.

Concluindo, o Projeto de Lei nº 384, de 2009, fere a Constituição Federal no tocante a autonomia municipal, art. 18 da Constituição, competência privativa do Poder Executivo, consubstanciada no inciso VI do art. 84, de reprodução obrigatória de estados e municípios."

Portanto, o Voto é pela inconstitucionalidade do Projeto nº 384, de 2009, portanto pela sua rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O parecer é pela inconstitucionalidade da proposta.

Vejam o que disse o Senador Antonio Carlos Júnior: a proposta é louvável, propõe que as prefeituras municipais procedam a coleta seletiva de lixo e materiais recicláveis. Mas diz o Senador Antonio Carlos Júnior o que é verdade, isso é matéria de competência exclusiva do município e mais, se pudesse ser, pudesse essa matéria ser legislada pela União, seria também de competência exclusiva do Executivo.

Então, o parecer é pela inconstitucionalidade.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis, uma vez que foi considerada inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça, a unanimidade dos presentes.

Item 14 da pauta. Ou melhor, Item 27 da pauta, página 299.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu gostaria de solicitar a inversão de pauta para votação do Item 30, que é o requerimento do Senador Tasso Jereissati, que solicita o sobrestamento do Projeto de Lei da Câmara nº 309.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 30, em discussão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, o Item 30...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 30, página 347, Requeri-

mento nº 194, de 2010, "*Nos termos do art. 335, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o sobrestamento do PLC 309, de 2009, que autoriza o Poder Executivo a criar Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural, PETRO-SAL, para aguardar a decisão do Senado Federal sobre Projeto de Lei nº 5.938, de 2009, que trata do marco regulatório do Pré-Sal, que se encontra em fase final de tramitação na Câmara dos Deputados*." Autoria, Senador Tasso Jereissati, relatoria Senador Antonio Carlos Júnior. Em 17 de março de 2010 foi concedida vista coletiva.

Consulto aos Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim. Tem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quem vai fazer? Voto em separado?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Voto em separado assinado pelo Senador Inácio Arruda.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda para fazer a sustentação do seu voto em separado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, primeiro, a Mesa, eu coloco à consideração da Mesa, porque há uma solicitação do Senador Tasso Jereissati para que se retire a urgência dessas matérias.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, não é essa solicitação, porque é impossível se retirar a urgência constitucional.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro, seria inconstitucional, tirar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O que está pedindo é o sobrestamento da discussão enquanto não se discute outra matéria.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Resolva. Porque a questão central do debate sobre o pré-sal, eu tenho olhado e examinado esse debate sobre distribuição da riqueza oriunda do pré-sal, de uma parte dessa riqueza, que são *royalties* e participação especial para os estados considerados produtores, chamados produtores, que esses estados teriam direitos adicionais.

Esse debate, eu tive a oportunidade de discutir ontem, no Plenário do Senado, eu considero que ele, na verdade, aparece como uma matéria diversionista, que joga a favor daqueles que não desejam uma alteração substancial, que considero que o Presidente da República enviou ao Congresso Nacional com este sentido, que é o estabelecimento do novo modelo de exploração dos recursos do pré-sal, os hidrocarbonetos, óleo, e gás, que estão na camada do pré-sal.

O novo modelo é que é a questão mais significativa. Ela que é a questão central, então é isso que está em debate. É óbvio. E qualquer outro movimento que se apresente como central, na verdade, ele desvia o foco dessa questão chave e estratégica para o futuro da exploração das riquezas do pré-sal.

Acho que aqui é que está o problema, e nós sobrestarmos a matéria, se há um pedido de urgência constitucional, evidente que cria apenas um embaraço para a nossa Comissão, porque a urgência constitucional vai obrigar a matéria a ir ao Plenário do Senado, independente de sobrestamento ou não.

Então, eu considero que ela seria inconsequente, na verdade. Nós não teríamos o resultado, talvez, almejado. Porque se há urgência, se não se retira a urgência, e eu sou de opinião de que o Governo não deve retirar a urgência sobre essa matéria, num ano curto como é o ano de eleição, que nós temos até o mês de junho, se você retira a urgência, significa que não iremos votar essa matéria durante o ano de 2010.

Então, considero que o sobrestamento não é adequado, o mais adequado é nós permitirmos que a comissão debata o assunto, discuta o assunto, que se distribua as matérias aos nossos relatores da Comissão de Justiça, permita que haja um debate franco, aberto, sobre a matéria, eu acho que seria mais interessante para todos nós, do que um sobrestamento que eu considero que não vai nos ajudar em absolutamente nada.

Tem um conjunto de matérias propostas pelos estados. Hoje mesmo a Confederação Nacional dos Municípios vai apresentar uma proposta que visa tratar dessa questão, que eu considero que não é a central, mas apareceu como central, que é a distribuição de uma parcela dessa riqueza, que são os *royalties* e participação especial.

Por isso, Sr. Presidente, eu considero inadequada a aprovação do requerimento, penso que é preciso debater a matéria, distribuir as relatorias, fazer um debate franco, aberto, na nossa Comissão sobre o tema, do ponto de vista da natureza, política, econômica, social, do novo modelo exploratório, é isso que está em questão, é isso que está em causa.

Paralelamente, evidente, que entrou o problema dos *royalties* e da distribuição dos *royalties* e das participações especiais, que eu considero que nós devemos resolver, não caberá ao Senado nem a nenhum estado sacrificar o Estado do Rio de Janeiro, do Espí-

rito Santo, de São Paulo, muito menos deixar que essa riqueza pertença apenas a esses estados.

Acho que o Senado tem capacidade, sim, de encontrar o caminho adequado, acho que assim que nós vamos tratar a matéria no Senado, com o máximo de cuidado, no tempo adequado. Eu acho que o tempo, para se ter ideia, nós começamos esse debate na Comissão de Infraestrutura, na hora que a matéria entrou aqui, então não é uma matéria que seja uma novidade para os senadores, de que não tenha acontecido o debate.

Nós estamos acompanhando a matéria desde o dia que ela chegou no Congresso Nacional, desde esse dia, que nós realizamos debate, Comissão de Infraestrutura, Comissão de Assuntos Econômicos.

Quer dizer, o debate está, assim, espalhado entre todos os setores do Senado Federal, eu acho que não há uma comissão que os senadores não tenham já dado uma opinião, ou porque é assunto direto, meritório daquela comissão, ou porque desejam participar. A Comissão de Assuntos Sociais deseja participar, porque quer ter uma fatia do pré-sal nas questões sociais, claro. Na Comissão de Meio Ambiente é a mesma coisa.

Então, eu acho que há um debate aceso entre os senadores, por isso eu considero que a melhor maneira, o melhor meio é distribuir a matéria, colocar na mão dos senadores, relatar a matéria e votar na Comissão de Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio**...**

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu, como relator, falo por último.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, vamos pela ordem de inscrição.

Primeiro, Senador Dornelles, em seguida Senador Antônio Carlos Valadares, Alvaro Dias, e Eduardo Azeredo e Suplicy.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, o Senador Antonio Carlos pode ir na minha frente, depois eu falo depois dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ele é o relator, fala por último.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu quero concordar em grande parte com as palavras do Senador Inácio Arruda, aliás, concordo sempre.

O que ele disse com muita propriedade é que o foco da discussão tem que voltar sobre o projeto de lei que muda o marco regulatório do petróleo. Que muda o marco regulatório do petróleo, concessão e partilha, o foco tem que ser nessa direção e é justamente o requerimento do Senador Tasso Jereissati.

O que diz o Senador Tasso Jereissati? Que o pré-sal, que está sendo constituído para administrar a partilha, só pode ser aprovado depois de ter sido aprovado também o projeto de lei que instituiu a partilha.

Como é que pode ter pré-sal sem partilha? Então, primeiro, em primeiro lugar, diz o senador, nós temos que aprovar e discutir o projeto relacionado com a mudança do marco regulatório e, depois, então, se aprovado, se constituído a partilha, nós vamos aprovar o projeto da empresa que vai administrar a partilha, que aliás não há nem necessidade de existir essa empresa; mas de qualquer maneira a ordem é primeiro o regime de exploração, e depois a empresa que vai administrar o novo regime.

De modo que, Senador Inácio Arruda, eu acho que não existe nenhuma divergência entre a sua posição e o requerimento do Senador Tasso Jereissati.

V. Exa. falou com muita propriedade, o foco da discussão tem que ser a mudança do marco regulatório, e nós estamos jogando toda a atenção em distribuição de *royalties*, que é o assunto que nós vamos chegar ao acordo e entendimento aqui no Senado, mas que não podemos deixar de examinar a mudança do marco regulatório.

Esse é o meu... Para aprovar o requerimento do Senador Tasso Jereissati.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa..

Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente. Eu imagino que, quando o Senador Tasso Jereissati apresentou este requerimento, o seu objetivo era justamente este, o de apreciar, em primeiro lugar, o projeto de lei que dispõe sobre o marco regulatório, deixando sobrestado o Projeto de Lei nº 309, que autoriza o poder executivo a criar a PETRO-SAL; este é o seu objetivo.

No mérito, nós achamos que nada obsta. No entanto, Sr. Presidente, sua proposta padece de uma fundamentação regimental. O Projeto de Lei nº 309...

Eu estou um tanto rouco, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Silêncio, por favor.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Primeiro eu gostaria que o estúdio aumentasse um pouco o som, se possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pede para aumentar porque está baixo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E silêncio na sala, para eu poder argumentar.

Estava dizendo, Sr. Presidente**...**

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Peço silêncio aos senhores no fundo, por favor.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Que esta matéria objeto do sobrestamento pedido pelo Senador Tasso Jereissati está tramitando como projeto urgente, de uma forma especial, estabelecida pela Constituição Federal, como prevê o art. 375 do nosso Regimento Interno.

E não se trata, Sr. Presidente, de uma proposição, como, por exemplo, a que tramita na forma do art. 335, que aqui regula a tramitação das matérias comuns, das matérias ordinárias, que diz, no parágrafo único do art. 335, inciso III: "*A votação do requerimento, quando de autoria de Senador, será precedida de parecer da comissão competente para o estudo da matéria*."

No entanto, Sr. Presidente, este parecer só poderia ser dado numa matéria que não tivesse tramitação constitucional, matéria ordinária, matéria comum, mas como é prerrogativa do Presidente da República requerer a qualquer uma das Casas uma tramitação em regime de urgência, só o Presidente da República pode fazer o sobrestamento.

Só o Executivo pode dizer mais ou menos assim: "Presidente do Senado, eu gostaria de retirar a urgência para que a matéria tivesse uma tramitação mais demorada e que o debate se aprofundasse sobre ela."

O art. 375, inciso VI, só admite uma coisa, não admite sobrestamento, só admite adiamento; adiamento da discussão, e da votação, e que não poderá ser aceito esse adiamento, Sr. Presidente, num prazo superior a 24 horas.

Então, se o Senador Tasso Jereissati, ao invés de sobrestamento tivesse requerido, tivesse pedido a essa Comissão o adiamento, aí sim, ele estava de acordo com o Regimento, aí sim ele estava de acordo com o Regimento, de acordo com a Constituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas o adiamento é da discussão de mérito, não é o caso.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas aí eu estou falando o adiamento de discussão ou votação de qualquer matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. O que não é o caso.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O que ele pede, me parece, e aí ouso discordar de V. Exa**...**

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, eu gostaria de falar**...**

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode concluir, por favor.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Uma vez que V. Exa. nesta Casa é um magistrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Conclua, por favor.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, em relação a isso, eu volto a dizer, Sr. Presidente, que a matéria objeto do requerimento tem um vício de inconstitucionalidade e regimental intransponível, sob pena de esta Comissão, que é a Comissão de Justiça cometer uma ilegalidade.

Este requerimento não pode ser votado, Sr. Presidente. E se for votado, com todo respeito que tenho ao autor do requerimento, e à defesa que aqui fez o Senador Dornelles, o PSB votará contra.

O art. 172, Sr. Presidente, do Regimento Interno, diz o seguinte: que "*A inclusão em Ordem do Dia de proposição em rito normal, sem que seja instruída com pareceres das comissões a que houver sido, só é admissível nas seguintes hipóteses: por ato do Presidente quando se tratar de projetos com prazo de 20 dias para o seu término*."

Isto é, o procedimento especial, previsto no Regimento Interno, diz expressamente que as comissões terão 25 dias para deliberar a matéria, 25 dias, então como é que nós podemos sobrestar indefinidamente uma matéria deste tipo, se o próprio Regimento diz que as comissões terão 25 dias para deliberar sobre matéria em regime de urgência, que foi solicitado pelo Presidente da República.

De modo que, Sr. Presidente, não estou entrando no mérito do requerimento, não estou entrando no mérito do projeto, estou falando daquilo que é raiz da existência desta Comissão, é fonte fundamental para as decisões desta Comissão, segurança jurídica no andamento das matérias.

Em sendo assim, Sr. Presidente, afrontar a Constituição neste momento, afrontar a Constituição através de um requerimento, não é de boa índole desta Comissão.

E não adianta interrupção sobre o que estou falando, porque isso aqui é um parlamento e eu não aceito autoritarismo, aqui nós estamos falando é de Constituição, não é de autoritarismo.

Pois é, Sr. Presidente, eu voto contra o requerimento, e encaminho nesse sentido de que devemos obedecer ao tramite constitucional.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, primeiramente, eu devo destacar que considero um absurdo o Governo adotar o procedimento do açodamento para aprovação de uma legislação tão importante para o país.

É bom considerar sempre que**...**

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Assessoria, a assessoria está impedindo a discussão. Então vamos baixar, para que nós garantamos a palavra ao Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): E eu vou continuar falando baixo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A vontade.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Nós não estamos elaborando uma legislação para o Governo Lula, que termina no dia 31 de dezembro. Nós não estamos elaborando uma legislação para o Governo que assume no dia 1º de janeiro. Nós estamos elaborando uma legislação que tem que ter qualidade suficiente para ser definitiva, e que diga a ela a respeito do futuro do país, e não apenas se restrinja a eventuais interesses que residem, sobretudo, no ano eleitoral.

Tenho acompanhado esse debate do pré**-**sal desde o lançamento de forma espetaculosa e bombástica pelo Presidente da República. Tenho discordado desses procedimentos midiáticos que não respeitam a inteligência das pessoas, porque o Governo toma a reserva que é prevista do pré**-**sal, e não provada, e toma como aprovada a reserva prevista. E alardeia que todos os problemas deste país serão resolvidos com essa fortuna que se encontra nas profundezas do mar.

Em sinceridade, vocação megalomaníaca; enfim, é o espetáculo produzido especialmente para construir um projeto de poder, e não um projeto de nação. Nós temos que ter o cuidado nesse debate, Sr. Presidente.

Isto, no que diz respeito à análise macro desta questão pré**-**sal, mas se nós partirmos para os detalhes, os equívocos são ainda mais visíveis. Há uma inversão de prioridades, e o requerimento do Senador Tasso Jereissati tem muito a ver com esta inversão de prioridades.

Primeiro, o governo quer aprovar a instituição de uma empresa estatal nova, a PETRO**-**SAL, e depois discutir e deliberar sobre o sistema de exploração do pré**-**sal.

Ora, me parece ser imprudente, isso faz**-**me lembrar a Assembleia Nacional Constituinte de 88, que adotou o modelo italiano de medida provisória, pensando no parlamentarismo, e depois houve um desvio para o presidencialismo e manteve**-**se um modelo inspirado no parlamentarismo, com as consequências que todos nós conhecemos.

Nesse caso, o Governo deseja aprovar a empresa, a PETRO**-**SAL, como se já estivesse assegurada a aprovação do sistema de partilha. Ora, está certo que o Governo tem confiança na sua base, que é amplamente majoritária no Senado Federal; mas mesmo com toda esta confiança, me parece ser uma inversão.

O governo não pode antecipar**-**se a um fato. Ele pode imaginar que o Senado optará pelo sistema de partilha, mas não pode assegurar**-**se disso a ponto de pretender já instituir uma empresa que funcionará para atender o novo sistema adotado, que seria o sistema de partilha.

Porque é evidente que se o sistema atual for mantido, de concessões, que institui a Agência Nacional de Petróleo, que teria com essa empresa prerrogativas subtraídas, obviamente não se discutiria, eu penso, a criação de uma nova empresa com a manutenção do sistema de concessões.

Discute**-**se em razão da mudança do sistema. Para nós ela é desnecessária, mesmo que o sistema seja de partilha. Nós não concordamos com a criação da empresa, mesmo que o Senado faça a opção por substituir um sistema que deu certo, que promoveu uma grande evolução, que fortaleceu a PETROBRAS, que atraiu grandes investimentos, que gerou riqueza, mesmo que o governo pretenda mudar esse sistema que está dando certo, por um sistema que há controvérsias em relação a ele, mesmo que esse sistema seja adotado, eu repito, nós teremos que discutir em profundidade a conveniência da instituição de uma nova empresa denominada de PETRO**-**SAL.

Portanto, Sr. Presidente, a nossa posição é amplamente favorável ao requerimento do Senador Tasso Jereissati, que trabalha a favor da prudência, da responsabilidade.

Eu não vejo nenhuma inconstitucionalidade, é uma questão de interpretação, eu não vejo nenhuma inconstitucionalidade no requerimento do Senador Tasso Jereissati. Vejo apenas a preocupação em se elaborar uma legislação compatível com as necessidades do nosso país, uma legislação que tenha a quali-

dade suficiente diante dos problemas que nós vamos enfrentar para a exploração do pré-sal.

Exploração que exigirá investimentos fantásticos e que não podem ser, obviamente, alcançados, se não houver organização e competência de regulação. Esse propósito da bancada do PSDB, do Senador Tasso Jereissati, é exatamente de trabalhar a favor de uma legislação para o futuro desse país.

Por essa razão, Sr. Presidente, nossa posição favorável ao requerimento do Senador Tasso Jereissati, como são favoráveis também a que o governo reflita sobre a conveniência de manter esse regime de urgência.

Se afirma: "Não, não votaremos antes das eleições se não houver o regime de urgência." Mas o que nos obriga a votar antes das eleições? Qual é a justificativa para se votar antes das eleições? Qual a justificativa para essa urgência, para essa pressa, para esse açodamento, qual a justificativa para atropelar aqueles que pensam diferente? Qual é a justificativa para "tratorar", como se diz aqui, esse verbo se tornou um verbo do dia a dia no Senado Federal, qual é a justificativa para se "tratorar" a oposição que deseja uma discussão ampliada sobre todos os projetos apresentados relativos ao pré-sal?

Por que não votar depois da eleição? Por que não ouvir o governo eleito, inclusive, sobre o que se pretende em relação ao pré-sal?

Portanto, Sr. Presidente, não há, pelo menos até aqui, nenhum argumento convincente que sustente a necessidade de atropelarmos esse processo e de votarmos de forma imprudente e oferecermos ao país uma legislação com inconsistências, uma legislação claudicante, que possa obrigar o próximo governo inclusive a trabalhar imediatamente para alterá-la.

Portanto, esta é a nossa posição, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy. Em seguida V. Exa..

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, gostaria até de aproveitar a oportunidade para informar que os membros da Comissão de Reforma Administrativa, designada por V. Exa., vem realizando um trabalho sério e, acredito, profícuo, inclusive com a Presidência do Senador Jarbas Vasconcelos e com a relatoria do Senador Tasso Jereissati.

Na reunião realizada na semana passada, quando nós ouvimos os consultores do Senado Federal, nos foi dada a informação, por nós já conhecida, mas que quando o governo do Presidente Lula encaminhou para o Congresso Nacional os projetos relativos ao pré-sal, de pronto a consultoria providenciou os estudos relativos aos temas dos diversos projetos, e nós tivemos a oportunidade de receber estes trabalhos, e, portanto, os senadores, inclusive, por exemplo, na Comissão de Infraestrutura, já houve um avanço no debate relativo a toda questão do pré-sal.

Então, gostaria de informar que nós estamos com todos os trabalhos de assessoria do Senado, que são de excelente nível, já prontificados para que tenhamos os elementos necessários.

É da Constituição Brasileira que o Presidente da República pode perfeitamente solicitar a urgência para a apreciação de projetos de sua iniciativa, conforme está expresso no art. 64, §1º e, dessa forma, eu gostaria de aqui ponderar ao prezado Senador Alvaro Dias, ao Senador Antonio Carlos Júnior, que é o autor do parecer, e ao próprio Senador Tasso Jereissati que avaliam que estamos adiando a discussão desta matéria, sobrestando-a, nós estaremos diminuindo a eficácia com que a nação brasileira deseja iniciar os trabalhos de exploração do pré-sal, inclusive com a criação da empresa PRE-SAL(F).

No que diz respeito a como serão destinados os recursos provenientes dos *royalties* decorrentes da exploração do petróleo na camada pré-sal, acredito que este tema poderá ser tratado, debatido com toda a profundidade que merece, com o respeito entre todos os representantes das 27 unidades da federação e, obviamente, levando em consideração de um lado que cabe, segundo a Constituição, a União, e portanto a todo o povo brasileiro, aos 200 milhões de brasileiros que seremos em breve, explorar e termos o direito aos resultados desta exploração, assim como também, conforme reza o art. 20 da Constituição, em seu § 1º, ressalvar, ou destinar aos estados e municípios produtores e que são afetados pela produção, exploração e transporte, uma devida compensação.

Assim, Sr. Presidente, eu sou favorável a que examinemos essa matéria na forma como o Presidente da República constitucionalmente solicitou ao Congresso Nacional e em regime de urgência.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, causa estranheza essa pressa do governo.

O pré-sal, na verdade, é resultado de estudos da PETROBRAS de mais de uma dezena de anos, foram os técnicos da PETROBRAS que fizeram essa descoberta em um trabalho de muitos anos.

Foi investimento, acionistas e nós só vamos ter o produto do pré-sal também daqui a 10 anos. Então,

foram 10 anos de pesquisa, 10 anos para poder produzir, agora, por que ficar nessa pressa num assunto que é polêmico?

Nós temos aí uma PETROBRAS que tem acionistas, milhares de acionistas, e de repente você tem uma nova empresa. Por quê? Qual é a necessidade dessa nova empresa?

Ao mesmo tempo nós temos a discussão sobre a distribuição dos *royalties*, uma discussão que não está madura, uma questão que os outros têm direito de receber algum recurso porque o petróleo é a 300 quilômetros da costa, mas por outro lado não dá para também desmanchar o que já existe.

Então, não vejo porquê, o Senador Tasso tem toda razão em pedir esse sobrestamento, nós precisamos ter tempo para discutir essas questões, ainda mais num período desse, um período que já está contaminado por questões eleitorais, está aí o governo lançando agora um tal de PAC 2, que ele não vai conseguir fazer nada disso, não fez o 1, agora vai lançar o PAC 2 com caráter plenamente político.

Então, não tem sentido nós ficarmos discutindo isso aqui. Eu acho que não tem sentido nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Caráter paquidérmico. Senador Jucá. Em seguida Senador Lobão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, eu gostaria da atenção das Sras. e Srs. Senadores, por conta exatamente desse debate que nós estamos tendo aqui.

Nós temos na Casa quatro projetos que estão tramitando e que dizem respeito à questão do petróleo. Um projeto que trata da capitalização da PETROBRAS e três projetos que tratam da questão do modelo de exploração do pré-sal.

Então, primeiro nós temos que apartar o que é capitalização da PETROBRAS, e emergencial para que a PETROBRAS continue a fazer o que precisa fazer de investimentos no país, e três projetos, que são projetos complementares, e aí em parte eu concordo com o raciocínio tanto do Senador Dornelles, quanto do Senador Jereissati, quando diz que esses projetos têm que ser discutidos em conjunto.

O requerimento do Senador Tasso Jereissati foi realizado no momento em que um dos projetos, que é o projeto de partilha, estava ainda na Câmara dos Deputados. Esse projeto já foi debatido e votado na Câmara dos Deputados, e se encontra aqui no Senado Federal.

Portanto, os três projetos que tratam do modelo, o projeto que destitui(F) a partilha, o projeto que instituiu o fundo de distribuição do resultado da partilha, e o projeto que cria a PETRO-SAL, os três estão tramitando nessa casa em regime de urgência constitucional.

O que é o regime de urgência constitucional? É um regime em que 45 dias após o debate, em qualquer situação que esteja nas comissões, esse processo vai à Plenário. Muito bem.

O que pretende o Senador Tasso Jereissati? Sobrestar o debate nas comissões. Pretendia isso quando o projeto da partilha não estava ainda aqui na Casa, mas já está na Casa.

Os projetos já estão sendo designados relatores. Aqui mesmo, na CCJ, os quatro projetos já têm relatores direcionados, não sei se já indicados, mas já foi mencionado na imprensa quais seriam os relatores.

Se nós aprovarmos a proposta do Senador Tasso Jereissati, nós não vamos sobrestar a urgência do requerimento do Presidente da República, nós poderemos sobrestar a discussão do projeto aqui na CCJ. E eu pergunto: o que leva a isso? Os três projetos de modelo já estão na Casa, já estão com relatores, já estão sendo discutidos nas outras comissões, vai ter um debate aqui, o debate aqui é sobre constitucionalidade, não é sobre mérito.

Se nós, se nós, se nós não o debatermos aqui, com os 45 dias, a discussão da constitucionalidade irá para o Plenário, o parecer será dado em Plenário, na hora que for trancada a pauta com esse projeto de urgência. Então, sobrestar o projeto não resolve o problema da discussão conjunta.

E o que e em que é que tem razão o Senador Tasso Jereissati e o Senador Dornelles? "Não, nós temos que votar primeiro a partilha, para depois votar o fundo, e para depois votar a questão da criação da PETRO-SAL." Concordo. Na hora de votar.

E aqui eu quero montar um compromisso com o Senador Dornelles e com o Senador Tasso Jereissati, nós só votaremos em Plenário, em Plenário, nós alteraremos a ordem, e nós votaremos em Plenário primeiro a partilha, e depois votaremos os dois projetos, porque aí tudo bem, sem partilha não há PETRO-SAL e não há fundo.

Agora, nós pararmos a discussão para esperarmos votar a primeira partilha, para depois retomar a discussão dos outros pontos, eu acho que é uma ação que não contribui para o debate, até porque, se nós entendermos, parte de um projeto pode até ser emendado no outro.

Então, eu não vejo a cessação do debate como uma solução para que nós tenhamos prioridades na votação. O que é que eu tenho dito? Eu tenho dito que nós vamos trabalhar no sentido de votar todas as matérias, todas, inclusive o *royalty*, se nós conseguirmos o entendimento. Se nós não conseguimos o

entendimento, essa questão dos *royalties*, que tem novos fatos, nós tivemos uma declaração do Presidente do Supremo dizendo que pode ser inconstitucional a questão da divisão dos recursos. Nós temos aqui vários senadores**...**

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, não, não é assim, não. Ele disse, porque o fundo de participação foi julgado inconstitucional.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): O de participação foi questionado. Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Aquele modelo...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim, aquele modelo pode ser inconstitucional.

Nós temos aqui posições já anunciadas do Senador Valadares, do próprio Senador Tasso Jereissati, de que a distribuição de *royalties* para estados e municípios talvez devesse ter, em parte, algum recurso direcionado para determinadas despesas, para não ficar aberto ao custeio os novos recursos, essa é uma discussão importante a ser feita, se é para educação ou para saúde. Então essa discussão dos *royalties* será feita também.

Agora, parar essa discussão, esperando a discussão da partilha, na minha visão não é a solução. O que eu quero propor? Nós vamos discutir os quatro projetos, a capitalização da PETROBRAS e os três projetos de modelo, nós vamos andar, esses projetos vão chegar no Plenário, quando chegar no Plenário a gente discute a votação de uma forma que se vote primeiro a partilha, e que depois se vote no Plenário a consequência da partilha, que é a empresa, e que é a questão dos fundos.

No Plenário, não parando a discussão, nós temos que ter a discussão de tudo, até porque podem surgir propostas alternativas. Eu tenho dito sempre o seguinte: o Senado e o Governo no Senado, não têm compromisso de não mexer na proposta. Os senadores e senadoras vão, podem e devem apresentar emendas, e nós vamos discutir para melhorar o projeto que veio da Câmara.

Então, nós vamos mexer nisso e pode voltar pra Câmara, não temos compromisso em votar da forma que veio da Câmara, não temos esse compromisso. Eu mesmo já apresentei uma emenda para mudar o nome da PETRO**-**SAL, porque não vai poder ser PETRO**-**SAL por conta de uma discussão de título na Justiça, da questão de direito autoral.

Então, nós vamos nos debruçar, e é essa convocação que eu quero fazer para o Senado, para a CCJ e para todas as comissões: designar os relatores, fazer os debates, fazer as audiências públicas, debater, fazer o relatório. Quando é que nós vamos ajustar tudo isso? Na votação de Plenário que está em regime de urgência, até na hora da votação no Plenário podem surgir emendas novas.

Então, porque nós vamos sobrestar? Eu considero, na minha visão, o requerimento do Senador Tasso Jereissati prejudicado, porque a partilha já chegou no Senado e o resultado do sobrestamento, se for votado, além de ser inócuo, diminui o debate na CCJ, ele diminui o debate, diminui a posição dos relatores, que deixarão de debater aqui e só irão apresentar relatório no Plenário, portanto, nós vamos perder um tempo precioso de contribuição de senadores e senadoras da CCJ, que poderiam apresentar emendas aqui, poderiam debater e poderiam melhorar o projeto.

Por conta disso, o meu encaminhamento é contra o requerimento e a favor da continuidade dos debates, com o compromisso de que nós votaremos a questão da partilha como item primeiro, além da capitalização, não estou colocando a capitalização nesse rol, nós temos a capitalização da PETROBRAS, que é emergencial, e temos três projetos de modelo, partilha, fundo e empresa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador. Posso...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Desses três, entendo que a discussão deve ser conjunta**...**

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): V. Exa. me concede um aparte?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): ...e o primeiro item desses três a ser votado deve ser a partilha.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): V. Exa. me concede um aparte?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Pois não, eu concedo o parte ao Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O requerimento do Senador Tasso Jereissati teve a virtude de levantar esse problema que V. Exa. se referiu, de que a proposta da partilha é que tem que ser votada em primeiro lugar.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Nós estamos colocando isso aqui.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É primordial, então, V. Exa. dá razão a ele, então não há motivo para que esse requerimento tenha sequência.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): No Plenário nós encaminharemos de uma forma em votar primeiro a partilha, depois da capitalização, a capitalização não está inserida nesse rol de modelo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, V. Exa. se compromete de que esse projeto...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Jucá, V. Exa. também me considere... Gostaria também de dar um aparte, eu havia pedido a palavra, ia falar depois de V. Exa., mas eu acho interessante, porque a minha fala era exatamente o que V. Exa. acabou de falar.

Eu ia dizer que o Senador Tasso Jereissati, apesar da bela iniciativa, ele está certo e está errado.

Está errado no momento que eu acho que a síntese do *modus* legislativo é exatamente esse, a gente sabe que a vivência legislativa é lenta. Então, existem instrumentos para tentar dar alguma celeridade. Um deles é exatamente isso, tirar aqueles projetos não são polêmicos, e colocá-los em pauta antes dos polêmicos.

Então, perceba que três desses quatro, três não são polêmicos. Perceba que ninguém nesse Senado falou sobre o mérito desses projetos, apenas sobre a forma.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, é porque... Vai ter, vai ter.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Até agora ninguém tocou no asunto sobre o mérito, só sobre a forma, porque não há grande polêmica em relação a esses três projetos.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Por favor, senador, eu tenho em relação ao mérito de todos. Já examinei o assunto.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Me permita terminar. Eu acho que a polêmica sobre esses três projetos é muito pequena. Então,no sentido de dar celeridade ao projeto legislativo é que foi colocado em votação.

Agora, esta questão da criação da empresa, é apenas autorizativa, ela não cria empresa, autoriza o governo a criar empresa.

Portanto, se não houver uma definição sobre a questão, sobre o modelo de partilha, o governo certamente não irá, apesar de autorizado, não irá criar a empresa.

Eu só gostaria de fazer esse registro.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Então, para concluir, Sr. Presidente, a nossa posição é considerar o requerimento prejudicado. Portanto, votar contra o requerimento, com o compromisso de no Plenário, dos três aspectos de modelo, votar em primeiro lugar a partilha, depois o fundo, depois a empresa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador Jucá, V. Exa. concorda com o apensamento dos dois projetos?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dos quatro.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu acho que o que nós temos que fazer é discutir, é discutir, construir a nossa proposta do Senado, eu acho que o país anseia por uma proposta do Senado que pacifique a federação, a expectativa do Brasil está no Senado, nós temos que construir essa alternativa e depois de construída a alternativa nós nos sentaremos e veremos se o ideal é apensar, votar tudo num só, é votar em dois, é dividir.

Eu não estou preocupado agora com a forma, eu estou preocupado com o conteúdo, e o conteúdo só será resolvido se nós iniciarmos o debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Olha, eu já quebrei o regimento. Então, eu permito também ao Senador Romero que aparteie.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu estou falando em apensamento do projeto que instituiu a empresa PETRO-SAL, com o projeto de modelo do PETRO-SAL, com o projeto que define o modelo de exploração do pré-sal, não *royalty*.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não precisa ser apensado, pode ser emendado. Vamos ver depois como é que vai ser.

O que eu estou me comprometendo aqui, e que eu acho que é importante é o seguinte: para votar no Plenário, eu entendo que tem três questões que são correlatas, são complementares. Nós temos que ter a partilha, para ter a empresa, e para ter o fundo.

Nessas três questões, eu defino como importante, e aí eu concordo com o Senador Tasso Jereissati, de que nós temos que votar primeiro a partilha. Só tem sentido criar o fundo, e criar empresa, se houver o modelo de partilha.

Então, no Plenário, nós não cessaríamos o debate, mas no Plenário nós votaríamos de uma forma que primeiro definiríamos a partilha, para depois votar o fundo, e depois para votar a empresa.

É esse o compromisso que eu estou fazendo aqui.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Exa., me permite um aparte, Senador.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Pois não.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu vi com muita satisfação, V. Exa. deu uma importância muito grande ao problema da capitalização da PETROBRAS.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Claro.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu pergunto a V. Exa. se não seria possível nós discutirmos, não nos termos em que foi apresentado, um projeto de capitalização da PETROBRAS, como já feito em outras entidades e tirar a urgência dos outros três?

Porque o que é urgente aí é a capitalização da PETROBRAS, que hoje é o grande braço de investimento de política industrial, de política de comércio exterior e até de política cultural. É o grande instrumento de desenvolvimento do país, e que hoje não pode fazer mais investimentos na base do endividamento.

Nós podíamos discutir formas e caminhos de capitalização da PETROBRAS e tirar a urgência desses outros demais projetos.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senador Dornelles, eu queria dizer o seguinte: é urgente a capitalização da PETROBRAS, como é urgente a definição do modelo de exploração do pré-sal, porque nós só iremos lançar novas licitações, continuar o investimento no momento que nós definirmos, no momento que nós definirmos, o modelo de licitação.

Eu ouvi alguém dizer aqui: "Não mais isso só vai sair daqui há 4 ou 5 anos." Só vai ter resultado daqui a 4, 5 anos, se nós definirmos agora o modelo para licitar, para haver o leilão, para haver a exploração, para daqui há quatro anos haver o petróleo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Porque até a parte de concessão, que não é objeto dessa questão discussão também está em dificuldade de ter leilão, porque espera**...**

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Toda essa questão. O que eu, o que eu...

Só para concluir, Sr. Presidente.

O que eu não entendo é o seguinte: nós, antes de iniciarmos a discussão, e aqui eu só olho e vejo uma seleção de craques, tudo pessoas inteligentes, preparadas, nós estamos discutindo o seguinte aqui, nós não somos capazes de em 45 dias encontrar uma solução quando a gente não tentou ainda.

Se nós estivéssemos exauridos 45 dias e alguém estivesse dizendo: "Ó, precisamos de mais tempo para alguma coisa", a gente até discutia. Mas de antemão eu me recuso a discutir veto, e eu me recuso a discutir retirada de urgência se a gente não se debruçou ainda para tentar. Eu tenho certeza se esse Plenário se sentar para discutir essa solução, resolve em 15 dias, não é em 45 não.

Então, eu acredito na política, acredito no entendimento, acredito na construção coletiva. Então, eu não estou falando nem em retirada de urgência, nem veto, porque eu acredito na competência do Senado para em 45 dias encontrar uma solução até para a questão dos *royalties*.

Então, o que eu proponho? Vamos nos debruçar, indicar os relatores, fazer audiência pública, trabalhar, daqui a 45 dias a gente senta e analisa a conjuntura, e vamos ver em que pé nós estaremos? Eu acho que é prematuro falar da retirada da urgência e de veto do Presidente, quando a gente tem aí, médio prazo em política, 45 dias, para discutir propostas que todos nós temos nossas posições, e temos nossa contribuição a dar.

Nós vamos encaminhar contrário ao requerimento, solicitando apoio para que o debate seja iniciado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Lobão, V. Exa. já fez a intervenção, deseja falar novamente? Então agradeço a V. Exa..

Senadora Ideli Salvatti. E depois, por último, Tasso Jereissati, e Antônio Carlos Magalhães Júnior.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente. Em primeiro lugar eu queria ponderar a todos os membros aqui da Comissão de Constituição e Justiça e inclusive ao Senador Tasso Jereissati, até ao próprio Senador Francisco Dornelles, de que não existem matérias de maior importância, relevância e urgência do que estes quatro projetos tramitando aqui no Senado da República.

Portanto, se nós queremos corresponder à expectativa da nação, o Senado da República deveria, do meu ponto de vista, ter praticamente exclusividade, prioridade e exclusividade no debate, no amadurecimento e na votação destas quatro matérias.

Portanto, qualquer requerimento para sustar prazos de tramitação, tendo o entendimento que aquilo que o Senador Tasso Jereissati advoga é pertinente, ou seja, nós não podemos votar a criação de uma companhia que administrará o novo modelo de exploração do petróleo sem definir antes o modelo de exploração.

Eu acho que aquilo que o Senador Tasso Jereissati levanta é absolutamente pertinente, mas nós não temos como não apreciar estas quatro matérias com a urgência que elas têm.

Aquilo que o Senador Jucá se referiu, ou seja, sem a capitalização, sem a votação da capitalização, a PETROBRAS não fará o volume de investimentos, não é em 2011, 2012, em 2013, não, ela não fará em 2010, o volume de investimentos previstos da ordem de 88 bilhões, que é o que está previsto se houver a capitalização em 2010.

Se não houver a capitalização, com certeza a PETROBRAS não fará em 2010 um investimento des-

ta magnitude, fará num volume menor de investimentos.

A outra questão é a questão do modelo. Aqui, quando nós falamos a questão de leilão, o último leilão executado e em vigor, que resultou, sem pendências jurídicas, foi de 2007, 2007. Veja bem. Nós não fizemos, nós não ampliamos as áreas de exploração nem em 2008, nem em 2010, e se não votarmos o modelo, não o faremos em 2010.

Portanto, é impossível, com a riqueza que foi descoberta, com o investimento, com a aplicação de recursos públicos que foi feito pela PETROBRAS, nós estarmos há três anos sem termos licitação e nem leilão. Temos que fazê-lo e só podemos fazê-lo na questão do pré-sal, nas outras áreas não tem problema, mas na questão do pré-sal só poderemos fazê-lo com a aprovação do modelo.

Por isso, ao invés de sustar a tramitação, nós deveríamos estar aqui discutindo uma força-tarefa, discutindo, entende, toda uma mobilização para que nós efetivamente votemos esses quatro projetos, de forma rápida, de forma a fazer com que todas as discussões possam acontecer. E por isso que eu digo, que até de forma não só prioritária, mas eu diria até de forma exclusiva, estas são as matérias, volto a dizer, da maior relevância, urgência e importância.

E entendo que o Senado da República, além de apreciar as quatro matérias, tem a obrigação de separar a questão dos *royalties*, que veio da Câmara trazendo uma grande situação de conflito federativo aqui para o Senado. Nós que temos a missão constitucional no Legislativo de representar os estados da federação, nós temos a obrigação de separar estas matérias.

Até porque, além de estar já contaminando o essencial e o estratégico, que é a capitalização, a mudança do modelo, a questão do fundo, a questão da empresa, nós estamos ainda, do meu ponto de vista também, afrontando a legislação que está em vigor, tanto que o STJ já está sinalizando que se for aprovado da forma como veio da Câmara, nós teremos uma grande... Um grande embate jurídico para os próximos anos.

Eu queria, inclusive, usar aqui como exemplo, nós temos uma briga jurídica entre Santa Catarina e Paraná, que está no Judiciário, a respeito dos *royalties* pela localização de poços, poços que, aliás, já deixaram de produzir, e nós ainda não terminamos a briga jurídica que está desde 1991 no Supremo para ser decidida.

Na segunda-feira eu acompanhei o presidente da PETROBRAS na extração de petróleo no litoral, para nós, de Santa Catarina, tanto que toda estrutura, toda a força-tarefa, a logística, o helicóptero, saiu de Santa Catarina, de Itajaí e Navegantes, só que esses poços que começam o texte de longa duração, o texte de exploração, apesar de toda logística sair de Santa Catarina e, portanto, para nós não há qualquer sombra de dúvida de que o legítimo, o correto, o justo seria os *royalties* desses poços virem para o Estado de Santa Catarina, por conta das mal traçadas linhas, esses *royalties* não irão nem para o Paraná, que é a nossa disputa judicial, mas irão para o Estado de São Paulo.

Então, é muito importante discutir sim, desapaixonadamente, separadamente, a questão dos *royalties*, para que a gente possa fazer justiça com todo o Brasil, com todos os estados, com os estados produtores, mas também resolvendo pendências históricas como esta das linhas que foram estabelecidas como linhas ortogonais, que se cruzam, e o Paraná, por exemplo, Senador Osmar Dias, fica sem mar territorial, fica sem espaço pelo cruzamento das linhas como foram traçadas em 1985

Então, nós queremos fazer todo esse debate. O Senado tem a responsabilidade de fazê-lo**...**

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Silêncio, por favor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): ...com urgência, relevância, e sem sustar prazos, até porque eu não consigo entender, Senador Demóstenes Torres, como é que um requerimento da Comissão de Constituição e Justiça vai suspender o regime de urgência constitucional, que é uma prerrogativa do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas não é isso que está sendo proposto, não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas é que quando susta...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Até o Senador Jucá descreveu bem a respeito do tema.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas, quando susta, acaba indiretamente fazendo esta derrubada da urgência constitucional.

E temos ainda um problema que eu queria realçar aqui, é que no art. 375, que exatamente fala dos projetos de iniciativa do Presidente da República sujeitos à tramitação urgente, no inciso I diz que o projeto será lido no período do expediente, e distribuído às comissões competentes, somente podendo receber emendas na primeira comissão constante do despacho, pelo prazo de 5 dias.

Então, se nós suspendermos a tramitação, inclusive nós estaremos impedindo a própria apresentação de emendas, que é o grande objetivo do nosso debate,

e da nossa discussão, em todas as comissões para aperfeiçoar os projetos inclusive.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Flexa Ribeiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Colocar em votação isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Demóstenes Torres, Srs. Senadores.

Eu queria entender o nosso líder do Governo, o Senador Romero Jucá.

O Presidente Lula, em viagem agora ao exterior, estava na Jordânia, me parece, quando ele foi, quando ele soube do resultado da votação lá da emenda do Deputado Ibsen Pinheiro, ele próprio disse ser contrário, ser contrário ao regime de urgência para discutir esses projetos.

Então, eu queria perguntar ao Senador Jucá se houve mudança na posição do Presidente sobre essa questão de retirar o pedido de urgência? Porque a televisão mostrou declarações dele próprio dizendo que ele era contra, que esses projetos tinham que tramitar fora do regime de urgência urgentíssima.

Gostaria que o Senador Jucá pudesse explicar essa distorção. O Presidente diz uma coisa, e o líder do Governo defende outra aqui na Comissão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador, o Senador Jucá não está presente não?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu, naturalmente, como senador representando o Estado do Espírito Santo, que é um estado que está no núcleo do debate, junto com o Estado do Rio de Janeiro, naturalmente nós temos que ter preocupação com o processo de tramitação dessas matérias aqui, na Casa.

É fundamental que nós façamos aqui, no Senado, que nós tenhamos no Senado um comportamento e uma conduta que possa ser diferente da conduta adotada na Câmara.

A Câmara foi votando tudo, votando tudo, votando tudo e ficou a distribuição de *royalties* para o final, e, no final, estabeleceu-se uma disputa entre estados produtores e estados não produtores, o que foi muito ruim para a nossa unidade federativa.

Então, eu tenho uma preocupação, a preocupação de que os projetos estão em regime de urgência, e esses projetos em regime de urgência são projetos que poderão, de fato, colocar aqui, no Senado, o mesmo comportamento.

Então, nós temos apelado, apelado para o entendimento, como disse a Senadora Ideli, essa é a Casa da federação, o entendimento aqui é fundamental.

Eu achei muito prudente e adequado o compromisso assumido pelo líder do Governo, de primeiro votar o projeto que trata do modelo da partilha, que dentro do modelo da partilha você tem a distribuição de *royalties*.

Não sei se é adequado a gente desmembrar, porque se nós desmembrarmos aqui, a Câmara pode reincluir de novo essa matéria lá na Câmara.

Então, não sei, acho que o melhor é a gente buscar o entendimento; se no final não tivermos entendimento, podemos até desmembrar, mas já entendido com a Câmara, porque senão a gente acaba provocando e caminhando para essa disputa entre as unidades federativas.

De qualquer maneira, eu vou manifestar uma... Uma posição confiante no líder do Governo. Vou me abster dessa votação, está certo, vou me abster dessa votação, para que, atendendo o apelo do Senador Valadares, ser confiante na palavra do líder do Governo, eu posso continuar com as condições no diálogo necessário que nós temos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso Jereissati e, por último, o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu queria, Sr. Presidente, primeiramente só demonstrar baseado em que eu fiz o meu requerimento.

É o art. 335, que diz o seguinte: "*O estudo de qualquer proposição poderá ser sobrestado, temporariamente, a requerimento de comissão ou de Senador, para aguardar: I – a decisão do Senado ou o estudo de comissão sobre outra proposição com ela conexa; o resultado de diligência*."

Isso é tão simples, é tão claro, é tão transparente, que não adianta vir com grandes argumentos floreados sobre a Constituição Federal, isso aqui eu falo com toda clareza à oposição.

Olha, Senador Dornelles, eu sou o relator da PETRO-SAL, fui examinar a PETRO-SAL; evidentemente que a primeira conclusão que a gente chega é que a PETRO-SAL só tem sentido, só existe se houver o sistema de partilha.

Aí vem a discussão aqui colocada pelo Senador Romero. Na época, esse sistema de partilha, a proposta de sistema de partilha ainda não tinha sido aprovada pela Câmara, e ainda não tinha entrado no Senado, mas hoje já entrou no Senado. Se ele entrou no Senado, mas não foi discutido, nem foi aprovado no Senado Federal. O Senador Romero me disse: "Não foi, mas vai ser."

Senador Romero, me desculpe, mas isso é uma tremenda humilhação para nós senadores.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, vai ser discutido, está sendo discutido.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Você disse vai ser aprovado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, vai ser discutido.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Nós vamos aqui já votar uma proposição porque a maioria disse que vai ser.

Isso é uma humilhação, e eu quero chamar atenção de todos os senadores, que isso aqui não é uma reação partidária, nós não estamos discutindo uma questão de governo ser contra ou favor do governo. Senador Dornelles é base aliada do governo, Senador Casagrande é base aliada do governo, outros são.

O que nós estamos discutindo aqui, e muito a propósito, como disse aqui a Senadora Ideli, é o futuro de como o Governo, a União, os estados e os municípios vão poder tirar o maior proveito possível das imensas riquezas que o país descobriu nesse momento.

Então, não é uma discussão banal, não é uma discussão sem importância. Nós temos aqui, nós vamos definir não para este governo, mas nós vamos discutir para as próximas gerações como nós, brasileiros, vamos usufruir dessa riqueza do pré-sal.

E em todas essas discussões, não tem o menor cabimento, e aqui nós agradecemos os elogios, que começa por ele mesmo, que "esta Casa está composta por senadores todos craques", que em 45 dias,são todos craques, todos muito competentes, mas talvez um ou dois gênios como o nosso querido líder do Governo, porque gênios nós não temos, assim, tantos, que nós podemos decifrar com tanto profundidade todas as questões que envolvem.

Senador Dornelles, eu acho que V. Exa. já levantou isso no discurso, eu vou dar algum exemplo aqui. Alguns senadores aqui já estão aproveitando, Senador Valadares, preste atenção a isso, estão votando contra os seus estados.

No sistema de partilha hoje, do jeito que está a proposta, os estados mais pobres, Senador Antonio Carlos, os estados mais pobres não, todos os estados, mas principalmente os mais pobres, vão perder fundo de participação. V. Exa. estudou isso?

Os municípios do seu Sergipe, do meu Ceará, do seu Ceará, Senador Inácio arruda, vão perder dinheiro dos fundos de participação e muito. São filigranas que nós não percebemos no projeto de partilha quando está posto da maneira que está.

Mas se nós vamos aprofundando, nós vamos descobrindo isso. Vão perder imposto de renda, o imposto de renda vindo do petróleo vai decair drasticamente. O PIS/COFINS vindo do petróleo vai decair drasticamente. Nossos estados, principalmente os mais pobres, Senador Lobão, do Maranhão, vão perder esses recursos.

Então, só para início de conversa nós começamos já perdendo dinheiro, estados e municípios. E garanto, a não ser o discurso que eu vi do Senador Dornelles aqui, se não me engano, segunda ou terça-feira, ninguém prestou atenção a esse pequeno detalhe.

Outro detalhe importante é que o regime especial acaba, praticamente acaba, que é a grande fonte de recursos para alguns estados. A participação especial é liquidada, o dono do óleo, de agora em diante, no sistema proposto e aqui também na PETRO-SAL, é o Governo Federal. O Governo Federal é que vai vender o óleo, o Governo Federal não paga imposto de renda, Senador Valadares. E aí, e o seu Sergipe, e o nosso Ceará, Senador Arruda, e o seu Maranhão, como é que fica? E os nossos municípios, como é que ficam?

Eu vou listar aqui algumas coisas, porque eu sou contra o sistema de... Por exemplo, não quero entrar, eu vou entrar na discussão do sistema de partilha, porque ela é muito complexa, Senador Osmar. Algumas coisas aqui, por exemplo, nós estamos montando um paraíso fiscal para a PETROBRAS. Eu acho que esse termo foi usado, por, se não me engano, pelo Senador...

Royalty sobre produção, "Projeto aprovado na Câmara surpreende ao prever que ao contratado", no mínimo 30% da PETROBRAS, lembre que a PETROBRAS é uma empresa que tem 20, 30% do estado, e o resto de acionistas privados, "fica assegurado sob o regime de partilha o volume de petróleo, gás, correspondente aos *royalties* devidos". Em outras palavras, ela não vai pagar nada. Não paga absolutamente nada.

Senador Osmar Dias, eu gostaria, sei que V. Exa., como o Senador Suplicy, são muito conscientes na sua votação, que prestassem atenção a isso, não paga absolutamente nada, isso vai, quem paga isso é a União.

Senadora Ideli, eu prestei tanta atenção no que a senhora disse, eu pediria que tivesse a gentileza, pela sua inteligência e contribuição que pode dar a esse debate.

Participações especiais desaparecem no regime de partilha, completamente. Enquanto no regime atual renda aos estados produtores, uma renda superior aos *royalties*, eles aí vão desaparecer completamente, só vai ficar o *royalty*, Senador Dornelles.

Imposto de renda e contribuição sobre lucro, o governo não tem lucro, dono do "coiso" é o governo, o governo não tem lucro, portanto toda a contribuição social sobre o lucro líquido, contribuição do imposto

de renda vai desaparecer e, portanto, não vai para os estados.

COFINS e PIS/PASEP, se a venda do óleo da União for receita direta, não está sujeita a COFINS e do PASEP, também não vai mais para os estados e municípios.

E assim por diante; isso aqui foi descoberto numa vista de olhos. Ora, se eu sou contra esse sistema, porque eu sou Senador do Ceará, como o Senador Inácio Arruda e aqui é estado da federação, isso aqui é uma pancada no Ceará de cara, sem dividir o problema da divisão dos *royalties* ainda, só aqui já começa com uma pancada, por que razão eu vou começar a me debruçar sobre a PETRO**-**SAL, que pressupõe a existência, e eu não sei como é que vai ser essa partilha? Como é que eu vou relatar? E se não passar? E se não passar? Nós não podemos aqui ter o direito de não passar,não? Aqui nós chegarmos a conclusão de que isso é prejudicial ao país? E se passar, for em termos completamente diferentes do que está colocado aí?

Nós temos o direito de dar uma palavra, uma participação, nós temos que participar. E nós estamos votando aqui, eu peço muita atenção dos Srs. Senadores, nós estamos votando a extrema humilhação do Senado Federal de não poder discutir, de ter que votar porque o Governo quer coisa que não existe.

Quando existe muito mais, a racionalidade de se fazer um debate que não provoque, como provocou, um imenso conflito entre os estados federativos que há muitos e muitos anos não se tinha nesse país, e que vai continuar. E esse debate não é provocado pela redivisão é por causa da partilha. Se não fosse colocada a discussão da partilha, ele não pode ser colocado em separado, essa discussão não viria diante.

Eu tenho recebido, e deve estar acontecendo com vários senadores aqui, prefeitos diariamente cobrando uma posição sobre a partilha, para que imediatamente vote do jeito que está, porque já virou uma grande disputa inteiramente emocionalizada.

Nós temos que colocar isso no chão, isso não é para o Governo Lula, é para os próximos governos, até porque eu acho que é o Serra que vai ser o próximo Presidente da República, então eu tenho o maior interesse, e isso com muito cuidado.

Então, essa questão eu faço apelo a todos os senhores que coloquem no chão, que a proposta do senador seja uma proposta já feita agora, definida agora, em cima dos temas que nós vamos ter que discutir, nós podemos até discutir um calendário, fazer um calendário de votação, racional, colocando todos os líderes, e que saia dessa pressa pela pressa que só vai, eu acho que a própria Senadora Ideli disse, as coisas feitas correndo só deram problema para Santa Catarina, Paraná, São Paulo etc.

Nós não podemos fazer, discutir a maior riqueza que esse país já descobriu em toda sua história, ser discutida em 45 dias, senador, vamos e venhamos, é uma irresponsabilidade nossa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sr. Presidente, como eu foi citado, eu gostaria de colocar aqui o contraditório.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra a V.Exa..

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Primeiro, dizer o seguinte: que em momento nenhum aqui eu disse que ia aprovar a partilha; o que eu disse, e o compromisso que eu fiz foi de que nós votaríamos em primeiro lugar a partilha, exatamente para que, se fosse aprovada, nós votaríamos os outros projetos complementares, que é o fundo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Como eu vou relatar a PETRO**-**SAL...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Que é o fundo, e há a questão da empresa, primeira questão.

Segunda questão, por tudo isso que disse o Senador Tasso Jereissati, se aumenta FPM, se não aumenta FPM, disse algumas coisas que eu não quero discutir mérito, mas PIS,/COFINS não vai para estados e municípios, PIS, COFINS é receita da União. Vai deixar de ser receita da União na participação especial do PIS/COFINS, e vai virar receita da União no fundo que vai ser distribuído aos estados em políticas públicas.

Mas tudo isso é mais uma questão que mostra que nós temos que discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exato.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): O que nós estamos falando aqui agora, esse requerimento, não é se nós vamos aprovar ou não a partilha, não é se nós vamos aprovar a urgência de 45 dias ou não.

que nós estamos discutindo aqui é uma coisa simples: a CCJ, que discute a constitucionalidade dos projetos**...**

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E mérito.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): E mérito... Vai dizer se quer discutir no âmbito da CCJ, ou se vai sobrestar no âmbito da CCJ e vai dar parecer em Plenário daqui a 45 dias. Esse é o cerne da questão que nós estamos discutindo aqui.

E o que eu estou dizendo? Eu estou dizendo que é importante discutir, que é importante melhorar, que é importante nós melhorarmos a questão da arrecadação, melhorarmos o modelo. Em nenhum momento

eu disse, em nome do Governo, aqui, que nós íamos aprovar do jeito que veio da Câmara.

Pelo contrário, quem tem me entrevistado tem ouvido o que eu disse, e tenho dito que nós não temos compromisso de não mexer, nós queremos melhorar a proposta.

Agora, só se melhora a proposta discutindo, sobrestando a discussão na CCJ, nós vamos perder a contribuição da CCJ para essa questão de melhoraria da proposta. Nós não estamos sobrestando os 45 dias da urgência constitucional, não há poder para isso.

O que se está discutindo aqui é o seguinte: nesses próximos 45 dias, a CCJ vai votar e discutir um parecer, ou vai não votar e discutir um parecer, e vai ser chamada a dar um parecer no Plenário daqui a 45 dias de repente, de uma vez só?

Eu não quero isso, eu quero a discussão, eu quero a emenda da CCJ, a distribuição da CCJ, a discussão, o pedido de vista da CCJ, a audiência pública na CCJ.

Então, a posição do Senador Tasso Jereissati, me desculpe, mas é contraditória. Ao mesmo tempo que diz que não tem prazo, 45 dias é pouco para discutir, não quer discutir aqui na CCJ, enquanto a gente não discutir a partilha.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu não posso...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Se eu estou dizendo, só para concluir, se eu estou dizendo que em nome do compromisso do Governo, os três projetos de modelo que serão discutidos concomitantemente em todas as comissões, esses projetos, ao chegarem no Plenário, chegarem no Plenário, três projetos de modelo, eu estou assumindo aqui o compromisso de votar, em primeiro lugar, dos três projetos, a partilha, exatamente para ouvir da Casa a melhoria, o que nós vamos aprovar, e a partir daí, aprovada a partilha, e em que condições aprovada a partilha, nós votaremos a empresa, e votaremos o fundo. Nós estamos dando a linha de que a discussão é que vai melhorar e balizar o entendimento.

Então, mais uma vez, com todo respeito, entendendo a posição do Senador Tasso Jereissati, mas discordando quanto ao método, eu quero mais debate e por isso eu quero que a CCJ opine, e apresente o relatório, eu encaminho contrário ao requerimento que foi apresentado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso, também mencionado pela segunda vez, então encerramos, quando mencionado**...**

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu quero dizer que aqui, todos os mencionados foram mencionados positivamente, nenhum foi mencionado negativamente.

Mas, contradição, primeiro, eu não estou pedindo que seja sobrestada a discussão do projeto como um todo em função da PETRO**-**SAL, eu estou pedindo que a gente não discuta uma coisa que não sabe se vai existir.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Orientar a bancada, orientar a bancada.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Nós não sabemos se vai existir ou não vai existir. A PETRO**-**SAL só tem sentido se houver um sistema de partilha. O sistema de partilha, se passar, pode ser modificado, como V. Exa. disse, e nós não vamos fazer um relatório, uma discussão, em cima de uma coisa que a gente não sabe como fica.

Então, para que discutir agora? Contraditório é dizer que se quer a discussão, repito, sobre a maior riqueza que o país já descobriu, nós vamos discutir como as próximas gerações, não é agora, vão desfrutar dessa riqueza, o país, e não apenas as empresas, em 45 dias, e dizer que é debate.

Essa... Essa dualidade aí eu tenho a maior dificuldade de entender.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para orientar a bancada, o líder Renan Calheiros e, por último, o relator.

Então, passarei a palavra primeiro a V. Exa., e depois ao Senador Renan, como líder, para orientar a bancada.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Senador Demóstenes, eu ouvi na fala do Senador Tasso Jereissati uma sugestão que eu gostaria que fosse devidamente considerada, dada a relevância da matéria, a de se estabelecer um calendário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que isso é fundamental, porque, efetivamente, nós não estamos diante de um projeto que trata de uma questão de somenos importância.

Efetivamente, nós vamos dar um balizamento para a entrada em operação de uma grande empresa, que pode, inclusive, adquirir a musculatura da própria PETROBRAS, e que tem repercussão, sim, no município.

Nessa discussão agora, dos *royalties*, por exemplo, nós estamos descobrindo que, além dos *royalties*, existe uma outra contribuição que já está prejudicando estados e municípios. Por quê? Porque é um recurso que é recolhido diretamente dos produtores para os governos estaduais, quando deveriam ser recolhidos ao fundo, ao imposto de renda para compor o fundo

de participação de estados e municípios. E que não está acontecendo assim.

De sorte que eu acho que esta discussão tem, realmente, repercussões que precisam ser avaliadas, e acho que a sugestão de se estabelecer um calendário para essa discussão, nós dá uma oportunidade de aprofundar a discussão, e de levar para o Plenário do Senado Federal uma solução que seja consensual, que seja madura, que tenha preservado interesse de todos os estados e municípios.

Então, o meu apelo aqui ao Senador Jucá, é para que acolha essa sugestão de estabelecer o calendário.

Por que o calendário? Porque o calendário vai estabelecer exatamente o ponto de partida e o ponto de chegada. Se nós estabelecermos o ponto de chegada, nós vamos ter a segurança de que esse tema não será dado o encaminhamento político que muitos temem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para orientar a bancada, o Senador Renan Calheiros.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Sr. Presidente, eu acho que pelo que todos colocaram aqui, sobretudo o Senador Tasso Jereissati, é um compromisso, pode de logo ser assumido, o compromisso, Sr. Presidente, de que nós votaremos em primeiríssimo lugar a partilha.

Eu concordo com argumentos que aqui foram colocados, e não vejo contradição, sinceramente, nesse processo, nesse calendário que nós haveremos de ter.

Eu acho que nós poderemos assumir um compromisso de que, dentro da urgência, nós votaremos a partilha em primeiro lugar, para não tirar a lógica do processo.

Se bem, Sr. Presidente, que a Câmara votou dessa forma, ela retirou um pouco a lógica, votou a partilha em último lugar. E eu acho que a política vai resolver esse problema, não há inimigos nessa discussão, não é uma Guerra de Secessão, como aconteceu nos Estados Unidos, a política vai compor tudo isso, vai compor tudo isso.

Eu não vejo necessidade de sobrestar, e essa orientação que quero dar ao PMDB, porque, na medida que nós tenhamos agenda, na medida que nós tenhamos definição dos relatores em todas as comissões, nesta comissão e nas outras comissões também, nós vamos, Sr. Presidente, centralizar o debate, nós vamos aglutinar de melhor maneira as propostas que estão sendo apresentadas como propostas salvacionistas, algumas até milagrosas, e nós vamos envolver o país nesse debate que é fundamental.

Por enquanto, cabe ao Senado desaquecer esse debate, desaquecer, baixar a bola dele, como disse o Senador Tasso Jereissati, tornar essa discussão menos salgada, essa pressão, ela não acaba fazendo bem a ninguém. Essa pressão não acaba fazendo bem a ninguém. O sal prejudica a pressão, não é?

O sal prejudica, aumenta a pressão, prejudica a saúde, então eu acho que nós não precisamos sobrestar. O PMDB vai votar contra o requerimento, mas vai votar contra o requerimento, Sr. Presidente, com total abertura, para que nós aprofundemos esse debate, para que a sociedade tenha as respostas que precisa ter.

Eu vou, daqui a pouco, conversar com o Senador Garibaldi, que é Presidente da Comissão de Constituição e Justiça... Perdão, a CAE, perdoe a imprecisão para que o Senador Garibaldi... Não, não é uma substituição, muito pelo contrário. Para que o Senador Garibaldi designe os relatores de todas as matérias na Comissão de Assuntos Econômicos, para que a gente possa exatamente aprofundar esse debate, envolver os setores que precisam ser envolvidos nessa discussão, sem a preocupação de sobrestar.

O Senador Tasso Jereissati levantou algumas questões pertinentes com relação a interesses de regiões, a interesses de municípios, nós estamos atentos, e não vamos votar, de jeito nenhum, nada, absolutamente nada que prejudique as regiões que já estão prejudicadas, que prejudique os municípios, sobretudo os municípios menores, pobres, que não podem de forma nenhuma ser prejudicados nessa votação, que é muito importante para o país.

De modo que o PMDB recomenda contrariamente a aprovação do requerimento, mas compreende a lógica que foi aqui defendida, e acha que é possível, sim, nós compatibilizarmos tudo isso na tramitação, no processo de discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, por último, Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Eu quero dividir aqui a minha fala em dois aspectos.

O primeiro... Em relação ao relatório. O primeiro é o aspecto jurídico que não há nenhuma dúvida que o inciso I, do art. 335 do Regimento Interno diz que o estudo de qualquer proposição poderá ser sobrestado temporariamente a requerimento da Comissão para aguardar a decisão do Senado ou de estudo de comissão sobre ela conexa. A conexão é total, Então, não se discute.

Bom, acontece que há uma conexão, e há uma dependência, por quê? Porque a PETRO-SAL, ela só pode existir no regime de partilha. Além do mais, as bases do estabelecimento da PETRO-SAL estão no projeto da partilha. As bases... Quer dizer, a PETRO-SAL é um outro projeto, mas as bases de criação dela estão estabelecidas no projeto de regime de partilha. Portanto, a dependência absoluta, e não há como a gente votar, andar com o projeto da PETRO-SAL, sem discutirmos primeiro o projeto da partilha. Esse é o aspecto jurídico.

Agora, vem o aspecto econômico, que é importante, porque é mérito, e o mérito nós temos que discutir aqui também. Quando a questão é econômica, o que acontece? A PETROBRAS vem com absoluto sucesso nos últimos anos, com o regime de concessão.

Então, sem dúvida nenhuma, isso é fato, e muitos até dirigentes e técnicos da PETROBRAS têm consciência disso, o governo quer mudar para o regime do pré-sal, alegando que as riquezas são enormes, com riscos mais baixos. Ora, quando se fala em risco mais baixo, se fala em retorno mais baixo para aquele concedido, óbvio.

Então, o concedente pode se apropriar da renda de uma forma mais ampla, porque o risco é mais baixo. Então, mas existe forma no regime de concessão para que o governo possa se apropriar. Como ele alega que só na partilha poderia se apropriar, ele poderia se apropriar também na concessão? Sim.

Quais são os pontos básicos do regime de concessão? *Royalties*, participações especiais, bônus de assinatura, e imposto de renda e contribuição social. Ora, se o governo elevar suas participações em cada um desses pontos, aumentar as alíquotas do imposto de renda e contribuição, se aumentar as participações especiais, se aumentar o valor do bônus de assinatura, e se elevar os *royalties*, o governo terá o mesmo resultado que teria no supostamente, isso é supostamente, no regime de partilha, no próprio regime de concessão, sem gerar os prejuízos que o Senador Tasso Jereissati levantou com muita propriedade aqui que a mudança do regime pode trazer.

Por quê? A tributação seria aumentada, e é claro que o fundo de participação dos estados e municípios também seria aumentado.

Então, e, no regime de partilha, você tem o custo em óleo, que é toda parte de custo operacional, e ressarcimento do investimento ao participante, ao licitado, e o Governo tem o lucro em óleo, que é a parte restante.

Ora, no lucro em óleo o Governo não vai ser tributado. Então, haverá, sem dúvida nenhuma, uma perda de arrecadação para estados e municípios. Qual é o objetivo final do governo na verdade? Não é se apropriar de mais renda, porque ele pode se apropriar no regime de concessão, é que ele quer reestatizar a produção e a exploração de petróleo no Brasil, essa é a verdadeira razão.

E, portanto, com a partilha e com a PETRO-SAL, em conjunto, o Governo está, e a PETROBRAS participando obrigatoriamente de todas as licitações, com pelo menos 30%, e com a PETRO-SAL tendo poderes de metade dos votos, sem participar, digamos, do investimento, metade dos votos, e tendo ainda o voto de qualidade para desempatar, com isso o governo reestatiza a exploração de petróleo no Brasil.

Esse é o verdadeiro objetivo do projeto de partilha e da PETRO-SAL, não é outro. O regime de concessão pode gerar para o Governo as mesmas receitas que o regime de partilha, é só manejar as alíquotas dos *royalties*, do bônus de assinatura, das participações especiais, e dos impostos de renda e contribuição social.

Então, nós temos que deixar claro qual é o objetivo do Governo. O objetivo do governo é a reestatização da exploração de petróleo, é colocar a máquina governamental dentro da exploração de petróleo. Esse é o verdadeiro objetivo. Então, vamos separar as coisas, vamos colocar as coisas como elas são.

No regime de concessão, pode proporcionar a mesma renda para o Governo Federal sem prejudicar estados e municípios, este é o ponto básico, então vamos, eu sou abertamente favorável ao regime de concessão, e estou colocando isso para alertar aos Srs. Senadores da mudança, do perigo de se mudar esse regime, e da reestatização do petróleo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Tenham cuidado, vamos ter muito cuidado, por isso nós precisamos de tempo para esclarecer, debater. Nós precisamos de tempo, não podemos fazer isso, absolutamente, em situação de regime de urgência. Não podemos.

Os detalhes são muito complexos e preciosos em relação ao futuro do país, gente. Nós podemos, inclusive, prejudicar a própria PETROBRAS. O açodamento da discussão só vai nos trazer prejuízos.

Eu estou alertando isso, porque é de fundamental importância que discutamos isso com o tempo suficiente para que nós possamos fazer um juízo perfeito da situação.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, o Senador Antonio Carlos dá razão a mim, está a favor da minha proposta, é exatamente isso que nós queremos aqui na CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, por último... Vou abrir, já quebrei o Regimento várias vezes, mas**...**

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas é só pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, concedo a palavra a V. Exa., pela ordem.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É para ficar claro que o que nós estamos votando não é nenhum projeto, é um requerimento que propõe sobrestar a discussão e, portanto, o que nós vamos fazer aqui agora é decidir se vamos continuar com o regime de urgência**...**

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, não, o regime de urgência continua.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim, mas...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Se nós vamos discutir aqui na CCJ, ou não, nesses próximos 45 dias, porque o regime de urgência continua.

A discussão é se a CCJ vai votar ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu vou explicar o que nós vamos votar, porque tem paixão a beça aí.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Aí vou concluir, Sr. Presidente, para dizer o seguinte: que eu concordo que haja essa discussão, ela tem que ocorrer, nós estamos decidindo aqui, como disse o Senador Tasso, a maior riqueza que já se descobriu nesse país, e que vai mudar a vida das gerações futuras, a decisão que a gente tomar aqui pode ser muito positiva, ou pouco positiva, mas que vai mudar para positiva, vai.

Agora, Presidente, eu concordo também que a gente tem que primeiro definir o modelo, para, depois, discutir a criação da empresa.

Então, eu queria saber se há esse compromisso do líder Romero Jucá de primeiro definir qual o modelo que vai prosperar, que vai ser aprovado aqui.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Há o compromisso. Há o compromisso, reafirmado aqui de que primeiro votaremos a partilha, para, depois, votar fundo e, depois, votar empresa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Está certo, Presidente.

Agora, eu gostaria que V. Exa. me explicasse direitinho as consequências de sobrestar ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Srs. Senadores, o que nós estamos discutindo aqui é um requerimento feito pelo Senador Tasso Jereissati, nº 154, que diz o seguinte: "*Requeiro sobrestamento do PLC 309, que autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural, PETRO-SAL, para aguardar decisão do Senado sobre o Projeto de Lei nº 5838, de 2009, que trata do marco regulatório do pré-sal*".

Foi feita ainda quando se encontrava em tramitação este último projeto na Câmara dos Deputados.

Quanto ao óbice constitucional, levantado por alguns senadores, o próprio Senador Romero Jucá já disse, não se interfere no regime de urgência constitucional, imposto pelo Sr. Presidente da República, porque é uma competência privativa dele.

Então, qualquer que seja a decisão que nós tomemos aqui, na situação atual, em 45 dias, o projeto estará no Plenário para ser votado. Então, independente do que nós decidirmos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Então, o que pediu o Senador Tasso Jereissati? Que nós aguardemos a deliberação, para podermos, portanto, fazer também a deliberação.

O sobrestamento é o sobrestamento, portanto, da decisão, não é o sobrestamento da discussão, que é o que tem sido colocado aqui com muita argúcia. Se lá é de decisão, aqui também é de decisão.

Então, o que pede o Senador Tasso Jereissati: que nós não decidamos na Comissão de Constituição e Justiça, enquanto a Casa não decidir se o regime será de concessão ou partilha e a maneira como isso se dará.

E agora, faço uma consideração, além da explicação evidentemente jurídica.

Nós estamos enfraquecendo o Parlamento Brasileiro.

É óbvio, pelo que nós estamos aqui, pelas palavras do próprio líder Jucá e pelas palavras também do líder Renan Calheiros, é óbvio que nós não daremos conta de discutir e esgotar esse problema em 45 dias.

Foi dito aqui que nós temos cobras...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Craques.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Craques... Esse verdadeiro Butantan que nós temos aqui não vai resolver esse problema em 45 dias.

Mas tudo no bom sentido, cobras no sentido de craque, de saber.

Não daremos conta, por quê? Nós temos que opinar sobre uma série de coisas, e muitos estão dizendo até: "Ah, mas isso é de menor importância."

Mas sobre um fundo de capitalização de uma empresa, sobre a criação de uma nova empresa, so-

bre algo que me parece extremamente danoso, que seria a reestatização embutida nessas discussões, mas, enfim, nós temos que discutir.

Agora, é óbvio, aí é que eu faço a sugestão e já fiz ao Senador Romero Jucá, e faço ao Senador Renan Calheiros: estabeleçam de comum acordo um cronograma, quebrem a urgência constitucional junto ao Sr. Presidente da República, os senhores é que têm poder para isso.

O que for estabelecido nós garantimos a votação, os senhores podem ter certeza, se estabelecer que nós votamos em 90 dias, nós entregamos isso pronto de qualquer jeito, nós cumpriremos a nossa palavra, nós não queremos fugir da discussão, o que nós queremos fugir é do açodamento.

E aí vem uma conclusão: por que é importante aprovar esse sobrestamento agora, uma vez que o próprio senador, líder, já deu a garantia que vai cumprir aquilo que o Senador Tasso Jereissati quer, que é deliberar primeiro sobre o outro projeto? Porque nós precisamos dar uma sinalização ao Governo Federal que nós queremos o tempo suficiente para fazer essa discussão e votação.

Se nós não fizermos assim, nós não estaremos agindo como um poder soberano, independente. Estamos abrindo muitas brechas, nós convidamos pessoas aqui constitucionalmente, isso foi quebrado. À medida em que nós enfraquecemos o Poder Legislativo e agigantamos o Poder Executivo, pode acontecer o que aconteceu hoje, na Venezuela. Um governador falou mal do Presidente Hugo Chávez, ele mandou prender, está preso o governador, porque falou mal do Presidente Hugo Chávez. Nós não podemos chegar a essa condição. Eu não estou comparando, não estou dizendo que vamos chegar a isso, mas nós estamos nos enfraquecendo.

Por que é importante aprovar esse sobrestamento? Não é para afrontar o Sr. Presidente da República, não é para impingir uma derrota ao Governo, é para fazer com que a nossa posição seja assentada, ou seja, pelo que disseram aqui, parlamentares de oposição e do governo, o que nós queremos? Mais tempo para discutir.

Vamos estabelecer esse cronograma, e nós respeitaremos o cronograma, é isso que nós queremos aqui.

A votação, portanto, desse sobrestamento, ela é importante para mostrar a força do Poder Legislativo, querendo que o Sr. Presidente da República estabeleça um cronograma, de acordo com nós, conosco, perdão, para que essa decisão possa contemplar os interesses do país.

Já encerrada a discussão, mas, como também abri uma exceção para o Senador Renan Calheiros, também concedo a palavra, para orientar a bancada, ao nosso líder, Senador José Agripino Maia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui uma revelação. Nós tivemos, ontem, no final da tarde, o Senador Arthur Virgílio, líder do PSDB, eu, pelo Democratas, e o líder do governo, Romero Jucá, uma conversa politicamente madura, no rumo do que V. Exa. acaba de encaminhar com muita sensatez.

Eu acho que as palavras de V. Exa. estão revestidas basicamente de sensatez e não ao radicalismo. O que é que vai acontecer de prático? Dia 7 de abril, se não for sobrestada a urgência, ou se não for retirada a urgência constitucional, as matérias, essa matéria vai ao Plenário e toda a votação de qualquer matéria, a apreciação ou deliberação de qualquer matéria, daí para frente fica impedida pela discussão e votação desse projeto em apreço. Dia 7 de abril para frente fica a corda esticada.

O que é que nós não concordamos? É em não votar sem debate, sem discussão, aí não há hipótese, e nós iremos para a corda esticada. Até por defesa do interesse nacional, do interesse da sociedade.

O que é que nós estamos propondo e solicitamos inclusive ao líder do governo? O que V. Exa. acabou de dizer, acabou de solicitar: Um cronograma. Qual é a proposta do governo em matéria de cronograma? O que é que o governo pretende em matéria de apreciação e discussão? O governo quer votar antes da eleição a questão dos *royalties*? Coloque isso no cronograma. O governo quer votar a questão dos *royalties* antes da eleição? "Cronograme" as ações com a discussão e debate dos quatro projetos, para que a gente possa fazer um entendimento; não há nenhum interesse da oposição em não votar os projetos do pré-sal, nenhum, nenhum.

Agora, debater, colocar em ordem, votar, por exemplo, a criação da PETRO-SAL, antes de definir o modelo, eu acho uma insensatez, você cria um instrumento que pode ser inócuo, criar uma empresa para tomar conta de quê? Eu não sei.

Então, o requerimento do Senador Tasso Jereissati, é um requerimento revestido de toda sensatez. O que nós reiteramos aqui é aquilo que colocamos na reunião que fizemos ontem com o líder do Governo.

Qual é a proposta do governo? Retira o regime de urgência, e regime de urgência nós não vamos avançar, o diálogo fica travado. Qual é o cronograma? Não há indisposição por parte da oposição em apreciar, debater e votar. Votar até antes da eleição, até antes da eleição desde que os assuntos estejam maduros.

Sem estarem maduros não, e seremos forçados a exercer o trabalho de obstrução, que é democrático. Não queremos fazê-lo, e queremos que o governo concorde com o requerimento do Senador Tasso Jereissati, apresente um cronograma para que a gente possa, pela via do entendimento, buscar aquilo que interessa à sociedade, tirar o melhor partido do pré-sal.

É a proposta que faço a V. Exa., e desejaria até ouvir o líder do governo com relação à conversa que tivemos hoje, e queremos ver prosperar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu passo para o senador, na mesma linha que concedi a palavra a V. Exa.. Concederei também ao Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, primeiro eu faço questão de esclarecer que eu entreguei a V. Exa. a emenda sobre a questão dos *royalties*.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É verdade.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Conforme vinha sendo noticiado, e a segunda parte, com referência a emenda apresentada pela Câmara dos Deputados.

Eu acho que nós teremos que fazer um amplo debate nessa Casa, e diante desse amplo debate, a proposta que eu apresento é no sentido de que eu vejo, nessa questão, o início de uma reforma tributária que há muito tempo o Brasil precisa fazer e nunca fez.

E não vamos culpar o Lula, porque o Lula não fez, o Fernando Henrique não fez, o Sarney não fez, os militares não fizeram, e ninguém fez. Por uma razão muito simples: a União não quer abrir mão do arrecado(F) enorme que ela tem e prefere que os governadores e os prefeitos venham mendigar aquilo que têm direito.

Então, a proposta que eu apresento é no sentido de que nós podemos fazer desse projeto uma ideia diferente, e o início de reforma tributária.

Quer dizer, eu acho que não se pode tirar o dinheiro do Rio, com toda sinceridade, eu acho que é algo anormal, mas acho que a União pode entrar com essa parte, sinceramente eu acho que a União pode entrar com essa parte.

E é uma coincidência, a vida é feita dessas questões, quer dizer, o Presidente da República, se eu estou sentado lá, nunca vai acontecer, mas V. Exa. pode, e está caminhando para isso, sentar na Presidência da República, eu acho muito difícil que quem está sentado na Presidência da República vai querer abrir mão.

Agora, é diferente, o Lula, que é o grande estadista, o Lula que está se propondo a fazer as grandes reformas mundiais, ele está se propondo a fazer aquilo que ninguém conseguiu, que é a união entre Israel e o mundo árabe, ele está dizendo, "Dê para mim a oportunidade de fazer", e eu acho que ele está certo, ele pode fazer o entendimento entre os estados aqui, no Brasil, ele pode fazer.

E tem uma coisa importante: eu acho muito difícil se deixar para o ano que vem, a Dilma fazer, e acho muito difícil se deixar para o ano que vem o Serra fazer, porque aí é ele abrir mão. Agora, o Lula pode abrir mão, e se dane a Dilma e o Serra depois. Ele vai abrir mão, mas vai pagar o governo que vem depois.

Então, eu acho que a chance é essa: o Lula pode fazer, está tranquilo, pode pensar no Brasil, porque não vai tirar dinheiro do governo dele, é do governo que vem depois. Eu acho que é uma grande chance e nós, do Senado Federal, temos condição de fazer isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa..

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A Câmara, que é a Câmara, onde lá o voto, São Paulo tem 80, Rio tem não sei quantos, o Piauí tem 8, votou de uma maneira fantástica um projeto que era inesperado. Nós que somos o Senado, três por Estado, nós podemos votar essa emenda que mantém a questão, mas cada um devolve o que o seu estado recebe, e quem tem que pagar a conta, com todo respeito, é o Governo Federal.

Com relação a essa matéria, eu vou dizer que todo mundo tem razão; o líder tem razão e o Tasso tem razão. Tem razão por quê? Porque a maneira de nós discutirmos qualquer projeto importante nesta Casa é anárquica. Se nós aprovarmos o que o Tasso diz, ele tem razão, mas também termina, porque o que não é votado com urgência, não se vota nunca.

Nessa Casa, desgraçadamente, só se vota correndo. Há 3 dias nós votamos aqui, em urgência urgentíssima, o Código de Processo Penal. Parece uma piada, mas votamos. Votamos sem ler. Ninguém leu, nem eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas tinha dois anos em discussão aí, não é?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Hein? Só V. Exa.. V. Exa. leu, releu, botou em discussão, mas ninguém leu.

Como ninguém leu o Código Civil, que foi o Josaphat Marinho, que fez; como ninguém leu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que foi o Darcy Ribeiro que fez. Lamentavelmente, essa Casa só faz as coisas na última hora.

Então, o que eu vejo é o seguinte: se nós deixarmos em aberto, não vai acontecer nada. Eu vejo com simpatia os 45 dias, porque nos obriga a trabalhar

agora, então vamos trabalhar, porque nós vamos deixar para nunca, e eu digo mais, abrir, abrir a urgência, eu sinto aí o dedo do Governo, porque o negociado não vai querer votar o negócio dos *royalties* antes da eleição.

Porque a questão do *royalties* antes da eleição, é difícil para o Governo, porque aqui 2/3 são candidatos a reeleição. E eu quero ver o Senador do Piauí, eu quero ver o Senador do Rio Grande do Norte, eu quero ver o senador votar contra o seu estado, é difícil.

Agora, depois da eleição, passou a eleição, uns já não vão estar, outros estão aqui, a outra eleição é só daqui oito anos, muda tudo. Então eu acho que, de certa forma, eu até vejo o Senador Jucá querendo manter a urgência com um aspecto meio estranho de ele defender essa tese, quando o governo deveria interessar em abrir mão da urgência, para não votar os *royalties* até as eleições.

E eu acho que se nós não votarmos os *royalties* até a eleição, não se vota mais. Com toda sinceridade, a chance, e eu vejo nisso uma questão profunda, porque é o primeiro gesto do Congresso Nacional em ter uma reforma tributária, é a primeira vez que vai acontecer isso.

Quer dizer, por via indireta nós vamos fazer aquilo que não tivemos coragem de fazer.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Simon, se me permite.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E cá entre nós, se a Câmara dos Deputados votou os *royalties*, e o Senado não votar... Cá entre nós, fecha o Senado.

Se o Senado não votar os interesses dos seus estados, dos seus municípios, o estado, nós não votarmos, fecha.

E a proposta que nós estamos apresentando é muito tranquila, nós não queremos mexer com Rio, e nem com os municípios, nós apenas achamos que o primo rico pode entrar com essa parte, sinceramente pode entrar com essa parte, e pode entrar com essa parte só agora. O Lula bancar o estadista, o grande líder, e depois a Dilma, o Serra é que vão resolver, não é problema do Lula.

É o meu ponto de vista, Presidente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Simon, me permita apenas é que eu queria fazer uma pergunta para esclarecer isso ao Senador Romero Jucá. Quando ele pede a urgência e quer os 45 dias, ele inclui nisso a votação da divisão dos *royalties*? Ou exclui?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, eu incluo tudo, eu acho que nós temos que construir uma alternativa**...**

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O seu compromisso é que nós votemos também**...**

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu estou...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Só para esclarecer.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, eu estou defendendo que se construa uma solução para tudo, inclusive para os *royalties*.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas o seu compromisso, a sua**...**

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, meu compromisso é tentar votar tudo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Tentar não, votar, porque as outras o senhor disse que vai votar.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, todas nós vamos ter que votar.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Inclusive o *royalty*?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): A partilha nós vamos ter que votar. Se a proposta, se a proposta do Deputado Ibsen não é a proposta que atende ao país, ela vai ter que ser substituída por outra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E votaremos em 45?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Votaremos isso, claro.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com a minha emenda resolve.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): É o seu compromisso?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Votaremos junto.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com a minha emenda, resolve.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, com alguma emenda que resolva o problema. Não sei se a de V. Exa., porque eu não conheço, mas eu acho nós temos que ter uma emenda que resolva essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Deixa eu fazer uma sugestão por minha conta em risco, faço ao autor do requerimento, Tasso Jereissati, faço aos líderes da Casa, e aos Srs. Senadores, membros da Comissão de Constituição e Justiça.

Evidentemente, nós não daremos conta de votar, em 45 dias, todos esses projetos, nem é justo que isso aconteça, porque os projetos são muito mais do que... Nós vamos discutir muito mais do que *royalties*. Nós vamos discutir, o *royalty* é...

Então, o que nós queremos fazer? Uma sugestão, eu sobresto evidente a votação, nós já encerramos a discussão. Sobresto a votação nesse requerimento, para que nesse prazo de uma semana, até a próxima semana, até a próxima quarta-feira, os Srs. Líderes se reúnam com o Senador Jucá, o autor do requerimento com o Senador Jucá e encontrem uma fórmula para convencer o Sr. Presidente da República a retirar o regime de urgência constitucional e, ao mesmo tempo, em contrapartida, se elaborar um calendário para votação.

Então, se os Srs. Líderes concordarem com essa proposta... Então o que nós faremos? Nós só não votaremos por uma semana. Se, dentro de uma semana, não encontrarmos nenhuma solução, votamos de qualquer forma.

Ou seja, vamos buscar, durante uma semana, tentar encontrar esse cronograma e derrubar o regime de urgência constitucional.

Se não fizermos isso, chegamos aqui na quarta-feira que vem e voltamos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, o Democratas aceita a proposta de V. Exa..

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, não.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não, não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente, e mais encontrado o cronograma de votação.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu quero registrar o seguinte: todo tempo é bem-vindo, e eu acho que tempo em política é combustível para entendimento.

Agora, não quero afirmar aqui nenhum compromisso de retirada de urgência, não quero que saia daqui se dizendo: "O Jucá concordou em retirar a urgência, e vai construir um cronograma com a oposição."

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas vai tentar.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não é isso, não é isso. Nós estamos discutindo o seguinte: nós vamos ter mais uma semana de prazo, para ver se a oposição convence a base do Governo, ou a base do Governo convence a oposição.

É outra questão, nós vamos discutir para verificar o que é possível fazer sem o compromisso tácito, explícito, de retirada de urgência, quero deixar isso claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, não há o compromisso, mas há a tentativa de entendimento, não é isso?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente. Presidente. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Todo tempo é bem-vindo em política, quem sabe a gente não convence...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli, Senador Osmar. Senador Wellington, Senador Flexa.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É só para falar em nome do PDT, essa proposta de em uma semana encontrar um caminho, não encontrando esse caminho, vamos votar o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso, Senador Wellington.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu concordo, volto a dizer que nós queremos.

Eu, por exemplo, preciso ter muitas audiências públicas, de especialistas que venham aqui falar dessas questões, e várias questões. Mas não é nosso interesse, com certeza, Senador Agripino já falou, O senador não está aqui, Senador Alvaro Dias, não votar esse projeto; é nosso interesse votar esse projeto, mas votar com a maior maturidade possível.

E eu não quero mostrar nenhum tipo de intransigência aqui. Por essa razão, concordo, confiando no esforço do Senador Romero Jucá junto com o Governo, para que nós possamos ter um entendimento maduro sobre essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Gim Argello, Senador Wellington Salgado primeiro.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E eu Presidente?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, estou inscrito, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. também.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A Ideli...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Falará, falará.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Me inscrevi na frente de todos, mas...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): (PMDB-MG): Eu queria só colocar duas coisas: a primeira que eu não concordo com o Senador Romero Jucá que o tempo não é importante, eu só tenho mais uma semana.

Então, para mim, o tempo é importante, só tenho mais uma semana.

E, segundo, eu queria dizer, também colocar bem claro que eu tinha dito para o meu líder que eu votaria com o requerimento do Senador Tasso Jereissati.

Eu tive a oportunidade de conversar com alguns senadores, não é ato de rebeldia, eu acho que essa situação está sendo, em Minas tem uma frase: "Não empurra, não empurra, porque eu não vou; empurrado eu não vou. Não empurra, porque empurrado eu não vou." E o que está acontecendo é que aqui está sendo empurrado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Puxado...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tem que ter muito trator.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Muito boa, muito boa, nada como a experiência. Então, como vice-líder, e o Renan se retirou, eu encaminho também à votação para o acordo que o Senador Demóstenes colocou aqui, agora, só isso que eu queria encaminhar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli, depois, passo a V. Exa.. Senador Gim.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Renato Casagrande.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou inscrito, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Estão todos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu só queria fazer a seguinte compatibilidade: nós já debatemos exaustivamente na semana passada, esta semana, e pelo visto vamos debater novamente na semana que vem o requerimento, o requerimento.

Eu, particularmente, acho que a gente já podia estar debatendo a matéria, a gente já podia estar debatendo os quatro projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Três chegaram ontem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Desta forma a gente acaba perdendo também, perdendo tempo, perdendo tempo, que é precioso nesse caso, volto a dizer.

A questão da capitalização é importante, senão os investimentos deste ano não acontecerão, no volume destinado. Já faz três anos que nós não temos o leilão, não podemos correr o risco de não ter esse ano, e sem aprovar o modelo da partilha**...**

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu peço aos senhores que fiquem, porque nós vamos deliberar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, Sr. Presidente, eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antônio Carlos Valadares, depois... Falará V. Exa. também.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, é tão somente para dizer que depois de um acalorado debate, o autor do requerimento aceitou a proposta de V. Exa. para que esta matéria fosse apreciada daqui a oito dias, visando a obtenção de um acordo sobre a matéria principal.

Desde logo, eu digo o seguinte: quando da discussão da partilha, que não é o caso, eu estarei do lado dos estados nordestinos, os estados mais pobres, mas sem nenhuma discriminação, sem nenhum preconceito contra os estados produtores.

Vamos lutar por aquilo que defendemos, vamos lutar por aquilo que os estados brasileiros não podem sofrer qualquer prejuízo em razão de uma defesa legítima dos grandes produtores.

Assim, Sr. Presidente, quando o Senador Tasso Jereissati me chamou atenção sobre a partilha, eu não me preocupo com nada, porque na hora da partilha nenhum estado da federação brasileira pode ser prejudicado, imagine o Estado de Sergipe.

Agradeço a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Gim. Em seguida César Borges, Renato Casagrande e Flexa Ribeiro.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, o que eu ia colocar já foi dito, eu vou na mesma linha do Senador Osmar Dias, Senador Romero Jucá, concordando com V. Exa., porque uma semana em política nós vamos chegar em um grande acordo daqui uma semana.

Se isso não for possível, então, que votemos o requerimento dentro de uma semana, para que possa realmente, que nem disse o Senador Tasso Jereissati, fazer as audiências públicas necessárias; porque, Senador Tasso, na Comissão de Infraestrutura, o Presidente Collor já fez mais de uma dezena dessas Audiências Públicas, tem material, tem um farto material com uma posição, com outra posição, tem até cartilhas colocadas, isso é muito bom para o Senado, para que a gente possa discutir amiúde todos os quatros projetos.

Presidente, uma semana de prazo, certinho, mas daqui uma semana, senão vamos à votação do re-

querimento, para que a gente possa entrar de vez na discussão dos projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Demóstenes, eu só falo na direção de apoiar a definição de um cronograma.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exato.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Que, na linha que V. Exa. defendeu, eu acho que, se nós tivermos um cronograma, nós podemos dar ao governo a objetividade de votarmos, apreciarmos as matérias aqui, na Casa, sem o atropelo de um regime de urgência, porque são matérias muito importantes para o Brasil todo, e, especificamente para nós, no Espírito Santo e no Rio de Janeiro, nós temos um acordo, um entendimento a fazermos com relação a distribuição de *royalties*.

Então, essa Casa é a Casa do equilíbrio, da negociação, dos entendimentos políticos. Então, se a gente puder fazer isso, melhor para o Governo, melhor para todo mundo que quer debater a matéria, e, com certeza, vamos fechar um bom entendimento.

Apoio nessa direção, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, parabenizar a V. Exa., porque consegue sempre encontrar uma solução onde se prostra a refletir melhor, e eu acho que o parlamento é exatamente essa Casa onde temos que refletir, e não entrarmos em confrontos que muitas vezes possam até ser partidários.

Então, o parlamento é a Casa da discussão, e esse acordo, sendo feito aqui hoje, ele é muito bom, havendo compromisso do líder do Governo de traçar um cronograma para a aprovação das matérias relativas ao pré-sal.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não há... Eu quero deixar bem claro, para que não seja noticiado que o governo recuou da urgência. O Governo não recuou da urgência.

O que nós conversamos aqui? O Senador Demóstenes, com esse espírito conciliador que lhe é peculiar**...**

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): ...propôs que, em uma semana, nós conversávamos, para ver se o Governo convence a oposição, se a oposição convence o Governo, o que pode acontecer entre o céu e a terra em uma semana.

Nós não estamos recuando da urgência. Fique claro, que fique claro, eu não estou...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Mas eu quero que fique claro. A busca de um entendimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): ...*versus* concessão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Nós já concordamos aqui.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Partilha do modelo de exploração.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Partilha do modelo. Vamos continuar na concessão, ou vamos evoluir para a partilha...

Só a partir daí pensar na criação da empresa estatal, da PETRO-SAL. Então, é um cronograma, inclusive estabelecendo prioridades na discussão.

Eu entendo isso. Com a relação à divisão de *royalties*, que é uma outra questão, eu acho que nós temos que debater profundamente, porque isso interessa a todo o país, ninguém quer prejudicar Rio de Janeiro ou Espírito Santo, mas nós temos o nosso dever de defender o interesse dos nossos estados.

Nós, senadores, estamos aqui representando os estados brasileiros. Eu vou defender os interesses da Bahia, não quero prejudicar o Rio, nem o Espírito Santo, nem muito menos quebrar contratos existentes, mas quero sim defender o que vai ser dividido dessa riqueza, que considero uma riqueza de todo o país. De todo o país.

Portanto, Sr. Presidente, lhe parabenizo, o Senador Tasso, porque é que cedeu, e o Senador Romero Jucá, e vamos aprofundar a discussão.

Muito obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Flexa, por último... Antes, eu peço aos senhores que permaneçam, nós temos dois projetos terminativos consensuais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu fiz uma pergunta ao líder Romero Jucá, só que ele não se encontrava.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos deixar para a outra semana?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, eu só quero que ele responda. O Presidente Lula, em entrevista no exterior agora, ele deu a sua declaração que era contra a urgência, que esse projeto não devia tramitar com a urgência.

Então eu pergunto a V. Exa.: você está defendendo, como líder do Governo, a posição sua ou do Presidente?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Estou defendendo a posição do Governo, que pediu urgência no início da tramitação, suspendeu a urgência no calendário da Câmara, o calendário não foi mantido, nós tivemos um atraso substancial na Câmara e, aqui, por conta da forma de tramitação, que na Câmara tramita de uma forma com a comissão especial, uma comissão só, e aqui tramita em diversas comissões, portanto pode ter um atraso monumental, nós restabelecemos a urgência.

Além disso, qualquer questão vai ser parte de entendimento que nós vamos conversar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então foi o Presidente que mudou de posição?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): O Presidente não mudou de posição, não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas ele declarou na televisão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu conversei com o Presidente segunda-feira. Se V. Exa. conversou depois disso eu não sei, segunda-feira a posição dele era essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos encerrar essa discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não conversei durante três anos e quatro meses.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Deseja falar também? Senadora Lúcia Vânia, com a palavra, V. Exa..

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras.

Eu gostaria também aqui de dizer que concordo plenamente com V. Exa., acho que nós precisamos fazer um cronograma, essa questão da urgência tem que ser negociado aqui, eu acho que um projeto dessa natureza não pode ter urgência, e nós precisamos, em relação aos *royalties*, a gente discutir profundamente, concordo inteiramente com o senador... Com o Senador... Senador... Borges, César Borges... Fugiu, César, o primeiro nome, concordo inteiramente com o Senador César Borges, nós não queremos prejudicar... Nós não queremos prejudicar os estados produtores, mas também estamos aqui para defender os nossos estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço.

Então, retiro de pauta, e volta como Item 01 a semana que vem.

Só peço aos Srs. Senadores, vamos votar dois projetos consensuais.

Item 08, página 62, Projeto de Lei do Senado nº 342 de 2009, terminativo, "*Altera a redação de dispositivo da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, Lei de Pensão Militar, relativo à filiação, e dá outras providências*." Autoria, Senador Expedito Júnior. Relatoria Senador Marconi Perillo.

Não estando presente o Senador Marconi Perillo, nomeio relator *ad hoc* o Senador César Borges, página 62, Item 08.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sessenta e dois. Sr. Presidente, atendendo a sua determinação, eu vou fazer o relato *ad hoc* em nome do Senador Marconi Perillo, é um relato curto, não precisa ir diretamente ao voto.

O relato sobre o Projeto de Lei do Senado 342, de 2009, de autoria do Senador Expedito, "*que pretende alterar a alínea 'c', do § 2º, do art. 11, da Lei nº 3.765, de 1960, que é a Lei de Pensão Militar, com vistas a que não haja mais, no dispositivo, diferenciação entre filhos havidos no patrimônio* (*sic*) *e fora dele*.

Ademais, em seu art. 3º, o PLS propõe a revogação da alínea 'b', do inciso III, do art. 7º; do art. 9º e seus parágrafos; da alínea 'f', do § 2º, do art. 11; e do parágrafo único do art. 24; todos da Lei de Pensão Militar.

A proposição, que ora passamos a analisar, não sofreu emendas.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conformidade com o Regimento Interno do Senado, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Dessa forma, não podemos deixar de registrar a incontornável inconstitucionalidade por vício de iniciativa que atinge a proposição.

É que o art. 61, § 1º, inciso II, alínea 'f', afirma ser de competência privativa do Presidente da República a lei que disponha sobre militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

Assim, ainda que as duas Casas Legislativas aprovassem este Projeto e o Presidente da República o sancionasse, não estaria convalidado o vício de iniciativa**...**

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador César.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): ...conforme preconizava...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. foi no cerne da questão.

É inconstitucional por vício de iniciativa, se V. Exa. concordar.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pronto. Superada a Súmula nº 5 do Supremo Tribunal Federal.

"*Diante do exposto, opinamos pela rejeição do PLS 34, de 2009, por inconstitucionalidade formal*."

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): César Borges é o relator. Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria, portanto, foi aprovada pela unanimidade dos presentes, e será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa..

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu gostaria de solicitar inversão de pauta para o Item 29.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar só o 9**...**

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): ... que é terminativo, em seguida votamos o 29. Pega o 29.

Página 71, Item 09. Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2009. "*Dispõe sobre a proibição da venda de fardas, coletes"*... A Ideli... "*Dispõe sobre a proibição da venda de fardas, coletes e qualquer tipo de vestuário, bem como distintivos e acessórios das Forças Armadas Brasileiras, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal ou de qualquer órgão que tenha poder de polícia*." Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador... Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Ideli Salvatti, para proferir o relatório.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, o projeto do Senador Romeu Tuma é extremamente importante, porque fardas, coletes, e qualquer tipo de vestuário, distintivos e acessórios das forças armadas das nossas polícias, vêm sendo sistematicamente utilizados pela bandidagem no cometimento de vários crimes.

Então, nós concordamos, fazemos um parecer favorável ao projeto do Senador Romeu Tuma, apenas fazemos alguns aperfeiçoamentos no texto, com algumas emendas, no sentido de restringir a venda, de ampliar a fiscalização, e, portanto, o nosso parecer, com a apresentação de algumas emendas, é pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Renato Casagrande. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antônio Carlos Valadares... Antonio Carlos Júnior, melhor dizendo.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Consulto a V. Exas. se posso repetir para as emendas a mesma votação. Havendo aquiescência, considero a mesma votação.

A matéria, portanto, foi aprovada, o projeto junto com as emendas, e a matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 29, em seguida votaremos um extrapauta.

Proposta de Emenda à Constituição nº 09 de 2009, página 337. "*Altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a compensação de benefícios tributários concedidos pela União, relativos aos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados*." Autoria, Senador José Agripino e outros. Relatoria Senador Antonio Carlos Júnior.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior para proferir o relatório, lembrando que o Governo já avisou que vai pedir vista.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Ok, não há problema.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores.

Quanto às questões de iniciativa, juridicidade, técnica legislativa, não há reparos a fazer.

"*No mérito, esclarecemos que a Constituição Federal estabelece que a União entregue 48% da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI aos demais entes da federação.*

Na partilha estabelecida pelo art. 159 da Carta Magna, 21,5% são destinados ao fundo de participação dos estados e do Distrito Federal, e 23,5% ao fundo de participação dos municípios, sendo que 1% será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano, e 3% para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Com a concessão de benefícios tributários envolvendo o IPI e o IR, *houve redução no volume arrecadado com os dois impostos.*

Vale dizer que a arrecadação também caiu em função da desaceleração da economia ocorrida desde o último trimestre de 2008. A consequência na queda de arrecadação com o IR e com o IPI foi uma redução no volume de recursos repassados ao FPE e FPM, que causa maior prejuízo aos estados e municípios, principalmente aqueles localizados em áreas menos desenvolvidas, tecnicamente denominados consumidores, que não possuem uma base produtiva que se beneficie dos incentivos fiscais.

A PEC nº 09, de 2009, vai buscar resolver as distorções apontadas, tendo o nosso apoio."

O Voto, então. "*Votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, com as duas emendas apresentadas*".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Há pedido de vista, o Governo confirma pedido de vista? Senador Eduardo Suplicy pede vista.

Então, vista concedida, volta à pauta semana que vem.

Extrapauta. Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2010.

Transfiro a presidência ao Senador Tasso Jereissati, por ser o relator da matéria.

[*troca de presidência*]

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Projeto de lei da Câmara nº 10, de 2010, não terminativo. "*Altera lei complementar que dispõe sobre as normas gerais para organização, preparo e emprego das Forças Armadas, cria o Estado Maior do Conjunto das Forças Armadas*." A autoria: Presidente da República. Relator: Senador Demóstenes Torres.

Com a palavra o relator, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora.

A matéria é simples, está apenas alterando, passando do comando para o Ministério da Defesa algumas atribuições e assim sucessivamente.

De sorte que o parecer... Eu não estou analisando o mérito, porque o mérito vai ser analisado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mas é pela constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer. Os senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovados.

Devolvo a Presidência ao Senador Demóstenes Torres.

[*troca de presidência*]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa., essa matéria será encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 13h07.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia trinta e um de março de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência em exercício do Senador Wellington Salgado de Oliveira, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Geovani Borges, Valter Pereira, Jayme Campos, Marco Maciel, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, César Borges, Lobão Filho, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Carlos Valadares, Tião Viana, Almeida Lima, Francisco Dornelles, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Jarbas Vasconcelos e as Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Kátia Abreu e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 3) Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 172, DE 2009:** Altera os arts. 162, 163 e 164 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (suprime o recolhimento da CNH, no caso do condutor que dirija com carteira de categoria diferente da exigida). **Autoria:** Deputado Celso Russomanno. **Relatoria:** Senador Eduardo Azeredo. **Relatório:** Pela aprovação da matéria, com uma Emenda de redação que apresenta. **Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 4) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 418, DE 2005:** Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para prever a obrigatoriedade de escolta em caso de transporte intermunicipal de numerário. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender leitura de Requerimento de tramitação conjunta. **ITEM 6) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2007:** Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para estabelecer ressalvas ao procedimento de exibição de coisa ou documento quando se tratar de informação armazenada eletronicamente. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatório:** Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 15) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 300, DE 2009:** Dispõe sobre a oficialização no território nacional do Hino à Negritude. **Autoria:** Deputado Vicentinho. **Relatoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatório:** Favorável à matéria. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 30) Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2007:** Acrescenta o art. 75-A à Constituição Federal,

para criar o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas e dá outras providências. **Autoria:** Senador Renato Casagrande e outros. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Favorável à matéria, com três Emendas que apresenta. **Observações:** Em 04/11/2009 foi concedida vista aos Senadores Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira, nos termos regimentais; Em 24/03/2010, foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Romero Jucá com voto favorável à Proposta, com três Emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender Requerimento nº 20, DE 2010-CCJ, de Audiência Pública, para instruir a matéria em data oportuna. **EXTRAPAUTA: ITEM 1) NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2010:** Altera o art. 1º da Lei nº 11.320, de 6 de julho de 2006, que fixa os efetivos do Comando da Aeronáutica em tempo de paz (cria cargos nos quadros do Comando da Aeronáutica). **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Favorável à matéria, com uma Emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda n° 1-CCJ, de redação. **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 11, DE 2010-CCJ:** "Requeiro, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública com o Sr. Edemir Pinto, Diretor Presidente da BM&FBOVESPA; Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobrás; Sra. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários e o Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, para instruir os PLC 8, de 2010." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Junior e Senador Marco Maciel. **Resultado:** Aprovado. **2) REQUERIMENTO Nº 12, DE 2010-CCJ**: "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater a criação da empresa pública denominada PETRO-SAL objeto do Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009 que "Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A – PETRO-SAL e dá outras providências" com os seguintes convidados, sem prejuízo de quaisquer outras sugestões: 1) Presidente da Agência Nacional do Petróleo – ANP, Sr. Haroldo Lima; 2) Presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo – IBP, Sr. João Carlos de Luca; 3) Professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e ex-Diretora da ANP, Sra. Marilda Rosado de Sá Ribeiro; 4) Consultor Legislativo do Senado, Sr. Carlos Jacques Vieira Gomes." **Autoria:** Senador Renato Casagrande. **Resultado:** Aprovado. **3) REQUERIMENTO Nº 13, DE 2010-CCJ**: "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 que "Cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências" com os seguintes convidados, sem prejuízo de quaisquer outras sugestões: 1) Economista do IPEA, Sr. Marcelo Piancastelli; 2) Secretário de Macro avaliação do TCU, Sr. Maurício de Albuquerque Wanderley; 3) Coordenador do Projeto de Extensão da Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense), professor Hamilton Garcia; 4) Consultor Legislativo do Senado, Sr. Paulo Springer de Freitas." **Autoria:** Senador Renato Casagrande. **Resultado:** Aprovado. **5) REQUERIMENTO Nº 14, DE 2010-CCJ:** "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em conjunto com a Comissão de Assunto Econômicos – CAE e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2010 que "Autoriza a União a ceder onerosamente o exercício da atividade de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I, do artigo 177, da Constituição e dá outras providências" com os seguintes convidados, sem prejuízo de quaisquer outras sugestões: 1) Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Superintendente de Pesquisas do BNDES, Sr. Ernani Torres; 2) Economista e ex-presidente da PETROBRÁS, Sr. Eduardo Teixeira; 3) Consultor Legislativo do Senado Federal, Sr. Paulo Roberto Alonso Viegas; 4) Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, Sr. Paulo Cesar Ribeiro Lima." **Autoria:** Senador Renato Casagrande. **Resultado:** Aprovado. **6) REQUERIMENTO Nº 15, DE 2010-CCJ:** "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater o Novo Modelo de exploração de petróleo previsto no Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010 que "Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências" com os seguintes convidados, sem prejuízo de quaisquer outras sugestões: 1) Ministro Titular do Ministério de Minas e Energia (MME); 2) Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura, Sr. Adriano Pires; 3) Diretor da Analytical Solution e ex-empregado da Petrobras, Sr. Marcio Mello; 4) Consultor Legislativo do Senado, Sr. Francisco Eduardo Carrilho Chaves." **Autoria:** Senador Renato Casagrande. **Resultado:** Aprovado. **7) REQUERIMENTO Nº 16, DE 2010-CCJ:** "Requeiro, nos termos Regimentais, seja realizada audiência conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com o objetivo de analisar e debater a criação da empresa pública denominada PETRO-SAL, objeto do Projeto e Lei da Câmara n° 309, de 2009, que "autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A – PETRO-SAL e dá outras providências", com os seguintes convidados: Representante da Casa Civil da Presidência da República; Representante do Ministério das Minas e Energia – MME; Representante do Ministério da Fazenda; Representante da Agência Nacional de Petróleo – ANP; Representante da Empresa de Pesquisa Energética – EPE." **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Resultado:** Aprovado. **8) REQUERIMENTO Nº 17, DE 2010-CCJ:** "Requeiro, nos termos Regimentais, seja realizada audiência conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com o objetivo de analisar e debater o novo modelo de exploração de petróleo previsto no Projeto de Lei da Câmara n° 16, de 2010, que "dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências", com os seguintes convidados: Representante da Casa Civil da Presidência da República; Representante da Advocacia Geral da União – AGU; Representante do Ministério das Minas e Energia – MME; Representante do Ministério da Fazenda; Modesto Carvalhosa – Professor da USP, advogado e autor renomado na área de direito econômico; Floriano Marques Neto – Professor de Direito Administrativo da USP e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Doutor em Direito pela USP, Advogado." **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Resultado:** Aprovado. **9) REQUERIMENTO Nº 18, DE 2010-CCJ:** "Requeiro, nos termos Regimentais, seja realizada audiência conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, Comissão de Assuntos Sociais – CAS, Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controlo – CMA, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7 de 2010, que "cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências", com os seguintes convidados: Representante da Casa Civil da Presidência da República; Representante do Ministério das Minas e Energia MME; Representante do Ministério da Fazenda; Presidente do IPEA, Márcio Pochmann." **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Resultado:** Aprovado. **10) REQUERIMENTO Nº 19, DE 2010-CCJ:** "Requeiro, nos termos Regimentais, seja realizada audiência conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 8 de 2010, que "autoriza a União a ceder onerosamente o exercício da atividade de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I, do artigo 177, da Constituição e dá outras providências", com os seguintes convidados: Representante da Casa Civil da Presidência da República; Representante da Advocacia Geral da União – AGU; Representante do Ministério das Minas e Energia MME; Representante do Ministério da Fazenda; Representante da Petrobrás; Luiz Fernando Cantidiani – Advogado e ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)." **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Resultado:** Aprovado. **11) REQUERIMENTO Nº 20, DE 2010-CCJ:** "Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário da Comissão, a realização de Audiência Pública para debater, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, os aspectos jurídicos, de proeminência constitucional,

que emergem da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 30, de 2007, que acrescenta o art. 75-A à Constituição Federal, para criar o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas e dá outras providências; formulando-se, para tanto, os seguintes convites: Ministro Ubiratan Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU; Conselheiro Salomão Ribas Júnior, Presidente da Associação Brasileira dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON; Conselheiro Helio Saul Mileski, Corregedor-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS." **Autoria:** Senador Romeu Tuma. **Resultado:** Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, ficando adiados os demais itens, a saber: **ITEM 1)** RQS Nº 194, DE 2010; **ITEM 2)** PLC Nº 119, DE 2009; **ITEM 5)** PLS Nº 95, DE 2007; **ITEM 7)** PLS Nº 178, DE 2008; **ITEM 8)** PLS Nº 273, DE 2008; **ITEM 9)** PLS Nº 345, DE 2008; **ITEM 10)** PLS Nº 134, DE 2009; **ITEM 11)** PLC Nº 49, DE 2006; **ITEM 12)** PLC Nº 110, DE 2006 tramita em conjunto com PLS Nº 204, DE 2005, PLS Nº 327, DE 2007, PLS Nº 199, DE 2004, PLS Nº 307, DE 2005; **ITEM 13)** PLC Nº 31, DE 2007; **ITEM 14)** PLC Nº 129, DE 2007; **ITEM 16)** PLC Nº 302, DE 2009; **ITEM 17)** PLS Nº 171, DE 2004; **ITEM 18)** PLS Nº 294, DE 2005; **ITEM 19)** PLS Nº 48, DE 2007, que tramita em conjunto com o PLS Nº 323, DE 2009; **ITEM 20)** PLS Nº 479, DE 2007 – Complementar; **ITEM 21)** PLS Nº 700, DE 2007; **ITEM 22)** PLS Nº 160, DE 2008; **ITEM 23)** PLS Nº 98, DE 2009; **ITEM 24)** PLS Nº 180, DE 2009; **ITEM 25)** PLS Nº 451, DE 2009; **ITEM 26)** PLS Nº 471, DE 2009; **ITEM 27)** PEC Nº 13, DE 2003; **ITEM 28)** PEC Nº 26, DE 2003; **ITEM 29)** PEC Nº 16, DE 2004; **ITEM 31)** PEC Nº 41, DE 2007; **ITEM 32)** PEC Nº 61, DE 2007; **ITEM 33)** PEC Nº 9, DE 2009; **ITEM 34)** PLC Nº 26, DE 2008, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens de 1 a 34. Também requerimentos sobre a mesa. Vou ler os requerimentos.

Requerimento de Audiência Pública: "*Requeiro, nos termos do inciso I do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública com o Sr. Edemir Pinto, Diretor-Presidente da BM Bovespa; Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da PETROBRAS; Sra. Maria Eliane dos Santos Fernandes Santana, Presidente da Comissão de Valores Monetários; Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, para instruir o PLC 08/ 2010, Sala de Comissão, 31 de março de 2010. Antonio Carlos Júnior, Senador, subscrito também Senador Marco Maciel.*"

Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento: "*Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida por essa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, Audiência Pública com o objetivo de analisar e debater a criação da empresa pública denominada PETROSAL, objeto do Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009, que autoriza o poder executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A., PETROSAL, e dá outras providências.*

Com os seguintes convidados, sem prejuízo de qualquer outras sugestões: Presidente da Agência Nacional de Petróleo, Sr. Haroldo Lima; Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Sr. João Carlos de Luca; Professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, ex-Diretora da ANP, Sra. Marilda Rosado de Sá Ribeiro; Consultor Legislativo do Senado, Sr. Carlos Jacques Vieira Gomes. Sala de Comissão, Senador Renato Casagrande."

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Terceiro requerimento: "*Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal seja promovida por essa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ; com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI; com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS; com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE; com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, Audiência Pública*", essa vai ter que ser no Plenário, não é? *"Com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7 de 2010, que cria o Fundo Social; dispõe sobre sua*

estrutura e fontes de recursos; altera a Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997; e dá outras providências, com os seguintes convidados, sem prejuízo de quaisquer outras sugestões: Economista do IPEA, Sr. Marcelo Piancastelli; Secretário de Macro Avaliação do TCU, Sr. Maurício Albuquerque Wanderley; Coordenador do Projeto de Extensão da UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Professor Hamilton Garcia; e Consultor Legislativo do Senado, Sr. Paulo Springer de Freitas. *Sala de Comissões*." Outra vez o Senador Renato Casagrande.

Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento: "*Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ; em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE; e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, Audiência Pública com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 2010, que autoriza a União a ceder onerosamente o exercício da atividade de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I, do art. 177, da Constituição e dá outras providências, com os seguintes convidados, sem prejuízo a qualquer outras sugestões*."

Queria dizer aos senhores o seguinte: quando o Senado acha que o tempo é curto para debater alguma coisa, não adianta, porque não vai passar no prazo que o Governo às vezes quer. Isso é claramente que o Senado quer debater um pouco mais sobre a questão da PETROSAL. Então essa questão de urgência eu acho que vai ter que ser estendida um pouco.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Isso é criação do fundo, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Essa audiência aqui é "*Com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2010, que autoriza a União a ceder onerosamente o exercício da atividade de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos*"...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Setor de pesquisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É. "*De que trata o inciso I, do artigo 177, da Constituição e dá outras providências, com os seguintes convidados: Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Superintendente de Pesquisas do BNDES, Sr. Ernani Torres; Economista e ex-Presidente da PETROBRAS, Sr. Eduardo Teixeira; Consultor Legislativo do Senado, Sr. Paulo Roberto Alonso Viegas; Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, Sr. Paulo Cesar Ribeiro Lima*. *Assinatura, Sr. Renato Casagrande*."

Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento: "*Requeiro nos termos do Regimento Interno do Senado Federal que seja promovida por essa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, Audiência Pública com o objetivo de analisar e debater o novo modelo de exploração de petróleo previsto no Projeto de Lei da Câmara nº 16 de 2010*, *que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de* 97, *e dá outras providências, com os seguintes convidados, sem prejuízo de qualquer outras sugestões: Ministro Titular do Ministério de Minas e Energia*", quer dizer, o Ministro Titular hoje já não é mais o Senador Lobão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vai ser o Secretário, mas eu vejo que quem entende mais disso é o Senador Lobão. "*Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura, Sr. Adriano Pires*", Adriano é até meu amigo particular, conheço bem, um especialista nessa área; "*Diretor da Analytical Solution e ex-Empregado da Petrobras, Sr. Marcio Mello*", Diretor da Analytical Solution; *4) Consultor Legislativo do Senado, Sr. Francisco Eduardo Carrilho Chaves. Autor: Senador Renato Casagrande*."

Os Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento: "*Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com o objetivo de analisar e debater a criação da empresa pública denominada PETROSAL, objetivo do Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009, que autoriza o poder executivo a criar a empresa pública, denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A., PETROSAL, e dá outras providências. Com os seguintes convidados: representante da Casa Civil da Presidência da República*", deve ser a Erenice agora; "*representante do Ministério de Minas e Energia; representante do Ministério da Fazenda; representante da Agência Nacional do Petróleo; representante das empresas de pesquisa energética. Autor: Senador Eduardo Suplicy*."

Deseja fazer alguma colocação sobre o requerimento, senador?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu noto que há diversas autoridades que o Senador Renato Casagrande sugeriu, eu estou de acordo, e aí há diversos nomes.

Eu queria fazer uma sugestão à Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, bem como das demais comissões, Sr. Presidente, que V. Exa. possa sugerir aos proponentes de requerimentos, para quem sabe, chegarmos a um melhor entendimento, para não haver um número demasiadamente grande de audiências, que possamos chegar a um entendimento, o importante é que os diversos pontos de vista estejam representados, e que isso possa ser considerado por consenso entre os proponentes de requerimentos para a melhor organização dos trabalhos.

E gostaria, Presidente Wellington Salgado de Oliveira, cumprimentá-lo, pois esta, salvo engano, será a última vez que V. Exa. preside a Comissão de Constituição e Justiça, que tem como Presidente Titular o Senador Demóstenes Torres, mas é uma boa coincidência que hoje V. Exa. esteja no exercício da Presidência, e eu quero cumprimentá-lo pela maneira como aqui se conduziu como senador, inclusive sempre defendendo os pontos de vista que considerou os mais adequados na defesa do povo de Minas Gerais e do povo brasileiro.

Agradecer também a atenção com que sempre se relacionou comigo, e se em alguns momentos tivemos aqui momentos quentes, logo a seguir, até pela maneira como V. Exa. tem sempre o propósito de procurar bem se relacionar com os seus colegas aqui no Senado.

Então, eu quero dar o meu testemunho de que a qualquer momento nós sempre soubemos nos entender, nos respeitar, e quero dizer que isso seja para o resto de nossas vidas, porque onde estivermos, vamos manter este bom relacionamento na defesa do interesse maior da nação brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Suplicy.

Eu não posso ser descortês com os demais senadores, mas digamos que V. Exa. tem uma educação que foge à média, digamos assim, a maneira cortês de se relacionar, e muitas vezes alguns até não entendem, mas V. Exa. é aquele paulista com o coração maravilhoso. Aliás, dois tem aqui, Senador Romeu Tuma e V. Exa..

Fui privilegiado hoje com dois paulistas aqui com o coração maravilhoso.

E, realmente, eu não estou mentindo, o meu convívio com os dois senadores que tem pontos de vista contrários, e sempre foi altamente cortês. O Senador Tuma, eu sempre digo também que foi alguém que gozou de um poder estupendo, sendo Ministro da Justiça, ao mesmo tempo Chefe da Receita Federal.

Naquela época, se V. Exa. usasse tudo que tem, de maneira errada, que eu considero, teríamos chegado a momentos que poderiam criar problemas naquele momento.

Mas eu me sinto muito feliz de ter participado. É o que eu digo, eu não saio triste do Senado, eu acho que o destino foi muito bondoso comigo, me dar a oportunidade de estar com o Senador Pedro Simon, tive a oportunidade de visitá-lo na sua festa de aniversário no Rio Grande do Sul, e eu vi o quanto V. Exa. lá não é um senador, V. Exa. chega a ser um guru no Rio Grande do Sul.

Isso eu vejo como é o que todo político almeja, chegar na idade que V. Exa. chegou, passando por vários problemas no país, mas *clean*, limpo, e com vários seguidores.

Então, Senador Suplicy também, Senador Tuma, me sinto muito orgulhoso, e jamais vou lamentar minha saída. Saio feliz, não sei se o destino me dará outra oportunidade de chegar a essa Casa, mas ele já foi muito bondoso comigo, não vou reclamar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Presidente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com toda sinceridade, eu acho que o Ministro devia sair do Ministério, se licenciar do Senado e fazer a campanha dele.

Eu acho que, com toda sinceridade, ele vai fazer as duas coisas mal feitas. Vai ser um senador que não vai aparecer, e quando aparecer vai deixar de estar na campanha dele. Eu acho, com toda sinceridade.

Casualmente, nós estamos com três casos de injustiça. V. Exa. devia ficar, eu ontem não pude estar presente, eu fui chamado com urgência, mas ia dar um aparte ao Senador Suplicy, eu acho fantástico, quer dizer, a executiva do seu partido se reúne, ele tem o dobro de votos do outro do PT, e diz que ele não pode, enfim, o que ele pede é apenas uma prévia para ser candidato, e não aceita uma prévia para ser candidato, quer dizer, é de um absurdo.

Vem para o PMDB do Rio Grande do Sul, que V. Exa. é candidato sempre...

E outro é o nosso bravo Senador Tuma, que está lá, a população quer que ele continue no Senado, e os partidos estão naquela de fecharem acordinho, e ele que tem os votos, não leva.

Nós devíamos reunir a comissão e fazer um movimento nesse sentido.

Eu me comprometo a falar com o senador que o nosso amigo de Minas Gerais, que ele tinha que cuidar

da campanha dele, ele vai ser um mau senador, e um mau governador, e vai acabar perdendo.

E V. Exa. está tendo um trabalho... Não digo isso para o nosso amigo do Piauí, porque é uma questão de pai para filho, a gente não pode se meter, aí é uma questão mais delicada, quem se mete...

Agora, o Senador Tuma é uma barbaridade, ele está lá, ganha, o povo quer, e os partidos não querem dar a legenda.

Mas eu quero dizer aqui, com toda sinceridade, tenho muitas divergências, nós dois, eu acho que eu aprendi a ter muito respeito e muito carinho por V. Exa.. A sua ida ao Rio Grande do Sul nos deu uma alegria muito grande ao Rio Grande do Sul, porque V. Exa. teve a coragem de ir, e viu como o Rio Grande do Sul lhe tratou com carinho e com respeito, e viu V. Exa. como no Rio Grande do Sul as coisas são abertas, debatidas francamente, uma reunião onde compareceram todos os prefeitos, todos os vereadores e o debate foi amplo e aberto.

Mas V. Exa. que está certo, porque a companhia que teve com o Fernando Henrique numa boa, está com o Lula numa boa, e nós não sabemos se é o Serra, nós não sabemos se é a Ministra, nós não sabemos, até a Marina pode ganhar, o Ciro, quem ganhar eu não sei, mas o PMDB está lá. E não só o Jucá, como líder, e o resto todo mundo junto. Mas V. Exa. eu tenho muito carinho, e muito respeito por V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Senador Pedro Simon.

Senador Romeu Tuma, tem a palavra V. Sa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria cumprimentar o Senador Pedro Simon, tem sido sempre muito gentil comigo, ele quer acabar com o inquérito policial, nós vamos tentar colaborar...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E olha que eu estava doido para ver o ministro, o senador pelas costas, porque enquanto ele estiver aqui o meu projeto de terminar com o inquérito policial não passa... Mas mesmo assim eu acho que eu gostaria de vê-lo lá no Governo do Estado, subir, agora, não tirar dele o direito de concorrer.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Wellington, eu tenho um carinho todo especial por V. Exa., não só pela sua pessoa, pela demonstração de amor que V. Exa. tem por sua mãe, que já trouxe aqui, e vimos o carinho recíproco entre mãe e filho, que nos dá uma alegria imensa de ver que a família é a coisa principal, e V. Exa. dá esse exemplo, sempre se referindo com todo carinho à senhora sua mãe.

Eu não vou dizer que vou ficar triste, porque eu não quero me separar da sua amizade, da dignidade e do respeito que eu tenho por V. Exa..

Senador Valter, tem uma coisa interessante: nós temos idade, devíamos ter muita experiência na vida; mas às vezes eu procuro o Wellington para pedir uns conselhos a ele.

Porque a vivência, a capacidade de trabalho, de interpretação, de luta aqui nesse Congresso, chegou aqui frio, e hoje é um calor imenso, que eu já vi líderes do teu partido pedir licença para te consultar sobre determinadas decisões.

E o Sr. tem uma lealdade enorme, não só com o partido, mas com todos os companheiros dessa Casa. Eu vi os discursos, os apartes, e saio tranquilo, porque Deus me deu a felicidade de conhecê-lo nesta Casa, e hoje estar sob sua Presidência nessa Comissão. Eu acho que isso só enaltece, e engrandece o nosso currículo.

Sou amigo do Wellington Doce de Oliveira.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Mas, é o que eu digo sempre, hoje eu já tenho filhos, seis filhos, eu digo para cada um deles: o mais importante, não quer dizer, você pode ter choque de geração, mas aqueles que escutam os mais velhos, pelo menos para saber experiências que têm, para tirar conclusões, eles vão errar menos.

Muitos dizem que a experiência é um farol que ilumina para trás. O poeta dizia isso, até o Bial citou isso lá na *Globo* outro dia, agora no *Big Brother*. E, realmente, você olha, mas tem que ver para iluminar para frente, a verdade é essa, se puder juntar e tirar o momento com a experiência de trás, você vai errar menos, e é o que eu vi.

Senador Pedro Simon, só queria voltar a V. Exa., por causa do nosso PMDB. Eu vi no Rio Grande do Sul uma organização do partido que eu vou tentar levar para Minas Gerais. Aquela experiência que eu vi do candidato do nosso partido, Fogaça, junto com V. Exa., junto com o candidato ao Senado sentado, com os representantes de cada região, olho no olho, preencher o documento do que necessita, do que fazer ali 10 minutos, foram, se não me engano, foram 36 regionais, 10 minutos cada um, foram 360 minutos sentados com cada um.

Olha, olho no olho, diz o que quer, o que vai fazer, quais são as expectativas, assina o documento, uma cópia com o presidente, uma cópia com o candidato, uma cópia com aquele que leva. Isso é uma organização total do partido. Em Minas Gerais nós não temos

isso, conversei ontem com o nosso presidente, contei a experiência do Rio Grande do Sul.

E eu vou dizer uma coisa para V. Exa.: a política no Rio Grande do Sul é diferente. Eu senti um clima diferente, não vou aqui diagnosticar porque é diferente; eu digo o seguinte: eu senti um clima diferente.

Voltei de lá impressionado, e já vi boas ideias para levar para Minas. Se eu conseguir botar o PMDB de Minas junto com o Toninho Andrade, nosso Presidente, igual ou 80% como é no Rio Grande do Sul, PMDB não perde mais eleição nenhuma em Minas Gerais.

Vou levar esse modelo, mesmo, fiquei lá naquele calor, sentado vendo os discursos, foi maravilhoso, uma experiência incrível aquela.

Bom, vamos votar agora a pauta.

Requerimento sobre a Mesa...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não, Senador Lobão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, desculpa, tinha um requerimento que eu assinei... Está certo.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Antes de ler o requerimento, eu gostaria que V. Exa. pudesse incluir extrapauta a Proposta de Emenda à Constituição nº 21, que restabelece o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da Magistratura e do Ministério Público. Já foi lido este relatório pelo Senador Valdir Raupp, eu gostaria que V. Exa. pudesse incluir na pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em votação, extrapauta. Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem o projeto da Aeronáutica, de aumento de efetivo também, senador.

Se V. Exa. puder incluir extrapauta, um pedido do Governo para aumento do efetivo da Aeronáutica. É o Projeto de Lei da Câmara nº 11.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Extrapauta, Projeto de Lei da Câmara, terminativo na CRE, "*Altera a Lei nº 11.320, de 6 de julho de 2006, que fixa os efetivos do Comando da Aeronáutica em tempo de paz, cria cargos nos quadros do Comando da Aeronáutica*." Autoria, Presidente da República. Relatoria, Senador Romero Jucá.

Em votação, extrapauta, pedido pelo Senador Romeu Tuma, que será o relator *ad hoc*. Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Deixa eu ler os demais requerimentos, para aprovarmos logo.

Requerimento do Senador Suplicy, eu já li esse requerimento. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram, aprovado.

O próximo requerimento também do Senador Suplicy. "*Requeiro nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Comissão de Serviços de Infraestrutura, Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Educação, Comissão de Ciência e Tecnologia, Defesa do Consumidor e Fiscalização – CMA, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 07/2010, que cria o Fundo Social – FS, dispõe sobre a estrutura e fonte de recursos, altera a Lei 9.478, de 06 de agosto de 97, e dá outras providências com os seguintes convidados: 1) representante da Casa Civil da Presidência da República; representante de Minas e Energia; representante do Ministério da Fazenda; representante do IPEA, Márcio Pochmann*."

Srs. Senadores que estão de acordo com o requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Queria dizer que aqui já existem vários requerimentos convidando as mesmas pessoas; logo, depois o Senador Demóstenes, com certeza, chamará os autores dos requerimentos para que possa ter a maior produção possível, unindo os requerimentos.

"*Requeiro nos termos*" também do Senador Suplicy, "*Requeiro nos termos regimentais que seja realizada Audiência Pública conjunta da Comissão de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de analisar e debater o tema do Projeto de Lei da Câmara nº 08, de 2010, que autoriza a União a ceder onerosamente a licença de atividade de pesquisa, lavra, petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I, art. 177 da Constituição e dá outras providências. 1) representante da Casa Civil da Presidência da República; representante Advocacia Geral Da União, representante do Ministério de Minas e Energia, representante do Ministério da Fazenda, representante da PETROBRAS, e Luiz Fernando Cantidiano, advogado e ex-Presidente da Comissão de Valores Imobiliários. Senador Suplicy*."

Os senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu queria só comentar um assunto com a assessoria do PT. Essa Casa é uma Casa altamente informatizada. Toda vez que eu faço o requerimento, ele vem com código de barras; e o PT não está usando isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É obrigatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É obrigatório, eu acho que não tem por que não se fazer, a Casa dá a tecnologia para se fazer, meu Secretário sempre fez isso, inclusive eu jamais mandava um sem o código de barras.

Então pediria, estou olhando os requerimentos, aprovando, e que o PT se enquadrasse e fizesse da maneira correta, como o Senado pede. Que eu acho que aqui todos os senadores fazem isso, não é?

Outro requerimento, e agora para ser chato vou falar, outro requerimento sem código de barra: "*Requeiro nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública conjunta da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Serviços de Infraestrutura, com objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 08 de 2010, que autoriza a União a ceder onerosamente o exercício de atividade de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural de outros componentes fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição e dá outras providências. Com os seguintes convidados*"

Aí ele renumera os mesmos convidados, porém de outras comissões: Representante da Casa Civil e da Presidência da República; representante da Advocacia-Geral da União, Representante do Ministério de Minas e Energia; representante do Ministério da Fazenda; representante da PETROBRAS, e Luiz Fernando Cantidiano, advogado e ex-Presidente da Comissão de Valores Imobiliários.

Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Mais um requerimento do Senador Suplicy. "*Requeiro nos termos regimentais que seja realizada audiência conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de analisar e debater o novo modelo de exploração de petróleo previsto no Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, que dispõe sobre exploração e produção de petróleo, de gás natural e outros componentes fluidos sob regime de partilha de produção em área de pré-sal, em área estratégica, altera o dispositivo da Lei 9.478, de 97, e dá outras providências, com os seguintes convidados: representante da Casa Civil; representante da Advocacia-Geral da União – AGU; Representante do Ministério de Minas e Energia; representante do Ministério da Fazenda, Modesto Carvalhosa, Professor da USP, advogado e autor renomado da área de direito econômico; 6) Floriano Marques Neto, Professor de Direito Administrativo da USP e da Fundação Getúlio Vargas, Doutor em Direito pela USP e Advogado.*"

Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A pedido, eu queria retirar de pauta o Item 04.

Senador Tasso também me pediu para que eu não colocasse em pauta hoje o Item... Que é do senador, em homenagem a minha última passagem...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aprovado, aprovei do Tuma.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em minha passagem por aqui, vou atender o Senador Tasso Jereissati, que diz que eu sempre não concordo com ele, mas vou atendê-lo, vou tirar de pauta.

Senador Pedro Simon, tem a palavra V. Exa..

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Foi aprovada a inclusão da PEC 21. Para ser votada.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Extrapauta, é isso.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É, mas eu quero me antecipar, e pedir a V. Exa., que ou eu peço vista, ou eu acho...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já foi pedido vista, Senador Pedro Simon. Foi pedido vista, já foi discutido, é somente a votação.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Como já foi pedido vista?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já foi pedido vista.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que está na Subcomissão Especial, presidida pelo Senador Tasso Jereissati, que está revendo para trazer à discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pelos senadores Francisco Dornelles e Romero Jucá.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O problema é o seguinte: essa matéria é séria demais, é grave demais. Ela praticamente termina com o teto a nível de judiciário.

Nós não podemos votar brincando numa reunião que nem essa, com meia dúzia de pessoas.

Com toda sinceridade, eu acho que nós temos que sentar, parar, pensar e analisar. Está havendo um negócio lá no Rio Grande do Sul, por exemplo, já estão dando auxílio-moradia com 15 anos de atraso para juízes, não sei da onde.

Então está havendo uma confusão que é muito grave.

Agora, nós aqui, sem mais nem menos, liberar o teto? Quer dizer, onde é que vai parar? E liberar assim, sem nem a gente saber... Eu não sabia, a minha assessora que me avisou, eu não sabia que nós íamos votar isso agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Foi aprovado extrapauta, Senador Pedro Simon, está dentro do Regimento Interno ou não?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não, dentro do Regimento Interno está. A questão que o Senador Pedro Simon suscita, é que carece de uma maior discussão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Exatamente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): O que eu pedi uma inclusão extrapauta, é que o relatório já havia sido lido pelo Senador Valdir Raupp, subentende-se que já havia sido discutido.

Há uma pressão grande da magistratura no sentido da votação desse projeto, mas o Senador Pedro Simon não deixa de ter razão.

É preciso haver uma larga discussão, porque está se 'exceptualizando' para uma classe que já tem problemas de discussão sobre rendimentos.

Eu não tenho nada contra o posicionamento do Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E olha que tinha um voto em separado do Senador Suplicy.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em 5 do 8 de 2009 foi recebido voto em separado do Eduardo Suplicy, que conclui pela rejeição da proposta, bem como pela rejeição da emenda nº 1 do Senador Romeu Tuma, e emenda nº 2, 3 e 5, do Senador Expedito Júnior, e da Emenda nº 4, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

Consulto a Mesa. Nós estamos dentro do trâmite, normal, tem algo fora do regimento?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está tudo dentro do Regimento. A pergunta é a seguinte, Senador Pedro Simon. A comissão é soberana.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aqui foi aprovado extrapauta.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu faço uma consulta: os senhores mantém o extrapauta ou não?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, eu sou contra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu concordo em retirar.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu retiro, visto até porque a maioria aqui é contra. Então é melhor retirar. Eu peço a retirada do pedido extrapauta.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É melhor retirar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nós estamos retirando, é pela aprovação da retirada do Senador Lobão, que retirou o extrapauta, assim, aprovando, retiramos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Queria dizer o seguinte, Senador Pedro Simon. Queria uma posição pessoal minha aqui. Todas as categorias, todas as categorias, e nós temos sofrido bastante até com o Ministério Público, Judiciário, toda categoria tem adicional por tempo de serviços, todas.

Hoje nós temos um Ministro do STJ ganhando igual a um juiz de 1ª instância, e quando esse juiz de 1ª instância acumula eleitoral, ganha mais que o ministro do STJ.

Eu acho isso completamente errado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas nós temos que ficar no pé.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aqui até V. Exa. que já é bastante antigo, ganha igual a mim que sou novo no Senado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu concordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. teria que ter também um adicional por tempo de serviço nessa Casa, iria quase que dobrar, não é... Já são 24 anos.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O meu caso é contrário. Eu estou aqui durante 16 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É o que eu estou falando.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu fui senador, paguei a contribuição para a minha aposentaria, agora eu estou mais 16 anos, vou fazer 32, nesses últimos 16 anos eu não estou pagando, porque não tenho dinheiro para pagar.

Quer dizer, terminaram, como sempre, e agora o senador tem que pagar a parte dele e a parte do Senado, a parte patronal, eu teria que pagar quatro mil, e aí eu não tinha como viver.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu estou tentando captar se é um pedido de ajuda.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu sou pobre, mas orgulhoso eu não sou.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu só queria fazer essa colocação, que eu acompanho e vejo que é um absurdo, o juiz de 1ª Instância ganhar igual ou mais do que o Ministro.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É um absurdo.

Senador Valter Pereira, tem a palavra V. Exa..

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, em primeiro lugar eu quero aqui cumprimentar a flexibilidade do Senador Lobão Filho, que no momento em que percebeu que havia dificuldade na aprovação da matéria, foi o primeiro a concordar que deveria ser retirado de pauta, apesar de ter sido aprovada a sua inclusão extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se V. Exa. não retirasse o seu pedido, eu aprovaria.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, meus cumprimentos, que mostra mais uma vez aqui, no ocaso dessa sua participação nesta Legislatura, que realmente o que faz hoje aqui, e o que fez durante o período em que esteve nessa Casa, foi agir com maior lisura, com a maior responsabilidade.

O Senador Pedro Simon tem toda razão. Essa é uma matéria de repercussão, e muito polêmica. E tem razão V. Exa., que existe discrepância, existe. No entanto, o que o Senador Pedro Simon ponderou é que há necessidade de um reestudo.

Um reestudo com vistas a eliminar essa discrepância que V. Exa. apontou, de um juiz singelo, de repente, estar percebendo a mesma remuneração de um Ministro do Tribunal Superior.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se acumular, o eleitoral é mais.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, o que é que precisa ser feito? Precisa ser feito uma reestruturação, mas essa emenda não faz essa reestruturação, essa emenda só tira alguns benefícios, alguns adicionais do cálculo da remuneração, e isso também leva a uma outra, a um outro efeito colateral, que é o de abolir praticamente o teto.

Então, acho que a sugestão do Senador Tuma procede, eu acho que deve ser constituída uma comissão...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Subcomissão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): ...a fim de estudar a forma adequada para eliminar a discrepância, sem, entretanto, eliminar o teto, porque ele é fundamental, uma conquista fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valter Pereira, eu queria dizer o seguinte: olha, eu sou a favor da racionalidade.

Eu não posso ter, o Senador Pedro Simon, e aqui eu não vou ficar elogiando o Senador Pedro Simon, nem contando a história dele, que todos aqui conhecem, quem está assistindo a TV Senado também.

Agora, o Senador Pedro Simon me dá aqui uma declaração de que ele não pode pagar parte, porque vai retirar do salário dele quatro mil e poucos reais. Você vê, 16, menos imposto de renda, menos quatro mil e pouco, sobraria isso para o Senador Pedro Simon, que é alguém que fez a história desse país.

Não é porque eu estou na frente de V. Exa. não. Alguém que participou do momento, quando o Tancredo morreu, ele estava ao lado, participou do momento que mudou o país, não pegou em armas, não fugiu do país, não saiu daqui, lutou aqui dentro, ficou, lutou, enfrentou, e agora vem aqui o Senador Pedro Simon, depois de trinta e poucos anos, como político, um bom político, e diz que ele vai parar de pagar a parte da aposentadoria, quatro mil e poucos reais.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Há 16 anos não estou pagando.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Dezesseis anos que ele não está pagando.

Então, veja bem, isso é justo? Eu quero saber se isto é justo. Da mesma maneira que eu estou citando o Pedro Simon, eu quero saber se é justo para aqueles... E nós aqui já passamos pelo Conselho de

Ética, e V. Exa. também sabe que a coisa mais difícil do mundo é julgar.

Eu passei pelo Conselho de Ética tendo que julgar, com o clamor da imprensa contra, você ter, saber o que você tem que fazer, para nunca mais se arrepender pelo resto da vida, sabendo que é conduzido a opinião pública da maneira que interessava, donos de jornais, rádios, e você manter sua posição é a coisa mais difícil em política, e aqui é o que a gente está vendo.

Eu não estou aqui para defender Judiciário, nem nada, eu quero dizer, a injustiça, acontece. Hoje tem burocrata ganhando muito mais que o Senador Pedro Simon, ganhando mais que um senador, quando falam do nosso salário falam que nós ganhamos porque tem ajuda postal, ajuda de passagem... Eu não vendo selo em porta de gabinete...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Wellington.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não vendo *xerox* em porta de gabinete... Me falaram que o nosso salário é de 120 mil reais.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Um delegado, um delegado inicial de carreira ganha mais que um senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vou dar um exemplo aqui, já que eu estou no último dia, posso virar a mesa, posso tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Ministro Hélio Costa, era ministro e não tinha passagem de avião. E o Ministro falava pra mim: "Wellington, eu não posso ficar requisitando avião toda hora para ir para Belo Horizonte, para ir para outro lugar." E, na época, era possível, depois mudou a legislação, você podia ceder a passagem. E eu cedi a passagem, para o meu titular, para usar para voltar, o Senador Ministro Hélio Costa. E virou um crime depois.

Eu não cedi para namorada, eu não cedi para esposa, não cedi para filho, eu não cedi para gabinete, não cedi para nada, eu cedi para alguém que não queria gastar um avião da Força Aérea para levá-lo para Belo Horizonte, porque depois dá um processo também, também, porque usou o avião demais.

Um país continental como o Brasil, porque se fosse Portugal seria uma beleza, você poderia ir de carro. Querem ter um país continental e não quer ter avião. Então são as incoerências que aconteceram, e chegamos a mudar a cota de passagem, eu não posso trazer um convidado aqui de repente para discutir uma questão racial, ou uma questão social, que não tem dinheiro para vir aqui, e você não pode mandar passagem mais para ele.

Então, são as incoerências que eu vi aqui dentro, os absurdos que nós fizemos, mas fizemos por quê? Porque esse é o poder mais vulnerável, é o Poder Legislativo.

O Supremo não precisa de voto do povo. Nós quase presenciamos um golpe no Supremo, no Ministro Gilmar. Nós tivemos um golpe, que eu considero, do Renan, aqui dentro, foi um golpe, considero o do Collor, e considero quase o do Ministro Gilmar, quase foi um golpe também, Ministro Gilmar, com a decisão que ele deu, não importa, não vou discutir, porque eu não sou jurista.

Então, isso demonstra que a nossa democracia ainda não está madura, Senador Pedro Simon, não está madura.

Eu passei a minha vida inteira ouvindo falar em esquerda e direita, quem pega em arma, quem não pega em arma, e acabou que quem foi um grande presidente foi alguém que era um sindicalista, lutava por emprego e salário, e virou um monstro da história brasileira.

Mas não tenho o que reclamar, e reclamar tudo no último dia não pode, eu tinha que reclamar durante o período que eu estava aqui. Então vamos votar a pauta.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu gostaria, pela ordem, o Item 31, V. Exa. falou agora...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu tenho um extrapauta do Senador Romeu Tuma.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria que V. Exa. colocasse, esse aqui está na pauta, mas eu gostaria que invertesse, para que fosse votado, porque trata exatamente...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não há consenso no 31.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Como?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não há consenso para votar o 31, e como bem colocou o Pedro Simon, um dia que tem posse de Ministro, a gente poderia, já que não há consenso, deixar para a próxima reunião, Senador Valter Pereira, eu queria simplesmente aprovar o extrapauta do Senador Romeu Tuma, e encerrar a reunião.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Que está com o parecer favorável aqui, viu, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sei, mas não há um consenso, então eu não queria colocar em votação algo que, consequentemente, vai a votação no Plenário forte.

É uma matéria polêmica, eu não queria expor, da mesma maneira que colocou o Senador Pedro Simon na questão do extrapauta de hoje, eu queria colocar também, deixar para o Senador Demóstenes conduzir.

Queria simplesmente aprovar o extrapauta do Senador Romeu Tuma, e encerrar essa sessão.

Extrapauta: Projeto de Lei da Câmara nº 11 de 2010, terminativo na CRE, "*Altera o art. 1º da Lei nº 11.320, de 6 de julho de 2006, que fixa os efetivos do Comando da Aeronáutica em tempo de paz, cria cargos nos quadros do Comando da Aeronáutica*." Autoria, Presidente da República. Relatoria, Senador Romero Jucá, *ad hoc*, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma para proferir o relatório.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, lida a ementa por V. Exa. sobre do que se trata esse projeto, do aumento do efetivo do comando da Aeronáutica, ele prevê criação de cargos, mas desde que haja autorização orçamentária, e fica muito claro que não vai incidir, implicar em impacto imediato significativo, em razão das vagas só serem preenchidas com a lei orçamentária autorizando no limite de 20% de acréscimo ao efetivo atual ora proposto.

Nós sabemos que a Aeronáutica tem recebido agora várias missões, plataforma marítima e outros fatos, aumento de viagens por aviões, que tem que fazer um controle mais efetivo, o sistema de controle do espaço aéreo brasileiro e tantas outras missões.

De forma que o relator, Senador Romero Jucá, é favorável, com a emenda da CCJ de redação, altera o art. 1º da Lei 11.320, de 06 de julho de 2006, que fixa os efetivos do comando da Aeronáutica em tempo de paz, para criar cargos de âmbito naquela Força.

Esse é o relatório do Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão a matéria.

Senador Romero Jucá já me ligou aqui, que ele consegue ser líder até pelo telefone.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer. Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Bom, eu queria saber se algum senador deseja fazer uso da palavra.

Senador Jayme Campos, tem a palavra V. Exa..

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Um minuto só, Sr. Presidente. Eu acho que foi muito oportuno aqui a presença do Senador Pedro Simon, quando ele pediu ao Sr. Presidente que esta matéria aqui fosse discutida com maior profundidade.

E é uma discussão, Senador Pedro Simon, de que na medida que se propõe aqui os adicionais de tempo de serviço a ministros, Procuradores da República, e etc., eu imagino que estariam aqui os Estados, com certeza tem que pagar para os seus servidores públicos lá. É uma matéria que talvez muitos não se atentaram da importância que ela representa, ela é até grave, chamando de greve na medida que aqui vai beneficiar uma casta, uma casta, de pessoas que são bem remuneradas no país aqui.

E até porque, quando V. Exa. diz aqui de que com nós senadores não se pode fazer nada, até passagem para você trazer um convidado para se discutir um assunto pertinente, as problemáticas do seu estado, hoje nós estamos impossibilitado.

A esposa do Senador Pedro Simon não pode tirar uma passagem, nem o Senador Jayme Campos, para acompanhá-lo aqui na sua residência no Distrito Federal.

Ora, nós devemos deixar de ser hipócrita, e o Senado tem que ser resgatado em sua plenitude, como a Casa que revisora das leis, e acima de tudo nós buscamos aquilo que é de direito, seja dos senadores, como também seja daqueles que compõe o serviço público federal, estadual, ou municipal desse país.

O que nós não podemos permitir é que uma casta apenas seja beneficiada.

Aqui o Senador Romeu Tuma colocou, para agregar mais, ele colocou aqui, além de ter o Ministério Público, a Justiça Federal de uma maneira geral, ainda colocou mais também Delegados de Polícia Federal, que já são bastante bem remunerados.

Por incrível que pareça, um Delegado da Polícia Federal é mais bem pago do que um Senador da República.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem razão, mas...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu acho justo, acho que tem que pagar mais, todavia, eu não posso, de maneira alguma, como Senador da República, e como brasileiro, permitir que apenas uma casta seja ele beneficiado.

Nós temos que ver o conjunto, sobretudo, também dos outros servidores públicos, que aqui no Brasil é uma disparidade. Uns ganham muito, outros ganham uma miséria. Nós temos que buscar aqui um equilíbrio, como há na Alemanha, que não existe ninguém

que ganha mais do que 10 salários a mais que outro servidor público.

O Brasil é uma discrepância na sua totalidade, que uns ganham muito e outros ganham muito pouco.

Então, para tanto, eu acho louvável a ideia do Senador Pedro Simon de nós discutirmos essa matéria, eu acho justo, agora...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pedi uma subcomissão.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Ou uma subcomissão, ou discutir, por delegação do Presidente da Comissão, nomear um grupo de senadores aqui, para não ter muita burocracia, e discutirmos, e chegarmos a uma conclusão do que é melhor.

Até para não expor o Senado, dar uma demonstração de fraqueza, dar a entender que isso aqui, muitas vezes, um projeto que foi de forma direcionada, nós não podemos permitir.

Eu acho que chegou o momento do Senado Federal realmente fazer lei para todos, não para determinados segmentos do serviço público, qualquer outro segmento que certamente não é a maioria da coletividade, ou seja, não é a maioria da sociedade que vai ser beneficiada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bem colocado, Senador Jayme Campos.

Senador Romeu Tuma, tem a palavra V. Exa..

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que o senador tem razão, Senador Pedro Simon, todos. V. Exa. verifica que hoje nós tínhamos um efetivo muito pequeno nessa comissão, mas todo mundo atento e, sem dúvida nenhuma, com coragem de propor coisas que possam amanhã pensarem que é negativo para o Senado.

Não é, é positivo, o alerta do Senador Pedro Simon calou, e antes, cinco minutos antes o Valter Pereira estava me falando desse problema, trocando ideia com quem pediu inclusão extrapauta, da dificuldade que ia ter, porque está quebrando o teto.

Então, estávamos conversando com ele para retirar o que ele fez, com dignidade, e respeitando a vontade dos que estavam presentes.

Eu só estou querendo pedir a V. Exa., ontem eu vi na televisão apresentar, senadores, a emenda para redistribuição do *royalties* do petróleo, emenda do Francisco Dornelles e do Renato Casagrande, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Não estou discutindo o mérito nem nada, mas nós temos que aprofundar essa discussão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Tem uma minha também.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem a do senhor também, então, talvez seja uma coisa que a gente tem que urgenciar essa discussão, antes que a aprovação venha correndo aí, para poder analisar, e dar para um relator que possa realmente ter essa amplitude de atender os colegas para uma discussão bem clara a respeito dos benefícios do pré-sal.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Uma pena que eu não vou estar aqui para debater, mas *royalty* não é petróleo. *Royalty* é uma indenização que se dá pelo local que está sendo explorado.

Eu acho que deveria criar uma comissão, pegar um helicóptero e andar sobre Belo Horizonte e regiões adjacentes, para ver o que é estrago que se faz com a mineração, e nós não temos *royalty* nenhum em Minas.

Criou-se a Lei Kandir, que é um engodo, é uma enrolação. O aço agora subiu 90% no mercado internacional, Senador Pedro Simon, e o que Minas ganhou com esse aumento? Não, só ganha são as empresas que exportam aço, estão cada vez mais milionárias.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É o que Minas fazia: Todo minério que estiver no mar, Minas não quer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Todo minério que estiver no mar, Minas não quer...

Mas e outra coisa, essa questão de criar um dinheiro da União para os estados, isso é conversa fiada, é Lei Kandir que fizeram com Minas. Enganaram Minas, Minas está com sérios problemas, bem administrada pelo Governador Aécio...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Mas Senador Wellington, e com os estados produtores é pior.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É claro.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Simon, é pior ainda com os estados produtores de agronegócio é o mais penalizado, na medida em que recebe apenas retorno da Lei Kandir, 12 a 15%, você imagina o prejuízo, quer dizer, não recebe nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E sempre a democracia é assim, a maioria vence. Como é um estado que tem, os outros vão querer.

O Pará sofre isso, o Rio sofre isso, Espírito Santo sofre isso, Minas Gerais, arrebentaram com Minas Gerais, Rio Grande do Sul, e aí vai, e assim vai...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa. tem toda razão. O minério de Minas Gerais, é arrancado, é uma riqueza de Minas Gerais, e ficam os bu-

racos lá, é tudo esburacado, quanto a isso não tenho dúvida nenhuma. Agora, por outro lado, o petróleo está lá, 200 km da costa.

Agora, a Lei Kandir, que atingiu Minas, que atingiu o Mato Grosso, o Rio Grande do Sul perde um bilhão, porque o Rio Grande do Sul é um grande exportador e ao contrário de São Paulo, por exemplo, que é um grande exportador, mas é o maior importador, nós somos exportador, e as nossas exportações nós não recebemos nada, zero, porque a Lei Kandir ia nos dar, não deram uma ova, quer dizer, estamos perdendo um bilhão por ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Pedro Simon, eu sou a favor, está bom, as reservas estão lá, e é do mar.

Então, faça o porto no estado que vai receber, aquele recebe o *royalty*, porque vai destruir o Estado que vai receber quando vier tirar o petróleo para descarregar.

Agora, está no mar, descarrega no Espírito Santo, e aí diz que não, está no mar, é de todo o Estado, tudo bem, então faça um porto em São Paulo, faça um porto em Santa Catarina, e descarregue lá, bota aquele monte de maquinário, barco, rebocador, arrebentando com tudo...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está tudo bem, agora, o que não pode é pegar: "É meu, e entra por aqui". Aí não. Essa é só uma posição minha. E, olha, o exemplo claro é o que fizeram com Minas Gerais.

Senador Jayme Campos, alguma coisa a mais declarar? Senador Tuma? Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): ...Hélio Costa deve cuidar da campanha dele para governador. Ele vai ser um mau senador, mau governador, vai acabar perdendo lá.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele tem que tirar 120 dias de licença para fazer a campanha e V. Exa. continua.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não sei, o senador hoje quer ser governador, mas em Minas tudo é possível, os acordos acontecem.

Eu não posso me manifestar, porque senão acabo perdendo a oportunidade de ser suplente dele de novo.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h35.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2010.

Às doze horas e um minuto do dia trinta de março de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senador Sérgio Zambiasi,** e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Geovani Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, João Pedro, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, João Ribeiro, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Sadi Cassol, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Romeu Tuma e Cristovam Buarque. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, o Senhor Senador Antonio Carlos Valadares requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 13/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares (com apoiamento do Senador Renato Casagrande, não membro da Comissão), que requer "... nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 que 'Cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências' com os seguintes convidados, sem prejuízo de quaisquer outras sugestões: 1) Economista do IPEA, Sr. Marcelo Piancastelli; 2) Secretário de Macro avaliação do TCU, Sr. Maurício

de Albuquerque Wanderley; 3) Coordenador do Projeto de Extensão da Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense), professor Hamilton Garcia; 4) Consultor Legislativo do Senado Federal, Sr. Paulo Springer de Freitas". O Requerimento é aprovado. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 005: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 027, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que "Altera a Lei nº 8.733, de 25 de novembro de 1993, que dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à Rodovia BR-364, para denominar Euclides da Cunha o trecho acreano da referida Rodovia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Valadares e o parecer favorável é aprovado. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Octávio, que "Torna obrigatória a inserção de mensagens alusivas aos danos decorrentes do consumo de drogas nas páginas da Internet". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer favorável, com a Emenda nº 01-CCJ/CE, Emenda nº 02-CCJ/CE, na forma da subemenda nº 01-CE, e Emenda nº 03-CE, é aprovado. Neste momento, o Senhor Senador Inácio Arruda pede a palavra, pela ordem, para registrar a presença na presente reunião dos membros da Diretoria da União Nacional dos Estudantes – UNE, que reivindicam a utilização de 50% (cinquenta por cento) da receita auferida pelo Fundo Social da arrecadação do Pré-Sal, para a aplicação em programas direcionados ao desenvolvimento da educação pública, básica e superior. **Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 644, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Nordeste de Goiás (UFNEG), com sede no Município de Formosa, no Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Inácio Arruda e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Município de Reserva, no Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 017: Comunicados da Presidência**: Não houve comunicados. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2005; Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2006; Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2005; Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2009; Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 437, de 2009; Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2009; Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2009; Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2009; Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2009; Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2009; Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 023, de 2010 e Item 016: Projeto de Lei da Câmara nº 224, de 2009.** O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Sérgio Zambiasi**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovadas.

Senador Antonio Carlos Valadares solicita inclusão extrapauta do um requerimento, senador?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exa., tendo em vista que os quatro projetos que tratam da camada do pré-sal, da exploração da camada do pré-sal, estão nesta Casa, e como há um prazo determinado para a aprovação dessas matérias, se em 25 dias as comissões não aprovarem, o Plenário será... Esses projetos serão enviados ao Plenário. O prazo fatal é 45 dias dentro desta Casa, mas acho que nesse período dos 25 dias haverá tempo suficiente para uma Audiência Pública envolvendo várias comissões: a Comissão de Educação, a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Fiscalização e Controle, a Comissão de Assuntos Sociais, a CCT, Comissão de Ciência e Tecnologia, como também a CAE, que é a Comissão

de Assuntos Econômicos. Numa Audiência Pública só, nós trataríamos de todos os assuntos relacionados com esses projetos que foram encaminhados pelo Sr. Presidente da República, Presidente Lula.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Ok. Senador Antonio Carlos Valadares solicita a inclusão extrapauta de requerimento, que leio:

"Nos termos do Regimento Interno do Senado seja promovida por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a Comissão de Assuntos Sociais, com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e com a Comissão de Assuntos Econômicos, Audiência Pública com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010, que cria o Fundo Social, dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos, altera a Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, e dá outras providências, com os seguintes convidados, sem prejuízo de quaisquer outras sugestões: Economista do IPEA, Sr. Marcelo Piancastelli; Secretário de Macroavaliação do TCU, Sr. Maurício de Albuquerque Wanderley; Coordenador do projeto de extensão da UENF, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Professor Hamilton Garcia; consultor legislativo do Senado Federal, Sr. Paulo Springer de Freitas. Sala das comissões. Senador Antonio Carlos Valadares com o apanhamento(F) do Senador Renato Casagrande."

Coloco em votação. Senadores e senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Está aprovada a inclusão extrapauta.

Primeiro item da pauta. *"Projeto Não Terminativo. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado 27, de 2007. Altera a Lei 8.733, de 25 de novembro de 93, que dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à Rodovia BR-364, para denominar Euclides da Cunha o trecho acreano da referida Rodovia. Autoria do substitutivo: Câmara dos Deputados. Autoria do projeto, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Relatoria do substitutivo, Senador Neuto de Conto".*

Eu nomeio relator *ad hoc* o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, conforme anunciado por V. Exa., como relator *ad hoc*, registro que esta comissão está decidindo, "*em decisão Terminativa, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 27, do Senador Geraldo Mesquita, que altera a Lei 8.733, de 25 de novembro de 1993, que dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à Rodovia BR-364, para denominar Euclides da Cunha o trecho acreano da referida Rodovia.*

A par de manter o atendimento aos princípios de constitucionalidade e juridicidade da proposição oriunda do Senado Federal, o Substitutivo da Câmara dos Deputados aprimora a redação original, tornando-a mais consentânea com os ditames da Lei Complementar nº 95 que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação."

É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares, relator *ad hoc*, que dá parecer favorável.

Coloco em votação o projeto. Senadores e senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Coloco, agora, em votação, extrapauta, o Requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares e do Senador Renato Casagrande para Audiência Pública com os convidados já citados: *"Economista do IPEA, Sr. Marcelo Piancastelli; secretário de Macroavaliação do TCU, Sr. Maurício de Albuquerque Wanderley; coordenador do projeto de extensão da UENF, Universidade Estadual do Norte Fluminense, professor Hamilton Garcia, consultor legislativo do Senado Federal, Sr. Paulo Springer de Freitas. Será uma audiência conjunta com diversas outras comissões para tratar do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010, que cria o fundo social, dispõe sobre a sua estrutura e fontes de recursos, altera a Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, e dá outras providências"*. Senadoras e senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Está aprovado o requerimento.

Secretário Júlio está lembrando que está se realizando aqui, em Brasília, a Conferência Nacional de Educação, CONAE, que irá até a próxima quinta-feira. Começou domingo e vai até a próxima quinta-feira, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, aqui em Brasília. Mais informações sobre a conferência e programação completa poderão ser obtidas no endereço eletrônico: portal.mec.gov.br. E os senadores e senadoras estão convidados a comparecerem ao evento. Tem um estande, inclusive, da Comissão de Educação, estande nº 18, está aberto à visitação pública e, é claro, das senadoras e senadores e das assessorias também dos servidores desta Casa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pela ordem, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, para registrar a presença aqui dos diretores da União Nacional dos Estudantes, encabeçado pela jovem Marcela, que está aqui conosco. Estão numa campanha entre senadores, dialogaram com os deputados acerca da distribuição de uma das parcelas do Fundo Social, criado com a nova... O novo ordenamento, o novo marco regulatório do pré-sal.

É uma iniciativa muito importante, a UNE – não sei se vai conseguir, mas se depender do meu apoio conseguirá –, eles querem que 50% do Fundo Social seja destinado à educação. Por quê? Considera... A União Nacional dos Estudantes tem sido fruto de um grande debate aqui entre nós. V. Exa. que participa praticamente de todas as reuniões desta comissão, tem acompanhado aqui os nossos debates, a intensidade do apoio dos senadores à questão da educação, da educação formal no Brasil, como sendo o melhor meio e o mais importante mecanismo de transferência de renda. Não tem algo mais significativo do que você destinar recursos para formar o povo brasileiro. Formá-lo culturalmente e, ao mesmo tempo, formá-lo para o trabalho, profissionalmente.

Ontem, na Comissão de Infraestrutura, tivemos um grande debate com o setor privado, a Associação Nacional... Agência Nacional de Petróleo, Petrobras, a Associação Nacional da Indústria de Base, discutindo exatamente a questão de que o projeto do PAC 1 e o PAC 2 exigem a formação de centenas de milhares de novos profissionais técnicos. Num tempo curto, de 10 anos, nós precisamos de quase 500 mil novos profissionais. Então, essa formação exige...

Se queremos dar consequência ao que falamos nos debates, nas comissões, nas campanhas, a oportunidade, digamos, se abriu, que é indicar os 50% dos recursos do Fundo Social para a educação no nosso país.

Por isso eu quero me congratular com a campanha da União Nacional dos Estudantes – é uma campanha nacional – e firmar aqui o compromisso nosso de senadores de aprovar esta emenda proposta pela União Nacional dos estudantes, encabeçada pela Senadora Fátima Cleide, que é a nossa Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Inácio Arruda, parabéns pela iniciativa.

Eu quero dizer que nos corredores aqui da Casa já coloquei minha assinatura na emenda, e, eu tenho certeza, nós vamos recolher o maior número de assinaturas possível para que efetivamente nós consigamos garantir este investimento na educação. Eu tenho o mesmo conceito. Acho que tudo que nós investirmos em educação, Senador Inácio Arruda, vem qualificar o Brasil. Nós vamos sair desse... Dessa... Desse patamar mediano que nós ainda estamos ocupando para um patamar privilegiado, de destaque.

À medida que a população com informação, com cultura, com conhecimento, com educação, ela avançará significativamente na inclusão social especialmente. E, especialmente, com um aprimoramento dentro do espírito crítico, porque a pessoa deve ser crítica. Esta crítica que torna a pessoa mais exigente e faz com que os serviços também passem a ser melhores: sair do inconformismo... Sair do conformismo para o inconformismo. Com cultura, com educação, com saber o povo sai do conformismo, vai para o inconformismo e, a partir de então, os serviços melhoram. E eu confio exatamente nisso.

Aliás, eu estou lendo um livro muito interessante chamado *Olho da Rua*. *Olho da Rua*. Eu não lembro o nome completo da jornalista, é gaúcha...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom V. Exa. dizer o nome da gaúcha.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Vou dizer agora. Está aqui. Eliane Brum. Recomendo. Chama-se *Olho da Rua*. É uma coletânea de reportagens, ela trabalha na revista *Época*, no *Globo*, enfim, e tem uma experiência realmente impressionante, porque é uma série de reportagens, que ela reproduz neste livro, e comenta, depois, inclusive consequências da reportagem.

E eu estou lendo neste momento uma reportagem chamada Povo do Meio. É um povo da Região Amazônica, em que ela... Que ela foi visitar. Ela levou uma semana de barco para chegar nessa região, e onde a maioria das pessoas – são 200, 300 famílias –, em sua maioria chamam-se Raimundos. Por quê? Porque lá não chega, ou não chegava à época que ela fez essa reportagem, não chegava nenhum tipo de comunicação. Não tinha jornal, não chegou rádio... Parece-me que chega um sinal pela onda curta de uma rádio nacional da Amazônia, uma coisa assim, que deve ser de Brasília. Todos são analfabetos. Mas, que... E todos ameaçados e vítimas de grileiros. E um cidadão sai desta região para vir a Brasília, aqui na... Nesse... Aqui num movimento social, para se informar de como aquele povo que foi levado pelos produtores de borracha e abandonado no meio da floresta, pode garantir a posse daquelas terras, e enfrentar os grileiros armados, diante de uma violência que me impressionou profundamente. É uma reportagem que me tocou muito sobre como ainda temos povos abandonados e

que tentam sobreviver da própria floresta, mas que o avanço da grilagem não permite.

E me chamou atenção exatamente porque todos lá, à época, eram analfabetos. Não sei se agora... É uma reportagem de três ou quatro anos atrás, eu não sei como é a vida desse povo do meio nesse momento. Mas conhecer um pouco mais dessas vastidões brasileiras, e entender um pouco mais como vivem os nossos povos, é que me convence que nós temos que investir muito na educação, para que aquele povo do meio receba o mínimo que a eles... Que esse povo tem direito, que é o do acesso à informação. O acesso à informação, na minha convicção, vem por meio da educação. É com ela que ele pode discernir inclusive o que é melhor ou não, ou ter consciência mínima a respeito.

Por isso, Senador Inácio Arruda, parabéns pela iniciativa, por ter tomado a palavra aqui e nos chamado atenção dessa proposta, que parte de quem? Parte dos estudantes.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): V. Exa. já assinou, o Senador Wellington já assinou, Roberto se não assinou, vai assinar, e Azeredo, que sempre aqui está, também deverá assinar.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): E aproveitando, o Senador Wellington Salgado acaba... Não sei se já assinou, vai assinar--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já assinei.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Já deixa aqui mais uma página aqui dessa Casa, já que... E lamentavelmente, aqui nesta comissão, será, como senador, sua última sessão?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso, Presidente. Agora eu vou... Vou cair em campo, como diz V. Exa., e tentar pedir votos nas próximas eleições. Não posso pedir agora--

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu diria que vai entrar em campo. Nós não vamos permitir que caia em campo. Isso aí em campo é perigoso. Vai entrar em campo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vou entrar em campo e tentar seguir aí o caminho de V. Exa., do Inácio Arruda, demais senadores que estão aqui, que é uma fase que eu quero passar pela Câmara dos Deputados. Mas vamos ver se o meu partido me dá a legenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu não tenho dúvida. O seu trabalho aqui e a sua presença nessa Casa lhe dão direito de fazer essa disputa democrática--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Senador Azeredo, que também está em campanha, cortou o cabelinho, Presidente, está todo ajeitadinho... Mas só faz por telefone. Só dá uma ligada... ex-governador é mais fácil.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Quero dizer que nem para ex-governador está sendo fácil, não é Eduardo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tem que ir em campo. Tem que gastar o sapato. Gastar o sapato. O Senador Wellington não pode falar que é candidato ainda, porque, pela lei, ele só pode falar que é um possível candidato--

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): São pré-candidaturas. As candidaturas só serão consagradas nas convenções de junho. Portanto, há um grande espaço para relacionar-se com as respectivas comunidades.

Nós temos mais projetos que devem ser votados. Nós temos aqui o Item 2 da Pauta, Senador Eduardo Azeredo. *"Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2003. Torna obrigatória a inserção de mensagens alusivas aos danos decorrentes do consumo de drogas nas páginas da internet. Autoria, Senador Paulo Octávio. Relatoria, Senador Eduardo Azeredo"*, a quem passo a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O projeto é meritório e ele *"torna obrigatória a inserção de mensagens alusivas aos danos decorrentes do consumo de drogas nas páginas da internet"*.

Nós vimos ainda, aqueles que puderam assistir, nesse último domingo, uma matéria sobre o consumo de drogas aqui em Brasília, realmente devem ter se espantado, ainda que tenha se tornado cada vez mais comum esse problema. O fato é que não podemos estar de acordo com o aumento do consumo de drogas, como acontece, infelizmente, no país. Então, todos os esforços devem ser feito no sentido de buscar alertar a população sobre a questão.

"E esse projeto recebeu parecer favorável na CCJ, com duas emendas, e, em decorrência do Requerimento do Senador Wellington Salgado, ele foi distribuído também à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para decisão terminativa. Depois, então, é que chegando a esta Comissão de Educação.

Em virtude do Regimento Interno, compete a essa comissão opinar sobre proposições que versem sobre educação, cultura, ensino e esporte. Ela...

É inegável que o consumo de drogas constitui grave problema social no Brasil, e que, regra geral, graças à desinformação acerca dos danos decorrentes desse consumo. É fato ainda que jovens e adolescentes constituem a maior parcela de usuários da

internet. Desse modo, a Rede oferece um grande potencial de comunicação e presta-se muito bem para atingir esse público, justamente mais vulnerável ao fácil e terrível apelo das drogas. Urge que se aproveitem todos meios disponíveis para dotar nossa população de maior capacidade de discernimento em matéria de tão alta gravidade.

A proposição presente cria expediente simples que é a inserção em páginas da internet de um atalho apontando para páginas que contenham informações e alertas sobre os efeitos danosos do uso de drogas. Essa medida é facilmente implementável, não oferece nenhum desafio tecnológico para sua implementação. Trata-se, portanto, de proposição bem meritória, de grande alcance, que deve contar com o apoio desta Casa.

Eu quero lembrar ainda, Presidente, que apesar dos serviços de internet não serem uma concessão pública, são serviços de interesse público, e os provedores não podem se furtar a uma medida como essa, que fará com que você tenha uma janelinha apenas na tela e que aí nós possamos ter as informações a respeito dos danos que as drogas causam.

Eu considero que o projeto é interessante, ele é de interesse público, e não há nenhum obstáculo para que seja implementado.

Alguns poderão dizer que se cria lei para tudo, mas essa é a regra, é necessário criar lei para tudo, sim, já que de próprio... De moto(F) próprio poucas são as iniciativas que acontecem.

A questão das drogas tem aumentado. Nós vimos aí... Vemos a todo dia os exemplos sendo noticiados. Portanto, eu peço o apoio dos Srs. Senadores a esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Coloco em discussão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu acho extremamente meritória a mensagem, e, na verdade, essa matéria vai para a Comissão de Ciência e Tecnologia, da qual eu faço parte. Normalmente eu pediria vistas, nesse momento, por não dominar os detalhes do texto da matéria. Porém, eu vou deixar para pedir vistas na Comissão de Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado pela compreensão, Senador Roberto Cavalcanti.

Coloco em votação.

Ainda está em discussão. Ninguém mais quer discutir, vou colocar em votação. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Está aprovado o relatório e o projeto.

Vamos ao próximo projeto. Apenas, enquanto o Senador Inácio Arruda identifica o próximo projeto, apenas para deixar lido o relatório, apenas para deixar... Já que não temos quórum para votar terminativamente, eu designo *ad hoc* o Senador Inácio Arruda para dar o parecer ao *"Projeto de Lei do Senado 644, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Nordeste de Goiás, com sede no Município de Formosa, no Estado de Goiás"*.

Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, projeto do Senado Federal, relator é o Senador Lobão Filho, funciono aqui como relator *ad hoc*: *"autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Nordeste de Goiás, com sede no Município de Formosa, no Estado de Goiás"*.

O nosso parecer segue a orientação do nosso colega, Senador Lobão Filho, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Muito bem. Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Estamos iniciando a discussão. Vamos deixar a discussão em aberto para a próxima sessão.

Vamos ao Item 10 da pauta. Já tivemos, na 4ª Sessão, com a ausência do relator Alvaro Dias, eu passo... Eu designo, então, a relatoria ao Senador Eduardo Azeredo, para o Item 10. *"Projeto de Lei do Senado 431, de 2008. Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Município de Reserva, Estado do Paraná."*

Senador Eduardo Azeredo.

"Autoria: Senador Flávio Arns."

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Projeto de autoria do Senador Flávio Arns. Todo projeto que vem do Senador Flávio Arns, eu já... De antemão, eu já considero que é um bom projeto. Então, eu vou realmente fazer a leitura do relatório do Senador Alvaro Dias, também do Paraná, e que *"pondera com precisão sobre a importância do desafio representado pelo acesso à educação profissional e tecnológica em nosso país, dada a necessidade de qualificação para o trabalho, cada vez mais premente em virtude das demandas do setor produtivo. Sem dúvida, nem todos os jovens conseguem chegar à universidade. Por isso, a qualificação profissional no ensino médio deve ser objeto de grande atenção das nossas autoridades educacionais.*

Nos últimos anos, a rede federal de educação profissional e tecnológica voltou a crescer e esse projeto acompanha a tendência de valorizar essa modalidade de ensino, mediante a iniciativa de indicar ao Poder Executivo uma localidade que possui todas as condições para ser sede de uma nova escola federal.

Trata-se do Município de Reserva, localizado na mesorregião centro oriental do Estado do Paraná, especificamente na microrregião de Telêmaco Borba, que tem o terceiro pior Índice de Desenvolvimento Humano do Paraná, apesar das grandes potencialidades econômicas, em especial no setor agropecuário.

Não há nenhum óbice do ponto de vista constitucional, já que se trata de uma lei autorizativa, e, à luz desse parecer, por conseguinte, não seria possível arguir a inconstitucionalidade, por vício de iniciativa.

Cumpre considerar, por sua vez, a edição da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou institutos federais de educação científica e tecnologia... Ciência e tecnologia. Essa lei manteve apenas as escolas vinculadas a universidades federais. As demais escolas passaram a integrar unidades de Institutos Federais.

Desse modo, a criação de novas instituições de educação profissional e tecnológica, no âmbito do sistema federal de ensino, deve levar em consideração a existência dessa lei, o que justifica a apresentação de projeto substitutivo."

O Voto, portanto, é na forma de substitutivo apresentado pelo Senador Alvaro Dias e que altera só essa questão de que você tem unidades que são ligadas às universidades e outras que não são ligadas à universidade. Da maneira que fica, portanto, autorizado o Poder Executivo criar o *campus* do Instituto Federal do Paraná no município de Reserva.

É o parecer, favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Nós estamos iniciando a discussão, porém, não vamos encerrá-la, deixando para a próxima sessão.

Na próxima semana, nós já estamos com dez matérias lidas e que exigem quórum qualificado. Estão em condições de ser votadas. Vamos aguardar para a próxima semana, de maneira que possamos completar esta etapa e esta missão da Comissão de Educação.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Roberto Cavalcanti, pela ordem.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Gostaria a gentileza de me posicionar no tocante ao Item 5, tendo em vista que eu não estava aqui durante toda sessão, saber se o mesmo já foi lido, se já foi discutido. O Item 5, Não Terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Roberto Cavalcanti, já foi lido, discutido e aprovado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Ok. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Não há mais itens a serem votados. Os dez itens que já estão lidos e em condições de serem votados, serão votados em votação única, por decisão da própria comissão, na próxima sessão, se houver o quórum qualificado.

E apenas para completar, eu... Quando o Senador Inácio Arruda trouxe a emenda dos jovens estudantes para que o fundo social tenha uma destinação especial para a educação, eu citei a autora de um livro. Trata-se da repórter Elaine Brum. O livro é *Olho da Rua*, que é uma coletânea de reportagens desta jornalista gaúcha que hoje é repórter especial da... Ela é repórter especial desde 2000 da Revista Época, em São Paulo, e que ali eu descobri inúmeras imagens de um Brasil que eu desconhecia, como, por exemplo, a questão da reserva indígena Raposa Serra do Sol antes da demarcação, onde... O local onde ela permaneceu cerca de 30 dias e conviveu intensamente com as comunidades. É muito interessante o olhar da jornalista sobre a região e a época, e o povo do meio, a história desse punhado de brasileiros desconhecidos do próprio Brasil, onde, em sua maioria, chamam-se Raimundos, e praticamente 100% deles analfabetos, o que me motivou a assinar essa emenda para que a educação tenha ainda mais investimentos. Além de outras reportagens humanas muito interessantes que é exatamente esta repórter em busca da literatura da vida real. O nome do livro é *Olho da Rua*, autora: Elaine Brum. É uma das mais premiadas jornalistas brasileiras. Eu queria completar esta informação para que as pessoas possam, inclusive, fazer as suas escolhas de leitura.

E quero encerrar esta sessão lembrando que está ocorrendo a Conferência Nacional de Educação, CONAE, que é um espaço democrático, aberto pelo poder público, para que todos possam participar do desenvolvimento da educação nacional, organizada para tematizar a educação escolar, da educação infantil à pós-graduação, e realizada em diferentes territórios e espaços institucionais: nas escolas, municípios, Distrito Federal, estados e país. Estudantes, pais, profissionais da educação, gestores, agentes públicos e sociedade civil organizada, de modo geral, têm em suas mãos esta oportunidade. Ele se realiza esta semana, até o dia 1º, quinta-feira, está... Está acontecendo no cen-

tro de convenções Ulysses Guimarães. Então, todos estamos convidados. E o objetivo é subsidiar o futuro Plano Nacional de Educação. E a Comissão de Educação está com o estande aberto à visitação pública neste local. O estande 18.

Não havendo nada a discutir e a votar, estou encerrando a presente sessão agradecendo a presença de todos.

Sessão encerrada às 12h32.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2010.

Às onze horas e quarenta e três minutos do dia seis de abril de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senadora Fátima Cleide,** e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, Alvaro Dias, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, José Nery, João Ribeiro, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Jayme Campos, Efraim Morais, Eliseu Resende e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Ideli Salvatti, Valter Pereira, Mauro Fecury, Geovani Borges, Gerson Camata, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, José Agripino e Adelmir Santana. Justificam a ausência os Senhores Senadores Augusto Botelho e Francisco Dornelles. A Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 018: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 241, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Moreira Mendes, que "Dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional e dá outras providências". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer favorável, rejeitando a supressão do parágrafo único do art. 1º do texto aprovado no Senado Federal, é aprovado. A Presidência retorna à ordem original da pauta, uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Efraim Morais, que "Estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura no País". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Neste momento dá-se início a votação das proposições a serem deliberadas em bloco, conforme disposto na Decisão nº 01/09-CE. **Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará no Município de Pacajus". O relator designado é o Senador José Nery e o projeto é aprovado por 16 (dezesseis) votos favoráveis. **Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Lobão Filho, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Centro-Norte Maranhense, com sede no Município de Santa Inês, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Neuto De Conto e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Município de Reserva, no Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 644, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Nordeste de Goiás (UFNEG), com sede no Município de Formosa, no Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Efraim Morais, que "Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal da Paraíba no Município de Santa Luzia". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que "Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia da Paraíba, no Município de Santa Rita". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Efraim Morais, que "Autoriza o Poder Executivo a criar campi do Instituto Federal da Paraíba, nos Municípios de Boqueirão e Itaporanga". O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. Neste momento, a Presidência redistribui o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2010, ao Senador Neuto De Conto, em virtude do Senador Wellington Salgado não mais pertencer aos quadros desta Comissão. **Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 023, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que "Denomina 'Avenida de Integração Prefeito Olavo de Matos' o trecho da BR-259 que liga os Municipios de Curvelo e Inimutaba, em Minas Gerais". O relator designado é o Senador Neuto De Conto e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. Finda a votação das proposições a serem deliberadas em bloco, a Presidência retorna à ordem original da pauta. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Obriga os estabelecimentos de educação básica, superior e profissional da rede federal, estadual e municipal a ceder salas de aula e demais instalações necessárias ao funcionamento de classes de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidos por redes públicas e entidades da sociedade civil". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 01-CCJ/CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "Faculta atribuir a outros conselhos ligados à Educação as competências do Conselho de Alimentação Escolar". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Pepe Vargas, que "Confere ao Município de Ipê, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional da Agricultura Ecológica". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 437, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que "Inclui o nome do cidadão Pedro Aleixo na galeria dos que foram ungidos pela Nação brasileira para a Suprema Magistratura". O relator designado é o Senador Eliseu Resende e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Cria a Agência Federal para a Avaliação Escolar, destinada a implementar processos de avaliação da educação básica e controlar, vigiar e fiscalizar os gestores do sistema educacional". A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido, é aprovado. Neste momento, a Presidência redistribui o Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2009, ao Senador Valdir Raupp, em virtude do Senador Wellington Salgado não mais pertencer aos quadros desta Comissão. **Item 016: Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "Institui o Dia do Empreendedor Individual". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há mais quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 017: Projeto de Lei da Câmara nº 224, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Maurício Rands, que "Proclama Olinda a Capital Simbólica do Brasil e dá outras providências". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há mais quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 021: Comunicados da Presidência**: Não houve comunicados. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2008; Item 019: Requerimento,** de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini **e Item 020: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 08/10-CE,** de autoria do Senador Geovani Borges. A Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente

Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Fátima Cleide**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Havendo número regimental, declaro aberto a 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiveram de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

Bom dia a todos os senadores da comissão, nós estávamos, eu e a Senadora Marisa, neste momento, na Presidência, onde o Presidente Sarney está lançando a campanha do Senado que pretende convocar, convidar os empresários brasileiros a aderirem ao Programa Empresa Cidadã, que trata da licença-maternidade de seis meses.

Como coordenadoras da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, nós estávamos lá junto com a Senadora Patrícia Saboya, nesse momento muito importante para o Senado Federal.

Bom, nós não temos ainda o quórum para matérias legislativas, faltam apenas três, nós estamos buscando. Vamos para o Item 18, que é Não Terminativo, cujo relator encontra-se presente. É o projeto, o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº. 241, de 1999. *"Dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional e dá outras providências"*. A autoria do substitutivo é da Câmara dos Deputados; a autoria do PLS 241/2009 é do Senador Moreira Mendes; /09, aliás, a relatoria do substitutivo é do Senador Flávio Arns.

Parecer favorável, rejeitando a supressão do Parágrafo Único do art. 1º do texto aprovado no Senado Federal. Observações: na reunião do dia 16 de novembro de 1999, o PLS 241, de 1999, foi aprovado na comissão, em caráter Terminativo.

Com a palavra o relator, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Como V. Exa. colocou, é um Projeto de Lei do Senado, aprovado já há alguns anos, enviado à Câmara dos Deputados, e, lá na Câmara dos Deputados, foi apreciado, e algumas alterações foram feitas.

Então, retornou ao Senado, para que nós apreciemos o Projeto de Lei, que cria, como se coloca, o selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional.

Como se sabe, a Semana Nacional da Criança Excepcional sempre foi lembrada no período de 21 a 28 de agosto, e já isso acontece pelos últimos 46 anos.

Então, algumas modificações foram feitas e também uma alteração, uma emenda de redação, na sequência. Eu leio, porque eu penso que é interessante a análise do Projeto de Lei, que o substitutivo da Câmara dos Deputados, o PLS 241, de 1999, efetua importantes aperfeiçoamentos no texto original e por isso merece ser acolhido pelo Senado.

"Primeiro, ao eliminar o valor fixado para comercialização do selo, e lido o vício que o projeto tinha de invadir a autonomia gerencial, orçamentária e financeira que o ordenamento jurídico assegura a toda empresa pública, como é o caso dos Correios.

Em seguida, ao substituir a explicita designação das entidades que se beneficiarão com a venda do selo, por uma fórmula genérica de destinação para as entidades que trabalham na área, dota o projeto com os requisitos de generalidade e impessoalidade, que devem caracterizar as leis, sobretudo as relativas à atuação da administração pública, conforme se conclui pelo disposto no art. 37, caput, da Constituição Federal.

Peca o projeto, todavia; quer dizer, a alteração na Câmara peca, todavia, então, a alteração, não concordamos, nesse parágrafo, ao suprimir o Parágrafo Único do art. 1º do projeto original.

Essa supressão ocasionou uma lacuna, uma vez que a redação do art. 1º, ao usar a expressão 'a ser emitido e comercializado, nos termos previstos nessa lei', veicula uma promessa que o projeto não compre.

Para restabelecer o texto, referido o parágrafo, há que registrar a parte do substitutivo que suprimiu esse dispositivo. Por fim, cabe salientar que há certa inadequação na nomenclatura excepcional, para tratar as pessoas com deficiência intelectual.

Historicamente, diferentes conceitos caracterizaram a pessoa com deficiência, porém, atualmente, uma tendência mundial, e também brasileira, vem fortalecendo a expressão 'deficiência intelectual'.

A mudança na terminologia tem se respaldado em várias razões; uma delas possibilita distinguir com melhor clareza a deficiência mental da doença mental. Duas expressões que têm gerado muitos equívocos ao longo do tempo.

Trata-se, pois, de expressões parecidas, que muitos pensem significar a mesma coisa. Nesse sentido, especialistas, há cinco décadas, se preocupam em explicar a diferença entre as duas expressões.

No campo da saúde mental, área psiquiátrica, também estão ocorrendo mudanças terminológicas

significativas, que substituem a expressão 'doença mental' por 'transtorno mental'.

No Brasil, em 2001, o Governo Federal brasileiro sancionou a Lei nº. 10.216, de 06 de abril, sobre os direitos das pessoas com transtorno mental, utilizando, dessa forma, a expressão "transtorno mental".

A deficiência mental é conhecida por problemas que se refletem em diferentes áreas do desenvolvimento humano, caracterizando algumas dificuldades na comunicação, nos cuidados consigo próprio, na interação familiar e social, no desempenho acadêmico, no campo profissional, dentre outras.

A expressão 'deficiência intelectual' foi oficialmente utilizada em 1995, quando a Organização das Nações Unidas, juntamente com outras entidades, realizou, em Nova Iorque, o simpósio chamado Intellectual Disability: Programs, Policies, and Planning for the Future.

Em outubro de 2004, a Organização Pan-Americana de Saúde e a Organização Mundial de saúde realizaram um evento, do qual o Brasil participou, em Montreal, Canadá, no qual se aprovou a Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual.

Assim, seguindo as tendências mundiais de aprimoramento da terminologia sobre a deficiência mental, as organizações que militam na área, bem como os órgãos e departamentos de governo, vêm gradativamente incorporando o novo conceituo 'deficiência intelectual'.

Dessa forma, visando adequar o termo, conforme o proposto pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, julgamos necessária a adoção de uma nova redação, no sentido de alterar para a 'criança com deficiência intelectual', em vez de 'criança excepcional', o texto constante na ementa e no art. 1º."

Voto. *"Diante do exposto, opinamos pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº. 241, de 99, com as adequações redacionais sugeridas, rejeitando a supressão do Parágrafo Único, do art. 1º, do texto aprovado no Senado Federal".*

Então, eu quero destacar, assim, a característica do projeto, que é a criação de um selo. Antes, esse selo ia para as APAES e Pestalozzis; em vez de ir para duas entidades específicas, vai para as entidades que atendem a pessoa com deficiência mental e intelectual, e a substituição também desta expressão, "excepcional", por "deficiência intelectual", que, como foi dito neste debate todo, é a expressão utilizada.

Quero lembrar que nossa tarefa é unicamente aceitar ou não aquilo que a Câmara fez [risos]. Nós não podemos mudar o texto mais, porque já foi aprovado no Senado, foi alterado na Câmara, e nós aceitamos ou não o que a Câmara fez. Mas a Câmara avançou, foi interessante, e acho que ficou mais interessante o projeto com as substituições, com exceção, como eu havia dito, do Parágrafo Único, do art. 1º, que foi, na nossa ótica, rejeitada a supressão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam com o relatório apresentado pelo Senador Flávio Arns permaneçam como estão. Aprovado.

Nós estamos aguardando apenas a presença de um senador ou senadora para complementar nosso quórum. Enquanto isso, eu gostaria de informar que amanhã, 07 de abril de 2010, às 10 horas, nós realizaremos Audiência Pública para discutir a situação da educação básica no Brasil, reformas educacionais em andamento.

Tema da 3ª audiência: "Avaliação da aprendizagem, formação de professores e alfabetização". A autoria do requerimento é da Senadora Marisa Serrano, e estão convidados Ivelise Freitas de Souza Arco-Verde, Presidente do Conselho Nacional de Secretários da Educação e Secretária de Estado da Educação do Paraná; Maria Izolda Cela de Arruda Coelho, Secretária de Educação do Estado do Ceará; Lázara Lopes da Costa, Coordenadora de Programas de Apoio Educacional da Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul; Paulo Ricardo Javiel Rezende, Secretário-adjunto de Educação do Estado do Rio Grande; Carlos Eduardo Sanches, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, UNDIME, e Secretário Municipal de Educação do Município de Castro, no Paraná.

Vamos passar à discussão do Item 1, que é Terminativo, enquanto aguardamos a composição do quórum.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, pela ordem. Só o Item 3 já está liquidado, é só para votação?

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Só para votação. E eu peço ao Senador Sérgio Zambiasi que faça a relatora *ad hoc*, uma vez que a matéria constou na pauta das reuniões do dia 16 de março, 23 de março e 30 de março de 2010.

O Projeto de Lei do Senado nº. 403, de 2005. *"Estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura no país."* Autoria do Senador Efraim Morais. A relatoria é do Senador Raimundo Colombo. O parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Observações: sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar. Nos termos

do disposto do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Na reunião do dia 06 de novembro de 2007, foi aprovado o requerimento de autoria dos senadores Raimundo Colombo e Wellington Salgado, propondo Audiências Públicas, realizadas nos dias 04 de junho de 2008 e 10 de junho de 2009.

Com a palavra o relator *ad hoc*, Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigada, Presidenta Fátima Cleide, recebo a designação de relatar *ad hoc* o Projeto de Lei do Senado, da Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa, de autoria do Senador Efraim Morais, que *"estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventuras no país"*.

E leio o parecer exalado pelo Relator Senador Raimundo Colombo.

"O projeto, no seu art. 1º, o objetivo está propondo a definição do conceito de esportes radicais ou de aventura. No art. 2º, define regras para a prestação de serviços dessas práticas esportivas, enquanto o art. 3º estabelece normas para o acesso aos insumos e equipamentos utilizados nessas práticas. Por fim, o art. 4º do PLS determina, como início da vigência da lei proposta, a data da sua publicação".

Como justificativa, o autor diz que a proposição pretende oferecer solução oportuna e adequada às práticas inseguras, às vezes, irresponsabilidades, detectadas na oferta dos chamados esportes radicais ou de aventura, em todo o território nacional.

Eu vou direto à análise, Presidenta Fátima Cleide.

"A proposição que visa estabelecer regras para a prática dos esportes radicais e de aventura é de mérito louvável, mas, a nosso ver, merece algumas considerações.

Primeiramente, o PLS se encontra desatualizado, no que se refere aos conceitos de esporte de aventura e esporte radical, recomendados pela resolução do Conselho Nacional do Esporte nº 18, de 09 de abril de 2007.

Após ouvir os vários representantes desses esportes, nas audiências públicas, concordamos de que a certificação proposta para instrutores e profissionais responsáveis pela preparação de locais e operação de equipamentos devem ser apresentadas pelas prestadoras dos serviços dessas práticas esportivas às federações e confederações, de forma que o Estado não viole o princípio de autonomia dessas entidades de administração do desporto.

Ademais, a maioria das organizações esportivas já tem estabelecidos os requisitos mínimos de competência dos instrutores e, em alguns casos, guia para as atividades. Muitas organizações esportivas têm currículos de capacitação, inclusive de praticantes recreativos; caso do mergulho, por exemplo, em que todo praticante deve ser certificado para poder ter o acesso à prática da atividade.

Julgamos, contudo, que as regras para essa certificação de qualificação, bem como para sua renovação periódica, devam ser definidas por meio de regulamentação, de modo a permitir uma interação entre o Ministério do Esporte, o Conselho Nacional do Esporte e as entidades de administração do desporto, durante o debate de elaboração do regulamento.

Também somos da opinião de que os equipamentos a serem utilizados na prática de esporte de aventura ou radical devem seguir as normas de segurança definidas pelas entidades nacionais de administração do desporto.

A necessidade de melhor enquadramento civil e penal dos prestadores dos serviços relacionados a esporte de aventura ou radical fez com que incluíssemos artigo para prever a incidência de sanções civis e penais em caso de descumprimento das determinações da lei.

Conforme já salientado, a tendência é da autorregulamentação ou de iniciativas voluntárias de regulamentação. No entanto, tem aumentado as demandas pela intervenção legislativa, como bem traduz a nobre iniciativa do ilustre Senador Efraim Morais, autor da propositura.

É possível que os esportes radicais e de aventura coexistam com práticas salutares de normatização, visando ao aumento dos cuidados para prevenção de acidentes e, ainda assim, preservem o princípio constitucional da autonomia da administração esportiva.

Nesse sentido, optamos pela apresentação de emenda substitutiva ao PLS 403, de 2005, em nosso relatório".

Digo o relatório do Senador Raimundo Colombo.

O Voto. "Então, diante de todo o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 403, de 2005, na forma do substitutivo. E leio... Há tempo? Posso ler o substitutivo?

Projeto de Lei do Senado 403, de 2005, dispõe sobre a prática de esportes radicais e de aventura no país e dá outras providências.

Art. 1º. Esta lei estabelece normas para a prática de esportes radicais ou de aventura no país.

Parágrafo Único. Para efeito dessa lei, consideraram-se:

1) esporte de aventura – prática esportiva não formal, vivenciada em interação com a natureza, a partir

de sensações e de emoções, sob condições de risco calculado e de incerteza em relação ao meio, sendo realizado em ambientes naturais, como forma de exploração das possibilidades da condição humana, em resposta aos desafios desses ambientes, exigindo-se, para sua prática, o controle das condições de uso dos equipamentos, a formação de seus recursos humanos e a sustentabilidade socioambiental;

2) esporte radical, prática esportiva formal ou não formal, vivenciada em interação à natureza, a partir de sensações e de emoções, sob condições de risco calculado, sendo realizada por meio de manobras arrojadas e controladas, como forma de superação de habilidades de desafio externo em ambientes controlados, exigindo-se para sua prática o controle das condições de uso dos equipamentos, a formação de seus recursos humanos e a sustentabilidade socioambiental.

Art. 2º. A prestação de serviços que ofereçam a prática de esporte de aventura ou radical fica condicionada à comprovação na entidade de administração do desporto de qualificação específica de instrutores e profissionais responsáveis pela preparação de locais e operação de equipamentos.

Parágrafo Único. As regras para certificação de qualificação a que se refere o caput e para a renovação periódica dessa certificação serão definidas em regulamento.

Art. 3º. Os equipamentos a serem utilizados na prática de esportes de aventura ou radical deverão seguir as normas de segurança definidas pela entidade nacional de administração do desporto.

Art. 4º. A inobservância das determinações desta lei pelos prestadores de serviços que ofereçam a prática de esporte de aventura ou radical sujeito o infrator a sanções civis e penais cabíveis".

Este é o relatório, Sra. Presidenta Fátima Cleide.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Em discussão a matéria. Senador Flávio Arns, o primeiro inscrito.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero, em primeiro lugar, parabenizar o autor, Senador Efraim Morais, que apresentou o projeto na época em que ocorreram acidentes. E vários acidentes têm ocorrido, no decorrer dos anos, na prática de esportes de aventura ou esportes radicais.

Em função disso, o projeto foi apresentado. A partir daí, ocorreram duas audiências públicas, nesta Comissão, das mais proveitosas e com a participação de lideranças desta área, e todos dizendo da importância de haver uma regulamentação. Ao mesmo tempo, não o cerceamento.

Então, inclusive, quando se diz na forma de regulamento, é para permitir que as várias modalidades esportivas possam ser, na verdade, reguladas de acordo com suas características.

Então, eu fico feliz de que o relator, Senador Raimundo Colombo, tenha levado em conta esse debate; me informei, inclusive, agora há pouco, com a secretaria, para ver se esses aspectos haviam sido considerados, e, pelo que me foi relatado, há uma convergência de pensamentos de vista.

Inclusive, depois das audiências públicas aqui realizadas, o Ministério do Esporte havia assumido o compromisso de estabelecer um grupo de trabalho, com a participação das federações, para chegarem a um denominador comum, e isso está acontecendo no dia de hoje.

Então, eu quero parabenizar o autor, o relator e o relatório *ad hoc* do Senador Sérgio Zambiasi, dizer que é um avanço para a área, sem dúvida alguma, o que está sendo aprovado no dia de hoje.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a palavra Senador Efraim Morais, autor da matéria.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Senadora Presidente, eu quero parabenizar nosso relator, o Senador Colombo, que tira qualquer dúvida existente no nosso projeto. Ele faz o substitutivo, deixando claro, e, como colocou o Senador Flávio Arns, em função das nossas discussões aqui em Plenário, trazendo atletas famosos nessa área, pessoas que realmente têm conhecimento, no que diz respeito à prática desses esportes radicais, essa discussão levou ao estudo perfeito do Senador Colombo, que conclui com o substitutivo, e eu, na condição de autor dessa proposta, concordo plenamente e totalmente com a proposta feita pelo Senador Raimundo Colombo, no seu substitutivo, certo de que todos nós, incluindo audiências públicas, as discussões, nós buscamos uma solução oportuna e adequada às práticas inseguras e, muitas vezes, irresponsabilidades, detectadas na oferta dos chamados esportes radicais ou de aventura em todo o território nacional.

Então, eu queria parabenizar esta comissão, parabenizar o trabalho do nosso relator, e é certeza de que estamos dando uma contribuição muito importante para oferecer segurança a esses adeptos dessas aventuras e desses esportes tidos como radicais.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a palavra o senador... Quem pediu primeiro? Eu não ouvi... [risos].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não tem problema, eu espero.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu sou segundo, eu cedo--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Roberto Cavalcanti, depois, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): --com muita honra, o primeiro lugar para o Senador Romeu Tuma.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a palavra o Senador Romeu Tuma, concessão do Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado, senador. Sempre gentil, Senador Roberto. Mas eu queria cumprimentar o Senador Efraim, mais o relator, Raimundo Colombo, e o *ad hoc,* também, Sérgio Zambiasi, porque, Sérgio Zambiasi, quando se relata e dá ênfase ao relatório, ele soa melhor, para a gente poder decidir.

Então, V. Exa. deu a ênfase necessária para que a gente pudesse entender.

Eu queria, senador, é uma coisa tão importante esse projeto do Senador Efraim, merece nosso respeito e cumprimentos, porque a gente vem acompanhando de perto o número de acidentes com esportes radicais, esportes de aventura. Hoje, nós temos hotéis, *resorts*, que têm o esporte de aventura como principal atração para que se localizem, nessas áreas, para esta prática, e o controle dos equipamentos usados, que, se não tiver uma fiscalização, o selo que o senador propõe, sim, sem dúvida, nós poderemos várias vezes chorar desastres horríveis que acontecem, quando rompe um cinto desses ou qualquer coisa que possa acontecer.

E não tem uma regra firme do comportamento dos instrutores, quer dizer, V. Exa. cria uma legislação nova, que vai dar tranquilidade principalmente aos pais que autorizam os filhos à prática do esporte radical.

Parabéns, senador, e espero que realmente essa lei seja aprovada com bastante rapidez.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Temos a oportunidade de aprová-la agora. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Temos que aproveitar o quórum com urgência, ser bastante rápido.

Eu gostaria de cumprimentar tanto o autor do projeto como o relator. E, plagiando o Senador Mão Santa, "atentai bem", Senadora Fátima Cleide, esse projeto é de 2005, cinco anos tramitando na Casa. Intervalo entre duas audiências públicas, uma realizada em 04/06/2008, e outra, em 10/06/2009.

Nós já trouxemos em pauta três sessões, 16/03/2010, 23/03/2010, 30/03/2010. E, agora, talvez, tenhamos a oportunidade, em abril de 2010, cinco anos após, termos a oportunidade de aprovarmos um projeto como esse.

Então, é importante que nós estabeleçamos um novo critério, algo em termo, de velocidade, nesta Casa, para que projetos não se arrastem durante tanto tempo.

Era isso, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Roberto. Quero também parabenizar a iniciativa, em nome da mesa, ao Senador Efraim Morais.

Vamos à votação, porque, agora, atingimos o quórum.

Titulares do bloco de apoio ao Governo, Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Neuto De Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Garibaldi Alves?

SENADOR GARIBALDI ALVES (PMDB-RN): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Titulares do bloco da minoria, como vota o Senador Raimundo Colombo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Efraim Morais, autor da matéria?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): É, e dizer que o relator votou com ele mesmo e agradecer ao Senador Colombo pelo belo trabalho que foi feito. Então, voto com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Titular do PTB, Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o relator *ad hoc*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Relator *ad hoc* [risos]. Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Cristovam Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Aprovada a matéria por unanimidade.

Nós vamos passar agora aos itens terminativos já lidos, e iniciados à discussão, para a votação em bloco.

Item 8. Projeto de Lei do Senado nº. 288, de 2009. *"Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Ceará, no Município de Pacajus."* A autoria é do Senador Inácio Arruda. Relatoria: Senador José Nery.

O parecer foi favorável. A matéria constou na pauta das reuniões do dia 09 de março de 2010, 23 de março de 2010 e 30 de março de 2010. A matéria a ser votada em bloco, segundo Decisão nº. 1 desta comissão, aprovada por unanimidade, em 09 de junho de 2009.

Na reunião do dia 16 de março de 2010, a matéria foi lida, e iniciada a discussão. Continua em discussão.

O projeto será votado em bloco, posteriormente.

Item 9. Projeto de Lei do Senado nº. 370, de 2009. *"Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Centro-Norte Maranhense, com sede no Município de Santa Inês, Estado do Maranhão."* A autoria é do Senador Lobão Filho. Relatoria do Senador Neuto De Conto.

Parecer favorável. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 09 de março, 23 de março e 30 de março de 2010. A matéria a ser votada em bloco, segundo Decisão nº. 1 desta comissão, aprovada por unanimidade em 09 de junho de 2009.

Na reunião do dia 16 de março, a matéria foi lida, e iniciada a discussão. Continua em discussão.

O projeto será votado em bloco posteriormente. Encerrada a discussão.

Item 10. Projeto de Lei do Senado nº. 431, de 2008. *"Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Município de Reserva, no Estado do Paraná."* A autoria é do Senador Flávio Arns. Relatoria *ad hoc:* Senador Eduardo Azeredo.

O parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Observações: sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 09 de março, 16 de março e 23 de março. A matéria será votada em bloco, segundo Decisão nº. 1 desta comissão, aprovada por unanimidade em 09 de junho de 2009.

Na reunião do dia 30 de março de 2010, a matéria foi lida, e iniciada a discussão. Continua em discussão.

O projeto será votado em bloco, posteriormente. Encerrada a discussão.

Item 11. Projeto de Lei do Senado nº. 644, de 2007. *"Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Nordeste de Goiás, com sede no Município de Formosa, no Estado de Goiás."* A autoria é do Senador Marconi Perillo. Relatoria *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

O parecer é favorável. A matéria constou na pauta das reuniões do dia 09 de março e 16 de março. Será votada em bloco, segundo Decisão nº. 1 desta comissão, aprovada por unanimidade em 09 de junho de 2009.

Na reunião do dia 30 de março, a matéria foi lida, e iniciada a discussão. Continua em discussão.

O projeto será votado em bloco posteriormente. Encerrada a discussão.

Item 12. Projeto de Lei do Senado nº. 169, de 2009. *"Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal da Paraíba no Município de Santa Luzia."* Autoria: Senador Efraim Morais. Relatoria: Senador Cícero Lucena.

O parecer é favorável. A matéria constou na pauta das reuniões do dia 09 de março e 30 de março de 2010. A matéria será votada em bloco, segundo Deci-

são nº. 1 desta comissão, aprovada por unanimidade em 09 de junho de 2009.

Na reunião do dia 16 de março de 2010, a matéria foi lida, e iniciada a discussão. Continua em discussão.

O projeto será votado em bloco posteriormente. Encerrada a discussão.

Item 13. Projeto de Lei do Senado nº. 334, de 2009. *"Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba no Município de Santa Rita."* Autoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria: Senador Efraim Morais.

O parecer é favorável. A matéria também constou da pauta das reuniões do dia 09 de março, 23 de março e 30 de março.

A matéria a ser votada em bloco, segundo Decisão nº. 1 desta comissão, aprovada por unanimidade em 09 de junho de 2009.

Na reunião do dia 16 de março de 2010, a matéria foi lida, e iniciada a discussão. Continua em discussão.

O projeto será votado em bloco posteriormente. Encerrada a discussão.

Item 14. Projeto de Lei do Senado nº. 240, de 2009. *"Autoriza o Poder Executivo a criar o campi do Instituto Federal da Paraíba nos Municípios de Boqueirão e Itaporanga."* A autoria é do Senador Efraim Morais. A relatoria é do Senador Roberto Cavalcanti.

O parecer é favorável. A matéria vai ser votada em bloco, segundo Decisão nº. 1 desta comissão, aprovada por unanimidade em 09 de junho de 2009.

Na reunião do dia 16 de março de 2010, a matéria foi lida, e iniciada a discussão. Continua em discussão.

O projeto será votado em bloco posteriormente. Encerrada a discussão.

Item 15. Projeto de Lei do Senado nº. 23, de 2010. *"Denomina Avenida de Integração Prefeito Olavo de Matos o trecho da BR-259, que liga os Municípios de Curvelo e Inimutaba, em Minas Gerais."* A autoria é do Senador Eduardo Azeredo. A relatoria é do Senador Wellington Salgado, que não está mais entre nós, pertencendo aos quadros desta Casa, e a Mesa denomina relator *ad hoc*--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não está no Senado, não é? [risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não está nesta Casa [risos].

A Mesa denomina relator *ad hoc* o Senador Neuto De Conto. O parecer é favorável. A matéria a ser votada em bloco, segundo Decisão nº. 1 desta comissão, aprovada por unanimidade em 09 de junho de 2009.

Na reunião do dia 23 de março de 2010, a matéria foi lida, e iniciada a discussão. Continua em discussão.

O projeto será votado posteriormente em bloco. Encerrada a discussão.

Passaremos à votação em bloco, aproveitando o quórum que temos neste momento.

Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com os relatores, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Neuto De Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Garibaldi Alves? Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Efraim Morais?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Cristovam Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Aprovados os projetos de votação em bloco.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Presidente.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pela ordem, também, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pois não, Senador Eduardo Azeredo, com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu quero apenas justificar dois projetos que acabam de ser aprovados, de minha autoria; um deles, o primeiro projeto, que inclui o nome de Pedro Aleixo na galeria dos que foram ungidos pela nação brasileira para a Suprema Magistratura.

Na verdade, é um pleito de reconhecimento. O Pedro Aleixo era vice-presidente da República, deveria sumir a Presidência da República, entretanto, o regime militar não o permitiu, apesar de ele ser o vice-presidente eleito pelo colégio eleitoral. Então, apenas se resgata a história que ele seria o Presidente da República, na verdade.

E o outro projeto, que dá o nome de Avenida de Integração Prefeito Olavo de Matos a um trecho de estrada, é um trecho de menos de 10 km, que liga as Cidades de Curvelo e Inimutaba, no centro-norte de Minas. O Prefeito Olavo foi um prefeito de grande atuação na região, e a cidade de Inimutaba é onde tinha uma grande fábrica de tecidos. Então, essa ligação praticamente é uma avenida, uma distância menor de 10 km, que se justifica também essa homenagem.

Eu agradeço o parecer favorável.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria de solicitar que fossem colocados em votação o Item 3 e o Item 4. Um eu sou autor, o outro eu sou relator. Já foram lidos e discutidos os dois respectivos pareceres.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós acatamos, a Mesa acata.

E vamos, então, passar para a votação do Item 3. Projeto de Lei do Senado nº. 309, de 2006. *"Obriga os estabelecimentos de educação básica, superior e profissional da rede federal, estadual e municipal a ceder salas de aula e demais instalações necessárias ao funcionamento de classes de alfabetização de jovens e adultos, desenvolvidos por redes públicas e entidades da sociedade civil."* A autoria é do Senador Cristovam Buarque. A relatoria é do Senador Romeu Tuma.

O parecer é favorável, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta na próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria constou na pauta da reunião do dia 30 de março de 2010. Na reunião do dia 23 de março de 2010, a matéria foi lida, e iniciada a discussão. Continua em discussão a matéria.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Como relator, eu queria cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, porque ele abre uma estrada enorme para tentar acabar com o analfabetismo no país, e as escolas, às vezes, ficam ociosas, realmente, e essa é uma porta que se abre para dar oportunidade àqueles que não tiveram, na juventude e na infância, a possibilidade, por várias razões que o país passa e tem passado, de pelo menos serem alfabetizados e, às vezes, conseguirem um futuro melhor.

Quero deixar registrado meu reconhecimento à capacidade do Senador Cristovam Buarque em pensar no futuro do país, através da educação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito obrigada, senador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Presidente continua em discussão. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria, enquanto tem quórum, o Item 6, eu estou presente. É um projeto do Deputado Pepe Vargas, que *"confere ao município de Ipê, no Rio Grande do Sul, somente o título de Capital Nacional da Agricultura Ecológica"* – trabalho que eles vêm fazendo já desde a década de 90. Se puder votar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Será o próximo a ser votado, Senador Paim, depois do Item 4. Vamos tentar agilizar a votação, bem rapidinho.

Votando, então, o Projeto de Lei do Senado de nº. 309, de 2006.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Paulo Paim, Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Neuto De Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Garibaldi Alves Filho? Senador Raimundo Colombo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Efraim Morais?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Romeu Tuma é o relator. Senador Cristovam Buarque é o autor.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A matéria está aprovada.

Item de nº. 4. Projeto de Lei do Senado nº. 327, de 2005. *"Faculta atribuir a outros conselhos ligados à educação as competências do Conselho de Alimentação Escolar."* A autoria é do Senador Pedro Simon. A relatoria é do Senador Cristovam Buarque.

O parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria constou na pauta da reunião do dia 30 de março de 2010. Na reunião do dia 16 de março de 2010, a matéria foi lida, e iniciada a discussão.

Continua em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, a matéria vai para votação.

Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Neuto De Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Raimundo Colombo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Efraim Morais?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Cristovam Buarque, voto conhecido, que é o relator.

A matéria está aprovada.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, o Item 7, que eu até me referiria, a questão do Pedro Aleixo, eu sou informado de que ela não foi votada em bloco, porque, na verdade, é outro tipo de matéria. Então, eu pediria, se nós pudéssemos votar, que ele já está também lido, e iniciada a discussão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Vamos votar, então, o Item 6 e 7, os próximos, da mesma forma.

Item 6. Projeto de Lei da Câmara de nº. 148, de 2009. *"Confere ao Município de Ipê, no Estado do Rio Grande Sul, o título de Capital Nacional da Agricultura Ecológica."* A autoria é do Deputado Pepe Vargas. A relatoria é do Senador Paulo Paim.

Parecer favorável. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 23 de março de 2010 e 30 de março de 2010.

Na reunião do dia 16 de março, a matéria foi lida, e iniciada a discussão. Continua em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): É o relator... [risos]. Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Neuto De Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Paim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO Senador Raimundo Colombo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Efraim Morais?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Cristovam Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Aprovada a matéria.

O Item 7. Projeto de Lei do Senado nº. 437, de 2009. *"Inclui o nome do cidadão Pedro Aleixo na galeria dos que foram ungidas pela nação brasileira para a Suprema Magistratura."* A autoria é do Senador Eduardo Azeredo. A relatoria é do Senador Eliseu Resende.

O parecer é favorável, a matéria constou na pauta das reuniões do dia 23 de março e 30 de março de 2010.

Na reunião do dia 16 de março, a matéria foi lida, e iniciada a discussão.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Neuto de Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Raimundo Colombo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Efraim Morais?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com autor e relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Sérgio Zambiasi? Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Cristovam Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Vamos votar agora o Item 2, não terminativo, cuja relatora está presente, que é a Senadora Marisa Serrano.

O Item 2, Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº. 257, de 2008. "*Cria a Agência Federal para a Avaliação Escolar, destinada a implementar processo de avaliação da educação básica e controlar, vigiar e fiscalizar os gestores do sistema educacional.*" A autoria é do Senador Cristovam Buarque. A relatoria é da Senadora Marisa Serrano.

O parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano, relatora do Projeto de Lei do Senado nº. 257, de 2008.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): *"O projeto em análise, de autoria do Senador Cristovam Buarque, cria a Agência Federal para a Avaliação Escolar, destinada, como V. Exa. disse, a implementar processo de avaliação da educação básica e controlar, vigiar e fiscalizar os gestores do sistema educacional"*.

Portanto, todos nós aqui, que estamos acostumados a conhecer o trabalho das agências, seja a ANA, Agência Nacional de Águas, seja a ANTAQ, de transporte, portos, seja a ANAC, que é tão conhecida na área de transporte aeroviário, era interessante notar que a ideia do Senador Cristovam Buarque foi justamente criar uma agência que pudesse avaliar o nível dos nossos estudantes. Englobaria aí as redes municipais, as redes estaduais, a rede federal e garantiria uma unicidade de procedimentos no país.

Acredito que essa é a maior vantagem que nós teríamos, e a educação passaria a ter uma agência, cujos membros seriam também votados por esta Casa, e que passariam a ter a responsabilidade, perante a nação toda, de dar resposta a essa unicidade nacional, na questão da avaliação.

Alguns poderão perguntar por que o INEP não é esse órgão e por que o INEP não faz já esse trabalho? Mas não é um trabalho nacional, unificado em todos os municípios brasileiros, em todas as áreas da educação básica, portanto, é muito mais abrangente, e a responsabilidade, a transparência do trabalho tem que ser feito e aberto a toda população brasileira, para que todos possam acompanhar a evolução da avaliação.

Só a avaliação pela avaliação, não, a avaliação como mecanismo da garantia de políticas públicas feitas com base na realidade.

Então, é através do conhecimento feito pela avaliação da educação básica que nós poderemos fazer políticas efetivas e que tenham o suporte que nós precisamos para a educação brasileira.

Tenho certeza de que, se todos os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras aprovarem esse projeto, nós estaremos dando um grande passo para a modernidade e, principalmente, para a unicidade da avaliação nacional.

Eram essas minhas palavras, Sra. Presidente.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senadora Marisa. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, autor da matéria.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quero agradecer o parecer da Senadora Marisa e dizer que essa ideia visa também ter uma agência independente do órgão executivo, que é o Ministério. Porque o INEP, dentro do Ministério, ele não consegue fazer, com a independência necessária, toda a fiscalização e avaliação.

Em alguns governos, daqui para frente, a gente poderá ter a influência do Poder Executivo sobre a agência.

E eu quero dizer também que uma das reivindicações da CONAE, da Conferência da Educação, foi a criação de um órgão como esse. Por isso nós estamos em total sintonia, embora já tenha alguns anos desse projeto que está aqui, com aquilo que a comunidade que esteve reunida, duas mil pessoas, na Conferência da Educação, aprovou.

Eu agradeço o parecer da Senadora Marisa e fico feliz de que estejamos chegando hoje à discussão desse projeto aqui na Comissão de Educação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Cristovam. A matéria continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o parecer da relatora permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós vamos passar agora para... O Item 16, apenas um informe da mesa. O Item 16 é o Projeto de Lei do Senado nº. 491, de 2009. *"Institui o Dia do Empreendedor Individual."* A autoria é do Senador Adelmir Santana. Relatoria: a mesa designa relator *ad hoc* o Senador Valdir Raupp, em virtude de o Senador Wellington Salgado não mais pertencer aos quadros desta comissão.

A matéria a ser votada em bloco, segundo Decisão nº. 1 desta Comissão, aprovada por unanimidade em 09 de junho de 2009.

Com a palavra o senador *ad hoc*, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): É com satisfação, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que relato *ad hoc* esse projeto de autoria do Senador Adelmir Santana e relatado pelo Senador Wellington Salgado.

"Em sua justificação, o autor alega a necessidade de reforçar a identidade do empreendedor individual, cuja atuação foi reconhecida por intermédio da Lei Complementar nº. 128, de 19 de dezembro de 2008, a qual, por sua vez, aprimorou a lei geral da micro e pequena empresa.

No prazo regimental, à proposição não foram apresentadas emendas. Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte pronunciar-se sobre homenagens cívicas, caso em que se enquadre o Projeto de Lei do Senado 491, de 2009.

De fato, muitas têm sido as barreiras impostas àqueles que se arriscam a criar e manter seus próprios negócios. Tais empecilhos se multiplicam, quando se trata de microempreendedor individual, isto é, aquele cuja receita bruta anual não ultrapassa 36 mil reais.

Em função disso, a grande novidade trazida pela Lei Complementar nº. 128, de 2008, foi a possibilidade de que esse empreendedor formalize seus negócios de maneira célere e descomplicada.

Na esteira dessa valorização, o PLS nº. 491, de 2009, propõe a criação de um dia, 1º de julho, que homenageia a categoria. Nesse mesmo dia, em 2009, entraram em vigor as alterações legais que criaram a figura do microempreendedor individual.

Essas alterações foram promovidas pela Lei Complementar nº. 128, de 2009, na Lei Complementar de nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, conhecida como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa ou Lei do Super Simples.

No mérito, entendemos que tal homenagem se soma a tantas outras prestadas a categorias profissionais brasileiras. Assim sendo, a proposição merece prosperar.

No que tange aos aspectos de redação legislativa, juridicidade, constitucionalidade, nada há a obstar.

Ante o exposto, o Voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e boa técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 491, de 2009".

É o Voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores e senadoras que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Essa Presidência informa... Primeiro, agradece toda a comissão pela presença nesta manhã, nesta reunião. Nós limpamos nossa pauta, em termos de projetos terminativos que estavam com pendência para aprovação.

A presidência informa, ainda, que, a pedido do Conselho Nacional de Política de Cultura, para indicar os nomes para compor, representando o Senado Federal, resolveu reconduzir ao Conselho Nacional de Política da Cultura os senadores Inácio Arruda, como titular, e Senador Cícero Lucena, como suplente.

Informo, ainda, que a realização da Conferência Nacional de Educação, na semana passada, contou com amplo apoio do Senado Federal. Vários senadores estiveram passando pela conferência; Senador Cristovam Buarque foi expositor; Senador Romeu Tuma, Senador Flávio Arns, Senadora Marisa Serrano estiveram visitando.

Nós tivemos um estande da Comissão de Educação do Senado Federal, Senador Paulo Paim também passou pela conferência. Um estande da Comissão de Educação do Senado Federal presente no espaço reservado a estandes de exposições. E eu quero, neste momento, agradecer o empenho e a participação efetiva de todos os servidores aqui da Comissão de Educação, dos senadores que por lá participaram.

E, na semana que vem, nós, então, apresentaremos... Aqui já há também na mesa um requerimento da Senadora Rosalba, nós apresentaremos um requerimento conjunto para que esta Comissão, a exemplo do que fez já com relação à Conferência Nacional de Cultura, também faça aqui uma Audiência Pública para discutirmos os resultados da Conferência Nacional de Educação.

Retificar, nós colocamos em votação o Item 16, mas ele é terminativo. Então, na próxima oportunidade, ele vai continuar em discussão e será votado posteriormente.

E designar o Senador Paulo Paim relator *ad hoc* do Item 17, que é o Projeto de Lei da Câmara nº. 224, de 2009, que *"proclama Olinda a Capital Simbólica do Brasil e dá outras providências"*. A autoria é do Deputado Maurício Rands. A relatoria é do Senador Sérgio Guerra.

E, neste momento, em função de que ela já constou nas pautas do dia 09, 16, 23 e 30 de março, nós passamos a relataria para o Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Relator--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Capital simbólica, senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Capital Simbólica do Brasil. Com a palavra o Senador, relator *ad hoc*, Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, Senadora Fátima Cleide, o projeto é do nosso querido amigo e Deputado Maurício Rands, e brilhantemente relatado pelo Senador Sérgio Guerra.

Eu vou sintetizar o relatório.

"*O Projeto de Lei da Câmara 224, de 2009, de autoria do Deputado Maurício Rands, programa Olinda como a Capital Simbólica do Brasil.*

Art. 1º, da proposição, determina que, no dia 27 de janeiro de cada ano, a cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco, será reconhecida como a Capital Simbólica do Brasil.

Art. 2º. O projeto estabelece que, a cada 50 anos, por ocasião das comemorações da restauração pernambucana, o prefeito de Olinda e sua Câmara de vereadores serão agraciados com títulos simbólicos de prefeito e Câmara de Vereadores mor do Brasil".

Depois, aqui, já na análise, concluindo, diz: *"Ciente da envergadura histórica da restauração pernambucana, no que diz respeito à constituição da nação brasileira, o autor do projeto confere caráter nacional à mencionada celebração.*

Além disso, a proposição determina que, a cada 50 anos, por ocasião do evento, sejam outorgados os títulos simbólicos de prefeito e Câmara de Vereadores mor a ocupantes do cargo de prefeito e aos membros da Câmara dos Vereadores da Cidade de Olinda.

Nesse sentido, por intermédio da iniciativa em comento, promove-se o meritório reconhecimento do país à cidade de Olinda, por sua contribuição a favor da consolidação do território pátrio, além de homenagear sua população na pessoa de seus representantes.

Por fim, cabe a esta comissão, no uso de sua competência, do uso de sua competência suplementar, pronunciar-se também quanto à constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental da proposição. Sobre tais aspectos, não há qualquer reparo a fazer.

Voto, pelo exposto [interrupção no áudio], justificado o óbice de natureza constitucional, jurídica e de técnica legislativa, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 224, de 2009, PLS 2.318, de 2003,

da origem. Sala das comissões". Relator Sérgio Guerra, que aqui eu estou substituindo de forma *ad hoc*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutir, a matéria continua em discussão e será votada na próxima oportunidade, uma vez que o projeto é terminativo.

Não havendo mais nada a tratar, a reunião está encerrada.

Sessão encerrada às 12h43.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2010.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia sete de abril de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Cleide**, e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Geovani Borges, Rosalba Ciarlini, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, José Nery, João Ribeiro, Marina Silva, Efraim Morais, Mozarildo Cavalcanti e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Romeu Tuma, Cristovam Buarque e Augusto Botelho, que justifica a ausência. A Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 05/09-CE, de autoria da Senhora Senadora Marisa Serrano, destinada a debater o tema **"Avaliação da Aprendizagem, Formação de Professores e Alfabetização"**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Nilse Rosa da Costa, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; Senhor Milton Silveira Pereira, Coordenador da Gestão de Aprendizagem da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul; Senhor Andrey dos Santos, Assessor de Imprensa da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul; Senhora Natália Vergütz, Analista de Informações da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; Senhor Orestes Lôbo, Assessor de Comunicação do Conselho Nacional de Secretário de Educação – CONSED; Senhor Paulo Alves da Silva, Analista em Políticas Educacionais do Ministério da Educação – MEC; Senhora Edna Borges, Coordenadora Geral de Ensino Fundamental do Ministério da Educação – MEC; Senhor Marcelo Soares Pereira da Silva, Diretor de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e Tecnologias para Educação Básica do Ministério da Educação – MEC e Senhora Helena Freitas, Coordenadora Geral de Formação do Ministério da Educação – MEC. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Carlos Eduardo Sanches, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e Secretário Municipal de Educação do Município de Castro/PR; Senhora Maria Izolda Cela de Arruda Coelho, Secretária de Educação do Estado do Ceará; Senhora Lázara Lopes da Costa, Coordenadora de Programas de Apoio Educacional da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul; Senhor Paulo Ricardo Javiel Rezende, Secretário Adjunto de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e Senhora Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e Secretária de Educação do Estado do Paraná.** Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra a Senhora Senadora Marisa Serrano – autora do Requerimento, e os Senhores Senadores Flávio Arns e Marina Silva. Neste momento, a Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide passa a presidência para a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Marisa Serrano,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mes-

ma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovadas.

A presente reunião atende ao Requerimento nº. 5, da Comissão de Educação, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, para realização de Audiência Pública destinada a debater a avaliação de aprendizagem, formação de professores e alfabetização.

Dando início à Audiência Pública, solicito ao secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Chamamos a Sra. Nilce Rosa da Costa... Os convidados para esta sessão são: a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, CONSED, e Secretária de Educação do Estado do Paraná Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde; a Sra. Maria Izolda Cela de Arruda Coelho, secretária de Estado do Ceará da educação; a Sra. Lázara Lopes da Costa, coordenadora de Programas de Apoio Educacional da Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso do Sul; Paulo Ricardo Javiel Rezende, secretário adjunto de educação do Estado do Rio Grande do Sul; e Carlos Eduardo Sanches, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, UNDIME, e Secretário Municipal de Educação no Município de Castro, no Paraná.

Bom, nós vamos dar início à nossa Audiência Pública, com o objetivo de debater avaliação de aprendizagem, formação de professores e alfabetização.

Queremos registrar a presença da Sra. Nilce Rosa da Costa, que é Secretária-Executiva do Conselho Nacional de secretários de educação CONSED; do Sr. Milton Silveira Pereira, que é Coordenador da Gestão de Aprendizagem da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul; de Andrei dos Santos, Assessor de imprensa da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul; Natália Vergütz, não sei se é bem esse nome, analista de informações da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação, UNDIME; do Sr. Orestes Lôbo, Assessor de comunicação do Conselho Nacional de Secretários de Educação, CONSED; do Sr. Paulo Alves da Silva, Analista em Políticas Educacionais do Ministério da Educação, MEC; da Sra. Edna Borges, Coordenadora-Geral de Ensino Fundamental do Ministério da Educação; do Sr. Marcelo Soares Pereira da Silva, Diretor de políticas de formação, materiais didáticos e tecnologias para a educação básica do Ministério da Educação; e da Sra. Helena de Freitas, Coordenadora-Geral de informação do Ministério da Educação.

Nós vamos dar início à apresentação dos nossos expositores, com o Professor Carlos Eduardo Sanches, que é presidente da UNDIME. E os expositores terão 15 minutos para sua apresentação.

SR. CARLOS EDUARDO SANCHES: Inicialmente, gostaria de cumprimentar a Presidente da Comissão de Educação, Senadora Fátima Cleide, dizer do prazer da UNDIME em retornar a esta Comissão. Cumprimentar a Senadora Marisa Serrano, autora do requerimento desta Audiência Pública; cumprimentar o senador do meu estado, Flávio Arns, defensor das causas da educação; cumprimentar a todos os presentes, fazer uma referência especial à Professora Edna, ao Marcelo e à Professora Helena, que aqui representam o Ministério da Educação.

Realizar uma Audiência Pública como esta, num momento pós-Conferência Nacional de Educação, é importante, até porque nós estamos ainda comemorando os avanços conquistados na Conferência Nacional de Educação.

Nós, gestores municipais, temos como saldo da conferência o melhor resultado possível. A conferência realmente mostrou que a sociedade brasileira amadureceu e avançou e, certamente, podemos esboçar grandes metas, porque servirão de base para a construção do novo Plano Nacional de Educação.

A encomenda aqui não é fácil, porque tratar de formação, de avaliação e de alfabetização é, sem dúvida, tratar dos desafios da educação básica.

Eu peço que avance a primeira tela, por favor.

E, realmente, a educação básica brasileira, hoje, passa por momento importante, o momento em que nós estamos comemorando conquistas e sonhando com avanços e consolidação de políticas públicas, mas também de conquistas que alcançamos ao longo dos últimos tempos.

Não há como tratar da carreira dos professores, da valorização da carreira, sem discutir alfabetização, sem discutir avaliação. Pode avançar, por favor.

Eu gostaria de trazer, inicialmente, algumas reflexões. Primeiro, dizer que, infelizmente, no país, nós vemos a economia de forma forte crescer. E os resultados dos indicadores sociais não acompanharem os resultados dos indicadores econômicos. Pode avançar.

Uma das grandes preocupações que nós temos hoje, do ponto de vista da gestão da educação, é que, infelizmente, nós não estamos conseguindo dar às crianças, principalmente no ensino fundamental, a possibilidade de permanecerem e aprenderem nas escolas.

Se nós formos analisar os dados do SAEB de 2007, nós vamos ver que as crianças que deixaram a 4ª estavam sabendo aproximadamente 27%, 28% do que deveriam estar sabendo, de que deveriam estar se apropriando de conhecimento em língua portuguesa, e isso, à medida que avança a vida escolar do nosso

aluno, essa apropriação vai reduzindo. Pode avançar, por favor.

A CAPES divulgou, agora. Obrigado. A CAPES divulgou agora, na Conferência Nacional de Educação, um dado muito interessante, o Professor Teatini debateu, e uma reflexão importante, além da aprendizagem, o que nós temos que fazer nesse momento, é a questão da formação dos nossos professores; 47% dos nossos professores, hoje, no Brasil, não têm a formação adequada para estarem atuando na educação básica.

E, analisando estado a estado, nós podemos observar algumas situações um tanto quanto favoráveis, do ponto de vista da análise do cenário nacional, mas situações preocupantes, como no Acre, como em Alagoas, como no Amapá, como na Bahia. Então, é uma reflexão importante para ponto de partida de qualquer discussão nesse sentido. Pode avançar, por favor.

Outra questão importante é que, se nós pegarmos a PNAD de 2007, nós vamos ver o nível salarial dos professores que atuam hoje na educação básica. Os professores que atuam na educação infantil, com formação em nível médio, têm uma média salarial no Brasil de R$ 913,00; no Sudeste, isso sobe para 1.081, mas, na Região Nordeste, baixa para R$ 677,00.

Os professores que atuam no ensino fundamental, com formação em nível médio, têm uma base salarial, para 40 horas, hoje, no Brasil, de R$ 1.064,00; os professores que atuam no ensino fundamental, com formação em nível superior, têm uma base salarial de R$ 1.477,00; e que atuam no nível médio, com formação em nível superior, de R$ 1.700,00 reais.

Avaliar, portanto, o nível de remuneração dos nossos professores também é um ponto de reflexão, de partida nessa discussão. Pode avançar, por favor.

Ainda não há como não tratarmos do atual Plano Nacional de Educação, em que apenas 1/3 das suas metas foram cumpridas ao longo dessa década. Temos dívidas importantes, como na educação infantil, em que a meta era de que 50% das crianças de 0 a 3 anos estivessem frequentando a escola, e apenas 18% estão.

Outro dado importante, na outra ponta da educação básica, que ó ensino médio, nos preocupa, porque metade apenas dos jovens de 15 a 17 anos estão na escola, mas 15% deles não frequentam a escola. E ainda temos uma dívida histórica; o Brasil tem uma dívida histórica com 14 milhões de brasileiros, e dados do IPEA apontam que nós vamos levar 20 anos para poder mudar essa realidade. Pode avançar.

Para que a gente possa superar esses desafios, efetivamente, é preciso considerar que, hoje, a educação brasileira tem quatro pilares importantes, quatro pilares que certamente se confundem, se misturam com o Plano de Desenvolvimento da Educação, mas temos que afirmar que são quatro pilares que são resultado de um grande esforço, não de um ou de outro governo, não de ou um de outro ente federado, mas de todos os atores que trabalham na educação brasileira.

E não há como resolver os problemas da educação básica sem que a gente aporte um esforço e todo o trabalho a ser realizado em gestão democrática, em valorização não só da carreira dos professores, mas também de todos os trabalhadores em educação.

Não há como discutir a melhoria da qualidade da educação básica se não rediscutirmos novas práticas pedagógicas, se não mudarmos a realidade do ambiente da sala de aula e se não cada vez mais incorporarmos as ferramentas de avaliação dentro das nossas escolas, e também investimentos em infraestrutura e em recursos pedagógicos. Pode avançar.

Três prioridades são importantes nesse momento, para que a gente possa avançar. O primeiro é focar todo o esforço na aprendizagem. Não há como a Secretaria de Estado de Educação do Paraná, através da nossa cara Secretária Yvelise, que aqui está fazer um convênio com os 399 municípios do estado e entregar aos municípios 1.100 ônibus escolares, se não que a prioridade seja para facilitar o acesso para que os estudantes das zonas rurais dos municípios do Estado do Paraná possam ir para a escola, e este ônibus, adquirido com esforço pelo Governo do Estado e repassado a cada um dos municípios do Paraná, tenha como prioridade a possibilidade e o foco na aprendizagem dos alunos.

Outra questão importante é a CONAE. A CONAE, algumas pessoas e alguns setores estavam um tanto quanto receosos do resultado que poderíamos ter, mas a sociedade brasileira, através dos seus mais diferentes segmentos, de setores representados através dos pouco mais de 2.500 delegados, deu uma grande demonstração de priorizar a educação para o efetivo desenvolvimento do país.

E não há como qualquer discussão da educação brasileira, a partir de agora, não considerar cada um dos consensos construídos dentro da Conferência Nacional de Educação. E, evidentemente, é o sonho de todos nós que trabalhamos com educação um novo Plano Nacional de Educação, talvez não com quase 300 metas, porque, senadora, é um tanto quanto difícil cumprir as 300 metas, mas um plano, talvez, alicerçado em um número menor de metas, que possa estipular metas e prazos e, sobretudo, um formato de acompanhamento desse esforço de toda a sociedade com a nova década da educação. Pode avançar.

É importante dizer que, no Brasil, o investimento em educação ainda é insuficiente, não há como concordar com algumas colocações, principalmente de economistas, de que o dinheiro na educação é suficiente; isso não é.

O Ministério da Educação divulgou, três ou quatro semanas atrás, que o investimento em educação, no ano de 2008, resultado de todo o investimento representou 4,7% do PIB brasileiro. Eu gostaria de provocar a reflexão de que, no ano passado, na educação brasileira, se nós pegarmos os recursos aportados no FUNDEB, vinculados inicialmente no FUNDEB, mais a complementação da União e mais os 5% que municípios e estados aportam no fundo, nós tivemos circulando, na educação básica brasileira, algo em torno de 102 bilhões de reais. Isso representa 3,3% do PIB de 2009.

Se nós não avançarmos este número, nós, efetivamente, não vamos melhorar a qualidade da educação. Investimento da União, e, quando eu digo a União, eu não me refiro ao investimento deste ou de outro governo, é do ente federado União, e é preciso reconhecer os avanços conquistados neste período recente. Mas investimento da União no ano passado em educação representou cerca de 1% do PIB brasileiro; e mais da metade desse recurso foi aportado na educação superior, e aproximadamente 40%, na educação básica.

Nos últimos dez anos, nós crescemos os investimentos na educação, o Brasil cresceu à razão de 0,2%. Se nós não mudarmos isso, e a CONAE, nesse sentido, foi muito clara, o esforço de todos os delegados nesse sentido foi muito claro, que, se nós não mudarmos essa razão de investimento, efetivamente, não vamos alcançar resultados diferentes dos obtidos nesse momento. Pode avançar.

É preciso dizer que municípios e estados vêm fazendo um esforço grande de investimento em educação. Os estados, nesta linha que começa nos 25%, vêm, ano a ano, crescendo, com raras exceções, seu investimento em educação; e aqui nós temos dados até 2005. E os municípios vêm fazendo um esforço maior, porque, muitas vezes, para o cidadão que mora no município, que tem seu filho frequentando uma escola de educação infantil de ensino fundamental, para ele, real é o município, o estado é a União são um tanto quanto artificiais, e o serviço público, ele é ofertado pelo município, e estados e município vêm fazendo um grande esforço. E precisamos, efetivamente, mudar o desempenho da União em relação aos investimentos em educação. Pode avançar.

É importante dizer que o FUNDEB, este ano, avança consideravelmente, com aporte maior de recursos da União, mas, mesmo assim, há uma grande diferença entre os valores *per capita* investidos na educação básica. Enquanto a taxa de remuneração do aluno da educação básica, a taxa de partida, no Estado de Roraima, está num patamar de 2.600 reais, nós temos o Maranhão com aproximadamente 782 reais.

Se não houver investimentos novos na educação, se não houver um enfrentamento desse desequilíbrio, nós continuaremos tendo gargalos e problemas que são, infelizmente, um retrocesso para a educação brasileira. Pode avançar.

Importante compreender alguns indicativos apontados pela CONAE; o primeiro é o reforço de que a educação é um direito, e ela tem que ser ofertada a todo cidadão, efetivamente, como um direito. O segundo é que o acesso e a permanência são diretrizes que vão orientar a construção de um sistema nacional de educação. E terceiro... Eu estou acelerando um pouco aqui, até por conta do tempo, mas o material está aí, e, depois do debate, a gente pode tratar mais. Mas o terceiro é redefinir principalmente o papel da União na oferta, sobretudo, do financiamento da educação. Pode avançar.

A CONAE aprovou, e o grande anseio da sociedade brasileira é de que Congresso Nacional possa validar, através do Plano Nacional de Educação, aquilo que todos os segmentos e setores aprovaram na conferência, de que o investimento em educação deva avançar a 7%, até 2011, e até [soa a campainha] 10%, em 2014. Vou acelerar, senadora.

Outra questão importante é que o percentual de vinculação para a União passa de 18% para 25%, e estados e municípios suba de 25% para 30%. Também que a vinculação não seja apenas sobre impostos, mas também sobre as contribuições. E o Professor João Monlevade vai poder, com propriedade, nos esclarecer a possibilidade desse fato ou não.

Há, ainda, uma luta histórica, e aí há que se reconhecer o papel dos estudantes nessa proposta aprovada na conferência, de que 50% dos recursos do fundo social, que serão disputados entre cinco áreas, mas que 50% vão para a educação, porque, investindo em educação, nós também estamos investindo em cultura, em combate à pobreza, em avanços na área da ciência e da tecnologia.

E talvez uma das principais conquistas da conferência seja a definição de padrão mínimo de qualidade, apontando a efetiva necessidade de que nós possamos construir uma ferramenta, um mecanismo para garantir às escolas de educação básica do Brasil um custo aluno-qualidade, uma ferramenta – pode avançar – que efetive a garantia de que todas as escolas

brasileiras tenham, escolas de educação básica, um padrão mínimo.

Há que se registrar que 72% das escolas de educação básica do Brasil não têm biblioteca, 75% não têm quadra de esporte. Para que a gente possa implantar o CAQ, o custo aluno-qualidade, para que toda essa estrutura possa ser implantada em todas as escolas do Brasil de educação básica, hoje, nós precisaríamos reservar 1% do PIB brasileiro, cerca de 31,5 bilhões de reais. E, a partir daí, para manter a qualidade nas escolas de educação básica, nós precisaríamos ter anualmente um investimento de 4,3% do PIB brasileiro. Pode avançar.

É importante também tratarmos como indicativo da CONAE uma referência levantada também pela CAPES, cruzando o nível de formação dos professores que não têm formação adequada, no Brasil, hoje, com o nosso IDEB, com o resultado das avaliações construídas até agora.

Nós podemos perceber que os estados onde nós temos o IDEB mais alto, efetivamente, nós temos um nível maior de formação dos nossos professores. E a tarefa, no Brasil, e aqui a gente vê que a linha central está aqui, a tarefa no Brasil não é pequena, e aí os apontamentos pela CONAE de como ofertar educação para a formação dos nossos professores são uma referência importante. Pode avançar. Pode avançar mais uma tela.

Outro indicativo importante é a regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados, e aí não há como não compreendermos que, antes de ser uma matrícula de rede municipal, de rede estadual, nós temos que entender que a matrícula se refere a um cidadão brasileiro, e, sem considerar as disputas dessa matrícula, nós precisamos atuar não só no regime de colaboração entre União e municípios ou entre União e estados, mas um regime de colaboração que certamente contemple o esforço comum entre os três entes federados.

A construção e adequação dos planos de carreira. E aqui eu trago um dado importante, os municípios estão fazendo um esforço muito grande de construir e adequar seus planos de carreira. E nós, efetivamente, temos que brigar para que, principalmente na educação infantil, nós tenhamos professores atuando, e, à medida que os municípios estão incorporando, Senadora Marisa Serrano, seus professores da educação infantil dentro do plano de carreira, nós estamos observando que mais de 100% dos recursos do FUNDEB estão sendo utilizados para pagamento de salário; isso nos preocupa e por isso que defendemos tanto o investimento da União, o aporte de mais recursos da União, por parte do Governo Federal, na educação.

É preciso discutir o crescimento real do piso. Sem isso, a gente não vai avançar a qualidade da educação, e, efetivamente, uma lei de responsabilidade educacional, mas que tenha como fundamento principal o recurso da educação – pode avançar – sendo gerido pelo gestor da educação.

Um dado importante é que, hoje, nós temos inscritos para o primeiro semestre de 2010, na Plataforma Freire, 83.647 professores, mas nós tivemos uma procura de 197 mil professores, e isso é para formação inicial, isso que é fundamental no país, nesse momento. Pode avançar.

E, como última análise que nós trazemos aqui, abordando as ferramentas de avaliação. O IDEB, hoje, é uma ferramenta importante, porque ele inseriu, na história da educação brasileira, e consolidou a avaliação como instrumento importante e eficaz, mas o formato do IDEB não é o formato adequado, nós precisamos avançar nas ferramentas de avaliação, e os municípios e os estados também têm que construir ferramentas próprias, de modo que a gente possa, efetivamente, mudar a prática pedagógica, dentro de cada sala de aula. É preciso medir as competências e as habilidades dos estudantes e – pode avançar – entregar para os professores dados interessantes e informação adequadas para que ele mudar a realidade da sala de aula.

Concluindo, quero trazer aqui uma experiência do meu município, que é o município de Castro, mas, certamente, algumas centenas de municípios do Brasil já fazem isso, em que nós não estamos ranqueando escolas, turmas ou alunos, mas aqui eu trago dados importantes de uma aluna, que é Amanda Soares, que frequenta a 3ª série ainda do ensino fundamental de oito anos, na Escola Bernardo Litzinger, no município de Castro, que uma avaliação construída em cima de parâmetros baseados nos dados do SAEB, nos descritores do SAEB, situam a criança qual nível de alfabetização ela está.

E aqui nós podemos acompanhar, dentro de uma avaliação externa à escola, realizada duas vezes ao ano, quantas questões a Amanda acertou, o número de acertos, que nível de proficiência ela está e qual é o índice de proficiência dela, mas qual o nível de acerto, se ela está alfabetizada ou não. Mais uma tela e já vou concluir.

E, certamente, acompanhar o desenvolvimento do aluno. E aqui eu trago informação de uma escola, que é a escola Jair Lopes, em Castro, as turmas de 4ª série, em 2008, o rendimento no primeiro semestre e no segundo semestre; turma a turma da escola, a comparação da escola também com as demais escolas do município, sabendo em que nível de alfabetização está

essa criança, quais são os resultados de proficiência dessa criança em língua portuguesa, em matemática – pode avançar –, mas também em produção de texto, compreendendo que é importante o professor saber, tanto na construção de ortografia e gramática, mas também de estrutura, coerência e coesão do texto, se a criança tem problema de ortografia, de acentuação, se a criança tem problema de nasalização, de fricção, enfim, é desses instrumentos de avaliação que o país precisa, para que a gente possa mudar os dados que hoje nós temos dentro da educação básica.

E a última tela. Concluindo. Nós precisamos consolidar os avanços conquistados até agora, entender que o Plano de Desenvolvimento da Educação é uma ferramenta importante, até porque inseriu novos conceitos de relação entre os entes federados e também uma nova relação dos municípios e dos estados com a União, através de uma ferramenta importante, que é o PAR, precisamos redefinir os papéis, sobretudo da União, neste momento atual, e precisamos articular e mobilizar a sociedade para que nós possamos, efetivamente, colher, ainda este ano, ao final deste período legislativo, um grande avanço, que o Parlamento do Brasil poderá dar à educação brasileira, com a aprovação do Plano Nacional de Educação.

Desculpa se extrapolei o tempo. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Muito obrigada, Carlos. Nós é que agradecemos a contribuição que você traz. E eu quero, aqui, também afirmar que esse é nosso desejo: que o Parlamento, neste ano legislativo, entregue à sociedade brasileira o novo Plano Nacional aprovado.

Quero aqui registrar as presenças da Senadora Marisa Serrano, que é vice-presidente desta Comissão e autora do requerimento para esta Audiência; Senador Flávio Arns, Senador Jefferson Praia, que esteve aqui conosco há pouco; Senador Sérgio Zambiasi, que muito nos honra com sua presença.

Passar a palavra para a Sra. Maria Izolda Cela de Arruda Coelho, que é secretária de educação do Estado do Ceará, para sua exposição.

SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO: Cumprimentar a Senadora Fátima Cleide e os senadores aqui presentes, a todos que assistem a esta Audiência, aos colegas, aqui, secretários, e dizer que recebi o convite para fazer uma exposição, considerando o tema proposto, que é a avaliação da aprendizagem, formação de professores e alfabetização, e – pode passar o próximo *slide* – considerei, assim, importante ter como foco uma experiência de encontro com a escola, com a sala de aula, tanto na perspectiva de professora que sou, como também de uma perspectiva de gestão municipal, que também tive a oportunidade de ter, e, agora, pelo estado, no estado, numa escala bem maior de redes municipais, num estado em que praticamente 99% dessa matrícula de séries iniciais é municipalizada, e considerando o desafio que se coloca para nós gestores do sistema de educação, o desafio da aprendizagem, de fazer com que os meninos, os jovens, as pessoas que estão nos bancos escolares aprendam. E, portanto, vou enfocar aqui, com esse tempo que nós temos, assim, de forma breve, uma intervenção, uma proposta de intervenção na alfabetização, que considera, com certeza, esses aspectos tanto relacionados à avaliação como à formação de professores. Pode passar, por favor.

Bom, só a justificativa, que é um panorama e já foi citado pelo secretário, que falou anteriormente, é um panorama da situação de gravidade que as avaliações mostram, que acontece na sequência da escolaridade nas nossas redes; aqui resultado do Ceará.

Então, a distância que nós verificamos entre a condição dos alunos, no caso, aqui, 4ª ainda do ensino fundamental, 5º ano, hoje, e a condição mínima desejável que eles teriam que ter, nessa média de proficiência de língua portuguesa, que seria pelo menos 225. Pode passar mais rapidamente. Pode passar para o próximo *slide*.

Aí em matemática, isso é 5º ano, hoje. Pode passar o próximo também. O 8º ano de língua portuguesa, 8º ano de matemática, 3º ano do ensino médio e em matemática. O que eu quero registrar com isso? Esse dado, assim, é bem conhecido de muitos de nós, mas eu quero registrar, assim, algo que nós vimos também no *slide* anterior, que essa distância entre onde os alunos estão, a média de proficiência que eles apresentam, e a que eles deveriam apresentar, isso aumenta, a distância aumenta ao longo dos ciclos, dos finais de ciclo. Então, a distância, no caso dos alunos do ensino médio, para o mínimo desejável, a partir do momento em que se começa a considerar ali adequado, isso aumenta mais ainda do que se apresentava lá no final do 5º ano do ensino fundamental. Pode passar.

Então, isso... Aqui é um dado, assim, importante do Estado do Ceará, que, em 2004, a partir de uma experiência já de gestão em um município cearense, foi proposto, por um deputado, na Assembleia Legislativa, um comitê cearense para eliminação do analfabetismo escolar, para que se tivesse um panorama da situação das crianças, no caso aí, as crianças que estavam, à época, na 2ª série, que hoje é o 3º ano, crianças na faixa de oito anos.

Então, o panorama é o seguinte... Pode, por favor, clicar, que aí... Nós vemos aí que 39% não conseguiu ler o texto, 7% leu sem influência, 35% leu sem influência, só letrando ou silabando, que é uma leitura bas-

tante comprometida, que a criança não faz muita coisa nessa condição, 11%, e 9% já tiveram uma situação já ali mais desejável para aquela situação.

Então, o panorama que já se verifica nas avaliações de larga escala dos finais de ciclo, no nosso país, especialmente o Nordeste tem estados ainda mais comprometidos com isso, nós podemos ver isso mais cedo, com as crianças mais novinhas, e confirmar, realmente, assim, que nada acontece, praticamente, nada acontecia na escola, no 1º, no 2º, no 3º ano que as crianças frequentavam. Pode passar.

Esse é só um dado já da Prova Brasil, e aqui comparando Brasil e Ceará; no caso, Ceará com indicadores sempre mais comprometidos do que a média nacional, isso é uma situação verificada no Nordeste. O Nordeste e Norte comprometem a média nacional, mas o Brasil, como um todo, não está nada confortável com relação a esses resultados, ainda hoje. Pode passar.

Então, a intervenção escolhida, a intervenção com *status* de programa prioritário do Governo foi uma intervenção na alfabetização e alfabetização de crianças, alfabetização na idade certa, consertar o começo. Pode passar.

Tendo como meta alfabetizar todas as crianças, de seis e sete anos, do 1º e 2º ano do ensino fundamental de nove anos; criança alfabetizada entendido como capacidade de ler com uma velocidade média de 60 palavras por minuto, associada à capacidade da compreender os textos e de escrever textos legíveis e suficientemente estruturados, claro que adequado à sua condição de criança, ao seu universal vocabular. Pode passar.

E o *status* de prioridade, ele se justifica, para um programa desses, em função da necessidade de barrar um dos graves problemas que está associado eu acho que com praticamente todas as mazela que afligem a escolaridade dos alunos. As distorções, os altos níveis de reprovação, o abandono, eles estão estreitamente relacionados; os baixos níveis de proficiência, estreitamente relacionados com pouca alfabetização, com alfabetização insuficiente e a absoluta falta de possibilidade de esses alunos se vincularem à escola com mais efetividade.

E nós temos um quadro de complexidade. Quando a gente pensa assim, formar professor; é muito importante a formação do professor, é, sim, é muito importante, a avaliação é muito importante, são aspectos fundamentais numa gestão de rede. Agora, nós precisamos ter claro, essa experiência me mostra que até boas propostas, nessas áreas, se nós desconsiderarmos o contexto de complexidade e o contexto em que os indicadores de eficiência das escolas e dos sistemas é um contexto muito complicado, com baixo índice de frequência de alunos, com alta taxa de absenteísmo de professores, o não cumprimento dos dias letivos, o não cumprimento, isso é uma coisa séria ainda, nas redes, as altas taxas de distorção e abandono, o tempo pedagógico desqualificado, a escolha de diretores sem critério de mérito, a participação insuficiente das famílias e uma ausência de responsabilização pelos resultados.

Qualquer coisa que se fizer na escola parece que está bom e não tem, às vezes, muito aquela sensação de que o normal é que a escola esteja simplesmente aberta e recebendo merenda e farda, se puder, e bolsinha e mochila e tal, e o que acontece dentro, o retrato fundamental do projeto pedagógico, esse aí fica meio ainda desconsiderado.

E a opção foi para que, através de uma intermediação nas redes, no caso, estou falando do Ceará, que é uma matrícula, como eu lembro aos senhores, uma matrícula praticamente municipalizada. Pode passar.

Então, a intermediação. Nós temos, hoje, desde 2007, uma adesão de 100% dos municípios a esse programa de alfabetização na idade certa, é um programa que efetiva um regime de colaboração. Nós temos a cooperação do Ministério da Educação para isso, também, o estado coordena as ações, e os municípios operam diretamente, suas escolas, parceiros importantes no programa, como a UNDIME, a APRECE, que é a Associação de Prefeitos, UNICEF, Associação de Primeiras-Damas e Fórum de Educação.

A natureza da intervenção é uma natureza sistêmica, e é isso que eu ressalto, especialmente. Se eu vejo, assim, que, às vezes, muito esforço e muito dinheiro se desperdiça, porque não há esse caráter de intervenção sistêmica, mesmo, na ação. Porque é necessário...

É por isso que o programa se desenha assim, considerando um apoio e uma ação direta, junto aos municípios, na questão da gestão municipal e escolar, o município, uma escola e mais ainda um rede não decide, assim, que vai alfabetizar todas as suas crianças impunemente, tem que ter muito esforço, tem que ter sistematização e tem que a gestão municipal organizar o ambiente e uma sistemática de apoio e acompanhamento escolar, para que os resultados possam realmente acontecer.

A intervenção na prática pedagógica, no ofício do professor, eu sempre digo também que as crianças não aprendem... Se nós observarmos bem uma rotina pedagógica desqualificada, em que as crianças são levadas praticamente a copiar coisas o tempo inteiro que elas estão na escola, com um tempo muito longo de merenda, com um tempo, às vezes, de atra-

so para começar e de terminar mais cedo. Então, as crianças não aprendem porque, na verdade, não há um processo de ensino e aprendizagem estruturada para ensinar.

A questão da valorização do magistério, o reconhecimento, o apoio, a formação, o incentivo e a defesa pelo incentivo por mérito, o incentivo pelos resultados obtidos e avaliação e acompanhamento. Avaliação externa e a indução para que as redes e as escolas possam incorporar a avaliação como uma rotina fundamental dos seus processos.

O programa se organiza nesses eixos, portanto, gestão municipal e escolar, avaliação externa. O estado avalia, ao final do ano letivo, mas as avaliações, os municípios avaliam, com o apoio do estado, no meio do ano, uma avaliação processual, e a questão da alfabetização, do aprender a ler, uma ação voltada para a educação infantil, de melhorias e indução de qualidade para o atendimento das crianças mais novinhas e a literatura infantil e formação de leitores [soa a campainha], como aquela dimensão do gostar de ler. Pode passar mais rapidamente.

Nós temos ações de incentivo e, assim, desde uma lei estadual que modificou as regras de distribuição do ICMS, dos 25% passíveis de distribuição por lei estadual, hoje, essa distribuição se faz a partir dos resultados obtidos pelo município em educação, saúde e meio ambiente; 18% desse valor é educação, com peso forte na nota da prova da alfabetização e um peso menor, mas já presente também, no 5º ano; 5% saúde, com indicador de mortalidade infantil; e 2% meio ambiente, e a questão eleita foi o tratamento dos resíduos sólidos.

E nós temos, também, o Prêmio Escola Nota 10, que premia escolas e responsabiliza as escolas que tiveram melhor resultado por aquelas que tiveram os resultados mais comprometidos. Pode passar.

Eu quero, só para não comprometer o tempo, eu não vou me deter muito aqui nas ações de... Os senhores poderão ver no material, eu quero chegar mais lá nos resultados. Volta só um pouquinho, por favor. Volta só... O anterior.

Essas são ações que o estado desenvolve, juntamente com os municípios, de apoio, de incentivo, de suporte a todas aquelas medidas voltadas para a melhoria da gestão, da alfabetização e com formação de professor e avaliação. Pode passar.

Então, eu acho importante mostrar essa sequência. Nós temos aí uma... Pode passar. Uma linha de base; no caso aqui, é a matriz de avaliação; até 75, não alfabetizado; alfabetização incompleta, 75 a 100; intermediário 100 a 125; suficiente; e desejável. Essa avaliação está calibrada com a Prova Brasil. Pode passar.

E nós temos um resultado que é animador, a gente pode dizer, assim, que é um alento, porque não dá ainda para festejar, porque a situação ainda é muito desafiadora. Mas nós temos uma situação em que vamos considerar especialmente a linha aqui do município, que 99% da matrícula está aqui, nós tivemos, em 2007, a linha de base, com 118,9, tivemos esse crescimento em 2008, e, na avaliação que recebe, o resultado que recebemos, na semana passada, nós tivemos já um crescimento de 142,5, próximo já, isso como média de proficiência, próximo a chegar, como média de proficiência, no nível adequado. Nós não tivemos, nessa avaliação, por essa avaliação de 2009, mas nenhum município nos dois níveis mais rebaixados de níveis de proficiência.

Isso só mostrando, aqui, lembrando, aqui, não alfabetizado, alfabetização incompleta, intermediária, suficiente e desejável. Então, os senhores podem também ver a importância do resultado, que diminuem os percentuais de crianças presentes aqui, ainda, que eram assustadores, nesse momento, ainda muito significativo, mas já mostrando que uma intervenção forte, com liderança, com resultados e com prestação de contas a apresentar, nós podemos, sim, ter resultados, se não passe de mágica, de transformar em poucos anos, assim, transformar numa maravilha, mas sabermos que estamos efetivamente avançando e cumprindo aí essa missão básica da escola, tão básica, que é ensinar os meninos a ler, para que eles possam seguir na vida escolar deles com uma perspectiva de sucesso, porque a alfabetização, o insucesso da alfabetização barra essa possibilidade.

Então, eu quero dizer, assim, que concordo com nossa luta, que deve ser de todos, mesmo, por mais melhoria no financiamento, nós precisamos, sim. Eu acho que isso é uma coisa que se coloca mesmo para o nosso país. Mas também digo sempre, às vezes, com medo de ser mal entendida, que, com o que se tem, a gente pode fazer melhor, isso aí eu não tenho dúvidas; com o dinheiro que se tem, nós poderíamos já, e com essas melhorias, que são visíveis, que são muito presentes no nosso país, hoje, eu vejo que a gente pode, sim, fazer melhor, tendo especialmente responsabilização pelos resultados desse serviço público que nós prestamos, de tanta relevância. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigada, Professora Izolda, nós agradecemos muito sua colaboração. E eu quero aqui, em nome da Comissão, parabenizar o Estado do Ceará pelos resultados alcançados, pela determinação políti-

ca de trabalhar com a alfabetização e com resultados, em dois anos, tão importantes já alcançados.

Vamos passar a palavra, rapidamente, à Professora Lázara Lopes da Costa, coordenadora do Programa de Apoio Educacional da Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul, para sua exposição, em 15 minutos.

SRA. LÁZARA LOPES DA COSTA: ...a Senadora Fátima, a Senadora Marisa Serrano, de Mato Grosso do Sul, aos colegas secretários do Paraná e Rio Grande do Sul. Agradecemos ao convite.

É sempre importante falar sobre a educação, e a troca de experiência é um fator, dentro da educação, também, de suma importância. Pode passar, por favor.

Nós gostamos sempre de começar algum trabalho, sempre reportando aos nossos objetivos e à nossa missão, que é garantir a qualidade do ensino e da aprendizagem nas escolas da rede estadual de Mato Grosso do Sul, fortalecendo-as e respeitando a diversidade dos cidadãos sul-mato-grossense. Com isso, a gente prospecta ser referência em educação pela qualidade dos serviços prestados, por meio de ações inovadoras da valorização, do respeito aos servidores e do cumprimento dos preceitos legais.

Nossos desafios são: melhorar o desempenho das escolas da rede estadual, fortalecer a gestão escolar, investir na valoração dos recursos humanos da educação, aprimorar a gestão da Secretaria, ampliar a oportunidade de acesso e a permanência do aluno no ensino e estabelecer regime de colaboração com os municípios.

Em 2007, quando ingressamos na Secretaria do Estado, o contexto educacional que encontramos era em torno de 302 alunos e, em 2009, 287. Nós tínhamos, em 2007, 367 escolas, e, em 2009, 361 escolas. Pode passar.

Como, em 2007, nós não tínhamos nenhum indicador com relação ao contexto que essa Secretaria tinha em relação a resultados, por meio do Decreto 12.358, nós estabelecemos a avaliação de desempenho de alunos, para que pudéssemos ter um diagnóstico desse alunado, e temos, também, a avaliação institucional, estabelecida nas Diretrizes e na Lei Estadual 2.787, que, por meio da Deliberação 6.363, ela norteia todo esse processo de avaliação institucional externa, até porque entendemos que uma avaliação de aluno, ela tem que ter um suporte da avaliação institucional, pelo qual podemos observar os fatores agregados nesse desempenho desses alunos. Por favor.

Bom, a avaliação externa de desempenho de alunos, ela é censitária, ela é anual, ela deve ser estruturada pelas equipes da Secretaria, pelo setor de avaliação e o setor pedagógico, ela é um processo licitatório, passa por um processo licitatório. Em 2008, ela aconteceu em uma parceria com os 76 municípios, ficando de fora dois municípios que têm procedimentos de avaliação. E, em 2009, a parceria foi com o INEP.

Assim como o Carlos colocou, o resultado que nós entendemos que seja melhor para a Secretaria e principalmente para as escolas, ele deve ser por aluno, por turma, escola, município e o resultado da rede. Até porque a escola precisa ter esses resultados de forma mais clara, mais objetiva, ela precisa entender esse resultado. Para isso, ela precisa saber do seu contexto, dos seus alunos.

Sabemos que é um procedimento um tanto complicado, até porque você precisa da tecnologia, você tem que contar com a tecnologia, e aí você conta com os resultados que o EDUCACENSO coleta. E, como ele tem uma data de corte, e, normalmente, essas avaliações acontecem no final do ano, então, a gente tem certo problema com isso, para conseguir agregar, avaliar, no momento que a avaliação se aplica, ter o resultado real daqueles alunos na sala da aula. Então, esse é um complicador que a gente tem.

O foco que nós entendemos que dá um diagnóstico melhor com relação à leitura; a escrita, a produção de texto, como o Carlos também colocou, é um procedimento que complementa essas informações da leitura. Então, você avaliando a escrita você consegue observar aspectos fragmentados da leitura que o aluno tem e, obviamente, da escrita, propriamente, e isso se reflete também lá, quando você estuda esse resultado, você vai verificar que isso tem impacto na formação do professor, como o Carlos também muito bem colocou.

E os conhecimentos matemáticos, como acontecem no SAEB, na Prova Brasil, temos que observar esses conhecimentos matemáticos também.

Nesse período, nós tivemos duas experiências: a de 2008 foi para o 3º ano do ensino fundamental, onde nós avaliamos 246 escolas estaduais, e municipais, 349, com aquele quantitativo de turmas, língua portuguesa foi aquele número de alunos, 8.389; matemática, 8.269, isso na rede estadual; na municipal, 13.779, e, em matemática, em torno de 12.000 alunos, totalizando 21.000 alunos.

Nós não trouxemos o gráfico para representar o resultado que obtivemos nessa avaliação, mas, na rede estadual, ficou em torno de 30% de alunos que não estavam alfabetizados, 60% que já estavam alfabetizados naquele momento da avaliação e 10% estavam um pouquinho avançado do que se esperava.

Em 2009, nós investigamos o 3º ano de novo, até para ter um parâmetro de comparação com o ano

anterior, 431 turmas; aconteceu só na rede estadual, em torno de 9.860 alunos; o primeiro ano do ensino médio, 1.127 turmas, agregando um quantitativo de 23.655 alunos; e a primeira fase da EJA do ensino médio, número de turmas avaliadas, 390, e número de alunos, 4.842.

Por que 1º ano do ensino médio e primeira fase da EJA? O 3º ano, como eu já expliquei, é para você ter uma comparação e investigar a questão da alfabetização. O 1º ano do ensino médio, diferente do SAEB, que tem o objetivo diferente de avaliação, que avalia o 3º ano, esses alunos já estão saindo do ensino médio, a Secretaria entende que ela precisa ter um diagnóstico, no início desse processo, ou seja, no início do ensino médio, para que você possa ter medidas de intervenção para que esse aluno saia do ensino médio com conhecimentos necessários para ingressar uma universidade.

E a primeira fase da EJA é uma experiência que não se tem muito resultado no Brasil, e esse número, também, esse grupo de alunado cresce muito. Então, a gente precisa investigar esse conteúdo, investigar a formação desses professores e como está esse grupo de alunos. Por favor.

Essa avaliação de 2009, nós temos, *a priori*, esse índice, que ele foi desenvolvido pela empresa que foi licitada, para ela conseguir esse índice, ela relacionou o resultado da rede estadual de Mato Grosso do Sul e confrontou com o desempenho dela na Prova Brasil. Com isso... Clica mais uma vez, por favor. Não, pode voltar. Com isso... Não, isso. Com isso, tem em torno de 10% desses três grupos, tá? Não está um ano específico aí, são os três anos, 10% dos alunos da rede estadual de Mato Grosso do Sul está no nível avançado, 25% está no nível proficiente, no nível básico, 20%, no crítico, 25%, desculpa, aí o proficiente é 15, tá? Só retificando. O crítico 25%, e o muito crítico, 30%.

Então, o que a gente observa dessa análise desse gráfico? Que, se nós juntarmos o crítico e o nível muito crítico, nós temos o quê? 55%, ou seja, é um número um tanto quanto preocupante.

O resultado oficial dessa avaliação nós recebemos ontem. Então, eu não tenho maiores informações ainda para apresentar, seria interessante se tivesse chegado anteriormente esse resultado, para a gente fazer um confronto entre o 3º ano, que foi afiado em 2008, com esse, que foi avaliado em 2009.

Qual é a ação interventora que a Secretaria pretende fazer, diante desse resultado. Em 2008, ficou a cargo do setor pedagógico trabalhar com as escolas o resultado da avaliação do 3º ano. Para esse resultado de 2009, a Secretaria entendeu que a gente precisa estar mais próximo da escola. Então, esse quadro, ele vai ser colocado *on-line* para as escolas, até porque eu não sei se é uma das problemáticas dos outros estados, até porque nós não trabalhamos com regionais, nós temos os 78 municípios e temos um contato direto com cada município, não temos nenhuma regional.

Então, este quadro, ele vai ser disponibilizado no *site* da Secretaria, a escola tem uma senha; entre 19 e 30, agora, de abril, técnicos do setor de avaliação, juntamente com o setor pedagógico, vão a 13 municípios-polos, onde teremos encontro com o diretor, coordenadores pedagógicos, o supervisor de gestão, que tem uma função de articulação entre a Secretaria e escola, então, esse profissional, ele também participa desse encontro, e um representante de professor do 1º ao 5º ano, do 6º ao 9º, de língua portuguesa e matemática, do ensino médio, e um da EJA.

E aí a escola, nós vamos debater o resultado das escolas, onde a gente mostrar, em cima do resultado da rede, a escola vai estar com resultado dela em mãos, mas o estudo que nós pretendemos fazer possibilita à escola se ver. Diante do resultado da rede, ela pode entender o resultado dela. E aí ela vai preencher esse quadro, ela vai verificar, ela vai traçar a ação interventora que a escola tem que, de acordo com o resultado, se o problema maior for no 3º ano, se for no 1º ano, se for na EJA [soa a campainha], ela vai preencher a ação e vai marcar, depois, ao final do ano, se essa ação foi executada totalmente, executada parcialmente ou ela não foi executada.

A avaliação institucional, como eu disse, ela vê vários aspectos da organização da escola, para ser agregado ao resultado da avaliação de desempenho dos alunos.

Essa é a realidade da nossa avaliação institucional. Uma inovação nesse processo de avaliação institucional, desde o ano passado, nós fizemos um processo de informatização, ou seja, a escola, o diretor, todos os segmentos que preenchem, inclusive os pais, eles preenchem um questionário *on-line*. Então, essa é uma inovação desse processo. Por favor.

E os programas que a Secretaria estará trabalhando atualmente – eu vou falar só os nomes, porque já extrapolou o tempo – é o Programa Conhecimento em Foco, é a formação para os professores do 6º ao 9º, do ensino fundamental e médio. Foram 14 polos e 24 municípios, em 2008, e 54 municípios em 2009, agregando número de 7.218 docentes, nos 78 municípios distribuídos nos 14 polos.

A questão do PDR, que é gestar 2, gestão da aprendizagem, que tem seus objetivos e contempla, é um programa que foi semipresencial, atendeu a 71 escolas e esse grupo de professor formador, coordenador

administrativo, pedagógico e professores, obviamente. Beneficiaram em torno de 17.000 alunos.

É a finalidade melhorar a aprendizagem, o desempenho do professor e, obviamente, dos alunos. Por favor.

O Pró-Letramento, que atendeu a 170 professores cursistas, em torno de 120 horas, para os professores de matemática, leitura e alfabetização. Por favor.

O Programa Escola Ativa, voltado para escolas do campo, um público-alvo de 78 técnicos cursistas das secretarias municipais e da Secretaria Estadual, em 23 municípios. E os professores regentes, 32 professores regentes. Por favor.

Essa foi uma oficina de língua portuguesa, direcionada para professores; no primeiro semestre de 2009, para 300 professores dos anos iniciais; no segundo semestre, 150 professores do ensino fundamental, da segunda fase e o ensino médio, em Campo Grande; e, na terceira etapa, para professores de 15 municípios, e houve a participação de professores da rede municipal e da iniciativa privada.

Curso de língua espanhola para funcionários da Secretaria, com 72 horas, e vai acontecer também em outros municípios em 2010; 40 cursistas. O Projeto Além das Palavras – por favor – tem seus objetivos para professores de língua portuguesa e matemática, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Pode passar, por favor. As ações, oferecer curso de formação continuada para esse grupo de professores, capacita-se, quinzenalmente, os professores de 1º ao 5º ano, há o assessoramento permanente, nas escolas, dos coordenadores de área, e esse procedimento todo é avaliado ao início do ano letivo e ao final do ano letivo.

Totalizando... Essa é uma ação do PAR, totalizando escolas, em 2008, 79; em 2009, 169; e 2010, 214 escolas, e os municípios, 25, em 2008; 46, em 2009; e 61, em 2010.

O Projeto Intercultural de escolas bilíngues de fronteira, Paraguai, Bolívia e Brasil, para fomentar esse intercâmbio. Por favor. Pode passar.

O Pró-Infantil, que é o programa de formação inicial para professores com exercício na educação infantil. Ela abrange os professores em exercício na educação infantil, envolve 581 profissionais, de 32 municípios. Eu acho que é só.

Quando o Carlos comentou a questão do IDEB, eu queria só colocar uma situação, que é um índice, um indicador, talvez o implicativo dele seja ter mudado o foco, o foco precisa ser voltado para o resultado da Prova Brasil, que é o resultado da Prova Brasil, com o índice de aprovação, que gerou-se esse índice do IDEB. Então, a partir do momento que voltar esse resultado, não ficar o foco no índice apenas e fomentar a questão da aprendizagem, que é detectada lá na Prova Brasil, eu acredito que a gente possa ver os resultados até 2021. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigada, Professora Lázara. Nós passaremos imediatamente a palavra para o Sr. Paulo Ricardo Javiel Rezende, que é secretário adjunto de educação do Estado do Rio Grande do Sul.

SR. PAULO RICARDO JAVIEL REZENDE: Oi. Eu queria, inicialmente, então, de uma forma muito rápida, cumprimentar a Senadora Fátima Cleide, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, e, em seu nome, cumprimentar todos os demais parlamentares e, em especial, a Senadora Marisa Serrano, proponente desta audiência e que luta tanto pela causa da educação no país.

Não poderia deixar de cumprimentar nosso amigo, o Senador Sérgio Zambiasi, senador gaúcho e que representa muito bem o Rio Grande do Sul neste Parlamento. E, em seus nomes, cumprimentar todos os demais parlamentares.

Na verdade, nós, sempre – pode passar, é melhor. Sempre que iniciamos qualquer apresentação, em falar em educação no Rio Grande do Sul, nós temos que chamar atenção de que, no ano de 2007, quando a Governadora Yeda Crusius assume o governo, nós, na montagem do governo e na montagem do secretariado, ela elenca os principais problemas que o Rio Grande do Sul tinha, e daí surgem os programas estruturantes de governo do Estado.

A educação tem um deles, um dos 12, que é um dos pilares desse programa, que é o chamado Boa Escola para Todos. Dentro dele, nós temos cinco projetos, que, se eu for falar de cada um deles aqui, pelo tempo que nós temos, não teria tempo, seria pauta para mais uma apresentação, mas, como o foco, hoje, é formação de professores, alfabetização e avaliação, eu me detenho em dois apenas, nos dois primeiros, ali, o SAERS, que é nosso sistema de avaliação educacional do Rio Grande do Sul, que nós não tínhamos, até então, apenas um projeto piloto iniciado lá em 2005, que abrange, neste projeto estruturante de avaliação e o projeto piloto, na época, de alfabetização, que também não tínhamos no estado; e o segundo projeto é o Professor Nota 10, que trata da valorização do magistério, e, dentro dele, tratamos da formação continuada de professores.

Então, eu queria me deter apenas nesses dois, por falta de tempo, mesmo, mas nos colocamos à disposição para quantas vezes vir a este Parlamento para falar desse programa estruturante, que, para nós, é um orgulho muito grande estar dentro do plano de governo

da governadora e estarmos cumprindo plenamente a totalidade dele. Podemos passar.

Eu, antes de passar, eu queria cumprimentar, de uma maneira toda especial, o Carlos, que é Presidente da UNDIME, meu ex-colega, secretário municipal de educação, e a gente que participou dos municípios, da gestão dos municípios, e eu tive a oportunidade e o prazer de estar secretário municipal de educação por oito anos, lá na minha querida Pinheiro Machado, que fica lá no sul do Rio Grande do Sul, e a gente sabe da luta dos municípios, e batalhei muito pela UNDIME, nesse período também, lá no Rio Grande do Sul.

Queria cumprimentar a Yvelise, nossa colega, secretária de estado de educação do Paraná, presidente do CONSED e, em seu nome, cumprimentar os estados, a Maria Izolda, do Ceará, a Lázara, que representa aqui o Estado do Mato Grosso do Sul, e transmita um abraço à nossa ex-secretária, a Milene, nossa amiga. E acho que cumprimentei todos os colegas da Mesa.

Mas, dando continuidade, nós, dentro do Boa Escola para Todos, somente para título de conhecimento de todos os senhores e senhoras, nós atingimos, até o momento dos cinco projetos, esses investimentos que vocês estão recebendo nosso material, estão vendo. Chegamos à totalidade, no Escola Legal, que é um projeto de obras, de 1.800 obras, sistema de avaliação, já com 97% das turmas atingidas, o Sala de Aula Digital, que é um programa que visa à tecnologia da informação, já chegamos em mais... Está desatualizado ali, já chegamos em mais de mil escolas, falando da rede do Rio Grande do Sul, é uma rede, tudo é muito gigante lá, nós temos uma rede de 1.300.000 alunos, uma rede de quase 2.700 escolas, uma rede de 85 mil professores ativos, chegando a quase 130.00 servidores de escolas, contando com os professores, uma rede que tem 30 coordenadorias regionais, nós temos 30 regiões no estado, que são as nossas CREs, que chamamos. Então, é uma rede muito grande, que não é fácil atingir os 496 municípios do estado, e a gente tenta, diariamente, buscar isso. Podemos passar. Está bom.

Entrando um pouquinho... Eu estou tentando controlar meu tempo ali, mas não vai ser fácil. Mas vamos lá. A questão da gestão pública e da avaliação, eu vinha conversando com o Milton, o Milton é nosso chefe de divisão do departamento pedagógico, e o Andrei, que trabalha na nossa imprensa, nós vínhamos conversando no avião, o porquê do educar. E o Milton me contou uma história, que eu comecei a fazer algumas anotações, segundo a Professora Alicia Fernandez, uma argentina, que todos que lidam com a educação conhecem, sempre teve aquela história das duas filhas dela, que estavam brincando, e a filha mais velha disse o seguinte: "Olha, eu agora tenho que parar de brincar, porque eu tenho que aprender a nadar". E a irmãzinha menor perguntou para ela assim: "Mas como assim aprender a nadar? Nadar eu já sei o que é, porque eu vejo os peixinhos nadando, mas o que é aprender?". "Bom, vamos sintetizar, então. Aprender é como se fosse nosso pai nos ensinado a andar bicicleta. Ele chega com a bicicleta grande dele, que ele já domina, que ele sabe, e a gente vem com a bicicleta pequena. Então, o pai nos coloca na bicicleta, manda segurar no guidão, sentar no banco e pedalar, e ele dá o suporte, muitas vezes, empurrando, outras vezes, se a gente cai, mandando levantar e seguir, para aprender".

Então, o aprender é isso, o aprender é... E aí a gente usa várias ferramentas que a gente busca lá no suporte de segurar a guidão, é o suporte que a escola tem que dar diariamente, fazendo alusão a essa história. Por exemplo, o empurrar a bicicleta e deixar a criança pedalar sozinha é a autonomia que o aluno deve ser na sala da aula, enquanto está aprendendo, e, às vezes, o suporte que o pai vem para segurar ou para empurrar é aquele suporte que temos que ter diariamente, em fazer a balança para o ensinamento.

Então, na verdade, nós chegamos numa definição de avaliação e por que avaliar, no Rio Grande do Sul, para isso, para subsidiar a formação de políticas públicas, porque queremos e temos e buscamos diariamente chegar em metas e objetivos definidos e claros, fornecer dados que possam ser aproveitados pelas escolas, e aí a história que eu contei do aprendizado, do aprender, e todos aprenderem, porque a gente acredita que aprendizagem é para todos, e não para pouco, não para um grupo de educandos.

E aí que seja compreendido, pela sociedade em geral, porque a gente entende que a avaliação, ela não pode ficar entre os muros da escola, ela tem que ir para a sociedade, o pai tem que saber o porquê avaliar, porque a gente avalia todos os dias, a avaliação é um ato que acontece todos os dias. Hoje, pela manhã, eu avaliei que cor de gravata que eu ia usar, para combinar com a camisa. Então, avaliação é todos os dias que ela acontece.

Então, a gente tem que levar para a sociedade, para a comunidade escolar esse intuito de política pública. E eu conversava com a Yvelise aqui. Hoje, a gente avalia a avaliação, não é? Nas reuniões do CONSED, todo mundo só fala em avaliação, e a gente cresce muito com isso, com todos os estados falando nisso, e a gente chegando num patamar aí que a gente está conseguindo ter indicativos, e claro que ainda precisamos buscar muito mais e mais, mas a gente está conseguindo ter um diagnóstico, hoje, para poder traçar

políticas públicas para trabalhar, e foi o que o Carlos falou na sua apresentação.

E a capacitação dos professores, através da avaliação e através do nosso sistema de avaliação, que é a SAERS, a gente tem como chegar a definir políticas públicas e o foco de onde queremos chegar, na avaliação gaúcha.

E, fazendo um pouco de comparação, também, e um paralelo aqui, a gente também promove essa avaliação em consonância, em complementação à Prova Brasil, do Ministério da Educação, que confere o rendimento escolar para 4ª e 8ª séries do fundamental. O SAERS abrange todas as escolas públicas que os exames do MEC também não atingem, como, por exemplo, a Prova Brasil atinge todas as escolas com mais de 20 alunos; o SAERS avalia 100%, nosso sistema de avaliação externa do Rio Grande do Sul avalia 100% das escolas gaúchas. Podemos passar.

Bom, aqui é um breve histórico da avaliação no Rio Grande do Sul. Nós avaliamos as séries em extinção, claro, 2ª série, 3º ano, 5º e 6º ano e 1º ano do médio, que entendemos ser momento decisivo na trajetória escolar do aluno e nos permite a intervenção para correção.

Em 2005, como eu falei, nós iniciamos um projeto piloto, já no outro governo, e aí fomentado pela UNDIME do Rio Grande do Sul, porque grande parte desse trabalho e a idealização desse trabalho se deu enquanto a secretária Marisa Abreu, nossa ex-secretária Marisa Abreu, enquanto presidente da UNDIME do Rio Grande do Sul, fomentou e, depois, posteriormente, quando o governo se instala, em 2007, ela assume como secretária estadual de educação e ela leva a proposta municipalista para dar suporte aos estados.

Então, também, começamos em duas regionais apenas em 75 municípios. E aí, a partir de 2007, sim, universalizamos a rede estadual, tivemos a adesão de 52 municípios, uma escola federal e 18 privadas, depois, em 2008, novamente universalizamos; hoje já consolidado o SAERS, no Rio Grande do Sul, com a participação dessas escolas, e, em 2009, também, estamos atingindo, atingimos, em 2009, 325.000 alunos avaliados pelo Rio Grande do Sul. Podemos passar.

Bom, falando, entrando, agora, um pouco na formação de professores. Nós, no Rio Grande do Sul, no governo, nós já conseguimos atingir a meta de capacitar quase 48.000 professores, em diversos projetos, tanto de alfabetização quanto de educação especial quanto de educação indígena, educação afro, aceleração, uso da tecnologia, uso de TIs na educação, educação ambiental. Enfim, estamos atingindo, e sempre na sistemática de educação continuada.

Como fizemos? A equipe da Secretaria da Educação faz a capacitação para nossos colegas das coordenadorias regionais, e estes, por sua vez, reúnem nossos diretores de escolas e fazem a capacitação para estes, em cada um das 30 regiões, e essa capacitação chega até nossos professores de uma maneira periódica e sistemática.

E o Pró-Gestão, que é um programa capitaneado pelo nosso CONSED, que já atingimos 870 equipes diretivas de escolas e 51 escolas municipais, com esse programa. Podemos passar.

E, aqui, chegamos na menina dos olhos da Secretaria Estadual de Educação e do foco do Fazer Mais com Menos e do grande chavão que a Governadora Yeda Crusius sempre usa, no Rio Grande do Sul, que é: porque é um jeito novo de governar. E aqui nós mostramos, com a criação do nosso referencial curricular, no Rio Grande do Sul.

Eu queria aproveitar a oportunidade, não sei se a Presidente me permite, mas eu queria fazer uma entrega, uma adoção ao Senado Federal, de um trabalho muito árduo, suado e consistente que tivemos no Rio Grande do Sul, que foi na formação do referencial curricular do Rio Grande do Sul, e entregamos ao CONSED, na última reunião, ao Ministério da Educação, e, agora, queremos fazer uma entrega aqui, passar às mãos da senadora nosso trabalho, é um pouco pesado.

E o trabalho do nosso referencial curricular, que queremos e atingimos a meta de construir, através dele, uma unidade mínima curricular para o estado, sempre em sintonia com a LDB, com as diretrizes curriculares nacionais, com os Parâmetros Curriculares nacionais, e que visa ao que todos visam aqui na mesa, e que todos falaram aqui, nas suas falas, que visa à melhoria da qualidade da educação, não só nós, em especial, do Rio Grande do Sul, mas todos nós do país, que é o que queremos e colocamos à disposição de todos os estados e do Senado Federal esse trabalho.

Na verdade, rapidamente, porque meu tempo está se esgotando, mas o que queremos com o referencial curricular é isso, através dele, fazer formação continuada, e já atingimos 21.400 professores, atingimos dez coordenadorias e estamos em processo de licitação para este ano para outras 20 coordenadorias, através de universidades que se credenciam e profissionais de universidades que se credenciam a manter essa formação continuada, em cada região do Estado do Rio Grande do Sul. Podemos passar.

Aqui, somente para lustrar. O que entregamos ao Senado, hoje, foram os referenciais curriculares, nas áreas de conhecimento, nas linguagens, códigos e suas tecnologias, matemática, ciência da natureza e humanas, tivemos a abrangência nas séries finais do ensino

fundamental e médio em 100%, e a quantidade atinge a 100% dos alunos da rede. Podemos passar.

Não ficamos satisfeitos apenas com os referenciais e criamos também, para suporte ao professor, de como o professor pode trabalhar os referenciais curriculares nas escolas, criamos o caderno do professor, que todos os professores do Estado estão recebendo, e também podemos passar o suporte do aluno, que é o caderno do aluno, de como eles vão trabalhar, em consonância com todo esse programa macro do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Podemos passar.

E, aqui, para finalizar, vou tentar fazer em dois minutos, mas nosso projeto de alfabetização, por que criamos um projeto de alfabetização no Rio Grande do Sul? Porque, lá, em 2005, nos impressionamos com os índices nacionais, de apenas 55% dos alunos que chegavam à 4ª série, 55% dos alunos não estavam alfabetizados, quando chegavam à 4ª série. Também em consonância com o compromisso Todos pela Educação, que uma das metas é toda criança de oito anos saber ler e escrever. E também através da lei que obrigou o ingresso aos seis anos no ensino fundamental.

A partir disso... Podemos passar. Criamos o projeto piloto, hoje não mais piloto, de alfabetização, em 2007, para comprovar que a iniciativa privada e os empresários do Rio Grande do Sul acreditam tanto em educação que financiaram o programa, no ano de 2007, e, em 2008, conseguimos, a partir de 2008, o Ministério da Educação está financiando um projeto já que está universalizado do Rio Grande do Sul.

Tivemos três métodos, e aí rapidamente não vai dar mais tempo, mas rapidamente eu passo a todos que deixamos à escolha das escolas do Rio Grande do Sul optar por um dos três métodos, o GEEMPA, que é um método de alfabetização genuinamente gaúcho, que trata e trabalha com pós-construtivismo, Piaget, que trata, no meio social, do desenvolvimento da criança, do concreto ao abstrato, é um método que enfoca esse sistema.

O Instituto Alfa e Beto, que é um instituto mineiro que trabalha o método fonético, o método estruturado, e o Instituto Ayrton Senna, que é um instituto paulista que trabalha um método na gestão de aprendizagem.

A instituição avaliadora, quem venceu a licitação no estado foi a CESGRANRIO, do Rio de Janeiro, a execução foi da secretaria, parcerias com a UNDIME, no Rio Grande do Sul, a UNESCO, a ISOFOP(F) e FASCPM(F). Então, esse foi no primeiro ano. Podemos passar.

A partir daí, cada um dos métodos, ele compreende capacitação de professores, disponibilização do material didático adequado o ano inteiro, acompanhamento e controle efetivo do processo e avaliação formativa o ano inteiro. Podemos passar.

Eu vou ter que correr agora, porque não dá mais tempo. Mas, em 2007, tivemos o projeto piloto, onde fizemos uma avaliação no início e no final do ano, inclusive, nas turmas controle, que eram aquelas turmas que não tinham método. A partir de 2008, já começamos com avaliação externa, e eu posso apresentar os resultados de 2008 na próxima lâmina.

Aqui está. Avaliação, em dezembro de 2008, está chegando para a gente a avaliação de 2009, eu não tive os dados para trazer a todos, mas concluímos que 87% dos alunos, em leitura e escrita, foram alfabetizados através dos métodos, e, na matemática, 80% dos alunos.

Então, todos eles, nesses índices, sabiam ler, selecionar informação em tabelas e gráficos e dominavam as habilidades em resolver problemas matemáticos, envolvendo unidades, dezena e centena. Então, também foi da Fundação CESGRANRIO a responsabilidade dessa avaliação. Podemos passar.

Aqui, só para finalizar, todos os programas que a Secretaria de Educação tem com a parceria pública e privada, com o MEC, Presidência da República, Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, UNDIME, CONSED, as privadas, ali, todos os programas que temos. Então, estamos totalmente trabalhando de uma forma macro, com todos, a fim de buscar a melhoraria da qualidade da educação. Podemos passar.

Aqui, só para finalizar. Aquele programa estruturante, que eu comecei minha apresentação, com aqueles cinco projetos, só para que vocês tenham ideia, onde já atingimos, desde 2007; os quadradinhos azuis ali são todos os municípios do estado que chegamos com uma sala de aula digital, que é um programa belíssimo de tecnologia da informação.

Nós temos seis centros de referência na educação profissional, que é o projeto estruturante que entra na educação profissional. O número de obras, ali, através das cores, que atingimos, chegamos a ter regiões que já atingimos com mais de 25 intervenções em obras escolares, arriscarmos a dizer que chegaremos ao final do governo com pelo menos, em média, uma intervenção em obra por escola estadual, que quase são 2.700. E também aqui está um resumo rápido dos municípios atingidos e beneficiados com o programa estruturante Boa Escola para Todos.

Para finalizar, um pensamento da Guiomar, que é uma das consultoras macro de nosso... das construtoras do nosso referencial curricular, e ela diz aqui: "As normas, vale lembrar, não mudam a realidade da educação, elas apenas criam as condições para que as mudanças sejam feitas pelos únicos protagonistas

em condições de fazê-las, as escolas e seus professores ou educadores". Que é um pensamento que a gente deixa a todos os colegas e amigos.

E, para finalizar, a gente deixa à disposição. Podemos passar à última. Nossos *sites*, todos eles estão diariamente atualizados, com tudo isso que eu disse aqui. E a gente fica à disposição, tanto do Ministério da Educação quanto do Senado Federal quanto do CONSED quanto da UNDIME quanto dos estados, de levar essa proposta e levar essa experiência a cada um dos estados da federação.

Muito obrigado pela apresentação. E fiquem todos com Deus.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Nós agradecemos o Dr. Paulo. E passamos, imediatamente, a palavra à Professora Yvelise de Souza Arco-Verde, que é presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação.

Mas, antes, gostaria de registrar a presença também, entre nós, da Senadora Marina Silva.

Com a palavra Professora Yvelise.

SRA. YVELISE FREITAS DE SOUZA ARCO-VERDE: Obrigada, Senadora Fátima. Quero cumprimentá-la, cumprimentar também a Senadora Marisa, que é autora do requerimento, Senador Zambiasi, Senadora Marina, uma satisfação estar nesse espaço, dividindo a mesa com meus colegas, a Izolda, do Ceará, o Paulo, do Rio Grande do Sul, a Lázara, do Mato Grosso, e com meu especial colega do meu estado, o Carlos, que é presidente nacional da UNDIME e divide comigo também essa experiência de ter uma presidência nacional, eu, pelo CONSED, e ele, pela UNDIME.

Senadora Fátima, eu não tomei o restinho de minha água, só para mostrar que a gente pode ver a educação com meio copo cheio ou meio copo vazio. Então, o que falta para a gente compreender a educação.

Podemos ver que esse copo está quase cheio, e é acho que a melhor forma de ver o que se passou aqui, porque, de fato, como o Paulo Freire dizia, é preciso ter paixão para fazer educação. E o que a gente observa, com todos os relatos, é essa paixão.

Cada estado, cada um aqui, apaixonado pelo seu programa, pelo seu projeto, mas muito mais do que isso, pela política pública que foi implementada na área de educação e conseguiu reverter aquele susto que nós educadores, eu sou educadora há mais de 30 anos, da universidade, trabalhando na formação de professores, e que levamos o susto, década passada e essa década, com os resultados educacionais, colocando o Brasil lá no final da rabeira, com nosso sistema educacional, dizendo que éramos péssimos, colocando nossas escolas com índices horrorosos, sem aprendizagem, sem acesso, sem permanência, coisas que há 10 anos já havíamos, Anísio Teixeira, um grande educador, que eu tenho como um grande seguidor, pelo que ele escreveu, mas, principalmente, pela grande tese que ele sempre defendeu, de mostrar que educação não é privilégio, que a educação é um direito de todos.

E, se a educação é um direito de todos, e nossos brasileiros não estavam aprendendo, não estavam estudando, não conseguiram ter acesso à escola, não conseguiam ter permanência, nós precisávamos fazer esse enfrentamento.

Mas, como eu disse, o copo está quase cheio, nós avançamos nesses 100 anos. As fotografias mostram isso, embora o filme ainda tenha, revele situações bastante drásticas da nossa realidade. Mas tudo isso eu acho que trouxe boas lições. Nós, na educação, e eu tenho muita tranquilidade de falar isso, não éramos profissionais da área, na gestão da educação. Nós aprendemos a ser gestores da educação, nós fomos nos profissionalizando.

E uma forma de demonstrar isso é que nós não tínhamos, no país, um sistema de avaliação, avaliação de aprendizagem, avaliação de sistema, e que podem ver, todos aqui na mesa, ao apresentarem, apresentam gráficos, apresentam os resultados que fazem-nos ver o que temos em educação.

Há dez, 15 anos, nós não tínhamos isso. E como é que nós fazíamos educação, sem esses dados? Era muito no empirismo, era muito no que "eu acho", "vamos desenvolver projeto aqui e outro projeto lá". E, hoje, com essa profissionalização, o que nós verificamos? Verificamos que temos planejamento, que temos propostas, que temos muitos enfrentamentos, sim, mas temos propostas.

E eu diria que, como resultado dessa mesa e como resultado desse sentimento otimista pela educação, nós verificamos o avanço, temos quase 98% das crianças na escola que entraram não permanecem; o Carlos apresentou esses dados. É o primeiro enfrentamento que temos que fazer, mas eu diria que, do susto, nós corremos atrás e temos, hoje em dia, propostas para vários lados, propostas... Eu tenho vontade, fiquei vários momentos aqui com vontade de dizer o que eu estou fazendo no Paraná também, mas não vou fazer isso, porque eu acho que minha posição aqui do CONSED é justamente mostrar esse panorama.

O próprio CONSED, como Conselho de Secretários Nacionais de Educação, assim como UNDIME, são órgãos que nos fortaleceram nesse enfrentamento. Porque podem ver como as ações são muito parecidas, e isso veio somado com uma forte política nacional do Ministério da Educação.

O fato de ter o SAEB, com todas as falhas que hoje nós levantamos, mas que, na época, nós nem sabíamos, ele foi muito importante para fazer esses enfrentamentos. E eu tenho certeza de que esses quadros do passado estão sendo mudados, como a Izolda colocou a mudança do Ceará.

Eu fico muito satisfeita, fico orgulhosa de saber que nós conseguimos vencer aqueles dados, aquele susto que nós levamos lá atrás, e estamos conseguindo, com nossa força, criatividade, assim como foi colocado no requerimento, que existe, sim, um esforço e que, eu concordo com a Izolda, não depende só de recurso; o recurso que nós temos, se for bem utilizado, ele pode realmente trazer ótimos resultados.

Evidentemente que precisamos rever, e aí concordo com o Carlos, com a distribuição desses recursos, que faltam recursos específicos, especialmente na questão dos municípios, e aí nós temos desenhos diferentes no Paraná; no Paraná, desculpe, é o vício, nós temos sistemas diferentes no Brasil. Os estados se compõem de forma diferente; Rio Grande do Sul atende ainda séries iniciais, está em extinção, mas ainda atende, São Paulo atende, Minas atende, no Paraná, essa é uma tarefa especificamente do município, que, com a implementação da educação infantil, se vê sufocado frente a uma nova realidade, que não era uma realidade da gestão municipal. Então, evidentemente que esse é um ponto a se pôr o dedo na ferida e fazer esse enfrentamento.

Tenho feito isso com o Carlos, levantado que nós, por termos uma estrutura mais antiga, enquanto estados, temos realmente uma força diferente nesse enfrentamento. Os municípios, hoje, sofrem muito mais nessa organização e nessa gestão municipal. Mas queria destacar, aqui, que entendo que todos nós, todos os estados brasileiros e os municípios compreendem que o enfrentamento, para a melhoria dos anos iniciais, do processo de alfabetização e mesmo da formação dos professores, não passa por projetos isolados.

Nós vimos aqui que todos eles precisam ser compostos nos eixos, e eu retomo, aqui, a ideia dos nossos quatro grandes eixos, que eu entendo que nós temos que fazer um enfrentamento. A gestão do sistema, que sistema educacional é esse? Nós tivemos uma CONAE, que justamente nos aponta a necessidade de articulação entre as diferentes redes, articulação desse sistema, que é um sistema que ainda não está claro no país, mas que ele vem se organizando, e a própria sociedade organizada, a própria sociedade civil, ela já demonstra essa necessidade desse sistema, da organização desse sistema.

E pensar num sistema implica em ter essa visão sistêmica de redes diferenciadas, de regime colaboração, que, felizmente, nós vimos ali, na experiência do Ceará, nós temos no Paraná, como isso tem funcionado, um regime de colaboração, embora não tenhamos a clareza do que é esse regime de colaboração, mas fomos aprendendo a fazer.

Uma gestão do sistema, que implica em redes diferenciadas, que implica em desenhos diferentes de gestão, mas que, hoje em dia, com a profissionalização, já nos colocou lá na base a ideia de que temos necessidade de ter políticas públicas planejadas, e, se elas devem ser planejadas, elas vão ser planejadas para serem implementadas, mas elas precisam ser avaliadas, avaliadas para serem replanejadas.

Então, esse movimento dialético, que está posto na política pública de educação, tem feito muito bem para nossos estados, para os municípios, nessas experiências exitosas.

Além dessa gestão, que é fundamental pensarmos em gestão da educação, que, antes, também, não tínhamos essa mesma clareza, entendo que não podemos nos descuidar e que ainda temos carências sérias nos municípios, especialmente nos municípios mais pobres, mas também os municípios urbanos, industriais, que não se prepararam o suficiente para a infraestrutura educacional.

Pensar em infraestrutura educacional é um aspecto que bate, a todo o momento, nas nossas portas, enquanto secretários estaduais. Nós temos que ter escolas, escolas que precisam de manutenção, nós temos que criar escolas, escolas com demandas diferenciadas do que era no passado, que era só sala de aula com quadro. Hoje em dia, uma escola precisa muito mais do que isso, e as escolas, então, precisam se readaptadas, precisam ser organizadas e precisam ser construídas, porque, por mais que nossa população não cresça tanto como crescia no passado, ainda temos, como hoje em dia entra muito mais aluno na escola do que entrava, porque temos, felizmente, um processo de acesso, que é muito maior, nós ainda temos falta, carência de escolas na nossa realidade, especialmente escolas para a população indígena, escolas para os quilombolas, para essa população que antes era a população dos excluídos, dos mais pobres, daqueles que moram mais longe.

Meus cumprimentos ao Senador Flávio, do meu estado [risos].

Da mesma forma que pensamos na nossa escola, temos que pensar na merenda da criança, no transporte, nos laboratórios, que eu não vou me ater neste momento, mas que é fundamental. Não podemos mais fazer escola só pensando num ideia romântica, embora muito romântica e até defendida, de fazer uma escola embaixo de uma árvore. Tudo bem, se ensina

embaixo de uma árvore, mas nós não podemos dizer que essa é uma política séria de educação, fazer escola embaixo de uma árvore; precisamos, realmente, de todo o conforto, precisamos de um ambiente saudável para ensinar essas crianças.

Então, além da gestão, além da infraestrutura, tem outro aspecto que é fundamental, que foi passado por todos, também, e eu queria destacar, então, um terceiro eixo, que é o eixo da valorização dos profissionais da educação. Nós ainda temos o problema. Se não me engano, foi o Carlos que apontou os índices, ali, os baixos índices ainda de formação dos nossos professores; temos estados que avançaram mais, outros, menos, mas isso não é mérito só do estado, é um mérito histórico da nossa sociedade. E que nós precisamos investir tanto na universidade, na formação inicial, quanto na formação continuada.

E a formação continuada, neste momento, eu digo que é bastante importante, porque justamente nossa formação inicial dos professores é bastante carente.

Nós aí tivemos a formação de muitos licenciados, muitos licenciaturas abertas no país, que até diminuem bastante o número da nossa necessidade de formadores, mas, ao mesmo tempo, precisamos pensar na qualidade; não adianta só certificar, não adianta entregarmos para um professor: "Olha, você está habilitado, pode fazer um concurso público". Mas, principalmente, tem que ter a qualidade para fazer o enfrentamento, porque eu tenho muita clareza de que o grande problema, hoje, da educação está dentro da sala de aula, é na aprendizagem, por isso eu valorizo essa ação aqui, de pensar nesse processo de aprendizagem, o que a escola está fazendo.

Não é só fazermos projetos, investirmos em projetos pelo externo, projetos periféricos, mas é no interno da própria escola. Isso, sim, o que nossos alunos estão aprendendo, se estão aprendendo? E os dados ainda nos assustam, os dados ainda, quando avançam, ainda chegamos a 40%; significa que temos 60% que não está aprendendo. Então, ainda temos muito desafio. E o copo, aí a gente quer ver esse copo sempre quase cheio, e não quase vazio. Então, o enfrentamento é seriíssimo.

E, por fim, eu diria, dentro dessa lógica, que o que temos que enfrentar são as práticas pedagógicas, como é que estamos fazendo avaliação, o que está sendo ensinado dentro das nossas escolas. Eu acho que esse é um assunto para muito debate no país: que currículo que está sendo proposto para nossas escolas? E aí o assunto deixa de ser central, eu diria que esse assunto, e, na própria conferência, eu fiz essa denúncia, da invisibilidade do que tem sido ensinado nessas escolas. Muita proposta do periférico, que é importante, sem dúvida nenhuma, mas, na essência da relação professor-aluno, da sala de aula, o que está sendo ensinado e como está sendo ensinado, esse é um enfrentamento que ainda temos que fazer nos próximos anos. Eu diria que seria o enfrentamento para a próxima década.

Eu diria, para encerrar, que fico muito satisfeita com esta discussão, porque eu retorno ao Senado para debater educação. Entendo que o Poder Legislativo tem que estar junto com o Executivo e tem que estar junto com a sociedade, pensando na nossa educação, especialmente, aí pós-CONAE, que traz um grande desafio de construir o Plano Nacional de Educação.

Eu não gosto de fazer críticas ao anterior, eu acho que foi um momento histórico, ele foi pensado de uma forma gigantesca, eu acho que nós aprendemos, se nós não conseguimos avançar, mas era uma tentativa, agora, sim, com essa aprendizagem dos últimos dez anos, vamos pensar num plano enxuto, num plano mais real, mais concreto, e que possamos fazer, diria para realmente encerrar, muito mais do que políticas públicas, mas tornar a educação, assim como os outros países que conseguiram superar seus problemas educacionais, uma política de estado com pacto da sociedade, pela educação, e não uma política de governo. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Muito bem. Obrigada, Professora Yvelise. Nós também temos esse sentimento, aqui é o sentimento desta Comissão e desta Casa, de que o que foi construído no passado, em termos de Plano Nacional de Educação, foi muito importante, porque teve também a participação da sociedade; naquele momento, a sociedade ficou muito desejosa de que o Governo viesse junto. Nós temos aí já a finalização da vigência desse plano, e, agora, dentro um novo momento, onde a sociedade, o Governo, o Legislativo, Judiciário, todos são chamados para a construção de um novo plano, mais adequado para um novo tempo.

Nós vamos passar, imediatamente, aqui, às inscrições dos senadores. A primeira senadora a fazer uso da palavra é a Senadora Marisa Serrano, que é autora do requerimento.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sra. Presidente. Eu queria agradecer aqui muitíssimo nossos convidados, começando pela Yvelise, do CONSED, o Carlos, da UNDIME, dois paranaenses. Vocês estão mandando, hein?

É um prazer enorme recebê-los aqui. Receber a convidada do meu Estado do Mato Grosso do Sul. Lázara, seja muito bem-vinda! Meu amigo querido do Rio Grande do Sul, fico muito feliz, Paulo, de ter você, Paulo Ricardo, aqui conosco. E agradecer muitíssimo

a presença da nossa secretária do Ceará, que vem lá das praias verdes, das águas verdes do mar, lá do cantinho, pertinho da África já, e é um prazer enorme nós termos você aqui conosco.

Mas eu quero dizer que essa é a terceira Audiência Pública que nós estamos fazendo e que encerra com essa de vocês. A primeira foi sobre a remuneração dos professores. Tivemos companheiros aqui da UNDIME, do CONSED, de outros estados brasileiros. A segunda foi sobre gestão escolar e certificação de diretores da escola. E esta terceira sobre avaliação da aprendizagem, formação de professores e alfabetização.

Qual foi o objetivo de colocarmos essas três audiências públicas sequenciais, aqui, na nossa Comissão? Foi justamente para vários aspectos, mas, principalmente, para que a gente tivesse conhecimento do que está se passando neste país e a gente tivesse também, aqui, não ficasse muito dissociado da realidade e que tivéssemos essa imagem de país, do Brasil, e não a imagem só do seu próprio estado.

E, além disso, tivéssemos uma imagem geral, global da educação brasileira. Eu sei que é muito pouco, 15 minutos para cada um falar é pouquíssimo, mais, juntado os 15 minutos de cada um, deu para a gente ter uma ideia do que se passa no Brasil, nessas questões levantadas aqui, mas nós sabemos que é muito pouco, só que esta Casa faz leis, e nos interessa saber como é que as leis que nós aqui aprovamos estão sendo implementadas no país e se nós precisamos rememorar e modificar qualquer uma delas, que possa apoiar e ajudar no desenvolvimento da educação brasileira.

Eu fico... Para mim, quando o tempo passa, e eu vejo o passado e vejo que, quando nós fizemos o primeiro Plano Nacional de Educação, a ideia, muito boa, extremamente questionada, não vai nenhum apelo, porque a Senadora Fátima é uma pessoa extremamente voltada para a educação e muito companheira, mas, naquela época, eu era deputada federal, e nós sentimos o quão foi difícil fazer o primeiro Plano Nacional de Educação. O relator foi o Nelson Marchesan pai, do Rio Grande do Sul, já falecido. E eu lembro que aquilo foi... Para conseguirmos formatar aquele plano, só Deus sabe como é que saiu, a guerra foi muito obrigado, no sentido de que a proposta era que fosse mais enxuto, e as pessoas, claro, os deputados, senadores, queriam colocar a máximo possível de coisas no plano, só que a gente sabia que não era possível uma execução de algo que você coloca mais periféricos, às vezes, do que o essencial; e o essencial é o que nós estávamos precisando, naquele momento, mas saiu o primeiro plano.

Como você disse, Yvelise, deu para a gente fazer essa reavaliação agora, dez anos depois, viu que muitas coisas ali foram utópicas, não tinha condições mesmo de nós colocarmos em prática. Mas, agora, eu tenho certeza de que, com o amadurecimento de toda a comunidade escolar brasileira e acadêmica e também da sociedade, nós vamos ter um segundo Plano Nacional já mais exequível.

Então, essa é uma questão, acompanhei e vi, fiz questão de ler o relatório da CONAE, me preocupa algumas coisas, por exemplo, mexer nos princípios da educação, que está na Constituição, isso me parece... E colocar coisas atuais, tem que ser mais genérico, mesmo, porque tem que ter princípios.

Estou dando um exemplo de coisa que não se pode. Há questões colocadas que me preocupam muitíssimo. Há muita coisa boa, mas eu tenho certeza e tenho falado que esta Casa vai saber, com a pluralidade da ideias e de pessoas que trabalham como deputados e senadores, nós vamos saber depurar também essas questões. O debate, aqui, eu tenho certeza, vai ser muito grande, a sociedade vai poder acompanhar também de perto. Então, eu acredito que nós vamos chegar a bom termo.

Por tudo o que eu ouvi hoje aqui, eu queria colocar uma questão para todos os nossos convidados. A avaliação que nós estamos fazendo hoje, mesmo que tenhamos o sistema de avaliação no Rio Grande do Sul, mesmo que todos os estados trabalhem com avaliação, que foi outra coisa altamente contestada e que a primeira avaliação de conhecimento dos professores foi feita no Ceará. Eu lembro que foi no Governo do Ciro Gomes, não foi isso? Foi uma tentativa, mas foi a primeira, foi que aí o Brasil inteiro gritou, porque ninguém queria ser avaliado e nem ouvir falar em avaliação, mas foi a primeira, e a gente sabe que se passou muito pouco tempo disso aí; mesmo o SAEB tem pouco tempo, mesmo todas as questões de avaliação que foram feitas no Governo Federal passado, que eu acompanhei muito de perto, são muito recentes ainda para um país jovem como o nosso.

Mas eu queria perguntar: a avaliação é hoje uma ferramenta de transformação? Porque avaliação só serve, para mim, no meu entender, se ela for a ferramenta para que a gente possa melhorar, possa transformar. Ela é isso ou a gente está fazendo avaliação, porque tem que fazer avaliação?

Eu, à vezes, fico me perguntando se os secretários municipais, se os secretários estaduais, se o ministro da educação, em cada ação política, para a educação, primeiro vão se cacifar, se preparar, se consubstanciar justamente naquilo que é muito importante. Vamos verificar como é que está a avaliação, em cada tópico, para a gente poder fazer uma política pública de educação exequível.

Ela é isso? Eu tenho meus receios do que nós estamos fazendo no país, em termos de avaliação, se ela está servindo para isso ou se é avaliar por avaliar.

A outra questão que eu queria colocar é o problema do conteúdo da educação, do conteúdo que nós estamos dando nas nossas escolas. A Yvelise colocou algo que me preocupa muitíssimo. Quando eu vejo, mesmo aqui nesta casa, os companheiros senadores colocarem problema da merenda escolar, o transporte escolar, você falou do fardamento, Izolda, que nós chamamos de uniforme, e, lá no Nordeste, chama de fardamento, colocam isso, e eu vejo, às vezes, prefeitos, inclusive o prefeito da minha capital, Campo Grande, a alegaria dele é entregar a mochila, o tênis, o uniforme. Eu acho isso ótimo, mas a festa não tinha que ser para isso, e a festa sempre é para isso. Todo começo de ano é para isso, tanto governador quanto prefeito, para entregar o material para as crianças na escola.

Eu queria fosse feita festa para quando tivesse avaliação boa, quando a educação tivesse realmente melhorando no município, aí, sim, valeria a festa, e nisso não se faz festa. Para isso não se faz festa. Eu nunca vi um governador, nunca vi um prefeito chegar a fazer festa para isso, para acompanhar a avaliação, para saber como seus alunos andam. E, realmente, fazer essa modificação que a gente espera, como você disse, na essência daquilo que tem que ser oferecido aos nossos alunos.

Quero terminar dizendo que o Carlos mostrou aqui um panorama geral da educação brasileira, que, se nós pensarmos bem, nos põe para baixo; nos põe para baixo em termos de investimento, nesses últimos anos, nós investimos muito pouco na educação, passamos de 3,9, há oito anos, para 4,1, quer dizer 4,7, em 2008, é muito pouco ainda o que nós estamos investindo na educação, nós investimos 1% no PIB, é muito pouco para a educação básica.

Na questão da formação dos professores, eu estava dando uma olhada aqui no mapa do Brasil, como ele se distribui, um grupinho está muito bem, o grosso dos estados brasileiros não está. Então, quer dizer, isso pesa, formação de professores, investimento, que são duas bases fundamentais. Se não estiverem bem, como é que a gente vai acreditar que a educação está bem no país? Quer dizer, o salto que nós queremos ainda não foi dado. Mas oxalá a gente consiga chegar nesse salto que a gente espera, com investimento e com formação!

Aí eu acho que nós vamos chegar a ter uma educação melhor. Eu concordo com você, Maria, quando diz que, com o que nós temos, dá para fazer muito, dá para fazer muito, mas a educação tem que ser prioritária. E eu fico feliz, estava discutindo até com o Flávio, ontem, num almoço que nós tivemos, de uma proposta que nós pretendemos encampar, não é isso, Flávio? Todos nós, do Senador Tasso Jereissati, que coloca não 50% do Pré-Sal para a educação do fundo, 100%, e a justificativa é isto: todo o resto vem da educação.

Se o povo for educado, culto, tivermos formação boa, as universidades ótimas, pesquisa efetiva, extensão de encontro com a sociedade, se nós tivermos as escolas funcionando em todos os níveis, o resto vem por osmose. Quer dizer, vem.

Então, oxalá a gente consiga fazer com que a cabeça de todos os nossos parlamentares esteja focada na educação! E acho que nossa luta tem que ser essa.

E aí lembrar a Senadora Fátima Cleide que, na reunião da semana que vem, vamos lutar para que seja aqui na Comissão de Educação, para mostrar que a educação é fundamental, para puxar para nós essa carga [soa a campainha] que, se não conseguirmos 100%, que consigamos 70%, 50%, mas que a gente consiga o maior. E vai depender muito da nossa luta aqui dentro. E tenho certeza de que, se nós todos nos dermos as mãos e a sociedade nos ajudar, nós chegamos lá. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Nós já estamos atuando no sentido de trazer a Audiência Pública do Pré-Sal para a Comissão de Educação, uma vez que é uma Audiência conjunta com CCJ, Comissão de Meio Ambiente, são seis comissões propondo a Audiência Pública, para discutir o projeto do Pré-Sal, e nós apresentamos uma emenda, principalmente, atendendo a reivindicação dos estudantes, representados na UBES e na UNE, para com os 50%, para que os 50% do Pré-Sal sejam destinados à educação, e, desses, 70% para a educação básica.

Eu fico muito feliz com essa informação que traz a Senadora Marisa Serrano. Eu acredito que, com o PSDB apresentando a emenda de 100%, a gente vai conseguir ter a maioria dos senadores nesta Casa defendendo recursos do Pré-Sal para a educação, porque isso é o mais importante. Não é verdade?

Passo a palavra, agora, para o Senador Flávio Arns, do Paraná.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Exato. Agradeço também. Eu vou bastante na linha da Senadora Marisa Serrano. Então, é interessante, assim, já para completar um pouco as informações. Mas, em primeiro lugar, saudar os expositores todos.

Eu brincava, antes, com a Marisa, se era secretária adjunta ou aluna adjunta [risos]. Você passa por isso sempre. Foi oito anos secretária municipal? Mas

tem que ensinar para a gente aí a fonte da juventude aí para... [risos] Mas que bom. Parabéns!

Mas é uma brincadeira positiva.

Quero saudar a todos e a todas, mas, de uma maneira muito especial, o Carlos Eduardo Sanches, que é do Paraná, Castro, secretário de educação de Castro, município dos campos gerais, e presidente do UNDIME do Paraná. É uma alegria tê-lo de novo aqui na Comissão de Educação, assim como a Yvelise de Souza Arco-Verde, também do Paraná, e a secretária de estado da educação, com uma atuação importante no Paraná, e, atualmente, presidente do CONSED, que é o Conselho Nacional de Secretários de Educação.

Como a professora Marisa falou, a Senadora Marisa e Professora Marisa, o Paraná, realmente, está em dois cargos fundamentais, muito importantes. Que bom! Parabéns para os educadores do Paraná.

E eu quero até sugerir, Senadora Fátima Cleide e Senadora Marisa Serrano, que nós possamos usar os resultados de todas essas audiências públicas para efeitos da discussão e elaboração do Plano Nacional de Educação, porque nós fizemos, dois anos atrás, enquanto o Senador Cristovam Buarque era presidente desta comissão, um conjunto de debates, se não me engano, foram 11, 11 audiências públicas, 11, se não me engano, avaliando todo o processo de educação.

Então, aquilo pode ser utilizado. No ano passado, tive a alegria de presidir a comissão, e fizemos muitas audiências sobre muito temas fundamentais, com resultados muito interessantes, e, neste ano, sob a presidência da Senadora Fátima Cleide, esse processo está continuando e vai continuar até o final do ano, para que possamos, então, ter essas contribuições fundamentais.

Eu queria, assim, perguntar um pouco, também, além das observações que foram feitas, que há coisas, assim, que preocupam muito. Quando nós olhamos a avaliação atual, como o Carlos, Professor Carlos levantou, SAEB, INEP, 2007, 4ª série do ensino fundamental, 8ª série, 3º ano do ensino médio, sempre menos de 30% para a língua portuguesa, alunos que aprenderam o que era apropriado para sua série. Então, 27 e 9, 24 e 5, e 20, 4ª série, 8ª série e 3º série, no SAEB, em 2007. Eu acho que é o mais recente que nós temos, não é?

E, em matemática, 23, 14 e 9. Sempre menos de 30%. É muito baixo, muito baixo! Quando nós pensamos, assim: como está a avaliação do trabalho? Dizer, assim, que é 20, menos na língua portuguesa, 27, chega a 20% no 3º ano do ensino médio, e 9% na matemática, eu diria que é algo, assim, preocupante.

E, se nós olhamos em outras situações, como foi levantado pela Professora Maria Izolda, que ela mostrou outro quadro, 95/2005. Pelo SAEB, a capacidade, a competência, a proficiência diminuiu, no quadro que a Professora Maria Izolda mostrou, também, quer dizer, 95, 2005, de uma série histórica de dez anos, os resultados diminuíram.

Eu entendi corretamente o quadro. Os resultados diminuíram. Gostei muito, quer dizer, a qualidade, quando nós pensamos em qualidade. E vamos olhar, então, a formação do professor e vemos a baixa formação específica do professor, como foi levantado, quer dizer, isso nos preocupa também.

E eu sinto, assim, que não existe, assim, uma busca, existe ainda uma concorrência entre o público e o comunitário, entre o público e o particular, quando poderia haver uma atitude de cooperação, de parceria, por que isto? Instituições federais são criadas em locais onde existem já cursos; em outras regiões, onde não existem cursos, não são criadas. Existem cursos de instituições comunitárias ou de instituições privadas, mas com a criação da instituição federal, na mesma área geográfica, existe uma dificuldade imensa, porque existe aí o comunitário, o particular e o federal, e, naturalmente, o federal, por ser gratuito e de qualidade, também, lógico, mas, particularmente, por ser gratuito, vai favorecer a entrada dessas pessoas. Se houvesse uma parceria, uma compreensão, abrangeríamos uma área geográfica muito maior.

A Professora Yvelise colocou bem, nós temos que trabalhar na formação continuada, e isso o Paraná sempre trabalha e faz bem. Mas é uma dificuldade grande, porque o mais importante é a formação inicial, para que você possa, porque, se o estado tiver que investir, quer dizer, nós temos que ver como é que está esta formação inicial do professor.

A remuneração, nós fizemos, no ano passado, não sei se a Senadora Marisa se lembra, mas nós fizemos um debate aqui sobre remuneração de professores, e uma sugestão que a Senadora Marisa deu, naquela época, junto outros senadores, foi no sentido de dizer: "Nós queremos saber como a lei que nós aprovamos aqui está sendo aplicada, se ela mudou a realidade ou não mudou".

E aí nós procuramos ver quantos municípios que aplicaram o piso salarial nacional, e nós não obtivemos a resposta. Ninguém sabe.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Até agora, ninguém sabe. Não sei, acho que a UNDIME não sabe, pelo menos, não sabia, CONSED, o MEC não sabe. Então, nós não sabemos quantos, porque o quadro apontado é um quadro desolador, porque Norte, Nordeste, com valores baixos.

Então, nós estamos aprovando as leis, e, claro, não é função, mas é uma função nossa, até o grupo de trabalho, que seria estabelecido após obter as informações, para ver como é que estaria a remuneração, pelo menos o piso salarial e o plano de carreira.

Agora, você pensar que o professor vai se animar com o salário de 1.000, 1.500, 2.000, olha, não tem jeito. Você olha na televisão, técnico da receita, técnico do planejamento, técnico não sei do que, 6.000, 7.000, 8.000, todos aqueles que se formam numa licenciatura e têm a oportunidade [soa a campainha] de ter outro destino profissional, eles vão, sem dúvida, para outro destino, por uma questão de sobrevivência, questão de sobrevivência.

Eu sou professor, eu digo, assim que fiz, optei pela área, sou formado em direito, também, mas optei pela área da educação de uma maneira, assim, decidida, assim, anos atrás, também.

A gestão. Nós tivemos uma Audiência Pública muito boa, no ano passado, não sei se o Carlos e a Yvelise estiveram presentes naquela, mas, assim, com experiências muito bem-sucedidas de gestão e com implicação na avaliação dos resultados pelo gestor da escola. Quer dizer, como é que se poderia melhorar a gestão, através da análise dos resultados que aquela escola estivesse obtendo?

Quer dizer, no fundo, a preocupação tem que ser de todos nós; se os resultados, se o aluno não está atingindo o conhecimento que deveria atingir, menos de 30%, na 4ª série ou 8ª, último ano do ensino médio, se essa proficiência do aluno está caindo, de 1995 para 2005, caiu, se o orçamento ainda não é adequado, até não foi colocado assim pelo Carlos, mas nós tivemos uma Audiência Pública, em que ficou constatado que, no ano passado, houve uma aplicação a menos de 10 bilhões de reais no FUNDEB, tanto que o Paraná perdeu 450 milhões de reais, quer dizer, 10 bilhões, nove, não são dez, nove ponto alguma coisa, 9,4 bilhões a menos, no ano passado, na educação básica, por causa da crise.

Quando se diz que a crise não teve impacto; na área da educação, foram 10 bilhões a menos na educação básica. Por que isso? Diminuição de atividade econômica, diminuição, porque foi explicado tudo isso pela Receita Federal, foi explicado pela Confederação Nacional dos Municípios, dizendo: "Olha, diminuiu por quê?". Porque diminuiu a atividade econômica.

Então, menos impostos, menos imposto de renda e menos IPI, porque o IPI é dividido com os municípios e estados. Isentou-se do IPI o carro, isentou-se a linha branca, mas a gente teria que ter dito para a sociedade: "Olha, é bom manter o emprego, mas isso vai significar menos dinheiro para a educação básica". Não é verdade? São 10 bilhões, 10 bi, bilhões, B-I, "b" de "bola" [risos], bilhões a menos.

E isso significou o quê? Que as prefeituras não estão conseguindo investir nada, estão pegando 100%, um pouco mais, para o pagamento de professores. Não é isso, Carlos? Então, é o que as prefeituras estão fazendo.

Então, eu penso assim: o que é que nós poderíamos adiantar? Ver, assim, quantos municípios que de fato estão cumprindo a lei, estão pagando pelo menos o piso salarial, se estão trabalhando no plano de carreira, termos consciência de que a avaliação da nossa educação, nos dados de 2007, na 4ª série, na 8ª e no 3º ano do ensino fundamental, são deprimentes, nesse sentido, e que a tendência é de piora, de diminuição, e que, ao mesmo tempo, as ideias surgiram, muitas ideias boas, nessas audiências públicas, mas muitas ideias boas, e que precisam ser organizadas, para fazerem parte do Plano Nacional de Educação.

Eu, inclusive, vou solicitar a consultaria do Senado que talvez faça um apanhado geral, assim, disso tudo, porque, na área da gestão, por exemplo, existem experiências que foram relatadas aqui altamente positivas, incluindo formação, formação continuada, tempo de trabalho, dedicação na escola e remuneração da escola, e assim por diante.

Eu só quero, para finalizar, dizer que eu lamento não ter assistido, não ter escutado todas as apresentações, eu havia me desculpado, antes, com os expositores e expositoras, também, porque estava na CAS, Comissão de Assuntos Sociais, mas eu vou me deter, também, no que foi falado, para uma análise mais aprofundada.

Eu gostei muito do que a Maria Izolda falou, também, da apresentação toda, que eu tive a chance de assisti-la quase por inteiro, mas, por exemplo, sua expressão de dizer: "Nós temos que alfabetizar na idade certa". Foi a expressão que você usou. Eu acho que é a expressão correta. Sabe? Olha, nós temos que alfabetizar a criança na idade certa. Por quê? Porque a pesquisa lá no Ceará mostrou que só 20% das crianças na 2ª série estavam de fato aptas a fazerem uma leitura, de acordo ou com o dialeto, que foi a expressão usada, ou de acordo com a norma culta escolar, como foi colocado lá também, 9% e 11%, o que significou 20%.

Eu acho que esse deve ser o desafio do Brasil, como alfabetizar a criança na idade, porque, se ela é alfabetizada na idade certa, ela vai ter um desempenho, imagina, muito melhor para frente, porque a alfabetização, dominar a leitura, particularmente a leitura, a escrita, a fala e a compreensão da fala, quer dizer,

a linguagem, é fundamental para ela ter sucesso nas outras áreas.

Eu penso, dou os parabéns, porque eu achei muito interessante isso. E gostaria até de me aprofundar também nisso, ter os resultados, depois, ver como é que vocês fizeram. Mas alfabetizar na idade certa, porque só 20% das crianças tenham uma leitura adequada, com compreensão, com ênfase, teria que ver se com compreensão também, mas muito adequado, achei muito interessante.

Quero parabenizar os autores do requerimento, as exposições. E dizer que esses desafios são desafios nossos. Eu sempre penso: o dinheiro é o mais importante. Quando a Conferência Nacional de Educação colocou que 25%, de 18 para 25, e de 25 para 30, essa seria uma coisa, assim, significativa, mas já seria significativa, mesmo deixando nos 18 e colocando os 25 no Paraná e 30%, então, no estado, 30%, mas, se dissesse assim sobre impostos e contribuições, quer dizer, se fosse só isso, isso significaria o dobro dos recursos, porque não existe qualquer distribuição do Governo Federal, em termos de contribuição, nada, tudo fica com o Governo Federal, e arrecada-se mais contribuição do que impostos; o imposto é dividido; a contribuição, algumas são da previdência, também teria que ser ver isso, mas, se fosse assim, já seria, em vez de 40 bilhões, 50 para a educação, seriam 100 bilhões, teoricamente. Mas só lembrando que, no ano passado, nós não investimos na educação básica, diminuiu 10 bilhões de reais no Brasil. E isso é um dado lastimável.

Mas parabéns. Gostei muito, acho que todos nós temos muito a contribuir, mesmo, em todos os estados, em todos os municípios, e vamos em frente. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigada, Senador Flávio Arns. Vamos passar, agora, à Senadora Marina Silva, que é a última inscrita.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Primeiro, eu quer parabenizar a Senadora Marisa Serrano, por essa iniciativa, quero cumprimentar, enfim, nossos convidados, Wesley(F), Maria Izolda, a Lázara e o Paulo; desculpa, o Carlos Eduardo, enfim, todos vocês que já fizeram suas apresentações, trazendo aqui o olhar e a reflexão dos estados, o olhar da UNDIME e do CONSED.

Cumprimentar minha amiga, Senadora Fátima Cleide, que preside esta Comissão, dizer que este debate é muito importante para que a gente possa integrar as diferentes contribuições que vêm dos estados, de realidades diferentes, para que a gente possa avançar naquilo que é um dos maiores desafios do nosso país, que é a educação.

Eu não tenho dúvidas de que a gente tem que olhar a educação brasileira em dois sentidos: primeiro, esse, de como fez a Izolda, de integrar as conquistas já alcançadas, porque eu sou daquele tipo que a gente precisa se animar em alguma coisa, senão, a gente fica o tempo todo puxando para baixo nossa própria carroça, nossa carruagem. Então, as conquistas devem ser registradas, devem ser integradas. E não há dúvidas de que hoje temos sistema de avaliação, metodologias para podermos acompanhar o processo de ensino e aprendizagem no Brasil; qualificar o que está acontecendo no nosso país é um ganho, sim, para o país.

Outro aspecto importante são as conquistas desses últimos 16 anos, de quase 100% das nossas crianças com acessibilidade ao ensino fundamental, por outro lado, concordo que o grande desafio é como fazer para que essa criança possa ter uma educação de boa qualidade, para que essa criança possa concluir o ensino fundamental, ir para o ensino médio e acessar uma universidade.

Hoje, 55% dos que entram no ensino fundamental não conseguem concluir. Nós ainda temos, infelizmente, cerca de 18% dos nossos jovens que são analfabetos. E aí eu já faço uma pergunta: como é que isso se reflete em cada estado aqui representado?

Eu fui ministra do meio ambiente, e, às vezes, meus colegas ambientalistas ficavam chateados comigo, porque a gente faz tanto, a gente trabalha tanto, a gente se empenha, que, quando a gente tem a oportunidade de falar, a gente quer falar das coisas boas que a gente fez, e isso é muito legítimo, no entanto, quem está lá na ponta sabe que tem um monte de desafios. Então, eu falava das coisas que a gente fazia, e eles diziam, mas tem isso, mas tem aquilo, tem aquilo outro, e eu, no começo, dizia: "Poxa, mas vocês só conseguem ver as coisas negativas? Tem tanta coisa positiva". "Não, mas é que vocês também só falam das coisas positivas e parece que não tem negativas." Por isso que eu estou dizendo que é legítimo, quando a coloca ali uma série de realizações, mas, ao mesmo tempo, quais são os desafios?

Essa questão do analfabetismo como é que se expressa na realidade de cada estado? Essa questão da evasão escolar das crianças que não conseguem terminar o ensino fundamental, como se expressa em cada estado? Nossos jovens, uma boa parte deles não consegue ter acesso à universidade. Quantos por cento dos que terminam o 2º grau, na realidade de cada um de vocês, conseguem acessar uma universidade? Essas são algumas perguntas.

Por outro lado, eu acho que temos alguns desafios, que eu achei muito interessante. O que a gente está ensinando para nossos alunos? Esse é o grande desafio. Qual é a atualização que nós estamos fazendo do conhecimento voltado para a necessidade do século XXI?

Mais ou menos, em 97, eu participei de um seminário realizado; não era um seminário, era, enfim, um encontro internacional, em que a União Europeia estava discutindo a atualização do ensino para a realidade deles, para os próximos 20 anos, e a avaliação que eles faziam é que eles estavam completamente devassados entre as necessidades que estavam sendo postas por essa nova realidade em transição e...

Que eu estou falando com ela e você também [risos]. Que foi ela que levantou a questão do que a gente está ensinando. Essa realidade em transição. E, participando daquele encontro, eu fiquei pensando: "Poxa vida, se eles estão se sentindo devassados, quanto mais nós". E começou a cair aquela ficha um pouco: o que é isso?

E, olhando para os desafios que eles estavam colocando, obviamente que tem aí toda uma agenda que é específica da realidade deles, mas tem um ponto que eu acho que é comum a todos nós. Naquela época, já se falava de transitar do modelo de desenvolvimento que a gente vive hoje, que é o modelo predatório, para um modelo sustentável.

Eu acho que a escola do século XXI, da educação infantil à universidade, deve estar pensando nesse desafio civilizatório. Qual é a base de conhecimento que nós estamos produzindo para enfrentar a era dos limites, em o que planeta já está no vermelho em 30%; ao ensinar na universidade, como é que nós estamos tratando a geração de energia? Qual é a agricultura que nós pensamos para o futuro? Qual é a matriz energética, na crise do combustível fóssil, pela emissão de CO_2? Tudo isso é um base de conhecimento, requer tecnologia, inovação, outra dinâmica, que, se nós não estivermos atualizados, nós vamos perder aquilo que a gente tradicionalmente chama de "o bonde da história".

E uma coisa interessante. Eu tenho conversado muito com especialistas, e eles dizem que nós estamos à beira de um apagão de recursos humanos, que o Brasil, em função das muitas oportunidades que tem, e, graças a Deus, conseguimos aí quebrar alguns paradigmas, e o Presidente Lula, devemos reconhecer que ele quebrou o paradigma de que era possível crescer e, ao mesmo tempo, distribuir renda.

Eu acho que a estabilidade econômica dos últimos 16 anos nos dá uma série de oportunidades. Agora, infelizmente, eu acho que a gente não está ainda no ponto de galgar todas essas oportunidades.

Qual é o desafio da educação, no contexto dessas grandes oportunidades? Porque, durante muito tempo, a gente tinha o medo do voo da galinha, agora, a gente pode incorrer no voo do pato, a gente pode voar um pouco, mas não voar alto, a gente pode voar, mas não voar longe, em função da ausência dessa nova base de conhecimento, dessa nova base voltada para a tecnologia e a inovação.

Então, eram essas algumas pergunta que eu iria colocar. E, por último, essa questão da educação infantil. De fato, hoje, ela já está estabelecida por lei, e nós devemos apostar em tudo. Quando a gente fala... Muito nossas fichas nela.

Quando a gente fala, as pessoas sempre dizem; um dia desses, eu ouvi, alguém me fez uma pergunta: "Poxa, mas este é um país que, em vez de apostar no ensino fundamental, na criança, ele faz a opção pelo jovem, pela universidade, como se as coisas fossem incompatíveis". Eu não acredito que a gente deva fazer essa escolha de Sofia, a gente tem que apostar na educação infantil, a gente tem que apostar no ensino fundamental, a gente tem que apostar no ensino médio e na formação universitária.

Por que as coisas têm que ser excludentes? Eu vou usar aqui a metáfora do Presidente Lula, ele sempre dizia: "Quando a gente tem pouca telha, não adianta botar uma telha em cada quarto, a gente tem que botar todas as telhas num quarto, para proteger a família da chuva". Usando a metáfora, não vamos pensar a educação mais como se a educação infantil fosse um quarto, o ensino fundamental, outro, não, é tudo a mesma coisa, e os recursos têm que ir todas as telhas para todas essas modalidades, entendendo-as como integradas.

Uma boa parte das nossas crianças, às vezes, são confundidas como tendo dificuldade de aprendizagem, quando, na verdade, não é verdade, toda a estrutura cognitiva dessas crianças está preservada, o que elas não tiveram foi uma estimulação correta, na idade correta, porque a mãe trabalha, porque, muitas vezes, ela fica com o irmãozinho pequeno, porque, muitas vezes, a criança fica sem nenhuma socialização, no momento que é fundamental para ela ser estimulada [soa a campainha]. E ela chega ao ensino fundamental, para ser alfabetizada, e, em comparação com aquelas que recebem esse estímulo, elas são consideradas como se tivessem dificuldade de aprendizagem, quando não é verdade.

E, se a gente apostar na educação infantil, nós estaremos levando os filhos daqueles que menos po-

dem para ter também uma base mais favorável no processo de alfabetização.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Antes da passar à Mesa, para suas considerações, eu também gostaria de aqui fazer uma abordagem, até porque, quando o Senador Flávio Arns falou, colocou a questão da remuneração, e nós já nos debatemos sobre esse tema, nesta comissão, várias vezes, mas eu acredito que, usando a metáfora da casa que a Senadora Marina acabou de colocar, eu acho que tem uma questão, que é fundamental no processo da educação, que nós não podemos, de maneira alguma, deixar de lado, que é a questão da valorização profissional.

Se nós não tivermos o professor, se nós não tivermos o professor, lá na ponta, para fazer a execução da educação acontecer, nós não teremos o processo. E isso tem me preocupado, tem me preocupado, porque nós estamos fazendo nossos deveres, nós estamos aqui apontando aquilo que a sociedade nos traz como demanda legislativa, nós estamos nos debruçando sobre isso, estamos legislando, mas as coisas têm dificuldade de acontecer na vida real, e essa dificuldade de acontecer na vida real traz um problema muito grande, que é a questão da ausência do profissional da educação. Isso tem me preocupado. É o que a Senadora Marina chamou aqui de "apagão de recursos humanos".

Eu acredito que a educação está prestes a passar por esse, aliás, nós estamos vivenciando esse processo. Em muitos estados e muitos municípios, nós não temos professores de matemática, química, física, biologia, e isso se dá, sim, pela questão da valorização profissional, que não é só o pagamento do piso salarial, que tem a ver e muito com a definição de jornada, que está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal, tem a ver com nosso compromisso, enquanto legisladores, enquanto gestores, com essa jornada necessária para a preparação das aulas, para a execução de uma boa aula, para que o aluno possa ter aprendizagem. Tem a ver com o estabelecimento de uma carreira, como aqui falou o Carlos Eduardo, e eu fico muito feliz com sua colocação, porque, se nós não abordarmos essa situação com o olhar de compromisso para com a educação, nós vamos estar fazendo audiências, conferências, seminários, tendo palavras lindas, maravilhosas, de articulistas, de políticos, de acadêmicos, mas, na vida real, a coisa não acontece.

Então, eu penso e gostaria de ouvir, aqui, principalmente porque esta é uma mesa de gestores, e do presidente da UNDIME, presidente do CONSED, como a gente faz para mobilizar e sensibilizar os corações insensíveis, ainda hoje, com relação à questão necessária e urgente da valoração profissional, que, repito, passa pelo piso, que, hoje, apesar do esforço legislativo, apesar do esforço do Executivo, é um valor ainda muito baixo, não é, Senador Flávio Arns? Porque R$ 1.024,00 para início de carreira é baixo, e, mesmo assim, nós temos dificuldades de implementá-lo, 40 horas, no início de carreira, deveria ser.

Isso passa pelo piso, passa pela jornada, repito que, no meu entender, e eu defendo e tenho um Projeto de Lei, porque aquilo que eu defendo está escrito, certo? Deveria ser de 50% da jornada numa escola com biblioteca, com sala, uma escola efetivamente equipada para ter os profissionais se preparando para o processo de ensino e aprendizagem, mas que, na vida real, a gente enfrenta a contrariedade dos gestores, que alegam não ter recurso, porque isso teria que ampliar o número de sala de aulas, teria que ampliar o número de professores, como se fosse um grande problema, e, no meu entender, é um desafio, um desafio colocado para nosso próximo Plano Nacional de Educação.

Eu acredito, também, que nós não devamos ter 300 metas, mas nós devemos ter um plano que traga metas enxutas para resolver o problema imediato da nossa próxima década. E, a partir dessas metas, nós estabelecermos o financiamento.

E eu acredito que nós aqui estamos dispostos a buscar cada vez mais recursos para a educação. Eu fui não apenas membro da comissão organizadora da CONAE, representando a Comissão de Educação, mas fui delegada da CONAE também e, por onde passei, na discussão da conferência nacional, defendi que esse financiamento se faça não apenas com os impostos, mas também com as contribuições. Estou disposta a defender isso aqui dentro do Congresso, mas a gente sabe que a maioria, infelizmente, ainda não tem esse pensamento voltado. Cabe a nós quatro que estamos aqui e a muitos outros da Comissão de Educação buscarmos o convencimento do Congresso Nacional para essa questão do financiamento da educação, que é muito importante, porque eu tenho certeza, secretários municipais, estaduais, prefeitos, governadores vão alegar que não há recurso para pagar melhor o piso, para ter uma jornada que respeite o planejamento, a hora atividade, para ter mais escolas, e escolas devidamente equipadas.

Então, eu quero, desde já, agradecer a contribuição que cada um e cada uma traz, mas queria deixar também essa questão aqui de como vocês estão vendo a questão da valorização profissional, como uma questão a ser imediatamente resolvida, para a gente reverter essa questão do "apagão de recursos humanos" na educação.

Passo a palavra, então... Agora, vamos fazer uma ordem inversa. Está certo. Então, o Professor Paulo Ricardo precisa se ausentar o mais rápido possível, em função do horário de voo. Nós vamos passar a palavra primeiro, para que eles possa fazer suas considerações finais e os esclarecimentos aos senadores aqui.

SR. PAULO RICARDO JAVIEL REZENDE: Eu queria, antes de mais nada, senadora, agradecer o convite e colocar o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, não só a Secretaria Estadual de Educação, mas o governo como um todo, à disposição dos Srs. e Sras. Senadores e dizer que é um orgulho muito grande para o Rio Grande do Sul estar aqui, participando de um debate extremamente importante. E que um dos pilares do governo atual do Rio Grande do Sul é a educação. Para que você tenha uma ideia, o governo atual resgata, desde o primeiro dia do ano de governo, o investimento do salário educação, que é um recurso federal, que estados e municípios recebem, que só pode ser utilizado em educação, e não em folha de pagamento, o governo gaúcho resgata isso e usa, desde o primeiro dia de janeiro de 2007 o salário educação na educação.

Isso nos deu um aporte de recursos muito grande para trabalhar essa questão toda dessa problemática toda que diariamente temos que trabalhar.

Eu, respondendo à Senadora Marina, na verdade, eu concordo plenamente com V. Exa., no momento em que a gente fala pouco dos problemas e, às vezes, a gente fala tudo que se construiu e que não faz mais do que nossa obrigação como gestor desenvolver belos programas e atingir metas. Mas acho que respondi parte de suas perguntas já na minha apresentação.

Vou pegar dois pontos: a questão do analfabetismo e a questão da evasão escolar. Através do nosso programa de alfabetização, e que atingimos, através da avaliação de 2008, e eu tenho certeza de que a avaliação de 2009 será ainda melhor, esse é nosso foco, de um dos pilares da educação gaúcha, de trabalhar na diminuição dos analfabetos do estado.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Era quanto percentual a gente tem de analfabetos, ainda, no estado, quanto de evasão escolar e quanto de jovens que conseguem terminar o 2º grau e ir para uma universidade?

SR. PAULO RICARDO JAVIEL REZENDE: Certo. Essa relação de número eu posso encaminhar à comissão, viu, senadora? Porque eu não tenho esses números aqui, porque eu não trabalhava o tema. Mas eu posso, em 24 horas, estará no *e-mail* da Comissão de Educação.

E a questão da evasão, a gente sabe que a escola lá dos anos 50, dos anos 60, e eu sou oriundo, professor municipal de escola rural, e, na escola rural, o dia de festa do aluno é o dia que ele está na escola, porque o outro dia ele está ajudando o pai na lavoura, no campo, no gado. Então, a gente tem que fazer a escola da zona urbana também tão atrativa quanto a da zona rural, e a gente está trabalhando isso principalmente no uso da tecnologia da educação. Porque o aluno da zona urbana, hoje, ele está na sala de aula regular, e ele, depois quer ir para casa para trabalhar no computador, para ver TV, para brincar com video game, essas coisas.

Então, a gente está tentando levar, também através de muitas ações, mas também pelo uso da tecnologia da informação, tornar a escola mais atrativa e tornar a escola mais agradável para resgatar aquela boa escola que tínhamos na antiguidade e que queremos, que é o nome do nosso programa estruturante Boa Escola para Todos, é isso que queremos para o Rio Grande do Sul.

Muito obrigado. Que o grande arquiteto do universo ilumine a todos nós e que nos conceda muito paz, muita saúde e muita força. Estamos à disposição sempre. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós agradecemos ao Professor Paulo Ricardo Rezende, secretário adjunto de educação do Estado do Rio Grande do Sul, pela presença, os companheiros que vieram acompanhando, e dizer que nós confiamos muito em que o Rio Grande do Sul possa continuar sendo um estado que na educação é um espelho para o país. Obrigado.

Quero passar a palavra à Lázara Lopes da Costa, que é coordenadora de Programas de Apoio Educacional da Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul, a quem agradecemos pela presença.

SRA. LÁZARA LOPES DA COSTA: Bom, enquanto representando a secretária, eu vou me ater um pouco mais, enquanto coordenadora de avaliação.

Respondendo, até questionando um pouco esse tema da avaliação à Senadora Marisa Serrano, eu acredito que, se nós não tivermos indicadores, nós não temos um caminho a traçar.

O Plano Nacional tem indicadores de resultados, de pesquisa, de como foi, como aconteceu, talvez tenha, empiricamente, algumas informações, mas a avaliação aconteceu no plano? O que foi bom? O que não foi? Quais foram os aspectos positivos do plano? O que precisa ser implementado agora? A quantidade de ações que temos que desenvolver, e isso foi um ponto que a senadora também colocou, que, às vezes, a gente se preocupa muito com a questão periférica, mas a essência da educação hoje qual é?

Então, é partindo desse pressuposto, eu acredito que a avaliação, ela é o instrumento, que, se for utilizado com finalidades, e essa finalidade for do começo até o fim do processo, ou seja, você avalia e você tem os indicadores, você investiga esses indicadores, quais são os fatores agregados ao tema, você detecta seu problema.

E esse problema tem que ser investigado de foco, não pode se perder de foco esse levantamento que foi observado por meio da sua avaliação.

Por exemplo, no caso específico da educação, o que a gente observa? Que um dos pontos [soa a campainha] essenciais está na formação do professor. Agora, as universidades têm esse levantamento? O que é feito, em termos efetivos, para que essa realidade mude?

Então, eu vou me ater mais nessa questão da avaliação, até porque ela reflete a questão da formação inicial desse professor, ela reflete a questão do conteúdo, da didática que esse professor desempenha lá na sua sala da aula; a questão da gestão, a gestão em escolas onde o diretor faz diferença, se você analisa o resultado dessa escola, você percebe que ela faz diferença, a gestão participativa, a gestão efetiva do diretor faz a diferença.

Então, eu defendo a questão extrema de que a avaliação com uma finalidade concreta, ela é um instrumento imprescindível na questão da melhoria da educação.

Obrigada pelo convite, obrigada pela participação. A Secretaria de Mato Grosso do Sul está à disposição. E os indicadores também eu envio no *e-mail* da comissão. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós é que agradecemos, Lázara, sua presença, leve um abraço à Professora Sheila.

E quero passar a palavra, agora, á Maria Izolda de Araújo Coelho, nossa secretária de educação do Estado do Ceará. Seja muito bem-vinda à CE.

SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARAÚJO COELHO: Obrigada. Eu vejo, assim, o questionamento que a Senadora Marisa fez, com relação ao uso efetivo da avaliação, nós estamos... Realmente, essa avaliação está servindo para quê? E eu penso que esse é um desafio para a gestão das redes. Porque, realmente, o Ceará, por exemplo, o Ceará foi pioneiro, assim, teve um pioneirismo, não sei se o primeiro, não, mas, quando o país começou a fazer avaliação em larga escala, o Ceará começou também.

E nós vimos como um grande desafio essa avaliação se encarnar, como eu digo, no sistema, de forma a ser um instrumento de gestão e mobilizar e movimentar o circuito nas escolas, inclusive com repercussões nas políticas de incentivo, de incentivo às escolas, de incentivos aos professores, em função delas.

É com isso que nós estamos... É nisso que nós estamos empenhados, em fazer da avaliação um instrumento de gestão, que vai para a mesa de análise, vai para a mesa de gestão, de estudos, mesmo, dentro da escola, que vai mobilizar os planos de ação, tanto no âmbito da secretaria como no âmbito da escola, e que possibilita a política de incentivos e de retomadas de caminhos e de rumos.

É a avaliação que permite a festa que o senador estava falando. Para mim, é o resultado da avaliação que permite a festa. Nós não podemos fazer festa, porque construímos muitas escolas.

Eu acho assim, sabe? Não adianta mais... Adianta... Assim, nós precisamos prestar conta disso [soa a campainha], mostrar nossa pauta de esforço, de investimentos nas diversas áreas, mas fazer festa tem que ser com avaliação.

Avaliação serve, inclusive, para nós desconstruirmos algumas hipóteses, nem hipóteses, desconstruirmos alguns convencimentos, sabe? Porque, quando nós temos o panorama da avaliação, nós vemos que, às vezes, aquela situação ali, aquela escola que tinha até tudo para não dar certo, e está mostrando um resultado significativamente maior do que outra que tem condições ali postas mais... Sabe?

Então, essa desconstrução de alguns convencimentos, ela é fundamental para que nós possamos, assim, saber que nós vamos esperar que estudo esteja às mil maravilhas, para que algum resultado aconteça. Nós não podemos esperar que o salário aumente do jeito que a gente deseja, nós não podemos esperar, porque o mesmo professor que, num determinado ano, ele alfabetizou praticamente nenhum aluno, no ano seguinte, ele pode ter um resultado completamente diferente, o mesmo professor; nada aconteceu de, assim, espetacular, mas houve um comando, houve uma sinalização, houve outro circuito de gestão, de acompanhamento, de cobrança, e eu penso que a cobrança pelos resultados é um dos fatores de valorização do magistério, também.

Às vezes, a gente pensa que valorizar o magistério é só trazer benefícios; que são, sim, desejáveis. Sabe? Eu não quero aqui... Quando eu faço esse contraponto, não é desconsiderando a necessidade dos nossos salários serem melhores, de o professor ter uma condição de trabalho melhor, tudo isso eu sei, eu vivo como é fundamental, até para nossas carreiras poderem ser atrativas.

Numa pesquisa que foi feita, recente, um estudo muito interessante, mostrando a baixa atratividade da carreira, no olhar dos jovens que estão nas universi-

dades ou que vão escolher suas carreiras. Então, eu sei disso.

Agora, o que eu vejo é que esse elemento, relacionado também à cobrança de resultados, a ter metas, sabe? E as pessoas saberem que têm que prestar conta por aquela função importante que desempenham, isso aí é um elemento de valorização, também, no magistério, sabe? Isso fortalece, isso dá orgulho, dá um sentido maior ao ofício de cada um, mas são muitas questões, mesmo, não é? A gente tem o tempo limitado.

E eu quero aqui também agradecer a oportunidade de participar, o convite de participar deste momento, desta Audiência Pública importante. E espero que nós possamos ter sempre esses espaços, aproveitá-los também, para que nós possamos aprender e melhorar progressivamente nossas políticas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Professora Maria Izolda. Eu quero lembrar que está sendo ao vivo nossa... É ao vivo? Não, está sendo gravada. Está sendo gravada e vai ser transmitida na íntegra para todo o país.

E, como a TV Senado, é extremamente vista e ouvida no país, eu tenho certeza de que nós vamos receber aqui muito *e-mail*s de todo o país, falando desta mesa também e podendo aquilatar, aqui, a assertiva daquilo que os senhores e senhoras nos colocaram.

Quero passar a palavra à Professora Yvelise, agradecendo muito, muito preocupada com o Paraná, que está tomando conta da educação brasileira, ainda bem que está tomando bem conta da educação. Mas é um prazer enorme, Yvelise, ter você aqui. E leve um abraço a todos os nossos secretários de educação, dizendo que aqui é a Casa da educação, é a Casa dos secretários de educação de todo o país.

SRA. YVELISE FREITAS DE SOUZA ARCO-VERDE: Eu agradeço os elogios e agradeço, com muito orgulho, os elogios do Paraná, mas não tenham medo, não, nós defendemos o Brasil e estamos aí, eu e o Carlos, com certeza, numa luta nacional pela educação, e não só nacional, eu diria, assim, uma luta que é muito maior, que é mundial.

São muitas questões, e entendo que a gente não possa esgotar, neste momento, os temas, mas é importante eu acho que ressaltar a questão da avaliação, como meus colegas já ponderaram, que a avaliação foi algo que nós fomos aprendendo a fazer.

Eu colocaria no item da nossa profissionalização. Ninguém nega a necessidade de fazer uma avaliação de todos os nossos atos, e talvez seja um grande problema que nós tenhamos aí, na falta da educação do nosso povo. Você não tem a capacidade de fazer projetos, de avaliar, e é justamente essa ausência de você definir o futuro, definir aquilo que se quer.

Então, eu diria que nós devemos continuar apostando, sim, na avaliação, embora concorde que, muitas vezes, nós estamos avaliando por avaliar, eu não posso fechar os olhos para isso. É uma realidade brasileira, que, muitas vezes, nossos, inclusive gestores, nossos políticos não pegam como referência a avaliação, para tomar decisão, e entendemos que a avaliação tem esse sentido.

Quer dizer, nós avaliamos para quê? Não por avaliar, para sair o resultado, e, no dia seguinte, estarmos na capa da mídia, porque o que dá mídia é avaliação, mas é que, a partir dali, tomar nossas decisões, que foi o que acho que os colegas aqui colocaram. Quer dizer, temos esse quadro, temos esse susto e vamos fazer o enfrentamento.

Então, nesse sentido, eu diria que é fundamental continuarmos investindo. [soa a campainha] Gostei muito da ideia dos 100% do recurso do Pré-Sal, sei que vai ser muito difícil essa luta [risos], mas assino embaixo, sem dúvida nenhuma. E acho que isso demonstra a necessidade de sair do discurso e ir para a prática.

Dizer que educação é prioridade, nós já escutamos muito. Mas na prática, mesmo, ela se põe de outras formas. Então, estamos assinando embaixo.

Em relação ao piso salarial, Senador Flávio, entendo também que vem com a valorização. Temos a maioria, eu diria 100% dos estados, não municípios, estão em dia com o piso, têm a tabela, mas o piso ainda é muito baixo, mas não significa também, mesmo nos pisos mais altos e mesmo naquelas carreiras que têm mais horas na jornada, não significa que o quadro de aprendizagem esteja melhor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E a gratificação, também, que é incorporada.

SRA. YVELISE FREITAS DE SOUZA ARCO-VERDE: Isso. É uma discussão da gratificação. Então, eu acho que a discussão, ela se põe, como eu disse, são vários eixos, não podemos pegar um fato isolado e dizer que a situação educacional do país se resolve com o piso. Não se resolve, a gente sabe disso, embora não se negue a importância do piso, de se discutir piso, de aumentar, mas não é só pelo piso--

SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARAÚJO COELHO: Com licença, Yvelise.

SRA. YVELISE FREITAS DE SOUZA ARCO-VERDE: Toda.

SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARAÚJO COELHO: Mas eu, quando coloquei a questão do piso, também aqui fazendo valer o que tinha dito o Senador

Flávio Arns, que eu acredito que, se nós não debruçarmos sobre a valorização, não vai adiantar formar, não vai adiantar avaliar, porque, no ano seguinte, você tem uma renovação de quadro constante, que não vai a lugar nenhum.

SRA. YVELISE FREITAS DE SOUZA ARCOVERDE: Queria só ressaltar a pesquisa que a Secretária Izolda apontou. Nós temos aí a Dra. Bernadete Gatti, que acabou de fazer uma pesquisa com jovens, e só 2% dos jovens teriam interesse, algum interesse pelo magistério.

Então, isso realmente demonstra um quadro crítico na educação brasileira, e a questão salarial é uma delas, mas eu acho que a valorização profissional, ela se põe com outros elementos, que não só a questão salarial, jornada, mas tornar o professor realmente um sujeito epistêmico, e aí eu entro na discussão da Senadora Marina, que acho muito interessante e gosto muito de discutir esse assunto, mas eu gostaria só de reforçar que nós não podemos perder, embora tenhamos que retomar toda a questão do conhecimento, a atualização do conhecimento, o conhecimento base, que é dado, e saberes que são trabalhados na escola, nós precisamos estar em constante atualização, mas não podemos perder, jogar fora a água e beber junto.

Aquilo que não se fez a tarefa de casa no país, a gente não pode perder e jogar fora, temos que continuar ensinado um bom português, a língua portuguesa, a boa matemática, a história, a geografia.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Só uma questão, Izolda, eu acho que isso para mim é questão *sine qua*. Quando eu digo atualizar, não tem nada a ver, aliás, para atualizar, precisa saber matemática, português, química e física, isso é a condição *sine qua*; é possível atualizar, sem que a gente tenha esses elementos básicos.

SRA. YVELISE FREITAS DE SOUZA ARCOVERDE: Mas eu concordo plenamente com a senhora, quando fala na necessidade de trazer tecnologia e inovação, porque esses conhecimentos que estão nos nossos livros didáticos, eles estão desatualizados, o conhecimento da nossa universidade precisa evoluir, nós precisamos trazer novos elementos. E aí são outras áreas de discussão.

Mas eu quero reforçar, porque não foi a senhora que absolutamente falou isso, mas há uma tendência, na sociedade brasileira, de diminuir as tarefas da escola e começar a construir essas demandas. Então, vamos colocar uma disciplina de cidadania, vamos colocar uma disciplina sobre AIDS, vamos colocar sobre gênero, e sobre isso, e aí você vê que o aluno não sabe ler e escrever, e ele está com uma série de informações, sem ter os elementos, sem ter aquilo que a escola tem que dar, são os instrumentos de luta, instrumento do conhecimento, que, evidentemente, tem que ser renovado, tem que estar atualizado.

Mas não foi absolutamente o que a senhora disse, eu só quis reforçar, porque tem sido um luta nossa nesse sentido. No mais... Só deixa eu dar uma informação sobre o analfabetismo no nosso Paraná. Eu acho que este ano nós conseguimos decretar como território livre do analfabetismo, mas isso não significa que não tem analfabeto, o índice é 3%, nós já estamos em 4%, conseguimos baixar de 7% para 4%, mas existe um problema muito sério no Brasil, que é a avaliação do analfabetismo.

Nós temos, como dados, o IBGE de 2000, e, depois, o PNAD, que acaba não pegando os mesmos elementos do IBGE. Então, se eu tinha 650.000 analfabetos no Paraná, em 2000, eu baixei já, nós fizemos 300 e poucos mil, eu já baixei para quase 300, que daria 3% da população, em território livre no analfabetismo, mas isso eu só vou saber este ano de 2010, com os dados do IBGE, e a própria autodeclaração, o que é estar alfabetizado. Ainda nós temos, no país, essa dependência, o aluno, o alfabetizado adulto, principalmente o idoso, ele não quer se desvincular do rótulo de que ele está sendo alfabetizado. E temos a dificuldade da continuidade, depois, para a educação de jovens e adultos, que ele continua após a alfabetização, que, para isso, o país também não está preparado.

Desculpa o abuso, mas eu tinha que falar um pouquinho sobre isso. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós é que agradecemos. E é sempre bom a gente ouvir quem está lá na ponta, trabalhando e mostrando a realidade, principalmente para nós senadores e senadoras.

Quero passar a palavra para o Professor Carlos Eduardo Sanches, também do Paraná, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, UNDIME, e secretário municipal de educação do Município de Castro, Paraná.

SR. CARLOS EDUARDO SANCHES: Obrigado, Senadora Marisa. Bom, a pergunta da Senadora Marisa é: avaliar é importante? Eu digo que é imprescindível. No atual estágio da educação brasileira, é imprescindível, porque a educação é uma ferramenta de transformação da realidade da sala de aula.

Avaliação serve para desnudar o que acontece no dia a dia da sala de aula; estou falando de avaliação de aprendizagem, especificamente, que foi o tema que a gente se reservou. E ela também é um instrumento importante para a formação do professor, por isso que eu entendo que o Brasil atingiu um determinado estágio de que nós precisamos avançar com a polí-

tica de avaliação de aprendizagem, e aí que eu digo que o IDEB, hoje, é insuficiente, insuficiente, porque é preciso avançar nesse sentido.

Os números aqui apresentados, Senador Flávio Arns, eles têm a única pretensão de provocar, não há como enfrentarmos os problemas sem realmente conhecermos todos eles, e é evidente que dois ou três séculos não serão resolvidos em cinco, dez, 15 ou 20 anos, evidente que é preciso conhecer profundamente todos os gargalos que temos, todos os problemas e enfrentar e entender esses números como um sentido de nos motivar para que a gente possa transformar essa realidade.

Os números têm que nos desafiar, não só nós gestores, e aí é importante quando a Yvelise faz essa colocação, na sua fala anterior, essa é uma tarefa de toda a sociedade, não é apenas uma tarefa dos gestores, eu acredito que a CONAE deu um belíssimo exemplo, porque pôde reunir os estudantes, pôde reunir os pais dos estudantes, pôde reunir os trabalhadores e pôde reunir os gestores, além da sociedade como um todo [soa a campainha]. É somente reunindo todos que nós vamos conseguir vencer o desafio.

E, se nós analisarmos, Senadora Marina, a história recente do Brasil, nas duas últimas décadas, nós demos um belíssimo exemplo para o mundo, porque nós conseguimos combater a inflação de 1.700% ao ano, nós conseguimos dar estabilidade econômica ao país, conseguimos controlar efetivamente a economia no país, mas não conseguimos, nas duas últimas décadas, avançar na mesma proporção na área da educação, e o avanço que tivemos na área da economia deve confrontar o avanço da educação e devemos e esperamos, sim, que a pauta da educação, este ano, esteja elencando o debate das eleições presidenciais e estaduais.

Se educação for tema de prioridade do debate das eleições este ano, nós vamos ter reforço da possibilidade de efetivamente termos um belíssimo Plano Nacional de Educação e mobilizar a sociedade como um todo para enfrentarmos esse desafio, que não cabe apenas aos gestores, cabe a toda a sociedade.

E, por fim, quero dizer à Senadora Fátima que a ideia apresentada pelo Ministro Fernando Haddad e reiterada pelo Presidente da República, de que nós precisamos todos, os gestores e os trabalhadores, de todos os níveis, sentarmos numa mesa permanente para dialogar não só o valor da remuneração, mas as conquistas da carreira e também tratar da atração, da atratividade, para que nós possamos ter os jovens se interessando pela carreira da educação, é fundamental e é importante, porque pode ser essa mesa o grande elo de como ligar todos esses avanços que aqui nós discutimos ao longo dessas três últimas horas.

A UNDIME, e tenho absoluta certeza de que o CONSED também, compreende essa Mesa como fundamental neste momento.

Por fim, agradecer e parabenizar também a Senadora Marisa Serrano, por motivar esta Audiência, cumprimentar, uma vez mais, o senador do meu estado, Flávio Arns, Senadora Marina e também a Presidente da Comissão de Educação, a Senadora Marisa Serrano, porque--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, é Fátima Cleide.

SR. CARLOS EDUARDO SANCHES: Fátima Cleide, desculpa. Porque, além de funcionária de escola e também senadora, nós gostamos muito de vê-la, durante todos os dias do CONAE e participando efetivamente do debate da educação.

Por fim, cumprimentar a Professora Lázara, a Professora Izolda e cumprimentar também a Secretária Yvelise, que preside o CONSED, e dizer que, muitas vezes, existe uma visão deturpada de que o CONSED e UNDIME são concorrentes, não são, não, principalmente pela capacidade de diálogo e de compreensão da Yvelise, nós temos, em todos os secretários estaduais, a possibilidade, neste momento, de efetivar muito o regime de colaboração entre municípios e estados, e isso tem avançado muito, e CONSED e UNDIME têm levantado essa bandeira, e eu acho que nós vamos conseguir grandes conquistas num tempo breve. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós é que agradecemos, Professor Carlos. Eu quero deixar como última provocação, antes de encerrar esta Mesa, nós vimos aqui alguns dados, dados que preocupam a todos aqueles que fazem a análise das avaliações deste país. E a preocupação maior com as dificuldades que nós temos ainda no Norte e no Nordeste do país, cujos estados em geral ficam abaixo da média nacional.

Então, há que se fazer também, tendo essas avaliações na mão, vermos que tipo de gestão nós temos que fazer, de política pública diferenciada, para fazer com que haja mais simetrias neste país, mais simetria neste país, menos assimetrias, e que a gente possa qualificar melhor, valorizar mais talvez aí a educação do Norte e do Nordeste para equilibrar mais a sociedade brasileira.

Eu acho que talvez a avaliação que nós estamos fazendo da educação brasileira também sirva para isto: para pensar que alguma coisa está errada entre dois países que são tão assimétricos, também nessa questão da educação.

E a educação pode dar um passo e uma discussão boa nesse parâmetro. Eu acho que é um bom começo de discussão para os próximos anos, acredito, e para o Plano Nacional de Educação.

SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO: Senadora, às vezes, se falar em equidade--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Professora Maria Izolda.

SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO: --às vezes, é fácil, e é sempre um discurso, assim, importante, mas colocar em prática, tornar realidade as ações voltadas para equidade aí é mais desafiador. Não é verdade?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É verdade.

SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO: Então, nosso país está precisando responder a isso também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Esses são os problemas. Só para terminar, aqui, uma informação. Eu achei muito interessante Minas Gerais, que fez uma diferenciação, Vale do Jequitinhonha, numa região, e outra região norte mais pobre do estado têm políticas diferenciadas. É a política diferenciada para a educação, política diferenciada para o trabalho, política diferenciada... Quer dizer, a preocupação de levantar aquelas áreas, de equilibrar as regiões. E não deixar a região, por exemplo, que confronta com meu estado, que é uma das regiões do país, que é o triângulo mineiro, riquíssimo, e o Vale do Jequitinhonha com umas diferenciações terríveis.

Quer dizer, esse equilíbrio tem que ser feito, às vezes, com aporte de políticas diferenciadas. Essa é outra questão enorme para ser discutida. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu queria lembrar, também, que, quando nós discutimos, no ano passado, gestão educacional, gestão da escola, propriamente, não do sistema municipal, estadual, mas na própria escola, foi muito interessante, assim, justamente a abordagem que está sendo feita agora, como tornar as escolas preocupadas com a avaliação, como fazer com que a escolas se interessem em melhorar os índices de avaliação, como tornar as escolas mais homogêneas, como o gestor e o diretor se interessarem por esse debate. Eu acho que aí é um bom caminho também.

E eu até penso que, no conceito de equidade, às vezes, a gente pensa, assim... Sabe que uma vez nós fizemos um debate, na educação especial, sobre ética e equidade? E equidade é justamente isso, fazermos justiça no caso concreto, quer dizer, equidade é justiça no caso concreto.

Então, nós temos aqui a possibilidade de, em função da escola, da sua circunstância, do seu contexto e tudo o mais, fazermos a justiça, quer dizer, fazermos o que é adequado no caso concreto.

Eu só quero, Sra. Presidente, se a senhora me permite, é que hoje eu até saí uma hora, porque eu recebi o Tenente Briet, que esteve no Haiti durante um ano, agora, e ele é do grupo de engenharia que esteve lá e fez a remoção dos escombros lá na igreja, onde minha tia, Dra. Zilda, veio a falecer, e ele encontrou os corpos de outros 15 padres, e, como fizeram a remoção dos escombros, pelo que me relatou, na escola ao lado, que caiu com toda as crianças dentro, professores, foi algo muito crítico, e ele achou, lá no meio dos escombros, o discurso que a Dra. Zilda faria no dia seguinte, no dia 13, na Conferência dos Religiosos do Brasil, achou o texto, no meio dos escombros, e teve, assim, a gentileza de me trazer, queria entregar para Dom Paulo Evaristo, mas eu vou fazer isso, para entregar.

E só leio o último parágrafo, até porque se relaciona ao que nós estamos dizendo aqui, onde a Dra. Zilda Arns dizia o seguinte: "Como os pássaros que cuidam de seus filhos, ao fazer um ninho alto nas árvores e nas montanhas, longe dos predadores, das ameaças e perigos e também mais perto de Deus, devemos cuidar de nossos filhos, de nossas crianças como um bem sagrado. Promover o respeito aos seus direitos e protegê-las".

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Encerramos com chave de ouro nossa reunião de hoje.

Muito obrigada a todos os presentes.

Sessão encerrada às 13h30.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2010.

Às onze horas e trinta e seis minutos do dia treze de abril de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,** e com a presença dos Senhores Senadores Ideli Salvatti, Valter Pereira, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Alvaro Dias, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Gim Argelo, Romero Jucá, Neuto De Conto, Efraim Morais, Eliseu Resende, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os

Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Mauro Fecury, Geovani Borges, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Heráclito Fortes, Adelmir Santana e Roberto Cavalcanti, que justifica a ausência. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a Reunião, da Senhora Nêmora Arlindo Rodrigues, Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia – CFB; Senhora Professora Doutora Sely Maria de Souza Costa, Diretora da Biblioteca Central da Universidade de Brasília – UnB; Senhora Iza Antunes Araujo, Presidente da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, e Professores e Alunos do Curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília – UnB. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 021: Substitutivo (Turno Suplementar),** de autoria do Senador Sérgio Zambiasi ao **Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2005,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Efraim Morais, que "Estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura no País". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 022: Substitutivo (Turno Suplementar),** de autoria do Senador Romeu Tuma ao **Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2006,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Obriga os estabelecimentos de educação básica, superior e profissional da rede federal, estadual e municipal a ceder salas de aula e demais instalações necessárias ao funcionamento de classes de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidos por redes públicas e entidades da sociedade civil". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 023: Substitutivo (Turno Suplementar),** de autoria do Senador Cristovam Buarque ao **Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2005,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "Faculta atribuir a outros conselhos ligados à Educação as competências do Conselho de Alimentação Escolar". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 024: Substitutivo (Turno Suplementar),** de autoria do Senador Eduardo Azeredo ao **Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Município de Reserva, no Estado do Paraná". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para determinar a cessão de sinais de eventos desportivos de interesse nacional para a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), nas condições em que especifica". O relator designado é o Senador Valter Pereira e o parecer é favorável. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 001: Projeto de Lei da Câmara nº 324, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Lobbe Neto, que "Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. Neste momento dá-se início a votação das proposições a serem deliberadas em bloco, conforme disposto na Decisão nº 01/09-CE. **Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Leonel Pavan, que "Autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade Regional de Blumenau, mediante sua transformação na Universidade Federal de Blumenau". A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as Emendas nº 01-CCJ/CE, nº 02-CCJ/CE e nº 03-CCJ/CE, aprovadas por 14 (quatorze) votos favoráveis, as Subemendas nº 01-CE à Emenda nº 01-CCJ/CE, 02-CE à Emenda nº 02-CCJ/CE e 03-CE à Emenda nº 03-CCJ/CE, aprovadas por 14 (quatorze) votos favoráveis, e a Emenda nº 04-CE, aprovada por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, na região noroeste de Goiânia". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Sertão Sergipano (UNISSE), com sede na cidade de Poço Redondo, no Estado de Sergipe". O relator designado é o Senador Neuto De Conto e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 017: Projeto de Lei do Senado**

nº 273, de 2009, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que "Autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no município de Goianinha". O relator designado, ad hoc, é o Senador José Agripino e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 018: Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que "Autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no Município de Assú". O relator designado é o Senador José Agripino e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 019: Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que "Autoriza o poder executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no Município de Macaíba". O relator designado é o Senador José Agripino e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. Finda a votação das proposições a serem deliberadas em bloco, a Presidência retorna à ordem original da pauta. **Item 008: Indicação nº 001, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mão Santa, que "Nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, indica à Comissão de Educação, Cultura e Esporte a realização de estudos para a instalação, em sua sala de reuniões, de galeria de fotos dos grandes educadores brasileiros". O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Valadares e o parecer é aprovado. **Item 025: Requerimento nº 14/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que requer "Considerando que entre dezembro de 2005 e junho de 2009 houve aumento de 130,80% de presos de 18 a 24 anos de idade, sendo que nesta idade o jovem estaria saindo do ensino médio ou da faculdade; Considerando, segundo o grau de instrução, que a maioria dos presos tem o fundamental incompleto (46,02%); Considerando, decréscimo de -10,88% no número de presos alfabetizados entre 2005 e 2009; Requeiro, nos termos regimentais, a realização, de audiência pública conjunta desta Comissão de Educação, Cultura e Esportes com a Comissão de Assuntos Sociais, para discutir as relações sociais cadeia-escola pública. Para tanto, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades: 1. Dr. Luiz Paulo Teles F. Barreto – Ministro de Estado da Justiça; 2. Dr. Fernando Haddad – Ministro de Estado da Educação; 3. Dr. – Fábio Feitosa da Silva – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; 4. Dra. Miriam Abramovay – Observatório de Violência nas Escolas – Brasil e 5. Dra. Alba Zaluar – Socióloga – coordenadora do Núcleo de Pesquisa da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro". O Requerimento é aprovado. **Item 026: Requerimento nº 15/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que "... nos termos dos art. 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de audiência pública com os debatedores na Conferência Nacional de Educação – Conae, realizada no período de 28 de março a 1º de abril de 2010, quando foram discutidas as novas diretrizes e estratégias para a educação básica pública e privada no Plano Nacional de Educação, que vigorará de 2011 a 2020". O Requerimento é aprovado. Neste momento, a Senhora Senadora Ideli Salvatti requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimentos, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 16/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer "... nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir o PLC 280/2009, que *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências,* com a presença dos seguintes convidados. – YVELISE FREITAS DE SOUZA ARCOVERDE – Presidente do CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação; – CARLOS EDUARDO SANCHES – Presidente da UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; – EDNA MARTINS BORGES – Coordenadora Geral de Ensino Fundamental – SEB/MEC; – RITA DE CÁSSIA FREITAS COELHO – Coordenadora Geral de Educação Infantil – SEB/MEC". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 17/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer "... nos termos regimentais, seja realizada audiência conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, Comissão de Assuntos Sociais – CAS, Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7 de 2010, que "cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências", com os seguintes convidados: *1. Representante da Casa Civil da Presidência da*

República. 2. Representante do Ministério das Minas e Energia – MME. 3. Representante do Ministério da Fazenda. 4. Presidente do IPEA, Márcio Pochmann". O Requerimento é aprovado. Neste momento, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento e Aditamento a Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 003: Requerimento nº 18/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flávio Arns, Marisa Serrano e Eduardo Azeredo, que requerem "... a realização de Audiência Pública com vistas a debater as potencialidades da Educação a Distância na escolarização e profissionalização da pessoa com deficiência no País. Para tanto, sugiro os seguintes convidados: – Sr. Carlos Alberto Chiarelli, ex-ministro da Educação; – Sr. Fredric Michel Litto, Presidente da Associação Brasileira de Ensino a distância – ABED; – Alunos com deficiência egressos dos projetos-pilotos da Associação da Cadeia Produtiva de Educação a Distância – ACED; – Representante do Ministério da Educação". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 004: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 15/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que requer "... nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento Nº 15/10-CE, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, sejam acrescentados à lista de convidados nomes de especialistas no tema em questão, a serem oportunamente indicados, para participarem de Audiência Pública com os debatedores da Conferência Nacional de Educação – CONAE, realizada no período de 28 de março a 1º de abril de 2010, quando foram discutidas novas diretrizes e estratégias para a educação básica pública e privada no Plano Nacional de Educação, que vigorará de 2011 a 2020". O Aditamento é aprovado. **Item 007: Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 023, de 2002**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vasco Furlan, que "Institui o Dia Nacional de Combate ao Dengue". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Rosalba Ciarlini e o parecer é aprovado. **Item 028: Comunicados da Presidência**: Não houve comunicados. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 003: Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 2009; Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 018, de 2006; Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2008; Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2008; Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 224, de 2009; Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2009; Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2006; Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2009; Item 016: Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2009; Item 020: Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 2009 e Item 027: Aditamento ao Requerimento nº 08/10-CE,** de autoria do Senador Geovani Borges. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Marisa Serrano,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [soa a campainha] Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se acham. Aprovado.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, iniciamos a nossa reunião de hoje registrando a presença da Nêmora Arlindo Rodrigues, Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, que está aqui presente conosco, seja bem-vinda; da Professora Dra. Sely Maria de Souza Costa, Diretora da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, seja bem-vinda; Isa Antunes Araújo, Presidente da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, está aqui, obrigada; e professores e alunos do Curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília que estão aqui presentes, sejam muito bem-vindos.

Iniciamos a nossa sessão de hoje por itens que dependem só da nossa leitura e que, portanto, iniciar pelo Item 21.

Item 21 é Terminativo, Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2005, turno suplementar. "*Estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventuras no País.* Autoria do Substitutivo, Senador Sérgio Zambiasi. Autoria do PLS 403/2005, Senador Efraim Morais. Relatoria, Senador Sérgio Zambiasi. Parecer favorável na forma do substitutivo oferecido.

Observações: "*1. Na reunião do dia 06/11/07 foi aprovado requerimento de autoria dos Senadores Raimundo Colombo e Wellington Salgado, propondo audiências públicas realizadas nos dias 04/06/2008 e 10/06/2009;*

2. O Substitutivo de autoria do Senador Sérgio Zambiasi ao PLS 403/05 foi aprovado na reunião do dia 06/04/2010;

3º. Não foram oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão. A matéria é dada como definitivamente adotada pela comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal."

Portanto, está aprovado.

Item nº 22, Terminativo. Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado, nº 309/2006, turno suplementar. "*Obriga os estabelecimentos de educação básica, superior e profissional da rede federal, estadual e municipal a ceder salas de aula e demais instalações necessárias ao funcionamento de classes de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidos por redes públicas e entidades da sociedade civil.*"

A autoria do Substitutivo, Senador Romeu Tuma. Autoria do PLS 309/06, Senador Cristovam Buarque. Relatoria, Senador Romeu Tuma. Parecer favorável na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Observações: "*1. O substitutivo de autoria do Senador Romeu Tuma ao PLS 309/06 foi aprovado na Reunião do dia 06/04/2010;*

2. Não sendo oferecidas... Não foram oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão. A matéria é dada como definitivamente adotada pela comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal."

Portanto, foi aprovado.

Item 23, Terminativo. Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 327, de 2005, turno suplementar. "*Faculta atribuir a outros conselhos ligados à Educação as competências do Conselho de Alimentação Escolar*." Autoria do Substitutivo, Senador Cristovam Buarque. Autoria do PLS 327/05, Senador Pedro Simon. Relatoria, Senador Cristovam Buarque. Parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Observações: "*1. O substitutivo de autoria do Senador Cristovam Buarque ao PLS 327/05 foi aprovado na reunião do dia 06/04/2010;*

2. Não foram oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada pela comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal."

Portanto, a matéria também aprovada.

Item 24, Terminativo. Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2008, turno suplementar. "*Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Município de Reserva, no Estado do Paraná*." Autoria do Substitutivo, Senador Eduardo Azeredo. Autoria do PLS 431/08, Senador Flávio Arns. Relatoria, Senador Eduardo Azeredo. Parecer favorável na forma do substitutivo oferecido.

Observações: "*1. O substitutivo de autoria do Senador Eduardo Azeredo ao PLS 401/08 foi aprovado na reunião do dia 06/04/10;*

2. Não foram oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão. A matéria é dada como definitivamente adotada pela comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal."

Portanto, os Itens 21, 22, 23 e 24 foram aprovados por essa comissão.

Como não tem quórum ainda para os Terminativos, vamos começar com os Não Terminativos.

Não Terminativo, Item 02 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 528/2009. "*Altera a Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008, para determinar a cessão de sinais de eventos desportivos de interesse nacional para a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, nas condições em que especifica.*" Autoria, Senador Renato Casagrande. Relatoria, Senador Valter Pereira; parecer favorável.

"*Observações: 1. A matéria é terminativa na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática*."

Com a palavra o relator, o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sra. Presidente, eu estou com meu parecer pronto. Mas eu gostaria que V. Exa.... Pede pela ordem.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):. Só para ganhar tempo se a senhora permite, Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): É que eu vou pedir vista.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim, mas tem que fazer...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É regimental.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu vou aqui, na análise já que V. Exa. já fez comentário sobre a ementa-–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Apenas um o resumo, senador.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou só na análise direto.

"*No tocante ao mérito, entendemos que a proposição merece encaminhamento favorável por parte desta comissão.*

Em primeiro lugar, não há como deixar de concordar com a conveniência de dar à população, em geral, o maior acesso possível a eventos desportivos de interesse nacional.

De fato, por ter se convertido em item importante da pauta econômica, o espetáculo esportivo, em especial o futebol, tem sido alvo da cobiça de emissoras de televisão abertas e por assinatura.

A crescente prática da aquisição dos direitos de exclusividade de transmissão de eventos tem, muitas vezes, privado a população brasileira desse direito.

Ressalte-se que não está em discussão a legitimidade de as emissoras firmarem tais contratos, reconhecendo-lhes como plenas detentoras dos direitos de utilização, exploração e retransmissão de eventos desportivos quando os adquirem junto às entidades organizadoras dos espetáculos.

O que condenamos é a prática, que já se mostra enraizada no contexto brasileiro, de a aquisição do direito de exclusividade de transmissão de eventos esportivos significar, também, os direitos de captar os sinais e não transmitir, de não autorizar que terceiros captem, e de captar e não licenciar a transmissão a terceiros.

Observe-se que o licenciamento para distribuição é feito somente às emissoras controladas ou franqueadas da detentora dos direitos.

Segundo entendemos, estão em conflito, no presente caso, o direito à informação do cidadão e o direito à propriedade das emissoras, ambos consagrados pela Constituição Federal. Incumbe ao intérprete, portanto, a harmonização dos princípios envolvidos, mediante o sopesamento dos valores que devem prevalecer.

Não nos parece que a cessão, à EBC, dos sinais de transmissão de eventos esportivos de relevante interesse nacional que não estiverem sendo utilizados, conforme lesão à entidade detentora dos direitos.

Também não se trata de estabelecer uma concorrência com esses direitos, já que a EBC está longe de contar com os recursos financeiros necessários para tanto.

Consideramos que a proteção legal conferida às emissoras detentoras dos direitos de transmissão encontra limite no direito à informação, previsto pela Constituição Federal.

Por isso mesmo, as iniciativas que visem ao incremento do acesso da população a todas as manifestações desportivas de interesse nacional devem ser reconhecidas e aprovadas."

Esse projeto, Sra. Presidente, visa permitir a cessão de sinais de eventos desportivos de interesse nacional à Empresa Brasileira de Comunicação, mas numa condição: quando não estiverem sendo utilizados pela detentora dos direitos de transmissão em sinal aberto.

Esse projeto tem um grande alcance social, porque veja V. Exa. o seguinte: a detentora do sinal, entende que ali não reside uma propriedade e abstêm-se de assegurar o direito a esse tipo de informação para os potenciais telespectadores.

Ora, aqui não se estabelece nenhuma competição, já que a EBC não tem aquela natureza empresarial, não é seu objetivo buscar o lucro e sim levar a informação; o seu objetivo fundamental, a razão pela qual fora concebida é exatamente a informação.

E neste caso, portanto, nosso parecer não poderia ser outro, se não... No sentido de avalizar a pretensão do autor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Valter. Falar primeiro o Senador Cícero Lucena, tinha pedido e depois Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ah, desculpa.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senadora Marisa, o meu pedido de vista, quero registrar a preocupação do Exmo. Sr. Relator Valter Pereira, por demais meritória, mas a minha preocupação é analisar um pouco sobre o efeito que isso poderá ocorrer.

Eu entendo, em parte, que a competição ela vai existir. Porque no momento que esse produto passa a ser veiculado com uma outra emissora, sem ônus para essa outra emissora, vai competir com o programa daquela que detém o direito dos eventos esportivos.

Então, eu gostaria de aprofundar um pouco mais, já tinha pedido, conversado aqui com o Senador Valter, reconhecendo o valor do seu relatório, apenas para na próxima reunião da comissão, eu estarei devolvendo com meu posicionamento em definitivo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antes de passar o senador... Antes de passar ao Senador Tuma, Senador Cícero, só para a gente ficar ciente, todos nós aqui, segundo o nosso Regimento, "*o pedido de vistas do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecendo ao disposto no § 4º*".

Foi por isso que o secretário nos pediu que lesse.

Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, já que está pedido de vistas, tem um problema bastante... Eu acho que é importantíssimo a população tomar conhecimento, principalmente da transmissão de eventos esportivos, quando aquele que contrata o serviço não o faz. Gera a imagem, mas não põe no ar para chegar ao conhecimento público.

Mas o Senador Cícero tem a razão na discussão. Porque é uma disputa enorme de contratação, de programas que tenham uma repercussão muito grande. Campeonatos mundiais, e outros eventos que trazem uma despesa enorme.

Eu tenho visto em São Paulo, acompanhado de perto, a disputa dos canais de televisão para contratar projetos daqui quatro, cinco anos. Então, é claro que não pode cair no vazio, a população tem direito de acompanhar, mas eu acho que o Senador Cícero e V. Exa. concordou, fazer uma análise mais profunda, como poderá ser ou não ser compensado, aquele que perder o financiamento ou contratação do serviço, para poder o Estado se apropriar dessa autorização e retransmitir à população, que tem o direito saber o que está acontecendo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Romeu Tuma.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Vistas coletiva, por favor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vista coletiva ao senador, a todos os senadores, a pedido do Senador Cícero Lucena. Portanto, concedida vista coletiva ao Item nº 02, Não Terminativo.

Vamos começar pelo Item nº 01, Senador Cristovam. Faltam só três senadores para completar o quórum.

Enquanto isso, eu ia pedir ao Senador Cristovam que lesse o Item nº 01, terminativo. Projeto de Lei da Câmara, nº 324, de 2009 que "*Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.*" Autoria do Deputado Lobbe Neto. Relatoria do Senador Cristovam Buarque; parecer favorável.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, só, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Alcançando o quórum, eu queria solicitar que Item 09, que eu sou relatora e que é terminativo também, pudesse ser deliberado na sequência a este.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [ininteligível] o relatório enquanto a gente espera o quórum.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ah, está ótimo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Cristovam, Item nº 01, Terminativo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sra. Presidente, Srs. Senadores.

Eu já digo de antemão que o projeto do Deputado Lobbe Neto é um projeto que só tem dois defeitos: um, que tenha demorado tantas décadas para ser apresentado no Congresso Brasileiro, e essa não é culpa dele; e a outra, que põe um prazo longo para ser executado.

Mas eu entendo o cuidado que ele tomou, para que garantir que isso não implique em alegações de falta de recursos e de inviabilidade.

O projeto dele propõe algo muito simples: toda instituição de ensino nesse país deverá ter a sua biblioteca. Um projeto, Senador Tuma, que se a gente tivesse cumprindo há 50 anos, nós não teríamos hoje essa defasagem vergonhosa com os outros países.

E aqui é um país de iletrados. É um país dos que não leem, mesmo quando sabem ler.

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 234, de 2009, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas na universidade de ensino.

O Art. 1º do projeto [soa a campainha] instituiu que todas as instituições... Estabelece, melhor dito, "*que todas as instituições de ensino públicas e privadas e todos os sistemas de ensino do País deverão possuir biblioteca.*

Define biblioteca escolar, no art. 2º, e a situa como coleção de materiais impressos, videográficos e documentos registrados em qualquer suporte, com finalidade de leitura, pesquisa, estudo e consulta. Também indica a obrigatoriedade de número mínimo desses materiais por estudante matriculado.

O art. 3º estabelece que os sistemas de ensino do Brasil desenvolverão esforços para que se chegue à universalização das bibliotecas, num prazo não superior a dez anos", que é muito.

"*O art. 4º estabelece que a lei em que se transformar o projeto entrará em vigor na data da sua publicação.*"

Esses são os quatro artigos da lei.

"A proposição começou a tramitar no ano 2000, na Câmara dos Deputados, como projeto de lei apre-

sentado pela Deputada Esther Grossi, tendo sido reapresentado em 2003 pelo Deputado Lobbe.

Naquela Casa, foi-lhe apensado o Projeto de Lei da Deputada Vanessa Grazziotin, de 2004, nº 3230, e ambos foram aprovados, por unanimidade, na Comissão de Educação e Cultura e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que analisou a proposição sob o ponto de vista da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, da regimentalidade e técnica legislativa, considerando-a sem vícios.

Em ambas as comissões foram efetuados aperfeiçoamentos de pequena monta, que resultaram no texto enviado para esta Casa fazer a revisão.

Na justificação da proposição, enfatiza-se a relevância da leitura para o desenvolvimento intelectual dos estudantes, assim como o melhor desempenho de estudantes oriundos de escolas que possuem biblioteca.

O PLC nº 324, de 2009, chega, portanto, a esta Comissão, para decisão terminativa. E o Projeto não recebeu emendas"."

O meu relatório, depois dessa introdução, é de que "*Em virtude da natureza terminativa da decisão, cabe a esta comissão analisar, além do mérito da medida proposta, a regimentalidade, a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa.*

O exame da matéria que foi feito, da competência desta comissão, conforme determina o ensino. Não identificamos óbices à aprovação do projeto no tocante à constitucionalidade, visto que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislarem concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto, conforme preceitua o art. 24, inciso IX da Constituição Federal.

A norma inova no ordenamento jurídico vigente e é adequada para que se institua a medida proposta, o que lhe confere juridicidade.

A proposição respeita, também, os preceitos de técnica legislativa instituídos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998."

Quanto ao mérito, e aí com o mérito eu vou concluir, "*quando analisamos a posição do Brasil no mundo, do ponto de vista da leitura, constatamos que o Brasil tem uma biblioteca pública para cada 33 mil habitantes.*" A Argentina, um país ali perto, que não está entre os grandes, não está nem mesmo entre os emergentes, quando se analisa os maiores, a Argentina tem uma biblioteca para cada 17 mil habitantes, ou seja, eles têm duas vezes mil, duas vezes mais bibliotecas por habitante do que nós. "*No Brasil, ainda 361 municípios não possuem uma única biblioteca pública.*

Ainda, segundo o Conselho Federal de Biblioteconomia, 90% das bibliotecas não possuem acervo adequado." Eu volto a repetir: "*90% das bibliotecas não possuem acervo adequado, não atendem às demandas nem possuem profissionais capacitados.*

Em pesquisa realizada pelo IBOPE, por solicitação do Instituto Pró Livro, foi apurado que o brasileiro lê, em média, 4,7 livros por ano", 4,7, eu repito.

"*Entretanto, eliminando destes 4,7 livros por ano os livros didáticos recebidos na escola e que não são lidos em geral, são basicamente consultados, o indicador cai para apenas 1,3 livros por ano.*"

Ou seja, um brasileiro médio lê 1,3 livros por ano.

"*Na Espanha e Argentina a média é de 5 e 5,8 livros, ou seja, cinco vezes mais. Nos EUA e na França, a população lê em média 10 livros por ano, nos países nórdicos, 15 livros por ano.*"

Não é possível que a gente queira avançar nesse país lendo um livro para cada 10 que são lidos nos países nórdicos. Um para cada oito que são lidos na França e nos Estados Unidos.

E isso não é possível mudar, se não tivemos as bibliotecas. E não é possível mudar se não tivermos as bibliotecárias e os bibliotecários que cuidem dessas bibliotecas, e se não tivermos um acervo correto.

"*Se isto decorre do fato de termos ainda 10% de adultos analfabetos, 20% de adultos funcionais, e pelo elevado custo dos livros no Brasil*", que é uma consequência das pequenas tiragens, que é uma consequência do baixo número de leitores, "*sabe-se que também a causa da baixa leitura vem da falta de acesso a livros em bibliotecas.*"

É preciso lembrar, se nós tratássemos bolas de futebol como tratamos livros, o Brasil não teria um craque de futebol, porque ninguém vai atrás de jogar bola longe de sua casa e da sua escola.

A bola é um instrumento de esporte do Brasil, porque está dentro da casa, porque está dentro da escola; porque está na rua, porque todo mundo tem acesso. Não tivéssemos acesso à bola de futebol, nós não teríamos jogadores de futebol, na quantidade e na qualidade que temos.

"*E segundo dados do MEC, entre nossas 200 mil escolas públicas, 68% não dispõem de biblioteca no nível competente que se deseja.*

A verdade é que as classes educadas do Brasil já estão chegando à época digital, com os chamados e-books, de hoje, enquanto as camadas sem acesso à educação ainda não entraram no tempo de Gutenberg, 600 anos depois que ele inventou a imprensa."

Hoje a parcela rica já não usa mais livros comuns, já começa a usar os *e-books*, aqui, muitos de nós já temos isso. Um livro, uma coisinha maiorzinha que essa, mas mais fina, carrega mil livros. Nós compra-

mos por US$ 1,50; chega de qualquer lugar do mundo para nós instantaneamente. E os nossos pobres, que estudam em escola pública, não têm acesso ao livro que Gutenberg inventou 600 anos atrás.

"*O mérito da proposição, portanto, é inegável, pois concorrerá para que as instituições de ensino do País disponibilizem aos alunos materiais de importância para a aprendizagem e a divulgação do conhecimento.*"

Por isso, o meu Voto, diante do exposto, é favorável ao Projeto de Lei da Câmara 324, de 2009, Projeto de Lei nº 1831, de 2003, na Casa de origem. Eles dois juntos que fizeram esse projeto do Deputado Lobbe Neto que, com isso, ao meu ver, está ajudando a mudarmos a tragédia da educação e da baixa leitura no Brasil.

Eu espero que os governos, daqui para frente, procurem reduzir de 10 para cinco anos isso. E que tenham bibliotecas que realmente possam ser chamadas de bibliotecas e tenham os profissionais necessários para cuidar dessas bibliotecas.

Porque a gente não deixa automóveis sem pessoas que cuidem deles, e deixamos livros sem profissionais que cuidem deles. Por isso é preciso também universalizar a presença de bibliotecários e bibliotecárias nessas bibliotecas, que a lei do Deputado Lobbe Neto traz para virar realidade.

Esse é o meu parecer Sra. Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Cristovam.

Antes de passar ao Senador Tuma, eu queria fazer apenas fazer um registro. Que essa comissão, quando V. Exa. era Presidente, e depois na Presidência do Senador Flávio Arns, já discutiram em audiências públicas essa questão da universalização das bibliotecas no país e principalmente nas escolas.

Então é também um interesse desta Casa. Portanto, essa é nossa... Registro apenas para mostrar que essa comissão aqui se interessa sempre por esse problema.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu gostaria de solicitar de V. Exa. pedir a posição do Plenário em relação a um pedido que faço nesse momento, de inversão de pauta para que se possa apreciar os Itens 18 e 19, que são itens pacíficos, que são projetos da Senadora Rosalba Ciarlini, que está aqui ao meu lado, e que propõe a criação de escolas técnicas em dois municípios do Rio Grande do Norte.

Submeto a V. Exa. o pedido de inversão de pauta dos Itens 18 e 19.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Do 18 e 19. Logo, eu coloco aqui a questão, depois que o Senador Romeu Tuma fazer as suas considerações, fizer as suas considerações a respeito do relatório... Coloco em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, eu queria cumprimentar V. Exa. por ter posto dois projetos que se casam.

O projeto, ambos de Cristovam Buarque, que é as salas de aula serem ocupadas para a formação de analfabetos, tentarmos melhorar essa situação, diminuir os 10% citados no seu relatório. E a criação das bibliotecas escolares, a universalização e a exigência de bibliotecários para controlar e organizar estas bibliotecas.

Eu diria, senadora... Rosalba, deixa eu falar com ela. Nossa querida Rosalba, professora também. Mas eu só queria dizer o seguinte: hoje, pela manhã, senadora, motivo emocionante foi dado por uma televisão, mostrando que gente da população organizando bibliotecas de forma informal, em pontos de ônibus, em carros particulares; em açougue: a carne de um lado, o açougueiro, e do outro ele colocou livros para que os cidadãos que vão lá poderem tirar um livro, ler em casa e devolvê-lo para que dê... A gente possa realmente não só falar da importância de desenvolver a leitura.

A senhora é uma das que sempre reclamam do incentivo à leitura. O Senador Cristovam nem se fala, pela liderança que tem nessa área de educação. Então esses dois projetos casaram-se firmemente nessa linha de conduta.

Eu contaria um fato que me entristeceu muito, um tempo que eu era Delegado de Polícia: recebi uma denúncia, fui com o delegado federal, prendemos em flagrante um local de entrega e distribuição de livros escolares, Senador Sérgio Zambiasi; estavam cortando os livros novos para venderem como aparas de papel.

Não tive dúvida em prendê-los em flagrante. Não sei qual é o resultado, porque depois fui... Não acompanhei de perto o procedimento, mas verifique o desamor ao livro, o desamor daqueles que tinham a responsabilidade de fazer a entrega, cortar para vender como apara de papel. E a direção que fazia distribuição sem fiscalização, sem procurar saber se a escola designada recebeu ou não os livros.

Parabéns, Senadora, parabéns Cristovam Buarque. Estou fechado com esse projeto. Na hora de votar queria votar duas vezes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Coisa boa! Obrigado Senador Tuma. No dia do livro também, nós fizemos aqui uma ampla discussão a respeito da leitura. E, portanto, é bom a gente sempre estar voltando a esses temas.

Continua em discussão.

Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidenta Marisa Serrano, apenas para registrar a satisfação de estar votando esse projeto, parabenizar o Senador Cristovam que é o relator, o Deputado Lobbe Neto, a Professora Esther Grossi lá do meu querido Rio Grande do Sul--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Verdade, começou.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): --que começou toda essa discussão e essa proposta.

Eu estava acompanhando o relatório do Senador Cristovam, fazendo a comparação com a Argentina, cuja média de 17 mil habitantes por biblioteca, nós no Rio Grande do Sul ainda estamos um pouco distantes dessa média sul-americana, no caso da Argentina, especialmente. Mas lá nós temos um processo de estímulo, de incentivo à leitura, Senador Cristovam.

A média gaúcha está próximo da Argentina, entre 17 e 18 mil habitantes por bibliotecas. Não é suficiente. Nós concordamos não ser suficiente. Porém, nós temos algo que nos... Não vou dizer diferencia, mas qualifica em relação à leitura, que é a Feira do Livro de Porto Alegre, que é um dos maiores eventos da América do Sul. Lá em... O Senador Tuma registra a presença em duas oportunidades como representante do Senado. O Senador Cristovam também esteve presente.

Lá é uma feira que dura duas semanas e que recebe 600, 700 mil visitas. E comercializa em torno de meio milhão de unidades por edição, o que é um fato realmente relevante.

É na praça, é ao ar livre. É algo realmente muito bonito, onde a população inteira, da região metropolitana, do interior do estado, se desloca. As escolas fazem comitivas, fazem excursões para estarem presentes. E nós estamos percebendo que a iniciativa da Feira do Livro em Porto Alegre, que ocorre no mês de outubro, final do mês de outubro, ela está sendo seguida já por diversos municípios do interior do estado. Passo Fundo é um dos exemplos que promove também anualmente uma grande feira de leitura, de cultura, algo realmente espetacular. A Região da Serra, Gramado, Canela também; o litoral também está fazendo. Então, várias regiões do estado estão integradas.

E tem um aspecto que eu considero relevante em relação à cultura da leitura, Senadora Marisa, que são os jornais. Nós temos uma tiragem diária de jornais no estado que chega em torno de 700 mil, entre os pequenos jornais de interior e os grandes jornais da capital, no caso a *Zero Hora*, o *Correio do Povo* e o *Diário Gaúcho*. Esses três, somados ao *Jornal do Comércio*, somados ao *O Sul*, e somados ao *NH*, *Vale dos Sinos* e *Diário de Canoas*, somando-se esses três grandes jornais e mais esses metropolitanos, são alguma coisa em torno de 600, uma tiragem de 600 mil jornais diários.

Então se presume, pelo menos, um milhão e meio, dois milhões, talvez mais, de pessoas tenham acesso a algum tipo de informação pelo jornal e a leitura através do jornal, que eu acho fundamental, porque ele transmite a informação básica, o cotidiano. Ele permite a pessoa ter uma base mínima de informação, o jornal. E com isso, obviamente, ele consegue ter um espírito crítico, enfim, trabalhar essa questão da informação.

Por isso todos os eventos que estimulem a questão da leitura eu me somo e faço questão de estar aqui para apoiar. Que o Brasil inteiro tenha um espaço público de acesso comunitário, Senador Cristovam, que eu acho fundamental para que não apenas o estudante, mas a comunidade tenha acesso para buscar informações, consultas, pesquisas, enfim.

Parabéns a todos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Zambiasi. É uma pena que nós não tenhamos número para o quórum suficiente para votar esse projeto.

Portanto, não havendo mais quem queira discutir, permanece para continuarmos a discussão numa próxima reunião.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, nós temos aqui o pedido de inversão de pauta.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Também gostaria de inverter. Eu tenho outra comissão para atuar. Em razão desse tempo, gostaria que o Item 13 fosse ao menos lido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós temos aqui pedido de inversão de pauta. Eu quero submeter ao crivo de todos senadores e senadoras.

Senadora Ideli Salvatti nº 09; nº 17 é Senadora Rosalba Ciarlini; Agripino, Senador Agripino... De 17, 18 e 19, Senador Agripino, são três juntos; e 13, Senador Neuto de Conto. São os que pediram inversão de pauta.

Se todos concordam com a inversão de pauta permaneçam como se acham. Aprovado.

Portanto, com a inversão de pauta, primeiro o Item 09, depois 17, 18 e 19, e depois o 13.

Item 09, Senadora Ideli Salvatti. Projeto de Lei do Senado, terminativo, nº 295 de 2005, "*Autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade Regional de Blumenau, mediante sua transformação em Univer-*

sidade Federal de Blumenau." Senador Leonel Pavan, autoria. Relatoria da Senadora Ideli Salvatti; parecer favorável, com as Emendas 1 da CCJ, 2 da CCJ, 3 da CCJ, na forma das subemendas apresentadas, e oferecendo ainda emenda de sua autoria.

Observação: Serão realizadas quatro votações nominais, uma para cada projeto. Uma para... Emendas da CCJ, uma para subemendas apresentadas e o outra para a emenda oferecida.

Com a palavra a relatora, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sra. Presidenta, em primeiro lugar eu queria relatar que este projeto [soa a campainha] que é um projeto autorizativo, ele foi objeto de uma Audiência Pública da Comissão de Educação que aconteceu no Município de Blumenau, obviamente a sede da região interessada nesta questão da federalização da FURB, da Universidade Regional de Blumenau.

E nós realizamos esta audiência no dia 09 de novembro de 2009, onde foram, participaram diversos convidados: a Secretária Nacional do Ensino Superior do Ministério da Educação, Professora Maria Paula Dallari Bucci; o Coordenador-Geral de Expansão da Rede Técnica, também do Ministério de Educação, Gleison Rubin; além do Reitor da FURB, Professor Eduardo Deschamps; Professor Valmor Schiochet, que é Representante do Movimento Pró-Federalização da FURB; a representante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; e também o Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina.

E fruto deste debate feito em Blumenau, nós apresentamos algumas alterações no projeto originalmente do Senador atual Governador do Estado de Santa Catarina.

Então, nós estamos apresentando, em primeiro lugar, pela impossibilidade de federalizar uma instituição de ensino, que é pública, mas é de direito privado, aonde para sua manutenção são cobradas mensalidades, ou seja, ela tem uma situação jurídica extremamente difícil de se fazer a federalização.

Nós optamos pela autorização para a criação da Universidade Federal do Vale do Itajaí, dando, inclusive, uma característica já a partir do nome, de uma universidade para atender toda a região do Vale, que é uma região extremamente populosa de Santa Catarina, e que com o processo de expansão da rede federal, no nosso estado, em Santa Catarina, acabou ficando descoberto, porque a nossa universidade federal, que completa este ano 50 anos, está sediada na Ilha de Santa Catarina, portanto, na região da Grande Florianópolis.

Nós já temos três campus que estão funcionando em outras regiões do estado: o campus da Universidade Federal em Araranguá, que é o Sul do estado, o campus de Curitibanos, que é na região Serrana, no Centro do estado; o campus de Joinville, que é na região norte do estado.

E já está funcionando em Santa Catarina, no Paraná e no Rio Grande do Sul, a Universidade Federal da Fronteira Sul que abrange daí então, aquilo que, atende Santa Catarina, na Região Oeste no Município de Chapecó.

Então, exatamente o Vale do Itajaí é que ficou totalmente a descoberto. A Grande Florianópolis, Sul, Serra, Norte, Oeste, contemplados as instituições federais de ensino que já estão atuando.

Então nós apresentamos a proposta de autorizar a criação da Universidade Federal do Vale do Itajaí. Apresentamos emenda no sentido de permitir que os estudantes, e mediante a doação ou cessão o patrimônio da Universidade Regional de Blumenau, a FURB, também possa ser incorporado a esta nova universidade.

E desta forma nós entendemos que é possível caminhar para termos uma instituição federal de ensino superior atendendo o Vale do Itajaí e, dentro do possível, incorporando o patrimônio e o atendimento que a FURB atualmente já desenvolve.

Então, é este o nosso parecer, praticamente apresentando quase que um substitutivo, com essas alterações, com essas emendas que nós colocamos para apreciação da Comissão de Educação.

E como já é visível, acho que há possibilidade do quórum, ele é terminativo, Presidente, eu gostaria de que pudesse...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Faltam dois.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Para a gente poder aprovar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado Senadora Ideli.

Em discussão. Eu queria apenas fazer uma pergunta à Senadora Ideli. Portanto, a ideia era criação de uma nova universidade e não a transformação?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não é que a proposta original da época, Senador Leonel Pavan, era federalizar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Transformar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ou seja, a instituição FURB, Universidade Regional de Blumenau, que ela é uma instituição pública, porque ela é uma fundação municipal, mas ele tem direito privado.

Ou seja, tem cobrança de mensalidade, tem... É uma situação peculiar e, portanto, o processo de federalizar significaria questões extremamente traumáticas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, não federaliza, mas cria uma nova universidade.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Cria, e é possível nos processos da criação da nova universidade, incorporar patrimônio, incorporar cursos, ou seja, poder fazer um processo de... Híbrido, de incorporação, mediante aquilo que a legislação permite.

Por exemplo, umas das coisas que causou bastante dificuldade seria o seguinte: mesmo os professores e funcionários da universidade regional de Blumenau, da FURB hoje sendo funcionários públicos, se federalizasse, vamos supor, que pudesse ter uma perspectiva de federalizar, teria que ser obrigatoriamente realizado novo concurso público.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Blumenau não perde a sua universidade?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, não. Seria uma...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Acredito que essa é uma questão que a gente tem que ver, porque aqui nós temos em Blumenau, eu não conheço, mas tem a universidade, uma fundação, Universidade Regional de Blumenau.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quer dizer, a partir do momento que está se pedindo uma federalização, a partir do momento que está criando uma nova no Vale do Itajaí, Blumenau não deixa de ter sua universidade?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, ela continua tendo a sua instituição. Se for possível, em algumas situações, alguns cursos, uma parte do patrimônio poder ser incorporado.

Há inclusive, por isso, Presidente que eu fiz questão de relatar que para debater e apresentar proposta, nós fizemos a Audiência Pública em Blumenau, com a presença--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu sei.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): --do Reitor da FURB, do Movimento Pró-Federalização, com todos os envolvidos e a proposta que veio para que nós pudéssemos apresentar foi esta que eu estou relatando, ou seja, autoriza a criação de uma nova universidade, uma universidade federal, dentro das possibilidades, o que for possível incorporar, ter parcerias e tal, será feito, mas isto não significa a ação nem a eliminação da existência da FURB.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ótimo, portanto, permanece em discussão para uma nova reunião, já que o Item é terminativo.

Item... Faltam dois ainda para o Terminativo.

Item 17, Terminativo. Projeto de Lei do Senado, nº 273, de 2009. "*Autoriza o Poder Executivo a implantar o campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no Município de Goianinha.*" Autoria da Senadora Rosalba Ciarlini. Relatoria do Senador Garibaldi Alves Filho. Parecer favorável.

Observação: "*A matéria a ser votada em bloco, segundo decisão nº 1 dessa comissão, aprovada por unanimidade em 09/06/2009*."

Ad hoc, eu peço ao Senador Agripino Maia que faça a leitura.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Srs. Senadores, é da autoria da Senadora Rosalba Ciarlini.

Esse projeto objetiva obter a autorização ao Poder Executivo para criar o campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no Município de Goianinha.

Trata-se de uma criação de uma escola técnica federal, nos padrões que são conhecidos, no município de Goianinha.

Por que Goianinha? O Município de Goianinha, situado na microrregião do litoral sul do Rio Grande do Norte, polariza 10 municípios com de cerca de 151 mil habitantes, cuja economia está assentada na intensa atividade turística presente em toda faixa litorânea dessa região, que conta com mais dois mil leitos de hotéis e pousadas, e mais de cerca de 420 bares e restaurantes turísticos, além de vários estabelecimentos de atividades conexas ao turismo.

É, portanto, um município polo, carente da qualificação de pessoal, voltado para indústria canavieira, mas acima de tudo para a indústria turísticas, o que leva a Senadora Rosalba a propor, e o meu parecer é favorável, à instalação de uma escola técnica federal no município de Goianinha.

O nosso voto é favorável.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Continua em discussão, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só para cumprimentar a Senadora Rosalba e o Senador José Agripino pela iniciativa.

Hoje nós temos sentido de perto a grande dificuldade da juventude de ter escolas técnicas por perto, para poderem se fixar. E ver qual é a virtude da região para poder por escola que se direcione realmente para o interesse daqueles que lá residem e essa juventude não tenha que se deslocar.

Então, cumprimento a V. Exa., e cumprimento pelo relatório o Senador José Agripino. E sou pela aprovação do projeto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora, Marisa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Continua em discussão, Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria de agradecer as palavras do Senador Romeu Tuma e também a relatoria *ad hoc*, do Senador Agripino, no projeto do Item 16 que cria a escola técnica federal para o Município de Goianinha, o relator, o Senador Garibaldi, que está presidindo a outra reunião, não pôde estar presente, mas o Senador Agripino fez a sua relatoria.

E também o Item 18 e o Item 17 e 18 se refere ao mesmo objetivo, criação de escolas técnicas em regiões do Rio Grande do Norte, todas elas, a nossa intenção foi exatamente de criar a possibilidade de aproveitar as vocações naturais, no caso de Goianinha, que é um município que tem uma larga experiência e trabalho, na questão da... Da cana-de-açúcar, mas também hoje é um polo turístico, com a Praia de Pipa, Tibau do Sul, ali em torno de Goianinha, e vários outros municípios, com suas praias maravilhosas, como aqui o senador colocou.

Além de que, também os outros dois projetos, um se refere à escola técnica federal, no Município de Assú e outro na Cidade de Macaíba. Assú que fica no vale de uma região onde temos petróleo, fruticultura irrigada, onde temos também a criação de, do Vale do Assú, muito de camarões. Enfim, um potencial muito grande. E Macaíba na grande Natal com uma vocação muito para indústria.

E isso é algo fundamental que nós possamos criar, de nível médio, dar a nossos jovens oportunidade de se qualificar e valorizar as vocações do nosso estado, o potencial que tem, para que possamos crescer na geração de emprego, de renda e de muitas oportunidades.

É isso que queria colocar. Muito obrigada, Senadora Marisa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senadora Rosalba.

Eu vou ler o Item nº 18, Terminativo. O Projeto de Lei do Senado 298/2009. "*Autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no Município de Assú.*" Autoria da Senadora Rosalba Ciarlini. Relatoria do Senador José Agripino, parecer favorável.

Observação: A matéria vai ser votada em bloco, segundo Decisão nº 01 dessa comissão, aprovada por unanimidade em 09/06 de 2009.

Com a palavra o relator, Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): A Senadora Rosalba propõe a criação de uma escola técnica.

Eu estou ainda à moda antiga, porque eu que sou crítico dos erros do atual governo, eu reconheço que a multiplicação das escolas técnicas federais, no Brasil e no meu estado é uma coisa positiva que este governo está realizando. Eu preciso reconhecer e o faço, faço publicamente.

A propositura da Senadora Rosalba se dirige, nesse projeto especificamente, para o município que é pólo de uma região, o Vale do Assú, produtor de frutas tropicais, é um grande produtor de banana, de manga.

E é uma área onde diversas fazendas de criação de camarão estão instaladas produzindo emprego, renda e divisas para o país. E a ainda por cima é o município grande empregador do ramo da cerâmica, pelo fato de na várzea do Vale do Assú haver o depósito que vem de anos e anos de matéria que se presta de forma excelente para a fabricação de boa telha e de bom tijolo, de modo que é uma região empregadora com vocação multifacetada, voltada para fruticultura, para carcinicultura e para indústria cerâmica.

Carece, evidentemente, de uma escola técnica federal, o que motivou a Senadora Rosalba a apresentar o projeto autorizativo a que o Poder Executivo tome a iniciativa para instalar também em Assú uma escola técnica federal.

Nosso voto é favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado Senador José Agripino.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora, claro que meu voto também é favorável, porque para criar qualquer centro de ensino eu creio que é melhor do que não criá-lo.

Mas embora o Senador José Agripino seja oposição e eu faço parte do bloco do governo. Eu quero fazer uma alerta, não uma crítica às escolas técnicas criadas nesses últimos dois, três anos.

Essas escolas vão fracassar se não melhorarmos o ensino fundamental. Houve um tempo em que para entrar numa escola técnica bastava saber ler e ter mãos fortes e com o mínimo de trabalho adquiria a habilidade de operário.

Não é mais assim. Hoje as máquinas ficaram inteligentes e para você conversar com ela tem que saber a linguagem dela, para saber a linguagem que tem que ter passado por uma escola fundamental, onde se adquire os instrumentos do conhecimento moderno: noções de computação, perder o medo de conversar com as máquinas através dos dedos. Antes se conversava com as máquinas através das mãos, por isso mão de obra. Hoje se trabalha com base nos dedos. E eu temo que uma boa coisa que foi criar as escolas, termine fracassado. Da mesma maneira que criar uma universidade sempre vai ter meu apoio, mas vão fracassar as universidades, porque a gente cria universidade sem aumentar o número dos que terminam o segundo grau, nem a qualificação dos que terminam o segundo grau. Essas universidades vão se chamar universidades, mas na verdade vão ser um pouquinho de 'pós-secundário'. Até porque elas vão ter que dar cursos para recuperar o que os alunos não aprenderam no ensino médio.

Então, fica aqui, não é crítica, fica aqui o meu alerta, ao mesmo tempo que apoio com muito vigor e muita satisfação a criação da escola.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V. Exa. Faz aqui, além do alerta, um registro que deve ser introjetado por todos.

A questão nossa, eu estava me lembrando, há muitos anos atrás, nós tínhamos o ensino médio profissionalizante, que não foi para frente porque os laboratórios estavam, não tinham sido implementados da forma como necessária, ou os professores não tinham condições sobejas de trabalhar nos laboratórios. Resultado: não foi para frente e fizemos uma série de experiências outras.

Então, o ruim é quando a gente faz experiências sem levar em conta realmente aquilo que é necessário para que a educação se dê com qualidade.

Concordo com V. Exa. que se nós não tomarmos conta do nosso ensino fundamental e não garantirmos o gargalo enorme que nós temos no ensino médio, provavelmente nós vamos fazer com que as nossas universidades sejam inócuas.

Oxalá essas escolas federais sejam de bom... De boa qualidade e possam fazer o seu trabalho.

Como temos quórum para votar, Senador Agripino, peço a gentileza de V. Exa., para votar o nº 01, pelo menos, é Terminativo, atendendo aí inúmeras pessoas que estão aqui, que vieram só para acompanhar esse projeto.

Vamos votar então, o Item nº 01, que já foi discutido hoje aqui, aproveitando o quórum que nós temos nessa manhã.

Item nº 01. Terminativo. O projeto de lei da Câmara 324 que "*Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.*" A autoria é do Deputado Lobbe Neto. Relatoria do Senador Cristovam Buarque; parecer favorável, que já foi lido e discutido nessa manhã.

Portanto, continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Vamos à votação.

Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator, com o autor, com os bibliotecários, com acesso a leitura para todos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o relator e quero aqui parabenizar o autor, porque realmente esse projeto é magnífico e merece a aprovação de todos nós.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o relator, eu voto sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu voto sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Voto sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o relator e o autor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Cristovam Buarque, voto conhecido.

Portanto, o projeto do Item 01, terminativo, foi aprovado.

[palmas]

Item 06. O Item 06.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, só antes do Item 06, registrar ao Deputado Lobbe Neto, do nosso partido em São Paulo, que foi o autor desse projeto, os méritos também para ele que foi o autor nessa iniciativa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Romeu Tuma, obrigado Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sra. Presidente, o Item 19 é igual eu gostaria de fazer a relação, o relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós vamos aproveitar o quórum para votar em bloco o 17, 18... 17 e 18.

O 19 V. Exa. poderia fazer a leitura, senador?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Rapidamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E o nove também, Presidente.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Igualmente-–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para votarmos em bloco.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Igualmente, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): "*Autoriza o Poder Executivo a implantar o campus do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, no Município de Macaíba*." Autoria da Senadora Rosalba Ciarlini. Relatoria do Senador José Agripino; parecer favorável. Matéria a ser votada em bloco.

Portanto, com a palavra.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sra. Presidente, o nosso parecer é favorável, pelas mesmas razões que expus em relação às propostas feitas para o Município de Assú e para a Município de Goianinha, com um esclarecimento: o Município de Macaíba é um município da Grande Natal, é um município industrial, tem uma população de 64 mil habitantes, tem a quinta maior economia do estado, com base fundamentalmente em indústria, muito diversificada.

Tem um bom distrito industrial e a implantação desse campus, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em Macaíba com o curso de formação técnica voltadas para as características e potencialidade da economia regional assegurará aos jovens nessa região, a oportunidade de acesso a uma educação de qualidade, que lhes abrirá as para um futuro muito mais promissor.

Por essa razão, o nosso voto é favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Agripino.

O último para votarmos em bloco, semelhante, pelo menos com o mesmo teor. Terminativo. O Projeto de Lei do Senado 256, de 2006, "*Autoriza o Poder Executivo a criar Universidade Federal para Desenvolvimento do Sertão Sergipano – UNISSE, com sede na Cidade de Poço Redondo, no Estado do Sergipe*." Autoria da Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria do Senador Neuto de Conto. Parecer favorável. Matéria a ser votada também em bloco.

Com a palavra o relator, Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sra. Senadora Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Em exame nesta comissão, Projeto de Lei do Senado, PLS 256/2006, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que "*Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Sertão Sergipano – UNISSE, com sede no Município de Poço Redondo*".

"*Art. 1º. Ficando a concretização desse ato subordinação... Consignação*".

[soa a campainha]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de pedir ao senador. Senador Cristovam. Só um minutinho.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): "*consignação, no Orçamento da União de suficientes dotações para o funcionamento da nova instituição".*

Análise: *"O PLS 256, de 2006 intenta ampliar a oferta educação superior pública e de qualidade da área desassistida no Estado do Sergipe.*

Por outro lado, no que tange a oferta oportunidade educacional propõe-se oportuno para suprir necessidades locais e que configura efetiva medida de democratização do acesso à educação superior.

Considerando que a proposição autorizativa, tais como que a ora examinamos encontra-se no amparo da jurisprudência nessa Casa Legislativa e o teor do parecer 2.527 de 1998, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, o projeto de lei em apreço apresenta adequado, no que tange aspecto da constitucionalidade, juridicidade, [soa a campainha] *além de estar vazado na melhor técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro, de 1998.*

Por fim, uma vez preenchidos os requisitos em comento, a relevância social e econômica do projeto de lei, apresenta o mérito que necessita para lograr escolha para que a comissão... Pela comissão e pelo Senado Federal".

Voto. *"Diante do exposto, nosso Voto é pela aprovação do Projeto de Lei 256, de 2006."*

É o relatório, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada [soa a campainha], Senador Neuto.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Peço a palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E último.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Peço a palavra, Presidente. Em se tratando de um projeto da autoria da Senadora Maria do Carmo, [soa a campainha] Senadora por Sergipe.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim. Só para aproveitarmos quórum. É o último desse...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas serei rápido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Apenas para...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O último desse grupo para votarmos em bloco, todos juntos.

Senador Cícero Lucena com a palavra. Autoriza... Projeto de Lei do Senado nº 534, que "*Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, na região noroeste de Goiânia*." Autoria do Senador Marconi Perillo e relatoria do Senador Cícero Lucena; parecer favorável, e também matéria a ser votada em bloco.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O Senador Marconi Perillo, conhecedor profundo das necessidades de Goiás apresentou esse projeto, e como o relatório já tinha sido distribuído anteriormente, o Voto é favorável, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Portanto, eu vou colocar em votação, em bloco, os Itens 9, 12-–

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só um minutinho, senador. Os Itens 9, 12, 13, 17, 18, e 19. Colocaríamos em bloco.

A palavra, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É só para conferir o quórum. Acho que para o Projeto Terminativo já caiu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Papaléo Paes acabou de chegar. O Senador Cristovam está aqui. Vou chamá-lo. Portanto, fazer a chamada.

Senadora Ideli Salvatti.

Todos, todos nós estamos votando agora. São 2, 4, 5, 6. Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): José Agripino?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Cícero Lucena

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sérgio Zambiasi

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Cristovam Buarque. Com o relator.

Então, pergunto aos Srs. Senadores, e senhoras senadoras se mantêm o voto para as Emendas 01 da CCJ, 02 da CCJ, 03 da CCJ ressalvadas as subemendas oferecidas pela Senadora Ideli.

Aqueles que permanecem... Aprovada.

Pergunto aos Srs. Senadores e Senadores Senadoras se mantêm o voto para subo emendas das Emendas 01 da CCJ e 02 da CCJ, e 03 da CCJ. Aqueles que estão de acordo permaneçam como se acham. Aprovada.

Pergunto aos Srs. Senadores e Senadoras se mantêm o voto para emendas oferecidas. Aprovada.

Portanto, os Projetos nºs 9, 12, 13, 17 e 19 foram aprovados.

Vamos ao... Aos Não Terminativos que faltam. Terminativo foram todos?

O Item 08 da pauta. O Item 08 da pauta, Não Terminativo. Indicação nº de 1, de 2008. "*Nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, indica à Comissão de Educação, Cultura e Esporte a realização de estudos para a instalação, em sua sala de reuniões, de galeria de fotos dos grandes educadores brasileiros*." Autoria, Senador Mão Santa. Relatoria da Senadora Kátia Abreu. Parecer favorável.

[soa a campainha]

Quero pedir que o Senador Valadares seja o nosso *ad hoc*, no Item nº 08, se for possível.

Item nº 8. Noventa e oito, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): A relatora é a Senadora Kátia Abreu; como relator *ad hoc* passarei logo à análise.

Tratando-se de um projeto sobre a Indicação nº 01/ 008 que indica a essa comissão a realização de estudos para instalação em sua sala de reuniões de galeria de fotos dos grandes educadores brasileiros.

Nesse caso específico, a indicação aponta para adoção de medida administrativa, qual seja, instalar uma galeria de fotos no Plenário desta Comissão. Tal medida obviamente deve ser precedida de estudos sobre a sua viabilidade.

Assim sendo, nada obsta que o estudo seja sugerido seja realizado. O voto é pela aprovação da Indicação nº 01 do Senador Mão Santa.

Este é o relatório Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Senadores e Senadoras que estão de acordo permaneçam como se acham. Aprovado. Requerimentos da pauta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, a Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu estou solicitando a inclusão extrapauta. Dois requerimentos para realização de audiências públicas. Um é para instruir o PLC 280, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. E o outro é Audiência Pública para questão do fundo social do pré-sal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Os dois requerimentos estão sob a Mesa. Os senadores e senadoras que concordam com a inclusão extrapauta, permaneçam como se acham. Aprovado.

Item nº 25, não terminativo. O Requerimento... "*Considerando que entre dezembro de 2005 e junho de 2009, houve aumento*..." Eu queria pedir a Senadora Rosalba Ciarlini que faça a leitura do Item 25, da sua autoria.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não. "*Considerando que entre dezembro de 2005 e junho de 2009 houve aumento de 130,80% de presos na idade de 18 a 24 anos de idade, sendo que nesta idade o jovem estaria saindo do ensino médio ou da faculdade; e considerando, segundo o grau de instrução, que a maioria dos presos tem o fundamental incompleto (46,02%); considerando, decréscimo de -10,88% no número de presos alfabetizados entre 2005 e 2009; requeiro, nos termos regimentais, a realização, de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Educação, Cultura e Esportes com a Comissão de Assuntos Sociais, para discutir as relações sociais cadeia-escola pública.*

Para tanto, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades: Dr. Luiz Paulo Teles F. Barreto, Ministro de Estado da Justiça; Dr. Fernando Haddad, Ministro da Educação; Dr. Fábio Feitosa da Silva, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; Dra. Miriam Abramovay, Observatório de Violência nas Escolas do Brasil; Dra. Alba Zaluar, Soció-

loga, coordenadora do Núcleo de Pesquisa da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro."

É esse o nosso requerimento Senadora, para que nós possamos fazer um debate sobre a importância, claro, da educação também no resgate dos nossos jovens, na oportunidade de que eles possam crescer, com a sua inteligência, com seu saber e não levá-los aos caminhos do crime.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em discussão. Senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Senador... Item nº 26. Terminativo... Não Terminativo. Requerimento também. Eu quero pedir à Senadora Rosalba que faça também a leitura, por favor.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): "*Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de audiência pública com os debatedores da Conferência Nacional de Educação, CONAE, realizada no dia período de 28 de março a 1º de abril de 2010, quando foram discutidas as novas diretrizes estratégicas para a educação básica, pública e privada no Plano Nacional de Educação que vigorará de 2011 a 2020*."

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se acham.

Temos dois requerimentos sobre aqui sobre a Mesa, de autoria da Senadora Ideli Salvatti. E gostaria de pedir a ela que fizesse a primeira leitura.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sra. Presidente, o primeiro requerimento é para audiência... Realização de audiência pública para instruir o PLC 28, que altera a LDB que estabelece as diretrizes e dá outras providências.

Os convidados são: a Ivelise Freitas de Souza Arco-Verde, do CONSED; Carlos Eduardo Sanches, da UNDIME; Edna Martins Borges, Coordenadora-Geral de Ensino Fundamental do MEC; Rita de Cássia Freitas Coelho, Coordenadora-Geral de Educação Infantil, também do MEC.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Senadora Ideli para a leitura do segundo requerimento de sua autoria.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O segundo requerimento é audiência conjunta entre as diversas comissões que estão avaliando o projeto que cria o fundo social, dispõe sobre a sua estrutura e fontes de recursos, e altera a Lei 9.478, convidando para esta Audiência Pública representante da Casa Civil da Presidência da República, representante do Ministério de Minas e Energia, Representante do Ministério da Fazenda e o Presidente do IPEA, o Professor Márcio Pochmann.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Quero pedir também aqui a inclusão da pauta, de um requerimento de autoria do Senador Flávio Arns, Eduardo Azeredo e com minha assinatura também. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

Requerimento. "*Com fundamento no disposto no art. 90, inciso II e V, 93, inciso II, do Regimento Interno da Casa, requeiro a realização de audiência pública com vistas a debater as potencialidades da educação à distância na escolarização e profissionalização da pessoa com deficiência no país.*

Para tanto, sugiro os seguintes convidados: Sr. Carlos Alberto Chiarelli, ex-Ministro de Educação; Sr. Fredric Litto, Presidente da Associação Brasileira de Ensino a Distância, ABED; alunos com deficiências egressos dos Projetos Pilotos da Associação da Cadeia Produtiva de Educação à Distância, ACED; e o representante do Ministério da Educação."

Aqueles que concordam. Em discussão. Não havendo quem queira discussão discutir. Os senadores e senadoras que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

O último item da pauta de homem hoje é Item nº 07, Não Terminativo. Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2002, "*Instituiu o dia nacional de combate ao Dengue*." Autoria da emenda, Câmara dos Deputados. Autoria do PLS nº 23, de 2002, Senador Vasco Furlan. Relatoria, Senador Raimundo Colombo. Parecer pela rejeição da Emenda e pela manutenção do texto original aprovado pelo Senado Federal.

Observações: 1. O PLS 23/02, de autoria do Senador Vasco Furlan foi aprovado em 22/08/2003, no Senado Federal.

Como relator *ad hoc* solicito à Senadora Rosalba Ciarlini que faça a leitura do relatório.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Sra. Presidente. O Projeto de Lei do Senado... Nós vamos apreciar, fazer uma análise sobre a emenda da Câmara dos Deputados, nº 23 de 2002, ao Projeto de Lei do Senado, mesmo nome e número, "*O Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2002, Projeto de Lei nº 2.049, de 2003, na Câmara dos Deputados,*

do Senador Vasco Furlan, que institui o Dia Nacional de Combate ao Dengue."

"*O projeto de lei, ele... Que institui o Dia Nacional de Combate a Dengue, a ser celebrado anualmente no dia 23 de julho e autoriza os gestores do Sistema Único de Saúde – SUS a desenvolverem campanhas educativas e de comunicação social na semana que contiver o referido dia.*

Nesta Casa, o projeto foi apreciado por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde foi aprovado sem alterações e, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais, onde foi aprovado com uma emenda da relatora, que alterou a data de celebração do Dia Nacional para o penúltimo sábado do mês de novembro, sob a justificativa de já ter sido instituído, pelo Ministério da Saúde, com o mesmo objetivo, o Dia Nacional... O Dia D Nacional contra o Dengue, celebrado, também anualmente, no penúltimo sábado do mês de novembro.

Encaminhado à revisão da Câmara dos Deputados foi apreciado pelas Comissões de Seguridade Social e Família, de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e Cidadania.

Na primeira delas, o projeto recebeu parecer favorável com uma emenda que alterou o seu art. 1º, acrescentando-lhe a frase: 'sem prejuízo das ações continuadas de prevenção à doença aconselhadas pela vigilância epidemiológica'.

Na Comissão de Educação e Cultura, o projeto foi aprovado nos termos do parecer aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família.

Na CCJ, no entanto, a proposição foi mais uma vez emendada, haja vista aquela comissão ter entendido como injurídico e inócuo o art. 2º, que autoriza o SUS a desenvolver campanhas no período, vez que o Poder Executivo já detém competência para tanto.

Nesta Casa, as emendas em análise já foram analisadas pela CAS, que aprovou relatório pela rejeição de ambas.

Concordamos com o posicionamento da CAS em seu entendimento e voto.

Em relação ao acréscimo feito pela Emenda nº 1 da Câmara dos Deputados, julgamos que não acrescenta matéria relevante nem aprimora o dispositivo emendado.

Em relação ao caráter autorizativo do art. 2º do projeto de lei, objeto de emenda supressiva na Câmara dos Deputados, temos a mesma percepção da CAS: trata-se tão somente de matéria cujo entendimento é discordante entre as duas Casas Legislativas do Congresso Nacional.

Dessa forma, é nossa opinião que as emendas propostas pela Câmara dos Deputados não aprimoram o projeto e em vista do exposto, somos pela rejeição da Emenda nº 23, de 2002, ao Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2002, e pela manutenção do texto original aprovado pelo Senado Federal."

É esse o relatório Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sra. Senadora. Em discussão. Aqueles que concordam, coloco em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Senadora Rosalba, V. Exa. entrou com um requerimento aqui, Item 26 da pauta. Já foi aprovado. Eu gostaria de fazer, de solicitar V. Exa. Que a gente pudesse aprovar um aditamento a esse requerimento. Em vez de ter só os debatedores, da Conferência Nacional de Educação, CONAE, eu gostaria de colocar também especialistas, não só quem debateu, mas os especialistas que estavam presentes, que participaram, e que também tem informações a dar, e não só aqueles que debateram. Se V. Exa. Concordar com o aditamento.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Concordo plenamente Sra. Presidente. Até porque eu acho que a senhora com o conhecimento e com a experiência que tem em educação, com essa sua sugestão, a senhora vem a aprimorar e com certeza, teremos o resultado ainda melhor nessa audiência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Eu encaminho posteriormente os nomes, então à Vossa... A essa Mesa.

Coloco em votação o aditamento. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar na manhã de hoje, dou por encerrada essa sessão.

Sessão encerrada às 12h55.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2010.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte de abril de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Inácio Arruda, Marco Maciel, Heráclito Fortes, Alvaro Dias, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, João Ribeiro, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho,

Mozarildo Cavalcanti e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Roberto Cavalcanti, Valter Pereira, Mauro Fecury, Geovani Borges, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, José Agripino e Adelmir Santana. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 12/10-CE, de autoria dos Senhores Senadores Marisa Serrano e Flávio Arns, destinada a debater as **"Propostas do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 para alterar o art. 6º da Lei 12.035, de 2009 (Ato Olímpico) e o § 2º do art. 15 da Lei 9.615, de 1998 (Lei Pelé) que regulamentam a proteção aos símbolos relacionados aos jogos olímpicos e paraolímpicos"**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Tatiana Sá, Advogada do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 e do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e Senhora Maria Carolina Leão Diógenes Melo, Advogada do escritório H.B. Cavalcanti e Mazzillo Advogados. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Leonardo Gryner, Diretor de Marketing, Comunicação, Cultura, Cerimônias e Broadcasting do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 e Diretor de Marketing e Comunicação do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e o Senhor André Zonaro Giacchetta, Especialista em Propriedade Intelectual e Sócio Associado da Área Contenciosa do Pinheiro Neto Advogados**. Neste momento, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, comunica ao plenário que o Excelentíssimo Senhor Ministro do Esporte, Orlando Silva, convidado para compor a mesa da presente Audiência, justificou a ausência via correspondência eletrônica recebida nesta Comissão em 15 de abril do corrente e informou que o Ministério indicaria um representante para o debate em questão, o que não ocorreu. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Flávio Arns – autor do Requerimento, e os Senhores Senadores Romeu Tuma, Alvaro Dias, Cristovam Buarque e Inácio Arruda. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência submete ao Plenário proposta no sentido de encaminhar as notas taquigráficas da presente reunião ao Excelentíssimo Senhor Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, com o intuito de informar a posição contrária desta Comissão com relação à proposta encaminhada pelo Presidente do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, Senhor Carlos Arthur Nuzmann. A proposta é aprovada por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Senador Flávio Arns, pede a palavra e sugere que esta Comissão encaminhe expediente aos Ministérios com o fim de questionar o interesse dos mesmos na utilização dos termos e expressões a serem protegidos pela Lei nº. 12.035, de 2009 (Ato Olímpico). A sugestão é acatada. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Marisa Serrano,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom-dia. Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 12, desta Comissão, de 2010, de minha autoria e do Senador Flávio Arns, para realização de Audiência Pública, destinada a discutir as alterações propostas pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, no art. 6º, da Lei 12.035/2009, Ato Olímpico, e no § 2º, do art. 15, da Lei 9.615/1998, a chamada Lei Pelé, que regulamentam a proteção aos símbolos relacionados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Dando início à Audiência Pública, solicito ao secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados, para tomarem assento à Mesa.

Começando a nossa reunião de hoje, eu quero agradecer, aqui, a presença do Sr. Leonardo Gryner, diretor de marketing, comunicação, cultura e cerimônias e *broadcasting* do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, diretor de marketing e comunicação do Comitê Olímpico Brasileiro. Quero agradecer, também, a presença, e por ter aceito o nosso convite, do Sr. André Zonaro Giacchetta, especialista em propriedade intelectual e sócio, associado da área

contenciosa, Pinheiro Neto Advogados. E agradecer, também, a presença, conosco, aqui, à Mesa, do Sr. Sergio Mazzillo, advogado do H.B. Cavalcanti e Mazzillo Advogados. Sejam bem-vindos à nossa casa.

Quero passar a palavra ao primeiro convidado de hoje, o Sr. Leonardo Gryner, e dizer que o objetivo maior dessa nossa reunião de hoje é, justamente, poder ouvir os nossos convidados a respeito de uma solicitação feita pelo Presidente Nuzman ao Presidente José Sarney, de mudança na Lei Pelé e na Lei do Ato Olímpico. Como esta Comissão achou por bem maiores esclarecimentos, para que a gente pudesse, nessa Casa, defender, ou não, a solicitação do Sr. Nuzman, era importante que a Comissão tenha essas informações que estão sendo passadas para todo o país, através da TV Senado. E, além disso, ficam nos anais desta Casa, como documentos importantes para todos nós.

Portanto, eu quero passar a palavra ao Sr. Leonardo Gryner, por 20 minutos, para que ele faça a sua exposição.

SR. LEONARDO GRYNER: Muito obrigado, Senadora. Obrigado por nos dar essa oportunidade de fazer essa apresentação e prestar os esclarecimentos que, a gente espera, vão contribuir com o processo de análise do nosso pleito.

A apresentação é uma apresentação curtinha. A gente pode passar ali, para o segundo *slide*? Eu vou falar um pouquinho sobre como funciona o Comitê Olímpico Internacional e o Movimento Olímpico, e como é que ele gera as suas receitas. E um pouquinho, no final, sobre proteção à marca e o combate ao marketing de emboscada, que é o item, e item específico, e o foco da nossa atenção, já que não existe, na legislação brasileira, um instrumento específico para lidar com essa forma de marketing. Então, dando início. Você pode passar paro o próximo *slide*? Isso.

Na Carta Olímpica, que é o instrumento principal que gere o Comitê Olímpico Internacional, ele tem alguns princípios fundamentais que estão estabelecidos nessa carta. O primeiro deles diz o seguinte: "*Que o olimpismo é uma filosofia de vida que exalta e combina, de forma equilibrada e integral, as qualidades do corpo, vontade e mente. Através da mistura do esporte com cultura e educação, o olimpismo busca criar um modo de vida baseado no prazer do esforço, no valor educacional do bom exemplo e o respeito aos princípios fundamentais da ética universal*".

Mais adiante, nos princípios 2 e 4, ele diz o seguinte: "*Que o objetivo do olimpismo é colocar o esporte a serviço do desenvolvimento harmonioso do homem, visando a promover uma sociedade pacífica, preocupada com a preservação da dignidade humana. E a prática de esporte é um direito do homem. Todo indivíduo deve ter a possibilidade da praticar esporte, sem qualquer discriminação e respeitando o espírito olímpico, que requer entendimento mútuo, dentro do espírito de amizade, solidariedade e lealdade*". Portanto, o Movimento Olímpico, ele vai muito além do que simplesmente os Jogos Olímpicos.

E, aqui, eu vou fazer um quadro, resumo do princípio que norteia o Comitê Olímpico Internacional. Você tem, lá em cima, no topo, o olimpismo, que é a filosofia que rege todo o sistema, é uma filosofia de vida que coloca o esporte a serviço da humanidade. A visão do Movimento Olímpico é de ser comprometida a construir um mundo melhor através do esporte. A missão do Movimento Olímpico é educar a juventude, através do esporte. E a missão do Comitê Olímpico Internacional é liderar e apoiar o Movimento Olímpico, garantir a celebração regular dos Jogos Olímpicos e promover o olimpismo na sociedade. Então, os princípios fundamentais são encorajar o esforço, preservar a dignidade humana, desenvolvimento harmonioso que leva... Então, gera equivalentes, em termos de valores, a excelência, o respeito e a amizade.

Encorajar o esforço é equivalente a lutar pela excelência. Preservar a dignidade humana, demonstrar respeito, desenvolvimento harmonioso, celebrar a amizade. E isso é traduzido, no nível operacional, pelos princípios, que a gente chama de princípios de operacionais, que são universalidade, colaboração, solidariedade, autonomia e responsabilidade social, ou seja, o Movimento Olímpico é muito mais do que os jogos, ele é uma missão, ele é uma causa. A marca olímpica... E não... Aqui, não estou me referindo, simplesmente, à logomarca, não é? A marca olímpica é a marca de uma missão que persegue os mais altos ideais coletivos. A marca olímpica é reconhecida pelo seu produto maior. Aí, sim, mas ela não se resume a isso, aos Jogos Olímpicos. A sua missão é alcançada através desse evento e muitas outras ações que, às vezes, são menos conhecidas da sociedade, mas ela não se resume os Jogos Olímpicos.

A marca olímpica é, por natureza, inclusive, cooperativa. A gente quer a participação de todos de forma universal, mas, ao mesmo tempo, ela precisa manter a sua integridade e autoridade sobre suas propriedades intelectuais. A marca olímpica pertence ao Comitê Olímpico Internacional, embora o movimento seja de todos, seja inclusivo, mas a marca pertence ao Comitê Olímpico Internacional, é gerada, gerenciada e protegida pelo Comitê Olímpico Internacional. Contudo muitos embaixadores, de diversas naturezas, promovem a nossa marca e muitos acreditam que

esses embaixadores possuam algo do DNA olímpico em seu sangue.

O Movimento Olímpico, portanto, só tem como única fonte de geração de receita os Jogos Olímpicos. Ele não se resume aos Jogos Olímpicos, como eu acabei de mostrar, mas a única fonte de receitas são os Jogos Olímpicos. E, para isso, ele cria um programa de patrocínio, cujos objetivos principais são contribuir para a estabilidade financeira desse movimento que, portanto, é uma causa universal, e ajudar na promoção do olimpismo... Muito obrigado. Gerar apoio contínuo e substancial, através de parcerias duradouras e sustentáveis. Nós temos, no Movimento, empresas que patrocinam os jogos e o Movimento Olímpico desde 1928, de forma continuada. Gerar distribuição de receitas de maneira igualitária entre a família olímpica. Eu vou mostrar aqui, no *slide* seguinte, como é que essas receitas são distribuídas. Garantir a viabilidade financeira e operacional dos jogos, para que eles se realizem dentro dos padrões exigidos pelo Comitê Olímpico Internacional, e proibir a comercialização descontrolada dos Jogos Olímpicos.

No passado, já houve situações em que houve total descontrole da comercialização dos jogos, uma supercomercialização, uma superexposição. E, a partir de 1988, começou a se desenvolver, então, esse programa que a gente conhece hoje, que é um programa que conseguiu diminuir muito a supercomercialização dos jogos e com isso, ainda que a princípio possa parecer contraditório, conseguiu aumentar o valor, por restringir a possibilidade da associação de marcas, eles conseguiram aumentar, e muito, o valor dessa propriedade.

Aqui, é uma declaração do Presidente Jacques Rogge, do Comitê Olímpico Internacional, que eu vou me permitir fazer uma tradução livre: *"Sem o apoio da comunidade corporativa empresarial, sem a sua tecnologia, seu conhecimento, as pessoas, os serviços, os seus produtos, as telecomunicações, os seus financiamentos, os Jogos Olímpicos não poderiam e não podem acontecer. Sem esse apoio, os atletas não podem competir e atingir o seu melhor".*

Isso aqui é uma pizza resumida do que as são receitas, hoje, do Movimento Olímpico: 50% vêm dos direitos de transmissão, 40% vêm de vendas de patrocínio, cerca de 8% vêm de bilheteria e 2% vêm de licenciamento. Mas esses 2% podem parecer pequenininhos, mas, quando a gente vê em termos de valores reais, como essa pizza, essa soma aí é, aproximadamente, 5,5 bilhões de dólares, nós estamos falando em 2%, nós estamos falando de algo em torno de 120 milhões de dólares, é uma quantia bastante expressiva, embora, percentualmente, seja um valor pequeno.

Então, como eu falei, isso gera, mais ou menos, 5,5 bilhões de dólares. Desse total, o COI retém, para a sua administração, cerca de 10%, e os restantes, 90%, ela compartilha com o mundo. Vão para os CONs, que são os Comitês Olímpicos Nacionais, são 205 Comitês Olímpicos Nacionais em todo o mundo. E na grande maioria deles, para a grande maioria deles, essa é a única fonte de receita. E é, portanto, a única forma de se permitir acesso ao esporte para jovens, milhões de jovens, no mundo inteiro, através dessa contribuição que o Comitê Olímpico Internacional dá aos Comitês Olímpicos Nacionais. As Federações Internacionais, que também desenvolvem os seus programas de desenvolvimento dos esportes no mundo inteiro e, finalmente, os comitês organizadores dos jogos, sejam os jogos de verão ou os jogos de inverno. Então, dessa forma o que dinheiro é distribuído.

Então, só para fazer um resumo, antes de passar para o próximo tópico, o Movimento Olímpico é uma causa, ele é muito maior do que os jogos, mas os jogos são a sua única fonte de receita. Então, é importante, quando uma cidade e um país conquistam o direito de sediar os jogos, na verdade, você não tem apenas a responsabilidade de organizar os jogos, mas você tem a responsabilidade de manter esse movimento, preservar a sua integridade, colaborar para que a marca, ao terminar os seus jogos, tenha, no mínimo, o mesmo valor, mas idealmente que você devolva essa marca ao Comitê Olímpico Internacional de forma ainda mais valiosa, valendo ainda mais do que o valor que ela tinha quando a gente recebeu. Então, a nossa responsabilidade vai além de, simplesmente, organizar aquelas competições esportivas ali.

Passando especificamente ao tema, aqui... Pode passar. Ele tem outra característica, os Jogos Olímpicos – essa fotografia, aqui, ilustra essa situação – não tem, como vocês podem reparar, nenhuma placa comercial de nenhum anunciante em nenhum local dentro da instalação. Isso obedece a uma política do Comitê Olímpico Internacional, chamada de estádio limpo, sem qualquer referência comercial. Nenhum jogador pode portar qualquer tipo de publicidade na camisa, nenhum valete pode portar publicidade, nenhum árbitro, nenhum dos acessórios de campo, tipo protetores de poste, algo tão comum de se ver em competições esportivas, nos Jogos Olímpicos, isso não é permitido.

A única forma... Ou seja, quando você entra em um estádio, você não encontra nenhuma das marcas dos patrocinadores lá. Então, a única forma que es-

ses patrocinadores têm de transmitir ao público a sua socialização com os jogos é através de campanhas publicitárias, não tem outra forma de fazer isso, não tem exposição de marca nos jogos, não há nenhuma exposição de marca nas transmissões de televisão dos jogos que vão para bilhões de pessoas no mundo inteiro. A única forma são campanhas publicitárias que cada patrocinador desenvolve. E por isso que é tão importante proteger essa capacidade de se fazer campanhas publicitárias com associação aos jogos. Pode seguir.

No nosso contrato... O contrato que a cidade assina, o país assina, uma vez que ganha os jogos, ele é assinado, estipula a seção 42, é chamado contrato da cidade-sede. Ele estipula, na seção 42, que devem ser protegidos todos os símbolos e designações relativas aos Jogos Rio 2016, com o objetivo de prevenir e cessar o marketing de emboscada e qualquer uso não autorizado das propriedades olímpicas, ou seja, não é apenas a proteção concedida normalmente pelos instrumentos de proteção à marca. Você pode registrar uma marca, e ela fica protegida, mas o problema é conseguir controlar o marketing de emboscada. Esse é mais sutil. Esse, no caso, brasileiro, não existe uma legislação específica que dê proteção a esse tipo de atividade.

O Comitê Olímpico Internacional entende como marketing de emboscada – e aqui também é uma tradução livre –, qualquer atividade realizada por uma entidade pública ou privada que coloca em risco a capacidade e geração de receita do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos, por criar, sugerir ou fazer referência a uma associação direta ou indireta com os Jogos Olímpicos. Quem pode fazer isso, quem pode criar, sugerir, fazer referência são os patrocinadores oficiais, que compraram esse direito. E essa, eu repito aqui, é a única forma que eles têm de estabelecer essa conexão entre essas empresas e o evento, porque não existe nenhum outro tipo de exposição de marketing. Então, qualquer outra campanha publicitária que guarde semelhança, que sugira associação, fere diretamente o direito desses patrocinadores e, com isso, diminui o valor dessas propriedades.

Eu vou dar, aqui, alguns exemplos de como a indústria publicitária, de propaganda, área de marketing consegue ser criativa, como é que ela usa, muitas vezes, associações, sem usar especificamente o termo Jogos Olímpicos ou fazer uma referência direta ao violento. Esse, por exemplo, foi um anúncio que a Brahma fez, assim que o Rio de Janeiro conquistou a sede, ele coloca uma medalha de ouro e com a palavra Brahma, a Brahma com uma medalha de ouro, como se tivesse sido feito da Brahma, ou como se a Brahma tivesse feito qualquer colaboração, no sentido de ajudar a Cidade do Rio de Janeiro, o país, a conquistar essa sede dos jogos. A Brahma não foi patrocinadora da candidatura dos Jogos Olímpicos, do Rio de Janeiro, no entanto, se apropria e, no texto, ela faz várias referências, já, ao termo olímpico, por exemplo, e tenta buscar essa associação com os jogos.

Outro exemplo na mesma linha é o Laboratório Sérgio Franco, um laboratório lá do Rio de Janeiro, que faz exames ambulatoriais e que, também, tenta fazer, criar essa mesma associação, como se eles tivessem tido uma participação ou tivessem patrocinado a causa ou a candidatura do Rio de Janeiro.

Esse aqui é um exemplo mais antigo, é de 2004. A empresa Quaker, através do seu produto Toddynho, criou uma linha, que eles chamavam de sabores olímpicos. Cada capa, cada embalagem dessa fazia referência ao esporte. O primeiro, ali, da esquerda, é vôlei, o do meio é basquete e ali da ponta direita é o ciclismo. Ele não faz nenhuma referência clara aos Jogos de Atenas, mas ela divulga, ela faz essa promoção, exatamente, na época dos jogos. Por que ela faz isso? Ela não poderia criar essa mesma campanha em qualquer outro momento da história, em qualquer outro ano, em qualquer outro momento? Poderia. Mas acontece que os eventos têm essa capacidade de gerar tráfego para promoções e campanhas desse tipo.

Então, quando você faz uma atividade desse tipo perto dos eventos, você consegue atrair um maior número de consumidores para as suas campanhas. É um exemplo típico, são ações feitas pelos bancos em torno de Copa do Mundo, em torno dos Jogos Olímpicos mesmo, que eles criam aquele PIC – o Plano de Capitação Incentivada – que sorteia prêmios para os seus aplicadores.

Ora, essa promoção pode ser feita em qualquer época do ano ou em qualquer ano, mas elas são exacerbadas na época dos jogos porque os jogos têm essa capacidade de atrair um tráfego maior para essas promoções. E é por isso que elas tentam usar de toda criatividade, de criar uma associação com os jogos.

Um outro exemplo, esse aqui, esse e o próximo, extremamente sutis. Esse é Banco do Brasil, em Atenas. Na camiseta que os torcedores utilizavam no estádio não havia qualquer referência nem ao Banco do Brasil, nem aos jogos, mas no Brasil havia uma campanha publicitária que passava em rádio, jornais, em TVs que faziam essa ligação entre o símbolo que estava naquela camiseta e a campanha do Banco do Brasil, de tal maneira que, quando o telespecta-

dor via essa ação, entendia claramente que isso era uma ação do Banco do Brasil, porque a campanha publicitária que criava essa conexão que, a princípio, não parecia óbvia.

O próximo exemplo é outro caso típico. Foi uma briga da Brahma com a Kaiser, na época da Copa do Mundo de 94, em que a Brahma, que não era patrocinadora da seleção brasileira, contratou vários jogadores para fazer esse gesto. Ora, a princípio, esse gesto não tem nenhuma marca, não significa absolutamente nada, mas igual como o Banco do Brasil fazia, a Brahma tinha um campanha na televisão – televisão, jornal, rádio – que explicava que esse gesto aqui era, na verdade, o símbolo de uma campanha publicitária da Brahma e que criava, fazia, portanto, essa conexão entre a marca proprietária e aquele evento de forma indevida, porque ela não era nem patrocinadora da seleção e nem patrocinadora...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Essa identificação da nº 1...

SR. LEONARDO GRYNER: Isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aquela propaganda que suava era a...

SR. LEONARDO GRYNER: Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, isso já tem, inclusive, uma outra atriz que fazia, sem falar, mas levantando o dedo, que era para dizer que era a primeira, a nº 1.

SR. LEONARDO GRYNER: Exatamente. É. Porque a campanha publicitária é que ajudava o expectador a criar essa conexão, embora o gesto em si.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É subliminar e inteligente.

SR. LEONARDO GRYNER: Exatamente. Muito criativo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa.

SR. LEONARDO GRYNER: Os meus pares são muito criativos. Então, o marketing de emboscada e implicações dele, de novo, aqui não existe, na legislação brasileira, nenhum instrumento que o proteja, em outros países existem. Aqui, a nossa vizinha, a Argentina, tem uma excelente legislação de proteção marketing de emboscada; nós, aqui, ainda não temos. Mas as implicações do marketing de emboscada são diminuição da exposição da marca patrocinadora.

No caso, ali, a Brahma tinha uma campanha tão maciça na televisão que ela chegava a ofuscar o patrocínio da Kaiser. Há uma sobreposição de marca, o que diminui o valor da propriedade, os Jogos Olímpicos são uma prova disso. Porque, no passado, quando havia muitas marcas, os jogos perderam o valor. Quando eles conseguiram reduzir o programa de marketing para poucas marcas, esse valor cresceu e não para de crescer desde então.

Há um claro desvio de clientela. O mercado publicitário vai preferir fazer determinadas ações, sem pagar direito ao dono do evento. Cria uma falsa associação com o evento, diminui interesse geral dos patrocinadores e acaba, eventualmente, até inviabilizando o evento. No nosso caso, é importante ressaltar o seguinte: no nosso dossiê de candidatura, no orçamento dedicado à organização dos jogos, eu não estou me referindo à infraestrutura, às obras de infraestrutura, só organização dos jogos, 75% dos recursos virão de recursos privados. E existe uma garantia governamental de que, se a gente não alcançar esse valor, o Poder Público, então, vem e é o obrigado a suplementar e cobrir o possível déficit. Ora, portanto, é de interesse da sociedade criar essa proteção às marcas e ao evento, de tal maneira a preservar a capacidade do Comitê Organizador de não só gerar 75% das receitas, como possivelmente ir até além e diminuir ainda mais a participação do Poder Público, esse é o interesse da sociedade.

E, por último, a gente levanta o caso do art. 15, o § 2º do art. 15, da lei 6.915, a Lei Pelé, porque, lá, ela abre uma brecha para utilização dos termos olímpicos e olimpíada, não é? Quando ele diz que é permitida a utilização dessas expressões, quando se tratar de eventos vinculados ao desporto educacional e de participação. É importante... Da forma que ela está redigida, ela cria uma brecha para que várias ações promocionais e comerciais possam ser caracterizadas como dessa forma e, com isso, se fugir da obrigatoriedade de se comprar o direito a associação aos jogos ou de associação a esses termos. Enfim, essa é de maneira sucinta o que a gente queria apresentar hoje.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós agradecemos, aqui, a exposição do nosso convidado, Sr. Leonardo Gryner. E eu quero, aqui, informar a todos os senadores presentes que recebemos, agora, um *e-mail* do Ministério dos Esportes, informando da impossibilidade de participarem dessa Audiência Pública. Portanto, o Ministério dos Esportes não se fará presente hoje. E, também, quero informar que o Sr. Sergio Mazzillo, ele é advogado e está aqui, auxiliando o Sr. Gryner, e em todas as suas relações. Seja sempre bem-vindo. Então, a palavra para... Vinte minutos, o Sr. André Zonaro Giaccheta. Seja bem-vindo.

SR. ANDRÉ ZONARO GIACCHETA: Muito bomdia. Sra. Senadora Fátima Cleide, Srs. Senadores, é um prazer ter recebido o convite desta Casa, para vir falar sobre um tema tão importante e relevante para

o nosso país. De início, eu gostaria de dizer que, em boa medida, minha apresentação não irá confrontar ou discordar daquilo que o meu colega de Mesa acabou de dizer quanto à importância dos Jogos Olímpicos e a importância da proteção das marcas e dos símbolos olímpicos. Em verdade, a minha apresentação, e aqui, no convite, e na qualidade de técnico, como advogado, é tentar encontrar a forma adequada e um equilíbrio entre as forças que existem para que se possa possibilitar ao país ter o fundamento legal para proteção das propriedades olímpicas e, especialmente, das marcas a ela relacionadas.

Tenho uma pequena apresentação, um pequeno roteiro, se puder passar adiante, por favor. Importante dizer, desde logo, qual é a proposta, qual é o texto que está em discussão aqui. A proposta encaminhada pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro pretende a alteração do Ato Olímpico Federal, editado no final de 2009, com o objetivo bastante específico: é incluir, dentre as proibições constantes do Ato Olímpico, novos termos e expressões que não poderiam ser utilizadas por quaisquer entidades, ou pessoas físicas, ou jurídicas, sob a característica que a de violação.

Essas expressões – e eu quero desde logo pontuar, que é importante que tenhamos bem claro qual é o objetivo da minha fala – são as expressões: jogos, jogos de verão, Rio 2016, dois mil e dezesseis (por extenso), 20, 16, medalhas, medalhas de outro, prata, bronze e patrocinador. O objetivo, como disse, é a complementação do Ato Olímpico e, também, como acabou de dizer o Dr. Leonardo Gryner, que é a alteração do § 2º, da Lei Pelé, que possibilita a utilização das marcas do COI, que são Olimpíadas e Jogos Olímpicos, quando atrelados à prática do desporto educacional ou participativo. A próxima, por favor.

Então, resumidamente, o objetivo da proposta é coibir o uso indevido dos símbolos olímpicos, a prática do marketing de emboscada – que é isso que o Dr. Leonadro Gryner acabou de descrever –, o cumprimento das obrigações assumidas perante COI – o Comitê Olímpico Internacional –, como cidade-sede e a proteção da identificação dos Jogos Rio 2016.

Importante, antes de analisar a proposta em si, só fazer breve referência aos fundamentos internacionais que protegem os símbolos olímpicos. O primeiro deles: a Carta Olímpica. O Comitê Olímpico Internacional, ele é titular do direito exclusivo de exploração de licenciamento dos Jogos Olímpicos e das suas propriedades olímpicas. É importante, aqui, dizer o que são as propriedades olímpicas. De acordo com a Carta Olímpica, as propriedades são: o símbolo, bandeira, lema, hino, identificação – que aí são as expressões Jogos Olímpicos e Olimpíadas, dentre outros –, as designações, emblemas, a chama e a tocha. Designação olímpica é qualquer representação audiovisual de associação ou conexão com os Jogos Olímpicos.

É interessante que a Carta Olímpica dá aos Comitês Organizadores e ao próprio Comitê Olímpico Nacional a possibilidade de criação, designações e emblemas específicos para realização dos jogos em sua sede. Tem, então, os Comitês Nacionais, a obrigação de registrar e proteger as propriedades olímpicas em cada um de seus países de atuação.

O Tratado de Nairobi, é importante, também, aqui lembrar: o Tratado de Nairobi é um tratado internacional de 1981, do qual o Brasil se tornou signatário em 84 e que os estados-membros assumem o compromisso de proteger o símbolo olímpico. O símbolo olímpico, como dito no tratado, é aquele identificado pelos cinco anéis das diferentes cores e em uma ordem específica.

Resumindo: o objeto e objetivo da proteção internacional das propriedades olímpicas descritas na Carta, o símbolo olímpico – já é protegido pelo Tratado de Nairobi – e aí, também, a possibilidade dos Comitês Olímpicos Nacionais criarem os seus próprios emblemas e designações. Adiante, por favor.

É importante dizer, também, que já existe a legislação aqui, no Brasil, e aí disse primeiro da internacional, mas existe, hoje, aqui, no Brasil, a legislação que regula a proteção às marcas e, também, reprime a prática de concorrência desleal, dentre elas o chamado marketing de emboscada. A lei de propriedade industrial diz, no seu art. 130, que o titular da marca ou seu depositante, enquanto a marca não tiver concedida, ele tem algumas faculdades, como ceder o registro, licenciar o uso e zelar pela integridade material ou reputação.

Aqui, gostaria de salientar que o Comitê Olímpico Brasileiro é titular de diversos registros de marcas e pedidos de registros que protegem exatamente aquelas expressões caracterizadas e incluídas no Ato Olímpico Federal e também aquelas, ou parte daquelas que se pretende sejam incluídas pela proposta de alteração do Ato Olímpico Federal. E aí é importante essa observação, para dizer que, em havendo o depósito desses pedidos de registros de marca, já haveria fundamento suficiente para utilização, pelo Comitê Olímpico Brasileiro e Comitê Organizador, de fundamento legal para impedir a sua utilização, por terceiro, sem autorização.

Mais do que isso, a Lei de Propriedade Industrial brasileira proíbe o registro como marca, e ali é interessante o inciso XIII, de nome e prêmio ou símbolo

do evento esportivo artística, cultural, social, político e assim por diante, ou seja, a própria lei nacional já proíbe o próprio registro. Proibição de registro, aqui, é equivalente ou tem como consequência a proibição de uso. Não é só registrar perante o NPI, mas é própria proibição da sua utilização, sem autorização, pelo seu titular.

Aqui, é só reprodução da Lei Pelé, que é para identificação do que se pretende alterar, que a parte final, ali, do § 2º. E a própria Lei Pelé faz referência, como direito interno, ao Tratado de Nairobi. Mas no seu art. 87, diz que a denominação dos símbolos de entidades ligadas à administração do desporto nacional, eles são protegidos independentemente de qualquer registro, ou seja, ainda que não houvesse a vedação da lei de propriedade industrial, ainda que não houvesse qualquer outro fundamento legal, a Lei Pelé seria suficientemente clara a proteger os nomes e designações das entidades e desporto nacional.

Como complementação, e vou finalizando a parte do substrato legal, aqui, é o art. 195, da Lei de Propriedade Industrial, que trata da repressão ou concorrência desleal. Concorrência desleal são sempre aquelas situações em que havendo concorrência efetiva entre duas empresas, duas entidades ou uma empresa e um terceiro – pessoa física, inclusive –, a lei dar a esse titular, àquele que tem o seu direito violado, de tomar as medidas adequadas. O art. 195, para nós, aqui, é importante, que ele trata e caracteriza como crime de concorrência desleal usar expressão ou sinal de propagando alheio ou imita de modo a criar confusão entre os produtos ou estabelecimentos. E aqui, já fazendo o *link* direto com o nosso tema, seria a proibição dos símbolos ou emblemas dos Jogos Rio 2016, por quaisquer terceiros que não aqueles autorizados pelo Comitê Olímpico e pelo Comitê Organizador.

Mas o art. 195, inciso VII: aquele que atribui a si mesmo, como meio de propaganda, recompensa ou distinção que não obteve também pratica concorrência desleal. E aqui, fazendo a ligação direta, é imaginar que todo aquele que atribuir a si mesmo a qualidade do patrocinador oficial, ou algum tipo de relação contratual, ou comercial, com os jogos ou mais especificamente com os Comitês, já estaria, também, aí caracterizada a prática de concorrência desleal. Ou seja, o resumo do substrato legal é dizer aos senhores que há, no Brasil, legislação, hoje, que está guarida, em boa medida, àquilo que se pretende com a proposta de alteração do Ato Olímpico. Seguinte, por favor.

Aqui, eu vou passar adiante, que é a caracterização do marketing de emboscada. Aqui, é importante dizer que marketing de emboscada é um instituto desenvolvido fora do Brasil e que, no Brasil, tem sido aceito, mais recentemente, e que tem como ideia evitar a associação entre produtos e serviços e, no nosso caso específico, com a qualidade de patrocinadores ou estabelecendo algum tipo de relacionamento, comercial, contratual com o Comitê Olímpico Brasileiro e com o Comitê Organizador e os próprios Jogos Olímpicos.

O Dr. Leonardo Gryner já deu dois exemplos muito claros. Eu vou dizer dois, porque, para mim, são os mais emblemáticos, que é os das camisetas da seleção... de um jogo de vôlei do Banco do Brasil e também a contratação do jogador Romário para fazer o gesto, durante a Copa do Mundo. Vejam os senhores que, em nenhum momento, nesses dois casos em que são caracterizados como marketing de emboscada, que é um dos objetivos da proposta de alteração do Ato Olímpico, a menção a quaisquer expressões, Olimpíada, Jogos Olímpicos e, inclusive, àquelas que se pretende sejam concluídas no Ato Olímpico Federal. Isso para dizer que é importante separar a proteção às propriedades olímpicas, aquelas muito bem claras da prática comercial inadequada e ilícita que determinadas empresas podem adotar, durante a realização de jogos, de grande envergadura nacional e internacional.

Como se resolver, como se apenar em parâmetros para se resolver o problema do marketing de emboscada? E eu sugeri... E aqui sugiro – e é de minha própria autoria, assumo, então, a responsabilidade –, quais parâmetros poderiam ser utilizados? Isso é importante, porque vou mencionar adiante que a Cidade de Londres, ao editar o Ato Olímpico dos jogos de 2012, utiliza exatamente esses parâmetros para se verificar se há ou não a prática de algum ato ilícito, que é: o ato é praticado com a densidade comercial que se espera? Há clara identificação de quem é o anunciante de determinada campanha? Há possibilidade da caracterização de vínculo ou de associação do anunciante com os Jogos Olímpicos e a não utilização das propriedades olímpicas, que eu já mencionei anteriormente.

Aqui, indo, então, direto à análise do Ato Olímpico Federal. Adiante, por favor. E aqui o que eu já mencionei. Se puder adiantar dois *slides*, porque eu quero aproveitar o tempo para outras questões. Pode adiantar, também, por favor. Exato.

O exemplo de Londres, é importante nós termos em mente o exemplo de Londres, que é o parâmetro utilizado pelo próprio ofício encaminhado pelo Comitê Organizador para esta Casa, a fim de fundamentar a alteração do Ato Olímpico de 2009.

Londres ou Reino Unido... Pode passar adiante, por favor. Desde 1995, eles têm um ato próprio de proteção às propriedades olímpicas. Diz-se, então, que o Comitê Organizador é titular de utilização exclusiva de determinadas palavras. E é importante porque ele diz, desde 1995 – então, não é algo recente – que o que caracteriza infração ao direito de uso exclusivo do Comitê Organizador: representação, e eles dizem algo semelhante, é uma tradução livre, ao símbolo olímpico, ao lema e as palavras protegidas. E aqui já digo aos senhores, as palavras protegidas, neste ato de 1995, são: Olimpíada, Olimpíadas, Olímpico e Olímpicos. A representação – que possivelmente cria uma associação, na mente do público –, o uso em produtos e embalagens, bandeiras, prestação de serviço e publicidade e propaganda. Mas este ato, a despeito de dizer tudo aquilo que é proibido, também diz as condutas que são tidas como lícitas. Este é um ponto muito importante. E aí trata, então, das exceções. Exceções à caracterização.

Mais recentemente, em 2006, e aí em cumprimento, também, à solicitação do COI, foi editado o Ato Olímpico de Londres, de 2006, que trata com mais detalhes as proteções requeridas pelo Comitê Olímpico Internacional. E aqui faço, ressalto a diferença, e isso faço porque foi utilizado como parâmetro da proposta, que, no Ato Olímpico de Londres, há clara distinção entre a conduta permitida e a conduta proibida. O receio que pode-se ter é criando-se... E aqui, fazendo uma analogia com o Direito Penal, uma cláusula penal em branco significa: toda e qualquer ação ou conduta deve ou pode ser caracterizada como ilícita? Há necessidade do cuidado na forma como se estipular a proibição que se pretende. Londres, da mesma forma, agora, em 2006, criou a proteção de palavras específicas. E, à semelhança de Londres, aqui, também, a proposta, que são as palavras: Jogos, 2012, 2002, 20 e 12, mas com um uma combinação específica de palavras. Próximo *slide*, por favor.

Essas palavras no Ato Olímpico de Londres não são proibidas de uso, mas dizem que o Poder Judiciário deverá levar em consideração a utilização e a associação dessas palavras, para medir se há, ou não há, a prática de um ato ilícito ou um ato que viole os direitos do Comitê Organizador. Diria aos senhores que o objetivo principal é evitar a ideia de uma associação oficial, ou seja, de que algum fornecedor, anunciante ou empresa, utilizando da criatividade que o Dr. Leonardo Gryner se referiu, possa fazer uma associação, ainda que indireta, mas na qualidade de ente participante da organização ou de um algum relacionamento com os Jogos Olímpicos ou o Comitê Organizador dos Olímpicos. E aí eu destaco, ali, ao final, que, então, Londres criou um sistema de proibições e autorizações, um sistema de pesos e contrapesos. O próximo, por favor.

Em relação a Ato de Londres, e é importante, houve uma relação bastante incisiva de uma determinada associação de proteção de direitos e propriedade intelectual, que é a IPPI, dizendo que não se recomenda, essa associação não recomenda a criação de legislação específica para a proteção de jogos e ou direitos esportivos de grande veiculação. Há, no Brasil, também, manifestações nesse sentido. Mas lógico que se reconhece, como disse, no início da minha fala, a necessidade da proteção de interesses dos patrocinadores. Agora, o que parece, nesse ponto, é que há necessidade de se encontrar um equilíbrio entre as proibições e as autorizações. Digo novamente: uma proibição geral pode causar dúvida naquilo que é lícito e caracterizar toda e qualquer conduta como ilícita. Acho que é o último *slide*. Por favor.

E aqui chamei de uma tentativa de harmonização, ou seja, como tentar e aqui é só uma sugestão, uma proposta de como harmonizar a proposta do Comitê Organizador com a legislação já existente e o exemplo de Londres. Prever, se quer, então, ter a criação legislativa de proibições, prever, também, quais são os limites desse direito de exclusividade pelo COB e pelo Comitê Organizador. Dizer claramente quais são os atos que infringem e quais só os atos que não infringem. A sugestão também seria, por exemplo, que o rol de atos seja exemplificativo. Por quê? Como disse o Dr. Leonardo, os violadores são criativos, então não cabe ao processo legislativo, ao próprio... E nem é medida adequada prever toda e qualquer conduta em específico.

A própria lei de propriedade industrial não trata de todos os casos de concorrência desleal, o rol é exemplificativo e não taxativo. À semelhança do que já propôs o Ato Olímpico, poderia se pensar na suspensão temporária do uso vulgar das expressões Olimpíadas e Jogos Olímpicos, que é aquela referência ao final do § 2º, e não de forma definitiva.

Não se pode negar que há necessidade de firme repressão uso indevido ou abusivo das propriedades olímpicas, e nós temos legislação, hoje, em vigor, no Brasil, suficiente a isso. Minha proposta, senhores, é de haja uma clara distinção entre o tratamento às propriedades olímpicas e o tratamento a ser dado a essas práticas comerciais, que podem ser caracterizadas como práticas ilícitas. Parece-me que a proposta de alteração do Ato Olímpico e da Lei Pelé, no final do art. 2º, busca a primeira parte. O marketing de emboscada e atos de concorrência desleal, primeiro, não estão abrangidos pela proposta apresen-

tada, mas não descartaria a possibilidade de se criar substrato específico para se reprimir o marketing de emboscada.

Resumidamente, a proposta na forma como apresentada, ela enfatiza aquilo que já existe, não acresce algo que seja absolutamente necessário à proteção das propriedades olímpicas e ao combate do marketing de emboscada.

Eu agradeço pela atenção dos senhores, desculpando-me pela rapidez na apresentação, mas o tema é bastante extenso. Muito obrigado, mais uma vez. E queria corrigir a minha indelicadeza à Senadora Marisa Serrano, na minha introdução da fala.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): O que é isso? É um prazer, Dr. André Giaccheta, que participou conosco. Quero fazer uma correção, eu disse que o MEC tinha mandado um *e-mail*, mas não, foi ontem, dizendo que não mandaria um representante. No início não poderia vir, mas mandaria um representante. Mas também não veio o representante.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não é o MEC, é Ministério do Esporte.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ministério do Esporte.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Tem razão. É o cansaço.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [ininteligível] Ministério da Educação.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ministério do Esporte. Eu acredito que a exposição, tanto do Sr. Leonardo quanto do Sr. André, nos deu uma visão daquilo que foi solicitado pelo Dr. Nuzman ao Presidente Sarney, pedindo a modificação, por essa Casa, de duas leis e dando as sugestões das mudanças que deveriam ser feitas. E o Senador Flávio Arns e eu achamos por bem pedir essa Audiência Pública, para nós entendermos um pouquinho mais e se, realmente, de fato, uma lei que nós acabamos de votar e que foi sancionada no final do passado, nós já teríamos que fazer mudança. Tenho alguns questionamentos, depois eu passo ao Senador Flávio Arns, também, como autor do requerimento.

Mas eu queria fazer perguntas simples. Mesmo não sendo esporte, por exemplo, se eu usar olimpíadas de matemática, nessa época, os jogos, é o que o MEC utiliza, os estados etc. e tal estarão usando o nome Olimpíadas, é oficial, está em toda propaganda, em todo meio de comunicação, embora não seja esporte. Mas está aí.

E, também, quando se proíbe, por exemplo, utilização – estou dando só dois exemplos -, utilização de medalha de ouro, bronze e prata. Um patrocinador de qualquer jogo, em qualquer área, em qualquer jogo, mesmo que não se refira às Olimpíadas, mas ele vai usar a palavra bronze, prata, ouro. Se eu proibir essas palavras, como é que, em um jogo qualquer, em uma competição qualquer, essas palavras poderão, ou não, ser usadas?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Medalha de papel.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [risos] Medalha de diamante.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): É adoção. Eu gostei de uma frase que o Dr. André colocou, da adoção de critérios de uso excepcional. Quer dizer, se a nossa legislação já é suficientemente rigorosa e capaz, acrescentar mais esses termos, não sei se isso viria tornar mais difícil a relação nossa com aqueles que trabalham, de alguma forma, vinculados ao esporte. E na Lei Pelé, quando retira a frase, quando se tratar de eventos vinculados ao desporto educacional e de participação, que está na Lei Pelé, que querem retirar, agora, também.

Então essas questões, que foram duas questões que foram colocadas, eu acho que ficou bem claro para todos. Agora, eu quero passar a palavra ao Senador Flávio Arns e, depois, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Inácio Arruda.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero, em primeiro lugar, saudar os expositores, também, e dizer que o que se pretende é a alteração da Lei 12.035, que trata do Ato Olímpico, e a Lei 9.615, conhecida como Lei Pelé. A 12.035, como a Senadora Marisa Serrano já se referiu, foi aprovada no final do ano passado e trata, basicamente, da questão de propaganda, de marketing, seção de espaços, trata deste assunto, não é? E as preocupações que eu tenho, primeiro, em termos de princípio, porque, de fato, como foi colocado pelo Dr. Leonardo, olimpismo é uma filosofia de vida, foi colocado como princípio fundamental, primeiro princípio da Carta Olímpica. Se o olimpismo é uma filosofia da vida que objetiva o desenvolvimento do corpo, da vontade, da mente, da cultura, da educação, do respeito, da ética, se é um princípio, é uma filosofia de vida, você não pode, em si, na verdade, proibir. Me parece que uma filosofia da vida seja usada até com o nome de olimpismo.

Agora, especificamente voltado aos jogos, às Olimpíadas, aos jogos, aí eu penso que a gente deveria encaminhar no sentido de honestidade ou falta de honestidade. Se alguém passa por cima de regras

e coloca como princípios que não sejam adequados dentro da ética, aí, sim, aí essa pessoa, de alguma forma, deve ser, dentro da legislação específica da área, tem que responder por isso. Porque, senão, nós vamos entrar naquilo que foi falado, não é? Quer dizer, Olimpíadas, a gente tem Olimpíadas do Exército, Olimpíadas do Sistema S, nós temos nas APAEs, inclusive, a expressão Olimpíada Nacional das APAEs. Mas ninguém vai achar que a APAE esteja usando a expressão Olimpíadas para, de alguma forma, concorrer com o evento dos Jogos de 2006. Está usando a palavra dentro do princípio da filosofia de vida do desenvolvimento do ser humano, do bom exemplo, da ética, do respeito, ou como os exemplos dados: Olimpíada da matemática, Olimpíada do conhecimento. Também, não é?

E, inclusive, nós já sofremos muitas críticas, também, pela aprovação da lei, da Lei 12.035, em que muitas pessoas disseram que nós avançamos muito, fazendo muitas concessões, mas foi um determinado momento em que também se colocou como um dos aspectos fundamentais para que a candidatura do Brasil se concretizasse diante das autoridades internacionais. Quer dizer, ampliar ainda mais com expressões... Colocar as expressões, sem dar margem a colocações se isso está de alguma forma interferindo na ideia do povo, associando a questão da própria Olimpíada ou, talvez, dissimulando um patrocínio, coisa semelhante, eu acho que é muito difícil. Usar as expressões, como foi dito, ouro, prata, bronze medalha, não poder usar isso, mesmo que seja neste momento da realização da Olimpíada, eu penso que não é o critério: pode usar ou nosso pode. Dentro da legislação, ver o que é está sendo feito dentro de princípios éticos ou não.

Então, mesmo... Eu vi o exemplo do Toddynho, também, eu não consegui ver o que, no Toddynho... Eu fico olhando o exemplo do Toddynho, que é foi colocado lá. O que é o que exemplo do Toddynho, por exemplo, alguém que vá ver aquilo, vai dizer: "Não, o Toddynho está patrocinando" ou "O Toddynho está fazendo alguma coisa em benefício da Olimpíada". Eu acho que é só uma forma de divulgação para dizer: "Olha, estamos todos felizes, você vai tomar o Toddynho e vai ver que você pode praticar futebol, você pode melhorar a vida com vôlei, com atletismo". Nós estamos num evento internacional e lembre-se que praticar esporte é uma coisa fundamental para o desenvolvimento do ser humano. Quer dizer, olimpismo é uma filosofia de vida, então, nesse sentido.

Então, não consigo, assim, perceber... Eu prefiro muito mais uma linha que o Dr. André colocou, não no sentido... Porque até os documentos internacionais e o documento nacional, apresentados pelo Comitê Olímpico, vão no sentido de dizer: "Olha, vamos comparar com aquilo que acontece em Londres, mas vamos comparar só naquilo de proibição, e não naquilo de análise da possibilidade de uso", como foi colocado que o documento de Londres permite que isto seja colocado.

Então, nesse sentido, eu penso, assim, que... Eu acho que não existe um Projeto de Lei nesta área. Existe, simplesmente, um documento enviado pelo Comitê Olímpico abordando esses temas, foi apresentado para o Presidente Sarney. O Presidente Sarney enviou a esta Comissão, e nós estamos discutindo, então, não um Projeto de Lei, mas estamos discutindo uma ideia do Comitê Olímpico, do Sistema Olímpico, Olímpico e Paraolímpico brasileiro, se bem que o Paraolímpico não tem assinado o documento, foi do Comitê Olímpico, para que pudesse ser repensada a alteração dessas leis.

Eu, particularmente, também sou contra a alteração da Lei Pelé, no sentido de impedir que eventos educacionais ou eventos de participação possam usar a expressão, desde que essa expressão, como todos os exemplos, a gente sabe, não é? Olimpíada do Exército, não tem nada, ninguém vai imaginar que o Exército esteja patrocinando Olimpíadas, os jogos do Rio de Janeiro, ou Olimpíadas das APAEs, que também não vão estar, não tem nenhuma relação com isso. É um uso vulgar, deprecia nesse momento? Em acho que o povo tem perfeitas condições de saber que uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Então, eu penso que a legislação é suficiente, é boa, já avançamos. E até gostaria, depois, de pedir alguma explicação a mais, ainda, mas, realmente, acho que o que já se tem já é o suficiente.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só lembrando que as Olimpíadas são 2016. Até lá tem muito tempo e muitos jogos pela frente, para nós utilizarmos essas expressões. Senador Romeu Tuma e, depois, Senador Alvaro Dias, Senador Cristovam e Senador Inácio Arruda.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora Marisa, é um prazer estar aqui, com V. Exa., nessa Audiência Pública, programada pela senhora e pelo Senador Flávio Arns. Eu tenho a impressão que o Senador Flávio Arns foi muito claro em toda a sua exposição, no aparte que fez agora.

Nós sabemos que olimpíada é uma palavra do dicionário português. Então, o professor Cristovam deve... Nós não podemos apagar no dicionário a palavra Olimpíada. Podemos, senador? Não podemos apagar. Agora, a senhora trouxe dois exemplares professores que conhecem profundamente, inclusive, o

Dr. André, pertencente a um dos grandes escritórios brasileiros de advocacia, que é o Pinheiro Neto, que eu conheço de São Paulo, a grande competência desse escritório em vários segmentos o direito. E o diretor de marketing, eu peguei um parte da exposição dele, mas nós sabemos que, também, tem uma visão do COB bastante acentuada.

Eu acho que a Carta é um pouco exagerada naquilo que pede para ser suprimido. Não há como a gente... O Senador disse que a Olimpíada é uma filosofia. Nós vivemos uma Olimpíada diária, aqui, cada um concorrendo para ver se consegue aprovar o seu projeto. E, agora, vai ter a Olimpíada pelas eleições, para saber quem consegue chegar em primeiro, para voltar para voltar a esta casa.

Existe uma coisa bonita, Senadora, que é uma propaganda, o senhor que é entendido e o senhor, também, de preparar os prováveis atletas para as Olimpíadas de 2016. Eu estive, agora, no interior de São Paulo e vi a tristeza do assassinato dos seis meninos em Luziânia, e fui lá e tinha 1.500 alunos de *taekwondo*, por um professor que dedicou, está dedicando toda a sua vida na preparação de jovens para as Olimpíadas que, hoje, têm atividade em *taekwondo*. Então, ele reúne essas crianças, esses jovens, que se afastam da criminalidade e da possibilidade de serem cooptados pelo crime organizado. Então, eles falam: "Vocês vêm para cá porque nós vamos prepará-los". É um estímulo psicológico para se preparar para ser um atleta da Olimpíada que o Brasil vai realizar em 2016. Como é que vai proibir esse professor de estimular as crianças e se fazer referência a Olimpíada que vai desenvolver?

Agora, tem Olimpíadas de matemática, que V. Exa. se referiu, que é a Olimpíada para disputar quem conhece a matemática melhor que os outros, que está desenvolvendo a intelectualidade dos governos, das crianças, que o Brasil está em uma situação difícil perante as competições internacionais. Isso desenvolve também o desejo das crianças que quererem chegar até um patamar que possa dar-lhes a realização pessoal e um futuro melhor.

Eu vi, aqui, alguma coisa em terrorismo. Acho que em uma das... de V. Exa., V. Exa. colocou, André Zonaro, não é? Dr. André. Fala em terrorismo aqui, mas não vi o senhor fazer uma explicação, eu fiquei um pouquinho assustado com esse negócio de terrorismo. Não sei se é terrorismo intelectual ou terrorismo que, hoje, assusta aqueles que vão às Olimpíadas, com fatos reais que já aconteceram. Mas acho que é terrorismo intelectual, não é isso, doutor?

SR. ANDRÉ ZONARO GIACCHETA: Não é nada terrorismo, Senador, de...

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marketing de guerrilha...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Hein?

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marketing de guerrilha? Guerrilha.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Guerrilha, é. Eu fiz um X, mas sumiu da minha mão. Acho que trocaram o meu papel aqui. Mas fala em guerrilha, fala em... Mas é uma coisa que a gente tem que, realmente, prestar atenção e ver direito que essa Audiência Pública, nós temos que receber a degravação, as notas taquigráficas, para fazer um estudo bastante profundo, porque ela faz parte do futuro do esporte brasileiro.

E eu queria perguntar, Senadora, se o CONAR – o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária –, tem algum envolvimento nesse procedimento do pedido do presidente do COB. Porque o CONAR tem feito um trabalho muito interessante, na área da publicidade, e poderia, sem dúvida nenhuma, participar, já que a lei é suficiente, como diz o Senador Arns, ele teria um papel importante em ver os abusos, aqueles que extrapolassem as diretivas da lei atual, que foi aprovada pelo Congresso. O CONAR tem uma participação ativa. Talvez um convite ao presidente do CONAR, para ele vir explicar como é que poderia participar ativamente desse trabalho de vigilância e fiscalização daquele que se considerasse abuso, das expressões que são garantidas como direito intelectual da presidência das Olimpíadas, do COB, não é, presidente? Obrigado, Senadora. Desculpe.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): De nada, Senador Romeu Tuma. Vamos ouvir, agora, o Senador Alvaro Dias.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu tenho, aqui, também, eu mandei tirar do dicionário a palavra Olimpíade: espaço de quatro anos e 42 celebrações consecutivas dos Jogos Olímpicos, originalmente efetuado na Cidade de Olímpia, na Grécia antiga. Os Jogos Olímpicos gregos e, também, devem ter Olimpíadas outras. Está no dicionário. Está no dicionário.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Alvaro Dias com a palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sra. Presidente Marisa Serrano, convidados, colegas Senadores. Primeiramente, eu destacaria a forma utilizada pelo Presidente do COB, para requerer ao Congresso Nacional a análise de legislação, alteração da legislação, é uma forma atípica, inusitada. E ela ocorreu 60 dias, um pouco mais de 60 dias depois da aprovação, que se deu em outubro do ano passado, de uma legislação a respeito. Portanto, a forma já

faz com que consideremos essa pretensão do COB extemporânea.

De outro lado, a demonstração de desinteresse, ainda ontem à tarde, à noite, o Sr. Nuzman estava aqui, no Senado Federal, hoje, ele não comparece. Ele faz uma solicitação e não vem defender. Então, demonstra desinteresse. O Ministério do Esporte também demonstra desinteresse. Não é uma matéria importante. Eu acho que temos matérias muito mais importantes, inclusive, a respeito da Olimpíada de 2006, que deve ser preocupação do Congresso Nacional.

Em relação a esse gênero de legislação, o que temos é suficiente. O Dr. André foi competente na sua exposição, ao demonstrar que nós já temos uma legislação compatível com as necessidades. Eu vejo exagero na proposta, até na sua solicitação, ele diz que o pedido se reveste de urgência, tendo em vista que desde a eleição da Cidade do Rio de Janeiro como sede dos jogos olímpicos de 2006, temos nos deparado com diversas ações de marketing de emboscada. Nós gostaríamos, depois, que o Sr. Leonardo nos informasse quais foram estas ações de marketing de emboscada.

Eu não considero marketing de emboscada, por exemplo, o livro da professora e escritora Kátia Rubio, da Escola de Educação Física e Esporte, da Universidade de São Paulo, que já estava nas prateleiras. O seu livro diz... O livro tem o nome título: *Esporte, Educação e Valores Olímpicos*. Em janeiro, o Sr. Nuzman tentou tirar das prateleiras das livrarias, por meio de notificação extrajudicial este livro, é a informação do Congresso em Foco, portanto, já no mês de janeiro, o Sr. Carlos Nuzman, através de notificação extrajudicial, tentava retirar das prateleiras um livro que, certamente, foi escrito bem antes de se definir que o Rio de Janeiro seria sede das Olimpíadas 2016.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Qual seria o problema se não tivesse sido?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Exatamente. Não há como... As palavras aqui sugeridas, me parece que se deseja instituir uma ditadura do vocabulário, proibir a utilização de palavras. E, certamente, o interesse dos patrocinadores está se sobrepondo a direitos constitucionais, liberdade da imprensa, de expressão, de criação, até também em relação a direitos autorais. Parece que o interesse dos patrocinadores, interesse econômico dos patrocinadores se sobrepondo a direitos constitucionais que são consagrados pela constituição do país. Eu acho que este é o cuidado que temos que ter aqui.

Então, a indagação que eu fiz, até esse momento, é esta: quais foram os fatos concretos que estão aqui referidos pelo Sr. Carlos Nuzman na sua correspondência, que nós já estamos sendo vítimas de diversas ações de marketing de emboscada? Eu acho, portanto, a proposta exagerada e inócua, inclusive. Por exemplo, essa questão... Já que o Leonardo apresentou aqui como um exemplo, vou me referir, do dedo do Romário, do dedo do Ronaldo. Aliás, eu gostaria que eles, defendendo a Seleção Brasileira, pudessem mostrar esses dedos muitas vezes. Nunca tivemos problemas com esse dedo em riste aí, tanto do Romário quanto do Ronaldo. Só houve um problema, uma vez, com outro dedo. Um jogador mostrou outro dedo, o dedo do meio, aí deu problemas, ele foi, inclusive, levado ao Tribunal de Justiça Desportiva por essa razão.

Então, essa questão do dedo... Eu acho que nós estamos aqui tratando de um assunto que extrapola as necessidades. Jogos... Quantas vezes essa palavra será utilizada até 2016, não é? Ou Rio, 2016? O Romeu Tuma não pode fazer um convite anunciando o seu aniversário em 2016.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito obrigado por me dar mais seis anos de vida.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Aliás, até na esteira do que ocorreu ontem que um coordenador de campanha questionou a Rede Globo por estar fazendo uma campanha publicitária com o número 45.

E algumas expressões que foram cunhadas já no ano passado, as candidaturas nem existam, ainda. Então, na esteira: o 45 não pode mais. Então, 45 anos não se pode fazer, faça 46. Pule o 45 quem tiver que fazer... 45 minutos de jogo também não pode. Vamos mudar, ao invés de 45, 13 minutos no primeiro tempo, 13 minutos no segundo tempo, aí vai satisfazer muita gente.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está bom.

[risos]

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): E parece que nós estamos nessa esteira aí, dos números, das palavras. Eu acho que isso aqui é essencial: direitos constitucionais, liberdade da expressão, liberdade da imprensa, liberdade da criação, direitos autorais são palavras fundamentais. Essas palavras aqui estão no consciente, inconsciente, no subconsciente da população, independentemente da realização ou não dos jogos. Os patrocinadores da Olimpíada não podem ser donos do mundo a partir de agora, simplesmente porque são patrocinadores passaram a ser proprietários do nosso vocabulário, dos nossos interesses. Nós queremos uma Olimpíada para promover desenvolvimento econômico do país, mas que desenvolvimento é esse, restrito ao interesse de patrocinadores?

O que já de legislação já coíbe abusos. Eu creio que isso aqui deve ser ignorado. Como o Sr. Carlos Nuzman ignora esta Audiência Pública, como o Ministério do Esporte fez muito bem ignorar, porque realmente não tem importância nenhuma esse fato. Eu concordo com o Ministério do Esporte não estar aqui presente, acho que não é importante isso, nós devemos também ignorar.

Eu teria algumas perguntas a fazer, mas eu creio que não há sequer necessidade da formular essas perguntas. Eu tenho a impressão que o que ficou exposto por um especialista que é o Dr. André, é suficiente para o nosso entendimento de que o que temos de legislação é suficiente, e o que se pretende é exagero. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Alvaro Dias. Senador Cristovam Buarque e, depois, Senador Inácio Arruda.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sra. Presidenta, em primeiro lugar, eu quero colocar alguma perguntas minhas. Segundo... Quando começou a sessão, eu coloquei aqui, no estimado *twitter*, não sei se o Alvaro, que é um usuário, fez também. Eu coloquei, dizendo que vocês estavam aqui e pedi que fizessem perguntas, e recebi dezenas de perguntas. Eu vou, depois, ler apenas algumas. Mas no meu caso, especialmente, eu queria fazer as seguintes perguntas: como é que vamos fiscalizar tudo isso? De que adianta uma lei que não permita a fiscalização? Depois o que é que acontece com alguém que usar essas expressões? Vão para a cadeia, vão pagar multa?

O outro é: no ponto nove da carta que o Sr. Nuzman mandou ao Presidente José Sarney, aquela lista que, aliás, apareceu aqui, em uma das projeções, não parece exagero tentar proteger palavras como jogos, jogos de verão, Rio 2016? Eu não entendi porque 20, 16, porque 2016, medalha, medalha de ouro, medalha de prata, medalha de bronze, patrocinador, como a própria Senadora Marisa falou e outros. Cada vez que alguém, em uma cidade, fizer uma Olimpíada municipal vai acontecer alguma coisa contra?

Uma outra: eu gostaria de saber se a razão para isso é uma questão moral, de defender a imagem, ou se é um forma de cobrar *royalties* para financiar. São dois objetivos que podem estar juntos, mas são separados. A ideia é, ao proteger, poder ter uma fonte de recursos, o que é lícito, sem dúvida alguma, ou é apenas para evitar que um traficante de droga ponha propaganda usando *royalty*, ou seja, proteger a imagem, apenas.

O outro, eu quero dizer o seguinte: a maneira como está sendo colocado, pelo que eu vi, dá a impressão que vocês responderam, mas eu ainda fico em dúvida. Está dentro do limites das Olimpíadas anteriores, todas elas tiveram esse tipo de proteção?

E, finalmente, é sobre uma coisa que não é de vocês, eu acho que a gente é que tem tomar uma decisão: tem que proibir mesmo propaganda de bebida e de comidas que são nocivas à saúde, independentemente de fazer assim ou não, cerveja devia ser abolida a propaganda. Mas isso não tem nada a ver com o trabalho das Olimpíadas. A gente... Está todo mundo preocupado porque o jogador fez isso. Eu estou preocupado é porque ele apareceu ao lado de cerveja e com isso induz aos nossos jovens a beberem.

SR. ANDRÉ ZONARO GIACCHETA: O Ronaldo não aparece do lado de cerveja.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aparece o nome.

SR. ANDRÉ ZONARO GIACCHETA: Só o nome.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pronto, é o nome.

SR. ANDRÉ ZONARO GIACCHETA: E o guaraná.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É. [risos]

SR. ANDRÉ ZONARO GIACCHETA: E o que pede cerveja é o...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, sim, o guaraná é outra coisa, como também o Toddynho é outra coisa. Mas eu pergunto: quando for batata frita, que de fato está comprovado, hoje, que vicia as crianças no sal e termina, com isso, criando hipertensão e tudo isso. Essas são as que eu fiz.

Agora, deixa eu mostrar algumas que eu recebi, que são interessantes, que eu recebi da população. Essa aqui é um pouco grosseira, talvez, mas não tanto: "Quem ganha com essa bobagem?". E pergunta se vamos apagar os gregos? Se eles vão poder dizer feliz 2016, quando tiver chegando ao final de 2015 ou se o COB vai tomar medidas contra isso? "Quais são as vantagens disso?" É uma pergunta interessante.

Eu coloquei sob aquelas duas formas, para financiar ou para proteger a imagem, mas ele colocou aqui de uma maneira muito mais clara: "Quais são as vantagens disso?" Uma outra: "Se o lucro que vier, se houver *royalties* para quem usa essas palavras, se o lucro será distribuído ou ficará no caixa do COB?". Uma pergunta muito genérica é: "As Olimpíadas são bons negócios ou será que a crise da Grécia tem a ver um pouco com o que gastaram eles para fazer?". Essas são as perguntas que eu recebi, selecionando

muitas, até porque muitas vêm iguais, iguaizinhas. Parece até que mais de uma pessoa colocou a mesma pergunta, ou são muito parecidas.

Eu deixo essas pergunta, manifestando o meu entendimento de que é possível, sim, que se justifique uma proteção. Não acho que seja uma coisa tão absurda. Mas a preocupação de ser viável essa proteção: para onde vão os recursos que vierem dessa proteção, ou é apenas a imagem, e se vai ser possível controlar, ou se vai ser uma lei dessas que a gente faz e que não tem nenhuma finalidade.

Então, eu resumo, perguntando, em um dos debates desses, de *twitter,* que eu tive antes, se alguém disse que isso era uma piada, querer proteger dessa maneira. E houve a pergunta: se não é uma piada olímpica? [risos] Ou se alguém vai pagar quando contar uma piada olímpica? Vai pagar dinheiro ao COB. Essas são as perguntas.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Cristovam. Quero registrar a presença, aqui, da Sra. Tatiana Sá, advogada do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 e do Comitê Olímpico Brasileiro, e a Sra. Maria Carolina Leão Diógenes Melo, advogada da H.B. Cavalcanti e Mazzillo Advogados, sejam bem-vindas à nossa Casa. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Bom, Sra. Presidente, eu fui o relator dos Atos Olímpicos aqui, nessa Comissão.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ah, claro. Foi relator do Ato Olímpico.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, nós examinamos bastante, porque o Ato Olímpico já é um ato de proteção amplo, não é pequeno, para várias atividades relacionadas aos Jogos Olímpicos e serviu, exatamente, de grande instrumento para o Brasil conquistar os Jogos Olímpicos. Ontem, estava aqui o João Havelange, o Nuzman também estava presente na Comissão de Infraestrutura, e o os dois fizeram referências muito positivas ao Ato Olímpico.

O João Havelange disse que uma das últimas batalhas travadas para os Jogos Olímpicos foi exatamente o Presidente Lula se reunindo com os eleitores, e tinha pedido, inclusive, a ele, João Havelange, que ficasse ali, na sala. E o João Havelange ficou na sala e conversou ali com 43 eleitores, e aquela conversa foi decisiva para o Brasil conquistar, ir ao segundo turno e ter uma vitória esmagadora no segundo turno. Então, aquela passagem foi muito significativa. E um dos instrumentos a que o Presidente da República sempre fazia referência é exatamente a legislação brasileira, que já criava uma série de condições favoráveis para recebermos os Jogos Olímpicos.

Eu tinha anotado essa pergunta do Monte Olimpo para os gregos, está certo? [risos] Mas eu não *twittei* para o Cristovam, não. Viu, Cristovam? A repetição não foi minha, não. [risos]

Porque é um problema complexo. Porque lá, na Grécia, o mercantilismo não tinha dado salto para o capitalismo e nem para financeirização do capital. Agora, nessas circunstâncias, os chineses poderiam querer pagamento pelo uso da pólvora, ou pelo astrolábio, ou por se comer pizza, está certo? E os gregos pelo uso dos Jogos Olímpicos, que foram retomados, a despeito dos símbolos etc. dos gregos.

É claro que tem um investimento. O Havelange falou isso aqui, ontem, nós fizemos referência a isso. Porque na Comissão de Infraestrutura, nós estamos tratando dos grandes investimentos que vão se realizar em torno do empreendimento. Muitos no Rio, digamos assim, no caso dos Jogos Olímpicos, e espalhados pelo Brasil, no caso do torneio internacional de futebol da Copa do Mundo, em 2014.

Eu compreendo perfeitamente o que se quer, perfeitamente. Não é nenhuma bobagem. É coisa, digamos assim, complexa, porque na lei estava complexa, já. E já há proteção. Eu sempre acho que é demasiada a proteção. No caso da Lei de Propriedade Industrial, eu acho que nós exageramos, no Brasil. E foi uma pressão gigantesca patrocinadas pelos países mais desenvolvidos sobre o Brasil, e não só sobre o Brasil, sobre o restante do mundo. E nós fizemos proteções, assim, alarmantes.

Por último, veio uma solicitação de proteção para o setor financeiro, as garantias que eu tenho que dar para você poder me explorar, as garantias absolutas que eu tenho que lhe oferecer para você me explorar. Então, você veja que a ponto chegou. É claro que antes, há 200 anos, você não tinha praticamente isso. A pirataria era solta, feita pelos ingleses, pelos escoceses, por esse povo, franceses, etc. e tal. Agora, eles falam de pirataria, para proteger os seus interesses máximos.

Então, a despeito do que nós devemos tratar corretamente, eu acho que nós não podemos cometer exageros, [soa a campainha] porque nós usamos demais esses termos, é quase que emocional para nós o uso dessas expressões. E evidente que todos, na sua propaganda, buscam explorar, e só buscam porque não tem proveito, se não tivesse proveito ninguém iria usar. Mas veja a situação de áreas públicas ou para estatais, como é o caso dos jogos do SESC, SENAI etc., ou no caso das APAEs, que também, praticamente, nós podemos dizer que são paraestatais. Todos eles sempre usaram essas expressões. Nós mesmos usamos na escola, na universidade, o tem-

po inteiro. E outra particularidade é que, no caso dos jogos... Londres, na Inglaterra, é um negócio, assim, que dar para ir de trem e pegar um avião na Espanha, não tem muito problema, está certo? Mas, no caso do Brasil, é diferente. Os jogos são no Rio de Janeiro e nós vamos fazer uma legislação nacional, entendeu? Vale para Manaus, vale para Fortaleza, valo para o Distrito Federal, vale para o país inteiro.

Então, a minha propaganda, o que interessa para nós lá no sertão do Seridó, no Rio Grande do Norte, ou nos sertões do Cariri, lá no Estado do Ceará, em Pernambuco e Paraíba, tem que estar subordinadas a essa legislação nacional, impeditiva. Eu acho que cria uma situação que a gente precisa examinar com cuidado. Eu acho que nós temos uma legislação... No caso nosso, eu já acho que nós exageramos na Lei de Proteção de Patentes, que inclui patentes industriais de toda sorte, é amplérrima. Fizemos uma lei, a Lei Pelé, ela já cria, inclusive, a válvula de escape para que nós possamos utilizar nas universidades, nas escolas, na área militar, que falou, aqui, o Flávio Arns. Se nós retiramos aquilo ali, então, o Estado não pode usar, de jeito nenhum. Essa Olimpíada de Matemática não pode usar essa expressão: Olimpíada de Matemática. Eu acho que é uma situação grave.

Eu sei exatamente o que é. Aqui é, exatamente, o patrocinador: "Olha, eu vou investir tanto, mas eu quero garantia não de 99...". Mas 99 já é um exagero, gente. Já é um exagero. "Eu quero 100%. Eu quero 100% de garantia." Eu acho, realmente, muito exagerado. Nós não devemos nos furtar de discutir e debater, está certo? Se há um prejuízo imenso para o COB e para o COI, e com isso nós vamos desmontar os jogos no Brasil, mais ou menos a expressão que usou o nosso governador do Rio de Janeiro, quando se tratou da questão da aprovação do pré-sal na Câmara.

Quer dizer, o pré-sal é um negócio para daqui mais dez anos para frente, pelo menos, não é, Cristovam? No mínimo dez anos para frente. Isso não pegaria os jogos. Mas aí o governador já disse: "Acabou com os jogos". Eu disse: "Opa, espera aí". Entendeu? Não é exatamente isso. Eu acho que a gente tem que ter tranquilidade, examinar a solicitação do presidente do COB, examinar com o COI. Mas eu, sinceramente, eu acho que a nossa legislação é exagerada, do ponto de vista de proteção. Agora, mesmo com essa proteção, se burla, se dribla, se faz isso, faz aquilo, se é muito criativo, eu acho o que pessoal que dribla é muito criativo. Agora, eu acho que o pessoal que coíbe é mais criativo ainda, entendeu? Esses são muito criativos.

Então, talvez, o justo equilíbrio inglês, visado às Olimpíadas, vamos examinar o texto que eles produziram para essa justiça, o peso e contrapeso que o André falou, se é possível nós termos aqui algo que melhore a Lei Pelé ou melhore o Ato Olímpico. Eu não vejo ainda isso aqui. Eu acho que o leque de observações que o Nuzman fez aqui é um horror de exagero, gente. Se a gente proteger tudo isso aqui, em 100%, eu acho que é um engessamento, eu acho que o setor de publicidade e propaganda no Brasil vai gritar para burro. Se tem pressão de um lado, vai ter pressão do outro. E nós, como somos uma Casa transparente e aberta, vamos estar suscetíveis a pressões de todos os lados, e acho que não é errado, não. Eu acho que a gente tem... Eu os alerto para que se mobilizem, porque esse aqui é um engessamento razoável para o setor de propaganda, no Brasil inteiro. Não é só o Rio de Janeiro, é uma legislação para o Brasil inteiro.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Inácio Arruda. Eu quero só, então, relembrar que a primeira carta do Sr. Nuzman ao Presidente Sarney foi 14 de dezembro. Ele reiterou, agora, dia 11 de março, foi quando o Senador Flávio Arns e eu resolvemos pedir essa audiência, dizendo da urgência de que fosse tratada essa questão, e elenca, como todos os senhores viram – e aqui, para quem estiver nos vendo, através da televisão, e ouvindo – elenca as palavras que deveriam ser concluídas, além do que nós já temos: jogos, a gente não falar mais em jogos.

Eu sou uma empresa e quero patrocinar um jogo de futebol. Eu sou uma empresa. "Ah, não, a empresa não pode falar a palavra jogos". Jogos de verão, Rio, a palavra Rio, 2016, dois mil e dezesseis, 26, medalhas, medalhas de ouro, medalha de prata, medalha de bronze e patrocinador, essas são as palavras que pede para incluir. E, além disso, a substituição da Lei Pelé, que seja excluída a parte final do § 2º, do art. 15, de modo que nenhuma entidade, no território nacional, possa fazer uso das expressões Olímpica, Olimpíada e suas variações, ainda quando se tratar de eventos vinculados ao desporto educacional e de participação.

Quer dizer, são as duas questões que ele reitera, agora, no mês de março. Então, eu vou passar a palavra para os nossos dois convidados fazerem as suas considerações finais. E acredito que essa Audiência Pública tornou clara, e eu não... Como o Senador Flávio Arns disse... O Senador Alvaro Dias disse, eu não sei a tal urgência que teria e a forma como ele fez, o Senador Flávio Arns colocou isso, mandar para o presidente do Senado, para que ele tome as providências. E o presidente, o que fez? Mandou para essa Comissão, que é a Comissão de mérito.

Então, a nós, nós temos que dar uma resposta. Nós temos que responder o ofício, já que o Presidente

Sarney nos enviou. E acredito que isso a Presidente Fátima Cleide deverá orientar, depois.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O presidente foi muito educado.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Foi muito educado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Foi. [risos]

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Foi muito educado. Com a palavra o Sr. Leonardo, para responder as perguntadas que foram feitas e as suas considerações finais.

SR. LEONARDO GRYNER: Muito obrigado, Senadora. Obrigados, senhores, pelas perguntas e oportunidade que eu vou ter de esclarecer, aqui, as suas dúvidas.

Eu vou iniciar pela pergunta do Senador Cristovam Buarque, que perguntou quais eram as razões: se era proteção de imagem ou proteção de capacidade da geração de recurso. Na verdade, são as duas coisas. Em primeiro lugar, o Brasil, o país, o nosso país, assinou lá em 1957, nós aderimos ao Tratado de Nairobi. Esse tratado onde as nações do mundo inteiro reconheceram que essas expressões – Olímpico, Olimpíada – são de uso exclusivo do Comitê Olímpico Internacional. Então, isso não tem nada a ver com os jogos. Isso é um tratado que o Brasil assinou e aderiu, não é? O governo brasileiro, a sociedade brasileira aderiu a esse tratado, dizendo que essas... Reconhecia que essas expressões são de uso exclusivo do Comitê Olímpico Internacional e, portanto, a gente, aqui, assim como em cada país, se privaria de usar de forma genérica essas expressões. Isso é um tratado, de novo, de 1977.

Na Carta Olímpica, ela estabelece que cabe aos Comitês Olímpicos Nacionais, enquanto representantes do Comitê Olímpico Internacional nos territórios, a defesa dessas propriedades. Então, cada vez que há um uso indevido, segundo a Carta Olímpica, dessas expressões ou desses símbolos, cabe ao Comitê Olímpico Brasileiro tomar essa iniciativa. No caso do livro da Kátia Rubio, que o Senador Alvaro Dias menciona, a notificação, feita pelo Comitê Olímpico Brasileiro, não foi de impedir a publicação do livro, não foi de impedir qualquer manifestação das ideias ali contidas. A gente fazia referência explícita a uma contrafação feita nos aros olímpicos, a maneira que ela desenhou os aros olímpicos, de acordo com a legislação de propriedade industrial, caracterizava uma contrafação dos aros, e foi isso que foi solicitado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Esse desenho... Foi feito quando esse desenho? Porque os livros estavam, já, nas prateleiras das livrarias, em janeiro. E esse desenho foi feito quando nem se imaginativo que o Rio fosse sede das Olimpíadas.

[troca de presidência]

SR. LEONARDO GRYNER: Isso não tem nada a ver com a sede dos jogos, tem a ver com o Brasil ter aderido ao Tratado de Nairobi, em 1977. Quando o Brasil aderiu a esse tratado, ele disse, nessa adesão, que respeitaria o fato de essas propriedades, esses símbolos são de uso exclusivo do Comitê Olímpico Internacional.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Já houve o julgamento dessa questão?

SR. LEONARDO GRYNER: Não houve nem julgamento.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Porque ela contratou advogado.

SR. LEONARDO GRYNER: Nem precisou haver julgamento, houve um entendimento entre o Comitê Olímpico Brasileiro e a autoriza, e a obra já foi liberada e não houve problema nenhum. Mas só para reparar que se fazia uma referência exclusiva ao desenho, a forma como que foram desenhadas os aros olímpicos. Então, nesse sentido é que se fala de proteção de imagem, porque é responsabilidade do COB, pela Carta Olímpica, tentar impedir usos indevidos.

Com relação à proteção da capacidade da geração de receita. Sim, é como eu expliquei aqui, na minha explanação, como o orçamento da organização dos jogos, 75% dos recursos... E esses recursos, eu vou traduzir, agora, em dinheiro, nós estamos falando, pela cotação do dólar estabelecido na época do dossiê de candidatura, nós estamos falando de 4,1% bilhões de reais. Virão do setor privado, é do interesse da sociedade brasileira proteger essa capacidade da geração de receitas do Comitê, para que ele consiga levantar, junto à iniciativa privada, 4,1% bilhões de reais porque, de outra forma, de acordo com as garantias prestadas pelo governo brasileiro, se o Comitê não for capaz da levantar esses recursos, é a sociedade brasileira quem terá que pagar a diferença.

Então, há um interesse de proteger, sim, a capacidade de geração de receita e é uma proteção à sociedade brasileira.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu vi o argumento, antes, se o senhor me permita. Mas só que isso não está no Ato Olímpico, na lei que nós aprovamos aqui, não é? Quer dizer... Porque até o Senador Inácio Arruda foi o relator da lei. A lei que nós aprovamos aqui diz que qualquer recurso que o Governo Federal passe para esta finalidade, este recurso tem que obedecer o que preceitua a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os orçamentos, dentro de projetos bem específicos. En-

tão, não existe, assim, em princípio, dentro da lei que aprovamos, que qualquer despesa não coberta pela propagando o que Poder Público vá ter que, à custa do dinheiro da sociedade, ressarcir pela não entrada no recurso da propaganda.

Isso eu quero só tranquilizar o povo, que isso nós não aprovamos aqui. Não aprovaríamos alguma coisa que dissesse: se não entrar da propaganda, o dinheiro de imposto vai cobrir aquilo que não entra da propaganda.

SR. LEONARDO GRYNER: É isso que está na essência da garantia prestada pelo Governo Federal ao Comitê Olímpico Internacional.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Há uma garantia do governo ao arrepio do que a lei determina, porque a lei que nós aprovamos aqui, está bem claro lá, e o Senador Inácio Arruda foi o relator, dizendo: "Olha, vai ter que seguir o que preceitua o orçamento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, discutida e aprovada no Congresso". Então... Porque, senão, o povo vai ficar... Quem nos acompanha pela TV Senado, vai dizer: "Não, o Senado aprovou alguma coisa que se não entrar da propaganda, o governo cobre o rombo". Não, não tem nada disso. E não vai cobrir, eu diria até, porque não pode haver, pelo menos, no que depender da minha vontade, eu diria assim: "Não, a iniciativa privada vai ter que captar esses recursos, tem toda condição de captar e não vai entrar do recurso do povo alguma coisa para cobrir furos de propaganda".

SR. LEONARDO GRYNER: Essa garantia, inclusive, foi dada pelos governos municipal, estadual e federal. Continua...

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que tem que estar na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, e vai ter que estar no orçamento. O que não estiver não...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, mas é que eu quero assegurar... O que o Dr. Leonardo está falando é que o Governo Federal assegurou que isso vai estar, e que o governo estadual assegurou e o governo municipal assegurou. Asseguraram ao arrepio da lei, porque a lei não dá garantia nenhuma de que isso via acontecer.

A lei diz: qualquer recurso que seja repassado tem que ser discutido com a sociedade, aprovado em lei e tudo. E nós vamos ser extremamente criteriosos nisto, porque sempre há dúvidas severas da aplicação desses recursos. Então, só para deixar claro que o ponto de vista externado pelo Dr. Leonardo não é aquilo que está na lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Só uma curiosidade. Eu não entendi ainda qual foi a contestação relativa ao desenho dos aros olímpicos no livro da professora, porque eu vi, há pouco, esse desenho, é até muito bem formatado. Eu não entendi qual foi a razão dessa interpelação extrajudicial para retirar os livros das prateleiras das livrarias. O que é que havia demais naquele desenho?

SR. LEONARDO GRYNER: Não era uma reprodução fiel dos aros. E os aros são apropriados do Comitê Olímpico Internacional e pode... Uma vez reproduzidos, têm que ser reproduzidos da forma que está estabelecido na Carta Olímpica. Foi só isso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [risos] Eu acho que isso também é um preciosismo, porque esses aros são utilizados de N formas. Na criatividade, principalmente, do nosso desenhista, esses aros são utilizados de N forma. E preciosismo, também, do Carlos Nuzman, que foi interpelar judicialmente, em função desse desenho.

SR. LEONARDO GRYNER: Só uma observação especial, que eu esqueci de fazer. O Dr. Nuzman não está presente, hoje, aqui, porque tinham sido estabelecidas três assembléias, hoje, lá no Rio de Janeiro. Uma do CO-Rio, ainda, do Comitê Organizador dos Jogos – Rio 2007; do Comitê Olímpico Brasileiro e do Comitê – Rio 2016. Ele informou isso aqui, à Comissão, mas foi informado, também, de volta de que não poderia haver um adiamento, e ele não tinha como cancelar as três assembleias. Mas ele solicitou, porque era interesse dele estar presente, sim, aqui.

Com relação a essa interpelação do Nuzman, como eu disse antes, é uma obrigação dele. Pela Carta Olímpica, os Comitês Olímpicos Nacionais, que representam o Comitê Olímpico Internacional nos territórios são obrigados a tomar essa iniciativa cada vez que acontece um fato desse tipo, não é da vontade individual do Dr. Nuzman.

Com relação a como vamos fiscalizar, a fiscalização se dá com o nosso departamento. Existe um departamento, dentro do Comitê Organizador, assim como já existe dentro do Comitê Olímpico Brasileiro, que faz um acompanhamento. Existe um departamento de proteção à marca, que fica monitorando e acompanhando usos indevidos. O próprio Comitê Olímpico Internacional tem um mecanismo de busca e fiscalização mundial sobre qualquer uso indevido das marcas dele.

O que acontece com quem usa, a única coisa que nós requisitamos é que seja cessado o uso imediatamente, para não prejudicar a nossa capacidade da geração de receita. É a única solicitação que é feita. Se existe o exagero da proteção, não se pretende, aqui, registrar como propriedade do Comitê Organizador essas expressões. Nós não queremos ter exclusividade no uso. Todo mundo pode comemorar o 2016, todo mundo pode realizar jogos, todo mundo pode continu-

ar praticando e usando essas expressões. O que nós estamos tentando defender, aqui, e proteger, é o uso dessas expressões, quando associados ou remetendo a uma falsa associação com os Jogos Olímpicos do Rio 2016, que aí, sim, causaria um prejuízo. Mas, fora isso, não tem nenhuma restrição ao uso.

E isso a gente só... A gente só está requerendo dessa forma porque a legislação brasileira não tem instrumento de proteção, ainda, para o marketing de emboscada, não existe nem sequer essa figura na legislação brasileira. Existe, sim, nós temos excelente legislação de proteção industrial à marca. Inclusive, foi reconhecido pelo Comitê Olímpico Internacional, na fase de candidatura, que os instrumentos legais, no país vigente, são suficientes para proteção legal de uso indevido da marca. Mas o uso da marca, ou melhor, a associação indevida, através do marketing de emboscada, quando não usa a marco, mas você sugere ter um associação e que, assim, causa um prejuízo ao organizador do evento, pelo simples fato de que as pessoas, obviamente, vão preferir fazer uso indevido a ter que pagar por aquele uso, causa um prejuízo, é realmente um desvio de clientela, como caracteriza a legislação, essa proteção é exatamente para tentar criar um ambiente minimamente jurídico, que possa ser reconhecido por um juiz, quando se chegar no tempo de um pleito para se fazer uma sessão daquela ação.

É muito importante notar que os jogos se realizam em um espaço muito curto de tempo, 17 dias. Se nós simplesmente seguirmos os procedimentos normais do sistema jurídico, provavelmente algumas dessas interpelações levariam dois ou três anos para serem julgadas, quando o fato já não seria mais relevante, o impacto negativo já teria sido causado, com grande prejuízo. Então, o que se tenta aqui é, simplesmente, dotar a sociedade de maneiras dela se proteger, em tempo hábil, para não provocar esse prejuízo. Deixa eu me lembrar aqui das outras... Outros jogos tiveram essa proteção, sim. Nós exemplificamos, aqui, com o exemplo de Londres, porque é uma exigência do Comitê Olímpico Internacional.

Quem ganha com essa proteção é a própria sociedade e os jogos. Nós não temos que pagar os gregos, não são os gregos que são os donos dessas expressões. O dono dessas expressões é o Comitê Olímpico Internacional. Se alguma empresa tem o interesse em se associar com o Movimento Olímpico, deve procurar o Movimento Olímpico Internacional, não é nem o Comitê Olímpico Brasileiro que tem essa propriedade, nem o Comitê Organizador, o dono dessas expressões é o Comitê Olímpico Internacional. E, portanto, quem tiver interesse em se associar a esse movimento deve procurar o Comitê Olímpico Internacional, em Lausanne.

Quais são as vantagens que isso vai gerar? Pode ampliar, ainda mais, a capacidade nossa de levantar esses recursos privados para financiar a organização dos jogos, além dos 4, 2 bilhões de dólares de reais que já estão previstos no nosso orçamento. Se o lucro será distribuído à entidade, o Comitê Organizador dos jogos é uma associação sem finalidade econômica, ela não gera lucro.

E se os jogos são bons negócios? Nós temos vários exemplos na história de cidades que se beneficiaram [soa a campainha] enormemente da realização dos jogos. Barcelona é um dos casos mais citados. Barcelona, antes dos jogos, não estava entre as seis cidades, os maiores destinos turísticos da Europa. Hoje, é o segundo, só perde para Paris. Países como a Coreia conseguiram melhorar o reconhecimento dado aos seus produtos, a partir dos Jogos Seul, em 1988. Até então, os produtos coreanos, o *made in Korea* era considerado como uma coisa de segunda linha e, depois, dos jogos, foram reconhecidos como produtos de excelente qualidade e são, hoje, consumidos alargamento, inclusive, aqui no nosso país. Enfim eu tentei me ater aqui ao tempo.

[troca de presidência]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Uma pergunta. Ainda sobre o que o Senador Flávio Arns levantou sobre financiamento...

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Dr. Cristovam com a réplica.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Desculpe.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, é só para o registro.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O registro. Está bom. Desculpe. Na história, tem sido necessário, em geral, o governo aportar dinheiro ou, na história, os financiamentos privados tem sido suficientes para financiar os programas do COB? Eu não falo nem do COI. Eu falo as diversas atividades que o COB realiza, realizou, na história.

SR. LEONARDO GRYNER: O Comitê Olímpico Internacional separa, nas suas instruções às cidades candidatas, que organizem os seus orçamentos em dois grupos. Existe o orçamento chamado de infraestrutura, que são aqueles que vão gerar legados para a sociedade por muitos anos, como, por exemplo, construção de novas linhas de transporte, linhas de metrô, remodelação do aeroporto, que são benefícios que ficam para a sociedade por muitos anos, daqueles que são do orçamento que é especificamente para organizar, fazer com que os jogos aconteçam, a ins-

talação dos equipamentos necessários para realização dos jogos dentro dos estádios, da acomodação dos atletas, do deslocamento dos atletas, alimentação dos atletas, do atendimento das necessidades da imprensa, que são aquelas despesas restritas à organização dos jogos.

Os orçamentos de infraestrutura são, normalmente, cobertos pelos governos, porque são de interesse da sociedade. Os orçamentos de organização são cobertos com recursos privados. E por isso que se tenta proteger tanto essa propriedade, para que você dê todas as condições de se realizar no maior potencial possível, utilizar todo o potencial de geração de receita que aquele evento pode trazer.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós agradecemos, aqui, a fala do Sr. Leonardo Gryner. E quero passar a palavra ao Dr. André Giaccheta, para as suas considerações, também. A resposta aos questionamentos dos nossos Senadores.

SR. ANDRÉ ZONARO GIACCHETA: Obrigado, Exa. Começando pelas ponderações iniciais do Senador Flávio Arns e, agora, algo o que Dr. Leonardo Gryner acrescentou, sobre demonstrar ao COI – e que já foi feito o trabalho na fase inicial, pelo que entendi –, que o Brasil detém, sim, legislação adequada que coíbe e pode coibir, inclusive, o marketing de emboscada. E faço referência aqui, e peço licença para leitura, é muito curto, do art. 209, da Lei de Propriedade Industrial, que ele trata... que ele tem exatamente esse objetivo. Fala que fica ressalvado ao prejudicado o direito de haver perdas e danos e, por óbvio, proibir a utilização, por atos de violação de direitos de propriedades industrial e atos de concorrência desleal não previstos nesta lei, tendentes a prejudicar a reputação ou os negócios alheios, a criar confusão entre estabelecimentos comerciais, industriais ou prestadores de serviço ou entre os produtos e serviços postos no comércio.

É claro que entendo o desejo do COI de ter algo posto, um direito posto e claríssimo, no sentido de se proibir a determinados atos e condutas, mas fato é que a legislação brasileira já possui o fundamento suficiente para tanto, ainda que não de forma específica e claríssima, há, sim, fundamento para o combate ao marketing de emboscada. E mais do que isso, diria aos senhores que por mais que nós nos esforcemos e, dentro do processo legislatura, busquemos uma alternativa de redação da lei, de uma lei ou da alteração do Ato Olímpico para prever atos e condutas, certamente nos escapará algo, alguma conduta ou alguma ação de anunciantes, de fabricantes que e não haverá previsão específica. Daí a sugerir que haja, então, uma previsão, como já há na legislação nacional, de diretrizes daquilo que caracteriza ou não a prática de concorrência desleal, porque dada a criatividade da publicidade e propaganda, certamente não seremos capazes e nem é da própria lei alcançar especificamente todos os atos e condutas em específico, mas alcançar todos os atos e condutas que, pelo seu intuito... Mas pelo seu objetivo, enfim, devam sem ser reprimidas e coibidas.

E, nisso, quero, esclarecendo, aqui... O Senador Flávio disse que a idéia, então, é proibir a deslealdade concorrencial. E, aqui, no sentido amplo não só em relação a empresas concorrentes, entre o patrocinador e aquele que não é patrocinador oficial dos Jogos Olímpicos ou dos Jogos Rio 2016, mas há um interesse próprio, e eu dizia ao Dr. Leonardo, antes de iniciarmos, que o COB, por delegação do COI e o próprio Comitê Organizador detém direitos próprios de exploração dos Jogos Olímpicos. Na medida em que há um terceiro, sem autorização e que, de fato, viola o direito do COB e do Comitê, ele é um concorrente, sim, porque há licenciamento de produtos e serviços pelo COB e pelo Comitê Organizador. Passa a ser um concorrente.

Então, nesse sentido de que o que se deve procurar é reprimir a deslealdade concorrencial e ética. E aproveito, já, para me referir a algo que o Senador Romeu Tuma disse com relação à atuação do CONAR, e ao que o Senador Flávio Arns disse da questão ética. O CONAR é um órgão de autorregulamentação publicitária voltado, exatamente, para reprimir condutas antiéticas relacionadas à publicidade e propaganda. Certamente, o CONAR pode ser um meio eficaz e eficiente, até porque o procedimento dentro de um processo no CONAR é muito célere e não fica vinculado a questões da caracterização de ilícito, mas, sim, de condutas antiéticas previstas no código de autorregulamentação publicitária. E estas condutas de associação, de aproveitamento, de deslealdade são condutas já previstas no código de autorregulamentação publicitária.

Acrescentaria, ainda, dois outros comentários. É que, provavelmente, hoje, com a exceção que a Lei Pelé traz, ao seu final, de relacionar as expressões à prática do desporto educacional e participativo, quaisquer outras utilizações, por exemplo, as Olimpíadas de Matemática, não sei, acho que o Dr. Leonardo pode esclarecer, mas toda essa utilização depende, se não se referir ao desporto educativo e de participação, necessariamente há necessidade de autorização do COB para a sua utilização.

Quando me referi...

SR. LEONARDO GRYNER: Na verdade, precisa de autorização do COI.

SR. ANDRÉ ZONARO GIACCHETA: Do COI. Há um esclarecimento, o Tratado de Nairobi protege, especificamente, o símbolo olímpico. Ele não trata das expressões protegidas, relacionadas aos Jogos Olímpicos. É a Carta Olímpica, que ela vai sendo renovada de tempos em tempos, que trata da proteção dessas expressões, em específico.

Mas, na verdade, e aí a ideia de pesos e contrapesos é, justamente, buscar esse equilíbrio do interesse do patrocinador, que temos que reconhecer, 40% de tudo aquilo que é gerado ou tem necessidade de ser investido para possibilitar os Jogos Olímpicos, vêm dos patrocinadores. Agora, como o Senador Alvaro Dias mencionou, não se pode haver – e o Senador Inácio Arruda – a sobreposição exacerbada dos interesses estritamente econômicos. É importante que se dê proteção? Sim é muito importante. Agora, cabe a nós buscar esse equilíbrio. E esse equilíbrio se dá de que maneira? Prevendo as condutas que não se caracterizam como ilícitas, não se caracterizam como abusivas. Vale, aqui, a menção de que fora dessa legislação especifica há uma previsão, no próprio Código Civil de 2002, que diz que todo exercício abusivo de um direito também caracteriza ato ilícito, ou seja, ao se permitir, se a lei permitir algum tipo de utilização dessas expressões, o seu uso abusivo, e aí o marketing de emboscada cabe bem nessa situação, o seu uso abusivo vai caracterizar, sim, a ilicitude da conduta desse anunciante.

Em síntese, eu diria aos senhores que temos legislação, podemos sempre aprimorá-la. E como disse ao Sr. Leonardo, antes de iniciarmos, eu acho que cabe uma reflexão da necessidade da alteração, da conveniência da alteração e mais do que isso, buscar identificar se na legislação existente, se nós temos ferramentas suficientes para tanto. Lógico que é desejo do COI ter uma legislação específica. Agora, cabe a nós mostrar que, mesmo na ausência de uma legislação específica, que até aquela associação que eu mencionei aos senhores, aquela associação internacional de proteção aos direitos de propriedade intelectual diz que deve-se evitar a criação de legislação específica sobre grandes eventos desportivos, a despeito disso deve-se, sim, buscar. Se a forma é a alteração do Ato Olímpico, mas se forma for criar uma carta cartilha do que deve e não deve ser utilizado, de que forma deve ser utilizado, devemos, então, encontrar o caminho. Não me parece que seja o caminho essa proposta de alteração do Ato Olímpico.

Enfim, eu acho que todos nós compreendemos a legitimidade do COB, do Comitê Organizador, mas, novamente, cabe a nós analisarmos a forma, a conveniência e o sistema, o procedimento a ser utilizado para dar eficácia e eficiência a essas necessidades que nós temos, que o Rio de Janeiro, em específico [soa a campainha] tem como cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2006.

Gostaria de agradecer pela oportunidade e atenção dos senhores à minha fala.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Dr. André. Nós que agradecemos. Eu queria fazer uma proposta aos Senadores presentes. Como nós temos que responder ao Sr. Presidente, nós poderíamos responder, encaminhando, inclusive, as notas taquigráficas de toda a Audiência Pública e dizendo que, para responder, nós fizemos essa Audiência Pública, ouvimos os especialistas e damos, aqui, a resposta explicitada por todos os Senadores que falaram hoje, aqui, que é a manutenção da legislação em vigor.

Quer dizer, é apenas uma resposta. É claro e evidente que, se entrar algum projeto de lei, nesse sentido, a gente vai tomar outra decisão, mas, como é uma resposta a um ofício, acredito que, assim, ficaria dada uma resposta ao Presidente Sarney, se os Senadores concordarem com esse encaminhamento.

Então, fica assim. Eu peço ao Secretário Júlio para fazer a resposta, preparar a resposta ao Sr. Presidente, nesses termos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só outra sugestão: é que a expressão Olimpíada da Matemática, eu acho que Olimpíada do Português, também, parece que tem matemática, português, Olimpíada do Conhecimento, várias áreas, assim, que naturalmente vem sendo utilizada a expressão Olimpíada e sem qualquer, de longe, sem qualquer vinculação com o evento que aconteça aqui, no Brasil ou em outro país.

Então, eu penso que para tirar, se tirar qualquer dúvida essa Comissão deve perguntar aos Ministérios do interesse de utilização dessas expressões e aí, sim, propormos um projeto de lei para a adequação da legislação da Lei Pelé, talvez, para que essas expressões possam ser utilizadas de acordo com a nossa legislação.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sugestão do Senador Flávio Arns acatada. Quero agradecer, aqui, a presença do Sr. Leonardo, do Sr. Sergio, sejam sempre bem-vindos. Agradecer ao Dr. André pela participação e de terem aceito o nosso convite. E, como os senhores viram, foi extremamente alentador, pelo menos, vamos poder dar uma resposta ao questionamento do Sr. Nuzman. Agradecemos muitíssimo. E dou por encerrada essa sessão.

Sessão encerrada às 12h23.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 9:00 HORAS.

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE** e sob a Presidência em exercício dos Senhores Senadores **CÍCERO LUCENA** e **GILBERTO GOELLNER,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assina o livro de presença o Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Renato Casagrande, declara abertos os trabalhos, submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a presente reunião destina-se à realização da 1ª Audiência Pública do Ciclo de Debates "Os Vinte Anos de Vigência do Código de Defesa do Consumidor: Os Principais Avanços da Defesa do Consumidor", em atendimento ao Requerimento nº 9 de 2010-CMA, de sua autoria. Comparecem os seguintes convidados: Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ; Marilena Lazzarini – Coordenadora-Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; e Roberto Lima – Presidente da VIVO Participações S.A. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 25-3-2010

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em conformidade com a aprovação do Regulamento nº. 09/10, de minha autoria, com o objetivo de debater sobre os 20 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor, destinada, ainda, a coletar subsídio para propor reforma daquela norma. Estão convidados para essa primeira Audiência Pública: o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Herman Benjamin, que eu convido para fazer parte da Mesa. Peço que a assessoria convide o Ministro Herman Benjamin... Gilberto Goellner presente, nosso senador, muito obrigado. Seja bem-vindo, Ministro.

Convido o Roberto Lima, Presidente da Vivo Participações S/A... A outra convidada, Dra. Marilena Lazzarini, Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, do IDEC, ela está chegando, e daqui a pouco, ela participará da Mesa, comporá a Mesa junto conosco.

Bem, nós estamos, na verdade, hoje, abrindo um ciclo de debates. Nós tomamos a iniciativa de fazermos esse tipo de debates para fugirmos apenas de uma Audiência Pública, que muitas vezes é muito superficial; esse ciclo de debates está se iniciando hoje, com a participação de vocês, com as palestras, a participação de vocês, depois, no dia 08 de abril e depois no dia 15 de abril.

Qual o objetivo? O objetivo primeiro é resgatarmos a história e comemorarmos 20 anos do Código de Defesa do Consumidor. E avaliarmos o que foi de positivo, acho que nós temos muitas coisas positivas com relação ao Código de Defesa do Consumidor, mudou a relação fornecedor de produtos e serviços, com consumidor; o consumidor hoje tem um sistema de defesa do consumidor implantado no Brasil; está mais ciente dos seus direitos, e o fornecedor mais ciente das suas responsabilidades. Mas ainda nós temos... Nós temos o que comemorar e nós temos também o que refletir, porque nós temos ainda setores que prestam serviço ou que fornecem produtos que ainda são setores que demandam... Têm muitas demandas, reclamações nos órgãos de defesa do consumidor, na Justiça, e que nós temos que verificar qual é a possibilidade de nós darmos um passo adiante. Qual é a medida que nós temos que tomar, para que a gente possa fugir, escaparmos dessas reclamações que ainda persistem, especialmente nas empresas que prestam serviços públicos.

Ainda, nós temos o setor de telefonia, o setor de energia, setor de abastecimento de água, setor bancário... Ainda... Que são serviços prestados para muita gente, naturalmente, e isso permite também que muitas reclamações aconteçam. Temos condições de

dar passos adiante? O que precisamos fazer? É necessário aperfeiçoarmos alguns dos comandos, alguns dos artigos, capítulos do Código de Defesa do Consumidor? E o que é defesa do consumidor para os próximos 20 anos? Nesses 20 anos, viemos até aqui. O que é defesa do consumidor? Qual o conceito de defesa do consumidor? Nós vamos considerar defesa do consumidor a origem do produto, com relação à sua sustentabilidade ambiental? Nós vamos... O que nós vamos tratar, em termos de conceituação de defesa do consumidor, com as novas tecnologias que estão disponíveis para todos nós?

Então, é com esse objetivo que nós estamos iniciando esse ciclo, e é uma... Acho que nós, desde 1990, quando foi promulgado o Código de Defesa do Consumidor, para cá, muita coisa mudou. E nós estamos num momento ideal, não apenas para comemorarmos a entrada em vigor de uma das mais importantes leis, aprovadas nesse Parlamento, e é importante o Parlamento ressaltar, foi iniciativa do Parlamento a aprovação do Código de Defesa do Consumidor, foi uma ação que iniciou aqui, que se concluiu aqui. Então, é importante que o Parlamento também possa jogar luz sobre esse arcabouço legal, essa Legislação.

É o momento propício para fazermos uma reflexão sobre os fatores que conduziram ao texto da presente lei às alterações que sofreu e a história da sua aplicação. Da parte da nossa Comissão, da CMA, entendemos que não somente essas matérias, mas muitas outras deveriam ser disponibilizadas para a sociedade e, em especial, para os ambientes jurídicos, históricos e acadêmicos nacionais. Pensando em democratizar tais informações, constituímos um grupo de trabalho composto por técnicos da Comissão, da biblioteca, está aqui presente, que eu agradeço; do PRODASEN, que está aqui presente, e que eu agradeço; da Consultoria Legislativa, que estão aqui presentes e que eu agradeço; todos do Senado, para a construção de um portal, que nesse exato momento, estamos inaugurando. Vamos inaugurar um portal dos 20 anos do Código de Defesa do Consumidor, e também temos a participação do Departamento do Ministério da Justiça, de Defesa do Consumidor, trata-se... Esse portal trata-se da página 20 anos do Código de Defesa do Consumidor – Desafios para o Futuro. Está ali o nosso portal. O internauta poderá obter inúmeras informações sobre direitos consumeristas e sua aplicação. Entre as muitas informações, podem ser vistas, como será agora apresentado rapidamente.

Primeiro, o Código de Defesa do Consumidor em sua versão original. Está ali. É o primeiro clique. Aí, só a versão original do Código. O segundo é o mesmo Código, em sua versão atual, a versão atualizada do Código, para que o internauta possa acompanhar e se informar. Terceiro, são as proposições legislativas que estão tramitando. Diversos Projetos de Lei estão tramitando, na Câmara e no Senado. É importante quem milita na área poder conhecer. Está organizado aí para facilitar o trabalho.

A quarta são as legislações correlatas. E a quinta, uma legislação comparada. E o sexto item ali, sexto link ali é a história do Código de Defesa do Consumidor. Acho que essa história é importante, merece um destaque, porque pretende-se aqui fazer um apanhado do elevado cunho histórico que demonstra a evolução do pensamento e da aplicação das normas consumeristas, no decorrer desses 20 anos. Para tanto, pedimos autorização das editoras das principais revistas semanais brasileiras para publicar no site, na íntegra, as reportagens sobre os fatos mais relevantes por elas divulgadas. Já recebemos autorização da Editora Globo, que publica a Revista Época, e estamos esperando as das demais editoras. Já é, portanto, possível visualizarem-se, no portal, as notícias remetidas pela própria Editora Globo, como proposta de matéria a ser veiculada neste sítio.

A equipe da biblioteca está selecionando as matérias divulgadas nos jornais de grande circulação do país para inclusão aqui neste link, de forma a que ele possa dar uma visão mais abrangente e exaustiva possível da história da aplicação do Direito de Consumidor nos 20 anos do Código.

O sétimo item são os links para as páginas da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado. O oitavo são links interessantes que, como dos órgãos federais, Ministério Público, agências reguladoras, PROCON, fundações e associações... Órgão para denúncias, as delegacias e organismos brasileiros de metrologia, normalização e qualidade.

E aí nós vamos ter, não está totalmente completo o site, esse portal, nós estamos ainda... Nós teremos ainda a história do CDC, o processo legislativo, proposições legislativas arquivadas, eventos e palestras que tivemos, notícias; tivemos e estamos tendo... Então, nós pretendemos divulgar o conteúdo desse ciclo de debates, além das decisões jurisprudenciais mais importantes, e artigos que nos sejam encaminhados por doutrinadores balizados. Queremos, todavia, que o cidadão participe do futuro do Direito do Consumidor. Pusemos também no portal o link “opine sobre o CDC”, no qual se espera que o cidadão comum apresente suas sugestões, críticas ou propostas de alterações do código. Pretendemos, assim, formular uma nova proposta de legislação consumerista, se for necessário, com a ampla participação popular. Convido a todo

cidadão consumidor que apresente suas sugestões e a todos... E todas elas serão examinadas para, quem sabe, passar a compor uma grande proposta de revisão do Código, de forma que o Senado possa encaminhar, junto com a sociedade, para mais 20 anos de um Direito do Consumidor cada vez mais justo e equitativo, voltado a atender aos interesses do desenvolvimento nacional, mas, antes de tudo, a parcela da população menos assistida nas suas relações de consumo.

Então, o portal está lançado, e nós vamos então dar início ao nosso primeiro ciclo, nossa primeira audiência do ciclo de debates sobre o Código de Defesa do Consumidor. Passo, então, a palavra ao Ministro Hermano Benjamin. Pergunto a ele se a referência de 20 minutos é uma referência adequada... Não tem um tempo... 20 minutos, então, como referência. Então, com a palavra, o Ministro Herman Benjamin, que eu já agradeço muito, é um especialista, participou de toda a construção desse Código, é uma alegria e uma honra tê-lo aqui junto conosco. Muito obrigado, Ministro.

SR. MINISTRO HERMAN BENJAMIN: Bom-dia a todos. Eu queria, inicialmente, agradecer o convite, e parabenizar esta comissão, os seus senadores, especialmente o seu Presidente, o Senador Renato Casagrande, pela iniciativa. Mas, me permita, senador, aqui, mais como cidadão do que como Juiz, festejar a sua trajetória... E festejar especialmente o seu trabalho nesta Casa.

V. Exa. é um dos mais ativos senadores a representar a cidadania brasileira, seja na área do meio ambiente, do consumidor, da transparência dos órgãos públicos, dos direitos básicos da cidadania. E eu acredito que a sua história é a história dos grandes senadores da República do Brasil. E eu falo isso como cidadão, e, evidentemente, não como Juiz.

Queria cumprimentar ao Senador Gilberto Goellner, do Estado do Mato Grosso, que eu tanto visito e, algumas vezes, visito como turista. Embora não esteja aqui fazendo *merchandising* daquele Estado, mas recomendo a quem não conhece o Mato Grosso a fazê-lo porque realmente suas belezas naturais são extraordinárias.

E saúdo também o Dr. Roberto Lima, da Vivo, eu aqui me coloco como consumidor dos serviços prestados pelo Presidente Roberto Lima, e estou ansioso para ouvir as suas observações acerca dos serviços que a empresa presta.

Eu vou me limitar exatamente aos 20 minutos, e havia preparado uma transparência, mas prefiro, exatamente para cumprir o tempo, pinçar alguns aspectos que, a meu juízo, mereceriam um tratamento pelo Parlamento Brasileiro, no sentido de aperfeiçoar o Código de Defesa do Consumidor.

Evidentemente que, como o próprio Presidente Casagrande já o disse, o Código fez uma revolução no Direito Brasileiro. Nós pudemos dizer que o Código de Defesa do Consumidor foi, no Direito Privado, a principal lei da segunda metade do Século XX. Não há nenhuma outra, à exceção da Lei do Divórcio, no sentido de transformar paradigmas jurídicos, mas também éticos e empresariais, que tenham tido a repercussão do Código de Defesa do Consumidor. Esta é a premissa básica, e acredito que não vamos perder tempo aqui com a história, com a evolução, com as dificuldades iniciais do Código de Defesa do Consumidor, porque tudo isso está neste *site* extraordinário, que vejo sendo lançado hoje.

Eu, portanto, vou me deter nessas questões que eu acredito que... Seja porque, à época, nós entendemos... Nós, relatores do Código de Defesa do Consumidor, da redação do Código de Defesa do Consumidor, que não merecia uma atenção a este nível, do legislador, ou, então, questões que, por razões até mesmo de evolução da tecnologia, não se punham naquele momento.

Mas há também aperfeiçoamentos, e aqui uma confissão, no sentido de corrigir algumas deficiências técnicas do próprio texto. E eu não sofro de nenhum espírito de paternidade ou maternidade em relação ao Código porque isto é uma tendência natural a alguém que ajuda a elaboração de uma lei. E depois, se esquece que, no instante em que a lei é aprovada, no dia seguinte, ela já passa a jogar contra si própria, no sentido de passar pelo teste da realidade, mas, ao mesmo tempo, se mostrar inadequada, insuficiente e até mesmo imperfeita na sua formulação. E eu vou aqui trazer um ou dois pontos em que a lei está imperfeita e, infelizmente, os dois pontos que vou trazer foram redigidos por mim. À época, eu acreditava que estava correto ou que era o adequado. Hoje, tenho dúvidas e acredito que isso poderia ser aperfeiçoado pelo Congresso Nacional.

Eu começo pelo começo. Parece óbvio, mas não é. Qual é o começo do Código de Defesa do Consumidor? É o seu artigo primeiro, que, se eu fosse hoje propor esse artigo, como propus, eu apresentaria a mesma redação, mas com alguns complementos. O que diz esse artigo primeiro? Esta lei é de ordem pública e de interesse social. Parece algo pomposo, que daria um norte principiológico ao Código, mas o objetivo não foi de pompa jurídica. Foi, na verdade, de terem um pacto real na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Quando nós dissemos que normas de uma lei são de ordem pública e interesse social, o que se quer efetivamente afirmar é que isto terá consequências no

mundo prático da aplicação da lei. E, infelizmente, isso não vem ocorrendo. Eu dou exemplos. Talvez me limite a um... Ordem ou normas de ordem pública significam que o Juiz pode conhecer de ofício, deve conhecer de ofício acerca de qualquer um daqueles dispositivos, quando a ação está posta perante ele.

Então, exemplificativamente, um consumidor entra com Ação Civil Pública, ou, melhor dizendo, uma associação de consumidores entra com uma Ação Civil Pública, faz a exposição dos fatos, mas deixa de encaixar esses fatos de forma adequada na sistemática do Código de Defesa do Consumidor. Ou nós entendemos que, por essas normas serem de ordem pública, o Juiz está obrigado a aplicá-las, sejam elas levantadas ou não pelo... Pelo autor da ação, ou, então, esvazia-se inteiramente o sentido do que é de ordem pública ou interesse social.

Segundo problema, que levaria à necessidade de acrescentar um parágrafo ou dois para explicar as consequências desta declaração que o Congresso Nacional fez acerca da natureza jurídica das normas do Código de Defesa do Consumidor, é que, se é de ordem pública, quando chega um recurso ao Superior Tribunal de Justiça, aqui esta natureza jurídica tem um impacto naquilo que nós chamamos de prequestionamento. Porque eu não posso tratar de prequestionamento as questões jurídicas que não são de ordem pública da mesma forma daquelas que são de ordem pública.

Passemos agora a um outro ponto, que não é tão árido ou tão estritamente jurídico como este da natureza jurídica, de ordem pública e interesse social, que tem a ver com dois temas que nós não tratamos no Código de Defesa do Consumidor, e um deles nós não tratamos porque achamos que, talvez, prejudicasse, naquele momento, se houvesse um detalhamento maior, a própria tramitação e eventual aprovação do Código de Defesa do Consumidor. Me refiro ao crédito ao consumidor. O Código tem apenas um ou dois dispositivos que, de uma forma muito incipiente, dá alguma proteção ao consumidor no que se refere ao crédito. Basicamente, assegurando o mínimo de transparência àquelas informações especificamente no que se refere a juro.

Bem, nem esta proteção que está hoje no Código de Defesa do Consumidor é cumprida. Basta se abrir qualquer jornal deste país para se ver que agora há anúncios de produtos de bens duráveis, antes eram pagos em duas vezes sem juros. Agora já há em cinco meses, cinco vezes, 10 vezes, 20 vezes sem juros. Isto é possível? Precisa ser especialista para identificar aí uma publicidade enganosa? Precisa do Código de Defesa do Consumidor para dizer que esta informação viola direito básico do consumidor?

Pois bem, Senador Goellner, isto já está no Código de Defesa do Consumidor. Mas o que eu me refiro é a todo um segmento acerca do crédito, que não está no Código de Defesa do Consumidor. E isto se aplica tanto a consumidores individuais como a consumidores que têm uma... Uma atividade profissional, mas que são equiparados a consumidores, como, por exemplo, o pequeno produtor rural. Eu sei da sua preocupação com o pequeno produtor rural, que é equiparado, pelo Código de Defesa do Consumidor, a consumidor. Embora, quando adquire, por exemplo, agrotóxicos ou fertilizantes, aí eu esteja fazendo no exercício de uma atividade profissional.

O tema a que eu me refiro é o do super endividamento. Hoje, em toda a sociedade brasileira, há, os estudos demonstram, um super endividamento do consumidor. Vai se dizer, bem, é uma... "O legislador não pode entrar nisso porque seria uma espécie de paternalismo; controlar a forma como o consumidor se endivida". Seria, se este endividamento exagerado não ocorresse por conta de práticas abusivas e publicidade, muitas vezes, massiva, que desconsidera a realidade do consumidor desinformado ou pouco informado.

Nenhum de nós, nem aqui, nem nos Estados Unidos, nem na Europa, que dá proteção ao consumidor em relação ao super endividamento, se nega a que o consumidor é, neste caso, vulnerável e, portanto, nós precisaríamos ter, ou no Código ou numa lei específica, uma proteção para o super endividamento.

Vejam o paradoxo: No Brasil, como em todo mundo, existem mecanismos ilegais para amparar a empresa que se endivida de forma exagerada... A empresa. Pode ser a maior empresa do país, mas ela, se enfrentar dificuldades, está lá a antiga concordata e agora se chama recuperação judicial. Muito bem. Isto para empresa, que tem o seu corpo de assessores, de economistas, contabilidade, projeções para o futuro... Um rol muito grande de assessores.

E, para o consumidor individual, essa sistemática é o oposto. Se endividou exageradamente, paciência, o problema é seu e não é do legislador, não é do Judiciário, não é de ninguém. Esse, então, o primeiro ponto daqueles dois que eu disse que nós simplesmente ignoramos.

O outro ponto tem a ver com uma matéria que não estava posta perante nós, naquele momento, porque a tecnologia apenas engatinhava, o comércio eletrônico e tudo que se refira ao uso da Internet e dos meios assemelhados a ela. Veja, boa parte dos que estão aqui, daqueles que eventualmente estejam ouvindo, pela TV Senado, esta... Este nosso debate, já

fez uso da Internet para alguma compra. Aonde está a proteção do consumidor para este negócio jurídico que tem peculiaridades que o afastam inteiramente do paradigma tradicional do contrato no Direito Civil ou na Teoria Geral do Direito Privado? Muito pouco, no Código de Defesa do Consumidor. Primeiro, aonde que é a oferta? É fácil saber a oferta, quando tem... Há um anunciante identificado, quando eu me dirijo a um estabelecimento comercial físico...

E aqui eu acredito que, até mesmo no sentido de viabilizar e legitimar o comércio eletrônico, é importante que o Congresso Nacional legisle nesse tema. Porque, se o comércio eletrônico for visto pelo consumidor com desconfiança ou como um ambiente de... Vou usar uma expressão vulgar, de faroeste, em que tudo aquilo que hoje não é possível no Código de Defesa do Consumidor, na perspectiva de uma venda não eletrônica, é legítimo ou é possível, evidentemente, todos os atores e sujeitos que participam de uma forma correta, séria, nesse sistema, sairão prejudicados.

Esses, então, os dois temas que nós não tratamos: crédito ao consumidor, tratamos incipientemente, mas não do super endividamento. O fenômeno já existia à época, e o comércio eletrônico, porque o tema não se punha com a dimensão que tem hoje.

Deixa eu mencionar alguns outros aspectos que... Nos minutos que me restam. Eu creio que nós precisamos, nesta análise que fazemos dos aperfeiçoamentos do Código de Defesa do Consumidor, de tratar da prescrição e da decadência. Esta é outra parte do Código, cuja redação, aprovação e os debates foram no Congresso, mas a redação inicial foi de minha autoria. E eu estou convencido que o sistema, como está, é confuso.

Eu o entendo perfeitamente. Mas os meus colegas juízes não entendem. E aí uns aplicam de um jeito, outros aplicam de outra forma, confundem o prazo de cinco anos para os vícios de qualidade por inadequação, os acidentes de consumo por aqueles do seu aparelho que, excepcionalmente, não funcionou, e o consumidor vai reclamar... Então, enfim, aqui há necessidade de criar um sistema mais simples, em que nós, se necessário, venhamos a romper inteiramente com a sistemática do Código Civil, na época o Código Civil de Clóvis Bevilácqua, e agora o Código Civil de 2002.

Também creio que a multa é absolutamente essencial no Código de Defesa do Consumidor. Foi vetada pelo Presidente Collor, à época, sob o argumento de que inexistiam precedentes no ordenamento jurídico brasileiro. Evidentemente, o Presidente Collor assinou essa mensagem de veto com as observações que vieram do Ministro da Justiça; não foram de sua autoria. Pois bem... Mesmo que se admita esse argumento de que a multa civil, na época, era algo novo no Brasil, hoje não é. Porque, depois do Código de Defesa do Consumidor, nós conseguimos incluir, o Parlamento incluiu em duas leis. E, nessas duas leis, a multa civil funciona muito bem. Uma delas, hoje, sob revisão aqui do Parlamento, que está no Senado, que é a lei da concorrência. O que seria da lei da concorrência se não fosse a possibilidade de imposição, pelo Juiz, de uma multa civil para aquele que, de forma reiterada, voluntária, com má-fé, viola o Código de Defesa do Consumidor.

Eu encerro com dois pontos que... E aí fico à disposição para debates, se houver. Um deles tem a ver com a telefonia. Mas não com a telefonia em si, mas com um litígio recente da telefonia, e eu estou interessado é no aspecto processual e não na matéria de fundo. Me refiro à demanda que foi levada ao Superior Tribunal de Justiça, da assinatura básica.

Bem, todos sabem minha opinião acerca de assinatura básica, mas fui vencido. E Juiz, num colegiado que é vencido, tem que se conformar e aplicar a jurisprudência a partir de então. Tenho certeza que o Presidente Roberto Lima tem opinião diversa sobre a assinatura básica. Mas aqui o tema não é assinatura básica. O que eu trago é o aspecto processual. A assinatura básica, que envolve milhões de consumidores, foi decidida pelo Superior Tribunal de Justiça de uma forma a unificar a jurisprudência de todo o país em uma ação individual... De uma consumidora... E aí se falo consumidora, é mulher, pobre e negra do Rio Grande do Sul. Por que eu digo isso? Porque é três vezes vulnerável. Se quiserem, quatro vezes vulnerável. Porque é consumidora, e o Código de Defesa do Consumidor diz que os consumidores são vulneráveis; dois, porque é pobre; três porque é mulher e, na sociedade de consumo, estão aí os estudos a demonstrar que a mulher é mais vulnerável às práticas abusivas do que os homens; e quarto, porque é afro-brasileira.

Muito bem, essa ação foi a escolhida pelo Superior Tribunal de Justiça para uniformizar a jurisprudência. Primeira crítica: Existiam várias ações civis públicas pendentes. Como nós, então, vamos uniformizar uma matéria que envolve milhões de brasileiros pela via da ação individual e não pela via da Ação Civil Pública? Não se deu a preferência que deveria ter a Ação Civil Pública.

Segundo aspecto. Exatamente porque esta consumidora era pobre e não tinha condições de fazer sustentação oral, esteve lá no Superior Tribunal de Justiça... Estiveram os maiores escritores de advocacia, representando legitimamente, e de forma correta, as empresas de telefonia, distribuindo memoriais, pedin-

do reuniões com os Ministros e fazendo sustentação oral. Esta consumidora, que na verdade, representava sozinha, sem nunca ter querido, todos os consumidores brasileiros, não esteve presente. O seu lugar ficou vazio na sustentação oral.

E isto, Senador Casagrande, V.Exa., que tem grande preocupação com a isonomia e com a Justiça, veja, vencesse quem vencesse. Não importa. Se é legítima ou ilegítima a assinatura básica não importa. O que importa é o princípio da isonomia, que é garantido na Constituição. Então, isto não mais pode ocorrer. Que se escolha uma ação individual para representar 100 milhões de consumidores brasileiros. Porque o instrumento para tanto é a Ação Civil Pública, porque aí vai ter o Ministério Público ou uma organização não-governamental disposta a fazer a sustentação oral, a mobilizar a opinião pública, a apresentar memoriais, a debater em todos os locais em que este tema possa ser posto. E aqui, então, o Código, na sua parte processual, precisa deixar claro que, se houver Ação Civil Pública tramitando em um tema, não pode o Superior Tribunal de Justiça, ou mesmo um Tribunal de Justiça, o Tribunal Regional Federal, uniformizar a jurisprudência, tomando ou utilizando o instrumento da ação civil individual. Porque isto é uma deformação das facilidades da Justiça em defesa daqueles que o Código de Defesa do Consumidor considera vulneráveis.

Se me permite mais um minuto, eu não ia falar, mas queria pelo menos... Aliás, eu ia falar e desenvolver, mas não tenho mais tempo, eu queria apenas mencionar um direito que nós temos que acrescentar no rol dos direitos básicos do consumidor, logo no preâmbulo do Código de Defesa do Consumidor. É um direito que não se punha, pelo menos até 30 anos atrás, mas que hoje ganha vulto nos debates de Direito do Consumidor e de política de consumo em todo mundo, me refiro ao direito de estar só. O consumidor tem o direito de não ser importunado. Ele tem o direito de não... De não receber ligações em horários os mais variados, em circunstâncias as mais variadas, para a venda de produtos ou serviços, o telemarketing, e ele tem direito também a não receber *spam*, para dar dois exemplos deste... Que bem ilustram esta... A necessidade que existe hoje de nós assegurarmos esse direito de estar só.

Parece uma contradição... Em uma sociedade moderna, em que todos nós estamos em rede, em que existe desde *o YouTube* e essas outras, o *Twitter* e outros tantos mecanismos de redes sociais, que vinculam pessoas de países diferentes, que nós venhamos aqui e dizer: "Mas também o consumidor tem o direito à sua privacidade, e se quiser, a estar sozinho". Esta seria uma... Esse seria um desdobramento, a meu juízo, do direito à dignidade da pessoa humana. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Ministro Herman Benjamin, pela sua contribuição, apresentação, um especialista na área, um conhecedor profundo do Direito Consumerista e um colaborador permanente do Brasil nesta área. Obrigado pela sua participação.

Anuncio a chegada do nosso vice-Presidente, Senador Cícero Lucena, da Paraíba. E passo, então, também, com muita honra e meus agradecimentos à presença, os nossos agradecimentos, da comissão, ao Presidente da Vivo, Roberto Lima, para sua apresentação, também tendo como referência 20 minutos, mas o tempo aqui é bastante flexível.

SR. ROBERTO LIMA: Obrigado, senador. Gostaria de iniciar agradecendo o convite. Para nós, é uma honra poder estar aqui hoje e debater um tema tão importante. Eu me juntaria ao Ministro Herman Benjamin, quando fez todo o reconhecimento ao seu desempenho no Senado, principalmente animando uma Comissão que trata de temas tão importantes e que acho que o Ministro resumiu bem, ao dizer que trata dos direitos básicos da cidadania, que, como a palavra própria diz, são básicos e, a partir deles, que se estrutura todo o restante da relação na nossa sociedade.

Portanto, muito obrigado pela oportunidade, parabéns Senador, parabéns Ministro, pela sua apresentação, tenho certeza que não vou conseguir ser tão brilhante na minha e também cumprimento, ao mesmo tempo, todos os Senadores que fazem parte dessa Comissão e a todos os presentes.

Eu vou procurar dar uma visão muito prática, muito empresarial de como nós vemos a questão das relações com os consumidores, os desafios que nós temos encontrado na nossa atividade, mas também procurar mostrar uma mensagem otimista de que as empresas são as primeiras interessadas a que os direitos do consumidor sejam respeitados, em seu próprio benefício, como organizações que têm seus objetivos de crescimento, de rentabilidade, de lucro, de gerar os recursos necessários para o seu financiamento, para o seu investimento e, portanto, o direito do consumidor vem na frente e pode ser uma estratégia vencedora para as organizações.

Se eu pudesse, então, ter o primeiro slide... Simplesmente para dar algumas informações, ele é um slide bastante poluído, ele tem muita informação, mas ele mostra um pouco a velocidade de crescimento desse setor, que é extremamente novo, recente, jovem no Brasil... A telefonia móvel existe desde... Exatamente da mesma época em que foi criado o Código de Defesa do Consumidor.

Em 1990, nós tínhamos, no Brasil, 700 mil acessos de telefonia móvel, um serviço que foi criado como um serviço de elite, para poucos, caríssimo na época, e que a partir da privatização, em 1998, onde já se contavam com sete milhões de acessos, experimentou um crescimento fantástico. Se naquela época, 80% dos usuários pertenciam às classes A e B, hoje, mais de 70% dos usuários estão nas classes C, D e E. E nós atingimos esse número de 177 milhões de acessos. Nenhum produto de alta tecnologia penetrou tão fundo nas classes sociais em qualquer país emergente. É o primeiro produto de tecnologia, mesmo nos países emergentes, em relação aos países mais desenvolvidos, que já tinham uma estrutura de telefonia fixa mais desenvolvida.

Nesse período de 20 anos, várias coisas aconteceram. Vocês se lembram, no começo era um sistema analógico, que servia basicamente para se fazer uma comunicação de voz, só se falava no celular, era um instrumento extremamente simples, as pessoas sabiam para que usar. A partir já dos meados da década de 90, surgiram as tecnologias digitais, inicialmente com TDMA e depois com GSM e CDMA, onde aquilo que era um instrumento somente para se comunicar falando e ouvindo, ele também passou a ser a mensagem de texto, algumas comunicações digitais e os primeiros acessos a informações que não eram por voz, o que tornou um pouco mais complexo o uso desse pequeno instrumento que, inicialmente, parecia tão simples.

Já mais próximo agora de meados da década de 2000 até 2010, nós temos o aparecimento das tecnologias de terceira geração, com o EVDO, e mais recentemente, em 2008, com o 3G, a terceira geração em WCDMA, que são tecnologias que, de certa forma, revolucionam aquilo que nós estávamos acostumados a fazer até agora. Nós passamos, então, a ser fornecedores do serviço de acesso à internet, de comunicações de dados, de e-mails, criando uma complexidade muito grande na prestação de serviço e no uso.

No meio desse caminho todo, nós tivemos a entrada em vigor do Código de Defesa do Consumidor, lá atrás, mas outras regulamentações muito importantes, como o próprio regulamento da ANATEL, que foi revisto, no ano de 2007, e passou a ser praticado em fevereiro de 2008, um regulamento bastante exigente no que diz respeito a procedimentos, mas também a metas e qualidade, e mais recentemente, o Decreto-Lei 6.253, foi a chamada Lei do *Call Center,* que faz uma exigência muito grande a padrões de atendimento nessa atividade. Uma atividade, como eu disse, hoje, atende 177 milhões de consumidores, e para fazê-lo, esse setor de telefonia móvel, que é representado no Brasil por quatro grandes organizações mais duas empresas regionais, investiu a cifra de 77 bilhões de reais nos últimos 10 anos, um valor que, mais recentemente, se coloca na média de 10 bilhões de reais por ano, ou seja, superior à média dos últimos 10 anos, e que já cobre 4.963 municípios no Brasil, dos 5.600 que nós temos.

Em terceira geração, que é uma tecnologia recente, as frequências de terceira geração foram licitadas em dezembro de 2007; os contratos assinados em abril de 2008, de lá pra cá, as redes começaram a ser construídas e nós já temos, no Brasil, 711 Municípios cobertos, o que significa 1,3 Municípios novos, cobertos em terceira geração, por dia. Quando se discute um Plano Nacional de Banda Larga, é muito importante notar aquilo que o setor de telecomunicações móveis tem feito pela inclusão digital, pela extensão da banda larga, que já chega a 64,7% da população em cobertura, com telecomunicações móveis, que é um sub-setor que, às vezes, fica um pouco esquecido, até quando vai discutir a questão da assinatura básica, que não é muito apropriado ao nosso setor, porque nós estamos numa concorrência brutal, a gente não pode se permitir cobrar mais do que deve.

Portanto, isso mostra um pouco o cenário no qual a gente se insere, e, quando a gente falar dos campeões de reclamações, e, às vezes, a telefonia móvel se insere, vamos lembrar de que número nós estamos falando. Nós temos uma penetração que se aproxima de que quase 100% dos brasileiros hoje têm acesso a esse produto fantástico e temos os estudos da Fundação Getúlio Vargas, que mostram o quanto essa atividade teve de impacto no próprio PIB, na medida em que é grande elemento de integração e inclusão das pessoas e também de ligação entre as várias regiões do país, aquelas mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas. O quanto nós acrescentamos à economia brasileira, hoje já está quantificado. Já se sabe que, a cada 10% de incremento na banda larga, nós temos o impacto de 1,3% de aumento no PIB dos países em desenvolvimento.

Se eu pudesse passar para o segundo, eu entraria agora, falando um pouco da nossa empresa, não é comercial, mas para contar uma história real e mostrar como nós vemos a questão da relação com os consumidores. A Vivo é uma empresa que foi criada em 2003, pela fusão de 14 outras operadoras, portanto, é uma empresa que está comemorando seu sétimo ano de existência agora, extremamente jovem, e que em 2005, até pela aceleração do crescimento, encontrava uma série de problemas de qualidade.

Naquela época, ou seja, de 2003, quando foi feita a fusão, a 2005, essa empresa já tinha o número de praticamente 30 milhões de clientes. 30 milhões de

pessoas que consumiam nossos serviços todos os dias. Nós recebíamos, por ano, por cliente, uma média de 7,2 ligações. Ou seja, uma taxa de contato bastante alta. O cliente normalmente não deveria ligar para o *call center*, mas ele ligava 7,2% por ano, o que significa que nós tínhamos mais de 210 milhões de ligações no nosso *call center* a cada ano feito.

No nosso *BackOffice*, ou seja, aquilo que a gente não conseguia resolver na ligação do cliente, nós jogávamos para trás da empresa e ficávamos devendo uma resposta para o cliente, nós tínhamos 198 casos por mil clientes, por ano. Multiplica isso por 30 mil e vocês vão ver quantas ações em *BackOffice* nós tínhamos. Isso dava uma média de 490 mil casos por mês que a gente não conseguia resolver na ligação do cliente, no atendimento telefônico, que exigia um tratamento da empresa para saber se é uma contestação de conta, um problema de aparelho, uma assistência técnica, uma não cobertura em algum lugar, para, em seguida, dar uma resposta ao cliente. E nós tínhamos, para cada mil clientes por ano, 6,2 intervenções junto ao PROCON, na medida em que o cliente não se sentia satisfeito.

A ANATEL tem o seu Plano Geral de Metas e Qualidade e ela media e mede hoje, no caso da nossa empresa, 450 indicadores todos os meses, através de auditoria. E naquele tempo, nós estávamos conseguindo atingir 37% dos indicadores de qualidade da ANATEL, e tínhamos, para cada mil clientes, 0, 342 reclamações na ANATEL. Significa aí 342 reclamações para cada um milhão de clientes. Ou seja, um número que parece baixo na relação com o número de clientes, 342 por um milhão, mas que, em valores absolutos, era muito grande.

Passando para o *slide* seguinte, nós tínhamos que encontrar as motivações para revertermos esse quadro. E surgiam as grandes questões, as discussões de Diretoria, de conselho de administração o mercado crescia 20% ao ano, qual a prioridade que essa empresa tem que dar? Na sua área comercial, de continuar crescendo, trazer novos clientes, ou trabalhar num programa de qualidade e de melhoria de relação com os clientes existentes?

Então, foi um esforço muito grande, no momento em que nós nos juntamos a empresa, de tentar reverter essa... Essa tendência natural das empresas de buscar o crescimento, de buscar os novos clientes e dizer: "Nós temos que nos voltar para os clientes que nós já temos porque a falta de qualidade é a quebra de relação básica que tem que existir entre um cliente e a organização que lhe presta serviço, que é uma relação de confiança". Um cliente não pode receber uma fatura errada, um cliente não pode ter um aparelho que não funciona, ele não pode receber uma venda da empresa com uma garantia de cobertura num lugar e não ter aquela cobertura.

Portanto, nós procuramos mostrar que não havia futuro para essa organização se nós não nos preocupássemos muito mais com a relação com os clientes que nós já temos do que com os novos clientes que deveriam aparecer. E, para convencer diretores, conselho de administração, às vezes, o argumento mais fácil é o argumento econômico. E nós procuramos demonstrar, foi o primeiro *slide* que talvez eu tenha feito na empresa, quanto custava para a nossa organização não ter qualidade. E era medido em custos da fidelização, ou seja, um cliente insatisfeito, eu tenho que dar alguma coisa a mais para ele, um desconto na fatura, um aparelho novo, para que ele fique na nossa empresa. Um cliente não satisfeito, eu não respondo a sua solicitação no telefone, eu tenho que criar um processo em BackOffice, que custa cinco vezes mais que um atendimento na primeira ligação.

Eu tinha o próprio atendimento de ligações que era em excesso. Nós tínhamos as reclamações. Nós tínhamos o custo da fraude e da clonagem. Todos vocês lembram dos problemas de fraude e clonagem e nada pior do que um cliente receber uma fatura com cobranças e com custos que não faziam parte daquilo que ele tinha consumido. Quebra a relação de confiança. Tudo isso se manifestava em recursos e, quando a gente fazia a conta, nós dizíamos: "Não ter qualidade custa um bilhão de reais por ano para essa organização". Só na fraude e na clonagem, nós tínhamos 426 milhões que custavam isso por força de quadrilhas organizadas que atacavam os nossos serviços e que tinham que ser combatidas naquele momento, não só pelos custos financeiros, mas principalmente pelo impacto na qualidade de prestação de serviço.

Portanto, era uma decisão que ela tinha um princípio filosófico de dizer: "Uma empresa não vai pra frente, se ela não tiver um compromisso com a qualidade e com as boas relações com os seus consumidores, mas, também, por razões econômicas, essa empresa tem que se movimentar nesse sentido". E a partir daí, nós procuramos imaginar qual seria a estratégia para que a gente pudesse reverter essa situação através do estabelecimento de uma prioridade clara para uma empresa que, naquela época, já contava com mais de cinco mil colaboradores diretos e com mais de 15 mil colaboradores indiretos, que tinham que comprar essa ideia da qualidade. E nós decidimos que o primeiro passo era assumir um compromisso público. Era dizer: "Nós reconhecemos que não temos qualidade e nós vamos fazê-lo publicamente".

Então, eu pediria, se a gente pudesse passar um pequeno vídeo, talvez alguns de vocês lembrem, mas nós contamos, na época, com a Marília Gabriela para ir à televisão, para ir à Rede Globo e dizer: "Nós reconhecemos que nós temos que melhorar"... Está sem o som.

[exibição de vídeo]

SR. ROBERTO LIMA: Infelizmente, nós estamos sem som, mas eu me lembro, na época, de uma discussão muito forte na empresa, até dentro da organização, se nós deveríamos abordar publicamente fatos como "nós temos fraude e temos clonagem". E tivemos discussões divididas na nossa Diretoria e a nossa decisão foi: "Nós temos, nós vamos reconhecer isso publicamente". Infelizmente, não conseguimos a voz, mas esse filme foi passado, por mais de um mês, em todas as cadeias de televisão, com a Marília Gabriela, dizendo: "A vivo reconhece que tem problemas, mas assume o compromisso de que nós vamos melhorar". Qual é a importância disso? É transmitir, em primeiro lugar, para nossos colaboradores internos que, quando eles chegarem a casa à noite, eles vão ser cobrados por aquilo que seus amigos e parentes estão vendo na televisão.

É a maneira de movimentar uma empresa que é imensa, uma empresa que está em todos os estados da Federação, no Distrito Federal, em, hoje, 3.900 municípios no Brasil, não há como movimentar tanta gente e sensibilizá-los para a questão da relação com o consumidor, se não for através desses instrumentos.

Então, o primeiro passo foi isso, e depois a estruturação de alguns programas internos e o primeiro deles, no próximo *slide*, que nós chamamos–

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pediria uma atenção dos... Opa, desculpe, ao Dr. Roberto Lima, que nós aguardamos a chegada da terceira expositora, Dra. Marilena Lazzarini, para que ela viesse até a Mesa e acompanhasse o seu final de explanação.

Dando sequência, Dr. Roberto, o senhor pode continuar a sua apresentação.

SR. ROBERTO LIMA: Muito obrigado, senador. Eu vou dar continuidade, o slide deve aparecer, mas nós, então, dissemos... O primeiro passo foi assumir um compromisso público. Dissemos: "Temos um compromisso com a localidade, embora saibamos que, hoje, não temos a qualidade que nós gostaríamos de ter". O segundo foi estruturar programas internos, e o primeiro se chamou Vivo para o Cliente, onde nós pedimos ao Presidente da empresa, eu, na época, aos vice-Presidentes, aos diretores, aos gerentes, a todos, que passassem pelo menos um dia no *call center*, um dia, numa loja, e, um dia, visitando um cliente corporativo. E eu posso dizer o que é a sensação de sentar num *call center* e responder, e receber a primeira ligação. Nós, que somos formados para tantas coisas importantes, que nos sentimos bem nas situações das mais diversas, é apavorante ter que responder a uma ligação de um consumidor, e eu sugiro a todos que um dia o façam. E depois que a gente responde àquela ligação e que a gente diz: "Fui bem sucedido, o consumidor ficou contente", é uma sensação fantástica e, quando a gente está comemorando, o atendente, que nos assiste, cutuca e fala assim: "Vai logo, que tem outra ligação entrando". E a gente diz: "Mas não tem um intervalo entre uma e outra?". "Tem. A cada três horas, tem 15 minutos de intervalo para você repousar um pouco".

Então, é uma atividade muito difícil, em que nós só temos a sensibilidade dos diretores que criam processos, que criam produtos, que criam comunicação, se eles passarem um dia no *call center* e saberem o que é uma propaganda mal feita, que pode induzir o consumidor ao erro e, depois, é no *call center* que alguém tem que resolver.

Esse programa Vivo para o Cliente, ele foi considerado, nesse ano de 2009, no *Mobile World Congress*, em Barcelona, que aconteceu agora, no mês de fevereiro, como o melhor programa no setor de telefonia móvel no mundo, como o melhor programa para melhoria de relações com os consumidores, e eles ressaltam exatamente a importância da implicação da alta administração em programas como esse.

Um segundo programa que nós desenvolvemos, nós temos todo... Nós trouxemos, senador, cinco exemplares do descritivo do nosso programa Vivo para o Cliente, que simples na sua formulação, muitas vezes, mais difícil na implementação, mas que criou um choque cultural na nossa organização, onde coloca os grandes responsáveis pela formulação da estratégia no *call Center,* em contato direto com o cliente.

O segundo foi o programa Café Operacional, onde, a cada dia, existe um café da manhã com todos os responsáveis das operações, que recebem os responsáveis de *call center* para saber quais foram as reclamações mais recentes no dia anterior, se aquilo foi provocado por um fato pontual ou por um processo que é defeituoso ou por um produto que foi mal lançado, ou por uma coisa assim, para que a correção seja feita imediatamente. O programa Café Operacional é extremamente agradável de se participar, coloca a empresa em contato com a sua realidade no dia, e, em alguns momentos, nós tivemos desafios muito grandes. Nós tivemos o novo regulamento da SMP e nós tivemos o Decreto de *Call Center*. E quando vem o regulamento,

ele passa por uma fase de consulta pública, a mesma coisa para o Decreto de *Call Center* e, muitas vezes, nós somos muito críticos à Legislação que vai ser implementada e essa crítica ela é expressa no momento correto, quando existe a consulta pública. Só que o risco que nós não podemos correr é, dentro da organização, aceitar que essas críticas se tornem definitivas.

Portanto, uma vez que o novo regulamento for implementado e uma vez que o novo Decreto do *Call Center* foi... Essa lei foi aprovada e foi colocada em vigor, não cabia mais, dentro da empresa, discuti-los. Por mais que nós tivéssemos posições contrárias a alguns... Algumas das partes do regulamento, no momento em que eles foram aprovados, nós dissemos: "Dentro dessa organização se aceita lei; se é lei, tem que ser cumprida, e o regulamento também, por mais que, na fase de discussão, nós possamos ter discordado dela".

Se fizéssemos ao contrário, estaríamos dando licença aos nossos colaboradores para não respeitarem mais a lei. E, portanto, não cabe que se faça isso. Mesmo que nós tenhamos críticas ao Decreto de *Call Center* em algumas de suas partes, que tornam impossível prestar o melhor serviço para o cliente, nós dissemos: "Se é assim, vamos nos preparar". No primeiro mês de implantação, nós fomos a única empresa que atingiu mais de 90% dos indicadores que foram colocados na Lei de *Call Center*. Embora não concordasse com algumas das práticas, dentro da organização, se é lei, temos que cumprir, concordando ou não, não existe licença, dentro dessa organização, para discutir e para discordar disso. Vamos fazê-lo, qualquer que seja o custo. É uma questão de postura.

O que aconteceu, na sequência, é que, de lá para cá, nós somos a empresa que já, há dois anos, mais cumpre todos indicadores do programa geral de metas da ANATEL, nós, que tínhamos 20% em 2005, hoje, dos 450 indicadores, quando a gente não cumpre dois, no mês, já é um drama dentro da organização. Nós fazemos tudo aquilo que podemos fazer para cumprir os 450 indicadores, que são medidos todos os meses, pela ANATEL.

Isso nos dá credibilidade. Isso cria uma nova relação com o consumidor, que nos permite, nesse momento em que nós somos extremamente desafiados pelas novas tecnologias de terceira geração, onde tem que haver uma educação do consumidor.

Uma pequena história. Nós implantamos uma antena de terceira geração em Copacabana, no Rio de Janeiro, e passamos a ter reclamações sobre aquela antena de uma consumidora, que dizia: "Eu não consigo trafegar a qualidade e a velocidade que eu gostaria de dados todos os meses". E nós fomos estudar o caso; ela tinha comprado dois acessos, tinha montado uma *Lan House* na sua casa e, até dia 15 do mês de novembro, ela tinha consumido 16 gigabytes numa linha e 10 gigabytes noutra linha. Ela simplesmente imobilizava aquela estação de rádio da região dela... Ela pegava para ela. E, portanto, nós não conseguíamos prestar serviço para mais ninguém. Ela ficava 24 horas por dia. Quando nós explicamos isso a ela, ela disse: "Na verdade, eu acho que estou comprando o produto certo para uma utilização errada. Eu teria que ter linhas fixas". E ela entendeu que ela poderia estar prestando um desserviço para o restante dos consumidores daquela região, na medida em que ela absorvia praticamente a capacidade de tráfego daquela antena.

Alguém vai dizer: "Por que não investe mais?". Investimos mais no limite, porém, existe uma coisa, não vou entrar em tecnicidades, que se chama espectro disponível; chega uma hora, por mais que a gente coloque investimentos, existe... É como se fosse uma estrada onde as pessoas vão circular. A Rodovia dos Bandeirantes, em São Paulo, pode ser considerada uma das melhores do Brasil, tem quatro pistas para ir e quatro pistas para voltar. Se o tráfego for muito forte, numa sexta-feira à noite, no verão, véspera de feriado, alguém vai ler a placa de 120 quilômetros por hora e vai dizer: "Isso é propaganda enganosa. Porque eu estou andando, há duas horas, a 30 por hora". Por quê? Porque existe uma limitação daquele equipamento.

Então, nós precisamos educar o nosso consumidor também que, no mundo da Internet, a velocidade com que os tráfegos estão crescendo existe uma limitação da infraestrutura. No momento que se discute o Plano Nacional de Banda Larga, o que está se falando é: "Como nós fazemos para aproveitar toda essa infraestrutura que foi desenvolvida em cabeamento de rotas, de fibra ótica, que hoje estão com as elétricas no Brasil, colocar isso mais rapidamente à disposição do público, qual é o modelo que permite que isso seja feito?" Portanto, existe uma limitação do equipamento e não é por falta de investimento. Como eu mostrei, o setor de móveis está investindo bilhões de reais por ano. Não existe outro setor de serviço que invista tanto quanto está sendo feito. Mas existe, sim, a necessidade de mostrar que esse serviço de telecomunicações móveis, também em terceira geração, e terceira geração é muito novo. Quantas vezes, nós recebemos uma reclamação porque o modem não está conectado e o problema não está no modem, o problema está no computador ou no sistema operacional daquele computador ou a maneira como aquilo foi configurado. E o nosso *call center* tem que estar preparado para responder a todas essas questões, mesmo quando ela

extrapola a questão que é inerente à nossa prestação de serviço.

Portanto, temos que ter credibilidade com o consumidor para poder mostrar a ele os limites da nossa capacidade de prestação de serviços e ser muito transparente em mostrar aquilo que ele está comprando.

Mais um slide, por favor. O que aconteceu, de lá para cá, é que nós crescemos muito, nós que tínhamos praticamente 30 milhões de clientes, em 2005, temos hoje, ao final de março, teremos mais de 53 milhões de clientes; no final de 2009, estávamos com 51 milhões, 750; ninguém tem esse número, nenhum banco no Brasil tem 52 milhões de clientes, ninguém tem 52 milhões de clientes a serem atendidos todos os dias que Deus faz. Nós que tínhamos 7,2 ligações por cliente, por ano, passamos para 2,6 clientes por cliente, por ano; nós, que tínhamos 198 processos por mil clientes por ano, em *BackOffice*, o que dava 490 mil processos por mês, com 30 milhões de clientes, nós baixamos para 125 mil processos por mês, que dá 25 mil processos... 25 processos por mil clientes, por ano, o que é, até certo ponto, aceitável, na medida em que nós temos as novas tecnologias.

No PROCON, nós tínhamos, para cada mil clientes por ano 6,2 intervenções, ou reclamações; nós baixamos isso para 1,8, apesar do crescimento da organização, que torna tudo mais complexo.

Com relação aos índices de qualidade da ANATEL, nós que estávamos a menos de 40% do atendimento, há dois anos, nós temos mais de 99% de atendimento dos indicadores; em 2009, a nossa média foi 99,7; as reclamações por mil clientes são de 263... 0,263, o que dá 263 para cada milhão de clientes. E o IDA, que é um indicador de desempenho de atendimento que foi criado depois da introdução da Lei do *Call Center*, um indicador novo, nós, que, no primeiro mês, já atingimos um número superior a 90%, temos uma média de atingimento que se aproxima de 97%, apesar do número de ligações a *call Center,* que chega a 11 milhões de ligações atendidas por seres humanos.

Eu encerro aqui, com uma... Uma ideia que nós temos, é de que as leis, elas são muito importantes, mas elas são muito melhores quando elas pegam, e no Brasil, a gente vê leis que não pegam. E nessa, no caso do Código de Defesa do Consumidor, acho que pegou. Acho que pegou porque o consumidor reconheceu que ele tem seus direitos e acho que esse é o grande mérito do Código de Defesa do Consumidor, e o que nós gostaríamos é de mostrar para as organizações que a própria empresa é a maior interessada em respeitar o Código de Defesa do Consumidor e transformar isso num diferencial competitivo.

Nós estamos num setor, vocês acompanham as propagandas de televisão, que tem uma concorrência brutal. A cada mês, 2,5% dos clientes de uma organização de telefonia móvel deixam essa organização. 2,5% ao mês significam 30% ao ano. Perder 30% ao ano de seus clientes, por uma razão de preço ou de falta de qualidade, é brutal, em termos de custo e de desprestígio para uma organização.

Portanto, a competição faz com que as empresas queiram ser melhores. Elas podem querer ser melhores só no preço. Nós optamos por sermos melhores na qualidade de prestação de serviço. Isso tem feito com que a nossa empresa seja a que mais cresce no setor e cresce por atração. Um cliente indica para o outro.

E nós gostaríamos aqui... Falando um pouco do lado jornalístico, muitas vezes, nós temos lá a nossa assessoria de imprensa, que é, obviamente, dirigida por um jornalista, que logo me ensinou, no início da nossa relação, que o que dá manchete é aquilo que pode chamar atenção, e ele usa sempre o exemplo de dizer que nunca vai ter uma manchete "Um cão mordeu um homem", porque isso é a coisa mais normal do mundo. Mas o dia que tiver "Um homem mordeu um cão", talvez isso se transforme numa manchete.

E que, então, a gente vê, muitas vezes, na empresa, a empresa tal foi multada em X milhões de reais porque não se comportou corretamente em relação ao Código do Consumidor. Nunca vai aparecer "A empresa tal cumpriu 100% das suas metas de qualidade". "A empresa tal reduziu as suas reclamações por consumidor". E nós achamos que essa poderia ser uma maneira estimulante de se fazer com que o Código seja aceito.

Pior coisa para uma empresa não é ter muita reclamação e aparecer no jornal porque ela foi multada, é saber que o seu principal concorrente não apareceu no jornal como tendo sido multado e porque tem muita reclamação. E se esse concorrente aparecer no jornal sendo elogiado e dizendo: "essa empresa cumpre com as metas de qualidade, essa empresa respeita o consumidor", esse concorrente vai se sentir estimulado a fazer a mesma coisa. E quem está em primeiro lugar vai fazer de tudo para não perder o primeiro lugar.

E o último slide, então, é uma coisa que acho que todos já viram, quando vão ao Mc Donald's, e muitos de nós vão ao Mc Donald's, aparece lá o funcionário do mês, que é o João Vitor, e que todos outros funcionários se motivam para ser o funcionário do mês no mês seguinte. Se nós pudéssemos, no Brasil, enaltecer as empresas que respeitam o Código de Defesa do Consumidor e que têm feito um trabalho muito importante para reduzir as suas reclamações, para reduzir as suas pendências junto aos consumidores e que,

muitas vezes, parecem números elevados, em valor absoluto, pelo número de clientes que são atendidos. Como eu disse, ninguém tem 53 milhões de clientes no Brasil. O valor absoluto das reclamações pode ser grande, mas a tendência de queda... Talvez, a gente nunca consiga chegar a zero, mas a nossa disposição é tentar chegar lá.

E é muito importante que o Brasil tenha uma política de estímulo e enaltecimento das empresas que têm esse compromisso, que será a forma mais fácil de atrair todos os outros a terem o mesmo comportamento em benefício dos consumidores e que, talvez, seja, então, esse exemplo que nós trouxemos, muito simples, do Mc Donald's, de estimular todos, quando se cria um exemplo de dizer: "Por favor, façam como ele, em benefício de todos nossos clientes".

Era isso que gostaria de dizer. Agradeço, acho que estourei um pouco o tempo, mas é o entusiasmo que nós temos em fazer o serviço que nós fazemos e o entusiasmo de poder contar um pouco daquilo que nós pretendemos fazer no Brasil. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pergunto se desejaria passar o filme. Nós poderíamos testar, ver se funcionou. Já que... Os telefones, às vezes, não funcionam...

[risos]

SR. ROBERTO LIMA: Acho que sim. Podemos tentar novamente. Dra. Marilena Lazzarini, o filme é uma propaganda que nós fizemos em 2005, com Marília Gabriela, onde nós assumimos um compromisso público, reconhecendo que, naquele momento, nós não tínhamos a qualidade que era esperada, e nós fizemos isso para que todos os nossos colaboradores sentissem que eles serão cobrados, em casa e nos seus amigos, de ter uma política de qualidade. Eles já não usavam mais o pin da Vivo. Tinham medo de, num jantar de sábado à noite: "Ah, você trabalha na vivo? Pois eu fui clonado, por isso e aquilo". Hoje todos usam o pin com muito orgulho.

[exibição de vídeo]

MARÍLIA GABRIELA: *Na semana em que se comemora o Dia do Consumidor, a Vivo faz um resumo de suas realizações nesses quatro anos. A Vivo investiu cinco bilhões na sua rede e, hoje, é a operadora com a melhor qualidade de ligação.*

A Vivo simplificou os planos, reduziu os preços e implantou sua rede GSM para lidar muito mais opção de escolha. A melhor ligação da Vivo não custa mais para você. Muitas vezes, é mais barata que das demais operadoras.

A Vivo investiu e continua investindo em segurança e, com isso, já reduziu drasticamente os casos de clonagem. Por essa razão, não se ouve mais falar nisso. Estamos investindo também, a cada dia, para que você possa ser melhor atendido. Sabemos que ainda temos muito o que fazer. Mas tudo isso é sinal de mudança. É a Vivo, na Semana do Consumidor, dando satisfação de tudo o que está fazendo em respeito a você, para ser mais do que um sinal de qualidade, para ser o seu sinal de qualidade. Vivo, sinal de qualidade".

[música]

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Muito bem. Dando sequência agora, com a presença da Dra. Marilena Lazzarini, que é coordenadora do IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Com a senhora, a palavra.

SRA. MARILENA LAZZARINI: Bom-dia a todos e todas. Obrigada, senador, Exmo. Senador Gilberto Goellner, a quem eu cumprimento e agradeço a oportunidade de estar aqui; Exmo. Ministro Herman Benjamin, a quem eu homenageio, com uma grande ênfase, por ser um dos principais autores do nosso Código e implementadores também; Sr. Roberto Lima, é uma satisfação estar aqui. Eu quero, primeiro...

Enfim, não sou mais Coordenadora Executiva do IDEC, Senador, agora estou no Conselho. O IDEC é uma organização nacional de defesa do consumidor, que já caminha sozinho e tem os quadros... Felizmente, essa minha experiência, que teve, no início, o apoio do Ministro Benjamin, já passou. Agora, eu sou a avó dos consumidores brasileiros, como ele sempre diz.

E eu vou trazer uma pequena contribuição, partindo da minha atuação prática na defesa do consumidor, que já completa 27 anos. Inicialmente, como Diretora Executiva do PROCON de São Paulo, de 83 a 86, mas principalmente essa experiência que vivi de 22 anos, no IDEC, que é uma associação civil de defesa do consumidor.

E eu acredito... A importância do código, enfim, ele veio, realmente, para reconhecer a importância do sujeito consumidor, no Brasil, da sociedade brasileira, nos anos 90, que se abria para fora, e para mostrar a constatação do desequilíbrio de forças que existem entre o consumidor e o fornecedor.

Então, por isso mesmo que os direitos, a defesa do consumidor, entrou no rol dos direitos fundamentais na nova Constituição, e foi pela Constituição imposta a necessidade de elaboração de um Código de Defesa do Consumidor. E esse Código, portanto, surgiu para tutelar a parte débil, na relação de consumo, e ele foi muito importante e tem sido importante, não apenas para a proteção material dos direitos do consumidor, mas também em matéria processual.

Eu não sou da área do Direito, mas eu convivo com a experiência, dentro do IDEC, nessa matéria,

e nós temos muito a agregar, em termos dessa contribuição. E não seria possível fazer aqui, trazer uma contribuição, até pretendo mandar por escrito uma contribuição, mostrando os principais avanços, mas não seria possível, com o tempo, a gente percorrer todos os dispositivos do Código e mostrar o que avançou em cada um deles. E nem eu teria capacidade para tanto. Mas eu queria destacar, em breves pinceladas, de forma muito prática, correndo o risco de deixar de elencar fatos relevantes, mas alguns dos principais avanços alcançados, como é a proposta dessa Mesa.

E é importante também destacar, antes de mais nada, que esse avanço... Esses avanços aconteceram pela contribuição de inúmeros atores, de juristas importantes, como o Ministro Benjamin; dos ministérios públicos, dos PROCONs, de várias associações de consumidores, defensorias públicas, as Comissões de Defesa do Consumidor do Senado e da Câmara dos Deputados, enfim, do próprio Poder Judiciário. E principalmente do próprio consumidor, que é o personagem principal de todo esse processo.

E também é importante registrar que muitos desses avanços ainda estão... São processos em aberto. São processos que têm ainda um grande percurso a ser feito. Alguns, inclusive, com risco de retrocesso.

Então, nós temos essa situação. E é refutável, e a experiência tem nos mostrado isso, que os avanços acontecem a partir de muitas lutas. Eles não vêm como presentes para o consumidor. Todos nós tivemos que lutar muito para conseguir esses sucessos.

E eu vou chamar atenção para alguns dos direitos. Porque o Código, ele estabeleceu oito direitos básicos, e eu vou tentar relacionar um pouco esses avanços com cada um desses direitos, colocando numa ordem de importância, e isso é uma avaliação pessoal, como eu vejo que esses direitos tiveram implementação.

E também eu trago aqui uma contribuição, para mostrar a relevância do Código, quando o IDEC completou 20 anos, eu vou entregar para o senhor, Senador, nós conseguimos fazer um livro, mostrando as principais vitórias da nossa associação, que não teriam acontecido sem o Código de Defesa do Consumidor. Então ele foi o elemento impulsionador de tudo isso.

E eu começo, chamando atenção de um direito que teve um avanço muito grande na sua implementação, que é o direito à informação adequada e clara. Ele está presente em incontáveis pontos do texto do Código, ao longo do Código, mas são inúmeros exemplos que nós podemos... Eu vou apenas pinçar alguns: eu lembro que, em 1983, quando eu assumi a Diretoria Executiva do PROCON, uma das grandes lutas que nós tínhamos, naquela instituição, era ter o prazo de validade nos alimentos refrigerados. Porque apenas uma parte dos alimentos refrigerados tinha a data de validade no rótulo. E isso foi, felizmente, conseguido através de uma portaria interministerial dos Ministérios da Saúde e da Agricultura.

Mas, vejam só, naquela época, o consumidor comprava alimentos perecíveis, com dificuldade de, inclusive, visualizar a data de fabricação. Ele comprava esses alimentos no escuro. Isso mudou radicalmente. E não apenas para os alimentos. Hoje, todos os produtos têm a data de validade. Então, é uma mudança, são pouco mais de 20 anos, mas é uma mudança que aconteceu no mercado de consumo brasileiro.

Um outro exemplo paradigmático, e paradigmático no sentido... No plano internacional, é a informação do uso de ingredientes transgênicos nos alimentos. Porque poucos países do mundo têm essa informação. E isso nós conseguimos no Brasil, obviamente com muita luta, mas graças ao Código de Defesa do Consumidor. Porque os Decretos presidenciais que estabeleceram a rotulagem, eles vieram para regulamentar o Código, o nosso Código.

Mas, certamente, ainda falta muito para que nós tenhamos, como consumidores, o direito à informação plenamente atendido. Nós vemos... Eu mesmo vejo, às vezes, manuais de produtos eletrônicos que são indecifráveis para o consumidor leigo. Ele tocou aqui na questão da educação do consumidor para essas novidades tecnológicas, que vão surgindo com tanta rapidez no mercado, e esses produtos, muitas vezes, realmente, o consumidor, se quiser se basear pelo manual, ele vai sofrer muito. E o caso do SACs, que eu lamento que o Presidente da República, ele teve que editar um Decreto presidencial para regulamentar o funcionamento dos SACs em nosso país... Dos Serviços de Atendimento a Clientes. Quando isso é... Quer dizer, é um interesse da empresa.

Agora, nós vemos empresas, fiquei satisfeita com os índices que a Vivo apresenta. A gente vê que ela conseguiu fazer um esforço e trazer o número de reclamações para um nível, que eu diria, de um padrão de normalidade. Porque, realmente, a situação estava numa condição que não era possível continuar. Então, o Presidente precisou chegar a essa situação.

Em segundo lugar, eu queria chamar atenção para o direito da proteção à vida, saúde e segurança, contra riscos nos produtos perigosos e nocivos. Esse direito, ele trouxe a possibilidade de que vários produtos perigosos tivessem sido, ou uso controlado, ou uso restrito, ou ter sido retirados do mercado, e nós temos vários exemplos nas lutas do próprio IDEC...

A questão dos anabolizantes, usados para a criação de gado, que tinham problema, trazia problemas para a saúde do consumidor. Nós tivemos um caso

notável, que foi a retirada do mercado de 132 associações de antibióticos com outras drogas, que eram produtos de uso irracional, injustificável, que foram retirados do mercado, não sem um grande embate. Quer dizer, houve um grande embate do IDEC e de uma outra organização não-governamental, a SOBRAVIME, e finalmente, depois de dois anos, o Ministério da Saúde tirou esses produtos do mercado. E outros tantos exemplos.

E junto com esse direito da proteção à vida, à saúde, vem o direito à efetiva prevenção e reparação de danos. E também aí são muitos os casos de vitórias que os consumidores... Nos problemas mais corriqueiros... Quem aqui já não foi ao supermercado trocar um produto que estava com o prazo de validade vencido ou que tinha qualquer problema de qualidade, e isso a gente consegue resolver na hora.

Então, nós temos tido uma abertura para a solução de problemas muito grande, nas empresas, mas também nós temos que ter a percepção de que essas conquistas, elas são, infelizmente, inversamente proporcionais aos valores que são indenizados. A gente sabe o percurso que um consumidor que compra um carro laranja, com problema, o que ele sofre para conseguir resolver uma situação como essa.

E também mesmo a obtenção de indenizações por danos, por defeitos de produtos, também, normalmente, essas situações passam por grandes embates na justiça. Nós não temos ainda isso sendo resolvido de uma forma mais amigável. E a própria prática do *recall,* que é um dos dispositivos do Código, ainda requer uma adequação na regulamentação, para que essa prática funcione adequadamente. Nós acabamos de assistir aí o *recall* do Estilo, que aconteceu por um esforço hercúleo do DPDC, que depois de várias tentativas... Que as denúncias aconteciam, foram feitas perícias, mas depois que ele passou para o órgão técnico competente, o DENATRAN é que o DENATRAN, enfim, deu a solução final para esse caso.

Então, essa engrenagem entre o sistema consumidor e os outros sistemas, ela tem que melhorar para que haja uma agilidade maior nesse instrumento do *recall*.

E um outro direito, também, que nós temos tido muito sucesso é o direito estabelecido, no sentido de modificar cláusulas contratuais onerosas, juntamente com o direito à proteção contra métodos comerciais coercitivos e desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas.

Essa semana mesmo, o IDEC teve uma liminar na Justiça Federal, na questão aí da banda larga, que vai trazer aos consumidores a possibilidade de cancelar os seus contratos de banda larga, em função da velocidade que não é aquela prometida nos contratos. E também a decisão da Justiça pede que as ofertas publicitárias das empresas também anunciem a velocidade de acesso, que é a máxima, quer dizer, a informação, na oferta, também tem que ser modificada, de acordo com a decisão judicial. E na área de contratos de planos de saúde, houve muita, muita luta na busca da implementação desses direitos.

E agora, quer dizer, eu não estou... Estou passando... Sei que o tempo aqui é curto, Senador, então estou até deixando de... Eu apaguei aqui alguns pontos, mas eu queria só... Eu estou vendo o Francisco aqui, do DPDC; a Secretaria de Direito Econômico, durante muitos anos, editava o rol de cláusulas e práticas abusivas. E esse era um instrumento que ajudava muito os PROCONs no seu trabalho de fiscalização. E tinha também um caráter educativo e preventivo para os fornecedores. Então, nós entendemos que seria muito interessante que essa... Essa edição do rol voltasse a acontecer, por parte da secretaria.

E aqui eu começo a entrar já num terreno mais inóspito, que foi, enfim, menos explorado, menos implementado. E um deles eu coloco na questão do direito à proteção contra a publicidade enganosa e abusiva. Os avanços, acho que até mais por falha... Por falta nossa, dos órgãos do sistema, por incapacidade, por dificuldade, quer dizer, eles têm sido limitados a casos isolados, temos poucas vitórias, nós temos feito algum esforço, mais na área da esfera da regulamentação para proibir a publicidade de medicamentos, pelo controle da publicidade destinada ao público infantil, à publicidade de alimentos; hoje nós temos questões aí relevantes, mas, enfim, é uma área em aberto, que eu vejo que nós temos que trabalhar mais.

E uma área que é totalmente... eu acredito que ficou para trás, é o direito que o consumidor tem reconhecido no Código, à educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços. Esse é um direito que, apesar dos avanços que têm acontecido na mídia, existem espaços abertos para tratar da questão da defesa do consumidor, na educação formal, quase nada aconteceu.

O Ministério da Educação, em 1998, incluiu nos parâmetros do currículo, de quinta a oitava série, o tema da educação para o consumo, como tema transversal, mas são raridades os exemplos de municípios que implementaram. E isso é fundamental. Acho que essa é uma grande lacuna na implementação do Código, que, a meu ver, leva a essa exacerbação nos conflitos de consumo. Acho que a falta dessa atuação nas políticas públicas, eu acredito que tenha contribuído, em grande escala, para esse quadro, esse cenário que nós temos hoje.

Em segundo lugar, eu queria mencionar um pouco alguns avanços no campo processual. E, ao lado desses direitos materiais, o nosso entendimento é que o Código avançou bastante no aspecto processual, alargando espectros dos interesses difusos e coletivos protegidos, ao trazer a possibilidade da proteção dos direitos individuais, dos interesses individuais e homogêneos a serem tutelados também por meio de ações coletivas.

Isso é muito importante porque, na defesa do consumidor, a natureza do sujeito atingido requeria realmente novos instrumentos. É diferente da tutela do meio ambiente, da tutela, enfim, de outros bens, porque o lesado precisa ter uma reparação efetiva. Se nós estamos falando de uma tarifa bancária, que foi cobrada erradamente, ela foi cobrada de todos os lesados, ela vai se referir a pequenos valores que não compensam a luta judicial daquele consumidor, então, tem que haver um mecanismo que permita essa reparação.

E aí nós tivemos, no IDEC, casos – um deles é o caso das perdas da poupança – em que o IDEC entrou com ações pela defesa dos direitos dos interesses homogêneos dos poupadores, e, hoje, nós temos sentenças que beneficiam e que podem ser usadas por todos os lesados, naquelas situações. Então, esse é um direito que foi conquistado e que está sendo praticado. A legitimidade das associações já foi reconhecida, enfim, então, nós temos aí a prática das inovações processuais também na vida real.

E o IDEC tem muitos exemplos. Depois, quando eu mandar minha contribuição, isso tudo vai estar consignado, mas eu sei que o tempo aqui é pequeno, e também eu acho que é importante deixar claro que, nessa luta judicial, nem tudo é um mar de rosas para o consumidor. Pelo contrário, lutar judicialmente, tendo bancos e instituições financeiras no outro pólo é uma luta renhida, e a gente, realmente... Tem também os casos de insucesso, de decisões que contrariam os direitos estabelecidos pelo Código, infelizmente.

E, finalmente, eu quero chegar no ponto que eu chamar mais atenção de todos, que são os avanços que relacionam às políticas públicas. Eu tentei separar em termos de direitos materiais, processo e política de defesa do consumidor. Porque a lógica que eu vejo é que, hoje, nós temos um cenário em que nós temos uma quantidade imensa de reclamações porque falta implementação de determinados dispositivos. E se a gente avançar nesse sentido, nós vamos conseguir ter um cenário de maior maturidade nas relações de consumo em nosso país.

Então, eu, se tivesse que priorizar um foco para essa análise do balanço dos 20 anos, eu colocaria o meu olhar para o lado das políticas de implementação. Nós temos avanços, nós temos conquistas. Hoje, o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, que foi estabelecido pelo Código, ele está sendo... Em fase boa, vamos dizer, um bom andamento de estruturação. O Departamento de Defesa e Proteção do Consumidor, vinculado aos Ministérios da Justiça, é o órgão coordenador desse sistema, ele inclui os PROCONs estaduais e municipais, os ministérios públicos, as defensorias e as associações de consumidores.

Esse conjunto de instituições, juntamente com os canais do Poder Judiciário, é que são ou têm sido a porta de acesso para que o consumidor exerça um direito que eu não mencionei no balanço, que é o direito de acesso aos órgãos judiciários e administrativos, com vista à prevenção e reparação de danos. Então, tudo isso é... Tirando o Poder Judiciário, está agregado no nosso sistema nacional. E ele tem se estruturado, principalmente nesses últimos anos. E eu aqui repito, graças a um esforço enorme da equipe do DPDC. Não sei se sabem, mas a equipe do DPDC tem 20 funcionários, liderada pelo Dr. Morishita, com 20 funcionários. Esse reduzido grupo, bravo grupo, implantou o Sistema Nacional de Informações de Consumo, que é o SINDEC, que hoje nos permite ter uma fotografia panorâmica do que acontece em todo o país. Quer dizer, não é uma implantação simples. Esse sistema não é um sistema simples e ele foi implantado com a adesão de PROCONs estaduais, PROCONs municipais, que são órgãos de outra... Que pertencem a outras administrações. Não existe uma hierarquia do DPDC com esses organismos.

Então, foi muito suor, muito trabalho, mas foi um elemento importante e um ganho para a defesa do consumidor. Da mesma forma a Escola Nacional de Defesa do Consumidor, que tem permitido a capacitação de quadros dos PROCONs, das associações, enfim, pelo país afora.

Mas o sistema, na minha opinião, ele apresenta duas fragilidades, duas vulnerabilidades muito fortes. Ao mesmo tempo em que ele é muito rico, porque ele é um sistema composto por órgãos independentes, quer dizer, um PROCON... Os PROCONs pertencem a Governos de diferentes partidos... Quer dizer, tudo isso... E todos trabalham juntos. Então, isso traz uma diversidade que, eu digo, a nossa riqueza. Isso que dá a garantia da implementação do Código. Mas ele tem duas vulnerabilidades, que acho que comprometem a continuidade desse avanço porque é difícil avançar com um órgão coordenador tão pequeno, tão desestruturado. Então, eu vejo que esse organismo precisa ser fortalecido.

Se nosso país caminha para ganhar uma posição de destaque entre as economias mundiais, que é

o que está acontecendo e todos nós estamos torcendo para isso, é evidente que ele precisa avançar rapidamente na implementação de mecanismos reguladores do mercado, que tragam o equilíbrio necessário para o funcionamento do mercado. Porque, se chegar numa situação de exacerbação de conflitos, de insatisfação do consumidor, isso não é bom para o bom funcionamento da economia. Eu estou falando aqui em termos econômicos, não estou falando em termos do consumidor. São as empresas que têm que ter interesse nisso.

A proteção do consumidor, com a proteção da concorrência, é um mecanismo importante, e nós acabamos de ver, com a recente crise mundial, como esses mecanismos são importantes e têm que funcionar bem. E as experiências dos países desenvolvidos mostram isso. E não basta ter um código, é preciso ter as políticas públicas que vão implementar esse código.

A segunda fragilidade, no meu ver, são... Está nas associações de consumidores, que são instituições importantes; nós temos associações que legitimamente procuram representar localmente os seus... As suas comunidades, mas elas têm uma dificuldade muito grande para se viabilizar.

A saga do IDEC eu conheço bem, foi um sacrifício também, como do DPDC, para viabilizar uma associação independente no país. Mas eu acho que nós ainda não temos essa cultura associativista e não valorizamos isso. Os países desenvolvidos que têm associações fortes, na sua maioria, criaram... Tiveram políticas públicas no sentido de dar estímulos para que isso acontecesse. Na União Européia, foi assim. Quando a União Européia foi constituída, a Espanha, Portugal, os países que não tinham uma sociedade organizada, eles tiveram estímulos para que isso também acontecesse lá. Então, o fato de isso não estar sendo uma política aqui no Brasil, traz também um comprometimento para a implementação do nosso código.

E aqui eu vou chegar num ponto que eu entendo que... E essa questão do fortalecimento do sistema nacional é uma premissa também para que alguns dos nossos problemas estruturais, que eu vou me referir, possam ser mitigados, tratados. Até fiz alguma referência, porque nós temos superposição de alguns dispositivos do código com determinadas legislações setoriais específicas. Nós viemos tendo legislações, depois da edição do Código, que, felizmente, ele não... Ele não foi modificado, não sofreu alterações drásticas ao longo desses 20 anos, isso é uma raridade no ordenamento jurídico brasileiro, onde as leis são modificadas sem parcimônia, muitas vezes, por Medida Provisória, entrando no dispositivo escondido de uma Medida Provisória. Então, o código, ele sobreviveu... Porque ele também é defendido pela sociedade. A sociedade monitora o que está acontecendo.

Mas nós tivemos a edição de várias legislações específicas, que também regulam. Não principalmente, mas também perpassam por relações de consumo que, de alguma maneira, trouxeram ou superposições ou... Às vezes algum retrocesso no código. A Lei de Planos de Saúde, a Lei Geral de Telecomunicações, a lei... Toda a Legislação da ANEEL... Enfim, são várias legislações que têm superposições. E a fotografia mostra isso, o cenário das reclamações... Do maior número de reclamações sempre girem na órbita dos serviços regulados, que são serviços que têm legislações setoriais específicas e que têm as agências reguladoras.

E isso, na minha opinião, mostra uma ineficiência nessas agências do ponto de vista da regulação para os interesses e necessidades e direitos do consumidor. Então, nós temos aí também um calcanhar de Aquiles, que eu acredito que, com o fortalecimento do sistema de defesa do consumidor, vai ser mitigado, vai ser, enfim, de alguma forma, melhor encaminhado. Isso leva ao congestionamento dos PROCONs, que muitas vezes se desviam da sua função e estão se transformando em serviços de atendimento a cliente de empresas; hoje, os PROCONs, eu falo isso sempre, os PROCONs se transformaram em SACs de empresas, quando deveriam estar se preocupando com regulamentações, com as questões no âmbito coletivo... Então, eles estão tendo um desvio de função que, com fortalecimento do sistema, acredito que vá ser solucionado.

Tem levado ao congestionamento dos juizados especiais cíveis. Hoje, a principal demanda, nos juizados país afora, que estão congestionados, está relacionado à relação de consumo, e muita coisa na área de telefonia ainda. Leva a uma perda de eficiência, portanto, e um desgaste a todos esses órgãos do sistema e compromete, quer dizer, com essa falta de entrosamento entre o sistema... Porque o nosso sistema é o fraco e os outros sistemas, os outros órgãos reguladores... Nós estamos comprometendo também um dos direitos do consumidor que foi estabelecido pelo código, que eu ainda não tinha comentado, que é a adequada prestação dos serviços públicos essenciais.

Então, esse é um panorama que precisa, enfim, ser tratado pela nossa sociedade. E a própria disciplina jurídica, eu vejo que a professora Cláudia Lima Marques e outros juristas sustentam essa tese do diálogo entre as fontes... Tem o código, tem outras legislações, a busca da harmonia e da coordenação entre esses dispositivos, que esse é o caminho mais sábio. Eu vejo também, não só a harmonia entre as legislações, mas a interação entre o sistema de defesa do consumidor

e os outros reguladores. Isso acho que é um passo a ser dado aqui nos próximos 20 anos.

E, concluindo, eu gostaria de reforçar o que eu já mencionei, a necessidade de ser efetivada... Essa eu acho que, com urgência, a implementação da educação para o consumo. Nas escolas... Porque, principalmente porque hoje as crianças começam a ser consumidores cada vez mais cedo. São consumidores que influenciam o consumo da família, como as pesquisas mostram... As pesquisas mostram que elas estão expostas, 40 horas semanais, à TV e bombardeadas por anúncios, não só de brinquedos, mas por *fast food*, hoje a obesidade infantil é uma epidemia em vários países, então, nós vemos que esse é um ponto importante.

A questão da educação para um consumo responsável, nós temos que pensar também no meio ambiente, que nós estamos aí com as mudanças climáticas. Eu acho que nesse conjunto de temas da educação para o consumo, que precisa ser implementado, esse é um tema fundamental, que não pode ficar de fora. E os parâmetros já prevêem isso. Então, os parâmetros também são de 98, mas têm uma abrangência, eles são muito bem formulados e também nós não podemos desconsiderar a urgência disso porque o país está tendo uma camada nova de brasileiros, felizmente, entrando na classe C, que são os 30 milhões que estão ascendendo à classe C, mas, na minha opinião, é uma parcela que tem uma vulnerabilidade maior. Eles estão ampliando o acesso ao consumo, mas isso não necessariamente pode significar uma melhoria na qualidade de vida dessas famílias. Essa melhoria vai depender da racionalidade que eles tiverem nos seus novos hábitos.

E nós estamos vendo aí. Quer dizer, eles, obviamente, estão ansiosos por comprar mais celulares, enfim, e outros ícones da sociedade de consumo, eles estão na mira do marketing das empresas, na mira do crédito, da oferta de crédito, e aí nós temos a questão séria da possibilidade de super endividamento, que tem vários estudiosos hoje trabalhando nessa matéria. Então, eu vejo que a educação para o consumo, para o uso responsável do crédito, é urgente, é imprescindível. Isso é uma questão que a gente não pode deixar para trás, e vejo que também a educação dos fornecedores. É importante que haja algum mecanismo para levar, principalmente para os pequenos e médios fornecedores, a oportunidade de ter mais informações e esclarecimentos sobre o Código de Defesa do Consumidor.

Bom, eu entendo que o código vai completar 20 anos, isso eu não, o IDEC, o grupo todo do IDEC, é que apesar de todas as inovações tecnológicas que aconteceram nesses 20 anos, ele é uma... Uma Lei... Uma Legislação que está apta a cobrir a maior parte dessas situações. É óbvio que tem algumas questões que demandam legislações, convenções internacionais, como o comércio eletrônico, mas ele tem condição de nos dar cobertura para que nós tenhamos os nossos direitos garantidos.

Eu sei que... Eu imagino que o professor Benjamin deve ter mencionado algumas áreas que requerem Legislação; essa é uma discussão, mas, para mim, o foco está mais no âmbito da política do que da mudança da Legislação. Eu acho que ela é uma lei que está muito bem assim como está.

E, enfim, só para terminar, eu entendo que o código, ele extrapola a esfera das relações de consumo. Ele é uma lei que tem dado, enfim, uma contribuição para o exercício da cidadania em nosso país. E por isso vejo que, realmente, ele tem que ser tratado por todos nós... É uma lei que pegou, mas é uma lei que tem que ser muito bem cuidada e avaliada. Por isso eu queria finalizar, cumprimentando aqui a Comissão de Defesa do Consumidor do Senado Federal, o Senador Renato Casagrande, que fez esse pedido, por essa oportunidade de fazer esse balanço. É uma maneira muito séria de tratar esta matéria, como, realmente, eu acho que nós precisamos que ela seja tratada.

Não adianta nós fazermos festa. Nós precisamos ter a oportunidade de fazer os balanços e ver o que é preciso ser feito nos próximos 20 anos que estão aí. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Muito bem. Com a ausência do Senador Casagrande, o qual a senhora se referiu, que é Presidente dessa Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, foi dada a mim a incumbência de concluir essa Audiência Pública, iniciada pelo Senador Casagrande. E também eu vou transmitir o pedido de... de ausência que também por compromissos inadiáveis, do Dr. Herman Benjamin, que nos abrilhantou com uma avaliação muito precisa, da qual eu gostaria de sintetizar, vamos ver se vou conseguir, do que ele... Do que ele nos colocou aqui, que... O que poderia ser perseguido na modificação da lei, já que ele a vê pela visão do Judiciário, que tão bem tem conduzido, que também está atulhado com ações em todo país.

Ele, no seu art. 1°, Dra. Marilena, ele fala que o código se refere a que a lei é de ordem pública e de interesse social. Se é de ordem pública, o recurso já chega com pré-condicionamento. E ali ele vai colocando que isso teria que ser reavaliado.

O outro tema que não é tratado possivelmente da forma que, quem sabe, o Judiciário gostaria de ver uma lei, é do crédito ao consumidor, que a senhora

também se referiu, que, para assegurar ao mesmo, ao consumidor, o mínimo de segurança, com relação principalmente ao super endividamento, à propaganda enganosa, à lei de recuperação judicial que existe para uma empresa e não existe para a pessoa física, para o consumidor individual. E também se referiu ao comércio eletrônico, aonde as compras via internet, cada vez mais usuais, também deixam sem segurança o consumidor.

O outro item que ele se referiu é a prescrição do prazo de validade. E a existência, que deveria ser muito mais precisa, da multa... Da multa, que é absolutamente essencial. E, à época, foi vetado. Hoje não é viável nas circunstâncias sem adoção de uma multa. Foi o que ele se referiu. A outra é, se houver uma Ação Civil Pública tramitando sobre um tema, ele não pode... O Juiz não poderia uniformizar a decisão por jurisprudência. Também ele se referiu.

E o outro é o direito do consumidor estar só e não ser importunado por ações de... Via telefonia móvel ou via Internet, com telemarketing e recebendo, então, quer dizer, ações de oferta, de consumo. Muitas vezes, isso aí não é respeitado. Quer dizer, o consumidor não está pedindo e recebe essas ofertas públicas.

De outra forma, eu vejo que a senhora precisou muito bem todos os pontos, os direitos básicos, na ordem, a senhora colocou... Nós deveríamos, sim, como se deseja, com o aperfeiçoamento de todas as leis e nos compete, nessa Comissão, fazê-lo, para que pudéssemos, conjuntamente, com a sua experiência, com a experiência do IDEC, com a experiência do Dr. Benjamin, Ministro do STJ, para que pudéssemos trazer sugestões, realmente, e fazer com que as políticas de defesa, as políticas públicas, como a senhora bem coloca, fossem melhor implementadas, que há grande fragilidade, possivelmente a lei esteja muito boa, no seu aspecto geral, mas estão faltando as políticas de defesa do consumidor, que, às vezes, não estão implementadas à sua altura.

Então, nesse sentido, eu vejo que a senhora foi precisa, mostrando a fragilidade das associações, como também em alguns países existem até associações de donas de casa, preservando seus direitos, direito da qualidade do alimento, direito... Aonde a senhora também teve participação muito intensa quando da aprovação dos transgênicos. Eu me lembro... Sua preocupação... Mas eu vejo que o próprio Poder Público, a ANVISA, Ministério da Agricultura, que compete hoje fiscalização de importantes produtos à mesa do brasileiro, alimentos *in natura*, e também alimentos embalados de outras origens, mas também a parte de medicamentos está muito a desejar... Muito a desejar sobre a conservação, sobre a validade, sobre até, eu diria, que, nas cidades de temperatura maior, um produto, um medicamento onde se fala que ele deve ser armazenado de 15 a 30 graus, a maior parte das bulas, à noite, ele chega a 48, 50. Pergunto: Qual é o efeito? Qual é a validade que existe naquele medicamento? Isso está sendo avaliado? Estou colocando um item só.

E o outro é a existência de traços de produtos químicos, agroquímicos nos alimentos *in natura*. Isso é muito pouco fiscalizado. São os grandes centros urbanos que existe alguma fiscalização. Os pequenos, infelizmente, o produto oriundo da... De consumo *in natura*, de verduras, legumes, frutas, não tem um acompanhamento eficaz.

Então, nesse sentido, que esse acompanhamento, essa defesa geral, não só dos produtos, de bens e consumo, os produtos de telefonia, como nós trouxemos aqui hoje, um prestador de serviço, um serviço determinado, quando teríamos tanto para discutir e abordar.

E eu gostaria de ver as considerações finais de ambos os expositores, já que estamos sem a presença do Dr. Herman, do STJ, que foi muito preciso em suas apresentações, e dada a data, que também não existe, hoje, são várias comissões que tem, várias audiências públicas, tem aqui no Senado, e que não foi possível os Senadores todos estarem presente nessa Comissão.

Então, nesse sentido, para a conclusão dos nossos trabalhos, eu daria a palavra ao Dr. Roberto Lima, que é o Presidente da Vivo, e, em seguida, à Dra. Marilena Lazzarini.

SR. ROBERTO LIMA: Senador Gilberto Goellner, muito obrigado pela oportunidade, mais uma vez, e realmente foi muito interessante poder ouvir também o seu resumo sobre as apresentações que foram feitas. Acho que foi uma manhã de muito aprendizado para nós mesmos. Agradecer à D. Marilena Lazzarini pelos ensinamentos, ela, que milita, há tanto tempo, numa área que, para nós, grandes fornecedores de serviços, de alta escala, de produtos novos, temos que estar muito atentos e, no caso da nossa empresa, espero poder ter demonstrado que não existe uma dicotomia ou um afastamento entre um interesse público, do legislador, daqueles que zelam pelo cumprimento da Legislação, e a empresa. Nós, eu quero crer, somos os primeiros interessados que tenhamos clientes, consumidores satisfeitos.

No nosso caso, nós temos procurado fazer isso um diferencial. Quando se fala em associações de empresa, normalmente essas coisas não aparecem, as diferenças entre elas, e acredito que através da competição saudável e de uma competição que não se faz só pelo

preço ou propaganda mais bonita, mas principalmente pela entrega do que se faz, do produto ou do serviço, é que se pode fazer com que a adesão, aquilo que se espera da lei, seja cada vez mais rápido.

Nós temos esse compromisso, muitas vezes, somos cobrados por isso, eu vou à televisão, eu dou meu e-mail a todos, eu recebo todos os dias reclamações de clientes no meu e-mail porque não somos perfeitos, é a maneira que nós temos de estar com a mão no pulso da nossa organização e saber o que se passa no mercado e, muitas vezes, as pessoas me dizem: "Aquilo que você diz na televisão e nos jornais não é a realidade na sua empresa". Eu acho, com toda razão, não é a realidade em 100% dos casos, mas existe uma luta interna para fazer com que a gente tenha 53 milhões de clientes satisfeitos.

Mais recentemente, depois de tudo que fizemos para podermos ter um serviço de qualidade, percebemos que hoje, para nós, que, nos seis últimos meses, temos conseguido aumentar a nossa participação de mercado, a grande razão que aparece nas pesquisas é o compromisso de qualidade que nós assumimos com os nossos clientes. Qualidade também é preço, que nós também ajustamos, não somos a empresa mais barata do mercado, mas procuramos ter isso bastante ajustado. Não somos perfeitos, como não podemos ser, numa prestação de serviço que é tão inovadora e, a cada dia, coloca desafios tão grandes quanto esse mundo da banda larga e da Internet, que é um mundo a ser descoberto por todos nós, consumidores, mas também por nós, prestadores de serviço, de todas as peculiaridades que eles terão, num país de contrastes regionais, mas de contrastes de renda e de expectativa de serviço tão grandes quanto o Brasil, e nós, que somos prestadores, para todos eles temos que saber adaptar o produto para o consumidor, que faz um uso massivo, como aquele que faz um uso esporádico ou aquele que está num bairro central da capital do Estado de São Paulo e outro que está no oeste do Pará, no meio da Amazônia, e que tem a mesma e, talvez, até mais necessidade de comunicação.

Esse é um esforço muito grande, mas existe um compromisso. O que eu gostaria de deixar bastante patente é que principalmente as empresas são as maiores interessadas em desenvolver uma política de boas relações com seus consumidores e fazerem disso um diferencial competitivo. E que se o mercado puder perceber essas diferenças entre os consumidores, todas elas se sentirão estimuladas a adotar as mesmas práticas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com a palavra a Dra. Marilena.

SRA. MARILENA LAZZARINI: Eu só gostaria, enfim, em primeiro lugar, manifestar a minha... Enfim, esse olhar para frente, ver os próximos 20 anos com relações de maior maturidade, com diálogo e construção, como essa que está sendo colocada aqui, porque é isso que o país vai precisar. Eu vejo como uma necessidade. Não é nem uma questão de querer ou não querer fazer. O país vai precisar passar por esse processo. É uma necessidade que se... Agora, nós vamos ter eleições, se os nossos candidatos a Presidente não tiverem a percepção disso, vai ser uma lástima. Porque esse é um componente que nós não vemos debatido no processo eleitoral, a questão da proteção ao consumidor nunca apareceu. E este ano eu acredito que tenha que entrar como um componente importante, tendo em vista esse caminho, esse percurso que a economia do país está fazendo. Acho que é uma necessidade. Eu vejo como uma prioridade.

E eu queria só deixar registrada a nossa total disponibilidade, Senador Gilberto, a contribuir com todas as iniciativas da comissão. O que for preciso, em termos de estudos... Eu vou mandar um texto aqui, o IDEC, o Fórum Nacional das Entidades Civis, nós estamos totalmente à disposição para contribuir com esses aperfeiçoamentos que o Dr. Benjamin sugeriu, as novas legislações que estão aí já sendo gestadas, que eu acho que é importante que elas... Na questão do super endividamento, realmente, é uma necessidade e todas as iniciativas que, enfim, precisarem ter a nossa contribuição. Nós fazemos isso com muito gosto. Muito obrigada por essa oportunidade também.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Bom, eu agradeço aos participantes dessa Audiência Pública, e eu gostaria de novamente concluir essa Audiência Pública, fazendo referência à existência de um portal, que foi constituído com a participação dessa Comissão, do Senado Federal, da Biblioteca do Senado, do PRODASEN e da consultoria legislativa do Senado, para a construção, então, desse portal, que vai democratizar o acesso do consumidor brasileiro para ele conhecer todas as informações, seus direitos, e gostaria, então, novamente, lembrar a todos consumidores brasileiros e aos... A parte também dos advogados, quer dizer, dos consumidores, enfim, faz parte dessa sua preocupação da educação. Além da educação infantil, que a senhora se referiu, aos jovens, o direito de uma educação do consumo, mas também a essa nova classe, que acessa vários produtos novos de consumo, que é a classe C do Brasil, enfim, a todos que têm agora um portal especialmente dedicado a constituir... Mostrando o Código do Consumidor e os seus desafios para o futuro. Muito obrigado a todos.

[palmas]

Sessão encerrada às 11h40.

ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, CONJUNTA COM A 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e cinquenta e seis minutos do dia trinta de março dois mil e dez, na sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Renato Casagrande)**, reúnem-se conjuntamente a Comissão Permanente de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH e CMA **Cristovam Buarque, Flávio Arns, João Pedro, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Adelmir Santana, Sérgio Zambiasi, Marcelo Crivella, Arthur Virgílio, Gerson Camata, Papaléo Paes, Wellington Salgado, Jayme Campos, Mão Santa, Renato Casagrande, Álvaro Dias, João Ribeiro, Geovani Borges, Flexa Ribeiro, Inácio Arrruda, Valdir Raupp, as Senadoras Serys Slhessarenko e Marisa Serrano, os Senadores não-membros Eduardo Suplicy, Tasso Jereissati e a Senadora Ideli Salvatti.** Justifica a ausência a Senadora Patrícia Saboya. Deixam de comparecer os demais membros. **Pauta. Item Único. Audiência Pública**, nos termos dos **Requerimentos nº 27, de 2010 – CDH e nº 13, de 2010-CMA**, de autoria dos Senadores Papaléo Paes e Álvaro Dias, respectivamente, ***"com o objetivo de esclarecer as irregularidades que envolvem a aplicação de recursos dos fundos de pensão da PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), FUNCEF (Fundação dos Economiários Federais) e PETROS (Fundação Petrobrás de Seguridade Social), na BANCOOP (Cooperativa Habitacional dos Bancários), com graves prejuízos aos cooperados e com a participação de organização não governamental."*** O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova as atas das reuniões anteriores, em seguida, faz suas considerações iniciais e dá início à apreciação da pauta. Convidados que comparecem: **João Vaccari Neto** – Ex-diretor financeiro e ex-presidente da Bancoop e **Pedro Dallari** – Advogado da Bancoop. Deixam de comparecer os demais convidados. Inicialmente, o Senhor Presidente, Renato Casagrande, chama os senhores convidados para que compareçam à mesa. O Senhor Presidente faz suas considerações acerca do tema da Audiência Pública. Em seguida, o Senhor Presidente, Renato Casagrande, dá a palavra aos senhores convidados na ordem supracitada. Às 14:05 horas, o Senador Renato Casagrande passa a presidência ao Senador Cristovam Buarque. Às 14:20 horas, o Senador Cristovam Buarque devolve a presidência ao Senador Renato Casagrande. Após a explanação dos senhores convidados, o Senhor Presidente, Renato Casagrande, faz suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Renato Casagrande, Álvaro Dias, Papaléo Paes, Arthur Virgílio, João Pedro, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e os Senadores não-membros Eduardo Suplicy, Tasso Jereissati e a Senadora Ideli Salvatti, Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinqüenta e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão. – Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 30-3-2010

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e da 11ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Sessão Conjunta da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Fiscalização e Controle.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa das leituras das Atas das reuniões anteriores permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata.

Senhoras e senhores, a presente reunião destina-se à realização de uma Audiência Pública em conformidade com a aprovação dos Requerimentos nº 13, de autoria do Senador Alvaro Dias, 27 da CDH, de autoria do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de esclarecer as irregularidades que envolvem aplicação de recurso dos fundos de pensão da PREVI, da Caixa Econômica Federal, da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, da FUNCEF, da Caixa Econômica, da Fundação dos Economiários Federais, da PETROS, da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social, na BANCOOP, Cooperativ Habitacional dos Bancários, com graves prejuízos aos cooperados. Essa é a suspeição e a razão de nós fazermos essa audiência.

Para essa audiência foram chamados, foram convidados, o Sr. João Vaccari Neto, o Sr. José Carlos

Blat, o Sr. Lúcio Bolonha Funaro e o Sr. Pedro Dallari. As quatro pessoas convidadas.

O Sr. José Carlos Blat, que é o Promotor de Justiça, mandou a seguinte... O seguinte ofício: "*Através do presente ofício, venho mui respeitosamente informar que recebi o convite para comparecer na Sessão de 30 de março de 2010, na Comissão de Meio Ambiente, Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado.*

Infelizmente não poderei atender a honrosa licitação pelos seguintes motivos.

Primeiro, tenho agendado uma tomografia computadorizada de tórax e pelve, no Hospital Sírio-Libanês, para o dia 30 de março, às 17 horas, atendendo determinação médica, por ser paciente oncológico desde agosto de 2008.

Para o mesmo dia 30 de março, das 14h00 às 16 estão agendadas diligências para instruir o Inquérito Policial referente a apuração de crimes de lavagem de capitais, formação de quadrilha ou bando, apropriação indébita e estelionato envolvendo dirigentes e ex-dirigentes da BANCOOP.

Aproveito o ensejo para apresentar os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. José Carlos Guillen Blat, 13º Promotor de Justiça Criminal da Capital de São Paulo."

Então, está aqui a... O ofício justificando a ausência do Promotor Blat.

O Sr. Lúcio Bolonha Funaro não encaminhou nenhuma justificativa a essa comissão, até agora não compareceu. Tem ainda tempo de comparecer, mas, até agora, não compareceu, e a comissão, ao final, verificar que tipo de encaminhamento dará com relação à ausência do Blat, justificada, e do Funaro, ainda sem justificativa.

Estão presentes, que eu já convido a participar aqui da Mesa conosco, o Sr. João Vaccari Neto, que é ex-Diretor Financeiro e ex-Presidente da BANCOOP; já convido, então, que possa fazer parte conosco aqui o Sr. João Vaccari Neto, já agradecendo a sua presença.

Também está conosco o Sr. Pedro Dallari, que é Advogado da BANCOOP, que também já convido a participar aqui junto conosco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um segundinho, senador.

Então, nós... Convido o Vice-Presidente Cícero Lucena para fazer parte da Mesa junto conosco.

Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, além de solicitar a V. Exa. a minha inscrição para fazer a devida inquirição ao Dr. João Vaccari Neto, eu deixo bem claro que não cabe nós passarmos qualquer ilusão para fora das paredes do Senado Federal.

Essa audiência, que idealmente deveria ter sido marcada para após a Semana Santa, ela se dá, e com a presença do Dr. Vaccari Neto e Dr. Pedro Dallari, no momento que nós percebemos, e essa é a verdade, lamentavelmente, o Senado esvaziado.

E mais, a convicção pessoal que eu tenho, eu posso estar errado, é que isso se deve a uma estratégia muito clara de tentar, ao fim, ao cabo, demonstrar a desnecessidade de eventual ida do Dr. Vaccari Neto ao fórum que me parece o mais apropriado, que é o fórum da CPI das ONGs.

Ou seja, viria aqui, o dever estaria cumprido e a partir daí o Governo acionaria sua tropa de choque, rasgaria os regimentos, as atas e o que mais fosse necessário rasgar, para que o Dr. Vaccari desse aqui, sem obrigação de juramentos, sem perspectiva de quebra de sigilos, sem nada, desse as explicações que ele julgasse cabíveis, muito bem assistido por seu competente advogado.

Eu marco essa primeira posição por entender que nós não devemos passar, eu repito, ilusões para fora das paredes do Senado Federal. E vamos aqui fazer a inquirição da maneira mais crua, da maneira mais firme, sabendo das limitações, como a comissão impõe, sabendo das possibilidades que uma CPI propicia, estabelecendo a comparação entre os dois instrumentos e dizendo que, do ponto de vista da oposição, algo ou uma coisa não elide a outra.

Ou seja, nós não nos sentimos, a *priori*, de forma alguma constrangidos a, tendo ouvido o Dr. Vaccari Neto aqui, não ouvi-lo mais. Por mim, eu ouviria aqui e eu ouviria e o ouvirei na CPI para qual ele está legal e legitimamente convocado para prestar o seu depoimento.

Peço a V. Exa. que me inscreva como... Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Arthur Virgílio já está inscrito.

Mas cabe um esclarecimento da parte da comissão também. Foi aqui lido um Requerimento do Senador Alvaro Dias, convidando essas quatro pessoas para estarem presentes nesta comissão, que eu acho que é uma comissão apropriada para fazer este debate, independente do debate ser feito em outra... Em outro ambiente, em outra comissão, numa CPI, independe.

Mas, foi feito um requerimento, o requerimento foi aprovado, a data da audiência foi combinada com os membros senadores desta comissão, numa audiência

como esta, pública. Então, foi marcado para hoje até porque os senadores também tinham necessidade de marcar audiência para poder dar sequência a esse... A esse debate.

Então, só para fazer um esclarecimento para V. Exa.--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --que fez o questionamento com relação à comissão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permite, Presidente. Para deixar minha posição clara. Nenhuma acusação à Direção. Acho que [interrupção no áudio] faz muito bem estar aqui cumprindo com seu dever.

Eu soube, de supetão, eu estava já na minha terra, quando soube de supetão que haveria a comissão. Eu não participei das tratativas quanto a data, não participei delas. Entendo que o foro é adequado. Como entendo que mais adequado ainda é o foro da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, não há discrepância quanto ao que V. Exa. disse no fundo. Nenhuma crítica à atuação de V. Exa., nenhuma crítica ao seu arrazoado. Apenas eu deixo bem nítido que vai ser preciso mais do que este depoimento para o Dr. Vaccari Neto não ser ouvido na CPI.

Vai ser preciso, sim, rasgarem as atas, vai ser preciso quaisquer outros gestos, mas nós simplesmente queremos ouvi-lo aqui entendendo que as limitações que são naturais, as limitações que são do Regimento e no outro foro, que aliás não tem funcionado já há algum tempo, no outro foro nós cuidaríamos de avançar mais, porque a denúncia são de fato graves, as denúncias são extremamente graves e eu gostaria muitíssimo de ver esclarecimentos cabais que comprovassem a não culpabilidade do Dr. Vaccari Neto.

Hoje o meu convencimento é no sentido inverso, é no sentido diverso, é no sentido reverso, é no sentido ao contrário, é no sentido do revés. Até porque mantive contato com as vítimas e hoje eu percebo que à primeira Sessão estavam aqui as vítimas. Eu não queria dizer que nessa outra haveria algozes, mas mudou um pouco a plateia que nos assiste, enfim.

E eu percebo até a importância que dão para o caso, até pelas figuras que aqui acorreram.

Mas vindo ou não vindo, esta aqui é a Casa do povo, de qualquer tipo de povo, eu devo deixar bem claro que a nossa posição é de exaurir esse assunto. E esse assunto muito dificilmente se vai exaurir no âmbito dessa comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Alvaro Dias, pela ordem.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): V. Exa. se referiu ao fato de ser eu o autor do Requerimento, juntamente com o Senador Papaléo Paes, e nós apresentamos esses requerimentos antes que a CPI das ONGs aprovasse a convocação de João Vaccari Neto. Esta foi a razão.

Nós encaminhamos inicialmente à Comissão de Constituição e Justiça, houve a rejeição do requerimento, e em razão dessa tentativa de se evitar esse depoimento, nós usamos a estratégia de apresentar requerimentos em várias comissões, inclusive junto à CPI.

Com a aprovação do Requerimento na CPI das ONGs, até se dispensaria esta audiência.

No entanto, o que abunda não prejudica. E nós temos a convicção de que João Vaccari Neto comparecerá à CPI das ONGs de forma espontânea, sem necessidade nenhuma outra tratativa para que nós possamos, lá sim, com consequências jurídicas, inevitáveis, ouvi-lo e dar a ele o espaço necessário para todas as explicações, que são imprescindíveis, em razão das gravíssimas denúncias que partem desse trabalho que realiza o Promotor Dr. José Carlos Blat.

Eu tenho também, Senador Arthur Virgílio, a certeza de que teremos o comparecimento na CPI das ONGs do Dr. José Carlos Blat e do Lúcio Funaro. Inclusive, na forma de acareação, o que seria fundamental até para que o visitante de hoje, convocado de amanhã, possa se defender das acusações contra ele assacadas, segundo a revista *Veja*, em depoimento na forma de delação premiada, oferecido ao Ministério Público pelo Sr. Lúcio Funaro.

Portanto, Sr. Presidente, na esteira do que disse o Senador Arthur Virgílio, queremos enfatizar também a necessidade do depoimento na CPI das ONGs, que se torna imprescindível exatamente porque teremos que confrontar as versões tanto de Vaccari Neto, quanto dos demais envolvidos nesse episódio.

E eu peço também a minha inscrição para depois fazer...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): V. Exa. está inscrito, assim como o Senador Papaléo Paes. São os dois primeiros inscritos, depois Arthur Virgílio, Senador Arthur Virgílio,

Senador Eduardo Suplicy. São os quatro inscritos até o presente momento.

E vamos dar início, passando, então, a palavra ao Sr. João Vaccari Neto, que teremos uma referência de 20 minutos, isso não é inflexível; se precisar de mais tempo, não tem nenhuma dificuldade.

Então, por referência de 20 minutos, com a palavra o Sr. João Vaccari Neto, que vai usar a tela.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Estou solicitando a minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a palavra o Sr. João Vaccari Neto.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Boa-tarde a todos os senadores e senadoras presentes, deputados e deputadas presentes, a todos os senhores e senhoras presentes.

Assim que recebi o convite, prontamente aceitei o convite para vir ao depoimento de hoje, até porque eu acho que é um espaço importante para que a gente possa, pela primeira vez, esclarecer o que de fato nós temos sobre essa questão que vem sendo colocada, que é a BANCOOP, a Cooperativa dos Bancários.

Eu vou fazer uma exposição que eu trouxe, deve durar mais ou menos uns 20 minutos.

SR. PEDRO DALLARI: Estão distribuindo aos senadores.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Que também está sendo distribuído a todos os senadores e senadoras presentes. Bastante rápido.

Eu vou levantar, porque talvez fique melhor. A primeira...

SR. PEDRO DALLARI: Pode falar sentado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pode ficar sentado.

SR. PEDRO DALLARI: Mais confortável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É apropriado para falar sentado.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Então vamos à primeira... Eu fui Presidente... Eu sou João Vaccari Neto, eu fui Presidente da BANCOOP, sou... Fui Presidente da BANCOOP de 2005 até 2010. E, nesse período, nós fizemos aí grandes mudanças na questão da governança corporativa, no que se refere às mudanças, transformações, da BANCOOP.

A BANCOOP foi fundada em 1996, foi uma iniciativa de trabalhadores bancários, com o apoio do Sindicato dos Bancários e é baseado na Lei das Cooperativas, que é a 5.674/71, e que nós temos como finalidade a construção de habitações a preço de custo.

Então, como se trata de uma cooperativa, nós temos termo de adesão. Essa é uma diferença significativa com incorporadoras e construtoras. Nós fizemos, ao longo de todos esses anos, a Cooperativa, nós temos 83 blocos entregues, sendo 76 prédios, mais sete fases de casas. E temos um total de blocos a entregar 13, que são 10 prédios e três fases de casas.

E, ao mesmo tempo, por vontade dos cooperados, em suas decisões em assembleia, já foram transferidos para a construtora 10 prédios.

Essa daí é alguma, alguma... Algumas fotos dos nossos empreendimentos, que nós fizemos: Moradas da Flora, na Zona Leste da cidade; Morada Inglesa, no Metrô Tucuruvi; Edifício Cachoeira, nas proximidades do Metrô Santana; Parque das Flores, na Praia Grande; Parque Mandaqui, é em Santana; Mirante do Tatuapé, o próprio nome já diz, em Tatuapé, nas proximidades da estação do Metrô; Jardim da Saúde, também nas proximidades do Metrô hoje Imigrantes.

Temos também o Portal do Jabaquara, que são, que é na região do Jabaquara, nas proximidades da estação; Praia Grande, que é um conjunto grande na cidade de Praia Grande; Praias de Ubatuba, que também é litoral, litoral norte; Santak, que é o edifício de Santo André; Solar de Santana, que o próprio nome já diz, em Santana, Saint Phillipe, que também é em Santana; Recanto das Orquídeas, que é um empreendimento em Santo André; Residencial em Moema, que é um empreendimento na região de Moema, na Rua Araguari.

Temos também o Veredas de Carmo, que é na Zona Leste; Torres de Pirituba, que é na Zona Oeste; Vila Augusta, que é em Guarulhos, que foi construído em conjunto, no debate com os bancários da região de Guarulhos; Vila Formosa, na Zona Leste; Residencial Pêssego, que também é na Zona Leste; Village de Palmas, que é um condomínio fechado, na região do Tremembé, na Zona Norte de São Paulo; Vila Mazzei também na Zona Norte, nas proximidades de Santana; e na Vila Mariana, que é nas proximidades do Metrô Vila Mariana.

Ao total, nós tivemos 6.630 unidades. Foram entregues 5.609 unidades; estão em construção, com adesão de cooperados, 592. Estão disponíveis, mais permutas de donos de terreno, 429 unidades.

Então nós temos aí 8.9 de todas as adesões com cooperados que já foram entregues, portanto nós temos aí uma faixa que nós precisamos ainda entregar de 8.9 do total.

Vamos às unidades em construção. Esse é um pouco o demonstrativo da operação da própria coo-

perativa. Das 592 unidades que nós temos a entregar, 88 nós vamos fazer a entrega até junho de 2010, que inclusive já está em processo de finalização, com os cooperados acompanhando a obra o tempo todo. Oitenta e seis está em processo de transferência, os cooperados se aproximaram da cooperativa e pediram para fazer a transferência para uma outra construtora.

E isso são 86, que já está em processo de finalização dessa transferência; 258 ainda está em negociação. Os cooperados já avisaram que querem transferir essas unidades para outra construtora e estão em fase de debate com as construtoras. E 32 está em negociação para a conclusão. Eles já disseram que querem que a BANCOOP conclua o empreendimento, estamos em negociação de conclusão.

E temos 128 pendentes de negociação. São três empreendimentos, que está sob... Está com dependência da decisão judicial, portanto nós estamos aí pendentes de negociação com três empreendimentos.

Nós fizemos, a partir de 2005, um conjunto de medidas administrativas, que foi inclusive a contratação de consultorias para que a gente pudesse melhorar nossa estrutura organizacional, fizemos a contratação da Trevisan para fazer auditoria, a de engenharia foi a NGI e a de sistema foi uma empresa chamada Mega, que tinha a sede em Curitiba.

Fizemos também a profissionalização da administração, fizemos a cotação e celebração de contrato para todos os serviços materiais, que isso era uma coisa que para a gente era muito importante, e a implantação de sistema operacional integrado.

Depois de feito todas essas modificações, passamos a ter todos os anos auditoria contábil financeira de controle por empresa independente, que tem sido feito pela Terco Grant Thornton.

As mudanças de gestão, nós fizemos, a partir de 2005, a apuração dos empreendimentos concluídos e em conclusão. Ou seja, nós fizemos toda a avaliação da auditoria que foi feita anteriormente, fazendo o fechamento dos empreendimentos e avaliando como estariam os próximos, com a constatação de que os custos eram superiores aos valores estimados.

Em cooperativa não há preço fechado, os valores são sempre estimados, conforme diz a lei das cooperativas. Com isso, nós imediatamente fizemos a descontinuidade dos empreendimentos com baixa adesão e passamos a apresentar aos cooperados um rateio do custo final dos empreendimentos concluídos, que é a apuração final e o rateio do custo real dos empreendimentos em construção, que é o reforço de caixa, ambos estão previstos no termo de adesão quando o cooperado aderiu ao processo.

Depois nós fizemos um processo amplo de medidas de comunicação com os cooperados, a partir de 2005. Um amplo debate sobre a necessidade de reforço de caixa para a continuidade das obras.

Nós convidamos os cooperados de todos os empreendimentos para que estivessem presentes, e foi apresentado a eles o momento que a obra estava e o que seria necessário para fazer a conclusão. E isso nós fizemos com todas as obras que à época estavam em construção.

Depois disso, nós fizemos assembleias seccionais, aonde nós, durante todo esse debate, nós apresentamos que deveria ter reunião... Comissões fiscais e de obra dos cooperados para acompanhar todos os procedimentos contábeis e de engenharia. Fizemos nesse período 210 reuniões com conselhos com a cooperativa e foram feitos também 37 reuniões para verificação de documentos contábeis e quatro auditorias de seccionais por empresas contratadas pelos cooperados.

Ou seja, nós disponibilizávamos a eles e debatíamos com eles a necessidade de se contratar empresas, eles colocavam que queria empresa de auditoria indicada por eles e nós acatávamos, para que se fizesse os relatórios.

E a comunicação individualizada aos cooperados de cada empreendimento, de todas as informações apuradas por meio de boletim específico.

Aí são algumas... Cooperados participam das atividades por meio de assembleias gerais, assembleias seccionais, reuniões de esclarecimento, visitas às obras e verificação mensal de documentos que comprovam o andamento da obra, enfim, as entradas e saídas de todas as obras.

Também fizemos medidas permanentes de comunicação com os cooperados. Envios de boletim mensal sobre a atividade da Cooperativa, envios de revista anual com relatório de atividades, o balanço e o parecer da empresa independente de auditoria e do Conselho Fiscal.

Colocamos também no portal na Internet, para que todos tivessem acesso a situações contábeis e a obras de cada empreendimento.

Essas são algumas fotos de revistas e boletins mensais que nós temos feito e remetido aos cooperados. Todos os anos nós temos remetido uma revista falando do balanço anual da Cooperativa.

Esses são os boletins específicos na época que nós fizemos para cada um dos empreendimentos informando o que estava acontecendo e abrindo, propondo, que se fizesse acordos e elegesse comissões de esclarecimento e as comissões de fiscalização

com a participação dos cooperados de cada empreendimento.

Também tenho aí, apresentando o fundo de investimento em direitos creditórios, que teve como objetivo a captação de recursos privados para aplicação em direitos creditórios. Isso foi importante porque havia muito recebíveis de obras concluídas, o que foi colocado fazendo desconto no mercado, para que nós pudéssemos fazer aí a evolução das obras. Ele foi constituído sob a forma de condomínio fechado, de forma que as cotas seriam resgatadas ao término do prazo de duração ou em virtude de sua liquidação.

E temos aí as características gerais, a BANCOOP como cedente de crédito, a instituição administradora foi a Planner, custodiante foi o Banco Itaú e depois o Bradesco, os auditores, agência de risco, assessoria legal, e o que é mais importante, a regulamentação e fiscalização é feita pela CVM.

A Constituição da carteira se deu em 30 de junho de 2004 e foi liquidado em 25 de novembro de 2009. O período da integralização das cotas foi de 06 de novembro de 2004 a 16 de junho de 2005. O valor integrado foi 39 milhões 720, e o valor resgatado pelos aplicadores foi de 53 milhões 341.

Também nesse... Iniciamos o processo em 2006 e fizemos um acordo judicial com o Ministério Público, que tem algumas obrigações da Cooperativa, aonde a realização de assembleias seccionais para deliberação sobre a incorporação, isso nós estamos ainda em cumprimento; a abertura de conta corrente para cada empreendimento, que já foi cumprido; diferenciação de cada empreendimento, CNPJ, que também foi cumprido; cronograma especial de restituição, referência empreendimentos descontinuados, também cumprido; abstenção de novos lançamentos, de novos empreendimentos, também estamos cumprindo; demonstração na Internet da necessidade de cobrança de título a título de reforço de caixa ou apuração final, também cumprido.

Aí as obrigações adicionais. Também fizemos realização... Realizado em caráter permanente de auditoria contábil por empresa independente e a apreciação de balanço anual por assembleia geral especialmente convocada para essa necessidade. Ambas são cumpridos.

E a convocação da assembleia da Cooperativa através de publicação do edital de convocação em jornais de grande circulação, de correspondência eletrônica ou postal e de veiculação no sítio da BANCOOP da internet.

Estímulo para a constituição, em cada empreendimento, do conselho fiscal e de obra. Todos os itens cumpridos.

Eu vou passar, com isso eu vou passar aqui ao Dr. Pedro Dallari, para que ele fale um pouco sobre a questão da controvérsia jurídica.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um... Então, V. Exa. acabou de fazer sua apresentação.

Então vamos passar a palavra para o Pedro Dallari, que fará sua apresentação, que, na verdade, segundo ele é uma complementação da apresentação do João Vaccari Neto.

Com a palavra o Sr. Pedro Dallari, que tem também 20 minutos, mas parece que não vai usar todo o tempo. Com a palavra.

SR. PEDRO DALLARI: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu realmente serei muito breve, porque até para viabilizar maior tempo para as questões, a ideia foi conjugarmos as apresentações de maneira a sintetizá-las, e eu apresentarei apenas três delas sobre a situação jurídica para esclarecimento dos Srs. Senadores.

Quero dizer da minha satisfação por atender a este convite. Eu sou Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil na Seção de São Paulo desde 1981, como estagiário, e de 82 como Advogado, sou Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e não posso deixar, Presidente, de registrar uma nota pessoal que é a enorme satisfação de voltar ao Congresso Nacional.

Ainda muito jovem, fui advogado aqui na Assembleia Nacional Constituinte, por nomeação do saudoso Presidente Ulysses Guimarães, trabalhando na bancada pequena, então, do Partido dos Trabalhadores, que era liderada pelo Presidente da República, atualmente Presidente da República, onde pude trabalhar com Florestan Fernandes e outras figuras notáveis.

E tenho, realmente, sempre essa lembrança de um momento muito gratificante pra mim, jovem advogado, quando venho ao Congresso Nacional e não posso deixar de registrar que essa satisfação se repete, apesar da circunstância ser um pouco diferente. Por favor.

A situação judicial, ela surge, ou seja, as questões judiciais de relevância aparecem justamente quando, em função das auditorias realizadas em 2005, são apresentados os valores adicionais de cobrança decorrentes da apuração do efetivo custo dos empreendimentos.

Isto faz com que um grupo de cooperados entenda indevida essa cobrança e assessorado juridicamente, recorra judicialmente e promova ações contra a Cooperativa.

Foram 83 ações coletivas, ou seja, ações de grupos ou de associações, e 597 ações individuais. Es-

sas ações têm por finalidade, basicamente, contestar a cobrança dos valores adicionais.

Qual é a tese jurídica desses cooperados? É a tese de que, embora se tratando de uma cooperativa, a relação consubstanciada no termo de adesão seria contratual e estabeleceria um valor fixo, que deveria ser observado pela cooperativa, portanto, não cabendo a cobrança de nenhum valor adicional. E esta é a tese, então, que vem sendo defendida, que na verdade a Cooperativa deveria ser considerada uma incorporadora e não uma cooperativa, sendo indevido o pagamento.

Tem-se dito que houve já muitas decisões judiciais. Não é verdade. O número de sentenças transitadas em julgado é mínimo. Não chega a uma dezena, e o que ocorre, na verdade, é que há um volume muito grande de decisões liminares. Ou seja, os juízes deferem liminarmente o pedido ou de depósito em juízo, requerido pelo cooperado, ou então de que ele se abstenha do pagamento.

Existem hoje, para os senhores terem idéia, valores do montante de 4 milhões de reais que estão depositados judicialmente por cooperados que preferiram fazê-lo a efetuar o pagamento cobrado pela BANCOOP.

Em contraposição, exatamente pela ausência de pagamento, a direção da BANCOOP, até por obrigação estatutária, promove as ações de cobrança e, quando é o caso, de reintegração de posse, referente aos inadimplentes, havendo, portanto, um grande número de ações promovidas pela Cooperativa em face a inadimplência.

Qual é a tese da Cooperativa? A tese da Cooperativa é de que, por ser cooperativa, cabe o rateio como qualquer cooperativa, assim está na lei das cooperativas. Se a Cooperativa tem um superávit, o rateio implica na distribuição da quantia superavitária; se o rateio... Se a cooperativa tem déficit, que é o que apresentou o conjunto de contas, há o rateio entre os cooperados daqueles valores.

No âmbito desses litígios tem havido um volume muito substantivo de acordos judiciais. Já foram 340 até hoje, e há um esforço grande da nossa parte nesse sentido.

Apesar da litigiosidade dos meus colegas advogados da outra parte, em um dos casos houve inclusive condenação por litigância de má-fé, há representação por infração à ética profissional na Ordem dos Advogados do Brasil contra um dos advogados de cooperados, mas, apesar disso, tem havido uma predisposição muito grande ao diálogo.

Eu mesmo estive por mais de uma vez nos escritórios dos advogados, dos cooperados, meus colegas, para tentar viabilizar e conseguirmos, em alguns casos, bons acordos.

Por último, saliento que no âmbito dessas ações, exatamente por se envolver a discussão se o valor é devido ou não, os juízes têm determinado perícias judiciais. Foram sessenta e duas determinadas até o momento. É importante observar que em nenhuma dessas perícias judiciais se apurou que o valor cobrado pela BANCOOP seria indevido pelos dados numéricos.

A discussão é jurídica, se é devido ou não, porque houve um contrato anteriormente. Mas não há nenhuma perícia que tenha concluído pelo descabimento do valor, tendo em vista a apuração real do custo das obras.

Outro aspecto importante também é o seguinte: nenhuma das perícias, e em nenhum momento aparece essa acusação, indica que os valores cobrados superam o valor de mercado dos imóveis. Isto é importante, porque como paira a acusação de que teria havido desvio de dinheiro, ora, o desvio pressupõe o excesso, pressupõe o superfaturamento. Se não há superfaturamento, se não há excesso, não pode haver o desvio, não há de onde sair o desvio. E, até agora, nem as perícias judiciais nem as apurações de mercado concluíram que o valor do imóvel supera o valor de custo ou o valor de mercado. A próxima tela, por favor.

Em relação ao Ministério Público e ao acordo que houve... O acordo judicial. Em 2006, quando se iniciaram as proposituras das ações judiciais, os cooperados, algumas associações, recorreram ao Ministério Público pedindo a interveniência do Ministério Público. Foi instaurado, então, o inquérito civil público no âmbito da Promotoria do Consumidor, que em dezembro de 2006 deliberou por arquivar o inquérito civil, entendendo que não cabia a interveniência do Ministério Público.

Quais foram os argumentos da Promotoria do Consumidor?

Primeiro, que não se tratava de uma relação de consumo, mas uma relação regida pela lei das cooperativas e, portanto, não havia ilicitude nos valores cobrados. Havia que se apurar se eles eram devidos ou não. Mas não havia, por si só, nenhuma ilicitude já que se tratava de uma cooperativa.

Segundo, a situação era localizada. O número de pessoas envolvidas era restrito, era limitado àquela empresa, não cabia intervenção do Ministério Público porque não havia uma situação universal, não havia uma situação generalizada que extrapolasse os limites daquela relação negocial.

Terceiro argumento do Ministério Público: o grande número de causas em juízo, ou seja, o Poder Judiciário já estava examinando, por iniciativa dos cooperados,

mais de 400 ações judiciais, portanto, a matéria estava sendo devidamente equacionada.

E, por último, não se verificava uma situação de hipossuficiência. Como V. Exas. puderam ver pelo próprio padrão dos empreendimentos, trata-se de empreendimentos de classe média. Os cooperados têm advogados, estão representados em juízo, portanto o Ministério Público entendeu que não era uma situação que justificava a sua interveniência.

Em outubro de 2007, o Conselho Superior do Ministério Público, por maioria de votos, entendeu em sentido diverso, que não era o caso de arquivar o inquérito que era o caso de se propor ação civil pública para que se discutisse a matéria no âmbito da ação civil pública. Entendeu até que caberia um acordo judicial, isto está em Ata do Conselho Superior do Ministério Público, mas que a ação deveria ser proposta.

E realmente assim foi feito. Foi proposta a ação judicial, antes mesmo que se estabelecesse o contraditório, as partes iniciaram as tratativas para a celebração de um acordo judicial, que finalmente veio à luz em maio de 2008.

Um grupo de cooperados insatisfeito com a celebração do acordo judicial foi ao Conselho Superior do Ministério Público e, depois, ao Conselho Nacional do Ministério Público, tentar invalidar o acordo. Foram rejeitados os seus requerimentos nas duas instâncias.

Em setembro de 2008, o Conselho Superior do Ministério Público entendeu que era válido o acordo judicial celebrado pelo promotor. Em março de 2009, houve a validação do acordo, pelo Conselho Nacional, aqui, em Brasília, do acordo judicial celebrado, até que, naquele mesmo mês, houve a homologação judicial do acordo judicial.

Aqui explico, porque a matéria tem sido objeto de especulação. Houve recurso contra esse acordo. Não por parte do Ministério Público e nem por parte da BANCOOP. Esse grupo de cooperados, insatisfeitos com o acordo judicial, procurou integrar esta ação civil pública, não foi aceita essa sua participação pelo juiz, que os afastou da lide, mas, mesmo assim, exercendo o direito legítimo, contestaram e apelaram contra essa decisão de afastamento desta... Da lide, e o que faz com que tecnicamente, portanto, a matéria esteja *sub judice* em segunda instância.

Em tese, a BANCOOP não seria obrigada, portanto, a cumprir o acordo. Poderia aguardar que se resolvesse em segunda instância. No entanto, pelo entendimento de que o acordo celebrado entre a BANCOOP e o Ministério Público não foi questionado por nenhuma dessas duas partes, mas por um terceiro que foi afastado do processo, a decisão da cooperativa foi de cumprir o acordo.

E nesse sentido vem cumprindo o acordo conforme foi exposto pelo Presidente Vaccari, e até para demonstrar a boa-fé, em outubro de 2009, portanto muito antes dessa controvérsia atual, fez, e isso está documentado, com protocolo, uma prestação de contas ao Ministério Público de todas as medidas que vinham sendo adotadas para o cumprimento do acordo.

Finalmente, Sr. Presidente, a última tela, a esfera criminal.

Naquele... Quando o Ministério Público, no âmbito civil, opta por arquivar o processo, encaminha a matéria para a esfera criminal. E já que havia acusação por parte de cooperados de que a cooperativa seria uma organização criminosa, isso que consta do requerimento, o caso foi encaminhado ao GAECO, que é o setor do Ministério Público que apura, no Estado de São Paulo, justamente situações de crime organizado.

Em 21 de junho de 2007, o GAECO, o promotor responsável pelo GAECO, eu pus aqui maio, mas na verdade é junho, ele expressamente diz que os fatos mencionados são graves, segundo aparece no requerimento, mas todavia não apresentam indicativos de atuação de qualquer organização criminosa. Encerra a apuração no âmbito do GAECO e encaminha a matéria para o 1º Distrito Policial, para que tivesse segmento normal.

Aí então passa a estar presente o Promotor Criminal que vem atuando no caso, desde então. Em 2008, ainda, o Promotor Criminal, responsável pelo caso, pelo inquérito, já no âmbito do Distrito Policial, acusa, pela imprensa, a Cooperativa de ser uma organização criminosa. Isso em 2008.

De 2008 a 2010, nenhuma medida foi impetrada por este promotor. Ou seja, não houve a formalização de denúncia, e sequer foram chamados para prestar depoimento os dirigentes da Cooperativa, o que, nos meus 30 anos de advocacia, se me permitem V. Exas., eu considero de extrema gravidade. Não que o promotor tenha sua convicção, porque isso é legítimo que ele a tenha; mas que da convicção não corresponda uma ação efetiva.

Se o promotor, em 2008, achava que a cooperativa era uma organização criminosa, caberia a ele ter tomado medidas. E não as tomou. Fora o recurso à imprensa, nenhuma providência em 2008, nenhuma providência em 2009, até que em 2010, através de uma revista de grande circulação nacional, o promotor, então, volta a fazer, pela imprensa, a mesma acusação que havia feito em 2008, de que a cooperativa era uma organização criminosa.

Fica evidente, pela matéria e a própria matéria jornalística reconhece, que a revista mantinha contato com o Ministério Público e com o promotor. O que se

usou foi o expediente que os meus colegas do Ministério Público chamam de "oxigenar o inquérito criminal", ou seja, cria-se um fato jornalístico para se movimentar o inquérito criminal.

O promotor, naquele momento, estava pedindo, e a revista soube com exclusividade, por antecedência, com antecedência pelo promotor, uma série de medidas ao juiz. E calçou a sua proposição com essa matéria jornalística que foi matéria de revista de 06 de março do corrente ano.

Pois bem, o juiz responsável pelo inquérito rejeitou, uma semana depois, em março de 2010, as medidas requeridas pelo promotor. E faz uma acusação, uma decisão que coloca o promotor numa situação muito delicada. Eu lamento, inclusive, que o promotor não tenha vindo a esta comissão. A disposição que o promotor demonstra em ir à imprensa para falar dos casos, ele não demonstra nem ir ao Judiciário, porque não apresenta denúncia, e nem a discussão pública no âmbito desta Casa.

Disse o juiz responsável, ao apreciar o pedido do promotor, que era o quê? O bloqueio das contas da Cooperativa, era a quebra do sigilo bancário dos dirigentes da Cooperativa e outras medidas pontuais. O Juiz não defere. Apenas uma, que, se o promotor tivesse pedido, a Cooperativa teria dado, que são as informações referentes ao FIDC, o juiz defere.

E o juiz diz o seguinte na sua decisão: "*A manifestação apresentada pelo Ministério Público descreve uma série de fatos e circunstâncias, narrando como seria o suposto esquema de desvio de valores da BANCOOP, inclusive para fins de financiamento ilícito de campanhas políticas. Porém, não há...*". Observem, Srs. Senadores, "*em tal manifestação, a indicação clara e precisa dos elementos de prova dos autos que sustentam tal narrativa, bem como os pedidos formulados*" e indefere.

Porque, evidente, não havia... Se o promotor sequer havia pedido esclarecimentos para aqueles que supõem integram uma organização criminosa, não havia como se aceitar aquele pedido. Daí, talvez, a explicação de por que o promotor não tenha vindo a este debate, porque realmente a decisão judicial é uma decisão que lhe deixa numa situação muito ruim.

Com todo respeito que me merece o promotor e a revista semanal, não foi um bom momento nem da imprensa, nem do Ministério Público. Porque, realmente, o fato de que a Cooperativa não foi ouvida nem pelo promotor, nem pela publicação, é algo inadequado do ponto de vista do tratamento de uma matéria dessa importância.

Concluo, Sr. Presidente, ponderando... Observando que há, agora, por parte dos cooperados, diante de alguns cooperados, vejam que o número não é tão expressivo, diante do fato de que a tendência nos processos judiciais não é tão favorável como lhes parecia inicialmente, diante do fato de que o Ministério Público na esfera civil fez um acordo judicial e na esfera criminal o promotor responsável não vem conduzindo adequadamente a situação.

Claramente, esses cooperados procuram agora o recurso, um recurso à politização dessa matéria, trazendo-a para o âmbito do Poder Legislativo. Isto foi feito na Assembleia Legislativa de São Paulo, onde, em 2008, foi apresentado um requerimento de constituição de uma comissão parlamentar de inquérito que, por força do Regimento da Assembleia, agora está sendo instalada, sendo que, 2008 até hoje, a Assembleia tenha se manifestado sobre qualquer aspecto em relação a esse tema. A CPI foi requerida lá e agora vai ser instalada, mas não houve maior movimentação.

E, obviamente, como é de conhecimento público, vieram ao Senado da República trazer a sua reivindicação para procurar criar um foro a mais, para a discussão dos seus temas, que tem um foro, lembrando que as comissões, principalmente as comissões parlamentares de inquérito, têm características ou têm prerrogativas semelhantes a da autoridade judiciária em matéria de investigação, criando inclusive uma questão processual intrigante, que é a questão da prevenção de foro.

Ou seja, vai se discutir num foro com características judiciais aquilo que já está sendo discutido tanto numa Ação Civil Pública, como em mais de 500 ações judiciais, se somarmos aquelas propostas por ambas as partes e que ainda não foram objeto de acordo.

Então, este é, de maneira breve, Sr. Presidente, Srs. Senadores, um pequeno esclarecimento sobre o *status* da controvérsia jurídica.

Eu apenas concluo [soa a campainha], Sr. Presidente, observando isto, que neste caso o Judiciário está apreciando a matéria. A matéria é objeto de apreciação judicial. Há o devido encaminhamento. Há perícias sendo feitas. Ou seja, o devido processo legal está sendo cumprido e a Justiça está funcionando perfeitamente, independentemente do resultado que venha se produzir, mas cuidando das demandas que lhes são apresentadas.

Eu agradeço a atenção de V. Exas..

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Pedro Dallari, pela sua exposição.

Então, nós temos... Vamos começar a participação dos senadores.

Nós temos, com os dois autores dos dois requerimentos aqui e na CDH, temos dez senadores inscritos.

Nós vamos pedir aos senadores que nós possamos ficar dentro dos 5 minutos que estabelecemos. Sempre, sempre com uma certa tolerância. Só para pedir uma referência de 5 minutos.

E vamos começar com o Senador Alvaro Dias, que é o autor, aquis dessa Comissão de Fiscalização e Controle e, posteriormente será do Papaléo Paes.

Então, por cinco minutos, Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Primeiramente, Sr. Presidente, quero fazer algumas considerações em relação ao que acabamos de ouvir.

Primeiramente destacando que, no ofício que encaminhou à comissão, o Dr. José Carlos Blat seleciona os crimes que teriam sido supostamente cometidos pelos dirigentes da BANCOOP. E, por si só, neste relato, demonstra a gravidade do assunto que estamos tratando hoje aqui.

Ouvi que o promotor, durante um período, 2008-2009, nada teria feito. Na verdade, nesse período ele estava afastado para tratamento de saúde, o Dr. José Carlos Blat trata-se de um câncer. E nesse período ele esteve afastado, é a razão de não ter movimentado o inquérito durante esse período. E ele está ultimando as providências para tomar a decisão de denunciar ou não. Então, esta é uma justificativa que se faz necessária.

Eu ouvi também que não houve superfaturamento. É uma questão que se discute. E, não havendo superfaturamento, não há desvio de recursos. Desvio de recursos não ocorre apenas em razão do superfaturamento. Ocorre, por exemplo, quando não se realizam as obras. Se arrecada e não se gasta na execução de obras. E as despesas são calçadas com notas frias, emitidas por empresas, algumas, inclusive, fantasmas.

Em relação ao acordo, também é bom esclarecer que houve, sim, contestação ao acordo e houve, portanto, a sua suspensão. É letra morta o acordo por estar *sub judice*. Em segunda instância o Ministério Público pediu a anulação de todos os atos processuais a partir da homologação do acordo por concordar com as razões expostas no sentido de que um acordo judicial jamais pode contrariar disposição legal.

Eu tenho aqui os documentos, primeiro um informe sobre o acordo, segundo o Procurador Rossini, pedindo a anulação do acordo em segunda instância após a apelação da Associação Cachoeira, portanto houve apelação. O João Lopes, o que fez o acordo, o Ministério Público de São Paulo pede a responsabilização dos dirigentes da BANCOOP. E no anexo tem os documentos que comprovam, o Judiciário condena este acordo. Portanto, em relação ao acordo estes esclarecimentos.

Eu passo às indagações ao João Vaccari Neto. Como se sabe, depois de quase três anos de investigação, com aquela interrupção já referida, o Ministério Público coloca as mãos naquilo que a revista, na reportagem de amplitude que realizou, chama de caixa-preta da BANCOOP. Desde 2005, a Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo virou um pesadelo para milhares de associados.

E a comprovação de que o desvio se dá quando não se realizam as obras, também, nós pudemos constatar aqui com a visita dos cooperados lesados quando um deles mostrou um *folder* belíssimo, onde estaria o seu apartamento. Ele dizia: "Eu paguei e me restou apenas este impresso. [soa a campainha]. Apenas este impresso me restou."

Portanto, o Sr. Dr. José Carlos Blat, quando afirma ter analisado 8.500 extratos bancários e ter encontrado um desvio que pode chegar a 100 milhões de reais, não disse algo que não possa ser comprovado.

A pergunta, primeira, ao Sr. João Vaccari Neto diz respeito a esta revelação da revista *Veja*, que nas mãos dos dirigentes a Cooperativa se transformou num manancial de dinheiro destinado a encher os bolsos dos seus diretores e abastecer campanhas eleitorais do partido.

Esta é uma acusação que a revista faz em decorrência do trabalho de investigação do promotor. É uma organização criminosa cuja função principal é captar recursos para o caixa 2 do PT, que ajudou a financiar inclusive a campanha de Lula à Presidência em 2002.

Saques em dinheiro. Eu creio que para ser objetivos e proporcionar ao João Vaccari Neto a oportunidade de esclarecer, o uso de cheques como estratégia para sacar dinheiro vivo na boca do caixa do banco. O Ministério Público conseguiu um terço das ordens de pagamento do lote de 30 volumes recebidos. Metade desses documentos obedece ao padrão destinado a permitir saques anônimos.

Outros cheques encontrados, totalizando 10 milhões de reais, e compreendidos de 2003 a 2005 tiveram destino bem explícito, o bolso de quatro dirigentes da Cooperativa. O ex-Presidente Luiz Eduardo Malheiro e os ex-diretores Alessandro Robson Bernardino, Marcelo Rinaldo e Tomas Edson Botelho Fraga. Os três primeiros mortos em um acidente de carro em 2004, em Petrolina, em Pernambuco. Eles eram donos da Germany ou Germani Empreiteira, cujo único cliente conhecido era a própria BANCOOP.

Segundo o engenheiro Ricardo Luiz do Carmo, que foi responsável por todas as construções da Coo-

perativa, as notas emitidas para a BANCOOP eram superfaturadas em 20%. Portanto, há, aí, sim, a presença do superfaturamento que foi contestado há pouco.

De acordo [soa a campainha] com a mesma testemunha, não era o caso da empresa... Não era o caso da empresa consultoria contábil Mizu ou Mizu, por exemplo, pertencente aos mesmos dirigentes da BANCOOP e cuja contabilidade o Ministério Público encontrou, até o momento, pelas saídas de dinheiro referentes ao ano de 2002, com a rubrica "doação PT", no valor total de 43 mil e 200 reais. Até setembro do ano passado, a lei não autorizava fazer doações. Portanto, são doações ao PT com origem no caixa da BANCOOP.

Eu, depois, tenho outras perguntas, mas eu gostaria... Vou acrescentar mais um fato aqui, nessa linha de recursos desviados. Diz respeito ao escândalo, a um escândalo que envolveu o Partido dos Trabalhadores, que o próprio Presidente Lula denominou de "os aloprados".

O Sr. Freud Godoy, ex-segurança das campanhas do Presidente Lula, homem de confiança do PT, é um dos pivôs da compra do falso dossiê na campanha de 2006. Ele recebeu por meio da empresa que dirigia até o ano passado 11 cheques totalizando um milhão e meio de reais, entre 2005 e 2006. O nome da empresa... Caso Sistemas de Segurança. Constatou-se depois, por vizinhos, que só existe a placa. Nada existe no endereço fornecido dessa empresa, passando a ideia de tratar-se, portanto, de empresa fantasma, que teria recebido 1 milhão e meio de reais.

Alguém que tem uma relação direta com o Presidente, por ser seu segurança, com o partido e envolvido num escândalo que implicou numa imagem nada agradável de uma mala com dinheiro sendo entregue durante o período eleitoral.

Portanto, eu elenquei aqui alguns fatos, saques de dinheiro na boca do caixa, dirigentes da BANCOOP ou da empresa Germany, recebendo esses recursos, doações inclusive com rubrica "doação ao PT", 1,5 milhão ao Sr. Freud, mas ainda, para acrescentar, envelopes de dinheiro que o Sr. João Vaccari Neto receberia envelopes de dinheiro, segundo uma das testemunhas, Andry Roberto, que trabalhou como segurança da BANCOOP e de Luiz Malheiro, entre 2001 e 2005.

Em depoimento ao Ministério Público, afirmou que Malheiro, ex-Presidente morto da BANCOOP, entregava envelopes de dinheiro diretamente a Vaccari, então Presidente do Sindicato dos Bancários, indicado como responsável pelo recebimento do caixinha da campanha de Lula.

O Roberto... Portanto, declarou que o senhor recebia envelopes de dinheiro. Depois da eleição de Lula também, entre 2003 e 2004, quantia semanais de dinheiro continuaram saindo de uma agência do Bradesco do Viaduto do Chá, no centro de São Paulo e eram esses envelopes de dinheiro, segundo essa testemunha, entregues ao Sr. Vaccari. Os pacotes, afirmou, eram entregues à secretária de Luiz Malheiro, que os entregava ao chefe.

Quando essas operações aconteciam com certeza em algum horário daquele dia, o Malheiro ia até o Sindicato dos Bancários ou então se encontrava com o Vaccari em algum lugar.

Portanto essas são denúncias que dizem respeito ao desvio de dinheiro. E dessa forma já conhecida, que ficou mais conhecida durante o episódio do mensalão, porque sacava-se dinheiro na boca do caixa, à época no Banco Rural.

Eu gostaria, agora, de dar oportunidade ao senhor de esclarecer esses fatos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E vou pedir...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): E peço a compreensão do Presidente, porque eu tenho mais algumas perguntas que eu considero importantes. Depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas eu vou... Eu queria propor aos membros da comissão que pudéssemos ouvir também o Senador Papaléo Paes, os dois autores, e ele responderia.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Bom, eu acho mais objetivo quando se dá a oportunidade ao depoente de responder pergunta a pergunta.

Na verdade, eu envolvi vários fatos que dizem respeito a uma indagação apenas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está bom.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Que eu gostaria que se fosse possível responder...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): V. Exa. tem mais perguntas?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu tenho outras perguntas. Não vou fazer todas as perguntas. Espero poder fazê-las na CPI das ONGs.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ele teria o direito à réplica. Creio que seria mais produtivo, Sr. Presidente, mais longa a sessão, mas mais produtivo se fosse uma a uma a marcha das inquirições.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu vou aceitar a sugestão do Senador Alvaro Dias. Vou passar a palavra ao João Vaccari para fazer a resposta às suas indagações.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Senador Alvaro Dias, desde quando nós, desde quando eu assumi a

Presidência, a primeira providência que nós fizemos foi imediatamente fazer uma auditoria fiscal, auditoria contábil, auditoria de engenharia.

Então, sobre o conjunto das perguntas que o senhor faz, primeiro eu quero dizer ao senhor que não houve superfaturamento na BANCOOP, em nenhuma hipótese. Acho que isso é importante.

Da mesma forma como não houve na BANCOOP contribuições a partidos políticos. Não houve. Isso está auditado, verificado, de todas as formas.

Também a questão dos cheques, o próprio... A própria... Posicionamento do Juiz diz claramente ao promotor que ele deve apontar quais cheques que tem ausência de destinatário. Até porque isso se chama, nós inclusive colocamos isso na nossa nota pública que se refere a operações inter-bancárias que durante muito tempo nós tivemos a própria CPMF que tinha o tal do cheque transferência bancária que permitia que as empresas fizessem a transferência de uma conta a outra através dessas operações. E também a própria funcionalidade do sistema financeiro. Então, portanto, não há esse volume de saques em dinheiro no banco, na Conta Corrente da BANCOOP.

E também eu queria dizer ao senhor que sobre a questão da empresa Caso, é uma empresa que presta serviço à BANCOOP, continua prestando serviço nos dias de hoje, ela tem faturamento mensal, tem todos os relatórios e todos, a comprovação do número de pessoas que trabalham, que é uma empresa de segurança, e que fornece serviço a nós desde 2005, e ao nosso sindicato há, pelo menos, aproximadamente, uns 15 anos. Então, empresa de segurança do qual nós se utilizamos dela muito tempo.

E também eu acho que tem duas outras questões que são importantes, que a questão de que a acusação de que me entregavam envelopes com dinheiro, isso não procede. Eu nunca recebi dinheiro, nem envelope, nem sem envelope, está certo, na presença do Sindicato. Eu não tinha contato, também nunca tive contato com o segurança Andy ou qualquer um deles.

Por último, eu quero só dizer que a BANCOOP não contribuiu com partidos políticos, ao mesmo tempo que as contribuições que empresas privadas fizeram são contribuições das empresas, que elas devem responder por elas.

Agora, que todos os atos, todos os atos da BANCOOP, os pagamentos da BANCOOP foram contabilizados, estão contabilizados, seja quem for feito o pagamento está contabilizado e esses pagamentos foram auditados e também foram aprovados pelas assembleias gerais.

Respondo sucintamente ao senhor.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, eu gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Alvaro Dias com a palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Gostaria de dizer que há testemunha em relação a... E há indicação do nome dessa testemunha, obviamente fica a palavra de um contra a palavra do outro, mas isto o Ministério Público vai tirar as suas conclusões disso.

Em relação ao escândalo do dossiê, aconteceram ligações muito próximas do momento que o Sr. Lacerda entregava 1 milhão e 700 mil reais ou tentava entregar parte de 1 milhão e 700 mil reais que seria usado para comprar o dossiê. O senhor conversou poucos minutos antes desse fato com o Sr. Lacerda. Portanto, havia esta ligação. Qual era a sua relação com o Sr. Lacerda é uma indagação que eu faço, e se o senhor confirma esta... Esta ligação?

E em relação às notas frias, há também um depoimento de um empreiteiro chamado João, que prestou serviços à BANCOOP, tem até a foto dele na revista, que ele diz: "*Entre 2000 e 2004 eu dei 15 mil reais em notas frias à BANCOOP*." Dizia com todas as letras que o dinheiro era para as campanhas [soa a campainha] do Lula e da Marta, do Lula e da Marta

E em relação à ONG Travessia, que o senhor também a integrou, tem o mesmo endereço da BANCOOP essa ONG Travessia, como tem a BANCRED e a BANGRAF? Os mesmos endereços? Esta ONG recebeu 5 milhões e 200 mil reais na gestão de Marta Suplicy à Prefeitura de São Paulo.

São conexões importantes. E a poucos dias, a oposição protocolou junto à Procuradoria-Geral da República, a representação que pretende restabelecer uma conexão importante, fundos de pensão, BANCOOP e a campanha do PT, o caixa 2 do PT, o mensalão, enfim.

Essa é uma acusação que nós não podemos ignorar, está aí especialmente na revista *Veja* e nós temos que indagar.

Em razão disso, eu pergunto se o número do telefone celular 11-8505-6880 é de sua propriedade ou foi utilizado pelo senhor nos anos 2004, 2005 e 2006. Esse pode responder só rapidamente sim ou não.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Eu não me recordo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É bom recordar, porque talvez seja necessário, então, quebrar o sigilo desse telefone, já que as informações dão conta de que o senhor o usava para conversar com pessoas do mercado financeiro. E fazer contatos políticos exatamente desse telefone.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Posso verificar para o senhor e darei a resposta sobre isso.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): E a relação do senhor com Wagner Pinheiro e Guilherme Lacerda e Sérgio Rosa? Isso pode responder depois.

O senhor disse que--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador Alvaro, esse telefone está impossibilitado de receber esse tipo de chamada. Liguei para ele agora.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): [risos]. Essa... A primeira parte da investigação, então, foi realizada pelo Arthur Virgílio.

O senhor disse de transferências bancárias. O promotor fala em 8.500 extratos bancários que foram analisados por ele, e com a constatação desses desvios a que nos referimos aqui muito sucintamente, porque o tempo é escasso.

Por que fundos do tamanho da FUNCEF, PETROS e PREVI colocaria um dinheiro em um FIDC de patrimônio tão pequeno como esse que foi lançado pela BANCOOP?

Na verdade, os que conhecem o assunto e eu confesso que não conheço, informam que esse tipo de papel só se coloca em grandes patrimônios, e não num patrimônio, por exemplo, do porte desse patrimônio da BANCOOP. Então, por que esses fundos foram colocados?

Como foi efetuado o repasse da obra da BANCOOP, onde o Presidente Lula tem um apartamento para construtora OAS e em que termos e por que a OAS, uma empresa que quase não tem obras residenciais, assumiria a construção de um edifício já iniciado no Guarujá?

Enfim, Sr. Presidente, eu vou colaborar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu tenho aqui uma série de indagações... Eu só vou... Já que eu coloquei essa questão dos fundos de pensão, incluir mais alguns dados aqui para a resposta conjunta.

Qual o relacionamento do senhor com a empresa BI Investimentos de propriedade do Sr. Reinaldo Zakalski? Em relação à BI, na sua avaliação, por que uma empresa tão pequena montou uma operação no valor de 100 milhões para a PETROS realizar descontos recebíveis para fornecedores da PETROBRAS.

Qual foi a sua participação na colocação de cédula de crédito bancário no Shopping Santa Cruz, em São Paulo, da fundação PETROS? Multi Energia, de São Paulo, [ininteligível] Manaus, são duas empresas de José Augusto Ferreira dos Santos, que fizeram várias operações de desconto de título contra a PETROS. V. Sa. tem conhecimento desse fato? Essas operações foram legais?

Enfim, eu coloco essas questões exatamente na esteira das denúncias de que o senhor cobraria, em média, 12% de comissão, recursos que eram destinados ao mensalão, para a concretização desses negócios.

Eu vou ficar por aqui em respeito aos demais colegas que [interrupção no áudio] esperançoso de que logo [soa a campainha] depois da Semana Santa nós possamos ouvi-lo na CPI das ONGs para aprofundar essas e outras questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Sr. João Vaccari com a palavra.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Alvaro Dias, primeira colocação que o senhor... Sobre o Hamilton Lacerda. Eu tenho o meu relacionamento de ele é de conhecimento, não passa absolutamente disso.

Essa ligação que acusam que ele fez a mim eu inclusive, durante o processo da apuração desse caso, eu fiz um depoimento à Polícia Federal sobre essa ligação. E afirmei textualmente ao Delegado que não foi Hamilton Lacerda quem me ligou.

Então, só dizendo isso ao senhor. Consta do... Fui convidado, convocado pelo--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não foi o Hamilton, mas alguém próximo dele...

SR. JOÃO VACCARI NETO: Não, não foi.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o telefone dele... Porque a questão é o número do telefone que denuncia.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Eu estou dizendo ao senhor que não foi Hamilton Lacerda que me ligou, está certo? E eu já respondi isso ao Delegado da Polícia Federal em São Paulo.

Sobre a questão das notas frias, que o senhor volta a insistir--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): E o senhor poderia dizer quem é que ligou?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Não, é da minha particularidade, da minha privaticidade.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu respeito a sua privacidade.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Obrigado, senador.

Sobre a questão das notas frias, todas as notas, todas as acusações de notas frias elas foram... Que existem, todas elas estão contabilizadas, todas elas foram pagas com medição, com as exatas medições de serviços prestados, etc.

Agora, o que uma empresa, o que um empreiteiro privado faz, eu não teria tranquilidade em respondê-lo.

Sobre a Fundação Travessia, não funciona no mesmo endereço, são coisas completamente distintas e informações distintas. Só um minuto sobre a Fundação Travessia, é uma fundação que trabalhou constituída entre o Sindicato dos Bancários e bancos, entre eles, à época, o Banco de Boston, que foi quem, juntos, constituiu a Fundação Travessia para fazer trabalho com crianças em situações de risco na cidade, no Centro da cidade de São Paulo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É só... Qual o endereço da BANCOOP?

SR. JOÃO VACCARI NETO: BANCOOP?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Rua Libero Badaró, 152, 10º andar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pois não, eu tenho aqui o documento. Documento oficial, registro, com o endereço da Fundação Travessia é esse mesmo. Libero Badaró...

SR. JOÃO VACCARI NETO: Não, deve ser outro número. Não é o mesmo número.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Qual é o número?

SR. JOÃO VACCARI NETO: A BANCOOP é 152.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Exatamente.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Libero Badaró, 152.

SR. JOÃO VACCARI NETO: A Fundação Travessia tem uma sede que foi doada pelo Banco de Boston. É num dos prédios que o banco de Boston funcionava no centro da cidade.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Essa aqui é a data, 24/09/2009.

SR. JOÃO VACCARI NETO: É um prédio específico que foi doado pelo Banco de Boston, que eu não... Como não foi da minha gestão--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não é uma questão tão relevante, mas é uma coincidência.

SR. JOÃO VACCARI NETO: A outra questão que o senhor coloca, que é o meu relacionamento com Wagner Pinheiro, Guilherme Lacerda e Sérgio Rosa.

Sérgio Rosa foi Diretor do Sindicato conosco, foi o primeiro diretor eleito na PREVI, em 2000, ainda, e nós apoiamos muito o Sérgio Rosa naquele episódio. O Wagner Pinheiro também é militante do nosso Sindicato, de longa data e o Guilherme Lacerda, ele não é... Do Espírito Santo, não temos, não tenho um grau de relacionamento profundo com ele. Mas sobre os outros dois são companheiros e isso, inclusive, que me impede de fazer qualquer tipo de situação, o que contradiz aí inclusive as colocações feitas.

Sobre o FIDC dos bancários, da Cooperativa dos Bancários, é um FIDC da Cooperativa dos Bancários que à época tinha [soa a campainha] Standard & Poor's, tinha a Standard & Poor's *triple A*, então, tinha um *rating* excelente, que foi não só esses fundos como outros fundos de mercado que fizeram investimentos na BANCOOP.

E por último, as questões que o senhor coloca do repasse do edifício da OAS Empreendimentos no Guarujá. Primeiro, quem buscou a OAS emprendimentos foram os próprios cooperados, que aliás buscaram outras tentativas, buscaram outras tentativas com outras construtoras que não deu certo. Construtoras do próprio Guarujá, construtoras de São Paulo e, por último, eles buscaram a OAS Empreendimentos e inclusive foi combinado eles combinaram todos os encaminhamentos.

E como que se faz essa operação? Os cooperados buscam qual a construtora eles querem, combinam os preços e nós apenas e tão-somente verificamos se ela tem um bom perfil. Feito isso, os acordos são aprovados nas assembleias, na assembleia específica, convocada, é feito um termo de acordo antes com os representantes daquele empreendimento, que é aprovado numa assembleia e depois é homologado judicialmente. Só a partir daí é que faz-se a transferência dos ativos e passivos para aquela construtora.

Então, foi assim que ocorreu com a OAS Empreendimentos na questão do edifício do Guarujá. Sobre as outras questões que o senhor coloca, eu não tenho relacionamento com BI Investimento nem tive qualquer participação em CCB de Santa Cruz e também não tenho qualquer participação em qualquer outro tipo de agenciamento ou [ininteligível] como o senhor colocou aqui.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Só sobre isso. Então o senhor considera falsas as denúncias que, segundo a imprensa revela, do Sr. Lúcio Funaro sobre a sua participação nesses negócios dos fundos de pensão?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Sr. Senador, sobre o comportamento do Sr. Lúcio Funaro na revista *Veja*, o conjunto de denúncia que ele fez tem uma nota no qual eu... Quando feita a denúncia, fiz, aonde eu coloco que o que ele diz não é verdadeiro. Isso é uma nota pública, também, que divulguei a todo o conjunto da sociedade. O que ele diz não é verdadeiro.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Então nós esperamos, Sr. Presidente, que na CPI nós possamos aprofundar essas questões.

Porque, evidentemente, o depoimento que nós ouvimos hoje aqui contrasta com o sofrimento daqueles que estiveram há poucos dias relatando o drama que vivem, já que lesados pela BANCOOP em quem acreditaram e, sobretudo, em relação dos privilégios que tinha essa Cooperativa, por ter abertamente [ininteligível] o apoio do próprio Presidente da República. Confiaram e sofreram as consequências por terem acreditado nessa Cooperativa.

Portanto, é fundamental que o Sr. Vaccari compareça à CPI das ONGs.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Senador Alvaro Dias.

O outro autor do Requerimento, Senador Papaléo Paes, com a palavra.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, Senador Renato Casagrande, Sr. Vice-Presidente Cícero Lucena, senhores convidados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

O Ministério Público de São Paulo finalizou investigação comandada pelo Promotor de Justiça José Carlos Blat, envolvendo a Cooperativa Habitacional dos Bancários, a BANCOOP, na qual foram identificadas milhares de movimentações financeiras fraudulentas que serviram, inclusive, para mascarar o desvio de dinheiro para o caixa 2 de campanhas eleitorais.

A BANCOOP teria sido socorrida em 2004 por uma imprudente aplicação de recursos no montante de 26 milhões, patrocinados pelos fundos de pensão públicos da PREVI, PETROS e FUNCEF. Foi até comentado, ainda há pouco, o Senador Alvaro Dias, o fato do investimento dessas empresas, dessas instituições em uma empresa gravemente em dificuldade financeira como a BANCOOP.

O Ministério Público afirma que os dirigentes da BANCOOP, notadamente o ex-Diretor Financeiro e ex-Presidente João Vaccari Neto, por meio de empresa de fachada, operaram um esquema de desvio de dinheiro para campanhas eleitorais que incluía até mesmo a extorsão das empresas que eram responsáveis pela construção das obras, para que financiassem ilegalmente os políticos por eles indicados.

O esquema de desvio de dinheiro dos fundos de pensão comandados por João Vaccari Neto foi descrito em detalhes à Procuradoria Geral da República pelo corretor de câmbio Lúcio Bolonha Funaro, que apresentou nomes, valores, datas, documentos bancários, bem como forneceu pormenores dos mecanismos e expedientes utilizados para a canalização de recursos para caixa clandestino de campanhas eleitorais.

Segundo noticiários, principais periódicos e publicações, notadamente a revista semanal *Veja*, em matéria assinada pela jornalista Laura Diniz, o Ministério Público de São Paulo, após três anos de investigações, conseguiu desvendar uma sofisticada organização criminosa que operava por intermédio do BANCOOP.

Centenas de famílias foram lesadas pelo esquema fraudulento desvendado pelo Ministério Público de São Paulo, para os quais o sonho da casa própria transformou-se em pesadelo, em episódio que caracteriza desrespeito flagrante ao consumidor e malversação de dinheiro público.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, Sr. vice-Presidente, senhores convidados, Srs. Senadores, dizer que nós testemunhamos o depoimento dos lesados pelo BANCOOP e, realmente, são depoimentos comoventes, depoimentos que nos levam a crer que essas pessoas dificilmente terão reparados seus prejuízos, e que isso é um caso extremamente grave, inclusive de pessoas em final da vida, condenados por doenças incuráveis, aplicaram tudo que tinham para levar seus últimos dias em paz dentro do seu próprio apartamento, e foram lesados. Isso nós escutamos aqui.

Então, diante do que eu acabo de dizer, eu quero fazer [soa a campainha] as minhas perguntas.

Primeira. A BANCOOP teve acesso facilitado a dinheiro de fundos de pensão de empresas estatais, falei anteriormente, durante o Governo do Presidente Lula. Isso é muito claro, isso não tem dúvida nenhuma. Como esses recursos chegaram aos cofres do partido do Presidente da República?

Os então diretores Luiz Eduardo Malheiro, Alessandro Robson Bernardino, Marcelo Rinaldo e Tomas Edson Botelho Fraga eram também donos da Germany Empreiteira, que tinha como único cliente a própria BANCOOP. Pergunta: como se justifica essa promiscuidade e conflito de interesses? Ou seria convergência de interesses?

E a última pergunta, Sr. Presidente, o Ministério Público tem indícios de saques milionários de dinheiro da BANCOOP na boca do caixa, sem que se saiba para que ou para quem. Que explicações ou justificativas se pode dar aos cooperados sobre essa movimentação financeira?

São as perguntas e muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. João Vaccari, com a palavra.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Senador Paes, sobre esse conjunto de afirmações que o senhor colocou, eu quero dizer algumas coisas.

Primeiro, o Ministério Público teve acesso à nossa documentação através da quebra de sigilo bancário. E nós nunca interpusemos qualquer recurso contra essa quebra. Nenhuma.

E mais do que isso, a primeira audiência que nós fizemos ao Ministério Público, nós oferecemos ao Ministério Público todos os documentos da BANCOOP para auditoria. E mais do que isso, o promotor de então, Dr. Adeilson, disse que ele não tinha recursos financeiros para isso. Em conjunto com os cooperados, à época, nós oferecemos inclusive o suporte financeiro para que ele contratasse uma consultoria especializada para que se fizesse todas as investigações.

Isso consta da primeira ata do documento que nós tivemos no Ministério Público de São Paulo, para que pudesse dirimir todas as dúvidas. Agora, entretanto, e foi esse o posicionamento que sempre nós tivemos, com os cooperados e com o Ministério Público de São Paulo. Entretanto, o procurador... O promotor que tem feito as investigações, jamais me convidou para que eu fosse ouvido durante todos esses anos. Nunca ele me chamou lá e falou: "Vem aqui, Sr. Vaccari, vamos conversar sobre isso, quais são os posicionamentos, porque isso, porque aquilo." Nunca, e eu já me ofereci várias vezes me colocando à disposição dele.

Então, com isso, eu quero dizer que não há operações fraudulentas de caixa 2 na BANCOOP.

E nós oferecemos todos os documentos ao Ministério Público, inclusive suporte financeiro para que eles pudessem fazer a devida investigação, considerando que um promotor não vai ficar checando todos os documentos.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Permita-me, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Dentro do assunto que ele desenvolveu a resposta.

A auditoria independente que foi contratada por força de acordo da BANCOOP com o Ministério Público em 2009, ela apontou graves falhas nas demonstrações contábeis dos exercícios de 2005, 2006, 2007 e 2008, tais como fragilidade nos controles internos, retenções técnicas sem identificação de documentos, prática administrativa que impossibilita a análise do INSS.

Como tal... Aí eu faço uma pergunta: se essa estrutura defeituosa não daria oportunidade da formação de um caixa 2?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Só... Nós começamos a fazer o processo de auditoria em 2004. O primeiro parecer, ele foi inclusive quando nós fizemos a contratação, eles disseram que o primeiro parecer viria, com certeza, apontando aquilo que eles encontrassem, mas que deveria se fazer a correção de forma imediata.

Se o senhor pegar o último parecer, agora, já está um parecer limpo, sem as ressalvas. Porque a auditoria é um processo, você inicia ele, vai se apontando, você vai corrigindo, vai apontando, você vai corrigindo. Então, é sobre isso que eu queria dizer ao senhor, que nós procuramos cumprir rigorosamente o que foi imposto pela auditoria.

E também voltando aqui na situação, a PREVI, a PETROS e a FUNCEF, pela análise dos documentos deles, eles são extremamente rigorosos. Eles fizeram investimento porque a Standard & Poor's, que é uma agência de *rating* internacional, classificou os nossos títulos com *triple A* ou *double A*. Então, eram títulos firmes, bons. Então, essa foi a classificação feita, que depois, com a evolução, começou a deteriorar essa qualidade desses títulos.

Agora, ainda sobre a questão do Ministério Público Federal, que é remetendo aí à revista *Veja*, aonde procura fazer com que eu seja apresentado como lobista.

Na realidade, o próprio Ministério Público Federal, em nota pública, o que é raro, disse que eu não fui citado nos depoimentos de Funaro no âmbito do Ministério Público Federal de São Paulo,que foi aonde ele fez as denúncias todas, que pretensamente movese, inclusive ação contra ele.

Então, eu só queria dizer mais uma vez que do total de unidades e dos nossos compromissos com os cooperados, restam 8.2 a ser cumpridos [soa a campainha].

Agora, outra situação que se coloca, volto a insistir na questão dos saques milionários. Não há saques milionários, está certo? E quando se fizer a devida apuração, quando o promotor apontar o devido questionamento sobre quais são esses cheques, nós, com certeza, apontaremos quais foram as contas pagas por esses cheques.

Essa que é... Nós estamos... Inclusive já desde 2008 que nós estamos reivindicando publicamente, inclusive, ao promotor que aponte quais foram os cheques. Nós queremos que ele aponte quais foram os cheques que foram sacados para que a gente possa ter o nosso direito de defesa, de dizer ao que foi destinado e a apresentação dos documentos pertinentes.

Então, Sr. Senador, eu encerro dizendo isso.

Ah, tem mais uma coisa que... Do... Da empresa que tem como sócio o Sr. Alexandre Bernardino, o Marcelo Rinaldo, quer dizer, todos os pagamentos a essa empresa foram contabilizados, escriturados e tem as comprovações das medições, certo, todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Papaléo Paes, alguma coisa?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só o Sr. Dr. Pedro Dallari... Não, eu vou só complementar. Falou que, no âmbito da Justiça, eles falam sempre que seria uma re-oxigenação do processo. Eu acho que ele vem em boa hora. É importante que nós façamos o esclarecimento e a conclusão deste processo, porque trata-se de uma questão gravíssima, uma questão que envolve, além dos danos irreparáveis, eu considero assim, porque nós tivemos danos morais, danos materiais, danos psicológicos nesses lesados.

Além disso, está envolvida aqui a questão eleitoral. E nós sabemos que nessa questão eleitoral nós vamos ter este ano um embate seriíssimo, um embate seriíssimo, aonde o poder se sente irremovível, o partido que encontra-se no poder está dando a sensação de que ele é irremovível da cadeira. E o processo democrático brasileiro não permite isso.

Então, é bom que se esclareça essas questões aqui, senão nós vamos ter uma eleição com desigualdades brutais, materialmente falando, e também emocionalmente falando, com desigualdades brutais.

Por isso, eu vejo essa questão importante, importante para ser esclarecida o mais rápido possível. Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, agradeço ao senhor... E ao Sr. Advogado.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Papaléo Paes.

Está conosco aqui o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Cristovam Buarque. Sessão de Reunião Conjunta das duas Comissões.

Senador Arthur Virgílio com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Bem, Presidente, Dr. Vaccari Neto, Dr. Pedro Dallari... Eu, aliás, vou fugir dos detalhes, *data maxima venia*, do Dr. Pedro Dallari, até porque filho de quem é e a formação que tem, ele está exatamente preparado para defender clientes como V. Sa.

Caso grave, caso complicado, enfim, tem que ser um advogado desse porte e aí cada um está cumprindo o papel de cada um. V. Exa. recorreu à figura certa e a figura certa está aqui procurando defender o que pra mim é o indefensável.

Porque eu vi o choro das pessoas. Eu vi o pranto de famílias que se perderam, de saúdes que se foram. E leio para V. Sa., Dr. Vaccari, aqui uma carta à revista *Veja*, de uma figura conhecida, que talvez seja até admirada por V. Sa., porque é admirada pelo Brasil inteiro. Diz ele: "*Minha alma foi lavada com a reportagem 'A Casa Caiu', 10 de março, sobre a BANCOOP, que me confiscou, porque foi um confisco, 100 mil reais, pagos por meio de boletos em três anos. O apartamento que comprei não saiu do sétimo piso, na Rua Bela Cintra, em São Paulo. Jamais conseguimos marcar uma audiência com João Vaccari Neto. Ele é de uma arrogância ímpar. Algumas reuniões das cooperativas, dos cooperados, eram desesperadoras, tristes. Havia velhos que jogaram tudo que tinham economizado. Sacaram Fundo de Garantia e ficaram sem nada. Continuo a receber boletos me cobrando quantias semelhantes a que coloquei no saco sem fundo da BANCOOP. Sou ameaçado não de despejo, mas de processo de penhora de bens*."

Temos também aqui alguns documentos relativos a alguns empreendimentos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ah, perdão, perdão. Senador Suplicy precisa saber, que sei que ele é admirador, com certeza. Ignácio de Loyola Brandão.

Recebo aqui alguns documentos que se referem a alguns empreendimentos que foram dados aqui como conclusos, enfim. E até foram, sem dúvida. Por exemplo, o Horto Florestal, a Associação dos Adquirentes dos Imóveis do Condomínio Colina Park, aqui o... Um outro empreendimento em Praia Grande, enfim.

Eles alegam, os que se sentem lesados, e eu espero que a conclusão nossa não seja de prendermos o Dr. Blat, prendermos [ininteligível], está na moda agora, restringir as revistas, enfim, prender a revista *Veja* e se colocar como farsantes, como atores globais numa aliança entre a *Globo* e a *Veja* os que aqui estavam aos prantos, com doenças visivelmente de fundo nervoso, que atribuem claramente a gestão que julgo mais do que temerária de V. Exa. e de seu antecessor na... A testa da BANCOOP.

Mas eles alegam que os empreendimentos foram concluídos, sim, em função dos... E aí a expressão é deles, dos resíduos não devidos, cobrados a eles, à base do "ou entra com isso ou fica sem coisa alguma", enfim.

Há o caso de uma senhora, e eu quero me bater muito pelo aspecto humano, uma senhora que comprou cinco apartamentos. Investiu tudo que tinha. Queria juntar a família toda, para que a família morasse junta. Ela hoje mora de favor na casa de alguém. E ela é, a meu ver, uma vítima da BANCOOP.

Tem outro caso, de uma senhora que foi buscar o seu termo de quitação, não o obteve, a sua diretoria disse: "Não tem direito ao termo de quitação." E o que

é pior, dívidas trabalhistas da BANCOOP levaram a Justiça Trabalhista a penhorar o imóvel que era dessa senhora. Essa senhora, que eu insisto, é uma das pessoas lesadas pela gestão temerária de V. Exa..

Aqui eu... Dr. Dallari, de quem eu estou fugindo, até porque é especializado em defender esses casos todos, mas, enfim, Dr. Dallari diz que isso foi uma oxigenação. Aliás o partido a que pertence o Dr. Vaccari Neto é especializado em oxigenar, passou a vida inteira, militou e cresceu e chegou ao tamanho que chegou oxigenando, e eu não estou aqui querendo oxigenar nada. Eu estava desinteressado desse caso, não sabia o que era, até que vi o pranto das pessoas.

São pessoas reais ou irreais. São pessoas verdadeiras ou são atores? São atrizes, são falsos sofredores ou são pessoas que realmente merecem a nossa compaixão?

E se está havendo falta de compaixão, porque talvez tivesse havido corrupção lá na BANCOOP, é algo que deve ser colocado com muita clareza, inclusive se levando às responsabilizações penais que couberem, por exemplo, em relação a V. Sa. ou qualquer outra pessoa envolvida nesse caso [soa a campainha].

Eu solicito os mesmos cinco minutos concedidos ao Senador Alvaro Dias, e...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu estava estranhando.

Para nós colocarmos tudo com muito exatidão, V. Exa. falou da FIDC com muito orgulho, *triple A*. Eu falei: "Meu Deus, o Brasil hoje é BBB menos e é grau de investimento." Portugal que é Portugal, foi rebaixado para AAA menos. O Brasil precisa de seis subidas para chegar a Portugal, Portugal em crise.

A PETROBRAS, que chegou ao grau de investimento antes do Brasil não é *triple A*. Então, vamos esclarecer. A Standard & Poor's ela faz um *rating* internacional, que é muito mais exigente e faz um *rating* local. É nesse *rating* local que pode ter a FIDC que por pouco não quebrou, não quebrou por um arreglo que fez com que... E houve esforço governamental para que diversos fundos de pensão nela investissem. Ela não seria jamais *triple A* no sentido lato.

Faltou só V. Exa. dar uma completada, *triple A*, digamos assim, *triple A* suburbano, que *triple A* aqui... Mas não *triple A* como mereceria, por exemplo, essa nota, uma letra do tesouro americano ou uma ou outra corporação de peso. V. Exa. concorda comigo, enfim.

Eu vou agora, assim, de maneira bem objetiva, procurar passar para V. Exa. algumas preocupações.

A empresa de consultoria Mizu Gerenciamento e Serviços, que era de propriedade dos mesmos diretores da BANCOOP, ela foi considerada empresa de fachada destinada a abastecer o caixa 2 do PT, do Partido dos Trabalhadores. O senhor tem conhecimento de alguns desses repasses ou de repasses dessa empresa para esse partido?

Segundo. Apesar de credora da BANCOOP... Eu vou lhe fazer um pedido, se V. Exa. puder... Uma deferência que eu não sei se mereço ter de V. Exa., responder mesmo. Porque em relação ao Senador Alvaro Dias, V. Exa. praticamente não respondeu a nada do que ele perguntou. V. Exa. habilidosamente e até desmentindo o Loyola Brandão, e com muita humildade, vou dizer para o Loyola Brandão: pode estar tudo certo, mas humilde o homem é, porque em momento algum se portou com arrogância aqui, momento algum, ou então, V. Exa. está usando de uma outra face, e era arrogante com os pequenininhos e não está sendo arrogante nesse momento, ou V. Exa. vai desmentir o Brandão, enfim.

De qualquer maneira, eu lhe pediria que a mim respondesse com objetividade. Não fuja de nenhuma pergunta. Vamos ficar olhando no olho do outro e vamos responder as perguntas todas, enfim.

Apesar de ser credora da BANCOOP, a Germany fazia a mesma inversão de papéis com a devedora, como a Mizu realizava. Foi encontrado então um cheque datado de 09 de junho de 2004 [soa a campainha] no valor de 124 mil reais destinado à BANCOOP. Esse dinheiro, posteriormente, seria destinado... Já foi... Seria destinado ao mesmo partido.

Segundo a Justiça Eleitoral, as doações oficiais somaram apenas 60 mil reais em agosto de 2004. Como era feito então o retorno desse dinheiro para a BANCOOP? Qual a justificativa para uma credora entregar dinheiro para uma devedora? De quem teria sido a ideia da inversão dos papéis? Por que o maior valor não teria sido então informado à Justiça Eleitoral?

Terceiro. Lúcio Bolonha Funaro. E eu pergunto de início se V. Exa. já manteve algum encontro com ele. E até se V. Exa. aceitaria... Já que tem... Demonstrou tanto desejo de vir aqui e o Dr. Pedro Dallari, de quem eu estou fugindo, Dr. Pedro Dallari disse que quem foge é o Funaro e quem foge é o Blat. V. Exa. aceitaria uma acareação com o Dr. Funaro, com o Sr. Bolonha Funaro aqui? Seria uma forma de nós darmos uma boa resposta à preocupação justa do talentoso Dr. Pedro Dallari, que é talentoso, até por genética, enfim.

E terceiro, Dr. Lúcio Bolonha Funaro, que eu pergunto se V. Exa. já se encontrou com ele, corretor que colabora com as investigações do Ministério Público, afirmou que o ex-Ministro da Casa Civil, Dr. José Dirceu,

teria recebido da PORTOS, fundo de pensão dos servidores do setor portuário, a importância no valor de 5,5 milhões de reais a título de comissão por ter intermédio negociações com o fundo de pensão. E eu pergunto: o que V. Exa. diz disso? Segundo, como teriam sido feitas tais negociações? E segundo, se as comissões são sempre altas desse... Desse jeito, enfim?

Ainda, pergunto a V. Exa. sobre o dinheiro que, segundo o Sr. Lúcio Bolonha Funaro teria sido repassado para o Sr. Dirceu, se é verdade que a PORTUS teve que vender, e isso seria lamentável se fosse verdade, e se for verdade será lamentável, a sua participação em um *shopping* em Blumenau, Santa Catarina? Justamente quando o imóvel se achava em pleno momento de valorização, estava crescendo, mas para cobrir esse rombo, então teria sido obrigado a vender o imóvel.

Muito bem. É sabido que esse foi um péssimo negócio para o fundo, que acabou vendendo a sua participação no *shopping* por um valor ínfimo. A venda foi efetuada em 2004, um ano antes do escândalo conhecido como mensalão.

Eu peço de novo a V. Exa. que seja muito franco, muito sincero. Esse dinheiro que teria sido usado para pagar o serviço do Dr. José Dirceu, ex-Ministro da Casa Civil, também teria financiado parte da campanha do Partido dos Trabalhadores?

Pergunto ainda: é verdade que era cobrado um "pedágio"... "Pedágio" na linguagem bem "malufiana"... Aquela coisa que... temos que aspear, enfim, o pedágio para conseguir comprar ações, vou aspear de novo, "facilitadas" da carteira da PORTOS? Do PORTOS. É o Fundo PORTOS, enfim. É verdade que esse tal pedágio tinha que ser entregue para o Sr. José Dirceu, ou algum outro representante do Partido dos Trabalhadores?

Segundo o Sr. Funaro, o dirigente da PORTOS seria indicado pelo Sr. Dirceu nesse Governo. Eu pergunto: o que disso corresponde à verdade? O Sr. Funaro cita o seu nome como homem de confiança de Dirceu e Delúbio. Delúbio, o nosso Delúbio, o tesoureiro que se notabilizou – não, mas foi dito assim por figura muito ilustre, mais ilustre que todos nós – que se notabilizou no episódio do mensalão. O senhor confirma isso? De novo, olho no olho, qual a sua ligação com tais personagens?

Aliás, consta na crônica que o senhor costumava chamar, e não sei se era gíria, enfim, tem pessoas que chamam os outros de comandante, "Ô comandante, tudo bem?" Mas que o senhor chamava o Sr. Delúbio de professor. Era tipo assim... Eu posso chamar alguém de comandante... "Ô comandante, como é que está? O Flamengo ganhou?" Ou o senhor o considerava um professor? E se considerava, professor de quê? Qual a matéria, porventura, lecionada por ele?

O Sr. Andy Roberto Gurczynska, segurança da BANCOOP, relata que presenciou encontros bem escoltados por seguranças entre o Sr. Malheiros e o Sr. Deputado Federal hoje, Ricardo Berzoini, à época Ministro da Previdência. E fala-se em coisas muito graves, que eu tenho que deixar mesmo na boca dessas pessoas, de repasse de dinheiros, enfim. E que o Sr. Berzoini era tratado, nessa roda, como chefe. O senhor confirma isso? O senhor... O que o senhor diria da posição do Sr. Berzoini nesse caso?

Ainda, o Sr. Andy Gurczynska disse que trabalhou na BANCOOP até o início da sua gestão, quando a empresa em que trabalhava foi substituída pela empresa Caso, de propriedade do Sr. Freud Godoy, aquele envolvido no escândalo que o Presidente Lula generosamente chamou de "aloprados", que falsificar dossiê não é coisa de aloprado, não.

Aloprado é aquele Jim Carrey, aquele ator americano. Era o antigo Jerry Lewis. Quem falsifica dossiê é criminoso, é diferente. Não é aloprado, é criminoso. Aloprado é outra história. Aloprado é quem tropeça, derruba água, é quem vai abrir a porta para a namorada no carro e bate o olho da namorada e estraga o romance todo, que ela chega no bar de olho roxo... Isso é o aloprado. Quem falsifica dossiês é criminoso. É uma coisa diferente um pouco.

Mas então eu pergunto: por que o senhor optou por contratar essa empresa de uma pessoa que vinha manchada pelo envolvimento no escândalo da compra de dossiê fraudulento, falso, contra o PSDB nas eleições de 2006? Qual mesmo a sua ligação com o Sr. Fred(*sic*) Godoy? Em uma altura da sua fala anterior, se não me engano respondendo ao Senador Alvaro Dias, o senhor fala, me pareceu que o senhor admitiu uma certa mistura entre a BANCOOP e as campanhas do PT através da figura do Sr. Fred(*sic*) Godoy.

Mas muito bem... Freud Godoy. Sim. Eu estou aqui cafonizando o nome do homem e o nome do homem é chiquérrimo. Freud, não é Fred. Fred é qualquer um Frederico como nós temos tantos amigos. Ele é Freud, uma figura que a gente tem que recorrer à psicanálise para começar a entender esse caso, que é um caso grave, mas que deixou pessoas precisando de psicanalistas e que não tem dinheiro para pagar psicanalistas porque estão sem casa, estão sem esperança, estão sem as perspectivas a partir da crença fraudada pela BANCOOP.

As pessoas que aqui vieram e que ou são atores e atrizes e figuras monstruosas e V. Exa. seria um anjo de candura, ou são pessoas que merecem, elas

sim a minha solidariedade e V. Exa. de mim um julgamento mais duro.

Mas muito bem [soa a campainha]. Em 2005... Isso mesmo, Presidente. Eu vou aguardar então as--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): As respostas do Dr. Vaccari, e me reservo ao direito de eventualmente replicar ou não.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. João Vaccari.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Senador Arthur Virgílio, primeiro que eu tenho durante esses anos todos que fui Presidente da BANCOOP, eu fiz contatos com os cooperados e dialoguei com muitas das dificuldades que eles enfrentavam em função das dificuldades financeiras que nós passamos. Conversei muito com eles e buscamos construir soluções. Lógico que tem casos que você consegue ter soluções e tem outros que não.

Mas eu acho que isso é importantíssimo dizer. Porque todos são cooperados, são pessoas verdadeiras que tem dificuldades, vem na opção de uma cooperativa porque querem construir imóveis a preço de custo, a preços mais acessíveis, enfim, nós tivemos toda essa preocupação durante todo o período que a gente fez.

Inclusive, uma das preocupações que nós tínhamos eram as unidades que vagavam, por desistência, enfim, qualquer que fosse a situação a gente dava a publicidade para que outros cooperados pudessem aderir a essas unidades de vários empreendimentos.

Então, nós sempre tratamos isso com muita serenidade e com muita tranquilidade. Embora num clima muito difícil. É um clima, de fato, quero reconhecer ao senhor, que é um muito difícil, não é um clima fácil de você conviver.

Agora, ao mesmo tempo, nós temos depois, e se o senhor quiser me citar o nome das pessoas, eu posso até trazer e remeter à comissão o esclarecimento sobre o que aconteceu cada uma das pessoas, os procedimentos que de fato acontecem.

Porque eu não sei, o senhor, por exemplo, fala das dívidas trabalhistas, penhora das unidades, se o senhor me der o nome da pessoa, depois eu posso entregar à comissão o que de fato ocorre. Porque eu não conseguiria aqui de pronto ter esse detalhe.

Agora, uma coisa é importante dizer, que é o sentimento que nós temos. Por isso que nós temos trabalhado o tempo todo que é preciso ter uma proposta de resolução de todos os casos. Nós temos trabalhado nisso. Que tem que ter solução para todos os casos. Debatendo e fazendo com que esses ativos não se desvalorizem. Porque tem sido valorizados, inclusive pelas construtoras, que querem esses ativos porque vêem ali bons cooperados.

Agora, respondendo aqui a questão do *triplo A*, eu acredito que o senhor tenha razão. Deve ser *triple A* nacional. Mas é importante que quem classificou isso foi Standard & Poor's. Pode ser que o senhor tenha razão, não vou dizer que tem ou não tem, mas talvez o raciocínio do senhor estava correto que seja um *triple A* nacional, se é que há essa distinção do ponto de vista da Standard & Poor's. Mas também é uma outra dúvida que eu particularmente fiquei após a intervenção do senhor.

Continuando na linha das respostas, a Mizu, a pergunta que o senhor faz sobre a Mizu, sobre... Eu não tenho conhecimento disso, porque se trata de uma outra empresa que não está em nossa contabilidade. Se ela fez... Se a Mizu fez operações, contribuições não declaradas, não é da nossa responsabilidade. Porque o que nós pagamos à Mizu tem os devidos contratos, com as devidas medições. Então temos que ter... Porque se trata de outra empresa.

Essa... O senhor colocou que tem um cheque destinado de 124 mil, que volta para a BANCOOP. Posso verificar. Talvez seja uma transação financeira de devoluções, ou de pagamentos, enfim. Se está devolvendo para a BANCOOP, é sinal que está entrando no cofre da cooperativa. Então eu posso também ver essa situação e fazer as devidas explicações.

As doações eleitorais [soa a campainha] que a Germany fez, ao... Que está documentado, contribuições... Tem os recibos, são contribuições que a Germany fez. Também não está na nossa contabilidade, portanto são outros sócios, os quais nós não tínhamos a menor governabilidade.

E o senhor fala da questão do Freud. Do Freud Godoy, da empresa Caso. Nós contratamos essa empresa, ela já presta, prestava serviço a vários sindicatos, à CUT, enfim, é uma empresa de segurança que presta serviço a terceiros, a bancos, enfim, a todos. No período de 2005, após corretamente dito pelo Andy, a demissão da... O rompimento do contrato com a empresa dele, exatamente porque ele não fornecia os elementos que nós considerávamos determinantes. Quais são esses elementos? A boa formação dos seus profissionais para prestar os serviços. Então, nós fizemos o rompimento.

Todas as perguntas que o senhor faz sobre PORTOS e sobre Funaro, eu quero dizer duas coisas: eu não tenho conhecimento de nenhum desses... Nunca tive conhecimento e não tenho conhecimento em nenhuma dessas situações que foi descrita pela revista.

E com o Funaro, eu quero reafirmar o que já disse em nota, que não é verdade o que ele colocou. Isso foi em nota e foi ratificado pelo Ministério Público Federal em nota, também dizendo que ele não citou o meu nome nem mesmo a BANCOOP. Foi citações do Ministério Público Federal através de nota.

Agora, tem uma pergunta que o senhor fez que eu acho importantíssimo e que eu já inclusive, eu, quando perguntado, desde quando surgiu, desde a primeira vez que ele citou meu nome que foi na CPI dos Correios, eu disse o seguinte sobre isso: eu tive um encontro com o Deputado Valdemar Costa Neto, que solicitou encontro comigo, ele trouxe junto um amigo que me apresentou como Funaro. Foi esse o encontro que eu tive.

E foi o único encontro que eu tive e nunca... Foi apenas e tão-somente o Deputado Valdemar Costa Neto que trouxe junto com ele o Dr. Lúcio Bolonha Funaro. Conversamos ali rapidamente e depois nunca mais tive qualquer tipo de contato com ele.

E sobre o... Ainda... Faltam duas questões, que acho que são... Sobre esse conjunto de... Que o senhor falou sobre PORTOS, *shoppings*, etc., não tenho o menor conhecimento sobre isso, nunca participei disso em nenhuma hipótese, não tenho conhecimento, não tenho conhecimento

E sobre a pergunta que o senhor faz, do fato que está escrito na revista, chamar o Professor Delúbio de professor, se refere mais ou menos das mesmas circunstâncias que o senhor coloca. Mas ele é professor. Professor de Matemática. Assim como nós temos o Professor João Felício, na CUT, que também é professor, professor... Então, muitos de nós se referimos a ele como professor. Professor porque é da formação dele. É a formação dele.

E por último, eu, do ponto de vista, assim, do conjunto das acusações, das acusações que a revista nos faz, eu afirmei já em nota. A revista através das entrevistas que ela fez com o Dr. Lúcio Funaro, afirmei em nota, isso não é verdadeiro.

Eu tenho me dedicado aos anos que se passaram a uma coisa que é a recuperação e a solução dos problemas que nós tivemos e temos ainda na BANCOOP, que nós estamos caminhando para a finalização deles.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Quem lhe passou essa herança maldita?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Quem passou?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Veja só, havia o Presidente que era o Luiz Eduardo Malheiros, com o qual eu sempre... Isso é verdadeiro, me reunia, perguntava, e ele sempre dizia: "Estamos indo bem."

Por exemplo, esse apartamento, esse prédio na Bela Cintra, ele foi feito adesão em 48 horas, em 48 horas, Por quê? Os preços estimados estavam, com certeza, muito facilitados. E tem inúmeras citações disso.

Eu posso citar uma reunião que eu tive num empreendimento nosso chamado Anália Franco, que eu fui lá, fui convidado pelos cooperados, participei da reunião com eles, aonde eles me apontavam, diziam o seguinte: "Nós vamos ter uma dificuldade nesses empreendimentos. Os preços estimados estão abaixo do que vai ser gasto." Porque tinha um consultor de engenharia que trabalhava e dizia: "Não vai dar para construir."

Qual o compromisso que eu assumi com eles nesse dia, nessa hora? "Nós vamos fazer todos os levantamentos. Se a análise do senhor estiver verdadeira, eu vou voltar aqui para dizer que está verdadeira, como também eu vou voltar aqui para dizer que não é verdadeira." Dois meses depois eu voltei ao mesmo local reunido com as mesmas pessoas e disse: "O senhor tem razão. Os preços estimados estão equivocados." Então, a partir daí se veio toda uma tratativa sobre a conclusão, a solução do problema.

Então, com isso eu quero finalizar dizendo que os cooperados da BANCOOP são verdadeiros, são pessoas que procuram alternativas a compra dos imóveis fora da construtora devido ao preço ser mais baixo que o mercado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O senhor não respondeu o que era tréplica, mas antes o senhor me responder--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Dr. Dallari gostaria de complementar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Só para lembrar que o senhor não respondeu a questão levantada por... Pessoas que compraram, se pagaram por seus imóveis e tiveram que dar um adicional para que finalmente fossem concluídos os próprios.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a palavra.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Não, isso, nós aprovamos isso em inúmeras assembleias e foram executados inclusive com acordo entre os cooperados e a BANCOOP, quando apresentado os novos, apresentado que havia erros e feito toda a reavaliação, toda a avaliação que foi apresentada e nesse sentido foram feitas as cobranças e foram pago, e os empreendimentos foram concluídos, alguns deles.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): E o que o senhor diz ao escritor Ignácio Loyola Brandão?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Eu iniciei a minha intervenção dizendo exatamente isso. Que eu ia ver a situação que estava e mais, queria que o senhor me apresentasse... Não é nenhuma inquisição, não, é só cordialidade. Desse outro que o senhor teve, dívida trabalhista que penhorou sua unidade, para que eu possa ver e mandar um relato disso ao Presidente da comissão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Antes da réplica, então, o doutor...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Dr. Dallari quer complementar?

SR. PEDRO DALLARI: Muito brevemente. Primeiro, só a assessoria me passou aqui, Senador Alvaro Dias, o endereço que nós temos do Projeto Travessia é Rua Libero Badaró, realmente, 471, no 19º andar. Porque fica ali na região, no centro bancário.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Então são vizinhos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas no documento que eu tenho coloca como endereço alternativo o outro, que é da BANCOOP.

SR. PEDRO DALLARI: Agora, realmente há [sobreposição de falas].

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Então, isso mostra a conexão direta.

SR. PEDRO DALLARI: Há uma relação, porque realmente o projeto ele é uma iniciativa do Sindicato dos Bancários de São Paulo e de instituições financeiras que na cidade de São Paulo se preocupam muito com o Centro antigo da cidade de São Paulo. Então, há várias iniciativas que são muito meritórias dessa natureza.

Com relação só a essa observação sobre o papel do Ministério Público e como o Senador Papaléo Paes e V. Exa., Senador Arthur Virgílio, fizeram referência, essa expressão de oxigenar inquérito é usada dentro do Ministério Público.

E eu reputo, essa é uma situação grave. E que hoje está afetando a BANCOOP, mas pode afetar outras pessoas ou instituições, que é o fato de se instaurar um inquérito civil público ou inquérito policial, esse inquérito fica perdurando aberto por muitos anos, não há uma formulação de uma denúncia e ele paira como uma espada de Dâmocles sobre a cabeça daquele que está sendo investigado. Como a denúncia não é formulada, o "acusado", entre aspas, porque ele só é acusado pela mídia, sequer tem como se defender, porque não há uma denúncia formal.

Eu não vejo nenhum problema quando o promotor promove uma ação, vai à imprensa e diz: "Estou apresentando uma ação, esses são os fundamentos e agora o outro lado vai se defender."

O problema nesse caso da BANCOOP--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Parece que estou vendo aquela aliança do PT com o Dr. Luiz Francisco.

Parece que... Veio a minha memória aquela figura simpática que está sumida, não sei o que houve, Dr. Luiz Francisco, sumiu ele, Dr. Schelb sumiu por desvio de recursos, enfim. A Dra. Eliana Torelly sumiu...

SR. PEDRO DALLARI: Há muitos países, Senador...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): De repente figuras, assim... Estou com saudades. É meu lado masoquista.

SR. PEDRO DALLARI: No caso dos Estados Unidos, por exemplo, essa possibilidade do promotor ter um papel político faz com que em muitos estados norte-americanos o promotor seja eleito pela população, porque ali se reconhece que há uma condição política na sua condição e ele passa a deter mandato.

Não é o sistema brasileiro. O sistema brasileiro conferiu ao Parlamento a representação política. Portanto, o questionamento político que se faz no Parlamento é legítimo. É da natureza da função.

Eu, muito modestamente, exerci no passado a função de vereador na minha cidade, de deputado [soa a campainha] no meu estado, e, portanto, compreendo a dinâmica do confronto político, do embate político.

Agora, me parece... E essa é a crítica que nós temos, grave, quando o Ministério Público se vale de um expediente de insegurança jurídica. Essa é a crítica que nós temos ao Ministério Público neste caso.

E a própria discrepância da conduta do Promotor Criminal em relação ao que houve na condução da Promotoria do Consumidor que conduziu a um acordo.

Por isso que será muito importante esse esclarecimento do Promotor Blat a esta comissão, e eu faço votos para que ele realmente venha.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Alguma réplica, Senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Réplica, Sr. Presidente.

Primeiro, Dr. Vaccari Neto, eu fico muito espantado como, de repente, eu precisar assessorá-lo em relação aos casos que sejam de seu sobejo conhecimento.

Eu vou citar alguns da própria revista. "*Se eu parar, pagar mais não como*", Tânia Santos Rosa, 38 anos, ex-bancária. "*Tenho 68 anos e moro de favor*." Clóvis [ininteligível], aposentado. "*Vou reclamar para o Lula?*", pergunta Alda Cabral Ramos, 58 anos, representante comercial. Mais o próprio caso que eu... Vou passar a V. Exa. o lembrete, às mãos o caso do Ignácio Loyola Brandão, enfim. Saiu na *Veja*, enfim.

Eu me espanto, de repente, nós temos que ajudar porque isso deveria ser de seu sobejo conhecimento. V. Exa. domina essa situação melhor do que ninguém, assim como o Dr. Dallari domina os meandros do direito e faz as defesas sofisticadas que faz pelo seu mérito, e esse mérito não estou aqui desconhecendo em nenhum momento.

Agora, eu tinha algumas colocações a fazer. É uma coincidência entre o milhão e meio pago ao Freud e mais ou menos o milhão e meio que foi que custou o tal dossiê. Antes que voltem, porque aqui criou-se uma moda. Assim como tem a moda mini-saia, depois vira maxi-saia, depois biquíni mais curto, depois biquíni menos curto... Criou-se uma moda de que é exploração política.

Ou seja, então isso aqui seria uma farsa nossa para tentar obter uma derrota eleitoral do seu partido. O que equivaleria dizer que nós fiscalizaríamos corrupção durante três anos de Governo, mas quando chegasse no ano eleitoral não, porque senão nós estaríamos fazendo jogo eleitoreiro.

E eu pergunto se aquele dossiê falso, aquilo sim não foi algo eleitoreiro? Dossiê falso, o dinheiro não apareceu, o dinheiro não foi reclamado, enfim. O mesmo um milhão e meio que parecido, quantias semelhantes, enfim.

Se não foi esse o método usado com muita clareza e por uma figura como Hamilton Lacerda, que tabalhava aqui dentro, lidava conosco diariamente. Eu me senti pessoalmente [soa a campainha] traído por ele porque eu lidava com ele, eu falava com ele, pela minha própria função de líder, ele trabalhava na outra liderança, eu era obrigado a conversar com ele e da maneira mais... Com mais confiança, ou seja, por entender que se tratava de um servidor público absolutamente preparado para isso.

Mas antes que digam que isso aqui é uma questão eleitoreira e aí eu diria, dá impressão então que viramos aqui, viraria aqui aquele *007 Licença para Matar*, então, em ano eleitoral, "008, licença para roubar". Não daria para ser assim, enfim.

Eu digo a V. Exa. que eu lhe faço uma pergunta... Duas perguntas.

Uma V. Exa. passou por cima. Uma... Aquela fórmula... Argrives, não é? Acusado se afasta, se defende, prova sua inocência e retorna. Itamar Franco agiu assim. Se V. Exa. se sente bem sendo tesoureiro de um partido do peso do PT, que é um grande partido, é um notável partido, estando sob essas acusações que hoje pesam sobre V.Sa.?

E eu perguntei sobre a acareação. Aqui foi dito, primeiro, pelo Dr. Pedro Dallari, que em casos graves vou passar a recomendar, se eu souber de alguém assim vou passar a recomendar, passei a ser admirador dele, já era de seu pai.

Eu então digo... O Blat não tem coragem de vir. Inventa desculpas. Ele dava uma desculpa meio fútil, que está se tratando de câncer do pulmão. Pareceu desculpa meio de crônica social, aquela "ploft" (F), fui. Apenas tratando de um câncer de pulmão. Uma bobagem, enfim, câncer de pulmão, enfim.

E o outro, Dr. Bolonha, que eu já ouvi dizerem coisas dele terríveis, V. Exa. conhece pouco mais do que eu, falou com ele uma vez, eu já vi aqui nas conversas de corredor de Plenário o desqualificarem. É alocado, é isso, aquilo outro... Não seria uma coisa boa V. Exa. fazer acareação com... O outro vir mesmo, mas fazer acareação com o Dr. Funaro e V. Exa., então, munido da sua consciência tranquila, sua consciência limpa, o desmoralizar frente a frente? Ou seja, V. Exa. se reporia bastante se o desmoralizasse, desmontasse. É a sugestão que eu fiz é que V. Exa. passou por cima dela.

E, no mais, eu repriso ,que nós aqui discutamos sem essa história que em ano eleitoral não se pode fazer denúncia, porque seria fato político, porque nós estaríamos dizendo aos corruptos o seguinte: "Se segurem nos três anos anteriores, quando chegar no ano da eleição joguem duro. Botem fervendo. Porque aí ninguém pode investigar vocês sob pena de acusação vir de demagogia ou vinculação política."

Mas eu pergunto a V. Exa. essas duas coisas: se V. Exa. se sente bem como tesoureiro, se vai se manter, e segundo a acareação?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vaccari, com a palavra.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Senador, eu quero, desde quando nós fizemos a primeira auditoria na BANCOOP e encontramos uma situação de desequilíbrio, imediatamente nós tivemos a postura de convidar os cooperados, que são os sócios da própria BANCOOP, para que a gente construísse soluções juntas.

Então, para dizer com isso que nós sempre tivemos o cuidado de tratar essas pessoas, o conjunto delas com muita tranquilidade, porque pra gente isso é muito importante.

Porque a Cooperativa é uma experiência muito boa. Nós construímos, lançamos 6.639 unidades, e falta somente 8.9 para fazer a entrega.

Então, uma experiência muito boa e que há milhares de pessoas que moram, hoje, no seu próprio apartamento graças aos processos de financiamento da própria BANCOOP.

E quero aí dizer que temos algumas dificuldades, inclusive com as pessoas que o senhor cita, mas que estamos buscando solução para resolvê-las.

Agora, eu não considero esse debate uma farsa. De jeito nenhum. Eu acho que é muito importante para que a gente possa esclarecer, está certo? Acho que é um espaço político importantíssimo e que eu espero que tenha o devido reflexo no conjunto da sociedade.

Porque fazer unidades habitacionais a preço de custo, é possível, é importante e dá para fazer, desde que a gente tenha a operação bastante estruturada.

Bom, sobre as perguntas que o senhor faz sobre ser tesoureiro do PT, eu fui eleito tesoureiro do PT e vou continuar até que a direção partidária decida que não posso mais ser, está certo? Agora--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ou a sua consciência. Eu posso amanhã renunciar ao Senado se eu quiser.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Sim, sim. Da minha consciência com todo tratamento que dei no caso da BANCOOP, eu posso continuar tesoureiro do PT.

Serei um excelente tesoureiro, na minha opinião, na minha modesta opinião, porque eu faço e tenho tranquilidade nessas questões.

Agora, outra coisa, quando o senhor pergunta sobre a criação, o que eu disse aqui aos senhores e a todos os ouvintes dessa sala, eu digo em qualquer situação. Em qualquer situação eu direi sempre a mesma coisa e direi sempre o que foi feito, o que nós fizemos durante esse período.

O meu... A minha... O meu questionamento é, primeiro, por que que o promotor que faz investigações não me dá o direito de defender colocando nos autos para que eu apresente os documentos pertinentes? Isso é o que eu tenho dito desde 2008. Por que que o promotor cerceia o meu direito de defesa?

É isso que eu tenho dito, é isso que eu quero que faça, que coloque nos autos, faça as acusações para que eu possa apresentar os documentos pertinentes. Com todos os seus cuidados que merece.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Então o senhor faria a acareação? Faria?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Eu estou dizendo ao senhor que falo para o senhor e todos os outros--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Posso propor e certamente seria apoiado pelo seu partido na nova sessão? Não negariam a V. Exa. essa oportunidade de provar a sua inocência. Seria injusto da parte deles.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Isso temos que discutir depois com a direção partidária. Estou falando aqui uma pergunta que o senhor me fez do ponto de vista--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ela não será perversa com V. Exa., ela será compreensiva e o ajudará.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Então com isso quero só concluir as duas respostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Senador Arthur Virgílio.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Renato Casagrande, gostaria... Porque não foi feito até agora, Sr. Presidente, assinar que está presente entre nós o nosso colega no Senado, que foi meu líder, José Eduardo Dutra, e hoje Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores.

E avalio que juntamente com o Deputado André Vargas, certamente a sua presença aqui representa como que uma confiança na pessoa do Sr. João Vaccari Neto, porque certamente ao escolhê-lo para ser Tesoureiro da Direção Nacional, isso significa uma confiança no seu procedimento, na sua história e na sua pessoa.

E gostaria de, então, fazer algumas perguntas para esclarecer alguns detalhes.

Levando em conta esse desequilíbrio financeiro da Cooperativa com os rateios e resíduos que os cooperados tiveram que arcar no final de tudo, os preços dos apartamentos ficaram maiores ou menores do que os praticados no mercado?

Eu vou fazer as diversas perguntas, Sr. Presidente, para... Para então ser respondidas. Depois que o acordo judicial for integralmente cumprido, e a BANCOOP resolver todos os problemas que ainda restem com os cooperados, qual é a expectativa de futuro da cooperativa? Serão lançados novos empreendimentos? Ou pretenderia a BANCOOP encerrar suas atividades?

A BANCOOP, diretamente ou através do FDIC, recebeu recursos públicos federais?

Eu gostaria de assinalar que com respeito a esta questão eu avaliei, Sr. Presidente, que seria importante até que pudéssemos ter uma informação oficial do Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da República, Ministro Jorge Hage Sobrinho, a quem encaminhei dia 25 de março último, um ofício solicitando se haveria a BANCOOP de um lado e a Fundação Projeto Travessia de outro, ter recebido recurso.

E, felizmente, já recebi a resposta que eu gostaria de ler aqui depois das perguntas, mas eu vou entregar à Presidência, porque isso vai contribuir com os esclarecimentos e gostaria, inclusive, que pudesse... Possa a Secretaria da Mesa distribuir aos demais senadores, porque trata-se de uma informação relevante.

E gostaria, Sr. Presidente, também formular algumas perguntas ao Dr. Pedro de Abreu Dallari.

Eu quero saudar a sua presença aqui, Dr. Pedro Dallari, até porque...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Seu cunhado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): As circunstâncias muito importantes, porque nós fomos... Nós fomos colegas na Câmara Municipal de São Paulo...

[risos]

É verdade que eu namoro a Mônica Dallari, que é irmã do Dr. Pedro Dallari, mas muito antes disso, não eu...

[soa a campainha]

[risos]

Eu quero dizer, assim, das qualidades que... Eu quero dar meu testemunho para todos, porque o Dr. Pedro Dallari, além de há muitos anos eu tê-lo conhecido, colega no PT, foi deputado estadual, mas teve um período que nos aproximamos muito porque eu era Vereador e Presidente da Câmara Municipal. Houve uma época em que Pedro Dallari foi Secretário de Governo da então Prefeita Luiza Erundina, e, depois, quando eu era Presidente da Câmara Municipal, que convivíamos lá diariamente, seja quando ele estava como Secretário de Governo, mas depois que ele foi o líder na Câmara Municipal da Prefeita Luiza Erundina.

Então, tantas vezes colaboramos e também soube da sua atividade aqui que ele mencionou como assessor da Constituinte, da bancada do PT, que teve extraordinário desempenho, mas se eu fosse falar de tantas coisas...

Mas teve um fato que eu testemunhei ao final do ano passado, foi quando o Professor Pedro Dallari fez a sua tese de livre docência sobre as atualidades dos tribunais administrativos de organizações internacionais para uma banca de professores das mais brilhantes da Faculdade de Direito, onde seu pai foi professor, foi diretor, e estava com a família toda assistindo e ele teve como que avaliação a mais honrosa da parte de todos professores, inclusive do atual reitor da Universidade de São Paulo, Professor Celso Lafer, todos os cinco professores que estavam na banca deram a nota de melhor desempenho para o professor Pedro Dallari.

Então, alguns pontos específicos, prezado Dr. Pedro. Notícias da imprensa e documentos do Ministério Público revelaram que a BANCOOP modificou os contratos com seus cooperados e elevou os preços dos apartamentos. Para tornar claro isso, o senhor confirma que isto aconteceu? Qual a motivação e base legal para isso?

Também notícias da imprensa e documentos do Ministério Público dizem que centenas de cooperados foram lesados. Como está a situação atualmente? Houve acordo judicial envolvendo essa questão? Quais os termos desse acordo e quem firmou o acordo em nome do Ministério Público?

Ao que consta, em 11 de março de 2010 o Juiz de Direito Carlos Eduardo Lora Franco, do Departamento de Inquéritos Policiais e Corregedoria da Polícia Judiciária da Capital, negou os pedidos do Promotor Dr. José Carlos Blat, para que o Banco Central bloqueasse as contas correntes, poupanças, fundos de investimentos e outras aplicações financeiras da BANCOOP. O senhor sabe quais as razões que levaram o juiz [soa a campainha] a tomar essa decisão, já que em 2007 o sigilo da BANCOOP foi quebrado?

E o senhor falou das auditorias solicitadas pelo juiz. O que se apurou nessas auditorias?

Só... Na réplica vou fazer uma breve consideração, se me permite, Presidente.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Senador Suplicy, todos os nossos estudos concluem que mesmo com o aporte necessário para a conclusão das obras, ou mesmo o pagamento dos resíduos, os preços dos... De custo dos apartamentos são menores do que o preço de mercado.

Um exemplo que dá tranquilidade nisso: as construtoras que têm procurado para fazer a transferência que vem através dos cooperados, eles têm uma preocupação bastante grande que são com os estoques. Porque os preços dos apartamentos que já estão com cooperados, ele vai para um determinado valor, mas os estoques, eles podem vender livremente no mercado a preço de mercado.

E temos então várias construtoras que procuram os cooperados para propor e "gestionar" que eles façam acordos que dê solução à questão das obras. Então esse é um demonstrativo claro de que os preços, mesmo com os resíduos, mesmo com os rateios, eles conduzem uma situação menor que o mercado.

A outra pergunta que o senhor faz, sobre o acordo judicial. Nós queremos cumprir a totalidade do acordo, e temos a convicção de que ele vai se consagrar do ponto de vista do Judiciário, e queremos também, após a finalização da execução desse acordo que nós colocamos isso como elemento importante, que é o não lançamento de novos empreendimentos durante esse processo, mas após a finalização da entrega de todas as unidades, eu não sou mais o Presidente da BANCOOP, está certo, mas com certeza a expectativa que há por parte dos cooperados é que se façam lançamentos e continue construindo a preço de custo, aprendendo com os erros que foram cometidos no passado.

Importante também registrar isso, aprender com os erros para que evite no futuro, novos problemas para outros cooperados. Mas a expectativa é que se continue.

E, por último, a terceira pergunta que o senhor faz, se há recursos públicos federais no FIDC. Não há

recursos públicos federais. Eu... No fundo de investimento de direitos creditórios são só direitos privados, de, acho que de 10 fundos, coisa assim que está aí público e são ações regulamentadas e fiscalizadas pela CVM.

[*troca de presidência*]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Dr. Dallari, por favor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita apenas sobre este ponto, Sr. Presidente, assinalar.

Sr. Presidente, eu encaminho a V. Exa. a carta que eu encaminhei ao Ministro Procurador-Geral da República e a resposta encaminhada pelo Ministro de Estado e interino Luiz Navarro de Britto Filho, que esclarece que, de fato, a BANCOOP não recebeu quaisquer recursos públicos e sobre o Projeto Travessia, os contratos, as contribuições que... Os pagamentos que aconteceram foram após a gestão do Dr. João Vaccari Neto.

É um esclarecimento importante e acredito que os senadores gostariam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A Mesa recebe e distribuíra para todos os membros da comissão. Das duas comissões, aliás. Dr. Dallari, por favor, com a palavra.

SR. PEDRO DALLARI: [pronunciamento fora do microfone] Evidentemente para inicialmente agradecer as palavras exageradas do Senador Suplicy, por quem nutro um afeto enorme desde que ainda estudante de Direito em 1978, acompanhei o seu ingresso na vida pública, então candidato a Deputado Estadual pelo antigo Movimento Democrático Brasileiro, que tinha o apoio de estudantes que lutavam contra o regime militar em São Paulo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PEDRO DALLARI: Agradeço também as referências à minha atividade acadêmica, realmente com o qual procuro dividir o meu tempo em relação à advocacia, e com uma relação muito privilegiada com o ex-Ministro Celso Lafer, tenho desenvolvido estudos sobre governança global e sobre o aperfeiçoamento de mecanismos jurídicos relacionados ao âmbito internacional.

Com relação às perguntas de V. Exa., e elas são importantes porque elas me permitem esclarecer juridicamente isto que me parece a questão fundamental na controvérsia jurídica. A Cooperativa, e isto vale para toda e qualquer cooperativa, para as cooperativas agrícolas, para as cooperativas habitacionais, porque a lei é uma só. Elas envolvem a ideia do compartilhamento de esforços. De tal sorte que os resultados sejam rateados. Não há capital no sentido de que há um investidor, que há um sócio que aporta recursos.

Daí por que a própria existência de demandas contra a Cooperativa, em que cooperados orientados por seus advogados defendem a estratégia, a tese de que não cabe o pagamento, ela é em si contraditória.

Porque na medida em que a Cooperativa seja condenada, o prejuízo terá que ser rateado entre todos os cooperados, porque não há sócios que são investidores. Ou seja, se cooperados de um empreendimento se negam a pagar o custo do empreendimento, o rateio será feito pelo conjunto dos cooperados, porque é da essência da cooperativa.

Isto é da lei, isto é, está no estatuto da BANCOOP e isso está no termo de adesão. O que explica muito o recurso, e eu tenho respeito pela combatividade dos meus colegas advogados que defendem a posição contrária, porque cumprem seu papel; quando vão ao Ministério Público e quando vão mesmo a casas parlamentares, vão, inclusive, porque o Judiciário progressivamente vem negando reconhecimento à tese deles de que a cooperativa não tem essa natureza, e dando razão à tese de que a Cooperativa, por ser uma cooperativa, pode aplicar medidas de rateio.

Menciono a V. Exa. uma decisão que é importante, porque a entidade que está... É parte nessa sentença judicial, tem sido uma das mais combativas, inclusive nessa Casa, que é a Associação do Condomínio Residencial Torres da Mooca.

Essa entidade promoveu uma ação coletiva contra a BANCOOP que em junho de 2007 teve sua sentença. Qual foi a sentença judicial? A sentença considerou o pleito da Associação, de desconsideração da Cooperativa, como inconsistente.

Diz a sentença: "*Inconsistente a pretensão, por razões curtíssimas, básicas e intuitivas, na medida em que na espécie não se cogitou mesmo o registro de incorporação. Não é uma incorporadora. Enquanto o empreendimento foi realizado sob o regime cooperativista, disciplinado nos artigos 3º e, 79, da Lei Federal 5.764/71*."

Ou seja, a sentença judicial confirmou a natureza jurídica da BANCOOP de cooperativa [soa a campainha]. Seguindo na sentença: "*Não se cogitando de qualquer onerosidade, potestividade ou abusividade na cláusula XVI do instrumento respectivo do negócio jurídico*."

Esta cláusula é justamente a cláusula que pressupõe, como diz aqui, "*estabelecendo a definição ao final da obra do custo real para sua edificação*." É assim que funciona com base na lei a cooperativa. Ao final da obra se faz a apuração do custo final e se faz o rateio complementar.

Ou seja, naquele caso, foi julgada improcedente a ação. Isto é que motiva esta associação, e foi ela, esta Associação Torres da Mooca, a ir ao Ministério Público. Quando se faz o acordo judicial é esta Associação que vai ao Conselho Superior do Ministério Público querer anular o acordo judicial. Derrotada no Conselho Superior, é esta Associação que vai ao Conselho Nacional do Ministério Público; ou seja, nós não estamos diante de um caso em que há uma situação generalizada de seis mil cooperados que se insurgem contra a direção.

O que há, e legitimamente, o exercício do seu direito, é um grupo pequeno que, insatisfeito, está se movimentando no que julga ser seu direito e são exatamente aqueles apontados pelo Presidente Vaccari que tem se negado a qualquer tipo de negociação.

A segunda questão de V. Exa. diz respeito ao acordo celebrado com o Ministério Público. Esse acordo foi celebrado com o 1º Promotor de Consumidor de São Paulo, o Dr. João Lopes Guimarães Júnior, que é Promotor do Consumidor há mais de 20 anos. Seu pai foi Procurador de Justiça, Procurador-Geral de Justiça no Estado de São Paulo, ou seja, é uma figura que, por estirpe e por atuação, goza de enorme credibilidade dentro do Ministério Público.

O que levou, inclusive, tanto o Conselho Superior do Ministério Público como o Conselho Nacional do Ministério Público a convalidarem o acordo judicial. O fato de que um Procurador de Justiça em segunda instância entenda em sentido contrário, não anula o fato de que as instâncias do Ministério Público, institucionalmente se manifestaram reconhecendo a validade do acordo judicial.

Finalmente, a decisão do juiz do DIPO sobre os pedidos do Promotor Criminal, a que eu já fiz referência, elas basicamente se calçam, eu já li até alguns trechos, na argumentação de que o Promotor Criminal não apresentou fundamentação para os seus pedidos.

Eu já li alguns trechos e leio outros. "*Tem-se, portanto, como imprescindível*", determina o Juiz, "*que os autos tornem ao Ministério Público para que indique com precisão quais os fundamentos de cada uma de suas afirmações que invoca como razões para os pedidos formulados*."

E ao final da sua belíssima decisão, porque ela é realmente uma... Ela oferece segurança jurídica, o que o juiz determina são uma série de... Para usar uma expressão singular, de lições de casa para o promotor que não as fez antes de apresentar a denúncia. Isto que o juiz determina.

Se o promotor quer que sejam tomadas medidas inclusive de bloqueio dos bens da Cooperativa, ele deve justificar. Essa medida seria um absurdo, porque, exatamente, se a Cooperativa, como demonstrou o Presidente Vaccari, está procurando equacionar os 592 casos pendentes de construção, com 88 imóveis previstos para a entrega agora até o mês de junho, o bloqueio dos bens da Cooperativa implicaria a paralisia da Cooperativa e a inviabilização de qualquer solução.

O juiz foi muito firme, muito responsável, muito equilibrado, e mesmo diante de uma... Um clamor que se dava pela repercussão das denúncias do promotor na mídia, que eu compreendo a posição da imprensa, o promotor faz uma declaração, por mais absurda que seja, ele é uma autoridade. Diante mesmo daquele clamor, o juiz teve a serenidade para evitar o que realmente poderia significar a quebra da Cooperativa.

[*troca de presidência*]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Alguma coisa a mais, senador?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone] Tendo em conta a carta que o Senador Arthur Virgílio leu, do Ignácio Loyola Brandão [soa a campainha], um importante escritor brasileiro, que eu até o conheço, me considero um amigo dele, e eu não conhecia o teor daquela--

SR. PEDRO DALLARI: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Talvez seja homônimo. Talvez seja homônimo. Mas qualquer que seja a pessoa, eu pensei que fosse ele, porque o Arthur Virgílio... O Senador Arthur Virgílio mencionou que seria.

Então... Mas, se for, sendo ele ou não... Mas também aquelas pessoas que aqui estiveram, eu gostaria até de saber em que medida tem sido possível que o senhor mencionou da possibilidade de, para cada nome citado, que a BANCOOP, o senhor mesmo poderia realizar um esforço de entendimento adicional.

Então, eu queria dizer que... No caso de Ignácio Loyola, se for ele mesmo, eu até gostaria de promover o entendimento, da mesma maneira que eu gostaria de ter a colaboração dos Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, para promover um melhor entendimento entre o Secretário Paulo Renato Souza e, por exemplo, a Presidente da APEOESP, Maria Izabel Noronha, porque tem sido tão difícil eles chegarem a um entendimento, eu estou procurando aproximá-los para ver se consegue chegar.

Mas, da mesma forma, se for possível--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite um aparte, Senador Suplicy? Permite um aparte.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se for possível... Agora é com o Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, eu fui citado, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu só gostaria que o Senador Eduardo Suplicy concluísse sua réplica.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Já concluí.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Concluiu. Então, concluída a réplica do Senador Eduardo Suplicy, com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, o Senador Suplicy... Bem, nós vimos ele com muita... Muito senso de justeza, até porque o talento do Dr. Dallari salta aos olhos, mas ele falou ali, de certa forma, de cunhado para cunhado. Eu vou falar com ele de amigo para amigo: tomara que seja o Ignácio de Loyola Brandão, o escritor; pior se for um homônimo, pobre, choroso...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas que preferiria que fosse ele. Dá uma midiazinha, uma historinha.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas falei, eu falei que gostaria que o senhor tivesse a disposição de dialogar com ele e com todos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): [sobreposição de falas] Substitua-se o nome de Ignácio Loyola Brandão por José da Couves Pafúncio Ferreira, é um cidadão que se diz lesado pela BANCOOP e que merece atenção.

Agora, eu não aceito essa inversão. O Dr. Vaccari Neto disse: "Eu sou Diretor e... Sou Tesoureiro, seria um grande tesoureiro do PT", enfim. Ele não é mais Presidente do BANCOOP, ou seja, está havendo uma inversão de valores brutal aqui.

De repente, eu teria que largar meus afazeres e ficar colecionando desgraçados para o Dr. Vaccari Neto, que não os deveria ter permitido cair em desgraça, e ele, então, procurar reabilitá-los.

Essa inversão de valores eu não posso aceitar. Esse papel não é meu. Meu papel é apontar, apontar o que eu vi, o que vi, procurar os esclarecimentos e prestar. Esse papel de identificar os desgraçados e tirá-los da desgraça é da BANCOOP. Esse não é meu. Eu me recuso a fazer o papel de assessor dessa entidade, enfim.

Agora, meu prezado Suplicy, eu vou levar às mãos do doutor... Eu vou levar e de qualquer maneira essa... Deve ter lido a matéria, obviamente, diz respeito a ele, mas esse Sr. Ignácio Loyola Brandão, seja quem for, é um cidadão brasileiro. Vamos, então, pegar outra pessoa.

"*Agradeço imensamente à revista Veja, a matéria que mostrou ao Brasil inteiro a corrupção em que se transformaram o PT e a BANCOOP. Veja realizou meu sonho de ver esse assunto na capa. Sou cooperada desde 2001. Meu prédio deveria ser entregue em 2006 e até hoje não saiu do chão. Casei-me, tive que morar de aluguel, mas graças a Deus consegui comprar outro apartamento e agora espero receber meu dinheiro de volta*." Essa é a Daniela Cuba do Nascimento. Não sei se nem o nome dela, sobrenome Cuba não desperta uma certa simpatia, enfim.

"*Agora, como cooperado do BANCOOP, reitero linha por linha tudo que a Veja indicou na reportagem. As coisas são piores do que está ali descrito. O Sr. João Vaccari Neto já esteve presente em nosso condomínio e, como todo bom petista, ironizou as agruras pelas quais estão passando os cooperados. Eu ainda tenho a sorte de já estar morando no condomínio. Mas e os demais que pagaram e não levaram? De quatro torres previstas, somente duas foram entregues. Do lado de fora, vemos dois esqueletos em pé que contratualmente deveriam ter sido entregues acerca de cinco anos*."

Ou seja, nessa mesma página tem um suposto Ignácio Loyola, escritor, que pode ser o Ignácio Loyola homônimo dele, enfim. Mas tem duas outras pessoas. Ou seja, a preocupação que nós revelamos é com todas as pessoas que caíram em desgraça na sua vida em função, do que me parece uma gestão temerária da direção da cooperativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok. Se não for extremamente necessário que um senador se refira a outro... A não ser que seja para esclarecer problemas, para a gente evitar que nós--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --possamos partir para a continuidade da nossa Sessão. Senador Flexa Ribeiro, pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, Presidente Renato Casagrande, a dúvida que tive na fala do Senador Suplicy foi a mesma do Arthur Virgílio.

Quer dizer, se não fosse o Sr. Ignácio de Loyola Brandão, se não fosse o escritor, para ele não haveria nenhum problema, não o ajudaria a resolver as suas dificuldades.

Mas já foi esclarecido. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador João Pedro com a palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pensei que V. Exa. não fosse me conceder a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu não posso deixar de conceder a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, quando ele pede. Mas agora está concedida a V. Exa..

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Sr. Vaccari Neto, que é ex-Presidente da BANCOOP, o advogado.

Primeiro eu quero registrar, Presidente, que se deu muita ênfase a esse... a esta Audiência Pública. Por sinal, duas comissões. E há mais de 50 minutos, Presidente Renato Casagrande, os autores, os dois autores do requerimento se ausentaram.

No início, eu achava que estavam dando entrevista. E eu saí daqui para observar. Porque eu considero isso um debate importante para esta Casa, até porque os associados da BANCOOP estiveram aqui, nesse Senado, tomando providências, e isso, para mim, é o mérito, e eu quero... Gostaria muito de receber depois da BANCOOP, Sr. Pedro Dallari, de forma detalhada, família por família, das famílias que vieram aqui.

Eu achava inclusive que a oposição ia apresentar... As famílias que estiveram aqui na CDH. CDH, não... Aqui, conosco. Na CMA, na comissão. CDH. Que eu cheguei aqui e já tinha... No final, por sinal. Acho que nós precisamos olhar.

Esse é o mérito. Esse é o mérito. Olhar as famílias que estiveram aqui no Senado como associadas da Cooperativa. Acho que nós precisamos olhar caso a caso. Porque eu tenho uma avaliação, tenho uma avaliação e para contraditar com a oposição, o que para mim é politização. É politização desse debate. É muito mais politização do que resolver situação, que não foi negada pela BANCOOP aqui, acho que falou das dificuldades, mas mostrou trabalho. Eu não conhecia.

E no meu imaginário achava que vocês não tinham feito as obras que apresentaram a esta comissão, ao Senado. Os prédios, os condomínios... Então, tem trabalho. Tem pendências. E eu espero que os associados possam resolver do ponto de vista da sua expectativa de ter o apartamento, de ter uma casa. Resolvam isso.

Mas eu me sinto esclarecido, até porque eu não me norteio pela *Veja*. Penso que... Quero fazer um parênteses aqui. A *Veja* tem uma história recente no país, e é uma grande revista. Mas ela tem uma história muito recente contra o PT e este Governo, haja vista as matérias inúmeras contra esse Governo, na tentativa de desqualificar o Governo e o PT, que é um partido legítimo, organizado nesse Brasil, que tem uma história de contribuição à democracia, que não tem elemento mais importante, fato histórico mais importante do que se doar em defesa da democracia.

E eu não defendo esta liberdade da *Veja*, como veículo da imprensa. Eu não defendo esta liberdade, que faz uma matéria, a principal matéria da sua semana, sem ouvir a BANCOOP. Sem ouvir, Sr. Presidente. Isso é grave. Isso [soa a campainha] não é liberdade de imprensa. E eu defendo liberdade de imprensa, não esta. Como é muito estranho o promotor não ouvir até hoje, sobre o mérito, o ex-Presidente da BANCOOP. É gravíssimo isso. É gravíssimo.

E esse não é o comportamento do Ministério Público no Brasil. É um desvio do comportamento deste promotor, deste promotor.

Então, Sr. Presidente, é politização, sim. É campanha, sim, contra o PT. E aí não é do PSDB. Eu acho que é desse partido, o partido *Veja*, que se comporta como partido. E é por sinal um partido... Que não cumpre com seus deveres, do ponto de vista de fazer uma boa polêmica, uma polêmica séria, do ponto de vista de princípios. Então, isso não ajuda. Não ajuda.

Gostaria de fazer uma pergunta a V. Sa., Sr. Pedro Dallari. Nós temos, e é uma CPI legítima, embora discorde dos seus procedimentos, do ponto de vista do seu tempo que a CPI que analisa as ONGs e dinheiro público na aplicabilidade das ONGs sobre recursos públicos, a BANCOOP foi convocada para ir à CPI das ONGs. V. Sa. poderia mencionar a compreensão que V. Exa. tem sobre BANCOOP e ONG? É ONG? É quase ONG? É meia ONG? O que é isso?

Eu tenho outra compreensão, mas gostaria de ouvi-lo, até porque o DNA de V. Exa. já foi elogiado aqui, a competência de V. Exa. já foi elogiada aqui. Eu gostaria de ouvi-lo sobre esta... Sobre ONG e BANCOOP, o que tem de similar sobre isso.

É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador João Pedro. Dr. Pedro Dallari com a palavra.

SR. PEDRO DALLARI: Falando, senador, do ponto de vista estritamente jurídico, uma cooperativa não é uma organização não governamental. Uma cooperativa tem uma natureza jurídica muito específica que decorre de uma legislação própria e não se confunde com as chamadas organizações não governamentais, que têm uma natureza associativa vinculada

a promoção de interesses coletivos de fim social, de fim de benemerência, de fim de mobilização, de interferência nas políticas públicas.

A cooperativa, ela objetiva um resultado material concreto, pode-se dizer inclusive econômico, embora não tenha finalidade lucrativa. Se ela é uma cooperativa agrícola, ela está voltada à atividade de produção agrícola, de compartilhamento de custos, como é muito comum no Brasil, com vistas a racionalização da produção por um número de produtores pequenos que conseguem, através da cooperativa, economia de escala e com isso terem um melhor resultado.

A cooperativa habitacional, ela tem uma finalidade muito específica, que é a viabilização de moradia e exatamente a sua natureza cooperativa viabiliza que ela seja a preço de custo, porque não há um resultado econômico no sentido de lucro, não há obtenção de lucro que é o que geraria um preço mais alto, por isso que os imóveis tem o preço abaixo do valor de mercado.

Mas, evidentemente, do ponto de vista estritamente técnico, uma cooperativa não guarda nenhuma relação com uma organização não governamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos agora passar a palavra à senadora... Ao Senador Flexa Ribeiro. Senadora Ideli solicitou que pudesse falar, posteriormente. Acho que nenhum senador é contra.

Então, Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Renato Casagrande, Senador Cícero Lucena, Dr. João Vaccari Neto, Dr. Pedro Dallari, que são os nossos convidados nessa audiência.

Eu quero... Eu vim aqui, hoje, porque me senti muito incomodado pelo desespero das pessoas que procuraram alguns senadores aqui, no Senado Federal, a respeito da situação que se encontravam, de terem as suas poupanças e a possibilidade de terem uma casa própria não ter sido concretizada, e estarem, a maioria deles, ou todos os que procuraram, que vieram até aqui, se sentindo totalmente prejudicado e desesperados.

Mas, pelo que foi... Pelo que ouvi até agora, Senador Presidente Renato Casagrande, eu acho que eu tenho que me solidarizar com o Dr. João Vaccari Neto, porque me parece que é a BANCOOP que precisa de solidariedade, e não as famílias que foram lesadas e que são inúmeras, inúmeras.

Mas vamos às perguntas diretas.

O senhor disse há pouco que o senhor se sentia bastante confortável para ser um grande tesoureiro do PT. Confirma isso? Confirma essa afirmação, Dr. Vaccari? A gravação, por favor.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Não, de fato eu disse ao senador aqui presente que eu não tinha problemas de consciência em ser tesoureiro do PT--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Seria um grande tesoureiro.

SR. JOÃO VACCARI NETO: E que quero ser um grande tesoureiro do PT.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Sa. será tesoureiro da campanha da candidata a Presidente, a Ministra Dilma Rousseff? Tesoureiro, não, seria o responsável pela arrecadação, pelas finanças, Será? Será?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Senador, eu não vou ser o candidato... O coordenador financeiro da campanha da Dilma.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ou seja, pelo que eu entendo, pela sua resposta, os seus companheiros não reconhecem V.Sa. esse talento ou essa capacidade ou essa isenção para ser o arrecadador ou o financeiro da campanha da Ministra Dilma.

Não precisa responder--

SR. JOÃO VACCARI NETO: Não, não, eu faço questão de responder.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu entendi. Mas eu não estou lhe perguntando.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Mas eu faço questão de responder ao senhor que essa situação do coordenador financeiro da campanha Dilma, será decidida pela executiva do partido e pela coordenação da campanha dela.

Eu, particularmente eu, não tenho disposição, em virtude de querer ser um bom tesoureiro do PT.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas não foi isso que o seu partido dizia quando... Antes da edição sair, os jornais, os jornais publicaram que V.Sa. seria tesoureiro do PT e o financeiro da campanha da candidata a Presidente. Acho que foi um engano da imprensa.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Posso responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pode, pode.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Senador, o Presidente Dutra estava aqui até há pouco, ele teve que se retirar, senão ele poderia inclusive explicar os nossos entendimentos sobre isso.

Nós, antes de qualquer situação, a decisão partidária é de que o Presidente... O tesoureiro do PT e o coordenador financeiro da campanha são pessoas diferentes [soa a campainha].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas não aconteceu com o Sr. Delúbio, com o professor.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Na campanha de 2006 já foi assim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): 2002.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Não, de 2006. Dois mil e seis já foram separadas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dois mil e dois.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Dois mil e dois, não. Mas 2006 já foi separado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois é, então já houve caso e a imprensa declarou que seria.

Mas vamos adiante.

O senhor concorda com a afirmação do Promotor José Carlos Blat que a BANCOOP é uma organização criminosa? Eu vou pedir, Presidente, que faça a resposta... Tem um encadeamento de perguntas. Ou V. Exa. quer que eu faça todas?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Seria melhor, mais adequado, porque foi [sobreposição de falas] até agora...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Farei em atendimento ao Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O senhor declarou que recebeu a BANCOOP endividada. Como costumam dizer, uma herança maldita. De quem recebeu e qual o endividamento da BANCOOP naquela altura e qual o endividamento da BANCOOP hoje?

Os relatos, pelos jornais, dizem que, em 2005, na sua gestão, foi substituída a empresa que fazia a parte de segurança. Eu pergunto a V. Exa., a V. Sa., a informação que os jornais dão é que o contrato da empresa que estava fazendo esse serviço era de 40 mil mensais, e foi contratada a empresa Caso Sistema de Segurança, por 100 mil reais por mês.

Nesta, nesta época, a BANCOOP já estava com problema de caixa, já estava em aperto financeiro. Como é que o senhor explica a alteração de valores, de 40 para 100, no momento que deveria haver corte de gastos? V. Sa. aumentou em duas vezes em meia o gasto para fazer o mesmo serviço. E por quanto tempo a empresa anterior, que foi destratada, prestou serviço à BANCOOP? Por quantos anos? Porque V. Sa. disse que ela, os seus funcionários não estavam preparados para exercer.

Então, eu gostaria de saber por quantos anos eles foram considerados preparados a exercerem essa função e depois não mais.

Gostaria que V. Sa. nos dissesse, o FIDC deu como garantia às... Às... Aos aportes dos fundos de pensão, os recebíveis da BANCOOP, recebíveis esses que estavam em grande parte sob discussão, sob questionamento de parte dos cooperados. Eu pergunto, então, como é que um fundo de pensão que tem um controle rigoroso pode aportar recursos num fundo que dá como garantia recebíveis que estão "*sub judice*", entre aspas?

O Advogado Valter Picazio Júnior, que representa 18 grupos de cooperados, entregou à CPI lá na Assembleia Legislativa de São Paulo representação que detalha os prejuízos que teriam sido causados a 8.500 famílias pela cooperativa. Ele alega que em torno de 3 mil famílias nem sequer receberam os imóveis. Como é que o senhor explica o prejuízo causado a essas famílias?

V. Sa. fez uma explanação aqui que mostrou a BANCOOP entregando suas unidades, tudinho, Aonde, eu vejo uma declaração de um representante de 18 grupos que se sentem lesados, que representam 8.500 famílias. E não vi aqui nenhuma referência na exposição que foi feita em relação a isso.

[soa a campainha]

Já termino, Presidente.

Então, minha pergunta é: como é que a BANCOOP conseguiu que esses fundos de pensão aportassem no FIDC recursos, tendo como garantia algo que era... Estava sob questionamento?

O mesmo advogado pediu também esclarecimento sobre destino de 43 milhões, que teriam sido captados pela entidade, por meio do FIDC, criado pela Cooperativa, em 2004. Segundo foi apurado, nada foi construído com esse dinheiro. Isso diz o advogado. Esses 43 milhões que foram para o FIDC não foram colocados na construção. O senhor poderia nos informar qual o valor captado pela BANCOOP por meio do FIDC e o que foi feito com esses recursos?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok, senador? Estamos...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. está sendo muito rígido para com o seu... Seu amigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É porque o estômago começa a apertar todos nós aqui. Só por isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já está com fome? V. Exa. está lanchando aí, deveria distribuir para todos os seus pares aqui.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Falta muita pergunta ainda, para V. Exa.?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, se V. Exa. estiver com bastante fome eu posso dar continuidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, não. Pode ficar à vontade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vou fazer mais uma só.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O FIDC BANCOOP, foi lançado em 2004 com nota AA. Aí já foi aqui feito anteriormente um questionamento como é que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Um reparo como é que com recebíveis questionáveis, ele tem a classificação AA no *rating*? E com expectativa de rentabilidade de 12,5% ao ano, mais IGPM.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Cotistas, na maioria fundos de pensão, fizeram aporte no valor de 26 milhões de reais. Em 2009 o fundo recebeu nota CCC. O pior patamar, caracterizando prejuízo certo. É verdade que a BANCOOP foi obrigada a comprar as cotas dos investidores para evitar maior prejuízo para eles? Qual foi a rentabilidade dos investidores?

E na sequência, é verdade que houve um acordo dos investidores da FIDC para evitar maior prejuízo para eles que aceitaram receber 6% de resultado ao invés dos doze e meio prometido?

Eu tenho outras, mas vou atender a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Agradeço a colaboração, mais uma vez, de V. Exa., para ser objetivo.

Sr. João Vaccari.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Senador, confere, a primeira pergunta que o senhor fez, já respondi, sobre a questão da Dilma, tal, sobre a consideração que o senhor faz de que a BANCOOP é uma organização criminosa--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu perguntei se V. Sa. concorda. Só isso.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Então, sobre a consideração que você faz--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não sou eu que faço. Eu perguntei se V. Sa. concorda com a afirmação do promotor. Só isso.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Ok. Desculpa. Desculpa o desentendimento.

Eu não concordo com a afirmação do promotor. Até porque, como já disse anteriormente, ele vem afirmando isso, mas em nenhum momento apresenta, nos autos, as denúncias que ele disse que tem, para que a gente possa se defender e provar o contrário.

Agora, nós respeitamos o Ministério Público. Até porque na nossa militância sempre foi o Ministério Público um elemento importante.

A segunda questão que o senhor coloca, que eu acho que é importante, essa foi a troca da Caso. Foi uma decisão gerencial nossa. E nós fizemos uma avaliação de que o serviço prestado pela empresa do Sr. Andy era deficiente, especialmente porque nós precisávamos de vigilantes armados, porque, na construção civil, há muitos equipamentos de grande valor, como... Principalmente alumínio, cobre, fios... Enfim, canos de cobre... Enfim, todas essas situações que merecem e devem ter a proteção--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Vaccari, eu sou engenheiro por formação. Não precisa o senhor explicar o que tem numa... Num...

SR. JOÃO VACCARI NETO: Não, estou falando da decisão gerencial. Desculpa, eu não sei... Eu estou dizendo da nossa decisão gerencial, que foi a decisão gerencial de que o serviço que vinha sendo prestado era através de porteiros.

E nós tivemos inúmeros problemas de pessoas que entravam nas obras e carregavam os equipamentos e nós, então, optamos por uma segurança mais firme, com a autorização devida e que faz, presta esse tipo de serviço. Então, quero dizer ao senhor que foi uma decisão gerencial.

A outra pergunta--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Desculpe. Quanto tempo essa primeira empresa prestou serviço à BANCOOP?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Eu não tenho essa informação, qual foi o tempo que ela prestou. Mas foi anterior ao meu mandato.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, mas por quantos anos?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Eu não tenho essa informação. Sinceramente eu não tenho. Mas eu posso remeter essa informação ao Presidente da comissão para que transmita a todos senadores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria. E também, se por 100 mil reais por mês, essa firma, Andy, não é? A anterior, não poderia prestar os serviços dessa outra? Porque houve um acréscimo de valor de 40 mil para cem mil. Então, é você comparar um Volkswagen com um Corolla. Não são coisas iguais.

SR. JOÃO VACCARI NETO: O que eu posso dizer para o senhor é que foi uma decisão gerencial, baseado na nossa experiência do dia a dia.

E depois, nós já oferecemos ao promotor que cuida do caso inúmeros documentos sobre a pertinência dos faturamentos que essa empresa fazia. E

nós disputamos judicialmente com ela e vencemos as disputas judiciais com a empresa do Sr. Andy.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só fiz a comparação mal feita do Volkswagem com o Corolla, é só carro popular e carro de luxo. Não tenho nada contra.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Sobre a continuidade, os recebíveis que nós oferecemos e foi acordado pelo FIDC, pelos investidores, seriam recebíveis de obras concluídas. E assim foi feito.

E naquele momento, naquela exatidão, não tinha nada *sub judice*, absolutamente nada, estava tudo transcorrendo dentro da normalidade. Tanto que esse tipo de investimento é fiscalizado pela CVM, [soa a campainha] tem os registros, tudo isso e nunca teve qualquer...

Aliás, pelo contrário, quando indagada, quando indagada sobre a legalidade da operação do FIDC BANCOOP, a CVM respondeu oficialmente a eles que era uma operação legal, dentro da lei, dentro das conformidades legais. Então, só para colocar ao senhor.

Não são 8.500 famílias, até porque o número de imóveis que nós ofertamos, são 6.639. Então, não tem 8.500 famílias. E o que nós temos, hoje, que está ainda na necessidade de entrega, conforme eu fiz na exposição inicial, são 592, e para todos... Nós temos 88 que serão entregues até junho, temos inúmeras situações, mas pendente de qualquer solução nós temos 123 unidades, porque está *sub judice*, os cooperados estão esperando decisão da justiça. E aí nós temos que acompanhá-los porque há uma pendência judicial. Agora, quanto às outras há perspectivas de solução.

Sobre o total aportado, não foram 43 milhões que foram aportados, foram 39 milhões e foram aportados e injetados no caixa da Cooperativa, o que permitiu o andamento com eficiência das obras durante o ano 2004, 2005 e 2006.

Agora, sobre o critério de rentabilidade dos fundos, eles medem as rentabilidades por 'N' fatores. E eles responderam isso publicamente através de notas da semana passada ou da outra semana e tem respondido sistematicamente.

Primeiro, nós nunca atrasamos uma parcela, sempre pagamos rigorosamente em dia e fizemos publicamente uma oferta de recompra dos nossos títulos, os quais acataram, cada um observando seus critérios de rentabilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Presidente Casagrande.

Eu vou tentar, cooperando com a sua, a nossa fome, ser o mais objetivo possível.

Dr. Vaccari, tem uma pergunta que eu faço aqui que é para tirar uma dúvida: essas empresas que são acusadas, Germany e Mizu, pertencem a dirigentes da BANCOOP ou do Sindicato dos Bancários, alguma coisa assim?

Só isso, para continuar.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Essa, a Germany pertencia a dirigentes da BANCOOP. A Mizu eu não sei a quem pertence, não tenho os nomes.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Isso já me parece uma falta de ética e de interesse de conflitos bem claro.

Com o maior brilhantismo do nosso advogado, Dr. Dallari, isso, evidente, em qualquer circunstância--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permite, senador, se ele defende a causa indefensável com esse objetivo, imagine ele contra. Ele botava o pessoal da Germany na cadeia. Ele complicava tudo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas é um pouco a tese que eu vou falar depois na tréplica aqui. Eu gostaria de ler aqui, e aí também para ser bastante objetivo, na manifestação do Promotor Blat, que mandou aqui ao Senado, ele diz o seguinte: "*Pela apuração e conferência dos cheques e demais documentos constantes nos autos, vislumbra-se que aproximadamente 40% da movimentação das contas correntes de titularidade do BANCOOP tiveram os recursos sacados em dinheiro, na própria agência bancária. A título exemplificativo o cheque nº 011340– 9, Conta Corrente nº 007640, datado de 7 de outubro de 2004, Banco Bradesco S.A., valor 50 mil reais, foi sacado no caixa, e tem como destinatário a própria BANCOOP, a exemplo de centenas de cheques de valores variados, onde os dirigentes utilizaram o mesmo expediente, facilitando assim o suposto desvio de recurso da cooperativa para outros fins*."

E aqui vai uma lista de cheques, que eu não vou ler aqui, mas tem uma lista de cheques, com toda documentação de que isso foi tirado na boca do caixa. E ele chega a citar o número, 40%, que contradiz profundamente a afirmação feita por V. Sa. aqui de que não há nenhum cheque feito na boca do caixa. Nenhum cheque que tenha sido retirado, em dinheiro, na boca do caixa.

Esses cheques nós vamos passar aqui e gostaríamos de ter... Com certeza V. Exas. também V. Sas. já viram essa lista de cheque, eu gostaria de ver o desmentido ou não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Teremos oportunidade então... Teremos oportunida-

de na CPI. Está aqui. Eu vou depois passar aí para os senhores.

A outra questão que eu coloco, e que eu tenho a maior dificuldade de entender, até porque eu... Minha vida toda como não político foi na área empresarial, como é que uma empresa tem dificuldade, ou uma cooperativa, ou uma instituição qualquer, está [soa a campainha] na maior dificuldade financeira para pagar os seus problemas relativos a sua finalidade principal, que é a construção de imóveis, em falta com seus cooperados, já que não está entregando aqueles imóveis prometidos a tempo, aqui nós vimos até falamos de caso de cinco anos, se não me engano é aqui o Ignácio Loyola que fala isso, cinco anos, como é?

Eu queria uma explicação lógica. Que não está... Está com dificuldade, não paga, recorre por reforço de caixa seus cooperados que são essas pessoas que nós vimos aqui em audiência anterior, mas tem 1 milhão e meio que foi dado entre 2005 e 2006 para a empresa do Sr. Freud, que é uma empresa de segurança, que não é uma atividade fundamental e os números assustam. Um milhão e meio, diante da dificuldade que se encontrava a empresa. Isso é uma situação que eu também não consigo explicação.

Então, essas três, essas duas questões, a primeira já foi respondida, a Germany, e isso é uma irregularidade, pertencia a dirigentes da empresa.

E a outra são os dados que têm aqui, desses cheques que estão listados aqui e que eu gostaria de... Ouvir a reconfirmação de que não existe nenhum cheque que tenha sido emitido de maneira a virar dinheiro vivo sacado na boca do caixa. E essa explicação do Sr. Vaccari. Do Sr. Freud.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Obrigado, Senador.

Deixa eu só colocar o seguinte. Quando se diz que 40% das operações financeiras foram sacadas, nós estamos insistindo nisso, são operações interbancárias. O que se refere? A movimentação entre contas. E quando você vai pagar título num banco, e nós pagamos todos, nós operamos com o mesmo banco, que é o Bradesco, quando você opera com esse mesmo banco e você paga os títulos desse banco, as movimentações que... Fazer pagamentos também se utiliza do mesmo sistema. Então, sai tudo como saque no sistema do banco.

Agora, então essas são as operações interbancárias. E o que eu disse anteriormente, eu disse o seguinte: não existe o volume--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [Pronunciamento fora do microfone] entre as empresas Mizu, ou estou enganado, e Germany?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Eu não tive acesso à lista, está certo, mas o sigilo da nossa cooperativa ele foi rompido em 2007, senador, e nós nunca interpusemos qualquer recurso contra isso, qualquer recurso.

Aliás, vou só recuperar que quando nós apresentamos ao Ministério Público, nós propusemos a eles inclusive garantindo o suporte financeiro.

Agora, não existe volumes de saques da ordem de 18 milhões. Isso não existe. Agora, também dizer que não houve nenhum saque, seria muita leviandade--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Nenhum, não. Mas existem saques?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Existem saques para medidas operacionais. Isso existe. Pagamento de decisões judiciais... Perito...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [sobreposição de falas].

SR. PEDRO DALLARI: Posso dar um exemplo, só um exemplo. Há casos, por exemplo, de que pagamentos efetuados na Justiça do Trabalho têm que obrigatoriamente ser feitos em dinheiro. Então, é feito o resgate em dinheiro e é feito o pagamento em dinheiro. Casos onde, por exemplo--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Dr. Dallari, e algum cheque da BANCOOP para a BANCOOP?

SR. PEDRO DALLARI: Sim, pelo seguinte--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Isso me intriga muito, porque me passa a impressão de lavagem.

SR. PEDRO DALLARI: Não, eu explico por quê. Como ficou evidenciado, pelo acordo celebrado com o Ministério Público, e em parte isso já vinha sendo feito antes, cada empreendimento da BANCOOP é obrigado a ter sua própria conta bancária e o seu próprio CNPJ como filial.

Isso era uma reivindicação dos cooperados, pela segmentação dos empreendimentos e para que a contabilidade ficasse segmentada. Isto faz com que, com muita frequência, tenha que haver transferência de dinheiros de uma conta da BANCOOP, de um empreendimento, para uma conta central que efetua pagamentos.

Então, há uma movimentação muito grande de cheques nominais da própria BANCOOP à própria BANCOOP porque se trata de transferências entre contas da própria cooperativa.

E eu insisto, isto foi inclusive convalidado pelo próprio Ministério Público que exigiu esse tipo de segmentação.

Uma segunda hipótese, como mencionou o--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Dr. Dallari.

SR. PEDRO DALLARI: Pois não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Inclusive nós aprovamos aqui no Congresso, exatamente a legislação que estabeleceu o patrimônio de afetação, que é esta garantia.

Cada empreendimento imobiliário tem que ter a sua contabilidade específica pra gente não ter aquelas situações de ao falir um empreendimento, micar vários.

SR. PEDRO DALLARI: V. Exa. tem razão. Uma outra situação, senador, o caso como mencionou o Presidente Vaccari, um pagamento que é feito a um fornecedor no Bradesco, que tem conta no Bradesco com um cheque emitido da BANCOOP, emitido pelo Bradesco, este... A acusação na movimentação financeira cairá como um saque em dinheiro.

É como o depósito que é feito entre duas pessoas--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O que fica estranho é quando cheques, nos mesmos valores, são emitidos em seguinte por esta empresa para o PT. Isso é que fica estranho.

SR. PEDRO DALLARI: Aí teria que se verificar caso a caso, a verificação.

Agora, esta lista que V. Exa. tem [soa a campainha], que o Ministério Público forneceu ao Senado, o Ministério Público jamais forneceu à Cooperativa. Nunca o Promotor Criminal fez qualquer tipo de solicitação de esclarecimento--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Embora seja menos grave que o delito, porventura, cometido. Numa hierarquia de delitos, é menos grave.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Queria deixar o João Vaccari concluir as suas...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Exatamente. Existem cheques sacados na boca de caixa? Só isso.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Isso, exatamente que eu estava dizendo, que é o seguinte: para as despesas operacionais de pequenas montas, vamos falar recursos judiciais, pagamentos, enfim, de pequenas despesas, também fizemos saques.

Agora, isso significa um volume muito pequeno. É por isso que eu digo, não há esse volume de recursos que estão nos acusando.

E, por último, foi importantíssimo a Senadora Ideli nos colocar a questão do patrimônio de afetação, porque exatamente pela lei das cooperativas nós não somos obrigados. Mas nós fizemos por similaridade. Nós instituímos que cada empreendimento tem os seus próprios centros de custos, tem o seu próprio CNPJ filial, para que permitisse, inclusive aos próprios cooperados, fazer a fiscalização e as próprias compras serem faturadas em nome daqueles mesmos empreendimentos.

Então, isso trouxe uma tranquilidade maior do ponto de vista da transferência, da transparência da [ininteligível].

E que a pergunta do senhor se refere à questão do pagamento--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): De 1 milhão e meio.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Da Caso. Isso é o pagamento de fornecedores, para quem tem o faturamento alto, nós tínhamos à época... À época, nós tínhamos 30 empreendimentos que ficavam sob vigilância. Vigilância armada.

Os comprovantes da prestação de serviço estão todos arquivados, inclusive as GFIPES, que são os... O documento necessário que se faz o recolhimento do INSS para garantir que a empresa está cumprindo--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não é o fornecedor. É a segurança. É prestação de serviços...

SR. JOÃO VACCARI NETO: É um fornecedor para o empreendimento. Fornece o serviço de vigilância.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Serviço de Vigilância?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Serviço de vigilância.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Também no caso da Germany, se não me engano, era de dirigentes da BANCOOP.

Neste caso, pertence a uma pessoa identificada com o partido de que V. Exa., V. Sa. é o tesoureiro hoje, foi segurança do próprio Presidente Lula, segundo V. Sa., segurança mais de 15 anos do próprio PT. Há suspeitas de ele ter colocado [soa a campainha] 1 milhão e meio na questão do dinheiro nunca reclamado dos aloprados.

Então V. Sa. há de concordar comigo que existe aí, pelo menos, uma situação promíscua bastante comprometedora.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Olha, nós fizemos cotações, está certo? Nós fizemos cotações para que a gente contratasse um bom fornecedor de serviços de segurança. Nós... Podemos fornecer essa documentação toda ao Presidente da comissão para que repasse aos senadores, todo o procedimento feito na questão de pagamento de fornecedores.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas V. Sa. concorda comigo que é uma situação bastante suspeita.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Eu não posso concordar com o senhor porque foi uma contratação de prestação de serviços de segurança feito dentro de um critério gerencial preestabelecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Só minha tréplicazinha bem rápida.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu fiz a pergunta bem rápida, conforme comprometi com V. Exa..

Eu quero dizer que, independente de que haja qualquer coisa, eu quero deixar bem claro aqui que não existe nenhuma conspiração da *Veja*, me parece, com as pessoas que estavam aqui, todos os cooperados que estiveram aqui chorando seus problemas, com o Ignácio Loyola, seja ele escritor ou não, junto com a *Rede Globo*, com o *Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, revista *IstoÉ*.

Não existem... Existem fatos baseados, Senador Casagrande, e no mínimo uma promiscuidade intensa entre partido político, o PT, que está no Governo, que V. Sa. é o tesoureiro, a Cooperativa BANCOOP, visto todas as colocações que fizeram aí entre troca de serviço e prestação de serviços, fundos previdenciários controlados pelo Governo, e remessa de dinheiro.

Essa promiscuidade é que absolutamente não é aceitável, mesmo que não haja, eu parto até do princípio, Senador Casagrande, até que não haja nenhum tipo de corrupção mesmo. Mas que existe uma promiscuidade absolutamente antiética, que não se baseia em... E nem pode... Em nenhum princípio tão a gosto da impessoalidade, republicana, que nós todos queríamos para um governo que todos os brasileiros se orgulhem dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pode. O senhor pode. Se o senhor quiser fazer algum comentário pode.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Só um pequeno comentário, senador. Tão logo, antes de tomar posse como tesoureiro do PT, eu me licenciei do cargo de Presidente da BANCOOP. Então, eu sou ex-Presidente da BANCOOP, estou aqui respondendo a todas indagações que são feitas, mas na condição de ex-Presidente já.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu só quero complementar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Fique a vontade, senador.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): porque o senhor é ex-Presidente da BANCOOP, mas, se não me engano, assinava cheques já antes, em conjunto com o ex-Presidente, não?

Mas é tesoureiro do PT, o Sr. Freud é segurança do PT, que contribuía para a campanha do PT, a Germany pertencia a dirigentes que eram ligados, que contribuíam para a campanha do PT.

Quer dizer, existe realmente uma relação profundamente promíscua e que eu acho até que deve ser cortada, até para deixar bem claro todas essas colocações que foram feitas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Podemos seguir em frente? Senador Cícero Lucena e Senadora Ideli. Para que a gente possa fazer o encerramento dessa fase da reunião.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, eu tive a oportunidade, estou tendo também, de participar das duas sessões. A primeira... As três. A que votou essa audiência, a audiência conjunta, a que esteve presente as vítimas do BANCOOP e agora nessa fase de esclarecimento do ex-Presidente, bem como da sua assessoria jurídica.

Pelo que nós vimos aqui, parece-me que está tudo resolvido. Que não tem problema nenhum na BANCOOP. Bem diferente daquilo que nós ouvimos quando as vítimas da BANCOOP aqui estiveram presentes.

Eles citaram, por exemplo, Presidente, ou ex-Presidente, desculpe, que determinadas cotas extras eram cobradas para pagar IPTU que já tinha sido pago. A cota de pagamento do IPTU já tinha sido apresentada a eles, eles já teriam pago essas cotas e, depois, voltavam a apresentar novas cotas porque o débito continuava existindo na Prefeitura.

Eles aqui também disseram que alguns não recebiam, no caso daqueles que estavam construídos, alguns não recebiam a quitação do seu imóvel para poder escriturar, porque o terreno ainda não estaria regularizado num procedimento natural que todos que lidam no mercado imobiliário sabem que precisa fazer parte do memorial de incorporação.

Outros disseram que questionavam, na Justiça, os valores que eventualmente a BANCOOP estava dizendo de elevação.

Outros colocaram que do apartamento, e chegaram a mostrar, como disse o Senador Alvaro Dias, o apartamento deles se encontrava e ele até apontava o 9º andar apenas do *folder*, muito parecido com aquelas fotografias bonitas que o senhor apresentou aqui no *slide*, e que o terreno estava limpo, sem nenhuma estrutura ainda construída.

Outros comentaram que a obra estava paralisada, que tiveram várias reuniões na BANCOOP, promessas de retomada da obra, retomada da obra e nada disso acontecia.

Por que eu faço essas duas comparações, Senador Arthur Virgílio? Me faz lembrar o siciliano Luigi Pirandello, que foi um daqueles mestres, Senador Tasso, cuja biografia humilha até os grandes. Como, por exemplo, Mozart, na música, só que ele foi das letras. Ele escreveu sua primeira obra com 12 anos de idade, uma ficção, até chegar ao Prêmio Nobel de literatura. Aventurou-se por quase todos os gêneros da literatura.

Mas, foi no teatro onde ele deixou a mais importante contribuição com peças como, por exemplo, *Seis Personagens em Busca de um Autor* e sobre essa que eu chamo atenção, *Assim É, se lhe Parece*; eu que presenciei a sessão dos vitimizados, ou das vítimas, dos coitados que aqui expuseram a BANCOOP, e agora vendo tudo mil maravilhas, a perfeição gerencial dos procedimentos éticos, do respeito--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Já dá para começar a ter raiva deles, daquele pessoal que veio aqui.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então, veja bem, nessa última personagem, Senador Arthur Virgílio, a personagem principal dessa peça, *Assim É, se lhe Parece*, Lamberto Landisi diverte-se ao dissecar [soa a campainha], impiedosamente as contradições das outras personagens da comédia dramática, na busca da verdade de cada um, sempre conflitante com a dos outros, ele mostra como as coisas mudam totalmente de figura a cada olhar diferente, dependendo da pessoa que observa.

Uma ficção que está me parecendo, de uma forma clara, a realidade desse momento que nós estamos vivendo. O rico currículo de V. Sa., o senhor deteve cargo, exerceu cargo de Diretor Presidente, de Direção do Sindicato dos Bancários, da gráfica do Sindicato, da BANCOOP, e atualmente do PT.

O irmão do Sr. Luiz Eduardo Malheiro, Sr. Hélio Malheiro, declarou ao Ministério Público que o senhor pressionava Luiz Eduardo Malheiro a efetuar um empréstimo da BANCOOP à BANGRAF, a gráfica dos bancários. Isso é verdade? A operação se realizou? Quando, qual o valor e as condições desse empréstimo? E o empréstimo foi pago?

Sr. Presidente, se me permite eu farei as perguntas só para a gente ir andando e se eles, assim desejarem poderiam responder. Pois não. Embora algumas eu vá precisar do desdobramento da sua resposta, eu pensava em agilizar. Apenas nesse sentido.

Entre as suas atribuições, seria de zelar pelo equilíbrio financeiro da cooperativa? O senhor, como diretor administrativo, financeiro e como diretor técnico e executor que foi também, em algum momento passou sobre a responsabilidade de V. Sa. que havia a possibilidade de superfaturamento nos terrenos? Que havia problemas técnicos na aquisição desses terrenos, por exemplo, em relação ao tipo do terreno, a resistência do seu solo, que muitas vezes exigiram processo 30 vezes mais caros na implantação das suas fundações por deficiência do solo?

O depoimento do engenheiro Ricardo do Carmo confirma que os empreiteiros da BANCOOP, a princípio, foram forçados a colaborar com a campanha do então Presidente Lula [soa a campainha], em 2002, emitindo notas frias, notas fiscais frias, que eram pagas, Senador Tasso Jereissati, que eram pagas com cheque para essas empreiteiras retirarem na boca do caixa e depois repassavam esse dinheiro a Hélio Malheiro. Este diz, dizia que entregava o dinheiro a seu irmão e que este informava que esse dinheiro era destinado para a campanha do PT.

Todas essas afirmações que estou fazendo é fruto do depoimento do engenheiro Ricardo do Carmo, que durante muito tempo foi o responsável técnico e operacional da relação da BANCOOP com as construtoras.

O senhor soube em uma reunião da BANCOOP, em 2002, em que Luiz Eduardo Malheiro declarava com os cooperados que a BANCOOP apoiaria Lula e naquela oportunidade distribuiu material da campanha, em 2002 e, obviamente, naquela oportunidade, as cooperativas, por obrigação legislativa teriam que não ter participação política?

Eu faço essas perguntas e acrescento outras.

Na possibilidade do empréstimo à gráfica, a BANCOOP tinha como regra, atribuição ou prática fazer outros tipos de empréstimos? Por exemplo, antecipação de receitas de determinados fornecedores, prestadores de serviço, ou compra de crédito dessas empresas.

E também se a BANCOOP, além de operar em São Paulo, se ela tem ramificação no setor imobiliário em outros estados brasileiros?

Por enquanto, depois eu continuarei com as perguntas dependendo da resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. João Vaccari.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Primeiro, eu quero dizer que durante... Nesses últimos 14 anos, desde a fundação, nós sempre procuramos trabalhar com os nossos cooperados apresentando a eles todas as dificuldades, especialmente no período de 2005 para cá.

Agora, essa questão da incorporação que o senhor coloca que é um dado relevante, pela lei das cooperativas, nós estamos dispensados dessa incorporação. Então, não eram feitas incorporações prio-

ritariamente, porque não é necessário pela lei das cooperativas.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas se o senhor me permite, a regularização do imóvel é um princípio básico inclusive para se tirar alvará de construção. Isso aí as cooperativas não estão desobrigadas.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Não, não. Estou dizendo do ponto de vista da incorporação, de forma antecipada. Agora, ao final, faz-se todo o processo de recuperação documental, para se fazer o habite-se, e, enfim, legalizar o imóvel.

Praticamente, eu não sei... Nós devemos ter por volta de 86% de nossos imóveis estão regularizados hoje com opção da questão da documentação em ordem. Posso errar esse número, ser um pouco menos, um pouco mais, mas é oitenta e poucos por cento.

A segunda questão que o senhor coloca, a BANCOOP nunca fez empréstimos à BANGRAF. Nunca. Não existe isso, não é verdade.

Ao mesmo tempo também, eu desconheço que a BANCOOP tenha comprado créditos. Isso eu desconheço. O que foi, o que teve, nós tivemos foi o FIDC no qual nós vendemos crédito ao mercado.

E a outra pergunta que o senhor faz, BANCOOP em outros Estados eu não tenho conhecimento. Creio que não exista. Dessa aqui eu não sei. Mas sob o nosso CNPJ, não. Pode ter coincidência de nome, essas coisas. Mas sob o nosso CNPJ, não.

Essa questão que se coloca dos terrenos, e da implantação dos empreendimentos, os terrenos eram comprados na cidade de São Paulo, a maior parte deles eram trocas de áreas, fazia-se a troca de áreas, quer dizer, o senhor sabe como funciona. Inclusive, parte dos empreendimentos que nós devemos foi a proprietária de terreno no qual nós fizemos troca de áreas, que também é um processo em negociação a ser desenvolvido.

E a implantação dos empreendimentos sempre seguiu a melhor norma da engenharia. Nunca foi feito... Se a engenharia recomenda que tem que ser feito assim, deve ser feito assim.

Nós tivemos um empreendimento, inclusive, que em função da região, da especificidade da região, que era Moema, uma região em São Paulo bastante complicada do ponto de vista da construção civil, que nós preferimos a descontinuidade e a devolução dos recursos aos cooperados, em virtude da especificidade do terreno, porque era melhor.

A outra situação que o senhor coloca, que o senhor cita aí, de novo, a história do... Do depoimento do Hélio sobre notas frias, o que eu posso dizer é que todos esses pagamentos foram contabilizados, estão registrados com as devidas medições. E que nós não podemos responsabilizar jamais depois que alguém saca dinheiro ou o que vai ser feito com dinheiro.

Entretanto, eu reafirmo o que eu já disse, eu nunca fui recebedor de qualquer dinheiro por parte de Luizinho, de Luiz Eduardo, do Hélio Malheiro ou de outras pessoas. Porque eu era Presidente do Sindicato na época.

E eu desconheço que tenha sido feito distribuição de materiais [soa a campainha] em apoio ao Lula na campanha de 2002. Isso eu desconheço, porque em 2002 eu era Presidente do Sindicato dos Bancários, e estava devidamente ocupado com as mobilizações que nós vínhamos fazendo, porque coincidentemente a eleição é na época da campanha salarial dos bancários, que nós sempre achamos isso uma dificuldade.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, gostaria de perguntar ao Sr. João Vaccari, na qualidade de Presidente da Cooperativa, ele aprovou as contas da entidade, relativas a 2004 e 2005, onde os balanços da entidade já apontavam endividamento da ordem de 70 milhões. Como se justifica essa aprovação?

E também gostaria, se fosse possível, agora ou em outra oportunidade, qual era... Qual era e é a realidade do balanço da BANCOOP em 2003, e agora, em 2009, e como é que, no ano em que há um déficit desses, de 70 milhões de reais, consegue se ter uma aprovação AAA?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mais alguma coisa?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Depois eu encerrarei, só.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Sobre a aprovação dos balanços, em 2004, aliás, a partir de 2005 há uma mudança no regime do... Passamos a fazer o balanço no regime competência, não contra o regime caixa, que até 2004, 2003 e 2001, era no regime caixa.

Então, a partir de 2005 nós passamos, fruto da exposição inicial que eu fiz, da auditoria que foi feita, de toda contratação de assessoria, de profissionalização, nós passamos a fazer o registro de competência.

Então, a partir de 2005 fica evidente nos balanços, aparece os compromissos futuros.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas em 2004 já apresentava déficit.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Olha, eu creio que não havia déficit do ponto de vista do balanço da BANCOOP. Mas havia, sim, déficit dos resíduos não cobrados e das necessidades que não tinham sido apresentadas ainda aos cooperados, que foram apresentados aos cooperados a partir de 2005.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, apenas para encerrar, lamento a ausência do Senador João Pedro, e mais uma vez se confirma a questão do Luigi, porque João Pedro estava presente na reunião com as vítimas da BANCOOP e, lamentavelmente, ele não teve tanta ênfase como teve hoje na presença do tesoureiro do PT, do Presidente do PT, para dizer que essas sessões e a defesa daquelas vítimas era politicagem.

Então, lamento a ausência dele, bem como ele não ter feito isso na audiência passada, com as vítimas do BANCOOP.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Ideli. Para encerrar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu queria, em primeiro, lugar lamentar que nós não tivéssemos hoje a presença dos demais convidados, do Sr. José Carlos Blat, que é o Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo, e também do Sr. Lúcio Bolonha Funaro, que presta declarações aí que seriam muito importantes hoje, nós podermos inclusive fazer o confronto, tirarmos a limpo, porque quando nós propusemos que fosse trazido para a Comissão de Fiscalização e Controle o assunto, ao invés de ficar pipocando em várias comissões, como aconteceu aí durante quase três semanas, era porque essa comissão que tem exatamente a prerrogativa.

Se há algo que precisa ser fiscalizado, precisa ser controlado, é uma comissão permanente que tem essa prerrogativa e por isso que nós entendíamos que, se fosse o caso, deveria ser trazido para cá e não em outras comissões.

Então, é lamentável que os demais convidados não tenham comparecido.

Eu queria dirigir as minhas perguntas ao Dr. Pedro Dallari. E quero fazê-lo até porque o assunto, o tema é a BANCOOP. É isso. A pessoa que representa a BANCOOP nesse momento aqui, hoje, efetivamente, é o Sr. Pedro Dallari, que é o advogado da Cooperativa, até porque se fosse para nós fazermos perguntas a quem responde hoje pela BANCOOP, não seria o João Vaccari, teria que ser o atual Presidente da BANCOOP, que é o Vagner de Castro.

Então, eu queria, em primeiro lugar, assim, eu sei que essa pergunta já foi feita e eu gostaria apenas de reafirmar: a BANCOOP é uma cooperativa; portanto, ela está subordinada à legislação que rege as cooperativas no Brasil e ela não é uma ONG. Eu sei que... O Dr. Pedro já respondeu, mas eu queria que isso ficasse consignado, porque nós já vivenciamos esses expedientes aqui no Senado em outras... Em outras épocas, em outras situações, de querer fazer discussões de coisas que não são, como se fossem.

Então, acho que a primeira questão é esta reafirmação de que a Cooperativa dos Bancários, a BANCOOP não é uma ONG. A outra, também a confirmação, eu recebi aqui a cópia do documento que o Senador Suplicy encaminhou ao Dr. Jorge [ininteligível] Sobrinho, com as respostas, confirmando que não há recursos públicos federais na BANCOOP.

Eu quero até perguntar: não há recursos federais, não há recursos estaduais, ou seja, não há recurso público na BANCOOP? Eu queria que isso ficasse também consignado.

A outra pergunta que eu gostaria de fazer é o seguinte: eu acompanhei atentamente o desenrolar aqui de ação no Ministério Público, que começou em 2006, que quando os cooperados recorreram ao Ministério Público, e que isso acabou se transformando num acordo judicial, em março de 2009.

E depois, no Ministério Público, na esfera criminal, aonde inclusive o juiz responsável negou todas as quebras de sigilos, de bloqueio de contas etc. e tal.

Então, esses dois processos judiciais que foram aqui relatados, eu gostaria de saber se são os únicos, os únicos, ou existe algum outro processo judicial em andamento, seja lá em que esfera for, que envolva a BANCOOP?

Aqui foi dito que Dr. Pedro Dallari é advogado do Vaccari. E isto terminou de destituir o advogado do Vaccari que se encontra aqui. Então, eu não sei se o Dr. Pedro que foi agora subestabelecido aqui como advogado do Vaccari, tem condição de responder se o Vaccari responde algum processo.

Ele, na condição de Presidente, porque ele foi Presidente da BANCOOP, 2005 a... Agora, início do ano. Se neste período, com estes dois processos aqui, se ele foi indiciado, se ele respondeu, se ele foi ouvido, inquirido, acusado, apresentado algum tipo de prova.

Uma outra questão que eu queria fazer também é que me causou assim... É um volume grande [soa a campainha] de empreendimentos que foram lançados pela BANCOOP. Como a BANCOOP é de 1996, é uma cooperativa bastante antiga e nós temos ainda, pelo que eu entendi, um resíduo de aproximadamente 500 cooperados que estão realmente numa situação que acho que todos nós temos que... É obrigação de todos nós nos preocuparmos para que aquilo seja solucionado e seja solucionado a bem das pessoas que colocaram suas economias, seus recursos na perspectiva de ter a casa própria.

Mas eu queria saber o seguinte: alguns destes cooperados que estão ainda no litígio, que ainda têm, digamos assim, situação a ser resolvida pela BANCOOP, algum desses empreendimentos se refere a empreendimento lançado durante o período que o Vaccari foi Presidente da BANCOOP?

Porque acho que também isso é importante, porque acaba agora tendo que responder sem ser mais Presidente por situações que foram inclusive criadas no período que ele não era Presidente.

Nós tivemos, ainda, eu queria que ficasse um pouco mais claro, porque foi aqui informado de que houve auditorias nas contas e na contabilidade da BANCOOP. E quais foram os resultados dessas auditorias? Inclusive foi quebrado o sigilo bancário da BANCOOP. Eu quero que confirme.

Porque aqui foi falado tanto em cheque, saque a descoberto, em boca do caixa e tal, ou seja, isso passou ou não passou por auditoria? Qual foi o resultado dessas auditorias, para que fique claro se aquilo que está sendo insinuado, levantado aqui tenha alguma razão de ser. E naquela questão do fundo, do FIDC, os investidores ou a BANCOOP tomaram algum prejuízo na constituição do fundo? Ou isso ainda está em aberto?

E, por último, eu queria, Dr. Pedro, assim, com toda sinceridade, porque falaram aqui do seu DNA, eu acho até... V. Exa. deve ter orgulho do seu DNA, mas todos sabem, entendem do saber jurídico e da experiência, o reconhecimento público do seu trabalho jurídico. O senhor consegue me explicar, consegue me explicar, por que as perguntas não foram dirigidas à única pessoa que responde efetivamente pela BANCOOP? Por que as perguntas foram majoritariamente dirigidas ao Vaccari? Por que que muitas das perguntas, inclusive, não tinham nada a ver com a BANCOOP? Foram perguntas aqui de outras... De outras esferas, de outras situações, de outros momentos, de outros episódios. Por quê?

E eu até, queria até, assim, perguntar, porque a sensação que me passa, às vezes, é que deve ter algum artigo, em algum código, em alguma legislação, que torna crime automático ser do PT, porque é impressionante, entende.

O principal objetivo não é atingir a BANCOOP, muito menos resolver o problema dos cooperados, mas é atingir o PT.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos então...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só uma Questão de Ordem, Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vou passar a palavra ao Dr. Dallari. Antes a Questão de Ordem.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, até por sugestão da Senadora Ideli, eu gostaria também que consignasse que no mínimo é estranho, embora façam questão de registrar que na BANCOOP não tem recurso federal, que é no mínimo estranho a composição de um FIDC, onde pouco mais de 20 milhões de reais são compartilhados com praticamente oito fundos de pensões e todos eles estatais, de origem de empresas estatais. Eu gostaria que isso fosse registrado também.

E quanto à questão de ser crime ou não ser do PT, é questão de uma consciência de quem é do PT.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dr. Pedro Dallari, com a palavra.

SR. PEDRO DALLARI: Prezada Senadora Ideli, eu procurarei ser breve, diante do adiantado da hora, mas se, porventura, deixar de responder alguma coisa, por favor, V. Exa. me cobre.

Como eu procurei explicar, a Cooperativa não se confunde com uma organização não governamental.

As organizações não governamentais têm a forma de sociedade civil e são regidas pelo Código Civil Brasileiro de 2002. As cooperativas têm natureza jurídica própria e são regidas por uma lei específica, que é a lei 5.764, de 1971.

Portanto, não há, do ponto de vista técnico, do ponto de vista do direito, confusão entre as duas figuras. Tanto é que as cooperativas não se habilitam, por exemplo, a parcerias com o poder público, que são reservadas às organizações não governamentais.

Com relação aos recursos públicos, a pergunta de V. Exa. permite realmente explicar algo que talvez tenha ficado impreciso na apresentação inicial, porque lá figurou que não haveria nenhum aporte de recursos públicos federais na BANCOOP e isto poderia dar margem à interpretação de que poderia então haver recursos públicos estaduais ou municipais.

Não há recurso público de espécie alguma. Os recursos da BANCOOP são aqueles provenientes dos cooperados e aqueles que resultam de operações financeiras feitas pela própria cooperativa.

É importante registrar que como o fundamental para uma cooperativa é o aporte dos cooperados, na medida em que os cooperados se tornem inadimplentes ou que haja depósito em juízo, evidente que isso traz dificuldades de fluxo de caixa para a cooperativa. Daí porque a preocupação com o combate à inadimplência

e com as medidas judiciais que objetivam viabilizar a entrada de recursos na cooperativa.

Com relação às ações judiciais, além daquelas ações judiciais que resultam da relação entre os cooperados e a cooperativa, existe, como ficou evidenciado aqui uma única ação promovida pelo Ministério Público, que é a ação civil pública na qual se verificou um acordo judicial entre o Ministério Público e a BANCOOP.

Do ponto de vista criminal, e esta a nossa grande indignação em relação à conduta do Promotor Criminal, embora desde 2008 venha sendo feita a acusação de que a Cooperativa é uma organização criminosa, jamais foi proposta uma ação contra a Cooperativa, contra os cooperados, contra os dirigentes da cooperativa. Eles jamais... A cooperativa jamais foi chamada a se manifestar no inquérito criminal, os dirigentes da cooperativa jamais foram chamados a se manifestar no inquérito criminal...

Ou seja, é algo que revela um absoluto descompasso entre a postura na imprensa do promotor e aquilo que está nos autos, inviabilizando inclusive o exercício do direito de defesa.

Eu sei que esta é uma questão que preocupa muito hoje o Ministério Público como instituição, porque gera, obviamente, um desgaste na instituição.

Até onde eu tenho conhecimento, e ele me confirma então aqui, o Presidente João Vaccari não responde a nenhum processo, não tem nenhum tipo de acusação contra ele que tenha sido objeto de formalização.

Mesmo em relação à matéria da revista *Veja* que traz a referência ao depoimento do Luiz Funaro, esse depoimento teria sido feito, segundo a revista *Veja*, em 2005. Pois bem, o Ministério Público Federal, perante o qual foi feito o depoimento, jamais [soa a campainha] solicitou a João Vaccari qualquer esclarecimento em relação àquele depoimento. O que demonstra que o próprio Ministério Público não viu consistência no depoimento, se é que o depoimento efetivamente existiu.

As auditorias. Houve auditorias internas, em 2005, quando assumiu a nova gestão e a partir daí há uma auditoria permanente nas demonstrações financeiras. É importante registrar que esta auditoria que se faz em caráter permanente na BANCOOP não é obrigação legal das cooperativas. Ela é uma atividade onerosa para a Cooperativa, e que se aplica, no direito societário brasileiro, às sociedades anônimas de capital aberto, porque exatamente essas precisam ter seus balanços auditados.

A operação feita pela Cooperativa em 2005 e depois se perenizou por força do compromisso da Cooperativa no acordo judicial feito com o Ministério Público, revela o compromisso com a prática de boa governança corporativa que vem sendo adotada.

Com relação ao FIDC, não houve nenhum prejuízo para nenhuma das partes, porque para a BANCOOP o FIDC foi uma operação vantajosa, porque permitiu aporte de recursos garantidos pelos recebíveis a taxas de juros muito menores do que aquelas que a BANCOOP poderia conseguir no sistema financeiro. Então, para a BANCOOP a operação foi vantajosa.

Para os fundos, a operação foi vantajosa porque permitiu o resgate, a venda das suas cotas e depois a própria liquidação do fundo com a remuneração pelo mínimo autuarial. Ou seja, aquele que, pelos órgãos de controle, estabelece o mínimo que tem que ser assegurado, foi assegurado aos fundos de pensão, os fundos de pensão não tiveram, portanto, nenhum tipo de prejuízo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Dr. Pedro, inclusive assim, pelo meu cálculo, bem de bater os olhos, aqui, foi 30% de rendimento.

SR. PEDRO DALLARI: É, ao longo de seis anos, de cinco anos de duração.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Na verdade, doutor, me permita, o que estava previsto em remuneração seria IGP-M mais 12,5%. O que foi pago foi INPC mais 6. Imagine se os fundos de pensões adotassem isso com todos os investimentos que eles fizessem.

SR. PEDRO DALLARI: Aí V. Exa. tem toda razão, mas há que se fazer uma observação. A pergunta feita pela Senadora Ideli se referia a prejuízo. Não houve qualquer tipo de prejuízo. O que pode ter ocorrido é que eventualmente os fundos não tiveram a remuneração na expectativa que originalmente tinham.

Mas isso não significa que tenha advindo prejuízo na operação, o que se configuraria realmente em algo grave ou algo problemático, e isso não se verificou, em nenhum dos relatórios efetuados isso aparece.

Com relação... Aí V. Exa. me faz uma pergunta... Enfim, que eu posso responder menos pela condição de advogado e mais pela de ex-parlamentar, das perguntas se dirigirem ao Presidente Vaccari... Veja, Senadora Ideli, eu tenho compreensão com isto. Nós estamos numa Casa política. Eu fui parlamentar, eu fui Vereador na cidade de São Paulo, eu fui Deputado--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Num ano eleitoral ainda por cima.

SR. PEDRO DALLARI: Mas isso é da natureza das casas políticas. Nós temos que ter tolerância, isso é prática da democracia, eu não vejo nisso um problema.

O que me parece problemático é a conduta do promotor criminal. Porque, insisto, no sistema brasileiro

diferente do sistema norte-americano, onde o promotor não é eleito, o promotor não exerce função política, na medida em que o promotor deixa de se guiar pelo rigor funcional, e passa a especular com uma repercussão política da sua conduta, isto é uma distorção institucional no sistema.

Isto pode ter um impacto negativo do ponto de vista sistêmico. E eu tenho conhecimento de que o Ministério Público está preocupado com isso. Eu defendo integralmente a Instituição, acho que a Constituição Brasileira de 88 acertou ao conferir grande poder ao Ministério Público, acho que o Ministério Público tem um crédito perante a sociedade brasileira indiscutível, mas é importante se avaliar que uma conduta inadequada como esta do promotor criminal coloca em risco essa credibilidade.

Na medida em que a sociedade passar a ter suspeição do promotor como alguém que pode ser um agente político, isto é ruim para o Ministério Público e é ruim para a sociedade [soa a campainha]. Porque há uma politização inadequada. Mas, com relação ao Parlamento, não vejo nenhum problema.

Finalmente, peço só licença, Sr. Presidente, para passar a V. Exa. os documentos jurídicos a que fiz referência nas minhas falas, para que fique à disposição da comissão, as sentenças judiciais, os acordos, e possa até ser divulgado pela imprensa, embora os órgãos de comunicação já tenham isto em mãos há bastante tempo, porque são documentos, vêm sendo examinados já com atenção há bastante tempo.

Agradeço a atenção de V. Exa. e espero ter respondido as perguntas da Senadora Ideli.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado Dr. Pedro Dallari. Bem, concluímos então essa Audiência Pública.

Naturalmente, a minha expectativa como Presidente e expectativa da comissão é que nós... Com essa Audiência Pública nós possamos ter contribuído para que fatos que estão sendo noticiados no dia-a-dia sejam esclarecidos.

Ficamos prejudicados porque quem está acusando não... O Ministério Público justificou e o Funaro não justificou. Mas não estiveram presentes. Então, ficou uma sessão prejudicada. Certamente seria uma sessão muito mais animada com as presenças deles.

Mas, de qualquer maneira, eu agradeço muito o Dr. Pedro Dallari, pela sua presença; agradeço muito ao João Vaccari Neto, pela sua presença; e agradeço a todos senadores que participaram dessa sessão.

E nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, convidando a próxima para a próxima terça-feira, às nove e meia da manhã.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 15h54.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 09:30 HORAS.

Às dez horas e treze minutos do dia seis de abril de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE** e sob a Presidência em exercício do Senhor Senador **JEFFERSON PRAIA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam a lista de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **JOÃO RIBEIRO, MARISA SERRANO, CÉSAR BORGES, JAYME CAMPOS** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício, Senador Jefferson Praia, declara abertos os trabalhos, submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 73 de 2009-CMA, de sua autoria, "com o objetivo de discutir os parâmetros de preços utilizados para as obras públicas". Comparecem os seguintes convidados: Clóvis Marcelo Dias Bueno – Gerente Nacional de Gestão, Padronização e Normas Técnicas da Caixa Econômica Federal; Sílvio Figueiredo Mourão, Coordenador de Custos de Infraestrutura do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; André Luiz Mendes, Secretário de Obras do Tribunal de Contas da União – TCU; e Pedro Paulo Piovesan de Farias, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP. Deixa de comparecer o convidado Luiz Fernando Santos Reis – Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON, justificando a ausência. Após a explanação dos convidados, apresentam os seus questionamentos os Senhores Senadores JAYME CAMPOS, JOÃO RIBEIRO, RENATO CASAGRANDE e CÉSAR BORGES. Às 10:55 horas, o Senador Jefferson Praia passa a Presidência ao Senador Renato Casagrande. Às 11:30 horas, o Senador Renato Casagrande passa a Presidência ao Senador Jefferson Praia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 6-4-2010

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Bom-dia a todos. Inicialmente, gostaria de agradecer ao presidente desta Comissão, o Senador Renato Casagrande, pela oportunidade que me dá de presidir esta reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. A presente reunião... Aprovada, portanto, a dispensa da leitura da Ata.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em conformidade com a aprovação do Requerimento nº 73/2009 – CMA, de autoria do Senador Jefferson Praia, com o objetivo de discutir os parâmetros de preços utilizados para as obras públicas.

Convido, para fazer parte desta Mesa, que participará conosco, nesta Audiência Pública, com o objetivo de discutir os parâmetros de preços utilizados para obras públicas, Dr. Clóvis Marcelo Dias Bueno, Gerente Nacional de Gestão, Padronização e Normas Técnicas da Caixa Econômica Federal; Dr. Silvio Figueiredo Mourão, Coordenador-Geral de Custos de Infraestrutura do DNIT; Dr. André Luiz Mendes, Secretário de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União; Dr. Pedro Paulo de Farias, vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP. Os senhores podem compor a Mesa.

Quero destacar, também, que o Dr. Luiz Fernando Santos Reis, presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SNICON –, infelizmente não conseguiu chegar a tempo, em razão das fortes chuvas que o Rio de Janeiro está tendo. Bem, nós vamos, portanto, iniciar os nossos trabalhos. É importante que tenhamos, nesta reunião, a explanação por parte de todos os convidados com relação ao tema que iremos discutir. Todos nós percebemos a importância dessa questão relacionada aos preços de obras públicas no nosso país. E aqui estamos dando, na minha avaliação, um passo importantíssimo na direção de construirmos algo melhor de aperfeiçoamento ou de confirmação, em relação aos parâmetros utilizados, de preços, para obras públicas no Brasil.

Passo, portanto, a palavra ao Dr. Clóvis Marcelo Dias Bueno, gerente nacional de gestão, padronização e normas técnicas da Caixa Econômica Federal. V. Sa. terá um tempo de 15 a 20 minutos.

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Cumprimentando V. Exa., o Sr. Senador Jefferson Praia, pretendo cumprimentar todas as autoridades presentes. Senhoras e senhores, bom-dia. Pretendo ser breve. Trouxe uma pequena explanação, rápida, sobre o Sistema Nacional de Preços e Índices, de responsabilidade da Caixa Econômica Federal. E não poderia deixar de agradecer a oportunidade de estar aqui, que é uma honra para a Caixa Econômica Federal. Represento... Só na primeira tela, por favor... Estamos representando a vice-presidência de governo. O vice-presidente, hoje, nesta pasta, é o Jorge Fontes Hereda. E já podemos seguir, então.

O SINAPI foi, como determinação legal, incluído na LDO desde 2003. Ele vem se repetindo e, em 2010, nós temos a novidade na Lei 12017, em que inclui o SICRO, também, como balizador de obra pública. O SINAPI é um sistema corporativo, ele foi criado pelo BNH, ele existe desde 1969. Ele começa como um sistema para geração de índices da construção civil, bastante voltado para edificações habitacionais. Em 1997, por força de uma resolução do Conselho Curador do Fundo de Garantia, nós temos uma implantação do módulo de orçamentação do SINAPI. Então, ele passa a ser, a partir de 1997, um sistema de orçamentação de obras. E ele, desde essa época, já contempla as obras de habitação, saneamento e infraestrutura urbanas. Esse é o grande mote do sistema, ele tem uma força da parte da edificação habitacional, e bastante presente em saneamento e infraestrutura.

Em 2003, como eu já coloquei, nós temos a inclusão do SINAPI na LDO. Aqui é um destaque da lei que está vigendo, em que o artigo que coloca a questão do balizador de obra pública é o custo global de obras, obtido através dos custos unitários, e tem a referência ao SINAPI, que deve ser mantida e divulgada pela Caixa Econômica Federal, na internet. Ao longo dessa apresentação, nós pretendemos fazer uma navegação direta, que é o que qualquer cidadão brasileiro consegue alcançar através do nosso SINAPI *web*. É importante destacar o § 1º, que coloca que, para as obras do limite de tomada de preço, nós temos um limitador de 20%, podendo usar os custos unitários dentro dessa variação. Já nas obras acima da tomada de preço, o limitador é o SINAPI.

Também a novidade da citação do SICRO, a gente faz esse destaque. E também colocando que existe a possibilidade da tabela de referência publicada por qualquer órgão da administração federal, desde que ele esteja divulgado para a Caixa, para que a Caixa... Ele tem que estar devidamente divulgado, publicamente, na internet, e tem que ser encaminhada à Caixa Econômica Federal. Então, qualquer órgão, qualquer

ministério que tenha um sistema, seja escola, seja penitenciária, e divulgasse uma tabela, ela tem que, necessariamente, ser colocada para a Caixa, segundo a nova LDO.

A Caixa mantém convênios para acesso ao SINAPI, ele permite que as instituições conveniadas, elas possam fazer a sua orçamentação, ou seja, o sistema funciona como um sistema de orçamentação para inúmeras entidades do Brasil. Essa alternativa facilita, inclusive, o que está colocado no § 2, IV(F), da LDO, que é a possibilidade dessas entidades divulgarem os seus preços.

Aí é um esquemático bem simples do funcionamento do SINAPI, que mostra onde se baseia a isenção do próprio sistema. A Caixa faz a gestão do sistema, do processamento e a qualidade técnica. A coleta desses preços dos insumos é realizada em 27 capitais pelo IBGE. As composições unitárias, a esmagadora maioria delas foi fornecida por órgãos públicos e, necessariamente, essas composições passam por uma aferição do meio acadêmico.

Essa é a gradualidade do sistema. Então, os insumos são pesquisados, nós temos uma divulgação de insumos, eles alimentados, nós temos as composições. Um exemplo, ali, de revestimento de piso de cerâmica. Então, tendo o cimento, o servente, a própria cerâmica como insumo necessário a essa composição, é calculada uma composição do serviço e, finalmente, um orçamento que é baseado. Ali, o exemplo é um orçamento em cima de um projeto padrão, uma casa de dois quartos com 36 metros quadrados. Então, essa é a gradualidade do sistema.

Para informação dos senhores, a pesquisa do IBGE abrange 5.200 insumos, como eu já coloquei, 27 praças de coleta em todos os estados, as capitais dos estados. Esses dados são coletados até o dia 15 de cada mês, sofrem um tratamento estatístico, que é realizado até o final do mês, e os dados são divulgados até o 10º dia subsequente a essa coleta. Aí é, também, um esquemático da abrangência do sistema.

A abrangência dele é bastante mais significativa na questão habitacional. Temos presença de composições na parte de saneamento. Uma coisa: a infraestrutura, também, uma parte importante. E a menor abrangência na infraestrutura rural.

Os recursos tecnológicos... É o aplicativo na plataforma *web*, ele permite um acesso via intranet. Essa intranet é para o acesso dos técnicos da Caixa. E a internet é acesso público, que a gente pretende demonstrar ao longo da apresentação.

Dentro da parte da internet, temos a possibilidade de de *download* de relatórios de insumos, as composições sintéticas e a função de pesquisa pública das composições analíticas. Aqui é importante destacar que o sistema, sendo um sistema de orçamentação, a Caixa disponibiliza os valores dos insumos, disponibiliza o valor final das composições sintéticas, mas já nas analíticas a Caixa não disponibiliza os preços colocados. Por quê? Porque o proponente de cada ação, ele realiza o seu orçamento na sua praça. Então, a Caixa não faz a orçamentação.

À composição analítica é colocada a incidência de cada insumo, de cada serviço, de cada questão de mão de obra, para que o proponente conheça qual é a sua incidência e possa fazer o seu orçamento. Volta, por favor, que eu acho que eu não falei do último ponto. Existe, também, a divulgação de índices e custos dos projetos, dos orçamentos cadastrados, ou seja, essa é uma visão macro do índice de construção civil. Como eu já disse, SINAPI – WEB, ele não tem restrição de acesso, ele divulga os índices setoriais. Nós temos projetos tipos(F), que a gente pretende visitar aqui. Como eu já coloquei, o relatório de preços e insumos, que é possível fazer o download. As composições sintéticas, em que você tem a descrição dessa composição e o seu preço calculado com a pesquisa do SINAPI e, finalmente, a composição analítica, que eu já tentei explicar para os senhores. O SIPCI é um módulo interno do SINAPI, em que os conveniados, em geral, instituições do governo, eles, assinando convênio com a Caixa, tem a possibilidade de acesso ao sistema de orçamentação, para orçamentação específica de suas obras. O acesso é restrito. Volta, por favor.

É através de convênio... Eu já falei do modo de orçamentação. Aí, então, é a página principal. Nós podemos tentar fazer o acesso direto. Então, a primeira página que apareceu é a página que nós vamos ver, que qualquer cidadão brasileiro tem acesso. Entrando na página da Caixa: caixa.gov.br. Está entrando na página do Senado, mas ele tem que entrar na da Caixa. Pronto, essa é a da Caixa, na aba de governo, ele vai clicar na aba de governo. Essa entrada é um pouco lenta, mas depois o acesso é bem rápido. Ali é a barrinha de progresso.

SR. SÉRGIO: Não, mas é. Ah, ele está muito [ininteligível] só que entra, aparece essa página.

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Então, como eu já disse, tem a página do SIPCI, a consulta de insumos. Nós podemos fazer uma consulta de um insumo específico, assim, pode ser brita, por exemplo, em uma capital brasileira. Pode ser, senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Pode.

SR. SÉRGIO: Qual localidade?

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Um estado...

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Amazonas.

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Seria bom do Espírito Santo, não, senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): É?

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: [risos] Não, vamos Amazonas, por favor. Manaus.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Ou Mato Grosso do Sul.

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Pronto. Aí está pesquisando insumo. Ele vai colocar um definidor, uma palavra de busca.

SR. SÉRGIO: Qual?

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Brita. Manda pesquisar. Aí ele já tem as quatro chamadas de brita, dos diversos tipos. Aí os preços já estão colocados ali. Para o metro cúbico da brita 1, em Manaus, nós temos 200, quase R$ 202,00. Vamos colocar outro estado, agora. A brita, em Manaus, hoje, está cotada em 202 reais. Campo Grande.

SR. SÉRGIO: Campo Grande.

[interrupção do áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Desculpe interrompê-lo, mas nós tínhamos preços mais em conta ali. Vocês pegam o valor pelo maior valor ou tiram uma média ali?

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Eu tenho que dizer que a pergunta foi muito boa. Vai aparecer de novo, senador, o senhor vai notar que são os diversos tipos de brita que existem no comércio. Então, você tem um tipo de brita usado para um serviço, outro tipo de brita é usado para outro serviço. Então, é necessária a coleta de todos esses tipos de brita para os mais diversos tipos de serviço que vão existir nas composições. Para um determinado tipo de concreto, nós teremos um tipo de brita; para um outro tipo, para uma sub-base, nós teremos outro tipo de brita; para uma pista de rolamento, nós teremos outro tipo de brita.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Aquela que pegamos de 202 é brita nº o quê?

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Brita nº 1. Essa mesma que está aparecendo aí. Em Campo Grande, essa mesma brita está cotada a R$ 51,00. Foi feita a pesquisa. E aí a brita, em Manaus, está mais cara. O IBGE faz essa pesquisa, tem o tratamento estatístico. A pesquisa é feita nas 27 capitais e oportuniza esse insumo. A pedra britada vai ser um insumo para a composição e vai influenciar no preço da composição mais adiante. Está certo? O senhor quer fazer mais algum estado ou podemos seguir?

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Tem para serviço?

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Podemos ir para serviço. Eu queria demonstrar para os senhores, também, os projetos que já estão na internet, que já estão pré-orçados. Nós temos creches, nós temos escolas. Vamos adiantar, porque tem muita gente para falar.

SR. SÉRGIO: A internet aqui está um pouquinho lenta. Que contenha, por exemplo, a palavra alvenaria.

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Então, agora, nós já estamos na pesquisa da composição em si. Podia ser concreto, porque aí já pegaria, que a brita ia aparecer no concreto. O senhor vai ver que vai ter uma série de tipos de concreto. Se o senador preferir, nós já temos essas telas selecionadas, por uma questão de agilidade. Nós achamos muito importante demonstrar que isso é possível imediatamente, essa consulta.

SR. SÉRGIO: Pode escolher qual.

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Aí o senhor pode escolher qual o concreto. Por exemplo, 15 MPA, uma coisa mais comum, concreto estrutural de 15 MPA. Em Campo Grande, ele está 275,87 o metro cúbico. Por um dever de lógica, um dever racional, esse concreto aí, necessariamente, lá, em Manaus...

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Vamos ver lá em Manaus.

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Deverá estar mais caro do que os 275 que está consignado aí.

SR. SÉRGIO: Essa tela, Clóvis, está configurado aqui, a tela não está mostrando, aqui, o link nem a barra. Você clicou aqui-–

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Ah, sim. Como ela está em modo apresentação, não dá para ver todas as informações que estão. Mas, na volta, a gente já tem ela capturada, ou seja, o cidadão que tiver... A visão dele não será essa, será de mais informações. Tem um total pesquisado... Com a palavra concreto, tem um total de composições de 55 composições que usam o termo concreto. Então, a visão está desfavorecidas aí, nessa pesquisa. Por favor, vamos lá para Manaus. Na aba governo, ele seleciona Manaus.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Desculpe eu estar adiantando até os questionamentos, mas o IBGE faz a coleta, essa coleta já é um média de preço de mercado? O preço que estamos vendo ali, para os itens.

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: O valor para o insumo, ele é... Boa pergunta, novamente, senador. É a mediana. Então, a coleta, necessariamente,

tem que ter mais do que três fornecedores de preço. Tendo esse número de fornecedores, é calculada a mediana e existe uma variabilidade, sim, de preço na coleta de balcão. Então, o preço da brita colocada ali é uma mediana da coleta em Manaus. Então, foram mais do que três fornecedores de preço.

Existe toda uma metodologia para coleta. A coleta não é feita dos 5.200 insumos, ela é feita por família. Nós temos 470 famílias, em torno de 470 famílias. O que vem ser a família? Você tem o chefe de família, que é um indicador, por exemplo, se eu tenho produtos em PVC, eu posso ter um chefe de família tubo de 3/4, vara de tubo de 3/4, seis metros, de PVC, hipoteticamente. Então, coletado esse preço, existe um estudo já de incidência dos preços para a família inteira. Isso é revisto, tem uma revisão periódica dessa questão. Ao longo de um ano, todos os insumos são pesquisados. Então, tem toda uma metodologia cientifica e estatística para fazer a pesquisa e chegar à mediana.

SR. SÉRGIO: Aquela mesma composição?

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: A mesma composição, concreto estrutural de 15 MPA, em Manaus, sofre um pequeno aumento, porque o preço regional tem dificultadores que Campo Grande não tem. Então, o concreto estrutural de 15 MPA, em Manaus, é 460... A mediana do preço, do custo unitário para esse serviço é 463, 20.

Eu queria ter a oportunidade, agora, de passar aos projetos que a gente já tem divulgado, senador. Essa questão ficou clara do insumo e da composição? Então, na parte de desenvolvimento urbano, nós temos a classe de projetos. Eu queria que o senador escolhesse um delas, tem habitacional, comercial, vários projetos que já estão pré-orçados aí, de consulta pública. Na habitação, temos edifícios habitacionais, comerciais, salas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Senadora Marisa Serrano, qual que a senhora escolhe?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Equipamentos comunitários: creche.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Por favor.

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Então, dentro de equipamentos comunitários, nós temos centro comunitário, escola, creche, mercado público, posto policial. A senadora escolheu a creche. Temos quatro creches, senadora. Elas são divididas pela sua área e pelas suas características. Tem com berçário, com três salas de aula, com cinco salas de aula, sem dormitório. A senhora pode escolher pela área de 322. Esses pré-orçamentos são um indicativo de preço. É muito importante entender que o SINAPI não é uma tabela de preço, ele é um sistema referencial. Ele não pretende ser um limitador em que se busque um tabelamento. Muito bem, escolhida a creche... Foi essa que a senadora escolheu?

SR. SÉRGIO: Não, antes de escolher a creche, tem as descrições, o que contém a creche, a área dela e o projeto.

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Naquela máquina fotográfica pequena, ali, é possível abrir um projeto básico. Ali nós temos a parte... Essa aí é com dormitório, porque já está ali, com dormitório. Os banheiros, não é? As atividades berçário, pré-dividido. Tem toda uma parte de especificação. Aí existe a explicação do que contém os preços ou não. Então, não temos o BDI nesses preços. Aí o indicativo do período da seleção. É possível pesquisar um preço pretérito. Outubro de 2009. Novembro, não é? Sai um relatório com o custo total e o custo por metro quadrado desse pré-projeto. Foi feita uma pesquisa de custo pretérito, em que ele colocou uma periodicidade de quatro meses.

Então, nós temos os preços de novembro de 2009 até fevereiro de 2010, é possível estabelecer uma evolução de preço para essa creche, no estado específico. Esse é Campo Grande? Na capital escolhida. Temos quadra esportiva. Então, isso pretende ajudar muito na questão do repasse para ter um pré-preço, um pré-projeto nas emendas. Aí é quadra poliesportiva no Amazonas.

SR. SÉRGIO: Eu posso clicar em localidade?

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Pode mudar de localidade, escolher qualquer outro estado. Mas vamos seguir. Tem mais gente para falar.

É possível fazer o *download* do arquivo de insumos, como eu havia colocado. Tem o *download* de relatórios, ele sairá em PDF. Temos o módulo de consulta. O módulo de pesquisa, a pesquisa de composição analítica. Vamos demonstrar a composição analítica, que eu havia colocado, em que aí já não vai aparecer o preço. Na sintética, nós teremos o preço total.

SR. SÉRGIO: Clóvis, a analítica, aqui, ela não vai aparecer por causa da configuração da tela.

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Então, volta para a apresentação. Vamos finalizar a apresentação. Isso era só para demonstrar para os senhores o que é que está disponível lá. Eu convido os senhores a fazer uma navegação no site da Caixa, nessa aba aí. As potencialidades são muito grandes. Eu acho que não é objeto, aqui, da gente colocar tudo que é possível fazer.

Então, isso já foi demonstrado. Aí nós entramos na questão do índice. A periodicidade. Aí você já tem o índice da construção civil com a sua variação, o custo médio para um projeto específico. O *download*

de insumos, como eu coloquei. Nós já estamos, aqui, no ambiente da apresentação, não é? Então, é possível fazer... Abaixa, por favor, para que a gente tenha... Então, aí é o relatório de insumos para Salvador, com encargo social gerado dentro do acordo coletivo do estado. Então, tem a condição do encargo social específico para o estado. O SIPCI de consulta pública. O serviço é o custo das composições. Então, aqui a gente já está... Está ruim de enxergar aí, Sérgio.

SR. SÉRGIO: Mas isso não tem como aumentar mais a tela.

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Aí, o que os senhores estão vendo, já se trata especificamente da composição, já com a sua incidência. Módulo de pesquisa. A composição de alvenaria, nós vamos para a área de itens e coeficientes. Ou seja, nós tínhamos um pedido muito forte... A Caixa divulga o preço da sua composição, mas afinal o que está lá dentro da composição? Qual a incidência dos itens, dos insumos? Então, aí você, em uma composição de... Essa daí, qual é o nome? Você tem servente, operário...

SR. SÉRGIO: Alvenaria.

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Alvenaria, embasamento de tijolos e cerâmicas.

SR. SÉRGIO: Selecionei a composição que eu quero ver.

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: A composição, eu tenho o custo total dela lá, ou seja, é o sintético. Aí, quando eu vou para a parte de itenização não aparecerá o preço, porque aí cada proponente faz o seu orçamento. Ok, senador? Então, estamos considerando que são sete horas de servente, 0,28 metro cúbico de argamassa daquele traço pré-determinado. Usamos 795 unidades do tijolo cerâmico 5 x 10 x 20 e sete horas de pedreiro, para essa composição.

Para que os senhores saibam, então, essa parte do SIPCI que é o modo de orçamentação colocado como convênio, o acesso é através de senha. É importante que tenha essa segurança, porque nesse módulo de acesso fechado para o órgão... Então, o órgão vai fazer a sua precificação, ou seja, permite que conveniado crie as suas composições. E ele pode, também, criar os novos insumos. E a gente precisa fazer uma nova pesquisa, uma nova modulação de pesquisa com o IBGE.

Temos 5200 insumos, 49 mil composições e 1.400 projetos. É importante salientar o que SINAPI referencial são 3.200 composições. As 49 mil são a soma de todas as composições de todos os convênios que a Caixa mantém.

Mais uma vez agradeço a oportunidade de estar presente. E deixamos para os senhores os nossos e-mails, endereços e telefones, para quem precisar de algum contato, alguma informação adicional. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Dr. Clóvis. Concedo a palavra ao Dr. Silvio Figueiredo Mourão, Coordenador-Geral de custos da infraestrutura do DNIT.

SR. SILVIO FIGUEIREDO MOURÃO: Em primeiro lugar, eu queria agradecer aos senadores da comissão, na pessoa do Dr. Jefferson Praia, pela oportunidade de apresentar, aqui, o nosso sistema de custo. Na verdade, eu não vou apresentar o sistema de custo propriamente dito, eu vou apresentar o que se faz de gestão de custos, custos referenciais, no DNIT. A Coordenação Geral de Custos de Infraestrutura, ela se insere no negócio de transporte, dentro do setor público, na área de gestão, do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes. Em nível de coordenação geral, foi instituída, posteriormente, a criação do DNIT, pela Lei 11.314, e subordinada à [ininteligível] executiva. Ou seja, quando o DNIT foi criado, toda essa área que fazia gestão no sistema de curso, que era o SICRO, ela foi praticamente esquecida. E ela só foi recriada, em 2006, praticamente por uma determinação do Tribunal de Contas, que usa o SICRO como uma das referências em suas auditorias. Então, essa criação posterior tem reflexo até hoje, porque a gente tem uma estrutura organizacional e física, também, ainda bastante precária. Não se corrigiu isso, ainda, depois de quatro anos. Nós temos algumas dificuldades.

Aí é um histórico da gestão de custos, não só no DNIT, mas na área rodoviária, digamos assim. No DNIT, agora, é mais ampla. Ela começou em 1946, com a implantação da tabela de preço pelo DNER, permaneceu em tabela até 72, quando foi lançado o primeiro manual de composição de custo rodoviário sistematizando, dentro da metodologia fundamentada, como se compuseram os custos. Em 80, foi feita uma complementação desse manual. Em 92, se organizou a gerência de custos rodoviários. Já estava se moldando um núcleo, realmente, de custos, de engenharia de custos dentro do órgão e a implantação do SICRO 1. Em 98, feita uma revisão do manual de custos, uma segunda revisão, mudaram alguns conceitos, então se gerou o SICRO 2, que está com algumas diferenças conceituais do SICRO 1.

Em 2003, foi uma época de escassez de recursos e o manual desse sistema só foi publicado em 2003, por conta disso. Em 2006, já no DNIT, dentro de um convênio do Ministério da Defesa com o Ministério dos Transportes, que isso foi o centro de excelência em engenharia de transportes, se bolou um novo sistema, se idealizou um novo sistema que fosse mais amplo, que atendesse ao DNIT, que agora é um órgão de infraes-

trutura não só rodoviária, mas aquaviária e ferroviária, também. Inclusive, na época, até os portos marítimos estavam com o DNIT. Então, esse sistema começou a ser desenvolvido dentro de um projeto maior, que era o Sistema Nacional de Custos e Transportes, que não era só o sistema de custos propriamente dito, vamos detalhar mais na frente.

Em 2008, foi finalizada uma versão, digamos assim, beta do sistema, que foi analisada e, começo de 2009, foi colocada em consulta pública. O atual Sistema de Custos Rodoviários – SICRO 2 –fornece custos referenciais para obras rodoviárias, com cerca de 1.200 composições de custo unitário. É considerado um paradigma do mercado – mercado de construção pesada –, sendo utilizado pelas mesmas organizações dos setores público e privados, inclusive órgãos estaduais e municipais. As pesquisas de preço compreendendo cerca de 350 itens – hoje está um pouco mais, cerca de 400 –, são realizadas em 18 superintendências regionais pela administração direta do DNIT, pelo pessoal do DNIT.

Está esse mapa aí, onde nós fazemos escúria, onde é realizada a pesquisa sempre na capital, o que gera uma necessidade de, quando se tem um projeto, se fazer um pesquisa local dos insumos mais relevantes porque, logicamente, as rodovias podem estar bastante distantes dessas capitais. E também entra a questão do transporte. Em obras lineares, como ferrovias e rodovias, a questão de transporte é bastante relevante no custo, porque os materiais têm que ser transportados até as frentes de trabalho, é um custo elevado.

O sistema atual é um sistema, praticamente, só de se emitir relatórios, não seriam tabelas. A gente luta por não serem conhecidas como tabelas, seriam relatórios de custos em que a alma desse sistema são as composições. A parte superior são as composições de custos unitários. O que é que vêm a ser as composições de custos unitários? São uma listagem, um documento onde se tem toda a inter-relação dos insumos de mão de obra e equipamento, que vão compor aquele determinado serviço. E tem toda uma metodologia de se compor isso, de realizar essas composições, gerar composições que começam com a produção de equipes mecânicas, passam pela estimativa de mão de obra, das quantidades de materiais e produção da equipe para resultar, junto com a pesquisa de mercado, que é feita bimensalmente, alimentando o sistema, gerando os relatórios bimensais de custos do SICRO, até que são utilizados como parâmetros de projetos e preços.

Senador, apesar da nossa pesquisa contar, diferentemente da Caixa, por não ser mediana, ser preço mínimo... Por determinação dos órgãos de controle, esses preços desses serviços e insumos são os preços máximos que têm que ser usados nos projetos e, consequentemente, nas licitações, nos parâmetros de níveis superiores.

E o novo sistema, dentro do Projeto SICTRAN, que está com o nome de SICRO 3, com a diferença que não é mais Sistema de Custos Rodoviários – mantivemos a sigla porque ela já é bastante conhecida –, hoje, vai ser o Sistema de Custos Referenciais de Obras. Financiar custos referenciais de obras rodoviárias, ferroviárias, aquaviárias e identificação, devendo ser uma ferramenta mais poderosa, integrada com outras necessidades de gerência de custos do DNIT. Cerca de 9.000 composições de custos unitários, demandando pesquisa de 2.268 itens, reduzida para 874 itens pelo sistema de família de insumos, de modo similar, inclusive, a do IBGE, agora. Na verdade, nós diminuímos um pouco mais esses itens, essa família, os chefes de família, porque 874 a gente considerou bastante elevado para uma pesquisa bimensal.

Isso seria um diagrama do novo sistema. A parte central seria, praticamente, muito similar ao SICRO 2. Mas na parte superior, em questão das composições unitárias de custos, nós vamos ter um estudo frequente, contínuo de aferir esse serviço em campo, se realmente aqueles parâmetros que nós estamos usando são corretos. Essa aferição, ela tem dois anos de aferição, onde são filmados os serviços, os tempos e os SICROS são restituídos em escritório, e tudo documentado.

E na parte da direita, que acabou ficando integrado ao SICRO 3, é um sistema de orçamento de obras. O DNIT vai, então, definir um padrão de orçamento para ser utilizado nos projetos. Hoje, não existe esse padrão, existe a obrigatoriedade de se usar o SICRO 3. Mas, na verdade, não se exige um padrão de banco de dados etc. para orçamentos, não é? E na parte inferior, naquele outro quadrado amarelo, é um sistema de ocupamento de custos de obras, ou seja, a gente vai se preocupar, como já foi feito no passado, qual o custo real das obras em todas as suas fases, desde a fase do projeto, passando pela licitação, pelas revisões de projeto até o encerramento da obra, para se ter um panorama de quanto o governo está pagando para aquele tipo de obra. É um sistema embrionário, nós estamos desenvolvendo, estamos no meio dele. E não é nada demais, é simplesmente sistematizar onde se vai coletar essas informações e processar.

E dentro desse novo programa, o SICRO 3, nós fizemos uma implantação e treinamento no novo sistema. A implantação consiste na reorganização e aparelhamento dos núcleos regionais de custos. Pretendemos ser não só 18 estados, agora, em todos os estados, até por atender uma determinação do Tribunal de Contas, até bastante antiga, mas não tivemos condições, ain-

da – eu disse que nós até temos algumas dificuldades nessa área de custos do DNIT. E o treinamento, foi dado um treinamento, algumas capitais, aqui em Brasília, no sistema de custos, não só na parte do orçamento, mas principalmente na operação do sistema, dos pesquisadores de preço, na lista que faz análise crítica desses preços coletados e tudo mais.

Um problema que nós temos é a rotatividade de pessoal dentro do próprio DNIT. Às vezes, uma pessoa, depois de um treinamento desse, como sai com conhecimento mais elevado, ela é puxada para área de obras ou para uma outra área de projetos.

Esse programa de aferição de composições a que eu me referi, agora a pouco, visa a dar maior confiabilidade às composições de custos referenciais por meio de aferição de campo, condições reais de produtividade e consumos. É para ser um programa permanente. A fase inicial foi contratada, coordeno um convênio com o Exército, no Centro de Excelência de Engenharia e Transportes, e a fase permanente, que não foi implantada, ainda, será com equipes do próprio DNIT, fazendo esse serviço permanentemente. Nós não conseguimos, realmente, implantar isso, ainda.

Existe, hoje, também, uma orientação desse setor de custos nossos que é a de compatibilizar os serviços que estão no SICRO com os serviços que estão, hoje, sendo executados. Ou seja, que naquele *gap* de tempo que ocorreu entre a implantação da gerência, da coordenação de custos e a criação do DNIT, muita coisa foi colocada no sistema de medição, de [ininteligível], que seria sistema de realização de contratos, antigo de sistema de medições. Que são serviços que não estão no SICRO. Então, nós estamos tentando fazer uma convergência dos sistemas, geramos uma tabela nova de descrição de serviços, codificação que seria utilizada não só pelo SICRO, como também pelo sistema de medição e também pelo sistema de licitações que está sendo implantado no DNIT.

Essa seria uma fase mais... Um detalhamento mais interno. Nas alterações do projeto de fase de obras, o que foi aprovado pela diretoria colegiada era cadastrado no sistema. Só a Coordenação-Geral de Custos que, hoje, tem a atribuição de cadastrar itens novos no sistema de medição. E os que estão em análise, que não constam no SICRO, são analisados, nossa equipe de analistas lá. É importante frisar que um analista de custos, ele não é disponível no mercado. Não existe, no mercado, um curso que prepare a pessoa para isso. Ele tem que ser treinado com pessoas mais experientes *in-house*, no DNIT mesmo. E essas pessoas, hoje, no mercado da construção, elas valem ouro. Elas são disputadas com salários altíssimos, tem uma dificuldade, inclusive, de se manter bons analistas lá.

Da inclusão dos itens no sistema de medição do SICRO 2. Os índices(F) de serviço do sistema de medição, antiga CMDE(F), o atual SIAC, seriam 17 mil itens, efetivamente contratados pelo DNIT. E que deveriam ter a sua composição de custo padronizada e integradas à base do SICRO 2. Aqui. Porque a falta de homogeneização dos serviços medidos e pagos impede estudos e despesas estatísticas de obras mais confiáveis. Ele dificulta, realmente, você pesquisar um banco de dados com 17 mil itens, muitos deles com nomes similares, é muito difícil sistematizar isso. Tem que ser feito item por item.

A tabela de serviço do sistema de medição deverá ser o próprio SICRO, futuramente. Essa convergência, como eu falei, para você não ter dúvida que serviço está sendo contratado e como o custo dele foi formado.

E diz que são bases particulares, estão pensando banco de dados, aí é uma questão mais técnica, não é? O acompanhamento de custos de obras a que me referi, também, agora há pouco. O monitoramento de custos de obras são esses [ininteligível] de vida total: planejamento, projeto, contratação, alterações de fase de obras até o seu final. Nós vamos monitorar o custo global e o custo parcial de fases, por exemplo, terraplenagem, pavimentação, drenagem, [ininteligível] de aço, como é que elas se comportam ao longo da vida no projeto. E custo e quantidade de alguns principais serviços, a gente está chamando de indicadores. A gente sabe que sempre têm alguns problemas que são alterados, são diminuídos, são acrescidos.

Outro estudo que nós desenvolvemos lá, foi... Está sendo... Foi desenvolvida uma etapa, juntamente até com a NEOR(F), foi feito um grupo de trabalho, foi sobre BDI. Porque, na verdade, o BDI, hoje, praticamente é uma coisa que vem sendo repetida historicamente, as referências bibliográficas são circulares, acaba você não chegando a lugar nenhum, nenhum estudo fundamentado. Então, nós começamos, lá, a fazer um estudo fundamentado que, basicamente, você tem que ver e definir a lucratividade do mercado, a questão do lucro bruto com o lucro líquido, a modelagem dos custos indiretos da obra, o estudo de economia de escala e estudo de risco.

É importante frisar que o estudo de risco, hoje, no mercado mundial, digamos assim, dentro da engenharia de custos, é um dos pontos-chave, hoje, em que se decide se pegar uma obra, se fazer um obra, não é o custo ou lucro que se vai ter, é o risco de se fazer essa obra. E esse é um dos grandes parâmetros definidores para as empresas.

E pesquisa de salários. Nós temos alguns... Nossos referenciais de salários, eles são, praticamente, o de obras. Ele é atualizado em função do salário mínimo, são multiplicadores do salário mínimo. Porque é muito difícil se fazer uma pesquisa de salários no mercado, ainda mais se tratando de um órgão do Governo. Porque nem sempre o salário que, às vezes, é pago na carteira é o salário real. Porque, às vezes, tem alguns benefícios indiretos como carro, como aluguel e tudo. Então, é muito difícil. Então, tem que sistematizar isso.

Nós andamos conversando com o CONFEA algum tempo, há uns anos atrás, para tentar definir uma metodologia, estavam muito interessados, também, mas acabou que não foi para frente esse estudo. Nós não mantivemos o estado atual que está hoje.

Autorização dos índices de reajustamento. Esses índices são os índices de reajustamento de contratos, que são calculados pela Fundação Getúlio Vargas. A própria metodologia dele prevê atualizações periódicas. E dentro de cada índice, nós temos uma cesta de insumos e serviços que compõem, com determinado peso, aquele índice. E, em função da pesquisa deles, é feito... São gerados esses índice, não é? Então, essa ponderação, e os próprios serviços e insumos que estão aí, eles têm que ser periodicamente revistos. E nós estamos em uma fase, inclusive, de recontratação da FGV, para manter esses índices. E, dentro da recontratação, nós vamos dar uma nova mexida nesses índices, para refletir a realidade.

Outra coisa que nós estamos planejando é a atualização do custo operacional de máquinas – é uma demanda, também, do TCU –, para se definir custo produtivo, vida útil, residencial. Porque o que se tem, hoje, já é bastante antigo e nós temos que pesquisar. Essas são máquinas mais eficientes, talvez. Mais caras, mas mais eficientes, produzem de outra forma. Então, todo esse parâmetro, nós temos que redefinir. É uma intenção nossa.

Outro estudo que nós vamos desenvolver, depois que ficar equacionado o SICRO 3, é o de consultoria. Definir, mais ou menos, composições-padrão para cada tipo de serviço de consultoria, que seja projeto, supervisão de obras, assessoria técnica, e definir claramente, por unidade, o custo de mão de obra, equipamento, o de veículos indiretos e a margem de lucratividade do setor. Mas até... Mais do que isso, chegou à conclusão que a forma de contratação das empresas de consultoria está muito arcaica. E muitas coisas que são práticas de mercado, hoje, são consideradas irregularidades. Por exemplo, para você contratar um profissional, um consultor como pessoa jurídica, isso não está previsto nos nossos contratos. Então, todo esse arcabouço contratual tem que ser revisto e atualizado. Então, a consultoria... E um dos problemas, acredito eu, da baixa qualidade de projetos, hoje, é como está se contratando e se pagando esses projetos.

Outro estudo que nós fizemos foi o mercado de asfalto, porque, inclusive, coincidiu com a determinação do TCU, de algum tempo atrás, que o DNIT fornecesse todo o material para as obras. Só que, desse estudo de mercado, nós mostrávamos que isso implicaria retirar do mercado distribuidor do asfalto – que muitas delas já têm 50 anos de existência – 48% do mercado. Além de chamar para o DNIT a responsabilidade, por exemplo, sobre a qualidade, sobre problemas ambientais com asfalto e outro tipo de coisa. Então, o TCU, realmente, junto... Porque a Associação Distribuidora do Asfalto também entrou com um pedido no TCU, foi revista essa decisão e isso voltou ao fornecimento pelo próprio empreiteiro.

Mas, além disso, o estudo mostrou como é que se comporta o mercado de asfalto, que é um mercado bastante peculiar, porque no Brasil nós temos um produtor e alguns distribuidores. É bastante interessante. Seria basicamente isso sobre a gestão de custos lá do DNIT, senador. Agora, mais especificamente sobre o sistema de custos, seria uma apresentação mais técnica e mais longa, bastante mais longa. E se os senhores estiverem dispostos a ouvir hoje ou em outra data qualquer, eu me disponho, aqui, a fazer. Obrigados a todos pela atenção.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Silvio, pela sua contribuição. Quero... O Senador Jefferson Praia já fez, aqui, as honras da casa, porque eu estava, ainda, viajando. Mas também desejo... Agradeço a presença de vocês e a contribuição na realização dessa Audiência Pública. E, agora, nós vamos passar para o André Luiz Mendes, secretário de fiscalização de obras do Tribunal de Contas da União. Com a palavra.

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Exmo. Senador Renato Casagrande, Exmo. Senador Jefferson Praia. Antes de iniciar a nossa apresentação, eu gostaria de registrar a nossa satisfação, em nome do TCU, de mais uma vez estar aqui, nessa Casa, tendo a oportunidade de contribuir com mais uma iniciativa, no sentido do aprimoramento da administração pública. É muito bom, com muita alegria que nós vemos essas iniciativas e é com muita satisfação que participamos desses momentos em que podemos trazer alguma contribuição para essas tarefas.

Bem, um aspecto... Nós vimos, tivemos aí, eu fiquei, inclusive, muito satisfeito de ver como foi apresentado de forma excelente o resumo do que é o SINAPI e do que é o SICRO, hoje. São os principais

sistemas de custos da administração pública federal. Agora, eu queria chamar atenção para outro aspecto da questão de preços em obras públicas. A primeira questão que eu gostaria de destacar é a quem cabe demonstrar que o preço de uma determinada obra é compatível com o preço de mercado, ou seja, que não há superfaturamento ou que não há sobrepreço. Vejam que desde 1967 o Decreto-Lei 200, ele já estabelecia, aqui, no seu art. 93, que quem quer que se utilize de dinheiros públicos terá que justificar seu bom e regular emprego. Em 1986, o Decreto 93.872 trouxe, no art. 66, algo, também, na mesma linha, um dispositivo na mesma linha, de que todos aqueles que utilizam, que recebem recursos da União, devem comprovar o seu bom e regular emprego.

Isso foi questionado, na década de 80, ainda, por meio de mandado de segurança no Supremo. Essa questão do ônus da prova com relação a quem se utiliza de dinheiros públicos, isso foi questionado no Supremo. E, por meio do Mandado de Segurança n.º 20.335/82, o Supremo entendeu que, em direito financeiro, cabe ao ordenador de despesa provar que não responsável pelas eventuais infrações e na aplicação do dinheiro público. Então, isso é algo mais do que sedimentado no ordenamento jurídico. A obrigação de demonstrar a boa e regular utilização dos recursos públicos é do gestor.

Então, trazendo isso, agora, para o problema específico em obras públicas, nós temos que, quando o TCU aponta indício de sobrepreço em uma obra, significa que o gestor não demonstrou a boa – e boa significa aí, sinaliza o entendimento da economicidade, uma boa utilização, um preço bom em relação ao mercado – e regular – que sinaliza a conformidade com a lei – utilização dos recursos públicos. Vejam, portanto, que não é obrigação dos órgãos de controle criar sistemas de custos para os diversos tipos de obras existentes ou elaborar os orçamentos das obras ou demonstrar eventuais especificidades de uma obra fiscalizada. Essa obrigação é do gestor. Aos órgãos de controle cabe aferir se isso foi feito.

A questão, então – e essa é a questão fundamental do problema que se discute, hoje, aqui, nessa audiência –, é como poderiam os gestores provar a boa e regular aplicação dos recursos em obras pública. Algumas opções: eles poderiam elaborar um novo orçamento para cada obras que fossem fazer. Agora, se isso fosse feito, cada orçamento, não é nem o projeto completo da obra, mas cada orçamento levaria muitos meses ou anos para ser elaborado, saindo do nada, por meio de pesquisas de cada um dos serviços que vão compor aquele orçamento. Eles deveriam, então, cada órgão, criar o seu próprio sistema de custos? Sim, é possível, muitos órgãos possuem sistemas de custos. Além da Caixa e do DNIT, que nós vimos aqui, hoje, DNOCS, CODEVASF, muitos outros possuem os seus sistemas de custos. No entanto, isso aí... Haveria... Implicaria uma multiplicação de esforços, porque muitos órgãos estariam fazendo pesquisas e gerenciando composições de custos iguais uns aos outros. Então, haveria um desperdício de esforço na administração pública muito grande.

Então, nós entendemos que a melhor solução para essa questão, como o gestor deve demonstrar boa e regular aplicação dos recursos públicos em obras é adotar sistemas de custos tradicionais, consagrados, fazendo as adaptações, evidentemente, que sejam necessárias para o caso específico de uma determinada obra. E se ele deve utilizar sistemas de custos tradicionais e consagrados, eu desconheço que sistemas melhores do que o SINAPI e o SICRO poderiam, hoje, ser utilizados no Brasil.

Nós assistimos as apresentações do Dr. Clóvis, da Caixa Econômica, do Dr. Silvio, do DNIT, sobre os seus respectivos sistemas, e uma coisa chama atenção, de pronto: esses sistemas desses dois órgãos, eles têm algo da ordem de 40 anos de existência. Eles vêm sendo desenvolvidos e aprimorados há 40 anos. Eu não conheço nenhum sistema de preços, público ou privado, que tenha pesquisas feitas nas 27 capitais das unidades da federação, como é o caso do SINAPI. E ainda pesquisas feitas pelo IBGE, que é uma instituição reconhecida, com excelente reputação, no país, no trato de pesquisa e tratamento estatístico de dados. Não conheço sistema que tenha um tratamento científico na sua concepção, no seu desenvolvimento, através dos seus manuais, como é o SICRO, com aferição em campo, com essa retroalimentação, como é o SICRO. Os manuais do SICRO são excelentes. Nós temos ali um produto de qualidade altíssima e também com uma pesquisa de preços bastante abrangente no país. No meu modo de ver, não no nível de Caixa, em termos de pesquisa de insumos, mas em compensação a parte de manuais de utilização de sistema é muito... Essa parte é muito boa. Eu não conheço outros sistemas públicos ou privados que tenham essas qualidades. Tem deficiências? Não tenho dúvida. Qualquer sistema que seja, ele vai ter as suas deficiências que, eventualmente, tão sendo corrigidas e vão sendo aprimoradas à medida que essas deficiências vão sendo detectadas ou vão sendo observadas.

Ambos os sistemas, apesar de serem de ampla utilização pelo Tribunal de Contas da União, até mesmo antes de serem consagrados pelas LDOs como referências de preços de obras públicas federais, já eram amplamente utilizadas pelo Tribunal de Contas da União.

E, eventualmente, nós encontramos alguns problemas e, eventualmente, nós notificamos a Caixa Econômica, notificamos o DNIT com relação àquele problema, solicitando que as providências devidas sejam tomadas, para que os problemas sejam corrigidos. Isso faz parte do aprimoramento da qualquer sistema.

A lei, então, desde 2003, como já foi comentado pelo Dr. Clóvis, ela elegeu o SINAPI e, desde o ano passado, faz referência, também, ao SICRO como referências nacionais de custos de obras públicas. Eu quero destacar alguns pequenos trechos desse artigo, até porque ele já foi mostrado aqui. Primeiro, o comando já foi comentado, os custos unitários devem ser os do SINAPI ou do SICRO. SINAPI, da Caixa econômica, ou do SICRO. O § 2º destaca que, nos casos em que o SINAPI e o SICRO não oferecem custos unitários de insumos ou serviços, poderão ser aqueles adotados em tabelas de referência formalmente aprovadas por órgão ou entidade da administração pública federal, ou seja, se um órgão qualquer que seja ele, como é o caso da INFRAERO, hoje, que está desenvolvendo um módulo chamado SINAPI aeroportuário ou módulo aeroportuário, alguma coisa assim. Se o órgão entender que tem muitos serviços que não são adequados àqueles já contemplados pelo sistema, ele pode desenvolver o seu próprio sistema, mesmo de modo complementar, e pode se utilizar dele.

E vejam que a lei, também, ela não engessou isso. O SICRO e o SINAPI, eles não são limites absolutos que não podem, em hipótese alguma, ser ultrapassados. A lei previu, com sabedoria, que em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico, poderão os respectivos custos unitários exceder o limite fixado, ou seja, o órgão se utiliza daquele sistema, eventualmente aqueles serviços que lá não estejam ou que tenham um diferencial que façam com que eles não possam seguir exatamente aquele nível de valor apontado, basta justificar, demonstrar essa particularidade e adotar o preço diferenciado. A própria lei já prevê isso. Próximo.

Aí é o restante. Os outros parágrafos do artigo da LDO, que trata dessa questão de preços unitários, que acho que não tem nada que mereça ser destacado aqui, não. Eu gostaria de destacar outro aspecto. No ano passado, estava havendo muita discussão, principalmente por meio da imprensa, a respeito da adequação de uma série de fatores com relação ao controle das obras públicas federais. E a consultoria de orçamento, tanto da Câmara dos Deputados, a COFF da Câmara, e CONORF... Está errado ali, é um 'N'. A CONORF, do Senado Federal... Eles fizeram, no final do ano passado, uma Nota Técnica Conjunta n.º 10/2009, disponível no site aqui, no Congresso, em que eles trataram de mitos e fatos sobre o mecanismo de paralisação de obras com indícios de irregularidades graves.

Com relação a essa questão preço, eu destaquei o que foi registrado nesse documento. O mito seria: as tabelas de custos não servem para a região onde está sendo feita a obra. Que é uma crítica que vem: "Não, cada caso é um caso, para a minha região isso não serve". Nós já falamos, já foi mostrada aqui a abrangência das pesquisas, tanto no SINAPI, quanto do SICRO, uma atingindo 27 unidades da federação, outra atingindo 19 unidades da federação. Vamos lá.

O fato... Destacamos que qualquer especificidade da obra é automaticamente tratada pela sua composição específica, ou seja, a lei já prevê que se houver uma especificidade, aquela composição é adaptada para aquela situação real. A própria LDO aceita valores maiores que os referenciais, desde que isso seja justificado em relatório técnico. E essa nota técnica destaca, também, ao tratar desse item, que o abandono dessas bases faria a avaliação de preço depender da subjetividade de cada administrador. Cada um ia ter um critério tirado aí, da sua cabeça, de como deveria ser o preço de obra, além de um grande dispêndio para desenvolver isso. Próximo.

Ainda existe, não nesse documento, mas existe outro mito muito disseminado na imprensa: que o SINAPI serve apenas para casas populares e o SICRO para rodovias. Eu não me lembro quantas vezes eu já li isso no jornal. A crítica de que o TCU está comparando preço de casas populares com preços de obras como terminais aeroportuários, por exemplo, terminais de passageiros de aeroporto. Como se estivéssemos comparando o preço do metro quadrado de uma edificação, de uma habitação, por exemplo, com o preço de um metro quadrado. E não é isso. O que se avalia são preços de serviços e preços de insumos.

Então, se tenho o preço de um metro cúbico de concreto para eu adquirir, com determinadas características, com determinada resistência, ele não varia conforme a obra em que vai ser usado. Se eu quero adquirir o concreto FCK 20, em uma concreteira, entregue de determinada forma, em determinado local, ele não me pergunta onde eu vou usar o concreto para eu mudar esse preço. Então, o que nós usamos, sim, são os preços dos insumos e os preços dos serviços que são decorrentes dessa pesquisa, cuja qualidade os senhores puderam aferir aqui, hoje.

A exemplo de obra rodoviária: o transporte de terra, encher um caminhão com terra, terra comum, material de primeira categoria, e levar para determinado local não depende de onde, do tipo de obra que essa terra saiu, depende das condições que eu tenho para fazer essa escavação e para levar para outro lu-

gar. Evidentemente, eu posso estar em um meio urbano, onde eu tenho interferência, vou ter uma queda de produtividade, e tudo isso pode ser assimilado, adaptado dentro das composições de custos, senão, eu não tenho ajuste a fazer. Não é pelo tipo de obra e, sim, pelo local, pela circunstância.

Bem, por fim, eu gostaria de destacar que a questão preço que aqui se discute, ela é um componente, o orçamento da obra é um componente do seu projeto básico. E a origem, a grande origem dos problemas nas obras pública está na falta de qualidade dos projetos. Projetos feitos às pressas, para se iniciar logo uma obra, são receitas infalíveis para problemas futuros nessa obra. Aqueles seis meses que se ganha fazendo um projeto às pressas, para logo dar início à obra, vão representar dois anos perdidos lá na frente. Porque o objeto muda, porque o seu valor não é mais aquele, o preço da obra não é mais aquele. O orçamento, a dotação orçamentária não é mais suficiente, porque vai haver um acréscimo. Às vezes, aquele contrato não comporta o acréscimo dentro do limite de 25% estabelecido pela Lei 8.666 e acaba que são perdidos anos em relação àqueles meses que foram ganhos, supostamente, lá na fase inicial de projeto.

Então, nós queremos, para completar, destacar, aqui, algumas manifestações com relação a isso, com relação ao projeto de obra pública. Até porque o preço de uma obra é dado pela quantidade dos seus serviços multiplicada pelos seus preços unitários. Até agora, nós falamos aqui desses seus custos unitários dos serviços. Mas o preço da obra vem da multiplicação da quantidade de cada um dos serviços pelo seu custo unitário, pelo seu preço unitário. E as quantidades vêm dos projetos. E se não houver projeto razoavelmente bom, projeto básico, pode ser um projeto básico, não precisa ser executivo, mas um projeto básico que atenda aquilo que está estabelecido na lei, as quantidades vão estar erradas e o preço estimado para aquele obra na licitação não vai ter relação com a realidade, como nós estamos cansados de ver, inúmeras vezes, em grandes obras públicas.

Eu queria destacar, aqui, para concluir, que isso não é uma opinião só do TCU. Mas só o TCU que vem dizendo-se, há dez anos, que precisa melhorar a qualidade do projeto. E tem tido resultados. Os próprios projetos do DNIT melhoraram muito, se nós pegássemos comeram há dez anos e como são hoje...

Mas vamos ouvir a opinião de algumas outras pessoas. Publicação aqui do jornal do Senado há um ano. Título: *Falta de projetos técnicos atrasa obras do PAC, afirma líder empresarial. Em debate na Comissão de Acompanhamento da Crise, Paulo Safady Simão, representante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, presidente da CBIC, alertou para atrasos em obras do Programa de Aceleração do Crescimento, devido à falta de projetos técnicos: "Em muitas obras, foram feitos apenas projetos muito básicos, que no meio do caminho precisam ser revistos*", frisou. Próximo.

Outro representante da área privada, José Roberto Bernasconi, presidente do Sindicato Nacional de Empresas de Arquitetura e de Engenharia Consultiva, se não me engano. Essa declaração dada há três anos, publicada na revista Construção, da Editora Pini: "*As obras existentes são caracterizadas pelo improviso ou falta de detalhamento, até mesmo nas grandes capitais do país. É moda decidir fazer obra sem projeto. E esta é a maneira menos inteligente e mais equivocada de fazer qualquer empreendimento, principalmente aquele que usa recurso públicos".* Próximo.

O mesmo José Roberto Bernasconi, um ano depois, agora em 2008, falando das preocupações da Copa do Mundo. *"É o que devemos fazer: começar a planejar as obras da Copa, e rapidamente, não deixar buracos no planejamento e, depois, segui-lo à risca, claro que com as eventuais modificações pontuais necessárias. O ideal é que usemos 2008* – nós estamos em 2010, só para lembrar – *para planejar e começar a projetar tanto as obras mais simples, como as de prazo maior. As licitações podem ser abertas em 2008, 2009 e as obras serem tocadas até 2013*". Estamos falando da Copa do Mundo. Agora, em 2010, dois anos depois que ele falou isso, é que está se falando em projetos, licitações para as obras da Copa do Mundo, dois anos foram perdidos.

No final do ano passado, o mesmo personagem falou... Isso foi publicado na revista do CONFEA. *O engenheiro criticou duramente a falta de planejamento nas obras públicas, em especial a do PAC: "A todo momento, obras são embargadas ou não conseguem os licenciamentos. Por quê? Porque são iniciadas sem os projetos básicos",* apontou. Em seguida, falando sobre a Copa, ele afirma que a Copa é uma vitrine para o país e tal, e que o ano de 2009 já se foi. Ele tinha falado lá no início de 2008, para aproveitar 2008 e 09. *"Se no próximo ano ficarmos apenas falando das eleições, podemos perder 2010, também"*, alertou. Próximo.

Massahiko Tizaka, em um artigo: *Por que o PAC não decolou?* Um artigo de abril de 2009, publicado na Revista Construção, da Editora Pini. Trecho: *"Os projetos básicos que acompanham o edital da licitação estão longe de atender o que está previsto no art. 6º, da Lei 666, seja por deficiência de concepção, seja por insuficiências de dados necessários para elaboração de um orçamento condizente com a realidade, sem projeto não há orçamento real"*.

Um trecho de um acórdão, de um voto do Ministro Marcos Vilaça retrata bem essa situação. *"Observe que o ponto central destes autos se refere à matéria com que o Tribunal tem se deparado repetidas vezes e que, infelizmente, não tem merecido a devida atenção. Projeto básico deficiente é a fórmula infalível para colheita de toda sorte de problemas na condução de uma obra"*. Próximo.

Senhores, nós vimos, inclusive, com satisfação, que alguns setores executivos começam a se preocupar com isso. Uma reunião já foi realizada do MPOG, no Ministério do Planejamento, uma ao final de março e a outra marcada para a semana que vem, para discutir questão de preços em obras públicas, chamando todos os diversos atores: DNIT, Caixa Econômica, INFRAERO, nós, KGU, todos estivemos lá presentes, expondo a nossa opinião, as nossas preocupações e como seria o ideal, que houvesse um sistema nacional centralizado de preços de obras pública e, constantemente, aprimorado.

No mesmo sentido, nós vemos o Governo Federal também sinalizar com a criação de uma área de projetos. Não queremos entrar no mérito se essa é a melhor solução, mas ficamos satisfeitos em saber que pelo menos o reconhecimento do problema existe, de projetos, e a discussão de uma solução para ele já se iniciou. Era isso que tínhamos a dizer, continuamos à disposição para qualquer esclarecimento. Muito obrigado, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Dr. André, pela sua participação. Recebemos aqui um comunicado do Luiz Fernando Santos Reis, do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, que é o presidente do sindicato, ele está, como todos os outros cariocas que estão pretendendo sair do Rio de Janeiro, ele também está com dificuldade, não conseguiu sair. A situação do rio é muito preocupante, de fato, pela quantidade de chuvas que estão caindo e que caíram. E a situação do Rio, o Senador Dornelles acabou do me ligar, também, que ele não conseguiu vir para a Brasília. Então, o aeroporto está fechado, muitas áreas alagadas, ele mandou aqui as justificativas dele. Vamos, então, ouvir, agora, o último expositor, Luiz Fernando... Não é? É o Pedro. Pedro Paulo Piovesan, vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas. Com a palavra.

SR. PEDRO PAULO PIOVESAN: Bom-dia, Senador Casagrande. Bom-dia, Senador Jefferson Praia, demais Senadores, autoridades que estejam aqui presentes. Inicialmente, eu quero agradecer o convite que nos foi feito para o Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, para vir aqui falar, nessa Audiência Pública, sobre formação de preços. Também quero apresentar as desculpas do nosso presidente engenheiro Cezar Motta, que está, no momento, licenciado e me pediu que o representasse no exercício da presidência do nosso instituto.

Primeiramente, eu gostaria de apresentar o IBRAOP para as pessoas que não conhecem. O IBRAOP é o instituto que congrega engenheiros e arquitetos, que atua no controle externo de obras públicas, ou seja, são aqueles técnicos, os profissionais da área –engenharia e arquitetura –, basicamente lotados nos diversos Tribunais de Contas do Brasil, além de outras entidades, como... Mesmo a CGU pode estar presente. Enfim, que estiverem afetos à atividade de auditoria de obras pública podem integrar esse instituto. Nós temos, no Brasil, 34 Tribunais de Contas. Existe uma estimativa de que, na média, uns 20 profissionais – engenheiros e arquitetos – trabalham em cada um desses Tribunais de Contas, fazendo auditoria, pelo Brasil afora, em obras. Então, o que nos daria aí, mais ou menos, uns 600 profissionais, só de Tribunais de Contas, trabalhando com isso. E esses profissionais vêm desenvolvendo o trabalho de auditoria, basicamente, a partir da Constituição de 88, que determinou que os Tribunais analisem também a questão operacional dos gastos públicos, incluídas a realização da obras pública.

Esse pessoal, desde que se lançou nessa missão, vêm, espontaneamente, debatendo a questão das obras públicas e descobrindo uma série de problemas que acabam dando esse resultado de insucesso em obras públicas, que eu quero apresentar rapidamente aos senhores. A primeira coisa... Vamos ver. Aqui, já muito foi falado sobre os sistemas específicos de custos do SINAPI, do SICRO, não é? E sobre orçamentação de obra, mais voltado, especificamente, para esses sistemas de preços já informatizados e consolidados, consagrados, como disse o André Mendes. Pois bem. Eu gostaria, inicialmente, falar de algumas questões que devem ser primordiais para nós podermos conduzir a nossa conversa. Vejam, as obras são objeto de licitação bastante peculiar. Vejam. É bom destacar que cada obra é singular e o objeto é fabricado no local, não é a mesma coisa que se curar um produto pronto, um produto de prateleira. Cada um deles demanda um projeto e cada projeto, inclusive o seu preço, depende do local, da época, da demanda e de mais uma infinidade de fatores para que seja executado.

Então, se o projeto depende do tempo e depende da demanda, ele também é perecível. Então, concordo com o André, que talvez a situação essa, já anunciada, de que eventualmente se pretenda fazer uma centralização de projetos, seja algo temerário. Porque não se pode ter projetos nas prateleiras, eles têm que

ser feitos especificamente para as obras, inclusive, aí os seus orçamentos. Então, qualquer obra requer um planejamento adequado e um projeto completo, incluindo aí o eu orçamento, como já foi dito aqui, de conformidade com a Lei 8.666.

O projeto, para licitação de uma obra, ele deve ser completo. Ele deve estar definido em todos os seus detalhes. Ele não pode, simplesmente, ser básico, como pede. A lei usa o termo básico, em uma infelicidade muito grande, porque se nós dissecarmos o que pedem os arts. 6º, 7º e até mesmo o art. 12, nós vamos ver que o que pede a lei é um projeto bastante completo. E o que nós vemos no país são projetos bastante simplistas, na maioria das vezes. E eu falo aí no âmbito, também, dos estados e dos municípios, de pequenas prefeituras, que nem dispõem de engenheiros para fazer projeto e que se lançam a empreender obras e, depois, colhem toda aquela sorte de insucessos que nós conhecemos bastante, não é?

E para cada um desses projetos, é indispensável que haja um profissional habilitado. Tem que haver engenheiros e arquitetos fazendo e conduzindo os projetos, inclusive, fazendo os orçamentos das obras. A elaboração de orçamento de obras é uma prerrogativa de engenheiros e arquitetos, isso está previsto em lei. Mas não bastasse a previsão legal, esses profissionais detêm o conhecimento para realizar esse tipo de serviço e eles têm que ser consultados, eles têm que ser contratados para esse tipo de situação. Aí vem os problemas.

Eu quero destacar dois grandes, que ao longo de já mais de década e meia de discussões entre os técnicos que compõem o IBRAOP, em simpósios, em encontros técnicos que realizamos, a gente acaba chegando a uma conclusão bastante simples, mas ela tem que ser dita, ela tem que ser levantada, especialmente aqui, nessa Casa de Leis. A maioria dos insucessos de obras pública é causada por planejamento e projeto inadequados. Isso está confirmadíssimo, o André Mendes acabou de citar uma série de referências a essa situação. Mas o que pouco se fala é que as unidades de engenharia, no setor público, foram desmanteladas nas últimas décadas. Nós temos que encarar essa realidade. Nós não temos mais uma cultura de ver o estado primando pela excelência, como parâmetro de construção. Não, o estado está sempre à reboque, procurando projetos, vamos dizer, já estabelecidos, ou alguns outros que possam ser adaptados, para daí se lançar uma licitação e, depois, virem em as modificações, que são de praxe, como eu li em uma das citações o que André Mendes nos trouxe, modificações que são de praxe.

Ora, não deveriam ser praxe, não. O estado deveria ter corpo técnico com capacidade adequada para elaborar projetos e orçamentos. Então, eu quis chamar essa atenção de vocês para esse detalhe. Pouco vai adiantar termos sistemas muito bons de orçamentação, como esses que foram apresentados, o SINAPI e o SICRO. Especialmente o SINAPI, eu não conhecia, na profundidade, dessa última versão aí. Achei bastante interessante. Uma ferramenta que muito auxilia o orçamentista, mas o orçamentista que eu falo é o profissional habilitado, o engenheiro e arquiteto daquela prefeitura ou daquela unidade da federação que realiza obras. Lá do DNIT, ou de um departamento de obras de uma prefeitura, ou de um departamento de estradas de rodagem. Ele pode se servir daquele sistema pré-existente para auxiliá-lo na composição dos seus preços. Tanto é que esses sistemas dão brechas, justamente, para isso. Como eu falei, cada obra é específica, cada obra tem suas peculiaridades. E o sistema permite que essas peculiaridades sejam comparadas com o padrão existente. E, em sendo diferente, que aquilo seja anotado, seja feito o orçamento dentro dos parâmetros e aqueles preços que excederem aquilo que é o estabelecido pelo limite máximo do SICRO ou do SINAPI, eles possam ser justificados e até mesmo vir a compor o sistema futuramente. Não é verdade? É isso, pelo que eu entendi.

Mas tudo isso realizado por um corpo técnico especializado. O Brasil está carecendo disso. Essa mensagem principal, eu acredito, que eu venho trazer aos senhores, é isso que nós estamos vendo por aí afora. Pouco adianta nos esmerarmos na letra da lei, em tentar justificar determinadas alterações de projeto etc. se nós não investimos nisso. O Brasil está necessitando disso.

Mas voltando ao orçamento de obra. Existe uma infinidade de serviços e métodos instrutivos. E quando eu falo em infinidade é infinita mesmo. Porque, em dado momento, você tem aquela maneira de fazer uma alvenaria, mas se em um determinado lugar, alguém resolve usar metro bloco cerâmico diferente ou um tecnologia um pouquinho diferente, pronto, mudou o preço da obra. Isso é aquilo que tem que ser levado em consideração. Como eu já falei, os orçamentos devem ser feitos por profissionais habilitados e que serão responsabilizados pela sua precisão ou pela sua imprecisão. Para isso a lei prevê um documento utilizado pelos conselhos, pelo sistema CONFEA, CREA, que é o sistema que regula a profissão de engenheiro e arquiteto, que se chama, esse documento chama-se Anotação de Responsabilidade Técnica. Quando o profissional faz um orçamento, ele se responsabiliza por aquele orçamento e deve registrar, nesta Anotação

de Responsabilidade Técnica, que ele que elaborou aquele custo.

Este profissional, ao mesmo tempo que tem a prerrogativa, por ter o conhecimento de elaborar orçamento, carrega consigo a responsabilidade sobre a sua precisão. Então, uma obra superfaturada ou uma obra cujo preço seja insuficiente, nesta obra a responsabilidade sobre essa situação deve cair sobre o profissional que executou. Em não havendo o profissional, se não me engano, a lei prevê que quem fez aquilo, exerceu ilegalmente a profissão de engenheiro e arquiteto. Então, os orçamentos devem ser feitos por profissionais habilitados. Cada obra deve ter o seu orçamento exclusivo e detalhado, já lhes falei sobre isso.

Sistemas de preço devem existir, sim. Especialmente esses que já estão aí, em voga, e devem ser usados como referência, evitando o retrabalho e auxiliando o controle externo. Essa situação já foi bastante defendida, aqui. Eu acho que estamos convencidos disso. É bastante interessante para nós que tenhamos esse nivelamento de preços. Eu sou um cara meio sonhador, eu penso um pouquinho mais longe. Então, eu fico imaginando que, além desses sistemas já consagrados, o da Caixa Econômica, com o SINAPI, e o SICRO, do DNIT, outros devem ser, de alguma forma, integrados, ou as suas composições consideradas e, depois, somadas a um grande sistema, utilizando-se aí as especialidades que vem lá da INFRAERO, do Exército, de outros órgãos da federação e dos diversos estados.

Lá, no meu estado, que é o Estado do Paraná, nós conhecemos bem o sistema de custos rodoviários, que é um sistema bastante respeitado, também, que foi feito pelo pessoal local. Existem outros sistemas que a gente usa lá como parâmetro, mais voltados ao lado de edificações – que é da Secretaria de Obras pública. Enfim, existe uma grande, um infinidade, como eu já falei, de composições e de experiências que podem ser agregadas, compondo um grande banco de dados. Um deles seria de composição de preço para orçamento. Como esses que foram explicados muito bem, eu quero deixar claro que acho bastante interessantes e bastante funcionais, bastante eficientes. Mas, por outro lado, nós podíamos ter outro banco de dados com preços contratados e já realizados pela administração.

Eu vi que dentro do SICRO existe um *feedback*, onde o pessoal do DNIT fica monitorando aquelas obras que já foram executadas, para ver se aqueles preços, realmente, satisfazem aquela condição, estão dentro do mercado. A proposta é que se tenha um banco de dados e preços praticados pelas obras da administração pública. Mas, atualmente, seria isso possível? Eu acabei de lhes dizer que os quadros técnicos estão desmantelados, porque a engenharia do setor público está muito pobre. Seria isso possível? Você pode passar, por favor? Nós vamos ver um pouquinho mais adiante.

Eu só queria colocar aqui, então, um sistema que compusesse sistema de preços para orçamentação e também os preços contratados poderiam trazer como resultados positivos preço de referência para planejamento e controle e, também, a aferição do equilíbrio dos preços que foram realmente contratados pelo setor público. Seria uma maneira não só de aferir se aquele sistema que nós estamos utilizando, de preços, bons, mas também de balizar, de verificar, de fazer um balanceamento de como o estado está construindo as oras e compará-lo com outras obras, outros setores.

Esse balanceamento é muito interessante para o controle externo e também para o controle social das obras públicas. Mas daí são necessárias coisas simples de resumir em poucas linhas e bastantes difíceis de colocar em prática, especialmente no que diz respeito a resgatar a capacidade dos setores técnicos de engenharia da administração pública. Mas isso tem que ser inventado, Srs. Senadores, isso tem que começar logo. Ao contrário, nós vamos continuar semeando problemas em obras, nós vamos continuar indo na contramão, como o André falou ali, muito bem. Aqueles seis meses ou poucos meses que se ganha para iniciar uma obra vão ser, justamente, a causa da paralisação total do prejuízo, dos aditamentos contratuais, do desvio de dinheiro, de recursos públicos e de todo o retrabalho que existe.

Então, é muito importante que se frise essa situação de resgatar a capacidade dos setores técnicos de engenharia. E eu quero que vocês afastem a possibilidade de eu estar tendo, aqui, um discurso do tipo classista. Afinal de contas sou engenheiro, é muito interessante que se contratem mais engenheiros para a administração. Mas eu penso assim, eu não ficaria muito satisfeito de entrar em um avião que fosse pilotado por um médico, por mais qualificado que fosse o médico. O avião tem que ser pilotado por um piloto formado para aquilo. Então, é a mesma comparação que se faz. Engenheiros estão aí para pensar, para estar adiante, para planejar, antever o que virá e conseguir fazer as obras com o preço certo, no prazo certo e que atendam satisfatoriamente o fim a que se destinam.

Então, primeira coisa: resgatar a capacidade dos setores técnicos de engenharia e criar um cadastro informatizado de obras públicas. Isso é uma coisa muito mais simples de ser feita. E já existe uma proposta aqui, nesta Casa, do Senador Jefferson Praia, que é o PLS 439/2009, que justamente promove a elaboração

de um cadastro único, informatizado, sobre as obras públicas realizadas pela união. É bastante interessante que se tenha atenção para esse projeto, porque poderia trazer, justamente, a obtenção daquele banco de dados que nós queremos, com os preços das obras já realizadas ou em realização.

E vai ser necessário, é claro, criar uma unidade, talvez, responsável por reunir e gerenciar os diversos dados e sistemas de preços. Gerenciar, que eu digo, coletar todas as informações, porque eu duvido que um nova unidade vá desenvolver todo o *know how*, por exemplo, que a Caixa Econômica já tem no sistema dela. Isso seria... Tirar isso da Caixa Econômica e colocar em um outro órgão, uma temeridade, assim, à primeira vista, não é? Nós temos que aproveitar esses recursos tão bons que já existem.

E, para concluir, sem me estender muito mais, qualquer que seja o sistema de preços a ser adotado, a gente tem que deixar claro que um deve existir. Nós precisamos de sistema de referência de preço de abrangência nacional. Esses dois que eu vi aqui, hoje, considero bastante bons. E gostaria que fossem ampliados, da maneira até que eu falei. O sistema deve ser aberto à livre consulta e auditado, transparente a todos em todos os seus níveis. Composições de preço e insumos, a exemplo mesmo do que já vem acontecendo com a Caixa Econômica, acho que o SICRO também é assim. Eu acho que esses sistemas têm que estar transparentes. Por quê? Porque eles permitem ao orçamentista, eles dão muita segurança. Aquele engenheiro que vai se responsabilizar, que vai assinar aquele orçamento da obra, ele tem que ter conhecimento das composições que ele está assinado. Ele não pode simplesmente se fiar.

E vocês sabem que aí, quando eu vejo que existem esses tipos de preços, que acabam sendo, de certa forma, tabulados, não é? Um orçamentista de alguma pequena cidade, de alguém com muita pouca experiência pode chegar ao preço e dizer: "Eu vou fazer concreto". Aí ele pega qualquer concreto, acaba pegando concreto de Manaus, não é, senador, para a praça dele, que é um lugar que tem bastante brita, pronto, ele já vai ter um obra superfaturada. E tudo isso, às vezes, pelo simples desconhecimento da técnica que, volto a frisar, tem que ser utilizada por engenheiros e arquitetos. Essas ferramentas bem utilizadas por engenheiros e arquitetos têm grande ganho a oferecer.

E volto, por último, a clamar que os setores de engenharia dos órgãos públicos devem ser resgatados, eles devem ser renovados, deve haver notas contratações de outros novos profissionais. E também devem ser modernizados em equipamento, em tecnologia. E, olha, não lhes falo sem conhecimento de causa quanto à situação de abandono que existe em determinados setores responsáveis por obras pública, nos diversos órgãos. É impressionante o que nós temos vivenciado. Eu já cheguei a ver, uma vez... Eu fui numa auditoria de uma obra rodoviária, encontramos uma série de deficiências na medição naquela obra e tal. Inquirindo, ali, o representante de administração, um dos engenheiros daquele departamento de estradas e rodagens, nós descobrimos que aquele engenheiro tinha a responsabilidade de treze obras simultaneamente. Qualquer engenheiro sabe, engenheiro que tem alguma experiência rodoviária, sabe que o quanto trabalho dá para montar a medição de uma obra. Vai levar aí uns cinco dias, talvez, ou no mínimo uns dois ou três dias, se o cara estiver bem assessorado. Imagine o cara ter treze, aquele engenheiro ter 13 obras ao mesmo tempo. Vocês imaginam a qualidade das obras e das medições que ele poderia ter.

Era isso que eu queria trazer aos senhores, muito mais chamando a atenção para essa questão de que essas ferramentas têm que ser bem aproveitadas, por profissionais habilitados. E que os setores de engenharia necessitam ser resgatados para utilizar essa ferramenta adequadamente. É isso, Senador Jefferson Praia, mais uma vez obrigado pela oportunidade.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, agradeço a exposição de todos. Vamos passar à parte dos debates. E aí, eu começo fazendo alguns questionamos e, em seguida, passarei para os demais senadores que se encontram aqui, para que V. Sas. possam nos responder.

Importante nós entendermos o seguinte, aqui. Nós vamos verificando sistemas de preços para que tenhamos obras com menores custos. Não é isso? Estamos, nesse debate, buscando esses caminhos. É importante nós entendemos aqui, também, eu vou fazer aqui um comparação muito simples, vamos imaginar que nós cinco, aqui, quiséssemos fazer uma casa com um projeto semelhante e fôssemos todos construir essa casa aqui, em Brasília. Teríamos, todos, o mesmo preço para construir essa casa? Cada um aqui teria, de acordo com a sua personalidade, alguma coisa a mais, no sentido de negociação, onde quer que fosse comprar esses produtos, para que a sua casa fosse com o menor preço possível? Esse é um ponto para nós fazermos a reflexão.

A partir daí, eu faço alguns questionamentos que me foram, aqui, aparecendo, ao longo da abordagem de V. Sas. Eu vou colocar essas observações iniciais para a Caixa e para o DNIT. Dentro do contexto dos sistemas que V. Sas. nos explanaram, a Caixa, com o SINAPI, o DNIT, com o SICRO, esses sistemas na avaliação de

vocês estão completos, precisam de aprimoramento, quais são os desafios para aprimorarmos esses sistemas? A coleta de preços, como é que feita essa coleta de preço, é feita pela internet, ela é feita no balcão, há algum tipo de observação feita, quanto ao objetivo de termos os menores preços como referência?

Os sistemas, existem neles gorduras? Porque se nós temos, vejam bem, obras públicas no nosso país e se fala que essas obras são obras com preços, muitas vezes, muito maiores do que os preços de mercado. E o que não falta são empresários – infelizmente, nós nosso temos o representante dos empresários aqui – querendo realizar obras públicas no Brasil. Porque se fosse assim ninguém ia querer entrar em nenhuma licitação. "Não, é obra pública eu não quero. Isso aí é para perder, é para não ter lucro". Não. "Onde é que tem obra pública?" Se tem interesse e o empresário age em busca do lucro, ele está correto, ele tem que buscar o lucro. Agora, nós como representantes do povo temos que buscar eficiência, a economicidade na viabilização da obra pública. Então existem gorduras. Porque se não existisse não tinha...

A minha questão é como diluir ou retirar essas gorduras. Será que aí, por exemplo, temos um outro problema: pagamento de obras públicas. Vai fazer a obra, o empresário passa algum tempo, às vezes, seis meses, às vezes, um ano, às vezes, sabe Deus quando que recebe essa obra pública. Será que isso é um fator, também, para que o empresário já fique, de certo modo, com receio de fazer ou de entrar naquela obra e ter um preço muito mais em conta? Ou quem está, por exemplo, muitas vezes, como responsável por uma secretaria, por um governo, não tem a noção da viabilização de uma obra. E como falou muito bem o Dr. Pedro, do IBRAOP, nós temos problemas seriíssimos nas pessoas que fazem esses projetos, os projetos básicos e executivos.

O Dr. André falou muito bem dos dois sistemas, do SINAPI e do SICRO. Percebemos, aqui, pelas exposições, que são sistemas que estão buscando cada vez mais o aperfeiçoamento. Mas, Dr. André, V. Sa. que estuda esse assunto, que já conversei com V. Sa. várias vezes, nós estamos aí buscando avançar nessa questão, queremos que os governos municipal, estadual e governo realizem as suas obras de menores preços possíveis, para valorizar os recursos que são recursos públicos. Mas percebemos que, ainda assim, temos um longo caminho pela frente. Quais são as suas observações, as suas sugestões para esses dois sistemas? Que sugestões V. Sa. faz para que nós possamos caminhar no sentido de... É claro que a Caixa Econômica busca o aprimoramento, que o DNIT busca o aprimoramento, como nós vimos pelas observações feitas pelos expositores dessas duas instituições.

Essa questão relacionada... Que o Dr. Pedro tocou aí, no final, quando você vai fazer, por exemplo, uma auditoria de uma obra, o preço unitário, de acordo com a localidade, é observado desta forma por parte do auditor ou ela observa o valor total da obra, desde que esteja dentro do que estabelece a lei? E para o Dr. Pedro, do IBRAOP, eu gostaria que V. Sa. explicasse um pouquinho melhor essa sugestão que faz, de criarmos um unidade responsável para reunir e gerenciar os diversos dados do sistema de preços. Essa unidade é uma unidade, como é que V. Sa. vê isso aí? Nós precisamos, vamos dizer, de um órgão enxuto, mas que faça essa trabalho em nível nacional de estudo, de percebermos quais são os critérios, as regras, a metodologia mais adequada para os diversos tipos de obras em cada unidade da federação? Como é que V. Sa. pensa sobre isso? Eu gostaria, portanto, de passar a palavra... O senador gostaria? Jayme Campos, por favor.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Jefferson Praia, senhores convidados e Srs. Senadores, eu queria apenas fazer um indagação, aqui. Na verdade, se pratica duas tabelas no Brasil: SICRO, que é feito pelo DNIT, e o SINAPI. O que é que acontece, André? Essa pergunta, essa indagação até é mais para você. Eu acho que há uma [ininteligível] em relação a tabelas praticadas, na medida em que, além de tudo isso acontecer, muitas vezes, é um contraditório, quando vai uma fiscalização do TCU, são raras as vezes que eles não acham algum problema. Entretanto, agora, tem mais um componente, que é mais a AGU. Ontem mesmo, assistindo à televisão, aqui, do Distrito Federal, eu vi a AGU condenando o Governo Federal, do governo atual, por contratação de uma empresa de consultoria, alegando que órgão executor, ou seja, o órgão do governo do Distrito Federal, contratou uma consultoria para fiscalização. Eu, particularmente, acho que isso e normal, até porque quando você faz uma obra, sobretudo no setor rodoviário, é quase obrigatório você ter acompanhamento de uma firma de consultoria, na medida é próprio – como bem disse, aqui, o nosso Pedro, o presidente, aqui – que, lamentavelmente, a máquina pública foi destruída ao longo do tempo, ou seja, houve, realmente, uma baixa muito grande, sobretudo, de bons profissionais, de bons técnicos.

Agora, me causa muita surpresa, e vale observar que as obras, todas estas têm as sua particularidades. Uma obra não é igual a outra. Você vai fazer uma obra no setor rodoviário, muitas vezes, quando chega no decorrer do andamento do projeto que está

sendo executado, surge ali, eventualmente... Você tem que fazer uma drenagem, fazer, muitas vezes, uma galeria, por força, muitas vezes, você vai... Essa obra, ao longo dela, você vai ter [ininteligível] as problemáticas que surgem por falha de projeto. E, às vezes, é condenado.

Não há uma ponderação, eu acho, por parte do próprio TCU, sobretudo a própria AGU, que é o novo organismo de licitação que surgiu no Brasil, que particularmente para mim é um instrumento político que, muitas vezes, é usado por fato político. Tendo em vista que, muitas vezes... Ou seja, o governador, o prefeito não coaduna com os ideais do governo do momento, ele, ali, é condenado, ele é execrado, muitas vezes sem ter o direito de fazer o seu contraditório. E ali são expostas as suas vísceras, diante da opinião pública do estado, da sua cidade. Isso, lamentavelmente, nós temos que fazer uma correção no Brasil. Uma correção no Brasil. Porque temos acompanhado que, hoje, infelizmente, o próprio TCU talvez tenha sido perverso, que me desculpe aqui, perverso de determinadas fiscalizações que são feitas.

E, depois, isso demanda tempo para você provar. Aí precisa o quê? Precisa contratar uma empresa para fazer, ali, um trabalho, no sentido de fazer uma pesquisa, para ver, fazer a sua defesa. Isso torna-se oneroso para o gestor público que, muitas vezes, não está mais nem no cargo, já deixou o cargo, e ele está sendo penalizado. Então, nós temos que buscar uma regra mais clara, viu, Senador Jefferson Praia? O Brasil, lamentavelmente, tem que buscar regras claras, juridicamente e, sobretudo, dando a garantia que o gestor público não seja penalizado em detrimento, muitas vezes, de uma falha técnica, com andamento do projeto que foi contratado. E esse projeto, às vezes, lá na frente, tem, lá, uma deficiência e tem que ser feito.

E, agora, o que é mais grave, ainda, é que a Lei 8.666, que está em curso no Congresso Nacional, os projetos V. Exa. deve estar acompanhando, os projetos têm que ser muito claros, porque no vai ser praticado aquilo que há, até [ininteligível], de 25% de aditivo. Ele vai ter um limite, o limite máximo poderá ser de até 5%, se não me falha a memória. Todos os projetos vão ter que ser projetos definitivos, ou seja, no Brasil, tanto o município e o estado faziam, muitas vezes, uma concorrência pública com o preço de projeto base e, depois, executava o projeto definitivo. E, nesse caso, eu pergunto... Aqui, alguém disse que está fazendo uma obra, daqui a pouco o material que estava ali, no edital, esse material não vai ser usado, vai ser outro, talvez um material melhor, porque achou, no decorrer da obra, que esse material que estava sendo contratado para ser feita a obra, vai ter que ser descartado e usar outro material. E, muitas vezes, vai acontecer o quê? Que o objeto, ou seja, os 5% que vai poder ser aditado nesse projeto, vai ser inferior da necessidade, ou seja, às vezes, é 8, 10, 15%, dependendo do tamanho da obra.

Aqui mesmo, no Distrito Federal, tenho visto obras que iniciam, nos Tribunais, aqui, compram um mármore que, muitas vezes, está ali, na tabela, de dois reais o metro, de cinco, dez. Daqui a pouco, esse mármore foi trocado, não é esse que querem, vão ser cinco, vinte, trinta reais. E eu pergunto: como é que vai fazer? Nós teremos uma dificuldade muito grande, muito grande, tendo em vista que eu vejo essa obra do setor rodoviário, sobretudo, pelo DNIT, os departamentos. E vou mais longe, ainda, Senador Jefferson Praia, quando vai a fiscalização... Quando interessa, muitas vezes, usa a tabela SICRO, outras vezes, SINAPI.

Em determinados momentos, eles vão lá no estado. Muitas vezes, a obra, lá, do estado, algumas obras, a tabela deles é inferior ao SICRO e inferior ao SINAPI. Aí é exigidos o quê? Ou seja, muitas vezes, os Tribunais querem que seja praticado o preço pelo estado, ou seja, pela tabela que o estado está promovendo naquele determinado no momento. Mas, muitas vezes, a obra que está sendo executada pelo estado não é obra, por exemplo, do padrão do setor rodoviário do DNIT. Quando pega lá um grande de pista, ou seja, obra de pavimentação, asfalto de estradas rodoviárias, muitas vezes, o quê? O padrão dela é diferenciado do trabalho que, muitas vezes, o DNIT pratica, de um padrão diferenciado. Aí vão querer exigir a tabela, ou seja, querer que a obra seja praticada a preço de governos estaduais.

Então, uma distorção muito grande. E isso, lamentavelmente, tem feito muitas pessoas serem execradas. Outras, muitas vezes, empresas do setor, inviabilizadas, tendo em vista que, lamentavelmente, a maioria absoluta das obras do INFRAERO estão todas elas aí, com dificuldade, deficiência, não andam. A coisa não acontece, porque, muitas vezes, ninguém quer entrar no preço que estão sendo praticados. E, à vezes, quando entram, aparece ali aditivo, mas aditivo, para tentar ressarcir, naturalmente, a diferenciação de preço que há. E isso, infelizmente, tem penalizado muitas das empresas no Brasil.

Então, eu acho que nós temos que buscar uma tabela, V. Exa. tem um projeto, aqui, tentando buscar um tabela nacional, ou seja, o cidadão vai buscar, via internet, via... Sei lá qual que é a informação, entretanto, tem que ser muito bem esclarecida aqui. Os preços praticados da determinada região não terão que ser uniformes. Você não vai fazer uma obra em São Paulo, uma obra em Mato Grosso, lá em cima, que desde

o transporte, para transportar, se for um azulejo, ele é muito mais caro do que em São Paulo. Se você for transportar uma emulsão asfáltica, um CM-30, é muito mais caro. Então, nós temos que buscar um meio, sobretudo, nesse projeto de V. Exa., para que nós tenhamos, com certeza, um momento de tranquilidade, ou seja, de paz, para trabalharmos e as obras andarem, no Brasil.

Infelizmente, o que está correndo hoje, principalmente lá, em Mato Grosso. Nós estamos há cinco anos aguardando a ampliação do Aeroporto Marechal Rondon, em Cuiabá. E, lamentavelmente, não saiu até hoje, porque não chegou em um preço que pudesse atender, ou seja, as empresas e, sobretudo, o povo de Mato Grosso ser beneficiado. É uma vergonha o aeroporto, V. Exa. deve conhecer lá. Infelizmente, funciona de forma precária. A própria ANAC condenou, agora, semana passada. Nós já ultrapassamos a nossa capacidade de mais de 150 mil habitantes, por falta de ampliação. E a INFRAERO, alegado que tem dinheiro, mas não tem condição de licitar obra por falta de chegar em um preço. E isso, quem tem sido penalizada é a sociedade.

É isso que eu tinha a acrescentar. E espero que V. Sas., que aqui foram convidadas, possam prestar os devidos esclarecimentos. E, sobretudo, buscamos aqui, efetivamente, uma política nessa área, que possamos atender, hoje, toda a sociedade, principalmente os gestores públicos, hoje, no Brasil, que infelizmente, às vezes, são penalizados, em detrimento, muitas vezes, por falta de conhecimento e falta de uma área técnica que possa lhe dar suporte suficiente. Muito obrigado a todos os senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Senador Ribeiro Júnior (sic), V. Exa. gostaria de fazer algum...?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu vou fazer outros. Eu estou recebendo, aqui, uma informação da minha assessoria, só. Mas já vou falar. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero me congratular com o Senador Jefferson Praia. Quase que eu falava Peres, porque os dois são... O Senador Jefferson Peres, de saudosa memória, do Amazonas. Também, eu até pensava aqui, agora, os dois Jefferson...

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): É. Mas eu sou o aluno. E para ultrapassar esse mestre, vou demorar muito, ainda. Muito obrigado.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): V. Exa. está no mesmo caminho, no sentido da competência, que sei que V. Exa. terá, ainda, muitos anos de vida. Nós sabemos que... Eu observei bem as colocações do nosso querido Senador Jayme Campos, do Mato Grosso, que foi governador por algumas vezes. E só não será agora se não quiser de novo, que conhece muito bem, quem está aqui, no Senado, ou foi prefeito, ou foi governador, ou foi Presidente da República, ou foi ministro, na sua grande maioria, os senadores, quase todos, tiveram experiência na área executiva. E, portanto, nós conhecemos bem a questão da legislação e, sobretudo, os problemas que cada região do Brasil tem.

Não se pode a gente querer definir, eu acho que isso tem que ser levado em consideração, aquilo que o senador acabou de colocar, a questão do critério, de um critério único, que eu vejo aqui o pessoal da Caixa Econômica, do TCU, do DNIT, e é algo extremamente complexo. Eu fui prefeito de uma cidade, e eu sei, na época, era a mais importante do meu estado. Hoje, é a segunda do Tocantins. Mas a gente vivia isso no dia a dia. E acompanhei, também, algumas questões de execução de obras no meu estado. E serve, tem que ser o meu estado como exemplo, porque é lá que eu convivo, não é? Nós temos lá, por exemplo, a BR-010, que está parada há um tempo, com problemas sérios. E a gente fica muito preocupado, porque quem é penalizada com isso é o população. Uma rodovia extremamente importante, e aí alguém, um dia, me disse: "Olha, mas as pessoas têm que ser penalizadas". Eu acho que a gente tem que encontrar solução, sobretudo, para as obras paradas, Senador Jefferson Praia. A gente precisa resolver isso. Essas obras precisam ter andamento.

Então, só algumas questões que eu preciso colocar. Por exemplo, quero, aqui, fazer uma crítica construtiva à questão da atuação da Caixa Econômica Federal, com quem eu tenho um excelente relacionamento. Sou da base de apoio do Presidente Lula, aqui, no Congresso. Sou líder de um partido, sou líder do meu partido, o PR, vice-líder do bloco de apoio, aqui, na casa. E vejo, assim, no meu estado, por exemplo, hoje, as coisas melhoraram, porque a gente andou criticando muito. E o atual superintendente, uma pessoa muito ativa, muito dinâmica, conseguiu dar certa dinâmica. Mas a morosidade na questão da elaboração dos projetos, é uma crítica que eu queria deixar para a Caixa Econômica Federal, porque a gente empenha o recurso, lamentavelmente, o Governo –isso não é desse Governo, mas todos os governos são assim – deixam para empenhar sempre no último dia do ano, quase nos último dias do ano. E, na hora do município fazer o convênio, ele tem problemas. Problema, porque a Caixa Econômica não vai ter os técnicos suficientes, os engenheiros, a quantidade suficiente para avaliar esses projetos, para dar um parecer rapidamente.

Enfim, isso tem sido um imbróglio muito grande, tem perdido muitos recursos. Os municípios vivem em uma situação lamentável. Nós estamos vivendo um momento, já, de uns dois... Já de algum tempo para cá, porque a Constituição de 88, ela deu muitas tarefas para os municípios, mas não transferiu os recursos necessários para que elas fossem executadas. Então, houve uma inversão de papel. A gente sabe, perfeitamente, que em muitos países do mundo isso é diferente. Pode citar como exemplo os Estados Unidos. O município fica com a menor fatia do bolo e fica com a maior responsabilidade. Essa é a grande verdade, senador.

E eu tenho falado, inclusive, um dos itens... Nós, ontem, tivemos uma reunião do nosso partido, o PR, já tendo uma definição para manter aliança com o Governo Federal, com o Partido dos Trabalhadores, uma aliança nacional. E um dos itens que nós colocamos foi exatamente o novo pacto federativo, que é a Ministra Dilma, se for eleita e for candidata eleita presidente, que ela nos ajude nessa questão de discutir, o Congresso avaliar e fazer uma avaliação completa do novo pacto federativo. Porque isso todo mundo fala, é uma retórica, discurso de muitos e muitos anos. E os municípios estão aí, sempre de pires na mão, pedindo sempre mais alguma coisa e não conseguem. A questão do FPM... A luta nossa, o ano passado, senador, foi muito grande, embora o governo tenha socorrido os municípios, mas não foi o suficiente.

Então, como nós estamos tratando, aqui, da questão de obras, e os municípios, Senador Jefferson, com 0.6, no meu estado, principalmente, sei que no seu deve ser assim. Região Norte, do Brasil, e Nordeste, mais atacada, vive uma situação mais lamentável, e Centro-Oeste, também. Ele só consegue fazer uma obrinha quando tem um recurso de Brasília, uma emenda parlamentar ou alguma coisa. Então, daí a minha reclamação na questão da Caixa Econômica. É preciso haver mais dinâmica. É preciso haver mais dinâmica por parte do Governo, também, na questão da avaliação dos projetos dos ministérios, há muito morosidade. Muita morosidade na questão da avaliação das obras, enfim.

Então, uma série de coisas que emperra muito. É preciso fazer leis, mas dar dinâmica a essas leis. Eu quero aproveitar, agora, para fazer uma pergunta: a questão do clima, da localização de obra e, sobretudo, tipo de obra e de complexidade, fatores que influenciam no preço de uma obra e não são levados, muitas vezes, em conta na elaboração dos parâmetros, ou seja, dos preços, de modo geral. Como utilizar os preços para obras que não possuem tabelas próprias, como hidroelétricas, aeroportos – que o senador acabou de citar aqui – refinarias de gasodutos? Como comparar uma rodovia com uma pista de aeroporto, que sofre impacto de pouso de grandes aeronaves?

Nós sabemos que nisso aí há uma diferenciação. E a gente, eu até sei que há uma diferenciação grande, porque quando nós fomos construir o aeroporto lá da capital do meu estado, de Palmas, eu me lembro a luta que foi. E a briga que foi até na questão dos preços, porque lá, eu ouvi o que o senador aqui colocou, Jayme Campos, nós encontramos, ou seja, a empresa e quem estava executando a obra encontrou lá um solo com problemas que eles não conheciam. Então, tiveram que paralisar, fazer novo estudo, enfim, foi um imbróglio muito grande. Mas nós conseguimos resolvermos porque ficamos em cima. Se a classe política, nós não estivemos em cima, e, sobretudo, os órgão fiscalizadores, para fazer um ajuste nessa questão, eu sei que se torno muito difícil.

Então, essas perguntas eu queria deixar, não sei se para o TCU, não sei para o DNIT, não sei se tem alguém, aqui, que responde pela INFRAERO. Mas, sobretudo, essas questões que eu deixei colocadas. Mas cumprimentar V. Exa., Senador Jefferson Praia, pela importância da audiência, do tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Senador Ribeiro Júnior. Vamos, portanto, passar a palavra para os convidados, para que possam responder os questionamentos e fazer, também, as suas considerações finais. É importante nós destacamos que na semana que vem, na terça-feira, nós vamos continuar debatendo este tema, quando estará presente a INFRAERO, teremos a CGU, CONFEA, ABRAMAT, o SINICON, que não pôde estar presente, hoje, aqui. A Abdib e CEPEMA, portanto, serão outras instituições que estarão conosco nesse debate. Passo a palavra...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Dr. Jefferson, eu queria dar, apenas, um seguinte sugestão, já que a INFRAERO vai estar presente, eu gostaria que a gente avaliasse, através da séria técnica, duas questões que são importantes que a gente converse, porque nós temos a questão do ATAERO e do PROFAA, que precisa ser debatida nesta audiência. Eu não sei se seria, no caso, convidar ANAC ou Ministério da Aeronáutica.

Parece que ANAC devolveu isso para a aeronáutica. Até porque, no Tocantins, nós temos alguns aeroportos, pequenos aeroportos, não sei se V. Exa. sabe, mas os aeroportos pequenos do Brasil, existe este programa, que é o chamado PROFFA, que é do recurso, 20% do ATAERO, da tarifa aérea que é cobrada. E 20% desses recursos são destinados à construção de pequenos aeroportos. E, por sinal, Mato Grosso

usou muito bem esses recursos. É uma questão que eu acompanho desde o início da minha vida parlamentar, aqui, em Brasília, há mais de 15 anos. E acho essa questão importante da gente discutir aqui, para dar uma clareada nisso, porque, ultimamente, a questão do PROFFA anda um pouco confusa.

Eu tive duas ou três audiências na ANAC, no Ministério da Aeronáutica e não saí de lá contente com o resultado das reuniões. Então, gostaria que V. Exa. visse quem trata desse assunto, hoje, no Brasil, dessas duas questões. Se a INFRAERO trata, acho que não, e, portanto, para que a gente possa convidar a pessoa certa, para gente debater aqui, esse assunto, nessa mesma oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado. Vamos transformar a sugestão de V. Exa., e eu já gostaria de participar, em um requerimento, para ser aprovado nessa Comissão. Certamente, o Senador Jayme Campos também vai querer ser um dos autores. Vamos nós três provocarmos esse debate. É fundamental no nosso estado, no Estado do Amazonas, é um dos grandes problemas que temos, sãos os pequenos aeroportos. Eu acho que vamos ter que avançar nesse debate, é claro, em busca de soluções. Passo a palavra, então, ao Dr. Clóvis, para que faça suas considerações sobre os questionamentos feitos.

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Srs. Senadores, eu vou me permitir trazer alguns dados que julgo importantes para a discussão. A FNA fez um levantamento, recentemente, e descobriu que o maior contratador regular de arquitetos no Brasil é a Caixa. E isso pode ser visto como objeto de comemoração, mas nós não entendemos assim. A Caixa é um banco, com responsabilidades em transferência, com responsabilidade de desenvolvimento urbano, tem as sua unidades comerciais. No entanto, o seu fim precípuo não é uma entidade da engenharia, apesar de, hoje, estarmos aqui representando a área de engenharia. Somos gestores da área de engenharia da Caixa Econômica Federal.

Outro detalhe que foi levantado pela FISENGE, que a gente julga muito importante, também, é que de todos os municípios brasileiros, somente 10% tem um engenheiro ou arquiteto no quadro. De todos os municípios brasileiros, um único engenheiro, somente 10% tem um único engenheiro no seu quadro de empregados, de funcionários das prefeituras. Então, isso dificulta muito os encaminhamentos técnicos.

Nós vimos que os senadores têm um profundo conhecimento do trâmite, inclusive, da questão da [ininteligível], da questão do acúmulo, da questão dos repasses. E nós, representando a área de engenharia, o SINAPI é apenas uma das nossas atribuições. Estamos com o PAC, com o Minha Casa, Minha Vida movimentando bastante a nossa área de engenharia, e nós temos a oportunidade de conhecer bastantes questões. Levantando... A Caixa mandatária da União, como braço operacional, em 17 ministérios, para fazer os repasses. E dentro dessa lógica aí, vários programas – isso precisa ser entendido, visitado e revisitado –, vários programas o projeto não é item financiável.

Então, já daí tem um erro de origem, não é, senador, em que o projeto não é tido como uma coisa tão importante. E, na verdade, ele tinha que vir primeiro, como já foi extensamente colocado aqui. É importante a gente também destacar que um sistema de orçamentação é ferramenta. Se nós tivermos o melhor carro de corrida, não necessariamente será bem usado se não tivermos um bom piloto. Então, você pode ter a melhor ferramenta que for, sem gente qualificada para operá-lo ou sem... Ele está sendo operado para o seu fim precípuo, ou seja, se nós não tivermos bons projetos, não adianta nada fazer um excelente orçamento. Sendo bem claro. Se a gente tiver uma estrada em que a gente precisa ultrapassar um vale, ela for mal lançada, nós vamos fazer isso como uma obra de arte ou vamos fazer isso como aterro? Precificada a obra de arte ou aterro, qual a melhor solução? Então, a solução, em si, não está na precificação.

A pergunta que foi-nos feita, aqui, dirigida, é se o sistema precisa ser aprimorado. O sistema precisa ser muito aprimorado. Ele deu passos importantes nos últimos anos. Ele, hoje, está em consulta pública. E isso foi tratado paralelamente com o TCU. O TCU tem um acórdão importante, que nós temos que valorizar e sempre estar atendendo, que é o 1736, em que várias sugestões foram tratadas. A Caixa cumpriu várias delas, vem cumprindo outras tantas e tem dificuldade em cumprir algumas delas. Mas esse aprimoramento é *ad aeternum.* Um sistema de orçamentação, ele precisa ser aprimorado, como já foi colocado aqui pelos colegas técnicos, continuamente, por quê? Porque a engenharia evolui, porque o sistema de obras evolui e ele tem que ser encarado como ferramental importante na questão da precificação. E ele também é não único.

A questão, a lógica dos custos unitários é uma das lógicas possíveis para se avaliar obra pública. Ela não é a única. E aí vai dentro da excelente fala dos Srs. Senadores, em que a gente não pode tratar coisas diferentes igualmente. E, hoje, precisa ter um avanço, que a gente entende que esse avanço é de origem. É do ponto de vista de que não podemos tratar obras, repasse de 100 mil reais, senador Ribeiro Júnior, como uma obra de cem milhões de reais. Então, precisa haver uma discussão muito mais do que

se criar um sistema único, onde nós vamos ter uma ferramenta única. Mas, na verdade, a regra do jogo: um ordenamento único para que a gente possa tratar isso. Afinal, o que é custo? Afinal, o que é preço? Afinal, o que é tabela de preço? Afinal, o que é sistema de orçamentação?

E aí não existe a questão da concorrência SICRO/SINAPI por quê? Existem especificidades, sim, Senador Campos. Porque precisamos ter sistemas diferenciados. Não há que se falar um sistema que seja tão abrangente, que consiga tratar uma obra aquaviária ou uma obra rodoviária como se ela fosse uma obra de edificação. Isso vai nos trazer transtornos imensos. Então, na verdade, essa discussão tem que ser feita. Ela precisa ser originalmente colocada, não podemos trabalhar obras de um vulto como outras obras. Nós temos a condição de... Existe a possibilidade de analisar obras através de curvas de custos, em que essa análise para obras de repasse de menor vulto, Senador Ribeiro Júnior (sic), nós teríamos uma agilidade muito grande.

Hoje, a Caixa tem, no seu quadro, 1.300 engenheiros e arquitetos, distribuídos em 58 pontos, uma capilaridade. Eu gosto de dizer que a Caixa é Petrobras das cidades. Entendo que a *expertise* de infraestrutura e desenvolvimento urbano, ela está instalada na inteligência da Caixa. Mas é importante fazer uma disseminação disso, porque muitas vezes a própria auditoria de obras, na sua ponta – não aqui, ela é muitíssimo bem dirigida em Brasília –, mas muitas vezes, na ponta, a própria auditoria não é feita por engenheiros e arquitetos em uma obra de vulto. Até isso, às vezes, acontece.

Então, destaca aí uma desvalorização. Eu formei em 1982 e, nessa época, a gente tinha oportunidade de verificar que nós tínhamos grandes firmas de consultoria nesse país. Hoje, o país está desaparelhado, inclusive, nesse aspecto. Então, assim, o projeto tem que ser tratado, e muitíssimo bem tratado porque podemos ter o melhor sistema, seja ele o SINAPI ou SICRO, o nome que for dado, ou a cargo de qual entidade que for, mas sem bons projetos, sem investimento nisso, sem um aparelhamento correto, nós não vamos avançar.

A Caixa já ataca essa morosidade, como o senador já colocou, com gestão. A gestão de processos, ela está muito interessada nisso, temos dado avanços importantes. E isso é visto no Minha casa, Minha Vida, nós temos visto 235 normas a atender. Hoje, nós reduzimos para 30, senador na aprovação do Minha Casa, Minha Vida. Isso não quer dizer que se esqueceu da regulação. O ordenamento é muito claro, a regra do jogo tem que ser clara para todos. É por isso que a Caixa está colocando o seu sistema com possibilidade da visita pública.

E, finalmente, nós queríamos dizer que a Caixa gasta, para manutenção do sistema como está, sem os aperfeiçoamentos mais finos, digamos, 10 milhões de reais ao ano. E esse gasto é exclusivo da Caixa. Então, precisamos, sim, de um ordenamento único. Precisamos de sistemas diferentes para coisas diferentes e precisamos, sim, de tratamentos diferentes para obras diferentes. Essa discussão é uma discussão técnica. E eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui, de levantar assuntos de tão alto interesse para o país. E fico muito feliz que isso seja preocupação dos mais altos mandatários. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado. Antes de passar a palavra para o Dr. Silvio, o senador, Presidente Renato Casagrande, que me dá a honra de presidir esta audiência. Gostaria, também, de fazer algumas...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Não, já estamos encerrando a primeira fase, mas se V. Exa. quiser, nós vamos aqui até o fim da tarde, para sairmos com um encaminhamento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Agradeço, Presidente. O Dr. Silvio que vai se pronunciar, não é isso? Eu conversei, rapidamente, com o Dr. Clóvis, aqui, quando eu estava presidindo a Mesa, e eu tive só a chance de ouvir, de forma integral, a palestra do Dr. André, do TCU. As outras, eu fui chamado ao lado aí, e não tive condições de assistir a todas. Mas na exposição do Dr. André, ele coloca o seguinte: que SICRO e SINAPI, a referência são os insumos e o serviço. Então, eu tinha perguntado ao Dr. Clóvis, porque a INFRAERO e o TCU nos informaram, durante esses últimos anos, por uma crise, por uma situação de total desorganização e responsabilidade que tivemos no Espírito Santo, com a obra do aeroporto de Vitória. Uma obra que... É inaceitável a situação como ela está. A iniciada... Teria que ser iniciada... Não foi iniciada em 2005, tinha que ficar pronta em 2008, 2007, 2008, vai ficar pronta em 2013 e olha lá.

Então, por problema de falta de projeto, por diversos outros problemas, que são os mesmos problemas das outras obras, que a gente fica, assim, meio que angustiado, porque depois que começa errado, vai começar... Para recomeçar é uma dificuldade grande. Começou uma obra errada, paralisada, para depois você retomar essa obra, é uma dificuldade enorme. Hoje, nós temos um aeroporto que tem um capacidade de 570 mil passageiros por ano está transportando

2 milhões e 500. Então, a gente não pode ir nem para o aeroporto quase, porque as pessoas querem saber como é que está e...

Então, assim, nós precisamos de um sistema para obra aeroportuária? Se esses dois sistemas já dão conta do recado, pelo que eu entendi, esses dois sistemas já estão conta do recado. Precisa de um sistema ou isso é conversa fiada para erros cometidos em corrupção ou suspeição de corrupção. Acho que essa é a questão: se nós precisamos de outro sistema, como os dois que já estão aí, já conhecidos de todos nós. E se a Caixa e o DNIT, na Caixa e no DNIT, quais são as decisões mais importantes de negócio nas suas organizações, que são baseadas nesses dois temas? Todas as decisões da Caixa e do DNIT se baseiam no SICRO e no SINAPI? Por que se baseiam no SICRO, por exemplo, no DNIT, por que tem tanta denúncia de sobrepreço, de superfaturamento? Porque se a base é o SICRO, por que é que tem, então, tantas obras paralisadas, com suspeição de sobrepreço e superfaturamento dessas obras. Então, só queria acrescentar isso, Presidente. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Senador Renato Casagrande. Concedo a palavra, novamente, ao Dr. Clóvis. Quer acrescentar alguma coisa, já que o Senador Renato Casagrande fez essas observações com relação à Caixa?

SR. CLÓVIS MARCELO DIAS BUENO: Senador, agradeço a oportunidade e a pergunta colocada, as colocações já nos permitem informar a questão da INFRAERO. A INFRAERO está entrando em uma fase que a Caixa receberá as composições, foi colocada uma metodologia dentro do TCU. Ainda existe uma discussão acerca dessa metodologia, principalmente... A composição... É importante colocar, a composição não é desenvolvida pela Caixa. O que conforma uma composição? Na verdade, é um estudo estatístico do comportamento de obra dentro de um estudo de tempos e movimentos, em que a gente vai estabelecer, definitivamente, quantas horas daquele equipamento vão ser necessárias para aquele serviço. Isso definido, essa composição definida, ela vai ser aferida pela Caixa.

A INFRAERO tem muitos anos dessa *expertise.* E o senador coloca assim: "É necessária a criação de um sistema aeroportuário?". Objetivamente, sim, senador. Mas na situação tão emergencial que nós vivemos, talvez, fosse... Se colocar uma força tarefa para avançar – porque os aeroportos estão, realmente, em um regime de colapso – e se desenvolver um sistema e desenvolver composições e fazer um pesquisa com toda metodologia. E eu informo a todos os senhores que a metodologia, no Brasil, é tão avançada quanto qualquer outro sistema de precificação, seja na Finlândia, nos Estados Unidos, ou qualquer outro que possa ser comparável. Então, fiquem tranqüilos, que a metodologia é científica.

Então, eu acho que a gente tem que fugir daquela: "Será que o cachorro está correndo atrás do rabo?". É necessário ter o seu sistema? Sim. Mas é necessária uma resposta, talvez, mais rápida. E aí, isso só se encontrará, acredito que não seja sob a governabilidade da Caixa e nem sobre a governabilidade do TCU, até peço desculpas por essa opinião, mas, sim, um esforço conjunto de todas as áreas, para que a gente possa avançar em uma discussão tão importante para esse país. Espero ter colaborado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Clóvis. Concedo a palavra a palavra ao Dr. Silvio Mourão, coordenador-geral de custos de infraestrutura do DNIT.

SR. SILVIO FIGUEIREDO MOURÃO: Obrigado pela palavra. Eu gostaria de corroborar a opinião do colega Clóvis. Realmente, existem esses dados de sistemas particularizados para cada tipo de obra. Não seria o sistema em si, o sistema computacional, seriam as composições, a coleta de preços. Porque cada setor vai ter uma coleta de preço diferente, senão ficaria uma coleta muito grande para um setor só fazer. Seria bastante importante, sim.

Todas as decisões dos DNIT deveriam ser tomadas com base no SICRO. Mas, eventualmente... Citei alguns projetos que são aprovados com alguns preços fora do SICRO. E a questão do transporte, também, como eu já falei antes, é bastante relevante. Às vezes, tem alguma deficiência na definição dos transportes, nos materiais, nos insumos. Isso causa muita suspeita de sobrepreço, por parte do TCU. Nós temos que comprovar muitas coisas. Não conseguimos comprovar a maioria delas, mas algumas, realmente, são algumas são não conformidades, não é?

As questão levantadas, as questões do Senador Jefferson Praia, é se os sistemas são completos. Não, eles não são completos. Acho que nunca vão ser completos, porque sempre nós vamos ter uma inovação tecnológica, uma solução mais adequada em determinada situação, que não existe no sistema. Então, têm que ser geradas essas composições de custo e essa coleta de preço adicional. E isso, lá no DNIT, isso é um processo constante. Nós fazemos isso lá, para os projetos, revisões de projetos. Quer dizer, é um sistema um pouco diferenciado. Nossa atuação é um pouco diferenciada da Caixa, porque nós temos o problema de fazer isso na produção do DNIT, na fase de produção. Nós temos que gerar composições, apro-

var, analisar, aprovar, aprovadas pelo colegiado. E nós temos analistas que são capacitados para isso, e é um trabalho muito grande. Às vezes uma análise de uma composição pode demorar dias, porque tem que se consultar fornecedores, especialistas, comparar com outros sistemas etc. Então, realmente, não são sistemas completos. Eles vão se completar com o tempo, mas nunca vão ser completos.

A questão da coletas de preço, a nossa coleta procura o preço mínimo, senador. A coleta do SICRO, pelo menos. Preço mínimo que seja factível, porque a gente tem todo um processo de análise crítica que descarta promoções muito grandes ou, então, preços que saem fora da equação. Temos, inclusive, análise histórica de preços. Nós fazemos análise. Procuramos ao máximo não cometer erros, mas ninguém é infalível. E existem gorduras? Acredito que possam até existir, mas não são conhecidas, não são do nosso conhecimento. A gente, sempre que vê uma gordura em algum serviço e tem notícia, a gente tenta reenquadrar aquele serviço. Aquele programa nosso, aferição de composições, exatamente para tentar se identificar isso, as gorduras. Mas, a princípio, de nosso conhecimento como gestores do SICRO, não. A gente não acredita que tenha gorduras, não. Qualquer indício de gordura que é questionado, que é apontado, seja por um órgão de controle, até por um cidadão, a gente tem obrigação de responder, de mostrar o que é que foi feito e como é que foi feito.

Eu queria falar, inclusive, que o SICRO é um sistema que tem a maior antiguidade na transparência, porque ele é totalmente disponibilizado na internet, desde os conceitos, os fundamentos, as pesquisas de preço, as composições e todos os relatórios. Ele está disponível para qualquer pessoa analisar e criticar. Nós temos esse canal de comunicação.

A questão de pagamento de obras, que seria um fator de inviabilizar uma obra. Sim. A demora no pagamento, não é? Isso tudo, eu acho que está embutido na passagem do risco a que tinha me referido. É um órgão que paga mal, é um risco uma empresa fazer uma obra que paga mal, se ela tem oportunidade, no mesmo instante, de fazer uma obra com órgão que paga bem. Isso mais... E a questão da qualidade da obra, qualidade dos insumos que vão ser utilizados, não é? Questão de financiamento da obra também é um fator de risco. Se naquele estado, naquele município, um órgão federal existe financiamento, um projeto de financiamento adequado, tudo isso reflete, sim, na obra, na execução da obra.

E o sistemas têm que ser aprimorados, como eu disse, agora há pouco, quanto ao aprimoramento. Foi uma questão o que senador levantou. E a questão da auditoria, acho que seria mais com o TCU. Agora, a questão que o Senador Jayme Campos levantou. Ele falou muito bem da responsabilidade do gestor. Eu acho que, hoje, o gestor, os analistas dos quadros públicos carregam uma responsabilidade muito grande nas costas, que qualquer erro, ninguém é infalível, qualquer erro, eles são penalizados como geradores de uma não conformidade, uma irregularidade grave. São, muitas vezes, penalizados. Por isso tem que arcar do próprio bolso, do próprio salário para a defesa, a sua defesa pessoal perante os Tribunais. Isso, acho que é uma questão, também, que devia ser considerada com carinho, pelo Senado, pelo Congresso para desonerar um pouco as prioridades do gestor público. Se ele responde como gestor público, talvez tenha que ser, também, ajudado a se defender como gestor público e não como pessoa física.

Quanto às questões aqui levantadas pelo Senador Ribeiro Júnior (sic), da demora nos projetos-–

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Só para corrigir, João Ribeiro, viu?

SR. SILVIO FIGUEIREDO MOURÃO: João Ribeiro. Desculpe. João Ribeiro. Desculpe, Exa. A demora nos projetos, realmente, os projetos demoram. Mas acho que tudo... Os projetos demoram, principalmente, os projetos, aqueles projetos que são exigidos que se faça em tempo muito curto. Não são feitos em um tempo muito curto. Eles saem, muitas vezes, errados e não sei consegue fazer. Tudo isso é um falta de um planejamento maior. Quando se alocam recursos, no orçamento, para uma determinada obra, deveria ser pressuposto que o projeto daquela obra estivesse pronto, completado e aprovado. O projeto executivo, por exemplo, se alocar algum recurso para uma obra que não existe projeto, ainda. Então, em um ano é praticamente impossível se fazer um projeto de boa qualidade e licitar obra. Quer dizer, é um dos problemas de qualidade dos projetos é esse. Eu acho que e a exiguidade do tempo que é dado para se fazer os projetos, nessa pressa de se realizar as obras, de ter as coisas completas e realizadas e construídas. É justo, é justo isso. Todos nós queremos o bem da população, o bem das nossas comunidades o quanto mais rápido possível. Mas existe todo um processo de engenharia que tem que ser seguido. A engenharia não pode ser esquecida, os planejadores têm que atuar no projeto como um todo.

Então, nós temos que encaminhar, nesse sentido de resgatar isso. Eu acho que se perdeu muito. Eu sou da época, também, me formei em 82, e entrei para o DNER na área de projetos. Os projetos eram bons projetos, eram projetos que, praticamente, não se tinha problemas de execução, a não ser que se mudasse a

configuração, o conceito do projeto, da obra, aí, sim, as revisões eram grandes.

A questão de adequação dos orçamentos, em função de clima, da localização, da complexidade, a gente procura fazer isso, sim. Nós temos uma metodologia de interferência climática. Outra que nós estamos precisando desenvolver é a transferência do ambiente urbano nas obras. A transferência urbana é muito pesada na execução, na produção das equipes. Isso não está considerado, hoje, de forma alguma. Nós precisamos começar considerar isso porque senão gera problema. As obras tornam-se inexeqüíveis. Quantas obras nós conhecemos, em áreas urbanas, que eram para demorar dois, três anos e estão demorando já dez anos. É um problema, realmente, sério. É exatamente o que o senador levantou. Nós temos que procurar adequações, particularizações das obras e de tudo.

E questão dos preços que não estão nas tabelas, eu me referi àqueles processos que nós temos lá, contínuos. Dentro da produção do DNIT, nós analisamos composições propostas por projetistas, pelos empreiteiros, fazemos adequações necessárias, recomendamos que se façam coletas de preços dentro de um sistemática bem definida, tudo isso apresentado no volume de orçamento. A gente procura ser o mais detalhado e o mais transparente possível. Até no orçamento, também. Acho que seriam essas questões. Não sei se teria levantada mais outra questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Dr. Silvio. Passo a palavra ao Dr. André Luiz Mendes, secretário de fiscalização de obras do TCU.

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Obrigado, senador. Vou iniciar pelas colocações feitas pelo Senador Jefferson Praia. A primeira delas, a reflexão pedida: se fôssemos nós cinco fazer orçamento de uma determinada obra, de uma mesma obra, se eles seriam iguais. Se fôssemos gestores públicos, seguindo uma mesma referência, uma mesma metodologia, nós chegaríamos a valores muito próximos. Se fôssemos empresa, nós chegaríamos a valores bastante diferentes, provavelmente. Porque cada empresa vive uma realidade diferente, em função dação obras que um está fazendo, o conjunto de obras que ela tem, ela pode ter uma economia de escala, um poder de barganha junto aos seus fornecedores muito maior do que um bem menor, que esteja fazendo um volume muito pequeno de obras. Então, a realidade dessas empresas, sim, pode ser muito diferente.

Veja que, quando nós falamos de sistemas de custos, especialmente o SINAPI, nós estamos falando de situações médias, situações comuns. No caso do SINAPI, inclusive, preços mediano. No caso do SICRO, preços mínimos. Mas como o Dr. Silvio bem destacou, excluídas aquelas sazonalidades que podem trazer um preço mentiroso, um preço que não se vai achar, em um futuro próximo, no mercado.

Senador, foram pedidas, também, sugestões para os dois sistemas. O que é que precisa? Como já foi dito, realmente, não existe temo perfeito e eles nunca estão prontos, sempre aprimoramentos serão necessários. Eu acho que ambos os sistemas têm grandes qualidades. No caso do SINAPI, da Caixa Econômica, as LDOs vêm sinalizando, no sentido da ampliação da abrangência do sistema, o que não tem evoluído como o desejado. Então, esse seria um aspecto interessante. Havia uma crítica imensa ao SINAPI pela falta de transparência. Isso o ano passado, acho que foi o ano passado, 2008, 2009, isso começou a ser revido pela disponibilização, na internet, das composições analíticas de custos. Ainda existem algumas coisas que eu acho que poderiam ter maior divulgação, mas já foi um passo. Acho que o principal passo, nesse sentido, já foi dado. E até uma solicitação do TCU, nesse sentido, de um estudo de economia de escala, visto que, no caso do SINAPI, isso tem uma influência muito grande.

De fato, não se pode comparar uma obra de cem mil reais com uma obra de cem milhões de reais. No caso de uma obra de cem mil reais, aqueles que são preços medianos, do SINAPI, ali, praticamente não há gordura, porque o pressuposto é que nós vamos estar tratando com um empresa pequena, e essa empresa pequena não vai ter economia de escala, o poder de barganha como uma grande empresa ou em uma grande obra se consegue. Muito diferente de uma obra de cem milhões. E aí, já até abordando um outro ponto colocado por V. Exa., aquele outro ponto, até onde se consegue uma economia de escala, da gordura. Efetivamente, quando se fala de uma obra desse porte, aí, sim, a gente pode imaginar que exista uma gordura, porque aí, sim, existe um ganho de escala significativo.

Mas, de forma muito mais sensível, no SINAPI, visto que os trabalhos do SICRO, eles têm uma lógica muito diferente. Primeiro, porque as próprias pesquisas do SICRO já são, em regra, feitas em grandes obras. Não são feitas para pequenas quantidades, para pequenas obras. E são levantamentos feitos em campo de produtividade, de equipamento, de tempo de ciclo de equipamento, tudo isso que já está muito mais correlacionado às grandes obras do que às pequenas obras.

Com relação às colocações do... Ah, sim, uma última observação. As auditorias, sim, observam os custos unitários dos serviços daquele local da obra. Como nós vimos, os sistemas têm abrangência nacio-

nal. É evidente que a gente pode ter uma situação no interior, por exemplo, uma obra na Ilha de Marajó não tem nada a ver com uma obra em Belém, apesar de que, em linha reta, são 100 km, 200 km. No entanto, a realidade é totalmente diferente. A Ilha de Marajó não tem nem areia e nem brita, tudo tem que vir de fora, é outra realidade.

Então, a própria lei já dispõe que essas adaptações devem ser feitas, podem ser feitas, ou seja, eu posso usar os preços de coleta de Belém, que são pesquisados em Belém, e acrescentar o custo de transporte de todo esse material básico até o ponto da minha obra, na Ilha de Marajó, em qualquer outro lugar. Então, todas as condições locais são, sim, atendidas pelo arcabouço legal que existe.

O que, infelizmente, muitas vezes, nós não encontramos, foi o que eu quis destacar na minha apresentação, é o cumprimento da lei por parte daquele que orçou, que deve ele comprovar a adequação do preço ao mercado, a boa e regular utilização dos recursos públicos. Logo, o que nós desejamos encontrar é um orçamento conforme a lei. O que é isso? Que ele siga aqueles limites estabelecidos por sistemas, e que todos os itens que, por algum motivo, não possam seguir aquele limite, estejam justificados. Como no exemplo que eu dei, cotado a parte, não existe brita na ilha, então, vou acrescentar aqui o transporte, que eu pesquisei preço tanto por tonelada e vou acrescentar o transporte até o local. E aí estamos atendidos, a lei estaria plenamente atendida com relação aos limites dos preços de referência e a obra plenamente viável.

Com relação às colocações do Senador Jayme Campos, ele começou falando da questão de consultoria em obras. Isso há previsão legal para a contratação da supervisão, da fiscalização de obras. Se o órgão não tiver equipe técnica suficiente, equipe de engenharia suficiente para fiscalizar diretamente as obras há previsão legal. Então, nós não conhecemos algum problema, nesse sentido, sistemático. Teríamos que analisar o caso específico, para ver o que é que teria você havido, não é?

Comentou sobre as alterações nas obras, que são muitas vezes condenadas, mesmo sendo necessárias. Nós questionamos, comentamos muito, aqui, a questão da falta de qualidade de projetos. Efetivamente, nós podemos dizer que algo da ordem de 80% das obras realizadas, licitadas no país, são com projetos rudimentares, com projetos que não têm relação com aquilo que está escrito na lei, conforme, inclusive, eu mostrei declarações de diversos atores força das áreas de controle. É exatamente essa deficiência de projetos que vai gerar tantas alterações. Acabam desfigurando o objeto licitado.

Nós temos casos em que o que foi licitado é tão diferente do que foi construído, de fato, que a licitação passou a ser uma formalidade sem nenhum efeito prático. Nós temos casos de uma obra de 60 milhões que, para sofrer adequações, teve que ter reduzido em seu preço 40 milhões e, depois, acrescentados outros 50. Quer dizer, no final, a obra aumentou de 60 para 70, está dentro do limite legal, uma análise rápida, não correta, mas uma análise rápida estaria contra o do limite legal. Mas se nós formos ver em essência, aquele objeto que foi licitado já pouco tem a ver com o objeto que está sendo construído. Na verdade, está se construindo uma obra em negociação direta, em contratação direta.

As alterações são possíveis, alterações imprevistas no projeto são possíveis. A própria lei prevê a questão de um limite de aditivação para isso, dos atuais 25%, porque é possível que isso aconteça mesmo com bom projeto. No entanto, as alterações, o nível de alterações que nós, normalmente, temos encontrado na vida práticas não é decorrente de necessidade, é decorrente, sim, de projetos mal elaborados. Na hora que vai se cavar, encontra-se um solo que não estava previsto. Mas... Ora, uma das primícias de um projeto básico são os estudos geológicos, estudos geotécnicos. Isso deveria ter sido feito e aquele problema deveria ter sido previsto na fase de projeto.

Com relação ao rigor do TCU, aí há certa subjetividade. Eu teria que emitir alguma opinião muito pessoal. Eu sei que, muitas vezes, nós somos... Algumas vezes nós somos acusados de excesso de rigor e, em outras, somos acusados de faltas de rigor. Isso me faz imaginar, isso é uma opinião pessoal, que nós estamos com a nossa dosimetria perto do adequado, porque quando os dois lados reclamam, um do excesso, o outro de falta, é que a gente deve estar em uma posição intermediara. De qualquer forma, as fiscalizações de obra são feitas à luz do que estabelece a LDO, a atual, do art. 94 ao art. 98, e à luz do que estabelece a Lei 8.666 e a Lei 8.443, que é a Lei Orgânica do TCU. Nada mais que isso. A gente cumpre aquilo que está previsto em lei. As responsabilizações, as eventuais apenações são dentro daquilo que previsto em lei.

Agora, é importante, também, frisar que, muitas vezes, os gestores, os técnicos, os engenheiros que elaboraram um projeto básico ou que aprovaram determinado projeto básico, eles, muitas vezes, são ouvidos, mas das vezes que são ouvidos, talvez 10%, 20% delas, eles venham a ser, efetivamente, apenados. Porque o problema é que, no mais das vezes, nós chegamos ao local e não encontramos aquilo que a lei exige: um orçamento detalhado, justificando todos os preços que excedem o limite legal. Nós nosso encontramos isso.

Então, nós somos obrigados o ouvi-los em audiência. Ainda se oferece oportunidade para que eles justifiquem, mesmo fora de tempo, até porque é uma falta já que foi cometida. Mas não conheço nenhum caso em o que Tribunal tenha multado um gestor, um colega, por não ter feito a tempo. Mesmo o que é justificado depois costuma ser aceito. E apenas no caso de reincidência é que há apenação, nessa hipótese.

Ainda o Senador Jayme Campos comentou da questão do projeto executivo, que é o Projeto de Lei da nova 8.666, acho que é a nº 32, está trazendo como obrigatoriedade o projeto executivo e a permissão para a apenas 10% para aditivo. Com relação ao projeto executivo, me parece, o que eu creio é que se o termo projeto básico fosse bem interpretado como ele está descrito nos artigos da lei, o art. 6º e 7º, da Lei 8.666, não haveria necessidade de mudar para o executivo. Mas foi tão sedimento o entendimento de que aquele básico não é básico, no sentido de fundamental, do principal, mas é básico no sentido de algo preliminar, está dão disseminado, que talvez essa seja a melhor solução, hoje, para o problema que se consolidou.

A esse respeito o IBRAOP tem uma orientação técnica divulgada em sua página, na internet, tratando, definindo, conceituando e descrevendo, com exemplos, um projeto básico. Se aquilo ali fosse comprido, nem precisaria ser projeto executivo para licitar.

A questão dos 10% não é uma... Apesar de ter sido aqui colocada, não foi sugestão do TCU. Eu imagino, inclusive, que esse limite se vier, efetivamente, a ser contemplado na lei, eu acredito que vá criar muita dificuldade para os gestores concluírem as obras iniciadas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Por quê? Não tem projeto? Não estamos tratando de projetos mais detalhados?

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Sim, senador, se o projeto básico... Mesmo o projeto básico bom, ainda existem algumas possibilidades da surpresa acontecerem no decorrer de um obra. Pela mesma lógica que a lei permite que para reforma, no caso de uma reforma de uma edificação, o limite esteja bem superior no caso de 50%, exatamente porque a imprevisibilidade é muito maior. O projeto indica que tem uma tubulação descendo no canto da parede. À hora que eu vou demolir a outra parede, encontro a tubulação ali, tenho que fazer todo o remanejamento. Quer dizer, a imprevisibilidade é muito maior.

Existe, também, algumas necessidades de adequação às novas necessidades que podem surgir ao longo do tempo, entre a concepção de um projeto até a conclusão de uma obra, muitas vezes se passam aí três anos. Às vezes, muito mais que isso. Três anos são até uma previsão otimista. E novas situações podem surgir nesse meio tempo. Uma obra rodoviária, por exemplo, muitas vezes, quando se dá início, efetivamente, à obra, uma determinada área, que quando da elaboração do projeto um, dois anos antes era vazia, hoje, ela está ocupada. Tem pessoas ocupando aquela área. E ali vai obrigar a fazer um novo traçado ou, eventualmente, um viaduto, ou realocar aquele agrupamento de pessoas para outro local. Então, é, sim, possível e normal que algumas novidades e alguma coisa surjam, mesmo com projetos bem feitos.

Talvez 10% até sejam suficientes, considerando o bom projeto. No entanto, é um numero bastante enxuto, digamos assim. Além disso, o Senador Jayme Campos colocou a questão do uso local da tabela. Quer dizer, o que vai ser usado, em termo referencial de preço, o TCU adota aquilo que está previsto na lei. Se há uma legislação local, e o órgão, via convênio... Foi um órgão estadual, por exemplo, que fez a licitação, ele – muitas vezes, nós encontramos esse problema–, ele segue as regras da unidade da federação daquele estado. No entanto, a lei diz que quando forem usados recursos federais, outras regras, as regras estabelecidas na LDO, têm que ser cumpridas.

Então, muitas vezes, há esse tipo de conflito. Existem estados que permitem variações nos preços unitários, até determinado percentual, variação até no preço global, enquanto a legislação federal, não. Ela não permite. Então, muitas vezes nós encontramos esse problema. Infelizmente, nós temos que seguir aquilo que a lei está determinando. Infelizmente, modo de dizer, nós somos conduzidos a isso, não é?

Foi também citado o caso da INFRAERO, que eu vou aproveitar fazer os comentários, já, também, contemplando algumas colocações do Senador Renato Casagrande, cuja preocupação com o assunto, eu conheço de longa data. Tivemos a visita de V. Exa. algumas vezes, no TCU, preocupado com uma solução, encontrar uma solução para o caso do aeroporto de Vitória que, naquele momento, era a primeira prioridade colocado pela INFRAERO. Então, foi um caso cuja discussão muito avançou, porque ele foi colocado, em um certo momento, como prioridade nº 1, dentre aqueles casos problemáticos que nós tínhamos.

Houve oportunidade, eu conheço bem o assunto, porque acho que só aqui, no Congresso, eu, já, por três vezes, apresentei o problema dos aeroportos. E um dos casos, inclusive, especificamente o de Vitória, na Comissão de Aviação e Transportes, por requerimento da bancada de deputados do Espírito Santo, se não me engano, nós apresentamos o caso. Nós e a INFRAERO tratamos, especificamente, do caso do aeroporto de Vitória. Ele é absolutamente emblemá-

tico porque houve tanta alteração entre aquilo que se chamou de projeto básico e o que estava sendo construído, que chegou um certo momento em que nós perguntávamos para a INFRAERO: "Quanto a obra vai custar?". E a INFRAERO não sabia responder quanto iria custar a obra.

O que estava sendo construído já não tinha muita relação com aquilo que foi licitado. O terminal de passageiros foi licitado em concreto convencional, estava sendo construído em concreto pré-moldado. Ora, eu tinha, no orçamento, preço de forma, de aço, de bombeamento e injeção de concreto. No entanto, o que estava construído era um terminal de pré-moldado. Eu não tinha selo serviço, eu tinha outro que sequer constavam de um orçamento. Não havia aditivo aprovando essa alteração, não havia orçamento para essa alteração. A INFRAERO estava efetuando pagamentos ali, naquilo que no jargão da área a gente chama de química, pagando um serviço como se fosse outro. Pagando, por exemplo, movimento de terra, para poder pagar o pré-moldado que estava sendo colocado na obra, porque não havia isso no contrato. Então, estava medindo os serviços fictícios para pagar serviços, efetivamente, realizados, cujos preços, oficialmente, não eram sequer conhecidos, já que não havia aditivo, não havia orçamento aprovado, nada disso.

Teria que atualizar o projeto e fazer o orçamento daquele projeto real. E aí, sim, poderia haver uma avaliação se estava adequado ou não para ver a continuidade da obra. Ora, o que nós falamos, na época, inclusive, na Comissão Mista de Orçamento, no final de 2008, nós, também com a INFRAERO presente à Mesa, o que nós comentamos, à época, é como poderíamos, cumprindo o dispositivo da LDO, informar o Congresso Nacional que não havia nenhum risco de dano ao erário naquela obra, se sequer alguém sabia quanto ela ia custar. E nós estamos falando de uma obra da ordem de 500 milhões, 600 milhões de reais. Sequer se sabia qual o seu valor final. Não poderíamos, precisávamos de projeto e orçamento por isso.

Ainda nessa mesma questão, e aí tratando do chamado SINAPI aeroportuário, nessa ocasião, na Comissão de Viação e Transportes, nós comentamos como teriam que ser cumpridos, os dispositivos legal, ou seja, a limitação dos preços de serviço aos referenciais do SINAPI e do SICRO, e a justificativa daqueles que precisassem ultrapassar esses limites ou que fossem itens não contemplados naqueles orçamentos. Então, nós falamos que não havia nenhum impedimento, por parte do Tribunal, nenhuma condição para nova licitação e retomada das obras. Bastava exigir um projeto e um orçamento nos moldes exigidos pela lei. A lei não exige a existência de um SINAPI aeroportuário, de um novo sistema. É possível que se faça licitação no [ininteligível] normativos e com o que existe hoje. Basta, naquilo que for possível, adotar os limites legais estabelecidos pelo sistema, e naquilo que não for possível justificar, demonstrar a necessidade e a adequação de um preço em um patamar superior. Desde que isso seja feito com um projeto adequado não há nenhum impedimento para licitação dessas obras, por parte do TCU.

A notícia que nós temos, inclusive, é de que o SINAPI aeroportuário ficaria pronto em agosto do ano que vem, em agosto de 2011. Não sabemos se a intenção da INFRAERO é aguardar a conclusão do sistema para só aí, então, fazer os orçamentos, para licitar obras. A INFRAERO estará aqui na semana que vem e poderá responder isso.

Eu gostaria de registrar que, no momento da nossa participação na Comissão de Aviação e Transportes, quando nós falamos que bastava seguir os itens do SINAPI, os itens do SICRO, nos serviços que fossem adequados, justificar os outros, eu fui interrompido pelo então diretor de engenharia da INFRAERO, Dr. Ramos Pinto, que estava no extremo oposto da Mesa. Ele pediu para interromper só para dizer uma frase: "A INFRAERO quer registrar que concorda com o TCU". E isso está registrado naquela Audiência Pública.

O senador também colocou a questão: se o DNIT segue a base SICRO, por que há tanta obra com sobrepreço? Se nós pegarmos as obras, os processos no TCU, tratando... Os processos, principalmente, ali, de 2000, 2001, 2002, início da década, digamos assim, tratando de contratos do DNIT, nós vamos encontrar, provavelmente, sobrepreço em mais da metade deles, uma quantidade muito grande. Nós temos fiscalizações feitas em contratos, feitas diretamente, ou não, pelo DNIT – que muitas vezes são por convênio, também–, em que os preços estavam em média 75%, 80% acima do SICRO, que era o seu próprio sistema. Curiosamente, lá por 2001, 2002, o DNIT, a empresa contratada, que tem direito a se manifestar nos autos, também, para defender os seus interesses, naquele momento, eles diziam que o SICRO era mera referência preliminar, que cada obra tinha tantas particularidades que não poderiam seguir aquele sistema. Esse era o discurso que se usava naquela época.

Eu creio que algo da ordem de cinco anos, talvez seis anos para cá, o DNIT tem feito suas licitações com projetos bem melhores. Se ainda não são ideais, mas pelo menos são incomparavelmente melhores aos projetos de dez anos atrás. E o DNIT tem feito suas licitações, seus contratos dentro do SICRO. O que se dizia impossível há dez anos, hoje, se faz assim.

O resultado disso, senador, é que nas fiscalizações, no que a gente chama, no TCU de FISCOBRAS, que são aquelas para atender o LDO, atender o Congresso Nacional, nós encontrávamos, há cerca de oito anos, nós encontrávamos indícios de irregularidade grave em cerca de 70% a 80% das obras do DNIT. No último ano, se não me engano, foram 11%. Em apenas uma, em cada dez obras do DNIT, nós apontamos indício de irregularidade grave.

Temos algumas diferenças com o DNIT, principalmente questões de exigência de habilitação técnica, competitividade. Eles passaram a adotar um edital padrão para as licitações. O que é muito bom, evidentemente, porque algum pequeno erro, a gente corrige. E aquilo é usado para todas as outras obras e não tem a cada edital que ficar... Ficarmos nós controlando e o DNIT tentando fazer ajustes.

A política do DNIT, nos últimos anos, conosco, é de absoluta aproximação. Quando nós apontamos problemas em algum edital, alguma coisa, o DNIT, normalmente, nos procura e corrige o problema antes mesmo de gerar um acórdão do Tribunal. Uma mera existência de uma representação contra um edital dos DNIT já provoca a ida do DNIT ao estudo do caso e apresentação de uma solução, antes mesmo que Tribunal aprecie o caso. Nós temos vários casos em que o processo foi arquivado por perda do objeto, porque antes de nós fazermos alguma coisa, o DNIT adotou as suas providências.

Então, esse problema do sobrepreço em obras do DNIT, hoje, as obras contratadas diretamente pelo DNIT. Eles são mínimos, muito poucos mesmo. Existem alguns casos em obras contratadas, via convênio, porque muitas vezes o órgão estadual segue as suas regras, que às vezes não estão em sintonia com as regras federais.

Com relação às colocações do Senador João Ribeiro, a questão obra zero, da BR-010, do Tocantins, se eu estou bem lembrado, ela está bloqueada por força de dispositivo da LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Me parece o que próprio DNIT ainda não resolveu os problemas que foram ali apontados. Então, por isso ela permanece, até que as medidas corretivas sejam adotadas. Eu tenho a impressão que o próprio Dr. Pagot(F), no final do ano passado, em Audiência Pública da CMO, falou que essa obra precisava continuar bloqueada até que as medidas necessárias fossem adotadas.

A questão de local e clima, que é levada em conta, já foi bem respondida pelo Dr. Silvio, acho que não há mais nada a acrescentar. A questão de preços para diferentes obras, obras aeroportuárias, obras hidroelétricas, as mais diferentes obras, como que isso é feito? Como nós já falamos aqui, no início da nossa apresentação, nós comparamos itens de serviços ou comparamos preços de insumos. Nós não comparamos preços de obras prontas. Então, um aeroporto, por exemplo, no seu terminal de passageiros, ele tem, ele pode ter no saguão um piso em granito. Um granito com característica de tais e tais dimensões, tal origem, tal espécie espessura, um determinado piso. Em princípio, não há por que esse piso em granito ser diferente de um piso de um saguão de um *shopping center* ou de um prédio comercial. Então, a não ser que haja uma situação especial, os serviços são os mesmos.

Em princípio, uma concretagem obedecendo determinada especificação é a mesma em um situação ou outra. Então, muitos serviços são comparados. A escavação em terra, transporte de material, muitas vezes, isso é muito semelhante e o mesmo preço é dotado. É evidente, e isso é a nossa prática diária, como apresentamos aqui. A lei prevê e nós fazemos adequações nas composições de custos unitários, quando cabíveis. Não se pode comparar uma escavação em terra: “Ah, vou escavar e colocar no caminhão tantos metros de material de primeira categoria”.

Não vou comparar uma escavação no centro de uma cidade, para fazer o subsolo de um prédio, como a escavação de uma rodovia ou mesmo terraplenagem de uma refinaria, em uma área absolutamente livre, em um local qualquer, onde as máquinas trafegavam absolutamente à vontade, enquanto, em um centro urbano, muitas vezes, eu tenha até períodos do dia para trabalhar. Dependendo da minha situação, eu sou obrigado a trabalhar à noite. E é evidente que todas essas situações são incorporadas ao sistema. As adaptações são feitas nas composições de custo, para contemplar todas essas situações particulares que são encontradas.

Então, como eu mostrei aqui, no início, o que saiu exaustivamente na imprensa, eu acabei de falar que o diretor da engenharia da INFRAERO concordou conosco, em uma Audiência Pública, o ano passado, mas há dois anos o que saía muito na imprensa é que o Tribunal estava comparando rodovia com pista de aeroporto. Como se estivéssemos querendo que o preço do metro quadrado do pavimento da pista do pouso fosse igual o preço do metro quadrado da rodovia. Não é. O preço do metro quadrado de uma rodovia não é nem igual nem a outra rodovia.

Cada um é um caso, depende da situação do terreno, depende da situação de tráfego, depende da vida útil que se deseja para essa rodovia. São condições de dimensionamento que levam tradicionalmente... Os critérios tradicionais levam em consideração o volume e a carga. A carga que vai impactar aquele pavimento

e volume de tráfego, quantas vezes por hora aquela carga vai impactar. Com isso eu dimensiono o meu pavimento. Agora, esse pavimento vai continuar sendo composto de terra compactada em determinadas condições ou de uma base de brita graduada, colocada em determinadas condições, uma capa asfáltica, que me atenda determinadas especificações. E quando nós chegamos nesses serviços, se eles forem iguais, se eles forem semelhantes, se não houver uma condição particular, melhor dizendo, esses serviços, sim, são comparáveis.

Só para finalizar, comentar dois aspectos levantados pelo Dr. Clóvis, da Caixa, de que não pode haver sistema único. Eu queria só registrar que se alguma vez nós demos a entender que um sistema único significava um único item de preço para cada serviço, para uso no Brasil inteiro, nós não nos fizemos entender, nós não fomos felizes na nossa colocação. Quando nós imaginamos, quando nos falamos em sistema único, isso não impede que existam módulos dentro do sistema único, como foi chamado o possível, ou que estaria em desenvolvimento, o módulo SINAPI aeroportuário, que seria um módulo dentro do SINAPI. Então, nós não estamos aqui defendendo um único preço para serviço para o Brasil inteiro, de forma alguma.

E, finalmente, o Dr. Clóvis fez um outro comentário sobre as auditorias feita na ponta, pelo Tribunal, nas regionais. Certamente, ele não teve oportunidade de acompanhar as recentes alterações no âmbito da nossa área técnica, dentro de TCU. Aproveito, inclusive, para fazer um convite, para nos visitar, conhecer nossa nova estruturação, porque o ano passado o Tribunal de Contas contratou 95 auditores de obra para Brasília, estão todos, hoje, em Brasília. Criou mais duas secretarias de fiscalização de obras. Hoje, existem três, no Tribunal. E todas as obras de grande vulto, desde o ano passado para cá, passam a ser fiscalizadas, exclusivamente, pelo pessoal de Brasília. As regionais, as secretarias nossas, regionais, eventualmente tratarão de obras de pequeno vulto, darão tratamento local mesmo. Mas todas obras de grande vulto, como a lei define, serão tratadas de forma centralizada aqui, em Brasília. Era o que eu tinha a acrescentar, senador. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. André. Gostaria de consultar o Senador César Borges, se quer fazer uso da palavra antes de encerrarmos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, agradeço a disponibilidade para que eu possa fazer uso da palavra. Acho que essa questão que está sendo discutida tem a maior importância para o bom uso dos recursos pública, tanto em nível federal, como em nível, também, dos estados e dos municípios. É preciso ter sempre em mente que os métodos do controle devem ser aprimorados permanentemente. A participação do TCU é importante, diria importantíssimo. Claro que sempre, também procurando ver as diferenças que existem em diversas obras e em diversas regiões do país. Os métodos construtivos modificam e são diferentes porque, às vezes, as condições locais são, efetivamente, diferentes. E a questão de projetos bons é essencial.

Acho que, no Brasil – eu sou engenheiro civil – nós perdemos a qualidade dos projetos. Eu me formei em 1972 e tínhamos uma visão de aprimorar cada vez mais a qualidade dos projetos e, principalmente, os projetos executivos. Um bom projeto executivo significa uma boa obra executada e uma boa licitação feita em cima de quantitativos que fossem próximos de uma realidade. Mas, lamentavelmente, de lá para cá, o que eu tenho visto é a perda da qualidade das nossas empresas consultoras, executoras de projetos. São projetos que, na verdade, são pagos, que poderiam ser pagos quilos de papel, não é? Porque são projetos que, muitas vezes, não guardam... Nada a ver com a realidade. São projetos de estrada que sequer a diretriz é confirmada no campo, que uma jazida ela não se encontra, que a avaliação do suporte do subleito, através de um CBR, é totalmente diferente do que se encontra na realidade. E isso traz um desassossego imenso aos órgãos contratantes. E daí nasce uma série de possibilidades de desvios de recursos.

Eu acho que nós temos que fazer um esforço muito grande, o Tribunal de Contas da União está aí, com os órgãos do governo e nos governos estaduais. Eu, quando governador do Estado da Bahia, eu criei um QUALIOP, para qualificar as empresas, para tentar, dentro do possível... Você dar uma padronização da qualidade exigida pelas contratações. Mas temos que retomar a necessária qualidade dos projetos, porque um mau projeto, ou você licitar uma obra com projeto básico, significa que você não tem a menor ideia de quanto vai custar essa obra no final. Essa é uma realidade que acontece.

E vejo que aí, o TCU, às vezes, se precaver, tomando posições que terminam, também, criando dificuldades na execução da obra, porque ele não tem muita segurança do que é está sendo executado e com isso algumas dificuldades e incompreensões tem existido entre o Poder Executivo e o próprio Tribunal de Contas da União. E nós estamos assistindo, reclamos(F) até do próprio Presidente da República, isso é público.

A Caixa Econômica, por sua vez, ela assumiu, dentro da gestão pública federal, um responsabilidade tão grande para execução de tantos convênios, que eu não sei como é que ela pode se desincumbir. Com

certeza, ela não desincumbe bem dessas tarefas, porque é uma responsabilidade enorme. Eu tiro pelo meu estado, Presidente. Também o senhor tem um grande estado, que é o Amazonas. A Bahia é um estado do tamanho da França, tem 417 municípios. Nós temos três superintendências da Caixa Econômica para atender centenas e mais centenas de convênios. Inclusive, para liberação das emendas parlamentares.

Eu não vejo a Caixa devidamente apetrechada de engenheiros, de pessoas técnicas para executar isso rapidamente. Às vezes, se perdem até recursos colocados pelos parlamentares, porque não tem como analisar toda a demanda que vai para a Caixa Econômica.

Então, eu não acompanhei a discussão, aqui, do início, mas quero me associar, eu acho, aos que usaram a palavra antes de mim, que me antecederam, deve ser no sentido de que nós temos um grave problema no Brasil com relação às obras públicas. Nós temos que qualificar o nosso pessoal, os nossos engenheiros. Eu nunca admiti, já que eu fui executivo, como é que você contrata algo que você não sabe exatamente quanto vai custar. E se eu quero contratar uma obra, eu tenho que fazer um projeto básico, um projeto executivo e tenho que saber quanto vai custar e dizer assim: "O que eu posso pagar é isso aqui". E limitar um preço para cima e um preço para baixo. E se possível, eu, na Bahia, criei um capa(F) que era um multiplicador, que era para não ter jogos de quantitativos.

Porque o que acontece muito comumente, o Tribunal deve saber disso, é jogo de quantitativo. Você entra em uma concorrência, bota um preço baixo para um quantitativo que, depois, está alto no projeto, foi avaliado, mas a empresa sabe que esse quantitativo não vai ser realizado, ela bota o preço baixo e ganha a licitação. Em compensação, em outro item, ela bota um preço alto e, durante a execução, aquele quantitativo se multiplica.

Então, essas questões, realmente, preocupam muito. Eu acho que a todo o país, sejam as autoridades do executivo, sejam a nós, parlamentares. Porque o que é que nós queremos ver? Nós queremos ver é a obra feita, bem feita, com aplicação correta dos recursos, e feita em tempo hábil. Porque uma obra atrasada é como o Rui Barbosa falava, é como a justiça. E uma justiça tardia, é injustiça. Então, uma obra que se demora dez, vinte anos, você não pode ter controle sobre essa obra. E, lamentavelmente, nós assistimos, muitas vezes, os soluços orçamentários.

Eu conheço obras de irrigação, de projetos de irrigação à margem do Rio São Francisco, na Bahia tem algumas, você demora duas dezenas de anos para se realizar um projeto desses. Aditivos, mobilização, desmobilização, como é que você avalia esses custos? Quer dizer, eu acho que o país está precisando revisar todos esses processos, porque esta perdendo-se, de um lado é o erário, de outro lado é a população, que não tem benefício da obra de boa qualidade executada no tempo hábil. E isso demanda, muitas vezes, a casos gravíssimos, porque se você olhar na questão das estradas –eu sou engenheiro rodoviário – são mortes, são pessoas que perdem a vida por um mau projeto.

No passado, você calculava, aqui, o Dr. André falou sobre o cálculo do pavimento, que é um fator N, que multiplica uma série de fatores desde a resistência do solo ao número de veículo e índices pluviométricos etc., para se chegar a um calculo do pavimento, e que você tem uma vida útil que entra também no cálculo. Essa vida útil você calcula cinco, dez anos, a depender do custo inicial.

Lamentavelmente, o que nós assistimos, hoje, são as estradas, às vezes, você tem uma vida útil curtíssima. Não é, então, possível se admitir que sejam aplicados recursos públicos, que são escassos, para uma obra que tem uma duração muito baixa, porque não tem um projeto executivo que, realmente, seja um projeto adequado a solicitações que aquele pavimento vai sofrer.

Então eu realmente sou muito preocupado com isso. Eu acho que a Comissão de Meio Ambiente, em muito boa hora, traz esse assunto. E gostaria de ver outras reuniões desse tipo, para que nós pudéssemos colaborar para o aprimoramento da aplicação dos recursos públicos no país, seja através do executivo, dos diversos entes federativos. E que o Parlamento pudesse cumprir o seu papel em uma Comissão de Fiscalização, aqui, para que nós participássemos, mais diretamente, da fiscalização das obras. Acho o que Senado Federal e a Câmara dos Deputados têm esse papel, com o TCU que é um órgão auxiliar do Parlamento.

Mas, antes de tudo, Sr. Presidente, quero dizer que é preciso voltar à tradição dos bons projetos. Tem uma história que a BR 116, a famosa Rio-Bahia, quando ela foi concluída, demorou muito tempo, começou com Getúlio Vargas e só foi concluída com o Presidente João Goulart. Mas diz que foram ao Getúlio Vargas pedir um tipo de reajuste. Aí, depois, pediram a pavimentação da estrada. E ele disse: "Pavimentar como? A estrada foi feita toda em cima de terceira categoria, em cima de rocha, ela já está pavimentada". O Dr. André entende muito bem o que é uma classificação em primeira, segundo e terceira categoria. Isso aí dá um diferencial crível e isso é extremamente subjetivo. Isso é feito, o Dr. Silvio também conhece, que é do DNIT, isso é feito, lamentavelmente, no campo, às vezes, por pessoas mal remuneradas e, às vezes, também,

com pouca qualificação. Porque o tecido técnico não foi renovado em diversos órgãos.

Inclusive, nós sabemos das dificuldades do DNIT. Não adianta você querer fazer um pacote de obras grandes para o país, por exemplo, para o rodoviário, sem reforçar a estrutura funcional do DNIT. É preciso qualificar os técnicos e colocar técnicos competentes. No passado, eu sou engenheiro rodoviário, aprendi toda a minha engenharia rodoviária em cima dos manuais do DNER e dos institutos de pesquisa que existiam dentro do DNER. Isso acabou. Essa tradição, nós perdemos ao longo dos anos. E se nós queremos um país desenvolvido e que tem uma nova infraestrutura, uma infraestrutura mais permanente, de qualidade, temos que retomar a essa prática de um boa engenharia, acima de tudo, bons projetos, e boa fiscalização na execução desses projetos. Era só isso para colocar a minha colaboração. Agradeço, Srs. Presidentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Senador César Borges. Eu quero dizer a V. Exa. que, na terça-feira, próxima terça-feira, dia 13 nós continuaremos discutindo esse tema, quando estarão presentes aqui a CEPEMA, a INFRAERO, a CGU, a CONFEA, ABRAMAT, Abdib e SINICON. São os primeiros passos, no sentido de buscarmos o aprimoramento desses sistemas de preço, de tudo que envolve essa questão relacionada a obras públicas no nosso país.

Concedo a palavra ao Dr. Pedro Paulo de Faria, vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP.

SR. PEDRO PAULO DE FARIA: Muito bem, eu fiquei aqui, ouvindo atentamente todos os que me antecederam, e eu já estava feliz que o André tinha comentado brilhantemente cada um dos pontos que os senadores tinham levantado. E feliz, também, porque as palavras dele coincidem com o meu pensamento, na sua grande maioria. Uma coisinha ou outra, viu, André, para não dizer que tudo é perfeito, que você seja, assim, tão convincente.

E para a minha surpresa, agora, o senador veio falar por último, ele acabou corroborando tudo que eu falei anteriormente. O Brasil, realmente, senador, ele está precisando resgatar a engenharia do setor público. Essa é a mensagem maior que eu gostaria de poder deixar a todos. Porque, ao longo dos anos, esse setor foi sendo desmantelado, deixado de lado. O Brasil não usa a inteligência mais para planejar suas obras. Os setores responsáveis por obras públicas nos setores públicos, eles não têm mais essa tendência do primor pelas obras de querer fazer melhor, de fazer bem feito. É fazer rápido, é colocar logo a máquina na estrada, é no começar, mas ninguém pensa no terminar e na qualidade que aquilo exige, não é, verdade, Sr. Senador? Exatamente.

Então, existe uma campanha, vamos dizer assim, existe um grupo de trabalho que se formou, já desde o começo de 2009, Senador Jefferson Praia? Não me lembro, acho que foi. Logo depois que nós fizemos, aqui, o nosso instituto, que é o Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, senador, que congrega, hoje, os que engenheiros e arquitetos dos diversos Tribunais de Contas que fazem auditoria em obras públicas.

Nós fizemos aqui, no final de 2008, dentro do Senado, um simpósio, que foi o 12º Simpósio Nacional de Auditoria de Obras pública, e lá tivemos a felicidade de encontrar o Senador Jefferson Praia, que fez a abertura dos trabalhos, nos acompanhou bastante, ficou bastante interessado pela nossa atuação e pelas nossas preocupações, que são essas que o senhor resumiu. O senhor teria feito uma ótima apresentação, uma ótima fala, uma ótima palestra naquele simpósio, que ele reúne as preocupações que nós temos desde muito tempo, os engenheiros que trabalham nessa área, e vêm verificando que os problemas são sempre os mesmos. O problema é sempre a deficiência do planejamento, é a falta do projeto, ou nomeia um projeto básico completamente errado. Que até, como lembrou bem o André, o IBRAOP colocou em uma orientação técnica, a orientação técnica OTI BR-01/2006. Foi uma orientação técnica que nós criamos, dizendo exatamente isso. Lá tem... É um documento no formato de uma norma, não é? Mas ele, em suma, fala assim: "Olha, o que a Lei 8.666 fala para projeto básico é projeto completo de engenharia, com tudo definido". Se for diferente disso não consegue atender a lei, não consegue atender o art. 6º e o 7º. Aí se não ficar satisfeito e não atender o art. 6º e o 7º, ou o artigo 3º, também, no que diz respeito à isonomia.

Então, o projeto tem que ser completem sua totalidade, mas acontece o que Brasil não tem como fazer projetos completos, bonitos e com tempo e tudo mais. Por quê? Porque o setor público está desmantelado nessa área. Então, desde aquele época, como eu dizia, desde o começo de 2009, nós criamos um grupo de trabalho que engloba, além do Senado, aqui, através do Senador Jefferson Praia, que nos abriu as portas para entrar aqui, com o auxílio de alguns colegas, a CONORF e do seu gabinete, congrega, também, colegas do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Conta do Estado do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, o próprio IBRAOP, que eu represento aqui, o CREA, do Paraná, e o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e a que é a ATRICON, que é a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas.

Esse grupo vem trabalhando, senador, justamente no sentido de conscientizar a população e os seus dirigentes de que nós precisamos resgatar a engenharia no setor público. O Brasil, além de ter bons quadros de engenheiros, e que guardem um *know how*, que o *know how* não se perca, o conhecimento técnico do órgão não se perca com a aposentadoria dessas pessoas, que já está próxima. Eu vejo não se renovarem quadros, as pessoas, simplesmente, se aposentam e levam consigo a história do órgão, aquele *know how* todo.

Além disso, o Brasil precisa de planejamento de longo prazo na sua infraestrutura. Planejamento de PPA de quatro anos não serve nem para uma rodovia. Qual é a vida útil de uma rodovia, Dr. Silvio? Nós estamos trabalhando com oito anos, agora. Mas, antigamente, era até mais, dez anos, oito anos, dez anos. Antigamente, eu ouvia falar em 15. Era uma coisa assim. Agora, eu cheguei a ouvir alguém que queria modificar os projetos de rodovia para vida útil de quatro anos. Poxa vida! Olha, isso não dá nem... Como é que um país vai planejar a sua infraestrutura, vai querer crescer para algum lugar se ele pensa em quatro anos? Uma infraestrutura tem que ser pensada para 20 30, 50 anos. Então, são essas coisas que esse grupo de trabalho vem realizando, senador. E gostaria que o senhor nos apoiasse, também, nessa campanha, assim como todos os outros.

Eu não vou me alongar mais, porque eu acho que todas as perguntas já foram respondidas. Eu só quero fixar em um, Senador Jefferson Praia, que o senhor me perguntou com relação a criar uma unidade responsável pelo gerenciamento daqueles vários sistemas. Eu não estou falando, na minha sugestão, imagine, não tenho a pretensão, com a criação de novo organismo ou alguma coisa assim, é simplesmente o pensamento de que se nós vamos usar vários sistemas diferenciados, alguém vai ter que congregar esses dados. Eventualmente, poderia ser uma unidade dentro do Ministério de Planejamento. Mas isso não quer dizer substituir a Caixa na realização do SINAPI, que já o faz tão bem, muito menos o SICRO. Não é criar uma entidade que esteja cheia de técnicos voltados a criar composições e preços unitários a torto e a direito, nada disso. É aproveitar o *know how* de cada um dos órgãos, para complementar o trabalho que já existe. E para essa missão, eventualmente, há que se ter uma unidade que congregue toda essas unidades.

Eu acho que seria isso, senhoras e senhores, que eu teria a trazer aqui, como colaboração. E, mais uma vez, eu agradeço, em nome do IBRAOP, o convite. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Pedro. Quero agradecer a todos, o Dr. Clóvis, o Silvio, o Dr. André e o Dr. Pedro, que deram, aqui, uma grande contribuição nessa nossa primeira reunião, que teve e que tem, na verdade, o objetivo de discutir parâmetros de preço utilizados para obras públicas. Demos um grande avanço, estamos avançando.

Eu fiz aqui algumas anotações. Eu gosto de, em todas as reuniões, sair com alguma coisa na cabeça. Então, eu acho que o que podemos, pelo menos na minha avaliação, sair deste primeiro passo, desta primeira reunião. Primeiro, é importante nós orientarmos os nossos prefeitos. Porque estamos falando aqui de obras municipais, de obras dentro do contexto dos governos dos estados e de obras federais. Mas é importante todos os prefeitos terem as orientações ou as percepções que foram feitas aqui, nessa discussão.

Então, resgatarmos ou viabilizarmos o planejamento foi um ponto muito bem abordado aqui, que precisamos fazer com que isso aconteça. Precisamos viabilizar projetos básicos melhor, muito bem colocado, aqui, pelo Dr. André. Não, simplesmente, aquele projeto básico faz de conta, para depois vir com outro executivo, que também não atenderá a demanda de um bom projeto. Portanto, é fundamental termos projetos básicos e o executivos. E o tempo, foi colocado por um dos senhores, é uma variável fundamental. As pessoas assumem o poder, assumem, por exemplo, uma prefeitura, e querem, de imediato, porque há uma demanda, precisamos atender isso, por parte da população, que cobra resultados, logo, do governante.

E os projetos são feitos ou as iniciativas são feitas de uma forma tão rápida, com a equipe não preparada, como foi destacado aqui, que é fundamental viabilizarmos unidades da engenharia do setor público com qualificação, colocado pelo Senador César Borges, da mão de obra, da qualificação dos engenheiros, para que possamos ter bons resultados. Criar uma unidade responsável por reunir e gerenciar dos diversos dados de sistema de preço, dentro, aí poderia ser uma sugestão feita pelo Dr. Pedro, do IBRAOP, dentro do Ministério do Planejamento. É um caso, também, a ser analisado.

Precisamos, também, isso foi observado, aprimorar – e sempre estamos passando por aprimoramento nos sistemas de preços. Riscos de financiamento e pagamento refletem no preço da obra. Esse é um ponto que devemos começar a ver como que trabalhamos essa questão. E também me foi passado pelo Dr. André, do TCU, e o Dr. Silvio, do DNIT, esse entrosamento entre órgão empreendedor e o órgão que faz a avaliação, que faz a auditoria, que vai, na verdade,

analisar aquela obra. Esse bom entrosamento é fundamental. Que estejam em sintonia. Essa experiência DNIT e TCU é uma experiência que deve ser copiada por todos nós.

No mais, eu quero, aqui, agradecer a todos vocês. Na próxima terça-feira, continuaremos essa discussão, que é uma discussão importantíssima, com o objetivo de analisarmos os preços utilizados para obras públicas e tudo que envolve, é claro, essa questão. Estarão aqui, conosco, a CEPEMA, a INFRAERO, a CGU, o CONFEA, a ABRAMAT, Abdib e SINICON.

Muito obrigado a todos. E dou por encerrada esta reunião.

Sessão encerrada às 13h32.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia oito de abril de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam a lista de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **JEFFERSON PRAIA** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a presente reunião destina-se à realização da 2ª Audiência Pública do Ciclo de Debates "Os Vinte Anos de Vigência do Código de Defesa do Consumidor: O Processo Econômico e a Defesa do Consumidor", em atendimento ao Requerimento nº 9 de 2010-CMA, de sua autoria. Comparecem os seguintes convidados: Roberto Pfeiffer, Diretor-Executivo da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON do Estado de São Paulo; Bernardo Medeiros, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Evandro Zuliani, Assessor Técnico da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN; e André da Silva Ordacgy, Defensoria Pública da União – DPU. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 8-4-2010

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 12º Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata.

Senhoras e senhores, presentes a esta sessão, a presente reunião destina-se à realização de uma Audiência Pública, em conformidade com a aprovação do Requerimento nº 9, de 2010, de minha autoria, com o objetivo de debater sobre os vinte anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor, destinado, ainda, a coletar subsídios para propor reforma daquela norma.

Nós já tivemos um primeiro ciclo de debates, vamos ter agora o segundo ciclo de debates. Depois, no dia 15, na próxima semana, o último ciclo de debate, e o objetivo, como o requerimento já anunciou, é o objetivo de uma avaliação, uma comemoração dos vinte anos do Código e uma avaliação daquilo que nós podemos fazer para aperfeiçoar a legislação.

Quero, então, fazer o convite para que as nossas autoridades, técnicos, estudiosos, representantes de entidades possam estar presente conosco: Roberto Pfeiffer, Diretor Executivo da Fundação de Proteção à Defesa do Consumidor – PROCON de São Paulo, para fazer parte aqui junto conosco. Desde já, agradeço a sua presença; Bernardo Medeiros, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Seja bem-vindo; Evandro Zuliani, Assessor Técnico da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN; André da Silva Ordacgy, Defensoria Pública da União – DPU. Eu agradeço muito as presenças de vocês.

Só que vocês possam ter conhecimento daquilo que nós estamos fazendo, fizemos uma primeira reunião na semana retrasada, lançamos um portal comemorativo dos vinte anos do Código de Defesa do Consumidor, tivemos já três contribuições importantes aqui, na reunião passada, e vamos ter a contribuição de vocês agora. O que nós desejamos, naturalmente, com este seminário, é uma avaliação daquilo que a sociedade tem hoje de instrumento na defesa dos seus direitos como consumidor, como consumidora, e daquilo que a gente tem que fazer para os próximos anos, para os

próximos vinte anos. A gente comemora vinte anos, nós temos que agora fazer com que a legislação possa dar conta também dos próximos vinte anos. Naturalmente, de vinte anos para cá, a relação entre fornecedor de produtos e serviços com o consumidor, essa relação mudou, nós temos uma realidade diferente hoje, no Brasil, mas também novas culturas, costumes e práticas foram incorporadas no dia a dia do brasileiro, e isso exige que a gente faça esta avaliação.

Então nós vamos dar início. Quero perguntar se eu posso passar a palavra na mesma ordem que eu convidei. Primeiro, o Dr. Roberto. Nós vamos dar um tempo referência de vinte minutos, não precisa gastar todo, e, se precisar gastar mais, também, não tem problema, mas só como referência para a explanação de vocês. Essa Audiência é transmitida pela TV Senado e a equipe do Senado, a Consultoria, acompanhando, para que a gente possa aproveitar as contribuições de vocês. Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer. Então está com a palavra para a sua exposição, desde já agradecendo a sua participação.

SR. ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER: Bem, inicialmente, eu gostaria, aqui, de agradecer ao convite do Exmo. Senador Renato Casagrande, que vem desempenhando um excelente papel à frente dessa Comissão de Defesa do Meio Ambiente, que congrega também a Defesa do Consumidor. Parabenizá-lo, inclusive, por essa iniciativa, eu acho que é muito importante não só para marcar esse aniversário, essa data significativa, que são vinte anos de um Código, uma lei que foi tratada aqui, no Congresso Nacional, que foi aprovada por unanimidade nas duas Casas e que é um marco legislativo de extrema importância. E parabenizar principalmente por ter essa visão do futuro. Creio que essas datas são para comemorar, para ressaltar os aspectos positivos, mas devemos sempre estar preocupados com o aperfeiçoamento, até porque a sociedade mudou substancialmente; hoje, vivemos um momento muito bom econômico, e devemos, então, ver como isso se reflete nas relações de consumo.

Eu preparei aqui uma breve explanação. Eu pediria o primeiro slide, por favor.

Então, dado que o tema era o processo econômico e a defesa do consumidor, eu dividi basicamente em duas etapas. Então, numa etapa de balanço, então, tentando associar realidades econômicas com a questão da defesa do consumidor e, em segundo momento, são uma série de proposições, pensando nisso que nos foi desafiado, de pensar como se coloca para os próximos anos e, principalmente, se tratando do Senado Federal, que sugestões normativas, ou seja, dentro do desempenho dessa Casa, poderiam ser executadas.

Então, assim, muito rapidamente, tivemos um primeiro momento, que foi o primórdio no Brasil da defesa do consumidor, todos sabemos que a defesa do consumidor vai se consolidando aos poucos no mundo inteiro. Tem dois marcos importantes: um primeiro é o célebre discurso do Presidente Kennedy, nos Estados Unidos, na década de 60; posteriormente, um marco importante também, uma resolução da Organização das Nações Unidas, no fim da década de 80, que traça os direitos básicos dos consumidores e que serviu de base para várias legislações, dentre as quais a brasileira. Mas, antes mesmo desse marco normativo, no Brasil, a defesa do consumidor, de forma mais institucionalizada, começa na década de 70, inclusive com muita honra. O PROCON de São Paulo é o primeiro órgão de defesa do consumidor a ser constituído na década de 70, em 1975, mas era uma época marcada principalmente pelo processo inflacionário, grande parte das demandas trazidas aos órgãos de defesa do consumidor e o que afligia os consumidores estava relacionado com problemas de desindexação. Então, contratos que tinham desindexação, o consumidor jamais tinha a menor ideia do preço de um produto, não existia essa noção de preço. Lembramos que, no fim da década de 80, chegou-se a inflações de dois dígitos mensais. Então, obviamente, isso tudo trazia muita inquietação e eram muitas dessas demandas trazidas aos órgãos de defesa do consumidor, que não tinham, no entanto, nenhum instrumento específico, não existia ou existiam poucas leis endereçadas à proteção do consumidor, era muita referência, não existia algo sistematizado. Havia, também, muitos problemas de acesso a serviços públicos. Acho que, simbolicamente, os chamados “planos de expansão de telefonia”, que eram planos que o consumidor comprava uma expectativa de ter acesso, por exemplo, e a telefonia que nunca chegava. Esse processo também marcou, por outro lado, a luta de várias associações e de vários órgãos para justamente haver uma lei específica. Então temos aí a previsão constitucional inicialmente, na Constituição de 1988. O próximo slide, por favor.

E se chega, então, a 1990, com a promulgação desse importantíssimo marco legislativo, que é o Código de Defesa do Consumidor, que vem de um comando constitucional, que, no próprio Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, se deu um prazo de 180 dias para a promulgação do código, e aí ele traz, sim, instrumentos efetivos. Eu estou até chamando de um empoderamento do consumidor. O consumidor, então, vai dispor de diversos instrumentos, seja na órbita contratual, na órbita de responsabilidade por danos

ocasionados, uma sistemática de defesa em juízo e órgãos administrativos. Eu diria que também, vamos dizer, uma grande parte do sucesso é devido à grande aceitação da população, é a excelência da lei, cumpre sempre cumprimentar tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado, que souberam editar uma lei muito boa, que, até hoje, é modelo no mundo inteiro, mas também por terem sido criados ou órgãos já constituídos terem se adaptado muito bem. Então, tanto a criação de diversos PROCONs, posteriormente uma grande atuação do Ministério Público, foram criadas associações, eu acho que o IDEC é o melhor exemplo, muito efetivos, e o Poder Judiciário deu uma resposta muito boa. Hoje mesmo, nos Tribunais Superiores, a jurisprudência é muito favorável à efetivação do código. E houve, por parte dos fornecedores, uma resposta muito boa também, em parte pela aceitação da população, em parte por esses agentes públicos efetivos, mas também por uma certa concepção, por uma concepção de que essa é uma norma boa, inclusive para conquistar consumidores. Isso também coincide com uma abertura econômica que, enfim, teve os seus erros. Eu acho que ela poderia ter sido feita de uma maneira muito mais gradual, com contrapartidas por parte dos outros estados, mas que, por outro lado, introduziu uma concorrência interna com os produtos do exterior, muitos deles já adaptados a normas de direito do consumidor, e houve uma boa resposta dos fornecedores. Por favor, a terceira.

Aí a terceira fase, eu chamaria de uma estabilização econômica, onde há uma incorporação crescente da noção de preço. Antes não se tinha essa noção de preço das coisas, e aí começa também a ter bastante importância a questão de empréstimos, aí se começa a notar qual que é o valor efetivo das operações bancárias, isso começa também a estar incorporado nas pessoas e começa a haver uma maior atenção, então, às questões bancárias. E, também, há uma crescente sofisticação dos produtos e serviços com essa estabilização econômica. O próximo slide.

E, finalmente, aí, já chegando na segunda metade, no fim da década de 90, a gente tem o fenômeno, então, já com essa estabilização, aí também com privatizações de diversos serviços públicos, nós introduzimos o fenômeno da regulação econômica. Aí há um momento que eu acho que é de grande transformação, e aí eu começo, agora, já, a notar e a destacar aqui, a sugerir com muita humildade ao Senado, que tem que ter um olhar, porque aí muda e aí já se começa. Aquela lei que teve grande aceitação começa já a entrar numa fase de contestação. Por um lado, nós temos uma questão positiva, que é uma universalização crescente na prestação de serviços públicos. Então, eu acho que a telefonia é um bom exemplo. Se, antes, havia uma enorme dificuldade de acesso ao telefone fixo, ao telefone celular, isso cresce, no entanto, com um aumento gradativo dos preços e com vários outros problemas sendo trazidos por aí. Surge o fenômeno da regulação econômica. Obviamente eu não vou destacar as principais características, porque eu não teria tempo para isso, mas, com isso, surge um problema: esses setores regulados, crescentemente... E aí eu vou destacar, embora temos aqui a FEBRABAN, sem querer ser indelicado, mas eu acho que os bancos representam simbolicamente essa rebeldia, que eu chamo, ao Código, mas, vamos dizer, os bancos são o principal símbolo, mas as empresas de telefonia não são diferentes, as empresas de energia elétrica idem, eles entendem que o Código de Defesa do Consumidor não lhes é aplicável. Então, seja porque... Normalmente sob dois argumentos: de que há legislações específicas que os regem e que eles estão submetidos às agências reguladoras. E, infelizmente, essas agências reguladoras, por outro lado, acabam comprando essa ideia, tanto as agências como o órgão regulador dos bancos, por exemplo, o Banco Central, o Conselho Monetário Nacional, compram essa ideia e não aplicam, de forma solene e escancarada, deixam de aplicar o Código de Defesa do Consumidor. E aí a gente tem... Eu acho que o grande símbolo é o fato dos bancos terem ajuizado uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a aplicação do código, entendendo ser inconstitucional a aplicação do código, e outro símbolo é uma série de normas, editadas por agências reguladoras e pelo Conselho Monetário Nacional, que, simplesmente, negam a aplicação do código. Por exemplo, o Conselho Monetário Nacional editou duas resoluções que eles chamaram de cliente bancário, direitos do cliente bancário, em que tinham vários dispositivos que contrariavam o Código de Defesa do Consumidor, e eles, inclusive, não usavam jamais a expressão consumidor, você não encontrava nos bancos essa expressão; era cliente. As agências reguladoras, ANATEL, ANEEL, Agência Nacional de Saúde Suplementar, mas eu daria um destaque negativo, principalmente à ANEEL, energia elétrica, e à ANATEL, de telefonia, editaram uma série de resoluções contrárias ao Código de Defesa do Consumidor. Temos, por exemplo, dois casos escancarados. Então várias normas da ANATEL e, recentemente, a ANEEL, que permitiu que, nos contratos de concessão e na regulação que ela o fez, as empresas concessionárias se apropriassem de dinheiro dos consumidores. Ou seja, nos aumentos tarifários e, principalmente, na distribuição de encargos setoriais do setor de energia elétrica, eles dividiam pela massa do consumidor, mas

sem computar aquilo que crescia de consumidores, que eram acrescidos. Consequentemente, cada consumidor pagava mais do que deveria. Se calcula, aí, por baixo, que isso tenha causado, em cinco anos, um bilhão por ano, no mínimo, de prejuízo aos consumidores.

Bem, um detalhe importantíssimo é o fato de que, hoje, já há um sistema integrado de informações de consumidores, o que é chamado de SINDEC. Com certeza, quando o Dr. Ricardo Morishita vier aqui, ele vai explicar bem. Então, eu vou me abster de explicar, mas, hoje, nos principais cadastros – por exemplo, no cadastro de São Paulo -, os primeiros lugares de empresas reclamadas são de empresas de serviços regulados. Então são empresas de telefonia fixa, de telefonia móvel, bancos, cartão de crédito, empresas de energia elétrica, ou seja, não é uma mera coincidência. Então essa circunstância de que esses são os principais ofensores dos consumidores, são justamente essas empresas. O próximo, por favor.

Então já me aproximando então dessa segunda parte, de como eu enxergo os vinte anos ou que sugestões eu poderia dar, eu vou iniciar por algumas estratégias. Obviamente, os órgãos de defesa do consumidor também têm que estabelecer novas estratégias. Eu diria alguns símbolos, então, dessa reação, então, se, no fim da década de 90, começo do Século XXI, foi marcado por essa rebeldia, houve um contra-ataque por parte dos órgãos de defesa do consumidor, por parte das associações. Então o primeiro fator simbólico desse contra-ataque foi o fato do Judiciário, e lembram que eu falei que o Judiciário sempre foi um grande aliado na implementação das normas de defesa do consumidor, ter o Supremo Tribunal Federal julgado, finalizou esse julgamento em 2006, ter julgado a Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.591, que foi aquela proposta pelos bancos, pela Federação dos Bancos, para que não fosse aplicável o Código de Defesa do Consumidor aos bancos, ele julgou improcedente e declarou, com muita ênfase, que o Código de Defesa do Consumidor era aplicado aos bancos e a todos os agentes econômicos. Isso, então, serve não apenas em relação aos bancos, mas aos outros agentes econômicos: telefonia, energia elétrica, planos de saúde. Então esse foi um fator muito importante, que permite a aplicação e que permitiu, inclusive, uma reação positiva, embora ainda possa ser aperfeiçoada, dos próprios bancos de começarem, então, a incorporar o Código de Defesa do Consumidor e do próprio Banco Central e do Conselho Monetário Nacional editarem normas, por exemplo, controle tarifário mais favoráveis aos consumidores.

Outro símbolo eloquente disso é o decreto federal que regulou o serviço de atendimento ao consumidor. Ele é simbólico por dois motivos. Então, em primeiro lugar, porque ele é aplicado, o decreto do serviço de atendimento ao consumidor, exatamente em relação a esses serviços regulados por agências reguladoras. E por que foi escolhido? Por dois motivos: o primeiro é que precisava ter um corte, não dava para exigir também esses serviços de atendimento ao consumidor de todo e qualquer fornecedor. Por exemplo, não faria muito sentido você ter toda uma série de obrigações e aplicar isso para a padaria da esquina. Aqui, esquina é difícil falar de Brasília, mas, vamos dizer, para padaria de qualquer lugar, ou para um pequeno comércio. Então aí se estabeleceu um corte e se verificou que, como os principais reclamados eram justamente essas empresas submetidas à regulação, então, a elas se endereçou. E ele é simbólico, em segundo lugar, porque vai na raiz do que se identificou como um problema sério, que era a constante perda na qualidade no atendimento ao consumidor. Então, as empresas, se, num primeiro momento, se adaptaram bem ao código, posteriormente, o que é que elas fizeram? Começaram a investir maciçamente em publicidade. Até isso tem que ser ressaltado, sofisticaram os produtos e serviços. Acho que, hoje, a qualidade de produtos e serviços vendidos no Brasil deixam pouco a desejar em relação a outros países do mundo, mas não investiram no atendimento ao consumidor. E não faltou aviso. Os órgãos sempre insistiram que elas deveriam aperfeiçoar esse atendimento ao consumidor, mas precisou de uma norma estatal, regulando os principais aspectos desse atendimento ao consumidor, sob a perspectiva de que atender melhor o consumidor traria, consequentemente, menos problemas a serem resolvidos pelos PROCONs. Por outro lado, os órgãos começaram também a estabelecer novas estratégias. Por exemplo, recentemente, tanto o Ministério da Justiça como o PROCON de São Paulo, eles lançaram um entendimento de que uma coisa importante seria chamar essas empresas, as empresas que mais têm reclamações, e estabelecer com elas metas de redução dessas reclamações e dos atendimentos do consumidor. E, para as empresas atingirem essas metas, que nós pretendemos que sejam grandes, estamos trabalhando aí com metas de 50%, por exemplo, obviamente a empresa precisa de duas coisas: a primeira é reduzir uma série de práticas abusivas contra consumidores. Então, por exemplo, como é muito comum no setor de telefonia, no setor de banda larga, vender uma velocidade e entregar uma velocidade menor do que a vendida. Ou, então, ligar para a pessoa e falar: “Olha, eu posso instalar uma banda larga”, chega lá na casa da pessoa, não consegue instalar essa banda larga por problemas técnicos, e, mesmo assim, começa a

cobrar essa pessoa por um serviço que ela não pediu e que não lhe foi entregue. Eles têm que, então, acabar com esse tipo de prática, por um lado, e, por outro, aperfeiçoar o serviço de atendimento ao consumidor e aí alcançar metas de redução. E com metas de redução você consegue alcançar, então, esse objetivo de eliminar uma série de práticas e aperfeiçoamento de serviço de atendimento com algo muito objetivo e que você consegue medir. Um aperfeiçoamento do atendimento dos próprios órgãos, então seja no individual, tratar muito bem o consumidor, mas também começar a oferecer serviços telefônicos, serviços pela internet, isso é algo que é inevitável que os órgãos façam isso; a intensificação da atividade de fiscalização. Então é cada vez mais importante que os órgãos, sem abandonar o diálogo, fiscalizem e multem essas empresas; e um crescente diálogo com os fornecedores para a eliminação de práticas abusivas; também uma prática de intensificar os PROCONs municipais, que eu acho que o Senado pode dar esse recado aos municípios, que é importante que eles implementem PROCONs; e tentar, gradualmente, fazer um verdadeiro sistema que congregue todos os órgãos [soa a campainha]: os órgãos administrativos, Ministério Público, Defensoria, enfim, para que se possa fazer.

Então já me aproximando, usando aí o tempo de tolerância, eu vou fazer algumas sugestões normativas.

Então, a primeira delas tem a ver com a questão regulatória. Então um dos grandes problemas, lógico, há uma questão jurídica, mas isso já vem sendo enfrentado e insistido, há ações em relação a isso e nota-se hoje uma melhora, é a questão de que, na regulação, não se vê, seja as normas de defesa do consumidor, seja os interesses desses consumidores. E um desses fatores é, lógico, há que haver um grande controle sobre os agentes, as pessoas que participam dessa agência, que o Senado normalmente homologa essas participações. Então, obviamente, um maior rigor nas sabatinas desses diretores de agências é muito bem vinda, mas, além disso, alguns mecanismos que possam aperfeiçoar a participação dos órgãos e associações de defesa do consumidor, porque há uma disparidade técnica muito grande.

Então, por exemplo, questões como o reajuste de energia elétrica, é muito difícil, é muito complexo e é difícil as associações conseguirem participar com qualidade. Então, há um Projeto que é bem polêmico e está na Câmara, que é o 3.337, que trata aí do chamado "controle social das agências reguladoras", ele é muito polêmico, mas ele contém um dispositivo interessante. Eu não sei exatamente como está lá, mas acho que deve se pensar de algum tipo de financiamento, de assessoramento técnico ou, se não for partir para um financiamento, mas pensar em como suprir assessoramentos técnicos a essas associações, para que eles consigam traduzir em termos técnicos quais são as necessidades a serem levadas pelos consumidores. Isso em primeiro lugar. Um segundo detalhe é a questão da transparência na atuação das agências reguladoras. Aí eu acho que há um papel para o Senado nisso. Por quê? Pelo seguinte: nem todas as agências reguladoras possuem sessões públicas. Eu, por exemplo, tive uma experiência de quatro anos como conselheiro do CADE. Enfim, pode-se até criticar algumas decisões, mas uma coisa interessante do CADE era o fato de todas as sessões de deliberações serem públicas. Na ANEEL, é assim. Lógico que também o fato de ser pública não exime de errar, mas, pelo menos, você tem um maior controle. Então choca, por exemplo, a amplíssima resistência aí noticiada na imprensa da ANATEL em abrir as suas sessões. A ANATEL, ela delibera discretamente sobre assuntos importantíssimos e há uma enorme resistência em tornar pública. É um absurdo, porque a própria Constituição já determina publicidade de todos os atos administrativos. Então, aí, já que as próprias agências, então, não estão cumprindo essa determinação constitucional, poderia caber uma lei, por exemplo, em estabelecer a obrigatoriedade de todas as sessões de deliberação serem públicas. E, também, haver uma motivação dos atos administrativos e, principalmente, aqueles levados a Consulta Pública. Então, muitas vezes, se leva à Consulta Pública elementos extremamente sofisticados, complexos, há contribuições, mas elas são rejeitadas, sem qualquer motivação. Então, eu acho que isso seria interessante.

Um outro detalhe que seria interessante era levar em consideração as reclamações, perante os órgãos de defesa do consumidor, na avaliação do desempenho dos órgãos regulados, principalmente aqueles que têm concessão. Então, por exemplo, em energia elétrica, as empresas de distribuição são concessionárias, ganham uma concessão da União. Em telefonia fixa também há uma concessão da União, é um contrato em que eles têm que desempenhar determinadas metas, mas eles não levam em consideração as reclamações perante os consumidores. Então isso seria também algo interessante. Por favor, o próximo.

Já estou encaminhando, Sr. Presidente, para o final.

Também acho que há uma série de leis estaduais, e aí pedindo desculpas por puxar a brasa para a sardinha de São Paulo, mas há exemplos mesmo no Espírito Santo, por exemplo, Estado do Senador Casagrande, por exemplo, a questão de bloqueio de te-

lemarketing também lá foi implementada, mas há leis como proibição de fumo, fixação de dia e turno para a entrega de produtos e prestação de serviço, perdimento de combustíveis, há uma série de leis que poderiam ter também ser federalizadas. Eu destacaria, por exemplo, a questão de bloqueio de telemarketing, que seria muito interessante que a lei fosse federal e não várias leis estaduais. E três questões importantes, que seriam... Creio que, na atividade de fiscalização, os órgãos de defesa do consumidor podem impor multas, isso é importante, mas, cada vez mais, se percebe que, se desse a eles poderes de determinados obrigações de fazer... Então, por exemplo, determinar que a empresa implemente um setor de atendimento com as seguintes características ou, então, que ela se abstenha de determinadas práticas, isso seria interessante. Eu acho que daria para mudar um pouco a parte de sanções, mas para por algumas coisas propositivas, que os órgãos pudessem determinar que as empresas tomassem determinadas medidas que beneficiariam muito o consumidor. Eu acho que seria interessante pensar em algo como isso. Uma outra questão é a chamada multa civil. Isso foi vetado pelo então Presidente Collor, quando da sanção do Código de Defesa do Consumidor, em que previa-se uma multa civil que poderia ser dada, que seria uma espécie de uma multa por um dano moral coletivo, algo do gênero, por aquilo que ela incomodou a sociedade, seria algo adicional para fazer com que as empresas cumprissem as normas de defesa do consumidor. Também, cada vez mais, se sente a necessidade, num tema importante, que é o *recall*, de ter um órgão próprio que pudesse tratar disso, principalmente *recall* de automóveis, que tem aumentado muito, que, nos Estados Unidos, há um órgão específico para isso.

E, finalizando, não poderia deixar de falar isso, não só pelo meu passado, aí, no órgão de defesa da concorrência, mas porque, hoje, há uma importantíssima lei aqui, tramitando no Senado Federal, que ela veio de um Projeto de Lei 3.937B, que tramitou na Câmara dos Deputados, foi discutida durante uns três anos, acabou sendo aprovado esse projeto, ele foi remetido ao Senado e aqui tramita como o Projeto de Lei nº 6, de 2009, aqui, no Senado Federal. Ele trata de uma reformulação da Lei de Defesa da Concorrência. Vocês devem estar espantados: por que é que então alguém que está num órgão de defesa do consumidor está falando da questão de defesa da concorrência? Não só porque, pelo senso comum, quanto mais concorrência, melhor para o consumidor, mas também por uma outra constatação: assim como a gente pode constatar que aquelas empresas mais reclamadas pertencem a setores que são objeto de regulação econômica, também não coincidentemente, não é mera coincidência, eles são caracterizados por estarem em setores com pouca concorrência. Então, é o setor bancário, novamente, é um oligopólio, hoje eu acho que são cinco grandes grupos que dominam; cartões de crédito, especificamente, é um problema seriíssimo. Chamaria a atenção inclusive aqui de proposições, que seria o momento de chamar o Conselho Monetário Nacional para, por exemplo, regular tarifa de cartão de crédito. A gente tem, hoje, uma excelente regulação de tarifa bancária, mas não tem regulação de cartão de crédito, de tarifa de cartão de crédito. E é um duopólio, são duas empresas praticamente que dominam o setor; telefonia fixa, a gente tem no máximo duas empresas em cada região; telefonia celular é um oligopólio; energia elétrica é um monopólio; e mesmo a fabricação de aparelhos celulares são pouquíssimas empresas também que atuam nesse setor. Esses são os principais reclamados. Aí, nesses setores, a gente tem cerca de 90% do trabalho de qualquer PROCON estadual ou municipal.

Então há uma relação entre concentração e direito do consumidor.

Então, eu creio que esse projeto que aperfeiçoa a defesa da concorrência traz maiores poderes no controle de concentrações, maiores poderes em punir práticas, tais como o cartel que tanto lesam o consumidor, seria de grande interesse.

Então, desculpando-me, aí, por ter ultrapassado um pouco o tempo, eu agradeço muito a atenção de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado ao Roberto Pfeiffer. Naturalmente, esse material já está conosco, para nós aproveitarmos, aí, as sugestões feitas pelo PROCON de São Paulo. Obrigado pela contribuição.

Então passo a palavra ao Bernardo Medeiros, que é do IPEA, para que possa fazer a sua exposição.

SR. BERNARDO MEDEIROS: Primeiramente muito bom-dia a todos, eu queria cumprimentar a todos os membros da Mesa, em especial ao Senador Casagrande por essa iniciativa, que eu acho muito importante, nesses vinte anos, além de comemorar, fazer um balanço e pensar para frente, como bem foi colocado pelo Dr. Roberto.

Agora, falar de vinte anos do CDC, em vinte minutos, é uma missão quase impossível. Então eu optei por pinçar alguns aspectos que me apareceu importante para a gente apresentar aqui e, depois, debater ao final, que eu acho que o mais importante vai ser o debate. Muitos dos meus aspectos que eu pretendo abordar aqui o Dr. Roberto já abordou, então eu vou passar de maneira mais breve, e pretendo, então, não me alon-

gar muito. Na primeira parte, eu quero falar, então, de avanços, impactos e questões acerca do CDC.

Primeiramente, sobre os avanços, só dando uma passagem geral, eles são inegáveis. Quem observa a evolução das relações de consumo, a partir de 1990 até os dias atuais, vê o grande avanço que tivemos. Até o CDC, o marco da regulação do consumo, era dado pelo Código de 16, em regras gerais, que se baseava numa equiparação quase absoluta entre contrato, lei e na necessidade da prova da culpa por parte do consumidor. Então, se o consumidor era lesado, ele, primeiro, estava amarrado ao contrato como quem está submetido a uma lei, e, segundo, ele tinha que fazer prova da culpa do fornecedor, que se chama de responsabilidade subjetiva. Isso quase que inviabilizava a defesa por parte do consumidor. Pode passar.

Com o CDC, a gente tem esses dois pontos alterados: de um lado, tem essa relativização dos contratos, que não mais tem... são equiparáveis à lei em alguns aspectos. Por outro lado, temos a responsabilidade objetiva, ou seja, o consumidor não precisa mais provar, em alguns casos, a culpa do fornecedor, havendo também a inversão do ônus da prova. Tudo isso é previsto pelo CDC. Além dessa mudança em relação ao paradigma de 1916, novos aspectos são trazidos. Por exemplo, a inclusão expressa da vulnerabilidade do consumidor, independente da sua condição social. Outro deles é a proibição da propaganda enganosa, ou seja, o trato desses dois temas, a propaganda enganosa e da propaganda abusiva de maneira explícita no código. Há ainda um terceiro aspecto importante, que é trazido pelo CDC, que é a proteção dos bancos de dados e de cadastros de consumidores. Só que essa caminhada, nesses vinte anos, não foi simples, eu chamaria de uma dura caminhada. Ela foi dura desde a tramitação, recebeu forte resistência, até de alguns setores da imprensa, de federações, de sindicatos de indústrias e lojistas que, nesse primeiro momento, se opuseram ao código, como ao longo desses vinte anos, que pode ser marcado por um alto índice de litigiosidade, envolvendo questões de consumo, e por contestações judiciais, voltando mais uma vez aqui à ADIN, que o Dr. Roberto tinha citado no caso bancário. Apesar da literal expressão do código, de que se aplicaria às relações bancárias, houve, então, contestação judicial. Mas, apesar de ela ter sido um ponto difícil de tramitação do nosso Código de Defesa do Consumidor, realmente foi um marco: a partir do julgamento dessa ADIN, em que ficou estabelecido que o Código, sim, se aplica a relações bancárias, eu acho que temos uma nova era, sim, de consolidação do Código de Defesa do Consumidor.

Algumas questões se colocam, então. Do ponto de vista do texto legal do CDC, eu destaco, aí, três pontos, então, que não foram abordados e que se tornaram, ao longo do tempo, importantes de serem tratados. Primeiro é sobre o crédito ao consumidor e a ideia do superendividamento. Cada vez mais comum o acesso ao crédito ao consumidor e é muito comum que haja superendividamento de consumidores. Isso não tem um trato específico no Código de Defesa do Consumidor, e, talvez, isso, hoje, me pareça importante. Um outro aspecto, que é fruto do desenvolvimento desses últimos vinte anos, é o comércio eletrônico. O Código tem até a previsão de compras feitas fora do estabelecimento comercial, mas isso era muito mais voltado para uma compra feita por telefone ou por catálogo do que pelo volume de comércio eletrônico que temos hoje, com o volume de movimentação feitas por internet. Como regrar esse tipo de contrato? E retomando aqui o ponto que o Dr. Roberto já tinha apresentado, a multa civil. Muitas vezes a reparação de determinada conduta desse fornecedor de produtos e serviços pode ser majorada por algum tipo de multa civil, que estava prevista no texto original do Código de Defesa do Consumidor e foi vetada pelo Presidente Collor. O que acontece, hoje em dia, é que essa multa civil acaba sendo revestida de um dano moral punitivo. Há grande discussão se cabe ou não cabe dano moral punitivo. Então a multa civil não existe de maneira expressa, mas o que acontece é que, de maneira indireta, os juízes, quando vão arbitrar um dano moral para determinado consumidor, embutem, no dano moral, uma parcela punitiva para essas empresas, o que seria a multa civil. Então eu acho que seria interessante revigorar essa multa civil, que foi vetada do texto original do Código de Defesa do Consumidor. Esses seriam, então, alguns pontos do texto do Código de Defesa do Consumidor que seriam importantes.

Agora, se a gente observa os impactos que o Código de Defesa do Consumidor teve na sociedade, a gente vê, talvez, duas grandes frentes. Uma primeira: houve uma mudança efetiva e incontestável nas relações de consumo. Quem observa como ocorriam as relações de consumo até 1990 e como isso mudou nos últimos vinte anos, vê que era uma aventura do comércio, era uma grande aventura. Se o sujeito comprava algum produto, e ele não funcionava bem, isso fazia parte, era uma pena, talvez ele tentasse alguma coisa, quem sabe alguma garantia, mas ele estava muito desprovido de garantias. Isso mudou de maneira considerável. O consumidor, hoje, é muito mais consciente dos seus direitos do que era anteriormente. Então, hoje, ele realmente vai atrás, ele procura os órgãos de defesa do consumidor, ele procura o Judiciário

para ver o seu direito garantido. Mas uma outra face da moeda é que isso revelou um alto índice de litigiosidade e, por isso, para analisar essa mudança do CDC, a gente tinha que fazer uma análise conjunta com outra lei, de cinco anos depois, a Lei dos Juizados Especiais Cíveis, que vieram a substituir os Juizados de Pequenas Causas, e como é que elas têm uma sinergia. Eu coloco aí que os Juizados Especiais acabam sendo arenas de concretização de muitos dos aspectos do Código de Defesa do Consumidor. Então a gente vê que, por várias pesquisas realizadas, como realmente já foi citado, também, anteriormente, boa parte da clientela dos Juizados Especiais é de demandas relativas a consumo.

Então eu trouxe aqui alguns dados para tentar ilustrar. Esses aí são dados de uma pesquisa feita pelo CBPE, em 2006, em parceria com o Ministério da Justiça, e a gente vê, então, que, do público alvo do JEC, do tipo de relação que são discutidas nos Juizados Especiais pelo Brasil inteiro, nessa pesquisa feita, em 2006, 37,2% eram referentes à relação de consumo. Vem sendo aí acidente de trânsito, cobrança, atos ilícitos ou outras questões que também seriam de competência de JEC, mas que são menores, o peso dela, em relação a relações de consumo. Quando a gente vai olhar em alguns estados, em alguma cidade especificamente, você vê que, em cidades como o Rio de Janeiro, ele chega a quase 80%, chegava em 2006. Esse número aumentou de 2006 para cá. Então, em algumas cidades, ele está em torno de 30%, na média nacional, um pouco menos, mas há, como no Rio de Janeiro, chegando até a 80% do que é discutido nos Juizados Especiais é questão de consumo. Então, passando aí, observem aí, então. Esses dados especificamente do Rio de Janeiro, também puxando um pouco a brasa aqui para a minha sardinha do Rio de Janeiro, mas porque o Tribunal mantém muitos dados atualizados sobre relações de consumo nos Juizados Especiais. Então a gente vê que, dentro das relações de consumo, a gente vê dois clientes, que são aqueles mais recorrentes dos Juizados Especiais. Concessionárias de serviços públicos, em 2006, representavam 20% de todos os processos que tramitavam nos Juizados Especiais do Rio de Janeiro. Em 2008, passou para 24%; bancos e financeiras, em 2006, representavam 8% dos processos em tramitação nos Juizados Especiais do Rio de Janeiro. Em 2008, eles passaram a representar 25%. Ou seja, juntando concessionárias de serviços públicos com bancos e financeiras, em 2008, nós tínhamos que quase metade do que era julgado nos Juizados Especiais do Rio de Janeiro era fruto de concessionárias ou de bancos e financeiras.

Então eu acho que isso nos leva a uma reflexão que é: quem são essas pessoas que estão sendo tão acionadas no JEC, como também já colocado anteriormente? Eu trouxe aí, então, a lista dos quinze mais acionados no mês de janeiro, que são os dados mais recentes no Rio de Janeiro. A gente vê que realmente são concessionárias e bancos? Light, Telemar, Ampla, temos Itaú, telefonia celular e o final da lista é praticamente só de bancos. Tirando aí as Casas Bahia e o Ponto Frio Bonzão, os demais dos quinze são todos ou instituições financeiras ou concessionárias de serviços públicos. Isso impressiona, isso tem algum tipo de impacto. Por favor.

Ou seja, chegamos nesse ponto. Temos uma alta litigiosidade, os Juizados Especiais estão abarrotados de causa. O objetivo de celeridade, que era o objetivo inicial dos Juizados Especiais, muitas vezes não é atingido pelo elevado volume de causas que os Juizados Especiais têm que apreciar. Então temos aí um conflito entre a alta litigiosidade e a efetividade dos direitos. Num primeiro ponto de vista, pode ser que essa alta litigiosidade represente, de fato, uma efetivação dos direitos. Os consumidores estão mais conscientes de seus direitos e, por isso, recorrem mais ao Judiciário. Mas, por outro lado, ela pode representar uma deficiência nessa efetividade. Já que está sendo necessário recorrer ao Judiciário, é porque algo está falhando antes, é porque talvez eles não sejam assim tão efetivos. E quando a gente vai examinar, então, essas demandas... Por favor, pode voltar.

Quando a gente vai examinar essas demandas que são submetidas aos Juizados Especiais, a gente vê uma série de demandas repetidas. Por exemplo, cobrança de assinatura em telefonia. Se decide que pode ou que não pode cobrar. Então, individualmente, todos os assinantes de telefonia recorrem ao Judiciário, para reverter essa cobrança da assinatura mensal. Então a gente vê que isso sobrecarrega demais o Poder Judiciário e diminui a efetividade dos direitos desses cidadãos. Por favor.

Então isso nos traz aos dois pontos que já foram trazidos pelo Dr. Roberto antes. Primeiro, agências reguladoras, qual seria o papel de agências reguladoras para efetivar esses direitos do consumidor, já que boa parte dos descumprimentos, vamos julgar pelo Judiciário, dos direitos dos consumidores, são por empresas reguladas, concessionárias que são reguladas. Então se discute primeiro qual seria a autonomia e a eficiência. A gente vê, então, que, na hora de regular relações de consumo, muitas vezes, deixa até o próprio consumidor confuso. Ou porque dispõe contra os direitos de consumidores ou porque dispõe de maneira muito confusa, com pouca transparência,

conforme colocado. Exemplo, como é de difícil regular questões até pequenas, a possibilidade, ou não, de cobrança de ponto adicional de TV a cabo. Um absoluto imbróglio. Quer dizer, diz que pode, dá um prazo, não está mais permitido, dá um prazo de noventa dias para que essa proibição se efetive, volta-se atrás... Enfim, depois de várias idas e vindas, com a possibilidade, ou não, de cobrança de ponto adicional, o que seria uma questão pequena, decide-se que ficou tudo como dantes no quartel de Abrantes: "Não, não pode cobrar por ponto adicional, mas pode cobrar pelo comodato do decodificador". Então, no fim das contas, depois de tantas idas e vindas, só trocou o nome da cobrança e continuou a ser cobrado. Isso demonstra como até questões pequenas são de difícil regulação por essas agências. Então se a gente quer pensar direito do consumidor daqui para frente, isso passa necessariamente por repensar o papel dessas agências reguladoras. Volta um pouquinho.

Além das agências reguladoras, também outras esferas administrativas, ou seja, não necessita que todas as questões sejam resolvidas do ponto de vista judicial. Aí está a atuação dos PROCONs, como já destacado anteriormente, e do Ministério da Justiça, que tomou algumas atitudes até emblemáticas num passado recente, seja de atribuir uma multa milionária a duas empresas de telefonia pelo constante descumprimento... até da regulação do SAC, que foi um marco, sim, a regulação do SAC, mas que, na prática, não vem sendo observada. Então, a gente, se quer pensar nessa efetividade dos direitos de consumidores, a gente não pode pensar só na letra do código, a gente precisa sair um pouco do código e buscar também uma maior eficiência das agências reguladoras e de esferas administrativas. Por favor.

Há também a possibilidade de processos coletivos, como atua o Ministério Público nessa questão. Ao invés de que cada consumidor individualmente vá a juízo pleitear o seu direito, tentar maximizar a atuação de processos coletivos, em que eu consiga, num processo só, discutir um interesse que é comum à coletividade. Então a elaboração de um código de processo coletivo, um reforço da atuação da ação civil pública e de outros instrumentos do qual o Ministério Público pode lançar mão para concretização desses direitos.

Então, para fechar, aqui, a minha apresentação, eu acho importante destacar que, então, se queremos efetividade dos direitos dos consumidores, temos que buscar soluções endógenas ao código, com algumas alterações que são importantes. O nosso código ainda é referência mundial no tratamento dos direitos dos consumidores, mas há pontos de melhoria indiscutíveis. Mas não só isso. Se ficarmos só restritos à redação do código, acho que não avançamos muito. Precisamos buscar também soluções exógenas. Isso requer mexer na parte de regulação e, também, na atuação administrativa como um todo. E, também, buscando processos coletivos, para evitar atuações pontuais de consumidores litigando individualmente no Poder Judiciário.

Era isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado ao Bernardo Medeiros pela sua explanação. Não gastou nem os vinte minutos [risos], mas foi muito boa. Parabéns. Mas quem gastou mais de vinte também foi muito bom [risos].

Quero, então, passar agora a palavra ao Evandro Zuliani, que é Assessor Técnico da Federação Brasileira dos Bancos.

SR. EVANDRO ZULIANI: Muito bom-dia. Antes de mais nada, eu quero agradecer ao convite do senador e louvar a iniciativa, que se repitam muitas dessas. O CDC merece esse tratamento, o consumidor merece esse tratamento, e essa necessária atualização legislativa precisa ser repensada, porque o direito parte de um processo social. Disso não há dúvida nenhuma. Quero cumprimentar a todos os colegas de mesa também e quero dizer que as explanações e as aulas anteriores me pouparam de um trabalho enorme. Então, também, seguramente, não vou gastar os vinte minutos. Vou mais em pontos, talvez, ou em uma fala e um discurso um pouco mais talvez objetivo, porque a questão do histórico da defesa do consumidor, toda essa aula que vocês já tiveram, obviamente não precisa ser repetida. Por favor.

Esse breve diagnóstico eu não quero... É muito difícil não repetir os argumentos, mas gostaria de trazer alguns outros talvez, com outro enfoque. Vinte anos atrás, o que tínhamos? Muitos consumidores que ainda sequer sabiam da sua condição de consumidor. Para eles, consumir era simplesmente adquirir bens ou serviço, sem muito direito a reclamar. Se você comprou algo com problema, esse problema é um azar ou sorte, e você ficava com o produto, você voltava no comércio ou voltava para o prestador de serviços, e ali era mais ou menos um se vira. E o consumidor, quando batia na porta dos ainda incipientes órgãos de defesa do consumidor, ia lá com a cabeça baixa, desconhecendo o seu direito, perguntando se tinha direito a uma reparação àquela lesão que ele sofreu. Hoje isso não acontece. Hoje, o consumidor vai até o PROCON, ele vai até o Ministério Público e, muitas vezes, ele sabe mais do que a pessoa que o atende. Ele conhece a regulação, ele conhece não só o CDC, ele se utiliza das redes sociais, isso é inegável e irreversível, e na rede social, para o fornecedor que

antes reclamava da atuação do PROCON, mas essa reclamação não é fundamentada, a rede social não tem fundamentação de reclamação. A rede social tem uma carinha sorrindo ou uma carinha triste, se você resolveu ou não resolveu no prazo. Se é uma desistência com oito dias, e você não resolveu, azar o seu; não é o direito que vai ser analisado, é a solução da demanda. Então esse consumidor, além de tudo, está muito bem representado pelo Sistema Nacional de Defesa do Consumidor nos municípios, nos estados e por um órgão coordenador do sistema, hoje, que atua de uma maneira muito diferente do que foi no passado, que realmente aglutina o sistema, que coordena esse sistema, e o ferramental, que é necessário, e sempre foi, para a atuação desses órgãos. Antes do CDC, se utilizava Portarias da SUNAB, se utilizava leis esparsas, se utilizava regulamentações aqui e acolá. Precisava pinçar normas, para poder chegar a uma conclusão de que um direito do consumidor havia sido, ou não, violado. E o CDC tem características muito marcantes: a norma, hoje ainda, é considerada moderna, por sua característica principiológica, por sua característica de redação aberta. Isso traz, para dentro do código, a incorporação de normas específicas, isso faz com que o código se mantenha atual e, como já foi dito, copiado por outros países, referência para outros países como uma lei muito bem feita, muito bem montada.

Um pouquinho da questão de onde vem esse direito do consumidor. Obviamente, todo mundo aqui sabe, melhor do que eu, da Constituição Federal, e sempre todo mundo costuma citar aqueles mesmos artigos: 5º, inciso XXXII. E a raiz? Sim, é a raiz. Agora, precisamos pensar numa relação... Hoje, se fala muito em sustentabilidade do ponto de vista ambiental e, obviamente, tem que falar e tem que levar isso adiante, mas por que não a sustentabilidade do ponto de vista das relações de consumo? Está lá no art. 170, da Constituição. Ali, há os limites já impostos ao poder econômico, ou seja, eu posso avançar até um certo limite, eu não posso criar uma relação autofágica, eu não posso permitir, a Constituição diz isso muito claramente, permitir que o poder econômico acabe com o consumidor, porque é uma relação de troca, é um mutualismo, não dá para dizer que um pode avançar sobre o outro até o limite de esgotar e exaurir as forças do outro. Então essa ideia de sustentabilidade na relação de consumo deve estar premente, deve ser pauta hoje em dia. Exemplo disso: foi citado aqui a questão do superendividamento, do hiperendividamento, alguns já falam isso. Essa relação de um consumidor superendividado é uma relação sustentável? Claro que não, para nenhuma das partes. Ele vai abandonar o credor dele, ele, talvez, provavelmente, não consiga liquidar essa sua dívida com o credor, não é vantagem para o credor, não é vantagem para o devedor. Então, isso não é um exemplo de uma relação sustentável sob nenhuma ótica, no meu modo de ver. Então, a partir daí, devemos, do que já vimos no passado, dessa ADIN ou ADI, que é a sigla mais correta, que foi mencionada aqui mais de uma vez, foi e hoje não há nenhum constrangimento da FEBRABAN em admitir isso, foi um desacerto, não há dúvida alguma, mas isso, para a Federação, é um momento, uma página virada. Não há mais essa predisposição a essa litigiosidade de questionar o direito do consumidor, de não se submeter a ele, tanto é que, hoje, talvez, para a maioria dos senhores, seja novidade, a FEBRABAN tem uma diretoria de autorregulação, e todas as normas, a partir do Código de Autorregulação, começam mencionando expressamente na sua ementa o respeito em especial ao Código de Defesa do Consumidor. Então, se há ainda essa crítica de que as agências, os órgãos reguladores não levam em consideração ou sequer mencionam o consumidor... Se não me falha a memória, a única norma do BACEN, que cita o consumidor explicitamente já de saída, é a norma que cuida de ouvidorias. Então, está lá o nome e designa a ouvidoria como sendo um órgão que deva tratar e respeitar o consumidor e cuidar dos direitos do consumidor, dentro da própria instituição.

Então, isso nos leva a concluir que, hoje, o processo econômico, o tema da nossa exposição aqui, hoje, esse processo econômico não pode ser mais pensado, não pode mais ser concebido, fora das luzes da defesa do consumidor. Essa é uma premissa. Vocês podem estar estranhando: mas o que esse maluco da FEBRABAN está falando aqui? Eu esperava um outro discurso desse cidadão. Só para que todos também saibam, hoje, quem trabalha com autorregulação na FEBRABAN, todos vieram da defesa do consumidor. E não com a proposta de trabalhar em desfavor desse consumidor, mas de continuar o trabalho de defesa do consumidor no pós-ADIN, no pós-ADI. Por quê? Porque as instituições, porque as empresas têm uma dificuldade, ainda hoje, têm uma dificuldade de interpretar e de entender essa linguagem. Então vamos trazer, vamos internalizar essa ideia da defesa do consumidor aqui para dentro, trazendo pessoas que saibam ou que conheçam essa matéria.

Outra constatação hoje – e o Pfeiffer colocou muito bem – é a questão dos esforços dos órgãos em redução do número de demandas. Mas, hoje, há uma realidade que precisa ser encarada que, com esse amplo acesso ao crédito, com a bancarização, milhões de pessoas, até por estímulo governamental, estão aderindo ao sistema financeiro. E o aumento das transações bancárias, só para que vocês tenham uma ideia, que, em

2000, chegavam ou ultrapassavam dezenove bilhões de transações no ano, em 2000, em 2008, superam a casa dos quarenta e quatro milhões de transações bancárias. Então, um aumento de mais de 110%, de 2000 a 2008. Não é crível acreditar que isso não vai gerar reflexo negativo, que isso não vai machucar o consumidor. A gente sabe que isso acontece. Agora, como tratar, como é que nós vamos buscar o tratamento disso? E não só no sistema financeiro. O aumento das demandas, todos os dados dos PROCONs mostram isso; ano a ano, as demandas aumentam.

Então uma das sugestões, já avançando nelas, seria explorar um pouco mais as potencialidades que o código já nos traz. O decreto do SAC que já foi mencionado, que eu vou mencionar adiante, é um exemplo de sucesso disso, é um decreto que veio para regulamentar um direito básico previsto no CDC, veio puxado do art. 6º do código, ou seja, de meios alternativos de soluções de conflitos. Por que não aprofundarmos nas questões e nas possibilidades que a mediação nos dá? Por que não tratarmos os conflitos nessa forma mediada? Hoje, os PROCONs têm em média índices de 70% a 80% de solução de demandas já na primeira fase, já no primeiro tratamento, na CIP, na Carta Preliminar. Então isso aponta para um bom resultado, ou, pelo menos, se há lesão, há uma pré-disposição ao diálogo e ao cumprimento? Isso sinaliza que sim. E o setor financeiro tem mostrado, há alguns anos, a partir de 2004, aproximadamente, um aumento da capacidade do diálogo. Essa mediação pressupõe isso e pressupõe das duas partes: deixar de lado a discussão, deixar de lado o preconceito e trabalhar com o diálogo, se desarmar para esse diálogo. Isso não é fácil, isso pode parecer simples, mas não é. Mas tem que haver o desarmamento dos dois lados e a pré-disposição ao diálogo dos dois lados. Com isso se resolve muitos conflitos que não precisam ser judicializados, que não precisam ser sequer objetos de demandas dentro dos próprios órgãos de defesa do consumidor. E a educação é um dos prismas, uma das vertentes que a FEBRABAN também vem trabalhando, e é necessária com essa bancarização dos consumidores que hoje sequer conhecem minimamente o sistema. Eu, recentemente, vi uma charge, numa apresentação, era uma tira de um cartunista, onde retratava isso de uma forma caricata, mas era mais ou menos assim: duas senhoras na frente de uma caixa eletrônico, de um ATM, um dizia à outra: "Shirley, agora a 'bicha' está pedindo para eu ler o código de barras". E a outra com a conta, a fatura na mão, lia: "Um grosso, um fino, um fino, um fininho". É uma caricatura? É, mas não está tão longe de uma realidade do nosso Brasil, não está. Então, essas pessoas precisam receber, sim, educação para o consumo, e a educação financeira para o consumo é uma vertente, é uma fatia disso, nada mais do que isso. A FEBRABAN acabou de constituir, acabou de montar uma diretoria de educação financeira com algumas escolas, com quatro escolas. Uma delas é voltada para o público em geral, para o consumidor. Isso evita lesões? Evita. Acaba com elas? De forma alguma. Dúvidas, problemas, equívocos, desacertos, eles vão acontecer e acontecem? Acontecem, não adianta querer tapar o sol com a peneira. Agora, quando você tem um consumidor educado para o consumo, que conhece minimamente o serviço que ele contratou, o produto que ele adquiriu, isso evita até demandas desnecessárias, o abarrotamento dos órgãos, as grandes filas, que, hoje, o PROCON paga, sim, o preço do sucesso. Por que as grandes filas, por que a busca pelo órgão? Pela sua efetividade, pelo bom trabalho que fez durante todos esses anos e conquistou essa posição. Por favor.

Como eu falei, o decreto do SAC, que já foi mencionado, é um exemplo de sucesso de exploração dessas potencialidades do código. Veio, nasceu, tem raiz no próprio CDC, foi construído de uma forma muito interessante e muito inteligente, ouvindo os segmentos. Recebeu algumas poucas, mas recebeu algumas adaptações, inclusive por isso. E, hoje, vejam, também deve ser novidade para todos aqui. O sistema que você, hoje, tem disponível para fazer a sua denúncia de um SAC, seja de um banco, seja de qualquer empresa regulada pelo poder público federal, que se submete ao SAC, você pode fazer essa denúncia no site do PROCON de São Paulo, você pode fazer essa denúncia num site criado pelo próprio Ministério da Justiça, pelo DPDC, chamado "conquista do consumidor", e agora você pode fazer essa denúncia no próprio site da FEBRABAN, portal SAC bancos. Isso já existe, isso já está disponível. Você pode denunciar o seu banco na questão de SAC para a própria entidade de classe. É algo que já poderia ter sido feito? Até acho que sim, mas ainda é algo inédito. Então mostra uma pré-disposição à mudança. A própria autorregulação traz isso, internaliza esse marco de mudança. E essa capacidade de atrair resolução de conflito, resolução de demandas, é preciso que os fornecedores adquiram musculatura e respeitabilidade para isso. Não é qualquer fornecedor que consegue fazer isso hoje, porque o consumidor não acredita que, reclamando para ele mesmo, consiga obter êxito. Mas é o que eu costumo dizer inclusive para os fornecedores, para os bancos onde eu vou conversar com eles e dar palestra para o pessoal de ouvidoria: que, quando o consumidor descobrir que o fornecedor o atende bem, se o atender bem, porque os prazos do decreto do SAC são

menores, são mais estreitos do que os prazos para o atendimento de uma reclamação num órgão PROCON. Se o consumidor for bem atendido neste canal, ele obviamente vai deixar de procurar o PROCON na segunda vez e assim na terceira e assim sucessivamente. Se ele for bem atendido, se esse atendimento vier com qualidade... Só que o fornecedor tem que ter a capacidade de atrair essas demandas para ele e tem que ter a capacidade e a musculatura de resolver as demandas. Isso é evidente, porque, senão, ele não queria essa confiabilidade e a relação não muda. Agora, com a abertura dos canais de reclamação não se tem visto uma significativa queda na quantidade de demandas; muito pelo contrário, existe uma quantidade de demandas reprimidas, ainda hoje, que não sabemos qual é. Então, quanto mais canais você abre, você percebe que as demandas crescem. Às vezes elas se repetem. Muitas vezes o consumidor quer denunciar para vários órgãos ao mesmo tempo. Ele manda cópia para várias instituições de uma única reclamação? É possível, mas as demandas não têm sinalizado, isso é apenas constatação, uma demonstração de queda. E é importante esse esforço do DPDC, do PROCON São Paulo para reduzi-las, porque é a ideia de trabalhar na raiz dos problemas, e não só na enxugação de gelo. Foi falado aqui de demandas repetitivas, o que eu costumo chamar de requentadas. Você muda o nome do problema, mas, no fundo, ele é o mesmo. Então, isso, sim, tem que ser estancado pela raiz, demandas que têm origem igual, demandas que podem ser solucionadas com uma simples mudança interna. Às vezes, não é tão simples, tá, mas, com mudanças internas, pode evitar um reflexo negativo para milhares de pessoas. O próximo, por favor.

Nas conclusões, o nosso direcionamento, a nossa mensagem é muito mais para uma exploração maior dos potenciais que o CDC já nos dá, que é o caso dos meios alternativos de solução de conflitos, que já estão no código, já está previsto no art. 6º do código, voltado para essa ideia de mediação e de pré-disposição ao diálogo para solucionar conflitos; a ideia de sustentabilidade das relações de consumo, de relações de consumo duradouras e não relações de consumo que machuquem o consumidor, para que ele mude de uma instituição para outra, porque isso não lhe traz grandes ganhos se o sistema não mudar; e a questão da educação para o consumo, não só para o consumidor que adentra ao sistema, mas também para o consumidor que já está no sistema, porque é óbvio que, quando o fornecedor bola um novo produto ou um novo serviço, ele não está consultando o consumidor em regra, e o consumidor não tem obrigação de saber como é que funciona, e, cada vez mais, a sofisticação dos produtos e serviços, que já foi mencionado aqui, deixa o consumidor à margem, expõe ele a uma vulnerabilidade que o código já traz desde 1990. Então, essa vulnerabilidade com a questão da sofisticação dos produtos fica cada vez mais evidente, cada vez mais marcante. E a educação para o consumo, a transparência da relação vem, em alguma medida, ser um colchão para amortecer este problema de uma diminuição de demandas que não precisariam existir.

Com isso, eu agradeço e encerro a minha exposição. Muito obrigado pela atenção e pela paciência com que me ouviram.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Evandro, pela sua participação. É bom ouvir a FEBRABAN manifestando publicamente esta opinião, até porque é um dos setores, como já visto aqui, que tem muitas reclamações, e nós temos muito ainda que avançar nesse setor.

Então eu passo a palavra ao André Ordacgy. Com a palavra, aqui, representando a Defensoria Pública da União.

SR. ANDRÉ DA SILVA ORDACGY: Exmo. Senador Casagrande, em nome do qual eu cumprimento toda a Mesa, senhores, senhoras, um bom-dia a todos, é um grande prazer estar aqui presente nessa relevante Audiência Pública, tratando do processo econômico e a defesa do consumidor.

Bom, uma das vantagens de falar por último é que, na verdade, muito do tema já foi esgotado, e isso nos poupa até de avançar em certas questões. Por outro lado, também surge uma dificuldade de você procurar falar alguma coisa que ainda não tenha sido abordado pelos demais colegas. Então, estou eu, aí, com essa difícil tarefa, com essa difícil missão, ainda mais por conta de que meus predecessores falaram muito bem, de forma brilhante, mas eu gostaria de centrar, então, de forma objetiva, em três aspectos básicos que a Defensoria Pública da União considera de grande relevância nessa questão do Código de Defesa do Consumidor, que, esse ano, aniversaria, fazendo vinte anos, e na questão do consumidor em si.

Bom, a primeira questão surge em relação aos órgãos de fiscalização. Já foi abordado aqui, pelos que me antecederam, a questão do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor. Na verdade, apesar do Código de Defesa do Consumidor já tratar desse sistema e de outros regramentos normativos também abordarem, percebe-se que ainda não foi definitivamente implementado com efetividade o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. No mês passado, o Fórum Nacional de Defensores Públicos de Defesa do Consumidor esteve reunido em uma de suas reuniões nacionais com o Dr.

Ricardo Morishita, que está à frente do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, e ele até colocou o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor como uma das grandes preocupações do Ministério da Justiça, ao qual o DPDC é órgão integrante, em lidar com essa questão. É um dos grandes desafios. Ele até manifestou a sua preocupação pessoal de não se retirar do DPDC antes de efetivamente dar cumprimento à implementação efetiva do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Isso pressupõe o quê? Organização entre os diversos órgãos e entidades de defesa do consumidor em prol da defesa do consumidor. Então, temos, aí, as associações de defesa do consumidor, o próprio DPDC à frente do sistema nacional, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os PROCONs, enfim, todas as instituições de defesa do consumidor. Isso percebe-se, apesar de o código fazer a previsão do sistema nacional, que esse vácuo ficou até pelos casos concretos que surgem. Então, por exemplo, quando houve, há poucos meses atrás, a questão do terremoto no Chile, todo mundo se solidarizou, o Brasil enviou inclusive aviões da FAB, socorro, médico, alimentação e tal, mas ficou aquela questão do contrato de transporte que o consumidor fez com as companhias aéreas. E o que é que aconteceu? Foi noticiado, pelos jornais de grande circulação, que os brasileiros que estavam no Chile e não conseguiam voltar ao Brasil receberam lá da empresa aérea, da LAN Chile, hospedagem, mas estavam reclamando que não tinham recebido alimentação. Ao passo que aqui, no Brasil, não receberam a adequada alimentação, algumas empresas forneceram lanchinhos e sequer foi oferecida a hospedagem. "Ah, mas isso é um evento de força maior, a companhia aérea não pode ser responsabilizada por um terremoto de grandes proporções, que fechou o aeroporto". Realmente. O engraçado é que esse tipo de visão, ele nunca é empregado, ele nunca é aplicado a favor do consumidor. É sempre para eximir a responsabilidade do prestador do serviço ou do fornecedor do produto. E, nesse caso específico, o raciocínio, ele está equivocado. Mesmo com o evento de força maior, ele não está obrigado a indenizar com danos morais a perda da passagem naquele prazo. Mas o contrato de transporte, que é de responsabilidade objetiva, continua vigente, e, de acordo com a jurisprudência do nosso país, se a transportadora aérea não entra em contato com o consumidor antes de ele sair do hotel, antes de ele chegar ao aeroporto, para avisar daquela situação, quando o passageiro chega ao aeroporto, passa a ser responsabilidade da transportadora aérea. Por que ele só teve notícia onde? No balcão do *check-in*. Aí passa a ser de responsabilidade, pelo menos no que pertine à hospedagem e alimentação. E ficaram aquele monte de chilenos "acampados", literalmente, no Aeroporto do Galeão. Vários deles idosos, pessoas com deficiências físicas, com necessidades especiais, crianças, adolescentes e adultos em geral. Todos sem qualquer assistência, numa cidade do Rio de Janeiro, onde temos ali o Cristo Redentor como o maior símbolo do Rio de Janeiro, de abraços abertos, e Jesus Cristo, nosso Senhor, foi um dos que mais transmitiu solidariedade, está ali nos evangelhos, nas escrituras sagradas, e foi adotado um exemplo completamente incompatível com a solidariedade. O que é que faltou ali? Por que é que eu estou citando esse caso concreto? Para demonstrar que o Sistema Nacional e o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor não está adequadamente ainda implantado, não está efetivamente implementado, porque, nesses vários dias, uns três ou quatro dias que ficaram ali, não apareceu ali um órgão de defesa do consumidor, compareceu ali, pressionou, que tenha ido pessoalmente lá, que tenha pressionado as companhias aéreas, que tenha aplicado multas administrativas. De nossa parte, da Defensoria Pública da União, a questão não era federal, mas, mesmo assim, enviamos ofícios às companhias aéreas, nos manifestamos publicamente, dizendo que esses passageiros não poderiam ficar à mingua, ainda mais pela condição de quê? De vulnerabilidade que eles se encontram. E o princípio da vulnerabilidade é destacado no Código de Defesa do Consumidor como um dos princípios mais importantes em favor do consumidor, reconhece que o consumidor é a parte mais frágil nessa relação de consumo. Então falta essa articulação ainda. É um ponto que eu gostaria de destacar nesses vinte anos do Código de Defesa do Consumidor, que a organização entre as diversas entidades e instituições de defesa do consumidor, sejam elas públicas e privadas, em favor do consumidor, para que ele possa ser melhor atendido.

Com base nisso, nesse sentido de cooperação, de estimulação da fiscalização dessas instituições, de fiscalização do prestador de serviço e do fornecedor de produto, a Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro bolaram uma campanha, que já foi muito falada aqui sobre a Lei do SAC, justamente sobre a Lei do SAC. Por quê? Porque a Lei do SAC traz diversos direitos que hoje grande parte dos consumidores, apesar de estarem muito bem regulamentados na Lei do SAC, muitos consumidores desconhecem: acesso gratuito de sete dias por semana, vinte e quatro horas por dia, opção de acesso a um atendente no primeiro contato telefônico, fornecimento de número de protocolo no início da ligação, gravação da ligação e disponibilização para o consumidor durante noventa dias. Então, para manter o consumidor

consciente dos seus direitos, foi bolada essa campanha com cartazes e *folders*. Vou passar aqui ao Exmo. Senador e aos demais componentes da Mesa alguns panfletos. Eu gostaria de pedir ao Estevão, se pudesse me ajudar, que fizesse a distribuição aqui aos demais integrantes nesse Plenário. Obrigado, Estevão.

Então essa campanha traz esses direitos que muitas vezes o próprio consumidor desconhece. Todo consumidor reclama que foi mal atendido no SAC, no Serviço de Atendimento do Consumidor. E não sabe onde reclamar, como fazer valer o seu direito e sequer se esse mau atendimento constitui na lesão a um direito dele. Eu fiquei muito satisfeito ontem quando, na casa dos meus pais, lá no Rio de Janeiro, devido a essa enchente toda, estava faltando energia elétrica na residência deles, eu liguei para a concessionária de energia elétrica ali no Rio de Janeiro, logo que atendeu já me forneceu o número do protocolo, forneceu o seu nome, perguntou o que é que era, enfim, cumpriu toda a cartilha aqui. Só falhou num único requisito, falou: "Olha, vamos mandar uma equipe ao local". Eu falei: "Tudo bem, qual é o prazo da equipe lá?" "Não temos a menor previsão". Eu falei: "Poxa, estava indo tão bem". Em relação ao atendimento do SAC foi tudo obedecido, todos esses direitos aqui foram. Logo na primeira ligação o atendente prestou esse atendimento telefônico, em relação ao SAC foi tudo certo. Pena que em relação à prestação do serviço as coisas não andaram tão bem. E que eu saiba, até o momento, ainda não foram lá regularizar a energia elétrica.

Então esse é um ponto de grande preocupação, que é a implementação efetiva do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

O segundo ponto de preocupação, senador, diz respeito às ações coletivas. Muito se falou aqui em demandas repetitivas, demandas individuais que vão se repetindo, e o Dr. Bernardo muito bem apontou a questão da coletivização dos casos. Realmente, hoje, os casos se repetem e, por vezes, uma única ação coletiva pode resolver o problema de milhares e às vezes até de milhões de consumidores. Então o Código de Defesa do Consumidor foi um grande avanço nas ações coletivas, traz uma regulamentação específica sobre isso. O Judiciário ainda se mostra um pouco reticente em relação às ações coletivas. Temos muito que avançar nesse campo, temos casos de ações coletivas, principalmente a planos econômicos, movida em face de instituições bancárias, onde o magistrado, ao analisar a ação civil pública promovida, ele vai e, contrariando a disposição expressa do Código de Defesa do Consumidor, ele restringe o âmbito daquela liminar ou daquela decisão ou da sentença ao limite territorial onde ele presta a sua jurisdição, quando o Código de Defesa do Consumidor é claro ao dizer que a abrangência da liminar ou da sentença, da coisa julgada, vai ser proporcional, ou seja, do mesmo tamanho da abrangência da lesão ocasionada. Então se é uma lesão de âmbito nacional, os planos econômicos são uma prova disso, afetaram os consumidores poupadores em todo o Brasil, então a liminar deveria ser com abrangência nacional. Isso não ocorre, enfim, é algo que ainda o próprio Poder Judiciário precisa se aperfeiçoar nesse sentido. Mesmo assim, a Defensoria Pública da União e outras instituições legitimadas estão aí firmes dando combate através das ações coletivas, mas fica aí esse aspecto que é de suma importância para o código, nos direitos que estão contidos no Código de Defesa do Consumidor, porque eles possam efetivamente serem garantidos e preservados ao invés de ficar no "cata milho da ação individual", onde quem entra com a ação individual, devido ao grande número de demandas, tem que esperar um ano ou mais para ver o seu direito atendido e outros até se desestimulam de promover uma ação individual, dada a demora, a dificuldade de acesso à justiça e tal.

E, por fim, o terceiro e último aspecto que eu gostaria de colocar diz respeito ao campo das soluções extrajudiciais, ou seja, resolução extrajudicial de conflito e feita até de forma coletiva. Temos aí boas experiências nessa área. Eu gostaria de citar no Estado do Rio de Janeiro a boa experiência da Defensoria do Estado do Rio de Janeiro, a Defensoria Estadual, que promoveu, é até de conhecimento daqui do Dr. Evandro, que representa aqui a FEBRABAN e conhece intimamente esse projeto, que é um projeto que reúne as instituições bancárias, e numa espécie de parceria os casos são selecionados pela Defensoria Estadual, são enviados ao banco, que já estudam aqueles casos, se reúnem mais ou menos uma vez por mês e fazem mutirões de conciliação. São conciliações que são significativas. De acordo com uma das instituições bancárias envolvidas, às vezes esse superendividamento que o consumidor enfrenta em relação à instituição bancária e a outros credores, chega às vezes a um abatimento na ordem de 90%. Então é preciso que as boas iniciativas no campo da resolução extrajudicial de conflitos sejam levadas adiante pelo próprio Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e pelo nosso *ex adversus*(F), sejam as instituições bancárias, sejam as concessionárias de serviços públicos, enfim, todos dentro de uma mentalidade de que a conciliação é sempre o melhor caminho, na medida em que vai ter um consumidor satisfeito, e o consumidor satisfeito vai gerar um bom retorno para a iniciativa privada, para a empresa privada.

Então encerro dessa forma a minha manifestação. Eu gostaria de... Encerrando, então, gostaria de

passar às mãos do senador o Terceiro Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, para que o senhor tenha um exemplar, e alguns *folders* relativos à prestação da assistência jurídica integral e gratuita por parte da Defensoria Pública da União, para que fique aí no gabinete de V. Exa. Agradecer essa oportunidade e encerrar então a minha apresentação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, André, pela sua contribuição. Nós tivemos quatro exposições objetivas, com propostas concretas, para que a nossa comissão avalie a necessidade do aperfeiçoamento do código e da aplicação de outras legislações. Então eu quero agradecer muito.

Nós tivemos, na semana passada, a presença, aqui, do Ministro Herman Benjamin, que foi importante na elaboração do código, tivemos a presença do presidente da VIVO, tivemos a presença do IDEC na semana passada, que colocaram pontos também muito semelhantes com relação à necessidade da previsão na legislação com relação ao superendividamento, com relação ao comércio eletrônico, com relação à multa civil colocaram menos, mas hoje ficou bastante claro a necessidade de a gente retomar esse debate com relação à multa civil.

A lei de concorrência, que foi aqui citada pelo Roberto, ela já está pronta para a votação em Plenário do Senado. Eu espero que a gente consiga votá-la agora nesse período até junho, que é um período que o Senado e a Câmara... A Câmara já votou, veio para o Senado, nós estamos alterando, ela retornará à Câmara, mas é de fato uma legislação importante para nós votarmos nesse contexto do aperfeiçoamento do arcabouço legal com relação ao direito do consumidor.

As agências reguladoras, nós temos talvez necessidade de aperfeiçoamento. Eu inclusive entreguei ao Roberto uma proposta que nós fizemos de criação do Conselho Nacional dos Consumidores de Energia. E gostaria depois que vocês pudessem avaliar também se esse é um caminho. Estamos aproveitando já as fontes de financiamento da agência, não estamos criando nada novo, porque as fontes de financiamento já permitem, por exemplo, na área de energia elétrica é impossível esses Conselhos de Consumidores, criados na legislação atual, que eles consigam fazer a fiscalização, porque esses Conselhos são criados pelas próprias distribuidoras de energia. Então é impossível que haja um acompanhamento de fato do percentual de reajuste de energia, da incidência de tributos. É impossível que um consumidor, que não esteja ali com condições de contratar um profissional para fazer essa avaliação, que ele tenha condições de chegar a uma avaliação que permita a luta e a busca do seu direito como um consumidor de energia. Então nós estamos fazendo uma proposta, são agências que fazem a relação entre a concessionária e o consumidor, a agência não tem esse papel, mas muitas vezes as agências são mais agências de vínculo com as empresas concessionárias do que com o cliente, do que com o consumidor. Então eu acho que nós poderíamos, talvez, de fato observarmos algumas coisas com relação ao papel das agências reguladoras. Eu gostei da ideia de que a gente possa ter as reuniões públicas, eu acho que é uma ideia adequada que essa Comissão pode incorporar, assim como nós sabemos que o Banco Central agora está mais envolvido com relação à regulamentação dos cartões de crédito, mas nós temos ainda, o banco aplicou algumas normas no sentido da concorrência das operadoras de cartões, da possibilidade de mais de uma bandeira estar sendo utilizada com o mesmo instrumento, com a mesma máquina em cada ponto de comércio, mas nós ainda temos uma forma muito obscura na relação com o consumidor, que eu acho que ainda a gente tem que avançar. Muitas coisas não dependem de legislação, dependem de ação efetivamente.

Então eu acho que, se vocês puderem comentar um pouco mais, eu acho que, se o Roberto até puder dizer se esse caminho do projeto é um caminho adequado, eu gostaria... Depois, eu vou passar uma cópia desse projeto para cada um, para que vocês possam também verificar se, no fornecimento desses serviços públicos, esse tipo de Conselho que tenha a capacidade efetiva de atuar, o Conselho do Consumidor, se é um caminho que nós poderemos seguir. Então eu vou ouvir a sua opinião com relação ao Conselho, Roberto.

SR. ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER: Eu agradeço mais uma vez essa oportunidade de estar aqui presente.

No que tange às colocações do senador, obviamente eu expresso concordância com todas, inclusive a regulação de comércio eletrônico, acho que realmente é algo que se faz necessário debruçar para adaptar essa nova realidade, assim como das outras matérias daqueles que me seguiram na sua fala, eu expresso total concordância. No que também fico satisfeito em ouvir a notícia de que o Projeto de Lei da Concorrência, que altera aí toda a estrutura do CADE deve ser votado ainda esse semestre, eu acho que é importante esse calendário, e, finalmente, no que tange a essa minuta do projeto de lei, eu parabenizo o senador, acho que é um caminho muito interessante. Em primeiro lugar eu saliento aí a minha total concordância quanto à insuficiência dos Conselhos de Consumidores. Nós próprios do PROCON até temos assento em dois desses Conselhos e já estamos nos retirando do Conselho porque ele é absolutamente inócuo.

Ele não só fica dentro da estrutura da concessionária, normalmente é presidido por alguém ligado à própria concessionária e há muitos conflitos de interesse que tornam ele absolutamente inócuo, até mesmo no controle interno. Não apenas há um conflito de interesses, como não se faz um adequado controle interno até dos gastos da concessionária. Então eu acho que eles não cumpriram o objetivo que a legislação imaginou.

Então eu acho muito interessante. Pelo que eu entendo aqui do projeto, esse Conselho seria financiado já pelas fontes naturais aí, principalmente multas aplicadas pela ANEEL, ele teria principalmente... A função principal seria até de uma assessoria técnica a órgãos para a participação no âmbito da regulação, que é exatamente o ponto que hoje está muito frágil, de participação de associações ou mesmo de órgãos, por uma falta de capacitação técnica para entender determinados meandros. Acho que, inclusive, a energia elétrica talvez seja o melhor exemplo mesmo, porque é muito complexo se entender. Mesmo essa recente questão da tarifação, que ganhou grande notoriedade, é filigrana(F), assim, você identificar qual é o problema, ele está num problema de repasse de encargos setoriais, então é muito complexo identificar e muito difícil os consumidores entenderem. Mesmo a questão tarifária, quanto mais determinados aspectos técnicos. Eu até destacaria que, hoje, algo, até por recentes problemas sérios que houve em São Paulo, uma das questões que tem que se pensar é se está adequado, por exemplo, os padrões que a agência estabelece, por exemplo, padrões de número de interrupções, então quantidade de vezes que uma residência, por exemplo, fica sem energia elétrica, e, também, a frequência, ou seja, a quantidade de horas ou de minutos que essa residência fica sem energia elétrica. Há uma percepção de uma inadequação desses índices em relação a determinados concessionários, mas para isso também, até para se posicionar fortemente em relação a isso, se faz necessária uma capacitação técnica mais alentada.

Então eu diria, assim, que eu acho que está muito adequado esse projeto de lei, e apenas salientaria que era até o caso de se imaginar a pertinência de extensão a outros serviços públicos, uma vez que o que embasa o projeto, pelo que eu entendi, é a Emenda Constitucional nº 19, que ela fala em regulação dos direitos dos usuários de serviços públicos, que é uma norma que não foi ainda exaustivamente disciplinada por lei e aqui seria um aspecto a ser efetivado.

Então, senador, eu destacaria que eu acho que é um projeto bastante meritório e que poderia até ser pensado, como eu destaquei ao final, da sua eventual extensão a outros serviços públicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, muito obrigado ao Roberto pela sua opinião, pela sua contribuição. Nós vamos, então, encerrar a nossa Audiência.

Eu quero convidar para o terceiro ciclo, que teremos no dia 15, que é a quinta-feira que vem, às nove horas da manhã, "Perspectivas do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor", e quem vai estar presente vai ser o Ricardo Morishita, o Leonardo Bessa... O Ricardo Morishita é do Departamento de Proteção à Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça; o Leonardo Bessa, que é da BRASILCON; Cláudia Lima, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Héctor Valverde Santana, que é Juiz de Direito. Então eu convido a todos para estarem participando na próxima quinta-feira, às nove e meia, vai ser o último debate que nós vamos fazer e, depois, nós vamos já implementar as propostas que nós estamos recolhendo, as contribuições que nós estamos tendo desses três ciclos de debate.

Então, nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, convidando para a próxima, que vai ser na terça-feira que vem, às nove e meia da manhã, com Audiência Pública. Obrigado e bom dia a todos vocês.

Sessão encerrada às 11h03.

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA; A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA; A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE ABRIL DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia oito de abril de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (Eduardo Azeredo), reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, conjuntamente com as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Agricultura e Reforma Agrária; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Comparecem os seguintes senhores senadores Adelmir Santana, Aloízio Mercadante, Antônio Carlos Valadares, Arthur Virgílio, Cristovam Buarque, Delcídio Amaral, Edison Lobão, Eduardo Azeredo, Eduardo Su-

plicy, Eliseu Resende, Fátima Cleide, Flávio Arns, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Gilberto Goellner, Heráclito Fortes, Inácio Arruda, Jayme Campos, Jefferson Praia, José Agripino, Mão Santa, Marcelo Crivella, Marisa Serrano, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Romeu Tuma, Rosalba Ciarlini, Serys Slhessarenko, Tasso Jereissati e Valdir Raupp. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. Item Único. Audiência Pública, nos termos dos Requerimentos nº 18 – CDH; nº 02 – CCT; nº 03 – CCJ; nº 05 e nº 06 – CMA; nº 03 – CRA; nº01, nº 05 e nº13 – CRE; todos aprovados em 2010, com o objetivo de debater as várias questões e temas objeto do Decreto Presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, "que cria o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e esclarece reais intenções de pontos considerados polêmicos". O Senhor Presidente, Senador Eduardo Azeredo, abre os trabalhos, aprova as atas das reuniões anteriores das comissões que participam desta reunião e, em seguida, faz suas considerações iniciais, dando início à apreciação da pauta. O Senhor Presidente convida o Senhor Paulo Vannuchi, Ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República à mesa e dá-lhe a palavra para a realização de exposição sobre o tema. Após a explanação do senhor convidado, o Senhor Presidente concede a palavra aos Senhores Senadores para seus questionamentos e considerações. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Serys Slhessarenko, Arthur Virgílio, Aloízio Mercadante, Marcelo Crivella, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Mão Santa e Fátima Cleide. Às onze horas e quatorze minutos, o Senhor Presidente, Eduardo Azeredo, passa a presidência ao Senador Cristovam Buarque. Às treze horas e seis minutos o Senhor Presidente, Cristovam Buarque, passa a presidência para o Senador Eduardo Azeredo. Às treze horas e trinta e cinco minutos o Senhor Presidente, Eduardo Azeredo, passa a presidência para o Senador Inácio Arruda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinqüenta e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente em exercício da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 8-4-2010

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com 13ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle; 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 11ª da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; 11ª da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e 10ª Reunião da Comissão de Constituição e Justiça da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Essa Audiência Pública foi aprovada nos termos dos requerimentos n°. 18 da CDH; 05 e 06, da CMA, Meio Ambiente; Requerimento n°. 03, da CRA, da Agricultura; Requerimentos 01, 05 e 13 da Comissão de Relações Exteriores; Requerimento 02 da Comissão de Ciência e Tecnologia, e Requerimento 03 da Comissão de Constituição e Justiça, todos aprovados no ano de 2010, com o objetivo de debater as várias questões e temas objeto do Decreto Presidencial nº. 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que cria o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e esclarece as reais intenções de pontos considerados polêmicos.

O convidado é o Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministro Paulo Tarso Vannuchi, e, senadores, a lista de inscrição já está aberta para os questionamentos. E eu quero convidar, então, o Ministro para que possa comparecer aqui à Mesa.

Vamos, então, dar início à Audiência Pública, primeiro, com a exposição do Ministro Paulo Vannuchi. Em seguida, com o debate com os Srs. Senadores; nós já temos os Senadores Arthur Virgílio, Inácio Arruda e Eduardo Suplicy inscritos. Já, de antemão, portanto, eu passo a palavra ao Ministro Paulo Vannuchi.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Bom-dia, Exmo. Sr. Presidente, Senador Azeredo; Senadores Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Inácio Arruda, Deputados Paulo Teixeira... E Senador Eurípedes Camargo... A todas as pessoas presentes. Eu começo agradecendo às comissões a gentileza, compreensão dessa fusão, que abre a possibilidade de realizar o que é um grande interesse do Governo Federal, especialmente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que é vir ao Senado para realizar uma atitude que é institucionalmente republicana, constitucional, democrática, de prestação de contas... Que meus colegas, politólogos, costumam, com algum pedantismo, chamar com *accountability*, palavra de difícil tradução no português: informar, esclarecer, eventualmente, dialogar, debatendo, numa atitude em que, além da necessária firmeza na defesa

das convicções do segmento brasileiro ligado à defesa dos direitos humanos, bastante amplo, diversificado, e pluripartidário, uma atitude, sobretudo, de serenidade... A compreensão de que é preciso refletir sobre todos os aspectos polêmicos com espírito democrático, com compreensão e profundo respeito por todos os argumentos, por mais contundentes que sejam, em oposição às formulações, 521 propostas incluídas no PNDH-3, e finalmente a necessária humildade para, como já fizemos publicamente, sem dificuldade de reconhecer que, sendo um concerto de múltiplas vozes... Senadora Serys, um prazer recebê-la... O aperfeiçoamento, reconhecimento de erros, e alteração de redações para propiciar o necessário consenso amplo na área dos direitos humanos.

Nesse sentido, nessa minha introdução, que eu começo com essa saudação, uma primeira explicação preliminar, e um PowerPoint, que combinei e ouvi do Presidente Azeredo a orientação para não ultrapassar 30 minutos--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Se for necessário, não há nenhum problema, só disse que é a praxe.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Vamos trabalhar, então, nessa linha, Presidente.

Eu começo lembrando uma afirmação que não temos ainda, ou não teremos, a presença do Senador Marco Maciel, mas que é um reconhecido estudioso de Norberto Bobbio, que sempre menciona, em suas intervenções e artigos... Bobbio lembra que os direitos humanos não nascem todos de uma vez só e nem nascem de uma vez por todas. É um longo percurso de construção histórica, e eles são parte de uma caminhada que, lembramos, tem, em 10 de dezembro de 48, o lançamento da Declaração Universal, que é ainda do marco mais abrangente sobre a construção dos direitos humanos, sistemas de proteção, de defesa, em cada país, declaração que, no seu primeiro artigo, lembra os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa, um século e meio antes.

Na apresentação do PNDH-3, o Presidente Lula registra a convicção de que o Brasil fez uma opção definitiva pela democracia, há uma relação biunívoca, indissociável entre democracia e direitos humanos. O mesmo Presidente Lula é autor de uma frase lembrada na semana passada, no evento de transferência de cargo aos novos Ministros, de que a democracia não é a consolidação do silêncio, mas é manifestação de múltiplas vozes que, se eu pudesse, ampliaria a metáfora para uma ideia de sinfonia de múltiplas vozes, com altas dissonâncias, como, na melhor Bossa Nova, a ideia de que os direitos humanos têm de se fortalecer como políticas de Estado, projetadas no tempo, sobrepassando as contradições e divergências, situação, oposição, ou entre diferentes partidos de um mesmo bloco.

Registro, ainda, na linha de Norberto Bobbio, que sempre gostou de trabalhar com o tema dos paradoxos, dois paradoxos importantes na construção dos direitos humanos no Brasil: Primeiro, é lembrar que, antes de 1964, escasseiam, rareiam as formulações sobre direitos humanos na maioria das formulações partidárias ou do movimento sindical e popular. E é no regime de 64 que brota uma consciência inicial, e essa consciência inicial tem na Igreja Católica uma trincheira fundadora para outras igrejas, para movimentos sociais que assumem e se organizam entidades como o Movimento Nacional dos Direitos Humanos, já caminham para completar 30 anos de existência, tendo como fundadores figuras como Leonardo Boff, Hélio Bicudo, Deputado Pedro Wilson, muitos outros.

E o segundo paradoxo é de que o Brasil tem pelo menos duas décadas, talvez duas e meia, de afirmação permanente dos direitos humanos passo a passo, em que eu resumirei em seguida, e no PowerPoint, marcos e datas desse avanço; o Brasil já é um país aderente a quase todos os instrumentos fundamentais da ONU... Estamos devendo ainda o da Convenção dos Direitos dos Trabalhadores Imigrantes e suas Famílias, e a do sistema OEA de proteção aos direitos humanos. E, no entanto, com todo esse avanço, o país ainda assiste, observa, combate violações que são praticamente cotidianas.

Então, é na construção desse paradoxo que, da Declaração de 48, que o Brasil é aderente já no momento da Conferência de Paris, 10 de dezembro, o Dia Internacional dos Direitos Humanos, no regime de 64, já houve adesão a duas, a dois instrumentos fundamentais: A Convenção da ONU contra o Racismo, que é de 65, e o Brasil completa a sua tramitação em 69; e a dos Direitos da Mulher, que é de 79, e o Brasil completa adesão em 84.

Segue-se, em 89, ano 01 da Constituição Cidadã, de Ulysses Guimarães, segue-se a Convenção da ONU de Combate à Tortura, que é de 84, a dos Direitos da Criança, 1990, um ano depois de seu lançamento, mesmo ano em que, em 13 de julho, a Casa Legislativa, as duas Casas, então, aprovaram o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 92, o Brasil adere aos dois grandes pactos em que a Declaração se desdobrou, ambos de 66, o Pacto dos Direitos Civis e Políticos, e o Pacto dos Direitos Econômicos, Culturais e Sociais, grosso modo, correspondendo um e outro aos direitos que Bobbio chama "os civis e políticos direitos de liberdade", e "os econômicos sociais, culturais, direitos de igualdade".

Ainda em 92, com participação do Presidente Sarney, hoje Presidente do Senado, a adesão ao Pacto de São José da Costa Rica à Convenção Americana dos Direitos Humanos, o sistema OEA. E, em 2008, eu estive aqui, nesta Casa, para o momento de ratificação da primeira Convenção dos Direitos Humanos do Século 21, que é a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de 2006, o Brasil, nesse caso, Dra. Isabel Mayor, a secretária nacional, já era coordenadora no Governo Fernando Henrique, e segue titular no cargo, como prova dessa continuidade histórica das ações de direitos humanos por sobre diferenciações partidárias e de situação, oposição, e o Brasil é um dos países que eu tenho trabalhado... O Itamaraty... Cabe ao Itamaraty protagonismo nisso, mas com parceria com a Argentina, tentamos dar os primeiros passos para que a ONU complete esse sistema de instrumentos específicos, passando a proteger o único segmento vulnerável que ainda não tem um instrumento próprio, que é o dos direitos do idoso, em que este Senado tem revelado alta sensibilidade à tramitação do Estatuto do Idoso, o recente debate sobre reajustes de aposentados etc.

E termino dizendo que o Programa Nacional dos Direitos Humanos III, que será resumido no PowerPoint, como história, ele teve o seu primeiro esboço, esqueleto central, aprovado e construído ao longo de 2008, no processo da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos. O número da série já indica que, sendo 11ª, é uma longa série histórica. O Governo do Presidente Lula é um governo fortemente pautado pela realização de conferências, e expressa uma profunda convicção do Presidente da República sobre a complementação, o assessoramento ao papel central fundamental do Poder Legislativo na definição de leis, no exercício do poder que emana do povo, também por mecanismos de participação democrática, que são apresentados ao Legislativo como mera apresentação de sugestões, de indicações, de recomendações, que caberá aos representantes do povo, aqui estabelecidos nas duas Casas, o poder constitucional decisório de transformar, ou não, pela regra da maioria, pelo debate, com oposição, em leis.

Essa Conferência também foi complementada por um rastreamento de 50 conferências nacionais, realizadas até então, hoje quase 70, em temas como mulher, igualdade social, criança e adolescente, direitos das pessoas com deficiência, direitos do idoso, direitos do segmento LGBT, direito à diversidade sexual, o direito à segurança alimentar, ao meio ambiente, à educação, à saúde, à moradia... Senador Cristovam, obrigado. Ainda buscamos coligir as principais recomendações dos instrumentos da ONU e da OEA. Cada um desses instrumentos da ONU, ele constitui um Comitê, sediado em Genebra, ao qual o Brasil voluntariamente se subordinou, as adesões são sempre voluntárias, e ao se subordinar, o Brasil se compromete a apresentar relatórios quinquenais e receber recomendações.

Então, buscamos incorporar também no PNDH-3 recomendações dos organismos ONU e OEA, e, finalmente, as recomendações dos relatores, que são especialistas mandatados pela alta comissária de direitos humanos da ONU, que visita os países sobre temas como liberdade do Judiciário, liberdade religiosa, combate à tortura, direitos da mulher, grupos de extermínio, situação dos defensores de direitos humanos, figuras como Dorothy Stang, figuras como Chico Mendes, figuras como Manuel de Matos, assessor do Deputado Fernando Serra, executado na Paraíba, em janeiro de 2009... Presidente estadual, vice-presidente estadual do PT de Pernambuco e ex-presidente da Câmara Municipal.

E eu passo agora para a apresentação do PowerPoint, com a ajuda do meu companheiro Pedro Pontual, e programamos 16 ou 18 lâminas, um minuto cada um... Procurarei não passar disso. O PNDH é 3 porque o primeiro é de 96, com foco nos direitos civis e políticos, momento em que o Governo Fernando Henrique Cardoso consolida um passo importante dessa caminhada histórica. Pela primeira vez, o Estado, pelo seu Poder Executivo, acolhendo uma construção histórica que já vinha de algumas décadas.

Em 2002, o PNDH-2, naquele... O titular da área é o Ministro Nelson Jobim, seu Chefe de Gabinete, José Gregori, homem símbolo dos direitos humanos, e Paulo Sérgio Pinheiro, já um participante ativo, como representante do Núcleo de Estudos da Violência, da USP. O 02 incorpora direitos civis, econômicos, sociais e culturais; Paulo Sérgio Pinheiro é o Secretário de Estado dos Direitos Humanos, ainda no âmbito do Ministério da Justiça. Presidente Lula transformou Direitos Humanos numa nova secretaria especial, trigêmea com Mulheres e Igualdade Social, que acaba de ser elevada definitivamente ao posto ministerial.

Após a declaração de 48, os dois pactos, o dos civis e políticos, por favor, ali à Mesa, meu senhor--

[risos]

Me desculpe... A Convenção e, em 98, a decisão brasileira, Governo Fernando Henrique, de submissão do Brasil à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, com o seu órgão quase Corte, que é comissão, situação que países como Estados Unidos e o Canadá, ainda hoje, não tiveram a decisão corajosa de incorporar. Podemos ir em frente, Pedro?

93, acontece em Viena, o Governo Fernando Henrique, não, o Chanceler Fernando Henrique, a mais importante Conferência Mundial de Direitos Hu-

manos, depois de Paris 48. Ali, se define como grande elemento-força a ideia da indivisibilidade, ou seja, não-ditaduras que apresentam como argumento de defesa a existência de igualdade econômica em seus países, assim como não-liberdade, assentada sobre os pilares da pobreza, da miséria, que também oprime, que também escraviza, que também inviabiliza a liberdade.

E Viena recomenda que cada Estado crie um Plano Nacional de Direitos Humanos que, no Brasil, teve o nome "programa", porque "plano" geralmente envolve datas, mensurações, e se preferiu iniciar a caminhada com "programa".

A Constituição Federal, em 88, estabelece cidadania e dignidade da pessoa humana como principais fundamentos do Estado; há uma caminhada histórica da sociedade civil, que virá em seguida, que é a protagonista principal, até que os Legislativos, a começar do Rio Grande do Sul, criem a Comissão de Direitos Humanos, no Legislativo; em 95, a Câmara dos Deputados; em 2005, o Senado, sendo que, no âmbito federal, a sequência do período em que era Ministério da Justiça, Governo Fernando Henrique, o período Lula, em que era uma secretaria especial, duas semanas atrás, perdemos o "especial" e viramos Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

"Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição". Então, é na segunda parte a fundamentação constitucional para a realização de conferências, para além das figuras do plebiscito, do *referendum*, da iniciativa legislativa popular. E ela sempre com o recorte de apresentar propostas, para que os poderes competentes decidam o que deve ser acolhido e o que não deve. A primeira foi em 96, a longa série até 2008, sendo que o Governo Federal é proponente, participante apenas das últimas três. Até a oitava, nona e a décima, antes, elas eram uma parceria entre a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e as entidades da sociedade civil, através de uma entidade construída com o nome Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos. Em 2009, Ministro Nilmário Miranda... Então, o governo brasileiro, o Governo Federal é um terceiro ator; em 2010, isso é suspenso, e em 2011, volta. Objetivos: formular propostas para revisar e atualizar o programa.

Em janeiro daquele ano, o Presidente Lula no Rio, no Itamaratyzinho, fez um discurso chamando a um mutirão nacional; era o Dia do Holocausto, ele comemorava com a comunidade judaica, então, o ano inteiro é atravessado por esse debate que mobilizou o segmento de direitos humanos no Brasil, áreas universitárias, poderes públicos dos três entes federados. Pode ir em frente, Pedro.

A etapa nacional, dezembro, 15 a 18 de 2008, 27 conferências em todos os Estados, eu estive em alguns; em vários deles, o governador abriu a conferência, com a presença de Presidente do Tribunal de Justiça, do Procurador Geral de Justiça; encontros prévios importantes em 127 regiões ou cidades, ao todo, 14 mil pessoas participaram diretamente desse debate. Em frente, Pedro.

Então, a Secretaria de Direitos Humanos teve um papel de coordenação, teve a realização de reuniões, seminários, especialistas convocados, como Paulo Sérgio Pinheiro, para uma espécie de consultoria geral sobre o processo de elaboração, com o seu olhar, agora, de uma das mais importantes figuras da área dos direitos humanos na ONU; houve a participação dos ministérios, a participação na Comissão de Direitos Humanos, da Câmara, é como coordenadora do processo, audiências públicas realizadas e ampla participação da sociedade civil num grupo de trabalho tripartite, e consulta pública de meses, a partir do site, esse documento, ele tinha um grande esboço dele exposto e divulgado amplamente por outros mecanismos, que permitia a participação de qualquer cidadão, enviando mensagem àquele endereço eletrônico.

702 resoluções aprovadas na 11ª Conferência estão expressas em um documento que se chama "Resoluções da 11ª Conferência", com importantes diferenças com o PNDH-3... Por favor--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Flexa está obstruindo ali. Vou propor tirar a mesa ali--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: A referência a convenções e tratados, e a referência às recomendações dos comitês: comitê da criança e adolescente, da mulher, de combate à tortura etc. Em frente.

Ele tem como marco de novidade, ele foi subscrito por 31 ministérios; o Presidente Lula, quando me deu posse, em dezembro de 2005, lembrou, no discurso, que direitos humanos não está na área de direitos humanos: está na área da educação, da saúde, da cultura, da diversidade, e que o nosso trabalho era um trabalho de interministerialidade.

Então, foi o nosso esforço de trazer, se pudéssemos, todos os ministérios para assinar. 31 é um número bastante expressivo. A ideia de políticas do estado, em que o Presidente Lula, na sua apresentação, menciona, que é um programa pensado para seguir adiante, mesmo ocorrendo o processo de alternância no poder, que é natural e desejável, na vida democrá-

tica, são palavras do Presidente Lula, prevê a ideia de um comitê de monitoramento, a implementação com planos bianuais, e a transversalidade. São seis eixos orientadores, o um são os temas da democracia. É uma conferência que foi realizada com críticas ao Governo Federal, com votações em que o Governo Federal, com os seus representantes ministeriais, foram derrotados... Numericamente, no debate, é da natureza desse tipo de conferência. O tema do desenvolvimento, então, é todo o conjunto dos temas do Pacto dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais, a ideia da universalização.

Então, os segmentos vulneráveis. Eu realço que segurança pública é um forte capítulo do programa, incorporando o debate da Conferência Nacional de Segurança Pública, do PRONASCI, o primeiro Programa Nacional de Segurança Pública, que tem direitos humanos em cada página da sua proposta, e lembrar que, num documento que foi submetido à fortíssima polêmica e críticas, ele foi um documento praticamente virado do avesso, com lupas, não apareceram importantes acordos em uma quantidade enorme de formulações, numa área sensível como essa... Volta um pouquinho, Pedro... A educação, cultura e direitos humanos como eixo mais estratégico da construção do Brasil do futuro; o resto é correr atrás da violência já ocorrida. Então, a vida escolar, a vida universitária, a educação não formal, que se realiza na sociedade civil, do sindicato dos trabalhadores às igrejas e Rotary Clubs, são ações formativas, que formam o cidadão num sentido ou outro. A questão da mídia como elemento fundamental dessa construção dos direitos humanos, e por último, o eixo inovador, que não está presente nos dois anteriores, que é o tema do direito à memória e à verdade.

Listamos e trabalhamos detidamente todas as críticas formuladas aqui, no Senado, na Câmara, na imprensa, em debates, e longe de esgotar, mas, pelo menos em torno desses 11 temas, argumentamos, temos discussões, temos que ouvir, temos que expor algumas apreciações sobre a alta amplitude de que o programa extravasaria, estaria muito além dos direitos humanos, é um título de primeira página do Jornal O Globo... A criação da Comissão Nacional da Verdade, controvérsias do governo com o Ministério da Defesa, os temas da liberdade de imprensa, os temas na mediação de conflitos agrários, o tema da união civil entre pessoas do mesmo sexo, e que tem uma relação com o tema da adoção por casais homoafetivos, a questão dos símbolos religiosos, do aborto, da taxação de grandes fortunas, financiamento público de campanha... Volta, Pedro... A ideia de direitos trabalhistas de profissionais do sexo, plantio de monocultura, são alguns dos elementos que apareceram reiteradamente como pontos polêmicos de controvérsias e de críticas. Em seguida, Pedro...

Detalhando alguns deles: o direito à memória e à verdade, ele tem temas do acesso à informação, abertura de arquivos, e a proposta de apresentar ao Legislativo, até o final deste mês, criando, no Brasil, finalmente, uma Comissão da Verdade, que não é revanchista, não é contrária à Lei de Anistia; pretende complementar uma caminhada de décadas, em que, ao Governo Fernando Henrique, ao próprio Ministro Jobim, Ministro José Gregori, competiu a etapa de criar a Comissão Especial sobre Mortos, desaparecidos políticos. Ainda no Governo Fernando Henrique, a criação da Comissão de Anistia, no âmbito do Ministério da Justiça; países ao lado já fizeram esse processo, e voltarei, se preciso, ao debate, para dizer: é a favor das Forças Armadas Brasileiras, não é contra. Não é justo que as Forças Armadas Brasileiras, a família militar siga carregando sobre o peso da sua imagem violências que foram executadas por algumas dúzias de torturadores, de pessoas que mataram, ocultaram cadáveres, entre os mortos, desaparecidos, certamente pessoas das relações pessoas de alguns dos senadores, algumas das senadoras, deputados... Senador Cristovam me contava um dia, numa conferência, da sua amizade com o Rui Frazão, que temos uma homenagem marcada para o Maranhão, no mês que vem, gostaria muito que o senador atendesse ao convite, como o Governador Serra atendeu ao meu convite para irmos juntos a Florianópolis, homenagear, na Assembléia Legislativa, Paulo Stuart Wright, irmão de Jaime Wright, reverendo que celebrou o culto ecumênico de homenagem a Vladimir Herzog, e que trabalhou comigo, sob a direção de Paulo Evaristo Arns, na construção do projeto Brasil Nunca Mais. A ida à Assembléia para homenagear Paulo Wright, ex-deputado estadual do PSP, antes de 64, naquele estado, me rendeu a colegas do meu partido, um deputado estadual não participar, dizendo que eu estava indo criar palanque para o Serra em Santa Catarina, e eu argumentei, com serenidade, que eu não estava realizando palanque; eu estava realizando uma atuação conjunta entre pessoas e autoridades que têm posições partidárias, situação, oposição, diferenciadas, mas que estão unidas em temas como esse.

Há 30 Comissões da Verdade no mundo, entre América Latina, África, algumas da Ásia, como a ONU informa, e já disse de que não propõe a revisão da Lei da Anistia. Na questão da imprensa, se tratava de assegurar a garantia do direito à comunicação democrática; o papel fundamental da mídia na promoção da educação e de uma cultura em direitos humanos.

A ABERT, no seu comunicado, ela lida exaustivamente em horário nobre de televisão, de rádio, ela fala: "O governo propõe a criação de uma comissão do governo". Não propomos, os senhores têm o programa; a leitura atenta mostrará. Não sendo má fé, foi uma interpretação equivocada, porque nós listamos quais são os ministérios responsáveis como cada uma das 521 ações têm ministérios responsável. Não se propõe isso.

Por último, a discussão de propor a criação de marco legal para regulamentar um artigo da Constituição, isso não tem nenhum conteúdo anti-democrático, e elaborar critérios de acompanhamento editorial para assegurar o respeito aos direitos humanos nos meios de comunicação, volta, tema que, já disse, é assentado em ideias positivas, como na Câmara dos Deputados, o programa "Quem Financia Baixaria é Contra Cidadania". Em premiações como a ANDI, Agência Nacional dos Direitos da Infância, já realiza para as melhores práticas da imprensa, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, com o Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos. E em vez de comissão de governo, isso poderia ser materializado na forma de uma parceria com a própria ABERT, Associação Nacional de Jornais, Associação Nacional de Revistas, e já disse que, se há um entendimento, interpretação, é um dos temas que estamos abertos para propor alteração da redação, que comece dizendo "no sentido de consolidar permanentemente a mais ampla, plena e total liberdade de imprensa", propor às entidades e trabalhadores do segmento, que realizem tudo isso.

A questão da mediação de conflitos agrários é, igualmente já antecipei, que é um tema que, sobretudo a partir das críticas da Associação dos Magistrados do Brasil, que argumenta que a palavra, como primeiro ato, envolve uma intromissão numa esfera de competência constitucional do Senado, nós vamos alterar isso, mantendo todo o espírito de um programa que é recomendação internacional, ONU/OEA, e é um trabalho que o próprio Conselho Nacional de Justiça, o Presidente Gilmar Mendes recentemente, numa viagem a Marabá realiza, que é buscar mecanismos para permitir que não aconteçam mais Eldorado de Carajás, Corumbiara, Felisburgo, mortes como a de Dorothy Stang, recentemente, agora nas próximas semanas, mais um julgamento em Belém do Pará.

O tema da união civil entre pessoas do mesmo sexo é um tema de alta controvérsia, que envolve questões religiosas, expressa o ponto de vista fortíssimo de um segmento que se manifesta fortemente no Brasil, que reivindica direitos constitucionais, nem menos, nem mais, direitos iguais, e é um tema que tem algumas jurisprudências se formando, tem debates legislativos, o Poder Legislativo, o Senado e a Câmara, são a autoridades com poder e competência para decidir o que deve ou não ser transformado em lei. Em frente.

O tema do aborto, se necessário, voltarei a mais discussão, foi o primeiro anúncio que fiz de que o programa continha um erro, porque a formulação, ela não corresponde à opinião do governo do Presidente Lula, do próprio Presidente, e quando eu fui estudar e debater, constatei que, de fato, a formulação aprovada, ela não se afasta da minha convicção pessoal como Ministro. Estou terminando. Ela tem uma frase, que é fortalecer, apoiar o projeto de lei que descriminaliza o abordo, que tecnicamente já não estava correto, porque, naquele momento, esse projeto já não tramitava mais, então, teria que ser uma fórmula no plural, "novos etc.", mas a parte que eu defendo, o governo não tem essa posição, não foi decisão da Conferência da Mulher, que nós já realizamos duas vezes, que é a autonomia da mulher para decidir sobre o seu corpo. No entanto, há recomendações da ONU que apontam nessa direção; o tema do abordo foi debatido por décadas na Europa, Estados Unidos, Canadá; será debatido, nos próximos anos no Brasil, já anunciei e comecei a visita a CNBB, visita ao Dom Dimas, explicando que alteraria, sem suprimir, mas tornando a redação uma redação mais consensual, uma redação que coloque o problema da necessidade de debater, de discutir as legislações punitivas, e levar em conta o problema do aborto como um problema de saúde pública, que leva a 250 mil internações de mulheres, geralmente pobres, que realizam aborto em condições precárias, e têm complicações; não tenho o número de mortes resultante disso. Em seguida.

E lembrar também, terminando, que também a imprensa, ela exerceu, naqueles últimos dias de dezembro, e primeiros de janeiro, um papel de protagonismo, ao informar, na medida em que ela, em grande parte, se sentiu tocada por temas que interpretou como temas tendentes à introdução de censura, de controle da imprensa. Eu quero registrar, primeiro, que não há a palavra "controle social", nem "controle democrático", que há no PNDH-2. Então, nós, sem saber que haveria essas polêmicas todas, não imaginamos; se imaginássemos, teríamos tomado mais cuidado em todo o momento de redação final... Cuidamos de anexar o PNDH-1 e 2, no final, com a assinatura de Fernando Henrique Cardoso, para firmar, o que é raro na vida dos governos, os governos preferem esquecer o que foi feito antes... Não é uma discussão deste momento; eu, nos quatro anos e três meses que estou no cargo, o tempo todo falei que, em direitos humanos, nós temos o cuidado de assegurar políticas de continuidade, desenvolvimento, de reconhecimento da importante acumulação histórica em direitos humanos, nos oito

anos de Fernando Henrique Cardoso, e lembrar que aquele debate não aconteceu com formulação que leiam, verão, que elas são mais duras, elas introduzem, evidentemente, há uma correlação com a conjuntura, com a avaliação do Governo Lula como um todo, com a Conferência de Comunicação, com a proposta da criação do Conselho Nacional de Jornalismo, e não unicamente em torno das formulações.

Por último, já disse, que vamos alterar redação. Quero dizer que houve muitos apoios, e apoios importantes. Retomo a metáfora de sinfonia de múltiplas vozes, ou democracia como o regime que consagra a legitimidade do dissenso para dizer que também quando o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho de Procuradores Gerais do Estado, que o Senador Demóstenes Torres já presidiu, a Associação Nacional dos Defensores Públicos, o Conselho Federal de Psicologia, a SBPC, a CUT, a CONTAG, há milhões de brasileiros e brasileiras representados numa atitude, em que o noticiário do jornal, regra geral, não mostrou assim; ele mostrou que havia uma onda nacional, como se um consenso nacional, contrário ao PNDH-3.

Então, eu apresento, com humildade, um anexo que os senhores e senhoras recebem, com algumas dessas manifestações, e que não incluía ainda artigos de Marcelo Rubens Paiva, Luiz Fernando Veríssimo, muitas figuras conhecidas e respeitadas, destaco um último documento, uma carta assinada por Dom Paulo Evaristo Arns, por Dom Pedro Casaldáliga, por grandes prelados católicos, por Clarice Herzog, Chico Buarque de Holanda, por Tereza Fiel, viúva de Manoel Fiel Filho, por Antônio Cândido, Cândido Mendes, que apóia o Programa Nacional de Direitos Humanos, centralmente no tema da Comissão de Direito à Memória e à Verdade.

Último... Terminou, eu só, então, concluo, explicando que estão com V. Exas., senadores, senadoras, um exemplar de uma revista n°. 5, que nós dedicamos a debater os principais aspectos polêmicos, com posicionamentos, em defesa do PNDH. Flávia Piovesan, importante constitucionalista de São Paulo, que já disse, repito, possivelmente, o Brasil ainda verá como membro de um tribunal superior, na linha que o Fernando Henrique inaugurou com a primeira mulher no Supremo, o Presidente Lula passou para dois... Senadora, para frente é que se anda, de dois tem que ir para três, tem que ir para quatro, tem que virar metade, tem que virar, talvez, seis a cinco, porque, tecnicamente, as mulheres são um pouquinho mais que os homens. Então, o bom modelo será o momento em que um Supremo tenha seis mulheres, cinco homens. Tenha a igualdade racial, metade, e não apenas a figura de um único. E, nesse sentido, ela discute os argumentos de que é inconstitucional e de que viola leis.

Luiz Alberto Gómez de Sousa, um veterano militante que esteve exilado, ligado à igreja, irmão do consagrado ator e diretor Paulo José, da Globo, que todos conhecem, que foi um consultor para isso, ele discute os temas das religiões na sua interface, e cada especialista discutirá, o Presidente, na ocasião, da OAB, está presente, eu espero que essa leitura, os documentos que estão agregados aí, abra o caminho para, a partir desta audiência, que novamente agradeço aos senadores, Senadora Fátima Cleide também, que agora chegaram, a gentileza... Bom, então eu preciso... O Senador Tasso Jereissati, o Senador Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Rosalba Ciarlini, senadores... Senador Crivella, deputados também. O agradecimento pela gentileza da fusão, e dizer que não tenho a menor pretensão de modificar opiniões já expressadas. Eu tenho um grande empenho de fazer um debate sereno, em que certamente aprenderei, em que o Governo Lula aprenderá, em que assimilaremos pistas, ideias, sugestões, mas tenho um forte empenho em que transformemos esse debate em um debate altamente qualificado do ponto de vista da democracia. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecemos ao Ministro Paulo Vannuchi. Eu quero lembrar que essa é uma Audiência Pública conjunta de seis comissões – Relações Exteriores, Direitos Humanos, Constituição e Justiça, Ciência e Tecnologia, Agricultura e Meio Ambiente -, tal é a polêmica que foi levantada em relação ao tema.

Eu vejo, Ministro, com satisfação esse reconhecimento de que os governos não devem esquecer do que os outros fizeram; só espero que não seja apenas em relação aos pontos polêmicos, seja também em relação aos pontos de avanço que o país teve.

Eu quero convidar o Senador Cristovam Buarque, que, se puder assumir, que eu vou só receber o novo Governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia, que vai visitar o Presidente Sarney nesse momento, se V. Exa. puder assumir aqui. O primeiro orador que está inscrito é o Senador Arthur Virgílio.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É com prazer que dou continuidade aos trabalhos, passando a palavra, inicialmente, ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, senhoras e Srs. Senadores, Ministro Vannuchi, eu, antes de mais nada, registro que V. Exa. fez uma exposição bastante nobre, bastante nobre,

bastante elevada, e até contrariando e contraditando o que me parece uma regra geral no seu governo, que é de negar o que tenha acontecido de bom para trás, e eu até ressalto a preocupação que V. Exa. demonstra com relação aos direitos humanos, com essa contradição brutal de o Brasil sistematicamente, na sua política externa, se solidarizar com violações de direitos à pessoa humana onde quer que haja uma ditadura, quase que uma predileção.

Mas eu gostaria de falar a V. Exa., e eu dizia ao Senador Suplicy que eu vou voltar a um certo passado, Presidente Cristovam, eu vou voltar a um certo passado. Eu sou líder de um partido que não se propõe implantar socialismo no Brasil, bem ao contrário, o meu partido não tem como pré-condição que as pessoas sejam ou tenham sido de esquerda; meu partido tem como pré-condição que lutemos para um dia atingirmos essa etapa superior de regime político, que é o parlamentarismo.

Mas eu vou falar a V. Exa. como homem de esquerda, que militou pela esquerda durante os 20 anos do regime militar, para um homem de esquerda que pagou o preço e que demonstrou, a meu ver, de modo equivocado, demonstrou muita coragem, muita disposição de luta. V. Exa. optou por um caminho, e eu digo ao Senador Suplicy: "Nessa você não tem como estar com ele, tem que estar comigo nessa". Nós optamos por bandeiras que sensibilizassem a sociedade, eleições para prefeito de capital, essa era a orientação do Partido Comunista Brasileiro, ao qual eu era ligado... Eleição direta para governador de estado, para Presidente da República, bandeiras como anistia ampla, geral e restrita, que possibilitaram que aqueles que estavam encarcerados, e aqueles que estavam no exterior pudessem voltar. Ministra Dilma é candidata graças à paciência que pessoas como eu e o Suplicy tivemos. Pelos métodos dela, eu não sei. Pelos meus métodos, pelos métodos do Suplicy, pelos métodos do Partido Comunista Brasileiro, ela hoje pode ser candidata à presidência da República.

Nós mobilizarmos, pelo que seria a Assembléia Nacional Constituinte, pelos brasileiros, e por críticas às políticas econômicas do regime militar, e era até difícil criticá-las, em função da sensação de bem estar que se espalhava pela mágica do falso milagre brasileiro... De tudo isso eu concordo com quase tudo. Eu vou aqui me abrir para V. Exa. Eu vi, o que me pareceu a primeira vista, um mélange, uma mistura, um mix, de uma porção de temas, eu não entendia por que, porque muitos já fazem parte de projeto de senadores e deputados, eu vou me declarar com muita clareza: relação homoafetiva, no momento que essa matéria for votada aqui, eu vou votar à favor, por entender que é injusto e é irreal não reconhecer que esse é um fato da vida que nos cerca.

Do mesmo modo, a descriminalização do aborto, neste momento que estamos aqui, e há razões religiosas que eu respeito, e eu próprio sou hoje uma pessoa reconvertida, eu me reconverti à religião, enfim, sou católico, mas não sigo o meu arcebispo nisso. Nesse momento, estão morrendo pessoas por estarem fazendo aborto ilegal. Então, é irreal nós imaginarmos que basta proibir para não acontecer; está acontecendo neste momento.

Qual é a crítica que eu quero fazer a toda celeuma que estabeleceu, a meu ver, desnecessariamente, no momento que o Presidente Lula estava tão bem, com a popularidade tão alta? Qualquer sombra, e são seguidas as críticas que o presidente faz à imprensa; a imprensa devia noticiar, não criticar, isso cheira a um certo ranço de autoritarismo, então, qualquer eiva de lembrança, qualquer coisa que possa significar controle aos meios de comunicação, deve ser abjurado com clareza por todos nós.

Do mesmo modo direito de propriedade, dizer para quem quer que seja nesse país, que fez sua opção pelo capitalismo, que V. Exa. combatia e eu combatia, mas é o sistema que nos rege e temos que aperfeiçoá-lo, e ele que tem dado ao Brasil a competitividade de que ele desfruta hoje do ponto de vista de suas exportações, enfim. Dizer que a propriedade de alguém é invadida, e depois se tem que, ao invés de reintegração de posse, tem que negociar com quem que seja, me falou ainda uma querida amiga, sua assessora, a Dodora... Enfim, eu sempre... A Dodora Arantes, e me dizia que determinada polícia colocou militantes do MST em cima de um formigueiro. Eu não posso aceitar uma coisa dessas. E eu tenho horror à atividade que o MST exerce como agente atrapalhador da política econômica brasileira, mas, enfim, não aceito que se tenha que discutir com eles sobre uma propriedade que é minha, legalmente, comprada por mim legitimamente.

Enfim, e finalmente tem a questão militar. Para mim, isso foi, Ministro, me perdoe, mas uma pisada de bola muito grande. Eu estou falando com uma sinceridade brutal, até porque senti o seu sentido construtivo. A questão militar foi reativada, o General Leônidas, dizendo que o Presidente Fernando Henrique, e para citar o mais ilustre dos que ele chamou de "refugiados", não era perseguido político coisa alguma, era preso político. Eu nem vou lembrar essa coisa esdrúxula de se tratar com tanta benevolência violações em Cuba, e ao mesmo tempo, se tratar com tanta benevolência, como se fosse perseguido político, aquele que foi con-

denado como um criminoso por uma democracia, que é a italiana, o Sr. Batistti, enfim...

Mas, o General Leônidas sai de um certo ostracismo com a questão militar de volta, enfim, isso eu considerei muito ruim, pior ainda, o Presidente Lula recua, o que me pareceu uma coisa ruim até para V. Exa., não foi uma forma de prestigiá-lo. E pior ainda, eu me condoí, quando o Presidente Lula, em um gesto bastante infeliz, ele compara prisioneiro de consciência a bandidos. E eu considero que V. Exa. foi equivocado na forma de combater a ditadura, mas eu sempre respeitei V. Exa., e não tenho V. Exa. como bandido. Eu não tenho a Ministra Dilma como bandida. Ela não é bandida, não foi bandida; ela lutou de maneira errada contra o regime militar. Pela forma que ela queria, pela forma que V. Exa. queria, a ditadura não cairia nunca, ela só se fortaleceria. Pela forma que eu pretendia, pelo que o Partido Comunista Brasileiro pretendia, nós iríamos minando a ditadura aos poucos e chegamos ao cúmulo de ir colégio eleitoral. O PT não foi, não foi ao colégio eleitoral, expulsou quem foi, e agora a nossa Dilma vai lá e presta homenagens ao túmulo de Tancredo Neves, numa manifestação até de auto-critica, que eu não quero imaginar eleitoralismo.

Mas eu vejo, Ministro, que houve uma *caput diminutio* para esse episódio todo, porque o Presidente Lula, para tentar dirimir a questão, e à moda simples dele, ele diz assim: "Os conflitos políticos..." Na lei de anistia, para mim, estava claro que de um lado estava o torturador, e do outro lado o torturado, e era assim que se falava no perdão. Ele reduz tudo a conflitos políticos.

A mistura de temas é no fundo, no fundo, para se chegar a atingir esses três objetivos: objetivo de restaurar uma questão militar, que a gente tem que entender que, no Brasil, a ditadura não caiu; houve um acordo. No Chile, a ditadura caiu; no Uruguai, a ditadura caiu; na Argentina, a ditadura caiu; aqui a ditadura não caiu. As condições foram diversas e diferentes. Eu sempre digo que se eu tivesse que fazer um elogio ao Paulo Maluf, eu faria um na minha vida; foi o elogio de ele não ter desistido de competir com Tancredo, porque se ele tivesse desistido, talvez a transição democrática tivesse sido atrasada em dois ou três anos, e os militares dificilmente iriam engolir Tancredo Neves como candidato único, avassalando o que restava de poder para o General Figueiredo, enfim, mas eu vi ali apoios e vi apoios; alguns apoios cooptados, enfim, e vi apoios legítimos. Respeito Dom Paulo Evaristo Arns, respeito Chico Buarque, respeito tanta gente que tem direito de pensar, e aqui eu estou para dizer que o que não for declaração de intenção, o que significar luta por direitos humanos, efetivamente, vai contar com o meu apoio, mais eu não gosto desse mix, e eu queria dizer que eu faço uma separação muito grande. E vou contar um episódio que talvez o sensibilize.

Eu não gosto desse mix, porque o mix, primeiro, atropela projetos que já estão em tramitação no Congresso, passa a impressão de que, no fundo, queria chegar àquilo. Isso tem que ser desmentido com clareza. E, por outro lado, eu entendo que tem uma diferença muito grande entre reabrir a questão militar, porque um general de brigada tinha 54 anos, mais ou menos; hoje ele teria que ter 94 anos depois. O suposto crime que ele cometeu, ou um certo crime que ele cometeu, que uma minoria fez, a maioria não fez, eu divido muito o Exército Brasileiro da época da ditadura e o Exército Alemão regular e a SS... O Exército Alemão foi obrigado a ir à guerra, e a SS era a que fiscalizava os oficiais regulares alemães.

Eu digo a V. Exa. que se alguém, e eu tenho vários amigos nessa condição, alguém quer os restos mortais do seu ente querido, que foi assassinado, deve ter o direito de buscar isso, mas tem que ser separado claramente de tentativa de punição. Eu vou lhe dar um exemplo, uma figura que eu considero uma figura execranda, execrável, e até risível, chamado General Ibiapina. Eu era Ministro de Estado, fui ao Clube Militar para a reunião de amazonenses, e o presidente da Associação de Amazonenses do Rio de Janeiro me apresentou ao General Ibiapina; o Ibiapina é o homem que puxou Gregório Bezerra pelas ruas, o homem que todos os dias dizia para o Arraes que ia matar o Seixas Dória; todos os dias dizia para o Seixas Dória que iria matar o Arraes. E aquilo era uma tortura psicológica brutal, e eu não aceito tortura de espécie alguma, e condeno violação de direitos humanos aqui, em Cuba, em Guantánamo, em qualquer lugar onde se manifeste, em delegacia, isso é muito importante. Tem gente sendo torturada em delegacia neste minuto. E me apresentaram a ele: "Esse aqui é o Ministro Arthur Virgílio, queria apresentar o senhor ao general, presidente do Clube Militar, que nos cedeu gentilmente o clube". Ele, Suplicy, colocou as mãos para trás, e não me cumprimentou.

Como eu fazia política estudantil no Rio de Janeiro, e ele era general lá em Recife, eu depois, saí, fui lá, sobrou comida para todos amazonenses, menos para mim, eu fui almoçar no restante, até porque eu tive que discursar, houve discurso para lá e para cá, e quando olhei, não tinha mais nada comível, enfim; fui almoçar num restaurante com três ou quatro amigos. Um deles trabalha no governo do PT, José Eudes, que foi expulso. É um grande amigo do Presidente Lula, mas foi expulso injustamente, e esse é um momento de auto-crítica que deve ser feito pelo Partido dos Tra-

balhadores; tem gente que, a meu ver, deveria ter sido expulsa e não foi, o Zé Eudes não devia ter sido expulso, e foi. E eu falei... Aí começamos, no restaurante onde sentamos, a perguntar: "Ele é louco?" Por que... "O que ele tem contra mim?" Eu não fiz perturbação, eu não queimei nenhum carro em Recife; eu queimei no Rio de Janeiro carro; eu não quebrei a vidraça da Embaixada Americana no Recife; eu quebrei no Rio de Janeiro. Quer dizer, "de onde vem essa raiva desse rapaz, esse senhor de oitenta e tantos anos de não falar comigo?" Eu cheguei à conclusão, e eu não sou médico, é horrível falar de um assunto que a gente não conhece, que ele estava tão esclerosado, que ele me confundiu com o meu pai, que era um dos líderes da oposição ao regime militar. Que ele não podia ter raiva de mim, não justificava. No período pós-84, quando minha atuação começou a ficar mais marcante do ponto de vista parlamentar, eu nunca fiz nada, nunca citei o nome desse homem. Citei, quando homenageei o Gregório Bezerra, enfim, ou seja, qual seria o sentido disso, punir o General Ibiapina? O General Ibiapina, de 94, até chegar o final do processo, ele teria 103; a essa altura, se perguntar o nome dele, no inquérito, ele não sabe.

Ou seja, não teria sentido nenhum a não ser o de nós recriarmos uma situação de crise militar que não interessa a ninguém, por quê? Porque os militares aceitaram, no Governo Fernando Henrique, a anistia a Lamarca e a Marighella, e o Presidente Fernando Henrique só não anistiou, Presidente Cristovam, conjuntamente, só não anistiou primeiro Marighella, que podia, eu disse isso a Carlinho Marighella, querido amigo meu, filho do Marighella, eu disse a ele: "O seu pai só não foi..." "Poxa, Arthur, que decepção". Eu disse a ele: "O seu pai só não foi anistiado agora porque o Presidente Fernando Henrique quer anistiar os dois juntos, se não anistiar juntos, não vai anistiar nunca o Lamarca, porque haverá resistência na área militar"; era a ordem que se estava fazendo da transposição das direções militares para as direções civis no Ministério da Defesa. E o Carlinhos Marighella aceitou isso, e enfim, e foi feita a anistia ao Marighella naquele governo.

Depois, eu não sei nem se foi justa a promoção a General, não sei, porque é como promover alguém a embaixador depois de ter saído... Poucos chegam a embaixador, poucos chegam a general, é um detalhe, enfim, mas de qualquer maneira, os militares estão cumprindo rigorosamente com o seu dever constitucional. Eles aceitam tudo, eles viram as crises por que passou este governo, no episódio do mensalão, sem se manifestar, a não ser o pessoal da reserva, que se manifestará sempre. Eles viram o *impeachment* do Presidente Collor, e ficaram literalmente na sua posição constitucional. Quer dizer, nós só temos que enaltecer e exaltar o papel que os militares exercem do ponto de vista das suas obrigações constitucionais. Eu não entendo por que mexer nisso, quer dizer, não pense que eu passei incólume... Eu conheço o seu passado... Mas não é para mexer...

Em 64, a minha casa foi invadida... Alguém diz aqui: "A minha também". Enfim, e a minha mãe foi obrigada, comigo e meus irmãos, a cantar o Hino Nacional de costas para a parede para mostrar que nós não éramos comunistas, e àquela altura, eu já era comunista. E nós cantamos, meu irmão menor não queria. E outras casas foram feitas assim, quando vinha a frente ampla, Carlos Lacerda jurou ao meu pai que não foi ele que deu a ordem. Não importa, não importa.

Boré serviu à ditadura de Vargas, contra a quem não tenho nenhum rancor. Não tenho nenhum rancor das lembranças que me sobrevoam a mente, de Carlos Lacerda, nenhum. Não tenho nenhum rancor do General Ibiapina; para mim, é um episódio que foi superado pela instalação e pela consolidação da democracia brasileira. Então, a cassação de meu pai... Perdeu a felicidade dele aos 48 anos de idade; era líder de governo aos 41. O lado dele perdeu... Um dos maiores amigos que eu tenho hoje, e um amigo que as pessoas que ainda dividem em "ismos", da direita, é o Senador Jarbas Passarinho. Jarbas Passarinho, teve gente aqui que não foi à noite de autógrafos dele; eu fui. Ele cassou meu pai, ele assinou, apôs sua assinatura cassando meu pai. Mas Senador Passarinho era um grande homem. Ele acreditava piamente que era aquilo que era bom para o Brasil, e o Coronel Jarbas Passarinho, Senador da República, Ministro de Estado, tudo que ele foi na vida, o Jarbas merece o meu respeito. E para mim, a partir de 79, eu não só o anistiei, como passei, a partir daí, as portas estavam abertas para qualquer entendimento, ou seja, eu não cultivo a figura do rancor. O que me pareceu, no PDNH-3, é que vi ali a figura do rancor.

E quando V.Exa. fala, eu não vejo em V. Exa. a figura do rancor. Então, eu gostaria que esse rancor fosse abjurado, que nós não nos prendêssemos em desvãos, e para mim é um desvão tentar reabrir essa questão; isso é para pôr uma perda em cima. No Brasil não cabe *"Las Madres de la Plaza de Mayo"* porque não foi o mesmo processo; nós não tivemos aqui o nosso Galtieri; nós tivemos o nosso Figueiredo, que vinha naquele processo de abertura lenta e gradual, da qual nós aproveitávamos para crescer enquanto alguns radicalizavam. Me perdoa insistir, para mim, a opção de V. Exa. foi equivocada, V. Exa. não estava certo na forma de combater a ditadura, embora eu louve a sua coragem, e louve seu valor pessoal. Me

desculpe, mas, para mim, a minha forma de combater à ditadura era a mais correta; a forma proposta pelo Partido Comunista Brasileiro era a mais correta, era a forma justa, forma que, junto com outras forças, com o PCdoB e com tantos outros partidos, nós, o PMDB, todos fomos para o PMDB... MDB primeiro; no PMDB, eu já não era do Partido Comunista. Era lá o caminho para nós enfrentarmos do jeito que as nesgas de espaços que a ditadura nos desse, nós permitisse, e nós enfrentamos.

Então, as minhas dificuldades com relação ao PNDH-3 estão, nessa questão, a liberdade de imprensa é intocável no Brasil, intocável. É um crime, qualquer frase dita por quem quer que seja, ainda que do Presidente e, sobretudo, do Presidente da República. O direito da propriedade é constitucional, é intocável, e nós temos que olhar com responsabilidade para os resultados da balança comercial brasileira, se queremos nos referir ao MST e ao agronegócio.

E a questão militar, eu não vejo mesmo como reabri-la, eu não vejo mesmo por que reabri-la; os restos mortais de familiares de amigos meus que foram assassinados, eles devem ter o direito de ter o local onde possam velar as suas memórias. Mas é isso e ponto, é isso e ponto. Não cabe nada parecido com o que houve em outros Estados; não é justo com o Exército, não é justo com os atuais militares, os atuais dirigentes, que não têm nada a ver com esse caso, ou seja, eu ouvi de V. Exa. nobreza aqui, e lhe peço a nobreza de também perdoar, a nobreza de também esquecer, a nobreza de também se concentrar no que é hodierno, no que contemporâneo. Contemporâneo é nos vermos quais são as violações de direitos humanos que nós podemos coibir juntos, enquanto nação aqui, e V. Exa. fala em países... V. Exa. citou o nome do Presidente Fernando Henrique aqui várias vezes, e eu aqui gostaria de dizer que eu espero, no futuro, poder citar o nome de V. Exa. também.

Então, me espanque essas três dúvidas, e nós discutiremos o restante. E eu lhe peço desculpa pela emoção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Por uma inversão concedida pelo Senador Inácio Arruda, eu vou passar a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, para depois de duas intervenções, passarmos a palavra ao Ministro Vannuchi. Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente Cristovam--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, pela ordem, só um minuto--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu estava inscrito para falar--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O senhor está em quinto lugar--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu não vou falar não, eu só queria dizer que, depois do discurso do Senador, do líder, Arthur Virgílio, eu abro mão de falar, porque é difícil a gente ouvir um relato tão sincero, tão emocionado e tão brilhante ao mesmo tempo. Eu acho que o recado, Ministro Vannuchi, está muito bem dado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem, Senador Tasso. Com a palavra, Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Cristovam Buarque, Presidente, Ministro Paulo Vannuchi, Ministro e amigo, eu queria dizer que nós começamos muito bem esse debate, com a apresentação consistente, reconhecendo historicamente as contribuições do governo anterior, do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, um homem que veio da luta democrática, de Paulo Sérgio Pinheiro, que é uma figura expoente na luta pelos direitos humanos, uma figura de estado, uma figura republicana, que transcende de partidos ou períodos, e que está sendo visto por esse governo, inclusive, como um alto comissariado da ONU para a questão dos direitos humanos.

Eu acho que essa intervenção com essa qualidade, e tratando de um tema tão sensível quanto é a Agenda Direitos Humanos, permitir que os excluídos, os discriminados, os perseguidos, os violentados possam se expressar, possam se constituir como sujeitos políticos na sociedade, possam encontrar, junto ao Estado Brasileiro, canais de diálogo e de manifestação, eu acho essa experiência riquíssima, e ela tem que continuar, ela tem que prevalecer.

Nós só seremos uma sociedade civilizada se formos capazes de discutir com maturidade, encontrar soluções para aquilo que são nossas diferenças religiosas, culturais, étnicas. E essa construção democrática, e quero parabenizá-lo por ter citado Bobbio, os direitos civis e políticos são direitos de liberdade; os direitos econômicos e sociais são direitos de igualdade, e esse é o caminho que esse país tem que apresentar.

Eu acho que hoje o Brasil, não só pela sua resposta econômica, por estar distribuindo renda, por ter preservado a estabilidade, o país deixou de ser um problema internacional, e passou a ser parte das soluções dos grandes problemas internacionais... Talvez a coisa que nos diferencie entre os BRICs é exatamente a democracia, o Estado de Direito Democrático, a separação de poderes, a alternância de poder. E esses valores precisam ser assegurados.

Quero dizer também que fiquei muito feliz de ver a intervenção sincera, profunda, do meu companheiro Arthur Virgílio, com quem tenho tantos embates e muitas afinidades. Eu acho que foi muito importante a intervenção dele, que pauta a qualidade ao debate, que eu acho que o Brasil deveria fazer.

Eu queria reconhecer, são mais de 500 proposições, e a ampla maioria absolutamente necessária, relevantes, contribuições que eu espero, porque nada disso terá vigência nesse país se o Congresso Nacional não abraçar algumas Agendas, e não impulsionar na forma de políticas públicas de avanço nas leis, então, a Conferência é uma provocação ao debate. Não é necessário concordar com o que está sendo proposto, mas é importante que seja discutido, e aquilo que seja relevante, seja incorporado.

O que eu queria dar destaque? Primeiro sobre o problema do controle dos meios de comunicação, uma pauta recorrente na democracia brasileira. Eu quero dizer qual é a minha posição, só há um caminho para o controle democrático e social dos meios de comunicação; é o leitor controlar o jornal; o ouvinte controlar o rádio, e o telespectador controlar a televisão. Não há outro caminho.

A liberdade de expressão é um valor, é um princípio essencial à democracia, e eu vi o Presidente Lula dizer exatamente o que eu acabei de dizer. E eu acho que essa tem que ser a política do Estado brasileiro, e tenho certeza que qualquer um que tentar violar esse princípio terá resposta exatamente daqueles que lutaram tanto para assegurar a liberdade de expressão num tempo de receita de bolo e do silêncio das rotativas.

Então, não importa se tem um jornalista que não reconhece nada do que o governo fez, ou se tem um veículo que se assume como oposição sistemática ao governo; é melhor que eles existam do que o silêncio do debate. Então, eu fico feliz que não haja a expressão "controle democrático social", e o debate democrático acho que vai fazer com que o Brasil aprenda. Ainda mais com a Internet hoje, com as oportunidades de acesso à comunicação, de expressão; a interatividade, quer dizer, o cidadão não tem mais aquela relação passiva diante dos veículos, ele pode interagir, ele pode se manifestar, ele pode, cada vez de forma mais ativa.

Segunda questão relevante: Imposto sobre grandes fortunas. Eu sinceramente acho que esse é um debate de política econômica e fiscal, por sinal, o que nós fizemos aqui. Já fizemos esse debate duas vezes. Não acho que é uma questão que devia estar no programa, isso é um debate de política econômica e fiscal. Há toda uma discussão se o imposto sobre grandes fortunas tem alguma eficácia do ponto de vista fiscal. A avaliação é que tem pouca. O que é que a experiência nesse tema, que merecia ser discutida, como política econômica e fiscal? A experiência, talvez, americana, de estímulo às fundações. Os grandes milionários americanos, Fundação Bill Gates, Guggenheim, Ford. Por que eles criam fundações? Porque a política fiscal estimula que se criem fundações; é uma política pública, não é de Estado os recursos; a família participa e controla, e você transforma em apoio ao meio ambiente, ciência e tecnologia, educação. Eu acho que esse é um debate que nós podemos fazer, mas não vejo por que isso está num plano de direitos humanos.

Da mesma forma que a questão de política agrária... O problema da violência no campo é um problema dos direitos humanos; o problema que o Ministro colocou, dos assassinatos, da violência, da tortura, venha de onde vier, em geral, contra os trabalhadores, mas não só contra os trabalhadores, nós temos outros casos de violência, inclusive por parte dos movimentos sociais, que eu acho que não podem prosperar no país, nós precisamos tratar a política agrária e agrícola como política agrária e agrícola; o país que é o segundo maior produtor e exportador de alimentos, precisa avançar a reforma agrária, precisa avançar os assentamentos, nós duplicamos recursos do PRONAFE, da agricultura familiar, fortalecer as cooperativas, mas precisa esclarecer o debate, que precisa ser feito com mais profundidade, aonde é a competência específica.

Não vejo... Eu acho que a justiça tem razão no sentido de respeitar o Estado Democrático de Direito, as leis, o papel do judiciário nos conflitos agrários; o que nós podemos fazer é debater leis, aprimorar leis no sentido de melhorar, agilizar processos decisórios na questão do conflito agrário.

Em relação a símbolos religiosos, eu, quando li as notícias, que se pretendia retirar os símbolos religiosos, eu quase pensei que estava se propondo retirar o Cristo Redentor do Rio de Janeiro, e São Paulo do nome do meu Estado, porque era uma agressão à consciência cidadã. Fiquei feliz que não é exatamente isso. O que se propõe são os símbolos ostensivos nos logradouros públicos, nos prédios públicos, da União--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E o meu Padim(F) Ciço(F).

[risos]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E retirar o Padim(F) Cícero do Ceará, já está sendo resgatado... Então, eu acho que isso, evidente que a cultura brasileira, mais de 90% da nossa população é cristã, evangélica ou católica, somos um país ecumênico, respeito a diversidade religiosa. Então, eu acho que isso não é uma questão... O Estado é laico, deve se preservar como laico, mas o respeito a esse amplo

sentimento popular, que nos faz uma sociedade mais tolerante, mais pacífica, mais generosa, mais solidária, é uma coisa que nós devemos valorizar, e reconhecer que é o sentimento do povo, nossa história, nossa tradição, nossa cultura. E hoje o debate religioso no país é absolutamente democrático, a convivência com todos os credos, as tradições afro, e todas as outras tradições religiosas são respeitadas e estão muito presentes no país. Então, eu acho também um tema bastante sensível.

Em relação à questão do aborto, eu acho que é um tema de saúde pública extremamente importante; não é possível que 250 mil mulheres continuem expostas, nas condições que estão, à prática de aborto sem a menor segurança, do ponto de vista de saúde pública... Respeitando a convicção religiosa e de fé dos que são contra e professam uma posição contrária e absolutamente legítima que assim seja e que tenham essa coerência nas suas vidas. Mas a questão do acesso à saúde pública, nessas situações-limite, eu acho que é uma coisa muito importante.

Para concluir, em relação à questão das Forças Armadas, eu acho que o Brasil fez uma opção histórica muito importante para a construção da democracia, que foi a anistia ampla, geral e irrestrita. Assim como hoje eu vi o Senador Arthur Virgílio confessar a sua juventude comunista, eu quero também dizer que, em 1977, eu fui pra coordenação da campanha do então candidato a Senador na sub-legenda do MDB, Fernando Henrique Cardoso, por sinal, fui com Dom Paulo Evaristo Arns, e com o Presidente Lula, para aquela plataforma democrática, sabendo que nós perderíamos as eleições; eu era da boca de urna do comitê do então candidato ao Senado, Fernando Henrique Cardoso, junto com Plínio de Arruda Sampaio e Almir Afonso, porque considerava que a plataforma democrática, inclusive nessa questão da anistia, era mais corajosa, mais ousada, e não aceitava a ideia de uma anistia restrita, que era o debate que se fazia naquele final dos anos 70. E aquele movimento por uma anistia ampla, geral e irrestrita foi fundamental para nós avançarmos na construção democrática do país.

No entanto, eu acho, a sensibilidade do Senador Arthur Virgílio, vivendo os momentos do autoritarismo, da repressão na sua família, nós temos aí, eu acho que são 153 famílias que não sabem o que aconteceu com os seus entes queridos. Eu li o artigo do Marcelo Rubens Paiva... Eu sou amigo da família há uns 37 anos. Eu, então, vi a D. Eunice, a Veroca, durante anos, sem ter... Vai fazer uma matrícula na escola, "qual é o nome do pai?" "Cadê o documento do pai?" Não tem assinatura, não tem atestado de óbito, não tem a presença do pai. Em toda vida, jurídica, pessoal, familiar, para não dizer as versões e versões a que a família já foi exposta sobre o que aconteceu com um homem público exemplar, que era Rubens Paiva. A família não sabe o que aconteceu, e mais, a Comissão de Anistia ainda não resolveu o problema da família; nós estamos falando de 37 anos que eu acompanho essa família, como muitas outras.

Então, o direito a saber o que aconteceu é um direito fundamental, essas famílias... Nós não vamos consolidar a democracia no Brasil, sem saber o que aconteceu com esses familiares, isso é uma coisa... O governo anterior começou, esse governo tem feito esforço... Nós estamos agora discutindo uma lei de acesso às informações. Eu, particularmente, acho que nenhum documento com mais de 25 anos deve ter segredo de Estado; nós devemos avançar na questão da transparência na sociedade moderna. Estamos discutindo para aprovar uma lei de acesso às informações. Então, as informações têm que ser públicas, os agentes públicos têm que saber que as decisões que ele tomar, no futuro, serão de conhecimento da sociedade. E a transparência é o melhor desinfetante na administração pública, é o sol. É isso que desinfeta a administração pública, seja do ponto de vista da corrupção, dos desmandos, dos desvios de conduta; isso é uma grande virtude da sociedade democrática, a transparência.

Então, eu acho que sou favorável, sem revanchismo, não é isso que se trata, mesmo porque a lei de anistia prevalece sobre qualquer outra ação que pode se fazer, mas essas famílias têm o direito a saber o que aconteceu, para que elas possam viver em paz, porque não enterrar um filho, não enterrar um marido, não enterrar uma mulher, e não saber simplesmente o que se passou, isso é uma pauta dos direitos humanos desse país, e é uma pauta relevante na construção da cidadania e da democracia.

Por isso eu acho que nós estamos avançando no sentido de maturidade desse debate; quero parabenizar o Ministro pelas inflexões, pela reflexão e pela disposição de rever aquilo que agride, que não constrói, que não avança, e centrar naquilo que é absolutamente indispensável e fundamental para que a gente possa progressivamente construir um Brasil mais solidário e mais generoso; nós estamos muito longe de resolver a agenda dos direitos humanos no país, apesar de tantos avanços, tivemos no governo anterior, e estamos tendo nesse governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou seguir o ritmo de passar a palavra ao Ministro, e, depois, a gente retoma com o Senador Suplicy. Ministro Vannuchi com a palavra.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Eu agradeço muitíssimo as duas intervenções, a do Senador Arthur Virgílio, com esse componente, que é sempre muito pungente, de emoção, que teve, que o levou às lágrimas, e também eu senti o mesmo impacto nesse momento, me lembrando, inclusive, senador, de uma audiência aqui no Senado, em que eu não lembro se o tema era criança e adolescente, ou se era uma homenagem a Chico Mendes, em que V. Exa. fez uma comunicação sobre o naufrágio no Amazonas, e a morte de um prefeito, seu amigo, não é? E, em seguida, eu, na minha fala, relacionei com o tema da busca dos corpos dos desaparecidos políticos que o Senador Mercadante também acaba de abordar.

Quero expressar aqui algumas opiniões, e dialogar um pouco em torno das principais questões--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ministro, busca, que eu endosso; sou contra a reabertura da questão, mas endosso, eu tentei ser claro--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Estamos juntos nisso. Senador, sobre a rápida referência também, sempre respeitosa e elogiosa à minha história, da minha juventude, quando, com 20 anos, eu fui para o DOI-CODI, e passei por aquilo que todos passaram e fiquei cinco anos preso; eu era um militante da LN... Uma cisão do PCB em torno exatamente da questão da resistência armada.

Sobre a resistência armada, eu só quero expor um pouco, para a compreensão de quem é o titular do cargo hoje de direitos humanos, que eu estou muito aberto, ainda, como militante, como cientista político, para toda a discussão de se aquela luta armada foi um erro ou não foi. Eu conheço os argumentos de que "olha, esse caminho não ajudou"; eu também gosto de argumentar que, talvez, a derrota da ditadura tenha sido resultado de uma convergência de múltiplas ações, inclusive, em que David Capistrano Filho, que era meu companheiro, no PT, filho de um desaparecido político que homenageamos em Pernambuco, no ano passado, na Assembléia Legislativa; David Capistrano Pai foi um herói da resistência francesa, um herói da Guerra Civil Espanhola; voltou ao Brasil no dia da posse do Presidente Geisel, desaparecido; há relatos de um agente do DOI-CODI de que ele teria sido esquartejado na casa da morte, em Petrópolis.

O David Capistrano eu conheci em 70, na Faculdade de Medicina da USP, aonde eu estudava, e ele... Eu não terminei Medicina, ele era do Rio, e ele era um militante do Partido Comunista, e nós ali tivemos embates de duas concepções distintas, para depois estarmos juntos nessas reciclagens que a vida política produz. Tivemos militâncias próximas. Eu tenho a impressão de que a luta armada, de qualquer modo, ela, do ponto de vista dos direitos humanos, ela, provavelmente, ela tem apoio num argumento que não é o argumento de se foi correto ou não, mas o tema da legitimidade, porque a Declaração Universal, no seu preâmbulo, começa dizendo que aqueles 30 artigos servirão para que os povos não sejam mais impelidos a exercer um direito de rebelião contra a tirania e a opressão.

E o direito de rebelião contra a tirania e a opressão, ele é um tema milenar do Direito, um tema bíblico, ele é tomista, ele é lockeano, e ele estava lembrado na Declaração, no seu preâmbulo. Então, a discussão sobre se foi correta, se não foi, eu, pessoalmente, agora, como titular dos direitos humanos, evidentemente, os direitos humanos se orientam para a paz, para a não violência.

Agora, pairarão sempre dúvidas se contra o ocupante nazista estava configurado ou não o direito de rebelião, e haverá um amplo acordo entre nós de que sim, a resistência tinha o direito de se organizar e atacar o ocupante nazista.

E, no caso brasileiro, haverá divergências muito profundas sobre isso. eu não sou uma pessoa que quando fala daquele período fala que acertamos em tudo. Eu tenho orgulho de ter participado de uma juventude que ajuda a construir o Brasil que temos hoje, mostrando que, "olha, as tiranias não podem se implantar e achar que elas existirão sem reação. Haverá reação, é fundamental que haja reação". Se foi correto ou não, é um tema que eu não tenho hoje em aberto, e certamente entendo que a resistência cometeu muitos erros.

O mix de muitos temas, que, certamente, é um problema importante, ele é um problema importante, ele é um problema, eu diria, um problema tema, não seria rigorosamente um problema erro, na medida em que pode haver um ou outro tema que não devia entrar, como alguns não entraram e tinham sido aprovados na Conferência. E foram os temas em que eu tive a capacidade de perceber que: "Olha, isso aqui tem alto risco de gerar um ruído, uma controvérsia, em que as pessoas vão desaparecer". Havia proposta sobre a questão dos juros.

Sobre as grandes fortunas, acolhendo a recomendação do Senador Mercadante, eu só quero ponderar que ela é um preceito constitucional, então, enquanto estiver na Constituição, a democracia, como manifestação de múltiplas vozes, ela deixa o caminho aberto para, em cada conferência, cada mobilização, apresentar de novo, ao poder constituinte soberano para decidir o que é lei e o que não é, e agora V. Exa. me informou, inclusive, que acaba de ser recusado, ou por votação aqui na--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Na discussão da reforma tributária.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Tributária. Bom, então, a questão dos direitos humanos é um problema sim, é um problema-tema porque os direitos humanos não nascem de uma vez só, nem de uma vez por todas, há um processo em que os ambientais não estão referidos na Declaração de 48, nenhuma referência a meio ambiente. E, hoje, a plataforma DHESC, já é plataforma DHESCA, direitos econômicos, sociais e culturais, e agregaram um A... O comitê da ONU, que nos sabatinou duramente, em 2009, lá em Genebra, dois dias respondendo dos direitos econômicos e sociais, incorporou os temas ambientais amplamente, sem que, no Tratado de 66, haja a incorporação do tema ambiental.

Então, nesse sentido, a incorporação desses temas envolve, em qualquer conferência de militantes dos direitos humanos, há sempre a tendência de falar: "Olha, a política monetária, a taxa de juros teria algo a ver com direitos humanos porque, dependendo--

[risos]

Meu presidente aqui está dizendo tudo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

[risos]

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: É claro que nós vamos tentar exercer esse papel que foi uma tentativa muito elevada, eu repito, que a conferência não é uma conferência chapa branca, o governo ali leva chumbo, e leva chumbo grosso, falando de uma amiga comum nossa, Marijane, companheira de Luiz Travassos, nosso Presidente da UNI, a quem lembro e homenageio aqui. Havia uma Mesa sobre o tema do desenvolvimento, um dos eixos; eu fui presidir para ser poder moderador, e estava convidada a Ministra Dilma que não pôde ir, enviou uma assessora, e pela sociedade civil, foi indicada a professora Marijane Lisboa. E eu, no momento em que eu tentei fazer uma intervenção apaziguadora, demonstrando: "Olha, o governo não é como sociedade civil, aqui tem limitações constitucionais, legais, orçamentárias, vamos ver o que dá para compor, tal". Eu tentei uma figura de retórica, que me deu muito errado, eu fui e falei assim: "Por exemplo, se a conferência aprovar aqui suspensão imediata de todas as obras do PAC, e ia continuar..." Ela puxou palma, e todo mundo bateu palma, expressando naquele grupo, que tinha 300 pessoas, apoio a uma ideia que eu ia construir como insensata.

Mas, assim, a assembléia é um momento em que o governo faz um crivo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Como é que é?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Estava toda militância do PSDB na conferência; tudo que eles querem é que pare para fazer discurso.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Não é o caso dela, não é?

[risos]

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: **--**Ela tinha sido uma alta assessora.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, a gente não pode parar o que não existe.

[risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Na realidade, Ministro, eram os prefeitos que esperavam as obras do PAC, e elas não chegavam, era frustração dos prefeitos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O povo já sente as obras do PAC, mas vai a partir de agora, deste mês, que vai aparecer em todo estado o que está sendo feito, aí a gente volta a esse debate.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Tasso violou os direitos humanos aqui.

[risos]

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Muito obrigado, então, o mix de muitos temas é um problema, agora, o artigo do Paulo Sérgio Pinheiro, da revista, eu peço gentileza de lerem, muitos serão amigos pessoais dele, ele tenta construir a explicação dessa amplitude, que é um problema tema, e que nós temos que voltar às entidades da sociedade civil para dizer: "Olha, veja que a reação ao PNDH-3 foi assim, assim, e assado, e é preciso fazer uma espécie de cheque balance, ponderações recíprocas, buscando composições para consensos mais amplos em torno de direitos humanos. Pode haver alta polarização em todos os demais temas, mas, nos direitos humanos, é fundamental construir consensos amplos".

Sobre a questão, Senador Arthur Virgílio, das opiniões formuladas sobre a questão da união civil estável, a questão do aborto, eu quero dizer que o aborto foi o tema que imediatamente me dei conta de que tinha um problema, e anunciei, e vamos alterar, mas eu quero lembrar também, e tenho aqui nas mãos, se interessar, eu posso ler, manifestações duras, posteriores, por exemplo, das católicas pelo direito de decidir, que já realizaram audiência... Senador, como vai? ...Dizendo para o governo não recuar disso porque o tema é um tema de saúde pública etc. e tal.

Há formulações que eu tenho aqui, das duas grandes conferências mundiais da ONU sobre a questão da mulher, que foram sucessivamente a Viena, Viena 93, o Cairo, em 94, e Beijing, em 95. E nessas duas,

as formulações, elas evitam a palavra aborto, mas, a formulação é assegurar à mulher o direito de controlar todos os aspectos relacionados à sua fertilidade, à sua saúde sexual e reprodutiva.

Eu acabo de receber na PUC de São Paulo, das mãos da Silvia Pimentel, que é a vice-presidente do Comitê da Mulher na ONU, uma conhecida jurista brasileira, de São Paulo, uma recomendação no sentido de que, se nós vamos alterar, que essa alteração, ela busque um consenso maior, mas que não ignore as demandas democráticas sobre o tema saúde pública 250 mil. Durante a 11ª Conferência Nacional houve, na hora do almoço, uma manifestação, aquelas coisas de fazer uma manifestação dentro da conferência, em que as mulheres, de lilás, entraram, a Ministra Nilcéia junto, sobre denúncias sobre situações, envolvia uma delas Mato Grosso do Sul, episódio em que mulheres que tinham realizado abortos ilegais... Elas, na unidade de saúde onde eram internadas para combater a infecção, o risco de morte iminente, havia a recomendação oficial, então, ela era imediatamente amarrada na cama, enquanto a autoridade policial vinha para começar... Que Luiz Alberto, nesse artigo da revista, Luiz Alberto Gómes de Sousa, ele argumenta, aí como teólogo, no sentido inclusive de se também não cabe ver a questão dessa mulher que realiza um aborto, que a Igreja Católica, outras religiões condenam, também com o enfoque da chamada compaixão, e a ONU é muito expressa, no seu comitê, no sentido de rever legislações punitivas.

E, no Brasil, já há um dissenso, a igreja... Não sei as demais, a Católica não aceita abortos que a lei brasileira permite. A lei brasileira permite aborto no caso de estupro, no caso de risco de vida à mãe, e está em debate no Supremo, anencefalia. E aí também não é o mesmo tema, porque envolve questões muito profundas sobre a vida, sobre a religiosidade, e tem que ser tratado com enorme respeito, cautela, mas as católicas, pelo direito de decidir, apresentam algumas formulações teológicas como Agostinho, Século 3º, dizendo que a vida, a alma, só se constituem no quadragésimo dia, de que não há alma no ovo recém-fecundado... Um debate teológico, que não está encerrado, e na laicidade do Estado, vai ser lei, não vai ser lei aquilo que não seja definido pelas razões religiosas.

Eu lembro também o tema do divórcio, que tem mais de 30 anos, e todos aqui se lembrarão do saudoso Nelson Carneiro, e aí me permitam o clima de descontração, com a pequena lembrança que envolve também símbolos religiosos, daqui a pouco... Deputado Genuíno, na correria final da constituinte, estava recolhendo assinaturas para tirar do preâmbulo da Constituição o "sob a proteção de Deus", que está lá. E eu entendo que aquele Deus é também Alá, ele é Jeová, ele é eventualmente Xangô, não há um Deus único ali; é uma ideia de religiosidade que está presente. E o Genuíno foi recolher assinaturas para retirar porque o Estado era laico. E Nelson Carneiro respondeu: "Meu filho, eu gosto muito do projeto, continue colhendo, mas eu não vou assinar porque, na idade que eu estou, não convém criar problema com Deus nessa hora".

[risos]

Então, nesse sentido, a questão dos nomes, nos estabelecimentos da União, ninguém estava invadindo competências do Legislativo, nem do Judiciário, evidentemente, nós vamos alterar também porque é preciso deixar claro que não é para tirar o Cristo Redentor de cima do Corcovado, não é para mudar o nome da cidade de São Paulo, nem do meu time, que, aliás, ontem foi classificado para as finais do Paulista... A ideia que estava presente ali, que foi aprovada, e que--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Você esqueceu de dizer que, em primeiro lugar, foi o Santos; por sinal, devemos fazer um projeto de Lei Rouanet, porque é só arte aquele time.

[risos]

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Quem sabe o São Paulo não consiga parar aquela máquina de fazer gol do Santos. E a questão dos símbolos religiosos foi votada e aprovada, certamente, com a preocupação de casos concretos... Eu vou citar um deles... Eu vou citar um deles: Em Florianópolis, no ano passado, houve quatro sucessivas depredações de terreiros de umbanda. Indicam as vítimas que teriam relação com uma determinada igreja, que é aquela daquele local, que é aquela igreja nacional, que um pastor faria pregações, relacionando com questão do demônio, e que pode ser que os seus fiéis tenham, motivados por essa pregação, feito a depredação. E os terreiros recorrem ao Judiciário, e o Judiciário terá um crucifixo como símbolo de uma pendência que levou a ONU a criar o Crescente Vermelho, para não operar a Cruz Vermelha nos países islâmicos.

Evidentemente, a redação não está boa "para impedir", não é impedir, então, tem de ser corrigida para uma formulação que, "tendo em vista o caráter laico do Estado, firmado no artigo tal da Constituição, promover a discussão ou o debate nas autoridades competentes, sobre a conveniência ou não", há teólogos que defendem que não haja, até com o argumento de que Jesus não deve ficar coonestando determinados procedimentos que, às vezes, são celebrados em determinadas periferias das instituições públicas etc. e tal.

A questão da imprensa, eu reafirmo as formulações, e faço minha a do Senador Mercadante, lembro mais uma frase do Presidente Lula, dizendo: "Eu sou

fruto da liberdade de imprensa". E, dialogando com o Senador Arthur Virgílio, pelo nosso passado de militantes, lá pelos idos de 68, da esquerda, e nos consideramos pessoas de esquerda ainda hoje, por diferentes conotações, provavelmente a de Norberto Bobbio, "será de esquerda quem luta pela igualdade". E eu digo que troquemos a imprensa que nós temos no Brasil, hoje, por uma que tenha um jornal só, uma televisão só, uma rádio só, ou vários, estatais, e os problemas que nós temos aqui estarão multiplicados por 10.

Agora, a militância em direitos humanos insiste e continuará insistindo na necessidade de um diálogo com o Poder Legislativo, com o Judiciário, e principalmente, diretamente o diálogo com os organismos da mídia, qualificados pelas suas entidades empresariais e sindicais de trabalhadores. O artigo do professor Benício Lima, da UnB, que está na revista, ele resume essa discussão como na participação no programa Observatório da Imprensa, do Alberto Dines. Tive a oportunidade de dialogar com Aloizio Maranhão, importante jornalista do Globo, e nós terminamos o programa comemorando uma discussão de acordo, e ele próprio dizia, como aqui foi lembrado, que a reação ao PNDH-3, na questão de censura à imprensa, ela não se explica com uma leitura estrita do que o programa propõe; ela ecoa o que teria sido... O Governo do Presidente Lula recusa essa visão, mas entende que houve uma grande reação da primeira proposta do Conselho Federal de Jornalismo, da ANSINAVE, os procedimentos preparatórios da primeira Conferência Nacional de Comunicação, que começou com a participação das empresas todas, e terminou com a participação de algumas, como a Bandeirantes, e que o presidente saúda no sentido de que ali ninguém arrancou pedaço de ninguém, um passou a conhecer melhor o ponto de vista do outro, e fortaleceu-se o entendimento de não introduzir qualquer ideia de controle social. Palavra controle social não está presente e as alterações que podem ser introduzidas são no sentido de "reafirmando a importância, a indispensabilidade da mais ampla, total e completa liberdade de imprensa, construir mecanismos de acompanhamento", algo a ver com a classificação indicativa, com o CONAR, com analogias.

Há programas homofóbicos, há programas racistas. Um programa homofóbico de São Paulo, na televisão, foi interrompido no ar, por ação do Ministério Público. Então, não é preciso criar nenhuma comissão do governo, não se propõe, o Ministério Público já existe para isso, e podemos propor, se conseguirmos superar as controvérsias, que a ABERT, a Confederação Nacional dos Jornais, e a Confederação Nacional das Revistas, com o Ministério das Comunicações, com os Direitos Humanos, organizem um observatório, que acompanhe, sem nenhum ranço de censura à imprensa.

Sobre o direito de propriedade, eu já antecipei que nós vamos alterar essa redação, tive uma primeira conversa com o Ministro Cassel, e o Desembargador Gercino, que é o ouvidor agrário nacional, ele é a pessoa-chave na elucidação do caso Hildebrando Pascoal, ele anda até hoje com forte proteção policial. Ele esteve junto com o Presidente Gilmar Mendes em Marabá, em iniciativas para ampliar os mecanismos da solução pacífica de conflitos agrários e urbanos.

O Ministro Jobim, ontem, na Câmara, fez longa exposição, pedindo que a Câmara, e aqui o Senado, trabalhem esse tema porque é um direito em mudança; a base normativa existente está assentada numa ideia da ocupação individual e se trata agora de um cenário de movimentos sociais que direitos humanos insistem e insistirão sempre, e atendem a recomendações de organismos da ONU e da OEA, que é o tema da não criminalização. Poderá haver crimes e, havendo crimes, todos somos subordinados à lei; o Poder Judiciário, as autoridades públicas cuidarão disso. Não pode haver interpretação, no enfoque dos direitos humanos, de que toda ocupação de terra é ato de criminosos. Haverá ocupações de terra que demandam situações de fome, de pobreza, de miséria, e nenhum questionamento ao tema direito de propriedade, que está lá na Constituição claramente e colado solidamente pelo constituinte, inciso seguinte, que é o tema da função social.

O que nós queremos é que não haja mais Eldorado de Carajás, Corumbiara, Felisburgo... Não haja São Gabriel, que teve agora, seis meses atrás, um sem-terra, Elton Brum, que não haja, 31 de março, oito dias atrás, Pedro Alcântara, um dos principais dirigentes dos trabalhadores rurais do Pará, da Federação. Então, nisso nós temos que nos unir, Poder Judiciário, Executivo, e Legislativo, e a formulação, ela vai retirar história de ouvir os participantes, o que é importante, e está no programa anterior, é ouvir o Ministério Público, que já é um mecanismo para isso, eventualmente, ouvir os institutos de terras estaduais, que estão diretamente relacionados, o próprio INCRA, sempre no sentido de defender a vida. Não é defender esbulho possessório, não é defender a violação do direito de propriedade. É, caracterizado o conflito, que em direitos humanos não pode ser visto como ação de criminosos, podem ocorrer crimes, mas, muitas vezes, a ocupação... E o Brasil tem uma longa história, a Pastoral da Terra produz, anualmente, um relatório sobre mortes de trabalhadores rurais, e eles são dezenas; felizmente, no Governo Lula, se reduziram em até 80%. É possível,

pelo menos vale a pena tentar, a redução disso ao mais próximo de zero, que seja possível.

Sobre a questão militar, que nos trouxe esse momento forte de emoção, senador, eu quero dizer, e agora pela primeira vez numa audiência pública, eu fui entrevistado pelo jornal de mais alta circulação no Brasil, que é a Folha Universal, dois milhões quinhentos e setenta e um mil exemplares... "Perdão aos militares". Eu estou dizendo aqui, com todas as letras, que a ideia do perdão é uma ideia positiva. Na nossa formação cristã, dar a face para o inimigo... "Dê a outra face". "Amai vossos inimigos". O filme *Invictus,* que está passando agora com a história do Mandela, o Senador Jobim lembrou ontem no seu depoimento, ela é positiva, e a ideia de reconciliação é indispensável num titular de direitos humanos, e eu às vezes divirjo, e divergi lá, ao lado do Paulo Sérgio Pinheiro, na USP, num recente seminário, em que pessoas vítimas de tortura e de desaparecimento dos seus queridos, não aceitam a ideia de reconciliação... Reconciliação não.

E eu dizia, como é possível nos opormos à ideia de reconciliação? O mundo é um mundo de guerras e o mundo de Direitos Humanos é o mundo da paz. E a transição da guerra para a paz só pode ser feita pela reconciliação. O Oriente Médio vai continuar, judeus e palestinos, árabes a se matar por mais décadas e séculos? Não, é preciso haver uma consertação mundial, para, juntos, buscarmos a paz.

O que nós entendemos, senador, é que, em primeiríssimo lugar, respeitada a lei de anistia, eu só friso aqui na observação do Ministro do... Talvez, Ministro, do Senador Mercadante, a ideia de que a anistia de 79 não foi ampla, geral e irrestrita; V. Exa. se lembram de que houve dois projetos, por uma pequena margem de voto, a anistia ampla, geral e irrestrita, defendida pelo MDB, pela OAB, pela CNBB, pelos movimentos de anistia, foi derrotada, e foi aprovada uma restrita, o Perly Cipriano, que está aqui, demorou meses para sair da cadeia, ficou dez anos preso, Perly e o último preso político foi solto 14 meses depois. O Superior Tribunal Militar interpretou que havia um problema de isonomia, chamou os advogados e pediu para que todos entrassem com um recurso para não manter mais ninguém preso, e a anistia só é ampla, geral e irrestrita no ato convocatório da constituinte do Presidente Sarney, e, claro, em 88, lá no ato das disposições constitucionais transitórias.

Há uma controvérsia jurídica que esse programa cuidou de manter ao largo, e o próprio programa, e o decreto presidencial, que criou o grupo de trabalho, que na semana que vem pode concluir a elaboração de um anteprojeto que será apresentado aqui para livre e constitucional decisão do poder republicano, que tem competência para decidir se será ou se não será, e como será.

Nós deixamos ao largo, inclusive, enfrentando críticas das representações da sociedade civil, que naquele momento, me tratavam como pelego, traidor etc. e tal. Então, ela vai se chamar Comissão da Verdade; queriam que chamasse Comissão da Verdade e da Justiça; eu dizia: "Justiça é Poder Judiciário". E imediatamente no primeiro exame que a Casa Civil faz da constitucionalidade, ela diz: "Isso aqui não é tema de decreto presidencial, isso tem que ser projeto de lei". O exame que a Casa Civil faz é estritamente esse. E o planejamento, dos impactos orçamentários. Tem dinheiro, tem, tem ação programática, não têm. Legalidade, constitucionalidade e viabilidade orçamentária.

Os programas, classicamente, eles não têm nenhuma força cogente; analisando os dois de Fernando Henrique, chegamos a uma avaliação de que eles foram concretizados aproximadamente, chutado, em 50%. E este aqui, provavelmente terá a conscientização num certo percentual, o empenho dos direitos humanos para ser o mais possível. Há uma enorme parcela que depende de leis, e as propostas de lei não devem ser interpretadas como invasão, desrespeito à soberania constitucional do Legislativo, pelo contrário, há um elemento muito positivo nisso, porque há movimentos sociais, em muitos países, que não gostam do desaguadouro constitucional. Não acreditam nele, que acham que o Legislativo... A história do Brasil mesmo, mesmo uma figura querida de pessoas queridas como eu, do Presidente Cristovam Buarque, como Leonel Brizola, ele tem uma estréia na vida política com o lema "Reforma agrária, na lei ou na marra", que hoje ninguém repete, porque há uma compreensão democrática da necessidade do caminho institucional.

Então, é muito bom que os movimentos populares e sociais, setores vulneráveis como quilombolas, ribeirinhos, ciganos, LGBT, os temas da igualdade racial, numa conferência, formem projetos de lei para que senadores, deputados, decidam se vão transformar em lei ou não. Isso é bom para a democracia, não é ruim, não ameaça, completa, qualifica mais.

A questão de como lidar com esse passado, senador, estamos todos de acordo em "para frente é que se anda". Não retrovisor. Agora, nós sustentamos que nós estamos discutindo o presente e o futuro. Há discussões, há enfoques, há recomendações da ONU... Terminar o processo de reconhecimento de Estado e da OEA também, não apenas como o reconhecimento que o Presidente Fernando Henrique já promoveu, com as indenizações que as leis de Fernando Henrique já introduziram, o governo Lula continuou e complementou, mas também com políticas públicas que evitem

a repetição. É do futuro, é a construção do Brasil dos nossos filhos e netos.

E nisso, a Presidente Michelle Bachelet, com sua autoridade também de médica, tem uma metáfora muito grande: "Só as feridas lavadas cicatrizam. Nós queremos virar a página, mas é como se virássemos e ela volta. Enquanto o Estado brasileiro não conseguir, ou os corpos, se não houver mais corpos, a narrativa. Como terminou Rubens Paiva, que provavelmente V. Exas. conheceram pessoalmente, ou Honestino Guimarães, ou Rui Frazão, ou Paulo Wright, Stuart Angel Jones, tantos, ou a narrativa, "não há mais corpos porque o corpo foi lançado de helicóptero sobre a Baía de Guanabara", é uma das versões.

A narrativa, em certa medida, é uma recomendação, que é o reconhecimento de que aconteceu, queremos nos orgulhar plenamente das Forças Armadas Brasileiras que temos hoje, e já disse no título, não se trata de pensar em enfiar o velhinho, o Ibiapina, que o Antônio Calado lembra como forma de Itirapina. Ele está presente com o nome trocado, o torturador, aquele que arrastou Gregório Bezerra pelas ruas de Casa Forte, não é isso? Atrás de um jipe... Ele... A ideia não é necessariamente da punição, primeiro porque o tema é do Judiciário; o Ministro Eros Grau, eu vi hoje, o meu assessor me comunicou que o consultor jurídico informa que o Ministro Eros Grau finalmente pediu pauta para o seu voto naquela ADPF, arguição de descumprimento de preceito fundamental da OAB.

Então, está há dois anos tramitando, então, haverá uma decisão do Supremo, e o que o Supremo decidir, todos acataremos. A conexão ali é questionada porque se fala... O entendimento técnico de que o torturador está envolvido, na anistia, está ligado à palavra conexão, que, evidentemente, foi um dispositivo organizado no debate parlamentar, de um momento que não é democrático; 79 não é o debate democrático. Eu lembro que Alencar Furtado tinha sido cassado dois anos antes. O líder do... O Covas tinha sido cassado em início de 69, por ter liderado a resistência do parlamento à tentativa de processar Márcio Moreira Alves; Alencar Furtado é cassado por decisão pessoal de Geisel, na manhã seguinte ao programa radiofônico do horário eleitoral em que ele repete--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pior, foi televisivo... Sobretudo porque foi um programa televisivo. Falaram o Ulysses, Alencar, Alceu Collares e Franco Montoro.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Excelente memória. Ele cita um artigo brilhante de Alceu Amoroso Lima, Tristão Ataíde, naqueles dias: "Até quando o Brasil terá viúvas que não sabem se são viúvas, órfãos que não sabem se são órfãos, viúvas do talvez e do quem sabe, órfão do quem sabe e do talvez", foi cassado por isso. Então, não havia democracia, havia um MDB heróico, importantíssimo nesse processo todo, que, no contexto que foi feito, a conexão, na jurisprudência brasileira e mundial, e na doutrina brasileira e mundial, a conexão nunca é interação entre partes opostas do conflito. Alguém furta um automóvel para promover um assalto, isso é conexão. Alguém falsifica um documento para promover um desfalque, agora, é conexão. Agora, a conexão entre o torturador e o torturado? Então, a ONU e a OEA, e principalmente a OEA vai fazer uma sentença condenando o Brasil, isso, no governo, todos sabemos. Ela vai fazer porque já fez no caso do Chile, já fez no caso do Peri... E claro que a sentença contra o Brasil, ela não tem também força cogente, o Brasil não vai ser preso.

Agora, é um desgaste brutal, é uma consolidação histórica, em que se pudermos evitar isso... Com o livro "Direito à memória e à verdade", em 2007, "Com os seus demais", que é esse livro que todos conhecem, "Com os seus três filhos", um primeiro sobre o afrodescendente, que morreu na luta contra a ditadura, são 40, entre Marighella e Osvaldão e vários outros. Em dezembro passado, a criança, a criança torturada... Bebês. E agora, em março, em março, a mulher. As 45 mulheres que morreram... V. Exas. podem ter conhecido algumas, e 26 sobreviventes que estão aqui com o nome, que estará assinado Maria Luíza Bierrenbach, irmã do Ministro que agora se aposenta, filha de um almirante, torturada por ser advogada de preso político... Diléia Frate, que durante 20 anos, dirigiu o programa Jô Soares, era companheira do Marcun, no momento da prisão, do ciclo Vladimir Herzog. Não são essas, mas algumas vão falar nesse momento: "Eu fui estuprada". Não é fácil para uma mulher, que tem filhos, que tem marido, netos, dizer: "Eu fui estuprada". Leiam. Eu penso que cada alto oficial brasileiro que ler esse livro se convencerá de que não tem sentido as Forças Armadas seguirem carregando nas costas o peso de algo que não é responsabilidade institucional dela. O regime militar, em nenhum momento, formulou lei de tortura. Elio Gaspari lembra que, no Araguaia, havia uma ordem escrita para enterrar os mortos, e não para degolar. Elio Gaspari fala: "Degola – A palavra maldita de Canudos e do Contestado, voltou a ecoar pelo Araguaia". Houve uma orientação de degolar etc. Na busca de corpos, agora, toda hora aparecem crânios separados...

Na Câmara dos Deputados, Deputado Pedro Wilson estava presente, o Coronel aviador Pedro Correa Cabral fez depoimento, foi capa de Veja, IstoÉ, virou livro, dizendo que ele guiou o helicóptero em pelo menos 10 voos de corpos exumados no Araguaia, há

meses, e ele disse que o equipamento de navegação o impedia de usar máscara, então, um terrível mau cheiro dos voos, para, na Serra das Andorinhas, ser feita uma grande fogueira. É preciso fazer uma narrativa sobre isso, nós estamos procurando os corpos agora, mas estamos procurando os corpos sem o elemento fundamental, que é o de convencimento do cidadão democrático, de quem esteve naquilo, e que pode até anonimamente informar... Se querem achar corpos, procure em tal lugar, porque ali tem. Eu participei. Senador Inácio Arruda participou, o Presidente Renato Rabelo participou, do evento de levar a mãe de Bérgson Gujão Farias, de 94 anos, e que acaba de morrer, e disse: "Eu só esperava enterrar meu filho para morrer". Ele foi vice-presidente da DCE da Federal do Ceará, ele foi vice-Presidente do Deputado Genuíno, Presidente. E Bérgson, um dos primeiros mortos no Araguaia, felizmente, uma atualização tecnológica do exame de DNA, que evolui a cada dois anos, permitiu positivar e fizemos lá, com a presença do governador, um grande evento, é disso que se trata, é poder fazer essa homenagem a pessoas que, equivocadas ou não, senador, na sua tática política, fizeram parte de um mesmo processo também multi-vozes, multi-braços.

E, nesse sentido, é pró-Forças Armadas... É bom para o Brasil, é bom para elas... No meu contato pessoal com altos comandantes, eu quero dizer que tenho a melhor das impressões, que não são pessoas com qualquer resquício de marca de sangue. Eu quero dizer que, no Haiti, o nosso país está realizando, há anos, uma missão que é de direitos humanos; já são 10 mil membros, em contingentes de 1200, que vão se renovando a cada seis meses, que lá estão, e que fazem um curso da ONU, é um marco histórico, é a primeira vez que as Forças Armadas brasileiras, em massa, passam por um curso de formação de direitos humanos.

E agora, no plano estratégico de defesa nacional, grande passo histórico, foi aprovada inclusão de Direito Constitucional, e direitos humanos em todas as etapas da formação nas três armas, preparando, contratando uma visão já inteiramente transitada, numa transição a meio caminho, Senador Arthur Virgílio, concordo com a sua observação positiva, de que são 21, quase 22 anos com nenhuma intervenção, com países aqui ao lado, com golpes de estado, ameaças de golpe, militares se transformando em presidentes etc., é exemplar esse desempenho, não há por que ela se recusar a isso, tendo claro que não há nenhum empenho de vingança, de revanche; é completar o processo de uma família brasileira que esteve dividida naquele período e que não deve continuar dividida.

Então, nesse sentido, sem rancor, sem ressentimento, mas, Senador Arthur Virgílio, a ideia da pedra sobre isso, a dúvida é se essa pedra não explodirá. A psicanálise diz que o recalcado volta, tudo que é recalcado, que a gente não processa, que a gente não conversa, não discute sobre isso, senta na mesa... A comissão do Chile, ela nasceu com o Pinochet absolutamente intacto, tanto é que o primeiro Relatório Rettig, cauteloso lá, no sentido de que estava lá a figura, não era mais presidente, mas não foi derrubado. A Argentina, ela desmoronou com as Malvinas, mas a transição chilena tem algo a ver com a transição também. O primeiro plebiscito ela ganhou, ele venceu, depois venceu outro. Então, nessas controvérsias, a ideia de que é processando... E os militares, entre o primeiro relatório chileno e o segundo, Senador Arthur Virgílio, entre o primeiro e o segundo relatórios, a mudança no Chile foi que os generais sentaram com as famílias.

E eu tive uma controvérsia com o Ministro Jobim, no meio do ano passado, antes dessa, que foi sobre a busca no Araguaia, e que no primeiro desenho, não haveria familiares acompanhando a busca. E eu consegui convencer o presidente: "Presidente não há certeza de que nós vamos encontrar corpos, e se não há um familiar participando como representante e não achando corpos, quem é que vai convencer de que a busca foi para valer?" Então, é abrindo essa busca, e felizmente houve um acordo, houve Diva Santana, irmã e cunhada de desaparecidos no Araguaia, e mais Aldo Arantes, ex-presidente da UNE, e mais Paulo Fonteles Filho, filho que nasceu no DOI-CODI de Brasília, de Hecilda Veiga, torturada, que é uma das depoentes desse livro. Eu não sei se os senadores podem receber esse livro... Se os senadores podem receber o livro também--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Ministro, se V. Exa. me permite um aparte rápido, eu tenho um compromisso agora, eu tenho o Presidente do Mali, que está aqui, vou ter que me retirar, mas dizer a V. Exa. que tenho profundas divergências com relação ao aborto. Eu acho que direitos humanos é planejamento familiar, não é aborto; 250 mil mulheres não queriam abortar, mas todas queriam ter acesso ao planejamento familiar. Mas V. Exa. está coberto de razão.

Eu vivia na África, na época da Comissão de Paz chefiada por Desmond Tutu. Aqueles que não foram extravasar suas histórias e contar, estão sendo assassinados hoje, porque manteve-se esse passado, eu diria, essa ferida não lavada. Estranho se falar em princípio cristão de dar a outra face e perdoar, quando é princípio cristão "não há nada encoberto que não venha a ser revelado", é princípio cristão--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: "Conhecereis a verdade, e a verdade vos liberará".

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): --Então, os 10 anos que eu assisti de cura do *apartheid*, a pouca cura que vi, veio exatamente daqueles que foram ali, depuseram, crimes bárbaros, as pessoas até... O Presidente Desmond Tutu, às vezes, pedia para encerrar as comissões, porque ele entrava numa crise de choro, que o regime do *apartheid* fez com os negros, e também negros que fizeram contra brancos. Mas eu acho que a gente não supera esse episódio tão triste da nossa história. Eu fui militar, passei dez anos, eu tenho grandes amigos lá, sou admirador das Forças Armadas, e tenho gratidão pelas Forças Armadas; não conseguiria me formar senão fosse a escola militar.

Mas é por isso mesmo, por esse amor e respeito às Forças Armadas que eu acho que a gente deveria fazer exatamente essa comissão que V. Exa., com muita propriedade, defende... Desculpa interrompê-lo, mas eu tenho que me retirar por causa da recepção ao presidente da África, do Mali--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Aproveitando, então, eu acho que dou por encerrado--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dá por encerrada, porque já respondeu perguntas de muita--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu quero uma réplica breve. Ministro, primeiro, dizer ao Senador Jereissati que não tenho nenhuma dúvida de que V. Exa. fala com muita sinceridade. Queria fazer algumas observações, V. Exa. se referiu àquela operação Burnier; meu pai era um dos escalados para fazer aquela viagem turística de ser lançado na Baía de Guanabara--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Sérgio Macaco--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): E se não tivesse havido a denúncia pelo bravo--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Senador, Sérgio Macaco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Este sim mereceu ser promovido, o capitão Sérgio Macaco. Enfim, para mim, ficaram algumas dúvidas que nós ficaremos de esclarecer, até porque o debate foi aberto. Eu acho que uma das formas de se conter a violência é se conter essa coisa ilegal que é a ação do MST, que não tem sequer personalidade jurídica e que recebe fartos recursos federais. E nós temos, no agronegócio, se V. Exa. me pergunta, eu não tenho o menor interesse no agronegócio, eu não sei distinguir uma semente de soja de um carneiro, mas é um sustentáculo da economia brasileira, nós não podemos brincar com a nossa balança comercial.

Em relação à questão da imprensa, o Senador Mercadante falou por mim, o controle deve vir apenas do leitor. É um processo... Pior, V. Exa. disse, países em que haja um só órgão; Venezuela está ficando assim, e eu vejo uma certa tibieza do governo brasileiro em impor a sua liderança e em ser muito claro em relação à defesa da democracia, essa questão de Cuba, inclusive quero dizer de novo, eu tinha muita liberdade com o Presidente Fernando Henrique, não sei qual o nível de liberdade que V. Exa. tem com o Presidente Lula, mas se o Presidente Fernando Henrique tivesse feito aquela comparação infeliz entre bandidos e presos políticos, eu diria: "Presidente, pisou na bola, o senhor não poderia comparar bandidos com presos políticos, porque o Ministro Vannuchi não é bandido, a Ministra Dilma não é bandida", eu insisto, podem ter se equivocado, "então, não faça essa comparação. Encontre outra fórmula de se congraçar com aquele regime, a melhor forma seria aconselhar Fidel Castro", aproveitando a amizade, que aliás é recente, a minha era mais antiga, a dele mais recente, ele era contra o regime cubano quando eu era a favor, de repente, ele ficou a favor, eu fiquei sem entender, sem entender, pragmático como ele era: "É comunista?" "Não, eu sou torneiro mecânico". De repente, ele virou simpatizante de um regime ditadura mais vovó, mais cruel que pode existir.

Enfim, eu queria dizer ainda, vou lhe fazer uma pergunta no final muito sincera, de tão aberto que estou, porque eu não sei o resultado. Vou lhe dar um exemplo, veja bem, o que eu temo? Eu temo qualquer coisa que possa cheirar a fundamentalismo, que possa cheirar à proliferação de conselhos populares, que depois virem Sovietes, entre aspas, e que no fundo terminem por significar uma tentativa de empanar o poder constituído, que é o Congresso Nacional, numa relação que seria muito manipulada por muitos governos, enfim.

Eu já me referi a tudo isso, eu insisto que, na questão militar, quando eu digo "colocar uma pedra em cima", eu estou disposto a apoiar a ideia de recuperar os corpos, mas não de se estigmatizar, ferindo a Lei da Anistia, estigmatizar o papel que as Forças Armadas tiveram naquele momento, porque se tratou de uma guerra, uma guerra na qual eu estava do lado perdedor.

Eu fui com o Deputado Genuíno até o local onde ele foi... Aliás, ele não conseguiu chegar ao local, ficou um pouco perto, mas nós fomos, estava o Aldo Arantes e tantos outros, fomos até lá Conceição do Araguaia, ***Xambioá***, por ali, nós fomos lá e ele ficou na pensão que nós estávamos, porque sentiu muito tocado de che-

gar lá, mas estive lá. Ou seja, V. Exa. citou aí diversas pessoas, minhas amigas, citou Paulo Fonteles, tantos outros, pessoas que fazem parte de uma certa história minha, enfim, e, portanto, eu não me colocaria na posição de obstaculizar qualquer tentativa de resgatar essa verdade histórica, mas o revanchismo não pode haver, nada de fundamentalismo nisso.

V. Exa. falou que, no Nazismo, nós não tínhamos outra alternativa, se franceses, a não ser a resistência armada. Mas aqui havia. Eu não condeno, louvo a coragem, a generosidade de quem se dedicou a isso, mas entendo, continuo entendendo que foi um gesto equivocado. Porque aqui havia alternativas, sim, a da mobilização popular que levasse, através de bandeiras que tocassem a sociedade, que levassem ao Brasil que nós temos hoje.

E eu queria, ainda, dizer a V. Exa. que não houve uma só anistia, houve aquela que, no governo Fernando Henrique, eu fui responsável por uma audiência, eu era líder do governo, e numa provocação que eu achei muito boa, do então deputado como eu, Jaques Wagner, disse: "V. Exa. está falando da tribuna, por que não faz uma audiência do Presidente Fernando Henrique com os que reivindicam a ampliação da anistia?" Eu digo: "Pode ser marcada para breves momentos". E eu, sem consultar ninguém, falei: "Não, ela vai ser hoje". Eu liguei para lá e encontrei a burocracia, hoje o nosso querido Lucena, e digo: "Lucena, esquece essa história de lista. Eu prometi, tem que acontecer, ou eu não sou líder do governo. E hoje de tarde eu venho aqui com os que pretendem ampliação". E criou-se uma comissão, meu principal assessor, quem mais me ajudou foi um colega seu de partido, que era esse grande advogado que é o Greenhalgh, Luiz Eduardo Greenhalgh. E outras figuras se envolveram na história, mas, enfim, eu insisto que o MST é responsável pela violência no campo, é preciso olhar esse lado; eu não desconheço que possa haver atitudes rudes por parte de quem se envolve num... O processo da conquista da terra no Brasil é um processo meio de faroeste, nós sabemos disso.

E eu gostaria de dizer ainda a V. Exa., que V. Exa. falou: "o recalque explode"; se não explodisse, eu não teria me emocionado. A Senadora Serys aqui também. Eu estava aqui falando, e foi visível a minha emoção, a dela foi menos visível porque ela não está falando, mas ela me disse que teve sua casa vasculhada duas vezes, os livros perseguidos--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANUCCHI: E ela chorou também.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): --Meu pai teve a sabedoria de mandar esconder todos os livros que cheirassem, que a censura ela é, em si, é por isso que eu não quero a censura no Brasil; a censura, em si, é imbecil, então, o militar, ou o que fosse, chegava lá e olhava um livro e se o livro falasse: "A doce vida amorosa de Karl Krugman", estou inventando os nomes, ele dizia: "Karl? Não tem o Karl Marx, deve ser primo". Aí ele prendia, enfim... Então, para evitar esse tipo de coisa--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANUCCHI: Livro de cubismo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Cubismo, enfim... --Então, nós tiramos tudo que era livro parecido com isso de casa... "História sincera da República", do nosso Leôncio Basbaum, não é isso? Exatamente isso. Tiramos o que tinha de leitura, que pudesse ser mal interpretada e deixamos... Abrigamos presos políticos na minha casa, ficamos um mês cercados, mas, como nós temos uma burocracia deficiente, depois dos primeiros 15 dias, eles começavam a faltar ao serviço e entrou um preso político, depois entrou outro, ficaram vários na minha casa aqui. Quero louvar Vera Brant, que fez esse papel aqui em Brasília, salvou muita gente dos primeiros aperreios que a ditadura causaria.

E dizer que a forma que eu encontrei, que eu não pude evitar, de ver o meu recalque explodir, foi a emoção. Eu não quero mais do que isso, eu não quero mais do que isso. Eu reconheço que é duro, eu conheço... Tenho uma amiga que perdeu dois irmãos. Ela já morreu, ela, ela passou a vida inteira atrás dos dois irmãos, atrás dos restos mortais dos dois irmãos, e deve estar aí, acredito que o depoimento dela deva estar aí. Família Santa Cruz, está aí.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Fernando Santa Cruz, que é irmão da Rosalina, que é professora da PUC; estava no lançamento do livro, na PUC, e o Marcelo, que é vereador de Olinda, e a mãe, D. Elzita, esteve naquela campanha da SECOM, na televisão, pedindo para ajudar a localizar os filhos, com 96 anos.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM): Eu gostaria de saber, e aí vem a minha pergunta muito sincera, porque eu já lhe disse, o que eu senti, quando formos tratar desse assunto de fundamentalismos, já lhe falei do meu repúdio à idéia de Sovietes, conselhos populares que visem a minimizar o poder constituído, que é o Congresso, eu estarei contra, obviamente, em defesa do direito da propriedade, da liberdade de imprensa, em defesa da harmonia entre civis e militares, mas eu faço uma pergunta com muita ingenuidade, muita inocência até... Eu visitei as ditaduras, umas obrigatoriamente, fui para a Argentina uma época; a barra não estava boa para mim, fui para a Argentina, depois voltei, e fui como parlamentar já, acompanhando,

ou acompanhado, não sei bem, nós estávamos num pequeno grupo de parlamentares, com o Evaristinho, ***Evaristo*** de ***Moraes Filho,*** que era representante da Ordem dos Advogados do Brasil, lá no Paraguai, naquela ditadura que era pior do que a nossa, um milhão de vezes, que não perdoava o vencido, ela não refrescava o vencido, uma ditadura cruel, eles tinham uma prisão chamada '**La Libertad**', então, eles enfiavam na vagina das mulheres um aparelho de sucção e a mulher tinha aquele alivio de segundos e ia se abaixando, abaixando, abaixando... Até que chegava no chão, do chão no podia passar, e lhe arrancavam o útero, enfim... Nos sentávamos nas mesas para conversar com as famílias, e a polícia política sentava junto. E meu temperamento me dizia: "Eu vou te tirar daqui". "Não faça isso, que é pior, eles querem um pretexto para agredir os senhores". Ou seja, se aqui no Brasil valia muito pouco ser deputado, lá não valia nada, porque não tinha Congresso funcionando.

E nós fomos lá numa missão, não me arrependo, nós fomos acompanhando o... Meu Deus, o Raúl Sendic – *hijo* -, filho do Raúl Sendic, que era o principal líder tupamaro, que estava preso, o Raúl morava em Cuba, e o pai estava preso, com dificuldade de falar, porque tinha levado um tiro na boca, e falava todos os dias sozinho porque estava em isolamento, sob tortura moral, física durante algum tempo, tortura moral o tempo inteiro... E o Raulito, ele disse que morava no México, e, portanto, queria visitar o pai, demorou muito, fomos muito maltratados pelos militares, houve uma total covardia da diplomacia brasileira, que simplesmente não queria contato conosco, e havia um coronel chamado Ledesma, que era um débil mental completo, que ficava gritando conosco: "O ônibus não pode ficar dentro do pátio, tira o ônibus do pátio". Entrava armado com dobermann e com... Armado, não silenciava a baioneta, ele encomendava voz à baioneta, enfim, e nós fomos lá. Eu jamais vi uma coisa tão cruel, porque a perseguição ao vencido era superior à brutal perseguição que eu percebia na Argentina, e superior à brutal perseguição que havia no Brasil.

Eu não sei como o Uruguai está lidando com isso, como lidou com isso o Presidente Tabaré Vásquez, e eu pergunto, não seria uma armadilha, tipo assim, "não está mexendo nisso?" Eu estou perguntando, se o senhor não souber, não é obrigado a dizer, eu estou sinceramente perguntando. Mandela agiu 28 anos sem enlouquecer, convivendo com suas desavenças naturais, desavenças conjugais naturais, enfim, e como lidou Mandela, ou seja, eu recomendo esses caminhos, eu tenho a impressão que Tabaré Vásquez não fez nenhum gesto parecido com isso.

Em outras palavras, falamos aqui em alternância de poder e nessa coisa salutar de democracia que nós construímos... Não quero tirar o mérito de quem pegou em armas para enfrentar o regime, eu optei por outro caminho, optei por um caminho que eu julguei o mais correto, enfim, mas eu finalizaria com o exemplo de Mandela, perdão estava ali mesmo, capacidade de recomeçar estava ali mesmo, conciliação estava ali mesmo, olhar para a frente estava ali mesmo, e como teria agido o Uruguai, porque, das ditaduras que eu conheci, aqui de perto, eu conheci de perto, eu vi uma brutal incapacidade de... Era perseguição ao vencido o tempo inteiro, às suas famílias, o tempo inteiro, o tempo todo, e eu não sei, eu não vi notícia de que, no Paraguai, tenha havido essa agitação toda, enfim.

O que lhe digo e lhe prometo, no Uruguai, perdão, é que examinarei... Aquilo que eu julgar que está fora do espírito do que aqui lhe relatei terá a minha candente reprovação da tribuna da Casa. O que eu julgar que significa avanço na direção de um país mais consciente do seu dever de proteger o direito da pessoa humana, eu direi. E lamento muito que nós estejamos revelando a sua sincera preocupação no campo interno, no campo externo, o Brasil esteja se marcando como um país que por quaisquer razões, quaisquer ambições, sistematicamente vota a favor dos países que violam os direitos da pessoa humana, eu cito 200 casos aqui. Não quero mais tomar tempo dos colegas. Eu queria agradecer a V. Exa., foi um debate de alto nível mesmo, e não duvido da sua sinceridade, nem duvide da minha. Muito obrigado.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Obrigado, eu não duvido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu pergunto se o Ministro quer fazer uso da palavra... Ou, então, para ganharmos tempo, pois já é tarde, já vai dar uma hora, eu passaria para o Senador Suplicy, então, ao Senador Inácio Arruda, que tinha trocado com o Mercadante, e depois O senador Tasso Jereissati, que manifestou interesse de falar alguma coisa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Senador, eu peço inscrição aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem. Mas eu só queria sugerir, Senador Suplicy, que me perdoasse, de eu colocar aqui o tempo, para tocar a campainha, eu sei que é ruim, mas não é por que é o senhor não, é porque os outros gastaram muito tempo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tudo bem. Eu também gostaria de participar porque fui convidado ao almoço com o Presidente do Mali, então, procurarei ser breve, Sr. Presidente, Senador Cristo-

vam Buarque, querido Ministro Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannuchi, primeiro, eu acho que aconteceu um episódio muito bonito na forma como o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva procurou fazer com que V. Exa. e o Ministro Nelson Jobim pudessem dialogar e acordar sobre alguns dos pontos sobre os quais houve divergências, inclusive com algumas das outras áreas. E nós todos podemos observar a maneira como o presidente solicitou a ambos que dialogassem, até que chegassem a um melhor entendimento sobre alguns dos temas, e um dos quais se refere justamente a essa questão da Comissão da Verdade e da Reconciliação.

Aqui já foi mencionado, o Senador Marcelo Crivella, que viveu na África, acompanhou de perto, e o Senador Arthur Virgílio, há pouco, mencionou o Presidente Nelson Mandela, cujo espírito de reconciliação e, sobretudo, me parece que a Comissão da Verdade, proposta pela Comissão Nacional de Direitos Humanos, pela conferência, tem muito a ver com o que aconteceu com a Comissão da Verdade e Reconciliação... A proposta, logo no início, do Presidente Nelson Mandela, presidida pelo Bispo Desmond Tutu, que exatamente por seu trabalho naquela comissão, foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz.

Há um filme tão bonito sobre esse assunto, um filme de 2004, um filme exatamente sobre a Comissão de Reconciliação, onde havia a presença de dois jornalistas; uma que veio da Europa, que era a atriz Juliette Binoche, e outro que veio de Washington, que era um excelente ator, e ambos ali tiveram uma amizade muito forte, e foram acompanhando a Comissão da Verdade e Reconciliação, onde, em cada lugar diferente da África do Sul, ouviam as pessoas que haviam sido, de alguma maneira, objeto de atrocidades durante o tempo do *Apartheid*, e também ali eram ouvidas as pessoas que de alguma maneira tiveram responsabilidade sobre as atrocidades cometidas, e eram ouvidas as testemunhas, sejam as famílias das vítimas ou as próprias vítimas, se porventura estivessem ainda vivas, e na medida em que se revelava a verdade completa, e havia inclusive o reconhecimento por parte daqueles que cometeram os atos de que, de fato, foram ações inapropriadas, e na medida em que se revelou a verdade, então, a própria lei da Comissão da Verdade e da Reconciliação propunha que pudesse haver como que a anistia, e dependendo muito do grau, e tudo, os detalhes eu mesmo não conheço, mas eu gostaria até que V. Exa. pudesse fazer um paralelo com aquela Comissão da Verdade e Reconciliação porque eu acredito que o propósito é exatamente esse, que não se repita.

Aliás, ontem, houve, por ocasião dos 73 anos de José Celso Martinez Corrêa, no Teatro Oficina, numa cerimônia que contou com a presença do Ministro da Cultura, Juca Ferreira, um ato com a dramaturgia e a capacidade de José Celso, e de todos os membros do Teatro de Oficina, em que relembraram a própria anistia, no caso, dada a José Celso, e que tem muito a ver. Eu vou aqui usar menos a minha palavra para aqui citar uma passagem do próprio requerimento de José Celso Martinez Corrêa, porque ele traz muito do espírito que permeia muito dos anseios de pessoas que V. Exa. e dos familiares de pessoas, digamos, como do nosso querido Deputado Rubens Costa, que até hoje não sabe bem tudo o que aconteceu com ele.

Diz o José Celso, nesse breve trecho: "Por muitos anos, tentei recalcar para poder sobreviver e viver de novo os danos causados pela ditadura no meu corpo, na minha alma, no meu trabalho profissional e no de minha criação, o que vale também para o corpo físico do Teatro Oficina. Posso afirmar, mas a ditadura operou sobre mim e o Oficina, o que Glauber Rocha chamava de assassinato cultural. Eu e o teatro fomos assassinados socialmente. Muitos achavam mesmo que eu tinha morrido, me apontavam como vítima que a ditadura tinham eliminado, consideravam que eu e o teatro não teríamos mais uma segunda vida. Foram 15 anos de uma luta enorme para provar a mim mesmo que eu estava vivo de novo. Não falava quase em tortura, ou em repressão, somente através dos atos teatrais. Reaberto o teatro, foram mais de dez anos de muito sucesso para provar que nós tínhamos ressuscitado".

E eu sou testemunha porque vi, nesses anos, "As Bacantes", a "Cacildas!", "Os Sertões", que fizeram com que pessoas como o José Celso e todos aqueles que ele representa aqui pudessem reviver.

Então, trazer a verdade à tona, no espírito da Comissão da Verdade me parece algo muito importante, e eu quero cumprimentar a todos que participaram da Conferência Nacional dos Direitos Humanos para propor que isso possa acontecer... Os diversos temas polêmicos, V. Exa. aqui nos explicou, eu vou citar apenas que eu acho importante, até numa homenagem à iniciativa que a Deputada Marta Suplicy elaborou e propôs um tema que ainda está candente para ser votado, referente à união civil das pessoas de mesmo sexo, que é um dos temas que foram aqui recomendados, e que, claro, vai passar pelo debate democrático do Congresso Nacional.

E gostaria apenas de concluir, dizendo que avalio que também a própria renda básica, como um direito à cidadania, que será uma evolução do que é hoje o programa Bolsa-Família, tem muito a ver com a conse-

cução e universalização dos direitos humanos de que resultou o documento referido por V. Exa.

Meus cumprimentos, e inclusive pelo alto nível do debate que aqui se estabeleceu com o líder do PSDB, porque todos nós aprendemos com o diálogo de ambos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a Presidência, daqui a pouco, senão vai ficar incongruente, ao Senador Eduardo Azeredo, e antes passo a palavra ao Senador Inácio Arruda. Depois--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite, Sr. Presidente, eu gostaria de passar às mãos do Ministro Paulo de Tarso Vannuchi a cópia de correspondência que acabo de encaminhar ao Governador Jaques Wagner, bem como ao Presidente Lula, com uma carta anexa da blogueira Yoani Sánchez, que pede a gentileza de o Presidente Lula colaborar para que ela tenha autorização de vir ao Brasil para o lançamento de um documentário feito com ela, por um documentarista da Bahia, por isso, em Jequié, que esteve em Cuba, e a entrevistou, e a cópia da própria carta da Sra. Yoani Sánchez ao Presidente Lula, para que V. Exa. possa junto ao Presidente, ajudá-lo a refletir sobre este assunto. Eu vou entregar a V. Exa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente... Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu considero que a audiência conjunta das duas comissões, ela resultou bastante exitosa pelo espírito de V. Exa., Ministro Vannuchi, que acolhe, é para isso, a democracia é esse problema: a capacidade de acolher as observações, seja da oposição, seja de outros setores sociais, que não coincidem absolutamente, às vezes, com a oposição, mas que têm informações e compreensões distintas daquelas que foram propostas.

Um aspecto muito significativo é que o Plano de Direitos Humanos ele é fruto de um acúmulo, dá saltos, mas trata-se de um acúmulo. E, às vezes, é muito fácil falarmos dos direitos humanos em outras plagas, mas muito difícil a gente resolver o problema dos direitos humanos no nosso próprio país. Por isso que uma das críticas talvez mais significativas aos modelos de desenvolvimento econômicos, sociais e políticos da construção da sociedade nova, na nossa causa, na causa do PCdoB, e dos partidos socialistas, da construção de uma sociedade socialista, é de que não é possível um modelo para uma nação, e esse modelo ser estendido para todas as outras. Cada um construirá o seu próprio caminho, e nós temos que tratar de resolver os nossos problemas, as nossas questões.

Eu considero que não é um tema fácil o tema dos direitos humanos; é um tema difícil, muito difícil. Por exemplo, um tema dos direitos humanos, que eu considero, no mundo atual, é o controle de uma das mais importantes e contundentes armas da comunicação de massa, que é a rede internacional de computadores. 80% dos provedores estão localizados numa única nação; é uma brutal desigualdade de direitos humanos. Quer dizer, você concentrar, você poder dominar, eu chamo até de domínio, a expressão é essa, domínio. Esse é um problema crucial dos direitos humanos.

Talvez a questão nossa com o problema da comunicação no Brasil, com a mídia brasileira, talvez nós devêssemos inverter, o que nós precisamos é de mais redes de televisão nas mãos das comunidades, nas mãos dos trabalhadores. Televisão na mão dos sem-terra, televisão nas mãos dos sem-teto, televisão nas mãos das populações carentes das periferias, rádio comunitária de fato comunitária, por quê? Porque nós devemos que ser controlados, do ponto de vista da informação, por duas ou três famílias? Vamos espalhar para toda a família brasileira, é inverter; ao invés de nós querermos fazer o que a Constituição manda, porque a Constituição manda que tenha controle, é isso que a Constituição manda. Ao invés de dizer: "Vamos controlar". Vamos dizer: "Vamos democratizar a mídia brasileira, vamos distribuir a mídia brasileira".

E vamos distribuir, talvez a gente tivesse que... Um dos itens de regulamentação fosse dizer o seguinte: "Os entes estatais, inclusive administração direta, indireta e as empresas de economia mista não podem concentrar recursos publicitários nas mãos de três ou quatro veículos de comunicação"; isso é um meio de você inverter a equação. Eu sei que vai ter muita grita em relação a isso, mas é a gente inverter a equação, ao invés de nós tratarmos de controlar essa mídia tradicional, que nós temos no Brasil, vamos pulverizar ao máximo, vamos mandar; a Constituição manda regionalizar. Vamos regionalizar a comunicação de massa. Eu quero saber mais sobre a Amazônia, eu quero saber o que é caatinga, eu quero que o povo lá do Sul compreenda o que é uma estiagem de oito meses, porque uma estiagem de oito meses, no sul é seca, nós diríamos, no Ceará, é "seca brava", mas eles não sabem o que é. Não sabem o que são dois anos e meio sem chover numa localidade, não entendem isso, não compreendem, por isso muitos acham que não deve fazer transposição de águas do São Francisco no Nordeste Setentrional, que acha que é perda de tempo, que acha que nós não deveríamos ter feito barragens para acumular 6,8 bilhões de metros cúbicos de água, porque aquele lago imenso ocupou terras que eram agricultáveis, e que causou um dano ambiental terrível, mas não compreendem o que são dois anos e meio de estiagem.

Quando vê, quando percorrem, no meu caso, o Estado do Ceará, eu já fiz isso com alguns jornalistas, percorre por cima, voando de helicóptero, com a pedra aflorando, para ver o que cristalino, porque, às vezes, a pessoa ouve falar de cristalino aflorando e pensa que são cristais, é pedra, amigo, pedra bruta, que quando a enxada bate, ela também dobra. Então, esse que é o problema dos direitos humanos, eu acho que nós temos de democratizar. Ao invés de controlar, democratizar, espalhar.

Queremos rádios mesmo comunitárias, televisões comunitárias... Há coragem para isso, para democratizar? Parece que os que não querem nenhum controle não querem democratizar os veículos de comunicação de massa. Eu aposto na democratização. Eu não quero controle nenhum deles, zero controle, mas eu quero democratizar. Todos possam ter o veículo para dizer, dar sua opinião, para construir também a sua verdade, para que os outros possam ouvir, possam medir e possam tirar a média, ou escolher a verdade que melhor lhe convém. Eu acho que essa é uma luta que nós deveríamos abraçar.

Sobre o problema da Comissão da Verdade, eu vejo um pouco, assim, como enfrentar esse dilema sem deixar que a marca do revanchismo seja colada naqueles que desejam virar essa página? Essa questão que nós temos que resolver. Não vai ser possível. Eu vi aqui, é difícil tratar dessa questão, nós, do PC do B, temos dificuldade de tratar essa questão. Nós sabemos o que é o Brasil, nós não aceitamos a provocação do General Leônidas, nem do Nilton Cruz, que o raciocínio está muito falho, já era falho na época; nós não aceitamos aquela preocupação, não vamos entrar naquilo, porque nós temos um projeto muito maior no nosso país, de aprofundamento muito maior, mas nós queremos resolver esse problema dos desaparecidos. Senão vamos conseguir tratar sempre desse assunto com facilidade; vai ser sempre difícil.

Eu vi aqui o seu convite lá para o Maranhão. O nosso companheiro, Rui Frazão, foi casado com uma companheira nossa lá do Ceará, que estava no Partido Comunista do Brasil e outros na Ação Popular, e que depois ingressaram no partido comunista. O Frazão foi para Pernambuco, ele era coletor federal, foi vendedor de panela, uma pessoa alegre, do bem... Aquilo eu acho que, talvez, nunca tenha atirado de baladeira em ninguém, ou com aqueles estilingues para atirar em carrapateira, que a gente chama lá no Ceará, mamonazinha, de brincadeira... Foi morto brutalmente. Não sei se ele que... Pelo que sei, ele que convocou o Cristovam para a militância política, senão o Cristovam não estava aqui como senador da República, não é verdade? Talvez a gente devesse convidar a família dele, lá da parte do Ceará e do Maranhão para esse ato conjunto.

Eu vi aquele ato lá no Ceará, ainda foi desaparecido o Teodoro--

[soa a campainha].

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos dando continuidade--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, esse silêncio vale por mais de meia hora de fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É verdade...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, Vannuchi, nós temos que... Isso é um processo, você repetiu muitas vezes Fernando Henrique, Sarney, todo esse povo colocou sua parcela de contribuição nesse processo... Eu digo, ainda tem muitos companheiros que não conseguiram fazer o que D. Luíza conseguiu: esperar quase 40 anos para enterrar o seu filho. E depois completar os seus 95 anos e falecer, digamos assim, feliz.

Então, nós temos que resolver esse problema. Nós podemos dizer, talvez, eu, você e tantos outros, nós nunca tivemos nenhum receio da ditadura, nenhum medo dela, nenhum, nenhum, nenhum, nem durante, nem depois, porque nós sabíamos das causas, nós sabíamos o que nós estávamos pensando, o que nós queríamos construir. Por que a democracia era importante para nós? Porque ela é que permite que exista hoje um metalúrgico dirigindo o Brasil. Sem aquela resistência nossa, seja a resistência da Eliene, do PCdoB, e tantos outros grupos que reagiram com o seu direito de rebelião, a um golpe de estado que foi atroz, para nós e tantos outros, aqui no Brasil e que se repetiu na América do Sul quase que inteiramente, seguindo uma ordem quase que unida de que tinha que ter ditadura para massacrar os povos.

Então, essa página nós temos que virar com coragem. O Exército, a Marinha, a Aeronáutica, ou as Forças Armadas Brasileiras não têm aqui no Congresso Nacional quem compreenda melhor a sua responsabilidade institucional do que nós... Os comunistas, nós, os comunistas, que compreenda melhor o seu papel e as suas responsabilidades.

Agora, nós não vamos dar aval a atrocidades cometidas no passado, no presente ou no futuro, no nosso país. Nós temos que tratar do nosso, porque tratar dos outros, às vezes, fica fácil; nós estamos tratando do nosso país.

O ponto, assim, final que eu gostaria de abordar, é que o programa de direitos humanos, ele é fruto de conferências que eu lembro aqui algumas figuras, Nil-

mário Miranda, deputado, porque as conferências nasceram na Câmara dos Deputados, elas não nasceram no governo, nasceram primeiro na Câmara, depois foram assumidas pelo governo, pelo Executivo.

Uma outra figura extraordinária, Mário Mamede, assumiu também a secretaria, um companheiro lá do Ceará, e essas conferências são feitas assim mesmo, são a quatro mãos. Tem coisas que nós não discordamos, mas são aprovadas nas conferências. E elas surgem como grandes polêmicas, eu considero, às vezes, uma tempestade em copo d'água alguns temas que são considerados muito polêmicos. Veja o problema do casamento dos homossexuais, o Congresso não resolve, a justiça resolve, vai resolvendo caso a caso, um a um, não vai ter um que sobre. E todos os outros, mesmo a questão do aborto, a justiça também vai passar a resolver, porque o Congresso não resolve. Ninguém aqui nesse Congresso, nem homem, nem mulher, nem da sociedade, não somos a favor do aborto, o que nós não somos a favor é do assassinato das mulheres, da morte cruel das mulheres em clínicas clandestinas, em condições absolutamente inadequadas; não é um problema de fé, não é um problema de religião, é um problema de saúde pública, de respeito às pessoas de ter um problema de saúde pública. Isso não tem nada a ver com as religiões; cada um continua professando a sua religião, os católicos, os evangélicos, os espíritas, os das religiões dos afro-descendentes, os nativos.

Eu acho que isso... As mulheres... Ninguém mais do que as mulheres para defender a vida. Não tem mulher a favor de aborto, gente... Tem a favor da vida das mulheres, esse que é o problema central, está certo? Pouco compreendido, às vezes.

Eu acho que, principalmente uma parte da mídia brasileira ainda não compreendeu o papel da mobilização popular e das conferências nacionais. Talvez se a gente conseguir... Eu comecei falando dessa questão da comunicação, da mídia, talvez, a gente conseguindo inverter o ponto ao invés de controle, porque o que a Constituição manda é controlar, e o programa do Fernando Henrique também manda controlar, e manda ter lei que controle. Se a gente inverter, democratizar os veículos, mais democracia, mais veículos na mão povo, aí eu acho que não vai nem precisar usar a palavra "controlar". Os que acham que estão sendo controlados que vão dizer que controlem os outros, se a gente democratizar maciçamente essa área da mídia no Brasil.

Então, vocês me desculpem, mas, talvez, o PCdoB tenha essa dificuldade, porque nós sofremos bastante... Eu vi agora recentemente, ainda desse ato provocativo, como foi a chamada "Queda da Lapa", como ela massacraram pessoas absolutamente desarmadas, numa reunião, mataram ali na hora, e presos foram depois torturados e mortos. Quer dizer, então, vamos virar a página, nós não queremos que colem nada, nem no Ministro, nem no Governo, nem naqueles que lutam para ver os seus desaparecidos também serem enterrados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Inácio.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Me permita, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vou fazer só uma interrupção rápida, para tomar água.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pode ser.

[risos]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esperamos, é um direito humano fundamental.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Depois do Senador Cristovam, ainda teremos o Senador Agripino, Senador Mão Santa e Senadora Fátima.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem algum requerimento para ser votado?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que, nesse período que eu estive aqui, Senador Azeredo, eu nunca assisti uma reunião com tanto toque de sentimentos como esse. Todos nós ficamos emocionados e até aqui três chegaram mesmo às lágrimas, e eu creio que o Ministro também ficou molhando os olhos, porque é um tema que toca diretamente a cada um da gente.

O Inácio Arruda citou um dos meus melhores amigos, Rui Frazão, a quem, de fato, ele, não sei como sabe, não sei se disse a ele, foi um dos que me agregou à militância, no comecinho do meu curso, na Escola de Engenharia de Pernambuco, a quem já dediquei até um livro, e é um dos desaparecidos. Faz uns dois anos que eu falei com a mãe dele, velhina, velhinha, que disse: "Eu queria poder enterrar o meu filho", como todo pai deve ter direito, a mulher, as filhas. Então, é um momento de muita emoção que todos nós vivemos, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, Ministro, nós poderíamos ouvir o Senador Cristovam, e depois o senhor faz os comentários para poder ir mais rápido. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, eu agradeço que tenha me colocado na frente

do seu nome, o senhor estava inscrito antes de mim, mas eu, de fato, tenho uma viagem, e eu não queria deixar de falar aqui.

Ministro, por um lado, eu já fui contemplado por quase todas as falas, especialmente pela última, do Senador Inácio Arruda. Eu vou acrescentar apenas o compromisso fundamental com a verdade, que esse país tem que ter. A Lei da Anistia tem que ser respeitada, mas lá não está escrito: "Fica proibido contar a história". É uma lei de anistia, não de amnésia. O senhor até comparou bem que a gente não pode dirigir olhando para o espelho retrovisor, mas o país não pode avançar se não olhar para a sua história, que é a maneira de falar espelho retrovisor de uma nação inteira. Temos que olhar, até porque não dirigimos sem prestar atenção a esse pequeno espelho, embora, se ele nos distrair muito, poderá causar acidentes de percursos.

Dito isso, eu queria aproveitar esse minuto para ler, porque eu tenho tido essa prática aqui, algumas perguntas que me chegaram pelo telefone, que eu disse que o senhor estava aqui. Eu vou ler rapidamente, o senhor responde as que quiser. Mas eu creio que é um direito dos 'twitteiros' do Brasil mandarem perguntas para o Ministro. Um deles é: "Se moradia é direito, o que fazer com os prefeitos que não realocam moradores em área de risco?" "Por que encurtar debates com decretos, se isso não é uma forma de autoritarismo?" "Por que não o plano familiar no lugar do aborto?" "Por que os direitos humanos sempre protegem--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Cristovam, a segunda pergunta.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A segunda... "Por que encurtar o debate com decretos, se isso... "Se isso não é um autoritarismo?" A outra é: "Por que não prever no documento o planejamento familiar, no lugar do aborto?" "Por que os direitos humanos se preocupam apenas com os bandidos e não com as vítimas?" "O que o Ministério acha do uso de filmagem nos interrogatórios policiais?" "O que acha de localizadores eletrônicos?" "O que pensa do direito à igualdade jurídica?" Desculpe...

Chegaram 50 perguntas em 20 minutos. Eu não vou ler as 50, porque se parecem muito--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É, tornozeleira, colocou localizadores... "Por que não considerar a igualdade do atendimento jurídico como direito humano?" "Por que alguns têm direito a um tipo de advogado diferente de outros e terminam uns ganhando e outros perdendo?" Essa aqui é "Por que o Governo recuou?" "Por que o governo recuou?" E a outra é que o senhor--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANUCCHI: Não fala especificamente no que recuou?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, recuou no conjunto do plano. E a outra é que "por que o senhor não cumpriu de que renunciaria, se o governo mudasse?" "A outra é por que não tem mais itens para os jovens, se a Comissão da Verdade vai sair do papel..." São essas.

Eu vou ficar ainda aqui, porque ainda... Eu fiz questão de ler porque senão eu não estaria cumprindo compromissos com aqueles que enviaram, foram mais de 50 perguntas.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANUCCHI: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só teve mais uma... A política para jovens. "Por que o plano não dedica à preocupação que deveria com os jovens?"

É isso, Ministro, eu me dou por satisfeito, e quero dizer que mesmo que eu já tenha me manifestado que eu gostaria de ver mais ênfase num direito fundamental que é o da alfabetização, que o documento toca, mas de passagem, de qualquer maneira, eu não posso deixar de reconhecer que é um avanço, e um avanço construído pelo Estado, porque, como o senhor mesmo disse na sua fala inicial, começou no Governo Fernando Henrique Cardoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ministro, o senhor quer responder, nós temos ainda Mão Santa e Fátima?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós não podíamos logo... Porque eu acho que fica mais rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, tá. Mão Santa é o próximo inscrito, depois, Senadora Fátima, e encerramos.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Ministro e Presidente, que Deus está Minas aí, a liberdade, me desculpe, que ano V. Exa. nasceu, Ministro? Que ano?

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Nasci em 15 de maio de 50, estou na reta final para chegar aos 60.

[risos]

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Está novo, eu nasci antes. Eu quero dar um testemunho, eu nasci na guerra, em 42. Então, na guerra, né? Eu quero dar o testemunho, esse negócio de democracia é bonito, e a gente aprende com as adversidades, quer dizer, vivi o Getúlio, e eu quero dizer que ele era um homem bom, eu vi pessoalmente o Getúlio, eu conheci ele pessoalmente, criança, em 1950, e o meu tio era prefeito

de Parnaíba, e em agosto de 50, ele fez um comício, ele votou na eleição.

E, estudando história, eu tenho que ser... Eu sou médico, psicologia, e tenho aquela neurolinguística que diz modelagem. Então, o meu modelo, por ser médico, cirurgião, o mineiro... Juscelino, né? Natural. Mas eu encontrei um presidente da OAB, Reginaldo Furtado, e eu governava o Estado do Piauí encantando com o Juscelino, um modelo, que se chama, em neurolinguística, um modelo que eu escolhi. Aí esse da OAB: "O Getúlio é melhor". Aquilo me chocou, e desde dali eu comecei a estudar o Getúlio. Era um bom homem, mas ditadura nenhuma presta; nós já lemos Graciliano Ramos, "Memórias de um Cárcere", que basta isso, falta no povo brasileiro muito é a ignorância audaciosa... Basta ler Graciliano. Ninguém vai, o estadista, o homem trabalhador, competente, isso daí ele disse que o Getúlio era melhor. Agora, ditador nenhum é bom. Vá ler "Memórias de um Cárcere", de Graciliano. E essa memória militar está aí, o Elio Gaspari, para quem não viveu, eu vivi. Eu sei exatamente como foi, eu era estudante universitário quando ela se instalou, e quero dizer o seguinte, teve seus acertos, teve seus erros, e eu acho que ninguém melhor do que eu para fazer análise disso porque eu sou da intimidade, eu fui escolhido por Petrônio Portela; não sei se foi uma coisa boa, porque eu fazia minha medicina sossegada, numa Santa Casa, e eu era mais feliz. No meu gabinete, tem um retrato meu bem novinho, de óculos, e ele, eu não sei se foi bom não esse negócio de política. Eu era mais feliz médico de Santa Casa.

Mas eu quero dizer a V. Exa. que, então, eu combati. Eu, no dia seguinte, esse Araújo, que está ali, aquele que você não tem um poste aí, 50 anos de Brasília, o Secretário do Marco Maciel, ele é do Piauí, de Floriano, era o secretário, eu brinco muito com ele, eu sempre falo assim, de coração, aí eu digo para ele: "Rapaz, tu nunca fizeste um discurso para mim. Tu fazia os discursos do Petrônio", porque eu era da intimidade e o Petrônio trocava ali três linhas. O senhor sabe como é, e agora está fazendo do Marco Maciel, e eu, que sou do Piauí, e tu não me faz um? Então, eu o conheço precisamente. No dia seguinte da anistia, por acaso, eu visitei o Petrônio, aí detiveram [soa a campainha] um jovem da Polícia Federal, o ascensorista pensou – porque eu ia com dois médicos, que eu era Polícia Federal. Aí ele disse assim: "Mão Santa, eu faltaria com o João, mas não faltaria com você". A última vez que eu vi o Petrônio. Eu digo: "Que João?" Dois médicos, pedido de crédito orçamento de hospital, eu era deputado estadual. "Que João?" "O João Figueiredo, acabei de tomar café com ele, acabei de tomar café com ele para dar o resultado da anistia". Isso eram nove horas, saiu correndo [ininteligível], aí eu fui e pedi um credenciamento de um hospital, do Piauí, dos médicos--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Mão Santa, só interromper um segundo, eu vou só passar a Presidência para o Senador Inácio Arruda, porque eu vou ter que me ausentar.Pode continuar.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): "*Libertas quae sera tamen"*.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vou para lá.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Pois é... Aí ele me contou e eu vi, a anistia foi por seis ou sete votos, a imprensa teve... Mas foi um negócio muito próximo, exaustivo, e eu vi no semblante daquele homem puro, descente, correto, esse homem ia ser Presidente da República; El,e na intimidade, me disse, e seria, eu fui escolhido por ele. Tem um retrato bem novinho do meu gabinete, eu cabeludo, retardei porque eu adorava medicina, mas acabei... E o [ininteligível] Araújo viu... Aí eu digo: "Não, vim aqui lhe atormentar, não sabia... E trouxe até a ***Adalgisa*** aqui, porque ninguém nunca mais vai vir aqui, deputado estadual", aí ele botou o dedo em riste assim: "Você vai ser tudo o que quiser no Piauí". Foi a última vez. O Antônio Araújo, aquele do quadro do testemunho, eu, médico, e a minha esposa.

Sim, mas eu queria dizer que eu vi o semblante de um homem bom, um democrata, Petrônio Portela, e eu o conheci [ininteligível], e ele eufórico, porque tinha conseguido a maior obra dele, a anistia. "Consegui, passei a noite, tal". Então, isso aí foi muito complexo, ele seria o Presidente da República. Antes, ele tinha me confessado que estava tudo feito o colégio eleitoral, ele seria o civil e Tancredo o vice dele do PP, e ele da Arena, ganharia o MDB.

Então, eu vi, no dia seguinte, o semblante que tinha conseguido a maior obra, então, eu sei que é complicado, o meu nome é Francisco, paz e bem, e se você estudar, todo mundo compara a política com a guerra. Atentai bem, o Cristovam, que é um homem que sabe tudo, ou quase tudo, eu não vou citar quantos, mas Clausewitz, todo mundo tem aquele livro de ***Henry***, um mestre da doutrina militar, que a guerra e a política são uma a continuação da outra. Por isso que eu disse que a política não é boa coisa, a gente compara é com a guerra. O Winston Churchill disse: "Política é como a guerra, com a diferença que a guerra a gente só morre uma vez", na política, né?

[risos]

Então, isso é uma guerra, a política, "A arte da guerra", Sun Tzu, isso é uma guerra, foi uma guerra.

Agora, não foi só essa do militar não. E eu sei, sei bem, eu sou oficial da reserva, eu fiz o CPOR, eu sei o que é unidade de comando, unidade de disciplina, hierarquia, RDE e... E mais ou menos nessa época, eu fazia quarto ano de medicina e era líder estudantil, quando se deu. O ***Valton Leitão, que vocês conhecem , é um líder socialista***. Então, foi uma guerra, vamos ver, agora, Deus me permitiu saber, e saber muito, estudei muito e muito, isso eu não estou dizendo com orgulho, a minha família que me possibilitou, e homens como eu convivi, como o Petrônio, não vou citar outros [ininteligível], e tal. Mas eu vi a Argentina, e Deus me propiciou para contar aqui, eu estava lá, eu adoro Argentina, meu mundo era Parnaíba, eu fui porque quis operar lá, era o Pelé fazendo gol; Roberto Carlos cantando, e eu operando na Santa Casa de Paranaíba.

Eu era o bom, não vim para cá porque não quis, não fiquei em Fortaleza porque não quis, no Rio de Janeiro, cirurgião tive todos... Fui para a Santa Casa porque minha terra, fui apaixonado, porque quis. Aqui tive milhares de convites para vir aqui ser chefe do IPASE, nessa época.

Mas eu quero dizer, eu vi, Deus me possibilitou eu estar no Maracanãzinho o dia mais importante, Geraldo Vandré, eu fui, não entendo de música, sei pouco, musicalidade, confessar minha ignorância. Quando eu vi, foi aquela confusão, o povo querendo quebrar o Maracanãzinho, porque ganhou o Sabiá, de Chico Buarque e Tom Jobim. Eu não entendo, mas era um negócio suave, bonito era, porque tenho ouvido... O senhor estava lá? Mas o povo queria o negócio, aí eu vi um homem de decisão, isso influenciou muito na minha carreira, eu falo sozinho assim... Cristovam, aí, querendo quebrar, ele pegou com raiva uma cadeira de pau, botou a perna e disse: "Minha gente, a vida não se resume a festivais. O júri está aí para julgar, vamos cantar".

Ainda hoje eu canto: "Vem, vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer". Quer dizer, eu estou testemunha disso. Os militares, e eu comparo com a Argentina, Deus me permitiu um dia, mas fui porque eu gosto, o Petrônio atiçou e aquilo é o diabo e eu gosto. Quando eu vim, vinha com a Adalgisa: "Não, pode, deixa..." "Então, eu vou a pé mesmo", tem um dia lá que eles celebram, que atentai bem, Ministro, vai nesse dia, não sei o número exato, foi coincidência. O povo todo na rua, "pois eu vou a pé mesmo" e entrei, até porque eu gosto dessa confusão, no partido do Perón, todos os partidos se reúnem em frente da Casa Rosada.

Olha, Inácio, você chorou aqui, mas se você fosse lá era todo dia, todas horas, todo minuto. Eu vi, um dia é bom para V. Exa. ir, para saber a diferença, Deus me proporcionou isso. Olha, faixas assim, faixas de pano de um metro, aí a gente via, eu comecei a entrar, aí eu procurei o partido do Perón, judicialista, faixas pregadas, retratos preto e branco... 30 mil, o pai do lado, a gente vê pela cara, andando assim [ininteligível], e ali eles se encontram e vão encontrar na Casa Rosada, 30 mil retratos. Aí, desaparecido, assassinado. Eu vi, proporcionalmente à população da Argentina, Cristovam sabe tudo. Quanto é a Argentina? Sabe, ou tu não quer dizer. Tu não é o professor aqui? Quanto é a população da Argentina?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Um quarto da nossa, vai.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Um quarto... Então, 30 mil é 120 mil, matematicamente, elementar eu sei, do Professor Trajano. Quatro vezes mais, se fosse no Brasil. E olha eu vi os retratos, aí eu não vou dizer que me diverti, e olhando nas faixas a cara, o irmão, e olha, eles se encontram, a solenidade vocês, quando eu vi, eu estava bem perto, a coisa mais linda, todos os partidos, e eu, por simpatia, negócio de Eva Perón, e tal, e lá se encontram são poucos oradores, e sempre a Casa Rosada. Quero dizer, ela é pela pátria, pela bandeira, pela liberdade e nunca mais ditadura. Não vai ter mais lá não, e todo mundo, é pai do lado, do filho, e poucos oradores, um intelectual, um representante, nada de canseira, uma parada.

Então, aqui, eu, aqui, eu assisti, eu estudei, e conheci alguns militares, eu conheci pessoalmente o Castelo Branco, que era do Ceará. Eu tinha uma namorada lá que o subcomandante era o pai dela, e ali eu fiz CPOR, conheci, era um homem cearense, homem é homem em sua circunstância... Não é? Conheci... Médici eu não conheci. Conheci pessoalmente esse Geisel, era governador, e eu tomei foi dois porres com o Figueiredo, eu aqui. Estava contando para ele, não tem nada não. E vi no *"in virtu, veritas".* Eu não vou dizer, porque seria inconveniente, mas eu, porque o governador do Piauí não bebia, os filhos do Portela de jeito nenhum, e essas inauguração, eu era vice-líder, o líder era Juarez Tapety e botava lá e ficava vendo as músicas, o Figueiredo, *"in vinus virtu veritas"*, mas, na minha psicologia, ele era um homem bom. Ele não era é político, o Figueiredo. Eu posso estar errado, mas convivi "*in vinus virtu veritas"* eu não vou, porque... Eu me lembro o padre [ininteligível]: "Não sei o quê, eu vou prender, o que você está achando?". Eu digo: "O governador é bom, ora se eu tava na casa do homem lá bebendo". Mas um homem puro, eu vou dizer, por duas vezes, inaugurações, o jantar na casa dele, ele não bebia, botava ali, eu, o Tapety, um genro dele e ficava ouvindo música. Eu acho... Ele não era político,

que ele dizia de certo até em confidências. Eu falo da eleição, ainda me lembro: "Eleição, ô, Mão Santa, é aquele do papa, que a gente não vê nada, vê só a fumaça, e falam da nossa". "Você não votou?" "Votei sim". "Você gostou?" "Gostei sim, o governador é gente boa, Dr. Lucídio". Então o homem é o homem e a sua circunstância, mas eu vi que aquele homem, eu gosto do Figueiredo, eu estou contando meu testemunho, só esses encontros e outros que aí tinha oficialmente, né? Mas quero lhe dizer que a impressão que me deu, e eu sou médico, um pouco de psicologia, não sou... Era assim: "Figueiredo, vai para o Iraque", ele ia. Então, botaram ele para ser presidente, ele veio e o Geisel disse para ele fazer a abertura, ele fez. Então, é essa a impressão.

Então, os militares, os militares somos nós, nós somos, povo; eu sou oficial da reserva, fiz o CPOR, e tem gente que não presta, tem na igreja, tem aqui, na política, como tem, como tem gente que não presta, no jornalista tem picareta, pilantra de todo lado, então, mas o resto é isso. Somos nós, gente como nós, eu sou oficial da reserva, e eles tiveram certa sabedoria. Primeiro, alternância de poder, isso é da democracia. Eles foram; eu estou fazendo como eu sei, a história que eles não sabem. Não houve alternância? Entre eles, mas houve.

[risos]

Houve, tem na história aí como Fidel Castro já está com 52 anos... Ele foi... É a história que eu estou par ensinar. E outra, houve temporariamente, aqui eu estava no dia que fecharam do lado do Petrônio, eu estava do lado dele, num dos dias que fechou esse Congresso, foi no dia que o Petrônio mandou votar uma reforma do Judiciário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E ele falou que foi o dia mais triste da vida dele.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Esse mesmo, eu estava do lado dele e a imprensa... Eu apreendi que autoridade é moral, não é negócio de política não. Aí veio a imprensa, e diz: "É o dia mais triste da minha vida". Essa frase foi lá, e os militares fizeram reabrir aqui. Por justiça também, teve grandes. Eles, ninguém pode negar que Evandro Lins e Silva, do meu Piauí, foi um exemplo maior. Não tem hoje como ele, na sua firmeza, ele que deu *habeas corpus* para o Miguel Arraes. Eu vi Miguel Arraes me contando que já pensou que ia ser comido pelos tubarões lá na ilha Fernando de Noronha. Então, deixou aberto, houve [ininteligível] isso que eu quero dizer, mas, vamos... Se nós formos buscar mesmo, professor, a história, nós vamos acabar com esse Duque de Caxias; se a gente puxar as coisas, porque a coisa mais indecente, mais imoral nós tivemos naquele Canudos, e a do Bento Gonçalves, a Guerra da Farroupilha. O Exército de D. Pedro II enganou os pretos que o Bento Gonçalves conseguiu, que foi o precursor da República, e foi o precursor da liberdade dos escravos, dos negros, aí o Bento Gonçalves prometeu que ia fazer a liberdade nessa nova República e eles pactuaram, e na hora H, que ganhou o exército de Caxias, aí mataram todos os negros lá. O Paim que conta, porque o avô dele está no meio.

Então, também história cheia de guerra, era uma guerra... E a nossa tem que ser compreendida assim. Não estou justificando nada, não estou nada, mas vamos comparar com a da Argentina, que nós somos felizes, pelos que eu conheci. Eu conheci só esse, mas não conheci Médici, não conheci Costa e Silva, isso é só o meu testemunho.

Então, Ministro, é que eu quero crer isto: A anistia foi um avanço de pureza, de inteligência, de competência, que nasceu no Piauí, com Petrônio Portella. Então, é muita coisa que tem que ser respeitada, numa anistia, isso foi um pacto, graças a ela voltada, graças a ela, que estamos aqui. O homem é o homem e sua circunstância, então, foi possível.

Agora, falou-se aqui uma coisa muito certa, que eu quero dar o testemunho, e como era correto. E eu, nesse mesmo período, foi indicado pelo irmão do Petrônio, que foi Senador ***Lucídio***, para ir representar o Piauí num projeto de planejamento familiar. Aí é que está, falaram aqui, esse que é o futuro, e atentai bem, era em Bogotá, numa pró-família, era no México, e depois nos Estados Unidos. E eu vi no México, que é um partido cristão, a igreja tem que se atualizar, tem que se avançar, tem lá na Constituição: "*El mexicanos podem e devem se acasalhar, eles devem ter o numero de hijos que desejam ter. El Estado tem obrigación de garantir isso"*. Eu visitei muitas clínicas pró-família que chegava o casalzinho: "Não, agora vai ter eleição, eu quero ter três filhos..." Aí fazia o seu planejamento, vasectomia, ligadura, DIU, e tal. Isso é que tem que se ter, o planejamento familiar, a paternidade responsável, a maternidade responsável.

Então, meus parabéns, que você... V. Exa., na pureza, buscar a verdade. E eu sou do Partido Cristão, e diria, "de verdade, em verdade eu vos digo". Essa é a verdade que eu quero contribuir com o seu ministério.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vannuchi, vamos passar logo para a Senadora Fátima Cleide, ela é a última inscrita, em seguida, V. Exa. responde às indagações.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Garanto que meu relógio anda mais rápido e os meus três minutos serão bem breves mesmo, Ministro.

Eu quero apenas parabenizá-lo pela serenidade, parabenizar às comissões por tê-lo convidado a vir aqui esclarecer as dúvidas, dúvidas essas que geraram falsas polêmicas sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos. Eu quero parabenizar, mais uma vez, a sua seriedade, a sua serenidade aqui para esclarecer a todos todas essas questões que fazem parte de uma construção, como o senhor falou, de uma conferência, que sintetiza... Eu tinha muita coisa para falar, mas o Senador Inácio Arruda, no seu poder de síntese aqui, já disse muito do que eu queria dizer. Mas a Conferência dos Direitos Humanos, na minha visão, ela sintetiza também as propostas que já foram inclusive aprovadas em outras conferências, como saúde, Conferência da Mulher, Conferência da Igualdade... Da Promoção da Igualdade, a própria Conferência da Educação, realizada na semana passada, quando V. Exa. pôde comparecer inclusive à abertura, e no final, nós aprovamos, naquela conferência uma moção de apoio ao Plano Nacional de Direitos Humanos.

Então, foi um processo maravilhoso de construção, não apenas dos 14 mil que participaram da Conferência de Direitos Humanos, mas além desses, inclusive os três milhões que participaram da Conferência Nacional de Educação. Então, eu queria dizer que o plano, ele reflete o Brasil que a gente quer construir. Ele reflete o Brasil que a gente quer, sem preconceitos, sem discriminação, sem sexismo, sem machismo, um Brasil de igualdade, sem xenofobia, sem homofobia, sem lesbofobia, todas essas coisas que muita gente tem fobia, só de ouvir falar, porque elas significam respeito à pessoa humana.

Mas a gente tem a compreensão desse processo. Infelizmente, eu não vivi, ou pelo menos eu não tive consciência do que estava acontecendo no país, no que se refere à questão da ditadura. Eu nasci em 1963, num local que era um território federal. Então, você imagina se a comunicação hoje, Senador Inácio Arruda, já chega extremamente orientada para aquilo que deve ser uma informação publicizada, ou uma formação pública, de mídia, de comunicação, você imagina aquela época, no ex-território federal de Rondônia, como é que era, o estado de alienação que a gente vivia.

Então, com relação à ditadura, eu sou apenas uma estudiosa, e uma pessoa que se coloca, enquanto representante do povo, à disposição de que a gente possa abrir todas as histórias, porque eu mereço saber. Eu, como cidadã, mereço conhecer a história do meu país. E por mais que ela seja difícil para algumas pessoas, ela tem que ser mostrada.

Mas eu queria me deter a duas questões que o plano trata, e que são tidas como polêmicas, que é a questão da descriminalização do aborto e a questão da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo. E eu queria dizer que fico extremamente emocionada até, quando eu vejo as Resoluções da Conferência Nacional de Direitos Humanos com relação a isso. E, antes que, no meu estado, num momento de disputa eleitoral, se faça qualquer afirmação no sentido de dizer que "a Senadora Fátima é a favor do abordo", eu queria aqui deixar muito claramente para o Brasil, não faço questão nenhuma de esconder, tenho 47 anos, eu sou avó, sou mãe; eu vivi uma gravidez na adolescência, e a minha filha repetiu essa história. Eu sou a favor da descriminalização do aborto, mas eu nunca fiz aborto na minha vida. Eu tive meus três filhos, e hoje eu tenho dois netos, um com oito e outro com sete anos.

Portanto, eu não estou aqui falando com causa própria, eu estou aqui com o olhar de quem tem a representação do povo para fazer leis para buscar a melhoria da qualidade e das condições de vida nesse país, principalmente das mulheres, e daqueles que não têm vez e voz, que são milhões.

Eu acho que o Brasil não pode mais conviver com essa cegueira da omissão, do faz de conta de que as coisas não acontecem, enquanto as mulheres estão jovens, morrendo nas clínicas de aborto. Eu defendo a descriminalização do aborto, e torno a repetir, e já tenho netos. E eu tenho certeza que tem muita gente que fala contra o aborto, contra a descriminalização do aborto, que tem talvez duas vezes a minha idade, e que ainda não tem neto, e a gente tem que descobrir por quê. Porque, muitas vezes, muita gente faz, mas, no público, criminaliza.

Então, aquilo que as mulheres lá do Mato Grosso do Sul estão vivenciando nesse momento, que é simplesmente pelo fato de ter passado numa clínica, ter o seu nome hoje como indiciada da Justiça, não pode acontecer nesse país.

Portanto, Ministro, parabéns pela coragem, pela ousadia de defender aquilo que é uma construção da sociedade. E o Senador Inácio Arruda dizia que as conferências nasceram na Câmara, e eu digo, Senador Inácio, até para fazer uma pequena consertação, que muitas conferências nasceram antes na sociedade, depois, elas vieram para a Câmara, a exemplo da própria Conferência Nacional de Educação, e só agora, no oitavo ano de governo do Presidente Lula, nós conseguimos realizar a grande conferência que a sociedade brasileira já vem discutindo há décadas atrás.

Então, o que nós temos que fazer aqui é apenas respeitar aquilo que a sociedade brasileira pede para que nós façamos, que é respeitar os direitos humanos. E na questão da homofobia, eu concordo plenamente com o Senador Inácio Arruda, quando ele diz: "O Judiciário está fazendo aquilo que nós não fazemos".

Agora mesmo, e há mais uma questão que eu gostaria de colocar, que é com relação aos meios de comunicação, Senador Inácio Arruda, nós acabamos de assistir, eu digo nós, a sociedade brasileira, a mais uma apresentação daquilo que se transformou no início do ano, de todos os anos, na grande atração nacional na mídia, que é o tal *Big Brother*, e nós assistimos à final de mais esse episódio chamado BBB, a sociedade brasileira se manifestou a favor de uma pessoa que é um homem, para alguns, bonito, não é o meu tipo, mas que expressa o machismo, expressa a síntese do que é a homofobia para quem não conhece. Porque aqui mesmo, nesta Comissão de Direitos Humanos, aqui mesmo nesse Senado Federal, nós ouvimos pronunciamentos dizendo que não existe homofobia no Brasil, e para aqueles que acham que não existe, e lembrando o resultado do último *Big Brother*, eu queria dizer que nós recebemos uma informação, denúncia, de que o rapaz, o último, um dos últimos que disputou, que era homossexual, chamado Dicesar, se não me engano, após a conclusão do programa, já recebeu, ele e seus familiares, cerca de 11 mil ameaças de morte, via os vários meios de comunicação social neste país: Twitter, Orkut e outras coisas mais.

E eu diria o que é homofobia, se isto não expressa o ódio que boa parte desse país sente em relação aos homossexuais? E eu acho que o nosso papel, nesse momento, é enfrentarmos essa discussão e mostrarmos que não dá mais para a gente conviver com a omissão do Legislativo com relação à parceria civil, que é nada mais, nada menos... Aqui no Brasil, nós não ouvimos ninguém falar em casamento, em matrimônio, as pessoas querem o reconhecimento da parceria civil porque isso reflete no seu direito de patrimônio, no seu direito de vida, no seu direito de ter saúde compartilhada, inclusive com o companheiro de anos.

Então, eu acredito que nós devamos, e eu até celebro o fato de que nós estamos no ano de 2010, um ano eleitoral e um ano de oportunidade que a sociedade brasileira tem, para renovar o Senado federal em dois terços, renovar a Câmara Federal, para que a gente possa trazer mentes mais arejadas para esta Casa, para este Congresso Nacional, e olhar com mais carinho para os direitos humanos.

Então, Sr. Ministro, mais uma vez, meus parabéns; a sua vinda aqui só comprovou que nós estamos no caminho certo, na defesa dos direitos humanos desse país, e V. Exa. fez uma brilhante defesa do Plano Nacional dos Direitos Humanos, de modo que nós assistimos a uma sessão de diálogo. E como disse aqui o Senador Suplicy, nós assistimos a esse diálogo de forma muito fraterna até, com várias pausas para a emoção que nos toca. Então, mais uma vez, meus parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Muito bem, Senadora Fátima Cleide, vamos passar, de imediato, porque a nossa sessão foi... Por essas razões todas, ela se prolongou, e demonstrou a importância do debate... Aqui, às vezes, é assim, em uma sessão de uma CPI, tinha uma ideia que de não deveríamos convocar determinada pessoa porque iria criar um problema etc. "Vamos convocar". Chegou aqui, a pessoa explicou todas as questões, e o resultado, que a própria oposição, que era quem mais instigava, saiu desarmada. Eu não considero que seja o caso dessa reunião, porque parte da oposição, no caso nosso, da questão dos direitos humanos, e especialmente do período ditatorial brasileiro, que não é exatamente o problema da quantidade de desaparecidos que está em causa, que por isso não dá para comparar Argentina, Chile, Uruguai e Brasil, todas essas ditaduras foram brutais. Não é o problema da comparação. É que esses segmentos sociais que estão aqui no Senado Federal, salvo raríssimas exceções, tiveram as suas legendas, as suas agremiações e os seus partidários também perseguidos pela ditadura.

Então é uma causa quase que suprapartidária, não completamente suprapartidária, mas quase que completamente suprapartidária, uma causa da nação brasileira. Por isso que essas questões precisam ser examinadas para serem superadas na nossa história.

Então, uma sessão que foi muito significativa. Às vezes, as pessoas pensam de um jeito, aquilo ali, "agora nós vamos colocar o Ministro no canto da parede, agora nós vamos tirar ali uma questão significativa para ser uma bandeira". Não é possível porque as questões aqui não são dessa ordem, dessa natureza, e o Ministro veio aqui, fez um esclarecimento, porque eu vi toda intervenção do Ministro, depois todas as intervenções dos senadores, e que terminou numa situação de que, salvo algum outro aspecto que é considerado polêmico, mas que vão ser fruto do debate permanente nosso. Não vão sumir, nem no governo Lula, nem no futuro governo, que eu espero que seja da ex-Ministra Dilma, nem em outro. Eles não vão sumir do nosso dia a dia, do nosso cotidiano. Eu considero que esse processo dá saltos, e eu considero que ele está dando um salto. As conferências deram um salto, e o resultado das conferências nas mãos do governo também deram um assalto. E isso precisa de coragem para enfrentar, e eu acho que o Governo enfrentou.

Por isso, Ministro Vannuchi, eu também quero deixar meu parabéns da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Direitos Humanos e passar a palavra a V. Exa., para que V. Exa. possa examinar as questões que foram levantadas, e

também aquilo que o senhor deseja acrescentar em relação ao programa que está em debate e em discussão na sociedade brasileira.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Muitíssimo obrigado, Presidente Inácio Arruda. Muito obrigado, Senadora Fátima. Eu lamento dizer que não vou falar correndo para acabar logo, como é o clamor do direito humano à alimentação, e deixo todos aqui à vontade, mas eu preciso responder às questões todas porque nós temos um sistema de comunicação, que mesmo que interno aqui, ele está falando com algumas dezenas, talvez centenas de assessores aqui da Casa, que são fundamentais na construção das políticas, responder às perguntas do Twitter, e me pediram para fazer um comercial do Twitter da Secretaria de Direitos Humanos, é isso? Mas aqui como é? Twitter@... É só isso? @direitoshumanos? Ah, @dhumanos. Bom, o 'twitteiro' sabe, é isso? Eu já não saberia.

Eu quero começar, então, da profunda gratidão pelos convites, pela generosidade de junção, pelo espírito que permeou o processo todo, e que eu acho que é uma coisa assim, além dessa marca da emoção, tão importante, reforça muito a aposta no diálogo democrático. Então, quer dizer, as partes, muitas vezes, se eliminam porque não se dispõem a assentar para se ouvir. Eu mencionei, há pouco, que houve duas etapas da Comissão da Verdade no Chile, qual a diferença? Na segunda, as famílias sentaram com os generais. E desse contato imediato, eu estava contando a ida de familiares ao Araguaia, a presença da Diva, a presença de Aldo, de Paulo, quebrou toda uma animosidade, uma desconfiança que havia antes, "aquele cara que eu não conheço, não sei quem é, mas sei que não gosto dele", mas na hora a gente senta junto, a humanidade que nos une, nos identifica, ela pode, muitas vezes, superar qualquer divergência de ordem política, às vezes, ideológica etc. e tal.

Eu vou inverter a ordem da resposta, com a Senadora Fátima, primeiro eu que quero devolver aí a saudação como um grande símbolo da luta pelos direitos humanos, com essa questão do tema do direito da mulher, da questão da diversidade sexual, da criança e do adolescente, por um trabalho, que é difícil, nós sabemos, por tudo que realiza, e aqui, aproveitando aqui a militância dos direitos humanos, da sociedade civil, pessoas do fórum das entidades nacionais, quem sabe, já fica lançada a proposta de que agora somos três parceiros na coordenação, se é o caso de convidar a Comissão de Direitos Humanos do Senado para ser incorporar, como organizador do evento, o debate que eu farei na Câmara, daqui uma semana ou duas, comparável a esse, nós víamos como uma tarefa mais simples do que do Senado, por quê? Porque, lá na Câmara, a Comissão de Direitos Humanos é autora, ela realizou, em pleno o recesso, uma audiência em janeiro, de defesa do PNDH-3, e depois fez uma segunda, em que convidou todos os críticos, alguns vieram, e foi um momento também marcante como esse.

Então, fica lançada a proposta para os demais parceiros, que a conferência, e que eu não participarei pessoalmente, porque ela começará a ter um processo aí... Bom, posso participar como sociedade civil, a partir de 2011, ela incorpore a Comissão de Direitos Humanos do Senado, fica o recado para o Presidente Cristovam Buarque, para que nós já combinemos esse passo. São três parceiros, coordenadores, que podem se tornar imediatamente quatro. Quem sabe, daqui a pouco, trazemos o Supremo para ter também um elemento, ser um quinto, porque se trata de construir direitos humanos com senso amplos.

O Senador Mão Santa fez um depoimento que teve muitos elementos importantes de recuperação histórica, e eu gostaria de comentar, em relação à fala dele, que o espírito é esse. Só que o espírito de reconciliação é incompatível com a ideia de botar uma pedra e não processar. O processar, eu não estou dizendo aqui judicialmente, estou dizendo processar no sentido amplo e abrangente da palavra, com a dimensão judicial, o Supremo, o Judiciário brasileiro decidem, e o que decidir, estará decidido. Mas o processamento é histórico, é político, é ético, é educacional. Esse livro, "Direito à memória e à verdade", daqui a pouco, será ainda, no dia 26, 27 de abril, que dia é? 28. Ministro Fernando Haddad e eu lançaremos, já estejam convidados, ele foi transformado num CD-ROM, e ampliado em 10 vezes o conteúdo, para incorporar toda a reconstrução cultural de cada período.

Então, na hora que alguém pegar ali um dos mortos, um dos desaparecidos e puxar a história dele, que é a história do livro, verá uma história para a época, para a música da época, para o teatro da época, o cinema da época, a situação política do Brasil, do mundo. Quer dizer, de aprendizado, para que a geração que entra na escola, e nós vamos tentar produzir o CD-ROM às dezenas e centenas de milhares, fazer aleluia em cima da ponte, para quem pegar, chegar em casa, botar no aparelho e começar a ter uma leitura da história, em que esses heróis, pedido do Presidente Lula, para tratar Marighella, Gregório Bezerra como heróis, não como vítimas; pessoas que morreram por uma causa, como heróis equivalentes a Frei Caneca, Tiradentes, Zumbi, os grandes construtores do Brasil que nós temos hoje.

E o Senador Mão Santa nos surpreendeu com o depoimento de que ele estava ali no Maracanãzinho, no dia do Geraldo Vandré apresentando o "Pra

não dizer que não falei das flores", essa história toda, ao mesmo tempo que era uma figura das relações de Petrônio Portela. A comparação com a Argentina me é importante, pena que ele não está me ouvindo, mas eu estive agora, em 24 de março, então, 15 dias atrás, no feriado nacional argentino, que é o dia do golpe de estado de 76. Então, só na Praça de Maio havia três manifestações diferentes, de grupos que não se entendem bem, cada um deles com vários milhares, e eu fui, no ato oficial, com a Presidente Kirchner, na ESMA, o DOI-CODI de lá, onde cinco mil pessoas, desses 30 mil argentinos, cinco mil entraram, e dali não saíram nem os corpos. Então, até hoje é uma busca de fato de uma proporção absurda. Agora, vê-se uma Argentina que tem capacidade de trabalhar o tema como centro de um debate político como questões ainda em curso.

É bom? É ruim, é comparável, não é? Não queremos modelos, não estamos olhando para a Argentina para fazer modelos; a Argentina tem a história da Argentina; o Brasil a do Brasil, Uruguai, Paraguai... São as recomendações internacionais dos direitos humanos da OEA e da ONU, às quais o Brasil adere sempre voluntariamente. Eu lembrei, Estados Unidos e Canadá não aceitam a jurisdição da Corte, até ajudam a financiar, pagam, mas não aceitam. A comissão está achando o jeito, está discutindo casos norte-americanos, mesmo à revelia deles. O Brasil aceitou aquela caminhada histórica de uma das primeiras lâminas do *PowerPoint*.

É preciso processar, é preciso conhecer, é preciso tomar definições que o Judiciário estabelecerá se pune ou não pune; o PNDH incorpora o respeito explicitamente o respeito à lei de anistia, e achamos que a anistia é altamente controversa, ela tem uma ADPF a ser julgada no Supremo. E qualquer que seja o resultado da ADPF, os julgamentos, avaliações sobre ela, continuarão diferentes. Todos acataremos o que for decidido, e seguirão recomendações do tipo: "Bom, e ocultação de cadáveres?" Que é o caso de 140 pessoas, inclusive... Rui Frazão, que nós homenageamos aqui, momento de emoção... Fernando Santa Cruz, podíamos falar do José Carlos Mata Machado, na presença ainda do governador, Senador Azeredo, para lembrar uma figura ilustre de Minas, filho do professor Edgar, tradutor de Jacques Maritain no Brasil...

Nós teríamos nomes para cada Estado, para cada cultura das nossas micro-culturas aqui reunidas. Isso tudo existe como pressuposto para construir um Brasil melhor. E de novo, eu repito, num ambiente em que já os senadores presentes são absolutamente militantes dos direitos humanos, defensores do PNDH-3, então, não estou fazendo adaptação de discurso; eu quero reiterar que é a favor das Forças Armadas, é bom para elas, é indispensável para elas.

O Senador Arruda lidou bem com os temas, dificuldades que existem, não deixarmos colar em nós esse carimbo que querem nos pespegar, de revanchistas. Não somos, não é revanche, nós requeremos justiça, e pedir justiça nunca pode ser associado a pedir revanche.

A provocação do General Leônidas, que pode prosseguir agora com o Nilton Cruz, nós não responderemos, mas vemos, naqueles depoimentos, mais um elemento de comprovação da importância de fazer um afinamento definitivo, que ninguém mais argumente, como ainda argumentam, que não havia tortura no DOI-CODI, que ninguém mais argumente que Vladimir Herzog morreu cometendo suicídio, porque ele foi morto sob torturas... Os acusados estão colocando nas suas peças de defesa que eles não morreram sob tortura porque não havia torturas no DOI-CODI, desafio que o General Leônidas repetiu: "Desafio alguém a provar..."-–

SR. PRESIDENTE SENADO INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Drummond.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: --É possível chamar centenas de pessoas, e ainda no caso, se ele está se referindo a um período histórico--

SR. PRESIDENTE SENADO INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Esse era no período dele?

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: --76, dezembro de 76. E como ele fala que era do Rio, ele pode estar desafiando. Mas e a Casa da Morte, em Petrópolis? Quem é que cuidava dela? E quem é que mandou, depois da anistia, os dois militares, um oficial e um sargento do DOI-CODI, ir ao Rio Centro, no novo Maracanãnzinho, do Vandré, porque o que acontecia no Rio Centro, no 30 de abril de 81, era um show de primeiro de maio, organizado pelo Centro Brasil Democrático, ligado ao PCB, que na época tinha como militante o Senador Arthur Virgílio, e como executivo, jovem, Sérgio Cabral. E ali uma bomba explodiu num carro, matando um e ferindo gravemente outro; é depois da anistia, e o Brasil não pode considerar que um tema como esse deva seguir adiante, com aquela farsa do inquérito do Coronel Job Lorena, mostrando, com a vareta, de que: "Olha, aqui a prova que eles foram vítimas de um atentado à bomba".

Agora, evidentemente, nós temos que fazer isso com a mão estendida, um sentimento de perdão, que eu não falo em nome das vítimas, e reconheço o direito a discordarem inteiramente de mim nesse tema. Eu, pessoalmente, estou disposto a perdoar, mas o perdão, até na acepção clássica do cristianismo, não dispensa

os ideais religiosos de penitencia, de desdobramentos, do firme propósito de nunca mais pecar na religião, que nós podemos fazer, não jogando velhinhos na cadeia, mas impedindo que exerçam funções públicas, ou que uma sentença civil declare torturador, como já fez com Ustra, em São Paulo, e agora se aguarda o seu recurso, em que ele alega que não houve tortura; houve. Eu fui torturado pessoalmente, inclusive por ele, que quando fui preso em 71, não me torturou pessoalmente. De certo modo, também devo a ele minha vida, porque foi ele é quem entrou e mandou parar, mas um ano depois, em uma greve de fome, comandou enraivecido uma sessão de tortura contra mim, aos berros, para que nós terminássemos a greve de fome; o Politis acaba de escrever um livro sobre isso.

General Leônidas chamou, não havia exilados, havia fugitivos, fugitivo Miguel Arraes, fugitivo? Ele foi preso na sua cadeira de Governador do Estado, eleito, pelo voto democrático, e eu firmo aqui, publicamente, mais uma vez, a minha convicção: A única dúvida é quanto tempo demorará para acontecer isso. Pode demorar um ano, cinco ou 50. Mas o Brasil, se o Presidente Lula tem razão quando diz, "fez uma opção definitiva pela democracia", as nossas forças armadas, um dia, escreverão um documento oficial, qualquer que tenha sido o clima de março de 64, não cabia às Forças Armadas depor um presidente constitucional porque um presidente constitucional só pode ser substituído por voto popular ou por *impeachment,* nos termos da lei.

Então, é uma caminhada que ainda não se completou e se nos deixarem, a todos aqui, irmos ao diálogo direto com os militares, mais dia, menos dia, compreenderão que o mundo da Guerra Fria acabou, que naquela guerra que o Senador Mão Santa lembrou, não há vencedores e perdedores; ali o Brasil perdeu, então, essa discussão, quem venceu, quem perdeu, eles perderam, nós, eu... Eu estou aqui. Senador Inácio Arruda está aqui, Ministra Dilma candidata presidencial, e onde estão os torturadores? Que vitória é essa? Ou quem venceu? Tiradentes ou Joaquim Silvério dos Reis? Essa guerra ninguém venceu, nós, os presos políticos, os torturados, não somos os vencedores, não pode haver confusão sobre isso, e não venham dizer que venceu quem conseguiu sufocar, impor o silêncio à custa de estupros, degolas, esquartejamentos, pau-de-arara, cadeira do dragão, choque elétrico.

Senador Inácio Arruda, que nos propiciou também esse momento importantíssimo de emoção, porque a emoção fala muito nos direitos humanos, muito importante nos associarmos nessa ideia de que o que o programa propõe, e propõe exatamente isso, é democratizar, quer dizer, não é controle social, sequer controle democrático, palavras que não podiam ser acolhidas como negativas, controle social e controle democrático é coisa negativa? O que é isso? Controle de poderes...

Agora, como existe toda uma irritação conjuntural, como existe todo um cenário, em que o debate é distorcido, um jornal colocou em primeira página, "Contra a Lei de Anistia, Programa Nacional de Direitos Humanos propõe Comissão da Verdade". Era só ler o que está escrito lá, "observadas as disposições da Lei 6683", que é a lei da anistia.

E a democratização me faz lembrar um dos pais fundadores da democracia norte americana, Madison, na proposta de que ele tinha o temor, que já era de Rousseau, a guerra de facções, um estado se divide em dois grupos, em três, quatro, e a guerra fica interminável e destrói, a solução do Madison foi pulverizar, fragmentar um pouquinho de poder para todo mundo. Então, vamos fazer isso com a comunicação, vamos deixar cada sindicato dos trabalhadores, cada luta dos sem-terra, cada comunidade religiosa, cada associação profissional, ONG, das pessoas com deficiência, da área criança e adolescente, dos direitos do idoso, do segmento LGBT, cada um, com suas revistas, com seus jornais, com os seus canais técnicos, porque existe hoje um congestionamento aí na área, que não conseguimos transformar em democratização.

Com relação ao Senador Cristovam, lembrar que não é contra a Lei de Anistia, que ela está no decreto, está no programa nacional de direitos, está no decreto do Presidente Lula, que criou o grupo de trabalho, que talvez termine sua atividade na semana que vem, aprovando um texto, que é um texto de composição, eu vou falar daqui a pouco, respondendo ao Senador Arthur Virgílio, a respeito da questão do recuo, é da primeira intervenção dele, mas eu não tinha respondido.

As questões, muito rápido, do 'twitteiro' do Cristovam, do Senador Cristovam: Moradia em áreas de risco, evidentemente ele está mencionando o problema do Rio de Janeiro agora, essa tragédia que nós também aproveitamos aqui para fazer a nossa pequena homenagem a todas as vítimas e suas famílias, nessa distância que também nos une.

O problema do direito à moradia é fundamental; é um problema terrível dessas áreas de grande aclive, e isso tem que ser resolvido com políticas urbanas de inclusão, de construção; "Minha casa, minha vida" é uma das apostas estratégicas mais importantes do país, e com participação democrática. Hoje o jornal já tem uma solução preocupante, que é o prefeito, no desespero, falando que vai fazer aquela remoção da Vila Kennedy, do pré-64, de Carlos Lacerda, que levou o Zé Keti, se não me engano, a fazer a música que Nara

Leão imortalizou: "Podem me prender, podem me bater, podem até deixar-me sem comer que eu não mudo de opinião, aqui do morro não saio não, se não tem água, eu furo um poço, se não tem carne, eu compro um osso e ponho na sopa. Falem de mim quem quiser falar, aqui eu não pago aluguel. Se eu morrer, amanhã, seu doutor, estou pertinho do céu".

Então, tem que discutir com o morador, não é decidir que vai fazer um muro ali, e cercar, porque o ser humano tem, na liberdade, um desejo e um nutriente tão importante quanto o pão e a água. Qualquer muro que for colocado vai ser quebrado, pulado, quando um muro separa, uma ponte une.

Por que encurtar o debate com decretos? Não é isso do que se trata, o debate segue, é para estimular o debate, qualificar, como nós fizemos aqui hoje, assegurar um debate de qualidade superior. O tanto de distorções que se conseguiu corrigir aqui hoje... De colocar as coisas nos seus devidos termos, e é um decreto com alguma força cogente para o Executivo Federal. Não é para o Legislativo, não é para o Judiciário, são recomendações, sugestões, ideias, indicações, pedidos, que milhares de brasileiros, milhões de brasileiros, ainda em situação vulnerável, repito, os afro-descendentes, os quilombolas, a mulher ainda vítima de violência, o ribeirinho, o sem-terra, o trabalhador, o desempregado, todos os segmentos, pessoas com deficiência, idoso, criança e adolescente etc. e tal, LGBT, veem no processo da conferência a sua grande oportunidade de voz. É dar voz a quem não tem voz. É colher, de uma maneira capitalizada, com poderes públicos, 40% dos participantes, para transformar num decreto que o Presidente Lula apresenta como um roteiro seguro para prosseguir a construção desse edifício democrático.

Planejamento, não aborto, várias vezes reiterado, o próprio Senador Mão Santa, vamos lembrar, nós vamos alterar redações, não vamos desistir do tema. O tema estará mantido sempre, com uma visão mais próxima ao que foi aprovado nas conferências da mulher, nas duas, e procurando incorporar o máximo possível de recomendações da ONU. Agora, sempre com o limite que nós sempre tivemos, que é um governo composto de segmentos muito diversificados, nós já temos levado o tencionamento interno entre áreas a um limite que já extravasa para debate público. Recebemos uma portaria do Ministro Sepúlveda Pertence, presidente da Comissão de Ética Pública, que ele encaminhou a todos os Ministros, dizendo: "Tendo em vista o que dispõe os artigos 11 e 12 do Código de Conduta da Alta Administração Federal, do ano 2000", ele como Presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, lembra que, "no debate do PNDH-3, a importância de... É vedado à autoridade ministerial promover controvérsias públicas sobre questões administrativas que têm que ser resolvidas no âmbito interno, e não opinar sobre áreas diferentes".

Há Ministros que opinam sobre direitos humanos, opinam sobre aborto, e são de áreas totalmente desvinculadas da questão da mulher, da saúde, da justiça, direitos humanos, que são as áreas. Nós não podemos fazer isso, temos cautela, nesse sentido, dizer que recuo não pode ser associado a coisa ruim ou a derrota. Recuo em política é pão de todo dia, e eu digo mais, eu acho que, nas nossas vidas pessoais e familiares também, nas relações com filhos nós temos que recuar, eles também; nas relações amorosas; nas relações profissionais; nas relações de vizinhança, e na política, que tem que ser concebida como ação humana voltada à definição das propostas, das regras, das normas de convívio social. "Direitos humanos só para bandidos". O 'twitteiro' aqui devolve algo que vem sendo incutido, felizmente de maneira decrescente, mas no final do regime ditatorial, os setores derrotados cravaram fortemente isso: "Direitos humanos é defesa de bandido". E nesse sentido, essa pregação, procurava associar aqueles que levantavam a questão dos direitos humanos, que eram as vítimas do regime militar, com os criminosos comuns que estavam no presídio.

Primeiro lugar, é preciso dissociar isso, segundo, lembrar que quem está preso, mesmo quem praticou o mais hediondo dos crimes, é portador de direitos humanos. Ele tem que ter as leis brasileiras respeitadas, ele tem que ser processado com direito à defesa, punido, se mantido por 20 anos na prisão, em situações de dignidade humana, tal qual a Constituição e as leis. Não pode haver tortura, humilhações, os tratamentos cruéis, desumanos, degradantes...

Filmagens de depoimentos, é uma das propostas, Maria Auxiliadora Arantes, aqui presente, que coordena o nosso combate à tortura, estamos preparados para começar a discutir na pista do evento *Campus Party*, que nos abriu uma janela de sugestões para tentar estruturar esse ano, ou deixar pronto para os sucessores experiências-piloto, escolher uma capital, ou uma cidade média pólo, em que condições políticas locais funcionem como primeiro experimento; todos os depoimentos policiais terão de ser filmados por um sistema de Internet mesmo, e submetidos a um controle central da autoridade policial, judiciária, do Ministério Público, que vai ser um enfrentamento da tortura, capaz de derrubar 90%. Não acaba porque o torturador pode chamar essa pessoa e dizer: "Agora você vai entrar na salinha da filmagem, e se você recuar do que você confessou, você volta para cá e continua o tratamento que estamos te dando". Então, não é uma

prova definitiva, mas, realmente, depoimentos filmados podem livrar o Brasil, em grande parte, da mancha da tortura, que não deita raízes apenas no regime de 64, e sua impunidade, onde estão os corpos, a ocultação de cadáver, a investigação desses casos referidos nesses livros todos, mas deita raízes no Pelourinho, em séculos de escravidão, em que o escravo era submetido a torturas diariamente, como instrumento de disciplina e de castigo.

A questão da tornozeleira, sensor eletrônico, ela é polêmica, de difícil aferição, prevaleceu no nosso posicionamento, falível, como qualquer definição humana, a visão de ser a favor. A favor, a partir do nosso estudo, mostrando que ninguém é obrigado, a tornozeleira não será imposta a nenhum preso. Exemplos norte-americanos, o próprio Senador Mercadante me relatou, em que o preso que ia passar o fim de semana com a família, foi acusado de assalto, pôde provar a inocência com a tornozeleira; a tornozeleira foi uma maneira de provar eletronicamente que ele não esteve naquela área.

E, realmente, nós defendemos tudo o que for possível no sentido de esvaziar prisões... Da justiça restaurativa, que o Brasil só dá os primeiros passos, três, quatro experiências piloto aí no Brasil inteiro. O restaurativo é desjudicializar, é botar na mesa uma negociação de quem quebrou a vidraça, para dizer: "Olha, foi errado, não foi..." "Está aqui a vítima da vidraça, você está disposto a pagar, instalar ela, pedir perdão aqui? O que você pode fazer no sentido de ajudar crianças a não quebrar vidraças por aí?"

Claro que para chegar disso até chegar até um homicídio, vai ser um longo caminho, mas justiça restaurativa é fundamental nos direitos humanos, penas alternativas, fundamental, e por último, um sistema prisional que realmente tenha internação clássica, definitiva, nas instituições que não podem ser as instituições totais do Foucault, centros de tortura, de violência sobre o corpo cotidianamente... Lembra o Senador Virgílio falando do Ledesma, no Uruguai, dizendo: "Não pode entrar aqui tal viatura..." Imagina o que são os presídios do nosso país, e de vários países ainda hoje.

Igualdade no atendimento jurídico é preceito do PDNH-3. Por que o governo recuou, e eu não cumpri a ameaça? Não foi ameaça, não se faz ameaça, foi o momento em que tive de dizer à imprensa que, dentro de determinados limites, eu não poderia seguir nesse posto. Não haverá uma autoridade de direitos humanos no Brasil, em qualquer país, que seja séria e respeitável, se ela aceitar ideias do tipo "a tortura não é um assunto da sua pasta", ou que o Ministério Público não pode investigar as violências desse período. Então, nessa ação, há dificuldades de governo, em que é preciso sempre seguir a arbitragem, o comando do Presidente Lula, que é a autoridade mandatada pelo voto popular, e junto a conversa com ele, várias vezes já discutimos alternativas, e há uma determinação de seguirmos no cargo, seguirmos no posto, para cumprir essa programação, e na área do PNDH-3, cabe agora, depois de terminado o debate na Câmara, e concluídas as nossas alterações de flexibilização de texto, mantendo o conteúdo geral de tudo, a ideia de que nós temos que começar a implementar, através do Comitê de Monitoramento, que é uma das conquistas desse PNDH-3, para frente é que se anda, e deixar o caminho bem montado para 2011, repito, seja a Presidenta Dilma, seja o Presidente Serra, seja a Presidenta Marina, seja o Presidente Ciro, se for candidato, Presidenta Kátia Abreu, que em alguns momentos aparece como possível candidatura independente do DEM à Presidência da República, a construção histórica dos direitos humanos tem que de avançar, os governos começam e terminam, essa luta segue adiante, ela é permanente.

Do Suplicy, renda mínima está expressamente incluída no PDNH-3, em grande parte porque a perseverança dele nos convenceu a todos. Mandela é uma grande referência para todos nós; eu visei todos os países da região, fui à África do Sul duas vezes, conversei com membro da Comissão da Verdade, agora, lá também existem senões. Uma fala muito comum é: "Aqui se produziu muita reconciliação, e pouca verdade". E no *workshop* que realizamos com os principais especialistas da América do Sul sobre o GT, que termina semana que vem a proposta, reuniu, trouxe da ONU, da OEA, importantes especialistas, e o especialista peruano fez uma fala muito boa: "O que uma Comissão da Verdade consegue, como balanço dos 30 países? Consegue basicamente diminuir bastante a quantidade de mentira que havia sobre determinado tema". Não vamos achar que a verdade vai ser alcançada, como aquele Santo Graal que está ali, eu vou lá, achei e está aqui. Não tem isso, a verdade, ela tem controvérsias, tecnicamente é um nome simples, para dizer uma coisa mais complexa, o nome seria longo, é uma Comissão de Averiguação e Levantamento das Graves Violações de Direitos Humanos. Tecnicamente, violações de direitos humanos não envolvem ações cometidas pelo Fernandinho Beira-mar, pelo Marcola, por qualquer particular, e violações de direitos humanos não envolve ação de insurgentes. Os insurgentes podem, eventualmente, cometer crimes, não há violação de direitos humanos. Violações dos direitos humanos é uma característica histórica, sempre referenciada na questão dos indivíduos, *vis a vis* ao Estado, à ação do Estado.

Então, esse debate é um debate que seguirá, será quente aqui, terá que discutir qual é essa visão; uma Comissão da Verdade que os *experts* propõem que não seja setorial, que não tenha representantes das forças armadas e das vítimas, que seja formada por pessoas com distanciamento... Aquela ideia que muitos países realizam, de notáveis... Por que Desmond Tutu? Por que Ernesto Sabato, na Argentina? Figuras que demonstrarão, no seu relatório, que não tem uma visão unilateral, não vão dizer que a guerra foi entre um monte de demônios e um monte de anjinhos; vão descrever problemas, mas vão averiguar as violações de direitos humanos, portanto, filosófica, juridicamente, tecnicamente, aquelas praticadas no exercício da tortura, na morte, e do desaparecimento de corpos, conforme está expressamente consignado lá.

E uma última referência ao Zé Celso, que o Suplicy fez, lembrar também o seu irmão, homossexual, que foi assinado em São Paulo num daqueles crimes homofóbicos, com 78 facadas, que é um dos temas que a Senadora Fátima Cleide concluiu fortalecendo.

Eu termino, respondendo ao Senador Arthur Virgílio, quando ele fala em "conter a ação ilegal do MST", eu reajo dizendo que as ações têm que ser contidas porque é assim na vida democrática, no Estado Democrático de Direito, ninguém está autorizado, ninguém pode... Agora, pairando a hipoteca social sobre a sociedade, havendo condições de titularidade altamente questionável, grilagens, havendo contraditório jurídico em torno disso, havendo a fome, a condição famélica, o desespero, direitos humanos jamais poderá caracterizar o MST, qualquer movimento sindical, popular, como criminoso. Se, eventualmente, num episódio determinado, como aconteceu recentemente nos laranjais do Estado São Paulo, Cutrale, titularidade questionada, o Judiciário definirá; direitos humanos seguirá sendo voz de quem não tem voz. Lembrará episódios que a mesma imprensa que ataca não gosta de lembrar, das mortes de Pedro Alcântara, uma semana atrás, no Pará; de Elton Brum, em São Gabriel, meses atrás, e vamos ver como que ela trabalhará mais um julgamento dos assassinos de Dorothy Stang.

Bom, sobre os riscos... Sobre a questão do Uruguai, lembrar que o Uruguai fez um processamento bastante sério, rigoroso, do processo, membros da junta presos, militares presos, Tabaré Vásquez, que não participou daquela resistência, um médico oncologista... Ele, quando fez uma declaração, dois anos atrás, de que a Comissão da Verdade deveria investigar os dois lados, ele levou tanta pancada que publicamente foi a televisão pedir desculpas: "Eu errei, eu coloquei no mesmo saco duas coisas que não podem ser comparadas; se houve violências condenáveis da parte dos Tupamaros, ou o que quer que seja, isso não é o assunto que, na reconstrução democrática, trata-se de terminar o reconhecimento da responsabilidade do Estado". Que é o mesmo, esse Estado brasileiro é o mesmo de 64, de 69 e de 70. Responsabilidade que já está normatizada no art. 8º da ADCT. Então, nós não vamos definir nada; a Constituição já estabelece o dever do Estado de fazer a anistia, a reparação, a reintrodução nos postos, quando possível, a Lei 9.140, de 95, mortos e desaparecidos; a Lei 10.559, de 2002, a Comissão de Anistia.

Então, é prosseguir nesse processo, complementando a página que falta, sem revanchismo, sem querer reabrir feridas; é lavando as feridas, para que só assim cicatrizem. Curiosidade, é que faz poucos meses que terminou o mandato de Tabaré, dois meses, e assumiu o Mujica, 13 anos preso, não, sequestrado, em buraco; sequestro quer dizer o seguinte: Todos nós fomos seqüestrados; o DOI-CODI não chegava com mandado de prisão para nós. A gente era jogado dentro de um camburão, e levávamos pancada no deslocamento para a Rua Tutoia, no meu caso, e semanas depois, quando decidiam se íamos ficar vivos ou não, aí sim, começava a haver um processo de formalização: "Você vai para o DOPS, para fazer o cartório etc. e tal".

No Uruguai, houve um momento que a ditadura normatizou o sequestro pelo Estado; ela comunicou na televisão: "Atenção, Srs. Comandantes dos Tupamaros, Raúl Sendic está mantido sob o nosso poder", pai do Rauzito, mencionado pelo Arthur Virgílio... "E, em qualquer novo sequestro que vocês realizarem, nós executaremos imediatamente". O Estado fez isso. Não pode fazer, tem de fazer o processo.

O Mujica acaba de fazer um pronunciamento, a la Mandela, que gerou descontentamento da militância específica dessa área, dizendo que não está preocupado em colocar velhinhos na prisão, que o Uruguai tem que seguir adiante, que é preciso fazer valer as novas leis que eliminaram as falsas anistias, mas que ele acha que é preciso pensar uma saída, que não é jogar ninguém de 90 anos na cadeia.

E sobre os riscos do fundamentalismo, papel do Parlamento, eu estou... E eu proponho, ou entendo, que a visão do senador, a minha, sejam a mesma visão, de que nós somos contra qualquer fundamentalismo; os fundamentos são princípios que têm que ser seguidos e aplicados por todos, mas jamais dogmatizados, jamais deixando de levar em conta o elemento central dos direitos humanos, que é a ideia da alteridade: O outro pensa diferente de mim e ele está tão convencido da verdade quanto eu. Então, não é pelo fuzil, pelo canhão, é sentando aqui, e, no Senado, que nessa manhã e tarde, acho que vai deixar em todos nós uma lembran-

ça muito forte, o nosso profundo agradecimento pela chance de corrigir distorções, de qualificar o debate, de transformar toda controvérsia, agora, na possibilidade de uma compreensão democrática com acordos e desacordos. A democracia consagra a legitimidade do dissenso, repetindo o Presidente Lula mais uma vez: "Não é a consolidação do silêncio; é a manifestação de múltiplas vozes, ou a sinfonia de múltiplas vozes". Muito obrigado, Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É muito significativo que o Ministro Paulo de Tarso Vannuchi encerre a sua apresentação aqui no Senado Federal sendo aplaudido; havia dúvidas sobre isso, mas que foram absolutamente consumadas agora, no final da sua explanação, da sua apresentação, respondendo com clareza a todos os questionamentos que foram feitos. Eu acho que nós conseguimos, ao final, no Senado, valorizar esse instrumento da democracia, que é um plano concebido, nós podemos dizer, por vários governos, mas que ele deu um passo adiante, ele deu um salto agora, no Governo de Lula e na direção do Ministro Paulo Vannuchi.

Então, eu quero deixar meus parabéns pela atuação do Ministério, da sua atuação, da atuação dos que estão trabalhando contigo, que são gente que ajuda o Brasil já há muito tempo, e respaldar as conferências; pode ser que elas contrariem posições nossas, particulares, mas é o instrumento mais eficaz para mobilizar a sociedade brasileira. E acho que a Comissão de Direitos Humanos do Senado, na minha opinião, deve, sim, se incorporar, aceitar o convite de V. Exa., e se incorporar à realização da próxima Conferência Nacional de Direitos Humanos.

Eu digo que ela foi criada mesmo na Câmara; muitas outras foram criadas fora do Parlamento, e fora da institucionalidade e fora do governo, e deram muitos resultados positivos para o Brasil. Eu considero que, talvez, o nosso Senador Cristovam Buarque vá aceitar e, de ofício, já determinar a participação da nossa comissão para que ela se incorpore já nos preparativos, e no exame do que está sendo proposto agora, que venha ao Congresso Nacional e vai ser debatido amplamente, abertamente na sociedade brasileira, e as conferências, e a sociedade, evidentemente, que vão cobrar dos senadores e dos deputados que aquele resultado se materialize em legislação mais avançada para o nosso país.

Eu agradeço a V. Exa., venha sempre aqui, porque, quando vem, o resultado é muito positivo. Eu acho que quanto mais vier aqui, mais esclarecimentos, mais gente vai sair defendendo o Plano Nacional de Direitos Humanos. Muito obrigado, está encerrada a sessão.

[palmas]

Sessão encerrada às 14h53.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 09:30 HORAS.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia treze de abril de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador **JEFFERSON PRAIA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam a lista de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **GILBERTO GOELLNER, ARTHUR VIRGÍLIO, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, JAYME CAMPOS, ALVARO DIAS** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Presente também o Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** não membro da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 73 de 2009-CMA, de sua autoria, "com o objetivo de discutir os parâmetros de preços utilizados para as obras públicas". Comparecem os seguintes convidados: Wagner Rosa da Silva, Diretor de Auditoria de Infraestrutura da Controladoria-Geral da União – CGU; Alan de Oliveira Lopes, Perito Criminal Federal do Serviço de Perícias de Engenharia do Meio Ambiente da Delegacia de Polícia Federal – SEPEMA/DPF; Jaime Henrique Caldas Parreira, Diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO; Lélia Barbosa de Sousa Sá, Engenheira Civil do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA; Alexandre Aroeira Salles, Assessor Jurídico do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON; e Melvyn David Fox, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção – ABRAMAT. A convite do Presidente em exercício, usam da palavra os Senhores Pedro Paulo Piovesan de Farias, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP; e Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt, Consultor Legislativo do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. **–**Senador **Jefferson Praia,** Presidente em exercício da

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 13-4-2010

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Bom-dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em conformidade com a aprovação do Requerimento nº. 73, de 2009, CMA, de minha autoria, com o objetivo de discutir os parâmetros de preços utilizados para obras públicas. Convido, para compor a Mesa, Dr. Wagner Rosa da Silva, diretor de auditoria de infraestrutura da Controlaria Geral da União – CGU; Jaime Henrique Caldas Pereira, diretor de engenharia e meio ambiente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO; Lélia Barbosa de Souza Sá, engenheira civil do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA; Alexandre Aroeira Salles, Assessor Jurídico do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON; Melvyn David Fox, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção – ABRAMAT. Foram convidados para esta audiência, também, a Polícia Federal, que o representante, até o presente momento, não compareceu; o Setor Criminal Federal de Serviços de Perícias de Engenharia do Meio Ambiente e Delegacia da Polícia Federal; e também recebemos aqui a justificativa da ABDIB, que é a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base, que, infelizmente, não poderá comparecer a esta audiência.

Nós vamos estabelecer um tempo de 15 minutos, podendo se estender até, no máximo, 20 minutos, para que os convidados possam fazer as suas considerações em relação ao tema que iremos aqui discutir. Concedo a palavra ao Dr. Wagner Rosa da Silva, diretor de auditoria de infraestrutura da Controlaria Geral da União – CGU.

SR. WAGNER ROSA DA SILVA: Bom-dia. Excelentíssimo Sr. Senador Jefferson Praia, Presidente em exercício da CMA, demais senadores e autoridades, senhores e senhoras que participam dessa audiência. Agradeço, também, a possibilidade e o convite à CGU, e a possibilidade da estar debatendo um tema tão importante como esse, de formação de preços de obras. Podemos avançar.

Nós resolvemos tratar alguns assuntos extremamente básicos, senador, nessa questão. Primeiro: pré-requisitos para a formação de preços de obras. Independente de termos um sistema de referência de preços para a formação desse preço, há necessidade de uma existência de projetos adequados. E, na área da engenharia, isso já tem sido assim. Então, nós precisamos de um projeto básico, executivo, com um nível de detalhamento que permita as estimativas, conhecer o projeto, e a empresa de engenharia que vai participar do processo, analise, faça o EAP, estude a análise de projetos ali, para ver como vai tratar dessa situação. Então, além de projeto básico, nós precisamos de especificações técnicas, memorial descritivo, planilha orçamentária, critérios de medição. Uma importância significativa com os impactos ambientais, então tem que se prever, também, a mitigação desses impactos, e isso tem relação com as ações que vão ser tomadas e com o custo, então tem que ser considerado também. Podemos avançar.

Associado à questão de projeto, nós precisamos – e uma empresa precisa para ser propor a realizar determinada obra – fazer uma análise detalhada, também, do edital de licitação. Ora, quais as exigência técnicas ela vai ter que seguir, isso está especificado lá, regime de execução, se a contratação vai ser por preço global ou por preço unitário, como serão os critérios de pagamento. Faz muita diferença se o cronograma prevê pagamento, por exemplo, a cada dois meses ou de 15 em 15 dias, de mês em mês, porque a empresa tem que organizar o seu fluxo da caixa em função dessa entrada de recursos.

O cronograma de execução, o tempo de execução de uma obra é muito importante. Por quê? Uma obra que, em princípio, eu faria em seis meses, se a exigência é de três meses para estar concluída, provavelmente há necessidade de turnos extras, e isso tem impacto direto nos custos e temos que conhecer esse ambiente para poder fazer a análise da formação de preço. Também, a fiscalização do contrato: como é que ela vai ser, se a empresa está permanentemente junto à supervisora, acompanhando. E isso por quê? A empresa contratada vai perceber: "Olha, se eu tenho uma fiscalização atuante, eu tenho que me planejar bem, porque, a qualquer desvio de rota, a fiscalização vai estar me cobrando ali também". E a questão, ainda, de recebimentos provisórios, as regras, os critérios para recebimento provisório, o recebimento definitivo dessa obra. As especificações são muito importantes, o tipo de material que vai ser utilizado, como é que ele precisa ser construído, e isso são só alguns dos temas

para exemplificar a necessidade de detalhamento e de análise que tem que vir do projeto, do projeto e da licitação. Podemos avançar.

Conhecidos esse elementos, que eu chamei de pré-requisitos, vem a parte da análise técnica e formação do preço propriamente dito. Ora, já conhecemos o projeto, o ambiente da licitação, as suas exigências, então, uma das primeiras verificações é verificar a compatibilidade dos serviços quantificados ali nas planilhas com os projetos. E tem a questão dos quantitativos, propriamente ditos. Se os projetos são suficientes, eles trazem os quantitativos adequados, e essa planilha guarda relação. Quantas e quantas licitações nós já tomamos conhecimento de que os quantitativos não estão devidamente detalhados. Aparecem verbas, o quantitativo foi uma estimativa grosseira, lá no início, que não guarda relação com o projeto e, às vezes, nem projeto a gente tem. Então, essa análise de quantitativos, se eles guardam essa relação com o projeto, a suficiência desse projeto, a pertinência dos serviços que estão ali relacionados na planilha orçamentária. Porque, às vezes, o que acontece? Nós podemos ter uma planilha orçamentária estritamente sintética e, na nossa análise anterior, percebemos que determinados serviços que precisam ser executados, não estão ali previstos. Por exemplo, uma instalação de canteiro e qualquer outro serviço mais detalhado no andamento da obra. Então, essa análise de compatibilidade tem que ser feita.

Depois, ainda, normalmente, as empresas construtoras têm os seus próprios sistemas de composição de custos. Os seus orçamentistas vão fazer a seleção dessas composições de custos, fazendo, quando necessárias, as devidas adaptações em função das exigências do edital de técnicas construtivas e assim por diante. E também se faz uma identificação dos insumos que vão ser utilizados, os encargos sociais, e isso tem relação com a região onde está sendo feita a obra, com os acordos com os sindicatos. São particularidades que tem que ser consideradas. E as despesas indiretas, que não estavam na planilha, e, dependo da regra do edital, elas vão... Como é que ele...? Ele vai poder listar essas despesas indiretas? Vai questionar a Comissão, no momento da licitação, e dizer: "Olha, o serviço tal não estava previsto, ele é quantificável. Tem que ir para a planilha orçamentária, ou não?" Então, todas essas referências podem ser analisadas nessa etapa.

Ainda, há que se fazer, e, normalmente, as empresas fazem, um estudo da relevância dos serviços e dos materiais dentro da própria planilha orçamentária. É o que nós chamamos de curva de Pareto ou curva ABC, onde são verificados quais serviços são de maior relevância, os materiais. Eu posso fazer isso para equipamentos, para a mão de obra e, hoje, com os sistemas informatizados, não há dificuldade nenhuma em fazer isso, mas é muito importante para definir a estratégia de compra, por exemplo, de um material onde a estrutura metálica seja representativa. Como a empresa vai se organizar para fazer aquela aquisição? E isso reflete em como ele vai propor o preço depois. E, em seguida, as empresas fazem um plano de gerenciamento da obra. Dependendo do nível da empresa e do tipo da obra, do porte da obra, essa análise, esse plano de gerenciamento é mais detalhado ou menos detalhado.

E chega um momento, também: "Bom, eu já analisei todos os serviços que comporiam a obra, inclusive as despesas indiretas. Vamos...". Chega um momento em que tem que se fazer a análise do BDI à luz da legislação vigente e incluindo mais uma variável, que é o lucro. Dentro do BDI, está composto o lucro. É a hora que a administração da empresa, da construtora, vai resolver que margem de lucro ela está esperando obter com aquele empreendimento. Feito isso, faz-se a elaboração das planilhas de preços da empresa, ainda. Ora, ela já elaborou... O departamento de orçamento já diz: "Olha, vai custar isso e, já analisado o BDI, é esse o preço que nós podemos entrar". Chega nesse momento que é a hora de trabalhar com o sistema de referência. Faz-se uma comparação da estimativa, do orçamento detalhado da empresa, com o sistema de referência, que, hoje, nós temos vários, alguns exigidos, inclusive, pela LDO. Se é maior, que é o sistema de referência, se 'reanalisa' aquela situação: tem necessidade, tem justificativa para ser maior do que o sistema de referência? Reavalia. Se tem justificativa, prepara a justificativa e defende aquilo ali; se não tem, reavalia a própria composição: "*Errei nessa composição aqui*". E outra coisa muito importante é que os sistemas de referência de preço, normalmente, são limites. Não quer dizer, de forma alguma, que, se a empresa tem um coeficiente de produtividade melhor e assim resulta um preço menor do que aquele de referência, não há vedação para isso, não se exige que ele iguale ao teto, mas que ele obedeça ao teto ou justifique. Feita toda essa análise, parte-se, então, para a elaboração de propostas de preços, porque aí sim ele já considerou todas aquelas variáveis anteriores.

Agora, vamos comentar, então – nós já falamos de pré-requisitos, da formação do preço -, algumas características de sistema de referência. Ora, ela tem que ter um embasamento técnico. Esse embasamento técnico parte para composições validadas, testadas por algum órgão técnico que digam que ela, realmente, é daquela forma que funciona, pode ser universidades,

escolas... O critério de coleta de preço, por que é importante, associado à composição? Porque, normalmente, os sistemas de referência de preço também trazem preços por mês, por exemplo. Ora, então tem que ser bem claro e transparente a forma com que isso é feito. Também, espera-se que os critérios de medição de serviço estejam ali devidamente especificados e que tenham um manual de utilização, que traga a referência para o usuário externo, como isso vai ser utilizado. E, além do embasamento técnico, é preciso que tenha facilidade de acesso, preferencialmente pela Internet, possibilitando *downloads*. Exemplos, hoje, dos principais sistemas de referência, SINAPI e SICRO, estão disponíveis na Internet. É possível fazer *download*, permite a regionalização, no mínimo, por Unidade da Federação, por data de referência mensal e por setores específicos. Aí já é um ponto mais complicado, porque, muitas das vezes, os sistemas de referência atendem determinadas áreas. Não é de se esperar, hoje, que um sistema de referência, a menos que ele vá agregando *expertise* de outras áreas, desenvolva as composições de todos os setores, por exemplo, aeroportuário, hidroviário, ferroviário, rodoviário, edificações, a parte de hidrovia e assim por diante. Mas é uma expectativa que isso venha, de forma cumulativa, suprindo essa a lacunas que existem hoje. Podemos avançar.

Os sistemas de referências. Para comentar alguns, nós temos o SINAPI, gerido pela Caixa; o SICRO, gerido pelo DNIT; a CODEVASF, também, tem sistema próprio; o DNOCS; a FUNASA e outros órgãos. Esses sistemas de referência, seria ideal que eles se comunicassem, que formassem um grande sistema de referência do Governo Federal, mas ainda não estamos nesse patamar. Aqui vai um comentário, que a LDO estabelece SINAPI e SICRO como sistemas de referência, e que é possível utilizar outros, na ausência desses, ou justificar ou apresentar composição. Podemos avançar.

Então, com relação a sistemas de referência de preço, à formação de preço, é interessante que a gente conheça o fluxo. Primeiro, é necessário que exista um bom projeto. Depois desse projeto, há que se analisar as exigências do edital: como isso deve ser feito, em que prazo, em que condições, em que localidade? Em seguida, faz-se um estudo com vista às estimativas de custos e o gerenciamento da obra, a proposta da empresa construtora. Por fim, compara-se com o sistema de referência e, quando for necessário, apresenta justificativas técnicas. Então, a gente vê que aí é muito mais o nosso problema, [soa a campainha] está mais voltado à questão de análise preliminar do preço do que o sistema de referência em si. É muito importante que nós tenhamos os pré-requisitos cumpridos: projeto consistente, com estimativa adequada, e que a empresa, também, proponha um gerenciamento adequado, fazendo a sua análise. Depois que se processa a questão de análise de preços de referência.

Essas, eu achei que era uma consideração importante para começar a discussão, mas questionamentos nessa linha de formação, de como a CGU tem visto essa questão de formação de preços, poderemos complementar, à medida em que forem surgindo questionamentos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Wagner. Convido para compor a Mesa o Dr. Alan de Oliveira Lopes, perito criminal federal do Serviço de Pericias de Engenharia do Meio Ambiente da Delegacia de Polícia Federal. Seja bem-vindo.

Concedo a palavra ao Dr. Jaime Henrique Caldas Pereira, diretor de engenharia e meio ambiente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO.

SR. JAIME HENRIQUE CALDAS PEREIRA: Muito bom dia a todos, senador, a gente agradece o convite para essa audiência. Eu vou aqui apresentar os parâmetros que, hoje, a INFRAERO está trabalhando para fazer a fixação de preços em obras públicas; depois, a gente tece alguns comentários.

Como o Dr. Wagner comentou, hoje, os parâmetros são os dispostos lá no art. 112, da LDO, e a gente usa o SINAPI e, em alguns casos, o SICRO, nos casos mais de pavimento, esse tipo de coisa. E quando a gente não tem esses parâmetros pré-estabelecidos, a gente faz as nossas composições, utilizando, basicamente... Inclusive, a base disso são os insumos, mesmo, que tem lá no SINAPI e lá no SICRO. Então é isso. Somente em condições muito especiais que a gente faz os nossos custos unitários e, eventualmente, poderão, em casos muitos especiais, estabelecer alguma exceção lá do limite fixado e, como disse, tem que ter bastante justificativas. Posteriormente, é acrescido o BDI, que vai ser incidente sobre os custos.

A INFRAERO, hoje, administra 67 aeroportos em todo o Brasil e, hoje, nós temos algo em torno de 40 a 44 aeroportos que estão passando, ou passou, pela fase de projetos, ou irão passar por obras, ou já estão em obras, e cada lugar do país tem a sua complexidade quanto a insumos, quanto a disponibilidade de materiais, esse tipo de coisa. Então, alguns parâmetros que a gente tem que considerar: quando você usa o SINAPI, ou o SICRO, por exemplo... Esse é um exemplo clássico de uma coisa que a gente tem que considerar na hora de formar preço. Esse grau de compactação de aterros é muito maior do que rodovias, são exemplos. Em pavimentos aeroportuários também é

menor a tolerância quanto aos desvios de parâmetros especificados, quanto a deformações, a nivelamento, coeficiente de atrito, esse tipo de coisa. Por exemplo, também, quando você tem algum projeto onde estruturas metálicas são especiais, por ser um projeto de engenharia ou de arquitetura bastante complexo que você também tem que usar como parâmetro para se considerar na hora de você formatar o preço.

Condições operacionais específicas, isso é muito importante na execução de uma obra dentro de um aeroporto, especialmente – e é o caso de, praticamente, boa parte desses 44 empreendimentos – quando você tem o aeroporto em operação. Você tem características bastante peculiares na hora de você formar preço. Por exemplo, as velocidades dentro do sítio não podem ser superiores a 20 quilômetros por hora. Então, são parâmetros que vão afetando a produtividade. Janelas de tráfego aéreo, quando você está fazendo a pavimentação de uma pista ou recuperando uma pista, você tem horários bastante específicos que você tem que criar para não parar a pista do aeroporto. A necessidade de você ter equipamentos de reserva na obra, para caso dê algum problema em alguma máquina, você tem que ter, imediatamente, a continuidade disso. Vamos dar um exemplo clássico: você está pavimentando um trecho de uma pista que você vai liberar às seis horas da manhã, se uma máquina quebra às três, você tem que ter outra lá, senão você não vai conseguir fazer nada na pista. Limpeza permanente, também. Existem regras específicas sobre FOD que não podem ser ingeridos por uma aeronave, que exige, continuadamente, que você mantenha a obra absolutamente limpa. Esse controle tecnológico, que já é bastante apurado, de compactação, concreto, etc. Isso tem um custo, também, bastante significativo. Comissionamento de sistemas: normalmente, os aeroportos agregam sistemas bastante específicos e que você tem que fazer a compra e depois você tem um período bastante importante que é o de comissionamento, onde você avalia as condições daquele equipamento até que você dê o caso por encerrado, vamos dizer assim, e faz o pagamento. Isso também tem um tempo extra, e isso custa, também.

Mitigação dos impactos ambientais: você tem, por exemplo, você não pode deixar se formarem nuvens de poeira nos aeroportos, então você tem um custo adicional para você, vamos dizer, fazer aquela obra. Existe um planejamento que tem que ser aprovado pela ANAC para a execução dessa obra, que se chama POS, para você intervir. Então, você tem uma série de considerações que os equipamentos tem que ter, eles mesmos, equipamentos específicos para você trabalhar dentro de um aeroporto. Outra questão, também, e isso já foi abordado pelo Dr. Wagner: turnos de execução. Isso é fundamental e primordial para um aeroporto. Obviamente que você tem janelas bastante estreitas e faz-se necessário que você tenha turnos extras ou turnos diferenciados. Grande parte das obras na área de pátio e de pista são da meia-noite às seis, da uma às cinco, e vai por aí afora. Então, isso também agrega um custo adicional a isso. Próximo.

Então, hoje, o que a INFRAERO está fazendo? A INFRAERO – e isso já foi abordado pelo Dr. Wagner – está cumprindo a LDO, ela usa o SINAPI e o SICRO e está fazendo o seu SINAPI, o SINAPI aeroportuário, uma coisa que já foi detectado, é importante, é necessário. Grosso modo, hoje, dos nossos orçamentos, cerca de 75 a 80% são preços que já têm lá no SINAPI ou no SICRO, então a gente está trabalhando com uma faixa de 15 a 20% de preços que a gente tem que compor. Então, nesse momento, nós temos um convênio com a Caixa Econômica Federal, nós já temos uma metodologia que foi apresentada ao Tribunal de Contas da União, que fez uma avaliação conjuntamente com a Caixa e chegou... A gente está alterando alguns desses parâmetros e a nossa meta é que a gente tenha o SINAPI aeroportuário, com preços específicos para obras em aeroportos, especialmente nesses 20% que a gente não está podendo aproveitar o SINAPI e o SICRO, e lá para julho, agosto de 2011. Nesse momento, a gente já tem cerca de metade de todas as composições feitas, estão prestes a ir para a Caixa, agora, para a gente fazer essas aferições. Eu disse isso já em outra fala, que os aeroportos têm uma série de sistemas especiais que não tem preços referenciais. Então, balizamento, sistema informativo de voos, docagem de aeronaves e vai por aí afora. E também tem vários equipamentos que tem uma vida útil tecnológica bastante curta, que está, o tempo todo, sendo necessário ou fazer *upgrade* ou ser aprimorados. Por exemplo, sistema TV de vigilância, controle de acesso, que são sistemas que a gente é signatário desses acordos internacionais e que, nesse momento, pode estar acontecendo uma reunião da UAS(F) que determina que os aeroportos tenham, pelo mundo, equipamento 'x', 'w', então, a gente tem que, também, correr atrás de toda essa nova tecnologia.

Agora, um comentário. Nesse momento, nós temos grandes empreendimentos vindo aí pela frente, e obviamente que, em uma breve referência ao passado recente, alguns problemas houve em relação à INFRAERO. Então, a nossa metodologia para essa fase agora é apurar esses preços e fazer, continuamente, uma avaliação junto ao TCU para ter validação de toda essa metodologia e usar o SINAPI ou SICRO agora, do que é possível, e isso é, basicamente, 80, 85%, e

esses outros, esses 15 a 20% são composições onde, também, basicamente, várias partes dessas composições vêm dos insumos já aprovados, e criar o SINAPI aeroportuário, que a gente... Há um entendimento geral de que essa é a saída mais lógica para não haver contestações futuras. Basicamente, é isso que nós estamos, hoje, aqui, trabalhando. Essa é a nossa metodologia e, depois, eu fico aberto às perguntas, caso haja. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Jaime. Concedo a palavra para a Dra. Lélia Barbosa de Souza Sá, engenheira civil do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

SRA. LÉLIA BARBOSA DE SOUZA SÁ: Bom-dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Senador Jefferson Praia, Presidente em exercício dessa Comissão, e eu trago um abraço do Presidente Marcos Túlio. Quando a gente foi convidada para essa Audiência Pública, muito nos honrou e nos alegrou, porque, muitas vezes, o Conselho Federal e a engenharia são deixados de lado. Então, a gente está muito feliz de estar aqui. A gente fez uma abordagem um pouco diferente, porque a gente deixou um pouco mais essa questão da obra para a INFRAERO, para a Caixa Econômica, e a gente teve outra abordagem. Podemos começar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. LÉLIA BARBOSA DE SOUZA SÁ: Todo mundo já conhece a LDO, mas eu fiz questão de marcar algumas coisas ali no art. 112. Nós temos, hoje, o SICRO, que trata das obras e serviços rodoviários, e nós temos também o SINAPI. E, para a nossa felicidade... Vamos passar para o próximo, para não ser repetitivo.

E, no § 3º, nós temos ali: "*Somente condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico-circunstanciado, elaborado por profissional habilitado"*. Muitas vezes, a gente pergunta o que é um profissional habilitado. Um profissional habilitado é aquele que fez o curso de graduação em uma instituição de ensino e que tem o seu registro no CREA. E, mais tarde, em outra tela, eu vou falar um pouquinho mais sobre isso, porque não basta ser engenheiro para poder fazer um orçamento de um prédio, por exemplo. Um engenheiro mecânico não pode fazer um orçamento de um edifício, por exemplo. Outra coisa que a gente também gostaria de ressaltar – e mais tarde a gente vai falar: "*Deverá constar do projeto básico a que se refere o art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666, de 93 e inclusive de suas eventuais alterações, anotação de responsabilidade técnica e declaração expressa do autor das planilhas orçamentárias quanto à compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes de referidas planilhas com os quantitativos do projeto de engenharia*". Eu acho importantíssima a questão da responsabilidade técnica, porque, no caso de haver alguma coisa, a gente exatamente quem é quem em uma obra, a quem cabe a responsabilidade. A próxima. Aqui, nós não temos, nesse momento, nada a comentar. A próxima.

Então, o SINAPI, todo mundo sabe a história do SINAPI. Nós gostaríamos da chamar a atenção de como é composta a base técnica e a estrutura de cálculo. É composta dos projetos, serviços e quantidade, especificações e composições. Eu tenho mais uma proximidade com o SINAPI, eu trabalho com o SINAPI, e não tenho tanta proximidade com o SICRO, eu confesso aos senhores. Então, o SINAPI, ele trata no setor de habitação, saneamento e infraestrutura. Agora, vamos ao SICRO. A próxima, por favor.

E me alegrou bastante o sistema SICRO, do DNIT. Ele engloba os orçamentos das obras rodoviárias e existe, agora – eu não sei se tem alguém do DNIT aqui -, o SICRO 3, que está em consulta pública, e ele está tratando agora, Dr. Wagner, não só dos modais rodoviários, ferroviários e também da aquaviário. E eu coloquei ali "edificações" e coloquei vários pontos de interrogações porque eu acredito que deve gerar um conflito do SICRO 3 com o SINAPI, porque o SINAPI também trata de edificações. A quem cabe, atualmente, a responsabilidade pela manutenção e atualização, não é do SINAPI, mas do SICRO. E a gente percebeu, também, que o DNIT tem uma tabela, que nós gostamos muito, que trata do serviço de consultoria e coisa... Não é uma falha, mas a gente percebe que isso, no convênio Caixa Econômica-IBGE, eu acho que isso não tem tanto quanto tem no DNIT. A próxima, por favor.

O posicionamento do CONFEA. Nós estamos abordando aqui de acordo com a nossa Lei 5.194: "*O orçamento deve ser elaborado por profissional habilitado e regular junto ao CREA*". Não basta ter registro no CREA, como eu falei ainda agora, tem que ter atribuição. Repetindo: um engenheiro mecânico não pode elaborar um orçamento de um edifício; um engenheiro eletricista não pode tratar de um urbanismo. Com certeza, ele vai fazer errado. Ele é engenheiro? Ele é engenheiro. A gente percebe, muitas vezes, editais para concurso público pedindo tão somente o diploma de curso superior. A gente vai ver, tem toda uma grade, ou é de Engenharia Elétrica ou de Engenharia Civil, e, muitas vezes, quando o profissional passa nesse concurso, é para elaborar orçamento e tratar de projeto. Então, é necessário que todos os projetos – como já foi dito aqui – de engenharia e instalações complementares, inclusive as especificações, estejam completos, para

que os orçamentos possam ser elaborados conforme as nossas técnicas. Com certeza, se os projetos, as especificações não estiverem completas, eu posso afirmar – e eu acho que todos aqui na Mesa também – que esse orçamento vai sair errado. E de quem é a culpa? Do engenheiro que fez o orçamento ou de quem projetou?

Então, a anotação de responsabilidade técnica, no nosso entendimento, é obrigatória para não só o autor do orçamento, como está se pedindo na LDO, como está se propondo na nova Lei de Licitações, como também para o autor dos projetos, porque, quando um engenheiro, ou um arquiteto, elabora um orçamento que passa para o projetista, para o orçamentista, aquele orçamentista não pode alterar esse projeto, até por conta da Lei do Direito Autoral. Só o projetista pode alterar o seu projeto, a não ser que ele dê autorização para isso. Então, a gente entende que todos os dois têm que ter a ART.

O fiscal das obras. O fiscal das obras acompanha o desenvolvimento físico e o orçamento. Muitas vezes, a gente percebe... Eu trabalhei... Eu tenho 30 anos de formada, trabalhei 25 anos em órgão público, e nem sempre... Aliás, geralmente, a pessoa que faz o orçamento, ela nem sempre acompanha a obra, é outra pessoa que acompanha a obra. Então, a gente entende que aquele fiscal da obra também tem que ter uma ART. Ele também tem que ter a responsabilidade sobre aquela execução do orçamento tal qual foi licitado, tal qual foi contratado. E os auditores da obra também, porque eles emitirão pareceres, eles emitirão laudos técnicos. Então, para eles emitirem pareceres e laudos técnicos, eles também têm que ter o conhecimento técnico, o conhecimento de engenharia. A próxima, por favor.

E para corroborar, para ratificar isso que nós estamos falando, a Lei 5.194 fala, nos art. 12, 13 e 14: "*Na União, nos Estados e nos Municípios, nas entidades autárquicas paraestatais de economia mista, os cargos e funções que exijam conhecimento de engenharia, arquitetura e agronomia, relacionados conforme o disposto na alínea "g" do ED Extra – de uma edição extra -, somente poderão ser exercidas por profissionais habilitados de acordo com esta lei. Os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, de arquitetura ou de agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados, de acordo com esta lei. Nos trabalhos gráficos, especificações, orçamentos, pareceres, laudos e atos judiciais ou administrativos é obrigatória, além da assinatura, precedida do nome da empresa, sociedade, instituição ou firma, a quem interessarem, a menção explícita do título profissional que o subscrever e do número da carteira, referida na Lei 5.194*". Então, antes do nosso nome, nós temos que dizer se nós somos engenheiros, arquitetos, agrônomos e o número da nossa carteira do CREA devidamente válida, porque, a partir do segundo ano sem nós pagarmos o nosso CREA, automaticamente, pela lei, essa carteira já perde a sua validade. A próxima, por favor.

Então, nós temos alguns questionamentos que nós vamos colocar para a Mesa. O SICRO 3, que está em consulta pública, ele pode conflitar com o SINAPI no que tange às edificações? Se o SICRO 3 for aprovado dessa forma, nós vamos seguir, o público em geral vai seguir, no quesito edificações, o SINAPI ou o SICRO 3? Por que o DNIT, no caso, até seguindo o exemplo da INFRAERO, que fez um convênio com a Caixa Econômica, por que o DNIT não utiliza o SINAPI no caso de obras e de edificações? O que ocasiona os preços super faturados, a improbidade administrativa, a incompetência dos técnicos na elaboração dos orçamentos? E, quando eu digo incompetência, são, às vezes, até técnicos, mas eles não têm aquela atribuição. Podem ser profissionais de nível superior, mas eles não têm aquela graduação, aquele conhecimento técnico para estarem elaborando o orçamento. E a falta de mão de obra especializada: apenas leigos para a elaboração de orçamento. A gente sabe que, por esse Brasil afora, principalmente nas prefeituras, a gente sabe que existem muito poucos engenheiros fazendo parte do quadro de prefeituras pelo Brasil. A próxima, por favor.

E eu não entendi, na LDO – e eu até gostaria de uma explicação -, qual a interpretação para a compatibilidade dos quantitativos das planilhas com os quantitativos dos projetos de engenharia. É porque, lá no § 5º, do art. 112, quem fez o orçamento, ele vai ter que, além de assinar, ter uma ART, ele vai ter que emitir um parecer técnico dizendo que os quantitativos das planilhas orçamentárias estão compatíveis com os quantitativos do projeto de engenharia. Em um projeto de engenharia, pode acontecer de duas maneiras: ou o projetista já calcula e faz uma legenda com todos os quantitativos, ou então ele já deixa esses cálculos todos para o orçamentista. Então, eu acho que isso deve ficar um pouco mais claro, porque senão... Para que quem fez o orçamento não acabe tendo uma responsabilidade que seria, no caso, de quem fez o projeto. Então, eu fico com essa dúvida, que eu gostaria de compartilhar com os senhores.

Agora, para terminar, eu acho que a gente tem que se preocupar, na hora de fazer um preço, com as especificidades das obras, eu acho que a gente tem

que se preocupar com a questão da região. E como eu trabalho também com resíduos sólidos e nós estamos em uma Comissão de Meio Ambiente, eu acho que a gente tem que se preocupar, principalmente, com a destinação dos resíduos da construção civil. Muito obrigada pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Dra. Lélia. Concedo a palavra ao assessor jurídico do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON -, Dr. Alexandre Aroeira Salles.

SR. ALEXANDRE AROEIRA SALLES: Ilustre senador, muito obrigado. Obrigado a todos que estão aqui na Mesa. É importante deixar ressaltado que, ao SINICON, é compreendido como uma grande oportunidade estar presente e contribuir com as discussões dessa Comissão, Senador. Entendemos, inclusive, que isto decorre de um processo natural de crescimento do país, de amadurecimento das instituições, de aprimoramento do país como um todo e, em especial, do setor de engenharia.

O SINICON é representado pelo seu Presidente, Luiz Fernando, que pediu desculpas, mas, por uma questão da viagem já marcada ao exterior, ele não pôde comparecer e pediu para que eu fizesse as vezes, trazendo as reflexões contidas nesses painéis. Contudo, pelo que eu pude perceber, não só com as discussões que nos antecederam hoje, como aquelas que ocorreram na semana passada, muitas das discussões que o SINICON teria para trazer à nossa reflexão, aqui, hoje, já foram, de certa forma, abordadas. Em especial, a preocupação com o projeto, a importância do projeto para que nós tenhamos orçamentos compatíveis com aquela obra a ser executada, assim como as especificidades das obras.

Para que nós possamos nos colocar, nós, SINICON, de uma forma muito clara perante essa comissão, é bom que nós tenhamos em vista como se sucedeu, no país, nos últimos anos, esse desenvolvimento de preços referenciais que balizam obras públicas, principalmente as obras executadas com recursos federais. Porque, como muito bem posto, a nossa discussão é, exatamente, sobre os parâmetros de preços atualmente existentes. O Dr. Wagner, a Dra. Lélia, o Dr. Jaime indicaram, na Lei de Diretrizes orçamentários, hoje já está positivado, no direito brasileiro, o SICRO e o SINAPI. Ocorre que as questões que envolvem o SICRO e o SINAPI, atualmente, como parâmetro para todas as obras do país geram algumas preocupações, Senador, e uma extrema insegurança jurídica, que vem sendo reclamada também pelo próprio Poder Executivo, em face de algumas interpretações que geram dificuldade de solução.

Até a década passada, entendia-se que a Lei 8.666 levaria sempre a um preço de mercado. Por quê? Porque a lei estabelecia um procedimento – como todos conhecem – rígido, fechado, que leva à busca, por meio da competição, da concorrência, à busca da melhor proposta para a administração. Acredita-se, então, que em um ambiente competitivo, as empresas, frente àquele projeto de uma determinada obra, façam os seus orçamentos, as suas estimativas de custo buscando apontar, calcular o menor custo possível, para que elas, então, consigam vencer aquela concorrência. Como consequência, Senador, até então se acreditava que a Lei 8.666 traria o resultado ótimo de alcançar, para todas as contratações públicas brasileiras, o melhor preço, aquele preço mais compatível com a especificidade daquela determinada obra.

Ocorre que, infelizmente, ou felizmente – felizmente, em razão de que as dificuldades são sempre trazidas para o nosso amadurecimento e para o nosso crescimento -, mas surgiram, ao longo do tempo – todos conhecem, a imprensa noticiou ao longo de vários e vários anos -, casos específicos que sugeririam a ausência daquele processo de competitividade amplo, verdadeiro, legítimo, que a Lei 8.666 preconizava, ou partia-se da hipótese de que, na realidade, ocorreria. E em face dessa ausência, suposta, nesses casos específicos, de competitividade, começou-se a criar dúvidas nos órgãos de controle a respeito de se os preços efetivamente contratados eram os preços que melhor alcançavam a realidade de mercado.

Então, a partir dessa dúvida... Ou seja, o preço contratado é o melhor, é o mais próximo que se pode obter? Passou-se a sentir a necessidade de estender, para todo o país, um sistema que... O único sistema mais confiável que existia à época, que era o SINAPI, que era utilizado como instrumento da Caixa Econômica Federal para a Caixa avaliar se os pedidos de financiamento que lhe eram feitos para edificações estavam compatíveis com o objeto daquele empreendimento, normalmente habitacional ou de saneamento de municípios, de prefeituras, estava compatível para que ela não fosse, de certa forma, ludibriada por ineficiências – como a Dra. Lélia colocou – de assessorias, nas prefeituras, pela falta da qualificação, não pela má-fé, ou então, ocasionalmente, pela má-fé.

Só que de uma forma abrupta, senador, o que ocorreu foi que se julgou o SINAPI como se ele tivesse – coitado do SINAPI, não é? – a estrutura e a força necessária para delimitar os parâmetros... Não só parâmetros, para delimitar os preços do todas as obras brasileiras. E, logo depois, outro, que foi muito superestimado, foi o SICRO, mais recentemente, de uns cinco anos para cá. No caso do SICRO, também a

história foi parecida. O SICRO era um sistema original do DNER, feito para que o DNER delimitasse o custo de construções rodoviárias, mas, prestem atenção, na realidade, o objetivo do DNER, quando da construção do SICRO, era entregar para os orçamentistas, os engenheiros civis orçamentistas, uma estrutura macro para que o orçamentista pudesse partir para o processo de orçamentação. O orçamentista, então, pegava aquele sistema e iniciava, considerando as peculiaridades de cada empreendimento, de cada obra, partia dali para iniciar o processo de orçamentação de cada um desses empreendimentos, considerando todos os fatores que intervém, seja a localidade, seja o vulto do empreendimento, as distâncias de transportes, as produtividades, a questão da pluviometria e tantos outros fatores que vocês, engenheiros – imagino, inclusive, que a grande parte aqui representada é de engenheiros -, conhecem muito bem.

Mas houve uma necessidade dos órgãos de controle... E acredito até que o SINICON tem essa visão corretamente de utilizar de algum parâmetro, porque, algum parâmetro, haveria necessidade de existir para que conseguíssemos separar o joio do trigo, para que conseguíssemos separar aqueles empreendimentos contratados com má-fé dos empreendimentos contratados com boa-fé, corretamente, bem estruturados, que o SINICON acredita que é a grande maioria dos empreendimentos. E, por isso, Senador, a importância que o SINICON compreende dessa reunião, para que nós possamos discutir.

A INFRAERO, como o Dr. Jaime colocou, está investida no papel de se dedicar à formação de um SINAPI compatível com as obras aeroportuárias, e é perfeito. É esse o caminho que nós devemos seguir, assim como cada órgão deve buscar se estruturar para delimitar um orçamento, uma referência, um sistema referencial de preços compatíveis com aquele tipo de empreendimento específico. O SICRO aprimorou imensamente, Dra. Lélia, como a senhora colocou, o sistema de obras rodoviárias. Hoje, o SICRO tem um sistema que está em franco desenvolvimento e evolução, mas que deve levar a algumas considerações que nós gostaríamos de lhes colocar. Pode passar adiante.

Isso aqui é só uma apresentação do SINICON, mostrando a fundação do SINICON, desde quando o SINICON existe, desde 1959, o número de filiados do SINICON, a importância do SINICON no setor da indústria da construção civil pesada. Uma questão muito importante, que o SINICON gostaria da indicar para a reflexão de todos, é a relevância, como já dito na Mesa, de um projeto executivo, ou melhor, de um projeto, não importa se básico ou executivo, mas um projeto que deve ser feito pelo Poder Público com o maior cuidado possível, para que as indústrias da construção pesada tenham condições, quando o edital, Dr. Wagner, muito bem indicado pelo senhor, quando o edital sair na praça, as empresas possam compreender, com clareza, qual é o empreendimento, o que deverá ser feito, quais as consequências e os riscos a que estará submetida, para, então, poder orçar adequadamente o seu preço. Pede passar adiante, por favor. Pode continuar.

E, dentro desse momento da elaboração desse edital com base em um projeto muito qualificado, o orçamento não pode deixar de considerar as questões dos materiais que são aplicados, o que, provavelmente, vai ser tratado aqui em seguida, que são aplicados para obras distintas. A qualidade de cada material, se aquele setor específico... Por exemplo, a construção de uma usina nuclear demanda um aço mais certificado do que um aço para a construção de uma edificação comum. Assim como escavações, fundações, a própria questão do material asfáltico, do cimento para as obras aeroportuárias, para as pistas de pouso e decolagem... Por favor. Trouxemos exemplos que já são notórios. São as diferenças de execuções de cada obra. Pode passar, por gentileza. Depois, nós deixaremos disponibilizado, para que todos tenham conhecimento. Por favor. As questões das distinções climáticas no país, que influem imensamente, como já dito aqui, no custo de um empreendimento. Por favor, pode passar. As consequências dessa condições climáticas: uma obra do cerrado, uma obra na Floresta Amazônica. Pode passar. As questões que envolvem as especificidades de cada empreendimento. Empreendimentos com alto risco no caso da falhas na sua execução, como usinas hidrelétricas, refinarias, plataformas, usinas nucleares. Pode passar, por favor.

E apresentamos, para as nossas discussões, em seguida, quais são as soluções que nós achamos adequadas que sejam levadas à nossa discussão. Primeiro, gente, e muito importante, o SICRO e o SINAPI devem ser um balizamento de referencial para a orçamentação? Sim. Para todas as obras? Não. Salvo se eles virem a se aperfeiçoar para alcançar as outras obras. Mas, mesmo se assim o fosse, o SICRO e o SINAPI deveriam servir como ponto de partida [soa a campainha] para a criação de orçamentos específicos. Ponto de partida para o desenvolvimento de um orçamento de cada obra. E, dentro disto, Dr. Wagner, fazer um comentário, é fundamental que o orçamentista que será o responsável técnico pelo projeto, que é do Poder Público, o faça fundamentadamente, porque, quando do lançamento dos editais de licitação, incumbirá às empresas tão somente a eventual impugnação caso entenda haver um equívoco, o que pode criar dificuldades. Ou seja, o rigor do projeto, o rigor

do orçamento, por parte daquele futuro contratante, é muito significativo.

Um cuidado muito específico com relação aos encargos sociais incidentes sobre a mão de obra indireta e sobre a mão de obra direta. A criação de sistemas e tabelas específicos para cada tipo de obra. E, talvez, dentro da INFRAERO, por exemplo, Dr. Jaime, haja a oportunidade de se criar um sistema específico para as obras de pátio de manobra de aeronaves, de pista de pouso, outro específico para as edificações das ampliações dos terminais, que são sistemas distintos. O aço e o concreto, eventualmente, a se utilizar, serão distintos; as especificações podem ser diferentes. E outra questão que, muitas vezes, não são levadas em consideração são aquelas que envolvem a distinção da execução do empreendimento em zona urbana, em zona rural, em uma região com alta complexidade ambiental, em que você tem, muitas vezes, uma obra... Na realidade, por exemplo, você vai executar uma rodovia passando em uma região de preservação permanente, você tem um custo do empreendimento tão significativo que na engenharia se brinca que aquilo, na realidade, não é a execução da uma rodovia, é a execução de uma obra ambiental em que, por coincidência, passa uma rodovia, como a Dra. Lélia indicou na sua última menção, no final da sua exposição.

Por fim, com relação à aprovação do Projeto de Lei 439, do próprio Senador Jefferson Praia, nós entendemos como uma excepcional oportunidade a criação desse cadastro único de obras públicas, que facilitaria imensamente o controle, tanto do poder público quanto das próprias empresas. Por favor. Por fim, de forma bem pragmática, não distinguindo em nada do que foi dito até agora, pelo contrário, corroborando com todas as posições colocadas, tanto na semana passada como hoje, devemos ter editais que retratem com fidelidade o objeto licitado e projetos muito bem feitos. E só vou fazer um parêntese quanto à questão do projeto. Por que os projetos, hoje, Senador, não são tão bem feitos, na visão do SINICON? Por dois fatores: o primeiro é que houve, no Brasil, ao longo do tempo, uma de depreciação do valor do projeto. É como se o projeto... Talvez até por culpa da Lei 8.666, quando trouxe a distinção de projeto básico ou executivo, em que pese ela delimitar, com muita clareza, que o projeto básico deve ter vários requisitos, bons requisitos, inclusive, que alcançam o objetivo para uma licitação, mas o Poder Público, de um modo geral, negligenciou o projeto, preferindo pagar menos pelo projeto, fazendo com que o projetista, sem receber adequadamente pelo projeto, se colocasse em uma situação de fazer um projeto ruim, talvez para atender demandas de tempo, levava-se, para a praça, editais açodadamente, e, por fim, quando da execução do empreendimento, uma necessidade imensa de alteração desses projetos. Ou seja, o projetista deve ser responsabilizado pelo projeto, mas, acredito, não sou representante aqui da Associação dos Projetistas, mas acredito que, para que ele tenha as responsabilidades que devem ser realmente alocadas ao projetista, ele deve ser remunerado devidamente. Então, a remuneração, e talvez um cadastro de preços compatíveis para uma remuneração adequada do projeto, é muito importante. A consequência desse projeto são preços compatíveis com a realidade, complexidade, dimensão e região em a obra será realizada. E, somados esses três elementos, há uma probabilidade muito grande, muito significativa, muito forte de que os grandes problemas que hoje levam às discussões atuais, eles deverão ser minorados e haverá, consequentemente, um amadurecimento e uma maior segurança jurídica para toda a sociedade brasileira.

O SINICON gostaria de agradecer novamente, senador, a oportunidade. E ficaremos à disposição sempre.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Alexandre. Concedo a palavra ao Dr. Melvyn David Fox, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção, ABRAMAT.

SR. MELVYN DAVID FOX: Bom-dia a todos. Bom-dia, Senador Jefferson, obrigado pelo convite da ABRAMAT. Em um primeiro momento, ficamos até surpresos de sermos chamados para esta sessão, pelo fato que a gente não realiza obras, a gente não participa diretamente nessa composição do custo das obras, em termos de participação de editais, de convocação e tudo isso. Mas nós temos uma função extremamente importante, que é fornecer todos os materiais para que essas obras sejam realizadas.

Eu quero, em um primeiro momento, eu peço desculpas não ter trazido uma apresentação em PowerPoint, mas eu vou tentar supri-los das informações, da melhor forma possível. A ABRAMAT é uma associação relativamente nova, no setor da construção. Eu digo nova, porque, no setor de construção, a maioria das entidades já tem uma formação e uma experiência de muitos e muitos anos. A ABRAMAT é uma associação que se formou há seis anos, exatamente em abril. Nós estamos agora completando seis anos. Ela teve como objetivo principal... Foi uma união de um grupo de indústrias, das principais indústrias do setor, representando praticamente todos os segmentos do setor, com o objetivo de dinamizar o setor da construção civil, que vinha de uma estagnação de quase 20 anos. Não só em termos de obras habitacionais, que talvez

tenha sido o objeto principal da formação da ABRAMAT, mas também, principalmente, em termos de obras de infraestrutura e saneamento básico.

A gente sabe que o país, mais ou menos, de 85, 86 até 2003 e 2004, viveu um período muito ruim em termos de construção civil e pouco se fez nesse país para que isso mudasse. Só com o Governo Lula, já no final do primeiro mandato, é que uma série de ações foram tomadas, para que a gente pudesse modificar esta visão e, inclusive, usar a construção civil como uma alavanca do desenvolvimento socioeconômico do país, que está sendo feito hoje.

Eu queria, em um primeiro momento, falar da importância da gente estar discutindo esse assunto agora, porque nós tivemos o recém lançamento do PAC dois. Nós estamos falando em uma projeção de recursos extremamente alto para esses próximos quatro, cinco anos, até o final de 2014, em que a gente chega a obras que totalizam quase um trilhão de reais, 950 bilhões de reais, ou seja, a importância da gente discutir formação de preços para obras públicas nesse momento é fundamental, porque nós temos uma grande parcela desse montante de recursos voltado a obras públicas neste período.

Nós temos uma preocupação muito grande, talvez eu não vou entrar em nenhum aspecto jurídico, não sou advogado, e não vou também entrar em aspectos técnicos, porque não sou engenheiro. Então, onde nós queremos entrar e temos uma preocupação muito grande é que, quando se faz uma obra, não importa se é uma obra habitacional, se é uma obra de pavimentação, uma estrada, uma hidrelétrica, seja o que for, nós temos que ter uma preocupação com a qualidade, com a qualidade final desta obra. Quando você fala em composição de preços, a qualidade passa a ser um fator extremamente importante, porque normalmente se pensa em formação de preço, o menor preço possível para se poder efetuar a obra, a gente não pode correr o risco de abrir mão da qualidade e da conformidade técnica, quando se faz uma obra.

Aí nós entramos em algumas preocupações. Primeiro, se o TCU não deveria ter um sistema de autoria em relação à qualidade dos materiais. Quer dizer, como é feito, como o levantamento dos preços, efetuado pelo SINAPI, se realmente leva em consideração a conformidade técnica desses materiais. Eles seguem as normas técnicas da ABNT? Nós estamos levantando preços de materiais que podem compor a formação de um empreendimento, de uma obra e garanta a qualidade final desta obra?

Isto preocupa muito, sim. Porque levantar preços, você pode descrever um produto, descrever um tipo de material, ir até um ponto de venda, onde é feito esse levantamento, você pegar preços de um produto que esteja fora das especificações técnicas, das normas da ABNT e fora. Aí nós temos um âmbito dentro do próprio governo, que deveria ser utilizado dentro do Ministério das Cidades, nós temos o PBQPH, que é o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, que deveria ser um elo de ligação entre todas essas obras que estão sendo feitas e a conformidade dessas obras.

Para isso a gente precisaria fazer com que o governo, que tem esse âmbito, que investe nisso, utilize isso também, quando faz suas obras públicas, e não deixe isso de lado, como se fosse secundário, dentro do resultado final daquela obra. Quantas obras já foram feitas, que se investiu muito dinheiro e essas obras, ou não tiveram a durabilidade necessária, a qualidade necessária e tiveram que ser refeitas, ou não terminaram. Isso tudo em função de um não bom controle daquilo que é utilizado efetivamente nas obras.

Então, a nossa preocupação, isso eu vou salientar, que nós temos que ter certeza que os parâmetros para a coleta de preços estão levando em consideração a qualidade dos materiais. Eu gostaria de ouvir um pouco sobre isso, saber como efetivamente é feita essa coleta, com que rigor se tem em relação ao acompanhamento que esses produtos estão dentro de normas técnicas, estão dentro de conformidade. Sem ter isto, nós não vamos ter competência para definir se o preço daquele produto final, que é a obra que vai ser efetuada, se ele realmente vai atender as necessidades.

Eu vejo, por exemplo, que o SINAPI aeroportuário é algo quase que exclusivo, quer dizer, vai ser feito algo especialmente feito para o setor aeroportuário. Isso talvez seja uma necessidade para outros setores, ou isso está sendo feito, porque infelizmente o SINAPI, da forma que está estruturado hoje, ele não cobre aquilo que deveria cobrir. Então, eu entro nesse ponto da metodologia do levantamento de preço, que eu gostaria que fosse considerado. Em relação a um outro aspecto, os preços levantados são preços-consumidor. Até que ponto isso se difere do preço-construtor, do preço efetivamente utilizado dentro de uma obra? Também nós temos que entender, novamente eu volto, a forma como é levantado, coletado esses preços e como são projetados.

Um outro aspecto que nos preocupa é até que ponto nós estamos atrasando a inovação tecnológica, quando a gente define determinados materiais que devem ter levantamento de preços e aqueles materiais devem ser utilizados nas obras. A inovação tecnológica, ela tem que ter um desenvolvimento, ela tem que ter uma aceleração de crescimento em relação à inovação, em função exatamente de se ter mais liberdade de atuação na própria inovação e não se limitar aquilo

que está definido como parâmetros para a composição de preços, que não necessariamente tocam na inovação tecnológica.

Nós entendemos, só para fechar, que os projetos... Não adianta a gente ter editais, projetos, preços compatíveis e até sucesso no empreendimento, se a gente não levar – e eu não ouvi falar aqui na Mesa, infelizmente – do problema da qualidade. Eu acho que esse é o ponto que a indústria de materiais, que trabalha de forma dentro da conformidade, quer que seja levado em consideração, que a qualidade dos materiais seja o aspecto mais importante que a gente tenha, para começar a definição de preços. Ela não deve ser o último no processo, mas deve ser o primeiro.

Eu agradeço a oportunidade, espero ter colaborado de alguma forma e eu espero conhecer mais, ter mais entendimento de como são feitos esse levantamentos de preços, para a gente poder discutir com mais profundidade. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Melvyn. Concedo a palavra ao Dr. Alan de Oliveira Lopes, perito criminal federal do Serviço de Perícias de Engenharia do Meio Ambiente da Delegacia da Polícia Federal.

SR. ALAN DE OLIVEIRA LOPES: Bom-dia, Senador Jefferson Praia, ao qual cumprimento. Espero cumprimentar as demais autoridades, senhoras e senhores presentes. É com muita honra que a Polícia Federal foi convidada e ficamos muito felizes de saber que outras instituições estão preocupadas com o problema de obra pública. Temos um dia a dia muito ligado ao TCU, ao CGU e, realmente, é uma oportunidade importante da gente poder compartilhar um pouco do que a Polícia Federal veio acumulando de conhecimento nesses anos.

Preparei uma apresentação, que ela tenta trazer um pouco da experiência da Polícia Federal. Eu imaginei que a Caixa, o SICRO, os colegas do DNIT, do CGU e TCU já tinham debatido bastante alguns pontos importantes, como o projeto. Então, eu vou falar um pouquinho do contexto da investigação policial e no que isso envolve a Polícia Federal. Por favor. Pode passar, por favor. As atribuições da Polícia Federal estão na Constituição, ela exerce com exclusividade a função de polícia judiciária da União. Quando acontece algum tipo de denúncia e ilicitude envolvendo bens, serviço e interesse da União é competência da Polícia Federal apurar os fatos levados a conhecimento da autoridade policial. Por favor, pode passar o slide todo.

Na Polícia Federal, temos a carreira, que é composta de policiais, agentes, delegados, escrivães, papiloscopistas, peritos e outros servidores, que não são policiais, mas também contemplam e participam de nossas atividades. Pode passar, por favor. Cabe aos peritos criminais federais lidar com essas questões de obras públicas em uma investigação policial. Em uma investigação policial é necessária haver a notícia do crime, onde a autoridade policial, um delegado de polícia toma conhecimento de alguma forma e instaura um inquérito policial, para poder apurar o fato narrado. Por favor.

É importante ressaltar, a nossa casuística, geralmente ela vem ou de uma denúncia anônima, derivada de uma outra investigação em andamento, isso é muito comum, algum trabalho da CGU, algum trabalho do TCU, ou alguma demanda também do Ministério Público Federal. Então, praticamente não existe a ação de ofício da Polícia Federal, ela realmente só se envolve nessas questões quando de alguma forma provocada. Esse é um aspecto também interessante da nossa participação. Por favor.

O inquérito policial, ele é um procedimento préprocessual, ele visa apurar se realmente ocorreu alguma infração penal. Trabalhar o quê? Produzir provas para constatar a materialidade e sua autoria. A investigação da obra pública vai muito nesse ponto, a questão da materialidade, saber se houve ou não algum tipo de desvio de recurso público diante de outras consequências. Por favor.

Aqui também eu queria parar um pouquinho. Na Polícia Federal, ao contrário de outras instituições, a gente tem um leque muito grande de meios de prova, testemunhal, confissão, a delação premiada também está nesse meio, a quebra dos sigilos telefônicos, telemáticos, bancários, fiscais, laudos periciais diversos, não só laudos de engenharia de custo, busca e apreensões. Enfim, o inquérito policial, ele visa realmente a busca da verdade real. Por favor

Diversos tipos penais podem ser enquadrados aí nessas investigações, mas eu procurei trazer um aqui em especial, está presente na Lei de Licitações, que é o art. 96: *"Fraudar em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para a aquisição, ou venda de bens, ou mercadoria, ou contrato dela decorrente"*. Nesse tipo foi elencado em vários incisos os aspectos que norteiam um laudo pericial elaborado por nós, que vão de aspecto de preços puramente, aspecto de qualidade, como colocou o representante da associação dos materiais de construção, aspecto de quantidade também é muito importante e no quinto ali é um aspecto que o legislador, acho que com muita propriedade deixou, tornando por qualquer modo injustamente mais onerosa a proposta ou a execução do contrato.

Eu vou demonstrar aqui mais na frente que existem vários formas de você onerar o preço de uma obra de forma indevida, isso acontece paulatinamente. Na

medida que o órgão de controle estabelece algum tipo de procedimento acaba que os criminosos, por assim dizer, acabam criando outras formas de burlar. Assim é necessário que os órgãos de controle, como a Polícia Federal também, continuem permanentemente descobrindo como está sendo feito isso e melhorando seus procedimentos de investigação. Por favor.

Na Polícia Federal, os peritos criminais federais são contratados por meio de concurso público, eles são contratados por áreas do conhecimento. Atualmente, são quase 18 áreas do desconhecimento, que tem química, biologia, mas das mais afetas às obras públicas podemos citar esses profissionais, eu mesmo sou engenheiro civil. Temos engenheiros eletricistas, engenheiros mecânicos, engenheiros cartógrafos, geólogos e inúmeros engenheiros civis, somos aproximadamente em torno de 70, engenheiros eletroeletrônicos também 70, engenheiros mecânicos uma ou duas dúzias, cartógrafos também em torno de 70. Não, minto, cartógrafos são em torno de dez e, geólogos, em torno de 70 a 60 profissionais.

Senador, eu queria aqui trazer uma questão importante, quem lida com essa matéria tem que entender que é um problema histórico. Relatos históricos narram que a construção de Salvador, no primeiro governo geral, foi superfaturada em 300% do seu custo real. Então, nesse ponto todos os policiais, nós damos aula na academia de polícia, procuramos explicar para eles que é um problema que envolve questões culturais, envolve a questão também da tolerância social. Na medida que essa tolerância social vai diminuindo, vai se aumentando o rigor no controle desse tipo de problema. Próximo slide, por favor.

Aqui também é um outro aspecto importante, para se tratar o problema com a devida calma. É um problema internacional, eu tirei isso do site do FBI, a corrupção pública é uma das investigações prioritárias do FBI, atrás apenas do terrorismo, espionagem e crime cibernético. Por quê? Por causa do seu impacto sobre a nossa democracia e segurança nacional. Isso, nós estamos falando da maior democracia do mundo. Então, se eles ainda não conseguiram resolver esse problema, não vai ser a nossa geração que vai resolver. Então, é uma questão realmente que você tem que ter paciência para trabalhar, você tem que ter muita persistência, como policial, ou outro servidor de órgão de controle, porque é uma mudança lenta e gradual. Por favor.

Objetivos da Polícia Federal? É uma parte difícil, mas é necessária ser exposta. O objetivo da Polícia Federal número um é desarticular quadrilhas criminosas e evitar a continuidade do desvio nas instituições, o desvio de recursos públicos. A apuração do montante de desvios desviados é um objetivo secundário por que para a Polícia Federal? Efetivamente, apresenta baixa taxa de recuperação via judicial, mesmo ao final de apurações do TCU, da CGU, ou mesmo do Ministério Público Federal em ações de improbidade, quando se tenta executar e recuperar os ativos, a taxa de recuperação é mínima no Brasil.

Então, realmente, por isso a ânsia do Tribunal de Contas da União em trabalhar na questão preventiva, porque eles sabem que se aconteceu o superfaturamento de alguma forma, a recuperação disso para o erário é muito difícil em um prazo razoável. Por outro lado, colocamos também um aspecto que facilita muito o trabalho da Polícia Federal, que não existe a motivação de exclusão social na prática do crime. O Código Penal Brasileiro, ele é muito antigo, ele foi redigido, segundo muitos doutrinadores, em uma visão em alguns aspectos romântica do crime. A pessoa era excluída da sociedade, começava a roubar roubava um carro, roubava um supermercado, começava a traficar e por aí por diante. Quem trabalha nessas organizações criminosas não são pessoas de forma nenhuma que sofreram exclusão social. Então, facilita muito a questão do dolo e das demais providências que a autoridade policial tem que executar no contexto da investigação policial. Por favor.

O trabalho da Polícia Federal, como dos órgãos de controle, ele, quando estabelece um método para calcular o superfaturamento, a apuração dos desvios, ele simplesmente tenta verificar como o fraudador procedeu. Identificando esse método, o órgão de controle ou a Polícia Federal, perito tenta reproduzi-lo. Em busca do quê? Da verdade real. Aqui é um documento que foi apreendido na Operação Navalha, a maioria das pessoas tem conhecimento e mostra como era feito o controle real dos custos de uma obra, pela Construtora Gautama. Ali podemos ver o preço contratado, o preço realmente real, a questão da quantidade e medida, a quantidade real. A questão da quantidade para a Polícia Federal é muito importante, saber se a quantidade foi executada. Há um balanço e no final se tem o valor ali do superfaturamento, um milhão e tanto naquela medição. Então, esse tipo de cálculo é o que nós denominamos e o órgão de controle também, o TCU, de método balanço. Ele é muito importante em alguns tipos de investigação. Por favor, só mais um slide, por favor.

Aqui é outro documento apreendido de uma medição em que se descreve os percentuais de propina pagos para diversas pessoas, 'Chefe Maior', 'Gordão', existe uma série de codinomes, 'Zeus', são percentuais do total faturado. Se os senhores observarem, valores percentualmente pequenos podem movimentar uma

organização criminosa. Então, por isso que as obras públicas, devido ao seu porte, são alvo desse tipo de quadrilha e realmente necessita de um rigor metodológico, para poder conseguir apurar desvios dessa monta. Nesse ponto, eu quero deixar claro aqui uma limitação do método pericial. Dependendo do porte da obra, se ela for muito grande, os percentuais de propina podem ser de tal forma pequenos que o método de engenharia não consiga detectá-los. Por isso é necessário recorrer aos outros meios de prova da Polícia Federal. Pode passar.

A nossa metodologia pericial na Polícia Federal: 1) Independência funcional. Cada perito criminal, ele é independente, ele equivale a um juiz nesse ponto. Ele vai proceder à elaboração do seu laudo de forma totalmente independente, nenhuma chefia administrativa pode interferir nesse processo, depois do perito designado.

Trabalhamos também com uma premissa, dentro do nosso método pericial de abrangência, tentar detectar os tipos de fraudes em obras públicas, verificados e reconhecidos pela casuística. Então, de forma nenhuma nós nos atemos somente à questão do preço, ali da coluna preço unitário no edital, procuramos abranger de forma completa todos os aspectos de uma obra pública. O representante aqui das indústrias levantou uma questão importante e para nós... Eu coloquei aqui dentro das três mais importantes, separar o joio do trigo, trabalhamos com margens de segurança na hora de elaborar um laudo pericial, calcular um orçamento reprodutivo. Dependendo da quantidade, como eu já narrei dessa margem de segurança que nós atribuímos, podemos produzir um falso negativo. É comum, em investigações policiais, um laudo nosso apresentar superfaturamento zero, e a autoridade policial, por outros meios de prova, saber que teve uma propina, alguma coisa desse tipo. Mas isso é resultado do quê? Nós preferimos ter um indicativo de inocência, evitar que se impute alguma coisa a um inocente. Então, o nosso método realmente é muito conservativo e só tem esse problema do falso negativo. Por favor.

Existe uma necessidade, apesar da independência funcional, existe a necessidade de orientar os novos peritos, a gente tem uma preocupação muito grande de treinamento e capacitação. Então, nós temos normativos internos, que dispõem como calcular o dano ao erário em obras públicas, superfaturamento, no âmbito da perícia de engenharia legal. Recentemente, ela foi atualizada. É o que eu tinha falado no início da minha apresentação. A todo o momento você tem que estar atualizando, na medida que você vai identificando novos mecanismos de fraudes. Por favor.

O método, ele consiste basicamente no seguinte: você vai verificar o valor cobrado pago em obra pública. Você vai produzir um resultado chamado custo de reprodução adotado, em que você vai colocar todos os tipos de variáveis. Essa diferença é o que nós denominamos superfaturamento total, dano ao erário em obra pública. A nossa premissa, como eu tinha colocado anteriormente, é que sempre o CRA, o custo de reprodução adotado, ele seja com razoável margem de segurança superior ao preço real da obra. Nós vamos demonstrar como a gente verificou a eficácia desse método. Por favor.

O laudo pericial, a nossa metodologia, ele trabalha sempre nesse tripé, tem vários outros aspectos, mas eu procuro sempre destacar a questão do exame de local, em que nós verificamos a quantidade e a qualidade, como bem colocou o representante da indústria dos materiais da construção. A questão da legislação, a doutrina do TCU, é importante você também saber, verificar como isso evolui ao longo do tempo. Você não pode elaborar um orçamento reconstitutivo para uma obra de 1998, da mesma forma que você faz com uma obra de 2008, você tem que entender a realidade e o conhecimento disponível àquela época.

Trabalhamos muito com sistema de custo, SINAPI e SICRO, e também trabalhamos com preços reais, [soa a campainha] que a nossa profissão nos permite obter. Por favor.

Eu vou ter que acelerar um pouco, infelizmente. Trabalhamos com custo de reprodução, pode acelerar um pouquinho. Pode passar, por favor. Um momentinho. Trabalhamos com a questão... Utilizamos de forma mista o método do balanço, o método do desconto e trabalhamos sempre de forma global, procuramos fazer as nossas conclusões em cima de todo o objeto. Por favor.

O superfaturamento, então, é problema de quantidade que são medidas a mais do que as reais. Pagamento de preços manifestamente superiores à tendência central do mercado. Por favor. Deficiências na execução de obras e serviços de engenharia, que resultem em diminuição da qualidade, vida útil e segurança, também fazemos análise desse tipo, em algumas casos. Por favor. A quebra do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato. Para quem é do meio, são as análises de jogo da planilha, que ocorrem durante a celebração de termos aditivos. Por favor.

Aqui são outras formas de causar cobrança indevida, que são recebimentos contratuais antecipados, distorções do cronograma físico financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual, ou reajustamentos contratuais irregulares. Por favor. Super dimensionamento também é um problema, acontece o super

dimensionamento do projeto, que acaba por acarretar a execução da quantidade de serviços aquém desnecessários. Por favor.

Um problema das obras públicas no Brasil, mas que, de certa forma, traz uma segurança para o trabalho da Polícia Federal é a questão do efeito escala. Obras muito grandes, quando orçadas pelo sistema de referência, elas apresentam uma grande margem de segurança. Tivemos oportunidade de fazer um caso de uma obra aqui no Centro-Oeste, onde utilizando, fazendo o custo de reprodução com base no SINAPI e no SICRO, o custo obtido foi 74 milhões e meio. Fazendo o mesmo orçamento, só que com algumas notas fiscais que foram obtidas na investigação policial, esse custo baixou para 68,4 milhões, ou seja, alguns serviços conseguiram causar um impacto de 8% no custo global da obra. Nessas notas fiscais, nós percebemos que o preço pago pelo construtor foi três vezes, o preço do orçamento da referência é três vezes superior ao efetivamente pago pelo construtor. Então, dependendo da escala da obra existe o efeito da economia de escala, que proporciona esse tipo de economia. Em nenhuma das notas fiscais nós encontramos algum insumo que foi superior aos insumos apresentados no SICRO ou no SINAPI. Então, esse tipo de constatação nos dá muita segurança no nosso método de trabalho. Por favor.

Uma questão, colocada pelo representante da indústria, é a questão que há expectativa que a Lei de Licitações produza o melhor preço. Realmente, fizemos um levantamento de várias concorrências do DNIT orçadas com base no SICRO, percebemos que quando o número de concorrentes chega em número de oito ou mais, você consegue um desconto de 25, 30% do preço de referência. Então realmente, quando não há ação fraudulenta, algum problema na licitação, a Lei de Licitações tende a levar ao preço de mercado. Essa é uma informação importante, também. Por favor.

Essa é uma questão de estatística, por favor. Um problema das obras públicas, aqui eu estou entrando em uma parte de soluções. No Brasil, não só no Brasil, mas em muitas partes do mundo, o lucro do construtor, ele está vinculado ao custo total da obra e isso é um problema. Então, a Administração Pública tem que criar formas de desvincular o lucro do custo total. Uma sugestão nossa é uma experiência que verificamos em alguns órgãos rodoviários americanos é a criação de fatores de pagamento. Fatores de pagamento seria colocar um critério no edital, de que se o construtor conseguisse entregar a obra com uma qualidade acima da mínima, ele conseguiria ganhar percentuais a mais de lucro de pagamento em cima do seu contrato. Se fazendo isso o que se verifica? O construtor vai praticar o quê? A busca pela qualidade máxima, porque ele vai buscar sempre conseguir aquele algo mais e não o que acontece hoje, o atendimento da qualidade mínima. No que se tenta esse atendimento da qualidade mínima, você acaba às vezes falhando e causando problemas nas obras. Por favor.

Uma outra sugestão é aperfeiçoar a legislação penal. No ano de 2006, nós tivemos a oportunidade de apresentar sugestões a um parlamentar da Câmara dos Deputados. Ele encampou esse projeto, o Projeto de Lei 6735 de 2006 da Câmara dos Deputados, e ele tipifica o crime de malversação de recursos públicos. Lá nós procuramos especificar de forma muito detalhada, Senador, as condutas que tipificariam a malversação de recursos públicos, visando justamente separar o joio do trigo. Por favor.

Outra questão fundamental, queria fazer um elogio aqui aos servidores públicos que trabalham nessa área, realmente eles precisam ser melhor remunerados, alguns servidores públicos são pouco remunerados. Quem trabalha dentro do serviço público sabe que lidar com essa matéria de obra pública, licitações e contratos é muito sacrificante para o servidor, por todas as questões já apresentadas aqui. Então, realmente você precisa diferenciar o salário desse tipo de profissional. Também é uma sugestão que deixamos aqui para as diversas autoridades, criar uma gratificação de desempenho para esse tipo da atividade. Não vislumbramos nenhum tipo de sucesso, se não houver o engajamento do servidor dos órgãos, realmente que estão sendo gestores do recurso público. Por favor. [soa a campainha] *Just in time.* Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Alan. Eu quero... antes de passar para a segunda fase e pela riqueza das informações. Infelizmente, nós não temos aqui os que vieram na primeira audiência. Temos o vice-Presidente do IBRAOP, Dr. Pedro, que eu gostaria de convidar para que viesse aqui à primeira fileira para participar dos debates. Gostaria também de convidar o consultor Fernando, consultor do Senado, que viesse para cá, para a primeira fileira, participar conosco desse debate.

Infelizmente, nós não temos aqui todas as instituições que compareceram na primeira reunião, porque alguns questionamentos vão diretamente para essas instituições. Mas eu gostaria de colocar a todos os membros da Mesa, ou dizer a todos os membros da Mesa, que, há mais de um ano, nós estamos estudando essa questão de obras públicas do nosso país, o IBRAOP, o Senado com o consultor Fernando, o CONFEA com os representantes, os CREAs, os Tribunais de Contas do Estado.

Então, o nosso objetivo, após essas duas audiências, é chegarmos a algumas propostas ou alguma fórmula, alguma maneira de termos obras, como foi colocada muito bem pelo nosso expositor aqui Melvyn Fox, obras com qualidade e obras com preços de acordo com o que realmente tem que ser. Aí eu começo esse nosso momento de discussão fazendo uma observação, que foi feita pelo representante do IBRAOP, que é o vice-Presidente, Dr. Pedro, que se encontra aqui. Na reunião anterior, ele fez uma observação de termos uma criação. E é isso? Me corrija se eu não estiver certo, Dr. Pedro. A criação de uma unidade responsável para reunir e gerenciar os diversos sistemas de preços. Termos uma unidade no país que pudesse ter todos esses sistemas e organizá-los, para atender as demandas dos mais diversos setores.

Vários questionamentos foram feitos aqui. Tivemos os questionamentos da representante do CONFEA, a Dra. Lélia de Sá, que fez diversos questionamentos. Eu vou fazer e gostaria de estabelecer como uma metodologia para todos nós, para que pudéssemos chegar ao final desta reunião com algumas ideias muito mais perceptíveis. Nós vamos fazer o seguinte: vamos fazer a primeira rodada, pois todos anotaram as observações feitas e os questionamentos, para em seguida, verificarmos o que ainda temos para ser observado.

Eu vou passar a palavra pela ordem, vamos dar um tempo máximo de cinco minutos e cada um de acordo com que o foi levantado, porque aqui foram feitos questionamentos, pela Dra. Lélia, o Dr. Alexandre do SINICON apontou diversas soluções. Então, das soluções apontadas por ele quais os comentários? O Dr. Melvyn também fez um questionamento, que trata dessa questão da qualidade, da relação qualidade/preço de obras públicas e os demais todos fizeram as suas observações. Neste momento, nós vamos para dentro do contexto de cada instituição, o que a instituição fala e dá a sua contribuição, buscando melhorarmos essa questão relacionada aos parâmetros de preços do nosso país.

Eu concedo a palavra, então, inicialmente, ao Dr. Wagner Silva para fazer as suas considerações, após a abordagem de todos os expositores.

SR. WAGNER ROSA DA SILVA: Bom, com relação à questão da INFRAERO. Primeiro, eu fiquei contente em saber que a parte que se busca cobertura é na faixa de 15 a 20%, o resto, 75 a 80%, a grande maioria já vem dos sistemas disponíveis e isso para a gente é bastante interessante. Dos comentários da Dr. Lélia, sobre a exigência de ART nas planilhas orçamentárias, nós entendemos que isso é extremamente necessário e que deveria vir sim do projetista, junto com aquele momento.

Agora, em determinadas situações, o projeto é disponibilizado e regionalizado, digamos assim, alguns detalhes que a própria administração faz esse levantamento. Olha, se fizer, se faz adequação ali no levantamento, na planilha orçamentária, eu entendo que tem que ter uma pessoa responsável, sim, que explicite e garanta que aquela atuação é a mais adequada. Então, independente se no início do projeto ou na adequação para uma regionalização, tem que ter o responsável tanto do autor dos projetos, a gente já comentou, como da planilha orçamentária.

A questão de possível conflito entre SICRO e SINAPI, eu acho que, nesse momento, é até salutar. A gente precisa ter sistemas, talvez até mais de um mesmo, que mostrem opções, sistema de referência, para que possamos evoluir e chegar em uma situação onde teremos talvez um único órgão centralizando essas questões e tratando da questão de custos nos diversos setores, de uma forma centralizada.

Então, essa interpretação da compatibilidade quantitativa das planilhas orçamentárias com os quantitativos dos projetos de engenharia, a argumentação é essa. Quando a administração faz alguma regionalização, às vezes, e tem projeto padrão, o FNDE, por exemplo, tem projeto padrão. O profissional desenvolveu, deu algumas opções de solução de cobertura, de telhado para uma escola pública, por exemplo, em função da sua regionalização. Essa adequação da planilha à localidade pode ser feita por um outro profissional, complementando aquela informação. Ele não vai ferir, mudar o projeto, nem nada, mas tem que ter essa responsabilização, para ficar clara e identificado quem é o autor do ajuste.

Dos comentários do SINICON, sobre a importância do projeto e a especificidade da obra, concordamos plenamente. Há essa necessidade, de fato a Lei 8666 não conseguiu atender todas às condições aí para que a concorrência, a licitação represente ao final o preço de mercado. Há necessidade de se aprofundar, de se exigir um projeto consistente e específico para a obra. Então, os orçamentos devem considerar o tipo de obra, tecnologia, tipo de escoramento, todas essas questões.

A adequação dos encargos sociais, eu já havia abordado, é necessidade não pode ser tratado como uma caixa preta, precisa de detalhamento por região. O cadastro único de obras públicas é uma das soluções também que pode vir a ajudar em outros problemas, não necessariamente na formação do custo, [soa a campainha], mas trazer mais clareza a esse ambiente.

Com relação à questão da qualidade, apesar de pouco mencionado aqui, tem sido, sim, uma das variáveis dos pontos de controle, como mencionou o Dr.

Alan na área de perícias, mas não só na perícia, na área de auditoria também, de auditorias concluídas, de auditorias em curso, que nós estamos entrando extremamente na questão qualidade, qualidade dos materiais empregados, qualidade da obra, durabilidade da obra. Tem determinadas questões que a obra é feita, por exemplo, com a expectativa de durabilidade aí de 20 anos e, em função da aplicação de materiais inadequados, esse tempo cai pela metade. Ora, isso tem reflexo no custo da obra e no custo do investimento público. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Wagner. Concedo a palavra para fazer também as suas considerações ao Dr. Jaime Parreira, da INFRAERO.

SR. JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA: De todas as falas aqui feitas, eu acho assim, tem uma que eu acabei esquecendo até de comentar, mas que é fundamental, acho que foi unânime aqui. Um bom orçamento uma boa obra, começa sempre, sem ser necessariamente por um ótimo projeto. Todas as nossas experiências, vamos dizer de sucesso ou de fracasso, estão sempre em cima de um bom projeto.

Aí quanto à questão das ARTs e de responsabilidade, a INFRAERO pratica dois sistemas, ou ela contrata externamente esse projeto ou ela faz internamente. Em todas as suas fases, a ART é feita justamente para ter uma noção e responsabilidade de técnica sobre o que está sendo feito. Quanto à qualidade técnica, eu acho que isso também vai ser fundamental. A INFRAERO também trabalha bastante com a [ininteligível], lá de São Paulo, com a COPPE, lá no Rio, faz uma série de convênios para fazer essa avaliação e ensaios.

Nós aqui trabalhamos com uma área bastante crítica, onde tem as PCN, que é a carga máxima. Na hora que o avião toca lá na pista, isso tudo tem que ser muito bem calculado, sob pena da gente criar um problema muito sério. Mas assim, basicamente, acho também muito interessante essa questão da unificação dessas várias... Porque assim como a INFRAERO vai criar a dela, eu acho que assim muito rapidamente outros segmentos vão acabar seguindo essa linha.

Então, nós vamos ter aí já, já uma série de tabelas e vão ter que se criar uma tabela de todas as tabelas. Então, é muito importante essa unificação, para se poder falar a mesma língua para todo mundo. Nas nossas obras, a gente também tem tido agora bastante interessados. Acabamos, assim, de licitar agora dois grandes empreendimentos lá no Sul, na faixa de 12 a 15 empreendedores. A gente está aí trabalhando em uma faixa de -15, -18% é o que tem dado em média, como você citou Alexandre, a nossa faixa de trabalho e tem sido bastante competitiva as nossas licitações. Era isso que eu tinha a dizer sobre todos esses assuntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Jaime. Dra. Lélia, como a senhora fez diversos questionamentos, eu gostaria de deixá-la por último, está ok? Concedo a palavra, então, ao Dr. Alexandre Salles, do SINICON.

SR. ALEXANDRE AROEIRA SALLES: Bem, tentar contribuir com as perguntas iniciais da Dra. Lélia. Eu entendo a primeira pergunta, se conflita com o SINAPI. É interessante essa pergunta, porque na realidade qualquer sistema referencial vai conflitar com outro sistema referencial. É impossível se alcançar um sistema referencial idêntico, exatamente porque eles partem de observações e de premissas distintas muitas vezes.

Dentro disso, Dra. Lélia e demais membros dessa Comissão, quando se diz: "Vamos unificar o sistema de referência de preço de serviço de engenharia". Isso me causa uma preocupação, Dr. Wagner, Dr. Alan, Senador Jefferson Praia. Por quê? Porque como vamos unificar um preço de um serviço de engenharia para construção de um estaleiro, com o de construção de uma rodovia [soa a campainha], com construção de uma ferrovia, metrôs. Eu entendo que é praticamente impossível se fazer essa unificação, salvo se... E aí é uma proposta, Senador, que eu acho que valeria a pena a discussão, que fizéssemos o seguinte: vamos então unificar os sistemas de referência de preços dos insumos, por exemplo, dos materiais.

Aí atendendo a ponderação importantíssima do Dr. Melvyn, que haja uma delimitação, então, da qualidade dos materiais, que tipos de materiais nós devemos fazer cotações de preços, para que tenhamos um banco de dados. Por exemplo, do material aço com a qualidade da norma da ABNT. Eu não sei dizer as especificações, mas XN, por exemplo, e o aço específico na Amazônia, que, com certeza, é diferente do Rio de Janeiro, não só em decorrência da umidade e também do transporte, logística e etc. Ou seja, tendo um cadastro único de insumos, nós podemos partir para um segundo cadastro, que aí poderia ser único na nossa avaliação. Seriam os cadastros únicos de produtividades de determinados equipamentos. A escavadeira Caterpillar, para serviços rodoviários, tem uma produtividade Y. A escavadeira, para serviços aeroportuários, em razão da logística, das dificuldades de operação do aeroporto, tem produtividade tal.

Assim, o que nós teríamos? Nós não teríamos tabelas de preço, porque isso é impossível se fazer e principalmente a unificação de uma tabela. Nós teríamos é um banco de dados fabuloso e importantíssimo, similar ao que os Estados Unidos conseguiram con-

quistar ao longo de muitos anos. O Dr. Alan fez uma ponderação importante, porque foram realmente muitos e muitos anos, décadas de investigação, de estudo, de ciência sendo produzida, para se ter um banco de dados de insumos, banco de dados de produções de equipamentos, considerando os custos de propriedade dos equipamentos, considerando todas as particularidades próprias para os equipamentos.

Posteriormente, mão de obra, a mão de obra de São Paulo é diferente da mão de obra do Norte do país, que é diferente do Centro-Oeste, do Sul. A qualificação dessa mão de obra. A construção, por exemplo, da usina nuclear de Angra 3, não tem, não pode ter o mesmo custo de mão de obra previsto no SINAPI, porque ele faz um levantamento de banco de dados para a mão de obra contratada para sistemas habitacionais. A responsabilidade para a qualidade que uma empresa precisa, para colocar profissionais para executar uma obra, como uma usina de Angra, é diferente para executar uma edificação, no que tange tanto a mão de obra de custo direto quanto a mão de obra indireta. Ou seja, nós teríamos então tabelas? Eu acredito que não. Nós teríamos um banco de dados eficaz.

Aí, Dr. Alan, uma pergunta até que eu aproveito para fazer, que quando se faz apuração atualmente, pelo o que me parece até pela sua apresentação e muito boa, nós ficamos felicíssimos que exista um trabalho sério como esse, que tem se desenvolvido pela Polícia Federal, pelo Tribunal de Contas da União e pela CGU, que nós conhecemos e queremos até contribuir, exatamente naquele sentido de separar o joio do trigo. O que eu acho fundamental que nós entendamos é o seguinte: [soa a campainha] quando se compara o preço de um empreendimento já executado ou em execução, se compara a partir desses mesmos parâmetros, SICRO e SINAPI atualmente vigentes, e que muitas vezes eles mesmos já não assumiram as peculiaridades próprias de um determinado empreendimento? Será que nós deveríamos insistir com as próximas leis a manutenção desses sistemas como referencial máximo de preço? Isso não pode acarretar, Senador, o problema que o Dr. Melvyn colocou de que nós estamos, então, estabelecendo um teto de preços no país, mas ao mesmo tempo estamos colocando em risco a qualidade dos empreendimentos nacionais, por não fazermos distinções dos empreendimentos, por não fazermos distinções das localidades em que os empreendimentos estão sendo executados?

Outra questão aí que ultrapassa, Senador, um pouco essa Comissão, mas que volta para a Lei 8666, é se chegou à conclusão, como o Dr. Alan muito bem colocou, que a maior competitividade faz com que haja uma diminuição do custo dos empreendimentos. O que devemos fazer para ampliar a competitividade? Quais são as transformações, ordenamento jurídico ou as transformações da prática do setor de contratação público brasileiro, que possibilitaria a ampliação da competitividade, para que nós tenhamos essa realidade muito bem apontada pela estatística levantada e sem prejuízo, claro, sempre da qualidade. Bem, eu acho que nesse momento são essas contribuições.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Alexandre. Concedo a palavra ao Dr. Melvyn Fox, da ABRAMAT.

SR. MELVYN DAVID FOX: Bem, algumas considerações. Primeiro, eu queria parabenizar o Dr. Alan, da Polícia Federal, porque mencionou claramente a importância da qualidade e a gente sabe que pode haver desvio de recursos públicos, através da má qualidade de uma obra. Então, eu acho que esse aspecto de se preocupar também com a qualidade quando se faz essa verificação, através da própria Polícia Federal, é extremamente importante.

Entendo também que a INFRAERO dá, e com muita razão, muita importância ao projeto, e nós temos que, cada vez mais, dar importância ao projeto. Isso é o início de qualquer obra, é a partir do projeto que nós vamos ter a qualidade final da obra, ela que determina isso. Infelizmente, não está aqui o representante do SINAENCO, mas seria muito importante que, em uma outra oportunidade, o SINAENCO fosse contatado, para discutir exatamente os projetos e a pouca importância que se dá hoje ao projeto. Quer dizer, o profissional que trabalha em projetos hoje é desvalorizado, ele recebe muito mal, a qualidade desse profissional acaba caindo e a gente acaba não tendo as obras com a qualidade que deveriam ter.

Também em relação à INFRAERO, eu acho que o caminho que adotaram de parâmetros específicos resolve o problema do INFRAERO, mas infelizmente não resolve o problema de todas as obras públicas que estamos conversando aqui. Em relação ao CONFEA, eu entendo que a preocupação dos pontos importantes que foram levantados, e a ABRAMAT está totalmente de acordo com isso, é a preocupação com a qualificação do profissional que faz os orçamentos. Nós temos que ter o profissional competente para isso, qualificado para isso, com a formação adequada para isso. Então, isso também é um aspecto muito importante.

Falando de profissional e de competência, nós temos uma outra preocupação. Hoje, são quase oito milhões de trabalhadores no Brasil trabalhando em edificações, dos quais somente dois milhões e 800, mais ou menos, são regulares, são oficialmente contratados e registrados. Portanto, nós temos ainda uma não conformidade em relação à mão de obra muito intensa

nesse país. Nós temos que tomar muito cuidado, e isto poderia ser um caminho também muito importante, que todas as obras públicas tenham profissionais qualificados e contratados regularmente. Porque, muitas vezes, existem subempreiteiras que trabalham e que acabam não tendo o rigor da legislação sendo praticado. Portanto, nós entendemos que isso também determina a qualificação, a qualidade final de uma obra.

Nós temos uma preocupação com isso, nós estamos trabalhando diretamente em uma... Nós queremos profissionalizar o construtor, o trabalhador da construção civil e criar uma certificação, um sistema nacional de certificação de mão de obra. Isso está hoje em pleno andamento dentro do Ministério do Trabalho, junto com o Ministério das Cidades e dentro do próprio PBQPH, onde nós queremos ancorar também, onde está ancorado todo um sistema de qualidade das obras, materiais, sistemas construtivos, inovação tecnológica e a última perna disso seria a qualidade da nossa mão de obra, que é a certificação do profissional. Isso é um projeto que está em pleno andamento e nós estamos em uma fase de finalização disso, para que a gente tenha sempre uma construção mais eficiente e melhor qualidade.

Por fim, eu gostaria de salientar a importância, Dr. Wagner, de que você mencionou qualidade, eu acho que isso é importante, isso já está de certa forma sendo feito, mas eu acho que ainda inadequadamente. Nós entendemos que se o Poder Público dispõe hoje de um programa que parametriza a qualidade, por que não utilizamos esse programa em obras públicas? E qual é esse programa? Eu volto a repetir é o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, é o PBQPH, que fica dentro do Ministério das Cidades. Nós temos um programa já existente, eficiente, ele é muito utilizado hoje em obras habitacionais [soa a campainha] e nós temos uma qualidade muito boa em termos de obras habitacionais. Todo o programa Minha Casa, Minha Vida está sendo direcionado através do próprio PBQPH. Por que não fazer isso também com as obras públicas? Já existe aonde ter esse parâmetro da qualidade. Então, a minha proposta é que a gente vá atrás exatamente desse sistema que já existe dentro do Poder Público. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Melvyn. Concedo a palavra ao Dr. Alan Lopes, da Delegacia da Polícia Federal.

SR. ALAN DE OLIVEIRA LOPES: Eu vou continuar e tentar explicar, realmente o Wagner sabe disso, a gente convive muito, poderíamos ficar dias falando de sistemas aqui, cada um deles. Eu vou tentar me ater aos principais pontos. A questão do aumento da competitividade, como colocado aqui, pediram para explicar um pouco melhor.

A questão de realmente ter a efetiva concorrência, como o legislador previu para a Lei de Licitações. Eu volto a reforçar, eu não sei se eu passei muito rápido a minha apresentação, infelizmente tem que tocar nesse ponto é a questão da corrupção. Os órgãos têm que trabalhar suas comissões disciplinares. É um apelo até que eu faço, não deixar a cargo só da Polícia Federal, quer dizer, na última, praticamente a última instância, que se separe o joio do trigo. Realmente eu coloco a todos os presentes aqui, que o elemento humano tem que ser trabalhado nesse aspecto, separar os maus elementos, realmente.

Separar dessa questão, que eu acho fundamental, a questão dos editais, ela trabalha sempre um paradoxo, se exigir uma habilitação técnica financeira rigorosa, para que não se tenha maus contratados. Por outro lado, se utilizando desse meio algumas quadrilhas acabam por cercear a competitividade. Nesse ponto, eu coloco uma sugestão ao CONFEA, nós temos observado nas obras que nós temos visitado, que está havendo uma confusão no Brasil, na questão da ART do executor da obra. Via de regra, justamente por ser exigido em editais, a qualificação técnica, operacional e profissional, que os donos das construtoras ou então altos funcionários, diretores registram ART em seu nome e efetivamente não exercem a função técnica prevista na legislação da ART. Isso gera um problema, o problema afeta até o próprio conselho no código de ética e gera uma série de problemas corriqueiros na Polícia Federal. A gente chega em um caso, em uma obra federal que morreu uma pessoa e o dono da construtora, que é o RT, o diretor. A primeira coisa que ele diz: "Não, eu sou RT só no papel. Eu coloquei um preposto, para tomar aqui da execução da obra, da segurança do trabalho e tudo o mais". Então, eu acho que realmente o CONFEA deve exercer um papel fiscalizador, de saber se essas ARTs de grandes obras públicas são os profissionais que executam a função, ou se são donos, ou diretores de construtoras. Eu acho que isso é uma questão importantíssima.

A outra questão é enfatizar mais a questão da garantia financeira do que a própria qualificação técnica. A garantia financeira vai permitir que o órgão ao contratar um mau executor, ele execute efetivamente a garantia financeira. Vai ser um processo dolorido, porque algumas obras vão ficar um tempo inacabadas, mas se as comissões disciplinares e os próprios órgãos de controle afastarem esses maus construtores, em alguns anos a gente vai estar em um outro patamar da qualidade, aqui no Brasil. Espero ter respondido a pergunta que me foi formulada.

Um outro ponto importante, queria lembrar aqui das pequenas obras, o efeito escala. O efeito escala, ele pode trabalhar para reduzir o valor de referência em obras grandes, mas as situações de obras no interior, pequenas prefeituras, realmente tem que se tomar cuidado na hora de orçar. Eu queria ser a voz dessas pequenas obras no Brasil, que nós pegamos algumas vezes.

Eu queria reforçar, eu não tive tempo de colocar com propriedade na minha apresentação, alguns tipos da fraudes que só vão ser detectadas com o método do desconto. Então, prestar atenção que os sistemas de custos são apenas referências, em alguns casos, tem que se trabalhar a questão do desconto, na análise de jogo de planilha.

Realmente um problema sério, que nós no deparamos, é a questão de querer não saber usar o sistema de referência de preço. É o que nós chamamos de arte de orçar. Todo mundo aqui colocou isso de alguma forma. [soa a campainha] Ao se pegar um orçamento de uma obra, você tem realmente que estudar as peculiaridades de cada obra daquela. Por isso que nós da Polícia Federal gostamos muito de fazer o orçamento após ir a campo, estudar, conversar com quem fez, ver como foi feito, de onde vieram os materiais. É uma questão importante. Para o orçamentista, ele tem que saber usar o sistema de referência. É comum e, a gente fica até às vezes, assim, apreensivo de conversar com o orçamentista. Ele falar que usou determinada composição do SICRO, que infelizmente não tem nada a ver com o serviço que efetivamente foi feito. Então, realmente os sistemas podem melhorar ao extremo, mas se o elemento humano não souber usar a ferramenta, sempre vai ter um problema.

Outra questão importante, colocada por muitas apresentações aqui, cada obra tem a sua peculiaridade. Então, você tem, por exemplo, uma obra que é muito longe, você tem que levar em conta o custo da mobilização. Só que quando você faz... Ou então, a obra é em um centro urbano, você tem que levar em consideração as interferências da zona urbana e nós fazemos isso. Só que é comum, pelo menos nas investigações criminais, encontrar sobreposição de efeitos. Ou seja, a pessoa, por exemplo, está fazendo um orçamento de uma obra rural, aí coloca todo um custo de mobilização e outros aspectos da obra rural, só que minora a produtividade, como se fosse uma obra urbana. Então, acaba havendo sobreposição de efeitos. Na obra urbana a mesma coisa, utiliza minorações de custos de obras urbanas e coloca a mobilização como se a obra fosse no interior da Amazônia. Então, tem que saber orçar e isso aí realmente tem que fazer curso de Engenharia, tem que se capacitar. É uma sugestão que eu até coloco aqui que os órgãos de controle façam treinamento com os órgãos gestores de recursos públicos, TCU, CGU, nós nos colocamos à disposição também nesse sentido. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Dr. Alan, V. Sa. me permite?

SR. ALAN DE OLIVEIRA LOPES: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Nessa questão da sobreposição de efeito, o senhor não acha que muitas vezes ela é feita de forma proposital?

SR. ALAN DE OLIVEIRA LOPES: Caro Senador, as investigações policiais, elas visam justamente tentar separar o joio do trigo. De fato, foi colocado em algumas apresentações, as situações de incompetência, eu posso lhe atestar isso, a incompetência até de quem designa a pessoa para fazer... A representante do CONFEA colocou, às vezes quem fez o orçamento não é nem engenheiro.

Então, há questões infelizmente que pode ser que o dolo vem não da pessoa que fez o orçamento, mas de quem o designou. Isso a gente verifica em algumas investigações policiais. Em outras situações, realmente, nós verificamos que é feito de forma propositada, infelizmente acontece.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Alan. Concedo a palavra à Dra. Lélia de Souza Sá, do CONFEA.

SRA. LÉLIA BARBOSA DE SOUZA SÁ: Em primeiro lugar, Senador, eu queria pedir desculpas, eu tenho mania da trocar os nomes. Eu lhe chamei de Senador Gerson, seu nome é Jefferson Praia, já ia chamar de Maia.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Não tem problema, não, no meu Estado também muitos me chamam de Gerson Praia.

SRA. LÉLIA BARBOSA DE SOUZA SÁ: Mil desculpas. Eu queria parabenizar o nosso amigo do IBRAOP, eu acho que a melhor notícia que eu tive hoje, aqui, foi a sugestão dele, de criação de uma unidade para esse sistema de custos. Quem sabe até, não igual à ABNT, porque a ABNT cobra pelas normas, apesar de receber recursos públicos. Mas de repente uma unidade aonde tivesse câmaras técnicas. Não sei, você deu a ideia, depois todo mundo pensando junto, mas que esses preços viessem para nós gratuitamente. Fica aqui a ideia e parabéns. Pelo o que eu entendi foi o IBRAOP que sugeriu, não é isso? Ou não? Ah, não. Então está, desculpa, mas parabéns a quem deu a ideia.

O CGU, o que eu falei sobre os projetos é o seguinte: porque hoje um projeto básico, ele engloba além das especificações, as plantas e o orçamento. Então,

hoje tem-se batido em uma tecla que o orçamento tem que ter uma ART. Então, fica dando a entender e muitas pessoas já me perguntaram se o orçamento tendo a ART, se não precisa mais o projeto em si ter a ART. Então, são perguntas. Como muita gente pergunta: "Ah, não preciso registrar a ART de um projeto, se só há necessidade da obra". Muita gente por esse Brasil afora não registra projetos, só registra obra. Então, é para não haver essa preocupação, tem que registrar, sim, o projeto.

O Dr. Alexandre do SINICON, ele fez uma série de considerações e fez uma pergunta muito interessante. "O que fazer para aumentar a competitividade das obras?". Eu vou lhe responder com uma pergunta, eu tenho certeza absoluta, não é com pregão, isso eu posso lhe garantir. Seja pregão eletrônico ou pregão presencial.

A ABRAMAT, ele diz que estava preocupado com a coleta de preços do SINAPI. Não foi isso que eu entendi na primeira colocação? Eu também fiquei preocupada, porque examinando o site do IBGE, a gente percebeu o seguinte: é que a coleta é realizada na primeira quinzena do mês em referência, aí além dos preços-salários são obtidos informação necessária para a atualização dos cadastros de locais de insumos. A concepção dos preço-salário coletado: os preços coletados consideram os impostos (IPI, ICMS), sendo aqueles para pagamento à vista, deduzidos os descontos, caso ocorram, oferta e promoção. Então, é feita uma série de coletas, muitas vezes elaboram relatórios e muitas vezes as coletas não podem ser feitas. Então, eu entendo, sim, que esse tipo de coleta tem que ser feito uma crítica.

Os materiais da construção também, eu acho muito importante que a obra, ela não seja verificada pelo menor preço, mas sim pelo melhor preço. Porque uma obra com o melhor preço, com certeza a gente vai ter uma obra de boa qualidade.

A INFRAERO, eu fico contente de saber que já está em avançado com a Caixa Econômica Federal. O que a gente não pode é ficar, tipo assim, engessada, [soa a campainha], a gente ficar com uma tabela de preço e depois a gente não ter como fazer em uma licitação. E não esquecendo, por exemplo, saneamento. Os resíduos sólidos, batendo na mesma tecla, ficaram por muito tempo esquecidos. Eu estava fazendo orçamento de resíduos sólidos e vários itens de resíduos sólidos não estão na tabela do SINAPI.

O que nós estamos fazendo? Nós estamos fazendo a coleta de preços e nós estamos encaminhando para a Caixa Econômica. A Caixa Econômica, ela está apurando esses preços e aprovando esses preços, para a gente poder colocar uma licitação na rua. Então, eram essas as considerações que a gente queria fazer. Sugerindo aqui para a Polícia Federal, para concluir, eu acho importante termos uma conversa. Sugiro que tenha uma conversa com o CONFEA, para a gente tratar dessa questão dos acervos técnicos, que isso eu entendo que é um problema nacional. Agora, posso lhe garantir como ex-presidente do CREA do Distrito Federal, que essa pessoa é responsável, sim, por essa obra que vocês foram fiscalizar. Muito obrigada, Senador, e nós estamos à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Dra. Lélia. Concedo a palavra ao Dr. Pedro do IBRAOP, Instituto Brasileiro de Auditorias de Obras Públicas.

SR. PEDRO PAULO PIOVESAN DE FARIAS: Senador, muito obrigado por me chamar aqui, chamar o IBRAOP a compor essa discussão no dia do hoje, complementando a Audiência Pública da semana passada. Eu acho que a primeira coisa que eu devo clarear aí é com relação a essa unidade supostamente centralizadora de orçamentação de obras públicas.

Na minha exposição, na semana passada, Engenheira Lélia, você não estava aqui presente, eu sugeri apenas o seguinte: que existem unidades responsáveis por obras, que têm tabelas, que têm sistemas de referências, como é o caso agora do SICRO e do SINAPI, que já estão consagradas e estão sendo utilizadas, está na LDO como referência de preço máximo. Mas eu acredito que a orçamentação ou a limitação de preços máximos não deva se limitar a apenas essas duas.

O incentivo que eu promovi na minha fala, naquele dia, foi justamente buscando suprir essa necessidade do setor público de se atualizar, de modernizar, de complementar as suas áreas de engenharia, para fazer frente a essa demanda toda por projetos adequados, por projetos bem feitos e, por consequência, por orçamentos reais, orçamentos que permitam competitividade e, ao mesmo tempo, que inibam fraudes, que inibam desvios, de uma maneira bem acertada pelo Poder Público.

Então, eu visualizei que, se nós incentivarmos essa reestruturação dos setores de obras, dos setores de engenharia e de arquitetura do setor público, que cada entidade vá acabar naturalmente tendo que promover seus sistemas de custos, como falou o Dr. Jaime, a INFRAERO vai fazer o SINAPI aeroportuário. Então, a vocação daquele órgão acaba induzindo a criação de um próprio sistema de custo, para cobrir justamente aquelas áreas de falha, onde as referências, que existem no SINAPI ou no SICRO, não vão cumprir aquelas suas demandas, suas necessidades.

É evidente que existem diferenças entre essas obras, e nós, orçamentistas que somos, eu sou enge-

nheiro civil, eu trabalhei muito com orçamentação de obra, inclusive, no suposto outro lado do balcão, trabalhando em empreiteira e tal. No tempo que eu trabalhava no setor privado, eu sei como os dois lados agem com os atores, sei também da responsabilidade do orçamentista e a preocupação dele, eu sei como as pessoas vão buscar a sua referência. Então, um orçamentista de qualquer empresa, pequena, grande ou qualquer que seja, ele acaba buscando referências para montar o seu orçamento, mas ele tem que se certificar de que ele está dentro do preço de mercado, que ele vai poder produzir aquela obra por aquele preço que ele está especificando e diante das condições de projeto.

Se o projeto é deficiente, ele aumenta o coeficiente de risco dele e se o projeto é muito bom, com tudo muito especificado, ele tem mais tranquilidade para ofertar um preço mais competitivo. Nesse jogo, quando não se tem projetos adequados e se tem desconfiança do setor público, quem vai trabalhar para o setor público são as empresas aventureiras, não que não existam boas empresas que trabalhem para o setor público, mas os aventureiros veem aí brechas de grandes ganhos. Eles vão se servir muito mais de advogados do que de engenheiros. Com todo o respeito, o senhor é advogado, não é Dr. Alexandre, e não engenheiro. Mas as empresas de engenharia devem utilizar a tecnologia de engenharia, não é? Essa é a situação. Mas esses aventureiros, eles acabam se utilizando mais dos advogados, porque eles sabem que na sequência, iniciou o canteiro de obras, eles já estão pleiteando aditamentos contratuais nas brechas dos seus contratos, dos seus projetos, que daí foram mal feitos.

Aí voltamos lá às nossas referências de preços. Imaginem: se nós não tivermos uma referência limitadora de preços unitários máximos, admissíveis pela administração, como é que nós vamos limitar esse tipo de atuação? São duas frentes grandes que nós temos que agir. Uma é na melhoria dos setores de obras do setor público, para que esses setores mesmo acabem introduzindo sistemas de controles internos por si mesmos. Eu já vou citar um sistema de controle interno, que eu acho ótimo [soa a campainha] e que funciona bem.

Enfim, para concluir. O outro lado é termos os preços de referência para essa situação atual. A nossa situação de mercado é essa, o Brasil precisa ter preço de referência, mas frise-se, SICRO, SINAPI e qualquer outro sistema são preços de referência. É aquele preço máximo que a administração se propõe a pagar por um determinado serviço. Se o mercado olha para esses preços e vê: "Ora, isso aí está abaixo do limite". O que vai resultar? Em uma situação de mercado real, licitação deserta. Eu não participo, eu tenho uma empresa boa e eu tenho um nome a zelar. Então, eu não entro nessa, correto? Essa é a situação.

A lei mesmo, a LDO tem permissão para: em o orçamentista do setor público discordando daquele preço, ele pode, sim, elaborar o seu próprio orçamento, que ele deve fazer, aliás, para aquele preço unitário específico, ele deve fundamentá-lo e levar adiante o seu preço. Se ele estiver fundamentado e apresentar isso ao Tribunal de Contas da União, quando necessário, óbvio, vai dar tudo certo.

O que ocorre atualmente é que, quando esses órgãos, esses orçamentistas são solicitados a prestar esclarecimento, eles não têm os esclarecimentos, eles não têm nem os projetos e muitas das vezes não devem ter nem o orçamentista. Aí eu vou, Engenheira Lélia, no sido do porquê da exigência da RT de orçamento, esse é um ótimo elemento de controle interno, para facilitar o nosso controle externo. Veja bem, lá no Paraná, o Tribunal de Contas do Estado baixou uma resolução que obriga que todas as licitações que contenham obras, contenham a anotação de responsabilidade técnica do orçamento da obra, não é nada impossível de se fazer, tem que ser assim.

Ora, nós obrigamos carteiro de motorista para os ônibus dos ônibus escolares, porque é que nós não temos que exigir anotação de responsabilidade técnica para quem faz obras. Olha, obras, elas podem significar risco de vida para as pessoas, então, não é porque os engenheiros merecem, por uma atitude classista aqui do meu discurso, eu sou engenheiro, eu acho que devemos ter engenheiros em toda a parte, dominando o mundo. Não, não é nada disso. A nossa intenção qual é?

Esses seres humanos têm habilitação, eles conhecem como se faz orçamento, eles conhecem como se faz obra. Então, eles é que detém essa tecnologia. Então, quando nós introduzimos essa novidade, foi muito interessante, porque, na Secretaria de Obras, os engenheiros que assinavam as responsabilidades técnicas por esses orçamentos, ficavam vigiando na licitação se a planilha deles não tinha sido alterada, para caber dentro do orçamento do Estado. Não, não era aquilo não, o meu preço, o preço que eu dei foi esse aqui. E a gente alertava as nossas palestras: "Vocês serão responsabilizados em caso de superfaturamento, serão responsabilizados em caso de aditamentos contratuais".

Voltando a pergunta do Senador Jefferson Praia, quanto a essa unidade centralizadora, eu não acredito em centralização, não. O que eu quis dizer, naquele dia, era assim: que, em surgindo essas diversas referências de preço, seguindo a vocação de cada um

dos órgãos, de cada um dos setores, essas tabelas de referência, elas devem ser reunidas por alguém, por alguma entidade da Federação. Eventualmente, o Ministério do Planejamento pudesse conter um portal que tivesse links [soa a campainha], tivesse saídas para SICRO, SINAPI, INFRAERO, outros, para auxiliarem os orçamentistas, para saber se eles estão dentro dos parâmetros estabelecidos e não que aquilo seja referência para ele orçar a obra, e para que não venham leigos utilizar aquelas tabelas para fazerem tabelinhas para orçamento de obrinhas por aí, sem engenheiro, sem anotação de responsabilidade técnica e a coisa é por aí.

Bem, eu queria dizer que eu fico feliz, também, para finalizar, antes que eu receba outro sinalzinho desses, que eu fiquei muito feliz, porque todos os que têm falado aqui têm frisado uma coisa que o IBRAOP, há muito tempo, vem levantando e vem falando, que o setor público está desestruturado. Nós precisamos melhorar, precisamos resgatar esse setor. É urgente que isso aconteça, nós temos que fazer isso, isso é muito bom. E fica claro que há uma deficiência enorme de projetos e tudo o mais.

Eu fico até, assim, pensando na situação, quando se fala em obras do PAC 2, que a gente olha com entusiasmo, vamos gastar tantos bilhões e enchemos a boca para falar bilhões. Mas eu não sei, eu tenho razões para crer que o PAC 2 não vai ter nenhuma eficácia, como não teve o 1, que muitas das obras não foram executadas, até porque não havia projetos. Então, se queria começar obras imediatamente. "Ah, nunca se teve tanto dinheiro para obras e tal", mas nunca se pensou antes.

Então, vamos naquela outra linha que outro dia nós discutimos, Senador Jefferson Praia, de que nós temos que ter planejamento de longo prazo, planejamento de longo prazo, são planejamentos para 15, 20, 30 anos, a Engenharia do Brasil precisa disso. O planejamento de muito longo prazo e que transcenda PPA, aqueles projetinhos para quatro anos, isso não existe, isso não pode ser. Nós temos que batalhar para que essas modifiquem e que nós tenhamos um planejamento maior, calcado em bases técnicas, produzidos por engenheiros e por arquitetos e decididos politicamente aqui, nessa Casa

É isso. Peço desculpas se me estendi, mas tinham algumas coisas que eu estava com vontade de falar e que eu achei que iriam acrescentar bastante a nossa discussão. Obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Dr. Pedro, suas considerações são importantes. Eu quero dizer... Toca a campainha, mas o mais importante aqui são as observações feitas pelo senhores e pelas senhoras. Então, nós não estamos aqui, fazendo com que o tempo seja a grande questão, a relevância de tudo. Ao final, nós temos que ter, depois dessas duas audiências, nós temos que ter um norte, porque, se nós ficarmos nas mesmas questões, muito bem, discutimos, duas Audiências Públicas, todo mundo falou do SINAPI, do SICRO, isso, aquilo e tal, fizeram suas observações. E aí? Para onde nós vamos?

O meu objetivo aqui, que eu acredito que é o objetivo desta comissão e de todos nós, que estamos aqui contribuindo, é termos um norte para o aprimoramento desses parâmetros de preços de obras públicas no país. Concedo a palavra ao Dr. Fernando, consultor do Senado, é uma das pessoas que tem nos ajudado nesse grupo de trabalho que estamos há um ano trabalhando, no sentido de contribuirmos para as obras públicas no nosso país, já fizemos esse projeto, que é um cadastro nacional de obras públicas, é fruto deste grupo de trabalho que participam diversas instituições. Dr. Fernando.

SR. FERNANDO: Muito obrigado, senador, agradecendo a deferência pelo trabalho que se faz aqui, em suporte aos parlamentares. Eu vou me concentrar no ponto mais crítico. Me parece, de toda essa discussão, que é SINAPI e SICRO, que é um tema recorrente que retorna a cada discussão de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que exatamente agora tem sido objeto de discussão de uma minuta de decreto do Ministério do Planejamento para regulamentar uma série de dispositivos de licitação e contratação de obras que, de uma forma geral, é uma minuta extremamente positiva.

Mas o tema sempre se retorna à discussão de se SINAPI e SICRO são adequados para serem tetos, valores máximos, além dos quais se tem que justificar. A discussão, o Congresso, desde o TRT de São Paulo até hoje, tem entendido gradualmente, sofisticando essa construção, tem entendido que é necessário que o SINAPI, o SICRO e, eventualmente, outros que se venham a somar, SINAPI aeroportuário, eu acho que eram outros, tabelas da CODEVAT, uma série de outros, tem que ser explicitamente colocados como tetos legais, limites máximos, valores iguais ou menores, porque são regionalizados, porque tem uma captação de dados bastante ampla e estatisticamente significativa, mais o SINAPI e o SICRO, nesse caso, porque tem composições que, na montagem de composição de preços de cada orçamento por um profissional habilitado, podem ser abertas e adaptadas às circunstâncias da obra.

E que os dispositivos legais estabelecem que é possível, sim, haver preços diferentes do SINAPI, serem lícitos e serem válidos, desde que mediante uma

justificativa técnica fundamentada. Então, em todas essas discussões, em todos esses embates, a opinião prevalecente dentro da Comissão Mista de Orçamento, dentro do Congresso é que, sim, o SINAPI e SICRO são a melhor aproximação possível a essa figura teórica do preço de mercado.

O Dr. Alan apontou uma coisa fundamental. Em todas as perícias, ele nunca achou um preço acima do preço de referência de SICRO ou SINAPI, além do fato de que são normalmente pesquisados em varejo e etc. A INFRAERO, todo o processo de melhoria da gestão de obras da INFRAERO, nos últimos dois a três anos, foi induzida possivelmente por essa exigência de preços e demonstra que é possível fazer obras, respeitando integralmente esse parâmetro. Então, eu faço essa pergunta. É um questionamento ao Dr. Wagner, ao Dr. Alan: é possível, na prática, fazer uma auditoria, fazer um laudo que aborde preços de obras, sem que existam esses parâmetros, com todas as imperfeições e necessidades de adaptação, sem que existam esses parâmetros predeterminados na lei?

Quer dizer, caso não houvesse essa obrigação legal de limitar os preços a esse sistema, como é que um laudo pericial, como é que um relatório de auditoria vai apontar: "Isso aqui está acima do mercado, dentro das condições reais dos recursos do sistema de controle do custo benefício do controle, das condições reais do aparelho policial?". Quer dizer, como é que se caracteriza um preço como admissível ou como irregular, sem utilizar um grau extremo de subjetividade, a não ser que se tenha um padrão de referência previamente determinado. [soa a campainha]

Então, é uma pergunta que eu gostaria de levantar para um pouco contrastar com essa, enfim, com esse pano de fundo, com esse debate que é recorrente, que vai, agora, em abril, vai retomar aqui. Já está sendo retomado no âmbito do Executivo, nessa minuta de decreto, e que é o ponto central, enfim, talvez, até desse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Dr. Wagner e, em seguida, o Dr. Alan, que foram feitos questionamentos para os senhores.

SR. WAGNER ROSA DA SILVA: Bom, com relação a essa questão, se é possível verificar o preço de uma obra sem o sistema de referência, talvez colocando de uma outra forma, os sistemas de referência nos ajudam sensivelmente a verificar o preço de obra, eles facilitam e são, em tese, previamente testados e trazem um ferramental que permite essa comparação. Na pior das hipóteses, mesmo que não existissem sistema de referências oficiais, teríamos que embasar em algum sistema de referência. Por muito tempo, trabalhou-se com a TCPO da PINE e outras formas de planilha orçamentárias para estimativa de custo, coleta individual.

O que os sistemas de referência trazem é uma otimização do processo e que permite, então, trabalhar com um pouco mais de agilidade. Se temos imperfeições nesses sistemas, devemos aperfeiçoá-los, mas que eles facilitam muito. E a questão da regionalização, por área, por especificidade, é um outro alvo a se atingir. É importantíssimo que tenhamos SINAPI aeroportuário, hidroviário, sistema de referência, independente de qual. Mas que foi uma evolução já mencionar no sistema de referência, ter um parâmetro, isso é inegável. Podemos trabalhar sem eles, mas agiliza muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Dr. Alan.

SR. ALAN DE OLIVEIRA LOPES: Eu vou tentar detalhar um pouquinho mais a minha explanação. Eu noto que está havendo um anseio muito grande na perfeição dos projetos. Realmente, é um anseio muito grande, o ideal é que assim o fosse. Mas eu queria colocar uma posição até dos colegas, peritos da Polícia Federal. Por mais esforço que se faça, é natural, e a legislação previu, que haja um erro no orçamento e no projeto, e até que a própria administração, eventualmente, ao longo de um ano, dois anos que a obra começou, ela mude algum pequeno pré-requisito ali, ou condicionante, ter uma salinha a mais.

E para isso, a lei previu o limite de 25% para obras novas e 50% para reforma e edificações. Então, eu acho assim... Usar as ferramentas que a lei nos permite. "Ah, meu Deus, errei. 1% da obra, errei, aqui, um orçamento. Meu Deus". Isso é natural, de certa forma, até que aconteça. O errado é não proceder o devido termo aditivo e demais condicionantes.

Voltando à questão do sistema de referência, faço minhas as palavras do Wagner. Se demandados pela autoridade policial ou judicial, nós vamos orçar aquela obra de uma forma ou de outra, se de forma... recorrendo a qualquer sistema de preço ou mesmo cotações diretas de mercado.

A Polícia Federal tem esse pré-requisito de notificar fornecedores para apresentar o custo à época dos materiais. Então, procedemos da mesma forma que um orçamentista de obra. Eu queria deixar aqui uma posição. Se não houver um sistema como o SINAPI e SICRO, as obras públicas vão demorar muito mais para serem licitadas, porque como é que um cidadão vai proceder uma pesquisa como o IBGE procede, com a atribuição legal que o IBGE procede? Então, nós utilizamos o SINAPI e o SICRO para facilitar o nosso próprio trabalho, para evitar a prescrições dos

crimes, mas volto a dizer, quem utiliza uma ferramenta tem que saber utilizar uma ferramenta.

Por exemplo, vou ventar dar um exemplo aqui para facilitar, uma composição, vou fazer uma compactação num sítio urbano, você tem que verificar qual a velocidade que aquela composição [Soa a campainha] deu para o maquinário, dentro daquela velocidade que o SICRO utiliza de referência, você tem que procurar ver qual vai ser a velocidade média que você vai conseguir obter, e você tem que proceder esse reajuste. Nós tentamos fazer isso.

Da mesma forma você vê, para atingir um certo grau de compactação, como foi citado aqui, pelo representante da INFRAERO, você tem que atingir uma certa energia, você tem que passar o rolo um determinado número de vezes por cima daquele ponto no solo. Então, nós procuramos verificar se o que foi feito é o que corresponde na composição. Se faltou, a gente procura complementar. O que nós erramos, às vezes, é que a gente procura dar... Na dúvida, a gente dá uma gordura a favor do investigado. Não parece bem a postura correta para o órgão. O órgão, ele tem que procurar um equilíbrio, mas, na investigação policial, nós preferimos fazer assim.

Outro ponto importante, para esclarecer a minha apresentação, é que, pontualmente, até por conta dessa falha ao analisar uma composição do SINAPI ou uma composição do SICRO, realmente, o serviço real pode ser um custo maior do que está no SINAPI ou no SICRO. O que colocamos na apresentação é que, ao longo de toda a nossa experiência em análise globais, ou seja, você colocando vários serviços, há uma compensação desses efeitos e realmente nunca vi uma obra ser devidamente orçada pelo SINAPI ou SICRO, e não refletir o custo real dela. Não sei se esclareci. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Só um minuto, companheiros. O Dr. Alexandre está pedindo para se posicionar, e eu já ia fazer aqui um questionamento para V.Sa., e V.Sa. já se posiciona. Eu gostaria de saber, V.Sa. tocou nessa questão do banco da dados e a experiência dos Estados Unidos. Se V.Sa. pudesse colocar um pouco dos conhecimentos que tem sobre esses banco de dados e a experiência que eles têm lá, e aí V.Sa. faz as considerações que tem que fazer.

SR. ALEXANDRE AROEIRA SALLES: Obrigado, senador. É interessante... Conhecer a história do nosso país é importante para a gente saber exatamente onde a gente está. Conhecer a história dos demais países, principalmente aqueles que conseguiram um nível de desenvolvimento superior ao nosso, é muito importante também. No direito a gente brinca, agora, eu vou interferir aqui como advogado, que o advogado tem coisas importantes a dizer aos engenheiros e mesmo numa obra, viu? No direito, a gente brinca que é muito importante o estudo do direito comparado, aperfeiçoar os nossos institutos jurídicos a partir da evolução dos institutos de outros povos que já refletiram, já passaram por situações similares.

Nos Estados Unidos, eu tive oportunidade de fazer um estudo a respeito disso já, senador, e eles viveram o mesmo problema que nós estamos vivendo hoje, só que em 1930, 1940 do século passado, e, lá, eles estruturaram um modelo fabuloso. Houve uma estrutura similar ao Tribunal de Contas, em que, no início, teve que combater a criminalidade. Existia, como o Dr. Alan colocou, uma preocupação e verdadeira em face das circunstâncias em que eles viviam de corrupção desenfreada nos Estados Unidos e eles tiveram que combatê-la por meio de procedimentos até similares ao que hoje está se fazendo no Brasil.

Esse órgão começou, então, um processo, junto com a criação de diversas agências reguladoras de cada setor, o setor de infraestrutura, do setor aquaviário, do setor de transporte ferroviário, do setor de transporte metroviário e etc. Eles, então, começaram a desenvolver um processo de levantamento de dados num primeiro ponto de custo e no segundo ponto, Dr. Melvyn, de qualidade. A ponto de o órgão, ele passar, esses órgãos, mas em especial o Órgão de Contas da União dos Estados Unidos, deixar de ser um órgão de controle para ser um órgão produtor de ciência, produtor de normas técnicas, que são colocadas de forma imperativa para toda a estrutura da Administração Pública Federal Americana.

Ou seja, quando qualquer cidadão, uma empresa ou qualquer gestor, necessita de desenvolver um empreendimento ele sabe para aquele empreendimento qual é o aço que ele tem que comprar, que tipo de concreto que ele tem que fabricar. E como a ciência já se desenvolveu, já existem estudos fabulosos, por exemplo, estudos de produtividades, eles são capazes e esses estudos existem, nós poderíamos até ir lá e buscar esses dados, porque são estudos científicos.

Existem estudos que mostram que fazer uma obra colocando duas horas extras por dia para os seus funcionários, tem um pico de produtividade, um aumento de produtividade que, no curso de dois ou três meses, e que de repente essa produtividade começa a cair, ou seja, e que eles identificam o custo do aumento da hora extra e o que isso significa no custo de produção e no custo do empreendimento e assim como de equipamentos, em determinadas condições térmicas e etc. Ou seja, são estudos estatísticos muito bons e imagino, inclusive, que a engenharia brasileira já vem

desenvolvendo e tem trabalhado com isso, eu tenho certeza disso, inclusive.

Mas no que tange a obra e no controle de obra, eles resolveram, Dr. Alan, e aí dentro daquele levantamento que fiz sobre a competitividade, eles resolveram de duas formas interessantes [Soa a campainha] esse processo, esse procedimento. O primeiro foi privatizar a habilitação das empresas aptas a executar o empreendimento. Eles privatizaram de uma forma inteligentíssima, o que eles fizeram?

Eles falaram assim: "Empresas dos Estados Unidos, vocês querem executar uma obra no aeroporto da Miami, que é a ampliação do aeroporto de Miami", por exemplo, aproveitando que nós temos representantes da INFRAERO, e aí, as empresas: "Queremos". Então, basta que vocês me tragam, para vocês estarem habilitadas, basta que vocês me tragam uma garantia no valor total da obra e aí, Dr. Alan, o problema da nossa Lei 866, é que a garantia é só 10%. Isso é qualquer um consegue uma garantiazinha dessas, mesmo não tendo condição, vai exigir uma garantia no valor total do empreendimento. Se isso mudar, nós já conseguimos resolver o problema de atestação técnica que cria todas essas celeumas nas licitações brasileiras.

Então, me traga uma garantia no valor total da obra, a obra do aeroporto de Miami é uma obra de 500 milhões de dólares, por exemplo, então me traga uma garantia de 500 milhões de dólares, por quê? Se os senhores acham que, por exemplo, o Bradesco, Itaú, vão dar uma garantia para uma aventureira, como muito bem colocado? Não vão dar nunca uma garantia para uma de 500 milhões para uma aventureira. Vão dar a garantia para aquela empresa que tem condição demonstrada de executar aquele empreendimento e de responsabilizar-se por ele.

Então, com isso, eles resolveram o problema da competitividade e entregando ao setor de sistema financeiro, essa incumbência, aí o segundo momento, qualidade. Qualidade para os americanos significa qualidade de execução e tempo, porque eles fazem um cálculo diferente do nosso, na minha avaliação, muito mais inteligentes, eles calculam o seguinte. O Rodoanel em São Paulo, por exemplo, o que significa para o Brasil não ter o Rodoanel por ano? Pronto. Aí eles fazem na CALTRANS, que é instituto da Califórnia, ele desenvolveu um sistema de engenharia de valor, de cálculo de engenharia de valor.

Eles vão buscar, então, o custo para o país de não ter o Rodoanel pronto. Então, eles colocam diversas variáveis cientificamente estruturadas. Então, por exemplo, o tempo de transporte, dispêndio de gasolina, acidente, chegada ao Porto de Santos, desenvolvimento nacional, liberação da Avenida Bandeirantes e das cidades de São Paulo, facilitação de qualidade de vida, maior produtividade. Então, eles têm um cálculo que eles vão chegar a conclusão, por exemplo, de que custa para o Brasil não ter o Rodoanel pronto, por ano, ou por, eles chegam até o cálculo dia, mas não ter, por exemplo o Rodoanel por ano, 500 milhões de dólares, exemplo.

Então, eles fazem esse cálculo por dia e cria um sistema na licitação que é o seguinte, vai vencer a licitação, aquele que me ofertar o melhor preço para o menor prazo, e aí eles criam o coeficiente e ganha aquele que fizer no menor prazo, tendo também já desenvolvimento nesse sentido, que o Dr. Alan colocou, de qualidade, se você aumentar a qualidade, você ganha prêmios. E com isso o que se consegue? Por exemplo, se aquela empresa que conseguiu uma garantia de uma instituição financeira de alta credibilidade no valor total do empreendimento.

Se ela não consegue cumprir a obra no prazo que ela se colocou pelo preço que ela na relação ganhou, ela começa a pagar por dia aquele valor que custa para os Estados Unidos não ter aquela obra pronta. Inclusive, Senador, isso muda até a lógica de investimento nacional: "Ah, essa obra é muito cara, eu não vou fazer essa obra da INFRAERO", o que custa para o país não ter, por exemplo, o aeroporto de vitória pronto, por ano. O que custa para o país não ter o aeroporto de Goiânia pronto. Isso eu não tenho parâmetro.

E aí também isso vai tocar até nos órgãos de controle que levam a refletir sobre o que custa para o país uma eventual paralisação do empreendimento por suspeitas de indício de irregularidade. Dependendo do nível das empresas que ali trabalham, não seria melhor, eventualmente, apurar para que depois apliquem as penalidades cabíveis a essas empresas do que [Soa a campainha], eventualmente, impedir o desenvolvimento dessa obra, que custa muito caro ao país.

Eu acho que algumas transformações pequenas na legislação, nesse ponto tanto da garantia de remeter uma garantia total, resolve a qualidade, garante a qualificação da empresa para, principalmente, os grandes empreendimentos e também o sistema de engenharia de valor, em que vai trazer uma mudança do paradigma para o desenvolvimento de obras no país. E aí Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): O senhor me permite, dentro do contexto que V.Sa. coloca, no caso, se considerássemos o valor total da obra, nós teríamos aí uma grande concentração de obras em poucas empresas aqui no nosso país. Isso é natural nos Estados Unidos?

SR. ALEXANDRE AROEIRA SALLES: Senador, para grandes obras, para grandes obras em grandes

complexidades, grande empresas. E aí entra-se uma outra questão. Qual é? Existe a possibilidade de fracionamento de determinada obra? Então, ao invés de fazer uma licitação de mil quilômetros de uma ferrovia, o que é melhor dentro do contexto, é fracionar para 500 lotes, para possibilitar pequenas empresas. Isso é questão também de política pública, sabe, de avaliação do que é melhor, qual é o interesse da nação?

O interesse da nação é obras em menor prazo, com custo compatível e com alta qualidade ou o interesse do país é obras com menor preço possível? Isso é uma questão importante, um fato. Isto que eu estou dizendo não retira a necessidade de que haja sistemas eficazes de composição de custo, de referências de composição de custo para avaliação. É óbvio que não serviria nunca uma empresa que uma obra de 100 milhões de reais, ela propusesse 500 milhões, mas só porque é uma maior empresa de construção, um valor cinco vezes maior, salvo, se para aquela obra somente aquela empresa tivesse condição de executar com qualidade e com segurança, é uma questão também de política pública, como uma empresa privada contratante, ela faz.

Ela tem que avaliar. "O que eu prefiro? Eu prefiro uma empresa de alta qualidade e que me garantirá, no menor tempo essa obra, mesmo pagando um pouco mais, ou eu prefiro uma empresa menor, pagando menos, em que eu vou tentar fazer uma gestão mais eficaz, com um risco dessa obra não sair?". Eu acho que existem obras, senadores, e obras, é um crivo de empreendedorismo que o Poder Público deve ter também. O que eu espero? O que, para mim, é importante como Poder Público?

Essa é uma reflexão que hoje eu não vejo ocorrer. Eu sinto que existe, de uma certa maneira, e corretamente, viu, essa é a posição, não apenas minha pessoal, mas é uma pessoal, inclusive, do SINICON, já externada pelo Sr. Presidente, e por outros representantes que conversaram comigo, mas é um sentimento de que é preciso que haja isso que nós estamos passando e que temos discutido, mas podemos aprimorar, acredito que podemos aprimorar muito.

E só para falar, fazer aquele comentário à pergunta do Dr. Fernando, não pergunta, é uma ponderação, uma reflexão, uma discussão para nós mesmos. Todas as obras são mais baratas do que SICRO e SINAPI? Olha, eu não vou lhes dizer agora como SINICON, se vocês me permitirem, eu vou lhes dizer como advogado, que tem uma experiência em gestão de dezenas de contratos de infraestrutura. De contratos que desde usina hidrelétrica, usina nuclear, portos, aeroportos, ferrovias, rodovias e edificações, sistemas industriais e etc.

Eu vou lhes dizer a minha experiência e a minha observação, o SICRO e o SINAPI tem deficiências muito grandes, que incomodam ao setor privado. Incomodam, por quê? Identifica de que se preocupa e o SICRO de um tempo para cá vem colocando, eu vou dar um exemplo pra mesa, a questão da administração local, por exemplo. Estabelece como um patamar de custo para uma obra de uma administração local de 2, 5%. E quando se pergunta, Dr. Melvyn, mas 2, 5%, por quê? Não é arbitrado, 2, 5% sobre o valor da obra é o custo de administração local.

Sendo que nós temos verificado em empreendimentos maiores, empreendimentos de porte, que as empresas são empresas que tem obrigação de respeitar a legislação ambiental, legislação de segurança do trabalho, legislação de todos os âmbitos, em todos os órgãos brasileiros, que 2, 5% não paga nem mesmo a alimentação da mão-de-obra indireta, ou seja, é interessante que já temos estudos apresentados e demonstrados que 2, 5% para vários tipos de obras, não pagam, não pagam o salário.

Quer dizer, vamos até fazer uma colocação interessante, se o funcionário da empresa que tiver executando o empreendimento, ele não receber o seu salário, ele mesmo pagar os encargos sociais que incumbe a ele, que incumbiria a empresa pagar, ele faz o seu transporte e ele vai até a obra e ele compra com seu próprio dinheiro os seus equipamentos de proteção individuais, não se consegue pagar a alimentação dele com 2, 5% do SICRO.

Comparar, por exemplo, um empreendimento como esse e querer que o preço máximo seja o SICRO é, na nossa avaliação, um equívoco que gera distorções e não avança, não traz avanço e nem se poderia dizer, como o Dr. Alan mencionou, que é uma das preocupações da Polícia Federal e também da CGU e sei que também do Tribunal de Contas da União, nem poderia se dizer que essa diferença toda da administração local se compensaria, por exemplo, com a economia de escala, com a aquisição com desconto de determinados insumos, porque existem também distorções nos próprio insumos.

Distorções pelo que o Dr. Melvyn colocou, quando não se considera determinadas qualidades de materiais que empresas de porte não podem se colocar, se submeter. É como se a empresa, ela não pode se responsabilizar por adquirir um material de que ela não conhece a procedência exata, e que pode ter entrado no cálculo do caput do IBGE. Porque o IBGE, ele tem uma preocupação de fazer um levantamento amplo e grande, estabelecendo meridianas, mas às vezes para aquele empreendimento é necessário um material maior.

Então, ou seja, como nós podemos separar, Dr. Alan, Dr. Wagner, Senador Jefferson Praia, demais representantes, inclusive, do Tribunal de Contas da União, como que nós poderíamos fazer para separar novamente o joio do trigo, para conseguir identificar com muita clareza, o custo dos empreendimentos, considerando todas as peculiaridades e repercussões que tem. Com o Sistema Único, SICRO e SINAPI? Não. Eu acho que eles devem servir como a nossa posição, como ponto de partida para a elaboração de orçamentos e de orçamentos referenciais.

Existem obras que têm custo acima do SICRO e SINAPI? Sim, existem obras que tem custo acima do SICRO e SINAPI. E devemos, com muito rigor, e com muita honestidade, todos, tanto o setor privado quanto o setor público, o executivo e os órgãos de controle, com muita honestidade, devemos sentar juntos e avaliar e ponderar cada um deles, para o aprimoramento dessas referências. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Alexandre. A palavra está franqueada. Dr. Pedro.

SR. PEDRO PIOVESAN DE FARIAS: Pois, então, Dr. Alexandre, primeiro, deixa eu esclarecer, quando eu fiz aquele parênteses, perguntando ao senhor, é só, apenas, advogado, eu quis disser, assim, que não tem uma outra titulação, que não de advogado, que seja de engenheiro. Porque nós estamos num ambiente aqui, que eu vejo que é predominantemente composto por engenheiros e arquitetos e eu vinha já fazendo um comentário, vamos dizer assim, envolvendo as duas profissões. Isso é fruto de uma vivência que eu tenho muito estreita com advogados, contadores, administradores. Lá onde eu trabalho, no Tribunal de Contas do Paraná, nós fazemos auditoria de um caráter multidisciplinar, então, aí cada um cuida da sua área da auto atuação.

Engenheiros cuidam de medição de obra, cuidam de análise de projetos, preços, enfim, todos os aspectos técnicos da avaliação de um contrato, advogados analisam os detalhes jurídicos das licitações e tudo o mais e nos pareceres que todos acabam participando, que são os relatórios, cada um observa aquela habilitação que lhe é pertinente. E, aproveitando isso, ainda só um comentariozinho, sobre aquele grande banco de dados de insumos, como eu não acredito muito em centralização e, tendo em vista, que são infinitos e sempre serão infinitos os serviços, os insumos, as produtividades de máquinas que dependem, inclusive, do seu estado de conservação, onde é que ela se encontra e tudo o mais, eu acho impossível criar um banco de dados tão abrangente e tão centralizado.

Eu acredito mais naquilo que eu falei, de que várias entidades com suas expertises, com suas vocações, acabem compondo um banco que cabe agregando, inclusive, essas próprias experiências e sempre da maneira que o Dr. Alan falou, muito propriamente. A pessoa que utiliza a ferramenta de orçamentação, ela tem que saber muito bem do trabalho que ela está fazendo, complementando também o que a Dra. Lélia falou, a habilitação quer dizer aquilo, o engenheiro tem que ser um engenheiro civil para fazer um orçamento de um edifício, um arquiteto, não um engenheiro mecânico, da mesma forma que eu, um engenheiro civil, não vou fazer um orçamento da composição de um elevador.

No máximo, eu vou saber por quanto eu compro um elevador comprado, instalado, enfim, essas coisas. Então, a primeira coisa, eu queria afastar essa situação de, vamos dizer assim, essa divergência de classes, assim, de engenheiros, arquitetos, não é nada disso, aliás, engenheiros, arquitetos, advogados, é que sempre existe essa rusga, engenheiros e arquitetos no nosso setor. Mas advogados, não.

Advogados, realmente, têm muito a acrescentar, e o senhor, pela sua fala, tem uma experiência bastante grande, e eu acredito, não duvido muito, que ela seja fruto de uma convivência muito estreita com engenheiros dessas empresas que o senhor representa, inclusive, na defesa dessas empresas, frente a aditamentos, projetos falhos, todas essas falhas que nós vínhamos falando. Eu não conheço a sua atuação, nesse sentido, mas eu acredito, tendo em vista a experiência, o histórico do nosso país, das nossas obras, que o senhor deva ter um trabalho bastante grande e que lhe dá essa condição de conhecer tão pertinho a engenharia é até propor certas soluções muito interessantes.

Essas contribuições, como essa que o senhor veio falar, lá dos Estados Unidos, da maneira como que eles planejam o país deles e planejam suas obras, eu duvido que eles não tenham uma estrutura muito bem feita, por engenheiros, arquitetos, aí economistas também para fazer essa avaliação do valor das obras, essa situação também é muito interessante e tem que ter técnicos por trás disso e isso certamente suplanta várias gestões governamentais. Essa que é a situação.

Então, eu volto aquela ideia que eu estou defendendo já há bastante tempo, temos que tentar reestruturar [Soa a campainha] o setor público, nós temos que buscar a engenharia nacional para que ela produza esses frutos que o senhor sugeriu, muito interessante, que deva ser por esse caminho. No momento nós temos que usar as ferramentas que temos para enfrentar essa guerra, e volto a frisar aqui, os siste-

mas propostos de preços são apenas parâmetros de preços máximos.

Ah, sim, e naquela condição que o senhor estava falando da mobilização, não me lembro, que é 2, 5% que não cobre, seguramente, um item isoladamente eu já vi isso em muito contratos públicos, e eu estou, sou imparcial porque sou simplesmente um analista, um auditor de um órgão que faz controle externo, a gente observa muito isso. A empreiteira, quando vem pleitear um aditivo, ela reclama muito daquele preço apertado e inexequível, mas a gordura que existe em todo o sistema é desprezado imediatamente. Não, não. Isso aqui não dá, 2, 5% não dá, não dá, não dá.

Mas aí, vamos conseguir mais um 1% nisso aqui, mas não vamos nos lembrar que aqui o preço do concreto está com uma gordurinha excelente para nós, e ninguém fala nisso, a batalha é só em cima daquilo ali. Essa é a situação, então, nós temos que, existem todas as situações. Eu nunca fiz uma orçamento pelo SICRO, nem pelo SINAPI, nunca os utilizei, assim, com essa abrangência dos senhores, eu tenho notícia de que quando a coisa é apertada, existe aquela possibilidade legal, volto a insistir, de que o orçamentista se sirva de uma demonstração de que o preço, realmente, está acima e tudo o mais e isso é aceito pelos órgãos do controle externo.

Por fim, eu queria deixar aqui que eu concordo com o senhor que nós precisamos fazer um Brasil melhor mesmo, no sentido de termos melhores condições técnicas. Eu acredito que o Estado Brasileiro, que o país, que a nossa administração pública deve primar pela Excelência nas obras públicas, e não ficar exposta a mediocridade, é nisso que nós temos que bater. É isso que eu queria complementar, Senador, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Dr. Fernando da Consultoria.

SR. FERNANDO: Obrigado, essas ideias trazidas muitas são iluminativas, essa noção de elevar a garantia, a própria noção de um certo *trade off* entre qualidade e prazo, e preço, é interessante, naturalmente, se refletido na licitação. Quer dizer, esse... Eu acho que essa discussão, se o custo da obra parada, isso vai, isso é passível de ser discutido previamente na licitação. Mas eu queria pedir, talvez, do ponto de vista da gente que está tentando fazer essa legislação permanente e anual.

Esses questionamentos a falhas, ou a impossibilidades ou a inviabilidades dos elementos do SICRO e do SINAPI, trazê-los empiricamente. Porque nós ouvimos, digamos, rios de papel, rios de tinta dizendo, genericamente, que não serve, que não presta, que não está subavaliado. Quando a gente vai no caso concentro, o caso concreto é esse, é o que ele falou. Nunca vi ninguém que passasse, então, é importantíssimo se há pontos, e eu penso... Todos nós temos absoluta certeza que há pontos, que há falhas, que há situações subavaliadas, que venham nos pontos concretos, nas obras concretas, nos orçamentos concretos, porque esse que é...

O Congresso tem se deparado, ano após ano, com esses questionamentos genéricos aos sistemas que não entram no mérito de qual composição está subavaliada, qual obra, qual serviço, qual que o é inviabilizado. Todos esses pontos seriam utilíssimos para a gente, tanto fazer a lei, quanto para cobrar de uma ação de controle da Caixa Econômica ou do DNIT que corrijam, que retifiquem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Fernando, eu vou, portanto, aos membros da mesa passar a palavra para que possam fazer suas considerações finais. Vamos começar pelo Dr. Melvyn, depois Dr. Alexandre, Dr. Jaime, Wagner, Dr. Alan e a Dra. Lélia.

SR. MELVYN DAVID FOX: Bem, só para finalizar, eu acho que essa Audiência Pública é extremamente importante e, infelizmente, não muito conclusiva ainda. Eu não vi uma definição ainda dos caminhos. Mas o que deu para sentir é que existe uma preocupação muito grande, aí, de todos os integrantes da mesa e também de quem está colaborando com as análises, para que a gente possa encontrar caminhos, e caminhos que possam melhorar a qualidade da nossa construção civil, agora falando em termos de obras públicas.

E eu vou insistir muito nessa tecla da qualidade, porque nós não queremos mais ver no nosso país, obras que não tragam aquilo que se espero da obra, que seja no tempo, na durabilidade, na realização das atividades a que ela se propõe, então, para isso a gente precisa, realmente, trabalhar em cima do conceito da qualidade. E quanto à formação do preço, eu acho que é extremamente importante que a gente tenha esses indicativos de quais são as prováveis falhas nesse levantamento e que a gente possa melhorar isso.

Não estou, de forma nenhuma, dizendo que o sistema que está sendo utilizado não serve, mas provavelmente há como melhorá-lo e melhorá-lo bastante. E para isso, a gente precisa conhecer e identificar essas falhas. Portanto, eu acho que esse, talvez, seja um dos primeiros caminhos que a gente possa ter para poder melhorar o andamento desse processo de formação de preços. Muito obrigado, obrigado pelo convite, Senador Jefferson, e me coloco a disposição a ABRAMAT para poder continuar contribuindo para essa atividade.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Melvyn, e concedo a palavra ao Dr. Alexandre para fazer suas considerações finais.

SR. ALEXANDRE AROEIRA SALLES: Senador, muito obrigado pela oportunidade de participação do SINICON. O SINICON, da mesma maneira, se coloca à disposição para dar sequência no desenvolvimento dos trabalhos. Esperamos, inclusive, que eles continuem. Podemos participar de reuniões sempre que chamados. Será uma grande oportunidade, realmente, para o desenvolvimento da engenharia no país, do setor de construção no país, para que a gente tenha um país muito melhor.

A posição do SINICON é de abertura ampla para auxiliar naquilo que for necessário. Muito obrigado à atenção de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Alexandre. Concedo a palavra ao Dr. Jaime para fazer suas considerações finais.

SR. JAIME HENRIQUE CALDAS PEREIRA: Senador, em nome da INFRAERO, eu agradeço também essa oportunidade de estar aqui colocando o nosso ponto de vista do executor e aqui isso é fundamental. Todo mundo aqui sabe, existe um desafio e especialmente estamos aqui no meio de engenheiros e arquitetos, o desafio que o Brasil tem nesses próximos quatro anos e a INFRAERO tem um maior, que é prover toda a infraestrutura para 2014, no sentido das olimpíadas e os mecanismos disso.

E a INFRAERO hoje atende, se entende que atende a todos os órgãos de controle, tem feito, assim, uma parceria a máxima possível, já deixou muito claro aqui que têm alguns itens que tem ser tratados especificamente. E que assim se espera que nessa verdadeira corrida de obstáculo que a gente tem nesses próximos anos, extremamente apertada, ela informa que ela está aberta a negociações antes do impedimento. Vamos dizer assim, usando de uma linguagem futebolística, aviso antes de apitar penâlti, porque o tempo é muito curto e a meta é muito ambiciosa, muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Dr. Jaime, concedo a palavra ao Dr. Wagner, da CGU.

SR. WAGNER ROSA DA SILVA: Bom, essa discussão foi muito produtiva, e eu reforço aqui a questão da suficiência dos projetos que é a base, não tem muito difícil chegar numa boa obra, com qualidade, com... Atendendo aos objetivos da sociedade, se o projeto é insuficiente e, nessa questão qualidade, insiro aí as especificações técnicas, que tem lá naquele momento, que seguir as normas da ABNT. Não se admite fazer um projeto com materiais da baixa qualidade, não é pressuposto isso, também não é pressuposto fazer um projeto sem considerar encargos sociais, atendendo toda a legislação, sem considerar as questões tributárias, os impostos e taxas que tem que ser recolhidos.

Quando se orça, orça integralmente, e quando se contrata, então, a expectativa é que esse contrato seja cumprido plenamente, integralmente. E isso vai para a etapa seguinte, então, que são os parâmetros de licitação, extremamente importantes para dar essa visão ao empresário, ao empreiteiro, à empresa construtora, do que se espera dela, do que quer que ela faça.

Olha, se eu tenho as especificações técnicas, memoriais descritivos, um projeto com nível de detalhamento suficiente, um cronograma de execução física e também o financeiro de pagamentos que estão previstos e as expectativas como que essa obra vai ser testada, comparada e recebida, o grande passo para o seu sucesso já está dado e nessa linha aí. Então, como eu já havia colocados antes, o sistema de referência são já o terceiro ou quarto ponto.

Naquele momento que a empresa fez a sua análise, fez a sua comparação, chegou ao preço que ela pode comparar, ela se recorre ao sistema de referência e diz: "Olha, estou dentro da faixa", ou "Tenho que justificar algo". Ou o sistema de referência, muitas das vezes isso é verdade, não cumpre, não atende determinada faixa, ele é omisso ainda com relação esse tema, mas nem por isso eu vou deixar da orçar, sempre foi assim. Então, esse fluxo de estudo e análise de projeto é extremamente importante, sem ele, discutir sistema de referência, não tem muito sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Wagner. Eu concedo a palavra ao Dr. Alan, da Polícia Federal, para fazer suas considerações.

SR. ALAN DE OLIVEIRA LOPES: Senador Jefferson Praia, eu queria agradecer novamente a oportunidade de estar aqui para compartilhar um pouco do nosso conhecimento. Falo em nome de todos os policiais federais, estamos sempre a disposição para vir a essa Casa, trazer as informações que coletamos ao longo dos anos. Gostaria de novo, nessa fala final, bater no elemento humano, nós podemos ter a melhor legislação, melhores sistema de custos, melhores projetos, se o elemento humano, as pessoas que fizerem tudo isso acontecer, os servidores públicos, principalmente, não executarem bem suas tarefas, não vai acontecer. Vamos, daqui há dez anos vamos estar aqui no novo, eu de cabelos bem brancos, imagino, repetindo essas falas.

Então, gostaria de pedir novamente, fazer um apelo a todos os órgãos da administração pública que executam obras, efetivamente botem para funcionar suas Comissões disciplinares, afastem os maus servidores, não deixem para últimas instâncias administrativas, essa tarefa. E remunerem bem os bons servidores. Eu costumo sempre dizer quando uma obra termina no final, passou pelo TCU, CGU, por Polícia Federal, todo mundo, o construtor vai receber o seu lucro e o servidor público, ele recebe o quê? A satisfação de não ser demitido.

Então, realmente, eu faço esse elogio aos profissionais que estão aqui, no Brasil, atuando em licitações públicas, e espero que realmente esse grupo de trabalho, senador, não pare por aqui e evoluamos nas questões de fator de pagamento e melhora na legislação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Alan. Concedo a palavra a Dra. Lélia do CONFEA.

SRA. LÉLIA BARBOSA DE SOUZA SÁ: Muito obrigada, Senador, pelo convite ao CONFEA, em nome de Presidente Marco Túlio, eu fico, assim, muito lisonjeada e a responsabilidade muito grande, ouviu, senhoras, de estar aqui, a única representante feminina da mesa, eu faço minhas as palavras aqui do Alan. Eu espero não estar aqui não de cabelos brancos, proclamando suas palavras pelos funcionários públicos, como funcionária pública, eu acho que nós precisamos ser melhor remunerados.

Eu acho que não adianta ter projeto, não adianta ter nada, ter um processo pronto, se nós não tivermos profissionais habilitados participando desse processo. Obrigada mais uma vez e eu espero estar presente na próxima Audiência Pública. E nós vamos encaminhar algumas questões que nós não tivemos oportunidade de colocar aqui para sua assessoria, Senador, obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dra. Lélia, chegamos, portanto, ao final desta audiência, que, na minha avaliação, foi muito importante. Tivemos a primeira na semana passada, foi muito proveitosa também, acredito que esta também foi muito interessante, com riqueza de informações. Diversos aspectos foram abordados, nós sabemos que este é um problema que não se resolve de uma hora para outra, nós precisaremos de muito tempo de nos, precisaremos nos dedicar de certo tempo, não só o legislativo, mas todas as instituições que envolvem o mundo de obras públicas no nosso país

Percebo que, além dos aspectos legislativos, tem a questão da gestão. A questão, como foi observada muito bem pelo Dr. Alan, da Polícia Federal, a questão cultural, não é porque lá, na época do império, nós tivemos um ato da corrupção que fez com que o preço da obra mostrada pelo Dr. Alan, fosse 300% maior do que deveria ser, que, hoje, nós, é claro, deveremos continuar com práticas, muitas vezes semelhantes, acredito não com percentuais tão elevados como aquele percentual da época do império.

Devemos continuar na direção da busca por soluções. Acredito que temos muito a avançar no aspecto legislativo, temos a avançar na orientação, e o grupo de trabalho que temos constituído, que eu faço parte junto com o IBRAOP, com o CONFEA, com Tribunais de Contas estaduais, com os CREAS, nós fizemos já um folder, parece coisa simples. Aliás, é uma ação simples, mas de fundamental importância, um folder que foi remetido a todos os prefeitos do Brasil.

E nós sabemos o quanto os prefeitos do nosso país têm dificuldades de fazer as obras dos seus municípios. Muitos, às vezes, precisam, os próprios prefeitos, estarem preparados para administrar o seu município. Tivemos, por exemplo, na audiência anterior, uma informação que apenas 10% dos municípios brasileiros têm, pelo menos, um engenheiro, quer dizer, como é que as obras são feitas, quando esse percentual é muito pequeno de engenheiros.

Se o trabalho é feito, por exemplo, o projeto é feito por uma consultoria, que até aí tudo bem, apresenta o projeto feito por uma consultoria, mas quem faz esse acompanhamento nos municípios brasileiros? Portanto, nós percebemos que são diversos aspectos a serem observados, desde a questão, como foi muito bem observada pelo vice-Presidente do IBRAOP, Dr. Pedro, do planejamento. E aí, Dr. Pedro, nós temos que perceber que devemos resgatar sim, a reestruturação do setor público, como V.Sa. coloca muito bem.

Agora, é importante nós começarmos a trabalhar nesse sentido e percebermos também, e aí é um ponto de intervalo, não sei como é que nós vamos trabalhar essa vontade das atuais administrações em realizar suas obras, porque você vê, por exemplo, com relação ao PAC 2. Vamos lá, o Governo Federal tem a intenção de viabilizar as obras o mais rápido possível. As obras, ainda, do PAC 1 estão, muitas delas, com problemas sem poderem ser viabilizadas.

Então, é importante que nós tenhamos, ao mesmo tempo que você tem a pressa, que eu entendo a pressa do executivo em realizar uma obra, até porque eu já fui secretário de municípios e sei o que é uma vontade de você realizar alguma obra para o benefício da população, mas temos que ver todos os aspectos que envolvem a realização dessa obra. Muitas vezes o gestor fica nas mãos aí de um dos pontos levantados

na fala final da Dra. Lélia, que é a questão da qualificação do profissional, o gestor fica nas mãos daquele que faz os projetos, que faz o acompanhamento, que toma as decisões dos mais diversos setores. Eu entendo isso também.

Portanto, o mundo da viabilização de obras públicas no Brasil é um mundo que temos que mergulhar e não morrermos afogados, não adianta a gente mergulhar e não voltar. Nós temos que mergulhar e voltar com boas sugestões, com avanço, no sentido daquilo que o povo quer, muitos que estão nos acompanhamento nesse momento na TV Senado, não entendem ou não entenderam do que nós conversamos aqui nesta Audiência Pública.

Mas eles entendem uma coisa, entendem o que é uma obra pública boa, quando você tem um hospital, uma escola, ou qualquer outra obra muito bem feita nos municípios ou feita pelos Governos Estaduais e pelo Governo Federal e entendem também o seu dinheiro. Porque o contribuinte brasileiro, uma das coisas que ele quer ver, não é que as pessoas gostem de pagar impostos. Ninguém gosta de pagar tributos, o imposto, o próprio nome já está dizendo é algo imposto, mas ele quer ver o dinheiro dele bem aplicado.

E nós que estamos aqui, no legislativo, estamos aqui, no Senado, temos que buscar esses caminhos. Acredito que temos muito trabalho ainda pela frente, mas os senhores e a Dra. Lélia, que fizeram excelentes explanações, nos deram aí muitos pontos para continuarmos na reflexão e quero dizer a todos que estão nos acompanhando nesse momento, que todas as apresentações, elas estarão disponíveis no site do Senado: www.senado.gov.br na página da Comissão, desta Comissão que é a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Quero também deixar aqui o nosso endereço eletrônico, o meu que é jefferson.praia@senador.gov.br. Muito bem, muito obrigado a todos vocês, está encerrada essa Audiência Pública.

Sessão suspensa às 13h06.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às treze horas e catorze minutos do dia treze de abril de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador **JEFFERSON PRAIA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **GILBERTO GOELLNER, VALTER PEREIRA, ARTHUR VIRGÍLIO, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, JAYME CAMPOS, ALVARO DIAS** e **FLEXA RIBEIRO.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. EXTRAPAUTA, é deliberado o **PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 14, de 2010 – NÃO TERMINATIVO,** que "autoriza a União a doar ao Estado de Mato Grosso as áreas de domínio federal nas Glebas denominadas Maiká, em litígio na Ação Cível Originária nº 488, que tramita no Supremo Tribunal Federal, e Cristalino/Divisa, de que trata a Ação Discriminatória nº 00.00.04321-4, suspensa por decisão do STF na Reclamação nº 2646". Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Gilberto Goellner. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Aprovado o parecer favorável à matéria. A seguir, a Presidência adia a deliberação da pauta. **Item 1) REQUERIMENTO Nº , DE 2010-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 que "Cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências" com os seguintes convidados, sem prejuízo de quaisquer outras sugestões: 1) Economista do IPEA, Sr. Marcelo Piancastelli; 2) Secretário de Macro avaliação do TCU, Sr. Maurício de Albuquerque Wanderley; 3) Coordenador do Projeto de Extensão da UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense), professor Hamilton Garcia; e 4) Consultor Legislativo do Senado Federal, Sr. Paulo Springer de Freitas". Autoria: Senador Renato Casagrande. Resultado: Adiado. **Item 2) REQUERIMENTO Nº , DE 2010-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, Comissão de Assuntos Sociais – CAS, Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática –

CCT e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7 de 2010, que "cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências", com os seguintes convidados: 1) Representante da Casa Civil da Presidência da República; 2) Representante do Ministério das Minas e Energia – MME; 3) Representante do Ministério da Fazenda; e 4) Presidente do IPEA, Márcio Pochmann. Autoria: Senador César Borges. Resultado: Adiado. **Item 3) REQUERIMENTO Nº , DE 2010-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja realizada, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, audiência pública com o objetivo de discutir o tráfico de água doce no Brasil. Nestes termos, solicito que, para participarem da audiência pública acima citada sejam convidados o Ministro de Estado do Meio Ambiente, o Ministro de Estado da Defesa, o Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, o Sr. Adalberto Val, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, e Sr. Estevão Monteiro de Paula, Coordenador de Ações Estratégicas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA". Autoria: Senador Arthur Virgílio. Resultado: Adiado. **Item 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes". Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Jayme Campos. Parecer: Favorável à matéria com as quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO,** que "dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências". Autoria: Deputado Arlindo Chinaglia. Relatoria: Senador Romero Jucá. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. **Item 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 490, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO,** que "institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos". Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senadora Marina Silva. Relatório: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 7) OFÍCIO "S" Nº 10, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, em observância ao disposto no § 2º do art. 53 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, o Relatório de Gestão de Florestas Públicas – 2008". Autoria: Ministério do Meio Ambiente. Relatoria: Senador Gilberto Goellner. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e envio de Requerimento de Informações ao Ministério do Meio Ambiente. Resultado: Adiado. **Item 8) AVISOS NºS 322, DE 2006; 43 DE 2008 E 11 DE 2009 – NÃO TERMINATIVO (Anexador ao REQUERIMENTO N 1.486, DE 2004)**, que "encaminha ao Senado Federal os Avisos nºs 322 de 2006, 43 de 2008 e 11 de 2009, do Tribunal de Contas da União, e os Acórdãos nºs 350/2006, 2.688/2008 e 184/2009, referentes ao Requerimento nº 1.486, de 2004, de inspeção nos convênios celebrados entre a União e as pessoas jurídicas de direito privado denominadas ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola; CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil e ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador César Borges. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Adiado. **Item 9) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 200, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados no rio Mucajaí, no Estado de Roraima". Autoria: Senador Augusto Botelho. Relatoria: Senador Delcídio Amaral. Parecer: Favorável à matéria com a Subemenda nº 1-CAS à Emenda nº 1-CCJ. Resultado: Adiado. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte". Autoria: Senador Renato Casagrande. Relatoria: Senador Gim Argello. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 527, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a dispensa da exigência de certidão negativa de serviços de proteção ao crédito e congêneres para a consignação em folha de pagamento de servidor público adquirente de imóvel". Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria: Senador Gim Argello. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CCJ. Resultado: Adiado. **Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 536, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "acrescenta art. 18-A à Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para obrigar os fabricantes a credenciar pelo menos um serviço de assistência técnica autorizada em municípios com população superior a cem mil habitantes, e dá outras providências". Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. **Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2005**

– TERMINATIVO, que "dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências". Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Inácio Arruda. Parecer: Favorável à matéria com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ e com as duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 14) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo". Autoria: Deputado Felipe Bornier. Relatoria: Senador Jayme Campos. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. **Item 15) PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 138, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços e dá outras providências". Autoria: Deputado Luiz Bittencourt. Relatoria: Senador Jayme Campos. Parecer: Para reexame da Comissão conforme adequação e consolidação do texto final apresentado. Observação: Matéria aprovada terminativamente em 03/11/2009. Resultado: Adiado. **Item 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "acrescenta inciso ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar a imposição de limites mínimos de consumo periódico em serviços de prestação continuada". Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Parecer: Favorável à matéria, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Usam da palavra os (as) Senhores (as) Senadores (as) MARISA SERRANO e FLEXA RIBEIRO, que discorrem sobre a Nota Técnica n° 614, de 2010, da Consultoria Legislativa do Senado Federal, acerca da execução do Programa "Minha Casa, Minha Vida". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Jefferson Praia,** Presidente em exercício da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 13-4-2010

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Boa-tarde a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovada.

Temos aqui, portanto, uma pauta da 15ª Reunião Ordinária, mas eu gostaria de, como nós estamos com o quórum, com um número reduzido de parlamentares, eu gostaria de consultar os senadores presentes da possibilidade de votarmos o Projeto da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o Projeto de Lei n.º 14/2010 em decorrência de haver urgência na apreciação deste projeto. O Projeto de Lei da Câmara n.º 14/2010, PL 05536/2009 na origem, que autoriza a União a doar ao Estado de Mato Grosso as áreas de domínio federal nas glebas denominadas Maicá em litígio na Ação Cível Originária n.º 488, que tramita no Supremo Tribunal Federal, e Cristalino barra divisa(F) de que a Ação Discriminatória n.º 000004321-4 suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal na Reclamação n.º 2.646.

Concedo a palavra ao relator, Senador Gilberto Goellner, para fazer o seu relato.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, primeiro gostaria de relacionar esse projeto colocando-o na pauta-–

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pede inclusão extrapauta [ininteligível].

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, já foi aprovado a extrapauta, o senhor teria que aprovar a inclusão extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Isso. Consulto os demais parlamentares, acredito que há a concordância de todos em termos a apreciação desse projeto. Aprovado, portanto, a inclusão extrapauta.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ok.

O relatório. *"O Projeto de Lei n.º 14 PLC de 2010, de iniciativa do Poder Executivo, autoriza a União a doar ao Estado de Mato Grosso as áreas de domínio federal as glebas dominadas Maicá e litígio na Ação Cível Originária n.º 488 que tramita no STF, e Cristalino divisa(F), de que trata a Ação Discriminatória n.º 000004321-4 suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal na Reclamação n.º 2646. Todavia, pelo projeto em análise ficam excluídas dessa autorização as áreas relacionadas do inciso II a XI do art. 20 da Constituição Federal as terras destinadas ou em processo de destinação pela União a projetos de assentamento, as áreas de unidades de conservação já instituídas pela União e aquelas em processo de instituição.*

Conforme o regulamento, as áreas afetadas de modo expresso ou tácito a uso público comum ou especial, e finalmente as áreas objeto de títulos expedidos pela União, que não têm sido extintos por descumprimento de cláusula resolutória.

A proposição determina, ainda, que as áreas doadas a Estado de Mato Grosso por meio da lei, que eventualmente resultar desse projeto, deverão ser preferencialmente utilizadas em atividades de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, de colonização e de reforma fundiária. Prevê ainda que a aquisição ou arrendamento de lotes por estrangeiros obedecerá os limites, as condições e as restrições estabelecidas na Legislação Federal.

O presente Projeto de Lei ora submetido ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle foi também encaminhada para posterior análise à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e de Constituição, Justiça e Cidadania".

Análise. *"O PLC n.º 14/2010 constitui iniciativa que inegavelmente contribui para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso ao possibilitar que as áreas objeto de doação acima referida sejam destinadas à atividade de colonização e reforma fundiária, cujo impacto econômico e social não pode ser ignorado. Ao mesmo tempo, a proposição representa iniciativa voltada para a concretização do conceito de desenvolvimento sustentável, uma vez que contempla diretriz capaz de efetivamente assegurar a defesa do meio ambiente ao estabelecer que na destinação das referidas áreas também deverá ser concedida prioridade a atividades e conservação ambiental. Cria-se, desse modo, a oportunidade para o que Estado de Mato Grosso utilize parcelas dessas glebas para implantação de unidades de conservação de natureza tão reclamadas pela sociedade"*.

Voto. *"Com base no exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n.º 14/2010 nos termos aprovados pela Câmara dos Deputados"*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, gostaria de fazer referência, ainda, que as referidas glebas consta já de uma região de altíssima sustentabilidade ambiental, é uma região linda, com um rio cristalino, enfim, é uma área que eu espero o que Estado do Mato Grosso saiba dar uma destinação viável de conservação, mostrando a preservação que há necessidade de ter no local, e que acabe de vez com essas ações de litígio que existam lá. E é do interesse do Estado do Mato Grosso, do Governador Sinval Barbosa que me telefonou dizendo que há urgência da região em se obter essa decisão do Senado Federal.

Da mesma forma, o Presidente da Assembleia também se referiu dizendo que há uma necessidade de urgente da tramitação nesta Casa. Por isso que a aprovação da extrapauta desse relatório trará celeridade ao encaminhamento dessa matéria no Senado Federal, a qual eu agradeço a V. Exa. por ter acatado, ter colocado a aprovação dos demais membros dessa comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passo à votação. Os que concordam com o relato do Senador Gilberto Goellner permaneçam como se encontram. Aprovado.

Quero destacar que os demais itens da pauta serão discutidos na próxima reunião da comissão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): V. Exa. tem a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria aqui de fazer um registro. A meu pedido, um requerimento que foi aprovado nesta comissão, ao Tribunal de Contas da União, para que ele fiscalizasse e acompanhasse passo a passo os desdobramentos e a execução do Programa Minha Casa, Minha Vida, criado por intermédio da Medida Provisória 459, de 25 de março de 2009, e enviasse ao Senado Federal para efeito de controle por parte da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos, a CAE, relatórios trimestrais desse acompanhamento informando, inclusive os quantitativos de casa e apartamentos construídos em valores aplicados por unidade da federação e por município.

Recebemos, essa comissão recebeu, do Ministro Ubiratan Aguiar, agora no dia 10 de março, encaminhando os autos do processo do Tribunal de Contas pelo que foi aprovado pelo Plenário na Corte Suprema, na reunião do dia 10/03, acompanhado de relatório e proposta de deliberação que o fundamentam. E, ainda, cópia de um CD enviado pela Caixa Econômica Federal.

Eu queria aqui, Sr. Presidente, se o senhor me permitisse, apenas ler um nota técnica que eu pedi para que os nossos consultores aqui do Senado fizesse uma análise do relatório técnico que é muito amplo e que nos desse um nota técnica sobre o relatório. Se V. Exa. me permitir, eu gostaria de ler.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): V. Exa. tem a palavra, Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado.

"Por solicitação a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do

Senado Federal, originado no requerimento da Senadora Marisa Serrano, o Tribunal de Contas da União está fazendo acompanhamento do Projeto Minha Casa, Minha Vida. O monitoramento ocorre por meio de relatórios trimestrais com início em 1º de julho de 2009.

O material, ora em análise, contém o resultado do segundo trimestre do acompanhamento relativo ao período de outubro a dezembro de 2009.

O Projeto Minha Casa, Minha Vida instituído pela Lei 11.977, de 07 de julho de 2009, tem por meta a construção e o financiamento de um milhão de unidades habitacionais correspondente a aproximadamente 14% do déficit habitacional brasileiro, destinado a famílias com renda de até 10 salários mínimos entre os anos 2009 e 2011.

Essa meta subdivide-se em 400 mil unidades para faixa de até três salários mínimos; 400 mil para a faixa de três a seis salários mínimos e 200 mil unidades para as faixas de três a dez salários mínimos.

Segundo informa o TCU, até 31 de dezembro de 2009 foi contratada a construção, o financiamento de 261.642 unidades o que corresponde a 26,2% da meta. Desse total, 160.354 unidades foram destinadas aos beneficiários na faixa de renda de até três salários mínimos, o que correspondente a 40.1% da respectiva meta; 81.376 foram destinados a faixa de três a seis salários mínimos, 20,3% da meta; e 19.912 foram destinados à faixa de seis a dez salários mínimos, 10% da meta. Entre financiamentos e subsídios, o Governo Federal desprendeu, aproximadamente, 13 bilhões.

Cumpre destacar, entretanto, que apenas 1.221 unidades estão concluídas o que correspondente a 0,12% da meta. Além disso, nenhuma unidade foi contratada para a faixa de zero a três salários mínimos no Distrito Federal e nos seguintes Estados: Amazonas, Amapá, Rondônia, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo. Portanto, nenhuma foi contratada na faixa etária de zero a três salários mínimos.

De todo modo, o programa ainda não alcançou sequer um ano de vigência, o que impede a formação de juízo definitivo sobre a sua execução.

Embora não conste do relatório TCU, consideramos necessário tecer alguns comentários adicionais em relação à concepção do Projeto Minha Casa, Minha Vida, no que diz respeito à inserção das unidades a serem construídas no tecido urbano.

Quanto ao primeiro ponto, preocupa o aspecto exclusivamente quantitativo adotado no programa que desconsidera a localização das unidades habitacionais, ou seja, o chamado direito à cidade, consagrado no art. 2º, 1(F), do Estatuto das Cidade.

A concepção moderna de política habitacional exige que a edificação seja considerada em conjunto com a oferta de empregos e a infraestrutura urbana disponível no entorno em que se situa dentro de um conceito mais amplo de qualidade da vida.

Conjuntos habitacionais construídos nas periferias das grandes cidades, na ausência de um planejamento urbano adequado, pode contribuir para o processo de segregação urbana que vitima a população de baixa renda a exemplo do que correu durante as década de 70 e 80 no âmbito das políticas do Banco Nacional de Habitação – BNH. Bairros afastados sem opções de emprego e de lazer são fontes de degradação do tecido social e contribuem para desestruturação da família e para inserção dos jovens no mundo de criminalidade.

A desconsideração da dimensão urbanística no Programa Minha Casa, Minha Vida resulta do risco de que uma parcela significativa da população beneficiária venha a alienar os imóveis recebidos e volte aos locais em que moravam anteriormente. Trata-se de um fenômeno corriqueiro no âmbito de programas habitacionais que os impede de alcançar os objetivos inicialmente almejados de redução do déficit habitacional.

Programas habitacionais mais abrangentes são integrados à política urbana mais ampla, procuram recuperar as áreas centrais degradadas destinando-as à população de baixa renda, mas também buscam atrair atividades econômicas complementares que gerem empregos próximos e que diminua a demanda por transportes.

Sobre esse aspecto, o Programa Minha Casa, Minha Vida, ainda que venha produzir as unidades habitacionais, inicialmente almejadas, poderá agravar os problemas urbanos já vivenciados por muitos municípios".

Era essa fala da Consultoria Legislativa, do Consultor Vitor Carvalho Pinto, que eu quis ler aqui para V. Sa. e para os nosso senadores. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Jefferson Praia, Senadora Marisa Serrano, V. Exa. acaba de trazer ao conhecimento da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle um relatório do TCU sobre uma das âncoras da campanha extemporânea da candidata do Governo à Presidência da República, que é o Minha Casa, Minha Vida.

Eu, Senadora Marisa Serrano, tive a oportunidade, no lançamento, de fazer referência que o nome do programa deveria ser Minha Casa, Minha Dilma, até para ficar mais caracterizado.

Então V. Exa. traz aí, e é uma verdade, este Governo, não só neste programa como em todos os outros, ele lança a ideia, põe no papel, porque o papel aceita tudo. Agora, transformar aquilo em realidade há uma diferença muito grande.

Vamos construir um milhão de unidades habitacionais até o final de 2010. Quando disseram isso, eu fui para a tribuna, não só eu, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção civil disse: "Não faz, se fizer vai fazer 300 mil", e trazendo um problema seriíssimo que é a questão da falta de infraestrutura das cidades para receberem essas unidades. Então você vai adensar cada vez mais, não tem um planejamento urbano para ser feita... Para que os telespectadores da TV Senado tenham ideia, no meu Estado do Pará havia uma área de preservação, uma área que era a antiga Fazenda Pirelli, onde foi plantada há décadas atrás seringueiras, e que o Governo do Governador Almir Gabriel desapropriou essa área, porque é uma área de expansão, de pulmão da cidade. Então, para fazer um plano que fosse de proteção da cidade e um plano turístico, porque é uma área privilegiada com esse Programa Minha Casa, Minha Vida... E isso foi feito um decreto destinando essa área para essas finalidades. A atual governadora, de uma forma irresponsável, quer implantar nesta área 15 mil unidades. Encaminhou o projeto para a Assembleia Legislativa pedindo autorização do financiamento e devolveram o projeto, porque ela tinha que desafetar a área. Ou seja, ela nem entendeu que aquilo que ela estava encaminhando para a Assembleia poderia mandar, porque o que estava aprovado pela própria Assembleia é que naquela área não poderia ter aquela destinação.

Então é esse problema que a gente está assistindo. O programa tem que ser aplaudido, habitação da baixa renda tem que ser incentivada pelo Governo, mas é preciso deixar os palanques e fazer a coisa de forma projetada, programada, planejada e não se crie novos 'guetos' em que as pessoas que vão para lá habitar estejam em condições que não sejam aquelas que mereciam ou necessitavam.

Eu gostaria de pedir a V. Exa., Presidente, que fosse distribuído um cópia desse relatório a todos os membros da comissão. Faço isso porque eu gostaria muito de ter uma cópia do relatório do TCU e acho que todos os demais membros também.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado Senador Flexa. A solicitação de V. Exa. será atendida conforme o regimento.

Quero agradecer o Senador Flexa Ribeiro, a Senadora Marisa Serrano, e os demais itens que constam na pauta serão discutidos na próxima semana.

Muito obrigado e uma boa tarde a todos. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 13h35.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 9:00 HORAS.

Às nove horas e quarenta minutos do dia quinze de abril de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assina o livro de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a presente reunião destina-se à realização da 3ª Audiência Pública do Ciclo de Debates "Os Vinte Anos de Vigência do Código de Defesa do Consumidor: Perspectivas do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor", em atendimento ao Requerimento nº 9 de 2010-CMA, de sua autoria. Comparecem os seguintes convidados: Ricardo Morishita, Diretor do Departamento Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – DPTC; Héctor Valverde, Juiz de Direito do Distrito Federal; e Cláudia Lima Marques, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Presente o representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Distrito Federal, Igor Tokarski. Ausente o convidado Leonardo Bessa, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal – MPDFT e Presidente do Instituto Brasileiro de Política e Defesa do Consumidor – BRASILCON. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatorze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 15-4-2010

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental

declaro aberta a 16 ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislatura Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os senadores que forem favoráveis à dispensa da leitura da Ata permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização da 3ª Audiência Pública, do ciclo de debates sobre os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor, Perspectiva do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor em conformidade e com aprovação de Requerimento nº 9 de 2010, de minha autoria.

Já estão presentes conosco o Sr. Ricardo Morishita, que é Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça e convido a fazer a parte da Mesa, já agradecendo muito a sua presença. O Héctor Valverde, Juiz de Direito do Distrito Federal, que eu também convido para fazer parte da Mesa. Sejam muito bem-vindos, obrigado pela presença de vocês. A Cláudia Lima Marques está a caminho. Estava viajando, acabou de chegar no aeroporto e está a caminho. A hora que ela chegar, nós vamos compor a Mesa com ela. Bem-vindo, Héctor.

SR. HÉCTOR VALVERDE: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Este ciclo de debates, essa audiência, mais uma Audiência Pública, a 3ª Audiência Pública do ciclo de debates tem esse objetivo claro, de nós comemorarmos os 20 anos do atual código e pensarmos nos próximos 20 anos. Pensar para o futuro, o conceito de defesa do consumidor e nossas ações. O Dr. Ricardo foi um incentivador e o idealizador para que a gente pudesse também estar aqui na Comissão de Defesa do Consumidor, para que a gente pudesse estar fazendo esse tipo de trabalho. As duas Audiências Públicas anteriores foram muito boas, produtivas, pragmáticas, concretas, com propostas claras. Então, o resultado é muito positivo para aquilo que estamos desejando em termos de defesa do consumidor, e tenho certeza que essa Audiência Pública também vai ser na mesma direção, no mesmo rumo.

Então, nós vamos dar início. Nós sempre apontamos um tempo referência de 20 minutos. Não precisa gastar todo e se precisar de mais tempo também a gente concede.

Então, vamos começar com o Dr. Héctor, que é Juiz de Direito do Distrito Federal, para que ele possa fazer a sua explanação.

Com a palavra o Dr. Héctor Valverde.

SR. HÉCTOR VALVERDE: Muito obrigado, Senador Renato Casagrande, os meus cumprimentos. Agradeço o convite que me foi formulado para participar desse debate, acerca dos 20 anos do Código de Defesa do Consumidor. Parabenizo o Senado Federal por essa iniciativa e que certamente terá repercussão positiva naquilo que desejamos, uma melhor prática de consumo. Cumprimento ao Dr. Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, que tem prestado, nos últimos anos, um inestimável serviço à causa consumerista, não só no Brasil, mas também na América Latina. A quem eu posso aqui dar o meu testemunho, porque já participei de missões oficiais brasileiras, fora do país, sob a direção do Dr. Ricardo Morishita e que atesto o respeito, a credibilidade que o Brasil hoje tem nessa matéria, em razão do seu empenho pessoal na causa. Cumprimento os servidores do Senado Federal, na pessoa de Dr. José Francisco, agradeço pela lembrança do meu nome por participar deste evento. Cumprimento a Dra. Juliana Pereira, do DPDC, que aqui prestigia este evento. Cumprimento carinhosamente os meus alunos do curso de mestrado, da UniCEUB, da cadeira de Direito do Consumidor, que prestigiam também este evento.

A respeito da perspectiva do Código de Defesa do Consumidor, nos próximos 20 anos, tenho a dizer que eu sou otimista quanto à causa. Sou otimista quanto à causa em razão da evolução que nós pudemos identificar. Se olharmos para trás, nós vamos ver que as relações de consumo no Brasil, elas saltaram de uma fase pré-histórica, onde essas relações que hoje nós temos entre o fornecedor e o consumidor eram tratadas de forma igual, entre esses dois sujeitos pelo Código Civil, com os princípios clássicos no Direito Civil, a autonomia da vontade, do *pacta sunt servanda*, da igualdade formal dos sujeitos perante a lei.

Nós ingressamos na modernidade a partir do Código de Defesa do Consumidor, ao estabelecer a premissa de que o consumidor é um sujeito mais fraco e precisa de proteção. Essa proteção vem direcionada pela Constituição Federal. O direito do consumidor hoje é um direito fundamental do cidadão brasileiro, uma cláusula pétrea de nosso ordenamento jurídico. Então, o Estado tem o dever de promover a defesa do consumidor.

Hoje, nós temos uma das melhores leis de consumo do mundo. A Lei Federal 8078, de 11 de setembro de 1990, o Código de Defesa do Consumidor. Não obstante a existência de uma lei de consumo positiva, uma lei de consumo avançada e com os mais modernos recursos da tecnologia jurídica, ainda nós não temos uma prática de consumo satisfatória. Nós precisamos ainda evoluir muito em termos de prática de consumo. Por quê? Porque ainda não há informação do consumidor e não há também o preparo do fornecedor para

implementar o próprio Código de Defesa do Consumidor. Às vezes, o fornecedor deixa de cumprir os seus deveres e atender os direitos do consumidor por falta de informação. Por isso a nossa luta também, não só de educar o consumidor, mas também de prestar as informações para aqueles que exercem atividade econômica, para que nós possamos alcançar o nosso desejo, que é uma relação harmônica.

Dentro das perspectivas, que eu procurei alinhar nesse tempo que tenho para expor, eu gostaria de falar sobre três. A primeira é a afirmação da tutela coletiva no Brasil. A segunda, sobre a instituição da multa civil para as empresas que praticam reiteradamente danos aos consumidores. Em terceiro lugar, o fortalecimento do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. Então, brevemente procurarei explicar esses três pontos que avançam, que objetivam estabelecer as perspectivas do Código de Defesa do Consumidor, como bem disse o nobre Senador Renato Casagrande, aquilo que nós queremos nos próximos 20 anos para o Código de Defesa do Consumidor.

Primeiramente, o fortalecimento da tutela coletiva. Nós vivemos em um mundo super populoso. O Brasil, hoje, já chega proximamente a 200 milhões de habitantes. É um dos países mais populosos do mundo, nós temos uma grande massa de consumidores. Hoje, nós correspondemos ao sétimo mercado de consumo do mundo, em que as lesões não podem mais ser atendidas individualmente. Milhões e milhões de consumidores são lesados a partir de uma prática ilícita de um determinado fornecedor. Por exemplo, de uma empresa de telefonia.

Essa tutela individual, ela não suporta mais. Primeiro, porque nós não temos uma estrutura administrativa e nem judicial para atender essa demanda isoladamente, atomizada. Então, nós temos que voltar e admitir que os europeus têm razão, quando há 40 anos instituíram a tutela coletiva nas suas três formas: nos direitos difusos, nos direitos coletivos em sentido estrito e nos direitos individuais homogêneos. Aí que está a solução para a proteção do consumidor. Não isoladamente, a tutela individual que sempre existirá, mas na tutela coletiva. Nós no Brasil ainda temos muita resistência a respeito da ação coletiva, da ação civil pública para tutelar direitos massificados. Por ia nós identificamos que foram criados mecanismos recentes na lei processual brasileira, por exemplo, do recurso repetitivo, da súmula vinculante. São todos instrumentos que representam essa necessidade hoje do Judiciário acolher, de forma massificada, à determinada solução e encaminhar melhor as questões, mas por que a ação coletiva não pegou no Brasil. Houve sempre uma resistência.

Quem é profissional da área do Direito, ao examinar uma ação coletiva, uma ação civil pública, a primeira tese de quem defende é: Dar ilegitimidade do Ministério Público, dar ilegitimidade da associação, dar ilegitimidade do PROCON. Então, até hoje, depois de 20 anos do Código Defesa do Consumidor e 25 anos da Lei da Ação Civil Pública, ainda estamos discutindo legitimidade. Então, uma ação poderia resolver o problema de milhões de brasileiros consumidores. Mas ainda temos a cultura de tratar isoladamente o caso, o sujeito A, o sujeito B, cada um deve procurar os seus direitos. Esse é um problema que passa pela cultura do brasileiro, também. Mas aí o Estado tem o dever de prestar informação, o Estado tem o dever de educar, educação formal para essa tutela coletiva.

Então, o avanço da relação de consumo passa pela assimilação, Senador, da tutela coletiva, da demanda coletiva, da ação civil pública para resolver em uma sentença, em um acórdão o problema de, às vezes, milhões e milhões de brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas isso não está previsto?

SR. HÉCTOR VALVERDE: Está previsto, mas nós não temos a cultura de se estabelecer essa forma de tutela dos direitos. Tanto daquele que busca o Judiciário, quanto o próprio Poder Judiciário, que ainda não assimilou definitivamente a ação coletiva. Então, é um esforço dos acadêmicos do Direito, da sociedade civil, daqueles que estão empenhados na defesa do consumidor é de trazer essa questão e reconhecer que o direito do consumidor, ele é essencialmente coletivo. O direito do consumidor, ele não é um problema isolado, particular, só meu. Todos nós somos consumidores. Então, é o estudo aprofundado dessas ações coletivas, dos direitos materiais coletivos, em sentido lato que isso promoverá o avanço da defesa do consumidor.

A segunda questão que trago é a instituição da multa civil. Nós sabemos que alguns fornecedores, reiteradamente, praticam lesões aos direitos dos consumidores, fazendo uma contabilidade simples, ou seja, que aquela lesão praticada ao consumidor terá proveito no seu balanço final, no final do ano. É melhor praticar a lesão, indenizar baixo, o valor baixo para alguns e não todos. Porque nós sabemos que de milhões de consumidores que são violados, apenas alguns demandam em Juízo, muitos caem no descrédito. Fala: "Eu não vou buscar os meus direitos, porque aquela empresa me causou um prejuízo de 10, de 15 reais". Mas uma empresa que tem de telefonia, por exemplo, 60 milhões de assinantes, se causar a lesão de um real, são 60 milhões por mês, 60 milhões de reais é, aproximadamente, 30 milhões de dólares por mês, ilícitos. Isso é dinheiro em qualquer lugar do mundo.

Em outros países, em outros sistemas, nós temos os danos punitivos. Nós devemos sair daquela visão romântica da responsabilidade civil, especialmente na responsabilidade civil das relações de consumo, a responsabilidade civil do fornecedor, de que a responsabilidade civil deve se valer pela extensão do dano tão somente. O dano do consumidor A é se será o dano do valor da indenização. Está certo que esse é um princípio de Direito, do *neminem laedere* e da restituição integral. Isso é um princípio de Direito, mas nós temos que avançar.

Nós vivemos em um mundo de alta tecnologia, um mundo de risco, que as relações, elas são rápidas e a rapidez da lesão, ela não proporciona ao consumidor, ou à massa de consumidores, uma reação na mesma velocidade. Essa reação somente se dará se nós tivermos autorização, Senador, na lei, que isso é impossível hoje fazer, o Juiz não pode fazer isso, uma autorização legal para a empresa, por exemplo, de telefonia que causa o mesmo dano a 60 milhões de consumo. Naquela ação individual, o Juiz repara o dano de R$ 100,00, por exemplo, do consumidor, mas ali apurado o elemento subjetivo daquela conduta, o dolo de causar o dano, haja a imposição de uma multa civil significativa, para que não ocorra o enriquecimento indevido daquele consumidor, de receber milhões em razão de uma fatura equivocada dolosamente. Por exemplo, poder-se-ia construir um fundo de defesa do consumidor, como nós temos hoje no Ministério da Justiça. Esse valor poderia ser revertido, conforme o art. 13 da Lei de Ação Civil Pública, para o fundo de defesa dos direitos difusos, especificamente talvez para os direitos do consumidor. Seria uma deliberação no parlamento brasileiro, no sentido de autorizar o Juiz a impor uma multa sancionatória, como os americanos chamam dos *punivite damages*, uma multa para punir a conduta irregular ilícita, abusiva daquele fornecedor. Aí o fornecedor com uma multa dessa certamente terá atuado o caráter intimidatório daquela lesão, porque o nosso sistema, hoje, proporciona o estímulo à lesão ao consumidor.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como é que se penaliza hoje quem pratica?

SR. HÉCTOR VALVERDE: Não tem penalidade. A não ser no plano administrativo. No plano civil, o Juiz está limitado a reparar o dano individual. De 60 milhões, nós podemos ter a certeza que nem um 1% desse quantitativo irá ao Judiciário.

Então, nós temos 99% dos consumidores brasileiros, em um exemplo desse, fora da proteção do Estado. Uma multa civil dessa poderia instituir o caráter inibitório que tanto desejamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Corretivo, não é?

SR. HÉCTOR VALVERDE: Corretivo. E não iria para a vítima, iria para um fundo, para fazer a gestão da defesa do consumidor.

Finalmente, para não extrapolar aqui o meu tempo, eu gostaria de também reafirmar mais uma vez a necessidade do Brasil de fortalecer o órgão federal de defesa do consumidor. Hoje, nós temos um Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, vinculado à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Temos aqui na Mesa o Dr. Ricardo Morishita, diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor há quase oito anos, que heroicamente vem desenvolvendo, levando o nome do Brasil nessa discussão, colocando o Brasil na ponta dessa discussão. Entretanto, é um esforço pessoal. É um esforço pessoal dele e dos 20 e poucos servidores que nós temos no Brasil a respeito da matéria. Se eu estiver errado o Dr. Ricardo Morishita vai me corrigir quanto ao número. No México, por exemplo, tem a PROFECO, que é uma autarquia, uma entidade federal de defesa do consumidor, que só no prédio, na Cidade do México tem aproximadamente 1.500 servidores, espalhados nas 53 províncias do México e com o orçamento próprio de mais de um milhão de dólares por ano. Então, vejam a distinção.

Então, está na hora do Brasil atender, atender ao reclamo da sociedade, de criar uma secretaria especial. Eu proponho isso, de criação de uma secretaria especial com status de Ministério, para promover a defesa do consumidor. Porque não existe economia de mercado, não existe economia forte com o consumidor fraco. Só teremos um consumidor fortalecido, o Estado cumprindo o seu papel constitucional de proteger o consumidor com um órgão estatal à altura dessa responsabilidade. Penso que um departamento, hoje, isso já não é mais suficiente. Nós temos que ter uma secretaria especial, ou uma secretaria no próprio Ministério da Justiça, para que efetivamente, com órgãos próprios, com recursos próprios, com meios próprios, para que isso alcance todo esse país continental, de quase 200 milhões de habitantes, como eu disse, a sétima economia de mercado do mundo. É extremamente significativa tudo isso.

Então, nós não podemos mais de forma tímida e romântica continuar a defesa do consumidor. Isso é uma questão essencial para a economia brasileira, para a qualidade de vida do Brasil e para apontar no caminho que desejamos, que é o caminho do desenvolvimento, do caminho do respeito à cidadania, do respeito ou da maturação do processo democrático. Tudo isso vinculado ao valor supremo que nós temos, na

própria Constituição, que é atender a dignidade do ser humano. Então, a defesa do consumidor, como direito humano de terceira geração, direitos de solidariedade, ele demanda do Brasil uma atuação administrativa, mais significativa em uma estruturação melhor.

Então, são esses alguns pontos, senador, que eu gostaria de apresentar, algumas sugestões e me colocando à disposição para eventuais questionamentos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Dr. Héctor. Muito boa, também muito clara a sua apresentação e claras as suas propostas. Muito obrigado pela sua contribuição, gostei muito. A questão da multa civil já tinha sido debatida aqui na sessão passada, na audiência passada, mas essa multa acoplada a um fundo, eu acho que pode ser uma boa proposta que esta comissão poderá fazer, uma das propostas que essa comissão poderá fazer, a partir desse ciclo de debates nosso. Então, parabéns.

Eu passo a palavra, então, ao Dr. Ricardo Morishita, que é diretor do Departamento e que tem o mesmo número de funcionários que tem lá na Cidade do México, lá no Departamento do Ministério da Justiça.

[risos]

Só que é ele, Luciana... Juliana e mais uma meia dúzia aqui para tocar o Brasil. Com a palavra o Dr. Ricardo.

SR. RICARDO MORISHITA: Bom-dia a todos. Muito obrigado, senador. As minhas primeiras palavras são de cumprimentos à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente, do Senado. Também aqui gostaria de fazer um registro da imensa colaboração, apoio e compromisso que nós temos tido da Comissão, sobretudo na presidência do Senador Renato Casagrande. Não foram poucas as oportunidades que o consumidor brasileiro precisou no Senado Federal de um apoio, de uma firmeza na proteção dos seus interesses.

Então, eu quero também aqui de público deixar registrado todo o apoio que o consumidor brasileiro tem recebido da Comissão, dessa Presidência, especialmente do Senador Renato Casagrande. O ano passado foi um ano bastante, digamos assim, turbulento para a vida do consumidor. Não foram poucos os projetos, não foram poucas as discussões e os embates que nós tivemos. Em todos os momentos, nós tivemos um apoio, que eu diria, íntegro, forte e responsável, do Senado, especialmente da comissão e do senador. Então, muito obrigado, Senador, por todo esse apoio, eu gostaria de tornar público também nessa audiência.

Eu também queria fazer um cumprimento especial e um agradecimento especial ao Dr. Héctor Santana Valverde, pela sua tremenda colaboração com a política nacional e a política latino-americana do consumidor.

O Professor Héctor Valverde é seguramente um dos juristas mais influentes em todo o Brasil e na América Latina, com relação à defesa do consumidor. O que sempre nos encanta, ao lado de toda a sua capacidade intelectual e acadêmica é seguramente a sua gentileza, a sua gentileza de alma e a sua generosidade, para com os consumidores e toda a política nacional. Então, também quero aqui fazer esse registro. Pela sua tremenda contribuição com o nosso país, com os nossos consumidores, seja na sua função de Magistrado e, também, principalmente, com a sua atribuição de acadêmicos, um dos grandes acadêmicos que o Brasil tem na área da defesa do consumidor. É bonito ver um acadêmico que se preocupa com o cidadão, que de fato tem o compromisso com os efeitos que a sua intervenção, que o seu aporte vai trazer. Não para a produção econômica, para a eficiência econômica, que claro, tem uma valoração imensa, mas quando ele tem o compromisso direto com o consumidor, porque tem uma preocupação, tem uma sensibilidade com o que passa cada consumidor brasileiro. Então, quero também fazer esse registro, um imenso prazer de dividir essa Mesa com o doutor e Professor Héctor Santana Valverde.

Eu vou fazer a minha participação de uma maneira muito simples, o tempo, ele é curto e também eu procurei sistematizar em dois blocos. O primeiro bloco, eu queria comentar um pouco o que foram esses 20 anos passados da defesa do consumidor. Tem um primeiro tópico desses 20 anos passados, que eu acho que é algo notório, algo que todos nós temos com muita clareza, é que foi uma história de conquistas do consumidor e da sociedade brasileira. Acho que isso, esse evento do Código ter sido uma história de conquistas, acho que é muito claro, seja na percepção de cada consumidor, seja na percepção da sociedade e do próprio mercado.

Então, é uma história de conquistas, onde o cidadão em um primeiro momento, quando ele toma o contato com a defesa do consumidor, é um cidadão que começa também a tomar contato com o processo de redemocratização do país. Nós estamos falando da década de 90, o Código foi editado em 1990. É o momento que o país começa a se abrir também para a redemocratização. É interessante, porque nesse processo da redemocratização, você tem um primeiro passo que você tem que reconhecer que você é um titular de direito e isso é muito importante.

O segundo passo é que o destino da sua vida, ou o destino do país, ele não é dado por alguém, ele não é dado por uma junta de iluminados, mas ele é

construído com a sociedade e que você também pode tomar parte desse processo. Então, é muito bonita essa história do Código, porque ela se confunde, ela se mescla com a própria ideia, ou com o próprio sentido da redemocratização do país. As pessoas passam a se assumirem como titulares de direitos e essa titularidade implica, sobretudo, na postura ativa, no protagonismo, no exercício desses direitos. É bonito ver o nosso consumidor quando ele vai até o PROCON, ele reclama, quando ele não se conforma com as abusividades, com os excessos. Foi construído, ao longo desses 20 anos, várias medidas, várias ações que o consumidor brasileiro disse: "Não, não aceito excessos, não aceito abusividades, não aceito enganosidades".

O Congresso Nacional deu vários exemplos. Teve uma CPI de medicamentos, onde uma indústria farmacêutica disse que tinha medicamentos que era o BO, que era o bom para o otário, que enganava o consumidor. E o consumidor disse: "Não, não aceito, não quero". Então, foi importante, foi uma conquista não apenas do ponto de vista formal, mas ela foi no coração, foi no espírito, na alma da cidadania brasileira. Onde ele reafirmou que ele, sim, é um titular de direitos, que a democracia e a cidadania não é dada, não é presente, não depende apenas de um ato de vontade, mas depende de um ato de ação, de uma ação efetiva, do dia a dia, de dizer não ao fornecedor que abusa, de denunciá-lo nos PROCONs, de acompanhar a reclamação, de ingressar com ações no Judiciário, de procurar o Ministério Público. Então, há uma história de aprendizado, mas de conquistas, porque no final se ganha o conceito de se ter uma relação, ainda que comercial, que seja honesta, que seja transparente e que seja equilibrada. Então, há um primeiro foco, nesses 20 anos que passaram, como sendo uma história de conquistas da cidadania brasileira, dentro de um processo democrático.

O segundo ponto que também me parece fundamental. Há 20 anos atrás, quando o Congresso Nacional editou o Código de Defesa do Consumidor, ele foi aprovado por unanimidade em Plenário. Não houve nenhum voto dissonante, foi unânime a aprovação do Código. Afora o simbolismo que isso traz para o Congresso e a importância do Congresso para a sociedade, mostra uma outra coisa muito importante, significa que também o mercado, o empresariado concordou com essas regras, com cada uma dessas regras que foram estabelecidas.

A responsabilidade objetiva, que significa que o importante é alocar de maneira eficiente o risco. A única maneira eficiente de alocar o risco é quando ele está com o próprio produtor. Porque ele aloca o risco e ele diz: "Muito bem, se eu provoquei o dano, eu vou reparar". Se eu tenho que reparar esse dano, eu tenho que embutir no custo do processo produtivo já valor da reparação desse dano. Esse foi um pacto firmado há 20 anos atrás com o empresariado, da responsabilidade objetiva, da regra solidariedade, onde o princípio, se permitam aqui a informalidade, o princípio da batata quente foi revogado, porque a solidariedade implica que todos aqueles da cadeia de consumo, se lesarem o consumidor, vão ter que responder. Mas a solidariedade, ela traduz uma outra regra importantíssima, que é o equilíbrio da cadeia. Por quê? Se o pequeno, que comprou do grande, responde é justo que o grande também responda. Porque senão, eu tendo a criar uma regra, que é uma regra da vida, onde a corda sempre estoura do lado mais fraco. Se eu não tenho a regra da solidariedade para o grande responder, tanto quanto o pequeno, o pequeno muitas vezes é insolvente, vive uma situação de precariedade, tal qual o consumidor e é o abraço de afogados.

Então, o princípio da solidariedade, que foi pactuado há 20 anos atrás, dizia: 1) revoga-se o princípio da batata quente; 2) impede-se que a corda estoure para o lado mais fraco. Então, é uma mensagem muito boa, muito efetiva, que há 20 anos atrás foi pactuada e várias outras regras. Mas o conceito principal do pacto, que esta sociedade estabeleceu há 20 anos atrás e o mercado dessa sociedade estabeleceu, foi muito importante, porque ele disse: "Nós queremos ganhar e ter a lucratividade, não com base no engano, não com base no excesso ou no abuso, mas nós, empresariado brasileiro, temos a coragem de estabelecer regras que vai aumentar o nosso custo, mas que nós vamos garantir uma regra maior. Porque aqui no Brasil se ganha pela competência, pela capacidade de produção, pela capacidade de atendimento, não no engano, no engodo, no abuso e no excesso". É esse pacto que há 20 anos atrás a gente precisa comemorar e celebrar a todo momento, quando nós celebramos o Código de Defesa do Consumidor. É esse empresariado lá atrás que concordou, sim, com essas regras, que às vezes, hoje em dia, nós vemos segmentos importantes da sociedade brasileira lutando contra esse pacto que foi celebrado lá atrás, abrindo mão desse grande capital, que eu diria, não apenas moral, mas político da sociedade brasileira e, seguramente, dá fundamento para todo o desenvolvimento sustentável da economia brasileira. Então, eu diria que nesses 20 anos nós tivemos: 1) Uma história de conquistas; 2) Um pacto do mercado dizendo: "Nós vamos ganhar, nós temos a capacidade de ganhar e ter lucro sem o engano, o engodo, o abuso e excesso". É fundamental essa mensagem, porque ela nos ajuda a pensar os próximos 20 anos.

Um último dado que também merece registro. Nesses últimos 20 anos, que é uma história bonita, uma tremenda história de conquistas, de direitos, ele também tem um lado técnico, que a gente pode afirmar hoje que foram 20 anos de conflitos. O que marcou esses 20 anos foram os conflitos, as ações judiciais, os processos administrativos. Foram 20 anos de conflitos. O eixo principal da defesa do consumidor, claro que produziu bons resultados, um capital político e social importante, mas o eixo foi um eixo de conflitos. Por isso que quando nós olhamos desde uma política nacional, desde uma articulação, ouvindo vários atores, conversando com vários atores, os PROCONs, o Ministério Público, a Defensoria, a Magistratura, em menor grau, mas até que se assegure um pouco a imparcialidade do Juiz, mas seguramente a Magistratura, as entidades civis, a gente percebe uma coisa: o mundo mudou, o Brasil mudou. É fundamental também que a defesa do consumidor mude e que nós não tenhamos uma projetação para os próximos 20 anos de novo, em torno de um conflito, de um eixo de conflito, mas que seja em torno de um eixo voltado para a solução desses conflitos, para a resolução desses conflitos. Para isso, para pensar essa resolução desses conflitos, dos próximos 20 anos, me parece possível nós trabalharmos em três eixos. Um eixo para o consumidor, um eixo para o mercado e um eixo para o Estado, que são os três grandes atores que vão poder construir esses próximos 20 anos.

Um outro registro que eu queria fazer, de novo cumprimentando a Comissão e a Presidência dessa comissão, é o momento histórico que está se realizando no Senado. Nós sempre discutimos, ao longo desses 20 anos, a defesa do consumidor, mas pela primeira vez nós não estamos discutindo o ano que vem, os próximos cinco anos, mas há uma ousadia necessária, que se coaduna com a grandeza que tem o Senado e a Comissão, de pensar o Brasil para os próximos 20 anos. Nós geralmente costumamos dizer que o urgente não dá tempo para o necessário. Então, a nossa agenda, a gente não consegue planejar a semana que vem, mas o Brasil mudou. É fundamental que um país mais maduro, com uma economia mais madura, com uma inserção global mais madura, que ele não pense apenas no dia de amanhã, mas que ele tenha a capacidade de vocacionar os talentos, as energias e as lideranças para os próximos 20 anos. O futuro não é dado, ele se constrói. Quando nós só nos preocupamos com o amanhã algo muito, muito preocupante pode acontecer, porque alguém pode estar planejando o nosso futuro e, não nós, aqueles que têm por mandato a obrigação, o compromisso de construir a cidadania e a proteção de cada consumidor brasileiro. Por isso que essa ação do Senado é extraordinária e ela é inédita. Ela também vai mostrar para a história da defesa do consumidor, como é necessário pensar grande, pensar longe e pensar com profundidade as políticas públicas de defesa do consumidor.

Eu diria, pensando nos próximos 20 anos, por uma análise do momento de agora, é que nós temos hoje um mercado diferente. De um lado, nós temos o mercado mais maduro, que significa uma economia mais madura, uma economia mais estável e onde o planejamento passa a fazer muito sentido. Diferente da década perdida, que foi a década de 80, que você tinha 1.000%, 2.000% por ano de inflação, onde qualquer tipo de planejamento, ele era mais um exercício de futurologia, do que um exercício de uma atividade pública.

Então, esse mercado mais maduro, hoje, de um lado é muito bom, porque significa a possibilidade de incluir mais consumidores, mais bem-estar para o consumidor, mas de um outro lado, ele vai encerrar grandes desafios, ele é mais complexo e ele traz novos consumidores. É muito curioso quando a gente olha para esse mercado e começa a enxergar os novos consumidores. Por exemplo, as crianças, elas não apenas consomem mais, como elas passam a ter parte do processo decisório do consumo. Fato que há 20 anos atrás não era uma pauta do dia, mas hoje é. O idoso, com todos os programas, que de alguma maneira procuram incluir os idosos, também pela longevidade do brasileiro, o idoso também passa a continuar a sua atividade econômica e hoje se revela também um grande consumidor. São dois novos consumidores que seguramente têm uma caracteriza em comum. Ambos têm uma vulnerabilidade muito maior do que o consumidor médio. Isso acende um sinal amarelo, um sinal amarelo para quem vai pensar os próximos 20 anos. Como cuidar dos nossos novos consumidores que seguramente têm um *déficit* de proteção imenso, o idoso, a criança. Nós temos aí grandes temas a serem debatidos, mas seguramente partindo da base que já está estatuído nessa grande lei geral de consumo, que é o Código de Defesa do Consumidor, nos permite pensar que medidas seriam necessárias para enfrentar os desafios desses novos consumidores.

Ainda nesse mercado complexo, não apenas pelos novos consumidores, mas nós temos também cada vez mais no processo regulatório a necessidade de amadurecer essas políticas regulatórias. Se de um lado, nos últimos 10 anos, por exemplo, na área de telefonia, nós saímos de um serviço de telefonia fixa, que custava no dinheiro de hoje, um cálculo que eu diria aproximado, R$ 12.000,00, tanto que você declarava no Imposto de Renda a sua linha telefônica,

porque era um ativo e, hoje, nós temos a universalização. É importante que essa universalização não dê com uma mão e tire com a outra. Quando ela garante a entrada do consumidor no mercado, a contratação de uma linha telefônica, mas retira dele todos os elementos de qualidade. Você dá com uma mão e tira com a outra. Por isso que o processo regulatório hoje é um debate necessário e é estratégico para a construção dos próximos 20 anos. A gente não tem um processo regulatório que não seja em uma área relacionada à infraestrutura e, portanto, uma área que coincide com uma agenda macroeconômica do país. Então, é fundamental também se olhar para essa complexidade do mercado regulado.

Por último, eu diria, o último grande impacto que nós temos sofrido e seguramente vai se acelerar para o futuro. É quando nós olhamos para essa grande revolução, a terceira talvez, a revolução tecnológica. Tivemos uma primeira, tivemos uma segunda com a Segunda Guerra Mundial e, agora, com todo o processo de comunicação da internet. Essa nova forma de prestar serviços, de entregar bens. É um mundo novo. O Código dá o conceito do que não se pode fazer: não lesar, ser transparente, agir de boa-fé. Ele estabelece todos os mecanismos, mas seguramente os detalhes, a pormenorização e a estratégia legislativa é um campo em aberto. Três grandes campos que mostram os desafios para os próximos 20 anos: novos consumidores, regulação e revolução tecnológica, eu diria internet e banda larga.

Voltando um pouco agora, para falar do nosso consumidor. Esses são os três grandes temas para os próximos 20 anos, pensar um pouco nas políticas específicas para os nossos consumidores. É importante pensar que os próximos 20 anos, eles sejam marcados por um poder mais efetivo do consumidor. Em 62, Kennedy fez um discurso extraordinário, foi no dia 15 de março, tanto que a partir desse discurso, a gente costuma comemorar o Dia Internacional do Consumidor, no dia 15 de março. No dia 15 de março de 62, Kennedy disso uma coisa extraordinária: "Os consumidores movimentam dois terços de toda a economia norte-americana. São eles que movimentam, é a mola, a força motriz de toda a economia norte-americana, dois terços. No entanto, eles não têm voz, não têm a participação. É fundamental para a própria economia, para a própria estabilidade da economia, que ele participando com dois terços, tenha voz, tenha a capacidade de interferir e participar desse processo".

Eu diria que para nós aqui, nos próximos 20 anos, é fundamental que o nosso consumidor ganhe cada vez mais força, não apenas formal, mas material. Como se faz isso? Acho que tem dois grandes desafios. O primeiro deles, seguramente, está no exercício do direito à informação. Sem a informação, o consumidor não exerce a força que tem, porque se ele não tem a informação, ele não tem a capacidade de exercer a decisão e, sem a decisão, ele não exerce poder nenhum. Quando alguém decide pelo nosso consumidor é algo muito grave. Primeiro, porque você retira dele a liberdade da decisão. Segundo, porque você torna ele, ao invés dele se transformar em um agente, ele se torna simplesmente um objeto do processo ou do mercado econômico.

Por isso que a informação, ela se reveste cada vez mais de uma grande estratégia, ou de uma grande necessidade que os consumidores terão de ter garantido em todo o processado de contratação. É importante, em decorrência da informação, a discussão dos mecanismos de efetivação dessa informação. As práticas legislativas, que nós temos acompanhado na medida do possível, em outros países, como por exemplo, na Alemanha, mostra que as normas, a produção legislativa que garante a informação, por si só, vai sempre criar uma dependência, para garantir a aplicação desse direito à informação do Estado, seja ele, Estado Juiz, ou o Executivo, ou mesmo o Legislativo. Ela mostra que talvez uma boa estratégia a ser pensada, a ser trabalhada é quando no processo da edição da norma, você estabelece o direito, mas estabelece também o mecanismo de autotutela desse direito. Você entrega para o cidadão um pacote completo. Você diz a ele: "Sim, você tem o direito à informação. E caso o direito à informação não seja cumprido, você tem o direito de...". Os mecanismos de autotutela por si só, já que a gente está falando em fortalecer o consumidor, em garantir que ele, o consumidor, seja cada vez mais o protagonista desse processo, que esse mecanismo de autotutela ele possa ser efetivo, ele possa ser real, ele possa ser concreto e que produza impacto na vida desse consumidor.

Então, é fundamental, independente do tema e da matéria a ser regulada, que a norma não tenha apenas a natureza declaratória, mas que ela também seja constitutiva do exercício de um direito, que não depende da intervenção do Estado, mas que está ao alcance, que está nas mãos do próprio consumidor. Não é uma jabuticaba, porque o Código de Defesa do Consumidor declarou como regra geral de todas as contratações, é o artigo que inaugura o capítulo da proteção contratual no art. 46. Uma regra elementar, onde o contrato, ele não vincula. O contrato ainda que assinado, firmado, com testemunhas e registrado em Cartório, ele não vincula. Quando? Quando não é dado ao consumidor o direito à informação. O Código fala o conhecimento prévio, a compreensão do seu sentido e

alcance. A regra geral já está ali. Portanto, uma edição, ainda que seja de um assunto específico de telefonia, ainda que seja específico de energia, ou de qualquer outro mecanismo, você pode incluir, você pode trabalhar com esse mecanismo de autotutela.

Então, eu diria, ao final, que os mecanismos relacionados ao consumidor é fundamental que ele trabalhe com o direito à informação, mas que ele trabalhe também com esses mecanismos de autotutela.

O segundo eixo, ele está relacionado com o mercado... Vou fazer uma breve pausa aqui, que merece, porque a Professora Cláudia Lima Marques chegou...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A Dra. Cláudia chegou.

SR. RICARDO MORISHITA: Retomando, então. Eu diria que os próximos 20 anos, com relação ao mercado, me parece que são três as etapas necessárias para que a gente possa mudar o eixo do conflito para 20 anos mais voltados para solução e para resolução desses conflitos. Para tanto, é fundamental que o mercado cumpra com três passos. É ao que nós temos dialogado com vários segmentos, com vários setores, mas que ele cumpra com três passos. Primeiro, que hoje em dia nós indo encontramos inúmeras abusividades e excessos nas práticas desses mercados. E são excessos e abusividades que, muitas vezes, coincidem com a própria percepção do mercado, sobre a abusividade, sobre os excessos, ou seja, você enviar um cartão de crédito sem solicitação, você realizar cobrança indevidas. Você cobrar por serviços que sequer são prestados, como, por exemplo, existe uma tarifa de cartão de crédito que é uma tarifa de serviço por inatividade do serviço. Ora, se eu não utilizo, qual é o serviço que eu gero? Portanto, qual é a taxa que eu deveria pagar?

Então, são questões que o próprio mercado concorda que são excessivas e que são abusivas e que, em uma primeira etapa, seria fundamental que nós tivéssemos uma *house cleaning*, uma limpeza, um banimento dessas práticas abusivas. É uma primeira etapa que o mercado precisa cumprir.

Hoje em dia, nós temos dificuldade de conviver, depois de 20 anos com instituições que mandam cartões de crédito, para a casa dos consumidores, sem solicitação, que realizam cobranças indevidas, que tarifam excessivamente o consumidor. E essa tarifação, é claro que lá, no futuro, por exemplo, vai poder ser uma fonte geradora do que tecnicamente... A professora Cláudia é a nossa grande professora nesse tema... Como, por exemplo, o superendividamento ativo. O excesso tarifário relacionado aos serviços financeiros, especificamente de crédito. Então, é importante, olhando para o mercado, para que nós possamos tirar um eixo do conflito, um eixo da solução, que a primeira etapa do mercado seja: limpe a casa. Um banimento das práticas e das condutas abusivas.

Segunda etapa: com uma casa limpa, pelo menos no que diz respeito ao banimento das práticas abusivas daquelas que nós estamos de acordo, nós podemos caminhar para um segundo momento. Para uma relação entre consumidores e mercado que seja menos conflitiva e seja cada vez mais cooperativa. Que os contratos não tenham um condão apenas comutativo, mas que ele possa evoluir para contratos cada vez mais cooperativos. Se é um dado que a sociedade é complexa, se é um dado que nós convivemos diuturnamente com o risco, é fundamental que os mecanismos para o enfrentamento deste risco, desta complexidade, não tenha como resposta unicamente os contratos de natureza comutativa, onde eu tenho sempre um jogo de perde e ganha. Mas onde é possível construir jogos de ganha-ganha para toda a sociedade.

E o terceiro momento: os dados de cooperação são fundamentais, depois da casa limpa, que nós possamos trabalhar, aí sim, com seriedade, com responsabilidade e, obviamente, sem a exclusão das garantias e das normas estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor, um processo de autorregulação, porque simplesmente não é razoável, não é crível e nem é economicamente viável que o consumidor tenha que demandar o Estado para garantir a entrega de uma mesa, de uma cadeira ou de um cancelamento de um crédito de R$ 60,00 ou de R$ 80,00 que lhe foram imputado indevidamente. Há um custo excessivo para o Estado, há um custo que eu diria, irrazoável para o Estado Brasileiro.

Imagina você ter que intervir, abrir o processo, notificar, convocar uma audiência para entregar uma cadeira, para entregar um geladeira, para trocar um armário. Imagina, ainda, se não há um acordo, no âmbito administrativo, de replicar esse custo indo ao judiciário, para que o juiz intervenha para cancelar um cartão de crédito, é algo absolutamente impensável. É de uma ineficiência econômica absurda, onde não ganha a sociedade como um todo. Eu arrisco dizer, não ganha nem o próprio empresário, não ganha o consumidor e, seguramente, não ganha a cidadania brasileira.

Por isso, esses três passos para o mercado me parecem passos importantes para que nós possamos sair de um patamar preponderante de conflitos para um patamar que tenha mais resolução e que tenha mais bem-estar na vida dos consumidores. Limpe a casa, comece a cooperar, estabeleça um processo maduro de autorregulação.

Por último, no nosso último eixo, eu falaria, ainda, do Estado brasileiro, especificamente no que diz respeito ao Estado, à figura do poder executivo. Eu diria que, para os próximos 20 anos, é fundamental que nós possamos concluir as políticas estruturantes da defesa do consumidor. Se de um lado nós conseguimos avançar, por exemplo, na área da métrica. Nós realizávamos políticas públicas e nós não tínhamos uma métrica para avaliar o resultado das políticas públicas. Hoje, nós temos uma métrica, uma régua que ajuda a medir todas as demandas dos consumidores em todo o país, que é SINDEC. O SINDEC, depois de oito anos, ele está maduro, já integra... Vinte e quatro estados já estão integrados ao SINDEC. Nós estamos trabalhando, agora, com mais dois estados que já manifestaram o seu interesse na adesão. Um é o Estado de Roraima. Há uma dificuldade técnica, que é o fornecimento e a estrutura da internet banda larga, para que ele seja integrado. Mas ele já se manifestou, já oficiou, nós já temos uma formalização. E, também, uma sinalização muito forte, na última reunião nacional, o interesse do Estado do Paraná.

Então, nós já temos aí, mais do que a maioria dos estados integrados e funcionando e dando um banco de dados de todas as reclamações dos consumidores. Mas, principalmente, nós sabemos se uma política, hoje, de um uma empresa, de um banco funcionou ou não, sobretudo pela diminuição das reclamações nos PROCONs. Se tudo que ele fez deu certo e foi correto, ele não precisa dizer o quanto ele investiu, o que ele fez ou como ele fez. É um problema dele. O que ele tem que demonstrar, na prática, é a diminuição da quantidade de reclamações nos PROCONs. E essa régua nós temos, mês a mês, dia a dia, semana a semana, pública, porque está na internet. Concluir as políticas estruturantes é fundamental. Essa já está posta.

A segunda política estruturante: a Escola Nacional de Defesa do Consumidor. Ela começa a ganhar maturidade, ela tem apenas dois anos, e nós vamos acelerar esse processo. Mas é fundamental, sobretudo pela característica política brasileira. Se a cada dois anos nós temos eleições, sejam elas eleições majoritárias, nos estados, que são as eleições para governadores e para República Presidente da República, e daqui a dois anos eleições municipais, e a maioria dos cargos dos PROCONs são comissionados, a cada dois anos nós temos uma mudança no exercício desses cargos. Portanto, é fundamental que tenha uma escola que, permanentemente, trabalhe com a formação dos técnicos de proteção e defesa do consumidor. E, de outro lado, que a escola não seja apenas para a formação de técnicos, mas que ela possa incentivar, servir como uma ferramenta de fomento às academias brasileiras, na produção científica de estudos, de análises de mecanismos de proteção aos consumidores brasileiros. Então, também a atividade de fomento da Escola Nacional é uma política estruturante necessária.

E eu diria, por último, a terceira política estruturante fundamental. Nós temos, hoje, uma discussão bastante importante no aspecto econômico do país. E, seguramente, a defesa do consumidor também se insere nesse contexto. Portanto, uma reforma que se avizinha como necessária a essa maturidade e aos próximos 20 anos seguramente estão atreladas, de um lado a necessidade da aprovação e da estruturação do SUPERCAD e, concomitantemente à aprovação e à estruturação do SUPERCAD, a reestruturação do órgão do executivo nacional, que é um coordenador da política nacional de defesa do consumidor, em uma estrutura mais adequada às suas atribuições.

Eu diria que é fundamental, desde o ponto de vista nacional, da estrutura de coordenação, que nós possamos ter um avanço nesse processo. E ainda continuando e, por último, eu terminaria por aqui. Diria que, nesses três eixos para os próximos 20 anos, consumidor, mercado e Estado, para o Estado seria imperativo, nos próximos anos, estabelecer uma reforma, como está prevista no pacto republicano, no que diz respeito à defesa do consumidor. Foram três as propostas estabelecidas de comum acordo com o poder judiciário e o poder legislativo. A primeira delas... Duas delas de natureza, eu diria, absolutamente prática, simples e necessária. A primeira delas: evitar a duplicidade de ações, que as audiências de conciliação nos PROCONs sejam, também, a primeira etapa das audiências nos Juizado Especiais Cíveis.

Não é razoável se repetir as duas audiências. Se o Estado já faz a conciliação através do executivo, que uma vez não logrado o acordo vá ao poder judiciário diretamente como uma Audiência de Instrução e Julgamento. Que não se repita, que não se utilize esse procedimento para se prorrogar a demanda ou serviço que o consumidor espera, que é o da tutela jurisdicional.

A segunda medida... O Brasil está atrasado nisso neste ponto. O Peru já estruturou as medidas, a Argentina já aplica as medidas. São medidas que visam garantir ao fortalecimento dos PROCONs, que também algumas decisões dos PROCONs tenham força executória. São medidas complementação. Então, portanto, quando há uma cobrança indevida claramente demonstrada, que o PROCON tenha a possibilidade de determinar a devolução. No caso de uma publicidade enganosa, que determine o cumprimento dessa... São medidas executórias mínimas, como estão previstas para o consumidor.

E a terceira... O Professor Héctor tratou dela, e me parece extraordinária. E nós apoiamos integralmente. Se as demandas são coletivas, se a produção é em série, é massificada, que sentido faz você emprestar, ainda que ajuizadas, do ponto de vista individual, não conferir efeitos coletivos às demandas dos consumidores. O tratamento coletivo não é dado pelo *nomen iuris* da ação, mas é dado pelos efeitos que podem ser conferidos às ações individuais. Se é possível, por meio de uma tutela individual, de um ajuizamento de uma ação individual, você conferir um efeito coletivo, qual é o problema?

Você não precisa do *nomen iuris* ou de uma estrutura de uma ação coletiva para conferir efeitos coletivos. Você pode multiplicar a efetividade, a eficiência do judiciário, garantindo a ele a possibilidade – e ao seu juízo, porque essa é uma administração de justiça, da prestação da tutela jurisdicional –, conferir ao judiciário a possibilidade da aplicação de uma multa inibitória nas tutelas, ainda que individuais, mas que tenham reflexos coletivos. Porque senão é condenar a prestação de serviços jurisdicionais a uma inefetividade. Porque é evidente que se o juiz tem o conhecimento, tem a informação de que não se trata de uma cobrança indevida, de uma empresa de telefonia, mas que ele tem, ao dia, 50 audiências tratando do mesmo caso e que a pauta da semana dele, inclusive dos próximos 24 meses, estão relacionadas ao mesmo tipo de cobrança, qual é a efetividade dele determinar a devolução, ainda que em dobro, apenas para aquele caso concreto? Até porque os casos concretos giram em torno de R$ 60,00, de R$ 120,00.

Portanto, conferir a possibilidade do poder judiciário aplicar uma medida inibitória, significa readequar o aparelho e a ferramenta processual às demandas naturais da sociedade coletiva, da sociedade de massas. É mais do que razoável. E, evidentemente, eu acho que a solução é não incentivar a judicialização, por isso os valores decorrentes da multa inibitória não sejam convertidas para o consumidor individualmente, porque não faria sentido, mas que fosse destinada à estrutura, já existente, do Fundo Federal de Direitos Difusos ou, o que seria mais adequado ainda, aos Fundos Estaduais de Defesa do Consumidor, porque seria uma maneira mais direta de ter o retorno dos valores ao próprio cidadão.

Com isso, então, eu concluo a minha intervenção. Eu agradeço imensamente a oportunidade de participar desses debates. E diria, aumentar o bem-estar do consumidor, aumentar a efetividade diz respeito não apenas a um desafio, desde uma perspectiva do poder executivo ou do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, mas envolve um compromisso e um desafio de toda a sociedade. Também os outros poderes do Estado, também ao mercado e, também, a cada um dos consumidores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Dr. Ricardo Morishita, pela sua contribuição. Já está conosco, então, a professora Cláudia Lima Marques, que é da Universidade do Rio Grande do Sul. Dra. Cláudia, nós, aqui, estamos fazendo uma referência inicial de 20 minutos, para exposição. Mas com flexibilidade, naturalmente.

Então, passo a palavra a V. Exa.

SRA. CLÁUDIA LIMA MARQUES: Muito obrigada. Inicialmente, eu gostaria de agradecer o gentil convite e frisar a importância desse encontro e a importância desse tempo que vivemos. É um tempo decisivo para a proteção dos consumidores. Se tive a oportunidade de trabalhar no Ministério da Justiça, na consultaria jurídica, quando da elaboração do código, e observei os esforços visionários daquela Comissão, encabeçada pela Professora Ada Pellegrini Grinover, para mudar o mercado brasileiro. Eu, na época, voltava da Alemanha.

Hoje, 20 anos depois dessa promulgação, se observa, realmente, uma pequena grande revolução. Mas o espírito que organizou aquele momento já não é mais apenas o espírito atual.

Naquela época, o que se queria era o acesso ao consumo, um consumo com qualidade, com segurança, com adequação. Esse acesso ao consumo teria que ser regulado através de deveres impostos aos fornecedores, que se construiria uma espécie de edifício de deveres que projetaria uma sombra, e essa sombra seria a responsabilidade civil, a garantia contratual, a garantia legal que foi ali criada, a solidariedade entre os fornecedores, todo um arcabouço teórico para o que o direito do consumidor passasse a ser voluntariamente pelo mercado.

Desses primeiros 20 anos, o que se observou foi o desenvolvimento certo de uma consciência dos consumidores sobre os seus direitos. De um Estado que promove a proteção do consumidor, através desse maravilhoso Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, que nasceu daí. Já existia o PROCON São Paulo, algumas belíssimas associações, como o IDEC. Faço uma homenagem a esses pioneiros. Mas é o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, hoje, que assegura a solução, vejam só, voluntária, com uma chamada telefônica, com uma primeira carta, de 85% dessas demandas que chegam a ele, aos milhares. Então, meus parabéns ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e a esta idéia de que se pode cumprir o direito do consumidor voluntariamente.

Mas o que aconteceu durante esses 20 anos e por que é tão importante e fundamental esse refletir na melhoria e na manutenção daquele espírito de 1990, da Comissão que criou o código de Defesa do Consumidor? É que fornecedor passou a pensar, também, não só nos custos da judicialização das demandas, mas a desenvolver estratégias judiciais de prorrogação do exercício, vamos dizer assim, da manifestação e do cumprimento dos seus deveres.

Asseguramos direitos para os consumidores, mas ao construir todo um arcabouço jurídico... Porque afinal é a lei que assegura esse cumprimento voluntário do dever, essa sombra, a sanção que garante o cumprimento voluntário do dever. Mas as discussões judiciais e as maneiras como os contratos de adesão evoluíram, a maneira como a comercialização dos produtos evoluiu, a maneira como a comunicação com o consumidor, o *marketing*, o *telemarketing*, a maneira de fazer ofertas, agora, individuais para idosos, para servidores públicos, de determinadas linhas de crédito, isso tudo é um desenvolvimento que não havia naquela época do Código de Defesa do Consumidor.

Então, hoje, me parece que o que nós queremos não é só acesso ao consumo, o que nós queremos é lealdade e dignidade no tratamento da relação de consumo no momento pré-contratual, no momento contratual e no momento pós-contratual. Que nós não tenhamos, em todos os momentos, que recorrer ao judiciário, recorrer aos PROCONs para exercer um direito, que esse direito possa ser cumprido voluntariamente. Nessa linha da dignidade, do respeito no tratamento com o consumidor, não só a qualidade do produto dos bens, porque hoje é muito mais importante a informação que me dão sobre um investimento, um crédito, a informação que me dão sobre um produto complexo, como um computador, um telefone celular, do que o celular mesmo, o crédito mesmo, o produto mesmo. Essa informação, esse direito de escolher bem, essa autonomia do mais fraco, do consumidor... A ajuda – que os alemães chamam de dever de aconselhamento – em uma cirurgia, em um tratamento médico, em um plano de saúde, nesses contratos complexos. A informação, a lealdade, o cuidado com os meus dados, com o meu nome e com minha imagem são feito mais importantes, até mesmo economicamente, por isso que se diz, hoje, que há tanto dano moral em direito do consumidor. Por quê? Porque são violações daquilo que é economicamente relevante, que é justamente essa dignidade do consumidor.

Economicamente, a informação, a lealdade e o cuidado são mais importantes do que o cumprimento do contrato principal de consumo. É esse o momento em que vivemos. Por isso gostaria de dividir a minha fala em dois momentos. O primeiro sobre a possibilidade de se reforçar o sistema pensado, em 1990, no Código de Defesa do Consumidor, que é visionário, de não te deturpar esse microssistema, de optimalizar a sua aplicação prática, como foi pensado em 1990, sem modificá-lo. Sem modificá-lo.

E, em uma segunda parte, como podemos completar esse sistema, não dentro dele, mas através de leis complementares que venham a tratar dos novos problemas que, em 1990, 89, 90, quando foi elaborado o código, por um mandamento constitucional, art. 48, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, não se podia visualizar.

Então, quanto ao primeiro ponto, eu chamaria de força executiva do Código de Defesa do Consumidor, reforçando as suas grandes ideias. Qual é primeira grande ideia do Código de Defesa do Consumidor? E por isso cito os dados do SINDEC e autuação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor? É o cumprimento voluntário dos direitos do consumidor e dos deveres dos fornecedores. Por isso a aplicação do código tem que ser *ex officio* pelo judiciário, vindo diretamente, esta ordem, da Constituição, do art. 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal. O Estado, o juiz, o Estado Executivo e o Estado Legislativo, aqui... Os eminentes Senadores e essa Comissão do Senado Federal promoverão a defesa do consumidor na forma da lei. E a lei aí está: é o Código de Defesa do Consumidor.

Há uma súmula do STJ, a Súmula 381, que afirma que é um privilégio para os contratos bancários e não para os outros, que o julgador, quer dizer, o juiz de primeiro grau, o tribunal... A súmula vem de um repetitivo que perguntava apenas se o tribunal poderia examinar *ex officio* o que o advogado não teria perguntado, as cláusulas que ele não teria perguntado como abusivas. Mas a Súmula 381 extrapola e afirma que aos contratos bancários o julgador está proibido de analisar as cláusulas abusivas. Proibido de defender os direitos do consumidor, quando o art. 1º do Código de Defesa do Consumidor afirma que são direitos de ordem pública, indisponíveis às partes, inclusive aos bancos, por contrato, por óbvio, e de interesse social.

A segunda ideia-mestra do Código de Defesa do Consumidor é a sanção, não pode ser um leão sem dentes. Por isso muito importante o que mencionou o Magistrado Héctor Valverde. Na verdade, aqueles vetos do Presidente Collor sobre a multa civil, essa multa direcionada não a pessoa, ao enriquecimento da pessoa, mas a uma espécie de satisfação da sociedade, porque a impunidade, mesmo que sejam dois reais para cada um dos cinco milhões de clientes de um determinado banco, na verdade, são 10 milhões de reais, não é? Mas não os dois ou quatro reais, devolução em dobro

para aquele indivíduo, mas a canalização para o fundo dos bens lesados deste valor. Esses vetos que estavam, em 1990, no sistema de microcódigo do Código de Defesa do Consumidor foram retirados, na época, e podem ser facilmente, nos vinte anos desse microssistema, festejados e revistos.

Terceira ideia básica do Código de Defesa do Consumidor é a ação coletiva. Isto é, que os consumidores mais tímidos na defesa do seu direito – e também porque o direito individual é de pequeno valor – sejam defendidos de forma coletiva pelas associações, pelo Ministério Público. Há uma novidade... Agora, que se reforma o Código de Processo Civil, é o momento de se valorar o art. 103, sobre a coisa julgada, *erga omnes*. A coisa julgada, a *erga omnes*, do Código de Defesa do Consumidor, foi reduzida e, praticamente, exterminada através de modificações do Código de Processo Civil e da Lei da Ação Civil pública.

Agora, com os processos repetitivos se pensa uma ação individual, por exemplo, de uma pobre consumidora do interior do Rio Grande do Sul, que sequer tinha recebido o contrato bancário, em que o advogado trabalhou muito bem, mas trabalhou nos limites do seu conhecimento, quando ao lado existem várias ações civis pública, dos melhores promotores, ações civis coletivas de instituições engajadas como IDEC. Com pareceres *pro bono* de vários professores, sobre o mesmo tema da comissão de permanência, sobre o mesmo tema de contratos bancários. E se pinça aquele processo e, depois, se organiza e consolida a jurisprudência de todos os consumidores, quando a verdade é que o pedido da consumidora foi procedente, no primeiro grau, no segundo grau e no repetitivo foi improcedente.

Na ideia do Código de Defesa do Consumidor só haveria efeitos *erga omnes* quando o pedido do consumidor for, se procedente, justamente porque o espírito é de favorecer e diminuir as ações individuais. E não o contrário: pegar uma ação individual para prejudicar todos os consumidores. Quarto ponto visionário é que o tratamento dos chamados fornecedores equiparados, expressão de Leonardo Bessa, como os bancos de dados. Os bancos de dados e as publicidades tratadas no Código de Defesa do Consumidor são aqueles ilícitos, isto é, publicidade abusiva, publicidade enganosa, bancos de dados negativos.

Corre, no Senado Federal, um projeto que substitui toda uma lei sobre bancos de dados positivos, que na modificação de apenas um artigo do Código de Defesa do Consumidor, que é pensado para banco de dados negativos – portanto, negativação do crédito, uma ação negativa sobre o consumidor –, regularia e autorizaria todos os bancos de dados positivos. Quando se sabe que aqui há um problema de privacidade, de dignidade da pessoa humana e, também, de consumo. Por quê? Porque é possível discriminar pessoas através do diagnóstico da sua linha de consumo, por exemplo, quanto às suas preferências sexuais e outros dados sensíveis. Não é possível deturpar o sistema do Código de Defesa do Consumidor, incluindo-lhe artigos que não foram pensados e, ao contrário, deturpando o microssistema.

Para terminar e entrar na minha segunda parte, o importante é reforçar o Código de Defesa do Consumidor, através de leis especiais que venham a complementar. O art. 7º, do Código, já previa que os direitos do consumidor, aqui previstos, serão complementados por leis ordinárias, tratados. Vimos, há pouco, o tratado, o Pacto de San José, da Costa Rica, acabar com a prática de prisão civil por dívidas do depositário infiel na alienação fiduciária, depois de 20 anos do Código de Defesa do Consumidor. Então, esse tratado veio complementar o Código.

É possível complementar um Código em dois momentos. Primeiro, quanto à aplicação da lei mais favorável nesse novo mercado, que é um mercado globalizado, isto é, o direito internacional privado, do comércio eletrônico, das compras internacionais, do turismo de massa. O país Brasil é um país de turismo, assim como os brasileiros, inclusive, atualmente, estão fazendo mais turismo do que os seis milhões de turistas que recebemos anualmente. Precisamos proteger esse novo consumidor do século XXI, porque, em 1990, o turismo ainda era um turismo de elite. O comércio eletrônico sequer existia. O nosso direito de arrependimento, art. 46 pensa na compra à distância, mas de forma muito simples, ainda, por telefone. Hoje, temos compras pela televisão, pelo celular. Hoje, os celulares, no mundo, já são banco, já identificam a pessoa. Existem investimento por celular.

Essa nova tecnologia da compra a distância, do comércio eletrônico e da possibilidade de negócios internacionais não foi pensada no Código, mas deve ser complementada, aí sim, com um tratado, como sugeriu o governo brasileiro, na Convenção Interamericana de Direito Internacional Privado, a CIDIP-VII, que está negociada na OEA, e poderia ser negociada, também, em outros fóruns, como na UNASUL, como no MERCOSUL. E, assim, disseminar essa ideia, que é ideia proativa brasileira, da aplicação da lei mais favorável ao consumidor.

O Art. 7º já diz isto internamente, e o STJ já aplica isso, quanto à prescrição, ao prazo prescricional e tantos outros que poderiam complementar o art. 26 e 27 do Código. Mas não é necessário porque o microssistema do Código de Defesa do Consumidor assim já

sinaliza. Mas em matéria de contratos internacionais, o que o Código sinaliza é apenas a sua aplicação a todos os contratos internacionais, aos fornecedores estrangeiros, no caso, como ele afirma. Mas isso não é suficiente para proteger o turista brasileiro e não é suficiente para o crescente comércio eletrônico. O Brasil está entre os cinco países que mais utilizam a internet no mundo.

E o último tema é, talvez, o mais interessante e o mais urgente. Houve, no Brasil, uma explosão do crédito ao consumidor. O crédito era, antigamente, 1990, prioritariamente ao produtor e ao distribuidor, ao comércio, não é? Hoje, metade do crédito é ao consumidor, é crédito individual. Desde 2004, conhecemos o crédito consignado, inclusive para turismo, até 38 meses, com modificações constantes feitas pela normativa do INS.

Segundo a ABESC, agora, a chamada ressaca do crédito. Primeiro se democratiza o crédito e, depois, vem a onda, isto é, o problema da inadimplência do consumidor individualmente. O montante de crédito requerido pelos consumidores triplicou de 2000 a 2006, para terminar o seu orçamento familiar. Segundo o IBGE, mais de 50% das famílias brasileiras precisam de crédito para terminar o mês. Em 2009, foi o maior endividamento dos consumidores da história. Em matéria de crédito rotativo, a dívida aumentou 580%. A dívida, no cheque especial, aumentou 54%; 83% do crédito consignado são para pessoas que ganham um a três salários mínimos, portanto, de baixa instrução, muitos são idosos, onde o grau de analfabetismo funcional, é claro, é muito grande, no sentido que eles escrevem o nome, mas não entendem a complexidade do próprio crédito consignado.

É um novo mundo em que os cartões de crédito já chegam a 419 milhões de cartões de crédito e débitos no Brasil. Sendo que os clientes do cartão de crédito de 2000 a 2005, segundo a ABESC, foi de 118%, sendo que nas classes mais pobres – C, D e E – é de 144%. Segundo os últimos dados do IBGE, nos último 13 anos, entraram na classe média brasileira 32 milhões de pessoas – isso é metade da população da França –, incluídos na classe média brasileira.

A classe média brasileira já representa a metade da população ativa do país. Na classe A duplicou, era 5,9% e, nos últimos 14 anos, aumentou: mais de 10% da população brasileira pertence, hoje, à classe rica. E qual é o resultado disto? O resultado da entrada desses 32 milhões de pessoas, da diminuição da classe D e da diminuição da classe E, dos mais pobres, segundo a Fundação Getúlio Vargas, em 2016, o brasileiro será um país desenvolvido, no sentido que a pobreza seja extinta do país. Tomara que isto, realmente, aconteça. Esses últimos 10 anos são chamados da década da igualdade.

E o que é igualdade, hoje, no mundo? Igualdade é consumo. Zygmunt Baum afirma que os novos pobres são os excluídos da sociedade de consumo. Daí a importância estratégica de atualizar o Código de Defesa do Consumidor através de uma lei complementar, que seria uma lei de prevenção e tratamento do superendividamento do consumidor pessoa física, uma espécie de lei sobre a falência do consumidor. Esta lei foi criada nos Estados Unidos, no século 19, quando a sua sociedade de consumo chegava nesse ponto que estamos hoje, no Brasil. Esta lei existe em toda Europa, acompanhada, inclusive, sobre as leis de usura. No Brasil, nós não temos a lei da usura e não temos a falência civil. Conhecemos apenas a insolvência civil, que é uma instituição romana, de pouca utilidade prática porque avisa, justamente, a ótica dos credores. Para terminar, o que se proporia neste anteprojeto de lei em estudo? Seria, justamente, a conciliação, a chamada de todos os credores e uma mediação global para planificar o pagamento. Porque os consumidores brasileiros de boa-fé querem pagar, querem sair deste mal do século, que é o superendividamento. Uma fase conciliatória, obrigatória e se não houvesse acordo, se não houvesse esse plano de repagamento, uma fase judicial em que poderia haver até mesmo um plano de pagamento obrigatório, uma revisão desses créditos e quiçá um perdão dessa dívida, como acontece nos Estados Unidos e na Europa. Me parece urgente pensarmos e refletirmos sobre a necessidade desta lei complementar ao Código de Defesa do Consumidor. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigada, Professora Cláudia. Traz um tema também já tratado aqui, ou citado aqui, mas não tratado com detalhes como a professora tratou. Então, um tema importante para nós, aqui, da comissão, para que a nossa assessoria se debruce nessa avaliação. E, certamente, vamos precisar, nesse trabalho, da ajuda, para que nós possamos construir, de fato, uma proposta.

Bem, nós fizemos, então, as três exposições. Já é a terceira... Essa é a 3ª Audiência Pública, como eu já tinha anunciado, no início. A primeira Audiência Pública esteve presente o Herman Benjamin, que é Ministro Supremo Tribunal de Justiça; a Marilena Lazzarini, do IDEC; o Roberto Lima, presidente da Vivo. Na segunda audiência, o Roberto Pfeiffer, que é do PROCON de São Paulo; o Bernardo Medeiros, do IPEA; o Evandro Zuliani, da FEBRABAN; o André da Silva, da Defensoria Pública da União. E, nessa audiência, a alegria de termos os três convidados que fizeram, aqui, a suas

explanações. Quero perguntar ao Dr. Héctor se tem alguma observação a fazer, alguma complementação a fazer, depois de ter ouvido o Dr. Ricardo a e a Professora Cláudia. Alguma coisa a mais?

SR. HÉCTOR VALVERDE: Senador, a minha manifestação, após ouvir essas duas brilhantes exposições é ratificar que os meus dois professores já me ensinam há muito tempo. São temas palpites, são temos relevantes que nós temos que enfrentar. E o nosso objetivo é, certamente, buscar, nos próximos 20 anos, o avanço da defesa do consumidor, essa conquista da sociedade brasileira. E esses temas, eles representam... O núcleo... O que foi posto aqui, hoje, no meu entender, representa o núcleo da nossa preocupação.

A multa civil, penso que demanda um reparo do veto que o art. 16 do Código de Defesa do Consumidor sofreu, por uma edição de uma lei para instituição dessa punição efetiva. E saímos visão romântica, professora Cláudia, da responsabilidade civil, que apenas repara o dano isolado, mas também busca função punitiva, aquele que age dolosamente contra o mais fraco. O problema do superendividamento, porque, certamente, milhões de famílias brasileiras estão aflitas por essa concessão, às vezes, culposa, e eu falo até, às vezes, concessão dolosa do próprio crédito, não é? E o fortalecimento das ações coletivas, como uma unanimidade dos juristas brasileiros, a respeito da afirmação da tutela coletiva no Brasil.

E, finalmente, reforço, também, o entendimento que o Brasil demanda um órgão de defesa do consumidor maior, com mais capacidade técnica, com uma instituição de uma secretaria especial para viabilizar a política nacional das relações de consumo. Então, eu agradeço mais uma vez a oportunidade de vir aqui, aprender tanto e, também, me atualizar a respeito dos temas acerca da defesa do consumidor.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Dr. Héctor. Dr. Ricardo, alguma observação a mais, que lhe tenha vindo à cabeça?

SR. RICARDO MORISHITA: Eu, ouvindo, agora, a última apresentação da professora Cláudia, eu fiquei pensando muito na figura do superendividamento ativo e das inúmeras medidas que já poderiam ser tratadas independentemente de alteração legislativa. Então, nós sabemos que, por exemplo, em uma vertente, com relação à questão da informação, quantas práticas já poderiam ser banidas como, por exemplo, crédito grátis. É um absurdo se dizer... É um contrassenso se dizer que o crédito é grátis, que é gratuito, não existe essa gratuidade. Só para dar um dos exemplos que já poderiam ser tratados.

E me parece que também esse espaço, esse espaço nobre da Comissão do Senado seria um espaço importante para que essas medidas pudessem ser trabalhadas, sobretudo, com o mercado. E que se pudesse, em uma medida extrajudicial ou extralegislativa, se pactuar o banimento de algumas condutas que, seguramente, favorecem a um quadro de superendividamento ativo muito forte.

E uma outra questão que me parece ser interessante e merece ser tratada com muita responsabilidade, mas que merece esclarecimentos, merece um debate seguramente está relacionada, também, no superendividamento ativo, aos modelos mundiais da cobrança por esses serviço, por esse crédito, que em muitos países, como por exemplo na Argentina, existe não uma forma de tabelamento, mas existe um controle da taxa de juros. Na Argentina, por exemplo, você tem um *Price Cap* que é utilizado, que é estabelecido pela média dos financiamentos da pessoa jurídica. Não é isso? E, depois, com uma repercussão aqui. Mas é evidente que esse é um tema que não tenho mandato para tratar, porque esse é um trema de natureza econômica. Então, eu expresso muito mais, particularmente, pessoalmente a minha contribuição do que de maneira institucional.

O fato é que há vários elementos, mas que levam a situações, como a taxa de juros na Argentina, para o consumidor, ficar em 80 % por ano. E, no caso do Brasil, no mesmo exemplo de cartão de crédito, chegaria a 233 ou a 230%, em uma perspectiva otimista. Então, é um tema que também está relacionado ao superendividamento e está relacionado a esse volume. E não depende, necessariamente, de uma atividade legislativa.

Mas eu expresso aqui, muito mais em uma perspectiva pessoal, evidentemente, reitero isso, que não é uma opinião pessoal, não é uma opinião institucional, que o Ministério da Justiça não tem, e nem o departamento, não tem o mandato para expressar sobre esse fator. Mas são elementos que poderiam ser debatidos e poderiam ser trazidos independentemente da alteração legislativa. É uma contribuição importante nesse processo dos 20 anos. É uma maneira de banir as práticas, limpar a casa e pensar em cooperação e construir mecanismos mais efetivos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Dr. Ricardo. Professora, alguma observação a mais?

SRA. CLÁUDIA DE LIMA MARQUES: Bem, eu gostaria de agradecer o convite, dizer que essa reflexão sobre o futuro, também do direito consumidor, significa pensar o homem do futuro, não é? O cidadão brasileiro do futuro. Hannah Arendt mencionava que o homem é o *homo faber*, aquele que faz, que trabalha. Então, o conflito que acontecia antes era entre o capitalista e o trabalhador, isto é, o que detinha os bens de produção e que não detinha, que tinha só a sua força de trabalho.

Esse trabalho, agora, é um consumidor. Quer dizer, é um *homo economicus culturalis*, é um homem ativo na sociedade, ele quer consumir com dignidade, com lealdade, com segurança, com qualidade. Não há diferença entre o consumidor brasileiro e o consumidor mundial. E o que nós vemos, hoje, é uma crise financeira mundial causada, justamente, pela diminuição da proteção do consumidor. A redução da regulamentação e do controle do mercado, no caso financeiro, nos Estados Unidos, levou a hipotecas e construções especulativas enormes que, como um castelo de cartas, caíram.

Então, o Brasil pode aprender, com essa lição mundial, que o equilíbrio entre crédito e consumo, o equilíbrio dessa lealdade, no mercado de consumo, para ter um mercado de consumo saudável é preciso, primeiro ponto, que a lei seja aplicada, que o sistema funcione, mas que haja um ambiente onde vale a pena cumprir a lei. Não pode haver um ambiente onde descumprir a lei, entre *danear*, como dizem os argentinos, aqui, muito bem citados, que causar dano vale a pena, na análise que é feita pelos fornecedores de custo e benefício.

Então, o direito do consumidor tem que ser efetivo. O Código do foi pensado e me parece uma lei que pode atravessar os próximos 20 anos, na sua inteireza e nas suas grandes linhas, como muito efetiva. Tanto que vários setores tentaram se retirar da aplicação do Código de Defesa do Consumidor. O que precisamos é ter consciência da importância do consumo, hoje, na sociedade atual. E da possibilidade de – através, talvez não de uma mudança legislativa, mas uma mudança de pensamento –, fazer esta lei ainda mais efetiva.

E, por último, citar um exemplo de um projeto-piloto no Rio Grande do Sul, que é apenas baseado nas linhas do Código de Defesa do Consumidor, da boa-fé e o art. 52 desse Código, já trata e previne o superendividamento, inclusive, com o apoio das associações, da Cruz Vermelha. Tudo baseado em um sistema voluntário, organizado por duas magistradas, Clarissa Costa de Lima e Karen Bertoncello, que receberam o Prêmio Innovare, da magistratura, por esse belíssimo trabalho. Prático, já, sobre o tratamento e prevenção do superendividamento, pelo menos no Rio Grande do Sul, foi encapado pela Corregedoria, hoje, já se espalha pelo Brasil, com a ajuda do Ministério da Justiça e do IPDC.

Então, é possível fazer muitas coisas com o Código que aqui está e com uma visão de lealdade nesse mercado. Seriam essas as minhas palavras finais.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Professora, muito obrigado. Bem, nós estamos então, chegando ao fim do ciclo de debates, é a 3ª Audiência Pública. Todos que acompanharam puderam... O evento é transmitido pela TV Senado e acompanhado pela nossa consultaria do Senado, pela equipe que está tratando desse trabalho de reformulação, de se pensar o Código de Defesa do Consumidor para o futuro. Nós temos um portal que está disponibilizando todas essas informações, com a contribuição que vocês prestaram aqui, nessas Audiências Públicas. Nós estaremos, agora, trabalhando com a equipe, para que as sugestões apresentadas se transformem em ações, ou projeto de lei, ou sugestão de ação efetiva, executiva, mas que teremos um documento que comemore os 20 anos e aponte o conceito de defesa do consumidor para o futuro, a agregação, a incorporação das práticas da nova sociedade mundial e brasileira.

Então, nós temos aí, acho que uma base de dados e de sugestões e de informações importantes para que a gente, nos próximos dias, trabalhe. E que possamos formar um documento, que seja um documento que represente o debate que nós estamos fazendo. E, naturalmente, o trabalho de vocês, que vieram aqui, é um trabalho que está iniciando, porque nós demandaremos, naturalmente, outras contribuições, não em Audiências Públicas, mas em diálogos, em conversas, em apontamentos de onde a gente pode achar e buscar melhores parâmetros para que aquilo que foi sugerido seja, de fato, colocado em prática.

Então, quero agradecer muito as contribuições, as presenças de vocês. E encerrar essa 3ª Audiência Pública do ciclo de debates com muita alegria, que acho que estamos cumprindo, objetivamente, um papel, e assimilando muitas coisas que a gente precisa fazer no aperfeiçoamento do direito consumerista.

Então, convido... Encerro a presente sessão e convido a próxima para terça-feira, próxima terça-feira da semana que vem, às 11h30 da manhã, uma sessão ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 11h14.

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, CONJUNTA COM A 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e cinquenta e seis minutos do dia trinta de março dois mil e dez, na sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Renato Casagrande)**, reúnem-se conjunta-

mente a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão Permanente de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH e CMA **Cristovam Buarque, Flávio Arns, João Pedro, Cícero Lucena, delmir Santana, Sérgio Zambiasi, Marcelo Crivella, Arthur Virgílio, Gerson Camata, Papaléo Paes, Wellington Salgado, Jayme Campos, Mão Santa, Renato Casagrande, Álvaro Dias, João Ribeiro, Geovani Borges, Flexa Ribeiro, Inácio Arrruda, Valdir Raupp, as Senadoras Serys Slhessarenko e Marisa Serrano, os Senadores não-membros Eduardo Suplicy, Tasso Jereissati e a Senadora Ideli Salvatti.** Justifica a ausência a Senadora Patrícia Saboya. Deixam de comparecer os demais membros. **Pauta. Item Único. Audiência Pública**, nos termos dos **Requerimentos nº 27, de 2010 – CDH e nº 13, de 2010-CMA**, de autoria dos Senadores Papaléo Paes e Álvaro Dias, respectivamente, ***"com o objetivo de esclarecer as irregularidades que envolvem a aplicação de recursos dos fundos de pensão da PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), FUNCEF (Fundação dos Economiários Federais) e PETROS (Fundação Petrobrás de Seguridade Social), na BANCOOP (Cooperativa Habitacional dos Bancários), com graves prejuízos aos cooperados e com a participação de organização não governamental."*** O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova as atas das reuniões anteriores, em seguida, faz suas considerações iniciais e dá início à apreciação da pauta. Convidados que comparecem: **João Vaccari Neto** – Ex-diretor financeiro e ex-presidente da Bancoop e **Pedro Dallari** – Advogado da Bancoop. Deixam de comparecer os demais convidados. Inicialmente, o Senhor Presidente, Renato Casagrande, chama os senhores convidados para que compareçam à mesa. O Senhor Presidente faz suas considerações acerca do tema da Audiência Pública. Em seguida, o Senhor Presidente, Renato Casagrande, dá a palavra aos senhores convidados na ordem supracitada. Às 14:05 horas, o Senador Renato Casagrande passa a presidência ao Senador Cristovam Buarque. Às 14:20 horas, o Senador Cristovam Buarque devolve a presidência ao Senador Renato Casagrande. Após a explanação dos senhores convidados, o Senhor Presidente, Renato Casagrande, faz suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Renato Casagrande, Álvaro Dias, Papaléo Paes, Arthur Virgílio, João Pedro, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e os Senadores não-membros Eduardo Suplicy, Tasso Jereissati e a Senadora Ideli Salvatti, Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinqüenta e quatro minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e da 11ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Sessão Conjunta da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Fiscalização e Controle.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa das leituras das Atas das reuniões anteriores permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata.

Senhoras e senhores, a presente reunião destina-se à realização de uma Audiência Pública em conformidade com a aprovação dos Requerimentos nº 13, de autoria do Senador Alvaro Dias, 27 da CDH, de autoria do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de esclarecer as irregularidades que envolvem aplicação de recurso dos fundos de pensão da PREVI, da Caixa Econômica Federal, da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, da FUNCEF, da Caixa Econômica, da Fundação dos Economiários Federais, da PETROS, da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social, na BANCOOP, Cooperativ Habitacional dos Bancários, com graves prejuízos aos cooperados. Essa é a suspeição e a razão de nós fazermos essa audiência.

Para essa audiência foram chamados, foram convidados, o Sr. João Vaccari Neto, o Sr. José Carlos Blat, o Sr. Lúcio Bolonha Funaro e o Sr. Pedro Dallari. As quatro pessoas convidadas.

O Sr. José Carlos Blat, que é o Promotor de Justiça, mandou a seguinte... O seguinte ofício: "*Através do presente ofício, venho mui respeitosamente informar que recebi o convite para comparecer na Sessão de 30 de março de 2010, na Comissão de Meio Ambiente, Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado.*

Infelizmente não poderei atender a honrosa licitação pelos seguintes motivos.

Primeiro, tenho agendado uma tomografia computadorizada de tórax e pelve, no Hospital Sírio-Libanês, para o dia 30 de março, às 17 horas, atendendo determinação médica, por ser paciente oncológico desde agosto de 2008.

Para o mesmo dia 30 de março, das 14h00 às 16 estão agendadas diligências para instruir o Inquérito Policial referente a apuração de crimes de lavagem de capitais, formação de quadrilha ou bando, apro-

priação indébita e estelionato envolvendo dirigentes e ex-dirigentes da BANCOOP.

Aproveito o ensejo para apresentar os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. José Carlos Guillen Blat, 13º Promotor de Justiça Criminal da Capital de São Paulo."

Então, está aqui a... O ofício justificando a ausência do Promotor Blat.

O Sr. Lúcio Bolonha Funaro não encaminhou nenhuma justificativa a essa comissão, até agora não compareceu. Tem ainda tempo de comparecer, mas, até agora, não compareceu, e a comissão, ao final, verificar que tipo de encaminhamento dará com relação à ausência do Blat, justificada, e do Funaro, ainda sem justificativa.

Estão presentes, que eu já convido a participar aqui da Mesa conosco, o Sr. João Vaccari Neto, que é ex-Diretor Financeiro e ex-Presidente da BANCOOP; já convido, então, que possa fazer parte conosco aqui o Sr. João Vaccari Neto, já agradecendo a sua presença.

Também está conosco o Sr. Pedro Dallari, que é Advogado da BANCOOP, que também já convido a participar aqui junto conosco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um segundinho, senador.

Então, nós... Convido o Vice-Presidente Cícero Lucena para fazer parte da Mesa junto conosco.

Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, além de solicitar a V. Exa. a minha inscrição para fazer a devida inquirição ao Dr. João Vaccari Neto, eu deixo bem claro que não cabe nós passarmos qualquer ilusão para fora das paredes do Senado Federal.

Essa audiência, que idealmente deveria ter sido marcada para após a Semana Santa, ela se dá, e com a presença do Dr. Vaccari Neto e Dr. Pedro Dallari, no momento que nós percebemos, e essa é a verdade, lamentavelmente, o Senado esvaziado.

E mais, a convicção pessoal que eu tenho, eu posso estar errado, é que isso se deve a uma estratégia muito clara de tentar, ao fim, ao cabo, demonstrar a desnecessidade de eventual ida do Dr. Vaccari Neto ao fórum que me parece o mais apropriado, que é o fórum da CPI das ONGs.

Ou seja, viria aqui, o dever estaria cumprido e a partir daí o Governo acionaria sua tropa de choque, rasgaria os regimentos, as atas e o que mais fosse necessário rasgar, para que o Dr. Vaccari desse aqui, sem obrigação de juramentos, sem perspectiva de quebra de sigilos, sem nada, desse as explicações que ele julgasse cabíveis, muito bem assistido por seu competente advogado.

Eu marco essa primeira posição por entender que nós não devemos passar, eu repito, ilusões para fora das paredes do Senado Federal. E vamos aqui fazer a inquirição da maneira mais crua, da maneira mais firme, sabendo das limitações, como a comissão impõe, sabendo das possibilidades que uma CPI propicia, estabelecendo a comparação entre os dois instrumentos e dizendo que, do ponto de vista da oposição, algo ou uma coisa não elide a outra.

Ou seja, nós não nos sentimos, a *priori*, de forma alguma constrangidos a, tendo ouvido o Dr. Vaccari Neto aqui, não ouvi-lo mais. Por mim, eu ouviria aqui e eu ouviria e o ouvirei na CPI para qual ele está legal e legitimamente convocado para prestar o seu depoimento.

Peço a V. Exa. que me inscreva como... Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Arthur Virgílio já está inscrito.

Mas cabe um esclarecimento da parte da comissão também. Foi aqui lido um Requerimento do Senador Alvaro Dias, convidando essas quatro pessoas para estarem presentes nesta comissão, que eu acho que é uma comissão apropriada para fazer este debate, independente do debate ser feito em outra... Em outro ambiente, em outra comissão, numa CPI, independe.

Mas, foi feito um requerimento, o requerimento foi aprovado, a data da audiência foi combinada com os membros senadores desta comissão, numa audiência como esta, pública. Então, foi marcado para hoje até porque os senadores também tinham necessidade de marcar audiência para poder dar sequência a esse... A esse debate.

Então, só para fazer um esclarecimento para V. Exa.--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --que fez o questionamento com relação à comissão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permite, Presidente. Para deixar minha posição clara. Nenhuma acusação à Direção. Acho que [interrupção no áudio] faz muito bem estar aqui cumprindo com seu dever.

Eu soube, de supetão, eu estava já na minha terra, quando soube de supetão que haveria a comissão. Eu não participei das tratativas quanto a data,

não participei delas. Entendo que o foro é adequado. Como entendo que mais adequado ainda é o foro da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, não há discrepância quanto ao que V. Exa. disse no fundo. Nenhuma crítica à atuação de V. Exa., nenhuma crítica ao seu arrazoado. Apenas eu deixo bem nítido que vai ser preciso mais do que este depoimento para o Dr. Vaccari Neto não ser ouvido na CPI.

Vai ser preciso, sim, rasgarem as atas, vai ser preciso quaisquer outros gestos, mas nós simplesmente queremos ouvi-lo aqui entendendo que as limitações que são naturais, as limitações que são do Regimento e no outro foro, que aliás não tem funcionado já há algum tempo, no outro foro nós cuidaríamos de avançar mais, porque a denúncia são de fato graves, as denúncias são extremamente graves e eu gostaria muitíssimo de ver esclarecimentos cabais que comprovassem a não culpabilidade do Dr. Vaccari Neto.

Hoje o meu convencimento é no sentido inverso, é no sentido diverso, é no sentido reverso, é no sentido ao contrário, é no sentido do revés. Até porque mantive contato com as vítimas e hoje eu percebo que à primeira Sessão estavam aqui as vítimas. Eu não queria dizer que nessa outra haveria algozes, mas mudou um pouco a plateia que nos assiste, enfim.

E eu percebo até a importância que dão para o caso, até pelas figuras que aqui acorreram.

Mas vindo ou não vindo, esta aqui é a Casa do povo, de qualquer tipo de povo, eu devo deixar bem claro que a nossa posição é de exaurir esse assunto. E esse assunto muito dificilmente se vai exaurir no âmbito dessa comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Alvaro Dias, pela ordem.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): V. Exa. se referiu ao fato de ser eu o autor do Requerimento, juntamente com o Senador Papaléo Paes, e nós apresentamos esses requerimentos antes que a CPI das ONGs aprovasse a convocação de João Vaccari Neto. Esta foi a razão.

Nós encaminhamos inicialmente à Comissão de Constituição e Justiça, houve a rejeição do requerimento, e em razão dessa tentativa de se evitar esse depoimento, nós usamos a estratégia de apresentar requerimentos em várias comissões, inclusive junto à CPI.

Com a aprovação do Requerimento na CPI das ONGs, até se dispensaria esta audiência.

No entanto, o que abunda não prejudica. E nós temos a convicção de que João Vaccari Neto comparecerá à CPI das ONGs de forma espontânea, sem necessidade nenhuma outra tratativa para que nós possamos, lá sim, com consequências jurídicas, inevitáveis, ouvi-lo e dar a ele o espaço necessário para todas as explicações, que são imprescindíveis, em razão das gravíssimas denúncias que partem desse trabalho que realiza o Promotor Dr. José Carlos Blat.

Eu tenho também, Senador Arthur Virgílio, a certeza de que teremos o comparecimento na CPI das ONGs do Dr. José Carlos Blat e do Lúcio Funaro. Inclusive, na forma de acareação, o que seria fundamental até para que o visitante de hoje, convocado de amanhã, possa se defender das acusações contra ele assacadas, segundo a revista *Veja*, em depoimento na forma de delação premiada, oferecido ao Ministério Público pelo Sr. Lúcio Funaro.

Portanto, Sr. Presidente, na esteira do que disse o Senador Arthur Virgílio, queremos enfatizar também a necessidade do depoimento na CPI das ONGs, que se torna imprescindível exatamente porque teremos que confrontar as versões tanto de Vaccari Neto, quanto dos demais envolvidos nesse episódio.

E eu peço também a minha inscrição para depois fazer...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): V. Exa. está inscrito, assim como o Senador Papaléo Paes. São os dois primeiros inscritos, depois Arthur Virgílio, Senador Arthur Virgílio, Senador Eduardo Suplicy. São os quatro inscritos até o presente momento.

E vamos dar início, passando, então, a palavra ao Sr. João Vaccari Neto, que teremos uma referência de 20 minutos, isso não é inflexível; se precisar de mais tempo, não tem nenhuma dificuldade.

Então, por referência de 20 minutos, com a palavra o Sr. João Vaccari Neto, que vai usar a tela.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Estou solicitando a minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a palavra o Sr. João Vaccari Neto.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Boa-tarde a todos os senadores e senadoras presentes, deputados e deputadas presentes, a todos os senhores e senhoras presentes.

Assim que recebi o convite, prontamente aceitei o convite para vir ao depoimento de hoje, até porque eu acho que é um espaço importante para que a gente possa, pela primeira vez, esclarecer o que de fato nós temos sobre essa questão que vem sendo colocada, que é a BANCOOP, a Cooperativa dos Bancários.

Eu vou fazer uma exposição que eu trouxe, deve durar mais ou menos uns 20 minutos.

SR. PEDRO DALLARI: Estão distribuindo aos senadores.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Que também está sendo distribuído a todos os senadores e senadoras presentes. Bastante rápido.

Eu vou levantar, porque talvez fique melhor. A primeira...

SR. PEDRO DALLARI: Pode falar sentado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pode ficar sentado.

SR. PEDRO DALLARI: Mais confortável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É apropriado para falar sentado.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Então vamos à primeira... Eu fui Presidente... Eu sou João Vaccari Neto, eu fui Presidente da BANCOOP, sou... Fui Presidente da BANCOOP de 2005 até 2010. E, nesse período, nós fizemos aí grandes mudanças na questão da governança corporativa, no que se refere às mudanças, transformações, da BANCOOP.

A BANCOOP foi fundada em 1996, foi uma iniciativa de trabalhadores bancários, com o apoio do Sindicato dos Bancários e é baseado na Lei das Cooperativas, que é a 5.674/71, e que nós temos como finalidade a construção de habitações a preço de custo.

Então, como se trata de uma cooperativa, nós temos termo de adesão. Essa é uma diferença significativa com incorporadoras e construtoras. Nós fizemos, ao longo de todos esses anos, a Cooperativa, nós temos 83 blocos entregues, sendo 76 prédios, mais sete fases de casas. E temos um total de blocos a entregar 13, que são 10 prédios e três fases de casas.

E, ao mesmo tempo, por vontade dos cooperados, em suas decisões em assembleia, já foram transferidos para a construtora 10 prédios.

Essa daí é alguma, alguma... Algumas fotos dos nossos empreendimentos, que nós fizemos: Moradas da Flora, na Zona Leste da cidade; Morada Inglesa, no Metrô Tucuruvi; Edifício Cachoeira, nas proximidades do Metrô Santana; Parque das Flores, na Praia Grande; Parque Mandaqui, é em Santana; Mirante do Tatuapé, o próprio nome já diz, em Tatuapé, nas proximidades da estação do Metrô; Jardim da Saúde, também nas proximidades do Metrô hoje Imigrantes.

Temos também o Portal do Jabaquara, que são, que é na região do Jabaquara, nas proximidades da estação; Praia Grande, que é um conjunto grande na cidade de Praia Grande; Praias de Ubatuba, que também é litoral, litoral norte; Santak, que é o edifício de Santo André; Solar de Santana, que o próprio nome já diz, em Santana, Saint Phillipe, que também é em Santana; Recanto das Orquídeas, que é um empreendimento em Santo André; Residencial em Moema, que é um empreendimento na região de Moema, na Rua Araguari.

Temos também o Veredas de Carmo, que é na Zona Leste; Torres de Pirituba, que é na Zona Oeste; Vila Augusta, que é em Guarulhos, que foi construído em conjunto, no debate com os bancários da região de Guarulhos; Vila Formosa, na Zona Leste; Residencial Pêssego, que também é na Zona Leste; Village de Palmas, que é um condomínio fechado, na região do Tremembé, na Zona Norte de São Paulo; Vila Mazzei também na Zona Norte, nas proximidades de Santana; e na Vila Mariana, que é nas proximidades do Metrô Vila Mariana.

Ao total, nós tivemos 6.630 unidades. Foram entregues 5.609 unidades; estão em construção, com adesão de cooperados, 592. Estão disponíveis, mais permutas de donos de terreno, 429 unidades.

Então nós temos aí 8.9 de todas as adesões com cooperados que já foram entregues, portanto nós temos aí uma faixa que nós precisamos ainda entregar de 8.9 do total.

Vamos às unidades em construção. Esse é um pouco o demonstrativo da operação da própria cooperativa. Das 592 unidades que nós temos a entregar, 88 nós vamos fazer a entrega até junho de 2010, que inclusive já está em processo de finalização, com os cooperados acompanhando a obra o tempo todo. Oitenta e seis está em processo de transferência, os cooperados se aproximaram da cooperativa e pediram para fazer a transferência para uma outra construtora.

E isso são 86, que já está em processo de finalização dessa transferência; 258 ainda está em negociação. Os cooperados já avisaram que querem transferir essas unidades para outra construtora e estão em fase de debate com as construtoras. E 32 está em negociação para a conclusão. Eles já disseram que querem que a BANCOOP conclua o empreendimento, estamos em negociação de conclusão.

E temos 128 pendentes de negociação. São três empreendimentos, que está sob... Está com dependência da decisão judicial, portanto nós estamos aí pendentes de negociação com três empreendimentos.

Nós fizemos, a partir de 2005, um conjunto de medidas administrativas, que foi inclusive a contratação

de consultorias para que a gente pudesse melhorar nossa estrutura organizacional, fizemos a contratação da Trevisan para fazer auditoria, a de engenharia foi a NGI e a de sistema foi uma empresa chamada Mega, que tinha a sede em Curitiba.

Fizemos também a profissionalização da administração, fizemos a cotação e celebração de contrato para todos os serviços materiais, que isso era uma coisa que para a gente era muito importante, e a implantação de sistema operacional integrado.

Depois de feito todas essas modificações, passamos a ter todos os anos auditoria contábil financeira de controle por empresa independente, que tem sido feito pela Terco Grant Thornton.

As mudanças de gestão, nós fizemos, a partir de 2005, a apuração dos empreendimentos concluídos e em conclusão. Ou seja, nós fizemos toda a avaliação da auditoria que foi feita anteriormente, fazendo o fechamento dos empreendimentos e avaliando como estariam os próximos, com a constatação de que os custos eram superiores aos valores estimados.

Em cooperativa não há preço fechado, os valores são sempre estimados, conforme diz a lei das cooperativas. Com isso, nós imediatamente fizemos a descontinuidade dos empreendimentos com baixa adesão e passamos a apresentar aos cooperados um rateio do custo final dos empreendimentos concluídos, que é a apuração final e o rateio do custo real dos empreendimentos em construção, que é o reforço de caixa, ambos estão previstos no termo de adesão quando o cooperado aderiu ao processo.

Depois nós fizemos um processo amplo de medidas de comunicação com os cooperados, a partir de 2005. Um amplo debate sobre a necessidade de reforço de caixa para a continuidade das obras.

Nós convidamos os cooperados de todos os empreendimentos para que estivessem presentes, e foi apresentado a eles o momento que a obra estava e o que seria necessário para fazer a conclusão. E isso nós fizemos com todas as obras que à época estavam em construção.

Depois disso, nós fizemos assembleias seccionais, aonde nós, durante todo esse debate, nós apresentamos que deveria ter reunião... Comissões fiscais e de obra dos cooperados para acompanhar todos os procedimentos contábeis e de engenharia. Fizemos nesse período 210 reuniões com conselhos com a cooperativa e foram feitos também 37 reuniões para verificação de documentos contábeis e quatro auditorias de seccionais por empresas contratadas pelos cooperados.

Ou seja, nós disponibilizávamos a eles e debatíamos com eles a necessidade de se contratar empresas, eles colocavam que queria empresa de auditoria indicada por eles e nós acatávamos, para que se fizesse os relatórios.

E a comunicação individualizada aos cooperados de cada empreendimento, de todas as informações apuradas por meio de boletim específico.

Aí são algumas... Cooperados participam das atividades por meio de assembleias gerais, assembleias seccionais, reuniões de esclarecimento, visitas às obras e verificação mensal de documentos que comprovam o andamento da obra, enfim, as entradas e saídas de todas as obras.

Também fizemos medidas permanentes de comunicação com os cooperados. Envios de boletim mensal sobre a atividade da Cooperativa, envios de revista anual com relatório de atividades, o balanço e o parecer da empresa independente de auditoria e do Conselho Fiscal.

Colocamos também no portal na Internet, para que todos tivessem acesso a situações contábeis e a obras de cada empreendimento.

Essas são algumas fotos de revistas e boletins mensais que nós temos feito e remetido aos cooperados. Todos os anos nós temos remetido uma revista falando do balanço anual da Cooperativa.

Esses são os boletins específicos na época que nós fizemos para cada um dos empreendimentos informando o que estava acontecendo e abrindo, propondo, que se fizesse acordos e elegesse comissões de esclarecimento e as comissões de fiscalização com a participação dos cooperados de cada empreendimento.

Também tenho aí, apresentando o fundo de investimento em direitos creditórios, que teve como objetivo a captação de recursos privados para aplicação em direitos creditórios. Isso foi importante porque havia muito recebíveis de obras concluídas, o que foi colocado fazendo desconto no mercado, para que nós pudéssemos fazer aí a evolução das obras. Ele foi constituído sob a forma de condomínio fechado, de forma que as cotas seriam resgatadas ao término do prazo de duração ou em virtude de sua liquidação.

E temos aí as características gerais, a BANCOOP como cedente de crédito, a instituição administradora foi a Planner, custodiante foi o Banco Itaú e depois o Bradesco, os auditores, agência de risco, assessoria legal, e o que é mais importante, a regulamentação e fiscalização é feita pela CVM.

A Constituição da carteira se deu em 30 de junho de 2004 e foi liquidado em 25 de novembro de 2009. O período da integralização das cotas foi de 06 de novembro de 2004 a 16 de junho de 2005. O valor

integrado foi 39 milhões 720, e o valor resgatado pelos aplicadores foi de 53 milhões 341.

Também nesse... Iniciamos o processo em 2006 e fizemos um acordo judicial com o Ministério Público, que tem algumas obrigações da Cooperativa, aonde a realização de assembleias seccionais para deliberação sobre a incorporação, isso nós estamos ainda em cumprimento; a abertura de conta corrente para cada empreendimento, que já foi cumprido; diferenciação de cada empreendimento, CNPJ, que também foi cumprido; cronograma especial de restituição, referência empreendimentos descontinuados, também cumprido; abstenção de novos lançamentos, de novos empreendimentos, também estamos cumprindo; demonstração na Internet da necessidade de cobrança de título a título de reforço de caixa ou apuração final, também cumprido.

Aí as obrigações adicionais. Também fizemos realização... Realizado em caráter permanente de auditoria contábil por empresa independente e a apreciação de balanço anual por assembleia geral especialmente convocada para essa necessidade. Ambas são cumpridos.

E a convocação da assembleia da Cooperativa através de publicação do edital de convocação em jornais de grande circulação, de correspondência eletrônica ou postal e de veiculação no sítio da BANCOOP da internet.

Estímulo para a constituição, em cada empreendimento, do conselho fiscal e de obra. Todos os itens cumpridos.

Eu vou passar, com isso eu vou passar aqui ao Dr. Pedro Dallari, para que ele fale um pouco sobre a questão da controvérsia jurídica.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um... Então, V. Exa. acabou de fazer sua apresentação.

Então vamos passar a palavra para o Pedro Dallari, que fará sua apresentação, que, na verdade, segundo ele é uma complementação da apresentação do João Vaccari Neto.

Com a palavra o Sr. Pedro Dallari, que tem também 20 minutos, mas parece que não vai usar todo o tempo. Com a palavra.

SR. PEDRO DALLARI: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu realmente serei muito breve, porque até para viabilizar maior tempo para as questões, a ideia foi conjugarmos as apresentações de maneira a sintetizá-las, e eu apresentarei apenas três delas sobre a situação jurídica para esclarecimento dos Srs. Senadores.

Quero dizer da minha satisfação por atender a este convite. Eu sou Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil na Seção de São Paulo desde 1981, como estagiário, e de 82 como Advogado, sou Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e não posso deixar, Presidente, de registrar uma nota pessoal que é a enorme satisfação de voltar ao Congresso Nacional.

Ainda muito jovem, fui advogado aqui na Assembleia Nacional Constituinte, por nomeação do saudoso Presidente Ulysses Guimarães, trabalhando na bancada pequena, então, do Partido dos Trabalhadores, que era liderada pelo Presidente da República, atualmente Presidente da República, onde pude trabalhar com Florestan Fernandes e outras figuras notáveis.

E tenho, realmente, sempre essa lembrança de um momento muito gratificante pra mim, jovem advogado, quando venho ao Congresso Nacional e não posso deixar de registrar que essa satisfação se repete, apesar da circunstância ser um pouco diferente. Por favor.

A situação judicial, ela surge, ou seja, as questões judiciais de relevância aparecem justamente quando, em função das auditorias realizadas em 2005, são apresentados os valores adicionais de cobrança decorrentes da apuração do efetivo custo dos empreendimentos.

Isto faz com que um grupo de cooperados entenda indevida essa cobrança e assessorado juridicamente, recorra judicialmente e promova ações contra a Cooperativa.

Foram 83 ações coletivas, ou seja, ações de grupos ou de associações, e 597 ações individuais. Essas ações têm por finalidade, basicamente, contestar a cobrança dos valores adicionais.

Qual é a tese jurídica desses cooperados? É a tese de que, embora se tratando de uma cooperativa, a relação consubstanciada no termo de adesão seria contratual e estabeleceria um valor fixo, que deveria ser observado pela cooperativa, portanto, não cabendo a cobrança de nenhum valor adicional. E esta é a tese, então, que vem sendo defendida, que na verdade a Cooperativa deveria ser considerada uma incorporadora e não uma cooperativa, sendo indevido o pagamento.

Tem-se dito que houve já muitas decisões judiciais. Não é verdade. O número de sentenças transitadas em julgado é mínimo. Não chega a uma dezena, e o que ocorre, na verdade, é que há um volume muito grande de decisões liminares. Ou seja, os juízes deferem liminarmente o pedido ou de depósito em juízo, requerido pelo cooperado, ou então de que ele se abstenha do pagamento.

Existem hoje, para os senhores terem idéia, valores do montante de 4 milhões de reais que estão

depositados judicialmente por cooperados que preferiram fazê-lo a efetuar o pagamento cobrado pela BANCOOP.

Em contraposição, exatamente pela ausência de pagamento, a direção da BANCOOP, até por obrigação estatutária, promove as ações de cobrança e, quando é o caso, de reintegração de posse, referente aos inadimplentes, havendo, portanto, um grande número de ações promovidas pela Cooperativa em face a inadimplência.

Qual é a tese da Cooperativa? A tese da Cooperativa é de que, por ser cooperativa, cabe o rateio como qualquer cooperativa, assim está na lei das cooperativas. Se a Cooperativa tem um superávit, o rateio implica na distribuição da quantia superavitária; se o rateio... Se a cooperativa tem déficit, que é o que apresentou o conjunto de contas, há o rateio entre os cooperados daqueles valores.

No âmbito desses litígios tem havido um volume muito substantivo de acordos judiciais. Já foram 340 até hoje, e há um esforço grande da nossa parte nesse sentido.

Apesar da litigiosidade dos meus colegas advogados da outra parte, em um dos casos houve inclusive condenação por litigância de má-fé, há representação por infração à ética profissional na Ordem dos Advogados do Brasil contra um dos advogados de cooperados, mas, apesar disso, tem havido uma predisposição muito grande ao diálogo.

Eu mesmo estive por mais de uma vez nos escritórios dos advogados, dos cooperados, meus colegas, para tentar viabilizar e conseguirmos, em alguns casos, bons acordos.

Por último, saliento que no âmbito dessas ações, exatamente por se envolver a discussão se o valor é devido ou não, os juízes têm determinado perícias judiciais. Foram sessenta e duas determinadas até o momento. É importante observar que em nenhuma dessas perícias judiciais se apurou que o valor cobrado pela BANCOOP seria indevido pelos dados numéricos.

A discussão é jurídica, se é devido ou não, porque houve um contrato anteriormente. Mas não há nenhuma perícia que tenha concluído pelo descabimento do valor, tendo em vista a apuração real do custo das obras.

Outro aspecto importante também é o seguinte: nenhuma das perícias, e em nenhum momento aparece essa acusação, indica que os valores cobrados superam o valor de mercado dos imóveis. Isto é importante, porque como paira a acusação de que teria havido desvio de dinheiro, ora, o desvio pressupõe o excesso, pressupõe o superfaturamento. Se não há superfaturamento, se não há excesso, não pode haver o desvio, não há de onde sair o desvio. E, até agora, nem as perícias judiciais nem as apurações de mercado concluíram que o valor do imóvel supera o valor de custo ou o valor de mercado. A próxima tela, por favor.

Em relação ao Ministério Público e ao acordo que houve... O acordo judicial. Em 2006, quando se iniciaram as proposituras das ações judiciais, os cooperados, algumas associações, recorreram ao Ministério Público pedindo a interveniência do Ministério Público. Foi instaurado, então, o inquérito civil público no âmbito da Promotoria do Consumidor, que em dezembro de 2006 deliberou por arquivar o inquérito civil, entendendo que não cabia a interveniência do Ministério Público.

Quais foram os argumentos da Promotoria do Consumidor?

Primeiro, que não se tratava de uma relação de consumo, mas uma relação regida pela lei das cooperativas e, portanto, não havia ilicitude nos valores cobrados. Havia que se apurar se eles eram devidos ou não. Mas não havia, por si só, nenhuma ilicitude já que se tratava de uma cooperativa.

Segundo, a situação era localizada. O número de pessoas envolvidas era restrito, era limitado àquela empresa, não cabia intervenção do Ministério Público porque não havia uma situação universal, não havia uma situação generalizada que extrapolasse os limites daquela relação negocial.

Terceiro argumento do Ministério Público: o grande número de causas em juízo, ou seja, o Poder Judiciário já estava examinando, por iniciativa dos cooperados, mais de 400 ações judiciais, portanto, a matéria estava sendo devidamente equacionada.

E, por último, não se verificava uma situação de hipossuficiência. Como V. Exas. puderam ver pelo próprio padrão dos empreendimentos, trata-se de empreendimentos de classe média. Os cooperados têm advogados, estão representados em juízo, portanto o Ministério Público entendeu que não era uma situação que justificava a sua interveniência.

Em outubro de 2007, o Conselho Superior do Ministério Público, por maioria de votos, entendeu em sentido diverso, que não era o caso de arquivar o inquérito que era o caso de se propor ação civil pública para que se discutisse a matéria no âmbito da ação civil pública. Entendeu até que caberia um acordo judicial, isto está em Ata do Conselho Superior do Ministério Público, mas que a ação deveria ser proposta.

E realmente assim foi feito. Foi proposta a ação judicial, antes mesmo que se estabelecesse o contraditório, as partes iniciaram as tratativas para a celebração de um acordo judicial, que finalmente veio à luz em maio de 2008.

Um grupo de cooperados insatisfeito com a celebração do acordo judicial foi ao Conselho Superior do Ministério Público e, depois, ao Conselho Nacional do Ministério Público, tentar invalidar o acordo. Foram rejeitados os seus requerimentos nas duas instâncias.

Em setembro de 2008, o Conselho Superior do Ministério Público entendeu que era válido o acordo judicial celebrado pelo promotor. Em março de 2009, houve a validação do acordo, pelo Conselho Nacional, aqui, em Brasília, do acordo judicial celebrado, até que, naquele mesmo mês, houve a homologação judicial do acordo judicial.

Aqui explico, porque a matéria tem sido objeto de especulação. Houve recurso contra esse acordo. Não por parte do Ministério Público e nem por parte da BANCOOP. Esse grupo de cooperados, insatisfeitos com o acordo judicial, procurou integrar esta ação civil pública, não foi aceita essa sua participação pelo juiz, que os afastou da lide, mas, mesmo assim, exercendo o direito legítimo, contestaram e apelaram contra essa decisão de afastamento desta... Da lide, e o que faz com que tecnicamente, portanto, a matéria esteja *sub judice* em segunda instância.

Em tese, a BANCOOP não seria obrigada, portanto, a cumprir o acordo. Poderia aguardar que se resolvesse em segunda instância. No entanto, pelo entendimento de que o acordo celebrado entre a BANCOOP e o Ministério Público não foi questionado por nenhuma dessas duas partes, mas por um terceiro que foi afastado do processo, a decisão da cooperativa foi de cumprir o acordo.

E nesse sentido vem cumprindo o acordo conforme foi exposto pelo Presidente Vaccari, e até para demonstrar a boa-fé, em outubro de 2009, portanto muito antes dessa controvérsia atual, fez, e isso está documentado, com protocolo, uma prestação de contas ao Ministério Público de todas as medidas que vinham sendo adotadas para o cumprimento do acordo.

Finalmente, Sr. Presidente, a última tela, a esfera criminal.

Naquele... Quando o Ministério Público, no âmbito civil, opta por arquivar o processo, encaminha a matéria para a esfera criminal. E já que havia acusação por parte de cooperados de que a cooperativa seria uma organização criminosa, isso que consta do requerimento, o caso foi encaminhado ao GAECO, que é o setor do Ministério Público que apura, no Estado de São Paulo, justamente situações de crime organizado.

Em 21 de junho de 2007, o GAECO, o promotor responsável pelo GAECO, eu pus aqui maio, mas na verdade é junho, ele expressamente diz que os fatos mencionados são graves, segundo aparece no requerimento, mas todavia não apresentam indicativos de atuação de qualquer organização criminosa. Encerra a apuração no âmbito do GAECO e encaminha a matéria para o 1º Distrito Policial, para que tivesse segmento normal.

Aí então passa a estar presente o Promotor Criminal que vem atuando no caso, desde então. Em 2008, ainda, o Promotor Criminal, responsável pelo caso, pelo inquérito, já no âmbito do Distrito Policial, acusa, pela imprensa, a Cooperativa de ser uma organização criminosa. Isso em 2008.

De 2008 a 2010, nenhuma medida foi impetrada por este promotor. Ou seja, não houve a formalização de denúncia, e sequer foram chamados para prestar depoimento os dirigentes da Cooperativa, o que, nos meus 30 anos de advocacia, se me permitem V. Exas., eu considero de extrema gravidade. Não que o promotor tenha sua convicção, porque isso é legítimo que ele a tenha; mas que da convicção não corresponda uma ação efetiva.

Se o promotor, em 2008, achava que a cooperativa era uma organização criminosa, caberia a ele ter tomado medidas. E não as tomou. Fora o recurso à imprensa, nenhuma providência em 2008, nenhuma providência em 2009, até que em 2010, através de uma revista de grande circulação nacional, o promotor, então, volta a fazer, pela imprensa, a mesma acusação que havia feito em 2008, de que a cooperativa era uma organização criminosa.

Fica evidente, pela matéria e a própria matéria jornalística reconhece, que a revista mantinha contato com o Ministério Público e com o promotor. O que se usou foi o expediente que os meus colegas do Ministério Público chamam de "oxigenar o inquérito criminal", ou seja, cria-se um fato jornalístico para se movimentar o inquérito criminal.

O promotor, naquele momento, estava pedindo, e a revista soube com exclusividade, por antecedência, com antecedência pelo promotor, uma série de medidas ao juiz. E calçou a sua proposição com essa matéria jornalística que foi matéria de revista de 06 de março do corrente ano.

Pois bem, o juiz responsável pelo inquérito rejeitou, uma semana depois, em março de 2010, as medidas requeridas pelo promotor. E faz uma acusação, uma decisão que coloca o promotor numa situação muito delicada. Eu lamento, inclusive, que o promotor não tenha vindo a esta comissão. A disposição que o promotor demonstra em ir à imprensa para falar dos casos, ele não demonstra nem ir ao Judiciário, porque não apresenta denúncia, e nem a discussão pública no âmbito desta Casa.

Disse o juiz responsável, ao apreciar o pedido do promotor, que era o quê? O bloqueio das contas

da Cooperativa, era a quebra do sigilo bancário dos dirigentes da Cooperativa e outras medidas pontuais. O Juiz não defere. Apenas uma, que, se o promotor tivesse pedido, a Cooperativa teria dado, que são as informações referentes ao FIDC, o juiz defere.

E o juiz diz o seguinte na sua decisão: "*A manifestação apresentada pelo Ministério Público descreve uma série de fatos e circunstâncias, narrando como seria o suposto esquema de desvio de valores da BANCOOP, inclusive para fins de financiamento ilícito de campanhas políticas. Porém, não há...*". Observem, Srs. Senadores, "*em tal manifestação, a indicação clara e precisa dos elementos de prova dos autos que sustentam tal narrativa, bem como os pedidos formulados*" e indefere.

Porque, evidente, não havia... Se o promotor sequer havia pedido esclarecimentos para aqueles que supõem integram uma organização criminosa, não havia como se aceitar aquele pedido. Daí, talvez, a explicação de por que o promotor não tenha vindo a este debate, porque realmente a decisão judicial é uma decisão que lhe deixa numa situação muito ruim.

Com todo respeito que me merece o promotor e a revista semanal, não foi um bom momento nem da imprensa, nem do Ministério Público. Porque, realmente, o fato de que a Cooperativa não foi ouvida nem pelo promotor, nem pela publicação, é algo inadequado do ponto de vista do tratamento de uma matéria dessa importância.

Concluo, Sr. Presidente, ponderando... Observando que há, agora, por parte dos cooperados, diante de alguns cooperados, vejam que o número não é tão expressivo, diante do fato de que a tendência nos processos judiciais não é tão favorável como lhes parecia inicialmente, diante do fato de que o Ministério Público na esfera civil fez um acordo judicial e na esfera criminal o promotor responsável não vem conduzindo adequadamente a situação.

Claramente, esses cooperados procuram agora o recurso, um recurso à politização dessa matéria, trazendo-a para o âmbito do Poder Legislativo. Isto foi feito na Assembleia Legislativa de São Paulo, onde, em 2008, foi apresentado um requerimento de constituição de uma comissão parlamentar de inquérito que, por força do Regimento da Assembleia, agora está sendo instalada, sendo que, 2008 até hoje, a Assembleia tenha se manifestado sobre qualquer aspecto em relação a esse tema. A CPI foi requerida lá e agora vai ser instalada, mas não houve maior movimentação.

E, obviamente, como é de conhecimento público, vieram ao Senado da República trazer a sua reivindicação para procurar criar um foro a mais, para a discussão dos seus temas, que tem um foro, lembrando que as comissões, principalmente as comissões parlamentares de inquérito, têm características ou têm prerrogativas semelhantes a da autoridade judiciária em matéria de investigação, criando inclusive uma questão processual intrigante, que é a questão da prevenção de foro.

Ou seja, vai se discutir num foro com características judiciais aquilo que já está sendo discutido tanto numa Ação Civil Pública, como em mais de 500 ações judiciais, se somarmos aquelas propostas por ambas as partes e que ainda não foram objeto de acordo.

Então, este é, de maneira breve, Sr. Presidente, Srs. Senadores, um pequeno esclarecimento sobre o *status* da controvérsia jurídica.

Eu apenas concluo [soa a campainha], Sr. Presidente, observando isto, que neste caso o Judiciário está apreciando a matéria. A matéria é objeto de apreciação judicial. Há o devido encaminhamento. Há perícias sendo feitas. Ou seja, o devido processo legal está sendo cumprido e a Justiça está funcionando perfeitamente, independentemente do resultado que venha se produzir, mas cuidando das demandas que lhes são apresentadas.

Eu agradeço a atenção de V. Exas..

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Pedro Dallari, pela sua exposição.

Então, nós temos... Vamos começar a participação dos senadores.

Nós temos, com os dois autores dos dois requerimentos aqui e na CDH, temos dez senadores inscritos.

Nós vamos pedir aos senadores que nós possamos ficar dentro dos 5 minutos que estabelecemos. Sempre, sempre com uma certa tolerância. Só para pedir uma referência de 5 minutos.

E vamos começar com o Senador Alvaro Dias, que é o autor, aquis dessa Comissão de Fiscalização e Controle e, posteriormente será do Papaléo Paes.

Então, por cinco minutos, Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Primeiramente, Sr. Presidente, quero fazer algumas considerações em relação ao que acabamos de ouvir.

Primeiramente destacando que, no ofício que encaminhou à comissão, o Dr. José Carlos Blat seleciona os crimes que teriam sido supostamente cometidos pelos dirigentes da BANCOOP. E, por si só, neste relato, demonstra a gravidade do assunto que estamos tratando hoje aqui.

Ouvi que o promotor, durante um período, 2008-2009, nada teria feito. Na verdade, nesse período ele estava afastado para tratamento de saúde, o Dr. José Carlos Blat trata-se de um câncer. E nesse período ele

esteve afastado, é a razão de não ter movimentado o inquérito durante esse período. E ele está ultimando as providências para tomar a decisão de denunciar ou não. Então, esta é uma justificativa que se faz necessária.

Eu ouvi também que não houve superfaturamento. É uma questão que se discute. E, não havendo superfaturamento, não há desvio de recursos. Desvio de recursos não ocorre apenas em razão do superfaturamento. Ocorre, por exemplo, quando não se realizam as obras. Se arrecada e não se gasta na execução de obras. E as despesas são calçadas com notas frias, emitidas por empresas, algumas, inclusive, fantasmas.

Em relação ao acordo, também é bom esclarecer que houve, sim, contestação ao acordo e houve, portanto, a sua suspensão. É letra morta o acordo por estar *sub judice*. Em segunda instância o Ministério Público pediu a anulação de todos os atos processuais a partir da homologação do acordo por concordar com as razões expostas no sentido de que um acordo judicial jamais pode contrariar disposição legal.

Eu tenho aqui os documentos, primeiro um informe sobre o acordo, segundo o Procurador Rossini, pedindo a anulação do acordo em segunda instância após a apelação da Associação Cachoeira, portanto houve apelação. O João Lopes, o que fez o acordo, o Ministério Público de São Paulo pede a responsabilização dos dirigentes da BANCOOP. E no anexo tem os documentos que comprovam, o Judiciário condena este acordo. Portanto, em relação ao acordo estes esclarecimentos.

Eu passo às indagações ao João Vaccari Neto. Como se sabe, depois de quase três anos de investigação, com aquela interrupção já referida, o Ministério Público coloca as mãos naquilo que a revista, na reportagem de amplitude que realizou, chama de caixa-preta da BANCOOP. Desde 2005, a Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo virou um pesadelo para milhares de associados.

E a comprovação de que o desvio se dá quando não se realizam as obras, também, nós pudemos constatar aqui com a visita dos cooperados lesados quando um deles mostrou um *folder* belíssimo, onde estaria o seu apartamento. Ele dizia: "Eu paguei e me restou apenas este impresso. [soa a campainha]. Apenas este impresso me restou."

Portanto, o Sr. Dr. José Carlos Blat, quando afirma ter analisado 8.500 extratos bancários e ter encontrado um desvio que pode chegar a 100 milhões de reais, não disse algo que não possa ser comprovado.

A pergunta, primeira, ao Sr. João Vaccari Neto diz respeito a esta revelação da revista *Veja*, que nas mãos dos dirigentes a Cooperativa se transformou num manancial de dinheiro destinado a encher os bolsos dos seus diretores e abastecer campanhas eleitorais do partido.

Esta é uma acusação que a revista faz em decorrência do trabalho de investigação do promotor. É uma organização criminosa cuja função principal é captar recursos para o caixa 2 do PT, que ajudou a financiar inclusive a campanha de Lula à Presidência em 2002.

Saques em dinheiro. Eu creio que para ser objetivos e proporcionar ao João Vaccari Neto a oportunidade de esclarecer, o uso de cheques como estratégia para sacar dinheiro vivo na boca do caixa do banco. O Ministério Público conseguiu um terço das ordens de pagamento do lote de 30 volumes recebidos. Metade desses documentos obedece ao padrão destinado a permitir saques anônimos.

Outros cheques encontrados, totalizando 10 milhões de reais, e compreendidos de 2003 a 2005 tiveram destino bem explícito, o bolso de quatro dirigentes da Cooperativa. O ex-Presidente Luiz Eduardo Malheiro e os ex-diretores Alessandro Robson Bernardino, Marcelo Rinaldo e Tomas Edson Botelho Fraga. Os três primeiros mortos em um acidente de carro em 2004, em Petrolina, em Pernambuco. Eles eram donos da Germany ou Germani Empreiteira, cujo único cliente conhecido era a própria BANCOOP.

Segundo o engenheiro Ricardo Luiz do Carmo, que foi responsável por todas as construções da Cooperativa, as notas emitidas para a BANCOOP eram superfaturadas em 20%. Portanto, há, aí, sim, a presença do superfaturamento que foi contestado há pouco.

De acordo [soa a campainha] com a mesma testemunha, não era o caso da empresa... Não era o caso da empresa consultoria contábil Mizu ou Mizu, por exemplo, pertencente aos mesmos dirigentes da BANCOOP e cuja contabilidade o Ministério Público encontrou, até o momento, pelas saídas de dinheiro referentes ao ano de 2002, com a rubrica "doação PT", no valor total de 43 mil e 200 reais. Até setembro do ano passado, a lei não autorizava fazer doações. Portanto, são doações ao PT com origem no caixa da BANCOOP.

Eu, depois, tenho outras perguntas, mas eu gostaria... Vou acrescentar mais um fato aqui, nessa linha de recursos desviados. Diz respeito ao escândalo, a um escândalo que envolveu o Partido dos Trabalhadores, que o próprio Presidente Lula denominou de "os aloprados".

O Sr. Freud Godoy, ex-segurança das campanhas do Presidente Lula, homem de confiança do PT, é um dos pivôs da compra do falso dossiê na campanha de 2006. Ele recebeu por meio da empresa que dirigia

até o ano passado 11 cheques totalizando um milhão e meio de reais, entre 2005 e 2006. O nome da empresa... Caso Sistemas de Segurança. Constatou-se depois, por vizinhos, que só existe a placa. Nada existe no endereço fornecido dessa empresa, passando a ideia de tratar-se, portanto, de empresa fantasma, que teria recebido 1 milhão e meio de reais.

Alguém que tem uma relação direta com o Presidente, por ser seu segurança, com o partido e envolvido num escândalo que implicou numa imagem nada agradável de uma mala com dinheiro sendo entregue durante o período eleitoral.

Portanto, eu elenquei aqui alguns fatos, saques de dinheiro na boca do caixa, dirigentes da BANCOOP ou da empresa Germany, recebendo esses recursos, doações inclusive com rubrica "doação ao PT", 1,5 milhão ao Sr. Freud, mas ainda, para acrescentar, envelopes de dinheiro que o Sr. João Vaccari Neto receberia envelopes de dinheiro, segundo uma das testemunhas, Andry Roberto, que trabalhou como segurança da BANCOOP e de Luiz Malheiro, entre 2001 e 2005.

Em depoimento ao Ministério Público, afirmou que Malheiro, ex-Presidente morto da BANCOOP, entregava envelopes de dinheiro diretamente a Vaccari, então Presidente do Sindicato dos Bancários, indicado como responsável pelo recebimento do caixinha da campanha de Lula.

O Roberto... Portanto, declarou que o senhor recebia envelopes de dinheiro. Depois da eleição de Lula também, entre 2003 e 2004, quantia semanais de dinheiro continuaram saindo de uma agência do Bradesco do Viaduto do Chá, no centro de São Paulo e eram esses envelopes de dinheiro, segundo essa testemunha, entregues ao Sr. Vaccari. Os pacotes, afirmou, eram entregues à secretária de Luiz Malheiro, que os entregava ao chefe.

Quando essas operações aconteciam com certeza em algum horário daquele dia, o Malheiro ia até o Sindicato dos Bancários ou então se encontrava com o Vaccari em algum lugar.

Portanto essas são denúncias que dizem respeito ao desvio de dinheiro. E dessa forma já conhecida, que ficou mais conhecida durante o episódio do mensalão, porque sacava-se dinheiro na boca do caixa, à época no Banco Rural.

Eu gostaria, agora, de dar oportunidade ao senhor de esclarecer esses fatos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E vou pedir...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): E peço a compreensão do Presidente, porque eu tenho mais algumas perguntas que eu considero importantes. Depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas eu vou... Eu queria propor aos membros da comissão que pudéssemos ouvir também o Senador Papaléo Paes, os dois autores, e ele responderia.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Bom, eu acho mais objetivo quando se dá a oportunidade ao depoente de responder pergunta a pergunta.

Na verdade, eu envolvi vários fatos que dizem respeito a uma indagação apenas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está bom.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Que eu gostaria que se fosse possível responder...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): V. Exa. tem mais perguntas?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu tenho outras perguntas. Não vou fazer todas as perguntas. Espero poder fazê-las na CPI das ONGs.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ele teria o direito à réplica. Creio que seria mais produtivo, Sr. Presidente, mais longa a sessão, mas mais produtivo se fosse uma a uma a marcha das inquirições.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu vou aceitar a sugestão do Senador Alvaro Dias. Vou passar a palavra ao João Vaccari para fazer a resposta às suas indagações.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Senador Alvaro Dias, desde quando nós, desde quando eu assumi a Presidência, a primeira providência que nós fizemos foi imediatamente fazer uma auditoria fiscal, auditoria contábil, auditoria de engenharia.

Então, sobre o conjunto das perguntas que o senhor faz, primeiro eu quero dizer ao senhor que não houve superfaturamento na BANCOOP, em nenhuma hipótese. Acho que isso é importante.

Da mesma forma como não houve na BANCOOP contribuições a partidos políticos. Não houve. Isso está auditado, verificado, de todas as formas.

Também a questão dos cheques, o próprio... A própria... Posicionamento do Juiz diz claramente ao promotor que ele deve apontar quais cheques que tem ausência de destinatário. Até porque isso se chama, nós inclusive colocamos isso na nossa nota pública que se refere a operações inter-bancárias que durante muito tempo nós tivemos a própria CPMF que tinha o tal do cheque transferência bancária que permitia que as empresas fizessem a transferência de uma conta a outra através dessas operações. E também a própria funcionalidade do sistema financeiro. Então, portanto, não há esse volume de saques em dinheiro no banco, na Conta Corrente da BANCOOP.

E também eu queria dizer ao senhor que sobre a questão da empresa Caso, é uma empresa que presta serviço à BANCOOP, continua prestando serviço nos dias de hoje, ela tem faturamento mensal, tem todos os relatórios e todos, a comprovação do número de pessoas que trabalham, que é uma empresa de segurança, e que fornece serviço a nós desde 2005, e ao nosso sindicato há, pelo menos, aproximadamente, uns 15 anos. Então, empresa de segurança do qual nós se utilizamos dela muito tempo.

E também eu acho que tem duas outras questões que são importantes, que a questão de que a acusação de que me entregavam envelopes com dinheiro, isso não procede. Eu nunca recebi dinheiro, nem envelope, nem sem envelope, está certo, na presença do Sindicato. Eu não tinha contato, também nunca tive contato com o segurança Andy ou qualquer um deles.

Por último, eu quero só dizer que a BANCOOP não contribuiu com partidos políticos, ao mesmo tempo que as contribuições que empresas privadas fizeram são contribuições das empresas, que elas devem responder por elas.

Agora, que todos os atos, todos os atos da BANCOOP, os pagamentos da BANCOOP foram contabilizados, estão contabilizados, seja quem for feito o pagamento está contabilizado e esses pagamentos foram auditados e também foram aprovados pelas assembleias gerais.

Respondo sucintamente ao senhor.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, eu gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Alvaro Dias com a palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Gostaria de dizer que há testemunha em relação a... E há indicação do nome dessa testemunha, obviamente fica a palavra de um contra a palavra do outro, mas isto o Ministério Público vai tirar as suas conclusões disso.

Em relação ao escândalo do dossiê, aconteceram ligações muito próximas do momento que o Sr. Lacerda entregava 1 milhão e 700 mil reais ou tentava entregar parte de 1 milhão e 700 mil reais que seria usado para comprar o dossiê. O senhor conversou poucos minutos antes desse fato com o Sr. Lacerda. Portanto, havia esta ligação. Qual era a sua relação com o Sr. Lacerda é uma indagação que eu faço, e se o senhor confirma esta... Esta ligação?

E em relação às notas frias, há também um depoimento de um empreiteiro chamado João, que prestou serviços à BANCOOP, tem até a foto dele na revista, que ele diz: "*Entre 2000 e 2004 eu dei 15 mil reais em notas frias à BANCOOP*." Dizia com todas as letras que o dinheiro era para as campanhas [soa a campainha] do Lula e da Marta, do Lula e da Marta

E em relação à ONG Travessia, que o senhor também a integrou, tem o mesmo endereço da BANCOOP essa ONG Travessia, como tem a BANCRED e a BANGRAF? Os mesmos endereços? Esta ONG recebeu 5 milhões e 200 mil reais na gestão de Marta Suplicy à Prefeitura de São Paulo.

São conexões importantes. E a poucos dias, a oposição protocolou junto à Procuradoria-Geral da República, a representação que pretende restabelecer uma conexão importante, fundos de pensão, BANCOOP e a campanha do PT, o caixa 2 do PT, o mensalão, enfim.

Essa é uma acusação que nós não podemos ignorar, está aí especialmente na revista *Veja* e nós temos que indagar.

Em razão disso, eu pergunto se o número do telefone celular 11-8505-6880 é de sua propriedade ou foi utilizado pelo senhor nos anos 2004, 2005 e 2006. Esse pode responder só rapidamente sim ou não.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Eu não me recordo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É bom recordar, porque talvez seja necessário, então, quebrar o sigilo desse telefone, já que as informações dão conta de que o senhor o usava para conversar com pessoas do mercado financeiro. E fazer contatos políticos exatamente desse telefone.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Posso verificar para o senhor e darei a resposta sobre isso.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): E a relação do senhor com Wagner Pinheiro e Guilherme Lacerda e Sérgio Rosa? Isso pode responder depois.

O senhor disse que--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador Alvaro, esse telefone está impossibilitado de receber esse tipo de chamada. Liguei para ele agora.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): [risos]. Essa... A primeira parte da investigação, então, foi realizada pelo Arthur Virgílio.

O senhor disse de transferências bancárias. O promotor fala em 8.500 extratos bancários que foram analisados por ele, e com a constatação desses desvios a que nos referimos aqui muito sucintamente, porque o tempo é escasso.

Por que fundos do tamanho da FUNCEF, PETROS e PREVI colocaria um dinheiro em um FIDC de patrimônio tão pequeno como esse que foi lançado pela BANCOOP?

Na verdade, os que conhecem o assunto e eu confesso que não conheço, informam que esse tipo de papel só se coloca em grandes patrimônios, e não

num patrimônio, por exemplo, do porte desse patrimônio da BANCOOP. Então, por que esses fundos foram colocados?

Como foi efetuado o repasse da obra da BANCOOP, onde o Presidente Lula tem um apartamento para construtora OAS e em que termos e por que a OAS, uma empresa que quase não tem obras residenciais, assumiria a construção de um edifício já iniciado no Guarujá?

Enfim, Sr. Presidente, eu vou colaborar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu tenho aqui uma série de indagações... Eu só vou... Já que eu coloquei essa questão dos fundos de pensão, incluir mais alguns dados aqui para a resposta conjunta.

Qual o relacionamento do senhor com a empresa BI Investimentos de propriedade do Sr. Reinaldo Zakalski? Em relação à BI, na sua avaliação, por que uma empresa tão pequena montou uma operação no valor de 100 milhões para a PETROS realizar descontos recebíveis para fornecedores da PETROBRAS.

Qual foi a sua participação na colocação de cédula de crédito bancário no Shopping Santa Cruz, em São Paulo, da fundação PETROS? Multi Energia, de São Paulo, [ininteligível] Manaus, são duas empresas de José Augusto Ferreira dos Santos, que fizeram várias operações de desconto de título contra a PETROS. V. Sa. tem conhecimento desse fato? Essas operações foram legais?

Enfim, eu coloco essas questões exatamente na esteira das denúncias de que o senhor cobraria, em média, 12% de comissão, recursos que eram destinados ao mensalão, para a concretização desses negócios.

Eu vou ficar por aqui em respeito aos demais colegas que [interrupção no áudio] esperançoso de que logo [soa a campainha] depois da Semana Santa nós possamos ouvi-lo na CPI das ONGs para aprofundar essas e outras questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Sr. João Vaccari com a palavra.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Alvaro Dias, primeira colocação que o senhor... Sobre o Hamilton Lacerda. Eu tenho o meu relacionamento de ele é de conhecimento, não passa absolutamente disso.

Essa ligação que acusam que ele fez a mim eu inclusive, durante o processo da apuração desse caso, eu fiz um depoimento à Polícia Federal sobre essa ligação. E afirmei textualmente ao Delegado que não foi Hamilton Lacerda quem me ligou.

Então, só dizendo isso ao senhor. Consta do... Fui convidado, convocado pelo--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não foi o Hamilton, mas alguém próximo dele...

SR. JOÃO VACCARI NETO: Não, não foi.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o telefone dele... Porque a questão é o número do telefone que denuncia.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Eu estou dizendo ao senhor que não foi Hamilton Lacerda que me ligou, está certo? E eu já respondi isso ao Delegado da Polícia Federal em São Paulo.

Sobre a questão das notas frias, que o senhor volta a insistir--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): E o senhor poderia dizer quem é que ligou?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Não, é da minha particularidade, da minha privaticidade.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu respeito a sua privacidade.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Obrigado, senador.

Sobre a questão das notas frias, todas as notas, todas as acusações de notas frias elas foram... Que existem, todas elas estão contabilizadas, todas elas foram pagas com medição, com as exatas medições de serviços prestados, etc.

Agora, o que uma empresa, o que um empreiteiro privado faz, eu não teria tranquilidade em respondê-lo.

Sobre a Fundação Travessia, não funciona no mesmo endereço, são coisas completamente distintas e informações distintas. Só um minuto sobre a Fundação Travessia, é uma fundação que trabalhou constituída entre o Sindicato dos Bancários e bancos, entre eles, à época, o Banco de Boston, que foi quem, juntos, constituiu a Fundação Travessia para fazer trabalho com crianças em situações de risco na cidade, no Centro da cidade de São Paulo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É só... Qual o endereço da BANCOOP?

SR. JOÃO VACCARI NETO: BANCOOP?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Rua Libero Badaró, 152, 10º andar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pois não, eu tenho aqui o documento. Documento oficial, registro, com o endereço da Fundação Travessia é esse mesmo. Libero Badaró...

SR. JOÃO VACCARI NETO: Não, deve ser outro número. Não é o mesmo número.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Qual é o número?

SR. JOÃO VACCARI NETO: A BANCOOP é 152.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Exatamente.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Libero Badaró, 152.

SR. JOÃO VACCARI NETO: A Fundação Travessia tem uma sede que foi doada pelo Banco de Boston. É num dos prédios que o banco de Boston funcionava no centro da cidade.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Essa aqui é a data, 24/09/2009.

SR. JOÃO VACCARI NETO: É um prédio específico que foi doado pelo Banco de Boston, que eu não... Como não foi da minha gestão--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não é uma questão tão relevante, mas é uma coincidência.

SR. JOÃO VACCARI NETO: A outra questão que o senhor coloca, que é o meu relacionamento com Wagner Pinheiro, Guilherme Lacerda e Sérgio Rosa.

Sérgio Rosa foi Diretor do Sindicato conosco, foi o primeiro diretor eleito na PREVI, em 2000, ainda, e nós apoiamos muito o Sérgio Rosa naquele episódio. O Wagner Pinheiro também é militante do nosso Sindicato, de longa data e o Guilherme Lacerda, ele não é... Do Espírito Santo, não temos, não tenho um grau de relacionamento profundo com ele. Mas sobre os outros dois são companheiros e isso, inclusive, que me impede de fazer qualquer tipo de situação, o que contradiz aí inclusive as colocações feitas.

Sobre o FIDC dos bancários, da Cooperativa dos Bancários, é um FIDC da Cooperativa dos Bancários que à época tinha [soa a campainha] Standard & Poor's, tinha a Standard & Poor's *triple A*, então, tinha um *rating* excelente, que foi não só esses fundos como outros fundos de mercado que fizeram investimentos na BANCOOP.

E por último, as questões que o senhor coloca do repasse do edifício da OAS Empreendimentos no Guarujá. Primeiro, quem buscou a OAS emprendimentos foram os próprios cooperados, que aliás buscaram outras tentativas, buscaram outras tentativas com outras construtoras que não deu certo. Construtoras do próprio Guarujá, construtoras de São Paulo e, por último, eles buscaram a OAS Empreendimentos e inclusive foi combinado eles combinaram todos os encaminhamentos.

E como que se faz essa operação? Os cooperados buscam qual a construtora eles querem, combinam os preços e nós apenas e tão-somente verificamos se ela tem um bom perfil. Feito isso, os acordos são aprovados nas assembleias, na assembleia específica, convocada, é feito um termo de acordo antes com os representantes daquele empreendimento, que é aprovado numa assembleia e depois é homologado judicialmente. Só a partir daí é que faz-se a transferência dos ativos e passivos para aquela construtora.

Então, foi assim que ocorreu com a OAS Empreendimentos na questão do edifício do Guarujá. Sobre as outras questões que o senhor coloca, eu não tenho relacionamento com BI Investimento nem tive qualquer participação em CCB de Santa Cruz e também não tenho qualquer participação em qualquer outro tipo de agenciamento ou [ininteligível] como o senhor colocou aqui.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Só sobre isso. Então o senhor considera falsas as denúncias que, segundo a imprensa revela, do Sr. Lúcio Funaro sobre a sua participação nesses negócios dos fundos de pensão?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Sr. Senador, sobre o comportamento do Sr. Lúcio Funaro na revista *Veja*, o conjunto de denúncia que ele fez tem uma nota no qual eu... Quando feita a denúncia, fiz, aonde eu coloco que o que ele diz não é verdadeiro. Isso é uma nota pública, também, que divulguei a todo o conjunto da sociedade. O que ele diz não é verdadeiro.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Então nós esperamos, Sr. Presidente, que na CPI nós possamos aprofundar essas questões.

Porque, evidentemente, o depoimento que nós ouvimos hoje aqui contrasta com o sofrimento daqueles que estiveram há poucos dias relatando o drama que vivem, já que lesados pela BANCOOP em quem acreditaram e, sobretudo, em relação dos privilégios que tinha essa Cooperativa, por ter abertamente [ininteligível] o apoio do próprio Presidente da República. Confiaram e sofreram as consequências por terem acreditado nessa Cooperativa.

Portanto, é fundamental que o Sr. Vaccari compareça à CPI das ONGs.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Senador Alvaro Dias.

O outro autor do Requerimento, Senador Papaléo Paes, com a palavra.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, Senador Renato Casagrande, Sr. Vice-Presidente Cícero Lucena, senhores convidados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

O Ministério Público de São Paulo finalizou investigação comandada pelo Promotor de Justiça José Carlos Blat, envolvendo a Cooperativa Habitacional dos Bancários, a BANCOOP, na qual foram identificadas milhares de movimentações financeiras fraudulentas

que serviram, inclusive, para mascarar o desvio de dinheiro para o caixa 2 de campanhas eleitorais.

A BANCOOP teria sido socorrida em 2004 por uma imprudente aplicação de recursos no montante de 26 milhões, patrocinados pelos fundos de pensão públicos da PREVI, PETROS e FUNCEF. Foi até comentado, ainda há pouco, o Senador Alvaro Dias, o fato do investimento dessas empresas, dessas instituições em uma empresa gravemente em dificuldade financeira como a BANCOOP.

O Ministério Público afirma que os dirigentes da BANCOOP, notadamente o ex-Diretor Financeiro e ex-Presidente João Vaccari Neto, por meio de empresa de fachada, operaram um esquema de desvio de dinheiro para campanhas eleitorais que incluía até mesmo a extorsão das empresas que eram responsáveis pela construção das obras, para que financiassem ilegalmente os políticos por eles indicados.

O esquema de desvio de dinheiro dos fundos de pensão comandados por João Vaccari Neto foi descrito em detalhes à Procuradoria Geral da República pelo corretor de câmbio Lúcio Bolonha Funaro, que apresentou nomes, valores, datas, documentos bancários, bem como forneceu pormenores dos mecanismos e expedientes utilizados para a canalização de recursos para caixa clandestino de campanhas eleitorais.

Segundo noticiários, principais periódicos e publicações, notadamente a revista semanal *Veja*, em matéria assinada pela jornalista Laura Diniz, o Ministério Público de São Paulo, após três anos de investigações, conseguiu desvendar uma sofisticada organização criminosa que operava por intermédio do BANCOOP.

Centenas de famílias foram lesadas pelo esquema fraudulento desvendado pelo Ministério Público de São Paulo, para os quais o sonho da casa própria transformou-se em pesadelo, em episódio que caracteriza desrespeito flagrante ao consumidor e malversação de dinheiro público.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, Sr. vice-Presidente, senhores convidados, Srs. Senadores, dizer que nós testemunhamos o depoimento dos lesados pelo BANCOOP e, realmente, são depoimentos comoventes, depoimentos que nos levam a crer que essas pessoas dificilmente terão reparados seus prejuízos, e que isso é um caso extremamente grave, inclusive de pessoas em final da vida, condenados por doenças incuráveis, aplicaram tudo que tinham para levar seus últimos dias em paz dentro do seu próprio apartamento, e foram lesados. Isso nós escutamos aqui.

Então, diante do que eu acabo de dizer, eu quero fazer [soa a campainha] as minhas perguntas.

Primeira. A BANCOOP teve acesso facilitado a dinheiro de fundos de pensão de empresas estatais, falei anteriormente, durante o Governo do Presidente Lula. Isso é muito claro, isso não tem dúvida nenhuma. Como esses recursos chegaram aos cofres do partido do Presidente da República?

Os então diretores Luiz Eduardo Malheiro, Alessandro Robson Bernardino, Marcelo Rinaldo e Tomas Edson Botelho Fraga eram também donos da Germany Empreiteira, que tinha como único cliente a própria BANCOOP. Pergunta: como se justifica essa promiscuidade e conflito de interesses? Ou seria convergência de interesses?

E a última pergunta, Sr. Presidente, o Ministério Público tem indícios de saques milionários de dinheiro da BANCOOP na boca do caixa, sem que se saiba para que ou para quem. Que explicações ou justificativas se pode dar aos cooperados sobre essa movimentação financeira?

São as perguntas e muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. João Vaccari, com a palavra.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Senador Paes, sobre esse conjunto de afirmações que o senhor colocou, eu quero dizer algumas coisas.

Primeiro, o Ministério Público teve acesso à nossa documentação através da quebra de sigilo bancário. E nós nunca interpusemos qualquer recurso contra essa quebra. Nenhuma.

E mais do que isso, a primeira audiência que nós fizemos ao Ministério Público, nós oferecemos ao Ministério Público todos os documentos da BANCOOP para auditoria. E mais do que isso, o promotor de então, Dr. Adeilson, disse que ele não tinha recursos financeiros para isso. Em conjunto com os cooperados, à época, nós oferecemos inclusive o suporte financeiro para que ele contratasse uma consultoria especializada para que se fizesse todas as investigações.

Isso consta da primeira ata do documento que nós tivemos no Ministério Público de São Paulo, para que pudesse dirimir todas as dúvidas. Agora, entretanto, e foi esse o posicionamento que sempre nós tivemos, com os cooperados e com o Ministério Público de São Paulo. Entretanto, o procurador... O promotor que tem feito as investigações, jamais me convidou para que eu fosse ouvido durante todos esses anos. Nunca ele me chamou lá e falou: "Vem aqui, Sr. Vaccari, vamos conversar sobre isso, quais são os posicionamentos, porque isso, porque aquilo." Nunca, e eu já me ofereci várias vezes me colocando à disposição dele.

Então, com isso, eu quero dizer que não há operações fraudulentas de caixa 2 na BANCOOP.

E nós oferecemos todos os documentos ao Ministério Público, inclusive suporte financeiro para que eles pudessem fazer a devida investigação, considerando que um promotor não vai ficar checando todos os documentos.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Permita-me, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Dentro do assunto que ele desenvolveu a resposta.

A auditoria independente que foi contratada por força de acordo da BANCOOP com o Ministério Público em 2009, ela apontou graves falhas nas demonstrações contábeis dos exercícios de 2005, 2006, 2007 e 2008, tais como fragilidade nos controles internos, retenções técnicas sem identificação de documentos, prática administrativa que impossibilita a análise do INSS.

Como tal... Aí eu faço uma pergunta: se essa estrutura defeituosa não daria oportunidade da formação de um caixa 2?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Só... Nós começamos a fazer o processo de auditoria em 2004. O primeiro parecer, ele foi inclusive quando nós fizemos a contratação, eles disseram que o primeiro parecer viria, com certeza, apontando aquilo que eles encontrassem, mas que deveria se fazer a correção de forma imediata.

Se o senhor pegar o último parecer, agora, já está um parecer limpo, sem as ressalvas. Porque a auditoria é um processo, você inicia ele, vai se apontando, você vai corrigindo, vai apontando, você vai corrigindo. Então, é sobre isso que eu queria dizer ao senhor, que nós procuramos cumprir rigorosamente o que foi imposto pela auditoria.

E também voltando aqui na situação, a PREVI, a PETROS e a FUNCEF, pela análise dos documentos deles, eles são extremamente rigorosos. Eles fizeram investimento porque a Standard & Poor's, que é uma agência de *rating* internacional, classificou os nossos títulos com *triple A* ou *double A*. Então, eram títulos firmes, bons. Então, essa foi a classificação feita, que depois, com a evolução, começou a deteriorar essa qualidade desses títulos.

Agora, ainda sobre a questão do Ministério Público Federal, que é remetendo aí à revista *Veja*, aonde procura fazer com que eu seja apresentado como lobista.

Na realidade, o próprio Ministério Público Federal, em nota pública, o que é raro, disse que eu não fui citado nos depoimentos de Funaro no âmbito do Ministério Público Federal de São Paulo,que foi aonde ele fez as denúncias todas, que pretensamente move-se, inclusive ação contra ele.

Então, eu só queria dizer mais uma vez que do total de unidades e dos nossos compromissos com os cooperados, restam 8.2 a ser cumpridos [soa a campainha].

Agora, outra situação que se coloca, volto a insistir na questão dos saques milionários. Não há saques milionários, está certo? E quando se fizer a devida apuração, quando o promotor apontar o devido questionamento sobre quais são esses cheques, nós, com certeza, apontaremos quais foram as contas pagas por esses cheques.

Essa que é... Nós estamos... Inclusive já desde 2008 que nós estamos reivindicando publicamente, inclusive, ao promotor que aponte quais foram os cheques. Nós queremos que ele aponte quais foram os cheques que foram sacados para que a gente possa ter o nosso direito de defesa, de dizer ao que foi destinado e a apresentação dos documentos pertinentes.

Então, Sr. Senador, eu encerro dizendo isso.

Ah, tem mais uma coisa que... Do... Da empresa que tem como sócio o Sr. Alexandre Bernardino, o Marcelo Rinaldo, quer dizer, todos os pagamentos a essa empresa foram contabilizados, escriturados e tem as comprovações das medições, certo, todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Papaléo Paes, alguma coisa?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só o Sr. Dr. Pedro Dallari... Não, eu vou só complementar. Falou que, no âmbito da Justiça, eles falam sempre que seria uma re-oxigenação do processo. Eu acho que ele vem em boa hora. É importante que nós façamos o esclarecimento e a conclusão deste processo, porque trata-se de uma questão gravíssima, uma questão que envolve, além dos danos irreparáveis, eu considero assim, porque nós tivemos danos morais, danos materiais, danos psicológicos nesses lesados.

Além disso, está envolvida aqui a questão eleitoral. E nós sabemos que nessa questão eleitoral nós vamos ter este ano um embate seriíssimo, um embate seriíssimo, aonde o poder se sente irremovível, o partido que encontra-se no poder está dando a sensação de que ele é irremovível da cadeira. E o processo democrático brasileiro não permite isso.

Então, é bom que se esclareça essas questões aqui, senão nós vamos ter uma eleição com desigualdades brutais, materialmente falando, e também emocionalmente falando, com desigualdades brutais.

Por isso, eu vejo essa questão importante, importante para ser esclarecida o mais rápido possível.

Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, agradeço ao senhor... E ao Sr. Advogado.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Papaléo Paes.

Está conosco aqui o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Cristovam Buarque. Sessão de Reunião Conjunta das duas Comissões.

Senador Arthur Virgílio com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Bem, Presidente, Dr. Vaccari Neto, Dr. Pedro Dallari... Eu, aliás, vou fugir dos detalhes, *data maxima venia*, do Dr. Pedro Dallari, até porque filho de quem é e a formação que tem, ele está exatamente preparado para defender clientes como V. Sa.

Caso grave, caso complicado, enfim, tem que ser um advogado desse porte e aí cada um está cumprindo o papel de cada um. V. Exa. recorreu à figura certa e a figura certa está aqui procurando defender o que pra mim é o indefensável.

Porque eu vi o choro das pessoas. Eu vi o pranto de famílias que se perderam, de saúdes que se foram. E leio para V. Sa., Dr. Vaccari, aqui uma carta à revista *Veja*, de uma figura conhecida, que talvez seja até admirada por V. Sa., porque é admirada pelo Brasil inteiro. Diz ele: "*Minha alma foi lavada com a reportagem 'A Casa Caiu', 10 de março, sobre a BANCOOP, que me confiscou, porque foi um confisco, 100 mil reais, pagos por meio de boletos em três anos. O apartamento que comprei não saiu do sétimo piso, na Rua Bela Cintra, em São Paulo. Jamais conseguimos marcar uma audiência com João Vaccari Neto. Ele é de uma arrogância ímpar. Algumas reuniões das cooperativas, dos cooperados, eram desesperadoras, tristes. Havia velhos que jogaram tudo que tinham economizado. Sacaram Fundo de Garantia e ficaram sem nada. Continuo a receber boletos me cobrando quantias semelhantes a que coloquei no saco sem fundo da BANCOOP. Sou ameaçado não de despejo, mas de processo de penhora de bens*."

Temos também aqui alguns documentos relativos a alguns empreendimentos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ah, perdão, perdão. Senador Suplicy precisa saber, que sei que ele é admirador, com certeza. Ignácio de Loyola Brandão.

Recebo aqui alguns documentos que se referem a alguns empreendimentos que foram dados aqui como conclusos, enfim. E até foram, sem dúvida. Por exemplo, o Horto Florestal, a Associação dos Adquirentes dos Imóveis do Condomínio Colina Park, aqui o... Um outro empreendimento em Praia Grande, enfim.

Eles alegam, os que se sentem lesados, e eu espero que a conclusão nossa não seja de prendermos o Dr. Blat, prendermos [ininteligível], está na moda agora, restringir as revistas, enfim, prender a revista *Veja* e se colocar como farsantes, como atores globais numa aliança entre a *Globo* e a *Veja* os que aqui estavam aos prantos, com doenças visivelmente de fundo nervoso, que atribuem claramente a gestão que julgo mais do que temerária de V. Exa. e de seu antecessor na... A testa da BANCOOP.

Mas eles alegam que os empreendimentos foram concluídos, sim, em função dos... E aí a expressão é deles, dos resíduos não devidos, cobrados a eles, à base do "ou entra com isso ou fica sem coisa alguma", enfim.

Há o caso de uma senhora, e eu quero me bater muito pelo aspecto humano, uma senhora que comprou cinco apartamentos. Investiu tudo que tinha. Queria juntar a família toda, para que a família morasse junta. Ela hoje mora de favor na casa de alguém. E ela é, a meu ver, uma vítima da BANCOOP.

Tem outro caso, de uma senhora que foi buscar o seu termo de quitação, não o obteve, a sua diretoria disse: "Não tem direito ao termo de quitação." E o que é pior, dívidas trabalhistas da BANCOOP levaram a Justiça Trabalhista a penhorar o imóvel que era dessa senhora. Essa senhora, que eu insisto, é uma das pessoas lesadas pela gestão temerária de V. Exa..

Aqui eu... Dr. Dallari, de quem eu estou fugindo, até porque é especializado em defender esses casos todos, mas, enfim, Dr. Dallari diz que isso foi uma oxigenação. Aliás o partido a que pertence o Dr. Vaccari Neto é especializado em oxigenar, passou a vida inteira, militou e cresceu e chegou ao tamanho que chegou oxigenando, e eu não estou aqui querendo oxigenar nada. Eu estava desinteressado desse caso, não sabia o que era, até que vi o pranto das pessoas.

São pessoas reais ou irreais. São pessoas verdadeiras ou são atores? São atrizes, são falsos sofredores ou são pessoas que realmente merecem a nossa compaixão?

E se está havendo falta de compaixão, porque talvez tivesse havido corrupção lá na BANCOOP, é algo que deve ser colocado com muita clareza, inclusive se levando às responsabilizações penais que couberem, por exemplo, em relação a V. Sa. ou qualquer outra pessoa envolvida nesse caso [soa a campainha].

Eu solicito os mesmos cinco minutos concedidos ao Senador Alvaro Dias, e...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu estava estranhando.

Para nós colocarmos tudo com muito exatidão, V. Exa. falou da FIDC com muito orgulho, *triple A*. Eu falei: "Meu Deus, o Brasil hoje é BBB menos e é grau de investimento." Portugal que é Portugal, foi rebaixado para AAA menos. O Brasil precisa de seis subidas para chegar a Portugal, Portugal em crise.

A PETROBRAS, que chegou ao grau de investimento antes do Brasil não é *triple A*. Então, vamos esclarecer. A Standard & Poor's ela faz um *rating* internacional, que é muito mais exigente e faz um *rating* local. É nesse *rating* local que pode ter a FIDC que por pouco não quebrou, não quebrou por um arreglo que fez com que... E houve esforço governamental para que diversos fundos de pensão nela investissem. Ela não seria jamais *triple A* no sentido lato.

Faltou só V. Exa. dar uma completada, *triple A*, digamos assim, *triple A* suburbano, que *triple A* aqui... Mas não *triple A* como mereceria, por exemplo, essa nota, uma letra do tesouro americano ou uma ou outra corporação de peso. V. Exa. concorda comigo, enfim.

Eu vou agora, assim, de maneira bem objetiva, procurar passar para V. Exa. algumas preocupações.

A empresa de consultoria Mizu Gerenciamento e Serviços, que era de propriedade dos mesmos diretores da BANCOOP, ela foi considerada empresa de fachada destinada a abastecer o caixa 2 do PT, do Partido dos Trabalhadores. O senhor tem conhecimento de alguns desses repasses ou de repasses dessa empresa para esse partido?

Segundo. Apesar de credora da BANCOOP... Eu vou lhe fazer um pedido, se V. Exa. puder... Uma deferência que eu não sei se mereço ter de V. Exa., responder mesmo. Porque em relação ao Senador Alvaro Dias, V. Exa. praticamente não respondeu a nada do que ele perguntou. V. Exa. habilidosamente e até desmentindo o Loyola Brandão, e com muita humildade, vou dizer para o Loyola Brandão: pode estar tudo certo, mas humilde o homem é, porque em momento algum se portou com arrogância aqui, momento algum, ou então, V. Exa. está usando de uma outra face, e era arrogante com os pequenininhos e não está sendo arrogante nesse momento, ou V. Exa. vai desmentir o Brandão, enfim.

De qualquer maneira, eu lhe pediria que a mim respondesse com objetividade. Não fuja de nenhuma pergunta. Vamos ficar olhando no olho do outro e vamos responder as perguntas todas, enfim.

Apesar de ser credora da BANCOOP, a Germany fazia a mesma inversão de papéis com a devedora, como a Mizu realizava. Foi encontrado então um cheque datado de 09 de junho de 2004 [soa a campainha] no valor de 124 mil reais destinado à BANCOOP. Esse dinheiro, posteriormente, seria destinado... Já foi... Seria destinado ao mesmo partido.

Segundo a Justiça Eleitoral, as doações oficiais somaram apenas 60 mil reais em agosto de 2004. Como era feito então o retorno desse dinheiro para a BANCOOP? Qual a justificativa para uma credora entregar dinheiro para uma devedora? De quem teria sido a ideia da inversão dos papéis? Por que o maior valor não teria sido então informado à Justiça Eleitoral?

Terceiro. Lúcio Bolonha Funaro. E eu pergunto de início se V. Exa. já manteve algum encontro com ele. E até se V. Exa. aceitaria... Já que tem... Demonstrou tanto desejo de vir aqui e o Dr. Pedro Dallari, de quem eu estou fugindo, Dr. Pedro Dallari disse que quem foge é o Funaro e quem foge é o Blat. V. Exa. aceitaria uma acareação com o Dr. Funaro, com o Sr. Bolonha Funaro aqui? Seria uma forma de nós darmos uma boa resposta à preocupação justa do talentoso Dr. Pedro Dallari, que é talentoso, até por genética, enfim.

E terceiro, Dr. Lúcio Bolonha Funaro, que eu pergunto se V. Exa. já se encontrou com ele, corretor que colabora com as investigações do Ministério Público, afirmou que o ex-Ministro da Casa Civil, Dr. José Dirceu, teria recebido da PORTOS, fundo de pensão dos servidores do setor portuário, a importância no valor de 5,5 milhões de reais a título de comissão por ter intermédio negociações com o fundo de pensão. E eu pergunto: o que V. Exa. diz disso? Segundo, como teriam sido feitas tais negociações? E segundo, se as comissões são sempre altas desse... Desse jeito, enfim?

Ainda, pergunto a V. Exa. sobre o dinheiro que, segundo o Sr. Lúcio Bolonha Funaro teria sido repassado para o Sr. Dirceu, se é verdade que a PORTUS teve que vender, e isso seria lamentável se fosse verdade, e se for verdade será lamentável, a sua participação em um *shopping* em Blumenau, Santa Catarina? Justamente quando o imóvel se achava em pleno momento de valorização, estava crescendo, mas para cobrir esse rombo, então teria sido obrigado a vender o imóvel.

Muito bem. É sabido que esse foi um péssimo negócio para o fundo, que acabou vendendo a sua participação no *shopping* por um valor ínfimo. A venda foi efetuada em 2004, um ano antes do escândalo conhecido como mensalão.

Eu peço de novo a V. Exa. que seja muito franco, muito sincero. Esse dinheiro que teria sido usado para pagar o serviço do Dr. José Dirceu, ex-Ministro da Casa

Civil, também teria financiado parte da campanha do Partido dos Trabalhadores?

Pergunto ainda: é verdade que era cobrado um "pedágio"... "Pedágio" na linguagem bem "malufiana"... Aquela coisa que... temos que aspear, enfim, o pedágio para conseguir comprar ações, vou aspear de novo, "facilitadas" da carteira da PORTOS? Do PORTOS. É o Fundo PORTOS, enfim. É verdade que esse tal pedágio tinha que ser entregue para o Sr. José Dirceu, ou algum outro representante do Partido dos Trabalhadores?

Segundo o Sr. Funaro, o dirigente da PORTOS seria indicado pelo Sr. Dirceu nesse Governo. Eu pergunto: o que disso corresponde à verdade? O Sr. Funaro cita o seu nome como homem de confiança de Dirceu e Delúbio. Delúbio, o nosso Delúbio, o tesoureiro que se notabilizou – não, mas foi dito assim por figura muito ilustre, mais ilustre que todos nós – que se notabilizou no episódio do mensalão. O senhor confirma isso? De novo, olho no olho, qual a sua ligação com tais personagens?

Aliás, consta na crônica que o senhor costumava chamar, e não sei se era gíria, enfim, tem pessoas que chamam os outros de comandante, "Ô comandante, tudo bem?" Mas que o senhor chamava o Sr. Delúbio de professor. Era tipo assim... Eu posso chamar alguém de comandante... "Ô comandante, como é que está? O Flamengo ganhou?" Ou o senhor o considerava um professor? E se considerava, professor de quê? Qual a matéria, porventura, lecionada por ele?

O Sr. Andy Roberto Gurczynska, segurança da BANCOOP, relata que presenciou encontros bem escoltados por seguranças entre o Sr. Malheiros e o Sr. Deputado Federal hoje, Ricardo Berzoini, à época Ministro da Previdência. E fala-se em coisas muito graves, que eu tenho que deixar mesmo na boca dessas pessoas, de repasse de dinheiros, enfim. E que o Sr. Berzoini era tratado, nessa roda, como chefe. O senhor confirma isso? O senhor... O que o senhor diria da posição do Sr. Berzoini nesse caso?

Ainda, o Sr. Andy Gurczynska disse que trabalhou na BANCOOP até o início da sua gestão, quando a empresa em que trabalhava foi substituída pela empresa Caso, de propriedade do Sr. Freud Godoy, aquele envolvido no escândalo que o Presidente Lula generosamente chamou de "aloprados", que falsificar dossiê não é coisa de aloprado, não.

Aloprado é aquele Jim Carrey, aquele ator americano. Era o antigo Jerry Lewis. Quem falsifica dossiê é criminoso, é diferente. Não é aloprado, é criminoso. Aloprado é outra história. Aloprado é quem tropeça, derruba água, é quem vai abrir a porta para a namorada no carro e bate o olho da namorada e estraga o romance todo, que ela chega no bar de olho roxo... Isso é o aloprado. Quem falsifica dossiês é criminoso. É uma coisa diferente um pouco.

Mas então eu pergunto: por que o senhor optou por contratar essa empresa de uma pessoa que vinha manchada pelo envolvimento no escândalo da compra de dossiê fraudulento, falso, contra o PSDB nas eleições de 2006? Qual mesmo a sua ligação com o Sr. Fred(*sic*) Godoy? Em uma altura da sua fala anterior, se não me engano respondendo ao Senador Alvaro Dias, o senhor fala, me pareceu que o senhor admitiu uma certa mistura entre a BANCOOP e as campanhas do PT através da figura do Sr. Fred(*sic*) Godoy.

Mas muito bem... Freud Godoy. Sim. Eu estou aqui cafonizando o nome do homem e o nome do homem é chiquérrimo. Freud, não é Fred. Fred é qualquer um Frederico como nós temos tantos amigos. Ele é Freud, uma figura que a gente tem que recorrer à psicanálise para começar a entender esse caso, que é um caso grave, mas que deixou pessoas precisando de psicanalistas e que não tem dinheiro para pagar psicanalistas porque estão sem casa, estão sem esperança, estão sem as perspectivas a partir da crença fraudada pela BANCOOP.

As pessoas que aqui vieram e que ou são atores e atrizes e figuras monstruosas e V. Exa. seria um anjo de candura, ou são pessoas que merecem, elas sim a minha solidariedade e V. Exa. de mim um julgamento mais duro.

Mas muito bem [soa a campainha]. Em 2005... Isso mesmo, Presidente. Eu vou aguardar então as--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): As respostas do Dr. Vaccari, e me reservo ao direito de eventualmente replicar ou não.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. João Vaccari.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Senador Arthur Virgílio, primeiro que eu tenho durante esses anos todos que fui Presidente da BANCOOP, eu fiz contatos com os cooperados e dialoguei com muitas das dificuldades que eles enfrentavam em função das dificuldades financeiras que nós passamos. Conversei muito com eles e buscamos construir soluções. Lógico que tem casos que você consegue ter soluções e tem outros que não.

Mas eu acho que isso é importantíssimo dizer. Porque todos são cooperados, são pessoas verdadeiras que tem dificuldades, vem na opção de uma cooperativa porque querem construir imóveis a preço de custo, a preços mais acessíveis, enfim, nós tivemos

toda essa preocupação durante todo o período que a gente fez.

Inclusive, uma das preocupações que nós tínhamos eram as unidades que vagavam, por desistência, enfim, qualquer que fosse a situação a gente dava a publicidade para que outros cooperados pudessem aderir a essas unidades de vários empreendimentos.

Então, nós sempre tratamos isso com muita serenidade e com muita tranquilidade. Embora num clima muito difícil. É um clima, de fato, quero reconhecer ao senhor, que é um muito difícil, não é um clima fácil de você conviver.

Agora, ao mesmo tempo, nós temos depois, e se o senhor quiser me citar o nome das pessoas, eu posso até trazer e remeter à comissão o esclarecimento sobre o que aconteceu cada uma das pessoas, os procedimentos que de fato acontecem.

Porque eu não sei, o senhor, por exemplo, fala das dívidas trabalhistas, penhora das unidades, se o senhor me der o nome da pessoa, depois eu posso entregar à comissão o que de fato ocorre. Porque eu não conseguiria aqui de pronto ter esse detalhe.

Agora, uma coisa é importante dizer, que é o sentimento que nós temos. Por isso que nós temos trabalhado o tempo todo que é preciso ter uma proposta de resolução de todos os casos. Nós temos trabalhado nisso. Que tem que ter solução para todos os casos. Debatendo e fazendo com que esses ativos não se desvalorizem. Porque tem sido valorizados, inclusive pelas construtoras, que querem esses ativos porque vêem ali bons cooperados.

Agora, respondendo aqui a questão do *triplo A*, eu acredito que o senhor tenha razão. Deve ser *triple A* nacional. Mas é importante que quem classificou isso foi Standard & Poor's. Pode ser que o senhor tenha razão, não vou dizer que tem ou não tem, mas talvez o raciocínio do senhor estava correto que seja um *triple A* nacional, se é que há essa distinção do ponto de vista da Standard & Poor's. Mas também é uma outra dúvida que eu particularmente fiquei após a intervenção do senhor.

Continuando na linha das respostas, a Mizu, a pergunta que o senhor faz sobre a Mizu, sobre... Eu não tenho conhecimento disso, porque se trata de uma outra empresa que não está em nossa contabilidade. Se ela fez... Se a Mizu fez operações, contribuições não declaradas, não é da nossa responsabilidade. Porque o que nós pagamos à Mizu tem os devidos contratos, com as devidas medições. Então temos que ter... Porque se trata de outra empresa.

Essa... O senhor colocou que tem um cheque destinado de 124 mil, que volta para a BANCOOP. Posso verificar. Talvez seja uma transação financeira de devoluções, ou de pagamentos, enfim. Se está devolvendo para a BANCOOP, é sinal que está entrando no cofre da cooperativa. Então eu posso também ver essa situação e fazer as devidas explicações.

As doações eleitorais [soa a campainha] que a Germany fez, ao... Que está documentado, contribuições... Tem os recibos, são contribuições que a Germany fez. Também não está na nossa contabilidade, portanto são outros sócios, os quais nós não tínhamos a menor governabilidade.

E o senhor fala da questão do Freud. Do Freud Godoy, da empresa Caso. Nós contratamos essa empresa, ela já presta, prestava serviço a vários sindicatos, à CUT, enfim, é uma empresa de segurança que presta serviço a terceiros, a bancos, enfim, a todos. No período de 2005, após corretamente dito pelo Andy, a demissão da... O rompimento do contrato com a empresa dele, exatamente porque ele não fornecia os elementos que nós considerávamos determinantes. Quais são esses elementos? A boa formação dos seus profissionais para prestar os serviços. Então, nós fizemos o rompimento.

Todas as perguntas que o senhor faz sobre PORTOS e sobre Funaro, eu quero dizer duas coisas: eu não tenho conhecimento de nenhum desses... Nunca tive conhecimento e não tenho conhecimento em nenhuma dessas situações que foi descrita pela revista.

E com o Funaro, eu quero reafirmar o que já disse em nota, que não é verdade o que ele colocou. Isso foi em nota e foi ratificado pelo Ministério Público Federal em nota, também dizendo que ele não citou o meu nome nem mesmo a BANCOOP. Foi citações do Ministério Público Federal através de nota.

Agora, tem uma pergunta que o senhor fez que eu acho importantíssimo e que eu já inclusive, eu, quando perguntado, desde quando surgiu, desde a primeira vez que ele citou meu nome que foi na CPI dos Correios, eu disse o seguinte sobre isso: eu tive um encontro com o Deputado Valdemar Costa Neto, que solicitou encontro comigo, ele trouxe junto um amigo que me apresentou como Funaro. Foi esse o encontro que eu tive.

E foi o único encontro que eu tive e nunca... Foi apenas e tão-somente o Deputado Valdemar Costa Neto que trouxe junto com ele o Dr. Lúcio Bolonha Funaro. Conversamos ali rapidamente e depois nunca mais tive qualquer tipo de contato com ele.

E sobre o... Ainda... Faltam duas questões, que acho que são... Sobre esse conjunto de... Que o senhor falou sobre PORTOS, *shoppings*, etc., não tenho o menor conhecimento sobre isso, nunca participei disso em nenhuma hipótese, não tenho conhecimento, não tenho conhecimento

E sobre a pergunta que o senhor faz, do fato que está escrito na revista, chamar o Professor Delúbio de professor, se refere mais ou menos das mesmas circunstâncias que o senhor coloca. Mas ele é professor. Professor de Matemática. Assim como nós temos o Professor João Felício, na CUT, que também é professor, professor... Então, muitos de nós se referimos a ele como professor. Professor porque é da formação dele. É a formação dele.

E por último, eu, do ponto de vista, assim, do conjunto das acusações, das acusações que a revista nos faz, eu afirmei já em nota. A revista através das entrevistas que ela fez com o Dr. Lúcio Funaro, afirmei em nota, isso não é verdadeiro.

Eu tenho me dedicado aos anos que se passaram a uma coisa que é a recuperação e a solução dos problemas que nós tivemos e temos ainda na BANCOOP, que nós estamos caminhando para a finalização deles.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Quem lhe passou essa herança maldita?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Quem passou?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Veja só, havia o Presidente que era o Luiz Eduardo Malheiros, com o qual eu sempre... Isso é verdadeiro, me reunia, perguntava, e ele sempre dizia: "Estamos indo bem."

Por exemplo, esse apartamento, esse prédio na Bela Cintra, ele foi feito adesão em 48 horas, em 48 horas, Por quê? Os preços estimados estavam, com certeza, muito facilitados. E tem inúmeras citações disso.

Eu posso citar uma reunião que eu tive num empreendimento nosso chamado Anália Franco, que eu fui lá, fui convidado pelos cooperados, participei da reunião com eles, aonde eles me apontavam, diziam o seguinte: "Nós vamos ter uma dificuldade nesses empreendimentos. Os preços estimados estão abaixo do que vai ser gasto." Porque tinha um consultor de engenharia que trabalhava e dizia: "Não vai dar para construir."

Qual o compromisso que eu assumi com eles nesse dia, nessa hora? "Nós vamos fazer todos os levantamentos. Se a análise do senhor estiver verdadeira, eu vou voltar aqui para dizer que está verdadeira, como também eu vou voltar aqui para dizer que não é verdadeira." Dois meses depois eu voltei ao mesmo local reunido com as mesmas pessoas e disse: "O senhor tem razão. Os preços estimados estão equivocados." Então, a partir daí se veio toda uma tratativa sobre a conclusão, a solução do problema.

Então, com isso eu quero finalizar dizendo que os cooperados da BANCOOP são verdadeiros, são pessoas que procuram alternativas a compra dos imóveis fora da construtora devido ao preço ser mais baixo que o mercado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O senhor não respondeu o que era tréplica, mas antes o senhor me responder--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Dr. Dallari gostaria de complementar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Só para lembrar que o senhor não respondeu a questão levantada por... Pessoas que compraram, se pagaram por seus imóveis e tiveram que dar um adicional para que finalmente fossem concluídos os próprios.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a palavra.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Não, isso, nós aprovamos isso em inúmeras assembleias e foram executados inclusive com acordo entre os cooperados e a BANCOOP, quando apresentado os novos, apresentado que havia erros e feito toda a reavaliação, toda a avaliação que foi apresentada e nesse sentido foram feitas as cobranças e foram pago, e os empreendimentos foram concluídos, alguns deles.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): E o que o senhor diz ao escritor Ignácio Loyola Brandão?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Eu iniciei a minha intervenção dizendo exatamente isso. Que eu ia ver a situação que estava e mais, queria que o senhor me apresentasse... Não é nenhuma inquisição, não, é só cordialidade. Desse outro que o senhor teve, dívida trabalhista que penhorou sua unidade, para que eu possa ver e mandar um relato disso ao Presidente da comissão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Antes da réplica, então, o doutor...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dr. Dallari quer complementar?

SR. PEDRO DALLARI: Muito brevemente. Primeiro, só a assessoria me passou aqui, Senador Alvaro Dias, o endereço que nós temos do Projeto Travessia é Rua Libero Badaró, realmente, 471, no 19º andar. Porque fica ali na região, no centro bancário.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Então são vizinhos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas no documento que eu tenho coloca como endereço alternativo o outro, que é da BANCOOP.

SR. PEDRO DALLARI: Agora, realmente há [sobreposição de falas].

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Então, isso mostra a conexão direta.

SR. PEDRO DALLARI: Há uma relação, porque realmente o projeto ele é uma iniciativa do Sindicato dos Bancários de São Paulo e de instituições financeiras que na cidade de São Paulo se preocupam muito com o Centro antigo da cidade de São Paulo. Então, há várias iniciativas que são muito meritórias dessa natureza.

Com relação só a essa observação sobre o papel do Ministério Público e como o Senador Papaléo Paes e V. Exa., Senador Arthur Virgílio, fizeram referência, essa expressão de oxigenar inquérito é usada dentro do Ministério Público.

E eu reputo, essa é uma situação grave. E que hoje está afetando a BANCOOP, mas pode afetar outras pessoas ou instituições, que é o fato de se instaurar um inquérito civil público ou inquérito policial, esse inquérito fica perdurando aberto por muitos anos, não há uma formulação de uma denúncia e ele paira como uma espada de Dâmocles sobre a cabeça daquele que está sendo investigado. Como a denúncia não é formulada, o "acusado", entre aspas, porque ele só é acusado pela mídia, sequer tem como se defender, porque não há uma denúncia formal.

Eu não vejo nenhum problema quando o promotor promove uma ação, vai à imprensa e diz: "Estou apresentando uma ação, esses são os fundamentos e agora o outro lado vai se defender."

O problema nesse caso da BANCOOP--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Parece que estou vendo aquela aliança do PT com o Dr. Luiz Francisco.

Parece que... Veio a minha memória aquela figura simpática que está sumida, não sei o que houve, Dr. Luiz Francisco, sumiu ele, Dr. Schelb sumiu por desvio de recursos, enfim. A Dra. Eliana Torelly sumiu...

SR. PEDRO DALLARI: Há muitos países, Senador...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): De repente figuras, assim... Estou com saudades. É meu lado masoquista.

SR. PEDRO DALLARI: No caso dos Estados Unidos, por exemplo, essa possibilidade do promotor ter um papel político faz com que em muitos estados norte-americanos o promotor seja eleito pela população, porque ali se reconhece que há uma condição política na sua condição e ele passa a deter mandato.

Não é o sistema brasileiro. O sistema brasileiro conferiu ao Parlamento a representação política. Portanto, o questionamento político que se faz no Parlamento é legítimo. É da natureza da função.

Eu, muito modestamente, exerci no passado a função de vereador na minha cidade, de deputado [soa a campainha] no meu estado, e, portanto, compreendo a dinâmica do confronto político, do embate político.

Agora, me parece... E essa é a crítica que nós temos, grave, quando o Ministério Público se vale de um expediente de insegurança jurídica. Essa é a crítica que nós temos ao Ministério Público neste caso.

E a própria discrepância da conduta do Promotor Criminal em relação ao que houve na condução da Promotoria do Consumidor que conduziu a um acordo.

Por isso que será muito importante esse esclarecimento do Promotor Blat a esta comissão, e eu faço votos para que ele realmente venha.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Alguma réplica, Senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Réplica, Sr. Presidente.

Primeiro, Dr. Vaccari Neto, eu fico muito espantado como, de repente, eu precisar assessorá-lo em relação aos casos que sejam de seu sobejo conhecimento.

Eu vou citar alguns da própria revista. "*Se eu parar, pagar mais não como*", Tânia Santos Rosa, 38 anos, ex-bancária. "*Tenho 68 anos e moro de favor*." Clóvis [ininteligível], aposentado. "*Vou reclamar para o Lula?*", pergunta Alda Cabral Ramos, 58 anos, representante comercial. Mais o próprio caso que eu... Vou passar a V. Exa. o lembrete, às mãos o caso do Ignácio Loyola Brandão, enfim. Saiu na *Veja*, enfim.

Eu me espanto, de repente, nós temos que ajudar porque isso deveria ser de seu sobejo conhecimento. V. Exa. domina essa situação melhor do que ninguém, assim como o Dr. Dallari domina os meandros do direito e faz as defesas sofisticadas que faz pelo seu mérito, e esse mérito não estou aqui desconhecendo em nenhum momento.

Agora, eu tinha algumas colocações a fazer. É uma coincidência entre o milhão e meio pago ao Freud e mais ou menos o milhão e meio que foi que custou o tal dossiê. Antes que voltem, porque aqui criou-se uma moda. Assim como tem a moda mini-saia, depois vira maxi-saia, depois biquíni mais curto, depois biquíni menos curto... Criou-se uma moda de que é exploração política.

Ou seja, então isso aqui seria uma farsa nossa para tentar obter uma derrota eleitoral do seu partido. O que equivaleria dizer que nós fiscalizaríamos corrupção durante três anos de Governo, mas quando chegasse no ano eleitoral não, porque senão nós estaríamos fazendo jogo eleitoreiro.

E eu pergunto se aquele dossiê falso, aquilo sim não foi algo eleitoreiro? Dossiê falso, o dinheiro não apareceu, o dinheiro não foi reclamado, enfim. O mesmo um milhão e meio que parecido, quantias semelhantes, enfim.

Se não foi esse o método usado com muita clareza e por uma figura como Hamilton Lacerda, que tabalhava aqui dentro, lidava conosco diariamente. Eu me senti pessoalmente [soa a campainha] traído por ele porque eu lidava com ele, eu falava com ele, pela minha própria função de líder, ele trabalhava na outra liderança, eu era obrigado a conversar com ele e da maneira mais... Com mais confiança, ou seja, por entender que se tratava de um servidor público absolutamente preparado para isso.

Mas antes que digam que isso aqui é uma questão eleitoreira e aí eu diria, dá impressão então que viramos aqui, viraria aqui aquele *007 Licença para Matar*, então, em ano eleitoral, "008, licença para roubar". Não daria para ser assim, enfim.

Eu digo a V. Exa. que eu lhe faço uma pergunta... Duas perguntas.

Uma V. Exa. passou por cima. Uma... Aquela fórmula... Argrives, não é? Acusado se afasta, se defende, prova sua inocência e retorna. Itamar Franco agiu assim. Se V. Exa. se sente bem sendo tesoureiro de um partido do peso do PT, que é um grande partido, é um notável partido, estando sob essas acusações que hoje pesam sobre V.Sa.?

E eu perguntei sobre a acareação. Aqui foi dito, primeiro, pelo Dr. Pedro Dallari, que em casos graves vou passar a recomendar, se eu souber de alguém assim vou passar a recomendar, passei a ser admirador dele, já era de seu pai.

Eu então digo... O Blat não tem coragem de vir. Inventa desculpas. Ele dava uma desculpa meio fútil, que está se tratando de câncer do pulmão. Pareceu desculpa meio de crônica social, aquela "ploft" (F), fui. Apenas tratando de um câncer de pulmão. Uma bobagem, enfim, câncer de pulmão, enfim.

E o outro, Dr. Bolonha, que eu já ouvi dizerem coisas dele terríveis, V. Exa. conhece pouco mais do que eu, falou com ele uma vez, eu já vi aqui nas conversas de corredor de Plenário o desqualificarem. É alocado, é isso, aquilo outro... Não seria uma coisa boa V. Exa. fazer acareação com... O outro vir mesmo, mas fazer acareação com o Dr. Funaro e V. Exa., então, munido da sua consciência tranquila, sua consciência limpa, o desmoralizar frente a frente? Ou seja, V. Exa. se reporia bastante se o desmoralizasse, desmontasse. É a sugestão que eu fiz é que V. Exa. passou por cima dela.

E, no mais, eu repriso ,que nós aqui discutamos sem essa história que em ano eleitoral não se pode fazer denúncia, porque seria fato político, porque nós estaríamos dizendo aos corruptos o seguinte: "Se segurem nos três anos anteriores, quando chegar no ano da eleição joguem duro. Botem fervendo. Porque aí ninguém pode investigar vocês sob pena de acusação vir de demagogia ou vinculação política."

Mas eu pergunto a V. Exa. essas duas coisas: se V. Exa. se sente bem como tesoureiro, se vai se manter, e segundo a acareação?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vaccari, com a palavra.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Senador, eu quero, desde quando nós fizemos a primeira auditoria na BANCOOP e encontramos uma situação de desequilíbrio, imediatamente nós tivemos a postura de convidar os cooperados, que são os sócios da própria BANCOOP, para que a gente construísse soluções juntas.

Então, para dizer com isso que nós sempre tivemos o cuidado de tratar essas pessoas, o conjunto delas com muita tranquilidade, porque pra gente isso é muito importante.

Porque a Cooperativa é uma experiência muito boa. Nós construímos, lançamos 6.639 unidades, e falta somente 8.9 para fazer a entrega.

Então, uma experiência muito boa e que há milhares de pessoas que moram, hoje, no seu próprio apartamento graças aos processos de financiamento da própria BANCOOP.

E quero aí dizer que temos algumas dificuldades, inclusive com as pessoas que o senhor cita, mas que estamos buscando solução para resolvê-las.

Agora, eu não considero esse debate uma farsa. De jeito nenhum. Eu acho que é muito importante para que a gente possa esclarecer, está certo? Acho que é um espaço político importantíssimo e que eu espero que tenha o devido reflexo no conjunto da sociedade.

Porque fazer unidades habitacionais a preço de custo, é possível, é importante e dá para fazer, desde que a gente tenha a operação bastante estruturada.

Bom, sobre as perguntas que o senhor faz sobre ser tesoureiro do PT, eu fui eleito tesoureiro do PT e vou continuar até que a direção partidária decida que não posso mais ser, está certo? Agora--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ou a sua consciência. Eu posso amanhã renunciar ao Senado se eu quiser.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Sim, sim. Da minha consciência com todo tratamento que dei no caso da BANCOOP, eu posso continuar tesoureiro do PT.

Serei um excelente tesoureiro, na minha opinião, na minha modesta opinião, porque eu faço e tenho tranquilidade nessas questões.

Agora, outra coisa, quando o senhor pergunta sobre a criação, o que eu disse aqui aos senhores e a todos os ouvintes dessa sala, eu digo em qualquer situação. Em qualquer situação eu direi sempre a

mesma coisa e direi sempre o que foi feito, o que nós fizemos durante esse período.

O meu... A minha... O meu questionamento é, primeiro, por que que o promotor que faz investigações não me dá o direito de defender colocando nos autos para que eu apresente os documentos pertinentes? Isso é o que eu tenho dito desde 2008. Por que que o promotor cerceia o meu direito de defesa?

É isso que eu tenho dito, é isso que eu quero que faça, que coloque nos autos, faça as acusações para que eu possa apresentar os documentos pertinentes. Com todos os seus cuidados que merece.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Então o senhor faria a acareação? Faria?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Eu estou dizendo ao senhor que falo para o senhor e todos os outros--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Posso propor e certamente seria apoiado pelo seu partido na nova sessão? Não negariam a V. Exa. essa oportunidade de provar a sua inocência. Seria injusto da parte deles.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Isso temos que discutir depois com a direção partidária. Estou falando aqui uma pergunta que o senhor me fez do ponto de vista--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ela não será perversa com V. Exa., ela será compreensiva e o ajudará.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Então com isso quero só concluir as duas respostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Senador Arthur Virgílio.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Renato Casagrande, gostaria... Porque não foi feito até agora, Sr. Presidente, assinar que está presente entre nós o nosso colega no Senado, que foi meu líder, José Eduardo Dutra, e hoje Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores.

E avalio que juntamente com o Deputado André Vargas, certamente a sua presença aqui representa como que uma confiança na pessoa do Sr. João Vaccari Neto, porque certamente ao escolhê-lo para ser Tesoureiro da Direção Nacional, isso significa uma confiança no seu procedimento, na sua história e na sua pessoa.

E gostaria de, então, fazer algumas perguntas para esclarecer alguns detalhes.

Levando em conta esse desequilíbrio financeiro da Cooperativa com os rateios e resíduos que os cooperados tiveram que arcar no final de tudo, os preços dos apartamentos ficaram maiores ou menores do que os praticados no mercado?

Eu vou fazer as diversas perguntas, Sr. Presidente, para... Para então ser respondidas. Depois que o acordo judicial for integralmente cumprido, e a BANCOOP resolver todos os problemas que ainda restem com os cooperados, qual é a expectativa de futuro da cooperativa? Serão lançados novos empreendimentos? Ou pretenderia a BANCOOP encerrar suas atividades?

A BANCOOP, diretamente ou através do FDIC, recebeu recursos públicos federais?

Eu gostaria de assinalar que com respeito a esta questão eu avaliei, Sr. Presidente, que seria importante até que pudéssemos ter uma informação oficial do Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da República, Ministro Jorge Hage Sobrinho, a quem encaminhei dia 25 de março último, um ofício solicitando se haveria a BANCOOP de um lado e a Fundação Projeto Travessia de outro, ter recebido recurso.

E, felizmente, já recebi a resposta que eu gostaria de ler aqui depois das perguntas, mas eu vou entregar à Presidência, porque isso vai contribuir com os esclarecimentos e gostaria, inclusive, que pudesse... Possa a Secretaria da Mesa distribuir aos demais senadores, porque trata-se de uma informação relevante.

E gostaria, Sr. Presidente, também formular algumas perguntas ao Dr. Pedro de Abreu Dallari.

Eu quero saudar a sua presença aqui, Dr. Pedro Dallari, até porque...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Seu cunhado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): As circunstâncias muito importantes, porque nós fomos... Nós fomos colegas na Câmara Municipal de São Paulo...

[risos]

É verdade que eu namoro a Mônica Dallari, que é irmã do Dr. Pedro Dallari, mas muito antes disso, não eu...

[soa a campainha]

[risos]

Eu quero dizer, assim, das qualidades que... Eu quero dar meu testemunho para todos, porque o Dr. Pedro Dallari, além de há muitos anos eu tê-lo conhecido, colega no PT, foi deputado estadual, mas teve um período que nos aproximamos muito porque eu era Vereador e Presidente da Câmara Municipal. Houve uma época em que Pedro Dallari foi Secretário de Governo da então Prefeita Luiza Erundina, e, depois, quando eu era Presidente da Câmara Municipal, que convivíamos lá diariamente, seja quando ele estava como Secretário de Governo, mas depois que ele foi o líder na Câmara Municipal da Prefeita Luiza Erundina.

Então, tantas vezes colaboramos e também soube da sua atividade aqui que ele mencionou como as-

sessor da Constituinte, da bancada do PT, que teve extraordinário desempenho, mas se eu fosse falar de tantas coisas...

Mas teve um fato que eu testemunhei ao final do ano passado, foi quando o Professor Pedro Dallari fez a sua tese de livre docência sobre as atualidades dos tribunais administrativos de organizações internacionais para uma banca de professores das mais brilhantes da Faculdade de Direito, onde seu pai foi professor, foi diretor, e estava com a família toda assistindo e ele teve como que avaliação a mais honrosa da parte de todos professores, inclusive do atual reitor da Universidade de São Paulo, Professor Celso Lafer, todos os cinco professores que estavam na banca deram a nota de melhor desempenho para o professor Pedro Dallari.

Então, alguns pontos específicos, prezado Dr. Pedro. Notícias da imprensa e documentos do Ministério Público revelaram que a BANCOOP modificou os contratos com seus cooperados e elevou os preços dos apartamentos. Para tornar claro isso, o senhor confirma que isto aconteceu? Qual a motivação e base legal para isso?

Também notícias da imprensa e documentos do Ministério Público dizem que centenas de cooperados foram lesados. Como está a situação atualmente? Houve acordo judicial envolvendo essa questão? Quais os termos desse acordo e quem firmou o acordo em nome do Ministério Público?

Ao que consta, em 11 de março de 2010 o Juiz de Direito Carlos Eduardo Lora Franco, do Departamento de Inquéritos Policiais e Corregedoria da Polícia Judiciária da Capital, negou os pedidos do Promotor Dr. José Carlos Blat, para que o Banco Central bloqueasse as contas correntes, poupanças, fundos de investimentos e outras aplicações financeiras da BANCOOP. O senhor sabe quais as razões que levaram o juiz [soa a campainha] a tomar essa decisão, já que em 2007 o sigilo da BANCOOP foi quebrado?

E o senhor falou das auditorias solicitadas pelo juiz. O que se apurou nessas auditorias?

Só... Na réplica vou fazer uma breve consideração, se me permite, Presidente.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Senador Suplicy, todos os nossos estudos concluem que mesmo com o aporte necessário para a conclusão das obras, ou mesmo o pagamento dos resíduos, os preços dos... De custo dos apartamentos são menores do que o preço de mercado.

Um exemplo que dá tranquilidade nisso: as construtoras que têm procurado para fazer a transferência que vem através dos cooperados, eles têm uma preocupação bastante grande que são com os estoques. Porque os preços dos apartamentos que já estão com cooperados, ele vai para um determinado valor, mas os estoques, eles podem vender livremente no mercado a preço de mercado.

E temos então várias construtoras que procuram os cooperados para propor e "gestionar" que eles façam acordos que dê solução à questão das obras. Então esse é um demonstrativo claro de que os preços, mesmo com os resíduos, mesmo com os rateios, eles conduzem uma situação menor que o mercado.

A outra pergunta que o senhor faz, sobre o acordo judicial. Nós queremos cumprir a totalidade do acordo, e temos a convicção de que ele vai se consagrar do ponto de vista do Judiciário, e queremos também, após a finalização da execução desse acordo que nós colocamos isso como elemento importante, que é o não lançamento de novos empreendimentos durante esse processo, mas após a finalização da entrega de todas as unidades, eu não sou mais o Presidente da BANCOOP, está certo, mas com certeza a expectativa que há por parte dos cooperados é que se façam lançamentos e continue construindo a preço de custo, aprendendo com os erros que foram cometidos no passado.

Importante também registrar isso, aprender com os erros para que evite no futuro, novos problemas para outros cooperados. Mas a expectativa é que se continue.

E, por último, a terceira pergunta que o senhor faz, se há recursos públicos federais no FIDC. Não há recursos públicos federais. Eu... No fundo de investimento de direitos creditórios são só direitos privados, de, acho que de 10 fundos, coisa assim que está aí público e são ações regulamentadas e fiscalizadas pela CVM.

[*troca de presidência*]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Dr. Dallari, por favor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita apenas sobre este ponto, Sr. Presidente, assinalar.

Sr. Presidente, eu encaminho a V. Exa. a carta que eu encaminhei ao Ministro Procurador-Geral da República e a resposta encaminhada pelo Ministro de Estado e interino Luiz Navarro de Britto Filho, que esclarece que, de fato, a BANCOOP não recebeu quaisquer recursos públicos e sobre o Projeto Travessia, os contratos, as contribuições que... Os pagamentos que aconteceram foram após a gestão do Dr. João Vaccari Neto.

É um esclarecimento importante e acredito que os senadores gostariam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A Mesa recebe e distribuíra para

todos os membros da comissão. Das duas comissões, aliás. Dr. Dallari, por favor, com a palavra.

SR. PEDRO DALLARI: [pronunciamento fora do microfone] Evidentemente para inicialmente agradecer as palavras exageradas do Senador Suplicy, por quem nutro um afeto enorme desde que ainda estudante de Direito em 1978, acompanhei o seu ingresso na vida pública, então candidato a Deputado Estadual pelo antigo Movimento Democrático Brasileiro, que tinha o apoio de estudantes que lutavam contra o regime militar em São Paulo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PEDRO DALLARI: Agradeço também as referências à minha atividade acadêmica, realmente com o qual procuro dividir o meu tempo em relação à advocacia, e com uma relação muito privilegiada com o ex-Ministro Celso Lafer, tenho desenvolvido estudos sobre governança global e sobre o aperfeiçoamento de mecanismos jurídicos relacionados ao âmbito internacional.

Com relação às perguntas de V. Exa., e elas são importantes porque elas me permitem esclarecer juridicamente isto que me parece a questão fundamental na controvérsia jurídica. A Cooperativa, e isto vale para toda e qualquer cooperativa, para as cooperativas agrícolas, para as cooperativas habitacionais, porque a lei é uma só. Elas envolvem a ideia do compartilhamento de esforços. De tal sorte que os resultados sejam rateados. Não há capital no sentido de que há um investidor, que há um sócio que aporta recursos.

Daí por que a própria existência de demandas contra a Cooperativa, em que cooperados orientados por seus advogados defendem a estratégia, a tese de que não cabe o pagamento, ela é em si contraditória.

Porque na medida em que a Cooperativa seja condenada, o prejuízo terá que ser rateado entre todos os cooperados, porque não há sócios que são investidores. Ou seja, se cooperados de um empreendimento se negam a pagar o custo do empreendimento, o rateio será feito pelo conjunto dos cooperados, porque é da essência da cooperativa.

Isto é da lei, isto é, está no estatuto da BANCOOP e isso está no termo de adesão. O que explica muito o recurso, e eu tenho respeito pela combatividade dos meus colegas advogados que defendem a posição contrária, porque cumprem seu papel; quando vão ao Ministério Público e quando vão mesmo a casas parlamentares, vão, inclusive, porque o Judiciário progressivamente vem negando reconhecimento à tese deles de que a cooperativa não tem essa natureza, e dando razão à tese de que a Cooperativa, por ser uma cooperativa, pode aplicar medidas de rateio.

Menciono a V. Exa. uma decisão que é importante, porque a entidade que está... É parte nessa sentença judicial, tem sido uma das mais combativas, inclusive nessa Casa, que é a Associação do Condomínio Residencial Torres da Mooca.

Essa entidade promoveu uma ação coletiva contra a BANCOOP que em junho de 2007 teve sua sentença. Qual foi a sentença judicial? A sentença considerou o pleito da Associação, de desconsideração da Cooperativa, como inconsistente.

Diz a sentença: "*Inconsistente a pretensão, por razões curtíssimas, básicas e intuitivas, na medida em que na espécie não se cogitou mesmo o registro de incorporação. Não é uma incorporadora. Enquanto o empreendimento foi realizado sob o regime cooperativista, disciplinado nos artigos 3º e, 79, da Lei Federal 5.764/71*."

Ou seja, a sentença judicial confirmou a natureza jurídica da BANCOOP de cooperativa [soa a campainha]. Seguindo na sentença: "*Não se cogitando de qualquer onerosidade, potestividade ou abusividade na cláusula XVI do instrumento respectivo do negócio jurídico*."

Esta cláusula é justamente a cláusula que pressupõe, como diz aqui, "*estabelecendo a definição ao final da obra do custo real para sua edificação*." É assim que funciona com base na lei a cooperativa. Ao final da obra se faz a apuração do custo final e se faz o rateio complementar.

Ou seja, naquele caso, foi julgada improcedente a ação. Isto é que motiva esta associação, e foi ela, esta Associação Torres da Mooca, a ir ao Ministério Público. Quando se faz o acordo judicial é esta Associação que vai ao Conselho Superior do Ministério Público querer anular o acordo judicial. Derrotada no Conselho Superior, é esta Associação que vai ao Conselho Nacional do Ministério Público; ou seja, nós não estamos diante de um caso em que há uma situação generalizada de seis mil cooperados que se insurgem contra a direção.

O que há, e legitimamente, o exercício do seu direito, é um grupo pequeno que, insatisfeito, está se movimentando no que julga ser seu direito e são exatamente aqueles apontados pelo Presidente Vaccari que tem se negado a qualquer tipo de negociação.

A segunda questão de V. Exa. diz respeito ao acordo celebrado com o Ministério Público. Esse acordo foi celebrado com o 1º Promotor de Consumidor de São Paulo, o Dr. João Lopes Guimarães Júnior, que é Promotor do Consumidor há mais de 20 anos. Seu pai foi Procurador de Justiça, Procurador-Geral de Justiça no Estado de São Paulo, ou seja, é uma figura que, por

estirpe e por atuação, goza de enorme credibilidade dentro do Ministério Público.

O que levou, inclusive, tanto o Conselho Superior do Ministério Público como o Conselho Nacional do Ministério Público a convalidarem o acordo judicial. O fato de que um Procurador de Justiça em segunda instância entenda em sentido contrário, não anula o fato de que as instâncias do Ministério Público, institucionalmente se manifestaram reconhecendo a validade do acordo judicial.

Finalmente, a decisão do juiz do DIPO sobre os pedidos do Promotor Criminal, a que eu já fiz referência, elas basicamente se calçam, eu já li até alguns trechos, na argumentação de que o Promotor Criminal não apresentou fundamentação para os seus pedidos.

Eu já li alguns trechos e leio outros. "*Tem-se, portanto, como imprescindível*", determina o Juiz, "*que os autos tornem ao Ministério Público para que indique com precisão quais os fundamentos de cada uma de suas afirmações que invoca como razões para os pedidos formulados*."

E ao final da sua belíssima decisão, porque ela é realmente uma... Ela oferece segurança jurídica, o que o juiz determina são uma série de... Para usar uma expressão singular, de lições de casa para o promotor que não as fez antes de apresentar a denúncia. Isto que o juiz determina.

Se o promotor quer que sejam tomadas medidas inclusive de bloqueio dos bens da Cooperativa, ele deve justificar. Essa medida seria um absurdo, porque, exatamente, se a Cooperativa, como demonstrou o Presidente Vaccari, está procurando equacionar os 592 casos pendentes de construção, com 88 imóveis previstos para a entrega agora até o mês de junho, o bloqueio dos bens da Cooperativa implicaria a paralisia da Cooperativa e a inviabilização de qualquer solução.

O juiz foi muito firme, muito responsável, muito equilibrado, e mesmo diante de uma... Um clamor que se dava pela repercussão das denúncias do promotor na mídia, que eu compreendo a posição da imprensa, o promotor faz uma declaração, por mais absurda que seja, ele é uma autoridade. Diante mesmo daquele clamor, o juiz teve a serenidade para evitar o que realmente poderia significar a quebra da Cooperativa.

[*troca de presidência*]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Alguma coisa a mais, senador?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone] Tendo em conta a carta que o Senador Arthur Virgílio leu, do Ignácio Loyola Brandão [soa a campainha], um importante escritor brasileiro, que eu até o conheço, me considero um amigo dele, e eu não conhecia o teor daquela--

SR. PEDRO DALLARI: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Talvez seja homônimo. Talvez seja homônimo. Mas qualquer que seja a pessoa, eu pensei que fosse ele, porque o Arthur Virgílio... O Senador Arthur Virgílio mencionou que seria.

Então... Mas, se for, sendo ele ou não... Mas também aquelas pessoas que aqui estiveram, eu gostaria até de saber em que medida tem sido possível que o senhor mencionou da possibilidade de, para cada nome citado, que a BANCOOP, o senhor mesmo poderia realizar um esforço de entendimento adicional.

Então, eu queria dizer que... No caso de Ignácio Loyola, se for ele mesmo, eu até gostaria de promover o entendimento, da mesma maneira que eu gostaria de ter a colaboração dos Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, para promover um melhor entendimento entre o Secretário Paulo Renato Souza e, por exemplo, a Presidente da APEOESP, Maria Izabel Noronha, porque tem sido tão difícil eles chegarem a um entendimento, eu estou procurando aproximá-los para ver se consegue chegar.

Mas, da mesma forma, se for possível--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite um aparte, Senador Suplicy? Permite um aparte.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se for possível... Agora é com o Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, eu fui citado, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu só gostaria que o Senador Eduardo Suplicy concluísse sua réplica.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Já concluí.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Concluiu. Então, concluída a réplica do Senador Eduardo Suplicy, com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, o Senador Suplicy... Bem, nós vimos ele com muita... Muito senso de justeza, até porque o talento do Dr. Dallari salta aos olhos, mas ele falou ali, de certa forma, de cunhado para cunhado. Eu vou falar com ele de amigo para amigo: tomara que seja o

Ignácio de Loyola Brandão, o escritor; pior se for um homônimo, pobre, choroso...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas que preferiria que fosse ele. Dá uma midiazinha, uma historinha.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas falei, eu falei que gostaria que o senhor tivesse a disposição de dialogar com ele e com todos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): [sobreposição de falas] Substitua-se o nome de Ignácio Loyola Brandão por José da Couves Pafúncio Ferreira, é um cidadão que se diz lesado pela BANCOOP e que merece atenção.

Agora, eu não aceito essa inversão. O Dr. Vaccari Neto disse: "Eu sou Diretor e... Sou Tesoureiro, seria um grande tesoureiro do PT", enfim. Ele não é mais Presidente do BANCOOP, ou seja, está havendo uma inversão de valores brutal aqui.

De repente, eu teria que largar meus afazeres e ficar colecionando desgraçados para o Dr. Vaccari Neto, que não os deveria ter permitido cair em desgraça, e ele, então, procurar reabilitá-los.

Essa inversão de valores eu não posso aceitar. Esse papel não é meu. Meu papel é apontar, apontar o que eu vi, o que vi, procurar os esclarecimentos e prestar. Esse papel de identificar os desgraçados e tirá-los da desgraça é da BANCOOP. Esse não é meu. Eu me recuso a fazer o papel de assessor dessa entidade, enfim.

Agora, meu prezado Suplicy, eu vou levar às mãos do doutor... Eu vou levar e de qualquer maneira essa... Deve ter lido a matéria, obviamente, diz respeito a ele, mas esse Sr. Ignácio Loyola Brandão, seja quem for, é um cidadão brasileiro. Vamos, então, pegar outra pessoa.

"*Agradeço imensamente à revista Veja, a matéria que mostrou ao Brasil inteiro a corrupção em que se transformaram o PT e a BANCOOP. Veja realizou meu sonho de ver esse assunto na capa. Sou cooperada desde 2001. Meu prédio deveria ser entregue em 2006 e até hoje não saiu do chão. Casei-me, tive que morar de aluguel, mas graças a Deus consegui comprar outro apartamento e agora espero receber meu dinheiro de volta*." Essa é a Daniela Cuba do Nascimento. Não sei se nem o nome dela, sobrenome Cuba não desperta uma certa simpatia, enfim.

"*Agora, como cooperado do BANCOOP, reitero linha por linha tudo que a Veja indicou na reportagem. As coisas são piores do que está ali descrito. O Sr. João Vaccari Neto já esteve presente em nosso condomínio e, como todo bom petista, ironizou as agruras pelas quais estão passando os cooperados. Eu ainda tenho a sorte de já estar morando no condomínio. Mas e os demais que pagaram e não levaram? De quatro torres previstas, somente duas foram entregues. Do lado de fora, vemos dois esqueletos em pé que contratualmente deveriam ter sido entregues acerca de cinco anos*."

Ou seja, nessa mesma página tem um suposto Ignácio Loyola, escritor, que pode ser o Ignácio Loyola homônimo dele, enfim. Mas tem duas outras pessoas. Ou seja, a preocupação que nós revelamos é com todas as pessoas que caíram em desgraça na sua vida em função, do que me parece uma gestão temerária da direção da cooperativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok. Se não for extremamente necessário que um senador se refira a outro... A não ser que seja para esclarecer problemas, para a gente evitar que nós--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --possamos partir para a continuidade da nossa Sessão. Senador Flexa Ribeiro, pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, Presidente Renato Casagrande, a dúvida que tive na fala do Senador Suplicy foi a mesma do Arthur Virgílio.

Quer dizer, se não fosse o Sr. Ignácio de Loyola Brandão, se não fosse o escritor, para ele não haveria nenhum problema, não o ajudaria a resolver as suas dificuldades.

Mas já foi esclarecido. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador João Pedro com a palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pensei que V. Exa. não fosse me conceder a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu não posso deixar de conceder a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, quando ele pede. Mas agora está concedida a V. Exa..

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Sr. Vaccari Neto, que é ex-Presidente da BANCOOP, o advogado.

Primeiro eu quero registrar, Presidente, que se deu muita ênfase a esse... a esta Audiência Pública. Por sinal, duas comissões. E há mais de 50 minutos, Presidente Renato Casagrande, os autores, os dois autores do requerimento se ausentaram.

No início, eu achava que estavam dando entrevista. E eu saí daqui para observar. Porque eu considero isso um debate importante para esta Casa, até porque os associados da BANCOOP estiveram aqui, nesse Senado, tomando providências, e isso, para mim, é o mérito, e eu quero... Gostaria muito de receber depois da BANCOOP, Sr. Pedro Dallari, de forma detalhada, família por família, das famílias que vieram aqui.

Eu achava inclusive que a oposição ia apresentar... As famílias que estiveram aqui na CDH. CDH, não... Aqui, conosco. Na CMA, na comissão. CDH. Que eu cheguei aqui e já tinha... No final, por sinal. Acho que nós precisamos olhar.

Esse é o mérito. Esse é o mérito. Olhar as famílias que estiveram aqui no Senado como associadas da Cooperativa. Acho que nós precisamos olhar caso a caso. Porque eu tenho uma avaliação, tenho uma avaliação e para contraditar com a oposição, o que para mim é politização. É politização desse debate. É muito mais politização do que resolver situação, que não foi negada pela BANCOOP aqui, acho que falou das dificuldades, mas mostrou trabalho. Eu não conhecia.

E no meu imaginário achava que vocês não tinham feito as obras que apresentaram a esta comissão, ao Senado. Os prédios, os condomínios... Então, tem trabalho. Tem pendências. E eu espero que os associados possam resolver do ponto de vista da sua expectativa de ter o apartamento, de ter uma casa. Resolvam isso.

Mas eu me sinto esclarecido, até porque eu não me norteio pela *Veja*. Penso que... Quero fazer um parênteses aqui. A *Veja* tem uma história recente no país, e é uma grande revista. Mas ela tem uma história muito recente contra o PT e este Governo, haja vista as matérias inúmeras contra esse Governo, na tentativa de desqualificar o Governo e o PT, que é um partido legítimo, organizado nesse Brasil, que tem uma história de contribuição à democracia, que não tem elemento mais importante, fato histórico mais importante do que se doar em defesa da democracia.

E eu não defendo esta liberdade da *Veja*, como veículo da imprensa. Eu não defendo esta liberdade, que faz uma matéria, a principal matéria da sua semana, sem ouvir a BANCOOP. Sem ouvir, Sr. Presidente. Isso é grave. Isso [soa a campainha] não é liberdade de imprensa. E eu defendo liberdade de imprensa, não esta. Como é muito estranho o promotor não ouvir até hoje, sobre o mérito, o ex-Presidente da BANCOOP. É gravíssimo isso. É gravíssimo.

E esse não é o comportamento do Ministério Público no Brasil. É um desvio do comportamento deste promotor, deste promotor.

Então, Sr. Presidente, é politização, sim. É campanha, sim, contra o PT. E aí não é do PSDB. Eu acho que é desse partido, o partido *Veja*, que se comporta como partido. E é por sinal um partido... Que não cumpre com seus deveres, do ponto de vista de fazer uma boa polêmica, uma polêmica séria, do ponto de vista de princípios. Então, isso não ajuda. Não ajuda.

Gostaria de fazer uma pergunta a V. Sa., Sr. Pedro Dallari. Nós temos, e é uma CPI legítima, embora discorde dos seus procedimentos, do ponto de vista do seu tempo que a CPI que analisa as ONGs e dinheiro público na aplicabilidade das ONGs sobre recursos públicos, a BANCOOP foi convocada para ir à CPI das ONGs. V. Sa. poderia mencionar a compreensão que V. Exa. tem sobre BANCOOP e ONG? É ONG? É quase ONG? É meia ONG? O que é isso?

Eu tenho outra compreensão, mas gostaria de ouvi-lo, até porque o DNA de V. Exa. já foi elogiado aqui, a competência de V. Exa. já foi elogiada aqui. Eu gostaria de ouvi-lo sobre esta... Sobre ONG e BANCOOP, o que tem de similar sobre isso.

É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador João Pedro. Dr. Pedro Dallari com a palavra.

SR. PEDRO DALLARI: Falando, senador, do ponto de vista estritamente jurídico, uma cooperativa não é uma organização não governamental. Uma cooperativa tem uma natureza jurídica muito específica que decorre de uma legislação própria e não se confunde com as chamadas organizações não governamentais, que têm uma natureza associativa vinculada a promoção de interesses coletivos de fim social, de fim de benemerência, de fim de mobilização, de interferência nas políticas públicas.

A cooperativa, ela objetiva um resultado material concreto, pode-se dizer inclusive econômico, embora não tenha finalidade lucrativa. Se ela é uma cooperativa agrícola, ela está voltada à atividade de produção agrícola, de compartilhamento de custos, como é muito comum no Brasil, com vistas a racionalização da produção por um número de produtores pequenos que conseguem, através da cooperativa, economia de escala e com isso terem um melhor resultado.

A cooperativa habitacional, ela tem uma finalidade muito específica, que é a viabilização de moradia e exatamente a sua natureza cooperativa viabiliza que ela seja a preço de custo, porque não há um resultado econômico no sentido de lucro, não há obtenção de lucro que é o que geraria um preço mais alto, por isso que os imóveis tem o preço abaixo do valor de mercado.

Mas, evidentemente, do ponto de vista estritamente técnico, uma cooperativa não guarda nenhuma relação com uma organização não governamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos agora passar a palavra à senadora... Ao Senador Flexa Ribeiro. Senadora Ideli solicitou que pudesse falar, posteriormente. Acho que nenhum senador é contra.

Então, Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Renato Casagrande, Senador Cícero Lucena, Dr. João Vaccari Neto, Dr. Pedro Dallari, que são os nossos convidados nessa audiência.

Eu quero... Eu vim aqui, hoje, porque me senti muito incomodado pelo desespero das pessoas que procuraram alguns senadores aqui, no Senado Federal, a respeito da situação que se encontravam, de terem as suas poupanças e a possibilidade de terem uma casa própria não ter sido concretizada, e estarem, a maioria deles, ou todos os que procuraram, que vieram até aqui, se sentindo totalmente prejudicado e desesperados.

Mas, pelo que foi... Pelo que ouvi até agora, Senador Presidente Renato Casagrande, eu acho que eu tenho que me solidarizar com o Dr. João Vaccari Neto, porque me parece que é a BANCOOP que precisa de solidariedade, e não as famílias que foram lesadas e que são inúmeras, inúmeras.

Mas vamos às perguntas diretas.

O senhor disse há pouco que o senhor se sentia bastante confortável para ser um grande tesoureiro do PT. Confirma isso? Confirma essa afirmação, Dr. Vaccari? A gravação, por favor.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Não, de fato eu disse ao senador aqui presente que eu não tinha problemas de consciência em ser tesoureiro do PT--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Seria um grande tesoureiro.

SR. JOÃO VACCARI NETO: E que quero ser um grande tesoureiro do PT.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Sa. será tesoureiro da campanha da candidata a Presidente, a Ministra Dilma Rousseff? Tesoureiro, não, seria o responsável pela arrecadação, pelas finanças, Será? Será?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Senador, eu não vou ser o candidato... O coordenador financeiro da campanha da Dilma.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ou seja, pelo que eu entendo, pela sua resposta, os seus companheiros não reconhecem V.Sa. esse talento ou essa capacidade ou essa isenção para ser o arrecadador ou o financeiro da campanha da Ministra Dilma.

Não precisa responder--

SR. JOÃO VACCARI NETO: Não, não, eu faço questão de responder.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu entendi. Mas eu não estou lhe perguntando.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Mas eu faço questão de responder ao senhor que essa situação do coordenador financeiro da campanha Dilma, será decidida pela executiva do partido e pela coordenação da campanha dela.

Eu, particularmente eu, não tenho disposição, em virtude de querer ser um bom tesoureiro do PT.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas não foi isso que o seu partido dizia quando... Antes da edição sair, os jornais, os jornais publicaram que V.Sa. seria tesoureiro do PT e o financeiro da campanha da candidata a Presidente. Acho que foi um engano da imprensa.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Posso responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pode, pode.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Senador, o Presidente Dutra estava aqui até há pouco, ele teve que se retirar, senão ele poderia inclusive explicar os nossos entendimentos sobre isso.

Nós, antes de qualquer situação, a decisão partidária é de que o Presidente... O tesoureiro do PT e o coordenador financeiro da campanha são pessoas diferentes [soa a campainha].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas não aconteceu com o Sr. Delúbio, com o professor.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Na campanha de 2006 já foi assim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): 2002.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Não, de 2006. Dois mil e seis já foram separadas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dois mil e dois.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Dois mil e dois, não. Mas 2006 já foi separado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois é, então já houve caso e a imprensa declarou que seria.

Mas vamos adiante.

O senhor concorda com a afirmação do Promotor José Carlos Blat que a BANCOOP é uma organização criminosa? Eu vou pedir, Presidente, que faça a resposta... Tem um encadeamento de perguntas. Ou V. Exa. quer que eu faça todas?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Seria melhor, mais adequado, porque foi [sobreposição de falas] até agora...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Farei em atendimento ao Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O senhor declarou que recebeu a BANCOOP endividada. Como costumam dizer, uma herança maldita. De quem recebeu e qual o endividamento da BANCOOP naquela altura e qual o endividamento da BANCOOP hoje?

Os relatos, pelos jornais, dizem que, em 2005, na sua gestão, foi substituída a empresa que fazia a parte de segurança. Eu pergunto a V. Exa., a V. Sa., a informação que os jornais dão é que o contrato da empresa que estava fazendo esse serviço era de 40 mil mensais, e foi contratada a empresa Caso Sistema de Segurança, por 100 mil reais por mês.

Nesta, nesta época, a BANCOOP já estava com problema de caixa, já estava em aperto financeiro. Como é que o senhor explica a alteração de valores, de 40 para 100, no momento que deveria haver corte de gastos? V. Sa. aumentou em duas vezes em meia o gasto para fazer o mesmo serviço. E por quanto tempo a empresa anterior, que foi destratada, prestou serviço à BANCOOP? Por quantos anos? Porque V. Sa. disse que ela, os seus funcionários não estavam preparados para exercer.

Então, eu gostaria de saber por quantos anos eles foram considerados preparados a exercerem essa função e depois não mais.

Gostaria que V. Sa. nos dissesse, o FIDC deu como garantia às... Às... Aos aportes dos fundos de pensão, os recebíveis da BANCOOP, recebíveis esses que estavam em grande parte sob discussão, sob questionamento de parte dos cooperados. Eu pergunto, então, como é que um fundo de pensão que tem um controle rigoroso pode aportar recursos num fundo que dá como garantia recebíveis que estão "*sub judice*", entre aspas?

O Advogado Valter Picazio Júnior, que representa 18 grupos de cooperados, entregou à CPI lá na Assembleia Legislativa de São Paulo representação que detalha os prejuízos que teriam sido causados a 8.500 famílias pela cooperativa. Ele alega que em torno de 3 mil famílias nem sequer receberam os imóveis. Como é que o senhor explica o prejuízo causado a essas famílias?

V. Sa. fez uma explanação aqui que mostrou a BANCOOP entregando suas unidades, tudinho, Aonde, eu vejo uma declaração de um representante de 18 grupos que se sentem lesados, que representam 8.500 famílias. E não vi aqui nenhuma referência na exposição que foi feita em relação a isso.

[soa a campainha]

Já termino, Presidente.

Então, minha pergunta é: como é que a BANCOOP conseguiu que esses fundos de pensão aportassem no FIDC recursos, tendo como garantia algo que era... Estava sob questionamento?

O mesmo advogado pediu também esclarecimento sobre destino de 43 milhões, que teriam sido captados pela entidade, por meio do FIDC, criado pela Cooperativa, em 2004. Segundo foi apurado, nada foi construído com esse dinheiro. Isso diz o advogado. Esses 43 milhões que foram para o FIDC não foram colocados na construção. O senhor poderia nos informar qual o valor captado pela BANCOOP por meio do FIDC e o que foi feito com esses recursos?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok, senador? Estamos...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. está sendo muito rígido para com o seu... Seu amigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É porque o estômago começa a apertar todos nós aqui. Só por isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já está com fome? V. Exa. está lanchando aí, deveria distribuir para todos os seus pares aqui.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Falta muita pergunta ainda, para V. Exa.?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, se V. Exa. estiver com bastante fome eu posso dar continuidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, não. Pode ficar à vontade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vou fazer mais uma só.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O FIDC BANCOOP, foi lançado em 2004 com nota AA. Aí já foi aqui feito anteriormente um questionamento como é que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Um reparo como é que com recebíveis questionáveis, ele tem a classificação AA no *rating*? E com expectativa de rentabilidade de 12,5% ao ano, mais IGPM.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Cotistas, na maioria fundos de pensão, fizeram aporte no

valor de 26 milhões de reais. Em 2009 o fundo recebeu nota CCC. O pior patamar, caracterizando prejuízo certo. É verdade que a BANCOOP foi obrigada a comprar as cotas dos investidores para evitar maior prejuízo para eles? Qual foi a rentabilidade dos investidores?

E na sequência, é verdade que houve um acordo dos investidores da FIDC para evitar maior prejuízo para eles que aceitaram receber 6% de resultado ao invés dos doze e meio prometido?

Eu tenho outras, mas vou atender a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Agradeço a colaboração, mais uma vez, de V. Exa., para ser objetivo.

Sr. João Vaccari.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Senador, confere, a primeira pergunta que o senhor fez, já respondi, sobre a questão da Dilma, tal, sobre a consideração que o senhor faz de que a BANCOOP é uma organização criminosa--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu perguntei se V. Sa. concorda. Só isso.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Então, sobre a consideração que você faz--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não sou eu que faço. Eu perguntei se V. Sa. concorda com a afirmação do promotor. Só isso.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Ok. Desculpa. Desculpa o desentendimento.

Eu não concordo com a afirmação do promotor. Até porque, como já disse anteriormente, ele vem afirmando isso, mas em nenhum momento apresenta, nos autos, as denúncias que ele disse que tem, para que a gente possa se defender e provar o contrário.

Agora, nós respeitamos o Ministério Público. Até porque na nossa militância sempre foi o Ministério Público um elemento importante.

A segunda questão que o senhor coloca, que eu acho que é importante, essa foi a troca da Caso. Foi uma decisão gerencial nossa. E nós fizemos uma avaliação de que o serviço prestado pela empresa do Sr. Andy era deficiente, especialmente porque nós precisávamos de vigilantes armados, porque, na construção civil, há muitos equipamentos de grande valor, como... Principalmente alumínio, cobre, fios... Enfim, canos de cobre... Enfim, todas essas situações que merecem e devem ter a proteção--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Vaccari, eu sou engenheiro por formação. Não precisa o senhor explicar o que tem numa... Num...

SR. JOÃO VACCARI NETO: Não, estou falando da decisão gerencial. Desculpa, eu não sei... Eu estou dizendo da nossa decisão gerencial, que foi a decisão gerencial de que o serviço que vinha sendo prestado era através de porteiros.

E nós tivemos inúmeros problemas de pessoas que entravam nas obras e carregavam os equipamentos e nós, então, optamos por uma segurança mais firme, com a autorização devida e que faz, presta esse tipo de serviço. Então, quero dizer ao senhor que foi uma decisão gerencial.

A outra pergunta--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Desculpe. Quanto tempo essa primeira empresa prestou serviço à BANCOOP?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Eu não tenho essa informação, qual foi o tempo que ela prestou. Mas foi anterior ao meu mandato.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, mas por quantos anos?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Eu não tenho essa informação. Sinceramente eu não tenho. Mas eu posso remeter essa informação ao Presidente da comissão para que transmita a todos senadores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria. E também, se por 100 mil reais por mês, essa firma, Andy, não é? A anterior, não poderia prestar os serviços dessa outra? Porque houve um acréscimo de valor de 40 mil para cem mil. Então, é você comparar um Volkswagen com um Corolla. Não são coisas iguais.

SR. JOÃO VACCARI NETO: O que eu posso dizer para o senhor é que foi uma decisão gerencial, baseado na nossa experiência do dia a dia.

E depois, nós já oferecemos ao promotor que cuida do caso inúmeros documentos sobre a pertinência dos faturamentos que essa empresa fazia. E nós disputamos judicialmente com ela e vencemos as disputas judiciais com a empresa do Sr. Andy.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só fiz a comparação mal feita do Volkswagem com o Corolla, é só carro popular e carro de luxo. Não tenho nada contra.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Sobre a continuidade, os recebíveis que nós oferecemos e foi acordado pelo FIDC, pelos investidores, seriam recebíveis de obras concluídas. E assim foi feito.

E naquele momento, naquela exatidão, não tinha nada *sub judice*, absolutamente nada, estava tudo transcorrendo dentro da normalidade. Tanto que esse tipo de investimento é fiscalizado pela CVM, [soa a campainha] tem os registros, tudo isso e nunca teve qualquer...

Aliás, pelo contrário, quando indagada, quando indagada sobre a legalidade da operação do FIDC BANCOOP, a CVM respondeu oficialmente a eles que

era uma operação legal, dentro da lei, dentro das conformidades legais. Então, só para colocar ao senhor.

Não são 8.500 famílias, até porque o número de imóveis que nós ofertamos, são 6.639. Então, não tem 8.500 famílias. E o que nós temos, hoje, que está ainda na necessidade de entrega, conforme eu fiz na exposição inicial, são 592, e para todos... Nós temos 88 que serão entregues até junho, temos inúmeras situações, mas pendente de qualquer solução nós temos 123 unidades, porque está *sub judice*, os cooperados estão esperando decisão da justiça. E aí nós temos que acompanhá-los porque há uma pendência judicial. Agora, quanto às outras há perspectivas de solução.

Sobre o total aportado, não foram 43 milhões que foram aportados, foram 39 milhões e foram aportados e injetados no caixa da Cooperativa, o que permitiu o andamento com eficiência das obras durante o ano 2004, 2005 e 2006.

Agora, sobre o critério de rentabilidade dos fundos, eles medem as rentabilidades por 'N' fatores. E eles responderam isso publicamente através de notas da semana passada ou da outra semana e tem respondido sistematicamente.

Primeiro, nós nunca atrasamos uma parcela, sempre pagamos rigorosamente em dia e fizemos publicamente uma oferta de recompra dos nossos títulos, os quais acataram, cada um observando seus critérios de rentabilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Presidente Casagrande.

Eu vou tentar, cooperando com a sua, a nossa fome, ser o mais objetivo possível.

Dr. Vaccari, tem uma pergunta que eu faço aqui que é para tirar uma dúvida: essas empresas que são acusadas, Germany e Mizu, pertencem a dirigentes da BANCOOP ou do Sindicato dos Bancários, alguma coisa assim?

Só isso, para continuar.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Essa, a Germany pertencia a dirigentes da BANCOOP. A Mizu eu não sei a quem pertence, não tenho os nomes.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Isso já me parece uma falta de ética e de interesse de conflitos bem claro.

Com o maior brilhantismo do nosso advogado, Dr. Dallari, isso, evidente, em qualquer circunstância--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permite, senador, se ele defende a causa indefensável com esse objetivo, imagine ele contra. Ele botava o pessoal da Germany na cadeia. Ele complicava tudo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas é um pouco a tese que eu vou falar depois na tréplica aqui. Eu gostaria de ler aqui, e aí também para ser bastante objetivo, na manifestação do Promotor Blat, que mandou aqui ao Senado, ele diz o seguinte: "*Pela apuração e conferência dos cheques e demais documentos constantes nos autos, vislumbra-se que aproximadamente 40% da movimentação das contas correntes de titularidade do BANCOOP tiveram os recursos sacados em dinheiro, na própria agência bancária. A título exemplificativo o cheque nº 011340– 9, Conta Corrente nº 007640, datado de 7 de outubro de 2004, Banco Bradesco S.A., valor 50 mil reais, foi sacado no caixa, e tem como destinatário a própria BANCOOP, a exemplo de centenas de cheques de valores variados, onde os dirigentes utilizaram o mesmo expediente, facilitando assim o suposto desvio de recurso da cooperativa para outros fins*."

E aqui vai uma lista de cheques, que eu não vou ler aqui, mas tem uma lista de cheques, com toda documentação de que isso foi tirado na boca do caixa. E ele chega a citar o número, 40%, que contradiz profundamente a afirmação feita por V. Sa. aqui de que não há nenhum cheque feito na boca do caixa. Nenhum cheque que tenha sido retirado, em dinheiro, na boca do caixa.

Esses cheques nós vamos passar aqui e gostaríamos de ter... Com certeza V. Exas. também V. Sas. já viram essa lista de cheque, eu gostaria de ver o desmentido ou não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Teremos oportunidade então... Teremos oportunidade na CPI. Está aqui. Eu vou depois passar aí para os senhores.

A outra questão que eu coloco, e que eu tenho a maior dificuldade de entender, até porque eu... Minha vida toda como não político foi na área empresarial, como é que uma empresa tem dificuldade, ou uma cooperativa, ou uma instituição qualquer, está [soa a campainha] na maior dificuldade financeira para pagar os seus problemas relativos a sua finalidade principal, que é a construção de imóveis, em falta com seus cooperados, já que não está entregando aqueles imóveis prometidos a tempo, aqui nós vimos até falamos de caso de cinco anos, se não me engano é aqui o Ignácio Loyola que fala isso, cinco anos, como é?

Eu queria uma explicação lógica. Que não está... Está com dificuldade, não paga, recorre por reforço de caixa seus cooperados que são essas pessoas que nós vimos aqui em audiência anterior, mas tem 1 milhão e meio que foi dado entre 2005 e 2006 para a empresa

do Sr. Freud, que é uma empresa de segurança, que não é uma atividade fundamental e os números assustam. Um milhão e meio, diante da dificuldade que se encontrava a empresa. Isso é uma situação que eu também não consigo explicação.

Então, essas três, essas duas questões, a primeira já foi respondida, a Germany, e isso é uma irregularidade, pertencia a dirigentes da empresa.

E a outra são os dados que têm aqui, desses cheques que estão listados aqui e que eu gostaria de... Ouvir a reconfirmação de que não existe nenhum cheque que tenha sido emitido de maneira a virar dinheiro vivo sacado na boca do caixa. E essa explicação do Sr. Vaccari. Do Sr. Freud.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Obrigado, Senador.

Deixa eu só colocar o seguinte. Quando se diz que 40% das operações financeiras foram sacadas, nós estamos insistindo nisso, são operações interbancárias. O que se refere? A movimentação entre contas. E quando você vai pagar título num banco, e nós pagamos todos, nós operamos com o mesmo banco, que é o Bradesco, quando você opera com esse mesmo banco e você paga os títulos desse banco, as movimentações que... Fazer pagamentos também se utiliza do mesmo sistema. Então, sai tudo como saque no sistema do banco.

Agora, então essas são as operações interbancárias. E o que eu disse anteriormente, eu disse o seguinte: não existe o volume--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [Pronunciamento fora do microfone] entre as empresas Mizu, ou estou enganado, e Germany?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Eu não tive acesso à lista, está certo, mas o sigilo da nossa cooperativa ele foi rompido em 2007, senador, e nós nunca interpusemos qualquer recurso contra isso, qualquer recurso.

Aliás, vou só recuperar que quando nós apresentamos ao Ministério Público, nós propusemos a eles inclusive garantindo o suporte financeiro.

Agora, não existe volumes de saques da ordem de 18 milhões. Isso não existe. Agora, também dizer que não houve nenhum saque, seria muita leviandade--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Nenhum, não. Mas existem saques?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Existem saques para medidas operacionais. Isso existe. Pagamento de decisões judiciais... Perito...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [sobreposição de falas].

SR. PEDRO DALLARI: Posso dar um exemplo, só um exemplo. Há casos, por exemplo, de que pagamentos efetuados na Justiça do Trabalho têm que obrigatoriamente ser feitos em dinheiro. Então, é feito o resgate em dinheiro e é feito o pagamento em dinheiro. Casos onde, por exemplo--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Dr. Dallari, e algum cheque da BANCOOP para a BANCOOP?

SR. PEDRO DALLARI: Sim, pelo seguinte--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Isso me intriga muito, porque me passa a impressão de lavagem.

SR. PEDRO DALLARI: Não, eu explico por quê. Como ficou evidenciado, pelo acordo celebrado com o Ministério Público, e em parte isso já vinha sendo feito antes, cada empreendimento da BANCOOP é obrigado a ter sua própria conta bancária e o seu próprio CNPJ como filial.

Isso era uma reivindicação dos cooperados, pela segmentação dos empreendimentos e para que a contabilidade ficasse segmentada. Isto faz com que, com muita frequência, tenha que haver transferência de dinheiros de uma conta da BANCOOP, de um empreendimento, para uma conta central que efetua pagamentos.

Então, há uma movimentação muito grande de cheques nominais da própria BANCOOP à própria BANCOOP porque se trata de transferências entre contas da própria cooperativa.

E eu insisto, isto foi inclusive convalidado pelo próprio Ministério Público que exigiu esse tipo de segmentação.

Uma segunda hipótese, como mencionou o--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Dr. Dallari.

SR. PEDRO DALLARI: Pois não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Inclusive nós aprovamos aqui no Congresso, exatamente a legislação que estabeleceu o patrimônio de afetação, que é esta garantia.

Cada empreendimento imobiliário tem que ter a sua contabilidade específica pra gente não ter aquelas situações de ao falir um empreendimento, micar vários.

SR. PEDRO DALLARI: V. Exa. tem razão. Uma outra situação, senador, o caso como mencionou o Presidente Vaccari, um pagamento que é feito a um fornecedor no Bradesco, que tem conta no Bradesco com um cheque emitido da BANCOOP, emitido pelo Bradesco, este... A acusação na movimentação financeira cairá como um saque em dinheiro.

É como o depósito que é feito entre duas pessoas--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O que fica estranho é quando cheques, nos mesmos

valores, são emitidos em seguinte por esta empresa para o PT. Isso é que fica estranho.

SR. PEDRO DALLARI: Aí teria que se verificar caso a caso, a verificação.

Agora, esta lista que V. Exa. tem [soa a campainha], que o Ministério Público forneceu ao Senado, o Ministério Público jamais forneceu à Cooperativa. Nunca o Promotor Criminal fez qualquer tipo de solicitação de esclarecimento--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Embora seja menos grave que o delito, porventura, cometido. Numa hierarquia de delitos, é menos grave.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Queria deixar o João Vaccari concluir as suas...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Exatamente. Existem cheques sacados na boca de caixa? Só isso.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Isso, exatamente que eu estava dizendo, que é o seguinte: para as despesas operacionais de pequenas montas, vamos falar recursos judiciais, pagamentos, enfim, de pequenas despesas, também fizemos saques.

Agora, isso significa um volume muito pequeno. É por isso que eu digo, não há esse volume de recursos que estão nos acusando.

E, por último, foi importantíssimo a Senadora Ideli nos colocar a questão do patrimônio de afetação, porque exatamente pela lei das cooperativas nós não somos obrigados. Mas nós fizemos por similaridade. Nós instituímos que cada empreendimento tem os seus próprios centros de custos, tem o seu próprio CNPJ filial, para que permitisse, inclusive aos próprios cooperados, fazer a fiscalização e as próprias compras serem faturadas em nome daqueles mesmos empreendimentos.

Então, isso trouxe uma tranquilidade maior do ponto de vista da transferência, da transparência da [ininteligível].

E que a pergunta do senhor se refere à questão do pagamento--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): De 1 milhão e meio.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Da Caso. Isso é o pagamento de fornecedores, para quem tem o faturamento alto, nós tínhamos à época... À época, nós tínhamos 30 empreendimentos que ficavam sob vigilância. Vigilância armada.

Os comprovantes da prestação de serviço estão todos arquivados, inclusive as GFIPES, que são os... O documento necessário que se faz o recolhimento do INSS para garantir que a empresa está cumprindo--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não é o fornecedor. É a segurança. É prestação de serviços...

SR. JOÃO VACCARI NETO: É um fornecedor para o empreendimento. Fornece o serviço de vigilância.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Serviço de Vigilância?

SR. JOÃO VACCARI NETO: Serviço de vigilância.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Também no caso da Germany, se não me engano, era de dirigentes da BANCOOP.

Neste caso, pertence a uma pessoa identificada com o partido de que V. Exa., V. Sa. é o tesoureiro hoje, foi segurança do próprio Presidente Lula, segundo V. Sa., segurança mais de 15 anos do próprio PT. Há suspeitas de ele ter colocado [soa a campainha] 1 milhão e meio na questão do dinheiro nunca reclamado dos aloprados.

Então V. Sa. há de concordar comigo que existe aí, pelo menos, uma situação promíscua bastante comprometedora.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Olha, nós fizemos cotações, está certo? Nós fizemos cotações para que a gente contratasse um bom fornecedor de serviços de segurança. Nós... Podemos fornecer essa documentação toda ao Presidente da comissão para que repasse aos senadores, todo o procedimento feito na questão de pagamento de fornecedores.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas V. Sa. concorda comigo que é uma situação bastante suspeita.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Eu não posso concordar com o senhor porque foi uma contratação de prestação de serviços de segurança feito dentro de um critério gerencial preestabelecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Só minha tréplicazinha bem rápida.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu fiz a pergunta bem rápida, conforme comprometi com V. Exa..

Eu quero dizer que, independente de que haja qualquer coisa, eu quero deixar bem claro aqui que não existe nenhuma conspiração da *Veja*, me parece, com as pessoas que estavam aqui, todos os cooperados que estiveram aqui chorando seus problemas, com o Ignácio Loyola, seja ele escritor ou não, junto

com a *Rede Globo*, com o *Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, revista *IstoÉ*.

Não existem... Existem fatos baseados, Senador Casagrande, e no mínimo uma promiscuidade intensa entre partido político, o PT, que está no Governo, que V. Sa. é o tesoureiro, a Cooperativa BANCOOP, visto todas as colocações que fizeram aí entre troca de serviço e prestação de serviços, fundos previdenciários controlados pelo Governo, e remessa de dinheiro.

Essa promiscuidade é que absolutamente não é aceitável, mesmo que não haja, eu parto até do princípio, Senador Casagrande, até que não haja nenhum tipo de corrupção mesmo. Mas que existe uma promiscuidade absolutamente antiética, que não se baseia em... E nem pode... Em nenhum princípio tão a gosto da impessoalidade, republicana, que nós todos queríamos para um governo que todos os brasileiros se orgulhem dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pode. O senhor pode. Se o senhor quiser fazer algum comentário pode.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Só um pequeno comentário, senador. Tão logo, antes de tomar posse como tesoureiro do PT, eu me licenciei do cargo de Presidente da BANCOOP. Então, eu sou ex-Presidente da BANCOOP, estou aqui respondendo a todas indagações que são feitas, mas na condição de ex-Presidente já.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu só quero complementar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Fique a vontade, senador.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): porque o senhor é ex-Presidente da BANCOOP, mas, se não me engano, assinava cheques já antes, em conjunto com o ex-Presidente, não?

Mas é tesoureiro do PT, o Sr. Freud é segurança do PT, que contribuía para a campanha do PT, a Germany pertencia a dirigentes que eram ligados, que contribuíam para a campanha do PT.

Quer dizer, existe realmente uma relação profundamente promíscua e que eu acho até que deve ser cortada, até para deixar bem claro todas essas colocações que foram feitas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Podemos seguir em frente? Senador Cícero Lucena e Senadora Ideli. Para que a gente possa fazer o encerramento dessa fase da reunião.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, eu tive a oportunidade, estou tendo também, de participar das duas sessões. A primeira... As três. A que votou essa audiência, a audiência conjunta, a que esteve presente as vítimas do BANCOOP e agora nessa fase de esclarecimento do ex-Presidente, bem como da sua assessoria jurídica.

Pelo que nós vimos aqui, parece-me que está tudo resolvido. Que não tem problema nenhum na BANCOOP. Bem diferente daquilo que nós ouvimos quando as vítimas da BANCOOP aqui estiveram presentes.

Eles citaram, por exemplo, Presidente, ou ex-Presidente, desculpe, que determinadas cotas extras eram cobradas para pagar IPTU que já tinha sido pago. A cota de pagamento do IPTU já tinha sido apresentada a eles, eles já teriam pago essas cotas e, depois, voltavam a apresentar novas cotas porque o débito continuava existindo na Prefeitura.

Eles aqui também disseram que alguns não recebiam, no caso daqueles que estavam construídos, alguns não recebiam a quitação do seu imóvel para poder escriturar, porque o terreno ainda não estaria regularizado num procedimento natural que todos que lidam no mercado imobiliário sabem que precisa fazer parte do memorial de incorporação.

Outros disseram que questionavam, na Justiça, os valores que eventualmente a BANCOOP estava dizendo de elevação.

Outros colocaram que do apartamento, e chegaram a mostrar, como disse o Senador Alvaro Dias, o apartamento deles se encontrava e ele até apontava o 9º andar apenas do *folder*, muito parecido com aquelas fotografias bonitas que o senhor apresentou aqui no *slide*, e que o terreno estava limpo, sem nenhuma estrutura ainda construída.

Outros comentaram que a obra estava paralisada, que tiveram várias reuniões na BANCOOP, promessas de retomada da obra, retomada da obra e nada disso acontecia.

Por que eu faço essas duas comparações, Senador Arthur Virgílio? Me faz lembrar o siciliano Luigi Pirandello, que foi um daqueles mestres, Senador Tasso, cuja biografia humilha até os grandes. Como, por exemplo, Mozart, na música, só que ele foi das letras. Ele escreveu sua primeira obra com 12 anos de idade, uma ficção, até chegar ao Prêmio Nobel de literatura. Aventurou-se por quase todos os gêneros da literatura.

Mas, foi no teatro onde ele deixou a mais importante contribuição com peças como, por exemplo, *Seis Personagens em Busca de um Autor* e sobre essa que eu chamo atenção, *Assim É, se lhe Parece*; eu que presenciei a sessão dos vitimizados, ou das vítimas, dos coitados que aqui expuseram a BANCOOP, e agora vendo tudo mil maravilhas, a perfeição gerencial dos procedimentos éticos, do respeito--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Já dá para começar a ter raiva deles, daquele pessoal que veio aqui.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então, veja bem, nessa última personagem, Senador Arthur Virgílio, a personagem principal dessa peça, *Assim É, se lhe Parece*, Lamberto Landisi diverte-se ao dissecar [soa a campainha], impiedosamente as contradições das outras personagens da comédia dramática, na busca da verdade de cada um, sempre conflitante com a dos outros, ele mostra como as coisas mudam totalmente de figura a cada olhar diferente, dependendo da pessoa que observa.

Uma ficção que está me parecendo, de uma forma clara, a realidade desse momento que nós estamos vivendo. O rico currículo de V. Sa., o senhor deteve cargo, exerceu cargo de Diretor Presidente, de Direção do Sindicato dos Bancários, da gráfica do Sindicato, da BANCOOP, e atualmente do PT.

O irmão do Sr. Luiz Eduardo Malheiro, Sr. Hélio Malheiro, declarou ao Ministério Público que o senhor pressionava Luiz Eduardo Malheiro a efetuar um empréstimo da BANCOOP à BANGRAF, a gráfica dos bancários. Isso é verdade? A operação se realizou? Quando, qual o valor e as condições desse empréstimo? E o empréstimo foi pago?

Sr. Presidente, se me permite eu farei as perguntas só para a gente ir andando e se eles, assim desejarem poderiam responder. Pois não. Embora algumas eu vá precisar do desdobramento da sua resposta, eu pensava em agilizar. Apenas nesse sentido.

Entre as suas atribuições, seria de zelar pelo equilíbrio financeiro da cooperativa? O senhor, como diretor administrativo, financeiro e como diretor técnico e executor que foi também, em algum momento passou sobre a responsabilidade de V. Sa. que havia a possibilidade de superfaturamento nos terrenos? Que havia problemas técnicos na aquisição desses terrenos, por exemplo, em relação ao tipo do terreno, a resistência do seu solo, que muitas vezes exigiram processo 30 vezes mais caros na implantação das suas fundações por deficiência do solo?

O depoimento do engenheiro Ricardo do Carmo confirma que os empreiteiros da BANCOOP, a princípio, foram forçados a colaborar com a campanha do então Presidente Lula [soa a campainha], em 2002, emitindo notas frias, notas fiscais frias, que eram pagas, Senador Tasso Jereissati, que eram pagas com cheque para essas empreiteiras retirarem na boca do caixa e depois repassavam esse dinheiro a Hélio Malheiro. Este diz, dizia que entregava o dinheiro a seu irmão e que este informava que esse dinheiro era destinado para a campanha do PT.

Todas essas afirmações que estou fazendo é fruto do depoimento do engenheiro Ricardo do Carmo, que durante muito tempo foi o responsável técnico e operacional da relação da BANCOOP com as construtoras.

O senhor soube em uma reunião da BANCOOP, em 2002, em que Luiz Eduardo Malheiro declarava com os cooperados que a BANCOOP apoiaria Lula e naquela oportunidade distribuiu material da campanha, em 2002 e, obviamente, naquela oportunidade, as cooperativas, por obrigação legislativa teriam que não ter participação política?

Eu faço essas perguntas e acrescento outras.

Na possibilidade do empréstimo à gráfica, a BANCOOP tinha como regra, atribuição ou prática fazer outros tipos de empréstimos? Por exemplo, antecipação de receitas de determinados fornecedores, prestadores de serviço, ou compra de crédito dessas empresas.

E também se a BANCOOP, além de operar em São Paulo, se ela tem ramificação no setor imobiliário em outros estados brasileiros?

Por enquanto, depois eu continuarei com as perguntas dependendo da resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. João Vaccari.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Primeiro, eu quero dizer que durante... Nesses últimos 14 anos, desde a fundação, nós sempre procuramos trabalhar com os nossos cooperados apresentando a eles todas as dificuldades, especialmente no período de 2005 para cá.

Agora, essa questão da incorporação que o senhor coloca que é um dado relevante, pela lei das cooperativas, nós estamos dispensados dessa incorporação. Então, não eram feitas incorporações prioritariamente, porque não é necessário pela lei das cooperativas.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas se o senhor me permite, a regularização do imóvel é um princípio básico inclusive para se tirar alvará de construção. Isso aí as cooperativas não estão desobrigadas.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Não, não. Estou dizendo do ponto de vista da incorporação, de forma antecipada. Agora, ao final, faz-se todo o processo de recuperação documental, para se fazer o habite-se, e, enfim, legalizar o imóvel.

Praticamente, eu não sei... Nós devemos ter por volta de 86% de nossos imóveis estão regularizados hoje com opção da questão da documentação em ordem. Posso errar esse número, ser um pouco menos, um pouco mais, mas é oitenta e poucos por cento.

A segunda questão que o senhor coloca, a BANCOOP nunca fez empréstimos à BANGRAF. Nunca. Não existe isso, não é verdade.

Ao mesmo tempo também, eu desconheço que a BANCOOP tenha comprado créditos. Isso eu desconheço. O que foi, o que teve, nós tivemos foi o FIDC no qual nós vendemos crédito ao mercado.

E a outra pergunta que o senhor faz, BANCOOP em outros Estados eu não tenho conhecimento. Creio que não exista. Dessa aqui eu não sei. Mas sob o nosso CNPJ, não. Pode ter coincidência de nome, essas coisas. Mas sob o nosso CNPJ, não.

Essa questão que se coloca dos terrenos, e da implantação dos empreendimentos, os terrenos eram comprados na cidade de São Paulo, a maior parte deles eram trocas de áreas, fazia-se a troca de áreas, quer dizer, o senhor sabe como funciona. Inclusive, parte dos empreendimentos que nós devemos foi a proprietária de terreno no qual nós fizemos troca de áreas, que também é um processo em negociação a ser desenvolvido.

E a implantação dos empreendimentos sempre seguiu a melhor norma da engenharia. Nunca foi feito... Se a engenharia recomenda que tem que ser feito assim, deve ser feito assim.

Nós tivemos um empreendimento, inclusive, que em função da região, da especificidade da região, que era Moema, uma região em São Paulo bastante complicada do ponto de vista da construção civil, que nós preferimos a descontinuidade e a devolução dos recursos aos cooperados, em virtude da especificidade do terreno, porque era melhor.

A outra situação que o senhor coloca, que o senhor cita aí, de novo, a história do... Do depoimento do Hélio sobre notas frias, o que eu posso dizer é que todos esses pagamentos foram contabilizados, estão registrados com as devidas medições. E que nós não podemos responsabilizar jamais depois que alguém saca dinheiro ou o que vai ser feito com dinheiro.

Entretanto, eu reafirmo o que eu já disse, eu nunca fui recebedor de qualquer dinheiro por parte de Luizinho, de Luiz Eduardo, do Hélio Malheiro ou de outras pessoas. Porque eu era Presidente do Sindicato na época.

E eu desconheço que tenha sido feito distribuição de materiais [soa a campainha] em apoio ao Lula na campanha de 2002. Isso eu desconheço, porque em 2002 eu era Presidente do Sindicato dos Bancários, e estava devidamente ocupado com as mobilizações que nós vínhamos fazendo, porque coincidentemente a eleição é na época da campanha salarial dos bancários, que nós sempre achamos isso uma dificuldade.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, gostaria de perguntar ao Sr. João Vaccari, na qualidade de Presidente da Cooperativa, ele aprovou as contas da entidade, relativas a 2004 e 2005, onde os balanços da entidade já apontavam endividamento da ordem de 70 milhões. Como se justifica essa aprovação?

E também gostaria, se fosse possível, agora ou em outra oportunidade, qual era... Qual era e é a realidade do balanço da BANCOOP em 2003, e agora, em 2009, e como é que, no ano em que há um déficit desses, de 70 milhões de reais, consegue se ter uma aprovação AAA?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mais alguma coisa?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Depois eu encerrarei, só.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Sobre a aprovação dos balanços, em 2004, aliás, a partir de 2005 há uma mudança no regime do... Passamos a fazer o balanço no regime competência, não contra o regime caixa, que até 2004, 2003 e 2001, era no regime caixa.

Então, a partir de 2005 nós passamos, fruto da exposição inicial que eu fiz, da auditoria que foi feita, de toda contratação de assessoria, de profissionalização, nós passamos a fazer o registro de competência.

Então, a partir de 2005 fica evidente nos balanços, aparece os compromissos futuros.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas em 2004 já apresentava déficit.

SR. JOÃO VACCARI NETO: Olha, eu creio que não havia déficit do ponto de vista do balanço da BANCOOP. Mas havia, sim, déficit dos resíduos não cobrados e das necessidades que não tinham sido apresentadas ainda aos cooperados, que foram apresentados aos cooperados a partir de 2005.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, apenas para encerrar, lamento a ausência do Senador João Pedro, e mais uma vez se confirma a questão do Luigi, porque João Pedro estava presente na reunião com as vítimas da BANCOOP e, lamentavelmente, ele não teve tanta ênfase como teve hoje na presença do tesoureiro do PT, do Presidente do PT, para dizer que essas sessões e a defesa daquelas vítimas era politicagem.

Então, lamento a ausência dele, bem como ele não ter feito isso na audiência passada, com as vítimas do BANCOOP.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Ideli. Para encerrar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu queria, em primeiro, lugar lamentar que

nós não tivéssemos hoje a presença dos demais convidados, do Sr. José Carlos Blat, que é o Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo, e também do Sr. Lúcio Bolonha Funaro, que presta declarações aí que seriam muito importantes hoje, nós podermos inclusive fazer o confronto, tirarmos a limpo, porque quando nós propusemos que fosse trazido para a Comissão de Fiscalização e Controle o assunto, ao invés de ficar pipocando em várias comissões, como aconteceu aí durante quase três semanas, era porque essa comissão que tem exatamente a prerrogativa.

Se há algo que precisa ser fiscalizado, precisa ser controlado, é uma comissão permanente que tem essa prerrogativa e por isso que nós entendíamos que, se fosse o caso, deveria ser trazido para cá e não em outras comissões.

Então, é lamentável que os demais convidados não tenham comparecido.

Eu queria dirigir as minhas perguntas ao Dr. Pedro Dallari. E quero fazê-lo até porque o assunto, o tema é a BANCOOP. É isso. A pessoa que representa a BANCOOP nesse momento aqui, hoje, efetivamente, é o Sr. Pedro Dallari, que é o advogado da Cooperativa, até porque se fosse para nós fazermos perguntas a quem responde hoje pela BANCOOP, não seria o João Vaccari, teria que ser o atual Presidente da BANCOOP, que é o Vagner de Castro.

Então, eu queria, em primeiro lugar, assim, eu sei que essa pergunta já foi feita e eu gostaria apenas de reafirmar: a BANCOOP é uma cooperativa; portanto, ela está subordinada à legislação que rege as cooperativas no Brasil e ela não é uma ONG. Eu sei que... O Dr. Pedro já respondeu, mas eu queria que isso ficasse consignado, porque nós já vivenciamos esses expedientes aqui no Senado em outras... Em outras épocas, em outras situações, de querer fazer discussões de coisas que não são, como se fossem.

Então, acho que a primeira questão é esta reafirmação de que a Cooperativa dos Bancários, a BANCOOP não é uma ONG. A outra, também a confirmação, eu recebi aqui a cópia do documento que o Senador Suplicy encaminhou ao Dr. Jorge [ininteligível] Sobrinho, com as respostas, confirmando que não há recursos públicos federais na BANCOOP.

Eu quero até perguntar: não há recursos federais, não há recursos estaduais, ou seja, não há recurso público na BANCOOP? Eu queria que isso ficasse também consignado.

A outra pergunta que eu gostaria de fazer é o seguinte: eu acompanhei atentamente o desenrolar aqui de ação no Ministério Público, que começou em 2006, que quando os cooperados recorreram ao Ministério Público, e que isso acabou se transformando num acordo judicial, em março de 2009.

E depois, no Ministério Público, na esfera criminal, aonde inclusive o juiz responsável negou todas as quebras de sigilos, de bloqueio de contas etc. e tal.

Então, esses dois processos judiciais que foram aqui relatados, eu gostaria de saber se são os únicos, os únicos, ou existe algum outro processo judicial em andamento, seja lá em que esfera for, que envolva a BANCOOP?

Aqui foi dito que Dr. Pedro Dallari é advogado do Vaccari. E isto terminou de destituir o advogado do Vaccari que se encontra aqui. Então, eu não sei se o Dr. Pedro que foi agora subestabelecido aqui como advogado do Vaccari, tem condição de responder se o Vaccari responde algum processo.

Ele, na condição de Presidente, porque ele foi Presidente da BANCOOP, 2005 a... Agora, início do ano. Se neste período, com estes dois processos aqui, se ele foi indiciado, se ele respondeu, se ele foi ouvido, inquirido, acusado, apresentado algum tipo de prova.

Uma outra questão que eu queria fazer também é que me causou assim... É um volume grande [soa a campainha] de empreendimentos que foram lançados pela BANCOOP. Como a BANCOOP é de 1996, é uma cooperativa bastante antiga e nós temos ainda, pelo que eu entendi, um resíduo de aproximadamente 500 cooperados que estão realmente numa situação que acho que todos nós temos que... É obrigação de todos nós nos preocuparmos para que aquilo seja solucionado e seja solucionado a bem das pessoas que colocaram suas economias, seus recursos na perspectiva de ter a casa própria.

Mas eu queria saber o seguinte: alguns destes cooperados que estão ainda no litígio, que ainda têm, digamos assim, situação a ser resolvida pela BANCOOP, algum desses empreendimentos se refere a empreendimento lançado durante o período que o Vaccari foi Presidente da BANCOOP?

Porque acho que também isso é importante, porque acaba agora tendo que responder sem ser mais Presidente por situações que foram inclusive criadas no período que ele não era Presidente.

Nós tivemos, ainda, eu queria que ficasse um pouco mais claro, porque foi aqui informado de que houve auditorias nas contas e na contabilidade da BANCOOP. E quais foram os resultados dessas auditorias? Inclusive foi quebrado o sigilo bancário da BANCOOP. Eu quero que confirme.

Porque aqui foi falado tanto em cheque, saque a descoberto, em boca do caixa e tal, ou seja, isso passou ou não passou por auditoria? Qual foi o resultado dessas auditorias, para que fique claro se aquilo que

está sendo insinuado, levantado aqui tenha alguma razão de ser. E naquela questão do fundo, do FIDC, os investidores ou a BANCOOP tomaram algum prejuízo na constituição do fundo? Ou isso ainda está em aberto?

E, por último, eu queria, Dr. Pedro, assim, com toda sinceridade, porque falaram aqui do seu DNA, eu acho até... V. Exa. deve ter orgulho do seu DNA, mas todos sabem, entendem do saber jurídico e da experiência, o reconhecimento público do seu trabalho jurídico. O senhor consegue me explicar, consegue me explicar, por que as perguntas não foram dirigidas à única pessoa que responde efetivamente pela BANCOOP? Por que as perguntas foram majoritariamente dirigidas ao Vaccari? Por que que muitas das perguntas, inclusive, não tinham nada a ver com a BANCOOP? Foram perguntas aqui de outras... De outras esferas, de outras situações, de outros momentos, de outros episódios. Por quê?

E eu até, queria até, assim, perguntar, porque a sensação que me passa, às vezes, é que deve ter algum artigo, em algum código, em alguma legislação, que torna crime automático ser do PT, porque é impressionante, entende.

O principal objetivo não é atingir a BANCOOP, muito menos resolver o problema dos cooperados, mas é atingir o PT.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos então...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só uma Questão de Ordem, Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vou passar a palavra ao Dr. Dallari. Antes a Questão de Ordem.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, até por sugestão da Senadora Ideli, eu gostaria também que consignasse que no mínimo é estranho, embora façam questão de registrar que na BANCOOP não tem recurso federal, que é no mínimo estranho a composição de um FIDC, onde pouco mais de 20 milhões de reais são compartilhados com praticamente oito fundos de pensões e todos eles estatais, de origem de empresas estatais. Eu gostaria que isso fosse registrado também.

E quanto à questão de ser crime ou não ser do PT, é questão de uma consciência de quem é do PT.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dr. Pedro Dallari, com a palavra.

SR. PEDRO DALLARI: Prezada Senadora Ideli, eu procurarei ser breve, diante do adiantado da hora, mas se, porventura, deixar de responder alguma coisa, por favor, V. Exa. me cobre.

Como eu procurei explicar, a Cooperativa não se confunde com uma organização não governamental.

As organizações não governamentais têm a forma de sociedade civil e são regidas pelo Código Civil Brasileiro de 2002. As cooperativas têm natureza jurídica própria e são regidas por uma lei específica, que é a lei 5.764, de 1971.

Portanto, não há, do ponto de vista técnico, do ponto de vista do direito, confusão entre as duas figuras. Tanto é que as cooperativas não se habilitam, por exemplo, a parcerias com o poder público, que são reservadas às organizações não governamentais.

Com relação aos recursos públicos, a pergunta de V. Exa. permite realmente explicar algo que talvez tenha ficado impreciso na apresentação inicial, porque lá figurou que não haveria nenhum aporte de recursos públicos federais na BANCOOP e isto poderia dar margem à interpretação de que poderia então haver recursos públicos estaduais ou municipais.

Não há recurso público de espécie alguma. Os recursos da BANCOOP são aqueles provenientes dos cooperados e aqueles que resultam de operações financeiras feitas pela própria cooperativa.

É importante registrar que como o fundamental para uma cooperativa é o aporte dos cooperados, na medida em que os cooperados se tornem inadimplentes ou que haja depósito em juízo, evidente que isso traz dificuldades de fluxo de caixa para a cooperativa. Daí porque a preocupação com o combate à inadimplência e com as medidas judiciais que objetivam viabilizar a entrada de recursos na cooperativa.

Com relação às ações judiciais, além daquelas ações judiciais que resultam da relação entre os cooperados e a cooperativa, existe, como ficou evidenciado aqui uma única ação promovida pelo Ministério Público, que é a ação civil pública na qual se verificou um acordo judicial entre o Ministério Público e a BANCOOP.

Do ponto de vista criminal, e esta a nossa grande indignação em relação à conduta do Promotor Criminal, embora desde 2008 venha sendo feita a acusação de que a Cooperativa é uma organização criminosa, jamais foi proposta uma ação contra a Cooperativa, contra os cooperados, contra os dirigentes da cooperativa. Eles jamais... A cooperativa jamais foi chamada a se manifestar no inquérito criminal, os dirigentes da cooperativa jamais foram chamados a se manifestar no inquérito criminal...

Ou seja, é algo que revela um absoluto descompasso entre a postura na imprensa do promotor e aquilo que está nos autos, inviabilizando inclusive o exercício do direito de defesa.

Eu sei que esta é uma questão que preocupa muito hoje o Ministério Público como instituição, porque gera, obviamente, um desgaste na instituição.

Até onde eu tenho conhecimento, e ele me confirma então aqui, o Presidente João Vaccari não responde a nenhum processo, não tem nenhum tipo de acusação contra ele que tenha sido objeto de formalização.

Mesmo em relação à matéria da revista *Veja* que traz a referência ao depoimento do Luiz Funaro, esse depoimento teria sido feito, segundo a revista *Veja*, em 2005. Pois bem, o Ministério Público Federal, perante o qual foi feito o depoimento, jamais [soa a campainha] solicitou a João Vaccari qualquer esclarecimento em relação àquele depoimento. O que demonstra que o próprio Ministério Público não viu consistência no depoimento, se é que o depoimento efetivamente existiu.

As auditorias. Houve auditorias internas, em 2005, quando assumiu a nova gestão e a partir daí há uma auditoria permanente nas demonstrações financeiras. É importante registrar que esta auditoria que se faz em caráter permanente na BANCOOP não é obrigação legal das cooperativas. Ela é uma atividade onerosa para a Cooperativa, e que se aplica, no direito societário brasileiro, às sociedades anônimas de capital aberto, porque exatamente essas precisam ter seus balanços auditados.

A operação feita pela Cooperativa em 2005 e depois se perenizou por força do compromisso da Cooperativa no acordo judicial feito com o Ministério Público, revela o compromisso com a prática de boa governança corporativa que vem sendo adotada.

Com relação ao FIDC, não houve nenhum prejuízo para nenhuma das partes, porque para a BANCOOP o FIDC foi uma operação vantajosa, porque permitiu aporte de recursos garantidos pelos recebíveis a taxas de juros muito menores do que aquelas que a BANCOOP poderia conseguir no sistema financeiro. Então, para a BANCOOP a operação foi vantajosa.

Para os fundos, a operação foi vantajosa porque permitiu o resgate, a venda das suas cotas e depois a própria liquidação do fundo com a remuneração pelo mínimo autuarial. Ou seja, aquele que, pelos órgãos de controle, estabelece o mínimo que tem que ser assegurado, foi assegurado aos fundos de pensão, os fundos de pensão não tiveram, portanto, nenhum tipo de prejuízo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Dr. Pedro, inclusive assim, pelo meu cálculo, bem de bater os olhos, aqui, foi 30% de rendimento.

SR. PEDRO DALLARI: É, ao longo de seis anos, de cinco anos de duração.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Na verdade, doutor, me permita, o que estava previsto em remuneração seria IGP-M mais 12,5%. O que foi pago foi INPC mais 6. Imagine se os fundos de pensões adotassem isso com todos os investimentos que eles fizessem.

SR. PEDRO DALLARI: Aí V. Exa. tem toda razão, mas há que se fazer uma observação. A pergunta feita pela Senadora Ideli se referia a prejuízo. Não houve qualquer tipo de prejuízo. O que pode ter ocorrido é que eventualmente os fundos não tiveram a remuneração na expectativa que originalmente tinham.

Mas isso não significa que tenha advindo prejuízo na operação, o que se configuraria realmente em algo grave ou algo problemático, e isso não se verificou, em nenhum dos relatórios efetuados isso aparece.

Com relação... Aí V. Exa. me faz uma pergunta... Enfim, que eu posso responder menos pela condição de advogado e mais pela de ex-parlamentar, das perguntas se dirigirem ao Presidente Vaccari... Veja, Senadora Ideli, eu tenho compreensão com isto. Nós estamos numa Casa política. Eu fui parlamentar, eu fui Vereador na cidade de São Paulo, eu fui Deputado--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Num ano eleitoral ainda por cima.

SR. PEDRO DALLARI: Mas isso é da natureza das casas políticas. Nós temos que ter tolerância, isso é prática da democracia, eu não vejo nisso um problema.

O que me parece problemático é a conduta do promotor criminal. Porque, insisto, no sistema brasileiro diferente do sistema norte-americano, onde o promotor não é eleito, o promotor não exerce função política, na medida em que o promotor deixa de se guiar pelo rigor funcional, e passa a especular com uma repercussão política da sua conduta, isto é uma distorção institucional no sistema.

Isto pode ter um impacto negativo do ponto de vista sistêmico. E eu tenho conhecimento de que o Ministério Público está preocupado com isso. Eu defendo integralmente a Instituição, acho que a Constituição Brasileira de 88 acertou ao conferir grande poder ao Ministério Público, acho que o Ministério Público tem um crédito perante a sociedade brasileira indiscutível, mas é importante se avaliar que uma conduta inadequada como esta do promotor criminal coloca em risco essa credibilidade.

Na medida em que a sociedade passar a ter suspeição do promotor como alguém que pode ser um agente político, isto é ruim para o Ministério Público e é ruim para a sociedade [soa a campainha]. Porque há uma politização inadequada. Mas, com relação ao Parlamento, não vejo nenhum problema.

Finalmente, peço só licença, Sr. Presidente, para passar a V. Exa. os documentos jurídicos a que fiz re-

ferência nas minhas falas, para que fique à disposição da comissão, as sentenças judiciais, os acordos, e possa até ser divulgado pela imprensa, embora os órgãos de comunicação já tenham isto em mãos há bastante tempo, porque são documentos, vêm sendo examinados já com atenção há bastante tempo.

Agradeço a atenção de V. Exa. e espero ter respondido as perguntas da Senadora Ideli.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado Dr. Pedro Dallari. Bem, concluímos então essa Audiência Pública.

Naturalmente, a minha expectativa como Presidente e expectativa da comissão é que nós... Com essa Audiência Pública nós possamos ter contribuído para que fatos que estão sendo noticiados no dia-a-dia sejam esclarecidos.

Ficamos prejudicados porque quem está acusando não... O Ministério Público justificou e o Funaro não justificou. Mas não estiveram presentes. Então, ficou uma sessão prejudicada. Certamente seria uma sessão muito mais animada com as presenças deles.

Mas, de qualquer maneira, eu agradeço muito o Dr. Pedro Dallari, pela sua presença; agradeço muito ao João Vaccari Neto, pela sua presença; e agradeço a todos senadores que participaram dessa sessão.

E nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, convidando a próxima para a próxima terça-feira, às nove e meia da manhã.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 15h54.

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia trinta e um de março de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (Cristovam Buarque), reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes senhores senadores membros da CDH Cristovam Buarque, Paulo Paim, José Nery, Flávio Arns, Jefferson Praia, a Senadora Rosalba Ciarlini e a Senhora Senadora não-membro Lúcia Vânia. Justifica a ausência a Senadora Patrícia Saboya. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. Item Único. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 26, de 2010 – CDH, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 17/03/10, para "debater e discutir as atribuições, responsabilidades e compensações dos Conselhos e Conselheiros Tutelares." O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais e dá início à apreciação da pauta. Convidados que comparecem: Carlos Nicodemos – Consultor do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; Fabio Feitosa da Silva – Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; Tânia Cubiça – Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro – ACTERJ; Alexandre Nascimento – Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Rio de Janeiro-RJ em substituição a Liliane Gomes da Costa – Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Município do Rio de Janeiro; Oto de Quadros – Secretário Executivo do Fórum Nacional de Defesa da Criança e Adolescente e; Paulo Roberto dos Santos – Coordenador de Relações Institucionais do Fórum Colegiado Nacional dos Conselhos Tutelares. Inicialmente, o Senhor Presidente, Cristovam Buarque, chama os senhores convidados para que compareçam à mesa. O Senhor Presidente faz suas considerações acerca do tema da Audiência Pública. Em seguida, o Senhor Presidente, Cristovam Buarque, dá a palavra aos senhores convidados na ordem supracitada. Após a explanação dos senhores convidados, o Senhor Presidente, Cristovam Buarque, franqueia a palavra a conselheiros tutelares de municípios do Estado do Rio de Janeiro, ouvintes da audiência, para se manifestarem acerca do tema em discussão. Em ato contínuo, o Senhor Presidente, Cristovam Buarque, franqueia a palavra ao Vereador Professor Pierre, do município de Nova Friburgo/RJ. O Senhor Presidente faz suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Cristovam Buarque, José Nery e a Senadora não-membro Lúcia Vânia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatorze minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma e a cada um.

Peço desculpas pelo atraso, porque estava em outra comissão, que precisavam de meu voto.

Declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legis-

lação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito aos Srs. Senadores e Senadoras a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, e coloco-a em votação. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Essa reunião de hoje, extraordinária, tem, por finalidade, fazer uma Audiência Pública, nos termos de um requerimento que eu tive a iniciativa, para *"debater e discutir as atribuições, responsabilidades e compensações dos Conselhos e Conselheiros Tutelares"*.

A iniciativa, além de sugestão que eu recebi, eu acatei, porque, de fato, enquanto o Brasil não tiver – e eu gostaria que esse tema fosse até discutido –, enquanto o Brasil não tiver uma secretaria para a criança, como tem para a juventude, como tem para as mulheres, como tem para o problema racial, enquanto não houver uma secretaria, junto à Presidência da República, dedicada a cuidar dos assuntos das crianças...

Os Conselhos Tutelares são o instrumento que nós dispomos para uma preocupação com a criança, além da preocupação específica da própria família.

Eu considero que os conselhos são dos grandes avanços, não só da Legislação, no sentido de olhar as crianças, mas também de cumprir nossa obrigação com o futuro, que é zelar pela criança, e, sobretudo, de cumprir a nossa obrigação para zelar por aqueles que menos têm quem zele, até porque, nem votar, votam, que são as crianças brasileiras.

É nesse sentido que eu espero que essa audiência sirva para chamar atenção do Brasil, a existência, a importância ao papel dos Conselhos Tutelares; sirva também para formularmos propostas que ajudem a transformar os conselhos em entidades cada vez mais atuantes, não apenas conforme a vontade, a vocação, o empenho, a liderança de cada um dos conselheiros, mas também que seja capaz de funcionar bem pela estrutura que se dispõe.

É isso que eu gostaria de ver aqui: chamar atenção do Brasil para o papel dos conselhos e formular propostas para que os conselhos disponham dos recursos, disponham da estrutura para que funcionem cada vez melhor.

É nesse sentido que eu começo a chamar os que vão fazer parte da Mesa: o Carlos Nicodemos, Consultor do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, quem eu chamo para a Mesa; o Fábio Feitosa da Silva, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; a Tânia Cubiça, Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro; Alexandre Nascimento, Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro; e Oto de Quadros, Secretário Executivo do Fórum Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente.

Nós aqui temos, em geral, 10 a 15 minutos para a apresentação. Claro que, quando é necessário, nós não somos inflexíveis, ao contrário, somos flexíveis no tempo, mas, na medida em que se atém ao tempo, fica melhor o funcionamento, porque depois poderemos fazer o debate.

Eu vou passar a palavra na ordem que eu chamei: Carlos Nicodemos, Fábio Feitosa da Silva, Tânia e o Oto de Quadros. Por isso, passo a palavra ao Carlos Nicodemos.

SR. CARLOS NICODEMOS: Bom-dia a todas e a todos. Cumprimentando ao Exmo. Presidente desta comissão, Senador Cristovam Buarque. Agradecendo o encaminhamento da proposição de realização desta Audiência Pública, que debate o papel e a importância do Conselho Tutelar na sociedade brasileira.

Queria registrar os meus cumprimentos aos demais membros da Mesa: ao conselheiro do CEDICA, Alexandre Nascimento; ao secretário executivo do Fórum Nacional DCA, o Oto; à companheira Tânia Cubiça; e o companheiro... A Tânia Cubiça, que representa a presidência da Associação Estadual dos Conselhos Tutelares do Estado do Rio de Janeiro; e o Presidente do CONANDA, o companheiro Fábio, representando os maristas na presidência do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente.

Queria, nesses 15 minutos, sabendo um pouco o que cada um desta Mesa pode trazer em termos de contribuição quanto a esse tema, o papel do Conselho Tutelar na sociedade brasileira, demarcar a importância que foi dada ao Conselho Tutelar, a partir de 1990, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Srs. Senadores – cumprimentando também o Senador Paulo Paim, Senador José Nery –, nós estamos completando 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. E o estatuto, ele trouxe vários capítulos a respeito da política de proteção à criança e ao adolescente. E um dos mais importantes, senão o mais importante, em termos daquilo que nós contextualizamos na nossa chamada democracia brasileira, é a criação dos Conselhos Tutelares, órgãos autônomos, órgãos permanentes, que devem zelar pela proteção da criança e do adolescente na aplicação de medidas protetivas.

É preciso dizer que os Conselhos Tutelares, enquanto um capítulo do Estatuto da Criança e do Adolescente, constituem a resposta que a sociedade brasileira deu à chamada política de judicialização e controle da infância e da adolescência, que, durante séculos, teve vigência no nosso país.

O antigo Código de Menores, de 1979, tinha, na lógica da judicialização do controle, a ação do Poder Judiciário no controle da política da infância e da adolescência.

Nesse sentido, a criação dos Conselhos Tutelares foi a resposta que a sociedade encontrou para não só desjudicializar essa política, mas democratizá-la, a partir da participação da sociedade de forma direta e objetiva, quando a lei estabelece, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a possibilidade de membros da comunidade serem escolhidos como representantes da sociedade para, na composição dos Conselhos Tutelares, aplicarem as medidas protetivas necessárias em torno da chamada política de proteção à criança e ao adolescente.

Queria dizer com isso, então, que debater os Conselhos Tutelares no Estado Brasileiro, debater a importância do Conselho Tutelar para a sociedade brasileira é debater a democracia brasileira, é debater a importância da resposta que demos no Estatuto da Criança e do Adolescente quanto à chamada desjudicialização da política de atendimento, e aí a comunidade como uma referência de ação para esta proteção.

Srs. Senadores, senhoras e senhores, registrando, nesta assistência, nesta plateia, a presença de mais de 40 conselheiros tutelares do Estado do Rio de Janeiro, que vieram mobilizados em torno desta... Desta agenda...

[palmas]

Imagino, cansados, depois de 16 horas de ônibus, do Rio de Janeiro até aqui. Mas esta presença registra uma preocupação. Uma preocupação no sentido de que, passados 20 anos, esse processo de desjudicialização começa agora a vir no sentido contrário, quando não é permitido um funcionamento pleno dos Conselhos Tutelares, por absoluta ausência de interesse das autoridades públicas, no que diz respeito não só a estruturação de funcionamento dos Conselhos Tutelares nos municípios, mas também das garantias mínimas de trabalho para esses conselheiros.

Digo isso, Senador Cristovam Buarque, que preside essa sessão, porque estive, há três semanas atrás, na condição de presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, àquela época, visitando um Conselho Tutelar no interior do Rio de Janeiro, mais precisamente na cidade de Arraial do Cabo, e, quando lá cheguei, o Conselho Tutelar não estava funcionando; não estava funcionando porque não tinha luz, porque a luz tinha sido cortada.

Como podemos entender que a principal resposta dada pela sociedade brasileira, em razão ao processo de democratização dessa política, em resposta à desjudicialização dessa política, pode funcionar dentro de um conceito de descentralização político-administrativa do Estado Brasileiro, onde simplesmente se anunciou que seriam criados Conselhos Tutelares nas cidades – um, no mínimo, para proteger a criança e o adolescente – sem que se tenha assegurado a sua efetiva estruturação, o seu efetivo funcionamento e o seu pleno... sua plena atuação para a proteção das crianças e dos adolescentes.

Quero entender que, passados esses 20 anos, essa ausência de estruturação... E aqui nós temos muitas questões a discutir. Certamente, o Presidente do CONANDA, o Fábio, vai trazer. Hoje o trabalho que o CONANDA está desenvolvendo a respeito de uma nova resolução sobre os Conselhos Tutelares... Mas quero acreditar que essa desestruturação, essa falta de condições de funcionamento dos Conselhos Tutelares não seja uma onda de retomada do Código de Menores de 1979, que pretende, mais uma vez, judicializar a política da infância e da adolescência, dando como terminado esse projeto, que, para nós, está colocado na lógica da democracia brasileira.

Com isso, Senador Cristovam Buarque, quero deixar a palavra para os demais membros da Mesa, ressaltando da importância de, no momento, partirmos para uma regulamentação da condição de trabalho do conselheiro tutelar, e, mais do que isso, fazermos uma revisão, dentro desse conceito de descentralização político-administrativa, que o Estado Brasileiro adotou na Constituição Federal, e que, no caso dos Conselhos Tutelares, simplesmente foi anunciar que os Conselhos Tutelares deveriam ser criados e ponto. E nada mais foi garantido em termos orçamentários, nada mais garantido em termos de políticas integradas, nada mais foi garantido em termos das instâncias da política de atendimento para dar ao Conselho Tutelar o seu pleno funcionamento e suas condições mínimas de trabalho.

Tenho certeza que os Conselhos Tutelares que aqui se fazem presentes têm uma expectativa, e nós todos da sociedade, cada um no seu posto, devemos atender a essa expectativa, que é criar um grupo de trabalho para poder ordenar qual, efetivamente, é a função do Conselho Tutelar no que diz respeito as suas condições de trabalho, como trabalhador, e, mais do que isso, implicar não só os municípios, mas também o estado, numa política integrada que possa garantir o pleno funcionamento do Conselho Tutelar. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer muito ao Carlos Nicodemos, até porque essa reunião tem, em grande parte, por razão uma sugestão dele, e dizer da minha

satisfação de passar a palavra ao Fábio Feitosa da Silva, como Presidente do CONANDA, esse conselho que nós todos tanto admiramos.

Com a palavra, por favor, Presidente.

SR. FÁBIO FEITOSA DA SILVA: Bom-dia Exmo. Senador Cristovam Buarque, no qual eu cumprimento também todos os outros senadores; Carlos Nicodemos, companheiro de luta, foi Presidente do Conselho Estadual do Rio de Janeiro, do qual tivemos uma proximidade, enquanto CONANDA, nas relações, nas discussões de vários assuntos; Tânia Cubiça, presidente da Associação dos Conselhos Tutelares do Estado do Rio de Janeiro, no qual eu cumprimento todos os conselheiros e conselheiras tutelares presentes; Oto de Quadros, secretário executivo do Fórum Nacional DCA, do qual eu tenho a honra também de fazer parte do fórum, onde é o espaço que a gente se organiza, enquanto sociedade civil, para garantir o controle social; Alexandre, que é o Presidente do conselho... Membro do Conselho Estadual do Rio de Janeiro. E, lembrando também aqui, as centenas e centenas de crianças e adolescentes que são violentadas, e aonde chega mais rápido é lá no Conselho Tutelar.

Vocês conselheiros e conselheiras tutelares, de fato, são a nossa retaguarda das nossas crianças e adolescentes que são violentadas diariamente, por várias questões, por falta de políticas públicas, e acabam sendo violentadas.

Bom, o CONANDA agradece, mais uma vez, o convite de estar participando de uma Audiência Pública para discutir temas importantes.

Quando eu cheguei, me chamaram para dar uma entrevista, perguntaram: "Qual é a importância do Conselho Tutelar na sociedade?" Aí falei que o Conselho Tutelar, de fato, é o órgão essencial para a garantia dos direitos da criança e adolescente, e é fundamental para que o sistema de garantia de direito, de fato, funcione.

Precisamos pensar, então, em todo o sistema de garantia de direito para que o direito da criança e do adolescente seja garantido. Precisamos pensar na promotoria, no juizado, nos conselhos, na defensoria pública, órgãos de segurança... Porque se todos nós estivermos conscientes dos nossos papéis, tivermos unidos, com certeza quem ganha são as crianças e os adolescentes.

Ano passado, o CONANDA esteve nesta Casa participando de algumas Audiências Públicas, tanto quanto o rebaixamento da maioridade penal, discutindo a questão da exploração sexual; e, hoje, o CONANDA, então, se faz presente para discutir esse tema importante, que é o Conselho Tutelar.

O Senador Cristovam Buarque já falou do Conselho Nacional e dos conselhos... Da importância que é, da conquista que nós tivemos, enquanto Constituição, da participação e efetivação dos Conselhos de Direitos. E, a partir da criação dos conselhos, vêm os Conselhos Tutelares, vem toda uma organização que, cada vez mais, a gente precisa perceber e precisa garantir essa força dos conselhos.

Pensando na questão dos conselhos, nunca é demais a gente refletir a sua criação pela Lei Federal 8.242, de 91, e as suas principais atribuições.

O Conselho de Direito formula e acompanha a execução das políticas públicas de atendimento à infância e à adolescência. Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente são órgãos deliberativos, responsável por assegurar na União, nos estados, nos municípios, no Distrito Federal, prioridade para a infância e adolescência. Também é sua atribuição fiscalizar o cumprimento da Legislação, que assegura os direitos humanos de meninos e meninas.

Constituídos de forma paritária, por representantes do governo e da sociedade civil, os conselhos estão vinculados administrativamente ao governo de estado, do município, ou do Distrito Federal, mas têm autonomia para pautar seus trabalhos e para acionar, estar junto com os Conselhos Tutelares, Delegacia de Proteção Especial, instância do Poder Judiciário, como o Ministério Público, as Defensorias Públicas e os Juizados Especiais da Infância e Juventude, que compõem a rede de proteção aos direitos da criança e adolescente; acompanhar a elaboração e a execução dos orçamentos públicos nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, com o objetivo de assegurar que sejam destinados os recursos necessários para a execução das ações destinada ao atendimento da criança e do adolescente, que consta na nossa Constituição como prioridade absoluta.

É papel dos conselhos conhecer a realidade de seu território de atuação e definir as prioridades para o atendimento da população infantojuvenil.

Os conselhos estaduais estão previstos nas 27 unidades federativas do país, e cerca de 96% dos municípios brasileiros contam com essa estrutura.

Em relação aos Conselhos Tutelares, último dado que nós temos, que 98% dos nossos municípios já contam com os Conselhos Tutelares.

Uma reflexão que nós fizemos em todas as conferências que nós participamos, enquanto CONANDA, seja a Conferência Municipal, Estadual Nacional, um dos pontos discutidos foi esse: que nós temos, de fato, 98% dos municípios com... Do território brasileiro com o Conselho Tutelar em lei, mas, na prática, de fato, o Carlos Nicodemos já citou, não tem estrutura sequer

para trabalhar. Tem Conselhos Tutelares que não têm local para fazer atendimentos, não têm telefone, energia cortada. Então, a gente vê o caos hoje.

Quando me perguntaram da importância dos Conselhos Tutelares, falei: "Muito importante. É essencial, de fato. Mas, nós precisamos rever então algumas questões".

Quando foi criado, em 90, e Carlos Nicodemos também já citou aqui, algumas questões trabalhistas que precisamos estar revendo. Precisamos rever algumas questões dessa estrutura física, da estrutura administrativa.

Essa Audiência Pública nos traz justamente isso, e acredito, não vou me alongar muito, porque a Audiência Pública, de fato, nós, enquanto espaço do CONANDA aqui, precisamos muito mais ouvir de vocês o que a gente, de fato, precisa estar pensando e levando para dentro do CONANDA. A Audiência Pública, para mim, tem esse papel. Esse papel de trazer mais próximo a sociedade dos órgãos. Então, essa é a grande importância.

Nós acabamos de aprovar, na última assembleia do CONANDA, na assembleia de março, a nova resolução de funcionamento dos conselheiros tutelares. Nós... A nossa resolução está no setor jurídico para que a gente possa publicá-la. Então, é um momento importante também para nós do CONANDA.

Ficamos um ano discutindo a resolução com consultas públicas, onde o documento foi até os Conselhos Tutelares, foram até os conselhos municipais, retornaram as contribuições. Tivemos dois consultores nesse processo, e, a partir disso, dessa contribuição, nós criamos um grupo de trabalho, onde esteve presente o Conselho Tutelar, Ministério Público, o CONANDA, que coordenou essa comissão, para que, de fato, nós pudéssemos aprovar. Aprovamos, então, a resolução.

Em alguns momentos de nossa plenária, tivemos presentes conselheiros tutelares, que nos ajudaram também a refletir a partir da sua realidade, das demandas, dos desafios e dos avanços.

Quero só trazer aqui o que nos... O que nos fez acreditar no momento de fazer essa alteração, essa mudança, essa revisão da resolução dos conselheiros tutelares, que é o início da nossa resolução: *"Considerando que o Conselho Tutelar constitui-se um órgão essencial do sistema de garantia de direito, conforme a Resolução 113(F) do CONANDA, tendo sido concebido pela Lei 8.069/90 para desjudicializar e agilizar o atendimento prestado à população infantojuvenil; considerando que o Conselho Tutelar e conselho municipal e distrital do direito da criança e do adolescente são frutos de intensa mobilização da sociedade brasileira, no contexto de luta pelas liberdades democráticas, que buscam efetivar a consolidação do sistema de garantia do direito da criança e do adolescente e a implementação das políticas públicas no plano municipal; considerando que o Conselho Tutelar é órgão de existência obrigatória para o sistema de garantia do direito da criança e do adolescente, na estrutura do município ou regiões administrativas do Distrito Federal; considerando a necessidade de fortalecimento dos princípios constitucionais da descentralização político-administrativa da política de proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, e a importância do Conselho Tutelar na consolidação da proteção integral infantojuvenil em âmbito municipal, distrital; considerando os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, em especial a prevalência dos direitos humanos como forma de afirmação de valores como a diversidade, a pluralidade e a dignidade da pessoa humana; considerando a atribuição do CONANDA de estabelecer diretrizes e normas gerais quanto à política do atendimento à criança e ao adolescente no que se refere ao papel do Conselho Tutelar; considerando os resultados da pesquisa Conhecendo a Realidade, de 2006, do CONANDA, que revela a inexistência de conselheiros tutelares em cerca de 10% dos municípios brasileiros e graves deficiências no funcionamento da maioria dos já constituídos; e, finalmente, considerando a necessidade de atualização da Resolução 75, em 22 de outubro de 2001, do CONANDA, que estabeleceu os primeiros parâmetros para a criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares do Brasil."*

Então, isso que nos impulsionou, acreditando em tudo que está no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nós temos alguns pontos, também, enquanto Conselho Nacional, a estar trazendo para reflexão. Um deles são algumas conquistas, e, outros, alguns desafios para nós.

A conquista é a aprovação dessa resolução. Acredito que temos aí um instrumental para que possamos, a partir dele, continuar avaliando o processo e avançar aonde nós percebemos que temos que avançar.

Foi criada, a partir do decreto, a Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, que, para nós, é um avanço.

Em termos orçamentários, nós tivemos também o avanço orçamentário. Em 2003, nós tínhamos um orçamento, na área da criança e do adolescente, de 60 milhões. Hoje, nós chegamos com... Na Secretaria Especial de Direitos Humanos, com orçamento de 216 milhões.

Conseguimos avançar também na questão dos fundos. Em 2003, nós tínhamos uma arrecadação de

23 milhões. Hoje, nós chegamos, para 2010, com uma arrecadação de 47 milhões.

Então nós temos alguns avanços. Claro que precisamos avançar mais. O recurso ainda é pouco para garantir. Mas precisamos também criar, cada vez mais, processos dentro dos estados, dentro dos municípios, dentro do Governo Federal, para que a criança seja, de fato, prioridade absoluta.

Estamos num grande desafio esse ano. Começamos ano passado com as Conferências Municipais, que discutiram as diretrizes para a construção da Política Nacional e do Plano Decenal Tivemos, depois, as Conferências Estaduais, a Distrital. Culminou-se na Conferência Nacional, onde tiramos as diretrizes para a construção dessa política.

O CONANDA, esse ano, tem esse papel de contribuir nessa construção da política, a partir das diretrizes aprovadas, e encaminhar para consulta pública, que será encaminhada, no mês de abril até junho, para todos os municípios essa construção, a partir da empresa que foi contratada, e que o CONANDA coordena todo [soa a campainha] esse processo junto com a Secretaria Especial de Direitos Humanos.

A construção dessa Política Nacional é um marco para nós. É um marco para nós enquanto sistema de garantia de direito ter uma Política Nacional, ter um Plano Decenal.

Já não pensamos então mais enquanto política de Governo. Nós pensamos em política de estado. Os governos passam. As políticas eficazes, elas precisam continuar. E a gente vê justamente isso. Como é que no processo algumas políticas foram ficando, e, a partir de governos, foram trocadas, sem uma avaliação, até mesmo a partir da sociedade. Então, garantir que seja construída essa Política Nacional e esse Plano Nacional é a garantia de que, de fato, todos nós, sistema de garantia de direito da criança e do adolescente junto com o Legislativo possamos garantir que o direito da criança e do adolescente, no Brasil, seja, de fato, respeitado.

Então, é com isso, com essa alegria também de construir. E nós queremos, dia 20 de novembro, estar apresentando para a população brasileira esse documento, essas diretrizes, esse Plano Nacional, a partir de toda uma consulta pública. Então, vamos ter reuniões com os conselhos municipais, com os Conselhos Tutelares, vamos ter reuniões com os fóruns, vamos ter reunião e vamos entregar uma carta compromisso em julho para os candidatos e as candidatas à Presidência da República, para que eles possam, a partir desse documento, construir e rever seus planos de governo. E, a partir do dia 20 então, oficializa, numa plenária conjunta com todos os conselhos nacionais, a aprovação desse Plano Nacional da Criança e do Adolescente, que é o Plano Decenal também.

Então, são coisas que nós temos aí para festejar, e muita luta pela frente. Com certeza o Conselho Tutelar, aonde chegam as violações, são aqueles que apontam para nós as verdadeiras políticas públicas que precisam ser garantidas para acabar com as violações das crianças e dos adolescentes.

Então, muito obrigado por esse momento, nós vamos partilhando durante o processo ainda com as outras falas para ver o que o CONANDA, nesse processo todo, pode contribuir ainda mais com o fortalecimento desse órgão, Conselho Tutelar. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço as palavras do Fábio e passo a palavra à Tânia Cubiça. É assim que diz, não é?

SRA. TÂNIA CUBIÇA: É, Cubiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro.

SRA. TÂNIA CUBIÇA: Cumprimento a Mesa, na pessoa do nosso senador, nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, Sr. Senador Cristovam Buarque. Também cumprimento Fábio Feitosa, presidente do Conselho Nacional, a quem já tive oportunidade de, em outros momentos, estarmos juntos em outros debates. Meu companheiro de luta, de caminhada, Carlos Nicodemos. Agradecendo também, mais uma vez, a oportunidade de estarmos, num momento como esse, para nós, conselheiros tutelares, inédito, de discutirmos as nossas atribuições, as nossas dificuldades e as nossas necessidades. A gente agradece muito ao Carlos Nicodemos, que tem feito todo um trabalho, no Rio de Janeiro, de valorização dos Conselhos Tutelares. Cumprimento também nosso companheiro Oto de Quadros, do Fórum Colegiado Nacional. Já tivemos oportunidade de estarmos juntos no congresso passado, em outras oportunidades. E meu companheiro também de luta, Alexandre, que está sempre ali junto com a gente, na luta dos Conselhos Tutelares, ex-conselheiro tutelar, com muito orgulho eu falo isso, porque eu tenho certeza que ele se orgulha disso, e estarmos nesse momento aqui, juntos, para debatermos e discutirmos essa questão dos Conselhos Tutelares. Bom-dia a todas e todos. Nesse sentido, também, agradeço a presença de um adolescente no meio de nós, nós trouxemos uma adolescente, Laura Jennifer(F), que veio com o nosso grupo...

[palmas]

Assim como o Sr. Fábio colocou, a questão da composição do Conselho de Direito, do Conselho Na-

cional, a composição do Conselho Tutelar é um pouco diferente: não é composta paritariamente, mas é eleita. E aí os Conselhos Tutelares, cada um de nós que estamos aqui fomos eleitos pela sociedade civil para estarmos representando a sociedade civil nesse espaço de defesa e de garantia de direito.

E nessa função é muito difícil para cada um de nós por não sermos regulamentados. Acho que a questão do conselho... Toda a dificuldade dos conselheiros tutelares, ela perpassa pela questão do não reconhecimento da função de conselheiro tutelar. Foi nos dado uma responsabilidade, mas ao mesmo tempo não nos foi garantido o reconhecimento dessa função. E, muitas das vezes, em vários municípios do Brasil, nós somos conhecidos como cargo estranho aos quadros, cargos comissionados, e não o cargo que realmente temos direito de ter, que é a função lá no quadro da prefeitura como conselheiros tutelares.

Então, isso é uma das coisas que nos faz falar de como falar de defesa se ela perpassa pela questão da garantia e da questão do respeito a esse órgão. A esse órgão que não tem autonomia político-administrativa. Temos lá, no nosso... No estatuto, Conselho Tutelar como órgão autônomo. Mas autônomos como? Nós – aqui é um exemplo disso -, nós tínhamos um grupo enorme de conselheiros para trazer. Infelizmente alguns conselheiros não puderam vir porque não tiveram liberação de cargo, não tiveram condição de chegar à cidade do Rio de Janeiro. Então, essa... Que autonomia é essa? Se quando nos é dado um orçamento, não nos é dado o direito de gerir esse orçamento.

Precisamos de um conselho, e na maioria, de um conselho de assistência social que libere uma verba que nos é direcionada, e não há tempo hábil para que os processos corram a tempo de podermos usufruir dessa verba.

Como também falarmos da participação no orçamento público, quando lá no art. 136, nos diz, no inciso IX, que nós devemos assessorar o Poder Executivo. E quantas vezes, mesmo na "forçação" de barra, quando conseguimos mandar ofícios, mandar propostas, não vemos essas mesmas propostas contempladas em nenhuma parte do PPA, nem na LDO... E aí fica muito difícil o Conselho Tutelar ter esse espaço realmente reconhecido como atribuição.

Outra coisa que a gente entende bastante dessa dificuldade de realmente manter, fazer com que as nossas atribuições sejam garantidas e respeitadas... Quando o Carlos colocou aqui a respeito da judicialização, e aí muitos de nós não tivemos a oportunidade de opinar, quando foi criada a Lei de Adoção. Essa foi uma... Muitos dizem: "Não foi tirado do conselheiro tutelar o direito de aplicar a medida de proteção". Mas a gente sabe que, em muitos municípios do nosso estado, não é assim que a coisa funciona. A gente sabe que, muitas vezes, precisamos estar duas horas da manhã com uma criança, dentro de um juizado, para poder fazermos o abrigamento. Então, essa é mais uma forma, talvez, diferente, de voltarmos a essa judicialização.

Para completar, e eu acho que os nossos companheiros aqui – nós viemos conversando, afinal 16 horas dentro de um ônibus, deu para a gente conversar bastante –, muitos estão aqui ansiosos para poder falar. Mas eu não podia me furtar também de lembrar que somos garantidores de direitos e que não temos direitos garantidos. Por exemplo, os direitos sociais.

[palmas]

Um exemplo é os direitos sociais. Não temos o nosso direito. Tivemos conselheiros tutelares que faleceram no exercício da função de conselheiros, no Estado do Rio, e que a sua família ficou completamente desamparada.

Então, precisamos repensar isso. Eu espero que essa Audiência Pública realmente nos traga uma motivação cada vez mais forte, porque ser conselheiro tutelar é uma honra, ser conselheiro tutelar, no Brasil, é um prazer enorme, é saber que com toda dificuldade de estruturação, com toda dificuldade do reconhecimento da função, estamos aqui e estamos na luta, e não vamos desistir dela nunca. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço à Tânia, e passo a palavra ao Alexandre Nascimento, que está representando o presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Rio de Janeiro.

SR. ALEXANDRE NASCIMENTO: Não, Conselho Estadual.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Estadual. Eu não disse. Desculpe.

SR. ALEXANDRE NASCIMENTO: Bom-dia a todos e todas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SR. ALEXANDRE NASCIMENTO: Isso.

Saudar aqui a Mesa, na figura do Senador Cristovam Buarque, Presidente dessa importante Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Não é isso? Que eu acho que essa comissão, ela tem uma representatividade importante nesse processo de luta e de regulamentação da função de conselheiro tutelar. Saudar o companheiro Carlos Nicodemos, hoje assumindo aí outras trincheiras, mas nosso companheiro

lá no Conselho Estadual, há 20 anos nessa luta com a gente, que, de fato, pude compartilhar com ele nessa gestão de uma preocupação verdadeira e não só uma preocupação, mas de uma proatividade em favor dos Conselhos Tutelares do Estado do Rio de Janeiro. A nossa companheira Tânia Cubiça, que ressaltou aqui a minha... Meu orgulho de ter sido conselheiro tutelar, durante dois mandatos de Niterói. E nosso companheiro Fábio, que traz aqui essa novidade dessa aprovação do CONANDA, dessa nova resolução, e que eu acho que a gente tem que hoje, assim como aprofundar a discussão sobre a nova Lei de Adoção e os efeitos dela na função de conselheiro tutelar, eu acredito que também tenhamos que nos debruçar sobre essa nova resolução.

A gente participou ativamente dessa discussão, não conheço o texto final, e dizendo que ela vem sendo apontada, não sei se o companheiro aqui confirma isso, como uma minuta, como um anúncio dessa lei federal de regulamentação da função de conselheiro tutelar. Então, daí a importância de a gente apreciar esse resultado concretizado nessa nova resolução.

Nosso companheiro Oto, companheiro aqui de várias trincheiras, mas hoje representando o Fórum Nacional, representação da sociedade civil, do qual eu entendo que é de onde surge, emerge, vamos dizer assim, o poder que o Conselho Tutelar tem, a competência que o Conselho Tutelar tem, de participação da comunidade na gestão da política pública.

Hoje aqui representando o CEDICA, através da Comissão de Comunicação e Articulação, que é a comissão que tem essa atribuição de dialogar com os Conselhos Tutelares e direitos no Estado do Rio de Janeiro, mas, como bem dito, fui militante, por muito tempo, desse movimento nacional e estadual dos Conselhos Tutelares, hoje afirmados nas Associações e Fórum Nacional, porque, por muito tempo, se delegava ao município os problemas de competência do Conselho Tutelar, referentes ao Conselho Tutelar. E a gente buscou, enquanto Conselho Tutelar, segmento, nos unir para dizer que o problema do meu conselho não é problema só do meu conselho, é o problema dos conselhos do Estado e é o problema dos conselhos no âmbito Federal. Daí a importância de se ter organizações representativas no nível estadual e nacional.

À época dessa articulação, fomos muito criticados, dizendo que a gente queria criar sindicatos, que era uma... Querendo fazer corporativismo, etc., mas hoje eu vejo, com felicidade, essas representações sendo reconhecidas no âmbito estadual e nacional, e podendo ser voz em favor dos Conselhos Tutelares, vozes legítimas, e... Então daí a importância que ressalto aqui de a gente estadualizar, de a gente nacionalizar a questão do Conselho Tutelar, e isso vem sendo apontado aí nesse movimento de alguns anos, concretizando-se agora na nova resolução, e, quiçá, na lei federal de regulamentação da função, que foi já tema do I Congresso Nacional, em 2000. Desde 98 a gente vem discutindo isso, quer dizer, para mais de 12 anos, o movimento de Conselhos Tutelares, e esperamos, nesse momento, então, avançar à medida que a gente vê uma situação periclitante dos Conselhos Tutelares a nível nacional.

Eu costumo dizer que o Conselho Tutelar, ele é um órgão *sui generis*. Apesar de estar lá na lei como órgão autônomo, ele é um órgão geralmente vinculado a uma secretaria do município e sem nenhuma autonomia administrativa e, por vezes, até mesmo funcional. E, apesar de estar lá localizado na administração municipal, ele não é um órgão da prefeitura, ele não deve ser confundido como um órgão fundamental. Apesar de ele ser também um órgão não jurisdicional, ser criado por lei, trabalhar com base na lei, ele é um órgão não jurisdicional. Ele não é um *longa manus* da Justiça, ele não é um braço da Justiça. Ele é a representação popular na gestão da política pública, na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Apesar de majoritariamente o Conselho Tutelar atender crianças e adolescentes em situação de pobreza ou extrema miséria, ele também não é um órgão de Assistência Social. Apesar de fazer atendimento, de prestar acompanhamento, também não é entidade de acompanhamento. Apesar de trabalhar, vamos dizer assim, atuar nos casos de crianças que cometeram algum tipo de ato infracional, também não é órgão de polícia.

Eu ressaltado isso porque o Conselho Tutelar, ele vem sendo confundido com todos esses segmentos. E, de alguma forma, tem sido colocado num lugar de subserviência, tanto da prefeitura, da polícia, do judiciário. Então, esse *status*, que a gente aqui proclama hoje, da importância do Conselho Tutelar enquanto órgão autônomo, representativo da sociedade, enfim, eleito pela comunidade para assumir uma competência, uma atribuição, um poder de proteção à criança e ao adolescente, ele, hoje, vem em franca expansão, vamos dizer assim, sendo achincalhado por processos, como já foi bem dito aqui de judicialização da política de atendimento à criança e ao adolescente, de prefeiturização dos Conselhos Tutelares – a gente vê Conselhos Tutelares hoje que não passam por processos seletivos, são indicados pelo prefeito, como se fosse um cargo de confiança do prefeito –, e de assistencialização também.

O Conselho Tutelar, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi a lei que lhe deu origem, ele é um órgão para todas as crianças e adoles-

centes, independente de classe social, independente de origem étnica e regional, e, contudo, as atribuições, a competência vem sendo quase que exclusivamente delegada a crianças pobres, e num estado, num lugar que está se tornando o Conselho Tutelar como polícia de família. E a gente tem que se preocupar muito com isso. A atribuição do Conselho Tutelar não é ser policial de família, não é... E a gente está aí em franca expansão dessa demanda que tem chegado aos Conselhos Tutelares.

Se hoje o conselho não chegou a esse *status*, do qual a gente aqui gostaria que tivesse chegado, eu ressalto três problemas, três fatores assim que definem o que, vamos dizer assim, um bom Conselho Tutelar.

Primeiro o processo de escolha. Esse processo de escolha vem sendo achincalhados, mal publicizados, com ingerências de diversas forças, que a gente, hoje... Duvidosas, vamos dizer assim, e, contudo, esse processo de escolha, ele é atribuição do Conselho de Direitos da criança e do adolescente, e sob a fiscalização do Ministério Público. Então, o resultado desse processo não é a culpa do Conselho Tutelar.

A questão da formação, não é, também é atribuição dos Conselhos de Direitos, de uma política maior, e a gente vem aí presenciando conselheiros sendo eleitos hoje e assumindo mandatos no dia seguinte sem qualquer preparação, sem qualquer orientação, e tendo que simplesmente contar com seus conhecimentos da sua bagagem.

E a gente sabe, eu reafirmo, hoje, graças a Deus, me deu a oportunidade de estudar, fiz meu mestrado nessa área, discutindo a função das redes, enquanto conselheiro tutelar, e percebo que, por mais que eu tivesse experiência, formação, ao chegar na função de conselheiro tutelar, a gente não sabe nada, a gente tem que reaprender e fazer tudo de novo.

Então, eu considero uma covardia o que vem sendo feito, de jogar cidadãos de lideranças comunitárias na função de conselheiros, sem nenhuma orientação, sem nenhuma formação. E os resultados são esses que, muitas vezes, são alvo das críticas das quais a gente vive hoje denegrindo a imagem do Conselho Tutelar.

A questão da estrutura, que é a responsabilidade do poder municipal, também não é responsabilidade do Conselho Tutelar. Então, o resultado, muitas vezes, que a gente vem sendo alvo de críticas, ao Conselho Tutelar, ele não é, nesse momento, ressaltado todos esses fatores dos quais o resultado está ali colocado enquanto essa ação desses diversos atores.

Para encerrar minha fala, eu gostaria de compartilhar aqui com as representações, principalmente do CONANDA, dessa nova resolução. Eu não sei como é que ficou fechado o seu teor, mas alguns artigos me preocupavam muito na época da consulta pública, de colocar o Conselho de Direitos, principalmente o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente como fiscal do Conselho Tutelar. Alguns artigos indicavam essa competência do Conselho de Direitos, de fiscalizar a ação do Conselho Tutelar, e acho que isso é um fator que a gente precisa avaliar, dado as conjunturas políticas locais dos quais a gente tem conhecimento dessa relação entre o Conselho Tutelar e Conselho de Direitos no âmbito local e regional.

Então, eu parabenizo aqui a iniciativa do senador, acolhendo aqui a proposta do nosso companheiro Carlos, e a aceitação, a aderência desse convite aos demais membros da Mesa, dessa importância, como já foi bem dito aqui, desse momento histórico. Há 20 anos que eu milito nessa área, há pelo menos 14 na área de Conselho Tutelar, e é a primeira vez que eu vejo o Conselho Tutelar ser pauta de discussão numa Audiência Pública aqui nessa Casa.

Então a gente tem que valorizar esse momento e depositar expectativas e esperanças que a gente possa avançar nessa discussão e consolidar algumas conquistas aí ao longo dessas décadas em relação a essa... A esse lugar que a gente gostaria que o Conselho Tutelar ocupasse, de fato, de... Vamos dizer assim, de importância da comunidade no zelo pelos direitos da criança e do adolescente. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado ao Alexandre Nascimento.

E eu passo a palavra ao último orador, depois passarei a palavra ao Senador José Nery.

O último orador é o Oto de Quadros, que é o Secretário Executivo do Fórum Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente.

SR. OTO DE QUADROS: Bom-dia a todos. Eu quero saudar, de uma forma especial, o Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que teve a iniciativa de realizar esta Audiência Pública. Quero saudar também os meus companheiros de Mesa, o Carlos Nicodemos, que é do Rio de Janeiro e teve uma participação importante nessa resolução do CONANDA, mencionada pelo presidente do CONANDA. Quero saudar o Fábio Feitosa da Silva, que é o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, integrante da sociedade civil no CONANDA, e também integrante do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Quero saudar a Tânia Cubiça, presidente da Associação dos Conselhos Tutelares do Rio de Janeiro, e parceria nessa luta, na ver-

dade, pela implementação do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Quero saudar o meu companheiro Alexandre Nascimento também, que está integrado a esta luta, representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro.

Minha saudação especial também aos senadores que já passaram por aqui: Senador Paulo Paim, que é do meu estado, eu nasci no Rio Grande do Sul e estou em Brasília há cerca de 18 anos; e também o Senador José Nery e a Senadora Rosalba Ciarlini.

Saúdo também a todos os conselheiros e conselheiras tutelares que estão aqui. Há representantes, há conselheiros tutelares também do Distrito Federal, embora a divulgação não tenha sido muito boa aqui na capital do Brasil.

E saúdo a minha esposa, Vera de La Passe(F), que está aqui prestigiando essa Audiência Pública, porque é uma também defensora dos direitos da criança e do adolescente.

É uma satisfação muito grande para o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente participar deste evento, que coloca na pauta do Congresso Nacional a situação dos Conselhos Tutelares no Brasil. Pelo que eu lembro, é o primeiro evento coletivo nesse sentido, onde se discute a situação dos Conselhos Tutelares.

O Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, ele surgiu exatamente quando da elaboração da Constituição Federal de 1988. Surgiu nesse período: 1987, 1988. Depois que se constituiu na forma de uma sociedade brasileira de proteção aos direitos da criança e do adolescente, e é composto por entidades. Entre elas participam diversas, e a minha, que é a Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos de Defesa da Infância e da Juventude que, hoje, juntamente com o Conselho Federal, do Serviço social, a União Brasileira de Educação e Cultura, que é uma entidade Marista, e a Aldeias SOS compõem a coordenação colegiada desse Fórum Nacional. Então, nós não temos a presidência, nós temos uma coordenação colegiada.

E para desenvolver essa participação do Fórum Nacional DCA, que também é a participação da ABMP e, de certa forma, do Ministério Público do Distrito Federal e territórios, porque, na verdade, só estamos na coordenação colegiada do Fórum Nacional pelo fato de sermos integrantes da ABMP.

Há necessidade de análise, no meu ponto de vista, daquilo que está colocado na Constituição Federal a respeito dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente e dos Conselhos Tutelares.

Em 1987, 88, o legislador constituinte aceitou uma sugestão da sociedade civil organizada, que coletou mais de um milhão e 300 mil assinaturas e escreveu, na nossa Constituição, pela primeira vez, que criança possui direitos, e, mais, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade absoluta, todos os direitos que essa criança e adolescente possuem. E a Constituição enumera, no art. 227, embora de forma não exaustiva, porque se existir um direito que nós imaginarmos que não esteja aqui, também está incluído em alguns desses itens: *"direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e crueldade e opressão"*.

E, mais, também por sugestão da sociedade civil organizada, *"o legislador constituinte escreveu na Constituição Federal de 1988 que as ações governamentais serão realizadas com recursos do orçamento, e organizadas com base em duas diretrizes: descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal, e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes de assistência social; e participação população por meio de organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis".*

Hoje nós temos problema de falta de respeito ao Conselho Tutelar no Brasil todo, inclusive na capital do Brasil. Mas, por que isso acontece? Porque as nossas faculdades, os cursos de graduação não dão a devida importância ao direito da criança e do adolescente, que está na Constituição Federal.

Ainda hoje, há juízes, promotores de justiça e advogados que não vêem, não enxergam o fundamento constitucional para os Conselhos Tutelares, mas essas organizações representativas que a Constituição fala, são os conselhos dos direitos da criança e do adolescente, e os Conselhos Tutelares. A partir de 05 de outubro de 1988, data da promulgação da nossa Constituição, não mais se admite, no Brasil, um governante, um Presidente da República, um governador de Estado, um prefeito, um chefe de Poder Executivo, um secretário de Estado, um ministro de Estado que diga: "Eu fui eleito para governar e eu vou executar meu plano de governo". "Não. Você foi eleito para cumprir a Constituição e as leis do nosso país. Foi eleito para respeitar as deliberações dos conselhos dos direitos e respeitar a autonomia dos Conselhos Tutelares."

Há também, eu coloquei nesse texto que preparei, alguns aspectos sobre a questão da autonomia e dos requisitos que devem existir para que o Conselho Tutelar funcione adequadamente. Isso está no plano do nosso direito positivo brasileiro e também da teoria de quem escreveu a respeito do direito da criança e do adolescente.

"A pesquisa Conhecendo a Realidade, que foi encomendada pelo CONANDA, e que foi realizada entre 2006 e 2007, apontou inúmeras deficiências." Todo mundo já sabia que os Conselhos Tutelares funcionavam muito mal, mas que estava esse caos, essa pesquisa foi a primeira que documentou de forma científica.

Em 2006, essa pesquisa apontou que cerca de 680 municípios brasileiros sequer haviam criado, na lei, os Conselhos Tutelares. Além de outros problemas, onde haviam sido criados, 4% não funcionavam. Na prática, existia só na lei.

Os requisitos para participar, para ser conselheiro tutelar, também foram analisados, e, no Brasil todo, há uma diversidade muito grande, desde provas para participar do processo de escolha, até o próprio processo de escolha.

Nessa pesquisa, registrou que 70% dos Conselhos Tutelares tiveram seus membros escolhidos através de eleição direta e aberta a todos os eleitores do município, conforme recomendado na Resolução 75, de 22 de outubro de 2001, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Mas qual é problema da Resolução 75, no meu ponto de vista? É que a nossa Constituição diz que o voto é obrigatório, e a Resolução 75, ela diz que o voto para conselheiro tutelar deve ser facultativo.

O próprio Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente parece que teve uma certa dúvida, qual é o papel do Conselho Tutelar, do conselheiro tutelar. Ele é um agente do Estado? Do meu ponto de vista, é um agente político do Estado, que é escolhido pela comunidade local, para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Essa pesquisa também apontou a região que apresentou menor percentual desta resposta da escolha direta pela população foi exatamente a Região Sul, que nós temos como uma das regiões mais desenvolvidas do país. Apenas 58% dos municípios da Região Sul escolhem diretamente os conselheiros tutelares. E a Região Norte, 83%. Teve a mais elevada frequência.

A segunda forma mais comum de escolha de conselheiros é a eleição direta a todos os membros das entidades do município, que atuam na área do direito da criança e do adolescente, tanto as governamentais como as organizações da sociedade civil. Apresentou um percentual de 10% das respostas. A região que emprega esta opção com maior frequência é a sul. Escolhe indiretamente. A pesquisa trata como direta, mas, na verdade, é uma forma indireta. São organizações da sociedade civil que trabalham com direito da criança e do adolescente que escolhem os conselheiros tutelares: 15%. Enquanto que as Regiões Norte e Centro-Oeste empatam com as que apresentam menor percentual desta forma de eleição: 6% de cada.

E as formas indiretas, por órgãos de classe, universidades, as associações comerciais: 6%. Seguida pela eleição realizada pelos representantes das entidades municipais que atuam exclusivamente na área da criança e do adolescente: 5%. Há que se avançar.

Nós saudamos essa resolução do CONANDA, que está para sair. Não conhecemos também a redação final, mas algumas coisas também nos preocupam. É essa eleição facultativa, a eleição... O CONANDA não pode dizer que uma eleição é facultativa se a Constituição diz que é obrigatória. Podemos até não concordar com essa eleição obrigatória prevista na Constituição, mas isso é um outro debate. Não é matéria para o CONANDA dizer. Caso a eleição continue como facultativa, vamos continuar com esse quadro no Brasil, sem importância que é dada ao Conselho Tutelar.

Esses dados objetivos da pesquisa mostram que os Conselhos Tutelares são relegados a segundo plano em todo o Brasil, inclusive a capital do Brasil. Há que se lembrar, por essa pesquisa, havia exatos 684 municípios que nem haviam criado Conselhos Tutelares. [soa a campainha]. Não se pode aceitar que onde foram criados, salvo pouquíssimas exceções, que só confirma a regra, eles não possuem prioridade quando a Constituição diz que família, sociedade e Estado devem garantir os direitos, que as crianças e adolescentes possuem, com prioridade absoluta. Não é aceitável que o Conselho Tutelar, órgão de existência obrigatória na estrutura do município, funcione em corredores de prédios caindo, sem uma folha de papel, sem um veículo automotor, sem um computador, sem conexão à internet. E também é um escândalo que muitos municípios, alguns municípios também não tenham criado o conselho dos direitos da criança e do adolescente depois de todos esses anos de vigência da Constituição.

Essas instâncias, conselhos dos direitos, Conselhos Tutelares, têm por objetivo exatamente garantir a participação da população de forma institucionalizada, seja votando como eleitor, seja oferecendo-se como candidato. O conselheiro tutelar é alguém do povo, mas que deve ter um conhecimento mínimo na garantia dos direitos da criança e do adolescente. É por isso, também, que deve haver uma formação con-

tinuada, conforme já disse o CONANDA, em 2006, na Resolução 112.

Por isso, há que se resgatar o sentido genial da criação desse órgão, com fundamento na Constituição Federal. Há que se resgatar o princípio da democracia participativa previsto no art. 1º da Constituição e relembrado no art. 204. Deve ser lembrada a origem popular do art. 227 e do próprio estatuto. Deve ser considerado o rompimento com o modelo menorista de 1988, e que ainda está vivo nas práticas de muitas autoridades.

O momento – 20 anos do Estatuto, 21 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança, 22 anos da Constituição Federal – é propício para que seja aprovada uma emenda constitucional. Essa resolução do CONANDA é boa, é muito bem vinda, mas não basta. Os prefeitos vão continuar olhando para a Constituição e dizendo: "Aqui no art. 29 não está previsto o Conselho Tutelar".

No meu município, eu tenho que ter prefeito e Câmara de Vereadores, e está funcionando. É por isso que nós defendemos... É claro que essa não é a posição de toda a sociedade civil que integra o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, mas é um tema que passou por um grupo de trabalho da ABMP, que já fizemos essa sugestão ao CONANDA. Não é a opinião sedimentada do Fórum Nacional exatamente porque ainda não fizemos essa discussão com o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Hoje nós temos mais de 60 emendas constitucionais que modificaram a Constituição Federal de 1988. Nenhuma delas no sentido de fortalecer conselho dos direitos e Conselhos Tutelares. É por isso que nós tomamos esse posicionamento de que precisamos de uma proposta de emenda à Constituição.

Tramita também no Senado o PLS 119, de 2008, que também, no meu ponto de vista, não resolve a questão porque deixa a Justiça Eleitoral de fora.

Em 1990, 91, quando o Estatuto da Criança e do Adolescente foi alterado, talvez até justificasse, porque as eleições eram realizadas em urnas de lona, com cédula de papel. A Justiça Eleitoral se sentiu confortável em ficar afastada desse processo. Hoje, com praticamente todas as eleições realizadas com voto eletrônico, nós não podemos abrir mão da tecnologia em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Por isso defendemos que a eleição deve ter uma data única no Brasil, que isso está na resolução, mas vai haver uma dificuldade de implementação porque cada município tem uma lei própria, e a eleição realizada pela Justiça Eleitoral.

Encerro por aqui, Sr. Presidente, porque já vi que meu tempo está esgotado. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com essa apresentação, terminamos as falas de todos da Mesa, e eu passo a palavra ao Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, é com imensa satisfação que saudamos a presença dos convidados a esta Mesa de debate sobre as atribuições, responsabilidades e compensações dos conselhos e conselheiros tutelares do nosso país. Saudando a presença do Carlos Nicodemos, Consultor do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o CONANDA; o nosso Presidente do CONANDA, Sr. Fábio Feitosa da Silva; a Tânia Cubiça, Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro; Dr. Oto de Quadros, Secretário Executivo do Fórum Nacional... Chamado Fórum Popular DCA, Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando o Fórum e a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores, ABMP; bem como saudar a presença do Sr. Alexandre Nascimento, que aqui representa o Conselho Estadual dos Direitos da criança e do Adolescente do Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, também quero saudar, com enorme satisfação, a presença de diversos conselheiros e conselheiras tutelares do Estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, que se encontram aqui participando desta Audiência Pública no plenário da Comissão de Direitos Humanos... da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

Não posso falar desse tema sem remeter rapidamente, Sr. Presidente, à minha militância específica nesta área. Que, desde a luta para a criação do próprio estatuto, que... Em que se mobilizaram, nacionalmente, várias entidades, vários movimentos, quero destacar, sobretudo, o movimento que veio da Amazônia, liderado a partir de Belém do Pará, movimento chamado Movimento de Emaús, coordenado pelo Padre Bruno Sechi, creio que conhecido de muitos aqui, porque tem trabalhos publicados e tem uma atuação destacada nessa área, que teve ali um papel importante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua, do qual... Esse movimento que teve a presença de vários estados brasileiros. O Rio de Janeiro, por exemplo, teve uma... Rio de Janeiro, Distrito Federal, a Bahia, Ceará, a Amazônia, especialmente lembro do Pará... Vários estados brasileiros. E foi ali o embrião de muitas lutas, entre elas... Em defesa da criança e do adolescente, entre elas a criação e a luta pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Tive a oportunidade de, enquanto membro do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, no município em que eu moro, Abaetetuba, na região próxima de Belém, no Estado do Pará, e, em 1997, depois de uma luta que já vinha de alguns anos, desde a aprovação do estatuto, conseguimos ali implementar o Conselho de Direitos e elaborar a resolução para a eleição do primeiro Conselho Tutelar, que, em janeiro último, realizou a eleição para o quinto mandato dos conselheiros. E nós conhecemos de perto a missão, o trabalho, os desafios, os descasos, o desrespeito com que grande parte das gestões municipais, das autoridades do judiciário, da polícia, e, às vezes, em alguns lugares até do Ministério Público, quando não muito, quando até a falta de compreensão da própria comunidade sobre o verdadeiro papel do Conselho Tutelar.

Temos acompanhado de perto o que significa o trabalho dos Conselhos Tutelares em nosso país, em especial no meu Estado do Pará, e de 143 municípios do estado, temos Conselhos Tutelares em 136. Ou seja, por tudo que debatemos, discutimos no nosso estado, o estado continental, são sete milhões e meio de pessoas para mais de dois milhões de quilômetros quadrados no Estado do Pará. E nós verificamos o quanto tem sido difícil os conselheiros tutelares, os Conselhos Tutelares cumprirem as suas atribuições.

Porque parte do diagnóstico, os ilustres expositores aqui apresentaram, nós constatamos, em cada visita que fazemos aos municípios... Porque, na minha agenda nos municípios, na medida do possível eu incluo uma visita ao Conselho Tutelar da localidade, justamente para acompanhar, estimular lutas, fortalecer iniciativas que visem, de fato, com que o estado, em especial os municípios, a que estão vinculados diretamente os conselhos, exceto o Distrito Federal, que estão vinculados ao governo do Distrito Federal, mas em todos... em todos outros 26 estados da federação a vinculação administrativa, direta, do Conselho Tutelar é com o município. É o município que tem que estabelecer os recursos orçamentários necessários ao funcionamento dos conselhos. E nós encontramos, no Estado do Pará, e eu sei que é no Brasil, porque acompanhamos também o trabalho da comissão, a CPI da Pedofilia em vários estados brasileiros, investigando esses crimes praticados de abuso e violação de direitos de crianças e adolescentes, em geral temos ouvido, nas oitivas que fazemos, os conselheiros tutelares. E, não raro, a denúncia quanto ao descaso, à falta de aparelhamento, o tratamento dos gestores municipais e suas secretarias responsáveis pelo acompanhamento dessa área, em geral, nós temos constatado o desrespeito à lei, mas, mais do que isso, à função, e, mais do que isso, o desrespeito aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes que, na verdade, são direitos que estão no patamar tão superior, que o próprio ECA diz com mais absoluta firmeza: "Criança é prioridade absoluta". Nenhuma outra lei...

[palmas]

Nenhuma outra lei de nosso país afirma isso.

Então, se assim o é, a luta para fazer cumprir todas as políticas públicas relativas ao acompanhamento, educação, cuidado com criança e adolescente também tem que ser prioridade das gestões públicas, especialmente dos municípios brasileiros.

Nós temos situações... Ontem eu participei de um seminário, Senador Cristovam Buarque, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Regional 2, em Belém do Pará, capital do meu estado, que reunia representações de 14 dos 16 municípios da região do Marajó, a maior ilha fluvial do mundo, com muitas belezas naturais, e quem vai lá uma vez, tende a voltar. Porém, é uma região do nosso estado marcada pela miséria, pela violência e pelo descaso.

Os 16 municípios do Marajó estão entre os mil municípios brasileiros com menor índice de desenvolvimento educacional. Têm uma população de 430 mil habitantes. E a reunião... E o seminário de ontem era para tratar de um projeto chamado Amar a Vida, fruto de uma emenda parlamentar proposta por nós no orçamento da União, executado pela CNBB e pela Comissão de Justiça e Paz, um projeto para, durante um ano, tentar capacitar, articular uma rede de proteção aos direitos de crianças e adolescentes, incluindo os Conselhos Tutelares, os Conselhos de Direitos, entidade da sociedade civil local e as esferas governamentais, seja a prefeitura, o Poder Legislativo, órgãos do governo do estado presente naqueles municípios do Marajó.

Dos 16 Municípios estavam 14 representados. E eu ouvi um dos relatos... De todos os municípios, tinha pelo menos um Conselho Tutelar, e os relatos da completa e absurda desestruturação dos conselhos.

Vi, trouxeram fotografias de um único computador existente no conselho de Breves, no Estado do Pará, em que a tela do monitor aparece só ali e o resto é tudo um monte de fio desencapado, aberto, uma coisa deprimente. E o conselheiro Clodoaldo dizia: "O que vai ser feito? O que pode ser feito?" E aí a resposta só é uma. Só teremos resposta a esse problema da estruturação dos conselhos com a mobilização social das comunidades, das organizações da sociedade civil e dos setores do estado, falo do papel do Poder Judiciário, do papel do Ministério Público, do papel de organizações das universidades que podem, evidentemente, informando, e criando condições para que seja compreendida a importância crucial e fundamental

do funcionamento pleno dos Conselhos de Direito de crianças e adolescentes e dos Conselhos Tutelares, que deve agir e trabalhar articuladamente.

Mas a situação mostra que, em alguns municípios, conselheiros não têm telefone, não têm um aparelho de fax, não têm um veículo à sua disposição, alguns... É bom dizer, alguns municípios, são poucos, alguns conselheiros mais estruturados. Mas, via de regra, quando acontece uma violação de direitos de criança, uma denúncia em comunidades distantes... Porque, ao falar da Amazônia, ao falar do Pará, nós não temos a dimensão do que é isso. Por exemplo, o município de Altamira, no Pará, a distância entre a sede municipal e o distrito de Castelo dos Sonhos é de um mil e cem quilômetros. Ouviram bem? Um mil e cem quilômetros. É o maior município do planeta. E, para atender a um chamado, a uma denúncia de violação, você precisa ter uma passagem aérea, porque, se for de barco, você vai ter que andar quase que três dias e meio só para chegar lá. E três dias e meio para voltar. Ou mesmo municípios menores, em que, não havendo essa estrutura, não havendo um veículo... Para muitos de nós, um veículo é... Conhecemos e necessário para atender um Conselho Tutelar, é um carro, não é? É um veículo automotivo. Mas no Pará, na Amazônia, no Amazonas, em outros estados na Região Norte, nós precisamos de barcos. Nós precisamos de barcos. Aí tem... Se não tem um barco do próprio município, aí tem que esperar que alugue um barco, arranje as condições para o conselheiro se deslocar da sede municipal às comunidades lá onde há uma denúncia para ser acompanhada, apurada pelo Conselho Tutelar.

Então, é um mar de dificuldades, de problemas, que só uma articulação nacional, que envolva todos os poderes da República: o Poder Legislativo, do que diz a regulamentação; os poderes executivos, locais, estaduais e a União, para pensar a política de estruturação, porque, sem isso, nós estaremos, dado à diversidade de realidades existente nas diversas regiões do país, de município para município... Há Municípios com melhor condições de dotar o Conselho Tutelar da infraestrutura necessária, de possibilitar capacitação de seus membros de forma adequada. E alguns municípios o fazem. É bom que se reconheça. Mas, a regra é o descaso.

Portanto, falar, por exemplo, da regulamentação da função de Conselho Tutelar, exige justamente discutir a garantia de todos direitos sociais daqueles que trabalham pelo menos, ao ser eleito, pelo menos três anos no conselho com direito a uma recondução, se forem eleitos. Mas onde está o direito a férias? Onde está o direito previdenciário? Negado.

Então, pessoas que trabalham, que têm esses direitos negados, mas trabalham para garantir direitos as nossas crianças e adolescentes.

A regulamentação tem que passar, por exemplo também, por uma orientação geral quanto à remuneração dos conselheiros. Há um total... Como é lei municipal que define, isso está no ECA, é lei municipal que define, há um completo desnível na remuneração.

No Pará, nós temos municípios que pagam ao conselheiro o salário-mínimo, mas tem municípios que pagam quatro salários mínimos. Ou seja, eu falava há pouco aqui com o companheiro do Rio de Janeiro, e dizia... Do Estado do Rio de Janeiro... Estou falando do Estado do Rio de Janeiro, não exatamente da capital, e que há conselhos que pagam... municípios que pagam um salário e meio, ou dois salários mínimos, mas há situações no Brasil em que conselheiro tutelar ganha R$ 300,00 mensais. Menos--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): No Estado do Rio de Janeiro também?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): No Estado do Rio de Janeiro.

Então, o Estado do Rio de Janeiro, Estado que tem recursos orçamentários e... Quando eu vejo... Me desculpem vocês do Rio de Janeiro, mas quando eu vejo o ex-Senador e Governador Sérgio Cabral chorando muitas lágrimas pela perda de recursos da distribuição do pré-sal, eu fico me perguntando se a maior parte do Brasil não deveria solenemente chorar por não ter os recursos que tem... O Rio de Janeiro até hoje acumulou... E aconteceram no seu território descasos como esses: Conselho Tutelares, apesar de não ser diretamente uma obrigação do estado, porque é uma obrigação do município, mas na repartição desse recurso, os municípios deveriam zelar melhor pelos direitos de crianças e adolescentes.

[palmas]

Então, a regulamentação, ela implica inclusive discutir parâmetros gerais, porque não pode haver conselheiro ou conselheira tutelar de primeira e de segunda categoria. O mesmo direito que deve ter o conselheiro da Amazônia, deve ter o conselheiro do Sudeste, do Sul, do Distrito Federal, do Centro-Oeste... Afinal de contas, nós somos uma federação. Mas a federação, para se consolidar na prática esse conceito, significa tratar funções e tarefas iguais com a mesma isonomia.

Então, a regulamentação é complexa, e gostaria inclusive... Uma pergunta que faço ao nosso presidente

do CONANDA, o Fábio, se pudesse explicitar melhor, pelo menos três ou quatro aspectos fundamentais dessa nova regulamentação, dessa nova... definições, dessa nova resolução do conselho, que tenta ser uma resposta aos enormes desafios de tratar essa questão globalmente, eu gostaria, depois, um breve comentário sobre quais os aspectos mais essenciais, porque, na sua fala inicial, não consegui perceber, você falou de uma forma geral, para que nós pudéssemos ter aqui a dimensão daquilo que possamos fazer e contribuir enquanto Poder Legislativo.

Mas tem questões que o Alexandre abordou de forma magnânima. A questão dos processos de escolha: a ingerência indevida de quem deveria, por exemplo, estimular o processo, mas não se colocar como parte dele, do ponto de vista da disputa eleitoral. Porque eu constatei, em alguns municípios do meu Estado do Pará, no último período, que algumas eleições para os Conselhos Tutelares trouxeram para si ou herdaram os piores vícios da eleição partidária, que escolhe os representantes no Parlamento e no Executivo, os piores vícios foram trazidos para a disputa da eleição do Conselho Tutelar. E isso... Uma área que é também uma disputa política, porque tem disputa de rumos, disputa de visão, de concepção e do papel do conselho. É preciso rever essas questões sob pena de que as eleições do Conselho Tutelar se transformem, não naquilo que ela tem que ser, uma participação da cidadania para encarregar, em nome da sociedade, pessoas que devem zelar pelos direitos de crianças e adolescentes.

A questão da [ininteligível] dos conselhos é preciso haver um compartilhamento de responsabilidades. Porque, se existem alguns municípios no Brasil que têm condições de dotar o conselho de todas as condições, é verdade também que em muitos municípios brasileiros, sobretudo, eu creio que aí quase que a metade, não tem essas mesmas condições de dotar o conselho de equipamentos adequados, de veículos, de computadores, de fax, de forma de comunicação adequada ao seu funcionamento.

Por isso defendo que, nesse processo de regulamentação geral, precisamos discutir ou rediscutir o papel do ente estadual, dos governos estaduais e da União.

E até, entrando um pouco nesse aspecto, durante a discussão, e é preciso Conselho Tutelar, é preciso estar incluso no orçamento da União. Foi por isso que apresentei, o ano passado, quando da discussão do orçamento da União para 2010, uma emenda aqui, na Comissão de Direitos Humanos, justamente dobrando os valores dos recursos do país(F), que pode ter dentro dele recursos para fortalecimento, funcionamento dos Conselhos Tutelares, sobretudo quando da... especificamente em relação à retaguarda, propus quatro milhões e 500 mil como emenda de comissão. É pouquíssimo para o Brasil.

E queria, Sr. Presidente, já fazendo uma proposta concreta, que esta Comissão de Direitos Humanos, em 2010, prepare, buscando aqui um acordo com todos senadores e senadoras, membros integrantes dessa comissão, que assumamos, perante os conselheiros tutelares do Brasil, o compromisso de elaborar, votar e aprovar depois, no Orçamento Geral da União, uma emenda de comissão – cada comissão apresenta cinco emendas globais para o Orçamento Geral da União –, que uma das emendas seja uma emenda de um recurso considerável pensando em dois aspectos: de um lado a estruturação dos Conselhos Tutelares pelo país afora; e, também, na mesma emenda, prevendo recurso para a capacitação e formação continuada dos conselheiros e conselheiras.

[palmas]

Mas eu quero... Mas o aviso que eu quero, eu não completei. É que nós não conseguimos a emenda porque aqui são apenas cinco emendas que são aprovadas em cada comissão. Essa emenda não foi aprovada. Então, palmas só para quando a gente assumir aqui o compromisso e aprovar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Mas, eu não... Mas, Senador Cristovam Buarque, o senhor que é o maior entusiasta e o maior defensor, não no discurso, mas na prática, dos direitos de crianças e adolescentes, até porque se empenha como ninguém nesse Parlamento, no Senado, no Congresso. Deu mostra disso quando foi Governador do Distrito Federal, quando elegeu a educação como prioridade absoluta, e prioridade absoluta na educação é prioridade absoluta às crianças e aos adolescentes.

Então, dizia a V. Exa. que foi com tristeza, por exemplo, que eu não consegui também aprovar, numa emenda de bancada, [ininteligível] Estado do Pará, que são três senadores, 17 deputados federais e deputadas, eu consegui apenas a adesão... São 17 emendas da bancada, conseguimos apenas que três ou quatro apoiassem a emenda de 20 milhões para o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil no Território Brasileiro, em especial no Estado do Pará. Essa emenda teve o apoiamento de menos da metade da bancada do meu estado.

Então, para a gente verificar que é uma questão aqui da Comissão de Direitos Humanos, [ininteligível]

da bancada. A sensibilidade para tratar, acolher e adotar medidas concretas, elas são muito difíceis.

Então, não contente por não ter conseguido na comissão, não ter conseguido na bancada, eu digo: "Vou recorrer para o Estado do Pará para as emendas individuais, porque essa eu tenho governabilidade para definir". Cada senador, cada deputado dispõe, no Orçamento da União, de 12,5 milhões para indicar obras e serviços em qualquer área no Orçamento Geral da União. Isso é para todos. E eu indiquei, Senador Presidente Cristovam Buarque, um milhão de reais dos 12,5 milhões para as ações de apoio e promoção boas práticas ao fortalecimento sistema de garantia de direitos aos Conselhos Tutelares no Estado do Pará. Essa é uma emenda aprovada, e agora cabe ao Executivo, [palmas] cabe ao Executivo, ao Governo Federal, à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República liberar o recurso para que os conselhos... Porque nós fazemos aqui o papel do Legislativo. Nós não liberamos recursos. Nós aprovamos recursos para o governo trabalhar em todas as áreas, mas a obrigação da liberação do recurso é do Poder Executivo.

Portanto, eu creio que nós poderíamos assumir o compromisso, Presidente Cristovam Buarque, de trabalharmos... Não é que vai aprovar, porque para aprovar precisa do apoiamento dos membros da comissão. Mas uma proposta de emenda de comissão para o orçamento de 2011, relacionado com o fortalecimento, a promoção do trabalho dos conselheiros tutelares de todo Brasil. Seria uma das metas a trabalharmos para conseguirmos o apoio dos Srs. Senadores e Senadoras.

Segundo, creio que poderíamos solicitar, mediante as propostas dessa regulamentação aprovada pelo CONANDA, nós deveríamos solicitar a nossa consultoria do Senado Federal um estudo sobre esse processo de regulamentação, e nós aqui na Comissão de Direitos Humanos podermos contribuir mais efetivamente na elaboração e no processo, unindo a iniciativa do CONANDA, que tem a presença do Poder Executivo e tem a presença da sociedade civil, e o Congresso, através da Comissão de Direitos Humanos do Senado, poder se somar no estudo, num debate e no encontro de respostas concretas quanto à regulamentação da profissão de Conselheiro Tutelar no Brasil, fazendo com que conselheiros e conselheiras sejam respeitados no seu direito, na sua dignidade, na sua atribuição, e não como muitos hoje são tratados nas delegacias, no judiciário, nos gabinetes dos prefeitos com desdém, porque quando chega uma demanda do Conselho Tutelar, chegou ali o antipático, a antipática, chegou ali aqueles que ficam o tempo todo cobrando, porque, se a prefeitura, se os órgãos do Poder Judiciário respondessem, não precisaria de tanta pressão, de tanto trabalho, de tanta energia para fazer resolver questões de... que é obrigação de todos os poderes, de todos entes da República.

E, por último, dizer que essa Audiência Pública aqui, proposta pelo Senador Cristovam Buarque, e realizada com a participação de todos vocês, tem um sentido extraordinário de colocar na agenda e na pauta do Congresso Nacional, de forma mais organizada... Portanto eu compreendo essa Audiência Pública, Senador Cristovam Buarque, como uma retomada da iniciativa no Poder Legislativo, no Congresso Nacional, para tratar dessa questão.

Eu sugeriria a V. Exa. que convocasse uma reunião, ou sugerisse a convocação de uma reunião da frente parlamentar mista em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, de modo que pudesse ampliar, com o apoio do Senado e da Câmara, essas iniciativas aqui no Congresso Nacional. Frente parlamentar, que foi dirigida até há pouco tempo pela Senadora Patrícia Saboya, do Ceará, e, ao que me parece, recentemente a coordenação passou à deputada federal pelo Rio Grande do Sul, Deputada Maria do Rosário.

Então, creio que podíamos unificar essa atuação do Congresso através da iniciativa da frente parlamentar para discutir regulamentação, para discutir a questão mesma dos recursos e da contribuição efetiva da União, dos Estados, em cooperação com os municípios, que têm a tarefa mais imediata, primordial de implementar as políticas públicas todas, entre elas o pleno regular funcionamento dos Conselhos Tutelares.

E gostaria, Sr. Presidente, de propor ainda um requerimento de Audiência Pública, dando continuidade ao que V. Exa. aqui hoje protagonizou. Porque o protagonista desse debate, pela ação de V. Exa., que está nos oportunizando esse debate tão importante, tão importante quanto ao que V. Exa... A causa que V. Exa. se dedica, que é a defesa da educação como a ferramenta fundamental que vai tirar esse país do subdesenvolvimento, da miséria, da violência e da opressão.

Por isso, queria inclusive abrir um pequeno parêntese, para comentar publicamente com V. Exa. a proposta que debatemos há poucos dias de trabalharmos incansavelmente para que, pelo menos, tal qual está defendendo a União Nacional dos Estudantes, 50% dos recursos oriundos da exploração do pré-sal, sejam direcionados para a educação, porque se o formos [palmas], porque se assim o fizermos, nós estaremos garantindo direitos, dignidade, ajudando as pessoas a ter uma relação mais harmônica com o meio ambiente, estaremos preparando o Brasil do futuro.

Por isso, é no meio dessa fala que acabo lembrando dessa proposta de V. Exa., a qual me somo, de lutarmos incansavelmente para que a educação receba 50% dos recursos da exploração do pré-sal.

Mas, por último, quero propor que, nessa audiência, nós pudéssemos, na continuidade dessa audiência, uma próxima Audiência Pública, chamando aqui a representação das entidades municipalistas. Porque são os prefeitos e prefeitas que cuidam e que se relacionam mais diretamente com os Conselhos de Direito, com os Conselhos Tutelares. Chamar a Confederação Nacional dos Municípios, chamar a Frente Nacional de Prefeitos, que reúne os prefeitos das capitais, e chamar da representação da Associação Nacional dos Conselheiros Tutelares e ex-Conselheiros Tutelares do Brasil, um representante de cada grande região do país, da Amazônia, do Sudeste, do Sul, do Nordeste, do Centro-Oeste, para que viesse aqui, junto conosco, com os convidados que também estão hoje à Mesa, para que pudesse fazer um dia inteiro de audiência, Senador Cristovam Buarque, para que pudéssemos... Ser essa audiência, inclusive, a continuidade do que nós estamos trabalhando hoje, inclusive já apontando algumas respostas quanto aos projetos de regulamentação que estão sendo discutidos pelo CONANDA, e que alguns estão sendo discutidos aqui no Senado.

Eram essas, Sr. Presidente, as minhas observações. Diga-se de passagem que foram até longas, mas por conta da nossa própria sintonia, militância, nesta causa e com esse tema, e também por vários outros colegas senadores e senadoras que, com certeza, gostariam de estar aqui, mas estão em outras comissões, e eu, com certeza, Presidente Cristovam Buarque, falei por mim e por tantos outros que gostariam aqui de expressar o seu pensamento sobre essa importante questão.

E como eu tenho usado o recurso das publicações para publicar leis que ajudem as pessoas a lutar melhor pelos seus direitos, tenho publicado uma quantidade razoável de estatutos da criança e adolescente, aqui está a LDB junto nesse compêndio. A LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, está a Lei Orgânica da Assistência Social, a LOAS, e atos internacionais, inclusive a Convenção Internacional sobre Direitos da Criança e do Adolescente, que o Brasil, há 20 anos, compreendeu e apoiou e aprovou como parte da nossa Legislação Infraconstitucional.

Portanto também aos conselheiros tutelares do Rio de Janeiro e dos que estiveram aqui presentes, levem pelo menos um exemplar como sinal de agradecimento a essa presença de vocês, que inclusive trouxe aqui para nós, para essa audiência, uma adolescente do Rio de Janeiro, simbolizando todos os adolescentes do Brasil que já compreenderam e lutam também pelos seus direitos. Porque segundo a concepção expressa no Estatuto da Criança e do Adolescente, criança não é apenas beneficiária de direitos, criança e adolescente é e deve ser protagonista de direitos. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradecendo as palavras enfáticas e muito oportunas do Senador Nery, eu quero dizer que eu vou colocar em votação o seu requerimento, Senador Nery. Está escrito? Se não estiver...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bom.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Antes do final da sessão, Sr. Presidente, eu coloco à V. Exa. o texto conforme proposto aqui.

Muito obrigado a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Fico esperando, mas quero pôr em votação para fazermos agora ainda, quem sabe, no mês de abril.

Não é praxe a gente abrir a palavra aqui. Em geral, fica restrita a palavra aos que estão na Mesa e aos senadores. Entretanto, como ainda temos algum tempo, eu gostaria de consultar se alguns dos representantes do conselho quer usar da palavra. Não podemos ter muitos.

Então vamos ficar nos quatro que pediram.

Não, aí já passaram para seis. Vamos ver. São quatro. Dependendo, se eles forem bem rápidos, a gente pode até ver.

Você foi o primeiro a levantar.

SR. FABIANO SILVEIRA: Bom-dia a todos e a todas.

Sou Fabiano Silveira, Município de Niterói. Parabenizar a iniciativa do senador, do Carlos Nicodemos pela solicitação de Audiência Pública.

A gente entende que o Conselho Tutelar é um órgão de garantia de direitos, mas até quando os nossos direitos vão ser violados pelo Estado? Não só os nossos, enquanto conselheiros, mas os das crianças e dos adolescentes? A gente vê aqui que 98% dos municípios do Brasil, e aí, se você for pegar, são mais de cinco mil municípios, mais de cem ainda não têm Conselho Tutelar. Isso é uma infração ao Estatuto da Criança e do Adolescente que diz que, desde 1990, que cada município disporá de pelo menos um Conselho Tutelar.

E o que esse município sofre por não garantir essa Legislação? O que esse município sofre por não

estabelecer o Conselho Tutelar? E não só estabelecer, mas, sim, criar mecanismos para que ele possa funcionar dignamente, com estrutura, com equipe técnica de assistente social, de psicológico, psicopedagogos, pessoas envolvidas da área, até mesmo advogados, para que possamos trabalhar, e poder garantir diariamente o direito da criança e do adolescente.

Muito oportuna essa Audiência Pública, muito feliz estamos por estar aqui, e viemos discutindo ao longo do ônibus, ao longo do nosso trajeto, e uma coisa que nos chateou, de verdade, e, de pronto, é um posicionamento de um senador quando diz que 50% dos conselheiros tutelares do Brasil são pedófilos. Isso espanta. Isso atrapalha. Isso não é digno de um senador. Isso é complicado.

[palmas]

Senador, que já foi Presidente dessa comissão, Senador Magno Malta, publiciza isso em texto e diz que 50% dos conselheiros tutelares do Estado do Rio... do Brasil são pedófilos. Isso é complicado demais. Isso é uma postura que não agrada e não une e difere a questão dos conselheiros tutelares. E até quando vai ser assim? Um processo de desqualificação, de destruição dos Conselhos Tutelares do nosso país. Um sistema que foi garantido por lei, a partir de 1990, de tirar a questão do judiciário e trazer para uma democracia, e aí um senador, que é eleito pelo povo, o mesmo povo que nos elege nos nossos processos, tem uma fala como essa, e isso é preocupante, porque isso acaba com a nossa dignidade e atrapalha o nosso dia a dia, porque 50%, e aí não está na nossa testa: "Eu sou pedófilo" ou "Eu não sou pedófilo". Aí qual vai ser o nosso posicionamento, qual vai ser o posicionamento dessa Casa para com esse senador. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lá atrás.

SRA. LEILA: Bom-dia a todos. Eu gostaria de parabenizar--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu peço que diga o nome--

SRA. LEILA: Meu nome é Leila, sou Presidente do II Conselho Tutelar de Niterói, e gostaria de parabenizar a Mesa e a todos pela iniciativa, e falar, rogar que seja o primeiro de muitos encontros, que nós estamos aqui.

Agora, eu gostaria de estar sinalizando em defesa também da criança e do adolescente, e falar que a demanda tem sido grande lá no município, e creio que também em todo Brasil, com certeza, que a demanda que tem chegado ao nosso conselho é de que as crianças e adolescentes estão cada vez mais se envolvendo no movimento ilícito de drogas; se prostituindo, e também no trabalho, no movimento ilícito de drogas. E quando a gente procede a uma escuta profunda a esse adolescente e pergunta por que eles estão fora da escola, por que estão fora da família, por que não estão indo à escola, eles dizem: "Estou no tráfico porque estou sendo... lá eles me dão valor". Ouvimos deles isso. Então, precisamos, cada vez mais, criar políticas de inclusão para essas crianças que estão fora, que estão fora da escola, que estão fora do tráfico. E quando a gente procura um Programa de Jovem Aprendiz, essa criança de 14 e que vai até 18 anos, 17 anos dentro do Conselho Tutelar, nós nos deparamos que tem que ter o ensino de oitava série, e o ensino fundamental de oitava série, e essas criança não tem nem a quarta, nem a terceira série. Muitos deles não sabem nem ler.

Então, precisamos criar políticas de inclusão, porque ele fala: "Eu preciso comprar meu sapato. Eu preciso comprar minha camisa de marca". A mídia está aí o tempo todo falando e sinalizando isso, que eles precisam ter isso. Então, o ter em detrimento do ser. Ser e ter direito à educação, ser e ter direito a estar numa família, ser e ter direito a ser feliz. E encontram, em tudo isso, a morte, que é o direito, e final de tudo. Eu agradeço a oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lá atrás. Você. Quem foi o outro--

SR. RODRIGO RAMALHO: Gostaria também de--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento. Primeiro, quem foi o outro dos quatro primeiros? Foi você. Depois a gente vê mais.

Eu peço que diga o nome para ficar registrado para quando publicarmos...

SR. RODRIGO RAMALHO: Meu nome é Rodrigo Ramalho, sou conselheiro tutelar também no Município de Araruama, Rio de Janeiro.

Gostaria também de parabenizar a iniciativa do senador, do Carlos Nicodemos, de todos.

E gostaria só de enfatizar, colocar duas situações. Uma na fala do Alexandre, quando ele se referiu ao CONANDA, essa questão do CONANDA estar colocando que o CMDCA, os municipais, os conselhos municipais seriam fiscalizadores dos Conselhos Tutelares. E como o prezado amigo Fábio ali falou que se põe aqui mais para ouvir, porque a gente que está... Se coloca nos nossos municípios, a gente vê que isso é uma coisa que não dá certo e que seria muito errado, porque os conselhos municipais, eles são dominados pelos prefeitos. A gente vê isso nas pequenas prefeituras, nas

cidades de menor porte, que os conselhos municipais, eles são dominados pelas prefeituras, pelos prefeitos. Infelizmente isso acontece, apesar de ser uma questão de você ter os governamentais e os não-governamentais. Só queria levantar essa questão para você.

E queria levantar também a questão aqui para o Senador Nery, queria parabenizar V. Exa. pelas suas palavras, pela sua fala, mas gostaríamos que você, juntamente com o Senador Cristovam Buarque, pudessem fazer dessas palavras uma realidade nacional, para que isso não fique só em palavras, para que isso não fique só em discurso. Porque nós, conselheiros, estamos muito cansados, às vezes, de ficar apanhando, de ficar sendo chacoalhado, e muita gente promete muita coisa, muita gente se põe a fazer muita coisa, e, na verdade, a gente vê que essas propostas não acontecem. Então, às vezes, a gente cansa, a labuta é difícil, o dia a dia é uma coisa dolorosa, e a gente fica muito chateado quando, às vezes, essas propostas não vão à frente. Ainda mais quando parte, às vezes, da própria Casa Legislativa, como o nobre conselheiro ali falou, declarações de senadores denegrindo a imagem dos conselheiros e falando, na verdade, mentiras, porque acusações gravíssimas a nós, conselheiros, que coisas que não são cabíveis à classe.

Então, gostaria de só fazer essas "levantações" e pedir para que os nobres senadores se empenhem nessas causas que estão sendo levantadas aqui pelos conselheiros, e que, por vocês mesmos também levantaram, a gente poder fazer que o conselheiro seja reconhecido como uma profissão, que o conselheiro tenha direitos sociais, que o conselheiro tenha seus direitos garantidos. Muito obrigado a todos aí.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Atrás de você. Marilene. É isso?

SRA. MARILENE CLARO: Gostaria de cumprimentar a Mesa, em especial ao senador, que abriu esse espaço a nós conselheiros, e com carinho muito grande, os conselheiros do Rio de Janeiro--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Peço que diga o nome completo, Marilene.

SRA. MARILENE CLARO: Marilene Claro, de São Gonçalo.

Em especial ao Carlos Nicodemos, que hoje, para nós, é a luz no fim do túnel. Alguém que se comprometeu com os conselheiros tutelares nessa batalha.

Vou falar rapidamente.

Atrás de cada rosto de um conselheiro que está aqui, existe uma história. Pessoas que deixam suas casas, suas famílias, enfrentando dificuldades para viver a situação de conselheiro, por terem, acima de tudo, amor ao que fazem. Conselheiros que estão há cinco meses sem remuneração, conselheiros que são humilhados por exigirem o mínimo de trabalho. Convivemos com falta de estrutura, ausência de programas, somos a ponta para que políticas públicas sejam garantidas a crianças e a adolescentes. Somos, o tempo inteiro, massacrados, chacoalhados por pessoas e pela mídia, que sequer sabem a função e a importância do Conselho Tutelar. O conselheiro tutelar é a verdadeira expressão da democracia. Alguns juízes e promotores fazem dos conselheiros *office-boys*, passando por cima da Lei 8.069 que define em seus arts. 136, 146 e 201 as atribuições de cada um. Precisamos de escola de formação de formação de conselheiros, precisamos capacitar os conselheiros, precisamos valorizar a função dos conselheiros tutelares. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos dar a palavra a mais alguns.

Você tinha pedido. Você... Vai ficar muita gente, mas vamos ver. Vai depender do tempo que vocês falarem.

SR. CELSO DE JESUS LOPES: Sou Celso de Jesus Lopes, conselheiro de Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

É uma honra muito grande estar aqui, nessa iniciativa do senador, grande educador. Sou grande leitor de seus artigos--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado.

SR. CELSO DE JESUS LOPES: --e, como educador, o senhor sabe que a educação é o fiel da balança para a transformação de qualquer nação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado.

SR. CELSO DE JESUS LOPES: E, nós aqui, conselheiros, nós... Por tudo que já foi dito, buscamos a regulamentação de nossas funções, o respeito dos limites de nossas atribuições para não entrar em conflito e, principalmente, não termos nossas funções depreciadas, em todos os níveis de esferas governamentais, da grande mídia, que não se aprofunda na questão básica de nossas funções, e, principalmente, por nós sermos a porta de entrada de todas as políticas de garantias de direitos sociais que são voltadas às crianças e adolescentes. E, parece que é de propósito: publicam, divulgam maciçamente o Conselho Tutelar com os programas nacionais de combate à violência, o Disque 100, e como se nós fôssemos os responsáveis por um serviço de prospecção, muitas vezes investigação...

Temos realidades diversificadas no país muito bem enumeradas da Região Norte pelo Senador José Nery, e as grandes cidades, hoje, como Duque de Caxias, que é uma cidade com um milhão de habitantes, os governantes, como foi bem dito pelo Oto, eles se comprometem com os seus compromissos de governo e desrespeitam a Constituição Federal.

Então, que hoje seja o passo de uma caminhada realmente eficaz, uma iniciativa única, inédita nessa Casa, e que, capitaniada pelos Srs. Senadores, e com a nossa luta, de muito tempo, os 20 anos do ECA... Ontem foi 30 anos do Golpe Militar, enfim, são datas marcantes, que temos que usar como marcos transformadores e que o CONANDA... É muito preocupante para todos nós, com certeza, no país, essa fiscalização do CMDCA principalmente pela ingerência política que conduz a um cargo tão relevante de conselheiro tutelar, pessoas desinformadas, mal intencionadas e que ocupam o espaço de conselheiro para fazer... Para servir de balcão de assistencialismo e politicagem locais. Muito obrigado e parabéns, senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra, até para provocar o debate e ouvir vocês sobre alguns temas, eu quero dizer que essa Audiência Pública, ela vai ser divulgada depois, publicamos um pequeno livro, ela é divulgada pela televisão, e graças a isso a gente chama atenção do Brasil inteiro para o assunto da criança e dos Conselhos Tutelares como instrumento das crianças.

O que eu quero chamar atenção para os que vão falar ainda e, depois, quando eu abrir a Mesa, é que a gente tem que fazer uma mudança dessa ideia de que criança a gente se preocupa do ponto de vista dos Direitos Humanos depois que eles foram feridos, em vez de nos preocuparmos com as crianças do ponto de vista do futuro que elas representam para o Brasil.

[palmas]

Nós temos, como eu disse, Secretaria da Juventude, Secretaria Racial, Secretaria das Mulheres. Criança está numa Subsecretaria do Ministério da Justiça ou dos Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos. Ou seja, não é como prevenção, e sim como remediação.

Os Conselhos Tutelares têm que ir além das preocupações para corrigir os erros que já foram cometidos pelas famílias, pelo estado. Temos que ser uma espécie de agentes de defesa da criança plenamente. Dos seus direitos. Como a escola, como a alimentação, como recreio, como os parques de diversão, como a cultura para a criança.

É nesse sentido que nós temos alguns projetos aqui em andamento que eu gostaria de falar para vocês, para sentir o que vocês acham ou mesmo para pedir apoio. Um deles é esse dos *royalties*, com uma diferença: 50% dos *royalties* é a proposta da União Nacional dos Estudantes. A minha é de 100%. Eu não vejo porque diluir outros 50% em atividades importantes, como a luta contra a pobreza, como a cultura, como ciência e tecnologia, que estão esses itens no projeto que o Governo mandou para cá. Eu creio que se a gente diluir em pequenos projetos, isso vai evaporar, como evapora o petróleo. Vai evaporar o dinheiro que ele poderia deixar. Acabou o petróleo, acaba tudo.

A gente vem defendendo, e é uma emenda que demos entrada ontem, o Senador Tasso Jereissati e eu, de que 100% dos recursos, daqui para frente, sem tirar nada dos estados que hoje recebem, porque, se tirarmos, vamos criar uma crise fiscal nos estados, 100% dos recursos do Fundo Social do pré-sal e de outras reservas que venham a ser descobertas, sejam distribuídas para a educação. Como? De maneira muito simples. O dinheiro vai para os municípios, mas eles ficam vinculados, os recursos, à educação. E como é a distribuição? É tão óbvio que eu não sei por que não se percebeu antes: se distribui proporcionalmente ao número de crianças na escola. Tem mais criança na escola, coloca mais dinheiro. E, nesse sentido, o Rio é o segundo estado mais beneficiado, logo depois de São Paulo. Então, esse é um projeto.

Agora, tem outros que eu gostaria de ouvir a opinião de vocês. Eu gostaria de ouvir a opinião de vocês sobre o projeto de lei que está parado, de que considera como falta de... Como é que diz, Senador Nery... Não é decência... Como se diz a atividade nossa aqui? Falta de decoro um político eleito colocar seus filhos em escola particular. Nós temos que... Os que são responsáveis pelas escolas colocarem seus filhos na escola pública.

A maior prova [palmas] de que esse país não é uma República, é que a escola é boa e ruim. Numa República não tem escola boa para uns e escola ruim para outros. Não existe isso. Não há República com escola desigual.

E pior, no caso do Brasil, os que cuidam da República põem seus filhos nas escolas boas, e o povo, que os elegeu, põe seus filhos na escola pública abandonada. E, no meu projeto de lei, ainda dá sete anos para que a gente melhore as escolas públicas. Não devia nem dar sete anos, devia ser imediato.

O outro, que tem, às vezes, recebido até críticas do CONANDA, é essa ideia de criar uma secretaria para a proteção da criança e do adolescente. Eu não vejo como a gente vai querer cuidar das crianças se o

Presidente da República acorda, lê o jornal, descobre que está acontecendo alguma coisa contra as crianças, ele não tem para quem ligar. Sabia disso? Ele não tem para quem ligar no governo dele, com o Poder Executivo. Se as crianças forem indígenas, ele poderá ligar para a FUNAI. Se as crianças forem negras, ele pode até ligar para a Secretaria da Igualdade Racial. Mas criança, pura e simplesmente, não tem ninguém junto ao Presidente da República responsável. Se o problema for de educação, ele pode ligar para o ministro da Educação. Mas o conceito de criança não tem ninguém para cuidar com braços executivos. O conselho até pode... Mas conselho, aconselha. Conselho não age. Conselho não tem braço Executivo. Conselho não tem como fazer as coisas. Conselho recomenda que as coisas sejam feitas por outros. Esse é um dado.

Tem uma secretaria, que eu tenho chamado de agência, porque tem a Agência da Água, do Gás, do Petróleo... Por que não tem uma Agência da Criança? Mas chamemos de secretaria, não tem problema. O outro é cada município ou estado ter uma secretaria para cuidar das crianças. E eu falo com tranquilidade, porque, quando governador, eu fiz essa secretaria. Aqui tinha uma Secretaria das Crianças. Então eu despachava com o secretário com os nomes das crianças no meu computador e perguntando: "Onde está essa aqui que foi identificada na pesquisa como dormindo na rodoviária?" "Onde está essa aqui que a gente viu numa pesquisa que estava flanando, andando pela rua lá em Taguatinga?" E aí o secretário tinha que me dizer o que ele estava fazendo em relação àquela.

Isso traz, além disso, para o governante, o sentimento da relação exata com a criança, e não com o número.

Lembro o dia em que li no jornal que uma criança de rua tinha falecido na rua, tinha sido assassinada, era a suspeita. Cheguei, abri meu computador, e procurei se a criança estava lá. Estava a criança. Estava escrito o nome dela. Eu confesso que, quando eu vi aquilo, na hora de deletar o nome, que ela não existia mais, eu senti como se estivesse presente no enterro, eu senti como se fosse um parente, um filho de um amigo. É diferente de dizer que tem tantos na rua. E você ter os nomes deles.

E graças a isso, Senador Nery, a gente conseguiu erradicar meninos e meninas na rua, no Distrito Federal, salvo os que tinham mais de 16 anos, porque aí você só poderia tirar de uma maneira mais drástica.

E aí, lembro de mais, e conto para vocês, que começamos a ter uma casa própria para isso. Colocamos jogos, colocamos televisão, educadores. E aí, quando a gente foi tirar, a Justiça disse que não podia, porque é um direito da criança ficar na rua. Eu aí chamei o juiz de menores para conversar com ele, e eu disse: "Doutor, eu não deixo minhas filhas na rua. Por que eu, como governador, vou deixar os filhos dos outros nas ruas?" Ele disse: "Não pode. Não tem direito. A criança é livre de ficar na rua". Eu disse: "Mas os filhos dos ricos não são livres de ficar na rua porque os pais não deixam". Ele disse: "Esse é o problema. O senhor não tem o *pater* poder". É assim que chama? "Não tem o poder de pai". Eu disse: "Se eu usar esse poder?" Ele disse: "O senhor corre o risco de poder ter pedido uma prisão para o senhor". Eu disse: "Doutor, faz dois anos que sou governador, o senhor já devia ter pedido a minha prisão porque ainda tem criança na rua, e não pedir se eu tirar essas crianças da rua, sob a fiscalização da sociedade e do Juizado de Menores".

Então, eu queria trazer para vocês essa ideia de haver, sim, uma Secretaria Nacional e Secretarias Municipais.

A outra é a vinculação com educação. Enquanto a gente não vincular o atendimento à criança com educação de qualidade não vai resolver o problema. E aí eu quero... São muitos projetos. Eu queria trazer para vocês dois. Um é aquele que cria o Ministério da Educação de Base. Enquanto o Ministério da Educação cuidar de universidade, de escola técnica e de criança, criança fica relegada pelo Ministério da Educação. Educação de base não é quase um assunto no Ministério da Educação. No Ministério da Educação o assunto é universidade, é escola técnica. Educação de base é assunto dos municípios. E aí o que vai acontecer? Nunca vai ser boa a educação, porque os municípios são desiguais na renda, e o gosto dos prefeitos e governadores são desiguais também.

Não é uma novidade isso. Os países que deram certo em educação tiveram o Ministério da Educação de Base, separado do Ministério do Ensino Superior. Ou o ensino superior junto com ciência e tecnologia. Tem muito mais a ver ensino superior com ciência e tecnologia do que criança e o Ministério da Educação.

O reitor tem poder, o... Existem diversos sindicatos da universidade: de funcionário, de professor... Existe UNE. Não tem Sindicato Nacional que cuide do assunto da educação de base.

E, finalmente, a criação de uma Carreira Nacional do Magistério. Enquanto o magistério tiver carreiras municipais, a gente não vai ter uma padronização da qualificação nem dos salários. A gente precisa criar essa padronização. Você não vê uma agência do Banco do Brasil ruim. O salário dos funcionários do Banco do Brasil é o mesmo no Brasil inteiro. O salário dos professores varia de uma cidade para outra, vizinha.

Aqui tem cidade ligada ao Distrito Federal que é só uma rua que separa do município de Goiás. Do

lado de cá o professor ganha 4.200 reais. Salário médio aqui. Do outro lado, ganha R$ 600,00. Nem o piso está sendo pago. A gente tem que padronizar isso. Tem que fazer com que haja uma Carreira de Estado, nacional, para os professores.

Obviamente não se trata de colocar os dois milhões atuais nessa carreira. Não. Aí seria uma irresponsabilidade. Mas temos que pegar o plano de cargo e salário do Colégio Pedro II e levar para o Brasil inteiro, com concursos novos, em que os professores atuais poderão fazer concurso, com uma formação especial, como a gente tem... Como a gente tem para... A carreira especial, como a gente tem para o Banco do Brasil, para a Caixa Econômica, para a Justiça, para o Congresso... Eu quero pedir que vocês, quando forem falar, se quiserem se refiram um pouco ao que acham disso: a Agência ou Secretaria Nacional, a Carreira Nacional do Magistério, a criação de Secretarias da Criança em cada município.

Eu passo então a palavra... Eu ia passar para ela, que saiu agora. Então, para você.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom-dia, Sr. Senador, a todos os membros, meus colegas nessa labuta tão árdua na condição de conselheiros tutelares, porque estamos conselheiros tutelares. Não somos, porque ainda não somos reconhecidos como tal.

Mas eu louvo com muito... Com muita felicidade essa iniciativa, e vejo que essa luz no fim do túnel realmente é uma luz que vem no nosso encontro para a salvação. Nicodemos não é mais um trem que está vindo no nosso encontro para poder tirar essa batalha do rumo.

Mas eu gostaria só de, ratificando a fala de tudo que já foi dito aqui, relembrar algumas coisas que já tramita nessa Casa defensora, nessa Casa que luta em defesa da Constituição, da Carta Magna do Brasil, um Projeto de Lei, um PLS, 279, aonde a grande maioria das coisas que foi dita aqui hoje, está dentro desse projeto.

E eu gostaria de ratificar, e trazer a conhecimento do ilustre senador, que existem Conselhos Tutelares, a exemplo do Conselho Tutelar de Madureira, no município do Rio de Janeiro, a qual faço parte, que já tem um contingente populacional de atendimento de um milhão e 200 mil habitantes, aonde uma resolução do CONANDA diz que, a cada 200 mil habitantes, deveria se ter um Conselho Tutelar. Então, só para a área de Madureira, nós deveríamos ter seis Conselhos Tutelares. A dedicação da função de Conselho Tutelar diz lá, em lei própria, que é uma dedicação exclusiva, aonde nós sabemos que a jornada de trabalho de qualquer trabalhador regido pela CLT é de 44 horas semanais, mas que qualquer conselheiro tutelar tem uma jornada de 96 horas semanais, porque tem um plantão de 24 horas durante a semana e mais 48 horas de plantão no final de semana, direto, com dedicação exclusiva, de a qualquer momento ser acionada, por qualquer ente do sistema de garantia de direitos. Sem falar na precariedade, no sistema de atendimento, de condições insalubres que cada conselho se encontra hoje, a exemplo do Conselho Tutelar 1 da Zona Sul, que funciona, Sr. Senador, embaixo de um viaduto, com esgoto, com animais nocivos à saúde tramitando por dentro do Conselho Tutelar.

Hoje a situação que se encontra determinados conselhos no Estado do Rio de Janeiro é de estado de calamidade, de não ter condição de dar retorno e de buscar ajuda dos órgãos que poderiam estar ao lado, como a saúde, como a educação, para poder garantir esse direito. E eu gostaria aqui de levantar uma bandeira, para poder estampar nesse peito, de coração aberto, um *slogan*: Conselho Tutelar, um órgão de garantia de direitos, mas que não tem direitos. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Você... É você que está olhando para trás. É você mesmo. Como é o nome? É você. Tinha pedido a palavra.

SR. CELSO DE JESUS LOPES: Essa questão--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu peço que diga o nome para ficar registrado na hora de transcrever.

SR. CELSO DE JESUS LOPES: Celso de Jesus Lopes, Conselheiro Tutelar de Duque de Caxias.

O que o colega falou de Madureira, essa incoerência é a visão [ininteligível]. O Rio de Janeiro tem 10 conselhos. A zona sul, embaixo do viaduto; enquanto outros conselhos da zona oeste têm uma melhor estrutura.

Falando de Rio de Janeiro, os dois maiores eventos do planeta, em que os protagonistas partem da área da juventude, que se aproximam, Copa do Mundo e Olimpíada, pré-sal, *royalties* do petróleo, regulamentação.

Eu tenho aqui uma emenda do art. 134, um projeto de lei que buscava suprimir do texto a eventual remuneração dos conselhos, dos conselheiros tutelares, exatamente para começar a tirar essa eventual, e tem uma rejeição a essa... Esse projeto de lei, assinado em maio pela Deputada Rita Camata, maio de 2009, em que o legislador, com todo respeito a sua história de parlamentar, tudo que foi abordado aqui demonstra uma certa... Uma certa, não, total depreciação à função, quando ela fala assim: *"Cada conselheiro, eleito*

pelo voto direto da sociedade, não são contratados ad nutum*, livre de nomeação e exoneração"*.

O nobre Senador José Nery, ele teve uma proposta rejeitada de quatro milhões e meio. Não é isso? Não foi aprovada. E a nobre deputada fala o seguinte, dizendo que exatamente a capacitação já havia sido contemplada em 2008 para o Brasil, em 1 milhão e 500 mil reais, para todo Brasil.

Então, volto a ratificar, toda essa Audiência Pública de hoje, com essa provocação de novas propostas dentro da realidade de um país continental, em nível de construção de secretarias, a nível estadual, de um fundo estadual proporcional a nível orçamentário, como tem os FECAMs(F) para o meio ambiente, que seja, através do estado também, uma fonte de fomento para os Conselhos Tutelares. Tudo isso tem que ser suscitado e explorado amplamente, porque, em nível de Estado do Rio de Janeiro, que é nossa casa, predominantemente aqui nessa plenária, é que as incoerências são muito grandes.

Duque de Caxias também, por indicação do CONANDA, linearmente falando, 200 mil habitantes para um conselho, Caxias tem um milhão de habitantes e três Conselhos Tutelares, com a diversidade geográfica muito grande, passando da questão rural a um grande centro junto à população, com Refinaria Duque de Caxias dentro do coração da cidade. Enfim, tudo isso aqui está sendo levantado por todos nós, momento de reflexão, encorajamento, capacitação para nós explorarmos cada vez mais o espaço que essa Casa nos dá hoje. Mais uma vez, muito obrigado, senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quem mais tinha pedido a palavra? Você. Primeiro aqui. Depois você atrás.

SRA. CRISTIANE: Boa-tarde. Sou Cristiane, Conselheira Tutelar de São João do Meriti, no Rio.

Primeiro gostaria de parabenizar, agradecer a acolhida do Senador Cristovam, e dizer que com esse ato eu, particularmente, acho que a maioria se sente com as esperanças renovadas, porque, muitas das vezes, a gente olha assim, acha que não tem ninguém por nós, ninguém com nós, e, em um momento desse, a gente consegue perceber que há, sim, luz no fim do túnel, e a gente tem que estar em busca dela.

E, assim, é uma interrogação para a gente refletir na questão de que há um movimento que busca, a gente percebe que há um movimento que busca dificultar a ação nossa na proteção dos direitos da criança e adolescente. E um exemplo é a Lei 12.010, já foi dito pela Mesa, da nova Lei de Adoção, aonde nos limita a fazer essa proteção, mas que foi assim... Em silêncio e rápida a ser aprovada, a ser executada... Então, há um interesse rápido de nos dificultar nesse trabalho de proteção. Enquanto os nossos... Passos a favor de nosso trabalho, que nos dá a estruturação, nos dá o direito, vem a passos lentos, e mesmo com toda a disposição, com todo o trabalho que vem se dando pelo CONANDA e outras instituições, acabam os governos, em alguns momentos, utilizando isso para nos desrespeitar, como nós já ouvimos que resolução não é lei, como nós já ouvimos questionamento aonde está a nossa autonomia, porque acabamos dependendo 100% para executar o nosso trabalho do Governo... do Executivo.

Então, assim, nesse olhar, gostaria de agradecer, e parabenizar o espaço, dizer que a gente está se renovando aqui a esperança em busca dessa proteção, dessa rede de proteção à criança e ao adolescente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado.

Lá atrás.

SRA. FÁBIA MONIQUE DA SILVA: Boa-tarde. Meu nome é Fábia Monique da Silva, sou Conselheira Tutelar do Município de Itaguaí.

Primeiro quero parabenizar a todos que estão presente aqui hoje e aqueles conselheiros que, infelizmente, por força maior, não puderam aqui estar.

Eu quero dizer para todos que, ser conselheiro tutelar, hoje, é ser e viver a situação do próprio povo. É representar o povo principalmente em relação ao futuro, pois trabalhamos na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, onde cada um de nós sente na pele a falta de políticas públicas, o que é pior, cada vez mais a falta de perspectivas, de sonhos das nossas crianças e dos nossos adolescentes. E se nós, hoje, não damos, criamos a essas crianças e adolescentes perspectivas, garantindo que eles possam vivenciar intensamente a sua infância e a sua adolescência, se nós acabamos por, de alguma maneira, roubar-lhes a infância e adolescência, o que fazer ou o que dizer? O que será do futuro de nosso país? Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, sobretudo, pela sua pergunta final: "O que vai ser do futuro desse país se nós não tivermos as crianças bem cuidadas desde o primeiro momento?"

O Brasil é um país que joga fora o seu maior patrimônio: as crianças. Nós somos um crematório de cérebros nesse país. Eu vejo falar que é preciso acabar com desperdícios, Senador Nery. Mas todos esquecem que o maior desperdício é desperdiçar uma criança – não tem maior desperdício do que isso –, não dando

a ela os cuidados que ela precisa: de saúde, de atendimentos e de educação.

Então, a sua pergunta é muito boa. Como isso aqui está sendo transmitido pela televisão, então é bom porque lá... Quem está nos vendo, pense na pergunta que foi feita: "O que será do Brasil se nós não dermos a atenção devida às crianças?" E como dar a atenção devida sem dar atenção aos Conselhos Tutelares? Não tem como. Sobretudo em um país onde a família está tão diluída, onde a gente já não conta mais com as famílias bem organizadas, com as famílias bem unidas.

Aqui nós temos um problema hoje, aqui ao lado do Distrito Federal, uma cidade aqui chamada Luziânia, eu e o Senador Nery temos trabalhado nisso, seis crianças desapareceram. Sumiram. No espaço de duas semanas. Já são três meses, e não localizaram, não pegaram nada ainda de pistas. Pois bem. Cada vez que vou me encontrar com as famílias, fico chocado. Não me acostumo. Eu não encontrei ainda nenhum dos pais deles. Homens. Só encontro as mães. Ninguém vê. Os pais abandonaram. E isso não é apenas nessas crianças, não é uma coincidência, essa é uma característica de hoje. Os homens estão ausentes. Os pais estão ausentes da família e dos filhos. Aí a importância dos Conselhos Tutelares.

Por isso a importância dessa audiência. E, por isso, a importância da palavra de cada um de vocês e vou continuar passando a palavra enquanto a gente tiver tempo.

Você e, depois, você ali.

Vamos lá, quem é que...?

SR. FLÁVIO: Sou Flávio, Conselheiro Tutelar do Rio de Janeiro.

Como estava aqui do lado, estava conversando com a menina do Conselho Tutelar de Brasília, acho que nem pediram a palavra... A situação deles... Eu pensei que nós estávamos tão ruim, mas a deles está tão pior como a nossa.

Por exemplo, no Rio de Janeiro nós temos enfrentado assim o *crack*. Tem sido uma desgraça em relação... Uma desgraça tão grande, que as crianças, elas ficam assim num estado, assim, vou falar assim, zumbi, porque é a palavra correta, que se usa. O garoto... A droga... E a gente, por exemplo, chega no Conselho Tutelar, por exemplo, a gente não tem carro equipado. Falta carro, falta computador, falta papel para trabalhar. E a gente vai para o outro lado, a gente vê aí, na situação, hoje, por exemplo, o pedófilo, o equipamento dele é além da geração nossa. Então, para a gente enfrentar a realidade, está difícil. Está difícil.

O conselheiro também é mal remunerado, não é reconhecido, e é chacoalhado, e é chacoalhado ainda pelos outros órgãos, os outros órgãos... E, detalhe, os outros órgãos de proteção, como a gente vê: polícia, o próprio Ministério Público, as promotorias... Por exemplo, para conselheiro tutelar, quando é para punir é rápido. Para punir a medida é rápida, como foi bem colocado pelos colegas aqui, a própria lei. Essa lei praticamente ela inviabilizou o trabalho do conselheiro tutelar, que se levanta de madrugada para poder abrigar uma criança, às vezes, que está lá, que está perdida, e ele precisa de um papel de um juiz para abrigar aquela criança. Ele vai, leva aquela criança ali, às vezes está abusada, como já aconteceu lá em Santa Cruz: a gente atravessou praticamente o Rio de Janeiro todo, chegamos para abrigar uma criança na Sueli(F) Campelo, e a juíza falou assim: "Olha – deu o recado – aqui vocês não vão poder abrigar essa criança, porque aqui é outra área". E a gente tinha que voltar para Santa Cruz com a criança que tinha sido abusada sexualmente, todo sem graça... Aí como nós lá em Santa Cruz somos de guerra, processamos a juíza.

Então, a gente vê que os próprios órgãos superiores, que é para garantir o direito, eles podendo estar somando com nós, conselheiros tutelares, eles vêm tentando nos prejudicar.

No Rio de Janeiro, praticamente, tem um quartel. Lá é um quartel. É a [ininteligível], é miliciano: "Eu não posso abrigar no lado de lá porque a Dra. Fulana não aceita". Aí botaram lá, lançaram a carta de vênia, que a gente não entende que dentro do próprio município a gente não pode circular. Então, estou assim colocando a indignação assim, porque a gente quer trabalhar, a gente vê que tem conselheiro aqui... A gente trabalha muito... Nem esquenta nem tanto pela questão social, mas pela causa, mas não tem condições de trabalho. Não tem condições de trabalho e os órgãos da Justiça, que era para ajudar, para somar aos próprios conselheiros, são os que mais atrapalham, às vezes, o trabalho dos conselheiros tutelares. E muitos conselheiros tutelares às vezes têm medo de enfrentar, têm medo de encarar.

Eu vim da área de educação. Eu sou professor, aí me dediquei ser conselheiro tutelar. Já estou acostumado com a guerra. Mas eu vejo os companheiros, às vezes, que se amedrontam, que se acovardam, não porque eles são covardes, são fracos, é porque... Por falta de conhecimento, por falta de capacitação, por falta de entendimento da lei.

Então, eu fico aqui deixando uma palavra aqui como o Rio de Janeiro, como Conselho Tutelar de Santa Cruz. Eu gostaria, assim, eu sei até que os colegas aqui do Rio que pediram a palavra, mas a menina aqui do lado aqui me falou a situação do Conselho Tutelar aqui de Brasília que também está uma penúria, que

está pior do que a gente do Rio de Janeiro. Então, fica aqui a minha fala.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra para você, eu fico feliz de ter aqui a presença do vereador, professor Pierre, que muito nos orgulha, que é um vereador educacionista, como ele se diz.

Por favor.

SR. PAULO: Bom-dia a todos e a todas. Meu nome é Paulo, eu sou Conselheiro Tutelar de Santa Maria, que é uma região administrativa aqui do Distrito Federal, e, confirmando aí as palavras do colega que me antecedeu na fala, realmente o Distrito Federal, em que pese ter tido um pequeno avanço no final de 2009, onde uma lei local criou mais 23 Conselhos Tutelares, hoje esses conselhos eles vivem, eles existem, de fato, porém não funcionam de direito. Todos funcionando em situação de extrema precariedade. A prova disso é o conselho ao qual eu pertenço, que funciona hoje apenas com os conselheiros no espaço de 15m². Isso para se ter uma ideia da questão da infraestrutura.

Eu acompanhei... Acompanho há pelo menos 10 anos a história dos Conselhos Tutelares aqui no Distrito Federal, até porque estou assumindo agora o quarto mandato de conselheiro, obviamente não consecutivo, e aqui não tem sido muito diferente dos demais municípios do Brasil.

A luta aqui tem sido ferrenha, nós temos 33 Conselhos Tutelares. Destes, 23 recém-criados. Esses 23 funcionando, como já disse, em situação de extrema precariedade, e os 10 já existentes também funcionam em situação de precariedade, embora em situação um pouco melhor.

Eu gostaria de fazer aqui uma reflexão com todos, até tomando por base uma palavra dita pelo companheiro Oto, onde ele afirma que os governantes, eles não são eleitos para cumprir apenas os seus planos de governo, mas são eleitos para cumprir a Constituição e as leis. E, olha, eu acredito que nós já temos um arcabouço suficiente de leis, além da Constituição, para fazer com que maus governantes mudem de posicionamento e, de fato, garantam, como diz no art. 227 da Constituição, com prioridade absoluta, os direitos das crianças e dos adolescentes. Eu acho que precisamos ser, talvez, um pouco mais proativos nesse sentido, utilizar o instrumento legal para fazer com que o direito da criança e do adolescente aconteça de fato. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quem mais tinha pedido a palavra? Você, é verdade. Desculpe, não estava lembrado.

SR. MÁRIO SÉRGIO: Boa-tarde a todos e a todas. Queria cumprimentar a pessoa do nobre Senador pela iniciativa, também agradecer a fala do nosso Senador que está aqui, Senador Nery, e agradecer também a fala, as falas anteriores dos nossos colegas que colocaram muito bem a nossa situação.

E eu queria deixar registrado que o nosso colega Carlos Nicodemos, ele citou aqui que... Ele foi ao meu município, que é o Município de Arraial do Cabo, chegando lá, fui recepcioná-lo, porque ele foi levar para... Além de estar na minha posse, ele foi levar o material para o nosso conselho, um material didático, o ECA, e mais algumas coisas. E, chegando lá, ao recebê-lo na nossa sede, a sede estava sem fornecimento de energia elétrica. Algo lamentável. Algo lamentável.

E eu, deixar registrado também que eu trouxe fotos que comprovam isso, comprovam a situação precária do nosso conselho, funcionamento. Processo de sucatear os Conselhos Tutelares, isso tem sido uma realidade no nosso município. A Kombi que nos foi cedida... Existe uma promessa de um carro, que já vem há muito tempo, dizem que vai chegar numa sexta-feira. Qual sexta-feira, eu não sei, do ano. E nós temos uma Kombi... Inclusive para eu poder estar aqui, nobre senador, só para deixar registrado, eu dependi da carona do Conselho Tutelar de Cabo Frio. Todos os colegas que vieram comigo no ônibus sabem disso. Essa Kombi, que está funcionando sem cinto de segurança, sem para-choque traseiro, totalmente destruída, está registrada aqui. Está em foto. Está aqui. Essa Kombi me levou até o município de Cabo Frio, e interessante que ela me deixou em frente à delegacia, aonde foi combinado para que eu pudesse pegar a carona.

E fica aqui esse registro, não é, como pode isso? Como pode nossos Conselhos Tutelares estar funcionando dessa forma? Estamos sendo expostos à situação de risco, porque você ser transportado, e, às vezes, transportar numa necessidade um menor numa viatura dessa, é algo muito sério. É algo muito sério. Eu coloquei para o colegiado lá que eu me recuso, eu me recuso a andar nessa Kombi, me recuso a transportar, se houver alguma necessidade, uma criança ou um adolescente nessa Kombi.

E deixar o meu agradecimento aqui a todos que falaram, a todos que estão empenhados nessa causa. E estou disponibilizando esse material a essa nobre Casa, como forma de denúncia.

Eu quero agradecer a todos pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lá atrás. Você.

SRA. SÔNIA REJANE(F) PIMENTA: Boa-tarde a todos e a todas. Eu gostaria de parabenizar--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu peço o nome.

SRA. SÔNIA REJANE(F) PIMENTA: Sônia Rejane(F), Conselheira tutelar de Niterói. Sônia Rejane(F) Pimenta.

Eu gostaria de parabenizar a todos por esse evento, e o senador colocou sobre os direitos fundamentais, que é previsto no art. 227, e eu gostaria de pontuar a necessidade de fiscalização com relação a esses direitos fundamentais, principalmente à saúde, à educação.

As nossas crianças têm pressa, porque eles não serão crianças a vida toda. Mas eles precisam de uma presença mais firme do Estado. Porque nós vemos as crianças com sete, oito anos, até 12 anos, que não conseguiram ser matriculados no ensino fundamental. E essas crianças, os municípios também não querem. Essas crianças acabam ficando fora da escola, e a maior dificuldade nossa, enquanto conselheiro, é conseguir uma vaga para essas crianças que estão à margem da sociedade. Elas estão totalmente desamparadas. A escola não aceita, porque já passou da fase inicial. Todos querem o filé *mignon*. Mas a necessidade mesmo, essas crianças ficam à margem, com 12 anos, 13 anos, que não conseguiram ter a oportunidade de sentar no banco de uma escola. E nós temos visto isso nos municípios que se dizem de qualidade, primeiro em qualidade de vida. Isso tem acontecido muito.

E com relação à saúde a mesma coisa. Quando essas crianças precisam de uma vacina, até conseguem, mas quando eles precisam de um tratamento especializado, em continuidade, aí começa a nossa dificuldade, que temos que procurar entrar com processo para garantir o tratamento a essas crianças. E aí a gente pergunta: aonde está a prioridade e quando é que as nossas crianças vão ser realmente prioridade, e estar garantido isso não só no papel, mas realmente na vida? E que essa oportunidade seja dada a elas enquanto são crianças, e não fique na suplência, no supletivo e no tratamento continuado, enquanto adulto, porque, na primeira infância, não tiveram esse privilégio de ser tratados como criança, e ter realmente essa necessidade garantida.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado.

Com a palavra você.

[palmas]

SR. SIDNEI(F) PERRIER(F): Boa-tarde, senador. Boa-tarde companheiros da Mesa.

Meu nome é Sidnei(F) Perrier(F), sou do município de Itaguaí, Rio de Janeiro.

Acredito eu que o conselheiro tutelar hoje, no exercício da sua estada no cumprimento, não pode dar continuidade, conforme o senador, conforme o deputado, conforme o nobre vereador. Acredito eu que é um lutador pela causa da criança e do adolescente também, conforme o senhor mencionou.

Hoje o conselheiro tutelar, ele participa de um mandato, participa do segundo, infelizmente não pode mais dar continuidade. Se preparou, se capacitou, e daí acabou, conforme o representante do CEDICA, Sr. Alexandre: se capacitou, fez mestrado, e daí não pôde mais dar continuidade ao cargo de conselheiro tutelar. Por quê? Porque só há uma recondução ao mandato.

Então, acredito eu que nos próximos requerimentos, os próximos entendimentos, até mesmo em alguma alteração, que, de repente, possa ser alterado esse dispositivo. Ao invés de ter uma só recondução, que possa ser livre: o conselheiro ser capacitado, dar continuidade ao seu trabalho. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): De nada.

Você. Por favor, no microfone.

Acho que está desligado, e tem que ligar por causa da gravação.

SRA. MÁRCIA BARROSO PEÇANHA FRANCO: Meu nome é Márcia Barroso Peçanha Franco.

E tudo que eles estão falando, eu venho reforçar, porque realmente o Conselho Tutelar não está tendo a força que deveria ter. Porque eu tenho uma neta, que hoje está com dois anos e pouco, e é violentada, e ela nunca foi prioridade. Quando eu entrei na Justiça, a juíza simplesmente esbarrou toda a força do Conselho Tutelar. E a minha neta continua até hoje na mão do agressor. Ela sofre várias convulsões devido à agressão, que é demais, que ela tem passado. Esse processo está com o Ministério Público, rolando há mais de ano, e a criança nunca foi afastada do agressor, e nem o agressor da casa.

Essa minha neta é filha da minha filha, e ela é uma pessoa que já usou drogas, então a gente não pode contar com a cabeça dela. A cabeça dela é uma cabeça que não... Não é igual a nossa. Então, a criança está desprotegida com a mãe.

Então, há muito tempo que a prioridade é a da mãe à criança, mas agora nós temos mães jovens, que não são como as mães de antigamente, que não tinha essas drogas. Hoje nós temos mães que são usuárias de drogas. Então, como a prioridade vai ser a mãe, se a mãe é usuária de droga, ou se já usou droga, se a cabeça dela não é a mesma?

Então, eu, como avó, entrei pedindo a guarda da criança e não consegui. Por quê? Porque esbarrou num juiz, que ele tem muito conhecimento, o agressor

da minha neta, é uma pessoa de grande... grande financeiramente, poder aquisitivo financeiro, e a minha neta até hoje está sofrendo agressão. Porque a minha filha se separou em fevereiro, de 2009, eu procurei os conselhos, não consegui nada. E pedi que fosse feito revelação, não foi feito. E eu procurei a delegacia, a delegacia simplesmente fez o corpo de delito, por iniciativa minha, e consegui esse corpo de delito 45 dias depois, que a delegacia prendeu.

Então a minha neta está sofrendo até hoje, nunca foi prioridade. A última vez que vi a minha neta foi em março de 2009, porque o agressor a mantém sob cárcere privado. A minha filha teve um outro filho, que hoje eu nem sei como é a carinha da criança, e a minha filha está sob ameaça com ele. E ela é obrigada a dizer que está tudo bem, que a família está tudo bem. E até hoje a gente não sabe como é a cara do meu neto que nasceu, nem eu, nem meu marido.

Então, a criança nunca foi prioridade nesse caso. Que deveria ser feito revelação, deveria ser feita a criança ao psicólogo. Cansei de pedir ao Conselho Tutelar de Juiz de Fora, fui ao presidente do Conselho Tutelar de Juiz de Fora pedir para que se fizesse revelação, porque se diz que a avó é doida pela criança e quer a criança. Então, eu não pedi que acreditassem em mim. Eu pedi que fosse feito revelação, porque a criança dizia que era o pai quem molestava ela. Então, eu pedi que fosse feito revelação. Não precisava acreditar em mim. Mas nunca foi feito isso para a criança. A criança continua sendo abusada.

E eu queria que o Estado desse prioridade à minha neta, e que desse proteção a ela, que é direito dela, e até hoje não foi dado.

A última vez que eu a vi, ela estava abusada, na creche, porque é uma creche de bairro, que não pode falar nada, porque senão fecham a creche. A dona da creche pediu: "Pelo amor de Deus, tira essa criança daqui", mas eu não consigo.

Então, a última vez que eu vi minha neta... Eu via a minha neta de 15 em 15 dias, ela ficava de três a cinco dias na minha casa, tínhamos uma amizade muito grande, com a minha filha e meu genro, e a criança tinha um apego muito grande conosco. Só que ela nem me conheceu, de tão abusada que ela estava.

Então, eu peço prioridade à minha neta. Já que estamos tratando de criança, de prioridade, eu peço que ela não seja mais violentada. Só isso que eu peço para o Estado. Eu não quero guarda, eu não quero nada. Eu quero que minha neta seja protegida, porque é um dever do Estado protegê-la, ou então ela será uma criança debilitada, se não vier a falecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer o seu depoimento emotivo, que mostra como a gente precisa realmente cuidar, de uma maneira mais clara, mais rigorosa, das crianças do Brasil. Você trouxe um fato seu, pessoal, direto. Nada de estatística aqui, e isso é o que dói muito mais do que quando a gente vê apenas os números.

Senador Nery pediu a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque. Ilustres convidados.

Na verdade, para... Pedi a V. Exa. que, na minha fala anterior, havia proposto a apresentação de um requerimento de Audiência Pública convidando a representação das municipalidades, do poder local. Penso que é importante também a presença dos estados e a presença também da União, e dos outros poderes, do Poder Judiciário.

Então, eu vejo aqui a necessidade de elaborar melhor esse requerimento, e dizendo a V. Exa. que eu apresentarei na próxima sessão da Comissão de Direitos Humanos.

E queria, ainda, me referir, depois de tantos depoimentos de conselheiros e conselheiras tutelares do Estado do Rio de Janeiro, Senadora Lúcia Vânia, a senhora também tem uma dedicação e um trabalho nesta questão... Os relatos confirmam vários elementos daquilo que os membros da Mesa apresentaram e se coloca, então, aqui, a partir das reivindicações apresentadas pelos conselheiros, a cobrança de uma atuação mais firme no Congresso, do Executivo, do Judiciário, da polícia, do Ministério Público, de todas as instituições que têm obrigações e responsabilidades para com a questão da defesa dos direitos e promoção dos direitos de crianças e adolescentes de que essa luta pela própria regulamentação e a luta pela garantia das condições mínimas, adequadas de funcionamento de todos os Conselhos Tutelares em todo o país, e pelo próprio reconhecimento e valorização dos conselheiros e conselheiras tutelares, ela não se efetivará se não houver uma participação permanente, direta.

Portanto, esse processo requer uma... Por um processo, de fato, de luta e de mobilização. Portanto, se essa audiência aqui proposta e realizada pelo Senador Cristovam Buarque, nosso Presidente, representa, como foi dito na palavra de uma Conselheira Tutelar do Rio de Janeiro, é uma esperança renovada, outros disseram que é uma luz no fim do túnel, eu diria que se não combinarmos passos, tarefas, articulações, que nos ajude a caminhar na direção daquilo que nós estamos tratando, reivindicando e lutando, não se efetivará, se esperar apenas por nós, pelo Parlamento, por cada uma das instituições encarregadas de zelar por esses direitos.

Portanto, eu... Sobretudo a palavra muito firme de cobrança do Mário Sérgio, que é conselheiro, me parece, da cidade... Arraial do Cabo, do Rio de Janeiro, de que se não houver participação, acompanhamento, pressão, diálogo para uma busca da compreensão desses problemas que vocês estão aqui apresentando, e que nós conhecemos de pronto, e a própria realização da audiência, e a luta cotidiana que realizamos em cada um dos nossos estados, dos municípios em que acompanhamos diretamente essa questão da luta pelo reconhecimento e fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Tudo que nós estamos querendo não se efetivará se não continuarmos nos articulando, trabalhando, discutindo juntos, e essa Audiência Pública aqui é um bom exemplo das tarefas que podem ser realizadas para cumprirmos o nosso dever e também trabalhar para atender as reivindicações que vocês aqui apresentaram.

Portanto, resumindo, sem luta não haverá nem mais reconhecimento, nem aprofundamento dessas conquistas que ajudarão a que os Conselhos Tutelares de todo país funcione de forma adequada, e que possamos vencer esse descaso, essa falta de atenção e de respeito às nossas crianças, especialmente aquelas que são vítimas de violência, porque é o Conselho Tutelar o primeiro lugar que as pessoas recorrem para ver seus direitos garantidos e reparados.

Mas, por último, Sr. Presidente, eu queria pedir licença a V. Exa., e a todos os conselheiros aqui presentes, para, em duas palavras, me referir a um tema que não é da pauta da nossa Audiência Pública. Mas eu diria que é importante aqui fazer uma referência, porque um conselheiro tutelar o fez de forma... Lembrou de forma bem de leve o que representa o 31 de março ou o 1º de abril na história recente da República.

Há 46 anos, o Brasil era vítima de um golpe militar, que ceifou vidas, sepultou esperanças, tirou da vida pública, da luta sindical, da luta popular, milhares de militantes e lutadores e lutadoras sociais. Há 46 anos atrás, com a eclosão do Golpe Militar, da madrugada de 1º de abril... Fala-se em 31 de março, mas, na verdade, foi na madrugada de 1º de abril, de 64, em que milhares de brasileiros, durante muitos anos, durante 21 anos exatamente – foi o tempo que durou esse período de exceção, de violência do Regime Militar –, em que a liberdade de falar, de reunir, foi cotidianamente ameaçada. Não só ameaçada, foi executada por conta dos ditadores de plantão. A liberdade de imprensa...

Então, não poderia, Sr. Presidente, mesmo sabendo... De aqui manifestar, nessa Comissão de Direitos Humanos, até porque foram os direitos humanos, em toda sua extensão e compreensão, que foram brutalmente violados, durante 21 anos. E, há 25 anos, tentamos reconstruir, nesse processo de redemocratização do país, que ainda estamos muito longe de consolidar, porque, se as liberdades políticas de organização, de expressão, estão garantidas, falta muito para concluir, para avançar, no processo de democratização do nosso país, que é processo de democratização das oportunidades, do modelo econômico, que precisa ser alterado e mudado de forma extraordinária para que ele possa cumprir a possibilidade de que todos brasileiros e brasileiras tenham o direito ao pão, ao saber, ao ter, e, de fato, à liberdade.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria, com a permissão de V. Exa., e a de V. Exa., e na presença da nossa Senadora Lúcia Vânia, dizer uma palavra de homenagem a todos que resistiram à ditadura, a todos que tombaram, e em sua memória, e de suas lutas, e por causa de suas lutas, nós podemos desfrutar hoje de um determinado grau de liberdade política, inclusive para se manifestar, para criticar os governos, Judiciário, Legislativo, a imprensa, quem quer que seja. E isso foi... Isso é, na verdade, o resultado da luta, do suor, do sangue e do sacrifício de milhares que foram perseguidos, foram mortos, foram exilados, foram cassados, foram violentados.

Portanto, aos que... A homenagem à memória dos que se foram por conta desse enfrentamento, mas a homenagem também aos que resistiram e continuam lutando para que o Brasil seja o melhor. Ditadura nunca mais. Liberdade sempre. Deve ser o lema de todo brasileiro que acredita num futuro de felicidade para o nosso povo e não aceita nem violência, nem opressão, nem o poder de poucos oprimindo a maioria do nosso povo.

Viva a liberdade! Viva a Justiça! Viva a todos que lutaram! Viva a memória de todos os brasileiros e brasileiras que não se acomodaram e fizeram de suas vidas um instrumento de luta, para que a gente pudesse estar vivendo esse momento. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Senador Nery, por trazer a lembrança, porque a memória é o combustível da vida de um povo. A memória que esse povo da sua história.

E, ao mesmo tempo em que hoje a gente pode comemorar 25 anos de democracia, vale a pena lembrar que não cumprimos tudo que era necessário, porque até hoje existem mortos sem sepulturas de pessoas que lutaram pela democracia, e também os avanços sociais que nós tivemos, e claro que houve avanço social, mas foram menores do que um quarto de século permitiriam.

Eu vou passar a palavra para você que pediu, depois o professor Pierre, e terminamos, porque precisamos terminar dentro de algum tempo mais.

Por favor.

SRA. MARIA DAS GRAÇAS LAUDÁRIO: Boatarde a todos.

Eu sou Maria das Graças Laudário, sou conselheira do Município de Araruama, Rio de Janeiro.

Eu estou muito feliz por estar aqui. Quero agradecer ao senhor, senador, que eu já venho acompanhando seu trabalho já de muitos anos, e sou muito admiradora de V. Exa. e do seu trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado.

SRA. MARIA DAS GRAÇAS LAUDÁRIO: Eu quero colocar que estou aqui me sentindo numa situação privilegiada. Eu e meu colega Rodrigo, que também é do meu município.

Eu fui conselheira em 2000, e me senti, na época, era tudo que vocês estão colocando. Eu passei por isso também.

Mas hoje a gente está vivendo um outro momento. Nós, como conselheiros, vivemos uma situação bastante privilegiada em relação a tudo isso que vocês estão colocando aqui. Por quê? Porque nós estamos tento muito apoio do nosso prefeito, do nosso gestor.

Nós temos uma sede nova, que está toda equipada, cada... São três salas, cada sala com um computador. Nós temos um carro, que anda, que viaja, que funciona. Nós tivemos aumento de salário há dois meses atrás, e nós temos apoio do nosso gestor.

Agora, o que eu queria colocar para vocês, isso tudo foi uma conquista nossa, porque nós brigamos muito, nós corremos atrás, nós conversamos, nós nos reunimos, nós fomos atrás do promotor. O promotor nos ajudou, o promotor foi até o prefeito... Então, nós mobilizamos tanto o Ministério Público como a prefeitura, e, graças a Deus, nós tivemos resultado.

O nosso prefeito nos apóia, e muito. Tudo que nós precisamos... Tanto que tem vários conselheiros aqui que foram ao fórum que nós fizemos, organizamos o mês passado, acho que foi um sucesso, todos gostaram, e todos ficaram até impressionados de ver o suporte que nos foi dado.

Agora, o que eu queria colocar é o seguinte, em se tratando de criança e adolescente, eu, como conselheira, me deparo, muitas vezes, em determinada situação, quando eu estou num caso, resolvendo uma situação qualquer, que nós precisamos rever a política pública relacionada à promoção social. Porque, muitas vezes, os maiores problemas que eu enfrento, como conselheira, em resolver a situação da criança está ligada à promoção social, que não funciona, que não tem dinheiro, que não tem uma cesta-básica de emergência para dar, que não dão material de construção, que não dá... E a criança não tem nada disso. Ela está na rua. A família sofre. A família está sofrendo porque não tem emprego, não tem moradia, a educação, muitas vezes, nem consegue ter também, porque a mãe tem dificuldade de chegar à direção da escola, que nega uma vaga. Só o Conselho Tutelar para ajudar essa mãe a resolver essa situação. Então, acho que a política... A política social tem que ser revista tanto a nível estadual, como federal, como municipal, para a gente poder fazer um trabalho em conjunto, porque a gente necessita da política social para complementar o trabalho do Conselho Tutelar. Sem isso, é inviável, a gente não consegue resolver. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado a senhora.

[palmas]

Eu passo a palavra ao Vereador de Nova Friburgo, Professor Pierre. Depois vamos ouvir os da Mesa.

SR. PIERRE MORAES: Boa-tarde Senador Cristovam, é uma satisfação estar aqui cumprimentando... Cumprimento a Mesa... E é louvável essa Audiência Pública.

Também cumprimento a Senadora Lúcia Vânia e a todos os conselheiros e representantes aqui nessa Audiência Pública.

Mas estou aqui a refletir sobre os relatos que tenho ouvido, e, na verdade, a que ponto está a prioridade da criança em nossa sociedade? O retrato da maioria das escolas e também dos espaços que atendem a criança e o adolescente em nosso país são, infelizmente, um retrato do compromisso, do grau de compromisso dos poderes constituídos em nosso país em relação a eles. Infelizmente é calamitoso.

O problema, por exemplo, em Nova Friburgo, no município, é o mesmo dos municípios aqui apontados. É um celeuma que temos em nossa sociedade. E até quando nós vamos continuar com isso? Na verdade, o nosso presente já está comprometido. E qual é o olhar que estamos dando ao nosso futuro, quando não estamos investindo efetivamente na criança e no adolescente?

E muito bem colocado por uma conselheira a questão da educação. É um retrato claro, na medida em que os casos de Conselho Tutelar se ampliarem, é uma crise na família e é uma crise na escola. É um indício lógico disso. É sintomático. Então, é necessário, como colocou agora a representante sobre as medidas sociais, que tenhamos uma ação articulada nacional e intersetorial. Há uma necessidade de realização de grandes discussões que apontem para um planejamento para romper com esse problema.

Na verdade, há um cano estourado, e que a gente precisa tapar o buraco e ampliar esse cano depois, de modo que as políticas públicas cheguem até a ponta.

É inadmissível que um conselheiro tutelar tenha que tirar do bolso para poder pagar um elemento que o Estado deveria estar oferecendo. Às vezes, até um telefonema.

Foi colocada aqui a questão do entravamento, do engessamento com relação ao judiciário. Isso tem que ser revisto. Eles estão bloqueados.

A questão do transporte é outro fator, e dos espaços onde esses conselhos funcionam. São degradantes. Os arquivos mesmos ficam em risco.

Então, nós precisamos, Senador Cristovam, de um comprometimento maior de toda a sociedade: família, escola, mídia, sociedade organizada em torno da causa da criança.

Penso até que essa Audiência Pública, como foi aqui ventilado, seja um caminho para outros eventos mais, de maior força, de maior representatividade dos entes federados, de modo que possamos constituir pelo menos um padrão mínimo para os Conselhos Tutelares, e sanções para aqueles que não cumprirem com esse padrão.

Da mesma forma da necessidade de haver uma lei de responsabilidade educacional, nós precisamos atender isso também a todas as instâncias que envolvem crianças e adolescentes. Há que haver uma punição para aqueles gestores que não têm compromisso com a criança e adolescente.

E há um problema também maior, no que diz respeito às legislações municipais, que versam sobre a criança e o adolescente. Há muitas leis, senador, que estão inadequadas, que travam. E muitos governos não levam propostas de lei às Casas Legislativas, ou não recebem proposições do Legislativo para fazerem uma adequação.

Então, nós precisamos de uma ligação tanto da federação, pegando a União, os estados e os municípios para regularmos uma política nacional em que os Conselhos Tutelares sejam atendidos da maneira como devem ser atendidos.

Infelizmente o retrato que a gente tem é de descompromisso total. Se não houver uma política intersetorial de envolvimento, de comprometimento, essa causa ficará perdida, e o futuro do Brasil, mais uma vez, estará sob ameaça.

Então, estamos discutindo aqui não só o presente, estamos discutindo aqui o futuro do país. Que futuro nós queremos, se não olharmos, de fato, para as nossas crianças e para nossos adolescentes e para aqueles que cuidam deles? Aí envolve todos os trabalhadores na área de educação e todos esses abnegados conselheiros e pessoas que lidam com a causa da criança e do adolescente.

Além também, inclusive falava aqui com o Senador Nery, em Nova Friburgo tem o CREAD(F), é até algo que está ligado um pouco paralelamente à questão dos Conselhos Tutelares, a necessidade de algumas correções no ECA. Há medidas que estão ultrapassadas para a realidade atual. Precisamos levantar uma grande discussão junto às pessoas que trabalham com a criança e o adolescente, para fazermos uma atualização do ECA diante da demanda que se nos apresenta.

Então, penso que o debate é amplo, há muito que se discutir, mas muito mais do que se discutir, a fazer e a cumprir as leis, como o companheiro ali colocou, que se as leis fossem efetivamente cumpridas, não precisaríamos estar aqui. Mas, como não são cumpridas, nós temos que requerer pelo cumprimento das mesmas. E nos unirmos por uma causa que atenda as nossas crianças e adolescentes e a sociedade brasileira e o nosso futuro.

Agradeço a oportunidade de estar aqui, e também de todos os companheiros que estamos juntos nessa luta, e como dizia o poeta Carlos Drummond de Andrade: Não nos afastemos muito. Não nos afastemos muito. O presente é tão grande. Vamos de mãos dadas.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado.

Senadora Lúcia Vânia. A senadora pediu a palavra. Depois da senadora, eu passarei aqui na ordem inversa da fala inicial.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Minha fala vai ser rápida, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentá-lo por essa iniciativa, mais uma iniciativa brilhante de V. Exa. aqui em relação às nossas crianças e adolescentes. Quem dera nós tivéssemos bastantes senadores com a preocupação de V. Exa..

Eu não pude ouvir os palestrantes, mas quero cumprimentá-los e dizer que o pouco que eu pude ouvir aqui retrata a realidade de todos os estados. Não é diferente no meu estado, o Estado de Goiás, a situação dos Conselhos Tutelares.

E nós travamos aqui, no Congresso Nacional, uma luta muito grande, porque, na verdade, o que a gente pode sentir é que o ECA é muito criticado, às vezes, mas nunca se apresenta a deficiência na implantação da própria Legislação. Os instrumentos que balizam, e o Conselho Tutelar e os Conselhos Tutelares e de Direito são instrumentos que balizam aquilo que a lei determina.

No entanto, não existe orçamento, é uma coisa... É uma coisa terrível. A gente, na Comissão de Orçamento, não sentir que os Conselhos Tutelares fazem parte de toda uma estrutura voltada para a criança e adolescente.

E, agora, recentemente, nós aprovamos um projeto de lei, que eu até fui a relatora, e critiquei o aplauso da maioria dos senadores no sentido de fazer com que aqueles objetos apreendidos pela Receita Federal fossem destinados aos Conselhos Tutelares.

Foi aprovada, é um projeto interessante, mas eu levantava, naquela ocasião, que mais importante do que aquele projeto era os Conselhos Tutelares constarem da Lei Orçamentária. Coisa que não se dá.

E eu tenho certeza de que essa discussão é o início de uma explicitação disso que nós vemos em nossos estados, e é muito comum a gente travar o embate aqui da redução da maioridade penal quando nós sentimos que essa criança está inteiramente abandonada e deixada, e nós estamos empurrando essas crianças para o tráfico, para a marginalidade, em função dessa deficiência.

O que eu posso sentir, como ex-secretária nacional de Assistência Social, é que realmente nós temos um privilegiamento em relação aos programas de transferência de renda, e uma retração muito forte em relação aos serviços.

De nada adianta criar a Mãe da Paz, o Conselho Tutelar, se eles não têm uma rede de serviço para fazer os encaminhamentos. Então, nós ficamos patinando no nada.

E o que eu posso sentir é que essa retração dos serviços foi explicitada aqui, não só na educação ou na... Na saúde, na assistência social propriamente dita, e há uma certa acomodação com os programas de transferência de renda, entendendo que esses... Essa transferência abrange todas as áreas, o que não é verdade.

Quando nós reforçamos a implantação do PETI, e que ele não fosse anexado ao Bolsa-Família, é porque nós entendíamos que a centralidade desse programa está na criança e a centralidade está na educação. E nós precisamos de mais programas voltados para essa necessidade que nós temos em relação às nossas crianças.

Portanto, quero parabenizar todos conselheiros que aqui estão, que vieram trazer essa realidade, explicitá-la aqui no Congresso Nacional, no Senado da República, e quero dizer aos senhores que somos um grupo de parlamentares muito envolvidos com a área social, e que estamos abertos a dar prosseguimento a essa luta. Não sou da Comissão de Direitos Humanos, mas tive já... Estou muito feliz de poder estar aqui hoje, mais uma Audiência Pública, tratando da questão da criança e do adolescente. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço, senadora, e a senhora pensa que não é, mas é sim desse conselho, não formalmente, mas no coração da gente, pelo seu trabalho.

E eu queria tocar um ponto aqui que a senadora falou, que é importante. Um desses dias eu fui... Ela falou que aquilo que for recolhido pela receita será enviado para entidades sociais.

A gente recebe o resto. Ainda bem que recebe esse resto. Eu não sou contra. Mas, um dia desses, eu fui a um sindicato aqui de um órgão público, e os dirigentes, muito orgulhosos, vieram me dizer que eles recolhem todos os computadores já usados e dão para as escolas. E eu elogiei o gesto deles, mas disse que um dia eu espero que todos os computadores usados das escolas sejam dados para eles. Aí sim eu estarei satisfeito. Mas não as escolas recebendo restos. Aí, parênteses, mas enquanto isso não acontecer, continue doando, porque é melhor pegar os computadores superados de vocês do que ficarmos sem computadores. Mas isso mostra a prioridade.

Bem, eu vou passar a palavra ao Carlos Nicodemos.

Opa, eu tinha falado da inversão, mas vá em frente, Carlos.

SR. CARLOS NICODEMOS: Não--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, não, não. Vá lá.

SR. CARLOS NICODEMOS: Bom, já em alegações finais, mania de advogado, mas cumprimentar a todos e dizer da nossa satisfação.

Quando, há 20 dias atrás, procurei o Senador Cristovam Buarque um pouco traduzindo esse cenário do Rio de Janeiro, que traduz o cenário do Brasil, a respeito da situação dos Conselhos Tutelares, e dizendo o que se colocava aí não é a questão do funcionamento simplesmente de um órgão, mas sim um modelo de participação da sociedade dentro de um conceito de democracia participativa, onde membros da comunidade são levados a cumprir a missão de proteger os direitos da criança e do adolescente, nós calculamos duas questões que, efetivamente, se confirmaram aqui.

Primeiro, da complexidade desse tema, especialmente no que diz respeito às competências no chamado pacto federativo. Ou seja, o que nos compete em âmbito federal e o que nos compete em âmbito estadual e em âmbito municipal. Do meu ponto de vista, é preciso refazer o caminho daquilo que se chamou

de descentralização política e administrativa, e não se pode mais permitir e acreditar que a política de proteção executada pelos Conselhos Tutelares é uma questão do município, e os estados não têm responsabilidade, e a União também não tem responsabilidade. Temos que refazer esse caminho e verificar que há responsabilidade, sim. E que essa responsabilidade, ela tem que ser assumida não só pelos municípios, na execução dessa política, mas pelo estado, como ente da federação que deve integrar essa política e dar condições para que ela, efetivamente, funcione.

E aí, senador, como o senhor, mas numa dimensão muito menor diante da sua história e do seu legado político no Estado Brasileiro, nós também defendemos que o pré-sal é das crianças. E defendemos que um percentual do pré-sal fosse destinado aos Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, de modo que pudesse cofinanciar a política, na área da infância, e fazer chegar no Conselho Tutelar os instrumentos e os equipamentos necessários para o seu pleno funcionamento.

Pleiteamos, sim, que um percentual do pré-sal, além dos que constam já no rol estabelecido pela Legislação Federal, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Fazenda, os próprios estados e municípios, um percentual fosse transferido para os municípios, para os Conselhos Municipais. E ali efetivamente pudesse ser deliberada uma política direta de fortalecimento dos Conselhos Tutelares.

E vamos trabalhar concomitantemente, de maneira conjunta, em cima da proposta da destinação para a educação, mas entendendo que, constitucionalmente, criança e adolescente é a prioridade absoluta, e o lugar dela, efetivamente, é na escola. E, para isso, nós precisamos garantir recursos. Garantir recursos de modo que faça valer efetivamente os direitos da criança e do adolescente.

Fico muito feliz pelos companheiros que aqui estão, que viajaram 16 horas num ônibus, da oportunidade que a gente criou, que a gente estabeleceu, 16, 18, e um pouco mais para alguns. A companheira Eva, que vai chegar no centro do Rio e vai pegar um ônibus, cinco horas, para o interior do Estado do Rio de Janeiro, então um pouco mais do que isso, 22 horas. Mas, dizer assim da nossa satisfação. Acho que na história moderna da República, propriamente nos últimos 20 anos, a gente conseguiu deixar aqui nessa Casa, nessa Casa que simboliza a democracia, a semente de uma esperança, uma esperança de que podemos avançar, sim, com parlamentares compromissados em torno do projeto da agenda da criança e do adolescente, e que, daqui para frente, vamos desenhar as estratégias, ocupar os espaços, dialogar e construir uma agenda de prioridade para a criança e o adolescente. Queremos o legado olímpico que marque o legado social de criança e adolescente. Queremos um pré-sal efetivamente que traga um investimento para a área da criança e do adolescente, e não simplesmente anunciações que possam aparecer de interesse de todos, mas que, ao final, acabam atendendo a interesses meramente econômicos.

Em nome da agenda da criança e do adolescente, meu muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, e meu muito obrigado a todos os companheiros, especialmente do Rio de Janeiro, que vieram até aqui. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado a você.

Eu passo a palavra agora ao Oto de Quadros.

SR. OTO DE QUADROS: Obrigado, senador. Quero cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia também pela sua exposição.

Da fala de todos, eu gostaria de ressaltar alguns pontos.

A questão da mídia. Realmente eu acho que a mídia tem um grande débito com o direito da criança e do adolescente no Brasil. Há um dispositivo no Estatuto da Criança e do Adolescente que diz que uma das diretrizes da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente é a mobilização da opinião pública, no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade. Isso não se vê porque a mídia está dedicada a outros temas.

É importante também que a gente tenha em mente os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. O fato de o Brasil ter ratificado a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989, ratificou em 1990, no prazo de dois anos, o Brasil deveria ter apresentado ao Comitê dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas um relatório sobre como estava implementando a convenção no Brasil. Esse relatório não foi apresentado, só veio a ser apresentado no ano de 2003 para 2004, já no Governo do Presidente Lula. Então foi um grande avanço.

Depois o Comitê dos Direitos da Criança e do Adolescente assinalou um prazo para apresentar os relatórios atrasados conjuntamente em 2007. Esse prazo foi deixado passar, e continuamos em débito no Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas.

O Brasil está pleiteando uma cadeira no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Como vamos assumir essa cadeira, como teremos moral para assumir, se não cumprimos, não garantimos minimamente os direitos da criança e do adolescente no Brasil? E o Brasil não pode dar como desculpa o fato de ser uma

federação, e de que essa atribuição, de assistir diretamente o direito da criança, é com o município. Na verdade, o município faz parte do Brasil, e, no plano internacional, ninguém quer saber se nós somos uma federação ou não. É o Brasil que presta contas. É por isso que a União deve exigir do município a implementação dos direitos da criança e do adolescente.

Comentou-se na difícil relação entre Ministério Público e Poder Judiciário. Eu faço parte do Ministério Público. Aqui, em Brasília, nós conseguimos estabelecer uma relação construtiva com os conselheiros tutelares. Nos estados, se existe essa quase opressão do Ministério Público e do Poder Judiciário sobre os Conselhos Tutelares, a minha sugestão é que se busque os órgãos de controle do Ministério Público e do Poder Judiciário. Cada Ministério Público tem a sua Corregedoria, que verifica a nossa atuação; o Poder Judiciário também tem. E, além disso, temos o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público. Não serve mais de pretexto o fato de que não temos nas nossas faculdades o direito da criança e do adolescente.

A respeito disso, seria interessante que colocássemos como disciplina obrigatória não apenas nos cursos jurídicos, mas em todos os cursos de graduação o Direito da Criança e do Adolescente como disciplina obrigatória. A minha associação, ABMP, sugeriu ao Conselho Nacional de Justiça que editasse uma resolução exigindo, nos concursos para magistrados, o direito da criança e do adolescente. O Conselho Nacional de Justiça aceitou essa, e, numa resolução, de maio de 2009, estabeleceu como obrigatório. A partir de então, todo concurso para Juiz de Direito, no Brasil, tem que ter a disciplina Direito da Criança e do Adolescente.

A mesma sugestão foi feita ao Conselho Nacional do Ministério Público. O Conselho Nacional do Ministério Público não se manifestou até agora. Estamos esperando que se manifeste.

Isso também faz parte do contexto da formação continuada de todos os agentes de garantia dos direitos, na Resolução 112, de 26 de março de 2006, do CONANDA, está escrito: "Quem deve ser beneficiário, na verdade, dessa formação continuada? Todos os agentes públicos que trabalham direta ou indiretamente com crianças e adolescentes, famílias e as próprias crianças e adolescentes". A rigor, ninguém que respira e seja gente ficou de fora dessa formação continuada, recomendada pelo CONANDA, mas que ainda não existe.

Eu fico também, assim como o Carlos Nicodemos, confortado com essa Audiência Pública, e pelo fato de o tema estar nas mãos do Senador Cristovam Buarque, assim como do Senador José Nery, que esteve aqui.

Senador Cristovam, é importante que a gente diga que no Distrito Federal os Conselhos Tutelares foram criados por uma lei de 1992, a Lei 234, mas só vieram a ser implantados os primeiros cinco no Governo de V. Exa., em 1995. A partir de então, essa lei de 1992, ela dava a entender que teríamos um Conselho Tutelar em cada região administrativa. Mas, em 2001, uma lei disse que teríamos apenas 10 onde tínhamos circunscrições judiciárias. Essa realidade dos 10, para dois milhões e 600 mil habitantes na capital do Brasil, veio até o final do ano passado, quando a Associação dos conselheiros tutelares do Distrito Federal, a sociedade civil organizada, junto com a Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude e o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, chegaram à conclusão de que era necessário haver um em cada região administrativa.

A par disso, a operação Caixa de Pandora, que estourou em 27 de novembro, favoreceu a aprovação dessa lei, porque o nosso argumento também foi que se o Governo local não cumprisse a deliberação do Conselho dos Direitos, nós, Ministério Público, iríamos processar os governantes por improbidade administrativa por não cumprir as leis. Então, a lei foi criada, mas falta implementar esses outros 23 conselhos.

É importante ressaltar também a questão da formação continuada. A ABMP, ela se volta para essa questão do direito da criança e do adolescente. É por isso que nós estamos realizando, em Brasília, e veio para Brasília por causa dos 50 anos da capital, o 23º Congresso da ABMP, que acontece a cada dois anos, no Brasil. Será de 05 a 07 de maio, no Centro de Convenções. Quem quiser mais informações, eu vou distribuir o folheto, mas pode consultar também no site www.abmp.org.br/congresso2010. Tudo junto.

Quero agradecer, em nome do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e me colocar à disposição para participar de outras discussões. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço, e fico muito feliz que tenha lembrado que foi no meu governo que começamos a implantar os conselhos, e aproveito para dizer que quando, em 2001, foi limitado o número 10, eu já não era mais governador.

SR. OTO DE QUADROS: Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu passo a palavra agora ao Alexandre Nascimento, pedindo que a gente tente fazer

o mais rápido possível, porque às duas horas começa lá tocar a campainha para irmos ao Plenário.

SR. ALEXANDRE NASCIMENTO: Novamente, em nome do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Estado do Rio de Janeiro, a gente agradece aqui ao Senador Cristovam Buarque por essa... Esse espaço de diálogo e de recolocação na pauta, na agenda essa discussão tão importante.

Queria ressaltar aqui nas falas do Senador Nery, que nos apresenta propostas concretas de encaminhamento dessa audiência, com a continuidade dessa audiência, de uma forma mais ampliada, inclusive para os outros estados do Brasil, desse... Envolvendo a frente parlamentar e os demais segmentos e órgãos dos sistemas de garantia de direitos, e também a proposta de estudo da consultoria do Senado sobre essa regulamentação da função e do Conselho Tutelar. A essa proposta eu agrego um levantamento dos projetos de lei em tramitação aqui nessa Casa e na Câmara, que diz respeito aos conselhos e ao fortalecimento desse órgão, que não são poucos, e alguns a gente tem até desconhecimento. E dizer que, esse ano, um ano simbólico, onde nós completamos aí 22 anos da Constituição Federal, que demarca esse lugar da participação popular na gestão da política pública, em particular a política de infância e adolescência, os 21 anos da Convenção Internacional, os 20 anos do ECA.

E eu gostaria de lembrar também que este ano a gente completa 10 anos da realização do I Congresso Nacional dos Conselhos Tutelares, realizado aqui em Brasília, onde, no último dia, como um marco histórico dessa luta dos Conselhos Tutelares do Brasil, da organização e o movimento dos Conselhos Tutelares do Brasil em torno das garantias dos direitos das nossas crianças e de quem garante esses direitos, foi instituído o Dia Nacional do Conselheiro Tutelar, dia 18 de novembro.

Espero que, nesse ano, que a gente completa 10 anos, a gente possa estar... E já nesse congresso se discutia... Era um dos pontos de pauta de discussão a regulamentação da função de conselheiro tutelar. Então, organizadamente, a gente está há 10 anos discutindo a regulamentação da função de conselheiro tutelar. Então, não... É uma década. E eu espero que, de repente, 18 de novembro desse ano, a gente possa estar comemorando, de fato, avanços concretos nesse sentido, quiçá já um texto nessa Casa, que avance para essa questão.

O ECA retira da Justiça aquilo que não são atribuições da Justiça [soa a campainha], mas deu e delega aos Conselhos Tutelares muitas dessas funções, mas não deu aos Conselhos Tutelares a mesma estrutura que hoje a Justiça tem. E isso a gente está aqui discutindo questões mínimas, e é o papel da impressora, a luz, a água... Chega a ser deprimente discutir esse tipo de coisa 20 anos depois da criação dos Conselhos Tutelares, enquanto que a gente vê no Rio de Janeiro, passa no centro da cidade, a cada mês um prédio da Justiça sendo erguido com uma velocidade incrível.

Em Niterói uma... A Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente foi desalojada para a criação de um Fórum em Niterói. Até hoje está lá amontoado quatro delegacias no mesmo espaço, e o prédio lá já erguido da Justiça. Que modelo de sociedade, Estado Democrático de Direito a gente quer? É o modelo da punição? É o modelo da criminalização? Ou é o modelo de respeito às crianças e fortalecimento das políticas públicas? Isso a gente não pode esquecer.

E aí, nesse sentido, acho que não é fora de propósito quando o Senador Nery e o nosso companheiro Celso relembram a ditadura, os anos de ditadura, e, principalmente, a resistência à ditadura que a gente... E depois desse período histórico todo, a gente se pergunta: a quem interessa o sucateamento e a precariedade dos Conselhos Tutelares? A quem interessa a criminalização dos Conselhos Tutelares? E a quem interessa a cooptação dos Conselhos Tutelares? Talvez se conseguir chegar, se aproximar à resposta, a gente pode vislumbrar, vamos dizer assim, os ditadores da atualidade, os ditadores da contemporaneidade, que a esses a gente tem que fazer um franco enfrentamento, e, para isso, a gente tem que estar organizado, para isso a gente tem que estar mobilizado. Não é entre a gente que a gente tem que estar se digladiando, entre Conselho Tutelar, Conselho de Direito, Ministério Público, juiz. Acho que a gente tem que estar, de fato, fortalecendo as políticas públicas, e a esse poderio do capital que vem aí degradando cada vez mais aquilo que é do público.

Então, eu não sei... Diante dessa realidade, cada vez mais precária, que já preocupava há 10 anos atrás, há 15 anos atrás, e eu acho que a situação dos Conselhos Tutelares hoje é praticamente motivo de uma CPI. Talvez se a gente criasse um fato político demarcante de que o quanto esse órgão está sendo sucateado, ao invés de fazer uma... Não só uma CPI da exploração, do trabalho infantil, mas a CPI do funcionamento dos Conselhos Tutelares.

[palmas]

Então, eu finalizo aqui minha fala, novamente endossando aqui, e disponibilizando o Conselho Estadual a esta gestão, para estar junto aqui com o CONANDA e com essa Casa, e com todos os órgãos de sistema de garantia de direitos nessa luta em favor da consolidação dos Conselhos Tutelares. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço.

Como veem, já estão chamando lá para o Plenário.

Eu passo a palavra ao Fábio... Desculpe... É, o Fábio, como presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SR. FÁBIO FEITOSA DA SILVA: Representando o colegiado do CONANDA, cada um, cada uma que veio até aqui traz expectativas. Bom seria pudéssemos resolver todas as expectativas que está no nosso coração.

Mas eu acho que um grande passo é parabenizar o senador por essa audiência, para que a gente, pelo menos, pudesse falar; para que a gente pudesse também ouvir aqui as expectativas, as angústias também de cada um, de cada uma. Que a nossa causa é única, todos nós que estamos aqui. Seja o Poder Legislativo, seja os Conselhos de Direitos, os Conselhos Tutelares, temos a única causa, que é a criança e adolescente, a garantia que nossos crianças e adolescentes, de fato, os direitos sejam garantidos.

Bom, reafirmamos aqui, senador, o nosso compromisso, enquanto CONANDA, pela luta em prol de uma educação de qualidade, e já fica o convite também da sua presença no CONANDA, para que a gente possa criar possibilidade de discussão de uma reflexão mais ampla sobre essa questão da educação.

Aproveito para pedir também o apoio dessa Casa. Esse ano teve uma Medida Provisória 483, e nessa Medida Provisória cria-se a Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Então, que os senadores possam nos ajudar para que, de fato, se torne lei.

Com isso, também, a gente, enquanto Conselho Nacional, nós ganhamos. A princípio nós temos um cargo no CONANDA, que é o cargo da coordenação geral. Com essa Medida Provisória, nós podemos conseguir mais cargos para fazer, de fato, com que o CONANDA tenha seu quadro garantido e possa trabalhar muito mais.

Um pedido também... A gente já vai colocando os desafios e vai já costurando as parcerias. Quando foi falado da questão das resoluções, de fato, nós temos que garantir que as resoluções dos conselhos sejam, de fato, se tornem lei mesmo, entendeu, que sejam respeitadas. Se nós garantirmos que a resolução do CONANDA, do Conselho Tutelar, vire lei, seja respeitada, e a gente pede a ajuda da ABMP, para que possa fortalecer junto às promotorias, nós teremos garantido, na Lei Orçamentária, dotação específica para a implantação, manutenção e funcionamento dos Conselhos Tutelares, custeio das atividades por estes desempenhadas. Ou seja, custeio das despesas com imobiliário, luz, água, telefone, imóvel, internet, computador, fax, formação continuada; custeio de despesa dos conselheiros inerente ao exercício de suas atribuições; garantia de transporte adequado; e garantia de segurança da sede e de todo seu patrimônio.

Então, se nós, de fato, abraçarmos a causa que essa resolução é a nossa resolução, que nós queremos juntos que os Conselhos Estaduais e os Conselhos Municipais peguem essa resolução e faça as suas resoluções estaduais e municipais, nós vamos estar fortalecendo. É isso que o CONANDA acredita, que nós juntos possamos garantir esse direito, que traz aqui na resolução. Quando o CONANDA pensa na resolução para os Conselhos Tutelares, pensa em garantir todos esses direitos. E é para todos. Para todos os conselhos, para todos os municípios.

Então, é bom que a gente, a partir dessa resolução, a gente possa estar juntos aí, todos os sistemas de garantia de direito, fazendo com que, de fato, ela seja cumprida. Porque eu acredito que o papel dos Conselhos de Direitos é fortalecer, sim, os Conselhos Tutelares. Eu tenho certeza disso. Tenho certeza que na gestão do companheiro Nicodemos, lá no Rio de Janeiro, vocês tomaram mais força. Nós temos desafio com os conselhos? Temos, sim. Mas nós precisamos, então, acreditar que são esses conselhos [soa a campainha] que quando estão com dificuldades os Conselhos Tutelares, os Conselhos Municipais vão estar juntos para garantir esses direitos.

Temos algumas ações que o CONANDA já tem realizadas, e pedir ajuda também de vocês, lá da base. Nós, enquanto CONANDA, pelo recurso do FIA, aprovamos as escolas de conselhos, que é para a capacitação, que não está funcionando. Então, aí eu peço para vocês conselheiros tutelares, Conselho Estadual e o Fórum Nacional, que junta os Fóruns Estaduais, nos passe esse relatório junto ao CONANDA, e vai ser uma prioridade. Nós vamos estar, agora, monitorando, ver se, de fato, as escolas estão funcionando. Agora, precisamos da informação de vocês para ver se funciona. E aqui, Rio de Janeiro, que possa nos ajudar.

Conseguimos e garantimos com recurso do fundo comprar computadores para os Conselhos Tutelares. Quem definiu quais são os Conselhos Tutelares? A Associação Nacional dos Conselheiros Tutelares, que está junto conosco. Então, precisamos ter, cada vez mais, os conselhos... As associações estaduais junto com o nacional, porque nós estamos discutindo essa resolução junto com a Associação Nacional dos Conselhos Tutelares. Pena que o nosso companheiro Paulo Roberto dos Santos também não está aqui, porque nós estamos trabalhando junto, mas, às vezes, na

base, a informação não chega ou os computadores não chegam, porque é recurso do FIA, que é para chegar lá na base. Então, eles fizeram, elencaram para nós aqueles que estavam mais precisando.

Bom, nós temos a nossa resolução no setor jurídico para que a gente possa aprová-la. Junto com isso, como foi bem lembrado, nós já criamos, e vamos oficializar agora na próxima plenária, um GT para discutir o projeto de lei. Demora? Demora a construção, como a resolução também demorou um ano de consulta pública, porque nós acreditamos que precisa chegar lá na base. Infelizmente ainda não chega. A nossa ainda dificuldade de mandar para os Conselhos Estaduais, de chegar nos Conselhos Municipais, de chegar nos Conselhos Tutelares, é muito difícil para a realidade do Brasil. Mas nós queremos construir, sim, um projeto de lei com a participação de todos os conselheiros tutelares. Então, já é um desafio que esse ano nós já vamos começar essa discussão do projeto de lei, que achamos que é prioridade para nós.

Podemos criar algumas estratégias. Depois da resolução aprovada, quem sabe construir aí junto com os Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais uma teleconferência para a gente discutir mais, usar outras ferramentas também, além desse momento que é importante para a gente se encontrar. Mas criar outras alternativas, teleconferência [soa a campainha] é uma delas, que a gente possa estar utilizando.

Bom, pedimos também o apoio dessa Casa para que alguns projetos na área da Criança e do Adolescente sejam colocados em pauta e aprovados: o projeto... O PL Sinase, e que retire dessa pauta, tanto dessa Casa como da Câmara dos Deputados, também os projetos relativos à redução da maioridade penal. Que a gente possa retirar dessa pauta para que a gente possa pensar também em outra coisa. Então, pedimos o apoio também dos senadores para que a gente juntos possamos mudar essa realidade.

Bom, os desafios continuam também, enquanto CONANDA. Pensar em política nacional como estamos pensando agora no Plano Decenal e na Política Nacional, para o Brasil, não é fácil. E precisamos, de fato. Quem está na base, por isso que nós fizemos as Conferências Municipais, e por isso que a consulta pública das diretrizes estarão de novo nos Conselhos Municipais para que a gente possa juntos criar uma Política Nacional que seja a cara do Brasil.

Então, enquanto CONANDA, a gente agradece essa participação, essa presença, essa escuta de vocês, que vou levar para o nosso colegiado na plenária de abril, para que a gente possa, cada vez mais, estar nos comprometendo com a causa da criança e do adolescente, e, mais especificamente, como é o caso dessa audiência, com os conselheiros tutelares. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço e, para encerrar, eu passo a palavra à Tânia Cubiça. Eu guardei de propósito porque é a única mulher na Mesa, e cabe a ela encerrar a nossa sessão.

SRA. TÂNIA CUBIÇA: Agradeço ao nosso Senador Cristovam Buarque, os dois momentos: a oportunidade de estar na Mesa e a referência em relação a ser a única mulher na Mesa.

Às vezes a gente se prende muito a determinadas questões do Estatuto da Criança e do Adolescente e se esquece de estar muitas das vezes a nossa consulta no que diz a nossa Convenção do Direito da Criança e do Adolescente. Às vezes a gente não percebe o quanto ela contribui para que a gente possa estar, nesse momento, lembrando ao Brasil qual é compromisso que ele assumiu quando assinou a Convenção do Direito da Criança.

Dizer ao senador que a sua fala, em relação às escolas públicas, foi muito importante. Muito importante, porque enquanto nós não tivermos filhos de presidentes, de senadores, de ministros na escola pública, elas nunca terão o ensino de qualidade ao qual elas merecem, e qual o filho de cada um de nós merece. Falar de direito é falar de direitos iguais para todos, e não para alguns.

E dizer que, em relação a isso, nossos professores – não sou da área de educação, mas tenho uma filha que é –, e enquanto os professores não forem reconhecidos, eles não terão a dedicação que precisam para fazer da nossa educação uma educação de qualidade. Precisam ser motivados. Precisam ser reconhecidos na função de que para ser um presidente, para que seja um senador, passou pela educação, passou pela escola de ensino básico.

E, nesse sentido, agradeço... Falar que o CEFOR(F), o Estado do Rio está batalhando muito para que o CEFOR(F) comece a funcionar. A gente tem pessoas muito capacitadas que estão à frente desse trabalho no Rio, mas que a gente acredita que, em breve, a nossa esperança é que até meado do ano a gente consiga realmente estar com o CEFOR(F) implementado dentro do nosso Estado.

E agradecer muito, senador, a oportunidade de estar nesse momento fazendo a nossa fala em relação, como colocou o Alexandre, do sucateamento dos Conselhos Tutelares. Eu acho que a pergunta é essa: "A quem interessa esse sucateamento?", para que a gente possa ter, realmente, conselheiros tutelares com

a sua função garantida, reconhecida, e os seus direitos também. Muito obrigada.

Obrigada a todos, ao Carlos, que sabemos que a sua agenda de compromisso com a causa da criança se ampliou muito mais, e que, nesse um ano, enquanto à frente do Conselho Estadual do Direito da Criança, ele priorizou, e muito, a questão dos Conselhos Tutelares, e isso a gente tem um grande agradecimento. Agradecer a essa Casa, que abriu as portas para que houvesse essa pauta para nós, para que nós pudéssemos colocar as nossas dificuldades e as nossas expectativas, porque, como o Fábio colocou, as expectativas são muito grandes, e a gente acredita que o CONANDA está de mãos dadas com a gente, como todo sistema de garantia, como a ABMP também tem se colocado. Muito obrigada a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer a cada uma e a cada um de vocês, especialmente ao Carlos Nicodemos, que me deu a ideia de fazer essa audiência, ao professor Pierre, que está aqui, vereador, Professor Pierre, e dizer que nós vamos publicar essa audiência, com a palavra de cada um de vocês, e tentar levar a todas as partes a ideia de que o grande investimento de um país, obviamente, é nas suas crianças. E um investimento nas crianças exige Conselhos Tutelares bem instalados, bem dedicados, bem formados, e cuidando bem das crianças.

Eu creio que foi uma das boas audiências, meu caro Carlos Nicodemos, e a cada um, outros que aqui estão, e dizer que foi uma das boas audiências que essa comissão teve, porque nada é mais importante nos direitos humanos de que os direitos das crianças.

Boa-tarde para cada uma e para cada um.

[palmas]

Sessão encerrada às 14h15.

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE ABRIL DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia sete de abril de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (José Nery), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com a presença dos seguintes senhores senadores membros Cristovam Buarque, Paulo Paim, José Nery, Flávio Arns, a Senadora Rosalba Ciarlini, Patrícia Saboya, Magno Malta e dos não membros Deputado Federal Francisco Rossi e Deputado Federal Jaime Martins. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. Item Único. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 06, de 2010 – CDH, de autoria do Senador Magno Malta, aprovado em 04/02/10, para "discutir com amplitude a questão dos brasileiros dispostos a adotar crianças Haitianas". O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais e dá início à apreciação da pauta. O Senhor Presidente convida os palestrantes à mesa e, em ato contínuo, dá a palavra ao Senador Magno Malta, autor do Requerimento nº 06, de 2010 – CDH, para expor sua justificativa à iniciativa da Audiência Pública. Logo em seguida, dá a palavra aos convidados. Convidados que comparecem: Idalbert Pierre-Jean, Embaixador do Haiti no Brasil, acompanhado de tradutor do Senado Federal; Deputado Federal Francisco Rossi; Vereadora Ana Paula Rossi, do Município de Osasco-SP; João Mattos, Deputado Federal; Nicolau Lupianhes Neto, Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça – CNJ; Meire Sousa, Promotora de Justiça da Vara de Família de Divinópolis MG; Deputado Federal Jaime Martins; Carlos José e Silva Fortes, Promotor de Justiça da Infância no município de Divinópolis – MG; Sandra Maria Teodora Amaral, Presidenta do Grupo de Apoio à Adoção "De Volta para Casa", representando Bárbara Toledo, Presidenta da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção – ANGAAD. Após a explanação dos senhores convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Cristovam Buarque, José Nery, Magno Malta e as Senadoras Rosalba Ciarlini e Patrícia Saboya e os Deputados Federais Francisco Rossi e Jaime Martins. Às onze horas e trinta e nove minutos, o Senhor Presidente, José Nery, passa a presidência ao Senador Magno Malta. Às doze horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente, Magno Malta, passa a presidência ao Senador Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta um minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Registro a presença do Sr. Senador Magno Malta, Senador Paulo Paim, Senadora Patrícia Saboya, Senadora Rosalba Ciarlini, Deputado Federal Francisco Rossi, de São Paulo, bem como as demais autoridades e instituições convidadas para esta Audiência Pública.

Audiência Pública que se realiza nos termos do Requerimento nº 6, de 2010, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Senador Magno Malta e outros Srs. Senadores e Senadoras, aprovado em 04 de fevereiro de 2010, para "discutir com a devida amplitude a questão dos brasileiros dispostos a adotar crianças Haitianas".

Foram convidadas várias personalidades e instituições para este evento e, para iniciar o nosso trabalho, convoco para tomar assento à mesa o Sr. Idalbert Pierre-Jean, Embaixador do Haiti no Brasil, acompanhado do seu tradutor, para que possa aqui acompanhar todas as discussões da nossa Audiência Pública. Convido o Deputado Federal Francisco Rossi para tomar assento aqui à mesa dos trabalhos. Convido a Vereadora Ana Paula Rossi, do Município de Osasco/SP. Convido o Promotor de Justiça da Infância de Divinópolis/MG, Dr. Carlos José e Silva Fortes, o popular Dr. Casé. Convido a Promotora de Justiça da Vara da Infância de Divinópolis/MG, a Dra. Meire Souza.

Com a presença de vários outros convidados e convidadas, entre as quais a Sra. Sandra Maria Teodoro Amaral, que aqui representa o Grupo de Apoio à Adoção "De Volta para Casa", dizer que convidarei na mesa seguinte V. Sa., bem como os demais convidados que ainda estão chegando a esta comissão.

Dando início aos nossos trabalhos... Ainda registro a presença de várias entidades que aqui comparecem a essa Comissão de Direitos Humanos e agradeço pela presença.

Senadora Rosalba Ciarlini, a senhora pediu pela ordem para uma rápida saudação.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria aqui de dizer, Sr. Presidente Senador José Nery, que preside essa Sessão--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Antes disso, Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que precisa se dirigir para lá daqui a pouco, quero também dizer que se encontra à mesa o nosso Senador Magno Malta, que é o autor do requerimento para a realização desta Audiência Pública. Senadora Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu queria, inclusive, parabenizar o Senador Magno Malta, porque sempre tem estado à frente de todas essas questões voltadas à defesa da infância, da adolescência. Ele que tem, com muita competência, conduzido a CPI da Pedofilia no Brasil. Queria aqui também cumprimentando o Sr. Embaixador Idalbert Pierre-Jean, o Deputado Federal que muito nos honra, Francisco Rossi, a vereadora também e a todos que participam, que aqui vieram, para dizer que quero trazer todo o apoio a essa questão da adoção. É uma questão humanitária, solidária, num momento muito difícil, num momento de extrema dificuldade de vida pelo Haiti.

Ontem mesmo eu tive a oportunidade de assistir mais um documentário que nos deixa estarrecidos com tanta dor, com tanta dificuldade, e quem mais sofre a gente sabe que são as crianças, as crianças que de repente veem fechar uma porta de um futuro, da esperança, da oportunidade.

Então nós queremos aqui e quero dizer que debatendo essa questão, mostrar que nós, brasileiros, precisamos, sim, criar condições, desburocratizar, fazer com que possamos cada vez mais ampliar não somente a solidariedade, palavra mais de ação, ação que já acontece com a Missão de Paz que o Brasil desempenha naquele País, mas muito mais que nós possamos mostrar que não existem fronteiras; somos todos irmãos, filhos de Deus e, por isso, devemos fazer um pouco mais, sempre mais pelas nossas crianças. As crianças do Haiti estão precisando de quem as abrace, de quem as conduza para que elas possam ter a esperança do renascer, porque na realidade essas crianças estão passando por uma situação de muita dor, de abandono, não porque o terremoto as deixou assim, já eram muito sofridas, já tinham muito problemas e lá ficou um pouco da luta pelas nossas crianças, que foi através do símbolo da Dra. Zilda Arns, essa médica pediatra que eu tive a alegria na vida de conviver em algumas campanhas com ela como médica pediatra também, mas que nós possamos, inspirados nessa mulher que de forma tão forte trabalhou pelas nossas crianças, nós possamos, nessa audiência, fazer com que saiamos daqui com ideias, com propostas, e fazermos uma ação para beneficiar todas essas crianças.

Era isso que eu queria colocar, Senador José Nery. Desde já dizer que não vou poder ficar toda a audiência porque, como os Srs. Senadores sabem, eu presido a Comissão de Assuntos Sociais, que começa daqui a 20 minutos.

Então eu vou ter que ir presidir, mas logo depois eu estarei revendo, através da gravação dessa audiência, e torço que realmente tenhamos um bom resultado. Parabéns a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço à Senadora Rosalba Ciarlini pelas considerações feitas.

Quero, ao iniciar a nossa Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, dizer que o debate que aqui faremos tem um sentido humanitário, de solidariedade para com o povo haitiano, e, também, a solidariedade e o debate entre os brasileiros e brasileiras que lutam, apoiam a adoção como algo importantíssimo na garantia de uma família e de direitos fundamentais para as nossas criança em nosso País. Portanto, acolhemos com enorme satisfação a participação das entidades que aqui se fazem presentes, entre as quais o Grupo de Apoio à Adoção "De Volta para Casa", que aqui comparece de forma muito expressiva para acompanhar essa Audiência Pública.

Para iniciar propriamente os nossos trabalhos, eu quero passar a palavra, em primeiro lugar, ao Embaixador do Haiti, Sr. Idalbert Pierre-Jean, para a sua apresentação e considerações no início desses trabalhos, sendo que o Embaixador será aqui auxiliado pelo seu tradutor, que compartilhará conosco cada intervenção do seu Embaixador.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Magno Malta, pela ordem.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu não sei se V. Exa. me concede pela ordem antes que o Embaixador fale.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pois não.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Penso que seria muito importante que ele, a princípio, pudesse ouvir a fala de todos nós, eu penso. Primeiro porque a fala da gente, embora ele tenha algo definido do ponto de vista de lei comportamental, orientação presidencial, de governo, das atitudes a serem tomadas com relação a essas questões penso no mundo inteiro, penso que as nossas manifestações aqui o ajudarão a enriquecer o que ele vai falar. Até porque, da minha parte, eu penso que eu preciso até... Porque as razões pelas quais eu fui levado a pedir essa Audiência Pública.

Então eu penso que, a princípio, o Embaixador poderia nos ouvir um pouco, Senador Paim, e em seguida ele fazer a fala dele, até porque ele precisa entender o nosso sentimento com relação a esse momento, porque a adoção é muito mais do que uma ação humanitária.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Magno, eu posso só dar uma sugestão?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senadora Patrícia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Que talvez nós pudéssemos ouvi-lo primeiro no sentido de tomarmos conhecimento do que está acontecendo, qual é a situação real, para que nós pudéssemos também ter uma colaboração. Eu não sei se V. Exa. concorda. Eu sei que todos nós queremos falar.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Então eu faço uma outra proposta: eu tenho a necessidade de fazer essa introdução por quê? Porque como eu propus essa audiência--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu preciso que ele entenda qual é o meu sentimento.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Claro.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Porque o meu sentimento é muito mais do que uma ação humanitária. Uma ação humanitária é mandar cimento para o Haiti. Isso é uma ação humanitária. Ação humanitária é mandar comida para o Haiti. Isso é ação comunitária. A minha proposta dessa Audiência Pública não é uma ação comunitária. Quando você faz a adoção, é absolutamente mais do que isso, é absolutamente mais do que isso. Não é uma Audiência Pública para perguntar como é que nós podemos fazer um favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Magno Malta, então vamos adotar aqui um encaminhamento para que possamos proceder da melhor forma. Aceitando as sugestões e... E aqui um acordo entre elas, V. Exa., inicialmente, fará em até dez minutos, que é o tempo destinado a cada um dos membros da Mesa, uma apresentação das motivações pelas quais V. Exa. propôs, juntamente com outros Srs. Senadores e Senadoras, a realização dessa audiência. Em seguida, nós ouviremos o Embaixador do Haiti e, em seguida, os demais membros da mesa. V. Exa. tem a palavra para fazer essa exposição inicial.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, eu agradeço e fico muito feliz de ver uma Audiência Pública concorrida, com a presença dos Srs. Senadores dessa Casa que são afeitos a essa matéria, que são afeitos e são absolutamente sensíveis à causa da criança, as autoridades que estão conosco aqui, o nosso Deputado Federal Rossi, a nossa Vereadora Ana Paula, que de quebra é filha dele, e que melhor do que ser filha dele ela é mãe adotiva e isso é mais importante do que tudo.

Para que o Embaixador tenha uma ideia, a Senadora Ciarlini disse aqui todos os dias, e é verdade, nós estamos vendo documentários e que nos quebra por dentro, nos mói, cada coisa que a gente vê, nos deixa mais fragilizados enquanto seres humanos e incompetentes diante de tamanha crise e sem nada

podermos fazer do ponto de vista daquilo que o nosso coração manda.

Mas essa Audiência Pública, a minha motivação, Sr. Embaixador, não é uma motivação de uma ação humanitária, porque se eu quiser fazer uma ação humanitária, eu vou comprar cimento, vou mandar para vocês e vou ajudar o meu País a mandar mais comida para lá, mandar mais soldado. Essa não é a minha motivação. A minha motivação na Audiência Pública é porque as pessoas que se inscreveram, as famílias que foram se inscrever na Embaixada do Haiti, a motivação delas deve ser a mesma nossa, Senadora Patrícia, mãe adotiva, e eu sou pai adotivo. Elas não foram movidas por fazer um favor ao Haiti, elas não foram se inscrever para fazer um favor, se inscrever para se colocar como voluntários para ser enfermeiros ou médicos lá. É diferente. Se inscreveram para ter o privilégio, são pessoas que têm disposição, sentimento de ser mãe e pai, de ser chamado de mãe e ser chamado de pai por qualquer criança, independente de onde ela tenha nascido, se no Haiti, se no Japão, se na Bahia, se em Minas Gerais, se aqui em Brasília. Essas pessoas se dispuseram e a minha disposição em pedir essa audiência foi essa. Não é exatamente para que diante de tanta desgraça nós vamos ajudar trazendo essas crianças órfãs para cá. Não é o favor, porque quem adota não faz favor; quem adota recebe o favor. Tenho certeza que muitos homens que lá foram e muitas mulheres, os homens foram tentando receber a chance de dar à luz, porque a adoção é a única chance que um homem tem de dar à luz, é a adoção, não é, e são pessoas que certamente estão com o útero na alma esperando um momento de gestar e fazer nascer uma vida nas suas famílias.

Então eu vejo essa Audiência Pública com o sentimento daqueles brasileiros, de homens e mulheres, que tem amor, muito mais do que um quarto e uma cama, que tem disposição de chamar de filho e fazer com que essas crianças, órfãos do Haiti, e muitas delas crianças mutiladas por causa do terremoto. Eu tenho pesquisado, crianças que perderam a perninha, perderam o braço, crianças que perderam o olho. O interessante é que esses brasileiros não estão fazendo [ininteligível], querendo saber se a criança está invicta, está intacta, se ela não foi atingida ou se é uma criança que agora é portador de deficiência, mas eles querem filhos, eles querem filhos. Essa é a motivação. Para que o senhor possa entender que as crianças que, aprovando Deus, para cá vierem, elas certamente entrarão no sangue desses brasileiros, na vida e na alma desses brasileiros.

É o meu sentimento porque essa é a minha intenção também. Como pai adotivo a minha intenção também é de fazer uma outra adoção, não para fazer favor, não para fazer favor. Sou motivo, sou carregado por esse sentimento paterno de querer receber mais um favor da parte de Deus, adotar uma criança. Receber mais um favor da parte de Deus, receber uma criança.

Então este é o nosso sentimento aqui, que ultrapassa as barreiras do técnico. Sabemos que é importante e necessário que nós cumpramos e que conheçamos a legislação, para que as coisas aconteçam na legalidade, na legalidade, para que as crianças que para cá vierem não se esqueçam que na vida adulta, já na vida adulta, que elas são haitianas, que aquele é o povo dela, que aquele é o sangue dela e que aqui elas se desenvolvam com essa nova família, mas com o sentimento pátrio, que não perca o sentimento do torrão onde nasceu e que sejam aqui preparadas para um dia estender a mão aos seus irmãos lá. Não querer separar a criança do seu sentimento pátrio, do seu sentimento de família, até porque um dia elas vão saber que foram vitimadas por um grande terremoto, que pai biológico e mãe biológica ficaram embaixo dos escombros.

Eu precisava falar isso, eu precisava falar isso, eu precisava falar do meu sentimento, eu precisava falar da minha motivação, da minha motivação, e me orgulhar muito dessa Audiência Pública, Senador José Nery, porque fazer um registro aos senhores que aqui estão, o próprio Embaixador: nem toda Audiência Pública é tão concorrida como essa. Não digo com a presença de pessoas e entidades, que o Senador Paim está acostumado a fazer Audiência Pública ele sozinho e um monte de entidades, como a Senadora Ciarlini também lá na comissão que preside, que substituiu a Senadora Patrícia Saboya. É sempre assim, eu estou acostumado a fazer reunião de CPI com as assinaturas e sozinho, e estou acostumado a ir fazer oitivas no estado sozinho também. Mas essa, muito concorrida, não porque... É muito mais dos por quês... Por conta de essas autoridades, esses senadores, homens e mulheres e aquelas autoridades que aqui estão que não são detentores de mandato, sejam movidos pelo mesmo sentimento que me moveu, imagino eu, o nosso Deputado Federal que ali está, o Deputado João Mattos, que foi o relator, é o autor do projeto de adoção, o último projeto de adoção, que nós tivemos a oportunidade de acompanhá-lo em alguns momentos, vítima de uma calamidade na família que envolveu o seu filho e movido por esse sentimento esse homem também comprou essa causa na sua alma, na sua vida e penso que esse é o sentimento que traz ele aqui hoje e isso me deixa muito feliz.

De maneira, Senador José Nery, que fora da minha emoção eu até sei falar direitinho, mas na minha emoção eu fico meio atabalhoado e perco o meu raciocínio. Então penso que tudo que eu falar daqui para frente é para voltar no princípio daquilo que eu já falei, de maneira que esse é o meu sentimento e a motivação que me trouxe para essa Audiência Pública aqui.

Quero agradecer às instituições e às entidades que estão aqui, o pessoal que veio de Minas Gerais, o pessoal que veio lá de Divinópolis, um povo que eu conheci assim tão de perto e com um sentimento tão aguçado, focado de maneira tão forte na causa da criança nesse País. Registro com muita alegria a presença da Dra. Meire e do Casé, que já é conhecido nosso aqui da CPI, e do Dr. Nicolau, que é do CNJ, que lá nos representa tão bem e que participa conosco aqui.

De maneira que essa é a minha palavra, Senador José Nery. Eu o agradeço pela oportunidade.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Nery, eu gostaria já de pedir permissão, está sendo cobrada já a minha presença lá na comissão. Desejar a todos um bom trabalho e dizer que nesse assunto da adoção nós precisamos também debater em profundidade a adoção das crianças brasileiras abandonadas. São milhares [palmas]. Criar condições para que possa... Porque eu sou pediatra, eu não posso deixar de contar essa experiência de vida. Muitas e muitas vezes eu assisti pais desesperados querendo adotar uma criança [soa a campainha] e tendo as maiores dificuldades. E acompanhei, como pediatra, muitas e muitas crianças que tiveram que ser adotadas de forma, devo dizer assim, meio irregular, pelas dificuldades, que existem as barreiras para a adoção.

Então eu quero aqui na Comissão de Direitos Humanos, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, levantar essa questão e dizer que o debate não fique somente aqui. Os haitianos precisam de apoio, precisam de solidariedade, de coração, mas eles também não podem perder as suas raízes. Enquanto não encontrar parentes próximos que possam cuidá-los ou até mesmo das suas origens, das da suas, vamos dizer assim, que eles foram... Desde que o Haiti foi... Da sua história. Então eu acho que isso é muito importante e nós estamos aqui também para apoiar e encontrar caminhos que possam ajudar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado ao Senador Magno Malta pela exposição inicial e à Senadora Rosalba Ciarlini, que cita entre as suas preocupações algo que é a preocupação de toda essa comissão e de todos nós: o fato de... Para esclarecer, o fato de discutirmos aqui a adoção por família brasileira de crianças haitianas de forma alguma opõe o nosso compromisso e o nosso dever de estimular a própria adoção de brasileirinhos por brasileiras ou brasileiros, enfim, não é [ininteligível], é algo complementar a esse sentimento de solidariedade e de caráter humanitário das instituições e do povo brasileiro para com o povo haitiano. Portanto, façamos essa audiência nessa direção e com essas motivações.

Concedemos a palavra ao Sr. Embaixador do Haiti no Brasil, o Sr. Idalbert Pierre-Jean, para a exposição de V. Exa.

SR. IDALBERT PIERRE-JEAN (POR INTÉRPRETE): Bom-dia. Agradeço ao convite e agradeço a iniciativa que o [ininteligível] no interesse das crianças do Haiti e do povo haitiano. Agradeço ao Governo Brasileiro e ao povo brasileiro as manifestações de solidariedade para com o povo haitiano desde o terremoto de 12 de janeiro de 2010. O Brasil não ajudou apenas desde essa data. Há muito tempo o Brasil ajuda o Haiti e as relações entre os dois países sempre foram ótimas. Também agradeço a todos os brasileiros e às brasileiras, agradeço às famílias brasileiras, aos casais brasileiros, que não deixaram de telefonar para a nossa embaixada para manifestar o seu interesse em adotar crianças haitianas.

Peço desculpas porque, em princípio, deveria tentar falar português. Estou aqui há cinco meses apenas. Primeiro, para não massacrar a sua língua, o português, e quando se trata de questões técnicas e jurídicas eu prefiro falar numa língua que eu domino.

Todo mundo ou quase todo mundo sabe que a questão da adoção é muito complexa. É uma questão técnico-jurídica, deve adaptar-se a respeitar as normas jurídicas de um país, mas também deve estar conforme as leis internacionais. Existem instituições que vigiam o tema da adoção, instituições nacionais como também internacionais, como a UNICEF, a Comissão dos Direitos do Homem, não a nível internacional, mas a nível regional, e temos ONGs muito importantes. Temos um bom exemplo com a ONG Viva Rio, que trabalha para que as crianças adotadas tenham um futuro mais positivo.

O que foi que ocorreu no Haiti? Até a passagem do terremoto a adoção não suscitava problemas. O que ocorreu é que com o terremoto todas as instituições, do ponto de vista jurídico ou material, desmoronaram ou, pelo menos, estão num estado de fraqueza. Praticamente muitos orfanatos desapareceram, a maioria deles de Porto Príncipe desapareceu, os pais estão sem proteção, os parentes se dividem quanto à necessidade de fazer adotar as crianças e há um medo psicológico de que crianças que acabam de sofrer esse terremoto, que é um choque muito grande, como essas crianças vão adaptar-se a uma nova situação.

Estou dirigindo-me agora, na maioria dos presentes, a pais e mães de famílias, e aqueles entre vocês que não são pais ou mães de família certamente sentem sensibilidade para entender a minha posição.

Tomemos um exemplo. Uma criança, uma criança com dificuldades que durante o terremoto perdeu um parente ou um dos pais ainda está sob o choque emocional dessa perda. A questão que cabe é... Eu não tenho resposta para a questão, não sou um perito nessa matéria, mas eu indago: essa criança desprotegida, perdida, que acaba de sofrer esse choque emocional, o que será o melhor para essa criança? Que permaneçam no Haiti, que permaneçam no Haiti com alguns parentes que ainda estão lá ou que vá para o exterior enfrentar novas dificuldades? Eu estou falando de adaptação numa nova família, uma língua nova, adaptação culinária, novos amigos, todas dificuldades que [ininteligível] ser enfrentadas até por um adulto que deixa o seu país para ir viver em outro país. Eu devo dizer que não tenho resposta para essas indagações, não sou um perito.

No entanto, as pessoas da UNICEF, de ONGs altamente prestigiosas como a Viva Rio, por exemplo, como a Cruz Vermelha e Cáritas. Então as pessoas dessas ONGs, peritos, *experts*, estimam que, por enquanto, é melhor evitar uma adoção maciça dos pequenos haitianos [soa a campainha]. Agora eu, como Embaixador do Haiti no Brasil, não posso furtar-me a esta situação. O que sempre respondi para todos os brasileiros e brasileiras, a todos os casais que telefonam para adotar uma criança, eu disse que, por enquanto, é melhor aguardar que o governo e as instituições estejam em condições de voltar a colocar a questão da adoção. Essa é uma primeira solução. Eusei que o Governo e as ONGs estão trabalhando nesse tema, mas vocês sabem também que a situação no Haiti está extremamente precária. Os prédios caíram, as estruturas estão destruídas, tudo é muito difícil.

Há um segundo elemento de solução que eu propus às famílias brasileiras: há possibilidade de entrar em contato com as Organizações Não Governamentais que trabalham com essas crianças. Temos um caso altamente típico aqui no Brasil: uma pessoa que morreria outra vez se soubesse que uma criança haitiana foi maltratada é a Dra. Zilda, já que durante vários anos essa pessoa, que para nós, haitianos, é uma instituição, deu a própria vida para as crianças haitianas. Então eu digo que entrar em contato com as ONGs, como a Cruz Vermelha ou a Viva Rio, poderiam as famílias pedir a essas ONGs que tratassem da questão com as instituições haitianas diretamente envolvidas. Nesse sentido, penso que o Governo do Brasil, nos seus relacionamentos com homólogo haitiano, que são excelentes, poderia ter algo a dizer.

Há um terceiro elemento de solução, que geralmente não é abordado quando se fala em adoção. Não há apenas um meio de adotar. As pessoas sempre acham que a adoção é ir para um país estrangeiro, entrar em entendimento com algum orfanato, em que os pais de uma criança cumpriram as regras jurídicas, e, depois, sair do país com a criança. Creio que há outros modos de proceder à adoção. Por exemplo, que uma família brasileira ou de qualquer outro país pode adotar uma criança e aguardar certo tempo para que essa criança saia do país. Por exemplo, que uma criança se entenda com o Viva Rio ou a Cruz Vermelha, que se realizem todas as tramitações técnico jurídicas, a criança é adotada, a família adotante se compromete a arcar com todas as despesas da criança, escola, gastos com comida, etc., e depois de certo prazo – não sei que prazo – em acordo com a ONG, a família sai com a criança. Penso que esse é um modo excelente de se adotar uma criança haitiana hoje para não expor a criança, que acaba de sofrer um choque tão violento, desejando que a criança fique melhor no exterior, vendo que com esse desejo a criança pode ficar muito mais traumatizada ainda.

Bom, eu vou parar aqui para dar-lhes tempo de fazer perguntas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Nossos agradecimentos ao Embaixador Idalbert Pierre-Jean por sua manifestação inicial, muito sensata e muito de acordo com o que nós queremos discutir no âmbito dessa solidariedade mútua entre Brasil e Haiti, especialmente nesse tema da adoção.

Quero registrar, com enorme satisfação, a presença entre nós do Deputado Federal João Mattos, do PMDB de Santa Catarina, que é expositor na próxima Mesa.

Dando continuidade, vamos ouvir o Deputado Federal do PMDB de São Paulo, Deputado Francisco Rossi, para a manifestação de V. Exa.

DEPUTADO FRANCISCO ROSSI (PMDB-SP): Sr. Presidente Senador José Nery, Senador Magno Malta, Sr. Embaixador, demais componentes da mesa, colega Deputado João Mattos, meus amigos e minhas amigas.

Em primeiro lugar eu quero dizer da minha honra, da minha satisfação de estar participando dessa mesa, agradecendo o convite feito pelo Senador Magno Malta.

Eu vou ser breve porque, na verdade, eu não sou um *expert* nessa área. Embora na família a gente tenha vivido em três oportunidades essa questão da adoção, eu tenho o pai e a mãe adotivos e eu sou avô

adotivo das três crianças que foram adotadas pela minha filha, que está aqui à minha direita, a Ana Paula, e nós sentimos na carne as dificuldades aqui neste País onde nós vivemos para que as adoções pudessem se consumar. Acompanhei bem de perto o drama, o sofrimento da minha filha, especialmente em relação à adoção da terceira criança que ela adotou, que foi assim muito difícil aquilo que nós vivemos para que pudéssemos receber uma criança que nós já tínhamos, ela, como filha e, nós, como neta.

Mas eu queria também cumprimentar ao Senador Magno Malta porque ele nos dá a oportunidade para nós conhecermos um pouco mais acerca dessa questão, especialmente no que diga respeito à possibilidade de adoção de crianças haitianas. Eu conheço muito bem o trabalho do Senador Magno Malta porque nós acompanhamos de perto o que ele tem feito em São Paulo. Eu queria dar o meu testemunho da forma como o senador se conduz lá em São Paulo quanto a essa questão da pedofilia. Eu acompanhei de perto o sacrifício que o senador fez quando esteve lá na Cidade de Osasco, onde eu fui prefeito duas vezes, onde a Ana Paula é vereadora, e nós já entendíamos que fisicamente quase que não haveria essa possibilidade da presença do senador lá, também numa Audiência Pública na Câmara Municipal, em que foi montada uma verdadeira operação de guerra para que o senador pudesse honrar aquele compromisso na cidade. Aquilo nos impactou bastante e eu agradeço a Deus porque nós tivemos aquela audiência e conhecemos um problema que a gente ouvia falar e nos demos conta do quanto nós éramos ignorantes em relação a essa questão da pedofilia.

Eu creio que também em relação a essa questão da adoção nós temos muito ainda a aprender, a entender. Eu gostei da exposição do Sr. Embaixador porque, com muita classe, ele deixa bastante claro a visão do Governo Haitiano acerca dessa questão e, pelo que eu ouvi aqui dito pelo Embaixador, eu estou plenamente de acordo com as colocações feitas.

Eu conheço o coração do Magno Malta, um homem que tem um compromisso com a verdade, um homem que tem um compromisso com os princípios cristãos, a gente compreende o sentimento do senador e nós incorporarmos esse sentimento porque o amor não deve ter fronteiras; o amor deve mover as pessoas sem essa preocupação em saber de onde é uma criança que foi adotada ou está sendo adotada. Essa Audiência Pública tem um simbolismo muito forte para expressar esse amor que os brasileiros sentem pelo povo haitiano, expressar esse desejo de nós darmos a nossa alma em solidariedade ao povo haitiano, porque é difícil para a gente alcançar o drama que este povo viveu e continua vivendo. Há um simbolismo forte, repito, porque nós perdemos ali uma referência nacional no que diga respeito à mulher brasileira, quando ali entregou a sua própria vida, num sacrifício, sim, um sacrifício cristão, a nossa querida Zilda Arns, que perdeu ali a sua vida ensinando o povo haitiano em como enfrentar as vicissitudes, as dificuldades da vida, a pobreza do País, a exemplo do que ela fez aqui com a criação da Pastoral da Criança. Que pena, não é, que ela não tenha recebido o Prêmio Nobel da Paz, indicada que foi em algumas oportunidades, pelo menos em uma oportunidade com grande chance de receber o Nobel da Paz. A vida da D. Zilda se perdeu ali, mas eu diria que representou um ganho, porque essa morte da D. Zilda, ela passou a mexer com o coração de todos nós, brasileiros.

Nós estamos aqui para falar pouco e ouvir mais, nos está sendo dado dez minutos para falar, mas eu quero dizer que nós estamos aí totalmente, Sr. Embaixador, solidários com o povo haitiano. Nós queremos, sim, conhecer um pouco mais dessa situação.

O senhor fez uma última colocação acerca de possibilidades de adoção. Eu me lembro que em algumas comunidades cristãs existe a adoção à distância: pessoas que mantém crianças nas suas comunidades, às vezes longínquas, estudando, investindo para que essas crianças cresçam profissionalmente.

Eu acho que tudo isto tem que ser levado em conta e nós queremos realmente que haja, que aconteça o melhor possível para as crianças haitianas. Eu confesso que não faço ideia de quantas crianças existiam órfãs lá no Haiti e quantas elas são hoje. Mas também é bom a gente lembrar que houve um episódio nesse momento histórico do Haiti, que foi a prisão daqueles missionários, pelo menos foi como chegou a notícia até nós, que estariam ali no País tentando adoção de uma forma totalmente equivocada, totalmente errada.

Eu louvo aqui a iniciativa do Senador Magno Malta porque ele faz a coisa da maneira correta. Começa-se um processo que, eu tenho certeza, deve ser imitado por outros países, porque qualquer adoção que possa acontecer a partir dessa Audiência Pública, ela vai estar observando todos os parâmetros legais estabelecidos, não só pela legislação haitiana, como a legislação internacional que trata dessa questão e a legislação brasileira.

Era isso que eu tinha a falar. Senador, parabéns, viu meu querido amigo, irmão, senador que representa brilhantemente o seu estado aqui nesta Casa Legislativa, nesse Congresso Nacional, e um homem que hoje tem... Aquilo que ele faz repercute fortemente no coração [soa a campainha] de cada brasileiro em relação a essa questão da pedofilia. E, agora, com essa

Audiência Pública. Nós estamos aqui para aprender e nós agradecemos por isso também. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao Deputado Federal Francisco Rossi, pelas considerações apresentadas por V. Exa.

Registro a presença entre nós e que também fará parte da próxima mesa, do Dr. Nicolau Lupianhes Neto, Juiz Auxiliar do CNJ, que estará conosco aqui participando da próxima mesa.

Concedo a palavra à Vereadora Ana Paula Rossi, do Município de Osasco/SP, para a manifestação de V. Exa..

SRA. ANA PAULA ROSSI: Bom-dia a todos. Eu saúdo a Mesa na pessoa do Senador José Nery e eu quero, em primeiro lugar, agradecer ao convite que me foi feito, quero agradecer à Sandra que sempre tem feito contatos, a gente tem falado muito, hoje que eu a conheci pessoalmente, e confesso que eu fui pega de surpresa, quando fui convidada para compor a mesa, porque eu vim mais para aprender também. Mas eu não vou perder essa oportunidade para falar um pouquinho da minha experiência.

Eu aqui estava observando, prestando atenção nas falas, o Senador Magno Malta, que eu também já conheço o seu trabalho, e, assim, eu me identifiquei com as falas aqui. Eu sou mãe adotiva, eu tenho três filhos, a minha mais velha tem doze anos e eu tenho dois de oito, que eu brinco que são quase gêmeos, porque eles têm só uma semana de diferença, mas o Pedro eu adotei com sete dias e a Stefani(F) com três anos. Então ela veio depois, mas eles têm uma semaninha só de diferença.

Eu quero dizer que eu fiquei, assim, muito feliz quando eu ouvi as palavras do Embaixador, porque confesso que eu estava um pouco preocupada, porque eu acho importantíssimo a gente estar debatendo aqui, tratando esse tema, a adoção das crianças haitianas, mas pela minha experiência, eu tive duas experiências distintas, eu adotei dois bebês recém-nascidos e a última, ela veio um pouquinho maior, ela já ia fazer três aninhos, que é a Stefani(F). E, assim, ela nasceu na cidade onde eu moro, na Cidade de Osasco, ela morava num abrigo, não tinha nenhum tipo de contato com a mãe, não conheceu o pai, estava no abrigo desde um ano, um histórico assim de abandono total, e confesso a vocês que não foi fácil a adaptação, a adaptação de uma criança nascida na mesma cidade. Foi muito difícil e eu posso dizer como mãe. Foi difícil para mim e foi muito mais difícil para ela.

Então, assim, palavras sábias do Embaixador quando ele disse... Porque eu acho que nós somos motivados pelo amor, então motivados pelo primeiro sentimento, que é o amor, é o mais importante. A gente às vezes não pensa nessas situações que foram muito bem colocadas aqui e que eu já tinha a preocupação, mas porque vivi algo que eu não posso nem dizer que foi semelhante, mas o sofrimento, porque é uma situação nova, gera uma situação de insegurança. Eu fico aqui imaginando essas crianças vitimizadas já por conta da própria tragédia e aí ainda enfrentar, como ele bem colocou, um país diferente, com culturas diferentes. Não é impossível, eu não acredito que seja nada impossível. Eu acredito que as coisas impossíveis, elas acontecem.

Mas, por outro lado, eu não posso deixar também de destacar aqui o que foi colocado pela Senadora Rosalba. No nosso País nós temos muitas crianças abrigadas e eu não sei como funciona a legislação, como é a legislação do Haiti, mas a prioridade no nosso País é que as crianças sejam adotadas por casais brasileiros. Infelizmente, eu sei que não é o tema nesse momento, mas eu não posso deixar de levantar essa questão, a gente tem observado que isso nem sempre é levado em consideração. Nós temos muitos casos de crianças que vão para outros países sem que fossem esgotadas as possibilidades de ela permanecer no nosso País. Então eu acho, assim, louvável essa preocupação com as crianças haitianas e também eu tenho a preocupação com as nossas crianças aqui do Brasil, porque eu posso falar pela Cidade de Osasco, que eu acompanho alguns casos, que passam pelo Fórum, adoções legais, eu colocaria até entre aspas, porque eu tenho as minhas dúvidas por conta disso, eu não acredito que tenham esgotado todas as possibilidades da adoção no nosso País.

Então eu acho que também a gente tem que aproveitar esse momento para levantar essa questão para numa próxima oportunidade, eu já tive a oportunidade de conversar com o Senador Magno Malta sobre esse tema, ele já me adiantou que é um tema que ele também pensa em colocar em debate, em discussão, e eu acho que quando a gente levantar essa questão no nosso País, nós vamos descobrir coisas que estão muito escondidas, que as pessoas nem imaginam.

Eu quero aqui também dizer que eu estou aqui solidária à situação do Haiti. O meu pai bem colocou essa questão da adoção à distância. Eu acho que tem que se esgotar, primeiro, todas as possibilidades no país de origem da criança para evitar... Porque o foco é como o senador falou: não é uma ação humanitária, de bondade, solidariedade. É amor. Eu não consigo imaginar amor maior do que eu tenho pelos meus filhos. Eu não tenho filhos biológicos, mas eu não conheço amor maior do que eu tenho por eles. Eu falo assim: "Não tem diferença nenhuma". "Mas você não tem?" "Ah, mas não tem como amar mais do que eu amo".

Então eu entendo assim a motivação desses casais que buscaram, até mesmo por conta das dificuldades que muitas vezes os casais enfrentam no nosso País. O meu pai falou das adoções e eu posso dizer... Depois que passa, a gente brinca. Eu quando adotei a primeira, eu falei: "Ai, vou ficar só com uma filha mesmo, eu não vou passar por isso de novo". Aí eu engravidei de novo, adotei o segundo, que foi o Pedro, aí eu falei: "Ai, de novo todo aquele..." É um stress, parece que você está no banco dos réus assim, é muito complicado, só quem passa pela situação. Aí eu falei: "Não, agora..." Aí engravidei de novo da Stefani(F), então é algo que a gente não programa. Eu falo que as minhas gravidezes não foram programadas. Mas as dificuldades não são poucas no nosso País, eu entendo as preocupações, o zelo, porque visa, a princípio, a proteção da criança, mas eu acho que muitas coisas a gente tem ainda para caminhar nessa questão da adoção. É uma questão, assim, de situações... Aí eu falo da questão psicológica, a questão emocional, que eu considero às vezes um desrespeito. Eu costumo brincar, como eu disse, depois que passa a gente brinca, que todos foram partes assim fórceps, aqueles bem traumáticos, que valeram a pena, mas não precisava de tanto sofrimento, não precisava de tanto sofrimento.

Então às vezes eu fico imaginando as pessoas quando são motivadas, os casais, os pais, as mães, a buscar, se colocar como um casal que pretende adotar uma criança haitiana, se esse casal também já não tentou adotar no nosso País, encontrou obstáculos, encontrou dificuldades e, de repente, vislumbrou uma possibilidade a questão das crianças haitianas. E, como eu disse, no primeiro amor não colocou na balança o nosso objetivo principal que tem que ser sempre o quê? A proteção e o melhor para a criança. Crianças que já são fragilizadas porque, mesmo as recém-nascidas, elas já têm um histórico de abandono sim, elas trazem isso, e, assim, mais uma vez eu quero parabenizar ao Embaixador pela fala dele, porque eu confesso que a princípio eu estava um pouco preocupada, porque eu pensei: "Gente, e as crianças?" [soa a campainha] Eu fiquei muito feliz quando ele demonstrou essa sensibilidade e essa preocupação. Eu aliviei aqui, eu falei: "Poxa, então pensamos da mesma forma". A prioridade é o que é melhor para a criança e, nesse sentido, eu quero me colocar aqui à disposição. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradecemos a Vereadora Ana Paula Rossi, do Município de Osasco, que aqui como mãe adotiva faz um belíssimo depoimento de sua própria experiência. Eu creio que cada um aqui acompanhou, como acompanhou todas as exposições, mas ela fala de algo vivencial, e com certeza a sua experiência é muito importante no contexto do debate desta Audiência Pública. Muito obrigado à Vereadora Ana Paula.

Vou conceder a palavra, pela ordem, à Senadora Patrícia Saboya, que presidiu no âmbito do Congresso Nacional, há alguns anos, a CPI mista contra a exploração sexual de crianças e adolescentes em nosso País, que aqui no Congresso tem se destacado na luta de interesses de crianças e adolescentes, tendo coordenado a frente parlamentar que trata do tema. Em seguida, vamos ouvir o Dr. Carlos José e Silva Fortes, o Dr. Casé, Promotor de Justiça da Infância de Divinópolis/MG, logo após ouvir a Senadora Patrícia Saboya.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Presidente José Nery. Eu quero, antes de mais nada, parabenizar o Senador Magno Malta por ter trazido a essa comissão um assunto que certamente toca a cada um de nós que está aqui, tantos outros que não podem estar aqui, mas que com certeza estão acompanhando essa Audiência Pública.

Eu faço como a Ana Paula, se assim me permitem, dizer que fico feliz e aliviada também com as palavras do Embaixador, que nós temos a honra de receber aqui no Senado da República, porque V. Sa., apesar de ter dito, desde o início, que não é um especialista nessa área, conseguiu nos mostrar a preocupação e a sensibilidade que tem em relação a essas crianças haitianas, até porque existe uma orientação da ONU que está sendo cumprida, inclusive pelo UNICEF, de que crianças que são vítimas de catástrofes, de tragédias desta natureza, não devem ser adotadas por outros países, a princípio. O objetivo principal das organizações, inclusive brasileiras, Organizações Não Governamentais, que estão colaborando no Haiti, é justamente na busca e na tentativa de encontrar pais e parentes dessas crianças. Eu compreendo que no Brasil, pelas dificuldades que nós temos, que foi tão bem relatada pela Ana Paula, que vai me poupar de talvez fazer o relato do meu sofrimento também de parto, mas talvez essa dificuldade muitas vezes faz com que o bom coração também do povo brasileiro decida ir a outro país e adote crianças que lá estejam numa situação, que nós estamos sabendo, situação precária. Mas acredito, eu, que nós podemos ajudar e colaborar com o Haiti, que é uma preocupação de todos nós, acho que do mundo inteiro, dos homens e mulheres de boa-fé do mundo inteiro, em poder fazer qualquer coisa. Eu sou uma delas que, com o mandato de senadora, fico quebrando a minha cabeça tentando imaginar de que forma nós podemos dar a mão para um povo que tem passado por tantas tragédias, por tantos sofrimentos ao longo de tantos anos de sua existência.

Tive uma preocupação e trago agora para essa comissão, talvez como uma sugestão, nesses momentos que eu estava imaginando o que fazer me veio à mente procurar um grande aliado nosso, que é a Sociedade Brasileira de Pediatria, de que eles pudessem, os médicos brasileiros, pediatras brasileiros, nos orientar. E eu conversava agora, trocava ideia com o deputado, de que forma nós poderíamos nos articular. E a Sociedade Brasileira de Pediatria me fez uma relação, Senador Magno Malta, de dez propostas que nós poderíamos, como brasileiros, ajudar na organização. Eu vou encaminhar a V. Exa., com certeza, Senador José Nery, depois essas informações. Eu já penso até nas minhas noites sem dormir numa missão que pudesse se chamar Missão Zilda Arns ao Haiti, em homenagem a essa mulher extraordinária que fez tanto pelo nosso povo e por outros povos, que ela nem conhecia [falha no áudio] propostas de como nos organizar, como capacitar, ajudar na capacitação das pessoas no Haiti, ajudar na construção. E aí eu falo que também, infelizmente, nós estamos falando do coração, mas precisamos também falar de cimento, porque é preciso um lugar para abrigar essas crianças que estão separadas e perdidas de outros irmãos, de pai ou de mãe, de parentes e de familiares. Então não nesse momento, não nessa audiência, porque nós estamos discutindo, na verdade, um tema que tem a ver com isso, mas eu preferia que em outra audiência, com a própria Sociedade Brasileira de Pediatria, também com aqueles do Exército Brasileiro que estão lá e que conhecem como a palma da mão a situação que hoje está no Haiti, porque eu não sei se o Embaixador tem esses números, mas por enquanto nós não temos nem os números de quantas crianças são órfãs no Haiti, porque existiam aquelas antes da tragédia, que já me falam em números de 200, 300 mil crianças, e falam das crianças que foram atingidas também por essa tragédia. Portanto, há um contingente imenso de crianças que estão nessa situação de abandono, com algumas instituições do mundo inteiro tentando colaborar, tentando ajudar. Mas acho que a primeira coisa seria ajudar num cadastro dessas crianças.

O Brasil implantou agora uma nova lei, a nova Lei de Adoção, que foi uma tentativa de desburocratizar a situação de crianças que se encontram em abrigos e de milhares de famílias que desejam adotar e esse encontro não acontece. O novo cadastro irá facilitar isso. É claro que nós gostaríamos que a adoção fosse feita com mais rapidez, com menos burocracia, e é preciso fazer um chamamento e eu acho que o que nos falta agora--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senadora Patrícia, permita interromper um instante.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu convido o Senador Magno Malta para presidir a reunião, enquanto assumo compromisso para tratar de um assunto aqui na secretaria da comissão. Então, Senador Magno Malta, por favor. V. Exa. continua com a palavra e, após, o Dr. Casé.

[troca de presidência]

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Portanto, se nós temos uma nova Lei de Adoção, o que nós precisamos agora – eu imagino que seja isso – é de uma campanha institucional para valer, de verdade, que esclareça as pessoas que nós temos uma nova lei, que nós temos agora um cadastro de adoção e que estimule as pessoas a adotarem sem nenhum tipo de preconceito. Infelizmente ainda existe. Nós dizemos que o Brasil não é um País preconceituoso, mas a grande maioria das famílias brasileiras não procuram adotar crianças afrodescendentes; elas procuram adotar meninas do sexo feminino, que tenham menos de dois anos de idade e que sejam brancas. Portanto, é preciso uma campanha que esclareça a população brasileira que adoção é um ato de amor, de amor pleno. Eu sou mãe de quatro filhos, três são biológicos e uma é do meu coração, que eu tento explicar, porque ela não entende. Quando eu falo que é do coração, ela imagina uma barriga no coração. E é mais ou menos o que acontece com a mãe ou um pai adotivo: é uma barriga no coração.

Então eu acho que o mais prudente, o mais correto agora seria que nós aproveitássemos uma lei que foi tão debatida, tão discutida, tão soada, tão cheia de idas e vindas, com tantas coisas polêmicas, mas que nós conseguimos chegar a um consenso, de que agora o Governo Brasileiro se responsabilize por isso, que cuide dessa situação para valer, de verdade. E só assim, eu acho, não que evidentemente que um assunto não proíbe, não limita que nós discutamos aqui a situação do Haiti e encontremos uma solução também para as crianças do Haiti, mas que a gente use as nossas comissões, a nossa voz, o nosso mandato agora para reforçar esta lei nova de adoção no Brasil, porque muitas crianças, milhares delas, nesse momento esperam um pai e uma mãe. Quem dera se a lei fosse assim, que cada criança pudesse escolher o seu pai e a sua mãe e não a mãe pudesse escolher o seu filho, porque é assim quando a gente gera um filho na barriga. A gente não sabe que cor, a gente não sabe qual é o sexo, a gente não sabe qual é o tamanho, a gente

não sabe se ele vem com algum tipo de deficiência, a gente não sabe de nada e assim devia ser a adoção em qualquer país, as crianças pudessem nos escolher. Eu tive o privilégio e a sorte porque a minha filha me escolheu como mãe. E a plenitude da felicidade que eu já tinha com os meus três filhos, mas a plenitude na minha vida foi quando a Bia chegou. A felicidade plena eu encontrei nesse momento e eu sei que muitos brasileiros querem também ter essa mesma sensação, essa mesma alegria, esse mesmo presente de Deus, que é poder ter um filho.

Portanto, Senador Magno Malta, mais uma vez parabenizando a V. Exa. por essa iniciativa, mas conclamando que a gente possa usar a nossa força, o nosso prestígio, se nós temos algum, para trabalhar agora nesta nova Lei de Adoção no Brasil e exigir do nosso governo que se faça uma campanha de esclarecimento, de estímulo. Só assim nós teremos, talvez, a consciência tranquila para poder ajudar outros povos que tanto precisam também de um pai e de uma mãe.

Eu me coloco inteiramente à disposição, trago aqui também, não vou mais ler, mas a posição do UNICEF em relação a isso. Trago aqui a palavra do Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria na tentativa de nós buscarmos uma forma de ajudar as crianças haitianas sem que seja necessário tirá-las do seu convívio, da sua terra, das suas raízes e do seu povo, mas dando a condição necessária para que eles permaneçam ali, sejam bem cuidados e tenham a garantia de um futuro mais feliz e de um futuro com mais esperanças. Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Agradeço à Senadora Patrícia pela sua palavra, sua exposição. A Senadora Patrícia que é uma lutadora dessa causa e faz com o sentimento de quem está na causa e não tão-somente por uma manifestação parlamentar de cumprir o seu papel, mas faz com o sentimento. As palavras e as atitudes que entram pelo coração e depois é que vai para a cabeça, porque aquilo tudo que tenta entrar por aqui para parar no coração nunca chega lá, se não vier pelo coração nunca chega, quer dizer, só chega aqui se vier pelo coração. Agradeço muito essa manifestação.

Para deixar claro para as pessoas de casa, Senadora Patrícia, que a minha preocupação quando chamei o Cônsul do Haiti aqui era uma preocupação única, porque os brasileiros, de uma forma açodada e desesperados, e alguns, quem sabe, lembrou a Ana Paula, por conta de não conseguir a adoção aqui, que é a coisa mais esdrúxula, mais ignorante, mais absurda... E eu não quero, Vereadora Ana Paula, discutir esse assunto, não. Eu quero investigar esse assunto, investigar a adoção no Brasil. É aí que nós vamos revelar aonde tem muito bandido, onde tem gente ganhando em cima das crianças, sobrevivendo da miséria de crianças. Autoridades, autoridades, porque a criança, uma criança em abrigo hoje ela é pior do que Fernandinho Beira-Mar, porque Fernandinho Beira-Mar tem 23 advogados. Uma criança no abrigo não tem nenhum. Ninguém advoga a causa dela. Ela é uma bicicleta velha na mão do juiz ou na mão do Ministério Público, que eles fazem o que quer, se eles estiverem de férias deixa para depois, entendeu, eles não estão preocupados com o que acontece. Juízes no Brasil inteiro, no Brasil inteiro, no Brasil inteiro.

Eu tenho uma pilha de documentos, eu tenho uma pilha de documentos de crianças que são colocadas na mão de assistente social e a assistente social dirige a vida da menina, das crianças, porque elas decidem como faz e como não faz. Eu passei um ano sendo afrontado por uma assistente social, um Senador da República, que tem 30 anos que tiro drogado da rua, que tiro criança da rua. O meu estado me conhece. Eu tenho que dizer para a assistente social qual é o tamanho do quarto que eu tinha para dar para a menina. Eu tenho o meu coração. "Qual o tamanho do guarda-roupa que o senhor vai colocar aqui? Posso ver a sua geladeira?" "Olha, olha". Ela ia, fazia as planilhas dela e o juiz... O juiz entregou a minha filha no Tribunal, ele teve que me entregar no Tribunal. Eu sou um senador da República. E o cidadão que não é nada? Então eu penso que essa vontade de querer ser pai, ser mãe, muitos viram na possibilidade da catástrofe do Haiti. E qual é a minha preocupação? Foi para que eles não fossem – como é que se diz? – levados ou induzidos por criminosos. Eu tenho acompanhado o Haiti, que nesse momento buscam crianças, tentam tirar clandestinamente, que estão vendendo à adoção. Dizia bem aqui ao Senador José Nery, não, o Rossi, que instituições chamadas cristãs foram presas tentando tirar crianças do Haiti para levá-las para a adoção. Para que os brasileiros não vivam esse momento é que trouxe o Embaixador do Haiti, para que ele dissesse para nós aqui o que ocorre lá do ponto de vista da lei, do ponto de vista do sentimento do povo do Haiti. O que é que eles pensam nesse momento? Para ouvir o sentimento do Haiti com relação a essa questão para balizar os nossos aqui, para que os nossos aqui tenham um entendimento aqui, para que não haja o entendimento de que vamos acolher as crianças do Haiti e vamos esquecer as nossas aqui.

Até porque se nós tivéssemos uma boa legislação, tem mais gente para adotar no Brasil do que criança para ser adotada. Nós não teríamos abrigo nenhum.

Mas os abrigos interessam a muita gente, os abrigos interessam a muita gente. E com todo esse esforço que foi feito agora por essa nova legislação, que no Brasil se faz campanhas institucionais muito fortes, mas é só para camisinha na época do carnaval. Daí eles investem dinheiro, o País fica abarrotado de *outdoor*, que é uma coisa louca, louca, louca, louca. Até os cartazes sobre exploração sexual que você vê em posto de gasolina... Eu não sei quem inventou aquilo. Um cartaz escuro, poluidíssimo, que você para ler tem que estar muito perto para entender o que estão querendo. E vai lá e cola num posto de gasolina, cola em algum lugar.

Então eu precisava fazer essa fala para que os que estão em casa nos vendo entendessem a minha preocupação com as famílias brasileiras, ansiosas para ser pai e mãe, ansiosos para ser pai, ansiosas para ser mãe, ansiosas para trocar frauda de madrugada, ansiosos para ver dente de criança nascer, para dormir na cama mijada. Então foi esse sentimento que nos moveu a ligar para a Embaixada, para pedir, para dizer: "Olha, nós queremos, nós queremos", entendendo que lá haveria uma facilidade. Embora nós tenhamos uma legislação tão difícil aqui para os brasileiros, essa legislação difícil, ela fica tão fácil para os estrangeiros que vem aqui. A minha filha fez dez anos. Tem mais quatro irmãozinhos, que todos estão na Itália. O juiz deixou as crianças ir para a Itália primeiro do que entregou a minha.

Então o que nós temos que batalhar, temos que ter atitude e isso, graças a Deus, hoje o CNJ está aí, o Conselho do Ministério Público, porque nós precisamos ter coragem de denunciar essa rapaziada que facilita a adoção internacional, sabe, essa rapaziada, e aqui ninguém está acima de Deus, nem juiz, nem Ministério Público, ninguém está acima de Deus, ninguém está acima de Deus. Nós precisamos ter coragem de tomar atitude com quem faz atitude às inversas ou quem não tem responsabilidade com as crianças e deixa como se fosse uma bicicleta velha, que você pode vender a qualquer momento. Por isso, preocupado com a família do Brasil, é que eu pedi, doutor, essa Audiência Pública, para que o cônsul viesse aqui, para que o Embaixador viesse aqui, para que nós tivéssemos a possibilidade de poder fazer um esclarecimento, um esclarecimento. E aí chamar a atenção, com esse esclarecimento dele mais uma vez chama a nossa atenção para ficarmos espertos e de olhos abertos com relação à adoção internacional no Brasil, a facilidade com que as nossas crianças são levadas. E muitas delas não são levadas para chamar ninguém de pai e nem de mãe, são levadas porque o rim já está vendido, o olho está vendido, a córnea está vendida, o pulmão está vendido. E outras, que eu tenho conhecimento e documento, que são levadas para entregar a casais pedófilos lá do outro lado do mundo.

DEPUTADO JOÃO MATTOS (PMDB-SC): Senador, eu havia solicitado ao presidente, seu colega, nosso irmão senador que presidia anteriormente--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): O José Nery.

DEPUTADO JOÃO MATTOS (PMDB-SC): --para poder fazer, quem sabe, uso, muito objetivamente, também da palavra, uma vez que--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu vou quebrar o protocolo aqui. O senhor pode falar, depois o Casé fala.

DEPUTADO JOÃO MATTOS (PMDB-SC): É que eu sou o relator de dois projetos na Comissão de Educação, até pedi que se postergasse--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Fique, fique, pode usar a palavra.

DEPUTADO JOÃO MATTOS (PMDB-SC): --para que eu pudesse chegar. Pedindo desculpas ao nobre promotor, Dr. Carlos, amigo, tem se empenhado nessa causa, a quem quero cumprimentar e agradecer a compreensão, mas vou ser muito objetivo.

Cumprimentando o senador, ao Embaixador do Haiti, demais autoridades que constam da mesa, já nominadas, parlamentares a partir da nossa Senadora Patrícia, que conosco participam dessa Audiência Pública, eu queria cumprimentá-lo pelos seus feitos, pela sua luta, Senador Magno, e por essa feliz iniciativa da convocação dessa Audiência Pública para se debater um assunto que vem nos ocupando espaço, que vem nos preocupando, que é a situação de algumas centenas de milhares de crianças e adolescentes do Haiti que viveram recentemente uma catástrofe de proporções que jamais imaginávamos aconteceria naquele País, que todos nós tomamos conhecimento.

Evidentemente que o assunto mexe com o coração de cada um. Somos por natureza, Embaixador, sabe o senhor porque já conhece suficientemente as características desse povo, País onde representa o Haiti, somos um povo onde a emoção é muito forte, onde muitas vezes o coração toma o lugar da razão e é por isso que em momentos como esse nós temos que ter cautela, fazendo com que a razão se sobreponha, que nós buscamos as nossas ações ou colocar ações, desenvolver ações que venham ao encontro de uma solução definitiva.

A Patrícia Saboya, a quem quero também cumprimentar pelo trabalho excelente que vem fazendo nessa área, fomos parceiros juntamente com o Senador Magno e outros tantos pares nesta Casa na tramitação do Projeto de Lei Nacional de Adoção, que nasceu na

Câmara, veio para cá, teve um enriquecimento fabuloso, contribuição de todos, do senhor e da senhora, contribuição muito especial, somou-se. O Governo, através da autoridade central da Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Justiça, fez a sua parte, e conseguimos entregar, com certeza, um documento, um instrumento legal que se não é o melhor neste momento, certo, é aquilo que conseguimos para um primeiro momento e outras conquistas, meus queridos promotores presentes, outras conquistas haverão de ser impostas, não é verdade, a partir da alteração desse instrumento inicial que vai aprimorando a questão, a legislação da adoção no Brasil.

Mas eu queria, muito objetivamente, tecer alguns comentários que fiz. Confesso que por ter estado ausente por problema de saúde nos últimos dias da Casa, eu não acompanhei muito de perto qual seria a minha participação, mas como tenho algumas colocações muito objetivas, gostaria de fazê-las.

Cumprimentei-o pela iniciativa e por tantas outras ações em defesa da criança e do adolescente brasileiro. O Brasil inteiro conhece a sua luta, certo, em favor de menores que são abusados dia e noite, todos os dias da semana, do mês e do ano nesse País. Parabéns, o senhor é conhecido no País por essa sua ação, além de outras, muito voltadas à defesa da honra, da dignidade de crianças e adolescentes que são invadidos na sua intimidade, são abusados, são, enfim, maltratados de todas as formas e que por certo nesse maltrato fica-lhes gravado na mente, no coração, as agressões que sofrem, e muitos não têm mais conserto, não se aprumam mais, não se equilibram mais pelo resto da vida. Parabéns, senador. E por esta agora em termos de adoção.

A Senadora Patrícia vem fazendo um trabalho excelente também e há pouco nos colocava aqui um encaminhamento, antes ela me confidenciava sugestões que recebera, trocando ideias com a instituição nominada e que a encaminhou sugestões espetaculares no sentido de que, se colocadas em prática, vão atender o apelo do Embaixador.

Eu também fiquei preocupado, Embaixador do Haiti no Brasil, de que V. Exa. viesse nos pedir: "Por favor, nos ajudem a livrar de um 'problema' que nós estamos passando por nesse momento; busquem as nossas crianças". Mas, para minha grata satisfação e de todos nós, o senhor veio aqui dizer: "Por favor, deixem-nos com as nossas crianças", porque aqui no Brasil a lei que estamos falando que há pouco foi sancionada, ela diz que só se deverá deixar sair a criança ou o adolescente brasileiro em adoção por família estrangeira como última das últimas alternativas depois de tentado tudo que for possível, que o lugar da criança é no seio da sua família de origem; se não for possível, busque-se dar-lhe uma família substituta que tenha o perfil daquela família que seria necessária para a sua família de origem.

Então não poderíamos ser incoerentes também, tendo aqui uma legislação que fortalece a manutenção dos vínculos da criança ou o adolescente com a sua família de origem como a coisa mais importante dos encaminhamentos e que a destituição do poder familiar seja a última das alternativas e, se tiver que sê-lo, faça-se encaminhamento a criança para uma família substituta brasileira, seria uma incoerência nossa agora não escutarmos esse apelo ou queremos insistir numa medida desaconselhada pela ONU, com o aval da OEA, com o aval da UNICEF, com o aval da Conferência de Haia, através de quem se realizaram convenções, e através também da nossa autoridade central junto à Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e que também é dito pela consciência dos parlamentares que discutiram, que votaram, que aprovaram nessa Casa uma lei que apresentou muitos avanços. Eu concordo perfeitamente, me sinto tranquilo com entendimentos, com encaminhamentos como esse, está havendo coerência. Primeiro o colocado por V. Exa. A proposta da Senadora Saboya, formação da "Missão Zilda Arns", já me colocou à disposição, quero estar junto, já pensei até em tentar fazer uma coisa mais individual, se não tivermos condições de fazê-lo a coletivo, mas o coletivo grupal é que tem força – parabéns, senadora – para podermos levar, para podermos propor encaminhamentos que venham a amenizar certa situação difícil que vivem essas centenas de milhares de crianças e adolescentes no Haiti.

Ontem à noite cheguei depois de um compromisso tarde no hotel, mas tive a--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Só para não perder, eu quero propor uma Comissão Mista da Câmara e do Senado para que nós possamos ir, as pessoas ligadas ao direitos humanos, ao Haiti, senadores e deputados, para que nós possamos ver *in loco* a situação, porque na verdade quando a gente cuida de lá, nós estamos cuidando dos nossos aqui. Nós estamos tendo interesse aqui das famílias para que a gente possa... Na verdade, eu estou alargando, esticando um pouco a proposta da Patrícia para que a gente possa ir *in loco* tratar do problema.

DEPUTADO JOÃO MATTOS (PMDB-SC): Obrigado, senador. A Senadora Patrícia já havia anunciado que via com muitos bons olhos a soma de membros da outra Casa para que, juntos, busquemos construir soluções.

Vou abreviar para ir encerrando, meu querido Presidente.

Dizer que realmente encaminhamentos como esse vão ajudar a amenizar os problemas que vivem aquelas crianças e adolescentes. Ontem quem assistiu o programa e dizia ao meu assessor há pouco: "Deputado, eu assisti o programa, cheguei tarde, liguei a Globo, estava passando um programa espetacular mostrando uma experiência vivida por repórteres da Globo naquele programa, Profissão Repórter, onde mostrava a realidade de algumas milhares de crianças embriagadas, abrigos que tinham 120 crianças antes da catástrofe e hoje estão com 500, abarrotados".

Enfim, eu acho que a melhor maneira de nós, enquanto representantes do povo brasileiro, ansiosos em levar o seu apoio concreto, deveríamos, nesse momento, para termos mais segurança [falha no áudio nessas orientações emanadas através da [falha no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): O Embaixador pede desculpas um pouquinho, ele foi ao banheiro. E bacana É que ele falou em francês e eu entendi.

[risos]

DEPUTADO JOÃO MATTOS (PMDB-SC): Está falando francês já. Mas de que essas medidas nesse momento, meu querido presidente, sejam voltadas à segurança alimentar, segurança de saúde, à segurança psicológica da criança e do adolescente haitiano, como também buscarmos com assistência material permitir com que as ONGs de lá e, quem sabe, organizemos e tenhamos condições de ONGs brasileiras por um determinado tempo permanecerem naquele País dando o seu apoio, ajudando a aplicar corretamente recursos daqui encaminhados e orientando, formando, capacitando os profissionais que cuidam das crianças, uma vez que nisso, acredito, tenhamos um pouco mais de experiência e condições de ajudar.

Por fim, queria ainda colocar, não querendo passar por todos os pontos que anotei, há pouco o senhor falava desta busca de famílias brasileiras que querem... Inclusive aconteceu na minha casa durante o período de catástrofe, quando meus filhos colocavam da disposição de buscarmos um grupo de irmãos, aí dizia a ele: "Não, nós temos aqui no Brasil um bocado de crianças, nós não podemos agora, nessa fobia, querer resolver o problema de fora e deixar o problema que o Brasil enfrenta". Mas acontece justamente essa fobia, meu querido senador, do brasileiro, esse movimento, esse crescimento de um sentimento de solidariedade em querendo ir lá adotar porque aqui dentro a burocracia contínua muito grande ainda, fazendo com que demore muito e a esperança: "Eu quero ter um filho. Já que não consigo no Brasil, vou buscar lá fora".

Por fim nessa minha participação, eu gostaria de propor medidas que nós adotássemos, o mais imediato possíveis, medidas que viessem a ajudar a minimizar o problema, tendo o cuidado que o Embaixador, o cuidado que a senadora colocou e V. Exa. também, de assistirmos, ampararmos, abrigarmos, apadrinharmos afetivamente, adotarmos à distância, mas deixarmos a criança haitiana lá em seu território. Assim como brigamos para que o brasileiro fique e seja adotado aqui eles têm o direito de ficar lá. Quem é que garante que não vai acontecer o que aconteceu ontem e assisti nesse programa? Uma mãe que esta semana foi lá e encontrou o filho que estava perdido, extraviado. Depois de três meses ela vai num dos abrigos lá do Haiti e encontrou a sua criança com três ou quatro anos, que não tinha como se identificar. Quantas milhares de situações como essa não acontecerão e fazer o que se adotarmos? O Haiti tem, por acaso, eu não sei se o Embaixador poderá responder, mas se o Haiti tem uma legislação que permita a destituição do poder familiar das crianças e adolescentes haitianos com segurança. Quem é que vai entregar às famílias brasileiras essas crianças com a destituição do poder familiar feito de maneira, sei lá, se correta? Existe uma legislação ou é o Poder Judiciário que vai assumir a responsabilidade, destituindo o poder familiar simplesmente, não sabendo se o pai ou mãe desaparecidos daqui a pouco vão reencontrar o seu filho. Enfim, é uma série de medidas a ser tomadas, de preocupações e de cauções a serem tomadas para que não precipitemos. Que deixemos a razão agir sobre o coração, sobre a emoção, e que busquemos levar solução definitiva das formos aqui sugeridas.

É a minha contribuição, o meu comentário, agradecendo mais uma vez a realização deste evento de real importância na busca de contribuição e na demonstração de um dos maiores valores que o brasileiro tem em termos de sentimento: o da solidariedade humana muito forte. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu agradeço ao deputado, uma fala muito equilibrada, emocionalmente equilibrada [risos].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu já concedo a palavra a V. Exa. Dizer à Dra. Meire que como eu quebrei o protocolo aqui, o nosso querido representante do Conselho Nacional de Justiça ficou erguendo o dedo na minha fala, a gente abriu o debate e o deputado acabou fazendo essa fala importante, significativa, as colocações todas, e reforçando essa tese de que nós precisamos criar essa comissão e ir *in loco*, porque acho que nós já sentimos sem o olho ver e o olho vendo o coração ainda sente muito mais. Certamente nós poderemos efetivar medidas mesmo,

Senadora Patrícia, no sentido de que as coisas se efetivem da maneira que V. Exa. colocou.

Eu escuto o senhor e, em seguida, a Dra. Meire, mas o senador pediu pela ordem.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Presidente Senador Magno Malta e autor do pedido de realização dessa Audiência Pública--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Registro a presença do Presidente da comissão, que acabou de chegar.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O Presidente da comissão, o Senador Cristovam Buarque, que acaba de chegar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Educador-Mór, o Senador Cristovam Buarque, que está reeleito senador, viu? Eu fico fazendo umas pesquisas aí no meio da rua... No restaurante eu chego e pergunto, pergunto para o taxista, todo mundo diz que vota em você. E eu acabei de fazer um comício [ininteligível].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O Brasil agradece e a luta pela educação também. Senador Cristovam, o Brasil agradece e a luta pela educação também.

Senador Magno Malta, registrar a importância da audiência, agradecer a presença de todos os ilustres convidados, os depoimentos e os encaminhamentos aqui propostos, a sensibilidade e a forma como o povo haitiano, aqui representado pelo seu digno Embaixador, Embaixador Idalbert Pierre-Jean, que manifestou de forma muito apropriada o tipo de colaboração e de solidariedade que podemos vivenciar nessa questão específica do apoio às crianças órfãs no Haiti. Anunciar que estou absolutamente de acordo e pedindo para me integrar à "Missão Zilda Arns", na forma como propôs aqui a Patrícia Saboya, com a adesão já manifestada, com certeza, de que seja uma Comissão Mista, tanto do Senado, mas com a participação da Câmara, Deputado João Mattos, Deputado Francisco Rossi e outros Srs. e Sras. Deputadas, eu creio que esse é o caminho de aprofundar e de consolidar essa solidariedade.

Era só para essa breve manifestação, para que a minha manifestação aconteça como ela deve ser nessa comissão, como membro da comissão e na Presidência. Portanto, é a adesão à "Missão Zilda Arns", nos termos propostos pela nossa ilustre senadora, e com o acordo que vamos construir em toda a Comissão de Direitos Humanos para que essa proposta, bem como as outras que ela apresentou, sejam viabilizadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado pela experiência extraordinária e pelos depoimentos que vocês todos aqui trouxeram. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Pediu pela ordem, Sr. Presidente? Está bem, está inscrito. Doutor, por favor. Eu quero registrar a presença do Deputado Federal Jaime Martins, que é de Minas Gerais, de Divinópolis, que certamente ele veio abraçar os concidadãos da sua terra. Obrigado, Deputado Jaime Martins, pela presença na comissão.

SR. NICOLAU LUPIANHES NETO: Senador Magno Malta, agradeço a oportunidade da manifestação. Pedi a palavra, embora adiantado, para algumas reflexões, dado a lúcida fala de V. Exa.

Nós não podemos deixar de considerar que vivemos num País de extensão continental com as suas peculiaridades, com a singularidade de cada povo e que até pouco tempo nós estávamos, no aspecto legislativo, regidos por um Código Civil de 1916, onde o patrimonialismo, onde o patrimônio, onde os bens tinham mais importância do que as pessoas. Também saímos há pouco tempo de um Código de Menores, onde o adolescente e a criança eram vistos não como um sujeito de direitos, mas como alguém que incomodava. Isso tudo criou uma cultura ou uma falta de cultura a nortear essas questões de infância e juventude. E mais: dada essa extensão continental, essas peculiaridades, nós não tínhamos órgãos de fiscalização da atuação de todos aqueles que trabalhavam com criança e adolescente, de modo que cada autoridade em cada canto fazia da forma que entendia ser a melhor. Nós não tínhamos um padrão.

Com o advento do Conselho Nacional de Justiça, mormente pela atuação do seu Plenário, da Presidência e da Corregedoria Nacional, uma preocupação mais constante e permanente com a infância e juventude se aflorou. Foram criados os três cadastros nacionais que nós temos hoje ligados à infância e juventude, que é o cadastro nacional de adoção, o cadastro nacional das crianças que estão acolhidas e o cadastro nacional dos adolescentes em conflito com a lei. Tamanha é essa preocupação que também foi determinado que cada Tribunal de Justiça criasse a sua Coordenadoria de Infância e Juventude, cujo prazo fatal de instalação termina agora no dia 28, e essas coordenadorias ligadas à presidência dos tribunais deverão fazer a gestão e fiscalização das coisas relacionadas à infância.

Muito bem. Em razão disso nós passamos a ter um olhar mais centrado, mais focado para as questões da infância. Nós teremos aqui, quero adiantar, dia 16 de abril próximo, sexta-feira, o primeiro encontro das Coordenadorias de Infância e Juventude de todos os Tribunais Estaduais brasileiros aqui no CNJ, onde nós traçaremos algumas diretrizes e daremos o apoio necessário a essas coordenadorias que estão nascendo agora. E duas serão as grandes prioridades dessas

coordenadorias. Nós levaremos, dia 16, dois projetos às coordenadorias. O primeiro, que num prazo de sessenta dias a situação pessoal e processual de todas as crianças que estejam em unidades de acolhimento no Brasil, em abrigos, seja verificada, no prazo de sessenta dias [palmas]. É um grande "mutirão" para a solução desses problemas. Por quê? Porque também comungamos da opinião que tão quanto grave uma criança esquecida, um adolescente esquecido numa internação – e eu tive a oportunidade de trabalhar isso no Espírito Santo, no Estado de V. Exa. -, mais grave talvez é a criança esquecida na unidade de acolhimento, porque ela perde o momento, a oportunidade da adoção, porque ela cresce, ela deixa de ser tão atraente, tão bonitinha, tão desejada. Então ela perde o momento porque muitas vezes ficou esquecida. Nós temos esse foco e estamos preocupados com isso. Aqui eu louvo as determinações do Ministro Gilson Dipp, do Ministro Gilmar Mendes, no sentido de determinar que nós, todos os dias, nós tenhamos o nosso olhar, cuidemos disso. Eu me coloco à disposição da Comissão de Direitos Humanos aqui, como juiz que cuida dessa questão dos cadastros nacionais, para expor num outro momento, se for interessante, com mais detalhes, com mais tempo, o porquê desses cadastros, dessas ferramentas.

Quero lembrar a todos que sábado próximo agora, dia 10 de abril, sairá uma missão do CNJ ao Haiti. Eu conversei aqui momentos antes da Sessão com o Embaixador Idalbert Pierre-Jean, que quando houve a tragédia do terremoto no Haiti, o Conselho Nacional de Justiça ofereceu ajuda no sentido de amparo a questões judiciais e veio o retorno do Haiti no sentido de que aceita essa colaboração. Agora uma questão que muito nos preocupa é que nós precisamos colaborar, precisamos ajudar, mas antes de tudo nós temos que reconhecer a soberania do Haiti, respeitar a dor do povo do Haiti e honrar a legislação do Haiti também, senão nós estaríamos sendo intrusos numa casa alheia, a desrespeitar o sentimento e o regramento daquele povo.

Então me antecipando, dizer isso, que realmente houve essas deficiências, mas falta também o quê? A questão das equipes interdisciplinares a apoiar a adoção, falta um melhor aparelhamento dos Conselhos Tutelares, que são verdadeiros guerreiros, solitários, muitas vezes, sem a mínima estrutura, sem automóvel, sem telefone, sem formação, sem aparelhamento. Então nós precisamos ter um olhar mais amplo.

Quanto à questão de algumas irregularidades, e elas existem, lamentavelmente, eu me coloco à disposição de todos aqui como Juiz Auxiliar da Corregedoria a receber essas reclamações de irregularidades e de até crimes cometidos por alguns e dar segmento a eles.

Eu estou à disposição de todos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Quero agradecer ao doutor, muito importante a sua intervenção, informações absolutamente valiosas e eu, sem dúvida alguma, fiquei muito empolgado, muito empolgado com essa revisão para os próximos sessenta dias, aliás, com prazo de sessenta dias para rever o caso das crianças embriagadas. É uma informação boa para o Brasil. Acho que todos recebemos com muita felicidade e esperamos esse momento faz muito tempo, faz muito tempo. Nenhum ser humano é perfeito e tem muitos defeitos. Gilmar Mendes deve ter um monte, como eu tenho e todos temos, mas uma coisa é admirável em Gilmar Mendes: Gilmar Mendes é um homem corajoso. O sujeito para mim quando não é frouxo ele já tem 50% na frente. Então se Deus não tem compromisso com frouxo, eu é que vou ter? Nem Deus tem compromisso com frouxo. Então essa coragem do Gilmar Mendes realmente faz com que as coisas aconteçam com a celeridade e eu espero em Deus que depois desses sessenta dias nós vamos viver um momento diferenciado. Eu agradeço demais a sua fala.

Mais uma vez eu vou privilegiar as mulheres, já que eu quebrei tudo, Casé, eu vou botar a Dra. Meire na sua frente, até porque você é um jovem, você pode esperar um pouco. Após a fala da nossa Dra. Meire eu concedo, pela ordem, ao Deputado Jaime Martins e, em seguida, ao Dr. Casé.

SRA. MEIRE SOUZA: Eu quero cumprimentar a todos os componentes da mesa através do Senador Magno Malta, quero aproveitar a oportunidade e agradecer o convite ao Senador Cristovam Buarque, é uma honra muito grande para mim estar participando dessa audiência de tanta importância e magnitude.

Eu confesso que também foi pega de surpresa para participar da mesa, não sou também uma *expert* em adoção. Eu sou Promotora de Justiça da Vara de Família, mas eu tenho acompanhado muito a questão da adoção, que é muito complexa, através do Grupo de Apoio à Adoção de Divinópolis, da Promotoria também do Dr. Carlos José, e eu tenho visto a dificuldade, as barreiras de se adotar uma criança aqui no Brasil. Eu mesma tive alguns dissabores, tentei adotar uma criança, ainda tenho essa vontade, não tenho filhos biológicos, e vejo essa dificuldade com todas as pessoas candidatas e vejo também que nos abrigos existem crianças, a maioria maiores, que não são pequenas, a chamada adoção tardia, porque a dificuldade maior é que as pessoas também pretendem, como a Patrí-

cia Saboya disse, pretendem adotar crianças pequenas. E com a dificuldade da adoção, essas barreiras, eu acho que essas crianças vão crescendo e ficando esquecidas nas instituições, nos abrigos. Essa questão é muito complexa, eu acho o que Brasil tem que discutir muito ainda sobre isso, existe essa dificuldade enorme para se adotar e existem mais pessoas que querem adotar do que crianças no abrigo. Quando eu quis adotar, eu não entendia essa dificuldade, por que tantas barreiras para isso.

Mas eu queria também dizer que eu também sou solidária às crianças do Haiti e acho que todas as crianças do mundo inteiro precisam de amor, de carinho, de aconchego, de uma família. Na verdade, a adoção, ela é de mão dupla: não é só o adotante que adota uma criança, mas a criança também adota os pais, porque o amor é recíproco; não é só as crianças também que precisam de amor, eu acho que os pais também precisam de amor desses filhos. Eu acho que isso engrandecesse muito, tanto a criança quanto os pais: o amor tem que ser dos dois, tem que vir dos dois, não é só solidariedade, a adoção não é só solidariedade.

Então eu sou muito envolvida com essa questão desde que quis adotar, desde que tive a iniciativa de adotar e procurei o Grupo de Apoio à Adoção através da Sandra e venho acompanhando o trabalho desse grupo, que é maravilhoso, tem feito muito pelas crianças em Divinópolis e tenho certeza que vai conseguir muito mais do que conseguiu até hoje. Você tem todo o meu apoio, Sandra.

Eu queria dizer que sou solidária sim às crianças do Haiti e tem todo o meu apoio, eu acho que nós vamos encontrar uma solução, uma maneira muito eficiente para que as crianças sejam atendidas com muito amor, com muito carinho, aconchego e uma família para todas elas. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Agradeço à Dra. Meire, promotora lá em Minas Gerais, pela fala e a versação de tudo é em torno da proposta dessa Audiência Pública, cada qual com a sua experiência individualizada e que cada experiência revela o mesmo problema e a necessidade de resolvê-lo, que é o problema imposto pela burocracia ou o problema imposto por aqueles que querem mais burocracia ou criam a burocracia acima daquela que já existe no interesse de buscar os seus próprios interesses e criam as dificuldades. Chamo a atenção para que nós possamos de fato focar nesse assunto, focar nesse ponto.

Eu quero conceder a palavra ao Deputado Jaime Martins, em seguida ao Dr. Casé e dizer, Sr. Presidente da comissão, que penso que nós não podemos esquecer de já nessa Sessão ficar V. Exa. como presidente da comissão e indicar essa comissão dessa "Missão Zilda Arns" para que nós possamos ir ao Haiti. Sei que V. Exa. saberá como oficiar à Câmara, de repente é a comissão mesma de Direitos Humanos ou a Frente Parlamentar da Adoção, aqueles que fazem parte dessa Frente Parlamentar, para que a Câmara possa fazer as suas indicações daqueles que integrarão essa comissão. E determinar um número também, porque penso que não precisamos ir para lá com multidão, mas penso que da nossa comissão uns três ou quatro, uns quatro da Câmara, para que seja uma enxuta comissão, para que a gente possa ir *in loco* tomar conhecimento do problema e ver como nós possamos colocar também as nossas energias e as nossas forças a serviço dos nossos irmãos do Haiti.

Deputado Jaime Martins.

DEPUTADO JAIME MARTINS (PR-MG): Obrigado, Senador Magno Malta. Eu apenas quero fazer aqui um breve registro em rápidas palavras.

Em primeiro lugar, dizer da importância inequívoca desse tema que V. Exa. traz à discussão, que é o tema da adoção. Demonstrar claramente que nós viemos aqui inclusive vestir a camisa dessa discussão e desse tema. Registrar a alegria que tenho de ver que para participar dessa discussão a minha querida Divinópolis está aqui muito bem representada, representada pela nossa Promotora Dra. Meire Souza, pelo nosso Promotor Carlos José e Silva Fortes. Além disso, temos aqui toda uma comitiva de divinopolitanos, o comitê de adoção. Além disso, o nosso vereador da Câmara Municipal de Divinópolis, o "Geraldinho da Saúde", que também se faz presente aqui. Então Divinópolis muito forte aqui nessa discussão hoje no Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Deputado Jaime, qual o vereador?

DEPUTADO JAIME MARTINS (PR-MG): "Vereador Geraldinho da Saúde".

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Está lá atrás. Pode sentar aqui, Geraldinho. Pode vir para cá, muito prazer em ter você aqui com a gente.

DEPUTADO JAIME MARTINS (PR-MG): Por falar em adoção, apenas também fazer esse registro, que V. Exa., como Senador do Espírito Santo, adotou a minha Cidade de Divinópolis como parte do seu trabalho social e, como a nossa promotora disse, a adoção é recíproca; Divinópolis também, tenho certeza que de coração pela manifestação que sempre tem dado, Divinópolis também o adotou, de tal forma que fico feliz que Divinópolis já tem também um senador representando o nosso município aqui através da sua pessoa.

Para finalizar as minhas palavras, Senador Magno Malta, eu queria deixar aqui de forma muito clara, muito patente, a importância do seu trabalho aqui no Senado. Você como meu companheiro de partido, tenho me orgulhado muito de ver que temas que se não fosse pela sua coragem, pela sua determinação, esses temas não entrariam jamais na pauta tão conturbada do Congresso Nacional. Aqui nós vivemos de apagar incêndios, discutir problemas iminentes de governo, Reforma Tributária, discutir reforma política, fazer CPIs, mas um tema como o da pedofilia foi preciso que V. Exa. pudesse chegar aqui a essa Casa e com toda a coragem, como enfrentou na Câmara à época em que ainda era deputado o tema do tráfico de drogas, aqui passou a enfrentar também o tema da pedofilia e eu acho que o Brasil começou a perceber a dimensão que é esse problema da pedofilia. Eu mesmo não podia imaginar que era um problema tão profundo e tão grave e que estamos percebendo hoje que vai muito além das famílias e hoje está instalado até em níveis internacionais.

Então eu queria parabenizá-lo pelo seu trabalho, dizer do nosso apoio irrestrito à sua atuação e, particularmente, nesse tema da adoção, da qual não sou especialista, mas pela qualidade das pessoas que estão discutindo e estão abraçando essa causa, conte comigo. Obrigado e um abraço.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Obrigado ao Deputado Jaime Martins pelas suas palavras, companheiro do meu partido e obrigado pelo carinho. Ele que é da Cidade de Divinópolis, é de Minas Gerais. Obrigado mesmo pela adoção do povo de Divinópolis – ele usou esse termo – para comigo. Eu também tenho um carinho muito grande porque, Presidente, em 1990 eu era um imortal, eu não tinha onde cair morto. Eu tinha uma casinha do BNH alugada por um salário mínimo, tinha dois quartos, eu tinha quarenta e três drogados em dois quartos. Eu fui fazer uma palestra em Divinópolis, peguei dois ônibus, um ônibus para Belo Horizonte e outro para Divinópolis. Eu fui falar sobre droga numa escola. Ao sair da escola, uma mãe me chegou, o filho tinha acabado de morrer, tomou um xarope chamado eritrós. E a Cidade de Divinópolis era conhecida como a capital do eritrós do Brasil, onde mais se consumia aquele xarope, que depois foi proibido, porque ele era alucinógeno. Aquela mãe me pediu chorando na porta para eu ajudar, abrir uma casa de recuperação de drogado em Divinópolis. Eu falei com ela: "Senhora, eu sou do Espírito Santo. Eu vendo o almoço para comer a janta" – eu falei para ela. "A senhora viu essas camisetas que eu estava vendendo aí? É para sustentar a minha casa de recuperação. Eu não tenho condição nenhuma". Eu senti as lágrimas nos olhos daquela mãe e a decepção de ter recebido um não meu. E fui embora. Cheguei na minha casa terça-feira. Não dormi quarta, nem quinta, na sexta de manhã a minha mulher falou assim comigo: "Vai embora para Divinópolis, você abre essa casa lá, que essa sua agonia é isso". Eu fui. Cheguei em Divinópolis no sábado de manhã. Cheguei num posto de gasolina, tinha um rapaz comentando sobre a morte do cara da borracharia, que teve um enfarto. Ele disse: "Coitado, ele trabalhou tanto para comprar um sítio e, quando comprou, morreu". Eu disse: "Onde é o sítio? Você está falando de quem?" "Do dono da borracharia que morreu". "Mas onde é o sítio?" "É num bairro aqui chamado Cacoco, mas é um sítio muito ruim". Eu falei assim: "A viúva mora onde?" Ele me deu o endereço e eu fui. Bati na porta, uma casa simples, a viúva me recebeu, eu fui solidário a ela e perguntei pelo sítio. Ela falou: "Vou vender, é muito ruim". Eu falei: "Não venda não, alugue para a senhora se manter". "Ah, mas ninguém quer alugar aquilo não". Eu falei: "Eu quero". "Você conhece?" Eu falei: "Não. Eu dou dois salários mínimos por mês". Ela falou assim: "Então tá". Eu dei a minha identidade e ela me deu a chave. Eu fui. Cheguei lá, para ficar ruim tinha que alguém fazer uma melhoria lá [risos]. Eu limpei aqueles dois quartinhos, juntamente com um amigo chamado Wilson, que eu estava hospedado na casa dele, e falei: "Agora me leve numa rádio para eu dar uma entrevista". Ele falou: "Mas você vai falar o quê?" "Eu vou pedir ao povo, dizer que eu vim abrir uma casa de recuperação, vou pedir colchão, botijão, fogão". E fui na rádio do pai dele, o Deputado Estadual Jaime Martins. Cheguei lá, S. Exa. ninguém pedindo a oportunidade para falar. "Falar o quê? O que é que esse cara quer? Falar o quê? Dei a entrevista e pedi. O povo de Divinópolis respondeu rapidamente. Dei o telefone e ligavam dizendo: "Aqui tem um colchão, aqui tem um bicama, aqui tem um sofá, aqui tem não sei o que", aí começamos a pegar aqueles troços. Limpei e levei para lá. Aí no domingo eu falei com o meu amigo: "Agora vamos buscar a matéria-prima". Ele: "Onde é que nós vamos achar?" Eu falei: "A rua está cheia. Vamos embora. Me leve na zona" – eu falei com ele. Ele falou: "Eu não vou na zona, não. Eu sou crente, eu vou ser reconhecido lá". Eu falei: "Mas quem que vai lhe reconhecer? Então me leve, que eu não sou daqui, me leve, ponha um chapéu na cabeça e me leve na zona". Eu fui lá na zona e comecei a andar. Vi um movimento na frente de um boteco. Eu falei: "Para aí que eu vou entrar aqui nesse boteco". Entrei. Lá dentro tinha um bêbado dando um espetáculo, com fratura exposta na perna, fedendo muito, ferida podre. E o cara do bar desesperado porque tinha três dias que ele estava lá e o bar não tinha

porta, era dia e noite vendendo cachaça e sinuca. Eu falei para o cara: "Fique tranquilo, eu vou levar ele, ele é meu irmão?" "É seu irmão?" Eu falei: "É meu irmão". Cheguei perto dele, eu falei: "Rapaz, a mãe está lhe que procurando faz tanto tempo". Ele começou a me xingar. Eu dei um telefone nele, ele desacordou, eu peguei ele nos braços, coloquei ele na Kombi, levamos, demos um banho, ele dormiu 48 horas. Foi o primeiro interno do Projeto Quero Viver de Divinópolis/MG, que hoje é a maior instituição de recuperação de drogados no Estado de Minas, é o Projeto Quero Viver. Depois de três anos que eu ensinei para o Wilson fazer o trabalho, eu me retirei e o Wilson, que até hoje, hoje Pastor Wilson, faz esse trabalho maravilhoso em Divinópolis com drogados de todas as idades, atendendo as famílias e crianças num outro projeto que ele acabou de abrir, que tem contado com a voluntariedade do povo bom de Divinópolis para poder ajudar.

Então é por isso que o deputado faz essa referência a mim e esse carinho meu com a Cidade de Divinópolis, porque em 1990 eu fui lá a pedido daquela mãe que chorava porque tinha perdido um filho drogado, fui lá socorrer a Cidade de Divinópolis. Fico muito feliz que aquela semente plantada lá, os três anos que eu vivi... Eu passava 15 dias em Cachoeira do Itapemirim, quinze dias em Divinópolis, 15 lá e 15 dias cá, dois ônibus para ir, dois ônibus para voltar, dois ônibus para ir, dois ônibus para voltar. Valeu a pena, valeu a pena, continua valendo a pena, porque investir em vida continua valendo a pena.

DEPUTADO JAIME MARTINS (PR-MG): Eu só queria, senador, se me permite, trazer aqui também o meu testemunho que o "Quero Viver" continua atuando em Divinópolis, inclusive expandindo as suas atividades na recuperação. Recentemente inauguramos também um telecentro centro que visa, sobretudo, atuar numa área de muita pobreza na nossa cidade. Aquela semente que o senhor plantou, ela caiu em solo fértil, está germinando e está dando bons resultados para a nossa sociedade. Foi também por isso que eu fiz essa referência, de que ao adotar Divinópolis, Divinópolis também te adotou como um amigo e alguém que fez muito bem para a nossa cidade.

Até mesmo há alguns anos atrás, verificando algumas fotografias do meu falecido pai, que já faleceu há treze anos passados, lá encontrei uma foto, não do Senador ou do Deputado Magno Malta, de um cidadão capixaba, Magno Malta, que estava em Divinópolis exatamente cuidando dessa implantação, estava junto com o meu pai lá na implantação desse Projeto Quero Viver. Me trouxe muitas saudades e a certeza de que o seu trabalho foi feito absolutamente desvinculado da atividade ou do interesse político. Mas que o mandado de V. Exa., que você conquistou nas urnas, tem sido aqui no Senado, na Câmara e agora no Senado, um ponto de referência e de apoio pela luta das causas sociais. Parabéns pelo seu trabalho e me refiro mais uma vez: você tem sido um orgulho para o nosso partido ao abraçar temas tão importantes para o nosso País. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Obrigado, Deputado Jaime Martins. Eu agradeço muito e recebo, assim, emocionado as palavras de V. Exa.

Eu convido o Presidente da comissão para assumir a comissão. O Dr. Casé tem a palavra e, em seguida, o nosso presidente para encerrar. O Embaixador está à nossa disposição para responder aquilo que nós já temos preparado para indagá-lo.

[troca de presidência]

SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES: Boa-tarde a todos. Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador Magno Malta, Presidente da CPI da Pedofilia, com quem há mais de dois anos tenho tido a honra de conviver de uma maneira mais frequente, e sou o testemunho da sua coragem e do seu trabalho, inclusive com sacrifícios pessoais, quando andamos pelo Brasil cumprindo os compromissos da CPI da Pedofilia, alguns dos quais eu pude acompanhar. Senador, no meu entender o senhor, ao levantar a questão do abuso sexual, da exploração sexual, da pornografia infantil e trazê-la à discussão como é, discuti-la no Brasil, especialmente depois de 23 de abril de 2008, quando foi instaurada a CPI da Pedofilia, o senhor é um verdadeiro herói nacional ao salvar, com esse seu trabalho, a vida e até mesmo a alma de muitas crianças.

Quero cumprimentar de forma especial também o Senador Cristovam Buarque, especialmente por sua bandeira dedicada à educação, que é a raiz de tudo, é a solução para todos os problemas. A educação entendida como a sua forma mais ampla. Sempre acompanho o trabalho de V. Exa., inclusive através do Twitter, e tenho lido os textos que são indicados. Ficam aqui os meus cumprimentos.

Cumprimento o Sr. Embaixador do Haiti, manifesto a minha solidariedade, embora não teria o atrevimento de dizer que sequer imagino o que o povo do Haiti tem passado, quando literalmente lhes falta o chão. Importantíssima a preocupação com as crianças que ali estão, porque a preocupação com a criança tem que ser a primeira sempre, em qualquer situação. Não só porque representa o futuro, mas porque é o presente de uma Nação. Desde já, de forma humilde e pessoal me coloco à disposição do Embaixador e do que puder ser feito pelo nosso País para ajudar o Haiti.

Cumprimento o Deputado Jaime Martins, posso dizer assim, se o senhor me permite, e os concidadãos aqui da minha Cidade de Divinópolis, esse deputado que tem apoiado as iniciativas, especialmente aquelas dedicadas à criança e ao adolescente.

Cumprimento a Vereadora Ana Paula, me solidarizo com a sua luta e as suas dificuldades enfrentadas na adoção. Esse tem sido o meu dia-a-dia nos últimos anos, verificar e enfrentar essas dificuldades.

Cumprimento o Vereador "Geraldinho da Saúde", também da minha Cidade de Divinópolis, homem que também tem se dedicado à causa da criança e do adolescente, especialmente no campo da saúde.

Cumprimento o Dr. Nicolau, o conheci hoje, e desde já, desde o início, partilhamos da mesma preocupação que verificamos. Eu sou Promotor de Justiça há dezenove anos e vejo que infelizmente não tem sido dada a real prioridade, inclusive no Poder Judiciário e no Ministério Público, à infância e à juventude, a exemplo do que verificamos pelo Brasil nas Varas da Infância e Juventude, que infelizmente são aquelas menos desejadas, que são tidas como um verdadeiro castigo para o promotor e para o juiz. Mas que se a pessoa encara como castigo, merece mesmo é ser castigada, porque a pessoa que está ali, seja juiz ou promotor, tem que ser não só um técnico, mas tem que acima de tudo ter comprometimento com essa causa.

Quero cumprimentar a minha colega e amiga Dra. Meire, Promotora de Justiça da nossa Comarca de Divinópolis, que eu conheço há anos e sei da seriedade e da competência do seu trabalho, assim como também acompanhei e me solidarizo com a sua luta, a sua intenção de ser mãe do coração.

Tenho que fazer um agradecimento especial à Sandra e à Denise, e, assim, exaltar, se me permitem, o Grupo de Apoio à Adoção de Volta para Casa de Divinópolis, que na verdade deveria se chamar Grupo de Apoio à Garantia do Direito à Convivência Familiar, no qual eu tive a honra de participar de sua fundação e durante algum tempo ocupar o cargo de presidente. Tenho visto e participado da luta deste Grupo de Apoio à Adoção e de outros na tentativa disso, de garantir o direito à convivência familiar a todas as crianças, especialmente aquelas que estão abandonadas, às vezes reabandonadas, porque a criança é colocada no abrigo já abandonada, negligenciada pelos pais, e muitas vezes é reabandonada porque lá é esquecida pelas autoridades e por aquelas pessoas que deveriam tentar garantir a ela esse direito de convivência familiar.

Falando da Sandra e da Denise, eu quero cumprimentar a todos os presentes, muito orgulhoso no bom sentido, porque orgulho é pecado e humildade é que é a virtude, mas muito feliz de ver essa participação da minha Cidade de Divinópolis e do meu Estado de Minas Gerais.

Bem, hoje de manhã, vendo as notícias sobre o verdadeiro caos em que se encontra a Cidade do Rio de Janeiro, verifiquei a explicação que foi dada a respeito do motivo da enchente, desse transbordamento de água que vem de todos os lados, vem do mar, vem da montanha. Por que é que eu estou falando isso? Porque o que eu verifico ao falarmos de adoção de crianças do Haiti é o transbordamento do amor do brasileiro em relação à criança. Esse amor, assim como a água lá no Rio, está transbordando do nosso País, e por não encontrar aqui o escoamento, talvez busque no Haiti, nessas crianças que nos tocam fundo pelo sofrimento que vêm enfrentando. Evidente que eu acho que uma coisa não exclui a outra e podemos e, com certeza, faremos o que for possível para ajudar as crianças, especialmente, mas todo o povo do Haiti.

Entretanto, não posso deixar de manifestar, assim como já foi manifestado aqui várias vezes, em primeiro lugar pela Vereadora Ana Paula, que nós aqui no Brasil temos crianças abandonadas, vítimas de tragédias e que precisam de família. A nossa Constituição, eu não me canso de fazer essa observação e a continuarei fazendo como faço todas as vezes que tenho a oportunidade de falar, a nossa Constituição, que é a lei mais importante desse País, diz uma única vez, usa uma única vez o termo "absoluta prioridade", no seu art. 227, para falar dos direitos da criança e do adolescente. É a única, é a prioridade absoluta do Brasil. De todos os direitos que estão ali, direito à saúde, educação, à convivência comunitária, ao lazer, etc., etc., existe um que é muito importante, mesmo em relação aos demais, que é o direito à convivência familiar, porque a criança, o adolescente, que estão em uma família responsável, terão por essa família garantidos os demais direitos. É preciso que cada brasileiro tenha garantido esse direito de ter família, que é tão natural para muitos de nós, mas é um sonho muito distante para muita criança.

Nós tivemos avanços na legislação. A Constituição de 1988 foi um avanço, o Estatuto da Criança e do Adolescente foi um avanço, como disse o Dr. Nicolau foi quando a criança deixou de ser vista como um estorvo e passou a ser vista como um sujeito de direitos. Tivemos recentemente a edição da lei, da nova Lei de Adoção. Humildemente nós, de Divinópolis, demos a nossa contribuição, trouxemos sugestões que foram acatadas pelo Senador Magno Malta e foram levadas em consideração. O Dr. Sávio Bitencourt, Promotor de Justiça do Rio de Janeiro, que infelizmente não pode estar aqui hoje justamente por causa desse caos em que se encontra a cidade, e a sua esposa Bárbara,

trouxeram importantes contribuições que foram levadas ao conhecimento do Deputado João Mattos, da Patrícia Saboya, do Senador Magno Malta, e elas foram levantadas em consideração. Eu tive a felicidade de receber bem antes os termos, o projeto da Lei da Adoção e fiz minhas humildes observações. A lei é, sem dúvida alguma, um avanço, é sim, traz coisas muito importantes e que para nós sempre se mostraram óbvias, mas que agora estão ali escritas. Mas está muito longe de ser uma solução. Felizmente ela foi concebida para ser uma questão de desburocratização do sistema de adoção, mas muitas vezes, senador, ela é mal interpretada ou mal usada e a burocracia se torna maior, dificultando, como nós vimos aqui exemplos vários, que pessoas que têm esse amor transbordando possam realizá-lo através de uma adoção.

Eu considero – e vou fazer aqui minhas observações – que para melhorarmos essa situação têm dois fatores fundamentais: um deles é justamente a burocracia, que tem que ser vencida através da capacitação dos profissionais, não só de todos eles, todos os atores dessa peça: assistentes sociais, psicólogos, juízes, promotores, advogados, a sociedade em geral. Da mesma forma, de maior apoio e prática pelo Poder Público, especialmente o Poder Executivo, dar garantia da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, ou seja, dar a esses profissionais os meios que estão lá previstos em lei e que muitas vezes não estão à disposição dos profissionais para que possam exercer esse trabalho. Como, por exemplo, o que a gente quer é garantir o direito à convivência familiar de cada criança, não é isso? Pois bem. Em primeiro lugar, como manda a lei, como manda a natureza, a gente quer que cada filho fique com a sua família natural. Isso não sendo possível, passamos para a adoção. Nesse caminho muitas crianças passam a vida, nessa definição, porque precisamos de meios mais efetivos de apoio à família, que é a raiz de tudo isso. Às vezes uma criança vai para um abrigo por problemas que podem ser resolvidos e têm que ser resolvidos para que ela volte para a sua família, volte para casa. Precisamos desses meios. Os Grupos de Apoio à Adoção são muito importantes nesse trabalho. Por isso eu disse no começo Grupos de Garantia de Direito à Convivência Familiar. Outro problema também, infelizmente isso existe, isso é uma realidade, é que existem no sistema pessoas mal intencionadas, que às vezes se escondem atrás de burocracia. Isso tem mesmo que ser conhecido, investigado e combatido.

Bem, tratando de outro assunto, a cultura da adoção. Isso foi muito falado aqui hoje. Embora nós tenhamos, graças a Deus, o nosso povo brasileiro esse amor que transborda e atinge o Haiti, por exemplo, nós temos também ideias errôneas através de adoção. Mais de 80% das pessoas que estão cadastradas para adotar querem aquilo que a Senadora Patrícia Saboya falou: "Querem uma menina menor de três anos de idade, branca e com saúde". E ao se fazer o cadastro existe aquela indicação assim do que é que você pretende adotar. Você quer menino, quer menina, faz questão da raça, faz questão... Eu não sei, acho que até tem as justificativas lógicas para esse cadastro dessa maneira, mas eu acho degradante se perguntar para uma pessoa que quer adotar o que é que ele aceita adotar. Parece que está se escolhendo ali. Foi muito bonito e me tocou muito o que a Senadora Patrícia Saboya falou: tinha que ser assim como sai da barriga, vem, é recebido.

No ano de 2008, se eu não me engano, no Estado de Minas Gerais, ocorreram duas adoções maiores de dez anos de idade, porque se tem o preconceito de que a criança, o adolescente, talvez, quando passa dos doze, dessa idade, já vem cheio de vícios, já vem formado e, com certeza, não vai [soa a campainha] ser uma pessoa útil.

Eu estou terminando, senador. Vou parafrasear novamente quem eu já citei, o Dr. Sávio. O ser humano, embora tenha sim a sua determinação genética, muito mais importante para a formação dele é a família em que ele vive, é o DNA da alma – como diz o Dr. Sávio. Então nós precisamos quebrar esse preconceito de idade, quebrar o preconceito de raça, quebrar o preconceito de saúde, condição física. O nosso amor, quando eu falo isso, do povo brasileiro, tem que entrar é em sintonia para destruir esses tipos de preconceito, para que nós, resumindo e terminando, senador, para que nós consigamos de fato conhecer e exigir uma capacitação melhor daquelas pessoas que trabalham com a garantia dos direitos da criança e do adolescente, especialmente convivência familiar, especialmente adoção, e, também, para que nós, como sociedade, mudemos nossa maneira de pensar. E daí vem a enorme importância de todos vocês que estão aqui, de todos os grupos de adoção que estão espalhados pelo Brasil em mudar essa cultura, para que a adoção seja vista como não um ato de caridade. Um ato de amor, sempre, com reciprocidade, como disse a Dra. Meire, mas, acima de tudo, como uma necessidade nacional de garantia dos direitos da criança e do adolescente, que são a nossa prioridade absoluta, não porque estão escritas na Constituição, aliás, não só porque estão escritas na Constituição, mas porque isso é o imperativo moral, é o imperativo ético, é o imperativo social, é o imperativo legal pela Constituição e, acima de tudo, é um imperativo que vem de Deus: é garantir a nossa continuidade como raça, a nossa continuida-

de como seres humanos, fornecendo a cada criança e a cada adolescente abandonados, reabandonados e negligenciados uma família. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao Dr. Carlos. Quero dizer da minha satisfação de estar aqui e discutir um tema dessa importância para a família brasileira, de uma maneira geral.

Eu creio que nós estamos tratando de um caso do Haiti, mas também de um caso nacional, brasileiro. Fico feliz que tenha sido o caso do Haiti porque o mundo viu a globalização da economia. Está na hora de a gente globalizar as crianças. Uma criança do mundo, ela tem que ser uma criança da humanidade, depois ela é uma criança da Nação à qual ela pertence e da família na qual ela nasce.

Então a gente tem que ter a solidariedade, Sr. Embaixador, com qualquer criança de qualquer lugar do mundo onde a gente sentir que existe uma criança necessitada. Nesse momento a situação do Haiti nos chama mais a atenção, mas nós não podemos esperar que seja o único caso, e nesse dia aqui devemos pensar a situação em geral do mundo inteiro com as suas crianças, que são o futuro de toda a humanidade. Vamos globalizar as crianças, quem sabe começando por aquelas que nesse momento mais nos chamam a atenção, mais nos impactam, que são as crianças do Haiti.

Ao mesmo tempo eu quero dizer que no caso do Brasil há algo atrás ainda do problema da necessidade de adoção: é o fracasso no Brasil da família em geral. Nós somos hoje um País, Sr. Embaixador, em que a família fracassou. Aqui perto tem uma cidade chamada Luziânia onde seis crianças desapareceram, seis, num período de um mês. Já são quatro meses e ninguém encontra as crianças. Eu tenho acompanhado o caso. Nenhum desses meninos tem pai. Eu só consigo encontrar as mães; os pais não existem. Eu demorei a entrar porque eu estava tendo dois adolescentes aqui gêmeos falando da situação deles, com quem eles moram. É com a mãe. Cadê o pai? Não sabe nem onde está o pai. Então houve um fracasso da família no Brasil e é isso que leva à necessidade de buscar outra família que não seja aquela própria. A gente vai ter que recuperar o sentimento familiar no Brasil, seja através das igrejas, seja através de políticas sociais, seja, como eu defendo, sobretudo, pela educação das crianças e adolescentes de hoje para que quando sejam pais, eles tenham a responsabilidade do exercício da responsabilidade familiar, mas ou o Brasil recupera o sentimento de família ou o Brasil não vai ter futuro.

Enquanto isso não acontece, felizmente há pessoas com famílias capazes de adotar crianças sem família, felizmente. E o papel do estado é simplificar o processo de adoção, obviamente, mantendo a responsabilidade para evitar aproveitadores e outras coisas que, como exceção, acontecem, mas que, obviamente, nos causam um impacto grande. Nós temos que simplificar o processo e temos que ampliar o número de pessoas que desejam fazer esse gesto maravilhoso que é ter um filho a mais através da adoção.

Essa audiência, ela tem por objetivo, sobretudo, colocar esse tema em debate pela televisão Senado, pelos senadores que passam por aqui, porque a gente fica passando, cada um com as suas outras atividades, eu mesmo tenho uma que eu acho que eu vou ter que cancelar agora à uma hora porque já não vai dar tempo, provavelmente, e isso daí repercute depois, e, sobretudo, repercute em quem vê depois na televisão a fala de cada um de vocês.

Eu fico muito satisfeito de estar aqui porque eu vejo uma luz nesse túnel do fracasso brasileiro para cuidar das suas crianças. Quero aproveitar e dizer que uma das provas desse fracasso é o fato de que no Brasil o Presidente da República dispõe ao seu lado de uma Secretaria para os jovens, de uma Secretaria para as mulheres, de uma Secretaria para cuidar dos problemas raciais, sem falar das Agências da Água, da Luz, da Energia, do Gás, mas não tem um órgão do governo federal para cuidar das crianças. Vocês já pensaram nisso? Não tem. Se o presidente chega hoje de manhã no seu gabinete preocupado com algum aspecto de criança, ele não tem para quem telefonar. Se for uma questão de saúde ele pode ligar para o Ministro da Saúde. Se for uma questão de educação, para o Ministro da Educação. Mas se for uma questão da criança, só se ela for indígena, porque tem a FUNAI. Só se ela for negra, porque aí tem uma Secretaria do problema racial. Mas o conceito criança não tem quem cuida no Brasil. E aqui está há anos e anos rolando a proposta para a criação de uma Secretaria Presidencial que cuide dos aspectos da criança, aonde estaria sendo cuidado o assunto da adoção. Não tem, na Presidência da República não tem. Existe uma Subsecretaria no Ministério da Justiça para o caso de violência contra a criança, mas criança não é para ser cuidada só depois da violência acontecida; criança é para ser cuidada antes de que a violência aconteça. O presidente não tem instrumentos para isso. O CONANDA é um Conselho, não tem braços para agir, não é executivo. Os Conselhos Tutelares também são formas de conselhos, não são órgãos exatamente executivos e são locais, municipais, não são um federal capaz de colocar a força do poder federal para cuidar desse assunto.

Daí a importância dessa audiência e das outras. Na semana passada fizemos aqui uma ótima audiência com os Conselhos Tutelares do Brasil. Vieram para cá diversos conselheiros e tivemos um debate sobre a situação dos Conselhos, que é uma situação trágica por falta de cuidados de dar recursos para que eles funcionem bem.

Então eu concluo dizendo que fico satisfeito... Concluo a minha parte, não a audiência, de que eu fico satisfeito que aqui no Senado, na Comissão de Direitos Humanos, que eu presido, estejamos realizando essa audiência. E agradeço muito ao Senador Magno Malta, que teve a iniciativa e que tem dado tanta prova de preocupação com a criança, sobretudo nos aspectos da pedofilia e da droga.

Dito isso, eu quero passar a palavra ao Dr. Nicolau Lupianhes Neto, que pediu para fazer um comentário adicional. Eu queria chamar a Sandra Maria Teodoro Amaral para vir para a mesa para falar logo depois e aí passamos a palavra para que os que desejarem fazer perguntas ao Embaixador, façam. Eu queria dizer que é muito importante essa relação de vocês com o Embaixador e, por isso, eu queria primeiro que fossem bem rápidos todos, porque talvez o Embaixador tenha compromissos também.

Então com a palavra o Dr. Nicolau.

SR. NICOLAU LUPIANHES NETO: Senador Cristovam Buarque, apenas para acrescentar que nós estamos diante de uma oportunidade ímpar, que é iniciar essa discussão tão importante sobre a questão da adoção, mormente da adoção das crianças do Haiti.

Lembrar que nós precisamos ter em mente sempre que antes de buscarmos as crianças do Haiti, nós precisamos demonstrar muita solidariedade e respeito ao Haiti e não interferir indevidamente. Observar que as convenções internacionais que ligam os juízes à criança, determinam que as crianças sejam as prioridades sempre e isso está no norte da nossa legislação nacional também. E respeitar, ajudar e solidarizar também significa manter a criança no seu local natural, junto à sua família natural, à sua família extensa.

Então nós precisamos, primeiro de tudo, envidar os nossos esforços para que as crianças tenham condições de permanecer lá, junto aos seus, próximo à sua cultura, à sua terra e aos seus entes queridos, localizar esses entes queridos. Depois, num segundo momento, ver de que forma nós poderemos adotar sem interferir indevidamente na soberania desse povo e nos sentimentos maiores e sagrados dessas crianças.

Lembrar que todos nós, nesse somatório de forças, poderemos também sanar o problema nacional, que é tão grave quanto do Haiti, em razão do abandono de muitas e muitas crianças e adolescentes aqui, muitas vezes abandonados doutor das próprias instituições.

Então eu quero só acrescer isso ao que já havia manifestado anteriormente e pedir a todos que nós tenhamos fé, esperança e trabalho nessa causa, que deixemos de lado aqueles hábitos antigos ou que nos incutiram de que a causa está perdida, porque ela não está, e que juntos nós conseguiremos vencer mais essa batalha em prol das crianças e adolescentes. É só.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu volto a insistir de que, por respeito ao Embaixador, nós precisamos apressar o processo. O senhor tem quanto tempo mais, Embaixador? Já não tem mais [risos], porque eu creio que alguns aqui têm perguntas a fazer a ele ou não? Tem. Tá bom, porque ainda temos... Tem alguém que quer falar ainda?

SRA. SANDRA MARIA TEODORO AMARAL: A Denise.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A Denise. É sobre ele? Então eu vou passar a palavra para você e aí depois eu passo para ela para fazer a pergunta.

Então Sandra Maria Teodoro Amaral.

SRA. SANDRA MARIA TEODORO AMARAL: Eu queria agradecer a todos em nome da Dra. Bárbara, que não veio, que é a nossa Presidente Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção, agradecer a todas as pessoas que vieram, as cidades vizinhas nossas que estão participando, nós ficamos muito felizes e honradas com isso, de estarmos aqui com vocês juntas, porque vocês são as verdadeiras pessoas que estão mais próximas das crianças, são os primeiros que vão ajudá-las e a gente queria muito fazer a audiência com a participação de todos.

Nós dos Grupos de Adoção estamos juntos com o cônsul. É isso mesmo que nós iríamos falar e acho que ele mesmo falou tudo, que as crianças não foram vítimas de maus-tratos e nem abandonos, as crianças do Haiti; elas foram vítimas de uma tragédia. E se trouxesse para cá seria uma outra tragédia emocional para elas, porque culturas diferentes, línguas diferentes, tudo diferente. Seria uma outra... A gente vê dessa maneira.

E também no Brasil já tem crianças demais para serem adotadas e que a gente luta tanto para que não vá para a adoção internacional porque nós temos certeza que têm famílias no Brasil querendo, inclusive na minha cidade, crianças que foram para a adoção internacional, eu era uma que queria adotar. Não pude ficar, o juiz achou melhor que ela fosse para o exterior do que ficasse na cidade com alguém conhecida.

Isso tudo motivou até a gente, a Bárbara, todos, em lutar, não que temos nada contra a adoção internacional, pelo contrário. Às vezes é até muito necessário, mas desde que não tenha ninguém. E na minha cidade tinha e o nosso grupo conseguiu a adoção tardia para crianças que já estavam inscritas para a adoção internacional e que estão muito bem na nossa cidade, foi adoção, uma já tinha seis, a outra nove, justificavam que não tinham famílias para ela no Brasil. E tinha, sim.

Então se não houver comprometimento das pessoas que cuidam disso, realmente não vai ter famílias, porque o cadastro nacional e único, ele é para fazer um encontro dessas famílias, mas se as pessoas que estão lá não forem comprometidas, nada disso vai adiantar, nada disso vai resolver.

Então só falar que querem crianças lourinhas e de olho azul, nós também dos grupos de adoção não concordamos, porque no nosso grupo foi adotado crianças negras, foram adotadas crianças grandes, que justificavam que não tinham famílias para elas; estavam lá há anos, cinco ou seis anos abandonadas nos abrigos. Isso a Bárbara falaria e ia trazer os números até exatos, que eu não tenho. Ela, sim. Então ela pediu que ressaltasse muito isso, que a gente fica muito feliz de as pessoas brasileiras serem solidárias com o pessoal do Haiti. Nós estamos orgulhosas do senhor porque nós também vemos dessa maneira, que as crianças devem ser adotadas no seu País, principalmente as de vocês, que foi uma tragédia, não foi abandono e nem maus-tratos. Para elas seria uma outra tragédia emocional tirá-las de tudo isso.

Também ficamos muito felizes e preocupadas, porque se as famílias brasileiras estão inscritas para adotar as crianças de lá, elas não estão se importando com cor e nem com idade, não é mesmo? Então aqui também elas não importariam, mas as dificuldades são tantas até de você entrar num abrigo que parece que quem quer fazer o amor é o bandido. Parece que as pessoas, senador, elas vão adotar... É o que a Patrícia passou, a história dela para adotar a criança dela, o que o Magno passou, o que eu passei, outras pessoas passaram, virou tipo assim: você é um bandido e aqui... Você entendeu? Então o grupo está preocupado assim com uma nova cultura de adoção, que seja um ato de amor. Os grupos querem até que as famílias biológicas primeiro adotem os seus filhos. O grupo De Volta para Casa é voltar a criança para uma casa, seja a família biológica ou a família substituta; o interesse maior é que elas tenham uma família, tenham esse direito de ter uma família. É o mais importante para nós.

E a gente preocupa tanto que na nossa cidade tem um projeto chamado Projeto de Deus, num bairro violento, perigoso, aonde a gente já faz esse trabalho de reintegração com as crianças e com as suas famílias para que elas nem cheguem até ao abrigo. E o De Volta para Casa faz também um trabalho, tipo que se no abrigo tem uma criança que nem é possível e não podia estar por pobreza, mas está lá presa por pobreza, não na minha cidade, em todos, porque a Bárbara tem todos esses dados, mas nós fazemos um trabalho de ajudar a voltar essas crianças para as suas casas. Fazendo o quê? Dando uma orientação, com autorização do juiz, se ela pode ou não voltar para casa. Nós damos a parte ali da casa, de mobiliar a casa. E a equipe dele vai observar se tem condição de ficar ou não, dando uma chance, porque nós vemos que a chance maior tem que ser das crianças, não dos pais que maltrataram e que abandonaram, porque adotar é cuidar. Então a gente preocupa muito em ensinar isso, a gente vai fazer um trabalho esse ano muito grande com capacitação dessas pessoas para poder fazer esse trabalho, porque nós não temos tempo. A nossa equipe são todas empresárias, a gente nem tem tempo para isso. A gente faz por um amor enorme que a gente tem pela causa. Sabe, eu sou mãe adotiva, tive muita dificuldade para adotar a minha filha, não consegui adotar na minha cidade, porque lá achavam que tinha que adotar o grupo todo de irmãos ou então iria para a adoção internacional, eu não concordava com isso, por isso eu estou lutando até hoje, eu não concordo, eu acho que tem lugar no Brasil sim para elas, sabe, como tinha na minha cidade, como o casal que nós arrumamos a adoção para eles tardia, que iam exportá-los, eu falo exportá-los, porque dizem que não tinha família e tinha sim, estão na cidade, estão muito bem, muito tranquilos, estão bem. Então essa é a força da ANGAAD, que é o grupo nacional feito pela Dra. Bárbara, que é uma pessoa idônea, muito comprometida, e ela fala as coisas que ela faz, ela e o Dr. Sávio, porque eles adotaram crianças negras e têm três filhos biológicos. Então eles fazem por amor, porque não precisavam nem passar por tanta coisa que passaram, como nós do grupo passamos. Mas aí é que a gente tem mais força para lutar, sabe Dr. Nicolau, porque a gente vê que tem algo errado e aonde tem algo errado, eu acho que eu tinha que ser detetive, eu estou doida para ver o que é que é, porque eu vejo a minha filha, a Stefani(F), o tanto que ela está bem, o tanto que ela está feliz. E a gente é assim mãezona mesmo, a gente quer que todo mundo tenha esse direito.

Eu já tive os meus filhos biológicos, mas eu queria muito ter uma menina, porque eu não tinha uma menina. Então o meu desejo de ser mãe de uma filha era muito grande. Ela não precisava nascer da minha barriga, o coração seria maior. Tanto que eu adotei a

minha filha, eu não quis conhecê-la, eu adotei sem conhecê-la, porque ela estava muito debilitada. Aí o juiz me ligou de uma outra cidade vizinha me falando que eu não tinha pedido cor e nada. Eu tinha pedido uma menina de dois a três anos. Eu falei: "Deus conhece o meu coração e se ela estivesse na minha barriga, o que Deus me mandasse eu iria cuidar", porque eu acho que adotar é cuidar e eu adotei os meus filhos biológicos primeiro, porque se eu não cuidasse muito bem deles, se eu tivesse adotado eles, como que eu ia adotar uma pessoa tão fragilizada que precisava de mais doação ainda de amor do que um filho adotivo, porque uma criança só está num abrigo por uma causa muito doída; ninguém está no abrigo por uma beleza. Está lá por maus-tratos, por um abandono. Eu tinha muito amor para dar, como tenho. Então quando me ligaram na situação da Stefani(F), eu falei: "Não dá ela para ninguém, eu quero ela. Só que eu não vou ver ela". "Não, mas se a senhora ver, porque ela está assim, assim, assim, às vezes a senhora não vai querer". Eu falei: "Eu vou querer sim". Mas eu me conhecendo como eu me conheço, se eu tivesse chegado no abrigo e visto a minha filha tão debilitada, precisando de cuidados, eu ia querer levar ela até naquele dia embora. O juiz ia falar: "Essa mulher é estranha, ela vai levar a menina". Aí o que eu fiz? Eu mandei dinheiro para o abrigo: "Compra o remédio, vai fazendo o exame". Mas o juiz era tão comprometido, o Dr. Paulo, de Itaúna, um juiz tão maravilhoso que ele falou comigo: "Não, a menina precisa muito de uma mãe e a senhora quer tanto uma filha". Ele foi um juiz maravilhoso. Ele me deu o papel, eu só peguei o papel na frente dele, ele ainda fez assim com o papel: "A filha é sua". Aí eu virei e falei assim: "Então, doutor, eu estou levando sem ver, mas eu não devolvo. Eu não devolvo a minha filha". Ele olhou para mim com o olhinho cheio d'água. Ele falou comigo: "Não, a filha é sua". No outro dia o moço do abrigo me ligou, que o Dr. Paulo foi pessoalmente no abrigo ver se eu tinha buscado a Stefani(F), devido as condições que ela se encontrava de maus-tratos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quantos anos faz isso?

SRA. SANDRA MARIA TEODORO DO AMARAL: Oito anos fez em janeiro que eu adotei ela. Ela tinha dois anos e meio, ela pesava nove quilos e meio, ela tinha que pesar no mínimo 13 kg. Ela estava carequinha de tanta ferida e piolho na cabeça. A mãe a queimava todinha de cigarro.

Então o dia que o meu marido, assim, que eu amo ele demais, o meu marido, mais ainda quando eu cheguei para ele e falei: "Bem, o juiz ligou que a minha filha chegou, aí ele assustou, ele falou: "Chegou?" Porque não era o desejo dele, era o meu em adotar uma criança e ele respeitou a minha vontade. Isso aí assim, a cada dia eu amo o Mozart mais ainda por esse dom de amar dele, que ele ama a nossa filha, sendo que não era o desejo dele. Ele respeitou o meu. Eu ainda falei com ele: "Olha, bem, a minha filha chegou", eu com medo de dizer para ele o estado da Stefani(F), porque eu sabia do amor que eu tinha dentro de mim, mas eu não sabia o dele. Aí quando eu falei com ele, ele falou: "O que é que ela tem?" Eu falei assim: "Ela está magrinha". "Que mais?" Eu falei: "Ela está carequinha". "Que mais?" Eu falei: "só". "Pode ligar para a advogada e ir buscar". Eu, assim, eu morri de alegria naquela hora, eu amei ele mais ainda, por não ser o desejo dele, respeitar o meu e deixar eu buscar a Stefani(F). Quando ele chegou, que ele viu ela, ele amou ela imensamente naquele momento que ele viu ela. Aí eu vi o grande homem que ele era. E mais ainda, grandes pessoas e com tanta dificuldade para adotar, por que é que a gente às vezes é tão apedrejado por amar tanto alguém e querer fazer um bem tão grande? E não só eu, como tantas pessoas têm essa dificuldade. Casais que ficaram com crianças, arrancaram a criança do casal para mandar para fora. Isso é uma covardia. Isso, assim, eu não comungo de uma dor desse tamanho. Na minha cidade, as experiências que eles vinham aqui depor, eles queriam contar isso para o Dr. Nicolau ao vivo aqui no Senado, a dor que passaram dessa mesma criança, e falar que nós sumimos com a criança, que a nossa dor é muito grande. Por isso o Dr. Nicolau já sabe.

Então isso, gente, é um ato de amor muito grande e quem não tem esse dom para ter esse amor tem que respeitar quem tem, porque ninguém adota. Eu tenho muitos defeitos, mas é um caminhão de defeitos. Isso não é uma virtude, mas é algo acho que escolhido por Deus, porque tanta coisa que o nosso grupo já passou que dá vontade de deixar tudo e nem olhar para trás. Por que é que eu estou aqui nessa luta mexendo com isso? Mas eu acho que Deus vai te usando, vai te usando, porque é algo que você não consegue. Hoje eu estou lá em casa com a minha filha, eu estou feliz, alguém me liga, que eu nem conheço: "Por favor, ajude a gente". Um casal de Sete Lagoas, de oito meses, eu nunca vi a mulher na minha vida, pediu socorro. Eu falei: "Mas quem sou eu para te ajudar?" De repente fomos movendo céus e terras e hoje a menina está com ela.

Então, assim, isso é um ato de amor muito grande. A Denise queria falar algo, não que prejudique ninguém, mas das experiências negativas que aqui sejam para melhorar, a gente não quer prejudicar ninguém de maneira alguma, pelo contrário. A gente quer ajudar principalmente essas pessoas que cuidam, que são

juízes, promotores, equipes técnicas, são os atores disso tudo. Que ouçam, porque se a gente não ouvir, a gente não pode falar. Então se o juiz, ele não estiver comprometido com a causa, é o que a Dra. Bárbara falou: "Sandra, frisa muito isso: se não tiver compromisso com promotor, de juiz e de equipe técnica, não adianta esmurrarmos em lugar nenhum porque nada vai ser feito, porque depende muito mais deles do que nós do grupo". Nós do grupo fazemos o quê? Orientamos. Se temos dificuldade para entrar nos abrigos para poder conhecer as crianças... Acham que a criança é vitrine. Não existe isso. Se criança fosse vitrine, ela seria uma coisa; ela é gente. Porque o que fica atrás de uma vitrine é um objeto e criança não é objeto. Ela não está presa. Que crime que ela cometeu? Ela é vítima. Ela não cometeu crime algum.

Então vocês, assim, nem tem noção da importância dessa audiência para nós. Eu fico muito feliz do Embaixador pensar isso, porque eu comentei com o Dr. Nicolau quando eu cheguei, que era o que a Dra. Bárbara e o Dr. Sávio iriam falar, que as crianças não foram maltratadas, foi vindo de uma tragédia muito grande. Eu fico muito feliz e luto aqui também para que as nossas encontrem uma família aqui, porque eu tenho certeza, e para mim esse mito de que é só loirinho do olho azul, me desculpem, para mim que já fui para os abrigos, para os casais que querem, não é assim não. Isso é desculpa de quem não está comprometido e arruma para justificar o porquê do depósito das crianças, porque se essas crianças puderem ser visitadas, puderem ser amadas, elas vão arrumar família sim. E é o que a gente mais quer, nós não queremos nada a não ser a felicidade delas.

Eu agradeço muito por poder estar aqui, por dividir isso com vocês e agradecer a todos que vieram de Piuim, Araújo, Bom Despacho, da central toda lá do Oeste, o Centro-Oeste, que estão aqui, nós ficamos muito felizes do nosso grupo já estar focando vocês para participarem conosco desses momentos. Eu agradeço muito a todos vocês pelo carinho e pela presença.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós é que agradecemos seu toque de emoção, o seu conhecimento do assunto e, sobretudo, o amor que você vem passando para a sua filha e para todas as outras crianças que você ajuda a procurar um caminho, não é só essa especificamente. A gente tem filho biológico, filho adotivo e filho em geral, que são as crianças do Brasil e do mundo inteiro.

Eu vou abrir então a palavra agora para quem quiser fazer qualquer pergunta ao Embaixador. Por favor.

SRA. DENISE: Eu queria colocar o seguinte: não sou mãe adotiva, sou uma pessoa que apoia a causa por conhecer profundamente o que acontece na nossa cidade, como a Sandra ressaltou.

Tudo isso começou com nós duas, de todas as maneiras que vocês podem pensar nós fomos barradas em abrigos, de chegar na porta e receber porta na cara, que não pode entrar sem alvará judicial. Tudo que vocês podem pensar de humilhação nós já passamos e a gente não desiste e não vai desistir. Eu sou mãe de três filhos biológicos, hoje um morando na China, o outro morando em Londres, não deixaram de ser meus filhos e nem deixaram de ser irmãos. A história que eles colocam: "Ah, mas é porque tem que morar na mesma casa". Eles estão morando cada um no extremo, continuam irmãos e vão ser irmãos a vida inteira.

Então, assim, quero deixar muito claro para o Embaixador que a minha vontade de ajudar, de ir lá, de conhecer de perto a situação do Haiti é muito grande, tanto que assim, não sou parlamentar, não sou nada, mas se puder de estar nesse projeto de ir lá eu me coloco à disposição e, também, assim, de adotar uma criança lá, que arrumem uma família para ela lá e eu me disponibilizo a mantê-la lá perto de um parente, de alguém que vá cuidar dela com carinho e com amor sem trazê-la para cá. Eu acho que essa é a minha forma de adotar, porque como eu estou separada dos meus filhos, eu não quero separar uma criança de lá. E, assim, fico emocionada porque o que eu já passei, gente, sem ser mãe adotiva, é brincadeira; todo tipo de humilhação por querer ajudar uma criança a ter uma família como os meus filhos têm. Até acusada de sumir com uma criança eu fui sem saber de nada. Só vim a saber disso o ano passado. Então, assim, isso me emociona por saber que sou uma pessoa que procura fazer o bem e só passa por humilhações, sem ter nada, nada, nada a ganhar com isso.

Peço desculpas por ficar emocionada e me coloco à disposição do Embaixador no que eu puder ajudar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Embaixador quer responder? Por favor.

SR. IDALBERT PIERRE-JEAN (POR INTÉRPRETE): Bom, vou aproveitar para complementar a minha exposição de hoje pela manhã.

Agradeço sinceramente e humildemente a sua compreensão em relação à nossa situação. Notei que os presentes, assistentes dos senadores, os parlamentares, os juízes, entenderam a minha posição, que não é uma posição nacional do meu País, é a minha posição pessoal.

Devo frisar o fato de que eu sou a favor da adoção, não sou contrário à adoção. Simplesmente creio

que deve ser feita no sentido absoluto do interesse das criancinhas.

Quero agradecer especialmente a essa senhora que acaba de manifestar o seu interesse em adotar uma criança haitiana, deixando ela no Haiti.

Vou aproveitar para expandir um pouquinho a minha reflexão aqui.

É muito importante, o Sr. Senador veio aqui e na sua intervenção falou que este debate é um debate nacional aqui no Brasil. Disse até que no mundo globalizado a adoção tornou-se um tema global. Com todo o respeito que tenho pelo Senador Buarque, que é denominado um globalista, pela minha modesta opinião este mundo não está bem globalizado. Os problemas são os de sempre, das mesmas regiões, a miséria não está globalizada, nem tampouco a pobreza e os sofrimentos. Então desse ponto de vista é difícil considerar a adoção um tema globalizado. Se fizermos um mapa mundial da adoção, são sempre os mesmos países, os mesmos pontos e podemos dizer, inclusive, os mesmos indivíduos negros ou indígenas em sua maioria. Ninguém é fundamentalmente responsável por esse fato.

O Juiz Nicolau Neto, na sua intervenção quando estava sentado aí, diz que um dos pontos que mais o interessam na questão haitiana, disse ele que o ponto que mais o interessa é a soberania e, acrescento eu, a integridade da Nação Haitiana. Muito honestamente penso que se um país com o seu povo, seu governo, suas leis, querem mandar respeitar sua soberania, sua integridade como povo, um dos pontos em que devem manifestar isso é a integridade das crianças. Portanto, temos que fazer com que a criança seja, no seu país ou em outra parte, sua integridade física e moral deve ser respeitada.

Agora do meu ponto de vista como Embaixador no Brasil é a minha obrigação, é o meu dever ajudar as organizações brasileiras, os casais brasileiros que desejam adotar uma criança haitiana. O que eu quero propor à assistência e à Tribuna é que o parlamento brasileiro bicameral, tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado, juiz e organização das leis humanas, que formem uma missão, uma comissão, que poderiam ir para o Haiti. Ofereço-me para acompanhá-la, vou com muito prazer preparar uma agenda de trabalho no Haiti com o governo e as instituições para tratarmos de forma bilateral essa questão da adoção.

Eu estou à sua disposição. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Embaixador e consulto para saber se alguém mais quer fazer alguma pergunta ao Embaixador. Por favor. Eu peço que diga o nome para que fique registrado.

SR. JOÃO CORDEIRO DOS SANTOS: Boa-tarde, senhoras e senhores. O meu nome é João Cordeiro dos Santos. Eu venho também da cidade de Divinópolis.

Quero, antes de tudo aqui, mais uma vez pedindo liberdade à nossa presidente Sandra Maria de Teodoro Amaral, cumprimentar a todos da mesa pelo excelente trabalho. Primeiro para aquelas pessoas que tiveram a sensibilidade de pararmos esse tema na nossa vida para a gente estar discutindo esse assunto aqui.

Gostaria de saber do meu ilustre Embaixador Idalbert Pierre aproximadamente quantas crianças hoje estão fora do seu lar e há quanto tempo existe esse problema lá? Vocês já têm um projeto, uma perspectiva para que possamos dar ação a isso aí? Como o senhor falou de um processo de globalização, por que não nos darmos as mãos? Numa situação de catástrofe nacional, é nessa hora que temos que ser solidários. Está clara a minha pergunta? Muito obrigado pela oportunidade.

SR. IDALBERT PIERRE-JEAN (POR INTÉRPRETE): Agradeço a pergunta. Eu vou ser sincero, primeiro. Deve entender que nas atuais circunstâncias o Haiti, que antes do terremoto já tinha problemas institucionais e problemas estruturais, hoje vive uma situação ainda mais complicada, na medida em que uma infinidade de arquivos se perderam, foram destruídos, sumiram, vários orfanatos foram destruídos e as famílias também, muitas famílias desapareceram, há dezenas de milhares de famílias com os seus filhos, as suas crianças, desabrigadas, que, agora, estão vivendo em acampamentos ou debaixo de barracas. É difícil, portanto, quase impossível citar números exatos. Penso que haverá milhares de crianças haitianas desabrigadas, que não vão à escola, que têm problemas como os adultos e que mereceriam ser adotadas. Mas, como eu disse, as instituições estão funcionando de forma extremamente precárias, e o governo, em acordo com as instituições internacionais e regionais que cuidam da proteção da infância, estima hoje que é preciso aguardar na questão da adoção, esperando que as condições sejam melhores.

Por isso, penso que um País como o Brasil, totalmente comprometido e engajado no Haiti, o Senado, a Câmara dos Deputados, outras instituições, poderiam procurar tratar a questão a nível bilateral. E mais ainda porque o Brasil já dispõe de organizações humanitárias que estão trabalhando *in loco* no Haiti. Tudo isso para oferecer as melhores condições para a adoção das crianças haitianas. Eu vou repetir pela última vez, para que não haja mal entendidos, tanto eu enquanto Embaixador quanto as instâncias públicas ou privadas do Haiti, ninguém põe em dúvida a boa vontade e a boa disposição dos brasileiros para ajudar o Haiti adotando crianças.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Embaixador. Creio que não há mais ninguém que queira fazer qualquer pergunta ou comentário.

Antes de encerrar a sessão, eu quero dizer que o Haiti e qualquer outra Nação pode contar conosco, mas a partir do respeito absoluto aos interesses, à soberania e à vontade do povo haitiano ou de qualquer outro país. E não esquecer que há muitas, muitas, muitas crianças no Brasil precisando ser adotadas. E que existe um terremoto permanente, que não faz tanto barulho, que não aparece no noticiário, mas é o terremoto social, que provoca pobreza em cada país do mundo, especialmente naqueles países onde a maioria da população é pobre, mas até nos países onde a maioria da população é rica também há crianças precisando de adoção.

Por isso, vocês que fazem esse movimento, o grupo de apoio, merece todo o nosso apoio, o nosso carinho, o nosso respeito e a nossa admiração. Felizmente nós temos entidades como essa de vocês. Eu espero que isso se espalhe pelo Brasil inteiro e um dia não haja mais nenhuma criança precisando de adoção, porque as famílias ficaram responsáveis, porque as famílias têm condições sociais e econômicas, mas, também, porque quando isso não aconteça, o resto se sinta uma família tão grande que a criança imediatamente se encontre com alguma outra casa, mas dentro dessa imensa grande família que devia ser o povo brasileiro.

Muito obrigado a cada um e a cada uma de vocês, muito obrigado especialmente ao Embaixador.

Está encerrada essa sessão.

Sessão encerrada às 13h42.

ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA; A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE ABRIL DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia oito de abril de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (Eduardo Azeredo), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa conjuntamente com as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle; de Agricultura e Reforma Agrária; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Comparecem os seguintes senhores senadores e senhoras senadoras Adelmir Santana, Aloízio Mercadante, Antônio Carlos Valadares, Arthur Virgílio, Cristovam Buarque, Delcídio Amaral, Edison Lobão, Eduardo Azeredo, Eduardo Suplicy, Eliseu Resende, Fátima Cleide, Flávio Arns, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Gilberto Goellner, Heráclito Fortes, Inácio Arruda, Jayme Campos, Jefferson Praia, José Agripino, Mão Santa, Marcelo Crivella, Marisa Serrano, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Romeu Tuma, Rosalba Ciarlini, Serys Slhessarenko, Tasso Jereissati e Valdir Raupp. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. Item Único. Audiência Pública, nos termos dos Requerimentos nº 18 – CDH; nº 02 – CCT; nº 03 – CCJ; nº 05 e nº 06 – CMA; nº 03 – CRA; nº01, nº 05 e nº13 – CRE; todos aprovados em 2010, com o objetivo de debater as várias questões e temas objeto do Decreto Presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, "que cria o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e esclarece reais intenções de pontos considerados polêmicos". O Senhor Presidente, Senador Eduardo Azeredo, abre os trabalhos, aprova as atas das reuniões anteriores das comissões que participam desta reunião e, em seguida, faz suas considerações iniciais, dando início à apreciação da pauta. O Senhor Presidente convida o Senhor Paulo Vannuchi, Ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República à mesa e dá-lhe a palavra para a realização de exposição sobre o tema. Após a explanação do senhor convidado, o Senhor Presidente concede a palavra aos Senhores Senadores para seus questionamentos e considerações. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Serys Slhessarenko, Arthur Virgílio, Aloízio Mercadante, Marcelo Crivella, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Mão Santa e Fátima Cleide. Às onze horas e quatorze minutos, o Senhor Presidente, Eduardo Azeredo, passa a presidência ao Senador Cristovam Buarque. Às treze horas e seis minutos o Senhor Presidente, Cristovam Buarque, passa a presidência para o Senador Eduardo Azeredo. Às treze horas e trinta e cinco minutos o Senhor Presidente, Eduardo Azeredo, passa a presidência para o Senador Inácio Arruda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinqüenta e três minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Se-

nado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com 13ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle; 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 11ª da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; 11ª da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e 10ª Reunião da Comissão de Constituição e Justiça da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Essa Audiência Pública foi aprovada nos termos dos requerimentos n°. 18 da CDH; 05 e 06, da CMA, Meio Ambiente; Requerimento n°. 03, da CRA, da Agricultura; Requerimentos 01, 05 e 13 da Comissão de Relações Exteriores; Requerimento 02 da Comissão de Ciência e Tecnologia, e Requerimento 03 da Comissão de Constituição e Justiça, todos aprovados no ano de 2010, com o objetivo de debater as várias questões e temas objeto do Decreto Presidencial nº. 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que cria o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e esclarece as reais intenções de pontos considerados polêmicos.

O convidado é o Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministro Paulo Tarso Vannuchi, e, senadores, a lista de inscrição já está aberta para os questionamentos. E eu quero convidar, então, o Ministro para que possa comparecer aqui à Mesa.

Vamos, então, dar início à Audiência Pública, primeiro, com a exposição do Ministro Paulo Vannuchi. Em seguida, com o debate com os Srs. Senadores; nós já temos os Senadores Arthur Virgílio, Inácio Arruda e Eduardo Suplicy inscritos. Já, de antemão, portanto, eu passo a palavra ao Ministro Paulo Vannuchi.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Bom-dia, Exmo. Sr. Presidente, Senador Azeredo; Senadores Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Inácio Arruda, Deputados Paulo Teixeira... E Senador Eurípedes Camargo... A todas as pessoas presentes. Eu começo agradecendo às comissões a gentileza, compreensão dessa fusão, que abre a possibilidade de realizar o que é um grande interesse do Governo Federal, especialmente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que é vir ao Senado para realizar uma atitude que é institucionalmente republicana, constitucional, democrática, de prestação de contas... Que meus colegas, politólogos, costumam, com algum pedantismo, chamar com *accountability*, palavra de difícil tradução no português: informar, esclarecer, eventualmente, dialogar, debatendo, numa atitude em que, além da necessária firmeza na defesa das convicções do segmento brasileiro ligado à defesa dos direitos humanos, bastante amplo, diversificado, e pluripartidário, uma atitude, sobretudo, de serenidade... A compreensão de que é preciso refletir sobre todos os aspectos polêmicos com espírito democrático, com compreensão e profundo respeito por todos os argumentos, por mais contundentes que sejam, em oposição às formulações, 521 propostas incluídas no PNDH-3, e finalmente a necessária humildade para, como já fizemos publicamente, sem dificuldade de reconhecer que, sendo um concerto de múltiplas vozes... Senadora Serys, um prazer recebê-la... O aperfeiçoamento, reconhecimento de erros, e alteração de redações para propiciar o necessário consenso amplo na área dos direitos humanos.

Nesse sentido, nessa minha introdução, que eu começo com essa saudação, uma primeira explicação preliminar, e um PowerPoint, que combinei e ouvi do Presidente Azeredo a orientação para não ultrapassar 30 minutos--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Se for necessário, não há nenhum problema, só disse que é a praxe.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Vamos trabalhar, então, nessa linha, Presidente.

Eu começo lembrando uma afirmação que não temos ainda, ou não teremos, a presença do Senador Marco Maciel, mas que é um reconhecido estudioso de Norberto Bobbio, que sempre menciona, em suas intervenções e artigos... Bobbio lembra que os direitos humanos não nascem todos de uma vez só e nem nascem de uma vez por todas. É um longo percurso de construção histórica, e eles são parte de uma caminhada que, lembramos, tem, em 10 de dezembro de 48, o lançamento da Declaração Universal, que é ainda do marco mais abrangente sobre a construção dos direitos humanos, sistemas de proteção, de defesa, em cada país, declaração que, no seu primeiro artigo, lembra os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa, um século e meio antes.

Na apresentação do PNDH-3, o Presidente Lula registra a convicção de que o Brasil fez uma opção definitiva pela democracia, há uma relação biunívoca, indissociável entre democracia e direitos humanos. O mesmo Presidente Lula é autor de uma frase lembrada na semana passada, no evento de transferência de cargo aos novos Ministros, de que a democracia não é a consolidação do silêncio, mas é manifestação de

múltiplas vozes que, se eu pudesse, ampliaria a metáfora para uma ideia de sinfonia de múltiplas vozes, com altas dissonâncias, como, na melhor Bossa Nova, a ideia de que os direitos humanos têm de se fortalecer como políticas de Estado, projetadas no tempo, sobrepassando as contradições e divergências, situação, oposição, ou entre diferentes partidos de um mesmo bloco.

Registro, ainda, na linha de Norberto Bobbio, que sempre gostou de trabalhar com o tema dos paradoxos, dois paradoxos importantes na construção dos direitos humanos no Brasil: Primeiro, é lembrar que, antes de 1964, escasseiam, rareiam as formulações sobre direitos humanos na maioria das formulações partidárias ou do movimento sindical e popular. E é no regime de 64 que brota uma consciência inicial, e essa consciência inicial tem na Igreja Católica uma trincheira fundadora para outras igrejas, para movimentos sociais que assumem e se organizam entidades como o Movimento Nacional dos Direitos Humanos, já caminham para completar 30 anos de existência, tendo como fundadores figuras como Leonardo Boff, Hélio Bicudo, Deputado Pedro Wilson, muitos outros.

E o segundo paradoxo é de que o Brasil tem pelo menos duas décadas, talvez duas e meia, de afirmação permanente dos direitos humanos passo a passo, em que eu resumirei em seguida, e no PowerPoint, marcos e datas desse avanço; o Brasil já é um país aderente a quase todos os instrumentos fundamentais da ONU... Estamos devendo ainda o da Convenção dos Direitos dos Trabalhadores Imigrantes e suas Famílias, e a do sistema OEA de proteção aos direitos humanos. E, no entanto, com todo esse avanço, o país ainda assiste, observa, combate violações que são praticamente cotidianas.

Então, é na construção desse paradoxo que, da Declaração de 48, que o Brasil é aderente já no momento da Conferência de Paris, 10 de dezembro, o Dia Internacional dos Direitos Humanos, no regime de 64, já houve adesão a duas, a dois instrumentos fundamentais: A Convenção da ONU contra o Racismo, que é de 65, e o Brasil completa a sua tramitação em 69; e a dos Direitos da Mulher, que é de 79, e o Brasil completa adesão em 84.

Segue-se, em 89, ano 01 da Constituição Cidadã, de Ulysses Guimarães, segue-se a Convenção da ONU de Combate à Tortura, que é de 84, a dos Direitos da Criança, 1990, um ano depois de seu lançamento, mesmo ano em que, em 13 de julho, a Casa Legislativa, as duas Casas, então, aprovaram o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 92, o Brasil adere aos dois grandes pactos em que a Declaração se desdobrou, ambos de 66, o Pacto dos Direitos Civis e Políticos, e o Pacto dos Direitos Econômicos, Culturais e Sociais, grosso modo, correspondendo um e outro aos direitos que Bobbio chama "os civis e políticos direitos de liberdade", e "os econômicos sociais, culturais, direitos de igualdade".

Ainda em 92, com participação do Presidente Sarney, hoje Presidente do Senado, a adesão ao Pacto de São José da Costa Rica à Convenção Americana dos Direitos Humanos, o sistema OEA. E, em 2008, eu estive aqui, nesta Casa, para o momento de ratificação da primeira Convenção dos Direitos Humanos do Século 21, que é a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de 2006, o Brasil, nesse caso, Dra. Isabel Mayor, a secretária nacional, já era coordenadora no Governo Fernando Henrique, e segue titular no cargo, como prova dessa continuidade histórica das ações de direitos humanos por sobre diferenciações partidárias e de situação, oposição, e o Brasil é um dos países que eu tenho trabalhado... O Itamaraty... Cabe ao Itamaraty protagonismo nisso, mas com parceria com a Argentina, tentamos dar os primeiros passos para que a ONU complete esse sistema de instrumentos específicos, passando a proteger o único segmento vulnerável que ainda não tem um instrumento próprio, que é o dos direitos do idoso, em que este Senado tem revelado alta sensibilidade à tramitação do Estatuto do Idoso, o recente debate sobre reajustes de aposentados etc.

E termino dizendo que o Programa Nacional dos Direitos Humanos III, que será resumido no PowerPoint, como história, ele teve o seu primeiro esboço, esqueleto central, aprovado e construído ao longo de 2008, no processo da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos. O número da série já indica que, sendo 11ª, é uma longa série histórica. O Governo do Presidente Lula é um governo fortemente pautado pela realização de conferências, e expressa uma profunda convicção do Presidente da República sobre a complementação, o assessoramento ao papel central fundamental do Poder Legislativo na definição de leis, no exercício do poder que emana do povo, também por mecanismos de participação democrática, que são apresentados ao Legislativo como mera apresentação de sugestões, de indicações, de recomendações, que caberá aos representantes do povo, aqui estabelecidos nas duas Casas, o poder constitucional decisório de transformar, ou não, pela regra da maioria, pelo debate, com oposição, em leis.

Essa Conferência também foi complementada por um rastreamento de 50 conferências nacionais, realizadas até então, hoje quase 70, em temas como mulher, igualdade social, criança e adolescente, direitos das pessoas com deficiência, direitos do idoso, direitos do

segmento LGBT, direito à diversidade sexual, o direito à segurança alimentar, ao meio ambiente, à educação, à saúde, à moradia... Senador Cristovam, obrigado. Ainda buscamos coligir as principais recomendações dos instrumentos da ONU e da OEA. Cada um desses instrumentos da ONU, ele constitui um Comitê, sediado em Genebra, ao qual o Brasil voluntariamente se subordinou, as adesões são sempre voluntárias, e ao se subordinar, o Brasil se compromete a apresentar relatórios quinquenais e receber recomendações.

Então, buscamos incorporar também no PNDH-3 recomendações dos organismos ONU e OEA, e, finalmente, as recomendações dos relatores, que são especialistas mandatados pela alta comissária de direitos humanos da ONU, que visita os países sobre temas como liberdade do Judiciário, liberdade religiosa, combate à tortura, direitos da mulher, grupos de extermínio, situação dos defensores de direitos humanos, figuras como Dorothy Stang, figuras como Chico Mendes, figuras como Manuel de Matos, assessor do Deputado Fernando Serra, executado na Paraíba, em janeiro de 2009... Presidente estadual, vice-presidente estadual do PT de Pernambuco e ex-presidente da Câmara Municipal.

E eu passo agora para a apresentação do PowerPoint, com a ajuda do meu companheiro Pedro Pontual, e programamos 16 ou 18 lâminas, um minuto cada um... Procurarei não passar disso. O PNDH é 3 porque o primeiro é de 96, com foco nos direitos civis e políticos, momento em que o Governo Fernando Henrique Cardoso consolida um passo importante dessa caminhada histórica. Pela primeira vez, o Estado, pelo seu Poder Executivo, acolhendo uma construção histórica que já vinha de algumas décadas.

Em 2002, o PNDH-2, naquele... O titular da área é o Ministro Nelson Jobim, seu Chefe de Gabinete, José Gregori, homem símbolo dos direitos humanos, e Paulo Sérgio Pinheiro, já um participante ativo, como representante do Núcleo de Estudos da Violência, da USP. O 02 incorpora direitos civis, econômicos, sociais e culturais; Paulo Sérgio Pinheiro é o Secretário de Estado dos Direitos Humanos, ainda no âmbito do Ministério da Justiça. Presidente Lula transformou Direitos Humanos numa nova secretaria especial, trigêmea com Mulheres e Igualdade Social, que acaba de ser elevada definitivamente ao posto ministerial.

Após a declaração de 48, os dois pactos, o dos civis e políticos, por favor, ali à Mesa, meu senhor--

[risos]

Me desculpe... A Convenção e, em 98, a decisão brasileira, Governo Fernando Henrique, de submissão do Brasil à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, com o seu órgão quase Corte, que é comissão, situação que países como Estados Unidos e o Canadá, ainda hoje, não tiveram a decisão corajosa de incorporar. Podemos ir em frente, Pedro?

93, acontece em Viena, o Governo Fernando Henrique, não, o Chanceler Fernando Henrique, a mais importante Conferência Mundial de Direitos Humanos, depois de Paris 48. Ali, se define como grande elemento-força a ideia da indivisibilidade, ou seja, não-ditaduras que apresentam como argumento de defesa a existência de igualdade econômica em seus países, assim como não-liberdade, assentada sobre os pilares da pobreza, da miséria, que também oprime, que também escraviza, que também inviabiliza a liberdade.

E Viena recomenda que cada Estado crie um Plano Nacional de Direitos Humanos que, no Brasil, teve o nome “programa”, porque “plano” geralmente envolve datas, mensurações, e se preferiu iniciar a caminhada com “programa”.

A Constituição Federal, em 88, estabelece cidadania e dignidade da pessoa humana como principais fundamentos do Estado; há uma caminhada histórica da sociedade civil, que virá em seguida, que é a protagonista principal, até que os Legislativos, a começar do Rio Grande do Sul, criem a Comissão de Direitos Humanos, no Legislativo; em 95, a Câmara dos Deputados; em 2005, o Senado, sendo que, no âmbito federal, a sequência do período em que era Ministério da Justiça, Governo Fernando Henrique, o período Lula, em que era uma secretaria especial, duas semanas atrás, perdemos o “especial” e viramos Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

“Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Então, é na segunda parte a fundamentação constitucional para a realização de conferências, para além das figuras do plebiscito, do *referendum*, da iniciativa legislativa popular. E ela sempre com o recorte de apresentar propostas, para que os poderes competentes decidam o que deve ser acolhido e o que não deve. A primeira foi em 96, a longa série até 2008, sendo que o Governo Federal é proponente, participante apenas das últimas três. Até a oitava, nona e a décima, antes, elas eram uma parceria entre a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e as entidades da sociedade civil, através de uma entidade construída com o nome Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos. Em 2009, Ministro Nilmário Miranda... Então, o governo brasileiro, o Governo Federal é um terceiro ator; em 2010, isso é suspenso, e em 2011, volta. Objetivos: formular propostas para revisar e atualizar o programa.

Em janeiro daquele ano, o Presidente Lula no Rio, no Itamaratyzinho, fez um discurso chamando a um mutirão nacional; era o Dia do Holocausto, ele comemorava com a comunidade judaica, então, o ano inteiro é atravessado por esse debate que mobilizou o segmento de direitos humanos no Brasil, áreas universitárias, poderes públicos dos três entes federados. Pode ir em frente, Pedro.

A etapa nacional, dezembro, 15 a 18 de 2008, 27 conferências em todos os Estados, eu estive em alguns; em vários deles, o governador abriu a conferência, com a presença de Presidente do Tribunal de Justiça, do Procurador Geral de Justiça; encontros prévios importantes em 127 regiões ou cidades, ao todo, 14 mil pessoas participaram diretamente desse debate. Em frente, Pedro.

Então, a Secretaria de Direitos Humanos teve um papel de coordenação, teve a realização de reuniões, seminários, especialistas convocados, como Paulo Sérgio Pinheiro, para uma espécie de consultoria geral sobre o processo de elaboração, com o seu olhar, agora, de uma das mais importantes figuras da área dos direitos humanos na ONU; houve a participação dos ministérios, a participação na Comissão de Direitos Humanos, da Câmara, é como coordenadora do processo, audiências públicas realizadas e ampla participação da sociedade civil num grupo de trabalho tripartite, e consulta pública de meses, a partir do site, esse documento, ele tinha um grande esboço dele exposto e divulgado amplamente por outros mecanismos, que permitia a participação de qualquer cidadão, enviando mensagem àquele endereço eletrônico.

702 resoluções aprovadas na 11ª Conferência estão expressas em um documento que se chama "Resoluções da 11ª Conferência", com importantes diferenças com o PNDH-3... Por favor--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Flexa está obstruindo ali. Vou propor tirar a mesa ali--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: A referência a convenções e tratados, e a referência às recomendações dos comitês: comitê da criança e adolescente, da mulher, de combate à tortura etc. Em frente.

Ele tem como marco de novidade, ele foi subscrito por 31 ministérios; o Presidente Lula, quando me deu posse, em dezembro de 2005, lembrou, no discurso, que direitos humanos não está na área de direitos humanos: está na área da educação, da saúde, da cultura, da diversidade, e que o nosso trabalho era um trabalho de interministerialidade.

Então, foi o nosso esforço de trazer, se pudéssemos, todos os ministérios para assinar. 31 é um número bastante expressivo. A ideia de políticas do estado, em que o Presidente Lula, na sua apresentação, menciona, que é um programa pensado para seguir adiante, mesmo ocorrendo o processo de alternância no poder, que é natural e desejável, na vida democrática, são palavras do Presidente Lula, prevê a ideia de um comitê de monitoramento, a implementação com planos bianuais, e a transversalidade. São seis eixos orientadores, o um são os temas da democracia. É uma conferência que foi realizada com críticas ao Governo Federal, com votações em que o Governo Federal, com os seus representantes ministeriais, foram derrotados... Numericamente, no debate, é da natureza desse tipo de conferência. O tema do desenvolvimento, então, é todo o conjunto dos temas do Pacto dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais, a ideia da universalização.

Então, os segmentos vulneráveis. Eu realço que segurança pública é um forte capítulo do programa, incorporando o debate da Conferência Nacional de Segurança Pública, do PRONASCI, o primeiro Programa Nacional de Segurança Pública, que tem direitos humanos em cada página da sua proposta, e lembrar que, num documento que foi submetido à fortíssima polêmica e críticas, ele foi um documento praticamente virado do avesso, com lupas, não apareceram importantes acordos em uma quantidade enorme de formulações, numa área sensível como essa... Volta um pouquinho, Pedro... A educação, cultura e direitos humanos como eixo mais estratégico da construção do Brasil do futuro; o resto é correr atrás da violência já ocorrida. Então, a vida escolar, a vida universitária, a educação não formal, que se realiza na sociedade civil, do sindicato dos trabalhadores às igrejas e Rotary Clubs, são ações formativas, que formam o cidadão num sentido ou outro. A questão da mídia como elemento fundamental dessa construção dos direitos humanos, e por último, o eixo inovador, que não está presente nos dois anteriores, que é o tema do direito à memória e à verdade.

Listamos e trabalhamos detidamente todas as críticas formuladas aqui, no Senado, na Câmara, na imprensa, em debates, e longe de esgotar, mas, pelo menos em torno desses 11 temas, argumentamos, temos discussões, temos que ouvir, temos que expor algumas apreciações sobre a alta amplitude de que o programa extravasaria, estaria muito além dos direitos humanos, é um título de primeira página do Jornal O Globo... A criação da Comissão Nacional da Verdade, controvérsias do governo com o Ministério da Defesa, os temas da liberdade de imprensa, os temas na

mediação de conflitos agrários, o tema da união civil entre pessoas do mesmo sexo, e que tem uma relação com o tema da adoção por casais homoafetivos, a questão dos símbolos religiosos, do aborto, da taxação de grandes fortunas, financiamento público de campanha... Volta, Pedro... A ideia de direitos trabalhistas de profissionais do sexo, plantio de monocultura, são alguns dos elementos que apareceram reiteradamente como pontos polêmicos de controvérsias e de críticas. Em seguida, Pedro...

Detalhando alguns deles: o direito à memória e à verdade, ele tem temas do acesso à informação, abertura de arquivos, e a proposta de apresentar ao Legislativo, até o final deste mês, criando, no Brasil, finalmente, uma Comissão da Verdade, que não é revanchista, não é contrária à Lei de Anistia; pretende complementar uma caminhada de décadas, em que, ao Governo Fernando Henrique, ao próprio Ministro Jobim, Ministro José Gregori, competiu a etapa de criar a Comissão Especial sobre Mortos, desaparecidos políticos. Ainda no Governo Fernando Henrique, a criação da Comissão de Anistia, no âmbito do Ministério da Justiça; países ao lado já fizeram esse processo, e voltarei, se preciso, ao debate, para dizer: é a favor das Forças Armadas Brasileiras, não é contra. Não é justo que as Forças Armadas Brasileiras, a família militar siga carregando sobre o peso da sua imagem violências que foram executadas por algumas dúzias de torturadores, de pessoas que mataram, ocultaram cadáveres, entre os mortos, desaparecidos, certamente pessoas das relações pessoas de alguns dos senadores, algumas das senadoras, deputados... Senador Cristovam me contava um dia, numa conferência, da sua amizade com o Rui Frazão, que temos uma homenagem marcada para o Maranhão, no mês que vem, gostaria muito que o senador atendesse ao convite, como o Governador Serra atendeu ao meu convite para irmos juntos a Florianópolis, homenagear, na Assembléia Legislativa, Paulo Stuart Wright, irmão de Jaime Wright, reverendo que celebrou o culto ecumênico de homenagem a Vladimir Herzog, e que trabalhou comigo, sob a direção de Paulo Evaristo Arns, na construção do projeto Brasil Nunca Mais. A ida à Assembléia para homenagear Paulo Wright, ex-deputado estadual do PSP, antes de 64, naquele estado, me rendeu a colegas do meu partido, um deputado estadual não participar, dizendo que eu estava indo criar palanque para o Serra em Santa Catarina, e eu argumentei, com serenidade, que eu não estava realizando palanque; eu estava realizando uma atuação conjunta entre pessoas e autoridades que têm posições partidárias, situação, oposição, diferenciadas, mas que estão unidas em temas como esse.

Há 30 Comissões da Verdade no mundo, entre América Latina, África, algumas da Ásia, como a ONU informa, e já disse de que não propõe a revisão da Lei da Anistia. Na questão da imprensa, se tratava de assegurar a garantia do direito à comunicação democrática; o papel fundamental da mídia na promoção da educação e de uma cultura em direitos humanos. A ABERT, no seu comunicado, ela lida exaustivamente em horário nobre de televisão, de rádio, ela fala: "O governo propõe a criação de uma comissão do governo". Não propomos, os senhores têm o programa; a leitura atenta mostrará. Não sendo má fé, foi uma interpretação equivocada, porque nós listamos quais são os ministérios responsáveis como cada uma das 521 ações têm ministérios responsável. Não se propõe isso.

Por último, a discussão de propor a criação de marco legal para regulamentar um artigo da Constituição, isso não tem nenhum conteúdo anti-democrático, e elaborar critérios de acompanhamento editorial para assegurar o respeito aos direitos humanos nos meios de comunicação, volta, tema que, já disse, é assentado em ideias positivas, como na Câmara dos Deputados, o programa "Quem Financia Baixaria é Contra Cidadania". Em premiações como a ANDI, Agência Nacional dos Direitos da Infância, já realiza para as melhores práticas da imprensa, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, com o Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos. E em vez de comissão de governo, isso poderia ser materializado na forma de uma parceria com a própria ABERT, Associação Nacional de Jornais, Associação Nacional de Revistas, e já disse que, se há um entendimento, interpretação, é um dos temas que estamos abertos para propor alteração da redação, que comece dizendo "no sentido de consolidar permanentemente a mais ampla, plena e total liberdade de imprensa", propor às entidades e trabalhadores do segmento, que realizem tudo isso.

A questão da mediação de conflitos agrários é, igualmente já antecipei, que é um tema que, sobretudo a partir das críticas da Associação dos Magistrados do Brasil, que argumenta que a palavra, como primeiro ato, envolve uma intromissão numa esfera de competência constitucional do Senado, nós vamos alterar isso, mantendo todo o espírito de um programa que é recomendação internacional, ONU/OEA, e é um trabalho que o próprio Conselho Nacional de Justiça, o Presidente Gilmar Mendes recentemente, numa viagem a Marabá realiza, que é buscar mecanismos para permitir que não aconteçam mais Eldorado de Carajás, Corumbiara, Felisburgo, mortes como a de Dorothy Stang, recentemente, agora nas próximas semanas, mais um julgamento em Belém do Pará.

O tema da união civil entre pessoas do mesmo sexo é um tema de alta controvérsia, que envolve questões religiosas, expressa o ponto de vista fortíssimo de um segmento que se manifesta fortemente no Brasil, que reivindica direitos constitucionais, nem menos, nem mais, direitos iguais, e é um tema que tem algumas jurisprudências se formando, tem debates legislativos, o Poder Legislativo, o Senado e a Câmara, são a autoridades com poder e competência para decidir o que deve ou não ser transformado em lei. Em frente.

O tema do aborto, se necessário, voltarei a mais discussão, foi o primeiro anúncio que fiz de que o programa continha um erro, porque a formulação, ela não corresponde à opinião do governo do Presidente Lula, do próprio Presidente, e quando eu fui estudar e debater, constatei que, de fato, a formulação aprovada, ela não se afasta da minha convicção pessoal como Ministro. Estou terminando. Ela tem uma frase, que é fortalecer, apoiar o projeto de lei que descriminaliza o abordo, que tecnicamente já não estava correto, porque, naquele momento, esse projeto já não tramitava mais, então, teria que ser uma fórmula no plural, "novos etc.", mas a parte que eu defendo, o governo não tem essa posição, não foi decisão da Conferência da Mulher, que nós já realizamos duas vezes, que é a autonomia da mulher para decidir sobre o seu corpo. No entanto, há recomendações da ONU que apontam nessa direção; o tema do abordo foi debatido por décadas na Europa, Estados Unidos, Canadá; será debatido, nos próximos anos no Brasil, já anunciei e comecei a visita a CNBB, visita ao Dom Dimas, explicando que alteraria, sem suprimir, mas tornando a redação uma redação mais consensual, uma redação que coloque o problema da necessidade de debater, de discutir as legislações punitivas, e levar em conta o problema do aborto como um problema de saúde pública, que leva a 250 mil internações de mulheres, geralmente pobres, que realizam aborto em condições precárias, e têm complicações; não tenho o número de mortes resultante disso. Em seguida.

E lembrar também, terminando, que também a imprensa, ela exerceu, naqueles últimos dias de dezembro, e primeiros de janeiro, um papel de protagonismo, ao informar, na medida em que ela, em grande parte, se sentiu tocada por temas que interpretou como temas tendentes à introdução de censura, de controle da imprensa. Eu quero registrar, primeiro, que não há a palavra "controle social", nem "controle democrático", que há no PNDH-2. Então, nós, sem saber que haveria essas polêmicas todas, não imaginamos; se imaginássemos, teríamos tomado mais cuidado em todo o momento de redação final... Cuidamos de anexar o PNDH-1 e 2, no final, com a assinatura de Fernando Henrique Cardoso, para firmar, o que é raro na vida dos governos, os governos preferem esquecer o que foi feito antes... Não é uma discussão deste momento; eu, nos quatro anos e três meses que estou no cargo, o tempo todo falei que, em direitos humanos, nós temos o cuidado de assegurar políticas de continuidade, desenvolvimento, de reconhecimento da importante acumulação histórica em direitos humanos, nos oito anos de Fernando Henrique Cardoso, e lembrar que aquele debate não aconteceu com formulação que leiam, verão, que elas são mais duras, elas introduzem, evidentemente, há uma correlação com a conjuntura, com a avaliação do Governo Lula como um todo, com a Conferência de Comunicação, com a proposta da criação do Conselho Nacional de Jornalismo, e não unicamente em torno das formulações.

Por último, já disse, que vamos alterar redação. Quero dizer que houve muitos apoios, e apoios importantes. Retomo a metáfora de sinfonia de múltiplas vozes, ou democracia como o regime que consagra a legitimidade do dissenso para dizer que também quando o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho de Procuradores Gerais do Estado, que o Senador Demóstenes Torres já presidiu, a Associação Nacional dos Defensores Públicos, o Conselho Federal de Psicologia, a SBPC, a CUT, a CONTAG, há milhões de brasileiros e brasileiras representados numa atitude, em que o noticiário do jornal, regra geral, não mostrou assim; ele mostrou que havia uma onda nacional, como se um consenso nacional, contrário ao PNDH-3.

Então, eu apresento, com humildade, um anexo que os senhores e senhoras recebem, com algumas dessas manifestações, e que não incluía ainda artigos de Marcelo Rubens Paiva, Luiz Fernando Veríssimo, muitas figuras conhecidas e respeitadas, destaco um último documento, uma carta assinada por Dom Paulo Evaristo Arns, por Dom Pedro Casaldáliga, por grandes prelados católicos, por Clarice Herzog, Chico Buarque de Holanda, por Tereza Fiel, viúva de Manoel Fiel Filho, por Antônio Cândido, Cândido Mendes, que apóia o Programa Nacional de Direitos Humanos, centralmente no tema da Comissão de Direito à Memória e à Verdade.

Último... Terminou, eu só, então, concluo, explicando que estão com V. Exas., senadores, senadoras, um exemplar de uma revista n°. 5, que nós dedicamos a debater os principais aspectos polêmicos, com posicionamentos, em defesa do PNDH. Flávia Piovesan, importante constitucionalista de São Paulo, que já disse, repito, possivelmente, o Brasil ainda verá como membro de um tribunal superior, na linha que o Fernando Henrique inaugurou com a primeira mulher no Supre-

mo, o Presidente Lula passou para dois... Senadora, para frente é que se anda, de dois tem que ir para três, tem que ir para quatro, tem que virar metade, tem que virar, talvez, seis a cinco, porque, tecnicamente, as mulheres são um pouquinho mais que os homens. Então, o bom modelo será o momento em que um Supremo tenha seis mulheres, cinco homens. Tenha a igualdade racial, metade, e não apenas a figura de um único. E, nesse sentido, ela discute os argumentos de que é inconstitucional e de que viola leis.

Luiz Alberto Gómez de Sousa, um veterano militante que esteve exilado, ligado à igreja, irmão do consagrado ator e diretor Paulo José, da Globo, que todos conhecem, que foi um consultor para isso, ele discute os temas das religiões na sua interface, e cada especialista discutirá, o Presidente, na ocasião, da OAB, está presente, eu espero que essa leitura, os documentos que estão agregados aí, abra o caminho para, a partir desta audiência, que novamente agradeço aos senadores, Senadora Fátima Cleide também, que agora chegaram, a gentileza... Bom, então eu preciso... O Senador Tasso Jereissati, o Senador Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Rosalba Ciarlini, senadores... Senador Crivella, deputados também. O agradecimento pela gentileza da fusão, e dizer que não tenho a menor pretensão de modificar opiniões já expressadas. Eu tenho um grande empenho de fazer um debate sereno, em que certamente aprenderei, em que o Governo Lula aprenderá, em que assimilaremos pistas, ideias, sugestões, mas tenho um forte empenho em que transformemos esse debate em um debate altamente qualificado do ponto de vista da democracia. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecemos ao Ministro Paulo Vannuchi. Eu quero lembrar que essa é uma Audiência Pública conjunta de seis comissões – Relações Exteriores, Direitos Humanos, Constituição e Justiça, Ciência e Tecnologia, Agricultura e Meio Ambiente -, tal é a polêmica que foi levantada em relação ao tema.

Eu vejo, Ministro, com satisfação esse reconhecimento de que os governos não devem esquecer do que os outros fizeram; só espero que não seja apenas em relação aos pontos polêmicos, seja também em relação aos pontos de avanço que o país teve.

Eu quero convidar o Senador Cristovam Buarque, que, se puder assumir, que eu vou só receber o novo Governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia, que vai visitar o Presidente Sarney nesse momento, se V. Exa. puder assumir aqui. O primeiro orador que está inscrito é o Senador Arthur Virgílio.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É com prazer que dou continuidade aos trabalhos, passando a palavra, inicialmente, ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, senhoras e Srs. Senadores, Ministro Vannuchi, eu, antes de mais nada, registro que V. Exa. fez uma exposição bastante nobre, bastante nobre, bastante elevada, e até contrariando e contraditando o que me parece uma regra geral no seu governo, que é de negar o que tenha acontecido de bom para trás, e eu até ressalto a preocupação que V. Exa. demonstra com relação aos direitos humanos, com essa contradição brutal de o Brasil sistematicamente, na sua política externa, se solidarizar com violações de direitos à pessoa humana onde quer que haja uma ditadura, quase que uma predileção.

Mas eu gostaria de falar a V. Exa., e eu dizia ao Senador Suplicy que eu vou voltar a um certo passado, Presidente Cristovam, eu vou voltar a um certo passado. Eu sou líder de um partido que não se propõe implantar socialismo no Brasil, bem ao contrário, o meu partido não tem como pré-condição que as pessoas sejam ou tenham sido de esquerda; meu partido tem como pré-condição que lutemos para um dia atingirmos essa etapa superior de regime político, que é o parlamentarismo.

Mas eu vou falar a V. Exa. como homem de esquerda, que militou pela esquerda durante os 20 anos do regime militar, para um homem de esquerda que pagou o preço e que demonstrou, a meu ver, de modo equivocado, demonstrou muita coragem, muita disposição de luta. V. Exa. optou por um caminho, e eu digo ao Senador Suplicy: "Nessa você não tem como estar com ele, tem que estar comigo nessa". Nós optamos por bandeiras que sensibilizassem a sociedade, eleições para prefeito de capital, essa era a orientação do Partido Comunista Brasileiro, ao qual eu era ligado... Eleição direta para governador de estado, para Presidente da República, bandeiras como anistia ampla, geral e restrita, que possibilitaram que aqueles que estavam encarcerados, e aqueles que estavam no exterior pudessem voltar. Ministra Dilma é candidata graças à paciência que pessoas como eu e o Suplicy tivemos. Pelos métodos dela, eu não sei. Pelos meus métodos, pelos métodos do Suplicy, pelos métodos do Partido Comunista Brasileiro, ela hoje pode ser candidata à presidência da República.

Nós mobilizarmos, pelo que seria a Assembléia Nacional Constituinte, pelos brasileiros, e por críticas às políticas econômicas do regime militar, e era até difícil criticá-las, em função da sensação de bem estar que se espalhava pela mágica do falso milagre brasi-

leiro... De tudo isso eu concordo com quase tudo. Eu vou aqui me abrir para V. Exa. Eu vi, o que me pareceu a primeira vista, um mélange, uma mistura, um mix, de uma porção de temas, eu não entendia por que, porque muitos já fazem parte de projeto de senadores e deputados, eu vou me declarar com muita clareza: relação homoafetiva, no momento que essa matéria for votada aqui, eu vou votar à favor, por entender que é injusto e é irreal não reconhecer que esse é um fato da vida que nos cerca.

Do mesmo modo, a descriminalização do aborto, neste momento que estamos aqui, e há razões religiosas que eu respeito, e eu próprio sou hoje uma pessoa reconvertida, eu me reconverti à religião, enfim, sou católico, mas não sigo o meu arcebispo nisso. Nesse momento, estão morrendo pessoas por estarem fazendo aborto ilegal. Então, é irreal nós imaginarmos que basta proibir para não acontecer; está acontecendo neste momento.

Qual é a crítica que eu quero fazer a toda celeuma que estabeleceu, a meu ver, desnecessariamente, no momento que o Presidente Lula estava tão bem, com a popularidade tão alta? Qualquer sombra, e são seguidas as críticas que o presidente faz à imprensa; a imprensa devia noticiar, não criticar, isso cheira a um certo ranço de autoritarismo, então, qualquer eiva de lembrança, qualquer coisa que possa significar controle aos meios de comunicação, deve ser abjurado com clareza por todos nós.

Do mesmo modo direito de propriedade, dizer para quem quer que seja nesse país, que fez sua opção pelo capitalismo, que V. Exa. combatia e eu combatia, mas é o sistema que nos rege e temos que aperfeiçoá-lo, e ele que tem dado ao Brasil a competitividade de que ele desfruta hoje do ponto de vista de suas exportações, enfim. Dizer que a propriedade de alguém é invadida, e depois se tem que, ao invés de reintegração de posse, tem que negociar com quem que seja, me falou ainda uma querida amiga, sua assessora, a Dodora... Enfim, eu sempre... A Dodora Arantes, e me dizia que determinada polícia colocou militantes do MST em cima de um formigueiro. Eu não posso aceitar uma coisa dessas. E eu tenho horror à atividade que o MST exerce como agente atrapalhador da política econômica brasileira, mas, enfim, não aceito que se tenha que discutir com eles sobre uma propriedade que é minha, legalmente, comprada por mim legitimamente.

Enfim, e finalmente tem a questão militar. Para mim, isso foi, Ministro, me perdoe, mas uma pisada de bola muito grande. Eu estou falando com uma sinceridade brutal, até porque senti o seu sentido construtivo. A questão militar foi reativada, o General Leônidas, dizendo que o Presidente Fernando Henrique, e para citar o mais ilustre dos que ele chamou de "refugiados", não era perseguido político coisa alguma, era preso político. Eu nem vou lembrar essa coisa esdrúxula de se tratar com tanta benevolência violações em Cuba, e ao mesmo tempo, se tratar com tanta benevolência, como se fosse perseguido político, aquele que foi condenado como um criminoso por uma democracia, que é a italiana, o Sr. Batistti, enfim...

Mas, o General Leônidas sai de um certo ostracismo com a questão militar de volta, enfim, isso eu considerei muito ruim, pior ainda, o Presidente Lula recua, o que me pareceu uma coisa ruim até para V. Exa., não foi uma forma de prestigiá-lo. E pior ainda, eu me condoí, quando o Presidente Lula, em um gesto bastante infeliz, ele compara prisioneiro de consciência a bandidos. E eu considero que V. Exa. foi equivocado na forma de combater a ditadura, mas eu sempre respeitei V. Exa., e não tenho V. Exa. como bandido. Eu não tenho a Ministra Dilma como bandida. Ela não é bandida, não foi bandida; ela lutou de maneira errada contra o regime militar. Pela forma que ela queria, pela forma que V. Exa. queria, a ditadura não cairia nunca, ela só se fortaleceria. Pela forma que eu pretendia, pelo que o Partido Comunista Brasileiro pretendia, nós iríamos minando a ditadura aos poucos e chegamos ao cúmulo de ir colégio eleitoral. O PT não foi, não foi ao colégio eleitoral, expulsou quem foi, e agora a nossa Dilma vai lá e presta homenagens ao túmulo de Tancredo Neves, numa manifestação até de auto-critica, que eu não quero imaginar eleitoralismo.

Mas eu vejo, Ministro, que houve uma *caput diminutio* para esse episódio todo, porque o Presidente Lula, para tentar dirimir a questão, e à moda simples dele, ele diz assim: "Os conflitos políticos..." Na lei de anistia, para mim, estava claro que de um lado estava o torturador, e do outro lado o torturado, e era assim que se falava no perdão. Ele reduz tudo a conflitos políticos.

A mistura de temas é no fundo, no fundo, para se chegar a atingir esses três objetivos: objetivo de restaurar uma questão militar, que a gente tem que entender que, no Brasil, a ditadura não caiu; houve um acordo. No Chile, a ditadura caiu; no Uruguai, a ditadura caiu; na Argentina, a ditadura caiu; aqui a ditadura não caiu. As condições foram diversas e diferentes. Eu sempre digo que se eu tivesse que fazer um elogio ao Paulo Maluf, eu faria um na minha vida; foi o elogio de ele não ter desistido de competir com Tancredo, porque se ele tivesse desistido, talvez a transição democrática tivesse sido atrasada em dois ou três anos, e os militares dificilmente iriam engolir Tancredo Neves como candidato único, avassalando o que restava de

poder para o General Figueiredo, enfim, mas eu vi ali apoios e vi apoios; alguns apoios cooptados, enfim, e vi apoios legítimos. Respeito Dom Paulo Evaristo Arns, respeito Chico Buarque, respeito tanta gente que tem direito de pensar, e aqui eu estou para dizer que o que não for declaração de intenção, o que significar luta por direitos humanos, efetivamente, vai contar com o meu apoio, mais eu não gosto desse mix, e eu queria dizer que eu faço uma separação muito grande. E vou contar um episódio que talvez o sensibilize.

Eu não gosto desse mix, porque o mix, primeiro, atropela projetos que já estão em tramitação no Congresso, passa a impressão de que, no fundo, queria chegar àquilo. Isso tem que ser desmentido com clareza. E, por outro lado, eu entendo que tem uma diferença muito grande entre reabrir a questão militar, porque um general de brigada tinha 54 anos, mais ou menos; hoje ele teria que ter 94 anos depois. O suposto crime que ele cometeu, ou um certo crime que ele cometeu, que uma minoria fez, a maioria não fez, eu divido muito o Exército Brasileiro da época da ditadura e o Exército Alemão regular e a SS... O Exército Alemão foi obrigado a ir à guerra, e a SS era a que fiscalizava os oficiais regulares alemães.

Eu digo a V. Exa. que se alguém, e eu tenho vários amigos nessa condição, alguém quer os restos mortais do seu ente querido, que foi assassinado, deve ter o direito de buscar isso, mas tem que ser separado claramente de tentativa de punição. Eu vou lhe dar um exemplo, uma figura que eu considero uma figura execranda, execrável, e até risível, chamado General Ibiapina. Eu era Ministro de Estado, fui ao Clube Militar para a reunião de amazonenses, e o presidente da Associação de Amazonenses do Rio de Janeiro me apresentou ao General Ibiapina; o Ibiapina é o homem que puxou Gregório Bezerra pelas ruas, o homem que todos os dias dizia para o Arraes que ia matar o Seixas Dória; todos os dias dizia para o Seixas Dória que iria matar o Arraes. E aquilo era uma tortura psicológica brutal, e eu não aceito tortura de espécie alguma, e condeno violação de direitos humanos aqui, em Cuba, em Guantánamo, em qualquer lugar onde se manifeste, em delegacia, isso é muito importante. Tem gente sendo torturada em delegacia neste minuto. E me apresentaram a ele: "Esse aqui é o Ministro Arthur Virgílio, queria apresentar o senhor ao general, presidente do Clube Militar, que nos cedeu gentilmente o clube". Ele, Suplicy, colocou as mãos para trás, e não me cumprimentou.

Como eu fazia política estudantil no Rio de Janeiro, e ele era general lá em Recife, eu depois, saí, fui lá, sobrou comida para todos amazonenses, menos para mim, eu fui almoçar no restante, até porque eu tive que discursar, houve discurso para lá e para cá, e quando olhei, não tinha mais nada comível, enfim; fui almoçar num restaurante com três ou quatro amigos. Um deles trabalha no governo do PT, José Eudes, que foi expulso. É um grande amigo do Presidente Lula, mas foi expulso injustamente, e esse é um momento de auto-crítica que deve ser feito pelo Partido dos Trabalhadores; tem gente que, a meu ver, deveria ter sido expulsa e não foi, o Zé Eudes não devia ter sido expulso, e foi. E eu falei... Aí começamos, no restaurante onde sentamos, a perguntar: "Ele é louco?" Por que... "O que ele tem contra mim?" Eu não fiz perturbação, eu não queimei nenhum carro em Recife; eu queimei no Rio de Janeiro carro; eu não quebrei a vidraça da Embaixada Americana no Recife; eu quebrei no Rio de Janeiro. Quer dizer, "de onde vem essa raiva desse rapaz, esse senhor de oitenta e tantos anos de não falar comigo?" Eu cheguei à conclusão, e eu não sou médico, é horrível falar de um assunto que a gente não conhece, que ele estava tão esclerosado, que ele me confundiu com o meu pai, que era um dos líderes da oposição ao regime militar. Que ele não podia ter raiva de mim, não justificava. No período pós-84, quando minha atuação começou a ficar mais marcante do ponto de vista parlamentar, eu nunca fiz nada, nunca citei o nome desse homem. Citei, quando homenageei o Gregório Bezerra, enfim, ou seja, qual seria o sentido disso, punir o General Ibiapina? O General Ibiapina, de 94, até chegar o final do processo, ele teria 103; a essa altura, se perguntar o nome dele, no inquérito, ele não sabe.

Ou seja, não teria sentido nenhum a não ser o de nós recriarmos uma situação de crise militar que não interessa a ninguém, por quê? Porque os militares aceitaram, no Governo Fernando Henrique, a anistia a Lamarca e a Marighella, e o Presidente Fernando Henrique só não anistiou, Presidente Cristovam, conjuntamente, só não anistiou primeiro Marighella, que podia, eu disse isso a Carlinho Marighella, querido amigo meu, filho do Marighella, eu disse a ele: "O seu pai só não foi..." "Poxa, Arthur, que decepção". Eu disse a ele: "O seu pai só não foi anistiado agora porque o Presidente Fernando Henrique quer anistiar os dois juntos, se não anistiar juntos, não vai anistiar nunca o Lamarca, porque haverá resistência na área militar"; era a ordem que se estava fazendo da transposição das direções militares para as direções civis no Ministério da Defesa. E o Carlinhos Marighella aceitou isso, e enfim, e foi feita a anistia ao Marighella naquele governo.

Depois, eu não sei nem se foi justa a promoção a General, não sei, porque é como promover alguém a embaixador depois de ter saído... Poucos chegam a embaixador, poucos chegam a general, é um detalhe,

enfim, mas de qualquer maneira, os militares estão cumprindo rigorosamente com o seu dever constitucional. Eles aceitam tudo, eles viram as crises por que passou este governo, no episódio do mensalão, sem se manifestar, a não ser o pessoal da reserva, que se manifestará sempre. Eles viram o *impeachment* do Presidente Collor, e ficaram literalmente na sua posição constitucional. Quer dizer, nós só temos que enaltecer e exaltar o papel que os militares exercem do ponto de vista das suas obrigações constitucionais. Eu não entendo por que mexer nisso, quer dizer, não pense que eu passei incólume... Eu conheço o seu passado... Mas não é para mexer...

Em 64, a minha casa foi invadida... Alguém diz aqui: "A minha também". Enfim, e a minha mãe foi obrigada, comigo e meus irmãos, a cantar o Hino Nacional de costas para a parede para mostrar que nós não éramos comunistas, e àquela altura, eu já era comunista. E nós cantamos, meu irmão menor não queria. E outras casas foram feitas assim, quando vinha a frente ampla, Carlos Lacerda jurou ao meu pai que não foi ele que deu a ordem. Não importa, não importa.

Boré serviu à ditadura de Vargas, contra a quem não tenho nenhum rancor. Não tenho nenhum rancor das lembranças que me sobrevoam a mente, de Carlos Lacerda, nenhum. Não tenho nenhum rancor do General Ibiapina; para mim, é um episódio que foi superado pela instalação e pela consolidação da democracia brasileira. Então, a cassação de meu pai... Perdeu a felicidade dele aos 48 anos de idade; era líder de governo aos 41. O lado dele perdeu... Um dos maiores amigos que eu tenho hoje, e um amigo que as pessoas que ainda dividem em "ismos", da direita, é o Senador Jarbas Passarinho. Jarbas Passarinho, teve gente aqui que não foi à noite de autógrafos dele; eu fui. Ele cassou meu pai, ele assinou, após sua assinatura cassando meu pai. Mas Senador Passarinho era um grande homem. Ele acreditava piamente que era aquilo que era bom para o Brasil, e o Coronel Jarbas Passarinho, Senador da República, Ministro de Estado, tudo que ele foi na vida, o Jarbas merece o meu respeito. E para mim, a partir de 79, eu não só o anistiei, como passei, a partir daí, as portas estavam abertas para qualquer entendimento, ou seja, eu não cultivo a figura do rancor. O que me pareceu, no PDNH-3, é que vi ali a figura do rancor.

E quando V.Exa. fala, eu não vejo em V. Exa. a figura do rancor. Então, eu gostaria que esse rancor fosse abjurado, que nós não nos prendêssemos em desvãos, e para mim é um desvão tentar reabrir essa questão; isso é para pôr uma perda em cima. No Brasil não cabe *"Las Madres de la Plaza de Mayo"* porque não foi o mesmo processo; nós não tivemos aqui o nosso Galtieri; nós tivemos o nosso Figueiredo, que vinha naquele processo de abertura lenta e gradual, da qual nós aproveitávamos para crescer enquanto alguns radicalizavam. Me perdoa insistir, para mim, a opção de V. Exa. foi equivocada, V. Exa. não estava certo na forma de combater a ditadura, embora eu louve a sua coragem, e louve seu valor pessoal. Me desculpe, mas, para mim, a minha forma de combater à ditadura era a mais correta; a forma proposta pelo Partido Comunista Brasileiro era a mais correta, era a forma justa, forma que, junto com outras forças, com o PCdoB e com tantos outros partidos, nós, o PMDB, todos fomos para o PMDB... MDB primeiro; no PMDB, eu já não era do Partido Comunista. Era lá o caminho para nós enfrentarmos do jeito que as nesgas de espaços que a ditadura nos desse, nós permitisse, e nós enfrentamos.

Então, as minhas dificuldades com relação ao PNDH-3 estão, nessa questão, a liberdade de imprensa é intocável no Brasil, intocável. É um crime, qualquer frase dita por quem quer que seja, ainda que do Presidente e, sobretudo, do Presidente da República. O direito da propriedade é constitucional, é intocável, e nós temos que olhar com responsabilidade para os resultados da balança comercial brasileira, se quisermos nos referir ao MST e ao agronegócio.

E a questão militar, eu não vejo mesmo como reabri-la, eu não vejo mesmo por que reabri-la; os restos mortais de familiares de amigos meus que foram assassinados, eles devem ter o direito de ter o local onde possam velar as suas memórias. Mas é isso e ponto, é isso e ponto. Não cabe nada parecido com o que houve em outros Estados; não é justo com o Exército, não é justo com os atuais militares, os atuais dirigentes, que não têm nada a ver com esse caso, ou seja, eu ouvi de V. Exa. nobreza aqui, e lhe peço a nobreza de também perdoar, a nobreza de também esquecer, a nobreza de também se concentrar no que é hodierno, no que contemporâneo. Contemporâneo é nos vermos quais são as violações de direitos humanos que nós podemos coibir juntos, enquanto nação aqui, e V. Exa. fala em países... V. Exa. citou o nome do Presidente Fernando Henrique aqui várias vezes, e eu aqui gostaria de dizer que eu espero, no futuro, poder citar o nome de V. Exa. também.

Então, me espanque essas três dúvidas, e nós discutiremos o restante. E eu lhe peço desculpa pela emoção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Por uma inversão concedida pelo Senador Inácio Arruda, eu vou passar a palavra ao Senador Aloizio Merca-

dante, para depois de duas intervenções, passarmos a palavra ao Ministro Vannuchi. Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente Cristovam--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, pela ordem, só um minuto--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu estava inscrito para falar--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O senhor está em quinto lugar--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu não vou falar não, eu só queria dizer que, depois do discurso do Senador, do líder, Arthur Virgílio, eu abro mão de falar, porque é difícil a gente ouvir um relato tão sincero, tão emocionado e tão brilhante ao mesmo tempo. Eu acho que o recado, Ministro Vannuchi, está muito bem dado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem, Senador Tasso. Com a palavra, Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Cristovam Buarque, Presidente, Ministro Paulo Vannuchi, Ministro e amigo, eu queria dizer que nós começamos muito bem esse debate, com a apresentação consistente, reconhecendo historicamente as contribuições do governo anterior, do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, um homem que veio da luta democrática, de Paulo Sérgio Pinheiro, que é uma figura expoente na luta pelos direitos humanos, uma figura de estado, uma figura republicana, que transcende de partidos ou períodos, e que está sendo visto por esse governo, inclusive, como um alto comissariado da ONU para a questão dos direitos humanos.

Eu acho que essa intervenção com essa qualidade, e tratando de um tema tão sensível quanto é a Agenda Direitos Humanos, permitir que os excluídos, os discriminados, os perseguidos, os violentados possam se expressar, possam se constituir como sujeitos políticos na sociedade, possam encontrar, junto ao Estado Brasileiro, canais de diálogo e de manifestação, eu acho essa experiência riquíssima, e ela tem que continuar, ela tem que prevalecer.

Nós só seremos uma sociedade civilizada se formos capazes de discutir com maturidade, encontrar soluções para aquilo que são nossas diferenças religiosas, culturais, étnicas. E essa construção democrática, e quero parabenizá-lo por ter citado Bobbio, os direitos civis e políticos são direitos de liberdade; os direitos econômicos e sociais são direitos de igualdade, e esse é o caminho que esse país tem que apresentar.

Eu acho que hoje o Brasil, não só pela sua resposta econômica, por estar distribuindo renda, por ter preservado a estabilidade, o país deixou de ser um problema internacional, e passou a ser parte das soluções dos grandes problemas internacionais... Talvez a coisa que nos diferencie entre os BRICs é exatamente a democracia, o Estado de Direito Democrático, a separação de poderes, a alternância de poder. E esses valores precisam ser assegurados.

Quero dizer também que fiquei muito feliz de ver a intervenção sincera, profunda, do meu companheiro Arthur Virgílio, com quem tenho tantos embates e muitas afinidades. Eu acho que foi muito importante a intervenção dele, que pauta a qualidade ao debate, que eu acho que o Brasil deveria fazer.

Eu queria reconhecer, são mais de 500 proposições, e a ampla maioria absolutamente necessária, relevantes, contribuições que eu espero, porque nada disso terá vigência nesse país se o Congresso Nacional não abraçar algumas Agendas, e não impulsionar na forma de políticas públicas de avanço nas leis, então, a Conferência é uma provocação ao debate. Não é necessário concordar com o que está sendo proposto, mas é importante que seja discutido, e aquilo que seja relevante, seja incorporado.

O que eu queria dar destaque? Primeiro sobre o problema do controle dos meios de comunicação, uma pauta recorrente na democracia brasileira. Eu quero dizer qual é a minha posição, só há um caminho para o controle democrático e social dos meios de comunicação; é o leitor controlar o jornal; o ouvinte controlar o rádio, e o telespectador controlar a televisão. Não há outro caminho.

A liberdade de expressão é um valor, é um princípio essencial à democracia, e eu vi o Presidente Lula dizer exatamente o que eu acabei de dizer. E eu acho que essa tem que ser a política do Estado brasileiro, e tenho certeza que qualquer um que tentar violar esse princípio terá resposta exatamente daqueles que lutaram tanto para assegurar a liberdade de expressão num tempo de receita de bolo e do silêncio das rotativas.

Então, não importa se tem um jornalista que não reconhece nada do que o governo fez, ou se tem um veículo que se assume como oposição sistemática ao governo; é melhor que eles existam do que o silêncio do debate. Então, eu fico feliz que não haja a expressão “controle democrático social”, e o debate democrático acho que vai fazer com que o Brasil aprenda. Ainda mais com a Internet hoje, com as oportunidades de acesso à comunicação, de expressão; a interatividade, quer dizer, o cidadão não tem mais aquela relação passiva diante dos veículos, ele pode interagir,

ele pode se manifestar, ele pode, cada vez de forma mais ativa.

Segunda questão relevante: Imposto sobre grandes fortunas. Eu sinceramente acho que esse é um debate de política econômica e fiscal, por sinal, o que nós fizemos aqui. Já fizemos esse debate duas vezes. Não acho que é uma questão que devia estar no programa, isso é um debate de política econômica e fiscal. Há toda uma discussão se o imposto sobre grandes fortunas tem alguma eficácia do ponto de vista fiscal. A avaliação é que tem pouca. O que é que a experiência nesse tema, que merecia ser discutida, como política econômica e fiscal? A experiência, talvez, americana, de estímulo às fundações. Os grandes milionários americanos, Fundação Bill Gates, Guggenheim, Ford. Por que eles criam fundações? Porque a política fiscal estimula que se criem fundações; é uma política pública, não é de Estado os recursos; a família participa e controla, e você transforma em apoio ao meio ambiente, ciência e tecnologia, educação. Eu acho que esse é um debate que nós podemos fazer, mas não vejo por que isso está num plano de direitos humanos.

Da mesma forma que a questão de política agrária... O problema da violência no campo é um problema dos direitos humanos; o problema que o Ministro colocou, dos assassinatos, da violência, da tortura, venha de onde vier, em geral, contra os trabalhadores, mas não só contra os trabalhadores, nós temos outros casos de violência, inclusive por parte dos movimentos sociais, que eu acho que não podem prosperar no país, nós precisamos tratar a política agrária e agrícola como política agrária e agrícola; o país que é o segundo maior produtor e exportador de alimentos, precisa avançar a reforma agrária, precisa avançar os assentamentos, nós duplicamos recursos do PRONAFE, da agricultura familiar, fortalecer as cooperativas, mas precisa esclarecer o debate, que precisa ser feito com mais profundidade, aonde é a competência específica.

Não vejo... Eu acho que a justiça tem razão no sentido de respeitar o Estado Democrático de Direito, as leis, o papel do judiciário nos conflitos agrários; o que nós podemos fazer é debater leis, aprimorar leis no sentido de melhorar, agilizar processos decisórios na questão do conflito agrário.

Em relação a símbolos religiosos, eu, quando li as notícias, que se pretendia retirar os símbolos religiosos, eu quase pensei que estava se propondo retirar o Cristo Redentor do Rio de Janeiro, e São Paulo do nome do meu Estado, porque era uma agressão à consciência cidadã. Fiquei feliz que não é exatamente isso. O que se propõe são os símbolos ostensivos nos logradouros públicos, nos prédios públicos, da União--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E o meu Padim(F) Ciço(F).

[risos]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E retirar o Padim(F) Cícero do Ceará, já está sendo resgatado... Então, eu acho que isso, evidente que a cultura brasileira, mais de 90% da nossa população é cristã, evangélica ou católica, somos um país ecumênico, respeito a diversidade religiosa. Então, eu acho que isso não é uma questão... O Estado é laico, deve se preservar como laico, mas o respeito a esse amplo sentimento popular, que nos faz uma sociedade mais tolerante, mais pacífica, mais generosa, mais solidária, é uma coisa que nós devemos valorizar, e reconhecer que é o sentimento do povo, nossa história, nossa tradição, nossa cultura. E hoje o debate religioso no país é absolutamente democrático, a convivência com todos os credos, as tradições afro, e todas as outras tradições religiosas são respeitadas e estão muito presentes no país. Então, eu acho também um tema bastante sensível.

Em relação à questão do aborto, eu acho que é um tema de saúde pública extremamente importante; não é possível que 250 mil mulheres continuem expostas, nas condições que estão, à prática de aborto sem a menor segurança, do ponto de vista de saúde pública... Respeitando a convicção religiosa e de fé dos que são contra e professam uma posição contrária e absolutamente legítima que assim seja e que tenham essa coerência nas suas vidas. Mas a questão do acesso à saúde pública, nessas situações-limite, eu acho que é uma coisa muito importante.

Para concluir, em relação à questão das Forças Armadas, eu acho que o Brasil fez uma opção histórica muito importante para a construção da democracia, que foi a anistia ampla, geral e irrestrita. Assim como hoje eu vi o Senador Arthur Virgílio confessar a sua juventude comunista, eu quero também dizer que, em 1977, eu fui pra coordenação da campanha do então candidato a Senador na sub-legenda do MDB, Fernando Henrique Cardoso, por sinal, fui com Dom Paulo Evaristo Arns, e com o Presidente Lula, para aquela plataforma democrática, sabendo que nós perderíamos as eleições; eu era da boca de urna do comitê do então candidato ao Senado, Fernando Henrique Cardoso, junto com Plínio de Arruda Sampaio e Almir Afonso, porque considerava que a plataforma democrática, inclusive nessa questão da anistia, era mais corajosa, mais ousada, e não aceitava a ideia de uma anistia restrita, que era o debate que se fazia naquele final dos anos 70. E aquele movimento por uma anistia ampla, geral e irrestrita foi fundamental para nós avançarmos na construção democrática do país.

No entanto, eu acho, a sensibilidade do Senador Arthur Virgílio, vivendo os momentos do autoritarismo, da repressão na sua família, nós temos aí, eu acho que são 153 famílias que não sabem o que aconteceu com os seus entes queridos. Eu li o artigo do Marcelo Rubens Paiva... Eu sou amigo da família há uns 37 anos. Eu, então, vi a D. Eunice, a Veroca, durante anos, sem ter... Vai fazer uma matrícula na escola, "qual é o nome do pai?" "Cadê o documento do pai?" Não tem assinatura, não tem atestado de óbito, não tem a presença do pai. Em toda vida, jurídica, pessoal, familiar, para não dizer as versões e versões a que a família já foi exposta sobre o que aconteceu com um homem público exemplar, que era Rubens Paiva. A família não sabe o que aconteceu, e mais, a Comissão de Anistia ainda não resolveu o problema da família; nós estamos falando de 37 anos que eu acompanho essa família, como muitas outras.

Então, o direito a saber o que aconteceu é um direito fundamental, essas famílias... Nós não vamos consolidar a democracia no Brasil, sem saber o que aconteceu com esses familiares, isso é uma coisa... O governo anterior começou, esse governo tem feito esforço... Nós estamos agora discutindo uma lei de acesso às informações. Eu, particularmente, acho que nenhum documento com mais de 25 anos deve ter segredo de Estado; nós devemos avançar na questão da transparência na sociedade moderna. Estamos discutindo para aprovar uma lei de acesso às informações. Então, as informações têm que ser públicas, os agentes públicos têm que saber que as decisões que ele tomar, no futuro, serão de conhecimento da sociedade. E a transparência é o melhor desinfetante na administração pública, é o sol. É isso que desinfeta a administração pública, seja do ponto de vista da corrupção, dos desmandos, dos desvios de conduta; isso é uma grande virtude da sociedade democrática, a transparência.

Então, eu acho que sou favorável, sem revanchismo, não é isso que se trata, mesmo porque a lei de anistia prevalece sobre qualquer outra ação que pode se fazer, mas essas famílias têm o direito a saber o que aconteceu, para que elas possam viver em paz, porque não enterrar um filho, não enterrar um marido, não enterrar uma mulher, e não saber simplesmente o que se passou, isso é uma pauta dos direitos humanos desse país, e é uma pauta relevante na construção da cidadania e da democracia.

Por isso eu acho que nós estamos avançando no sentido de maturidade desse debate; quero parabenizar o Ministro pelas inflexões, pela reflexão e pela disposição de rever aquilo que agride, que não constrói, que não avança, e centrar naquilo que é absolutamente indispensável e fundamental para que a gente possa progressivamente construir um Brasil mais solidário e mais generoso; nós estamos muito longe de resolver a agenda dos direitos humanos no país, apesar de tantos avanços, tivemos no governo anterior, e estamos tendo nesse governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou seguir o ritmo de passar a palavra ao Ministro, e, depois, a gente retoma com o Senador Suplicy. Ministro Vannuchi com a palavra.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Eu agradeço muitíssimo as duas intervenções, a do Senador Arthur Virgílio, com esse componente, que é sempre muito pungente, de emoção, que teve, que o levou às lágrimas, e também eu senti o mesmo impacto nesse momento, me lembrando, inclusive, senador, de uma audiência aqui no Senado, em que eu não lembro se o tema era criança e adolescente, ou se era uma homenagem a Chico Mendes, em que V. Exa. fez uma comunicação sobre o naufrágio no Amazonas, e a morte de um prefeito, seu amigo, não é? E, em seguida, eu, na minha fala, relacionei com o tema da busca dos corpos dos desaparecidos políticos que o Senador Mercadante também acaba de abordar.

Quero expressar aqui algumas opiniões, e dialogar um pouco em torno das principais questões--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ministro, busca, que eu endosso; sou contra a reabertura da questão, mas endosso, eu tentei ser claro--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Estamos juntos nisso. Senador, sobre a rápida referência também, sempre respeitosa e elogiosa à minha história, da minha juventude, quando, com 20 anos, eu fui para o DOI-CODI, e passei por aquilo que todos passaram e fiquei cinco anos preso; eu era um militante da LN... Uma cisão do PCB em torno exatamente da questão da resistência armada.

Sobre a resistência armada, eu só quero expor um pouco, para a compreensão de quem é o titular do cargo hoje de direitos humanos, que eu estou muito aberto, ainda, como militante, como cientista político, para toda a discussão de se aquela luta armada foi um erro ou não foi. Eu conheço os argumentos de que "olha, esse caminho não ajudou"; eu também gosto de argumentar que, talvez, a derrota da ditadura tenha sido resultado de uma convergência de múltiplas ações, inclusive, em que David Capistrano Filho, que era meu companheiro, no PT, filho de um desaparecido político que homenageamos em Pernambuco, no ano passado, na Assembléia Legislativa; David Capistrano Pai foi um herói da resistência francesa, um herói da Guerra Civil Espanhola; voltou ao Brasil no dia da posse do Presidente Geisel, desaparecido; há relatos

de um agente do DOI-CODI de que ele teria sido esquartejado na casa da morte, em Petrópolis.

O David Capistrano eu conheci em 70, na Faculdade de Medicina da USP, aonde eu estudava, e ele... Eu não terminei Medicina, ele era do Rio, e ele era um militante do Partido Comunista, e nós ali tivemos embates de duas concepções distintas, para depois estarmos juntos nessas reciclagens que a vida política produz. Tivemos militâncias próximas. Eu tenho a impressão de que a luta armada, de qualquer modo, ela, do ponto de vista dos direitos humanos, ela, provavelmente, ela tem apoio num argumento que não é o argumento de se foi correto ou não, mas o tema da legitimidade, porque a Declaração Universal, no seu preâmbulo, começa dizendo que aqueles 30 artigos servirão para que os povos não sejam mais impelidos a exercer um direito de rebelião contra a tirania e a opressão.

E o direito de rebelião contra a tirania e a opressão, ele é um tema milenar do Direito, um tema bíblico, ele é tomista, ele é lockeano, e ele estava lembrado na Declaração, no seu preâmbulo. Então, a discussão sobre se foi correta, se não foi, eu, pessoalmente, agora, como titular dos direitos humanos, evidentemente, os direitos humanos se orientam para a paz, para a não violência.

Agora, pairarão sempre dúvidas se contra o ocupante nazista estava configurado ou não o direito de rebelião, e haverá um amplo acordo entre nós de que sim, a resistência tinha o direito de se organizar e atacar o ocupante nazista.

E, no caso brasileiro, haverá divergências muito profundas sobre isso. eu não sou uma pessoa que quando fala daquele período fala que acertamos em tudo. Eu tenho orgulho de ter participado de uma juventude que ajuda a construir o Brasil que temos hoje, mostrando que, "olha, as tiranias não podem se implantar e achar que elas existirão sem reação. Haverá reação, é fundamental que haja reação". Se foi correto ou não, é um tema que eu não tenho hoje em aberto, e certamente entendo que a resistência cometeu muitos erros.

O mix de muitos temas, que, certamente, é um problema importante, ele é um problema importante, ele é um problema, eu diria, um problema tema, não seria rigorosamente um problema erro, na medida em que pode haver um ou outro tema que não devia entrar, como alguns não entraram e tinham sido aprovados na Conferência. E foram os temas em que eu tive a capacidade de perceber que: "Olha, isso aqui tem alto risco de gerar um ruído, uma controvérsia, em que as pessoas vão desaparecer". Havia proposta sobre a questão dos juros.

Sobre as grandes fortunas, acolhendo a recomendação do Senador Mercadante, eu só quero ponderar que ela é um preceito constitucional, então, enquanto estiver na Constituição, a democracia, como manifestação de múltiplas vozes, ela deixa o caminho aberto para, em cada conferência, cada mobilização, apresentar de novo, ao poder constituinte soberano para decidir o que é lei e o que não é, e agora V. Exa. me informou, inclusive, que acaba de ser recusado, ou por votação aqui na--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Na discussão da reforma tributária.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Tributária. Bom, então, a questão dos direitos humanos é um problema sim, é um problema-tema porque os direitos humanos não nascem de uma vez só, nem de uma vez por todas, há um processo em que os ambientais não estão referidos na Declaração de 48, nenhuma referência a meio ambiente. E, hoje, a plataforma DHESC, já é plataforma DHESCA, direitos econômicos, sociais e culturais, e agregaram um A... O comitê da ONU, que nos sabatinou duramente, em 2009, lá em Genebra, dois dias respondendo dos direitos econômicos e sociais, incorporou os temas ambientais amplamente, sem que, no Tratado de 66, haja a incorporação do tema ambiental.

Então, nesse sentido, a incorporação desses temas envolve, em qualquer conferência de militantes dos direitos humanos, há sempre a tendência de falar: "Olha, a política monetária, a taxa de juros teria algo a ver com direitos humanos porque, dependendo--

[risos]

Meu presidente aqui está dizendo tudo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

[risos]

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: É claro que nós vamos tentar exercer esse papel que foi uma tentativa muito elevada, eu repito, que a conferência não é uma conferência chapa branca, o governo ali leva chumbo, e leva chumbo grosso, falando de uma amiga comum nossa, Marijane, companheira de Luiz Travassos, nosso Presidente da UNI, a quem lembro e homenageio aqui. Havia uma Mesa sobre o tema do desenvolvimento, um dos eixos; eu fui presidir para ser poder moderador, e estava convidada a Ministra Dilma que não pôde ir, enviou uma assessora, e pela sociedade civil, foi indicada a professora Marijane Lisboa. E eu, no momento em que eu tentei fazer uma intervenção apaziguadora, demonstrando: "Olha, o governo não é como sociedade civil, aqui tem limitações constitucionais, legais, orçamentárias, vamos ver o que dá para compor, tal". Eu tentei uma figura de

retórica, que me deu muito errado, eu fui e falei assim: "Por exemplo, se a conferência aprovar aqui suspensão imediata de todas as obras do PAC, e ia continuar..." Ela puxou palma, e todo mundo bateu palma, expressando naquele grupo, que tinha 300 pessoas, apoio a uma ideia que eu ia construir como insensata.

Mas, assim, a assembléia é um momento em que o governo faz um crivo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Como é que é?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Estava toda militância do PSDB na conferência; tudo que eles querem é que pare para fazer discurso.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Não é o caso dela, não é?

[risos]

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: --Ela tinha sido uma alta assessora.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, a gente não pode parar o que não existe.

[risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Na realidade, Ministro, eram os prefeitos que esperavam as obras do PAC, e elas não chegavam, era frustração dos prefeitos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O povo já sente as obras do PAC, mas vai a partir de agora, deste mês, que vai aparecer em todo estado o que está sendo feito, aí a gente volta a esse debate.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Tasso violou os direitos humanos aqui.

[risos]

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Muito obrigado, então, o mix de muitos temas é um problema, agora, o artigo do Paulo Sérgio Pinheiro, da revista, eu peço gentileza de lerem, muitos serão amigos pessoais dele, ele tenta construir a explicação dessa amplitude, que é um problema tema, e que nós temos que voltar às entidades da sociedade civil para dizer: "Olha, veja que a reação ao PNDH-3 foi assim, assim, e assado, e é preciso fazer uma espécie de cheque balance, ponderações recíprocas, buscando composições para consensos mais amplos em torno de direitos humanos. Pode haver alta polarização em todos os demais temas, mas, nos direitos humanos, é fundamental construir consensos amplos".

Sobre a questão, Senador Arthur Virgílio, das opiniões formuladas sobre a questão da união civil estável, a questão do aborto, eu quero dizer que o aborto foi o tema que imediatamente me dei conta de que tinha um problema, e anunciei, e vamos alterar, mas eu quero lembrar também, e tenho aqui nas mãos, se interessar, eu posso ler, manifestações duras, posteriores, por exemplo, das católicas pelo direito de decidir, que já realizaram audiência... Senador, como vai? ...Dizendo para o governo não recuar disso porque o tema é um tema de saúde pública etc. e tal.

Há formulações que eu tenho aqui, das duas grandes conferências mundiais da ONU sobre a questão da mulher, que foram sucessivamente a Viena, Viena 93, o Cairo, em 94, e Beijing, em 95. E nessas duas, as formulações, elas evitam a palavra aborto, mas, a formulação é assegurar à mulher o direito de controlar todos os aspectos relacionados à sua fertilidade, à sua saúde sexual e reprodutiva.

Eu acabo de receber na PUC de São Paulo, das mãos da Silvia Pimentel, que é a vice-presidente do Comitê da Mulher na ONU, uma conhecida jurista brasileira, de São Paulo, uma recomendação no sentido de que, se nós vamos alterar, que essa alteração, ela busque um consenso maior, mas que não ignore as demandas democráticas sobre o tema saúde pública 250 mil. Durante a 11ª Conferência Nacional houve, na hora do almoço, uma manifestação, aquelas coisas de fazer uma manifestação dentro da conferência, em que as mulheres, de lilás, entraram, a Ministra Nilcéia junto, sobre denúncias sobre situações, envolvia uma delas Mato Grosso do Sul, episódio em que mulheres que tinham realizado abortos ilegais... Elas, na unidade de saúde onde eram internadas para combater a infecção, o risco de morte iminente, havia a recomendação oficial, então, ela era imediatamente amarrada na cama, enquanto a autoridade policial vinha para começar... Que Luiz Alberto, nesse artigo da revista, Luiz Alberto Gómes de Sousa, ele argumenta, aí como teólogo, no sentido inclusive de se também não cabe ver a questão dessa mulher que realiza um aborto, que a Igreja Católica, outras religiões condenam, também com o enfoque da chamada compaixão, e a ONU é muito expressa, no seu comitê, no sentido de rever legislações punitivas.

E, no Brasil, já há um dissenso, a igreja... Não sei as demais, a Católica não aceita abortos que a lei brasileira permite. A lei brasileira permite aborto no caso de estupro, no caso de risco de vida à mãe, e está em debate no Supremo, anencefalia. E aí também não é o mesmo tema, porque envolve questões muito profundas sobre a vida, sobre a religiosidade, e tem que ser tratado com enorme respeito, cautela, mas as católicas, pelo direito de decidir, apresentam algumas formulações teológicas como Agostinho, Século 3º, dizendo

que a vida, a alma, só se constituem no quadragésimo dia, de que não há alma no ovo recém-fecundado... Um debate teológico, que não está encerrado, e na laicidade do Estado, vai ser lei, não vai ser lei aquilo que não seja definido pelas razões religiosas.

Eu lembro também o tema do divórcio, que tem mais de 30 anos, e todos aqui se lembrarão do saudoso Nelson Carneiro, e aí me permitam o clima de descontração, com a pequena lembrança que envolve também símbolos religiosos, daqui a pouco... Deputado Genuíno, na correria final da constituinte, estava recolhendo assinaturas para tirar do preâmbulo da Constituição o "sob a proteção de Deus", que está lá. E eu entendo que aquele Deus é também Alá, ele é Jeová, ele é eventualmente Xangô, não há um Deus único ali; é uma ideia de religiosidade que está presente. E o Genuíno foi recolher assinaturas para retirar porque o Estado era laico. E Nelson Carneiro respondeu: "Meu filho, eu gosto muito do projeto, continue colhendo, mas eu não vou assinar porque, na idade que eu estou, não convém criar problema com Deus nessa hora".

[risos]

Então, nesse sentido, a questão dos nomes, nos estabelecimentos da União, ninguém estava invadindo competências do Legislativo, nem do Judiciário, evidentemente, nós vamos alterar também porque é preciso deixar claro que não é para tirar o Cristo Redentor de cima do Corcovado, não é para mudar o nome da cidade de São Paulo, nem do meu time, que, aliás, ontem foi classificado para as finais do Paulista... A ideia que estava presente ali, que foi aprovada, e que--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Você esqueceu de dizer que, em primeiro lugar, foi o Santos; por sinal, devemos fazer um projeto de Lei Rouanet, porque é só arte aquele time.

[risos]

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Quem sabe o São Paulo não consiga parar aquela máquina de fazer gol do Santos. E a questão dos símbolos religiosos foi votada e aprovada, certamente, com a preocupação de casos concretos... Eu vou citar um deles... Eu vou citar um deles: Em Florianópolis, no ano passado, houve quatro sucessivas depredações de terreiros de umbanda. Indicam as vítimas que teriam relação com uma determinada igreja, que é aquela daquele local, que é aquela igreja nacional, que um pastor faria pregações, relacionando com questão do demônio, e que pode ser que os seus fiéis tenham, motivados por essa pregação, feito a depredação. E os terreiros recorrem ao Judiciário, e o Judiciário terá um crucifixo como símbolo de uma pendência que levou a ONU a criar o Crescente Vermelho, para não operar a Cruz Vermelha nos países islâmicos.

Evidentemente, a redação não está boa "para impedir", não é impedir, então, tem de ser corrigida para uma formulação que, "tendo em vista o caráter laico do Estado, firmado no artigo tal da Constituição, promover a discussão ou o debate nas autoridades competentes, sobre a conveniência ou não", há teólogos que defendem que não haja, até com o argumento de que Jesus não deve ficar coonestando determinados procedimentos que, às vezes, são celebrados em determinadas periferias das instituições públicas etc. e tal.

A questão da imprensa, eu reafirmo as formulações, e faço minha a do Senador Mercadante, lembro mais uma frase do Presidente Lula, dizendo: "Eu sou fruto da liberdade de imprensa". E, dialogando com o Senador Arthur Virgílio, pelo nosso passado de militantes, lá pelos idos de 68, da esquerda, e nos consideramos pessoas de esquerda ainda hoje, por diferentes conotações, provavelmente a de Norberto Bobbio, "será de esquerda quem luta pela igualdade". E eu digo que troquemos a imprensa que nós temos no Brasil, hoje, por uma que tenha um jornal só, uma televisão só, uma rádio só, ou vários, estatais, e os problemas que nós temos aqui estarão multiplicados por 10.

Agora, a militância em direitos humanos insiste e continuará insistindo na necessidade de um diálogo com o Poder Legislativo, com o Judiciário, e principalmente, diretamente o diálogo com os organismos da mídia, qualificados pelas suas entidades empresariais e sindicais de trabalhadores. O artigo do professor Benício Lima, da UnB, que está na revista, ele resume essa discussão como na participação no programa Observatório da Imprensa, do Alberto Dines. Tive a oportunidade de dialogar com Aloizio Maranhão, importante jornalista do Globo, e nós terminamos o programa comemorando uma discussão de acordo, e ele próprio dizia, como aqui foi lembrado, que a reação ao PNDH-3, na questão de censura à imprensa, ela não se explica com uma leitura estrita do que o programa propõe; ela ecoa o que teria sido... O Governo do Presidente Lula recusa essa visão, mas entende que houve uma grande reação da primeira proposta do Conselho Federal de Jornalismo, da ANSINAVE, os procedimentos preparatórios da primeira Conferência Nacional de Comunicação, que começou com a participação das empresas todas, e terminou com a participação de algumas, como a Bandeirantes, e que o presidente saúda no sentido de que ali ninguém arrancou pedaço de ninguém, um passou a conhecer melhor o ponto de vista do outro, e fortaleceu-se o entendimento de não introduzir qualquer ideia de controle social. Palavra controle social não está presente e as alterações que podem ser introduzidas são no sentido

de "reafirmando a importância, a indispensabilidade da mais ampla, total e completa liberdade de imprensa, construir mecanismos de acompanhamento", algo a ver com a classificação indicativa, com o CONAR, com analogias.

Há programas homofóbicos, há programas racistas. Um programa homofóbico de São Paulo, na televisão, foi interrompido no ar, por ação do Ministério Público. Então, não é preciso criar nenhuma comissão do governo, não se propõe, o Ministério Público já existe para isso, e podemos propor, se conseguirmos superar as controvérsias, que a ABERT, a Confederação Nacional dos Jornais, e a Confederação Nacional das Revistas, com o Ministério das Comunicações, com os Direitos Humanos, organizem um observatório, que acompanhe, sem nenhum ranço de censura à imprensa.

Sobre o direito de propriedade, eu já antecipei que nós vamos alterar essa redação, tive uma primeira conversa com o Ministro Cassel, e o Desembargador Gercino, que é o ouvidor agrário nacional, ele é a pessoa-chave na elucidação do caso Hildebrando Pascoal, ele anda até hoje com forte proteção policial. Ele esteve junto com o Presidente Gilmar Mendes em Marabá, em iniciativas para ampliar os mecanismos da solução pacífica de conflitos agrários e urbanos.

O Ministro Jobim, ontem, na Câmara, fez longa exposição, pedindo que a Câmara, e aqui o Senado, trabalhem esse tema porque é um direito em mudança; a base normativa existente está assentada numa ideia da ocupação individual e se trata agora de um cenário de movimentos sociais que direitos humanos insistem e insistirão sempre, e atendem a recomendações de organismos da ONU e da OEA, que é o tema da não criminalização. Poderá haver crimes e, havendo crimes, todos somos subordinados à lei; o Poder Judiciário, as autoridades públicas cuidarão disso. Não pode haver interpretação, no enfoque dos direitos humanos, de que toda ocupação de terra é ato de criminosos. Haverá ocupações de terra que demandam situações de fome, de pobreza, de miséria, e nenhum questionamento ao tema direito de propriedade, que está lá na Constituição claramente e colado solidamente pelo constituinte, inciso seguinte, que é o tema da função social.

O que nós queremos é que não haja mais Eldorado de Carajás, Corumbiara, Felisburgo... Não haja São Gabriel, que teve agora, seis meses atrás, um sem-terra, Elton Brum, que não haja, 31 de março, oito dias atrás, Pedro Alcântara, um dos principais dirigentes dos trabalhadores rurais do Pará, da Federação. Então, nisso nós temos que nos unir, Poder Judiciário, Executivo, e Legislativo, e a formulação, ela vai retirar história de ouvir os participantes, o que é importante, e está no programa anterior, é ouvir o Ministério Público, que já é um mecanismo para isso, eventualmente, ouvir os institutos de terras estaduais, que estão diretamente relacionados, o próprio INCRA, sempre no sentido de defender a vida. Não é defender esbulho possessório, não é defender a violação do direito de propriedade. É, caracterizado o conflito, que em direitos humanos não pode ser visto como ação de criminosos, podem ocorrer crimes, mas, muitas vezes, a ocupação... E o Brasil tem uma longa história, a Pastoral da Terra produz, anualmente, um relatório sobre mortes de trabalhadores rurais, e eles são dezenas; felizmente, no Governo Lula, se reduziram em até 80%. É possível, pelo menos vale a pena tentar, a redução disso ao mais próximo de zero, que seja possível.

Sobre a questão militar, que nos trouxe esse momento forte de emoção, senador, eu quero dizer, e agora pela primeira vez numa audiência pública, eu fui entrevistado pelo jornal de mais alta circulação no Brasil, que é a Folha Universal, dois milhões quinhentos e setenta e um mil exemplares... "Perdão aos militares". Eu estou dizendo aqui, com todas as letras, que a ideia do perdão é uma ideia positiva. Na nossa formação cristã, dar a face para o inimigo... "Dê a outra face". "Amai vossos inimigos". O filme *Invictus,* que está passando agora com a história do Mandela, o Senador Jobim lembrou ontem no seu depoimento, ela é positiva, e a ideia de reconciliação é indispensável num titular de direitos humanos, e eu às vezes divirjo, e divergi lá, ao lado do Paulo Sérgio Pinheiro, na USP, num recente seminário, em que pessoas vítimas de tortura e de desaparecimento dos seus queridos, não aceitam a ideia de reconciliação... Reconciliação não.

E eu dizia, como é possível nos opormos à ideia de reconciliação? O mundo é um mundo de guerras e o mundo de Direitos Humanos é o mundo da paz. E a transição da guerra para a paz só pode ser feita pela reconciliação. O Oriente Médio vai continuar, judeus e palestinos, árabes a se matar por mais décadas e séculos? Não, é preciso haver uma consertação mundial, para, juntos, buscarmos a paz.

O que nós entendemos, senador, é que, em primeiríssimo lugar, respeitada a lei de anistia, eu só friso aqui na observação do Ministro do... Talvez, Ministro, do Senador Mercadante, a ideia de que a anistia de 79 não foi ampla, geral e irrestrita; V. Exa. se lembram de que houve dois projetos, por uma pequena margem de voto, a anistia ampla, geral e irrestrita, defendida pelo MDB, pela OAB, pela CNBB, pelos movimentos de anistia, foi derrotada, e foi aprovada uma restrita, o Perly Cipriano, que está aqui, demorou meses para

sair da cadeia, ficou dez anos preso, Perly e o último preso político foi solto 14 meses depois. O Superior Tribunal Militar interpretou que havia um problema de isonomia, chamou os advogados e pediu para que todos entrassem com um recurso para não manter mais ninguém preso, e a anistia só é ampla, geral e irrestrita no ato convocatório da constituinte do Presidente Sarney, e, claro, em 88, lá no ato das disposições constitucionais transitórias.

Há uma controvérsia jurídica que esse programa cuidou de manter ao largo, e o próprio programa, e o decreto presidencial, que criou o grupo de trabalho, que na semana que vem pode concluir a elaboração de um anteprojeto que será apresentado aqui para livre e constitucional decisão do poder republicano, que tem competência para decidir se será ou se não será, e como será.

Nós deixamos ao largo, inclusive, enfrentando críticas das representações da sociedade civil, que naquele momento, me tratavam como pelego, traidor etc. e tal. Então, ela vai se chamar Comissão da Verdade; queriam que chamasse Comissão da Verdade e da Justiça; eu dizia: "Justiça é Poder Judiciário". E imediatamente no primeiro exame que a Casa Civil faz da constitucionalidade, ela diz: "Isso aqui não é tema de decreto presidencial, isso tem que ser projeto de lei". O exame que a Casa Civil faz é estritamente esse. E o planejamento, dos impactos orçamentários. Tem dinheiro, tem, tem ação programática, não têm. Legalidade, constitucionalidade e viabilidade orçamentária.

Os programas, classicamente, eles não têm nenhuma força cogente; analisando os dois de Fernando Henrique, chegamos a uma avaliação de que eles foram concretizados aproximadamente, chutado, em 50%. E este aqui, provavelmente terá a conscientização num certo percentual, o empenho dos direitos humanos para ser o mais possível. Há uma enorme parcela que depende de leis, e as propostas de lei não devem ser interpretadas como invasão, desrespeito à soberania constitucional do Legislativo, pelo contrário, há um elemento muito positivo nisso, porque há movimentos sociais, em muitos países, que não gostam do desaguadouro constitucional. Não acreditam nele, que acham que o Legislativo... A história do Brasil mesmo, mesmo uma figura querida de pessoas queridas como eu, do Presidente Cristovam Buarque, como Leonel Brizola, ele tem uma estréia na vida política com o lema "Reforma agrária, na lei ou na marra", que hoje ninguém repete, porque há uma compreensão democrática da necessidade do caminho institucional.

Então, é muito bom que os movimentos populares e sociais, setores vulneráveis como quilombolas, ribeirinhos, ciganos, LGBT, os temas da igualdade racial, numa conferência, formem projetos de lei para que senadores, deputados, decidam se vão transformar em lei ou não. Isso é bom para a democracia, não é ruim, não ameaça, completa, qualifica mais.

A questão de como lidar com esse passado, senador, estamos todos de acordo em "para frente é que se anda". Não retrovisor. Agora, nós sustentamos que nós estamos discutindo o presente e o futuro. Há discussões, há enfoques, há recomendações da ONU... Terminar o processo de reconhecimento de Estado e da OEA também, não apenas como o reconhecimento que o Presidente Fernando Henrique já promoveu, com as indenizações que as leis de Fernando Henrique já introduziram, o governo Lula continuou e complementou, mas também com políticas públicas que evitem a repetição. É do futuro, é a construção do Brasil dos nossos filhos e netos.

E nisso, a Presidente Michelle Bachelet, com sua autoridade também de médica, tem uma metáfora muito grande: "Só as feridas lavadas cicatrizam. Nós queremos virar a página, mas é como se virássemos e ela volta. Enquanto o Estado brasileiro não conseguir, ou os corpos, se não houver mais corpos, a narrativa. Como terminou Rubens Paiva, que provavelmente V. Exas. conheceram pessoalmente, ou Honestino Guimarães, ou Rui Frazão, ou Paulo Wright, Stuart Angel Jones, tantos, ou a narrativa, "não há mais corpos porque o corpo foi lançado de helicóptero sobre a Baía de Guanabara", é uma das versões.

A narrativa, em certa medida, é uma recomendação, que é o reconhecimento de que aconteceu, queremos nos orgulhar plenamente das Forças Armadas Brasileiras que temos hoje, e já disse no título, não se trata de pensar em enfiar o velhinho, o Ibiapina, que o Antônio Calado lembra como forma de Itirapina. Ele está presente com o nome trocado, o torturador, aquele que arrastou Gregório Bezerra pelas ruas de Casa Forte, não é isso? Atrás de um jipe... Ele... A ideia não é necessariamente da punição, primeiro porque o tema é do Judiciário; o Ministro Eros Grau, eu vi hoje, o meu assessor me comunicou que o consultor jurídico informa que o Ministro Eros Grau finalmente pediu pauta para o seu voto naquela ADPF, arguição de descumprimento de preceito fundamental da OAB.

Então, está há dois anos tramitando, então, haverá uma decisão do Supremo, e o que o Supremo decidir, todos acataremos. A conexão ali é questionada porque se fala... O entendimento técnico de que o torturador está envolvido, na anistia, está ligado à palavra conexão, que, evidentemente, foi um dispositivo organizado no debate parlamentar, de um momento que não é de-

mocrático; 79 não é o debate democrático. Eu lembro que Alencar Furtado tinha sido cassado dois anos antes. O líder do... O Covas tinha sido cassado em início de 69, por ter liderado a resistência do parlamento à tentativa de processar Márcio Moreira Alves; Alencar Furtado é cassado por decisão pessoal de Geisel, na manhã seguinte ao programa radiofônico do horário eleitoral em que ele repete--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pior, foi televisivo... Sobretudo porque foi um programa televisivo. Falaram o Ulysses, Alencar, Alceu Collares e Franco Montoro.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Excelente memória. Ele cita um artigo brilhante de Alceu Amoroso Lima, Tristão Ataíde, naqueles dias: "Até quando o Brasil terá viúvas que não sabem se são viúvas, órfãos que não sabem se são órfãos, viúvas do talvez e do quem sabe, órfão do quem sabe e do talvez", foi cassado por isso. Então, não havia democracia, havia um MDB heróico, importantíssimo nesse processo todo, que, no contexto que foi feito, a conexão, na jurisprudência brasileira e mundial, e na doutrina brasileira e mundial, a conexão nunca é interação entre partes opostas do conflito. Alguém furta um automóvel para promover um assalto, isso é conexão. Alguém falsifica um documento para promover um desfalque, agora, é conexão. Agora, a conexão entre o torturador e o torturado? Então, a ONU e a OEA, e principalmente a OEA vai fazer uma sentença condenando o Brasil, isso, no governo, todos sabemos. Ela vai fazer porque já fez no caso do Chile, já fez no caso do Peri... E claro que a sentença contra o Brasil, ela não tem também força cogente, o Brasil não vai ser preso.

Agora, é um desgaste brutal, é uma consolidação histórica, em que se pudermos evitar isso... Com o livro "Direito à memória e à verdade", em 2007, "Com os seus demais", que é esse livro que todos conhecem, "Com os seus três filhos", um primeiro sobre o afrodescendente, que morreu na luta contra a ditadura, são 40, entre Marighella e Osvaldão e vários outros. Em dezembro passado, a criança, a criança torturada... Bebês. E agora, em março, em março, a mulher. As 45 mulheres que morreram... V. Exas. podem ter conhecido algumas, e 26 sobreviventes que estão aqui com o nome, que estará assinado Maria Luíza Bierrenbach, irmã do Ministro que agora se aposenta, filha de um almirante, torturada por ser advogada de preso político... Diléia Frate, que durante 20 anos, dirigiu o programa Jô Soares, era companheira do Marcun, no momento da prisão, do ciclo Vladimir Herzog. Não são essas, mas algumas vão falar nesse momento: "Eu fui estuprada". Não é fácil para uma mulher, que tem filhos, que tem marido, netos, dizer: "Eu fui estuprada". Leiam. Eu penso que cada alto oficial brasileiro que ler esse livro se convencerá de que não tem sentido as Forças Armadas seguirem carregando nas costas o peso de algo que não é responsabilidade institucional dela. O regime militar, em nenhum momento, formulou lei de tortura. Elio Gaspari lembra que, no Araguaia, havia uma ordem escrita para enterrar os mortos, e não para degolar. Elio Gaspari fala: "Degola – A palavra maldita de Canudos e do Contestado, voltou a ecoar pelo Araguaia". Houve uma orientação de degolar etc. Na busca de corpos, agora, toda hora aparecem crânios separados...

Na Câmara dos Deputados, Deputado Pedro Wilson estava presente, o Coronel aviador Pedro Correa Cabral fez depoimento, foi capa de Veja, IstoÉ, virou livro, dizendo que ele guiou o helicóptero em pelo menos 10 voos de corpos exumados no Araguaia, há meses, e ele disse que o equipamento de navegação o impedia de usar máscara, então, um terrível mau cheiro dos voos, para, na Serra das Andorinhas, ser feita uma grande fogueira. É preciso fazer uma narrativa sobre isso, nós estamos procurando os corpos agora, mas estamos procurando os corpos sem o elemento fundamental, que é o de convencimento do cidadão democrático, de quem esteve naquilo, e que pode até anonimamente informar... Se querem achar corpos, procure em tal lugar, porque ali tem. Eu participei. Senador Inácio Arruda participou, o Presidente Renato Rabelo participou, do evento de levar a mãe de Bérgson Gujão Farias, de 94 anos, e que acaba de morrer, e disse: "Eu só esperava enterrar meu filho para morrer". Ele foi vice-presidente da DCE da Federal do Ceará, ele foi vice-Presidente do Deputado Genuíno, Presidente. E Bérgson, um dos primeiros mortos no Araguaia, felizmente, uma atualização tecnológica do exame de DNA, que evolui a cada dois anos, permitiu positivar e fizemos lá, com a presença do governador, um grande evento, é disso que se trata, é poder fazer essa homenagem a pessoas que, equivocadas ou não, senador, na sua tática política, fizeram parte de um mesmo processo também multi-vozes, multi-braços.

E, nesse sentido, é pró-Forças Armadas... É bom para o Brasil, é bom para elas... No meu contato pessoal com altos comandantes, eu quero dizer que tenho a melhor das impressões, que não são pessoas com qualquer resquício de marca de sangue. Eu quero dizer que, no Haiti, o nosso país está realizando, há anos, uma missão que é de direitos humanos; já são 10 mil membros, em contingentes de 1200, que vão

se renovando a cada seis meses, que lá estão, e que fazem um curso da ONU, é um marco histórico, é a primeira vez que as Forças Armadas brasileiras, em massa, passam por um curso de formação de direitos humanos.

E agora, no plano estratégico de defesa nacional, grande passo histórico, foi aprovada inclusão de Direito Constitucional, e direitos humanos em todas as etapas da formação nas três armas, preparando, contratando uma visão já inteiramente transitada, numa transição a meio caminho, Senador Arthur Virgílio, concordo com a sua observação positiva, de que são 21, quase 22 anos com nenhuma intervenção, com países aqui ao lado, com golpes de estado, ameaças de golpe, militares se transformando em presidentes etc., é exemplar esse desempenho, não há por que ela se recusar a isso, tendo claro que não há nenhum empenho de vingança, de revanche; é completar o processo de uma família brasileira que esteve dividida naquele período e que não deve continuar dividida.

Então, nesse sentido, sem rancor, sem ressentimento, mas, Senador Arthur Virgílio, a ideia da pedra sobre isso, a dúvida é se essa pedra não explodirá. A psicanálise diz que o recalcado volta, tudo que é recalcado, que a gente não processa, que a gente não conversa, não discute sobre isso, senta na mesa... A comissão do Chile, ela nasceu com o Pinochet absolutamente intacto, tanto é que o primeiro Relatório Rettig, cauteloso lá, no sentido de que estava lá a figura, não era mais presidente, mas não foi derrubado. A Argentina, ela desmoronou com as Malvinas, mas a transição chilena tem algo a ver com a transição também. O primeiro plebiscito ela ganhou, ele venceu, depois venceu outro. Então, nessas controvérsias, a ideia de que é processando... E os militares, entre o primeiro relatório chileno e o segundo, Senador Arthur Virgílio, entre o primeiro e o segundo relatórios, a mudança no Chile foi que os generais sentaram com as famílias.

E eu tive uma controvérsia com o Ministro Jobim, no meio do ano passado, antes dessa, que foi sobre a busca no Araguaia, e que no primeiro desenho, não haveria familiares acompanhando a busca. E eu consegui convencer o presidente: "Presidente não há certeza de que nós vamos encontrar corpos, e se não há um familiar participando como representante e não achando corpos, quem é que vai convencer de que a busca foi para valer?" Então, é abrindo essa busca, e felizmente houve um acordo, houve Diva Santana, irmã e cunhada de desaparecidos no Araguaia, e mais Aldo Arantes, ex-presidente da UNE, e mais Paulo Fonteles Filho, filho que nasceu no DOI-CODI de Brasília, de Hecilda Veiga, torturada, que é uma das depoentes desse livro. Eu não sei se os senadores podem receber esse livro... Se os senadores podem receber o livro também--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Ministro, se V. Exa. me permite um aparte rápido, eu tenho um compromisso agora, eu tenho o Presidente do Mali, que está aqui, vou ter que me retirar, mas dizer a V. Exa. que tenho profundas divergências com relação ao aborto. Eu acho que direitos humanos é planejamento familiar, não é aborto; 250 mil mulheres não queriam abortar, mas todas queriam ter acesso ao planejamento familiar. Mas V. Exa. está coberto de razão.

Eu vivia na África, na época da Comissão de Paz chefiada por Desmond Tutu. Aqueles que não foram extravasar suas histórias e contar, estão sendo assassinados hoje, porque manteve-se esse passado, eu diria, essa ferida não lavada. Estranho se falar em princípio cristão de dar a outra face e perdoar, quando é princípio cristão "não há nada encoberto que não venha a ser revelado", é princípio cristão--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: "Conhecereis a verdade, e a verdade vos liberará".

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): --Então, os 10 anos que eu assisti de cura do *apartheid*, a pouca cura que vi, veio exatamente daqueles que foram ali, depuseram, crimes bárbaros, as pessoas até... O Presidente Desmond Tutu, às vezes, pedia para encerrar as comissões, porque ele entrava numa crise de choro, que o regime do *apartheid* fez com os negros, e também negros que fizeram contra brancos. Mas eu acho que a gente não supera esse episódio tão triste da nossa história. Eu fui militar, passei dez anos, eu tenho grandes amigos lá, sou admirador das Forças Armadas, e tenho gratidão pelas Forças Armadas; não conseguiria me formar senão fosse a escola militar.

Mas é por isso mesmo, por esse amor e respeito às Forças Armadas que eu acho que a gente deveria fazer exatamente essa comissão que V. Exa., com muita propriedade, defende... Desculpa interrompê-lo, mas eu tenho que me retirar por causa da recepção ao presidente da África, do Mali--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Aproveitando, então, eu acho que dou por encerrado--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dá por encerrada, porque já respondeu perguntas de muita--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu quero uma réplica breve. Ministro, primeiro, dizer ao Senador Jereissati que não tenho nenhuma dúvida de que V. Exa. fala com muita sinceridade. Queria

fazer algumas observações, V. Exa. se referiu àquela operação Burnier; meu pai era um dos escalados para fazer aquela viagem turística de ser lançado na Baía de Guanabara--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Sérgio Macaco--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): E se não tivesse havido a denúncia pelo bravo--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Senador, Sérgio Macaco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Este sim mereceu ser promovido, o capitão Sérgio Macaco. Enfim, para mim, ficaram algumas dúvidas que nós ficaremos de esclarecer, até porque o debate foi aberto. Eu acho que uma das formas de se conter a violência é se conter essa coisa ilegal que é a ação do MST, que não tem sequer personalidade jurídica e que recebe fartos recursos federais. E nós temos, no agronegócio, se V. Exa. me pergunta, eu não tenho o menor interesse no agronegócio, eu não sei distinguir uma semente de soja de um carneiro, mas é um sustentáculo da economia brasileira, nós não podemos brincar com a nossa balança comercial.

Em relação à questão da imprensa, o Senador Mercadante falou por mim, o controle deve vir apenas do leitor. É um processo... Pior, V. Exa. disse, países em que haja um só órgão; Venezuela está ficando assim, e eu vejo uma certa tibieza do governo brasileiro em impor a sua liderança e em ser muito claro em relação à defesa da democracia, essa questão de Cuba, inclusive quero dizer de novo, eu tinha muita liberdade com o Presidente Fernando Henrique, não sei qual o nível de liberdade que V. Exa. tem com o Presidente Lula, mas se o Presidente Fernando Henrique tivesse feito aquela comparação infeliz entre bandidos e presos políticos, eu diria: "Presidente, pisou na bola, o senhor não poderia comparar bandidos com presos políticos, porque o Ministro Vannuchi não é bandido, a Ministra Dilma não é bandida", eu insisto, podem ter se equivocado, "então, não faça essa comparação. Encontre outra fórmula de se congraçar com aquele regime, a melhor forma seria aconselhar Fidel Castro", aproveitando a amizade, que aliás é recente, a minha era mais antiga, a dele mais recente, ele era contra o regime cubano quando eu era a favor, de repente, ele ficou a favor, eu fiquei sem entender, sem entender, pragmático como ele era: "É comunista?" "Não, eu sou torneiro mecânico". De repente, ele virou simpatizante de um regime ditadura mais vovó, mais cruel que pode existir.

Enfim, eu queria dizer ainda, vou lhe fazer uma pergunta no final muito sincera, de tão aberto que estou, porque eu não sei o resultado. Vou lhe dar um exemplo, veja bem, o que eu temo? Eu temo qualquer coisa que possa cheirar a fundamentalismo, que possa cheirar à proliferação de conselhos populares, que depois virem Sovietes, entre aspas, e que no fundo terminem por significar uma tentativa de empanar o poder constituído, que é o Congresso Nacional, numa relação que seria muito manipulada por muitos governos, enfim.

Eu já me referi a tudo isso, eu insisto que, na questão militar, quando eu digo "colocar uma pedra em cima", eu estou disposto a apoiar a ideia de recuperar os corpos, mas não de se estigmatizar, ferindo a Lei da Anistia, estigmatizar o papel que as Forças Armadas tiveram naquele momento, porque se tratou de uma guerra, uma guerra na qual eu estava do lado perdedor.

Eu fui com o Deputado Genuíno até o local onde ele foi... Aliás, ele não conseguiu chegar ao local, ficou um pouco perto, mas nós fomos, estava o Aldo Arantes e tantos outros, fomos até lá Conceição do Araguaia, ***Xambioá***, por ali, nós fomos lá e ele ficou na pensão que nós estávamos, porque sentiu muito tocado de chegar lá, mas estive lá. Ou seja, V. Exa. citou aí diversas pessoas, minhas amigas, citou Paulo Fonteles, tantos outros, pessoas que fazem parte de uma certa história minha, enfim, e, portanto, eu não me colocaria na posição de obstaculizar qualquer tentativa de resgatar essa verdade histórica, mas o revanchismo não pode haver, nada de fundamentalismo nisso.

V. Exa. falou que, no Nazismo, nós não tínhamos outra alternativa, se franceses, a não ser a resistência armada. Mas aqui havia. Eu não condeno, louvo a coragem, a generosidade de quem se dedicou a isso, mas entendo, continuo entendendo que foi um gesto equivocado. Porque aqui havia alternativas, sim, a da mobilização popular que levasse, através de bandeiras que tocassem a sociedade, que levassem ao Brasil que nós temos hoje.

E eu queria, ainda, dizer a V. Exa. que não houve uma só anistia, houve aquela que, no governo Fernando Henrique, eu fui responsável por uma audiência, eu era líder do governo, e numa provocação que eu achei muito boa, do então deputado como eu, Jaques Wagner, disse: "V. Exa. está falando da tribuna, por que não faz uma audiência do Presidente Fernando Henrique com os que reivindicam a ampliação da anistia?" Eu digo: "Pode ser marcada para breves momentos". E eu, sem consultar ninguém, falei: "Não, ela vai ser hoje". Eu liguei para lá e encontrei a burocracia, hoje o nosso querido Lucena, e digo: "Lucena, esquece essa

história de lista. Eu prometi, tem que acontecer, ou eu não sou líder do governo. E hoje de tarde eu venho aqui com os que pretendem ampliação". E criou-se uma comissão, meu principal assessor, quem mais me ajudou foi um colega seu de partido, que era esse grande advogado que é o Greenhalgh, Luiz Eduardo Greenhalgh. E outras figuras se envolveram na história, mas, enfim, eu insisto que o MST é responsável pela violência no campo, é preciso olhar esse lado; eu não desconheço que possa haver atitudes rudes por parte de quem se envolve num... O processo da conquista da terra no Brasil é um processo meio de faroeste, nós sabemos disso.

E eu gostaria de dizer ainda a V. Exa., que V. Exa. falou: "o recalque explode"; se não explodisse, eu não teria me emocionado. A Senadora Serys aqui também. Eu estava aqui falando, e foi visível a minha emoção, a dela foi menos visível porque ela não está falando, mas ela me disse que teve sua casa vasculhada duas vezes, os livros perseguidos--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANUCCHI: E ela chorou também.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): --Meu pai teve a sabedoria de mandar esconder todos os livros que cheirassem, que a censura ela é, em si, é por isso que eu não quero a censura no Brasil; a censura, em si, é imbecil, então, o militar, ou o que fosse, chegava lá e olhava um livro e se o livro falasse: "A doce vida amorosa de Karl Krugman", estou inventando os nomes, ele dizia: "Karl? Não tem o Karl Marx, deve ser primo". Aí ele prendia, enfim... Então, para evitar esse tipo de coisa--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANUCCHI: Livro de cubismo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Cubismo, enfim... --Então, nós tiramos tudo que era livro parecido com isso de casa... "História sincera da República", do nosso Leôncio Basbaum, não é isso? Exatamente isso. Tiramos o que tinha de leitura, que pudesse ser mal interpretada e deixamos... Abrigamos presos políticos na minha casa, ficamos um mês cercados, mas, como nós temos uma burocracia deficiente, depois dos primeiros 15 dias, eles começavam a faltar ao serviço e entrou um preso político, depois entrou outro, ficaram vários na minha casa aqui. Quero louvar Vera Brant, que fez esse papel aqui em Brasília, salvou muita gente dos primeiros aperreios que a ditadura causaria.

E dizer que a forma que eu encontrei, que eu não pude evitar, de ver o meu recalque explodir, foi a emoção. Eu não quero mais do que isso, eu não quero mais do que isso. Eu reconheço que é duro, eu conheço... Tenho uma amiga que perdeu dois irmãos. Ela já morreu, ela, ela passou a vida inteira atrás dos dois irmãos, atrás dos restos mortais dos dois irmãos, e deve estar aí, acredito que o depoimento dela deva estar aí. Família Santa Cruz, está aí.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Fernando Santa Cruz, que é irmão da Rosalina, que é professora da PUC; estava no lançamento do livro, na PUC, e o Marcelo, que é vereador de Olinda, e a mãe, D. Elzita, esteve naquela campanha da SECOM, na televisão, pedindo para ajudar a localizar os filhos, com 96 anos.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM): Eu gostaria de saber, e aí vem a minha pergunta muito sincera, porque eu já lhe disse, o que eu senti, quando formos tratar desse assunto de fundamentalismos, já lhe falei do meu repúdio à idéia de Sovietes, conselhos populares que visem a minimizar o poder constituído, que é o Congresso, eu estarei contra, obviamente, em defesa do direito da propriedade, da liberdade de imprensa, em defesa da harmonia entre civis e militares, mas eu faço uma pergunta com muita ingenuidade, muita inocência até... Eu visitei as ditaduras, umas obrigatoriamente, fui para a Argentina uma época; a barra não estava boa para mim, fui para a Argentina, depois voltei, e fui como parlamentar já, acompanhando, ou acompanhado, não sei bem, nós estávamos num pequeno grupo de parlamentares, com o Evaristinho, ***Evaristo*** de ***Moraes Filho,*** que era representante da Ordem dos Advogados do Brasil, lá no Paraguai, naquela ditadura que era pior do que a nossa, um milhão de vezes, que não perdoava o vencido, ela não refrescava o vencido, uma ditadura cruel, eles tinham uma prisão chamada '**La Libertad**', então, eles enfiavam na vagina das mulheres um aparelho de sucção e a mulher tinha aquele alivio de segundos e ia se abaixando, abaixando, abaixando... Até que chegava no chão, do chão no podia passar, e lhe arrancavam o útero, enfim... Nos sentávamos nas mesas para conversar com as famílias, e a polícia política sentava junto. E meu temperamento me dizia: "Eu vou te tirar daqui". "Não faça isso, que é pior, eles querem um pretexto para agredir os senhores". Ou seja, se aqui no Brasil valia muito pouco ser deputado, lá não valia nada, porque não tinha Congresso funcionando.

E nós fomos lá numa missão, não me arrependo, nós fomos acompanhando o... Meu Deus, o Raúl Sendic – *hijo* -, filho do Raúl Sendic, que era o principal líder tupamaro, que estava preso, o Raúl morava em Cuba, e o pai estava preso, com dificuldade de falar,

porque tinha levado um tiro na boca, e falava todos os dias sozinho porque estava em isolamento, sob tortura moral, física durante algum tempo, tortura moral o tempo inteiro... E o Raulito, ele disse que morava no México, e, portanto, queria visitar o pai, demorou muito, fomos muito maltratados pelos militares, houve uma total covardia da diplomacia brasileira, que simplesmente não queria contato conosco, e havia um coronel chamado Ledesma, que era um débil mental completo, que ficava gritando conosco: "O ônibus não pode ficar dentro do pátio, tira o ônibus do pátio". Entrava armado com dobermann e com... Armado, não silenciava a baioneta, ele encomendava voz à baioneta, enfim, e nós fomos lá. Eu jamais vi uma coisa tão cruel, porque a perseguição ao vencido era superior à brutal perseguição que eu percebia na Argentina, e superior à brutal perseguição que havia no Brasil.

Eu não sei como o Uruguai está lidando com isso, como lidou com isso o Presidente Tabaré Vásquez, e eu pergunto, não seria uma armadilha, tipo assim, "não está mexendo nisso?" Eu estou perguntando, se o senhor não souber, não é obrigado a dizer, eu estou sinceramente perguntando. Mandela agiu 28 anos sem enlouquecer, convivendo com suas desavenças naturais, desavenças conjugais naturais, enfim, e como lidou Mandela, ou seja, eu recomendo esses caminhos, eu tenho a impressão que Tabaré Vásquez não fez nenhum gesto parecido com isso.

Em outras palavras, falamos aqui em alternância de poder e nessa coisa salutar de democracia que nós construímos... Não quero tirar o mérito de quem pegou em armas para enfrentar o regime, eu optei por outro caminho, optei por um caminho que eu julguei o mais correto, enfim, mas eu finalizaria com o exemplo de Mandela, perdão estava ali mesmo, capacidade de recomeçar estava ali mesmo, conciliação estava ali mesmo, olhar para a frente estava ali mesmo, e como teria agido o Uruguai, porque, das ditaduras que eu conheci, aqui de perto, eu conheci de perto, eu vi uma brutal incapacidade de... Era perseguição ao vencido o tempo inteiro, às suas famílias, o tempo inteiro, o tempo todo, e eu não sei, eu não vi notícia de que, no Paraguai, tenha havido essa agitação toda, enfim.

O que lhe digo e lhe prometo, no Uruguai, perdão, é que examinarei... Aquilo que eu julgar que está fora do espírito do que aqui lhe relatei terá a minha candente reprovação da tribuna da Casa. O que eu julgar que significa avanço na direção de um país mais consciente do seu dever de proteger o direito da pessoa humana, eu direi. E lamento muito que nós estejamos revelando a sua sincera preocupação no campo interno, no campo externo, o Brasil esteja se marcando como um país que por quaisquer razões, quaisquer ambições, sistematicamente vota a favor dos países que violam os direitos da pessoa humana, eu cito 200 casos aqui. Não quero mais tomar tempo dos colegas. Eu queria agradecer a V. Exa., foi um debate de alto nível mesmo, e não duvido da sua sinceridade, nem duvide da minha. Muito obrigado.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Obrigado, eu não duvido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu pergunto se o Ministro quer fazer uso da palavra... Ou, então, para ganharmos tempo, pois já é tarde, já vai dar uma hora, eu passaria para o Senador Suplicy, então, ao Senador Inácio Arruda, que tinha trocado com o Mercadante, e depois O senador Tasso Jereissati, que manifestou interesse de falar alguma coisa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Senador, eu peço inscrição aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem. Mas eu só queria sugerir, Senador Suplicy, que me perdoasse, de eu colocar aqui o tempo, para tocar a campainha, eu sei que é ruim, mas não é por que é o senhor não, é porque os outros gastaram muito tempo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tudo bem. Eu também gostaria de participar porque fui convidado ao almoço com o Presidente do Mali, então, procurarei ser breve, Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, querido Ministro Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannuchi, primeiro, eu acho que aconteceu um episódio muito bonito na forma como o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva procurou fazer com que V. Exa. e o Ministro Nelson Jobim pudessem dialogar e acordar sobre alguns dos pontos sobre os quais houve divergências, inclusive com algumas das outras áreas. E nós todos podemos observar a maneira como o presidente solicitou a ambos que dialogassem, até que chegassem a um melhor entendimento sobre alguns dos temas, e um dos quais se refere justamente a essa questão da Comissão da Verdade e da Reconciliação.

Aqui já foi mencionado, o Senador Marcelo Crivella, que viveu na África, acompanhou de perto, e o Senador Arthur Virgílio, há pouco, mencionou o Presidente Nelson Mandela, cujo espírito de reconciliação e, sobretudo, me parece que a Comissão da Verdade, proposta pela Comissão Nacional de Direitos Humanos, pela conferência, tem muito a ver com o que aconteceu com a Comissão da Verdade e Reconciliação... A proposta, logo no início, do Presidente Nelson Mandela, presidida pelo Bispo Desmond Tutu, que exatamente

por seu trabalho naquela comissão, foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz.

Há um filme tão bonito sobre esse assunto, um filme de 2004, um filme exatamente sobre a Comissão de Reconciliação, onde havia a presença de dois jornalistas; uma que veio da Europa, que era a atriz Juliette Binoche, e outro que veio de Washington, que era um excelente ator, e ambos ali tiveram uma amizade muito forte, e foram acompanhando a Comissão da Verdade e Reconciliação, onde, em cada lugar diferente da África do Sul, ouviam as pessoas que haviam sido, de alguma maneira, objeto de atrocidades durante o tempo do *Apartheid*, e também ali eram ouvidas as pessoas que de alguma maneira tiveram responsabilidade sobre as atrocidades cometidas, e eram ouvidas as testemunhas, sejam as famílias das vítimas ou as próprias vítimas, se porventura estivessem ainda vivas, e na medida em que se revelava a verdade completa, e havia inclusive o reconhecimento por parte daqueles que cometeram os atos de que, de fato, foram ações inapropriadas, e na medida em que se revelou a verdade, então, a própria lei da Comissão da Verdade e da Reconciliação propunha que pudesse haver como que a anistia, e dependendo muito do grau, e tudo, os detalhes eu mesmo não conheço, mas eu gostaria até que V. Exa. pudesse fazer um paralelo com aquela Comissão da Verdade e Reconciliação porque eu acredito que o propósito é exatamente esse, que não se repita.

Aliás, ontem, houve, por ocasião dos 73 anos de José Celso Martinez Corrêa, no Teatro Oficina, numa cerimônia que contou com a presença do Ministro da Cultura, Juca Ferreira, um ato com a dramaturgia e a capacidade de José Celso, e de todos os membros do Teatro de Oficina, em que relembraram a própria anistia, no caso, dada a José Celso, e que tem muito a ver. Eu vou aqui usar menos a minha palavra para aqui citar uma passagem do próprio requerimento de José Celso Martinez Corrêa, porque ele traz muito do espírito que permeia muito dos anseios de pessoas que V. Exa. e dos familiares de pessoas, digamos, como do nosso querido Deputado Rubens Costa, que até hoje não sabe bem tudo o que aconteceu com ele.

Diz o José Celso, nesse breve trecho: "Por muitos anos, tentei recalcar para poder sobreviver e viver de novo os danos causados pela ditadura no meu corpo, na minha alma, no meu trabalho profissional e no de minha criação, o que vale também para o corpo físico do Teatro Oficina. Posso afirmar, mas a ditadura operou sobre mim e o Oficina, o que Glauber Rocha chamava de assassinato cultural. Eu e o teatro fomos assassinados socialmente. Muitos achavam mesmo que eu tinha morrido, me apontavam como vítima que a ditadura tinham eliminado, consideravam que eu e o teatro não teríamos mais uma segunda vida. Foram 15 anos de uma luta enorme para provar a mim mesmo que eu estava vivo de novo. Não falava quase em tortura, ou em repressão, somente através dos atos teatrais. Reaberto o teatro, foram mais de dez anos de muito sucesso para provar que nós tínhamos ressuscitado".

E eu sou testemunha porque vi, nesses anos, "As Bacantes", a "Cacildas!", "Os Sertões", que fizeram com que pessoas como o José Celso e todos aqueles que ele representa aqui pudessem reviver.

Então, trazer a verdade à tona, no espírito da Comissão da Verdade me parece algo muito importante, e eu quero cumprimentar a todos que participaram da Conferência Nacional dos Direitos Humanos para propor que isso possa acontecer... Os diversos temas polêmicos, V. Exa. aqui nos explicou, eu vou citar apenas que eu acho importante, até numa homenagem à iniciativa que a Deputada Marta Suplicy elaborou e propôs um tema que ainda está candente para ser votado, referente à união civil das pessoas de mesmo sexo, que é um dos temas que foram aqui recomendados, e que, claro, vai passar pelo debate democrático do Congresso Nacional.

E gostaria apenas de concluir, dizendo que avalio que também a própria renda básica, como um direito à cidadania, que será uma evolução do que é hoje o programa Bolsa-Família, tem muito a ver com a consecução e universalização dos direitos humanos de que resultou o documento referido por V. Exa.

Meus cumprimentos, e inclusive pelo alto nível do debate que aqui se estabeleceu com o líder do PSDB, porque todos nós aprendemos com o diálogo de ambos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a Presidência, daqui a pouco, senão vai ficar incongruente, ao Senador Eduardo Azeredo, e antes passo a palavra ao Senador Inácio Arruda. Depois--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite, Sr. Presidente, eu gostaria de passar às mãos do Ministro Paulo de Tarso Vannuchi a cópia de correspondência que acabo de encaminhar ao Governador Jaques Wagner, bem como ao Presidente Lula, com uma carta anexa da blogueira Yoani Sánchez, que pede a gentileza de o Presidente Lula colaborar para que ela tenha autorização de vir ao Brasil para o lançamento de um documentário feito com ela, por um documentarista da Bahia, por isso, em Jequié, que esteve em Cuba, e a entrevistou, e a cópia da própria carta da Sra. Yoani Sánchez ao Presidente Lula, para

que V. Exa. possa junto ao Presidente, ajudá-lo a refletir sobre este assunto. Eu vou entregar a V. Exa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente... Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu considero que a audiência conjunta das duas comissões, ela resultou bastante exitosa pelo espírito de V. Exa., Ministro Vannuchi, que acolhe, é para isso, a democracia é esse problema: a capacidade de acolher as observações, seja da oposição, seja de outros setores sociais, que não coincidem absolutamente, às vezes, com a oposição, mas que têm informações e compreensões distintas daquelas que foram propostas.

Um aspecto muito significativo é que o Plano de Direitos Humanos ele é fruto de um acúmulo, dá saltos, mas trata-se de um acúmulo. E, às vezes, é muito fácil falarmos dos direitos humanos em outras plagas, mas muito difícil a gente resolver o problema dos direitos humanos no nosso próprio país. Por isso que uma das críticas talvez mais significativas aos modelos de desenvolvimento econômicos, sociais e políticos da construção da sociedade nova, na nossa causa, na causa do PCdoB, e dos partidos socialistas, da construção de uma sociedade socialista, é de que não é possível um modelo para uma nação, e esse modelo ser estendido para todas as outras. Cada um construirá o seu próprio caminho, e nós temos que tratar de resolver os nossos problemas, as nossas questões.

Eu considero que não é um tema fácil o tema dos direitos humanos; é um tema difícil, muito difícil. Por exemplo, um tema dos direitos humanos, que eu considero, no mundo atual, é o controle de uma das mais importantes e contundentes armas da comunicação de massa, que é a rede internacional de computadores. 80% dos provedores estão localizados numa única nação; é uma brutal desigualdade de direitos humanos. Quer dizer, você concentrar, você poder dominar, eu chamo até de domínio, a expressão é essa, domínio. Esse é um problema crucial dos direitos humanos.

Talvez a questão nossa com o problema da comunicação no Brasil, com a mídia brasileira, talvez nós devêssemos inverter, o que nós precisamos é de mais redes de televisão nas mãos das comunidades, nas mãos dos trabalhadores. Televisão na mão dos sem-terra, televisão nas mãos dos sem-teto, televisão nas mãos das populações carentes das periferias, rádio comunitária de fato comunitária, por quê? Porque nós devemos que ser controlados, do ponto de vista da informação, por duas ou três famílias? Vamos espalhar para toda a família brasileira, é inverter; ao invés de nós querermos fazer o que a Constituição manda, porque a Constituição manda que tenha controle, é isso que a Constituição manda. Ao invés de dizer: "Vamos controlar". Vamos dizer: "Vamos democratizar a mídia brasileira, vamos distribuir a mídia brasileira".

E vamos distribuir, talvez a gente tivesse que... Um dos itens de regulamentação fosse dizer o seguinte: "Os entes estatais, inclusive administração direta, indireta e as empresas de economia mista não podem concentrar recursos publicitários nas mãos de três ou quatro veículos de comunicação"; isso é um meio de você inverter a equação. Eu sei que vai ter muita grita em relação a isso, mas é a gente inverter a equação, ao invés de nós tratarmos de controlar essa mídia tradicional, que nós temos no Brasil, vamos pulverizar ao máximo, vamos mandar; a Constituição manda regionalizar. Vamos regionalizar a comunicação de massa. Eu quero saber mais sobre a Amazônia, eu quero saber o que é caatinga, eu quero que o povo lá do Sul compreenda o que é uma estiagem de oito meses, porque uma estiagem de oito meses, no sul é seca, nós diríamos, no Ceará, é "seca brava", mas eles não sabem o que é. Não sabem o que são dois anos e meio sem chover numa localidade, não entendem isso, não compreendem, por isso muitos acham que não deve fazer transposição de águas do São Francisco no Nordeste Setentrional, que acha que é perda de tempo, que acha que nós não deveríamos ter feito barragens para acumular 6,8 bilhões de metros cúbicos de água, porque aquele lago imenso ocupou terras que eram agricultáveis, e que causou um dano ambiental terrível, mas não compreendem o que são dois anos e meio de estiagem.

Quando vê, quando percorrem, no meu caso, o Estado do Ceará, eu já fiz isso com alguns jornalistas, percorre por cima, voando de helicóptero, com a pedra aflorando, para ver o que cristalino, porque, às vezes, a pessoa ouve falar de cristalino aflorando e pensa que são cristais, é pedra, amigo, pedra bruta, que quando a enxada bate, ela também dobra. Então, esse que é o problema dos direitos humanos, eu acho que nós temos de democratizar. Ao invés de controlar, democratizar, espalhar.

Queremos rádios mesmo comunitárias, televisões comunitárias... Há coragem para isso, para democratizar? Parece que os que não querem nenhum controle não querem democratizar os veículos de comunicação de massa. Eu aposto na democratização. Eu não quero controle nenhum deles, zero controle, mas eu quero democratizar. Todos possam ter o veículo para dizer, dar sua opinião, para construir também a sua verdade, para que os outros possam ouvir, possam medir e possam tirar a média, ou escolher a verdade que melhor lhe convém. Eu acho que essa é uma luta que nós deveríamos abraçar.

Sobre o problema da Comissão da Verdade, eu vejo um pouco, assim, como enfrentar esse dilema sem deixar que a marca do revanchismo seja colada naqueles que desejam virar essa página? Essa questão que nós temos que resolver. Não vai ser possível. Eu vi aqui, é difícil tratar dessa questão, nós, do PC do B, temos dificuldade de tratar essa questão. Nós sabemos o que é o Brasil, nós não aceitamos a provocação do General Leônidas, nem do Nilton Cruz, que o raciocínio está muito falho, já era falho na época; nós não aceitamos aquela preocupação, não vamos entrar naquilo, porque nós temos um projeto muito maior no nosso país, de aprofundamento muito maior, mas nós queremos resolver esse problema dos desaparecidos. Senão vamos conseguir tratar sempre desse assunto com facilidade; vai ser sempre difícil.

Eu vi aqui o seu convite lá para o Maranhão. O nosso companheiro, Rui Frazão, foi casado com uma companheira nossa lá do Ceará, que estava no Partido Comunista do Brasil e outros na Ação Popular, e que depois ingressaram no partido comunista. O Frazão foi para Pernambuco, ele era coletor federal, foi vendedor de panela, uma pessoa alegre, do bem... Aquilo eu acho que, talvez, nunca tenha atirado de baladeira em ninguém, ou com aqueles estilingues para atirar em carrapateira, que a gente chama lá no Ceará, mamonazinha, de brincadeira... Foi morto brutalmente. Não sei se ele que... Pelo que sei, ele que convocou o Cristovam para a militância política, senão o Cristovam não estava aqui como senador da República, não é verdade? Talvez a gente devesse convidar a família dele, lá da parte do Ceará e do Maranhão para esse ato conjunto.

Eu vi aquele ato lá no Ceará, ainda foi desaparecido o Teodoro--

[soa a campainha].

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos dando continuidade--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, esse silêncio vale por mais de meia hora de fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É verdade...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, Vannuchi, nós temos que... Isso é um processo, você repetiu muitas vezes Fernando Henrique, Sarney, todo esse povo colocou sua parcela de contribuição nesse processo... Eu digo, ainda tem muitos companheiros que não conseguiram fazer o que D. Luíza conseguiu: esperar quase 40 anos para enterrar o seu filho. E depois completar os seus 95 anos e falecer, digamos assim, feliz.

Então, nós temos que resolver esse problema. Nós podemos dizer, talvez, eu, você e tantos outros, nós nunca tivemos nenhum receio da ditadura, nenhum medo dela, nenhum, nenhum, nenhum, nem durante, nem depois, porque nós sabíamos das causas, nós sabíamos o que nós estávamos pensando, o que nós queríamos construir. Por que a democracia era importante para nós? Porque ela é que permite que exista hoje um metalúrgico dirigindo o Brasil. Sem aquela resistência nossa, seja a resistência da Eliene, do PCdoB, e tantos outros grupos que reagiram com o seu direito de rebelião, a um golpe de estado que foi atroz, para nós e tantos outros, aqui no Brasil e que se repetiu na América do Sul quase que inteiramente, seguindo uma ordem quase que unida de que tinha que ter ditadura para massacrar os povos.

Então, essa página nós temos que virar com coragem. O Exército, a Marinha, a Aeronáutica, ou as Forças Armadas Brasileiras não têm aqui no Congresso Nacional quem compreenda melhor a sua responsabilidade institucional do que nós... Os comunistas, nós, os comunistas, que compreenda melhor o seu papel e as suas responsabilidades.

Agora, nós não vamos dar aval a atrocidades cometidas no passado, no presente ou no futuro, no nosso país. Nós temos que tratar do nosso, porque tratar dos outros, às vezes, fica fácil; nós estamos tratando do nosso país.

O ponto, assim, final que eu gostaria de abordar, é que o programa de direitos humanos, ele é fruto de conferências que eu lembro aqui algumas figuras, Nilmário Miranda, deputado, porque as conferências nasceram na Câmara dos Deputados, elas não nasceram no governo, nasceram primeiro na Câmara, depois foram assumidas pelo governo, pelo Executivo.

Uma outra figura extraordinária, Mário Mamede, assumiu também a secretaria, um companheiro lá do Ceará, e essas conferências são feitas assim mesmo, são a quatro mãos. Tem coisas que nós não discordamos, mas são aprovadas nas conferências. E elas surgem como grandes polêmicas, eu considero, às vezes, uma tempestade em copo d'água alguns temas que são considerados muito polêmicos. Veja o problema do casamento dos homossexuais, o Congresso não resolve, a justiça resolve, vai resolvendo caso a caso, um a um, não vai ter um que sobre. E todos os outros, mesmo a questão do aborto, a justiça também vai passar a resolver, porque o Congresso não resolve. Ninguém aqui nesse Congresso, nem homem, nem mulher, nem da sociedade, não somos a favor do aborto, o que nós não somos a favor é do assassinato das mulheres, da morte cruel das mulheres em clínicas clandestinas, em condições absolutamente inadequadas; não é um problema de fé, não é um problema de religião, é um problema de saúde pública, de respeito às pessoas de ter um problema de saúde pública. Isso não tem nada a

ver com as religiões; cada um continua professando a sua religião, os católicos, os evangélicos, os espíritas, os das religiões dos afro-descendentes, os nativos.

Eu acho que isso... As mulheres... Ninguém mais do que as mulheres para defender a vida. Não tem mulher a favor de aborto, gente... Tem a favor da vida das mulheres, esse que é o problema central, está certo? Pouco compreendido, às vezes.

Eu acho que, principalmente uma parte da mídia brasileira ainda não compreendeu o papel da mobilização popular e das conferências nacionais. Talvez se a gente conseguir... Eu comecei falando dessa questão da comunicação, da mídia, talvez, a gente conseguindo inverter o ponto ao invés de controle, porque o que a Constituição manda é controlar, e o programa do Fernando Henrique também manda controlar, e manda ter lei que controle. Se a gente inverter, democratizar os veículos, mais democracia, mais veículos na mão povo, aí eu acho que não vai nem precisar usar a palavra "controlar". Os que acham que estão sendo controlados que vão dizer que controlem os outros, se a gente democratizar maciçamente essa área da mídia no Brasil.

Então, vocês me desculpem, mas, talvez, o PCdoB tenha essa dificuldade, porque nós sofremos bastante... Eu vi agora recentemente, ainda desse ato provocativo, como foi a chamada "Queda da Lapa", como ela massacraram pessoas absolutamente desarmadas, numa reunião, mataram ali na hora, e presos foram depois torturados e mortos. Quer dizer, então, vamos virar a página, nós não queremos que colem nada, nem no Ministro, nem no Governo, nem naqueles que lutam para ver os seus desaparecidos também serem enterrados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Inácio.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Me permita, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vou fazer só uma interrupção rápida, para tomar água.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pode ser.

[risos]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esperamos, é um direito humano fundamental.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Depois do Senador Cristovam, ainda teremos o Senador Agripino, Senador Mão Santa e Senadora Fátima.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem algum requerimento para ser votado?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que, nesse período que eu estive aqui, Senador Azeredo, eu nunca assisti uma reunião com tanto toque de sentimentos como esse. Todos nós ficamos emocionados e até aqui três chegaram mesmo às lágrimas, e eu creio que o Ministro também ficou molhando os olhos, porque é um tema que toca diretamente a cada um da gente.

O Inácio Arruda citou um dos meus melhores amigos, Rui Frazão, a quem, de fato, ele, não sei como sabe, não sei se disse a ele, foi um dos que me agregou à militância, no comecinho do meu curso, na Escola de Engenharia de Pernambuco, a quem já dediquei até um livro, e é um dos desaparecidos. Faz uns dois anos que eu falei com a mãe dele, velhina, velhinha, que disse: "Eu queria poder enterrar o meu filho", como todo pai deve ter direito, a mulher, as filhas. Então, é um momento de muita emoção que todos nós vivemos, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, Ministro, nós poderíamos ouvir o Senador Cristovam, e depois o senhor faz os comentários para poder ir mais rápido. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, eu agradeço que tenha me colocado na frente do seu nome, o senhor estava inscrito antes de mim, mas eu, de fato, tenho uma viagem, e eu não queria deixar de falar aqui.

Ministro, por um lado, eu já fui contemplado por quase todas as falas, especialmente pela última, do Senador Inácio Arruda. Eu vou acrescentar apenas o compromisso fundamental com a verdade, que esse país tem que ter. A Lei da Anistia tem que ser respeitada, mas lá não está escrito: "Fica proibido contar a história". É uma lei de anistia, não de amnésia. O senhor até comparou bem que a gente não pode dirigir olhando para o espelho retrovisor, mas o país não pode avançar se não olhar para a sua história, que é a maneira de falar espelho retrovisor de uma nação inteira. Temos que olhar, até porque não dirigimos sem prestar atenção a esse pequeno espelho, embora, se ele nos distrair muito, poderá causar acidentes de percursos.

Dito isso, eu queria aproveitar esse minuto para ler, porque eu tenho tido essa prática aqui, algumas perguntas que me chegaram pelo telefone, que eu disse que o senhor estava aqui. Eu vou ler rapidamente, o senhor responde as que quiser. Mas eu creio que é um direito dos 'twitteiros' do Brasil mandarem perguntas para o Ministro. Um deles é: "Se moradia é direito, o que fazer com os prefeitos que não realocam moradores em área de risco?" "Por que encurtar debates com decretos, se isso não é uma forma de autoritarismo?"

"Por que não o plano familiar no lugar do aborto?" "Por que os direitos humanos sempre protegem--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Cristovam, a segunda pergunta.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A segunda... "Por que encurtar o debate com decretos, se isso... "Se isso não é um autoritarismo?" A outra é: "Por que não prever no documento o planejamento familiar, no lugar do aborto?" "Por que os direitos humanos se preocupam apenas com os bandidos e não com as vítimas?" "O que o Ministério acha do uso de filmagem nos interrogatórios policiais?" "O que acha de localizadores eletrônicos?" "O que pensa do direito à igualdade jurídica?" Desculpe...

Chegaram 50 perguntas em 20 minutos. Eu não vou ler as 50, porque se parecem muito--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É, tornozeleira, colocou localizadores... "Por que não considerar a igualdade do atendimento jurídico como direito humano?" "Por que alguns têm direito a um tipo de advogado diferente de outros e terminam uns ganhando e outros perdendo?" Essa aqui é "Por que o Governo recuou?" "Por que o governo recuou?" E a outra é que o senhor--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANUCCHI: Não fala especificamente no que recuou?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, recuou no conjunto do plano. E a outra é que "por que o senhor não cumpriu de que renunciaria, se o governo mudasse?" "A outra é por que não tem mais itens para os jovens, se a Comissão da Verdade vai sair do papel..." São essas.

Eu vou ficar ainda aqui, porque ainda... Eu fiz questão de ler porque senão eu não estaria cumprindo compromissos com aqueles que enviaram, foram mais de 50 perguntas.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANUCCHI: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só teve mais uma... A política para jovens. "Por que o plano não dedica à preocupação que deveria com os jovens?"

É isso, Ministro, eu me dou por satisfeito, e quero dizer que mesmo que eu já tenha me manifestado que eu gostaria de ver mais ênfase num direito fundamental que é o da alfabetização, que o documento toca, mas de passagem, de qualquer maneira, eu não posso deixar de reconhecer que é um avanço, e um avanço construído pelo Estado, porque, como o senhor mesmo disse na sua fala inicial, começou no Governo Fernando Henrique Cardoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ministro, o senhor quer responder, nós temos ainda Mão Santa e Fátima?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós não podíamos logo... Porque eu acho que fica mais rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, tá. Mão Santa é o próximo inscrito, depois, Senadora Fátima, e encerramos.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Ministro e Presidente, que Deus está Minas aí, a liberdade, me desculpe, que ano V. Exa. nasceu, Ministro? Que ano?

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Nasci em 15 de maio de 50, estou na reta final para chegar aos 60.

[risos]

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Está novo, eu nasci antes. Eu quero dar um testemunho, eu nasci na guerra, em 42. Então, na guerra, né? Eu quero dar o testemunho, esse negócio de democracia é bonito, e a gente aprende com as adversidades, quer dizer, vivi o Getúlio, e eu quero dizer que ele era um homem bom, eu vi pessoalmente o Getúlio, eu conheci ele pessoalmente, criança, em 1950, e o meu tio era prefeito de Parnaíba, e em agosto de 50, ele fez um comício, ele votou na eleição.

E, estudando história, eu tenho que ser... Eu sou médico, psicologia, e tenho aquela neurolinguística que diz modelagem. Então, o meu modelo, por ser médico, cirurgião, o mineiro... Juscelino, né? Natural. Mas eu encontrei um presidente da OAB, Reginaldo Furtado, e eu governava o Estado do Piauí encantando com o Juscelino, um modelo, que se chama, em neurolinguística, um modelo que eu escolhi. Aí esse da OAB: "O Getúlio é melhor". Aquilo me chocou, e desde dali eu comecei a estudar o Getúlio. Era um bom homem, mas ditadura nenhuma presta; nós já lemos Graciliano Ramos, "Memórias de um Cárcere", que basta isso, falta no povo brasileiro muito é a ignorância audaciosa... Basta ler Graciliano. Ninguém vai, o estadista, o homem trabalhador, competente, isso daí ele disse que o Getúlio era melhor. Agora, ditador nenhum é bom. Vá ler "Memórias de um Cárcere", de Graciliano. E essa memória militar está aí, o Elio Gaspari, para quem não viveu, eu vivi. Eu sei exatamente como foi, eu era estudante universitário quando ela se instalou, e quero dizer o seguinte, teve seus acertos, teve seus erros, e eu acho que ninguém melhor do que eu para fazer análise disso porque eu sou da intimidade, eu fui escolhido por Petrônio Portela; não sei se foi uma coisa boa, porque eu fazia minha medicina sossegada, numa Santa Casa, e eu era mais feliz. No meu gabinete, tem um retrato meu bem novinho, de óculos, e ele, eu não sei se foi bom não esse negócio de política. Eu era mais feliz médico de Santa Casa.

Mas eu quero dizer a V. Exa. que, então, eu combati. Eu, no dia seguinte, esse Araújo, que está ali, aquele que você não tem um poste aí, 50 anos de Brasília, o Secretário do Marco Maciel, ele é do Piauí, de Floriano, era o secretário, eu brinco muito com ele, eu sempre falo assim, de coração, aí eu digo para ele: "Rapaz, tu nunca fizeste um discurso para mim. Tu fazia os discursos do Petrônio", porque eu era da intimidade e o Petrônio trocava ali três linhas. O senhor sabe como é, e agora está fazendo do Marco Maciel, e eu, que sou do Piauí, e tu não me faz um? Então, eu o conheço precisamente. No dia seguinte da anistia, por acaso, eu visitei o Petrônio, aí detiveram [soa a campainha] um jovem da Polícia Federal, o ascensorista pensou – porque eu ia com dois médicos, que eu era Polícia Federal. Aí ele disse assim: "Mão Santa, eu faltaria com o João, mas não faltaria com você". A última vez que eu vi o Petrônio. Eu digo: "Que João?" Dois médicos, pedido de crédito orçamento de hospital, eu era deputado estadual. "Que João?" "O João Figueiredo, acabei de tomar café com ele, acabei de tomar café com ele para dar o resultado da anistia". Isso eram nove horas, saiu correndo [ininteligível], aí eu fui e pedi um credenciamento de um hospital, do Piauí, dos médicos--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Mão Santa, só interromper um segundo, eu vou só passar a Presidência para o Senador Inácio Arruda, porque eu vou ter que me ausentar.Pode continuar.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): "*Libertas quae sera tamen*".

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vou para lá.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Pois é... Aí ele me contou e eu vi, a anistia foi por seis ou sete votos, a imprensa teve... Mas foi um negócio muito próximo, exaustivo, e eu vi no semblante daquele homem puro, descente, correto, esse homem ia ser Presidente da República; El,e na intimidade, me disse, e seria, eu fui escolhido por ele. Tem um retrato bem novinho do meu gabinete, eu cabeludo, retardei porque eu adorava medicina, mas acabei... E o [ininteligível] Araújo viu... Aí eu digo: "Não, vim aqui lhe atormentar, não sabia... E trouxe até a ***Adalgisa*** aqui, porque ninguém nunca mais vai vir aqui, deputado estadual", aí ele botou o dedo em riste assim: "Você vai ser tudo o que quiser no Piauí". Foi a última vez. O Antônio Araújo, aquele do quadro do testemunho, eu, médico, e a minha esposa.

Sim, mas eu queria dizer que eu vi o semblante de um homem bom, um democrata, Petrônio Portela, e eu o conheci [ininteligível], e ele eufórico, porque tinha conseguido a maior obra dele, a anistia. "Consegui, passei a noite, tal". Então, isso aí foi muito complexo, ele seria o Presidente da República. Antes, ele tinha me confessado que estava tudo feito o colégio eleitoral, ele seria o civil e Tancredo o vice dele do PP, e ele da Arena, ganharia o MDB.

Então, eu vi, no dia seguinte, o semblante que tinha conseguido a maior obra, então, eu sei que é complicado, o meu nome é Francisco, paz e bem, e se você estudar, todo mundo compara a política com a guerra. Atentai bem, o Cristovam, que é um homem que sabe tudo, ou quase tudo, eu não vou citar quantos, mas Clausewitz, todo mundo tem aquele livro de ***Henry***, um mestre da doutrina militar, que a guerra e a política são uma a continuação da outra. Por isso que eu disse que a política não é boa coisa, a gente compara é com a guerra. O Winston Churchill disse: "Política é como a guerra, com a diferença que a guerra a gente só morre uma vez", na política, né?

[risos]

Então, isso é uma guerra, a política, "A arte da guerra", Sun Tzu, isso é uma guerra, foi uma guerra. Agora, não foi só essa do militar não. E eu sei, sei bem, eu sou oficial da reserva, eu fiz o CPOR, eu sei o que é unidade de comando, unidade de disciplina, hierarquia, RDE e... E mais ou menos nessa época, eu fazia quarto ano de medicina e era líder estudantil, quando se deu. O ***Valton Leitão, que vocês conhecem , é um líder socialista***. Então, foi uma guerra, vamos ver, agora, Deus me permitiu saber, e saber muito, estudei muito e muito, isso eu não estou dizendo com orgulho, a minha família que me possibilitou, e homens como eu convivi, como o Petrônio, não vou citar outros [ininteligível], e tal. Mas eu vi a Argentina, e Deus me propiciou para contar aqui, eu estava lá, eu adoro Argentina, meu mundo era Parnaíba, eu fui porque quis operar lá, era o Pelé fazendo gol; Roberto Carlos cantando, e eu operando na Santa Casa de Paranaíba.

Eu era o bom, não vim para cá porque não quis, não fiquei em Fortaleza porque não quis, no Rio de Janeiro, cirurgião tive todos... Fui para a Santa Casa porque minha terra, fui apaixonado, porque quis. Aqui tive milhares de convites para vir aqui ser chefe do IPASE, nessa época.

Mas eu quero dizer, eu vi, Deus me possibilitou eu estar no Maracanãzinho o dia mais importante, Geraldo Vandré, eu fui, não entendo de música, sei pouco, musicalidade, confessar minha ignorância. Quando eu vi, foi aquela confusão, o povo querendo quebrar o Maracanãzinho, porque ganhou o Sabiá, de Chico Buarque e Tom Jobim. Eu não entendo, mas era um negócio suave, bonito era, porque tenho ouvido... O

senhor estava lá? Mas o povo queria o negócio, aí eu vi um homem de decisão, isso influenciou muito na minha carreira, eu falo sozinho assim... Cristovam, aí, querendo quebrar, ele pegou com raiva uma cadeira de pau, botou a perna e disse: "Minha gente, a vida não se resume a festivais. O júri está aí para julgar, vamos cantar".

Ainda hoje eu canto: "Vem, vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer". Quer dizer, eu estou testemunha disso. Os militares, e eu comparo com a Argentina, Deus me permitiu um dia, mas fui porque eu gosto, o Petrônio atiçou e aquilo é o diabo e eu gosto. Quando eu vim, vinha com a Adalgisa: "Não, pode, deixa..." "Então, eu vou a pé mesmo", tem um dia lá que eles celebram, que atentai bem, Ministro, vai nesse dia, não sei o número exato, foi coincidência. O povo todo na rua, "pois eu vou a pé mesmo" e entrei, até porque eu gosto dessa confusão, no partido do Perón, todos os partidos se reúnem em frente da Casa Rosada.

Olha, Inácio, você chorou aqui, mas se você fosse lá era todo dia, todas horas, todo minuto. Eu vi, um dia é bom para V. Exa. ir, para saber a diferença, Deus me proporcionou isso. Olha, faixas assim, faixas de pano de um metro, aí a gente via, eu comecei a entrar, aí eu procurei o partido do Perón, judicialista, faixas pregadas, retratos preto e branco... 30 mil, o pai do lado, a gente vê pela cara, andando assim [ininteligível], e ali eles se encontram e vão encontrar na Casa Rosada, 30 mil retratos. Aí, desaparecido, assassinado. Eu vi, proporcionalmente à população da Argentina, Cristovam sabe tudo. Quanto é a Argentina? Sabe, ou tu não quer dizer. Tu não é o professor aqui? Quanto é a população da Argentina?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Um quarto da nossa, vai.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Um quarto... Então, 30 mil é 120 mil, matematicamente, elementar eu sei, do Professor Trajano. Quatro vezes mais, se fosse no Brasil. E olha eu vi os retratos, aí eu não vou dizer que me diverti, e olhando nas faixas a cara, o irmão, e olha, eles se encontram, a solenidade vocês, quando eu vi, eu estava bem perto, a coisa mais linda, todos os partidos, e eu, por simpatia, negócio de Eva Perón, e tal, e lá se encontram são poucos oradores, e sempre a Casa Rosada. Quero dizer, ela é pela pátria, pela bandeira, pela liberdade e nunca mais ditadura. Não vai ter mais lá não, e todo mundo, é pai do lado, do filho, e poucos oradores, um intelectual, um representante, nada de canseira, uma parada.

Então, aqui, eu, aqui, eu assisti, eu estudei, e conheci alguns militares, eu conheci pessoalmente o Castelo Branco, que era do Ceará. Eu tinha uma namorada lá que o subcomandante era o pai dela, e ali eu fiz CPOR, conheci, era um homem cearense, homem é homem em sua circunstância... Não é? Conheci... Médici eu não conheci. Conheci pessoalmente esse Geisel, era governador, e eu tomei foi dois porres com o Figueiredo, eu aqui. Estava contando para ele, não tem nada não. E vi no *"in virtu, veritas".* Eu não vou dizer, porque seria inconveniente, mas eu, porque o governador do Piauí não bebia, os filhos do Portela de jeito nenhum, e essas inauguração, eu era vice-líder, o líder era Juarez Tapety e botava lá e ficava vendo as músicas, o Figueiredo, *"in vinus virtu veritas"*, mas, na minha psicologia, ele era um homem bom. Ele não era é político, o Figueiredo. Eu posso estar errado, mas convivi "*in vinus virtu veritas"* eu não vou, porque... Eu me lembro o padre [ininteligível]: "Não sei o quê, eu vou prender, o que você está achando?". Eu digo: "O governador é bom, ora se eu tava na casa do homem lá bebendo". Mas um homem puro, eu vou dizer, por duas vezes, inaugurações, o jantar na casa dele, ele não bebia, botava ali, eu, o Tapety, um genro dele e ficava ouvindo música. Eu acho... Ele não era político, que ele dizia de certo até em confidências. Eu falo da eleição, ainda me lembro: "Eleição, ô, Mão Santa, é aquele do papa, que a gente não vê nada, vê só a fumaça, e falam da nossa". "Você não votou?" "Votei sim". "Você gostou?" "Gostei sim, o governador é gente boa, Dr. Lucídio". Então o homem é o homem e a sua circunstância, mas eu vi que aquele homem, eu gosto do Figueiredo, eu estou contando meu testemunho, só esses encontros e outros que aí tinha oficialmente, né? Mas quero lhe dizer que a impressão que me deu, e eu sou médico, um pouco de psicologia, não sou... Era assim: "Figueiredo, vai para o Iraque", ele ia. Então, botaram ele para ser presidente, ele veio e o Geisel disse para ele fazer a abertura, ele fez. Então, é essa a impressão.

Então, os militares, os militares somos nós, nós somos, povo; eu sou oficial da reserva, fiz o CPOR, e tem gente que não presta, tem na igreja, tem aqui, na política, como tem, como tem gente que não presta, no jornalista tem picareta, pilantra de todo lado, então, mas o resto é isso. Somos nós, gente como nós, eu sou oficial da reserva, e eles tiveram certa sabedoria. Primeiro, alternância de poder, isso é da democracia. Eles foram; eu estou fazendo como eu sei, a história que eles não sabem. Não houve alternância? Entre eles, mas houve.

[risos]

Houve, tem na história aí como Fidel Castro já está com 52 anos... Ele foi... É a história que eu estou par ensinar. E outra, houve temporariamente, aqui eu estava no dia que fecharam do lado do Petrônio, eu

estava do lado dele, num dos dias que fechou esse Congresso, foi no dia que o Petrônio mandou votar uma reforma do Judiciário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E ele falou que foi o dia mais triste da vida dele.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Esse mesmo, eu estava do lado dele e a imprensa... Eu apreendi que autoridade é moral, não é negócio de política não. Aí veio a imprensa, e diz: "É o dia mais triste da minha vida". Essa frase foi lá, e os militares fizeram reabrir aqui. Por justiça também, teve grandes. Eles, ninguém pode negar que Evandro Lins e Silva, do meu Piauí, foi um exemplo maior. Não tem hoje como ele, na sua firmeza, ele que deu *habeas corpus* para o Miguel Arraes. Eu vi Miguel Arraes me contando que já pensou que ia ser comido pelos tubarões lá na ilha Fernando de Noronha. Então, deixou aberto, houve [ininteligível] isso que eu quero dizer, mas, vamos... Se nós formos buscar mesmo, professor, a história, nós vamos acabar com esse Duque de Caxias; se a gente puxar as coisas, porque a coisa mais indecente, mais imoral nós tivemos naquele Canudos, e a do Bento Gonçalves, a Guerra da Farroupilha. O Exército de D. Pedro II enganou os pretos que o Bento Gonçalves conseguiu, que foi o precursor da República, e foi o precursor da liberdade dos escravos, dos negros, aí o Bento Gonçalves prometeu que ia fazer a liberdade nessa nova República e eles pactuaram, e na hora H, que ganhou o exército de Caxias, aí mataram todos os negros lá. O Paim que conta, porque o avô dele está no meio.

Então, também história cheia de guerra, era uma guerra... E a nossa tem que ser compreendida assim. Não estou justificando nada, não estou nada, mas vamos comparar com a da Argentina, que nós somos felizes, pelos que eu conheci. Eu conheci só esse, mas não conheci Médici, não conheci Costa e Silva, isso é só o meu testemunho.

Então, Ministro, é que eu quero crer isto: A anistia foi um avanço de pureza, de inteligência, de competência, que nasceu no Piauí, com Petrônio Portella. Então, é muita coisa que tem que ser respeitada, numa anistia, isso foi um pacto, graças a ela voltada, graças a ela, que estamos aqui. O homem é o homem e sua circunstância, então, foi possível.

Agora, falou-se aqui uma coisa muito certa, que eu quero dar o testemunho, e como era correto. E eu, nesse mesmo período, foi indicado pelo irmão do Petrônio, que foi Senador ***Lucídio***, para ir representar o Piauí num projeto de planejamento familiar. Aí é que está, falaram aqui, esse que é o futuro, e atentai bem, era em Bogotá, numa pró-família, era no México, e depois nos Estados Unidos. E eu vi no México, que é um partido cristão, a igreja tem que se atualizar, tem que se avançar, tem lá na Constituição: "*El mexicanos podem e devem se acasalhar, eles devem ter o numero de hijos que desejam ter. El Estado tem obrigación de garantir isso"*. Eu visitei muitas clínicas pró-família que chegava o casalzinho: "Não, agora vai ter eleição, eu quero ter três filhos..." Aí fazia o seu planejamento, vasectomia, ligadura, DIU, e tal. Isso é que tem que se ter, o planejamento familiar, a paternidade responsável, a maternidade responsável.

Então, meus parabéns, que você... V. Exa., na pureza, buscar a verdade. E eu sou do Partido Cristão, e diria, "de verdade, em verdade eu vos digo". Essa é a verdade que eu quero contribuir com o seu ministério.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vannuchi, vamos passar logo para a Senadora Fátima Cleide, ela é a última inscrita, em seguida, V. Exa. responde às indagações.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Garanto que meu relógio anda mais rápido e os meus três minutos serão bem breves mesmo, Ministro.

Eu quero apenas parabenizá-lo pela serenidade, parabenizar às comissões por tê-lo convidado a vir aqui esclarecer as dúvidas, dúvidas essas que geraram falsas polêmicas sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos. Eu quero parabenizar, mais uma vez, a sua seriedade, a sua serenidade aqui para esclarecer a todos todas essas questões que fazem parte de uma construção, como o senhor falou, de uma conferência, que sintetiza... Eu tinha muita coisa para falar, mas o Senador Inácio Arruda, no seu poder de síntese aqui, já disse muito do que eu queria dizer. Mas a Conferência dos Direitos Humanos, na minha visão, ela sintetiza também as propostas que já foram inclusive aprovadas em outras conferências, como saúde, Conferência da Mulher, Conferência da Igualdade... Da Promoção da Igualdade, a própria Conferência da Educação, realizada na semana passada, quando V. Exa. pôde comparecer inclusive à abertura, e no final, nós aprovamos, naquela conferência uma moção de apoio ao Plano Nacional de Direitos Humanos.

Então, foi um processo maravilhoso de construção, não apenas dos 14 mil que participaram da Conferência de Direitos Humanos, mas além desses, inclusive os três milhões que participaram da Conferência Nacional de Educação. Então, eu queria dizer que o plano, ele reflete o Brasil que a gente quer construir. Ele reflete o Brasil que a gente quer, sem preconceitos, sem discriminação, sem sexismo, sem machismo, um Brasil de igualdade, sem xenofobia, sem homofobia, sem lesbofobia, todas essas coisas que muita gente

tem fobia, só de ouvir falar, porque elas significam respeito à pessoa humana.

Mas a gente tem a compreensão desse processo. Infelizmente, eu não vivi, ou pelo menos eu não tive consciência do que estava acontecendo no país, no que se refere à questão da ditadura. Eu nasci em 1963, num local que era um território federal. Então, você imagina se a comunicação hoje, Senador Inácio Arruda, já chega extremamente orientada para aquilo que deve ser uma informação publicizada, ou uma formação pública, de mídia, de comunicação, você imagina aquela época, no ex-território federal de Rondônia, como é que era, o estado de alienação que a gente vivia.

Então, com relação à ditadura, eu sou apenas uma estudiosa, e uma pessoa que se coloca, enquanto representante do povo, à disposição de que a gente possa abrir todas as histórias, porque eu mereço saber. Eu, como cidadã, mereço conhecer a história do meu país. E por mais que ela seja difícil para algumas pessoas, ela tem que ser mostrada.

Mas eu queria me deter a duas questões que o plano trata, e que são tidas como polêmicas, que é a questão da descriminalização do aborto e a questão da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo. E eu queria dizer que fico extremamente emocionada até, quando eu vejo as Resoluções da Conferência Nacional de Direitos Humanos com relação a isso. E, antes que, no meu estado, num momento de disputa eleitoral, se faça qualquer afirmação no sentido de dizer que "a Senadora Fátima é a favor do abordo", eu queria aqui deixar muito claramente para o Brasil, não faço questão nenhuma de esconder, tenho 47 anos, eu sou avó, sou mãe; eu vivi uma gravidez na adolescência, e a minha filha repetiu essa história. Eu sou a favor da descriminalização do aborto, mas eu nunca fiz aborto na minha vida. Eu tive meus três filhos, e hoje eu tenho dois netos, um com oito e outro com sete anos.

Portanto, eu não estou aqui falando com causa própria, eu estou aqui com o olhar de quem tem a representação do povo para fazer leis para buscar a melhoria da qualidade e das condições de vida nesse país, principalmente das mulheres, e daqueles que não têm vez e voz, que são milhões.

Eu acho que o Brasil não pode mais conviver com essa cegueira da omissão, do faz de conta de que as coisas não acontecem, enquanto as mulheres estão jovens, morrendo nas clínicas de aborto. Eu defendo a descriminalização do aborto, e torno a repetir, e já tenho netos. E eu tenho certeza que tem muita gente que fala contra o aborto, contra a descriminalização do aborto, que tem talvez duas vezes a minha idade, e que ainda não tem neto, e a gente tem que descobrir por quê. Porque, muitas vezes, muita gente faz, mas, no público, criminaliza.

Então, aquilo que as mulheres lá do Mato Grosso do Sul estão vivenciando nesse momento, que é simplesmente pelo fato de ter passado numa clínica, ter o seu nome hoje como indiciada da Justiça, não pode acontecer nesse país.

Portanto, Ministro, parabéns pela coragem, pela ousadia de defender aquilo que é uma construção da sociedade. E o Senador Inácio Arruda dizia que as conferências nasceram na Câmara, e eu digo, Senador Inácio, até para fazer uma pequena consertação, que muitas conferências nasceram antes na sociedade, depois, elas vieram para a Câmara, a exemplo da própria Conferência Nacional de Educação, e só agora, no oitavo ano de governo do Presidente Lula, nós conseguimos realizar a grande conferência que a sociedade brasileira já vem discutindo há décadas atrás.

Então, o que nós temos que fazer aqui é apenas respeitar aquilo que a sociedade brasileira pede para que nós façamos, que é respeitar os direitos humanos. E na questão da homofobia, eu concordo plenamente com o Senador Inácio Arruda, quando ele diz: "O Judiciário está fazendo aquilo que nós não fazemos". Agora mesmo, e há mais uma questão que eu gostaria de colocar, que é com relação aos meios de comunicação, Senador Inácio Arruda, nós acabamos de assistir, eu digo nós, a sociedade brasileira, a mais uma apresentação daquilo que se transformou no início do ano, de todos os anos, na grande atração nacional na mídia, que é o tal *Big Brother*, e nós assistimos à final de mais esse episódio chamado BBB, a sociedade brasileira se manifestou a favor de uma pessoa que é um homem, para alguns, bonito, não é o meu tipo, mas que expressa o machismo, expressa a síntese do que é a homofobia para quem não conhece. Porque aqui mesmo, nesta Comissão de Direitos Humanos, aqui mesmo nesse Senado Federal, nós ouvimos pronunciamentos dizendo que não existe homofobia no Brasil, e para aqueles que acham que não existe, e lembrando o resultado do último *Big Brother*, eu queria dizer que nós recebemos uma informação, denúncia, de que o rapaz, o último, um dos últimos que disputou, que era homossexual, chamado Dicesar, se não me engano, após a conclusão do programa, já recebeu, ele e seus familiares, cerca de 11 mil ameaças de morte, via os vários meios de comunicação social neste país: Twitter, Orkut e outras coisas mais.

E eu diria o que é homofobia, se isto não expressa o ódio que boa parte desse país sente em relação aos homossexuais? E eu acho que o nosso papel, nesse momento, é enfrentarmos essa discussão e mostrarmos que não dá mais para a gente conviver com a omissão do Legislativo com relação à parceria civil, que é nada

mais, nada menos... Aqui no Brasil, nós não ouvimos ninguém falar em casamento, em matrimônio, as pessoas querem o reconhecimento da parceria civil porque isso reflete no seu direito de patrimônio, no seu direito de vida, no seu direito de ter saúde compartilhada, inclusive com o companheiro de anos.

Então, eu acredito que nós devamos, e eu até celebro o fato de que nós estamos no ano de 2010, um ano eleitoral e um ano de oportunidade que a sociedade brasileira tem, para renovar o Senado federal em dois terços, renovar a Câmara Federal, para que a gente possa trazer mentes mais arejadas para esta Casa, para este Congresso Nacional, e olhar com mais carinho para os direitos humanos.

Então, Sr. Ministro, mais uma vez, meus parabéns; a sua vinda aqui só comprovou que nós estamos no caminho certo, na defesa dos direitos humanos desse país, e V. Exa. fez uma brilhante defesa do Plano Nacional dos Direitos Humanos, de modo que nós assistimos a uma sessão de diálogo. E como disse aqui o Senador Suplicy, nós assistimos a esse diálogo de forma muito fraterna até, com várias pausas para a emoção que nos toca. Então, mais uma vez, meus parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Muito bem, Senadora Fátima Cleide, vamos passar, de imediato, porque a nossa sessão foi... Por essas razões todas, ela se prolongou, e demonstrou a importância do debate... Aqui, às vezes, é assim, em uma sessão de uma CPI, tinha uma ideia que de não deveríamos convocar determinada pessoa porque iria criar um problema etc. "Vamos convocar". Chegou aqui, a pessoa explicou todas as questões, e o resultado, que a própria oposição, que era quem mais instigava, saiu desarmada. Eu não considero que seja o caso dessa reunião, porque parte da oposição, no caso nosso, da questão dos direitos humanos, e especialmente do período ditatorial brasileiro, que não é exatamente o problema da quantidade de desaparecidos que está em causa, que por isso não dá para comparar Argentina, Chile, Uruguai e Brasil, todas essas ditaduras foram brutais. Não é o problema da comparação. É que esses segmentos sociais que estão aqui no Senado Federal, salvo raríssimas exceções, tiveram as suas legendas, as suas agremiações e os seus partidários também perseguidos pela ditadura.

Então é uma causa quase que suprapartidária, não completamente suprapartidária, mas quase que completamente suprapartidária, uma causa da nação brasileira. Por isso que essas questões precisam ser examinadas para serem superadas na nossa história.

Então, uma sessão que foi muito significativa. Às vezes, as pessoas pensam de um jeito, aquilo ali, "agora nós vamos colocar o Ministro no canto da parede, agora nós vamos tirar ali uma questão significativa para ser uma bandeira". Não é possível porque as questões aqui não são dessa ordem, dessa natureza, e o Ministro veio aqui, fez um esclarecimento, porque eu vi toda intervenção do Ministro, depois todas as intervenções dos senadores, e que terminou numa situação de que, salvo algum outro aspecto que é considerado polêmico, mas que vão ser fruto do debate permanente nosso. Não vão sumir, nem no governo Lula, nem no futuro governo, que eu espero que seja da ex-Ministra Dilma, nem em outro. Eles não vão sumir do nosso dia a dia, do nosso cotidiano. Eu considero que esse processo dá saltos, e eu considero que ele está dando um salto. As conferências deram um salto, e o resultado das conferências nas mãos do governo também deram um assalto. E isso precisa de coragem para enfrentar, e eu acho que o Governo enfrentou.

Por isso, Ministro Vannuchi, eu também quero deixar meu parabéns da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Direitos Humanos e passar a palavra a V. Exa., para que V. Exa. possa examinar as questões que foram levantadas, e também aquilo que o senhor deseja acrescentar em relação ao programa que está em debate e em discussão na sociedade brasileira.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Muitíssimo obrigado, Presidente Inácio Arruda. Muito obrigado, Senadora Fátima. Eu lamento dizer que não vou falar correndo para acabar logo, como é o clamor do direito humano à alimentação, e deixo todos aqui à vontade, mas eu preciso responder às questões todas porque nós temos um sistema de comunicação, que mesmo que interno aqui, ele está falando com algumas dezenas, talvez centenas de assessores aqui da Casa, que são fundamentais na construção das políticas, responder às perguntas do Twitter, e me pediram para fazer um comercial do Twitter da Secretaria de Direitos Humanos, é isso? Mas aqui como é? Twitter@... É só isso? @direitoshumanos? Ah, @dhumanos. Bom, o 'twitteiro' sabe, é isso? Eu já não saberia.

Eu quero começar, então, da profunda gratidão pelos convites, pela generosidade de junção, pelo espírito que permeou o processo todo, e que eu acho que é uma coisa assim, além dessa marca da emoção, tão importante, reforça muito a aposta no diálogo democrático. Então, quer dizer, as partes, muitas vezes, se eliminam porque não se dispõem a assentar para se ouvir. Eu mencionei, há pouco, que houve duas etapas da Comissão da Verdade no Chile, qual a diferença? Na segunda, as famílias sentaram com os generais. E desse contato imediato, eu estava contando a ida de familiares ao Araguaia, a presença da Diva, a presença de Aldo, de Paulo, quebrou toda uma animosidade, uma desconfiança que havia antes,

"aquele cara que eu não conheço, não sei quem é, mas sei que não gosto dele", mas na hora a gente senta junto, a humanidade que nos une, nos identifica, ela pode, muitas vezes, superar qualquer divergência de ordem política, às vezes, ideológica etc. e tal.

Eu vou inverter a ordem da resposta, com a Senadora Fátima, primeiro eu que quero devolver aí a saudação como um grande símbolo da luta pelos direitos humanos, com essa questão do tema do direito da mulher, da questão da diversidade sexual, da criança e do adolescente, por um trabalho, que é difícil, nós sabemos, por tudo que realiza, e aqui, aproveitando aqui a militância dos direitos humanos, da sociedade civil, pessoas do fórum das entidades nacionais, quem sabe, já fica lançada a proposta de que agora somos três parceiros na coordenação, se é o caso de convidar a Comissão de Direitos Humanos do Senado para ser incorporar, como organizador do evento, o debate que eu farei na Câmara, daqui uma semana ou duas, comparável a esse, nós víamos como uma tarefa mais simples do que do Senado, por quê? Porque, lá na Câmara, a Comissão de Direitos Humanos é autora, ela realizou, em pleno o recesso, uma audiência em janeiro, de defesa do PNDH-3, e depois fez uma segunda, em que convidou todos os críticos, alguns vieram, e foi um momento também marcante como esse.

Então, fica lançada a proposta para os demais parceiros, que a conferência, e que eu não participarei pessoalmente, porque ela começará a ter um processo aí... Bom, posso participar como sociedade civil, a partir de 2011, ela incorpore a Comissão de Direitos Humanos do Senado, fica o recado para o Presidente Cristovam Buarque, para que nós já combinemos esse passo. São três parceiros, coordenadores, que podem se tornar imediatamente quatro. Quem sabe, daqui a pouco, trazemos o Supremo para ter também um elemento, ser um quinto, porque se trata de construir direitos humanos com senso amplos.

O Senador Mão Santa fez um depoimento que teve muitos elementos importantes de recuperação histórica, e eu gostaria de comentar, em relação à fala dele, que o espírito é esse. Só que o espírito de reconciliação é incompatível com a ideia de botar uma pedra e não processar. O processar, eu não estou dizendo aqui judicialmente, estou dizendo processar no sentido amplo e abrangente da palavra, com a dimensão judicial, o Supremo, o Judiciário brasileiro decidem, e o que decidir, estará decidido. Mas o processamento é histórico, é político, é ético, é educacional. Esse livro, "Direito à memória e à verdade", daqui a pouco, será ainda, no dia 26, 27 de abril, que dia é? 28. Ministro Fernando Haddad e eu lançaremos, já estejam convidados, ele foi transformado num CD-ROM, e ampliado em 10 vezes o conteúdo, para incorporar toda a reconstrução cultural de cada período.

Então, na hora que alguém pegar ali um dos mortos, um dos desaparecidos e puxar a história dele, que é a história do livro, verá uma história para a época, para a música da época, para o teatro da época, o cinema da época, a situação política do Brasil, do mundo. Quer dizer, de aprendizado, para que a geração que entra na escola, e nós vamos tentar produzir o CD-ROM às dezenas e centenas de milhares, fazer aleluia em cima da ponte, para quem pegar, chegar em casa, botar no aparelho e começar a ter uma leitura da história, em que esses heróis, pedido do Presidente Lula, para tratar Marighella, Gregório Bezerra como heróis, não como vítimas; pessoas que morreram por uma causa, como heróis equivalentes a Frei Caneca, Tiradentes, Zumbi, os grandes construtores do Brasil que nós temos hoje.

E o Senador Mão Santa nos surpreendeu com o depoimento de que ele estava ali no Maracanãzinho, no dia do Geraldo Vandré apresentando o "Pra não dizer que não falei das flores", essa história toda, ao mesmo tempo que era uma figura das relações de Petrônio Portela. A comparação com a Argentina me é importante, pena que ele não está me ouvindo, mas eu estive agora, em 24 de março, então, 15 dias atrás, no feriado nacional argentino, que é o dia do golpe de estado de 76. Então, só na Praça de Maio havia três manifestações diferentes, de grupos que não se entendem bem, cada um deles com vários milhares, e eu fui, no ato oficial, com a Presidente Kirchner, na ESMA, o DOI-CODI de lá, onde cinco mil pessoas, desses 30 mil argentinos, cinco mil entraram, e dali não saíram nem os corpos. Então, até hoje é uma busca de fato de uma proporção absurda. Agora, vê-se uma Argentina que tem capacidade de trabalhar o tema como centro de um debate político como questões ainda em curso.

É bom? É ruim, é comparável, não é? Não queremos modelos, não estamos olhando para a Argentina para fazer modelos; a Argentina tem a história da Argentina; o Brasil a do Brasil, Uruguai, Paraguai... São as recomendações internacionais dos direitos humanos da OEA e da ONU, às quais o Brasil adere sempre voluntariamente. Eu lembrei, Estados Unidos e Canadá não aceitam a jurisdição da Corte, até ajudam a financiar, pagam, mas não aceitam. A comissão está achando o jeito, está discutindo casos norte-americanos, mesmo à revelia deles. O Brasil aceitou aquela caminhada histórica de uma das primeiras lâminas do *PowerPoint*.

É preciso processar, é preciso conhecer, é preciso tomar definições que o Judiciário estabelecerá se pune ou não pune; o PNDH incorpora o respeito explicitamente o respeito à lei de anistia, e achamos que a anistia é altamente controversa, ela tem uma ADPF a

ser julgada no Supremo. E qualquer que seja o resultado da ADPF, os julgamentos, avaliações sobre ela, continuarão diferentes. Todos acataremos o que for decidido, e seguirão recomendações do tipo: "Bom, e ocultação de cadáveres?" Que é o caso de 140 pessoas, inclusive... Rui Frazão, que nós homenageamos aqui, momento de emoção... Fernando Santa Cruz, podíamos falar do José Carlos Mata Machado, na presença ainda do governador, Senador Azeredo, para lembrar uma figura ilustre de Minas, filho do professor Edgar, tradutor de Jacques Maritain no Brasil...

Nós teríamos nomes para cada Estado, para cada cultura das nossas micro-culturas aqui reunidas. Isso tudo existe como pressuposto para construir um Brasil melhor. E de novo, eu repito, num ambiente em que já os senadores presentes são absolutamente militantes dos direitos humanos, defensores do PNDH-3, então, não estou fazendo adaptação de discurso; eu quero reiterar que é a favor das Forças Armadas, é bom para elas, é indispensável para elas.

O Senador Arruda lidou bem com os temas, dificuldades que existem, não deixarmos colar em nós esse carimbo que querem nos pespegar, de revanchistas. Não somos, não é revanche, nós requeremos justiça, e pedir justiça nunca pode ser associado a pedir revanche.

A provocação do General Leônidas, que pode prosseguir agora com o Nilton Cruz, nós não responderemos, mas vemos, naqueles depoimentos, mais um elemento de comprovação da importância de fazer um afinamento definitivo, que ninguém mais argumente, como ainda argumentam, que não havia tortura no DOI-CODI, que ninguém mais argumente que Vladimir Herzog morreu cometendo suicídio, porque ele foi morto sob torturas... Os acusados estão colocando nas suas peças de defesa que eles não morreram sob tortura porque não havia torturas no DOI-CODI, desafio que o General Leônidas repetiu: "Desafio alguém a provar..."-–

SR. PRESIDENTE SENADO INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Drummond.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: --É possível chamar centenas de pessoas, e ainda no caso, se ele está se referindo a um período histórico--

SR. PRESIDENTE SENADO INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Esse era no período dele?

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: --76, dezembro de 76. E como ele fala que era do Rio, ele pode estar desafiando. Mas e a Casa da Morte, em Petrópolis? Quem é que cuidava dela? E quem é que mandou, depois da anistia, os dois militares, um oficial e um sargento do DOI-CODI, ir ao Rio Centro, no novo Maracanãnzinho, do Vandré, porque o que acontecia no Rio Centro, no 30 de abril de 81, era um show de primeiro de maio, organizado pelo Centro Brasil Democrático, ligado ao PCB, que na época tinha como militante o Senador Arthur Virgílio, e como executivo, jovem, Sérgio Cabral. E ali uma bomba explodiu num carro, matando um e ferindo gravemente outro; é depois da anistia, e o Brasil não pode considerar que um tema como esse deva seguir adiante, com aquela farsa do inquérito do Coronel Job Lorena, mostrando, com a vareta, de que: "Olha, aqui a prova que eles foram vítimas de um atentado à bomba".

Agora, evidentemente, nós temos que fazer isso com a mão estendida, um sentimento de perdão, que eu não falo em nome das vítimas, e reconheço o direito a discordarem inteiramente de mim nesse tema. Eu, pessoalmente, estou disposto a perdoar, mas o perdão, até na acepção clássica do cristianismo, não dispensa os ideais religiosos de penitencia, de desdobramentos, do firme propósito de nunca mais pecar na religião, que nós podemos fazer, não jogando velhinhos na cadeia, mas impedindo que exerçam funções públicas, ou que uma sentença civil declare torturador, como já fez com Ustra, em São Paulo, e agora se aguarda o seu recurso, em que ele alega que não houve tortura; houve. Eu fui torturado pessoalmente, inclusive por ele, que quando fui preso em 71, não me torturou pessoalmente. De certo modo, também devo a ele minha vida, porque foi ele é quem entrou e mandou parar, mas um ano depois, em uma greve de fome, comandou enraivecido uma sessão de tortura contra mim, aos berros, para que nós terminássemos a greve de fome; o Politis acaba de escrever um livro sobre isso.

General Leônidas chamou, não havia exilados, havia fugitivos, fugitivo Miguel Arraes, fugitivo? Ele foi preso na sua cadeira de Governador do Estado, eleito, pelo voto democrático, e eu firmo aqui, publicamente, mais uma vez, a minha convicção: A única dúvida é quanto tempo demorará para acontecer isso. Pode demorar um ano, cinco ou 50. Mas o Brasil, se o Presidente Lula tem razão quando diz, "fez uma opção definitiva pela democracia", as nossas forças armadas, um dia, escreverão um documento oficial, qualquer que tenha sido o clima de março de 64, não cabia às Forças Armadas depor um presidente constitucional porque um presidente constitucional só pode ser substituído por voto popular ou por *impeachment,* nos termos da lei.

Então, é uma caminhada que ainda não se completou e se nos deixarem, a todos aqui, irmos ao diálogo direto com os militares, mais dia, menos dia, compreenderão que o mundo da Guerra Fria acabou, que naquela guerra que o Senador Mão Santa lembrou, não há vencedores e perdedores; ali o Brasil perdeu, então, essa discussão, quem venceu, quem perdeu, eles perderam, nós, eu... Eu estou aqui. Senador Inácio Arruda está aqui, Ministra Dilma candidata presidencial, e onde estão os torturadores? Que vitória é essa?

Ou quem venceu? Tiradentes ou Joaquim Silvério dos Reis? Essa guerra ninguém venceu, nós, os presos políticos, os torturados, não somos os vencedores, não pode haver confusão sobre isso, e não venham dizer que venceu quem conseguiu sufocar, impor o silêncio à custa de estupros, degolas, esquartejamentos, pau-de-arara, cadeira do dragão, choque elétrico.

Senador Inácio Arruda, que nos propiciou também esse momento importantíssimo de emoção, porque a emoção fala muito nos direitos humanos, muito importante nos associarmos nessa ideia de que o que o programa propõe, e propõe exatamente isso, é democratizar, quer dizer, não é controle social, sequer controle democrático, palavras que não podiam ser acolhidas como negativas, controle social e controle democrático é coisa negativa? O que é isso? Controle de poderes...

Agora, como existe toda uma irritação conjuntural, como existe todo um cenário, em que o debate é distorcido, um jornal colocou em primeira página, "Contra a Lei de Anistia, Programa Nacional de Direitos Humanos propõe Comissão da Verdade". Era só ler o que está escrito lá, "observadas as disposições da Lei 6683", que é a lei da anistia.

E a democratização me faz lembrar um dos pais fundadores da democracia norte americana, Madison, na proposta de que ele tinha o temor, que já era de Rousseau, a guerra de facções, um estado se divide em dois grupos, em três, quatro, e a guerra fica interminável e destrói, a solução do Madison foi pulverizar, fragmentar um pouquinho de poder para todo mundo. Então, vamos fazer isso com a comunicação, vamos deixar cada sindicato dos trabalhadores, cada luta dos sem-terra, cada comunidade religiosa, cada associação profissional, ONG, das pessoas com deficiência, da área criança e adolescente, dos direitos do idoso, do segmento LGBT, cada um, com suas revistas, com seus jornais, com os seus canais técnicos, porque existe hoje um congestionamento aí na área, que não conseguimos transformar em democratização.

Com relação ao Senador Cristovam, lembrar que não é contra a Lei de Anistia, que ela está no decreto, está no programa nacional de direitos, está no decreto do Presidente Lula, que criou o grupo de trabalho, que talvez termine sua atividade na semana que vem, aprovando um texto, que é um texto de composição, eu vou falar daqui a pouco, respondendo ao Senador Arthur Virgílio, a respeito da questão do recuo, é da primeira intervenção dele, mas eu não tinha respondido.

As questões, muito rápido, do 'twitteiro' do Cristovam, do Senador Cristovam: Moradia em áreas de risco, evidentemente ele está mencionando o problema do Rio de Janeiro agora, essa tragédia que nós também aproveitamos aqui para fazer a nossa pequena homenagem a todas as vítimas e suas famílias, nessa distância que também nos une.

O problema do direito à moradia é fundamental; é um problema terrível dessas áreas de grande aclive, e isso tem que ser resolvido com políticas urbanas de inclusão, de construção; "Minha casa, minha vida" é uma das apostas estratégicas mais importantes do país, e com participação democrática. Hoje o jornal já tem uma solução preocupante, que é o prefeito, no desespero, falando que vai fazer aquela remoção da Vila Kennedy, do pré-64, de Carlos Lacerda, que levou o Zé Keti, se não me engano, a fazer a música que Nara Leão imortalizou: "Podem me prender, podem me bater, podem até deixar-me sem comer que eu não mudo de opinião, aqui do morro não saio não, se não tem água, eu furo um poço, se não tem carne, eu compro um osso e ponho na sopa. Falem de mim quem quiser falar, aqui eu não pago aluguel. Se eu morrer, amanhã, seu doutor, estou pertinho do céu".

Então, tem que discutir com o morador, não é decidir que vai fazer um muro ali, e cercar, porque o ser humano tem, na liberdade, um desejo e um nutriente tão importante quanto o pão e a água. Qualquer muro que for colocado vai ser quebrado, pulado, quando um muro separa, uma ponte une.

Por que encurtar o debate com decretos? Não é isso do que se trata, o debate segue, é para estimular o debate, qualificar, como nós fizemos aqui hoje, assegurar um debate de qualidade superior. O tanto de distorções que se conseguiu corrigir aqui hoje... De colocar as coisas nos seus devidos termos, e é um decreto com alguma força cogente para o Executivo Federal. Não é para o Legislativo, não é para o Judiciário, são recomendações, sugestões, ideias, indicações, pedidos, que milhares de brasileiros, milhões de brasileiros, ainda em situação vulnerável, repito, os afro-descendentes, os quilombolas, a mulher ainda vítima de violência, o ribeirinho, o sem-terra, o trabalhador, o desempregado, todos os segmentos, pessoas com deficiência, idoso, criança e adolescente etc. e tal, LGBT, veem no processo da conferência a sua grande oportunidade de voz. É dar voz a quem não tem voz. É colher, de uma maneira capitalizada, com poderes públicos, 40% dos participantes, para transformar num decreto que o Presidente Lula apresenta como um roteiro seguro para prosseguir a construção desse edifício democrático.

Planejamento, não aborto, várias vezes reiterado, o próprio Senador Mão Santa, vamos lembrar, nós vamos alterar redações, não vamos desistir do tema. O tema estará mantido sempre, com uma visão mais próxima ao que foi aprovado nas conferências da mulher, nas duas, e procurando incorporar o máximo possível de recomendações da ONU. Agora, sempre com o limite que nós sempre tivemos, que é um governo com-

posto de segmentos muito diversificados, nós já temos levado o tencionamento interno entre áreas a um limite que já extravasa para debate público. Recebemos uma portaria do Ministro Sepúlveda Pertence, presidente da Comissão de Ética Pública, que ele encaminhou a todos os Ministros, dizendo: "Tendo em vista o que dispõe os artigos 11 e 12 do Código de Conduta da Alta Administração Federal, do ano 2000", ele como Presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, lembra que, "no debate do PNDH-3, a importância de... É vedado à autoridade ministerial promover controvérsias públicas sobre questões administrativas que têm que ser resolvidas no âmbito interno, e não opinar sobre áreas diferentes".

Há Ministros que opinam sobre direitos humanos, opinam sobre aborto, e são de áreas totalmente desvinculadas da questão da mulher, da saúde, da justiça, direitos humanos, que são as áreas. Nós não podemos fazer isso, temos cautela, nesse sentido, dizer que recuo não pode ser associado a coisa ruim ou a derrota. Recuo em política é pão de todo dia, e eu digo mais, eu acho que, nas nossas vidas pessoais e familiares também, nas relações com filhos nós temos que recuar, eles também; nas relações amorosas; nas relações profissionais; nas relações de vizinhança, e na política, que tem que ser concebida como ação humana voltada à definição das propostas, das regras, das normas de convívio social. "Direitos humanos só para bandidos". O 'twitteiro' aqui devolve algo que vem sendo incutido, felizmente de maneira decrescente, mas no final do regime ditatorial, os setores derrotados cravaram fortemente isso: "Direitos humanos é defesa de bandido". E nesse sentido, essa pregação, procurava associar aqueles que levantavam a questão dos direitos humanos, que eram as vítimas do regime militar, com os criminosos comuns que estavam no presídio.

Primeiro lugar, é preciso dissociar isso, segundo, lembrar que quem está preso, mesmo quem praticou o mais hediondo dos crimes, é portador de direitos humanos. Ele tem que ter as leis brasileiras respeitadas, ele tem que ser processado com direito à defesa, punido, se mantido por 20 anos na prisão, em situações de dignidade humana, tal qual a Constituição e as leis. Não pode haver tortura, humilhações, os tratamentos cruéis, desumanos, degradantes...

Filmagens de depoimentos, é uma das propostas, Maria Auxiliadora Arantes, aqui presente, que coordena o nosso combate à tortura, estamos preparados para começar a discutir na pista do evento *Campus Party*, que nos abriu uma janela de sugestões para tentar estruturar esse ano, ou deixar pronto para os sucessores experiências-piloto, escolher uma capital, ou uma cidade média pólo, em que condições políticas locais funcionem como primeiro experimento; todos os depoimentos policiais terão de ser filmados por um sistema de Internet mesmo, e submetidos a um controle central da autoridade policial, judiciária, do Ministério Público, que vai ser um enfrentamento da tortura, capaz de derrubar 90%. Não acaba porque o torturador pode chamar essa pessoa e dizer: "Agora você vai entrar na salinha da filmagem, e se você recuar do que você confessou, você volta para cá e continua o tratamento que estamos te dando". Então, não é uma prova definitiva, mas, realmente, depoimentos filmados podem livrar o Brasil, em grande parte, da mancha da tortura, que não deita raízes apenas no regime de 64, e sua impunidade, onde estão os corpos, a ocultação de cadáver, a investigação desses casos referidos nesses livros todos, mas deita raízes no Pelourinho, em séculos de escravidão, em que o escravo era submetido a torturas diariamente, como instrumento de disciplina e de castigo.

A questão da tornozeleira, sensor eletrônico, ela é polêmica, de difícil aferição, prevaleceu no nosso posicionamento, falível, como qualquer definição humana, a visão de ser a favor. A favor, a partir do nosso estudo, mostrando que ninguém é obrigado, a tornozeleira não será imposta a nenhum preso. Exemplos norte-americanos, o próprio Senador Mercadante me relatou, em que o preso que ia passar o fim de semana com a família, foi acusado de assalto, pôde provar a inocência com a tornozeleira; a tornozeleira foi uma maneira de provar eletronicamente que ele não esteve naquela área.

E, realmente, nós defendemos tudo o que for possível no sentido de esvaziar prisões... Da justiça restaurativa, que o Brasil só dá os primeiros passos, três, quatro experiências piloto aí no Brasil inteiro. O restaurativo é desjudicializar, é botar na mesa uma negociação de quem quebrou a vidraça, para dizer: "Olha, foi errado, não foi..." "Está aqui a vítima da vidraça, você está disposto a pagar, instalar ela, pedir perdão aqui? O que você pode fazer no sentido de ajudar crianças a não quebrar vidraças por aí?"

Claro que para chegar disso até chegar até um homicídio, vai ser um longo caminho, mas justiça restaurativa é fundamental nos direitos humanos, penas alternativas, fundamental, e por último, um sistema prisional que realmente tenha internação clássica, definitiva, nas instituições que não podem ser as instituições totais do Foucault, centros de tortura, de violência sobre o corpo cotidianamente... Lembra o Senador Virgílio falando do Ledesma, no Uruguai, dizendo: "Não pode entrar aqui tal viatura..." Imagina o que são os presídios do nosso país, e de vários países ainda hoje.

Igualdade no atendimento jurídico é preceito do PDNH-3. Por que o governo recuou, e eu não cumpri a ameaça? Não foi ameaça, não se faz ameaça, foi o momento em que tive de dizer à imprensa que, dentro de

determinados limites, eu não poderia seguir nesse posto. Não haverá uma autoridade de direitos humanos no Brasil, em qualquer país, que seja séria e respeitável, se ela aceitar ideias do tipo "a tortura não é um assunto da sua pasta", ou que o Ministério Público não pode investigar as violências desse período. Então, nessa ação, há dificuldades de governo, em que é preciso sempre seguir a arbitragem, o comando do Presidente Lula, que é a autoridade mandatada pelo voto popular, e junto a conversa com ele, várias vezes já discutimos alternativas, e há uma determinação de seguirmos no cargo, seguirmos no posto, para cumprir essa programação, e na área do PNDH-3, cabe agora, depois de terminado o debate na Câmara, e concluídas as nossas alterações de flexibilização de texto, mantendo o conteúdo geral de tudo, a ideia de que nós temos que começar a implementar, através do Comitê de Monitoramento, que é uma das conquistas desse PNDH-3, para frente é que se anda, e deixar o caminho bem montado para 2011, repito, seja a Presidenta Dilma, seja o Presidente Serra, seja a Presidenta Marina, seja o Presidente Ciro, se for candidato, Presidenta Kátia Abreu, que em alguns momentos aparece como possível candidatura independente do DEM à Presidência da República, a construção histórica dos direitos humanos tem que de avançar, os governos começam e terminam, essa luta segue adiante, ela é permanente.

Do Suplicy, renda mínima está expressamente incluída no PDNH-3, em grande parte porque a perseverança dele nos convenceu a todos. Mandela é uma grande referência para todos nós; eu visei todos os países da região, fui à África do Sul duas vezes, conversei com membro da Comissão da Verdade, agora, lá também existem senões. Uma fala muito comum é: "Aqui se produziu muita reconciliação, e pouca verdade". E no *workshop* que realizamos com os principais especialistas da América do Sul sobre o GT, que termina semana que vem a proposta, reuniu, trouxe da ONU, da OEA, importantes especialistas, e o especialista peruano fez uma fala muito boa: "O que uma Comissão da Verdade consegue, como balanço dos 30 países? Consegue basicamente diminuir bastante a quantidade de mentira que havia sobre determinado tema". Não vamos achar que a verdade vai ser alcançada, como aquele Santo Graal que está ali, eu vou lá, achei e está aqui. Não tem isso, a verdade, ela tem controvérsias, tecnicamente é um nome simples, para dizer uma coisa mais complexa, o nome seria longo, é uma Comissão de Averiguação e Levantamento das Graves Violações de Direitos Humanos. Tecnicamente, violações de direitos humanos não envolvem ações cometidas pelo Fernandinho Beiramar, pelo Marcola, por qualquer particular, e violações de direitos humanos não envolve ação de insurgentes. Os insurgentes podem, eventualmente, cometer crimes, não há violação de direitos humanos. Violações dos direitos humanos é uma característica histórica, sempre referenciada na questão dos indivíduos, *vis a vis* ao Estado, à ação do Estado.

Então, esse debate é um debate que seguirá, será quente aqui, terá que discutir qual é essa visão; uma Comissão da Verdade que os *experts* propõem que não seja setorial, que não tenha representantes das forças armadas e das vítimas, que seja formada por pessoas com distanciamento... Aquela ideia que muitos países realizam, de notáveis... Por que Desmond Tutu? Por que Ernesto Sabato, na Argentina? Figuras que demonstrarão, no seu relatório, que não tem uma visão unilateral, não vão dizer que a guerra foi entre um monte de demônios e um monte de anjinhos; vão descrever problemas, mas vão averiguar as violações de direitos humanos, portanto, filosófica, juridicamente, tecnicamente, aquelas praticadas no exercício da tortura, na morte, e do desaparecimento de corpos, conforme está expressamente consignado lá.

E uma última referência ao Zé Celso, que o Suplicy fez, lembrar também o seu irmão, homossexual, que foi assinado em São Paulo num daqueles crimes homofóbicos, com 78 facadas, que é um dos temas que a Senadora Fátima Cleide concluiu fortalecendo.

Eu termino, respondendo ao Senador Arthur Virgílio, quando ele fala em "conter a ação ilegal do MST", eu reajo dizendo que as ações têm que ser contidas porque é assim na vida democrática, no Estado Democrático de Direito, ninguém está autorizado, ninguém pode... Agora, pairando a hipoteca social sobre a sociedade, havendo condições de titularidade altamente questionável, grilagens, havendo contraditório jurídico em torno disso, havendo a fome, a condição famélica, o desespero, direitos humanos jamais poderá caracterizar o MST, qualquer movimento sindical, popular, como criminoso. Se, eventualmente, num episódio determinado, como aconteceu recentemente nos laranjais do Estado São Paulo, Cutrale, titularidade questionada, o Judiciário definirá; direitos humanos seguirá sendo voz de quem não tem voz. Lembrará episódios que a mesma imprensa que ataca não gosta de lembrar, das mortes de Pedro Alcântara, uma semana atrás, no Pará; de Elton Brum, em São Gabriel, meses atrás, e vamos ver como que ela trabalhará mais um julgamento dos assassinos de Dorothy Stang.

Bom, sobre os riscos... Sobre a questão do Uruguai, lembrar que o Uruguai fez um processamento bastante sério, rigoroso, do processo, membros da junta presos, militares presos, Tabaré Vásquez, que não participou daquela resistência, um médico oncologista... Ele, quando fez uma declaração, dois anos atrás, de que a Comissão da Verdade deveria investigar os dois lados, ele levou tanta pancada que publicamente foi a televi-

são pedir desculpas: "Eu errei, eu coloquei no mesmo saco duas coisas que não podem ser comparadas; se houve violências condenáveis da parte dos Tupamaros, ou o que quer que seja, isso não é o assunto que, na reconstrução democrática, trata-se de terminar o reconhecimento da responsabilidade do Estado". Que é o mesmo, esse Estado brasileiro é o mesmo de 64, de 69 e de 70. Responsabilidade que já está normatizada no art. 8º da ADCT. Então, nós não vamos definir nada; a Constituição já estabelece o dever do Estado de fazer a anistia, a reparação, a reintrodução nos postos, quando possível, a Lei 9.140, de 95, mortos e desaparecidos; a Lei 10.559, de 2002, a Comissão de Anistia.

Então, é prosseguir nesse processo, complementando a página que falta, sem revanchismo, sem querer reabrir feridas; é lavando as feridas, para que só assim cicatrizem. Curiosidade, é que faz poucos meses que terminou o mandato de Tabaré, dois meses, e assumiu o Mujica, 13 anos preso, não, sequestrado, em buraco; sequestro quer dizer o seguinte: Todos nós fomos seqüestrados; o DOI-CODI não chegava com mandado de prisão para nós. A gente era jogado dentro de um camburão, e levávamos pancada no deslocamento para a Rua Tutoia, no meu caso, e semanas depois, quando decidiam se íamos ficar vivos ou não, aí sim, começava a haver um processo de formalização: "Você vai para o DOPS, para fazer o cartório etc. e tal".

No Uruguai, houve um momento que a ditadura normatizou o sequestro pelo Estado; ela comunicou na televisão: "Atenção, Srs. Comandantes dos Tupamaros, Raúl Sendic está mantido sob o nosso poder", pai do Rauzito, mencionado pelo Arthur Virgílio... "E, em qualquer novo sequestro que vocês realizarem, nós executaremos imediatamente". O Estado fez isso. Não pode fazer, tem de fazer o processo.

O Mujica acaba de fazer um pronunciamento, a la Mandela, que gerou descontentamento da militância específica dessa área, dizendo que não está preocupado em colocar velhinhos na prisão, que o Uruguai tem que seguir adiante, que é preciso fazer valer as novas leis que eliminaram as falsas anistias, mas que ele acha que é preciso pensar uma saída, que não é jogar ninguém de 90 anos na cadeia.

E sobre os riscos do fundamentalismo, papel do Parlamento, eu estou... E eu proponho, ou entendo, que a visão do senador, a minha, sejam a mesma visão, de que nós somos contra qualquer fundamentalismo; os fundamentos são princípios que têm que ser seguidos e aplicados por todos, mas jamais dogmatizados, jamais deixando de levar em conta o elemento central dos direitos humanos, que é a ideia da alteridade: O outro pensa diferente de mim e ele está tão convencido da verdade quanto eu. Então, não é pelo fuzil, pelo canhão, é sentando aqui, e, no Senado, que nessa manhã e tarde, acho que vai deixar em todos nós uma lembrança muito forte, o nosso profundo agradecimento pela chance de corrigir distorções, de qualificar o debate, de transformar toda controvérsia, agora, na possibilidade de uma compreensão democrática com acordos e desacordos. A democracia consagra a legitimidade do dissenso, repetindo o Presidente Lula mais uma vez: "Não é a consolidação do silêncio; é a manifestação de múltiplas vozes, ou a sinfonia de múltiplas vozes". Muito obrigado, Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É muito significativo que o Ministro Paulo de Tarso Vannuchi encerre a sua apresentação aqui no Senado Federal sendo aplaudido; havia dúvidas sobre isso, mas que foram absolutamente consumadas agora, no final da sua explanação, da sua apresentação, respondendo com clareza a todos os questionamentos que foram feitos. Eu acho que nós conseguimos, ao final, no Senado, valorizar esse instrumento da democracia, que é um plano concebido, nós podemos dizer, por vários governos, mas que ele deu um passo adiante, ele deu um salto agora, no Governo de Lula e na direção do Ministro Paulo Vannuchi.

Então, eu quero deixar meus parabéns pela atuação do Ministério, da sua atuação, da atuação dos que estão trabalhando contigo, que são gente que ajuda o Brasil já há muito tempo, e respaldar as conferências; pode ser que elas contrariem posições nossas, particulares, mas é o instrumento mais eficaz para mobilizar a sociedade brasileira. E acho que a Comissão de Direitos Humanos do Senado, na minha opinião, deve, sim, se incorporar, aceitar o convite de V. Exa., e se incorporar à realização da próxima Conferência Nacional de Direitos Humanos.

Eu digo que ela foi criada mesmo na Câmara; muitas outras foram criadas fora do Parlamento, e fora da institucionalidade e fora do governo, e deram muitos resultados positivos para o Brasil. Eu considero que, talvez, o nosso Senador Cristovam Buarque vá aceitar e, de ofício, já determinar a participação da nossa comissão para que ela se incorpore já nos preparativos, e no exame do que está sendo proposto agora, que venha ao Congresso Nacional e vai ser debatido amplamente, abertamente na sociedade brasileira, e as conferências, e a sociedade, evidentemente, que vão cobrar dos senadores e dos deputados que aquele resultado se materialize em legislação mais avançada para o nosso país.

Eu agradeço a V. Exa., venha sempre aqui, porque, quando vem, o resultado é muito positivo. Eu acho que quanto mais vier aqui, mais esclarecimentos, mais gente vai sair defendendo o Plano Nacional de Direitos Humanos. Muito obrigado, está encerrada a sessão.

[palmas]

Sessão encerrada às 14h53.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 7ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia dezoito de março do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senadores **Eduardo Azeredo** e **Geraldo Mesquita Júnior,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos senhores Senadores **Eduardo Suplicy, João Ribeiro, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Patrícia Saboya, Renato Casagrande, Inácio Arruda, Geovani Borges, Adelmir Santana, Romeu Tuma** e **Arthur Virgílio.** Justificou a ausência o Senador **Francisco Dornelles.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Apreciam-se os seguintes itens, constantes da pauta. Item 1 – **Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 801, de 2009**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *"Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes Residentes do Pessoal Diplomático, Consular e Técnico – Administrativo, celebrado em Roma, em 11 de novembro de 2008";* Relator "ad hoc": Senador **Inácio Arruda**; Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. Item 2 – **Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 871, de 2009**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *"Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Dar es Salaam, em 22 de agosto de 2008";* Relator "ad hoc": Senador **Roberto Cavalcanti;** Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. Item 3 – **Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 876, de 2009,** de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *"Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Serra Leoa, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2008*"; Relator "ad hoc": Senador **Romeu Tuma;** Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. Item 4 – **Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 927, de 2009**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados**,** que "*Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia em Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Brasília, no dia 12 de setembro de 2006*"; Relator "ad hoc": Senador **Pedro Simon;** Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. Item 5 – **Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 929, de 2009**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados**,** que "*Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em São Paulo, em 17 de novembro de 2008*"; Relator: Senador **Fernando Collor;** Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. Item 6 – **Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 930, de 2009**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados**,** que "*Aprova o texto dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, contendo a sua última revisão, realizada em Lisboa, em 2007*"; Relator: Senador **Arthur Virgílio;** Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. Item 7 – **Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 1035, de 2009**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados**,** que "*Aprova o texto de modificações ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, que trata, respectivamente, da reforma da expansão da capacidade de investimento e renda do FMI e da distribuição de quotas e do poder de voto dos países membros*"; Relator "ad hoc": Senador **Flexa Ribeiro;** Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. **Item Extra Pauta – Requerimento Nº 17, de 2010-CRE**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti,** que *"Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, audiência pública para debater assuntos relacionados à pavimentação e recuperação da BR 319, objeto de acórdão 275/2010 do Tribunal de Contas da União – TCU, que realizou auditoria contábil, financeira, orçamentária e operacional nas obras da referida rodovia, que liga Manaus/AM a Porto Velho/RO. Para tanto, requer sejam convidados os Senhores Ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento e o Ministro André Luis de Carvalho, relator do acórdão no TCU";* Resultado: aprovado o Requerimento. Du-

rante a Reunião, fizeram uso da palavra os senadores **Eduardo Suplicy**, **Roberto Cavalcanti**, **Pedro Simon**, **Geraldo Mesquita Júnior**, **Flexa Ribeiro**, **Fernando Collor**, **Inácio Arruda**, **Romeu Tuma** e **Arthur Virgílio.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Reunião às doze horas e cinqüenta e nove minutos. Lavro, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada desta reunião. – Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura e aprovação a Ata da Reunião anterior. Sras. e Srs. senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Antes de passarmos aos acordos, eu quero comunicar que foi cancelada a visita do Sr. Julio Cobos, Presidente do Senado e vice-Presidente da República da Argentina, que seria hoje às 11h30, no salão nobre, conforme comunicado anterior. Também o recebimento do Ofício nº. 01/2010, da SECAE, Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, da parte do Deputado Emanuel Fernandes, que comunica que a primeira reunião de 2010 da referida comissão será realizada no próximo dia 23 de março, terça-feira, às 11 horas, no gabinete da Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Essa comissão é composta de seis membros, é o Presidente dessa comissão e também da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, ainda do líder da maioria e da minoria, tanto do Senado quanto da Câmara.

Eu quero, ainda, dar noticia à comissão da aprovação, ontem, pela Comissão de Constituição e Justiça, o assunto não vem a esta comissão, mas é importante que seja comunicado que foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça a promoção *post mortem* de Vinicius de Moraes, de 1° Secretário para Embaixador, num ato, realmente, de reconhecimento ao trabalho de Vinicius de Moraes.

Passamos à pauta. O Item 01. Projeto de Decreto Legislativo nº. 801... O Senador Suplicy não está presente. Ainda com questão do Requerimento aqui, outro Requerimento que está na pauta, antes, então, dos acordos, é o Requerimento do Senador Mozarildo Cavalcante, também assinado pelo Senador Arthur Virgílio e por mim, "*requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, Audiência Pública para debater assuntos relacionados à pavimentação e recuperação da BR-319, objeto de acórdão 275/2010, do Tribunal de Contas da União – TCU, que realizou auditoria contábil financeira e orçamentária operacional nas obras da referida rodovia que liga Manaus, no Amazonas, a Porto Velho, em Rondônia. Para tanto, requer-se que sejam convidados os Srs. Ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc; dos Transportes, Alfredo Nascimento, e ainda o Ministro André Luiz de Carvalho, relator do acórdão no TCU*".

A proposta do Senador Mozarildo, portanto, está em discussão. Não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Senador Roberto Cavalcanti, solicito seja relator *ad hoc* do Item 02 do Senador Efraim, que já comunicou que não poderia estar presente. Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo nº. 871/2009, que "*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Dar es Salaam, em 22 de agosto de 2008"*. O Senador Efraim que é o relator; o Senador Roberto Cavalcanti, como relator *ad hoc,* com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, trata-se de um acordo entre as República Federativa do Brasil e a República Unida da Tanzânia, no tocante ao exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico. Este acordo é um acordo similar ao já assinado pelo Governo e pela República Federativa do Brasil, com diversos outros países.

Então, na verdade, eu acompanho o voto do relator, que é no sentido de "*face o exposto e por ser proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional, legal e regimental, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº. 871/2009*". É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, eu encerro as discussões e coloco em votação. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado o texto do acordo entre e a Tanzânia, sobre

o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico.

Vamos passar agora ao Item nº. 05; a relatoria do Senador Fernando Collor. É o Projeto de Decreto Legislativo nº. 927/2009, "*que aprova o texto do acordo entre a República Federativa do Brasil e República da Índia, em cooperação científica e tecnológica...*". Desculpa. Eu li errado aqui. É do Senador Marco Maciel; peguei o Item 4. É o Item 5, "*que aprova o texto do Acordo-Quando entre o Brasil e o Canadá para cooperação também entre ciência, tecnologia e inovação*", e o Senador Fernando Collor é que é o relator. Com a palavra o Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. senadores. "*Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina o Decreto Legislativo nº. 929/2009, que aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá para cooperação técnica em ciência, tecnologia e inovação, assinado em São Paulo, no dia 17 de novembro de 2008.*

Em atenção ao disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, que estabelece atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, combinado com o seu art. 84, inciso VIII, o Poder Executivo enviou às Casas Legislativas a Mensagem nº. 219, de 09 de abril de 2009, solicitando a apreciação da matéria. Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi aprovada em 09 de setembro de 2009, na forma de Projeto de Decreto Legislativo.

O acordo se faz acompanhar de exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte: trata-se de instrumento-marco que contribuirá para elevar o patamar das relações Brasil/Canadá, expandindo e fortalecendo os laços entre as comunidades científicas dos dois países, por meio do estabelecimento de condições favoráveis para o desenvolvimento da cooperação em ciência, tecnologia e inovação, em bases mutuamente benéficas e quantitativas. No acordo, os dois países reconhecem a importância da ciência, da tecnologia e da inovação para o desenvolvimento econômico e social de ambos.

À vista desses aspectos, consideramos o ato internacional que ora se submete à apreciação legislativa, para efeitos de incorporação ao ordenamento jurídico interno, de todo conveniente e oportuno aos interesses nacionais. Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 929/2009, que aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, para a cooperação em ciência, tecnologia e inovação, assinado em São Paulo, em 17 de novembro de 2008". É esse o parecer, Sr. Presidente Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Fernando Collor. Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, eu coloco, portanto, em votação. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado o acordo entre o Brasil e o Governo do Canadá para cooperação em ciência, tecnologia e inovação, Projeto de Decreto nº. 929. Passamos agora--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu fui informado que V. Exa. solicita que eu relate *ad hoc* o Item 7. Tenho a maior honra de ler o parecer do Senador Francisco Dornelles. Mas eu pediria uma inversão de pauta, porque eu tenho uma Audiência Pública agora, na CCJ, que é de interesse de todos, que trata do projeto, também, do Senador Francisco Dornelles, que distribui, da mesma forma que o imposto de renda e o IPI, o COFINS e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido aos Estados e Municípios, na mesma proporção. O projeto ia ser aprovado, e o Senador Suplicy, contra os interesses do Estado de São Paulo, pediu que fosse feita Audiência Pública... Desculpa, o autor é o Senador Pedro Simon, e pediu que fosse feita Audiência Pública, e está ocorrendo agora. Se os nobres senadores concordam, eu pediria, então, essa inversão para poder relatar o Item 7.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Estão de acordo, portanto, invertemos o Item 7, o Decreto Legislativo nº. 1035/2009, "*que aprova o texto de modificações ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, que trata, respectivamente, da reforma da expansão da capacidade de investimento e renda do FMI e da distribuição de quotas e do poder de voto dos países membros*". Relator é o Senador Francisco Dornelles. Senador *ad hoc*, Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Eduardo Azeredo, Srs. senadores, eu quero, antes de iniciar o relato, em meu nome, parabenizá-lo pela atitude que V. Exa. tomou em não pautar a votação de novos Embaixadores, enquanto não tivermos uma reunião com o Ministro Celso Amorim. V. Exa. o fez de forma competente; é preciso que o Senado Federal e, em especial, a Comissão de Relações Exteriores, tratem o assunto da forma como V. Exa. o tem tratado,

responsavelmente. Mas, lamentavelmente, o Governo tem tentado, e conseguido, criar Embaixadas em países que, no entendimento nosso... Tanto que eu pedi informações com relação a Dominica e não caberia ter uma Embaixada. Mas vamos discutir isso em outros assuntos, com o Chanceler, o nosso Ministro Celso Amorim, que, tenho certeza, não se negará a vir aqui conversar com os senadores.

O projeto que trata da Câmara dos Deputados, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que aprova o texto de modificações do convênio constitutivo do Fundo Monetário Internacional, que trata respectivamente da reforma da expansão da capacidade de investimento em renda do FMI e da distribuição de cotas e do poder de voto dos países membros.

O relatório do Senador Francisco Dornelles tem o seguinte teor: "*Com fundamento no disposto nos art. 49, inciso I, e 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República, por meio da Mensagem 563, de 17 de julho de 2009, submete ao Congresso Nacional o texto de modificações ao convênio constitutivo do Fundo Monetário Nacional, que trata respectivamente da reforma da expansão da capacidade de investimento do FMI e da distribuição de poder de votos dos países membros.*

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo foi formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e, posteriormente, apreciado pelas Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição, Justiça e Cidadania. Em seguida, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e, na comissão, a este relator, em 18 de fevereiro de 2010.

Acompanha a mensagem presidencial em apreço exposição de motivos acerca da celebração do ato internacional, firmado pelos Ministros da Fazenda e Ministro das Relações Exteriores, do qual cabe destacar a proposta de alteração no modelo de renda do Fundo Monetário Internacional, contida na Resolução 63-3, decorre do fato de que a receita do FMI é baseada atualmente nos juros recebidos pelos empréstimos, e, uma vez que essas operações vêm sendo drasticamente reduzidas nos últimos anos, as receitas auferidas são insuficientes para fazer frente aos custos.

Assim, as medidas propostas para alteração no modelo de renda visam alcançar, em linhas gerais, os seguintes objetivos. A) expandir a capacidade da conta de investimento e da conta de desembolso especiais; B) permitir a venda de 403 toneladas de ouro, adquiridas depois da segunda Emenda de 1973, e o investimento dos lucros dessas na conta de investimento.

A proposta de Resolução prevê igualmente emenda ao artigo XII, Section 3(c), criando dois cargos de diretor executivo alterno para duas constituencies (conjunto de países que elegem um Diretor) africanas. Não foram apresentadas emenda ao Projeto do Decreto Legislativo".

O Voto, Sr. Presidente. "*Com base no exposto, conclui-se o parecer, opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 1035/2009*". É o relatório do Senador Francisco Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão o relatório do Senador Flexa Ribeiro. Não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação. Os Srs. senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado. Antes de passar--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, requeiro a V. Exa., com a aquiescência do nosso Plenário--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --a urgência para votação da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeitamente. Já vai apreciar com urgência. Dois assuntos que eu quero ainda tratar, antes de passar aos próximos pontos aqui, três assuntos, na verdade... O primeiro é que a comissão recebeu a resposta a um Requerimento que foi apresentado aqui, o ano passado, o Senador Tuma, que é... Senador Tuma, nós aprovamos aqui, ainda no fim do ano passado, um Requerimento ao Ministério da Justiça, em relação aos equipamentos de escuta, qual era o conhecimento, quantos tinham sido comprados no Brasil.

Então, eu recebi aqui já a resposta e vou passar a V. Exa., aos senadores interessados, que foi exatamente... Discutiu-se, naquela Reunião, em outubro ainda, o uso de equipamentos de interceptação telefônica e de dados e gravação por órgãos públicos. Condicionou-se o emprego desses equipamentos por autoridades do Ministério da Justiça, com destaque para a Polícia Federal. Uma vez que compete ao Congresso Nacional a fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, inclusive aqueles conduzidos sobre a égide do sigilo, acreditamos ser importante essa informação.

A informação, ela, na verdade, diz que os equipamentos foram conveniados e que a responsabilidade é de cada Secretaria, cada estado-–

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, o senhor permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu apresentei um projeto aqui, responsabilizando a Polícia Federal para controle da venda dos equipa-

mentos, porque o uso de equipamentos de escuta está previsto na lei do crime organizado. Então, ela define quem pode e não pode usar. Está cheio de Governador, de particulares que estão comprando equipamento e usando sem controle de ninguém. Então, avacalhou, se quiser ouvir o senhor, eu, o Presidente Collor, bota lá o aparelho e vai ouvir, inclusive os detetives particulares.

Então, esse projeto não andou. Eu acho que essa consulta é para dar indicativo da responsabilidade de quem tem que controlar. E aí diz assim: "Quem é responsável quem compra". Eu vou lá e compro; é padaria para eu comprar o aparelho de escuta e usar do jeito que eu quiser, eu sou responsável por isso... É absolutamente negativo. Porque se o Conselho Nacional de Justiça--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E nesse aspecto--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Conselho Nacional de Justiça está discutindo o uso do grampo telefônico, quando deve ou não, o senhor vê que vem aí uma resposta--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A resposta, nesse caso, ela não traz nenhuma informação, ela só diz que é da responsabilidade dos estados e que coube ao Ministério apenas repassar recurso em convênio, não diz o que foi perguntado, que era exatamente a informação de quem comprou, sobre a responsabilidade de quem está, quantos equipamentos. Isso não está informado-–

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Equipamento tem que ter importação--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É um mercado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É um mercado que está aberta as portas para... O senhor mesmo foi outro dia mostrar uma caneta que o cara ouve tudo, quer dizer, a responsabilidade pode ser individual pelo uso indevido-–

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, pois é. O original está com V. Exa., depois eu lhe passo uma cópia em definitivo. Mas só para V.Exa. tomar conhecimento-–

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu só queria dizer que eu tenho uma preocupação--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --com a escuta telefônica porque não há controle nenhum. O juiz tem que autorizar, inclusive--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Evidente que tem, dentro do Estado de Direito.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Juiz tem que autorizar. Esse negócio de autoridade mandar grampear, sem que o juiz tenha conhecimento, põe o cidadão em risco de sofrer uma invasão na sua privacidade. Desculpa eu estar falando isso. É por experiência pessoal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, perfeito. É quem tem mais experiência, aqui, entre nós, nessa área da defesa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Processaram um detetive particular por furto de energia, quando ele fazia o grampo no poste, porque não tinha nada para punir pelo uso do grampo telefônico. Então, fazia por furto de eletricidade porque ele usava o fio do poste elétrico para poder ligar o gravador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu queria me acostar a tudo que foi dito, a toda essa preocupação do Senador Romeu Tuma. Na verdade, esses instrumentos hoje, eletrônicos, e instrumentos até de grande capacidade, eles estão sendo manuseados de forma que está constatado que é de forma indevida. Então, tem que haver realmente instrumentos de controle e instrumentos de punição para que isso ocorra. Porque é uma tentação, na verdade. Existe um determinado equipamento; a disponibilidade para um determinado Governo, que o entrega a uma polícia, ou entrega ao Ministério Público, ou entrega a determinado segmento da sua atividade, e esse instrumento está ali disponibilizado para grampear quem desejar no Brasil, a qualquer minuto, a qualquer hora.

Então, é, realmente, extremamente preocupante a utilização, e muitos dos inquéritos que hoje são feitos no Brasil, na verdade, nascem de escutas indevidas, de grampos indevidos, não autorizados pela Justiça. Então, me acosto a tudo que foi dito pelo Senador Romeu Tuma e o parabenizo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado. Então, nós estamos com uma cópia, eu vou tirar uma cópia, Senador Tuma, para poder distribuir também, eu peço à secretaria que providencie, que, eventualmente, nós possamos insistir, então, no pedido de informações, já que a resposta aparentemente não atende.

O segundo assunto, eu estou distribuindo também uma cópia aí, eu recebi uma informação, ainda hoje pela manhã, com relação, exatamente dentro do que motivou a posição da bancada do meu partido, do PSDB, em relação a algumas críticas contra alguns excessos na política externa brasileira, e são alguns problemas que surgem... Esse, em específico, trata-se

de uma ação junto ao FMI, que traz um desconforto entre o Brasil e a Colômbia. O Paulo Nogueira Batista Júnior, que é o representante do Brasil no FMI, ele, pela informação, ele despediu, dando um prazo de 24 horas à representante, a diretora alterna da Colômbia, no mesmo grupo. E isso trouxe todo um desconforto e um protesto da parte da Colômbia, que não veio até a mídia ainda, mas é um assunto que está levando, lá na Colômbia, um desentendimento, por que essa posição do representante brasileiro em relação ao representante da Colômbia, já que a Colômbia tem autonomia para a sua indicação.

Então, isso é que eu estou distribuindo para os senhores apenas para conhecimento, eu também recebi hoje pela manhã, mas é apenas mais um dado, Senador Inácio, que mostra que nós não estamos com nenhum ciúme, como V. Exa. falou, não, até porque a proeminência do Brasil nas relações internacionais começou lá com Juscelino, quando o Juscelino realmente industrializou o Brasil--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu falei isso, que era uma questão de diplomacia brasileira, não era um problema do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está certo, mas é que V. Exa., ontem, no discurso, disse que a oposição estaria com ciúmes do sucesso... Absolutamente. Nós reconhecemos que o Presidente Lula tem tido sucesso na representação brasileira, nós estamos criticando os excessos, que, às vezes, esse sucesso traz um pouco de entorpecimento, e aí é que os excessos acontecem--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tem gente que se excede tanto que começa a jogar bombas nos outros países.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É verdade. Tem alguns que acontece isso. Nós esperamos que não aconteça aqui conosco. Então, esse caso da Bolívia é mais um que pode demonstrar. Mas o que eu estava dizendo é isso, o Brasil vem se tornando um país cada vez mais relevante, passando por vários Governos que puderam colaborar, até mesmo o Governo Militar teve alguns pontos positivos, apesar de discordarmos da parte da democracia; o Presidente Collor, o Presidente Sarney, os demais Presidentes, Itamar, Fernando Henrique, o Presidente Lula, e que todos esses construíram esse maior relevo do Brasil nas relações internacionais, que tem hoje. Portanto, não dá para ficar nessa euforia excessiva em relação à proeminência do Brasil.

Mas neste caso que eu estou transmitindo para os senhores é que possam ter esse conhecimento em relação a essa questão da Colômbia, que eu não tive nem tempo ainda de analisar devidamente. Mas eu agradeço, inclusive, à posição do Senador Flexa, e que traz a oportunidade de fazer essa explicação. Nós já recebemos este ano 14 indicações de Embaixadores e foram encaminhadas a esta comissão. E a posição de nós aguardarmos a visita do Ministro, para podermos discutir um pouco mais essas questões que estão--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Esse é um assunto interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, esse é outro assunto que podemos discutir com ele. E existe, inclusive, uma questão do ponto de vista mais burocrático, de formalidade, mas não é burocrático no sentido pejorativo, é no sentido da situação, e que se trata inclusive de uma questão que as indicações têm vindo, talvez pela rapidez, elas têm vindo com assinatura digital, mas a assinatura digital, ela deve vir sempre com a certificação. E isso não está acontecendo... Certificação.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Presidente Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É exatamente sobre isso que eu gostaria de lhe falar. Todos os processados que a Comissão de Relações Exteriores tem aí nos seus arquivos de indicação de Embaixadores para postos no exterior, todos eles vêm com uma suposta, suposta, assinatura eletrônica, porque, quando é assinatura eletrônica, ela tem que parecer no processado e, embaixo, dizendo assinatura eletrônica, dizendo que não foi o próprio Chanceler ou o seu substituto legal que apôs ali a sua assinatura.

Então, eu gostaria de sugerir a esta comissão que todas as indicações de Embaixadores, e aproveitando esse interregno em função da decisão adotada, que fossem devolvidas todas essas indicações de Embaixadores para o Chanceler Celso Amorim para que ele, entre um rega-bofe e outro, possa apor a sua chancela nas indicações dos Srs. Embaixadores, porque eu acho que, inclusive, isso é um *capitis diminutio* para um Embaixador que vai representar o nosso país no exterior. Quer dizer, sequer a assino tudo a ver, eu acho que não deveria nem ser permanecida assinatura eletrônica em documento de Estado. Em cartões de boas festas, que S. Exa., o Chanceler Celso Amorim para os seus amigos, e votos de Páscoa, de Boa Páscoa e de aniversário, tudo muito bem, seja um assinatura eletrônica, mas, em documentos de Estado, por mais que queiram modernizar essas coisas, em documentos de Estado, não pode haver assinatura eletrônica.

Eu acho que essa poderia ser uma compreensão, salvo melhor juízo, que a Comissão de Relações Exteriores poderia ter, e comunicar ao Sr. Chanceler

que a chancela dele, até porque é um Chanceler, dentre outras coisas, para chancelar as indicações que são feitas dos Srs. Embaixadores e que estão sendo encaminhadas a esta Casa e a esta comissão para que sejam analisados. Então, esta é a sugestão que eu deixo a V. Exa., Sr. Presidente e aos Srs. integrantes desta comissão, para que essas indicações sejam todas dissolvidas porque, em 24 horas, no máximo, o Chanceler Celso Amorim, ele terá condições de apor a sua briosa assinatura, tão rara nos documentos que encaminha a esta comissão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Collor. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu conversei rapidamente aqui com o Senador Collor e pedi informações também rápidas a respeito desse tema. Eu vejo que o Senador Collor não está muito satisfeito com o Ministro Celso Amorim. Acho que a gente precisa encontrar um meio de resolver também essas dificuldades--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não faz parte da oposição, ele faz parte de um partido de apoio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É claro.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu tenho pelo Embaixador Celso Amorim, Senador Inácio Arruda, o maior respeito e admiração, tanto que eu, como Presidente da República, eu o convidei, eu o indiquei para um posto importantíssimo, em Genebra, que era do desarmamento, mas ele parece que, ultimamente, mudou pouco do espírito anti-bélico para um espírito um pouco mais agressivo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que os tempos são outros, senadores.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É, os tempos são outros. Mas eu digo isso não é em função do Chanceler, eu digo isso em função das atitudes que ele vem adotando; as atitudes do Chanceler Celso Amorim em relação a esta comissão não condizem com a boa prática do relacionamento das instituições do Estado brasileiro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Agradeço o aparte de V. Exa.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Permite um aparte, senador? A primeira coisa, era bom esclarecer, o Senador Collor, que eu tenho certeza que não é o que ele quis dizer, que ele disse que convidou o Embaixador Celso Amorim, para uma missão de paz...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre o tratado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Isso, isso. E agora ele está num caminho mais...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Belicoso.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mais belicoso, mas não é querendo arma [risos]. Mas é bom esclarecer. É bom esclarecer porque dá a entender que agora ele está no caminho da luta.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não, não, ele está mais inquieto, eu percebo que ele está mais inquieto.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu concordo. Mas eu pedi um aparte a V. Exa., que é o seguinte. Senador Presidente, tem toda razão, Senador Collor, tem toda razão V. Exa., mas só tem uma coisa, quem não se faz respeitar não é respeitado. Há muito tempo que eu estou discutindo nessa comissão que essa comissão tem que ter mais atuação, essa comissão tem que trazer para cá o Chanceler, tem que trazer para cá o nosso Embaixador na ONU, tem que discutir qual é a pauta das reuniões gerais. Nós não fizemos nada. V. Exa. tem razão. Se nós tivéssemos uma atuação mais atuante, mais firme, não estaria fazendo isso não.

Eu acho, com toda sinceridade, que a comissão tem que ter... Como é que lá nos Estados Unidos a comissão mais importante é a Comissão de Relações Exteriores. Os caras tremem de medo, quando vão depor na Comissão de Relações Exteriores. Nós temos que defender. Eu concordo com essa tese, eu concordo que ele tem que vir, é ridículo não vir, isso é outra coisa. Agora, nós temos que saber qual é o nosso papel, qual é a nossa posição. E, cá entre nós, a nossa posição é de omissão, manda o cara, a gente aprova todo mundo. Por exemplo, eu vi agora o Senador do Pará dizendo que há um exagero de criação de Embaixada.

Eu até vejo que é um assunto que eu não tenho posição, mas eu acho mesmo que tem alguma Embaixada lá na África, paisinho desse tamanhozinho, que a Embaixada do Brasil é um quarto de hotel, que eu fico me perguntando... Mas nós fizemos alguma coisa nesse sentido? Nós já discutimos essa matéria, nós já debatemos essa matéria? Vamos discutir. Então, ele vai mandando. Nós não fizemos nada, nós aprovamos e ele vai mandando.

Então, eu acho que algum tipo de discussão, de debate com a equipe do Ministério das Relações Exte-

riores e a comissão era importante. Mas enquanto nós ficávamos assim... Houve uma época, senador, que eu aqui, até conseguimos trazer o Ministro das Relações Exteriores e trazer o Embaixador do Brasil na ONU, nas vésperas da Assembléia Geral, ele trazer a pauta que ia ser votada para nós tomarmos conhecimento, debatermos e quem fosse representar o Senado soubesse o que nós íamos discutir para não fazer esse papel ridículo que o senador vai lá de mentirinha, senta ali, fica olhando e não acontece nada.

Então, o que eu quero dizer, eu concordo com o Senador Collor, concordo com V. Exa., mas o que tem que fazer? Nós temos que assumir a nossa posição. Porque se nós não assumirmos, nós não vamos ganhar de presente; não é de presente que eles vão olhar para a nossa cara se nós não exigirmos uma posição.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, Presidente, então, realmente, eu vou dar a minha opinião a respeito do assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A palavra está com V. Exa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Foi um prazer poder ouvir o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Senador, me desculpe.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): De jeito nenhum, não dou desculpa nenhuma, não. Acho que foi muito boa. Então, Sr. Presidente, eu considero o seguinte, a respeito desse tema... Porque nós temos um procedimento. A comissão tem um procedimento. Ela tem recebido as mensagens, que é o que prevalece, e aprecia, então, essas mensagens.

A assinatura do Chanceler nunca foi exigida em nenhum tempo porque a chancelaria envia a mensagem... A indicação para a Presidência da República e a Casa Civil é quem remete para o Senado.

Eu acho que talvez a gente tivesse que agir de outra forma, fazer um elenco de exigências do Senado. Eu lembro que, em relação à Comissão de Infraestrutura, o Presidente Collor fez uma relação de procedimentos, de como nós vamos tratar as matérias. Então, a matéria chegou aqui, mensagem presidencial ou matérias oriundas dos senadores, o procedimento vai ser este: nós vamos receber, no caso de autoridades que vão ser sabatinadas, nós vamos fazer uma sabatina prévia... Vai ter um pedido de vista para que a gente possa apreciar melhor... Então, se estabeleceu um procedimento.

Eu considero que, talvez, o mais adequado para nós não sermos, tomarmos uma medida mais de... Devolve tudo, e eles assinem e mandem para cá... Eu acho que não seria ajustado, por quê? Porque nós estamos procedendo dessa forma; nós apreciamos a indicação de todos os Embaixadores, até o presente momento, com a mensagem vinda da Casa Civil com assinatura eletrônica, apreciamos, votamos e, devolver agora todos os que estão aqui para requerer a assinatura eletrônica da Casa Civil... Porque, do Chanceler, nós não vamos ter essa assinatura, porque não existe essa assinatura--

SENADOR FERNANDO COLLOR [PDT-AL]: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --Então, acho que o procedimento que nós temos que adotar não é em devolver, é a minha opinião. Era nós estabelecermos um procedimento: De agora em diante, nós só receberemos a documentação de indicação de autoridades, Embaixadores ou outras autoridades, não é só o problema do Ministério das Relações Exteriores, porque nós não apreciamos só mensagem do Ministério das Relações Exteriores, então, é um procedimento para todas as autoridades... Só receberemos com assinatura eletrônica, se tiver, de fato, assinatura eletrônica, a indicação de assinatura eletrônica, com a assinatura eletrônica. Porque o que nós estamos apreciando, de fato--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ela é certificada. Tem o Comitê [ininteligível] de Internet no Brasil que tem que ter--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Porque o procedimento de assinatura eletrônica é tranquilo, não há problema quanto a isso, porque é uma regra que foi estabelecida no final do Governo do Fernando Henrique Cardoso, que tem o objetivo de agilizar, de dar um procedimento mais adequado na tramitação dos processos. Então, isso não tem reparo para fazer sobre o problema da assinatura eletrônica.

O reparo que teríamos a fazer é em você indicar que tem assinatura eletrônica sem ter assinatura eletrônica sequer. Mas nós temos recebido e temos votado esses processos. Por que é que nós votamos? Nós votamos porque cabe ao Senado tratar da indicação dos Embaixadores. E o que é relevante, considerado pelo Senado, é a sabatina feita com o indicado, isso é que é relevante. E, com essa relevância, nós fazemos a sabatina e votamos os indicados.

Então, acho que talvez não fosse adequado, mas V. Exa. é o Presidente da Comissão... Eu acho que não seria, é a minha opinião, ajustado nós fazermos uma devolução de tudo. Acho que o mais correto seria... "Vamos estabelecer o seguinte procedimento: de agora em diante, nós só receberemos matérias de autoridades para serem apreciadas por esta comissão se elas atenderem a esses pré-requisitos". Estabelecemos um conjunto de pré-requisitos.

Eu acho que foi o procedimento que nós fizemos na Comissão de Infraestrutura. Acho que foi adequado. Alguns reclamaram, chiaram etc., mas foi adequado, está funcionando e está funcionando bem. Eu acho que nós deveríamos tratar de mesma forma, antes de devolver qualquer processado para a Presidência da República.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): senador.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Inácio Arruda por ter trazido à baila as normas e procedimentos internos da Comissão de Infraestrutura, que nós, inclusive com a participação do Senador Inácio Arruda, houvemos por bem elaborar, para nortear melhor o encaminhamento dos nossos trabalhos.

Na Comissão de Infraestrutura, por exemplo, também nós recebemos indicações. É o Ministro da área, dos Transportes ou das Minas e Energia, indicando a pessoa X para a Casa Civil, para a Presidência da República e, em todos esses documentos, esse encaminhamento ao Presidente da República vem com as assinaturas dos Ministros das respectivas áreas. E isso independeu da questão dos nossos atos e normas para o funcionamento da Comissão de Infraestrutura.

Eu tenho aqui, em mãos, dois processados, que eu mostrei agora há pouco ao Senador Inácio Arruda, um, indicando a Sra. Maria Laura da Rocha, por sinal, Chefe de Gabinete no Ministro; a outra Chefe de Gabinete no Ministro, ele enviou para... Indicou para Genebra. E agora a nova... Eu acho que uma das melhores funções hoje, dentro do Itamaraty, é ser Chefe de Gabinete do atual Chanceler. E a atual Chefe de Gabinete está sendo indicada aqui para a UNESCO--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas a Chefe de Gabinete é uma diplomata.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sim, sim, sim, sim, sem dúvida, tem que ser diplomata, sem dúvida.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É uma respeitável diplomata.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E não discuto a qualificação nem de uma e nem de outra. Estou apenas dizendo que é uma posição, hoje, realmente, muito boa ser Chefe de Gabinete do Ministro atual, Celso Amorim. E aqui está inteiramente apócrifo. Aqui vem: "Assinado eletronicamente por Celso Luiz Nunes Amorim". E cadê a assinatura eletrônica? Nem ela existe. Nem ela eletronicamente existe.

Então, a minha sugestão foi feita nesse momento, Senador Inácio, porque eu não estava presente aqui, na comissão, quando houve essa decisão de sobrestar toda e qualquer análise de indicação de Embaixadores, enquanto...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas há assinatura da Casa Civil?

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sim. Há assinatura da Casa Civil. A Ministra Dilma Rousseff, ela assina... Imagine, a Ministra Dilma Rousseff, com todas as atribuições que ela tem, com todos os encargos que ela tem, com as viagens de fiscalização que ela faz pelo Brasil afora, das obras do PAC, ela encontra tempo para assinar uma mensagem endereçada à Comissão de Relações Exteriores, ao Senado Federal. E o Ministro Celso Amorim, o ínclito Ministro Celso Amorim não encontra esse tempo. Então, o que eu disse foi o seguinte, como no Plenário, segundo me retificou... Aqui foi uma decisão tomada em Plenário--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Uma decisão minha, pessoal.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Uma decisão do Presidente desta Casa, Senador Eduardo Azeredo, tomada em Plenário, e eu não estava, do mesmo modo, no momento, presente, já que isso ficou sustado, aproveitar esse momento de sustação e devolver esses processados para que nós iniciemos já, a partir de agora, como sugere o Senador Inácio Arruda, que nós somente recebamos, aqui na Comissão de Relações Exteriores, documentos oriundos do Ministério das Relações Exteriores, quer dizer, tão afeito à questão da liturgia, de como deve ser processada a questão dos documentos, e como devem ser firmados, para que o Embaixador Celso Amorim, eu tenho certeza que, entre um repasto e outro, ele rapidamente poderá apor a sua assinatura, e com isso, dar um maior... Emprestar a essa documentação que nos chega aqui, de indicação de Embaixadores, um maior respeito, um maior endosso.

Essa é a minha solicitação, tendo em vista que estão sobrestadas as sabatinas dos Srs. Embaixadores. E, a partir de agora, concordo com o Senador Inácio Arruda, independentemente da sugestão que eu faço agora, que seja solicitado ao Ministro Celso Amorim que ele, na correspondência, no ofício encaminhado à S. Exa., o Sr. Presidência da República, por mais que isso tenha sido colocado na... Esteja aí que essa questão de assinatura eletrônica possa ser aceita, mas possa ser aceita em documentos que não de uma importância como essa, porque isso trata-se da designação de um Embaixador que vai representar o Brasil em países lá fora. E que o Embaixador, qual é o problema de assinar? O que é que custa? O que é que vai ferir? O que é que vai tomar de tempo dele?

Essa é a minha sugestão à Presidência desta comissão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Senador Roberto Cavalcanti ainda pede a palavra, para que eu depois possa fazer uma sugestão. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, Eduardo Azeredo, Presidente dessa comissão, Presidente Fernando Collor, eu gostaria de fazer uma proposta conciliatória, que seria no caso de quê? Nós temos aqui o acompanhamento do Itamaraty. Aqui estão presentes permanentemente nesta comissão, representantes, funcionários do Itamaraty, que acompanham detidamente todos esses processos dos Embaixadores. O Ministério das Relações Exteriores está sempre aqui representando... Eu acho que nós não temos dúvida quanto à autenticidade do processo, a validade do processo é um processo... Quando se questiona uma assinatura--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mais um dia poder ter--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso. Eu concordo com as ponderações do Presidente Collor. Agora, eu achava o seguinte, por questão de pragmatismo, nós deveríamos acatar as que estão na Casa, e essas darmos sequência ao processo, e fazermos a manutenção da determinação do Presidente no sentido, de quê? A partir de agora, nós só receberíamos esses processos caso passasse exatamente pelas exigências que nós determinamos.

Agora, o que é que vamos fazer? Vamos devolver tudo isso e pedirmos que sejam feitas apostas, assinaturas efetivas-–

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas só aproveitando... Desculpe, Senador Roberto Cavalcanti, eu coloquei isso agora em função do sobrestamento da análise por esta comissão da indicação de Embaixadores, então, já que esta comissão, por um tempo que não se sabe ainda qual será, não está analisando nenhuma indicação aqui chegada, de nomeação, indicação de Embaixadores, que aproveitemos esse tempo em que estarão dormitando, aqui, na nossa comissão, essas indicações, esses processados e aproveitemos esse tempo e que ele venha a ser devolvido ao Embaixador Celso Amorim, para que ele, num sinal de boa vontade e de respeito a esta Casa, possa apor a assinatura dele na indicação que ele está fazendo a esta Casa dos Embaixadores que estarão nos representando lá fora. É nesse sentido.

Se tivesse em tramitação normal aqui a sabatina dos Srs. senadores, eu, talvez, como fiz de outras vezes por solicitação, seria a partir desse momento, do momento em que nós--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu concordo filosoficamente-–

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --solicitamos. Mas já que há esse intervalo, aproveitando esse intervalo, com 24 horas ou menos que isso, o Sr. Chanceler poderia, até para aplicar as atribuições dele, chancelar cada uma dessas indicações. É isso.

Não sendo isso possível e aceitando, continuando a comissão a aceitar documentos com indicações apócrifas, porque sequer a indicação, a assinatura eletrônica está colocada no documento, que a partir de agora, e ao talante da comissão e a decisão superior do Presidente Eduardo Azeredo, Senador Eduardo Azeredo, Presidente dessa comissão, que, a partir de agora, seja estabelecida essa norma para que nós possamos aceitar o ingresso, nesta comissão, de indicações de Embaixadores do Ministério das Relações Exteriores.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, só para concluir.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, senador. Desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Para concluir, Senador Roberto Cavalcanti. Então, depois o Senador Inácio pede a palavra novamente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Interceptado pelo torpedo Fernando Collor. Na verdade, eu concordo com tudo que está sendo posto. Esta Casa, o Senado Federal é uma Casa política, esta comissão é uma comissão política; a própria habilidade política fez com que na, sessão anterior, nós tivéssemos uma inversão de pauta na qual fizemos uma aprovação primeira do Otto para Embaixador na Grécia, e deixamos para depois discutirmos uma indicação mais polêmica, que era o Embaixador da Venezuela. Isso foi um gesto de habilidade política da Presidência desta comissão.

O sobrestamento dessas indicações de Embaixadores é também um ato político porque, na verdade, nós não vamos pensar que esta Casa, ou esta comissão vai obstaculizar indicações de Embaixadores no Brasil porque isso é um trâmite automático legal, esses profissionais são profissionais de carreira, esses profissionais não são à mercê de Governo X ou Y, de Chanceler X ou Y. Esses Parlamentares... Esses Embaixadores todos são Embaixadores com uma história de vida com indicação de várias Embaixadas. Então, é só essa preocupação no sentido de que nós possamos, então, acoplar esse sobrestamento a essa devolução dos processos, para que não haja essa interrupção. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, é breve porque trata-se de uma questão Regimental. Primeiro, eu acho que talvez fosse necessário a gente esclarecer de que não há documentação apócrifa porque as indicações são feitas pela Presidência da República, e elas vêm assinadas pela Ministra da Casa Civil. Então, não há como a gente... Seria uma forçação de barra nossa.

Quando a indicação é feita à Casa Civil, é evidente que a Chancelaria já chancelou a indicação; está assinada pelo Ministro Celso Amorim. Agora, quanto à documentação vem de lá, a exigência que nós temos da mensagem é da assinatura lá da Casa Civil; estas estão assinadas. Então, não há documentação apócrifa.

E o Regimento interno do Senado é o nosso Regimento, é o art. 383, sobre a apreciação das autoridades, não estabelece essa exigência, de forma nenhuma. Então, não estabelecendo essa exigência, por que é que nós vamos devolver? Acho que seria um equívoco nosso nós tomarmos essa medida. Se nós quisemos, politicamente, fazermos alterações que serão agregadas ao Regimento, faremos daqui para frente. Como eu bem disse em relação à Comissão de Infraestrutura. Se estabeleceu uma regra para frente, mas o Regimento, ele dá essa liberdade para que o Presidente da República envie a mensagem ao Congresso Nacional e o Congresso Nacional examine a matéria. Não precisa exatamente de assinatura do Ministro Celso Amorim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos ouvir o nosso vice-Presidente, Geraldo Mesquita; o Senador Tuma também, senador, depois a gente volta. Eu quero só mostrar para que todos saibam, a assinatura inicial pelo Presidente Lula está assinada, a assinatura do Presidente Lula está aqui; a assinatura da Ministra Dilma também está aqui. Apenas a assinatura do Ministro Celso Amorim é que é eletrônica.

Evidente que a assinatura eletrônica, ela objetiva trazer mais agilidade aos processos interno de Governo, e acredito que é um avanço, mas nós temos o risco, nós temos o risco da falsificação, dos *hackers*, essas coisas todas que acontecem hoje.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que não há exigência sequer de assinatura eletrônica.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E não há eletronicamente. Aí está dizendo "assinado eletronicamente" e não tem assinatura eletrônica.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exato. Aqui está dizendo que está assinado, mas não tem a certificação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não há a exigência--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Essa aqui é a informação aqui da assessoria de que está preenchendo, cumprindo as obrigações.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Porque não há essa exigência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pois é. Mas eu quero a gente poder discutir um pouco mais com a própria assessoria, Senador Collor. Vamos ouvir só o Senador Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu vou na linha do Senador Inácio para sublinhar, fixar, Senador Collor, o fato de que aqui nós estamos vinculados, constitucionalmente e regimentalmente, a apreciar indicações que o Presidente da República faz de Embaixadores. Se não há qualquer desconforto de parte da Casa Civil da Presidência da República, do próprio Presidente da República, acerca da forma como o Sr. Ministro das Relações Exteriores sugere ou indica o nome de Embaixadores, acho que não cabe a esta comissão também manifestar qualquer desconforto.

Se, no processado, constasse aí a assinatura eletrônica do Presidente da República ou da Ministra da Casa Civil, eu iria me sentir incomodado, porque é um ato de extrema relevância, que requer a assinatura formal da autoridade encarregada da fazer indicação a esta comissão.

Agora, se o Presidente da República aceita a indicação, até oralmente, do seu Ministro das Relações Exteriores, isso é problema dele, é problema do Poder Executivo, é uma rotina interna do Poder Executivo, que acho que esta comissão, ciosa das suas atividades e de suas responsabilidades, não tem porque nem como, Senador Collor, se envolver nessa querela.

Eu repito, eu ficaria incomodado se alguma irregularidade estivesse contida no processado em relação à Ministra da Casa Civil ou ao próprio Presidente da República. Se eles não se constrangem ou não se incomodam com a forma como o Ministro das Relações Exteriores indica a eles a necessidade de prover uma determinada Embaixada com um diplomata, não caberá, certamente, a esta comissão colocar qualquer óbice, a não ser cumprir com a sua previsão constitucional e regimental de sabatinar o Embaixador e aprovar ou não a indicação, Senador Collor. Essa é a minha consideração acerca do assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Tuma. Depois de ouvirmos o nosso vice-Presidente Geraldo Mesquita, ouvimos o Senador Tuma. E depois o Senador Collor novamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu vou ser rápido. Eu pediria ao Senador Collor que não falasse em devolução, mas, sim, para reconhecer um ato administrativo com a colocação da assinatura, que não seria uma devolução desrespeitosa que eu acho que o Presidente Collor está propondo é para preencher um pré-requisito normal de correspondência. Ninguém pode mandar uma correspondência sem assinatura; é uma regra normal, não precisa está escrito isso.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mas ele manda é para a Presidência da República, não é para gente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas chega aqui e tem que analisar o que ele manda.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas tanto que é importante que vem para nós isso aqui, Senador Mesquita, isso aqui está dentro do nosso processado. Mas, no processado, eu acho que cada um de nós pode e deve examinar cada um dos documentos constantes do processado-–

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O relator pode rejeitar.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu acho que é muito preciosismo. Eu acho que está na hora de a gente chamar aqui o Ministro das Relações Exteriores-–

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já foi chamado.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): --Nós temos questões a serem tratadas com o Ministro das Relações Exteriores. Ele está voltando de uma viagem internacional, acho até que uma Sessão secreta aqui com ele. A gente poderia colocar em pratos limpos algumas questões relevantes, por exemplo, aqui se discute a relevância ou não de indicação de criação de Embaixadas brasileiras em países minúsculos, pequenos. É uma questão que a gente poderia tratar com S. Exa. o Chanceler brasileiro. Agora... E, de quebra, vamos ver se a gente consegue tratar com S. Exa. também de uma questão como essa, que eu acho, desculpe, Senador Collor, não estou aqui desmerecendo o fato, a preocupação que V. Exa. externa, mas eu acho uma questão menor, em face de questões realmente relevantes que a gente precisa tratar com o Ministro Celso Amorim, a questão da criação de Embaixadas e outras questões que, inclusive, foram alvo de pronunciamento do líder do PSDB no Plenário, do próprio Presidente da nossa comissão, trazer aqui o Chanceler-–

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só para terminar. Quantos processos têm para serem apreciados?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): De Embaixadores, nós temos 12 Embaixadores para apreciar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Quantos?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): 12. Mas não todos distribuídos. Alguns já foram distribuídos para os senadores e outros ainda não. Senador Collor, então.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A sugestão que eu deixo, Senador Collor e demais senadores, é de a gente trazer o Ministro aqui. O Ministro é nosso parceiro. Não me consta que tenhamos tido problemas assim tão traumáticos com o Ministério das Relações Exteriores, a ponto de impedir que o Ministro venha aqui, respeitosamente, tratar de questões que nós estamos avaliando a sua relevância, a sua importância. Eu acho que é a hora de tratarmos assim, entendeu, Senador Collor? E a minha sugestão é essa. Eu acho que o ato da devolução, formalmente, pode se justificar, mas eu acho que tendo em vista o clima muito bom existente entre essa relação e o Ministério das Relações Exteriores, eu acho que a gente correria um risco, Senador Collor, de resvalar, inclusive, por uma grosseria que não cabe, não se justificaria nesse momento.

Eu acho que a vinda do Ministro aqui esclareceria muita coisa. A gente teria um diálogo frango, aberto e sincero com a S. Exa. E eu acho que a gente conseguiria equacionar todas as nossas pendências com o Ministério das Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): senador.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem. Em nenhum momento, na minha avaliação, é uma questão menor. Essa, para mim, é uma questão substantiva, até porque eu já estive do outro lado do balcão e eu sei como essas coisas devem funcionar. E eu sei, eu respeito... Não é que o Itamaraty e os seus funcionários e o zelo com que eles tratam de documentos oficiais.

A questão da devolução, em nenhum momento, pode ser, por mim, pelo menos por mim não o é, considerada desrespeitoso. Trata-se apenas de um lapso cometido pelo Chanceler e que esse lapso pode ser retificado, esse lapso pode ser retirado com a assinatura dele. É o simples ato de ele apor a sua assinatura.

Não pode ser considerado esse gesto como gesto de desrespeito, ao contrário, trata-se, sim, de um gesto respeitoso para com as relações que nós estamos dando entre o Ministério das Relações Exteriores e esta Comissão das Relações Exteriores.

O que nós temos, apenas de estar aqui, a indicação ser do Presidente da República, e é importante que se diga também que o Embaixador do Brasil, antes de ser Embaixador do país, é Embaixador que representa o Presidente da República... Que o Chanceler encaminhe para o Presidente da República um documento, que eu aqui sublinho e ratifico, é um documento apócrifo. Se nós recebemos, no processado, essa indicação dele é porque essa indicação aqui do Ministério das Relações Exteriores é porque é uma documentação importante para ser examinada, como qualquer documento que esteja aqui está submetido a nosso escrutínio, inclusive, em relação ao *curriculum vitae* apresentado pelos Srs. Embaixadores. Tem alguns casos em que há incorreções, há incorreções, e no momento em que se fossem detectadas essas incorreções, isso teria que ser levantado aqui na comissão, embora isso já tivesse sido passado pela Casa Civil e pelo próprio Presidente da República.

Por isso é que eu sugiro, em função somente desse interregno que nós temos, é que o Sr. Chanceler e temos indicações, são 12 indicações que nós temos, o Sr. Chanceler Celso Amorim, ele está criando um fato inédito no Ministério das Relações Exteriores, que é de um titular ser candidato a um cargo eletivo, ser candidato a um cargo eletivo, não estou dizendo que ele não tenha direito [interrupção no áudio] mas é inédito isso na história do nosso país, de um Chanceler se desincompatibilizar para ser candidato.

Então, ele quer, até abril, que é o prazo de desincompatibilização, ele quer empanturrar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República, ele quer empanturrar, com mais de 30 indicações de Embaixadores; mais de 30 estarão chegando, até abril, e irão pressionar aqui a Comissão de Relações Exteriores, porque ele quer deixar o testamento dele pronto. Então, ele quer deixar toda a turma dele devidamente mobiliando esses diversos postos que ele criou.

E deixaria também aqui uma sugestão, Sr. Presidente, Srs. membros desta comissão, que o Sr. Chanceler, que ele fosse conhecer, caso ele não tenha ainda tido essa oportunidade, alguns postos que ele criou, por exemplo, a Nicósia, o Chipre, que tal ele ir ao Chipre? Que tal ir a Belgrado agora, depois da desintegração do Báltico, conhecer melhor a Sérvia, conhecer alguns... Não digo os aprazíveis países caribenhos, porque esses ele já os conhece bem, mas eu digo esses outros onde... Que foram criados por razões, segundo ele, estratégicas para o desenvolvimento e segurança internacionais. Deixaria isso como uma sugestão.

E de um interregno de uma dessas viagens, que apusesse, nos desse essa satisfação de ver, no processado, a sua assinatura; eu não sei como é a assinatura do Senador Celso Amorim. Se aqui alguém assinasse--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador não.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Desculpe, do Ministro Celso Amorim. Se aqui alguém assinasse "Celso Amorim", eu não saberia; nós reconhecemos a assinatura do Presidente Lula, da Ministra Dilma Rousseff, de outros Ministros, mas nós, aqui das Relações Exteriores, não tivemos ainda o prazer de conhecer a grafia do Ministro Celso Amorim, até para saber se a grafia dele é legível ou a assinatura dele é legível ou não. Fica aqui essa minha solicitação, ao talante da comissão e de V. Exa., Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, senador. Eu vou, então, se os senadores estiverem de acordo, que me dêem, realmente, uma delegação que eu possa discutir com o Ministério das Relações Exteriores a melhor alternativa, tendo em vista realmente o que eu estou dizendo, eu acho que o Senador Collor tem razão, nós precisamos de uma garantia, da certeza das assinaturas. É evidente que, por outro lado, que os outros senadores também colocaram, têm razão, o Presidente Lula assinou, a Ministra Dilma assinou, mas essa questão de falsificação na Internet é uma questão crescente. Os senhores sabem que nós, do Senado, já aprovamos aqui um projeto até, que eu fui o relator, que eu apanho muito aí, dizem que eu quero controlar a Internet; eu quero evitar que a Internet não seja segura, e quero exatamente que a Internet seja cada vez mais usada e que ela seja cada vez mais segura para todos.

Então, que o risco existe, existe--

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Qual é o rico, senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O risco de uma falsificação de indicação que pode acontecer--

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador, nós recebemos indicação aqui do Presidente da República.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, sim.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu acho que esse assunto tem que ser deliberado pelo Plenário da comissão, senador, me desculpe.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É uma mensagem presidencial, não é uma mensagem do--

[falas sobrepostas].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que o senhor assumindo eu acho que é perfeito analisar...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu acho que a comissão tem que decidir isso, Senador Tuma, porque, olha... Me perdoe...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas ele vai decidir com o Ministro, respeitosamente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É porque há uma proposição do Presidente, é claro.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu acho que não é adequado, eu acho que não é adequado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Há uma proposição do Senador Collor, de devolução.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu não concordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim. Eu estou dizendo que eu vou discutir com o próprio Ministro uma alternativa, eu estou dizendo que, dos 12 processados, meia dúzia não foi discutida ainda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): V. Exa. me desculpe, mas é porque há um Regimento do Senado; o Regimento do Senado não trata dessa questão; a mensagem é uma mensagem do Presidente da República-–

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, exatamente. Em função de todos esses argumentos é que eu estou dizendo que deixem que eu tome essa decisão porque tem esses argumentos que eu vou exatamente discutir quais são... Aqui eu tenho já informação da assessoria em relação à assinatura digital. Essa é uma área que eu conheço. Então, vamos discutir--

[falas sobrepostas]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se nós tratarmos daqui para frente, eu considero ajustado, mas trabalhar para trás as mensagens que já chegaram. As mensagens foram enviadas pelo Presidente da República, foram examinadas pela Mesa Diretora e distribuídas para a nossa comissão-–

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Podemos, eventualmente, fazer aquelas que não estão distribuídas-–

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Foram apreciadas na Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Aquelas que não foram distribuídas ainda, das novas, eu não distribuí todas, aquelas que não foram distribuídas, nós podemos pedir, não a devolução formal, o Senador Collor está dizendo que não é a força de uma devolução, é a complementação. Podemos pedir, talvez, que, nessas que não foram distribuídas aos senadores, me parece que das novas sete, eu já distribuí duas, então, são cinco, que essas cinco sejam complementadas, digamos assim. Pode ser uma alternativa-–

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Presidente, pela ordem. Eu poderia, talvez, fazer outra sugestão. Que, nessas outras, já existem 12 aqui, segundo o Secretário nos informa, 12 indicações de Embaixadores que chegaram a esta comissão. Então, uma sugestão, solicitar ao Chanceler Celso Amorim que, mediante um ofício endereçado a V. Exa. e a esta comissão, confirme, por intermédio deste ofício, vem à presença de V. Exa. confirmar as indicações feitas por mim e sancionadas pelo Sr. Presidente da República para os seguintes postos: Inglaterra, Dr. Roberto Jaguaribe... Reino Unido, Roberto Jaguaribe, e assim por diante. Isso aí ele faria numa tarde.

E, a partir de agora, a partir deste momento, que esta comissão tomasse a decisão, se a maioria assim decidir, de que todos esses outros 30, 40, que estão por chegar aqui, venham já com o ofício, com a assinatura do Chanceler Celso Amorim. Deixo essa sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. Eu insisto, então, que nós possamos para outros assuntos--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Presidente, eu considero, de qualquer sorte, de qualquer sorte, eu considero que esse tema--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, já estamos discutindo há um bom tempo. Eu considero que se nós pudermos deixar, se os senadores estiverem de acordo--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro. Voltamos aí-–

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu vou discutir com bom senso, eu acho que existem argumentos que todos eles são válidos, tem argumentos a favor e contra, me dêem, realmente, que eu possa discutir essa questão, Senador Collor, Senador Inácio Arruda. Eu estou de acordo que a gente busque uma alternativa que seja factível. Existe realmente um problema que foi levantado, vamos resolvê-lo, mas sem prejudicar o andamento, e não vai prejudicar, nós não vamos ouvir Embaixadores nem agora e nem a semana que vem, se o Ministro não vier. Se o Ministro puder vir antes, nós podemos discutir novamente para ver.

Eu acho que o Senador Pedro Simon colocou, com clareza, Senador Simon. Eu vejo que V. Exa. está de acordo com o que foi tomado pela bancada do PSDB. O que nós fizemos foi exatamente manifestar que, nesta cavalgada, digamos assim, nessa correria, nós vamos acabar sendo atropelados. Então, nós queremos discutir as alternativas com o Ministro, discutir essa questão das Embaixadas pequenas; nós já aprovamos seis, é a sétima só.

Agora não é realmente correto, senador, que nada tenha sido feito. Em relação às novas Embaixadas, eu mesmo apresentei um Requerimento de informações; o Ministério respondeu, fui e distribuí aos senadores, e o Ministério realmente, naquelas que já foram provadas, a meia dúzia, ele diz mesmo que não tem outras Embaixadas, só os Estados Unidos têm Embaixada numa delas lá, o Brasil é o segundo país a ter, não tem relação maior comercial, o Brasil não tem, na maioria delas, não tem nem moradores, muito menos visitantes.

Então, alguma questão... Essa questão já chegou a ser discutida sim. E a questão também, nós discutimos a Bolívia e a Venezuela bastante aqui, dentro desse propósito de uma discussão maior... Da Bolívia não, Venezuela e Honduras, não Bolívia, Honduras, Honduras e Venezuela discutimos bastante aqui. Dentro, realmente, desse ponto, que é um ponto que nos moveu enquanto Parlamentares de oposição, a querer discutir com o Ministro realmente o andamento da política externa, reconhecendo a proeminência do Brasil, reconhecendo a importância que a relação externa tem, mas reconhecendo o dever nosso, o dever do Senado, de acompanhar realmente as questões de perto, para evitar alguns excessos que, às vezes, podem acontecer, e que, na nossa opinião, alguns excessos estão acontecendo.

Então, V. Exa., eu tenho total concordância, nós precisamos que esta comissão realmente não seja simples chanceladora de indicações; nós temos que ter uma discussão dos temas internacionais porque eles estão refletindo no dia-a-dia dos brasileiros. Senador Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O senhor tem... Acho que obrigação de dizer, na Reunião que nós tivemos, no almoço que nós tivemos no Itamaraty, eu conversei longamente com o Ministro. E ele me informou claramente que ele não é candidato a cargo nenhum, que saiu esse comentário, etc. e tal, que ele realmente se inscreveu no PT, mas que ele não é candidato. Não sei...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ele inclusive está agendado aqui para o dia 06 de abril. Já seria depois do prazo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Perdão. V. Exa. estava do lado dele também. V. Exa. ouviu quando ele falou isso, não ouviu?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim. Mas é que essa questão chegou a ser levantado, mas ele disse que não será, e está marcado dia 06 de abril, que é depois do prazo de desincompatibilização. Se ele fosse candidato, poderia vir-–

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas, como V. Exa. quer que ele venha antes...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Espera um pouquinho. Eu não tenho nem por que levantar dúvida e nem por que discutir a matéria. Eu tenho apenas que dizer que, sobre essa matéria, V. Exa. estava do meu lado quando ele falou e ele disse que não, que ele não é candidato, que ele vai ficar até o final e que ele tem esse compromisso. Apenas isso que eu queria dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, o que eu estou exatamente colocando, ele está agendado para o dia 06, depois do prazo legal de desincompatibilização para vir como Ministro. Agora, existe uma tratativa de, eventualmente, ele poder antecipar a vinda aqui para discutir conosco todas essas questões que foram levantadas, e todas elas, inclusive essa questão mesmo da formalização das indicações, essa questão da criação de novas Embaixadas... São vários temas que nós podemos discutir que, sim, esse que ora é trazido aqui, em relação ao Brasil e à Colômbia, e são assuntos que estão sendo colocados. Portanto, os senhores estando de acordo, eu vou--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas aí é que está. Desculpe-me, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não entendo o que é o que Senador Heráclito está fazendo aqui--

[risos].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, porque ele é Primeiro Secretário e ele tem mil coisas para fazer. Se ele está aqui... Espera um pouquinho... Não, deixe-me falar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Posso sair.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O cara, às vezes, avança sinal e fica deselegante para a outra parte... Eu quero saber se ele tem algum motivo a mais que ele vai falar, vai discutir... Que eu tenho que sair, mas aí eu fico, que S. Exa. está aqui e pode ser que ele tenha algum assunto a falar conosco, ou

apenas é como membro da comissão? V. Exa. é uma pessoa muito importante, como ex-Presidente e como Primeiro Secretário-Geral, se está aqui todo esse tempo, tem algum assunto especial que queira falar, e aí eu estou--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sinceramente, Senador Pedro Simon, que não entendi V. Exa.. Evidentemente que a minha presença nesta comissão não brilha mais do que a de V. Exa.-–

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ao contrário-–

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fique absolutamente tranquilo, fique absolutamente--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu sou um pobre coitado que estou aqui a vida inteira... V. Exa. deu brilho a esta comissão-–

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fique absolutamente tranquilo que eu fico, eu sei das minhas limitações, agora, eu, membro desta comissão, já fui até Presidente dela, não sei se V. Exa. se lembra. E seria ruim eu não comparecer a esta Sessão. Aliás, eu sou um assíduo. Eu não entendi o que V. Exa.--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Essa ironia de V. Exa. está sem graça e fora de oportunidade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, eu não entendi por que V. Exa. estranhar a minha presença-–

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu estou falando com toda sinceridade. Eu estou falando que V. Exa. está aqui há um bocado de tempo. V. Exa. é o Primeiro Secretário e tem mil coisas a fazer. Se V. Exa. está aqui é porque esse, nesse momento, é o assunto mais importante para V. Exa. E aí eu quero saber se V. Exa. tem algum assunto que vai falar, porque aí eu vou ficar; senão, eu ia pedir licença para me retirar. Apenas isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em primeiro lugar, eu não sabia que V. Exa. agora virou bedel da palavra alheia, mas quero parabenizá-lo por isso. Agora, quero dizer que uma das coisas que eu aprendi na vida--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não sou bedel da palavra alheia, apenas dou valor às pessoas que têm... V. Exa. é uma pessoa que tem muito valor-–

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Olha, uma das coisas que eu aprendi na vida foi distribuir o meu tempo-–

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, vamos dar continuidade à Reunião-–

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Espera aí, eu acordo muito cedo, chego ao Senado muito cedo, não durmo depois do almoço, não uso pijama depois do almoço. Então, eu fico aqui e uso e distribuo o meu tempo bem, de forma que eu tenho os meus horários de tratar dos assuntos da Primeira Secretaria e tenho os meus horários de tratar os assuntos como Parlamentar, como tive, quando V. Exa. precisou, tempo para tratar dos assuntos do Rio Grande do Sul, ficando o dia inteiro com V. Exa. em Plenário.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa. não tem nenhum assunto que vai tratar aqui, importante?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Como V. Exa. sabe?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Estou perguntando.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, pode ser que sim e pode ser que não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Então, eu vou ficar aqui-–

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, pronto.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Então, eu vou ficar aqui, porque senão eu ia pedir licença para sair.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos dar continuidade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu [ininteligível] em saber que V. Exa. vai ficar aqui-–

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, vamos dar continuidade à Reunião. Nós temos ainda três acordos a serem votados.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E pela ordem, o Senador Collor. Mas, logo em seguida, vamos retomar a pauta dos acordos, já com essa questão já encaminhada e a questão do Ministro vindo aqui. Senador Collor e, em seguida, vamos ouvir o Senador Simon.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. senadores, Sras. Senadoras, foi citado aqui o Regimento Interno do Senado Federal, trazido à baila pela competente assessoria desta comissão, mas aqui o art. 410, título 14, dos documentos recebidos, art. 410: "*Não serão recebidas petições e representações sem data e assinatura*...". "*Sem data e assinatura, ou em termos desrespeito-*

sos, podendo as assinaturas, a juízo da Presidência, serem reconhecidas".

O que se solicita à Presidência desta comissão por mim, Sr. Presidente, é que esta Presidência não reconheça como um documento válido, porque isso é uma decisão sua, eminentemente, do Presidente desta comissão, um documento apócrifo, sem assinatura, com base nos poderes que lhe confere o art. 410 do nosso Regimento Interno, no seu título 14, dos documentos recebidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, eu vou discutir, como já disse com o próprio Ministro Celso Amorim, mas eu quero contestar parcialmente, porque a assinatura do Presidente da República está aposta. Então, vamos agora, o que está em questionamento é só a questão do Ministro das Relações Exteriores.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O que está em questão exatamente, Sr. Presidente, é a assinatura do Ministro das Relações Exteriores, parte constante... Cujo documento é parte constante do processado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon. Vamos ouvir agora e podemos dar segmento aos acordos. Senador Pedro Simon, como relator *ad hoc* do Item 4... Item 3 é o Senador Tuma, o quatro é o Senador Simon.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O Collor quer a assinatura do Celso Amorim de qualquer jeito. Isso que é uma paixão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Projeto de Decreto Legislativo nº. 927... É o quarto, primeiro, que está com o Senador Pedro Simon, que era da relatoria do Senador Marco Maciel, é o Projeto de Decreto Legislativo 927, "*que aprova o texto do acordo entre o Brasil e a Índia, em cooperação cientifica e tecnológica*". Relatoria Senador Marco Maciel e vai ficar, então... Eu solicito ao Senador Pedro Simon que seja o relator *ad hoc*. Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Trata-se, Sr. Presidente, de um Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do acordo entre a República da Índia e o Brasil, com relação à cooperação científica e tecnológica, que foi celebrado em Brasília em 12 de setembro de 2006. Eu só estranho, Sr. Presidente, que esse acordo leve quatro anos para chegar aqui no Senado, o que dá, mais ou menos, a entender que não seria uma coisa realmente muito significativa.

O ato internacional põe em relevo a importância da ciência tecnológica para o desenvolvimento de ambas as economias, circunstância que favorece tanto a qualidade de vida de suas respectivas populações, quanto à promoção e desenvolvimento de laço de amizade bilateral. O Senador Marco Maciel é absolutamente favorável, e eu também sou favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Senador Simon. Eu coloco em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação. Os Srs. senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Está, portanto, aprovado o parecer do Senador Pedro Simon como relator *ad hoc* do acordo do Brasil e a Índia, em cooperação cientifica e tecnológica. Passamos agora ao item que já está com o Senador Romeu-–

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, quando couber discutir a questão anterior, aquela da assinatura eletrônica ou a assinatura pessoal, enfim, se o senhor pudesse me dizer, eu digo, quando couber, me dê a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu vou passar ao Senador Tuma e depois V. Exa. é o relator, e aí, nesse momento, V. Exa. poderá também falar sobre esse assunto. Senador Romeu Tuma, por favor, como relator *ad hoc* do Item 3, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº. 876, de 2009, "*que aprova o texto de cooperação técnica entre o Brasil e o Governo da República de Serra Leoa, celebrado em Brasília, em 07 de maio de 2008*". O relator é o Senador Paulo Duque, que, não estando presente, eu solicito, portanto, ao Senador Romeu Tuma que seja relator *ad hoc*. Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Lida a ementa pelo Sr. Presidente, o relatório do ilustre Senador Paulo Duque, vem toda a análise desse acordo de cooperação técnica entre Brasil e Serra Leoa, que visa fortalecer o laço de amizade entre os dois povos, aperfeiçoar e estimular o progresso técnico e desenvolvimento socioeconômico dos dois países, com ênfase no desenvolvimento sustentável por meio da colaboração entre seus programas e políticas correlatas, e da criação de mecanismos institucionais necessários.

O Governo Brasileiro tem procurado, de toda forma, colaborar com a África. Então, tem feito esses acordos com vários países. Portanto, o nosso voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Tuma. Em discussão o relatório. Não havendo quem discutir, eu coloco em votação. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado, portanto, o acordo entre o Brasil e o Governo de Serra Leoa, em cooperação técnica.

Senador Arthur Virgílio, o Item 6 é da sua relatoria, de V. Exa.. Projeto de Decreto Legislativo nº. 930/2009, "*que aprova o texto dos estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, contendo a sua última revisão, realizada em Lisboa, em 2007*". Com a palavra, portanto, o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, "*trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº. 930/2009, o PDC nº. 1808/2009, na sua origem, que aprova o texto dos estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, contendo a sua última revisão, realizada em Lisboa, em 2007.*

Esta comissão é chamada a opinar o Projeto de Decreto Legislativo nº. 930/2009, que aprova o texto dos estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, contendo a sua última revisão realizada em Lisboa, em 2007".

Para resumir, Sr. Presidente, na Câmara dos Deputados, a mensagem foi aprovada em 09 de setembro de 2009, na forma de Projeto de Decreto Legislativo, formulada e aprovada por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo tramitado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa. Veio com o acordo, acompanha o acordo exposição de motivos do Sr. Ministro das Relações Exteriores, e vale a pena se marcar que as alterações realizadas nos estatutos visa a adquirir as estruturas da comunidade aos desafios com que a mesma hoje se depara, por meio do reforço do papel do Secretário-Executivo, da criação do cargo de Diretor-Geral, da reformulação das estruturas internas do Secretariado Executivo em geral e do estabelecimento de uma Assembléia Parlamentar da CPLP.

Muito bem. É um ato internacional que tem por objetivo aperfeiçoar a estrutura funcional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Eu vejo que aí não é difícil estabelecer uma unanimidade nesta comissão, e quem sabe uma unanimidade no Plenário da Casa. A Comunidade é composta por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor Leste. E já está a CPLP na sua segunda década de existência. Ela vem celebrando acordos internacionais relevantes, conforme permite a sua personalidade jurídica, dentre os quais se destaca o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Há, porém, ainda muito que se fazer e temos que aproveitar a afinidade da língua para obtermos todas as vantagens econômicas para os países-membros dessa associação.

Muito bem, Sr. Presidente, eu estou justamente resumindo o relatório e dizendo que, para o Brasil, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa é de interesse relevante, tanto na perspectiva das novas fronteiras, que devem ser desbravadas por nossa política externa, como na inserção internacional do país, com aprofundamento de vínculos que possuímos com os países de Língua Portuguesa.

Vamos ao Voto, então. "*Em face do exposto e considerando ainda não haver vícios quanto à constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 930/2009, que aprova o texto dos estatutos da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, CPLP, contendo a sua última revisão realizada em Lisboa, em 2007"*. Portanto, o Voto é favorável, Sr. Presidente. Sr. Presidente, o Voto é favorável.

E eu não sei se seria, em seguida, a ocasião de eu expender uma rápida opinião sobre a questão aqui levantada pelo Senador Fernando Collor de Melo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão o relatório do Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só para encaminhar, Presidente, rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Para encaminhar, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Quando o Presidente Fernando Collor esteve em visita a Portugal, eu o acompanhei, como Chefe de Polícia, e participei com ele da Reunião da CPLP, e vi a importância desse núcleo dos países de Língua Portuguesa, e a inserção da língua em várias reuniões cuja língua não é falada o português; várias instituições o espanhol, francês e o inglês, e o árabe, quando eles pagam a tradução; a língua portuguesa não é usada em nenhuma discussão de organismos internacionais.

Então, eu acho que ela tem uma importância bastante grande, que ela discute os interesses de países de Língua Portuguesa, os interesses recíprocos e buscando sempre a harmonia na área econômica, na área de cultura, e em outros fatos que tão bem descreve o Senador Arthur Virgílio, conhecedor profundo da diplomacia brasileira.

Então, eu sou favorável, porque eu assisti a duas reuniões da CPLP e achei sensacional que lá se discute a respeito dos interesses dos países do Língua Portuguesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Tuma. Então, não havendo mais quem queira discutir, eu coloco em votação. Os Srs. senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado este acordo que aprova o texto dos estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, contendo a última revisão realizada em Lisboa, em 2007.

Com a palavra, continua o Senador Arthur Virgílio. Nós vamos ter apenas mais um acordo, que é do Senador Suplicy, que ele tinha pedido para aguardar, mas ele não vai poder vir, então, o Senador Inácio Arruda, eu solicito... Mas vamos ouvir ainda o Senador Arthur Virgílio. Então, vamos ouvir o Senador Inácio Arruda, com esse último, que é o último acordo, depois voltamos ao Senador Arthur Virgílio, inclusive, sobre o tema, inclusive, da suspensão da sabatina, que nós já abordamos aqui.

É o Item 1º, o Item 1, na verdade, "*que aprova o texto de Decreto Legislativo nº. 801/2009*...". "*Que aprova o texto do acordo entre o Brasil e a República Italiana sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes residentes do pessoal diplomático, consular e técnico administrativo*". Com a palavra, portanto, o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, a proposição trata de acordo entre o Brasil e a Itália e diz respeito o acordo internacional ao procedimento de como o Brasil e a Itália devem acolher os dependentes do corpo diplomático, no sentido de permitir que esses dependentes possam exercer atividade profissional remunerada nos respectivos países.

Acho que é mais do que ajustado, necessário, e o nosso Voto, acompanhando toda a descrição feita pelo Senador Suplicy, é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Inácio Arruda. Portanto, coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado. Voltamos a palavra agora ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, antes de mais nada, registro e agradeço a aprovação pela Comissão de Relações Exteriores da Casa do Requerimento de autoria do Senador Mozarildo Cavalcante, subsidiariamente eu assinei, até porque S. Exa. não é o membro da comissão, e que V. Exa. também nos deu a honra de... A ele de apor a sua assinatura.

Trata-se de se trabalhar, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, Audiência Pública para debater assuntos relacionados à pavimentação e recuperação da BR-319, objeto de Acórdão 275/2010 do Tribunal de Contas da União, que realizou auditoria contábil, financeira, orçamentária e operacional nas obras da referida rodovia, que liga a minha cidade da Manaus, Amazonas, a Porto Velho, Rondônia.

Para tanto, ficam convidados, a partir de agora, os Srs. Ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc; dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, aliás, estimado colega nosso, senador, e o Ministro André Luiz de Carvalho, relator do acórdão do TCU.

É matéria que só vem para o bem, só vem para aclarar, para trazer transparência para uma obra que é muito importante para o meu estado, que é uma via de saída para o estado que menos desmatou e que merece... Pois não.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O senhor me permite, senador? Eu, inclusive, subscrevi também o Requerimento do Senador Mozarildo, que eu acho de grande importância. E eu queria deixar uma sugestão aqui de que algum habitante do meio dessa estrada fosse trazido aqui a esta comissão para dar o seu depoimento, porque trata-se de uma comunidade inteira que está praticamente isolada por falta de conclusão dessa importante estrada.

Então, acho que, além dos Ministros, pessoas que vivem nessa região deveriam ser trazidas aqui para dar o seu depoimento. Eu acho que seria muito esclarecedor para essa comissão e para todos nós.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Acho que V. Exa. tem razão, Sr. Presidente. A estrada foi feita no período autoritário, então, não houve audiência a ninguém, ela foi feita... É preciso uma série de atitudes, são necessárias uma série de atitudes de engenharia para que esta estrada possa suportar carga mais pesada de caminhão e, enfim, cumprindo o seu papel econômico, para não virar um mera estrada de turismo, enfim, mas é a porta de saída do Amazonas para o resto do país; barateia o custo de Zona Franca de Manaus e barateia o ingresso de produtos que são necessários para a economia do meu estado, fora o benefício que traz para os estados vizinhos ao meu.

E eu entenderia isso como um prêmio ao estado que não desmatou, que poupou 98% da sua floresta, graças ao próprio modelo de Zona Franca de Manaus. Muito bem, Sr. Presidente, essa vai ser um interessante Audiência Pública.

Eu queria tecer um comentário, expender um comentário sobre o debate que peguei pelo meio e que vinha aqui sendo sustentado pelo Senador Fernandes Collor. Em primeiro lugar, V. Exa. tomou uma decisão que pode não ter agradado a uns, e é legitimo que os que não se sintam bem com a decisão de V. Exa., de suspender pelo dia de hoje as sabatinas de Embaixadores, que se manifestem. Mas V. Exa. tomou uma atitude legitima, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, inclusive, impondo o respeito que deve ser prestado à comissão por todos, pelo Governo em geral e, especificamente, pela própria Chancelaria, pela própria Secretaria de Estado, pelo próprio Ministério das Relações Exteriores. Estava muito senta e levan-

ta. Não é assim que procede um país que pretende ser protagonista cena internacional, não se questiona, sempre alguém é amigo de alguém, sempre tem uma história de se fazer as perguntas triviais, os próprios senadores não se aprofundam para a matéria que vai ser votada. E, no final, deve ser enfadonho até para os Embaixadores que são inquiridos porque não são inquiridos, na verdade, não são inquiridos. É uma coisa trivial, que passa tipo assim, deve dizer: "Aí meu Deus, que saco, tenho que ir agora lá para aquele negócio para ser ouvido protocolarmente, ao invés de ser nomeado diretamente".

Então, a impedimentos legais a impedir que o Congresso tenha uma participação mais forte, o senador principalmente, na formulação de política externa. Mas há também certos impedimentos até psicólogos e políticos nossos, uma série de inibição nossa. Nós não estamos nos dando ao devido respeito. Por exemplo, há quem concorde com a política externa brasileira, inclusive, justificam os votos brasileiros em seguidas reuniões internacionais, a favor de diversos países, das mais diversas procedências, que são acusados de violação dos direitos da pessoa humana. Fizemos uma lista disso outro dia e li essa lista na tribuna... É Sudão, é Cuba, é Irã, enfim, uma série de países.

E, no máximo, vem aquela coisa meio esfarrapada, tipo assim: "E Guantánamo?" Eu sou contra Guantánamo, eu sou contra, eu quero que feche aquilo, eu não aceito tortura em nenhum lugar e deploro que ainda haja tortura em delegacia deste país. Eu sou contra tortura e ponto. Eu não estou aqui para justificar "tortura de esquerda é a favor do socialista, a tortura de direita é..." Para mim, é tortura, e quem tortura é criminoso, e regime que permite tortura é regime celerado, e regime que mantém preso político é regime antidemocrático, e não deve haver presos políticos, deve ter corrupto na cadeia, isso sim, mas preso político, não. Isso é tipo de ditadura, de quem não respeita a ordem democrática, que deve gerar o grande equilíbrio internacional, enfim, mundial.

Agora, veja, a partir daí, se impõe um diálogo que, pelo consenso que eu percebi na nossa bancada, não seria, como eu havia idealizado no início, um diálogo nosso, no seu gabinete, Senador Eduardo Azeredo, com a vinda ao seu gabinete, do Ministro Celso Amorim, mas parece que a nossa bancada se inclina por fazer esse diálogo abertamente, na comissão, e com a presença dos demais senadores todos. Porque nós declaramos uma ruptura em relação à política externa do jeito que ela está posta, por não concordarmos absolutamente com os termos dessa política externa.

Nós temos perguntas a fazer e, dessa vez, será uma interessante inquirição, essa que faremos, sem perda da cordialidade, mas será uma interessante inquirição essa que faremos ao Ministro Celso Amorim, quando ele aqui vier.

Muito bem, eu chego aqui e vejo o Senador Fernando Collor, que já foi Presidente da República, mostrando que, inclusive, na ausência da assinatura do Ministro Celso Amorim, sequer assinatura... O nome dele aparece a título de assinatura eletrônica. Ora, a princípio, parece um preciosismo, a princípio, parece uma coisa desnecessária, enfim. Mas, se olharmos a sequência de fatos, nós vamos perceber que estamos sendo relegados a uma categoria cada vez mais... Enfim, cada vez de menor importância, cada vez de maior desimportância, porque a pergunta é bem simples. Eu gosto muito do Conselheiro Acácio, pergunta bem simples: Por que não assinar? Qual o problema de assinar? Se quando nós vamos ao Itamaraty, é um protocolo danado, eu não sento na mesa de quem eu quero, eu sento na mesa de quem me mandam sentar. Não é verdade? Às vezes, tem um amigão meu que eu não vejo há 10 anos, mas me mandaram sentar junto com uma pessoa que eu não conheço, enfim, sou obrigado a sentar ali. E eu sigo isso por entender que faz parte da solenidade do Itamaraty, ele sabe muito bem como hierarquizar, o Ministro senta aqui, o Deputado senta aqui, o senador senta aqui, se o senador é Presidente da Comissão de Relações Exteriores senta mais perto do Presidente da República, se o senador, enfim, eles têm lá os critérios deles, enfim...

E aí eu pergunto: faz mal dar solenidade ao ato de indicação dos Embaixadores? Eu nem sei, Senador Fernando Collor, se seria o caso de devolver ou de cobrar de daqui para frente não se faça... Se faça o cumprimento da solenidade... Mas eu pergunto: faz mal? Então, tudo tem assinatura, há uma solenidade brutal, as pessoas perguntam: "Por que não tiram o paletó e vem para cá?". Porque não, daqui a pouco tem gente de bermuda aqui. Bermuda vai resolver os problemas das denúncias de corrupção que fizemos aqui e que grassaram aqui, no Senado, por tanto tempo? E espero eu que os vícios não estejam se repetindo, não se repitam mais. Então, o fato de alguém roubar dinheiro do Senado, engravatado, significa dizer que o terno transforma alguém em gente honesta? Não. Mas significa dizer que alguém chegar aqui de bermuda, com uma camiseta regata, seria mais apropriado a uma sátira carnavalesca ao suposto mau funcionamento do Congresso. Então, eu sou a favor do terno e da gravata, do paletó e da gravata, eu sou a favor disso. Eu sou a favor da solenidade, não sou a favor de nós ficarmos quebrando a liturgia, quebrando a solenidade.

Eu pergunto: Por que quebrar a solenidade nesse episódio? Por quê? O que é que é? O Ministro não so-

fre de nenhuma... É meu amigo pessoal, goza de boa saúde, não sofre de nenhum mal das mãos, não tem panarício, que é uma doença muito comum na nossa região, para quem trabalha com juta, enfim, não sofre. Por que não assinar? São quantos Embaixadores? Eu assino quantas mensagens de aniversário--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Por ano, dá uns 30 mais ou menos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Uns 30. Então, eu pergunto: faz mal essa demonstração de respeito ao Senado, que seria proporcional no inverso? E aí, eu chegar lá e falar assim: "Não, não, eu não vou sentar aqui porque eu não vejo o Senador Collor há 10 anos, então, quero sentar ali". Pronto. Eu não faço isso lá. Eu sigo estritamente o protocolo. É justo que respeitem o Senado e que respeitem a Comissão de Relações Exteriores do formal ao político. Por exemplo, o meu partido, já aconteceu de parte de vocês, sobre o meu partido, ele exige participar da formulação da política externa brasileira, ele exige, ele não aceita que ela seja feita e formulada sozinha, à revelia do Senado. E se o Senado se conformar com isso, o meu partido não se conforma, ele quer participar.

E eu pergunto: O gesto elegante, e o Itamaraty prima pela elegância, o gesto elegante de apor a assinatura do Ministro, será que isso é um motivo para um contencioso? As pessoas que querem, pura e simplesmente, defender a posição do Ministro e justificar o Ministro dizem: "Poxa, mas brigar por causa de uma assinatura?". Aí eu respondo: "Poxa, é verdade, Ministro, brigar por causa de uma assinatura, que mal faz o senhor apor a sua assinatura? Que mal faz o senhor cumprir o ritual, já que eu cumpro o ritual, quando vou lá para o almoço. Se mandar sentar perto do banheiro, eu sento perto do banheiro; dentro do banheiro, eu não aceitaria, mas perto do banheiro, sim".

Então, obviamente que eu vejo que há uma discussão artificial, mas não foi uma discussão provocada pelo senador por Alagoas; não foi daí que partiu o artificialismo. O artificialismo parte do não cumprimento de uma formalidade, um gesto de gentileza. O Ministro não é gentil? Não convidou toda a Comissão de Relações Exteriores para um café da manhã com ele? Não é uma pessoa que atende prontamente os pedidos de audiência que esta comissão faz para lá se tratar dos mais diversos assuntos? Uma figura cortês, habilidosa, duas vezes Ministro de Estado; ocupou praticamente todos os cargos importantes na hierarquia do Itamaraty e todos os postos fundamentais do Itamaraty no exterior?

É grave. Não, são três milhões de Embaixadores, e estão querendo partir para isso, com Dominica, não sei mais o quê, e daqui a pouco, teremos três milhões de Embaixadores, aí ele vai poder alegar que não dá para assinar, mas se são 30 por ano... Então, eu entendo que há uma tolice aí, mas a tolice não parte de quem cobra a assinatura, a tolice parte de quem diz: "Puxa vida, eu tenho que refletir e ver que eu preciso respeitar, no fundo, o Senado, que pretende participar; eu, pelo menos, pretendo, ativamente da formulação da política externa brasileira no que caiba; a parte do leão, claro que vem do Executivo, mas a parte minoritária deve cumprir ao Senado, sob pena de nós ficarmos aqui nesse jogo de falsa importância, sem nos darmos a importância que realmente temos. E, no formal, e o Itamaraty é a pátria da formalidade, e no formal, por que não *"Why not?", "Pourquoi pas?",* Por que não?. É uma coisa simples. É o Ministro perceber: "Poxa vida, não custa atender isso". Mas difícil vai ser ele atender a exigência que vamos colocar a ele, que nos ouça em relação à questão dos direitos humanos, e para mim, será uma grande vitória dele se ele conseguir levar o Governo para essa posição, inclusive reatando conosco os laços políticos; os laços pessoais jamais deixariam de ser bons, mas os laços políticos com a bancada do PSDB, mas essa outra parte é tão simples, é chegar, ligar aí para o senador que levantou e dizer: "Senador Collor, tem razão, a partir de agora, vou assinar".

Eu sinceramente entendo que tem tantos problemas graves, que esse aí não chega a ser um problema. Agora, levantá-lo não é uma futilidade; futilidade e teimosia seria dizer: "Não vou assinar", porque não é próprio da personalidade do Ministro Celso Amorim, não é próprio da cordialidade com que o Itamaraty trata até as divergências. Então, eu sinceramente entendo que devemos cobrar respeito ao Senado e à Comissão de Relações Exteriores, do fundo à forma; a questão de fundo vai ser mais dura, e ela vem por aí, e a questão de forma *"Pourquoi pas?"* [ininteligível].

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Permita-me um aparte, senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Arthur, pelo fato de V. Exa. não se encontrar aqui no momento em que discutíamos o assunto, eu vou me permitir repetir algumas coisas aqui, que dizem respeito ao meu entendimento e à minha interpretação acerca desse assunto. Estou com V. Exa., quando V. Exa. elenca uma série de questões que devem merecer uma nova postura dessa comissão e de seus integrantes, no que diz respeito ao nosso trato, como V. Exa. mesmo define, a política exterior do Brasil, a nossa relação com o próprio Ministério das Relações Exteriores.

Concordo com V. Exa., quando V. Exa. também diz que não se trata de uma questão menor de discutirmos a questão de uma assinatura de um Ministro, num processado de indicação de Embaixador, eu também concordo, mas eu acho que deveríamos tratar dessa questão no sentido de expor o próprio Poder Executivo, porque isso é uma questão interna do Poder Executivo. Eu não estou aqui para defender Governo, V. Exa. sabe da minha posição acerca desse Governo , eu sou duro, inclusive, com esse Governo, agora essa é uma questão, formalmente, Senador Arthur Virgílio, a indicação que a Comissão de Relações Exteriores recebe é do Gabinete Civil e da Presidência da República. Se o Presidente da República, ele, que é, por vezes, até banaliza questões do seu próprio Governo, essa é uma questão que ele talvez tenha banalizado; receber uma indicação oral do seu Ministro das Relações Exteriores acerca da indicação de um Embaixador, eu acho se assim ele procede, ele está banalizando o seu Governo.

Agora, em relação à Comissão de Relações Exteriores, desde que ela receba a indicação formal do Gabinete Civil e dele próprio, eu acho que, se entrarmos nessa questão, é para expor o Poder Executivo, que trata de uma questão como essa de forma tão negligente, tão pouco usual no trato das questões oficiais de um Governo. Se ele aceita que o Ministério das Relações Exteriores indique a ele a possibilidade de um diplomata assumir uma Embaixada sem que conste dessa indicação uma assinatura, isso é questão da Presidência da República, não é nossa. A nossa diz respeito à indicação que faz o Gabinete Civil, dele e dele próprio.

Portanto, eu não considero, Senador Collor, uma questão menor, talvez, eu tenha me expressado mal naquela primeira oportunidade. Eu digo o seguinte, que essa questão deve servir para que essa comissão exponha o próprio Poder Executivo. Se ele trata de questões como essa dessa forma, ele que assuma a responsabilidade perante a população brasileira: "Olhe, nós tratamos da indicação de um Embaixador de forma, digamos assim, até relaxada". Agora, para nós, o que importa é a indicação que ele faz, Presidente da República; o nosso trato aqui é com o Gabinete Civil e com a Presidência da República, desde que ele indique formalmente e desde que essas formalidades sejam preenchidas, não vejo por que tenhamos sequer que nos reportar ao Ministro das Relações Exteriores. A ele, sim, em relação às questões relevantes que o Senador Arthur Virgílio coloca e cobra dessa comissão muito justamente.

E sentemos com o Ministro das Relações Exteriores porque ele responde pela política externa brasileira, do ponto de vista desse Governo, sentemos com ele e discutamos questões relevantes. Agora, a questão formal da indicação de um Embaixador, se o Poder Executivo trata dessa forma tão negligente, é questão dele, e devemos expor isso à população brasileira; o Poder Executivo trata de forma negligente o acolhimento de uma indicação de um Embaixador.

O Chanceler sugere, porque, se não tem assinatura, ele está sugerindo oralmente, senão teria lá a assinatura dele, enviada ao Presidente da República, com assinatura e tal. Se não tem, é porque ele indica até oralmente. Ora, a população brasileira precisa saber que, entre outras coisas que o Governo Federal Lula trata de forma banal, encontra-se essa, a indicação de um Embaixador que o Presidente da República recebe até de orelha. A nós, acho que não cabe interpelar o Ministro das Relações Exteriores acerca desse fato. Ele deve se reportar ao Presidente dele, da República, e dar as suas justificativas. Agora, ele tem, sim, deveres com relação a esta comissão no trato de outras questões: A criação de Embaixada, a política externa brasileira, com respeito a algumas situações altamente discutíveis e polêmicas... Isso são questões que ele deve vir aqui tratar mesmo.

E eu, se fosse o Ministro, não esperaria o dia 06. Eu me anteciparia, me colocaria à disposição dessa comissão, à hora que fosse necessário, à hora que essa comissão se disponibilizasse, eu viria aqui voluntariamente: "Olha, eu quero conversar com vocês sobre isso". Eu, no lugar do Ministro, anteciparia essa vinda dele, chegando de Israel, da Palestina, seja lá onde ele estiver, eu me colocaria à disposição dessa comissão para tratar de questões altamente relevantes, que preocupam hoje o líder da oposição nesse Senado Federal, e preocupa grande parte dos senadores.

Agora, dessa questão ele deve se reportar ao Presidente dele, da República, que faz formalmente e regularmente a indicação para esta comissão de indicação de Embaixador.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Fernando Collor. Então, o Senador Arthur Virgílio, com a concordância do Senador Collor.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Inclusive, a competente assessoria do Itamaraty me passa aqui um [ininteligível] sobre assinatura digital. E, como eu conheço a categoria dos meus colegas do Itamaraty, que são, de fato, no bom sentido, uma elite da burocracia brasileira, eu sei que, na verdade, é uma mera lembrança; não é aquela pegadinha, que é muito própria das pessoas do Partido do Suplicy,

que não são elegantes como ele; alguns são, lamento muito um grande amigo meu dizer que não é candidato mais a Deputado, José Eduardo Cardoso, que fará falta à política brasileira, e ainda vou chamá-lo para um jantar para dizer. "Por favor, vá lá, tire alguns votos de tucano, mas não saia do Parlamento porque se empobrece o Parlamento se você não estiver". Mas aqueles [ininteligível] nas pegadinhas, enfim, 24 de agosto de 2001, será que não era o Arthur Virgílio o Ministro, quando criaram a assinatura digital? Eu não era. Mas, se fosse, essa mediocridade de dizer assim: "Estou fazendo isso porque o Fernando Henrique fez". Eu sempre recomendei ao Presidente Fernando Henrique que evitasse atitudes extremas como o suicídio para evitar que o Presidente Lula também se suicidasse porque não resolveria nem um suicidar e nem o outro, muito menos aquele que está no exercício do poder hoje. Como eu sei que não é esta mediocridade, partiu de gente categorizada, é uma medida provisória que estabelece como legítima a assinatura digital, por que ela não aparece? Por que é que não fica ali com clareza? Para ficar um documento bonitinho? Quando sai um convite do Itamaraty, ele sai bonitinho, sai organizado e pode parecer que seja algo expletivo ou um preciosismo, mas não é, é nós cobrarmos que as coisas sejam feitas da maneira organizada com que trabalha o Itamaraty, com a hierarquia quase militar com que trabalha o Itamaraty.

E esta Casa vive um momento delicado, esta Casa não se deixa abalar pelos escândalos que aqui foram protagonizados, e muitos deles vindos e inspirados no Executivo, como o Mensalão, por exemplo, mas esta Casa precisa se dar o respeito e se impor a partir, inclusive, da Comissão de Relações Exteriores. Essa questão de força eu estou completamente de acordo com o Senador Geraldo, que eu vejo que isso que é o importante mesmo.

No mais, a pergunta que eu faço é outra, estamos aqui discutindo um tempão, eu tinha um compromisso às 12h30, esse compromisso já está ultrapassado, porque estamos aqui discutindo se devemos cobrar ou não que apareça a assinatura do Ministro. O Ministro tem uma caligrafia maravilhosa, o Ministro escreve bem, além de escrever, uma caligrafia maravilhosa. Uma figura... Eu não entendo por que não. A minha assinatura eu a aponho em 500 documentos todos os dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O que abunda não prejudica.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sobretudo no Brasil, que têm uma verdadeira preferência pela abundância, enfim.

[risos]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas o fato, Sr. Presidente, é que isso deveria ser discutido como um pormenor. Não dá para dizer o seguinte: "Olha, vou colocar a minha assinatura, em compensação, daqui para frente, pode torturar e Cuba e vocês ficam calados". Não é verdade. Também não é nem esse o nível dele e nem seria o nosso nível de leniência, enfim. Mas é perguntar se é demais aparecer a assinatura do Ministro nas mensagens.

E o apelo que faria até o Senador Collor é que de, enquanto isso, não cobrar a devolução agora, até porque era uma praxe, antes que alguém diga: "Ah, mas, no tempo Fernando Henrique, também era assim". Aí eu digo: "E no tempo do Pedro Álvares Cabral também era assim". Eu não consigo, quando eu vejo essa verdadeira burrice, eu não consigo falar com voz normal. Não consigo falar nem era assim "nhê nhê", porque é um "nhê nhê" mesmo, é um "nhê nhê nhê", o Brasil tem que se afirmar pela honestidade intelectual.

Eu considero a desonestidade intelectual tão grave quanto a desonestidade financeira, enfim, porque o desonesto intelectual faz tudo, quando precisa, ele mente intelectualmente; daqui a pouco, ele mete a mão em dinheiro porque ele é desonesto no expor suas ideias, enfim.

Então, eu não estou aqui para discutir se era assim no Governo do Itamar, se não era assim do Governo do Pero Vaz de caminha, do Pero Vaz de Caminha não foi, mas do Mem de Sá, do Tomé de Sousa, isso não está me interessando; está interessando que, em algum momento, o senador levantou isso. Pronto.

Aí eu pergunto: é difícil atendê-lo? É complicado? É bom fazer um cavalo de batalha com isso? Eu não vejo, porque cavalo de batalha tem aí, e é bom o que Ministro saiba que é um cavalo de batalha. De repente, houve um despertar de consciência, e um setor relevante do Congresso, pelo menos numericamente, está disposto, e eu percebo que contaremos com V. Exa., Senador Geraldo Mesquita, está disposto a dizer: "Nós queremos participar da formulação da política externa, chega de prato feito". Chega de dizer: "Olha, é assim, assim e assado".

Nós queremos participar. Sabemos dos nossos limites, até legais, e sabemos dos nossos limites políticos, a primazia, até tradicionalmente, a primazia é do Poder Executivo, não se discute isso, mas não é normal, num país que pretende, cada vez mais, protagonizar uma presença mais forte na cena internacional, ter uma Comissão de Relações Exteriores que simplesmente engole toda e qualquer mensagem, que, quando toma atitude qualquer em relação a determinado tema, parece que é uma ofensa, parece que foi um perjúrio, parece que foi uma calúnia, uma injúria,

fama, difamação, quando o cumprimento do dever exige aquilo que nos Estados Unidos se faz com muita cordialidade, o país que mais protagoniza a cena externa, os Estados Unidos da América, ele tem um Senado absolutamente forte, atuante, consciente, consequente, que discute às últimas consequências e que, inclusive, demorou seis meses para aprovar o nome do Embaixador *Shannon* para cá. Nós nem tomamos isso como ofensa porque sabíamos que era uma questão Obama/Partido Republicano, e eu sei que o PT, no exercício do poder, amadureceu, mas o Partido Republicano está se portando lá do mesmo jeito, Presidente Collor, que se portava no seu Governo, se portava no Governo do Presidente Fernando Henrique, e é uma coisa meio feia, porque, primeiro, eles não têm aquele charme de barba, eles não têm; e segundo, são pessoas que governaram os Estados Unidos por tantas vezes, e que, terceiro, meio grotescamente, o Partido Republicano vai contra teses dele próprio, apenas porque ele quer a derrota do Presidente Obama na eleição parlamentar para torná-lo um *lame duck*, e depois chegar à Presidência da República mais uma vez.

Então, é um comportamento que não é condizente com o que se espera de um país que está em crise e que tem uma democracia tão madura, mas não quero me meter nos assuntos deles, a não ser se houver tortura em Guantánamo, me interessa tanto quanto a tortura em Cuba; eu sou contra as duas porque eu sou contra tortura, inclusive no Brasil, principalmente no Brasil, em delegacia, tem meios científicos de se arrancar confissão, não precisa se recorrer à barbárie, enfim-–

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, só interromper, só para passar a Presidência para o Senador Geraldo Mesquita, porque eu tenho, à uma hora, agora, um voo com a Aeronáutica, um grupo que vai visitar a Embraer--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Se não fosse um voo da Aeronáutica, V. Exa. já teria perdido o voo. Mas eu também encerro por aqui, apenas insistindo que não foi um preciosismo, é uma tomada de consciência da comissão, que começa a exigir respeito; isso não foi desrespeito, e até então, não vi que tivesse havido nenhum desrespeito à Comissão de Relações Exteriores por parte da Secretaria de Estado, não, era uma praxe, a praxe era simplesmente não vai dar valsa; nós estamos dizendo que chega, que não vão ter mais vai dar valsa, que agora vai ter, de nossa parte, a obrigação dos senadores estudarem; os senadores também erram muito, quando se indica o Embaixador Patriota para os Estados Unidos representar o Brasil na principal capital do mundo, principal capital política do mundo, o país mais relevante para relações comerciais, políticas do país... Nós nunca tivemos um *quorum* brilhante aqui, sempre aquelas poucas pessoas, entrava, dava a sua assinatura e saía, e eu percebia até que ponto era grande o desinteresse do Senado no seu geral, por temas de política externa, o que torna um país, às vezes, provincianos, nós precisamos perceber que não temos o direito mais de sermos provincianos, não temos esse direito.

E se o Brasil deixa de ser provinciano e se a gente deve cobrar dos nossos colegas e se interessem por esse assunto, obviamente que a nossa importância tem que ser reconhecida, tem que ser acrescida de força, de peso concreto. Então, não há impasse, é comunicarmos ao Ministro o que vamos fazer, que temos os temas específicos tais, tais, tais e tais, e daqui para frente, gostaríamos muito de, nas decisões relevantes, sermos ouvidos e mais, por mais que possa parecer absurdo, pode, de vez em quando, correr alguma ideia a algum de nós aqui; nós não somos faltos de ideia completamente, como pudesse, talvez, parecer a pessoas mais malévolas, o que não é o caso do Ministro Celso Amorim, uma figura tão adorável, mas, de vez em quando, pode ocorrer até uma ideia boa, talvez até em mim, que indica que, de repente, eu posso ter uma ideia, e essa ideia pode, por absurdo, Presidente Collor, ser boa. Não pode? "Tive uma ideia". "Poxa, ele teve uma ideia aqui absurda. Aquele rapaz conseguiu ter um ideia". E mais grave ainda, ideia boa.

Então, essa ideia ser aprovada aqui, ela tem que, quem sabe, virar item de política externa brasileira. Ou nós não somos senadores completos ou entendemos que esse Congresso deve ser rebaixado. CPI não vale mais; CPI funcionava no tempo do Governo Figueiredo, não vale mais. O seu Governo foi um exemplo de um Governo quase que suicida porque deixou funcionar livremente uma CPI, quando você V. Exa. tinha recursos à fisiologia, e teria segurado o seu Governo até o final tranquilamente, se é que eu conheço o espírito que domina aqueles que têm apetite fisiológico, enfim, e V. Exa. chegou ao fim, podendo ter ido até o final do Governo , por mais desgaste que estivesse sofrendo, mas poderia ter ido até o final do Governo. Então, eu vejo que nós temos questões... CPI não existe mais, houve uma convocação de pessoas para discutir o caso da BANCOOP agora, quase que uma coisa clandestina, dois senadores assinaram desavisadamente da base do Governo, e nós tínhamos assinaturas de outros senadores, enfim, os que queriam ouvir aquelas pessoas, e eu penso que o PT vai cobrar duramente do Sr. Vaccari, o que ele fez ou o que ele não fez, mas mudou tanto que não está cobrando nada, quer esconder a presença dele aqui. Agora não, agora ele está convocado, não é mais vai ou não vai se quiser ou se

não quiser, à Comissão Permanente é obrigado a ir porque foi convocado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas uma atividade clandestina... "Rápido, vamos fazer rápido porque senão..."

Meu Deus, nós estamos perdendo peso, não está havendo sentimento de instituição, nós estamos deixando de funcionar, maximizando o nosso peso institucional, aqui parece que diz assim, e o que é pior, com exceção do próprio Senador Suplicy e de mais um outro, eu percebo uma brutal omissão do Plenário, esses temas todos, parece que a decisão é: "Não vamos discutir esses temas. Não temos que dar resposta". As respostas são graves, a Revista Veja toda semana mostrando um escândalo novo ou escândalo velho com dados novos, enfim... Não, não responde. Então, você fala, fala, fala, fala ali. CPI não funciona. Antigamente, a tarefa que incumbia a cada grupo, Governo e oposição, era colocar os seus melhores; se a oposição vinha de Paulo Brossard, o Governo respondia de Jarbas Passarinho. Agora vi aquela CPI dos Cartões Corporativos, tinha três ou quatro escalados para gritar, pessoas de baixíssima instrução, escalados para gritar, para tumultuar aquele ambiente, enfim, uma coisa deplorável, traumatizante até.

Comissão Permanente, a Ministra Dilma é aprovada legitimamente para vir aqui, tem consciência de que devia vir, assinam lá por ela o compromisso de que ela viria, enfim, aquele contra-recibo, de repente, chega lá, está a maioria e resolve desconvocar a Ministra, o que me parece ilegal, e o Supremo dirá se isso é ilegal ou se é legal.

Mas o que eu estou percebendo é que certas coisas... Djalma Marinho disse isso muito bem: "Ao meu rei, tudo eu concedo, menos a honra". Não dá para dar tudo ao rei, não dá para dar tudo ao rei. Dá para dizer: "Presidente, meu querido Presidente, meu guia, meu orientador, meu mestre, minha luz, meu guia genial dos povos", qualquer coisa que queiram dizer, mas não dá para desconvocar um Ministro, não dá para desconvocar um Ministro, porque eu sou senador, eu que sou seu isso, seu aquilo, seu aquilo outro, que considero que o senhor é o mais inteligente estadista que já passou pela face da terra, que o resto tudo é tolice, Theodore Roosevelt e Benjamim... Tudo bobo e Kennedy também, todo mundo pequeno, Obama não tem nada, o cara é V. Exa., mas não dá para desconvocar porque senão me desmoraliza como senador". Está faltando isso, está faltando isso. As pessoas dizem: "Puxa, e a oposição?"Imagina se a gente não faz a oposição, se tem um círculo de bajuladores tão forte, mais um para bajular. Não tem nem mais onde me agarrar, porque, se mesmo que eu virasse bajulador, que eu não tenho essa convocação, onde é que eu ia me agarrar? Em que parte do testículo presidencial eu iria me pendurar, se as mãos avultam e as mãos assoberbam, não é hipótese, nem que eu quisesse, eu não poderia, a essa altura, virar um bajulador.

Então, o meu papel é esse, é o de mostrar ao rei que, de vez em quando, ele fica nu; não desconheço os seus méritos, vem um projeto aí que protege a Amazônia, protege a soberania nacional, quero aprovar esse projeto com urgência e com louvor, projeto que limita a posse de terras a Amazônia por estrangeiros. Quero ajudar nisso.

Agora, "Senador Geraldo, meu Presidente, Presidente, não dá, isso aqui não dá, isso aqui vai além da minha consciência, isso aqui me põe mal, aqui está o meu cargo, olha, eu sou isso seu, mas eu estou devolvendo o meu cargo porque eu não posso ir contra as regras fundamentais que sustentam o prestígio de uma instituição que é fundamental para a democracia, é fundamental por um mandato que eu exerço, eu fulano de tal, eu beltrano de tal, eu José Pafúncio, eu Antônio Ostrogodo, eu preciso me dar o respeito perante a V. Exa.", não interessa isso.

Uma vez eu prometi, como líder do Fernando Henrique, prometi que ia ter uma votação... A base aliada não votou nominalmente, esvaziou a Sessão numa matéria que dizia respeito ao salário mínimo, que ia passar de 151 para 180 reais, nós não poderíamos, não deu para passar para 180 reais, enfim... Como eu vi aquilo, no dia seguinte eu fui ao Presidente, eu digo: "Presidente, eu estou lhe entregando o cargo de líder, o cargo é seu, eu não quero mais ser seu líder porque a base não correspondeu, eu sou um líder sem tropa", porque líder de Governo, enfim depende da tropa dos outros... "E vou dizer para o senhor duas razões: Primeiro, se eu aceito isso, eu fico desmoralizado, eu não aceito ser desmoralizado. Segundo: o que é que adianta para o senhor ter um líder desmoralizado, o que é que o senhor ganha com isso? Então, é melhor o senhor pegar, deixa uma pessoa que não quer se desmoralizar e pega uma pessoa nova, sem desgaste, que também não se deixe desmoralizar, porque a desmoralização do líder significa a desmoralização do Governo por tabela". E ele falou: "Não, Arthur, não aceito". "Então, Presidente, diga para essa turma que no dia tal, eu vou dizer para a imprensa tal no dia tal, eu vou votar esse negócio, e lá eu renuncio mesmo, no ar, ao vivo e a cores, renuncio no ar se não estiverem todos lá para votar nominalmente, conforme foi o meu compromisso com a oposição, o tal salário mínimo". Imagine se eu estou aqui por causa da liderança, vou me deixar desmoralizar, voltar para casa de cabeça baixa. Nem em hipótese. E olha que servi àquele Governo com uma dedicação enorme, mas sem procurar

atropelar a minoria, sem procurar usar de golpe baixo, procurando manter a cordialidade, acabavam as Sessões, se reuniam três, quatro, cinco pessoas do PT e ia jantar com as pessoas para manter em dia aquela conversa, enfim, coisa que não existe hoje... Coisa que não existe hoje. Brasília ficou mais burra, de repente. Brasília não prevê mais a conversa dos contrários, dos adversários. No máximo uma festinha de aniversário de fulano, e aí bota uma sanfona para tocar e prevalece o mau gosto, aquele negócio da sanfona tocando e aí você não consegue falar. E aí você vai lá e toma uma taça de vinho e vai para casa porque não há mais aquela ideia de você dizer: "Eu sou adversário, mas não sou inimigo". Há um clima que não é favorável a nós aperfeiçoarmos a democracia brasileira, até porque pessoas que estão no poder veem como adversários e adversários como inimigos, veem como inimigos.

Eu ouvi falar, outro dia, que o Presidente da República que pessoalmente se ele deixar de ser Presidente e eu deixar de ser senador, eu o visito tranquilamente porque tenho estima pessoal por ele, não preciso ser novo amigo dele, quando ele foi processado por lei de Segurança Nacional, em Manaus, eu estava lá com ele; desses novos amigos não tinha nenhum, essa turma toda não tinha nenhum, eu estava ao lado dele lá; os fotógrafos não eram fotógrafos comuns como esses aqui que querem noticiar na imprensa, eram fotógrafos das DOPS, do CENIMAR, do CIEX e por aí a fora, eu estava lá ao lado dele. Ouvi falar outro dia de que ele gostava muito de mim, mas não me perdoava a CPMF. Eu digo: "Primeiro, quem foi que pedi perdão para ele? Eu não pedi perdão para ele. Me perdoar de quê, se eu não perdi perdão? Só se perdoa alguém que pediu perdão, eu não perdi perdão". Eu poderia ter pedido perdão e ter votado a CPMF lá atrás, um projeto ruim, uma coisa ruim, não resolve problema de Saúde coisa alguma.

Em outras palavras, é preciso afirmar, é preciso ter afirmação, é preciso ter dignidade, e de outro lado, eu recomendo humildade, respeitar adversário leal, respeitar adversário que não ataca por trás, respeitar adversário altivo, não exigir que todo mundo baixe a cabeça, todo mundo seja "Maria vai com as outras", que todo mundo fique ali concordando com a corrente, enfim, e não apontando equívocos, cumpre até aos homens de Governo apontar textualmente equívocos e dizer dos equívocos... Não perder altivez é o que eu recomendo, então, esta comissão está pura e simplesmente reivindicando o seu papel, ela não aceita um papel menor, ela quer um papel relevante, um papel importante.

E eu pergunto se isso é algum crime, se isso aí é uma ofensa pessoal ao Ministro? Porque seria, então, uma ofensa pessoal aos outros Ministros, porque eu quero que essa moda pegue, se essa moda pega, vai servir para esse Governo, vai servir para outro Governo, a comissão virará instrumento de verdade, de agente co-formulador da política externa brasileira. É o que eu desejo, tudo isso que eu desejo. Muito obrigado, Presidente, pela tolerância e pela paciência.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em relação ao que foi aqui colocado pelo Senador Arthur Virgílio, eu concordo plenamente. Ele, que é oriundo do Itamaraty e que sabe muito bem das formalidades e do respeito à hierarquia, da maneira como os documentos são preparados, como uma assinatura é valorizada, como era a exigência do concurso para o Instituto Rio Branco, em que o idioma, o inglês, era eliminatório na prova; hoje já não o é; nos cursos aí do Rio Branco, há alunos que passaram com dois, com nota três, com nota quatro, são hoje diplomatas, Terceiros Secretários, e não são proficientes numa língua como o inglês, um idioma como o inglês, idioma este que é hoje quase que exigido por nós dos nossos filhos para que eles estejam aptos a desempenhar a sua vida a contento--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Tomara, Presidente Collor, que não se substitua o inglês pelo iraniano, achando que isso aí resolve a relação internacional brasileira.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ou pelo papeamento. Enfim, então, no momento em que se retira... O atual Chanceler retira essa obrigatoriedade do conhecimento do inglês para o exercício pleno da diplomacia, é algo que dificulta o próprio exercício daqueles que não têm essa proficiência.

E eu pergunto: Será que uma assinatura eletrônica, por mais que essa medida provisória, que a assessoria do Itamaraty forneceu ao Senador Arthur Virgílio, será que uma assinatura, com base nisso, uma assinatura eletrônica poderia ser uma aposta a uma carta de representação de um Presidente da República, do novo Embaixador, do pedido de *agreement* do novo Embaixador no país para o qual ele está sendo enviado? Será que uma assinatura, numa área como essa, porque é uma carreira tipicamente de Estado, carreira diplomática é uma carreira tipicamente de Estado... Eu acho que, em outros Ministérios, até que essa questão da assinatura eletrônica poderia prevalecer, mas o Ministério das Relações Exteriores, o nosso Itamaraty, que nós tanto nos orgulhamos dele,

em todo lugar do mundo, é referência da diplomacia mundial, se perder em coisas tão sem observância daquilo... Da liturgia.

Então, essa maneira como o Chanceler Celso Amorim vem administrando o Itamaraty não obedece rigorosamente às melhores tradições da Casa de Rio Branco, não obedece. A maneira como ele vem tratando aqueles que são funcionários do Itamaraty, a forma como ele discrimina, a forma preconceituosa com que ele trata, eu conheço vários casos e não vou trazer aqui à Comissão de Relações Exteriores, porque isso é uma coisa tão pequena, isso, sim, é uma coisa tão miúda, diante da estatura que um Ministro da Relações Exteriores deve ter, mas, fundamentalmente, o que eu solicito a esta Casa é que nós não recebamos ou avisemos ao Ministro Celso Amorim, comuniquemos a ele: "Ministro , nós gostaríamos que V. Exa. dedicasse um pouco do seu tempo para apor a sua assinatura no envio nos nomes dos Embaixadores que são indicados", porque, se é verdade que a indicação parte do Presidente da República, é verdade também que a origem dessa indicação é o Ministério das Relações Exteriores e o documento que deveria ser assinado pelo Ministro Celso Amorim.

Portanto, o processo, ele tem um vício de origem. É um vício de origem, e como vício de origem, ele prejudica tudo que está ali contido, de modo que é algo que é formal, formalidade essa que nós devemos, na Comissão de Relações Exteriores, exigir de um Ministério que faz da formalidade algo intrínseco ao próprio exercício da sua função, e também um sinal de respeito, não somente à Comissão de Relações Exteriores, mas, como os Srs. senadores integrantes dela, e ao Senado da República.

Eu quero retirar aqui o que falei em relação à candidatura do Sr. Chanceler, um senador disse que ouviu dele que ele não seria mais candidato, então, eu retiro aquela parte em que eu afirmei que ele, como candidato, estaria empanturrando aqui a Comissão de Relações Exteriores até abril com a chegada de mais 40 Embaixadores. Essa parte, então, eu retiro e exalto essa decisão dele, porque seria quebrar uma tradição de um Itamaraty de um Chanceler se desincompatibilizar para ser candidato a um cargo eletivo, embora ele tenha todo direito de fazê-lo, mas são coisas que não se combinam bem.

E, por fim, lembrar a ele também, eu sugeri que ele fizesse algumas viagens, sugeri o Chipre, sugeri a Sérvia e esqueci de Trípoli, também que eu deixaria como uma sugestão aos combativos assessores dos itamaratianos(F) aqui estão presentes, que levem essa sugestão a S. Exa. o Embaixador, talvez ele possa já conhecer Trípoli, mas Nicósia e a Sérvia, depois dessa desagregação, talvez fosse muito conveniente ele visitar.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de deixar. E fico feliz em ouvir do Senador Arthur Virgílio, um homem que é da *Carrier*, conhece os assuntos, que sabe, conhece os assuntos relativos ao Itamaraty como, talvez, nenhum de nós aqui, do seu funcionamento interno, que ele tenha trazido o seu depoimento para esclarecer essa nossa discussão. Muito obrigado a V. Exa., Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. Presidente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu gostaria de primeiro agradecer ao Senador Inácio Arruda de ter relatado o parecer que eu havia firmado sobre o acordo entre a Itália e o Brasil com respeito aos filhos dos servidores, e gostaria de transmitir ao Senador Fernando Collor, eu mesmo fui testemunha também da declaração do Ministro Celso Amorim, quando afirmou que não será candidato às próximas eleições, e acredito que ele continuará no cargo de Ministro até o final do Governo do Presidente Lula.

E quero aqui ressaltar que, ainda hoje, ouvia as suas declarações sobre o quão bem recebido o Presidente Lula foi, tanto em Israel, quanto na Palestina, e tenho a convicção de que o Presidente Lula, e o Brasil, na verdade, têm condições excepcionais para ajudar a efetiva realização da paz tão difícil entre israelitas e palestinos.

E eu espero que, inclusive, na visita que proximamente fará aqui, o Ministro Celso Amorim nos dará um depoimento muito rico sobre estes cinco dias de viagem e todas as questões que têm sido objeto de debate e, certamente esclarecerá, com o seu bom senso, a questão relativa às assinaturas. Assim, era o registro que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não tendo nada a tratar nesta sessão, ela está encerrada.

Sessão encerrada às 12h59.

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Roberto**

Cavalcanti, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Marco Maciel, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Rosalba Ciarlini e Romeu Tuma. Justificaram a ausência os Senadores **Aloizio Mercadante e João Tenório.** Deixaram de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. São apreciados os seguintes itens, constantes da pauta: **Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2003**, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que *"Prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira, e dá outras providências".* Relator: Senador **Augusto Botelho.** Resultado: retirado de pauta a pedido do Relator. **Projeto de Decreto Legislativo nº 874, de 2009**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *"Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos na Área de Saúde Animal e de Inspeção de Produtos de Origem Animal, assinado em Rabat, em 25 de junho de 2008".* Relator: Senador **Roberto Cavalcanti.** Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. **Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2008,** de autoria do Deputado Celso Russomanno, que *"Altera o art. 12 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para a constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências*"; que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2006,** de autoria do Senador José Jorge, que *"Altera a redação do parágrafo segundo, do artigo 11, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre a cobrança de taxas das empresas de segurança privada");* que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2007,** de autoria do Senador Renato Casagrande. Relator "Ad Hoc": Senador **Eduardo Suplicy.** Resultado: aprovado o parecer pelo encaminhamento de Requerimento para tramitação autônoma das proposições. **Requerimento nº 18, de 2010-CRE**, de autoria do Senador **Eduardo Azeredo,** que "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, as seguintes informações junto ao senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva: 1. De que forma os cortes que serão impostos pela sua pasta interferem no Orçamento de projetos estratégicos para o país no âmbito do Comando da Marinha. Especificamente: a) Programa de construção do submarino nuclear e montagem de um reator a água leve, de pequeno porte, em Aramar, São Paulo; b) Licitação em curso para a aquisição de três navios-patrulha de 1.850 toneladas (com mais duas opções em aberto); c) Compromissos já firmados com fornecedores para o projeto de helicópteros antissubmarinos Sikorsky SH-60 Seahawk; d) Lançamento de licitação para a aquisição de três escoltas de 6.500 toneladas; e) Continuação do ProAntar. 2. Simultaneamente, peço que detalhe o impacto das restrições orçamentárias nos seguintes programas do Comando do Exército e da Aeronáutica: e) Desenvolvimento e fabricação de um veículo blindado sobre rodas; f) Aquisição de mísseis antiaéreos leves; g) Fabricação no Brasil de helicópteros de transporte médio de tecnologia francesa; h) Programa F-X2 para aquisição de uma aeronave avançada de combate supersônica; g) Desenvolvimento do avião de transporte médio KC-390; h) Continuação do desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), ligado ao Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA)". Resultado: aprovado o Requerimento. **Item Extra Pauta: Requerimento nº 3, de 2010-CRE**, de autoria do Senador **Eduardo Azeredo,** que *"Requer, nos termos regimentais, a tramitação autônoma do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2008, do Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2006, e do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2007"*. Resultado: aprovado o Requerimento. Durante a Reunião, fazem uso da palavra os senadores **Augusto Botelho, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma e Roberto Cavalcanti.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a Reunião às onze horas e seis minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovada.

O primeiro item, vou entrar primeiro aqui no requerimento que foi apresentado ontem, ainda por... De minha autoria.

Requerimento. "*Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, "a", 216 e 217 do Regimento Interno do Senado, as seguintes informações junto ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva: de que forma os cortes que serão impostos pela sua pasta interferem no orçamento de projetos estratégicos para o país no âmbito do Comando da Marinha?*

Especificamente: Programa de construção do submarino nuclear e montagem de um reator a água leve, de pequeno porte, em Aramar, São Paulo; b) licitação em curso para a aquisição de três navios-patrulha de 1.850 toneladas; c) compromissos já firmados com fornecedores para o projeto de helicópteros antisubmarinos Sikorsky Seahawk; d) lançamento de licitação para a aquisição de três escoltas; e) Continuação do PROANTAR.

O Item 2. Simultaneamente, peço que detalhe o impacto das restrições orçamentárias nos seguintes programas do Comando do Exército e da Aeronáutica: desenvolvimento e fabricação de veículo blindado sobre rodas para o Exército; aquisição de mísseis antiaéreos leves; fabricação no Brasil de helicópteros de transporte médio de tecnologia francesa; programa F-X2 para aquisição de uma aeronave avançada de combate supersônica; desenvolvimento do avião de transporte médio KC-390; continuação do desenvolvimento do veículo lançador de satélites pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço – IAE, ligado ao Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial-CTA.

Na justificativa, declaro que "*Na área de Segurança e Defesa Nacional a política de restrição orçamentária deve seguir critérios cuidadosos, que não interfiram com os interesses maiores do País.*

Alguns desses programas, como o da aquisição dos navios-patrulha de 1.850 toneladas, são indispensáveis para a proteção das reservas petrolíferas. Em outros, como o da compra dos helicópteros SH-60, já houve desembolsos importantes que serão perdidos caso haja descontinuidade no processo. Por último, alguns dos projetos, como o KC-390, da EMBRAER, permitem ampla geração de empregos por meio de exportação a países interessados.

São informações necessárias para que possamos avaliar o impacto dos cortes na progressão da Estratégia Nacional de Defesa que está nesse Senado para exame, depois que foi aprovada pela Câmara dos Deputados."

A Estratégia Nacional de Defesa foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça ainda ontem.

"*Por sua relevância política e econômica solicito que esse requerimento seja aprovado*."

Em discussão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Roberto Cavalcanti, com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de parabenizar a Presidência desta Comissão, V. Exa., no tocante à importância desse requerimento. Esse requerimento é de fundamental importância estratégica para o país.

Nós não podemos admitir, permitir, que cortes orçamentários atinjam programas que são programas estratégicos de defesa.

Não adianta ter pré-sal, não adianta ter riqueza, é a mesma coisa que a pessoa ter um patrimônio e não preservá-lo, ter um dinheiro e deixar ao relento.

Na verdade, a preocupação de V. Exa. é uma preocupação estratégica, eu parabenizo V. Exa. pela iniciativa do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

Realmente são vários projetos, projetos já em andamento e a sua interrupção trará prejuízos maiores para o país, além da questão específica da defesa, que é nossa responsabilidade acompanharmos.

Portanto, precisamos de ter informações do Ministério do Planejamento sobre esses cortes. Ainda sobre o avião de carga o KC-390, da EMBRAER, eu quero também lembrar que na última semana, em companhia dos Senadores Sadi Cassol e Cristovam Buarque, e também de oito deputados, nós estivemos em São José dos Campos visitando a EMBRAER, e podemos ver todo o projeto desse novo avião.

Além de visitar as instalações da EMBRAER, que são mesmo, um grande orgulho para o país, podemos ver o sucesso dessa empresa que foi privatizada ainda em 94, no fim de 94, portanto, nem toda privatização pode ser demonizada, se não fosse a privatização, provavelmente a EMBRAER não estaria no porte que está. Foi importante a participação estatal no início, mas depois, quando no seu crescimento, essa privatização se mostrou extremamente adequada.

Podemos também no dia irmos a Itajubá, já em Minas Gerais, onde foi dado início ao processo de ampliação da fábrica da HELIBRAS, que vai fabricar helicópteros de grande porte, de até 25 passageiros; uma encomenda de 50 helicópteros para, também, as Forças Armadas, são helicópteros de tecnologia francesa, que dão continuidade à fabricação que já existe lá, do porte(F), de menor porte.

O investimento chega a ordem de 400 milhões de reais nessa ampliação da fábrica de helicópteros.

Portanto, é o polo aeronáutico de São José dos Campos, de aviação, e o polo aeronáutico de Itajubá, na área dos helicópteros.

Não havendo mais quem queira discutir, eu coloco, portanto, em votação a aprovação desse requerimento. Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

O Item 01 da pauta, trata-se de Projeto de Lei do Senado nº 475, que o relator é o Senador Augusto Botelho, o próprio senador pediu que retirasse de pauta, não estando aqui presente, portanto estará retirado de pauta.

O Item 02, relator Senador Roberto Cavalcanti, trata-se de Projeto de Decreto Legislativo nº 874, de 2009, que "*Aprova o texto do Acordo entre o Brasil e o Reino do Marrocos na Área de Saúde Animal e de Inspeção de Produtos de Origem Animal, assinado em Rabat, em 25 de junho de 2008*."

Com a palavra, o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, trata-se, como V. Exa. já pré-anunciou, da rerratificação por parte do Senado, conhecimento, a aprovação do texto de um acordo entre a República Federativa do Brasil, e o Reino do Marrocos na área da saúde animal, e inspeção de produtos de origem animal.

O projeto foi assinado em 25 de junho de 2008, já era, na verdade, uma preocupação nossa no tocante a podermos acelerar essa nossa aprovação, tendo em vista que serão completados já quase três anos da assinatura do mesmo.

A proposição em epígrafe foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, e na Comissão a esse relator, em 18 de fevereiro de 2010, há pouco mais de 30 dias, na qual tive o privilégio de fazer o seu relato.

Esse acordo, na verdade, ele contribui para o progresso na elaboração do certificado de inspeção sanitária, que viabilizará a exportação de carne bovina fresca e congelada brasileira ao mercado marroquino, carne de gado e carne de frango.

Na verdade a expansão das trocas internacionais entre esses dois países é evidente, e trata-se de um acordo técnico na área de saúde animal, que permitirá o adensamento das relações comerciais bilaterais, ao tratar de uma sensível área de inspeção sanitária que tantos problemas tem causado ao comércio exterior brasileiro, bastando lembrar o recente contencioso com o Canadá.

Vou direto ao Voto, Sr. Presidente.

"*Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do país a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto Legislativo 874, de 2009*."

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha a relatar.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovado. Obrigado. [ininteligível].

O Item 03, também não terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº 25, solicito ao Senador Eduardo Suplicy que possa ser o relator *ad hoc*, por ser o relator o Senador Antônio Carlos Valadares, ele "*Altera o art. 12 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para a constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.*"

E junto com ele também, Senador Suplicy, tem ainda um requerimento do Senador Valadares, na pauta extra, em que ele requer exatamente a tramitação autônoma do Projeto de Lei da Câmara nº 25, do Projeto de Lei do Senado nº 64, do Projeto de Lei do Senado 173, como resultado exatamente do... Do parecer do Item 03.

Com a palavra, portanto, o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, ainda que não haja óbices intransponíveis a que as matérias seja discutidas e apreciadas em um único parecer, o relator, Senador Antônio Carlos Valadares, avalia e propõe o desapensamento das três proposições, por não guardarem similaridade suficiente que possibilite análise em conjunto.

Acredito que isto possa ser acatado, os projetos do Deputado Celso Russomano, 25 de 2008, não terminativo, objetivam impedir que sejam diretores e empregados de empresa de segurança aqueles que tiverem condenação criminal com trânsito em julgado, no curso de cumprimento da pena, no período de reabilitação. O do Senador José Jorge, Altera o Estatuto do desarmamento para isentar as taxas previstas no art. 11 daquela lei às empresas de segurança privada e transporte de valores, e do Senador Renato Casagrande determina prazo de 90 dias para arquivamento de filmagens realizadas por empresas de segurança particulares.

Assim, é de bom senso o requerimento do Senador Antônio Carlos... do relator Antônio Carlos Valadares, para que haja a tramitação autônoma das proposições legislativas relacionadas.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Suplicy, em discussão o relatório, portanto o desapensamento dos três projetos. O Srs. Senadores que estiverem de acordo... Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Estando de acordo os Srs. Senadores, permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado.

E em seguida coloco o requerimento, o requerimento de tramitação autônoma, também de autoria do Senador Valadares.

O Senador Suplicy... Basicamente é isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Requer a tramitação autônoma do Projeto de Lei nº 25/2008, Projeto de Lei do Senado nº 64 de 2006 e Projeto de Lei do Senado 173 de 2007.

Em discussão, não havendo quem queira discutir, eu encerro também essa discussão e coloco em votação, portanto, a tramitação autônoma. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Voltamos ao Item 01 da pauta, e já com a chegada do Senador Augusto Botelho. É o Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2003, que "*Prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira, e dá outras providências*." De autoria do Senador Jonas Pinheiro, e o relator Senador Augusto Botelho.

Antes ainda do Augusto Botelho, eu já vou então só comunicar que na próxima semana, quinta-feira Santa, nós não teremos reunião da Comissão.

Já na semana seguinte, nós teremos uma semana bem preenchida.

Na terça-feira, dia 6, está confirmado, então, na parte da tarde, a vinda do Ministro Celso Amorim; então na próxima reunião, terça-feira, dia 6, terça dia 6, logo no início da tarde, 14h00, 14h30, falta acertar ainda o horário. Mas então o ministro Celso Amorim vem para discutir conosco toda a política internacional.

No dia seguinte, dia 7, quarta-feira, durante o dia, nós temos esse seminário, realização do seminário "A Revisão do Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares"; Será realizado no auditório do INTERLEGIS, dia 7 de abril, conforme proposta do Senador Inácio Arruda, e apoio de várias organizações como a UNB, a ABED, a Fundação Alexandre de Gusmão e CEBRAPAZ.

E no dia 8, pela manhã, no horário normal da nossa Comissão, teremos Audiência Pública conjunta com quatro outras comissões para ouvirmos o Ministro Paulo Vanucci sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos.

Portanto, não teremos reunião na semana que vem, na semana seguinte teremos três eventos: a reunião extraordinária com o Ministro Celso Amorim; o seminário sobre a questão da não proliferação de armas nucleares; e audiência pública conjunta para ouvirmos o Ministro Paulo Vanucci.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E assim, Sr. Presidente, então, o PSDB e o DEM só fazem as pazes com o Ministério de Relações Exteriores a partir do dia 8, mais 7 e 15 é isto?

Foi prolongada essa greve, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não... Senador Suplicy, foi dada a opção de outras datas que o Ministro pudesse vir hoje, inclusive, mas aí a agenda dele realmente não permitia, nem ontem nem hoje.

Não se trata de uma greve, trata-se de uma proposta de discussão da política externa brasileira.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Podemos prever que vai haver a paz, finalmente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O objetivo nunca foi de guerra, o objetivo é de discussão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): De maneira que eu espero que a gente possa normalizar o funcionamento, aí teremos realmente vários embaixadores, os processados já foram todos distribuídos, dois, faltam só dois, para nós podermos ter a sequência de sabatinas, se assim for desejo nessa reunião.

Sr. Senador Augusto Botelho com a palavra, portanto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu vou pedir para retirar o projeto da pauta, para fazer uma reanálise, a pedido do Ministério, ok? Retirada de pauta para a reanálise.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Desculpa, mas com a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Gostaria de pedir para retirar de pauta, para apresentar na próxima reunião, porque houve uma solicitação de reanálise de alguns Ministérios sobre esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está perfeito. Está bom, então. Vamos retirar de pauta... Solicitada pelo Senador Augusto Botelho, estando de acordo os senadores, portanto está retirado de pauta este Item, o Item 01, que é esse projeto do senador, saudoso Senador Jonas Pinheiro, para prorrogar o prazo para que sejam ra-

tificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos estados em faixa de fronteira.

Srs. Senadores, a pauta, portanto está esgotada, eu indago se há algum assunto adicional que queira ser, possa, algum senador queira levantar, dados esses aviso sobre a pauta da próxima semana, e da semana seguinte, e sobre essa visita de membros da Comissão a EMBRAER, a HELIBRAS, na área de defesa.

O requerimento aqui, Senador Simon, foi aprovado o requerimento que eu apresentei ao Ministro Paulo Bernardo para que ele possa explicar as consequências do corte no orçamento sobre os vários problemas da área da defesa, nas três forças.

Isso já foi aprovado...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor permite uma questão?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ontem eu fiquei, assim, surpreso com a propaganda da SAAB sobre o avião a jato fabricado na Suécia, em coincidência com a visita do Rei e da Rainha. E fizeram uma propaganda bonita, e mostrando, assim, o interesse despertado pela Aeronáutica e tudo, desse avião.

Então, essa propaganda não coincide com o que a gente tem ouvido do Executivo. E puseram no ar, muito boa a propaganda, o avião voando, e coincidindo, é claro, com a visita, e o próprio Rei, durante a cerimônia no Palácio, disse que tem esperança de uma boa ligação na área de engenharia aeronáutica com o Brasil.

Então, está um negócio meio aí...

E o presidente disse que ainda não tinha recebido o parecer conclusivo da Aeronáutica para ele consultar o Conselho Nacional de Segurança e tomar uma decisão.

Então a interrogação está em aberto ainda ou já tem decisão? Que às vezes fica meio confuso aqui, porque as colocações que são feitas confundem um pouco os parlamentares, acho que a mim confunde.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Tuma, o Ministro Jobim quando esteve aqui na Comissão, no início desse mês, ele declarou que esperava concluir o processo ainda no mês de março. Eu encontrei com ele novamente ontem a noite, e ele me disse que espera concluir agora depois da Semana Santa.

O calendário brasileiro é assim, depois do Carnaval, depois da Semana Santa, depois do futebol, depois da Páscoa, e aí vai. E ele realmente espera concluir, foi o que me disse ontem, espera concluir depois da Semana Santa o processo como um todo.

[ininteligível] quando nós pudemos ouvir aqui os representantes das três empresas, dos três países, na verdade, as três empresas sempre estiveram acompanhadas dos seus embaixadores, dos seus representantes, e são três projetos importantes, todos os três são de boa qualidade, de maneira que realmente o modelo sueco é um bom modelo, sim, ele está ainda no início, digamos, ele já tem um primeiro avião voando, não é propriamente um protótipo, é um avião que está voando, mas... Tem realmente essa proposta aí, e a delegação sueca que estava aqui ontem ou está ainda, hoje não mais em Brasília, além do Rei e da Rainha, eles estavam também com o Ministro da Defesa, Ministro de Ação Social e vários outros representantes do governo sueco.

Aliás, os ministros em geral são parlamentares, porque a Suécia é uma monarquia parlamentarista.

Senador Marco Maciel, que acompanha bem, estavam... Impressiona, inclusive, a juventude dos ministros, todos eles muito jovens, e também terão eleição esse ano, terão eleição lá em setembro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu sei que o Ministro do Itamaraty terá sempre a gentileza de aqui comparecer, eu acho que a gente podia perguntar qual é a diferença entre a tecnologia e o interesse político, para a decisão que... Para a gente poder ter um esclarecimento mais claro sobre a definição que poderá ser tomada, sempre tem quer ser tomada em benefício do país.

Então, como há um componente, que a gente sente de perto o interesse político, eu sei que o ministro não se negará a nos explicar as ligações políticas que podem intervir na conclusão do processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, evidentemente, o trabalho todo feito pela Aeronáutica é fundamental.

Quem conhece do assunto é quem vai usar os aparelhos, de maneira que o ponto de vista da Aeronáutica realmente tem que ser levado em consideração nessa decisão final, é o que nós, membros da Comissão, esperamos que aconteça.

Indago aos Srs. Senadores se há mais algum assunto a tratar. Não havendo, portanto, eu declaro encerrada a reunião.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só uma coisa, o Suplicy falou em greve, foi uma brincadeira do Heráclito. Uma resposta... Não tem nada...

Nós não estamos em greve, e eu tenho uma amargura, que é o candidato que foi pedido vistas, devolveram a vista e ele não foi chamado mais, porque foi incluído na decisão da Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dos partidos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O partido e da Comissão, o partido tomou e a Comissão apoiou, mas é meio angustiante ele ser procrastinado sem ser a pessoa causadora dessa demora.

Então, na primeira oportunidade que V. Exa. achar conveniente, ele poder vir aqui e a gente, em respeito a todo o *curriculum* dele, podermos ouvi-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeitamente senador, foi uma vista regimental que foi pedida no caso dele, e também no caso-–

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, de maneira que nós temos tido aqui na comissão sempre a atenção devida, não houve nenhum atraso aqui, normalmente, durante todo o ano passado, todos... O que, o atraso que às vezes tem acontecido é mais por conta do Executivo do que do Legislativo.

Nós temos tido a rapidez necessária na análise de todos esses indicados que vão representar o Brasil no exterior. O que acontece é que, realmente, como foi explicitado, existem pontos da política externa que precisam ser melhor discutidos, então este é um momento importante, momento de discussão da aprovação de embaixadores, que também se faça a discussão da política externa como um todo, do país pela relevância que ela tem hoje para a realidade do dia a dia.

Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu gostaria de me acostar ao que foi dito pelo Senador Romeu Tuma, no sentido de uma certa preocupação no que tange aqui, problemas políticos não atinjam a trajetória profissional de embaixadores de carreira.

Não se tratam de indicações políticas, e sim embaixadores que tem uma trajetória profissional de imaculada, e que estão nessa alternância permanente de funções, e que na verdade esse freio deve gerar uma expectativa, uma ansiedade nos mesmos, injustificada.

Então, realmente pedimos o carinho da Presidência da Comissão, no sentido de flexibilizar alguns desses profissionais que estão em julgamento nessa nossa Casa.

Na verdade é a chancela nossa, muito justa, mas aquele profissional, ele não merece ser cerceado no seu direito de ocupar o espaço pelo qual foi convocado.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só reitero, mas realmente não há nenhuma postura de exploração política, exatamente é o inverso, nós é que estamos preocupados que haja uma influência partidária na condução da política externa brasileira, o motivo de querermos ouvir o ministro é exatamente para colocar para ele essa preocupação, que esteja havendo uma certa ideologização do processo das relações internacionais brasileiras, o que não é admissível, o Itamaraty tem uma longa tradição de imparcialidade, de boa condução dessas relações brasileiras.

De maneira que o objetivo é exatamente esse, é o objetivo de evitar que haja uma partidarização das decisões referentes às relações internacionais brasileiras.

Eu espero que nós possamos ter uma boa discussão com o Ministro Celso Amorim, certamente teremos, ele sempre foi gentil e rápido conosco, apenas a agenda não permitiu que ele viesse antes, então, e ainda temos a questão da Semana Santa no meio.

Senão, nós poderíamos agilizar e os processos são 13, 12 embaixadores que tem previsão de serem ainda sabatinados, e eles já estão todos eles com o processo distribuído e nós teremos, então, a oportunidade de ouvi-los nos próximos dias.

Muito obrigado a todos, portanto está agora, sim, encerrada a Reunião.

Obrigado.

Sessão encerrada às 11h06.

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia seis de abril do ano de dois mil e dez, no Plenário nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores **Eduardo Azeredo** e **Eduardo Suplicy**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Renato Casagrande, Inácio Arruda, Adelmir Santana, José Agripino, Romeu Tuma, Alvaro Dias, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque,** além dos Senadores **Marcelo Crivella** e **Gilberto Goellner** e da Governadora do Pará, **Ana Júlia Carepa**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que

é dada como lida e aprovada. O Presidente inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública para debater o posicionamento brasileiro em relação ao Programa Nuclear da República Islâmica do Irã e para prestar esclarecimentos sobre o "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças", em atendimento ao **Requerimento nº 07, de 2010 – CRE,** de autoria do Senador **Heráclito Fortes**, e ao **Requerimento nº 11, de 2010 – CRE,** de autoria do Senador **João Tenório**, aprovados, respectivamente, em 11 e 25 de fevereiro de 2010. O Presidente convida para compor a Mesa o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador **Celso Amorim**, e concede-lhe a palavra. Os Senadores **Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, João Tenório, Heráclito Fortes, Tasso Jereissati, Cristovam Buarque, Pedro Simon, Inácio Arruda** e **Marcelo Crivella** fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às dezenove horas e onze minutos. Lavro, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, esta Ata. Lida e aprovada, ela será assinada pelo Senhor Presidente e, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião, publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo, que aprovarem, permaneçam como se encontram. Está aprovada.

A pauta de hoje é uma Audiência Pública, convite... atendendo ao Requerimento n.º 07/2010, de autoria do Senador Heráclito Fortes, e n.º 11, do Senador João Tenório, ambas aprovada ainda no mês de fevereiro deste ano. É um convite ao Ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores, para prestar esclarecimento sobre o Acordo entre o Governo do Brasil e da República Francesa, relativo à cooperação no domínio da defesa e ao estatuto de suas Forças, e debater o posicionamento brasileiro em relação ao programa nuclear da República Islâmica do Irã.

E quero, ainda, antes de convidar o ministro, lembrar que, amanhã, nós vamos ter, também, durante todo o dia, um seminário sobre a revisão do Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares. O horário é 9 horas, no auditório do INTERLEGIS, com a participação de várias organizações, como o Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz, CEBRAPAZ; Conselho Mundial da Paz; a Fundação Alexandre Gusmão; a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional – CCAI; Associação Brasileira de Estudos da Defesa e também a Universidade de Brasília. São vários convidados para a Audiência da parte da manhã e da tarde.

E, no dia... Na próxima quinta-feira, às 10 horas, aqui, no Plenário 2, da Ala Nilo Coelho, Audiência Pública conjunta de seis comissões – Relações Exteriores, Direitos Humanos, Meio Ambiente, Agricultura, Ciência e Tecnologia e também de Constituição e Justiça -, para ouvirmos o Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidente da República, para prestar esclarecimento sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos, PNDH-3.

Então, teremos, essa semana, três reuniões – essa de hoje, amanhã e na quinta.

Eu convido agora, então, o Ministro do Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, para que compareça e nos honre com a sua presença.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, quero cumprimentar o Ministro Celso Amorim, mas permita... Tendo em conta que, nesta semana, pelo que V. Exa. acaba de renunciar, nós teremos três reuniões da Comissão de Relações Exteriores, todas com o objetivo de Audiências Públicas, e, tendo em conta que recebi convite para representar o Senado e proferir palestra, uma das principais palestras do evento, do Congresso da U.S. Basic Income Guarantee Network, que se realizará em Montreal, na próxima semana, e, havendo a necessidade de tomar providência, eu agradeceria muito, já que... O requerimento foi lido em Plenário, e eu até aproveito para aqui informar, porque precisaria que houvesse a anuência da Comissão de Relações Exteriores. Então, eu gostaria de pedir a boa vontade de V. Exa. de que este requerimento possa ser, então, apreciado em Plenário, mas com o parecer dessa comissão, ainda esta semana, Sr. Presidente.

Eu agradeço muito, se isto puder ser... para que eu possa comparecer ao Canadá, Montreal, semana que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Esta reunião é uma reunião de audiência pública, nós não pode deliberar, mas eu levo ao Plenário e eu mesmo posso ser o relator.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): A única coisa, senador, é que ele precisa prometer que volta logo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Volta logo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu voltarei, Sr. Presidente. Eu, inclusive, fui convidado para ir, também, ao Sudão, como observador das eleições lá, mas era praticamente na mesma data e achei que era um exagero.

Eu já tinha confirmado estar no... fazer a palestra no Canadá; então, vou ao Sudão em outra ocasião. Senador Arthur Virgílio, então, não me ausentarei demais porque a recomendação é que eu preciso estar sempre aqui, como que ao seu lado, para observar os seus passos.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Bom, nós vamos dar início, então... Ministro, eu quero, primeiro, agradecer a sua presença, o ministro já esteve aqui outras vezes, e, até no dia mesmo em que nós anunciamos a suspensão da sabatina de senadores, eu fiz questão de deixar claro que V. Exa. sempre esteve aqui, em todas as vezes que foi convidado. O que aflige uma boa parte dos senadores, aqui presentes, dos senadores como um todo aqui, é esta comissão tem a obrigação de acompanhar as relações exteriores do Brasil. O país, evidentemente, cresceu de importância no cenário internacional, existe alguma discordância com o governo, que nós achamos que cresceu a partir, realmente, da estabilidade econômica, da redemocratização(F), e parte do governo acha que foi a partir do Governo Lula. Então, existe, aí, essa primeira discordância. Mas o fato é que o Brasil é, realmente, um país em crescimento, no conceito internacional, daí a importância de que nós tenhamos uma discussão clara desses passos, e alguns dos passos nos parecem que podem estar sendo equivocados, e, em alguns momentos, havendo certa omissão do Brasil em relação, por exemplo, aos direitos humanos em Cuba, e esta questão especifica do Irã, onde o Brasil caminha para ficar, de alguma maneira, isolado. De maneira que, com essa breve abertura, eu concedo a palavra, então, ao Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Obrigado, Presidente Eduardo Azeredo, Srs. Senadores. Como sabem, para mim, é sempre motivo de satisfação participar de um diálogo aqui, nesta comissão, já fiz não diria inúmeras vezes, porque talvez fosse um pouco de exagero, mas já fiz um número considerável de vezes, em situações... as mais variadas. Inclusive, se eu não me engano, uma das últimas, V. Exa. me anunciou, ao meio-dia, que tinha intenção de fazer uma reunião às três da tarde... Acho que V. Exa. nem diretamente quis fazer o convite, para não me constranger, mas eu me ofereci para vir aqui, era sobre a situação de Honduras. Eu acho que é fundamental que haja um debate sobre a política externa, vejo isso de maneira mais positiva e vejo essa divergência como um sintoma desse crescimento do Brasil.

Não vamos entrar... Não creio que me caiba entrar no mérito de por que é que a política... por que é que o Brasil tem outra posição internacional, mas eu acho que o fato reconhecido por todos é que tem uma posição internacional mais forte e mais atuante, e isso também requer um posicionamento em relação a um grande número de itens, e isso também traz polêmica, como é natural. Se nós olharmos a política internacional nos Estados Unidos, a política internacional na França, a política internacional no Reino Unido, para citar três exemplos, ou na índia – para não ficar só em país desenvolvido -, ela é objeto de polêmica, ela é objeto de debate, e aí é objeto de discussão, e é saudável que assim seja.

Eu tive o cuidado de ler as atas da última sessão e sei que os temas que despertam interesse ou que são polêmicos são muitos.

Então, eu não sei como V. Exa. gostaria que eu fizesse. Eu posso abordar... Eu tenho medo, digamos, de pecar pela superficialidade, se eu for breve demais, ou, também, de tirar oportunidade do debate, se for longo demais. Eu vou falar um pouquinho dos últimos temas, talvez, que estiveram mais em evidência e, depois--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim. Especialmente a questão...

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: --abriria aos demais. Se isso for...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A questão do Irã e a questão dessa última visita ao Oriente Médio.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Muito bem. Eu sei que há outros temas de requerimento, também há um tema que o Senador Heráclito Fortes perguntou, sobre o Acordo Brasil/França, estarei pronto a responder sobre ele, à medida que os debates continuem. Eu posso fazer uma referência breve a ele, também, se isso for de interesse.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir que, conforme V. Exa. mesma mencionou, como a viagem realizada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro Celso Amorim a Cuba também foi bastante recente, eu avalio que, também, ao lado da análise da visita realizada no Oriente Médio, Palestina e Israel, tam-

bém que haja uma menção dos objetivos realizados na visita a Cuba, por favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Eduardo Azeredo, Ministro Celso Amorim, gostaria que V. Exa. também pudesse fazer um breve relato do acordo firmado entre o Brasil e Paraguai, para rever o valor da energia. Esse Tratado está no Parlamento e vai vir depois ao Congresso, ao Parlamento do MERCOSUL e vai vir à Câmara e ao Senado. Também gostaria que V. Exa. pudesse discorrer sobre o tratado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos ouvir, então, o ministro, e, depois, nós temos seis inscritos já, aí nós passamos rapidamente à fase de debates.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Bem, vou fazer uma referência relativamente rápida sobre os assuntos, espero que não considerem extremamente superficial; eu estarei pronto a aprofundar qualquer um dos temas. Incidentalmente, sobre o Oriente Médio, eu vou fazer uma referência, também, ao Irã, porque foi um dos temas que motivou o convite. Talvez, começando pelo Oriente Médio, que foi a visita recente do Presidente Lula e que chamou muita atenção – aliás, foi no dia, enquanto se realizava essa visita, que houve um debate bastante aceso, eu diria, nessa comissão, sobre a política externa -, eu acho que seria interessante fazer uma referência, ainda que breve, à visita ao Oriente Médio.

Em primeiro lugar, é importante dizer que a visita do Presidente Lula ao Oriente Médio, embora tenha sido a primeira visita de um Presidente brasileiro, especificamente, a Israel, à Palestina e à Jordânia. Ele próprio já tinha ido ao Egito e a alguns outros países, mas foi a primeira visita de um Presidente brasileiro, porque o outro Chefe de Estado que esteve na região foi Pedro II, mas na época ainda do Império Otomano, de modo que ele não visitou propriamente nenhum país que hoje se conhece como tal.

Então, a primeira visita é a visita do Presidente Lula. Mas, embora ela seja a primeira, ela não está em um vácuo. Eu diria que mesmo... Me atendo aos últimos anos, eu tinha estado, a pedido do Presidente da República, três vezes em Israel, três vezes na Palestina e, também, três vezes na Jordânia, coincidentemente que foram os três países que ele visitou, e havia estado já um número até maior de vezes na Síria, país que ele havia visitado, na sua primeira visita ao Oriente Médio, quando esteve também em outros países.

Bem, eu acho que há, aí, várias coisas que deveriam ser assinaladas. Primeiro, a importância desse fato. Quer dizer, apesar do Brasil ter relações tão profundas, de o Brasil ter estado vinculado, de certa maneira, à própria certidão de nascimento do Estado de Israel, nunca um Presidente brasileiro havia ido lá; o Presidente Lula tomou essa decisão e foi lá. E, para manter o natural equilíbrio e também porque é do nosso interesse ter esse tipo de relação, visitou a Palestina, os territórios palestinos ocupados. Hoje em dia, todo mundo chama mais de Palestina e, especificamente, a Cisjordânia, que é a área que está sob a autoridade real da autoridade palestina. Como se sabe, a Faixa de Gaza está sob o controle do Movimento Hamaz. E foi à Jordânia, também, em retribuição à visita que o Presidente havia feito há pouco tempo aqui. Note-se, também, que, nesses três casos, o Presidente Lula também estava retribuindo visitas. Tinham estado aqui, recentemente, o Presidente Shimon Peres, o Presidente Mahmoud Abbas... Aliás, os dois tinham estado no mesmo mês em que tinha estado o Presidente do Irã, caso à parte, e também havia estado um pouco antes, talvez uns oito meses, ou nove meses antes, o rei da Jordânia. Então, eram também retribuições.

Eu assinalo isso porque, algumas vezes, há uma impressão de que o Brasil tem um interesse excessivo de aparecer em algumas áreas, de estar presente. Na realidade, em todos esses casos, o Presidente Lula estava retribuindo visitas que havia recebido; portanto, há um interesse, no mínimo, recíproco com esses países.

Eu diria que a visita a Israel foi extremamente exitosa, a despeito de algumas informações de imprensa. Inclusive, pelas próprias reações das autoridades locais, a maneira como o Presidente Lula foi recebido, ele esteve com o Presidente Shimon Peres longamente, todos os encontros excederam o tempo previsto. Esteve com o Presidente Shimon Peres longamente, quando foi também à cerimônia de chegada. Esteve com o Primeiro Ministro... Antes, era uma visita programada para se realizar, um encontro para se realizar na própria [ininteligível], no Parlamento, que, como sabem, lá, o Primeiro Ministro, os ministros são todos membros do Parlamento também, e preferiu o Primeiro Ministro recebê-lo no seu gabinete, para ter uma reunião mais longa, demorou uma hora e meia, mais ou menos. Nesta ocasião, o Primeiro Ministro Netanyahu propôs, e foi aceito pelo Presidente Lula, que houvesse encontros regulares de governos, incluindo vários ministros, de um lado e de outro, o que demonstra um grande interesse pelo encontro com o Brasil. Teve um encontro também com a líder da oposição, Tzipi Livni, e foi a Knesset, onde, é fato, ouviu comentários sobre o Irã, em uma

linha diferente da linha que o Brasil tem seguido, e é explicável, porque há uma grande preocupação em Israel em relação ao possível desenvolvimento nuclear do Irã, especialmente desenvolvimento militar, mas foi aplaudido de pé, que é algo, também, não muito óbvio para alguém que não deixou, também, de fazer uma crítica, porque o Presidente Lula criticou o fato dos novos assentamentos terem sido aprovados dias antes da visita dele. Na realidade, coincidentemente com a visita do vice-Presidente dos Estados Unidos. E a despeito desse comentário, que ele não se furtou de fazer, ele foi aplaudido de pé, longamente, por todas as alas do Parlamento Israelense.

De lá, ele foi à Palestina, onde... Enfim, onde há também comunidade brasileira, inaugurou, inclusive, uma Rua Brasil. Em Hamala... Esteve em Belém e, depois, em Hamala, que é uma experiência interessante, porque, para ir de Belém a Hamala, duas cidades que ficam na Cisjordânia, é necessário atravessar territórios, hoje ocupados por Israel, duas vezes; quer dizer, entrar e sair de territórios ocupados por Israel, trocar de automóvel, inclusive, para chegar a Hamala, porque a alternativa seria uma viagem de duas horas e meia, com barreiras, etc.. Encontrou um Presidente, Mahmoud Abbas, apesar dos fatos anteriores, receptivo à ideia de continuar dialogando. Como sabem, havia o início dessas negociações por aproximação, que foram interrompidas, justamente, em função dos assentamentos. Foi... A conversa do Presidente Lula foi sempre no sentido de incentivar a paz, de incentivar o diálogo, de incentivar as conversas, e, de lá, foi a Jordânia, que é um interlocutor importante neste contexto, até porque é um dos dois únicos países árabes que tem Tratado de Paz com Israel.

Na Jordânia, eu participei das conversas iniciais, que foram as conversas mais políticas. Eu não pude ficar para a conversa com o Primeiro Ministro, que foi mais de natureza econômica, porque há também interesses econômicos e comerciais em todos esses lugares, porque eu me desloquei da Jordânia para a Síria, por automóvel, atendendo a uma sugestão feita pelo Primeiro Ministro de Israel, o Primeiro Ministro Netanyahu, de que o Brasil pudesse ajudar no diálogo entre a Síria e Israel. Porque, além de todos os problemas da Palestina, existem os problemas bilaterais, das Colinas de Golã, etc.. Então, isso, digamos, de maneira muito resumida...

Eu gostaria de mencionar dois outros fatos. Um é que, em Israel... Nós chegamos em Israel com dias antes tendo ocorrido a ratificação do acordo entre MERCOSUL e Israel. É preciso notar que esse acordo é o primeiro acordo de livre comércio que o MERCOSUL assina com o país de fora da região, de fora da América Latina. Nós não temos acordos de livre comércio, temos acordos de preferência, com a Índia, com a África do Sul, mas não temos nenhum acordo de livre comércio. O primeiro acordo de livre comércio que o MERCOSUL tem é com o Estado de Israel, o que é, também, uma sinalização política do nosso interesse de manter boas relações. O Presidente Lula disse, também – e há acordo no MERCOSUL -, que estamos prontos a ter um acordo semelhante com a Palestina.

E apenas para completar essa parte, eu comentaria que um encontro muito importante que o Presidente Lula teve, também, foi com ONGs, com grupos de sociedade civil, a maioria... Eram três grupos basicamente, sendo que dois deles eram mistos, de israelenses e palestinos. Os palestinos, que eram parte do grupo, tiveram dificuldade da chegar ao local, porque isso se deu justamente nesse momento um pouco conturbado de manifestações e logo depois dessa decisão sobre os assentamentos. Ainda assim foram encontros interessantes, porque foram encontros que envolviam pais ou mães que perderam filhos em um conflito, encontros, também, de um grupo que se chama o Grupo de Genebra, que tem lutado pela paz na região, com base naquele pré-acordo que foi negociado à época, ainda, do Principiante Clinton. E, com isso, ele pôde, creio eu, também, formar uma visão bem completa das várias tendências que existem lá.

Eu aproveitaria... Falar rapidamente de Irã. É difícil falar rapidamente de Irã, porque é uma história longa, mas eu gostaria de acentuar um ou dois aspectos em que o Presidente Lula não deixou de acentuar também em Israel. É que o Brasil... Eu tenho repetido isso para a imprensa. Não se trata do Brasil ser pró-Irã, ou contra Irã; o Brasil é a favor da paz e a favor de encontrar soluções negociadas. Eu, aliás, como embaixador do Governo Fernando Henrique Cardoso... Fui embaixador nas Nações Unidas e pude lá assistir como decisões precipitadas, baseadas em informações incompletas, levaram a situações trágicas, como é o caso... como foi, aliás, especificamente, o caso do Iraque. Aliás, foi uma das poucas vezes que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tomou a iniciativa de me telefonar... Normalmente, o nosso contato era através do Ministro Lampreia, como é natural. Uma das poucas vezes foi justamente pouco depois de uma visita do Bill Richardson ao Brasil, quando se falou, na época, na possibilidade de um ataque armado, da autorização a uma ação armada contra o Iraque. E creio eu, enfim, que isso foi uma preocupação também do Presidente, que quis, então, se inteirar com o seu embaixador um pouco mais da situação.

Naquela época, como embaixador, me esforcei muitíssimo para poder evitar que houvesse a solução

militar, presidi, inclusive – coisa rara -, três comissões, painéis, como eles chamam lá, três comissões sobre o Iraque, mas, no final das contas, depois disso, eu também saí de lá, houve o episódio que todos conhecem, também, com o Embaixador Bustani, na Organização de Armas Químicas. A solução que eu preconizei foi em parte... Eu, como representante do Brasil, preconizei, foi em parte adotada, houve uma mudança no sistema de inspeções, mas o próprio novo inspetor, que era o sueco Hans Blix, acabou renunciando, devido às fortes pressões que ele recebia, para dizer algo que ele não concordava que fosse a verdade dos fatos.

Então, nós temos a preocupação grande, com relação ao Irã, de que algo parecido ocorra. Isso não vem de nenhuma ingenuidade, nem de achar que tudo que... de que não pode ter havido coisas erradas; efetivamente houve, porque, embora o Irã tenha direito a ter um enriquecimento de combustível nuclear, e eu tenho... Eu tenho quase certeza de que o Irã não renunciará a esse direito, sendo um país grande como é, tendo reservas de urânio e etc.. É verdade, também, que o Irã deu alguns passos em falso, alguns anos atrás, e ele paga um pouco por esse pecado original, embora deva ser dito também... Porque, embora as relações do Irã com a agência atômica tenham sido um pouco turbulentas, houve avanços, e houve vários momentos em que a agência disse que todas as questões pendentes do passado estavam resolvidas, a própria agência atômica. O que havia ainda, segundo a agência atômica, eram alegações. A expressão inglesa é alleged studies, quer dizer, estudos alegados, estudos que nem sequer ninguém tem acesso, porque, provavelmente, são de serviços de inteligência do país A, B ou C.

Então, o que existem são as alegações, contidas nesses estudos, de que o Irã poderia estar trabalhando também para ter uma arma nuclear. Nossa opinião é de que o Irã deve cooperar o mais extensivamente possível. Obviamente, é sempre difícil – e isso se viu no caso do Iraque – você ter a prova negativa. Quer dizer, provar que não está fazendo alguma coisa. E, quando existe uma alegação, você, como em alguns relatórios se diz, o Irã ainda não provou o que não faz, é uma prova difícil, viu-se, no caso do Iraque, que é impossível. No final, não tinha nada, mas era muito difícil provar que não tinha, porque é da natureza das coisas que seja mais difícil você provar que não tem do que provar que tem. E, portanto, houve progresso nas conversas com o Irã, isso me foi confirmado no último encontro com o Diretor-Geral.

E mais importante de tudo, eu diria, em meados do ano passado, foi proposto um acordo, pela agência atômica... Eu acho que, em dez minutinhos, eu termino. Foi proposto um acordo, pela agência atômica, como decorrência de um pedido do Irã. Eu quero sublinhar isso. O Irã pediu à agência atômica que facilitasse a compra de urânio enriquecido a 20% sob a forma de elementos combustíveis para o reator de pesquisa que eles têm... Agora, me falha a memória. Bom, enfim, para o reator de pesquisa que produz isótopos medicinais. Ninguém tem dúvida de que isso é um fato real e que eles precisam desse urânio, só que, digamos, os países, sobretudo ocidentais, mas, com acordo, também, da Rússia e da China... Porque eles atuam muito na base de P5+1. São cinco membros permanentes mais a Alemanha que tomam parte nesse debate; outros países são excluídos dessa discussão. Não é nem sequer o Conselho de Segurança como um todo que tem que participar dessa discussão; são os P5 e mais a Alemanha. O P5 são os cinco membros permanentes, que, coincidentemente, são os cinco que detêm armas nucleares de maneira aceita pelo regime do Tratado de Não– Proliferação Nuclear. O Irã propôs, então, a compra. Os países do Ocidente, junto, no quadro desse P5+1, e através da agência atômica, fez uma contraproposta. Em vez de vendermos... Mas é importante essa questão, porque isso demonstra que o Irã estava disposto a comprar o urânio enriquecido a 20%, sob a forma de combustível. Então, ele não estava procurando uma desculpa; ele estava disposto a comprar. Os países ocidentais contrapropuseram uma troca, que o Irã entregaria tudo através da agência atômica, mas entregaria certa quantidade, mais precisamente 1200 kg de urânio levemente enriquecido, que é o urânio que se usa nas centrais elétricas, como nós temos, 3,5 a 5%, ele entregaria esse urânio levemente enriquecido e receberia, depois de algum tempo, o urânio enriquecido a 20%... Não, enriquecido a 20%, já sob a forma de elemento combustível. Por quê? Porque, uma vez que o urânio enriquecido a 20% já é transformado em elemento combustível para esse reator, o reator de... Como é o nome do reator? O reator de [ininteligível], quando ele... Ele recebendo sob a forma de elemento combustível, não há mais como transformá-lo em urânio que possa servir para bomba; ele já está... É uma transformação... Não entendo bem, mas é uma transformação química, que não permite mais uma reelaboração. Qual foi o problema? Bem, eu diria... Houve um problema político e um problema técnico. O técnico não deixa de ser político também. O problema político, segundo... Essa proposta foi feita um pouco antes da vinda do Presidente Ahmadinejad ao Brasil. Eu já tinha estado lá uma vez, porque há algum tempo que nós nos interessamos e procuramos acompanhar essa situação, até porque eu pessoalmente acompanho de perto o que havia acontecido no Iraque. Então, tínhamos interesses, era amigo pessoal do ElBaradei,

conhecia muito bem o Solana, que era o negociador da União Europeia, e conversei com ele inúmeras vezes. E via sempre um grande problema. O grande problema é que o Irã, na minha opinião, não renunciará ao direito de enriquecer urânio para fins pacíficos, não renunciará, porque isso não está proibido por nenhum tratado. Ele pode ter cometido algum pecado original de não ter revelado, desde o início, que estava fazendo isso. Segundo a agência atômica, isso já foi sanado, essa parte foi sanada. Há outras dúvidas, que são essas alegações, mas ele não vai renunciar. E, por outro lado, o Ocidente, em todas as propostas que fazia para o Irã, o pressuposto é que o Irã não se dizia que tinha que renunciar, mas que, na prática, ele tinha que interromper o enriquecimento, que ele não poderia continuar, havia, digamos, quase que uma renúncia implícita. O que é que havia de novo, nesse acordo que a agência atômica propôs, depois do pedido do Irã, da compra do urânio enriquecido a 20%? O que é que havia de novo? É que, ao propor a troca... E isso não sou eu que estou dizendo; isso me foi dito por um negociador norte-americano, isso me foi dito por um negociador norte-americano. O que é que havia de novo? É que, ao propor a troca do urânio levemente enriquecido a 3,5 e 5%, que é o que o Irã tem, por urânio a 20%, sob a forma de elemento combustível, ao propor essa troca, havia um reconhecimento implícito, por parte dos países do Ocidente, que o Irã tinha direito de enriquecer urânio, porque, senão, não podia aceitar a troca. O que é o Irã respondeu para mim, o Presidente Ahmadinejad respondeu, em uma longa conversa que o Presidente Lula teve sobre isso, que demonstrou o nosso interesse em que esse assunto seja bem resolvido? Que, por outro lado, o Irã também estava, naquela altura – antes dos outros desdobramentos, naquela altura -, estava renunciando a um direito que ele teria, que era de enriquecer urânio a 20% para o seu reator de pesquisa. É óbvio que nós sabemos que as questões são mais complexas do que isso. Provavelmente havia dificuldades técnicas, dificuldades econômicas e não era meramente um gesto, provavelmente, provavelmente digo eu.

Então, esse acordo nos pareceu uma oportunidade a não ser perdida, a não ser perdida; é algo que nunca aconteceu na relação do Iraque com o Ocidente, porque, por um motivo ou por outro, o Saddam Hussein sempre reagia com brutalidade a qualquer tentativa de acordo. Nesse caso, houve um acordo que chegou a ser pré– negociado, chegou a ser pré-negociado. E aí... Aí por que é que não entrou em vigor, as interpretações são variadas. O que eu entendo é que – a visão iraniana -, como, no Ocidente, houve muita propaganda de que isso causaria um prejuízo, um atraso de um ano no programa nuclear iraniano, isso despertou muita oposição no Irã, e, diga-se de passagem, oposição de todos os setores. O primeiro a manifestar oposição, ou um dos primeiros a manifestar oposição, foi Mousavi, candidato da oposição, que disse que aceitar aquele acordo seria uma capitulação por parte do Presidente Ahmadinejad. É preciso que a gente entenda isso, porque, às vezes, a gente cai no maniqueísmo de que fulano de tal é bonzinho, o outro é ruim... Quer dizer, ou os dois são bons ou os dois são ruins, ou há uma mistura, porque, na realidade, o primeiro a fazer... O Presidente do Parlamento Iraniano, Larijani, que é visto também como parte da corrente mais liberal, digamos, liberal em termos iranianos, mas, digamos, que é visto como parte da corrente mais liberal, foi quem determinou... Quer dizer, o Parlamento, mas com o apoio dele, foi quem determinou, depois de uma decisão atômica, dias depois da visita do Ahmadinejad, aqui, que o Irã começasse imediatamente a produzir urânio a 20%.

Bem, as conversas continuaram, e eu estive no Irã, cheguei a fazer um apelo ao Presidente Ahmadinejad para que adiasse por algum tempo a produção do urânio a 20%. É claro que os iranianos têm a maneira deles de fazer as coisas, ele, na realidade, transformou o atendimento ao apelo em um ultimato, mas, na realidade, o importante é que ele não começou o enriquecimento antes de passarem os dois meses. Mas a oportunidade de uma maneira ou de outra, porque há uma desconfiança recíproca muito grande, ou porque os países, por razões de política interna, de lado a lado, tomaram algumas decisões, isso tudo tornou a situação muito difícil.

Então, nós encontramos hoje, para terminar um pouquinho essa questão, na contingência de termos ou um acordo, que ainda eu acho que é possível, com base no que foi proposto, pela agência atômica, para o Irã, talvez com mínimos ajustes, e eu vou até explicar qual é o principal... Desculpe, é um pouco técnico, mas eu acho que é muito importante. V. Exa., que, inclusive, foi do [ininteligível], da área cientifica. Eu acho que muitos aqui conhecem isso. O Irã diz, pelo menos... Tudo isso tem que, talvez, pagar para ver, mas diz que está de acordo em transferir 1200 kg de urânio levemente enriquecimento para o Ocidente; 1200, que é mais da metade do que ele tem hoje, o que inviabilizaria qualquer hipótese de ter um artefato nuclear a curto prazo. Estaria disposto a fazer isso...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ministro , deixa eu só interromper. A Chanceler, Secretária de Defesa Americana, a Secretaria de Estado Americana, Hillary Clinton, aqui, conosco,

no Senado, ela declarou que o Irã está descumprindo acordos dos quais ele mesmo é signatário.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Eu posso terminar esse raciocínio?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ou está em [ininteligível] também isso?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não, eu acho que o Irã está, sobretudo, em descumprimento, na minha opinião, de resoluções do Conselho de Segurança, mas eu acho que, quando os países ocidentais, através da agência atômica, fizeram essa proposta, eles, digamos, disseram assim: "Vamos colocar isso de lado por um momento, vamos ver se encontramos uma solução e, depois, nós voltamos...". Aliás, resoluções do Conselho de Segurança que o Brasil cumpre estritamente, estritamente. Houve um caso aqui que um dos países ocidentais, empresa de um país Ocidental, que ia participar de uma feira, uma exposição, sobre produtos de defesa no Rio de Janeiro, trouxe produtos iranianos, e o Brasil não deixou que a tal empresa participasse da empresa. A empresa de um dos membros ocidentais do Conselho de Segurança. Então, para mostrar como nós somos estritos no cumprimento das resoluções do Conselho.

Mas, voltando, aqui, a essa questão, à questão de como solucionar o problema. O Irã disse que está disposto a transferir os 1200 kg. Os 1200 kg, aparentemente, dariam segurança. Eu não sei se existe segurança absoluta, mas daria uma razoável segurança ao Ocidente, uma vez que ele próprio propôs isso, de que não haveria possibilidade de fazer uma bomba atômica a curto prazo. Agora, ele alega que não tem confiança no Ocidente, porque teve vários contratos com países ocidentais que não foram cumpridos. Alega ele – aí eu não vou entrar no mérito – que teve contratos com Alemanha, contratos com a França, que não foram cumpridos e que, por isso, a troca teria que ser simultânea. Entre a entrega do urânio e ficar pronto o elemento combustível, leva, mais ou menos... Isso as estimativas variam, eu já ouvi várias, mas a que predomina é oito a dez meses, leva oito a dez meses. Como é que você pode fazer a troca simultânea, como é que você pode, digamos, preencher esse ato? A única maneira é tendo um lugar, um país, onde esse urânio possa ficar sob custódia da agência atômica, portanto um terceiro país, que seja de confiança, e o urânio ficaria lá, portanto já se saberia que o Irã não dispõe dele. Quando ficasse pronto, produzido com base em urânio levemente enriquecido, provavelmente de um terceiro país, aparentemente existe disponibilizado para isso, quando ficasse pronto os elementos combustíveis, eles seriam trocados, e, com isso, digamos, o Irã teria satisfeita a sua condição da simultaneidade, e o Ocidente teria satisfeita a sua condição de que o urânio levemente enriquecido será retirado do Irã imediatamente, sem risco de que possa ser usado na fabricação de uma bomba. Eu acho que a solução é possível, ela é tecnicamente possível. Países como o Brasil, como a Turquia, que é membro da OTAN, ninguém pode... A Turquia é um país islâmico, mas é membro da OTAN, quer entrar para a União Europeia, mas tem também boas relações com o Irã, acredita também que esse acordo seja possível, não sei se exatamente nas mesmas bases que eu estou dizendo. Então, nós devemos até conversar com eles, para ver se encontramos essa solução, porque alternativa das sanções, e aí, com isso, eu termino, para um regime como o Irã, a tendência é radicalizar, tornar mais rígido, juntar até o que está separado, a oposição e o governo ficarem juntos, numa posição de intransigência, até porque o governo vai ter que mostrar que não capitulou, ele vai ter que mostrar que não capitulou, e o resultado é que as sanções vão crescendo... Já existem muitas sanções, hein? Da ONU e unilaterais, de legalidade duvidosa, por sinal. Mas existe da ONU e unilaterais dos Estados Unidos e União Europeia. As sanções vão crescendo, o país vai ficando mais isolado, as sanções sempre atingem as camadas mais pobres da população. Isso aconteceu no Iraque. Todo mundo dizia: "Não, as sanções são contra o Saddam Hussein, ninguém quer fazer mal à população iraquiana", e a mortalidade infantil dobrou, as condições de saneamento pioraram enormemente, o Iraque, que chegou a ter uma renda comparável com países medianamente desenvolvidos do sul da Europa, passou a ter renda equivalente a país de menor desenvolvimento relativo, tudo isso num espaço de oito anos, em função das sanções. Então... E isso vai gerar uma revolta na população. Então, o que nós queremos... Eu só quero, só, para terminar... O Brasil não é pró-Irã; o Brasil quer ter relações com o Irã, como quer ter relações com outros países grandes do mundo, como quer ter com o Paquistão e com a índia, que podem, às vezes, não ter uma relação muito boa entre si, mas nós queremos ter relações boas com os dois, e não há razão para deixar de ter, como queremos ter boas relações com os Estados Unidos, e boas relações com a Rússia, com a China, e etc.. Agora, nós não temos... Agora, somos, sim, a favor da paz, porque o custo que houve com a solução dada para o Iraque foi altíssimo, foi altíssimo para toda a humanidade, mas acaba sendo alto para nós também, porque acaba tendo impacto em preço de petróleo, acaba tendo impacto em muitas outras coisas, que têm um peso mundial.

Bem, eu falei desses dois temas, não sei se quer que eu aborde mais algum. Eu creio que, talvez, seja

melhor passar para o debate, não sei, talvez, senão eu falo demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, muito obrigado, ministro . Eu vou só pedir aos Srs. Senadores que a gente possa ter as intervenções limitadas--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, só uma perguntinha rápida. O senhor falou em 20% para fins medicinais?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --a cinco minutos, para a gente poder...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque o Brasil está passando apertado, os oncologistas não estão encontrando esse produto. Isso que me chamou muito a atenção.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Está faltando esse produto no mercado internacional. Isótomo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Tuma, o que eu estava exatamente pedindo, exatamente para que nós possamos ter um maior dinamismo, é que as perguntas sejam as mais objetivas possíveis, para que o ministro possa ter que responder, para nós não termos que fazer aquele sistema de três ou quatro perguntas, que aí acaba ficando muito longe a resposta. Eu preferia a gente tentar fazer uma coisa mais dinâmica; pergunta e resposta, pergunta e resposta. Acho que ficaria melhor.

Então, o primeiro inscrito é o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Boa-tarde, Ministro Celso Amorim! Eu, sinceramente, custo a acreditar que V. Exa. acredite, sinceramente, que o Irã não queira – até porque já anunciou ter essa intenção – elaborar artefatos nucleares. Os discursos do Presidente iraniano, do ditador iraniano, são muito claros nesse sentido. Eu me preocupo também com o fato de, de repente, o Brasil entender como uma incumbência sua protagonizar essa questão. É o mesmo país que diz assim: "A maior prova do nosso êxito – aspas para V. Exa. – é que todos esses encontros excederam o tempo previsto". Ou seja, então, aí, V. Exa. demonstra uma enorme humildade e um enorme reconhecimento do tamanho do Brasil. Não é o tamanhão que o megalomaníaco achasse, e lógico que não é o tamanhinho que o... Qual é o contrário de megalomaníaco? Porque hipomaníaco, já tem um amigo do Sérgio que me chama disso.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Eu, como a mim, me chamam mais de megalômano, eu não conheço o antônimo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É, pois é. Mas é um amigo do Sérgio que diz que ele e eu somos hipomaníacos, mas ele elogia. Disse que os hipomaníacos são capazes das melhores coisas do mundo, enfim. Então, é um protagonismo que eu não sei se não é tempo desperdiçado. Primeiro acordo com o Israel, saiu? Quem sabe porque o Paraguai ainda não permitiu o ingresso da Venezuela no MERCOSUL. Eu me lembro da primeira visita do Presidente Lula a Israel, a alegação não era de que se tratasse de luta pelo Conselho de Segurança da ONU, mas, sim, de viagem comercial ao Oriente Médio, e não visitou nem Arábia Saudita e nem Israel, ou seja, os países com os quais se poderia efetivamente comerciar; primeira viagem. O resto eu não sei se comprar areia, vender areia, não sei. Aí eu fiquei... O ministro sabe como eu sou admirador dele, da sua carreira e da sua inteligência. Nenhum oriental defenderia melhor o oriente do que V. Exa., quando diz assim: "Fica difícil provar que não tem". Óbvio, as situações são bastante diferentes, a meu ver. Houve... A política externa americana era muito mais agressiva no episódio do Iraque, desconheceram que derrubar Saddam Hussein, inclusive, eclodiria luta tribal, uma luta religiosa... Ou seja, se reconhecia que Saddam Hussein era até um ponto de equilíbrio, apesar de tudo que ele era, sanguinário, corrupto e tudo mais. Depois dele, viria algo, quem sabe, pior. Mas nós vimos, sim, e eu jamais acreditei que houvesse, eu, pessoalmente, modestamente, jamais acreditei que houvesse armas químicas lá; achei que era um pretexto do Presidente Bush para tocar para frente o seu fundamentalismo, o Presidente Bush é também fundamentalista. Mas, no caso do Irã, é claro. Os discursos do Presidente iraniano são muito nítidos. Ele diz assim: "Eu quero destruir Israel". Destruir Israel como? Ele não pode destruir Israel só com pensamento ou orando numa Mesquita; ele precisaria ter artefatos nucleares para isso, enfim.

Eu queria enumerar... Quando nós chegamos a esse ponto... V. Exa. não falou de Cuba, e esse, para mim, foi o que derramou, foi aquela gotinha de água que derramou essa relação que, por mim, se conserta. Estamos aqui para o diálogo aberto, o diálogo franco. Ao invés da reunião fechada de V. Exa. com a bancada do PSDB, a bancada do PSDB achou por bem abrir para todos os demais colegas e fazer uma reunião oficial, aqui, da Comissão de Relações Exteriores. Então, vamos lá.

O que eu vejo que são os equívocos. UNESCO. O Brasil apoia o egípcio antissemita Farouk Hosny, que declarou que queimaria livros em hebraico, se os encontrasse nas bibliotecas do Egito. Eu não entendi ainda por que não apoiou o brasileiro Márcio Barbo-

sa, que contaria com o apoio dos Estados Unidos e dos países europeus. Perdemos para a búlgara Irina Bokova. [ininteligível], OMC, derrota da Ministra Ellen Gracie.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Lembrar que o Senador Cristovam Buarque também era um nome considerado. O senador Cristovam Buarque também estava considerado...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): E, se fosse o Cristovam, não tinha perdido, mas ganharia, o Cristovam ganharia o Márcio, enfim. Agora, eu avisei à Ministra Ellen Gracie que o meu palpite pessoal era de que ela perderia. Isso é muito fácil de constatar, eu estou falando aqui, publicamente. E ela perdeu para a a Haia, Corte da Haia, não é isso? OMC.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não, não, ela não foi candidata à Corte da Haia. A Ministra Ellen Gracie foi candidata a... Que não é uma eleição, diga-se de passagem. Ela foi candidata a um posto como juíza do Tribunal de Apelação da OMC.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): OMC. Exatamente. Me perdoe.

Então, no segundo caso da OMC, em 2005, o Brasil tentou... O candidato do Brasil, o digno Embaixador Luiz Felipe Seixas Corrêa, e aí não é só o fato de termos sido derrotados; é que o único país latino-americano a apoiar o Brasil foi o Panamá. Pode pedir para conferir, que eu vou demorar um pouco mais aqui.

O BID. O Brasil tentou emplacar João Sayad na presidência do BID. Dos nove membros decisivos, decididores, só quatro votaram no Brasil; do MERCOSUL, apenas a Argentina. Alguma coisa errada no entrosamento que deveríamos ter com os nossos vizinhos mais próximos, enfim.

Questão(F) de direitos humanos... Eu já vou chegar em Cuba. Em 2006, nós votamos contra Israel, no Conselho de Direitos Humanos da ONU, votação absolutamente digna de aplausos, mas, no ano anterior, nós não condenamos o governo do Sudão, votamos a favor do Sudão, e votamos, portanto, com a milícia genocida dos massacres de Darfur. Rodada Doha, nós vimos o empenho que o Brasil teve, enfim, só não gostei do desfecho, no final – culpa dos Estados Unidos, enfim -, quando a questão, para mim, era mais complexa do que essa declaração.

Aí eu tenho que pegar um dos capítulos de Cuba para comparar com o caso Battisti. Me perdoe aqui o meu querido Suplicy, mas nós tratamos como perseguido político alguém que foi condenado como criminoso, por uma democracia mais consolidada que a democracia brasileira. E o tratamento dado aos boxeadores cubanos foi bem mais rígido, bem mais duro, e eles, assim que puderam, fugiram, através do paraíso. A China... O Brasil reconheceu na China ser ela uma economia de mercado, com prejuízos graves, inclusive para a indústria têxtil, a indústria têxtil brasileira, que sofreu muito, e nós não tivemos, como contrapartida, o apoio da China nessa nossa caminhada, nessa nossa aventura, na direção do Conselho de Segurança da ONU, como membro permanente. Eu até estranhei, me pareceu muito [ininteligível] o Brasil se juntar à África do Sul e à Índia – até aí tudo bem -, mas fazer o G4 com o Japão, supondo que, tendo a China poder de veto, a China permitiria que seu arquimilenar adversário, Japão, entrasse no Conselho... Até escolhemos de maneira taticamente errada o nosso G4. O G3 era mais forte que o G4, na minha opinião.

Nós não vemos o Governo Brasileiro preocupado com condenar excessos do Governo da Coreia do Norte, inclusive a sua pregação belicosa, e aí, sim, já provavelmente detentor da bomba atômica, o que mostra certa afinidade, certa tolerância com ditadores, e não é essa a vocação brasileira. Esse é o ponto nosso maior de discordância, Sr. Ministro.

Muito bem. E já vimos desfile do Presidente com ditadores, enfim. E, em 2005, houve um encontro, aquela cúpula, América do Sul/países árabes, e eu achei estranho porque o Presidente, em um discurso muito bonito, falava de democracia, de tolerância, para uma porção de ditadores que não tinham o menor apego a esses princípios, e esses valores. Eu não consegui ver utilidade prática disso.

Visita recente a Israel. Essa mesma em que o Brasil foi muito prestigiado e os encontros, todos, excederam o tempo previsto, enfim, e isso... Eu fiquei feliz, porque isso demonstra, talvez nos primeiros [ininteligível] desse governo a demonstrar humildade, porque a maioria acha que o Brasil, enfim, excede, enfim, é "o país". E nós sabemos que nós temos um limite, o nosso tamanho não é pequeno, não é grande. Mas o Presidente decide não visitar o túmulo do fundador do Sionismo, Theodore Herzl, e deposita flores, o que é justo, no túmulo do histórico dirigente palestino, Yasser Arafat. Eu entendo que o equilíbrio mandava o contrário. Aí teria havido um boicote do ministro, o seu colega, seu correspondente em Israel, Avigdor Lieberman, que teria boicotado um jantar, ao qual estaria presente o Presidente Lula.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Permita só um apartezinho, usando aqui uma prerrogativa que eu não tenho. Ele boicotou um jantar do Presidente da República dele, do país dele, e ele não foi a uma reunião do Primeiro Ministro do país dele, que manteve reuniões normais conosco. Então, é uma história de saber quem é que está se isolando. Essa história me parece um pouco aquela história que diziam na Inglaterra, que o

Canal da Mancha estava com mormaço e que, então, a Europa estava isolada.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não. A essa altura, deve ter sido demitido. A essa altura, ministro, deve ter sido demitido, porque uma afronta dessa ao Presidente dele. Eu imagino que foi demitido, a essa altura já.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não é um problema nosso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Se fosse aqui, com essa energia que a gente vê... Nossa Senhora! Basta ver o diretório do PT, como está livre daquele pessoal todo.

Enriquecimento de urânio pelo Irã. Eu não tenho dúvida ainda. A gente sai para a ingenuidade... O Senador Tasso tem dois textos que são muito elucidativos. A gente sai para a ingenuidade se nós imaginarmos que não passa pela cabeça do Presidente do Irã, do ditador do Irã construir artefatos nucleares.

Caso de Honduras. Houve aqui seguidos debates. O Brasil, do ponto de vista tático, errou; do ponto de vista estratégico, se equivocou. Ele entrou no que era uma seara claramente norte-americana, a solução veio pelas costas do Brasil, bola nas costas, a solução veio pelos Estados Unidos. O Brasil, até hoje, não reconheceu o novo governo, se enfiou em uma enrascada, e eu não sei como vai sair dessa enrascada, enfim. Mas o fato é que acabou não influenciando, acabou infringindo uma regra que nem a ditadura militar desrespeitou, que é da não intervenção em assuntos de outros povos, enfim.

Já falei do caso dos boxeadores cubanos.

Aí vamos falar um pouco, aqui, de Venezuela, para terminar com Cuba. Nós, aqui, desde aquelas discussões intermináveis sobre a entrada, ou não entrada, da Venezuela no MERCOSUL, nós dizíamos que a Venezuela estava ameaçando virar uma ditadura. Hoje, para sermos francos, para virar uma ditadura completa, para ser uma ditadura completa, só faltam as penas. Hoje, ditadura não tem pena, pluma de pássaro, que não seja o tucano, pássaros ditatoriais? A Venezuela é uma ditadura. Exemplo disso é a prisão do empresário Guillermo Zuloaga, Presidente da Globovisión, a única emissora de oposição ao líder venezuelano. Ele é acusado de ofensa e vilipêndio ao Presidente. Vilipêndio é uma palavra bem, assim, chavista, castrista(F). Aí prendeu o ex-governador do estado de Zulia, Oswaldo Álvares Paz, prendeu um deputado no exercício do seu mandato, porque o deputado acusou familiares do Presidente de praticarem corrupção. Nós estamos vendo se instalar, com clareza, uma ditadura, aqui, às nossas barbas, fazendo fronteira conosco. Nós sabemos que ditador, quando se sente desesperado, ele termina indo à guerra, é uma... Haja vista o Galtieri,ele termina indo à guerra. A Guiana me desperta uma enorme preocupação, por estar muito próxima e muito frágil, diante desse homem, que, a cada momento, se desespera pelo fracasso do seu governo, por ter estiolado o bom preço do petróleo, enfim. Voltando, ainda, a nossa Venezuela, em maio de 2007, sinal aberto da emissora RCTV, que fazia críticas ao governo, foi retirada do ar, por decisão de Chávez.

Aí nós vamos aqui para alguns outros. Colômbia (Farcs). O Brasil, na teoria, ele declara neutralidade, mas eu esperava condenação, condenação...

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Nunca declaramos neutralidade, nunca declaramos neutralidade.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas, então, não declarou condenação, e me espanta isso, porque aquilo ali não dá nem para a gente fingir que a gente... Ou seja, eu adoraria ter a idade em que eu acreditava no Fidel Castro, eu lhe juro que eu era mais bonitinho do que hoje. Mas não dá para nós fingirmos que aquilo é uma guerrilha sequer que quer instaurar um regime velho, um regime ultrapassado, fracassado no econômico, no social, no ambiental, como é o comunismo; não dá. Ali eles são apenas traficantes de droga, não são mais nada, nem menos do que isso, e nós temos relações a preservar com esse país amigo, que é a Colômbia. Eu esperava condenação. Aí vamos aqui.

Vimos a leniência e declaração do próprio Presidente, quando próprios da PETROBRAS foram invadidos, [ininteligível], pelo Governo Evo Morales, e a declaração do Presidente foi de uma ingenuidade incrível. A primeira declaração foi: "Eles são espoliados há muito tempo". Parecia uma greve do ABC, e não era. V. Exa., melhor do que ninguém, sabe que, em políticas externas, nós temos que ser bastante frios, cuidar do nosso interesse, com muita crueza, com muito clareza e defender os nossos interesses, enfim.

Argentina tem imposto barreiras comerciais, e o Brasil, supostamente, para salvar o MERCOSUL, que, a meu ver, não foi prioridade na atual gestão, o Brasil vai tolerando, tolerando, e eu vejo o MERCOSUL moribundo, já via antes até da entrada do Chávez. O Paraguai resolve rasgar o contrato de Itaipu, o Equador já chegou a sequestrar empregados de uma empreiteira brasileira, enfim.

Eu queria falar de Cuba, o que me deixou mais triste. Eu não posso aceitar, na democracia brasileira, aquele retrato, aquela alegria. Enquanto uma pessoa morria de... Segundo o Presidente, se deixava morrer, e o Presidente fez greve de fome, aqui, cercado do apoio da Igreja Católica, cercado do apoio de pessoas de enorme humanidade, do Presidente Fernando Hen-

rique, do Senador Teotônio Vilela, do Deputado Mário Covas, o Prefeito Mário Covas, enfim, ou deputado... Prefeito, eu acho, na época. Cercado do carinho e da preocupação com a vida dele e de todas as pessoas que tinham esses valores humanitários. Esse é um assunto, para mim, nevrálgico, porque eu não consigo aceitar o Senador Suplicy discutir isso. Aceito outros. O pessoal dos cargos aí eu aceito, a turma dos cargos pode fazer o que quiser, mas eu não aceito o Senador Suplicy ter valores humanitários dentro dele justificando uma coisa dessas, ele sabe o apreço e o carinho que eu tenho por ele. Eu não posso aceitar o Presidente Lula, com o seu passado, encontrando desculpas para uma ditadura – e aí é que está, ministro – com a qual sequer ele tinha afinidade. Porque, quando eu tinha afinidade com essa ditadura, eu tinha, e ele não tinha. Ele dizia que ele não era comunista; ele era torneiro mecânico. Jamais eu ouvi uma resposta tão inteligente, tão *clever*, tão esperta, tão sagaz quanto essa dele. Ou seja, ele estava à frente. Eu ainda estava preso, eu estava arraigado a coisas passadas, enfim. Essa afinidade, ele veio descobrir depois de adulto, depois de velho, veio descobrir de muito tempo. Eu não consigo entender que *link* é esse, o que é que fez nascer, brotar, essa afinidade, mas o fato é que o Brasil teria que ter quaisquer relações, ou pessoais, de presidente para presidente, ou políticas, de estado para estado, mantendo relações diplomáticas, sim, mas sendo muito claro. É a determinação que eu esperaria de V. Exa.. Em relação a direitos da pessoa humana, o Brasil vota contra quem viole, seja os Estados Unidos, em Guantánamo, seja Cuba, em qualquer circunstância. Nós não podemos tergiversar em relação a algo que deve ser um valor nosso, valor nosso. O Brasil não nasceu com vocação de ser uma potência militar, uma potência que ocupe outros estados; nasceu com a vocação, que vai realizar, com a ajuda de todos nós, e não só a partir de 2003, mas com o trabalho de toda uma civilização que se construiu pré-cabralinamente até, o Brasil vai se realizar como uma potência econômica, sim. Agora, com alguns valores. Esses valores são: respeito aos direitos da pessoa humana, respeito à democracia, respeito à liberdade, respeito à vida. Esse episódio, a meu ver, significou uma grande perda de densidade para o Brasil, no campo externo, começam a pulular aqui e acolá, o Senador Tasso terá a ocasião de falar sobre isso, várias manifestações que não são airosas, são desairosas, ao Brasil, quando se trata, hoje em dia, até de economia. Sem dúvida alguma, logo após o episódio, quando se trata da questão do respeito à pessoa humana. Isso eu deixei para o final, porque eu não consigo imaginar. Nós temos, Sr. Ministro, algumas opções a fazer, e eu estranho a estreiteza, o lado estreito e o acesso estreito às divisões de o Brasil mostrar certa predileção por regimes autoritários. Ou seja, jamais admoestação através do voto. Não significa interferência no negócio do outro; significa querer dizer o seguinte: "Não estou interferindo, mas estou votando". Você praticou um massacre em Darfur, dane-se se eu quero ir para a ONU, dane-se. Eu sou contra massacre em Darfur, eu sou contra massacre em qualquer lugar. Eu sou contra violação de direitos humanos em Guantánamo e sou contra violação ao direito da pessoa humana em Cuba, nas pessoas cubanas. As enxovias cubanas estão cheias de pessoas que não deveriam ser comparadas com presos comuns, porque são prisioneiros, por razões da consciência, por discordarem de um regime que fracassou, um regime cruel, a ditadura mais vovó do mundo, porque é a mais velha, e, porque é a mais velha, é a que mais praticou crueldades ao longo do tempo e do espaço.

Portanto, ministro, eu não sei se seria a ocasião... Quer dizer, sei que eu tenho direito de ir à réplica... Obviamente vai depender muito do que surja de dúvida, a partir do que V. Exa. diz, mas, em relação, finalmente, ao nosso Irã, V. Exa. citou a Turquia, que é signatária do TNP, e o Brasil também, o Irã, não.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Irã, sim, é signatário.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Perdoe-me. Para quem errou...

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Quem não é signatário é Israel, Paquistão, Índia, e a Coreia do Norte tem uma situação um pouco dúbia.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Uma questão de generosidade, já que estamos falando de direito da pessoa humana. Se eu errei nisso, e eu digo que V. Exa. errou em 25, me perdoe.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Errei em o quê? 25?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): 25 vezes.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Ah, sim. Eu acho até... Respondo? Eu vou tentar ser o mais rápido que puder. Não vai ser fácil, senador. V. Exa...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Deixa eu só fazer uma proposta. Se a gente puder ouvir de dois em dois, então, em vez de ser de um em um, como eu tinha proposto, ou de três em três.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone] .

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): De um em um mesmo, então? Então, vamos lá.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Senador, eu serei rápido, porque eu talvez vou tentar... Talvez algumas respostas já atendo...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu estava propondo de dois em dois. Eu acho que de três em três já fica muito longe. Dois em dois era o que eu estava querendo propor. Está bom. Vamos responder o Artur como líder por maior...

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Eu fico até muito lisonjeado, senador, não só com as sua palavras sempre amigas, mas também porque V. Exa., minuciosamente, percorreu sete anos e meio da gestão do Governo do Presidente Lula, e só encontrou uns 25 erros. Eu acho que é até pouco, se nós formos pensar para sete anos e meio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Depende da intensidade do erro.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Depende da intensidade. Estou de acordo. Eu acho que V. Exa. mencionou...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O casal Nardoni só cometeu um crime; agora, aquele vale pelos 25 erros de V. Exa..

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: V. Exa. mencionou assuntos de grande importância, de grande relevância, que eu não vou diminuir aqui, como é questão de direitos humanos e a situação de Cuba e da Venezuela, e mencionou episódios eleitorais, que sabe muito bem V. Exa. que se ganha uma, se perde outra... O Brasil só tem... Não, é a questão do nosso candidato à OMC, que são questões muito diferentes. Quer dizer, ao longo desse período, o prestígio do Brasil só fez subir. Pode ter havido... Eu não vou defender que nós em tudo acertamos. Acho que, dificilmente, qualquer governo poderá fazer isso.

Eu acho, por exemplo, honestamente, vou dizer aqui a V. Exa., com toda honestidade, quando nós tínhamos o candidato à OMC, que era quase um anticandidato, em homenagem aqui ao nosso Senador Heráclito Fortes, que era amigo do Dr. Ulisses(F), como eu, que era quase um anticandidato, para denunciar o que havia de errado na OMC, muito mais do que com a intenção... Claro que, se pudéssemos ganhar, melhor, mas era quase um anticandidato, e, naquele momento, cometemos, a meu ver, um erro de termos dois candidatos ou dois cargos ao mesmo tempo. Eu não tenho dúvidas, faço autocrítica e disse isso em determinado momento.

Eu não sei se nós vamos ganhar tendo um só, mas tenho a certeza que vamos perder tendo os dois, mas, às vezes, V. Exa. sabe muito bem que isso aí... Em política, há interesses. "Ah não, vamos tentar, quem sabe", etc. e tal... "Vamos acabar perdendo mesmo, então vamos tentar"; fez, se perdeu os dois. Não sei se teríamos ganho, não posso dizer, até porque a OMC tem regras muito pouco transparentes. Até hoje, apesar dos esforços do Brasil, tem regras muito pouco transparentes, em que, muitas vezes, o mais votado não é o escolhido. Eu acompanhei, na sequência do Embaixador Celso Lafer, a eleição para o sucessor do [ininteligível], e o candidato que teve a preferência da maioria, em todas as primeiras auscultações – que não eram nem votações -, que era o candidato tailandês, não ganhou, não ganhou, porque há vetos ocultos, há uma porção de outros fatores que prevalecem em um lugar como a OMC.

Então, eu só estou querendo dizer, até porque eu não vou ter tempo de, talvez, responder todas as perguntas em detalhes, é que V. Exa. colocou perguntas de hierarquia, creio eu, muito diferentes, e não vou evitar as que me parecem mais densas e mais importantes.

Eu acho que o caso da UNESCO, eu expliquei amplamente, todas as vezes que foi necessário explicar. Até alguém me perguntou se nós tínhamos... que havia muitas candidaturas. Eu falei: "Olha, o Brasil tem duas candidaturas". Tem a candidatura da Ellen, que perdemos, e as Olimpíadas, que ganhamos. Então, não foi por mérito nosso; foi por mérito do Rio de Janeiro, foi por mérito da cidade, foi por mérito do Brasil, mas um pouquinho da diplomacia com árabes, com africanos, com outros países também terá ajudado, suponho eu, o esforço pessoal do Presidente Lula e etc.. Além do que foi feito pelo governador, pelo prefeito e etc., comitê olímpico, que, aliás, está sendo condecorado por nós, agora, mas enfim...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só lembrando que foi a quarta tentativa. O Brasil conseguiu na quarto tentativa, o Rio conseguiu na quarta.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: A primeiro que eu saiba... O Presidente Lula também foi eleito na quarta. Então, é um número que pode trazer sorte. Na realidade... Quer dizer, há questões de hierarquia muito diferentes. Eu queria mencionar a V. Exa. a questão de direitos humanos, até para atualizá-lo, porque, na última votação que houve, por exemplo, sobre Coreia do Norte em Genebra, o Brasil, sim, votou a favor da condenação. Com relação ao Sudão, o Brasil não apoiou em determinado momento, porque o Brasil procurava uma solução que tivesse apoio regional, porque achava que era mais eficaz o apoio regional. Esse apoio regional não funcionou, e, depois, também, nós votamos a favor de outra resolução que o Sudão não aceitava. Então, não há esse automatismo

que, talvez, seja percebido, porque as manchetes de jornais trazem uma coisa. Quando o Brasil deixou de votar, condenando a Coreia do Norte, deu manchete; quando votou a favor, ninguém nota, a favor da resolução condenatória. Digo de passagem, não quer dizer nem que eu esteja em acordo com todos os termos da resolução, mas nós quisemos dar uma chance à Coreia no Norte... O Brasil foi um dos países que mais propugnou pela criação de um mecanismo universal de revisão de direitos humanos, como V. Exa. está falando, aos quais estejam sujeitos o Brasil, os Estados Unidos, a Coreia do Norte, o Irã, Cuba... Todos. Porque, antes, havia um processo muito seletivo de escolha dos países. Isso, aliás, começou no governo anterior também, devo dizer, mas nós continuamos lutando por isso e obtivemos que esse mecanismo universal fosse criado. E achamos que, se a Coreia do Norte se engajasse nesse mecanismo universal, isso seria uma chance de, quem sabe, começar um diálogo sobre um tema que, até então, não tinha tido nenhum resultado. As condenações chegam lá, batem numa parede. Então, que houvesse um diálogo, quem sabe poderia se chegar a alguma coisa, porque o nosso objetivo é melhorar a situação concreta das pessoas em direitos humanos, e não, eu já disse isso várias vezes, não botar um diploma na parede: "Votei contra, votei...". Eu não acho que seja isso que resolva as situações, nem em relação a Guantánamo e nem em relação a outra; é melhorar a situação das pessoas. Mas para, digamos, voltar ao ponto específico que V. Exa. mencionou, sim, o Brasil recentemente votou em uma resolução que o Sudão era contra, que previa lá um mecanismo, um perito especial, e voltou 'sim' em uma resolução que condena a Coreia do Norte e cria um relator especial, algo parecido em relação à Coreia do Norte, muito recentemente. Porque nós demos a chance, a Coreia do Norte se submeteu ao mecanismo, não aceitou nenhuma das recomendações, e nós achamos que o fato de ela não ter aceito nenhuma das recomendações era, digamos, uma prova de que ela não estaria – ou pelo menos uma indicação – interessada no diálogo que nós queríamos propiciar. Devo dizer que outros países aceitaram algumas recomendações e... Alguns países, como Cuba, o Irã – não estou querendo defender, não – aceitaram algumas, inclusive algumas feitas pelo Brasil. No caso do Irã, por exemplo, em relação a direito das mulheres, enfim... Se eles vão aplicar, ou implementar, é outra questão, mas, enfim, aceitaram alguns recomendações. E alguns países ocidentais também – que ninguém fala nisso – não aceitam as recomendações. Eu prefiro não mencionar o nome do país aqui, porque eu preservo as relações diplomáticas do Brasil com esse país, mas tem dois países da Europa Ocidental, um dos quais recusou aceitar a recomendação sobre a ratificação do tratado sobre condição de trabalho dos trabalhadores migrantes, tema que interessa, inclusive, ao Brasil, diretamente, e outro país Ocidental que também se recusou a retirar reservas sobre a convenção de discriminação racial.

Então, não é... Quer dizer, os direitos humanos aparecem em várias situações. Isso não é para justificar Cuba e nem para justificar Venezuela, mas é apenas para dizer que as situações são mais complexa do que, por vezes, parece.

Com relação a situações como Cuba e Venezuela. Olha, não é meu dever, não é minha função... Eu sou Ministro das Relações Exteriores do Brasil, não vou defender os regentes. No caso da Venezuela, a nossa opinião é que o contato constante ajuda. Pode não ajudar tanto quanto nós gostaríamos, mas é muito melhor do que o isolamento. A Venezuela passou por um referendo, entre muitos outros, mas passou por um referendo revocatório importante, cerca de dois anos depois da tentava de golpe, depois de um momento em que ela esteve à beira da guerra civil. Quero dizer até que o Presidente Fernando Henrique, em contato com o Presidente Lula, ajudou a mandar um navio que serviu, que levou combustível para Venezuela, e, na sequência disso, V. Exa. se lembra, a Venezuela com manifestações diárias, todo dia, de um lado e de outro, com divisão até geográfica de Caracas, à beira da guerra civil, e nós creio que ajudamos, ajudamos a persuadir... Claro que o Presidente Chávez dirá que não é por isso, mas creio que nós ajudamos a persuadi-lo a ter o referendo revocatório e ter esse referendo revocatório sob supervisão internacional, e houve sob supervisão internacional, com presença do Centro Carter, da OEA, enfim, e foi considerado um referendo legitimo, que deu vitória a ele. Depois, houve outros episódios.

Eu não acho que seja nossa função. O que nós tivemos que fazer com países como a Venezuela, eu acho que tem mais valor feito silenciosamente. O Presidente Lula nunca cessa de dar o exemplo, eu o vi falando várias vezes, por isso não creio que esteja falando de nenhum segredo, o exemplo do Mandela, de como ele soube, ao vencer uma determinada situação, estender a mão aos adversários. É essa a política que o Presidente Lula prega em relação a todos os países e a todas as pessoas com quem ele lida. É o que eu tenho visto e é o que eu tenho assistido pessoalmente, às vezes com êxito, às vezes com menos êxito, mas eu acho que a nossa atitude deve ser essa. E isso é válido.

Eu acho que, por exemplo, é verdade o que V. Exa. disse. Cuba tem 60 anos que tem um regime, di-

gamos, diferente. Há 60 anos, ele era talvez diferente, senão ao contrário, mas as ditaduras estavam espalhadas por toda parte. Agora, tem um sistema político que, a meu ver, talvez, já não corresponda mais aos interesses do povo cubano, se é que algum dia correspondeu, não cabe a mim dizer isso, mas que, em grande parte... Pode não ser exclusivamente, mas, em grande parte, se deve, também, ao mais longo embargo da história, que é o embargo imposto a Cuba, pelos Estados Unidos. Se há uma maneira de promover mudanças políticas em Cuba... Eu não estou dizendo isso como justificativa, não, mas estou dizendo... Se há uma maneira de facilitar uma evolução política, no sentido que nós desejamos, em Cuba, é romper com o embargo, e o que o Brasil tem feito, de um modo geral, na sua política, é fortalecer as relações econômicas, fortalecer investimentos privados, trabalhar, inclusive, para ampliação de um grande porto, que só um país que vai comerciar abertamente poderá utilizar, e achamos que isso vai ter também uma influência positiva na política.

No mais, eu acho que não cabe a nós dizer quando é que eles têm que mudar, como eles vão mudar. A minha opinião pessoal é que não há necessidade, talvez, de esperar tanto para fazer certas mudanças, mas essa é uma opinião pessoal, e em ocasiões em que nós achávamos que isso era útil, poderia ser útil, nós não deixamos de estimular Cuba, por exemplo, a assinar a Convenção sobre direitos civis e políticos. Não estou dizendo que eles fizeram por nossa causa, tampouco, mas, enfim, nós estimulamos que eles assinassem, assinaram há cerca de um ano e meio, dois anos atrás, e que são coisas... Estimulamos Cuba, também, a participar ativamente desse sistema de revisão universal do Conselho de Direitos Humanos.

Bom, com relação à Colômbia, para pular um pouquinho os assuntos e voltar... Colômbia... Não há a menor dúvida da nossa condenação às FARCs, não existe nenhuma imparcialidade, imparcialidade da parte do Brasil. Todas as vezes que nos foi... Inclusive, nós dissemos isso, sim, que nós poderíamos contribuir para o diálogo, sempre e quando o Governo da Colômbia, democraticamente eleito, estivesse de acordo, mas isso está em dezenas de declarações que podem ser encontradas, não são só... Em declarações, notas à imprensa. Então, não há por que ter essa dúvida. Condenamos, inúmeras vezes, ações terroristas da FARC. Ajudamos agora, por exemplo, que foi uma operação em benefício direto de direitos humanos, ajudamos em uma operação de resgate de pessoas que estavam presas, sequestradas pelas FARCs, mas de maneira algum pode ser vista a visão do Brasil como sendo... como duas últimas resposta rápidas.

Com relação a Honduras. Eu não me vejo absolutamente em uma situação... Esqueci da palavra que V. Exa. utilizou, mas em uma situação de que tivéssemos cometido um erro. Nós votamos como todos os países da América do Sul votamos. E nós nos recusamos a considerar que qualquer parte da América Latina e do Caribe seja um quintal norte-americano. Não deixamos de reconhecer que os Estados Unidos tem mais influência do que nós, mas sempre dissemos isso. Em reuniões, muitas das quais não podem ser pública, em reuniões das quais eu participei, em que vai opiniões várias, várias, [ininteligível]: "Olha, o nosso objetivo fundamental é convencer os Estados Unidos, porque, se nós não convencermos os Estados Unidos, os golpistas não vão se convencer". Os próprios golpistas disseram que eles moram muito mais perto de Miami do que de Brasília. Eu nunca poderia ter ilusão. Agora, nós adotamos uma atitude contra um Golpe Militar, coisa que todos aqui creio que têm memória ainda viva do que representou na América do Sul, e achamos que o processo vai evoluir. Não existe um problema de reconhecimento do Governo. O Brasil tem lá um encarregado de negócios, até porque, como V. Exa. sabe, inclusive, o Brasil não reconhece governos; o Brasil reconhece estados. E o que nós temos é um nível de intensidade da relação com determinado país. Nós temos um encarregado de negócios, que é um diplomata experimentado, que está lá para atender, sobretudo, a brasileiros, assuntos consulares, administrativos, aceitamos o envio de um encarregado de negócios hondurenho ao Brasil e vamos ver como as coisas evoluem. Achamos que as declarações do Presidente Porfirio Lobo tem sido positivas, mas as ações, talvez por limitações que sofra lá dentro dos setores remanescentes, do Golpe de Estado, às vezes, não corresponde. Há notícias... Não estou falando... Eu posso, depois, dar os dados precisos à V. Exa.. Na Comissão de Direitos Humanos da OEA, há condenação à violações de direitos humanos, estupro e etc., de natureza, com conotação política, depois já da posse do atual governo . Então, não é uma situação que esteja totalmente resolvida. Ele propôs uma anistia ampla, mas, ao mesmo tempo, o Ministério Público que promove uma ação que torna inviável a volta do Presidente Zelaya. Então, isso dificulta a reconciliação nacional que nós todos desejamos. Então, não se trata de uma posição, também... digamos, uma posição de total obstrução, até porque os países da América Central precisam ter uma relação normalizada, e nós não vamos [ininteligível] isso.

Finalmente, com relação... Com relação ao Irã... Teria outros assuntos também. Mas, com relação ao Irã... Conselho de Segurança eu deixo para outra per-

gunta. Com relação ao Irã, não se trata de nós acreditarmos, ou não acreditarmos, na palavra do Presidente do Irã, da mesma maneira que não se tratava de acreditar, ou não acreditar, na palavra do Saddam Hussein; trata-se de criar condições que torne inviável ao Irã, se, por acaso, desejar ter uma arma nuclear, fazê-lo, e como? Utilizando como base o próprio acordo que foi proposto pela agência atômica.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Para réplica.

Serei breve. Algumas observações, Ministro Celso Amorim.

No caso do Sudão, eu reitero, não houve a condenação, e o que eu prego, que eu cobro como Parlamentar, eu exijo, é que o Brasil, democrático como é, o Brasil seja muito claro e passe a condenar clara e nitidamente toda e qualquer violação aos direitos da pessoa humana.

Eu fico impressionado como eu vejo a diferença entre o quase escárnio em relação aos presos de consciência cubanos e a paciência com alguém que a democracia italiana considera um criminoso, o Sr. Cesare Battisti. Eu sou contra o isolamento de Cuba, enfim. Não acredito que isso explique. O fracasso do sistema se deve a outras razões, por onde o socialismo deixou um passivo ambiental, um passivo econômico, passivo social por onde passou, mas o Brasil parece que se contradiz, quando ele diz: "Eu sou contra o isolamento de Cuba, mas acho que eu vou resolver a situação isolando o Governo de Honduras". Afinal de contas, ele, até agora, ele mantém... V. Exa. sabe muito bem, muito melhor do que eu, o que é dar um status mero, hoje, de mero [ininteligível], quando... Isso aí é menosprezo ao país, enfim.

O Golpe de Estado é questionável, porque foi uma decisão tomada pela Supremo Corte daquele país e foi tomada pelo Congresso Nacional, e a execução mera foi feita pelas Forças Armadas. É diferente das quarteladas latino-americanas tradicionais, e o Brasil resolveu entender, com um [ininteligível], nas águas do Presidente Hugo Chávez, que tinha no Sr. Zelaya apenas um títere dele, que não faria nada parecido com endereçar Honduras para um caminho de desenvolvimento democrático, enfim. Mas eu queria, então, dizer a V. Exa., ministro, que as FARCs fazem parte aqui desse fórum de São Paulo, enfim, era preciso mais vigor nisso. V. Exa. falou em Mandela, e V. Exa. diz: "É possível mostrar que o Brasil jamais apoiou as FARCs indo às publicações mais recentes ou mais antigas da imprensa brasileira". E aí eu faria outra proposta, desafio jamais faria a um amigo tão querido. Alguma declaração de Mandela, ainda quando estivesse preso em cela de isolamento, ainda que ameaçado de perder o seu juízo, que qualquer preso de 27 anos de extensão de prisão fica, em algum momento, sob crise nervosa grande, algum momento que ele tenha porventura deixado de condenar algo parecido com violação dos direitos da pessoa humana. Nelson Mandela é um exemplo a ser seguido. Acho que a nossa síntese(F) seria essa: seria V. Exa. aliar a sua competência de experiente ministro, duas vezes ministro, experiente embaixador, homem público, sério, que eu respeito, V. Exa. seguir Mandela mesmo, na defesa dos direitos da pessoa humana. E, finalmente, nós não podemos nunca deixar de ter uma conversa que não tenha algum toque de bom humor. Perdemos a Ministra Ellen, mas ganhamos as Olimpíadas. Quem sou eu para advogar alguma coisa por ela, mas arranjar uns ingressozinhos, pelo menos, para ela ver as Olimpíadas de graça. Ela merece isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos ouvir agora, então--

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: E o candidato à UNESCO também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --os dois autores do convite, dos requerimentos de convite, João Tenório e Heráclito Fortes. Primeiro João Tenório e, em seguida, Heráclito Fortes.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sr. Ministro, essa comissão comete, entre aspas, uma ação muito importante, quando proporciona, quando promove esse encontro de hoje, porque há um estresse no Brasil, um estresse no mundo, em relação a esse tema.

Vou me dedicar apenas à questão do Irã, porque foi o motivo do meu requerimento. Existe um verdadeiro estresse que acontece não apenas aqui, no Brasil, mas onde você anda, no mundo. Na grande imprensa mundial, na mídia mundial, está completamente visível que existe exatamente esse estado de espírito. Então, não é uma coisa para se tratar com, eu diria, certa leviandade; é uma coisa que exige um cuidado muito grande, e que essa comissão proporciona o momento dessa comissão, e, sem dúvida nenhuma, ela é muito proveitosa, ao que diz respeito esse sentido(F).

A proliferação de energia nuclear é uma coisa que preocupa o mundo de modo geral, independentemente de onde ela venha, se venha do Irã... Eu diria o seguinte: se vier do Vaticano, isso preocupa o mundo, e o Vaticano, seria muito difícil imaginar que ele seria capaz de desenvolver uma atividade nuclear, para produzir uma bomba atômica, mas o mesmo não pode se dizer do Irã. Aquilo que o Senador Arthur Virgílio se referiu aqui, de que declarações, atitudes, manifestações do Presidente do Irã, deixam claro o estado de animosidade, de beliculosidade daquele país, daquele

Presidente, faz com que haja uma preocupação muito grande acima da pura e simples expansão da atividade nuclear no mundo, em virtude do estado do espírito, digamos assim, de que rege a atitude do governante.

Então, por essas razões, exige muito mais atenção ainda, muito mais preocupação, do que sendo uma expansão no outro país, que tenha, digamos assim, o espírito do brasileiro, que tenha a formação democrática e pacífica que o brasileiro tem. Países, Sr. Ministro, que merecem serem levados em consideração, pela sua seriedade, pelo seu cuidado nas atitudes, como Alemanha, a França, os Estados Unidos, pós-Bush. É bom lembrar bem que nós temos dois Estados Unidos; temos os Estados Unidos Bush, que, como diz o Senador Arthur Virgílio, era um fundamentalista do jeito de ser dele, e tem o nosso Obama, que está fazendo um esforço muito grande para trazer as coisas para uma situação muito mais favorável. Ontem mesmo, os jornais anunciavam a assinatura de um acordo final, com a redução significativa das ogivas nucleares dos países. Isso mostra que o mundo está caminhando para um determinado lugar.

Então, nós temos um país como a França, que, hoje, é a [ininteligível] do Brasil, que quer fazer todas as... estabelecer relações mais estreitas, fazendo com que a França seja, de fato, aquele parceiro que não seja os Estados Unidos. É uma posição firme contra ele. A posição da Rússia não tem declarado assim porque ela está em uma posição muito confortável. "Deixa falar, deixa tomar atitude, que eu fico em uma posição confortável de dizer: 'Não, eu concordo com as restrições que venha se fazer ao Irã, caso ele não concorde exatamente com as medidas que venham ser aprovadas'". Então, tudo isso faz com que a gente tenha dúvida sobre essa convicção do Governo Brasileiro de que o Governo Iraniano não tem interesses outros que não fazer energia nuclear, para fins pacíficos, seja verdadeira, seja concreta, seja absoluta. Nós temos dúvidas sobre isso, e essa dúvida não é só nossa, não. Essa dúvida é do mundo todo, de uma boa parte do mundo. Eu tive a oportunidade, ministro, até uma coisa interessante, de passar por alguns países do Oriente Médio, recentemente, e os países do Sudeste Asiático, e algumas pessoas com quem eu estive, inclusive povo da área diplomática e empresarial, dizia uma coisa interessante: "Não, o Brasil está com essa displicência porque está longe, está a 15 mil quilômetros, não está como nós, aqui, que está a 500 quilômetros, a mil, 2 mil, 5 mil quilômetros, onde pode ser atingido facilmente por um ogiva nuclear, carregada por um foguete de qualidade não completamente satisfatória". Então, isso faz com que haja essa preocupação e haja, sem sombra de dúvida, esse momento de frisson, eu diria até, que vive o mundo.

Então, a minha dúvida é a seguinte: se a França tem uma atitude dessa, se os Estados Unidos pós-Bush, que é outra coisa, ministro, está tendo os cuidados, as preocupações manifestas nas sua atitudes, se a Alemanha tem, se a Rússia tem, que a Rússia vai chegar no final e aderir a alguma coisa que faz com que o Irã renuncie essa sua tentativa, é porque não há confiança de que o Irã quer apenas fazer energia nuclear para fim pacífico, claro que não é. E vem ao Brasil, de uma maneira que alguém chama de ingênua, que eu não sei se é, e diz: "Não, vamos acreditar, porque ele está falando a verdade. Então, nós vamos fazer com que essa coisa aconteça". Então, essa é a primeira preocupação que nós gostaríamos de manifestar mais rapidamente, como o Presidente sugeriu.

E outro ponto, que, aí, talvez, seja o ponto que comprove, ou não, essa situação de tendenciosidade política que o Arthur falou tão bem aqui, junto à ditadura de direita e à ditadura de esquerda, a ditadura de esquerda são as prediletas do Governo Brasileiro hoje, é o seguinte: no dia 13 de maio, próximo, será eleito uma parte do Conselho de Direitos Humanos da ONU, e que, especificamente, na região asiática, estarão em disputa quatro cadeiras para cinco candidaturas, entre elas Malásia, Tailândia, Ilhas Maldivas, Qatar e Irã.

Olha, a situação dos direitos humanos no Irã, vamos dizer, assim, usando uma expressão bem nossa, o Irã não é flor que se cheire nessa área. Então, nós sabemos, todos, que o Irã atua na área de direitos humanos com muita permissividade, no sentido, digamos assim, de ser contra, exatamente, à expressão 'direitos humanos'. Então, o Irã está anunciando que vai contar com o apoio do seu amigo Brasil, nessa busca desse lugar, lá no Conselho de Direitos Humanos. Então, será um momento, assim, que o Brasil vai dizer: "Não, eu sou Irã porque sou Irã", ideologicamente, ou seja lá o que for, não apenas porque defende a questão da geração de energia nuclear para fins pacífico, que é uma coisa que até se justificaria; não se justifica, repito, porque a grande maioria dos países que pensam no mundo, que estão preocupados no mundo, está sendo radicalmente contra essa atitude brasileira.

Então, era essa a última pergunta que eu diria: qual será a posição do Brasil, quando for discutido esse tema do Conselho de Direitos Humanos da ONU, se vai também acompanhar o Irã de uma maneira... Se já tem uma posição... Porque o Irã anda dizendo por aí, pelo menos na grande imprensa, que o Brasil, o grande amigo dele, o Brasil, vai apoiá-lo de uma maneira irrestrita. Então, isso aí realmente seria a prova definitiva de que a Diplomacia Brasileira estaria disposta,

mesmo, a estabelecer relações fortes e estreitas com o Irã, independentemente de que a energia nuclear venha para fins pacíficos ou para bomba, seja lá o que for. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Tenório. Vamos ouvir agora o Senador Heráclito Fortes, e, depois, voltamos ao ministro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu digo, V. Exa. dá a nós, outros, um tratamento de segunda classe do que deu ao Senador Arthur Virgílio. Ele é um para um, e nós, contra o resto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, eu pedi ao Senador Arthur Virgílio, ele que é indisciplinado, ele não quis seguir horário. Pode ser esse motivo, ele é da carreira diplomata.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Embaixador e Ministro Celso Amorim fez referência, no início, sobre um requerimento meu, e eu gostaria de saber se ele pode responder, porque o que eu ouvi até agora é que, oficialmente, esse documento não chegou às suas mãos. O documento foi encaminhado, mas ainda se encontra na mesa da Casa, para ser encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores. V. Exa., com uma assessoria muito eficiente, recebeu o texto e já deve ter adiantado. Agora, a pergunta é se é conveniente falar sobre um assunto oficial que não lhe chegou oficialmente, ainda, a mãos.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: A critério de V. Exa.. A informação é de que, efetivamente, nós não recebemos ainda o requerimento de informações sobre o que seriam, digamos, as peculiaridades do acordo Brasil/França, quando comparado com outros acordos. A informação... Mas eu posso comentar, se V. Exa. achar útil, porque eu não vejo... Não tem nenhum inconveniente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tudo bem. Se não há nenhum inconveniente--

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: É claro que V. Exa. receberá algo mais completo, depois que nós recebermos, que, aí, eu farei uma resposta...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apenas eu tive esse cuidado porque a Secretaria-Geral da Mesa remeteu para a Mesa-Diretora, e essa matéria se encontra com a Senadora Serys Slhessarenko, para relatar. E, a partir daí, encaminhar a V. Exa.. Mas tudo bem. Na realidade, o meu questionamento se faz pela peculiaridade do acordo proposto entre o Brasil e França, diferentemente dos acordos gerais, realizados com outros países. E aqui me chama atenção, um determinado momento, o parecer da Deputada Maria Lúcia Cardoso, quando ela diz o seguinte: "Há de se perceber que esse acordo se [ininteligível] com a estratégia nacional de defesa, divulgada em dezembro, pelo Governo Federal, em que há preocupação para a revitalização da indústria bélica nacional e com a reestruturação e reequipamento de nossas Forças Armadas". Sr. Ministro, se confirmar isto, é um jogo de carta marcada, V. Exa. até... Não vejo culpa do Ministério das Relações Exteriores, mas... É muito arriscado esse parecer ser aprovado, pela maneira em que ele está contextualizado aqui. A Sra. Relatora, na Câmara dos Deputados, anuncia um acordo que eu quero crer que ainda esteja, inclusive, em tramitação, ainda esteja em discussão. Tanto é verdade que, hoje, a coluna do Lauro Jardim, na Folha, Senador Arthur Virgílio diz: "O Ministério Público vai apurar compra de caças pelo Governo. O Ministério Público Federal em Brasília abriu inquérito civil, na semana passada, para investigar a bilionária compra de 36 caças pelo Brasil. O MP quer saber se haveria mesmo a preferência do Governo Brasileiro por critério de política externa, na escolha dos aviões franceses Rafale, em um eventual prejuízo ao princípio da economicidade(F). Segundo o relatório da Força Aérea Brasileira, na proposta de venda do caça Gripen, da Suécia, Super Hornet, dos Estados Unidos, tiveram preços menores. A apuração, porém, só deve ser feita no final do mês. O Procurador José Alfredo de Paulo e Silva, responsável pelo inquérito, está de férias". A minha preocupação em discutir este acordo foi exatamente por fugir às peculiaridades tradicionais, de acordo com países semelhantes, e evidentemente que essa preocupação redobrou-se, ao ver essa matéria, hoje, do... [soa campainha] Já sou eu?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É o segundo automático. Pode continuar, à vontade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com relação a esse caso. Se V. Exa. for entrar no assunto, eu, em seguida, faria mais alguma pergunta a respeito dessa matéria.

Agora, o segundo ponto. Eu vou citar aqui algumas declarações que revelam... de autoridade do Irã, que revelam suas intenções estratégicas e consequente risco de um conflito nuclear com o Ocidente, o Israel. Nós fizemos mísseis que irão nos permitir, quando necessário, substituir Israel por um grande holocausto. Mohamed [ininteligível] representante... É líder supremo do Irã, na Fundação dos [ininteligível], declaração proferida em 12/01/2010: "A contagem regressiva para a destruição de Israel já começou". O Presidente do Irã, Ahmadinejad, setembro de 2008: "Israel, breve, desaparecerá". O Presidente do Irã, Ahmadinejad, em 20 de junho de 2008: "Essa origem de corrupção

"Israel", em breve, desaparecerá do espaço". Autor da frase: Mahmoud Ahmadinejad, em 2005.

Outra coisa. O relator da Comissão de Execuções Sumárias e Arbitrárias da Nações Unidas, Sr. Philip Alston, afirmou, em 2002, que o Estado Iraniano executa menores de 18 anos, considerados infratores, e, considerando que a proteção a menores é um dos mais importantes princípios do resguardo dos direitos humanos, como é possível o Governo Brasileiro fechar os olhos para tal tipo de governo repressor e violador dos direitos humanos? Segundo. Segundo dois especialistas das Nações Unidas, Margareth(F) [ininteligível] e [ininteligível], o Governo do Irã está reprimindo duramente os grupos que defendem os diretos das mulheres no Irã. Qual a opinião oficial do Governo Brasileiro a esse respeito, e o Governo Brasileiro tomou alguma providência nesse sentido, junto ao Governo do Irã?

Finalizando... Nessa primeira etapa, uma última pergunta: o senhor poderia nos responder como anda o possível acordo entre o Brasil e os Estados Unidos para a suspensão das retaliações autorizadas pela OMC? A imprensa noticia que está havendo entendimento nessa matéria e que, inclusive, as retaliações foram adiadas. Se V. Exa. pudesse nos falar sobre esses três assuntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Antes de passar ao Ministro, eu queria só complementar, Ministro...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só se for antes de V. Exa., porque, depois, não tem mais tempo. V. Exa. ocupa o tempo todo. Mas eu tenho esperança que sim e tenho certeza que o Ministro Celso Amorim tem muita ansiedade de ouvi-lo, por questões compreensíveis, além da sua competência natural.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito. Eu queria só, Ministro, adicionar uma pergunta minha, que é um assunto que eu já levantei há mais tempo, que diz respeito à criação de novas Embaixadas. Só para entrar nessa próxima... Quer dizer, o Brasil criou cerca de 35 novas Embaixadas, nesses últimos períodos. Alguma delas, justificadamente sim, ou a maioria, justificadamente, algumas, tinham sido fechadas, no momento em que nós vivemos o período de ajuste fiscal, é importante para garantir a implantação do plano real, onde tivemos que cortar muitas despesas, foi uma época muito diferente da época em que vivemos hoje, onde há realmente um recurso mais disponível. Então, dessas 35, algumas, ou a maioria, realmente, injustificadamente. Agora, entretanto, existem sete Embaixadas novas no Caribe, são as ilhotas do Caribe, e essas sete Embaixadas, elas, realmente, mostram, eu diria, uma discrepância com a necessidade dos recursos para Consulados. Nós temos os Consulados, aí, pelo mundo todo, o trabalho é um trabalho importantíssimo. Lamentavelmente, o número de brasileiros no exterior tem crescido, nós já estamos em cerca de três milhões, existe um atendimento, sim, feito pelo Brasil, mas o fato é que, na nossa opinião, ou na minha opinião, se nós pudéssemos canalizar esse recurso necessário para implantar sete Embaixadas no Caribe, pudéssemos aumentar os consolados, eu acredito que o dinheiro seria mais bem utilizado. E essas sete Embaixadas, V. Exa. mesmo sabe, nós aprovamos aqui um requerimento, pedindo informações ao Itamaraty, o requerimento veio com a resposta, dizendo que não se tinha conhecimento do número de brasileiros residentes, nem tampouco do número de brasileiros visitantes a Santa Lúcia, a São Cristovam e Nevis, à Granada... O nome até é difícil de guardar todos. E a última que chegou foi Dominica. Dominica tem 50 mil habitantes. Então, esse é um questionamento real que nós fazemos. Quer dizer, por que abrir sete Embaixadas, em sete pequenas ilhas do Caribe, que não têm relação com o Brasil, não têm outros países representados, a não ser os Estados Unidos, por que essa ênfase nessas novas Embaixadas? Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Presidente, se o senhor me permitir, seguindo aqui, respeitando o ordem dos oradores.

Senador João Tenório, com relação à posição brasileira, claro que cada caso é um caso, mas a minha tarefa, como Ministro das Relações Exteriores, seria muito facilitada se eu pudesse olhar para a posição de três ou quatro países e fazer uma média da posição deles, e a resultante seria a posição brasileira. Eu acho que não é o que a gente deve fazer. Nós devemos julgar... Podemos errar, mas nós devemos julgar, em função dos fatos que conhecemos, das informações que temos, dos precedentes que vivemos. No meu caso específico, como eu comentei antes, eu fui Embaixador do Brasil, Embaixador do Governo Fernando Henrique Cardoso, nas Nações Unidas. Lá, tive oportunidade de... Não era Governo Bush. Tive a oportunidade de me opor às tentativas de ataque armado precipitadas, quando estava longe de estar provado que o Iraque detinha aquelas armas de destruição de massa. Na realidade, foi preciso morrer um número entre 200 mil e 1 milhão, já ouvi várias estimativas, mas vamos colocar por baixo, 200 mil pessoas, para que os próprios Serviços de Inteligência dos Estados Unidos e dos outros... Vou esperar o senhor terminar, talvez. Não, só por atenção à V. Exa., se me permitir. Então, somente depois da morte de 200 mil pessoas é que o Serviço de Inteligência dos países que apoia-

ram o ataque militar admitiu que não havia nenhuma arma de destruição de massa no Iraque.

Então, não é uma questão de que nós estamos falando de que nunca aconteceu um erro semelhante. Não, não se trata disso. Não se trata de uma experiência recente. Não estou dizendo que o caso do Irã seja idêntico ao do Iraque. O Irã tem, sim, enriquecimento de urânio, tem um programa nuclear. Tampouco, para mim, se trata de dizer: "Acredito nas intenções ou não acredito". Olha, a princípio, eu não acredito na intenção de nenhum deles, nem na dos Estados Unidos, nem na do Reino Unido, nem da França, nem da China e nem da Rússia. Não tenho por que acreditar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ministro , quero só registrar a presença da Governadora Ana Júlia, do Pará. Nossa colega foi senadora, aqui, antes de assumir o governo. Com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Certamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A destruição em massa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ministro, se fosse um governador, não parava ninguém. Se fosse um governador, não parava ninguém, a sessão ia continuar.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Pois é. Assim é a vida.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Podemos continuar, Ministro.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Então, não se trata de acreditar ou não acreditar; trata-se de criar as condições que deem maior garantia possível de que a pesquisa nuclear, a qual o Irã tem direito para fins pacíficos, não será usada para outro fim. Se trata disso. Não se trata de acreditar; ninguém tem que acreditar em ninguém. Tem que tomar as providências. Por isso que o que o Brasil defende, o que a Turquia atualmente defende, também, talvez com variações, o que outros países procuram é encontrar um acordo que tenha por base, que tenha por base o que foi proposto pela agência atômica ao próprio Irã. O que o Irã tem, hoje, lá, é pouco mais de 2... Segundo a agência atômica, 2.200 kg, talvez 2.300 kg de urânio levemente enriquecido. É opinião unânime que, para fazer uma bomba... Mas uma bomba não é um arsenal nuclear. Para você ter um arsenal nuclear... Uma bomba pode ser um arsenal nuclear para um suicida. Um arsenal nuclear tem que ter cinco bombas, dez bombas, tem que ter os meios de levar...

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Mas um só, ministro, pode declarar...

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Uma só é ruim, Israel tem cerca de 200; os Estados Unidos, mesmo com o corte, tem 1500; o Reino Unido tem umas 400. Então, por isso é que o Brasil defende um desarmamento total. O Brasil vai ter, na conferência de maio, que se inicia agora, uma posição muito forte, porque a melhor defesa... Como V. Exa., nós somos contra a proliferação, mas a melhor garantia contra a proliferação é o desarmamento. Isso, aliás, faz parte do TNP, que o Brasil, o Irã e os Estados Unidos assinaram, e o aspecto do TNP que não está sendo cumprindo é o do desarmamento. Há um passo positivo. Reconheço, com V. Exa., que a redução de 2.000 para 1500 é um passo positivo, mas é claro, quem quiser ser crítico vai dizer: "O mundo, em vez de ser destruído 20 vezes, vai ser destruído apenas dez vez", mas é um passo positivo, estou de acordo, e haverá outros passos positivos, e o Brasil defenderá, nessa conferência das Nações Unidas, que esses passos sejam aprofundados. Existem muitos outros que podem ocorrer. E eles são, a meu ver, a melhor garantia, a longo prazo, contra a proliferação, porque, enquanto houver um país com arma nuclear, outros vão tentar ser também, porque eles também se sentem ameaçados. Não estou justificando, não estou dizendo que devem ser, mas a melhor garantia é o desarmamento.

Agora, voltando ao caso do Irã, o que nós temos que fazer é ter as condições que permitam ter maior grau de certeza possível de que essa energia nuclear, a qual eles têm direito, a qual nós temos direito, e nós também praticamos enriquecimento de urânio, não esteja sendo utilizado para fins impróprios. E a melhor garantia que existe para isso, senador, são os inspetores da agência atômica estarem lá. O grande problema no Iraque começou quando as inspeções passaram a chegar a um ponto que o Saddam Hussein, que, também, por razões erradas, não queria, e os inspetores foram expulsos. Essa é uma situação que nós não queremos ver, porque, com os inspetores lá, é praticamente impossível o Irã transferir uma quantidade grande de urânio, que a própria agência atômica tem acompanhado e diz que está lá, para outros fins. Claro, V. Exa. pode dizer, e outros dizem: "Bom, mas pode haver urânio não declarado". Pode. É possível que exista isso, mas tanto isso não é provável, em quantidades importantes, que os países ocidentais propuseram ao Irã um acordo para tirar os 1200 kg de lá. Se eles achassem: "Olha, isso não interessa, porque eles têm lá umas três toneladas escondidas em algum lugar", para que é que eles iam propor aquele acordo? Qual seria o sentido? Qual seria a lógica? Seria apenas fazer um gesto de relações públicas em favor do Irã? Não, é porque eles acreditam que, tirando esses 1200 kg de

lá, as possibilidades de o Irã poder produzir arma nuclear são muito menores. Então, o que nós queremos apostar é nisso. E não é só o Brasil; há outros países que também têm essa posição. Há questões de natureza interna em muitos países. Aliás, senador, quem iniciou uma abertura em relação ao Irã foi o Presidente Obama. É verdade. O Presidente Obama foi o primeiro e foi muito criticado internamente. Ele enfrenta lá as suas dificuldades, eu não vou julgar a política interna norte-americana, mas o Presidente Obama foi quem disse que estava estendendo a mão ao Irã e que o Irã não estava reagindo, e o Presidente Obama pediu ao Presidente Lula, pediu ao Presidente Lula, que usasse a sua influência para conseguir que o Irã não fizesse a arma nuclear.

Agora, como fazer, como fazer é algo que depende de nosso raciocínio. Eu não posso comprar, eu não sou pago para fazer uma media do que está pensando o Ministro Exterior da França, o Ministro Exterior dos Estados Unidos, o Ministro Exterior da Rússia; eu sou pago para pensar com a minha cabeça. Se ela estiver errada, muito bem, eu acho que o Presidente Lula pode me demitir a qualquer momento e botar...

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Ministro, nem de longe, eu estive achando que o Brasil trabalha em cima da média dos países...

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Mas o raciocínio de V. Exa....

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Mas o que acontece é o seguinte: esses países têm um Serviço de Inteligência que eu imagino que seja melhor do que o brasileiro. Imagino.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Foram os mesmos Serviços de Inteligência, senador, que levaram uma pessoa... Porque, aliás, eu tenho estima, porque me dou bem com ele, me dava – agora, faz tempo que não vejo -, que levaram o Secretário de Estado Colin Powell a dizer, no Conselho de Segurança, com fotografias, onde estavam as armas químicas do Iraque.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sim, nos Estados Unidos, tinha, porque, pelo fundamentalismo que nós estamos há pouco--

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Mas o Serviço de Inteligência era o mesmo.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Agora, os países europeus terminaram dando solidariedade aos Estados Unidos, aquela... Foi contra a ONU. Tudo foi contra. Foi uma atitude individual do Bush, quando fez aquilo. É diferente. Hoje, nós temos um mundo que, graças a Deus, evoluiu para melhor. Então, nós temos países como a França, que é um país que tem uma trajetória de cuidado nas relações internacionais, nos seus procedimentos, a própria Alemanha, depois da Segunda Guerra, voltou a ter... Enfim... Os Estados Unidos, hoje, tem uma postura bem diferente. Então, eu acho que tem que ser levado em consideração também essa opinião desses países. Não é a média, fazer a média e dizer: "Não, eu vou seguir a média". Não é bem isso.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Senador, se V. Exa. me permitir, eu mantenho um diálogo ativo... O Presidente Lula também, mas ele tem menos oportunidade do que eu. Eu mantenho um diálogo ativo com todos os ministros de todos esses países, e devo dizer à V. Exa.: eles podem até ter uma opinião de como o Brasil deve votar, ou não deve votar, quando chegar o momento, no Conselho de Segurança. O Brasil é membro do Conselho de Segurança, então terá uma responsabilidade, também, ao votar em um sentido ou outro. Então, tem que formar a sua opinião. Mas todos eles, sem exceção, sem exceção, valorizam o papel de interlocução que o Brasil pode ter; todos eles, sem exceção. Isso eu posso lhe dizer com toda a certeza. Esse papel de interlocução só não é valorizado no Brasil. Qualquer lugar... Até em Israel, eu devo dizer, que é o país que mais tem a preocupação, senador... Tem Israel, que, com fundamento, até, mais tem a preocupação com um possível ataque iraniano, eles nos colocaram em conversas que revelam um grau de confiança que só pode haver em um país que pode ser um bom interlocutor. Então, não é... E é um bom interlocutor porque houve e porque procura saber, e porque não aceita cegamente a opinião de outros, ainda que sejam países altamente desenvolvidos, mas que, no passado, erraram muito, inclusive em um passado recente. No caso do Iraque, não foi só os Estados Unidos; Estados Unidos e Reino Unido. É verdade que Alemanha e a França foram contra, mas outros países, também, de alto discernimento, poderíamos supor, seguiram a mesma posição e até enviaram tropas para lá e tiveram dificuldades, como o Japão. Então, não se pode achar que, necessariamente, embora esses países tenham um Serviço de Inteligência mais aprimorado que os nossos, que eles também não sejam contaminados por uma visão ideológica, fundamentalista, de várias naturezas.

Essa é uma opinião, apenas, que eu queria esclarecer a V. Exa., que nós temos conversado, e conversamos... E, talvez, conversamos... Talvez o país que nós conversemos mais seja os Estados Unidos e com a França, são países que conversamos muitíssimo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Serviço de Inteligência [ininteligível].

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Pois é. Com relação à questão da votação no Conselho de Direitos Humanos, senador, eu não creio que eu possa

lhe dar nenhuma resposta agora, porque eu não sei. Normalmente, grande parte desses votos é decidida em função de trocas, por eleições anteriores. Agora, eu queria fazer uma observação, de qualquer maneira: ser membro do Conselho de Direitos Humanos não é um prêmio. É ao contrário. É colocar o país lá para poder também discutir, ter mais responsabilidade, ter que discutir os assuntos. Eu até queria fazer uma observação, que, agora, o Senador Arthur Virgílio não está aí. Mas em relação... Ah, está aí. Desculpe, desculpe. É porque, olha, o senador... Porque, como o senador tem todo o conhecimento e a bagagem diplomática, eu gostaria que ele apontasse um Presidente do mundo, na opinião dele, que não aperta a mão de um ditador. Eu não vou citar nenhum porque eu não vou colocar essa questão e dizer quem é ditadura e quem não é, porque esses critérios são muito variáveis, mas os interesses... Quando... Os interesses dos países em política externa são muito variados, e não quer dizer que apertar a mão, estar com a pessoa, signifique, necessariamente, aprovação.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, posso responder, já que... Posso responder, Presidente? Posso responder?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Claro. Por mim, pode. Não sei. Quem manda é o Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Que eu saiba, todos apertam; agora, alguns têm a lucidez de recomendar aos ditadores que moderem, que regridam, que abram espaço de negociação com as oposições. Alguns não endossam os que se deixam morrer pela fome, pela greve de fome... Alguns têm umas atitudes que eu recomendava que o Brasil adotasse, tipo Mandela, já alguns são mais pró-ativos na defesa dos direitos da pessoa humano. Eu acho que esse é o ponto fulcral desta reunião. Então, apertar a mão é o seguinte: apertar a mão... Em outras palavras, o Presidente Lula é uma figura super charmosa, super agradável. Chegaria para o Raul e diria: "Raul, meu irmão querido, você está pisando em uma pelota(F), não faça uma coisa como essa".

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Vou transmitir a sua sugestão ao Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): "Vamos abrir para a democracia este país, é muito melhor para todos nós, para o Brasil, que te gosta tanto, que te admira". É mais ou menos o que eu penso.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Ministro, já temos um substituto para o senhor. Se o senhor sair para candidatura, já temos um substituto à altura.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Agora, eu já perdi o prazo. Então, passando à questão do Senador Heráclito Fortes, olha, eu não posso falar, nem tenho condições, sobre outros temas. O que eu posso dizer é o seguinte: esse acordo com a França, esse acordo, ele tem peculiaridades, porque a cooperação com a França já era muito mais intensa há muito tempo. Acordos, inclusive, que vêm da época do governo militar, troca de informações sigilosas, há acordos mais recentes, que implicam treinamento, implicam participação de pessoal. Então, esse acordo envolve, por exemplo, questões tributárias, questões de como garantir o visto, a permanência das pessoas no país. Não tem absolutamente nenhuma implicação neste acordo, não tem nenhuma implicação sobre... Digamos, ele não vai gerar nenhum filhote... Acordo para compra de aviões será um contrato comercial, que pode ser com qualquer dos outros países. Isso não tem nenhuma implicação nesse sentido.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Diz o próprio relatório que um parlamentar da base do governo...

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Bom, eu estou lhe dizendo... Não, o fato de que o Brasil tem uma parceria estratégica com a França implica um aumento das relações em vários campos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Evidente, ministro. O perigoso é o Congresso Brasileiro ratificar, através desse acordo, uma negociação.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Eu posso garantir a V. Exa., com a amizade dos anos que isso nos permite fazer, que não há nisso nenhuma ratificação de nenhuma outra decisão. A decisão será tomada pelo Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa, dentro da sua atribuição constitucional. Não se trata... Naturalmente, o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara farão parte da reunião do Conselho de Defesa...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu assim espero, mas eu torço para que o Presidente ouça, em primeiro lugar, ao Ministério da Aeronáutica, que é quem, primeiro, fará uso das aeronaves e, segundo, sabe a qualidade técnica, e, terceiro, sofreu na pele a falta de cooperação técnica, nos acordos e nas negociações anteriormente feitas, envolvendo aeronaves francesas.

Eu acho que essa é uma questão que ela tem que ser eminentemente comercial, até porque o que parece, ministro, nessa questão, é que as Forças Armadas da Aeronáutica pedem ao Presidente Lula, já que ele gosta muito das comparações com futebol, que contrate o Kaká, e eles vão pegar o Tassu, que é um ponta esquerda do Piauí, e põe no lugar do Kaká. Não é isso, é uma coisa...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se é do Piauí, é melhor.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Nada contra o Piauí.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se é do Piauí, é melhor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu não tenho nada contra o Piauí, não, eu tenho contra o Tassu.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não tenho nada a dizer sobre isso. Bom, eu vou responder... Não...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A questão da OMC.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Da OMC. Eu até agradeço V. Exa. colocar essa questão, porque ela ilustra muito bem o aspecto da política externa brasileira, a firmeza com que nós defendemos o nosso interesse, sem nenhum antiamericanismo, mas com muita firmeza. Essa é uma luta que, a bem da verdade, começou no governo anterior, mas a decisão de ir... Começou porque foi feita uma consulta. Uma consulta é um primeiro estágio, em um processo de disputa na OMC. Mas a decisão do pedido de um [ininteligível], como eles chamam lá, que é um Tribunal Arbitral, foi uma decisão tomada no Governo Lula, e muita gente achava que não devia, até gente de dentro do meu Ministério, que achava: "Ah, não, porque isso aí vai ser uma coisa complicada, vamos comprar uma briga difícil com os Estados Unidos". Levamos sete anos e meio nessa pendência, ganhamos em muitas instâncias. A Justiça é lenta na OMC também. Então, passamos por todos... Talvez, uma das razões pelas quais a Ministra Ellen não tenha sido escolhida pelo Tribunal Arbitral, porque o Brasil tem um personalidade muito forte e está envolvido em vários desses casos difíceis, e não haja interesse em ter um brasileiro nessa posição. Mas isso é uma hipótese apenas. Mas passamos por várias instâncias, ganhamos em todas elas. Tivemos que ganhar na substância, ganhar na preliminar, ganhar na substância, ganhar o apelo, depois ganhar o painel de implementação, depois ganhar na quantificação do valor da retaliação, na autorização para ter retaliação cruzada, que significa poder retaliar em propriedade intelectual, em serviços por uma violação na área de bens, que foi o caso, porque algodão é um bem... Ganhamos tudo e adotarmos as medidas no Brasil. Já saiu o decreto que autorizou a elevação de tarifas em vários produtos, e foi terminado o processo de consultas, e que continuará, que nos habilitará a adotar retaliações na área de propriedade intelectual, se for necessário. E encerrou. Somente em função disso, nós recebemos muitas críticas antes: "Ah, por que ir por aí? Por que retaliar?". Somente em função disso é que o Governo Norte-Americano entrou em uma negociação verdadeiramente séria conosco. E a primeira reunião verdadeiramente séria se deu... Eu falei com o STR, [ininteligível], que é o substituto do [ininteligível], que é de outros, falei com ele na segunda-feira, em Nova Iorque, eu estava lá, para uma conferência sobre o Haiti, ele me telefonou, e, na terça-feira, se eu não me engano, o nosso Secretário-Geral, o Embaixador Antonio Patriota, assessorado pelo nosso Embaixador em Genebra e pelas pessoas do MDIC, inclusive a Secretária-Executiva da CAMEX, recebeu uma delegação americana. E aí, pela primeira vez, eles nos fizeram uma proposta que nos pareceu séria, que nos pareceu... Tem muito o que conversar ainda, por isso é que a nossa decisão foi prudente, foi de adiar por dez dias, para permitir um primeiro avanço, para ver o grau de seriedade. Depois desses dez dias, inclusive, eles fariam um pagamento prévio do que eles dizem que vão fazer, e aí haverá sessenta dias para a discussão de todo o conjunto que eles aludiram. Isso tem muitos detalhes, é uma coisa tecnicamente muito complexa, porque são vários programas que beneficiam o produtor americano, em prejuízo dos produtores brasileiros e até de produtores de países miseravelmente pobres da África. Mas prejuízo de produtores brasileiros. Somente uma solução que englobe todos esses problemas, todas essas questões, todos esses programas é que poderá ser aceita como uma solução definitiva. Então, nós estamos agora vivendo esses prazos. Primeiro é um prazo de dez dias, para ver se há uma boa perspectiva. Nesses dez dias, nós faríamos um memorando de entendimento, e esse memorando de entendimento, digamos assim, traçará um mapa do caminho, e aí teremos sessenta dias para chegar a uma conclusão definitiva, e eu acho que não há maior prova de disposição de encontrar o que nós sempre dissemos, que é uma solução que não precise aplicar retaliações. Esse é o melhor para todos, é melhor para os produtores de algodão e é melhor para o consumidor brasileiro. Mas somente em função da nossa firmeza em termos chegado até onde chegamos é que houve essa mudança reconhecida, aliás, até pelas autoridades norte-americanas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Ministro, eu acho que isso é um dos pontos positivos da política externa brasileira e da retaliação. Eu acho que tem mais é que retaliar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu não vi... Só complementando. Eu não vi nenhuma voz de oposição, aqui, no Congresso, contra esse processo. Pelo contrário, nós todos enfatizamos que estava correta a posição brasileira.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não há por que nós nos curvarmos aos caprichos da política industrial americana, que é perversa. Acho que foi um dos grandes momentos que o atual governo vive, que é ter a coragem dessa retaliação, não ter medo da cara feia do americano ou de quem quer que seja. Afinal de contas, nós estamos em um estágio de socialização que chegamos com muito sacrifício.

Agora, Sr. Presidente, eu abordei um assunto aqui... Como essa comissão é de Defesa também, eu gostaria que ficasse registrado aqui, nos anais... Eu quero até dizer que o Ministro Celso Amorim já declarou que pouco sabe sobre esse assunto, Sr. Presidente, mas V. Exa., como Presidente, também, da Comissão de Defesa, é preciso que se examine essa questão dessa concorrência envolvendo 36 caças. Você vê essa ação(F) dando entrada na Justiça hoje e se vê as argumentações. Por exemplo, que o avião americano e o avião sueco têm tecnologia americana e não serve... Diversas declarações de autoridades brasileiras. No entanto, se omite que o equipamento francês também tem tecnologia americana. É um argumento falho, é um argumento que não funciona.

A outra questão, Sr. Presidente, que nós temos que discutir nessa comissão é sobre a restrita e limitada transferência de tecnologia, até porque a França não nos remeteu, Sr. Ministro, tecnologia irrestrita e ilimitada, quando nós adquirimos os aparelhos de rádio, quando da aquisição dos helicópteros. Essa questão precisa ser tratada, inclusive estrategicamente pelo Ministério das Relações Exteriores, pelo simples fato: a maior fronteira geográfica da França é com o Brasil. Aparentemente, poderia ser com algum país da Europa, mas é com o Brasil, e, no caso de um conflito, a mediação(F), que nós tanto nos preocupamos, como é que nós vamos ficar com a tecnologia dependendo dos franceses? Eu acho que essas coisas estão sendo mal encaminhadas desde o começo. O Sr. Marco Aurélio Garcia, ao receber autoridade americana, resolveu falar com ela em francês. Felizmente, Arthur, o americano sabia francês, e o Marco Aurélio não sábia o inglês. Deu tudo certo, mais foi uma grosseira, uma descortesia, uma atitude que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mais ou menos. Portanto, eu quero fazer esse registro e alertar a V. Exa., para que se tome algumas providências com relação a essa questão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tem um convite ao Ministro Nelson Jobim aprovado, acho, na comissão, não é, Presidente?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não entendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Esteve aqui por outro assunto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não entendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria só pedir aos senadores... O ministro tem um compromisso às 18 horas. Nós temos que ouvir ainda... Tem mais sete oradores.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, então, vamos diminuir o prazo, Presidente. Vamos diminuir o tempo, para a gente ter oportunidade para todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. Só 30 segundos para o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): [ininteligível] o acerto que V. Exa. e o Ministério do Itamaraty teve, no que diz respeito à relação com os Estados Unidos. Isso é que merece ser realmente feita da maneira como foi feita, endurecer e conseguir resultados positivos. Agora, a minha pergunta é o seguinte: e o Paraguai, por que não? E a Bolívia, por que não?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Senador, eu estaria disposto a voltar aqui a qualquer momento. Eu só queria dizer o seguinte... Eu tenho um... Não é qualquer compromisso, é um compromisso internacional, de um Ministro das Relações Exteriores de outro país que veio me ver, que iria marcar um almoço, não marquei, marquei uma reunião no fim da tarde, para, justamente, não faltar. Às 14h30, conforme me pediu o Presidente, eu estava aqui. Eu teria muito prazer de falar sobre o Paraguai, acho que é importantíssimo para o Brasil, acho que tem muitos brasileiros lá que já estão se beneficiando, inclusive brasiguaios, assim chamados, de um melhor clima da nossa relação. Mas, enfim, eu acho que, se me permitir, eu deixaria isso para o outro dia, voltarei com o maior prazer. Agora, com relação à Bolívia, também queria fazer um comentário que apesar de todos os... Que eu não mencionei isso quando o Embaixador, o Senador Arthur Virgílio mencionou...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Foi promovido já.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Quando o Senador Arthur Virgílio...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador do Brasil no Irã.

[risos]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu sabia que essa promoção tinha alguma coisa por trás. Eu sabia.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Quando o Senador Arthur Virgílio mencionou... Bom, eu só queria mencionar o seguinte: em uma situação que todo mundo sabe que energia no mundo é uma coisa complicada, que vários países da União Europeia tiveram dificuldades na obtenção da energia do gás que vinha da Rússia, através da Ucrânia. No Brasil, nunca faltou uma molécula de gás para o nosso desenvolvimento. E a nossa relação com a Bolívia tem algo a ver com isso.

Mas, enfim, eu queria, se me permitir, passar para outro assunto. O Presidente mencionou a questão da criação de Embaixadas. Primeiro, eu queria agradecer o fato de ele achar que a maioria está bem. Então, já acho que isso já nos coloca em um campo comum muito grande. Devo dizer... Não tenho... Devo ter o número aqui, em algum lugar, nesse maço enorme, mas o Embaixador Oto Maia talvez me ajude a lembrar quantos Consulados também nós criamos, que criamos muitos Consulados, e muitos deles, também, para atender a pedidos específicos da comunidade brasileira local. Então, nós temos procurado fazer isso, também com grande... Aliás, com pró-atividade. Inclusive, lugares nos Estados Unidos que têm cem mil, duzentos mil brasileiros, que eram lugares que eu talvez nem conhecesse bem. Eu morei em Nova Iorque e não conhecia Hartford. Até perguntei ao Embaixador Oto Maia: "Mas será que não é melhor criar em New York?", porque, lá, eu vi que tinha muitos brasileiros, e ele ponderou para mim: "Não, os de New York podem ser melhor atendidos por Nova Iorque, mas os de Hartford não pode, e eu, como sou disciplinado, segui a orientação do Embaixador Oto Maia, nesse, como em muitos outros temas relativos a tratamento de comunidade brasileira no exterior.

Eu acho que... Eu posso dizer com toda a tranquilidade: nunca se fez tanto pelos brasileiros no exterior. É pouco ainda? Talvez seja, mas está se fazendo muito, e fizemos já dois congressos e conferências de brasileiros aqui, criamos uma ouvidoria, temos um Conselho de Comunidades Brasileiras, de que participam os brasileiros no exterior, mas, enfim... Mas, dito isso, para voltar [interrupção no áudio] Eu queria dizer o seguinte: primeiro, eu acho que não se pode medir um país só pela população. Eu acho que isso seria algo... Tem que ver primeiro a nossa vizinhança. Se nós tivermos um problema... Se um Estado do Caribe virar um narco– estado...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, pela ordem, poderia ler esses países rapidamente que nós aprovamos Embaixadas, só para eu ver a comunidade brasileira nisso aí?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não, comunidade brasileira não tem, não é esse o meu argumento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É Santa Lúcia, São Cristovão e Nevis, Antígua e Barbuda, Dominica, Guadalupe.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Senador, desculpe, eu estou falando de duas coisas diferentes, eu estou dizendo que nós também criamos muitos Consulados. Não deixamos de criar Consulados. O custo de uma Embaixada como essa é um custo de cerca, de talvez, 400 mil dólares por ano. Um aeroporto que vem a ser feito por uma empresa brasileira, pode custar 100 milhões. Há pouco tempo nós abrimos uma Embaixada num país africano – talvez não pequeno, de 50 mil, mas de menos de um milhão de habitantes -, houve uma licitação para construção de estradas. As principais empresas brasileiras nem sequer se interessaram, porque era uma licitação de 50 milhões. Hoje esta empresa já tem um investimento de um bilhão de dólares nesse país. Não estou dizendo que isso vai acontecer em Santa Lúcia, Dominica, mas um aeroporto, por exemplo, num país pequeno, do qual, talvez, muitos não têm obrigação nem de ter ouvido falar, em detalhe, *Saint Vincent and the Grenadines*, eles querem construir um aeroporto, nós já mandamos uma missão da INFRAERO, Ministério da Defesa... Um aeroporto vai pagar um Embaixada? É claro que o dinheiro não vem para o Tesouro Brasileiro, mas vem para o Brasil, e um aeroporto paga uma Embaixada dessa por 20 anos. E, muitas vezes, um voto na ONU vale para muitas coisas, para muitas outras coisas que aqui foram mencionadas. E esses países do Caricom, muitos deles votam em bloco, e cada um tem o voto o seu... O voto da Jamaica, que é um país maior, é igualzinho o voto do... Eu tive que me empenhar muito, senador, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em eleger o Ministro Rezek como membro da Corte Internacional de Justiça, e as pessoas ficavam muito preocupadas porque o Brasil não tinha o voto do Japão, por exemplo. Eu falei: Olha, a mim não tem problema. O voto do Japão – hoje estou dando o Japão como exemplo -, é igualzinho o voto de *Saint Vincent* e Neves(F), igualzinho o voto Dominica, igualzinho o voto de Papua Nova-Guiné. Agora, além disso, esses países estão na nossa região, alguns deles já têm projetos, por exemplo, de biocombustíveis, que importam etanol hidratado no Brasil, desidratam e vendem para os Estados Unidos com vantagens tarifárias – isso já ocorre no país, que é maiorzinho, eu tenho que ser franco com o senhor, não quero aqui esconder nada, não; que é Jamaica, mas pode acontecer nos outros também. E também é do nosso interesse, V. Exa. mencionou Estados Unidos, mas Cuba

e Venezuela também têm Embaixadas em todas, eu não estou dizendo que ele tenha citá-los como exemplo, mas se nós queremos exercer a nossa influência em países que estão próximos da nossa geopolítica, eu não acho o que Caribe esteja tão longe assim do Amapá, do Pará. O Caribe, se nós tivemos um Estado que esteja falido no Caribe é um risco para todos nós. Então não acho que seja algo desprezível, mas enfim. Com alguns desses países já temos até projetos de acordo trilateral com os Estados Unidos para produção de biocombustíveis, Belize é um que já se interessou. Então não é uma coisa assim tão... Parece fútil, parece um... Digamos assim, um absurdo, porque é um país de 50 mil habitantes, mas a relação é essa, um país, é um voto na ONU e um voto na ONU pode ser importante para muitas coisas: para membro permanente do Conselho de Segurança, para eleição de um juiz da Corte Internacional de Justiça, para muitas coisas que podem ser de grande interesse para o Brasil, além desses outros aspectos econômicos que eu mencionei e além do baixíssimo custo que isso tem.

Eu creio que eu já respondi as três perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Serviu também para oxigenar o quadro do Itamaraty, de alguma maneira.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Também serve. O problema da carreira diplomática antecede o Governo Lula de muito tempo, e antecede até o governo anterior, não vou comentar isso, não, porque isso é um outro problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem. Senador Eduardo Suplicy, Senador Tasso Jereissati com o pedido, eu entendo que os senadores anteriores gastaram tempo maiores, mas--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu queria fazer uma propostas prática. Evidentemente tem que ver a agenda do Ministro. Veja como é proveitosa a vinda dele aqui e ele tem popularidade porque ele sai bem aqui de todas as perguntas e é bem tratado. Suspendesse hoje para esse compromisso e retomasse amanhã esse depoimento dele aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Porque amanhã nós temos também um seminário da--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tenho certeza que ele não pode nos faltar ao Congresso, eu faria amanhã e continuaria amanhã.

[falas sobrepostas]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Amanhã é até bom, Ministro, porque tem um seminário nuclear; amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador vamos tentar ainda... Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, prezado Ministro Celso Amorim. Em primeiro eu quero cumprimentar o seu apoio ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobretudo nas ações com vistas à realização de paz.

Eu tive a oportunidade de, em duas ocasiões na semana, há poucos dias na semana, final de março, de ouvir do Presidente Lula o relato dele. Um foi quando ele comentou na posse dos novos ministros, na transmissão de posse, na semana passada, no Itamaraty, mas também por ocasião do jantar oferecido pela comunidade árabe-brasileira, no Clube Monte Líbano, o Senador Romeu Tuma estava presente, onde eu percebi ali o que Presidente deu passos fundamentais na direção daquilo que V. Exa. aqui afirma, que o Brasil tem condições excepcionais para colaborar para a paz no Oriente Médio, inclusive entre Israel e a Palestina.

Quando o Presidente Lula ali mencionou, por exemplo, que quando ele vai ao Hospital Sírio-Libanês vê ali a colaboração de excelentes médicos árabes e judeus, e quando vai ao Hospital Albert Einstein também vê a colaboração de médicos judeus com os médicos árabes para sintetizar tudo aquilo que descendentes de árabes e judeus, bem como de todas as origens, inclusive, origens persas aqui no Brasil, nós, ali, na universidade, no comércio, em todas as instituições, nas universidades nós vemos... Eu vejo meus alunos de todas as origens colaborarem, inclusive colaborarem para o avanço da ciência.

Então não há dúvida de que nós temos condições excepcionais para mostrar que árabes, judeus, palestinos e persas podem se dar bem. E também eu acredito que o Presidente age com correção quando acredita que quando os chefes de diversas nações, às vezes tão poderosas, têm dificuldade de dialogar, por exemplo, com o Presidente do Irã, que ele tem essa possibilidade e nesse sentido está fazendo muito bem.

Uma das coisas que o Presidente mencionou foi que perante o Parlamento de Israel, ele teve a oportunidade... Ele, inclusive, com sinceridade, também observar ou fazer críticas, como por exemplo, a questão do muro que separa Israel da Cisjordânia, porque ele ficou muito impressionado pelo relato que mencionou como é que podem pessoas estar sendo separadas a essa altura por muros desta natureza.

E relacionado a este temo, eu gostaria de concentrar-me na reflexão a respeito daquilo que o Senador Arthur Virgílio e outros mencionaram, e que eu já tive oportunidade de dialogar com V. Exa. no Itamaraty, mas eu avalio o que Presidente Lula possa, com maior

assertividade e amizade perante os Presidentes Raúl Castro e Fidel Castro em Cuba, transmitir a eles da preocupação que guarda semelhança com esta vontade do Presidente de que não exista mais muros [soa a campainha], muros que separem civilizações, muros que separem, por exemplo, nós americanos dos três continentes, muros que separem os Estados Unidos do México. E avalio como muito importante o empenho que V. Exa. e o Presidente Lula tem colocado quando dizem que será muito positivo que o Presidente Barack Obama acabe com o embargo econômico, cultural, comercial em relação à Cuba, porque isso colaborará muito para, inclusive, a ampliação dos direitos humanos e das liberdades em Cuba.

Mas eu avalio que será importante que posso, Presidente, com esta amizade e sinceridade transmitir às autoridades cubanas que possa haver uma maior tolerância com respeito às liberdades fundamentais. E há um exemplo concreto nesse sentido, porque em outubro, novembro do ano passado, o próprio Senado Brasileiro, por solicitação ou indicação do... O requerimento do Senador Demóstenes Torres, na Comissão de Constituição e Justiça, formulou um convite que resultou, de ofício encaminhado pelo Presidente José Sarney à Embaixada de Cuba, convidando a Sra. Yoani Sánchez, blogueira do *Generación Y*, para que viesse ao Brasil por ocasião, inclusive, do lançamento de seu livro: *"De Cuba, com Carinho"*. Mas às autoridades cubanas, naquela ocasião, não deram esta autorização para que ela viesse.

Eu li esse livro *"De Cuba, com Carinho"*, que se trata de observações sobre o cotidiano em Cuba, dificuldades, hora de filas, [soa a campainha] e dificuldades aqui e acolá, mas eu tenho a convicção de que as observações da Sra. Yoani Sánchez a eventuais críticas sobre o cotidiano da vida em Cuba são muito menos ferinas do que, por exemplo, os discursos que aqui o Senador Arthur Virgílio, o Senador Heráclito, o Senador Tasso, o Flexa Ribeiro e outros aqui fazem, às vezes, sobre as condições do Brasil e o fazem todos os dias na TV Senado, ou da Tribuna do Senado, com transmissão para o Brasil inteiro. Então-–

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Quando vocês deixam.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu deixo toda hora, todo dia e escuto com atenção.

Sr. Ministro, eu gostaria de encaminhar a V. Exa. uma cópia de carta da Sra. Yoani Sánchez Cordero, que me chegou às mãos endereçada ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que ela solicita, em termos muito respeitosos ao Presidente Lula, que possa colaborar para que ela visite o Brasil por ocasião do documentário que um baiano de Jequié fez recentemente, com ela própria, a respeito do que se passa em Cuba. E, então, eu encaminho a V. Exa. a cópia dessa correspondência que eu encaminhei ao Presidente Lula para que possa V. Exa. ajudar no diálogo com o Presidente e tendo ouvido aqui as diversas ponderações.

Eu tenho a certeza de que será muito melhor para as três Américas quando houver a livre circulação de pessoas, e pessoas como os cubanos, como Yoani Sánchez, como qualquer brasileiro, possa visitar, a qualquer momento, os Estados Unidos da América, o Canadá, ou qualquer país das Américas e vice-versa [soa a campainha]. Então encaminho a V. Exa., Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, por um questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Questão de ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero invocar a V. Exa. que o art. 14, Senador Suplicy, mas quero invocar de uma maneira diferente. Eu estou pedindo o art. 14 para que V. Exa. se explique o que disse com relação aos companheiros citados. Eu não entendi "patavina" e os companheiros também não entenderam.

Então, para o pressuposto da defesa, é preciso que V. Exa., nesse art. 14 por mim invocado, se explique. Porque, realmente, às vezes, aqui, nós criticamos a política externa, principalmente lhe defendemos com relação àquele tratamento descortês que Cuba teve ora com V. Exa., quando lá se dirigiu, com o intuito de visitar os boxeadores que tinham sido levados naquela operação do Ministro da Justiça, seu correligionário, e do coordenador da campanha da sua candidata(F), o Sr. Marcos Aurélio Garcia, que sacaram os boxeadores na calada da noite. E V. Exa. tentou visitá-lo e o governo cubano não permitiu que um Senador da República do Brasil tivesse acesso aos boxeadores cubanos. Se isso é agredir, V. Exa. me perdoe. Agora, não entendemos nada, portanto invoco para V. Exa. o art. 14. É um direito de explicação e não de defesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente Eduardo Azeredo, o Senador Heráclito Fortes tem notado que desde que, no ano passado, referiu-se a minha pessoa de uma maneira tão ofensiva e descortês, eu tenho tido muita dificuldade, porque eu avaliei que seria próprio que ele a mim tivesse pedido desculpas pela ação que realizou em emissora de televisão transmitida mais no Piauí, mas que foi divulgada em todo o Brasil pela internet. Ele sabendo sobre o que--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Por solicitação do partido de V. Exa..

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --e não vi, até agora, que ele tivesse se dirigido a mim com respeito que eu sempre prestei a ele, a todo e qualquer colega nesse Senado. Mas eu vou aqui explicar o que disse.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quero dizer que V. Exa. que se referiu a mim e não eu a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Heráclito, deixa o senador [ininteligível]--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu fiz a referência que as críticas que no cotidiano aqui eu ouço de diversos senadores da oposição, e citei alguns até por uma atenção a essas pessoas, como membros opositores e que falam muitas críticas no cotidiano, que essas críticas são muito menos ferinas do que o conteúdo dos comentários sobre o cotidiano cubano contidos na *Generación Y*, no blog da Sra. Yoani Sánchez. Então fica difícil para que eu considere que esta senhora tivesse dificuldade de sair de Cuba para aqui transmitir o que pensa, o que acha do cotidiano de Cuba.

Eu digo com toda amizade e sinceridade, eu que sou uma pessoa que estou sempre solicitando ao Governo dos Estados Unidos para acabar com o bloqueio, o embargo contra Cuba, eu também avalio que será próprio do governo cubano que esteja mais propenso a ampliar as liberdades democráticas em Cuba. É este o ponto que eu quis fazer.

E vou entregar a carta, a cópia da carta ao Presidente e ao Ministro Celso Amorim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. Obrigado, Senador Suplicy.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Agora ele está me retribuindo. Está vendo? Senador Arthur Virgílio, está me chamando de senador. Não precisa ter mais... Eu só tenho um voto, então não dá.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos ouvir agora do Senador Tasso Jereissati.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agora está todo mundo aqui curioso para saber que ofensa é essa que eu fiz ao Senador Suplicy. Todo mundo me perguntando, era um assunto que eu não gostaria de ter trazido para cá, mas se V. Exa. quiser, nós poderemos debatê-lo. Acho que não é o ambiente. Mas V. Exa. fique inteiramente à vontade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos continuar ouvindo o Ministro Celso Amorim. E com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Estamos aqui no ambiente dos melhores diplomatas brasileiros. Vamos deixar para discutir depois isso, eu tenho certeza que vai ser encontrada aqui, e para os dois também que sei que nutrem admiração e amizade um pelo outro e isso vai ser superado.

Mas, Embaixador Celso Amorim, na verdade, eu queria primeiro dizer a V. Exa. que o meu julgamento sobre o conjunto de atitudes da política externa brasileira é bastante crítico. E, evidentemente, que isto no tem nada de pessoal, pelo contrário, tenho conhecimento e consciência de seus valores, do seu valor como diplomata de primeiríssima qualidade dos quadros do Itamaraty. Mas tenho divergências profundas em relação à política externa do governo brasileiro.

A questão da independência da política externa brasileira, que é uma questão quase que histórica, eu não sou especialista em política externa, não sou diplomata, mas é do conhecimento comum da grande dificuldade dos países da América Latina de ter uma política externa independente, sempre há discussão de estar ou não vinculada à política norte-americana, do imperialismo norte-americano, histórico dos anos 50, etc. e etc. Mas essa política externa, acho que com uma independência consistente, começou ainda no Governo Geisel, se eu não me lembro, eu me lembro do Governo Geisel com atitudes bastantes altivas em relação à política externa independente, vivendo, inclusive, alguns momentos de tensão com o governo norte-americano, e de lá para cá eu não me lembro de nenhum chanceler brasileiro, de nenhum Ministro das Relações Exterior do Brasil que tenha fugido a essa política independente altiva que nós todos defendemos. E isto, agora, se repete quando o episódio da retaliação do governo brasileiro em função das sanções e etc., é quase que unanimidade. Aqui eu não me lembro de ter ouvido, aqui no Senado, uma palavra só, crítica em relação à atitude do governo brasileiro. Eu, por exemplo, considero perfeito, está perfeito, está na linha correta e nós temos que ser bastante firmes e equilibrados da maneira como nós estamos sendo.

No entanto, o conjunto de ações nos remetem à sensação, Ministro Celso Amorim, que existe claramente uma espécie de saudosismo da Guerra Fria nesta política externa brasileira com um antiamericanismo às vezes quase juvenil esse antiamericanismo em que nós temos assim, uma tendência quase que permanente. Em tudo aquilo que se mostrar antiamericano, nós estamos claramente ao lado de apoio. Não importa se essa tendência vem acobertando políticas autoritárias, ditatoriais, contra direitos humanos, anti-

democráticas, mas qualquer tendência antiamericana é vista com uma simpatia e tem quase que um apoio automático do governo brasileiro. E todas essas relações de acontecimentos aqui que o Senador Arthur Virgílio e outros levantaram dão esse indicativo. O somatório disso aí dá esse indicativo. E, ao mesmo tempo, uma certa reserva quando são governos que, de alguma maneira, não têm esse antiamericanismo assim exacerbado.

Recentemente, por exemplo, eu não entendi que na posse do Presidente do Chile, apenas o Presidente Lula e o Presidente Chávez não foram. Acho que nem V. Exa. foi, se não me engano.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: V. Exa. me permite só um aparte?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Pois não.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Eu fui a primeira autoridade estrangeira [soa a campainha] a visitar o Presidente Piñera depois de eleito. Primeiro reconhecido e publicado em todos os jornais chilenos que esse era um fato significativo e que demonstrava que o Brasil queria manter relações de Estado a Estado com a Chile.

Se V. Exa. tiver oportunidade de ler o *El Mercurio*, os jornais... Verá que isso é um fato.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas é fato o que Presidente Lula e V. Exa. não estiveram presentes na posse. Da América do Sul foram os dois únicos... Ele e o Presidente Chávez foram os dois únicos Presidentes que não tiveram e, se não me engano, quem esteve presente representando foi o Ministro Marco Aurélio que, na verdade, ele não representa o governo brasileiro, ele representa uma facção política que é aliada da oposição do Chile.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O que eu considero, Sr. Ministro, um desrespeito ao Itamaraty. O Itamaraty com tantos diplomatas de carreira, nós aqui na comissão não aceitamos a presença do Sr. Marco Aurélio [soa a campainha] por ser assessor, e assessor despacha com superiores. O Itamaraty(F) não sabe. Esse fato para mim é novo. Mas é altamente lamentável, Sr. Ministro, o Itamaraty tendo a categoria de diplomatas que tem, pegar um curioso e mandar representar o Brasil em solenidades como essa. V. Exa. me desculpe, mas estou sabendo pelo Senador Tasso. Para mim é uma surpresa, mas eu acho que é uma desvalorização da carreira diplomática.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Eu posso fazer um comentário?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Claro.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Eu já tinha acertado com o Presidente Lula antes que eu estaria em outro compromisso internacional. Ele, sim, tinha a intenção de ir ao Chile, naquela ocasião. Deixou de ir porque... Por causa do terremoto, ele esteve lá quatro dias antes. Também não é fácil ele ter viajado quatro ou cinco dias antes. O Presidente Piñera estará aqui depois de amanhã, de modo que ele não ficou ofendido e quer ter excelentes relações com o Brasil. E eu só queria dizer o seguinte--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não, eu só queria dizer o seguinte, que no caso, Senador Heráclito Fortes, também para um comentário – eu não poderia citar todos os exemplos -, mas eu tenho um exemplo, pelo menos recente e importante de um país que é importante para os Estados Unidos, que é a Ucrânia, que o representante, na posse, foi o secretário de segurança nacional que não tem nível ministerial e foi o representante dos Estados Unidos lá. Isso não é um agravo--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, mas não é uma tradição brasileira. O que a tradição brasileira, nessas posses dos países vizinhos, é o Presidente ir. E, em circunstâncias extremas, o Ministro das Relações Exteriores. Acho até que o secretário executivo do ministério [soa a campainha] poderia representar o país.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Heráclito, vamos terminar. O Senador Tasso Jereissati está com a palavra ainda.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Enfim, eu não vou discutir especificamente a questão do Chile, mas somando os acontecimentos de um lado e os acontecimentos de outro fica bem claro, essa questão fica bem clara, essa tendência, vamos dizer, antiamericana que eu chamo de ranço infanto-juvenil, ainda uma saudade da Guerra Fria, pessoas que participaram, idealistas àquela época que sonharam um sonho romântico até e bastante louvável, mas que o mundo mudou. Nós estamos caminhando na outra direção hoje. A Guerra Fria acabou, não existe mais esse sentido, o próprio presidente americano, hoje, se compararmos a quatro anos atrás, se não me engano, já é outra política. Nós não podemos comparar a marcha a rumo que o Presidente Obama está dando hoje à política americana, é o rumo que o Presidente Bush deu à política externa americana. É completamente diferente. E eu acho que ele acena com muita nitidez para um país mais aberto ao diálogo, mais aberto ao desarmamento, tem tomado medidas nesta direção e

nós estamos ainda nos anos 50 empolgados e admirados com todas as "fanfarronices" de ditadores latino-americanos que se proclamam valentes e que enfrentam fazer bravatas etc. e etc.. E, ao mesmo tempo, isso em conjunto com certo sucesso que isso dá na mídia, isso em conjunto com certo sucesso que dá na mídia dá uma sensação de prazer, de orgulho e que faz com que a gente tome uma série de atitudes que... Eu não entendo, Ministro, e V. Exa. eu sei que não falou isso, mas V. Exa. falou uma coisa aqui que me preocupou. Estava falando das Embaixadas, por exemplo, evidente que foi colocado no início do Governo Lula e a nossa função é olhar desde o primeiro dia do Governo Lula, ficar acompanhando, criticando e aplaudindo como nós estamos fazendo agora, quando necessário, que as duas grandes metas da política externa era ter um lugar no Conselho de Segurança da ONU e a outra era a Rodada de Doha.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: E continuarão a ser do governo seguinte seja ele, como quero eu, da candidata do nosso, seja, creio eu, se for candidato do PSDB também. Seguinte...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): A candidata do senhor?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: A candidata do partido ao que eu pertenço.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, nós entramos num campo aí que eu não gostaria de debater, mas se fosse no governo anterior, a sua candidata, o seu candidato seria outro.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Como assim?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Está claro o que eu quis disser. Se fosse no governo anterior, o seu candidato seria outro. Eu sou testemunha. Mas muito bem. Vamos adiante.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não sei aqui o que V. Exa. quer--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O senhor sabe. Quer que eu diga? Eu digo. Pois não. O seu candidato foi o Serra.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Ah, o senhor quer saber em que eu votei?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não, eu não quero saber, não. O senhor foi cogitado e trabalhou para ser Ministro das Relações Exteriores do Presidente.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Me permita porque acho até interessante.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Aliás, o senhor começou como colorido na época do Collor. Foi um primeiro a lhe dar um cargo importante. Não, ele que disse. Não, Simone, não vem com frescura.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Senador, me permita comentar...

[falas sobrepostas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tá defendendo o Collor [ininteligível].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Estou defendendo o Collor aqui e você está reclamando. Você é assim com o Collor e eu estou reclamando.

[risos]

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Senador, me permita, sem nenhum espírito de polêmica. Se me permite, eu sou um diplomata de carreira e me orgulho muito de ser sido embaixador naquele momento do Brasil, de ter ajudado o Brasil em questões difíceis, inclusive, na criação da OMC, porque me coube ser embaixador quando quase que no crepúsculo já das negociações da Rodada Uruguai. Mas independentemente disso, fui também Ministro do Presidente Itamar Franco, aí sim um cargo político do qual muito me honra, e sou amigo pessoal e tenho grande estima pelo Governador José Serra. V. Exa. me disse...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): V. Exa. ia dizer Presidente Serra.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Se ele... O ex-Governador José Serra. Agora, se ele considerou ou não o meu nome, eu só li isso nos jornais. Ele nunca me disse nada disso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ele tem uma grande capacidade da manter segredos. Presidente, eu não tirou a questão eleitoral para cá...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas um segredo só de V. Exa..

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): --foi o ministro que trouxe a questão eleitoral quando disse--

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Se V. Exa. me permitir, o que eu quis dizer, senador... Me desculpe, mas se V. Exa--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas o meu mitiê é fazer propaganda política, não de V. Exa...

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não, mas tudo bem. Eu lhe dei uma chance-–

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Como foi fazer propaganda política, eu fui...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

[falas sobrepostas]

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: V. Exa. me dá um minutinho? Um minutinho. O que eu quero dizer é o seguinte: quem quer que seja o presidente do Bra-

sil, continuará a perseguir o ideal de que o Brasil seja membro permanente do Conselho de Segurança e que a Rodada de Doha seja concluído, porque esses são interesses nacionais fortes.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Permanentes.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Permanentes, não usaria essa expressão, mas são interesses nacionais fortes, já eram antes no Governo do Fernando Henrique Cardoso e foram no Governo do Presidente Lula.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permite-me, Ministro.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com certeza.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Se porventura o Serra for o Presidente por algum gesto de [ininteligível] me permitir ser o Marco Aurélio dele por um dia, eu não recomendaria essa luta tão indormida pela vaga permanente. Eu recomendaria a liderança que o Brasil pode exercer, sim, pelo retorno aos quadros do multilateralismo. Eu recomendaria que nós recompuséssemos a ONU, quem sabe até substituindo-a por outra, porque ela está ficando com cara de liga das nações, ou reformulando porque ela está com cara de universidade europeia, aquela coisa de que a gente acha o ambiente gostoso, mas decide pouco, enfim. Ela é questão(F) de divergência mesmo, mas se eu, um dia, for o Marco Aurélio por um segundo, eu vou dizer: "Olha, não faça porque essa ONU não vale a pena, não".

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu estou concluindo, primeiro quero dizer que V. Exa. sempre desincumbiu-se em todos os governos de maneira altamente elogiável, não tenho dúvida sobre isso, apenas fiz menção ao seu "neopetismo" que realmente é comovente. E aí eu tenho que ficar tocado com ele.

Mas eu estava dizendo o seguinte: como colocar como "não" uma das metas que foram seguidas pelo Fernando Henrique, que vai ser seguida pelo Presidente José Serra, enfim, mas, com certeza, colocar como único objetivo que poderia ser alcançável e tivesse consequências concretas é que é um erro fundamental. Porque nós não temos... Do ponto de vista econômico, nenhuma dessas ações de apoio irrestrito incondicional a essas fanfarras... a roubos desses líderes latino– americanos ou africanos, ou do meio... Nenhum resultado concreto disso.

No entanto, sair abrindo Embaixada em toda esquina em todo "paisinho" que não tem o menor sentido, por 400 mil dólares que seja, em função de que uma empreiteira quer construir um aeroporto, isso é realmente... Eu acho que V. Exa. se enganou nisso aí, não deve ter sido bem isso que V. Exa. quis dizer. Porque eu fiquei assustado, dizer assim: Não, nós precisamos fazer lá em... Tem um país aqui. Como é o nome? Burkina Faso. Foi um aeroporto?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É um país antigo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Aliás, Sr. Ministro, o Senador Tasso me permite, eu vivi na África, ali é o antigo Alto Volta. Ali são questões humanitárias. É um país que metade dele migrou para a Costa do Marfim, país pobre, miserável, precisa aprender a fazer biodiesel, precisa fazer irrigação, tem um escritório lá da EMBRAPA; são questões humanitárias.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas eu acho que não é se fazendo Embaixada lá que se resolve esses problemas. Senador Crivella, não é fazendo Embaixada lá que se resolve esses problemas. Mas... Pois não. Eu dei o exemplo, confesso minha ignorância.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Podia em bloco, senão os outros não conseguem chegar na...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, mas só porque deu a polêmica.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu sei, o Celso Amorim(F) foi muito aparteado, muito prestigiado.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Então a minha sensação é essa e com algumas coisas desastrosas. Por exemplo, reconhecer imediatamente China como economia de mercado. A China destrói a nossa indústria. A China está destruindo, inclusive, o Brasil no MERCOSUL, mas não temos a menor condição de competir com a China do MERCOSUL, nenhuma. E na indústria brasileira, se nós continuarmos assim com essa política... Nós já começamos, Ministro, um processo de desindustrialização neste país. E nós, afobadamente, para sermos pró– chineses fizemos um reconhecimento da China como economia de mercado. Lá no Piauí, eles têm um expressãozinha, que eu não posso usar aqui, sobre esse tipo de acordo, que é um acordo – como é o nome da expressão? Não. Vou falar, não.

[falas sobrepostas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Acordo de Oeiras. É conhecido como Acordo de Oeiras.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E que nós exportamos matéria-prima e eles nos vendem

empregos industrializados. Esta linha, e junto com a coisa que nos leva... e junto com essa mania de estar resolvendo os problemas do mundo também que traz essa megalomania, a Ministra Hilary, e nós estamos perdendo prestígio, sim. Nós alcançamos muito o prestígio, ministro, muito, e hoje nós começamos a perder prestígio.

Ontem, nós temos um artigo devastador do *Wall Street Journal* sobre o Brasil e há pouco tempo depois da visita do Presidente ao Meio-Oriente... Segundo o que está aqui no jornal, a Secretária Hilary Clinton chamou de uma ingenuidade risível do Presidente...

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: V. Exa. me desculpe, mas eu tenho que [ininteligível] à parte. Isso aí é uma atribuição de um jornalista. Eu nunca vi isso citado entre aspas, um jornalista disse que... Quer dizer, se nós formos... Não me consta que ela tenha tido e não foi o tipo de atitude que ela revelou, e a alegria que ela revelou ao ser recebida numa visita de cortesia pelo Presidente Lula.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Como disse aqui, o Senador Arthur, mas o jornalista, que deve ser um jornalista capacitado americano, percebeu isso ou achou isso, mas enfim.

Então quero dizer que eu gostaria muito de que Senado fosse mais parceiro nessa política, porque realmente eu acho que tem algumas coisas que nós estamos indo num rumo profundamente equivocado. E o prestígio que nós ganhamos ao longo de tantos anos de seriedade, de boa diplomacia, nós não podemos estar jogando fora.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado. O senhor quer responder direto? Nós temos ainda Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Pedro Simon, Marcelo Crivella e Inácio Arruda. O Alvaro Dias não está aqui mais.

Então vamos o Senador Flexa e depois o Senador Cristovam.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Eduardo Azeredo, eu já estou preocupado aí com o compromisso do nosso chanceler às 18 horas. É lá no Itamaraty ou é para o senhor sair daqui, V. Exa.?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É no Itamaraty.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Senador, respondendo a sua pergunta, com a sua permissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, claro.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Eu tenho que estar lá 18h30. Se for necessário ficar um pouco mais, eu fico, mas eu precisaria saber antes, porque aí eu mando avisar que ele tem que chegar um pouco mais tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): São esses cinco oradores ainda.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Tinha que estar lá, não é Sr. Presidente?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se cumprir o tempo, sobra espaço e chega na hora. Vamos fazer um acordo de não ter apartes...

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É uma questão de respeito também com as pessoas que a gente convida.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Quatro minutos vezes cinco, nós vamos ter 20 minutos. Vamos, Flecha, topa fazer em quatro minutos?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Posso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então vamos lá. É um desafio. Quatro minutos é um desafio.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu já me perdi com tanto papel aqui em cima...

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então podemos passar para o Cristovam e volto... Posso passar para o Senador Cristovam?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, pode ser. Não, não, o que é isso, vou perder a vez aqui? Presidente Senador Eduardo Azeredo, nosso chanceler, Ministro Celso Amorim, lamentavelmente essa questão partidária foi introduzida na questão da diplomacia brasileira. Sou solidário aqui ao Senador Tasso Jereissati porque acho até que a declaração é extemporânea, porque ainda não começou... Lamentavelmente, usado pelo governo, o processo eleitoral inicia após as convenções e a ministra Dilma está em campanha há um ano, infringindo a legislação brasileira. Mas isso aí é o exemplo que se dá para os brasileiros, o exemplo o que Presidente dá. Lamentável, quando ele devia ser o primeiro a cumprir a legislação.

Mas eu tenho várias questões aqui, Ministro, que V. Exa. possa me esclarecer, mas vou iniciar por onde eu pedi a V. Exa. que fizesse referência à questão do acordo com Paraguai. Na ocasião do problema com a Bolívia, V. Exa. fez referência que numa das resposta que não havia capitulado a vontade de sobre um determinado assunto. No caso da Bolívia, lamentavelmente,

eu tenho certeza absoluta que não foi orientação de V. Exa., até porque V. Exa. deu uma declaração contrária ao que foi feito, e o Brasil capitulou e está pagando caro por isso; não os brasileiros. Então o que é que aconteceu? Virou mote de campanha política atacar o Brasil. Foi assim na Bolívia, está sendo assim na Venezuela, é assim no Equador e no Paraguai.

Então atacar o Brasil é sinônimo de vitória nas próximas eleições. O Presidente, o candidato a Presidente, ou Bispo, ele disse, e repetiu diversas vezes, que se eleito Presidente iria rever o Tratado de Itaipu, porque não aceitava as condições que o Paraguai estava submetido por aquele tratado. Disse e fez.

Agora, eu, outro dia, fiz um pronunciamento no Plenário chamando atenção do Brasil exatamente para essa questão da revisão do Tratado que foi assinado lá em 1973 [soa a campainha] e que, pelo acordo que foi selado já entre os dois governos e que se encontra, como eu disse hoje no parlamento do MERCOSUL, com o relator é o Deputado Rosinha vai dar um parecer favorável, depois vai vir para a Câmara e para o Senado, o Brasil concede ao Paraguai três vezes o valor que pagava anteriormente pelo Tratado: pagava 120 milhões de dólares anuais e vai passar a pagar 360 milhões, ou seja, 240 milhões adicionais por ano. E mais, vai dar de graça ao Paraguai uma linha de transmissão de 500 KV, cuja construção é estimada em 450 milhões sem custos para o Paraguai. Vai dar, bondade do governo brasileiro. Quem vai pagar isso, Ministro? É o consumidor brasileiro? [soa a campainha] Que todos nós sabemos que Itaipu foi feita com empréstimo tomado e garantido pelo Brasil, e até 2023, quando o Paraguai se tornará proprietário de metade da energia gerada, teria que manter o acordo que estava valendo no Tratado de Itaipu de 1973. E mais, Paraguai se diz agora querendo ter as mesmas condições dos geradores brasileiros, ou seja, que ele possa ofertar a energia que lhe sobra no mercado livre. Ou seja, ele vai querer negociar preço ao invés de vender ao preço acertado.

Então eu gostaria de ter a posição de V. Exa. com relação a isso. Como--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Já passou os quatro minutos, mais dois. Já está com seis.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou levar mais quatro, V. Exa. me interrompeu o raciocínio, agora eu vou pegar o Suplicy aqui de testemunha.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Flexa-–

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não diga isso porque eu tenho V. Exa. como um homem de raciocínio muito rápido.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Tem cinco oradores ainda, Flexa. Vamos manter o tempo aí.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro, com que nós... O Governo defendeu a aprovação da Venezuela para o MERCOSUL, se a Venezuela não cumpriu com nenhum pré-requisito necessário para que fizesse, formalizasse a sua entrada. E mais, V. Exa. falou a pouco que o único acordo que o MERCOSUL tinha era com Israel. E aí eu pergunto: como fica... Caso Paraguai – nós estamos na mão do Paraguai, ainda agora eu falei do Paraguai, eu tenho que pedir aos senadores paraguaios que não aprovem a entrada da Venezuela.

Então, caso eles aprovem a entrada da Venezuela, como é que fica a questão de veto da Venezuela a este acordo com Israel? Não é?

Com relação a... Mas a Venezuela aceitará o acordo? Vai ter você que aceitar. Agora, com relação, Ministro, à questão do Irã.

O governo brasileiro tem insistido na necessidade de prosseguimento do diálogo dos países ocidentais com a República Islâmica do Irã, mas um de seus pressupostos é que as partes estejam dispostas a tal diálogo, então é a interlocução. Entretanto, apesar dos muitos gestos na direção do Irã feitos, inclusive, pelo Presidente Obama, nenhuma contrapartida houve do lado iraniano.

O Brasil, na prática, está cooperando com o Irã para permitir que ele ganhe tempo para produzir o armamento nuclear necessário a estender a sua influência a todo o Oriente Médio desestabilizando-o? Tal política não é contrária ao interesse de outros povos amigos do Brasil, tais como os do Egito e da Arábia Saudita?

Porque o Presidente Lula e a diplomacia brasileira ficam repetindo *ad nauseam* que o Irã tem o direito ao desenvolvimento de tecnologia nuclear [soa a campainha] para fins pacíficos, se todos sabem que o problema não é esse. Essa posição não representa um apoio, de fato, ao Irã. Isso não prejudica a independência e o equilíbrio que sempre marcaram a ação do Itamaraty?

Eu tenho uma outra pergunta, mas essa é longa. E eu vou lhe encaminhar, depois V. Exa., por favor, me responda por escrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Se eu pudesse... Ah, o Cristovam vai falar?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Ministro, Sr. Presidente, eu quero fazer uma pergunta, mas depois eu quero ler outras e explicarei por quê.

A pergunta que eu quero fazer é tentando sair do específico e do imediato e dá uma visão mais global e de longo prazo da política externa. Até porque eu não vejo como a gente pode pensar em política externa prisioneira de um momento e nem de um outro fato. Seja a questão nuclear, seja a questão dos direitos humanos, ambas importantes.

A minha pergunta, esse trabalho todo de oito anos, Sr. Ministro, que eu pessoalmente tenho uma grande admiração e sempre digo, o que é que vai deixar para o próximo, o próximo e o próximo Ministro? Ou seja, essa relação complexa com Irã e Israel ao mesmo tempo, essa relação complexa com os Estados Unidos e com a Venezuela ao mesmo tempo, o que é que ela vai deixar para que os futuros governos brasileiros – o senhor já disse até qual o senhor prefere -, os futuros governos brasileiros – sim, mas isso não é importante -, os futuros governos brasileiros terão a sua disposição. Pessoalmente, eu imagino que a tarefa deles estará facilitada, até mesmo pelas nossas Embaixadas que dizem que é em país pequeno, mas não existe país pequeno, existe país, não só porque eles merecem respeito, independentemente do tamanho, mas porque eles votam igualmente nas Nações Unidas e em outros órgãos. Não existe isso. Até podia se dizer país pobre, mas aí o Brasil teria sido relegado nas últimas décadas, porque era um país pobre, embora de um território grande.

Então eu gostaria de ver a sua análise sobre como vai ser daqui para frente a política externo brasileira nesse momento em que nós abrimos tantas frentes, nós estamos em tantos lugares, e, sobretudo, nós passamos, ao meu ver, a sermos respeitados exatamente pelos riscos que corremos, tomando posições que podem parecer contraditórias, mas que são características de Estados. Até porque eu sou radical em matéria de direito humano e lamento profundamente o que acontece em Cuba e o que acontece no Irã, mas se eu fosse Ministro das Relações Exteriores, eu engoliria, de certa maneira, esse meu descontentamento pessoal e representaria o Estado. E falaria com aqueles Estados que ali estão.

Então, nesse sentido, o que é que vai ficar de diferente graças a esses oito anos? Agora, ao mesmo tempo, vou ser muito rápido, mais ou menos meia hora depois que o senhor começou, eu botei uma mensagem aqui nessa rede, chamada *Twitter* e disse: "O que é que vocês gostariam de perguntar ao Ministro?" Em 40 minutos, eu recebi 60 perguntas para o senhor. Não vou ler de jeito nenhum, até porque muitas delas são muito semelhantes, mas só para ver que alguns desses 'internautas' ou 'twiteiros', eles estão, às vezes, mais antenados que nós senadores.

Tem perguntas interessantes. Por exemplo: *Quando é que vamos começar as retaliações aos Estados Unidos por causa do algodão? Quanto tempo vamos ter, ainda, comprando tantas armas, para perdermos a imagem de nação pacífica? Qual é a posição do Brasil em relação à compra de armas pela Venezuela aos russos? Qual a imagem que o Brasil quer construir ao colocar um pé no Irã e um pé em Israel? Como reatar relações tranquilas com os Estados Unidos? Qual a estratégia queremos demonstrar para o futuro aos termos relações com lados tão opostos? Será que tudo isso é a campanha do Lula para a ONU? Qual o limite no comportamento?* Essa aqui, Ministro, eu acho que é interessante. *Qual o limite no comportamento do Irã em relação ao nuclear e os direitos humanos que a gente pode tolerar como relações de Estados? Como é que anda a cooperação nuclear com a Argentina? Por que a comunidade econômica europeia e os Estados Unidos cobram direitos humanos em Cuba e não na China, e nem na Arábia Saudita?* Essa aqui também é interessante que eu gostaria de saber: *Qual a posição do governo brasileiro em relação ao caso do menino Sean?* Uma é de parabenizá-lo, outra, essa também eu fiquei curioso, não sei se é possível falar. *Existe alguma ameaça italiana, que a gente não sabe, por causa do Battisti?* Se o Brasil está ficando... E a última: *Se o senhor acredita realmente que o Brasil pode ajudar na paz no Oriente Médio? E de onde vem a sua crença?* São perguntas de 'twiteiros' entre as 60 que eu recebi.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vai ter que começar outra vez. [risos]

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Posso falar agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nós temos ainda o Senador Pedro Simon, o Marcelo Crivella e o Inácio Arruda. Acho que o Ministro poderia responder, aí depois vão os outros três.

Eu quero só lembrar que essa questão da ONU, um amigo nosso em comum, semana passada, me falava que Juscelino Kubitschek, na época aí, no auge, também falaram: "Ah, Juscelino depois de Presidente vai ser secretário da ONU". Falaram isso com Fernando Henrique também. E toda vez é isso, os [ininteligível] ficam incensando para que vá para Secretaria– Geral de ONU. Juscelino Kubitschek, já, em 1960.

[risos]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Você vê que o Juscelino eles tiveram que dar um golpe para impedir.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Com relação à questão que o Senador Suplicy colocou, eu vou tomar nota, transmitirei ao Presidente. O que eu tinha que falar sobre Cuba, eu falei em resposta à primeira pergunta.

Mas eu queria mencionar uma questão em relação, porque também foi mencionado a questão do holocausto e a questão das expressões do Presidente *Ahmadinejad* sobre Israel.

Eu queria dizer o que Governo do Presidente Lula... Claro, é uma ação da política externa brasileira, mas no Governo do Presidente Lula, o Governo do Presidente Lula copatrocinou resoluções nas Nações Unidas declarando, criticando qualquer negação do holocausto. Nós somos copatrocinadores de declarações que defendem que o holocausto existiu e que é uma tragédia que tem que ser respeitada. Mas do que isso, o Presidente Lula se atreveu, de uma maneira que eu acho que dificilmente outro Presidente se atreveria, a comentar diretamente com o Presidente *Ahmadinejad* que ele cometia um erro histórico ao fazer essa afirmação. Bem, podem dizer que isso não adianta para nada, um pode achar que isso é ingenuidade, não sei. Eu acho que nós...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Eu não sei... Olha, eu acho que quando... Deixe-me dizer, quando o Presidente *Ahmadinejad* esteve no Brasil, depois que eu acompanhei – eu não acompanho todas as declarações do Presidente *Ahmadinejad* -, ele evitou e tentou, até numa entrevista dada aqui, se eu não me engano a um dos canais de televisão, tentou qualificar... Eu não vou defender o que ele disse, porque não é minha tarefa, mas ele tentou qualificar dizendo que não era bem assim, que não é que ele negasse, enfim. Então pelo menos alguma coisinha caiu na cabeça de que aquilo não era uma coisa correta. Da mesma maneira que ele procurou – também não vou defender, porque as afirmações que foram lidas aí são afirmações que nós condenamos, aliás, condenamos publicamente. Quando houve uma crítica, digamos, a uma suspeita que holocausto não existisse, quando houve a declaração de que o Estado de Israel deveria deixar de existir, nós criticamos publicamente notas do Itamaraty publicadas, notas do governo brasileiro. Quer dizer, nós não deixamos de dar a nossa opinião em assuntos centrais para agradar A, B ou C.

Mas eu queria, voltando aqui, Senador Tasso Jereissati, eu acho que nós temos, realmente, em relação a um ponto, certa divergência, apesar de nós termos muitas coincidências também, e até creio que já trabalhamos muito por interesses comuns do Ceará, em algumas ocasiões tivemos diálogos importantes com parceiros--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Independente do próximo presidente espero continuar assim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Mas eu já estarei fora de qualquer baralho, mas de qualquer maneira, sempre tivesse diálogo com V. Exa., e prezo muito a sua capacidade e o seu interesse.

Mas eu queria, especificamente, dizer que num ponto nós temos divergência. E eu acho que isso pode se acusar de ingenuidade. Mas eu acho que política externa é feita de interesses, sim, e é preciso olhar e ver o interesse dos outros, mas é feita também de solidariedade. Eu acho que isso faz parte da visão do mundo da qual eu me orgulho fazer parte. Esse idealismo, V. Exa. pode estar certo, eu não perdi. Eu não acredito que exista Guerra Fria, eu não sou um comunista revolucionário, longe disso, não sei se hoje em dia o que é que eu diria, porque todos os 'ismos' ficaram difíceis de definir, mas idealista eu continuo a ser. Procuro introduzir nesse idealismo uma dose de pragmatismo e de viabilização das ideias. E é por isso que nós não queremos, apenas, posições declaratórias, mas posições que tenham resultado concreto.

No caso da África, senador, é parte do nosso povo. Alguns brasileiros certamente terão vindo de Burkina Faso porque fica logo atrás do Benin. Eu estive no Benin e estive no Senegal, mas, especificamente, no Benin, e no Togo, e encontrei lá inclusive, "Amorins", primas minhas em segundo ou terceiro grau, ou quarto, ou quinto grau, que devem ter reemigrado do Nordeste do Brasil para a África.

Então os laços... Eu tenho dois pés na África. Mas, então, são laços profundos que nós temos com esses países. Não são laços que dizem respeito apenas à economia. Longe de mim a ideia...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ministro, um pé [ininteligível]?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Ah, não sei, senador. Eu considero que a herança africana é uma coisa muito importante para o Brasil. Eu acho que é parte essencial da nossa cultura, é parte da nossa riqueza e acho que todos nós achamos isso e nem creio que V. Exa. colocou...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas, Presidente, eu não estou dizendo isso, não.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não, não, mas eu estou explicando porque é que nós abrimos um Embaixada em Burkina Faso. Burkina Faso é um país que

faz o mais importante festival de cinema da África, por exemplo. Quem se interessa por cultura sabe disso. É um país produtor de algodão que, juntamente com o Benin, e juntamente com o Mali – cujo Presidente estará aqui depois de amanhã -, juntamente com o Mali e juntamente com o... Qual é a quarto que é parte...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Costa do Marfim, deve ser.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não. Não é mapa, não.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Costa do Marfim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não, não, não. São quatro países africanos que fazem parte do Cotton-4, que eles chamam. Os quatro países do algodão, países que se juntaram ao Brasil na luta pela eliminação dos subsídios do algodão.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: A minha mulher está aí, graças a Deus, me ajuda. Nenhum dos meus assessores sabia dessa... Então são os quatro países que fazem parte de um grupo que se chama os Quatro Países do Algodão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Finalmente revelado o seu e segredo, Ministro.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Pois é.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Finalmente revelado o seu segredo.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Burkina Faso é um deles. Eu não sei se isso satisfaz a curiosidade de V. Exa. com relação à nossa abertura da Embaixada lá, mas eu quero dizer que muitas vezes... Não, porque realmente eu dei até o exemplo de que pode haver um aeroporto que custa seis milhões, mas longe de mim...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não, não, mas não é isso. Eu quero dizer o custo que existe para o Brasil, porque muitas vezes se mede o interesse econômico. Quando interessa medir o interesse econômico, se mede o interesse econômico. Quando não interessa medir o interesse econômico, se denigre o interesse econômico.

Eu, quando entrei no Qatar – um dos países que é candidato, aliás, a uma vaga no Conselho de Direitos Humanos -, quando entrei no Qatar, no mesmo dia estavam entrando – não foi porque estavam lá, mas faz parte de um clima geral de política -, estavam entrando lá produtores de ônibus. E o Brasil tem, hoje, lá, 500 ou 600 ônibus brasileiros, que é praticamente todos os ônibus que o Qatar tem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Marcopolo.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não, eu não posso mencionar nome de companhia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro, permite?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Enfim, seja como for... E Arábia Saudita que V. Exa., em algum momento, teve contato conosco, também, junto com o Governo da Arábia Saudita-–

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): País muito democrático.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Mas não vem ao caso, são relações de Estado. Hoje em dia tem aviões da EMBRAER, o Egito tem aviões EMBRAER. Então, tudo isso também faz parte.

A política externa, senadores, se me permite V. Exa., a política externa é um misto de coisas, leva em conta o idealismo e leva em conta interesses também. Até porque se nós não levamos em conta os interesses, nós não conseguimos realizar o idealismo.

Então não sei se com isso eu respondo a questão mais geral de V. Exa.. Mas eu concordo, a política externa independente não foi inventada pelo Governo Lula, pelo contrário, aliás, ela data... Nós podemos buscar até mais atrás, mas ela foi primeira vez qualificada no Governo do João Goulart, Jânio Quadros, depois do João Goulart e por Afonso Arinos e Santiago Dantas.

Agora, veja bem, no Governo Geisel, que fez muita coisa interessante em política externo – devo dizer, independentemente do que corria, ainda, no Brasil, naquela época -, o Ministro das Relações Exteriores, que é o Ministro Silveira, que foi meu chefe, por sinal, foi muito criticado por ter ousado discordar dos Estados Unidos na questão nuclear, porque ele queria ter o acordo com a Alemanha. Foi muito criticado porque reconheceu Angola quando os Estados Unidos não haviam reconhecido, e achavam que toda comunidade...

Por que o Brasil ia reconhecer Angola quando nem sequer países africanos estavam reconhecendo a Angola? Porque foi o nosso discernimento e foi esse e hoje prova... E hoje está provado que está certo por todos os motivos. Enfim, então política externa tem que se fazer, assumindo, também riscos. Pode-se errar, longe de mim...

Então queria dizer que eu concordando com V. Exa., que a política externa tenha antecedentes, nós seguimos essa mesma inspiração, claro que adaptada ao mundo de hoje. Longe de mim, senador, a ideia de reviver a Guerra Fria, pelo contrário, uma das coisas pelas quais o Brasil mais luta, mais se bate é pela multipolaridade. E nós não falamos aqui porque eu não

vim aqui fazer propaganda do Governo, mas o Brasil hoje é chamado para todos os grupos internacional. É rara... Os *BRICs*, hoje, do qual o Brasil faz parte, é fundamental na parte, na discussão financeira, os *BASICs* que é Brasil, África do Sul, Índia e China, é fundamental na discussão do clima.

Enfim... Da OMC nós formamos o G4 que tinha Brasil, e depois de ter formado o G20 que defendeu os nossos interesses fortemente em Cancun, formou-se um G4 que mudou para sempre a forma de negociação na OMC, onde nós só éramos chamados na hora de assinar os acordos e no máximo mudávamos uma vírgula. E eu digo isso porque eu fui acho embaixador lá e eu fui ministro lá. Então não estou criticando nenhum antecessor, não. Eu fui ministro que assinei a rodada da OMC, não me arrependo, porque acho que sem ela seria muito pior. Mas sei como foi duro, como nós tivemos que aceitar imposições. E, hoje, isso não ocorre mais, porque o Brasil capitaneou a criação do G20, o Brasil junto com a Índia criou o G4, é o único caso, talvez, em que o futebol usou a metáfora da política, porque não havia a expressão G4, passou a existir depois que o G4 apareceu no OMC e na discussão da reforma do Conselho de Segurança. Então nós seguimos essa mesma inspiração de uma política externa verdadeiramente independente. Não ficamos dizendo, eu, pelo menos, não fico dizendo que os outros não tiveram, defendo o Governo do qual eu faço parte, defendo as realizações do Governo do qual eu faço parte, mas defendo também muitas atitudes que foram tomada antes. V. Exa. mencionou o ex-Governador José Serra, eu me orgulho muito de ter trabalhado junto com ele, para conseguir a mudança do acordo em relação à tríplice saúde na Rodada de Doha, quando estava sendo lançada na Rodada de Doha. Mas essa mudança só se consolidou neste Governo, porque foi depois que nós conseguimos fazer as mudanças necessárias no tratado e graças à posição firme que o Brasil adotou em Cancun, foi muito criticado na ocasião, porque não deixou fazer o acordo... Todo mundo também achava que devia ter o acordo, era só o Brasil e um bando de doidos que achavam que não devia ter o acordo. Hoje em dia, ninguém mais ousa dizer que a nossa atitude em Cancun foi errada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite-me, Ministro. Eu quero me solidarizar com o seu espírito idealista e humanitário. E lamento só que V. Exa. não tenha um pé na Ilha do Marajó, no Município de Afuá, que seria... Para nós lá do Pará seria um benefício muito grande que o Governo tivesse uma visão diferenciada para aquela região. Mas, lamentavelmente, não parentesco com o lado de lá, tem para o lado da África.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Eu não faço política interna, senador, de modo que eu não posso opinar sobre esse assunto. Mas eu queria dizer a V. Exa., se me permitir, que nós coexistimos com várias realidades ao mesmo tempo. Não é o fato de ter dificuldade de até, digamos, de resolver os problemas da fome, que nos impede também de tratar dos problemas da cultura, dos problemas da educação e dos problemas da política externa, porque nós vivemos no mundo. E porque uma dificuldade na política externa pode ser cara também. Eu não sei na Ilha do Marajó, mas, seguramente, se ainda se produz algodão no Seridó, não sei – hoje em dia estão mais no Mato Grosso -, mas enfim, prejudica também os de outros lugares. Também tem a ver com política externa. E nós termos a solidariedade ao país africano, legitima a nossa posição na OMC. Ela não é uma posição exclusivamente do Brasil, interesseira. Não se pode dizer: "Ah, o Brasil está dizendo isso porque o Brasil é um país emergente, e já pode..." Não, o Brasil está dizendo isso porque está defendendo interesse dele, mas está, também, defendendo interesse de 20 ou 30 outros países que são muito pobres e miseráveis, e que precisam da eliminação dos subsídios agrícolas dos países ricos, porque senão eles não sobreviverão; senão toda a ideia de ajuda internacional a combate a fome por parte desses países ricos vira um farsa, porque dá de um lado e fico do outro.

Mas, enfim, vou responder as pergunta de V. Exa.. Sobre o Paraguai. Eu não creio que se possa dizer... Primeiro que o que ouve com relação a Itaipu é uma revisão de um aspecto, de um protocolo que a forma de cálculo da seção do pagamento por cessão de energia. O Brasil tem hoje, o nosso comércio com o Paraguai – eu poderia até procurar os dados para V. Exa., mas para poupá-lo eu vou dizer, mais ou menos, o que eu tenho de cabeça e pode ser que não seja preciso. Mas o nosso comércio com o Paraguai é, mais ou menos, dois bilhões de dólares, dos quais, cerca de 1.600 são exportações brasileiras. E, apenas, 400 milhões são de importações do Paraguai.

Quer dizer, nós temos um saldo com o Paraguai de 1 bilhão e 200 milhões de dólares. Nós temos 100 a 200 mil brasileiros no Paraguai. Nós temos muitos outros interesses a zelar no Paraguai. Não é, digamos, o exercício de uma atitude de bondade meramente pagar mais. Primeiro, é uma questão também de justiça o Paraguai ter um recurso natural e poder fazer uso dele e se sentir satisfeito com ele, com algo que também nos beneficia. Agora, o que nós estamos fazendo, se nós fomos pesar todo o balanço comercial, incluindo energia, nós continuaremos, provavelmente,

com um saldo comercial de mais de 800 milhões com o Paraguai.

Então não há razão de ser tão duro com o Paraguai, quando, na realidade, no caso da linha de transmissão, é possível imaginar um país que é sócio da maior hidrelétrica do mundo – porque ainda é a maior em produção, vai ser três gargantas – é possível imaginar ser sócio da maior hidrelétrica do mundo e não ter luz na sua capital suficientemente? Então eu acho que nós temos que ajudar o Paraguai. É uma atitude de ajuda sim. Agora, ao ajudar o Paraguai nós estamos ajudando a ter paz na nossa região. E estamos ajudando os brasileiros que vivem lá, estamos ajudando os brasileiros que exportam para lá e que não são poucos, porque se nós exportamos 1 bilhão e 600 milhões não é tão pouco assim.

Aproveito para fazer uma--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro, é possível imaginar um estado que é exportador de energia, como o Pará, não ter luz firme em vários municípios do nosso estado. É possível?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É impressionante como o 'PCBom'(F) mudou. Eu fico incrível.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Senador, me desculpe, mas eu estou dizendo porque eu não posso--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Ministro já falou que não é do 'PCBom'(F).

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, V. Exa..

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: V. Exa. me deixa numa situação difícil, porque se eu tiver que optar entre Marajó e o Paraguai, eu sempre vou ter que optar por um território brasileiro. Agora, nós estamos--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então faça isso, diga ao Presidente Lula quando ele tiver que optar entre dar para o Paraguai três bilhões dólares, como vai dar... Se V. Exa. fizer 240 bilhões até 2023, dá 2 bilhões e 600, aí mais uns 540 milhões de energia são três bilhões de dólares.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Isso aí se chama... V. Exa. seguramente chegará ao acordo à V. Exa., e V. Exa. terá a oportunidade de estudar em detalhe. A primeira correção que foi um múltiplo de quatro ou cinco – eu já não me lembro mais exatamente – a primeira correção num fator para a cessão(F) de energia foi feita quando Itaipu começou a funcionar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E quem vai pagar essa conta? O Presidente disse--

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não vai ser o consumidor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E quem?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: O Brasil pagará de um forma ou de outra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E de onde vem os recursos do Brasil?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Atenção para a balança comercial, Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não existe isso.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Há saldo na balança comercial. E você não pode comparar duas coisas. O Paraguai é sócio na hidrelétrica.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Crivella, V. Exa. não pode dizer que porque tem saldo na balança comercial que não deixa de ser um pagamento feito pelo Brasil, e feito pelos brasileiros.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas não é um prejuízo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Arthur Virgílio está dizendo que não há almoço grátis em economia.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas isso vale do lado deles para nós também.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Também para nós.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro que vale para o lado deles também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acho que nós estamos aqui para defender os direitos...

[falas sobrepostas]

[soa a campainha]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Presidente, vamos ordenar os trabalhos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu também, mas racionalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos organizar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E com racionalidade.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Racionalmente é levando em conta o outro lado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com racionalidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos ouvir-–

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não existe. Então é gastar três bilhões de Exército invadindo o Paraguai.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos gastar três bilhões--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ou tem boas relações ou não tem boas relações. Já fizemos isso e não deu certo.

[falas sobrepostas]

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos continuar ouvindo, então, o Ministro. Mas essa linha de transmissão, o Paraguai não fez também esse tempo todo. Não é culpa de agora. Ele poderia ter feito com o dinheiro que recebeu esse tempo todo. Isso aí não...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lógico. Chega a 120 milhões por ano.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É bom lembrar que esse já vem de governos anteriores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De 83. Nunca foi revisto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois é.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Senador, se V. Exa. me permitir...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Se o Ministro puder concluir, falta o Flexa e o Cristovam.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Se V. Exa. permitir, quando o Paraguai falava em revisão do tratado, a principal reivindicação do Paraguai era poder vender energia para terceiros países. E isso não está em cogitação. Então, na realidade, até o momento da... Até pelo menos o momento do final desse período.

Então, na realidade, o que nós estamos fazendo é uma correção do valor da cessão(F) de energia que não mexe na essência do tratado. Se V. Exa. – eu sei que isso não é uma tarefa de V. Exa. -, for olhar as notas nossas declarações, minuciosamente, eu sempre disse que nós não aceitávamos mexer na essência do tratado. E a essência do tratado, que mesmo assim os paraguaios acham injusto, que é o fato de que a energia é destinada aos dois países e que a energia que um país não consome tem que ser necessariamente destinada a outro.

Era isso que nós não queríamos mexer e isso não está em discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas o valor da energia--

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: O valor de energia é um detalhe do protocolo como existe em muitos outros, e como eu disse... Bem, eu já disse o que eu tinha que dizer, V. Exa. não precisa concordar. Eu estou dando apenas--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Flexa, apenas um aparte--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E não vou concordar mesmo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): -– mas é importante a gente se lembrar que – isso é uma coisa rápida – V. Exa. começou dizendo uma coisa importante. Os países da América do Sul fazem discurso político-eleitoral de palanque contra o Brasil. Tem razão. Há uma disparidade enorme entre o nosso progresso, nosso desenvolvimento e o deles. Agora, se V. Exa. adotar uma política assim, como essa que V. Exa. prega, vai aumentar esse discurso. A retórica contra o Brasil vai ser muito pior.

Então o que nós estamos tentando fazer aqui... Por exemplo, nós estamos tentando fazer com que o MERCOSUL cresça pela América do Sul, se a gente não conseguir equalizar as coisas com o Paraguai o MERCOSUL não vai crescer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem. Vamos só... O Ministro ainda vai comentar as informações, vai comentar as perguntas do Senador Cristovam Buarque e depois nós vamos ouvi-lo ainda.

Com a palavra o Ministro ainda.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Senadores, só vou dizer uma coisa: política externa tem um custo para qualquer país, seja para os Estados Unidos, seja para o Brasil, seja para qualquer país que tenha importância no mundo. Os Estados Unidos acabou de doar 1 bilhão e 300 milhões, creio eu, aproximadamente, ao Haiti. Quem paga é o contribuinte americano, porque razão não sei. Porque alguma razão deve haver. Então política externa tem um custo, nós temos que entender isso, esse pode se julgar caso a caso, mas não se pense que política externa se faz sem custo.

Eu queria referir a duas outras perguntas com relação ao acordo MERCOSUL, já foi respondido por outros, mas eu dou a resposta oficial a V. Exa.. Com relação acordo MERCOSUL, Israel não será afetada, mesmo que a Venezuela não queira fazer parte do acordo. O que pode ocorrer é que os bens não entrem na Venezuela com as mesmas vantagens que entrarão nos outro países do MERCOSUL. Mas isso já está con-

solidado, isso já é uma disposição, inclusive, transitória aceita, faz parte das modalidades da negociação com a própria Venezuela.

Com relação ao Irã, eu creio que não vou repetir porque os argumentos são os mesmos. Nós não queremos ajudar. A mesma pergunta que V. Exa. fez, dizendo: "Ah, o Brasil com isso não estará ajudando o Irã", era a mesma pergunta que eu ouvia quando o Embaixador na ONU, em 1998, 99, que eu estava no Conselho de Segurança, era a mesma pergunta que eu dizia: "Ah, mas com essa ideia de encontrar um caminho pacífico, será que nós não estamos ajudando o Saddam Hussein? Não estamos ajudando o Iraque?" A opção inversa deu no que deu. Hoje em dia, até o próprio Presidente Obama, do novo governo americano, é crítico da opção que foi adotada. Então, eu acho que é preciso aprender com a história.

Senador Cristovam, acho muito interessante as perguntas do Twitter, evidentemente V. Exa. não espera que eu responda a todas, e nem sequer a uma. Mas há uma pergunta muito interessante que eu acho que eu vou tentar... Não vou tentar responder, mas eu vou mencioná-las, que é a última pergunta, creio eu.

Qual é o limite que o Brasil pode ir em tentar encontrar uma solução pacífica para o Irã? Olha, essas coisas são muito difíceis de avaliar e eu não posso dizer com precisão, porque, nessas discussões, como em outras, como por exemplo, também na relação na questão de Direitos Humanos, o que é que é melhor? Falar privadamente ou fazer uma condenação pública, é um julgamento que nós fazemos todos os dias. Dessa vez, por exemplo, eu fiz o julgamento de que na Coreia do Norte, sim, tinha que ser condenada; como fiz também a respeito do Sudão num período recente, embora num período anterior tenha tido outra visão. Então é um pouco difícil dizer.

Mas o que é que nós achamos? Nós achamos que, sim, o Irã tem que demonstrar flexibilidade. Ele tem que entender a realidade em que ele está inserido e que há um conjunto de força muito importante de países dos quais ele não pode se isolar. E eu tive a oportunidade de dizer, o Presidente Lula disse, mas eu pude dizer, talvez até por ser diplomata profissional disse – e até gostaria que o senador também aqui ouvisse a minha... Porque, na realidade, é respondendo, em parte, uma pergunta sua. Disse com toda clareza ao Presidente *Ahmadinejad*. Eu falei: "Presidente, não tenha ilusões. Porque se houver sanções do Conselho de Segurança, independentemente de como o Brasil votar, isso vai afetar a cooperação do Brasil com o Irã". Então não pode ter ilusão de que vai ter um comércio de 15, ou 10, ou 15 bilhões de dólares com o Brasil se houver sanções do Conselho de Segurança. Porque mesmo que a gente não concorde com elas, nós vamos seguir. E da mesma maneira que o Brasil vai seguir, a África do Sul vai seguir – eu não posso falar pelos outros países, mas suponho eu. A Índia vai seguir, a Turquia vai seguir e o Irã vai ficar sem interlocutor.

Então nós temos dito isso a eles com clareza. E espero que eles tenham a compreensão de ver que é necessário negociar, e que tem que ser uma negociação sem procrastinação, que as coisas têm que ser resolvidas rapidamente. Agora, acho que temos que dar uma chance, sim, à paz e essa chance é possível. Eu converso com muitas pessoas que têm experiência nesse campo – para seguir o conselho aqui do outro senador, desprezando o meu próprio julgamento – mas que concordam com essa visão de que é possível ter um acordo. Estamos tentando juntamente com outros países que estão de boa-fé nesse processo, mas que tem independência também de julgamento. Então eu diria que essa é a resposta ao Twitter.

A sua pergunta, propriamente, Senador Cristovam--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Qual é a sua herança?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: --ela é muito complicada de responder. Qual é a minha herança, se V. Exa. perguntar a cada um aqui, vai ter respostas muito diferentes. Pode ser uma herança maldita, pode ser uma herança boa, pode ser... Eu acho o seguinte, o Brasil-–

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas na sua visão.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não, eu devo dizer o seguinte, o Brasil está, hoje, num patamar totalmente diferente. Eu fui ministro antes e posso dizer isso. Agora, eu não quero dizer que isso vem de algum tempo. Concordo, vem de várias coisas. Ao contrário do que pode pensar o Senador Jereissati, a primeira pessoa que eu telefonei quando o Presidente Lula foi eleito, foi o Presidente Fernando Henrique Cardoso e felicitei-o por dizer: "Olha, eu sou um democrata, idealista, assisti as suas palestras na SBPC, e se alguém, naquela época, me dissesse que V. Exa., que você – eu chamava ele de você, naquela época – você fosse ser eleito Presidente, passaria a faixa ao Presidente Lula, a pessoa que me dissesse, eu diria que estava louca; que era uma coisa totalmente impossível".

Então essa consolidação da democracia é uma coisa que vem vindo e é importante para... Deixa-me terminar, só terminar o raciocínio. Então isso é importante para a democracia como a instabilidade econômica também é importante para a democracia. Mas como também foi fundamental para a visão que se tem do Brasil hoje um esforço realmente importante na

diminuição da igualdade. Está aqui o Senador Suplicy com o seu projeto de Renda Mínima, nós não temos exatamente o Renda Mínima, mas esse esforço que pela primeira vez ocorre de maneira determinada para diminuir a desigualdade, inclusive no plano racial no Brasil também, no plano do gênero, que não estou dizendo que começou ontem, não, mas que foi muito reforçado e isso também tem haver com a imagem do Brasil no exterior, e um pouco tem a ver também com o desassombro da nossa política externa. Nós não tivemos medo de condenar o ataque dos Estados Unidos ao Iraque e dois meses depois o Presidente Lula estava visitando o Presidente Bush em Washington e conversando... E a conversa começou com a seguinte afirmação, senador, que eu acho muito importante, do Presidente Bush. Disse assim: "Nós temos divergências. Vamos tratar daquilo que nós temos em comum. Vamos tratar dos nossos interesses em comum".

Então essa atitude desassombrada do Brasil, que se revelou também em Cancun, na OMC e etc., também faz parte desse patamar. Então eu acho que nós vamos deixar o Brasil nesse patamar. Agora, se vão brotar mais ou menos ênfase na África, mais ou menos ênfase na América do Sul... Eu não sei. Isso aí eu não sei. Não está na minha bola de cristal.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, eu queria... Pois não.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Desculpa, é que ele está respondendo. Eu não vou fazer réplica como o Senador Arthur Virgílio, mas eu acho que resumiria em uma palavra, Ministro, a sua herança: a palavra presença. Se quiser, use como título das suas memórias.

O Brasil deixa uma presença completamente diferente depois desse período. Sou crítico ao Governo Lula numa porção de coisas, mas a gente tem que reconhecer. Em matéria de política externa, hoje nós temos uma presença que a gente não sonhava, vamos dizer, dez anos atrás, para não ficar só nesses oito, porque o Fernando Henrique deu a sua contribuição. Eu acho que a herança é, sobretudo, a presença que hoje o Brasil tem no mundo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, Senador Azeredo, Embaixador Ministro, eu acho que essa postura que V. Exa. assumiu agora é extremamente construtiva e serviria para todos nós para que nós tivéssemos um debate político de muito melhor qualidade. Reconhecer que tudo isso que acontece de bom, como de ruim acontece muita coisa hoje, faz parte de um processo. E um processo... Porque a história se faz através de um processo. E que cada um teve a sua parte. Não se pode pretender que em 1950, no Governo Juscelino – 55, Juscelino -, nós tivéssemos os mesmos avanços que estamos tendo hoje. Não é porque o Juscelino era pior ou melhor do que ninguém, mas porque fazia... estava, naquele momento, em um processo histórico em que a sua parte, a sua fase, ele tratou dela muito bem.

No momento que nós reconhecermos que o Brasil não nasceu hoje, que tudo que existe hoje de bom foi tudo feito por um Governo só e nunca ante da história deste país existiu nada de bom, nós estamos realmente colaborando para desfazer a história, desfazer o conhecimento por um tipo de gabolice inútil, que serve para eleição, mas não leva a nada.

Fico muito feliz e gosto de ver V. Exa. aqui com essa postura--

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Sempre digo isso, não é para agradar a V. Exa., não. Disse ontem, outro dia, ontem ou outro dia, numa palestra na COP... Ontem? Numa aula inaugural na COP. Agora, também não vou deixar de desconhecer que houve também avanços importantes, importantíssimos durante o Governo o qual estou servindo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Fico feliz que V. Exa.... V. Exa. evoluiu um pouco já desde que chegou aqui. Começou falando "em nunca antes na história desse país", e já chegou agora, no término da sua importante fala, falando em reconhecimento que existe um processo.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Uma relação dialética, criativa. Muito bom!

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos ouvir agora o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Vou falar só uma frase, Senador Heráclito. Eu não tenho a segunda.

Eu sou admirador de V. Exa., participei como líder do Governo Itamar e vi atuação de V. Exa... E vi nas reuniões autoridade, a credibilidade e a seriedade que V. Exa. tinha. E creio que V. Exa. disse com que não perdeu o sonho, a esperança, a ética, a seriedade, embora o pragmatismo necessário para um cargo como o de V. Exa., eu creio que isso é real.

Não vamos deixar de reconhecer, e eu tenho tenha dito isso, que até na Ditadura, no Regime Militar, se é um setor que foi respeitado foi o Itamaraty. Quer dizer, os embaixadores, os ministros das Relações Exteriores tiveram independência, eu acho que foi o setor que o governador era nomeado; vinha aqui e o Presidente dizia quem era e quem não era. O Itamaraty conseguiu manter a sua independência e a sua credibilidade. E foi até no Regime Militar que o Brasil corresponderia para a África e para a América do Sul,

que até então não acontecia, o negócio era Estados Unidos e Europa.

Eu reconheço o Governo do Fernando Henrique, os governos anteriores, mas a gente tem que reconhecer um fato: esse fato é real, o Lula adquiriu um contexto a nível internacional que é impressionante e o Brasil adquiriu uma expressão a nível internacional que é impressionante. Houve algumas coincidências, terminou a Guerra Fria. Aquela disputa ou é americano ou é russo; ou é capitalista ou é comunista, não existe mais. Tanto que quando a gente fala nos americanos, está tomando uma posição: o Brasil antiamericano. Há seis atrás a gente dizia: "Então está do lado dos russos". Hoje não tem mais isso. Hoje há quase que uma absoluta personalidade por parte dos americanos, autoridades, e quem está mais se rebelando contra isso é a União Europeia que deu para ver. Inclusive, essa crise mundial, que não foi tão grave como as anteriores nas suas repercussões, foi porque a União Europeia estava presente, porque o euro estava presente.

Então eu acho que o Brasil está tendo uma posição a nível internacional, não há como deixar de reconhecer. Está tendo. Quer dizer, os próprios prêmios que o Lula ganha, esse, por exemplo, lá – quem diria –, lá na reunião da burguesia, ele ser considerado o homem do ano é uma realidade. E o fato do Obama dizer a mesma coisa é uma realidade. Então isso... Eu fico pressionado.

Eu vi, por exemplo, eu vi agora no sábado, na Bandeirantes, no domingo, o debate dele e tem coisas que eu achei muito positiva. Por exemplo, não tem mais no Brasil essa história de o quê vai acontecer. O Brasil está num rumo que vai crescer, vai desenvolver e vai avançar. Não tem mais ameaça de que pode acontecer isso, que as pessoas vão se jogar no mar. Temos grandes candidatos, ganhe dos dois quem ganhar, eu não dúvida que o Brasil vai ser... "O Governo de quem ganhar vai ser melhor do que o meu". Eu achei isso muito bacana. E ele disse ali, com todas as letras, se referindo ao Serra e se referindo a Dilma. "Claro que eu tenho a minha candidata" – diz ele -, "mas sou obrigado a reconhecer que o Brasil tem grandes candidatos, e quem ganhar vai fazer um grande Governo; melhor do que o meu".

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não incluiu o Ciro Gomes, não?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não incluiu.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ingrato.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, é porque sabe que não vai ser... Não incluiu a Marina que essa merece; também é ingrato, mas não tem chance. Nós sabemos que vai ser um ou outro. Mas eu sinto um aspecto importante.

Outra coisa positiva que eu vi nessa entrevista e que é real, o Lula não lutar pelo terceiro mandado; com um precinho de 85%. Se ele tivesse feito onda pelo terceiro mandato, eu não sei se nós não teríamos votando o plebiscito. Mas justiça seja feita, ele deixou claro e ele falou para o líder do PT votar contra e ele terminou com o terceiro mandato. Isso aí é uma desgraça para nós, com toda sinceridade. E ele diz isso. Como acho bacana ele dizer: "Quem ganhar vai ter direito a mais quatro anos. Essa história de que eu vou voltar daqui a quatro anos é bobagem. Que quem ganhar..." E ele tem razão, se ganha a Dilma ou se ganha o Serra, a reeleição é absolutamente tranquila. Se ganhar o Serra também é tranquilo.

Então eu quero dizer o seguinte: eu tenho as minhas críticas. Eu acho que o Lula não foi feliz em Cuba, com toda sinceridade. Foi um azar danado, não é? Ele vai aqui para fazer uma confraternização e acontece aquilo, mas ele não precisava exagerar. Por exemplo, comparar aquele caso com os ladrões dos vigaristas lá de São Paulo, não foi feliz. Por isso eu digo a V. Exa., eu estou com o Senador Suplicy. Se é um gesto bacana do Lula telefonar para o Presidente cubano e dizer: "Olha, eu apanhei muito por causa de você". Deixa essa senhora vir receber o prêmio na Bahia, fica bem para Lula pedir e fica melhor para Cuba aceitar. Sinceramente, eu acho, pode até não dizer nada, o senhor não vai dizer nada aqui, pode fazer em sigilo lá na [ininteligível], mas essa era um boa. Essa somaria muito para ele, foi atender ao pedido do Suplicy. "Olha, eu fiquei mal aqui, essa coisa toda. Deixa ela vir, e ela vem aqui, recebe e vai de volta". Eu acho que essa era uma coisa positiva.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador Simon, e não deixe morrer de inanição mais ninguém em Cuba.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Também acho. Acho que ele pode fazer. Ele tem autoridade para fazer isso. Ele tem autoridade para fazer isso. E outra, eu também concordo com V. Exa., eu acho que agora é o momento de terminar com os 50 anos do embargo em Cuba. Agora é o momento. Porque agora o Obama adquiriu o prestígio necessário com a vitória que ele teve para poder cobrar isso. Essa era uma outra grande bandeira que o Lula podia apoiar: terminar o embargo de Cuba que mudaria tudo.

E não sei se V. Exa. concorda, não sei se V. Exa. vai concordar comigo. Termina com o embargo e vem a democracia em Cuba. Porque aí eles não vão ter razão nenhuma para continuar esse negócio que está aí.

Uma é consequência da outra: terminou o embargo e dali a pouco tempo a democracia está lá.

Agora, outra coisa que eu digo a V. Exa.: eu sou favorável a uma política de tentativa de entendimento com o Irã. Contra já está todo mundo. Até a Rússia, a China, está todo mundo querendo buscar [soa a campainha]. E V. Exa. lembra uma coisa importante, só que V. Exa., por humildade brasileira, não quis citar. Foi um brasileiro, hoje, embaixador na França, que estava na organização e dizia: "Não tem arma no Iraque. Não tem arma." E o americano numa atitude imoral, ridícula, estúpida fez uma reunião extra e destituiu o brasileiro, que tinha sido recém-reeleito, destituíram ele porque ele dizia, e a instituição dizia que não tinha arma. E fizeram o que fizeram, e agora o americano vem reconhecer publicamente que não tinha. E quando eles interviram, já sabiam que não tinha. Quando houve a intervenção americana no Iraque, já sabiam que tinham as armas.

Então eu acho que está certo V. Exa.. Parece impossível, eu falei aqui para o Tasso: "Mas o cara é meio louco, não sei o quê", mas dava para tentar cobrar do Irã uma abertura nesse sentido. O Brasil tem condições. Olha, a Rússia já está mudando, a coisa está andando(F), o Brasil tem, eu acho que o Irã... E aí, ao contrário do deboche das perguntas, acha que tem condição de fazer ou não tem condição de fazer? Eu acho que tem. A tentativa é válida.

Nessa ida do Presidente ao Irã, eu acho que ele pode dizer, mas vamos fazer alguma coisa. Eu acho muito interessante uma frase o que Ministro da Defesa do Brasil fez, o Jobim, ele dizendo que, mais ou menos, entre outras razões, por que é que nós defendemos a posição do Irã? Ele diz o seguinte: "Que a rigor, a rigor, o que o Irã quer nós também queremos. Só que no Brasil ninguém tem dúvida, que até está na constituição, que nós não podemos ter arma atômica. Nós não queremos comprar(F) arma atômica. Queremos desenvolvimento para usar tecnicamente no crescimento do Brasil". Então dizer, se proíbe hoje o Irã, mas não pode proibir o Brasil no mesmo sentido. Agora, eu acho que a tentativa é válida. E, de repente,... [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não apertei, não, é porque já estava marcado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, já são marcados pelo relógio. É natural.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fique a vontade.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas eu quero dizer que foi muito bom essa visita de V. Exa.. Venha mais seguida. Venha, venha mais seguido aqui. O pessoal é bom, a turma...

[risos]

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Todas as vezes que eu sou convidado, eu venho.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A turma sente saudade...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele quer que o senhor peça para vir.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O pessoal sente saudade de V. Exa. e sente uma ciumeira de V. Exa. em tudo que é lugar, e não vem aqui.

[falas sobrepostas]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E eu acho que, de certa forma, V. Exa. podia nos ajudar. Eu vejo que o... Claro, hoje, o Brasil está numa posição a nível mundial, 20 vezes maior de quando eu cheguei nessa casa há 30 anos.

Quando eu cheguei nessa casa, há 30 anos, o Brasil era um zero à esquerda. E a Comissão de Relações Exteriores era um zero, zero a esquerda. Hoje, o Brasil é uma grande [ininteligível]. O Brasil cresceu, mas a Comissão de Relações Exteriores, me perdoe, continua um zero à esquerda.

A Comissão de Relações Exteriores não cresceu como o Brasil, não cresceu como o Itamaraty. Nessa importância que tem, nós podíamos ter. Com que [ininteligível] eu vejo lá nos Estados Unidos quando os pessoas vão na Comissão de Relações Exteriores do Senado tremerem de medo. Porque ali a coisa é séria. Ali a coisa é dura.

O nosso embaixador que veio para cá, quanto tempo ficou na gaveta da Comissão de Relações Exteriores do Senado? Ficou e ficou. Então V. Exa. podia--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então nós não estamos errados de pressionar os--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu até... Me desculpe, não era a hora de falar nesse assunto, desculpe. Pela primeira vez está na gaveta aqui e nem me lembrava.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas o senhor está incentivando que podemos questionar.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas vai sair da gaveta. Vai sair.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Se o objetivo era ter o debate...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Deve sair da gaveta. Mas eu diria a V. Exa.: nos ajude aqui a Comissão de Relações Exteriores ter a chance de ir adiante.

Houve uma época, e V. Exa. já sabe disso, nós chegamos a convidar o Ministro das Relações Exteriores que esteve aqui e concordou, trouxe o Embaixador do Brasil na ONU para que nós do Senado pudéssemos ter um conhecimento na Assembleia Geral, na Conferência, para ir lá... em vez de ir lá para sentar e ficar olhando, ou não sentar e não ficar olhando, mas ir, se nós tivéssemos conhecimento das discussões, do debate, daquilo que foi feito. Lembra-se disso?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Eu era Embaixador na ONU.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É isso aí. Mas não foi adiante.

Meu abraço a V. Exa. e gostei de ver a colaboração que a sua esposa deu, que eu sei que ela tem dado muito seguidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Pedro Simon.

Então temos ainda o Senador Marcelo Crivella e o Senador Inácio Arruda.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, eu seria fastidioso se a essa altura discorresse aqui as monumentais realizações de V. Exa. a frente da política externa brasileira nesses últimos sete anos. Fastidioso e até, eu diria, desnecessário porque elas já estão, com certeza, gravadas de maneira indelével na gratidão nacional.

O Senador Pedro Simon me antecedeu e disse isso. Eu acho que os Governos têm suas características e tem seus pontos fortes...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos resolver esse problema de Marajó.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Vamos resolver o problema de Marajó; do Pará todo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estamos tratando do semiárido.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Se pudesse, eu teria aqui até [ininteligível].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Isso. [risos]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Aqui só tem cearense cuidando daqueles búfalos lá.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: O senhor me permite só falar uma coisa, ante dos senadores aqui do PSDB saírem; alguns deles.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Antes da recuada dos tucanos.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Só uma coisa, eu gostaria de dizer. Olha, para dizer uma coisa, nunca antes na história desse país – voltar, recair no erro inicial -, nunca ante da história desse país nós só tivemos diplomatas de carreira como os embaixadores. Todos os embaixadores passaram pelo Instituto Rio Branco.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Coisa que eu discordo.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Então nos ajudem um pouco nessa--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Coisa que, particularmente, eu discordo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Meu sonho é ser embaixador, um dia, e eu não posso concordar.

[risos]

Todos eles aqui são recém-embaixadores.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não, nos ajudem porque o Brasil será bem representado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não, claro, mas não é isso. É que não fique só como [ininteligível].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Todos aqui, o sonho é ser embaixador um dia, e todo mundo sai querendo essa vaga aí.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas, Ministro...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas o líder Arthur Virgílio...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Ministro Celso Amorim, eu poderia aqui citar diversas iniciativas de relevância global e que V. Exa. teve um papel extraordinário. Mas seria uma omissão imperdoável deixar de citar aqui a primeira viagem que nós fizemos com o Presidente Lula a Portugal e que... Quer dizer, olho a olho, como o Presidente Manuel Durão, na ocasião, nós discutimos o destino de 80 mil brasileiros que enfrentavam dificuldades enormes e estavam prestes, a maior deles, a serem extraditados, e que V. Exa., então, quando o Presidente Lula levantou a questão, o Presidente de Portugal disse: "Não, nós vamos cuidar do assunto. Olha, mas se o senhor tem essa boa vontade, o seu funcionário do guichê não sabe disso. Ele trata o brasileiro mal. Vamos sair daqui agora e vamos assinar um acordo". E foi feito isso, mas o acordo não estava ainda elaborado. Nós assinamos um papel em branco, mas fizemos um gesto diante de toda imprensa de Portugal e do Brasil. E nós tivemos ali uma mudança de rumo no destino daqueles brasileiros.

Esse primeiro gesto do ministro, que ali iniciava os seus primeiros passos de diplomacia do Presidente Lula, me impressionaram profundamente, me marcaram profundamente e me mostraram de que o Brasil teria uma atuação soberana e uma atuação soberba na defesa dos nossos interesses.

V. Exa. teve aqui, hoje, diversos questionamentos, e muitos deles críticos, mas nenhum deles deixou de se referir a V. Exa. com respeito e admiração, porque foi uma obediência cega a nossa constituição. Há uma determinação dos povos. Isso é um gesto que V. Exa. tenha ferido isso. Nós procuramos o caminho da paz e a diplomacia, ela tem que ser como a chuva, ela tem que alcançar a todos, como o sol que nasce para todos, V. Exa. tem sido incansável na busca da solução pacífica das controvérsias. E quanto a isso não há limites. O Presidente Lula, as pessoas se enganam, muitas vezes, em relação ao nosso Presidente, em que ele tem qualquer relação de subserviência com presidentes que adotam posturas que não são da suprema vocação democrática.

Eu me lembro que na inauguração da Ponte do Rio Orinoco, um discurso para 20 mil pessoas, tinham ali não menos que 20 mil pessoas, o Presidente disse para o Presidente Hugo Chávez, Pedro Simon, disse assim [soa a campainha]: "Hugo Chávez, a Venezuela não é sua", exatamente por essa maneira dele governar o país. E aqui eu digo isso sem nenhum demérito a todas as conquistas dele, mas como se tivesse administrando uma propriedade privada. "A Venezuela não é sua, mas você é da Venezuela". O estadista à altura do Presidente Lula poderia dizer isso diante de 20 mil pessoas com essa substância e com exemplo que ele tem. Ora, foram sete anos de prática ilesa da democracia, o Judiciário acatado nas suas decisões, o legislativo intocável na sua majestade. Aqui o nosso... não houve nenhum transferência do Presidente. Portanto, V. Exa.... O Presidente Fernando Henrique tem conquistas extraordinárias e o nome dele vai ficar gravado, eu diria, na gratidão nacional pelo plano real. Trabalhou muito, lutou muito para nos legar uma economia estável. E o Presidente Lula nos legou uma inserção no cenário internacional, juntamente com V. Exa., extraordinária. Vivi dez anos na África. As iniciativas do Brasil, hoje, são respeitadas. Nós vamos sofrer críticas. Há jornais americanos, jornalistas americanos que insinuam muitas coisas contra nós por inveja, por pura inveja. Hoje, nenhuma decisão internacional é tomada no palco das nações sem a participação direta do Brasil, que é consultado, que é chamado, que é ouvido e que é respeitado. E V. Exa. tem muito.

Eu lamento que V. Exa. não tenha se candidato no Rio de Janeiro, no meu estado, e sido da representação popular do Rio de Janeiro, que se engrandeceria muito-–

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A quem se queixe de falta de estímulo de V. Exa..

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não há, não. Eu estou estimulado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Era ao Senado. A disputa era para o Senado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Podia ser para o Senado e iria engrandecer essa Casa.

Agora, V. Exa. pode ter certeza que pelo discurso aqui dos tucanos, V. Exa. será ouvido até mesmo se houver um Governo do ex-Governador Serra na próxima Gestão. E tenho certeza que as suas iniciativas não serão desprezadas, ou não serão destruídas, demolidas, porque foram passos importantes para o nosso país. Nós já não temos mais, agora, relação comercial com os países ricos em 70% com os pobres em 30. Nós invertemos isso. Olha aquela atitude, nós temos em Moçambique, Senador Eduardo Azeredo, uma fábrica de antirretrovirais. Você foi relator. Quer dizer, é uma iniciativa também, isso ainda no primeiro ano de Governo, na primeira visita. Nós precisamos fazer aqui um ato humanitário. São gestos tão bonitos que ficaram marcados na diplomacia brasileira no Governo do Presidente Lula.

De tal maneira, Ministro Celso Amorim, V. Exa. passou aqui hoje por uma sabatina, de alguns momentos amargos. Eu espero que a imprensa amanhã não tenha como manchete o seguinte: "Amorim confessa que abriu Embaixadas em países pobres por interesses das empreiteiras". Eu espero que essa não seja a manchete, porque seria o cúmulo do absurdo.

Mas pode ter certeza que nós todos, senadores, oposição e governo, aplaudimos V. Exa., uns criticando, aplaudem criticando; outros aplaudem enaltecendo o trabalho de V. Exa.. Tenha a consciência tranquila da gratidão nacional e do dever cumprido. Parabéns, Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Crivella.

Reitero que eu nunca critiquei as Embaixadas da África. Eu sou contra as Embaixadas do Caribe. Essa eu continuo e não estou muito convencido ainda, não. [ininteligível] contra o Caribe.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Em breve V. Exa. será convencido.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não foi por interesse de empreiteiras, pelo amor de Deus.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tudo bem.

Senador Inácio Arruda, o último orador inscrito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Ministro Celso Amorim, de fato, a exposição de V. Exa. e as respostas foram tão positivas, tão significativas que você veja o que Senador Crivella teve que recorrer à necessidade de V. Exa. se candidatar no Rio de Janeiro. Diante das circuns-

tâncias da apresentação de V. Exa. e das respostas que deu que deixaram convencidos os senadores que tinham um tom crítico, que estavam numa cobrança muito firme e que têm as sua razões, principalmente a oposição. Quer dizer, ela cumpre um grande papel também no cenário político. Eu mesmo desejo que eles continuem na oposição durante muitos anos. Eu passei tanto tempo na oposição, se eles passassem uns 20, 30 anos seria ótimo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas não se acostuma mais, não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não me acostumo mais, entendeu? Voltar a fazer oposição é um terror. Eu quero que V. Exa. continue na oposição.

Então foi muito positiva. Eu destacaria algumas coisas que eu examinei ao longo desse período do Governo Lula. Eu considero que é isso, de fato é um processo, mas tem saltos. A história é assim, é um processo, mas tem saltos.

Eu considero que nós conseguimos dar um salto razoável, inclusive na política externa brasileira do ponto de vista de afirmação. Veja algo que foi muito criticado na época, inclusive aqui no Congresso Nacional e especialmente na mídia mais conservadora brasileira; um grupo de três ou quatro famílias brasileiras que tem uma força muito grande na mídia brasileira. E, aliás, força também no Congresso Nacional. Um encontro de países árabes, extraordinário. Extraordinário! Teve críticas contundentes, muito fortes, como se aquele encontro significasse uma oposição a Israel, ao Estado israelita que não tinha absolutamente esse tom, mas abriu espaço extraordinário para o Brasil. Extraordinário, nesse mundo pouco conhecido nosso, pouco conhecido do Brasil, e que é berço dessa nossa civilização que nós aqui sempre admiramos muito, mas de vez em quando eu também solto umas bombas em cima dessa civilização, achando que para ela está levando de volta a civilização. É gente muito inteligente que faz isso.

Então, aquele encontro eu considerei assim, extraordinário. Foi dado esse tom que era contra Israel, que poderia até ter um posição dessa, o Brasil, um país que não obedece nenhuma das resoluções da ONU. Talvez até o Brasil pudesse dizer assim, nós que adotamos a ONU como um grande instrumento de atuação no cenário internacional, poderíamos dizer: "Olha, esse país não obedece nenhuma resolução da ONU, esse país, desse ponto de vista já deveria ter até, talvez, o embargo...", mas esse não foi o nosso tom, foi o contrário. Quer dizer, abriu espaço de política para o Brasil. Eu considero excepcional. Eu acho que é uma marca, uma marca desse governo e uma atitude de coragem. Porque precisa ter coragem para fazer as coisas.

Outro tratado internacional, que tiveram críticas já por outro viés, foi o acordo que o Brasil realizou com o MERCOSUL. E vi que, às vezes, que essa ideia: "Não, o acordo do Brasil no MERCOSUL com o Estado de Israel, a Venezuela não vai acatar, e tal, para se fazer retórica, discurso". Claro que foi um acordo importante desse mercado que nós reforçamos e queremos construir, e que não é fácil. Está aqui para ser votado por nós o acordo do MERCOSUL com os países do Golfo. Importantes países do Golfo para mostrar que a nossa política não é um política de criar o conflito. É de estando dentro do conflito, presente onde está o conflito, nós podemos jogar um papel destacado. Então eu considero também que ali foi uma atitude muito importante.

Outra questão que já foi muito citada, a questão da África. Eu acho que é isso mesmo, é um resgate da história, da civilização, os que defendem direitos humanos, principalmente que bradam nos grandes veículos, poderíamos dos genocídios que cometeram com africanos e com as tribos nativas. Eles gostam muito de falar em direitos humanos, mas eles cometeram genocídios brutais do nosso povo, aqui nativo, e do povo africano. E nós estamos fazendo esse resgate histórico dos dois lados: da África e da América Latina. Diz que aqui a UNILA é um marco, digamos assim, dessa política, no caso da América Latina; e a UNILAB é um marco dessa política do lado da África, que vai ser numa cidadezinha nossa lá do Ceará chamada Redenção, por essa razão óbvia. É a Cidade de Redenção que tem esse nome porque aboliu a escravatura, uma pequena cidade se voltou contra a escravatura, numa região de cana-de-açúcar e que tinha escravos em grande quantidade no Estado do Ceará. Acho que essas duas questões também foram muito importantes.

Acho que a batalha nossa na OMC, acho que a nossa movimentação, a movimentação brasileira na OMC é uma coisa de grande destaque. Às vezes, eu fico ouvindo também os nossos articulistas e alguns entre nós, pares, não é o fato de ser oposição, ou de ser situação. Se você assistisse isso nos Estados Unidos, a atitude política correta da ação americana no exterior, ela é aplaudida pelos dois. Lá só tem dois partidos há muitos anos. Algumas centenas, já, quase de anos; só são dois. Não é ditadura, não, é porque foi uma regra que eles criaram que só dois podem ser Governo naquele país.

Então quando há uma atitude correta americana, do ponto de vista dos interesses americano, ela é exaltada duplamente pela mídia deles e pelo congresso

americano. Não tem problema de ser exaltada. Aqui eu acho que nós agimos, no caso da OMC, o nosso trabalho, a nossa articulação política dentro da OMC, desde a rodada, da confusão da rodada do Uruguai, que eu acho que a gente vinha evoluindo significativamente, e é no Governo anterior, bem anterior, até agora. Eu acho que isso tem ajudado muito o Brasil no posicionamento e no respeito que o Brasil tem, e ajuda os outros. Ajuda os países da América do Sul, ajuda os países da África. Tem esse caso que V. Exa. citou da questão do algodão. Não é um problema só do Brasil. É um problema da África, um problema brasileiro e de alguns países também do Caribe que se ajudam com essa política adotada pelo Brasil que eu acho corajosa, positiva e que resultou na questão dos BRICs. Eu acho que é uma atitude muito correta e bem posicionada do Brasil. Não é uma política Sul-Sul. Não é se trata de política Sul-Sul, se trata de uma política que mostrou, agora, na crise que estava correta, pois foi essa política Sul-Sul que segurou a economia mundial [soa a campainha]; dito pelos articulistas de Nova Iorque e companhia, que a turma gosta muito de achar que se eles falarem está certo. Então, no caso, eles falaram, então parece que a política nossa estava certa nesse sentido.

Acho que em relação à China o Brasil também agiu correto. Por quê? Porque é dentro da visão ampla que nós estamos atuando. Se nós fossemos no particularismo em relação à China, nós diríamos: "Não, vamos adotar uma política refratária e que desconhecia a realidade". É que o Brasil reconheceu a realidade. Um país que adota [ininteligível] duas políticas. Eles têm o mercado como um centro do dinamismo da economia e tem o centralismo político do ponto de vista das relações internas no seu país, que não cabe a nós dizermos: "Olha, tem que ser assim ou tem que ser assado". Nós não dizemos para os americanos, como é que vamos dizer para os chineses?

Então acho que foi muito boa a posição do Brasil. E acho que em duas questões, eu acho o que Brasil age com coragem também. Porque era mais fácil o Presidente Lula sair a campo dizendo: "Não, esse Governo do Cuba não presta. São uns ditadorzinhos de meia tigela, etc., e tal". Acho o que Brasil, o Presidente Lula também teve coragem. Porque não é fácil, não. Diante de um bombardeio midiático, de uma pressão midiática que a todos seduz, até para dar uma entrevista e sair bem na fita dizendo o que eles querem, eu acho que o Lula teve coragem de dizer: "Não". A questão aqui central não é o problema de um prisioneiro político. Esse não é o problema central. O problema central é que se trata de uma nação cercada com embargo criminoso que nós temos que coordenar sistematicamente. O fato episódico trataremos dele. Agora, o problema mais amplo é que tem que ser resolvido. Aqui trata-se de uma nação cercada desde o seu nascedouro como Nação independente na América Latina, e ao mesmo tempo com uma base americana dentro do seu território. É no território cubano que nós temos uma base muito antiga com prisioneiros, e etc., que já se falou em fechar(F), Guantânamo, e etc., mas não se fecha. Isso que está lá. Eu acho que desse ponto de vista a atitude do Governo brasileiro foi de coragem.

Em relação ao Irã eu considero a mesma coisa. Eu acho que mesmo com as observações que se possa fazer, e nós – eu quando digo assim, porque no meu caso eu sou do Partido Comunista -, então no caso dos comunistas lá no Irã, onde o regime é teocrático, o que prevalece é a religião. E um partido que diz que não tem religião, então esse não está na cena política. Mas como é que nós temos que examinar a política e a realidade? É que de a questão central lá não é essa. Não é a questão central do Irã. Não é o problema interno do Irã e sim a batalha que se trava naquela região do mundo. Esse que é o problema central. E o Brasil, na sua atitude, eu acho que ajuda. Porque se a política do Brasil de não proliferação de armas nucleares for adotada pelo Irã, nós marcamos um, digamos, gol de placa na geopolítica internacional.

Então eu vejo desse modo. Por isso eu não posso fazer outra coisa do que dizer que a política externa brasileira fruto desse acúmulo, desse processo, mas que ela deu um salto significativo durante o Governo do Lula. E durante o Governo do Lula quem esteve à frente da Secretaria de Relações Exteriores foi V. Exa., V. Exa. como Ministro. Poderia ser outro? Podia, mas foi V. Exa..

Então acho que os louros dessa política vão para o Ministro Celso Amorim, sua equipe de grandes embaixadores – eu já fiz questão de elogiar -, independente. Eu não quero saber qual é a posição ideológica, política, independente disso, de elogiar atitude de muitos embaixadores que aqui estiveram ou fora daqui pela posição política que o Itamaraty tem adotado no curso da atuação da V. Exa.. E, evidentemente, a participação da sua companheira, da sua esposa muito atenta à todos os instantes aqui, olhando aqui para os senadores, "Olha, se ele falhar em alguma coisa eu já dou aqui a informação precisa". Eu acho que isso é muito significativo. Eu acho que contribuiu, inclusive, para o estado de espírito de V. Exa., para poder responder numa sabatina que parecia algo crucial, [soa a campainha] saísse de forma excepcional. Parabéns!

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Inácio, obrigado, mas veja bem, que a senhora do Ministro já foi minha colega no

SERPRO. Então eu fico mais apertado ainda, porque não posso aqui--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Olha aí.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: E defende o SERPRO até hoje.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas antes de passar a palavra, então, para o Ministro para as sua considerações finais, eu quero agradecer a sua presença, Ministro, e reiterar o que disse aqui no princípio. Essa comissão precisa e está buscando acompanhar as relações internacionais do Brasil. O Brasil cresceu de relevância, daí a iniciativa dessa discussão, uma discussão democrática. Nós tivemos aqui, Ministro, 18 senadores presentes. O nosso quórum máximo é 19, portanto uma presença maciça, um debate democrático. Concordo com um pouco do que disse o Senador Inácio Arruda, mas é um debate que vale a pena nós termos aqui.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas ele já está concordando com o direito de eu dizer. Já é muita coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente. Então, muito obrigado ao Ministro pela sua presença. E com a sua palavra final para as despedidas e considerações.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Os agradecimentos, naturalmente, sobretudo a V. Exa., por ter me convidado. Como sabe, não houve jamais convite para vir aqui que eu recusasse. Às vezes, eu tenho que manejar um pouco as datas, porque a política externa, hoje em dia, é assim: um dia eu estou no Líbano, no dia seguinte estou em Nova Iorque, no outro dia estou em Burkina Faso. Então não é uma coisa tão fácil, mas eu procuro sempre marcar, creio que V. Exa. é testemunha disso, na primeira data disponível. E tanto assim que quando ocorreu esse movimento, não sei como qualificá-lo, não vou nem qualificar, mas de contestação, até correto das ideias – correto, não, mas enfim, justificável das idéias -, V. Exa. mesmo, porque eu li a própria Ata, V. Exa. disse: "Não, ele já vem aqui. Já marcou no dia... Já está marcado. Não precisa inventar nada porque já está marcado", e isso acho que... E para mim é muito bom, eu devo dizer. Para a política externa é muito bom, para o país é muito bom que tenha que haver esse debate.

Eu meu lembro, Senador Pedro Simon, que quando eu estive aqui como Embaixador na ONU, a convite de V. Exa. – eu acho que era Presidente da comissão -, eu senti que era importante. Quer dizer, era importante para eu ouvir...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não era V. Exa.? Mas V. Exa. participou ativamente da qualquer maneira da...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Fui o autor do pedido.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Ah, foi o autor do pedido. Porque o debate entre os próprios senadores... Para mim também é muito. Isso também as pessoas têm que recolher, e aprender, e ver, e eu vejo dessa maneira sem... É claro que eu continuarei a dizer que não se pode querer abstrair também, por mais que... Eu, como defendi que é um processo, mas eu concordo com o Senador Inácio Arruda que um processo tem saltos. Por exemplo, nós tentamos lançar a ALCSA – Área de Livre Comércio Sul-Americana – no Governo Itamar Franco, mas não prosperou. O próprio Presidente Fernando Henrique fez uma reunião de cúpula de Presidentes sul-americanos, mas também não prosperou. O Presidente Lula não só continuou, mas ele, no primeiro ano, recebeu todos os Presidentes sul-americanos e em dois anos tinha visitado todos os países da América do Sul.

Então política externa tem que ser feita também com persistência e não é à toa. Eu até me surpreendo quando há uma... Eu não digo nem acusação, mas uma suspeita de antiamericanismo, quando o próprio Presidente Obama diz que o Lula é o 'cara'. Quer dizer, não sou eu que estou dizendo, não somos nós, não somos os 'petistas' ou da base do Governo. O Presidente Obama disse que o Lula é o 'cara'.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Pois é. E com relação aos Estados Unidos, quando a Secretária Hilary Clinton esteve aqui, nós divergimos democraticamente, como faz parte em relação à questão do Irã, mas assinamos uma declaração, que criamos um mecanismo que nunca existiu dos ministros das Relações Exteriores, dos dois países se encontrarem pelo menos uma vez por ano para discussão política de alto nível. Então onde é que há antiamericanismo nisso? Eles não percebem esse antiamericanismo. Isso é que eu acho curioso. Isso não é percebido lá. Então esse comentário. Um comentário específico para V. Exa., se me permitir.

Com relação aos países do Caribe. Eu acho o que Brasil tem uma missão forte nisso. Nós escrevemos na nossa constituição que a integração latino-americana é um objetivo da política externa. Hoje em dia – claro, que quando se escreveu na constituição, não havia, talvez,

tanta consciência o que Caribe faz parte da América Latina. Mas, na realidade, quando se fala integração latino-americana, é integração da América Latina e do Caribe. Tanto que o grupo do Rio é o grupo do Rio com a América Latina e Caribe; o GRULAC na ONU é grupo latino-americano e caribenho; a CEPAL que em inglês era ECLA, virou ECLAC, porque tem o Caribe. Então, dentro desse objetivo traçado pelo constituinte de realizar integração na América Latina, nós temos que atrair o Caribe. Eu acho que a nossa missão, mesmo que o país seja, hoje, pouco importante para nós, nós não devemos, de maneira nenhuma, permitir que ele vá se transformar num país que represente um risco internacional, como se disse que Granada representou, por exemplo – não sei se representou, não -, mas se diz que Granada representou em 1980. Hoje, longe disso.

Então nós, em vez de ficarmos esperando que outros digam isso, devemos nós, como o maior país da América do Sul, maior país da América Latina e do Caribe, e segundo maior país das Américas, ter essa atuação. Eu vou defender sob esse aspecto. Aliás, até a única crítica que faço a essa UNILA é que ela devia ser UNILAC também, porque devia ter o Caribe. Porque eles têm esse sentimento de exclusão. Muitas vezes: "Ah, não, a América Latina não quer saber de nós". Por questões de disputas históricas, eu acho que nós temos que...

Uma coisa que o Brasil tem feito, aliás, desculpe aqui essa digressão, mas eu acho interessante. Por exemplo, há muita disputa, por exemplo, no caso das bananas, porque os países da América Central tinha uma posição, todos eles eram exportadores de banana muito competitivos, tinham lá *United Fruit*, depois desenvolveram suas próprias companhia – alguns deles – e o Caribe gozava de preferências antigas da União Europeia porque eram ex-colônias. O Brasil foi o país que atuou para conciliar os dois lados, porque o Brasil tem essa visão. No caso da eliminação do subsídio à exportação, por exemplo, da Europa sobre o açúcar, nós encontramos compensações para os países caribenhos através do programa do etanol. Mas não vou me estender mais sobre isso, só porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem, mas é só [ininteligível], porque existe o artifício da embaixada cumulativa. O Brasil tem embaixada lá na Tailândia que cuida de [ininteligível], cuida de Vietnã, cuida de não sei o quê, cuida de quatro países--

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não devia, não devia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --Agora, por que aqui não pode ser cumulativo?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Vou dar a minha opinião, senador, me permite. O Ministro da Holanda vai esperar mais um pouquinho, porque eu acho que isso é importante.

Não devia, porque eu acho o que embaixador cumulativo não cuida bem dos outros assuntos. Ele passa três anos num posto, se ele vai duas ou três vezes no outro posto é muito. Muitos deles vão uma vez para entregar credenciais, alguns nem sequer credencial entregam. Essa é a experiência prática porque a realidade da vida é essa. Porque ele tem obrigações ali, ele é chamado todo dia a reagir.

Depois, todos esses casos, progressivamente, nós estamos acabando. Progressivamente. Claro que não pode acabar com todos ao mesmo tempo. Então, se nós pudéssemos, o Presidente Lula já disse que gostaria de ter Embaixada do Brasil em todos os países africanos. Eu mesmo tenho que dizer: "Olha, Presidente, infelizmente não dá". Agora, se há uma região onde a gente deve ter Embaixada, em todos os países, é América Latina e Caribe. É a nossa região. Então o menor país que está aí, se amanhã virar um narcoestado, se amanhã virar outra coisa qualquer, vai representar um problema grave para nós. Em vez de a gente ficar esperando que outro resolva, a gente vai lá para evitar que isso aconteça.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Embora isso normalmente aconteça com os maiores; os maiores consumidores.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Pois é. Então--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ministro, só para dar uma resposta. Desculpe eu estar... Eu acho que tem uma razão. É que a Índia está, a China está, Cuba, aquele paisinho de nada está, e o Brasil não estava em todos esses países. Todos esses países. Por que é que não? A Índia e a China não estão?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Antígua e Barbuda só tem Estados Unidos. Antígua e Barbuda só Estados Unidos.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Venezuela e Cuba estão.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não. O Caribe é outra coisa nossa. Eu digo nos países da África, nos países da Ásia. Agora, aqui é o Caribe. É nosso.

[falas sobrepostas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A defesa não é essa. A defesa é a importância do Brasil

pelas suas origens. Mas se você for fazer uma comparação da presença de países no mundo, são 10, 12, 14, não é por aí.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas nós estamos nesses 10, 14. Temos que estar neles.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim. Sim, mas não é... Não, não, V. Exa., na hora que cita a Índia e outros países, na grande maioria eles não estão lá.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Senador, senador. Mas da mesma maneira--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. No Caribe, não. O Caribe é nosso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O argumento, a tese de nossas origens da integração é perfeita. Agora, a importância porque os outros estão, ela não funciona.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Também, senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esses países mesmo do Caribe tem... Eu não vi, acho que é Granada, tem mais duas ou três Embaixadas. O argumento da integração funciona. Esse convence. Agora, o outro não.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os dois. São os dois.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Senador, eu me dou por satisfeito com V. Exa. ficando convencido por um argumento, só. Então não vou reforçar o outro. Olha, então isso eu queria mencionar.

E a última questão, eu queria fazer uma homenagem aqui ao Senador Pedro Simon, e para mostrar como o Senado se influiu na política externa brasileira.

Eu me lembro que eu vim aqui prestar esclarecimentos sobre o que nós estávamos fazendo pelos brasileiros no Líbano, naquela ocasião em que houve a guerra, que Israel atacou o Líbano, não atacou o Hizbollah, mas enfim, atacou o Líbano e havia muitos brasileiros. E nós fizemos um esforço excepcional. Eu diria que é uma coisa... Eu não quero falar novamente, porque isso aí vai depois repercutir contra mim. Nunca antes na história desse país. Mas mulheres que eu encontrei... Eu fui a Cidade de Aduana, na Turquia, da qual eu só tinha ouvido falar, porque a ex-empregada da minha filha, que era casada com um turco, era de Aduana. Eu fui duas vezes à Cidade da Aduana para ajudar recolher brasileiros, e uma delas chorou dizendo: "Olha, eu já passei por três guerras, mas essa é primeira vez que nós somos atendidos dessa maneira". Mas enfim.

Naquela vez que eu vim aqui, o Senador Pedro Simon fez uma observação que foi secundada por vários outros da importância, não só – e eu me recordo muito bem -, não do Brasil atuar pelos brasileiros, como estava fazendo, efetivamente foram três mil brasileiros retirados numa operação única, porque o Brasil não tem quarta frota, ou quinta frota ou sexta frota ali no Mediterrâneo. O Brasil teve que fazer tudo ali suado, como as pessoas sabem que foi. Mas V. Exa. não só disse que Brasil devia fazer isso, mas devia se interessar mais diretamente pela solução do problema do Líbano, pela solução política. E aquilo foi um grande estímulo para a nossa atuação também em termos de política internacional. E, talvez, V. Exa. não tenha tido ocasião de acompanhar, eu fui o segundo Ministro das Relações Exteriores a colocar o pé no Líbano depois do cessar fogo. Primeiro foi o italiano, o D' Alema – não quero desmerecer o D' Alema, mas que tinha um naviozinho dele que levava até a beira, praticamente; o segundo fui eu. O segundo fui eu levando também doações ofertadas... uma parte pelo Governo, uma parte pela sociedade brasileira para o Líbano.

Então eu queria fazer esse depoimento para demonstrar – estou fazendo esse aqui porque o Senador Pedro Simon também é meu amigo de muitos anos e companheiro como outros, como o Senador Heráclito, mas esse específico. Mas eu quero dizer que isso não é uma via para mim de mão única, não é aqui só para eu prestar esclarecimento, é também para receber sugestões, refletir sobre elas. Como disse o Senador Cristovam, algumas são realizáveis, outras a gente tem que pensar como é que vai fazer, porque sempre é uma avaliação muito difícil. O que é que nós fazemos? A ação discreta, tranquila ou uma ação pública que pode merecer encômios da mídia, mas que não surte efeito prático, que pelo contrário gera uma resistência do outro lado. Nós falamos de Irã. Eu, em mais de uma ocasião, inclusive uma delas na presença do Presidente Lula, portanto era o instrumento dele – eu estava apenas lembrando -, falei de situações sobre liberdade religiosa, falei sobre outras situações, mas falei da maneira que tinha que falar no momento que achava que aquilo poderia surtir efeito. Condenamos claramente e incluímos na nossa recomendação no Conselho de Direitos Humanos algo que foi mencionado aqui, que a eliminação da pena... Nós somos contra a pena de morte em geral, mas, em particular, a eliminação da pena de morte para menores de 18 anos que achamos uma barbaridade. Aliás, achamos uma barbaridade qualquer pena de morte, mas essa especialmente. Mas também condenamos as outras.

Então o que eu quero dizer é que há várias maneiras de atuar, há uma maneira pública que, às ve-

zes, se faz necessária, e às vezes também faz parte da diplomacia, faz parte da política, faz parte até da política interna, quanto mais da política internacional, você agir com certa descrição.

Queria fazer um último comentário aqui em algo que mencionou o Senador Inácio Arruda, que foi o último orador, e também queria dizer que as palavras do Senador Crivella me deixaram muito comovidos, não só agradecido, mas comovida, pena que ele não esteja aqui para ouvir o que eu disse; pena também que ele não tenha dito um pouco antes, porque aí dava tempo de eu pensar, senador.

Mas relação ao Senador Inácio Arruda, muito interessante a questão do comércio Sul-Sul. Eu me lembro muito bem que quando o Presidente Lula fez uma crítica à ALCA, o então, o STR – é o título dele nos Estados Unidos, quer dizer o representante comercial norte-americano, que era o [ininteligível], de quem sou bom amigo hoje em dia, devo dizer -, disse que, então, o Brasil devia negociar com a Antártida. O quê? O que é que significava? Desprezava o nosso mercado interno e desprezava as possibilidades do comércio Sul-Sul. Hoje, como Presidente do Banco Mundial – li na imprensa, se isso está errado, a culpa é da imprensa, não é minha -, mas li e acreditei, porque acho que faz sentido, inclusive na evolução pela qual ele passou. Ele disse que para sair da crise os países em desenvolvimento tem que investir mais no mercado interno e mais no comércio Sul-Sul. Então é assim que a gente fica satisfeito de ver que algumas coisas se comprovam verdadeiras.

Mais uma vez obrigado pela oportunidade e quando quiser me convide, a gente acerta as datas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu queria ante da terminar até por dever de justiça e de solidariedade por ter perdido, ou ter ganho a tarde toda aqui com a nossa presença, mais atrapalhando um dia fundamental, eu queria registrar a presença do Embaixador Otto Maia que aniversaria hoje.

[palmas]

Portanto, eu queria aproveitar para parabenizá-lo. E dizer que esse presente a Comissão de Relações Exteriores lhe deu no dia de hoje. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado a todos. Está encerrada.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, Senador Inácio, ainda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É porque disse que tem aquela figura do futebol que foi muito usado hoje aqui. Eu considero essa audiência de hoje um verdadeiro banho de cuia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está encerrada a reunião. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 19h11.

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS E TRINTA E OITO MINUTOS, NO AUDITÓRIO DO INTERLEGIS.

Às nove horas e trinta e oito minutos do ano de dois mil e dez, no auditório Antônio Carlos Magalhães – localizado no Interlegis, Senado Federal –, sob a Presidência dos Senadores **Eduardo Azeredo e Inácio Arruda,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Também comparecem os senhores Senadores **Marco Maciel e Flexa Ribeiro.** Deixam de comparecer os demais membros. **Pauta. Item único. Audiência Pública,** nos termos dos Requerimentos n° 9 e nº 14, de 2010 – CRE, na forma de seminário, em co-participação com o Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz – Cebrapaz, o Conselho Mundial da Paz – CMP, a Fundação Alexandre de Gusmão, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional – CCAI, a Associação Brasileira de Estudos da Defesa – ABED e a Universidade de Brasília – UnB. Debate-se "A Revisão do Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares" e abordam-se os seguintes temas: "O desarmamento e a não proliferação nuclear frente à conferência de revisão do TNP"; "O desenvolvimento científico e tecnológico da energia nuclear e seu papel no cenário internacional". No período matutino, compõem a Mesa os seguintes participantes: senhor Embaixador Sérgio Duarte Queiroz – alto representante para as questões de desarmamento das Nações Unidas; senhora Socorro Gomes – Presidente do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz e do Conselho Mundial da Paz; senhora Jackie Cabasso – coordenadora para os Estados Unidos da América da Organização Prefeitos pela Paz e ativista da luta pela abolição das armas nucleares; professor Frederico Carvalho – membro do Conselho Português para a Paz e a Cooperação; senhor Nielsen de Paula Pires – professor do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília; senhor Deputado Raul Jungmann; senhora Maria Sílvia Barbin Laurindo – coordenadora-geral do Instituto de Pesquisas e Relações Internacionais da

Fundação Alexandre Gusmão. No período vespertino, compõem a Mesa os senhores: Ministro Santiago Irazabal Mourão – Chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis do Ministério das Relações Exteriores; Odilon Marcuzzo do Canto – Secretário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares; Manuel Domingos Neto – Pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense. Palestram as senhoras e senhores convidados: Frederico Carvalho, Jackie Cabasso, Socorro Gomes, Embaixador Sérgio de Queiroz Duarte, Nielsen de Paula Pires, Manuel Domingos Neto, Odilon Marcuzzo do Canto, Ministro Santiago Irazabal Mourão. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dezessete horas e trinta e sete minutos. Lavro, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, esta Ata. Lida e aprovada, ela será assinada pelo Senhor Presidente e, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada desta reunião, publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente.

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Senhoras e senhores, bom-dia. Esta Audiência Pública tem por objetivo promover um debate sobre a revisão do Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares. O debate será desdobrado em dois painéis. O primeiro painel, coordenado pelo Exmo. Sr. Senador Eduardo Azeredo, abordará o tema: "*O Desarmamento e a não Proliferação Nuclear Frente à Conferência de Revisão do TNP*". O segundo painel, coordenado pelo Exmo. Sr. Senador Inácio Arruda, discutirá o desenvolvimento científico e tecnológico da energia nuclear e seu papel no cenário internacional.

Esta Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal decorre da aprovação dos Requerimentos n°. 9 e 14, de 2010, de autoria do Senador Inácio Arruda, e é realizada com a participação das seguintes entidades: Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz, Conselho Mundial da Paz, Fundação Alexandre de Gusmão, Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, Associação Brasileira de Estudos da Defesa e a Universidade de Brasília.

Compõem a Mesa de abertura o Exmo. Sr. Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, o Exmo. Sr. Senador Inácio Arruda, membro da Comissão de Relações Exteriores e autor do Requerimento, e a Sra. Socorro Gomes, Presidente do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz e do Conselho Mundial da Paz.

Informamos que a lista de presença está disponível na entrada do auditório, e que é necessário preenchê-la para receber o certificado de participação. Neste momento fará uso da palavra o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, Exmo. Sr. Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Em atenção aos Requerimentos nº. 9 e 14 do Senador Inácio Arruda, essa Reunião tem por propósito debater a revisão do Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares.

Antes, eu gostaria de convidar o Deputado Raul Jungmann, que aqui também [ininteligível], compusesse a Mesa conosco, já saudando também a presença aqui conosco da Sra. Socorro Gomes, que nos dá também a honra de sua presença.

Senhoras e senhores, ao darmos início a esse seminário que tem como objetivo discutir a revisão do Tratado sobre a não Proliferação de Armas Nucleares, gostaria de primeiramente cumprimentar o Senador Inácio Arruda pela feliz iniciativa, e quero destacar também a presença de algumas das maiores autoridades sobre esse assunto, dizer da importância desse fato, desse seminário ser promovido por nossa Comissão de Relações Exteriores do Senado, em parceria com o Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta Pela Paz, o CEBRAPAZ, o Conselho Mundial da Paz, CMP, a Fundação Alexandre de Gusmão, FUNAG, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, a Associação Brasileira de Estudos da Defesa, ABED, e a Universidade de Brasília. Esse espectro de organizadores evidencia a convergência da sociedade civil e do Parlamento para proporem novos caminhos para a nossa política externa, especialmente um tema tão sensível como esse. É muito bom que seja assim, que não fiquemos à mercê apenas das diretrizes do Poder Executivo, o Brasil evidentemente tem a necessidade de que o Parlamento participe de maneira mais adequada de todas as questões ligadas às Relações Exteriores. Isso nos remete à diplomacia parlamentar, que em diversos momentos de negociação internacional sobre acordos, tratados e convenções foi capaz de solução de conflitos e auxiliar até mesmo a diplomacia oficial do Poder Executivo. Na verdade, senhoras e senhores, talvez essa fosse a ideia que estava presente na gênese da União Parlamentar

no longínquo ano de 1989. O objetivo inicial, que se mantém até os nossos dias, era a resolução pacífica de conflitos internacionais através de recursos a hábitos, que nesse caso seriam parlamentares de diferentes países. Contudo, a situação internacional criada pelas duas guerras mundiais e posteriormente pela Guerra Fria, impediu o desenvolvimento de uma diplomacia parlamentar eficaz e atuante. Somente agora, após o fim da luta geopolítica ideológica, e a consequente abertura das relações internacionais a novos protagonistas, é que surgiram janelas de oportunidade para que os parlamentos enquanto sejam atores maiores no plano internacional.

Eu quero ainda fazer alguns breves comentários a respeito do tema específico do Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares, foi aberto assinatura dos Estados Soberanos em primeiro de julho de 1968. Até o presente momento, 187 países o ratificaram e apenas a Coreia do Norte dele se retirou em 1993. Em linhas gerais, o Tratado estipula que todos países, 187, menos a Coreia, 186, que todos os países que o firmarem estão obrigados a não transferir armas nucleares para os designados países não nucleares, nem auxiliá-los a obtê-las. Contudo, os países que não pertencem ao chamado Clube Atômico, podem pesquisar e desenvolver energia nuclear para fins pacíficos, desde que monitorados por inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica, AIEA. Em 1997, o Congresso Nacional brasileiro aprovou o TNP, baseando-se no fato de que o tratado, apesar de suas imperfeições, tem sido eficiente em evitar a disseminação de arsenais atômicos. De fato, senhoras e senhores, este constitui seu maior mérito, pois até a sua assinatura previa-se que em período de tempo relativamente curto, o mundo iria conviver com 20 ou mais países dotados de armas nucleares. Apesar disso, ele se tornou alvo de críticas, não só porque congela o poder nuclear nas mãos de seus atuais detentores, Estados Unidos, Rússia, Inglaterra, França e China, mas porque esses países não assumem o compromisso claro e inequívoco com a destruição de seus arsenais. Existem algumas novidades nos últimos dias em relação ao que está sendo proposto pelos Estados Unidos de uma redução. Exatamente por esse motivo foi criado mecanismo das conferências de revisão do tratado, realizadas a cada cinco anos. Após o período de relativo esvaziamento político durante a Guerra Fria, esse instrumento foi fortalecido quando na Conferência de 95 decidiu-se que o TNP seria válido por tempo indefinido. Esse fato, aliado à aprovação dos 13 passos para o desarmamento das ações nucleares durante a Conferência de Revisão do ano 2000, foram considerados como os grandes fatores para o sucesso total do regime, representaram momentos de entusiasmo em relação à TNP e à política nuclear global no fim do século passado. Entretanto, esse entusiasmo durou pouco. Na Conferência de Revisão de 2005, houve um grande e perigoso fracasso, pode-se dizer, as nações nucleares naquele momento estavam reticentes em reconhecer seus compromissos antes assinados nas conferências de 95 e 2000. A Conferência de Revisão do TNP em 2010, que terá lugar no próximo mês de maio na sede das Nações Unidas em Nova York, vai acontecer um cenário de crise do TNP, pode-se considerar. A partir dos atentados de 11 de setembro de 2001, as nações nucleares e não nucleares deixaram de crer na eficácia nas negociações do TNP.

Ainda dentro desse contexto, temos que considerar as pressões feitas sobre o Brasil para que assinemos o Protocolo Adicional ao TNP de 97. Esse documento visa detectar defasagens entre a quantidade e o teor do urânio enriquecido declarados pelos signatários e a realidade constatada. Foi ratificado já por 93 dos 189 membros do TNP, e a adesão a ele é voluntária. Mas os países do chamado Clube Atômico pressiona os não nucleares a aderirem a esse instrumento, embora não tenha obrigação de submeter suas instalações a inspeções. A esse respeito, temos reafirmado, nos foros internacionais, que o protocolo é importante para os recalcitrantes, mas que seu caráter de não confiança não se aplica ao nosso histórico de signatário de três Tratados de Não-Proliferação. O próprio TNP, o Tratado de [ininteligível] e o acordo que criou a Agência Brasileira e Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares de Fiscalização Mútua. Além disso, somos o único país que permite inspeções nas instalações militares de pesquisa em Aramar, São Paulo, onde o urânio é enriquecido a 20%, o teto permitido para TNP para fins pacíficos.

Senhoras e senhores, nós temos um histórico de diplomacia da pacificação e da conciliação, desde os tempos do Barão do Rio Branco. Jamais nos alinhamos com países que compactuam com o terrorismo e a guerra. Contudo, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, não posso deixar de manifestar aqui alguma preocupação quanto a alguns equívocos no nosso modo de pensar, nós que somos membros da oposição, que vem sido cometidos pelo atual Governo, que podem provocar suspeição sobre nossas atitudes. Refiro-me ao apoio que tem sido emprestado ao programa nuclear irariano, e também pode-se dizer as vistas grossas que o atual Governo faz às ditaduras que vigoram ainda em Cuba e Coreia do Norte. Aliás, no dia de ontem tivemos a oportunidade de receber em audiência durante mais de quatro horas na Comissão de Relações Exteriores, o Ministro Celso

Amorim, justamente para debater esses e outros pontos que consideramos polêmicos, tanto que o Senador Inácio Arruda discorda da minha posição. E equivocados na condução de nossa política externa, e que estão a requerer uma maior atenção por parte do Senado da República. Foi um diálogo produtivo, franco, que deu mostras da maturidade do Parlamento Brasileiro para influir na condução de nossa política externa.

Feitas essas considerações, eu quero pedir desculpas por ter me alongado um pouco, e ainda saudar todos os presentes e quero saudar o nosso Embaixador Sérgio Queiroz Duarte e também a Sra. Maria Sílvia Barbin Laurindo, que já está aqui conosco na Mesa, que é Coordenadora-Geral do Instituto de Pesquisas e Relações Internacionais da Fundação Alexandre Gusmão. Muito obrigado por ouvirem nesse momento de abertura aqui deste seminário.

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Desfaremos agora a Mesa de abertura e, em instantes, terá início o primeiro painel, que abordará o tema: "O Desarmamento e a não Proliferação Nuclear Frente à Conferência de Revisão do TNP". Cada expositor terá o tempo de aproximadamente 15 minutos para fazer a sua exposição.

Convidamos para compor a primeira Mesa o Exmo. Sr. Embaixador Sérgio Duarte Queiroz, alto representante para as questões de desarmamento das Nações Unidas.

[palmas]

A Sra. Socorro Gomes, Presidente do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz e do Conselho Mundial da Paz.

[palmas]

A Sra. Jackie Cabasso, Coordenadora para os Estados Unidos da América da Organização Prefeitos pela Paz e ativista da luta pela abolição das armas nucleares.

[palmas]

O Prof. Frederico Carvalho, Membro do Conselho Português para a Paz e a Cooperação.

[palmas]

E o Sr. Nielsen de Paula Pires, professor do instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

[palmas]

Ouviremos agora o Coordenador da Mesa, Exmo. Sr. Senador Eduardo Azeredo, que dará continuidade aos trabalhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dando segmento, portanto, já agora nessa fase de ouvirmos os nossos ilustres convidados, eu quero informar que ao final do pronunciamento será aberto espaço para que os expositores respondam as indagações dos participantes e esclarecimentos adicionais. A participação do público presente será feita por escrito e serão selecionadas as questões para respostas. As demais, se não for possível responder todas, serão respondidas por *e-mail* aos requerentes das perguntas. Para iniciar, nós ouviremos o Prof. Frederico Carvalho, Membro do Conselho Português para a Paz e Cooperação.

SR. FREDERICO CARVALHO: Muito bons dias. Queria cumprimentar toda a assistência e desde já agradecer o honroso convite que me foi dirigido pelo Sr. Senador Eduardo Azeredo, e dizer que estou aqui em representação do Conselho Português para a Paz e Cooperação.

O tema proposto para esta primeira... Primeiro tópico, digamos assim, o primeiro tópico é o desarmamento e a não proliferação nuclear frente à Conferência de Revisão do TNP. Começarei por dizer algumas palavras sobre a avaliação da situação presente e também juntar algumas propostas de ação. O Tratado de Não-Proliferação, como meus amigos sabem, é fruto das circunstâncias históricas marcadas pelo desenrolar da Segunda Guerra Mundial, que culminou na derrota do nazi-facismo na sua forma militarista mais agressiva. É fruto também dos traços dominantes da configuração da correlação de forças a nível mundial existente no pós-guerra, até a dissolução da União Soviética. A partir daí, a evolução da situação mundial não podia deixar de condicionar o destino do tratado. A formulação das várias cláusulas do Tratado em 1970, reflete as condições de respectiva gênese e é em vários aspectos contestável e [ininteligível]. Desde logo a discriminação entre estados possuidores de armas nucleares e estados que as não possuem.

De qualquer modo, considera-se que o tratado constitui um avanço no plano das relações internacionais e deve ser preservado, defendido e aperfeiçoado. E sobretudo, deve ser promovido o respeito pelas partes signatárias das disposições que contém o que manifestamente não tem acontecido. A nova Presidência dos Estados Unidos da América dá sinais que levam a crer poderem estar, ser criadas condições favoráveis ao estabelecimento de consensos mais alardeados do que no passado, suscetíveis de conduzir a progressos no sentido da concretização, na prática, dos chamados pilares do tratado, a saber, a não proliferação, o desarmamento e as aplicações específicas de energia e das técnicas nucleares. Neste contexto, tenho interesse assinalar a seguinte passagem de intervenção do representante especial do Presidente dos Estados Unidos da América para não proliferação nuclear nesta designação, feita em 10 de março último, em Viena, numa Mesa Redonda cujo tema era a próxima Conferência de Revisão do TNP. Referindo-se aos contatos

que, entretanto, foram tendo lugar com representantes de mais de 80 signatários do TNP, estou a citar, disse: "Uma visão comum que nos foi expressa, transcendendo quaisquer diferenças que possam existir entre as partes, é convicção firme de que o TNP é de crítica importância para a manutenção da paz e da segurança regional e internacional. Esta é, com certeza, uma visão firmemente partilhada pelos Estados Unidos". Continua a citar: "A Conferência de Revisão será uma ocasião para que todos os estados-parte do TNP se concentrem nos nossos objetivos comuns e reforcem o nosso compromisso para com os princípios básicos do tratado". Acrescento que a conferência será igualmente uma boa ocasião para demonstrar se essas palavras terão correspondência em atos.

É, sem dúvida, um sinal positivo o acordo bilateral a concluir o mais alto nível entre [ininteligível] americana e russa, sendo [ininteligível] anunciado em 25 de março de 2010, no sentido da redução dos arsenais nucleares estratégicos, que viria a substituir o [ininteligível] *start,* anunciado em 91, e cujo prazo de validade expirou em dezembro de 2009. A assinatura do acordo deveria assinalar simbolicamente o primeiro aniversário do discurso do Presidente Americano feito em Praga, em 5 de abril de 2009 – já passou – em que Obama expôs a sua visão de um mundo livre de armas nucleares.

A Conferência de Revisão de 2005 realizada quatro anos depois do 11 de setembro, e no contexto dominado pelos objetivos políticos estratégicos da administração Bush, não só não gerou consensos como decorreu de forma atribulada. Nas palavras de Harald Müller, é um membro de uma comissão independente essas questões, a Conferência de Revisão de 2005 constituiu o maior fracasso na história desse tratado. Cabe-nos esperar e desejar que, em maio de 2010, os trabalhos sejam mais produtivos. Como se disse, essa situação(F) mundial evoluiu visivelmente. Como poderá esse fato refletir-se no Tratado? A única utilização militar da arma nuclear, até hoje ocorrida, foi o lançamento, de algum modo experimental, de armas que hoje seriam certamente consideradas primitivas no plano técnico. O lançamento, [ininteligível] da arma nuclear, até hoje ocorrida, foi o lançamento de bombas sobre Hiroshima e Nagasaki. Lançamentos, como muitos, não eram justificável na perspectiva militar da condução da guerra, mas terá sido importante como ensaio real de seus efeitos, na aniquilação de pessoas e bens, quer em termos qualitativos, quer em quantitativos. Foi também poderoso incentivo para uma corrida aos armamentos nucleares, que levou à situação descrita como de Destruição Mútua Assegurada – MAD.

Na fase posterior à dissolução da URSS, a doutrina MAD, que de algum modo conduziu a uma situação de paz, tensa, mas estável, parece ter perdido a importância. As duas principais potências nucleares mantêm, no entanto, arsenais muito consideráveis, embora haja quem considere que ocorreu uma significativa degradação das infraestruturas nucleares militares da Rússia, e que esse fato aumentaria as probabilidades do sucesso de um eventual primeiro ataque nuclear, *first strike*, nos Estados Unidos da América. Esta é uma razão a mais para prosseguir os esforços tendentes a preservar, defender e aperfeiçoar o TNP nomeadamente quanto ao pilar do desarmamento, pois que as duas principais potências nucleares continuam a deter, e mesmo a desenvolver, sinais que mantém atual a ameaça contada na doutrina MAD. Olhando globalmente o fenômeno da proliferação, dizia que as atenções se voltam para certos focos de tensão caracterizados por se tratar de estados que, não possuindo armamento nuclear, procurariam dotar-se de tais armas. Porventura, o caso mais em evidência será o do Irã, intenção todavia negada pelas autoridades desse país.

Outros procuram desenvolver e tornar mais credível a sua capacidade nuclear militar, como será o caso da Coreia do Norte. Outros poderão ter a tentação, ou mesmo a intenção de seguir caminhos sangrentos. Parece razoável dizer que a motivação subjacente a essas situações será a apreciação de uma ameaça militar, mais provavelmente convencional que nuclear, por parte da potência nuclear dominante, ameaça que decorre predominantemente do empenho em controlar soberanamente áreas situadas fora das suas fronteiras, ricas em recursos naturais indispensáveis à manutenção das condições do funcionamento e prosperidade do respectivo sistema de relações de produção. Esta luz dir-se-á que o êxito dos esforços para alcançar o objetivo da não proliferação nuclear depende de forma crucial do abandono da política agressiva, expancionista, e de intervenção que se manifesta em relação a estados considerados hostis, independentemente, aliás, de possuírem ou não possuírem armas nucleares. Vejam-se as diferenças de comportamento da potência nuclear dominante, mas também de outras potências nucleares signatárias do TNP, relativamente a Israel, a Índia com o Paquistão, por um lado, e ao Irã ou a Coreia do Norte por outro. Este aspecto vem a propósito aferir, que de acordo com uma notícia recente da Association Express, o Egito declarou ir pressionar na próxima assembleia(F) da Liga Árabe, no sentido de que essa exige que Israel adira ao NPT e submeta as suas instalações nucleares às inspeções da agência internacional de energia atômica.

Dificilmente poderão ocorrer progressos significativos no caminho da não proliferação nuclear sem que os círculos dirigentes dos Estados Unidos da América modifiquem seu comportamento, objetivos e estratégia. Importa dizer também que não é apenas o TNP em si mesmo que deve merecer atenção. Com efeito, não é menos importante avançar no sentido de um acordo, no sentido da produção de materiais cindíveis utilizáveis na fabricação de explosivos nucleares, acordo que estabeleça a proibição da produção desses materiais não sujeitos a controle internacional, associado a salvaguardas adequadas. Há pelo menos duas décadas que um eventual tratado visando este objetivo vem sendo objeto de negociação. E a isso afere uma resolução tomada por consenso em 1993 na Assembleia Geral das Nações Unidas. Ao longo do tempo muitos e diversos olhos surgiram, entretanto, no caminho do acordo que se designa correntemente pela sigla FMCT, *Fissile Material Cutoff Treaty*. Importa notar que os estados que seriam mais afetados com um eventual tratado nesse âmbito seriam os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança e os estados não signatários do TNP que possuem armas nucleares. Uma vez mais o caráter discriminatório do TNP é naturalmente ressentido pelos países ditos não alinhados, que rejeitarão em instrumentalização do controle internacional, como aconteceu no Iraque e poderá acontecer no Irã. Procurando a Conferência de Revisão do TNP de 2005 poderá dizer se a aceitação de certas normas, certas regras que podem condicionar um bom funcionamento ou mesmo o sucesso dos trabalhos, teve nessa conferência um papel negativo. Essas regras terão papel negativo.

O agrupamento em grupos regionais, habitual embora não oficial, de estados membros das Nações Unidas para efeitos processuais no andamento dos trabalhos das reuniões, poderá ser responsável pelo insucesso dos trabalhos, e, segundo alguns observadores, pelo assíduo(F), no caso de conferência em causa. Os referidos grupos são os seguintes: o Grupo Ocidental e Outros, curiosa designação, [ininteligível], o Grupo da Europa Oriental, o Grupo da América Latina e dos Caribes, o Grupo Asiático e o Grupo Africano. Os Estados Unidos da América não são membros de nenhum dos grupos. Embora participem como observadores no primeiro, o Ocidental e Outros, e sejam considerados como membros desse grupo para fins eleitorais. Israel é considerado como membro do mesmo grupo, mas com competências limitadas. Pertence Israel ao grupo asiático é recusado pelos países islâmicos, daí essa citação. Em regra, formam-se frentes nos grupos que representam mais, tomam as frentes nos grupos, que assentam mais na consonância de interesses políticos do que na situação geográfica, quando se trata de negociar ou de lutar. Em situações específicas, e o caso do TNP é exemplo disso, podem surgir posições diversificadas no seio de cada grupo, e quando assim é, acontece que a pressão que normalmente para que todos membros votem de uma mesma forma, pode limitar a capacidade de negociação de membros, contribuições minoritárias no grupo, ainda que no conjunto dos grupos pudessem ter vencimento. No caso de que nos optamos, essa forma de trabalhar pode ser impeditiva de consensos realmente representativos da maioria, tanto mais nos vários grupos, é duvidoso que todos os membros tenham o mesmo peso. No Grupo Ocidental e Outros incluem-se os países membros da União Européia, Portugal pertence, que tendem formar um subgrupo que se reunirá à parte para acertar posições, e em que há países com inclinações muito distintas, desde os aliados incondicionais da administração americana que estiver em funções, seja ela qual for, até aos países com [ininteligível] político coerentemente pacifista.

Citando novamente o Sr. Harald Müller, se essas questões fossem debatidas e decididas em Plenário, poderia emergir um centro, entre aspas, que unisse membros dos vários grupos interessados no resultado positivo. Os radicais seriam então levados a expor-se publicamente, o que certamente aumentaria as probabilidades de se alcançarem compromissos. Por outro lado, limites como vantajosa é uma questão de certas regras processuais, nomeadamente dizem respeito à fixação da agenda, ordem dos trabalhos, incluindo atribuição de tempos aos vários pontos. Não se entende que mesmo em decisões meramente processuais, vigore a regra do consenso, expondo a decisão ao veto de um qualquer membro individual. A tomada de decisões por meio de via qualificada, que é obtida inclusive no próprio Conselho de Segurança em determinadas questões de caráter processual, desde que fixada essa maioria com discernimento, poderia permitir a defesa de interesses essenciais e, ao mesmo tempo, tornará impossível controlar a conferência usando trapaças processuais.

Importa ainda dar relevo ao diálogo entre grupos. A auscultação e diálogo entre membros de diferentes grupos regionais abrem oportunidades de exploração e concentração de posições, identificando interesses comuns e áreas de compromisso potenciais. Deverá fazer-se um esforço para criar condições de tempo e eventualmente agenda para que tal diálogo possa ter lugar sem prejuízo do debate e eventual concentração de posições no interior de cada grupo, mesmo que para isso seja necessário reduzir o número e a frequência das reuniões dos diferentes grupos, separadamente.

Por último, como aconteceu em 2005, voltar a haver uma ação de trabalho destinada a permitir o diálogo entre representantes da sociedade civil, organizações não-governamentais com as organizações oficiais, importará que elas, as ONGs, formulem de forma clara e sucinta questões ligadas a aspectos críticos do tratado, como o não respeito do art. 6°, e se mostram incapazes de interrogar diretamente os diplomatas sobre matérias de importância decisiva para operacionalidade do tratado, sem se envolverem em longos discursos que não deixam tempo para respostas.

O Apelo de Estocolmo, lançado há 60 anos no Conselho Mundial da Paz, de que Frederico [ininteligível] foi um dos principais motores, alertava as consciências para três exigências centrais. A proibição absoluta da arma atômica, arma de agressão e extermínio de massas, exigência do estabelecimento de um rigoroso controle internacional para assegurar a aplicação dessa proibição, e de consideração de que o Governo que autorizasse a arma atômica pela primeira vez, não importa contra que país, cometeria um crime contra a humanidade e deveria ser tratado como um criminoso de guerra. Estas exigências mantêm-se atuais. Estas do tratado de Estocolmo lançado a 60 anos. Mantêm-se atuais. Por essa razão a intervenção que o Conselho Mundial da Paz terá na Conferência de Revisão do TNP em maio próximo, em consonância com outras organizações que lutam consequentemente pela causa da paz e da solidariedade entre os povos, será certamente marcada por estas mesmas exigências.

Nos nossos dias é cada vez mais claro que o desarmamento nuclear é condição necessária no caminho da resolução de graves ameaças, incluindo desequilíbrios ambientais e a depredação de recursos naturais subordinada, essa depredação, à ditadura dos mercados, entre aspas, e o lucro do curto prazo, que põem causa a própria sobrevivência da espécie sobre a terra. É claro também que o desarmamento nuclear tem uma relação direta com o fim de conflitos causadores de enormes sofrimentos, perdas humanas e materiais no Iraque, no Afeganistão, no Médio Oriente e em outros pontos do globo, de forma mais ou menos intensa e nem sempre declarada. Percorremos o lema do primeiro Congresso Mundial dos Partidários da Paz, reunido em abril de 1948 e afirmemos a sua sabedoria: Doravante, a paz é uma questão dos povos. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecemos ao Prof. Frederico Carvalho, e dando continuidade, passamos agora a ouvir a Sra. Jackie Cabasso, que é Diretora Executiva da Western States Legal Foundation, sediada na Califórnia, co-fundadora integrante da Comissão Coordenadora da Abolition 2000 Global Network to Eliminate Nuclear Weapons, Membro do Comitê Coordenador The United for Peace and Justice e Coordenadora Norte-Americana do Mayors for Peace. Então vamos ouvir agora então a Sra. Jackie Cabasso.

SRA. JACKIE CABASSO (POR INTÉRPRETE): Olá, bom-dia. Obrigada aos Senadores, a Universidade de Brasília e todos os organizadores da conferência de hoje pelo convite. É uma grande honra pra mim, falar aqui hoje como uma cidadã americana, e por causa dos problemas de tempo eu vou me focalizar nos Estados Unidos. Mas muito dos paradigmas dos Estados Unidos está relacionado em diferentes graus a outras nações, dentro e fora do tratado de não proliferação.

A Conferência de Revisão é um ponto muito importante do regime de não proliferação. Os estados de não proliferação estão esperando que os estados signatários cheguem aos requisitos do art. 6° e as obrigações que tem sido aplicadas desde os anos 70. O resultado dessa conferência vai atestar a realidade atrás da retórica de desarmamento nuclear do Presidente Barack Obama, um ano depois do discurso do Barack Obama, esse discurso é mencionado toda vez que eu viajo através do mundo e isso criou uma onda global de esperança e renovação da decisão de abolir armas nucleares. Mas, a política exterior tem sido identificada por posições contraditórias, enfatizando a importância da diplomacia, mas na realidade ainda está altamente baseada no uso da força. A esperança pela revisão do programa nuclear dos Estados Unidos lançado ontem não revela nenhuma mudança substancial na estrutura nuclear dos Estados Unidos, mantendo os três pilares da tríade: as bombas, balística e submarinos estratégicos. Eles só marginalmente reduzem o papel das armas nucleares na segurança dos Estados Unidos. Essas forças nucleares vão continuar ter um papel central em determinar os adversários em potencial e proteger aliados ao redor do mundo. Ele rejeita o alerta de... Alerta vermelho para os submarinos e reafirma a política de manter a capacidade de aplicar armas nucleares, incluindo no nível da OTAN e Europa. Eles declaram que os Estados Unidos não vão tentar usar armas nucleares contra países não nucleares que estão em cumprimento com as suas obrigações de não proliferação. É uma segurança negativa, geralmente relacionada a Irã e Coreia do Norte. Os Estados Unidos não estão preparados para adotar uma política universal e o propósito das armas nucleares é parar ou impedir ataques nucleares nos Estados Unidos, e isso não...

Enquanto que os Estados Unidos se comprometem não fazer mais ogivas nucleares e não apoiar mis-

sões nucleares que incluam capacidades militares, o Governo Obama fez um pedido durante a lei orçamentária, destinar um aumento de 14% no financiamento da segurança nacional para melhorar as armas nucleares americanas, o que é uma porcentagem maior do que qualquer outra agência governamental.

Proposta para ratificação do Senado, ela vem sendo condicionada cada vez mais investimentos em infraestrutura para criar componentes de armas nucleares inclusive seus centros de plutônio. As novas instalações iriam permitir aumentar as potencialidades nucleares caso necessário e também funcionaria com as ogivas, as... O orçamento inclui por volta de 7.3 milhões de dólares para o complexo de armas nucleares, que ajustado pela inflação é a maior quantia até hoje. A potencialização ou melhoria, expansão da vida útil das ogivas nucleares vem sendo ainda um propósito, um objetivo muito significativo e o Governo Obama propõe que por volta de dois bilhões de dólares sejam gastos entre 2011 e 2015 para modernizar os bombardeiros B-51, que agora são usados lá na Europa para torná-los compatíveis com a nova geração. Perdão, eu falo dos caças. E também planeja as novas gerações dos sistemas de bombardeio, por exemplo, o Governo está propondo o uso de 672 milhões de dólares em 2011 para criar um novo submarino com mísseis nucleares que será construído em 2019. De acordo com o secretário Robert Gates, durante seu discurso sobre o novo acordo mostrou a direção geral da nova política nuclear dos Estados Unidos. Cito o armamento nuclear da América continua sendo um importante pilar americano para assegurar a segurança de 12 parceiros que dependem de seus esforços para segurança. Agora, espero podermos chegar a tais resultados com menos armamentos. Esse acordo não vai dirimir a tríade de segurança dos Estados Unidos, mas vai melhorar através da implementação de centros de mísseis. Isso é importante porque passou pelo processo de revisão do conselho. A medida que o número de armamentos diminui, nós vamos ter que cada vez mais investir nos nossos centros para manter esses armamentos eficazes.

Qual é o conceito na doutrina americana? Começou a discutir em 2008 o relatório que dizia que o nosso objetivo consistente vem sendo reduzir o uso das armas, assegurando a segurança dos aliados e também dissuadindo os países, dessa forma evitando ataques contra os Estados Unidos, por adversários potenciais, e também, caso essa [ininteligível] não funcione, também, para que possamos nos defender em caso de ataque. Pelo menos em 30 ocasiões, desde Hiroshima e Nagasaki, cada Presidente americano em algum momento já ameaçou guerra nuclear. Não é algo pacífico e nem benigno. E uma política sólida incluirá grandes investimentos. O Kevin Chilton, comandante estratégico encarregado dessa área no Congresso disse que uma infraestrutura revitalizada nos vai permitir manter nossa capacidade nuclear e nossa especialidade nuclear ao longo do século XXI. Em setembro de 2009 o Congresso votou gastar 2.9 milhões de dólares em 2010 para manter e ampliar os estoques nucleares americanos. Isso inclui uma melhoria da ogiva W 47, que é transportada pelos submarinos que hoje estão nos oceanos da terra. Em 2009 o General Chilton previu que os Estados Unidos iriam precisar ainda das armas nucleares em até 40 anos no futuro, ele dizendo que o próprio Presidente disse que um planeta sem armas nucleares não é um objetivo que será conquistado dentro do seu tempo de vida. Isso é porque não poderemos remover... Não é porque nós não conseguiremos tirar as armas todas em até 40 anos, é porque talvez o mundo não fosse tão seguro se o fizéssemos. Então, citando o que o Presidente falou, é necessário confiar nessa ideia de que enquanto as armas nucleares existirem, os Estados Unidos vai manter a segurança em alta para evitar ataques de qualquer adversário e manter a segurança dos nossos aliados. Talvez mais ainda perigosa do que as notificações nas armas nucleares são as formas de utilizar as armas convencionais, porque nós temos um armamento bastante expressivo hoje em dia, mas configurado também com armas nucleares, o que limita as opções e dos Presidentes e às vezes também limitam as nossas tentativas de [ininteligível].

Falamos de armas que seriam capazes de carregar ogivas nucleares permitindo que os Estados Unidos alvejassem qualquer alvo no mundo inteiro em uma hora. Esse plano é apoiado, visto que mais recomendações serão feitas em 2012. Os analistas de segurança russos têm certeza que essas alternativas para as armas nucleares podem constituir um desafio para as negociações de controle no armamentício entre os Estados Unidos e a Rússia. Outra citação, há poucos países no mundo que tem medo das armas nucleares americanas. Mas muitos deles têm medo das armas convencionais americanas, principalmente estados como a China e a Rússia, principalmente se preocupam com os armamentos convencionais americanos, principalmente de longo alcance. Eles também disseram que os países que têm o potencial de desenvolverem essas armas também têm preocupações quanto às armas convencionais.

A secretária de Estado Hilary Clinton disse em 2007 o seguinte, disse que deveria ser feito mais esforços na melhoria da qualidade das armas nucleares, porém ninguém dúvida da nossa capacidade de

usar armas convencionais. Infelizmente, esse discurso embora verdadeiro, mostra que a expansão de armas convencionais não é o objetivo demandado. Como é que outros adversários com menos recursos financeiros responderiam? Será que eles não teriam incentivo também para adquirir novas armas para manter uma equiparação com o poder militar americano? Isso também não aumentaria ainda mais a determinação dos Estados Unidos de aumentar o seu arsenal, fazendo assim a não proliferação impossível? Então, essa ideia é o principal desafio da eliminação de armas nucleares que devemos enfrentar. E vemos isso claramente no tratado. De acordo com o Presidente Obama e que ele falou ontem, o NPR, que discute em detalhes a estabilidade nuclear entre os Estados Unidos e a Rússia, Estados Unidos e a China, ele disse que reconhece que a segurança nacional e aquela dos nossos aliados e parceiros pode ser defendido pelas capacidades de armas convencionais americanas, suficientemente. Também ontem o Sergei Lavrov, da Rússia, mais uma vez reiterou a ameaça de Moscou de sair do tratado se os planos armamentícios dos Estados Unidos ameaçarem a Rússia. Eu cito, de forma a chegar no mundo livre precisamos antes resolver a questão das armas ofensivas estratégicas gerais ou condicionais que vêm sendo desenvolvidas não só nos Estados Unidos como também em outros países.

Os membros com influência nos Estados Unidos estão numa guerra para descarrilhar as tentativas do Presidente Obama. O Senado em 2009, com suporte dos dois lados, dos dois partidos, fez uma emenda à autorização de 2010 pedindo que o Presidente assegurasse que esse tratado com a Rússia não limitasse as capacidades armamentícias nucleares ou não dos Estados Unidos. Exatamente essa é a mesma questão que a Rússia citou como impedimento para a redução nuclear no mundo. Outra emenda também necessita que o Presidente crie um plano para modernização do arsenal americano.

O tratado que será assinado em Praga amanhã não irá mudar o balanço de poder, o equilíbrio de poder entre os Estados Unidos e a Rússia; 2.550 ogivas nucleares estão preparadas nos dois países, essa é uma redução em relação a 22 mil, mas não o suficiente para levar a uma mudança verdadeira. Inclusive, de acordo com os analistas, cada bombardeiro pode carregar dezenas de ogivas, permitindo que com algumas modificações possam acomodar ainda mais. Essa redução só se aplicaria às ogivas estratégicas e não aquelas de reserva ou não estratégicas, como por exemplo as 150, 180 armas nucleares que ainda estão em bases da OTAN em cinco países europeus. Não requer a destruição de uma ogiva sequer. De acordo com Erik Christensen(F), isso representa um declínio de apenas 100 a 200 armas americanas, sete anos depois do Tratado entrar em vigor. De acordo com [ininteligível], um analista russo, disse que a Rússia já está em conformidade com novo número do Tratado. O Tratado vai continuar o processo de redução, não importa o quão modesto, e irá assegurar a verificação e monitoramento que foram definidos pelo [ininteligível]. O vigor, no entanto, a entrada em vigor leva em consideração alguns desafios, por parte da Rússia, em relação aos Estados Unidos, e sua falha é de, de fato, se aderir a alguns acordos que foram ratificados pelo legislativo russo. O Plenário Russo já decidiu modernizar pelo menos 65% dos armamentos russos e, de acordo com Arbitov, ele disse que nada no Tratado impede a Rússia de implementar novos sistemas, levando em consideração que Moscou tem a intenção de desenvolver [ininteligível], com múltiplas ogivas, até 2016. Isso representa um avanço, na realidade, um aumento no orçamento armamentista. Esse tratamento para o centro... Esse tratado, perdão, para o centro dos Estados Unidos não significa muito.

O Wall Street Jornal teve um acordo sobre como impedir os quatro cavalheiros da [ininteligível]. Ele disse que os armamentos mais mortais podem cair em mãos erradas, levando a um aumento de financiamento nos laboratórios armamentistas dos Estados Unidos na modernização de infraestrutura para impedir que isso aconteça. Agora, esse argumento circular é de muito curto prazo, porque acaba sendo visto como hipócrita por outras razões, fazendo com que Presidentes futuros tenham a capacidade de desenvolver novos armamentos, se necessário, e assim levar a novas corridas armamentistas. Esse artigo diz que os quatro cavalheiros representam o fato de armas nucleares já estarem dispostas pelo mundo. Agora, em quais mãos essas armas estão seguras? De acordo com a Comissão, o relatório da Comissão de 2006, a Comissão disse que rejeita a sugestão de que as armas nucleares nos Estados Unidos não representam uma ameaça, enquanto que, em outras mãos, representam. Então, isso já foi amplamente observado, e muitos dos governos que têm armas nucleares podem mudar ao longo do tempo, ou seja, as armas nucleares são, de fato, perigosas nas mãos de qualquer um.

Como uma abolicionista, eu já falei de... Já identifiquei algumas das verdades inconvenientes que existem na retórica e as realidades que devem ser levadas em consideração para a implementação desse projeto. Outra verdade inconveniente é artigo quarto, que fala de tecnologia nuclear na detenção desse aumento nuclear. O artigo quatro fala de um direito dos estados independentes de desenvolverem armas nucleares

permitindo que seja criada a infraestrutura para programas de implementação de energia para usar essas instalações para criar armas nucleares em curto prazo. Isso realmente vai contra a ideia de chegarmos a um mundo livre de armas nucleares. Embora os Estados possam, sim, de acordo com o ato implementar, desenvolver para funções de energia, as qualificações do TNP diz que esses são direitos inalteráveis, mas isso deve ser visto como uma base, não como algo que entre em conflito com a soberania. Então, se for eliminado essa disposição, isso não entrará em conflito com tratados futuros. Levando em consideração também o art. 5°, que fala sobre a exposição nuclear, fala que isso causa um dano ambiental expressivo e que também foi proibido no TNP. No contexto do TNP, inclusive, os estados sem capacidade nuclear, principalmente aqueles com capacidade cíclica devem abrir mão de parte de sua soberania e abrir suas instituições para inspeção para continuar no Tratado.

A busca por energia nuclear vem sendo conflito no mundo inteiro graças à natureza potencialmente perigosa desse ciclo. O acordo de compartilhamento americano que foi aprovado nos Estados Unidos inclusive pelo Congresso 2008, permite que a Índia receba tecnologia em materiais nucleares que possivelmente poderão ser usados para construção de armas nucleares, e o Paquistão também. O potencial de piorar ainda mais áreas voláteis no mundo através da adição de capacidades nucleares é óbvio, incluindo também os riscos ambientais da energia nuclear e também envolvidos no lixo nuclear. Também existe outra dimensão frequentemente analisada, é a energia nuclear, que é a forma mais centralizada de criação de energia. Não é uma forma eficiente de criação de energia, principalmente naquelas áreas rurais.

Investir um capital imenso para criar novas plantas nucleares e descentralizar as tecnologias de energia renovável vai fornecer uma melhor resposta à crise. Essa abordagem melhoraria a abordagem das áreas deixadas de fora do sistema, por causa da globalização corporativa, reduzindo os gases do efeito estufa e o consumo de petróleo, e reduzindo como consequência a competição pelas reservas de petróleo, que é um significativo motor de conflitos humanos. Para a questão humana e ecológica, eu acho que devemos ir além do poder nuclear e além dos combustíveis fósseis. No TNP, os Estados Unidos e os outros países negociam de boa-fé a abolição dos arsenais nucleares. Então, anos depois, alguns anos depois do fim da guerra mundial, enquanto... Perdão, as armas atômicas ainda estão entre nós, quem beneficia com isso? Então o sistema ainda precisa de armas nucleares para se defender e como nós podemos realisticamente esperar que os estados poderosos não as usem? Essa é a pergunta difícil que nós devemos perguntar para saber o que é preciso para chegar à promessa do TNP e nos livrarmos das armas de destruição em massa.

Em um tempo de crise econômica e competição pelos recursos naturais, os perigos dos conflitos entre as nações nucleares estão aumentando. Nós não podemos esperar mais pela eliminação de armas nucleares. Então estamos lidando com outros desafios também, mas essa não é uma razão para atrasar e deslitimizar o impedimento de eliminar no papel das armas nucleares nas políticas de segurança dos países. Em um relatório de 2006, a Comissão do DNRP falou dos problemas sobre os armamentos nucleares. É tempo para os governos revisarem sua colaboração e trazer uma nova vida às Nações Unidas, que os esforços para erradicar a pobreza e o desarmamento também devem se aliar para melhorar o mundo, e isso deve mover a mentalidade.

Mas o que vai levar a essa mudança de paradigma? Nós não mencionamos as armas nucleares. O Presidente Lula da Silva, em sua declaração, começou um grande debate na Assembléia Geral da ONU e ele resumiu mais ou menos dessa maneira: "Só haverá segurança no mundo onde todos tenhamos direito a desenvolvimento social e econômico. O caminho para a paz é o desenvolvimento compartilhado, se não queremos que a guerra se torne global". Então, isso se tornou uma boa liderança para a desmilitarização e proteção dos Direitos Humanos e do ambiente. Essa declaração foi adotada pela campanha da nação civil na Conferência de Revisão e foi iniciada por algumas ONGs japonesas e apoiada pela nossa instituição e muitos outros países. Centenas de grupos ao redor do mundo estão coletando milhões de assinaturas e petições nos estados membros para começar as negociações agora, em uma tentativa de eliminar as armas nucleares em um tempo razoável, fazendo planos então para convergência em Nova York.

Em primeiro de abril houve uma grande conferência internacional para um mundo sustentável e livre de armas nucleares. Um dos discursos mais inspiradores foi o de Martin Luther King, um ano antes de seu assassinato. E a conferência do TNP vai ser seguido para uma marcha nas Nações Unidas, um festival de música para... As ONGs e outros governos precisam pensar além do TNP. Várias ideias foram colocadas, já, e há três maneiras de avançar juntos. Um, a Associação Internacional contra armamentos nucleares e a escola de Direito de Harvard recomendam que a Assembleia Geral da ONU requeira à Corte Internacional de Justiça revise sua opinião sobre as negociações de boa-fé, levando ao desarmamento. A opinião clarifica alguns

aspectos legais essa obrigação e provê a ajuda para o cumprimento. Dois. A exploração e outras ONGs, o TNP vão se encontrar no ano que vem em reuniões de revisão do TNP, se isso for de utilidade para os nossos trabalhos. Essa conferência preparatória vai ser muito útil para a sociedade civil e os governos seguirem com o modelo do TNP e preparar as negociações. Três. A Global Network to Eliminate Nuclear Weapons está chamando todos governos para fazer uma aliança com a Arena, que é uma agência que lida com recursos naturais, vários países estão assinando e estão aumentando a adoção das formas mais sustentáveis de energia. Outros países afirmam usar energias renováveis e promover cooperação internacional através da transição energética.

Obrigada a todos pela consideração dessas ideias. Eu gostaria muito de trabalhar com vocês no futuro para um mundo livre de armamentos nucleares e com justiça.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado a Miss Jackie Cabasso. Eu quero lembrar aos senhores e senhoras que nós temos uma representante de relações públicas ali à esquerda, perto da porta, com os papéis para quem quiser fazer as perguntas por escrito.

Antes de passar a Sra. Socorro Gomes, que é a nossa próxima expositora, que eu quero só ler o mini currículo de Socorro. Ela é Presidente do CEBRAPAZ, do Conselho Mundial da Paz, participou de diversas lutas sociais desde a década de 70 no Estado do Pará, onde foi a primeira... Foi Presidente da Primeira Gestão do Conselho Municipal de Direitos da Mulher e tendo sido a vereadora mais votada em Belém em 88, posteriormente foi Deputada Federal por quatro mandatos. Portanto, uma ativista da paz.

Eu quero ainda, antes de passar a palavra à Socorro, convidar o Senador Inácio Arruda para que possa assumir aqui a Presidência, tendo em vista que dentro de alguns minutos eu tenho que receber uma delegação de parlamentares do Parlamento Europeu, que estão aí em visita aqui a Brasília, de maneira que eu peço desculpas por ter que me ausentar.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, passamos a palavra imediatamente à nossa palestrante, Presidente do Conselho Mundial da Paz, Socorro Gomes.

SRA. SOCORRO GOMES: Bom-dia a todos. Queria saudar aqui o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Azeredo, saudar e dizer da sensibilidade do Senador Inácio Arruda, proponente desta conferência. Agradecer enormemente e mostrar aí a generosidade do Dr. Frederico, Professor de Física, membro do Conselho Português pela Paz e da Sra. Jackie Cabasso, do Movimento pela Paz dos Estados Unidos, do Prof. Nielsen, da UnB, e o Embaixador Sérgio Duarte, responsável pela questão do desarmamento da ONU. Para nós do CEBRAPAZ e do Conselho Mundial da Paz é uma honra enorme estar aqui, e dizendo que essa conferência, hoje, é num momento muito importante. Se realiza num momento da maior importância, que é justamente próxima à revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear. E isso é uma importância enorme e mostra aqui também a mobilização de alguns organismos do Brasil, por exemplo, a Fundação Alexandre Gusmão, que aqui veio prontamente participar e ajudar na construção de uma opinião, de difundir as informações para a sociedade brasileira e ajudar também na construção, porque não dizer, da diplomacia popular pela paz. Porque esse é um dos nossos objetivos, é fortalecer os laços de solidariedade, fortalecer a consciência e a cultura da paz em nosso país e no mundo.

Para nós, essa conferência, ela tem uma importância política, acadêmica, social, e relaciona-se com a luta pela paz mundial, a segurança e o direito internacionais. Em todo mundo o movimento pela paz manifesta sua justa preocupação com o tema, e prepara-se para intervir nos debates que transcorrerão nas Nações Unidas no mês de maio. Dezenas e dezenas de organizações realizarão seminário, o seminário desarminal(F), iniciativa que está mobilizando movimentos pacifistas e de solidariedade internacional de todos os continentes, como aqui já falou a Sra. Jackie, uma ativista do movimento pela paz. O Conselho Mundial da Paz, nas condições de membro do Ecosoc da ONU, acompanhará toda conferência revisora do Tratado de Não-Proliferação e fará das suas deliberações objeto de debate, com os movimentos pacifistas, os movimentos sociais, as organizações não-governamentais, personalidades, instituições políticas, culturais e acadêmicas, pois estamos convencidos da necessidade de formar uma consciência coletiva sobre as ameaças que pairam sobre os direitos dos povos, a soberania das nações e a paz mundial. Associamos-nos a todos aqueles que lutam por uma nova ordem internacional, pela solução pacífica das controvérsias e conflitos.

Como uma das expressões legítimas da sociedade civil, consideramos nosso dever precípuo reforçar a cooperação internacional, cujos pressupostos são igualdade de direitos, a autodeterminação dos povos e a igualdade soberana dos estados nacionais e a boa-fé no cumprimento das obrigações internacionais, que devem estar na base de todos governos e todos

organismos internacionais. Tais princípios que foram consagrados pelo Direito Internacional formam a coluna mestra das Nações Unidas, e tem por finalidade a manutenção da paz e da segurança internacional. São, no entanto, flagrantemente desrespeitados pelas potências imperialistas, que usam seu desmedido poder para promover a chantagem nuclear, perpetrar guerras, intervenções militares, ameaçar países mais fracos e impor resoluções e tratados em cuja elaboração nem sempre se usa os consagrados direitos do equilíbrio e da igualdade. O Tratado de Não-Proliferação Nuclear é um desses exemplos.

Como movimento pacifista, sempre saudamos, com entusiasmo, as iniciativas visando ao desarmamento, a redução das armas nucleares e a não proliferação. Nossa posição de princípios é pela eliminação de todas as armas nucleares. Há 60 anos, como aqui bem disse o companheiro Frederico Carvalho, há 60 anos o Conselho Mundial da Paz lançava o apelo de Estocolmo, que guarda impressionante atualidade. O documento que se tornou célebre porque percorreu o mundo inteiro e recolheu assinaturas de 600 milhões de pessoas, inclusive o Brasil contribuindo com quatro milhões de assinaturas para o Apelo de Estocolmo, ele dizia com clareza e objetividade singela: "*Exigimos a proibição absoluta da arma atômica, arma de agressão e exterminação em massa de populações. Exigimos o estabelecimento de um rigoroso controle internacional, para assegurar a aplicação desta proibição. Considerando que o primeiro que utilizar a arma atômica, não importa contra qual país, cometerá um crime contra a humanidade e deverá ser tratado como criminoso de guerra. Apelamos a todas as pessoas de boa vontade no mundo a assinarem este apelo*". Extremamente atual hoje.

O Tratado de Não-Proliferação Nuclear, em vigor desde a década de 70, foi ratificado por 188 países, um dos quais a República Popular da Coreia, posteriormente se retirou. Apenas três países, Israel, Índia e Paquistão, não ratificaram. Este tratado poderia, seguramente, constituir um passo para a paz, não fossem algumas flagrantes contradições em sua própria concepção e os condicionamentos políticos a que sua aplicação está submetida. Há sérias controvérsias sobre o sentido principal do tratado. Em tese, o TNP se basearia em três eixos: a não proliferação, o desarmamento e a utilização pacífica da energia nuclear. Em essência, porém, para todos os efeitos práticos, é um Tratado de Não-Proliferação, em que o desarmamento e a utilização pacífica da energia nuclear são aspectos meramente acessórios. A não proliferação parte do reconhecimento de que existe apenas cinco potências nucleares: Os Estados Unidos, a Federação Russa, que substitui a União Soviética, a China, a Grã-Bretanha e a França. Os países não possuidores de armas nucleares se comprometem a não importar, fabricar nem adquirir armas nucleares, e os possuidores assumem o dever de não transferir armas nucleares aos países não possuidores. Aqui reside o principal aspecto negativo do TNP. Congela-se o monopólio das armas nucleares e aborda-se de maneira apenas formal as questões do desarmamento e do uso da energia nuclear para fins pacíficos. O artigo C TNP refere-se a que todos estados partes se obrigam a empreender de boa-fé negociações sob medidas eficazes relativas à cessação da corrida armamentista nuclear e ao desarmamento. Comprometem-se igualmente a concluir um tratado sobre o desarmamento, generalizado sobre o controle internacional estrito e eficaz. Aqui são patentes a generalidade e imprecisão. Mais do que a não proliferação, o mundo necessita do desarmamento e da eliminação de todas as armas nucleares, não de vagos apelos à boa-fé dos possuidores dessas armas, a que estabeleçam acordo segundo apenas as suas conveniências e necessidades sobre a redução de seus arsenais.

A conferência revisora TNP do ano 2000 acendeu as esperanças no sentido do desarmamento ao adotar os 13 passos, conhecido como as 13 medidas concretas que previam medidas verificáveis, irreversíveis do desarmamento e da redução do papel das armas nucleares nas estratégias de defesa das grandes potências. Esses três passos também previam implementação do tratado de proibição de testes nucleares. Infelizmente, porém, foram baldados esses esforços em que estiveram empenhados os países da coalizão para a nova aliança, entre eles o Brasil e os países não alinhados. O abandono dos compromissos da Conferência Revisora do TNP do ano 2000, a ênfase exclusiva na não proliferação, a prioridade às armas nucleares nas estratégias de defesa, ineficácia e pouca transparência dos acordos de redução das armas estratégicas, e a insistência dos Estados Unidos em criar escudos defensivos, assim como recusa ao compromisso de não ser o primeiro a usar armas atômicas são reveladoras de que as grandes potências possuidoras de armas nucleares e em primeiro lugar o líder, Estados Unidos, não estão dispostos a dar passos significativos no sentido do desarmamento.

A partir de 2001 cresceu a chantagem nuclear exercida pelos Estados Unidos, quando este país ao anunciar a sua nova doutrina de segurança nacional baseada na guerra preventiva, reafirmou o seu direito a recorrer a todas as armas, inclusive as nucleares. As nossas principais preocupações voltam-se, portanto, para este aspecto. O TNP não ensejou passos concre-

tos, significativos, no sentido do desarmamento e da abolição das armas nucleares. A ênfase na não proliferação conduz a outra grave distorção: desigualdade e desequilíbrio, que se traduz em pressões para que os países adiram ao protocolo adicional e renunciem ao inalienável direito desenvolvido tecnologia com fins pacíficos, direito formalmente reconhecido pelo TNP. "*Nenhuma disposição desse tratado*", diz o art. 4°, "*será interpretado como afetando o direito inalienável de todas as partes do tratado de desenvolver a pesquisa, a produção e a utilização de energia nuclear para fins pacíficos, sem discriminação e de conformidade com art. 1 e 2 desse tratado*". E mais adiante: "*Todas as partes desse tratado comprometem-se a facilitar o mais amplo intercâmbio possível de equipamento, materiais e informação científica e tecnológica sobre a utilização pacífica da energia nuclear e dele tem o direito de participar*". As partes do tratado em condições de o fazerem, deverão também cooperar isoladamente ou conjuntamente com outros estados ou organizações internacionais, com vistas a contribuir para o desenvolvimento crescente das aplicações de energia nuclear para fins pacíficos. E especialmente nos territórios dos estados não nuclearmente armados. Parte do tratado com a devida consideração pelas necessidades das regiões do mundo em desenvolvimento. Essa disposição do TNP, baseado nas nações não nuclearizadas, entre elas principalmente os países não desenvolvidos e os países em desenvolvimento, concordaram em aderir está sendo flagrantemente violada, a julgar pela tentativa dos Estados Unidos de sancionar e ameaçar países que estão em busca do desenvolvimento de energia nuclear para fins pacíficos.

Às vésperas de mais uma conferência revisora do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, os movimentos pacifistas levantam justas preocupações quanto ao desenvolvimento da situação internacional. Não faz muito tempo, sob pretexto de impedir um país de utilizar arma de destruição em massa, ao arrepio do Direito Internacional e a despeito de não ter autorização da ONU, os Estados Unidos iniciaram uma guerra de ocupação, que logo se viu tinham objetivos completamente distintos. As próprias forças de ocupação acabaram admitindo que o Iraque, o país invadido, não possuía arma de destruição em massa. Na Ásia central, a pretexto de caçar terrorista e de impedir que uma força fundamentalista retorne ao poder, prossegue outra guerra que cobra alto preço em termos de vidas humanas e bens materiais. A década de 90 do século passado reconheceu as guerras da Iugoslávia, onde novas armas foram testadas. Na Palestina, um país possuidor de armas nucleares, embora não admita, submete o povo a inominável martírio. No Líbano, há três anos e meio a então chanceler estadunidense, Condoleezza Rice, declarava que se estava a sentir as dores do parto do novo Oriente Médio frente ao martírio do povo libanês. Hoje a humanidade, sob o Governo de Barack Obama, dos Estados Unidos, está a ouvir discursos mais amenos, frases mais suaves. Mas até agora, os anúncios de um mundo sem guerra e sem armas nucleares são peças de retóricas ou a manifestação de um vago ideal. Na prática ainda prevalecem as chantagens e as ameaças, o que nos impõe o dever da vigilância e da luta.

No momento que realizamos esse seminário, o Governo dos Estados Unidos acaba de anunciar, ainda ontem em pronunciamentos da Secretária de Estado e do secretário de defesa, Roberto Gates, a sua nova estratégia de defesa. Segundo amplamente divulgado na noite de ontem e nesta manhã através dos meios de comunicação, a prioridade é a prevenção da proliferação nuclear do assim chamado terrorismo nuclear, entre aspas, à base de fantasiosas versões de que as redes terroristas teriam capacidade de produção e manuseio da bomba atômica. Ainda mais grave é que, mais uma vez, o Governo dos Estados Unidos proclama que poderá autorizar o uso de armas nucleares em circunstâncias que classificar de extremas para defender os interesses vitais norte-americanos ou dos seus aliados. A única concessão que a nova estratégia faz, é excluir o uso das armas nucleares como respostas a ataques com armas convencionais, químicas ou biológicas. Mais uma vez o Governo da superpotencia recusou-se a declarar que não será o primeiro a usar armamentos nucleares.

Em tais circunstâncias, que valor podem ter os discursos em favor da não proliferação? Diante de semelhantes ameaças, como deve se comportar os governos dos países nuclearmente desarmados? Sucumbir às pressões, chantagens ou afirmar sua soberania e seus direitos, exigindo tratados internacionais em que a palavra chave seja igualdade, e que os compromissos valem para todos os povos, todas as nações. Há seis décadas e meia, quando estreava na cena mundial como superpotencia, com pretensões de dominar o mundo e ordená-lo segundo seus interesses, os Estados Unidos desferiram ataque nuclear contra as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, provocando a morte de cenas de milhares de pessoas, incontáveis destruições. Um crime inominável de lesa humanidade. Hoje, com arsenal infinitamente maior, que preços semelhantes atos agressivos poderiam cobrar os povos e nações? É preciso deter tais ímpetos. É indispensável criar condições para que tais crimes não se repitam. A causa da paz e o desarmamento é antes de tudo uma questão dos povos e das nações

que lutam pela consolidação da soberania, do desenvolvimento, luta que requer consciência coletiva, unidade e ampla mobilização social. O Conselho Mundial da Paz está convicto da atualidade e da necessidade de reconstruir, de buscar um amplo apoio para o Apelo de Estocolmo da atualidade, ou seja, o que importa para a paz é a eliminação das armas nucleares e não somente uma conveniente não proliferação em que a mesma potência que utilizou pela primeira vez as armas nucleares, detém e controla esse clube seleto de países que chantageiam, ameaçam, colocando em risco não só a paz, mas a própria existência da espécie humana. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Parabéns à Sra. Socorro Gomes pela brilhante intervenção, e vamos de imediato convidar o Exmo. Sr. Embaixador Sérgio de Queiroz Duarte, alto representante para as questões de desarmamento das Nações Unidas. E antes que ele vá à Tribuna, eu faço questão de ler brevemente o seu currículo, que é muito importante para nós ter um brasileiro nessa posição destacadíssima. Diplomada de carreira, exerceu diversos cargos de destaque entre os quais Embaixador do Brasil na Guatemala, no Canadá, na China e na Áustria. Foi também Embaixador itinerante para assunto de desarmamento e não proliferação de armas nucleares. Em 79, como Ministro Conselheiro atuou no escritório do representante especial para assuntos de desarmamento em Genebra. Em 82, como perito, participou do Comitê de Peritos das Nações Unidas sobre a relação entre desarmamento e desenvolvimento. Em 83, em Genebra e 88 em Nova York, participou da conferência da avaliação do tratado de proibição de colocação de armas nucleares e outras armas de destruição em massa no leito dos oceanos e em seu subsolo como chefe e Presidente da delegação, respectivamente. Em 99 atuou em Viena, como Governador Brasileiro e Presidente da Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica, como representante do Comitê das Nações Unidas para uso pacífico do espaço exterior e como representante do secretariado provisório do tratado de proibição abrangente de ensaios nucleares. O nosso convidado tem uma vasta biografia, é uma atuação destacada nesse terreno e para nós é uma grande satisfação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e acompanhado pela Fundação Alexandre Gusmão pelo Conselho Mundial da Paz, pelo CEBRAPAZ, pela Universidade de Brasília e outras organizações, recebê-lo para que o senhor possa proferir a sua palestra. Com a palavra o nosso Embaixador, Sérgio de Queiroz Duarte.

SR. SÉRGIO DE QUEIROZ DUARTE: Muito obrigado, Senador Inácio Arruda. Agradeço as suas palavras, que quase, no meu currículo, lido pelo senhor, quase foi mais longo que o discursinho que pretendo fazer. Mas de qualquer forma, agradeço, agradeço muito as suas palavras. E agradeço também ao Senador Eduardo Azeredo, que infelizmente teve que se ausentar, tendo me convidado junto com as outras entidades que patrocinam este acontecimento aqui. E eu fico muito grato também ao Senador Azeredo, porque eu sou mineiro de adoção, embora tenha nascido no Rio de Janeiro, me converti em mineiro depois que fui morar em Belo Horizonte, e tenho muito prazer de estar lá.

Eu acho que esse momento é extremamente oportuno para a realização deste encontro, porque estamos a pouco menos de um mês do início da Oitava Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, e como sabemos é o principal instrumento internacional relativo a esse assunto. Os senhores certamente sabem que o tratado surgiu de negociações bilaterais entre os Estados Unidos e a então União Soviética, no início dos anos 60, e depois resultou de debates na conferência das 18 nações sobre desarmamento em Genebra. Eu reluto um pouco a dizer que houve negociações no tratado, eu acho que houve mais debates e discussões do que uma verdadeira negociação. O tratado já estava praticamente pronto entre as duas superpotencias na época e alguns de seus aliados. Por isso mesmo, o tratado não obteve consenso dos membros da conferência em 1968. O Brasil era membro também, e o Brasil não deu o consenso para a finalização do tratado. Finalmente os dois co-Presidentes da conferência, que eram coincidentemente Estados Unidos da América e União Soviética, sob a sua responsabilidade de co-Presidentes, mandaram para a Assembléia Geral o texto do tratado. A Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou o tratado e recomendou o tratado à assinatura dos estados. Isso em 1968, por meio de uma resolução que tomou nº. 2373. Essa resolução que recomendava o tratado, foi adotada por 95 votos a favor, 21 abstenções, entre as quais a do Brasil, e quatro votos negativos. O tratado entrou em vigor em 1970, quando atingiu 40 ratificações necessárias, segundo o texto do tratado para a entrada em vigor. E ao longo dos anos, praticamente todos os estados membros das Nações Unidas, com exceção, já foi dito aqui, Israel, Paquistão, Índia, não assinaram o tratado e mais tarde a Coreia do Norte se retirou. O tratado hoje tem 188 membros. Já foi descrito aqui o tratado, estabelecimento de duas categorias de países possuidores e não possuidores, e o caráter discriminatório desse arranjo. Alguns chamaram na

época a esse arranjo a continuação do congelamento do poder mundial. Teria sido, segundo essas vozes, a primeira instância desse congelamento foi o Conselho de Segurança das Nações Unidas com cinco membros permanentes com direito de voto. O Tratado de Não-Proliferação seria o prosseguimento desse processo de congelamento.

Não vou descrever também o restante do tratado, já foi dito aqui, só direi que o sistema de salvaguardas previsto no tratado está no art. 3°, o art. 4° reconhece o chamado direito inalienável, a pesquisa, produção e uso de energia nuclear para fins pacíficos, o art. 6° registra o comprometimento de todas as partes levar efeito negociações de boa-fé, em breve prazo, sobre medidas eficazes para cessação da corrida armamentista. O tratado foi previsto no seu texto para durar 25 anos, ao fim dos quais se realizaria uma conferência para verificar se o tratado deveria ser estendido indefinidamente, e essa foi a decisão na Conferência 95, 25 anos depois, que decidiu estender indefinidamente o tratado. A extensão definitiva só foi obtida mediante uma negociação da conferência em que se... A conferência aprovava uma declaração de objetivos e princípios relativos ao desarmamento e também uma declaração sobre a criação de uma zona livre de armas de destruição em massa no Oriente Médio. Essa foi a negociação que permitiu a extensão indefinida no tratado.

Desde a Conferência das 18 Nações, desde os anos 60, também nas conferências a partir de 68, em 70, quando o tratado entrou em vigor, tem surgido controvérsias entre as partes do tratado. Durante o período da Guerra Fria, os arsenais dos países possuidores de armas nucleares, principalmente os dois grandes, aumentaram rapidamente durante a Guerra Fria. O total de armas nucleares em poder das cinco potências de nuclearmente armadas que o trato reconhece, chegou, segundo estimativas, a ao máximo de cerca de 60 ou 70 mil armas nucleares, e 95% desse total pertencente aos dois principais países, Estados Unidos, União Soviética e depois Rússia. E, desde essa época, os países não nucleares vêm cobrando dos países nucleares o cumprimento das promessas de desarmamento contidas no art. 6°.

A partir da década de 80 verificou-se uma redução apreciável nos arsenais das duas principais potências. Estimam-se hoje em cerca de 23, 24 mil, é difícil saber porque não há transparência, mas cerca de 20, 23, 24 mil o total de armas nucleares em poder de todos os cinco nucleares e mais os três que não fazem parte do tratado. E a grande maioria, mais de 90%, ainda pertencente aos Estados Unidos e à Rússia. Não se pode dizer que não tem havido redução. De 70 mil do tempo da Guerra Fria até as 20 e poucas mil existentes hoje. É óbvio que tanto as 70 mil quanto as 20 mil são capazes de destruir não somente o nosso planeta uma vez, mas dezenas ou talvez centenas de vezes. O fato é que houve certas reduções. Também a França e o Reino Unido fizeram algumas reduções em seus arsenais. É preciso reconhecer que houve essas iniciativas e houve esses fatos. Mas também é preciso reconhecer que esse movimento de reduções tem sido demasiadamente lento e irregular. E, além disso, praticamente sem transparência. Os demais países têm apenas de ouvir o que os nuclearmente armados nos dizem e acreditar no que nos dizem, não há maneira de verificar aquilo que eles nos dizem que fazem.

E também esse processo não tem tido a garantia da irreversibilidade. Não sabemos o que acontece com as armas que nos dizem ter sido tiradas de... Estar prontas para disparo. Não sabemos se foram destruídas, não sabemos se foram guardadas em armazéns, não sabemos de que forma elas poderão, ou não poderão, voltar a ser úteis para fins de destruição.

Os países não nucleares apontam ainda à persistência de doutrinas militares que contemplam a possibilidade de uso das armas nucleares, mesmo contra países que não possuem e mesmo como primeiro uso. Essas são os principais reparos pelos países não nucleares ao estado de coisas existentes hoje. Além disso, alguns dos possuidores têm afirmado que, mesmo com as reduções que fizeram, eles pretendem manter seus arsenais, e aí a citação é textual, enquanto existirem armas nucleares. Isso me parece ser uma perfeita justificação para a manutenção da posse indefinida. Os países não nucleares também criticam que consideram uma excessiva ênfase dada pelos nucleares às medidas de não proliferação, em detrimento de medidas efetivas de desarmamento.

Estas são as principais controvérsias existentes hoje, no Tratado de Não-Proliferação. A partir das duas últimas décadas, as potências nucleares e seus aliados passaram a argumentar que os sistemas de verificação, contidos no Tratado, que são do art. 3°, que trata do sistema de salvaguardas da agência, eles argumentam que esse sistema de verificação não são suficientes para assegurar o cumprimento das obrigações de não proliferação. Quando houve a descoberta de um programa clandestino no Iraque, essa descoberta deu origem à negociação de um protocolo adicional, adicional ao sistema de salvaguarda já existente. A adesão ao protocolo adicional é voluntária. Só pôde existir por ser voluntário. A principal diferença entre o sistema original existente no tratado e o sistema estabelecido no protocolo adicional é que o primeiro, do tratado, o original, se exerce unicamente sobre o material físsil,

utilizado em atividades pacíficas nos países não nucleares, de forma a comprovar a ausência de desvio desse material para fins não permitidos no tratado. Protocolo adicional visa permitir a realização de inspeções sobre quaisquer instalações, não apenas as dedicadas à atividades pacíficas, mas a quaisquer outras existentes no país inspecionado, onde possa haver suspeitas de atividades proibidas no tratado.

Até o momento, 128 países dentre os 188 membros do tratado já assinaram o protocolo adicional, 95 já ratificaram; desses 128, 95 já ratificaram. As propostas de obrigatoriedade e aperfeiçoamento do sistema de verificação têm sido recebidas com reservas por muitos desses países, principalmente aqueles que possuem programas significativos, programas pacíficos significativos. Isso diante da lentidão e da percebida ausência de vontade política para a busca de progresso no sentido do desarmamento. Na controvérsia, esse tipo de controvérsia vai surgir novamente, com toda certeza, nos debates da conferência de exame do TNP agora em maio.

É uma equação complexa essa da correspondência entre medidas de prevenção da proliferação e medidas de desarmamento nuclear. As medidas de prevenção da proliferação são medidas de não fazer, basta que o país não faça alguma coisa e estará cumprindo os compromissos estabelecidos no tratado. Enquanto que as obrigações de desarmamento são obrigações de fazer, e essas naturalmente são mais complexas, exigem mudança de percepções de segurança dos países armados e exigem complexas negociações de paridade entre forças nucleares e sua relação com forças convencionais, que já foi dito aqui por outros oradores, e além disso há a dificuldade prática, o custo de desmantelamento, destruição de ogivas, redução do teor de enriquecimento da matéria física usada no [ininteligível] nuclear. E outras questões técnicas que são complexas, para mostrar a diferença, a dificuldade de comparar, de estabelecer correspondência entre medidas de desarmamento e medidas de não proliferação.

Não obstante, apesar dessas dificuldades, de reconhecer essa dificuldade, os países não nucleares estão convencidos de que o principal ingrediente ausente nos possuidores de armas é a vontade política de realizar as forças concretas no sentido do desarmamento. Temos hoje o tratado já desde 1970, já temos mais de 40 anos, pouquinho mais de 40 anos da existência do tratado e as reduções, e a vontade de reduzir não parecem ser suficientes para convencer os países não nucleares. Algumas ideias têm sido propostas, inclusive pelo Brasil, na busca de soluções práticas que possam ser examinadas na conferência de maio. Diversos países apóiam a atualização do programa de 13 passos, também já foi mencionado aqui, foi adotado em 2000, na Conferência de 2000, e até agora não foi implementado.

O Secretário-Geral das Nações Unidas apresentou um plano de cinco pontos para o desarmamento, e, nele, ele endossou a sugestão que já tinha sido feita por organizações não-governamentais e também tinha sido já apresentada oficialmente pela Malásia e Costa Rica, de negociação de uma convenção internacional que proibiria a fabricação, armazenagem e uso de armas nucleares em todos os países. E segundo o modelo, seguiria o modelo que foi bem sucedido da convenção de proibição de armas químicas do final dos anos 90. Nós sabemos que existem três tipos de armas de destruição em massa: as armas químicas, as armas biológicas e as armas nucleares. Tanto as químicas quanto as biológicas são objeto de convenções internacionais. A terceira arma de destruição em massa, a nuclear, infelizmente não está regulamentada pela comunidade internacional. Também, para o Brasil, sugeriu medidas para, na conferência, serem examinadas na conferência, agora, de maio, para aperfeiçoar a transparência dos planos de desarmamento dos países nucleares. E os países do Oriente Médio propõem a realização de uma conferência, no âmbito das Nações Unidas, para verificar a possibilidade de estabelecimento de implementação daquela resolução de 95, já faz 15 anos que essa resolução foi adotada em 95, de estabelecimento de uma zona livre de armas nucleares no Oriente Médio, até agora não foi implementado e os países do Oriente Médio têm se mostrado crescentemente nervosos e preocupados com essa situação, eles vão propor que se realize uma conferência para a implementação dessa resolução. E finalmente, um grupo de sete países dos quais o Brasil participa, que se chama A Nova Agenda, preparou um documento de trabalho que conterá também propostas específicas para a conferência agora em 2010.

Do seu lado, os países nucleares e muitos dos aliados vêm defendendo, ao contrário, a necessidade de fortalecer o sistema de verificação, a fim de evitar que novos estados venham adquirir armas nucleares, e também impedir que atores não estatais, os chamados terroristas, venham obtê-las. Entre outras sugestões desse grupo de países nucleares e aliados, está a transformação do protocolo adicional de voluntário em obrigatório. Ou, então, de considerá-lo como uma condição necessária para o fornecimento de material e assistência para fins pacíficos. Também existe a ideia de, alguma forma, tornar a denúncia do tratado, a retirada de algum país do tratado tornar impossível,

proibir que qualquer país membro do tratado possa dele sair.

É claro que a conferência somente pode fazer recomendações nesse sentido. A conferência não pode estabelecer normas, novas normas com valor jurídico de um tratado, mas pode fazer recomendações, e é possível que esses países venham a propugnar na conferência a adoção de medidas desse tipo que eu acabo de descrever.

Os países nucleares também argumentam que o desarmamento somente pode ser possível quando houver plena segurança de que não haverá proliferação. Em outras palavras, o que eles fazem é condicionar qualquer avanço significativo no sentido do desarmamento nuclear a uma garantia absoluta que nenhum outro país virá no futuro adotar-se de armamento nuclear. O Conselho de Segurança, por exemplo, o Presidente do Conselho de Segurança há alguns anos atrás fez uma declaração, apoiada pelos demais membros, de que a proliferação de armas nucleares é um perigo para a paz, uma ameaça à paz e a segurança internacional. Não conhecemos nenhuma declaração do Conselho de Segurança de que a existência de armas nucleares seja um perigo para a paz e a segurança internacional. Recentemente, o Conselho, também, no ano passado, adotou a Resolução 1887, que trata do reforço de medidas de não proliferação, e trata muito perfunctoriamente de qualquer medida de desarmamento nuclear.

E esses países nuclearmente armados e muitos dos aliados também consideram que a preservação da paz mundial, no sentido da ausência de uma nova guerra mundial, claro que a paz... Infelizmente vários conflitos regionais tem acontecido, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Mas, para esses países, a preservação da paz significa, sobretudo, que não venha existir um conflito tão generalizado quanto foi a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais. Mas eles sustentam que a paz que temos, relativa paz que temos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial somente foi possível, dizem eles, devido ao armamento nuclear de que eles dispõe, consideram que esse é um fator de dissuasão, e fator de manutenção da paz.

Finalmente também existem divergências entre os membros do tratado quanto a maneira de tratar os três países que não assinaram a TNP, a Índia, Paquistão e Israel, e a República Popular Democrata da Coreia, que se retirou do tratado nos anos 90.

Essas considerações que eu procurei expor com toda isenção, mostram a diversidade de visões e de opiniões dentre os membros do tratado. E elas ilustram a dificuldade que haverá de encontrar consensos construtivos na conferência, que possam levar a progressos reais no sentido do desarmamento e também no sentido da não proliferação. Alguns acontecimentos recentes talvez ajudem a facilitar essa busca de consenso. Em 2007 quatro eminentes ex-estadistas norte-americanos, Henry Kissinger, George Shultz, Willian Perry e Samuel Nunn, publicaram um artigo na página de opinião do Wall Street Jornal, e nele argumentavam que é necessário, imprescindível que os países nucleares façam esforços ativos, sérios, no sentido do desarmamento. Do próprio desarmamento. A fim de evitar surgimento de novos possuidores, quer dizer, racional sempre tem sido a da não proliferação. Mas pelo menos esses senhores parecem haver entendido que é para conter a proliferação é necessário haver esforços sérios no sentido do desarmamento nuclear. Também outros governantes ou ex-governantes fizeram declarações semelhantes, Ministro do Exterior da Grã-Bretanha, também no ano de 2007, disse coisas semelhantes, em março do ano passado, logo depois de assumir as presidências de seus países, o Presidente Obama e o Presidente Medvedev fizeram uma declaração pública em Londres, conjunta, e afirmavam a determinação de chegar em breve a um acordo para redução de seus arsenais nucleares, isso foi em março do ano passado. Essa redução foi a que se concretizou agora com esse anúncio feito há dois dias atrás, de que os dois países tinham chegado a tratado que tem reduções muito modestas de seus arsenais. E também em abril do ano passado o Presidente Obama fez um discurso em Praga, no qual apresentou o que ele chamou a visão de um mundo livre de armas nucleares. Reiterou o compromisso, pelo menos o pessoal, compromisso pessoal seu, com o desarmamento nuclear e com a não proliferação, e a intenção de levar ao Senado americano, isso foi em março do ano passado, para ratificação no mais breve prazo possível o tratado de proibição abrangente de ensaios nucleares. Muitos países aplaudiram, governantes estadistas repetiram essas afirmações, além de analistas e comentaristas internacionais e organizações não-governamentais. Quer dizer, toda aquela disposição anunciada foi amplamente reconhecida e aplaudida.

Como vimos, essas reduções que foram anunciadas ontem são bastante modestas, são até de difícil entendimento, e segundo alguns analistas, elas nem sequer chegam a reduzir as armas e mantém doutrinas que são visivelmente contrárias ao espírito do desarmamento nuclear. Então isso mostra toda dificuldade, todas as dificuldades que teremos. A ratificação, pelos Estados Unidos, do tratado de proibição de ensaios nucleares ainda não foi possível, o Executivo ainda não encontrou um clima político que permitisse a apresentação ao Senado com alguma chance de aprova-

ção por parte do Senado Americano, e é óbvio que a aprovação... Estados Unidos é apenas um, é apenas um dentre nove países cuja assinatura, cuja ratificação do tratado de proibição de ensaios é necessária para que o tratado entre em vigor. Mas é óbvio que se um país como os Estados Unidos ratificar o tratado, obviamente criará uma pressão importante para que alguns dos outros oito, pelo menos, possam também levar mais a sério esse compromisso.

Na conferência do desarmamento em Genebra também se procurava iniciar negociações para um tratado de proibição de matéria físsil, tratado conhecido pela sigla FMCT, proibiria a fabricação de matéria físsil para fins bélicos. Há também uma controvérsia aí, alguns defendem o FMCT, que seria o **cut-off*, o*** corte da proibição daqui em diante de fabricação, e alguns que pensam que é necessário fazer um FMT, sem o *cut-off*, sem o corte. Um tratado que abrangeria não apenas a fabricação, mas também a destruição dos estoques de matéria físsil existente. Somente é possível, e essas coisas a gente tem de reconhecer, porque são assim, somente é possível fazer um tratado de proibição de matéria físsil, na opinião dos países que possuem estoque de matéria físsil, se eles se virem possibilitados, se houver para eles a possibilidade de manter os estoques. Vários países, a França, por exemplo, já fechou até suas instalações de produção. Estados Unidos também. Não produzem mais matéria físsil para fins bélicos, pelo simples fato de que já possuem estoques consideráveis, não tem mais necessidade de produzir. A proibição seria, assim como o Tratado de Não-Proliferação, para aqueles que viessem depois.

Então, essas são as principais dificuldades que terão de ser enfrentadas na conferência agora em maio. São muitas as dificuldades. São questões fundamentais, são questões que vem sendo debatidas desde que o tratado começou a existir, e todas elas parecem não ter solução visível. No entanto, o importante, na minha opinião, é prosseguir na busca de entendimento. Disso depende o futuro do regime, não só regime de não proliferação, mas também o precário compromisso de desarmamento nuclear. Então, é muito importante que os países membros do tratado prossigam na busca de entendimento, e que possam de alguma forma encontrar na conferência pontos de consenso que possam levar adiante os propósitos que o tratado engloba. É importante o ativo de organizações não-governamentais e da sociedade civil como um todo, e esse aqui, em muitos países se vê isso e vemos também aqui no Brasil diversas organizações, essas que estão presentes aqui e outras, que tem procurado dar a sua contribuição para o progresso desse campo. E é também importante a contribuição dos parlamentos. Temos aqui também uma prova da importância que o Parlamento Brasileiro atribui a esses a esses temas. Tudo isso pode ser um fator decisivo para que finalmente, de alguma forma, a sociedade internacional possa progredir na busca de um futuro livre de armas nucleares e de todas as armas de destruição em massa. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Obrigado, Embaixador, pela brilhante exposição. Por sorte eu não li o currículo dele todo, porque nós teríamos a felicidade de ouvi-lo por um tempo ainda mais longo se tivéssemos tratado de todo seu currículo, porque a experiência de quem está lidando com o tema e discutindo com esses atores... Então, muito significativa a sua presença aqui, eu agradeço em nome da Comissão de Relações Exteriores e em nome das entidades que estão promovendo, que é um colegiado de entidades estatais e não estatais, governamentais e não-governamentais.

E, antes de passar a palavra ao próximo orador, eu gostaria de propor que as pessoas que tem perguntas, elas já entreguem as perguntas para os nossos colegas que estão ali ao lado, para facilitar depois o andamento dos nossos trabalhos.

Vamos convidar para fazer uso da palavra, porque consideramos que era muito importante a presença da universidade na nossa discussão, porque, se tratamos da ciência, da tecnologia, e especialmente nessa área tão sensível da tecnologia nuclear, nós não poderíamos e não podemos, o Parlamento Brasileiro e as entidades não-governamentais que promovem esse debate, especialmente o Conselho Mundial da Paz e a Fundação Alexandre Gusmão consideraram que não era possível iniciarmos um debate desse no Congresso Nacional sem a presença da universidade. E consideramos que a primeira universidade a ser convidada para esse debate deveria ser a Universidade de Brasília. Por isso eu convido para usar da palavra o Prof. Nielsen de Paula Pires, que é do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília, para que ele possa também fazer considerações sobre... Dar sua opinião e fazer considerações sobre as palestras oferecidas até o presente instante aqui em nossa primeira fase de trabalhos. Então, Prof. Nielsen de Paula Pires está com a palavra.

SR. NIELSEN DE PAULA PIRES: Obrigado, Senador. No seu nome cumprimento a todos os palestrantes componentes dessa Mesa. E em primeiro lugar queria felicitar os organizadores do evento pela iniciativa e pelo nível, a qualidade das apresentações que aqui foram feitas. Acredito que nessa perspectiva,

se estão cumprindo os objetivos de um Parlamento, de uma diplomacia feita pelo Parlamento e que busca a resolução de conflitos. O Senador Eduardo Azeredo, na abertura desse encontro, ele anunciava que estávamos reunidos aqui para discutir a revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, portanto esse é o objetivo do nosso encontro. O tratado é uma coordenação multinacional de políticas de estado que subscrevem esse acordo. Tivemos contribuições valiosas na análise específica do conteúdo, da substância desse tratado. A visão da universidade é de ampliar um pouco o foco da discussão, porque aqui são... Aqui foram feitos análises, considerações específicas, Prof. Frederico destacou na sua intervenção que o tratado é fruto de uma experiência histórica, de experiências negativas, históricas, o problema das guerras, o tratado nesse sentido é um avanço que deve ser aperfeiçoado, todos nós estamos de acordo com isso, e toda discussão que foi feita aqui analisando o tratado, ela tem como conceito subjacente na discussão, a questão da guerra, a questão da destruição, a questão do conflito levado à sua forma mais exaltada, que implica na destruição do outro. E nós queremos chamar a atenção de que a questão da guerra, ela deve... O eixo de discussão sobre guerra deve se deslocar para um eixo de discussão sobre a paz.

O Tratado de Não-Proliferação, ele trata de reduzir armas de destruição e se esgota nisso. O que nós precisamos é, além dessa discussão, e é importante, o Embaixador disse na sua última intervenção, e conclui dizendo, é importante prosseguir na busca de entendimentos, claro, temos que participar de todas as discussões de redução de armas nucleares ou não, ou convencionais. Entretanto, esse problema, ele não se esgota na redução de armas. Nós temos que tratar da construção da paz. Esse é o nosso objetivo. A universidade deve chamar atenção para a construção da paz. A paz é uma situação desejada por todos. É um conceito. Paz é um conceito positivo. Todo mundo vê, pode não ter a definição de paz, mas vê como uma coisa positiva. A guerra é um conceito negativo. É um conceito de destruição, destruição do outro, do outro ser humano. A paz é a preservação da vida e a busca de satisfação das necessidades básicas de todo ser humano. Então, nas intervenções das mulheres, e acredito que talvez pelo gênero, essa percepção está colocada. A qualidade de vida, a busca da satisfação das necessidades humanas, e a guerra é a negação disso.

Portanto, se nós vamos entrar numa discussão específica sobre Tratado de Não-Proliferação, se nós ficarmos centrados nisso, vamos, na melhor das hipóteses, chegar nos cinco pontos que o Embaixador mencionou aqui como uma proposta possível, dentro desse cenário de cartas marcadas, aonde as grandes potências estão demarcando seus limites em base a visão de guerra, em base a visão de poder, poder como estado militar. Então, nós temos que ampliar a nossa visão na discussão. Ampliar essa questão da guerra e partir para a questão da paz. Temos que desenvolver o conceito de paz na discussão, introduzir o conceito de paz na discussão da não proliferação e de outros, e de outros temas que surjam no contexto internacional. Então, a Profa. Cabasso nos falou, por exemplo, da esperança da abolição de armas nucleares que gerou a eleição do Presidente Obama. Mas, e aí vem o mas, que estão... Que esta política não vai mudar substancialmente a visão do Governo Norte-Americano. Muda a esperança, mas não muda porque não mudam os conceitos. O conceito que predomina é o conceito da guerra e do poder armado. Eu imponho meu poder se eu tenho mais armas, e armas mais poderosas, mesmo que a gente com uma arma só destruiria o mundo, se a gente tem 170 possibilidades de destruir o mundo, uma só basta, não precisa ter 170. Uma. Portanto, esse não é o caminho. O caminho é a construção da paz.

A paz... Foi dito aqui nas conferências anteriores, a paz é a promoção do desenvolvimento. Desenvolvimento econômico, social, cultural... Do desenvolvimento integral do ser humano e da sociedade. A paz é a construção e a satisfação dos bens materiais e não materiais. Valores, como a liberdade, como o amor, amor no sentido de sentir-se querido e querer, ser reconhecido e reconhecer. Numa sociedade, na família. Sentir-se parte de alguma coisa. Então o desenvolvimento da paz significa satisfazer bens materiais e bens não materiais. Se nós não mudarmos o foco da guerra, nós vamos ficar prisioneiros, correndo atrás do rabo do cachorro. Cachorro correndo atrás do seu rabo para tentar resolver o problema da não proliferação. Acredito que nas intervenções que nós tivemos aqui, da Profa. Cabasso, da Profa. Socorro, que quer contribuir para criar uma consciência mundial para a paz através da cooperação internacional, que é pela eliminação de todas as armas nucleares, e que a causa da paz é a causa dos povos, falou a Profa. Gomes, falou o Prof. Frederico. O que importa para a paz é a eliminação das armas nucleares. Mas, mais que isso, é a construção de uma sociedade... De uma sociedade nacional, uma sociedade internacional mais justa, mais democrática, mais fraterna, mais solidária. Idealismo? Idealismo. O ser humano não é só realista, não é só materialista. O ser humano é também alguma coisa a mais que isso e tem que usar essas qualidades na sua interpretação, na sua análise.

A análise política mais elementar considera pelo menos três elementos da análise: os atores, os interesses que movem esses atores e a ação, a prática. O que nós estamos analisando aqui é uma prática, é uma política consertada de estados, uma política para contar a produção, a proliferação de armas. Quais são os interesses, quais são os atores? Os atores, principalmente, que estamos falando aqui, são os estados. Entretanto, os estados não fazem a política só com a sua burocracia do estado. Esses estados têm uma relação com a sociedade civil que tem que ver com empresas que produzem as armas, tem que ver com uma sociedade civil organizada, que contribui para que esse complexo industrial militar se desenvolva, tem que ver com um mercado que existe de armas, convencionais e não convencionais. Então, quando nós falamos de política de não proliferação, nós estamos tratando só das políticas do que faz a burocracia estatal. Como é que a sociedade nacional está participando nessa definição de política dos estados? Como é que a sociedade globalizada está participando dessa discussão da política mundial?

Então, tentando resgatar um pouco da nossa conferência, o que nos interessa aos brasileiros como Governo e como sociedade civil nessa discussão? Nos interessa a construção da paz. Por uma convicção histórica do povo e do Governo Brasileiro e por uma necessidade urgente de desenvolvimento e de justiça. Estamos tratando de uma discussão de redução de armamentos, no caso armamentos nucleares, porque existem outros armamentos que inclusive o Governo Brasileiro é produtor de armas. Não nucleares, ainda. Então, estamos tratando da redução de armamentos. Entretanto, não é suficiente a redução de armamentos, nós temos que ampliar o nosso foco de análise. Devemos avançar nessa reflexão que implica, primeiro, na redução de conflitos, na resolução de conflitos, e ainda subjacente a essas questões está esse conceito de poder, de guerra, de... Um paradigma de dominação, de força, e passar a notar um terceiro estágio que seria a construção da paz, esse, sim, um novo conceito. Um conceito mais integral. Construção da paz é entendida como construção de uma situação desejada, todos nós queremos a paz, que implica na melhor qualidade de vida, na satisfação das necessidades básicas dos seres humanos, materiais e não materiais.

E assim, com essas observações, eu encerro a minha participação neste evento. Acredito que os dados substantivos sobre a questão da nossa reflexão aqui, que é o Tratado de Não-Proliferação, foram dadas por todos os conferencistas. E única observação que eu poderia fazer era tentar tirar um pouco do foco a reflexão sobre o tratado e buscar colocá-la num contexto pouco maior para tentar entender um pouco mais qual é o sentido, para onde nós estamos indo. Estamos discutindo só isso aqui, mas aqui... Subjaz aqui um conceito que nós temos que superar esse conceito da guerra, do poder pela força. Temos que mudar a nossa visão para um conceito mais de construção democrática de participação, de maior discussão e de construção de melhorar a qualidade da vida, e não da destruição da vida, aonde o ser humano seja o foco central, e não o interesse a segurança nacional um conceito abstrato, mas o ser humano é o foco. Nós temos que centrar é nisso. E o que interessa é a melhoria desse ser humano, não a destruição dele. Com isso eu encerro a minha participação, felicitando a todos os que me antecederam e a visão da universidade é uma visão de abertura, não de centrar num foco, nós temos que universalizar a visão. Muito obrigado e parabéns aos organizadores e aos assistentes que, com tanta paciência, nos escutaram. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Obrigado, Prof. Nielsen. Eu já faço uma provocação para o senhor, considerando o papel da universidade no Brasil, de que a UnB, logo que voltem às atividades, pudessem promover no âmbito da Universidade de Brasília, aí invertendo a situação, o senhor nos convoca, nós vamos à universidade juntamente com as organizações não-governamentais.

SR. NIELSEN DE PAULA PIRES: Aceito a provocação e faço uma réplica, como aqueles terremotos que acontecem no Chile, uma réplica. O senhor como parlamentar, que veja a nossa situação da universidade, estão querendo tirar 26% do nosso salário. Então, nos ajude a... Porque nós não estamos pedindo aumento de salário, estamos pedindo que mantenha o salário, porque estão querendo tirar 26%. Isso é educação. Educação tem que ser atendida adequadamente. Estarei promovendo na Universidade de Brasília um novo encontro, articulado com o senhor e com os demais, mas também pediria que o senhor nos ajudasse nessa luta com o nosso Ministro do Planejamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu não vou dar a tréplica porque a iniciativa tem que ser do Executivo. O Parlamento não pode tomar essa iniciativa. Mas podemos acolher a reivindicação dos professores da Universidade de Brasília e das universidades brasileiras que muitas têm sofrido com essas questões.

SR. NIELSEN DE PAULA PIRES: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos passar aqui à fase de perguntas, nós temos aqui já três perguntas, uma da Tati, que é ampla, é dirigida praticamente a todos da Mesa que

é sobre qual a expectativa dos conferencistas sobre a pressão que as organizações da sociedade civil e não governamentais e pacifistas podem exercer na conferência. Se elas têm, de fato, essa capacidade de influir, se o papel delas vai ser, digamos assim, considerado. Essa é uma pergunta genérica. Eu vou fazer três de imediato para que... As duas próximas são para o nosso Embaixador Sérgio Eduardo Queiroz. A primeira é de Laura Oliveira Pereira: "*ultimamente o Brasil tem sido apontado como potencial mediador da questão nuclear iraniana, tanto pela nossa aproximação recente ao regime de Ahmadinejad, como pela postura que o Brasil tem...*" Quer dizer, lido literalmente, embora exista a controvérsia sobre a aproximação ou não. "*Tem adotado no que se refere à questão que vai na contramão da tendência pela aprovação de novas sanções pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Como o senhor qualifica a nossa postura e em que medida o Brasil poderia contribuir para a resolução da questão nuclear iraniana?*" E uma segunda, também mais ampla, para o Embaixador, diz respeito à perspectiva... Pergunta Lucas da Silva Almeida, da Universidade de Brasília: "*A perspectiva mundial sobre as armas nucleares não estaria comprometida devido a proximidade temporal?*" Discorre ele. Discorrendo um pouco. "*Os assírios foram o flagelo da mesopotâmia com armas de aço e ferro, superiores a bronze. Como na época...*" Depois aqui o Lucas vai ter que me ajudar. "*Da mesma forma que a pólvora e o fuzil viraram o rumo da história. Não estaria a arma atômica fadada à banalidade?"* Essa é uma boa. Vamos liquidar o tratado logo de uma vez que é pra gente não... E tem uma pergunta para o professor Nielsen. Essa não é uma provocação salarial. Vem falando aqui: "*O senhor fala em construção da paz. Esse foco de análise, de ação não corre o risco de não conseguir sair do discurso? Quais são as medidas concretas com implicações concretas que podem ser sugeridas em maio, na conferência das Nações Unidas?*"

Então vamos começar pelo Embaixador, que trata da questão genérica, mais ampla primeira, e depois entra nas outras duas e em seguida vamos ao professor e em seguida ao demais. Está bem? Então... Embaixador, por favor.

SR. SÉRGIO DE QUEIROZ DUARTE: Muito obrigado. Sobre a pressão da sociedade civil, a contribuição que a sociedade civil pode dar para o tratamento e eventual sucesso no tratamento desses temas de desarmamento, paz e segurança internacionais, eu diria que é extremamente importante a participação da sociedade civil. E ela tem exercido ao longo das décadas. Eu me lembro nos anos 80 quando houve a segunda e terceira conferência especial, sessão especial da Assembléia Geral das Nações Unidas para assunto de desarmamento, a sociedade civil esteve sempre presente com demonstrações. Quando houve nessa época, também nos anos 80, grande pressão da sociedade civil na Europa para o desarmamento por causa da presença de armas nucleares se confrontando entre as duas superpotências. E boa parte do tratamento dado pelos governos a esses temas decorreu de manifestações da sociedade civil. Elas também funcionam ou não apenas como elemento de pressão do ponto de vista de concentrações de pessoas, marchas, demonstrações, etc., mas também e cada vez mais como análises importantes no tratamento em profundidade das questões, auxiliando os governos e auxiliando as Nações Unidas nesse tratamento. De modo que eu diria que é extremamente importante, é importante que continue.

Quanto à pergunta sobre o Brasil como mediador na questão do Irã, se o Senador Inácio Arruda tivesse lido todo o meu currículo, teria dito também que eu me aposentei na carreira diplomática por limite de idade já há alguns anos atrás. E eu agora sou funcionário das Nações Unidas. Não sou mais formalmente diplomata brasileiro. Mas é claro que eu continuo a ser diplomata, e, sobretudo, continuo a ser brasileiro. Não há nenhuma incompatibilidade nessas funções. O Brasil não tem se propriamente... Que eu tenha visto, não tem se apresentado como um mediador. O Brasil tem procurado influir com as credenciais que possui. O Brasil é um país exemplar no cumprimento de suas obrigações no Tratado de Não-Proliferação, e é também um país exemplar na defesa da paz, o que nos falou aqui o professor. Então, o que o Governo Brasileiro tem procurado fazer, tanto quanto eu posso ver, é chamar atenção dos países mais envolvidos nessa discussão, nesse debate sobre o programa nuclear irariano para que utilizem até onde seja possível, mas utilizem primordialmente os instrumentos pacíficos da solução da controvérsia que existe. Se isso dará resultado ou não, não se pode saber, obviamente, mas isso tem sido, na minha opinião, a direção do esforço do Governo Brasileiro e eu espero que continue sendo assim.

Finalmente, quanto à questão de arma atômica virá a ser banalizada, hoje há várias possibilidades. Armas espaciais, laser e uma série de outras coisas que talvez um dia tornem obsoleta a arma nuclear. Ela de certa forma já chegou a um certo grau, não diria de obsolescência, mas mesmo países possuidores de armas percebem que a capacidade de utilização da arma nuclear é relativamente restrita. Ela... tanto mesmo os países que continuam aferrados à ideia de que não poderão empregá-las em qualquer situação, que não aceitam limitações ao uso da arma nuclear,

compreendem que não é em qualquer situação que se pode utilizar uma arma nuclear. Eu espero que ela jamais venha ser novamente utilizada, mas é claro que de certa forma esses países reconhecem a dificuldade prática, política, econômica de manter arsenais nucleares de grande porte. E talvez cheguem, como aqui nos falou, sobretudo a minha amiga Jacqueline Cabasso, a questão de que são... Será o desenvolvimento das armas convencionais que fará a diferença em termos de manutenção da hegemonia daqueles que hoje possuem armas nucleares. Não sei se respondi as perguntas, mas pelo menos posso ter dado algum elemento de elucubração, algum elemento de reflexão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Embaixador... Vamos passar imediatamente ao Prof. Nielsen de Paula Pires, para a questão que foi formulada e também sobre a primeira questão mais geral.

SR. NIELSEN DE PAULA PIRES: "*O senhor fala em construção da paz. Esse foco de análise e de ação não corre o risco de não conseguir sair do discurso? Quais são as medidas concretas com implicações concretas podem ser sugeridas em maio?*" Então, eu responderia o seguinte. Primeiro, eu participo das discussões preliminares, como essa reunião que está havendo aqui. E trago nessa reunião essa questão da discussão do conceito de paz. Porque eu estou querendo intervir, interferir na política que vem sendo desenvolvida até então, que tenha um paradigma, uma orientação teórica, uma concepção subjacente à fabricação de armas e a produção e a disseminação de armas, que eu sou contrário a isso. Então eu venho trazer essa minha ideia, que pode parecer, como é uma ideia dominada, não dominante, a dominante é do poder, da guerra, então como é uma ideia dominada, ela pode ser considerada utópica, idealista, fora da realidade, não concreta, como está escrito aqui, que são maneiras de ir desqualificando, talvez por desconhecimento, a colocação. Então, eu estou trazendo como elemento na discussão, numa discussão concreta, empírica, que perde a visão da totalidade, eu estou trazendo a reflexão sobre a totalidade. As armas de produção de armas fazem parte de uma totalidade, não... Eles não se esgotam em si mesmo. Elas estão relacionadas com a sociedade global, com o mundo, com a vida, com os seres humanos. Então, isso que estou chamando atenção. O concreto, pra mim, é dizer o seguinte: pessoal, a questão não é a destruição, a questão é a construção. Não é a morte, é a vida. Eu estou chamando atenção disso. Essa é a minha participação. Hoje aqui, amanhã noutra discussão, para ver se eu, de alguma maneira posso sensibilizar alguém que vai elaborar política, algum burocrata do estado que vai apresentar a proposta lá, se eu sensibilizo quem vai apresentar a proposta lá para discussão. Então, participar das discussões preliminares como as que hoje acontecem aqui é uma forma concreta de responder.

Segundo, a Profª. Jackie Cabasso, na apresentação dela, ela diz o seguinte: Olha, os governos devem apresentar... Os Governos devem revisar suas políticas, e eu hoje participo aqui tentando influenciar nessa revisão de política, os governos devem revisar suas políticas e trazer novos aportes para a ONU. E a professora disse na exposição dela, o caminho para a paz é o desenvolvimento. Então, eu estou chamando atenção de que a produção de arma e arma nuclear não ajuda o desenvolvimento do ser humano, não contribui para o desenvolvimento do ser humano, contribui para o desenvolvimento da indústria, do complexo industrial militar, mas do ser humano, não, porque o produto final dela leva à destruição da vida. Então, sou contra a produção de armas nucleares, sou contra a produção de armas, sou a favor do desenvolvimento econômico, social, político, cultural, etc.

Então, está aqui, implicações concretas. O que eu proponho concretamente para o mês de maio? Olha aqui. É a proposta do Governo Brasileiro. Por exemplo, o Embaixador deu aqui cinco contribuições, cinco pontos que podem ser levados lá. Num desses pontos ele vai falar de transparência na produção de armas nucleares, se eu não me equivoco. Mas seria oportunidade do senhor rever aqueles cinco pontos ali para ficar claro aqui para o pessoal o que é possível fazer lá. Então, um dos pontos é a transparência sobre a produção. Esse é um ponto que pode ser... O Brasil defende uma proposta lá. Essa proposta que eu levaria concretamente para o mês de maio.

Depois tem aqui. Olha, o mundo... Nós somos pelo mundo livre de armas e com mais justiça. Essa é a nossa posição. Talvez não seja a posição dominante que vai ser levada lá na discussão dos fóruns, etc., mas é a minha contribuição, meu grão de areia nesse processo. Eu quero mudar o eixo da discussão da guerra para a paz. Esse é o meu objetivo. Concretamente. Ainda que pareça idealismo e utopia. Sabe por quê? Além do horizonte existe um lugar, dizia um poeta famoso aqui no Brasil, além do horizonte existe um lugar. É isso que eu busco, a utopia, aquilo que está além do horizonte. Eu não quero ficar aquém do horizonte. O tratado de proliferação é aquém do horizonte. Eu quero buscar o além do horizonte.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vou passar aqui para a Socorro, adicionando uma pergunta da Andréia Oliveira, que é da assessoria parlamentar e também da CEBRAPAZ,

lá no Ceará. Ela pergunta o seguinte: "*Como o Conselho Mundial da Paz e o CEBRAPAZ e evidentemente as organizações, pretendem atuar na conferência em maio, de modo a levar esse sentimento que estamos discutindo aqui entre nós?*" Então, já responde essa pergunta e pega aquela pergunta genérica, acho que elas se associam muito bem.

SRA. SOCORRO GOMES: Tem algumas questões que quando se fala... Se enuncia, não há uma discordância. É unanimidade. Direitos Humanos. Quem é contra Direitos Humanos? Ninguém diz que é contra, todos são a favor. Paz. Ninguém é contra a paz, todos são a favor da paz. Aí vem aquela questão, quando vai se discutindo, procurando aprofundar a questão do conceito é que vai se observar que no detalhe mora o diabo. Para construir a paz é que é o problema. Encontra uma série de obstáculos. Desde a questão mesmo de impedimentos ao desenvolvimento, porque uns países estão bem desenvolvidos e a outros são negado o acesso até mesmo a utilização dos seus recursos naturais em benefício de seu povo. Nós vivemos essa realidade na América Latina e Central durante muito tempo, que inicia-se uma mudança, a partir talvez do final do século passado. Quer dizer, havia um impedimento da utilização, da apropriação por parte das nações dos seus recursos naturais, especialmente energético. Então, a questão da paz, é essencial, todos concordam. Mas, para ter paz tem que ter alguns pressupostos essenciais. Um deles, soberania. É preciso ter autodeterminação. Um povo ocupado é difícil se falar em paz a não ser que seja a paz da lei do mais forte, daquele que domina, aí a paz sob armas. Então, essa é uma questão, o que a sociedade civil pode fazer? Eu acho, amigos, que a sociedade civil tem feito... Em alguns momentos, é difícil também se aquilatar o resultado de uma ação determinada da sociedade civil. É difícil.

Eu estava aqui pensando, falando aqui com o Senador, a questão do Apelo de Estocolmo. No mundo inteiro foram recolhidas 600 milhões de assinatura, o Brasil contribuiu com quatro milhões de assinatura, naquele apelo que coloca de forma clara, primeiro a proibição absoluta do uso de armas nucleares e depois a questão de tratar como criminoso de guerra o primeiro o primeiro país que utilizar arma, seja contra qualquer país. Seja quem for, é interessante. E a questão de um controle internacional para garantir. Quer dizer, qual foi o resultado de toda essa mobilização? Bom, eu quero crer, e aí é crença, porque eu não tenho... concretamente exige uma pesquisa maior, que os próprios avanços nesse TNP podem ter advindo dessa pressão, pode ter advindo. Que a sociedade civil evidentemente buscava a eliminação das armas nucleares, não é isso? Nisso houve uma derrota do Apelo de Estocolmo. Mas pode ter havido avanços. É preciso... A questão de levar brasileiros para a Coreia. A sociedade brasileira deu mostras de generosidade e de solidariedade naquele momento, dizendo que os filhos não iam... Os filhos brasileiros não iam lutar na Coreia. Em vários momentos. A questão da Segunda Guerra Mundial, a luta contra o nazi-fascismo...

Houve uma mobilização da sociedade civil e creio que nesta, para já responder também a pergunta da Andréia, o movimento pela paz no mundo inteiro está envolvido na campanha do desarmamento agora. E vamos participar desde as conferências, buscando contribuir no debate, porque não quer dizer que o movimento pela paz seja homogêneo. Há diversas opiniões, quer dizer, a companheira Jackie Cabasso, do Movimento pela Paz nos Estados Unidos pode pensar de uma forma diferente do que uma brasileira. Assim os outros. Agora, temos um objetivo comum, que é a questão da luta pela paz e compreendendo, no nosso entendimento, que para buscar garantir a paz no meu entendimento é preciso fazer a denúncia viva de quem promove a guerra. É preciso denunciar os criminosos de guerra. Aqueles que violam o Direito Internacional, aqueles que utilizam o terrorismo de estado, aquele que invade os países e que tem um objetivo que não é confesso, que é concretamente saquear seus recursos, dominar, ter poder, obter mercados e principalmente garantir a hegemonia. Nós fomos vítima durante muito tempo.

Então nós vamos participar, discutindo na sociedade civil, buscando, digamos assim, construir formas de participação e também colocando o nosso pensamento, as nossas ideias, e construindo uma unidade. O Conselho Mundial da Paz, nós temos uma unidade. É a necessidade de colocar a questão da eliminação das armas nucleares, como exigência da nossa época. Não é uma coisa do passado e não só das armas nucleares, mas das armas de destruição em massa, química, biológica, etc. Quer dizer, está falando muito na arma nuclear porque é o momento da revisão. Mas é preciso colocar essa questão. E ao mesmo tempo que para se garantir a paz também, e é um princípio da própria ONU, a questão da autodeterminação, da soberania, do tratamento igual para todas as nações, nós vamos continuar difundindo e entendendo que com isso nós estamos contribuindo. E quanto mais amplia-se a consciência, a participação organizada dos povos em luta, porque aí é o destino da própria humanidade, é o destino da nossa sobrevivência, é que faz a diferença. Eu creio que o poder, às vezes, é um poder que fica difícil de medir. Mas, sem dúvida nenhuma, a não participação, ela gera aí a paz do cemitério, ela gera,

vamos dizer assim, a questão da truculência e muitas vezes de concepções fascistas, obscurantistas, como em momentos de crise e em... As potências hegemônicas tentam impor sua vontade. E a liberdade, ela é, digamos assim, fruto dessa luta, a questão da liberdade, da democracia, da consolidação dos direitos, é fruto da luta, sem dúvida nenhuma, dos povos. De todos os lugares do mundo. Então, sem isso há um retrocesso. Podemos até não medir com exatidão, mas a paz, ela advirá essencialmente e principalmente da luta consciente e organizada dos povos. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu agradeço à Socorro e passo a palavra à Sra. Cabasso, para que ela possa responder essa pergunta mais geral, que diz respeito ao papel de pressão que pode exercer as organizações não-governamentais e especialmente das organizações que estão nos Estados Unidos da América, porque um papel destacado, a conferência vai se dar exatamente no território dos Estados Unidos e isso tem muito significado também para nós. A senhora tem a palavra.

SRA. JACKIE CABASSO (POR INTÉRPRETE): Obrigado. Primeiramente eu gostaria de dizer que eu acho que essa conferência fornece um modelo muito importante para a maneira através da qual os governos estão se tornando interessados em progredir em direção à abolição das armas nucleares e também na melhoria da segurança humana de forma geral, para tratar, então, as organizações não-governamentais como iguais. Eu me sinto honrada de estar aqui, eu gostaria de ver outros governos, com certeza o meu próprio, tomando o mesmo tipo de atitude.

O que aconteceu nos Estados Unidos é que desde o final da Guerra Fria... Bem, mais ou menos de maneira global, quando a Guerra Fria acabou de repente, todos respiraram de maneira aliviada, sentindo-se livres de uma guerra nuclear. Então as pessoas pensaram: "Bom, agora que a Guerra Fria acabou, as armas nucleares vão embora e a gente não tem mais que pensar nisso". Então houve um movimento mobilizado que desapareceu quase do dia para a noite. E a maior parte das pessoas que continuaram a trabalhar no campo, na área de armas nucleares, começaram a se profissionalizar e começar a gravitar ali ao redor do centro de poder em Washington, e na administração do Presidente Clinton, alguns deles tiveram... Alguns desses cientistas tiveram empregos de fora do Governo e eles estavam interessados em manter o acesso aberto ao invés de assumir uma posição muito forte e defender a abolição de armas nucleares. Grupos como o meu, na Califórnia, que é o mais longe que você pode chegar de Washington, exceto pelo Havaí ou pelo Alasca, a Califórnia é o estado mais distante de Washington. E nós estávamos assistindo o laboratório de armas nucleares, que fica a 35 milhas de onde eu moro, e nós podíamos ver que eles tinham novas justificativas reconstituídas para manter a empresa, os empreendimentos nucleares, mesmo depois da Guerra Fria, e eles estavam sendo muito influentes politicamente para ter seus orçamentos aumentados durante os anos 90. Então, nós assistimos esse processo e tivemos uma divisão, nós tínhamos o [ininteligível] Group como uma forma de mentalidade que acreditava que eles eram uma parte do Governo e que tinham algum poder de negociação dentro do Governo. Por exemplo, com termos ou condições para ratificação de tratados.

Então, esse era mais ou menos a dinâmica. Grupos como o meu que defendem constantemente a abolição de armas nucleares, enquanto somos chamados de idealistas também, estamos compilando as provas e evidências detalhadas que eu apresentei em parte hoje, que provam que muito do que está sendo dito retoricamente é contradito pelos fatos, pela prática. Então, nós nos alinhamos com outros grupos em outros países que também têm os mesmos princípios que nós. Grupos de controles de armas nos Estados Unidos também. Em 1995, durante a revisão do TNP e a Conferência de Extensão e Revisão do TNP, quando ela foi estendida, quando o tratado foi estendido indefinidamente, nós juntamos muitas ONGs de vários países nas margens daquela conferência e, de fato, redigimos uma declaração chamada de declaração de abolição de armas nucleares, chamando os governos a eliminar, chegar a um esforço de eliminação das armas nucleares para ser uma abolição a ser implementada até o ano 2000. Isso cresceu para mais de duas mil organizações em vários países, e como o ano 2000 se aproximou, nós ainda não obtivemos sucesso, mas inspiramos um grupo de ativistas e advogados internacionais, e cientistas para chegar a um modelo de convenção de armas nucleares que foi submetido e aceito pelo Secretário-Geral anterior, o Kofi Annan, das Nações Unidas, o Conselho de Segurança em 1997. E isso circulou como um documento deliberativo nas Nações Unidas.

Esse tratado foi atualizado em 2007, o tratado modelo, e foi submetido por Malásia e Costa Rica para o TNP, e, em outubro passado, foi, de fato, apoiado pelo Secretário-Geral também, como uma parte do seu plano de cinco pontos. Então, o que isso ilustra é uma ideia que é considerada completamente maluca e não realista, que se buscada e mantida através do tempo, pode se tornar uma ideia cujo tempo já chegou, e eu acho que a convenção de armas nucleares é uma ideia do nosso tempo. E uma manifestação dos Prefeitos para a Paz nos Estados Unidos, que tinha apenas

poucos membros em 2003 e lançou uma campanha chamada de Visão os 20 pontos, chamando então os governos a eliminarem armas nucleares até o ano de 2020. Então hoje temos mais de quatro mil membros em 33 países e regiões. Então, quando formos a Nova York esse ano, vamos ter uma maior unidade e um maior número de organizações, sociedade civil, ONGs. E alguns governos também estão dizendo que é preciso começar a negociar esse tipo de coisa. Não podemos esperar mais.

Essa é a contribuição real que eu acho que as ONGs e a sociedade civil podem dar. Isso requer um pensamento crítico e requer a resistência à tentação de pensar que seu Governo pode negociar da maneira que quiser. Então, é uma questão de demandar seus direitos e não se distrair pelas manobras procedimentais que os governos podem fazer. E eu acho que o que nós temos que fazer é mais importante fora do prédio das Nações Unidas do que lá dentro. Então, eu espero que tenhamos uma grande marcha internacional, mais de mil ativistas japoneses vão vir para Nova York, por exemplo, só como um exemplo.

E mais especificamente, o que nós podemos fazer? Bom, eu vou me contradizendo um pouquinho e dizer que nós temos que lembrar que nós não somos Governos. E pedir o que realmente queremos. Nós também podemos ajudar bastante para os governos que querem levar essa pressão adiante ao desenvolverem o tipo de informação que eu compartilhei com vocês anteriormente. Porque muitos governos que apóiam a nossa batalha não têm os recursos para fazer esse tipo de pesquisa por conta própria ou não tem o pessoal adequado.

E finalmente, eu gostaria de dizer que no longo prazo, eu não acho que nós possamos abolir as armas nucleares ou abordar a abolição como uma questão isolada. Eu sugeri isso na minha palestra, mas eu acho que nós devemos considerar militarismo, globalização, economia, de maneira interdisciplinar para chegar às diferentes constituintes da questão que nós estamos tentando levar à frente para a população, como o professor falou, nós devemos desenvolver uma visão aplicável e universal que chegam às necessidades básicas dos seres humanos para uma sociedade mais sustentável e para superar conceitos não democráticos. E é dessa forma que eu tenho trabalhado nos últimos anos para a abolição das armas. Não apenas para abolir, mas para abolir e substituir o sistema que mantenha as armas nucleares como modelo de poder, modelo de segurança, com grandes desigualdades e injustiças. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Obrigado, Sra. Cabasso. Vamos passar então ao Prof. Frederico, para que ele possa fazer também uma resposta em relação a essa questão geral. E eu aproveito para dizer que o Prof. Frederico, ele é Presidente do Instituto de Física em Portugal e é Vice-Presidente do Conselho Executivo da Federação Mundial dos Cientistas. Quer dizer, para nós é... Para melhor compreensão, é dos cientistas, embora ele tenha dito dos trabalhadores científicos. São trabalhadores científicos e para nós é suficiente dizer que são cientistas, fica subentendido que são trabalhadores. Então, professor, temos essa pergunta--

SR. FREDERICO CARVALHO: Muito obrigado. Eu ia já agora estava a dizer que realmente sou Vice-Presidente do Conselho Executivo da Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos. Foi fundado em 46 e seu primeiro Presidente foi Frederico [ininteligível]. Em inglês *research workers, workers,* trabalhadores. Isto porque os trabalhadores científicos não são só os cientistas. Nem é possível ao fazer ciência desenvolvê-la só com cientistas. Longe disso. Isso é aliás um dos problemas grandes que nós temos no nosso país, em Portugal, é que quase não há técnicos para apoiar os cientistas. Os investigadores.

Mas, dito isto, eu queria dizer que estou muito em consonância com o nosso amigo universitário que está aqui sentado nesta Mesa, aliás, minhas origens, digamos assim, formação profissional também. Estou muito em consonância com... Fundamentalmente duas questões, digamos que [ininteligível] relativamente à paz à frente de guerra, digamos assim, num certo sentido, ou como mais importante. E a questão da qualidade de vida e do homem. E falou também na construção democrática da sociedade. Melhorar a qualidade de vida, condição democrática da sociedade... Bem, e construção democrática da sociedade é uma tarefa dos cidadãos. Basicamente. Não é dos governos. Porque democracia, o que nós hoje consideramos democracia. Isto é uma coisa muito difícil de definir. E tem sido usado como instrumento de construção de ditaduras. Ditaduras que a gente não chama ditaduras. Ora, essa construção democrática da sociedade pelos cidadãos depende fundamentalmente da sua educação, da formação, educação, formação e informação. Isto é uma questão essencial. Está a ser, digamos, descurada nas nossas sociedades e está a ser mais descurada hoje do que há algum tempo atrás. Por exemplo, nós no caso da União Europeia, a qual pertenço, existe... Foi aprovado o famigerado Tratado de Lisboa, que não se quis louvar o referendo dos povos, com medo que eles dissessem que não, como, aliás, disseram em um ou dois casos. Ligado a isso estão também os acordos que a gente chama de Bolonha, que tem a ver com o ensino superior, e esses acordos de Bolonha no fundo

o objetivo não é formar cidadãos com espírito crítico, com uma visão larga da sociedade e do mundo. Não. É formar técnicos para servirem as multinacionais, reduzindo a duração dos cursos e, digamos, estreitando os currículos e ao mesmo tempo fazendo-os pagar muito mais do que pagavam antes, quando os cursos eram de maior duração.

Isto eu penso, com relação à sociedade civil, eu penso que... E assim que nós vemos a questão também no conselho português, é necessário educar, formar, informar, temos acesso. Basicamente o que importa é mobilizar as massas, daí é que pode vir a transformação. Porque no fundo nas tais pseudodemocracias, os representantes dos cidadãos não são representantes dos cidadãos. Quer dizer, ninguém pode dizer que no Senado Americano ou na Câmara dos Representantes, que as pessoas que lá estão são representantes dos cidadãos. São representantes daqueles potentados econômicos que lhes dão dinheiro para serem eleitos e depois andam a ver qual é que recolhe mais dinheiro, esse que é eleito. Isso faz também com porcentagem da abstenção das votações enormíssima nos Estados Unidos, não se pronunciam. Portanto, é nesse sentido que eu digo que são pseudodemocracias.

Agora, neste momento, mudando um pouco o assunto, eu diria que, talvez, com algum atrevimento, as armas nucleares são armas que existem para nunca serem utilizadas. Só uma indicação um pouco nesse sentido. Aquilo foi feito um teste, um teste lá em Hiroshima e Nagasaki, uma era rudimentar, a outra não, que era plutônio, essa não é tão fácil de fazer, mas aquelas que os terroristas eventualmente fariam, que eram aquelas muito simples do urânio, como de Hiroshima. São as chamadas as de tiro ou... *implosion*. Pronto. Tecnicamente são mais difíceis de fazer. Essas armas foram experimentadas, [ininteligível] para que os japoneses se rendessem, mas era muito importante experimentá-las. Agora, elas nunca mais foram utilizadas, e eu espero também que não voltem a ser utilizadas. Como eu disse há pouco, a situação mundial evoluiu muito. E nós estamos, neste momento há uma questão que está muito ligada a tudo isso, e nós temos que ter... Temos que ter uma visão globalizada das coisas, no centro do qual há de estar o homem, devemos colocar o homem, como disse o nosso amigo. Nós estamos nesse momento numa encruzilhada no mundo, por causa do problema de estarmos a transgredir as fronteiras do planeta em vários sentidos, [ininteligível] recursos naturais. Nós já devíamos há décadas ter começado a olhar para este problema. Bom, este problema tem muito a ver com a forma como os poderosos atuam, porque o seu primeiro objetivo é realmente garantir o acesso, recursos naturais, considero indispensáveis para manter o seu estilo de vida. Mas esse estilo de vida tem que ser profundamente alterado, e eu, pessoalmente, não vejo que não possa ser alterado, possa ser alterado sem o que eu chamaria uma revolução. Uma revolução não é bem no sentido de pra dar tiros para a rua, não ter que vir uma revolução de mentalidades.

Por exemplo, a água é um desses recursos que estão em perigo. Quer dizer, nós sabemos, ainda há pouco li num desses artigos, número de abril da National Geographic que é sobre a água, uma família americana típica consome por dia cem galões, um galão acho que são três litros e meio, alguma coisa assim, enquanto um terço ou mais da humanidade tem que sobreviver com cinco galões, ou seja, é 20 vezes menos. Bem, como nós vamos conseguir que os americanos, que são 200 milhões, passassem de cem para cinquenta, esses outros cinquenta já dariam para subir a cota praticamente de alguns milhares e milhões de pessoas na terra. E quem que leva os americanos a gastar menos de cem galões por dia? Ou a família? E quem os leva a gastar menos energia do que estão a gastar? Portanto, esses são só os recursos; nós vemos na história durante um determinado período o poder dos poderosos, Estados Unidos, resolvia problemas de acesso a recursos naturais por simplesmente deitando abaixo governos que não lhe davam garantia de acesso a esses recursos. Nós temos vários exemplos disso. Neste momento eu posso perguntar o que vai acontecer com as enormes reservas de lítio da Bolívia. A Bolívia é uma das maiores reserva de lítio, uma coisa que chama Salar. Bem, o lítio é absolutamente fundamental, como passamos agora por outro problema, que é o das energias, da energia. Agora nós usamos para o nosso computador portátil uma pilhazinha assim que leva talvez três gramas de lítio. Mas já não são assim quando fizermos automóveis elétricos, parece que é indispensável que a gente caminhe nesse sentido, porque só vamos ter baterias de lítio que levam, digamos, cem vezes mais lítio cada uma para funcionar, e os recursos do lítio são limitados no mundo. Portanto, uns anos atrás o nosso Evo Morales, com certeza seria deitado abaixo plano pela administração americana para garantir o acesso ao Salar. Bom, isto é apenas um exemplo de onde quero chegar.

Portanto, nós talvez não possamos... Talvez possamos compreender que alguns países achem que se defendem se tiverem uma arma nuclear. Não estou a dizer que o Irã esteja a fazer uma. Não sei. [ininteligível] Mas estão a ver onde é que eu quero chegar. Quer dizer, com certeza que o... As armas nucleares não serão utilizadas, de preferência são utilizadas armas convencionais, o que aconteceu no Iraque, está a acontecer

no Afeganistão, mas isso talvez não acontecesse se esses países tivessem uma arma nuclear lá guardadas num sítio qualquer. Portanto, há também que ver esse aspecto. Esse aspecto tem muito a ver com a construção democrática da sociedade e com a melhoria da qualidade de vida. Aqui um problema também que serve muito a uma questão, com essa história agora, que é o problema do crescimento econômico. Muita gente começa a defender que nós temos que caminhar. Investimento zero. Porque o planeta não aguenta pura e simplesmente. Ou então catástrofes sociais, guerras e conflitos muito grandes. Se não conseguirmos estabilizar, melhorar a distribuição dos recursos da utilização dos recursos. Há desequilíbrios tremendos.

Um pouco mais poderei acrescentar, mas, para dizer que, de fato, aquilo que é importante é que as pessoas saiam do seu próprio círculo restrito, olhem para o mundo... Nos Estados Unidos é horrível, [ininteligível] não sabem onde fica Portugal. Portanto, saiam pra fora, se construam em si próprias, através da educação, da formação e da informação, que nem sempre é fácil. Às vezes há uma trabalheira muito grande, chegar à informação e conseguir destrinchar entre aquela informação que está a querer informar e aquilo está a querer desinformar. Bem, para tudo isso é preciso espírito crítico, se quisermos também espírito científico. O método científico é uma coisa que deveria ser ensinado logo no infantil. No jardim da escola. E claro, de forma adequada. Penso que é uma questão absolutamente essencial no sentido que ter a intervenção da sociedade civil para garantir a construção democrática da sociedade, para assegurar no fundo o futuro da espécie dada essas circunstâncias que hoje existem e não existiam em 1970, quando foi assinado o TNP. Quer dizer, o Clube de Roma [ininteligível] foi em 1970 que ele fez aquele relatório que não se ligou grande coisa, o que ia acontecer dali umas décadas. É o que está a passar agora e agora toda gente está a sentir isso. Ou melhor, toda gente, não é bem assim. Mas, enfim, em determinados círculos que trabalham nessas matérias e mesmo níveis governamentais. Muito obrigado por vossa atenção, desculpe por tomado tanto tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nós que agradecemos, Prof. Frederico. E eu gostaria de formular uma última questão, chegou aqui das mãos da Débora da UnB. Ela... dirigida aqui ao nosso Embaixador Sérgio Eduardo Queiroz, são três questões, já foram tratadas mais ou menos, mas é o seguinte, primeiro a questão dos controles sobre os projetos que os países desenvolvem, a verificação. Segundo, se os países não abrem mão então da sua soberania, que os controles podem levar a abrir segredos de produção científica muito importante para... Não só para produção de energia nuclear, mas para outros equipamentos muito importantes para aquele país, então se não teria uma relativa perda de soberania, e ela indaga ao final sobre a posição brasileira, se nós não devemos ser mais... Se o Brasil não deveria aproveitar a oportunidade de estar, digamos assim, numa ascensão em termos de reconhecimento mundial, para ser mais incisivo em relação à sua proposta na revisão do tratado. E eu agregaria, se o senhor poderia discorrer rapidamente em relação à questão da proposta, objetivamente sobre a proposta brasileira. O senhor tem... Vi que o senhor tem poder de síntese, não queria nem que falasse o currículo todo, então o poder de síntese para que a gente possa fechar aqui a nossa primeira Mesa, irmos para o intervalo e voltarmos no nosso segundo painel. Professor.

SR. SÉRGIO DE QUEIROZ DUARTE: Muito obrigado. As perguntas são amplas demais para que se possa fazer uma síntese. Mas enfim, vou tentar. Quanto a controle de verificação, eu imagino que a pergunta tem a ver com tipo de verificação, sistemas de verificação instituídos pelo Tratado de Não-Proliferação. E essas estão no art. 3°, e basicamente são acordos que cada parte do tratado, cada país parte do tratado faz com a agência internacional de energia atômica, e estabelece nesses acordos as modalidades de verificação da quantidade de material físsil que entra nas instalações nucleares existentes no país verificado e a quantidade que sai. E a ideia é que não deve haver desvios. Se a quantidade que entra é igual a quantidade que sai, verifica-se que não existe desvio. O que se propõe agora é ampliar esse tipo de controle, que não apenas o controle se exerça sobre as quantidades utilizadas nas instalações nuclear, numa usina nuclear, no isótopo, que serve para fins médicos, enfim, o que seja, o país importa, essas coisas são importadas, a maior parte dos países não produz nada dessas coisas. Então, isso é importado, e a quantidade que entra é verificada pela agência, a quantidade que sai é verificada pela agência.

O que se propõe agora é que a verificação se exerça também sobre as instalações. Qualquer instalação nuclear existente num país não nuclear, não membro do tratado, não possuidor de armas nucleares, que para eles é claro que a lei é outra, mas esse país abriria as suas instalações à verificação por parte da agência. Então, não se trata apenas de verificar as quantidades que entram e que saem, mas verificar também qual é a atividade que aquela determinada instalação está... qual é a atividade que se desenrola dentro daquela instalação. Para isso é necessário naturalmente, como também é necessário para a verificação das quantida-

des, é necessário em qualquer acordo internacional, no fundo em qualquer acordo, as partes abrem mão de uma parte da sua soberania, isso é indispensável, isso faz parte. Quando os membros das Nações Unidas, por exemplo, os países que aderiram às Nações Unidas, são todos, não há nenhum país que não seja membro das Nações Unidas, abriram mão de suas... uma parte de suas soberanias ao aceitar as restrições contidas, por exemplo, no Conselho de Segurança, onde alguns países valem mais do que outros, alguns dispõem de poder de veto e outros não dispõem, alguns são membros permanentes e outros não são. Então, todo acordo pressupõe naturalmente a perda de uma parte da soberania. Isso é indispensável.

O que o Brasil tem dito é que para que o Brasil aceite essas restrições, as que se propõe agora, as novas a que se propõe agora, é necessário que haja progressos tangíveis, concretos no campo do desarmamento. Essa tem sido basicamente a proposta brasileira. Instrumentos que possam reduzir a impermeabilidade, por assim dizer, dos países nucleares. É preciso que eles façam a sua parte. Nós consideramos, o Brasil considera e muitos países não nucleares consideram, que fizeram a sua parte. Não se dotaram de armas nucleares. São 188 membros do tratado, cinco dos quais possuidores de armas nucleares, os outros 183 não se dotaram de armas nucleares, com uma única exceção, que é a Coreia do Norte, que para isso mesmo se retirou do tratado. Então, a exemplaridade do comportamento dos países não nucleares na observância dos seus compromissos que assumiram, tem de ser, na visão do Brasil, complementada pela observância dos países nucleares do compromisso de desarmar-se. Essa é basicamente a proposta brasileira. Proposta que eu fiz concretamente em nome do Brasil quando estava ainda como diplomata brasileiro, alguns anos atrás, foi que as Nações Unidas tivessem um sistema... naturalmente é preciso que os países concordem que esse sistema seja estabelecido, um sistema de verificação do cumprimento dos compromissos por parte dos países nucleares, que houvesse uma espécie de compilação dos passos concretos por eles realizados e uma comparação entre o que faz um país nuclear e o que faz outro país nuclear para cumprir os seus compromissos. A proposta eu fiz em... 2007. E naturalmente a proposta que eu fiz em nome do Brasil foi recebida pelos países nucleares com a maior desconfiança e até hoje não prosperou. Mas pelo menos a ideia da transparência de parte dos países... A nossa transparência já existe, nós nos obrigamos já a uma série de coisas. Então, é preciso que eles se obriguem também a abrir, dizer o que fazem, e deixar que nós... Agora, por exemplo, esse tratado entre Estados Unidos e Rússia, eles nos afirmam que estão fazendo reduções, mas apenas eles se verificam entre si, o restante da comunidade internacional não pode verificar o cumprimento daqueles compromissos. Então, essa tem sido principalmente a proposta brasileira.

E eu só queria acentuar que a proposta de cinco pontos é do Secretário-Geral das Nações Unidas, não é do Brasil, e entre as propostas do Secretário-Geral estão também transparência, estão também progresso no campo do desarmamento nuclear e também e, sobretudo, e é muito importante o que foi dito aqui várias vezes pelos representantes da sociedade civil, o apoio do Secretário-Geral das Nações Unidas à ideia de uma convenção sobre proibição de armas nucleares, a exemplo do que já existe como eu procurei dizer na minha apresentação, a exemplo do que já existe para outras duas armas de destruição em massa, que são as armas químicas e as armas biológicas, já existem tratados que proíbem essas armas e obrigam as partes a destruir as armas que possuem. O que se reivindica é uma convenção semelhante que se aplicaria às armas nucleares. Como disse a Jaqueline, é uma ideia cujo tempo já chegou. Eu acho que ainda vai demorar um pouquinho mais, mas é preciso continuar a afirmar, é preciso manter a pressão para que eventualmente possamos chegar a este tipo de proibição. Não sei se respondi todas as perguntas, também não sei se fui suficientemente conciso, mas digo mais uma vez agradeço a todos a atenção. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nós que agradecemos e anunciamos que vamos fazer um pequeno intervalo para o almoço, voltaremos às 14h30 com o segundo painel, que é o desenvolvimento científico e tecnológico da energia nuclear e seu papel no cenário internacional.

Antes de encerrar os trabalhos desta Mesa eu gostaria de agradecer a honrosa presença dos senhores e senhoras, Sr. Sérgio Duarte Queiroz, Embaixador e Alto Representante para questões de Relacionamento das Nações Unidas; a Sra. Jackie Cabasso, Coordenadora nos Estados Unidos de uma importante frente de Prefeitos na Luta pela Paz; o Professor de Física, Prof. Frederico, é muito importante a sua contribuição entre nós; a nossa colega Socorro Gomes, que preside o Conselho Mundial da Paz e o Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz; do Prof. Nielsen de Paula Pires, Professor do Instituto de Ciências Políticas e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Já ficamos aqui todos irmanados no mesmo compromisso de continuarmos este debate. Então, quero agradecê-los, já comunicar que nós vamos dar sequência no painel à tarde e sequência nas atividades da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com o convite que faremos o Prof. Samuel Pinheiro Guimarães, Ministro da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, para que ele possa discorrer sobre o projeto brasileiro da atividade nuclear brasileira, que tem diferentes aspectos e o principal é a produção de energia. Queremos também agradecer aos dirigentes do Centro Acadêmico de Ciências Políticas da Universidade de Brasília, que ajudaram bastante ao trabalho da nossa Comissão e desse painel.

Então, agradecemos a todos e suspendemos para o intervalo de almoço e voltamos às 14h30. Obrigado a todos.

[palmas]

Sessão suspensa às 12h42

Sessão reaberta às 15h03

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Senhoras e senhores, boa-tarde.

Daremos agora continuidade ao seminário "*A Revisão do Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares"*, desenvolvendo os trabalhos do segundo painel, que abordará o tema "*O Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico da Energia Nuclear e Seu Papel no Cenário Internacional"*.

Convidamos para compor a segunda Mesa o Exmo. Sr. Senador Inácio Arruda, membro da Comissão de Relações Exteriores e autor do requerimento; o Exmo. Sr. Ministro Santiago Mourão, Chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis do Ministério das Relações Exteriores; o Sr. Odilon Marcuzzo do Canto, Secretário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares; e o Sr. Manuel Domingos Neto, Pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense.

Ouviremos agora o Exmo. Sr. Senador Inácio Arruda, coordenador da Mesa do 2º Painel, "*O Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico da Energia Nuclear e seu Papel no Cenário Internacional*", que dará prosseguimento aos trabalhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Declaro reaberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Em forma de Audiência Pública, no formato de seminário, e em conjunto com o Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz, o CEBRAPAZ, o Conselho Mundial da Paz, a Fundação Alexandre de Gusmão, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, a Associação Brasileira de Estudos da Defesa e a Universidade da Brasília, que nos prestigiou hoje, já pela manhã, com a participação na primeira Mesa.

Esta segunda Mesa de trabalhos, que trata da questão da produção científica e tecnológica na área nuclear, no nosso país e no mundo, as conquistas que nós acusamos, os problemas advindos dessas conquistas, porque elas surgiram para o povo e a opinião pública mundial, na Segunda Guerra Mundial, com as duas bombas no Japão.Então, surgiram como algo adverso à humanidade, algo que criaria grandes dificuldades para os povos, do ponto de vista da sua defesa.

No entanto, a ciência, o seu desenvolvimento, mostrou a capacidade de você poder usufruir em muitas áreas das questões, do estudo, da aplicação desses materiais em vários setores, entre estes, a própria saúde, que tem se utilizado muito das pesquisas oferecidas no nosso país e fora do nosso país.

É bom lembrar que essa é uma área que não é fácil, porque sempre se fala em tratados internacionais nessa área e da questão de transferência de tecnologia. É bom a gente lembrar que a primeira atuação do Brasil, nessa questão, foi na área de saúde, se eu não me engano, em São Paulo, no governo de Jânio Quadros, como Governador do Estado de São Paulo, quando nós fizemos o primeiro tratado, e não era de transferência de tecnologia, era de fornecimento de material radioativo.

Esse material foi fornecido inicialmente para praticamente inaugurar o nosso centro de pesquisa, o nosso laboratório. E, em seguida, você já não teve mais o material, se rompeu o fornecimento de material, mostrando que nós precisávamos desenvolver a nossa própria tecnologia, dominar este ciclo chamado, o famoso ciclo do urânio, para que pudéssemos ter a garantia de utilização múltipla oferecida por essa energia, digamos assim, fabulosa, que é a energia nuclear, como utilizá-la do ponto de vista benéfico para o nosso povo e para a humanidade.

Então esta Mesa tem este sentido de buscar, captar capacidade de compreensão, desenvolvimento da ciência e da tecnologia nessa área nuclear. E é nesse sentido... E da defesa, que nós não somos crianças. Então nós temos que ter essa percepção do que é a luta nesse terreno.

Então, é nesse sentido que eu gostaria de iniciar os nossos trabalhos, ouvindo o Professor Manuel Domingos Neto. Vamos começar da esquerda para a direita, sem nenhuma outra conotação, apenas no... Não vai ter nenhuma...

Então, Manuel Domingos Neto, Professor da Universidade Federal do Ceará, é professor da Universidade Federal Fluminense e coordena um núcleo de estudos estratégicos, que inclui não só acadêmicos,

mas inclui parlamentares, inclui militares, inclui personalidades da sociedade civil e edita uma importante revista que tem produzido bons materiais nessa área, que é a revista *Tensões Mundiais*. Então, com a palavra o Professor Manuel Domingos Neto.

SR. MANUEL DOMINGOS NETO: Prezado Senador Inácio, meus colegas de Mesa, minhas senhoras e meus senhores, eu me sinto honrado pelo convite e estimulado ao debate pela temática.

Eu gostaria de fazer aqui, eu escrevi meu... minha intervenção e previ abordar alguns aspectos preliminares à relação entre o desenvolvimento nuclear, da tecnologia nuclear, e a conjuntura, o cenário internacional, eu escrevi alguns aspectos preliminares, mesmo sabendo que isso pode eventualmente causar algum enfado a pessoas habituadas a tratar da matéria.

É conhecido o fato de que as sangrentas disputas do Século XX impulsionaram os avanços da ciência e da tecnologia. A guerra moderna chegou a ser definida como uma competição entre cientistas e técnicos, competição mediada pela indústria bélica e pelos aparelhos militares.

A Primeira Guerra foi apelidada de guerra dos químicos, por conta do impacto causado pelos novos materiais explosivos e pelos gases asfixiantes. A Segunda Guerra foi chamada de guerra dos físicos, por conta da produção da bomba nuclear, cujo poder de destruição em massa foi determinante para colocar ponto final no conflito e para firmar a hegemonia norte-americana, nessa nova ordem que se seguiu após a Guerra e que, a rigor, ainda predomina.

Os estudiosos das estratégias militares sabem que os vencedores das duas guerras mundiais foram os estados que, além de garantir amplo da sociedade, transpuseram mais rapidamente para a produção industrial as nossas invenções e as novas técnicas desenvolvidas em laboratórios experimentais.

Essa transposição entre o trabalho do científico, do cientista, do técnico, e a produção industrial no período de guerra, certamente foi conduzida, foi coordenada pelos estados maiores dos aparelhos. Faço aqui uma breve... Dos aparelhos militares.

Faço aqui uma breve intervenção na minha leitura, para salientar o seguinte. É no Século XX, em particular, a Primeira Guerra Mundial, que emerge plenamente constituído o aparelho militar moderno. Claro que os elementos de sua formação remontam aí ao Século... Sei lá, desde o uso da pólvora e, particularmente, ao Século XVII, mas o que eu estou chamando de aparelho militar moderno, capaz de fazer o gerenciamento dessa transposição entre o laboratório e a produção bélica, a produção industrial bélica, até o campo de batalha, só pode ser feito por esse instrumento, por esse militar moderno.

No Brasil, esse militar, ele só parece, de fato, depois da Missão Francesa, é a partir de 1919 que este tipo de militar vai aparecer. Até então, os militares mais adiantados, mais avançados, eram filósofos, literatos, e a maior parte do oficialato sequer entendia dessas coisas, não sabia ler uma carta geográfica, por exemplo.

Precedendo a missão francesa, teve um grupo de oficiais que foi à Alemanha, os chamados "jovens turcos", mas, de fato, o Exército Brasileiro começa a aparecer como máquina moderna a partir dos ensinamentos dos franceses.

A Primeira Guerra, portanto, completou essa ideia de aparelho militar, que se caracteriza, em linhas gerais, pelo seguinte: primeiro, ele fala em nome da nação, ou do Estado Nacional, do Estado legitimado por um sentimento, por uma identidade; segundo, ele é profundamente dependente da produção científica e tecnológica da indústria; terceiro, esse aparelho militar moderno, ele é capacitado ao planejamento. Eu vou parar por aqui, porque eu só quero caracterizar esse aparelho, posto que o conceito será usado ao longo da minha fala.

A realidade é que nos confrontos do século passado ficou explícita a estreita combinação entre a força militar, o desenvolvimento científico e tecnológico e a produção agroindustrial. As potências que produzissem mais e melhores meios de destruição, comunicação e transporte, e que detivessem melhor capacidade de autoprovimento de suas necessidades básicas, ou das necessidades básicas da população, melhor resistiriam e mais facilmente submeteriam os adversários.

Estou certamente me referindo a potências, ou seja, a Estados, não estou me referindo a povos e sociedade. Faço o registro porque a confusão é bastante frequente, se substitui as coisas, e eu distingo essas entidades; em particular, os militares gostam de se referir a si próprio, ou ao Estado como a nação, enquanto, na verdade, a sociedade se distingue do Estado, e essa sociedade aparece com a fisionomia de nacional no Estado Moderno, para legitimar esse Estado.

Uma comunidade nacional unida e determinada a assegurar a sua sobrevivência, mesmo dispondo de pouco conhecimento científico e pouca capacidade industrial, pode resistir vitoriosamente a agressões de potentes agressores, como demonstraram os vietnamitas, no passado recente, e como demonstram agora os afegãos.

Essas comunidades podem, sim, resistir; os Estados não. Quanto aos Estados com pouca capacidade militar, pouco domínio técnico, cientifico e indústria

rudimentar, a alternativa de sobrevivência que lhe sobra é a de integrar, de forma subordinada, coalizões lideradas por grandes potências.

Outro aspecto preliminar que destaco é a grande repercussão socioeconômica do esforço guerreiro, mesmo em caso de derrota. A guerra é sempre tomada como uma perda econômica, é sempre tomada como um atraso, enfim, um prejuízo.

Mas, a rigor, não é isso que tem mostrado a história, inclusive, dos derrotados. Os exemplos mais notórios no Século XX foram os dos alemães, na Primeira Guerra Mundial, que, rapidamente, questão de duas décadas, deram a volta por cima e se afirmaram como maior potência militar do mundo, e os japoneses, depois da Segunda Guerra Mundial, um país saiu arrasado pela bomba, e que, logo em seguida, se projetaria como uma segunda potência econômica.

A extraordinária recuperação desses países esteve associada ao importante preparo, propiciado pela guerra, nas diversas áreas do conhecimento. Grandes avanços na medicina, biologia, química, física e mesmo as ciências humanas e sociais aplicadas decorreram da mobilização para a guerra.

Se tomarmos a produção do conhecimento cientifico como marca de civilização, não é absurdo dizer que a guerra constrói o mundo civilizado, a guerra constrói o mundo civilizado.

De passagem, eu quero registrar não apenas o avanço da ciência, mas as grandes normatizações de direitos humanos, aprovadas por organizações multilaterais, aparecem exatamente depois dos tenebrosos banhos de sangue.

Você está com tradução simultânea, Jackie? Gostaria bastante de ouvir depois.

A produção do saber científico e tecnológico é um processo social, não resulta apenas da dedicação de alguns especialistas ou gênios altamente dotados. Uma descoberta ou uma invenção provêm necessariamente de um empreendimento coletivo, por mais que alguém reivindique autoria individual desse invento. E até que esse invento ou essa descoberta se torne utilizável socialmente, o corpo social, ou o coletivo, que entra no processo, se amplia absurdamente.

Portanto, sendo essa produção de saber científico e tecnológico um processo social, quando discutimos o desenvolvimento da tecnologia nuclear para a produção de armas, não estamos tratando de um empreendimento puramente militar.

A literatura, especializada em política de defesa, cunhou a expressão *tecnologia dual* para designar a tecnologia que pode ser usada tanto por uso civil quanto para o uso militar... E outras expressões acompanham, inclusive, a das tecnologias sensíveis, como eu estou vendo aqui, na placa do nosso Ministro Santiago Mourão.

Mas o que é importante reter é que a fronteira entre a tecnologia de uso civil e tecnologia de uso militar, ela é rigorosamente nebulosa e depende absolutamente de opinião, de ponto de vista, de circunstâncias, de conjuntura, e esse é o caso, foi o caso do conhecimento necessário à produção da bomba atômica.

Mas a fronteira... O fato é que as grandes novidades, resultantes do preparo para a guerra, foram determinantes na configuração das condições de vida que hoje conhecemos na atualidade. Não caberia aqui citar todas as grandes invenções, os grandes utensílios, enfim, que simplesmente moldam uma forma de viver social que nós conhecemos. A partir dos transatlânticos, dos telefones, dos aviões, enfim, as coisas de maior impacto que se pode imaginar, todas elas partem de um conhecimento e de uma produção de conhecimento acelerada e conduzida pelo processo guerreiro.

O desenvolvimento da comunidade científica que temos hoje, no Brasil, inclusive, decorrem em boa dose do apoio dado pelo Presidente Dutra, o General Dutra, Eurico Gaspar Dutra, em 49, 1949, ao Almirante Álvaro Alberto. O projeto do Almirante Álvaro Alberto era de fabricar a bomba, de forma que a principal instituição cientifica, agência de fomento à ciência do Brasil e, provavelmente, da América Latina, a mais importante, a mais consolidada e talvez até a mais... de maiores recursos, enfim, de maior experiência, maior influência, nasce na mesma lei que cria a política nuclear brasileira, em 49.

O domínio da tecnologia nuclear envolve um conjunto diversificado de pesquisadores e técnicos, cujo trabalho repercute de forma direta ou indireta no desenvolvimento cientifico como um todo; portanto, é inimaginável tomar a produção da bomba atômica sem a produção do conhecimento, da tecnologia nuclear, sem uma vasta rede cooperativa que envolve os infinitos... Especialidades do conhecimento.

A mesma coisa você pode dizer do submarino nuclear que o Brasil persegue já há alguns anos e que, agora, começa a tomar uma forma mais... mais concreta. Até hoje, apenas cinco países dispõem de submarinos nucleares e de capacidade para fabricar o seu combustível. Conversando com os almirantes, eles explicam que é difícil outros países lograrem, a curto prazo, dentro de alguns anos, dispor desta arma estratégica absolutamente fundamental.

Quando se fala em energia nuclear hoje em dia, a remessa imediata é para a produção da eletricidade, mas o Senador Inácio já lembrou, de passagem, aqui, as inumeráveis utilizações da tecnologia nuclear.

Assim, eu gostaria de assinalar: quando um país renuncia ao desenvolvimento da tecnologia nuclear, suas possibilidades de avanço científico e tecnológico são necessariamente afetadas, são necessariamente reduzidas. Um país, um estado proibido de desenvolver tecnologia nuclear, ele está fadado a, digamos, piores condições de competição tecnológica nos mais variados setores da vida social.

Eu começo a entrar na conjuntura, ou no cenário que nos chama atenção e que é razão dessa Audiência Pública. Os Estados Unidos acabam de anunciar suas novas orientações sobre política nuclear, e, amanhã, o Presidente Obama vai assinar com a Rússia um acordo de redução de estoques de ogivas e do número de plataformas de lançamento.

Os jornais de hoje ressaltam... A cobertura dos jornais de hoje acerca do fato é que ressaltam as ameaças que a atual política, que a atual orientação adotada ontem, as ameaças que são dirigidas ao Irã e à Coréia do Norte. Ressaltam também a intenção dos Estados Unidos de não usar armamento nuclear contra países que não disponham do mesmo, de armas nucleares, e que sejam signatários do Tratado de Não-Proliferação. Isso exclui uma série de países, inclusive o nosso.

Eu não li a íntegra, a coisa saiu agora, da política, mas me parece que há alguma coisa de pressão, alguma coisa de ameaça, alguma coisa aí de chantagem, porque o Brasil não assinará esse protocolo adicional do Tratado de Não-Proliferação, conforme já está estipulado na nossa estratégia nacional de defesa, assinada, ou adotada, em dezembro de 2008; a disposição do Brasil é não assinar.

Então, a orientação norte-americana é abrir a possibilidade de eventual uso da arma atômica, contra quem não seja signatário deste, deste Tratado de Não-Proliferação.

É preciso estudar com atenção o significado real dessa nova orientação norte-americana. E eu quero remarcar que, nos últimos 50 anos, os acordos sobre controle de armas nucleares ganharam publicamente, ganharam periodicamente, as manchetes do jornal, e, em todas as ocasiões, a grande questão foi a mesma e continua sendo a mesma: as potências nucleares agem em vista da proteção da humanidade ou atendem a seus próprios interesses. Essa é a questão que me sugere todo esse noticiário em torno da nova orientação da política nuclear norte-americana.

Lamentavelmente, as evidências não permitem afirmar, no meu ponto de vista, que os detentores das armas atômicas desejem o desarmamento. Lá se vão 20 anos desde o fim da Guerra Fria, apontada como razão para a corrida armamentista, e as principais potências nucleares não se desfizeram de suas capacidades de destruir o planeta.

Com certeza, não é o sentimento humanitário o que move a política internacional. Se o respeito às vidas humanas imperasse, os Estados Unidos, a Rússia, e outros grandes fabricantes de minas terrestres não teriam se recusado a assinar a Convenção de Otawa, de 1997, tão importante para salvar vidas, e que vidas? Sobretudo, as vidas africanas, que é o continente que mais concentra esse tipo de engenho e que está matando gente aí diariamente.

A fabricação, o comércio e o uso de minas continuam cada vez mais animados, como demonstra a atuação mais recente de Israel, ao penetrar em território de vizinho, seu vizinho, uma penetração que rendeu o uso de 1 milhão desses engenhos traiçoeiros, que são as bombas, que são as minas.

Crescem as evidências de que, mais uma vez, os tratados internacionais acerca das armas nucleares visam simplesmente reequilibrar forças, de maneiras a preservar confortavelmente a posição dos grandes detentores de bomba.

Conforme o Presidente Obama, o acordo a ser assinado amanhã, aspas, "Conserva a flexibilidade que o sistema de defesa dos Estados Unidos precisa para promover sua segurança nacional – aspas – e para garantir a segurança de seus aliados".

O Presidente Medvedev apresentou a iniciativa... Apresentou a iniciativa como sendo um reflexo do equilíbrio de interesse dos dois países. Em outras palavras, trata-se de um acordo que reforça o poderio norte-americano, ao tempo em que facilita a aproximação entre a Rússia e a União Européia.

A arma atômica, por seu potencial destrutivo, tornou-se operacionalmente obsoleta desde o seu uso inicial, desde Hiroshima e Nagasaki. O seu poder de dissuasão, os confrontos da atualidade, é nulo, como demonstra os desafiantes dos Estados Unidos e da Rússia. É absurda a hipótese de uma dessas potências usar um engenho nuclear contra chechenos, afegãos, enfim, contra essas sociedades desprovidas de tecnologia e... De armas semelhantes.

Na verdade, os grandes arsenais nucleares se tornaram um estorvo, seja pelas elevadas despesas que representam, seja pelo desgaste que provocam a seus detentores, ou ainda por desautorizar a ampliação do clube de potências nucleares. Desautoriza a luta contra essa ampliação.

A economia feita com a redução das ogivas permitirá maiores investimentos naquilo que interessa: a miniaturização, a alta precisão e a produção de cargas variáveis das armas nucleares, condição para que sejam operacionais em guerras localizadas, a produção

de armas táticas, mais aperfeiçoadas e de sistemas mais sofisticadas de defesa.

A política nuclear, anunciada ontem, pelo Presidente Obama, estabelece que os Estados Unidos deixarão de fabricar armas nucleares, mas não diz que suspenderão o desenvolvimento de tecnologias para tornar operacionais as armas nucleares existentes. Ou seja, para adaptá-los ao conflito localizado, o único tipo de guerra imaginável desde a destruição de Hiroshima e Nagasaki.

A meu ver, o mundo não fica menos perigoso com esse acordo, que permite à Rússia e os Estados Unidos deterem cada um cerca de 1.500 ogivas e 800 mísseis balísticos intercontinentais. Entretanto, o acordo valorizará o aparato militar desses países, permitindo-lhes uma posição de força contra a Coreia no Norte, o Irã ou qualquer outro que busque deter a força dissuasiva da bomba nuclear. De quebra, o Presidente Obama dá uma certa satisfação a uma opinião pública mundial, frustrada pela ausência das mudanças prometidas em sua campanha eleitoral.

A renegociação do Tratado de Não-Proliferação precisa ser analisado no quadro mais amplo das tendências mundiais. Um gesto como esse... O anúncio, ontem, da nova política e assinatura, amanhã, do acordo dos russos, russo norte-americano, não pode ser explicado, sem levar em conta fatores variados e mais amplos.

Essas tendências revelam profundas modificações no jogo de força estabelecido desde a Segunda Guerra Mundial. A grande variação foi o final da Guerra Fria, mas não foi uma variação completa, porque quem mandava continuou e continua mandando.

Além da evidente, o traço marcante, indiscutível, eu acho, desse cenário atual é a ascensão chinesa e o isolamento crescente dos Estados Unidos. Eu me refiro objetivamente ao distanciamento da Alemanha, que pede que as armas nucleares sejam retiradas de seu território e que, nesse propósito, é apoiada pela França.

Eu me refiro à mudança de orientação política da Turquia, que abandona, que luta por abandonar o seu papel de base de apoio para operações norte-americanas, operações militares, e, também, assinala a derrota eleitoral da tradicional base de apoio norte-americana no extremo oriente, que era em eleição recente.

Finalmente, a sensação que eu tenho é a de que, vendo sua hegemonia ameaçada, os Estados Unidos tentam reforçar seu poderio militar, inclusive mostrando maior presença na América Latina. Interessante... É preocupante verificar que não havia base militar norte-americana durante toda a Guerra Fria. Antes da Guerra Fria, era mobilização contra comunista, o grande inimigo.

Terminada... Mas não havia base militar norte-americana na América do Sul. Terminada a Guerra Fria é que essas bases se expandem e crescem, os investimentos militares dos Estados Unidos, na América do Sul, na América Latina, eles... Crescem no mundo, o orçamento militar norte-americano não acompanha a tendência mundial de baixa, mas ele mantém uma tendência bem acima da média mundial, mas na América Latina ele é, ele está em franca expansão, em particular na América do Sul.

Enfim, acho que essa tendência de ampliação de gastos não combina com a ideia que Obama tenta passar de que estaria abdicando de armas nucleares em benefício da maior segurança para a humanidade.

Eu acho que eu já abusei, talvez, do tempo, eu gostaria apenas de concluir, lembrando um lugar comum entre os meus colegas historiadores que se dedicam a estudar as histórias dos impérios: não há caso na história, não há caso registrado de grande império que nos seus... Enfim, nas suas dificuldades manifeste brandura; ao contrário, ele manifesta, ele se torna mais ofensivo.

Portanto, o que nós assistimos agora, eu desconfio, não deva ser interpretado como gesto de respeito, enfim, de preocupação com a humanidade.

Acho que a política externa brasileira, a política militar brasileira, a estratégia militar brasileira deve partir desse ponto de vista, que não se trata de um abrandamento, se trata de uma manobra de uma potência que sente a sua hegemonia ameaçada e reage de forma multifacetada, inclusive, com essa... Com esse anúncio de redução da sua capacidade destrutiva.

Muito obrigado pela atenção e desculpe o abuso do tempo.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nós é que agradecemos, Manuel Domingos, sua brilhante intervenção, muito importante para essa iniciativa desse conjunto de entidades que patrocinam este seminário.

Eu vou saltar aqui em relação à nossa iniciativa inicial de fazermos uma linha contínua, para não prejudicar a intervenção do Professor Odilon Marcuzzo do Canto. E como nós não queremos ninguém no canto, nós vamos lhe dar a palavra para garantir que ele possa participar amanhã de uma reunião em Buenos Aires, senão ele vai ficar prejudicado na sua chegada em Buenos Aires.

O Dr. Odilon Antônio Marcuzzo do Canto, PhD em Engenharia Nuclear pela Universidade da Califórnia, Professor Titular de Física da Universidade Federal

de Santa Maria, entidade da qual já foi Reitor entre 93 e 97. Foi Professor de Física Atômica e Nuclear em diferentes cursos de graduação e pós-graduação daquela universidade até 1999. Ocupou diversos postos na administração acadêmica, como Chefe do Departamento de Física, Diretor do Centro de Ciências Naturais e Exatas e Reitor da Universidade, como já anunciamos.

Em fevereiro de 2003, assumiu a diretoria de desenvolvimento cientifico e tecnológico da financiadora de estudos e projetos FINEP. Em julho de 2005, passou a ocupar o cargo de Presidente da FINEP, permaneceu na função até junho de 2007, quando assumiu a Secretaria da Agência Brasileira Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares.

Quero registrar a presença importante, que nos honra aqui no nosso seminário, do Senador Marco Maciel. Obrigado pela sua presença.

Então, Professor Odilon, V. Sa. tem a palavra.

SR. ODILON MARCUZZO DO CANTO: Muito obrigado, Senador Inácio Arruda. Quero inicialmente dizer a satisfação de, como Secretário da Agência Brasileiro-Argentina de Controle de Materiais Nucleares, estar aqui presente, nessa importante... nesse importante seminário.

Eu acho que... Eu tenho certeza que sempre que as Casas do povo, tanto a Câmara quanto o Senado, tomam atitudes desse gênero, estão contribuindo extremamente para a cidadania brasileira, porque este é um assunto, a questão da energia nuclear, é um assunto de extrema importância para qualquer nação, especialmente para a nação brasileira, e nós em termos de divulgação ao público, de conhecimento que a sociedade tem deste setor, nós estamos ainda muito aquém do minimamente desejado.

Eu lembro que quando o Almirante, quando da explosão da bomba de Hiroshima e Nagasaki houve uma... Aqui, no Brasil todo, pelos historiadores, houve toda uma conturbação, porque ninguém sabia o que estava acontecendo, o que é que era, e aí foi chamado justamente o Almirante Álvaro Alberto, por uma coletiva na imprensa, no Rio de Janeiro, onde ele, minimamente, tentou explicar o que é que estava acontecendo, que 'Nova Era' era esta que estava surgindo na humanidade.

Eu peço desculpas, que, às 05 horas, eu tenho que me retirar, por causa do voo, conforme o Senador Arruda já noticiou.

Mas eu vou aqui... Como hoje de manhã... Aliás, os palestrantes, todos, estão de parabéns, porque eu acho que fizeram um panorama muito bem tecido da questão do Tratado de Não-Proliferação, e também o professor que me antecedeu também teve... Fez uma abrangência bastante completa.

Eu vou, me atendo à questão de desenvolvimento cientifico e tecnológico da energia nuclear, o seu papel no cenário internacional, eu vou tentar algumas considerações inicias e depois eu vou me ater um pouquinho à questão da América do Sul, das instituições, da estrutura da América do Sul e especialmente da questão da Agência Brasileiro-Argentina.

Como todos nós sabemos, já estamos a praticamente um século da descoberta do fenômeno de fissão nuclear e da percepção da enorme densidade energética associada e que ela poderia ser manipulada, abrindo horizontes nunca sonhados pela humanidade. Infelizmente, a primeira utilização de tamanho potencial energético não foi feito para construir, senão para destruir. E esse pecado original tem acompanhado todas as questões inerentes à ciência e tecnologia nuclear.

Mas, por outro lado, como já foi citado também pelo Senador Arruda, o desenvolvimento da tecnologia nuclear em suas inúmeras aplicações têm trazido benefícios enormes para a humanidade, com importantes contribuições em todas as áreas, área da indústria, área da agricultura, meio ambiente e na área da saúde. Hoje, os rádio-diagnósticos permitem a definição e a detecção de tumores com... E em proporções muito pequenas e dando condições de que a pessoa consiga sobrepujar a doença.

Além disso, tem um outro aspecto paralelo, é que, como a tecnologia nuclear exige um nível tecnológico absolutamente elevado, em termos de qualidade, toda a nação que desenvolve o setor nuclear acaba desenvolvendo uma qualidade em todos os outros setores industriais que são obrigados, para acompanhar essa tecnologia.

Por exemplo, a questão de soldadores; quer dizer, uma nação que tem soldadores capazes de fazer um vaso de contenção de um reator, são os melhores, os soldadores mais bem qualificados do mundo. Então, pode... E isso, evidentemente, transborda para outras áreas da indústria. Então esse é um *friendly benefit* da indústria nuclear, sem dúvida nenhuma.

Este milênio, a humanidade enfrenta, sem dúvida nenhuma, enormes desafios. E dois deles, principalmente, no meu entendimento, que é a questão climática e a questão da falta de alimentos, a energia nuclear pode atuar e está atuando com muita precisão e muita eficiência. A FAO, que é o órgão das Nações Unidas para alimentação, estima que, neste ano de 2010, nós teremos uma população de 1 bilhão de pessoas com nível calórico abaixo de 1.800 calorias/dia.

E **Water Management Institute** informa que somente o Continente Asiático terá um acréscimo de

um e meio bilhão de pessoas até o ano de 2050, com um agravante de que, naquela região, os recursos hídricos existentes não serão capazes da suportar tamanha demanda, a menos que sejam desenvolvidas novas tecnologias de irrigação, com otimização do potencial existente e desenvolvimento de novas cultivares com menor exigência hídrica. A Agência Internacional, a AIEA, já desenvolve enorme esforço nessa área junto com a FAU, utilizando tecnologias nucleares apropriadas.

Então, esse é um setor que tecnologias nucleares têm dado ótimos resultados e certamente produzirá outros resultados muito eficazes.

Por outro lado, a questão da utilização da energia nuclear na transformação em energia elétrica, que vem sendo já aplicada há 50 anos, começou na União Soviética e que sofreu um baque grande com Three Mile Island e Chernobyl, ela passa por um renascimento hoje, em todo mundo. Porque houve uma série de avanços científicos, relacionados à tecnologia de reatores, produzindo máquinas melhores, com maior confiabilidade, e, então, fazendo com que os reatores nucleares de fissão passem, neste início de milênio, passem a ser uma fonte para a produção de energia elétrica, uma fonte sem interferência na produção de dióxido de carbono ou outros efluentes problemáticos para a atmosfera.

Evidentemente, ela tem embutido nela a questão do... que resta, que, quando o combustível é irradiado, que a solução, até agora preconizada, é pegar, tirar o combustível irradiado, colocar numa piscina, até haver um arrefecimento, e, depois disso, colocar em um contêiner de concreto vitrificado e deixar, então, armazenado em locais apropriados, que pode ser visto também até como... Embora se saiba que é um problema que tem que ser enfrentado para a humanidade, mas pode ser considerado até como uma fonte futura de energia, porque certamente as pesquisas vão continuar em cima da utilização de todos esses produtos de fissão, e eu tenho certeza que nós não estaremos longe do momento em que nós estaremos utilizando novamente. Isso que, hoje, está sendo chamado de 'lixo radioativo', na realidade, é um potencial que nós teremos e que, certamente, o desenvolvimento científico e tecnológico vai utilizar no futuro. Eu não tenho dúvida quanto a isso.

E evidente que, num mundo em que a questão da energia elétrica é fundamental para o desenvolvimento, e no mundo onde a gente tem pessoas que são pessoas de 12 kilowatt/hora e pessoas de menos de 1 kilowatt/hora, é evidente que este mundo não pode estar em paz. Então a fissão nuclear é uma fonte possível, factível, de energia elétrica neste início de milênio.

Então, eu acho que é fundamental a boa utilização disso. Para isso, então, é evidente que os países e as organizações internacionais têm que se preparar cada vez melhor para isso. Tais preocupações evidenciam a importância de tratados internacionais e não proliferação nuclear e de mecanismos e organizações responsáveis pelo gerenciamento e aplicação de salvaguardas nucleares, além de, evidentemente, instituições nacionais fortes para regulamentar a utilização da energia nuclear em todos os setores, em todos os campos, desde a indústria até a parte de agricultura e medicina.

Não proliferação, desarmamento e usos pacíficos de energia nuclear são os três pilares do Tratado de Não Proliferação de armas nucleares, conhecido como TNP, hoje ratificado por quase a unanimidade das nações, são 189 nações membro, e cujas referência de revisão, conferência de revisão, está prevista agora para o mês de maio.

Evidentemente, esses três pilares estão intimamente relacionados e precisam e devem progredir juntos. Infelizmente o esforço das nações nuclearmente armadas na direção de ações concretas que visem a diminuição e, finalmente, a eliminação completa de seus arsenais nucleares, conforme manda o TNP, não tem nem de perto acompanhado o empenho que as mesmas têm demonstrado nas tentativas de convencer os não nuclearmente armados dos perigos de proliferação.

Tal atitude passa a ser vista mais como uma postura de restrição aos acessos às tecnologias nucleares, criando uma reserva de mercado, portanto, do que uma real intenção de incremento ao disposto no Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

Aliás, os palestrantes de hoje de manhã foram muito enfáticos nisso. Se houvesse realmente uma forte vontade política dos países nuclearmente armados, a Petição de Estocolmo estaria sido cumprida. Então, não está sendo cumprida, justamente porque não existe vontade política.

Os analistas da área nuclear concordam que as posturas dos Estados Unidos e da União Soviética ditarão o êxito ou o fracasso do tratado. As últimas notícias, já foram dadas aqui, então não tomarei tempo nisso, e também a questão do... desse documento que está sendo redigido pelo Pentágono, da *Nuclear Posture Review*, que é importantíssimo. Hoje de manhã a Dra. Jackie falou sobre isso, parece que não são muito animadoras, porque o que se gostaria de ver no... No *Nuclear Posture Review*, seria uma posição bem firme dos Estados Unidos na questão do *soul purpose*(F) de utilização da energia nuclear *versus* o *primary purpose(F)*, que tem nos documentos.

Quer dizer, parece uma questão semântica, no entanto, mas que ela, realmente, ela envolve aí um princípio estratégico de utilização das armas nucleares.

Então, o fortalecimento do setor nuclear de um país exige uma estrutura de organizações e instituições robustas, tanto na execução, quanto na regulamentação do setor.

A tecnologia nuclear engloba interesses comerciais e estratégicos de tal monta que se torna impossível para uma nação obter o seu completo domínio somente através de intercâmbio cientifico e técnico entre países.

Quer dizer, é evidente, se o país não fomenta a capacidade interna nessa área, ele não vai conseguir por transmissão de tecnologia de outro país de jeito nenhum.

No entanto, o campo da ciência e tecnologia nucleares não é diferente dos outros setores da ciência e tecnologia e se beneficia enormemente das trocas de experiência e dos intercâmbios de conhecimento. Neste aspecto, no momento em que a indústria nuclear começa a ser reativada ganha importância os instrumentos e instituições capazes de criar um clima apropriado para essas trocas, havendo a necessidade do fortalecimento dos já existentes e se necessário a criação de novos.

A América Latina tem construído um conjunto de acordos e instituições que, respeitadas as diferenças geopolíticas específicas de cada região, poderão servir de paradigma para outras regiões do planeta. Na verdade, a América Latina dispõe de algumas instituições e arranjos binacionais e multinacionais importantes, que servem de suporte e fortalecem os objetivos do Tratado de Não Proliferação.

O ambiente de integração regional na área nuclear da América Latina fica facilitado pelo fato de que todos os países são signatários do Tratado de Tlatelolco, firmado em 67, os signatários se comprometem com a utilização exclusivamente pacífica da tecnologia nuclear e a proibição de ensaio, uso, fabricação, produção ou aquisição por qualquer meio, de toda arma nuclear, assim como o recebimento, a instalação ou qualquer possessão em seu território desse tipo de armamento.

Com esse tratado de prescrição de armas nucleares, os países da região definiram a América Latina como a primeira zona livre de armas nucleares. O Acordo de Cooperação para Promoção de Ciência e Tecnologia Nuclear na América Latina e Caribe, o ARCAL, é possivelmente o mais amplo e abrangente desse tipo de acordo.

O Acordo tem como fundamento a cooperação horizontal, técnica e econômica com o fim de promover o uso pacífico das diversas técnicas nucleares e como missão proporcionar o mecanismo de encontro de discussão entre profissionais que trabalham no setor nuclear e contribuir para o desenvolvimento econômico e social dos países menos avançados, com a transferência de tecnologias.

A Argentina e o Brasil, como os dois mais desenvolvidos, na região, do setor nuclear, têm dado forte exemplo de integração, que se iniciou com acordos de entendimento mútuo na década de 80 e se concretizou em 91, com a assinatura do acordo bilateral para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear, que criou um sistema comum de controle e contabilidade de materiais nucleares e a agência brasileira, a ABACC.

A partir deste marco, a cooperação na área nuclear tem se constituído um elemento essencial na política externa dos dois países. O acordo quatripartite assinado em dezembro de 91 entre Argentina, Brasil, a Agência Internacional de Energia Atômica e Agência Brasileiro-Argentina de Controle e Contabilidade de Materiais Nucleares, completou o quadro normativo legal para a aplicação do sistema de salvaguardas nucleares.

Neste acordo, os dois estados parte comprometem-se a aceitar a aplicação de salvaguardas a todos os materiais nucleares em todas as atividades nucleares realizadas dentro dos seus territórios, sobre sua jurisdição ou sobre seus controles, com o objetivo único de assegurar que tais materiais não sejam desviados para aplicação em armas nucleares ou outros dispositivos nucleares explosivos.

A ABACC foi a primeira organização binacional criada pela Argentina e pelo Brasil, sendo a única organização de salvaguardas binacional existente no mundo. A implementação do sistema comum e criação da agência, da ABACC, é uma clara demonstração da vontade política dos dois países de construir um ambiente de confiança mútua, onde prospere a cooperação na solução dos desafios políticos e tecnológicos, advindos da implementação de programas nucleares transparentes e totalmente pacíficos.

Com sede no Rio de Janeiro a ABACC mantém um escritório em Buenos Aires, sua estrutura organizacional é muito simples: com dois secretários, um argentino e um brasileiro, que se revezam anualmente na titularidade e quatro setores técnicos, um setor administrativo e mais um de relações institucionais; no total são 17 pessoas somente que trabalham na sede do Rio e dois em Buenos Aires.

O acordo bilateral, brasileiro e argentino, conferiu a ABAC o caráter de organismo internacional, tendo o seu quadro funcional o *status* de funcionário internacional, com privilégios e unidades estabelecidas em

protocolo adicional firmado pelos governos do Brasil e Argentina, não recebendo, portanto, ordens ou instruções de nenhum dos dois governos no desempenho das suas atividades institucionais.

Isso é muito importante, porque fornece à Agência uma autonomia e uma credibilidade nas questões de sua missão, de aplicar o sistema de salvaguardas nos dois países.

Esse fato aliada ao comprometimento das duas nações em preservar a independência institucional, fornecendo os recursos necessários ao bom funcionamento, garante autonomia da Agência e independência de suas conclusões.

As inspeções nas instalações salvaguardadas no Brasil e na Argentina são efetuadas por um conjunto, um corpo, de 90 inspetores, altamente qualificados e recrutados, em iguais proporções, nas instituições nucleares dos dois países (45 brasileiros, 45 argentinos).

Esses inspetores que se integram a ABACC somente pelo período de cada inspeção, assinam um termo de confidencialidade e no exercício de suas atividades em inspeção, estão proibidos de receber instruções de qualquer outro organismo ou pessoa.

As inspeções são sempre feitas em conjunto com a Agência Internacional, preparadas, essas inspeções são preparadas na nossa sede, na sede no Rio de Janeiro, sob a orientação dos oficiais da ABACC. As instalações brasileiras são inspecionadas pelos argentinos, e as argentinas pelos brasileiros.

Os cuidados da Agência, no recrutamento de seus inspetores, utilizando somente profissionais de larga experiência e de grande capacitação técnica, têm garantido a aplicação do sistema de controle e verificação de materiais nucleares com eficiência, eficácia, bem como independência de conclusões.

Outro fator relevante para o sucesso da ABACC tem sido o trabalho coordenado com a Agência Internacional de Energia Atômica, garantido por um sistema de comunicação rápida e eficiente com as autoridades nacionais e com a Agência Internacional.

Os equipamentos utilizados para controle e monitoramento, nas diferentes instalações, podem pertencer a qualquer uma das agências, tanto a agência internacional quanto a ABACC, uma vez que um protocolo, firmado entre elas, garante o uso conjunto dos mesmos.

Por exemplo, nós temos equipamentos que pertencem à ABACC instalados em Atucha, e a agência vai lá e utiliza, a agência tem instrumentos aqui, em Angra, que a ABACC utiliza, existe um uso comum dos equipamentos, otimizando, com isso, o investimento em equipamento. Esse procedimento facilita a aquisição de novos equipamentos, sempre no estado da arte, ao mesmo tempo que otimiza a utilização de recursos. Importante ressaltar que todas as ações de aplicação de salvaguardas da ABACC são executadas em comum acordo com a agência, respeitada a independência das conclusões de cada agência e sempre dentro do balizamento do Acordo Quadripartite. O trabalho conjunto, desenvolvido pela ABACC e a agência internacional, ao longo dos anos, tem criado um clima de mútuo entendimento e crescente confiança entre as agências, tornando-se uma experiência altamente positiva como modelo de aplicação de salvaguardas. O reconhecimento internacional tem sido demonstrado em numerosos artigos em periódicos da área nuclear, com citações do modelo da ABACC, como [ininteligível], com possibilidade, então, de estender a outras regiões do planeta.

Para finalizar, eu só queria tecer um quadro, assim, do... Eu falei em salvaguardas nucleares. Sei que nem todos aqui estão familiarizados com esse termo. Então, só para esclarecer, salvaguardas... Na área nuclear, salvaguardas são atividades pelos quais as agências, Agência Internacional de Energia Atômica e as agências regionais, a ABACC como binacional e a EURATOM como agência da região européia, podem verificar que um determinado país está cumprindo os seus compromissos internacionais de utilização de seus materiais e instalações nucleares, somente com a finalidade declarada para fins pacíficos, não ocorrendo desvios para fabricação de armas nucleares. É importante dizer que a Conferência Internacional das Nações Unidas, de 26 de outubro de 56, aprovou os Estatutos da Agência Internacional de Energia Atômica e colocou como missão dessa agência fomentar e apoiar o desenvolvimento de energia atômica para fins pacíficos, nos países membros, e administrar a aplicação das salvaguardas nesse país, com o propósito de assegurar que daí não resulte a nenhuma atividade relacionada a aplicações militares. E o Tratado de Não-Proliferação, no seu art. 3, diz que cada país, uma vez assinado o TNP, deve, com a agência, concluir um acordo de salvaguardas. Então, o procedimento... Quer dizer, a Agência Internacional tem o mandato da ONU, o TNP, no seu art. 3º, define que os países signatários do TNP têm que assinar um acordo de salvaguardas com a agência. Então, essa é a linha de... O Brasil, por sua vez, e a Argentina, como eles não estavam no TNP, quando eles criaram, quando foi criado o Sistema Comum e a ABACC, eles ainda não estavam no TNP, mas as normas, os procedimentos de salvaguardas, que foram embutidos no Tratado Binacional Brasileiro e Argentino e, depois, no Quadripartite, com a Agência Internacional, seguem os mesmos procedimentos

do TNP. Então, é essa a linha, vamos dizer assim, regular da coisa.

E aí se falou muito aqui no protocolo adicional. Qual é a grande diferença? O Brasil e a Argentina, o balizamento das Salvaguardas nucleares do Brasil e da Argentina está feito pelo Quadripartite, pelo Acordo Quadripartite. O que é que está salvaguardado? Qual é a diferença entre os dois? O Protocolo Adicional... No nosso, no Tradicional, nas salvaguardas, vamos dizer assim, tradicionais, o país declara as suas instalações e os seus materiais nucleares, e a verificação é em cima do que é declarado. O Protocolo Adicional trabalha em cima da desconfiança. Protocolo Adicional vai lá e diz assim: "Bom, está muito bem, o país declarou isso aqui, mas não é só isso, não. Ele tem outra coisa aqui, e eu quero inspecionar". Se ele chegar lá no Japão e disser: "Olha, o inspetor...". Isso é uma brincadeira que se faz com os japoneses, sempre que aderirem ao Protocolo Adicional, de dizer: "Como é que vocês vão fazer o dia em que um inspetor da Agência implicar que, dentro do Palácio Imperial, está sendo desenvolvida tecnologia nuclear?", porque, pelo Protocolo, a Agência tem os direitos dele lá. Então, o Protocolo Adicional é tremendamente invasivo, e, evidentemente, como é que ficam as questões... Por exemplo, se um inspetor da Agência chegar aqui – e um inspetor da Agência vem de todas as nações -, chegar aqui, no Brasil, e disser: "Bom, na Universidade de São Paulo, o laboratório de laser está desenvolvendo tecnologia nuclear, e nós queremos ir lá e verificar". Então... Evidente que aí tem uma série de questões de proteção tecnológica, industriais envolvidas, que o Protocolo, realmente, leva por diante. Então, por isso que o Brasil, com toda razão, no meu entendimento, tem tido essa posição sobre o Protocolo Adicional.

Agora, só para esclarecer, como secretário da ABACC. A ABACC, sendo uma agência binacional, criada com uma ambição especifica, ela não tem que dizer que sim e nem que não para o Protocolo Adicional; ela vai fazer o que os dois países definirem. Quer dizer, hoje, a ABACC trabalha as suas salvaguardas, com o balizamento do Quadripartite. Se os dois países resolvem optar pelo Protocolo Adicional, nós faremos as salvaguardas de acordo com o Protocolo Adicional. Eu agradeço novamente a oportunidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Muito boa. Nós é que agradecemos. Odilon Marcuzzo do Canto, muito boa apresentação, muito explicativa para a gente compreender o papel dessa agência binacional. Nós temos dificuldade, sempre que tem um debate sobre as ações que são realizadas entre os países, principalmente, aqui, na questão do MERCOSUL, e a gente tem tantas facilidades. Vocês vejam que nós temos a Itaipu, você tem uma binacional da Argentina com o Uruguai, você tem uma binacional da Argentina com o Paraguai, você tem, inclusive, uma agência binacional de energia atômica. Então, agradeço a sua intervenção. Você fica tranquilo, à vontade. Na hora que precisar sair para pegar o avião, nós já estamos muito orgulhosos de ter tido você aqui, como expositor.

Antes de passar a palavra ao nosso próximo expositor, eu registro a presença do Presidente da União Nacional dos Estudantes, Augusto César, e parte de sua diretoria, acompanhada das diretoras, diga-se de passagem, o Augusto César; Ricardo Abreu (Alemão), que é o Secretário de Relações Internacionais do Partido Comunista do Brasil. Também agradeço a sua presença neste importante seminário.

E, finalizando os pronunciamentos dessa Mesa, do nosso Segundo Painel, nós vamos ouvir o Exmo. Sr. Ministro Santiago Irazabal Mourão, Chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis do Ministério das Relações Exteriores. Diplomata de carreira, exerceu várias funções de secretário, 2º Secretário, 1º Secretário, em várias Embaixadas, em Assunção. Acho que, talvez, poderia dizer que as questões que eu considero, assim, muitíssimo importante, presidiu, em 2003, a Comissão de Desarmamentos, já nas Nações Unidas, no GT 2, Armamento Convencional e Medidas de Confiança, presidiu, em 2004 e 2007, respectivamente, o segundo e terceiro grupo de peritos das Nações Unidas para o estudo dos mísseis em todos os seus aspectos. S. Exa. também atuou, em 2004, como Assessor do Departamento de Organismos Internacionais e como Chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis. Em 2007 e 2008, chefiou as delegações brasileiras que participaram respectivamente da 22ª e da 23ª Reuniões Plenárias do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis, em Atenas e Camberra, e, em 2008 e 2009, chefiou, também, as delegações brasileiras, que participaram, respectivamente, da 18ª e da 19ª Reuniões Plenárias do Grupo de Supridores Nucleares, em Berlim e Budapeste. Eu quero agradecer à V. Exa. ter aceitado o nosso convite e, de imediato, passo-lhe a palavra, para que possamos ouvir a sua conferência.

SR. MINISTRO SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO: Muito obrigado, Senador Inácio Arruda. Quero cumprimentar o Senador Marco Maciel, que está aqui, presente, meus colegas de Mesa. Eu acho, Senador Arruda, que eu começo a me arrepender um pouco de ter passado a palavra à frente, me encontrei em uma sinuca de bico, aqui, porque as duas apresentações que antecederam foram muito boas, e, agora, enfim, a

comparação vai ser terrível. Mas, hoje de manhã, falou-se muito sobre o TNP, falou-se bastante em questões de desarmamento. Agora, à tarde, escutamos boas apresentações sobre tecnologia nuclear, o papel da tecnologia, e, francamente, pouco espaço restou aqui, para que eu converse com os senhores de algumas coisas diferentes.

A minha intenção é fazer uma apresentação sobre os aspectos que, eventualmente, nós prestamos uma atenção, às vezes, não tão decidida, que é o papel da tecnologia nuclear, como... as tecnologias sensíveis, que são parte do meu trabalho e que nós temos uma função, na nossa carreira diplomática, de justamente levar adiante as posições do Brasil nestas questões, particularmente como se coloca no cenário internacional as questões de tecnologias sensíveis, nucleares, químicas e biológicas – hoje, vou concentrar apenas nas nucleares -, como se coloca esta discussão, para onde avança, como avançam estas discussões, e, principalmente, qual tem sido a posição do Brasil nestas Mesas negociadoras. Estão aqui comigo, deverão me ajudar, vários colegas de outros Ministérios, que levaram adiante tais brigas, em vários fóruns internacionais, onde estas questões de tecnologias sensíveis são discutidas, e um pouco tentar saber e entender qual a estratégia internacional e como nós, Brasil, nos posicionamos.

Como eu disse, eu vou me concentrar nas tecnologias nucleares, porque esse é o tema que foi escolhido, evidentemente, para este seminário, essa Audiência Pública. A energia nuclear, quando foi descoberta, o homem chegou ao descobrimento da energia nuclear – o Dr. Odilon nos lembrava isso -, há quase quem anos, nós percebemos, a humanidade percebeu o enorme potencial dessa energia e a enorme capacidade do seu domínio em matéria de desenvolvimento, essa enorme alavanca que poderia representar o domínio da energia nuclear para o desenvolvimento. Cada vez que nós nos confrontamos com a descoberta de uma nova tecnologia, percebemos isso. Assim foi com a biomassa, o fogo, paleolítico, o carvão, ou o petróleo, etc., e, com a energia nuclear, não podia ser diferente, mas com a clara percepção de que aqui havia um potencial enorme, uma alavanca extraordinária para o desenvolvimento. O Dr. Odilon nos lembrou isso também, o Professor Manuel Domingos, também, que, hoje, os países que não desenvolvem, não utilizam, não se favorece a energia nuclear, certamente se encontram em piores situações, em matérias de avanços. E aqui nós vemos isso permanentemente. Nós também falamos aqui na produção elétrica. Hoje em dia, a geração de energia elétrica no mundo responde, a nucleoeletricidade responde por, mais ou menos, 15%; o Brasil é 3%, entre 3 e 5%. É um número... Não é nem pequeno e nem grande. Quer dizer, em termos da matriz energética brasileira, que é essencialmente hidroelétrica, 92% da nossa matriz energética é produzida com hidroeletricidade, 8% é termoelétrica; desses 8%, 3 é nuclear. Portanto, não chega a ser tão pequena. É quase 30% da energia termoelétrica do Brasil. Temos um programa de expansão nuclear bastante ambicioso, conforme já foi declarado pelo Presidente Lula, e está mais ou menos metabolizado, enfim... Pretendemos, além das três centrais nucleares elétricas, nucleoelétricas, em Angra, colocar em funcionamento, no Brasil, entre quatro e seis novas instalações até 2030. Pretendemos ampliar a capacidade de enriquecimento de urânio... Por aí vai. [ininteligível] um programa realmente muito ambicioso. Sabemos que a energia nuclear também é utilizada em medicina. No Brasil, nós fazemos em torno de 3,5 milhões de exame médicos com fontes radioativas, o que não é pequeno. Estamos utilizando fontes radioativas para mapear o que provavelmente seja o maior aquífero que temos na nossa região, o Aquífero Guarani, e utilização na indústria e... Não menciona a indústria alimentícia. Provavelmente, a grande maioria dos alimentos que nós consumimos hoje foi irradiada em algum momento, e, por isso, eles chegam à nossa mesa tão frescos, tão aceitáveis, apetitosos.

Então, a energia nuclear está aqui, ela é essencial para o desenvolvimento, mas, quando nós descobrimos esta fonte inacreditável, extraordinária, de energia, ela veio... O Dr. Odilon fala em pecado original, e, de fato, é um pouco isto. Nós, ao mesmo tempo, descobrimos que a energia nuclear tem um poder destrutivo absolutamente extraordinário, quando militarizado. E descobrimos isso, e esse é o grande, vamos chamar assim, o grande binômio da energia nuclear; de um lado, nós sabemos o enorme potencial para o desenvolvimento, e, do outro lado, potencial destruidor absolutamente extraordinário. E esse binômio, que vamos chamar de desenvolvimento de um lado e segurança do outro, que está presente em todas, absolutamente todas, as negociações que vamos fazer e que temos feito, desde que a energia nuclear existe, e ela é trabalhada de uma forma, no cenário internacional. O que é que nós vamos, todos, procurar? E aqui é a comunidade internacional toda. Nós vamos procurar estabelecer onde é que vai passar a linha, o limite, o equilíbrio entre esses dois aspectos da energia nuclear, o desenvolvimento e a segurança. O que é que nós, países em desenvolvimento, que não temos armas nucleares, gostaríamos de ver? É ampliar esta linha ao máximo, reduzindo o espaço da área de segurança. O que é que os outros vão querer, os nuclearmente armados? Evidente reduzir ao máximo o espaço da energia nuclear para o

desenvolvimento, com medo de que outros possam desenvolver também armas nucleares e entrar para esse seletíssimo grupo e ser um concorrente no aspecto estratégico. E esta é a briga, esta é a briga que temos, desde que falamos desses temas, o tempo todo, em todas as Mesas. Claro que não somos ingênuos e sabemos que, também, por trás destas negociações e destas discussões, há, evidentemente, interesses comerciais, interesses econômicos fortíssimos. A energia nuclear dá bastante dinheiro, diga-se de passagem. Há interesses econômicos, comerciais, muito fortes, e há uma tentativa também, às vezes mascarada, sobre o manto da não-proliferação, às vezes, se mascaram tentativas de evitar que surjam novos atores na área comercial ou econômica, no campo nuclear, e é aqui onde nós devemos, como Ministério das Relações Exteriores, enfim, e seguindo as orientações do Governo Brasileiro, nós devemos atuar, para evitar que, justamente, nessas negociações, se reduza o espaço da energia nuclear para fins de desenvolvimento.

Isso quer dizer que nós não estaremos preocupados com a possibilidade de que uma disseminação da tecnologia nuclear possa gerar países com capacidade de produzir armas nucleares? Nos preocupa. Estrategicamente, nos preocupa, deve nos preocupar, com o Brasil, que não temos armas nucleares, que outros países cheguem com armas nucleares. Quanto menos países tiverem armas nucleares, melhor. Por isso que todas estas negociações nossas também vão acompanhar de uma ênfase razoável, e, às vezes, muito intensa, na parte de exigir o desarmamento nuclear. Não há a menor dúvida.

Nós estamos falando aqui, não somente da transmissão da energia. Do que é que estamos falando? Quando a gente diz: "Vamos ver como é que se faz esta negociação da tecnologia nuclear, das transferências das tecnologias nucleares", isso soa, assim, na cabeça das pessoas, de uma forma, às vezes, um pouco difícil de apreender. Eu gosto, às vezes, de trazer um pequeno exemplo, que é um aparelho... Eu não conheço o que é, eu repito aqui o que eu leio. Talvez o Odilon possa nos explicar, porque(F) é físico. Existe um aparelho que chama-se sequenciador de impulsos eletromagnéticos. Ele é um aparelho, pequeno aparelho, que chama-se sequenciador de impulsos eletromagnéticos. Esse aparelho só dois usos conhecidos, dois usos conhecidos. O primeiro combate a pedra do rim, utilizado nos hospitais para tratamentos nefrológicos, de pedras de rim. E o segundo é um detonador de armas nucleares. Não tem... São as duas coisas que ele faz. Isto é exatamente um equipamento... Isto é exatamente o item de uso dual. No primeiro caso, de uso de tecnologia sensível. Uso dual se refere mais às armas que são utilizadas em termos convencionais. As minhas são sensíveis. Então, a minha pergunta e a pergunta que todos nós fazemos é o seguinte: é preciso controlar o sequenciador, os impulsos eletromagnéticos? Eu acho que sim. Mas como? Os hospitais não podem ter? Eu acho que os hospitais devem ter, mas é preciso controlar, é preciso saber que este equipamento que eu estou vendendo não vai ser utilizado em alguma situação, que não seja a de um tratamento, dentro do hospital. E essas são as questões que nós estamos precisando negociar o tempo todo. E é importante, também, recuperar um pouco como essa história se apresenta, essa história da busca do equilíbrio entre o desenvolvimento e a segurança, na utilização da energia nuclear. A primeira ideia que surge... Isto nós veremos ao longo da história, vários vezes, e, hoje, estamos vivendo isso. Mais adiante, eu conversarei rapidamente com os senhores. No fim das décadas de 40, o Dr. [ininteligível], nos Estados Unidos, o Senador [ininteligível] decidiu que a energia nuclear era extremamente perigosa porque podia produzir bombas como **Hiroshima e** *Nagasaki*. Aí ele propôs que toda a tecnologia nuclear que permitisse o desenvolvimento das armas nucleares fosse colocada sob custódia, sob administração internacional de uma organização internacional. Interessante que ele, americano, trouxesse essa ideia à frente, mas era um momento que havia acabado a guerra, enfim, as Nações Unidas estava em pleno auge, estava começando, teve um certo entusiasmo pela ação coletiva, através de uma organização internacional. A ideia de [ininteligível] morreu, como devia ter morrido, obviamente, porque é difícil imaginar que seja possível colocar sob custódia, sob administração internacional, todas as atividades nucleares. A ideia não funcionou, inclusive, até porque a Guerra Fria se acirrou, os russos, os soviéticos, na ocasião, detonaram a sua bomba nuclear, o quadro político não permitiu avançar nessa linha. Nova tentativa será feita um pouco mais à frente, pelo Presidente Roosevelt, com o famoso Átomos para a Paz, e a ideia de que era preciso aproveitar o potencial de desenvolvimento da energia nuclear, mas com controles, com algum cuidado, e aí o [ininteligível] propõe, pela primeira vez, a ideia de ter uma organização internacional, acabou sendo a AIEA, e salvaguardas que permitem a comunidade internacional ter certeza de que aquele programa nuclear, naquele país, tem fins pacíficos, e que aquele material nuclear e aquelas instalações nucleares não estão sendo desviadas para a produção de artefatos nucleares, bombas nucleares, explosivos nucleares. E esta ideia, fins da década, meados da década de 50, com a criação, portanto, da Agência Internacional de Energia Atômica, a AIEA, o desenvolvimento das sal-

vaguardas e todo o sistema associado a salvaguardas. A ABACC, da qual o Dr. Odilon é secretário, é uma dessas instituições que aplica as salvaguardas aqui, no Brasil, com os seus inspetores, em coordenação com a agência internacional.

As salvaguardas são chatas? São, são terríveis, primeiro porque criam... Desculpe, eu não queria aqui... Enfim, elas criam constrangimento para as empresas, enfim... Tem que parar, a empresa tem que parar, os inspetores entram. É uma mão de obra danada e custa caro; não é fácil, não. Então, evidentemente, nenhum de nós gosta das salvaguardas, mas é a garantia que eu tenho de que, em outros países, isso não ocorre, a garantia que eu tenho que os meus vizinhos não vêm desenvolvendo armas nucleares... Eu não estou me referindo aos meus vizinhos mais próximos, enfim, vizinhos em geral. E a garantia que eu dou aos outros de que eu também não estou fazendo. E isso que é fundamental. Quer dizer, no sistema em que nós vivemos, esse sistema tem que ser assim, porque é assim que eu vou poder receber o sequenciador de impulsos eletromagnéticos; senão, não vou receber. Quem é que vai me vender aquilo? Ninguém. Se o cara não tem certeza de que eu vou usar aquilo no meu hospital, então, não vai me vender. Então, eu preciso exigir dos outros, e os outros precisam exigir de mim, e esse sistema é um sistema que é aplicado a todos os países que têm atividade nuclear, e, praticamente, um número muito grande deles tem. Não todos têm programas nucleares desenvolvidos, mas a maioria dos países tem alguma atividade no campo nuclear.

Quando os países nuclearmente armados, principalmente Estados Unidos e União Soviética, que, na ocasião, eram os países que tinham o arsenal nuclear mais importante – continuam sendo, aliás, por certo, os que têm o arsenal nuclear mais importante -, perceberam que havia novos atores no campo nuclear, esses novos atores foram até o número que eles aceitaram. Quer dizer, os americanos não tinham como evitar que os ingleses entrassem, porque são os seus parceiros para a vida inteira, então desenvolveram conjuntamente armas nucleares com os britânicos, os franceses, liderados pelo [ininteligível], não podiam ficar atrás e fizeram esforço extraordinário para chegar à bomba nuclear, em parceria com Israel, e a Rússia, também, vendo esse desequilíbrio que estava se criando, porque o Reino Unido e a França estavam entrando no campo nuclear, passou a tecnologia para a China, na esperança de ter ali um aliado que acabou não seguindo, não se verificando que, poucos anos depois, os chineses entraram em conflito, enfim, com os russos, mas se passaram a ter atritos, deixou de ser um aliado tão óbvio, mas, quando fechou esse ciclo, os cinco chegaram à comunidade internacional e apresentaram o Tratado de Não-Proliferação, e todos foram assinando, em um ritmo cada um dos seus. Nós assinamos 30 anos depois de ter entrado em vigor esse Tratado.

O Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, o TNP, ele prevê, de um lado, que há cinco países que têm armas nucleares e que o resto não terá. Esse é o primeiro fato importante do TNP. O segundo tem os elementos e, digamos, as determinações que proíbem a transferência da tecnologia nuclear para fins não pacíficos, não à proliferação, quer dizer, o controle da proliferação. No seu terceiro pilar, que são os usos pacíficos, estabelece... Quer dizer, há duas coisas que são importantes. Primeiro, reconhece o direito inalienável dos países ao desenvolvimento e uso da energia nuclear, e dois: determina que todos os países farão o maior esforço para transferir as inteligências, para incentivar o uso da energia nuclear com fins pacíficos. E aqui, então, o TNP é... Digamos... Apesar de ser, como todos nós reconhecemos, um Tratado desigual, um Tratado, enfim, que cria uma desigualdade entre países nuclearmente armados, países não nuclearmente armados, o que é verdade, razão pela qual o Brasil ficou mais de 30 anos sem assiná-lo e ratificá-lo, por considerá-lo discriminatório, mas, na verdade, o TNP é o primeiro instrumento que estabelece o equilíbrio entre os dois e entre o binômio que havíamos conversado entre desenvolvimento e segurança. Exatamente é o que fecha, é o equilíbrio. E esse é o equilíbrio que se mantém até hoje, é o mesmo, com mudanças, aqui e acolá, pequenas.

O que é que a comunidade internacional percebe? Digamos... Essa é a primeira fase, se a gente pode dizer, primeira fase em matéria de controles da tecnologia nuclear. Percebe-se depois, logo depois que a década de 70 avança, a Índia faz a sua explosão nuclear, Israel adquire, finalmente, armas nucleares, nessa cooperação com a França e com a África do Sul. A África do Sul chega, também, à arma nuclear. Paquistão também se aproxima da arma nuclear. Há a percepção clara de que, fora do TNP – porque nem todos os países eram membros do TNP -, conseguiram, apesar de não estar dentro do TNP, conseguem uma troca e uma transferência de tecnologias, no campo nuclear, extraordinário. Nós mesmos, sem sermos membros do TNP, assinamos um acordo com a Alemanha, de cooperação nuclear, que foi essencial para o nosso programa e o avanço do nosso programa nuclear, principalmente na área de enriquecimento, não tanto que a gente tenha se valido da experiência alemã, mas, talvez, por não seguir os passos alemães, conseguimos chegar lá. Mas, enfim, isso é outra história.

Então percebe-se que... Percebeu-se que havia uma troca de tecnologias nucleares, e essa troca de tecnologias nucleares estava se fazendo de uma forma um pouco descontrolada, e o risco existente de que outros países, além dos que estavam indicados no TNP, chegassem às armas nucleares e chegaram – Índia, Paquistão, Israel e Coreia do Norte. Com algumas dúvidas, em alguns casos, mas eles chegaram a explodir artefatos nucleares. Se tem as armas, ou não tem as armas, é outra discussão, que, depois, a gente poderá fazer, em outro momento. Eu acho que armas ainda não tem, mas tem explosivo. Com base nisso, então, os detentores da tecnologia nuclear se reuniram em grupo que visa justamente controlar as transferências, e o grupo é o grupo de supridores nucleares, não podia ser de outro [ininteligível], por certo, que reúne os países – do qual o Brasil é parte – que detêm a tecnologia nuclear e que definem, basicamente, quais são os critérios, a partir dos quais, a tecnologia nuclear vai ser transferida para outros, não somente dentro do grupo, mas, principalmente, para os que estão fora desse grupo. É uma tentativa de controle da tecnologia, pelo lado da oferta. Nós ainda não conseguimos controlar pelo lado da demanda. Então, aí, há o descompasso, e esse descompasso fica muito evidente e muito claro hoje, em que presenciamos e vivenciamos o que tem sido chamado de renascimento da energia nuclear. Hoje em dia, nós estamos em um momento em que, passados 20 anos da depressão da energia nuclear, dos anos 80 até o ano de 2000, depois dos acidentes de Chernobyl e **Three** Mile Island, etc.. E não somente isso, mas, também, pelo enorme crescimento na eficiência da indústria de petróleo, a energia nuclear, evidentemente, deu uma queda brutal, e só agora, digamos, a partir do ano 2000, nesse século, que ela começa a recuperar. E, hoje em dia, nós temos certeza de algumas coisas. Nós temos certeza de que vamos entrar em um novo ciclo energético. Em algum momento... Estamos entrando em um novo ciclo energético. Sabemos que, nesse novo ciclo energético, a energia nuclear não será dominante, provavelmente, mas terá uma participação maior da que ela tem hoje. E, obviamente, estamos todos começando a nos preparar para esse novo ciclo energético, e, dentro desse contexto, obviamente, os países que, no ciclo energético anterior, dominado pelos combustíveis fósseis, eram dependentes, estão tentando, e irão tentar, mudar o final de dependência, neste novo ciclo energético – é óbvio que vão tentar fazer isso – e tentarão fazer isso pela tentativa de evitar a disseminação das tecnologias relativas ao ciclo do combustível, portanto aquelas que produzem o combustível nuclear. Isso parece ser uma certa lógica aqui. E esse é o debate que nós temos hoje. Nós já passamos... Quer dizer, esse equilíbrio que havíamos conseguido no TNP, em matéria de desenvolvimento e segurança, esse debate se recoloca hoje, com a questão do que é que vai se fazer com as tecnologias relacionadas com o ciclo de combustível, enriquecimento e reprocessamento de urânio. E nós estávamos exatamente neste ponto. Então, as primeiras reações são as mesmas, mas vamos colocar tudo sobre o controle multinacional. Evidentemente, isto é impensável. É impensável, hoje em dia, colocar todas as instalações de enriquecimento, de reprocessamento sobre o controle da AIEA, o que seja, esse não parece ser muito sério. Mas há outras tentativas. Vamos fazer plantas de enriquecimento regionais, vamos evitar, vamos criar bancos de combustível, que já foi criado um, e por aí vai. Esses tipos de iniciativas estão, hoje, na Mesa, e a preocupação, obviamente, nossa, do Governo Brasileiro, é estarmos preparados para esses embates no campo internacional, com esse mesmo objetivo que tínhamos há 40 anos. Na verdade, estamos brigando sempre um pouco na mesma coisa, com roupagens diferentes, mas na mesma ideia, que é puxar, ao máximo possível, esse equilíbrio para o lado de ampliar os espaços do uso da energia nuclear para o desenvolvimento, reduzindo o espaço dos usos da energia nuclear para a área de segurança, militarização, etc., para a via(F) também da luta pelo desarmamento nuclear.

Mas, enfim, era isso aqui, senador, que eu tinha a conversar, e, agora, estamos abertos às perguntas. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Muito boa, excelente, a intervenção do nosso Ministro Santiago Mourão. No Ceará, nós tínhamos uma expressão para esse [ininteligível], chamado 'fechar com chave de ouro'. Era uma aguardente muito forte, não tinha esse valor atomizado, mas era um energético razoável. Então, foi muito interessante, uma brilhante intervenção do senhor. Eu queria... Essa é a fase... Nós temos uma previsão de intervalo para uma merenda, mas, como eu percebi que a digestão não foi completa, ainda, do almoço, nós vamos cancelar o intervalo para a merenda momentaneamente, dar continuidade ao nosso seminário, abrindo para as perguntas.

E eu perguntaria inicialmente ao Senador Marco Maciel se ele deseja usar a palavra; senão, eu convido a Sra. Jackie Cabasso, para que ela faça aqui, no microfone, a sua pergunta, que está dividida em três etapas, três em um. O Brasil... O problema do som três em um também já deu problema.

SRA. JACKIE CABASSO (POR INTÉRPRETE): Depois, se tiver tempo, eu tenho mais duas outras perguntas. Essas perguntas são para qualquer um de vocês. Primeiramente, a União Europeia e 142 países assinaram o Estatuto da Agência de Energias Renováveis, o Brasil não é um desses países. Por que não? O Brasil planeja se unir a essa agência? O Brasil obtém 95% de sua eletricidade de hidrelétricas. Não seria mais barato e menos perigoso, para longo prazo, para o Brasil investir no desenvolvimento de energia renovável não nuclear para essas necessidades? Três: por que o Brasil está tão determinado a desenvolver um submarino estratégico nuclear? O Brasil tem promovido paz e justiça social. Então, por que é que o Brasil quer perpetuar um modelo de segurança baseado em militarismo nuclear, ao invés de se tornar um líder em segurança humana, baseado em meios não militares e desenvolvimento sustentável? Meu comentário é que há tratamentos alternativos para pedra nos rins, e não necessita de energia nuclear.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Temos, também, aqui, uma pergunta sobre como se dá a distribuição dos investimentos para os diverso fins proporcionados pela terapia nuclear, é isso? Então, eu acabei de ser indicado para a Comissão de Orçamento. Então, eu não tenho... Participei apenas de uma reunião, que foi para a eleição da Mesa. Então, essa pergunta, também, está ligada a um propósito, que... Acho que o protocolo adicional já faz menção a essa questão de que precisa-se acompanhar e controlar o uso de material radioativo dentro das unidades terapêuticas, para fins terapêuticos. Então, como é que... Não apenas o problema dos investimentos de recursos, mas é o problema do controle dessa atividade na área da saúde, que é vasto, porque inclui, também, o problema da radioatividade para a proteção dos alimentos, que nós já usamos... A EMBRAPA desenvolve pesquisas também excepcionais nesse campo, e nós consumimos bastante. O Professor Santiago, o Ministro Santiago já deu aqui o indicativo, nós já consumimos bastante produtos, com qualidade, exatamente em função desses produtos serem tratados de forma radioativa.

Então, eu começaria pelo Professor Odilon. Em seguida, vamos aos demais membros da Mesa, porque a pergunta é geral. Eu vi que aqui o tom é bem geral. A Laura. Tudo bem, Laura? Universidade Católica. Para o Santiago Mourão. Em uma recente matéria da Folha, o redator classificou as propostas de negociação estadunidenses, feitas ao Irã, de troca de urânio de baixo nível de enriquecimento por aquele com níveis mais altos, mas cujo uso não é dual. De uma proposta, *a la* Poderoso Chefão, já que seria uma proposta que... Se bem que as grandes potências também fazem propostas indecentes. Uma proposta que eles não poderiam recusar, ou seja, ou EUA não estariam realmente interessados em uma verdadeira negociação? O Sr. Ministro concorda com essa visão?

Vamos começar pelo Odilon, para poder facilitar o voo dele, e, em seguidas, nós passamos para o Ministro Santiago e o Manuel Domingos.

SR. ODILON MARCUZZO DO CANTO: Vamos ver o que é que eu consigo fazer aqui das perguntas. Em primeiro lugar, as perguntas da Jackie. A primeira pergunta eu vou deixar para o Santiago, porque, se é de país, eu não vou falar, que é por que é que o Brasil não aderiu ao International [ininteligível] Energy Agency... Então, essa fica para ti.

Agora, o seguinte. O Brasil tem 95% da sua eletricidade proveniente das hidrelétricas. Por que é que... Não seria menos perigoso e mais barato continuar investindo em energias sustentáveis, em vez de partir para o desenvolvimento da energia nuclear? Eu acho que a questão do Brasil desenvolver a tecnologia nuclear não está somente ligada à questão da energia elétrica. Tem outros ângulos. Um deles certamente foi o que eu toquei na minha palestra. Quer dizer, o país desenvolver energia nuclear significa desenvolver setor altamente tecnológico, de qualidade superior, e que leva todos os setores industriais do país a uma melhoria da qualidade. Além disso, o Brasil é detentor de minas de urânio, hoje, que está avaliado como sexta reserva internacional, mas que, certamente, é bem mais que isso, porque nós temos 30% do território nacional só prospectado. Então, o Brasil não quer, não pode ficar de fora desse mercado, e não vai ficar de fora desse mercado, e, certamente, ninguém vai vender tecnologia para nós. Se nós não desenvolvermos a nossa tecnologia, ninguém vai vender. Então, não é simplesmente a questão de... Além do mais, as hidrelétricas, tidas, há 20 anos, como não poluidoras, hoje, elas estão mostrando a sua real face, porque o metano, que sai do apodrecimento do material vegetal das usinas hidrelétricas, ele tem um potencial 20 vezes maior de poder estufa do que o CO2. Então, na realidade, nem a própria hidrelétrica é tão limpa, assim, na produção de energia. E, além disso, existe a questão socioeconômica. Para fazer grandes barragens, para produzir energia com densidade suficiente, nós temos que alagar terras, tirando pessoas das suas localizações... Então, tem toda uma questão social, também, envolvida. Agora, as outras energias renováveis, o Brasil é pioneiro em muitas delas. Nós temos aí a biomassa que o Brasil está dando de mil em todos os outros países. Quer dizer, a nossa frota automobilística está, 90% dela, correndo em álcool. Então, eu acho que o Brasil não

está deixando de lado a questão de energias renováveis. As outras energias renováveis têm os problemas aderentes. Quer dizer, a solar tem os seus problemas, porque ainda é muito cara, e a densidade energética é muito pequena. Para nós termos uma densidade de uma usina como Angra dos Reis, nós teríamos que cobrir quantos campos com células solares, para obter essa energia? É fácil fazer o cálculo.

E a outra questão, a própria energia dos ventos. Hoje, nós temos problemas na Europa, com centrais produzindo energia dos ventos, com problemas de ecossistema. Então, elas também não são isentas. Qualquer inserção do homem na natureza paga o seu preço. Então, energia renovável como algo lírico não é bem assim, não, as questões têm que ser muito bem estudadas.

A outra pergunta. Por que o Brasil... A questão do submarino nuclear. Bem, Jackie, eu acho que a questão é o seguinte: eu acho que é pela mesma razão que o Obama não aboliu as armas nucleares. Nós pensamos no futuro, nós temos o ideal do desarmamento, o ideal de um mundo de paz, mas nós vivemos no presente, e o Brasil tem uma costa de quantos mil quilômetros? Oito mil quilômetros. Nós temos reservas petrolíferas nessa costa e nós temos uma plataforma de zona explorável de mais de 200 milhas, com riquezas muito grandes, e nós precisamos tomar conta dessas riquezas. Então, eu acho que é justamente pela mesma razão que o Obama não colocou [ininteligível] na [ininteligível]...

A outra questão, da Socorro. Como se dá a distribuição dos investimentos para os diversos fins proporcionados pela energia nuclear? Eu não saberia dizer muito sobre isso, mas eu acho o seguinte: como qualquer tecnologia de ponta, os equipamentos... E é isso que eu quero dizer. A questão da distribuição, venda de equipamentos... São rios de dinheiro e estão nas mãos de multinacionais. Então, eu acho que esse... Todas elas têm interesse em manter reserva de mercado. Isso não há dúvida nenhuma. Eu acho que é isso que eu poderia dizer.

Eu gostaria, então, de aproveitar a oportunidade para me despedir, agradecer de novo essa grande oportunidade que a ABACC teve aqui, de se expor. Eu acho que é importante que a sociedade brasileira conheça esses mecanismos que o Brasil e a Argentina... Foram criados pelo Brasil e Argentina, que demonstram ao mundo, realmente, a posição do Brasil, na questão da energia nuclear. O que nós queremos é um desenvolvimento da energia nuclear para aumentar a qualidade de vida no nosso povo. Quando o Santiago falou da dualidade da energia nuclear, eu me lembrei do Robert Louis Stevenson, do "O Médico e o Monstro". Realmente, a energia nuclear é o médico e o monstro, só que, aqui, a realidade é melhor que a ficção, porque, na ficção, se matasse o Dr. Jekyll, morria... Se matasse o Mr. Hyde, morria o Dr. Jekyll, que era o bom, que é o bom. Nós não. Aqui, na energia nuclear, pelo contrário, quanto mais nós fortificarmos o Dr. Jekyll, a cesta de bondades do Dr. Jekyll, nós enfraquecemos o Mr. Hyde da energia nuclear. Então, na medida em que nós utilizarmos a energia nuclear para melhorar a qualidade de vida dos povos, nós estaremos diminuindo a necessidade de utilização de armamento, aí, não só nuclear. O professor estava falando que a grande questão é a questão não só da construção da paz, e o Professor Carvalho falou sobre a questão da construção, da transformação das armas nucleares para armas convencionais, na utilização estratégica. E, na realidade, para evitar isso tudo, tem que haver a construção da paz, e a energia nuclear detém isso. Quer dizer, na medida em que nós fortalecermos o Dr. Jekyll, nós estaremos diminuindo o Mr. Hyde e fazendo sumir o Mr. Hyde, porque, na cesta de bondades da energia nuclear está a qualidade da vida, tem quantidade de produtos da energia nuclear para melhorar a qualidade de vida do povo. Então, quero agradecer novamente. Tenho que me retirar e peço desculpas.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu é que agradeço ao Odilon Marcuzzo.

[palmas]

Espero brevemente podemos realizar um debate com a presença do senhor no Parlamento do MERCOSUL, talvez não dê tempo para a próxima reunião, mas nas próximas gostaríamos de realizar um bom debate.

Santiago Mourão, as perguntas estão com você.

Para Neto, Manuel Domingos Neto. Está bem. Ele vai responder. Logo após o Santiago.

SR. MINISTRO SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO: Eu vou falar sobre... Queria retomar algumas das ideias que foram comentadas por Odilon em resposta a alguma das perguntas que foram feitas. Eu acho que a primeira questão que eu gostaria de dizer, quer dizer, eu lamentavelmente não tenho resposta à sua pergunta sobre a *International* [ininteligível] *Energy Agency*, que seja, porque realmente não é a minha área, eu não sei exatamente se o Brasil assinou ou não assinou, e quais seriam as razões para não se associar a ela. Então, lamentavelmente, isso aí eu não posso... Eu posso inventar muitas coisas, mas essa aí eu não queria.

Mas eu queria comentar duas sou três coisas rapidamente aqui. A primeira é sobre a utilização da

hidroeletricidade, enfim, completar um pouco a noção de que o Odilon estava mencionando.

O Brasil, curiosamente, é o terceiro país do mundo em utilização de hidroeletricidade. É um número interessante. O primeiro é o Paraguai, obviamente, de Itaipu. O segundo é a Noruega, que a produção dela – a Noruega é muito pequena, mas é toda hidrelétrica; tem 98% a hidrelétrica, e nós 92% que é uma coisa inacreditável.

Nós temos capacidade da produzir energia através de fontes hidrelétricas em quantidade suficiente para as nossas necessidades até o ano 2030, 2040, não há a menor dúvida quanto a isso. Nós temos ainda empreendimentos hidrelétricos que poderão ser utilizados. Obviamente, nós temos uma limitação para isso que é o tamanho do lago, que é possível fazer. Até por razões ambientais a gente não pode ficar fazendo lagos por aí do tamanho em que seriam necessários, principalmente agora em que a maioria dos empreendimentos hidrelétricos se dariam em áreas onde os desníveis são menores. Então, a necessidade de um lago maior seria necessário(F).

Então a limitação no caso do Brasil é o tamanho do lago. Não é como em outros países europeus, por exemplo, onde todos os empreendimentos ou todos os sítios hídricos com capacidade já foram utilizados, como é o caso nosso. Mas, além do mais, a energia tem importâncias diferenciadas. Quer dizer, a energia de base que é produzida pela hidroeletricidade atende as necessidades básicas, mas, às vezes, na hora de pico, tem que se apelar para a energia térmica. E aqui é onde entra a energia nuclear que se revela crescentemente mais eficiente e crescentemente mais competitiva.

Então esta é uma das razões pelas quais o Brasil avança e no Programa de Expansão da Produção de Energia Elétrica nós pensamos em produzir, em construir um número maior de centrais nucleares. Mas o que é importante é o seguinte, é que a participação da energia nuclear na matriz energética brasileira não mudará substancialmente, permanecerá em torno de três ou 4%, que é hoje, e que continuará sendo assim. Só que a necessidade da energia será muito maior por isso a quantidade de centrais nucleares.

A outra pergunta era sobre o submarino. O submarino é importante sinalizar o seguinte: é fundamental, não é que seja importante, nós não estamos falando do submarino nuclear, nós estamos falando de submarino a propulsão nuclear e é totalmente diferente. O nosso submarino é um submarino convencional, mas ele funciona com energia nuclear. Ele terá, enfim, ele funcionará com a energia nuclear. O que não é uma experiência nova, nós temos muitos submarinos e os países nuclearmente armados tem submarinos nucleares a propulsão nuclear também. E já utilizamos a propulsão nuclear para grandes navios petroleiros, por exemplo. Não deu certo porque nós não tínhamos ainda a tecnologia de ter um reator de propulsão que utilizasse urânio abaixo do enriquecimento.

Então, no caso de dos países nuclearmente armados o que está circulando aí é uma bomba pequena, mas é uma bomba. Porque o submarino nuclear que funciona com urânio enriquecido é 99%. O nosso vai funcionar com urânio a 20%, e tão bem quanto esperamos.

Agora, por que ter um submarino à propulsão nuclear? Primeiro, porque o submarino a propulsão nuclear fica todo o tempo debaixo de água. Quer dizer, ou fica... A limitação do tempo embaixo de água é a limitação da tripulação – e parece que a partir do quarto mês ficam loucos querendo sair, enfim, [ininteligível] tem que sair -, mas se conseguisse ficar dois anos, ficaria embaixo de água dois anos. Não tem problema nenhum, porque a vulnerabilidade do submarino é quando sai, não é, aflora para carregar as baterias e tal. Aí ele é identificado se tiver embaixo de água e ninguém sabe onde está, e esta é a razão por qual se transforma, digamos, numa peça de dissuasão importante.

E por que o submarino a propulsão nuclear também? É pelo seguinte... Cadê o nosso coronel? Ele já foi embora. Mas, enfim, ele poderia nos explicar melhor. Mas só para ter uma ideia, nós temos, hoje em dia, oito mil quilômetros de costa por 200 milhas marinhas, que é a nossa zona econômica exclusiva. Para patrulhar 100 km², eu preciso de cinco submarinos convencionais. Para patrulhar 1. 000 km², eu preciso de uma propulsão nuclear. Então isso é uma conta de chegada que faz algum sentido em termos econômicos. E eu acredito que o fato do Brasil ter um submarino à propulsão nuclear não inválida o fato de que nós somos, de fato, já, um país que tem um papel importante na área de segurança humana e de toda... Enfim, levamos uma mensagem importante nessa questão.

A outra pergunta que havia sido feita sobre os investimentos na área nuclear, eu acho que é difícil a gente estabelecer como é que são feitos esses investimentos na área nuclear, porque muitos deles não são controlados pelo Estado, enfim, é difícil saber como é que se distribui os investimentos na área nuclear.

E depois a pergunta da Laura sobre a Operação Irã. Vamos retomar rapidamente a história desse processo. O Irã está enriquecendo urânio a 3,5% na sua instalação em Natanz e tem várias resoluções do Conselho de Segurança que proíbem o Irã de enriquecer urânio, de trabalhar nesta área, mas continua, o Irã con-

tinua enriquecendo urânio. Num certo momento, o Irã chegou a ter – já tem mais hoje, mas enfim -, quando o Irã chegou a ter, mais ou menos, uns 1.200, 1.300 kg de urânio com baixo enriquecimento já produzido em Natanz surgiu a ideia de que, aproveitando o fato de que o Irã precisa comprar, precisa substituir o combustível do seu reator de pesquisa em Teerã, que é o que produz os radiofármacos para o uso na medicina, em Teerã o combatível desse reator deve acabar agora meados desse ano, ou para o final desse ano, e o Irã saiu em campo para comprar novo combustível. Esse combustível que é enriquecido a 20% – são poucos os países do mundo que enriquecem a 20%. Para se ter uma ideia, exceto os países nuclearmente armados, o cinco do TNP que enriquecem até 99, porque fazem bombas, apenas o Brasil é o único que enriqueceu já a 20%. Então o Brasil é um dos pouquíssimos, acho que só tem seis ou sete países no mundo que enriquecem a mais do que, digamos, até 20%. Então o Irã não faz isso. Começou agora fazer uns testes, mas não fazem, e precisam de urânio enriquecido a 20% para o seu reator de pesquisa inteira.

Surgiu a ideia, então, portanto, de fazer uma troca desse urânio enriquecido a 3,5% em Natanz, quer dizer, 1.200 kg, para produzir urânio enriquecido a 20% para o reator de pesquisas de Teerã; que é, mais ou menos, o que se precisa: 1.200 kg de urânio enriquecido a 3,5% vai dar em torno de 90 a 100 kg de urânio enriquecido a 20% que é, aproximadamente, a carga de um reator do tipo do reator de Teerã. Provavelmente, o reator de Teerã use 90, 15 ou 110, depende do uso. Mas, enfim, era uma conta de chegada, no fundo era um pouco uma coisa parecida.

E a ideia dessa operação que foi proposta por [ininteligível] era que o urânio sairia no Irã, seria enriquecido a 20% na Rússia, que tem capacidade ociosa de enriquecer – e isso também é bom ter em mente, não é fácil encontrar quem enriqueça por aí; tem que ter capacidade ociosa. As enriquecedoras no mundo são poucas e elas estão todas com contratos de longuíssimo prazo e tem que atender 300 reatores que existem no mundo para geração de energia elétrica e milhares de reatores de pesquisa para o mundo inteiro. Então estamos o tempo todo trabalhando, então não é fácil. Mas os russos têm a capacidade ociosa razoável, muito grande por certo. Então seria enriquecido a 20% na Rússia e o elemento combustível são aquelas varetas onde vai a urânio – aquilo que a gente vê nos filmes, aquela vareta que troca dentro do reator -, aquilo é o elemento combustível. Aquilo também não é trivial. Não é qualquer um que faz. São poucos os países que fazem aquele elemento combustível.

Então ele iria ser feito na França, onde os franceses têm hoje, que são os caras que mais combustíveis fazem para o mundo inteiro; fazem para os reatores... a maioria dos países europeus e também dos Estados Unidos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO: Ah, sim. A França, eles têm... 70% da energia francesa vem de energia nuclear. Então esta era a operação.

Os iranianos acharam interessante a operação e começaram a pensar na hipótese de aceitar, porém não queriam mandar o combustível deles sem ter recebido o combustível do reator. Eles não queriam mandar o urânio enriquecido sem ter recebido o combustível do reator. Claro que há certa desconfiança na parte do Irã nessa operação toda.

O Irã tem alguns milhares de anos de negociação com os europeus e sabem que o negócio ali também não pode ser uma confiança absolutamente cega naquilo, que você tem que ter certos cuidados. E a operação começou a se alastrar porque não era possível entregar o combustível para o reator de Teerã nos prazos em que esta operação pudesse ser feita a contento dos iranianos. Os iranianos teriam que entregar o seu urânio levemente enriquecido, portanto perder qualquer alavanca de negociação, qualquer coisa, e ficar esperando um ano e meio, dois anos para que chegasse o combustível. Porque os franceses tinham que parar a sua linha de produção para produzir 100 kg, imagina, para o reator de Teerã.

Então essa operação começou a afundar. E os países ocidentais envolvidos nesta operação começaram a recuar deste negócio. Hoje em dia, o Irã já está com 1.900 kg, quer dizer, continua produzindo. Portanto, os 1.200 kg, daquela ocasião, que deixaria o Irã praticamente sem urânio enriquecido e, portanto, afastaria ainda mais a possibilidade do Irã utilizar este combustível, esse urânio enriquecido para eventualmente fazer uma bomba lá na frente, hoje em dia meio que se perde um pouco.

Nós achamos que ainda é preciso explorar essa avenida. Porque a posição do Brasil tem sido a seguinte: nós achamos que a questão nuclear iraniana se resolve melhor pela negociação e pelo diálogo. Então é preciso sentar, novamente, as partes na mesa para que possam voltar a dialogar e a negociar. A situação se tornou tão tensa dos dois lados que ninguém ser sentar à mesa. É preciso gerar um fato novo que permita as partes se sentarem à mesa. É uma lavada da cara, *face saving*; precisam que as partes voltem.

E nós desejamos que esta operação de troca do combustível, digamos, de troca do urânio enriquecido pelo combustível que não vai resolver a questão iraniana, nem em absoluto, não vai fazer nada, nenhuma diferença substancial na questão, poderia ser o *face saving* de todo mundo. Poderia ser a possibilidade das pessoas se sentirem... Enfim, um fato novo que poderia gerar a volta à mesa de negociação, e é por isso o que Brasil tem insistido em que não se perca essa oportunidade. Mas vamos ver, não parece estar muito próximo de uma negociação nessa linha.

Eu acho que respondi todas as minhas perguntas. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos passar para o Professor Manuel Domingos.

Um lembrete é de que aquele acordo que nós fizemos para o fornecimento de urânio enriquecido, lá para o Instituto de Pesquisa em São Paulo, eles forneceram a primeira etapa e depois nós ficamos esperando a segundo etapa, que não veio nunca mais.

Eu acho que a desconfiança dos iranianos está um pouco nisso: eu entrego o meu urânio para vocês, vocês passam esse urânio enriquecido para mim, só que o urânio não vai chegar nunca. Então o urânio não chegou mais nunca no Brasil. Então nós tivemos que... Se quiséssemos ter produção científica nessa área, nós tivemos que produzir o nosso próprio urânio enriquecido.

Então, Professor Manuel Domingos Neto, o senhor tem uma pergunta adicional também da Jackie, e eu já passei. É muito significativa. Se o senhor podia...

SR. MANUEL DOMINGOS NETO: Olha, eu acho que os dois, os meus colegas, o Odilon que já se foi, e o Ministro Santiago--

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se foi para Buenos Aires.

SR. MANUEL DOMINGOS NETO: --abordaram de um forma bastante elevada e profunda as diversas questões levantadas pela Jackie e, em particular, talvez o que tenha chamado mais atenção é se essa alternativa de não fazermos, não dispormos do submarino nuclear. Vem explicado aqui que se trata de um submarino a propulsão nuclear. A Constituição Brasileira não nos permite, não permite a construção de arma atômica. Portanto, nós podemos ter um veículo, um submarino deslocado com energia.

Agora, eu gostaria apenas de completar, ou sei lá – talvez, agindo até de forma redundante -, lembrar que não há possibilidade de defesa eficaz, hoje, contra grandes potências sem o submarino nuclear. O submarino que emerge com frequência movido a petróleo, ele não garante nenhuma defesa. A rigor, é um instrumento obsoleto. Apenas cinco países dispõem de submarino nuclear e o Brasil... Todos eles foram beneficiados com esse esforço produtivo, conforme eu já me referi, o Brasil teria muito a lucrar em sua capacitação científica, tecnológica, industrial. Eu acho que a exemplificação do Professor Odilon foi muito boa quando ele se referiu a soldagem(F).

Agora, portanto, o Estado Brasileiro, pensando em termos de Estado Brasileiro, não pode, jamais, abdicar de deter esse instrumento de defesa tão relevante na atualidade.

Agora, a Jackie levanta uma questão importante que nós temos um... Já tivemos uma política, um programa nuclear de construção da bomba nuclear, e depois disso como fica a observação da comunidade internacional, que sobre o Irã é tão atencioso, e sobre o Brasil é mais atenuado. Parece-me que a questão tem que ser vista do ponto de vista político. O papel que o Brasil tem exercido na região é um papel, a meu ver, de nítida colaboração. Nós vivemos um processo de integração riquíssimo aqui com os nossos vizinhos. Enquanto que, me parece, o Irã vive metido numa tensão permanente, alongada e tem com o vizinho um país potente, uma potência nuclear, e que mal se arranha alguma coisa em torno de Israel, se levanta a maior parte do mundo imediatamente indefesa enquanto que o Irã pouco se aventura, de fato, a defender. O que a Jackie classifica de comunidade internacional, me parece que ela se refere mais a um pensamento de uma... Um pensamento hegemônico do mundo Ocidental, enfim, dos países ricos, do que exatamente da sociedade internacional. Enfim, ela lembra também que nós podemos mudar de Governo e o combustível ficar sujeito a outras intenções, submetido à possibilidade de outros... Esse é, de fato... É sempre um risco, os países mudam, as orientações políticas mudam. Agora, o aparelho de Estado Brasileiro, em particular, o seu aparelho de defesa já está bastante consolidado, ele não muda assim. Aliás, eu até gostaria que ele mudasse mais, que ele fosse reformado com mais vivacidade. De sorte que não será a mudança de orientação governamental que inventaria facilmente aventuras nessa matéria. Acho que nós temos uma estrutura de Estado já razoavelmente consolidada, em particular corporações militares que têm suas tradições, e que com o passar do tempo, das experiências democráticas, se firmam cada vez mais como fiadoras, enfim, como sustentáculos de uma sociedade democrática. Acho eu que as Forças Armadas tem muito a mudar. Eu que convivo diariamente com oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica no nosso Núcleo de Estudos Estratégicos no Rio de

Janeiro, às vezes me espanto com a dificuldade que certos oficiais têm de se libertar de grilhões ideológicos do passado. E quando eu imagino que essa semana, agora, recentemente, apareceu um general truculento, mentiroso, descarado, violento, espumando, que foi aquele General Leônidas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nilton.

SR. MANUEL DOMINGOS NETO: Não, os dois. Leônidas e--

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sequenciada pelo Nilton.

SR. MANUEL DOMINGOS NETO: --e que a essas alturas ainda há oficial brasileiro gostando da ativa, gostando do que aquele bárbaro, aquele mentiroso andou falando na televisão. Falando, inclusive, impunemente, barbaridades tais como: no Brasil não houve tortura; Herzog não foi assassinado, e por aí vai. Falando essas coisas impunemente num país democrático. E ainda há oficiais das Forças Armadas que se entusiasmam com tal postura. Acredito que seja cada vez minoria, por isso que eu mencionei aqui a necessidade de nós termos... O meu desejo pessoal de ver os aparelhos militares enfrentando reformas mais aprofundadas na sua forma de se relacionar e de encarar as coisas na sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Obrigado, Manuel Domingos.

[palmas]

Uma última pergunta que eu vou dirigir, aqui, direto para o Santiago. Vanessa Sales da União da Juventude Socialista. *"Como o tratado pretende refrear o imperialismo nos Estados Unidos que invade países alheios sobre a desculpa de buscar por armas nucleares promovendo guerra, mortes de inocentes, implantando suas leis, e mesmo não encontrando as tais armas permanece dominando esse país? O que nos garante que isso não ocorrerá com o Brasil?"*

Então uma questão quente para o Santiago que é para ele poder encerrar o nosso seminário.

SR. MINISTRO SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO: O Tratado de Não-Proliferação Nuclear, ele não tem os elementos que poderiam evitar ações como as que foram desenvolvidas no caso do Iraque. Isso, evidentemente, o tratado não prevê isto.

No caso do Iraque, a decisão tomada do Governo Bush, enfim, levada adiante com muito esforço acabou sendo, de alguma forma, endossada pelo Conselho de Segurança. Ela estava – como hoje nós sabemos perfeitamente e os dados assim o demonstram – fundamentada numa informação equivocada de que o Iraque pudesse ter armas de destruição em massa, particularmente armas nucleares, que ficou provado que não tinha. E aí já sabíamos que não tinha, porque o Iraque foi objeto de intervenções e de inspeções muito intrusivas depois da Primeira Guerra do Golfo; foi a Primeira Guerra do Iraque em 91, enfrentou aquele período [ininteligível], fez um levantamento muito intenso da atividade nuclear iraquiana. E foi em função dessas inspeções muito intrusivas que verificou-se que o Iraque tinha um Programa Nuclear que não havia sido declarado. Em função disso foi negociado, depois, o protocolo adicional e nós conhecemos o resto da história.

Portanto, o tratado não tem esses elementos. O tratado estabelece... O objetivo do tratado... Hoje foi dito por alguém aqui numa... Parece que é um tratado essencialmente de não-proliferação. Ele é um tratado de desarmamento e não-proliferação, porém a parte de desarmamento é o art. 6º, um artigo essencialmente declaratório, enquanto que a parte de não-proliferação é mandatório. Realmente é mandatório. Então o grande desequilíbrio... Para mim, o grande desequilíbrio desse tratado não é que ele permita cinco países nuclearmente armados e o resto não. Isso para mim não é o grande desequilíbrio... É o desequilíbrio, de fato. Eu acho que o grande desequilíbrio do tratado é que a parte de não-proliferação é mandatória e a parte de desarmamento é declaratória. Eu acho que aí é onde está o grande desequilíbrio do tratado.

Então quando a gente exige o desarmamento, caímos na declaração. Então há declarações mais fortes, declarações, às vezes, mais bonitas, declarações mais intensas, mas sempre declarações. Quando se fortalece a parte de não-proliferação é lei...

SR. MANUEL DOMINGOS NETO: Então por que razão assinar esse tratado?

SR. MINISTRO SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO: Por que assinar o tratado? É difícil estabelecer. Eu sei bem por quê? Quer dizer, não é porque eu estou simplesmente começando a...

Quando nós assinamos o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, o TNP, e o fizemos em 1996, portanto 30 anos depois que o tratado estivesse em vigor. Nós, às vezes, nos esquecemos de algumas coisas. A primeira é o seguinte: antes que o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares fosse negociado e entrasse em vigor, nós havíamos negociado o Tlatelolco; e já havíamos assinado, e já havíamos ratificado o Tlatelolco. O que é Tlatelolco? O Tlatelolco é o tratado que proíbe a produção de armas nucleares na América Latina. E nós queríamos a América Latina com uma zona livre de armas nucleares, e nós já havíamos assinado e ratificado esse tratado. Só não havíamos ratificado--

SR. MANUEL DOMINGOS NETO: Eu tenho uma grande curiosidade acerca desse tratado. Ele foi, de fato, iniciativa norte-americana ou sul-americana?

SR. MINISTRO SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO: Qual?

SR. MANUEL DOMINGOS NETO: Esse de Tlatelolco.

SR. MINISTRO SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO: Tlatelolco foi iniciativa nossa, Brasil. Nossa Brasil, que não é pouca coisa. Abandonamos esse projeto um pouco logo depois-–

SR. MANUEL DOMINGOS NETO: Fala de fato ou de direito?

SR. MINISTRO SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO: De fato. A ideia de criar uma zona livre de armas nucleares na América do Sul é uma ideia originalmente brasileira, que nós não levamos com entusiasmo que, eventualmente, se requereu na ocasião. E foi uma bandeira levantada pelo México e acabou sendo assinado pelo México e por isso que tem esse nome de Tlatelolco, que é a sede do Ministério de Relações Exteriores Mexicano. Se fez muito rápido por um razão muito simples, porque ali é um resposta da região a crise dos mísseis de Cuba. Não podemos nos esquecer disso. Então ele é uma reação a crises dos mísseis de Cuba.

E o tratado estabelece algumas coisas... Quer dizer, nós nos proibimos de ter armas nucleares, de desenvolver, de armazenar e etc., mas também obrigamos, enfim, e assinaram isso aí, e os países nuclearmente armados não podem nos atacar com armas nucleares. A nossa preocupação, naquele momento, era que os soviéticos teriam colocado mísseis em Cuba, que poderia atingir parte, parcialmente, a América do Sul.

Eu não sei se estavam ou não estavam lá os mísseis na ilha. Não tenho certeza. Disso aí eu não tenho certeza. Há milhares e quilos de páginas inscritas a respeito, mas eu ainda não fui de todo convencido de que estivessem lá, naquela ocasião.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas a expressão não deu certo.

SR. MINISTRO SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO: Eu confesso que não sei. Eu sei que tinha umas baterias [ininteligível] instaladas próximas, que tinham umas casamatas que se pareciam com os Silos que os soviéticos tinham para os seus mísseis, mas eu não tenho certeza de que ali os soviéticos tivessem instalado armas nucleares na ilha. Talvez. Mas eu não sei.

Mas de todo modo, a reação da região foi essa. Foi acelerar as negociações do Tratado de Zona Livre de Armas Nucleares. Então nós já havíamos assinado o Tlatelolco. Portanto, nós já estávamos proibidos de ter armas nucleares. Depois disso, ainda, colocamos na nossa Constituição a proibição de se desenvolver atividades nucleares que não fossem para fins pacíficos.

Portanto, a assinatura do TNP não poderia ter sido muito dolorosa, entre aspas, quiseram um 'troço' natural. Agora, ela veio em um momento muito específico. Vamos lembrar um pouco qual é o momento... Haver um momento em que nós estamos saindo, junto com os outros países da América Latina da década negra, não da década de 80, estamos começando a sair; o Muro de Berlim caiu, o mundo está quase que de pensamento único. Nós temos a impressão que esse é um pouco o raciocínio feito, naquela ocasião, de que não havia possibilidades de crescimento, de aproveitamento das opções que o sistema oferecia fora de sistema, era um pouco a impressão que se tinha. Porque durante Guerra Fria, o mundo dividido em dois polos, a fronteira entre esses dois polos era uma fronteira porosa. Então nós, durante muito tempo, nos aproveitamos dessa porosidade da fronteira. A gente encontrava alguns nichos de oportunidade no meio dessa fronteira e conseguíamos melhorar a nossa situação, aproveitar as ofertas, entre aspas, que o sistema tinha.

Mas com a queda do Muro de Berlim e a saída de cena da União Soviética, um pouco a ideia que se tinha é que estávamos num mundo de pensamento único, e que fora daquele sistema havia poucas opções. Hoje em dia sabemos que as há, mas naquele momento [ininteligível]. Então era preciso não somente pertencer ao sistema, mas também dar a impressão de que se pertencia ao sistema. Era a "mulher de César", tinha que ser... Não somente ser a "mulher de César", mas tinha que parecer. E aí nós assinamos todos os acordos que estavam, que eram requeridos, entre aspas, pelo sistema para fazer parte da linha mediana. E nesse bojo, evidentemente, entrou o TNP.

O TNP entrou um pouco pela janela, pela porta detrás. No fundo, nós havíamos construído com a Argentina todo um sistema de garantias nesse campo que não nos obrigaria a assinar o Tratado de Não-Proliferação, o TNP. Nós já havíamos construído, havíamos ratificado, enfim, retirado as reservas que tínhamos, tanto Argentina quanto o Brasil o Tratado Tlatelolco. Assinamos o acordo de Guadalajara, fizemos o ABAC(F) que foi aqui comentado. Enfim, demos todos esses sinais, foram todos criados; assinamos o CTBT, e por aí fomos. Tudo foi construído, todo o edifício foi construído para não, necessariamente, ter que assinar o TNP. Mas aí a Argentina assinou e aí a gente ficou um pouco naquela corda bamba e acabamos um pouco sendo levados nesse projeto.

Mas, enfim, voltando à pergunta, se nós corremos algum risco, eu diria que não. Mas aí também, eu

acho que não há... Nós não corremos riscos de que os Estados Unidos faça com o Brasil o tipo de... A reativação da quarta frota... Mas a reativação da quarta frota que é interessante. Nós não sejamos ingênuos, o Atlântico Sul é uma área importante, rica e é um caminho para se... Tudo passa um pouco pelo Atlântico Sul. Você tem aqui no Atlântico Sul... Principalmente para você atingir o Europa, que é um dos grandes mercados, você passará pelo Atlântico Sul, os países produtores de matérias-primas na África; na América do Sul... O Atlântico Sul é uma região de grande passagem. Tem o pré-sal...

Então, evidentemente, todos nós vamos tentar nos fortalecer no Atlântico Sul de alguma forma. Todos tentamos com mais eficiência do que outros, sem dúvida nenhuma. E não creio que seja uma coisa para, digamos, objetivando o Brasil, eu acho que é um pouco... Os Estados Unidos estão passando por um processo um pouco mais amplo de revisão da sua estrutura militar, e eu acho que é provavelmente o processo mais revolucionário desde a Segunda Guerra mundial. Então eles estão mudando os tamanhos das suas unidades militares, a mobilidade das suas unidades militares. Estão mudando, realmente, e aí entra dentro desse esquema, evidentemente, a ideia de botar uma base aqui na Colômbia, que é uma base pequena, que todo mundo olha e diz assim: "Mas é uma base pequeno". Claro que é uma base pequena. Não custa quase nada. Tem 800 homens lá, não sei se tem isso tudo. É uma base pequena. Mas os americanos vêm com três aviões Galaxy e monta um aeroporto. Vêm três aviões Galaxy, um atrás do outro, e estaciona ali, e começa a baixar os equipamentos, em duas semanas tem um aeroporto onde desse até bombardeiros de peso. É isso que está mudando na estruturação militar americana. Não é para a América do Sul, digamos, de lá os caras vão para a África. Eles conseguem, a partir de bases, aspas, mais baratas, fecha aspas, eles conseguem atingir qualquer lugar do mundo pousando ali, porque vem... Três Galaxys vêm aí, monta um aeroporto e inveja de todos os nossos. A DSI(F) ia ficar fascinada; consegue montar em pouco tempo. E é isso que está mudando.

Então não é... A gente tem que tentar entender o que é está acontecendo. Que é o... Por que é que os americanos, hoje, começam em Obama, tem esse discurso que vai no sentido do desarmamento nuclear, e que nós aplaudimos que é muito bom. Porque o diferencial de armas convencionais nos Estados Unidos é [ininteligível]. Na medida em que eles começam a se desfazer das armas nucleares e pressionam os russos para se desfazer dessas armas nucleares, e etc., os caras vão ficar absolutamente donos dos senhores. Quanto tempo levará os russos para chegar lá? No mínimo 15 anos. Chegar no nível em que os americanos estão, hoje, em termos de desenvolvimento militar.

A Jackie apresentou, hoje, a ideia de esforço que os americanos estão fazendo em termos de atingir o mundo com mísseis intercontinentais armados com armas convencionais. Isso é estarrecedor. Se fizerem isso é estarrecedor. Hoje em dia já atacam o objetivo militar a 1.200 km, 1.300 km. Hoje um dia, um míssil [ininteligível] americana desses aí, entra na janela de um prédio a 1.300 km. O cara chuta daqui, 1.300 km entra numa janela no 10ª andar. Não cai no 9º e nem 8º. Então esse dia que os caras fizerem isso, [ininteligível] americanos conseguirem fazer isso com os seus mísseis intercontinentais, que hoje tem armas(F) nucleares, é um desenvolvimento muito complexo, um desenvolvimento muito arriscado. E todo o outro jogo, você tem que pensar totalmente diferente, encarar tudo isso de uma forma absolutamente diferente, porque é um universo, o mundo que se abre, que é totalmente novo para todos nós.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pessoal, você vê que uma coisa puxa a outra, não é? Nós vamos sair das armas nucleares, talvez para um debate amplo sobre armas convencionais, que inclui as armas químicas e biológicas, que já são usadas a milhares de anos, não são novas também.

Eu gostaria de agradecer a presença dos nossos expositores, todos com intervenções brilhantes que contribuem muito para a compreensão do tema que vai estar em discussão em Nova Iorque, nesta conferência. Espero que o Parlamento Brasileiro possa participar tanto das atividades das Nações Unidas, como das Organizações Não Governamentais, que estarão presentes fazendo grandes movimentos. Eu compreendo que a pressão social pode, sim, alterar determinadas questões dos protocolos que são assinados de forma muito lateral.

Então agradeço aos expositores Manuel Domingos Neto, Santiago Irazabal Mourão. Quero agradecer também os nossos expositores da parte da manhã, os nossos colegas que nos ajudaram a organizar este evento, o Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta Pela Paz; o Conselho Mundial da Paz; a Fundação Alexandre Gusmão, que deu todo apoio e se colocou à disposição, inclusive para que gente pós publicar as intervenções, assim, digamos em conjunto, o Senado e a Fundação Alexandre de Gusmão. Peço que leve os nossos agradecimentos para o nosso Presidente da Comissão, que acho que estava em outra missão no Rio de Janeiro, mas que dê um abraço para ele, que é muito estimado aqui entre nós. A Comissão Mista de

Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional; A associação Brasileira de Estudo da Defesa e a Universidade de Brasília, através do nosso Paula Pires que nos acompanhou como palestrante da manhã e nos acompanhou em todo período da tarde. Eu agradeço a sua presença. A presença dos nossos convidados estrangeiros: Professor Carvalho e Professora Jackie que nos abrilhantaram, ajudaram, contribuíram, porque dá uma visão, também, de mundo em relação a esse debate instigante. Quero agradecer também os nossos senadores, Flexa Ribeiro, Marco Maciel e Eduardo Azeredo, que é o Presidente da Comissão, e, sem eles, não poderíamos realizar este evento. A equipe de relações públicas, nossas, a Dra. Juliana Guaraci, no comando, que colocou a sua equipe à nossa disposição; o Alexandre, que é o responsável pela comissão, é o secretário da nossa comissão; da nossa equipe, do nosso gabinete, a coordenação ali do Carlinhos e Zé Roberto, que nos deram bastante reforço; ao Alexandre, que é Diretor do INTERLEGIS, que colocou também toda a estrutura do INTERLEGIS à nossa disposição.

Então feitos esses agradecimentos eu quero encerrar a nossa Audiência Pública, seminário coletivo, com essas organizações todas que aqui participaram. Dizer que os integrantes, aqueles que se inscreveram, os seus certificados já estão prontos aqui na secretaria. Ao sair, vocês já podem receber os certificados. E que nós tivemos a satisfação de receber entre os nossos convidados palestrantes e os nossos convidados que participaram do seminário perguntando, acompanhando e ouvindo aqui neste momento, mais de 100 pessoas para ser o primeiro seminário da nossa comissão, foi de grandeza êxito.

Então, agradeço a todos e está encerrada a nossa sessão. Obrigado.

[palmas]

Sessão encerrada às 17h37.

ATA DA 11ª REUNIÃO – EXTRAORDINÁRIA – DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL CONJUNTA COM AS SEGUINTES COMISSÕES PERMANENTES: DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA; MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA; CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA; DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE ABRIL DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia oito de abril de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senadores Eduardo Azeredo, Cristovam Buarque e Inácio Arruda, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conjuntamente com as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle; de Agricultura e Reforma Agrária; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores senadores: Adelmir Santana, Aloízio Mercadante, Antônio Carlos Valadares, Arthur Virgílio, Delcídio Amaral, Edison Lobão, Eduardo Suplicy, Eliseu Resende, Fátima Cleide, Flávio Arns, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Gilberto Goellner, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Jefferson Praia, José Agripino, Mão Santa, Marcelo Crivella, Marisa Serrano, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Romeu Tuma, Rosalba Ciarlini, Serys Slhessarenko, Tasso Jereissati e Valdir Raupp. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. Item Único. Audiência Pública, nos termos dos Requerimentos nº 18 – CDH; nº 02 – CCT; nº 03 – CCJ; nº 05 e nº 06 – CMA; nº 03 – CRA; nº01, nº 05 e nº13 – CRE; todos aprovados em 2010, com o objetivo de debater as várias questões e temas objetos do Decreto Presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, "que cria o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e esclarece reais intenções de pontos considerados polêmicos". O Senhor Presidente, Senador Eduardo Azeredo, abre os trabalhos, aprova as atas das reuniões anteriores das comissões que participam desta reunião e, em seguida, faz suas considerações iniciais, dando início à apreciação da pauta. O Senhor Presidente convida à Mesa o Senhor Paulo Vannuchi, Ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e dá-lhe a palavra para a realização de exposição sobre o tema. Após a explanação do senhor Ministro, o Senhor Presidente concede a palavra aos Senhores Senadores para seus questionamentos e considerações. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Serys Slhessarenko, Arthur Virgílio, Aloízio Mercadante, Marcelo Crivella, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Mão Santa e Fátima Cleide. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinqüenta e três minutos. Lavro, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, esta Ata. Lida e aprovada, ela será assinada pelo Senhor Presidente e, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada desta reunião, publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional.

– Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. – Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. – Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. – Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. – Senador **Valter Pereira,** Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com 13ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle; 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 11ª da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; 11ª da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e 10ª Reunião da Comissão de Constituição e Justiça da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Essa Audiência Pública foi aprovada nos termos dos requerimentos n°. 18 da CDH; 05 e 06, da CMA, Meio Ambiente; Requerimento n°. 03, da CRA, da Agricultura; Requerimentos 01, 05 e 13 da Comissão de Relações Exteriores; Requerimento 02 da Comissão de Ciência e Tecnologia, e Requerimento 03 da Comissão de Constituição e Justiça, todos aprovados no ano de 2010, com o objetivo de debater as várias questões e temas objeto do Decreto Presidencial nº. 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que cria o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e esclarece as reais intenções de pontos considerados polêmicos.

O convidado é o Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministro Paulo Tarso Vannuchi, e, senadores, a lista de inscrição já está aberta para os questionamentos. E eu quero convidar, então, o Ministro para que possa comparecer aqui à Mesa.

Vamos, então, dar início à Audiência Pública, primeiro, com a exposição do Ministro Paulo Vannuchi. Em seguida, com o debate com os Srs. Senadores; nós já temos os Senadores Arthur Virgílio, Inácio Arruda e Eduardo Suplicy inscritos. Já, de antemão, portanto, eu passo a palavra ao Ministro Paulo Vannuchi.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Bom-dia, Exmo. Sr. Presidente, Senador Azeredo; Senadores Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Inácio Arruda, Deputados Paulo Teixeira... E Senador Eurípedes Camargo... A todas as pessoas presentes. Eu começo agradecendo às comissões a gentileza, compreensão dessa fusão, que abre a possibilidade de realizar o que é um grande interesse do Governo Federal, especialmente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que é vir ao Senado para realizar uma atitude que é institucionalmente republicana, constitucional, democrática, de prestação de contas... Que meus colegas, politólogos, costumam, com algum pedantismo, chamar com *accountability*, palavra de difícil tradução no português: informar, esclarecer, eventualmente, dialogar, debatendo, numa atitude em que, além da necessária firmeza na defesa das convicções do segmento brasileiro ligado à defesa dos direitos humanos, bastante amplo, diversificado, e pluripartidário, uma atitude, sobretudo, de serenidade... A compreensão de que é preciso refletir sobre todos os aspectos polêmicos com espírito democrático, com compreensão e profundo respeito por todos os argumentos, por mais contundentes que sejam, em oposição às formulações, 521 propostas incluídas no PNDH-3, e finalmente a necessária humildade para, como já fizemos publicamente, sem dificuldade de reconhecer que, sendo um concerto de múltiplas vozes... Senadora Serys, um prazer recebê-la... O aperfeiçoamento, reconhecimento de erros, e alteração de redações para propiciar o necessário consenso amplo na área dos direitos humanos.

Nesse sentido, nessa minha introdução, que eu começo com essa saudação, uma primeira explicação preliminar, e um PowerPoint, que combinei e ouvi do Presidente Azeredo a orientação para não ultrapassar 30 minutos--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Se for necessário, não há nenhum problema, só disse que é a praxe.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Vamos trabalhar, então, nessa linha, Presidente.

Eu começo lembrando uma afirmação que não temos ainda, ou não teremos, a presença do Senador Marco Maciel, mas que é um reconhecido estudioso de Norberto Bobbio, que sempre menciona, em suas intervenções e artigos... Bobbio lembra que os direitos humanos não nascem todos de uma vez só e nem nascem de uma vez por todas. É um longo percurso de construção histórica, e eles são parte de uma caminhada que, lembramos, tem, em 10 de dezembro de 48, o lançamento da Declaração Universal, que é ainda do marco mais abrangente sobre a construção dos direitos humanos, sistemas de proteção, de defesa, em cada país, declaração que, no seu primeiro artigo, lembra os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa, um século e meio antes.

Na apresentação do PNDH-3, o Presidente Lula registra a convicção de que o Brasil fez uma opção definitiva pela democracia, há uma relação biunívoca, indissociável entre democracia e direitos humanos. O mesmo Presidente Lula é autor de uma frase lembrada na semana passada, no evento de transferência de cargo aos novos Ministros, de que a democracia não é a consolidação do silêncio, mas é manifestação de múltiplas vozes que, se eu pudesse, ampliaria a metáfora para uma ideia de sinfonia de múltiplas vozes, com altas dissonâncias, como, na melhor Bossa Nova, a ideia de que os direitos humanos têm de se fortalecer como políticas de Estado, projetadas no tempo, sobrepassando as contradições e divergências, situação, oposição, ou entre diferentes partidos de um mesmo bloco.

Registro, ainda, na linha de Norberto Bobbio, que sempre gostou de trabalhar com o tema dos paradoxos, dois paradoxos importantes na construção dos direitos humanos no Brasil: Primeiro, é lembrar que, antes de 1964, escasseiam, rareiam as formulações sobre direitos humanos na maioria das formulações partidárias ou do movimento sindical e popular. E é no regime de 64 que brota uma consciência inicial, e essa consciência inicial tem na Igreja Católica uma trincheira fundadora para outras igrejas, para movimentos sociais que assumem e se organizam entidades como o Movimento Nacional dos Direitos Humanos, já caminham para completar 30 anos de existência, tendo como fundadores figuras como Leonardo Boff, Hélio Bicudo, Deputado Pedro Wilson, muitos outros.

E o segundo paradoxo é de que o Brasil tem pelo menos duas décadas, talvez duas e meia, de afirmação permanente dos direitos humanos passo a passo, em que eu resumirei em seguida, e no PowerPoint, marcos e datas desse avanço; o Brasil já é um país aderente a quase todos os instrumentos fundamentais da ONU... Estamos devendo ainda o da Convenção dos Direitos dos Trabalhadores Imigrantes e suas Famílias, e a do sistema OEA de proteção aos direitos humanos. E, no entanto, com todo esse avanço, o país ainda assiste, observa, combate violações que são praticamente cotidianas.

Então, é na construção desse paradoxo que, da Declaração de 48, que o Brasil é aderente já no momento da Conferência de Paris, 10 de dezembro, o Dia Internacional dos Direitos Humanos, no regime de 64, já houve adesão a duas, a dois instrumentos fundamentais: A Convenção da ONU contra o Racismo, que é de 65, e o Brasil completa a sua tramitação em 69; e a dos Direitos da Mulher, que é de 79, e o Brasil completa adesão em 84.

Segue-se, em 89, ano 01 da Constituição Cidadã, de Ulysses Guimarães, segue-se a Convenção da ONU de Combate à Tortura, que é de 84, a dos Direitos da Criança, 1990, um ano depois de seu lançamento, mesmo ano em que, em 13 de julho, a Casa Legislativa, as duas Casas, então, aprovaram o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 92, o Brasil adere aos dois grandes pactos em que a Declaração se desdobrou, ambos de 66, o Pacto dos Direitos Civis e Políticos, e o Pacto dos Direitos Econômicos, Culturais e Sociais, grosso modo, correspondendo um e outro aos direitos que Bobbio chama "os civis e políticos direitos de liberdade", e "os econômicos sociais, culturais, direitos de igualdade".

Ainda em 92, com participação do Presidente Sarney, hoje Presidente do Senado, a adesão ao Pacto de São José da Costa Rica à Convenção Americana dos Direitos Humanos, o sistema OEA. E, em 2008, eu estive aqui, nesta Casa, para o momento de ratificação da primeira Convenção dos Direitos Humanos do Século 21, que é a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de 2006, o Brasil, nesse caso, Dra. Isabel Mayor, a secretária nacional, já era coordenadora no Governo Fernando Henrique, e segue titular no cargo, como prova dessa continuidade histórica das ações de direitos humanos por sobre diferenciações partidárias e de situação, oposição, e o Brasil é um dos países que eu tenho trabalhado... O Itamaraty... Cabe ao Itamaraty protagonismo nisso, mas com parceria com a Argentina, tentamos dar os primeiros passos para que a ONU complete esse sistema de instrumentos específicos, passando a proteger o único segmento vulnerável que ainda não tem um instrumento próprio, que é o dos direitos do idoso, em que este Senado tem revelado alta sensibilidade à tramitação do Estatuto do Idoso, o recente debate sobre reajustes de aposentados etc.

E termino dizendo que o Programa Nacional dos Direitos Humanos III, que será resumido no PowerPoint, como história, ele teve o seu primeiro esboço, esqueleto central, aprovado e construído ao longo de 2008, no processo da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos. O número da série já indica que, sendo 11ª, é uma longa série histórica. O Governo do Presidente Lula é um governo fortemente pautado pela realização de conferências, e expressa uma profunda convicção do Presidente da República sobre a complementação, o assessoramento ao papel central fundamental do Poder Legislativo na definição de leis, no exercício do poder que emana do povo, também por mecanismos de participação democrática, que são apresentados ao Legislativo como mera apresentação de sugestões, de indicações, de recomendações, que

caberá aos representantes do povo, aqui estabelecidos nas duas Casas, o poder constitucional decisório de transformar, ou não, pela regra da maioria, pelo debate, com oposição, em leis.

Essa Conferência também foi complementada por um rastreamento de 50 conferências nacionais, realizadas até então, hoje quase 70, em temas como mulher, igualdade social, criança e adolescente, direitos das pessoas com deficiência, direitos do idoso, direitos do segmento LGBT, direito à diversidade sexual, o direito à segurança alimentar, ao meio ambiente, à educação, à saúde, à moradia... Senador Cristovam, obrigado. Ainda buscamos coligir as principais recomendações dos instrumentos da ONU e da OEA. Cada um desses instrumentos da ONU, ele constitui um Comitê, sediado em Genebra, ao qual o Brasil voluntariamente se subordinou, as adesões são sempre voluntárias, e ao se subordinar, o Brasil se compromete a apresentar relatórios quinquenais e receber recomendações.

Então, buscamos incorporar também no PNDH-3 recomendações dos organismos ONU e OEA, e, finalmente, as recomendações dos relatores, que são especialistas mandatados pela alta comissária de direitos humanos da ONU, que visita os países sobre temas como liberdade do Judiciário, liberdade religiosa, combate à tortura, direitos da mulher, grupos de extermínio, situação dos defensores de direitos humanos, figuras como Dorothy Stang, figuras como Chico Mendes, figuras como Manuel de Matos, assessor do Deputado Fernando Serra, executado na Paraíba, em janeiro de 2009... Presidente estadual, vice-presidente estadual do PT de Pernambuco e ex-presidente da Câmara Municipal.

E eu passo agora para a apresentação do PowerPoint, com a ajuda do meu companheiro Pedro Pontual, e programamos 16 ou 18 lâminas, um minuto cada um... Procurarei não passar disso. O PNDH é 3 porque o primeiro é de 96, com foco nos direitos civis e políticos, momento em que o Governo Fernando Henrique Cardoso consolida um passo importante dessa caminhada histórica. Pela primeira vez, o Estado, pelo seu Poder Executivo, acolhendo uma construção histórica que já vinha de algumas décadas.

Em 2002, o PNDH-2, naquele... O titular da área é o Ministro Nelson Jobim, seu Chefe de Gabinete, José Gregori, homem símbolo dos direitos humanos, e Paulo Sérgio Pinheiro, já um participante ativo, como representante do Núcleo de Estudos da Violência, da USP. O 02 incorpora direitos civis, econômicos, sociais e culturais; Paulo Sérgio Pinheiro é o Secretário de Estado dos Direitos Humanos, ainda no âmbito do Ministério da Justiça. Presidente Lula transformou Direitos Humanos numa nova secretaria especial, trigêmea com Mulheres e Igualdade Social, que acaba de ser elevada definitivamente ao posto ministerial.

Após a declaração de 48, os dois pactos, o dos civis e políticos, por favor, ali à Mesa, meu senhor--

[risos]

Me desculpe... A Convenção e, em 98, a decisão brasileira, Governo Fernando Henrique, de submissão do Brasil à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, com o seu órgão quase Corte, que é comissão, situação que países como Estados Unidos e o Canadá, ainda hoje, não tiveram a decisão corajosa de incorporar. Podemos ir em frente, Pedro?

93, acontece em Viena, o Governo Fernando Henrique, não, o Chanceler Fernando Henrique, a mais importante Conferência Mundial de Direitos Humanos, depois de Paris 48. Ali, se define como grande elemento-força a ideia da indivisibilidade, ou seja, não-ditaduras que apresentam como argumento de defesa a existência de igualdade econômica em seus países, assim como não-liberdade, assentada sobre os pilares da pobreza, da miséria, que também oprime, que também escraviza, que também inviabiliza a liberdade.

E Viena recomenda que cada Estado crie um Plano Nacional de Direitos Humanos que, no Brasil, teve o nome “programa”, porque “plano” geralmente envolve datas, mensurações, e se preferiu iniciar a caminhada com “programa”.

A Constituição Federal, em 88, estabelece cidadania e dignidade da pessoa humana como principais fundamentos do Estado; há uma caminhada histórica da sociedade civil, que virá em seguida, que é a protagonista principal, até que os Legislativos, a começar do Rio Grande do Sul, criem a Comissão de Direitos Humanos, no Legislativo; em 95, a Câmara dos Deputados; em 2005, o Senado, sendo que, no âmbito federal, a sequência do período em que era Ministério da Justiça, Governo Fernando Henrique, o período Lula, em que era uma secretaria especial, duas semanas atrás, perdemos o “especial” e viramos Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

“Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Então, é na segunda parte a fundamentação constitucional para a realização de conferências, para além das figuras do plebiscito, do *referendum*, da iniciativa legislativa popular. E ela sempre com o recorte de apresentar propostas, para que os poderes competentes decidam o que deve ser acolhido e o que não deve. A primeira foi em 96, a longa série até 2008, sendo que o Governo Federal é proponente, participante apenas das últimas três. Até a oitava, nona e a décima, antes, elas eram uma

parceria entre a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e as entidades da sociedade civil, através de uma entidade construída com o nome Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos. Em 2009, Ministro Nilmário Miranda... Então, o governo brasileiro, o Governo Federal é um terceiro ator; em 2010, isso é suspenso, e em 2011, volta. Objetivos: formular propostas para revisar e atualizar o programa.

Em janeiro daquele ano, o Presidente Lula no Rio, no Itamaratyzinho, fez um discurso chamando a um mutirão nacional; era o Dia do Holocausto, ele comemorava com a comunidade judaica, então, o ano inteiro é atravessado por esse debate que mobilizou o segmento de direitos humanos no Brasil, áreas universitárias, poderes públicos dos três entes federados. Pode ir em frente, Pedro.

A etapa nacional, dezembro, 15 a 18 de 2008, 27 conferências em todos os Estados, eu estive em alguns; em vários deles, o governador abriu a conferência, com a presença de Presidente do Tribunal de Justiça, do Procurador Geral de Justiça; encontros prévios importantes em 127 regiões ou cidades, ao todo, 14 mil pessoas participaram diretamente desse debate. Em frente, Pedro.

Então, a Secretaria de Direitos Humanos teve um papel de coordenação, teve a realização de reuniões, seminários, especialistas convocados, como Paulo Sérgio Pinheiro, para uma espécie de consultoria geral sobre o processo de elaboração, com o seu olhar, agora, de uma das mais importantes figuras da área dos direitos humanos na ONU; houve a participação dos ministérios, a participação na Comissão de Direitos Humanos, da Câmara, é como coordenadora do processo, audiências públicas realizadas e ampla participação da sociedade civil num grupo de trabalho tripartite, e consulta pública de meses, a partir do site, esse documento, ele tinha um grande esboço dele exposto e divulgado amplamente por outros mecanismos, que permitia a participação de qualquer cidadão, enviando mensagem àquele endereço eletrônico.

702 resoluções aprovadas na 11ª Conferência estão expressas em um documento que se chama "Resoluções da 11ª Conferência", com importantes diferenças com o PNDH-3... Por favor--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Flexa está obstruindo ali. Vou propor tirar a mesa ali--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: A referência a convenções e tratados, e a referência às recomendações dos comitês: comitê da criança e adolescente, da mulher, de combate à tortura etc. Em frente.

Ele tem como marco de novidade, ele foi subscrito por 31 ministérios; o Presidente Lula, quando me deu posse, em dezembro de 2005, lembrou, no discurso, que direitos humanos não está na área de direitos humanos: está na área da educação, da saúde, da cultura, da diversidade, e que o nosso trabalho era um trabalho de interministerialidade.

Então, foi o nosso esforço de trazer, se pudéssemos, todos os ministérios para assinar. 31 é um número bastante expressivo. A ideia de políticas do estado, em que o Presidente Lula, na sua apresentação, menciona, que é um programa pensado para seguir adiante, mesmo ocorrendo o processo de alternância no poder, que é natural e desejável, na vida democrática, são palavras do Presidente Lula, prevê a ideia de um comitê de monitoramento, a implementação com planos bianuais, e a transversalidade. São seis eixos orientadores, o um são os temas da democracia. É uma conferência que foi realizada com críticas ao Governo Federal, com votações em que o Governo Federal, com os seus representantes ministeriais, foram derrotados... Numericamente, no debate, é da natureza desse tipo de conferência. O tema do desenvolvimento, então, é todo o conjunto dos temas do Pacto dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais, a ideia da universalização.

Então, os segmentos vulneráveis. Eu realço que segurança pública é um forte capítulo do programa, incorporando o debate da Conferência Nacional de Segurança Pública, do PRONASCI, o primeiro Programa Nacional de Segurança Pública, que tem direitos humanos em cada página da sua proposta, e lembrar que, num documento que foi submetido à fortíssima polêmica e críticas, ele foi um documento praticamente virado do avesso, com lupas, não apareceram importantes acordos em uma quantidade enorme de formulações, numa área sensível como essa... Volta um pouquinho, Pedro... A educação, cultura e direitos humanos como eixo mais estratégico da construção do Brasil do futuro; o resto é correr atrás da violência já ocorrida. Então, a vida escolar, a vida universitária, a educação não formal, que se realiza na sociedade civil, do sindicato dos trabalhadores às igrejas e Rotary Clubs, são ações formativas, que formam o cidadão num sentido ou outro. A questão da mídia como elemento fundamental dessa construção dos direitos humanos, e por último, o eixo inovador, que não está presente nos dois anteriores, que é o tema do direito à memória e à verdade.

Listamos e trabalhamos detidamente todas as críticas formuladas aqui, no Senado, na Câmara, na

imprensa, em debates, e longe de esgotar, mas, pelo menos em torno desses 11 temas, argumentamos, temos discussões, temos que ouvir, temos que expor algumas apreciações sobre a alta amplitude de que o programa extravasaria, estaria muito além dos direitos humanos, é um título de primeira página do Jornal O Globo... A criação da Comissão Nacional da Verdade, controvérsias do governo com o Ministério da Defesa, os temas da liberdade de imprensa, os temas na mediação de conflitos agrários, o tema da união civil entre pessoas do mesmo sexo, e que tem uma relação com o tema da adoção por casais homoafetivos, a questão dos símbolos religiosos, do aborto, da taxação de grandes fortunas, financiamento público de campanha... Volta, Pedro... A ideia de direitos trabalhistas de profissionais do sexo, plantio de monocultura, são alguns dos elementos que apareceram reiteradamente como pontos polêmicos de controvérsias e de críticas. Em seguida, Pedro...

Detalhando alguns deles: o direito à memória e à verdade, ele tem temas do acesso à informação, abertura de arquivos, e a proposta de apresentar ao Legislativo, até o final deste mês, criando, no Brasil, finalmente, uma Comissão da Verdade, que não é revanchista, não é contrária à Lei de Anistia; pretende complementar uma caminhada de décadas, em que, ao Governo Fernando Henrique, ao próprio Ministro Jobim, Ministro José Gregori, competiu a etapa de criar a Comissão Especial sobre Mortos, desaparecidos políticos. Ainda no Governo Fernando Henrique, a criação da Comissão de Anistia, no âmbito do Ministério da Justiça; países ao lado já fizeram esse processo, e voltarei, se preciso, ao debate, para dizer: é a favor das Forças Armadas Brasileiras, não é contra. Não é justo que as Forças Armadas Brasileiras, a família militar siga carregando sobre o peso da sua imagem violências que foram executadas por algumas dúzias de torturadores, de pessoas que mataram, ocultaram cadáveres, entre os mortos, desaparecidos, certamente pessoas das relações pessoas de alguns dos senadores, algumas das senadoras, deputados... Senador Cristovam me contava um dia, numa conferência, da sua amizade com o Rui Frazão, que temos uma homenagem marcada para o Maranhão, no mês que vem, gostaria muito que o senador atendesse ao convite, como o Governador Serra atendeu ao meu convite para irmos juntos a Florianópolis, homenagear, na Assembléia Legislativa, Paulo Stuart Wright, irmão de Jaime Wright, reverendo que celebrou o culto ecumênico de homenagem a Vladimir Herzog, e que trabalhou comigo, sob a direção de Paulo Evaristo Arns, na construção do projeto Brasil Nunca Mais. A ida à Assembléia para homenagear Paulo Wright, ex-deputado estadual do PSP, antes de 64, naquele estado, me rendeu a colegas do meu partido, um deputado estadual não participar, dizendo que eu estava indo criar palanque para o Serra em Santa Catarina, e eu argumentei, com serenidade, que eu não estava realizando palanque; eu estava realizando uma atuação conjunta entre pessoas e autoridades que têm posições partidárias, situação, oposição, diferenciadas, mas que estão unidas em temas como esse.

Há 30 Comissões da Verdade no mundo, entre América Latina, África, algumas da Ásia, como a ONU informa, e já disse de que não propõe a revisão da Lei da Anistia. Na questão da imprensa, se tratava de assegurar a garantia do direito à comunicação democrática; o papel fundamental da mídia na promoção da educação e de uma cultura em direitos humanos. A ABERT, no seu comunicado, ela lida exaustivamente em horário nobre de televisão, de rádio, ela fala: "O governo propõe a criação de uma comissão do governo". Não propomos, os senhores têm o programa; a leitura atenta mostrará. Não sendo má fé, foi uma interpretação equivocada, porque nós listamos quais são os ministérios responsáveis como cada uma das 521 ações têm ministérios responsável. Não se propõe isso.

Por último, a discussão de propor a criação de marco legal para regulamentar um artigo da Constituição, isso não tem nenhum conteúdo anti-democrático, e elaborar critérios de acompanhamento editorial para assegurar o respeito aos direitos humanos nos meios de comunicação, volta, tema que, já disse, é assentado em ideias positivas, como na Câmara dos Deputados, o programa "Quem Financia Baixaria é Contra Cidadania". Em premiações como a ANDI, Agência Nacional dos Direitos da Infância, já realiza para as melhores práticas da imprensa, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, com o Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos. E em vez de comissão de governo, isso poderia ser materializado na forma de uma parceria com a própria ABERT, Associação Nacional de Jornais, Associação Nacional de Revistas, e já disse que, se há um entendimento, interpretação, é um dos temas que estamos abertos para propor alteração da redação, que comece dizendo "no sentido de consolidar permanentemente a mais ampla, plena e total liberdade de imprensa", propor às entidades e trabalhadores do segmento, que realizem tudo isso.

A questão da mediação de conflitos agrários é, igualmente já antecipei, que é um tema que, sobretudo a partir das críticas da Associação dos Magistrados do Brasil, que argumenta que a palavra, como primeiro ato, envolve uma intromissão numa esfera de competência constitucional do Senado, nós vamos alterar isso, mantendo todo o espírito de um programa que é

recomendação internacional, ONU/OEA, e é um trabalho que o próprio Conselho Nacional de Justiça, o Presidente Gilmar Mendes recentemente, numa viagem a Marabá realiza, que é buscar mecanismos para permitir que não aconteçam mais Eldorado de Carajás, Corumbiara, Felisburgo, mortes como a de Dorothy Stang, recentemente, agora nas próximas semanas, mais um julgamento em Belém do Pará.

O tema da união civil entre pessoas do mesmo sexo é um tema de alta controvérsia, que envolve questões religiosas, expressa o ponto de vista fortíssimo de um segmento que se manifesta fortemente no Brasil, que reivindica direitos constitucionais, nem menos, nem mais, direitos iguais, e é um tema que tem algumas jurisprudências se formando, tem debates legislativos, o Poder Legislativo, o Senado e a Câmara, são a autoridades com poder e competência para decidir o que deve ou não ser transformado em lei. Em frente.

O tema do aborto, se necessário, voltarei a mais discussão, foi o primeiro anúncio que fiz de que o programa continha um erro, porque a formulação, ela não corresponde à opinião do governo do Presidente Lula, do próprio Presidente, e quando eu fui estudar e debater, constatei que, de fato, a formulação aprovada, ela não se afasta da minha convicção pessoal como Ministro. Estou terminando. Ela tem uma frase, que é fortalecer, apoiar o projeto de lei que descriminaliza o abordo, que tecnicamente já não estava correto, porque, naquele momento, esse projeto já não tramitava mais, então, teria que ser uma fórmula no plural, "novos etc.", mas a parte que eu defendo, o governo não tem essa posição, não foi decisão da Conferência da Mulher, que nós já realizamos duas vezes, que é a autonomia da mulher para decidir sobre o seu corpo. No entanto, há recomendações da ONU que apontam nessa direção; o tema do abordo foi debatido por décadas na Europa, Estados Unidos, Canadá; será debatido, nos próximos anos no Brasil, já anunciei e comecei a visita a CNBB, visita ao Dom Dimas, explicando que alteraria, sem suprimir, mas tornando a redação uma redação mais consensual, uma redação que coloque o problema da necessidade de debater, de discutir as legislações punitivas, e levar em conta o problema do aborto como um problema de saúde pública, que leva a 250 mil internações de mulheres, geralmente pobres, que realizam aborto em condições precárias, e têm complicações; não tenho o número de mortes resultante disso. Em seguida.

E lembrar também, terminando, que também a imprensa, ela exerceu, naqueles últimos dias de dezembro, e primeiros de janeiro, um papel de protagonismo, ao informar, na medida em que ela, em grande parte, se sentiu tocada por temas que interpretou como temas tendentes à introdução de censura, de controle da imprensa. Eu quero registrar, primeiro, que não há a palavra "controle social", nem "controle democrático", que há no PNDH-2. Então, nós, sem saber que haveria essas polêmicas todas, não imaginamos; se imaginássemos, teríamos tomado mais cuidado em todo o momento de redação final... Cuidamos de anexar o PNDH-1 e 2, no final, com a assinatura de Fernando Henrique Cardoso, para firmar, o que é raro na vida dos governos, os governos preferem esquecer o que foi feito antes... Não é uma discussão deste momento; eu, nos quatro anos e três meses que estou no cargo, o tempo todo falei que, em direitos humanos, nós temos o cuidado de assegurar políticas de continuidade, desenvolvimento, de reconhecimento da importante acumulação histórica em direitos humanos, nos oito anos de Fernando Henrique Cardoso, e lembrar que aquele debate não aconteceu com formulação que leiam, verão, que elas são mais duras, elas introduzem, evidentemente, há uma correlação com a conjuntura, com a avaliação do Governo Lula como um todo, com a Conferência de Comunicação, com a proposta da criação do Conselho Nacional de Jornalismo, e não unicamente em torno das formulações.

Por último, já disse, que vamos alterar redação. Quero dizer que houve muitos apoios, e apoios importantes. Retomo a metáfora de sinfonia de múltiplas vozes, ou democracia como o regime que consagra a legitimidade do dissenso para dizer que também quando o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho de Procuradores Gerais do Estado, que o Senador Demóstenes Torres já presidiu, a Associação Nacional dos Defensores Públicos, o Conselho Federal de Psicologia, a SBPC, a CUT, a CONTAG, há milhões de brasileiros e brasileiras representados numa atitude, em que o noticiário do jornal, regra geral, não mostrou assim; ele mostrou que havia uma onda nacional, como se um consenso nacional, contrário ao PNDH-3.

Então, eu apresento, com humildade, um anexo que os senhores e senhoras recebem, com algumas dessas manifestações, e que não incluía ainda artigos de Marcelo Rubens Paiva, Luiz Fernando Veríssimo, muitas figuras conhecidas e respeitadas, destaco um último documento, uma carta assinada por Dom Paulo Evaristo Arns, por Dom Pedro Casaldáliga, por grandes prelados católicos, por Clarice Herzog, Chico Buarque de Holanda, por Tereza Fiel, viúva de Manoel Fiel Filho, por Antônio Cândido, Cândido Mendes, que apóia o Programa Nacional de Direitos Humanos, centralmente no tema da Comissão de Direito à Memória e à Verdade.

Último... Terminou, eu só, então, concluo, explicando que estão com V. Exas., senadores, senadoras, um exemplar de uma revista n°. 5, que nós dedicamos a debater os principais aspectos polêmicos, com posicionamentos, em defesa do PNDH. Flávia Piovesan, importante constitucionalista de São Paulo, que já disse, repito, possivelmente, o Brasil ainda verá como membro de um tribunal superior, na linha que o Fernando Henrique inaugurou com a primeira mulher no Supremo, o Presidente Lula passou para dois... Senadora, para frente é que se anda, de dois tem que ir para três, tem que ir para quatro, tem que virar metade, tem que virar, talvez, seis a cinco, porque, tecnicamente, as mulheres são um pouquinho mais que os homens. Então, o bom modelo será o momento em que um Supremo tenha seis mulheres, cinco homens. Tenha a igualdade racial, metade, e não apenas a figura de um único. E, nesse sentido, ela discute os argumentos de que é inconstitucional e de que viola leis.

Luiz Alberto Gómez de Sousa, um veterano militante que esteve exilado, ligado à igreja, irmão do consagrado ator e diretor Paulo José, da Globo, que todos conhecem, que foi um consultor para isso, ele discute os temas das religiões na sua interface, e cada especialista discutirá, o Presidente, na ocasião, da OAB, está presente, eu espero que essa leitura, os documentos que estão agregados aí, abra o caminho para, a partir desta audiência, que novamente agradeço aos senadores, Senadora Fátima Cleide também, que agora chegaram, a gentileza... Bom, então eu preciso... O Senador Tasso Jereissati, o Senador Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Rosalba Ciarlini, senadores... Senador Crivella, deputados também. O agradecimento pela gentileza da fusão, e dizer que não tenho a menor pretensão de modificar opiniões já expressadas. Eu tenho um grande empenho de fazer um debate sereno, em que certamente aprenderei, em que o Governo Lula aprenderá, em que assimilaremos pistas, ideias, sugestões, mas tenho um forte empenho em que transformemos esse debate em um debate altamente qualificado do ponto de vista da democracia. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecemos ao Ministro Paulo Vannuchi. Eu quero lembrar que essa é uma Audiência Pública conjunta de seis comissões – Relações Exteriores, Direitos Humanos, Constituição e Justiça, Ciência e Tecnologia, Agricultura e Meio Ambiente -, tal é a polêmica que foi levantada em relação ao tema.

Eu vejo, Ministro, com satisfação esse reconhecimento de que os governos não devem esquecer do que os outros fizeram; só espero que não seja apenas em relação aos pontos polêmicos, seja também em relação aos pontos de avanço que o país teve.

Eu quero convidar o Senador Cristovam Buarque, que, se puder assumir, que eu vou só receber o novo Governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia, que vai visitar o Presidente Sarney nesse momento, se V. Exa. puder assumir aqui. O primeiro orador que está inscrito é o Senador Arthur Virgílio.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É com prazer que dou continuidade aos trabalhos, passando a palavra, inicialmente, ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, senhoras e Srs. Senadores, Ministro Vannuchi, eu, antes de mais nada, registro que V. Exa. fez uma exposição bastante nobre, bastante nobre, bastante elevada, e até contrariando e contraditando o que me parece uma regra geral no seu governo, que é de negar o que tenha acontecido de bom para trás, e eu até ressalto a preocupação que V. Exa. demonstra com relação aos direitos humanos, com essa contradição brutal de o Brasil sistematicamente, na sua política externa, se solidarizar com violações de direitos à pessoa humana onde quer que haja uma ditadura, quase que uma predileção.

Mas eu gostaria de falar a V. Exa., e eu dizia ao Senador Suplicy que eu vou voltar a um certo passado, Presidente Cristovam, eu vou voltar a um certo passado. Eu sou líder de um partido que não se propõe implantar socialismo no Brasil, bem ao contrário, o meu partido não tem como pré-condição que as pessoas sejam ou tenham sido de esquerda; meu partido tem como pré-condição que lutemos para um dia atingirmos essa etapa superior de regime político, que é o parlamentarismo.

Mas eu vou falar a V. Exa. como homem de esquerda, que militou pela esquerda durante os 20 anos do regime militar, para um homem de esquerda que pagou o preço e que demonstrou, a meu ver, de modo equivocado, demonstrou muita coragem, muita disposição de luta. V. Exa. optou por um caminho, e eu digo ao Senador Suplicy: "Nessa você não tem como estar com ele, tem que estar comigo nessa". Nós optamos por bandeiras que sensibilizassem a sociedade, eleições para prefeito de capital, essa era a orientação do Partido Comunista Brasileiro, ao qual eu era ligado... Eleição direta para governador de estado, para Presidente da República, bandeiras como anistia ampla, geral e restrita, que possibilitaram que aqueles que estavam encarcerados, e aqueles que estavam no exterior pudessem voltar. Ministra Dilma é candidata graças à paciência que pessoas como eu e o Suplicy

tivemos. Pelos métodos dela, eu não sei. Pelos meus métodos, pelos métodos do Suplicy, pelos métodos do Partido Comunista Brasileiro, ela hoje pode ser candidata à presidência da República.

Nós mobilizarmos, pelo que seria a Assembléia Nacional Constituinte, pelos brasileiros, e por críticas às políticas econômicas do regime militar, e era até difícil criticá-las, em função da sensação de bem estar que se espalhava pela mágica do falso milagre brasileiro... De tudo isso eu concordo com quase tudo. Eu vou aqui me abrir para V. Exa. Eu vi, o que me pareceu a primeira vista, um mélange, uma mistura, um mix, de uma porção de temas, eu não entendia por que, porque muitos já fazem parte de projeto de senadores e deputados, eu vou me declarar com muita clareza: relação homoafetiva, no momento que essa matéria for votada aqui, eu vou votar à favor, por entender que é injusto e é irreal não reconhecer que esse é um fato da vida que nos cerca.

Do mesmo modo, a descriminalização do aborto, neste momento que estamos aqui, e há razões religiosas que eu respeito, e eu próprio sou hoje uma pessoa reconvertida, eu me reconverti à religião, enfim, sou católico, mas não sigo o meu arcebispo nisso. Nesse momento, estão morrendo pessoas por estarem fazendo aborto ilegal. Então, é irreal nós imaginarmos que basta proibir para não acontecer; está acontecendo neste momento.

Qual é a crítica que eu quero fazer a toda celeuma que estabeleceu, a meu ver, desnecessariamente, no momento que o Presidente Lula estava tão bem, com a popularidade tão alta? Qualquer sombra, e são seguidas as críticas que o presidente faz à imprensa; a imprensa devia noticiar, não criticar, isso cheira a um certo ranço de autoritarismo, então, qualquer eiva de lembrança, qualquer coisa que possa significar controle aos meios de comunicação, deve ser abjurado com clareza por todos nós.

Do mesmo modo direito de propriedade, dizer para quem quer que seja nesse país, que fez sua opção pelo capitalismo, que V. Exa. combatia e eu combatia, mas é o sistema que nos rege e temos que aperfeiçoá-lo, e ele que tem dado ao Brasil a competitividade de que ele desfruta hoje do ponto de vista de suas exportações, enfim. Dizer que a propriedade de alguém é invadida, e depois se tem que, ao invés de reintegração de posse, tem que negociar com quem que seja, me falou ainda uma querida amiga, sua assessora, a Dodora... Enfim, eu sempre... A Dodora Arantes, e me dizia que determinada polícia colocou militantes do MST em cima de um formigueiro. Eu não posso aceitar uma coisa dessas. E eu tenho horror à atividade que o MST exerce como agente atrapalhador da política econômica brasileira, mas, enfim, não aceito que se tenha que discutir com eles sobre uma propriedade que é minha, legalmente, comprada por mim legitimamente.

Enfim, e finalmente tem a questão militar. Para mim, isso foi, Ministro, me perdoe, mas uma pisada de bola muito grande. Eu estou falando com uma sinceridade brutal, até porque senti o seu sentido construtivo. A questão militar foi reativada, o General Leônidas, dizendo que o Presidente Fernando Henrique, e para citar o mais ilustre dos que ele chamou de "refugiados", não era perseguido político coisa alguma, era preso político. Eu nem vou lembrar essa coisa esdrúxula de se tratar com tanta benevolência violações em Cuba, e ao mesmo tempo, se tratar com tanta benevolência, como se fosse perseguido político, aquele que foi condenado como um criminoso por uma democracia, que é a italiana, o Sr. Batistti, enfim...

Mas, o General Leônidas sai de um certo ostracismo com a questão militar de volta, enfim, isso eu considerei muito ruim, pior ainda, o Presidente Lula recua, o que me pareceu uma coisa ruim até para V. Exa., não foi uma forma de prestigiá-lo. E pior ainda, eu me condoí, quando o Presidente Lula, em um gesto bastante infeliz, ele compara prisioneiro de consciência a bandidos. E eu considero que V. Exa. foi equivocado na forma de combater a ditadura, mas eu sempre respeitei V. Exa., e não tenho V. Exa. como bandido. Eu não tenho a Ministra Dilma como bandida. Ela não é bandida, não foi bandida; ela lutou de maneira errada contra o regime militar. Pela forma que ela queria, pela forma que V. Exa. queria, a ditadura não cairia nunca, ela só se fortaleceria. Pela forma que eu pretendia, pelo que o Partido Comunista Brasileiro pretendia, nós iríamos minando a ditadura aos poucos e chegamos ao cúmulo de ir colégio eleitoral. O PT não foi, não foi ao colégio eleitoral, expulsou quem foi, e agora a nossa Dilma vai lá e presta homenagens ao túmulo de Tancredo Neves, numa manifestação até de auto-critica, que eu não quero imaginar eleitoralismo.

Mas eu vejo, Ministro, que houve uma *caput diminutio* para esse episódio todo, porque o Presidente Lula, para tentar dirimir a questão, e à moda simples dele, ele diz assim: "Os conflitos políticos..." Na lei de anistia, para mim, estava claro que de um lado estava o torturador, e do outro lado o torturado, e era assim que se falava no perdão. Ele reduz tudo a conflitos políticos.

A mistura de temas é no fundo, no fundo, para se chegar a atingir esses três objetivos: objetivo de restaurar uma questão militar, que a gente tem que entender que, no Brasil, a ditadura não caiu; houve um acordo. No Chile, a ditadura caiu; no Uruguai, a ditadura caiu;

na Argentina, a ditadura caiu; aqui a ditadura não caiu. As condições foram diversas e diferentes. Eu sempre digo que se eu tivesse que fazer um elogio ao Paulo Maluf, eu faria um na minha vida; foi o elogio de ele não ter desistido de competir com Tancredo, porque se ele tivesse desistido, talvez a transição democrática tivesse sido atrasada em dois ou três anos, e os militares dificilmente iriam engolir Tancredo Neves como candidato único, avassalando o que restava de poder para o General Figueiredo, enfim, mas eu vi ali apoios e vi apoios; alguns apoios cooptados, enfim, e vi apoios legítimos. Respeito Dom Paulo Evaristo Arns, respeito Chico Buarque, respeito tanta gente que tem direito de pensar, e aqui eu estou para dizer que o que não for declaração de intenção, o que significar luta por direitos humanos, efetivamente, vai contar com o meu apoio, mais eu não gosto desse mix, e eu queria dizer que eu faço uma separação muito grande. E vou contar um episódio que talvez o sensibilize.

Eu não gosto desse mix, porque o mix, primeiro, atropela projetos que já estão em tramitação no Congresso, passa a impressão de que, no fundo, queria chegar àquilo. Isso tem que ser desmentido com clareza. E, por outro lado, eu entendo que tem uma diferença muito grande entre reabrir a questão militar, porque um general de brigada tinha 54 anos, mais ou menos; hoje ele teria que ter 94 anos depois. O suposto crime que ele cometeu, ou um certo crime que ele cometeu, que uma minoria fez, a maioria não fez, eu divido muito o Exército Brasileiro da época da ditadura e o Exército Alemão regular e a SS... O Exército Alemão foi obrigado a ir à guerra, e a SS era a que fiscalizava os oficiais regulares alemães.

Eu digo a V. Exa. que se alguém, e eu tenho vários amigos nessa condição, alguém quer os restos mortais do seu ente querido, que foi assassinado, deve ter o direito de buscar isso, mas tem que ser separado claramente de tentativa de punição. Eu vou lhe dar um exemplo, uma figura que eu considero uma figura execranda, execrável, e até risível, chamado General Ibiapina. Eu era Ministro de Estado, fui ao Clube Militar para a reunião de amazonenses, e o presidente da Associação de Amazonenses do Rio de Janeiro me apresentou ao General Ibiapina; o Ibiapina é o homem que puxou Gregório Bezerra pelas ruas, o homem que todos os dias dizia para o Arraes que ia matar o Seixas Dória; todos os dias dizia para o Seixas Dória que iria matar o Arraes. E aquilo era uma tortura psicológica brutal, e eu não aceito tortura de espécie alguma, e condeno violação de direitos humanos aqui, em Cuba, em Guantánamo, em qualquer lugar onde se manifeste, em delegacia, isso é muito importante. Tem gente sendo torturada em delegacia neste minuto. E me apresentaram a ele: "Esse aqui é o Ministro Arthur Virgílio, queria apresentar o senhor ao general, presidente do Clube Militar, que nos cedeu gentilmente o clube". Ele, Suplicy, colocou as mãos para trás, e não me cumprimentou.

Como eu fazia política estudantil no Rio de Janeiro, e ele era general lá em Recife, eu depois, saí, fui lá, sobrou comida para todos amazonenses, menos para mim, eu fui almoçar no restante, até porque eu tive que discursar, houve discurso para lá e para cá, e quando olhei, não tinha mais nada comível, enfim; fui almoçar num restaurante com três ou quatro amigos. Um deles trabalha no governo do PT, José Eudes, que foi expulso. É um grande amigo do Presidente Lula, mas foi expulso injustamente, e esse é um momento de auto-crítica que deve ser feito pelo Partido dos Trabalhadores; tem gente que, a meu ver, deveria ter sido expulsa e não foi, o Zé Eudes não devia ter sido expulso, e foi. E eu falei... Aí começamos, no restaurante onde sentamos, a perguntar: "Ele é louco?" Por que... "O que ele tem contra mim?" Eu não fiz perturbação, eu não queimei nenhum carro em Recife; eu queimei no Rio de Janeiro carro; eu não quebrei a vidraça da Embaixada Americana no Recife; eu quebrei no Rio de Janeiro. Quer dizer, "de onde vem essa raiva desse rapaz, esse senhor de oitenta e tantos anos de não falar comigo?" Eu cheguei à conclusão, e eu não sou médico, é horrível falar de um assunto que a gente não conhece, que ele estava tão esclerosado, que ele me confundiu com o meu pai, que era um dos líderes da oposição ao regime militar. Que ele não podia ter raiva de mim, não justificava. No período pós-84, quando minha atuação começou a ficar mais marcante do ponto de vista parlamentar, eu nunca fiz nada, nunca citei o nome desse homem. Citei, quando homenageei o Gregório Bezerra, enfim, ou seja, qual seria o sentido disso, punir o General Ibiapina? O General Ibiapina, de 94, até chegar o final do processo, ele teria 103; a essa altura, se perguntar o nome dele, no inquérito, ele não sabe.

Ou seja, não teria sentido nenhum a não ser o de nós recriarmos uma situação de crise militar que não interessa a ninguém, por quê? Porque os militares aceitaram, no Governo Fernando Henrique, a anistia a Lamarca e a Marighella, e o Presidente Fernando Henrique só não anistiou, Presidente Cristovam, conjuntamente, só não anistiou primeiro Marighella, que podia, eu disse isso a Carlinho Marighella, querido amigo meu, filho do Marighella, eu disse a ele: "O seu pai só não foi..." "Poxa, Arthur, que decepção". Eu disse a ele: "O seu pai só não foi anistiado agora porque o Presidente Fernando Henrique quer anistiar os dois juntos, se não anistiar juntos, não vai anistiar nunca o Lamarca,

porque haverá resistência na área militar"; era a ordem que se estava fazendo da transposição das direções militares para as direções civis no Ministério da Defesa. E o Carlinhos Marighella aceitou isso, e enfim, e foi feita a anistia ao Marighella naquele governo.

Depois, eu não sei nem se foi justa a promoção a General, não sei, porque é como promover alguém a embaixador depois de ter saído... Poucos chegam a embaixador, poucos chegam a general, é um detalhe, enfim, mas de qualquer maneira, os militares estão cumprindo rigorosamente com o seu dever constitucional. Eles aceitam tudo, eles viram as crises por que passou este governo, no episódio do mensalão, sem se manifestar, a não ser o pessoal da reserva, que se manifestará sempre. Eles viram o *impeachment* do Presidente Collor, e ficaram literalmente na sua posição constitucional. Quer dizer, nós só temos que enaltecer e exaltar o papel que os militares exercem do ponto de vista das suas obrigações constitucionais. Eu não entendo por que mexer nisso, quer dizer, não pense que eu passei incólume... Eu conheço o seu passado... Mas não é para mexer...

Em 64, a minha casa foi invadida... Alguém diz aqui: "A minha também". Enfim, e a minha mãe foi obrigada, comigo e meus irmãos, a cantar o Hino Nacional de costas para a parede para mostrar que nós não éramos comunistas, e àquela altura, eu já era comunista. E nós cantamos, meu irmão menor não queria. E outras casas foram feitas assim, quando vinha a frente ampla, Carlos Lacerda jurou ao meu pai que não foi ele que deu a ordem. Não importa, não importa.

Boré serviu à ditadura de Vargas, contra a quem não tenho nenhum rancor. Não tenho nenhum rancor das lembranças que me sobrevoam a mente, de Carlos Lacerda, nenhum. Não tenho nenhum rancor do General Ibiapina; para mim, é um episódio que foi superado pela instalação e pela consolidação da democracia brasileira. Então, a cassação de meu pai... Perdeu a felicidade dele aos 48 anos de idade; era líder de governo aos 41. O lado dele perdeu... Um dos maiores amigos que eu tenho hoje, e um amigo que as pessoas que ainda dividem em "ismos", da direita, é o Senador Jarbas Passarinho. Jarbas Passarinho, teve gente aqui que não foi à noite de autógrafos dele; eu fui. Ele cassou meu pai, ele assinou, após sua assinatura cassando meu pai. Mas Senador Passarinho era um grande homem. Ele acreditava piamente que era aquilo que era bom para o Brasil, e o Coronel Jarbas Passarinho, Senador da República, Ministro de Estado, tudo que ele foi na vida, o Jarbas merece o meu respeito. E para mim, a partir de 79, eu não só o anistiei, como passei, a partir daí, as portas estavam abertas para qualquer entendimento, ou seja, eu não cultivo a figura do rancor. O que me pareceu, no PDNH-3, é que vi ali a figura do rancor.

E quando V.Exa. fala, eu não vejo em V. Exa. a figura do rancor. Então, eu gostaria que esse rancor fosse abjurado, que nós não nos prendêssemos em desvãos, e para mim é um desvão tentar reabrir essa questão; isso é para pôr uma perda em cima. No Brasil não cabe *"Las Madres de la Plaza de Mayo"* porque não foi o mesmo processo; nós não tivemos aqui o nosso Galtieri; nós tivemos o nosso Figueiredo, que vinha naquele processo de abertura lenta e gradual, da qual nós aproveitávamos para crescer enquanto alguns radicalizavam. Me perdoa insistir, para mim, a opção de V. Exa. foi equivocada, V. Exa. não estava certo na forma de combater a ditadura, embora eu louve a sua coragem, e louve seu valor pessoal. Me desculpe, mas, para mim, a minha forma de combater à ditadura era a mais correta; a forma proposta pelo Partido Comunista Brasileiro era a mais correta, era a forma justa, forma que, junto com outras forças, com o PCdoB e com tantos outros partidos, nós, o PMDB, todos fomos para o PMDB... MDB primeiro; no PMDB, eu já não era do Partido Comunista. Era lá o caminho para nós enfrentarmos do jeito que as nesgas de espaços que a ditadura nos desse, nós permitisse, e nós enfrentamos.

Então, as minhas dificuldades com relação ao PNDH-3 estão, nessa questão, a liberdade de imprensa é intocável no Brasil, intocável. É um crime, qualquer frase dita por quem quer que seja, ainda que do Presidente e, sobretudo, do Presidente da República. O direito da propriedade é constitucional, é intocável, e nós temos que olhar com responsabilidade para os resultados da balança comercial brasileira, se queremos nos referir ao MST e ao agronegócio.

E a questão militar, eu não vejo mesmo como reabri-la, eu não vejo mesmo por que reabri-la; os restos mortais de familiares de amigos meus que foram assassinados, eles devem ter o direito de ter o local onde possam velar as suas memórias. Mas é isso e ponto, é isso e ponto. Não cabe nada parecido com o que houve em outros Estados; não é justo com o Exército, não é justo com os atuais militares, os atuais dirigentes, que não têm nada a ver com esse caso, ou seja, eu ouvi de V. Exa. nobreza aqui, e lhe peço a nobreza de também perdoar, a nobreza de também esquecer, a nobreza de também se concentrar no que é hodierno, no que contemporâneo. Contemporâneo é nos vermos quais são as violações de direitos humanos que nós podemos coibir juntos, enquanto nação aqui, e V. Exa. fala em países... V. Exa. citou o nome do Presidente Fernando Henrique aqui várias vezes,

e eu aqui gostaria de dizer que eu espero, no futuro, poder citar o nome de V. Exa. também.

Então, me espanque essas três dúvidas, e nós discutiremos o restante. E eu lhe peço desculpa pela emoção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Por uma inversão concedida pelo Senador Inácio Arruda, eu vou passar a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, para depois de duas intervenções, passarmos a palavra ao Ministro Vannuchi. Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente Cristovam--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, pela ordem, só um minuto--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu estava inscrito para falar--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O senhor está em quinto lugar--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu não vou falar não, eu só queria dizer que, depois do discurso do Senador, do líder, Arthur Virgílio, eu abro mão de falar, porque é difícil a gente ouvir um relato tão sincero, tão emocionado e tão brilhante ao mesmo tempo. Eu acho que o recado, Ministro Vannuchi, está muito bem dado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem, Senador Tasso. Com a palavra, Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Cristovam Buarque, Presidente, Ministro Paulo Vannuchi, Ministro e amigo, eu queria dizer que nós começamos muito bem esse debate, com a apresentação consistente, reconhecendo historicamente as contribuições do governo anterior, do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, um homem que veio da luta democrática, de Paulo Sérgio Pinheiro, que é uma figura expoente na luta pelos direitos humanos, uma figura de estado, uma figura republicana, que transcende de partidos ou períodos, e que está sendo visto por esse governo, inclusive, como um alto comissariado da ONU para a questão dos direitos humanos.

Eu acho que essa intervenção com essa qualidade, e tratando de um tema tão sensível quanto é a Agenda Direitos Humanos, permitir que os excluídos, os discriminados, os perseguidos, os violentados possam se expressar, possam se constituir como sujeitos políticos na sociedade, possam encontrar, junto ao Estado Brasileiro, canais de diálogo e de manifestação, eu acho essa experiência riquíssima, e ela tem que continuar, ela tem que prevalecer.

Nós só seremos uma sociedade civilizada se formos capazes de discutir com maturidade, encontrar soluções para aquilo que são nossas diferenças religiosas, culturais, étnicas. E essa construção democrática, e quero parabenizá-lo por ter citado Bobbio, os direitos civis e políticos são direitos de liberdade; os direitos econômicos e sociais são direitos de igualdade, e esse é o caminho que esse país tem que apresentar.

Eu acho que hoje o Brasil, não só pela sua resposta econômica, por estar distribuindo renda, por ter preservado a estabilidade, o país deixou de ser um problema internacional, e passou a ser parte das soluções dos grandes problemas internacionais... Talvez a coisa que nos diferencie entre os BRICs é exatamente a democracia, o Estado de Direito Democrático, a separação de poderes, a alternância de poder. E esses valores precisam ser assegurados.

Quero dizer também que fiquei muito feliz de ver a intervenção sincera, profunda, do meu companheiro Arthur Virgílio, com quem tenho tantos embates e muitas afinidades. Eu acho que foi muito importante a intervenção dele, que pauta a qualidade ao debate, que eu acho que o Brasil deveria fazer.

Eu queria reconhecer, são mais de 500 proposições, e a ampla maioria absolutamente necessária, relevantes, contribuições que eu espero, porque nada disso terá vigência nesse país se o Congresso Nacional não abraçar algumas Agendas, e não impulsionar na forma de políticas públicas de avanço nas leis, então, a Conferência é uma provocação ao debate. Não é necessário concordar com o que está sendo proposto, mas é importante que seja discutido, e aquilo que seja relevante, seja incorporado.

O que eu queria dar destaque? Primeiro sobre o problema do controle dos meios de comunicação, uma pauta recorrente na democracia brasileira. Eu quero dizer qual é a minha posição, só há um caminho para o controle democrático e social dos meios de comunicação; é o leitor controlar o jornal; o ouvinte controlar o rádio, e o telespectador controlar a televisão. Não há outro caminho.

A liberdade de expressão é um valor, é um princípio essencial à democracia, e eu vi o Presidente Lula dizer exatamente o que eu acabei de dizer. E eu acho que essa tem que ser a política do Estado brasileiro, e tenho certeza que qualquer um que tentar violar esse princípio terá resposta exatamente daqueles que lutaram tanto para assegurar a liberdade de expressão num tempo de receita de bolo e do silêncio das rotativas.

Então, não importa se tem um jornalista que não reconhece nada do que o governo fez, ou se tem um veículo que se assume como oposição sistemática ao governo; é melhor que eles existam do que o silêncio

do debate. Então, eu fico feliz que não haja a expressão "controle democrático social", e o debate democrático acho que vai fazer com que o Brasil aprenda. Ainda mais com a Internet hoje, com as oportunidades de acesso à comunicação, de expressão; a interatividade, quer dizer, o cidadão não tem mais aquela relação passiva diante dos veículos, ele pode interagir, ele pode se manifestar, ele pode, cada vez de forma mais ativa.

Segunda questão relevante: Imposto sobre grandes fortunas. Eu sinceramente acho que esse é um debate de política econômica e fiscal, por sinal, o que nós fizemos aqui. Já fizemos esse debate duas vezes. Não acho que é uma questão que devia estar no programa, isso é um debate de política econômica e fiscal. Há toda uma discussão se o imposto sobre grandes fortunas tem alguma eficácia do ponto de vista fiscal. A avaliação é que tem pouca. O que é que a experiência nesse tema, que merecia ser discutida, como política econômica e fiscal? A experiência, talvez, americana, de estímulo às fundações. Os grandes milionários americanos, Fundação Bill Gates, Guggenheim, Ford. Por que eles criam fundações? Porque a política fiscal estimula que se criem fundações; é uma política pública, não é de Estado os recursos; a família participa e controla, e você transforma em apoio ao meio ambiente, ciência e tecnologia, educação. Eu acho que esse é um debate que nós podemos fazer, mas não vejo por que isso está num plano de direitos humanos.

Da mesma forma que a questão de política agrária... O problema da violência no campo é um problema dos direitos humanos; o problema que o Ministro colocou, dos assassinatos, da violência, da tortura, venha de onde vier, em geral, contra os trabalhadores, mas não só contra os trabalhadores, nós temos outros casos de violência, inclusive por parte dos movimentos sociais, que eu acho que não podem prosperar no país, nós precisamos tratar a política agrária e agrícola como política agrária e agrícola; o país que é o segundo maior produtor e exportador de alimentos, precisa avançar a reforma agrária, precisa avançar os assentamentos, nós duplicamos recursos do PRONAFE, da agricultura familiar, fortalecer as cooperativas, mas precisa esclarecer o debate, que precisa ser feito com mais profundidade, aonde é a competência específica.

Não vejo... Eu acho que a justiça tem razão no sentido de respeitar o Estado Democrático de Direito, as leis, o papel do judiciário nos conflitos agrários; o que nós podemos fazer é debater leis, aprimorar leis no sentido de melhorar, agilizar processos decisórios na questão do conflito agrário.

Em relação a símbolos religiosos, eu, quando li as notícias, que se pretendia retirar os símbolos religiosos, eu quase pensei que estava se propondo retirar o Cristo Redentor do Rio de Janeiro, e São Paulo do nome do meu Estado, porque era uma agressão à consciência cidadã. Fiquei feliz que não é exatamente isso. O que se propõe são os símbolos ostensivos nos logradouros públicos, nos prédios públicos, da União--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E o meu Padim(F) Ciço(F).

[risos]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E retirar o Padim(F) Cícero do Ceará, já está sendo resgatado... Então, eu acho que isso, evidente que a cultura brasileira, mais de 90% da nossa população é cristã, evangélica ou católica, somos um país ecumênico, respeito a diversidade religiosa. Então, eu acho que isso não é uma questão... O Estado é laico, deve se preservar como laico, mas o respeito a esse amplo sentimento popular, que nos faz uma sociedade mais tolerante, mais pacífica, mais generosa, mais solidária, é uma coisa que nós devemos valorizar, e reconhecer que é o sentimento do povo, nossa história, nossa tradição, nossa cultura. E hoje o debate religioso no país é absolutamente democrático, a convivência com todos os credos, as tradições afro, e todas as outras tradições religiosas são respeitadas e estão muito presentes no país. Então, eu acho também um tema bastante sensível.

Em relação à questão do aborto, eu acho que é um tema de saúde pública extremamente importante; não é possível que 250 mil mulheres continuem expostas, nas condições que estão, à prática de aborto sem a menor segurança, do ponto de vista de saúde pública... Respeitando a convicção religiosa e de fé dos que são contra e professam uma posição contrária e absolutamente legítima que assim seja e que tenham essa coerência nas suas vidas. Mas a questão do acesso à saúde pública, nessas situações-limite, eu acho que é uma coisa muito importante.

Para concluir, em relação à questão das Forças Armadas, eu acho que o Brasil fez uma opção histórica muito importante para a construção da democracia, que foi a anistia ampla, geral e irrestrita. Assim como hoje eu vi o Senador Arthur Virgílio confessar a sua juventude comunista, eu quero também dizer que, em 1977, eu fui pra coordenação da campanha do então candidato a Senador na sub-legenda do MDB, Fernando Henrique Cardoso, por sinal, fui com Dom Paulo Evaristo Arns, e com o Presidente Lula, para aquela plataforma democrática, sabendo que nós perderíamos as eleições; eu era da boca de urna do comitê do então candidato ao Senado, Fernando Henrique Cardoso, junto com Plínio de Arruda Sampaio e Almir Afonso, porque considerava que a plataforma demo-

crática, inclusive nessa questão da anistia, era mais corajosa, mais ousada, e não aceitava a ideia de uma anistia restrita, que era o debate que se fazia naquele final dos anos 70. E aquele movimento por uma anistia ampla, geral e irrestrita foi fundamental para nós avançarmos na construção democrática do país.

No entanto, eu acho, a sensibilidade do Senador Arthur Virgílio, vivendo os momentos do autoritarismo, da repressão na sua família, nós temos aí, eu acho que são 153 famílias que não sabem o que aconteceu com os seus entes queridos. Eu li o artigo do Marcelo Rubens Paiva... Eu sou amigo da família há uns 37 anos. Eu, então, vi a D. Eunice, a Veroca, durante anos, sem ter... Vai fazer uma matrícula na escola, "qual é o nome do pai?" "Cadê o documento do pai?" Não tem assinatura, não tem atestado de óbito, não tem a presença do pai. Em toda vida, jurídica, pessoal, familiar, para não dizer as versões e versões a que a família já foi exposta sobre o que aconteceu com um homem público exemplar, que era Rubens Paiva. A família não sabe o que aconteceu, e mais, a Comissão de Anistia ainda não resolveu o problema da família; nós estamos falando de 37 anos que eu acompanho essa família, como muitas outras.

Então, o direito a saber o que aconteceu é um direito fundamental, essas famílias... Nós não vamos consolidar a democracia no Brasil, sem saber o que aconteceu com esses familiares, isso é uma coisa... O governo anterior começou, esse governo tem feito esforço... Nós estamos agora discutindo uma lei de acesso às informações. Eu, particularmente, acho que nenhum documento com mais de 25 anos deve ter segredo de Estado; nós devemos avançar na questão da transparência na sociedade moderna. Estamos discutindo para aprovar uma lei de acesso às informações. Então, as informações têm que ser públicas, os agentes públicos têm que saber que as decisões que ele tomar, no futuro, serão de conhecimento da sociedade. E a transparência é o melhor desinfetante na administração pública, é o sol. É isso que desinfeta a administração pública, seja do ponto de vista da corrupção, dos desmandos, dos desvios de conduta; isso é uma grande virtude da sociedade democrática, a transparência.

Então, eu acho que sou favorável, sem revanchismo, não é isso que se trata, mesmo porque a lei de anistia prevalece sobre qualquer outra ação que pode se fazer, mas essas famílias têm o direito a saber o que aconteceu, para que elas possam viver em paz, porque não enterrar um filho, não enterrar um marido, não enterrar uma mulher, e não saber simplesmente o que se passou, isso é uma pauta dos direitos humanos desse país, e é uma pauta relevante na construção da cidadania e da democracia.

Por isso eu acho que nós estamos avançando no sentido de maturidade desse debate; quero parabenizar o Ministro pelas inflexões, pela reflexão e pela disposição de rever aquilo que agride, que não constrói, que não avança, e centrar naquilo que é absolutamente indispensável e fundamental para que a gente possa progressivamente construir um Brasil mais solidário e mais generoso; nós estamos muito longe de resolver a agenda dos direitos humanos no país, apesar de tantos avanços, tivemos no governo anterior, e estamos tendo nesse governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou seguir o ritmo de passar a palavra ao Ministro, e, depois, a gente retoma com o Senador Suplicy. Ministro Vannuchi com a palavra.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Eu agradeço muitíssimo as duas intervenções, a do Senador Arthur Virgílio, com esse componente, que é sempre muito pungente, de emoção, que teve, que o levou às lágrimas, e também eu senti o mesmo impacto nesse momento, me lembrando, inclusive, senador, de uma audiência aqui no Senado, em que eu não lembro se o tema era criança e adolescente, ou se era uma homenagem a Chico Mendes, em que V. Exa. fez uma comunicação sobre o naufrágio no Amazonas, e a morte de um prefeito, seu amigo, não é? E, em seguida, eu, na minha fala, relacionei com o tema da busca dos corpos dos desaparecidos políticos que o Senador Mercadante também acaba de abordar.

Quero expressar aqui algumas opiniões, e dialogar um pouco em torno das principais questões--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ministro, busca, que eu endosso; sou contra a reabertura da questão, mas endosso, eu tentei ser claro--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Estamos juntos nisso. Senador, sobre a rápida referência também, sempre respeitosa e elogiosa à minha história, da minha juventude, quando, com 20 anos, eu fui para o DOI-CODI, e passei por aquilo que todos passaram e fiquei cinco anos preso; eu era um militante da LN... Uma cisão do PCB em torno exatamente da questão da resistência armada.

Sobre a resistência armada, eu só quero expor um pouco, para a compreensão de quem é o titular do cargo hoje de direitos humanos, que eu estou muito aberto, ainda, como militante, como cientista político, para toda a discussão de se aquela luta armada foi um erro ou não foi. Eu conheço os argumentos de que "olha, esse caminho não ajudou"; eu também gosto de argumentar que, talvez, a derrota da ditadura tenha sido resultado de uma convergência de múltiplas

ações, inclusive, em que David Capistrano Filho, que era meu companheiro, no PT, filho de um desaparecido político que homenageamos em Pernambuco, no ano passado, na Assembléia Legislativa; David Capistrano Pai foi um herói da resistência francesa, um herói da Guerra Civil Espanhola; voltou ao Brasil no dia da posse do Presidente Geisel, desaparecido; há relatos de um agente do DOI-CODI de que ele teria sido esquartejado na casa da morte, em Petrópolis.

O David Capistrano eu conheci em 70, na Faculdade de Medicina da USP, aonde eu estudava, e ele... Eu não terminei Medicina, ele era do Rio, e ele era um militante do Partido Comunista, e nós ali tivemos embates de duas concepções distintas, para depois estarmos juntos nessas reciclagens que a vida política produz. Tivemos militâncias próximas. Eu tenho a impressão de que a luta armada, de qualquer modo, ela, do ponto de vista dos direitos humanos, ela, provavelmente, ela tem apoio num argumento que não é o argumento de se foi correto ou não, mas o tema da legitimidade, porque a Declaração Universal, no seu preâmbulo, começa dizendo que aqueles 30 artigos servirão para que os povos não sejam mais impelidos a exercer um direito de rebelião contra a tirania e a opressão.

E o direito de rebelião contra a tirania e a opressão, ele é um tema milenar do Direito, um tema bíblico, ele é tomista, ele é lockeano, e ele estava lembrado na Declaração, no seu preâmbulo. Então, a discussão sobre se foi correta, se não foi, eu, pessoalmente, agora, como titular dos direitos humanos, evidentemente, os direitos humanos se orientam para a paz, para a não violência.

Agora, pairarão sempre dúvidas se contra o ocupante nazista estava configurado ou não o direito de rebelião, e haverá um amplo acordo entre nós de que sim, a resistência tinha o direito de se organizar e atacar o ocupante nazista.

E, no caso brasileiro, haverá divergências muito profundas sobre isso. eu não sou uma pessoa que quando fala daquele período fala que acertamos em tudo. Eu tenho orgulho de ter participado de uma juventude que ajuda a construir o Brasil que temos hoje, mostrando que, "olha, as tiranias não podem se implantar e achar que elas existirão sem reação. Haverá reação, é fundamental que haja reação". Se foi correto ou não, é um tema que eu não tenho hoje em aberto, e certamente entendo que a resistência cometeu muitos erros.

O mix de muitos temas, que, certamente, é um problema importante, ele é um problema importante, ele é um problema, eu diria, um problema tema, não seria rigorosamente um problema erro, na medida em que pode haver um ou outro tema que não devia entrar, como alguns não entraram e tinham sido aprovados na Conferência. E foram os temas em que eu tive a capacidade de perceber que: "Olha, isso aqui tem alto risco de gerar um ruído, uma controvérsia, em que as pessoas vão desaparecer". Havia proposta sobre a questão dos juros.

Sobre as grandes fortunas, acolhendo a recomendação do Senador Mercadante, eu só quero ponderar que ela é um preceito constitucional, então, enquanto estiver na Constituição, a democracia, como manifestação de múltiplas vozes, ela deixa o caminho aberto para, em cada conferência, cada mobilização, apresentar de novo, ao poder constituinte soberano para decidir o que é lei e o que não é, e agora V. Exa. me informou, inclusive, que acaba de ser recusado, ou por votação aqui na--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Na discussão da reforma tributária.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Tributária. Bom, então, a questão dos direitos humanos é um problema sim, é um problema-tema porque os direitos humanos não nascem de uma vez só, nem de uma vez por todas, há um processo em que os ambientais não estão referidos na Declaração de 48, nenhuma referência a meio ambiente. E, hoje, a plataforma DHESC, já é plataforma DHESCA, direitos econômicos, sociais e culturais, e agregaram um A... O comitê da ONU, que nos sabatinou duramente, em 2009, lá em Genebra, dois dias respondendo dos direitos econômicos e sociais, incorporou os temas ambientais amplamente, sem que, no Tratado de 66, haja a incorporação do tema ambiental.

Então, nesse sentido, a incorporação desses temas envolve, em qualquer conferência de militantes dos direitos humanos, há sempre a tendência de falar: "Olha, a política monetária, a taxa de juros teria algo a ver com direitos humanos porque, dependendo--

[risos]

Meu presidente aqui está dizendo tudo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

[risos]

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: É claro que nós vamos tentar exercer esse papel que foi uma tentativa muito elevada, eu repito, que a conferência não é uma conferência chapa branca, o governo ali leva chumbo, e leva chumbo grosso, falando de uma amiga comum nossa, Marijane, companheira de Luiz Travassos, nosso Presidente da UNI, a quem lembro e homenageio aqui. Havia uma Mesa sobre o tema do desenvolvimento, um dos eixos; eu fui presidir para ser poder moderador, e estava convidada a Mi-

nistra Dilma que não pôde ir, enviou uma assessora, e pela sociedade civil, foi indicada a professora Marijane Lisboa. E eu, no momento em que eu tentei fazer uma intervenção apaziguadora, demonstrando: "Olha, o governo não é como sociedade civil, aqui tem limitações constitucionais, legais, orçamentárias, vamos ver o que dá para compor, tal". Eu tentei uma figura de retórica, que me deu muito errado, eu fui e falei assim: "Por exemplo, se a conferência aprovar aqui suspensão imediata de todas as obras do PAC, e ia continuar..." Ela puxou palma, e todo mundo bateu palma, expressando naquele grupo, que tinha 300 pessoas, apoio a uma ideia que eu ia construir como insensata.

Mas, assim, a assembléia é um momento em que o governo faz um crivo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Como é que é?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Estava toda militância do PSDB na conferência; tudo que eles querem é que pare para fazer discurso.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Não é o caso dela, não é?

[risos]

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: --Ela tinha sido uma alta assessora.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, a gente não pode parar o que não existe.

[risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Na realidade, Ministro, eram os prefeitos que esperavam as obras do PAC, e elas não chegavam, era frustração dos prefeitos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O povo já sente as obras do PAC, mas vai a partir de agora, deste mês, que vai aparecer em todo estado o que está sendo feito, aí a gente volta a esse debate.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Tasso violou os direitos humanos aqui.

[risos]

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Muito obrigado, então, o mix de muitos temas é um problema, agora, o artigo do Paulo Sérgio Pinheiro, da revista, eu peço gentileza de lerem, muitos serão amigos pessoais dele, ele tenta construir a explicação dessa amplitude, que é um problema tema, e que nós temos que voltar às entidades da sociedade civil para dizer: "Olha, veja que a reação ao PNDH-3 foi assim, assim, e assado, e é preciso fazer uma espécie de cheque balance, ponderações recíprocas, buscando composições para consensos mais amplos em torno de direitos humanos. Pode haver alta polarização em todos os demais temas, mas, nos direitos humanos, é fundamental construir consensos amplos".

Sobre a questão, Senador Arthur Virgílio, das opiniões formuladas sobre a questão da união civil estável, a questão do aborto, eu quero dizer que o aborto foi o tema que imediatamente me dei conta de que tinha um problema, e anunciei, e vamos alterar, mas eu quero lembrar também, e tenho aqui nas mãos, se interessar, eu posso ler, manifestações duras, posteriores, por exemplo, das católicas pelo direito de decidir, que já realizaram audiência... Senador, como vai? ...Dizendo para o governo não recuar disso porque o tema é um tema de saúde pública etc. e tal.

Há formulações que eu tenho aqui, das duas grandes conferências mundiais da ONU sobre a questão da mulher, que foram sucessivamente a Viena, Viena 93, o Cairo, em 94, e Beijing, em 95. E nessas duas, as formulações, elas evitam a palavra aborto, mas, a formulação é assegurar à mulher o direito de controlar todos os aspectos relacionados à sua fertilidade, à sua saúde sexual e reprodutiva.

Eu acabo de receber na PUC de São Paulo, das mãos da Silvia Pimentel, que é a vice-presidente do Comitê da Mulher na ONU, uma conhecida jurista brasileira, de São Paulo, uma recomendação no sentido de que, se nós vamos alterar, que essa alteração, ela busque um consenso maior, mas que não ignore as demandas democráticas sobre o tema saúde pública 250 mil. Durante a 11ª Conferência Nacional houve, na hora do almoço, uma manifestação, aquelas coisas de fazer uma manifestação dentro da conferência, em que as mulheres, de lilás, entraram, a Ministra Nilcéia junto, sobre denúncias sobre situações, envolvia uma delas Mato Grosso do Sul, episódio em que mulheres que tinham realizado abortos ilegais... Elas, na unidade de saúde onde eram internadas para combater a infecção, o risco de morte iminente, havia a recomendação oficial, então, ela era imediatamente amarrada na cama, enquanto a autoridade policial vinha para começar... Que Luiz Alberto, nesse artigo da revista, Luiz Alberto Gómes de Sousa, ele argumenta, aí como teólogo, no sentido inclusive de se também não cabe ver a questão dessa mulher que realiza um aborto, que a Igreja Católica, outras religiões condenam, também com o enfoque da chamada compaixão, e a ONU é muito expressa, no seu comitê, no sentido de rever legislações punitivas.

E, no Brasil, já há um dissenso, a igreja... Não sei as demais, a Católica não aceita abortos que a lei brasileira permite. A lei brasileira permite aborto no caso de estupro, no caso de risco de vida à mãe, e está em debate no Supremo, anencefalia. E aí também não é o mesmo tema, porque envolve questões muito profun-

das sobre a vida, sobre a religiosidade, e tem que ser tratado com enorme respeito, cautela, mas as católicas, pelo direito de decidir, apresentam algumas formulações teológicas como Agostinho, Século 3º, dizendo que a vida, a alma, só se constituem no quadragésimo dia, de que não há alma no ovo recém-fecundado... Um debate teológico, que não está encerrado, e na laicidade do Estado, vai ser lei, não vai ser lei aquilo que não seja definido pelas razões religiosas.

Eu lembro também o tema do divórcio, que tem mais de 30 anos, e todos aqui se lembrarão do saudoso Nelson Carneiro, e aí me permitam o clima de descontração, com a pequena lembrança que envolve também símbolos religiosos, daqui a pouco... Deputado Genuíno, na correria final da constituinte, estava recolhendo assinaturas para tirar do preâmbulo da Constituição o "sob a proteção de Deus", que está lá. E eu entendo que aquele Deus é também Alá, ele é Jeová, ele é eventualmente Xangô, não há um Deus único ali; é uma ideia de religiosidade que está presente. E o Genuíno foi recolher assinaturas para retirar porque o Estado era laico. E Nelson Carneiro respondeu: "Meu filho, eu gosto muito do projeto, continue colhendo, mas eu não vou assinar porque, na idade que eu estou, não convém criar problema com Deus nessa hora".

[risos]

Então, nesse sentido, a questão dos nomes, nos estabelecimentos da União, ninguém estava invadindo competências do Legislativo, nem do Judiciário, evidentemente, nós vamos alterar também porque é preciso deixar claro que não é para tirar o Cristo Redentor de cima do Corcovado, não é para mudar o nome da cidade de São Paulo, nem do meu time, que, aliás, ontem foi classificado para as finais do Paulista... A ideia que estava presente ali, que foi aprovada, e que--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Você esqueceu de dizer que, em primeiro lugar, foi o Santos; por sinal, devemos fazer um projeto de Lei Rouanet, porque é só arte aquele time.

[risos]

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Quem sabe o São Paulo não consiga parar aquela máquina de fazer gol do Santos. E a questão dos símbolos religiosos foi votada e aprovada, certamente, com a preocupação de casos concretos... Eu vou citar um deles... Eu vou citar um deles: Em Florianópolis, no ano passado, houve quatro sucessivas depredações de terreiros de umbanda. Indicam as vítimas que teriam relação com uma determinada igreja, que é aquela daquele local, que é aquela igreja nacional, que um pastor faria pregações, relacionando com questão do demônio, e que pode ser que os seus fiéis tenham, motivados por essa pregação, feito a depredação. E os terreiros recorrem ao Judiciário, e o Judiciário terá um crucifixo como símbolo de uma pendência que levou a ONU a criar o Crescente Vermelho, para não operar a Cruz Vermelha nos países islâmicos.

Evidentemente, a redação não está boa "para impedir", não é impedir, então, tem de ser corrigida para uma formulação que, "tendo em vista o caráter laico do Estado, firmado no artigo tal da Constituição, promover a discussão ou o debate nas autoridades competentes, sobre a conveniência ou não", há teólogos que defendem que não haja, até com o argumento de que Jesus não deve ficar coonestando determinados procedimentos que, às vezes, são celebrados em determinadas periferias das instituições públicas etc. e tal.

A questão da imprensa, eu reafirmo as formulações, e faço minha a do Senador Mercadante, lembro mais uma frase do Presidente Lula, dizendo: "Eu sou fruto da liberdade de imprensa". E, dialogando com o Senador Arthur Virgílio, pelo nosso passado de militantes, lá pelos idos de 68, da esquerda, e nos consideramos pessoas de esquerda ainda hoje, por diferentes conotações, provavelmente a de Norberto Bobbio, "será de esquerda quem luta pela igualdade". E eu digo que troquemos a imprensa que nós temos no Brasil, hoje, por uma que tenha um jornal só, uma televisão só, uma rádio só, ou vários, estatais, e os problemas que nós temos aqui estarão multiplicados por 10.

Agora, a militância em direitos humanos insiste e continuará insistindo na necessidade de um diálogo com o Poder Legislativo, com o Judiciário, e principalmente, diretamente o diálogo com os organismos da mídia, qualificados pelas suas entidades empresariais e sindicais de trabalhadores. O artigo do professor Benício Lima, da UnB, que está na revista, ele resume essa discussão como na participação no programa Observatório da Imprensa, do Alberto Dines. Tive a oportunidade de dialogar com Aloizio Maranhão, importante jornalista do Globo, e nós terminamos o programa comemorando uma discussão de acordo, e ele próprio dizia, como aqui foi lembrado, que a reação ao PNDH-3, na questão de censura à imprensa, ela não se explica com uma leitura estrita do que o programa propõe; ela ecoa o que teria sido... O Governo do Presidente Lula recusa essa visão, mas entende que houve uma grande reação da primeira proposta do Conselho Federal de Jornalismo, da ANSINAVE, os procedimentos preparatórios da primeira Conferência Nacional de Comunicação, que começou com a participação das empresas todas, e terminou com a participação de algumas, como a Bandeirantes, e que o presidente saúda no sentido de que ali ninguém arrancou pedaço de ninguém, um passou a conhecer melhor o ponto de vista do outro, e fortaleceu-se o en-

tendimento de não introduzir qualquer ideia de controle social. Palavra controle social não está presente e as alterações que podem ser introduzidas são no sentido de "reafirmando a importância, a indispensabilidade da mais ampla, total e completa liberdade de imprensa, construir mecanismos de acompanhamento", algo a ver com a classificação indicativa, com o CONAR, com analogias.

Há programas homofóbicos, há programas racistas. Um programa homofóbico de São Paulo, na televisão, foi interrompido no ar, por ação do Ministério Público. Então, não é preciso criar nenhuma comissão do governo, não se propõe, o Ministério Público já existe para isso, e podemos propor, se conseguirmos superar as controvérsias, que a ABERT, a Confederação Nacional dos Jornais, e a Confederação Nacional das Revistas, com o Ministério das Comunicações, com os Direitos Humanos, organizem um observatório, que acompanhe, sem nenhum ranço de censura à imprensa.

Sobre o direito de propriedade, eu já antecipei que nós vamos alterar essa redação, tive uma primeira conversa com o Ministro Cassel, e o Desembargador Gercino, que é o ouvidor agrário nacional, ele é a pessoa-chave na elucidação do caso Hildebrando Pascoal, ele anda até hoje com forte proteção policial. Ele esteve junto com o Presidente Gilmar Mendes em Marabá, em iniciativas para ampliar os mecanismos da solução pacífica de conflitos agrários e urbanos.

O Ministro Jobim, ontem, na Câmara, fez longa exposição, pedindo que a Câmara, e aqui o Senado, trabalhem esse tema porque é um direito em mudança; a base normativa existente está assentada numa ideia da ocupação individual e se trata agora de um cenário de movimentos sociais que direitos humanos insistem e insistirão sempre, e atendem a recomendações de organismos da ONU e da OEA, que é o tema da não criminalização. Poderá haver crimes e, havendo crimes, todos somos subordinados à lei; o Poder Judiciário, as autoridades públicas cuidarão disso. Não pode haver interpretação, no enfoque dos direitos humanos, de que toda ocupação de terra é ato de criminosos. Haverá ocupações de terra que demandam situações de fome, de pobreza, de miséria, e nenhum questionamento ao tema direito de propriedade, que está lá na Constituição claramente e colado solidamente pelo constituinte, inciso seguinte, que é o tema da função social.

O que nós queremos é que não haja mais Eldorado de Carajás, Corumbiara, Felisburgo... Não haja São Gabriel, que teve agora, seis meses atrás, um sem-terra, Elton Brum, que não haja, 31 de março, oito dias atrás, Pedro Alcântara, um dos principais dirigentes dos trabalhadores rurais do Pará, da Federação. Então, nisso nós temos que nos unir, Poder Judiciário, Executivo, e Legislativo, e a formulação, ela vai retirar história de ouvir os participantes, o que é importante, e está no programa anterior, é ouvir o Ministério Público, que já é um mecanismo para isso, eventualmente, ouvir os institutos de terras estaduais, que estão diretamente relacionados, o próprio INCRA, sempre no sentido de defender a vida. Não é defender esbulho possessório, não é defender a violação do direito de propriedade. É, caracterizado o conflito, que em direitos humanos não pode ser visto como ação de criminosos, podem ocorrer crimes, mas, muitas vezes, a ocupação... E o Brasil tem uma longa história, a Pastoral da Terra produz, anualmente, um relatório sobre mortes de trabalhadores rurais, e eles são dezenas; felizmente, no Governo Lula, se reduziram em até 80%. É possível, pelo menos vale a pena tentar, a redução disso ao mais próximo de zero, que seja possível.

Sobre a questão militar, que nos trouxe esse momento forte de emoção, senador, eu quero dizer, e agora pela primeira vez numa audiência pública, eu fui entrevistado pelo jornal de mais alta circulação no Brasil, que é a Folha Universal, dois milhões quinhentos e setenta e um mil exemplares... "Perdão aos militares". Eu estou dizendo aqui, com todas as letras, que a ideia do perdão é uma ideia positiva. Na nossa formação cristã, dar a face para o inimigo... "Dê a outra face". "Amai vossos inimigos". O filme *Invictus,* que está passando agora com a história do Mandela, o Senador Jobim lembrou ontem no seu depoimento, ela é positiva, e a ideia de reconciliação é indispensável num titular de direitos humanos, e eu às vezes divirjo, e divergi lá, ao lado do Paulo Sérgio Pinheiro, na USP, num recente seminário, em que pessoas vítimas de tortura e de desaparecimento dos seus queridos, não aceitam a ideia de reconciliação... Reconciliação não.

E eu dizia, como é possível nos opormos à ideia de reconciliação? O mundo é um mundo de guerras e o mundo de Direitos Humanos é o mundo da paz. E a transição da guerra para a paz só pode ser feita pela reconciliação. O Oriente Médio vai continuar, judeus e palestinos, árabes a se matar por mais décadas e séculos? Não, é preciso haver uma consertação mundial, para, juntos, buscarmos a paz.

O que nós entendemos, senador, é que, em primeiríssimo lugar, respeitada a lei de anistia, eu só friso aqui na observação do Ministro do... Talvez, Ministro, do Senador Mercadante, a ideia de que a anistia de 79 não foi ampla, geral e irrestrita; V. Exa. se lembram de que houve dois projetos, por uma pequena margem de voto, a anistia ampla, geral e irrestrita, defendida pelo MDB, pela OAB, pela CNBB, pelos movimentos de anistia, foi derrotada, e foi aprovada uma restrita,

o Perly Cipriano, que está aqui, demorou meses para sair da cadeia, ficou dez anos preso, Perly e o último preso político foi solto 14 meses depois. O Superior Tribunal Militar interpretou que havia um problema de isonomia, chamou os advogados e pediu para que todos entrassem com um recurso para não manter mais ninguém preso, e a anistia só é ampla, geral e irrestrita no ato convocatório da constituinte do Presidente Sarney, e, claro, em 88, lá no ato das disposições constitucionais transitórias.

Há uma controvérsia jurídica que esse programa cuidou de manter ao largo, e o próprio programa, e o decreto presidencial, que criou o grupo de trabalho, que na semana que vem pode concluir a elaboração de um anteprojeto que será apresentado aqui para livre e constitucional decisão do poder republicano, que tem competência para decidir se será ou se não será, e como será.

Nós deixamos ao largo, inclusive, enfrentando críticas das representações da sociedade civil, que naquele momento, me tratavam como pelego, traidor etc. e tal. Então, ela vai se chamar Comissão da Verdade; queriam que chamasse Comissão da Verdade e da Justiça; eu dizia: "Justiça é Poder Judiciário". E imediatamente no primeiro exame que a Casa Civil faz da constitucionalidade, ela diz: "Isso aqui não é tema de decreto presidencial, isso tem que ser projeto de lei". O exame que a Casa Civil faz é estritamente esse. E o planejamento, dos impactos orçamentários. Tem dinheiro, tem, tem ação programática, não têm. Legalidade, constitucionalidade e viabilidade orçamentária.

Os programas, classicamente, eles não têm nenhuma força cogente; analisando os dois de Fernando Henrique, chegamos a uma avaliação de que eles foram concretizados aproximadamente, chutado, em 50%. E este aqui, provavelmente terá a conscientização num certo percentual, o empenho dos direitos humanos para ser o mais possível. Há uma enorme parcela que depende de leis, e as propostas de lei não devem ser interpretadas como invasão, desrespeito à soberania constitucional do Legislativo, pelo contrário, há um elemento muito positivo nisso, porque há movimentos sociais, em muitos países, que não gostam do desaguadouro constitucional. Não acreditam nele, que acham que o Legislativo... A história do Brasil mesmo, mesmo uma figura querida de pessoas queridas como eu, do Presidente Cristovam Buarque, como Leonel Brizola, ele tem uma estréia na vida política com o lema "Reforma agrária, na lei ou na marra", que hoje ninguém repete, porque há uma compreensão democrática da necessidade do caminho institucional.

Então, é muito bom que os movimentos populares e sociais, setores vulneráveis como quilombolas, ribeirinhos, ciganos, LGBT, os temas da igualdade racial, numa conferência, formem projetos de lei para que senadores, deputados, decidam se vão transformar em lei ou não. Isso é bom para a democracia, não é ruim, não ameaça, completa, qualifica mais.

A questão de como lidar com esse passado, senador, estamos todos de acordo em "para frente é que se anda". Não retrovisor. Agora, nós sustentamos que nós estamos discutindo o presente e o futuro. Há discussões, há enfoques, há recomendações da ONU... Terminar o processo de reconhecimento de Estado e da OEA também, não apenas como o reconhecimento que o Presidente Fernando Henrique já promoveu, com as indenizações que as leis de Fernando Henrique já introduziram, o governo Lula continuou e complementou, mas também com políticas públicas que evitem a repetição. É do futuro, é a construção do Brasil dos nossos filhos e netos.

E nisso, a Presidente Michelle Bachelet, com sua autoridade também de médica, tem uma metáfora muito grande: "Só as feridas lavadas cicatrizam. Nós queremos virar a página, mas é como se virássemos e ela volta. Enquanto o Estado brasileiro não conseguir, ou os corpos, se não houver mais corpos, a narrativa. Como terminou Rubens Paiva, que provavelmente V. Exas. conheceram pessoalmente, ou Honestino Guimarães, ou Rui Frazão, ou Paulo Wright, Stuart Angel Jones, tantos, ou a narrativa, "não há mais corpos porque o corpo foi lançado de helicóptero sobre a Baía de Guanabara", é uma das versões.

A narrativa, em certa medida, é uma recomendação, que é o reconhecimento de que aconteceu, queremos nos orgulhar plenamente das Forças Armadas Brasileiras que temos hoje, e já disse no título, não se trata de pensar em enfiar o velhinho, o Ibiapina, que o Antônio Calado lembra como forma de Itirapina. Ele está presente com o nome trocado, o torturador, aquele que arrastou Gregório Bezerra pelas ruas de Casa Forte, não é isso? Atrás de um jipe... Ele... A ideia não é necessariamente da punição, primeiro porque o tema é do Judiciário; o Ministro Eros Grau, eu vi hoje, o meu assessor me comunicou que o consultor jurídico informa que o Ministro Eros Grau finalmente pediu pauta para o seu voto naquela ADPF, arguição de descumprimento de preceito fundamental da OAB.

Então, está há dois anos tramitando, então, haverá uma decisão do Supremo, e o que o Supremo decidir, todos acataremos. A conexão ali é questionada porque se fala... O entendimento técnico de que o torturador está envolvido, na anistia, está ligado à palavra conexão, que, evidentemente, foi um dispositivo organizado no debate parlamentar, de um momento que não é democrático; 79 não é o debate democrático. Eu lembro

que Alencar Furtado tinha sido cassado dois anos antes. O líder do... O Covas tinha sido cassado em início de 69, por ter liderado a resistência do parlamento à tentativa de processar Márcio Moreira Alves; Alencar Furtado é cassado por decisão pessoal de Geisel, na manhã seguinte ao programa radiofônico do horário eleitoral em que ele repete--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pior, foi televisivo... Sobretudo porque foi um programa televisivo. Falaram o Ulysses, Alencar, Alceu Collares e Franco Montoro.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Excelente memória. Ele cita um artigo brilhante de Alceu Amoroso Lima, Tristão Ataíde, naqueles dias: "Até quando o Brasil terá viúvas que não sabem se são viúvas, órfãos que não sabem se são órfãos, viúvas do talvez e do quem sabe, órfão do quem sabe e do talvez", foi cassado por isso. Então, não havia democracia, havia um MDB heróico, importantíssimo nesse processo todo, que, no contexto que foi feito, a conexão, na jurisprudência brasileira e mundial, e na doutrina brasileira e mundial, a conexão nunca é interação entre partes opostas do conflito. Alguém furta um automóvel para promover um assalto, isso é conexão. Alguém falsifica um documento para promover um desfalque, agora, é conexão. Agora, a conexão entre o torturador e o torturado? Então, a ONU e a OEA, e principalmente a OEA vai fazer uma sentença condenando o Brasil, isso, no governo, todos sabemos. Ela vai fazer porque já fez no caso do Chile, já fez no caso do Peri... E claro que a sentença contra o Brasil, ela não tem também força cogente, o Brasil não vai ser preso.

Agora, é um desgaste brutal, é uma consolidação histórica, em que se pudermos evitar isso... Com o livro "Direito à memória e à verdade", em 2007, "Com os seus demais", que é esse livro que todos conhecem, "Com os seus três filhos", um primeiro sobre o afrodescendente, que morreu na luta contra a ditadura, são 40, entre Marighella e Osvaldão e vários outros. Em dezembro passado, a criança, a criança torturada... Bebês. E agora, em março, em março, a mulher. As 45 mulheres que morreram... V. Exas. podem ter conhecido algumas, e 26 sobreviventes que estão aqui com o nome, que estará assinado Maria Luíza Bierrenbach, irmã do Ministro que agora se aposenta, filha de um almirante, torturada por ser advogada de preso político... Diléia Frate, que durante 20 anos, dirigiu o programa Jô Soares, era companheira do Marcun, no momento da prisão, do ciclo Vladimir Herzog. Não são essas, mas algumas vão falar nesse momento: "Eu fui estuprada". Não é fácil para uma mulher, que tem filhos, que tem marido, netos, dizer: "Eu fui estuprada". Leiam. Eu penso que cada alto oficial brasileiro que ler esse livro se convencerá de que não tem sentido as Forças Armadas seguirem carregando nas costas o peso de algo que não é responsabilidade institucional dela. O regime militar, em nenhum momento, formulou lei de tortura. Elio Gaspari lembra que, no Araguaia, havia uma ordem escrita para enterrar os mortos, e não para degolar. Elio Gaspari fala: "Degola – A palavra maldita de Canudos e do Contestado, voltou a ecoar pelo Araguaia". Houve uma orientação de degolar etc. Na busca de corpos, agora, toda hora aparecem crânios separados...

Na Câmara dos Deputados, Deputado Pedro Wilson estava presente, o Coronel aviador Pedro Correa Cabral fez depoimento, foi capa de Veja, IstoÉ, virou livro, dizendo que ele guiou o helicóptero em pelo menos 10 voos de corpos exumados no Araguaia, há meses, e ele disse que o equipamento de navegação o impedia de usar máscara, então, um terrível mau cheiro dos voos, para, na Serra das Andorinhas, ser feita uma grande fogueira. É preciso fazer uma narrativa sobre isso, nós estamos procurando os corpos agora, mas estamos procurando os corpos sem o elemento fundamental, que é o de convencimento do cidadão democrático, de quem esteve naquilo, e que pode até anonimamente informar... Se querem achar corpos, procure em tal lugar, porque ali tem. Eu participei. Senador Inácio Arruda participou, o Presidente Renato Rabelo participou, do evento de levar a mãe de Bérgson Gujão Farias, de 94 anos, e que acaba de morrer, e disse: "Eu só esperava enterrar meu filho para morrer". Ele foi vice-presidente da DCE da Federal do Ceará, ele foi vice-Presidente do Deputado Genuíno, Presidente. E Bérgson, um dos primeiros mortos no Araguaia, felizmente, uma atualização tecnológica do exame de DNA, que evolui a cada dois anos, permitiu positivar e fizemos lá, com a presença do governador, um grande evento, é disso que se trata, é poder fazer essa homenagem a pessoas que, equivocadas ou não, senador, na sua tática política, fizeram parte de um mesmo processo também multi-vozes, multi-braços.

E, nesse sentido, é pró-Forças Armadas... É bom para o Brasil, é bom para elas... No meu contato pessoal com altos comandantes, eu quero dizer que tenho a melhor das impressões, que não são pessoas com qualquer resquício de marca de sangue. Eu quero dizer que, no Haiti, o nosso país está realizando, há anos, uma missão que é de direitos humanos; já são 10 mil membros, em contingentes de 1200, que vão se renovando a cada seis meses, que lá estão, e que fazem um curso da ONU, é um marco histórico, é a primeira vez que as Forças Armadas brasileiras, em massa, passam por um curso de formação de direitos humanos.

E agora, no plano estratégico de defesa nacional, grande passo histórico, foi aprovada inclusão de Direito Constitucional, e direitos humanos em todas as etapas da formação nas três armas, preparando, contratando uma visão já inteiramente transitada, numa transição a meio caminho, Senador Arthur Virgílio, concordo com a sua observação positiva, de que são 21, quase 22 anos com nenhuma intervenção, com países aqui ao lado, com golpes de estado, ameaças de golpe, militares se transformando em presidentes etc., é exemplar esse desempenho, não há por que ela se recusar a isso, tendo claro que não há nenhum empenho de vingança, de revanche; é completar o processo de uma família brasileira que esteve dividida naquele período e que não deve continuar dividida.

Então, nesse sentido, sem rancor, sem ressentimento, mas, Senador Arthur Virgílio, a ideia da pedra sobre isso, a dúvida é se essa pedra não explodirá. A psicanálise diz que o recalcado volta, tudo que é recalcado, que a gente não processa, que a gente não conversa, não discute sobre isso, senta na mesa... A comissão do Chile, ela nasceu com o Pinochet absolutamente intacto, tanto é que o primeiro Relatório Rettig, cauteloso lá, no sentido de que estava lá a figura, não era mais presidente, mas não foi derrubado. A Argentina, ela desmoronou com as Malvinas, mas a transição chilena tem algo a ver com a transição também. O primeiro plebiscito ela ganhou, ele venceu, depois venceu outro. Então, nessas controvérsias, a ideia de que é processando... E os militares, entre o primeiro relatório chileno e o segundo, Senador Arthur Virgílio, entre o primeiro e o segundo relatórios, a mudança no Chile foi que os generais sentaram com as famílias.

E eu tive uma controvérsia com o Ministro Jobim, no meio do ano passado, antes dessa, que foi sobre a busca no Araguaia, e que no primeiro desenho, não haveria familiares acompanhando a busca. E eu consegui convencer o presidente: "Presidente não há certeza de que nós vamos encontrar corpos, e se não há um familiar participando como representante e não achando corpos, quem é que vai convencer de que a busca foi para valer?" Então, é abrindo essa busca, e felizmente houve um acordo, houve Diva Santana, irmã e cunhada de desaparecidos no Araguaia, e mais Aldo Arantes, ex-presidente da UNE, e mais Paulo Fonteles Filho, filho que nasceu no DOI-CODI de Brasília, de Hecilda Veiga, torturada, que é uma das depoentes desse livro. Eu não sei se os senadores podem receber esse livro... Se os senadores podem receber o livro também--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Ministro, se V. Exa. me permite um aparte rápido, eu tenho um compromisso agora, eu tenho o Presidente do Mali, que está aqui, vou ter que me retirar, mas dizer a V. Exa. que tenho profundas divergências com relação ao aborto. Eu acho que direitos humanos é planejamento familiar, não é aborto; 250 mil mulheres não queriam abortar, mas todas queriam ter acesso ao planejamento familiar. Mas V. Exa. está coberto de razão.

Eu vivia na África, na época da Comissão de Paz chefiada por Desmond Tutu. Aqueles que não foram extravasar suas histórias e contar, estão sendo assassinados hoje, porque manteve-se esse passado, eu diria, essa ferida não lavada. Estranho se falar em princípio cristão de dar a outra face e perdoar, quando é princípio cristão "não há nada encoberto que não venha a ser revelado", é princípio cristão--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: "Conhecereis a verdade, e a verdade vos liberará".

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): --Então, os 10 anos que eu assisti de cura do *apartheid*, a pouca cura que vi, veio exatamente daqueles que foram ali, depuseram, crimes bárbaros, as pessoas até... O Presidente Desmond Tutu, às vezes, pedia para encerrar as comissões, porque ele entrava numa crise de choro, que o regime do *apartheid* fez com os negros, e também negros que fizeram contra brancos. Mas eu acho que a gente não supera esse episódio tão triste da nossa história. Eu fui militar, passei dez anos, eu tenho grandes amigos lá, sou admirador das Forças Armadas, e tenho gratidão pelas Forças Armadas; não conseguiria me formar senão fosse a escola militar.

Mas é por isso mesmo, por esse amor e respeito às Forças Armadas que eu acho que a gente deveria fazer exatamente essa comissão que V. Exa., com muita propriedade, defende... Desculpa interrompê-lo, mas eu tenho que me retirar por causa da recepção ao presidente da África, do Mali--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Aproveitando, então, eu acho que dou por encerrado--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dá por encerrada, porque já respondeu perguntas de muita--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu quero uma réplica breve. Ministro, primeiro, dizer ao Senador Jereissati que não tenho nenhuma dúvida de que V. Exa. fala com muita sinceridade. Queria fazer algumas observações, V. Exa. se referiu àquela operação Burnier; meu pai era um dos escalados para fazer aquela viagem turística de ser lançado na Baía de Guanabara--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Sérgio Macaco--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): E se não tivesse havido a denúncia pelo bravo--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Senador, Sérgio Macaco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Este sim mereceu ser promovido, o capitão Sérgio Macaco. Enfim, para mim, ficaram algumas dúvidas que nós ficaremos de esclarecer, até porque o debate foi aberto. Eu acho que uma das formas de se conter a violência é se conter essa coisa ilegal que é a ação do MST, que não tem sequer personalidade jurídica e que recebe fartos recursos federais. E nós temos, no agronegócio, se V. Exa. me pergunta, eu não tenho o menor interesse no agronegócio, eu não sei distinguir uma semente de soja de um carneiro, mas é um sustentáculo da economia brasileira, nós não podemos brincar com a nossa balança comercial.

Em relação à questão da imprensa, o Senador Mercadante falou por mim, o controle deve vir apenas do leitor. É um processo... Pior, V. Exa. disse, países em que haja um só órgão; Venezuela está ficando assim, e eu vejo uma certa tibieza do governo brasileiro em impor a sua liderança e em ser muito claro em relação à defesa da democracia, essa questão de Cuba, inclusive quero dizer de novo, eu tinha muita liberdade com o Presidente Fernando Henrique, não sei qual o nível de liberdade que V. Exa. tem com o Presidente Lula, mas se o Presidente Fernando Henrique tivesse feito aquela comparação infeliz entre bandidos e presos políticos, eu diria: "Presidente, pisou na bola, o senhor não poderia comparar bandidos com presos políticos, porque o Ministro Vannuchi não é bandido, a Ministra Dilma não é bandida", eu insisto, podem ter se equivocado, "então, não faça essa comparação. Encontre outra fórmula de se congraçar com aquele regime, a melhor forma seria aconselhar Fidel Castro", aproveitando a amizade, que aliás é recente, a minha era mais antiga, a dele mais recente, ele era contra o regime cubano quando eu era a favor, de repente, ele ficou a favor, eu fiquei sem entender, sem entender, pragmático como ele era: "É comunista?" "Não, eu sou torneiro mecânico". De repente, ele virou simpatizante de um regime ditadura mais vovó, mais cruel que pode existir.

Enfim, eu queria dizer ainda, vou lhe fazer uma pergunta no final muito sincera, de tão aberto que estou, porque eu não sei o resultado. Vou lhe dar um exemplo, veja bem, o que eu temo? Eu temo qualquer coisa que possa cheirar a fundamentalismo, que possa cheirar à proliferação de conselhos populares, que depois virem Sovietes, entre aspas, e que no fundo terminem por significar uma tentativa de empanar o poder constituído, que é o Congresso Nacional, numa relação que seria muito manipulada por muitos governos, enfim.

Eu já me referi a tudo isso, eu insisto que, na questão militar, quando eu digo "colocar uma pedra em cima", eu estou disposto a apoiar a ideia de recuperar os corpos, mas não de se estigmatizar, ferindo a Lei da Anistia, estigmatizar o papel que as Forças Armadas tiveram naquele momento, porque se tratou de uma guerra, uma guerra na qual eu estava do lado perdedor.

Eu fui com o Deputado Genuíno até o local onde ele foi... Aliás, ele não conseguiu chegar ao local, ficou um pouco perto, mas nós fomos, estava o Aldo Arantes e tantos outros, fomos até lá Conceição do Araguaia, ***Xambioá***, por ali, nós fomos lá e ele ficou na pensão que nós estávamos, porque sentiu muito tocado de chegar lá, mas estive lá. Ou seja, V. Exa. citou aí diversas pessoas, minhas amigas, citou Paulo Fonteles, tantos outros, pessoas que fazem parte de uma certa história minha, enfim, e, portanto, eu não me colocaria na posição de obstaculizar qualquer tentativa de resgatar essa verdade histórica, mas o revanchismo não pode haver, nada de fundamentalismo nisso.

V. Exa. falou que, no Nazismo, nós não tínhamos outra alternativa, se franceses, a não ser a resistência armada. Mas aqui havia. Eu não condeno, louvo a coragem, a generosidade de quem se dedicou a isso, mas entendo, continuo entendendo que foi um gesto equivocado. Porque aqui havia alternativas, sim, a da mobilização popular que levasse, através de bandeiras que tocassem a sociedade, que levassem ao Brasil que nós temos hoje.

E eu queria, ainda, dizer a V. Exa. que não houve uma só anistia, houve aquela que, no governo Fernando Henrique, eu fui responsável por uma audiência, eu era líder do governo, e numa provocação que eu achei muito boa, do então deputado como eu, Jaques Wagner, disse: "V. Exa. está falando da tribuna, por que não faz uma audiência do Presidente Fernando Henrique com os que reivindicam a ampliação da anistia?" Eu digo: "Pode ser marcada para breves momentos". E eu, sem consultar ninguém, falei: "Não, ela vai ser hoje". Eu liguei para lá e encontrei a burocracia, hoje o nosso querido Lucena, e digo: "Lucena, esquece essa história de lista. Eu prometi, tem que acontecer, ou eu não sou líder do governo. E hoje de tarde eu venho aqui com os que pretendem ampliação". E criou-se uma comissão, meu principal assessor, quem mais me ajudou foi um colega seu de partido, que era esse grande advogado que é o Greenhalgh, Luiz Eduardo Greenhalgh. E outras figuras se envolveram na história, mas, enfim, eu insisto que o MST é responsável pela violência no campo, é preciso olhar esse lado; eu não

desconheço que possa haver atitudes rudes por parte de quem se envolve num... O processo da conquista da terra no Brasil é um processo meio de faroeste, nós sabemos disso.

E eu gostaria de dizer ainda a V. Exa., que V. Exa. falou: "o recalque explode"; se não explodisse, eu não teria me emocionado. A Senadora Serys aqui também. Eu estava aqui falando, e foi visível a minha emoção, a dela foi menos visível porque ela não está falando, mas ela me disse que teve sua casa vasculhada duas vezes, os livros perseguidos--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANUCCHI: E ela chorou também.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): --Meu pai teve a sabedoria de mandar esconder todos os livros que cheirassem, que a censura ela é, em si, é por isso que eu não quero a censura no Brasil; a censura, em si, é imbecil, então, o militar, ou o que fosse, chegava lá e olhava um livro e se o livro falasse: "A doce vida amorosa de Karl Krugman", estou inventando os nomes, ele dizia: "Karl? Não tem o Karl Marx, deve ser primo". Aí ele prendia, enfim... Então, para evitar esse tipo de coisa--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANUCCHI: Livro de cubismo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Cubismo, enfim... --Então, nós tiramos tudo que era livro parecido com isso de casa... "História sincera da República", do nosso Leôncio Basbaum, não é isso? Exatamente isso. Tiramos o que tinha de leitura, que pudesse ser mal interpretada e deixamos... Abrigamos presos políticos na minha casa, ficamos um mês cercados, mas, como nós temos uma burocracia deficiente, depois dos primeiros 15 dias, eles começavam a faltar ao serviço e entrou um preso político, depois entrou outro, ficaram vários na minha casa aqui. Quero louvar Vera Brant, que fez esse papel aqui em Brasília, salvou muita gente dos primeiros aperreios que a ditadura causaria.

E dizer que a forma que eu encontrei, que eu não pude evitar, de ver o meu recalque explodir, foi a emoção. Eu não quero mais do que isso, eu não quero mais do que isso. Eu reconheço que é duro, eu conheço... Tenho uma amiga que perdeu dois irmãos. Ela já morreu, ela, ela passou a vida inteira atrás dos dois irmãos, atrás dos restos mortais dos dois irmãos, e deve estar aí, acredito que o depoimento dela deva estar aí. Família Santa Cruz, está aí.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Fernando Santa Cruz, que é irmão da Rosalina, que é professora da PUC; estava no lançamento do livro, na PUC, e o Marcelo, que é vereador de Olinda, e a mãe, D. Elzita, esteve naquela campanha da SECOM, na televisão, pedindo para ajudar a localizar os filhos, com 96 anos.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM): Eu gostaria de saber, e aí vem a minha pergunta muito sincera, porque eu já lhe disse, o que eu senti, quando formos tratar desse assunto de fundamentalismos, já lhe falei do meu repúdio à idéia de Sovietes, conselhos populares que visem a minimizar o poder constituído, que é o Congresso, eu estarei contra, obviamente, em defesa do direito da propriedade, da liberdade de imprensa, em defesa da harmonia entre civis e militares, mas eu faço uma pergunta com muita ingenuidade, muita inocência até... Eu visitei as ditaduras, umas obrigatoriamente, fui para a Argentina uma época; a barra não estava boa para mim, fui para a Argentina, depois voltei, e fui como parlamentar já, acompanhando, ou acompanhado, não sei bem, nós estávamos num pequeno grupo de parlamentares, com o Evaristinho, ***Evaristo*** de ***Moraes Filho,*** que era representante da Ordem dos Advogados do Brasil, lá no Paraguai, naquela ditadura que era pior do que a nossa, um milhão de vezes, que não perdoava o vencido, ela não refrescava o vencido, uma ditadura cruel, eles tinham uma prisão chamada '**La Libertad**', então, eles enfiavam na vagina das mulheres um aparelho de sucção e a mulher tinha aquele alivio de segundos e ia se abaixando, abaixando, abaixando... Até que chegava no chão, do chão no podia passar, e lhe arrancavam o útero, enfim... Nos sentávamos nas mesas para conversar com as famílias, e a polícia política sentava junto. E meu temperamento me dizia: "Eu vou te tirar daqui". "Não faça isso, que é pior, eles querem um pretexto para agredir os senhores". Ou seja, se aqui no Brasil valia muito pouco ser deputado, lá não valia nada, porque não tinha Congresso funcionando.

E nós fomos lá numa missão, não me arrependo, nós fomos acompanhando o... Meu Deus, o Raúl Sendic – *hijo* -, filho do Raúl Sendic, que era o principal líder tupamaro, que estava preso, o Raúl morava em Cuba, e o pai estava preso, com dificuldade de falar, porque tinha levado um tiro na boca, e falava todos os dias sozinho porque estava em isolamento, sob tortura moral, física durante algum tempo, tortura moral o tempo inteiro... E o Raulito, ele disse que morava no México, e, portanto, queria visitar o pai, demorou muito, fomos muito maltratados pelos militares, houve uma total covardia da diplomacia brasileira, que simplesmente não queria contato conosco, e havia um coronel chamado Ledesma, que era um débil mental completo, que ficava gritando conosco: "O ônibus não pode ficar dentro do pátio, tira o ônibus do pátio". Entrava armado com dobermann e com... Armado, não silenciava a baioneta, ele encomendava voz à baioneta,

enfim, e nós fomos lá. Eu jamais vi uma coisa tão cruel, porque a perseguição ao vencido era superior à brutal perseguição que eu percebia na Argentina, e superior à brutal perseguição que havia no Brasil.

Eu não sei como o Uruguai está lidando com isso, como lidou com isso o Presidente Tabaré Vásquez, e eu pergunto, não seria uma armadilha, tipo assim, "não está mexendo nisso?" Eu estou perguntando, se o senhor não souber, não é obrigado a dizer, eu estou sinceramente perguntando. Mandela agiu 28 anos sem enlouquecer, convivendo com suas desavenças naturais, desavenças conjugais naturais, enfim, e como lidou Mandela, ou seja, eu recomendo esses caminhos, eu tenho a impressão que Tabaré Vásquez não fez nenhum gesto parecido com isso.

Em outras palavras, falamos aqui em alternância de poder e nessa coisa salutar de democracia que nós construímos... Não quero tirar o mérito de quem pegou em armas para enfrentar o regime, eu optei por outro caminho, optei por um caminho que eu julguei o mais correto, enfim, mas eu finalizaria com o exemplo de Mandela, perdão estava ali mesmo, capacidade de recomeçar estava ali mesmo, conciliação estava ali mesmo, olhar para a frente estava ali mesmo, e como teria agido o Uruguai, porque, das ditaduras que eu conheci, aqui de perto, eu conheci de perto, eu vi uma brutal incapacidade de... Era perseguição ao vencido o tempo inteiro, às suas famílias, o tempo inteiro, o tempo todo, e eu não sei, eu não vi notícia de que, no Paraguai, tenha havido essa agitação toda, enfim.

O que lhe digo e lhe prometo, no Uruguai, perdão, é que examinarei... Aquilo que eu julgar que está fora do espírito do que aqui lhe relatei terá a minha candente reprovação da tribuna da Casa. O que eu julgar que significa avanço na direção de um país mais consciente do seu dever de proteger o direito da pessoa humana, eu direi. E lamento muito que nós estejamos revelando a sua sincera preocupação no campo interno, no campo externo, o Brasil esteja se marcando como um país que por quaisquer razões, quaisquer ambições, sistematicamente vota a favor dos países que violam os direitos da pessoa humana, eu cito 200 casos aqui. Não quero mais tomar tempo dos colegas. Eu queria agradecer a V. Exa., foi um debate de alto nível mesmo, e não duvido da sua sinceridade, nem duvide da minha. Muito obrigado.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Obrigado, eu não duvido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu pergunto se o Ministro quer fazer uso da palavra... Ou, então, para ganharmos tempo, pois já é tarde, já vai dar uma hora, eu passaria para o Senador Suplicy, então, ao Senador Inácio Arruda, que tinha trocado com o Mercadante, e depois O senador Tasso Jereissati, que manifestou interesse de falar alguma coisa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Senador, eu peço inscrição aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem. Mas eu só queria sugerir, Senador Suplicy, que me perdoasse, de eu colocar aqui o tempo, para tocar a campainha, eu sei que é ruim, mas não é por que é o senhor não, é porque os outros gastaram muito tempo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tudo bem. Eu também gostaria de participar porque fui convidado ao almoço com o Presidente do Mali, então, procurarei ser breve, Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, querido Ministro Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannuchi, primeiro, eu acho que aconteceu um episódio muito bonito na forma como o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva procurou fazer com que V. Exa. e o Ministro Nelson Jobim pudessem dialogar e acordar sobre alguns dos pontos sobre os quais houve divergências, inclusive com algumas das outras áreas. E nós todos podemos observar a maneira como o presidente solicitou a ambos que dialogassem, até que chegassem a um melhor entendimento sobre alguns dos temas, e um dos quais se refere justamente a essa questão da Comissão da Verdade e da Reconciliação.

Aqui já foi mencionado, o Senador Marcelo Crivella, que viveu na África, acompanhou de perto, e o Senador Arthur Virgílio, há pouco, mencionou o Presidente Nelson Mandela, cujo espírito de reconciliação e, sobretudo, me parece que a Comissão da Verdade, proposta pela Comissão Nacional de Direitos Humanos, pela conferência, tem muito a ver com o que aconteceu com a Comissão da Verdade e Reconciliação... A proposta, logo no início, do Presidente Nelson Mandela, presidida pelo Bispo Desmond Tutu, que exatamente por seu trabalho naquela comissão, foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz.

Há um filme tão bonito sobre esse assunto, um filme de 2004, um filme exatamente sobre a Comissão de Reconciliação, onde havia a presença de dois jornalistas; uma que veio da Europa, que era a atriz Juliette Binoche, e outro que veio de Washington, que era um excelente ator, e ambos ali tiveram uma amizade muito forte, e foram acompanhando a Comissão da Verdade e Reconciliação, onde, em cada lugar diferente da África do Sul, ouviam as pessoas que haviam sido, de alguma maneira, objeto de atrocidades durante o tempo do *Apartheid*, e também ali eram ouvidas as pessoas que de alguma maneira tiveram responsabilidade sobre as atrocidades cometidas, e

eram ouvidas as testemunhas, sejam as famílias das vítimas ou as próprias vítimas, se porventura estivessem ainda vivas, e na medida em que se revelava a verdade completa, e havia inclusive o reconhecimento por parte daqueles que cometeram os atos de que, de fato, foram ações inapropriadas, e na medida em que se revelou a verdade, então, a própria lei da Comissão da Verdade e da Reconciliação propunha que pudesse haver como que a anistia, e dependendo muito do grau, e tudo, os detalhes eu mesmo não conheço, mas eu gostaria até que V. Exa. pudesse fazer um paralelo com aquela Comissão da Verdade e Reconciliação porque eu acredito que o propósito é exatamente esse, que não se repita.

Aliás, ontem, houve, por ocasião dos 73 anos de José Celso Martinez Corrêa, no Teatro Oficina, numa cerimônia que contou com a presença do Ministro da Cultura, Juca Ferreira, um ato com a dramaturgia e a capacidade de José Celso, e de todos os membros do Teatro de Oficina, em que relembraram a própria anistia, no caso, dada a José Celso, e que tem muito a ver. Eu vou aqui usar menos a minha palavra para aqui citar uma passagem do próprio requerimento de José Celso Martinez Corrêa, porque ele traz muito do espírito que permeia muito dos anseios de pessoas que V. Exa. e dos familiares de pessoas, digamos, como do nosso querido Deputado Rubens Costa, que até hoje não sabe bem tudo o que aconteceu com ele.

Diz o José Celso, nesse breve trecho: "Por muitos anos, tentei recalcar para poder sobreviver e viver de novo os danos causados pela ditadura no meu corpo, na minha alma, no meu trabalho profissional e no de minha criação, o que vale também para o corpo físico do Teatro Oficina. Posso afirmar, mas a ditadura operou sobre mim e o Oficina, o que Glauber Rocha chamava de assassinato cultural. Eu e o teatro fomos assassinados socialmente. Muitos achavam mesmo que eu tinha morrido, me apontavam como vítima que a ditadura tinham eliminado, consideravam que eu e o teatro não teríamos mais uma segunda vida. Foram 15 anos de uma luta enorme para provar a mim mesmo que eu estava vivo de novo. Não falava quase em tortura, ou em repressão, somente através dos atos teatrais. Reaberto o teatro, foram mais de dez anos de muito sucesso para provar que nós tínhamos ressuscitado".

E eu sou testemunha porque vi, nesses anos, "As Bacantes", a "Cacildas!", "Os Sertões", que fizeram com que pessoas como o José Celso e todos aqueles que ele representa aqui pudessem reviver.

Então, trazer a verdade à tona, no espírito da Comissão da Verdade me parece algo muito importante, e eu quero cumprimentar a todos que participaram da Conferência Nacional dos Direitos Humanos para propor que isso possa acontecer... Os diversos temas polêmicos, V. Exa. aqui nos explicou, eu vou citar apenas que eu acho importante, até numa homenagem à iniciativa que a Deputada Marta Suplicy elaborou e propôs um tema que ainda está candente para ser votado, referente à união civil das pessoas de mesmo sexo, que é um dos temas que foram aqui recomendados, e que, claro, vai passar pelo debate democrático do Congresso Nacional.

E gostaria apenas de concluir, dizendo que avalio que também a própria renda básica, como um direito à cidadania, que será uma evolução do que é hoje o programa Bolsa-Família, tem muito a ver com a consecução e universalização dos direitos humanos de que resultou o documento referido por V. Exa.

Meus cumprimentos, e inclusive pelo alto nível do debate que aqui se estabeleceu com o líder do PSDB, porque todos nós aprendemos com o diálogo de ambos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a Presidência, daqui a pouco, senão vai ficar incongruente, ao Senador Eduardo Azeredo, e antes passo a palavra ao Senador Inácio Arruda. Depois--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite, Sr. Presidente, eu gostaria de passar às mãos do Ministro Paulo de Tarso Vannuchi a cópia de correspondência que acabo de encaminhar ao Governador Jaques Wagner, bem como ao Presidente Lula, com uma carta anexa da blogueira Yoani Sánchez, que pede a gentileza de o Presidente Lula colaborar para que ela tenha autorização de vir ao Brasil para o lançamento de um documentário feito com ela, por um documentarista da Bahia, por isso, em Jequié, que esteve em Cuba, e a entrevistou, e a cópia da própria carta da Sra. Yoani Sánchez ao Presidente Lula, para que V. Exa. possa junto ao Presidente, ajudá-lo a refletir sobre este assunto. Eu vou entregar a V. Exa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente... Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu considero que a audiência conjunta das duas comissões, ela resultou bastante exitosa pelo espírito de V. Exa., Ministro Vannuchi, que acolhe, é para isso, a democracia é esse problema: a capacidade de acolher as observações, seja da oposição, seja de outros setores sociais, que não coincidem absolutamente, às vezes, com a oposição, mas que têm informações e compreensões distintas daquelas que foram propostas.

Um aspecto muito significativo é que o Plano de Direitos Humanos ele é fruto de um acúmulo, dá saltos, mas trata-se de um acúmulo. E, às vezes, é muito fácil falarmos dos direitos humanos em outras plagas, mas

muito difícil a gente resolver o problema dos direitos humanos no nosso próprio país. Por isso que uma das críticas talvez mais significativas aos modelos de desenvolvimento econômicos, sociais e políticos da construção da sociedade nova, na nossa causa, na causa do PCdoB, e dos partidos socialistas, da construção de uma sociedade socialista, é de que não é possível um modelo para uma nação, e esse modelo ser estendido para todas as outras. Cada um construirá o seu próprio caminho, e nós temos que tratar de resolver os nossos problemas, as nossas questões.

Eu considero que não é um tema fácil o tema dos direitos humanos; é um tema difícil, muito difícil. Por exemplo, um tema dos direitos humanos, que eu considero, no mundo atual, é o controle de uma das mais importantes e contundentes armas da comunicação de massa, que é a rede internacional de computadores. 80% dos provedores estão localizados numa única nação; é uma brutal desigualdade de direitos humanos. Quer dizer, você concentrar, você poder dominar, eu chamo até de domínio, a expressão é essa, domínio. Esse é um problema crucial dos direitos humanos.

Talvez a questão nossa com o problema da comunicação no Brasil, com a mídia brasileira, talvez nós devêssemos inverter, o que nós precisamos é de mais redes de televisão nas mãos das comunidades, nas mãos dos trabalhadores. Televisão na mão dos sem-terra, televisão nas mãos dos sem-teto, televisão nas mãos das populações carentes das periferias, rádio comunitária de fato comunitária, por quê? Porque nós devemos que ser controlados, do ponto de vista da informação, por duas ou três famílias? Vamos espalhar para toda a família brasileira, é inverter; ao invés de nós querermos fazer o que a Constituição manda, porque a Constituição manda que tenha controle, é isso que a Constituição manda. Ao invés de dizer: "Vamos controlar". Vamos dizer: "Vamos democratizar a mídia brasileira, vamos distribuir a mídia brasileira".

E vamos distribuir, talvez a gente tivesse que... Um dos itens de regulamentação fosse dizer o seguinte: "Os entes estatais, inclusive administração direta, indireta e as empresas de economia mista não podem concentrar recursos publicitários nas mãos de três ou quatro veículos de comunicação"; isso é um meio de você inverter a equação. Eu sei que vai ter muita grita em relação a isso, mas é a gente inverter a equação, ao invés de nós tratarmos de controlar essa mídia tradicional, que nós temos no Brasil, vamos pulverizar ao máximo, vamos mandar; a Constituição manda regionalizar. Vamos regionalizar a comunicação de massa. Eu quero saber mais sobre a Amazônia, eu quero saber o que é caatinga, eu quero que o povo lá do Sul compreenda o que é uma estiagem de oito meses, porque uma estiagem de oito meses, no sul é seca, nós diríamos, no Ceará, é "seca brava", mas eles não sabem o que é. Não sabem o que são dois anos e meio sem chover numa localidade, não entendem isso, não compreendem, por isso muitos acham que não deve fazer transposição de águas do São Francisco no Nordeste Setentrional, que acha que é perda de tempo, que acha que nós não deveríamos ter feito barragens para acumular 6,8 bilhões de metros cúbicos de água, porque aquele lago imenso ocupou terras que eram agricultáveis, e que causou um dano ambiental terrível, mas não compreendem o que são dois anos e meio de estiagem.

Quando vê, quando percorrem, no meu caso, o Estado do Ceará, eu já fiz isso com alguns jornalistas, percorre por cima, voando de helicóptero, com a pedra aflorando, para ver o que cristalino, porque, às vezes, a pessoa ouve falar de cristalino aflorando e pensa que são cristais, é pedra, amigo, pedra bruta, que quando a enxada bate, ela também dobra. Então, esse que é o problema dos direitos humanos, eu acho que nós temos de democratizar. Ao invés de controlar, democratizar, espalhar.

Queremos rádios mesmo comunitárias, televisões comunitárias... Há coragem para isso, para democratizar? Parece que os que não querem nenhum controle não querem democratizar os veículos de comunicação de massa. Eu aposto na democratização. Eu não quero controle nenhum deles, zero controle, mas eu quero democratizar. Todos possam ter o veículo para dizer, dar sua opinião, para construir também a sua verdade, para que os outros possam ouvir, possam medir e possam tirar a média, ou escolher a verdade que melhor lhe convém. Eu acho que essa é uma luta que nós deveríamos abraçar.

Sobre o problema da Comissão da Verdade, eu vejo um pouco, assim, como enfrentar esse dilema sem deixar que a marca do revanchismo seja colada naqueles que desejam virar essa página? Essa questão que nós temos que resolver. Não vai ser possível. Eu vi aqui, é difícil tratar dessa questão, nós, do PC do B, temos dificuldade de tratar essa questão. Nós sabemos o que é o Brasil, nós não aceitamos a provocação do General Leônidas, nem do Nilton Cruz, que o raciocínio está muito falho, já era falho na época; nós não aceitamos aquela preocupação, não vamos entrar naquilo, porque nós temos um projeto muito maior no nosso país, de aprofundamento muito maior, mas nós queremos resolver esse problema dos desaparecidos. Senão vamos conseguir tratar sempre desse assunto com facilidade; vai ser sempre difícil.

Eu vi aqui o seu convite lá para o Maranhão. O nosso companheiro, Rui Frazão, foi casado com uma

companheira nossa lá do Ceará, que estava no Partido Comunista do Brasil e outros na Ação Popular, e que depois ingressaram no partido comunista. O Frazão foi para Pernambuco, ele era coletor federal, foi vendedor de panela, uma pessoa alegre, do bem... Aquilo eu acho que, talvez, nunca tenha atirado de baladeira em ninguém, ou com aqueles estilingues para atirar em carrapateira, que a gente chama lá no Ceará, mamonazinha, de brincadeira... Foi morto brutalmente. Não sei se ele que... Pelo que sei, ele que convocou o Cristovam para a militância política, senão o Cristovam não estava aqui como senador da República, não é verdade? Talvez a gente devesse convidar a família dele, lá da parte do Ceará e do Maranhão para esse ato conjunto.

Eu vi aquele ato lá no Ceará, ainda foi desaparecido o Teodoro--

[soa a campainha].

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos dando continuidade--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, esse silêncio vale por mais de meia hora de fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É verdade...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, Vannuchi, nós temos que... Isso é um processo, você repetiu muitas vezes Fernando Henrique, Sarney, todo esse povo colocou sua parcela de contribuição nesse processo... Eu digo, ainda tem muitos companheiros que não conseguiram fazer o que D. Luíza conseguiu: esperar quase 40 anos para enterrar o seu filho. E depois completar os seus 95 anos e falecer, digamos assim, feliz.

Então, nós temos que resolver esse problema. Nós podemos dizer, talvez, eu, você e tantos outros, nós nunca tivemos nenhum receio da ditadura, nenhum medo dela, nenhum, nenhum, nenhum, nem durante, nem depois, porque nós sabíamos das causas, nós sabíamos o que nós estávamos pensando, o que nós queríamos construir. Por que a democracia era importante para nós? Porque ela é que permite que exista hoje um metalúrgico dirigindo o Brasil. Sem aquela resistência nossa, seja a resistência da Eliene, do PCdoB, e tantos outros grupos que reagiram com o seu direito de rebelião, a um golpe de estado que foi atroz, para nós e tantos outros, aqui no Brasil e que se repetiu na América do Sul quase que inteiramente, seguindo uma ordem quase que unida de que tinha que ter ditadura para massacrar os povos.

Então, essa página nós temos que virar com coragem. O Exército, a Marinha, a Aeronáutica, ou as Forças Armadas Brasileiras não têm aqui no Congresso Nacional quem compreenda melhor a sua responsabilidade institucional do que nós... Os comunistas, nós, os comunistas, que compreenda melhor o seu papel e as suas responsabilidades.

Agora, nós não vamos dar aval a atrocidades cometidas no passado, no presente ou no futuro, no nosso país. Nós temos que tratar do nosso, porque tratar dos outros, às vezes, fica fácil; nós estamos tratando do nosso país.

O ponto, assim, final que eu gostaria de abordar, é que o programa de direitos humanos, ele é fruto de conferências que eu lembro aqui algumas figuras, Nilmário Miranda, deputado, porque as conferências nasceram na Câmara dos Deputados, elas não nasceram no governo, nasceram primeiro na Câmara, depois foram assumidas pelo governo, pelo Executivo.

Uma outra figura extraordinária, Mário Mamede, assumiu também a secretaria, um companheiro lá do Ceará, e essas conferências são feitas assim mesmo, são a quatro mãos. Tem coisas que nós não discordamos, mas são aprovadas nas conferências. E elas surgem como grandes polêmicas, eu considero, às vezes, uma tempestade em copo d'água alguns temas que são considerados muito polêmicos. Veja o problema do casamento dos homossexuais, o Congresso não resolve, a justiça resolve, vai resolvendo caso a caso, um a um, não vai ter um que sobre. E todos os outros, mesmo a questão do aborto, a justiça também vai passar a resolver, porque o Congresso não resolve. Ninguém aqui nesse Congresso, nem homem, nem mulher, nem da sociedade, não somos a favor do aborto, o que nós não somos a favor é do assassinato das mulheres, da morte cruel das mulheres em clínicas clandestinas, em condições absolutamente inadequadas; não é um problema de fé, não é um problema de religião, é um problema de saúde pública, de respeito às pessoas de ter um problema de saúde pública. Isso não tem nada a ver com as religiões; cada um continua professando a sua religião, os católicos, os evangélicos, os espíritas, os das religiões dos afro-descendentes, os nativos.

Eu acho que isso... As mulheres... Ninguém mais do que as mulheres para defender a vida. Não tem mulher a favor de aborto, gente... Tem a favor da vida das mulheres, esse que é o problema central, está certo? Pouco compreendido, às vezes.

Eu acho que, principalmente uma parte da mídia brasileira ainda não compreendeu o papel da mobilização popular e das conferências nacionais. Talvez se a gente conseguir... Eu comecei falando dessa questão da comunicação, da mídia, talvez, a gente conseguindo inverter o ponto ao invés de controle, porque o que a Constituição manda é controlar, e o programa do

Fernando Henrique também manda controlar, e manda ter lei que controle. Se a gente inverter, democratizar os veículos, mais democracia, mais veículos na mão povo, aí eu acho que não vai nem precisar usar a palavra "controlar". Os que acham que estão sendo controlados que vão dizer que controlem os outros, se a gente democratizar maciçamente essa área da mídia no Brasil.

Então, vocês me desculpem, mas, talvez, o PCdoB tenha essa dificuldade, porque nós sofremos bastante... Eu vi agora recentemente, ainda desse ato provocativo, como foi a chamada "Queda da Lapa", como ela massacraram pessoas absolutamente desarmadas, numa reunião, mataram ali na hora, e presos foram depois torturados e mortos. Quer dizer, então, vamos virar a página, nós não queremos que colem nada, nem no Ministro, nem no Governo, nem naqueles que lutam para ver os seus desaparecidos também serem enterrados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Inácio.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Me permita, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vou fazer só uma interrupção rápida, para tomar água.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pode ser.

[risos]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esperamos, é um direito humano fundamental.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Depois do Senador Cristovam, ainda teremos o Senador Agripino, Senador Mão Santa e Senadora Fátima.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem algum requerimento para ser votado?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que, nesse período que eu estive aqui, Senador Azeredo, eu nunca assisti uma reunião com tanto toque de sentimentos como esse. Todos nós ficamos emocionados e até aqui três chegaram mesmo às lágrimas, e eu creio que o Ministro também ficou molhando os olhos, porque é um tema que toca diretamente a cada um da gente.

O Inácio Arruda citou um dos meus melhores amigos, Rui Frazão, a quem, de fato, ele, não sei como sabe, não sei se disse a ele, foi um dos que me agregou à militância, no comecinho do meu curso, na Escola de Engenharia de Pernambuco, a quem já dediquei até um livro, e é um dos desaparecidos. Faz uns dois anos que eu falei com a mãe dele, velhina, velhinha, que disse: "Eu queria poder enterrar o meu filho", como todo pai deve ter direito, a mulher, as filhas. Então, é um momento de muita emoção que todos nós vivemos, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, Ministro, nós poderíamos ouvir o Senador Cristovam, e depois o senhor faz os comentários para poder ir mais rápido. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, eu agradeço que tenha me colocado na frente do seu nome, o senhor estava inscrito antes de mim, mas eu, de fato, tenho uma viagem, e eu não queria deixar de falar aqui.

Ministro, por um lado, eu já fui contemplado por quase todas as falas, especialmente pela última, do Senador Inácio Arruda. Eu vou acrescentar apenas o compromisso fundamental com a verdade, que esse país tem que ter. A Lei da Anistia tem que ser respeitada, mas lá não está escrito: "Fica proibido contar a história". É uma lei de anistia, não de amnésia. O senhor até comparou bem que a gente não pode dirigir olhando para o espelho retrovisor, mas o país não pode avançar se não olhar para a sua história, que é a maneira de falar espelho retrovisor de uma nação inteira. Temos que olhar, até porque não dirigimos sem prestar atenção a esse pequeno espelho, embora, se ele nos distrair muito, poderá causar acidentes de percursos.

Dito isso, eu queria aproveitar esse minuto para ler, porque eu tenho tido essa prática aqui, algumas perguntas que me chegaram pelo telefone, que eu disse que o senhor estava aqui. Eu vou ler rapidamente, o senhor responde as que quiser. Mas eu creio que é um direito dos 'twitteiros' do Brasil mandarem perguntas para o Ministro. Um deles é: "Se moradia é direito, o que fazer com os prefeitos que não realocam moradores em área de risco?" "Por que encurtar debates com decretos, se isso não é uma forma de autoritarismo?" "Por que não o plano familiar no lugar do aborto?" "Por que os direitos humanos sempre protegem--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Cristovam, a segunda pergunta.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A segunda... "Por que encurtar o debate com decretos, se isso... "Se isso não é um autoritarismo?" A outra é: "Por que não prever no documento o planejamento familiar, no lugar do aborto?" "Por que os direitos humanos se preocupam apenas com os bandidos e não com as vítimas?" "O que o Ministério acha do uso de filmagem nos interrogatórios policiais?" "O que acha

de localizadores eletrônicos?" "O que pensa do direito à igualdade jurídica?" Desculpe...

Chegaram 50 perguntas em 20 minutos. Eu não vou ler as 50, porque se parecem muito--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É, tornozeleira, colocou localizadores... "Por que não considerar a igualdade do atendimento jurídico como direito humano?" "Por que alguns têm direito a um tipo de advogado diferente de outros e terminam uns ganhando e outros perdendo?" Essa aqui é "Por que o Governo recuou?" "Por que o governo recuou?" E a outra é que o senhor--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANUCCHI: Não fala especificamente no que recuou?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, recuou no conjunto do plano. E a outra é que "por que o senhor não cumpriu de que renunciaria, se o governo mudasse?" "A outra é por que não tem mais itens para os jovens, se a Comissão da Verdade vai sair do papel..." São essas.

Eu vou ficar ainda aqui, porque ainda... Eu fiz questão de ler porque senão eu não estaria cumprindo compromissos com aqueles que enviaram, foram mais de 50 perguntas.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANUCCHI: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só teve mais uma... A política para jovens. "Por que o plano não dedica à preocupação que deveria com os jovens?"

É isso, Ministro, eu me dou por satisfeito, e quero dizer que mesmo que eu já tenha me manifestado que eu gostaria de ver mais ênfase num direito fundamental que é o da alfabetização, que o documento toca, mas de passagem, de qualquer maneira, eu não posso deixar de reconhecer que é um avanço, e um avanço construído pelo Estado, porque, como o senhor mesmo disse na sua fala inicial, começou no Governo Fernando Henrique Cardoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ministro, o senhor quer responder, nós temos ainda Mão Santa e Fátima?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós não podíamos logo... Porque eu acho que fica mais rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, tá. Mão Santa é o próximo inscrito, depois, Senadora Fátima, e encerramos.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Ministro e Presidente, que Deus está Minas aí, a liberdade, me desculpe, que ano V. Exa. nasceu, Ministro? Que ano?

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Nasci em 15 de maio de 50, estou na reta final para chegar aos 60.

[risos]

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Está novo, eu nasci antes. Eu quero dar um testemunho, eu nasci na guerra, em 42. Então, na guerra, né? Eu quero dar o testemunho, esse negócio de democracia é bonito, e a gente aprende com as adversidades, quer dizer, vivi o Getúlio, e eu quero dizer que ele era um homem bom, eu vi pessoalmente o Getúlio, eu conheci ele pessoalmente, criança, em 1950, e o meu tio era prefeito de Parnaíba, e em agosto de 50, ele fez um comício, ele votou na eleição.

E, estudando história, eu tenho que ser... Eu sou médico, psicologia, e tenho aquela neurolinguística que diz modelagem. Então, o meu modelo, por ser médico, cirurgião, o mineiro... Juscelino, né? Natural. Mas eu encontrei um presidente da OAB, Reginaldo Furtado, e eu governava o Estado do Piauí encantando com o Juscelino, um modelo, que se chama, em neurolinguística, um modelo que eu escolhi. Aí esse da OAB: "O Getúlio é melhor". Aquilo me chocou, e desde dali eu comecei a estudar o Getúlio. Era um bom homem, mas ditadura nenhuma presta; nós já lemos Graciliano Ramos, "Memórias de um Cárcere", que basta isso, falta no povo brasileiro muito é a ignorância audaciosa... Basta ler Graciliano. Ninguém vai, o estadista, o homem trabalhador, competente, isso daí ele disse que o Getúlio era melhor. Agora, ditador nenhum é bom. Vá ler "Memórias de um Cárcere", de Graciliano. E essa memória militar está aí, o Elio Gaspari, para quem não viveu, eu vivi. Eu sei exatamente como foi, eu era estudante universitário quando ela se instalou, e quero dizer o seguinte, teve seus acertos, teve seus erros, e eu acho que ninguém melhor do que eu para fazer análise disso porque eu sou da intimidade, eu fui escolhido por Petrônio Portela; não sei se foi uma coisa boa, porque eu fazia minha medicina sossegada, numa Santa Casa, e eu era mais feliz. No meu gabinete, tem um retrato meu bem novinho, de óculos, e ele, eu não sei se foi bom não esse negócio de política. Eu era mais feliz médico de Santa Casa.

Mas eu quero dizer a V. Exa. que, então, eu combati. Eu, no dia seguinte, esse Araújo, que está ali, aquele que você não tem um poste aí, 50 anos de Brasília, o Secretário do Marco Maciel, ele é do Piauí, de Floriano, era o secretário, eu brinco muito com ele, eu sempre falo assim, de coração, aí eu digo para ele: "Rapaz, tu nunca fizeste um discurso para mim. Tu fazia os discursos do Petrônio", porque eu era da intimidade e o Petrônio trocava ali três linhas. O senhor sabe como é, e agora está fazendo do Marco Maciel,

e eu, que sou do Piauí, e tu não me faz um? Então, eu o conheço precisamente. No dia seguinte da anistia, por acaso, eu visitei o Petrônio, aí detiveram [soa a campainha] um jovem da Polícia Federal, o ascensorista pensou – porque eu ia com dois médicos, que eu era Polícia Federal. Aí ele disse assim: "Mão Santa, eu faltaria com o João, mas não faltaria com você". A última vez que eu vi o Petrônio. Eu digo: "Que João?" Dois médicos, pedido de crédito orçamento de hospital, eu era deputado estadual. "Que João?" "O João Figueiredo, acabei de tomar café com ele, acabei de tomar café com ele para dar o resultado da anistia". Isso eram nove horas, saiu correndo [ininteligível], aí eu fui e pedi um credenciamento de um hospital, do Piauí, dos médicos--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Mão Santa, só interromper um segundo, eu vou só passar a Presidência para o Senador Inácio Arruda, porque eu vou ter que me ausentar.Pode continuar.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): "*Libertas quae sera tamen"*.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vou para lá.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Pois é... Aí ele me contou e eu vi, a anistia foi por seis ou sete votos, a imprensa teve... Mas foi um negócio muito próximo, exaustivo, e eu vi no semblante daquele homem puro, descente, correto, esse homem ia ser Presidente da República; El,e na intimidade, me disse, e seria, eu fui escolhido por ele. Tem um retrato bem novinho do meu gabinete, eu cabeludo, retardei porque eu adorava medicina, mas acabei... E o [ininteligível] Araújo viu... Aí eu digo: "Não, vim aqui lhe atormentar, não sabia... E trouxe até a ***Adalgisa*** aqui, porque ninguém nunca mais vai vir aqui, deputado estadual", aí ele botou o dedo em riste assim: "Você vai ser tudo o que quiser no Piauí". Foi a última vez. O Antônio Araújo, aquele do quadro do testemunho, eu, médico, e a minha esposa.

Sim, mas eu queria dizer que eu vi o semblante de um homem bom, um democrata, Petrônio Portela, e eu o conheci [ininteligível], e ele eufórico, porque tinha conseguido a maior obra dele, a anistia. "Consegui, passei a noite, tal". Então, isso aí foi muito complexo, ele seria o Presidente da República. Antes, ele tinha me confessado que estava tudo feito o colégio eleitoral, ele seria o civil e Tancredo o vice dele do PP, e ele da Arena, ganharia o MDB.

Então, eu vi, no dia seguinte, o semblante que tinha conseguido a maior obra, então, eu sei que é complicado, o meu nome é Francisco, paz e bem, e se você estudar, todo mundo compara a política com a guerra. Atentai bem, o Cristovam, que é um homem que sabe tudo, ou quase tudo, eu não vou citar quantos, mas Clausewitz, todo mundo tem aquele livro de ***Henry***, um mestre da doutrina militar, que a guerra e a política são uma a continuação da outra. Por isso que eu disse que a política não é boa coisa, a gente compara é com a guerra. O Winston Churchill disse: "Política é como a guerra, com a diferença que a guerra a gente só morre uma vez", na política, né?

[risos]

Então, isso é uma guerra, a política, "A arte da guerra", Sun Tzu, isso é uma guerra, foi uma guerra. Agora, não foi só essa do militar não. E eu sei, sei bem, eu sou oficial da reserva, eu fiz o CPOR, eu sei o que é unidade de comando, unidade de disciplina, hierarquia, RDE e... E mais ou menos nessa época, eu fazia quarto ano de medicina e era líder estudantil, quando se deu. O ***Valton Leitão, que vocês conhecem , é um líder socialista***. Então, foi uma guerra, vamos ver, agora, Deus me permitiu saber, e saber muito, estudei muito e muito, isso eu não estou dizendo com orgulho, a minha família que me possibilitou, e homens como eu convivi, como o Petrônio, não vou citar outros [ininteligível], e tal. Mas eu vi a Argentina, e Deus me propiciou para contar aqui, eu estava lá, eu adoro Argentina, meu mundo era Parnaíba, eu fui porque quis operar lá, era o Pelé fazendo gol; Roberto Carlos cantando, e eu operando na Santa Casa de Paranaíba.

Eu era o bom, não vim para cá porque não quis, não fiquei em Fortaleza porque não quis, no Rio de Janeiro, cirurgião tive todos... Fui para a Santa Casa porque minha terra, fui apaixonado, porque quis. Aqui tive milhares de convites para vir aqui ser chefe do IPASE, nessa época.

Mas eu quero dizer, eu vi, Deus me possibilitou eu estar no Maracanãzinho o dia mais importante, Geraldo Vandré, eu fui, não entendo de música, sei pouco, musicalidade, confessar minha ignorância. Quando eu vi, foi aquela confusão, o povo querendo quebrar o Maracanãzinho, porque ganhou o Sabiá, de Chico Buarque e Tom Jobim. Eu não entendo, mas era um negócio suave, bonito era, porque tenho ouvido... O senhor estava lá? Mas o povo queria o negócio, aí eu vi um homem de decisão, isso influenciou muito na minha carreira, eu falo sozinho assim... Cristovam, aí, querendo quebrar, ele pegou com raiva uma cadeira de pau, botou a perna e disse: "Minha gente, a vida não se resume a festivais. O júri está aí para julgar, vamos cantar".

Ainda hoje eu canto: "Vem, vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer". Quer dizer, eu estou testemunha disso.

Os militares, e eu comparo com a Argentina, Deus me permitiu um dia, mas fui porque eu gosto, o Petrônio atiçou e aquilo é o diabo e eu gosto. Quando eu vim, vinha com a Adalgisa: "Não, pode, deixa..." "Então, eu vou a pé mesmo", tem um dia lá que eles celebram, que atentai bem, Ministro, vai nesse dia, não sei o número exato, foi coincidência. O povo todo na rua, "pois eu vou a pé mesmo" e entrei, até porque eu gosto dessa confusão, no partido do Perón, todos os partidos se reúnem em frente da Casa Rosada.

Olha, Inácio, você chorou aqui, mas se você fosse lá era todo dia, todas horas, todo minuto. Eu vi, um dia é bom para V. Exa. ir, para saber a diferença, Deus me proporcionou isso. Olha, faixas assim, faixas de pano de um metro, aí a gente via, eu comecei a entrar, aí eu procurei o partido do Perón, judicialista, faixas pregadas, retratos preto e branco... 30 mil, o pai do lado, a gente vê pela cara, andando assim [ininteligível], e ali eles se encontram e vão encontrar na Casa Rosada, 30 mil retratos. Aí, desaparecido, assassinado. Eu vi, proporcionalmente à população da Argentina, Cristovam sabe tudo. Quanto é a Argentina? Sabe, ou tu não quer dizer. Tu não é o professor aqui? Quanto é a população da Argentina?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Um quarto da nossa, vai.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Um quarto... Então, 30 mil é 120 mil, matematicamente, elementar eu sei, do Professor Trajano. Quatro vezes mais, se fosse no Brasil. E olha eu vi os retratos, aí eu não vou dizer que me diverti, e olhando nas faixas a cara, o irmão, e olha, eles se encontram, a solenidade vocês, quando eu vi, eu estava bem perto, a coisa mais linda, todos os partidos, e eu, por simpatia, negócio de Eva Perón, e tal, e lá se encontram são poucos oradores, e sempre a Casa Rosada. Quero dizer, ela é pela pátria, pela bandeira, pela liberdade e nunca mais ditadura. Não vai ter mais lá não, e todo mundo, é pai do lado, do filho, e poucos oradores, um intelectual, um representante, nada de canseira, uma parada.

Então, aqui, eu, aqui, eu assisti, eu estudei, e conheci alguns militares, eu conheci pessoalmente o Castelo Branco, que era do Ceará. Eu tinha uma namorada lá que o subcomandante era o pai dela, e ali eu fiz CPOR, conheci, era um homem cearense, homem é homem em sua circunstância... Não é? Conheci... Médici eu não conheci. Conheci pessoalmente esse Geisel, era governador, e eu tomei foi dois porres com o Figueiredo, eu aqui. Estava contando para ele, não tem nada não. E vi no *"in virtu, veritas".* Eu não vou dizer, porque seria inconveniente, mas eu, porque o governador do Piauí não bebia, os filhos do Portela de jeito nenhum, e essas inauguração, eu era vice-líder, o líder era Juarez Tapety e botava lá e ficava vendo as músicas, o Figueiredo, *"in vinus virtu veritas"*, mas, na minha psicologia, ele era um homem bom. Ele não era é político, o Figueiredo. Eu posso estar errado, mas convivi "*in vinus virtu veritas"* eu não vou, porque... Eu me lembro o padre [ininteligível]: "Não sei o quê, eu vou prender, o que você está achando?". Eu digo: "O governador é bom, ora se eu tava na casa do homem lá bebendo". Mas um homem puro, eu vou dizer, por duas vezes, inaugurações, o jantar na casa dele, ele não bebia, botava ali, eu, o Tapety, um genro dele e ficava ouvindo música. Eu acho... Ele não era político, que ele dizia de certo até em confidências. Eu falo da eleição, ainda me lembro: "Eleição, ô, Mão Santa, é aquele do papa, que a gente não vê nada, vê só a fumaça, e falam da nossa". "Você não votou?" "Votei sim". "Você gostou?" "Gostei sim, o governador é gente boa, Dr. Lucídio". Então o homem é o homem e a sua circunstância, mas eu vi que aquele homem, eu gosto do Figueiredo, eu estou contando meu testemunho, só esses encontros e outros que aí tinha oficialmente, né? Mas quero lhe dizer que a impressão que me deu, e eu sou médico, um pouco de psicologia, não sou... Era assim: "Figueiredo, vai para o Iraque", ele ia. Então, botaram ele para ser presidente, ele veio e o Geisel disse para ele fazer a abertura, ele fez. Então, é essa a impressão.

Então, os militares, os militares somos nós, nós somos, povo; eu sou oficial da reserva, fiz o CPOR, e tem gente que não presta, tem na igreja, tem aqui, na política, como tem, como tem gente que não presta, no jornalista tem picareta, pilantra de todo lado, então, mas o resto é isso. Somos nós, gente como nós, eu sou oficial da reserva, e eles tiveram certa sabedoria. Primeiro, alternância de poder, isso é da democracia. Eles foram; eu estou fazendo como eu sei, a história que eles não sabem. Não houve alternância? Entre eles, mas houve.

[risos]

Houve, tem na história aí como Fidel Castro já está com 52 anos... Ele foi... É a história que eu estou par ensinar. E outra, houve temporariamente, aqui eu estava no dia que fecharam do lado do Petrônio, eu estava do lado dele, num dos dias que fechou esse Congresso, foi no dia que o Petrônio mandou votar uma reforma do Judiciário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E ele falou que foi o dia mais triste da vida dele.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Esse mesmo, eu estava do lado dele e a imprensa... Eu apreendi que autoridade é moral, não é negócio de política não. Aí veio a imprensa, e diz: "É o dia mais triste da minha vida". Essa frase foi lá, e os militares fizeram reabrir

aqui. Por justiça também, teve grandes. Eles, ninguém pode negar que Evandro Lins e Silva, do meu Piauí, foi um exemplo maior. Não tem hoje como ele, na sua firmeza, ele que deu *habeas corpus* para o Miguel Arraes. Eu vi Miguel Arraes me contando que já pensou que ia ser comido pelos tubarões lá na ilha Fernando de Noronha. Então, deixou aberto, houve [ininteligível] isso que eu quero dizer, mas, vamos... Se nós formos buscar mesmo, professor, a história, nós vamos acabar com esse Duque de Caxias; se a gente puxar as coisas, porque a coisa mais indecente, mais imoral nós tivemos naquele Canudos, e a do Bento Gonçalves, a Guerra da Farroupilha. O Exército de D. Pedro II enganou os pretos que o Bento Gonçalves conseguiu, que foi o precursor da República, e foi o precursor da liberdade dos escravos, dos negros, aí o Bento Gonçalves prometeu que ia fazer a liberdade nessa nova República e eles pactuaram, e na hora H, que ganhou o exército de Caxias, aí mataram todos os negros lá. O Paim que conta, porque o avô dele está no meio.

Então, também história cheia de guerra, era uma guerra... E a nossa tem que ser compreendida assim. Não estou justificando nada, não estou nada, mas vamos comparar com a da Argentina, que nós somos felizes, pelos que eu conheci. Eu conheci só esse, mas não conheci Médici, não conheci Costa e Silva, isso é só o meu testemunho.

Então, Ministro, é que eu quero crer isto: A anistia foi um avanço de pureza, de inteligência, de competência, que nasceu no Piauí, com Petrônio Portella. Então, é muita coisa que tem que ser respeitada, numa anistia, isso foi um pacto, graças a ela voltada, graças a ela, que estamos aqui. O homem é o homem e sua circunstância, então, foi possível.

Agora, falou-se aqui uma coisa muito certa, que eu quero dar o testemunho, e como era correto. E eu, nesse mesmo período, foi indicado pelo irmão do Petrônio, que foi Senador ***Lucídio***, para ir representar o Piauí num projeto de planejamento familiar. Aí é que está, falaram aqui, esse que é o futuro, e atentai bem, era em Bogotá, numa pró-família, era no México, e depois nos Estados Unidos. E eu vi no México, que é um partido cristão, a igreja tem que se atualizar, tem que se avançar, tem lá na Constituição: "*El mexicanos podem e devem se acasalhar, eles devem ter o numero de hijos que desejam ter. El Estado tem obrigación de garantir isso"*. Eu visitei muitas clínicas pró-família que chegava o casalzinho: "Não, agora vai ter eleição, eu quero ter três filhos..." Aí fazia o seu planejamento, vasectomia, ligadura, DIU, e tal. Isso é que tem que se ter, o planejamento familiar, a paternidade responsável, a maternidade responsável.

Então, meus parabéns, que você... V. Exa., na pureza, buscar a verdade. E eu sou do Partido Cristão, e diria, "de verdade, em verdade eu vos digo". Essa é a verdade que eu quero contribuir com o seu ministério.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vannuchi, vamos passar logo para a Senadora Fátima Cleide, ela é a última inscrita, em seguida, V. Exa. responde às indagações.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Garanto que meu relógio anda mais rápido e os meus três minutos serão bem breves mesmo, Ministro.

Eu quero apenas parabenizá-lo pela serenidade, parabenizar às comissões por tê-lo convidado a vir aqui esclarecer as dúvidas, dúvidas essas que geraram falsas polêmicas sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos. Eu quero parabenizar, mais uma vez, a sua seriedade, a sua serenidade aqui para esclarecer a todos todas essas questões que fazem parte de uma construção, como o senhor falou, de uma conferência, que sintetiza... Eu tinha muita coisa para falar, mas o Senador Inácio Arruda, no seu poder de síntese aqui, já disse muito do que eu queria dizer. Mas a Conferência dos Direitos Humanos, na minha visão, ela sintetiza também as propostas que já foram inclusive aprovadas em outras conferências, como saúde, Conferência da Mulher, Conferência da Igualdade... Da Promoção da Igualdade, a própria Conferência da Educação, realizada na semana passada, quando V. Exa. pôde comparecer inclusive à abertura, e no final, nós aprovamos, naquela conferência uma moção de apoio ao Plano Nacional de Direitos Humanos.

Então, foi um processo maravilhoso de construção, não apenas dos 14 mil que participaram da Conferência de Direitos Humanos, mas além desses, inclusive os três milhões que participaram da Conferência Nacional de Educação. Então, eu queria dizer que o plano, ele reflete o Brasil que a gente quer construir. Ele reflete o Brasil que a gente quer, sem preconceitos, sem discriminação, sem sexismo, sem machismo, um Brasil de igualdade, sem xenofobia, sem homofobia, sem lesbofobia, todas essas coisas que muita gente tem fobia, só de ouvir falar, porque elas significam respeito à pessoa humana.

Mas a gente tem a compreensão desse processo. Infelizmente, eu não vivi, ou pelo menos eu não tive consciência do que estava acontecendo no país, no que se refere à questão da ditadura. Eu nasci em 1963, num local que era um território federal. Então, você imagina se a comunicação hoje, Senador Inácio Arruda, já chega extremamente orientada para aquilo que deve ser uma informação publicizada, ou uma formação pública, de

mídia, de comunicação, você imagina aquela época, no ex-território federal de Rondônia, como é que era, o estado de alienação que a gente vivia.

Então, com relação à ditadura, eu sou apenas uma estudiosa, e uma pessoa que se coloca, enquanto representante do povo, à disposição de que a gente possa abrir todas as histórias, porque eu mereço saber. Eu, como cidadã, mereço conhecer a história do meu país. E por mais que ela seja difícil para algumas pessoas, ela tem que ser mostrada.

Mas eu queria me deter a duas questões que o plano trata, e que são tidas como polêmicas, que é a questão da descriminalização do aborto e a questão da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo. E eu queria dizer que fico extremamente emocionada até, quando eu vejo as Resoluções da Conferência Nacional de Direitos Humanos com relação a isso. E, antes que, no meu estado, num momento de disputa eleitoral, se faça qualquer afirmação no sentido de dizer que "a Senadora Fátima é a favor do abordo", eu queria aqui deixar muito claramente para o Brasil, não faço questão nenhuma de esconder, tenho 47 anos, eu sou avó, sou mãe; eu vivi uma gravidez na adolescência, e a minha filha repetiu essa história. Eu sou a favor da descriminalização do aborto, mas eu nunca fiz aborto na minha vida. Eu tive meus três filhos, e hoje eu tenho dois netos, um com oito e outro com sete anos.

Portanto, eu não estou aqui falando com causa própria, eu estou aqui com o olhar de quem tem a representação do povo para fazer leis para buscar a melhoria da qualidade e das condições de vida nesse país, principalmente das mulheres, e daqueles que não têm vez e voz, que são milhões.

Eu acho que o Brasil não pode mais conviver com essa cegueira da omissão, do faz de conta de que as coisas não acontecem, enquanto as mulheres estão jovens, morrendo nas clínicas de aborto. Eu defendo a descriminalização do aborto, e torno a repetir, e já tenho netos. E eu tenho certeza que tem muita gente que fala contra o aborto, contra a descriminalização do aborto, que tem talvez duas vezes a minha idade, e que ainda não tem neto, e a gente tem que descobrir por quê. Porque, muitas vezes, muita gente faz, mas, no público, criminaliza.

Então, aquilo que as mulheres lá do Mato Grosso do Sul estão vivenciando nesse momento, que é simplesmente pelo fato de ter passado numa clínica, ter o seu nome hoje como indiciada da Justiça, não pode acontecer nesse país.

Portanto, Ministro, parabéns pela coragem, pela ousadia de defender aquilo que é uma construção da sociedade. E o Senador Inácio Arruda dizia que as conferências nasceram na Câmara, e eu digo, Senador Inácio, até para fazer uma pequena consertação, que muitas conferências nasceram antes na sociedade, depois, elas vieram para a Câmara, a exemplo da própria Conferência Nacional de Educação, e só agora, no oitavo ano de governo do Presidente Lula, nós conseguimos realizar a grande conferência que a sociedade brasileira já vem discutindo há décadas atrás.

Então, o que nós temos que fazer aqui é apenas respeitar aquilo que a sociedade brasileira pede para que nós façamos, que é respeitar os direitos humanos. E na questão da homofobia, eu concordo plenamente com o Senador Inácio Arruda, quando ele diz: "O Judiciário está fazendo aquilo que nós não fazemos". Agora mesmo, e há mais uma questão que eu gostaria de colocar, que é com relação aos meios de comunicação, Senador Inácio Arruda, nós acabamos de assistir, eu digo nós, a sociedade brasileira, a mais uma apresentação daquilo que se transformou no início do ano, de todos os anos, na grande atração nacional na mídia, que é o tal *Big Brother*, e nós assistimos à final de mais esse episódio chamado BBB, a sociedade brasileira se manifestou a favor de uma pessoa que é um homem, para alguns, bonito, não é o meu tipo, mas que expressa o machismo, expressa a síntese do que é a homofobia para quem não conhece. Porque aqui mesmo, nesta Comissão de Direitos Humanos, aqui mesmo nesse Senado Federal, nós ouvimos pronunciamentos dizendo que não existe homofobia no Brasil, e para aqueles que acham que não existe, e lembrando o resultado do último *Big Brother*, eu queria dizer que nós recebemos uma informação, denúncia, de que o rapaz, o último, um dos últimos que disputou, que era homossexual, chamado Dicesar, se não me engano, após a conclusão do programa, já recebeu, ele e seus familiares, cerca de 11 mil ameaças de morte, via os vários meios de comunicação social neste país: Twitter, Orkut e outras coisas mais.

E eu diria o que é homofobia, se isto não expressa o ódio que boa parte desse país sente em relação aos homossexuais? E eu acho que o nosso papel, nesse momento, é enfrentarmos essa discussão e mostrarmos que não dá mais para a gente conviver com a omissão do Legislativo com relação à parceria civil, que é nada mais, nada menos... Aqui no Brasil, nós não ouvimos ninguém falar em casamento, em matrimônio, as pessoas querem o reconhecimento da parceria civil porque isso reflete no seu direito de patrimônio, no seu direito de vida, no seu direito de ter saúde compartilhada, inclusive com o companheiro de anos.

Então, eu acredito que nós devamos, e eu até celebro o fato de que nós estamos no ano de 2010, um ano eleitoral e um ano de oportunidade que a sociedade brasileira tem, para renovar o Senado federal

em dois terços, renovar a Câmara Federal, para que a gente possa trazer mentes mais arejadas para esta Casa, para este Congresso Nacional, e olhar com mais carinho para os direitos humanos.

Então, Sr. Ministro, mais uma vez, meus parabéns; a sua vinda aqui só comprovou que nós estamos no caminho certo, na defesa dos direitos humanos desse país, e V. Exa. fez uma brilhante defesa do Plano Nacional dos Direitos Humanos, de modo que nós assistimos a uma sessão de diálogo. E como disse aqui o Senador Suplicy, nós assistimos a esse diálogo de forma muito fraterna até, com várias pausas para a emoção que nos toca. Então, mais uma vez, meus parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Muito bem, Senadora Fátima Cleide, vamos passar, de imediato, porque a nossa sessão foi... Por essas razões todas, ela se prolongou, e demonstrou a importância do debate... Aqui, às vezes, é assim, em uma sessão de uma CPI, tinha uma ideia que de não deveríamos convocar determinada pessoa porque iria criar um problema etc. "Vamos convocar". Chegou aqui, a pessoa explicou todas as questões, e o resultado, que a própria oposição, que era quem mais instigava, saiu desarmada. Eu não considero que seja o caso dessa reunião, porque parte da oposição, no caso nosso, da questão dos direitos humanos, e especialmente do período ditatorial brasileiro, que não é exatamente o problema da quantidade de desaparecidos que está em causa, que por isso não dá para comparar Argentina, Chile, Uruguai e Brasil, todas essas ditaduras foram brutais. Não é o problema da comparação. É que esses segmentos sociais que estão aqui no Senado Federal, salvo raríssimas exceções, tiveram as suas legendas, as suas agremiações e os seus partidários também perseguidos pela ditadura.

Então é uma causa quase que suprapartidária, não completamente suprapartidária, mas quase que completamente suprapartidária, uma causa da nação brasileira. Por isso que essas questões precisam ser examinadas para serem superadas na nossa história.

Então, uma sessão que foi muito significativa. Às vezes, as pessoas pensam de um jeito, aquilo ali, "agora nós vamos colocar o Ministro no canto da parede, agora nós vamos tirar ali uma questão significativa para ser uma bandeira". Não é possível porque as questões aqui não são dessa ordem, dessa natureza, e o Ministro veio aqui, fez um esclarecimento, porque eu vi toda intervenção do Ministro, depois todas as intervenções dos senadores, e que terminou numa situação de que, salvo algum outro aspecto que é considerado polêmico, mas que vão ser fruto do debate permanente nosso. Não vão sumir, nem no governo Lula, nem no futuro governo, que eu espero que seja da ex-Ministra Dilma, nem em outro. Eles não vão sumir do nosso dia a dia, do nosso cotidiano. Eu considero que esse processo dá saltos, e eu considero que ele está dando um salto. As conferências deram um salto, e o resultado das conferências nas mãos do governo também deram um assalto. E isso precisa de coragem para enfrentar, e eu acho que o Governo enfrentou.

Por isso, Ministro Vannuchi, eu também quero deixar meu parabéns da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Direitos Humanos e passar a palavra a V. Exa., para que V. Exa. possa examinar as questões que foram levantadas, e também aquilo que o senhor deseja acrescentar em relação ao programa que está em debate e em discussão na sociedade brasileira.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Muitíssimo obrigado, Presidente Inácio Arruda. Muito obrigado, Senadora Fátima. Eu lamento dizer que não vou falar correndo para acabar logo, como é o clamor do direito humano à alimentação, e deixo todos aqui à vontade, mas eu preciso responder às questões todas porque nós temos um sistema de comunicação, que mesmo que interno aqui, ele está falando com algumas dezenas, talvez centenas de assessores aqui da Casa, que são fundamentais na construção das políticas, responder às perguntas do Twitter, e me pediram para fazer um comercial do Twitter da Secretaria de Direitos Humanos, é isso? Mas aqui como é? Twitter@... É só isso? @direitoshumanos? Ah, @dhumanos. Bom, o 'twitteiro' sabe, é isso? Eu já não saberia.

Eu quero começar, então, da profunda gratidão pelos convites, pela generosidade de junção, pelo espírito que permeou o processo todo, e que eu acho que é uma coisa assim, além dessa marca da emoção, tão importante, reforça muito a aposta no diálogo democrático. Então, quer dizer, as partes, muitas vezes, se eliminam porque não se dispõem a assentar para se ouvir. Eu mencionei, há pouco, que houve duas etapas da Comissão da Verdade no Chile, qual a diferença? Na segunda, as famílias sentaram com os generais. E desse contato imediato, eu estava contando a ida de familiares ao Araguaia, a presença da Diva, a presença de Aldo, de Paulo, quebrou toda uma animosidade, uma desconfiança que havia antes, "aquele cara que eu não conheço, não sei quem é, mas sei que não gosto dele", mas na hora a gente senta junto, a humanidade que nos une, nos identifica, ela pode, muitas vezes, superar qualquer divergência de ordem política, às vezes, ideológica etc. e tal.

Eu vou inverter a ordem da resposta, com a Senadora Fátima, primeiro eu que quero devolver aí a saudação como um grande símbolo da luta pelos direi-

tos humanos, com essa questão do tema do direito da mulher, da questão da diversidade sexual, da criança e do adolescente, por um trabalho, que é difícil, nós sabemos, por tudo que realiza, e aqui, aproveitando aqui a militância dos direitos humanos, da sociedade civil, pessoas do fórum das entidades nacionais, quem sabe, já fica lançada a proposta de que agora somos três parceiros na coordenação, se é o caso de convidar a Comissão de Direitos Humanos do Senado para ser incorporar, como organizador do evento, o debate que eu farei na Câmara, daqui uma semana ou duas, comparável a esse, nós víamos como uma tarefa mais simples do que do Senado, por quê? Porque, lá na Câmara, a Comissão de Direitos Humanos é autora, ela realizou, em pleno o recesso, uma audiência em janeiro, de defesa do PNDH-3, e depois fez uma segunda, em que convidou todos os críticos, alguns vieram, e foi um momento também marcante como esse.

Então, fica lançada a proposta para os demais parceiros, que a conferência, e que eu não participarei pessoalmente, porque ela começará a ter um processo aí... Bom, posso participar como sociedade civil, a partir de 2011, ela incorpore a Comissão de Direitos Humanos do Senado, fica o recado para o Presidente Cristovam Buarque, para que nós já combinemos esse passo. São três parceiros, coordenadores, que podem se tornar imediatamente quatro. Quem sabe, daqui a pouco, trazemos o Supremo para ter também um elemento, ser um quinto, porque se trata de construir direitos humanos com senso amplos.

O Senador Mão Santa fez um depoimento que teve muitos elementos importantes de recuperação histórica, e eu gostaria de comentar, em relação à fala dele, que o espírito é esse. Só que o espírito de reconciliação é incompatível com a ideia de botar uma pedra e não processar. O processar, eu não estou dizendo aqui judicialmente, estou dizendo processar no sentido amplo e abrangente da palavra, com a dimensão judicial, o Supremo, o Judiciário brasileiro decidem, e o que decidir, estará decidido. Mas o processamento é histórico, é político, é ético, é educacional. Esse livro, "Direito à memória e à verdade", daqui a pouco, será ainda, no dia 26, 27 de abril, que dia é? 28. Ministro Fernando Haddad e eu lançaremos, já estejam convidados, ele foi transformado num CD-ROM, e ampliado em 10 vezes o conteúdo, para incorporar toda a reconstrução cultural de cada período.

Então, na hora que alguém pegar ali um dos mortos, um dos desaparecidos e puxar a história dele, que é a história do livro, verá uma história para a época, para a música da época, para o teatro da época, o cinema da época, a situação política do Brasil, do mundo. Quer dizer, de aprendizado, para que a geração que entra na escola, e nós vamos tentar produzir o CD-ROM às dezenas e centenas de milhares, fazer aleluia em cima da ponte, para quem pegar, chegar em casa, botar no aparelho e começar a ter uma leitura da história, em que esses heróis, pedido do Presidente Lula, para tratar Marighella, Gregório Bezerra como heróis, não como vítimas; pessoas que morreram por uma causa, como heróis equivalentes a Frei Caneca, Tiradentes, Zumbi, os grandes construtores do Brasil que nós temos hoje.

E o Senador Mão Santa nos surpreendeu com o depoimento de que ele estava ali no Maracanãzinho, no dia do Geraldo Vandré apresentando o "Pra não dizer que não falei das flores", essa história toda, ao mesmo tempo que era uma figura das relações de Petrônio Portela. A comparação com a Argentina me é importante, pena que ele não está me ouvindo, mas eu estive agora, em 24 de março, então, 15 dias atrás, no feriado nacional argentino, que é o dia do golpe de estado de 76. Então, só na Praça de Maio havia três manifestações diferentes, de grupos que não se entendem bem, cada um deles com vários milhares, e eu fui, no ato oficial, com a Presidente Kirchner, na ESMA, o DOI-CODI de lá, onde cinco mil pessoas, desses 30 mil argentinos, cinco mil entraram, e dali não saíram nem os corpos. Então, até hoje é uma busca de fato de uma proporção absurda. Agora, vê-se uma Argentina que tem capacidade de trabalhar o tema como centro de um debate político como questões ainda em curso.

É bom? É ruim, é comparável, não é? Não queremos modelos, não estamos olhando para a Argentina para fazer modelos; a Argentina tem a história da Argentina; o Brasil a do Brasil, Uruguai, Paraguai... São as recomendações internacionais dos direitos humanos da OEA e da ONU, às quais o Brasil adere sempre voluntariamente. Eu lembrei, Estados Unidos e Canadá não aceitam a jurisdição da Corte, até ajudam a financiar, pagam, mas não aceitam. A comissão está achando o jeito, está discutindo casos norte-americanos, mesmo à revelia deles. O Brasil aceitou aquela caminhada histórica de uma das primeiras lâminas do *PowerPoint*.

É preciso processar, é preciso conhecer, é preciso tomar definições que o Judiciário estabelecerá se pune ou não pune; o PNDH incorpora o respeito explicitamente o respeito à lei de anistia, e achamos que a anistia é altamente controversa, ela tem uma ADPF a ser julgada no Supremo. E qualquer que seja o resultado da ADPF, os julgamentos, avaliações sobre ela, continuarão diferentes. Todos acataremos o que for decidido, e seguirão recomendações do tipo: "Bom, e ocultação de cadáveres?" Que é o caso de 140 pessoas, inclusive... Rui Frazão, que nós homenageamos aqui,

momento de emoção... Fernando Santa Cruz, podíamos falar do José Carlos Mata Machado, na presença ainda do governador, Senador Azeredo, para lembrar uma figura ilustre de Minas, filho do professor Edgar, tradutor de Jacques Maritain no Brasil...

Nós teríamos nomes para cada Estado, para cada cultura das nossas micro-culturas aqui reunidas. Isso tudo existe como pressuposto para construir um Brasil melhor. E de novo, eu repito, num ambiente em que já os senadores presentes são absolutamente militantes dos direitos humanos, defensores do PNDH-3, então, não estou fazendo adaptação de discurso; eu quero reiterar que é a favor das Forças Armadas, é bom para elas, é indispensável para elas.

O Senador Arruda lidou bem com os temas, dificuldades que existem, não deixarmos colar em nós esse carimbo que querem nos pespegar, de revanchistas. Não somos, não é revanche, nós requeremos justiça, e pedir justiça nunca pode ser associado a pedir revanche.

A provocação do General Leônidas, que pode prosseguir agora com o Nilton Cruz, nós não responderemos, mas vemos, naqueles depoimentos, mais um elemento de comprovação da importância de fazer um afinamento definitivo, que ninguém mais argumente, como ainda argumentam, que não havia tortura no DOI-CODI, que ninguém mais argumente que Vladimir Herzog morreu cometendo suicídio, porque ele foi morto sob torturas... Os acusados estão colocando nas suas peças de defesa que eles não morreram sob tortura porque não havia torturas no DOI-CODI, desafio que o General Leônidas repetiu: "Desafio alguém a provar..."-–

SR. PRESIDENTE SENADO INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Drummond.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: --É possível chamar centenas de pessoas, e ainda no caso, se ele está se referindo a um período histórico--

SR. PRESIDENTE SENADO INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Esse era no período dele?

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: --76, dezembro de 76. E como ele fala que era do Rio, ele pode estar desafiando. Mas e a Casa da Morte, em Petrópolis? Quem é que cuidava dela? E quem é que mandou, depois da anistia, os dois militares, um oficial e um sargento do DOI-CODI, ir ao Rio Centro, no novo Maracanãnzinho, do Vandré, porque o que acontecia no Rio Centro, no 30 de abril de 81, era um show de primeiro de maio, organizado pelo Centro Brasil Democrático, ligado ao PCB, que na época tinha como militante o Senador Arthur Virgílio, e como executivo, jovem, Sérgio Cabral. E ali uma bomba explodiu num carro, matando um e ferindo gravemente outro; é depois da anistia, e o Brasil não pode considerar que um tema como esse deva seguir adiante, com aquela farsa do inquérito do Coronel Job Lorena, mostrando, com a vareta, de que: "Olha, aqui a prova que eles foram vítimas de um atentado à bomba".

Agora, evidentemente, nós temos que fazer isso com a mão estendida, um sentimento de perdão, que eu não falo em nome das vítimas, e reconheço o direito a discordarem inteiramente de mim nesse tema. Eu, pessoalmente, estou disposto a perdoar, mas o perdão, até na acepção clássica do cristianismo, não dispensa os ideais religiosos de penitencia, de desdobramentos, do firme propósito de nunca mais pecar na religião, que nós podemos fazer, não jogando velhinhos na cadeia, mas impedindo que exerçam funções públicas, ou que uma sentença civil declare torturador, como já fez com Ustra, em São Paulo, e agora se aguarda o seu recurso, em que ele alega que não houve tortura; houve. Eu fui torturado pessoalmente, inclusive por ele, que quando fui preso em 71, não me torturou pessoalmente. De certo modo, também devo a ele minha vida, porque foi ele é quem entrou e mandou parar, mas um ano depois, em uma greve de fome, comandou enraivecido uma sessão de tortura contra mim, aos berros, para que nós terminássemos a greve de fome; o Politis acaba de escrever um livro sobre isso.

General Leônidas chamou, não havia exilados, havia fugitivos, fugitivo Miguel Arraes, fugitivo? Ele foi preso na sua cadeira de Governador do Estado, eleito, pelo voto democrático, e eu firmo aqui, publicamente, mais uma vez, a minha convicção: A única dúvida é quanto tempo demorará para acontecer isso. Pode demorar um ano, cinco ou 50. Mas o Brasil, se o Presidente Lula tem razão quando diz, "fez uma opção definitiva pela democracia", as nossas forças armadas, um dia, escreverão um documento oficial, qualquer que tenha sido o clima de março de 64, não cabia às Forças Armadas depor um presidente constitucional porque um presidente constitucional só pode ser substituído por voto popular ou por *impeachment,* nos termos da lei.

Então, é uma caminhada que ainda não se completou e se nos deixarem, a todos aqui, irmos ao diálogo direto com os militares, mais dia, menos dia, compreenderão que o mundo da Guerra Fria acabou, que naquela guerra que o Senador Mão Santa lembrou, não há vencedores e perdedores; ali o Brasil perdeu, então, essa discussão, quem venceu, quem perdeu, eles perderam, nós, eu... Eu estou aqui. Senador Inácio Arruda está aqui, Ministra Dilma candidata presidencial, e onde estão os torturadores? Que vitória é essa? Ou quem venceu? Tiradentes ou Joaquim Silvério dos

Reis? Essa guerra ninguém venceu, nós, os presos políticos, os torturados, não somos os vencedores, não pode haver confusão sobre isso, e não venham dizer que venceu quem conseguiu sufocar, impor o silêncio à custa de estupros, degolas, esquartejamentos, pau-de-arara, cadeira do dragão, choque elétrico.

Senador Inácio Arruda, que nos propiciou também esse momento importantíssimo de emoção, porque a emoção fala muito nos direitos humanos, muito importante nos associarmos nessa ideia de que o que o programa propõe, e propõe exatamente isso, é democratizar, quer dizer, não é controle social, sequer controle democrático, palavras que não podiam ser acolhidas como negativas, controle social e controle democrático é coisa negativa? O que é isso? Controle de poderes...

Agora, como existe toda uma irritação conjuntural, como existe todo um cenário, em que o debate é distorcido, um jornal colocou em primeira página, "Contra a Lei de Anistia, Programa Nacional de Direitos Humanos propõe Comissão da Verdade". Era só ler o que está escrito lá, "observadas as disposições da Lei 6683", que é a lei da anistia.

E a democratização me faz lembrar um dos pais fundadores da democracia norte americana, Madison, na proposta de que ele tinha o temor, que já era de Rousseau, a guerra de facções, um estado se divide em dois grupos, em três, quatro, e a guerra fica interminável e destrói, a solução do Madison foi pulverizar, fragmentar um pouquinho de poder para todo mundo. Então, vamos fazer isso com a comunicação, vamos deixar cada sindicato dos trabalhadores, cada luta dos sem-terra, cada comunidade religiosa, cada associação profissional, ONG, das pessoas com deficiência, da área criança e adolescente, dos direitos do idoso, do segmento LGBT, cada um, com suas revistas, com seus jornais, com os seus canais técnicos, porque existe hoje um congestionamento aí na área, que não conseguimos transformar em democratização.

Com relação ao Senador Cristovam, lembrar que não é contra a Lei de Anistia, que ela está no decreto, está no programa nacional de direitos, está no decreto do Presidente Lula, que criou o grupo de trabalho, que talvez termine sua atividade na semana que vem, aprovando um texto, que é um texto de composição, eu vou falar daqui a pouco, respondendo ao Senador Arthur Virgílio, a respeito da questão do recuo, é da primeira intervenção dele, mas eu não tinha respondido.

As questões, muito rápido, do 'twitteiro' do Cristovam, do Senador Cristovam: Moradia em áreas de risco, evidentemente ele está mencionando o problema do Rio de Janeiro agora, essa tragédia que nós também aproveitamos aqui para fazer a nossa pequena homenagem a todas as vítimas e suas famílias, nessa distância que também nos une.

O problema do direito à moradia é fundamental; é um problema terrível dessas áreas de grande aclive, e isso tem que ser resolvido com políticas urbanas de inclusão, de construção; "Minha casa, minha vida" é uma das apostas estratégicas mais importantes do país, e com participação democrática. Hoje o jornal já tem uma solução preocupante, que é o prefeito, no desespero, falando que vai fazer aquela remoção da Vila Kennedy, do pré-64, de Carlos Lacerda, que levou o Zé Keti, se não me engano, a fazer a música que Nara Leão imortalizou: "Podem me prender, podem me bater, podem até deixar-me sem comer que eu não mudo de opinião, aqui do morro não saio não, se não tem água, eu furo um poço, se não tem carne, eu compro um osso e ponho na sopa. Falem de mim quem quiser falar, aqui eu não pago aluguel. Se eu morrer, amanhã, seu doutor, estou pertinho do céu".

Então, tem que discutir com o morador, não é decidir que vai fazer um muro ali, e cercar, porque o ser humano tem, na liberdade, um desejo e um nutriente tão importante quanto o pão e a água. Qualquer muro que for colocado vai ser quebrado, pulado, quando um muro separa, uma ponte une.

Por que encurtar o debate com decretos? Não é isso do que se trata, o debate segue, é para estimular o debate, qualificar, como nós fizemos aqui hoje, assegurar um debate de qualidade superior. O tanto de distorções que se conseguiu corrigir aqui hoje... De colocar as coisas nos seus devidos termos, e é um decreto com alguma força cogente para o Executivo Federal. Não é para o Legislativo, não é para o Judiciário, são recomendações, sugestões, ideias, indicações, pedidos, que milhares de brasileiros, milhões de brasileiros, ainda em situação vulnerável, repito, os afro-descendentes, os quilombolas, a mulher ainda vítima de violência, o ribeirinho, o sem-terra, o trabalhador, o desempregado, todos os segmentos, pessoas com deficiência, idoso, criança e adolescente etc. e tal, LGBT, veem no processo da conferência a sua grande oportunidade de voz. É dar voz a quem não tem voz. É colher, de uma maneira capitalizada, com poderes públicos, 40% dos participantes, para transformar num decreto que o Presidente Lula apresenta como um roteiro seguro para prosseguir a construção desse edifício democrático.

Planejamento, não aborto, várias vezes reiterado, o próprio Senador Mão Santa, vamos lembrar, nós vamos alterar redações, não vamos desistir do tema. O tema estará mantido sempre, com uma visão mais próxima ao que foi aprovado nas conferências da mulher, nas duas, e procurando incorporar o máximo possível

de recomendações da ONU. Agora, sempre com o limite que nós sempre tivemos, que é um governo composto de segmentos muito diversificados, nós já temos levado o tencionamento interno entre áreas a um limite que já extravasa para debate público. Recebemos uma portaria do Ministro Sepúlveda Pertence, presidente da Comissão de Ética Pública, que ele encaminhou a todos os Ministros, dizendo: "Tendo em vista o que dispõe os artigos 11 e 12 do Código de Conduta da Alta Administração Federal, do ano 2000", ele como Presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, lembra que, "no debate do PNDH-3, a importância de... É vedado à autoridade ministerial promover controvérsias públicas sobre questões administrativas que têm que ser resolvidas no âmbito interno, e não opinar sobre áreas diferentes".

Há Ministros que opinam sobre direitos humanos, opinam sobre aborto, e são de áreas totalmente desvinculadas da questão da mulher, da saúde, da justiça, direitos humanos, que são as áreas. Nós não podemos fazer isso, temos cautela, nesse sentido, dizer que recuo não pode ser associado a coisa ruim ou a derrota. Recuo em política é pão de todo dia, e eu digo mais, eu acho que, nas nossas vidas pessoais e familiares também, nas relações com filhos nós temos que recuar, eles também; nas relações amorosas; nas relações profissionais; nas relações de vizinhança, e na política, que tem que ser concebida como ação humana voltada à definição das propostas, das regras, das normas de convívio social. "Direitos humanos só para bandidos". O 'twitteiro' aqui devolve algo que vem sendo incutido, felizmente de maneira decrescente, mas no final do regime ditatorial, os setores derrotados cravaram fortemente isso: "Direitos humanos é defesa de bandido". E nesse sentido, essa pregação, procurava associar aqueles que levantavam a questão dos direitos humanos, que eram as vítimas do regime militar, com os criminosos comuns que estavam no presídio.

Primeiro lugar, é preciso dissociar isso, segundo, lembrar que quem está preso, mesmo quem praticou o mais hediondo dos crimes, é portador de direitos humanos. Ele tem que ter as leis brasileiras respeitadas, ele tem que ser processado com direito à defesa, punido, se mantido por 20 anos na prisão, em situações de dignidade humana, tal qual a Constituição e as leis. Não pode haver tortura, humilhações, os tratamentos cruéis, desumanos, degradantes...

Filmagens de depoimentos, é uma das propostas, Maria Auxiliadora Arantes, aqui presente, que coordena o nosso combate à tortura, estamos preparados para começar a discutir na pista do evento *Campus Party*, que nos abriu uma janela de sugestões para tentar estruturar esse ano, ou deixar pronto para os sucessores experiências-piloto, escolher uma capital, ou uma cidade média pólo, em que condições políticas locais funcionem como primeiro experimento; todos os depoimentos policiais terão de ser filmados por um sistema de Internet mesmo, e submetidos a um controle central da autoridade policial, judiciária, do Ministério Público, que vai ser um enfrentamento da tortura, capaz de derrubar 90%. Não acaba porque o torturador pode chamar essa pessoa e dizer: "Agora você vai entrar na salinha da filmagem, e se você recuar do que você confessou, você volta para cá e continua o tratamento que estamos te dando". Então, não é uma prova definitiva, mas, realmente, depoimentos filmados podem livrar o Brasil, em grande parte, da mancha da tortura, que não deita raízes apenas no regime de 64, e sua impunidade, onde estão os corpos, a ocultação de cadáver, a investigação desses casos referidos nesses livros todos, mas deita raízes no Pelourinho, em séculos de escravidão, em que o escravo era submetido a torturas diariamente, como instrumento de disciplina e de castigo.

A questão da tornozeleira, sensor eletrônico, ela é polêmica, de difícil aferição, prevaleceu no nosso posicionamento, falível, como qualquer definição humana, a visão de ser a favor. A favor, a partir do nosso estudo, mostrando que ninguém é obrigado, a tornozeleira não será imposta a nenhum preso. Exemplos norte-americanos, o próprio Senador Mercadante me relatou, em que o preso que ia passar o fim de semana com a família, foi acusado de assalto, pôde provar a inocência com a tornozeleira; a tornozeleira foi uma maneira de provar eletronicamente que ele não esteve naquela área.

E, realmente, nós defendemos tudo o que for possível no sentido de esvaziar prisões... Da justiça restaurativa, que o Brasil só dá os primeiros passos, três, quatro experiências piloto aí no Brasil inteiro. O restaurativo é desjudicializar, é botar na mesa uma negociação de quem quebrou a vidraça, para dizer: "Olha, foi errado, não foi..." "Está aqui a vítima da vidraça, você está disposto a pagar, instalar ela, pedir perdão aqui? O que você pode fazer no sentido de ajudar crianças a não quebrar vidraças por aí?"

Claro que para chegar disso até chegar até um homicídio, vai ser um longo caminho, mas justiça restaurativa é fundamental nos direitos humanos, penas alternativas, fundamental, e por último, um sistema prisional que realmente tenha internação clássica, definitiva, nas instituições que não podem ser as instituições totais do Foucault, centros de tortura, de violência sobre o corpo cotidianamente... Lembra o Senador Virgílio falando do Ledesma, no Uruguai, dizendo: "Não pode

entrar aqui tal viatura..." Imagina o que são os presídios do nosso país, e de vários países ainda hoje.

Igualdade no atendimento jurídico é preceito do PDNH-3. Por que o governo recuou, e eu não cumpri a ameaça? Não foi ameaça, não se faz ameaça, foi o momento em que tive de dizer à imprensa que, dentro de determinados limites, eu não poderia seguir nesse posto. Não haverá uma autoridade de direitos humanos no Brasil, em qualquer país, que seja séria e respeitável, se ela aceitar ideias do tipo "a tortura não é um assunto da sua pasta", ou que o Ministério Público não pode investigar as violências desse período. Então, nessa ação, há dificuldades de governo, em que é preciso sempre seguir a arbitragem, o comando do Presidente Lula, que é a autoridade mandatada pelo voto popular, e junto a conversa com ele, várias vezes já discutimos alternativas, e há uma determinação de seguirmos no cargo, seguirmos no posto, para cumprir essa programação, e na área do PNDH-3, cabe agora, depois de terminado o debate na Câmara, e concluídas as nossas alterações de flexibilização de texto, mantendo o conteúdo geral de tudo, a ideia de que nós temos que começar a implementar, através do Comitê de Monitoramento, que é uma das conquistas desse PNDH-3, para frente é que se anda, e deixar o caminho bem montado para 2011, repito, seja a Presidenta Dilma, seja o Presidente Serra, seja a Presidenta Marina, seja o Presidente Ciro, se for candidato, Presidenta Kátia Abreu, que em alguns momentos aparece como possível candidatura independente do DEM à Presidência da República, a construção histórica dos direitos humanos tem que de avançar, os governos começam e terminam, essa luta segue adiante, ela é permanente.

Do Suplicy, renda mínima está expressamente incluída no PDNH-3, em grande parte porque a perseverança dele nos convenceu a todos. Mandela é uma grande referência para todos nós; eu visei todos os países da região, fui à África do Sul duas vezes, conversei com membro da Comissão da Verdade, agora, lá também existem senões. Uma fala muito comum é: "Aqui se produziu muita reconciliação, e pouca verdade". E no *workshop* que realizamos com os principais especialistas da América do Sul sobre o GT, que termina semana que vem a proposta, reuniu, trouxe da ONU, da OEA, importantes especialistas, e o especialista peruano fez uma fala muito boa: "O que uma Comissão da Verdade consegue, como balanço dos 30 países? Consegue basicamente diminuir bastante a quantidade de mentira que havia sobre determinado tema". Não vamos achar que a verdade vai ser alcançada, como aquele Santo Graal que está ali, eu vou lá, achei e está aqui. Não tem isso, a verdade, ela tem controvérsias, tecnicamente é um nome simples, para dizer uma coisa mais complexa, o nome seria longo, é uma Comissão de Averiguação e Levantamento das Graves Violações de Direitos Humanos. Tecnicamente, violações de direitos humanos não envolvem ações cometidas pelo Fernandinho Beira-mar, pelo Marcola, por qualquer particular, e violações de direitos humanos não envolve ação de insurgentes. Os insurgentes podem, eventualmente, cometer crimes, não há violação de direitos humanos. Violações dos direitos humanos é uma característica histórica, sempre referenciada na questão dos indivíduos, *vis a vis* ao Estado, à ação do Estado.

Então, esse debate é um debate que seguirá, será quente aqui, terá que discutir qual é essa visão; uma Comissão da Verdade que os *experts* propõem que não seja setorial, que não tenha representantes das forças armadas e das vítimas, que seja formada por pessoas com distanciamento... Aquela ideia que muitos países realizam, de notáveis... Por que Desmond Tutu? Por que Ernesto Sabato, na Argentina? Figuras que demonstrarão, no seu relatório, que não tem uma visão unilateral, não vão dizer que a guerra foi entre um monte de demônios e um monte de anjinhos; vão descrever problemas, mas vão averiguar as violações de direitos humanos, portanto, filosófica, juridicamente, tecnicamente, aquelas praticadas no exercício da tortura, na morte, e do desaparecimento de corpos, conforme está expressamente consignado lá.

E uma última referência ao Zé Celso, que o Suplicy fez, lembrar também o seu irmão, homossexual, que foi assinado em São Paulo num daqueles crimes homofóbicos, com 78 facadas, que é um dos temas que a Senadora Fátima Cleide concluiu fortalecendo.

Eu termino, respondendo ao Senador Arthur Virgílio, quando ele fala em "conter a ação ilegal do MST", eu reajo dizendo que as ações têm que ser contidas porque é assim na vida democrática, no Estado Democrático de Direito, ninguém está autorizado, ninguém pode... Agora, pairando a hipoteca social sobre a sociedade, havendo condições de titularidade altamente questionável, grilagens, havendo contraditório jurídico em torno disso, havendo a fome, a condição famélica, o desespero, direitos humanos jamais poderá caracterizar o MST, qualquer movimento sindical, popular, como criminoso. Se, eventualmente, num episódio determinado, como aconteceu recentemente nos laranjais do Estado São Paulo, Cutrale, titularidade questionada, o Judiciário definirá; direitos humanos seguirá sendo voz de quem não tem voz. Lembrará episódios que a mesma imprensa que ataca não gosta de lembrar, das mortes de Pedro Alcântara, uma semana atrás, no Pará; de Elton Brum, em São Gabriel, meses atrás, e vamos

ver como que ela trabalhará mais um julgamento dos assassinos de Dorothy Stang.

Bom, sobre os riscos... Sobre a questão do Uruguai, lembrar que o Uruguai fez um processamento bastante sério, rigoroso, do processo, membros da junta presos, militares presos, Tabaré Vásquez, que não participou daquela resistência, um médico oncologista... Ele, quando fez uma declaração, dois anos atrás, de que a Comissão da Verdade deveria investigar os dois lados, ele levou tanta pancada que publicamente foi a televisão pedir desculpas: "Eu errei, eu coloquei no mesmo saco duas coisas que não podem ser comparadas; se houve violências condenáveis da parte dos Tupamaros, ou o que quer que seja, isso não é o assunto que, na reconstrução democrática, trata-se de terminar o reconhecimento da responsabilidade do Estado". Que é o mesmo, esse Estado brasileiro é o mesmo de 64, de 69 e de 70. Responsabilidade que já está normatizada no art. 8º da ADCT. Então, nós não vamos definir nada; a Constituição já estabelece o dever do Estado de fazer a anistia, a reparação, a reintrodução nos postos, quando possível, a Lei 9.140, de 95, mortos e desaparecidos; a Lei 10.559, de 2002, a Comissão de Anistia.

Então, é prosseguir nesse processo, complementando a página que falta, sem revanchismo, sem querer reabrir feridas; é lavando as feridas, para que só assim cicatrizem. Curiosidade, é que faz poucos meses que terminou o mandato de Tabaré, dois meses, e assumiu o Mujica, 13 anos preso, não, sequestrado, em buraco; sequestro quer dizer o seguinte: Todos nós fomos seqüestrados; o DOI-CODI não chegava com mandado de prisão para nós. A gente era jogado dentro de um camburão, e levávamos pancada no deslocamento para a Rua Tutoia, no meu caso, e semanas depois, quando decidiam se íamos ficar vivos ou não, aí sim, começava a haver um processo de formalização: "Você vai para o DOPS, para fazer o cartório etc. e tal".

No Uruguai, houve um momento que a ditadura normatizou o sequestro pelo Estado; ela comunicou na televisão: "Atenção, Srs. Comandantes dos Tupamaros, Raúl Sendic está mantido sob o nosso poder", pai do Rauzito, mencionado pelo Arthur Virgílio... "E, em qualquer novo sequestro que vocês realizarem, nós executaremos imediatamente". O Estado fez isso. Não pode fazer, tem de fazer o processo.

O Mujica acaba de fazer um pronunciamento, a la Mandela, que gerou descontentamento da militância específica dessa área, dizendo que não está preocupado em colocar velhinhos na prisão, que o Uruguai tem que seguir adiante, que é preciso fazer valer as novas leis que eliminaram as falsas anistias, mas que ele acha que é preciso pensar uma saída, que não é jogar ninguém de 90 anos na cadeia.

E sobre os riscos do fundamentalismo, papel do Parlamento, eu estou... E eu proponho, ou entendo, que a visão do senador, a minha, sejam a mesma visão, de que nós somos contra qualquer fundamentalismo; os fundamentos são princípios que têm que ser seguidos e aplicados por todos, mas jamais dogmatizados, jamais deixando de levar em conta o elemento central dos direitos humanos, que é a ideia da alteridade: O outro pensa diferente de mim e ele está tão convencido da verdade quanto eu. Então, não é pelo fuzil, pelo canhão, é sentando aqui, e, no Senado, que nessa manhã e tarde, acho que vai deixar em todos nós uma lembrança muito forte, o nosso profundo agradecimento pela chance de corrigir distorções, de qualificar o debate, de transformar toda controvérsia, agora, na possibilidade de uma compreensão democrática com acordos e desacordos. A democracia consagra a legitimidade do dissenso, repetindo o Presidente Lula mais uma vez: "Não é a consolidação do silêncio; é a manifestação de múltiplas vozes, ou a sinfonia de múltiplas vozes". Muito obrigado, Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É muito significativo que o Ministro Paulo de Tarso Vannuchi encerre a sua apresentação aqui no Senado Federal sendo aplaudido; havia dúvidas sobre isso, mas que foram absolutamente consumadas agora, no final da sua explanação, da sua apresentação, respondendo com clareza a todos os questionamentos que foram feitos. Eu acho que nós conseguimos, ao final, no Senado, valorizar esse instrumento da democracia, que é um plano concebido, nós podemos dizer, por vários governos, mas que ele deu um passo adiante, ele deu um salto agora, no Governo de Lula e na direção do Ministro Paulo Vannuchi.

Então, eu quero deixar meus parabéns pela atuação do Ministério, da sua atuação, da atuação dos que estão trabalhando contigo, que são gente que ajuda o Brasil já há muito tempo, e respaldar as conferências; pode ser que elas contrariem posições nossas, particulares, mas é o instrumento mais eficaz para mobilizar a sociedade brasileira. E acho que a Comissão de Direitos Humanos do Senado, na minha opinião, deve, sim, se incorporar, aceitar o convite de V. Exa., e se incorporar à realização da próxima Conferência Nacional de Direitos Humanos.

Eu digo que ela foi criada mesmo na Câmara; muitas outras foram criadas fora do Parlamento, e fora da institucionalidade e fora do governo, e deram muitos resultados positivos para o Brasil. Eu considero que, talvez, o nosso Senador Cristovam Buarque vá acei-

tar e, de ofício, já determinar a participação da nossa comissão para que ela se incorpore já nos preparativos, e no exame do que está sendo proposto agora, que venha ao Congresso Nacional e vai ser debatido amplamente, abertamente na sociedade brasileira, e as conferências, e a sociedade, evidentemente, que vão cobrar dos senadores e dos deputados que aquele resultado se materialize em legislação mais avançada para o nosso país.

Eu agradeço a V. Exa., venha sempre aqui, porque, quando vem, o resultado é muito positivo. Eu acho que quanto mais vier aqui, mais esclarecimentos, mais gente vai sair defendendo o Plano Nacional de Direitos Humanos. Muito obrigado, está encerrada a sessão.

[palmas]

Sessão encerrada às 14h53.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, CONJUNTA COM A 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA; REUNIÃO REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 07, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia quatorze de abril de dois mil e dez, no Plenário nº 07, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior e Romeu Tuma, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conjuntamente com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores: Efraim Morais, Flexa Ribeiro, Augusto Botelho, Valdir Raupp, Geovani Borges, Adelmir Santana, Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. Item Único. Audiência Pública, nos termos dos Requerimentos nº 11 – CDH e nº 08 – CRE; todos aprovados em 2010, com a finalidade de discutir a situação das famílias abandonados, no Brasil, pelos *Dekasseguis*. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Azeredo, abre os trabalhos. Compõem a Mesa os seguintes convidados: senhor Djalma Straube – Presidente da Associação das Famílias Abandonadas por *Dekasseguis* no Brasil – AFADBRASIL; Dr. Rodrigo Melo Oliveira – Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Paracatu, Minas Gerais; senhora Aparecida Margarete dos Santos Kayaki – representante das famílias; e senhor Aloysio Marés Dias Gomide Filho – Chefe da Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores. Concede-se a palavra a todos os convidados da Mesa. Fazem uso da palavra os senhores Senadores Romeu Tuma e Flávio Arns. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos. Lavro, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, esta Ata. Lida e aprovada, ela será assinada pelos senhores Presidentes e, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada desta reunião, publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em conjunto com a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

A nossa pauta da hoje prevê a Audiência Pública para discutir perante as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e também a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa acerca da situação das famílias abandonadas por uma parcela dos chamados *dekasseguis*, brasileiros dependentes de nipônicos que vão trabalhar no Japão, em atendimento ao Requerimento nº 08, de 2010, de minha autoria aprovado em 11/02/2010 e ao requerimento nº 11, da CDH, de autoria dos Senadores Flávio Arns, Jefferson Praia, Paulo Paim, José Nery, aprovado também, esse em 10 de fevereiro.

Eu quero convidar para compor a Mesa o Sr. Djalma Straube, Presidente da Associação das Famílias Abandonadas por *Dekasseguis* no Brasil – AFADBRASIL; o Dr. Rodrigo Melo Oliveira, é Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Paracatu, Minas Gerais; a Sra. Aparecida Margarete dos Santos Kayaki, representante das famílias; e o Sr. Aloysio Marés Dias Gomide Filho, Chefe da Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores.

Antes de iniciar as exposições, eu quero fazer um breve comentário sobre a importância da discussão desse tema.

É sabido que o Brasil já tem hoje cerca de 3 milhões de brasileiros no exterior e um dos maiores contingentes é de brasileiros no Japão. São brasileiros que inverteram a corrente migratória, já que no início do século tivemos a migração japonesa para o Brasil,

que muito contribuiu para a formação do nosso país. E depois, num segundo momento, nós tivemos então a ida de brasileiros para o Japão, na busca de empregos e melhores condições de vida.

Especialmente no último ano de 2009, com a crise financeira internacional, muitos desses *dekasseguis* perderam os seus empregos e ficaram quase que abandonados, realmente.

Quero ainda registrar que, segundo informações da Embaixada do Japão, o governo japonês tomou a iniciativa de criar um programa de apoio a esses brasileiros nesse momento da crise de 2009. E, evidentemente, que esse é um ponto que nós podemos discutir aqui, sobre como funcionou ou como está funcionando esse programa do governo japonês. Da mesma forma, o governo brasileiro, também através dos seus consulados, tem procurado dar o necessário apoio.

Entretanto, os problemas ligados não só ao desemprego, mas problemas ligados a questão realmente previdenciária, a questão da saúde, a problemas... A questão de educação, e até mesmo a questão carcerária, são problemas que impressionam a todos nós.

Pessoalmente, eu estive em visita à comunidade brasileira também no Japão e pude ver a importância da sua presença naquele país. Existem, inclusive, comunidades específicas em determinadas cidades e o fato é que é um problema que essa Comissão de Relações Exteriores não pode se ausentar da discussão, este apoio aos brasileiros no exterior, especialmente no caso das *dekasseguis*.

Portanto, com esta breve... Essa breve exposição, eu quero passar a palavra, em primeiro lugar, à Sra. Aparecida Margarete dos Santos Kayaki, que representa aqui a família dos *dekasseguis*, para que ela possa, representante das famílias, para que ela possa fazer a sua exposição.

SRA. APARECIDA MARGARETE DOS SANTOS KAYAKI: Está ligado? Bom-dia, meu nome é Margarete, meu marido Mário Kayaki foi para o Japão em 95, em dezembro, trabalhar para lá e ficou acordado que eu iria em março para lá também, junto com os nossos dois filhos Felipe e Nathen.

Vendi tudo que tínhamos aqui, móveis, telefone, casa não, porque a gente morava de aluguel e quando chegou em março para eu ir para lá ele ligou dizendo que não, que lá estava muito frio como o nosso filho, Felipe, tem sérios problemas de bronquite, então eu fiquei para ir em junho.

Quando chegou em junho também não fomos, porque ele estava mudando do alojamento e aí ficou bem claro que não era para eu ir mesmo. Então, eu fui morar em Caraguá na casa de um amigo, matriculei os meus filhos nas escolas e continuei a minha vida.

Até 98, quando ele ficou lá, ele mandava pensão regularmente; quando foi em 98, ele voltou ao Brasil em dezembro também. Quando voltou, ele não trouxe nenhum recurso, disse que tinha tido muitos problemas por lá é não trouxe nada.

Ainda... Aí ficou até fevereiro de dois mil e... De 99, né, ele veio e aí em 99, em fevereiro, ele embarcou de novo para o Japão, e de lá para cá as pensões foram diminuindo, mandava mês sim, mês não, até que quando foi em dezembro de 99 mesmo, ele parou de mandar, mesmo, qualquer ajuda.

Eu fiquei com os dois filhos na escola, um de oito... Na época eles já tinham dez e onze anos e assim, eu não tinha nenhum preparo, nunca tinha trabalhado, porque, até então, quando ele foi para o Japão, ele era chefe de estação na CPTM, em Mogi, ganhava bem, então eu não nunca trabalhei.

Então, eu era esposa, dona de casa, e aí fiquei assim, sem capacitação, sem nada, tive que voltar para a casa do meu pai, porque a princípio a gente foi vendendo o que tinha.

Vendi o carro, vendi algumas jóias que eu tinha comprado com dinheiro e aí fiquei sem nada. Tive que voltar para a casa dos meus pais com dois filhos, autoestima lá embaixo, abandonada, e foi muito difícil meu recomeço.

E depois que ele parou de mandar esse dinheiro, assim, a gente sofreu demais, porque eu não tinha recurso, eu não tinha da onde tirar, eu não trabalhava, mesmo porque, em Caraguá, não existe serviço, a não ser em épocas de temporada, e, assim, a gente passou muita dificuldade mesmo, de, assim, meu filho pedir dinheiro para o pão, a gente não ter.

[choro]

Nessa época, foi muito difícil, a gente teve ajuda de alguns amigos, meu pai que sempre me ajudou e voltei para a casa do meu pai, comecei a trabalhar na feira, fazer faxinas para sustentar os meus filhos. Depois de algum tempo, consegui um emprego registrado, de faxina também, por coincidência, na própria CPTM, onde ele era chefe de estação, eu fui trabalhar como faxineira.

Sofri muitas humilhações, piadinhas, né, “Ah, o Kayaki foi para o Japão e te largou?”, desse tipo. Mesmo depois que eu voltei trabalhando, a gente ainda passou por muitas dificuldades.

O Felipe, ele é alérgico, precisava constantemente de remédios. Quando eu tinha dinheiro eu comprava, quando eu não tinha, ele ficava sem. Ele tem problema também de fono, que ele não fala direito algumas palavras, nunca pode fazer um tratamento, porque eu não tinha dinheiro para isso, ou a gente comia ou fazia esse tratamento.

Por várias vezes ele ficou sem óculos, porque não tinha dinheiro. Tive ajuda também, num certo período, desse, do Dr. Rodrigo, que até a gente nem se conhecia, intermédio da Associação, a gente conversou e eu contei a história, ele, sensibilizado, mandou dinheiro para fazer o óculos do Felipe, para comprar tênis para o Felipe, para ele poder ir para a escola.

O que me marcou muito também, certa vez, o Felipe sentou, assim na sala, e pôs o pé em cima, assim, do braço do sofá, e eu vi que o tênis dele estava rachado embaixo. E estava chovendo... [choro] E o meu filho foi para a escola várias vezes com o sapato furado e não reclamava, porque ele sabia que eu não tinha de onde tirar. Isso é muito dolorido, a mãe ver um filho nessa situação e, como um adulto, ele passou por tudo e nunca reclamou. Desculpa.

Hoje em dia, ele está, tem 22 anos, já está trabalhando, ele é empacotador no mercado, o salário dele ele recebe todo e põe em casa para ajudar a sustentar a casa.

Eu também trabalho, eu sou agente escolar em Suzano, numa escola, o meu salário é 650 reais, junto com o dele, que é 680, a gente mantém a casa. Eu moro de favor numa casa no fundo do meu pai, não é minha, minha filha também mora comigo.

E assim, a gente tentou bastante, por várias vezes ajuda e não foi conseguido, porque era o problema da carta rogatória que não chegava lá, a família dele negava o endereço e a gente não conseguia e assim a gente foi levando.

E como eu, muitas famílias sofrem demais por conta disso. E a esperança da gente é que daqui se encaminhem algumas soluções para que esse problema seja amenizado.

Obrigada.

[*troca de presidência*]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço o depoimento de você, Aparecida Margarete dos Santos Kayaki, o que você falou aqui, a gente tem que lembrar que você falou em nome das famílias, representante das famílias.

Então, o drama, a dificuldade, o problema que você enfrenta, sem dúvida reflete o problema e o drama e a expectativa das famílias, de muitas famílias também.

A gente sabe que você se emociona, e essa emoção reflete, de fato, a caminhada que você teve de fazer, de muita dificuldade, mas de muita força e de muita determinação. E ao mesmo tempo, também, aponta para as necessidades do Brasil, inclusive, que, quando você fala, por exemplo, que o filho precisava do remédio e você não podia comprar o remédio, isso já indica aquela falta de realização de um direito fundamental, que é o direito à saúde.

Saúde onde a pessoa que precisa do medicamento para se reabilitar tem que ter acesso ao medicamento e tantas coisas que você coloca também na sua fala.

Então, eu quero agradecer nesse primeiro momento. Você vai ouvir, agora, também as exposições das demais pessoas, e o grande objetivo dessa audiência é ouvir, escutar, discutir e encaminhar.

Eu passo, em seguida, a palavra, então, ao Presidente da Associação de Famílias, que você inclusive mencionou, da Associação de Famílias. Então, a família, a Associação, o advogado na época, hoje juiz, e o Ministério, para que nós tenhamos ao final um quadro mais completo da situação.

Eu passo a palavra ao Sr. Djalma Straube, que é o Presidente da Associação das Famílias Abandonadas por *Dekasseguis* no Brasil, AFADBRASIL, e retorno a Presidência também, ao Senador Eduardo Azeredo.

[*troca de presidência*]

SR. DJALMA STRAUBE: O caso da Margarete é semelhante ao caso de mais de 300 famílias que eu tenho cadastradas na Associação.

E eu sou um dos casos, que a minha esposa me deixou aqui no Brasil, com uma criança, com duas meninas, uma de um ano e a outra de cinco anos na época.

Então, para mim trabalhar, eu precisava levar a minha filha, a menor no serviço e ela ficava quase o dia todo dormindo numa caixa de papelão. Eu não vou relatar a história, porque eu que tenho mais assuntos aqui para falar.

Então, com o desaparecimento da minha ex-esposa, eu procurei ajuda, publiquei foto dela nos jornais da colônia japonesa que circula lá no Japão. Procurei ajuda do Consulado Japonês, que fui mal atendido lá, eu cheguei de manhã e me deixaram sentado num sofá para mais de duas, três horas, e no final me informaram que lá eles só atendiam casos de japoneses que vieram trabalhar no Japão, ou que estão morando, que o meu caso era procurar as autoridades brasileiras.

Então, eu procurei o Consulado, a Embaixada do Brasil lá no Japão, mandei várias cartas, algumas não foram respondidas e quando me responderam, me informaram que eles nada podiam fazer, que eu deveria procurar a Justiça brasileira.

Então eu procurei a ajuda do advogado do estado, aí eles fizeram uma sabatina, perguntando o que eu tinha, eu informei que eu tinha uma casa própria; então, pelo fato de ter a casa própria eu não tinha direito à justiça gratuita.

Então, o que ocorre com as famílias é que elas estão... No caso, elas não têm direito, a maioria não tem direito a justiça gratuita, porque possui bens e também não tem dinheiro para pagar um advogado, que cobra em torno de 2 mil, 3 mil reais.

Não tive o apoio da colônia japonesa, a gente percebe que o Japão trata a colônia japonesa aqui no Brasil como se fosse uma província e utiliza essa colônia para se infiltrar nos órgãos governamentais.

Então, é assim, tem, vamos supor, vereadores, deputado, tanto estadual como federal, eles têm uma... Um órgão do governo que está instalada aqui no Brasil, que é a JICA, ela está infiltrada em toda, onde que imaginar ela está, principalmente nas universidades, então ela está sugando a tecnologia do Brasil aqui, enganando o governo brasileiro também. E isso, eu tenho prova disso.

Em dois mil... Nesse... Com o aparecimento de mais famílias, então veio a ideia de criar uma associação. Começamos com três famílias, em pouco tempo já estava com 60 famílias em diante. E a medida que a gente ia fazendo matéria em jornais, em televisão ia aparecendo mais famílias.

Algumas a gente percebe o seguinte: as famílias que têm origem japonesa, elas têm, e o marido vai e deixa a esposa, a esposa tem possibilidade de ir trabalhar no Japão e, estando no Japão, ela pode trabalhar e entrar na Justiça japonesa e cobrar a pensão das crianças.

Agora, a maioria das famílias que estão cadastradas na Associação, elas, as mães que foram abandonadas, a maioria não tem descendência japonesa, então, ela tem dificuldade de ir para o Japão.

E acontece o seguinte: o Japão é uma país cínico, né? Eles falam que é o seguinte, que ele pode até aceitar um caso, assim, do exterior, desde que entre com uma ação na Justiça japonesa; mas como uma família, que está passando por dificuldade, vai ao Japão para entrar na Justiça?

Já ouvi o caso de uma senhora que o filho dela estava no Japão trabalhando, o filho dela se comprometeu a mandar dinheiro para ela lá para o Japão, para que ela resolvesse o caso na Justiça do Japão. Só que quando ela foi para tentar alguma coisa, alegaram que ela não tinha recurso financeiro para ir para o Japão, porque tinha que declarar uma renda, me parece, para conseguir entrar.

Eu tive um grande, o apoio maior que eu tive, voltando o assunto da colônia, né? Eu procurei ajuda em vários setores da colônia, porque, na colônia japonesa, tem desembargador aposentado, tem um primo, o ex-Ministro do Japão, todos esses eu tentei ajuda, mas não consegui nada.

A pior pessoa, o maior inimigo da Associação foi aquele Desembargador Kazuo Watanabe, que ele é Presidente da... Como é o nome? Da... Eu podia me lembrar o nome do instituto... Instituto de Direito Comparado, ele conhece tudo sobre a questão da... Que pode auxiliar a Associação, ele sabe porque a carta rogatória demora um ano para chegar no Japão. Ele podia, só que ele não faz isso, porque ele age como se fosse um súdito lá do Imperador. Ele só faz alguma coisa se o Japão pedir.

E no caso dos brasileiros que cometeram crime no Japão, quem deu o maior apoio foi esse Kazuo Watanabe; ele, atendendo ao pedido de um prefeito lá no Japão, ele encabeçou o caso e conseguiu que os brasileiros que cometeram crime no Japão e retornaram ao Brasil, fossem julgados aqui no Brasil e teve um que pegou 34 anos de cadeia; é uma pena máxima. Se ele cometesse, esse mesmo cidadão, cometesse um crime aqui no Brasil, acredito que ele pegasse uma pena de 15 anos, mas como foi para que a Justiça brasileira mostrasse que é uma justiça séria, então ele pegou a pena máxima.

Em 2003, 2004, que começou a Associação, nós conseguimos o apoio da Igreja Católica, Primeiro pelo Bispo Diocesano de Mogi das Cruzes, que encaminhou a caso nosso à Comissão de Direitos Humanos da Câmara, que na época o Presidente era o Deputado Orlando Fantazzini, ele que entrou em contato com a Comissão de Relações Exteriores e daí começou a negociação, de 2003 para cá.

Só que pelas informações que nesse período passaram para nós, é que o Japão vinha resistindo a assinar esse acordo, o maior interesse dele é o acordo de extradição. O Japão, ele quer extraditar o pessoal que cometeram crime lá no Japão, mas quando é o contrário, como no caso do Fujimori, eles tratam ele como herói lá no Japão.

Deixa eu ver se tem mais alguma coisa para falar.

Agora, o maior... A luta da... A luta seria que o Japão assinasse esse acordo internacional de execução de pensão alimentícia.

E, por último, tivemos uma grande ajuda do... Que eu até peço homenagem a Dom Paulo Evaristo, que nos atendeu por várias vezes com uma simplicidade que eu até me emociono de falar. Ele, através dele, ele autorizou que a gente entrasse em contato com o sobrinho dele, o Senador Flávio Arns, que nos tem dado um apoio muito grande, que eu agradeço de coração.

E, por último, o seguinte: eu acho que, até agora, não houve derrota nenhuma da Comissão de Relações Exteriores, em questão do acordo, por se tratar do Ja-

pão, que é um país que discrimina. Teve uma época que um Governador de Tóquio informou para o jornal da colônia que metade da população japonesa odiava estrangeiro e a outra metade tolerava. Então, é difícil conseguir alguma coisa através de um país desse.

Então, por isso que eu tomei uma decisão extrema, o seguinte, até comentei com o senador: que eu vou cobrar do Presidente Lula, que negocie pessoalmente esse acordo, mesmo que eu tenha... Faça uma greve de fome para isso.

É o que eu tenho a falar.

[*troca de presidência*]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradeço a participação do Djalma Straube, que é Presidente da Associação das Famílias Abandonadas por *Dekasseguis* no Brasil, AFADBRASIL.

Eu só quero esclarecer que os expositores de uma Audiência Pública têm absoluta liberdade para externar o ponto de vista, quer dizer, mesmo que isso implique em uma dificuldade aí de relacionamento, porque esse é o objetivo da Audiência Pública.

A pessoa vir aqui e poder, com absoluta tranquilidade, liberalidade, falar o que pensa sobre o assunto. Eventualmente, pode haver pessoas que não concordem com o ponto de vista, mas isso é natural também.

Então, todos, assim, tem absoluta liberdade, eu quero falar particularmente para a Aparecida é para o Djalma, porque o Aloysio e o Rodrigo sabem disso, mas, assim, podem falar, assim, com absoluta segurança, tranquilidade, colocando os pontos de vista que consideram importantes para o esclarecimento da situação e os encaminhamentos devidos. Está bem?

Em seguida, eu passo a palavra ao Dr. Rodrigo Melo Oliveira, que é Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Paracatu, Minas Gerais. Alguém pode até estranhar por que um Juiz da 2ª Vara Cível de Paracatu, Minas Gerais, está particularmente fazendo nesta Audiência Pública, mas, antes dele ser juiz – e quero cumprimentá-lo pelo sucesso no concurso -, ele era o advogado da Associação e das famílias, lidando com essa situação.

Então, nada melhor, e a gente agradece a presença, apesar dele estar em outra função agora, porque ele conhece toda a história do ponto de vista jurídico.

Então, com a palavra Rodrigo Melo Oliveira.

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Bom-dia a todos. Bom-dia a todos, cumprimento o Senador Flávio Arns, Presidente em exercício dessa Audiência Pública conjunta, na pessoa de quem cumprimento todos os demais integrantes da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só peço para o som, para que aumente o volume, por favor. Obrigado.

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Cumprimento também todas as demais autoridades e integrantes da imprensa, presentes aqui, nesse recinto, que estão aqui, prestigiando essa Audiência Pública, que é muito relevante para a Associação das Famílias Abandonadas por *dekasseguis* no Brasil e, com certeza absoluta, para um grande número de famílias necessitadas, famílias abandonadas, que não tem esperança sequer na Justiça, que é sempre a última esperança de todo o cidadão, nem com a Justiça eles estão podendo contar.

Eu vou tentar expor, de uma maneira bem breve e superficial, a razão da existência desses dramas dessas famílias.

Inicialmente, a nossa Constituição, a Constituição Federal, ela garante o acesso à Justiça e isso visa... A pessoa, quando busca a Justiça, ela visa buscar a paz, a Justiça busca trazer equilíbrio nas relações sociais. E a ausência de Justiça, o que ela implica? Ela implica na lei do mais forte, na lei do mais poderoso, do mais esperto, em detrimento daquele que não pode se defender, daquele que não tem voz, aquele que não consegue ser escutado.

E principalmente na questão de alimentos, essas famílias, abandonadas por *dekasseguis* no Brasil, elas sofrem particularmente essa situação, que é uma situação excepcional, porque todos nós aqui podemos contar com o Poder Judiciário, o Judiciário é a última fronteira do cidadão, e o Judiciário, no Brasil, funciona, mas essas famílias não podem.

Os *dekasseguis*, eles são descendentes de japoneses, nipônicos de determinadas gerações, que eles, embora nascidos no Brasil, eles vão para o Japão para trabalhar, para buscar recursos, em busca da notória boa remuneração que eles conseguem obter no Japão. Lá fazem pés de meia, depois de vários anos voltam com um patrimônio grande, expressivo e alguns acabam até lá permanecendo e constituindo nova família lá.

E o que acontece? Muitos *dekasseguis* com filhos, casados e com filhos no Brasil, acabando partindo para o Japão, como bem narrou a Sra. Margarete, contando a história de vida dela, a Sra. Aparecida, Aparecida Margarete e o Sr. Djalma também, a história de vida dele.

Eles acabam partindo para o Japão, não levam inicialmente os cônjuges e os filhos e a partir de determinado momento eles... Realmente abandonam a família, cortam contato, param de enviar dinheiro e deixam as famílias abandonadas à própria sorte.

Isso acontece também não só com ex-esposa, ex-esposo, com filhos, mas também com idosos. Tem casos que a Associação já cadastrou, de idosos também. E essas pessoas, elas ficam realmente abandonadas mesmo. Tem outros casos que a gente escutou, de pessoas que para sobreviver tiveram que catar latinhas e levar para ferros-velhos. Então é uma situação muito grave.

E essa questão de não pagar alimentos para os filhos é uma questão da história do mundo, só que a humanidade, ela evoluiu com a criação dos Estados, com a criação das leis, isso passou a ser coibido e rechaçado.

E nesse ponto, então, essa questão de não pagar alimentos não é uma situação só dos *dekasseguis*, que vão para o Japão, não é só deles. No Brasil isso é natural e todo mundo conhece inúmeros casos. Só que aqui no Brasil, felizmente, o ordenamento jurídico brasileiro ele é muito célere e eficaz, ele é rápido e tem muita competência para resolver essa situação, para resolver esse conflito.

Demonstrado que o pai tem condições de pagar alimentos e ao mesmo tempo que o filho tem necessidade, a Justiça brasileira consegue fixar o *quantum* da obrigação alimentar.

Se não é cumprida essa obrigação voluntariamente, a Justiça é ainda mais célere, o ordenamento jurídico prevê a possibilidade de execução da seguinte maneira: o executado é intimado para em três dias pagar os alimentos devidos, sob pena de prisão, ou seja, há um meio de coerção que é respeitado, que o devedor sabe, se ele não pagar ele vai ser preso.

Porém, os *dekasseguis* que estão no Japão, eles abandonam as famílias no Brasil. Quando a família brasileira tenta receber os alimentos, não consegue, há uma barreira intransponível. Por quê? Porque não existe entre Brasil e Japão um tratado, um acordo diplomático que permita a prática de atos de execução no território japonês.

A Justiça brasileira consegue encaminhar cartas rogatórias, pedidos de que o *dekassegui* seja lá citado, notificado. Mas ainda que a Justiça brasileira fixe em sentença a determinação de que o *dekassegui* deverá pagar determinado valor a título de pensão alimentícia, essa sentença, ela é inócua, essa decisão brasileira é inócua, ela não consegue ser executada, em razão da inexistência desse tratado diplomático.

Então, com isso, o *dekassegui* acaba tendo um salvo refúgio no Japão, o Japão acaba se transformando num local, num país que a lei não alcança, e isso cria situações muito delicadas, como os dramas das famílias abandonadas que foram aqui ventilados.

E isso é um problema que passa para outras gerações também, porque aquele filho, ele vai crescer sem oportunidade de estudo, sem oportunidade de ter um desenvolvimento bom, e isso, infelizmente, vai ser difícil reverter, se não tiver, em contrapartida, também, um apoio do Estado para tentar suprir essa necessidade.

Voltando à legislação brasileira, um dos meios mais eficazes além da prisão, que realmente é o último caso, é o desconto em folha de pagamento. É muito comum o devedor de alimentos, a Justiça determinar que o seu empregador desconte mensalmente determinado valor da sua remuneração, do seu salário, e esse valor automaticamente já é depositado na conta da representante dos menores que precisa dos alimentos. E esse recurso, essa forma de recebimento de alimentos é inviável também com o Japão, em virtude dessa ausência de tratado.

Então, embora seja uma garantia constitucional o acesso à Justiça, a todo o cidadão brasileiro, essas famílias abandonadas, elas não conseguem exercer esse direito e com isso ficam prejudicadas em sua vida.

Essa situação, como advogado já considerava, e atualmente continuando na área do Direito, eu também continuo considerando intolerável. É inadmissível que em pleno Século XXI, ainda tenhamos que ver uma situação que um pai ou uma mãe ou um avô se recuse a prestar alimentos aos descendentes, aos filhos, aos netos.

Na natureza, eu imagino, não tenho conhecimento nessa área, mas imagino que o único homem, o único animal que abandona a prole seja o homem e isso, em pleno Século XXI, o ordenamento jurídico internacional ainda não resolveu isso, de maneira a coibir isso plenamente.

Eu... Outra questão também que o Sr. Djalma abordou, o Sr. Djalma demonstrou uma grande indignação com toda essa situação e, há dez anos, ele persegue a mudança, a mudança dessa realidade tão triste, e eu rendo aqui as minhas homenagens a ele.

Ele abordou uma questão do Japão, a pessoa para conseguir resolver o problema, acionar a Justiça japonesa; mas como ele bem disse, como é que uma família abandonada, sem recurso, vai chegar até o Japão, vai conseguir contratar advogado e vai resolver o problema?

Então, esse é um problema muito sério, as famílias abandonadas no Brasil realmente não têm acesso pleno à Justiça. Em contrapartida, a experiência demonstra que o *dekassegui* que está lá no Japão, ele consegue resolver todos os problemas que ele tem aqui no Brasil.

Ele consegue entrar com ação de separação, divórcio, por procuração, então ele consegue se separar da esposa, consegue se divorciar, mas em contrapartida não é possível exigir alimentos dele. Então, ele resolve os problemas dele com a Justiça brasileira, mas ele fica fora do alcance da Justiça brasileira para a questão de alimentos.

O ordenamento jurídico brasileiro, ele não vincula a separação e o divórcio à questão de alimentos, isso é muito claro é muito justo. Mas, particularmente, na questão dos *dekasseguis*, acaba ficando injusto, injusta essa situação.

Eu, nas pesquisas que nós fizemos, nós chegamos a conclusão que a solução para isso seria, tendo em vista que esse acordo que o Brasil e Japão tem é de 1940, que ele não prevê ato de execução, seria a adesão do Japão à Convenção de Prestação de Alimentos no Estrangeiro, que foi celebrada em Nova York, em 1956.

Essa Convenção, ela é muito prática, eu não sei como atualmente ela... Se ela está funcionando bem, mas pelo menos em tese ela é muito prática, por quê? Todos os países que aderem a ela, eles são comunicados pelo outro país que participa da seguinte maneira: "Olha, aí no seu território tem determinado cidadão que está devendo alimentos para tal pessoa, nas seguintes condições" e o próprio país se encarrega de processá-lo.

Então, ele resolve muitas questões de cartas rogatórias e que acabam sendo dispensadas e solucionaria, no nosso entendimento, essa impossibilidade de acesso a Justiça que essas famílias abandonadas por *dekasseguis* sofrem.

O Japão, infelizmente, não é signatário. O Brasil é há muito tempo e essa não adesão do Japão a essa Convenção, acaba inviabilizando o [ininteligível] de alimentos das famílias brasileiras de devedores do Japão.

Só a título de exemplo, são signatários também, é uma Convenção muito conhecida, na questão de alimentos, a própria Lei Brasileira de Alimentos, Lei 5.478, ela faz também remissão a ela, são também, aderiram a essa Convenção, a Convenção de New York: Argélia, Argentina, Bélgica, Bolívia, Bósnia, Brasil, Camboja, Cabo Verde, Cuba, República Tcheca, Equador, Finlândia, Alemanha, Guatemala, Israel, Cazaquistão, México, Mônaco, Paquistão, Suriname. Então a gente percebe que... China, a China que é um país que vem sendo muito criticado em questões de direitos humanos.

Então, a gente percebe que todos esses países, Turquia também, todos esses países, independente da religião, independente da opção política, se democrático ou comunista, independente da localização no Globo, todos esses países, independente de todas essas diferenças, eles têm algo em comum, que é o respeito à dignidade humana, é o sentimento de solidariedade humana e de Justiça, que esses sentimentos são universais.

Então, eu considero que seria interessante o Brasil perseguir a adesão do Japão a essa Convenção, que isso eu tenho o entendimento que solucionaria todos esses problemas dessas famílias abandonadas.

Eu... Eu acredito que era, em síntese, o que eu tinha a dizer, inicialmente, e mais uma vez eu queria agradecer essa abertura que está sendo dada à Associação das Famílias Abandonadas por *Dekasseguis* do Brasil.

E agradecer ao Senado Federal, em particular ao Senador Eduardo Azeredo, ao Senador Flávio Arns, que nos abriram aqui esse espaço para que se divulgue para a sociedade essa situação.

Então, muito obrigado.

[*troca de presidência*]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Dr. Rodrigo Oliveira.

Nós vamos, então, ouvir o último expositor, que é o Dr. Aloysio Gomide Filho, que é Chefe da Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior.

SR. ALOYSIO MARÉS DIAS GOMIDE FILHO: Muito obrigado, perdão, Sr. Senador Eduardo Azeredo, Srs. Parlamentares, Sr. Senador Flávio Arns, colegas e membros da Mesa.

Eu queria, primeiro, agradecer o convite que foi estendido ao Itamaraty para participar dessa importante Audiência Pública, para tratar de um assunto que diz respeito tanto aos brasileiros aos *dekasseguis* que estão no Japão, e as famílias que permanecem aqui.

O senhor comentou no início vários, vários assuntos que seriam de interesse, que poderiam ser abordados ao longo da audiência e eu, inclusive, também tinha essa intenção de comentar alguns desses assuntos.

Então, eu... Se o senhor me permitir, eu falaria um pouco também sobre as ações da Subsecretaria em relação aos *dekasseguis*, a situação deles no Japão face a crise que assolou o Japão e continua, na verdade, afetando muito a economia japonesa e sobretudo em relação a situação das famílias que ficaram e o problema que foi ocasionado e as ações do Itamaraty em relação às negociações com o governo japonês, com vistas a encontrar uma solução para esse assunto.

Eu represento o Embaixador Oto Maia, que é o Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no

Exterior, no Itamaraty, o meu chefe imediato é o Embaixador Eduardo Gradilone, que é o Diretor-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior. Essa unidade foi criada há aproximadamente três anos atrás, em dezembro de 2006, ano que inclusive foi divulgado, publicado o relatório da CPMI, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Imigração Ilegal, que é um documento, inclusive, que comenta esse assunto e sugere linhas de ação para resolvê-lo.

E trata de uma série de outros assuntos relativos a situação dos brasileiros no exterior e apresenta outras recomendações e, para nós, no Itamaraty, na Subsecretaria, esse é um documento da maior importância, um documento muitíssimo importante, ele é uma referência para nós. Inclusive, a Subsecretaria foi criada posteriormente, inclusive até com base em recomendações do próprio relatório. E há recomendações específicas nele, relativas às questões das famílias abandonadas por *dekasseguis*.

Então, essa Subsecretaria foi criada há três anos atrás, ela promoveu uma série de ações em benefício dos brasileiros no exterior como um todo.

Como V. Exa. mencionou, são em torno de 3 milhões de brasileiros no exterior, dos quais, mais ou menos, 40% se encontra nos Estados Unidos, 1 milhão e 200 mil, 800, 800, 820 mil, mais ou menos, na Europa. E no Japão hoje em dia, houve uma grande mudança, uma grande queda no número de brasileiros no Japão em função da crise, a partir de 2008.

Eu acabo de voltar do Japão, fui a uma missão com o Embaixador Gradilone, pra uma terceira reunião de coordenação consular e lá recebemos os últimos dados do governo japonês, que teriam voltado, regressado ao Brasil, 80 mil brasileiros dos--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Oitenta mil regressados?

SR. ALOYSIO MARÉS DIAS GOMIDE FILHO: Oitenta mil regressados, mais ou menos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): De uns 300 mil, mais ou menos?

SR. ALOYSIO MARÉS DIAS GOMIDE FILHO: Dos 320 mil, exatamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): [pronunciamento fora do microfone].

SR. ALOYSIO MARÉS DIAS GOMIDE FILHO: É 320 mil até 2008, final de 2008, e, hoje, mais ou menos, nós estávamos trabalhando com o número em torno de 60 mil. Essa foi a última informação que nós recebemos do *Gaimusho*, da chancelaria japonesa, de que em torno de 80 mil teriam regressado ao Brasil até hoje, que é um número muito expressivo, uma porcentagem muito grande.

Então, em função disso, a estimativa de brasileiros no Japão teria caído para, a última estimativa que nós tínhamos era de setembro de 2009, de 280 mil, teria caído para cerca de 240 mil hoje, aliás é o único país que tem dados muito seguros sobre a presença de brasileiros lá, em relação aos demais países do mundo, enfim, Paraguai, os países da Europa, Estados Unidos, há uma grande porcentagem de brasileiros que se encontram em situação irregular, então é difícil ter um número preciso sobre quantos brasileiros são, especialmente agora em função da crise que ocasionou uma grande movimentação deles, tanto interna, dentro de um mesmo país, quanto dos Estados Unidos para a Europa, quanto o regresso.

É até difícil quantificar exatamente quantos voltaram, mas os nossos consulados têm algumas estimativas quanto a isso, baseadas no movimento, no consulado, nos contatos que eles têm direto com as associações de brasileiros, de mídia brasileira, e o governo local que tem seus números oficiais também, dos brasileiros que têm visto e se encontram em situação irregular.

Então, hoje em dia, o Japão é o segundo país, em termos de comunidade brasileira no exterior, depois dos Estados Unidos. Até pouco tempo atrás era o Paraguai, era o segundo, havia uma estimativa de em terno de 400, 450 mil. Isso acabou sendo revisto e chegamos a um número que talvez seja em torno de 150 mil, mais ou menos, brasileiros lá. E a novidade lá no Paraguai, que conseguimos começar um processo de regularização migratória com base do depósito do acordo MERCOSUL pelo Paraguai, mas eu vou falar isso muito no fim, rapidamente. Eu sei que o foco aqui, da nossa Audiência Pública, hoje, é em relação ao Japão.

Então, os brasileiros no Japão representam a terceira maior comunidade de estrangeiros lá, depois dos coreanos e dos chineses.

Em função desse grande número de brasileiros lá, foi aberto um terceiro Consulado Geral na cidade de Hamamatsu, que é a cidade que concentra o maior número de brasileiros no Japão, em torno de 20 mil só naquela cidade, eu estive lá para... Antes até da abertura do consulado.

É uma coisa impressionante, porque na própria Prefeitura, no estacionamento, as placas todas em japonês e em português também, atendimento em português também por causa do grande número de brasileiros lá.

Inclusive, o nosso Consulado é o primeiro consulado que foi aberto lá naquela cidade, é o único consulado que existe em Hamamatsu. Foi um pedido, inclusive, dos próprios brasileiros e também das

autoridades japonesas que solicitaram a abertura do Consulado.

De modo que essa, enfim, a dimensão humana, os japoneses que estão aqui no Brasil, os descendentes e os *dekasseguis*, que estão no... Perdão, Japão, é um dos fatores mais importantes, um dos assuntos mais importantes da pauta bilateral, inclusive, a integração começa pela integração humana como disse o nosso Presidente.

Então, os principais problemas que afetam os *dekasseguis* no Japão, no momento, em função da crise, são as questões trabalhistas e o problema de educação também, porque, enfim, perdem emprego, não tem mais renda, tiram os filhos da escola, os filhos passam a ficar em casa, enquanto os pais, os que estão trabalhando os filhos ficam em casa, sem acompanhamento e isso leva até a possibilidade de criminalidade, que é um problema, o lado japonês nessas reuniões sempre cita que os brasileiros são o segundo grupo em termos de... De presos no Japão, depois dos chineses.

Então, isso é um problema econômico, que leva a um problema social que realmente nós precisamos resolver e negociar com o lado japonês para resolvê-los.

Eu queria me concentrar, então, especificamente sobre essas negociações.

Foram criados grupos de trabalho específicos para tratar dessas questões. Um dos grupos de trabalho se chama Grupo de Trabalho sob Cooperação em Matéria Jurídica e o outro que, cujo objetivo até já foi atingido, era a negociação de acordo em matéria de Previdência, para possibilitar os brasileiros e os japoneses aqui, contabilizarem o tempo de contribuição dos dois lados e somarem para poderem se aposentar, que tem também uma dimensão social muito importante. Esse acordo foi sendo negociado--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dr. Aloysio, só interromper um momento, eu vou pedir ao nosso Vice-Presidente, Senador Geraldo Mesquita, que assuma a Presidência, para eu atender ao Embaixador.

[*troca de presidência*]

SR. ALOYSIO MARÉS DIAS GOMIDE FILHO: Obrigado, Sr. Senador.

Então, em janeiro houve a terceira reunião, houve várias reuniões, na verdade, de preparação, de intercâmbio, de legislação sobre a... A legislação previdenciária dos dois países, foram várias reuniões e além das reuniões, troca de informações por meio eletrônico, que inclui tradução de documentos técnicos e em janeiro, final de janeiro, houve uma última reunião que conseguimos concluir a negociação desse acordo de Previdência com o Japão.

Falta agora a análise pelas consultarias jurídicas dos dois Ministérios, enfim, da área jurídica do *Gaimusho* no Japão e isso está ocorrendo agora. E a nossa perspectiva, a nossa expectativa é de que ele seja assinado em 2010.

Bom, o outro grupo de trabalho, que é o mais importante para essa reunião é o grupo de trabalho que prevê a negociação de quatro acordos na área jurídica. Acordo de cooperação em matéria civil, que é o tema que nós estamos debatendo hoje, acordo em cooperação em matéria penal, o acordo de extradição e o acordo de transferência de preços.

Na verdade, essas conversações começaram, inclusive em 2003, quando o lado brasileiro chegou até a apresentar textos modelos para o lado japonês para o início de negociação. Mas, na verdade, existe todo um processo anterior, de troca de informações, conhecimento mútuo da legislação de cada país, que é o sistema japonês de negociar, você prepara o terreno muito bem antes, para, no final, chegar, analisar o texto propriamente dito do acordo.

Então, em 2000, depois de uma fase longa também, de intercâmbio de informações, a primeira reunião desse subgrupo ocorreu e foram debatidos os quatro, os quatro acordos. Extradição, chegamos a uma primeira, enfim, questão que é a impossibilidade do... O Brasil não extradita seus nacionais, a Constituição proíbe isso. Então, esse assunto está meio que... Não está parado, mas os dois lados continuam intercambiando informações sobre isso, é um acordo de grande interesse do lado japonês negociar.

O acordo de transferência de presos também, o lado japonês tende a preferir a adesão a tratados multilaterais, convenções multilaterais sobre esses assuntos, enquanto o Brasil tem preferido negociar acordos bilaterais, porque são mais flexíveis e dizem respeito a legislação dos dois países e não aderir a um acordo já existente, inclusive porque o Brasil talvez não tenha participado da negociação, muitos anos atrás, daquele texto, ter que aderir a um texto que talvez não fosse tão adequado a nossa realidade.

Então, em relação a assuntos jurídicos, eu concordo com a avaliação do Dr. Rodrigo com relação aos programas existentes, da necessidade, é um problema social importantíssimo, humanitário, nós recebemos do Itamaraty cartas da Associação, respondemos, informamos, que estamos buscando negociar não só nesses grupos de trabalho, mas o Embaixador Oto Maia esteve no Japão nos últimos dois anos, esteve três vezes, para sensibilizar as autoridades japonesas não só em relação a crise que atingiu a situação dos

dekasseguis lá, na área de educação também, mas em relação a esses acordos especificamente.

Ele se reuniu com o vice-Ministro da Justiça, falou sobre esse assunto, ressaltou a importância que o governo brasileiro atribui a essa solução, falou do sofrimento das famílias aqui no Brasil sobre isso e da grande necessidade de chegarmos a um acordo definitivo com a maior urgência possível. Também, se reuniu com outros Vice-Ministros e Ministros da área de trabalho, área de educação, a então Ministra que cuidava das medidas da apoio a estrangeiros.

O Japão foi o único país de todos que adotou medidas para ajudar os estrangeiros lá, na área de emprego, de moradia, cedeu imóveis funcionais durante um período determinado para os brasileiros, informação geral também. E teve aquela medida de retorno, que gerou uma certa polêmica aqui, de uma ajuda financeira para os brasileiros que voltariam para cá e não poderiam voltar durante um período de três anos, como condição, digamos.

Então, já está marcada a terceira reunião desse subgrupo, desse grupo, aliás, que vamos debater, então, mais uma vez com... Discutir mais uma vez com o lado japonês a questão do acordo em matéria civil, que é, enfim, de interesse aqui, que é o assunto principal que estamos mencionando hoje, e isso vai ocorrer em agosto de 2010, a data já está marcada.

Quem, na verdade, participa diretamente disso, pelo Itamaraty, é a Divisão de Cooperação Jurídica Internacional e o Ministério da Justiça, que acompanham essas negociações diretamente; a negociação de Previdência éramos nós, em conjunto com Ministério da Previdência.

Inclusive o Dr. Garba, então Secretário Executivo do Ministério da Previdência, também foi ao Japão para transmitir a importância que o governo brasileiro atribuía a negociação desse acordo, atual Ministro da Previdência, ele também esteve conosco em 2009 lá no Japão, para liderar essa missão.

De modo que eu queria só falar, então, rapidamente sobre o que o Itamaraty tem feito, sobretudo nessa área de pensão alimentícia, tentamos negociar com o governo japonês.

Em relação à Convenção de Nova York, eu estava, enfim, vendo aqui os documentos que eu trouxe, o lado japonês na última reunião indicou que, para eles, a Convenção de Nova York não seria adequada. Eu vou verificar os detalhes por que não seria adequada e eles disseram que inclusive a Convenção da Haia, foi negociada em função dos problemas da Convenção de New York, então ela foi motivada em função desses problemas.

Inclusive eu queria mencionar também que o Ex-Primeiro Ministro do Japão, o Deputado Taro Aso, vai estar aqui brevemente e o Embaixador Gradilone pediu que eu mencionasse isso e vai se reunir, se não me engano, ele é o Presidente da Liga Parlamentar de Mensagem Brasil-Japão, e em princípio ele estaria aqui, eu não sei se está confirmada a viagem dele.

E destacar também a importante atuação dos Deputados William Woo, Walter Ihoshi, e Dr. Takayama, também, em relação a comunidade brasileira lá em benefício dos *dekasseguis* e também das famílias que permanecerem aqui.

Então, eu queria só transmitir a posição do Itamaraty que estamos, não estamos medindo esforços para negociar com o governo japonês. Além das reuniões em nível técnico, existe um intercâmbio permanente de informação de troca de legislações, que envolve tradução desses documentos técnicos.

E também no mais alto nível das gestões do Embaixador Oto Maia, quando foi ao Japão com altas autoridades no Japão, para sensibilizá-los com relação a esse assunto e chegarmos a uma solução o quanto antes.

E só queria dizer, então que nós estamos aqui a disposição para continuar cooperando com o Senado Federal, para chegarmos a... Discutirmos mais esse assunto em profundidade. Inclusive eu acho que o meu colega também poderia contribuir muito, o Chefe dessa Divisão de Cooperação Jurídica Internacional nas próximas ocasiões e enfim.

Muito obrigado pela oportunidade de participar da reunião de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Nós é que agradecemos Dr. Aloysio. Pois não.

Eu queria inclusive aproveitar a oportunidade para informar aos membros dessas duas importantes Comissões da Casa e aos presentes, que recentemente, Senador Tuma, V. Exa. que faz parte do Parlamento do MERCOSUL, a Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do MERCOSUL, da qual faço parte, com a colaboração de organizações que atuam nesse caso, particularmente na Itália, em nome dos migrantes que vivem por lá, oriundos de países do MERCOSUL, realizamos um seminário, recentemente em Montevidéu, e confesso que, pela primeira vez, eu me dei conta, assim, com riqueza de detalhes, Senador Flávio Arns, da situação social, econômica, dramas, assim, terríveis que vivem essas pessoas oriundas de países que fazem parte do MERCOSUL.

Eu fiquei tão impressionado com o que eu ouvi de pessoas que vieram de outros países para participar dessa... Desse importante seminário, que me ocorreu

a ideia e vou concretizá-la, Senador Tuma, de propor ao Parlamento do MERCOSUL, e aqui já de primeira mão comunico ao Dr. Aloysio, aos membros do Itamaraty, que aqui estão, eu tenho já uma minuta de projeto elaborada, com uma justificativa longa de criação de mais uma Comissão Permanente no Parlamento do MERCOSUL; temos dez Comissões, mas me pareceu que o assunto é tão importante que merece a atuação de uma Comissão que se dedique ao tema com exclusividade.

Portanto, eu estou propondo, vou protocolar na próxima reunião do Parlamento do MERCOSUL, que o Parlamento delibere sobre alterar o Regimento e criar mais uma comissão, a comissão para assuntos de imigrantes.

É claro que o foco nesse seminário não foi propriamente esse que estamos aqui sobre ele debruçados, dramas familiares, pessoais. O que me ocorreu foi a possibilidade de, através de uma comissão como essa, podermos dialogar com parlamentos de países onde vivem brasileiros, paraguaios, uruguaios, argentinos, enfim.

É no sentido de buscarmos, sem prejuízo, claro, independentemente do que faz... Do que fazem nossos embaixadores, nossos diplomatas, essa... Aí não há concorrência, aí há trabalho complementar. E o objetivo é fazer com que parlamentares conversem com parlamentares de outros países, Dr. Aloysio, no sentido de facilitar ou dar encaminhamento a questões cruciais.

Levantamentos feitos demonstram que há períodos, Senador Arns, e aqui eu lastimo que isso não ocorra com, por exemplo, com as pessoas que aqui estão, com a D. Aparecida, com o Sr. Djalma, mas há uma realidade que permeia esse universo de pessoas que estão mundo afora, oriundos de países do MERCOSUL.

O Dr. Aloysio mencionou aqui, só de parte do Brasil, cerca de três milhões de brasileiros. Ora, esse é um quantitativo de pessoas muito maior do que muita capital brasileira e muitas grandes cidades brasileiras, 3 milhões de pessoas mundo afora.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E de alguns países.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): E de alguns países, a população equivalente ao Uruguai.

Então, eu considerei que esse, esse tema, esse assunto, talvez merecesse uma atenção focada, especial, do Parlamento do MERCOSUL e vou propor.

Nada impede também, acho até que devemos agregar, questões como essas trazidas aqui por D. Aparecida e Sr. Djalma, que poderão fazer parte das preocupações dessa comissão, como de outros organismos que atuam nesse sentido, principalmente o nosso Itamaraty e o corpo diplomático dos demais países do MERCOSUL.

Complementarmente, me ocorreu também a ideia e já protocolei nessa Casa, sem prejuízo do que diz a própria legislação, o Dr. Rodrigo sabe, concernentemente à contribuição previdenciária, protocolei um projeto de lei, propondo que seja facultado aos migrantes brasileiros que estão aí mundo afora, que eles possam recolher a Previdência Social, no sentido de lá na frente, mais tarde, se habilitarem a uma aposentadoria, enfim. E, atualmente, inclusive que suas famílias se beneficiem também de serviços prestados pela própria Previdência.

Portanto, eu queria trazer ao conhecimento dessas duas Comissões e aos nossos visitantes, essa informação. Esse, o drama relatado hoje aqui, sem dúvida nenhuma está sendo e será sempre tratado com muita seriedade pela diplomacia brasileira.

Como disse aqui o Dr. Aloysio, que anda em busca de um equacionamento que faça com que essas questões sejam devidamente tratadas por países que tenham, que são refratários, como o próprio Japão, sem mencionar outros. Porque assim como existem os *dekasseguis*, existem os descendentes de italianos, de árabes etc., que por se vocês se beneficiam da própria questão da descendência para migrarem para esses países.

Portanto, eram essas as informações que eu queria prestar e concedo a palavra ao Senador Tuma, com muito prazer.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu peço desculpas, Presidente, por não estar presente na hora das exposições.

O senhor quer falar na frente?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, não, depois.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque o senhor é requerente.

Eu... Quando eu estava, agora, ouvindo o Ministro Gilmar Mendes fazendo uma exposição sobre as alterações jurídicas durante a Presidência, o exercício da Presidência do Supremo.

Então, estava interessante, porque a gente tem acompanhado de perto, aí a secretária avisou que tinha a reunião sobre *dekasseguis*, eu falei: "Não, eu vou ouvir", porque quando Chefe de Polícia em São Paulo, estava sobre a minha direção o Departamento de Estrangeiros, que era a polícia que cuidava de toda a parte de imigrantes, de passaporte e acompanhamento de alguns fatos relacionados a algumas colônias, que aqui se instalavam.

E quando surgiu a possibilidade dos japoneses imigrarem para trabalhar no Japão, pela falta de mão de obra, visto que cresceu muito o valor da mão de obra no Japão, começaram a oferecer para imigrantes que lá fossem para prestar o serviço menos remunerado, para trabalharem.

E o que aconteceu, infelizmente? Várias agências de turismo criaram um estelionato dentro da convocação desses jovens, desses senhores e senhoras que, às vezes, para tentar uma vida melhor, se dispuseram a seguir para lá, sem nenhuma convicção de que o emprego prometido estaria realmente a disposição.

Então, chegaram lá, tiveram vários problemas e foram explorados de todas as formas e não conseguiam, realmente, trabalharem para onde o destino lhe dava a agência de turismo.

Então, fizemos vários processos, isso era uma questão de polícia mesmo, estelionato e tal. Mas começou a surgir um problema muito grande: a assistência social e médica às pessoas que lá estavam e a falta de ambientação dos costumes de brasileiros, mesmo descendentes de japoneses, tinham um costume diferente, ocidental, da conduta do japonês, que tem uma disciplina diferenciada da nossa, principalmente aquela época.

E aí veio para cá o segmento ligado ao Ministério de Exterior, Ministério de Estrangeiros do Japão. Nós fizemos um contato, eles vieram, para estabelecer regras de só poderem seguir para lá quem já tivesse o emprego garantido, tivesse documentado e tivesse a disposição assistência médica e social, para evitar suicídios, assassinatos, que ocorreram, com alguma razão, em números razoavelmente prejudicando inclusive a estrutura de segurança do Japão.

Eu estou só falando isso porque não foi fácil a ida dos *dekasseguis* no início, antes de terem esses acordos que se prosseguiu pelo que... Pelo menos eu ouvi o final da exposição de V. Exa., eu vou ler com calma.

E acho que esse problema do casamento é uma coisa terrível, porque a família aqui fica esperando a pessoa que vai para lá tentar melhorar a vida, em seguida chamá-los para lá, voltar a ter família conjunta ou voltarem quando conseguirem uma renda.

E o que faziam? Trabalhavam, realmente uma parte do dinheiro vinha, tinha os bancos, o Banco do Brasil, era o intermediário da remessa dos valores do Japão, que não era pouco, dos salários dos que foram para lá, os *dekasseguis*, para ajudar as famílias.

Mas eu acho que, com o tempo, foram formando outras famílias lá. Então deixaram uma família aqui e formaram outra. A daqui não tem caminho.

Eu não sei se o doutor poderia, como nós estamos revendo o Código de Processo Civil, tem uma Comissão Especial, enquadrar no Código de Processo Civil, no Código Civil, alguma coisa que possa garantir a tranquilidade da família que aqui fica, e impedimento para que ele arrume uma nova família lá sem ter passado pelo desquite, pela separação, sem nada e deixando desassistida a família daqui, que é o que eu entendi pelo requerimento de convocação; é isso mesmo, não é?

Então, eu acho que o Japão é um país muito regrado, ele tem boa vontade em estabelecer regras firmes para os imigrantes que vão trabalhar, para não ter o desconforto de ter que agir de forma menos tranquila para esses cidadãos que lá vão.

Eu sei que tem caído muito o número de *dekasseguis*, porque a crise criou um problema difícil. Então, a preferência do emprego é para o natural, e, realmente, muitos brasileiros retornaram. E agora fica assim: será que deixaram uma família lá e voltaram para sua família aqui?

Então, é um drama que realmente a gente tem que ter uma composição jurídica para evitar, porque o sujeito perde a cabeça, eu acho que fica desnorteado, sozinho, não tem companhia. Lá constituíram jornal, tem jornal para os *dekasseguis* lá, tem acompanhamento, tem uma série...

Formou, vamos dizer, uma unidade brasileira lá muito forte. Muito forte, eles têm boas ligações. Eu fui mais de três vezes lá, tive reunião, comi feijoada lá, tomei caipirinha lá, quer dizer, então, há uma convivência ainda com os costumes brasileiros.

Mas esse é um ponto crítico, de difícil... V. Exa... Eu assinarei com gosto a proposta de V. Exa. do MERCOSUL, serei um defensor de criar uma comissão especial.

Aqui já foi feita uma subcomissão de visita aos estrangeiros que estão sofrendo prisões em outros países, com uma imigração clandestina. Então não há um estabelecimento internacional de como tratar o clandestino; é expulsão, prisão ou condenação.

Quer dizer, é uma coisa que violenta, realmente, os direitos humanos do cidadão. Porque ele vai tentar a sorte, não consegue e quantos chegam no aeroporto, são deportados imediatamente por não terem suficiente para passarem 10, 15 dias, às vezes com visto e com tudo e não consegue permanecer no país. É um problema bastante sério.

O Brasil tomou uma medida sábia, humana, anistiando os estrangeiros que aqui chegaram até novembro, dezembro e deu um pouco de tranquilidade à exploração no trabalho escravo, porque vários membros de países sul-americanos ofereciam os seus descen-

dentes, seus próprios descendentes, que comandavam oficinas de trabalho e escravizavam aqueles que clandestinamente estavam aqui.

Depois, eu queria ver com o senhor se dá para ter alguma emenda, algum trabalho, dentro do Código Civil, do Código de Processo Civil, para garantir a segurança do casamento, quando não há, o que pode a separação, o desquite, formar uma nova família.

Porque, em tese, vira bígamo, eu não sei se isto tem uma... Juridicamente, pode-se dizer que é bigamia, porque ele constitui uma nova família, amanhã se ele morre os herdeiros se diversificam, não é, Presidente?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Isso aí... Bom, foi uma história que participei ativamente com o pessoal do Japão, com a JAL... Com aquele Departamento Jurídico do Japão, que levava a gente para fazer cursos e tal e trabalharam bastante no sentido de melhorar a estrutura jurídica dos *dekasseguis* que para lá foram trabalhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Tuma, eu queria lhe fazer um pedido especial.

Eu sou Relator na CAE de duas matérias e estão me chamando ali, eu gostaria de saber se o senhor pode assumir aqui a Presidência, para que o Senador Flávio Arns possa se manifestar.

Mas enquanto o senhor chega aqui, eu lhe digo o seguinte: a fala do Dr. Rodrigo passou para todos nós a convicção de que a Justiça brasileira é muito dura, inclusive, com relação à questão de alimentos.

Agora, essas pessoas, que estão principalmente no Japão, não são alcançadas pela legislação brasileira, restando, sendo necessário que o Japão faça a adesão a acordos internacionais para que isso seja, possa ser cumprido. É essa grande dificuldade.

Agora, a nossa legislação, eu quero crer que não carece de melhores aperfeiçoamentos, porque ela já é objetiva é rigorosa nesse sentido.

Senador Flávio Arns com a palavra.

[*troca de presidência*]

[Interrupção no áudio]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Alô. Muito bem.

Eu penso que as explicações do Senador Geraldo Mesquita foram, assim, importantes, no sentido até de novamente resumir o problema, no sentido de que a nossa legislação se aplica, se executa e é importante, difícil... Quer dizer, a discussão é como está legislação alcançar o brasileiro que está no Japão, nesse processo todo de emigração que aconteceu para aquele país.

Eu penso que a Audiência foi importante, interessante, e temos que ter desdobramentos. Me preocupa, assim, no sentido, assim, a família, vai, se a família, a D. Aparecida e o Djalma saírem daqui e chegarem em Casa vão dizer: "O que que ficou decidido?" Eu diria, ficou, assim, no sentido de exposição dos fatos, agora o Ministério das Relações Exteriores continua atuando para chegar a uma conclusão.

Mas já que a Audiência Pública está acontecendo, eu penso que as duas Comissões desta Casa, Sr. Presidente Senador Romeu Tuma, tanto Relações Exteriores como Direitos Humanos, que estão coordenando esta Audiência Pública, deveriam ser informadas, eu penso, mensalmente, das tratativas que estão acontecendo para que, já que aconteceu a Audiência Pública, o Congresso Nacional, através do Senado Federal e das duas Comissões, acompanhe os resultados.

Eu penso, sem demérito nenhum para o Ministério das Relações Exteriores, que o Dr. Aloysio foi muito preciso e muito claro, mas para dizer que o Congresso está se interessando pelo assunto, quer acompanhar o resultado e ver.

Porque mesmo o Presidente Lula, em termos de busca de uma solução, que o Djalma inclusive disse que ele precisa de uma solução, também mesmo que isso implique numa greve de fome, de acordo com... E pedindo um posicionamento do Presidente Lula.

Quer dizer, o Presidente Lula está também no aguardo desta definição do Ministério das Relações Exteriores daqui com o governo japonês, para que ele possa atuar, mas nada impede do governo também, através do Presidente Lula, se interessar pelo assunto. para que o governo japonês, quer dizer, telefona-se para presidentes e as autoridades por tantos motivos aí, muito menos importantes, pode-se telefonar e pedir uma solução para uma situação dessa natureza.

Então, eu até diria que o Djalma até tem razão no sentido de dizer que o governo tem que se interessar em achar uma solução. Está se interessando, mas há mecanismos para que uma solução possa ser mais rápida, apesar da tradição cultural japonesa, como dito, exigir, assim, tempo e aplainar o caminho e ver com calma.

Mas, de qualquer forma, eu penso... Então eu queria propor, Sr. Presidente, que, mensalmente, a gente pudesse ter a notícia do Ministério das Relações Exteriores em relação ao desdobramento.

Vamos dizer, no mês de maio, junho, em agosto, vai acontecer o evento, também, e que a gente possa constar isso da Ata desta Reunião, eu peço para a Secretaria das duas Comissões colocar em Ata isto,

para que as duas Comissões acompanhem o resultado. Muito bem.

Eu só gostaria, não sei se eu entendi direito, quando o Dr. Rodrigo estava falando, comparando o que acontece entre os dois países.Me pareceu, salvo melhor juízo, que o senhor teria dito que há muita dificuldade de se fazer as coisas no Japão, como por exemplo a execução penal, a execução da carta rogatória, e facilidades no Brasil para a comunidade japonesa.

Pelo menos eu entendi dessa maneira, que havia dificuldades lá e facilidades aqui. Foi nessa linha? Sim, daqui a pouco o senhor responde.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor quer a resposta agora?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, não, porque, se for neste sentido, aí, sim, aí está errado. Quer dizer, se houver qualquer coisa neste sentido, estará completamente errado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A importância da reciprocidade num tratado internacional é importante.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Porque um dos princípios fundamentais da relação entre os países é o critério da reciprocidade. Se é difícil lá, não pode ser fácil aqui. Se é difícil aqui, fácil lá, alguma coisa está errada aqui, estaria errada.

Então se V. Exa. colocou nesse sentido, eu gostaria de saber no que o Brasil está facilitando as coisas e o Japão dificultando. Porque aí nós teremos que cobrar do Ministério das Relações Exteriores, no caso, uma ação de reciprocidade. Quer dizer, não é para facilitar aqui e dificultar lá, tem que ser a mesma coisa. Então, nesse sentido.

E eu gostaria de perguntar ao Dr. Aloysio, porque o Senador Geraldo Mesquita mencionou a preocupação dele, inclusive muito justa, legítima, em termos dos migrantes que... Estão os brasileiros, estão em vários outros países, também, certamente tendo dificuldades.

Só para dizer se existe alguma dificuldade parecida, ou melhor, dificuldade deve haver, mas se no decorrer do tempo se achou alguma, alguma, algum caminho de sucesso em outros países para situações parecidas, além daquelas já mencionadas, que poderiam, mais ou menos, servir de subsídio ao Brasil.

Eu recebi os dados do Ministério das Relações Exteriores, em relação à situação dos *dekasseguis* no Japão e pelos dados fornecidos pelo Ministério, as cartas rogatórias no decorrer dos anos, estavam em termos de 300, mais ou menos, por ano, 300 cartas por ano, o que, no decorrer dos anos, deve haver, assim, um contingente de umas cinco, seis mil pessoas que buscaram os caminhos da Justiça para regularizar a sua situação, não sei, até o Dr. Rodrigo poderia depois ver esses números.

Dessas cartas rogatórias, 50% delas, pelo que foi falado depois, de um prazo aproximado de cinco meses, de acordo com o Ministério, cinco meses, as pessoas são encontradas e a carta rogatória, então, alcança o seu destinatário. Mas só que depois vem o problema que o Dr. Rodrigo mencionou, que não existe forma de fazer com que isto seja executado.

Então, nós devemos ter 240 mil brasileiros no Japão que estão lá atualmente, depois da vinda, do retorno de cerca de 80 mil, como foi dito, dos 320 mil, a segunda maior comunidade brasileira no exterior depois dos Estados Unidos.

Quer dizer, cerca de 6 mil, me parece, pessoas que estejam, em torno disso, 5 mil, 6 mil, 7 mil que estejam nessa situação. Mas o que me interessou mais foi pensar assim: "Bom, por um lado só o tratamento desigual e por outro lado o que fazer".

Porque nós não podemos também, eu me sentiria muito mal, de dizer para a Aparecida e para o Djalma que estão representando tantas pessoas aqui, "Voltem para a casa e aguardem." Quer dizer, foi bom, claro, é uma Audiência Pública, o pessoal está acompanhando, a TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, Jornal do Senado, todos dão a cobertura para o evento, muitas outras pessoas pelo Brasil estão acompanhando esta audiência. Podem até sugerir, depois dessa audiência, todo mundo no Brasil é convidado a sugerir, inclusive, "Olha, não foi discutido isso, podia até ser pensado nesse outro caminho."

Então, isso é bom também. Mas ao mesmo tempo, eu penso, assim, que esse relatório mensal, o Congresso Nacional pode repassar e vamos em conjunto acompanhar para ver aonde que chegamos depois dessa Audiência Pública.

É isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Flávio Arns, V. Exa. tem razão. Nós estamos tratando de seres humanos. Não é a OMC que vai resolver um problema que se resolve comercialmente de produtos, porque o ser humano é diferenciado, nós temos que pensar que é uma vida que está em jogo e isto, não tenha dúvida, que a presença das autoridades que aqui estão e mais as pessoas que conhecem aqueles que estão sendo vítimas de algumas dificuldades, trazem isso que V. Exa. propõe.

Quanta gente foi *dekassegui* e já voltou, poderia sugerir, porque passaram, e mandar *e-mail*, fax, o que puder, para nós senadores saber, porque toda a legislação tem que sair daqui.

É o Congresso que vai facilitar a vida das autoridades que tenham a providência a tomar. Porque se acordos, os acordos internacionais, até isto tem que passar pelo Congresso para poder ser aprovado ou não.

Então, quanto mais velocidade a gente puder dar para resolver esses assuntos, sem dúvida nenhuma, nós estaremos prestando um grande serviço aos direitos humanos individuais daquelas famílias que estão sofrendo com essa separação, que isso já vai mais de trinta anos, Senador.

Esse caso *dekassegui* tem mais de 30 anos, eu acredito, eu era Chefe de Polícia em São Paulo, não tinha ido nem pela Federal. Então já estou aqui 16, então o senhor imagina quando tempo isso vem passando e agora com a crise, voltou a ter um problema grave, que é o retorno, tem gente que não tem condições de retornar. Estão com dificuldade e precisam da assistência dos embaixadores, de toda a estrutura de governo brasileiro que lá está, para tentar voltar para o Brasil, porque eles sem dinheiro, sem emprego, não conseguem nem se locomover para voltar.

Eu vou passar a palavra ao Dr. Rodrigo e em seguida ao Dr. Aloysio, para responder V. Exa..

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Obrigado, Presidente.

Senador Flávio Arns, eu talvez não tenha sido muito claro, a questão, aquela situação que eu explanei, não é questão da falta da reciprocidade, é que no atual contexto dos dois países, até pela inexistência desse acordo diplomático.

O que a gente verifica na prática? A legislação brasileira, ela autoriza que o casal sem separar, se divorcie ,sem que seja obrigatório a discussão de alimentos na mesma ação, no mesmo processo. Os alimentos podem ser discutidos em outra ação.

E eu explanei aquela situação para demonstrar o seguinte: o *dekassegui* que está no Japão ele consegue resolver o problema dele aqui no Brasil. Ele manda uma procuração para um advogado aqui no Brasil pedindo para se separar ou para se divorciar. É feito, o processo tramita normalmente, é dada a sentença de divórcio e a família aqui quer discutir alimentos, mas ela não consegue discutir alimentos com ele, por quê? Por causa dessa questão da falta do tratado diplomático, da impossibilidade da execução.

Então, a rigor, não é uma falta de reciprocidade, a questão é que quem está no Brasil não consegue resolver o problema dela em relação ao *dekassegui* que está no Japão, seria mais nesse sentido.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): E a pessoa consegue se divorciar daqui para lá?

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Daqui para lá, consegue, porque cita a pessoa por edital, ou até mesmo rogatória, porque, na ação de separação e divórcio, basta notificar ou citar o réu.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mudou a legislação sobre a separação.

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Basta citar ou notificar a pessoa. E isso o Tratado atual, de 1940, Brasil-Japão, atende; a pessoa é citada, não há um ato de execução posterior que seria compelir a pessoa a pagar ou a fazer.

Então, para isso o tratado ele resolve; porém, a questão de alimentos, quem está aqui não consegue resolver o problema dela com o *dekassegui* no Japão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não tem uma pensão, não tem nada, não tem uma exigência legal de dar assistência a família, não é isso?

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Sim, a separação ou divórcio independente da discussão de alimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pode separar, mas não tem a facilidade de a família sobreviver.

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Então, não é uma via de mão dupla. O *dekassegui* consegue resolver o problema jurídico legal familiar dele no Brasil, o que ele quiser resolver, mas a família não consegue resolver a sua necessidade.

A questão do número de rogatórias é sempre importante a gente ter em mente que há uma demanda represada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Reclamação de pensão, não é, mais isso.

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Sim, a maioria é de pensões alimentícias e há uma demanda represada, nem todas as famílias conseguem buscar a Justiça. O Sr. Djalma relatou uma dificuldade que ele teve, não conseguiu advogado gratuito na época, embora eu entenda que faria jus.

Então, esse número é um número simbólico e demonstra que existem muitas famílias nessa situação e certamente há muitas outras que não chegam a procurar a Justiça.

Inclusive, quando eu comecei a atuar junto a Associação, o que eu, quando a gente descobriu esse contexto de inexistência de um tratado diplomático entre Brasil e Japão, a gente chegou à conclusão que a melhor forma da Associação autuar não era entrar com ações em nome das famílias, mas, sim, buscar resolver a questão de fundo, que é essa inexistência de tratado diplomático.

Porque, se nós entrássemos com as ações, elas teriam sempre o mesmo destino, como eu tinha afirmado: as sentenças, as decisões seriam inócuas, serviriam só para pendurar num quadro na parede, elas não seriam executadas, então a gente buscou resolver essa questão de fundo.

Se V. Exas. me permitirem, em complementação, eu tinha esquecido de informar, que o Brasil, reafirmando, o Brasil é um país que o Poder Judiciário, ele é rigoroso, ele é firme e ele não protege situações de ilegalidade.

Há uma reação muito grande no Japão e até o Dr. Aloysio tinha conversado comigo antes de iniciar a Audiência Pública, em virtude de crimes praticados pelos *dekasseguis* no Japão, eles praticam crimes lá e acabam fugindo pra cá.

Mas a legislação brasileira, ela prevê a forma de punição, mesmo cometendo o crime no estrangeiro o *dekassegui*, ele pode fugir para o Brasil, mas a legislação brasileira vai condená-lo por crime que ele praticou em território japonês, então não há--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Responde processo aqui.

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Responde processo aqui. É processado pelo Ministério Público brasileiro e a pessoa é punida. Tenho aqui comigo até um acórdão aqui de 09 de janeiro de 2009, Desembargador José Antonino Bahia Borges, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que condenou um japão que cometeu latrocínio, um japonês, um *dekassegui* que cometeu latrocínio no Japão. Toda a investigação foi feita pela polícia japonesa, através da sua expertise, e colocada toda aquela qualidade técnica de investigação e a pessoa foi finalmente condenada.

Então, por esse lado, também eu acho interessante essa questão, que o Brasil, ele não coaduna com qualquer ilegalidade, seja em seu território, seja em território estrangeiro.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dr. Aloysio. [interrupção no áudio] Por favor.

SR. ALOYSIO MARÉS DIAS GOMIDE FILHO: Obrigado, Presidente. V. Exa. fez vários comentários muito importantes sobre esse assunto.

Inclusive eu podia até começar a tecer um comentário sobre isso que o senhor mencionou, que as agências de viagem, anos atrás passaram a ter essa função também de recrutar os brasileiros para irem ao Japão para trabalhar.

Nós conversamos muito, Itamaraty com o Ministério do Trabalho e Emprego que está atuando muito em benefício dos trabalhadores no exterior, de modo geral, e, no Japão, existe um projeto chamado Casa do Trabalhador Brasileiro no Japão, que está ainda em tratativa entre os dois Ministérios e também com o lado japonês, porque...

V. Exa. mencionou a questão do retorno, a importância do retorno dos brasileiros, que seja facilitado que eles já venham, voltem para o Brasil com a possibilidade de ter um emprego, até antes de chegar já com Carteira de Trabalho, e esse é um projeto que está sendo analisado pelos dois Ministérios, o governo japonês já deu autorização prévia em relação a essa iniciativa.

E a ideia é ajudar, primeiro, não é estimular o retorno, digamos, dos brasileiros, mas os que quiserem voltar, eles terão todo o apoio do Ministério do Trabalho e do Itamaraty para efeitos trabalhistas, ou voltar já com uma Carteira, ter acesso a um banco de dados de empregos disponíveis no Brasil.

Essa é uma iniciativa do TEM, que está sendo, enfim, implementada, em coordenação com o Itamaraty que é a casa do trabalhador brasileiro.

E aproveito para falar também sobre a questão das chamadas *hakens*, que são as empreiteiras no Japão que, enfim, contratam os brasileiros, geralmente esses contratos são de curta duração, de três meses, a moradia deles, inclusive, é vinculada ao contrato, ou seja, vem a crise, eles perdem emprego, perdem a moradia.

Teve até uma coisa inusitada no Japão, o fenômeno dos sem teto no Japão, de desempregados que perderam moradia por causa desses contratos que são muitos precários.

Então, eu queria aproveitar para informar que nós estivemos no Japão recentemente e estão avaliando a possibilidade de alterar a lei relativa a atuação das empreiteiras, as *hakens* no Japão, porque eles não só contratam brasileiros e estrangeiros, mas também inclusive japoneses também. Perdão.

E o Ministério do Trabalho também informou ao Presidente do [ininteligível], que esteve conosco, nessa última ida ao Japão, ele aproveitou para informar ao lado japonês que o lado brasileiro também está analisando a alteração, inclusive, se não me engano, o projeto de alteração da lei já se encontra na Casa Civil, relativa à atuação das empresas aqui no Brasil.

Enfim, defender os interesses dos trabalhadores brasileiros que vão ao exterior, ao Japão, sobretudo, para controlar melhorar a atuação dessas empresas, para evitar esses problemas no futuro, isso em relação às empreiteiras.

Eu trouxe, inclusive, V. Exa. comentou a questão das cartas rogatórias, uma informação bem recente da nossa Embaixada, que é uma questão muito impor-

tante. Quer dizer, não resolve o problema, mas é uma parte do problema, que, se for resolvido, não resolve o problema maior da execução, mas o número de cartas rogatórias que vão do Brasil para lá é muito grande e as cumpridas são poucas, na verdade.

Porque um problema é a questão da localização do brasileiro. No momento, é muito difícil saber, enfim, onde ele mora, até por causa da crise agora, ele muda de endereço, muda de endereço com uma certa frequência, até por causa desses contratos precários que eles têm de um mês, três meses, então, depois que perde o emprego, perde a residência vai para outro local, muda de endereço. Então, é difícil localizar os brasileiros.

E o sistema japonês, inclusive, de notificação, de citação, é uma carta, vai por correio. Na verdade, não é o indivíduo que entrega a carta pessoalmente, como, se não me engano, funciona assim no Brasil, é pessoal.

Então, ele recebe uma carta, em japonês, enfim, pode até não entender a carta, se ele não falar japonês. Se ele quiser, ele joga no lixo. Enfim, é muito difícil saber o que é feito a partir daí. Então esse não cumprimento das rogatórias é em função da não localização e do próprio sistema, de como a carta chega até o interessado. E, de fato, grande parte dessas rogatórias se refere a alimentos, questão de pensão alimentícia.

Só para dar um exemplo: em 2004, foram 404 rogatórias, das quais 104 cumpridas, 242 não cumpridas, e 193 dessas 404 relativas a alimentos; 2009: 375, 171 relativas a alimentos, é em torno de 60%, a porcentagem é muito alta. Então, a dificuldade aí também.

Em relação às negociações com o lado japonês, o interesse, digamos, maior deles em relação a esses quatro acordos é realmente a questão, a cooperação em matéria penal, sempre nessas reuniões reservamos um tempo para eles apresentem esse pedidos que o Dr. Rodrigo comentou que são casos específicos de crimes muito sérios, cometidos por brasileiros no Japão.

Na ausência desse acordo, em matéria de cooperação penal, eles pedem a persecução criminal, se não me engano, não conheço o jargão, mas eu acho que é isso, persecução criminal para que eles sejam julgados, condenados aqui, no Brasil, que foram crimes sérios cometidos no Japão.

E o nosso interesse maior é na cooperação civil, em função dos problemas que nós comentamos hoje. Então, nós estamos caminhando paralelamente com essas duas negociações; uma não vai avançar a outra, o acordo não vai... Enfim, essa é um pouco a nossa posição em relação aos dois acordos que, para eles, esse tipo de cooperação penal é muito importante, e, para nós, de cooperação civil, também.

E, realmente, o problema em relação à execução das decisões é importante. Se V. Exa. permitir, eu só vou ler um pequeno trecho aqui do relato da última reunião, que diz o seguinte: "*O lado japonês assinalou também que, para se executar uma sentença estrangeira validada no Japão, seria imprescindível uma segunda sentença propriamente japonesa*. *Nesse caso, afirmou, que, se o réu residente no Japão tivesse bens nesse país, o autor deveria pedir à execução do patrimônio, para que a execução dos alimentos fosse feita. E para executar os alimentos, acresceu, o autor deveria ajuizar ação perante a Justiça japonesa*."

E foi comentado aqui que dificulta, na ausência de um acordo de execução, fica muito, fica impossível fazer isso; por isso que estamos fazendo gestões permanentes para que esse acordo seja negociado com a maior rapidez possível.

Eu acho que são esses os comentários, não sei se V. Exa.... Se eu cumpri todas...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, os dois... Eu são sei se não seria interessante, Senador Arns, V. Exa. fez o convite às autoridades, se a gente não poderia convidar o Embaixador do Japão para conversar um pouco com ele sobre essas possibilidades de tratados.

Talvez a gente pudesse ter uma luz também da legislação japonesa e buscar com o doutor e com eles, alguma forma de um encontro que pudesse trazer um acordo que desse essa tranquilidade maior às famílias que se viram abandonadas.

Eu proponho aí, mas fica na mão de V. Exa., que está cuidando desse caso.

Gostaria de ouvir o japonês, o Embaixador, porque o Japão é muito sério nessa parte judicial, jurídica, eles têm um tratado muito bem em qualquer acordo. Na área da segurança é perfeito, eu trabalhei com o Diretor da Academia de Polícia lá, como membro da INTERPOL, são 100% a serviço de qualquer pedido que o Brasil fizer no combate ao crime organizado. Então, eu acho que não teríamos dificuldades.

É claro que essa parte jurídica é difícil, porque o cidadão japonês tem mais direito do que o brasileiro que para lá vai e vice-versa, nós não podemos dificultar essa parte do nacional ter...

Mas, agora, o que não pode é deixar o sujeito a mercê da sua vontade própria em negar a assistência a uma família que ele deixou aqui. Essa tem que buscar, qual é a solução que o Japão poderá cobrar, para poder realmente repassar para aqueles que precisam dessa assistência.

Quem sabe conversando com o Embaixador, eu não sei se vale a pena ou não, o senhor que tem que esse... Conversar com o Embaixador japonês, eles poderiam vir aqui também, para expor algumas coisas, e o Embaixador falar com as autoridades lá.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu acho que é uma sugestão, Senador Romeu Tuma, vamos em conjunto estudar a possibilidade e novamente ressaltar a todos que acompanham essa Audiência Pública, pelos meios de comunicação do Senado, para que também sugiram. Pensem e certamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sugiram é nome japonês....

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): [risos] Sugiram alternativas e que a gente possa, na sequência, inclusive, pensar em conjunto sobre o assunto, assim como a própria Associação. A Associação está em contato com muitas dessas pessoas e pode, perfeitamente, enviar sugestões aqui para as duas Comissões do Senado Federal.

Quando foram dados, quando foram mencionados os dados, eu até penso que o total, eu achava que tivéssemos 300, mas é mais, 400, 450 cartas rogatórias, então eu até mencionei 5 ou 6 mil, mas devem ser mais do que 5 ou 6 mil.

E, talvez um fato novo que esteja acontecendo agora, que em função da crise nesses dois últimos anos, 80 mil dos 320 mil brasileiros, voltaram ao Brasil. Então, talvez haja necessidade no Japão de alguma coisa que dependa, assim, da decisão brasileira também, porque deve haver situações de pessoas que estão voltando e que tenham família no Japão também, isso talvez permita então uma reciprocidade, como foi dito agora a pouco.

Mas, de qualquer forma, eu penso, falando para a Aparecida, que também fez um depoimento com muita emoção nessa Audiência Pública, o Djalma também e a todos que não puderam vir aqui, que só o fato da Audiência Pública, eu considero um fato importante também.

A gente muitas vezes quer o resultado; então o resultado, nós vamos em conjunto, porque eu acho que o que se deseja é resolver a situação, mas em conjunto, junto com o Ministério das Relações Exteriores, mais o Senado Federal, quando eu mencionei de termos mensalmente alguma notícia, para vocês não ficarem sem notícia também, saberem o que está acontecendo, formalmente, e no sentirmos assim, corresponsáveis nessa caminhada, na busca de alguma solução, no caso específico do Japão, mas certamente, como foi mencionando, acontecendo em muitos outros países também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, eu queria devolver a palavra ao Dr. Rodrigo, porque ele estava me mostrando, complementando os dados do Dr. Aloysio sobre as rogatórias, os objetivos delas e quantas foram cumpridas ou não.

Eu pediria ao Dr. Rodrigo, que ele tem os dados, para a gente tomar conhecimento, realmente, do montante e qual é o objetivo principal dessas rogatórias. Por favor, doutor.

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Na verdade, é realmente, é só mais um dado, os dados do Dr. Aloysio são extremamente completos.

Eu tive acesso a um trabalho, um artigo, um excelente artigo escrito pelo desembargador Caetano Lagrasta Neto, do Tribunal de Justiça de São Paulo, depois eu vou passar para o Ministério de Relações Exteriores. Eu tive acesso a ele anteontem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A Comissão gostaria de cópia também.

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Sim, tiraremos cópia. Eu tive acesso a ele só anteontem, eu estava pesquisando na Internet a respeito do Tratado, até procurando mais material para poder participar e me deparei com esse artigo.

E ele... Ele faz uma narrativa de como é o funcionamento das cartas rogatórias do Tribunal de Justiça de São Paulo, e através de números que eu peço licença para ler, ele demonstra como as rogatórias para o Japão estão em maior número e também como elas são, como muitas delas são devolvidas sem cumprimento.

Então ele diz o seguinte: "*Que em 2005, no Tribunal de Justiça de São Paulo foram enviadas ao Japão 2 mil 425 cartas rogatórias, sendo 1.122 relativas a pensão alimentícia, 569 a divórcio, 229 a reconhecimento de paternidade e 224 a processos criminais. Destas, aproximadamente 80% não localizaram o destinatário*."

Então, complementando aquela questão de que, realmente, a dificuldade de localização. Era só.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não tem endereço, as pessoas não têm endereço no Japão, o carteiro é que sabe, porque quando vem o estrangeiro, ele vai ter dificuldade, sem dúvida nenhuma, de localizar. Então, é uma coisa que parece que o Japão hoje já está começando a achar que tem que dar nome de rua lá, para poder realmente facilitar a vida do carteiro.

Depois, se V. Exa. puder deixar a gente... Acho que era bom para ficar das duas Comissões e o senhor também vai deixar.

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: O artigo, ele também aborda a questão que a pessoa informa o endereço que ela considera seja o correto do *dekassegui*

no Japão, a rogatória chega ao Japão, a pessoa não é localizada e a rogatória é imediatamente devolvida, sendo que as prefeituras lá, eles têm cadastros dos brasileiros, então falta, se fosse um pouquinho mais de esforço para tentar localizar, muitas dessas diligências teriam sucesso, ainda que fosse na segunda tentativa, com a obtenção de dados dos cadastros público do Japão.

Eu agradeço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Bom, eu acho que na próxima Audiência Pública que vamos ter, quem sabe convidar esse Desembargador também, com o Dr. Rodrigo, o Dr. Aloysio, para a gente não deixar morrer o assunto, Senador.

Eu acho que V. Exa. tem razão, a gente tem que dar oportunidade daqueles que tem o conhecimento de fatos como os senhores, também poder nos escrever para a gente poder alimentá-los na busca de uma solução.

Pois não, doutor. Liga o microfone. Está ligado?

SR. DJALMA STRAUBE: Eu gostaria de acrescentar o seguinte: em conversa com o Professor Menezes, que é Vice-Cônsul da Alemanha, é um conhecido meu lá da cidade de Mogi das Cruzes, ele me informou que existe uma lista de controle consular em todas as embaixadas e consulados, que é mantida pela Polícia Federal, onde todos os brasileiros que têm alguma pendência com a Justiça brasileira, eles são impedidos de renovar passaporte ou seus documentos.

Seria interessante se houvesse a possibilidade desses familiares que...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor está falando da polícia alemã ou do cadastro da Polícia Federal brasileira?

SR. DJALMA STRAUBE: Isto, isto, do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aqui tem, tem realmente.

SR. DJALMA STRAUBE: Então, o ideal que se houvesse a possibilidade desse familiar que está no Japão, que fosse citado por edital, já que é quase impossível citar ele lá no Japão, então quando ele fosse renovar alguma documentação, ele fica impedido de renovar o passaporte, ele simplesmente consegue um provisório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Uma ideia para o Ministério da Justiça.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Uma boa ideia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): As rogatórias, serem cadastradas e mandar para o Japão, para entrar num arquivo que se o sujeito for pedir um visto, pedir um documento, um emprego novo, ele automaticamente é reconhecido e as providências da polícia japonesa poderão ser tomadas em favor do Brasil.

SR. DJALMA STRAUBE: Uma outra coisa que eu gostaria também, é o que acontece no Brasil, acontece em todas as colônias japonesas na América, em geral. Eu tenho conhecimento de uma peruana, que ela comentou o caso dela, disse que lá o que está acontecendo no Brasil está acontecendo lá.

Se através do MERCOSUL pudesse levar essa questão, também para auxiliar essa família, acho que seria interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Hoje eu estou vendo até com muita alegria a divisão das comunidades brasileiras no exterior, e eles têm tem tido um trabalho excelente, eu acho que ela tem as virtudes de poder receber esses informações para poder agir.

Porque se nós deixarmos de informar ela não vai poder agir, porque ela não sabe o que está acontecendo. Não é? Então, isso as autoridades têm que receber de alguma forma a informação para poder tomar qualquer tipo de providência.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Mas o que o Djalma está sugerindo eu penso que é mais um caminho.

Porque ele menciona, está mencionando oficialmente nessa Audiência Pública de que as informações que ele possui é no sentido, são no sentido de que o mesmo drama dos brasileiros acontece em outros países.

Então, esta Comissão pode enviar para a Comissão de Direitos Humanos do MERCOSUL, esse estudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que o Peru não pertence,mas pode mandar para os Direitos Humanos da ONU, da própria ONU.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Da ONU e da OEA, Organização dos Estados Americanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): OEA, Organização dos Estados Americanos.

Quer dizer, levar esta situação, eu penso que isto reforça o pleito do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É verdade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então é uma questão de direitos humanos do Brasil, uma questão de direitos humanos do MERCOSUL--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Do Peru.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): --dos Estados americanos e da Organização das Nações Unidas.

Então nós podemos elaborar um documento dessa natureza, fruto dessa Audiência Pública, aprovarmos nas comissões, para que o Congresso Brasileiro envie e isto eu penso que é uma ideia, assim, que realmente deve ser aprovada, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu peço a Secretaria que está cuidando dessa Audiência Pública que providencie a solicitação do Senador Flávio Arns.

Não havendo mais ninguém que queira fazer uso da palavra...

Pois não, o senhor ainda tem, pois não.

SR. ALOYSIO MARÉS DIAS GOMIDE FILHO: Obrigado Senador, só um breve comentário, porque houve, eu percebi que há uma discrepância bastante significativa entre os números que eu citei aqui e os números do Dr. Rodrigo, do artigo. Eu acho que esses números aqui, na verdade são as cartas rogatórias que passam pela Embaixada e as outros passam diretamente entre as autoridades centrais.

E a segunda informação é o seguinte: o governo japonês está no momento de, no momento está alterando sua lei de migração, a lei de registros de estrangeiros também. E uma das mudanças mais significativas, entre várias, é que o estrangeiro no Japão, em princípio, se for aprovada, essa lei entraria em vigor em julho de 2012, o estrangeiro vai ter uma carteirinha diferente e com mais dados e ele vai ter de informar a uma autoridade central, ao invés, hoje em dia é provincial, ele vai ter de informar à autoridade central, qualquer tipo de mudança, ou seja, mudou de endereço ele tem que informar, sob pena de uma multa e então esse é uma... Isso vai...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mudar de emprego?

SR. ALOYSIO MARÉS DIAS GOMIDE FILHO: Emprego eu não tenho certeza, mas se mudar de endereço ou algum *status* migratório, o visto dele, alguma coisa assim, ele teria de informar.

E isso facilitaria a questão da localização, porque aí vai ter um registro dele, um endereço permanentemente, porque ele estaria sujeito a uma multa se ele não informar. Isso só a partir de julho de 2012.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ok. Não havendo mais quem queira usar da palavra, agradeço profundamente a presença dos senhores, acho que é um assunto importante, cumprimento V. Exa. pelo requerimento da audiência.

E acho que nós temos que dar continuidade a esse trabalho de assistência, principalmente aos estrangeiros, aos brasileiros que vivem no exterior, que estão sofrendo as consequências das crise e as vítimas também, as famílias que moram aqui, com o trabalho deles desenvolvido em outro país sem comunicação.

Agradeço a V. Exa., [ininteligível] juiz, o senhor doutor pelo Ministério, o senhor como cidadão que representa o grupo e a senhora também.

E dou por encerrada a sessão, agradecendo a presença também do Itamaraty, aqui, na nossa audiência.

Muito obrigado, senhores.

Sessão encerrada às 12h14.

ATA DA 13ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e onze minutos do dia quinze de abril do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência dos Senadores **Eduardo Azeredo e Marco Maciel,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Estão presentes os senhores Senadores: **Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Romero Jucá, Paulo Duque, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Patrícia Saboya, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Hélio Costa, Valdir Raupp, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Romeu Tuma, Tasso Jereissati e Mozarildo Cavalcanti.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 9ª, 10º, 11ª e 12ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. O Presidente convida à Mesa as Embaixadoras Maria Elisa de Bittencourt Berenguer e Ana Lucy Gentil Cabral Petersen. São apreciados os seguintes itens, constantes da 1ª Parte da Pauta: **Item 1 – Mensagem (SF) nº 64, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e do art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da senhora MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Estado de Israel."*; Relator: Senador **Marco Maciel;** Resultado: apreciada. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 76, 2010,** de autoria do Presidente da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal o nome da senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN,*

Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Angola."; Relator: Senador **Geraldo Mesquita Júnior;** Resultado: vista coletiva concedida. Apreciam-se, também, os seguintes itens constantes da 2ª Parte da Pauta: **Item 1 – Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que *"Altera o art. 1º da Lei nº 11.320, de 6 de julho de 2006, que fixa os efetivos do Comando da Aeronáutica em tempo de paz (cria cargos nos quadros do Comando da Aeronáutica)."*; Relator "ad hoc": Senador **Paulo Duque;** Resultado: aprovado o projeto e a emenda nº 1 CCJ/CRE, de redação. **Item 2 – Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que *"Autoriza o Poder Executivo a doar 3 (três) aeronaves T-27 TUCANO à República do Paraguai."*; Relator: Senador **Romeu Tuma;** Resultado: adiado. **Item 3 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 868, de 2009**, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN), que *"Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica entre os Estados Partes do Mercosul e os Estados Membros do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo, assinado em Brasília, em 10 de maio de 2005."*; Relator: Senador **Inácio Arruda;** Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. **Item 4 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 873, de 2009**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *"Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Díli, em 9 de janeiro de 2009."*; Relator: Senador **Augusto Botelho;** Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 926, de 2009**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *"Aprova o texto do Tratado sobre Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004."*; Relator: Senador **Heráclito Fortes;** Resultado: adiado. Apreciam-se, também, os seguintes itens Extrapauta: **Item 1 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 18, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *"Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o Combate à Malária/Paludismo, celebrado em São Tomé, em 26 de julho de 2004, durante a V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP."*; Relator: Senador **Augusto Botelho;** Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. **Item 2 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 26, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *"Aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia para o Estabelecimento da Zona de Regime Especial Fronteiriço para as Localidades de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia), celebrado em Bogotá, em 19 de setembro de 2008."*; Relator: Senador **Inácio Arruda;** Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. Apreciam-se, finalmente, os seguintes Requerimentos: **Requerimento nº 19/2010 – CRE**, de autoria do Senador **Inácio Arruda**, que propõe "*a criação de uma Comissão Externa composta por 03 (três) membros, destinada a representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece no próximo mês de maio, na sede das Nações Unidas."*; Resultado: aprovado. **Requerimento nº 20/2010 – CRE**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, que propõe que "*seja convidado o Embaixador da República Bolivariana da Venezuela no Brasil, para que o mesmo exponha, no âmbito da CRE, sobre as atuais relações comerciais entre seu país e o Brasil."*; Resultado: aprovado. Durante a reunião, fazem uso da palavra os Senadores: Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Collor, Pedro Simon, Paulo Duque, Rosalba Ciarlini, João Tenório, Romeu Tuma, Romero Jucá, Inácio Arruda, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho. Concede-se a palavra à Embaixadora Maria Elisa de Bittencourt Berenger, para que faça sua exposição. A reunião torna-se secreta às onze horas e vinte e sete minutos. É reaberta ao público às onze horas e quarenta e oito minutos. O Presidente comunica a aprovação da Embaixadora Maria Elisa de Bittencourt Berenger. Nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e cinqüenta e três minutos. Lavro, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, esta Ata. Lida e aprovada, ela será assinada pelo senhor Presidente e, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada desta reunião, publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 9ª, 10ª, 11ª e 12ª reuniões dessa comissão realizadas, respectivamente, nos dias 06, 07 e 08, semana passada, e também ontem, dia 14 de abril.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. Estão aprovadas.

Essas reuniões foram nos dias 06, 07, 08... Foram Audiências Públicas e também o seminário internacional.

Eu quero, senhores membros da comissão, antes de convidar as Sras. Embaixadoras, dizer só que a presença do Chanceler Celso Amorim nesse Plenário foi uma prova de apego ao diálogo, de respeito às normas democráticas. E ele pôde colocar claramente as posições do Governo sobre temas complexos, como o programa nuclear do Irã, as relações com regimes ditatoriais e o neopopulismo latino-americano. Foi uma excelente oportunidade também de podermos ir às razões que determinaram a atual política externa do nosso país.

Entretanto, eu quero dizer que, especialmente nós, membros da oposição, e eu falo como membro de oposição, não propriamente como Presidente dessa comissão, nós, realmente, vemos, ainda, com muita preocupação a relação Brasil-Irã, especialmente com essa questão do risco de armamentos nucleares, e também com os permanentes atentados aos direitos humanos, e que têm sido... O noticiário de fuzilamento é sempre permanente, e o Brasil caminha para um certo isolacionismo, ficando sozinho neste apoio. Os jornais de hoje ainda trazem o Ministro entregando a camisa da seleção lá do Irã, e quando é um regime que está sabidamente desrespeitando as questões dos direitos humanos. Esse é um ponto, portanto, que preocupa muito, assim como a questão da Venezuela, que já, por diversas vezes, reportamos aqui, que só tem avançado numa escalada. Eu considero que é nosso dever acompanharmos essa questão, respeitando, evidentemente, as duas posições divergentes, que podem acontecer. Mas o fato é que estamos, então, retomando as sabatinas dos Srs. Embaixadores, e hoje com duas embaixadoras, embaixadora para Israel e embaixadora para Angola; houve um acúmulo de indicações, nesse início de ano, especialmente no mês de março, e nós temos, ainda, realmente, 12 outros embaixadores na fila, digamos, para poder fazer aqui as oitivas, as discussões. Eu acredito que nós teremos condição, sim, de fazer essas discussões no tempo hábil.

Portanto, eu quero agora, então, nessa primeira parte da reunião, convidar para compor a Mesa as Embaixadoras Maria Elisa de Bittencourt Berenguer, indicada para o Estado de Israel, e a Embaixadora Ana Lucy Gentil Cabral Petersen, indicada para a República de Angola.

"A Mensagem n°. 64/2010 submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV da Constituição Federal e do art. 39 da Lei 11.440, de 09 de dezembro de 2006, o nome da Sra. Maria Elisa de Bittencourt Berenguer... Berenguer mesmo, não é?

SRA. MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER: Berenguer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Berenguer, então, me desculpe-–

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ministra de Primeira Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Estado de Israel". É de autoria da Presidência da República. O Relator é o Senador Marco Maciel, a quem concedo a palavra para fazer a leitura do seu relatório.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, passo a relatar a Mensagem n°. 64/2010, do Presidente da República, *"que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, o nome da Sra. Maria Elisa de Bittencourt Berenguer, Ministra de Primeira Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Estado de Israel.*

O Sr. Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. Maria Elisa de Bittencourt Berenguer, Ministra de Primeira Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Estado de Israel.

A Constituição Federal, como se sabe, no art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar, por voto secreto, sobre a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente; é o caso do Estado de Israel.

O Ministério de Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou 'curriculum vitae' da diplomata indicada, do qual extraímos, para este relatório, as informações que se seguem:

Nascida no Rio de Janeiro, filha do também Embaixador Fernando Cesar de Bittencourt Berenguer e Elisa de Bittencourt Berenguer, Maria Elisa de Bittencourt Berenguer ingressou na carreira, após ter conclu-

ído o curso de preparação à carreira de diplomata do Instituto Rio Branco, em 1970. Ascendeu a Conselheira em 1986; a Ministra de Segunda Classe em 1994; e a Ministra de Primeira Classe, em 2005, sempre por merecimento, frise-se.

Dentre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar as seguintes: Chefe, substituta, da Divisão da Europa-I, em 1983; Chefe, substituta, da Divisão de Protocolo, em 1985; Chefe da Divisão de Visitas, em 1986; Conselheira na Missão junto à Organização das Nações Unidas, em 1988; Presidente da 31ª Sessão do Comitê do Programa de Coordenação das Nações Unidas, em 1988; Ministra-Conselheira na Embaixada em Moscou, em 1991; Diretora-Geral do Departamento de Comunicações e Documentação, em 1996; e Secretária-Adjunta da Secretaria-Geral Ibero-Americana, em Madri, em 2005.

Tendo recebido diversas condecorações, nacionais e estrangeiras, incumbe destacar as seguintes: Ordem Nacional da Costa do Marfim, Cruz do Mérito da República Federal da Alemanha; Ordem da Estrela Polar, Suécia, Primeira Classe; Ordem do Mérito Militar do Brasil; Legião de Honra da França; Ordem do Infante Dom Henrique; Ordem do mérito Aeronáutico, no Brasil; Ordem do Libertador da Venezuela, comendador; Ordem da Águia Asteca, do México; Ordem do mérito naval, Brasil, oficial, e Ordem do Rio Branco, Brasil, grande oficial.

Quanto ao posto para o qual foi indicada a Sra. Maria Elisa de Bittencourt Berenguer, cumpre trazer à colação ser Israel uma democracia parlamentar, integrada pelo Executivo, Legislativo e Judiciário, e baseada no princípio da separação dos poderes. O país é administrado por um Governo responsável perante a autoridade legislativa unicameral, o Knesset, formado por 120 parlamentares pertencentes a vários partidos políticos.

O Governo é chefiado por um Primeiro-Ministro, eleito por seus pares, como sói acontecer no Parlamentarismo, que se mantém enquanto merecedor do voto de confiança do parlamento. Os poderes são independentes e presidência constitui órgão de representação protocolar do Estado.

O grande problema de política interna diz respeito à questão palestina, constituída de avanços e retrocessos, e para a qual o Brasil vem, ao longo dos anos e dos sucessivos governos, pretendendo se constituir em um agente de conciliação.

No que concerne às relações bilaterais, o compromisso do Brasil para com a criação do Estado de Israel precedeu o estabelecimento do Estado judeu, em 1948. Decorreu da crença nos direitos fundamentais do homem, no direito à autodeterminação, na igualdade soberana dos Estados, na solução pacífica das controvérsias e no respeito às obrigações decorrentes de tratados e outras fontes do Direito Internacional. Incorporados à Carta das Nações Unidas, esses princípios também justificam a defesa dos direitos do povo palestino. Ao participar da Segunda Guerra Mundial, o Brasil contribuiu para um momento decisivo da História, que assumiu importância vital para o destino do povo judeu.

O exercício da Presidência da Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1947 (que proclamou a partilha do Mandato britânico sobre a Palestina) pelo ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, constitui outro importante marco. Pelo papel que desempenhou naquela ocasião, em que 13 dos 22 dos votos que aprovaram a histórica Resolução foram de países latino-americanos, o Brasil possui compromisso moral com relação à criação dos Estados de Israel e da Palestina, assim como as Nações Unidas.

O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer, como nós sabemos, o Estado de Israel em 1949, no mesmo ano em que este se tornou membro da ONU. As relações diplomáticas bilaterais datam de 1951, quando foi criada a Legação do Brasil em Tel Aviv, elevada, em 1958, à categoria de Embaixada. Naquele ano, Israel inaugurou sua Embaixada no Brasil.

De acordo com informação oficial do Ministério de Relações Exteriores, tem-se verificado nítida intensificação dos contatos oficiais entre o Brasil e Israel nos últimos anos, e, em março de 2005, o atual Primeiro-Ministro e então vice-Primeiro-Ministro, visitou o Brasil. O vice-Ministro da Defesa Ze'ev Boim também esteve no Brasil em abril e, pela parte brasileira, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, esteve em Israel em maio de 2005, 10 anos depois da visita àquele país do Chanceler Luiz Felipe Lampreia.

Em julho do mesmo ano, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, visitou Israel. Em dezembro de 2005, teve lugar, em Brasília, a 1ª Reunião de Consultas Políticas entre as Chancelarias brasileira e israelense, mecanismo criado com base em Memorando de Entendimento assinado durante a visita do Ministro Celso Amorim. O Ministro de Estado retornou a Israel em fevereiro de 2008, em périplo ao Oriente Médio, e, por fim, durante o conflito armado na Faixa de Gaza, em janeiro de 2009.

No plano político, o Brasil acompanha com grande interesse a situação no Oriente Médio e apóia todos os esforços em prol da paz entre palestinos e israelenses, a esperar que o processo de paz conduza ao estabelecimento de um Estado palestino independen-

te e soberano, em coexistência pacífica com Israel. O Brasil tem, entretanto, apoiado as Resoluções da ONU e de seu Conselho de Segurança, que preconizam a desocupação da região pelas tropas israelenses.

As relações comerciais se expressam em números aquém das potencialidades econômicas dos dois países. O intercâmbio comercial bilateral, em 2008, superou o marco de US$ 1,6 bilhão, volume recorde de trocas entre os dois países. Em 2009, as trocas caíram para pouco mais da metade do valor de 2008, em razão da crise financeira internacional que nós bem conhecemos, pela sua enorme extensão.

Digno de nota, por fim, é o Acordo de Livre Comércio entre MERCOSUL e Israel, assinado em 18 de dezembro de 2007, em Montevidéu. Cuida-se do primeiro acordo desta natureza do bloco com parceiro fora da Área Latino Americana de Integração (ALADI). Como tal, destina-se à abertura do mercado de bens, com a possibilidade de entendimento futuro sobre acesso a mercados em serviços e investimentos.

Trata-se também do primeiro acordo extrarregional que possui cláusula de vigência bilateral entre os países do bloco e a contraparte. Isso permitirá a implementação imediata do calendário de desgravação tarifária entre Israel e os países que o ratificarem, à medida que o processo de internalização do acordo se complete em cada Estado Parte. O Uruguai é o primeiro país a ratificá-lo e o acordo já vige, bilateralmente, desde 23 de dezembro de 2009.

No Brasil, em 16 de dezembro de 2009, o Congresso Nacional concluiu a tramitação do Acordo, e o Paraguai, país depositário, deve ainda marcar a data para o depósito do instrumento de ratificação, o que permitirá sua promulgação no Brasil. Todos os países do MERCOSUL acordaram que não aplicarão as regras do tratado para os produtos oriundos das áreas palestinas ocupadas. Tal entendimento, Sr. Presidente, nobre Senador Eduardo Azeredo, tem como precedente a experiência européia. Não consiste em alteração do texto, mas, na linha do Acordo entre a União Européia e Israel, em alcançar entendimento operacional".

Sendo essas as informações a serem prestadas no âmbito do presente relatório, estimamos estarem os Exmos. Srs. Senadores e Sras. Senadoras, membros desta comissão, estimamos estarem todos eles habilitados ao exercício do voto da proposição que ora acabo de relatar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Marco Maciel. Antes de passar ao relatório do Senador Geraldo Mesquita, eu quero também dar ciência que foi realizado, anteontem e ontem, aqui em Brasília, o Fórum Parlamentar do IBAS, Índia, Brasil, África do Sul, e participei, junto com os deputados, e também com o Senador Neuto de Conto, e representando o Brasil, e pudemos, então, discutir essas questões entre os três países no processo de apoio a esse importante evento que acontece hoje e amanhã... Aqui o encontro dos Presidentes do IBAS, do Brasil, África do Sul, e Índia, também ampliado com a participação do Presidente da Rússia, Presidente da China, que chegam também hoje e amanhã; são os cinco países chamados "emergentes", da maior importância, e, portanto, o Senado, pela sua comissão, deve continuar fazendo este acompanhamento.

E quero, ainda, dizer que o Ministro Celso Amorim me enviou uma correspondência, se prontificando a voltar aqui, tão logo achemos necessário; provavelmente no início de junho, nós o convidaremos novamente para ele vir aqui, tendo em vista esse período de problemas internacionais que têm acontecido.

Vou passar agora, então, já para o Item 2, a Mensagem 76/2010, que submete à apreciação do Senado Federal o nome da Sra. Ana Lucy Gentil Cabral Petersen, Ministra de Primeira Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à República de Angola. Também de autoria da Presidência da República, o relator é o Senador Geraldo Mesquita Júnior, a quem concedo a palavra para ler o relatório.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Embaixadoras, demais membros do Itamaraty aqui presentes, na verdade, Senador Eduardo, eu queria partilhar esse relatório com os nossos colegas senadores do Ceará. Faço deles também esse relatório, em nome da Patrícia, do Tasso, do Inácio, por se tratar a embaixadora Ana Lúcia, de uma eminente conterrânea, cearense.

Como disse V. Exa., o Presidente da República enviou ao Senado a indicação da Sra. Ana Lúcia Gentil Cabral Petersen, Ministra de Primeira Classe [soa a campainha]-–

[interrupção no áudio]

--carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Angola.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo preceito regimental, elaborou *curriculum* da interessada, do qual extraímos para o presente relatório, as seguintes informações:

"A Embaixadora Ana Lúcia nasceu em Fortaleza; é filha de Fausto Augusto Borges Cabral e Lucy Gentil Cabral. Formou-se em Comunicação Social pela Pon-

tifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 73. Após a conclusão do curso de preparação à carreira de diplomata do Instituto Rio Branco, em 78, foi nomeada Terceira Secretária, sendo, subsequentemente, promovida a Segunda Secretária em 81. Primeira Secretária em 88; Conselheira em 95; Ministra de Segunda Classe em 2003, e Ministra de Primeira Classe, em 2009.

Dentre as missões que realizou no exterior, cumpre destacar a Primeira Secretaria em Kingston, em 89; Conselheira na Delegação Permanente, em Genebra, 96, e na Embaixada, em Assunção, em 99. Como também Ministra Conselheira, na Embaixada, em Montevidéu, em 2003.

No âmbito interno, ocupou os seguintes cargos: Chefe, substituta, da divisão de imigração, em 91; Chefe, substituta da divisão de comissão de acompanhamento e coordenação administrativa nos postos no exterior, em 93; assistente da assessoria de comunicação social, em 95; assessora da secretária-geral das Relações Exteriores, em 2003; Diretora do Departamento de Direitos Humanos e temas sociais, e por fim, Chefe de Gabinete do secretário-geral das Relações Exteriores, em 2009.

A indicada possui, ainda, Mestrado em Políticas Públicas Internacionais pela Universidade Johns Hopkins, em Washington, curso realizado em 86. Portanto, eu diria que a embaixadora reúne experiência mais do que suficiente para o desafio que ora irá encarar, representando o nosso país no importante país amigo, Angola.

No que concerne ao posto para o qual atualmente é indicada, cabe manifestar a significativa importância de que ele se reveste. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em novembro de 75. Desde então, o relacionamento bilateral é, a vários títulos, intenso. Suficiente, para tanto, recordar o número de visitas presidenciais de parte a parte. Nesse sentido, aguarda-se nova visita do Presidente José Eduardo dos Santos ao Brasil, ainda esse ano.

As relações econômicas bilaterais são, por igual, muito ativas. Angola foi nosso segundo parceiro comercial, na África, em 2008. O comércio bilateral cresceu de maneira significativa, entre 2002 e 2008. As exportações brasileiras totalizaram um bilhão e 900 milhões de dólares, e as importações, 2,2 bilhões de dólares. Semelhante quadro não se reproduziu em 2009, em razão da crise que todo o planeta viveu.

O Brasil importa, fundamentalmente, petróleo, e exporta bens de consumo: automóveis, tratores, máquinas etc., e serviços... O fluxo comercial conta com linhas de crédito disponibilizadas pelo Brasil, no valor de um bilhão, 750 milhões de dólares, que são garantidos por compromisso angolano de fornecimento anual de 20 mil barris de petróleo.

Vale ressaltar ainda os crescentes investimentos de empresas brasileiras naquele país. Essas empresas atuam no setor de construção civil, entre elas Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa etc. Atua, ainda, no campo da mineração e da energia, através da Vale do Rio Doce e da PETROBRAS.

No plano estratégico, convêm destacar que a Angola é um dos maiores recebedores africanos de cooperação técnica brasileira, nas mais diferentes áreas: saúde, cultural, educacional, cultural, agrícola, mineração, defesa e turismo".

Diante do exposto, Sr. Presidente, creio que os membros dessa comissão já dispõem de elementos suficientes para deliberar acerca da indicação da Embaixadora Ana Lucy Gentil Cabral, a quem desejo pleno êxito na missão, e felicidade em sua estada naquele importante país, amigo do nosso querido Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu gostaria de pedir vista, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Do processo de Angola?

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sim, afirmativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É regimental? Algum questionamento? Algum outro senador deseja também fazer o pedido em conjunto?

Então, está concedida vista regimental. Nós não teremos reunião na próxima semana, mas ficaremos para a próxima, para o dia 29, já está prevista a oitiva do Embaixador para o Reino Unido e também do Embaixador para o Equador, que já tinha pedido vista antes, então, a vista já se esgotou, no caso de Equador.

Então, vou pedir só ao Senador Fernando Collor para que a gente possa ter esse prazo o mínimo possível, tendo em vista que estamos com o acúmulo de--

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Qual o prazo, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): 15 dias, estaria bem?

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Está bem, Sr. Presidente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu pediria, então, para facilitar, que fosse uma vista coletiva. Quer dizer, eu entro com o pedido de vista para que seja estendida aos outros que queiram.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tudo bem, então, pedido de vista coletiva. Mas nós vamos continuar, então, com a Embaixadora de Israel... A Embaixadora Ana Lucy, se quiser permanecer, nos dará prazer aqui.

Antes ainda da... A votação está aberta, declaro aberta a votação em relação à indicação para Israel e estando suspensa, portanto, a votação para a embaixada de Angola. E, ainda, vou, antes de passar a palavra para a Embaixadora Maria Elisa, aproveitando o quórum, que nós possamos aqui votar um Projeto Terminativo, que diz respeito ao efetivo do Comando da Aeronáutica, em tempo de paz, *"cria cargos nos quadros do Comando da Aeronáutica"*. Projeto de Lei da Câmara n°. 11, e é de autoria do Presidente da República; Senador Romero Jucá é o relator... Não está aqui presente.

Senador Paulo Duque será o senador... Relator *ad hoc*, não é?

Então,4 com a palavra o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Aqui, com muito prazer, esse parecer do... Da lavra do Senador Romero Jucá que, por motivos superiores, não pôde estar presente.

É o seguinte: *"Essa comissão examina, em Decisão Terminativa, o Projeto de Lei da Câmara n°. 11/2010, de origem do Sr. Presidente da República, cuja ementa é transcrita acima. O Projeto visa criar, no comando da Aeronáutica, mediante modificação dos efetivos atuais, estabelecidas por meio da Lei 11.320/2006, 3.745 cargos de militares, sendo 745 Oficiais Superiores (Majores, Tenente-Coroneis e Coroneis); 2.100 de Oficiais Intermediários (Capitães) e Subalternos (Segundo e Primeiro Tenentes); 7.800 de Suboficiais e Sargentos; e 3.100 de Cabos e Soldados. Além disso, extinguem-se 250 cargos de Taifeiros.*

Prevê, ainda, que a criação dos cargos fica condicionada à expressa autorização em anexo própria da Lei Orçamentária Anual, com respectiva dotação suficiente para o seu primeiro provimento, nos termos do §1º do art.169 da Constituição Federal. E que, se os respectivos recursos forem suficientes apenas para o seu provimento parcial, o saldo da autorização e das respectivas dotações deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício de em forem consideradas criadas e providas".

Análise. *"O projeto em apreço revela a busca pela adequação do perfil do Comando da Aeronáutica aos desafios advindos da atual dimensão da magnitude de suas atribuições, da tendência irrefutável do desenvolvimento tecnológico do sistema de defesa de ensino, da preservação do meio ambiente, do preparo ao emprego da força. Também constitui para a melhoria dos seus corpos e quadros.*

No que concerne às competências dessa comissão, achamos por bem transcrever parte do nosso voto na CCJ, Comissão de Constituição e Justiça, sobre o projeto. Aí está transcrito aqui o trecho do parecer na Comissão de Justiça.

Assim, a alteração mostra-se necessária e benéfica à estrutura e ao bom funcionamento da Força Aérea Brasileira e, portanto, aos interesses nacionais. Contribuirá, certamente, para o aumento da eficiência da força.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto n°. 11/2010, e da emenda de redação apresentada pela CCJ, assinado pelo Relator Senador Romero Jucá".

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Paulo Duque, e essa votação nominal, eu quero, então, pedir voto dos senhores... Senador Antonio Carlos Valadares? Ainda está aí?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon, o voto em relação ao aumento do efetivo da Aeronáutica, desse projeto que está em discussão? Senador Francisco Dorneles?

SENADOR FRANCISCO DORNELES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Geraldo Mesquita Júnior? Senador Paulo Duque... Já fez o relatório... Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o parecer do relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador João Tenório, Senador Fernando Collor saiu... Patrícia... Senador Mozarildo Cavalcanti. Senadora Rosalba Ciarlini?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está, portanto, aprovado. Indago se posso repetir... Senador Augusto Botelho, desculpe.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu indago se posso... Tenho que repetir a votação para Emenda n°. 01 de redação. Srs. Senadores que estão de acordo, repetimos todos. Então todos aprovados... um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só um momento. Então o meu voto também, então são 12 votos favoráveis. Está aprovado com a Emenda n°. 01 de redação.

Senadora Rosalba e, logo em seguida, passaremos a discutir.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria aqui de fazer uma consulta, se era possível, enquanto... Após, claro, a sabatina, e enquanto estiver acontecendo a votação, se é possível, extrapauta, um projeto de... Que trata de acordos entre o Brasil e a Itália, que eu sou a relatora, e há um interesse muito grande que possamos encaminhar com rapidez, já que esse projeto, esse acordo é fundamental para dar continuidade às muitas ações que existem de intercâmbio entre o Brasil e Itália.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Srs. Senadores estando de acordo, nós podemos incluir, mas após a oitiva da embaixadora. Senador... Está incluído, então.

Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o acerto de V. Exa., quando pediu urgência ao Senador Fernando Collor que, cumprindo o regulamento, com todo o direito, pediu vistas sobre o caso da Embaixadora Ana Lucy Gentil.

Eu quero dizer da minha... Do seu acerto porquanto... Com isso, eu fui um turista acidental, digamos assim, em Luanda, e fiquei profundamente impressionado com a presença, a importância, que o Brasil tem naquele país, naquela cidade, naquele país, na capital de Angola... A presença das empresas brasileiras é uma coisa, assim, absurdamente marcante, é visível, completamente visível. E é em todos os níveis, tem as grandes empresas que participam lá, e tem as pequenas empresas, que também têm oportunidade de desenvolver atividade lá.

Tive a oportunidade de conversar com a Embaixadora Ana Lucy, e tenho certeza absoluta, que ela vai ter muito trabalho lá, mas muito trabalho, mas será, sem sombra de dúvida, capacitada para desempenhar essa função.

Portanto, Presidente, eu gostaria de registrar os parabéns, por V. Exa. ter pedido uma urgência para esse assunto seja resolvido, em virtude dos interesses, não da embaixadora apenas, mas do país como... Realmente do país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Tenório. Efetivamente a importância de Angola tem crescido, é um país irmão, de mesma língua, e o objetivo da retomada das oitivas dos embaixadores, é exatamente isso, de normalizar esse processo, tendo em vista a importância dos embaixadores nos diversos países que representam.

Eu, no início da minha fala aqui, exatamente lembrei a vinda do Ministro Celso Amorim, e lembrei ainda que permanecem alguns questionamentos em relação à política externa, mas que nós estávamos exatamente hoje com duas mulheres, com duas embaixadoras, retomando esse processo. Eu passo, então, a palavra agora--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu queria só me associar às palavras do Senador João Tenório--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senadora Rosalba, em seguida, Senador Romeu.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --Esperamos que haja rapidez nessa análise que será feita pelo Senador Fernando Collor, já que é importante que possamos definir a questão da embaixada, da nossa embaixadora lá em Angola.

Eu tenho certeza, pelo que pude ler, pelo que pude conhecer da sua vida, da sua história, que ela está capacitada e que ela traz a força, a garra da mulher nordestina que, com certeza, irá fazer um grande trabalho em Angola.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu só queria agradecer à Embaixadora Ana Lucy pelo carinho que ela tem nos tratado, conversado muito a respeito de Angola. Como o meu filho esteve lá com o Dr. David Uip, que tem um programa bom para os recém-nascidos serem isentos do problema da AIDS... Um programa muito bom, já há três anos, inclusive eles estão com vontade de conversar com a senhora...

E o comércio crescente do Brasil em Angola. Não só as empresas de prestação de serviços, como o próprio comércio. Ainda ontem, conversei com o um empresário, demonstrando a concorrência que vem crescendo fortemente contra os produtos brasileiros em Angola.

Então, hoje eu achei que a senhora levaria uma mensagem de estímulo a eles, mas, se Deus quiser, o relatório será apreciado na outra semana, e nós conversaremos um pouco mais a respeito de Angola, que a senhora tem demonstrado tanta simpatia por nos atender.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Embaixadora Lucy, eu quero dizer a V.Exa., antecipadamente, que o meu voto é seu. Isso já é uma segurança, que eu estarei aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só não pode faltar.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Gostaria que a senhora não faltasse esse dia.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Claro que não vai faltar.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Terei o maior prazer, maior honra em te depositar o meu voto, antecipado, secreto, voto em V. Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Então, eu agradeço a embaixadora, e espero que a gente possa retomar rapidamente essa questão em breve. Não há nenhum problema.

Vamos ouvir, então, agora, a Embaixadora Maria Elisa de Bittencourt Berenguer, indicada para Israel.

SRA. MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER: Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Azeredo; Sr. Relator, Senador Marco Maciel, se me permite, meu bom amigo; Srs. Senadores, meus colegas; senhoras e senhores, muito me honra comparecer perante essa comissão, em função de haver sido indicada pelo Sr. Presidente da República para exercer a função de Embaixadora do Brasil em Israel.

Bem sei que toda missão diplomática encerra responsabilidades e desafios, por vezes, responsabilidades e desafios de monta, sobretudo, na presente conjuntura internacional, em que o Brasil vem tendo uma presença cada vez mais marcante.

No caso de Israel, esse desafio adquire contornos mais incisivos ainda, por força de dois fatores. Primeiro, a especificidade do relacionamento bilateral, enaltecida pela presença judaica no nosso país, a partir da nossa própria formação como nação. Em segundo lugar, a centralidade da posição de Israel na questão Palestina, na questão do Oriente Médio.

Israel, bem sabem os senhores, é um país relativamente pequeno, pequeno em termos geográficos, é um país ainda jovem, um país com 60 anos de idade, mas é um país imenso. Um país imenso pelo seu significado, pelo significado do seu povo sobretudo, o povo de Israel. O significado do povo de Israel na história da humanidade. Um povo de tradição mais do que milenar. E, sem dúvida alguma, também, é um país imenso, de dimensões avultadas, na própria história contemporânea, e na conjuntura internacional.

Como bem assinalou o Sr. Relator, o Brasil teve um papel significativo no nascimento de Israel como Estado independente, consubstanciado na atuação do Embaixador Oswaldo Aranha, como Presidente da primeira sessão especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, que adotou a Resolução 181, sobre a partilha da Palestina, em 29 de novembro de 1947. Foi um momento histórico para a criação de Israel, e lá estava a mão do Brasil.

Aos poucos, foi-se formando o arcabouço institucional do relacionamento bilateral e, como foi assinalado já, as relações estabelecidas entre os dois países, e em 1958, já há troca de embaixadas, Embaixada de Israel no Brasil e Embaixada do Brasil em Israel.

Paralelamente a esse processo de formação do arcabouço institucional diplomático, desenvolviam-se visitas de alto nível entre os dois países. Visitas essas, como bem sabem os senhores, que culminaram com a viagem, em março do corrente ano, do Sr. Presidente da República a Israel. Esta visita foi em retribuição à visita que fez o Presidente Shimon Peres ao Brasil em 2009. Aliás, devo assinalar que Shimon Peres foi o primeiro mandatário israelense a visitar o Brasil, em 40 anos; a primeira foi a do Presidente Zalman Shazar, em 66. E o Presidente Lula foi o primeiro mandatário brasileiro, o primeiro Presidente brasileiro a visitar o Estado de Israel.

A visita do Presidente Lula, sem dúvida, foi altamente exitosa. Considerados a qualidade da sua interlocução, sobretudo; a qualidade de sua interlocução com o Presidente Shimon Peres, com o Primeiro Ministro *Benjamin* Netanyahu, com o Presidente do Knesset, Reuven Rivlin, e a líder do Kadima, Tzipi Livni, e bem como a interlocução também com altas autoridades de Israel, acrescidas, ainda, de encontros com grupos da sociedade civil.

Sinal inequívoco do interesse israelense no adensamento das relações com o Brasil foi uma proposta feita pelo próprio Presidente Netanyahu. É uma proposta concreta, que anualmente se reúnam os ministros brasileiros e israelenses para discutir diretamente como desenvolver, em termos concretos, as relações bilaterais em cada uma das suas pastas. Israel mantém esse mecanismo com alguns poucos países, e quer manter com o Brasil.

Esses encontros... Desses encontros participarão, inclusive, os próprios chefes de governo de cada país: O Chefe de Governo de Israel, Benjamin Netanyahu, e o nosso Presidente Lula. E a ideia seria já começar, se possível, este ano no Brasil. Ora, isto, sem dúvida, será um fator não só de significado político, mas também de um conteúdo prático, pragmático, para dar um impulso muito concreto e tangível às relações bilaterais.

No plano diplomático, temos uma larga tradição de troca de visitas de chanceleres, complementadas pelas quatro reuniões que já tivemos das consultas políticas Brasil x Israel, quatro reuniões celebradas, entre 2005 e 2008, alternadamente, em Brasília e Jerusalém.

Como já assinalou o Sr. Relator, o Ministro Celso Amorim, além de participar da visita presidencial, visitou Israel três vezes, nos últimos quatro anos.

Agora, sem menosprezar o significado político dessas relações entre governos, é forçoso reconhecer que as relações israelo-brasileiras revestem uma dimensão ainda mais profunda. Mais profunda, em termos humanos, termos da sociedade, da nossa gente. Se o Brasil esteve, como se tem, vinculado à certidão de nascimento, e aqui uso as palavras do Ministro Celso Amorim, vinculado à certidão de nascimento de Israel, não é menos verdadeiro que o povo judaico está, juntamente com outros, na formação da nossa própria nacionalidade, da nacionalidade brasileira. E hoje temos a felicidade de ter, entre nós, a segunda maior comunidade judaica da América Latina, com cerca de 100 mil membros. E não só em termos quantitativos, devo assinalar; são nomes de altíssima projeção no campo da medicina, no campo das artes, no campo da ciência, tecnologia, bancos, da economia, são pessoas de projeção... Plenamente integrados, são brasileiros, mas não devemos deixar de reconhecer que também são membros da comunidade judaica estabelecida aqui no Brasil.

Aproveito para assinalar que nós temos uma comunidade brasileira em Israel, com cerca de 10 mil pessoas, o que também constitui um elo importante nesse relacionamento bilateral. Esse relacionamento, eu diria que já foi assinalado aqui, e eu endosso, está aquém do seu potencial. Mas acredito que, a partir deste momento da visita do Presidente Lula, e de todo o trabalho que foi feito antes, possamos desenvolver esse potencial para que chegue mais perto de tudo o que ele pode fazer em benefício dos dois povos.

O comércio, como bem sabemos, sofreu uma retração, uma forte retração em 2009, por força da crise financeira internacional, mas, no quinquenio interior, 2006-2008, triplicou, chegando a 1.6 milhões em ambos os sentidos. Ainda é deficitário para nós, quatro milhões de exportação, estou falando em termos de dólares, que é o que habitualmente se usa nessas cifras, e importações, 1,2 milhões.

Assinalar também, repito aqui, me permita, Sr. Relator, mas um ponto que é muito importante, do acordo de livre comércio entre MERCOSUL e Israel, o primeiro a ser assinado pelo MERCOSUL com países fora da área, e que o Brasil já ratificou. Este acordo, sem dúvida, vai dar um grande impulso, se bem utilizado, ao comércio bilateral.

Dois grandes elementos que eu assinalaria rapidamente, há quase um ano, já temos operando um vôo direto de São Paulo para Tel Aviv. Começou em maio de 2009, e isto, sem dúvida, é um elo importante para a comunicação física entre dois países. E também eu gostaria de assinalar a recente abertura do consulado de Israel, em São Paulo.

Igualmente importante o reconhecimento do valor da presença física, mesmo no mundo de Internet, também temos, e, sobretudo, na ação consular, importante conhecimento da presença física das comunidades dos dois lados.

Não me deterei, Srs. Senadores, Srs. Membros da Comissão de Relações Exteriores, na questão do Oriente Médio, na questão Palestina, sobejamente conhecida dos senhores. Eu só assinalaria que eu estou plenamente ciente, consciente da grande sensibilidade dessa questão em diversos setores da sociedade, inclusive da sociedade israelense.

Eu acredito que todas as opiniões, todas essas visões devem ser respeitadas. Nossa política, no Brasil, é a do diálogo, então, há que reconhecer, há que ouvir, e há que ouvir com respeito, mas sem acanhamento; nunca devemos deixar de exprimir as nossas posições, claramente, o que pensa o Brasil. E assim tem sido a interlocução brasileira com todos os atores envolvidos, inclusive com Israel.

O próprio Presidente Lula, em pleno Parlamento, o *Knesset*, exarou críticas ao recente anúncio da construção de 1.600 assentamentos novos em Jerusalém ocidental. Isso em público... Os outros oradores discordaram, mesmo assim, o presidente foi aplaudido de pé. Então, esta tem sido a nossa posição, de falar francamente, abertamente, e com pleno respeito a todos os atores envolvidos.

E, se aprovada pelos senhores, e puder exercer a função de Embaixadora em Israel, me pautarei, sobretudo, por esse respeito, pela defesa do interesse nacional e pela busca do diálogo. O Brasil acredita na necessidade urgente de implementação da solução de dois estados, o Estado judeu e o Estado palestino. E o próprio Governo de Israel, o próprio primeiro-ministro, já reconheceu essa necessidade. Acreditamos na ne-

cessidade urgente, uma solução justa e duradoura, alcançada pelo diálogo, pelo entendimento.

Participamos, inclusive, e eu não vou listar aqui, mas estaria disponível para qualquer esclarecimento, porque as iniciativas de paz foram muitas, e o Brasil tem apoiado todas elas. Tudo que é diálogo, em iniciativas de paz, em fóruns multilaterais, bilateralmente, temos apoiado. Não vou entrar em todas, só citaria a mais recente, foi a Conferência de Annapolis, em 2007, em que o Brasil participou, junto com outros países, extrarregionais, e acreditamos que era um bom caminho, envolver outros interlocutores.

E é nesse sentido que o Brasil coloca sobre a mesa sua plena disposição de contribuir para uma solução do problema do Oriente Médio, da questão Palestina, mas é uma disposição que está sobre a mesa, à medida... A ser aproveitada, à medida que for de interesse de nossos interlocutores.

Israel deu sinais claros, inequívocos, da receptividade a essa posição, nos contados do Presidente Lula com o Presidente Shimon Peres, com o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu. Então, nós simplesmente julgamos que podemos ser úteis, podemos ser úteis, aqui estamos. É nesse sentido, apenas manifestar uma disposição.

Claro que houve uma certa interpretação, uma certa exploração de um protagonismo, de um papel, mas, basicamente, eu... E acredito pessoalmente nisto, o Brasil, com o seu perfil, um perfil que adquire contornos cada vez mais nítidos da conjuntura internacional, não poderia estar ausente, não pode se retrair deste palco, o palco do Oriente Médio, que é, sem dúvida alguma, um fulcro de atenções de toda conjuntura internacional dos nossos dias. Não podemos nos esquivar, então, manifestação de posição é exatamente o que nós deixamos bastante claro para todos os envolvidos.

Para finalizar, eu diria o seguinte, quando se fala em Israel, e eu noto isso aqui um pouco... Enfim, no Brasil, na imprensa, pensa-se necessariamente na questão do Oriente Médio. Deixei clara seriedade com que eu vejo essa situação, mas não há que se deixar que a questão do Oriente Médio ofusque o potencial também das relações bilaterais e a visão do que é o Israel hoje em dia, um estado moderno, um estado dinâmico, e que oferece amplíssimas possibilidades de cooperação, e desenvolvimento das relações bilaterais com países como o Brasil.

Há uma população jovem, muito dinâmica, em Israel. Os jovens desenvolvem tecnologia; os jovens, com cabeça aberta... A cooperação científica e tecnológica oferece, sem dúvida, as mais amplas possibilidades que podem ser exploradas nos mais diversos campos, ou seja, abrem-se avenidas para cooperação bilateral, mais do que caminhos, estão abertas avenidas. Temos, inclusive, um vasto arcabouço de acordos, de acordos em vigor, que podemos aproveitar, e não só aproveitar, mas tirar melhor proveito desses acordos. Por exemplo, na área de cooperação técnica, um acordo vigente desde 62, um ajuste complementar também, de cooperação econômica e técnica. Temos também acordos na área de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico; imigração e seca; acordo para evitar tributação, acordo de saúde, medicamentos, enfim, tem uma lista completa. Estarei à disposição dos Srs. Senadores para maiores esclarecimentos, mas este arcabouço existe para ser aproveitado.

E mais recentemente, em 2008, quando da visita do Presidente Shimon Peres aqui, assinamos um acordo, por exemplo, de cooperação educacional; também é uma área muito importante, se pode aproveitar... Em 2009, recentemente... Perdão... A visita de Shimon Peres não foi na cooperação educacional, me enganei; 2009, Shimon Peres foi de co-produção cinematográfica, e isso é uma área cultural que dá muita proximidade entre os dois povos. Em 2010, foi assinado um acordo sobre turismo.

A minha missão, se aprovada nessa comissão, e no plenário do Senado, Srs. Senadores, será desenvolver esse potencial em todas as áreas; será desenvolver o diálogo político; será manter o *momentum* da visita do Presidente Lula em Israel; será mostrar a esse Israel moderno o potencial do Brasil moderno, o Brasil atuante. E procurarei fazê-lo sempre em interação com a comunidade judaica no Brasil, e também sem esquecer da comunidade de brasileiros em Israel. Essa comunidade de brasileiros em Israel, também como a embaixada tem o setor consular, será muito importante atender essa comunidade e também a comunidade brasileira na Palestina, nos territórios ocupados, uma vez que é a embaixada em Israel que atende a comunidade nessas áreas, que por força do Acordo de Oslo, não pode ser outra missão brasileira.

Srs. Senadores, Sr. Presidente, Sr. Relator, agradeço muito A atenção dessa comissão, e se necessário dizer, estou plenamente à disposição para todos os esclarecimentos ou complementações que desejarem. Muito obrigada.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só um momento. Quero agradecer a Embaixadora Maria Elisa, e pedir licença, embaixadora, porque eu tenho uma questão pessoal, eu tenho que ir à Belo Horizonte agora porque meu filho está se casando hoje à tarde no civil. Então, eu tenho que ir

agora no voo de 12h15, mas eu vou pedir ao Senador Marco Maciel para que assuma a Presidência.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Senador, só uma questão que eu vou levantar, diz respeito a V. Exa., serei bastante conciso. Primeiro, eu quero elogiar a profundidade da explanação da Embaixadora Maria Elisa e registrar que, sem dúvida nenhuma, esse Senado vai aprová-la com louvor, por tudo que a senhora demonstrou aqui.

Mas eu gostaria de deixar um apelo aqui à comissão porque nós estamos sem a indicação formalizada do Embaixador do Brasil na Venezuela. E nós tivemos, há alguns dias atrás, um caso sério da prisão de brasileiros na Venezuela, e essa questão eu tive que interceder diretamente com o gabinete do Presidente Chávez, com o futuro Embaixador Brasileiro na Venezuela, no Brasil. Tratei com a Embaixada Brasileira, há um conselheiro respondendo pela Embaixada Brasileira, e por conta da relação com a Venezuela e de todas essas questões que precisam ser ajustadas, é fundamental que nós tenhamos, com urgência, a indicação do Embaixador Brasileiro na Venezuela.

Então, eu gostaria de deixar um apelo a V. Exa., a todos os membros da Comissão de Relações Exteriores, para que pudéssemos pautar com urgência a sabatina do embaixador designado para a Venezuela, por conta desses percalços e da necessidade...

A Venezuela vive hoje um momento dramático, de dificuldade, inclusive no que diz respeito à energia elétrica, com racionamento; existem várias questões que nós temos que tratar diariamente com a Venezuela. E, portanto, é fundamental que nós tenhamos, no comando da Embaixada, um embaixador capacitado, experiente, em condições efetivas.

Quero registrar só que a questão dos motoristas foi resolvida; os motoristas foram liberados; houve uma intervenção direta do Presidente Chávez e do Gabinete da Presidência, foi designado um procurador especial para que fosse implementado e feito com rapidez o julgamento desses brasileiros, porque a prisão se deu, não por área de segurança, mas por decisão judicial, foi uma decisão do Ministério Público da Venezuela, e, portanto, a soltura teria que seguir os trâmites legais da Justiça. Mas, sem dúvida nenhuma, fez falta, tanto que nós valemos do Embaixador Simões, que hoje está em Brasília, coordenando a questão da América do Sul, ele teve que atuar, de certa forma, junto ao governo venezuelano, porque nós não estávamos com embaixador no posto para definir essas questões.

Então, fica o meu apelo, Sr. Azeredo, para que nós possamos votar rapidamente o Embaixador do Brasil na Venezuela.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Romero, eu quero dizer que suas palavras só confirmam o que nós, da oposição, temos levantado: o nosso receio com o regime do Presidente Chávez. Quer dizer, sim, há necessidade, se o embaixador não estiver lá, os interesses brasileiros ficam...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então a oposição vai vetar aí [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só um instante, Senador... Quer dizer, outra pessoa não consegue cobrir, por quê? Porque está precisando, que o governo de lá, a todo momento, tem atitudes arbitrárias, atitude de não transferir os recursos das importações que são feitas do Brasil. Ou seja, eu concordo... Só estou dizendo que V. Exa. está mostrando a necessidade--

[falas sobrepostas]

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Só para registrar o seguinte--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Esse caso vai dar celeridade à votação.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Na verdade, por mais... Só para falar em questão de normalidade, não adianta entrarmos em debate, mas apesar da vontade do Presidente Chávez de liberar de imediato, nós tivemos que ter 10 dias de percalços por conta exatamente do andamento da questão judicial, então, o Presidente Chávez não pode tudo, porque ele queria liberar os brasileiros e não pôde liberar.

Então, eu acho que nós temos que ter uma representação; o Brasil é representado bem pelo Itamaraty em todos os países, e no caso da Venezuela, acho que é fundamental nós indicarmos, até por essa questão do MERCOSUL, e todo esse ajuste que precisa ser feito aqui. Não estamos defendendo o Governo da Venezuela, mas sim defendendo o posto de um brasileiro que precisa defender brasileiros no território da Venezuela.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, a intenção minha, como presidente, foi exatamente retomar hoje, e apreciar as duas embaixadoras, mas V. Exa. também, como líder do Governo, pode ajudar para que não tenhamos percalços nessas aprovações, como ocorreu hoje. Está bem? Muito obrigado.

Eu vou pedir só ao Senador Marco Maciel que assuma para eu poder votar e depois me ausentar.

[troca de presidência]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente Marco Maciel, dos meninos desaparecidos de Luziânia, por ter participado com a comissão especial que lá

esteve. Então, não poderia deixar de está presente na sabatina da ilustre embaixadora que vai para Israel--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, ei concedo a palavra a V.Exa. que, aliás, é o primeiro orador inscrito e V. Exa., se desejar, pode fazê-lo agora-–

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu poderia me inscrever? Senador Inácio Arruda.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): --depois o Senador Mozarildo Cavalcanti e, posteriormente, o Senador Inácio Arruda.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu só quero, antes de propriamente passar à sabatina da embaixadora, eu queria cumprimentar [interrupção no áudio] do líder do Governo, porque, na verdade, o que ele diz corrobora o quê? Que o presidente interfere no Judiciário, depois tentou corrigir, mas, na verdade, na prática, foi isso mesmo. Então, o que o Presidente Azeredo disse é verdade, não há segurança jurídica na Venezuela e, realmente, nós temos que ter... Vamos aprovar o Embaixador do Brasil para ir para a Venezuela? Vamos, eu acho que é importante. Agora, nós temos que realmente chamar... Inclusive, eu tenho um requerimento para ser apreciado, que eu peço, se possível, hoje ainda, convidando o Embaixador da Venezuela no Brasil para vir explicar como andam hoje as relações entre Brasil e Venezuela porque nós, de Roraima, nós não estamos pagando o pato só por conta desses caminhoneiros que foram presos agora não; existem vários outros fatos em que há uma segurança, inclusive da vida das pessoas lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, então, eu concedo agora a palavra ao Senador Romeu Tuma, que é o primeiro orador inscrito e terá que se retirar para participar da Audiência Pública na CCJ.

Com a palavra, S. Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O próprio relatório de V. Exa. já descreve perfeitamente o interesse do Brasil na representação diplomática e terá, na pessoa da Embaixadora Maria Elisa Bittencourt Berenguer, está certo assim? Ministra de primeira classe, e que teve a gentileza de nos explicar vários pontos do seu trabalho, que desenvolverá em Israel.

E aqui tem um trabalho importantíssimo, que a gente tem que ler com calma, que é a posição do Brasil perante os acontecimentos no Oriente Médio, Israel e países árabes. E também ela descreve aqui os pontos que o Brasil, sem dúvida, defenderá na sua luta, nas posições do Brasil nesta discussão de buscar a paz através do diálogo. Então, nós temos aqui sete pontos que o Itamaraty descreve qual é a participação, e a embaixadora, sem dúvida, será a ponte que levará essas mensagens permanentemente em benefício da paz mundial, que... Visto é o ponto mais grave hoje, no contexto mundial, apesar de outros atentados que se encontram em vários países, mas Israel e Palestina são um ponto crítico que chama atenção do mundo, pelos riscos que podem ocorrer, desses ataques repentinos, de uma luta, às vezes, de fanáticos, que trazem sempre uma dificuldade quando chega a um ponto de discussão da paz, acontece algo que suspende essa discussão, e a mesa de negociações é desfeita imediatamente.

Então, sei um papel importante que a senhora vai desenvolver; estou aqui hoje pela senhora e pela Embaixadora de Angola. Teve agora uma cerimônia, às 08h30 da manhã, na Hebraica, de São Paulo, uma coisa importante, porque nós sabemos que, no Brasil, a união entre os israelenses e os árabes é muito forte, casamentos e sociedades comerciais, tudo isso, então, hoje teve o café da manhã preparatório da corrida da paz com os clubes árabes e o clube israelense, que é a Hebraica. E esse café da manhã é para preparar o andamento dos caminhos de Abraão, que a senhora até disse que é muito bonita a história do caminho de Abraão. Eu tenho um mapa, não sei se terei condição de fazê-lo, mas eles estão preparando a união desses brasileiros, árabes e judeus, para fazer isso em busca da paz.

E aqui nós temos, graças a Deus, uma paz enorme, uma ligação muito forte, só um exemplo, Dr. Leon Feffer, que foi cônsul honorário de Israel em São Paulo, por muitos anos, V. Exa. conhece, muito amigo, ele, quando cônsul e um grande empresário; hoje o filho, David Feffer, enviou um convite à senhora para ir à Hebraica ou eles virão conversar sobre pontos que possa a comunidade israelense e ajudá-la em seu desempenho de trabalho... Então, me fizeram portador, apesar de ser descendente de árabe.

Mas eu queria que... Ele reuniu vários empresários na Hebraica, um dia pela manhã, para tomarmos um café, e me convidou, e lá, foi lançada a minha candidatura a Senador, dentro da Hebraica. E, quando houve o caso Mengele, em que o Governo Americano mandou o vice-Ministro jurídico, para que o Brasil não poderia fazer o exame da ossada, que aquilo era um problema internacional, tinha que deslocar para outro país, a comunidade israelense toda ficou do meu lado. E eu pude fazer a investigação com o próprio Instituto Simon Wiesenthal, dando a aprovação do resultado da investigação que foi feita.

Eu fui convidado a Israel, infelizmente, não pude ir, acompanhado de todos os empresários israelenses

que tem em São Paulo, que 28... E, em razão de estar na direção da Polícia Federal, me vi impedido de poder ter essa alegria de estar lá, e trabalhei como policial de Israel o tempo integral.

Então, eu queria desejar muita sorte à senhora; participei da discussão do acordo MERCOSUL-Israel porque sou membro do parlamento, graças ao DEM, que me indicou, então, eu sou membro do parlamento do MERCOSUL, e tive a oportunidade de participar da votação e da discussão do Acordo de Livre Comércio do MERCOSUL. Então, indiretamente, o Brasil está incluído nesse projeto.

E eu vou levar comigo todos esses pontos que V. Exa. traz aqui, na sua exposição, preparada para tomarmos conhecimento de como o Brasil tem relacionamento com Israel, os pontos da luta pela paz, que eu acho importantíssimo o trabalho que foi feito.

Dei uma olhada aqui rápida, não deu para ler por completo, mas vou fazer isso com muita cautela, e voltarei a importuná-la para fazer alguns questionamentos.

Boa sorte para a senhora, e me sinto feliz por ter permanecido aqui em Brasília.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo agora a palavra ao nobre Senador Inácio Arruda para sua intervenção.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, primeiro para fazer um apelo a V. Exa., tenho dois requerimentos, um está relacionado à questão que nós estamos tratando aqui agora... Um é convidando, aliás, os dois, um, convidando o nosso colega Samuel Pinheiro Guimarães para se apresentar aqui na nossa comissão, convidado, para discutir o Programa Nuclear Brasileiro; isso é um tema muito importante, está na Secretaria de Planejamento Estratégico da Presidência da República, e seria muito importante que o nosso Ministro Samuel Pinheiro Guimarães pudesse comparecer à nossa comissão, como convidado para discorrer sobre o Programa Nuclear Brasileiro.

E o segundo é a formação de uma comissão externa para... Que o Senado da República, que realizou recentemente um seminário muito interessante sobre o TNP, que vai ser objeto de revisão em uma conferência das Nações Unidas, e o seminário foi muito exitoso, V. Exa. mesmo participou de uma parte muito importante do seminário, nós gostaríamos que o Senado pudesse estar presente nessa conferência das Nações Unidas.

Temos também, se V. Exa. desejar, logo após, devido à nossa embaixadora, porque é tema correlato, então, nós temos aqui o Item 3 da Pauta, que trata de um acordo do MERCOSUL, que eu considero muito significativo, porque nós firmamos... O primeiro acordo do MERCOSUL foi realizado com Israel, a despeito de qualquer opinião que se possa ter sobre o estado... Muitos falam Estado judeu, não sei se fala judeu ou Estado israelita; os dois caem na mesma questão do judaísmo. Embora não seja um estado teocrático, o que não deveria ser teocrático, mas assim ele é denominado...

E nós temos, aqui em nossas mãos, o projeto também de cooperação do MERCOSUL, um acordo de cooperação econômica entre os estados-parte do MERCOSUL, e os estados-membros do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo. Não é exatamente na área de Israel, ligada diretamente, mas, digamos assim, tem relações, em função da questão religiosa, econômica, social e política dessa região. Então, é o segundo tratado do MERCOSUL, realizado exatamente com países, digamos assim, da mesma região, que enfrentam esses conflitos que nós temos examinado permanentemente.

Então, eu peço a V. Exa., se pudermos, antes de tornar a sessão secreta, nós votarmos essas três proposições, que têm muita relação. Eu digo que tem muita relação porque não sei se se confirma, mas parece que Israel foi convidado para estar presente na cúpula nuclear que aconteceu nos Estados Unidos e lá não apareceu como estado, como governo, porque eu acho que todos os Chefes de Estado estiveram presentes, e o Chefe de Estado israelense não esteve presente; é disso que eu estou tratando. Quer dizer, ele mandou a diplomacia dele, que todos os outros estavam presentes.

E o Irã, que não foi convidado, foi o centro das atenções do encontro porque há esse conflito, então, o Estado de Israel é um estado que tem uma força nuclear naquela região, no entanto, faz um debate intenso em relação à possibilidade de ter qualquer outro país da região ter oportunidade de ter, não só aparato militar, que é o que ele tem, que é o que Le dispõe, como poder usufruir dessa tecnologia de produz energia a partir da fissão. Então, é muito significativo esse debate na região, e os interesses todos que tem na região, interesses econômicos, interesses políticos.

E eu considerei muito significativa a visita do mandatário israelense no Brasil, muito significativo. A despeito de qualquer opinião que se possa ter sobre o regime, sobre o governo, sobre o modelo político que se adotou em Israel, o que é aquele estado, o que ele representa, como ele se formou, e ao mesmo tempo, não se permitiu que se formasse o Estado Palestino. Um estado que, nesse terreno, não atendeu às resoluções das Nações Unidas, nem atende; deixou relegadas a um plano secundário as decisões das Nações Unidas, que exige que os outros cumpram as

resoluções das Nações Unidas, mas não cumpre as resoluções das Nações Unidas. Então, é uma situação de conflito de um estado que tem um modelo e que se estabeleceu como força e vai praticando essa força na região, mas, a despeito disso, eu acho que a visita do seu mandatário no Brasil foi muito significativa, e abriu também um espaço importante para o Brasil, e um papel importante para o Brasil que, muitas vezes, se questiona no Brasil, mas, lá na região, e mesmo em Israel, é muito considerável. Significou, então, a visita do Presidente Brasileiro ao Estado de Israel, que também é uma primazia.

Então, eu acho que a senhora tem uma responsabilidade que o embaixador anterior não tivesse a mesma responsabilidade, mas a senhora vai para um posto de enorme responsabilidade e no momento que o Brasil passa a ter um papel diferente na região, a despeito de muitos que consideram que isso não tem significado; tem muito significado. Então, o trabalho de V. Exa., eu tenho certeza de que vai ser de uma exigência muito grande, e nós queremos estar aqui para contribuir e ajudar a senhora no desempenho dessa missão, que eu considero de grande relevância para o Brasil e para a paz naquela região do mundo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agora passo a itens extrapauta, o requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti, requerendo, nos termos regimentais, que seja convidado o Embaixador da República Bolivariana da Venezuela no Brasil, para que o mesmo exponha, no âmbito da CRE, essa comissão, portanto, as relações entre o nosso país e o Brasil.

Em discussão o requerimento, de autoria do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao segundo item, também extrapauta, de iniciativa do Senador Inácio Arruda: *"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Exmo. Sr. Samuel Pinheiro Guimarães, Ministro de Estado, Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, para discorrer, em Audiência Pública, sobre o Programa Nuclear Brasileiro"*. O requerimento é de autoria do Senador Inácio Arruda. Em discussão... Em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

E o terceiro requerimento, também extrapauta, de autoria do Senador Inácio Arruda, *"requer que seja proposta por esta comissão, nos termos do art. 74, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma comissão externa, composta de três membros, destinada a representar o Senado Federal na 8ª Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre Não-Proliferação de Armas Nucleares, TNP, que acontece no próximo mês de maio, na sede das Nações Unidas"*.

Em discussão e votação, não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agora, nós vamos, se houver interesse, podemos tornar a sessão secreta... Se houver interesse em interpelar sobre temas sigilosos a sabatinada de hoje, a Embaixadora Maria Elisa Bittencourt Berenguer.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Presidente, parece que é regimental. Se for, nós fechamos e abrimos imediatamente, porque os temas de Israel não são secretos, são todos abertos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu vou pedir, então, às pessoas que se retirem para que nós possamos fazer a audiência de assuntos considerados secretos...

Sessão secreta às 11h27

Sessão reaberta ao público às 11h48

Então, eu gostaria de indagar se... Senador Mozarildo Cavalcanti... Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sem, som, mas eu acho que já estão tomando essa providência. Então, Senador Mozarildo Cavalcante, já sem som, concedo a palavra a V. Exa.

Então, para ganharmos tempo, o Item 3, a discussão já votou. Então, o Item 3, de autoria do Senador Inácio Arruda, *"que aprova o texto do acordo-quadro de cooperação econômica entre os estados-parte do MERCOSUL e os estados-membros do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes no Golfo, assinado em Brasília, em 10 de maio de 2005"*. Autoria, representação brasileira no parlamento do MERCOSUL. Relatoria, Senador Inácio Arruda. Relatório pela aprovação da matéria.

Eu indago a S. Exa. se deseja fazer alguma observação porque, senão, nós podemos já aprovar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Um pedido de aprovação porque é o nosso relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, então, em discussão, em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

O item subsequente diz respeito ao Projeto de Decreto Legislativo nº 26/2010. *"Aprova o texto do acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil*

e da República da Colômbia para o estabelecimento da Zona de Regime Especial Fronteiriço, para as localidades de Tabatinga, Brasil, e Letícia, Colômbia, celebrado em Bogotá, em 19 de setembro de 2006". A autoria é da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; a Relatoria, do Senador Inácio Arruda. O parecer de S. Exa. é pela aprovação da matéria. E ponho a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, ponho em votação. Aprovado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Esse nosso relatório, Presidente, é pela aprovação, ao que V. Exa. já antecipou.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, porque eu tinha visto aqui que V. Exa. tinha feito manifestação favorável.

Agora, concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): --para que S. Exa. possa se manifestar sobre o PDS n°. 783/2009... 873/2009.

Com a palavra, S. Exa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, *"trata-se de um projeto que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática do Timor Leste, sobre o exercício de atividade remunerada por parte dos dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico, celebrado em Dili, no dia 09 de janeiro de 2009*".

O meu relatório, Sr. Presidente... O meu Voto. "*Considerando não haver vício quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, ou técnica legislativa, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo n°. 873/2009"*.

Esse é o meu Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): [ininteligível] de autoria do Senador Augusto Botelho. E eu ponho em discussão o relatório. As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Não havendo--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de incluir extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O Projeto de Decreto Legislativo n°. 18/2010.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): *"Que aprova o texto de acordo de cooperação entre os estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sobre o combate à malária ou paludismo, celebrado em São José, em 26 de julho de 2.004, durante a 5ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP"*.

Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho para se manifestar sobre o assunto, visto que é Relator da matéria.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, esse visa melhorar a cooperação de uma doença que é muito grave, tanto lá nos países de língua portuguesa, como aqui no Brasil, a malária, chamada também de paludismo, é uma doença muito grave, e que mata algumas pessoas ainda.

E eu gostaria de... O meu Voto é pela aprovação do projeto, de acordo com o meu relatório legislativo n° 18/2010.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, ponho a matéria em votação. Não havendo voto discrepante, vou considerar aprovado o referido acordo n°. 18/2010.

Então, nada mais havendo a tratar, vou... Antes de declarar encerrada a presente sessão, eu vou cumprimentar a Embaixadora Maria Elisa de Bittencourt Berenguer pela exposição que acaba de fazer, que se expressou através dos votos que obteve, a unanimidade dos votantes, e agradecer a presença das Sras. e Srs. Senadores, e declarar encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h53.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 25 DE MARÇO DE 2010, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e dez, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença da Senhora e Senhores Senadores **SERYS SLHESSARENKO**, **INÁCIO ARRUDA**, **FRANCISCO DORNELLES, MÃO SANTA, GILBERTO GOELLNER, ELISEU RESENDE, FLEXA RIBEIRO, MARCONI PERILLO, EDUARDO SUPLICY, ROSALBA CIARLINI e JOÃO DURVAL.** Compareceram ainda os Senhores Senadores não-membros **EDUARDO AZEREDO** e **ROMEU TUMA**. Justificam a ausência os Senhores Senadores **JAYME CAMPOS e JOÃO TENÓRIO.** Deixam de comparecer os demais

Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das Atas da 8ª e 9ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. O Senador **Fernando Collor** procede a leitura dos comunicados da Presidência. Em seguida dá-se início à Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 05, de 2010-CI, de autoria do Senador **Flexa Ribeiro**, aprovado em 18 de março de 2010, para debater o marco regulatório da exploração dos recursos minerais, com a presença dos seguintes convidados**:** Exmo. Sr. **Edison Lobão** – Ministro de Estado de Minas e Energia – MME; **Sr. Miguel Antonio Cedraz Nery** – Diretor Presidente do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; **Sr. Paulo Camillo Vargas Penna** – Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM; **Sr. Claudio Scliar** – Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia; e **Mauro Henrique Moreira Sousa** – Consultor Jurídico do Ministério de Minas e Energia. Após as apresentações dos convidados, usaram da palavra a Senhora e Senhores Senadores **ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEVEDO, FLEXA RIBEIRO, EDUARDO SUPLICY e ELISEU RESENDE.** O Presidente concede a palavra ao Exmo Sr. **Ministro Edison Lobão** para suas considerações finais. Passa-se ao próximo item da Pauta. **ITEM 1** – Decisão Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº448, DE 2009**. *"Altera dispositivo da Lei n° 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para dispor sobre características dos veículos do transporte regular de passageiros".* **Autoria:** Senador **Garibaldi Alves Filho. Relatoria:** Senadora **Serys Slhessarenko**. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 01, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas Emendas no Turno Suplementar, o Substitutivo foi definitivamente adotado nos termos do art. 284 do RISF. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Presidente declara encerrada a reunião às 12 horas e 49 minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 8ª e 9ª Reuniões. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovadas as Atas.

No último dia 22, segunda-feira, a Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou o 4º Painel do novo ciclo de debates da Agenda 2009/2015 – Desafios Estratégicos Setoriais. O tema apresentado foi "Desafios, necessidades e perspectivas da formação e capacitação de recursos humanos", particularmente em energia, petróleo e etanol. Participaram como palestrantes os Srs. Rafael Lucchesi, Diretor de Operações da CNI e Coordenador da Mobilização Empresarial para a Inovação; o Dr. Marco Aurélio Pinheiro Lima, Diretor do Laboratório Nacional de Bioetanol; o Dr. Diego Hernandes, Gerente Executivo de Recursos Humanos da PETROBRAS e o Dr. Raimar Byllardt, Gerente de Tecnologia do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP).

De acordo com os especialistas, o Brasil vai precisar de grandes investimentos nos próximos anos para atender à demanda por mão de obra especializada nos setores produtivos do petróleo e do etanol.

O Diretor de Operações da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Coordenador da Mobilização Empresarial para a Inovação, Dr. Rafael Lucchesi, afirmou que investimentos em inovação tecnológica estão estritamente ligados ao aumento de competitividade das empresas, bem como o da produtividade e da geração de renda real. Para ele, o Brasil precisa de um choque de cultura, pois ainda está muito atrás dos países desenvolvidos na implantação de instrumentos de inovação tecnológica, produtividade e desenvolvimento. Mesmo assim, disse o representante da CNI, o Brasil é o País da América Latina que mais investe em pesquisa e desenvolvimento: 1% do produto interno bruto brasileiro é investido anualmente nessa área ligada à atividade de longo prazo, relacionadas à ciência, tecnologia e capacitação. Ele observou, ainda, que tanto o setor público, quanto o setor privado, precisam ter mais a chamada "cultura de inovação". O Dr. Lucchesi afirmou também que os instrumentos de políticas públicas para a inovação tecnológica precisam ser mais disseminados no País e registrou que as pequenas empresas brasileiras têm dificuldades de atender as garantia das linhas de financiamentos para investir nessa área. Afirmou, ainda, que o apoio público é insuficiente e que um dos grandes problemas brasileiros é a formação, a escolaridade, pois apenas 10% dos brasileiros – esse é um dado muito importante – entre 25 e 34 anos têm curso superior. Para ele, o governo precisa assegurar instrumentos de apoio à inovação nas empresas.

O que me fez notar aqui nessas apresentações da última Audiência Pública foi a ausência da partici-

pação do mundo acadêmico, da participação do mundo acadêmico nessas discussões, que foram nesses pontos que foram levantados como gargalos pelos palestrantes, porque o nosso objetivo, como aqui já vem sendo dito, nesse ciclo de Audiências Públicas é exatamente concatenar as diversas ações entre o mundo acadêmico, o Poder Público e a iniciativa privada no sentido de que num trabalho coordenado eles possam encontrar maneiras mais eficientes de prover a mão de obra específica ou as diversas especializações de mão de obra para as demandas que o mercado brasileiro hoje tem. Nós sentimos aqui um pouco a ausência de referência ao mundo acadêmico.

Já o Diretor do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE), Dr. Marco Aurélio Pinheiro Lima, explicou que o objetivo da entidade é ajudar o Brasil a ser um gigante na exportação de etanol para todo o mundo. Esse é um dado que nos impressionou. Ele afirmou o que Brasil tem potencial para chegar em 2025 produzindo 250 bilhões de litros anuais de etanol. Atualmente, a nossa produção é de quase 30 bilhões de litros. Para que isso aconteça, segundo ele, o Brasil terá de construir mil novas destilarias, gerando mais de nove milhões de empregos e, consequentemente, aumentando o PIB em 13%. Eu perguntei ao Dr. Marco Aurélio onde estariam localizadas essas mil novas destilarias, preocupado que estava eu ao formular esta pergunta com a questão da sustentabilidade ambiental, e ele disse que hoje, para produzir esses 30 bilhões de litros de etanol por ano, o Brasil utiliza apenas 5% das áreas agriculturáveis do País, e que para produzir 250 bilhões de litros, ele necessitaria de cerca 20 milhões a 25 milhões de hectares, contra os atuais cinco bilhões de hectares hoje utilizados. Informou ele que hoje existem no Brasil 50 milhões de hectares de áreas degradadas que poderiam ser utilizadas para esta finalidade. Entendendo-se aí como áreas degradadas, sobretudo, áreas que antes serviam de pastagem e que, em função do declínio da atividade pecuária, essas áreas ficaram inteiramente abandonadas e, segundo ele, poderiam e já estão sendo, em alguns casos, sobretudo na Região Centro-Oeste, utilizadas para esta finalidade. Disse ele também que 250 bilhões de litros é o que hoje produz a Arábia Saudita em termos de gasolina. A Arábia Saudita, hoje, produz 250 bilhões de litros de gasolina e o Brasil, em 2025, poderá estar produzindo 250 bilhões de litros de etanol, caso sejam tomadas essas providências. Além da criação, que isso irá gerar, de nove milhões de empregos e um aumento no PIB em 13%. O representante do CBBE registrou que o País precisa de investimentos maciços em tecnologia e formação de mão de obra qualificada nos níveis básico, médio, superior e técnico. Afirmou, também, que vai ser quase impossível o Brasil escapar da mecanização do plantio e da colheita da cana-de-açúcar, o que pode vir a gerar problemas de desemprego. Disse, ainda, que o setor sucroalcooleiro apresenta déficit de mão de obra especializada em funções das mais diversas, como, por exemplo: operadores de colhedeiras, tratoristas, mecânicos, soldadores, eletricistas e etc. Para ele, é necessária a definição de uma estratégia para articular o setor produtivo e o setor público no sentido de aumentar a oferta de capacitação na qualidade e quantidade referidas.

Aqui, mais uma vez, conforme eu havia lembrado há poucos distantes instantes, é citado o setor produtivo e o setor público, esquecendo-se o mundo acadêmico. Eu venho sempre solicitando aos nossos palestrantes que incluam o mundo acadêmico como um ingrediente fundamental para que essa equação tenha o valor do seu 'X' conhecida.

O Gerente Executivo de Recursos Humanos da PETROBRAS, Dr. Diego Hernandes, apresentou alguns dos planos da empresa para o período 2009/2013, que prevê investimentos de mais de 70 bilhões de reais. É um belo trabalho que a PETROBRAS vem realizando. Ele disse que a PETROBRAS vem investindo em novas contratações nos últimos anos e afirmou que o Brasil precisa enfrentar carências específicas como o baixo número de profissionais que são formados anualmente em áreas como geofísica e engenharia naval, bem como oficiais marinheiros. Apenas um parêntese. Há um projeto do MEC em tramitação que pretende unificar o geotécnico e geofísico numa única carreira profissional. Eu não entendo bem por que, porque tenho recebido também diversos integrantes de ambas as categorias dizendo que uma profissão, uma especialização, não tem muita vinculação com a outra, além do prefixo geo, g-e-o. Já pedimos informações, inclusive, ao Ministério da Educação para que ele nos fornecesse subsídios que dessem sustentação ao que nos foi trazido pelas categorias. O Dr. Hernandes falou também sobre as atividades da PETROBRAS de formação e capacitação de seus funcionários, como a Universidade PETROBRAS, que é uma instituição de ensino corporativa que forma seus próprios engenheiros especializados em petróleo e oferece educação continuada a quase todos os seus funcionários.

O Gerente de Tecnologia do Instituto Brasileira do Petróleo, Gás e Combustível (IBP), Dr. Raimar Byllardt, informou que um programa especial de recursos humanos da Agência Nacional do Petróleo, a ANP, foi iniciado em 1999 e já tem parcerias com 23 universidades brasileiras em treze estados, com mais de cinco mil bolsas de estudo disponibilizadas e investimentos

da ordem de 184 milhões de reais. Disse, também, que o IBP incentiva, com bolsas, dissertações de mestrado sobre temas de interesse do setor de petróleo. O representante do IBP elogiou a qualidade e eficácia do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), que é outro programa extremamente importante e cujo coordenador estará participando de uma das próximas Audiências Públicas aqui nesta comissão. Esse programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia. O objetivo do programa é aumentar a participação da indústria nacional de bens e serviços na implantação de projetos de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior. Segundo o Dr. Raimar, o PROMINP já criou mais de setenta cursos de pós-graduação *lato sensu* em doze estados brasileiros. Ele também afirmou que falta ao Brasil mais infraestrutura nas instituições de ensino, como laboratórios, equipamentos, bibliotecas, além de professores mais bem qualificados e atividades práticas para os estudantes.

Indagados, os palestrantes concordaram que talvez esteja faltando ao mundo acadêmico uma visão mais moderna e realista das matrizes educacionais, principalmente nas áreas tecnológicas e de ciências, frente às demandas do mercado e as necessidades do País. Trata-se do excesso de academicismo abordado nas reuniões anteriores. Isso fica demonstrado quando se observa os desequilíbrios, tanto regionais como estruturais, existentes na oferta e duração dos cursos, na qualidade do ensino e, até mesmo, nas exigências para o exercício do magistério.

Em relação ao nosso próximo painel, ele será realizado no dia 29 de março, próxima segunda-feira, às dezoito horas, neste plenário, e terá como tema: "Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos para exploração, refino e distribuição dos produtos existentes nas reservas petrolíferas do pré-sal". Participarão como palestrantes o Sr. José Lima de Andrade Neto, Presidente da BR Distribuidora, o Dr. Nélson Narciso Filho, Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a ANP, o Dr. Marcelo Taulois, Diretor Presidente da Aker Solutions do Brasil, e o Dr. Luiz Fernando Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (SINICON).

Informo também as Sras. e Srs. Senadores que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura recebeu, em 10 de março de 2010, ofício do Presidente Executivo do Instituto Trata Brasil, Dr. Raul Pinho, encaminhando o relatório sobre os resultados do projeto "De olho no PAC". Segundo ele, trata-se da consolidação de um ano de trabalho do ITB no acompanhamento da evolução do programa na área de saneamento.

Vale lembrar que esta comissão de Serviços de Infraestrutura, ela aprovou no dia 11, numa quinta-feira, dia 11 de março, proposições que foram apresentadas com fruto nos debates e propostas sugeridas numa Audiência Pública com especialistas no assunto saneamento básico, realizado no final do ano passado. O Dr. Raul Pinho foi um dos participantes. Naquela oportunidade nós oferecemos quinze dias para o recebimento de emendas e sugestões por parte dos membros dessa Comissão e a coordenação dos trabalhos, por deliberação e por convite da unanimidade dos membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a coordenação desse trabalho de consolidação dessas propostas com vistas à elaboração ou a elaboração como sugestão para o marco regulatório do saneamento foi entregue ao Senador Ministro Eliseu Resende, vice-Presidente desta comissão.

Eu vou passar, além de fazer uma rápida leitura do que nos foi entregue pelo Dr. Raul Pinho, eu irei passar imediatamente às mãos do Senador Ministro Eliseu Resende, porque ele tem pressa em apresentar o resultado do seu trabalho, o que se dará depois da Semana Santa. Os projetos que foram apresentados naquela oportunidade, dia 11 de março, e aprovados por esta comissão... Apenas para lembrança dos senhores que os quatro projetos têm como objetivo:

1) A isonomia entre empresas estaduais e empresas privadas nas licitações para a concessão de saneamento;

2) O condicionamento da alocação de recursos federais para obras de saneamento à existência de projeto básico, que é uma das grandes carências que nós estamos tendo na elaboração, na execução das obras do PAC. Agora com menos intensidade a questão da ausência de projetos básicos, de projetos executivos;

3) Permissão para que os recursos do SUS sejam alocados em projetos de saneamento;

4) Vedação da regularização fundiária e a implementação de infraestrutura urbana em áreas de risco.

Então, como dizia anteriormente, o documento recebido por esta Comissão por parte do Instituto Trata Brasil, assinado pelo Dr. Raul Pinho, observa que ao ter participado da Audiência pública sobre saneamento básico, que constou do 14º Painel da Agenda 2009/2015, realizada no ano passado, ele compilou todos os dados de que dispunha e entrega esse documento, que nos auxilia nas propostas de aperfeiçoamento do marco regulatório do saneamento, que em breve o Senador Ministro Eliseu Resende estará apresentando na forma de projetos de lei e será submetido, naturalmente, à Comissão de Serviços de Infraestrutura, porque será uma proposta da comissão e não de nenhum de nós

senadores individualmente. Por isso, passo ao coordenador desse trabalho, como disse de consolidação das propostas, Senador Ministro Eliseu Resende, o documento enviado pelo instituto.

De acordo com o expediente do ITB – Instituto Trata Brasil, o objetivo da divulgação desse relatório é compartilhar com a sociedade as dificuldades e barreiras que amarram o desenvolvimento do setor e, ao mesmo tempo, mostrar alguns caminhos para tornar o saneamento um setor mais eficiente. De um modo geral, como diagnóstico, o relatório conclui que os diversos fatores que dificultam o avanço das obras já contratadas e que se repetem em outros contratos similares, mesmo fora do PAC, estão relacionados a:

1) Falta de cumprimento efetivo da legislação vigente (Lei nº 11.445/07 – Diretrizes Nacionais para o Saneamento) e das leis dos consórcios públicos, das PPPs e das concessões;

2) Necessidade de aumento da eficiência dos processos, ou seja, planejamento, projetos, financiamento, contratação, desembolso, execução e fiscalização;

3) Maior valorização da etapa de projeto;

4) Melhor coordenação das ações da administração pública entre os níveis municipal, estadual e federal;

5) Investimentos e incentivos à qualificação e atualização dos profissionais envolvidos.

Observo que este último quesito, qualificação profissional, é exatamente o foco do novo ciclo de palestras da Agenda 2009/2015 – Desafios estratégicos setoriais, que estamos realizando na comissão neste primeiro semestre de 2010, com o tema específico "Recursos humanos para inovação e competitividade". O que temos constatado é que se trata de um fator recorrente e unânime em todos os especialistas que temos ouvido. Isso mostra a importância e a oportunidade do seu debate na questão do saneamento básico no Brasil e, consequentemente, abastecimento de água potável, bem como a necessidade de uma premente apresentação de soluções para este tema em todos os segmentos da infraestrutura, como é o caso aqui especificamente do saneamento básico.

Por fim, o relatório do ITB apresenta um conjunto de 22 propostas e de soluções para os diversos entraves identificados que compõem aqueles cinco fatores levantados.

Queremos aqui agradecer em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Instituto Trata Brasil por esta importante contribuição. Certamente ela será de grande valia como subsídio aos trabalhos desta mesma comissão, especialmente nessa fase de discussão e de apresentação de soluções aos gargalos de nossa infraestrutura.

Aqui estão me alertando, eu falei geotécnico, mas não, é geólogo e geofísico, é geólogo e geofísico, que há aí em tramitação ou em elaboração uma proposta que deseja unificar numa só profissão, numa só atividade, as profissões de geólogo e geofísico. Eu tenho recebido diversas reclamações desses dois setores, representantes desses dois setores, de que não há nenhuma lógica nessa unificação e que, portanto, ela deve ser evitada. Em função disso, solicitamos já informações ao Ministério de Educação, que, segundo consta, é o autor dessa sugestão.

A Reunião de hoje atende ao Requerimento nº 5, de 2010, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, aprovado em 18 de março, que tem como objetivo discutir o marco regulatório da exploração dos recursos minerais, com a presença do Ministro do Estado de Minas e Energia, Ministro Edison Lobão, do Dr. Paulo Camillo Vargas Penna, Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), e do Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral.

Gostaria de fazer uma observação que o Sr. Ministro Edison Lobão confirmou a sua presença pessoalmente a mim e também por ofício, que está aqui na Comissão, mas ele foi chamado para uma reunião às oito da manhã. Chegará aqui, mas chegará por volta de nove e meia. Então nós estamos aguardando aqui o Ministro, chamado ele que foi, para uma reunião sobre a questão dos projetos de lei do pré-sal, que ora estão tramitando aqui no Senado. E S. Exa., a partir do dia 1º, estará voltando ao convívio dos seus companheiros aqui no Senado e, talvez em função disso, tenha sido solicitada a presença dele neste encontro hoje. Mas ele confirmou por telefone que estará presente a esta Audiência Pública e chegará por volta de 09h30, o que não impedirá que nós iniciemos a nossa Audiência Pública com a presença dos outros convidados, também objeto do requerimento aprovado nesta comissão, Requerimento nº 5, de 2010, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Assim, eu convido o Dr. Paulo Camillo Vargas, do IBRAM, e o Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, do DNPM, para sentarem à mesa para que nós possamos dar início à nossa Audiência Pública. Sejam V. Sas. muito bem-vindos a esse nosso encontro.

Estou entregando às mãos do secretário da comissão o documento que nos foi enviado pelo Instituto Trata Brasil para que faça chegar às mãos do Senador Ministro Eliseu Resende.

Gostaria também de comunicar aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que o Regimento coloca especificamente na questão de Audiências Públicas uma diferenciação entre Ministros de Estado, são regras

regimentais, e outras autoridades. Então no caso dos nossos palestrantes de hoje, o Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery e o Dr. Paulo Camillo Vargas, cada um dos senhores terá vinte minutos para fazer as suas exposições, terão três minutos de tempo se necessário for a mais e cada um dos Srs. Senadores terão três minutos para fazer as suas indagações e os participantes da Audiência Pública três minutos para a sua resposta.

Em relação a autoridades no nível de Ministros de Estado, a apresentação será de 30 minutos, os questionamentos dos Srs. Senadores serão de cinco minutos, a resposta da autoridade será de cinco minutos, a réplica de dois minutos e a tréplica de dois minutos. Então são duas regras regimentais diferentes para o tipo de autoridade que hoje estará participando, as diferentes autoridades que hoje estarão participando das nossas audiências.

Eu concedo a palavra, inicialmente, ao Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, Diretor-Geral do DNPM, para a sua disposição. V. Sa. dispõe dos 20 minutos iniciais para fazê-lo.

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Perfeitamente, presidente. É uma satisfação estar aqui na Comissão de Infraestrutura, agradecer ao convite.

Antes de mais nada, gostaria de lamentar o atraso do Ministro Lobão, que deveria estar conosco aqui. Eu acho que ele é muito abrilhantaria o debate. Creio que ele deva ainda estar chegando, segundo o secretário que está aqui presente, a assessoria parlamentar.

Quero dizer que esse debate acerca da alteração da legislação mineral brasileira, ele não é novo. Na verdade, o Código de Mineração, ele foi instituído no País em 1934 e teve várias evoluções ao longo da nossa história. Em 1967, ele se consolidou no Decreto-Lei 227/67 e, após a Constituição Federal de 1988, ele precisou ser melhor recepcionado, e por intermédio da Lei 9.314 houve alterações que permitiram a que ele pudesse melhor ser, como já falei, recepcionado pela Constituição Federal.

De qualquer sorte, nós entendemos que esse código, em que pese ele facultar alguma estabilidade do ponto de vista institucional e regulatório nas relações público-privadas no País, há que se entender que o setor de mineração, diferentemente dos demais setores, petróleo, gás, que são concessões federais, o setor de mineração sempre foi um setor administrado por intermédio de concessões federais, desde 1934, enquanto que os demais, petróleo, gás, energia, eram monopólios e que vieram no governo anterior a ter esses monopólios flexibilizados. Então a bem da verdade, a própria discussão na sociedade, ela permitiu que novas relações público-privado desses setores que são concessões federais, particularmente de recursos naturais, pudessem estar sendo redefinidas e eu entendo que com a própria evolução dessas relações a mineração também padeceu de alguma alteração no seu marco legal. Daí porque no âmbito do Ministério de Minas e Energia a discussão trilhou no sentido de uma modernização dessas relações, de tal sorte que uma vez configurado que esse código é um código que se mostrou, de certa forma, obsoleto em um conjunto dos seus dispositivos, tornou-se necessário, portanto, que se discutisse e se adotassem medidas que evoluísse essa relação. A bem da verdade, diferentemente da década de 30, em que o País era incipiente em alternativas econômicas, eu diria que hoje a mineração brasileira é um segmento extremamente expressivo do ponto de vista da nossa economia, o Brasil é um grande *player* internacional na mineração e eu acho que o código, não pode estar pautada a legislação única e exclusivamente para o fomento e, sim, são relações hoje que já necessitam que o Poder Público possa de fato fazer a melhor regulação econômica. Acho que em cima desse princípio, dessa percepção, é que o governo está em vias de encaminhar para o Congresso Nacional uma alteração do marco.

Eu diria que o Código de Mineração, e aí me afeta pessoalmente tanto por eu ser servidor de carreira do DNPM há 25 anos, engenheiro de minas e do quadro, quanto por ser Diretor-Geral da autarquia há sete anos, então eu percebo que há uma necessidade de fato de alteração da legislação. Eu acho que ela é eivada de um conjunto de dispositivos rígidos, burocráticos, detalhistas, que não condiz com a ideia de uma legislação moderna que permita a que no plano infralegal agências reguladoras ou uma agência reguladora possa melhor disciplinar aspectos técnicos que trazem, sem dúvida nenhuma, ou trarão, sem dúvida nenhuma, uma evolução nessa relação público-privada. Acho que nos ressentimos, sem dúvida nenhuma, e o DNPM fica a mercê exatamente de uma rigidez legal que de fato precisa estar sendo modernizada e atualizada a cada momento e em determinados momentos.

Então eu diria que, por conta disso, entendemos que do código teria que ser feito uma releitura, fizemos essa releitura, o Ministro Edison Lobão determinou que assim fosse feito, determinou que o coordenador desse grupo fosse o Professor Cláudio Scliar, que está presente nessa Audiência, e um grupo de técnicos e consultores jurídicos se debruçou durante um ano e meio, dois anos, discutindo exatamente os principais pressupostos do que efetivamente precisaria ser alterado. Entendo que alguns aspectos, do ponto de vista da desregulamentação na lei e remetendo-se para uma regulamentação infralegal necessitaria de fato que fosse feito. Então hoje há uma discussão, portan-

to, em que se embute na lei, primeiro, a necessidade de alteração da importância da mineração no contexto da lei. Melhor dizendo, o poder concessionário aonde ele deveria permanecer.

Então o Ministério, como o poder concedente, ele é mantido, mas as diretrizes gerais da Política Mineral Brasileira, que está embutido nesse novo marco regulatório, ele seria estabelecido por intermédio de um Conselho Nacional de Política Mineral, a exemplo do que acontece hoje no setor energético, em que essas diretrizes são emanadas desse conselho, do Conselho de Política Energética. Então a mineração brasileira também passaria a ter esse conselho como um instrumento, uma instância deliberativa dos aspectos centrais da Política Mineral Brasileira. Como poder concedente teríamos o Ministério de Minas e Energia e numa instância de execução da Política Mineral Brasileira teríamos a Agência Nacional de Mineração como uma agência reguladora na condição de autarquia especial.

Hoje o DNPM, ele é uma autarquia, não é uma autarquia especial, e se diferencia exatamente porque não possui os mesmos predicados de uma agência reguladora. Por que é que não possui esses predicados? Na verdade, como autarquia, tem praticamente a mesma autonomia administrativa e financeira. Embora seja uma instância vinculada ao Ministério, não é uma instância, não é uma instituição subordinada. Porém, se recente de um poder regulatório maior, em primeiro lugar, como eu já falei, onde a mineração é extremamente detalhista. Então precisaríamos ter um marco regulatório que fosse uma Lei Quadro simplificada, que no âmbito infralegal a agência tivesse um poder discricionário, melhor dizendo, regulamentar, mais definido. E do ponto de vista da sua capacidade de regulação econômica precisaria que essa instituição possuísse um nível de independência maior, como as demais agências assim o são, para que não sofresse pressões e pudesse, em nome da sociedade, exercer da melhor forma a condição regulatória, ou seja, toda agência hoje possui uma diretoria colegiada que é sabatinada no Congresso Nacional para fins da sua posse e possui um mandato de quatro anos, de tal sorte que as decisões são tomadas de forma colegiada e não monocrática como é hoje. Hoje toda decisão adotada pelo DNPM recai sobre os ombros do Diretor-Geral, enquanto que nas agências reguladoras isso não ocorre. Então você passa a ter um nível de democratização maior no âmbito dessas decisões, além do que as medidas regulatórias que afetam os agentes econômicos, elas deveriam ser adotadas após Audiências Públicas, que também é um predicado que hoje não é previsto na legislação para a autarquia DNPM atualmente existente.

Então entendemos que é fundamental que do ponto de vista conceitual a legislação mineral brasileira, ela deva ser de fato modernizada, ela deva ser substituída por um novo marco regulatório, que seja uma Lei Quadro, que aponte diretrizes para a Política Mineral Brasileira e que possa estar sendo executada por uma agência reguladora, como eu me referi.

Do ponto de vista mais do detalhe da lei, as alterações envolvem fundamentalmente... Eu diria que no geral não há grandes alterações. Estive recentemente, Sr. Presidente, até participando da maior feira de exploração mineral do mundo, que ocorre normalmente na Cidade de Toronto, no Canadá, e tivemos a oportunidade de debater com dois ou três eventos, fazer exposições para o conjunto de investidores. Na verdade Toronto hoje se mostra como a maior cidade, possui uma bolsa de investidores em exploração mineral, ou seja, em pesquisa mineral, bolsas que as empresas capitalizam para obter financiamento para a pesquisa mineral, investimento de risco, e diferentemente das bolsas em que as empresas se capitalizam por movimento dos seus interessados, essa capitalização se dá por conta do próprio processo de descoberta da jazida. Então, nessa ocasião, eu estive lá agora no mês de março, tivemos a oportunidade de debater com os investidores do mundo inteiro e reafirmamos que não haveria maiores alterações no *status* em si da lei do ponto de vista de causar quaisquer estabilidades. Eu diria que, no fundamental, a gente rediscute o prazo da autorização de pesquisa, mas sem afetar direitos preexistentes, e é proposto o prazo para a concessão de lavra que hoje é inexistente na legislação. Entendemos que é uma medida que evoluirá do ponto de vista da possibilidade de que o Poder Público possa melhor regular o setor e aí já não seria mais regulado por intermédio de um título minerário como hoje o é, como hoje são as concessões de lavra, ou seja, após a descoberta da jazida, com a apresentação de um relatório final em que o DNPM aprova a existência dessa jazida, a empresa tem um ano para requerer a concessão de lavra, apresentando um projeto técnico que, analisado, um projeto que se denomina Plano de Aproveitamento Econômico, com o que, uma vez estando em condições técnicas recomendadas e de posse de uma licença ambiental do órgão ambiental competente, o Ministério de Minas emite a concessão de lavra por recomendação do DNPM. Esse *status* não seria alterado, tão-somente teríamos, ao invés de um título minerário, o *status* seria... O instrumento, melhor dizendo, da concessão, seria um contrato de concessão e aí sim esse contrato vigoraria por 35

anos, renovável desde que atendidas as condições previstas no próprio contrato e na legislação para fim da sua renovação.

Então não entendemos que as medidas, elas possam trazer para o investidor que quer de fato investir na descoberta de novas jazidas e investir na produção mineral brasileira, não entendemos que isto possa trazer qualquer nível de instabilidade. Muito pelo contrário, eu acho que são regras que apontam no sentido de que o País possa de fato ter as suas jazidas passando por melhor nível de aproveitamento e ter um órgão que possa, com o poder de uma agência reguladora, intervir naquilo que efetivamente contribua para a elevação do grau de concorrência entre as empresas e estimulando, portanto, o nível de competitividade.

Acho que o fato de termos esse modelo, sem dúvida alguma, estimulará, inclusive permitirá que o governo possa exigir investimentos na cadeia produtiva e permitirá que o grau de agregação de valores da matéria-prima mineral possa também estar sendo pensado e avançar, de tal sorte que a matéria-prima mineral não seja exportada sem a necessária agregação de valor, ou seja, o aço seja produzido aqui ou o refino do cobre seja feito aqui, ou seja, a matéria-prima não seja exportada como concentrada e sim como já o bem final. Isso é fundamental, porque aqui é que vão estar sendo gerados os empregos, a renda circulará aqui e certamente o País estará ganhando. Tenho certeza que esse marco regulatório representará um grande avanço para as relações público-privadas da mineração brasileira e entendo que a agência reguladora, ela cumprirá um papel destacado na execução das diretrizes que efetivamente vierem emanadas do Conselho Nacional de Política Mineral.

Também estamos prevendo, naquilo que efetivamente se revele com um grau de importância, a criação de áreas especiais, em que o governo, preservando os direitos pré-existentes, possa fazer investimentos no conhecimento do subsolo de forma mais detalhada, de tal sorte que particularmente para minerais que tenham repercussão na nossa balança comercial ou em que o País seja carente do ponto de vista do processo econômico, a exemplo de fertilizantes, minerais de interesses sociais de forma geral, ou mesmo jazidas [ininteligível], que possam ter uma repercussão na própria economia do País, acho que o governo poderá estar bloqueando essas áreas para fins de investimento, teria que ter um prazo inclusive para que o próprio governo fizesse investimentos, sem o que a área não permaneceria como hoje existe. Temos uma que exatamente pela ausência de critérios, ela está bloqueada indefinidamente, e não foi feito assim esse desbloqueio exatamente porque estamos pensando em alterar esses *status* e definir aqui o serviço geológico... O serviço geológico do Brasil, que é a Companhia de Pesquisas em Recursos Minerais, possa, no momento em que criemos essas áreas especiais, fazer os levantamentos [ininteligível] geofísicos, fazer os levantamentos geológicos, de tal sorte que num segundo momento essas áreas seriam ofertadas em sistemas de leilões para que as empresas pudessem arrematar e, efetivamente, colocá-las em produção, desenvolver as pesquisas e colocá-las em produção.

Entendo que é fundamental o novo marco regulatório porque você vai desburocratizar, vai dar condições, inclusive, de poder criar sanções que desencorajem o minerador inadimplente. Não queremos, não temos nada contra, muito pelo contrário, achamos que é justo o minerador que cumpra com as obrigações legais e que efetivamente seja produtor de bens minerais, que garanta o suplemento da matéria-prima mineral para a sociedade, para a indústria, e, portanto, o minerador que trabalha dessa forma não há que se preocupar com o novo marco regulatório. Mas o minerador que trabalha com especulação, segurando áreas, buscando fazer controle de mercado, esse eu acho que deve se preocupar, até porque a jazida mineral é um bem do País, é um bem da União, o interesse público deve prevalecer nesse caso e o interesse público entendemos que deva ser realmente o de colocar as jazidas em lavra e garantir que haja um melhor grau de concorrência e competitividade no mercado mineral brasileiro.

Então, Sr. Presidente, eu não sei como é que está o meu tempo, eu poderia ainda continuar dissertando, mas creio que já falei os pontos centrais da nossa proposta e me coloco à disposição, portanto, para o debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, Diretor-Geral do DNPM, pela sua exposição.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Paulo Camillo Penna. V. Sa. dispõe dos 20 minutos regulamentares para a sua fala.

SR. PAULO CAMILLO VARGAS PENNA: Bomdia. Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer o convite formulado pelo Presidente Collor, que à frente da Comissão de Serviços de Infraestrutura tem contribuído de uma maneira importante e significativa para o desenvolvimento das nossas atividades. Nós tivemos a oportunidade de estar aqui em outra Audiência Pública, já tivemos reuniões com lideranças do setor mineral, já tivemos visita a campo. Eu gostaria de então sublinhar o desempenho do senador à frente dessa comissão, dessa importante Comissão do Senado Federal.

Eu gostaria de saudar o meu conterrâneo e amigo Ministro Senador Eliseu Resende, referência mineira e figura que enaltece Minas Gerais no Senado Federal. Eu gostaria de saudar o combativo Senador Flexa, autor do requerimento para que estivéssemos aqui. Eu gostaria de saudar também o Senador Goellner, saudar o meu amigo Miguel Nery, também o Cláudio Scliar, que talvez... O nosso entendimento do setor produtivo, nosso principal interlocutor junto ao Ministério de Minas e Energia, os nossos entendimentos têm propiciado(F) que cheguemos até aqui. O Dr. Mauro, os senhores assessores, Darc(F), Sávio, os senhores mineradores aqui presente.

Bom, em primeiro lugar eu gostaria de dizer que esse assunto, marcos regulatórios, é algo que já vem sendo discutidos já há mais de dois anos no âmbito do governo federal. O setor produtivo desde então vem reivindicando a participação nesse debate e vem reivindicando de maneira incisiva, sem que com isso tivéssemos tido sucesso, até que em setembro passado, durante o Congresso Brasileiro de Mineração, em meu pronunciamento novamente reivindiquei essa abertura para o setor produtivo dentro desse debate e o Ministro Lobão nos afiançou que a partir de então nós teríamos vez e voz no debate da criação desses marcos regulatórios ou desse anteprojeto ou dessa minuta na formulação dessa política. Passados menos do que 15 dias após esse compromisso com o Ministro, ele foi efetivamente cumprido e estamos nos reunindo com a equipe do Ministério de Minas e Energia buscando contribuir para o melhor desenvolvimento, para a melhor formulação dessa política. Até porque, até por um princípio constitucional, é o setor privado que tem a competência e a atribuição de desenvolver a atividade. Nós não concebíamos e não concebemos um encaminhamento de um marco regulatório, de um marco legal tão importante, sem a participação do principal autor da atividade.

Bom, assim é que desde então viemos trabalhando com o setor público, com o Ministério de Minas e Energia, sem que com isso, Presidente Collor, não tenha sido um trabalho sofrido, porque efetivamente nós tivemos, num primeiro momento, à nossa disposição informações extremamente esparsas na sistematização, avançamos um pouco mais, chegamos a debater alguma documentação, tanto mais sistematizada, até que agora em março nós, pela primeira vez, se não me falha a memória no dia 03 de março, também fruto de uma carta dirigida ao Ministro, que ele jocosamente, mas eu acredito que até de maneira carinhosa considerou a minha carta malcriada, eu acho que ele nos apresentou então a partir daí o uso dos marcos regulatórios de uma maneira sistematizada, mas ainda sem que tivéssemos um amplo acesso a esse documento.

Eu sublinharia, novamente, a nossa participação, mostrando que mesmo na última reunião onde tivemos a participação, a participação do setor produtivo com o setor público, nós pudemos contribuir com cinco ou seis posições que foram, a nosso ver e pelo próprio depoimento de agentes do Ministério, acatadas imediatamente. Efetivamente, como nós aguardamos agora, termos em mão um documento sistematizado e eu me alinho na posição do Ministro de Minas e Energia quando na Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia da Câmara federal, o Ministro, até porque é egresso do Congresso Nacional, nos coloca que o que devemos fazer é construir, edificar uma norma legal efetivamente lapidada pelos representantes do povo. É dessa maneira que nós enxergamos a participação do setor produtivo em estreita cooperação com o Poder Legislativo, mas mais do que isso, ainda no âmbito do Executivo Federal, o setor ainda considera oportuna a sua participação na medida em que o documento que está sendo encaminhado ao Presidente, que foi encaminhado ao Presidente da República, vai passar pela Casa Civil e lá ela terá competência de se articular com outros Ministérios, por exemplo, com o Ministro de Meio Ambiente, com quem temos uma íntima relação e uma relação indissociável. Na verdade, o setor apresentou ao Ministério de Minas e Energia inúmeras questões que são linkadas, que são ligadas ao meio ambiente com uma interação com o setor mineral e que precisam ser absorvidos por um marco legal, reconhecendo essa interação que não pode ser separada. Nós temos um compromisso, o Professor Cláudio Scliar, a sua assessoria e o próprio Ministro têm nos dito que estarão acompanhando essa nossa proposta junto à Casa Civil e vamos então, após essa formatação desse anteprojeto de lei, contribuir de uma maneira presente aqui no Congresso Nacional.

Bom, eu gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao Dr. Miguel Nery, que me coloca o pano de fundo da proposta e que me dá condições de oferecer algumas contribuições, algumas considerações a respeito do tema.

Em primeiro lugar, louvar a criação de uma Política Nacional de Mineração, algo que o IBRAM, que é o Instituto Brasileiro de Mineração, desde 1976, ano de sua criação em Belo Horizonte, Minas Gerais, reivindica, quer dizer, o Brasil precisa ter efetivamente uma Política Nacional de Mineração que norteie as suas ações. Igualmente, o setor apoia de uma maneira integral e veemente a criação de um Conselho Nacional de Mineração, conselho esse com competência para estabelecer diretrizes, planejamento e assessorar

em questões de alto nível o Presidente da República. Mas já neste ponto o setor gostaria de sugerir algumas ações.

Em primeiro lugar, a garantia, estampada no corpo do processo, a garantia da participação do setor produtivo, que no anteprojeto não está expressa, até pelo papel de protagonista da atividade que o setor tem. E, em segundo lugar, uma garantia do equilíbrio da participação dos setores público e privado. Nós, infelizmente, temos uma desastrada experiência na participação do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que é composto por 107 membros, onde o setor produtivo é representado por oito membros, oito membros num universo de 107. Então nada mais do que o gato escaldado ter medo desta água fria, quer dizer, reivindicar efetivamente um equilíbrio na composição deste conselho, que vai oferecer ao Presidente da República conhecimento, que vai oferecer o melhor de si, o melhor do que foi desenvolvido num ambiente da mineração para o Presidente da República, para que a gente trace os destinos da mineração brasileira.

A criação da Agência Nacional de Mineração, aludida pelo Dr. Miguel Nery, é algo que também vem contemplar uma antiga reivindicação do setor. Em que pesem os enormes esforços, eu gostaria de enfatizar isso, em que pesem os enormes esforços da equipe do Ministério de Minas e Energia, e aí o papel decisivo do Dr. Miguel Nery em estar aqui presente no Congresso Nacional, na Câmara, no Senado, em estar buscando meios e formas de dotar o seu DNPM das melhores condições para atender a dinâmica da mineração, nós acreditamos que o modelo do Departamento, do DNPM, é um modelo que já se exauriu, quer dizer, criado em 1934, com todas as dificuldades... Eu gostaria de contar um único fato: o DNPM fez em 2007 o primeiro concurso público depois de 27 anos. Eu acho que só este fato dá uma justa dimensão das dificuldades que o Dr. Miguel, das dificuldades que o Ministério vem encontrando, mas mais do que a administração pública, das dificuldades que o setor mineral vem encontrando em atender a velocidade de um "*boom"* de 2000 até 2008.

É muito importante lembrar que a atividade mineral sempre é muito confundida com uma atividade fácil, a atividade da descoberta da mina, da descoberta do ouro. Na verdade a atividade mineral é uma atividade de alto risco, intensivo em capital, e que trabalha em ciclos. Os ciclos de exuberância do setor mineral, historicamente, eles têm acontecido entre vinte e trinta anos, quer dizer, a última vez que nós tivemos uma situação semelhante atual foi nos anos 70, Presidente Collor, quer dizer, ninguém se lembra que no período, por exemplo, entre o ano de 1980 e 2000 nós tivemos uma queda real de 2% no preço do minério de ferro, queda real. Ninguém se lembra que no período de 1990 a 2000 nós tivemos uma queda real de 7% no minério de ferro, quer dizer, é um setor que efetivamente sempre teve um papel menor dentro da própria estrutura do Estado brasileiro, ou seja, dentro de um Ministério de Minas e Energia onde é muito de energia e muito pouco de minas. Também em que pesem os esforços da atual equipe no sentido de ampliar essa participação e novamente louvar a participação do Ministro Edison Lobão, que ampliou enormemente a nossa interlocução dentro do próprio Ministério. Mas não é por isso que a mineração foi auxiliada na justa medida da sua contraprestação e no oferecimento que ela tem dado ao Brasil na geração de caixa, na oferta de insumos para o desenvolvimento do País e auxiliar na economia brasileira. Apenas agora, a título de exemplo, apenas agora em 2009 o setor mineral respondeu por mais de 54% do saldo da balança comercial brasileira. Eu acho que esse número também é um número definitivo.

No tocante aos regimes jurídicos de aproveitamento, o Dr. Miguel coloca aí, o projeto manteve os regimes de autorização de pesquisa e concessão de lavra. Nesse particular, o setor conseguiu contribuir sensivelmente, na medida em que a proposta inicial era de um período de pesquisa de um ano, renovado cinco vezes, a cada ano você teria que fazer uma avaliação, totalizavam seis anos hoje, se nós temos três, até mais três, igualaríamos o tempo, mas efetivamente a pesquisa é algo de grande risco e é do interesse da União que se faça uma pesquisa e que se identifique realmente a reserva, o bem mineral. Nós conseguimos, então, em negociação com o Ministério de Minas e Energia, avançarmos. Hoje a proposta do projeto é de cinco anos com a possibilidade de uma renovação em caráter excepcional de mais três anos, e a concessão de lavra teve o prazo limitado a 35 anos. Nesse particular, eu já identifico alguma dificuldade no que diz respeito ao expresso pela Constituição Federal, que limita apenas prazo para a pesquisa e não para a concessão de lavra. E mesmo sem se considerar a natureza jurídica da proposta, o que se pretende de uma agência eficiente, dinâmica e prestigiada, é que ela efetivamente possa se descolar desses prazos e atuar de uma maneira eficiente. Então acho que esse prazo de 35 anos ou mesmo os prazos que estão colocados para a pesquisa engessam a atuação da agência, quer dizer, a competência da agência estaria limitada a um prazo que, eventualmente, poderia se alargar até 10, 15 anos, dependendo da natureza da pesquisa, e sempre perseguindo a melhor eficiência do empreendedor, cobrando a ação efetiva do melhor empreendedor. Acho que nisso aí há um certo conflito,

um certo contrassenso no que diz respeito à atuação da agência e o estabelecimento desses prazos.

A proposta inova no estabelecimento de contratos de concessão, quer dizer, hoje o que nós temos, a mineração hoje é regida por atos administrativos de outorga. Diferentemente da indústria do petróleo, do gás, da concessão de serviço público, a Constituição Federal não impõe ao setor mineral o contrato. O anteprojeto, ele estabeleceu um contrato de adesão, ele prevê um contrato de adesão. Esse contrato, ele vai seguir um modelo que vai ser fixado pela agência logo no início, no alvará de pesquisa ele vai ter conhecimento do contrato que ele vai assinar, mas ele só vai assinar esse contrato ao final da aprovação do seu relatório de pesquisa, o que significa que provavelmente, levando em conta um limite de oito anos, esse contrato vai ser assinado, um contrato que se tomou conhecimento no início da pesquisa, ele só será assinado oito anos depois, quer dizer, essa dinâmica não atende ao setor mineral, efetivamente não nos parece ser a melhor solução para a atividade. Novamente, a atividade tem peculiaridades, ela tem questões muito próprias. Por essas razões eu volto a dizer: não é um instrumento adequado para atender a dinâmica do setor mineral.

O processo também avança no sentido de estabelecer um processo licitatório em áreas onde você já tenha a pesquisa mineral em curso ou que por alguma razão o titular do direito minerário se afaste, ela substitui, aí elimina a disponibilidade e coloca então em concorrência, em licitação essas áreas. O setor considera absolutamente positivo. E o setor já apresentou e vem apresentando, nós tivemos a oportunidade de colocar para o Ministro, lamentavelmente talvez num último momento, onde não haveria a possibilidade de uma revisão na proposta, uma proposta do estabelecimento de título único, onde você receberia um título desde o momento em que você inicia o processo de pesquisa até a lavra. Seria a capacidade do Estado brasileiro em oferecer uma estabilidade ao empreendedor, garantindo que depois da pesquisa ele teria a garantia de poder lavrar o que foi encontrado, sem, evidentemente, as garantias do Estado brasileiro em estar acompanhando, policiando e fazer cumprir as regras. Nós consideramos o título único uma solução absolutamente moderna, dinâmica e que já é praticada em outros países com base mineral.

Algumas preocupações: diretrizes para outorga e cessão do direito. O anteprojeto estabelece que "Compete ao Ministério de Minas e Energia estabelecer diretrizes para a outorga e cessão de direitos minerários em função do caráter estratégico dos bens minerais". Nós vivemos num período em que em 2008 o mundo investia em pesquisa mineral 13,4 bilhões de dólares. Em 2009, nós tivemos uma redução desse recurso de 13,4 para oito bilhões de dólares. Esse evento que o Dr. Miguel bem coloca é um evento que se caracteriza pela reunião de pesquisadores, basicamente de pesquisadores, empreendedores voltados à pesquisa do setor mineral.

Então com essa retomada do crescimento da atividade econômica nós temos mais de cinco bilhões de dólares a disputar com outros países, e países que oferecem forte concorrência ao Brasil. Os países africanos hoje têm marcos regulatórios absolutamente modernos, a questão do licenciamento ambiental totalmente equacionada e será e já está sendo o nosso principal concorrente. Nós precisamos reduzir sensivelmente a insegurança jurídica, o grau de subjetividade e evitarmos uma política que conspire contra a atração de investimento, quer dizer, termos no texto legal algo como "função do caráter estratégico dos bens minerais" nos preocupa profundamente na medida em que isso precisa ser explicitado de uma maneira mais clara.

Eu quero voltar a dizer novamente: essa é a Casa onde vamos ter a oportunidade de modernizar e lapidar de uma maneira melhor e mais adequada a proposta do governo, é esse o debate que o setor produtivo propõe e é por isso então que nesse momento a gente oferece esses subsídios, essas contribuições a essa Casa.

Bom, além disso, o código já estabelece, sem que haja a necessidade de se colocar um caráter estratégico dos bens minerais, o código já estabelece as condições daqueles que podem ser titulares do direito minerário.

Outra posição do setor e que gera grande inquietação no setor é a falta de instrumentos, ferramentas de fomento presente nos marcos regulatórios. Em primeiro lugar, há uma antiga reivindicação no setor mineral no sentido de considerar o título minerário como direito real. Qual que é a realidade de hoje? O empreendedor descobre um determinado depósito mineral, vai até ao banco, um empreendedor brasileiro vai até ao banco, ao BNDES, e reivindica então um empréstimo para um projeto de exploração, de explotação, de desenvolvimento da lavra. E o interlocutor, o bancário, informa ao empreendedor que o custo daquele é 'X', 20 milhões, dez milhões, o que for. O empreendedor que não dispõe de recursos, ele sai do banco e imediatamente coloca à disposição de uma empresa que muitas vezes pode ter a sua origem não no Brasil, à disposição para que ele possa avançar com esse projeto. Bom, caso tivéssemos esse título minerário como garantia real, ele poderia oferecer esse título como garantia, até porque a jazida foi medida e aprovada pelo

próprio DNPM. Ela é mensurável em seu valor. Então não há porque você--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PAULO CAMILLO VARGAS PENNA: Claro, não há porque você evitar um empreendedorismo, a ampliação da base de empresas nacionais. Basta um instrumento, que tem que ser um instrumento corajoso, que tem que ser um instrumento audacioso, no sentido de dar a esse empreendedor a possibilidade de avançar com o seu negócio.

Outra questão que diz respeito a fomento, nós temos hoje... Na proposta se impõe um investimento mínimo à atividade, mas em nenhum momento se propõe a regressividade da taxa de ocupação. Acho que é algo meritório se pensar, na medida em que há um investimento significativo numa determinada área, uma redução da tributação pelo *plus* que se oferece a esse investimento. Essa é uma outra questão.

O Dr. Miguel lembrou muito bem das políticas de fomento praticadas pela Bolsa de Valores de Toronto e pela Bolsa de Valores de Londres. Empresas brasileiras, hoje, têm que recorrer a *Joint Ventures* canadenses ou inglesas para conseguir realizar esse sonho de explorar... De buscar uma oportunidade mineral. O Brasil poderia, a exemplo do que já ocorreu no passado, o antigo Fundo 157, utilizando recursos do imposto de renda, de impostos federais, fomentar a atividade mineral. Então eu gostaria que houvesse, ainda no âmbito do governo do executivo federal e, se não cumprido [soa a campainha] ou se não atendida essa reivindicação, que houvesse uma política de fomento incluída dentro da proposta.

E o último aspecto, Presidente, diz respeito aos aspectos ambientais do marco regulatório que eu tive a oportunidade de dizer, de informar que o setor já encaminhou também reivindicações no sentido de adensar a proposta com preocupações de natureza ambiental que pela natureza, pela repartição de poderes da estrutura administrativa do Governo brasileiro, nós temos que chamar aí ao debate outros Ministérios, como o Ministério do Planejamento, Ministério do Meio Ambiente, talvez a Casa Civil possa nos auxiliar na construção de um anteprojeto de lei que venha mais lapidado e mais adequado até ao Congresso Nacional.

Eu gostaria de agradecer a paciência de todos e me colocar à disposição dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Paulo Camillo Penna pela sua explanação, pela sua exposição, bastante elucidativa. Ele traz um dado interessante, até porque essa é uma ação que existe no campo. Por exemplo, o agricultor, demonstrando lá ao gerente do banco o que ele plantou e, em função disso, o que ele vai colher, ele pode obter o crédito necessário para a sua safra, para plantar, para colher a sua safra. A mesma coisa em relação à jazida, quer dizer, se ela pode ser aferida pelo próprio Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, ela vai à féria, essa pesquisa tem capacidade de produzir tantos quilos de tal minério, com esse título ou com esse certificado, que poderia ser um título, ele poderia muito bem conseguir um crédito para fazer aquela exploração. Isso hoje não é possível e me parece que é algo perfeitamente factível, dentro das inúmeras sugestões que foram feitas pelo Dr. Paulo Camillo Penna.

Eu quero registrar aqui a presença do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Senador Eduardo Azeredo, que nos dá muito prazer e muita alegria com a sua presença aqui. Muito obrigado, senador.

Está aberto aos Srs. Senadores as indagações, se tiverem alguma indagação a fazer aos dois expositores, porque me parece que o Ministro já está chegando dentro de poucos instantes. Eu fui avisado de que ele já está se deslocando para cá. Fica aberto. Senador Flexa Ribeiro, autor do requerimento, se V. Exa. quiser fazer o uso da palavra, por favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Fernando Collor, Dr. Paulo Camillo Penna, Diretor Presidente do IBRAM, nosso amigo, está sempre no Pará, e Dr. Miguel Nery, Diretor-Geral do DNPM. A ocupação do Pará pelos mineiros é permanente, é permanente. E isso nos faz bem, nos faz bem, não temos nenhuma restrição a isso. Só que os mineiros passem a investir no resultado dos ganhos no Pará e não em Minas Gerais.

Mas, Presidente Collor, eu tenho sim que fazer alguns questionamentos, mas eu gostaria de ouvir o Ministro para que a gente pudesse ter a opinião. Eu lamento só que esse requerimento que eu fiz lá atrás, eu acho que em novembro de 2009, quando eu conversei com o Ministro Lobão, que ele disse que estava trabalhando na questão da regulamentação do marco mineral, eu apresentei o requerimento que era para que os senadores pudessem ouvir do Ministro e dos setores de regulação e de produção essas ideias para que a gente pudesse formar... Nós temos hoje já uma definição do projeto, que pelo que eu tenho conhecimento o marco regulatório já vai ser encaminhado ao Congresso, e pelo que eu vejo há discordâncias do setor produtivo em relação ao marco regulatório, que foi a proposta de projeto que foi apresentada, e é muito difícil você interpretar uma peça em que você não participa da discussão, que você não tem o contato com a direção da peça para saber qual o papel que você

vai exercer no processo. Me parece que apesar, pelo que eu pude perceber do Presidente do IBRAM, de eles terem encaminhado propostas durante a discussão com o Secretário-Geral, o Dr. Cláudio, mas muita coisa ainda ficou de ser resolvida.

O que me preocupa aqui, eu acho que o marco regulatório, o novo marco regulatório avançou. O que nós tínhamos era de 1967, parece, Decreto-Lei 227, de 1967, ou seja, não quer dizer que estejamos velhos, mas o marco, sim. Então--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Você está velho também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu não; pode ser que V. Exa. esteja [risos]. Então o que eu quero dizer é que não só esse Código de Mineração, como nós estamos discutindo também a lei geral de telecomunicação, a lei que criou a questão da radiodifusão, também que estão há quarenta anos em vigor e a tecnologia avançando a cada tempo. Agora têm pontos importantes aqui.

Esse conselho me preocupa muito, esse Conselho Nacional de Política Mineral. O Dr. Paulo fez aqui uma observação, não tem assento, não diz quem vai compor o conselho. O conselho para estabelecer diretrizes e outorgas dos direitos minerários. A intenção do governo é extinguir o DNPM? Porque hoje quem faz isso é o DNPM. Então a questão seria isso? Essa é uma questão que o Ministro teria que responder. Se com a criação do conselho [soa a campainha], a extinção do DNPM.

Me preocupa também essa questão que não ficou bem esclarecida, que define esse prazo de 35 anos para as atividades de lavra. Ora, o prazo poderá ser prorrogado. De que forma? Por quanto tempo? Qual a condição que a empresa que estiver explorando a lavra vai ter para fazer o investimento? Ao final dos 35 anos para conseguir a prorrogação, tem que definir o período e quais as condições para que a empresa possa fazer isso. Isso tem que ficar claro.

Concordo e aplaudo a criação da Agência Nacional de Mineração. Eu acho que o setor tem que ter uma agência fiscalizadora e reguladora, como tem os outros setores que tem a iniciativa privada fazendo o papel de desenvolver os projetos, mas o governo tem que regular e fiscalizar. E que essa agência, e me parece que o Governo Lula entendeu isso, mas entendeu, como dizem os mineiros, antes tarde do que nunca, então as agências reguladoras dos outros setores estão recuperando aquela posição, que é correta, de terem autonomia, de poderem realmente ser a agência que vai manter o diálogo com o empresário, a sociedade, o setor produtivo e o governo.

Eu apresentei um projeto que o Procurador-Geral das Agências fosse aprovado pelo Senado Federal e tivesse mandato, até para que ele tivesse independência. Como está sendo hoje, e lamentavelmente a Advocacia-Geral da União tem uma ideia exatamente ao contrário, querendo avocar para si toda a parte jurídica das agências, que eu acho que é incorreto, porque se a agência é para fazer a regulação e a fiscalização, ela pode ter posição inclusive contrária à posição do governo, de plantão, quando houver uma questão entre o empreendedor e o governo. Ora, se o Procurador-Geral for indicado pelo presidente da agência, que é indicado pelo Presidente da República, ele vai ficar de mãos atadas para que possa fazer um parecer contrário à visão do governo, mas que é correto e que é necessário seja feito. Eu tenho um projeto tramitando nessa questão e espero que a gente possa avançar.

Eu vou aguardar o Ministro porque tem um outro assunto importante aqui e me preocupa no Estado de Pará e deve preocupar também o Senador Eduardo Azeredo, porque ele fica preocupado, Presidente Collor, porque o Pará é um estado abençoado. Deus colocou ali uma mistura de Minas com o Paraná. Então nós temos as riquezas minerais que têm Minas Gerais e temos os solos ricos do Paraná. Então o Pará vai ser, eu não tenho dúvida nenhuma, desde que tenha um projeto e uma gestão correta, vai ser um dos estados mais importantes da Federação brasileira.

Agora nós temos que corrigir algumas coisas. Esse negócio de usar o direito de lavra apenas como papel para ganhos futuros, que é o que ocorre hoje em dia, isso tem que acabar. Eu, pelo menos, vou apresentar projeto nesse sentido, quer dizer, se você tem o direito de lavra na sua mão, você tem a obrigação e tem que ter um prazo mínimo de implantar o projeto. Se não implantar, ele caduca e ao longo desse tempo ele não pode vender, ele não pode vender, porque senão o direito de lavra, como disse, vira uma Sena acumulada e várias vezes acumulada, talvez até por anos.

Então é preciso dar o tempo certo para fazer a pesquisa, mas é preciso dar o tempo certo também para, confirmada a pesquisa, dar tempo para a implantação do projeto. E ter uma legislação diferenciada para aqueles produtos em que o Brasil ainda importa, como é o caso, estava aqui o Senador Gilberto Goellner, o fosfato e o potássio que são ainda produtos importados pelo Brasil, importantíssimos para a agricultura, para a produção dos fertilizantes, que nós temos no Pará lavras já definidas, pesquisas já feitas, quem detém a lavra não quer explorar e o Brasil fica importando o material. Então essas coisas precisam realmente ser discutidas.

E uma outra que, querendo ou não, nós vamos iniciar essa discussão e pretendemos, com o apoio dos nossos pares, chegarmos a um consenso, evidentemente ouvidas as empresas, que é a questão do *royalty* mineral. Não dá para ficar do jeito que está, disso aí eu tenho certeza. Eu li aqui algumas declarações do Ministro, que eu também ir perguntar a posição dele em relação a essas declarações que ele fez. Eu concordo com o que ele diz aqui: "Segundo o Ministro – segundo ele, o Ministro nosso amigo Senador Edison Lobão -, o ideal é que o governo faça um projeto único sobre o assunto que valha para todos os produtos minerais, petróleo, inclusive", se referindo aos *royalties*. Então eu avoquei aos projetos que tramitavam no Congresso sobre o *royalty*, fiz um estudo junto à Consultoria do Senado em relação a ter uma visão de todo aquele complexo, mas nós vamos ter que mexer com o entendimento das empresas nessa questão do *royalty* mineral.

Eu não sei, chegou o Ministro, eu estou tendo a informação aqui do Senador Eduardo Azeredo que o Ministro já se encontra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Exa., Senador Flexa Ribeiro.

Eu gostaria de fazer alguns registros. O primeiro deles é que a Comissão de Infraestrutura compartilha com a Comissão de Ciência e Tecnologia, presidida pelo Senador Flexa Ribeiro, compartilha essa parede onde estão afixados as fotografias dos ex-presidentes com a Comissão de Ciência e Tecnologia, que ontem fez a aposição do foto do Senador Wellington Salgado, Senador do PMDB de Minas Gerais, que foi o primeiro presidente desta Comissão, como também foi o primeiro Presidente desta Comissão de Infraestrutura o Senador Edison Lobão.

Eu gostaria, antes de darmos as boas vindas ao Senador Ministro Edison Lobão, colocar em discussão de turno suplementar o Item nº 1 da pauta, decisão Terminativa, Projeto de Lei no Senado nº 448, de 2009, que "Altera o disposição da Lei nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para dispor sobre características dos veículos de transporte regular de passageiros". O autor é o Senador Garibaldi Alves Filho. A relatora é a Senadora Serys Slhessarenko. O Parecer foi pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. O Substitutivo ao projeto foi aprovado em turno único na reunião realizada em 18 de março de 2010.

Então faremos a discussão em turno suplementar. A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Não tendo sido apresentada as emendas em turno suplementar, o Substitutivo é definitivamente adotado, conforme o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal, e a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por outro lado, eu gostaria--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O senhor se referiu à segunda parte da pauta?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Foi, houve a antecipação desse turno suplementar do Item 1, turno suplementar que foi aprovado, de autoria do Senador Gilberto Goellner. Inclusive eu gostaria que ele aqui estivesse presente, ele teve que sair. A propósito disso eu gostaria também de... Pois não, senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já tinha sido aprovado num turno, nós estamos apenas confirmando?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Apenas confirmando, é o turno suplementar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, senador.

Eu gostaria também de informar mais uma vez aqui aos senhores que na quinta-feira, na última quinta-feira, dia 18 de março, esta comissão tomou uma importante decisão, que foi a aprovação em caráter terminativo da utilização do óleo vegetal podendo ser utilizado como combustível. Foi um projeto de autoria do Senador Gilberto Goellner, que teve como relator o Senador Ministro Eliseu Resende. Essa proposta permite a comercialização e o uso de óleo vegetal refinado como combustível para veículos e máquinas agrícolas e para veículos de transporte público, que foi então aprovado em decisão terminativa. Essa permissão engloba máquinas e equipamentos agrícolas, geradores de energia, veículos de transporte de pessoas e de mercadorias utilizados em atividades agropecuárias e florestais. O óleo vegetal refinado também poderá ser utilizado no transporte rodoviário, hidroviário e ferroviário de produtos e insumos agropecuários e de florestas, bem como aos veículos de transporte público e

coletivo urbano. O Projeto de Lei – PLS nº 81, 2008, do Senador Gilberto Goellner, do DEM do Mato Grosso, também autoriaza as indústrias refinadoras a produzir o óleo vegetal refinado para uso como combustível e a comercializá-lo diretamente ao consumidor.

Portanto, mais uma vez em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura, os nossos cumprimentos ao autor do projeto, o Senador Gilberto Goellner, e ao relator deste mesmo projeto, o Senador Ministro Eliseu Resende, pela aprovação unânime e a acolhida entusiástica que esse projeto e a sua relatoria teve na nossa reunião do último 18 de março, quinta-feira.

Já me foi comunicada a presença aqui na sala da nossa Comissão do Senador Ministro Edison Lobão. Ele está, me informa aqui que Secretário Álvaro, com a presteza habitual, que ele está ali com os jornalistas--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --e que estará em breve sendo convidado para fazer parte da Mesa. Senador Eduardo Azeredo, por favor, com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, se me permite, mesmo não sendo membro da comissão, mas enquanto o Ministro ainda não adentra a nossa sala--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Considere-se como membro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --eu realmente fiz questão de estar aqui, ainda que rapidamente nesse início de Reunião, porque o Estado de Minas Gerais, o próprio nome já diz, são as minas gerais, e se não fosse o dinheiro da Vale do Rio Doce para investir lá no Pará, o Pará não teria realmente os recursos explorados hoje lá no Carajás. Então é um bom filho, a gente vai cuidando bem do Pará, vamos junto aí como duas províncias minerais importantes.

Essa questão realmente do marco regulatório é muito importante, o Ministro Lobão cumpriu o que colocou, ele esteve no Congresso Mineral lá em Minas Gerais no início do ano passado, em setembro do ano passado, e ele então realmente se comprometeu até o fim do mandato dele, do período dele, que ele estaria enviando o marco. Falta, entretanto, a questão referente ao *royalty*, quer dizer, é um tema polêmico, mas é sempre importante lembrar que está se discutindo tanto o *royalty* lá dos 300 km dentro da água, lá no mar, e o *royalty* realmente em relação ao minério, ele se justifica muito mais, porque nós temos os buracos, nós temos um efeito sob o meio ambiente muito maior do que o que acontece com o petróleo em alto-mar. De maneira que esse é um ponto a ser discutido, ainda existe uma consciência de que não se pode fazer uma elevação súbita, nem de grande monta, porque existe a questão realmente da competitividade internacional, mas, por outro lado, não se pode esquecer esse detalhe. As grandes empresas, felizmente hoje, já têm o cuidado ambiental necessário.

O Senador Eliseu Resende acompanha bem o nosso Estado de Minas, já tomam as providências necessárias, mas as pequenas empresas, ainda não. Então a quantidade de crateras que nós temos por Minas Gerais é grande. Então este é um ponto ainda a discutir de maneira mais adequada e o projeto não veio com a questão do *royalty*, talvez porque realmente seja mais polêmica. Então nós temos que discutir como que fazemos essa discussão aí.

Mas essa questão realmente da forma, da autorização da lavra, isso é muito importante, nós não podemos continuar como está hoje, em que as pessoas ficam na fila esperando. Lá em Belo Horizonte mesmo, a gente passa ali na Praça Hamilton Campos, na praça tem as pessoas lá dormindo esperando para ver quem é o primeiro logo que abrir as instalações do DNPM.

De maneira que eu quero só manifestar então esse sentimento, cumprimentar o Paulo Camillo Penna, nosso mineiro ilustre, e lembrar que o Governador Aécio Neves inaugurou nessa semana um novo museu, de minas e metais, na Praça da Liberdade, no antigo prédio da Secretaria de Educação. Foi realmente um financiamento aí da MMX, foi nessa segunda-feira, mostrando a validade e a importância da mineração. Muito obrigado, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Eduardo Azeredo. Eu entendi, muito obrigado a V. Exa. pela sua participação. V. Exa., como representante das Minas Gerais, como o é o Senador Ministro Eliseu Resende, pela sua participação nessa Audiência Pública, em que se debate assuntos tão importante quanto o marco regulatório do setor mineral ouvindo autoridades, baseado no requerimento do Senador Flexa Ribeiro.

Eu entendi também a pergunta que o Senador Flexa Ribeiro havia feito anteriormente, se o que nós estávamos apreciando era o Item 2 da pauta. Eu realmente não coloquei em deliberação se os senhores membros desta Comissão concordariam com a alteração da pauta para nós colocarmos em votação. Então eu aproveito para fazê-lo agora. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estiverem de acordo com a alteração da pauta, de termos colocado o Item 2 nesse intervalo, entre a oitiva dos que aqui estão e a chegada do Senador Ministro Edison Lobão, permaneçam como se encontram. Então aprovada a alteração da

nossa pauta para a observância do Item nº 2, que já foi realizado.

Como já disse a V. Exas., o Senador Ministro Edison Lobão já se encontra aqui na nossa comissão, conforme ele havia se comprometido, e eu convido S. Exa. para que tome assento à Mesa, ele, que está acompanhado do Dr. Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, e do Dr. Mauro Henrique Moreira Sousa, Consultor Jurídico do Ministério de Minas e Energia.

Informa o secretário que eu tenho que suspender por um minuto a reunião, mas eu não irei suspender a reunião por um minuto. Convido a S. Exa., o Senador Ministro Edison Lobão, para entrar no recinto da nossa comissão e tomar assento à Mesa.

Dando continuidade ao Item 1 da nossa pauta, Audiência Pública que atende ao Requerimento nº 5, de 2010, desta comissão, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que tem como objetivo discutir o marco regulatório da exploração dos recursos minerais, com a presença do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia, Senador Edison Lobão, bem como do Dr. Paulo Camillo Penna, Presidente do IBRAM, e do Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, Diretor do DNPM, já que fizeram as suas explanações e que agradeço pela presteza com que se houveram. Passo a palavra ao Exmo. Sr. Ministro das Minas e Energia, Senador Edison Lobão, para a sua exposição. V. Exa. dispõe de 30 minutos para fazê-lo, Sr. Ministro.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Sr. Presidente Fernando Collor, vice-Presidente desta comissão, Senador Eliseu Resende, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores que também nos homenageia com a sua presença, Eduardo Azeredo, Sr. Senador Flexa Ribeiro, que é o autor deste convite, Srs. Senadores, senhoras e senhores.

Eu aqui venho com muita alegria para mim, eu que pertenço a esta Casa já por três mandatos e no momento em que concluo a minha tarefa no Ministério de Minas e Energia.

Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro por ter proposto a minha vinda à Comissão de Infraestrutura, assim como aos Srs. Senadores todos que a aprovaram, em especial ao Presidente da comissão, o Presidente Fernando Collor.

Onde(F) que cuidamos nesse momento é do marco regulatório do setor mineral. Quando assumi o Ministério, eu tive a oportunidade de dizer que aquela pasta ministerial chamava-se e chama-se Ministério de Minas, em primeiro lugar. E, em segundo lugar, de energia. Todavia, ao longo do tempo, ao longo dos anos, parece que a administração pública deu atenção sim ao setor mineral, mas não na medida em que ele de fato carecia. Este é um setor de fundamental importância econômica para o País. Ele contribui fortemente para a balança comercial brasileira, para a formação de empregos no País e para a expansão da riqueza nacional. Muitas vezes nós imaginamos que o setor mineral é exatamente aquele que diz respeito às grandes explorações, às grandes mineradoras, e nós não esquecemos ou desconhecemos que dentro do setor mineral existem os chamados agregados, que são areia, brita, cascalho, que tem um peso significativamente grande em todo o setor, porque é exatamente esta parcela do setor mineral que abastece a construção civil em nosso País.

Srs. Senadores, eu tenho para mim que sendo fundamental para o País como o é esse setor, nós não temos dado a ele a atenção, Senador Mão Santa, devida. A lei que rege o setor hoje não é um código, não é sequer uma lei votada pelo Congresso; é um decreto-lei, é apenas um decreto-lei de 1967. Quando ele foi edificado, imaginava-se apenas em fomentar a produção mineral. E, por isto, ele tinha em si mesmo um viés: era o do fomento. Para isso, seria indispensável que todas as facilidades se criassem e os pontos de contenção tivessem que ser deliberadamente contingenciados. E assim foi. O resultado disto é que nós temos hoje cerca de 160 mil áreas distribuídas por todo o mapa geográfico brasileiro, havendo áreas em todas as latitudes deste País, enquanto que apenas oito mil destas áreas são de fato produtivas e estão sendo exploradas regularmente. Em 160 mil, apenas oito mil. Isto porque somos regidos por uma lei, como disse, frouxa, que não corresponde em sua integralidade aos melhores interesses nacionais. Daí ter eu tomado a iniciativa, com a autorização do Presidente da República, o Presidente Lula, de elaborar com a minha assessoria um projeto de lei que fosse capaz de construir, aí sim, um marco regulatório definitivo para o setor mineral brasileiro. Fiz isto com a participação e com a coordenação do Professor Scliar, que aqui se encontra, que é o Secretário de Mineração do Ministério, do Dr. Miguel Nery, que é o Presidente do Departamento Nacional de Produção Mineral, com o Dr. Mauro, que é do Departamento Jurídico, é o Diretor Jurídico do Ministério, e com tantos outros técnicos, professores que foram convidados a nos ajudar, universidades e também com o setor privado.

Vejo aqui o Dr. Paulo Camillo Penna, que dirige com muita competência o Instituto Brasileiro, o IBRAM, e que foi por diversas vezes convidado por nós para que participasse das discussões. Fê-lo de boa vontade, contribuiu criticando o projeto que havíamos elaborado. Demos a ele informações amplas sobre o trabalho que estávamos realizando, embora haja quase sempre uma

queixa dele, não sei se ele a fez hoje, que não chegou a conhecer o texto integral na sua sistematização. Eu devo dizer que ele apenas não conheceu a numeração dos artigos: art. 1º diz isso, art. 2º diz aquilo e assim por diante. Mas ele conheceu a essência do trabalho que fizemos, tanto conheceu que fez sugestões judiciosas, que aproveitamos, muita delas, quase todas. Não tivesse conhecido, não teria feito as críticas que fez. Oportunas todas.

Senhores, há até um episódio de uma história recente que nada tem a ver com este assunto, mas apenas para me referir aos artigos. Em 1969, o vice-Presidente da República Pedro Aleixo fora encarregado pelo Presidente Costa e Silva de elaborar uma emenda constitucional que fosse capaz de retirar o Congresso Nacional do recesso compulsório em que se encontrava e que pudesse restaurar, através desta emenda, a democracia perdida naquele momento. O vice-Presidente elaborou, jurista que era, um grande constitucionalista, um grande jurista, um trabalho admirável. Esse trabalho foi modificado mil vezes.

Por último, o Presidente Costa e Silva, já cansado daquela situação toda, de tanta modificação, encaminhou a ele as últimas sugestões que havia recebido de setores sensíveis naquele momento. Eram vinte e uma, vinte e duas sugestões. E o vice-Presidente da República, por determinação do Presidente, incluiu no texto da emenda, que era na verdade uma Constituição inteira, a Ementa nº 1 de 1969, aquelas sugestões que havia recebido. Devolveu o trabalho ao Presidente da República. O Presidente sondou estas áreas sensíveis, em uma delas disse que o Presidente não fora atendido e que aquelas sugestões não estavam incluídas no texto da Emenda nº 1, deixando assim mal o redator da emenda, que era o vice-Presidente Pedro Aleixo.

O que ocorreu? O presidente, desapontado, resolveu consultar o vice-Presidente e mandou a ele o documento que o contestava em que dizia: "A sugestão nº 1 não está no art. 27; a sugestão nº 2 não está no art. 44". O vice-Presidente respondeu dizendo que de fato a nº 1 não estava no art. 27, mas estava no art. 72, que era lá que deveria estar. Enfim, estavam todas as sugestões, ainda que em artigos diferentes. Guardadas as proporções, pode ter sido mais ou menos isto que aconteceu com o Dr. Paulo Camillo Penna [risos], ele apenas não conheceu o número dos artigos. Tudo mais ele conheceu.

Srs. Senadores, a lei atual, que é o Decreto 227 do Código de Mineração, estabelece um sistema de normalização, outorga e fiscalização das concessões baseada em procedimentos burocráticos e centralizadores, o que não é bom. A outorga da concessão tornou-se um ato vinculado, no qual os direitos minerários são obtidos pelo cumprimento dos requisitos burocráticos, sem que o poder concedente possa exercer o julgamento pela conveniência técnica e dos interesses nacionais. Isto quer dizer que o cidadão, pessoa física ou jurídica, vai a uma Superintendência do Departamento Nacional de Produção Mineral, requer uma determinada área e pela ordem de inscrição ele tem o direito absoluto. Não se indaga se ele tem condições ou não de explorar aquela área e se é conveniente para o poder público. Por isto mesmo há uma corrida, toda vez que se tem uma área exposta à outorga, de pessoas que madrugam nos portões do Departamento Nacional de Produção Mineral com a consciência de que aqueles que chegarem primeiro serão os aquinhoados. Esta visivelmente equivocado este procedimento, mas é assim que é hoje.

A realização de empreendimentos minerários ficou ao longo desses anos submetida a adiamentos que não refletem as reais necessidades do País. O que é que isto quer dizer? Outorga-se uma licença de pesquisa a uma empresa ou a uma pessoa física que tem cinco anos para fazer a sua pesquisa. Prorroga-se por mais um, depois por mais um. São sete. Depois arranjam-se novos mecanismos e novas alegações e os prazos vão se ampliando. Depois quando é concedida a concessão de lavra, feita a concessão de lavra, o aquinhoado da sorte vai embora, não volta nunca mais. Não pagou nada por isto. Eu costumo dizer que as pessoas pagam uma taxa que corresponde a um maço de cigarro e ficam, não todos, é claro, pelo amor de Deus não todos, mas muitos, especulando no mercado negro com o patrimônio do povo brasileiro. Eu não posso dormir em paz com uma situação dessa natureza, não posso aceitar que este seja um procedimento regular num setor sensível, estratégico e tão importante para a vida econômica e social deste País. Por isto, proponho as alterações que hoje proponho.

As atuais regras, como eu disse, permitem artifícios jurídicos para manter títulos inoperantes que, associados ao baixo custo financeiro para o requerimento, a manutenção ou retenção do título resultam em extensas áreas de concessão improdutivas. Há ausência de instrumentos inovadores e eficientes para a gestão pública do aproveitamento dos recursos minerários.

Eu diria aqui, eu enumeraria vários casos em que pessoas físicas detêm dezenas, dezenas e dezenas de áreas sem explorar nenhuma. Há um caso em que um cidadão só possui cerca de mil títulos para pesquisa e lavra no setor mineral neste País, mil, e não explora nenhum desses títulos. Não explora até porque não tem condições financeiras de fazê-lo. Como corrigir isto? Nós estamos propondo que apenas a pessoa jurídica e com capacidade demonstrada financeira e técnica

poderá, daqui por diante, requer áreas para exploração mineral. Eu não vi outro caminho que não fosse este. É preciso por em ordem o setor que está em desordem. Todo ele, não. Por isto mesmo nós estamos explorando e exportando em larga escala, mas através de alguns poucos que cumprem rigorosamente o seu papel. Os números que citei, de 160 mil concessões feitas, apenas oito mil produzem, demonstram que nós estamos no caminho certo.

O novo código proposto determina amplos estudos, inclusive da legislação de outros países. Estou dizendo com isto que nós fizemos, antes de elaborar o código, um estudo completo de toda a legislação do mundo que possui minérios em larga escala. Examinamos todas as leis, todos os regulamentos, todos os exemplos, todos os modelos, até chegarmos ao modelo atual. Fizemos amplas discussões com sindicatos, com pessoas, com entendidos, com professores. Recebi centenas de e-mails, de cartas com sugestões, patrióticas, de pessoas que movidas pelo espírito público resolveram dar deliberadamente e espontaneamente, voluntariamente, a sua contribuição valiosa. Nós temos a preocupação de uma busca do desenvolvimento contínuo e de incentivos de investimentos. Eu resumiria, a seguir, aquilo que existe hoje e o que nós fizemos.

A política setorial é hoje desenvolvida pelo Ministério de Minas e Energia. Na proposta ela será desenvolvida por um conselho, que é o Conselho Nacional de Política Mineral. Nós estamos criando este conselho, como existe no setor elétrico o Conselho Nacional de Política Energética, estamos criando o Conselho Nacional de Política Mineral. Então a política setorial será, portanto, desenvolvida e proposta pelo Conselho Nacional de Política Mineral e não mais apenas pelo Ministério de Minas e Energia. E com o DNPM junto. Ou seja, nós estamos abdicando de poderes, embora o Ministro seja o presidente destes conselhos, na prática o Ministério está abdicando de alguns poderes para que tais poderes sejam distribuídos com maior responsabilidade por outros Ministros que compõem este conselho.

O poder concedente, que hoje é feito pelo Ministério com o DNPM, será apenas do Ministério de Minas e Energia, depois de ouvido o conselho.

A regulação e a fiscalização, que hoje é do Departamento Nacional de Produção Mineral, passará a ser da agência reguladora. Também estamos criando uma agência. A exemplo da Agência Nacional do Petróleo, a exemplo da ANEEL, a Agência Nacional de Energia Elétrica, estamos criando também uma agência reguladora para o setor mineral. Com isto, estamos garantindo uma dimensão maior à altura do merecimento do setor mineral.

A exploração mineral, que hoje é feita por empresas privadas e pela CPRM, que pertence ao Ministério de Minas e Energia, continuará sendo feita pelas mesmas empresas e pela CPRM.

A pesquisa e a lavra, que hoje está a cargo das empresas privadas, assim continuará. A pesquisa e a lavra em áreas especiais, que hoje não há, passará a ser feita por licitação pública para o efeito de concessão.

A tarefa de desenvolver, produzir e comercializar, que hoje é das empresas privadas, também continuará com as empresas privadas. Nós não temos a intenção de privatizar a comercialização de um setor desta importância.

A arrecadação da CEFEM, que é uma espécie de *royalties*, que hoje é do Departamento Nacional de Produção Mineral, passará a ser feita pela agência reguladora. Esse é um item que tem provocado muita discussão, o CEFEM, ou seja, o *royalty*, que hoje é cobrado no Brasil entre 1% e 3%, média 2%, Enquanto que no setor do petróleo o *royalty* vai a 10% e ainda com participações especiais com mais 10%. As prefeituras, os municípios e os estados se queixam de que se trata de um *royalty* mínimo, ínfimo. O Governador de Minas Gerais, frequentemente, vem a público dizer que enquanto o governo do estado e os municípios, somados ao governo do estado, recebem por ano cerca de 120 milhões de reais por ano de CEFEM, apenas um município do Estado do Rio de Janeiro recebe 1 bilhão e 200 milhões de *royalty* do petróleo.

Eu confesso que no começo estive muito motivado pela ideia de aumentar significativamente a CEFEM. Verificamos que na legislação de outros países esta cobrança se faz por algo em torno de 6% a 10%, enquanto nós cobramos, em média, 2%. Todavia, é preciso sempre ouvir o outro lado. Nós não temos a ideia, a intenção, jamais, porque estaríamos laborando contra os interesses nacionais, de sufocar os produtores de minério do Brasil e exportadores. Temos que agir de maneira equilibrada na balança para que a nossa competitividade se mantenha, sob pena de perdermos mercado para a Austrália, para outros países da África e assim por diante. Examinada toda a legislação desses países e a nossa, em confronto com a nossa, verificamos que se de um lado a nossa CEFEM é muito baixa, por outro lado há tributos outros e taxas que, somados todos, acabam elevando este ônus aos empresários, quase que na mesma medida de outros países. Estamos, então, negociando com o Ministério da Fazenda a possibilidade de se reduzir algum tributo federal em benefício da CEFEM. Elevaríamos, então, a CEFEM, reduzindo um outro tributo. O que nós não podemos é agir por impulso: em lugar de

beneficiar esse setor, prejudicá-lo. É tudo quanto nós não podemos fazer. A geração de emprego neste setor se faz intensivamente, largamente, generosamente. Não podemos contribuir para conter este avanço que obtivemos ao longo dos anos.

No novo marco regulatório que propusemos ao Presidente da República e daí, Sr. Presidente Fernando Collor, os meus constrangimentos de ter ido à Câmara e ter vindo hoje aqui, embora fosse do meu desejo pessoal fazê-lo, por enquanto trata-se de uma proposta do Ministério de Minas e Energia. O Presidente da República, que decidirá por adotar a proposta que fizemos integralmente, decidirá por alterá-la, decidirá por não querê-la. Portanto, não se trata ainda de uma mensagem encaminhada ao Congresso Nacional, como de fato ocorreu no setor do petróleo e gás. Nós temos quatro projetos presidenciais tramitando já hoje no Senado Federal alterando o marco regulatório do petróleo, mas no caso mineral ainda não o temos. O que existe é uma proposta do Ministério de Minas e Energia ao Presidente da República.

Se os senhores me perguntam se eu estou no convencimento de que o presidente vai adotar este projeto ou alguma coisa parecida, eu direi que sim, até porque os estudos que elaborei, eu o fiz depois de obtida a autorização presidencial e até os estímulos do Presidente da República, que é muito sensível às questões de fundo do poder público brasileiro.

De toda a maneira, o projeto que enviei ao Presidente da República tem por destaques o seguinte:

1) Ele cria, como disse, o Conselho Nacional de Política Mineral, que é um órgão de assessoramento do Presidente da República e presidido pelo Ministro de Minas e Energia;

2) Define as competência do poder concedente, que são:

Estabelecer diretrizes e outorgas dos direitos minerários;

Disciplinar a forma de aproveitamento das substâncias minerais;

Definir diretrizes para os procedimentos licitatórios e promover as licitações. O direito minerário para pesquisar a lavra será acessível a brasileiros e pessoas jurídicas no conceito de organização empresarial. A exceção será no caso da outorga por da autorização de lavra para aproveitamento de bens minerais de mais fácil extração, que são os agregados: areia, argila, brita, cascalho e assim por diante;

3) Define o prazo de cinco anos para a autorização de pesquisa. Esse prazo poderá ser prorrogado uma única vez e por até três anos, no caso em que for comprovada a necessidade de complementar a pesquisa;

5) Define o prazo de 35 anos para as atividades de lavra, que hoje não existe. Hoje é perpétuo. O prazo poderá, por necessidade das partes e a juízo do poder público, ser prorrogado;

6) Cria o Instituto da Autorização de Lavra, destinado à extração de minérios, independente da realização de pesquisa mineral prévia;

8) (sic) Mantém a exigência de pagamento pelos titulares de direitos minerários de taxa por ocupação, incluindo sua progressividade;

8) O minerador deverá realizar investimento mínimo, o que hoje não está obrigado a isto, na área objeto de autorização de pesquisa mineral. Esse mecanismo visa inibir a especulação improdutiva com direitos minerários que, a rigor, não lhes pertence, e sim ao povo;

9) Oferta pública de áreas a partir de licitações públicas e contratos para ampliar oportunidades de acesso. Essa nova regra substituirá o atual procedimento de disponibilidade de áreas, de complexa operacionalização;

11) Cria áreas especiais de mineração;

12) As áreas não oneradas serão consideradas como áreas disponíveis para requerimentos de pesquisa;

13) A sanção pelo descumprimento de obrigação fundamental passa a ser o cancelamento do título, que hoje não se dá, após a instauração do competente processo administrativo.

As sanções foram alteradas para permitir a punição adequada do minerador que descumprir suas obrigações. Exemplo: a caducidade dos direitos daquele que parou a lavra ilegal; a caducidade e, por consequência, devolução ao Poder Público.

Ao longo desses anos todos, sabem os senhores em quantos casos se decretou a caducidade? Uma vez, apenas uma. E eu não culpo o Departamento Nacional de Produção Mineral, nem o Ministério de Minas e Energia, a ninguém. Eu culpo apenas a frouxidão da lei, que é leniente no trato dos interesses públicos. O que estamos procurando fazer aqui não é um ato de suicídio, porque nós não podemos deixar de explorar, exportar e utilizar minérios, mas sim de regular melhor, segundo as melhores práticas internacionais, segundo os melhores interesses nacionais, sem ferir também a participação do setor privado, sem o qual nada se fará. É, portanto, necessário um equilíbrio entre estas circunstâncias todas, porque se um dos três pés falhar, a edificação tende a ruir. Temos que, portanto, regular com extremo cuidado toda esta matéria.

Srs. Senadores, eu não quero mais me alongar porque o Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral creio que já falou aqui antes, o Dr. Paulo

Penna também o fez, ambos seguramente discorreram mais profundamente sobre esta matéria. Quero aproveitar esta oportunidade e dizer que o Dr. Miguel Nery, que dirige esse Departamento há sete anos, é um servidor público de muita competência e de muita responsabilidade. Eu não o nomeei, mas eu o mantive na posição em que se encontra exatamente pela responsabilidade com que ele se conduz e pela competência que demonstrou.

Eu me coloco, Sr. Presidente, dito isto, à disposição dos Srs. Senadores para as indagações que pretendam fazer. E devo adiantar mais: que não tenho eu a pretensão de ter organizada uma lei perfeita, eu sei que ela não o é, e por isto mesmo, num regime democrático em que vivemos, o Parlamento é essencial no exame e na elaboração das leis que temos. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, seguramente, poderão melhorar significativamente esta lei que estamos tentando obter para o País. Eu estou no convencimento disto pelo conhecimento que tenho do Congresso Nacional e por tudo que sei da competência, da responsabilidade e do espírito público dos senhores parlamentares.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Sr. Ministro Edison Lobão pela sua exposição. Inscrição para indagações e considerações. Inscrito em primeiro lugar o Senador Flexa Ribeiro, autor do requerimento, em segundo lugar o Senador Ministro Eliseu Resende, depois o Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro. V. Exa. tem os cinco minutos para fazer a sua indagação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria, presidente Collor, que V. Exa. fosse--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como sempre, como sempre.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois é, porque isso para o Pará é fundamental. O Pará é a maior província mineral hoje do Brasil e nos preocupa muito essa questão, não só do marco regulatório, como do CEFEM.

Ministro Edison Lobão, quero primeiro agradecer a V. Exa., desde o momento em que V. Exa. assumiu o Ministério das Minas e Energia, ter colocado o seu gabinete sempre com as portas abertas aos que lhe procuram e, entre eles, eu, que me considero seu amigo pessoal, sempre tive--

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Para minha honra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado. Sempre tive de V. Exa. o atendimento mediato quando eu solicitava uma audiência com V. Exa. Quero parabenizá-lo. Parabenizá-lo porque ao longo desses dois anos e meio que V. Exa. ocupou o Ministério das Minas e Energia o Brasil pode avançar, pode avançar tanto na questão de geração de energia... Eu espero, eu espero que possamos ter a licitação de Belo Monte agora, dia 20 de abril. O Pará espera isso há trinta anos. Não é para o Pará, é para o Brasil, mas é importante que possamos rever também mais à frente, que V. Exa. nos ajude como senador, a questão da cobrança do imposto sobre energia, que diferentemente dos demais, o estado produtor não recebe o imposto devido à geração; quem recebe é o estado que distribui a energia.

Então a energia gerada pelo Pará, que hoje já é exportada na sua grande parte, o Pará não fica com o ICMS; quem fica com o ICMS são os outros estados que recebem, porque ela é cobrada na ponta e não na origem. Mas isso é uma outra questão que nós vamos discutir quando V. Exa. nos der a honra de... Por uma questão legal V. Exa. precisa se desincompatibilizar para ser reeleito senador pelo Estado do Maranhão, então V. Exa. vai estar comigo--

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Com a graça de Deus, cujo nome para sempre seja louvado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero dizer que desde já essa é uma das eleições... Gostaria que a minha reeleição estivesse igual à sua, que eu estava muito tranquilo, estaria muito tranquilo aqui.

Mas, Ministro, eu estou cheio de dúvidas e preocupações. No depoimento do Dr. Miguel e do Dr. Paulo, quando fiz as inquisições, eu disse: "Não preciso fazer, tenho que fazer para o Ministro, eu preciso ouvir o Ministro para que possa fazer as perguntas".

Quero confirmar a sua preocupação de como foi o comportamento do Dr. Paulo Penna. V. Exa. parece que tem uma bola de cristal, porque sem estar aqui já sabia o que ele ia dizer. Ele realmente se disse preocupado por não ter sido atendido, ele não, mas o setor, nas condições de várias, foi atendido em algumas, mas precisa, como V. Exa. bem colocou, fazer o aperfeiçoamento no Congresso Nacional.

Mas me preocupa, eu fiz uma pergunta e gostaria de ouvir de V. Exa., primeiro, o Conselho Nacional de Política Mineral, nós não vamos criar um novo CONAMA não, em que o setor produtivo é impedido de avançar nos seus projetos, porque o CONAMA, ele é dominado pelas Organizações Não Governamentais. Então você aprovar no CONAMA algo que seja bom para o Brasil é uma ambição quase que impossível. Então eu gostaria de saber qual a composição desse conselho, se o setor produtivo vai estar representado e qual a participação do setor no conselho, para que a

gente não tenha essa preocupação de criar uma outra parecida com o que é o CONAMA aí.

A segunda pergunta, Ministro, é se o governo tem intenção de extinguir o DNPM. Pelo que foi aqui colocado, me parece que sim, o DNPM vai ser substituído por uma agência reguladora. E mais adiante, na sua exposição, diz que os colaboradores do DNPM serão absorvidos, serão recebidos por essa agência reguladora. Todos? Qual é a ideia da utilização do quadro excedente do DNPM?

V. Exa. foi preciso, cirurgicamente, quando disse que a questão da concessão de licença para pesquisa de lavra não podia continuar como está. Já tinha sido dito aqui que à porta do DNPM se formam filas de madrugada, porque o primeiro que chega é o que tem direito a fazer a pesquisa. Então V. Exa. reconhece o problema, mas não dá a solução para ele. Pelo menos não vi aqui e eu gostaria de ouvir de V. Exa. de que forma... V. Exa. diz que a lavra será feita por licitação pública para a concessão, na proposta do novo código, e diz também que, autorizada a pesquisa, o vencedor da licitação terá um prazo de cinco anos, prorrogável por mais três, para que ele possa desenvolver e complementar a sua pesquisa. Mas eu acho importante, Ministro, que seja colocado um prazo também inicial da pesquisa, quer dizer, você tem o direito da pesquisa, mas só vou começar daqui a três, quatro anos. Não, se ele mostra interesse, é preciso que ele tenha um prazo máximo para que ele inicie essa pesquisa. Seis meses, um ano. É uma questão de discutir isso. Um ano e meio, dois anos, mas tem que ter. Não pode ficar o detentor da autorização de pesquisa por oito anos, por cinco anos sem fazer a pesquisa e, depois, pedir mais três, ficar mais os três. O País fica perdendo em relação a isso.

Outro ponto que me preocupa também, eu vou solicitar por requerimento a relação das lavras, dos direitos de pesquisa e direitos de lavra, que são duas coisas diferentes, no meu Estado do Pará. Vou solicitar a V. Exa., através da Mesa do Senado Federal, para que tenhamos conhecimento de quais são as capitanias hereditárias que estão colocadas já no meu estado. Fiquei impressionado de ver os números, não tinha conhecimento: 160 mil direitos de lavras concedidas e somente oito mil em exploração. Então é necessária uma ação enérgica do governo, que essas 152 mil empresas ou pessoas que conquistaram o direito de lavra e que não produzem, que elas sejam extintas nos seus direitos e passe, dê a oportunidade a quem realmente quer fazer a exploração. V. Exa. também tem razão quando diz que há uma especulação enorme no mercado. A especulação começa com o direito de pesquisa, começa lá. As pessoas, não são avaliadas se elas têm capacidade ou não de fazer aquela pesquisa ou as empresas não são avaliadas, porque a pesquisa pode ser por uma pessoa física, por uma pessoa jurídica. E depois da lavra, depois de concedido o direito de lavra, também há especulação. E está se vendo aqui, no número que V. Exa. nos passou, que 152 mil direitos de lavras estão esperados esperando que haja uma comercialização desse direito e não a exploração desse direito. E V. Exa., de novo, foi preciso quando disse que quem perde é o Brasil, é a população, pelo ganho, pela especulação que ocorre nessa área.

Mas eu gostaria também de dizer então a V. Exa. que o marco regulatório tem que definir que quem tiver o direito de pesquisa e solicitar o direito de lavra, que ele não possa transferir esse direito a terceiros. Que ele seja obrigado, porque aí na licitação lá deve ser verificada a condição econômica e financeira, a capacidade do outorgado de implantar o projeto. E se não implantar, também num determinado período, que no seu projeto não diz... No seu projeto não diz, Ministro, depois de dado o direito de lavra, qual o tempo máximo que a empresa tem para implantar o projeto. Tem que estar estabelecido, sob pena de caducar aquele direito.

V. Exa. coloca um item aqui que me parece preocupante, porque esse setor mineral, ele é intensivo de capital na sua implantação. Não é intensivo na geração de emprego, ele é intensivo na criação de deveres do estado para aquelas pessoas que são chamadas para implantarem o projeto, aí sim é intensivo em geração de emprego, porque para você implantar um projeto de mineração, você vai precisar de 10, 12, 15 mil trabalhadores, e normalmente esses trabalhadores, como é o caso do meu Estado do Pará, com muita honra para nós, nós recebemos de braços abertos os maranhense, os piauienses, os cearenses, todos os brasileiros que vão para o Estado do Pará, e é importante, Senador Presidente Collor, que o senhor saiba que o Ministro Edison Lobão e Senador Edison Lobão é uma grande liderança, se não a maior liderança do Brasil do setor garimpeiro. Ele é homenageado por todo o setor de garimpo, não garimpo industrializado, como um grande apoio no Senado, no Congresso Nacional. Eu até ontem à noite, participando com o Ministro de um jantar, disse a ele que ele vai... Pedi a ajuda para que no processo eleitoral ele possa ser minha companhia ao visitar os garimpos lá do Pará, que têm muitos, têm muitos, e eu tenho certeza que se ele fazer uma indicação para os seus amigos garimpeiros, eles vão recebê-la com muito carinho e vão utilizá-la.

Mas eu pergunto então sobre a questão dentro do marco regulatório, V. Exa. define aqui o prazo de 35 anos para a atividade da lavra. Ora, nós sabemos

que tem lavras que têm cubadas(F) capacidade de exploração por duzentos anos. Como que nós vamos dar 35 anos para uma empresa fazer um investimento de bilhões e bilhões de dólares e aí, 35 anos depois, o que é que acontece? Aí laconicamente diz assim: "O prazo poderá ser prorrogado". Só diz isso, não diz como, nem por quanto tempo e de que forma. Eu discordo dessa cláusula, eu acho que a agência reguladora tem que acompanhar, fiscalizar se a empresa realmente está cumprindo as suas obrigações. Se ela estiver cumprindo as suas obrigações legais, ela tem que ter o prazo que tiver da mina para explorar e não ter 35 anos. E depois, vai comprar de novo o direito de lavra? Vai ser tirado de lá, vai ser indenizada nos seus investimentos? Então me preocupa que isso possa vir a inibir o setor a nível de investimento.

Gostaria de ouvir de V. Exa. também a questão das áreas especiais de mineração, aquelas que contêm minerais considerados estratégicos, porque todos nós sabemos que o Brasil tem minas desses minerais, o urânio é um deles, que não se pode fazer a exploração, como também quais as regras e se vai ser permitido a exploração mineral em áreas indígenas, em reservas indígenas, porque os índios querem, os índios querem. Então como não está regulamentado, o que é que acontece? Essas áreas são invadidas, não por empresas grandes, mas são invadidas por garimpeiros, e o próprio índio, como faz com a madeira, acaba sendo um agente de negociação ilegal, porque não está regulamentada, dessas riquezas que estão nessas reservas indígenas.

E, por último, eu não entendi também aqui, Ministro, V. Exa. diz que as sanções foram alteradas para permitir a punição adequada do minerador que descumprir com as suas obrigações. Exemplo: a caducidade do direito daquele que praticou lavra ilegal. Se a lavra é ilegal, ele não tem direito nenhum. Eu não entendi essa alteração aqui. Lavra ilegal, para mim, é aquela lavra que não tem a licença. Se ela não tem licença, ela não devia nem existir. Aí vem a agência reguladora para definir a fiscalização. E eu espero... Essa agência reguladora, V. Exa. transfere o CEFEM para o recolhimento pela agência reguladora, eu espero que não haja contingenciamento por parte do governo, como há nas outras agências reguladoras, que ficam sem condições de agir.

E, por último, eu gostaria de ouvir só a sua opinião. V. Exa., numa declaração no jornal Valor disse que duas coisas importantes. Primeiro, que V. Exa. pensava em alterar o CEFEM para 6% e depois desistiu de propor isso em função da alta carga tributária para as empresas, para que elas não perdessem a competitividade. Essa é a nossa preocupação também. Nós não queremos que as empresas percam a competitividade, mas não é possível, não é possível continuar da forma como está, porque, como dizia anteriormente, a vinda, a geração de emprego na implantação é muito grande, e depois de implantado o número de trabalhadores que permanece no projeto é muito pequeno em relação ao da implantação, e o estado que teve, como eu disse, as bênçãos de Deus de ter a reserva mineral, ele tem que dar educação, saúde, segurança, infraestrutura para municípios que explodem de uma hora para outra a sua população, e isso acontece perfeitamente no Pará. Aí V. Exa. diz: "Segundo ele – é a entrevista sua -, o ideal é que o governo faça um projeto único sobre o assunto que valha para todos os produtos minerais, petróleo, inclusive". Declaração dada pelo jornal como sua. Eu quero saber se isso é pensamento seu, porque eu comungo desse pensamento, eu comungo desse pensamento e estou com os projetos de *royalty*, avoquei para mim para relatá-los exatamente para que nós possamos... Estávamos aguardando o seu retorno ao Senado para que a sua contribuição fosse decisiva que a gente pudesse fazer o Parecer de forma a atender aos brasileiros sem deixar de dar competitividade às empresas.

E concluindo, por último, se V. Exa., que quer tratar os minerais como petróleo, se V. Exa. comunga também da ideia de a gente criar na questão da exploração mineral aquela contribuição especial, que é sobre o resultado líquido, ou seja, não tira a competitividade da empresa, mas apenas retorna para o estado parte do resultado do lucro da empresa que vai... E uma parte pequena, parece que são 10% do resultado líquido. E hoje o *royalty*, Presidente Collor, é cobrado sobre o valor líquido da operação, quer dizer, todos os custos da operação são retirados quando você incide a cobrança do CEFEM. Isso dará ao estado, aos municípios e à União uma dificuldade muito grande, inclusive de ter que acompanhar e discutir até judiciosamente se as empresas estão ou não corretamente colocando custos que não deveriam estar embutidos aí para diminuir a base do cálculo. Então eu propunha, uma outra ideia, que esse CEFEM fosse colocado sobre o faturamento bruto, porque aí não havia como discutir o que é que vai incidir ou não.

Desculpe eu ter me alongado, mas eu não posso perder essa oportunidade de ouvir a sua opinião, porque V. Exa. será o parceiro, com certeza, para que nós possamos andar com esses projetos que definem os interesses de todos os brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. tem a palavra, Sr. Ministro, para responder às indagações do autor do requerimento, o Senador Flexa Ribeiro, a quem agradeço.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Sr. Presidente, antes de começar a responder objetivamente ao Senador Flexa Ribeiro, eu quero retroceder um pouco da minha exposição inicial, na declaração que fiz dizendo do meu interesse por tentar contribuir para a solução desse setor, desde o momento em que assumi o Ministério.

Muitas vezes nós falamos determinadas coisas e não demonstramos objetivamente aquilo que dizemos. Eu quero crer que neste caso não será muito difícil, Sr. Presidente.

Esta comissão, a Comissão de Infraestrutura, é encarregada de muitas atribuições de interesses da Nação brasileira, entre as quais o setor mineral. Pois bem. Aqui nesta parede nós podemos verificar que eu fui o primeiro Presidente da Comissão de Infraestrutura. Claro que sem o brilho de V. Exa., que hoje preside com tanta competência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não apoiado, não apoiado Ministro.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Mas o fato é que eu desejei ser àquela época o criador desta comissão, o fundador desta comissão, e já estava interessado naquele momento exatamente em todo o espectro que diz respeito à comissão, mas essencialmente o setor mineral. Portanto, essa é uma preocupação que me assiste há muitos e muitos anos.

O Senador Flexa Ribeiro, que é um parlamentar muito atento a todas as questões de natureza política sim, mas de natureza técnica, sobretudo, faz várias perguntas que de fato ajudam a esclarecer a proposta que estamos fazendo.

Desde logo, senador, quero dizer a V. Exa. que entre as autoridades e as pessoas que ouvimos para a formulação deste anteprojeto, estiveram os Estados do Pará e de Minas Gerais, basicamente, porque são os dois maiores produtores. Eu falei pessoalmente com a Governadora--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro, fomos salvos pelo Governador Aécio Neves, de Minas, com certeza.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Sim, eu falei pessoalmente com a Governadora do Pará e com o Governador de Minas Gerais, que enviaram seus respectivos Secretários de Minas e Energia para que conversassem com a nossa comissão técnica, discutissem, trouxessem as sugestões, as suas queixas eventuais e assim por diante. Portanto, tivemos a preocupação de, desde logo, não sermos os donos da verdade. Queríamos a contribuição de todos, fizemos isto. Mas vamos objetivamente às indagações do Senador Flexa Ribeiro.

Ele manifesta a preocupação de que o Conselho Nacional de Política Mineral possa vir a ter a composição característica de grandes assembléias que tem o CONAMA. Eu acho que é inteiramente procedente a preocupação do senador. Se isto acontecesse, tenho para mim que não seria algo de muito objetivo no trato dessa matéria. Não, o que pretendemos fazer e isto será feito por um decreto do Presidente da República a posteriori, depois de votada a mensagem e transformada em lei, no novo marco regulatório do setor mineral, o presidente baixará um decreto estabelecendo a composição do conselho. Penso eu que este conselho será moldado mais ou menos à imagem do que acontece com o Conselho Nacional de Política Energética, do qual fazem parte os Ministérios de Minas e Energia, que o preside, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Ministério da Indústria, Ministério da Casa Civil e Integração. Os próprios Ministros, os titulares dos Ministérios, para garantir importância – e Meio Ambiente também -, para garantir importância ao conselho. Muito bem. Quando o Ministro por qualquer razão não pode comparecer, ele é representado pelo Secretário Executivo, que é o Vice-Ministro. Na ausência deste, ninguém o representa, exatamente para demonstrar a densidade do conselho. Ou é o Ministro ou é o Secretário Executivo, apenas estes e algumas poucas autoridades mais que dizem respeito diretamente--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Sim, lembram-me aqui os meus assessores que no caso do Conselho Nacional de Política Energética é assim e seguramente será também com este conselho.

Um representante de todos os estados, os estados elegem um secretário de tempos em tempos para participar do conselho como representante de todos os estados, um representante da sociedade civil e assim por diante, ou seja, nós estamos procurando restringir o mais possível e garantir densidade ao conselho.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E a iniciativa privada que vai explorar não tem acesso?

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Tem também acesso, terá também acesso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas tem no de Energia ou não?

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Não, no termo de Energia é um representante da sociedade específica do assunto. Portanto, será também aqui neste conselho. É claro que eu estou adiantando aquilo que o presidente vai dizer, vai decidir. Eu não posso amanhã dizer: “Bom, deixou de incluir o Ministro tal”. “O Ministro Lobão disse que ia incluir e é responsável

por isso". Não, eu estou imaginando que é isto que vai acontecer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso com certeza, Ministro, quando estiver em tramitação no Congresso, é necessário que fique bem clara a composição do conselho. Não após a criação do conselho a gente saber qual vai ser... Os parlamentares tomarem conhecimento de qual a constituição dele. Eu acho que deveria vir, no próprio projeto que vai ser encaminhado, já definindo a composição desse conselho.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Não, não, Senador Flexa Ribeiro, é uma prática fazer isto por decreto presidencial, até porque para dar mobilidade a esta questão. Em dado momento o presidente altera o seu próprio decreto para incluir mais um Ministro em razão de ter criado mais uma, duas ou três pastas ministeriais, algumas das quais possam ter ligação com aquele setor.

Então nós temos que acreditar também na capacidade presidencial de decidir com segurança e com objetividade determinadas questões. Também não podemos achar que apenas o Congresso Nacional é capaz de fazer a lei perfeita ou a lei mais próxima da perfeição. É da própria natureza do esboço legislativo que ao Congresso incumbe fazer isto, aquilo e aquilo outro, a Constituição, as leis complementares, as leis ordinárias e os decretos legislativos, mas ao Presidente da República, que é o chefe do Poder Executivo, os decretos e os regulamentos, as portarias com os Ministros e assim por diante. Eu acredito que nós não correremos o risco que tanto preocupa V. Exa., que é a formação de um grande conselho que acabe por não ser capaz de prestar um serviço adequado à sociedade.

O segundo ponto. V. Exa. me pergunta sobre a extinção do DNPM e o que será feito com os funcionários. Sim, o DNPM será substituído pela agência reguladora. Os servidores todos do DNPM serão absorvidos por esta agência, que poderá daí por diante fazer novos concursos, ampliar o seu quadro, perceber a necessidade de ter mais técnicos nesta área ou naquela e cumprir o seu papel.

Na Câmara parece-me que houve perguntas e ainda há pouco V. Exa. dizia que eu estava com a capacidade premonitória, porque adivinhei o que o Dr. Paulo disse aqui, e eu não ouvi. Eu nem adivinhei e nem ouvi. Apenas o Dr. Paulo tem dito com frequência as coisas que eu mencionei aqui. Portanto, não era nenhuma novidade. Mas o fato de que o DNPM não realiza concursos há muitos anos, se isto não aconteceu, não foi seguramente por culpa dele, até porque há uma vocação muito grande dos departamentos, das agências públicas, de nomear funcionário. E, sim, por restrições do Ministério do Planejamento, do governo, por uma razão ou por outra. Mas realizou recentemente um concurso e está nomeando 256 funcionários novos. Portanto, não é exatamente assim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ministro, o Sr. Paulo citou um concurso também que foi anterior.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Também citou?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Que foi 300 [risos]. Realmente ele realmente citou.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Então alguma coisa tem realmente sido feita nesse setor. Mas fato é que a agência substituirá o Departamento Nacional de Produção Mineral.

Como se evitarão as filas que existem no Departamento de Produção Mineral e a citação daquele número feita por mim dos 160 mil. Eu me referi a 160 mil processos que existem de pesquisas de lavra e que resultaram em apenas oito mil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: São concessões já.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Não são totalmente concessões, mas muito mais de cem mil de concessões, o que já é um horror.

Bem, não deve poder transferir a concessão obtida? É uma pergunta do senador. Sim, se pode transferir, desde que a agência reguladora assim permita depois de analisar o processo e tal e tal. Como que é feito hoje? Nós, do governo, tomamos conhecimento pelos jornais, pelos jornais: "Fulano transferiu, ganhou a sua concessão e pagou por ela um maço de cigarro, transferiu por cinquenta milhões de reais, por trinta, por vinte".

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas o questionamento, se V. Exa. me permite, era impedir a transferência, porque pelo que está na proposta, tanto a pesquisa, o direito de pesquisa, vai ser por licitação pública, e nessa licitação a empresa ou a pessoa física que for concorrer tem que dar demonstração de capacidade financeira de, lhe dado o direito de lavra, ela tenha condições de fazer o investimento e não de transferir. Não usar, como V. Exa. bem disse, pagar o custo de um... Só um exemplo, V. Exa. usou o maço de cigarro. Eu sei que V. Exa. não fuma. Então eu diria que vamos dizer que seja um refrigerante, o preço de um refrigerante e, depois, vendê-lo por milhões ou bilhões de reais.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Há uma expressão utilizada internacionalmente que se chama de boa prática em todos os negócios, públicos ou privados. Não parece ser da boa prática internacional impedir totalmente a transferência, mas ela precisa ser regulada e ser feita com a concordância, autori-

zação, a anuência, o exame, a exigência no caso da agência nacional reguladora. Bem, o que não pode é ocorrer como hoje se faz. Eu acabei de dizer que nós tomamos conhecimento pelos jornais: "Fulano fez um grande negócio: recebeu de graça uma concessão e vendeu por vinte milhões de reais". Isso não pode mais acontecer, isso não pode e não acontecerá.

Esse é um setor que não é intensivo em mão de obra, diz o senador. É sim. Ele até pode não ser com as grandes mineradoras que usam intensivamente a tecnologia moderna, os grandes tratores, etc., mas não esquecer daquilo que eu falei no começo, que existem os chamados agregados. Os agregados são areia, brita, cascalho, etc. Usasse intensamente a mão de obra aí. Isso faz parte do setor mineral e da política minerária.

O prazo de 35 anos é pouco, diz o senador. Hoje não existe prazo para o sujeito lavrar, é para o resto da vida, para a eternidade, para o filho, o neto e o bisneto. Não, continuará mais ou menos sendo assim. É de 35 anos e quem vai regular a prorrogação? O próprio. De que maneira? Sendo adimplente, cumprindo o seu papel contratual. Se ele cumprir, está na lei, ele será entendido numa prorrogação em duas, três, quatro, dez; se ele não cumprir, não tem perdão. Eu tenho a impressão que é tudo quanto nós todos brasileiros queremos. O cidadão não pode se propor a ser um minerador se ele não cumpre o papel dele, se ele não tem competência financeira ou técnica. Aí nós estaremos jogando fora um patrimônio que é de todo o povo brasileiro e, com isto, nenhum de nós, penso, pode estar de acordo. Vou adiante.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas o marco regulatório trará essa condição de prorrogação.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Sim, sim [soa a campainha], adimplente, tem que ser adimplente. O que é que é adimplente? Cumprir o seu papel.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aí é automático?

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Não, não é automático, ele pede e é concedido a ele.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim, mas se estiver adimplente é concedido automaticamente?

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Automaticamente, automaticamente. Portanto, ninguém, nenhum empresário poderá se esconder atrás deste dispositivo legal para dizer: "Ah, eu me sinto desestimulado". Aquele que disser a mim que se sente desestimulado por conta desse dispositivo, eu começo a ter dúvidas sobre a capacidade técnica dele, as intenções dele. Isso aqui não o prejudica. Por isso é que eu disse: ele, empresário, será na prática o regulador da sua prorrogação, desde que ele esteja adimplente. Só por isso disso, nada mais. Ele não precisa pedir o prestígio de nenhum senador, nenhum deputado, nenhum ministro para conseguir a prorrogação do seu negócio. Ele vai diretamente na agência, está aqui, demonstra que está adimplente e está resolvido o problema dele.

Lembram-me aqui os meus assessores... Você vê como assessor é uma coisa muito boa. É assim no Canadá, é assim na Austrália, e no Canadá apenas por 20 anos, não 35 anos, como nós estamos pondo aqui, apenas 20. E é assim em outros países. Então nós, eu disse no início, examinamos a legislação de todos os países produtores de minério, exaustivamente, procurando os bons exemplos. Nós não queremos copiar nenhum integralmente, queremos fazer um que fosse bom lá e que se adaptasse às condições brasileiras. Foi isso que nós fizemos.

Sobre as áreas especiais, eu peço ao Dr. Scliar, com a concordância do Presidente Collor, que responda sobre essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, com a concordância do Senador Flexa Ribeiro.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Assim como o Dr. Mauro a respeito de lavra ilegal e a caducidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, será concedida a palavra então, em primeiro lugar, ao Dr. Cláudio Scliar.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Muito obrigado. Quanto às áreas especiais de mineração, elas estão colocadas na proposta que o Ministro encaminhou para o Presidente da República, ela tem um papel extremamente importante como um instrumento que o governo tenha para que áreas que sejam consideradas de bens minerais estratégicos pelo Ministério, que possam ser, estas áreas, com esses bens minerais considerados estratégicos, essas áreas seriam encaminhadas para o Conselho Nacional de Política Mineral determinar se aprova ou não essas áreas especiais de mineração. A determinação dessas áreas especiais de mineração é pelo Conselho Nacional de Política Mineral e a partir que esta área é bloqueada no Ministério, se garantindo todos os direitos minerários que ali existem, garantindo eles, estas áreas, a partir desse bloqueio, teriam três anos para que houvesse a licitação delas, uma licitação pública, uma oferta pública dessas áreas consideradas fundamentais para o País. Como o senhor mesmo levantou e o Ministro aqui já explicou, nós mantivemos o critério da prioridade, mantivemos ele, mas, como o Ministro explicou, tendo uma atuação extremamente rigorosa, que ele mantém aquela área se tiver um investimento mínimo obrigatório; se

ele não investir, ele perde a área. Ele tem que investir no momento da prioridade.

No caso da área especial de mineração, ela está bloqueada e vai para a licitação. A licitação, inclusive, pode incluir a pesquisa e a concessão. Seria um pouco aqui, de certa maneira, mesmo mantendo os dois direitos, os dois tipos de direitos de pesquisa mineral e de concessão, mas é um pouco o que o Dr. Paulo Camillo aqui levantou, funcionaria quase como, porque seria um contrato único para esse período de pesquisa de lavra. Em três anos tem que haver a licitação dessas áreas consideradas fundamentais.

A preocupação que o Ministro nos passou era de que áreas, determinados tipos de bens minerais que para o Brasil são fundamentais, elas não podem ficar simplesmente ao dispor de quem primeiro chega. Essas áreas são bloqueadas, é realizado um estudo prévio pela CPRM, pelo Serviço Geológico do Brasil, e colocadas em licitação, quer dizer, é um controle do estado sobre aquilo que ele considera fundamental. Então essa é que seria a ideia dessas áreas especiais de mineração.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite, Presidente Collor, só tirar uma dúvida?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por gentileza, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O documento diz: "em áreas que contenham minerais considerados estratégicos para o País". Aí é a pergunta que eu me referi ao urânio, mas nós temos fosfato e potássio, que são estratégicos para o País, e tem direito, no meu estado, concedido de lavra, está na mão e ninguém faz. Eles também entrarão nessa questão?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Dr. Mauro Henrique, se o Senador Flexa Ribeiro concordar, irá responder à sua indagação. Dr. Mauro Henrique Moreira Sousa, que é Consultor Jurídico do Ministério de Minas e Energia.

SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA: Bom-dia e obrigado, presidente. O próprio projeto, ele ressalva algumas legislações especiais. No caso do urânio, que é um monopólio, se detido pela União toda a fase de exploração de lavra, ele não está contemplado nesse caso aqui específico. Esses minerais estratégicos que venham a ser definidos como estratégicos e interessantes para o desenvolvimento nacional e para a própria indústria, caso haja em vigor títulos minerários, como o senhor se reporta que há no seu estado, esses títulos, eles estão preservados. Aqui já se falou, desde o período em que discutíamos o pré-sal, que um é um estado que respeita os contratos. Então embora hoje, na legislação atual, não se utilize o instrumento contratual, mas sim atos administrativos como são as portarias de lavra, eles são vinculam, vinculam a União e vinculam o interessado. Então esses títulos, desde que aquele interessado, o titular desses direitos, esteja adequadamente cumprindo as sua obrigações, eles estão preservados. Então no caso do potássio, qualquer um outro que venha a ter esse epíteto de estratégico, ele estará preservado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vai ter prazo para explorar?

SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA: Claro, já existem regramentos básicos que eventualmente não são observados pelos interessados. O Ministro já reportou aqui: inúmeros manejos, principalmente de caráter jurídico e técnico, permitem que tanto o período de pesquisa quanto o período de lavra sejam postergados *ad infinitum* sem que haja efetiva exploração e aproveitamento do bem mineral que está concedido. Essa é uma anomalia que foi detectada e em razão dela também é que se tornou oportuna a rediscussão de todo o regramento que preside a exploração da atividade minerária no País.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra, novamente, o Ministro Edison Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Há uma última indagação do Senador Flexa Ribeiro, mas complementando a informação anterior, senador, eu estou aqui, veja V. Exa. como nós procuramos a legislação do mundo inteiro. Está aqui, de todos os países, aqui nesse caderno. Como é que é feito o prazo de concessão de lavra na África do Sul?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, permite? V. Exa. poderia encaminhar à comissão esse estudo comparativo dos demais países.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Sim, faremos isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso é importante para o processo.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Está bem, faremos isso, mas vou mencionar apenas alguns poucos casos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A Mesa acolhe a sugestão do Senador Flexa Ribeiro. Ministro Edison Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Pois não. Na África do Sul são 30 anos o prazo de concessão de lavra, renovado por no máximo 30. Aqui nós renovaremos *ad perpetuam* em ordem, em ordem. O sujeito está adimplente, ou seja, cumpriu a sua parte, terá a renovação. No Chile é como é no Brasil hoje: prazo indeterminado. Colômbia: 30 anos, com a prorrogação de mais 20 e não mais do que isto, 50 anos. No Peru

é como nós hoje: indeterminado. No Canadá, que tem muitos minérios, 21 anos no máximo, sem prorrogação, sem prorrogação. Volta a mina ao poder público que concede novamente de acordo com as suas regras. Na Austrália: 21 anos. Na Índia: licença de lavra por 20 anos a 30 anos. Só e nada mais. Na China viria de 10 a 30 anos e pode ser estendido... Aí é de acordo com o pensamento do regime e tal, do governo.

Bom, finalmente, pergunta o senador se não haveria no setor mineral, como há no setor de petróleo e gás, além do CEFEM, que é o *royalty*, também a participação especial. Não há. A lei não prevê isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, se V. Exa. concorda.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Essa é uma questão que nós teremos que... Estamos preocupados com ela, sim. Teremos que ouvir mais demoradamente autoridades e, sobretudo, o setor mineral, os empresários, as associações. Isso poderia vir, se for o caso, numa nova legislação, numa nova legislação. Por enquanto, no marco regulatório, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Flexa Ribeiro, V. Exa. está satisfeito com as respostas ou tem alguma dúvida?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Duas questões importantes para mim, Ministro, que eu gostaria de ouvir a sua opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É com relação ao prazo máximo para início da pesquisa e o prazo máximo para o início da exploração da lavra para aqueles que tiverem obtido as licenças. Isso é importante para evitar que a gente fique... Se não cumprirem determinado prazo, vai perder a licença que lhe foi outorgada.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O prazo da pesquisa?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, da pesquisa e da lavra depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Sim, Presidente, eu pediria que o Dr. Mauro respondesse essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Novamente com a permissão do Senador Flexa Ribeiro, o Dr. Mauro Henrique Moreira Sousa, Consultor Jurídico do Ministério de Minas e Energia, para responder à indagação com a dúvida do--

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: V. Exa. poderia formular outra vez, resumidamente, a pergunta ao Dr. Mauro? Por favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, é que a preocupação que o Ministro tem e todos nós temos é exatamente esse número absurdo de 100 mil direitos de lavras concedidos e oito mil em exploração. Então eu imagino--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Cento e sessenta mil.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então eu imagino, e quando tramitar por aqui eu vou fazer uma discussão em audiências com o setor privado, mas eu imagino que deva ter um prazo: concedida a licença de pesquisa, se a empresa não iniciar a pesquisa em um ano, um ano e meio, eu não sei, o prazo a gente vai discutir, ela perde o direito, mesmo ganha em licitação, deve estar no edital este prazo. E de lavra, depois de concedida a lavra, ela vai ter um tempo para também, vamos definir um ano, dois anos, três anos, quatro anos, dez anos, eu não sei o prazo, mas tem que ter um prazo máximo para começar a implantar, sob pena de perder o direito que lhe foi concedido.

SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA: Perfeito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lá no interior do Pará a gente tem uma outra maneira de dizer dessa forma, seria a quebra de decoro, e eu não vou dizer aqui, Presidente Collor, de maneira nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Mauro Moreira de Sousa, Consultor Jurídico do Ministério das Minas e Energia, para responder a dúvida do Senador Flexa Ribeiro.

SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA: Obrigado, Presidente. Senador, na Câmara houve também um questionamento dessa ordem e é óbvia que a preocupação, ela perpassa toda a sociedade e está bastante cristalizada no ambiente do Ministério quando a gente discute e passou a discutir bastante essa questão.

O direito de lavra, o direito de pesquisar, a partir do momento em que nós estamos trazendo como proposta a introdução de um regramento distinto e que impõe a utilização de um instrumento contratual, portanto, de caráter sinalagmático em que as partes têm suas obrigações, notadamente aquele que se interessa por explorar aquela atividade econômica [soa a campainha], ele, obviamente, cingido a esses regramentos que estão postos no contrato, ele já terá os prazos definidos. Então no momento em que ele firmar o contrato para fazer a fase de pesquisa, já ali vai estar estipulado o prazo dele para iniciar a sua pesquisa. Concluída a pesquisa, apresentado o resultado dessa pesquisa,

atestada a viabilidade da exploração econômica daquele bem mineral que lhe foi proposto para pesquisar, ele também vai ter um prazo assinalado para iniciar o seu processo. Daí que um instrumento contratual, ele dá uma ferramenta muito melhor para que a agência, que venha a ser criada, possa regular adequadamente o caso específico, até porque, dependendo do tipo de substância, determinada tecnologia ou determinados procedimentos de utilização que leve a efeito aquela exploração do bem mineral, isso vai ser ajustado conforme essas características. É o que o Ministro há pouco se reportou, as boas práticas da indústria. Então isso vai ser observado tanto pelos interessados quanto pela agência, e ela terá, na sua capacidade regulatória, o poder de regular todas essas questões para que este instrumento contratual se mostre o mais consentâneo com esses interesses, tantos os interesses nacionais como os interesses daqueles que exploram aquela atividade. Essa que é a ideia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Flexa Ribeiro, V. Exa. tem alguma consideração?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos debater, senão vai ficar só eu, mas têm outros senadores que querem perguntar aqui. Eu não estou satisfeito ainda, mas depois a gente discute.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu passo a palavra ao Senador Ministro Eliseu Resende, como o inscrito para fazer a indagação a S. Exa., o Ministro Edison Lobão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, eu gostaria também de ser inscrita.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, Senadora Rosalba Ciarlini está inscrita.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, presidente. A minha saudação ao nosso Ministro Edison Lobão, nosso colega aqui no Senado, fazendo votos para ele tenha total êxito nas eleições de 2010 para que nós possamos, pelo menos, tê-lo de volta, a menos que queira ser Governador lá do Maranhão, ou, quem sabe, vice-Presidente da República.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Ou presidente, presidente, ele é melhor do que esse candidato aí. Eu até votaria para o PMDB, se ele fosse.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Mas a sua passagem curta lá pelo Ministério de Minas e Energia, Senador Edison Lobão, foi importante sobre vários aspectos, mas ele é principalmente importante por essa sua iniciativa de estudar o setor mineral, o setor de produção mineral. Nós discutimos aqui esses assuntos, essa produção mineral no Brasil, inspirados pelas colocações do Senador Flexa Ribeiro, e vimos o quanto que é complexo o setor. Isso explica por que é que nós tivemos o trabalho aqui e eu tive a oportunidade como Deputado Federal de participar da elaboração das leis, dos marcos regulatórios e da criação das agências, particularmente da ANEEL, da ANA, das Agências de Transporte e da Agência Nacional do Petróleo. Trouxe uma experiência que eu levo em conta hoje quando se discute, por exemplo, a questão da distribuição dos *royalties* no momento. Há muita coisa a dizer com relação a essa matéria e vejo e é importante assinalar que é um assunto extremamente complexo. Isso explica por que é que não se tocou no setor mineral. Nós extinguimos o DAC e criamos a ANAC; nós extinguimos o DENAI(F) e criamos a ANEL; extinguimos os órgãos de transporte e criamos as Agências Nacionais de Transporte; o DNPM permaneceu como estava, não se tocou no setor mineral e é um setor cheio de complicações, mesmo porque ele trata de produtos distintos, minerais diversificados, com produções diferenciadas nas diferentes regiões do Brasil. Não se trata aí de fazer a Política Nacional do Petróleo ou a Política Nacional do Urânio; nós temos que fazer é a Política Nacional dos diversos minerais que correspondem às riquezas do subsolo.

Eu queria levantar apenas alguns pontos aqui, porque o assunto é realmente complexo, e dizer que há preceitos constitucionais que têm que ser respeitados. Um deles está estabelecido aqui no art. 176 da Constituição. Ele fala que o produto da lavra é propriedade do concessionário. Então não podemos esquecer isso. E que quando se trata de [ininteligível], de exploração de serviço público ou de exploração de bens públicos, tem de ser ou o exercício direto da exploração pelo governo, pela União, ou então a concessão ou, indiretamente, através de concessão ou autorização. E sendo concessão, nós devemos buscar a sistemática da licitação. Então nós não podemos fugir disto.

Então quando se discute aqui a questão da lavra e do prazo, nós queremos acabar com o primeiro a chegar na outorga e entregar essa outorga para quem não tem capacidade de exercer os direitos minerais de pesquisa e de lavra. Isso é fundamental. E quando se discute o prazo, tem de haver o contrato determinando esses direitos que serão fiscalizados pela agência que vai substituir o DNPM e essa fiscalização é importante porque, na minha opinião, prazos para pesquisa podem se fixar, mas prazos para a lavra não se devem especificar. O prazo contratual da concessão é até a exaustão da lavra e o melhor exemplo que nós temos para isso é o petróleo. Nas concessões de exploração de petróleo, o concessionário do petróleo, a PETROBRAS ou uma empresa nacional que trabalhe na atividade petrolífera, ou uma *Shell* ou uma *Standard Oil*

que esteja como empresa estrangeira trabalhando no Brasil, se receber uma outorga da concessão, ela tem aquela outorga até a exaustão. Agora a lavra, ela é fiscalizada pela agência para que os prazos de pesquisa se obedeçam, esses poderão ser fixados contratualmente, mas a lavra seja exercida pelo concessionário sob o controle do poder concedente, representado pela agência, que vai ser a agência que vai substituir o DNPM. Então é importante deixar isso claro, não há que discutir aqui prazo. Nós temos prazos para a geração de energia elétrica, porque a empresa de Tucuruí, lá no Estado do Pará, está gerando energia e vai gerar eternamente. Haverá um concessionário que explore essa usina, se for concedida ao setor privado, durante um tempo que é fixado no contrato de concessão, que pode ser 30 anos, prorrogáveis por mais trinta. Porque aquilo é eterno, é energia renovável. Mas no caso da lavra do recurso mineral, assim como acontece no petróleo, a concessão tem de ter até a exaustão. Eu acho que isso está muito claro e que não pode deixar de ser assim. Então não cabe aqui fixar prazo para a exploração mineral de um produto mineral, seja ele relevante ou não.

Por favor, Ministro, eu gostaria de atacar esse ponto. Deixe-me terminar, apenas eu estou tocando em pontos que eu detectei e que são importantes diante do que foi discutido aqui até agora.

Outro ponto que me preocupa e é um ponto que está em discussão no momento, é um assunto atual, é a questão dos *royalties*. É importante analisar bem o conceito do *royalty* e é importante que a legislação brasileira seja consistente com relação à cobrança de *royalty* [soa a campainha]. É preciso entender bem o conceito da compensação financeira porque o *royalty* é cobrado no petróleo, mas é cobrado também no recurso mineral de valor pequeno, baixo. O que é importante é a gente ter uma filosofia para o *royalty* que se adota para o setor elétrico, para a geração de energia, para as riquezas minerais e para o petróleo. Então dependendo do conceito de *royalty*, porque comparar Minas Gerais com Pará, porque Minas Gerais produz um minério de ferro de baixo valor, Pará também tem um minério de ferro de baixo valor... Perdão, comparar Minas e Pará com o Rio de Janeiro, porque o Rio de Janeiro tem um petróleo que tem alto valor comercial, comparar *royalty*, dá para os governadores e para os políticos que discutem a questão da distribuição do *royalty* às vezes uma deformação de conceitos. Vamos mudar a forma de cobrar *royalty* sobre minério de ferro porque os estados produtores de petróleo têm *royalty* muito mais elevado. Tem que ter uma explicação e o conceito de *royalty* é a participação do poder concedente na produção, independentemente do preço. O valor do *royalty* é o preço do produto multiplicado por aquela porção da produção que cabe ao poder concedente.

No passado, nós tínhamos o *royalty*, o *royalty* surgiu no tempo do Brasil Colônia. Portugal tirava 10% da produção de ouro no Brasil, era o *royalty*. Era 10% da produção. Chamava dízimo. Houve uma reação, Portugal quis cobrar 1/5, ao invés de 10% da produção seria 20% da produção, era 1/5. Aí houve uma reação forte aqui do Brasil Colônia que redundou na morte de Tiradentes e de Felipe dos Santos. Para deixar claro que o *royalty* é uma porção do produto que compensa o proprietário pelos desgastes ambientais e, no caso do setor mineral, pelas crateras que deixam onde o mineral é explorado, que precisa de ter a superfície novamente contornada e isso traz gastos para os produtores e para as regiões vizinhas da produção. Daí a razão porque no caso do petróleo veio a política de petróleo contemplando os estados produtores e os municípios produtores. Essa foi uma regra que surgiu na lei que modificou a Lei do Monopólio do Petróleo, criando o regime de concessões, regime hoje vigente e que há uma tentativa de substituir, no caso do pré-sal, por um outro regime, que é o regime da partilha. Isso pode ser feito. É importante que direitos adquiridos anteriormente sejam preservados. E quando se modifica o *royalty* ou a sistemática do *royalty*, tem que ser feito para produções subsequentes e não para aquelas que estão já em atividade.

Quando nós fizemos a lei do petróleo, em 1995, e flexibilizamos o monopólio, nós passamos o *royalty* de 5% para 10%. Era 5%. A distribuição dos *royalties* até 5% ficou mantida. A distribuição dos *royalties* de 5% para 10% é que ficou alterada, porque seria uma participação nova de compensação financeira aos estados e municípios. Criamos a chamada participação especial só para as áreas de grande produção de petróleo. Aí a distribuição também foi diferente. O que nós entendemos é que, no caso do *royalty*, tem que aprender exatamente qual é o conceito, não pode mudar direito adquirido e muda-se apenas quando há um aumento de produção. Ou, perdão, uma nova legislação que modifique ou que faça um acréscimo no montante a ser distribuído. Então eu gostaria de fazer essa observação também com relação aos *royalties* e a participação especial.

Eu gostaria que o Senador Edison Lobão examinasse esses aspectos e nos dissesse se o nosso ponto de vista está adequado ou se realmente nós entendemos o que é correto e o que vem na proposição legislativa para a análise do Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Senador Ministro

Eliseu Resende pelas suas considerações. Com a palavra, novamente, o Ministro das Minas e Energia, o Senador Edison Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Sr. Presidente, eu agradeço os encômios tão generosos do Senador Eliseu Resende, do Senador Flexa Ribeiro, dos demais senadores a meu respeito. São colegas que eu estimo tanto, pelos quais nutro grande amizade e aos quais aprendi a admirar ao longo do nosso convívio aqui. Agradeço, portanto, sensibilizado, tudo quanto dizem a meu respeito de positivo.

Sr. Presidente, este é um País que nasceu sob o signo da cruz, sob as bênçãos de Deus. Quando Pedro Álvares Cabral desembarcou nas costas brasileiras, a sua primeira providência foi rezar a primeira missa na praia. Ali já estavam o capelão, que tratava de espargir Água Benta sobre o território nacional. No passo seguinte, Cabral recolhe-se à sua Nau Capitânia, uma frágil caravela, da qual ele comandou a sua expedição até o Brasil. Havia a presença de muitos índios ainda na praia depois da missa. Ele então mandou convidar, mandou trazer à sua caravela um cacique que ali se encontrava manifestando muita curiosidade. Veio o cacique à caravela, tentaram se entender de algum modo com mímicas, e o cacique, ao se retirar, apontou para um cordão de ouro pendurado no pescoço de Cabral com uma cruz de ouro. E apontou para a terra, a dizer que aquela terra era generosa em minérios daquela natureza e de outros. Isto, penso eu, terá motivado um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei, em que dizia, depois de pedir o emprego para um parente [risos], que "Esta terra que descobrimos, em se plantando tudo dá". Ele não quis se referir apenas a plantar arroz ou coisa do gênero; ele queria com aquilo dizer, mais amplamente, que era uma terra absolutamente generosa, que ali existiria tudo e os minérios seguramente estavam incluídos nas preocupações de Pero Vaz de Caminha. Portanto, desde aquele momento, há 510 anos, que nós lidamos com o setor mineral, nem sempre tendo os cuidados devidos para a preservação dos interesses das novas gerações.

O Senador Eliseu Resende é uma das autoridades brasileiras que eu, antes de chegar ao Congresso Nacional, já admirava, por sua competência, sua seriedade, seu talento administrativo-–

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Obrigado. Ministro.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: --seu espírito público. Eu acompanhei a revolução que ele procedeu no setor viário deste País, as estradas que construiu como diretor do DNR à época, hoje DNIT. Mas, senador, prazos existem. Eu acabei de ler o que há pelo mundo afora: todos ou quase todos adotam prazos rígidos, após os quais, após os quais as concessões são devolvidas.

No caso brasileiro, por exemplo, do petróleo que V. Exa. citou, há o prazo de 35 anos; é a lei do petróleo. Vejamos aqui. O art. 28 da lei do petróleo diz o seguinte: "As concessões extinguir-se-ão pelo vencimento do prazo contratual", que é de 35 anos, além disso, disso, disso e disso. Mas não há prazo apenas para o petróleo, há também para as concessões do setor elétrico, que V. Exa. mencionou. A concessão para uma... A CEMIG, vamos dar o exemplo da CEMIG, do seu estado, que possui algumas geradoras, usinas hidrelétricas, assim como São Paulo também possui várias, assim como FURNAS, que é do governo federal, a ELETRONORTE. Há um prazo de 35 anos prorrogável por mais vinte, a juízo do Ministro. O Ministro, sozinho, decide, porque a lei diz o seguinte: "O poder público poderá", não diz fará. Não é imperativo. "O Poder Público poderá prorrogar por mais vinte anos". E é o que nós estamos fazendo no caso do Governo de São Paulo, por exemplo, e digo isso porque o Governador Serra tem insistido para que se resolva esse problema das concessões de São Paulo. Nós já prorrogamos, eu prorroguei, assinei a prorrogação, por portaria ministerial, duas concessões. Existem outras. Existem outras que vão se vencer, portanto, o prazo existe, em 2015, não só em São Paulo, mas em Minas e em vários lugares vão se vencer em 2015. O que manda a lei fazer? 35 anos, prorrogação de mais vinte, após os quais, 55 anos, devolve-se ao poder público, que fará uma nova licitação. Assim é também com o setor de transportes. Os ônibus interurbanos estão submetidos a prazos, as concessões. Então os prazos existem.

Porém, porém, respondendo ao Senador Flexa Ribeiro, eu tive a oportunidade de dizer que o prazo existe formalmente, mas está nas mãos do concessionário, no caso da mineração, a partir do novo código. Por quê? Basta que ele esteja adimplente para que neste caso o prazo se prolongue *ad eternum*. Então na prática o prazo não existe e está na mão do concessionário, ele é que é o responsável pelo interesse dele. Se ele não for adimplente, ele perde a concessão. Se ele for adimplente, que é o que todos nós queremos que ocorra, ele prossegue para a concessão, servindo a ele e servindo ao País, aos interesses nacionais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, me permite, presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a permissão do Ministro, Senador Flexa Ribeiro.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Com toda a permissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pelo que eu entendi, Ministro, o detentor do direito de lavra pode ficar inadimplente por 35 anos, ou seja, não cumprir com as suas obrigações por 35 anos e lá no final dos 35 anos ele vai perder. Pelo que V. Exa. está dizendo, ele só perde se ele estiver inadimplente ao final dos 35 anos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Não.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Não, não.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: A Agência Nacional, a Agência Nacional que vai se criar, ela, de acordo com o contrato fixado com o concessionário, ela vai fiscalizando, vai fiscalizando. Muito bem. Se ele chega ao final e é adimplente, ele prossegue.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então não precisava ter prazo; se ele é inadimplente, extingue na hora.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Não, a avaliação--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Não, ele tem direito. Eu gostaria de fazer uma colocação, Ministro.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: A avaliação terá que ser feita periodicamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Eliseu.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nós estamos discutindo aqui um entendimento. Eu entendo que no caso da exploração, no caso de lavras, a exploração de bem público, eu não vejo a necessidade de haver prazo, vai até a exaustão, sob a fiscalização do governo e a política do governo emanada pelo Conselho Nacional de Mineração. Acho que no caso da exploração de bem público o prazo é irrelevante se houver uma boa fiscalização. Estou com V. Exa. que no caso da prestação de serviço público, que é o caso da geração de energia com a usina já instalada e no caso da operação das linhas [soa a campainha] de transporte coletivo, aí nós temos que ter prazo, prorrogável ou não, com a autorização na legislação de ser prorrogado. Mas entendo, é um ponto de vista que no caso da lavra nós não precisaríamos fixar o prazo, assim como não fixamos. Eu entendo assim, Ministro, a menos que eu esteja errado, no caso do petróleo não há prazo.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Não, há prazo de 35 anos fixo. E tem mais, sem prorrogação.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nós vamos--

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: E se V. Exa. me permite, eu adianto mais uma coisa curiosa para explicar bem isto. As empresas que entram num leilão para arrematar blocos exploratórios de petróleo, elas têm sete anos para começar definitivamente a exploração.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Exato, ela trabalha na--

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Findo os quais sete anos--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): --pesquisa e na demonstração da viabilidade comercial.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Isso, na viabilidade, findo os quais, não tendo feito nada, devolve à agência.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Devolve.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Vamos dar um exemplo concreto. O bloco exploratório mais promissor que o Brasil possui hoje chama-se Tupi; Tupi. O que é que aconteceu? A PETROBRAS arrematou Tupi, começou a fazer a sua pesquisa, não possuía uma tecnologia à altura, devolveu o bloco à agência e anos depois arrematou de volta, e, agora sim, está começando a exploração. Então esses prazos existem e são rigorosos no setor do petróleo.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu tenho a impressão, eu não sei, eu gostaria de ter esse esclarecimento, eu posso estar errado--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. está certo.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): --mas eu acho que a PETROBRAS não tem prazo para terminar as pesquisas petrolíferas dela.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Tanto tem que se deu o prazo de Tupi e devolveu.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Mas a palavra do Ministro é válida aqui, sem dúvida nenhuma, e nós vamos ter de respeitar.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: E mais, senador, e mais: no setor do petróleo, no regime de concessões, nós estamos agora partindo, pelo menos é a proposta do governo, para o regime de partilha. No regime de concessão há o leilão. Quem der mais, ganha. A PETROBRAS pagou caro por Tupi, que devolveu de graça por não ter feito a pesquisa e, portanto, não ter podido começar a exploração. Desistiu ao final do prazo porque não teve condições de explorar, devolveu.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, com a sua permissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes de a palavra ser concedida, por gentileza, à Senadora Rosalba Ciarlini, a palavra está com o Senador Ministro Eliseu Resende. Eu gostaria de perguntar se V. Exa.--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu estou terminando, presidente, eu gostaria apenas de complementar--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): --com dois pontos que eu deveria ter colocado na minha exposição inicial.

Primeiro, é a questão do objetivo do conselho. Eu acho que o conselho é um conselho de formulação de política, assim como é o Conselho Nacional de Política Energética e os outros conselhos. No Conselho Nacional de Política Energética nós temos a geração de energia elétrica e temos o petróleo. É necessário que haja um conselho que formule a política, porque a agência é uma agência reguladora e fiscalizadora. Quem formula a política do setor é o governo, é a União. E aí é o conselho que formula. Então, na minha opinião, não deveria haver, no caso específico desses conselhos, participação do setor privado.

Tenho um outro ponto de vista também com relação a outro assunto que foi discutido aqui, que é a questão da transferência da titularidade da concessão. No caso do petróleo a lei é clara, a Constituição é muito clara: o governo pode transferir a concessão ou o contrato de concessão, desde que ele entenda que o novo concessionário tenha a mesma competência técnica, a mesma capacitação financeira e as mesmas características do titular anterior. Então acho que a titularidade do contrato de concessão, deve continuar sendo possível a sua transferência.

São dois pontos que eu queria colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Finalizando as considerações do Senador Ministro Eliseu Resende, com a palavra o Ministro Edison Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Eliseu Resende, eu concordo com V. Exa., V. Exa. está correto. O conselho é o formulador realmente das políticas do setor, o conselho a ser criado será o regulador das políticas do setor minerário dentro dos regramentos deste marco regulatório. O que é que diz aqui? "O poder concedente terá as seguintes competências", que é o conselho: "O Conselho Nacional de Política Mineral será o órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação e implementação da política mineral". Exatamente o que propõe V. Exa., é o que diz V. Exa. É isso mesmo. Diz lá: "O poder concedente terá, assim, as seguintes competências: estabelecer diretrizes e outorga dos direitos minerários; disciplinar os regimes de aproveitamento das substâncias minerais; definir diretrizes para os procedimentos licitatórios e promover as licitações, etc." Vai por aí a fora, ou seja, rigorosamente dentro do que imagina V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Seguindo a relação dos senadores inscritos, passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Eu não sei se a Senadora Rosalba Ciarlini levantou alguma questão de ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu percebo que como a Senadora Rosalba Ciarlini está muito empolgada para arguir, se me for assegurado o direito, eu não tenho problema de ceder a ordem a ela.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente. Então concedida a inversão de senadores inscritos para indagações a S. Exa., o Sr. Ministro, feita pelo Senador Eduardo Suplicy. Passo a palavra à Rosalba Ciarlini e, em seguida, ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero, inicialmente, agradecer ao Senador Eduardo Suplicy pela gentileza. Na realidade, eu fico bastante atenta e querendo sempre aprender um pouco mais sobre essa questão dos nossos recursos minerais.

Quero dizer ao Sr. Ministro que acho importantíssimo que passamos a ter um novo marco regulatório nessa nova realidade brasileira, até porque é importante que se crie condições de mais explorar e melhor explorar esses recursos. O meu sempre mestre, o Senador Eliseu Resende, que aqui com muito conhecimento, com muita competência, inteligência, sempre coloca pontos para que nós possamos debater melhor e melhor contribuir no marco regulatório para que realmente tenhamos uma... Ele possa vir a patrocinar um maior desenvolvimento da exploração. É exatamente sobre essa questão, se deve ser um prazo infinito, se deve ser um prazo controlado da questão do petróleo, senadores, eu sou de uma região onde esse um assunto que é do nosso dia a dia, e com a responsabilidade que já tive lá como administradora, com o petróleo em terra, que é lá no Rio Grande do Norte. Então se tem concessão, se o poço já está no seu limite, se vamos ter mais... Se a PETROBRAS, vai vir uma concessionária, então isso faz parte do nosso... Então realmente o Ministro tem razão, existem prazos para a exploração, onde são feitas as licitações com prazos finitos.

Eu gostaria aqui só de colocar, não é nenhuma pergunta, é muito mais dizer da minha preocupação. Nós falamos em recursos minerais, que são muitos, é diferente da lei do petróleo, como bem colocou o Senador Eliseu Resende, porque aí a gente teria que ter a lei do tungstênio, a lei da xilita, a lei de todos esses produtos que são... Mas a minha preocupação, aqui eu quero dizer que não é tão grande, porque sei

que conto com a competência do Ministro, que a sua visão não será apenas para os estados maiores, de maiores jazidas, já em exploração como Minas, como o Pará, mas estados todos, como o nosso pequeno Rio Grande do Norte, o nosso elefantezinho, que tem nos seus recursos minerais um potencial muito grande comparativamente à nossa população e à nossa... E o que nós queremos é criar condições de que sejam explorados, porque a grande preocupação é essa: é de a pesquisa ter um prazo, se define se é viável ou não, e aí muitas vezes, por não ter um prazo para que comece a exploração, tirando a oportunidade de geração de renda e de emprego, porque muitas, mesmo que seja feita de forma mecânica tem o efeito indireto, tem o emprego indireto do transporte e criar também uma política de que se possa agregar valores. O nosso ferro não sai lá de Jucurutu simplesmente, mas saia a liga. Que o nosso mineral também já saia... Aí na hora que a gente agregar valores, nós vamos ter muito mais riqueza.

Então essa política que está sendo pensada, formulada, se pense dessa maneira para que a gente possa beneficiar, aqui o meu apelo, que possamos aproveitar e gerar mais renda e mais dividendos para o nosso País, fazer o nosso País mais forte, porque quando o produto mineral sai apenas como vem, nós sabemos no decorrer desses quinhentos anos como saiu o nosso ouro, como saíram tantos outros, sem que seja... É diferente se estivesse saído daqui a joia, aí o Brasil seria muito mais forte desde que foi descoberto.

Então eu quero que o nosso ferro, se crie condições de também atrair essa forma de agregar valor. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado à Senadora Rosalba Ciarlini pelas considerações que fez. Senador Ministro Edison Lobão com a palavra.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: A Senadora Rosalba Ciarlini nos traz contribuições que são valiosas, com as suas observações que decorrem, seguramente, da prática, da vivência que ela tem da vida pública e do espírito público que também manifesta, defendendo os interesses de seu estado, que é, sem dúvida nenhuma, uma unidade importante da Federação brasileira.

Os princípios norteadores da atividade de mineração são mais ou menos estes, já definidos na proposta que fazemos: o melhor aproveitamento dos recursos minerais; a responsabilidade e intergeracional nas atividades de mineração; o desenvolvimento social, a que V. Exa. se refere, no setor de mineração; o desenvolvimento tecnológico também no setor de mineração; o compromisso federativo nas atividades da mineração; a isonomia no tratamento dado aos mineradores. Nós não podemos ser totalmente diferenciados nesse setor; a razoabilidade e a proporcionalidade no tratamento dado aos mineradores e no aproveitamento dos bens minerais; a precaução e prevenção dos danos causados pela atividade mineral. Causa danos sim; a segurança jurídica e a estabilidade da regulação no setor de mineração. E já vou, a seguir, me referir à segurança jurídica; a responsabilidade do minerador pelo impacto social e ambiental causado pela atividade de mineração, incluindo o fechamento da mina, se for o caso; o compromisso da atividade de mineração com a dignidade da pessoa humana. Nós temos todas essas preocupações; e, finalmente, a função social do bem mineral e da atividade de mineração. Tudo isto esteve nas nossas preocupações na elaboração deste trabalho, que não é, repito, um trabalho acabado. Ele é um trabalho que nos pareceu bom, razoável, que poderá amplamente ser melhorado pelo Congresso Nacional, com a participação dos interessados todos. Parece que estou falando mais no nome do Dr. Paulo Camillo do que no meu próprio, mas ele aqui se encontra e tem nos ajudado nisso com as suas críticas; a crítica sempre é uma coisa importante, porque nos ajuda a entender aquilo que nós mesmos estamos fazendo. Muitas vezes nós estamos numa direção, em qualquer setor da vida, alguém nos critica, nós vamos rever a nossa posição e, em alguns momentos, descobrimos que nós não estamos no caminho exatamente adequado e corrigimos. É o que ele procura fazer com as críticas, que até não foram poucas, e com as observações que foram muitas, estas sim, e nos ajudaram. Então é isso que V. Exa. está fazendo.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ministro, eu quero dizer que eu fico muito feliz com a grande contribuição que o senhor, com este novo marco regulatório, deixando essa marca da sua passagem, sua belíssima passagem de trabalho como Ministro de Minas e Energia.

Mas eu queria só aqui para complementar, presidente, ser muito rápida com relação às políticas exatamente, porque eu sei que não é especificamente nenhum conselho, nem um próprio Ministério que poderá fazer isso, mas sugerir ao governo federal. Acredito que o Ministério, claro, deve ter um mapa de todo o potencial de minérios que nós temos no nosso Brasil. O governo está trabalhando muito hoje com a questão da formação de mão de obra através dos institutos técnicos. Por que não o próprio Ministério sugerir ao Ministério da Educação que veja sobre(F) a ótica também da preparação da mão de obra, porque na hora que a educação entra com preparação

da mão de obra, isso faz com que também se respeite mais a dignidade humana daquele que é o minerador. E que novas tecnologias e também novos formas de aproveitamento e de agregar valor surgirão, porque as pessoas estarão dentro de um processo educativo mais preparado para aquela região, para a vocação natural que é da sua própria região. Fica aqui essa sugestão, que eu acho que são... O senhor vai dizer que de repente isso aí é responsabilidade do Ministério da Educação, mas o Ministério da Minas e Energia é que pode situar o próprio Ministério a dizer: "Olha, nessa região nós podemos trabalhar nisso, porque agora, com o novo marco regulatório, nós vamos ter melhor exploração".

Muito obrigada, Ministro. Muito obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado à Senadora Rosalba Ciarlini pelas suas considerações finais. Ministro Edison Lobão, V. Exa. tem alguma consideração a fazer?

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Rapidamente, Presidente, para dizer que todos os governos, todos os governos se interessaram pela instalação e criação das escolas técnicas no Brasil. São algo próximo de duas centenas que foram criadas até 2002. O Governo do Presidente Lula está abrindo cerca de trezentas escolas técnicas. Essas escolas cuidarão especificamente da produção de especialização de brasileiros para determinados segmentos da atividade empresarial e econômica do País. No caso de Minas Gerais, aonde as escolas se encontrarem, do Pará e de outros estados onde houver a manifestação intensa de minérios, seguramente, seguramente essas escolas vão se dedicar a isso. E aqui, presidente, eu me permito abrir um parêntese para dizer que no governo de V. Exa. foram criadas aquelas escolas magníficas, eu era governador e pude receber do governo de V. Exa. inúmeros CIACs, escolas extraordinárias, muito bem feitas, bem desenhadas, que ainda hoje prestam relevantíssimos serviços à educação do nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Ministro Edison Lobão, pelas suas referências.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Na nossa cidade nós tivemos duas. Lembra, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dois CIACs também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, último senador inscrito, para as suas indagações.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Fernando Collor, Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, Dr. Paulo Camillo Penna, Dr. Mauro Henrique Moreira Sousa, Dr. Cláudio Scliar e prezado Ministro Edison Lobão. Quando V. Exa. mencionou que aqui tinha sido o primeiro Presidente desta comissão, eu fui olhar o seu retrato. Sabe, Presidente Fernando Collor, eu reparei que o Senador Edison Lobão está quase igual a como ele era 1989, 1990. Quer dizer que ele vai muito longe [risos]. Eu acho que daqui uns 20 anos ele estará aqui ainda desse jeito. Olha lá, ele continua o mesmo. Que bom que V. Exa. permaneça com tão boa saúde e contribuindo tanto para o Brasil com a seriedade de propósitos que o tem caracterizado, que fizeram com que nós aqui tenhamos, ainda que em partidos diferentes, desenvolvido uma relação de respeito e de construção.

Eu quero, inclusive, agradecer-lhe as ocasiões em que, não apenas aqui no Plenário do Senado, mas desde que V. Exa. se tornou Ministro de Minas e Energia, ali me recebeu e da forma a melhor possível.

Eu gostaria de aproveitar esta sua vinda ao Senado para aprofundar um pouco mais o diálogo que travamos em seu gabinete, inclusive à luz do novo marco regulatório da mineração que V. Exa. aqui apresenta. Eu quero dizer que avalio como positivas as diretrizes aqui expressas e explicadas por V. Exa., sobretudo no sentido de definir com maior clareza prazos que o poder concedente coloca para cada concessionário que venha a explorar as riquezas minerais do Brasil e de uma forma que me parece justo e de bom senso aqui nestas diretrizes o que está colocado.

Nestes itens aqui expostos por V. Exa., inclusive acho que esta questão dos prazos está bem colocada e leva em conta a experiência de outros países, como aqui está, mas aquilo que... E se nós aqui estávamos tendo uma atitude de permissividade, conforme o exemplo que V. Exa. citou no começo, uma pessoa que comprou por uma bagatela um direito e de repente vende por 20 milhões e tal, seria próprio que o poder concedente, a União, conforme está expresso em nossa Constituição, é a proprietária e, portanto, todos os brasileiros são proprietários dos recursos minerais, então é muito importante que a União tenha uma definição muito clara aqui expressa neste marco regulatório. Então acho importante as definições aqui expostas.

Não há aqui um item que defina com muita clareza a questão relativa aos eventuais *royalties* ou a compensação financeira de exploração mineral, a expressa, ainda que em sua exposição comentou que o Brasil tem uma compensação financeira sobre a exploração

mineral relativamente baixa para muitos minérios, um pouco mais alta para o petróleo.

Mas nas ocasiões em que estive lhe visitando, eu expus aquilo que tramita no Congresso Nacional e que de alguma forma se relaciona com a discussão agora do que iremos fazer com os *royalties* do pré-sal. Conforme lhe expus, o Senado Federal aprovou não apenas a lei que institui a Renda Básica de Cidadania, que será instituída por etapas a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como faz o Bolsa-Família, até que um dia, em breve, quando seremos duzentos milhões de brasileiros, talvez todos venham a ter a Renda Básica como um direito universal e incondicional, isso já é aprovado, está na lei sancionada pelo presidente, mas então há um outro projeto que apresentei em 1999, no Senado, aqui aprovado consensualmente, foi para a Câmara dos Deputados, aprovado lá na Comissão de Seguridade Social e Família, está na Comissão de Finanças e Tributação, onde desde agosto de 2007 o Deputado Ciro Gomes é o relator designado. Conforme expliquei a V. Exa. em seu gabinete, o Deputado Ciro Gomes aguarda o sinal do governo, porque já foi dado um primeiro Parecer contrário pelo Ministério da Fazenda, mas ele diz que aguarda um novo Parecer favorável, que ele gostaria de dar o Parecer favorável, como aqui o Senado já aprovou, mas por essa razão é que quem sabe agora, depois desta reflexão toda, inclusive do que iremos fazer e como será importante beneficiar a todos os brasileiros com os *royalties*, claro que levando em consideração o que diz o § 1º do art. 20 da Constituição, que naqueles municípios e estados onde há exploração, o transporte, a utilização, é precisa uma certa compensação, mas é a União, é o povo brasileiro que detém esse recurso, então é de bom senso que todos sejamos beneficiados. Os propósitos que o Presidente Lula colocou de erradicar a pobreza, prover a boa educação para todos, investir em ciência e tecnologia, na cultura e na preservação do meio ambiente e também na área da saúde acrescidas, são propósitos importantes, mas no que diz respeito à erradicação da pobreza absoluta, algo consistente com esta finalidade, além da boa oportunidade de educação para todos, está a Renda Básica de Cidadania.

Ora, vou recordar o que diz o projeto aprovado aqui: "É autorizado o Poder Executivo a instituir o Fundo Brasil de Cidadania, destinado a financiar a Renda Básica de Cidadania de que trata a lei já aprovada pelo Congresso, sancionada pelo presidente". Mas é acrescido que constituem recursos desses fundos 10% da participação acionária da União nas empresas de que tenha parte, 50% dos recursos advindos do Programa Nacional de Desestatização – que quando eu apresentei era muito relevante e agora relativamente pouco -, 50% dos recursos oriundos de concessões de serviços públicos e obras públicas, bem como permissão e autorização para a prestação de serviço público, 50% dos recursos oriundos da autorização ou concessão das atividades previstas no § 1º do art. 176 da Constituição, assim como também da contratação com empresas estatais ou privadas para a realização das atividades previstas nos incisos I a IV do art. 177 da Constituição, que justamente referem-se às explorações de recursos naturais nos arts. 176 e 177, e ainda 50% dos aluguéis dos imóveis pertencentes à União, outros bens, outros rendimentos, doações, etc., seria constituído o conselho deste Fundo, que seria administrado da maneira a mais transparente possível e para beneficiar toda a população, todos.

Pois bem. Quando eu formulei este projeto, eu levei em conta, conforme lhe expliquei, a proposta de Thomas Penen(F), em 1795, e a experiência, hoje já entrando no 28º ano, do Fundo Permanente do Alasca, que inicialmente era 50%, eu aqui coloquei, mas na verdade ali está escrito que pelo menos 25%, uma proporção bem mais alta do que os 10% que V. Exa. mencionou ou os 3%, dos *royalties* decorrentes à exploração de todos os recursos naturais são destinados ao Fundo Permanente do Alasca, que foi investindo esses recursos em aplicações financeiras, *U.S. Bonds*, ações de empresas do Alasca, dos Estados Unidos, internacionais. As trinta maiores empresas brasileiras, as mais rentáveis, todas têm lá ações, a PETROBRAS, Vale do Rio Doce, Itaú, Bradesco e outras, portanto, nós contribuímos para que isto lá ocorra, e empreendimentos imobiliários. Só se utiliza para pagar os dividendos os resultados dos rendimentos, que o Fundo vai sempre crescendo e ainda eles são obrigados a reinvestir tudo que por ventura se perde de eventual inflação que ocorra. Será que é um bom exemplo? Quando foi proposto para a população, 76 mil disseram sim e 38 mil não. Dois para um, venceu, em 1976, quando o Governador do Alasca propôs.

Hoje o Professor Scott Goldsmith, numa análise dos efeitos até agora, em artigo publicado, é um professor da Universidade do Alasca, disse que hoje constitui suicídio político para qualquer liderança, republicana ou democrata, propor o fim desse sistema. E por 27 anos, conforme já lhe expliquei, eles foram pagando a todos os seus residentes, há um ano a mais, desde US$ 300 até hoje... Bom, em 1998 foi US$ 2.069 por pessoa, numa família de cinco pessoas, mais de US$ 10.000 e tanto para a família, como um direito de participar da riqueza da Nação. Qual foi o efeito para o Alasca, Presidente Fernando Collor? Tornou-se o mais igualitário dos cinquenta estados norte-americanos. Não

há dúvida que, com respeito ao objetivo de equidade, foi muito positivo.

Pois bem. Se os valores aqui expostos na lei forem demasiadamente altos, eu proporia ao Deputado Ciro Gomes, em diálogo com o Ministério de Minas e Energia e com o Ministério da Fazenda, de propor proporções condizentes. Ou se alguns dos itens não são adequados, tudo bem. Eu queria apenas dizer, querido Ministro Edison Lobão, eu continuo a lhe sugerir que possa o Ministério de Minas e Energia verificar, à luz inclusive da discussão toda que está aqui, se os recursos do pré-sal entram ou não aqui, é uma definição a fazer, mas isto serve para toda a exploração de recursos naturais e, também, de exploração, digamos, de energia elétrica e tudo, que é também da sua pasta. Que possa V. Exa. então interagir com o Ministério da Fazenda. Inclusive, o Secretário de Política Econômica Nelson Barbosa, que está acompanhando isto de perto, me disse pessoalmente que quer chegar a um Parecer favorável, mas eu acho que ele precisa interagir então com o seu Ministério. E se possível até antes da sua saída [risos], antes da sua volta. Mas mesmo aqui presente o nosso colega, que continue a colaborar comigo nesse propósito.

É isso que eu gostaria de transmitir a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Edison Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Sr. Presidente, Sr. Senador Eduardo Suplicy. V. Exa. inicia questionando o problema dos prazos. Eu pediria o que Dr. Mauro Henrique respondesse, com a permissão do Presidente Collor, a essa questão.

Mas sobre as seguintes... CEFEM, que diz respeito aos *royalties*, CEFEM é o *royalty*. Nós estamos, Senador Suplicy, tratando desta matéria através de uma legislação aparte, porque neste momento ainda discutimos com o Ministério da Fazenda o que fazer. Nós não podemos tratar desse tema sem a presença efetiva da Fazenda, do Tesouro e assim por diante. Por isso discutimos lá com serenidade este problema. Temos preocupação, sim, com a CEFEM, essa contribuição que pode ser traduzido por *royalty*. Estamos fazendo isso.

Em verdade V. Exa. esteve comigo algumas vezes no Ministério, sempre tratando de questões do interesse público, que é da natureza de V. Exa. A Renda Básica de Cidadania é um tema que tem povoado a inteligência de V. Exa. – e é bom que seja assim – para que essa questão, de fundamental importância para a sociedade brasileira, alcance uma conclusão objetiva e positiva. V. Exa. apresenta o exemplo dos Estados Unidos. Ela precisa ser equacionada definitivamente em nosso País e eu creio que os estudos desenvolvidos por V. Exa. são aquilo que se poderia fazer de melhor nessa direção. Eu só posso ter palavra de cumprimentos a V. Exa. pela obstinação com que trata desta matéria essencial para o bem-estar da sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Ministro Edison Lobão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Dr. Mauro Henrique Moreira Sousa, para responder à outra indagação feita por V. Exa., Senador Eduardo Suplicy.

SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA: Obrigado, Presidente. Senador, a questão dos prazos já foi mencionada aqui desde o primeiro momento, até pelo próprio representante do IBRAM, asseverando que não há previsão constitucional com relação à imposição de prazo nos contratos que se propõe sejam admitidos na proposta desse novo marco regulatório. Rigorosamente a gente tem estado preso a determinadas figuras jurídicas e a nossa tradição administrativa e constitucional remete sempre ao princípio de que tudo deve estar escrito na lei ou na Constituição para que seja possível fazer.

No caso específico de prazo para a pesquisa, o art. 176, ele já prevê a obrigatoriedade que haja prazo determinado para a pesquisa. No entanto, ele silencia em relação ao prazo de exploração da atividade da produção propriamente dita.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Da lavra.

SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA: Isso não quer dizer que a lavra não possa ser definida e ter um prazo determinado. Basta vermos também que o próprio art. 176, quando ele se reporta tanto à exploração de recursos hídricos quanto à exploração de recursos naturais, ele fala que essas atividades devem ser exercidas no interesse nacional. Isso aí comporta um conceito aberto, indeterminado, e que a conformação da realidade prática e da própria legislação é que vão dar a densidade normativa para esses comandos constitucionais.

Então nós estamos hoje num pós-modernismo, num pós-constitucionalismo que admite que a prática do dia a dia, tanto na feitura da legislação infraconstitucional, quanto a prática administrativa, ela leva em conta determinados princípios, e aqui o senhor teve a oportunidade de verificar na apresentação anterior o Ministro se reportando aos princípios que norteiam a proposta de marco regulatório.

Então nós temos ali uma menção clara, expressa à dignidade da pessoa humana. Então os direitos

fundamentais não se esgotam naquilo que está no art. 5º da Constituição. Então quando se trabalha com prazo, e aí nós temos o exemplo claro do Canadá, o Canadá tem uma atratividade para a área de mineração, não só pelas suas próprias riquezas, mas pelo seu regramento, que recentemente o Dr. Miguel Nery fez a menção, a participação dele no maior evento da área de mineração do mundo, e há uma atratividade significativa de interessados em atuar naquele País a despeito de ter vinte ou vinte e um anos, conforme a província em que aquela exploração pode se dar.

Então o prazo, ele é necessário por quê? Também quando se fala no interesse nacional, eu trago só um exemplo. Recentemente uma lei do seu estado, que está sendo inquinada de inconstitucional, ela traz uma proibição do trânsito da comercialização de amianto crisotila. Então imaginem quantos empreendedores do setor de mineração têm lavra, têm concessões de lavra de amianto crisotila. Vários países tidos como desenvolvidos já baniram o amianto crisotila em razão de danos à saúde e outros tipos de danos que ele pode causar. No entanto, no Brasil, ainda é permitido.

Então, veja que ao longo do tempo, e o Brasil ainda na década de 90 firmou um instrumento de caráter internacional perante a Organização Internacional do Trabalho, em que ele tem determinados compromissos com a saúde do trabalhador. Isso passa a ser objeto de discussão no Supremo atualmente, sobre a permanência do amianto crisotila como um bem mineral a ser explorado ainda nas nossas áreas, de modo que em algum momento pode ser que consulte melhor os interesses nacionais e aos interesses da população e atenda a esses comandos constitucionais, que dizem respeito à dignidade da pessoa humana e à saúde do trabalhador, que o amianto não seja mais interessante ser explorado. Então você tem uma nova política para a exploração desse bem mineral, como pode ocorrer em um outro. Daí que a permanência sem prazo, *ad eternum*, de determinados títulos de lavra, ele não é o mais interessante para que se regre a exploração dessa atividade minerária.

Portanto, entendemos e discutimos bastante que os prazos, eles devem ser realmente colocados na lei e particularmente nos contratos que vão delinear melhor como a atividade vai ser desenvolvida.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Me permita apenas, Sr. Presidente, eu estou--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --de acordo, acho que, conforme eu observei, acho que são importantes as diretrizes estabelecidas, inclusive os prazos. Acho interessante essa informação e, quem sabe, se possa... Se só no Estado de São Paulo se definiu algo com respeito a uma questão importante de saúde pública, quem sabe isso possa ser colocado para todo o território brasileiro na forma adequada. Eu não sei agora, não vou pedir os detalhes.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de dar uma informação a V. Exa., ao Ministro Edison Lobão. Acho que eu já mencionei aqui, não para o Ministro Edison Lobão, mas é importante que os partidos que ambos representam, o PTB e o PMDB, tenham conhecimento que por ocasião do 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, por consenso, na hora de se estabelecer as diretrizes do governo da candidata à presidência, Ministra Dilma Rousseff, que foi de Minas e Energia também, que esteja explicitado, e foi aprovado por consenso dos 1.350 delegados, que durante o seu governo haja a transição do Programa Bolsa-Família para a Renda Básica de Cidadania. Então, quem sabe, os partidos que a apoiam possam também considerar que este ponto está sugerido pelo PT, mas que, obviamente, quero ouvir e os demais partidos, e se avaliarem que é algo sério, como V. Exa. aqui há pouco expressou, eu vou ficar feliz. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Senador Eduardo Suplicy, meus cumprimentos por ter sido aprovada essa sua sugestão no último Congresso do Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra para as suas considerações finais o Ministro de Minas e Energia, Senador Edison Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu agradeço a V. Exa. e agradeço a todos os senadores desta comissão, uma das mais importantes do Congresso Nacional, por ter concedido a mim a oportunidade de, antes de deixar o Ministério, em razão de uma legislação, a meu ver, hipócrita, que permite a uns o que proíbe em outros, eu devo voltar ao Senado para o período da desincompatibilização, já que sou candidato à minha reeleição.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas é um critério mais céu(F) que o Senado?

[risos]

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Volto, todavia, com a alegria de saber que estarei retornando ao convívio dos meus colegas, dos meus companheiros, aos quais tanto estimo e admiro.

Sr. Presidente, o Congresso Nacional brasileiro tem um papel transcendental, que é, se não tivesse outros, o de manter o regime democrático funcionando, o regime das liberdades no qual todo povo brasileiro aprendeu a viver. Nós não saberíamos viver de outro modo, senão no império das liberdades. Se consultarmos o dicionário, vamos ver que as liberdades são

plurais: liberdade de ir e vir ir, liberdade de expressão, liberdade de pensamento; para mim, a liberdade é singular, é autodeterminação. Ela concentra, ela circunscreve todo o princípio que, para mim, é basilar, sobretudo no exercício da vida pública e da cidadania.

Eu voltarei feliz por ter feito um esforço grande. Trabalhei intensamente nas minhas atividades que exerci de Ministro de Minas e Energia, que não é deste governo, não é de um presidente, é da Nação brasileira. O Ministério compõe, portanto, o quadro diretivo deste País imenso que todos nós amamos. Volto ao Senado, Sr. Presidente, na próxima semana, seguro de ter feito este esforço. Esforço em meu nome, em nome do Presidente da República, que me confiou o exercício deste Ministério, mas em nome também do Congresso Nacional, ao qual pertenço, para a minha honra e para a minha alegria. Fui deputado em dois mandatos e exerço o terceiro mandato de Senador da República, tendo sido neste meio tempo Governador do Estado, ao tempo em que V. Exa. foi Presidente da República. Estou, portanto, já como sendo um político caminhado(F) no tempo, na experiência do tempo e na experiência de vida.

Deixo, portanto, esta Comissão, no cumprimento do convite que recebi de V. Exa., dizendo que agradeço e estou contente por esta oportunidade, assim como tive oportunidade semelhante na Câmara, de me manifestar sobre se marco regulatório concebido pelo Ministério que hoje dirijo, com a contribuição muito mais dos técnicos e dos meus assessores do que contribuições minhas, pessoais. Contribuições do setor privado, dos governos estaduais e de pessoas que espontaneamente se manifestaram, do que contribuição pessoal minha.

Dizendo isto, Sr. Presidente, eu concluo para considerar que esta Comissão, com a presença experiência que tenho dela, até por ter sido, como disse, aquele que a presidiu pela primeira vez, está sendo bem conduzida por V. Exa. e por todos os senadores que a integram. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Exa., Senador Edison Lobão, Ministro de Minas e Energia, pelas suas palavras. Quero dizer a V. Exa., em nome de cada um dos integrantes desta comissão, que é um orgulho e uma satisfação, eu poderia até dizer do próprio Senado da República, em ter um companheiro nosso como Ministro titular da pasta de Minas e Energia. V. Exa. no exercício desta sua função honrou as melhores tradições do Senado da República e, também, as melhores tradições do bom político que trabalha pelo bem comum. Todos nós nos sentimos representados por V. Exa. quando no exercício das suas funções. E se por um lado ficamos, de alguma forma, pesarosos pela sua saída, pelo País perder alguém que, com tanta competência, tem se havido no exercício desta função, por outro lado estamos felizes por poder tê-lo novamente ao nosso convívio, e não somente no convívio no Plenário do Senado, mas no convívio também desta Comissão de Infraestrutura.

Hoje o tema da nossa Audiência Pública foi exatamente para tratar do marco regulatório da exploração dos recursos minerais, uma iniciativa do Governo do Presidente Lula, por intermédio do Ministério das Minas e Energia, que V. Exa. capitaneia. Isso demonstra muito bem a sensibilidade de V. Exa., de todo o corpo técnico do Ministério e, também, sem dúvida, de quem assim idealizou, do Presidente da República, de ter percebido que esse modelo que hoje está gerindo os recursos minerais, a exploração dos recursos minerais no nosso País, está defasado, está ultrapassado. É preciso que nós criemos uma nova metodologia, um novo mecanismo, um mecanismo ágil, atual, contemporâneo, como é este marco regulatório. E este marco regulatório vem num momento em que tantos os concessionários estão insatisfeitos com a atual situação, os estados e municípios insatisfeitos com a atual situação e também a União. De modo que quando estiver pronto esse projeto, o anteprojeto de lei e, depois, o projeto, e estiver aqui em debate, eu tenho certeza que todos esses segmentos estarão juntos, unidos, buscando uma melhor solução que atenda a todos esses interesses, porque atendendo a esses interesses estaremos atendendo ao espírito da Nação brasileira.

Agradeço a presença daqueles que hoje compareceram a essa nossa Audiência Pública: ao Dr. Paulo Camillo, do IBRAM, muito obrigado a V. Sa. pela sua presença, o Dr. Miguel Antonio Nery, do DNPM, muito obrigado pela presença de V. Sa., o Dr. Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, e do Dr. Mauro Henrique Moreira Sousa, Consultor Jurídico do Ministério de Minas e Energia. Agradecer a participação ativa de todos os senadores e senadoras que estiveram presentes.

Antes de encerrarmos a presente reunião, convoco os senhores membros para a nossa 11ª Reunião, dia 29 de março de 2010, próxima segunda-feira, às dezoito horas, quando realizaremos, integrando a agenda Desafios 2009/2015, o Painel nº 5, com o tema: "Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos para a exploração, refino e distribuição dos produtos existentes nas reservadas petrolíferas do pré-sal", com os seguintes convidados: Dr. José Lima de Andrade Neto, Presidente da BR Distribuidora; Dr. Nelson Narciso Filho,

Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a ANP; Dr. Marcelo Taulois, Diretor Presidente da Aker Solutions do Brasil; e do Dr. Luiz Fernando Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (SINICON).

Ao Ministro Edison Lobão também os nossos melhores votos de sucesso na sua nova disputa eleitoral, que se avizinha neste ano de 2010. Temos certeza que V. Exa. será reconduzido pela maioria expressiva do povo maranhense, mais uma vez, a representá-lo no Senado da República, função essa, posto esse, cargo esse que V. Exa. já por três oportunidades vem representando-o. A V. Exa., portanto, os votos desta Comissão de sucesso, êxito e de boas vindas agora no dia 1º ao nosso convívio.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 12h49.

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE MARÇO DE 2010, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas do dia vinte e nove de março de dois mil e dez, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença do Senhor Senador **INÁCIO ARRUDA.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e, anunciando o motivo da mesma, informa que a Audiência Pública, integrando a **Agenda 2009-2015 "Desafios Estratégicos Setoriais",** atende ao Requerimento nº 01, de 2010-CI, de autoria do Senador **Fernando Collor,** para debater sobre o Desafio: Recursos Humanos para Inovação e Competitividade. Apresentando hoje o Painel 5 – "Desafios, Necessidades e Perspectivas na Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Exploração, Refino e Distribuição dos Produtos Existentes nas Reservas Petrolíferas do Pré-Sal", com a presença dos seguintes convidados**: Dr. José Lima de Andrade Neto** – Presidente da BR DISTRIBUIDORA**; Dr. Nelson Narciso Filho** – Diretor Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; **Dr. Marcelo Taulois** – Diretor-Presidente da Aker Solutions do Brasil; e **Dr. Luiz Fernando Santos Reis** – Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Às 19:42 h assume a presidência dos trabalhos o Senador **Inácio Arruda.** Às 20:14 h retorna a Presidência o Senador **Fernando Collor.** Após as apresentações dos convidados, usou da palavra o Senhor Senador **INÁCIO ARRUDA**. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações finais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às vinte horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

No último dia 22, segunda-feira, a Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou o 4º Painel do novo ciclo de debates da Agenda 2009/2015, "Desafios Estratégicos Setoriais". O tema apresentado foi "Desafios, necessidades e perspectivas da formação e capacitação de recursos humanos em energia – petróleo e etanol". Participaram como palestrantes os Srs. Rafael Lucchesi, Diretor de Operações da CNI e Coordenador da Mobilização Empresarial para Inovação; o Dr. Marco Aurélio Pinheiro Lima, Diretor do Laboratório Nacional do Bioetanol; o Dr. Diego Hernandes, Gerente Executivo de Recursos Humanos da PETROBRAS; e o Dr. Raimar Bylaardt, Gerente de Tecnologia do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, IBP.

De acordo com os especialistas, o Brasil vai precisar de grandes investimentos nos próximos anos, para atender à demanda por mão de obra especializada nos setores produtivos do petróleo e do etanol. O diretor de operações da Confederação Nacional da Indústria, CNI, e Coordenador da Mobilização Empresarial para Inovação, Dr. Rafael Lucchesi, afirmou que investimentos em inovação tecnológica estão estritamente ligados ao aumento da competitividade das empresas, bem como da produtividade e da geração de renda real.

Para ele, o Brasil precisa de um choque de cultura, pois ainda está muito atrás dos países desenvolvidos, na implantação de instrumentos de inovação tecnológica, produtividade e desenvolvimento.

A esse respeito, recolhi, hoje, uma matéria publicada num desses sites de variedades, que diz: "Empresas de tecnologia da informação não conseguem preencher vagas".

"São 100 mil vagas só este ano, o setor de tecnologia da informação procura, mas está difícil encontrar profissionais qualificados no mercado de trabalho. É uma falta de profissionais com formação em tecnologia

e com o idioma inglês" – apontou o chefe de relações humanas Carlos Marcelo Doi, de uma dessas empresas dedicadas a essa área. É uma empresa multinacional e que pretende dobrar o número de funcionários.

Mais 450 vagas este ano é o que eles estão prevendo, somente nessa empresa, mas ele sabe que não seria fácil. As mesas vazias não escondem que falta gente, são 98 vagas abertas. Só para uma área de programas de segurança para bancos, eles estão procurando quatro profissionais desde novembro, somente quatro profissionais, e não estão encontrando. A saída tem sido fazer parcerias com escolas, onde profissionais viram professores. Como a tecnologia muda toda hora, eles estão sempre aprendendo.

Em uma empresa que faz páginas para a Internet o programador Charles Augusto Ferreira escreve em uma linguagem que poucos conhecem. Ele estudou sozinho, depois que trocou a faculdade de física pela computação. Segundo ele, segundo esse programador, Sr. Charles Augusto Ferreira: "Só a faculdade não dá base suficiente, tem bastante material na internet, tem livros, tem que correr atrás e sempre se atualizar" – comentou ele.

Os jovens são maioria nessa área, são 100 mil vagas no país, e o número pode chegar a 200 mil até 2013, mesmo com as dificuldades para encontrar essa mão de obra.

"Deveria haver uma política do governo no sentido de incentivar e educar jovens na tecnologia. É consenso que o Brasil não cresce mais por falta da mão de obra, mesmo. Recebemos muitos currículos, mas o difícil é achar a pessoa com o perfil que você precisa" – comenta um chefe de relações humanas de uma dessas empresas.

O talento tão procurado pode estar do outro lado do balcão de uma padaria, é onde Maurício Fernandes trabalhava. Esse Sr. Maurício Fernando trabalhava numa padaria, até perceber que poderia ganhar mais aprendendo a usar os computadores. E ele assim fez.

"É uma área que, além do retorno profissional, você tem retorno de ver o trabalho reconhecido, valeu a pena", segundo este senhor que trocou a atividade de vendedor numa padaria pela atividade de tecnólogo em informação.

"Mesmo assim, continuando, então, sobre nossa Audiência do último dia 22, mesmo assim – disse o representante da CNI – o Brasil é o país da América Latina que mais investe em pesquisa e desenvolvimento; 1% do Produto Interno Bruto Brasileiro é investido anualmente nessa área ligada a atividades de longo prazo, relacionadas à ciência, à tecnologia e à capacitação." Ele observou ainda que tanto o setor público quanto o setor privado precisam ter mais a chamada cultura da inovação ou cultura de inovação.

O Dr. Lucchesi afirmou também que os instrumentos de políticas públicas para inovação tecnológica precisam ser mais disseminados no país e registrou que as pequenas empresas brasileiras têm dificuldades em atender as garantias das linhas de financiamentos para investir nessa área. Afirmou ainda que o apoio público é insuficiente e que um dos grandes problemas brasileiros é a formação, escolaridade, pois apenas 10% dos brasileiros, entre 25 e 34 anos de idade, têm curso superior. Para ele, o governo precisa assegurar instrumentos de apoio à inovação nas empresas.

Aqui eu faço uma observação, que notei nas apresentações desta última Audiência Pública, no dia 22, no que se refere à ausência da participação do mundo acadêmico nesses pontos que foram levantados como gargalos pelos palestrantes que aqui estiveram. Isso porque nosso objetivo, nesse ciclo de debates, é exatamente concatenar as diversas ações entre o mundo acadêmico, o Poder Público e a iniciativa privada, no sentido de que, em um trabalho coordenado, eles possam encontrar instrumentos mais eficientes de prover a mão de obra especializada para as demandas do mercado. Assim, sentimos falta de referência ao setor acadêmico.

Já o diretor do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol, CTBE, Dr. Marco Aurélio Pinheiro Lima, explicou que o objetivo da entidade é ajudar o Brasil a ser um gigante na exportação de etanol para todo o mundo. Ele afirmou que a país tem potencial para chegar em 2025 produzindo 250 bilhões de litros anuais de etanol; atualmente, é de quase 30 bilhões de litros.

Para que isso aconteça, o Brasil terá de construir, segundo ele, mil novas destilarias até lá, gerando mais de nove milhões de empregos e, consequentemente, aumentando o PIB em cerca de 13%.

Indagado sobre a possível localização dessas mil novas destilarias, em função da preocupação de todos nós com a sustentabilidade ambiental, o Dr. Marco Aurélio disse que, hoje, para produzir esses 30 bilhões de litros de etanol por ano, o Brasil utiliza apenas 3% das áreas agricultu ráveis do país e que, para produzir 250 bilhões de litros de etanol, seria necessária a utilização de cerca de 20 a 25 milhões de hectares contra os atuais cinco milhões utilizados.

Além disso, afirmou que o Brasil possui, atualmente, 50 milhões de hectares de áreas degradadas, que poderiam ser utilizadas para essa finalidade, entendendo aí como degradadas, sobretudo, áreas que antes serviam de pastagem e que, hoje estão abandonadas pelo declínio da atividade pecuária.

Em alguns casos, especialmente no Centro-Oeste, vale observar que essas áreas já estão sendo reutilizadas com esse objetivo, ou seja, a produção de etanol.

Ele disse, ainda, para efeito de comparação, que 250 bilhões de litros é o que a Arábia Saudita produz hoje de gasolina e que o Brasil, em 2025, poderá produzir 250 bilhões de litros de etanol, caso sejam tomadas essas providências. Nesse caso, deve-se levar em conta também a criação, que isso vai gerar nove milhões de empregos, além do aumento do PIB em cerca de 13%.

O representante do CTBE registrou que o país precisa de investimentos maciços em tecnologia e formação de mão de obra qualificada nos níveis básico, médio, superior e técnico.

Afirmou também que vai ser quase impossível o Brasil escapar da mecanização do plantio e da colheita da cana de açúcar, o que pode vir a gerar problemas de desemprego. Disse, ainda, que o setor sucroalcooleiro apresenta déficit de mão de obra especializada, em função das mais diversas, como, por exemplo, de operadores de colheitadeiras, tratoristas, mecânicos, soldadores, eletricistas, etc.

Para ele, é necessária a definição uma estratégia para articular o setor produtivo e o setor público, no sentido de aumentar a oferta de capacitação na qualidade e quantidade requeridas.

Assim como já observei, aqui, como já observei, não é citado novamente o setor acadêmico, por isso venho sempre solicitando aos senhores palestrantes que incluam o mundo acadêmico como ingrediente fundamental para que essa equação, conforme eu disse, tenha o valor do seu "x" devidamente conhecido.

O gerente executivo de recursos humanos da PETROBRAS, Dr. Diego Hernandes, apresentou alguns dos planos da empresa para o período 2009-2013, que prevê investimentos de mais de 70 bilhões de reais. Um belo trabalho da PETROBRAS! Ele disse que a empresa vem investindo em novas contratações, nos últimos anos, e a afirmou que o Brasil precisa enfrentar carências específicas, como o baixo número de profissionais que são formados anualmente em áreas como Geofísica e Engenharia Naval, bem como oficiais marinheiros.

Apenas como um parêntese, eu quero observar que aqui há um projeto ou uma demanda do MEC, não sei exatamente qual dos dois, no sentido de unificar a profissão de geólogos e geofísicos numa única carreira profissional, ou seja, com a mesma forma ação acadêmica.

Eu tenho recebido manifestações de integrantes dessas categorias, dizendo que, além do prefixo "geo", não há muitas vinculações entre as duas especializações, assim, já solicitamos informações ao MEC, Ministério da Educação, para fornecer subsídios que nos permitissem dar sustentação ou contra-argumentação ao que aqui nos foi trazido pelas categorias citadas.

O Dr. Hernandes falou também sobre as atividades da empresa de formação e capacitação de seus funcionários, como a Universidade PETROBRAS, que é uma instituição de ensino corporativa, que forma seus próprios engenheiros especializados em petróleo e oferece educação continuada a quase todos os funcionários.

O gerente de tecnologia do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Combustível, IBP, Dr. Raimar Bylaardt, informou que um programa especial de recursos humanos da Agência Nacional do Petróleo, ANP, foi iniciado em 1999 e já tem parcerias com 23 universidades brasileiras, em treze estados, com mais de cinco mil bolsas de estudos disponibilizadas e investimentos da ordem de 184 milhões de reais.

Disse também que o IBP incentiva, com bolsas, dissertações de mestrado sobre temas de interesse do setor do petróleo. O representante do IPB elogiou a qualidade e eficácia do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, PROMINP, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia.

O objetivo do programa é aumentar a participação da indústria nacional de bens e serviços na implantação de projetos de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior.

Segundo o Dr. Raimar, o PROMINP já criou mais de 70 cursos de Pós-Graduação *latu sensu,* em 12 estados brasileiros. Ele também afirmou que falta ao Brasil mais infraestrutura nas instituições de ensino, como laboratórios, equipamentos, bibliotecas, além de professores mais bem qualificados e atividades práticas para estudantes.

Indagados, os palestrantes concordaram que talvez esteja faltando ao mundo acadêmico uma visão mais moderna e realista das matrizes educacionais, principalmente nas áreas tecnológicas e de ciências, frente às demandas do mercado e às necessidades do país.

Trata-se do excesso de academicismo abordado nas reuniões anteriores que aqui realizamos. Isso fica demonstrado quando se observam os desequilíbrios, tanto regionais como estruturais, existentes na oferta e duração dos cursos, na qualidade do ensino e até mesmo nas exigências para o exercício do magistério.

Também na última quinta-feira, dia 25, nós aqui realizamos, nesta Comissão, Audiência Pública com a presença do Ministro das Minas e Energia, Senador Edison Lobão, para debater o marco regulatório da

exploração dos recursos minerais, com a presença também do Sr. Miguel Antônio Cedraz Nery, diretor-presidente do Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM; do Dr. Paulo Camilo Vargas Penna, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, IBRAM; Dr. Cláudio Scliar, secretário de geologia, mineração e transformação mineral; e Dr. Mauro Henrique Moreira Souza, consultor jurídico do Ministério de Minas e Energia.

De acordo com o Ministro de Minas e Energia, Senador Edison Lobão, das 160 mil áreas de minerações atualmente autorizadas, apenas oito mil produzem regularmente, o que indica a necessidade de pôr em ordem um setor hoje desorganizado, segundo palavras do ministro.

O atual Código de Mineração, Decreto-Lei 227 de 1967, segundo o Ministro Lobão, é leniente com os interesses públicos. Entre as novidades do anteprojeto em análise no Palácio do Planalto, o Ministro Lobão citou a criação do Conselho Nacional de Política Mineral, órgão de assessoramento do Presidente da República, e a criação de uma Agência reguladora para o setor, em substituição ao atual Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM.

O diretor-presidente desse Departamento, Dr. Miguel Antônio Cedraz Nery, disse que o atual Código traduz-se num conjunto de dispositivos rígidos, burocráticos e detalhistas, que não condiz com a ideia de legislação moderna, necessária para um segmento que é extremamente expressivo no Brasil.

Destaca, ainda, que uma das principais mudanças na legislação é a substituição dos chamados títulos minerários, emitidos para a exploração de lavra por contratos de concessão, com vigência de 35 anos, podendo ser prorrogados.

Para o presidente do DNPM, essa mudança, para o diretor-geral, melhor dizendo, ou diretor-presidente, enfim, essa mudança permitirá maior aproveitamento das jazidas nacionais, contribuindo também para aumentar o nível de concorrência entre as empresas, estimulando, dessa forma, o nível de competitividade no mercado.

Esse modelo estimulará o setor e permitirá ao governo investir na cadeia produtiva, a ponto de a matéria mineral não poder ser exportada sem a necessária agregação de valor, segundo explicou o Dr. Miguel Antônio.

Já o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, IBRAM, Dr. Paulo Camilo Penna, defendeu um amplo debate sobre a proposta do novo Código de Mineração, para, segundo ele, reduzir a insegurança jurídica, o grau de instabilidade no setor e, ainda, preocupações ambientais.

O Dr. Paulo Camilo defendeu a inclusão de dispositivos que garantam participação do setor produtivo e equilíbrio entre os setores público e privado.

A propósito dessa sugestão que nos foi trazida pelo Dr. Paulo Camilo Penna, quero informar aos Srs. e Sras. Senadoras que está marcada para o próximo dia 12 de abril, segunda-feira, às 18 horas, uma Audiência Pública, que terá como objetivo exatamente debater esse tema da área mineral. O título desse nosso encontro, do tema que será tratado nesse encontro, é "Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos para a prospecção e exploração mineral".

Será realizado, como falei, no dia 12 de abril próximo, segunda-feira, às 18 horas, na sede desta comissão, tendo como convidados o Dr. Carlos Tadeu da Costa, gerente executivo do CENPES, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da PETROBRAS; o Dr. Miguel Antônio Cedraz Nery, novamente, é diretor-geral do Departamento Nacional, do DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral; o Dr. Cláudio Scliar, secretário de Geologia, mineração e de transformação mineral, do Ministério das Minas e Energia; o Dr. Agamenon Dantas, diretor-presidente do Serviço Geológico do Brasil, CPRM; o Dr. Luiz Antonio Ugeda Sanches, diretor executivo do IGD, Instituto Geodireito; além do Dr. Paulo Camilo Penna.

Tem, também, como outra informação, colhida num desses sites de entretenimento, uma nota interessante, que mostra que o emprego na construção civil subiu, em janeiro, e atingiu um nível recorde. A construção civil, segundo a nota, atingiu o nível recorde de emprego em janeiro, com a contratação de 62.755 trabalhadores formais.

Houve aumento de 2,55% no mês, na comparação com dezembro, totalizando 2.519.000 profissionais. Indicou, nesta segunda-feira, pesquisa do SINDUSCON-SP, Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo e da FGV, Fundação Getúlio Vargas.

Segundo levantamento, o setor recuperou-se plenamente da perda de 53.525 trabalhadores, ocorrida em dezembro, mês em que tradicionalmente o emprego na construção declina. Nos últimos 12 meses, o nível aumentou 11,57%, o que corresponde a mais 261.332 trabalhadores empregados com carteira assinada. "Trata-se de número impressionante, que redobra a necessidade de redobra a necessidade de incrementar a formação de mão de obra qualificada, para trabalhar no setor" – diz o presidente do SINDUSCON-SP, Sérgio Watanabe, o que demonstra que a iniciativa da Comissão de Serviço de Infraestrutura do Senado Federal, de promover o debate quanto à formação e à qualificação da mão de obra para fazer

face à demanda crescente que o Brasil hoje tem, está perfeitamente atualizada e é contemporânea do momento em que estamos vivendo.

Na capital paulista, a variação ficou em 1,91%, e aqui vem outra boa-nova. Por região do país, a maior elevação no primeiro mês do ano ocorreu no Nordeste, com alta de 3,29%. Na sequência, aparecem: o Sul, que cresceu 2,91%; Sudeste, 2,37%; Centro-Oeste, 2,17%; e Norte, 1,44%.

Digo uma boa-nova, porque o Nordeste vem dando demonstrações de vitalidade econômica, nesse momento de recuperação do abalo que o mundo sofreu em 2008/2009.

Antes de iniciarmos nosso painel de hoje, eu gostaria de comunicar a todos os interessados e, naturalmente, os membros integrantes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura que os projetos de lei enviados pelo Executivo e para a Câmara dos Deputados, tratando do marco regulatório do Pré-Sal, já chegaram ao Senado, e, apenas como lembrete, eu gostaria de lhes dizer que o primeiro que chegou ao Senado, desses projetos de lei, foi o PLC 309/2009, que trata da criação da Petrosal.

Esse projeto teve sua leitura em Plenário realizada no dia 04 de março deste ano, 2010; teve a apresentação de emendas encerrada no dia 11 de março, foram apresentadas nove emendas. O parecer por parte das comissões para as quais foram distribuídos esses projetos, de modo geral, e esse PLC 309 foi distribuído para a CCJ, Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Infraestrutura. Então, a emissão de parecer pelas comissões termina no dia 29 de março, portanto, ontem, hoje, hoje, às 18h30, terminou o 25º dia. Tem que estar incluído na Ordem do Dia do Plenário até o dia 09 de abril. O prazo final para que ela seja analisada e votada é o dia 18 de abril, que é o 45º da urgência constitucional, e, a partir daí, fica sobrestada a pauta, caso não seja aprovado, a partir do dia 19.

Os outros projetos de lei que integram o marco regulatório do Pré-Sal são os PLC nº. 7 de 2010, que trata do fundo social; o PLC 8 de 2010, que trata da capitalização da PETROBRAS; e o PLC 16 de 2010, que trata do regime de partilha.

Todos esses projetos de lei, eles foram lidos em Plenário, no dia 22 de março de 2010. Por isso, os três terão o mesmo prazo de tramitação, ou seja, foram despachados esses três PL, projetos de lei, para as comissões. A apresentação de emendas a esses projetos citados se dará de 24 ao dia 30 de março, portanto, amanhã. A emissão de parecer pelas comissões, até o dia 16 de abril. A inclusão na Ordem do Dia do Plenário, até de dia 27 de abril.

O prazo final para a apreciação, no Plenário do Senado Federal, dia 06 de maio de 2010. A partir dessa data, caso não tenha sido deliberado, esta matéria estará sobrestando a pauta, a partir, então, do dia 07 de maio.

Na reunião de hoje, discutiremos o 5º Painel, sobre o seguinte tema: "Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos para exploração, refino e distribuição dos produtos existentes nas reservas petrolíferas do Pré-Sal", com os seguintes participantes, que aproveito e convido para que tomem assento à mesa: o Dr. José Lima de Andrade Neto, presidente da BR Distribuidora; o Dr. Nelson Narciso Filho, diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP; o Dr. Marcelo Taulois, diretor-presidente da Aker Solutions do Brasil e presidente da divisão Subsea – a Aker Solutions é uma multinacional norueguesa que fornece tecnologia para as áreas de exploração e produção de óleo e gás, mineração, engenharia e petroquímica –; e também o Dr. Luiz Fernando Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, SINICON.

Convido, portanto, os senhores palestrantes a tomarem assentos à mesa, a tempo em que lhes apresento os melhores votos de boas-vindas à nossa Comissão.

O tempo destinado a cada um dos senhores palestrantes é de 20 minutos, e eu passaria a palavra ao nosso primeiro palestrante da noite, presidente da BR Distribuidora, Dr. José Lima de Andrade Neto.

SR. JOSÉ LIMA DE ANDRADE NETO: Boa noite. Presidente, é uma honra estar aqui, nesse momento em que se discutem coisas extremamente importantes para o Brasil. Acho que esta Comissão e o senhor em particular chamou essa discussão pela importância que ela tem para o futuro do Brasil, e me sinto extremamente honrado por toda a experiência que tive em recursos humanos de PETROBRAS, em várias outras funções que ocupei ao longo do sistema PETROBRAS, e aqui no governo também, de estar aqui debatendo com as pessoas que estão e trazendo nossa experiência e contribuição para essa discussão.

Então, Presidente, eu quero dizer que é com satisfação que estamos aqui presentes ao seu chamado.

Bem, eu gostaria de dizer, primeiro, da importância dos investimentos do Pré-Sal no Brasil, sem me alongar, porque sei que isso aqui é um assunto que o Brasil já domina a importância desse tema. O Brasil, de certa maneira, já reconhece, e mais, não só o Brasil, o mundo reconhece. O mundo olha para o Brasil como sendo um país que tem um futuro energético extremamente diferenciado. Primeiro, nos combustíveis

fósseis, com essas descobertas que fazem do Brasil a grande fronteira produtiva do mundo. Não tem hoje nenhum outro local com expectativas de desenvolvimento de produção como nós temos aqui no Brasil. Segundo, que não é nosso tema, mas é importante sempre ressaltar isto: do lado dos combustíveis renováveis, o Brasil também desponta como uma potência mundial, de forma que nós temos as duas pernas do mundo energético olhando para frente.

E mais. É importante que se diga também, porque, de vez em quando, dúvidas aparecem sobre isso, que o mundo do petróleo e a energia derivada do petróleo vão continuar – pelo menos assim pensam os grandes especialistas mundiais – durante as duas ou três décadas, como sendo o principal energético mundial.

E os fatos são simples. Primeiro, o fato de que se tenha uma escala, hoje, tão grande na indústria do petróleo e que não se tenha em outras energias ainda essa escala faz com que leve-se algum tempo para que se encontre um substituto à altura, do ponto de vista de econômico, para as derivados do petróleo.

Bem verdade, sabemos que já temos substitutos, do ponto de vista ambiental, são os próprios biocombustíveis, mas não tem escala nem porte para substituir, em toda a plenitude, aquilo que é a indústria do petróleo.

E, segundo, é extremamente relevante também pontuar que, como o petróleo e campos de petróleo, têm campos que declinam sua produção de um ano para outro a mais de 10%, o que significa dizer que grandes volumes de petróleo precisam ser produzidos para compensar a perda de produção dos campos hoje existentes.

Então, só por isso, a indústria de petróleo vai continuar sendo uma indústria extremamente ativa e extremamente importante no cenário mundial.

E eu queria concluir essa introdução, para cair diretamente no nosso tema, dizendo o seguinte: o petróleo tem uma característica que o diferencia de outros energéticos. O carvão é produzido nos países, as maiores produções estão nos países maiores consumidores, e outros energéticos assim o são; a exceção é o petróleo. O petróleo é um produto que parece até que Deus brincou de esconder onde ele estava, em relação a quem consome. Não é? Quem produz ou tem grandes volumes não é quem é o grande consumidor, exceção aos Estados Unidos, mas, mesmo assim, consomem bem mais do que aquilo que está produzindo.

Isso faz uma ligação imediata com questões geopolíticas internacionais e comércio internacional de petróleo, ou seja, um país que se posiciona tendo um grande energético, como é o caso do Brasil, *vis*-à-*vis* essa situação nova que se apresenta do Pré-Sal, é um país que se posiciona também como um ator importante no contexto da geopolítica mundial.

Então, esses são os motivos pelos quais a questão petróleo é extremamente importante, é extremamente relevante para todos nós, e eu só quis repassar esses pontos, porque eu tenho absoluta certeza de que, à luz de tudo o que já vem discutido e debatido na sociedade, no Congresso Nacional, aqui no Senado, essas questões vêm sendo levantadas.

Pois bem, dito isso e acrescentado que o Brasil não quer ser apenas um produtor de petróleo, porque tem exemplos de muitos países do mundo que são grandes produtores de petróleo ou grandes exportadores de petróleo, o Brasil quer mais do que ser um grande produtor de petróleo, o Brasil quer desenvolver aqui dentro uma indústria petroleira que preste serviço, que desenvolva tecnologia, que faça engenharia aqui dentro. Então, é muito mais do que simplesmente produzir, nós queremos conteúdo local, mínimo; já existe isso, e o governo continua apontando nesse sentido, que é importante que parte desses equipamentos, desses serviços sejam produzidos no Brasil.

Por quê? Sabemos todos que tem vários exemplos no mundo de países que são grandes produtores de petróleo, mas que não desenvolveram absolutamente nada em outras áreas; a exceção é aquele país que consegue ser um grande produtor de petróleo e ter uma indústria competitiva e ter outra coisa.

A regra – e é possível citar vários países – são grandes exportadores de petróleo que não desenvolveram sua economia local e ficaram extremamente dependentes apenas da produção, eventualmente do refino, mas principalmente da exportação do petróleo.

Então, dito isso, de um lado, uma atividade extremamente intensa, do outro lado, uma preocupação de fazer deste país não um grande produtor de petróleo, mas um grande centro da indústria de petróleo mundial, de inteligência, de competência de tecnologia de serviços de petróleo mundial, se abre uma questão, que é o tema central aqui desta Comissão, Presidente, que é a questão dos recursos humanos e das pessoas que nós vamos precisar para dar conta dessa realidade.

Eu queria dizer que nós temos grandes desafios, mas também temos grandes oportunidades, e, mais, grandes talentos. Eu lembro que a indústria do petróleo no Brasil nasceu diferentemente de outros lugares. O Brasil é engraçado nesse tema, porque, em vários países do mundo, houve a nacionalização da indústria do petróleo; houve na Venezuela, houve nos países árabes, mas lá, quando se nacionalizou o petróleo,

já existiam grandes reservas, grandes produções e grandes empresas.

No Brasil, nós dizíamos que o petróleo era nosso, quando não tínhamos ainda o petróleo, nem sabíamos que ele existia ainda; na verdade, tínhamos, só que não sabíamos, ele não estava revelado. E qual é a diferença que isso faz sob o ponto de vista de recursos humanos, Presidente? A diferença é a seguinte: é que, quando nós criamos essa empresa, não existia aqui uma indústria de petróleo, não existia aqui inteligência de petróleo, não existia, aqui no Brasil, grandes universidades, escolas, formação, como existiam em outros lugares, como existiam em outros países, que, ao nacionalizar, manteve grande parte dessa inteligência, desse conhecimento que lá fora já tinha.

Ou seja, nós, no Brasil, não só criamos uma grande empresa de petróleo, da qual todos nós orgulhamos, mas também criamos todo o talento e toda a competência formada no Brasil, que nós precisávamos para chegar aonde chegamos.

Então, esse é o lado alentador. Isso não é novidade, toda a inteligência da indústria de petróleo do Brasil, grande parte dela, não vou dizer toda, porque, eventualmente, uma ou outra pessoa foi fazer pós-graduação no exterior, teve alguma chance de ter um conhecimento fora, mas, na sua essência, as pessoas foram criadas, formadas, desenvolvidas dentro do Brasil, com toda a experiência que foi passada de gerações de petroleiros para gerações de petroleiros.

Então, eu estou fazendo esse ponto apenas para dizer o seguinte: se, de um lado, vem um grande desafio para nossa frente, nós temos uma expertise. Porém, a diferença está na escala: se nós chegamos aonde chegamos, levamos 50 e tantos anos, que a PETROBRAS foi criada, a lei que a criou foi em 53, e foi dada vida a ela em 54, esse desafio e esse salto e essa rampa que nós temos para frente é muito mais íngreme do que foi a rampa que nós ascendemos ao longo desse período, o que significa dizer que esse desafio é muito maior do que o nós tivemos que fazê-lo, passo a passo, ao longo de décadas.

Pois bem, duas coisas devem ser adendadas a isso: de um lado, que, hoje, já existe uma metodologia do Governo brasileiro, foi gestada na PETROBRAS, mas o Governo entendeu que era extremamente importante, que é uma metodologia que vem sendo utilizada com sucesso pela indústria brasileira, que é uma metodologia utilizada pelo programa chamado de PROMINP, Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo.

O que é aconteceu? Quando a PETROBRAS deu um salto nos seus investimentos na indústria de petróleo, percebeu que não havia como dar este salto e, ao mesmo tempo, ter conteúdo local, porque você não tinha as indústrias, as prestadoras de serviços preparadas para acompanhar essas compras que o Brasil precisava fazer.

E aí, Presidente, o que foi feito foi fazer um processo, que é diferente do processo usual. Qual é o processo usual? Não que ele esteja errado, mas o processo usual é: você forma pessoas, que elas vão ao mercado, e o mercado as absorve.

O programa do PROMINP, que é um programa importante que eu acho e queria deixar como uma referência de reflexão de metodologia a ser utilizada também daqui para frente, ele parte do projeto e vem voltando nas suas etapas.

Se nós, em 2015, vamos fazer uma plataforma, o que precisa de aço para essa plataforma? O que precisa de compressores para essa plataforma? O que precisa de soldadores para instalar esses equipamentos?

E você vai voltando nos seus componentes, até chegar aos componentes básicos, e um dos componentes básicos é: qual a mão de obra qualificada que eu vou precisar para fazer isso? Essa metodologia vem sendo utilizada já há alguns anos, ela tem sido exitosa, porque ela é quem tem ajudado a PETROBRAS a fazer esse crescimento de investimentos que vêm sendo feito ano ao ano e ela, certamente, também será útil na hora que nós tivermos detalhados os planos de investimentos e as ações que precisam ser feitas.

Então, eu queria sugerir que nós não perdêssemos de vista que temos, hoje, no país um instrumento, que é um instrumento que certamente não dará todas as respostas, mas permitirá que a gente consiga, dado o projeto que vai ser empreendido, dado o plano de investimentos do setor de petróleo, fazer todo o detalhamento e identificar quem, com que perfil e quando nós vamos precisar. É assim que nós estamos fazendo, hoje, com as escolas técnicas, com as universidades brasileiras.

Então, essa é a primeira mensagem importante que eu queria deixar para os senhores, que essa é uma metodologia existente, é uma metodologia que precisa ser utilizada e precisa ser trabalhada. A outra mensagem que eu queria deixar aqui nessa reflexão, Presidente, é a questão da engenharia nacional. Há uma questão que precisa urgentemente ser trazida à mesa, já há essa preocupação, mas não existe ainda um equacionamento disso, que é muito difícil se fazer conteúdo local no Brasil, se não tivermos, no Brasil, grandes empresas de engenharia, que já o tivemos no passado, mas que hoje nós perdemos essa expertise.

Perdemos, porque deixamos de fazer investimentos, os investimentos reduziram, por uma série de motivos, que são conhecidos de todos, mas o fato

é que as grandes empresas de engenharia nacional, que fazem os projetos que são encomendados às indústrias não estão aqui. Hoje, a engenharia praticamente dos grandes projetos estão no exterior. E óbvio que quem faz a engenharia no exterior desenha os equipamentos que são vendidos no exterior, conhece os sistemas que estão lá fora.

Então, há uma consciência de que, se queremos aumentar e ampliar o conteúdo local, é preciso também dar um foco muito particular no reforço às empresas de engenharia no país. Se não tivermos, e não vamos ter de um dia para o outro, é preciso obrigar, exigir que essas empresas que fazem engenharia lá fora criem escritórios no Brasil – isso já é feito –, empregam brasileiros, incentivar a engenharia nacional, para que essa engenharia nacional seja de fato o alavancador do conteúdo local no país.

Então, esse é um ponto que eu acho que precisamos todos estar muito conscientes de que é necessário ter uma atuação específica; isso merece um tratamento extremamente específico.

E, por último, eu queria dizer que o volume de investimento de que nós estamos falando, a intensidade de investimentos de que nós estamos falando, nós temos que aproveitar esta oportunidade, e eu já usei essa expressão, mas vou voltar a utilizá-la, e fazer como o Governo americano fez, na década de 60 do século passado, com o programa espacial.

Todo o desenvolvimento tecnológico nas universidades, todo o desenvolvimento que foi feito, visando ao programa espacial, depois se espalhou pela sociedade americana, em equipamentos diferenciados, de produtos de outra qualidade, que não era a intenção original, mas produtos e materiais que foram desenhados, pensados, a eletrônica, que foi pensada e desenhada para aquilo, se espalhou e gerou uma indústria que já tinha saído, ao final da Segunda Guerra, como muito competitiva, ainda mais competitiva nos anos 60.

Então, uma preocupação que nós temos que ter é de não apenas formar gente específica para construir as plataformas, operar as plataformas, fazer os dutos de produção, mas, sim, também criar, complementarmente a isso, um espalhamento desse conhecimento nas universidades brasileiras, entre os universitários brasileiros, entre os professores, entre os pesquisadores brasileiros, para que a sociedade se aproprie dessa tecnologia em outros ramos de negócio e em outras atividades de negócio.

Então, eu creio, Sr. Presidente, que, se nós conseguirmos combinar essas questões, conteúdo local, e tem outra, só para concluir, tem outra que merece também chamar a atenção. Nós temos uma situação nova, nós temos num horizonte de investimento longo e significativo. Esse horizonte permite você dizer para o empresário, empreendedor que ele não vai vender só em 2010, só em 2011, mas que ele vai vender em 2015, 2020, 2025, gerando sustentação para esse crescimento.

Então, voltando, para concluir, um volume significativo de investimentos, uma sustentação desses investimentos de longo prazo, uma exigência de conteúdo local, ou seja, de que coisas, muitas coisas, não tudo, porque nem tudo é possível ser feito no país, mas que muitas coisas sejam feitas no país, essas coisas, combinadas, nos dão uma oportunidade de fortalecer a indústria nacional, nos dão a oportunidade de desenvolver a engenharia nacional e nos dão a oportunidade de fazer um espalhamento dessa inteligência e desse conhecimento por outros setores e por outras áreas, que não sejam as áreas do petróleo.

E foi assim que foi feito na década de 60, quando o Governo americano resolveu botar o homem na Lua. Eu acho que o Brasil não vai botar o homem na Lua, não é essa a preocupação desse projeto, mas o Brasil certamente sairá com um nível de qualificação técnica, de engenharia, de conhecimento muito mais ampliado, e aí não tem jeito, temos que envolver nossos centros de pesquisas, nossas universidades. Temos que juntar Governo, centros de pesquisas, universidades, indústria; a ANP já tem um papel, eu estou tentando evitar me sobrepor às palestras que se seguem, mas certamente muita coisa existe e cabe, com inteligência, ao Congresso Nacional, ao Senado brasileiro, ao Governo brasileiro arquitetar, organizar, ser o maestro dessa coisa, para que o Brasil seja de fato muito beneficiado dessa grande oportunidade que se apresenta. Era isso que eu tinha para dizer, Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. José Lima Neto, presidente da nossa BR Distribuidora, uma empresa que é um orgulho para todos nós. Parabéns pela ênfase que deu às suas palavras, o que demonstra muito bem todo o vigor com que o sistema PETROBRAS vem encarando esse grande desafio da exploração na camada de Pré-Sal.

Muito obrigado pelas suas palavras, Sr. Presidente da BR Distribuidora, Dr. Lima Neto.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo Taulois, diretor-presidente da Aker Solutions do Brasil. Como disse, ele, o Dr. Marcelo é presidente da divisão Subsea, e a companhia, a empresa Aker Solutions é uma multinacional norueguesa, que fornece tecnologia para as áreas de exploração e produção de óleo e gás, mineração, engenharia e petroquímica.

V. Sa. dispõe de 20 minutos para sua exposição. Muito obrigado pela sua presença.

SR. MARCELO TAULOIS: Obrigado, Presidente, é um prazer muito grande estar aqui representando nossa empresa. Eu vou falar um pouquinho pela perspectiva do fornecedor, o que o fornecedor está sentindo, nesse momento, no Brasil, e que focando principalmente em desenvolvimento de mão de obra qualificada para o mercado óleo e gás.

Minha apresentação tem uma ilustração. Vamos passar. Quem é que vai estar apertando o botãozinho? Vamos lá. Só explicando um pouquinho, a Aker Solutions é uma empresa multinacional, com mais de 130 mil funcionários no mundo todo, que trabalha em todo o ramo de óleo e gás, desde o fundo do mar, como você pode ver lá, dentro da formação rochosa, no fundo do mar, com projetos de plataformas, até o *downstream*, projetos de petroquímica e portos, etc. Próximo.

A gente, no Brasil, tem uma história longa. Para quem não sabe, o projeto da ponte Rio-Niterói é nosso, foi feito na década de 70 [risos], de uma empresa do grupo chamado Trafalgar Housing, uma empresa inglesa muito grande. E a empresa já chegou a ter três, quatro mil pessoas no Brasil, na década de 70, 80, depois ficou focalizada em mineração, e, em 95, nós entramos no Brasil no setor óleo e gás e fomos qualificados pela PETROBRAS em 96. Construímos nossa primeira Árvore de Natal no Brasil em 97; naquela época, eu tinha o prazer de ter como concorrente o Dr. Nelson Narciso, que é da ANP, ele era da empresa concorrente, e a gente se conhece há muito tempo já, e a empresa foi crescendo.

Eu tenho 22 anos de empresa, e fazer esse parêntese, comecei no mercado óleo e gás graça a um programa da confederação britânica de indústrias, que ofereceu uma bolsa de estudos para mim, para o Brasil, em 1987, para ir à Inglaterra passar um ano, fazendo estágio numa empresa de petróleo e gás.

No caso, era a Aker. Eu terminei o contrato, voltei para o Brasil, trabalhei no Brasil durante um ano, e a Aker me convidou de volta, eu fiquei 15 anos fora do Brasil. Em 2001, voltei para o Brasil, continuando minha carreira na empresa.

Então, a gente, em 2001, começou a abrir o leque de atividades no Brasil, mas sempre focado em projeto de engenharia. Vamos lá. Próximo *slide*. A empresa, no mundo todo, tem em torno de 30 mil funcionários, e, no Brasil, 850, o que não aparece muito, e, na verdade, nossa receita do Brasil, em relação ao grupo, é pequena, 5% da receita do grupo mundial vem do Brasil. Mas essas 850 pessoas são extremamente qualificadas, e isso é o que faz uma diferença muito grande. O Dr. Lima estava comentando aqui a importância de a gente não deixar a engenharia fugir do Brasil, não é? Vamos lá. Próximo.

Então, a Aker Solutions, hoje, no Brasil, ela tem 14 entidades operando no Brasil. Se tem bandeirinha do Brasil ali, quer dizer que ela tem uma base no Brasil, o trabalho é feito no Brasil. Eu sou o presidente do grupo no Brasil e também de uma das entidades, entidade Subsea, que é a que faz equipamento submarino, onde nós, hoje, temos o contato de Tupi, da primeira parte submarina no Tupi, que são os primeiros oitos poços do Pré-Sal, que estaremos entregando agora, a partir de junho, para a PETROBRAS.

Mas tem várias divisões, tem divisões de processistas(F), que faz moldes de plataforma, a divisão [ininteligível] & *Risers*, por exemplo, é um bom exemplo de incentivo estadual. Não existe uma fábrica no Brasil de *Risers* de produção, e o Governo do Estado do Rio ajudou a gente a montar essa fábrica na região de Rio das Ostras, quando a Queiroz Galvão queria comprar vários *Risers* no Brasil e estava importado. E, hoje, nós somos os únicos fabricantes de *Risers* de produção no Brasil. E várias outras áreas, como, por exemplo, instalação de equipamento submarino, através de barcos, etc. Vamos lá. Próximo, por favor.

No Brasil, a gente tem três bases: uma em Curitiba, onde é fabricado equipamento submarino, e uma base de serviço bastante grande na região de Rio das Ostras, vizinha de Macaé, e um escritório no Rio. Nós temos escritórios volantes, dependendo do projeto. Em São Paulo, hoje, gente tem 200 engenheiros num escritório, fazendo projeto da Petroquímica Suape, e também em Belo Horizonte, apoiando Vale do Rio Doce, e no Norte do Brasil. Vamos lá?

Bom, nós somos 99,6% brasileiros, e a gente tem uma brincadeira na Aker que a gente diz que a gente não gosta de gringo, a gente, inclusive, a semana passada eu estava na Noruega, fazendo apresentação para o seminário da Aker Global, com 130 presidentes, e, quando eu mostrei esse dado, eu comentei: "Olha, gringo pode passar três dias entre a gente, e a gente vai embora, e vocês vão embora depois, porque a gente faz engenharia no Brasil". Hoje, toda a engenharia que a Aker fez na parte submarina no Brasil, ela é feita no Brasil, 100% no Brasil, e a gente não depende de nada lá fora.

E a gente tem uma dificuldade extrema de reter esses funcionários. Nós temos uma engenharia, hoje, mais ou menos de 100 pessoas na parte submarina. Eu vou concentrar a apresentação mais na parte submarina, para vocês terem uma ideia da dificuldade que a gente tem de contratar, de treinar, desenvolver e manter o pessoal. Porque uma coisa não é só contratar, investir em treinamento, é manter, retenção.

Então, hoje esse grupo que está lá em Curitiba, que é uma vantagem, vantagem porque hoje tem uma

tendência muito grande de os concorrentes querem roubar as pessoas. Curitiba é uma boa cidade para se morar, as pessoas gostam de ficar lá.

Esse grupo foi treinado pela gente, a gente começou em 95, montando esse grupo; temos, hoje, 15 anos de investimento nesse grupo. Hoje, leva em torno de cinco anos para você formar um engenheiro recém-formado numa Universidade, para você deixar a pessoa solta, fazendo projetos de engenharia no mercado, projeto no mercado de gás.

Eu vou comentar mais tarde um pouquinho que isso, hoje, não está sendo feito pelas empresas. O que acontece é que você contrata gente recém-formada, empolgada, motivada, com muita paixão, e aí, de repente, começa a gerar muita não conformidade. Esse engenheiro não está preparado, e o resultado é muito pior, a consequência para a indústria é muito pior do que você ter investido um, dois, três anos, no mínimo, de investimento nessa pessoa.

Mas, olha que interessante, a gente tem ali 850 funcionários hoje e uma previsão de ter em torno de 1.500 a 1.800 funcionários em 2012. Todos têm vaga, nome e função definida em 2012.

Onde é que a gente vai contratar quase mil pessoas em dois anos? Nós contratamos, no último ano, 300 pessoas, entre as 850, e foi uma dificuldade tremenda. Eu vou falar um pouquinho mais. Existe uma necessidade muito grande de as pessoas falarem inglês, parece brincadeira, mas, hoje, é muito comum, você tem muito engenheiro recém-formado que não fala inglês. Se a gente filtrar, só contrata quem fala inglês, você já perde metade por cento (sic) do mercado.

A gente tem uma empresa... Um foco bastante... Comentei de retenção para vocês, não é? A gente é uma empresa com que as pessoas gostam de trabalhar e a gente é bem visto pela empresa, não é por benefício, mas pelo fator dos valores que a gente acredita, a pessoa entra na empresa, ela consegue ver uma vida naquela empresa. E, hoje, tem uma rotatividade muito baixa, uma rotatividade voluntária, 4%; isso é muito baixo no mercado. E nós temos uma medida de treinamento, que é o seguinte: de toda a folha de encargos da empresa, nós gostamos 4% dessa folha em treinamento. E aí é o ponto principal da apresentação.

Hoje, a gente faz muita coisa, a gente trata graduação, liderança, inglês, curso técnico, tal, e, na Noruega, por exemplo, eu não tenho que fazer isso, eu contrato o fornecedor, o engenheiro pronto. Em 2004, eu participei de uma concorrência interna na Aker, para montar uma fábrica nova de equipamentos no Brasil, e nós éramos seis países, a Malásia ganhou. E nós gastamos 100 milhões de dólares investindo numa fábrica, nós perdemos, ficamos em quarto lugar dos quatro, e o Governo da Malásia falou o seguinte: "Olha, você vai precisar de mil pessoas? Nós vamos bancar todo o treinamento, durante dez anos, de qualquer mão de obra que você precisar. Você fala o seguinte: você precisa de torneiro, você precisa de engenheiro, você precisa do que for, nós vamos bancar".

E a gente começou dois anos antes a obra e, dois anos depois, quando a fábrica estava pronta, um ano e meio depois, a mão de obra estava lá. E a gente pegou um pessoal já pré-treinado, que foi muito bom, e continuamos o treinamento desse pessoal. Hoje, nessa fábrica, temos mais ou menos 850 pessoas.

E vocês notam que nós somos uma equipe jovem, 33 anos de idade média, está num mercado que você requer cinco a dez anos de experiência, é um grupo muito jovem, e a gente tem que estar tratando esse pessoal com muito cuidado, com muito carinho e com um programa de mentor muito grande.

Hoje, a gente tem a necessidade de tirar pessoas da empresa que só fazem *mentoring.* Só pega: "Eu vou ser mentor de um grupo de dez e 20 engenheiros para certificar de que aqueles engenheiros não façam nada de errado no processo". Vamos lá.

Então, hoje, se você pegar dois pontos extremamente positivos, o crescimento do número de funcionários da empresa, nessa divisão Subsea, especificamente, foi tremendo, de 350 funcionários para em torno de 700, hoje, a previsão de chegar a 1.200. Tem uma grande quantidade de currículos no mercado. Não pensem que não tem. O PROMINP, por exemplo, tem uma base de dados maravilhosa. Só que, quando a gente começa a olhar esse pessoal, esse pessoal tem um baixo índice de qualificação necessária.

O PROMINP está focando corretamente, como o Dr. Lima comentou, no que a gente vai precisar daqui a dois três anos, mas são poucos os programas. O PROMINP, hoje, você coloca uma pessoa lá dentro, ela é fisgada na hora. O banco de dados está lá, se você olha um dia, olha no outro dia, ele já sumiu. As pessoas estão contratando aquelas pessoas com foco futuro, mas a demanda é muito maior do que qualquer pessoa nessa sala imagina.

E outra coisa muito ruim, quando você vai ao mercado, e não consegue achar uma pessoa de qualificação, o que você faz? Você vai lá é rouba do concorrente. Então, lá, cresce a rotatividade de funcionários das empresas, e, com isso, o salário começa a crescer. Então, você começa a gerar pessoas... O pessoal, hoje em dia, sai da empresa para ir para outra por 10%, 15% de aumento de salário. Isso é muito ruim. Você poderia estar investindo aquele aumento de salário no tratamento, no treinamento de pessoas novas naquela empresa. Vamos lá. Por favor, próximo.

Então, o que a gente fez? Isso é uma coisa que a gente faz diferente de fora do Brasil. A gente tem programa *trainee* de técnico. A gente contrata, e as universidades tecnológicas, os CEFETs, estão fazendo um trabalho sensacional com a gente. Para essa empresa, 30 funcionários/ano é um número interessante só na região de Macaé que a gente contrata.

A gente tem um programa de engenheiro *trainee* desde 2006, nós contratamos 15 engenheiros por ano, independente se precisar ou não. Eu tenho engenheiros em 2006 contratados, que hoje são *lider engineers;* três, quatro anos depois, estão muito bem treinados.

E esses caras entram na empresa e passam dez meses não fazendo nada. A gente coloca ele na fábrica, faz treinamento específico de ferramentas de engenharia, a gente ensina a pessoa a ser engenheiro no modelo Aker de ser. A gente cria uma cultura e treina essa pessoa para isso.

A gente passa muito tempo em qualificação específica. Hoje, por exemplo, tem uma falta de engenheiros de materiais danada no Brasil. Eu vou a universidades, hoje, a gente vai muito na Universidade Federal de Florianópolis, que tem um Curso de Engenharia de Materiais muito grande, e a gente fala: "Quem é que está fazendo curso de mestrado em materiais?". E a gente já contrata a pessoa no primeiro ano, antes de o cara terminar o mestrado, a gente já garante para ele uma vaga, porque é muito difícil. Vamos lá. Próximo.

Nós temos programas de complemento educacional, que é aquela pessoa que quer estudar. O técnico que aprendeu a ser técnico que aprendeu a ser técnico por experiência própria, fez seu curso no SENAI, e a gente trabalha muito. Hoje em dia, por exemplo, tem muito pouca empresa que não tem cacife para bancar a graduação, porque leva quatro anos, cinco anos, ou um curso de tecnólogo, que leva dois anos. As pessoas querem imediatismo, a pessoa quer o funcionário pronto em seis meses; isso não funciona.

A gente tem uma academia global da Aker, com programas enormes de Project Management Institute, desenvolvimento de líderes, que a gente tem uma carência hoje imensa; pessoas com muita vontade de trabalhar, mas não sabe ser líder. A pessoa saiu de gerenciar a si mesmo para gerenciar um grupo, e não sabe o que é gerenciar um grupo. É muito difícil.

Programa de *learning* interno na empresa, nós temos um programa de *trainee* internacional muito interessante. A empresa seleciona, no Brasil, duas pessoas por ano e manda dois anos fora do Brasil, a pessoa fica rodando dois anos fora do Brasil e depois volta para o Brasil com conhecimento de empresa, com cultura de empresa. Geralmente, são pessoas de mestrado. E várias outras ferramentas. Vamos lá?

Então, hoje, a gente, como eu comentei, nós dobramos nosso investimento em treinamento para em torno de 4% da folha de pagamento, incluindo encargos. Isso quer dizer em torno de 2% do resultado da empresa. Uma empresa como a nossa, que gasta 40% do seu tempo em mão de obra, se você está gastando 4%, você tem em torno de 1,6% a 2% do resultado da empresa em treinamento. E a gente tem que gastar esse dinheiro, mas a gente podia estar sendo mais específico aonde a gente aplicar esse dinheiro, e não em mão de obra básica, em treinamento básico. Vamos lá.

Hoje, nós temos parcerias com as unidades tecnológicas, com o SENAI, com a PUC, com a FGV. Próximo? E o que a gente enxerga como desafio? Primeiro. Desenvolvimento de profissional qualificado. Usar a iniciativa privada. Hoje, as universidades privadas estão focando, a PUC, a FGV, tem muito universidade com cursos específicos de petróleo, onde a gente já entra lá e começa a conhecer o estudante, no seu 4º ou 5º período, a fim de ter ele contratado pela gente, no final do curso.

Expandir-se a energia entre entidades governamentais e iniciativas privadas. O governo sozinho, através de CAPES, CNPQ, universidades federais, não vai conseguir atender essa demanda.

Então, a gente tem um exemplo bom, alguém comentou hoje comigo que o ProUni, por exemplo, que incentiva o pessoal de baixa renda que quer estudar para fazer... Por que a gente, então, não forma um ProUni para quem quer trabalhar no petróleo, mais específico, diretamente a isso?

Os programas governamentais são limitados. Hoje, a gente tem uma iniciativa muito boa da ANP, que o Dr. Nelson vai comentar mais tarde, e do PROMINP, mas a gente precisa de mais. Eu tenho um número de que a gente precisa de 200 mil pessoas qualificadas, nos próximos dois anos. Eu não sei se é esse número. Não é isso? Vem da ANP, não é, Nelson?

SR. NELSON NARCISO FILHO: Vem do PROMINP.

SR. MARCELO TAULOIS: Vem do PROMINP. Eu tive na reunião agora em Recife do PROMINP, e esse número me assustou. Como é que a gente vai achar 200 mil pessoas? A PETROBRAS não tem 200 mil funcionários. Imagina uma coisa dessas, não é? Vamos lá.

Ajustar a velocidade da qualificação e demanda do mercado. Hoje, conforme eu comentei, a gente leva cinco anos para formar um engenheiro. Então, não é treinar o engenheiro, que leva quatro ou cinco anos para ele virar engenheiro, é você criar metodologias de treinamento na empresa, incentivos à empresa para fazer

treinamento específico, e não pegar aquela pessoa e jogar na fogueira e mandar projetar um projeto que ele não sabe, que vai gerar uma não conformidade depois e um risco maior ainda para o mercado.

Apoio direto e simplificado às necessidades das cadeias secundárias de fornecedores. Esse, para mim, é um dos maiores problemas que a gente tem. A Aker é uma empresa grande, a gente tem cacife para investir alguns milhões de reais por ano em treinamento; meu fornecedor não tem. Eu tenho, hoje, 78 fornecedores no Brasil, onde empresas de até 150 a 200 funcionários, que eles estão gritando por fornecedores. Tem gente que quer contratar uma mão de obra simples, um caldeireiro e está procurando há alguns meses no mercado, e não consegue. Então, isso é muito grave.

O último ponto daquele *bullet* que eu coloquei: alto nível de não conformidade do serviço prestado. Hoje, eu tenho que ter um grupo de 16 engenheiros que tomam conta dos meus fornecedores, ensinando eles a trabalhar, quer dizer, eu subcontrato uma empresa, pago para ela, mas eu tenho que ir lá e ensinar a pessoa a usar a máquina, eu tenho que ir lá, etc.

Especificamente sobre o Paraná, que nós estamos baseados no Paraná, temos em outras regiões, existem muitos programas no Estado do Rio de Janeiro, no Espírito Santo, mas o mercado está crescendo, o Pré-Sal está crescendo, as empresas estão crescendo em outros estados. Você olha para a Paraná, hoje, e tem muito pouca iniciativa, e está praticamente voltado às necessidades da REPAR, que está crescendo bastante.

Então, a gente tem que expandir esse apoio do meio educacional não só nó na região Sudeste, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo. Próximo.

Então, eu usei colocar algumas propostas aqui. A primeira é a seguinte: ampliar e definir uma política seletiva dos programas de nível superior da CAPES e CNPQ para a área do petróleo e gás. Da mesma forma que a gente tem hoje o PROMINP fazendo isso, a gente tem outras entidades que oferecem bolsas de estudos para brasileiros para trabalharem no Brasil e no exterior, mas que isso fosse bem focado, fosse seletivo às necessidades que a gente tem.

Ampliar os incentivos aos programas de bolsa de estudo para a graduação e tecnólogo. Pessoal, hoje, a gente pega um técnico e leva no SENAI, leva dois anos, e a gente pega outro técnico e faz um curso de tecnólogo que leva dois anos, mas o pessoal não tem dinheiro para viver, a pessoa quer estudar. Você pode até patrocinar a bolsa, mas a pessoa não tem dinheiro para viver. Se a gente criar uma bolsa estudo, um salário-mínimo para um jovem de 18, 19 anos para passar dois anos fazendo um curso de tecnólogo, ele vai ter incentivo.

Eu conheço muita gente, muita gente da nossa empresa que fala, tem gente desempregada em casa que ganhou a bolsa, vai trabalhar no SENAI, mas ele não consegue viver. Como é que a pessoa vai estudar? A gente tem que prestar atenção no bem-estar da pessoa também, não é só prover o estudo.

Apoiar parcerias público-privadas para a formação específica de desenvolvimento de mão de obra na área de petróleo e gás. Tem muita universidade boa, privada, que tem boa intenção e quer desenvolver nessa área. E a gente mesmo está desenvolvendo, com algumas universidades, programas específicos. Eu quero fazer um curso específico de um técnico em *offshore,* eu vou lá e pego uma universidade no Rio ou em Curitiba e falo: "Desenvolve esse curso para mim, e eu vou te garantir 20 alunos/ano, etc.".

E oferecer... Essa é uma proposta talvez um pouco inovadora, oferecer algum tipo de incentivo fiscal às empresas que investem em qualificação, porque a gente não vai conseguir qualificar esse pessoal todo, esperando que o Governo vá dar apoio; as empresas vão ter que fazer muito, muito.

A gente, hoje, faz, a gente acha bastante, mas é pouco, só que você tem um limite de quanto você pode gastar fazendo isso. Então, se a gente criar alguma modalidade de incentivo fiscal, como Lei Rouanet, como lei de incentivo ao esporte, onde a gente consegue fazer uma proposta, levar para uma entidade que aprove isso, e aí a gente, sendo auditado corretamente, comprove esse processo, eu tenho 15 segundos para terminar minha fala, a gente consiga, então, ajudar a desenvolver essas 200 mil pessoas, que, nos próximos dois anos, sozinhos, vão ter que trabalhar aqui no Brasil, no mercado de óleo e gás. Ok?

Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Taulois, pela sua disposição, e, apenas corrigindo, a pronúncia correta da empresa é Aker(Á) Solutions e não Aker(Ei), conforme eu erradamente coloquei.

SR. MARCELO TAULOIS: Não tem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas, pelo que falou o Dr. Marcelo Taulois, mais uma vez, nós chegamos a essa conclusão de que todos aqui nos trazem, participantes dessas nossas audiências públicas, a carência de mão de obra especializada, notadamente nas áreas técnicas e especificamente em engenharia.

E, no Brasil, como nós já vimos, de cada 100 alunos matriculados no curso de engenharia, apenas 30, chegam ao final do curso, em condições de buscar

algum tipo de trabalho, ou seja, 70 vão se perdendo no meio do caminho, seja pelo desestímulo, seja pelo mal preparo que teve no ensino médio, não conseguem acompanhar as aulas de matemática, de física, e assim por diante, seja porque vê um concurso que oferece um salário atraente.

E aqui foi dito por um professor de Santa Catarina que, numa dessas nossas audiências anteriores, ele disse, ele professor de engenharia da Universidade Federal de Santa Catarina, tinha um aluno brilhante na área de engenharia, e primeiro em todas as matérias, notas sempre dez, dez, dez, enfim, o melhor aluno que já passou pela história da Universidade Federal de Santa Catarina era esse aluno de engenharia. E ele chegou ao final do seu curso, com todas as honrarias e com todos os encômios, e começou a trabalhar.

Passou um ano trabalhando, e aí o que ele recebia não dava para seu sustento. Aí ele viu anunciado um concurso para policial federal, policial rodoviário federal, e ele prestou concurso, passou em primeiro lugar, para ganhar, se não me engano, enfim, mas algo em torno de quatro mil reais por mês.

O professor, então, insatisfeito, porque ali estava se perdendo um grande talento, foi até ele e disse: "Olhe, mas, agora, pelo menos você concilie, já que você está ganhando esse salário, e faça um curso de Pós-Graduação, não deixe de fazer o curso de Pós-Graduação". E ele assim fez, fez o curso de Pós-Graduação, passou em primeiro lugar no curso de Pós-Graduação e disse ao professor: "Bom, agora eu vou me dedicar à engenharia". Aí aparece outro anúncio de um concurso para policial federal, com um salário de 15 mil reais inicial, se não me engano. Aí ele presta concurso, passa, e ele, hoje, é um policial federal, naturalmente, prestando, acreditamos todos, muito bons serviços. Mas é uma cabeça pensante, uma pessoa extremamente preparada, que a engenharia brasileira perde, ou seja, o Estado concorrendo consigo próprio, enquanto a Malásia fez o que fez, em relação à sua empresa, de oferecer: "Eu vou preparar duas mil pessoas, não é?

SR. MARCELO TAULOIS: Mil pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mil pessoas. "Vou preparam mil pessoas em dois anos, para que elas possam, vocês possam contratá-las, quando vocês terminarem a construção da sua planta aqui". Então, isso que é necessário, com a participação e a intermediação do Poder Público, que nós possamos todos, alertados por *experts* no assunto, que por aqui têm passado, como os palestrantes de hoje, de que nós possamos mobilizar nossas forças e nossos esforços nas diversas áreas em que estejamos envolvidos, na área política, junto ao Governo federal, ao poder público, na área acadêmica, na área das empresas também, porque as empresas, disse o Dr. Marcelo, que formam recebem os engenheiros, dão a eles um curso, um treinamento de mais dois anos para que eles aperfeiçoem e se adaptem às exigências da empresa, mas que é muito difícil retê-los na empresa.

Então, se gostam tanto da empresa, por que é difícil retê-los? É difícil retê-los porque há essa concorrência absurda de, não tem no mercado, vai buscar no vizinho, não é? E isso tudo, os salários vão subindo, vão subindo, os custos vão também aumentando e, consequentemente, os custos vão aumentando, é a própria sociedade que, no final, vai acabar pagando por essa falta de articulação entre as forças do mercado, o Governo e o mundo acadêmico.

Até pouco tempo atrás, um ano atrás, dois anos atrás, havia universidades e faculdades que fecharam seus cursos de engenharia, porque não havia procura por esses cursos. Houve muita procura, nesses últimos anos, pela área de serviços, não é? E, nessa questão também de computação, alguma coisa assim, mas muito na área de serviços, de turismo.

Foi colocada ali, também, a necessidade de, como um instrumento fundamental, de saber falar uma língua, o inglês, por exemplo, que é o caso da sua firma. E que é indispensável. Hoje, ninguém navega, ninguém consegue obter pela internet as informações de que necessita, se não tiver minimamente preparado nesse idioma.

E nós, aqui, isso é uma crítica que faço ao Ministério das Relações Exterior, porque o Ministério das Relações Exteriores, ele retirou, como matéria eliminatória, o inglês. Então, hoje, nós temos diplomatas que são formados e que tiraram nota dois e meio, três em inglês, quatro, mas que, na média, eles alcançaram a média e passaram. Então, se, para vocês, o inglês é um instrumento absolutamente indispensável, imagine para um diplomata [risos]. É fundamental, tinha que continuar sendo eliminatória, uma matéria eliminatória, e não é.

De modo que temos aí um trabalho enorme a fazer, essa iniciativa da PETROBRAS, tanto no PROMINP como no CENPES, também, é extraordinário, é um trabalho belíssimo que a PETROBRAS vem fazendo, preparando seus quadros, e a PETROBRAS tem esse poder e essa força de atração muito grande, porque, hoje, a marca PETROBRAS, cada um dos que lá trabalham trazem isso como uma... E realmente é, como uma distinção poder trabalhar numa empresa desse porte, que tanto nos orgulha, sobretudo agora, diante desse enorme desafio, que vai caber à PETROBRAS

vencer, em nome da sociedade brasileira, que é da exploração do óleo descoberto na camada do Pré-Sal.

Eu queria fazer uma pergunta ao Dr. Marcelo, que, especificamente, dirige a área do Subsea. V. Sa. disse que está hoje sua companhia, seu departamento trabalhando em Tupi.

SR. MARCELO TAULOIS: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas com o *know-how* de perfuração a profundidades elevadas ou...?

SR. MARCELO TAULOIS: Nós fazemos o equipamento que fica no fundo do mar, não dentro do poço. Certo? A gente faz tudo, no primeiro *slide* tem uma foto, a gente faz a Árvore de Natal, que é aquele equipamento amarelinho lá embaixo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A Árvore de Natal, apenas para que os ouvintes entendam-–

SR. MARCELO TAULOIS: A Árvore de Natal é um equipamento, é um conjunto de válvulas que fica em cima do poço para controlar a produção do petróleo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É aquela torre, não é?

SR. MARCELO TAULOIS: Isso, uma torre, é pesada, em torno de 70 toneladas. Hoje, a Árvore de Natal que a gente faz no Brasil, a gente fabrica 70% no Brasil, com controle nacional, está aumentando agora para 80% no futuro, inclusive, os novos campos estão aumentando para 80%, e a gente faz isso com tranquilidade, já conseguiu desenvolver mercado e fornecedor para fazer isso, e a engenharia é 100% nacional.

A gente não tem dependência nenhuma. O que acontece hoje, Presidente, é que existem alguns metais raros, por exemplo, o inconel, uma válvula específica que não existe no Brasil e que a gente tem que comprar fora do Brasil. É uma eletrônica, a gente usa no fundo do mar, essa Árvore de Natal tem um computador que fica no fundo do mar durante 25 anos, comunicando com a plataforma, abrindo e fechando as válvulas. Essa eletrônica a gente desenvolve, hoje, na Índia, é a mesma empresa que faz os--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em Bangalore?

SR. MARCELO TAULOIS: É. É a mesma impune em Bangalore e é a mesma empresa que faz os eletrônicos *Challenger* da NASA. O próprio Estados Unidos desenvolve a eletrônica na Índia. Então, a gente tem *pockets* de excelência hoje no mundo, que não dá para fugir. Então, a gente vai, usar isso daí. Mas, com 80% de bem nacional, é um índice enorme do preço do produto, é excepcional. A gente, para chegar de 60 para 70, foi difícil, de 70 para 80, foi muito difícil, está sendo muito difícil.

E era em Guará que os próximos dois campos do Pré-Sal, existe essa necessidade de que a cada ano, nos próximos quatro anos, a gente tem que melhorar 2,5% até chegar a 80%, e a gente vai conseguir e vai trabalhar para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem, muito obrigado, mais uma vez, ao Dr. Marcelo Taulois, diretor-presidente da Aker Solutions do Brasil.

E, agora, eu passo a palavra ao Dr. Luiz Fernando Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, SINICON.

Seja bem-vindo. Obrigado pela sua presença. V. Sa. dispõe de 20 minutos para sua palestra. Obrigado.

SR. LUIZ FERNANDO SANTOS REIS: Antes de mais nada, Sr. Presidente, eu queria agradecer imensamente o convite e a honra feita de estarmos aqui, presentes, e apresentar rapidamente o que é o SINICON e uma visão nossa sobre esse problema. Pode mudar aí, por favor.

O SINICON, quer dizer, a construção pesada, o que é o setor da construção pesada? Ele responde por uma parcela significativa do PIB, é um dos mais importantes segmentos empresariais brasileiros, é fomentador de tecnologia, exportador de serviço e gerador de milhões de empregos.

O SINICON... Pode mudar, por favor. É a mais antiga organização, que representa, em caráter nacional, as empresas de atividade econômica da construção pesada. São as empresas que estão envolvidas nas construções de plataforma, terminais e todas essas obras que são projetadas pela Aker e outras empresa similares. Ele foi fundado em 1959, possui 450 filiadas, das quais 104 são mantenedoras, todas de capital nacional, e respondem por 15% do PIB. O setor gera cinco milhões de empregos, e nosso desempenho visa garantir a continuidade de trabalho dessas empresas e a excelência do setor. Pode virar, por favor.

Eu acho que é importante a gente examinar o cenário nacional, hoje, para entender os problemas e as oportunidades que daí surgirão, quer dizer, nós temos a menor taxa de desemprego dos últimos anos, nós temos, em 2009, 8,1% só de desempregados e, em 2010, a previsão é de 6,9% de desempregados. Isso torna mais difícil ainda arranjar gente para esses trabalhos. A indústria como um todo voltou a crescer, a previsão de 7% em 2010, no mercado interno. A previsão no segundo trimestre deve chegar ao nível da pré-crise.

O volume de crescimento de exportações tem aumentado violentamente, o comércio tem uma previsão de crescimento de 9%, e falta, em todos os segmentos

do nosso ínterim, a capacidade gerencial. Eu diria que a PETROBRAS é um nicho de excelência de capacidade gerencial no Brasil.

Os grandes problemas dos programas brasileiros de desenvolvimento é a falta de capacidade de gerencial. Hoje, não falta recurso, hoje, não falta competência, hoje, falta capacidade gerencial, e a PETROBRAS é uma ilha de excelência nessa área.

A falta de mão obra qualificada... Pode virar, por favor. É em todas as áreas, não é só na engenharia, ela corre a cadeia produtiva em todos os seus elementos, e nós vamos mostrar isso. A média de salário da construção civil, coincide com o que você falou, subiu 20%, em termos reais, nos últimos 12 meses. E isso não é fruto de outra coisa, a não ser da escassez.

A Associação Brasileira de Tecnologia da Informação e Comunicação prevê a falta de 100 mil trabalhadores no setor em 2009 e, em 2013, pode chegar a 200 mil trabalhadores, na área de tecnologia da informação. Então, eles são absorvedores de mão de obra, oferecendo salários mais compensadores do que o da nossa área.

A carência de qualificação é em todos os níveis, a falta de capacidade gerencial, a discrepância entre a demanda de trabalhadores e a quantidade de profissionais especializados; nós não estamos falando só de engenheiros, a cadeia vai exigir do engenheiro, ao soldador, ao técnico e ao equipamento que vai ser empregado.

A falta de mão na obra da engenharia, aqueles dados que foram falados, a que o Presidente se referiu, no Brasil, nós temos 23 mil engenheiros formados por ano, na Coreia, 80 mil, e, na Índia, 200 mil. Nós temos um índice no Brasil de seis engenheiros para cada mil pessoas; nos países desenvolvidos, de 12 a 24; nos países em desenvolvimento, de 12 a 24; nos países desenvolvidos, de 18 a 30.

Consequência: é isso que não se quer, é o risco de internacionalização da mão de obra e a consequente potencialização e o enfraquecimento e a desvalorização da força de trabalho nacional para atendimento imediato à crescente demanda. Nós não vamos ter saída, isso é um programa gradual. Se nós continuarmos no nível de desenvolvimento que a PETROBRAS vem provocando, que nós, empresas do setor, tenhamos, nós vamos ter que fazer associações e, numa primeira fase, nos associarmos para importar tecnologia e fazendo gradualmente uma substituição, se não, para.

O cenário atual, e eu vou botar isso rapidamente, só para comparar com o que vai acontecer quando entrar o Pré-Sal, que já deve ter sido citado por mundo. Esses são os números da PETROBRAS, está no site da PETROBRAS de 2008. Os investimentos eram de 53 bilhões(F), tinha 109 sondas de perfuração, 13 mil poços produtores, 112 plataformas de produção, 16 refinarias, produzindo 1.937 barris por dia, e reserva de 11,19 bilhões, e uma produção diária de dois bilhões de barris e 25 mil quilômetros de duto; isso para 11 mil barris, 11... Ali está o número, 11 milhões, 11 bilhões de barris de óleo equivalentes de reservas detectadas hoje.

Com a entrada do Pré-Sal, os volumes estimados são de 30 a 50 bilhões, com 20% de gás, e possível entre 20 e 30 bilhões. Só na Bacia de Santos, cinco a oito bilhões de barris de óleo equivalentes em Tupi e, em Guará, de "um a ponto dois" (sic) bilhões. Quer dizer, nós mais que dobramos as necessidades, as reservas hoje detectadas.

Se a gente já tem dificuldade para atender hoje, quando entrar essa demanda, complica. Pode virar, por favor. E nós temos a cadeia produtiva, que vai da exploração à produção, ao refino e à distribuição. Não é só na exploração e produção que vai faltar gente, não. Na hora em que você tiver mais exploração e produção, você vai aumentar a capacidade de refino e, hoje, você já está construindo mais duas unidades, que é a RENEST, em Pernambuco, e a COMPERJ, no Rio de Janeiro, com início desse tipo de discussão no Maranhão, das Premium no Maranhão; se não me falha a memória, é Maranhão, Ceará e Rio Grande no Norte.

Quer dizer, só essa entrada de demanda já gera uma deficiência de mão de obra, e aí é mão de obra qualificada, até na área da construção civil. Nós temos deficiência em todas as áreas e na distribuição também vai sofrer, porque vai ter mais volumes, mais distribuição e mais quantidade; de profissionais, na cadeia de fornecedores e especialistas.

Quer dizer, o parafuso que tem que ser colocado lá no Pré-Sal é completamente diferente do parafuso que era usado antigamente. Quer dizer, todas as tecnologias são diferenciadas, e os profissionais têm que ser treinados para essas novas tecnologias, que hoje até não existem ainda.

No Pré-Sal serão necessários mais profissionais e ainda mais qualificados. Ali você vê o crescimento. Aí eu vou fazer um contraponto [risos]: a rampa ascendente de programa coincide com a renda descendente da profundidade [risos], quer dizer, quanto mais nós estamos afundando, mais vai crescer nossa rampa de problemas.

Hoje, ali, ainda é antes do Pré-Sal, nós já temos perfurações de 2.000 metros em [ininteligível], quando chegar no Pré-Sal, nós vamos atingir temperaturas até hoje desconhecidas, pressões e todos os níveis, que vão exigir uma demanda de equipamentos, qualidade

e outros que vão formar uma nova escola de profissionais no país. Pode virar.

Atualmente, são 300 mil empregados diretos e indiretos na PETROBRAS. Eu fico até com medo de dar esse número na frente do Lima, mas não sei se está certo isso, mas foi o dado que nós coletamos.

A necessidade de qualificar 207 mil trabalhadores de construção de refinarias, plataformas, navios e dutos, entre 2010 e 2013, quer dizer, qualificar os 200 mil que foram falados aí, estão aí. São dados do PROMINP. E a necessidade de formação de 240 mil profissionais até 2016. O desafio PETROBRAS é o patamar mínimo de 80% de profissionais e componentes brasileiros nas plataformas e na indústria de petróleo, quer dizer, como nós vamos chegar a isso, dentro da atual conjuntura?

O que muda? Ao longo dos próximos anos, haverá um patamar de reserva de produção de petróleo, número de empregos três vezes maior que o atual. Investimentos robustos garantirão a execução de um dos maiores e mais consistentes projetos do mundo. São 111 bilhões até 2020. Novas plataformas de exploração; são mais 171 novas unidades, só para a exploração. Nós temos, hoje, 170 no total, vão ser mais 170, quer dizer, você dobra a quantidade atual. Mais de uma centena de embarcações de apoio, além da maior frota de sondas de perfuração a entrar em atividade nos próximos anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Desculpe, doutor, em que horizonte de tempo? O senhor está falando: "Ao longo dos próximos anos, haverá um patamar de reservas". Próximos anos é o quê? 2015?

SR. LUIZ FERNANDO SANTOS REIS: É 2016, diria eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em 2016. Tudo aí em termos de 2016?

SR. LUIZ FERNANDO SANTOS REIS: De 2016 a 2018,

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Certo, obrigado.

SR. LUIZ FERNANDO SANTOS REIS: Necessidade de mais investimentos e inovações tecnológicas que atendam às novas condições geológicas de trabalho, quer dizer, nós temos que investir em inovação tecnológica para equipamentos que atendam a essas demandas que vão ser existidas. E o Brasil pode chegar ao topo do *ranking* em reservas de petróleo mundial, que coincide com o que o Lima estava dizendo, que o Brasil será o grande polo de desenvolvimento nessa área.

Quando a gente fala em qualificação de mão de obra na construção pesada, nós, sindicato da construção pesada, já atuamos nessa área. Por exemplo, com a entrada das refinarias em Pernambuco e com construção do Estaleiro Atlântico Sul em Pernambuco, não havia mão de obra de operador de máquina de construção pesada. Então, o sindicato da construção pesada, que eu presido, juntamente ao SENAI e à Federação das Indústrias, ao PROCEC, nós criamos um curso de treinamento de operadores de máquinas pesadas.

E nós fizemos um curso de profissionalização com carga de 200 horas e 120 de prática, nós conseguimos máquinas, criamos um canteiro teórico para eles trabalharem, nós qualificamos 850 trabalhadores, em 2009. Foi uma iniciativa do Ministério do Trabalho, do SINTEPAR, que é o Sindicato dos Trabalhadores de Pernambuco, com o SINICON, PROMINP, o FAT e o SENAI de Pernambuco.

Quer dizer, programas desse tipo terão que ser implementados em todos os segmentos da cadeia produtiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeito.

SR. LUIZ FERNANDO SANTOS REIS: Até para pedreiro, carpinteiro, marceneiro, toda essa... Porque não existe mão de obra para atender essa demanda que vai haver de construção. A cadeia de fornecedores, já existe convênio entre SEBRAE e PETROBRAS para integrar a cadeia de óleo e gás, e é preciso identificar as demandas e buscar as inovações necessárias.

Na primeira edição, mais de oito mil empresas, em onze estados brasileiros, como fornecedores potenciais de setor petróleo e gás, sendo que 6,3 mil foram convidados a participar de ações de capacitação, consultoria, e a rodada de negócio com 25 mil participantes qualificados. O volume de negócios gerados chegou a dois bilhões de reais. Então, essa cadeia de fornecedores tem que ser incentivada a estar preparada.

A rede de desenvolvimento da cadeia nacional de fornecedores da PETROBRAS, criação em 2009 da rede estratégica, com foco da mobilização e no alinhamento das instituições públicas e privadas, fornecedores de bens e serviços essenciais, estratégicos e investimentos da PETROBRAS.

A iniciativa do Ministério do Planejamento, orçamento e gestão, a PETROBRAS, a Fundação Nacional de Qualidade e o Movimento Brasil Competitivo. São movimentos desses que permitirão se vencer essa demanda que vai ocorrer.

Eu diria o seguinte: o Brasil já venceu barreiras na área de engenharia, ele foi o precursor na exploração do petróleo em águas profundas e no descobrimento

da camada do Pré-Sal. O país tem uma gama de trabalhadores que necessita ser qualificado.

Fundamental qualificação, e não só ó qualificação na habilidade, mas, sim, também, qualificação em todos os níveis, até nos nossos, os mais altos níveis. E quando eu volto a dizer que a PETROBRAS é uma excelência, por isso os programas dela têm princípio, meio e fim, enquanto outros programas têm princípios, mas não têm meio e fim, de outros órgãos, porque ela qualificou e tem capacidade gerencial, e essa capacidade gerencial tem que ser preparada em todos os outros segmentos.

E isso é um ponto que nós, no SINICON, vínhamos nos batendo e nós estamos fazendo uma experiência, no Rio de Janeiro, com a FIRJAN, que é um curso de treinamento para formação de gerentes de contratos, não gerente de contrato na área privada, mas, sim, gerente de contrato na área pública. Quer dizer, a pessoa que vai fiscalizar a construção daquela estrada, a pessoa que vai fiscalizar a construção daquele prédio, pelo órgão público, ser treinada para poder examinar o contrato e poder ter uma capacidade gerencial, que a PETROBRAS faz isso com o pessoal dela.

Necessidade imediata de sérios investimentos na área da educação, e a falta da preparação, qualificação e treinamento da mão de obra nacional implicará na importação de mão de obra estrangeira, que é o que tem que ser evitado a todos os custos.

A engenharia brasileira já venceu diversos desafios, está capacitada para vencer mais esse desafio, e o SINICON se coloca à disposição, Sr. Presidente, para sempre que quiser, porque nós entendemos que esse movimento é um movimento que a Comissão de Infraestrutura está fazendo para abrir os olhos da necessidade que a país terá de se preparar para enfrentar esse desafio, que é o desafio do Pré-Sal.

E, antes do Pré-Sal, tem o do Pós-Sal. A gente tem que ter mais gente para enfrentar o Pós-Sal, para poder atender o Pré-Sal, porque, hoje, está faltando gente para o Pós-Sal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Luiz Fernando Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, SINICON, pela sua exposição.

Passo a palavra, agora, ao nosso último palestrante, Dr. Nelson Narciso Filho, que é diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a ANP, os 20 minutos para sua explanação.

SR. NELSON NARCISO FILHO: Sr. Presidente Collor, colegas de mesa, senhoras e senhores, muito boa noite. Verdadeiramente, é um grande prazer estar aqui, partilhando com os senhores a visão da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis sobre o assunto em pauta. Próximo *slide*, por favor.

Nós vamos aqui estar falando sobre a necessidade do setor para a exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal, vamos, de alguma forma, cobrir as necessidades de recursos disponíveis, o que a Agência tem feito nessa direção e os desafios que se nos apresentam.

Talvez, para posicionamento, eu acho que é interessante, aqui, nós pontuarmos que a exploração de petróleo e gás natural na camada do Pré-Sal, ela depende fortemente e está intimamente ligada à necessidade de desenvolvimento de tecnologias de novos produtos e, como aqui dito e o objetivo desse nosso encontro, de recursos humanos que atendam às novas necessidades.

Como visto aqui, falado pelo Marcelo Taulois, movimentos estão sendo feitos, por parte dos fornecedores de bens e serviços, no sentido de se preparar para atender essas demandas. E nós vamos falar um pouco sobre os recursos e instrumentos existentes hoje para a pesquisa e desenvolvimento, que, agora, devem ser avaliados à luz da nova realidade da indústria do petróleo.

O papel da Agência Nacional do Petróleo, a Agência, ela tem como finalidade básica a promoção da regulação da contratação e da fiscalização das atividades econômicas da indústria de petróleo, gás natural e biocombustível. Isso preconizado pela Lei 9.478, o art. 8º, e, no seu inciso X, está bem claro que a Agência deve estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias, na exploração, produção, transporte, refino e processamento. E é disso que nós vamos aqui centrar nossa apresentação aos senhores e senhoras. Próximo *slide*, por favor.

Então, a partir daquela definição legal, a diretoria da Agência Nacional de Petróleo, ainda em 1999, centrou-se em estabelecer alguns objetivos para que ANP cumprisse seu mandato legal, e os objetivos ali estabelecidos são de contribuir para a formação de profissionais altamente qualificados; de ampliar a base de conhecimentos e estimular a geração de tecnologias, a partir de novos produtos e novos processos; criar centros de excelência e desenvolvimento tecnológico do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis; e promover o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação da indústria nacional, de sorte a aumentar, a incrementar a participação do conteúdo local.

Os instrumentos aqui utilizados, em termos de recursos, nós temos duas fontes de recurso, uma fonte de recorro é a fonte que vem dos *royalties*, e, nessa situação, o que nós temos é que a parcela superior a 5% dos *royalties*, estabelecido na Lei 9.478, determina

que 25% daquela parcela deve ser encaminhada ao CT-PETRO, ao Ministério de Ciência e Tecnologia, e o Ministério de Ciência e Tecnologia, do CT-PETRO, do qual nós fazemos parte do comitê, ele encaminha parte da verba para um programa estabelecido pela Agência, que nós chamamos programa de formação da recursos humanos da ANP, que eu vou discorrer um pouco mais detalhamento para os senhores.

A segunda ação tomada, essa, sim, pela Agência, é que estabeleceu que todos os contratos de concessão, em que os concessionários tivessem que pagar participações especiais, ficou estabelecida uma cláusula que determinada que 1% da receita bruta de cada campo que pague participação especial deve ser reservada à aplicação em pesquisa e desenvolvimento. Também vou falar para os senhores, de uma forma mais detalhada, um pouco mais à frente. Por favor.

A partir daquelas duas determinações, a Agência estabeleceu um programa, chamado Programa de Formação de Recursos Humanos, PRH, cuja abrangência é absoluta, por toda a cadeia produtiva, iniciando com aquisições sísmicas, ou seja, com estudos geológicos, geofísicos, passando pela área de produção, exploração, pela área de refino, toda a parte de meio ambiente, ou seja, toda a cadeia, ela é satisfeita, ela é acompanhada por esse nosso processo de PRH. Próximo *slide*, por favor.

O objetivo da formação do PRH era estimular as instituições de ensino a organizar e oferecer especializações profissionais consideradas estratégicas e imprescindíveis para atender às demandas da indústria do petróleo. Então, nós passamos a contatar as universidades e buscando fazer com que as universidades, elas buscassem criar, na sua grade de ensino, cadeiras específicas da área de petróleo e gás natural.

Aqui, mais para lhes dar uma ideia de como é que esses recursos se dão, como dito anteriormente, a partir da produção de petróleo, a parte superior a 5% da renda, nós determinamos que 25% daquela quantia há que se encaminhada ao MCT, ao Ministério de Ciência e Tecnologia, através do CT-PETRO; passado isso, ao FINEP; e, a partir de situações estabelecidas pela Agência, as universidades, elas participam de editais, e, uma vez definidas as universidades, o recurso é passado às universidades, através de determinação de bolsas e taxa de bancada, que eu vou lhes apresentar mais adequadamente.

Essa situação, como dito anteriormente, ela se inicia em 1999, e, entre 99 e 2000, nós tivemos três editais, onde foram apresentadas 149 propostas e selecionados 36 programas. Temos, hoje, 36 programas de recursos humanos, espalhados por todo o país, e, em dezembro do ano passado, nós lançamos o quarto edital. Esse quarto edital nós já recebemos 42 propostas, com dez programas, e os programas dessa feita o que nós estamos orientando é para que sejam feitos estudos específicos na área do Pré-Sal, em biocombustíveis, em saúde ocupacional e eficiência energética.

As bolsas do PRH, elas trazem uma característica especial em duas razões: primeiro é que nós procuramos fazer bolsas para graduação, mestrados e doutorados e nós observamos como estavam as práticas, em termos de valores no mercado, e procuramos fazer com que as bolsas ofertadas pela Agência fossem até acima daquelas praticadas pelo CNPQ e pela CAPES.

Esse programa, ele traz uma característica, como dito, bastante especial e diferenciada, porque nós temos a taxa de bancada e temos o pesquisador visitante.

A taxa de bancada, ela equivale praticamente ao número de bolsas ofertadas e ela tem como finalidade permitir ou criar situações em que os bolsistas possam participar de cursos, de congressos, de trabalhos em campo, ou seja, aproximar os bolsistas da realidade.

E temos outra característica interessante, que é a do pesquisador visitante. O pesquisador visitante, aqui, o que se propõe é valorizar o notório saber. Trata-se, portanto, de professores de outras universidades, experientes, trata-se, portanto, de profissionais de engenharia, de geologia, profissionais com bastante prática, e o que nós buscamos com isso é fazer com que haja uma integração da academia com o setor produtivo, e o professor visitante, o pesquisador visitante, ele também age como um facilitador no desenvolvimento de trabalho de fim de curso dos alunos junto à indústria. Próximo *slide*, por favor.

Aqui, senhoras e senhores, é para lhes dar uma ideia de como tem se comportado esse programa de recursos humanos, de formação de recursos humanos, e os senhores observem que, nesses praticamente dez anos, nós tivemos aí em torno de 4.300 bolsas sendo ofertadas, com curso bastante específico da indústria de petróleo e gás. Próximo.

Aqui também é mais para lhes dar uma ideia de que valor que nós estamos falando. Os senhores notem que, em 2007, nós tivemos algo em torno de 26 milhões de reais, ao passo que, acumulado, cumulativamente, nesses últimos dez anos, nós tivemos aí em torno de 184 milhões de reais, que foram apresentados no sentido de desenvolver, no sentido de melhorar a qualidade da mão de obra ofertada nas universidades.

Aqui, para lhes dar uma ideia dos resultados obtidos, até aqui, pelo PRH, nós tivemos um número bastante significativo de publicações no Brasil e no exterior. Temos vários livros publicados por bolsistas

do PRH, e, em função daquela taxa de bancada, os senhores notem que participações em eventos, com participação bastante significativa, e é uma preocupação grande da Agência no sentido de trazer, fazer com que essas experiências, elas sejam trazidas para o mundo real, para o mundo da indústria, para o mundo da prática.

O PRH, ele tem sido realmente uma história de sucesso, ao ponto em que a PETROBRAS, autorizada pela Agência a utilizar parte daquele investimento de pesquisa e desenvolvimento, a PETROBRAS, autorizada pela Agência, também está participando desse processo de PRH, do Programa de Formação da Agência Nacional de Petróleo, investindo capital que eu vou lhes mostrar na frente, que deveria ser para investimento próprio em ciência, em pesquisa e desenvolvimento, no concessionário, ela vem investindo também nas universidades, a partir desse programa do PRH da ANP.

Então, nós vemos aqui que se trata realmente de uma história de sucesso, onde nós temos aí em torno de 2.208 ex-bolsistas alocados no setor de petróleo e gás e biocombustíveis; 640, desses bolsistas participaram do concurso da PETROBRAS e foram aprovados; 24 deles participaram da mesma forma no concurso da Agência Nacional de Petróleo e foram aprovados pela Agência Nacional de Petróleo; e temos mais de 170 empresas e instituições empregando bolsistas oriundos do Programa de Formação de Recursos Humanos da ANP. Próximo.

Acreditamos firmemente que os resultados obtidos até aqui têm sido muito bons, com alto índice de aproveitamento de ex-bolsistas, acreditamos que estamos atendendo parcialmente, porque não é suficiente o que está se passando. Busca-se um fortalecimento da universidade brasileira, e, ali, eu vou mostrar para os senhores o que está acontecendo do ponto de vista de pesquisa e desenvolvimento.

Um dos resultados que parece-nos bastante adequados são os avanços da produção científica e tecnológica e algumas premiações tanto no Brasil quanto fora para os alunos do PRH.

Outro braço da Agência Nacional de Petróleo, que está sendo conduzido, é a cláusula de 1% para investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Por favor. Em que, como dito para os senhores, nós temos uma cláusula contratual que estabelece que todos os campos que pagarem participações especiais, eles deverão deduzir 1% da receita bruta para aplicação em pesquisa e desenvolvimento.

Isso posto. Próximo *slide*, por favor. Isso é regra estabelecida nos contratos, todos os contratos, hoje, assinados com a Agência Nacional de Petróleo, têm essa regra de 1% de pesquisa e desenvolvimento, onde no mínimo 50% desse valor do 1% deve ser aplicado em desenvolvimento de projetos, as instituições credenciadas pela Agência Nacional de Petróleo; instituições aqui são as universidades, institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nacionais.

Tem toda uma sistemática, todo um procedimento a ser conduzido, e isso é aprovação da diretoria colegiada da Agência. E até 50% do valor daquele 1% as empresas concessionárias devem aplicar nas instalações, em suas instalações e afiliadas e empresas fornecedoras de bens e serviços.

Notem os senhores que essa é uma cláusula muito interessante, porque ela tem a preocupação em fazer com que as empresas apliquem em desenvolvimento, em pesquisa. E essa é uma preocupação que transcende somente a empresa concessionária, ou seja, tem uma preocupação em desenvolver as universidades, em desenvolver os centros de pesquisa e, ao tempo em que se induzem as empresas concessionárias a investirem também nos fornecedores de bens e serviços, que, de alguma forma, eu acho que atende, de alguma forma, o colocado pelo Dr. Marcelo Taulois.

Atualmente, nós temos a concessionária PETROBRAS, obviamente, a Shell, a Repsol e a StatoilHydro, essas são as empresas que hoje pagam participações especiais e, por conseguinte, têm que fazer o investimento de 1% em pesquisa e desenvolvimento. Próximo, por favor.

Aqui, para lhes dar uma ideia de como é que esses valores vêm sendo recolhidos, ano ao ano, os senhores notem, aqui acumulado, nós estamos falando de 4,4 bilhões de reais a serem investidos em pesquisa e desenvolvimento, dos quais pelo menos 50% hão que ser investidos em universidades, instituições credenciadas pela ANP. Próximo, por favor.

E aqui, Sr. Presidente, eu acho que cabe uma observação interessante, é que, no momento em que as empresas, basicamente, fortemente a PETROBRAS foi ao mercado para investir pelo menos 50% que ela tem que investir nas universidades e nas instituições, o que nós observamos é que as universidades e as instituições não estavam preparadas para receber esses investimentos.

Então, nós tivemos que, de alguma forma, fazer investimentos maciços em infraestruturas laboratoriais. O que nós, de uma forma muito clara e pragmática, podemos dizer para os senhores é que o que está acontecendo nas universidades brasileiras, em termos de capacitação, não dá para ser percebido em crescimento simplesmente incremental. O crescimento é mudança realmente de patamar.

Então, tem um trabalho um tanto pouco barulhento, mas de muita efetividade na capacitação laboratorial, de infraestrutura laboratorial no Brasil.

Outro importante elemento aqui a mostrar para os senhores é a parte de recursos humanos, em que a Agência Nacional de Petróleo autorizou a utilização de 264 milhões de reais para o PROMINP, e que são os elementos, é o recurso que vem mantendo e criando as condições para o PROMINP.

Então, eu acho que é muito interessante nós aqui caracterizarmos que existe uma preocupação real da Agência Nacional de Petróleo com relação às preocupações aqui colocadas. Entretanto, sabemos que não são suficientes. Próximo *slide*.

Aqui é mais para lhes dar uma ideia de que a grande concentração de pagamentos de participações especiais está na PETROBRAS, que responde por 99,3%, isso é mais um posicionamento aos senhores. Próximo, por favor.

A outra aplicação, trabalho importante da Agência, é junto ao PROMINP, que é o Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás e o programa nacional, Programa de Qualificação de Profissionais. A Agência tem participado nesses programas com os *fadings(F)* naquela medida de autorizar a PETROBRAS a utilizar [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É natural, não é gás natural, mas é uma advertência natural.

SR. NELSON NARCISO FILHO: Então, eu vou andar um pouco mais rápido [risos]. Mas aí eu queria... Próximo *slide,* por favor.

E aqui nós temos, só para os senhores observarem, dos 228 milhões distribuídos, alocados ao PNPQ e ao PROMINP, entre 2006 e 2009, os senhores aqui observam a utilização dessas verbas, onde nós temos que 73% foram praticamente usados para contratos, serviços e outros pagamentos. E eu trago esse *slide,* porque é de responsabilidade da Agência Nacional do Petróleo estar controlando a utilização adequada dessa verba. E 22% para pagamento de bolsas, etc. Por favor.

E temos já, dentro da Agência, demandas do PROMINP para o período entre 2009 e 2013, de utilização de verba da ordem de 553 milhões de reais. O próximo *slide.*

Aqui, nós temos aqui dois ou três *slide*s sobre as conclusões e desafios. A conclusão que nós tiramos de tudo o que nós temos até aqui é de existem hoje instrumentos e recursos para investimentos em nova tecnologia e para a formação de recursos humanos, existem.

Nós observamos que significativos investimentos estão sendo realizados na capacitação de instituições de pesquisa e infraestrutura laboratorial e técnica. Há dispositivos legais para financiamento de pesquisa e desenvolvimento, está na lei: o CT-PETRO, e estão nos contratos da ANP a obrigatoriedade de investimento em pesquisa e desenvolvimento. E sabemos que estão sendo desenvolvidos programas de formação de recursos humanos para o setor.

Isso tudo é muito bom, mas isso não é suficiente, dado até o que foi apresentado pelos colegas de mesa, aqui, ações mais emergentes hão que ser tomadas. E aqui eu trouxe alguns desafios que nós observamos e que precisam, no nosso entendimento, ser endereçados de formas adequadas. Nós vemos a necessidade de se estabelecer a articulação entre os agentes, o Estado, as instituições de pesquisas, os concessionários e os diversos segmentos da indústria do setor de petróleo, com vista a maximizar o uso dos recursos.

E, aqui, o que nós estamos querendo dizer com isso é que muitas das soluções que estão sendo desenvolvidas, elas precisam ser carreadas para práticas. Há necessidade de haver um maior intercâmbio e um maior envolvimento entre a indústria e a academia. Nós vemos uma necessidade, que acho que ela combina muito com o que foi falado aqui pelo Luiz Fernando, que foi falado pelo Taulois, a necessidade do notório saber, da experiência prática ser levada também para a universidade.

Nós vemos que a formação, e eu acho que nosso PRH, nossa pesquisa e desenvolvimento, cláusula de pesquisa e desenvolvimento, há que ser carreada também para a formação gerencial, há que se carreada para preparar o engenheiro, para preparar as pessoas, os técnicos, para que elas possam se tornar reais gerentes, reais superintendentes.

Nós vemos que aspectos como resolução de conflito, gestão de pessoas, gestão de custo, esses não são aspectos tratados na profundidade que precisa ser tratados, até para que possamos realmente desenvolver, para que esses gestores possam desenvolver pessoas.

Porque um dos papéis mais fundamentais do gestor, além do conhecimento, é sua capacidade efetiva de desenvolver pessoas, e isso nós vemos que precisamos ter uma interação mais ampla nesse sentido.

Estimular a indústria a investir recursos próprios em P & D. Nós vemos que não deveria existir uma cláusula que gera multa, se não for aplicada, se não for exercitada, que é a cláusula de obrigar a empresa a fazer investimento em pesquisa e desenvolvimento.

A pesquisa e o desenvolvimento é a garantia de continuidade do negócio. Então, nós achamos que é

muito importante que haja estímulo para que as empresas vejam a pesquisa e o desenvolvimento como algo necessário.

O Marcelo comentou aqui que nós não temos, hoje, no Brasil, alguns tipos de ligas importantes e que, no Pré-Sal, sabemos que nós vamos estar convivendo com formações com H_2S, com formações com CO_2, em níveis que são maiorias do que os níveis atuais; ali precisa realmente de desenvolvimento de novas tecnologias. Próximo *slide,* por favor.

Como dito anteriormente, nós vemos como fundamental o intercâmbio entre a indústria e a academia. Os estudos feitos, as teses feitas pela academia, elas precisam ser abarcadas, precisam ser abraçadas pela indústria, e aquelas teses, elas devem ser de tal sorte que permitam realmente sua utilização.

Nós vemos que fortalecer a indústria, em especial as pequenas e médias empresas, é fundamental. E aí, nesse sentido, eu peço, eu faço eco às palavras do Presidente Lima, para dizer que fortalecer a indústria é necessariamente fortalecer a engenharia nacional, porque o fortalecimento da engenharia nacional cria realmente, a partir de especificações, a partir de definições, olhando para a capacidade local, cria realmente oportunidade para crescimento local.

Fortalecer a indústria, a partir de ter previsibilidade, que nós estamos tendo hoje, é fundamental, porque ajuda também no conteúdo local, que deveria ser uma componente muito importante de uma política industrial.

Então, quando eu vejo perspectivas, orçamentos da ordem de 200 bilhões de dólares, para os próximos cinco anos, seis anos, eu digo para os senhores: o conteúdo local é importante, a engenharia é importante, mas é muito importante uma visão mais abrangente, uma visão mais larga, que é a viação do estabelecimento de uma política industrial.

E acho que é fundamental que nós paremos para pensar nesta política, especialmente neste momento em que todos os aspectos necessários para o estabelecimento da mesma estão colocados a mesa: recursos, previsibilidade, carteiras, demandas. Então, é nesse sentido que a gente chama de importância de fortalecer a indústria nacional.

E um último ponto que nós achamos muito importante e que eu acho a ANP está tratando nesse sentido, também, é de aumentar o acesso dos jovens aos cursos técnicos e às universidades, preparando-se para o mercado de trabalho. Ou seja, nós estamos trazendo o PRH para se fazer o PRH técnico, porque nós precisamos realmente reequilibrar o PRH técnico. De sorte que, como disse o Marcelo, não dá só para nós prepararmos engenheiros; para cada engenheiro, eu acho que era interessante... Eu vim da indústria do Marcelo. Eu acho que era interessante nós pensarmos o seguinte: para cada gestor que nós preparamos ou tivermos um gerente, nós certamente vamos precisar de cinco ou seis engenheiros; para cada engenheiro, nós vamos precisar, certamente, de dez a 15 técnicos; e, para cada técnico, nós vamos precisar de outros 15 a 20 profissionais de mão de obra direta.

Então, eu vejo todo o movimento na direção do preparo da mão de obra direta, que precisa da engenharia, que precisa, mas meus quatro anos na Agência Nacional de Petróleo têm sido fortemente orientados para mostrar a necessidade também de prepararmos gestores, também de prepararmos os líderes. E eu acho que essa é uma preocupação que está secundária em todo o processo.

Eu queria, Sr. Presidente, fazer um último comentário. Pode passar o último *slide.*

Eu queria, Sr. Presidente, fazer um último comentário sobre o que eu vejo de muito importante com relação à engenharia. Na verdade, se nós olharmos a empresa do Marcelo Taulois, que é uma empresa norueguesa que a gente conhece bem. Essa é uma empresa que foi construída no momento em que tinha um "boom" de petróleo também, conceitualmente, no momento em que tinha um "boom" do petróleo. Se nós olharmos hoje a Noruega, a importância que tem hoje a produção de petróleo na Noruega, ela tem sido declinante, e isso não fez com que a Noruega perdesse, em termos de PIB, ou perdesse em termos da própria indústria do petróleo, porque ela aproveitou, e muito bem, para desenvolver a indústria de serviço, para desenvolver a indústria de engenharia, para desenvolver a tecnologia.

E, hoje, o Marcelo pode aqui confirmar, uma parte significativa da receita da Noruega não vem da produção do petróleo, ela vem de serviço, ela vem de engenharia, ela vem de tecnologia, ela vem de criação.

Eu tive, Sr. Presidente, oportunidade de viver em África por muito tempo. E eu ficava, naquela ocasião, como brasileiro, me sentindo mal em ver que a empresa de petróleo em Angola contratava os noruegueses para desenvolvimento de estudo de engenharia de petróleo. Arranjos e todas as sortes de estudos relativos a petróleo.

Quer dizer, por que não fazemos isso com o Brasil? Nós estamos ali do lado, nós falamos a mesma língua, as nossas culturas... E eles adoram nossas novelas. As nossas culturas, nosso futebol é tudo igual, nós estamos em águas ultraprofundas.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Acho que era por isso que eles não con-

tratavam os brasileiros, não é? Porque eles adoravam as novelas [risos].

SR. NELSON NARCISO FILHO: Nós estamos em águas ultraprofundas, e os senhores estão indo em águas ultraprofundas aqui, e, no entanto, nós não tínhamos a engenharia brasileira, essa é a grande verdade, e eles contratavam os franceses, a Doris, eles contratavam a Technip, eles contratavam a Mustang, e não tinha como contratar o Brasil. Isso uma observação.

Uma perguntada observação é interessante: todas as empresas que se encontravam em desenvolvimento em Angola, na Guiné Equatorial, no Gabão, por onde eu estive, a gente observava é que essas empresas, elas contratavam prioritariamente as empresas de serviços e de produção do seu país.

O que eu quero dizer? A Ekson contratava prioritariamente as empresas americanas. A Total contratava prioritariamente as empresas francesas, e nós temos, hoje, a PETROBRAS se expandindo pelo mundo, mas isso em quantos países, Lima?

SR. JOSÉ LIMA DE ANDRADE NETO: Vinte e nove.

SR. NELSON NARCISO FILHO: Em 27 países, e vai chegar um momento que vai demandar essa nossa capacidade, vai chegar o momento que vai demandar esse nosso *know-how.*

E aí é que queria terminar, dizendo que é fundamentalíssimo que nós realmente pensemos em democratizar o que tem de engenharia hoje e abrir oportunidades, mesmo, e fazer com que o Brasil olhe investimento em engenharia como algo que vai fazer com que as situações sejam perenes, para que nós não nos arrependamos, daqui uns anos, porque acabou o Pré-Sal, e nós não criamos o que precisávamos criar.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Obrigado.

SR. NELSON NARCISO FILHO: Era isso que eu queria dizer, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Obrigado ao senhor, Dr. Nelson Narciso Filho, e convido nosso Presidente para retomar o seu posto imediatamente. E, ao mesmo tempo, aproveito para fazer um comentário breve. É que o conjunto das matérias que dizem respeito ao novo marco regulatório, todas, então, já estão no Senado Federal.

E eu estou observando, eu acompanhei as intervenções, algumas do próprio gabinete, no circuito interno do Senado, e as duas últimas inteiramente aqui na Comissão. Então, a exigência parece demonstrar que, sem prejuízo do esforço gigantesco de qualidade que nós devemos ter, o que vai parecendo é que precisamos de uma velocidade um pouco maior. Quer dizer, é preciso pisar um pouco mais no acelerador.

Essa demanda que foi apresentada pelos senhores é muito grande, não é um demanda pequena. O esforço de preparação nosso, de recursos humanos, eu considero gigantesco. Quer dizer, eu acho que tem que ter um trabalho muito bem orquestrado entre Governo Federal e Governos Estaduais, para poder oferecer esses recursos, se não, nós não teremos, nesse tempo, nós não teremos esse pessoal. Ou talvez seja preciso nós abrirmos mais o mercado de trabalho brasileiro, porque nos fala aqui o Narciso que nós contratamos empresas, até mesmo nós contratamos empresas de outras bandeiras para poder responder necessidades da própria indústria de petróleo brasileira, especialmente a PETROBRAS.

Nós temos condições de dialogar com nossos irmãos aqui do MERCOSUL, é possível dialogar com a Argentina, com o Uruguai, eles têm tem disponibilidade ou nós vamos ter que buscar esse pessoal fora da nossa região? Ou, se nós temos condições de dialogar no sentido de ajudar também a preparar, na nossa região, já que há um esforço de formação de um bloco econômico, se nós podemos dialogar com os países da nossa região, para contribuir com o esforço conjunto da região, porque é uma demanda gigantesca, não é coisa pequena.

Eu acho que vejo, primeiro, uma afinação muito grande com os estados, porque você direciona recursos, a ANP direciona os recursos para os estados, para instituições federais e estaduais. Então, tem que ser uma combinação muito importante para que a gente possa responder a essa demanda, e talvez a gente tenha que ter o cuidado e o zelo da mesma questão do marco regulatório, porque, digamos assim, não podermos ter toda a pressa do mundo, mas não podemos deixar de ter a pressa necessária para oferecer o novo marco regulatório, porque, se você não oferece essa ferramenta extraordinária, que é você ter uma regulação adequada, você também não faz com que o conjunto da sociedade, e aí entra, veja só o problema que se cria. Eu imagino que uma questão que tenha muito importância, mas que não é central, como a distribuição dos royalties de participação especiais, terminou sendo o centro do debate em torno da questão do novo marco regulatório.

O *royalty* de participação especial é uma parcela muito pequena dessa riqueza gigantesca, ela é muito pequena, mas ela está sendo o pivô, digamos assim, de uma espécie de trave colocada no debate sobre a questão do novo marco regulatório.

Eu considero assim: é muito importante ter o marco regulatório, inclusive para que a gente possa

se ajustar a essa demanda gigantesca, apresentada pelos senhores aqui no Senado Federal, e, sempre que os senhores são convidados, os senhores têm alertado, aqui mesmo na Comissão de Infraestrutura, alertado para o problema: nós não vamos ter pessoal preparado para responder às necessidades do setor. Então, isso não é uma coisa simples, é grave, exige um empenho conjunto muito grande.

E eu compreendo que a Comissão de Infraestrutura busca responder a isso, não é apenas elementos para decisões nossas, dos senadores, é para demonstrar para a sociedade que não é um problema apenas da União, apenas das empresas, mas é um problema conjunto do Brasil, em que os estados têm que desenvolver com muita intensidade, mas muita, muita intensidade. Não pode considerar que é um problema que a União não vai resolver pelos estados ou pelo Brasil sozinha, tem que envolver governadores com mais intensidade; alguns têm demonstrado grande empenho.

Eu quero informar que, no caso do nosso estado, é um estado pequeno, o Ceará, do ponto de vista econômico, embora tenha uma população já muito grande, mas, num esforço conjugado, o governador do estado, Ciro Gomes, fez uma programação de transformar 100 escolas de nível médio, que a gente muda muito de nome, aqui no Brasil, todo dia tem um nome novo, mas são as escolas de ensino médio, em escolas técnicas profissionais. Já era um esforço que a gente vinha fazendo com o que a gente chamava lá de centros técnicos. Nós tínhamos alguns espalhados pelo Estado do Ceará, centros de formação técnica separados do ensino médio. Então, nós agregamos esse esforço num esforço só e estamos construindo 100 escolas para a formação técnica, profissional, na área mais ou menos em que atuavam as escolas técnicas federais antigas, que, agora, são os distritos federais tecnológicos, num esforço do Estado do Ceará, mas é muito pouco para o que os senhores apresentaram.

Quer dizer, 100 escolas no Ceará é muito pouco, quer dizer, na língua portuguesa, nós podemos usar esse esforço de que é "muito pouco". Então, eu considero esse painel, assim, muito significativo, do ponto de vista de alerta, Sr. Presidente, para nossa realidade, a realidade brasileira.

E por isso, com uma tarefa desse porte, que eu convoco V. Exa. para assumir o posto da Presidência [risos].

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Inácio Arruda, coordenador dos trabalhos que vamos apresentar na próxima reunião do dia 08, do novo marco ou, melhor dizendo, do marco regulatório dos biocombustíveis, uma proposta que a Comissão de Serviço de Infraestrutura vai oferecer à consideração da União, depois de ter ouvido toda a sociedade, de ter aberta a internet à participação popular, de ter ouvido técnicos, de ter ouvido entidades interessadas no assunto, de modo que a Comissão de Serviços de Infraestrutura está trabalhando nesse marco rogatório dos biocombustíveis, a ser apresentado no próximo dia 08, um grupo de trabalho instituído por esta Comissão, que tem como coordenador o Senador Inácio Arruda e como integrantes o Senador Delcídio Amaral e o Senador Gilberto Goellner.

E, também, na outra semana, estaremos apresentando aqui o marco regulatório do saneamento básico no Brasil, cujo coordenador para recolher as propostas e as sugestões é o Senador Ministro Eliseu Resende.

Na exposição feita pelo Dr. Nelson Narciso Filho, fiquei muito gratificado, quando ele aponta, com tanta precisão, a necessidade dessa articulação forte entre a academia, o Poder Público e o setor privado. Realmente, se não for essa articulação feita e rapidamente, nós corremos o risco de não termos como atender a essa demanda, que nós estamos já hoje sentindo, e, consequentemente, vamos perder fôlego na nossa capacidade da crescer e de poder suprir melhorar as necessidades da população brasileira.

Há, também, outro dado muito importante, que, além dessa grande produção de óleo que nós agora estaremos enveredando, com a camada do Pré-Sal, há também o etanol. O etanol que a PETROBRAS vem dando uma grande contribuição, e, hoje, já estamos produzindo 30 bilhões de litros de etanol, utilizando, para essa produção, áreas já utilizadas pela cana de açúcar e áreas hoje degradadas, que serviam anteriormente de pastagens, atividade essa que foi sendo deixada de lado pela sua pouca rentabilidade e que, agora, vem sendo utilizada para o plantio da cana.

E que estamos também, aliás, como foi colocado no início de nossa reunião de hoje, vai colocar o Brasil, em 2025, com a possibilidade de estar produzindo 250 bilhões de litros de etanol. Com a possibilidade, portanto, concreta de uma grande contribuição à sustentabilidade do nosso planeta.

Em relação às novas tecnologias, que aqui foi colocada pelo Dr. Marcelo e também colocada pelo Dr. Narciso, nós vemos algo impressionante, em termos de rapidez com que a tecnologia, ela traz soluções em relação, por exemplo, a essa prospecção em águas muito profundas e também à extração em águas muito profundas do óleo.

Então, já estão aparecendo aí essas novas sondas, com ligas que resistem não somente à pressão,

mas a temperaturas, como disse nosso presidente do Sindicato da Indústria Pesada, o Dr. Luiz Fernando, que nós nem sabemos ainda quais são, mas, enfim, já estão trabalhando forte nisso. E também como resolver a emanação de CO_2 que advirá dessa perfuração em águas muito profundas.

Então, o gás em águas, numa profundidade tão grande, esse gás é extremamente poluente, mas já há uma tecnologia sendo estudada para se reintroduzir dentro do reservatório esse CO_2, que naturalmente é expelido, quando se faz a extração do óleo, em camadas tão profundas.

E, também, agora, o Dr. Narciso citou a questão de Angola. Coincidentemente, eu não sei se o... Me chegou aqui, eu solicitei o ofício, coincidentemente, me chegou um ofício datado do dia... Um ofício, não, uma correspondência do dia 26 de março, e o Dr. Narciso falou de Angola, e era é ofício que vem de uma companhia angolana, oportunidade de encontro com o chefe da Casa Civil de Angola, em que essa companhia, desenvolvendo os trabalhos no domínio da infraestrutura e serviços para o Governo de Angola.

"Sabedora dos trabalhos e estudos realizados por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, no sentido de diagnosticar e planejar o desenvolvimento de infraestrutura no Brasil, assim como para a qualificação da mão de obra existente, a Paranasa acredita que poderia ser muito proveitoso para ambos os países o estabelecimento de um maior intercâmbio econômico e cultural". E vem por aí solicitando exatamente esse encontro, para que o Brasil e a Angola, sobretudo o Brasil, possa dar à Angola e ao Governo angolano melhores condições de poder, com a mão de obra, com nosso conhecimento, uma ajuda, uma colaboração efetiva no desenvolvimento da indústria petrolífera daquele país. Uma boa e feliz coincidência.

Ao finalizar nossa Audiência Pública de hoje, será dado, será concedido a cada um dos senhores palestrantes cinco minutos para suas considerações finais, começando com o Dr. José Lima de Andrade Neto, presidente da BR Distribuidora.

SR. JOSÉ LIMA DE ANDRADE NETO: Obrigado, Presidente. Eu queria fazer algumas considerações bem concisas, que é o que cabe neste momento. Uma delas é que um dos exemplos, um dos raros exemplos de país, cuja produção se reverteu em benefícios, é exatamente a Noruega.

Só para dar uma ideia, para os senhores e senhoras, a Noruega tem um reserva, hoje, menor do que a do Brasil, tem uma produção menor do que a do Brasil, mas, à época, a inteligência norueguesa de criar uma indústria de serviço de equipamento fez com que perpetuassem as empresas norueguesas, apesar de essa curva ser uma curva absolutamente decrescente, como foi colocado aqui pelo Nelson Narciso.

É isto que o Brasil precisa fazer. É isto que o Brasil precisa fazer: não basta produzir petróleo, mesmo refinar, mas é preciso desenvolver uma competência e tecnologia, com uma vantagem, a Noruega não tinha o potencial de produção e de reservas que nós temos hoje, que é muito maior do que a Noruega tinha, quando criou essa política local. Esse é um ponto.

O segundo ponto, eu tomei certo cuidado, porque sabia que meu amigo Narciso ia falar sobre esse tema, e, portanto, para não haver sobreposição, em benefício dos senhores, mas eu queria acentuar alguns pontos e comentários que foram feitos aqui. Por exemplo, quando nós falamos em 207 mil pessoas, o que são 207 mil pessoas? É o número de pessoas que o PROMINP identificou como sendo necessárias para o plano de trabalho da PETROBRAS de 2009 a 2013, para 174 bilhões de dólares. Sem Pré-Sal, sem Pré-Sal, porque 2009 e 2013 não entraram.

Então, quando nós falamos, em 2007, Presidente, nós ainda não estamos falando do Pré-Sal, está certo? Ainda não estamos falando do Pré-Sal, mas, desses 207 mil, o PROMINP já formou umas 40 mil pessoas; pretende chegar aos 207 até os 2013; mais 150 profissões diferentes, não só engenheiros, são técnicos em diversos níveis, mais todas as pessoas que participam do programa recebem bolsa, são pagas para estudarem, fazerem bolsas durante o período que lá estão.

E mais, eu quero dizer para os senhoras e senhores, Presidente, que, quando nós estávamos, eu tive a oportunidade de, quando passei aqui pelo Ministério de Minas e Energia, de ser secretário, discutir os projetos do Pré-Sal, tive a honra de participar dessa discussão, um dos pontos críticos de todo o desenvolvimento do Pré-Sal, se nós quisermos fazer com conteúdo local, é a cadeia de fornecedores.

A PETROBRAS vai ter dificuldades? Vai. Vai precisar de mais gente? Vai. Precisa de capitalização? Precisa. Mas há um entendimento de que, se nós não olhamos para a cadeia de fornecedor, nós podemos desenvolver o Pré-Sal, mas não do jeito que nós queremos, com desenvolvimento e conteúdo local, no Brasil.

Essa é uma preocupação central que foi colocada aqui por mais de um expositor. Isso é do conhecimento do Governo e isso é uma demanda que o Governo vem fazendo ao Banco Nacional de Desenvolvimento, que está estudando a cadeia de fornecedores da indústria do petróleo.

Outro ponto que eu queria comentar, Presidente, muito rapidamente, é que o Nelson, ele colocou, mas

eu queria chamar a atenção, porque eu participei do comitê de pesquisa é desenvolvimento da PETROBRAS, durante anos. Os números ali talvez eles escapem à nossa sensibilidade, mas nós estamos falando de 400 milhões de reais por ano, de 500 milhões de reais por ano, 800 milhões de reais por ano, para desenvolver pesquisa, desenvolvimento. Nós não tínhamos condições, porque as universidades não conseguiam apresentar projetos dentro da indústria do petróleo, para chegar à metade dos valores que ali estavam colocados [soa a campainha].

Então, esses recursos existem, esses recursos estão à disposição, e a Agência, inteligentemente, permitiu, que não era permitido, que se fizesse investimento em infraestrutura, em laboratórios, porque não era para isso, era para desenvolver o projeto a partir do laboratório existente, para desenvolver laboratório. Permitiu que se formassem pessoas, porque não era para isso, era para com as pessoas formadas desenvolver o projeto. Mas a mensagem aqui é: tem muito recurso disponível, e o que é que falta? Falta exatamente isso que nós estamos discutindo aqui, integrar essas inteligências, juntar essa inteligência, para que a gente possa de fato dar ao Brasil essa oportunidade.

E muitas experiências exitosas existem, Presidente. Nós não podemos cair naquele erro de começar tudo do zero, como se nada houvesse, nós não chegamos aqui à toa, nós não somos o que somos à toa, tem toda uma inteligência e toda uma experiência acumulada, que precisa, sim, ser coordenada, articulada para que venha produzir melhores resultados.

Eu queria encerrar, Presidente, dizendo que esse é um ótimo problema, está certo? É um problema de quem tem mercado, é um problema de quem tem gente para ser treinada, e é um problema de quem tem recursos. O que falta? Inteligência para coordenar essas ações, para que a gente consiga fazer deste país um país ainda melhor e mais desenvolvido. Obrigado, Presidente Collor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, mais uma vez, ao Dr. Lima Neto, que, com sua experiência, inclusive, faltou-me dizer, faltou a mim dizer, aqui, o Dr. Lima Neto foi um dos integrantes que estudaram a questão do Pré-Sal. Até pouco tempo atrás, ele estava inteiramente engajado no grupo coordenado pela Ministra Dilma Rousseff, no estudo, no dimensionamento, no planejamento de exploração, enfim, em todas essas etapas, uma miríade de etapas que foram estabelecidas para que nós chegássemos ao ponto em que hoje nos encontramos.

Muito obrigado, Dr. Lima Neto, Presidente da BR Distribuidora, pela sua decisiva participação nos debates desta noite. Agora, com a palavra, o Dr. Marcelo Taulois, para suas considerações finais.

SR. MARCELO TAULOIS: Presidente, comentando sobre [interrupção do áudio] o Brasil estava, hoje, ela criava indústria local, ela tinha o conteúdo local mandatório. Nossa empresa tinha uma visão de sistemas de controle de submarino que era feito, naquela época, na Inglaterra, nós tivemos que montar uma entidade na Noruega para produzir sistema de controle e fabricar lá. Só que o que aconteceu foi o que foi comentado pelo Nelson, hoje em dia, 50% da receita da Aker Solutions, que é a maior empresa privada de engenharia da Noruega, é fora da Noruega. E a gente tem como diretriz, nos últimos anos, de ir Noruega afora e atender à necessidade local.

A gente errava muito no passado de ir para os países fora da Noruega e tentar impor aquela cultura norueguesa, aquela maneira norueguesa de ser, hoje em dia, é completamente diferente. A gente conseguiu atender e entender o que o mundo lá fora precisa. Então, quer dizer, todo o trabalho que foi feito, na Noruega, na década de 90, está gerando hoje frutos para a Noruega, usando aquela tecnologia desenvolvida fora da Noruega. E é um prato cheio para a gente aqui também. A gente vai passar agora cinco, dez anos desenvolvendo um mercado e, no futuro, a gente vai usar o que foi desenvolvido no Brasil fora do Brasil, também. Seja pelos 27 países em que a PETROBRAS está participando em projetos, ou seja, em outras indústrias.

Outro comentário importante é esse problema que todo o mundo coloca, e eu fico muito chateado quando o pessoal fala que a gente vai fazer metade do que está sendo previsto, não é problema, o Dr. Lima comentou, é uma grande oportunidade de a gente inventar coisas novas. A gente teve um mercado, por exemplo, de indústria automobilística no ano passado, que estava muito para baixo.

Nós contratamos mais de 100 pessoas da indústria automobilística no Brasil, onde acho que o Nelson pode comentar. Você imaginava, Nelson, há dez anos, a gente contratando gente que fabricava carro para fazer Árvore de Natal? De jeito nenhum. Esse pessoal veio com cultura [ininteligível], entre outras, Systems, processual e ensinou muita coisa para a nossa indústria. Então, têm muitas indústrias no Brasil que são cíclicas, e a gente pode buscar mão de obra desse pessoal e conseguir treinar muito mais rápido.

A gente está fazendo isso, a gente está procurando. Hoje, a indústria automobilística é nosso filão, a gente vai lá e pega o pessoal da indústria, porque tem gente no mercado, e pessoas extremamente bem treinadas.

Por último, conteúdo local, pessoal, não só fabricar no Brasil. Engenharia é talvez o conteúdo local mais importante que a gente tem. A gente não vai conseguir, a gente não quer virar um estaleiro de plataformas, uma fábrica de fazer equipamento submarino, o Brasil, hoje, a Aker é um bom exemplo, e vários concorrentes da Aker também estão na mesma situação, a gente faz 100% de engenharia no Brasil.

Custa muito. Hoje, eu pago para um engenheiro no Brasil quase o mesmo salário do que custa um engenheiro pleno nos Estados Unidos; uma pessoa lá ganha em torno de 70 mil dólares, no Brasil, a gente está pagando exatamente a mesma coisa; tem um teor de encargo social muito grande, que ajuda essa equiparação.

Então, hoje, está muito complicado manter essa mão de obra, mas a gente tem que trabalhar para ela crescer e, junto desse conteúdo nacional, vem a necessidade de a gente reter esse pessoal. Não adianta a gente investir esse dinheiro todo, esse tempo todo, se a gente não conseguir reter isso. Então, é um programa de longo prazo, não é algo para ser resolvido em um, dois, três anos, mesmo tento recurso, o dinheiro da ANP como está comentado, por exemplo, e de universidades e de governo facilitando o processo; a gente tem que pensar a longo prazo e tem que ter calma.

Eu acredito que vale mais a gente criar conteúdo local e talvez atrasar até alguns investimentos, um ano, um ano e meio, o que for, do que importar equipamento, e não investir no conteúdo local. Então, pessoal, é um problema para ter, a gente tem que ter calma e a gente precisa de entidades, de comissões como esta [Soa a campainha] para serem facilitadoras desse processo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Marcelo Taulois, que trouxe para nós a visão do segmento empresarial, da iniciativa privada, vindo ele de uma empresa extremamente competitiva e que tem compromisso não somente com seus acionistas, com seus funcionários, mas também com nosso país.

Para as considerações finais, eu passo a palavra ao Dr. Luiz Fernando Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada, SINICON.

SR. LUIZ FERNANDO SANTOS REIS: Sr. Presidente Collor, eu acho que foram colocadas determinadas observações que são muito importantes, dentro da atual conjuntura em que vive o país. Eu estava brincando com o Lima, antes, que eu tenho mais tempo de PETROBRAS do que ele, apesar de nunca ter sido da PETROBRAS, porque eu comecei a trabalhar, como empreiteiro que eu sou e me orgulho de ser, em 1958, na construção de terminal de derivados da Baía de Guanabara, e, de lá em diante, na minha vida inteiro de empreiteiro, eu tenho diversos obras para a PETROBRAS.

Então, eu acho que nós vivemos uma característica, nesse momento, extremamente interessante e diferente, que é a possibilidade da continuidade. Eu estava falando com o Lima, quando eu fiz o revestimento dos oleodutos submarinos da Bacia de Campos, eu, conversando com o Diretor Orfila, na época, eu disse: "Diretor, eu importei duas máquinas, eu estive a Gordon, na Escócia, para fazer o revestimento dos tubos, o senhor não quer ficar com essa fábrica no Brasil? A gente monta. Ele disse: "Eu não tenho continuidade". Então, nós trouxemos as máquinas, nós trabalhamos dois anos, embarcamos as máquinas e mandamos de volta, e não fez mais isso.

Hoje, existe essa possibilidade de as empresas privadas, que eu represento, investirem, porque elas terão garantia de continuidade de mercado de trabalho. Eu acho que esse ponto é profundamente importante. Segundo, porque um cliente que se chama PETROBRAS. Porque a evolução das empresas de construção brasileira deve muito à PETROBRAS. Em que sentido? No dia em que a PETROBRAS inventou o programa de qualidade, nosso Samuel, as empresas brasileiras passaram a ser obrigadas a seguir padrões de qualidade que até então não havia.

Atingido esse padrão, a PETROBRAS inventou o segundo programa, que era Segurança, Meio Ambiente e Saúde, e virou o QSMS, e nós fomos atrás dele e, hoje, estamos em níveis de excelência, qualidade, meio ambiente e saúde de qualquer empresa no mundo, tanto que nós estamos exportando serviços das empresas brasileiras fora do Brasil, dentro dos mesmos padrões dela.

E, agora, vem a inovação de tecnologia para atender essa nova demanda do mercado, e nós já estamos investindo, e foi falado acho que pelo Narciso, as empresas privadas estão investindo em inovação tecnológica. Por quê?

Porque elas têm garantia de que terão um mercado pela frente. A empresa em que eu trabalho hoje está investindo em inovação tecnológica para entrar na área de *offshore;* hoje, não, eu trabalho há 26 anos nessa empresa, que era uma empresa dinamarquesa que virou brasileira, era Christiani-Nielsen Engenheiros e Consultores, que virou Carioca Christiani-Nielsen. E, então, nós estamos investindo hoje em tecnologia para atender essas demandas da área *offshore*.

E aí você investe em engenheiro, e temos os mesmos problemas da Aker, a gente contrata, treina, contrata na escola, dá treino, de repente, chega outro,

leva a mais caro, ou a gente cria um ambiente para não tentar que seja levado. Mas isso é a regra do jogo, é regra do mercado, e a gente não tem como fugir.

Agora, o senhor pode ter certeza, Sr. Presidente, de que as empresas do setor estão seguindo fielmente esses programas, nós estamos investindo em tecnologia. Agora, velocidade para isso é que é o fato principal. Eu não sei se nós teremos condição, até porque, na hora em que você baixa a qualidade, quer dizer, na hora em que baixa o foco, que você vai para o operário, às vezes, é mais difícil treiná-lo do que treinar um engenheiro ou treinar um técnico de nível de médio.

Esse é outro drama que a gente tem [soa a campainha], e aí o sindicato entra para tentar criar as escolas nas regiões.

Eu queria agradecer imensamente a oportunidade que nos foi dada e colocar-nos à sua disposição. Foi um prazer enorme estar aqui e uma honra muito grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Luiz Fernando Santos Reis, presidente do SINICON, pela sua participação.

Como diz, tem mais tempo de PETROBRAS do que nosso Presidente Lima Neto, da BR Distribuidora, que tem 32 anos [risos]. Então, parabéns aí pela sua participação nesse crescimento e fortalecimento da PETROBRAS.

Finalizando nossa Audiência de hoje, eu passo a palavra, para suas considerações finais, ao Dr. Nelson Narciso Filho, diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a ANP.

SR. NELSON NARCISO FILHO: Sr. Presidente, de alguma forma, eu já fiz minhas considerações finais, logo ao final da minha fala, de forma que eu queria parabenizar a iniciativa da Comissão de Infraestrutura em trazer profissionais da área para discutir um assunto que decerto os desafios nos levam mesmo a ter atenção especial.

Eu queria muito parabenizar, falar da minha satisfação de estar aqui. E eu acho que é interessante repontuar a necessidade do renascer da engenharia brasileira. Eu acho que é muito importante, na hora em que nós desenvolvermos a engenharia para automatizar uma plataforma, para automatizar um campo, esse engenheiro, amanhã, vai servir para outras coisas. Então, nós vamos estar criando realmente processos de disseminação de conhecimento, nós vamos estar realmente criando situações para que o conteúdo local, ele seja atingido, para que as coisas se deem de sorte que nós não tenhamos que, daqui a dez, 15 anos, olhar para trás e perdemos a oportunidade de fazermos o que outros países fizeram. E o processo de conhecimento, ele se dá exatamente dessa maneira.

Então, para mim, é uma visão de profissional formado em engenharia, é de dizer para os senhores o seguinte: me parece fundamental; temos duas situações que me parecem fundamentais, uma é a engenharia nacional, e a outra é não perdermos essa oportunidade de previsibilidade que nós temos, essa oportunidade de orçamentos, bastante fortes, para criarmos uma política industrial para a indústria de petróleo e gás natural. Eu acho que nós não devemos perder essa oportunidade.

Sr. Presidente, muito obrigado, eram essas minhas palavras finais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Nelson Narciso Filho também pela sua participação, os cumprimentos e os elogios dos membros da Comissão de Infraestrutura pelo grande trabalho que a ANP vem realizando, de comum acordo com a PETROBRAS e com todos os integrantes dessa cadeia produtiva de gás e óleo do nosso país.

Agradeço a presença de todos os senhores, por essa produtiva Audiência Pública, e ao tempo que convoco as Sras. e Srs. Senadores para a próxima reunião, a realizar-se no dia 08 de abril, quinta-feira, às 8h30 da manhã, neste Plenário, com pauta deliberativa.

Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 20h42.

Comissão de Serviços de Infraestrutura

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 08 DE ABRIL DE 2010, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e trinta minutos do dia oito de abril de dois mil e dez, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e Senhores Senadores **SERYS SLHESSARENKO, DELCÍDIO AMARAL, INÁCIO ARRUDA, FÁTIMA CLEIDE, JOÃO RIBEIRO, FRANCISCO DORNELLES, GEOVANI BORGES, MÃO SANTA, VALDIR RAUPP, EDISON LOBÃO, GILBERTO GOELLNER, ELISEU RESENDE, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, MARCONI PERILLO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EDUARDO SUPLICY, ALDEMIR SANTANA E ROSALBA CIARLINI.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa

da leitura das Atas da 10ª e 11ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. O Senador **Fernando Collor** procede a leitura dos comunicados da Presidência. Em seguida dá-se início à deliberação das Matérias: **ITEM 1** – **ANTEPROJETO DE LEI Nº 1, DE 2010 – CI.** "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estabelecer a isonomia entre empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas privadas para a prestação de serviços públicos"**. ANTEPROJETO DE LEI Nº 2, DE 2010 – CI.** "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar que a alocação de recursos federais para obras estaduais e municipais seja condicionada à existência de projeto básico". **ANTEPROJETO DE LEI Nº 3, DE 2010 – CI.** "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, e a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências, para permitir que recursos do Fundo Nacional de Saúde sejam alocados a projetos de saneamento básico". **ANTEPROJETO DE LEI Nº 4, DE 2010.** "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências, para impedir a implantação de infraestrutura básica e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas de risco". **Autoria:** Senador **Fernando Collor. Coordenador:** Senador **Eliseu Resende,** que encaminha favoravelmente à apresentação, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, dos Projetos de Lei. **Resultado: Aprovada a apresentação, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, dos quatro Projetos de Lei. ITEM 3 –** Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 139, 2009.** "Altera o Decreto-Lei nº 116, de 25 de janeiro de 1967, para alterar o prazo prescricional das ações contra extravio de carga e das ações por falta de conteúdo, diminuição, perdas e avarias ou danos à carga". **Autoria:** Deputado **Carlos Bezerra. Relatoria "ad hoc":** Senador **Francisco Dornelles. Parecer:** Contrário ao projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer pela rejeição da matéria. Ficam adiados os itens 2, 4 e 5.** Usaram da palavra a Senhora e Senhores Senadores**, FLEXA RIBEIRO, ELISEU RESENDE, JAYME CAMPOS, EDISON LOBÃO, DELCÍDIO AMARAL, GILBERTO GOELLNER, FRANCISCO DORNELLES e ROSALBA CIARLINI.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Presidente declara encerrada a reunião às dez horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura. Antes de iniciamos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 10ª e 11ª reuniões. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

A Presidência comunica o recebimento do Oficio nº 42/2010, DR(F) ANEEL, assinado pelo Dr. Edvaldo Alves de Santana, diretor-geral adjunto daquela agência, em que ele dá conhecimento a esta Comissão do relatório de gestão, da prestação de contas ordinária anual – 2009 –, da ANEEL, que já foi encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno da CGU. E a cópia deste relatório encontra-se aqui, na Secretaria da Comissão, à disposição dos Srs. e Sras. Senadoras que tiverem interesse em conhecê-lo.

Registro, também, o recebimento do Ofício nº 509, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, informando haver sido encaminhada aos ministros da Ciência e Tecnologia e da Educação, para análise e providências cabíveis, a cópia do Ofício nº 25, desta Comissão, dirigida ao Exmo. Sr. Presidente da República, abordando o tema "política de formação e capacitação de recursos humanos frente à política de desenvolvimento produtivo", discutido por ocasião da realização do segundo painel, no dia 08 de março deste ano, do novo ciclo de debates sobre Recursos Humanos para Inovação e Competitividade.

Nós destacamos as propostas trazidas pelo diretor-presidente do Grupo Ultra, naquela oportunidade presente como palestrante, o Dr. Pedro Wongtschowski, que sugere oito iniciativas de ações que podem ser

implementadas por meio de programas integrados do governo com a iniciativa privada e as universidades. Esperamos obter pronta resposta do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério da Educação sobre a avaliação que fazem das propostas aqui apresentadas em Audiência Pública, conforme foi solicitada aos titulares destes ministérios pelo Sr. Ministro Alexandre Padilha, Ministro das Relações Institucionais da Presidência da República.

Ainda como comunicado, ou ainda na fase dos comunicados, gostaria de fazer um rápido lembrete das principais conclusões que foram obtidas da Audiência Pública que tratou da formação e capacitação de recursos humanos para a área de refino, produção e distribuição na área do pré-sal, essa foi a nossa última Audiência Pública aqui realizada. E a principal conclusão que aqui se chegou, pelo que ouvimos dos participantes, foi de que a formação da engenheiros, técnicos e operários para a exploração de petróleo e gás é o grande desafio brasileiro para o aproveitamento das novas reservas descobertas na camada do pré-sal.

Muito embora grande parte da tecnologia na exploração do petróleo tenha sido desenvolvida por meio de pesquisas no Brasil, hoje, há uma grande carência de mão de obra especializada. Com a descoberta do pré-sal, os especialistas alertaram para o fato de que se não houver um investimento maciço na formação de profissionais especializados será preciso trazer trabalhadores de outros países, para garantir a exploração do pré-sal. Aliás, esse é um fato que já vem ocorrendo, haja vista a presença de cerca de 30% de trabalhadores estrangeiros nas atuais plataformas da Petrobras.

O presidente da BR Distribuidora, Dr. José Lima de Andrade Neto, afirmou que a metodologia utilizada pelo governo brasileiro para a formação dos recursos humanos necessários para a formação do petróleo e do pré-sal é diferente da usual. Segundo ele, a partir do projeto estabelecido, o país tem procurado adequar a formação da mão de obra necessária em tempo hábil. O Dr. Lima Neto também salientou a necessidade de se reforçar o que ele chama de *expertise* de empresas de engenharia no Brasil. Ele disse que o país já teve grandes e competentes empresas de engenharia, mas tanto a atuação delas como esta competência foram diminuindo ao longo dos anos. Daí, segundo ele, a necessidade de não deixarmos a engenharia fugir do Brasil. Para tanto, é preciso valorizar o chamado conteúdo local que, aliado ao volume e à sustentação dos investimentos previstos, fortalecerá a indústria e a engenharia nacionais, bem como permitirá o que ele chama de espalhamento da tecnologia e do conhecimento a outras áreas e setores produtivos.

Em seguida, falou o Dr. Marcelo Taulois, diretor-presidente da Aker Solutions do Brasil, que é uma multinacional de origem norueguesa, em que ele ressaltou, nas suas palavras, a grande dificuldade da empresa em obter mão de obra qualificada. Segundo ele, um engenheiro recém-formado leva cinco para ser preparado para atuar nesse mercado. Quer dizer, depois de todos os anos de aprendizado e depois de obtido o diploma de engenheiro, de qualquer uma das engenharias, ele precisa de mais cinco anos para estar habilitado e exercer com êxito essa sua atividade, diante das exigências do mercado.

Essa empresa, a Aker Solutions, que tinha 350 funcionários em 2007, hoje, conta com 850. Aqui no Brasil, não é? E pretende chegar a pelo menos 1.200, em 2012, apesar de reconhecer a dificuldade que terá para a contratação desse montante. O Dr. Taulois afirmou que 4% dos custos com funcionários da empresa no Brasil são gastos em treinamento, fato sem similar em suas filiais de outros países. Para ele, a demanda é muito maior do que qualquer pessoa possa imaginar, estimando que 200 mil novos profissionais terão de ser qualificados nos próximos dois anos. Como exemplo, ele mencionou a dificuldade de se recrutar engenheiros de materiais, bem como profissionais com fluência em inglês e perfil de liderança.

Outro problema enfatizado pelo Dr. Taulois diz respeito aos fornecedores. Segundo ele, a Aker Solutions do Brasil tem um grupo de 16 engenheiros para ensinar os fornecedores, que são 78, no total. Para ensinar os fornecedores como elaborar os produtos necessários à empresa – produtos esses que, claro, a empresa fabrica –, entre outras coisas, o equipamento localizado no fundo do mar, que controla a abertura e o fechamento das válvulas nos diversos poços explorados. Como sugestão, o representante da Aker Solutions enfatizou a expansão do apoio à educação, o maior incremento pelo governo nos usos das PPPs – Políticas de Parcerias Público-Privadas – e a oferta de incentivos fiscais às empresas que investirem em qualificação profissional, nos moldes da Lei Rouanet, para cultura, e da Lei de Incentivo ao Esporte.

O Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, a SINICON, Dr. Luiz Fernando Santos Reis, outro palestrante, salientou a necessidade de se formarem gestores. Segundo ele, falta capacidade gerencial em todos os níveis. De acordo com o Dr. Santos Reis, o Brasil forma, anualmente, 23 mil engenheiros, contra 80 mil, na Coreia do Sul, e 200 mil, na Índia. Enquanto no Brasil há seis engenheiros para cada grupo de cem mil habitantes, a média dos

países desenvolvidos se situarão entre 12 e 23 para cada cem mil habitantes. Já entre os países em desenvolvimento, como o Brasil, esta média é ainda maior: situando-se entre 18 e 30 engenheiros para cada cem mil habitantes.

Lembrando que, no Brasil, há seis engenheiros para cada cem mil habitantes, e a média dos países emergentes é de 18 a 30 engenheiros para cada grupo de cem mil habitantes. Daí o risco que o país, no caso, o Brasil, corre de sofrer o processo de internacionalização da mão de obra. O Presidente do SINICON afirmou que o Brasil irá dobrar, até 2020, o número de plataformas para a exploração de petróleo que, hoje, já somam 171. Ele lembrou que a tecnologia da exploração do pré-sal ainda está para ser construída, lembrando que o trabalho irá se deparar com condições de temperatura e pressão ainda ignoradas.

Por fim, falou o Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP –, Dr. Nelson Narciso Filho. Ele enfatizou a atuação da agência no fomento de programa de formação de mão de obra. De acordo com o Dr. Narciso Filho, os recursos estabelecidos em lei para a formação dessa manobra possibilitaram o lançamento de quatro editais, que totalizaram 46 programas com tal propósito. O último edital, lançado no ano passado, teve 42 propostas, das quais dez se transformaram em programas.

Desde 1999, foram ofertadas quatro mil e trezentas bolsas de estudo a um custo de 184 milhões e 300 mil reais. Embora não fosse o alvo inicial do projeto, ele afirmou que foram feitos investimentos maciços em infraestrutura laboratorial, uma vez que as escolas não tinham recursos para isso. Dos 515 projetos, 504 foram aplicados em investimento laboratorial, a um custo de 1 bilhão e 560 milhões de reais, e outros 264 milhões de reais foram utilizados no Programa de Mobilização da Indústria do Petróleo, conhecido como PROMINP.

Para o Dr. Nelson Narciso, é necessário estimular a indústria e investir recursos próprios em produção e desenvolvimento. E exemplificou com a chamada cláusula de investimento em PID, produção e desenvolvimento, constante do Programa de Recursos Humanos da Agência Nacional de Petróleo, que estipula a aplicação de 1% da receita bruta das empresas neste setor.

O diretor da ANP salientou, ainda, a necessidade de se fortalecer o vínculo entre a academia, governo e empresas privadas para o desenvolvimento dos recursos humanos necessários à nova fase em que entrará o Brasil, na exploração do petróleo. Nesse ponto, defendeu a valorização e a contratação de professores com notório saber advindo da prática, do campo. Enfatizou, também, a necessidade de formação de gestores que, a seu ver, é colocada como preocupação secundária.

Aqui, novamente, eu observo ser imperioso e premente o fortalecimento desse vínculo entre o governo, empresas e o mundo acadêmico. Mais uma vez, nesse painel realizado aqui, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, que concluiu pela carência de mão de obra especializada, notadamente nas áreas da engenharia e de tecnologia como um todo, em seus diversos níveis de setores, não se verificou, como se esperava, essa ideia desse perfeito entrosamento entre a academia, entre o mundo acadêmico, as universidades, tanto públicas como privadas, as empresas públicas ou privadas, com a participação sempre presente do governo, como um fator indutor nesse esforço de coordenação para que haja um objetivo claro de quantos profissionais, na área de engenharia do petróleo, precisaremos formar até 2015, para atendermos à demanda do mercado e assim por diante. Notei que ainda falta um pouco mais de se colocar o mundo acadêmico nessa discussão.

É de lamentar, por exemplo, o impressionante dado que nos foi trazido pelo IPEA: cerca de 72% dos engenheiros formados, hoje, no Brasil, não exercem a profissão. Quer dizer, de cada cem engenheiros formados no Brasil, 72 deles não exercem ou não estão exercendo a sua profissão, a profissão para a qual eles se graduaram. Ou seja, além de formarmos poucos engenheiros, a grande maioria deles acaba derivando para outras áreas. E isso se dá não só pela questão salarial e pela desvalorização da profissão, nas últimas décadas, mas também pela falta de estimulo e condições para uma constante atualização e recapacitação desses profissionais, ao longo da carreira. Talvez cheguemos ao ponto de se pensar em uma forma de resgatar esses profissionais que estão fora do mercado, em suas áreas, muitos deles, imagino, até aposentados prematuramente, por meio de incentivos ou de um processo de requalificação por parte das empresas, das escolas e, principalmente, do governo. Mas para tanto, como, aliás, venho dizendo, impõe-se uma maior sinergia e concatenação de diretrizes, planejamento e ações entre aqueles três segmentos.

E este é o principal objetivo do ciclo de debates que a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal vem realizando, especialmente este ano, em que estamos abordando a questão da formação e qualificação profissional. A esse respeito, gostaria de colocar para os senhores uma iniciativa empresarial de grande porte e relevo que está se verificando em Alagoas, mais especificamente na Cidade de Coruripe. É um município litorâneo, e município de grande futu-

ro, promissor, e já um município que tem um Índice de Desenvolvimento Humano dos melhores do estado.

E lá está se instalando... Lá está estabelecendo, se implantando um estaleiro, uma indústria naval para construção de embarcações. E essa indústria, é fundamental que ela continue o seu trabalho, que ela não esmoreça e que ela acredite que não somente pela localização estratégica do Município de Coruripe, no Estado de Alagoas, mas também pela boa capacitação dos nossos profissionais. Aqui já foi mostrado, em uma das Audiências Públicas, que a Universidade Federal de Alagoas está entre as onze melhores universidades do país. E especificamente no curso de engenharias, a Universidade recebeu a nota 5, a nota máxima, ou seja, é uma curso considerado um curso de excelência, pela avaliação do Ministério da Educação. De modo que, lá, nós temos a matéria-prima humana, nós temos a localização geográfica correta. E estimamos que o empresário ou o grupo empresarial que ali já começou a montar a sua estrutura, para dar início aos seus trabalhos, não, como disse, esmoreça e continue acreditando no futuro e no potencial daquele município e, também, do Estado de Alagoas.

Na próxima segunda-feira, dia 12, às 18h, será realizado o nosso sexto painel para debater a formação e capacitação dos recursos humanos, desta feita, nas áreas de prospecção e exploração mineral, com os seguintes palestrantes, Dr. Carlos Tadeu da Costa, gerente executivo do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Pesquisas e Leopoldo Américo Miguez de Mello, CENPES, da Petrobrás; o Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, diretor-geral do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral; o Dr. Claúdio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia; o Dr. Agamenon Dantas, diretor-presidente do Serviço Geológico do Brasil e o Dr. Luiz Antonio Ugeda Sanches, Diretor Executivo do Instituto Geodireito.

Gostaria, também, de participar aos Srs. Senadores, os quais cumprimento, nesse momento, membros desta Comissão, que apresentei, nesta semana, um projeto de lei para incluir os escritórios de engenharia e arquitetura entre os beneficiários do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conhecido como Simples Nacional. Ou seja, o objetivo é permitir que engenheiros e arquitetos possam transformar os seus escritórios em micro ou pequenas empresas.

Como todos sabem, a adesão ao chamado imposto Simples, além de desburocratizar a constituição e a administração dessas pequenas empresas, concede uma série de vantagem tributárias a elas. Devo dizer que essa sugestão partiu de alguns palestrantes dos primeiros painéis do nosso ciclo de debates sobre a formação e capacitação profissional. Cabe observar, também, que a Lei Complementar nº 123/ 2006, o novo estatuto das micro e pequenas empresas abriu a possibilidade, para a adesão ao Simples, de construção de imóveis e obras de engenharia, em geral. Além de execução de projetos e serviços de paisagismo e decoração de interiores.

No entanto, não deixou claro se os escritórios voltados exclusivamente para a elaboração de projetos de engenharia e arquitetura poderiam ou não se constituir com as vantagens do regime simplificado. Daí considerarmos importante a iniciativa, de modo a dirimir qualquer dúvida sobre a intenção do legislador, nesse caso.

Contudo, o principal motivo da iniciativa está na constatação de que a recuperação econômica do Brasil e o período de intenso crescimento para os próximos anos têm evidenciado deficiências, no mercado profissional, que podem comprometer esse ciclo. Entre os mais graves está a escassez, certamente, de engenheiros e arquitetos, mão de obra cada vez mais cara no mercado de trabalho. Tal deficiência resulta, sobretudo, da falta de estímulos e de valorização a essas carreiras fundamentais ao desenvolvimento do país. Assim, o projeto de lei proposto visa a suprir a lacuna existente ao permitir a inclusão dos escritórios de engenharia e arquitetura entre os serviços beneficiários do Simples Nacional. A inclusão dessas atividades, ela incentivará o empreendedorismo desses profissionais como também terá o condão de tornar mais atrativos os respectivos cursos superiores de formação e de qualificação.

Além disso, o projeto constitui uma forma de valorização do setor tecnológico, cujos profissionais historicamente carecem de uma melhor remuneração, principalmente no setor público. Todos esses aspectos, nós temos constatado claramente nos debates dos primeiros painéis que aqui realizamos sobre a questão dos recursos humanos para a inovação e competitividade. Observo, por fim, que o projeto ainda está na fase da leitura e publicação. Devendo, em breve, ter início sua tramitação pelas comissões temáticas desta Casa.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu queria louvar a iniciativa de V. Exa. e dizer que essa questão da lei geral do Supersimples, em um primeiro momento, havia uma certa apreensão do Governo

Federal, o que poderia significar essa renúncia, vamos dizer assim, a renúncia fiscal ou a perda da arrecadação com a incorporação dessas várias categorias. Isso tem sido ampliado a cada ano e tem comprovado que, efetivamente, não houve redução de receita, ao contrário, nós temos visto as receitas cada vez mais crescentes.

E essa é a verdadeira reforma que não fizemos ou que, pelo menos, não foi aprovada nas casas congressuais. Faz-se uma reforma do ponto de vista de tributário para essas categorias, uma reforma, também, da burocracia, porque facilita a vida desses pequenos empreendedores. E, na minha visão, o que é muito bem delimitada é a questão do tamanho da empresa e não o tipo de atividade.

Então, cada vez mais, nós estamos incluindo novos setores. É importante essa inclusão, porque quando despertarmos, quando chegarmos lá, em algum tempo, vamos ver que fizemos de forma, eu não diria tortuosa, mas de forma indireta, a verdadeira reforma: uma reforma fiscal, uma reforma tributária, que protege os pequenos, e uma reforma, também, da burocracia do estado brasileiro. Porque o Supersimples é a verdadeira revolução dos pequenos, atendendo, inclusive, a um preceito constitucional: tratamento diferenciado, do ponto de vista tributário, fiscal e burocrático.

Então, louvo a atitude de V. Exa. E conte comigo na defesa desses interesses, porque na vinha visão, volto a repetir, o que define a opção pelo Supersimples não é categoria e nem o tipo de atividade, mas o tamanho da empresa. E parabéns a V.Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Aldemir, pelas suas palavras. E V. Exa., que é um dos grandes incentivadores e um dos grandes mentores dessa campanha, que já está em campo há tanto tempo, por uma reforma tributária, por uma simplificação tributária, por um menor encargo que pesa sobre a atividade produtiva, e que tão bem conduz, como dirigente classista, as instituições pelas quais V. Exa já passou e aqui tão bem representa, no Senado da República.

Portanto, a sua opinião abalizada é para mim muito importante e motivo de muita gratificação e satisfação. Muito obrigado a V. Exa. Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Fernando Collor, Sr. Ministro Eliseu Resende, vice-Presidente, Srs. Senadores. Eu quero, também, fazer a mesma observação do Senador Adelmir Santana. Eu quero parabenizar V. Exa, que apresenta o projeto, que seria... Até como disse o Senador Adelmir, era importante que se fizesse um que regulamentasse pelo porte da empresa e não pelos serviços ou atividades da empresa.

Essa necessidade, como V. Exa., agora, faz para a área da engenharia é importante para todas as atividades em nosso país. Eu próprio já fiz para várias atividades, acho que publicidade, empresas de publicidade, que se tem um faturamento que enquadra a empresa como de pequeno porte, tem que estar atendida pelo Simples. E o que o Senador Adelmir diz, eu fui presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE do Pará e membro do Conselho Deliberativo do SEBRAE Nacional e sei, e sei as dificuldades que tem um empreendedor para levar avante o seu projeto de empresa.

Então, a morbidade dessas empresas, a mortalidade é muito grande no primeiro ano de vida. Elas, às vezes, não sobrevivem, face às dificuldades burocráticas. E a carga tributária, não só ela, mas é uma delas... Nós precisamos, realmente... E está comprovado, agora, pelo incentivo que o Presidente Lula deu à indústria automobilística, na crise por que o Brasil e o mundo passaram, em que ele, reduzindo o IPI, não só de automóveis, mas de móveis e outros produtos, não houve queda de arrecadação, ou seja, aumentou a arrecadação. Quando você diminui a carga tributária e alarga a base de contribuição, você tem a resposta que a sociedade lhe dá.

Agora, eu não entendo... E não é só nesse governo, não, nos governos passados, também. Eu não entendo por que não se faz, realmente, uma reforma tributária e fiscal que dê ao Brasil às condições de chegar onde nós vamos chegar, só que com menos tempo. Porque é um país na dianteira dos países do mundo, ou seja, nós vamos ter um destaque mundial, sem sombra de dúvida, nas próximas décadas, mas poderíamos antecipar isso se nós fizéssemos as reformas necessárias, não só essa, como do tamanho do estado, a questão administrativa. Quer dizer, precisamos dar continuidade às reformas que foram iniciadas.

Eu sempre digo, quando V. Exa. estava na Presidência da República e que rompeu com a aquela redoma, aquela proteção que havia aos produtos nacionais que eram feitos por empresas estrangeiras aqui, no Brasil, e levava o rótulo de 'fabricada no Brasil', com tecnologia de dez, vinte anos atrás. E, naquela altura, o computador, aqui no Brasil, era um artigo de... Não era nem de luxo, de acesso, como se fosse... Como era a linha telefônica, você tinha que declarar no Imposto de Renda.

Eu acho que a gente tem que ter coragem, tem que ter uma visão de estadista para fazer essas reformas, para que nós possamos, realmente, avançar na velocidade que avançam os outros países. Quer dizer,

a gente cresce. O Brasil cresce? Cresce. Mas cresce muito menos do que poderia crescer. E aí nós estamos nos afastando, cada vez mais, dos países desenvolvidos. Parabéns a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, que como o Senador Adelmir Santana tem essa larga e grande e boa experiência do Sistema S, e que trazem uma grande contribuição sempre, quando o tema reforma tributária se coloca nesta Casa ou qualquer questão relacionada a ele. Muito obrigado a V. Exa pelas suas palavras, Senador Flexa Ribeiro.

O Item 1, da nossa pauta de hoje, em decisão não terminativa, trata dos anteprojetos de lei sobre o marco regulatório do saneamento. O tema saneamento básico constou do painel três, do terceiro desafio: Infraestrutura e Políticas Públicas da Agenda 2009-2015 – Desafios Estratégicos Setoriais. O marco regulatório do saneamento, hoje, é composto pela Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para saneamento básico, além das Leis 11.107/2005, normas gerais de contratação de consórcios públicos, e a 8987/95, que trata do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

Como as propostas que embasam esses anteprojetos foram oriundos de debates promovidos aqui, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e em cumprimento a uma agenda pré-estabelecida e aprovada pela própria instância, decidiu-se que os projetos de lei fossem apresentados, tendo como autora a própria Comissão de Serviços de Infraestrutura, conforme permite o art. 245, do Regimento Interno do Senado, que diz: "Considera-se de Comissão a proposição que, com esse caráter, for por ela apresentada. Parágrafo Único: A proposição da Comissão deve ser assinada por seu Presidente e membros, totalizando, pelo menos, a maioria de sua composição".

Contudo, para que as proposições tenham legitimidade quanto a autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, convém que elas sejam, antes das apresentadas formalmente à Mesa, dentro dos ritos do processo legislativo, submetidas, na forma de anteprojeto, à analise e deliberação dos membros desta Comissão. Assim, concedeu-se um prazo de 15 dias, que foi prorrogado por mais 15, para exame e recebimento de sugestões, tendo como coordenador deste trabalho, de consolidação das propostas, o Senador Ministro Eliseu Resende, que hoje apresentará o seu relatório acerca das propostas para, em seguida, votarmos pela apresentação, ou não, dos projetos.

Portanto, passamos, como coloquei há pouco, a deliberar sobre o item nº 1, que trata dos Anteprojetos de Lei nº 1, 2, 3 e 4. O primeiro deles, que altera a Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175, da Constituição Federal, e dá outras providências; a Lei 11. 107, de 6 de abril de 2005; a Lei 11. 445, de 5 de janeiro de 2007; o Anteprojeto de Lei nº 2, que altera a Lei 11. 445. Ministro Edison Lobão, voltando ao convívio aqui, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, na condição de Senador e primeiro Presidente dessa Comissão. Seja muito bem-vindo e parabéns pelo grande trabalho que V. Exa realizou à frente do Ministério das Minas e Energia, Senador Edison Lobão.

O Anteprojeto de Lei nº 2, que altera a Lei nº 11. 445; o Anteprojeto de Lei nº 3, que altera a Lei 8.080, de 19 de setembro de 90; o Anteprojeto de Lei nº 4, que altera a lei 6.766, de 19 de dezembro 79; a 11. 977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre a assentamento em áreas urbanas e dá outras providências. Coordenador do trabalho, o Senador Eliseu Resende. Concluindo favoravelmente à apresentação, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, de projetos de lei.

Concedo a palavra ao Senador Ministro Eliseu Resende, para proferir o seu entendimento sobre a matéria.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente Senador Fernando Collor, Srs. Senadores. Conforme o Presidente esclareceu, a Comissão de Serviços de Infraestrutura desenvolve um ciclo de Audiências Públicas, denominado Desafios Estratégicos Setoriais. Realizou-se, no contexto desse ciclo de audiências, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, uma Audiência Pública sobre o painel três: Saneamento Básico, Situação do País e Propostas de Soluções. Em boa hora, foi discutida, aqui, a questão do saneamento básico. É uma questão vital para o desenvolvimento do país e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos que moram das cidades e, particularmente, nas regiões metropolitanas.

Nós estamos assistindo o que está acontecendo no Rio de Janeiro. Temos a discutir muito as origens dessas causas e entrar fundo da questão do saneamento básico. Em boa hora, essa Comissão presidida, tão bem presidida pelo Senador Fernando Collor, entrou no debate desta matéria. Nessa Audiência Pública, compareceram os Srs. Francisco Danilo Fortes, Presidente da Fundação Nacional de Saúde; o Sr. Raul Pinho, representante do Instituto Trata Brasil; o Sr. Mario Vieira Marcondes Neto, presidente da Companhia Nacional de Saneamento, e o Sr. Francisco de Assis Salviano de Souza, professor da Universidade Federal de Campina Grande.

Várias sugestões foram apresentadas para o aperfeiçoamento do marco regulatório do setor de sane-

amento básico. Essas sugestões foram acolhidas pela Comissão, e o Presidente Fernando Collor preparou quatro anteprojetos de lei. Projetos de leis esses que se submetem à consideração da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para que esta Comissão avalie a conveniência de assumir a autoria desses projetos de lei. Designou-me, com o apoio do Plenário, com a aprovação do Plenário da Comissão, o Senador Fernando Collor para ser o coordenador da análise prévia desses projetos de lei, para instruir uma proposição a esta Comissão, para que ela assuma a iniciativa legislativa de aprovação destes projetos de lei que, como eu disse, vão [soa a campainha] aprimorar o marco regulatório do saneamento básico.

Essa era uma necessidade que a Legislação Brasileira estava carente. Nós discutimos aqui, inclusive com a presença do Senador Ministro Edison Lobão, o marco regulatório do petróleo. Estamos discutindo o marco regulatório das riquezas minerais e dos produtos minerais. Temos o marco regulatório dos potenciais hidráulicos. É importante nós termos um marco regulatório aperfeiçoado para a questão do saneamento básico. Esses projetos de lei vêm complementar a legislação do saneamento básico.

O Presidente preparou quatro projetos de lei. O primeiro anteprojeto pretende assegurar isonomia entre as empresas estaduais e empresas privadas nas licitações para concessão do saneamento. O seu objetivo é o de explicitar a necessidade de que toda a delegação de serviço para a pessoa de Direito Privado, não pertencente à administração indireta do titular da competência para sua prestação, sujeita-se ao regime de concessão de serviços públicos e como tal deve ser precedida de licitação.

É um projeto de lei importante, que entra no âmago de matéria altamente relevante: define o município como poder concedente do saneamento básico. Estabelece que a concessão tem de ser contratada com empresa pública ou privada, precedida de licitação. E faz com que esse ditame seja, realmente, adotado, para evitar que haja o conflito que se assiste, a todo o momento, de empresas estatais dedicadas ao saneamento básico se achem em condições de receber contratação direta, sem licitação, para exercer a concessão do setor de saneamento básico, seja distribuição de água, seja de coleta de resíduos sólidos, seja a questão do tratamento de esgoto.

Nós sabemos que há várias empresas estatais, no Brasil, pertencentes aos estados, que se julgam no direito de receber a tarefa do saneamento básico, nas cidades brasileiras, sem licitação para exploração da prestação de serviço público de saneamento. A lei vem clara: a contratação, seja empresa pública ou privada, tem que se fazer mediante prévia licitação. E a licitação é promovida pelo poder concedente, que é o município. Há exemplos nos nossos estados, no Estado do Rio de Janeiro, no Estado de São Paulo, no Estado de Minas Gerais, em quase todos os estados, que há grandes empresas estatais de saneamento, que tem de ser utilizadas pela sua experiência e pelo seu potencial, mas desde que se submetam ao processo licitatório.

Me lembro, quando nós estudamos aqui, e introduzimos a lei da flexibilização do monopólio do petróleo, como foi difícil aceitar que a Petrobras, para ter a exploração de um bloco de petróleo, teria de participar de uma licitação com outras empresas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, para ser a detentora do contrato de concessão. Na época, causou espécie. Hoje, é uma prática normal e bem aceita. A ANP faz as licitações e a Petrobras, se quiser explorar petróleo, ela participa da licitação e ganha. Se não ganhar, ela não é a concessionária do bloco. Isso será introduzido por esse projeto de lei, também, no processo do saneamento básico.

O segundo anteprojeto condiciona a alocação de recursos federais para a obra de saneamento à existência de projeto básico. Essa providência é considerada essencial para assegurar a eficiência e eficácia dos programas federais de financiamento, contribuindo para fortalecimento da engenharia brasileira. Visa a evitar que os recursos federais sejam alocados para projetos vagos, realizados para atender a prazos e demandas políticas. A exigência do projeto básico já existe na legislação, para contratação de obras públicas, e constitui condição mínima de garantia de que o projeto atende aos padrões básicos técnicos de engenharia.

É importante que a exigência do projeto básico conste da legislação, para que nós tenhamos um controle mais seguro da aplicação dos investimentos públicos na área de saneamento básico, quando o governo federal dá apoio financeiro aos municípios, poderes concedentes dos diferentes projetos de saneamento nas diferentes cidades brasileiras. De forma que o segundo projeto que está sendo apresentado aqui, pelo Presidente Senador Fernando Collor, é da existência do projeto básico de engenharia para instruir os investimentos e o apoio da União aos projetos municipais.

O terceiro anteprojeto visa a permitir que recursos do Sistema Único de Saúde sejam alocados em projetos de saneamento. Isso está por trás de uma filosofia importante: é que saneamento básico tem que ser entendido como uma medida de saúde preventiva, como tal pode consumir recursos do Sistema Único de saúde. Não se trata aqui de vinculação de recursos, mas

do permissivo e de autorização para que os recursos do sistema de saúde possam ter aplicados, também, no saneamento básico, considerado este como um instrumento útil e importante de saúde preventiva.

O quarto anteprojeto, e eu estou procurando resumir aqui os projetos de lei que estão sendo discutidos, colocando apenas os seus pontos essenciais, uma vez que esses projetos de lei ficaram à disposição dos membros dessa Comissão. Eu quero ressaltar que o quarto anteprojeto veda a regularização fundiária e a implantação de infraestrutura urbana em áreas de risco. Esse projeto é da maior importância, à vista do que nós estamos assistindo nas cidades brasileiras, principalmente o que está acontecendo, hoje, e aconteceu nos dias anteriores, nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói.

A proposta visa a prevenir acidentes, como ocorridos nessas cidades, em decorrência das chuvas que redundaram na morte de centenas de pessoas. A legislação em vigor já proíbe o parcelamento de áreas de risco. Muitas áreas sujeitas ao alagamento ou desmoronamentos têm sido beneficiárias de políticas de universalização de serviços públicos, como abastecimento de água e distribuição de energia elétrica ou de regularização fundiária, que contribuem para consolidar a ocupação das áreas de risco. Estamos induzindo o assentamento em áreas de risco através de medidas de instrumentos de aplicação de investimento público.

Propõe-se que a vedação seja estendida às políticas de regularização fundiária e de extensão das redes de infraestrutura, como forma de controle do uso do solo, o que contribuiria, em última instância, para a preservação de vidas humanas. Entendemos, portanto, que esse quarto anteprojeto, assim como os três anteriores, é altamente importante para o aperfeiçoamento do marco regulatório do saneamento básico. Na maior parte das cidades, os serviços de saneamento ainda são gerenciados por companhias estaduais de saneamento básico, as chamadas CESBs, mediante contratos de concessão celebrados sem licitação com os respectivos municípios, contratos esses que vêm desde a década de 70.

O setor de saneamento básico já veio a ter um marco regulatório com a Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Até então, até essa lei, o setor era administrado à margem da qualquer legislação específica. Então, houve o primeiro passo com a Lei 11.445 e haverá, agora, um segundo passo na consideração e análise dessas quatro anteprojetos que a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal examina. Essa lei determina que sejam elaborados planos de saneamento básico, abrangendo não apenas o abastecimento de água potável e o manejo de resíduos sólidos, mas também o esgotamento sanitário e a drenagem água pluviais.

Todos os prestadores públicos ou privados devem ser regulados. Veja bem, aqui nós estamos introduzindo a regulação dos serviços de saneamento básico. Devem ser regulados e fiscalizados por uma agência independente, a qual incumbirá, entre outras atribuições, a fixação das tarifas. Ficamos, portanto, em um momento de transição: os municípios estarão elaborando seus planos e constituindo, em articulação com os estados, agências reguladoras. Cada uma avaliará a conveniência de conceder ou não os serviços à iniciativa privada. Caso essa opção seja a opção tomada, a lei é uma fonte de maior segurança jurídica para os investidores.

É claro que o município pode exercer e explorar os serviços de saneamento básico por administração direta, mas tem alternativa, também, de fazê-lo indiretamente, por concessão ao setor privado. É bom ressaltar que a lei não aborda o polêmico tema da titularidade dos serviços nas regiões metropolitanas. Temos de superar, ainda, a análise da concessão ou da figura do poder concedente quando se trata de região metropolitana, por entender que se trata de uma questão constitucional a ser equacionada pelo Supremo Tribunal Federal, o que está, efetivamente, ocorrendo, a partir do julgamento de ação relativa à região metropolitana do Rio de Janeiro.

Esses quatro anteprojetos apresentados trazem contribuição relevante para o aperfeiçoamento do marco regulatório do setor e decorrem diretamente de atividade realizada por essa Comissão. Assim sendo, entendo que a Comissão de Infraestrutura deve assumir a sua autoria. Ante o exposto, voto favoravelmente à apresentação pela Comissão de Serviços de Infraestrutura dos projetos de lei, com o teor das minutas em anexo.

O primeiro projeto de lei, Projeto de Lei nº 1, destinado a restabelecer a isonomia entre empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas privadas para prestação de serviços públicos. O segundo projeto de lei altera a Lei 11.445 e estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e a alocação de recursos federais para as obras, estaduais e municipais, condicionadas à existência de projeto básico. O Anteprojeto de Lei nº 3, que trata da transferência de recursos financeiros da área da saúde e dá outras providências. Finalmente, a Lei nº 4, que altera a Lei 6.766 e dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

Eu quero ressaltar que a Comissão de Serviços de Infraestrutura recebeu, também, um relatório do Instituto Trata Brasil, que apresenta contribuições importantes a

respeito desses projetos de lei, particularmente visando ao bom gerenciamento do Programa de Aceleração do Crescimento, do PAC, na análise das obras de saneamento básico que estão inseridas no PAC.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso parecer e o nosso voto é no sentido... Não se trata aqui de colocar o projeto de lei à aprovação da Comissão. O Plenário dessa Comissão terá de aprovar a iniciativa da própria Comissão de propor esses projetos de lei. Projetos de lei propostos, haverá apresentação do projeto de lei e, certamente, há distribuição entre as diferentes Comissões Técnicas, pelas quais os projetos devem tramitar para, finalmente, transformarem-se em lei, como é o nosso desejo.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Ministro Eliseu Resende. Em discussão a matéria. Para discutir a matéria, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Fernando Collor, Senador Eliseu Resende, que foi o Relator das matérias da maior importância. E quero parabenizar, aqui, o Presidente Collor, como Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, pelos seminários que foram feitos e que resultaram nessa proposição de quatro projetos de lei, para regulamentar, fazer um marco regulatório para o saneamento.

Nós tivemos, em 2007, a aprovação da lei do saneamento. O relatório foi até o Senador César Borges. Mas como o Senador Eliseu Resende disse, no seu parecer, é preciso que haja... que se avance sobre essa lei e que se coloque, inclusive, a existência de uma agência reguladora. E que se abra para a iniciativa privada, da mesma forma que foi feito para a petróleo, a possibilidade de disputar com o serviço público, com o setor público a concessão desses serviços.

Me preocupa tão somente, Presidente Fernando Collor, dois pontos da leitura do parecer do Senador Eliseu Resende. Primeiro com relação a licitações com projeto básico. Esse é um assunto que já está definido. Quer dizer, você, obrigatoriamente, tem que fazer a licitação com o projeto básico. Lamentavelmente, às vezes, não o fazem, mas já é lei. Agora, nós sistemas discutindo a nova... uma reforma da Lei 8.666, e que não avança. E, neste caso, nós defendemos, nós, o Senador Flexa Ribeiro defende que para licitar uma obra não basta o projeto básico, tem que ter o projeto executivo. Porque que o estado perde, o contribuinte perde ao ser licitada uma obra só com o projeto básico, que não está, efetivamente, detalhada, a licitação fica, como bem disse o Senador Eliseu Resende, sem que haja condições até de fiscalização. Porque as coisas começam a mudar, aí os serviços começam a aparecer, que não foram previstos.

Então, eu sugeriria que nós começássemos, porque a tentativa é colocar isso lá na 8.666, que diz que é básico e nós queremos transformar em executivo. E já começar aqui, nesse projeto de lei, também, pelo executivo. Quer dizer, tem que ter o projeto detalhado, para que a sociedade possa cobrar do ordenador de despesa a execução exata daquilo para que foi contratada a empresa vencedora.

Um outro aspecto que me preocupa, mas eu acho que não é impeditivo, é a utilização da recursos do SUS para saneamento. Eu entendo, concordo, acho que saneamento, o recurso gasto em saneamento, ele evita – e dizem que a relação é de um para dois – gastos em saúde na área de saúde, ou seja, se você investe em saneamento, você está evitando que haja problemas de saúde, que tem que ter gasto maior do governo, além de proteger o cidadão, o que é mais importante.

Agora, me preocupa, porque todos nós sabemos que os recursos do SUS são insuficientes. Nós, lamentavelmente, aprovamos aqui, no Senado Federal, a PEC do Senador Tião Viana.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A Emenda 29.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A Emenda 29, que define um mínimo piso, é mínimo, que todos os entes federados consideram como teto, que é piso vira teto, mas é um piso de 10% da receita liquida da União para a saúde. O governo não deixa votar isso na Câmara. Não deixa. É importante, Senador Jayme Campos, é importante que a nação brasileira saiba disso. Quer dizer, se nós não temos, ainda... E é o único ente federado, que é União, que não tem essa obrigação. Os estados e os municípios têm obrigação de aplicar 12% e 15% no saúde, e a União não tem.

Nós aprovamos, por unanimidade, me parece, unanimidade, no Senado Federal. E, lamentavelmente, os projetos param e não são... não tem o seu encaminhamento legislativo na Câmara. Não acontece só com esse da PEC 29, do Senador Tião Viana. Eu acho que está havendo, por parte da Câmara, uma falta de consideração para com o Senado e com o processo legislativo, de não dar andamento aos projetos que são aprovados no Senado e encaminhados à Câmara. No caminho inverso, o que aprova lá vem para cá, nós votamos. Não quer dizer que eles sejam aprovados. Agora, o que não se pode entender é que não se coloque em pauta e se discuta e se vote. E cada vai votar com a sua consciência pela aprovação ou pela rejeição.

O que não pode é interromper o processo legislativo de quase todos os projetos importantes que são aprovados aqui, no Senado Federal. E eu posso citar aqui rapidamente três: a PEC 29, a PEC dos aposentados, a questão dos aposentados e do piso salarial dos policiais militares e civis e Corpo de Bombeiros. Quer dizer, são três projetos que estão lá. Sem falar na emenda que foi dos vetos do Presidente para a SUDAM, SUDENE, que inviabilizam o processo de desenvolvimento das regiões ainda periféricas, e outros, outros vetos que eu espero que a Presidente Sarney coloque em pauta, para que a gente possa até perder na votação, mas que o processo legislativo seja complementado.

Eram essas duas observações que eu queria fazer. E quero parabenizar à Comissão por apresentar esses projetos da maior importância. Eu acho que o que nós estamos vendo, lamentavelmente, acontecer, repetidamente, no Brasil... E eu quero, aqui, prestar a minha solidariedade ao Governador, através do Governador Sérgio Cabral, ao povo do Rio de Janeiro, ao Senador Francisco Dornelles, como representante do Rio, Senador Crivella, Senador Paulo Duque, ao Eduardo Paes, prefeito do Rio de Janeiro, e em seu nome ao prefeito de Niterói e dos outros municípios atingidos.

O que nós estamos vivendo lá, diariamente, realmente não é um retrato de um país que pretende ser país de primeiro mundo. Nós temos que avançar, e o saneamento é importante. Eu sou critico de PAC, mas eu acho que deveria ter um PAC para a questão do saneamento, dos resíduos sólidos. Imagine, se no Rio de Janeiro a situação é a que nós estamos vendo nos jornais diários, imagine nos estados de menor poder, nas regiões menos atendidas, como é a Amazônia, do nosso Ministro Senador Edison Lobão, como é o Nordeste, do nosso Ministro Senador Edison Lobão. Porque o Maranhão, ele tem parte na Amazônia e parte no Nordeste, e o Centro-Oeste do Senador Jayme Campos .

Então, eu quero parabenizá-lo e só faço essas duas observações, para que a gente possa refletir sobre essas questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Continua em discussão a matéria. O Senador Ministro Eliseu Resende, gostaria de fazer uma colocação?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Uma colocação rápida, Presidente. Dois pontos foram destacados aqui, pelo Senador Flexa Ribeiro: a questão do projeto básico vis-à-vis o projeto executivo e a questão do uso dos recursos da saúde, no saneamento básico.

A questão do projeto básico e projeto executivo está prevista na legislação e é um problema que nós temos discutido de uma forma bastante profunda. O projeto básico é essencial, o projeto executivo é o projeto executivo para obra, para nós podermos orçamentar adequadamente. Caminhando em um sentido ou em um outro, nós vamos ter problemas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. me permite?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa usou a expressão correta: "Para que possamos orçamentá-lo adequadamente". É exatamente isso. Se vai licitar com o projeto básico, não há como fazer o orçamento de forma correta.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Mas o que se coloca é que se o projeto executivo não for perfeito, ele traz a inadequação da orçamentação, que acarreta problemas bastante sérios no gerenciamento das obras. Pelo menos, a exigência do projeto básico é colocada aqui, porque os municípios executam projetos de saneamento diante da inexistência de qualquer tipo de projetamento. Pelo menos, nós estamos exigindo o projeto básico.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A lei já prevê isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A 8.666.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, a 8.666 já prevê.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): E com relação ao uso dos recursos da saúde, a lei que está sendo proposta aqui, de autoria do Senador Fernando Collor, ela é autorizativa. Ela permite o uso dos recursos da saúde, mas ela não determina. Ela é apenas autorizativa, para que haja uma condução mais adequada do problema do saneamento básico, usando, também, os recursos destinados à saúde. É a colocação que eu queria fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Ministro Eliseu Resende. Continua em discussão a matéria. Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Fernando Collor; Sr. vice-Presidente, Senador Eliseu Resende; demais colegas Senadores e Senadoras, eu queria apenas manifestar aqui, Sr. Presidente, a minha alegria e o meu contentamento na medida em que os painéis que V. Exa. muito bem presidiu aqui duramente mais de seis meses aqui, eu

acho que já conseguimos alguns resultados, sobretudo sugestões e projeto autorizativo para que o Poder Executivo, naturalmente, possa colocar em prática.

Todavia, alguns pontos me chamaram muito a atenção e vale observar, e o Senador Flexa já colocou com muita perfeição, de que, no Brasil, é muito claro: os Municípios têm que investir 15% na saúde; os Estados, 12; e, na educação, 25. É regra. O Poder Executivo, de uma maneira geral, o Governo Federal, os Estados e os Municípios. Mas, na verdade, os 12% previstos para investimento por parte do Governo Estadual, ele é muito aquém das nossas realidades, sobretudo alguns Estados de dimensão continental, como é o Mato Grosso, para dar um exemplo, só, que 900 mil quilômetros quadrados, população muito rarefeito, V. Exa. conhece muito bem lá.

E quando passa a permitir que o Estado destaque parte desses 12% previstos para a área de investimentos de saneamento, eu acho que, nesse caso, teria que, obrigatoriamente, aumentar esse percentual para investimento em saneamento básico, sobretudo porque saneamento básico é saúde e é um trabalho preventivo. Na medida em que a saúde pública no Brasil, ela está falida, já há alguns anos, literalmente falida. Para que V. Exa. tenha noção, um médico que trabalha na nossa Região Centro-Oeste do Brasil, ele ganha pouco mais de quatro mil reais.

Nós temos, hoje, caso particularmente do Mato Grosso, 60% das cidades do Estado não tem um médico. Por quê? Os salários são bem aquém da realidade. O cidadão prefere ganhar, lá no Rio de Janeiro, morando ali na Tijuca, em Copacabana ou na Barra da Tijuca, cinco ou seis mil reais, do que ganhar, lá em Mato Grosso, 10, 15, então teria que ter um salário até diferenciado. E ninguém pode desconhecer de que saneamento básico, hoje, no Brasil, é privilégio de poucas pessoas: 17% das causas-morte desconhecidos – dados da Organização Mundial de Saúde – aponta a falta de saneamento básico; 17% das causas-morte desconhecidas – dados da Organização Mundial de Saúde – fala de que é por falta de saneamento básico. Mas nós teríamos que ter um órgão responsável como nós temos hoje a FUNASA que, lamentavelmente, aqui, com o todo o respeito, ali passou a ser um órgão nefasto para a população. Simplificando, só, ontem, em Mato Grosso, prendeu 26, uma verdadeira facção criminosa que atuava na FUNASA, lá, envolvidos não só os funcionários até assessores de políticos envolvidos em uma quadrilha. Assaltaram mais de quase 200 milhões do erário público, enquanto, hoje, menos de 49 ou 50% da nossa população tem saneamento básico. A FUNASA tem que levar, não só para as pequenas comunidades de cidades, ou seja, pequenos municípios, como também fazer a política dos povos indígenas, desde o atendimento médico como também investimento desde a perfuração de poços artesianos e etc. e etc. Mas não tem cumprido com a sua finalidade.

Aqui falaram sobre o Rio de Janeiro, aqui, os deslizamentos, os desmoronamentos que estão acontecendo. V. Exa., eu lembro muito bem, Presidente Collor, eu tive a oportunidade de conversar com o Eliezer Batista, lá atrás, quando no seu governo, eu era Governador e ele era Ministro. E ele já deixava, com muita clara evidência, de que o Brasil tinha que desconcentrar suas populações. Ele defendia a tese provando, por 'a' mais 'b', da importância que nós tínhamos que descentralizar, ou seja, desconcentrar essa população migrante que está indo para os grandes centros morar nos morros, nas palafitas, nas subhabitações, e induzir, através das políticas públicas, para que pudessem morar na região, como a Região Centro-Oeste do Brasil e outras regiões, que não só permitiria ter uma melhor qualidade de vida, mas, sobretudo, ter uma renda melhor, familiar.

Isso não foi feito, já lá no seu governo. O Ministro Eliezer Batista, eu lembro como hoje, ele dizia que ia chegar a um ponto, o cúmulo do absurdo, do que está acontecendo hoje, de deslizamento, o aumento da criminalidade, da falta de políticas sociais, porque há um excesso de concentração de população. Para a minha tristeza, hoje eu liguei para assistir o Bom Dia Brasil e vi lá: um morro desmoronou e não sabem nem quantas pessoas estão ali embaixo dos entulhos que caíram lá. Na verdade, precisamos de uma boa gestão, também, na questão da saúde. É fundamental que os Estados e Municípios apliquem bem o dinheiro do Governo Federal. Infelizmente, o recurso é muito mal aplicado, muito mal aplicado.

Segundo: o saneamento básico tem que ter verba bem clara, bem destinada, fazer com que a FUNASA cumpra com a sua obrigação. Está estabelecido ali que a FUNASA tem que fazer os investimentos. Até 20 mil habitantes, a FUNASA tem que estar presente com o esgotamento de sanitário, com rede de água, etc. e etc., mas não faz. Eu faço uma aposta aqui nesta Comissão, aqui: de todos os investimentos que a FUNASA pretende fazer, ou faz, no Município, 95% das obras não são concluídas, Presidente Collor. É só meia boca, é só roubalheira, é só safadeza.

Então, o que precisa fazer é ter uma fiscalização mais severa e exigir o cumprimento, ou seja, a aplicação do dinheiro de tal maneira que ele chegue, realmente, ao seu fim. O cidadão vai ser atendido. E, no Brasil, o dinheiro da FUNASA, infelizmente... Eu tenho andado no Mato Grosso, o que eu tenho visto de obras lá em distritos e em Municípios pequenos, nenhuma

concluída: tem a caixa d'água, mas não tem a rede; tem a rede, mas não tem a caixa d'água ou não tem a adutora para a captação no rio. Então, o que precisamos é a melhor aplicação de dinheiro.

Agora, quando se fala que a ideia é meritória, é louvável, de V. Exa., de nós retirarmos, já, o dinheiro da saúde para aplicar, acho que tem que ter relevância, urgência, um critério para que esses recursos sejam transferidos do SUS para a aplicação em saneamento. Somos a favor? Somos a favor, desde que seja de forma criteriosa. Porque o que é, hoje, a ponderação que vige? "*Ah, não tem dinheiro para a saúde*." Não é bem verdade. Tem? Tem. Entretanto, precisava ter muito mais, como disse aqui o Senador Flexa Ribeiro.

A Emenda 29, o Governo não manifestou até agora. Já aprovamos com louvar. Os 81 Senadores, praticamente, votaram aqui essa matéria, no Senador, mas está parada na Câmara, está entrava até hoje lá. O Governo não quer destinar parte dos recursos, que é, inclusive, um projeto de lei do Senador Tião Viana, da base aliada do Governo, que até agora não foi aprovada. Então nós precisamos, de forma muito bem clara aqui, deixar a nossa opinião, defendendo que tem que ter mais investimento em saneamento, tendo em vista que é um trabalho, como bem disse aqui o Senador, preventivo. Todavia, nunca perdendo o nosso foco na saúde pública do Brasil, que ela é critica, ela é perversa contra o cidadão brasileiro, sobretudo os humildes, que você vê na fila, todos os dias, morrendo, por falta, muitas vezes, de uma tomografia, de um exame de alta complexidade. Um profissional que vai para a Amazônia vai com o mesmo salário que ganha... Nós precisamos ter um teto nacional para os profissionais da saúde, ou seja, quem mora no Rio vai ganhar o mesmo salário lá do Mato Grosso. Aí você vai ser o que uma verdadeira força nacional, em determinados momentos, quando está em greve lá no Estado do Mato Grosso ou lá no Maranhão, que você possa deslocar esses médicos de onde for, de qualquer região do país, para fazer um trabalho, muitas vezes um trabalho preventivo, para atender a população.

Essa é a tese que eu defendo, Senador Fernando Collor. Eu acho que nós precisamos mais investimento em saneamento, precisamos. Lamentavelmente, ontem, se ouviu no Jornal Nacional os dados lá do dinheiro do Ministério da Integração: 69% foi para a Bahia, não respeitou nenhum critério, nenhum critério; 0,96% para o Rio de Janeiro. Deu no que deu. Estão usando o dinheiro para fazer política pessoal, muitas das vezes, e não é por aí. Nós temos que fazer política social, política de respeito ao cidadão primeiro. Nós precisamos largar dessa prática de que o cidadão brasileiro é segunda categoria, não é importante.

Então, deu no que deu. Está lá o Rio de Janeiro, infelizmente, com muita tristeza, hoje. Ligamos o Bom Dia Brasil, não se sabe quantas pessoas morreram. Às nove horas da noite desmoronou um morro lá e me parece que são 300 famílias, 200, soterradas lá, por falta de uma política, sobretudo, de uso de solo, que é fundamental, também, no Brasil, nós termos política clara. E fazer com que seja cumprida. Não ficar enganando, sobretudo os políticos oportunistas, aqueles políticos de plantão que querem fazer da população uma verdadeira massa de manobra para tirar proveito pessoal.

Portanto, Presidente, V. Exa. está de parabéns. O relatório do brilhante Ministro, professor, mestre Senador Eliseu Resende é extraordinário. Todavia, o que me vale observar aqui, eu imagino que seria, também, nós nos preocuparmos com os investimentos na saúde pública do Brasil. De forma criteriosa, nada há de impedimento legal para que, naturalmente, em uma urgência ou emergência, nós destinarmos, também, recursos da saúde. Mas, se nós retirarmos da saúde e colocarmos no saneamento, eu imagino que vai faltar, o cobertor vai ser pequeno para atender os dois problemas que nós temos no Brasil. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Continua em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão. Não havendo objeção do Plenário, eu proponho que a votação seja feita de forma global, dos quatro anteprojetos. Então, em votação a apresentação... O que nós estamos votando aqui é apenas se a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal aceita apresentar, como projeto de lei, para a discussão no Senado e no Congresso Nacional, esses quatro projetos de lei. Não estamos entrando no mérito da questão, mas apenas se a Comissão de Infraestrutura apresenta, de forma global, esses quatro anteprojetos, que vão tratar do marco regulatório do saneamento básico no Brasil.

Então, em votação a apresentação dos projetos de lei por esta Comissão. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Aprovada a apresentação de projetos de lei pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. A matéria seguirá à Secretaria Geral da Mesa.

Antes de passarmos ao item seguinte da pauta, eu gostaria de fazer apenas algumas observações quanto às intervenções feitas pelos Senadores Flexa Ribeiro e Jayme Campos. No que diz respeito ao SUS, aqui não está se tratando de retirar dinheiro do SUS, em nenhum momento. É apenas liberando os recursos do Fundo Nacional de Saúde, que é o grande

guarda-chuva, para, eventualmente, ser utilizado em saneamento básico. Não obriga, apenas cria essa alternativa sem retirar um centavo que seja do Sistema Único de Saúde.

Em relação ao que foi colocado, também, quanto ao projeto básico, é porque nós temos que fazer a apresentação desse projeto de acordo com a Lei 8.666, que é a Lei das Licitações, e que lá está colocado o projeto básico. Se nós colocarmos aqui – o que foi muito bem defendido pelo Senador Flexa Ribeiro e muito bem defendido pelo Senador Ministro Eliseu Resende e por todos nós que achamos que deva ser assim também – um projeto executivo, entra em conflito com a Lei de Licitações, e ela sofrerá uma penalização assim que começar a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça. Então, embora concordando plenamente com o que aqui foi colocado, para não gerar esse empecilho na tramitação desses projetos é que nós colocamos o termo, a expressão "projeto básico", para estar de acordo com a Lei 8.666.

O item seguinte da pauta é também decisão não terminativa, projeto de lei do Senado nº. 537, de 2009, que altera a Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor sobre o embarque e o desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Autor: Senador Eduardo Azeredo. Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini, que não está presente. O parecer é favorável ao projeto, com a emenda que apresenta. Ela não está presente e parece que ela tem interesse em apresentar o seu relatório pessoalmente. Deixaremos para a próxima reunião.

O item seguinte da pauta é o Item 3, decisão também não terminativa, projeto de lei da Câmara, nº. 139, de 2009, que altera o Decreto-Lei nº. 116, de 25 de janeiro de 1967, para alterar o prazo prescricional das ações contra extravio de carga e das ações por falta de conteúdo, diminuição, perdas e avarias ou danos à carga. Autor: Deputado Carlos Bezerra. Relator: Senador Francisco Dornelles. Parecer contrário ao projeto. Observação: a matéria irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 2. Em 17/09/2009, sendo designado o Relator *ad hoc* o Senador Francisco Dornelles, foi lido o Relatório. 3. Em 24/03/2010, o Relator *ad hoc* apresentou nova minuta de parecer, que conclui pela rejeição do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Ministro Francisco Dornelles para proferir o seu relatório. Com a palavra, V. Exa. Senador Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente Fernando Collor, Sras. e Srs. Senadores. Tramita nessa Comissão o projeto de lei 139, de autoria do Deputado Carlos Bezerra, que amplia de um ano para três anos o prazo prescricional para a propositura de ações de danos decorrentes de extravio da carga marítima. Composto de três artigos, o projeto pretende fixar o prazo prescricional em três anos, contados da data do término da descarga do navio transportador.

O projeto analisado versa sobre direito empresarial, matéria de competência privativa da União, compreendida entre as atribuições do Congresso Nacional. A iniciativa Parlamentar é legítima, por força do *caput* do art. 61 da Constituição. Sobre o enfoque de constitucionalidade, o projeto não apresenta vícios, porque observa os princípios de proporcionalidade de matéria econômica. De fato, a adoção do prazo prescricional de três não inviabiliza o exercício da atividade econômica.

A análise do projeto dessa Comissão está em consonância com o art. 104, Item 1 do Regimento Interno. A boa técnica legislativa foi observada, não há inclusão de matéria diversa ao projeto de lei. Acerca do mérito, o projeto apresenta um grande problema ao reduzir o prazo prescricional para ações judiciais dessa natureza, que hoje já é satisfatório aos interesses e demandas dos segurados. De fato, não há necessidade de se permitir para mais de um ano para a propositura de ações que legitimam demandas reparatórias de danos causados a cargas marítimas, visto que tais danos são verificáveis de imediato pelos segurados, isto é, aqueles que contratam o serviço de transporte marítimo.

O prolongamento do prazo, como objetiva o projeto, poderá, inclusive, dificultar uma série de ações e de pendências dessa natureza. O objetivo do prazo prescricional é de evitar a insegurança jurídica dos contratos com o fim de fomentar a eficiente alocação dos recursos envolvidos e premiar quem reclama seus direitos com brevidade. Por esse motivo, o meu posicionamento é pela rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão, a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório que conclui pela rejeição do projeto. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo com a rejeição do projeto, nos termos apresentados pelo Senador Ministro Francisco Dornelles, permaneçam como se encontram. Aprovado. Aprovado o relatório apresentado pelo Senador Ministro Francisco Dornelles, que conclui pela sua rejeição. A matéria vai, portanto, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O próximo item da pauta é o Item 4, que trata de um requerimento de minha autoria, e o Item 5. É um requerimento sobre o sobrestamento do projeto de lei da Câmara, do qual eu sou o Relator, mas essa matéria está atrelada ao item seguinte da pauta, cujo

Relator é o Senador Paulo Duque, que trata do projeto de criação da PETROSAL. O Senador Paulo Duque não está presente para proferir o seu relatório. Como o meu Relatório sobre o requerimento está atrelado à questão do projeto do qual ele é o Relator, eu retiro a apreciação do requerimento que foi encaminhado à Comissão e também vamos aguardar a presença do Senador Paulo Duque para fazer a apresentação do seu relatório.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pelo que eu entendi, V. Exa. retirou de pauta os itens 4 e 5.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Isso, retirado de pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Exa., foi encaminhado à Mesa um requerimento de autoria do Senador Sérgio Guerra, que eu subscrevi, porque ele não pôde estar presentes hoje, que eu pediria que V. Exa., ouvido o Plenário, que pudesse incluí-lo extrapauta.

É um requerimento de interesse acho que até de V. Exa., porque... E aqui o Ministro Edison Lobão pode nos esclarecer melhor o fato. É que há, segundo diz o requerimento do Senador Sérgio Guerra, que ele pede a vinda do Ministro de Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann, para prestar, pessoalmente, informações sobre a perda de autonomia e esvaziamento da CHESF, em função do plano do Governo Federal de reestruturar a ELETROBRAS. Me disse o Senador Sérgio Guerra que há uma intenção do Governo Federal de levar a CHESF para... Tirar do Nordeste e levar para a ELETROBRAS, e isso poderia trazer grandes problemas para a região.

Como o Senador Sérgio Guerra está em um compromisso partidário como Presidente do PSDB e não poderia estar aqui na Comissão, pediu-me que eu encaminhasse o requerimento e o subscrevesse, para poder pedir a V. Exa. que, ouvido o Plenário, pudéssemos colocá-lo extrapauta e em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Flexa Ribeiro, V. Exa. sabe da flexibilidade que essa Mesa vem tendo quando os casos são realmente importantes, de urgência, para nós vencermos as normas e procedimentos internos, traçados aqui pela Comissão. Então, dentro disso, de acordo com as normas e procedimentos e funcionamento da Comissão de Serviços de Infraestrutura, está aqui no Item 5 que nenhuma reunião da Comissão será realizada sem que a pauta, devidamente preparada pela Secretaria da Comissão, seja enviada aos membros 48 horas antes da sua realização.

Por isso que, por exemplo, constou da pauta o relatório do Senador Paulo Duque e ele me avisou somente depois de ter já sido incluído, porque assim determinam as normas e procedimentos internos da Comissão, normas essas aprovadas aqui. Eu pediria, então, a compreensão de V. Exa.. A Mesa recebe o requerimento subscrito pelo Senador Sérgio Guerra e por V. Exa., e ela entrará na pauta da nossa próxima reunião, na outra quinta-feira. Eu agradeço a sua compreensão, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu entendo, Presidente Collor. Já tivemos outro caso como esse e, naquela altura, V. Exa. disse que a norma que foi aprovada fazia referência à impossibilidade de se colocar, extrapauta, qualquer projeto ou requerimento em sessões ordinárias e não extraordinárias, como é o caso da nossa aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É, essa é extraordinária. Pois é.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Esse requerimento, Senador Fernando Collor, não--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Flexa, eu peço, por gentileza, à V. Exa.-–

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou atender o pedido de V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu lhe agradeço.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas eu acho que é um requerimento que--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Porque, já de outra vez, eu abri uma exceção, inclusive para V.Exa., no sentido--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não. Não foi pautado, não. Não foi para mim, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Para outro Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E coloquei também o seu requerimento da... Foi a pedido do Senador Dornelles, Senador Ministro Dornelles, que me solicitou-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A cooperação para o Rio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL) A cooperação para o Rio. Então, como era uma questão da urgência e como o Item 5 das nossas normas e procedimentos internos concede essa possibilidade ao Presidente da Comissão, assim foi atendido. Mas, eu pediria a sua compreensão

para nós não fugirmos à regra e não criarmos essa sistemática de apresentação de extrapauta seguidas, porque senão a gente fica sem... Os próprios Senadores ficam sem saber: "*Puxa, mas foi aprovado esse requerimento e não estava na agenda que foi distribuída previamente. Como isso foi entrado? Eu gostaria de estar lá para discutir a matéria*". Então, em função disso, eu acho que-–

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu concordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu acho que é da maior importância, o requerimento. É um requerimento que tem, inclusive, reflexos diretos sobre a nossa região, sobre o meu Estado, sobre a Região Nordeste. Então nós estaremos pautando para a próxima reunião. A reunião na próxima quarta-feira, da próxima Sessão aqui da Comissão de Infraestrutura.

Quanto ao que V. Exa. falou em relação à questão da segunda-feira, eu me lembro que em uma sessão seguinte, eu, aqui, na sua presença, eu reconheci que havia cometido um equívoco por ter lido em uma sessão que não era a sessão nossa de praxe, já que essa sessão não é ordinária, como V. Exa. mesmo falou, é uma reunião sempre extraordinária, as nossas, mas é uma reunião de praxe. Para nós, nós entendemos esta, às quintas-feiras, como reuniões ordinárias da Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu entendo, Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, isso foi colocado e eu anotei aqui que eu havia cometido um equívoco. Falei aqui na sua presença, então isso não será na segunda-feira, será colocado na quinta-feira, que é considerada a nossa Reunião Ordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu entendo V. Exa., acho que esse requerimento não é um requerimento que seja conflituoso. Acho que projetos ou requerimentos que não sejam de consenso, deve, realmente, o Presidente ter essa precaução, para que os Senadores, membros da Comissão, tomem conhecimento e possam vir aqui defendê-los ou não.

Esse requerimento não tem essa questão. É questão apenas de ouvir, e nós temos aqui o nosso Ministro, Senador Edison Lobão, sobre essa possibilidade. Mas eu vou atender a sua solicitação, vamos colocá-lo na pauta da próxima quinta-feira. Agora, o Senador Tasso Jereissatti está coordenando um grupo que está reestudando, fazendo uma revisão no regimento do Senado Federal. Era importante que nós pudéssemos adequar as reuniões das Comissões aos horários que estão sendo feitos, realmente.

No caso da CCT, também ocorre o mesmo problema que ocorre com a CI. O horário previsto no regimento da Comissão de Ciência e Tecnologia, eu não lembro o dia, é um dia pela parte da tarde, e nós temos feito às quartas-feiras, às oito e meia da manhã. Eu já encaminhei ao Senador Tasso Jereissatti uma solicitação para que ele faça a correção, já agora nessa revisão, de tal forma que, como V. Exa. disse, que apesar de ser extraordinária, V. Exa. considera como ordinária. Seria, também, bom que encaminhasse, aqui pela CI, ao Senador Tasso, que ele faça essa substituição e passe a ser ordinária às quintas-feiras, às oito e meia, a Comissão tão bem presidida por V. Exa.. Eu acato e, na quinta-feira próxima, se o Senador Sérgio Guerra puder, inclusive, vai vir defender o projeto, senão o farei por ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Exa. pela compreensão, Senador Flexa Ribeiro-–

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E a sugestão de V. Exa. será encaminhada ao Senador Tasso Jereissatti, que está coordenando o trabalho de reformulação ou de reestudo do Regimento Interno do Senado Federal. Com a palavra, o Senador Ministro Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Sr. Presidente, esta notícia que motivou o requerimento do Senador Sérgio Guerra e, agora, a palavra do Senador Flexa Ribeiro, tem circulado, a meu ver, fora da realidade. Eu fui Ministro de Minas e Energia até o dia 31 de março. Durante toda a minha gestão, jamais se cogitou de extinguir a CHESF, que, aliás, cumpre muito bem o seu papel. É superavitária, inclusive. É uma boa empresa. É uma das mais antigas do setor de geração de energia elétrica e distribuição, e nós queremos que ela prossiga.

O que se deu aqui, no começo da minha administração, eu fiz um documento ao Presidente da ELETROBRAS recomendando a ele que estabelecesse uma ligação mais estreita com todas as empresas ligadas a ELETROBRAS, entre as quais a CHESF, FURNAS, ELETRONORTE, ELETRONUCLEAR, ELETROSUL, todas, enfim, para que a ação dessas empresas, que pertencem a ELETROBRAS, se desenvolvesse de maneira mais harmônica. Creio que foi uma ação no sentido de garantir unidade de funcionamento a tais empresas, tendo como cabeça, como locomotiva, a ELETROBRAS.

Recentemente, a ELETROBRAS alterou a sua logomarca e fez com que todas as subsidiárias, todas as empresas ligadas a ela, fizessem parte, definitivamente, do sistema, ou seja, a ELETROSUL passou a se chamar ELETROBRAS-ELETROSUL; a ELETRONORTE, ELETROBRAS-ELETRONORTE; a CHESF, ELETROBRAS-CHESF. Foi tudo quando se fez, apenas uma alteração na logomarca, nada mais do que isto. Não vejo, portanto, razão para nenhuma preocupação quanto a essa notícia de extinção da CHESF. Isso não seria, seguramente, um bom serviço a ser prestado ao sistema elétrico brasileiro. É o esclarecimento, Sr. Presidente, que eu gostaria de apresentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Exa., Senador Ministro Edison Lobão. Com a palavra, o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu só gostaria, também, de fazer coro às palavras do Senador Lobão. A CHESF é um patrimônio da Região Nordeste e é um patrimônio do Brasil. V. Exa. é lá da região. A história do setor elétrico brasileiro começou em Paulo Afonso, uma das principais histórias do setor elétrico brasileiro, com Delmiro Gouvêa, lá atrás, a primeira usina, e, depois, o desenvolvimento de todo aquele complexo hidroelétrico do São Francisco.

A ampliação do sistema de transmissão, até se chegar na extra alta tensão, nos 500 kV, a interligação com a Amazônia, com a Usina de Tucuruí, do Estado do nosso querido Senador Flexa. Portanto, pelo menos no meu ponto de vista, nenhum Governo faria uma operação no sentido de tirar a CHESF do Nordeste. Isso não existe. Isso é absolutamente fora de qualquer propósito. De todas as subsidiárias do sistema ELETROBRAS, com todo o respeito que eu tenho à ELETRONORTE, à ELETROSUL, a FURNAS, a empresa que tem maior identidade regional é a CHESF. Inegavelmente. E criou um celeiro de craques, engenheiros, engenheiras, técnicos.

É, como disse o Ministro Lobão, é uma empresa que honra o Brasil. Honra não só a sua região, e honra o Brasil. E agora, dentro do novo modelo da ELETROBRAS, com condições, inclusive, de ampliar a sua área de atuação. Portanto, muito pelo contrário. As medidas que o Governo tem adotado, especialmente na gestão do Ministro Lobão, são medidas de fortalecimento das subsidiárias e do sistema ELETROBRAS e da *holding* ELETROBRAS. E, como disse muito bem o Ministro Lobão, e é pertinente a atitude dele, a decisão dele, é de unificar a gestão, quer dizer, melhor a gestão.

Existem subsidiárias que pertencem a ELETROBRAS e que, mais do que nunca, como ele disse, de uma forma absolutamente correta, garantir a harmonia entre a *holding* e as subsidiárias. Então, não há nenhuma intenção de enfraquecer a CHESF, enfraquecer a ELETRONORTE, a ELETROSUL. Muito pelo contrário, é harmonizar a gestão. E já não é sem tempo, já não é sem tempo. Então, eu acho que, no meu ponto de vista, de alguém que começou a carreira como engenheiro eletricista no Nordeste, na CHESF e em Paulo Afonso--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pensei que tivesse iniciado a carreira em Tucuruí, porque a passagem de V. Exa. até hoje é lembrada naquele Município. [risos]

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E tudo que eu aprendi na CHESF, eu acabei levando para Tucuruí, que, com muita honra, chefiei até a implantação e a entrada em operação do complexo, junto com as linhas de transmissão do Pará.

Então, eu queria só fazer esse registro, Presidente, até porque eu sei da pertinência das medidas adotadas pelo Ministro Lobão. E, especialmente, hoje, a ELETROBRAS é presidida por um homem que conhece profundamente o setor elétrico brasileiro, e sei que vai fazer o melhor pela CHESF, até porque já foi dirigente da CHESF, também, e, portanto, conhece muito bem--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Da ELETRONORTE.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Da ELETRONORTE, portanto, conhece muito bem a identidade da companhia com a Região Nordeste e com o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Delcídio Amaral.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Senador Ministro Eliseu Resende havia pedido a palavra.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria de--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Lobão, me desculpe.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): --dirigir uma palavra ao Ministro Senador Edison Lobão, a propósito dessa discussão. Eu comungo com a palavra do Ministro e do Delcídio Amaral com relação a questão da estrutura do setor elétrico. Tenho a experiência de já ter sido Presidente da ELETROBRAS, Presidente de FURNAS e Presidente do Conselho de Administração da CHESF. Conheço de perto a estrutura do setor elétrico.

A CHESF é uma empresa respeitada, assim como FURNAS também é respeitada. Nós termos, no setor elétrico, sem dúvida nenhuma, a melhor estrutura empresarial, dotada dos melhores índices de eficiência, que é o setor elétrico brasileiro. Eu gostaria de aproveitar a oportunidade e também dirigir uma palavra ao Ministro Edison Lobão a respeito da sua última estada aqui, como Ministro, na Comissão de Infraestrutura. Nós tivemos um debate, o Ministro falou sobre as concessões do setor mineral e a metodologia de concessão que estaria sendo estudada no Ministério.

Eu entrei no debate e disse que não era o caso de colocar prazo nas concessões dos recursos minerais, porque nós não tínhamos esse modelo para o petróleo. O Ministro debateu e disse que eu estava errado e que, realmente, os prazos estavam previstos. Eu insisti com ele. Quero confessar, agora, que eu estava errado e o Ministro estava certo. Apenas, os prazos de exploração e de produção de petróleo não estão previsto na lei, estão previstos nos contratos de concessão, enquanto os prazos de concessão do setor elétrico e do setor de transporte estão previstos na lei.

No caso dos recursos minerais, talvez o Ministro Lobão deva seguir, exatamente, o exemplo da PETROBRAS, não fixar prazo na lei e fixar prazo nos contratos de concessão, porque é um tratamento diversificado, na exploração de recursos minerais. Nós temos que considerar que o diamante é diferente da areia. E ambos vão requer outorgas e essas outorgas têm de guardar a diversidade do produto e, portanto, talvez não seja o caso da fixar na lei um prazo de produção no contrato de concessão para todas as riquezas minerais, mas deixar em aberto, para que o prazo seja fixado, mas seja fixado em função do produto a que se refere a concessão.

De forma que eu quero dar uma palavra de desculpas ao Ministro Edison Lobão e dizer que ele estava correto na sua análise e na discussão conosco aqui na Comissão de Infraestrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Ministro Edison Lobão, com a palavra.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu fico até comovido. Eu ouvi palavras deste jaez de um homem da envergadura do Senador Eliseu Resende. Somente um político com esta grandeza seria capaz de levantar um assunto, já ultrapassado, para dizer-se, eu não diria errado, porque não estava, mas equivocado. Foi um equívoco a que todos nós estamos sujeitos a cada momento da nossa vida pública.

Quantas vezes eu – eu, sim – errei, e quantas vezes eu me equivoquei. Mas que o faz V. Exa. é um gesto bonito, belo, que deveria servir de exemplo para as gerações que virão depois de nós para a vida pública brasileira. Isto engrandece V. Exa., isto não o apequena, isto não o diminui. V. Exa. até me havia dito que, na sua generosidade, faria isto, e eu o aconselhei a não fazer. Não é necessário, eu disse à V. Exa., mas V. Exa. insistiu e trouxe, como exemplo para as novas gerações, gerações futuras, este gesto tão bonito. Agradeço, portanto, a V.Exa., suas palavras tão bonitas e tão generosas. Sr. Presidente, ainda-–

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): --voltando ao caso da CHESF, se V. Exa. me permite, apesar para completar as informações preciosas que nos trouxe o Senador Delcídio Amaral e para fortalecê-las, eu informo que o que fizemos na nossa gestão foi fortalecer, de fato, a CHESF, inclusive autorizando-a a participar das licitações das usinas hidrelétricas do Rio Madeira. E a CHESF, com esta autorização da ELETROBRAS, com a minha recomendação, se tornou partícipe, sócia, de uma das usinas do Rio Madeira, Tucuruí, de Jari, eu acho, não sei se Jari ou Santo Antônio, mas uma das duas.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jirau ou Santo Antônio.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): De Jirau ou Santo Antônio, uma das duas. Pois bem, então, o que se fez foi fortalecer a CHESF e não enfraquecê-la. Não se tem esse objetivo, isto não ocorrerá jamais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Ministro Edison Lobão-–

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --e o que nós assistimos agora, entre dois políticos da envergadura, da estatura de conhecimento do Senador Ministro Eliseu Resende e o Senador Ministro Edison Lobão foi uma demonstração, como disse o Senador Lobão, de grandeza, do Ministro Eliseu Resende, em um diálogo de altíssimo nível e que serve de exemplo, Senador Ministro Edison Lobão, não somente para as gerações que nos seguem, mas também para a nossa convivência aqui no Senado e no Congresso da República.

Portanto, nós todos que presenciamos a esse diálogo de V. Exas. nos sentimos muito gratificados com o que aqui ouvimos. Com a palavra, o Senador Flexa e depois o Senador Goellner.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, é nessa mesma linha. Eu fico cada vez mais engrandecido de Deus ter dado essa oportunidade de eu representar o meu Estado do Pará no Senado

Federal. Aqui nós temos ex-Presidentes da República, como V. Exa. e o Senador José Sarney; ex-vice-presidentes; ministros, como o Senador Eliseu Resende e o Senador Edison Lobão; governadores, o Senador Delcídio e o Senador Dornelles. Quer dizer, esta é uma Casa em que nós aprendemos diariamente. Eu diria, a cada momento. E isso faz com que o Senado Federal se engrandeça, apesar de tão mal falado pela sociedade, tão mal avaliado nas pesquisas, mas é, realmente, aqui no Congresso Nacional que nós fazemos a defesa da democracia e fazemos a defesa dos interesses da sociedade. Senador Eliseu Resende, agora, com o Senador Edison Lobão, deram uma demonstração de grandeza, um ao reconhecer o equívoco e o outro ao dizer que, também, o equívoco é humano, permanecer no erro que não, mas, se equivocar é humano. Eu quero parabenizar os dois ex-ministros pelo fato.

E, aproveitando, Senador Presidente Fernando Collor, eu não poderia deixar de fazer dois registros. Primeiro, o Senador Delcídio Amaral – ele se retirou – falou na identidade da CHESF com o Nordeste. É uma luta nossa, da região, que a ELETRONORTE também... É a única empresa da ELETROBRAS que tem a sua sede fora da região que ela tem a sua atuação de geração. Todas as outras estão nas regiões. A ELETRONORTE tem a sede em Brasília. É uma luta de décadas para que pudéssemos ter a ELETRONORTE, realmente, na Amazônia, no Norte brasileiro.

Mas isso é uma questão que ultrapassa governos e não se consegue. Mas eu gostaria, se o Senador Ministro Edison Lobão pudesse me esclarecer, porque hoje, pela manhã, eu fui surpreendido... Ontem à noite, eu já tinha tido a notícia de que as empresas Camargo Corrêa e Odebrecht se retiraram do leilão da hidrelétrica de Belo Monte, e nos jornais, hoje, vem: "*Leilão de Belo Monte está em risco*". Então, esse é um projeto que não é do Pará, é do Brasil. O Presidente da ELETROBRAS, hoje, Dr. Antônio, já foi Presidente da ELETRONORTE, ele há vinte e tantos anos, em uma Audiência Pública... Hoje, é essa foto, naquela época, a foto correu o mundo. Ele levou uma 'tessadada' de uma índia lá em Altamira, quando estava discutindo o... Por sorte que foi de lado, no rosto. E, hoje, ele está na ELETROBRAS. Coincidência. Naquela altura, ele era Presidente da ELETRONORTE. Hoje, ele está na ELETROBRAS e, novamente, com dificuldades de fazer acontecer o leilão de uma hidrelétrica que é importante para que o Brasil possa se envolver.

Nós ainda não enfrentamos um problema de falta de energia porque não tivemos o crescimento que deveríamos ter tido. Porque se o Brasil crescer – e o Ministro pode confirmar isso – a 5, 6, 7% ao ano, como tem que crescer, nós não vamos ter energia suficiente para atender às demandas. Então, eu gostaria que o Ministro Edison Lobão, se tiver algumas informações para que possa tranquilizar a todos os brasileiros e, principalmente, aos paraenses sobre se o leilão da Hidrelétrica de Belo Monte vai, realmente, acontecer proximamente, como está marcado para a dia 20.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Com a permissão do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Desculpe, eu estava aqui cumprimentando o Senador Suplicy quando V. Exa. estava terminando a sua explicação. O Senador Ministro Edison Lobão, com a palavra.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Flexa Ribeiro, essa é uma questão, realmente, delicada e sensível. Nós somos um país em franco crescimento. Não há crescimento em nenhuma região do mundo, em nenhum país, sem energia elétrica. A energia elétrica é a locomotiva do desenvolvimento. O Brasil conhece a energia elétrica desde 125 anos passados. Reunimos um estoque de 106 mil megawatts de energia, ao longo de 125 anos. Temos, agora, diante do crescimento nacional, que dobrar esta capacidade em 20 anos apenas. Dificilmente, nós o faríamos sem a construção dessas grandes hidrelétricas. Estamos construindo a Hidrelétrica de Estreito, de 1.080 megawatts; as duas hidrelétricas do Rio Madeira, que são Jirau e Santo Antônio, com seis mil e poucos megawatts; temos as hidrelétricas previstas de São Luis, com mais onze mil megawatts, e Belo Monte. Belo Monte com 11.300 megawatts.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): São Luis, maior que Belo Monte.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): São Luis é um pouco maior que Belo Monte, mas que virá em seguida. Belo Monte agora já em licitação. Nós precisamos, desesperadamente, da construção dessa hidrelétrica. Ela ficou paralisada, na sua ideia, mais de 20 anos. Foi reaberta no Governo do Presidente Lula e, com a minha presença no Ministério, aceleramos as tratativas no sentido da sua construção.

Formados os consórcios, dois, um deles liderado pela Odebrecht e pela Camargo Corrêa, e o outro pela Andrade, Construtora Andrade, quer dizer, eu fui procurado, eu, Ministro, pelos Diretores da Odebrecht e da Camargo Corrêa, que me diziam que o preço estabelecido pela empresa de pesquisa energética, à época, e pelo Tribunal de Contas da União era insuficiente para que eles pudessem ingressar, permanecer na licitação.

Reunimos, em seguida, junto com as autoridades todas do Ministério, porque, afinal de contas, trata-se de uma questão delicada e importante para o país, e, dessas tratativas todas, foi possível elevar o custo de 16 bilhões para 19 bilhões de reais. Ouvimos, novamente, o Tribunal de Contas da União, e o Tribunal de Contas sancionou aquela alteração que, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, havia sido feita. Eu estava no pressuposto de que caminhávamos na direção correta e que aquilo atenderia às ponderações das duas grandes construtoras. Já, agora, fora do Ministério, recebo, com surpresa, a notícia de que as duas construtoras se retiram do primeiro consórcio, restando, ainda, um consórcio e com a perspectiva de formação de outro consórcio. Eu creio que isto não é bom, para o processo licitatório, a retirada das duas grandes construtoras.

Porém, como se trata de uma licitação na qual existe um preço máximo, ninguém pode ultrapassar aquele preço para poder ser vitorioso, a licitação se realizará com o novo consórcio e o anterior, ou com apenas um. E, neste caso, nós estaríamos jungidos, limitados ao preço máximo, que é o preço razoável ao qual chegou a EPI, que é a empresa que estuda essa questão tecnicamente, e o Tribunal de Contas da União. Ou seja, para aquele preço anunciado do edital, já se tem o aval do Tribunal de Contas da União, que tem sido rigoroso no estudo dessa matéria.

Mas concordo com V. Exa., Sr. Presidente, pedindo desculpas por me alongar na resposta, que nós necessitamos, quase que desesperadamente, da construção dessa grande hidrelétrica brasileira. Sem o que, teremos nós que partir para a construção de termoelétricas, muito provavelmente, a diesel, cujo custo é infinitamente maior [soa a campainha] e é, também, poluente.

Eu espero que as duas grandes construtoras brasileiras, que são orgulhos do empresariado brasileiro e que nos representam até no exterior, muitíssimo bem, empresa de uma experiência notável, tanto a Odebrecht quanto a Camargo, que elas voltem ao processo licitatório, participem e até, se ganharem, construam, com a segurança que elas têm nos garantindo ao longo desse tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Ministro Edison Lobão. Obrigado ao Senador Flexa Ribeiro pela indagação, pelo assunto que levantou aqui na Comissão e que ensejou essa colocação feita pelo Senador Ministro Edison Lobão e todos nós, juntamente com ele, como o Senador Flexa, lamentamos a saída dessas importantes empresas de um consórcio que participa de uma licitação para a construção da Usina de Belo Monte, que, como bem colocou o Ministro Lobão, é de absoluta e fundamental importância. Que seja inadiável, nós não podemos esperar mais para que ela entre em funcionamento e possa gerar a energia de que o país necessita para alcançar o crescimento que todos nós almejamos. Com a palavra, o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, de tal forma que a importância do setor de hidroelétricas para o país, para o crescimento do país, não menos importante é uma audiência que temos já pré-agendada sobre a navegabilidade dos rios, aproveitar esse potencial monstruoso que o país tem. Para isso, estamos organizando uma Audiência Pública na qual eu coloquei um requerimento aditivo, que eu gostaria que houvesse a apreciação, para incluir não só a navegabilidade dos rios do Estado do Mato Grosso, mas também do Estado do Pará e do Amazonas, porque a logística passa por esses Estados, são rios que nascem no Mato Grosso, se iniciam, e que andam pelo Pará e pelo Estado do Amazonas. E é lá que estariam os importantes de escoamento via marítima.

Então, nesse sentido, a construção de eclusas a integração, nessa audiência, do setor elétrico, do setor do DNIT, da ANAC, enfim, todos esses organismos federais. Será muito importante a gente discutir, porque hoje, a prioridade que se dá, o Ministro sabe disso, o Ministro Lobão, quando estivemos, já, conversando com ele sobre a navegabilidade do Teles Pires-Tapajós. Enfim, as hidrelétricas estão na frente e depois é muito difícil executarmos as eclusas.

Então, nós precisamos discutir isso, porque nós estamos trancando a navegação brasileira, dessa forma, nós não vamos aproveitar. Como bem disse o Ministro do MinC, ao sair do Ministério, uma das últimas declarações, que o Brasil está deixando de ocupar aquele meio de transporte que menos polui, o mais econômico, que é a navegação. E o Estado de Mato Grosso, hoje, está emperrado. Está impossível de transitar cargas da produção pelas estradas do Mato Grosso e o custo de logística está dirigido para o Sul, muito grande. Às vezes, 2/3 de um produto é pago, é gasto, em logística rodoviária.

Então, por isso, eu acho de importância de nós revermos novamente esse assunto aqui na Comissão. Ele já feito discutido, mas muito singularmente. Eu vejo que nós deveremos incluir, então... É um adendo que eu gostaria de ver incluído, porque já existe uma formulação, só adendando, ampliando a participação dos Estados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Gil-

berto Goellner. O requerimento com a solicitação de adendo já chegou à Mesa e será incluído na pauta da nossa próxima reunião da Comissão de Infraestrutura. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, só para, primeiro, reiterar a importância de Belo Monte. Como disse o Ministro Lobão, o Senador Flexa Ribeiro, que é um Senador muito atuante nessa área, também, de energia, e representa um Estado onde os grandes potenciais, sem dúvida nenhuma, serão, ao longo dos próximos anos, desenvolvidos. Energia renovável, energia hidrelétrica, energia limpa. Eu, pessoalmente, como engenheiro, acompanhei quando na nossa Tucuruí, no nosso Pará, o meu caro Senador Flexa Ribeiro, ilustre representante do Pará aqui no Estado e também que defende não só o seu Estado, mas especialmente investimentos em Tucuruí, não só em energia, mas também nas hidrovias, as famosas eclusas de Tucuruí.

Mas eu tive a oportunidade de acompanhar esse estudo de Belo Monte desde os anos 80. Esse projeto era um projeto que, à época, Senador Flexa, nós chamávamos de Cararaô e Babaquara. Cararaô seria a atual Belo Monte e Babaquara seria uma usina a montante. E dentro daquele modelo anterior do setor elétrico, grandes reservatórios com impactos ambientais intensos. E depois até nós verificamos, ao longo do desenvolvimento desses projetos, que até o nome Cararaô era um nome complicado, especialmente para os Kayapós, que é uma etnia que vive ali naquela região, como outras etnias que habitam e que vivem no Estado do Pará e na Amazônia.

Eu estou falando isso porque eu vejo algumas notícias, Senador Flexa, Senador Lobão, Senador Jayme e Senador Goellner, como se Belo Monte fosse uma usina complicadíssima sob o ponto de vista ambiental. Eu acompanhei o desenvolvimento desse projeto. Esse projeto, ele foi otimizado ao longo dos anos. E é um projeto que vem de muitos governos, isso é importante registrar, também. Ele foi sendo aperfeiçoado, exatamente preocupado com as questões ambientais e, evidentemente, olhando o suprimento de energia do Brasil.

Eu andei lá, porque, graças a Deus, eu tive o privilégio de viver no Pará muito anos, eu andei lá, desde o princípio, olhando as cabeceiras da barragem, onde ia ver o barramento. E, hoje, o estudo que foi desenvolvido, ele, praticamente... Belo Monte é uma usina a fio d'água, portanto não tem reservatório, exatamente preocupado com essas questões ambientais, com questões indígenas também. E, hoje, o reservatório, se é que a gente pode chamar assim, de Belo Monte, ele pega única e exclusivamente a calha do Rio Xingu.

Para quem não conhece – o Senador Flexa conhece bem, o Ministro Lobão também -, nessa região que Belo Monte está sendo instalada, chama-se Volta Grande do Xingu. A calha, ela se amplia, naquela região, e é exatamente em cima desse fator limitante que o governo desenvolveu o projeto de Belo Monte. Portanto, é um projeto muito importante, fundamental. Ele garante, se eu não estou enganado, 5.000 megawatts, aproximadamente, em uma primeira etapa, podendo a chegar a 11.000; 5.500, podendo chegar a 11.000.

Fundamental, e aqui foi lembrado pelo Senador Lobão, nós estamos no caminho da energia renovável. Nós não podemos... Nós precisamos de geração termoelétricas para otimização, mas a prioridade é a energia renovável, que é esse o foco. Hidrelétrica, biomassa, eólica e assim por diante. Então, Belo Monte é estratégica para o setor elétrico brasileiro. Nós precisamos, desesperadamente, de Belo Monte. E acho que nós devemos fazer um esforço grande-–

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Delcídio, apenas uma palavra sua a respeito das linhas de transmissão de Belo Monte.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Esse é outro fator importante com relação a Belo Monte. Eu sempre, Presidente, eu sou suspeito aqui para falar, mas eu sempre defendi Belo Monte, antes até de Jirau e de Santo Antônio. Por quê? Porque o Belo Monte está próxima do sistema de transmissão hoje existente, que é o sistema de transmissão de Tucuruí.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): A 200 km.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A 200 km, portanto próximo aos grandes centros consumidores da Amazônia, próximo à interligação e, mais, próximo à linha Norte-Sul, que interliga com a Região Centro-Oeste e interliga com a Região Sudeste e que, evidentemente, interliga com a Região Sul.

Então, é um aproveitamento extremamente relevante e importante para o Brasil. E eu também fiquei, ontem, surpreso quando ouvi que um dos consórcios desistiu de participar, até porque algumas das empresas desse consórcio são empresas que pesquisam esse projeto há muitos e muitos anos, há muitos e muitos anos, e são boas empresas, empresas que tem *know how*, que tem tecnologia. Então nós precisamos insistir e, mais do que nunca, trabalhar pela competição, porque quem vai ganhar é o projeto de Belo Monte, quem vai ganhar vai ser o Brasil.

Então, hoje, isso foi noticiado pela imprensa, amplamente, e eu entendo que, hoje, sob o ponto de vista de energia no Brasil, o projeto que é referência, o projeto âncora maior, eu não tenho dúvida nenhuma... E é importante registrar: Jirau e Santo Antônio dão o

que Belo Monte dá em uma primeira etapa. Então, destacando que é uma usina a fio d'água, como também é Jirau e Santo Antônio, Belo Monte também o é. Agora, nós precisamos criar uma competição saudável, porque quem vai ganhar com isso é o Brasil, é o consumidor brasileiro. E, finalmente, implementar um dos projetos, na minha leitura, mais importantes do Brasil ao longo dessas últimas décadas, não tenho dúvida nenhuma. Belo Monte vai ver um projeto tão importante como foi Tucuruí, como foi Itaipu e como serão os novos projetos que serão licitados e que vão, mais do que nunca, garantir essa base de energia renovável que o Brasil detém.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Delcídio Amaral. A palavra continua franqueada. Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra e antes de encerrarmos a presente reunião, eu convoco os senhores membros para a nossa 13ª Reunião, no dia 12 de abril de 2010, na próxima segunda-feira, às 18h, quando realizaremos, integrando a agenda Desafios 2009-2015: Recursos Humanos para a Inovação e Competitividade, o painel com o objetivo específico de discutir essa questão na área da prospecção e exploração mineral, com os seguintes convidados: Dr. Carlos Tadeu da Costa, Gerente Executivo do CENPES, Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da PETROBRAS; Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM; Dr. Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral; Dr. Agamenon Dantas, Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil; e o Dr. Luiz Antonio Ugeda Sanches, Diretor Executivo do Instituto Geodireito.

Está encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria... Essa audiência será--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Levantamos a suspensão do encerramento da reunião para ouvirmos o Senador Flexa Ribeiro. Por gentileza.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Esse seminário é o que será na próxima segunda-feira, então?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Segunda-feira, às 18h.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ele é de uma importante muito grande para o Estado do Pará. Eu vou fazer todos os esforços para estar aqui no seminário e eu gostaria que fosse incluído, se V. Exa. permitir, o Presidente do IBRAM, que é o Instituto Brasileiro de Mineração, que representa todas as empresas do setor, porque aí nós vamos ter o--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Que é o Dr. Paulo, não é?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É o Paulo Camilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Camilo Pena?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, nós vamos... Aliás, V. Exa. tem razão. Se não me falha a memória, o Dr. Paulo Camilo Pena estava agendado para participar também... Ele esteve aqui naquela, ele esteve, há duas semanas, e eu li aqui o nome dele como participante da próxima reunião. Eu acho que ele, inclusive, já recebeu o convite. Eu não sei por que o nome dele não consta aqui. Mas foi muito boa a intervenção do Senador Flexa Ribeiro, porque nos alertou, e eu peço à assessoria que, por gentileza, entre em contato com o Dr. Paulo Camilo Pena e o convide, pedindo desculpas, se já não foi feito o convite, por estar sendo realizado assim em cima da hora. Mas a presença dele é fundamental em um debate em que vamos tratar da capacitação e formação de mão de obra na área da prospecção e exploração mineral, e ele que é Presidente do IBRAM, como bem disse o Senador Flexa Ribeiro. Então, a solicitação de V. Exa. está atendida, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Agradeço. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALVA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, só uma dúvida, como eu estava em outro trabalho, eu não pude chegar mais cedo, tem o Item 2, eu gostaria de saber se ele poderá voltar à pauta na próxima semana, eu sou a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem dúvida. Foi dito aqui, eu recebi um recado de V. Exa.. Eu não designei um Relator *ad hoc* porque eu recebi um recado de V. Exa. de que gostaria, a Sra. Senadora, de fazer, pessoalmente, a leitura do relatório de um projeto importante, que todos nós estamos aguardando por ouvi-la. Então, já está, automaticamente, incluído na reunião... A leitura do seu relatório está incluída na reunião da próxima quinta-feira aqui da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senadora.

SENADORA ROSALVA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado à Senadora Ro-

salba Ciarlini pela sua participação. Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 10h47.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 12 DE ABRIL DE 2010, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas do dia doze de abril de dois mil e dez, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura. O Presidente declara aberta a reunião e, anunciando o motivo da mesma, informa que a Audiência Pública, integrando a **Agenda 2009-2015 "Desafios Estratégicos Setoriais",** atende ao Requerimento nº 01, de 2010-CI, de autoria do Senador **Fernando Collor,** para debater sobre o Desafio: Recursos Humanos para Inovação e Competitividade. Apresentando hoje o Painel 6 – "Desafios, Necessidades e Perspectivas na Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Prospecção e Exploração Mineral," com a presença dos seguintes convidados**: Dr. Carlos Tadeu da Costa** – Gerente Executivo do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello – CENPES – Petrobrás; **Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery** – Diretor – Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; **Dr. Claudio Scliar** – Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia – MME; **Dr. Fernando Pereira de Carvalho** – Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento da CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, Serviço Geológico do Brasil; e **Dr. Luiz Antonio Ugeda Sanches –** Diretor Executivo do Instituto Geodireito – IGD. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, e após as considerações finais de cada convidado, declara encerrada a reunião às vinte horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Comunicados as Sras. e Srs. Senadores. O primeiro deles é o relato do Painel nº 5, realizado no âmbito da nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura, no último dia 29 de março, em que tratamos, especificamente, da formação e capacitação de recursos humanos para exploração e refino e distribuição na área do pré-sal. Tivemos como palestrantes o Dr. José Lima de Andrade Neto, Presidente da BR Distribuidora; Dr. Nelson Narciso Filho, Diretor da ANP; o Dr. Marcelo Taulois, Diretor-Presidente da Aker Solutions do Brasil; e o Dr. Luiz Fernando Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON.

A principal conclusão dos participantes foi de que a formação de engenheiros, técnicos e operários para a exploração de petróleo e gás é o grande desafio brasileiro para o aproveitamento das novas reservas descobertas na camada do pré-sal. Muito embora grande parte da tecnologia, na exploração do petróleo, tenha sido desenvolvida por meio de pesquisas no Brasil, hoje, há uma grande carência de mão de obra especializada. Com a descoberta do pré-sal, os especialistas alertaram para o fato de que se não houver um investimento maciço na formação de profissionais especializados será preciso trazer trabalhadores de outros países para garantir a exploração do pré-sal. Aliás, esse é um fato que já vem ocorrendo, haja vista a presença de cerca de 30% de trabalhadores estrangeiros nas atuais plataformas da PETROBRAS.

O Presidente da BR Distribuidora, Dr. Lima Neto, afirmou que a metodologia utilizada pelo governo brasileiro para a formação de recursos humanos necessários à exploração do petróleo e do pré-sal é diferente da usual. Segundo ele, a partir do projeto estabelecido, o país tem procurado adequar a formação da mão de obra necessária em tempo hábil. O Dr. Lima Neto também salientou a necessidade de se reforçar a *expertise* de empresas de engenharia no Brasil. Ele disse que o país já teve grandes e competentes empresas de engenharia, mas tanto a atuação delas como esta competência foram diminuindo ao longo dos anos. Daí, segundo ele, a necessidade de não deixarmos a engenharia – a expressão é do Dr. Lima Neto – fugir do Brasil. Para tanto, é preciso valorizar o chamado conteúdo local que, aliado ao volume e à sustentação dos investimentos previstos, fortalecerá a indústria e a engenharia nacionais, bem como permitirá o que ele chama de espalhamento da tecnologia e do conhecimento a outras áreas e setores produtivos.

Em seguida, falou o Dr. Marcelo Taulois, Diretor-Presidente da Aker Solutions do Brasil, uma multina-

cional de origem norueguesa. Ele ressaltou a grande dificuldade da empresa em obter mão de obra qualificada. Segundo ele, um engenheiro recém-formado leva cinco anos para ser preparado para atuar nesse mercado. A empresa dele, a Aker Solutions, que tinha 350 funcionários em 2007, hoje, conta com 850 funcionários e pretende chegar a, pelo menos, 1.200 em 2012, apesar de reconhecer a dificuldade que terá para contratação desse montante. O Dr. Taulois informou que 4% dos custos com funcionários da empresa no Brasil são gastos em treinamento, fato sem similar em suas filiais de outros países. Para ele, a demanda é muito maior do que qualquer pessoa possa imaginar, estimando que 200 mil novos profissionais terão de ser qualificados nos próximos dois anos. Como exemplo, ele mencionou a dificuldade de se recrutar engenheiros de materiais, bem como profissionais com fluência em inglês e perfil de liderança.

Outro problema enfatizado pelo Dr. Taulois diz respeito aos fornecedores. Segundo ele, a Aker Solutions do Brasil tem um grupo de 16 engenheiros somente para ensinar os fornecedores, são 78 fornecedores no total. Ensiná-los como elaborar os produtos necessários à empresa, que fabrica, entre outras coisas, o equipamento localizado no fundo do mar, que controla a abertura e o fechamento das válvulas dos diversos postos explorados. Ou seja, a empresa que fabrica isso é a própria Aker. Como sugestão, o representante da empresa enfatizou a expansão do apoio à educação, o maior incremento pelo governo do uso das PPPs – Parcerias Público-Privadas – e a oferta de incentivos fiscais às empresas que investirem em qualificação profissional, nos moldes da Lei Rouanet, para a cultura, e da Lei de Incentivos ao Esporte.

O presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON –, Dr. Luiz Fernandes Santos Reis, salientou a necessidade de se formarem gestores. Segundo ele, falta capacidade gerencial em todos os níveis. De acordo com o ele, o Brasil forma anualmente 23 mil engenheiros, contra 80 mil engenheiros formados na Coreia do Sul e 200 mil engenheiros formados na Índia. Enquanto no Brasil há seis engenheiros para cada grupo de 100 mil habitantes, a média dos países desenvolvidos se situa entre 12 e 24 engenheiros por cada cem mil habitantes. Já entre os países em desenvolvimento, como o Brasil, esta média é ainda maior, situando-se entre 18 e 30 engenheiros para cada 100 mil habitantes. Daí o risco que o país corre: de sofrer o processo de internacionalização da mão de obra. O Presidente do SINICON afirmou que Brasil irá dobrar, até 2020, o número de plataformas para exploração de petróleo, que hoje somam 171. Ele lembrou que a tecnologia da exploração do pré-sal ainda está para ser construída, lembrando que o trabalho irá se deparar com condições de temperatura e pressão ainda ignoradas.

Por fim, falou o diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível – ANP –, Dr. Nelson Narciso Filho. Ele enfatizou a situação da agência no fomento de programas de formação de mão de obra. De acordo com o Dr. Narciso Filho, os recursos estabelecidos em lei para formação dessa mão de obra possibilitaram o lançamento de quatro editais, que totalizaram 46 programas com tal propósito. O último edital, lançado no ano passado, teve 42 propostas das quais dez se transformaram em programas. Desde 1999, foram ofertadas 4.300 bolsas de estudos a um custo de 184.3 milhões de reais. Embora não fosse o alvo inicial do projeto, afirmou o diretor da ANP, foram feitos investimentos maciços em infraestrutura laboratorial, uma vez que as escolas não tinham recursos para tanto. Dos 515 projetos, 504 foram aplicados em investimento laboratorial, a um custo de 1 bilhão e 360 milhões de reais, e outros 264 milhões de reais foram utilizados no Programa de Mobilização da Indústria do Petróleo, o PROMINP.

Para o Dr. Nelson Narciso, é necessário estimular a indústria a investir recursos próprios em produção e desenvolvimento. E exemplificou com a chamada cláusula de investimento em P&D, em produção e desenvolvimento, constante do Programa de Recursos Humanos da ANP, que estipula a aplicação de 1% da receita bruta das empresas nesse setor. O diretor da ANP salientou, ainda, a necessidade de se fortalecer o vínculo entre a área acadêmica, Governo e empresas privadas, para o desenvolvimento dos recursos humanos necessários à nova fase em que entrará o Brasil, na exploração do petróleo na camada do pré-sal. Nesse ponto, defendeu a valorização e a contratação de professores com notório saber advindo da prática. Enfatizou, também, a necessidade da formação de gestores que, a seu ver, é colocada como preocupação secundária.

Aqui, novamente, eu observo ser imperioso e premente o fortalecimento desse vínculo entre Governo, empresas e o mundo acadêmico. Mais uma vez um painel realizado pela comissão conclui pela carência de mão de obra especializada, notadamente nas áreas de engenharia e de tecnologia como um todo, em seus diversos níveis e setores. É de se lamentar, por exemplo, o impressionante dado que nos foi traduzido pelo IPEA, que cerca de 72% dos engenheiros formados, hoje, no Brasil, não exercem a sua profissão, ou seja, além de formarmos poucos engenheiros, a grande maioria deles acaba derivando para outras áreas. E isso se dá não só pela questão salarial, mas também

pela desvalorização da profissão nas últimas décadas, mas também pela falta de estímulo e condições para uma constante atualização e recapacitação desses profissionais, ao longo da carreira.

Talvez cheguemos ao ponto de se pensar em uma forma de resgatar esses profissionais que estão fora do mercado, em suas áreas – muitos deles, imagino, até aposentados prematuramente –, por meio de incentivos e de um processo de requalificação por parte das empresas, das escolas e, principalmente, do governo. Mas, para tanto, como venho dizendo, impõe-se uma maior sinergia e concatenação de diretrizes, planejamento e ações entre aqueles três segmentos. E este é o principal objetivo do ciclo de debates que a Comissão de Serviços de Infraestrutura vem promovendo, especialmente este ano em que estamos abordando a questão da formação e qualificação profissional.

Na próxima segunda-feira, dia 19, às 18 horas, informo aos senhores e Sras. Senadoras, será realizado o 7º painel, para debater as necessidades de infraestrutura, de formação e capacitação de mão de obra para os eventos Rio+20, em 2012, que tratará da questão ambiental, especificamente do aquecimento global e da substituição no Tratado de Kyoto, que vence em 2012, por outro marco legal que defina as obrigações dos países que conformam o nosso planeta, em relação ao compromisso de diminuir as emanações de gases que formam, que trazem esse terrível dano, que é o aquecimento global. Então, eles virão para discutir a formação e capacitação da mão de obra para eventos como esses, do Rio+20, da Copa do Mundo, de 2014. O Rio+20 se realizará em 2012, a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

A audiência contará com os seguintes palestrantes: Dr. Luiz Barreto, ministro do Turismo; Dr. Carlos Arthur Nuzman, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro; o Dr. João Havelange, ex-presidente da Federação Internacional de Futebol e ex-Presidente da CBF – esse foi um convite que fizemos com muita satisfação, e a resposta que nos foi dada, afirmativa, quanto à sua presença, pelo Dr. João Havelange, me deixou, particularmente, muito sensibilizado, por ele se deslocar do Rio de Janeiro para vir aqui, entre nós, discutir assuntos de tamanho interesse para o Brasil de hoje, e que ele tão bem, assuntos que tão bem ele domina, conhece, com a sua larga vasta e experiência –, e também do Ministério dos Transportes, um de seus técnicos, que estará aqui, conosco.

Um terceiro comunicado, eu gostaria de informar as Sras. e Srs., membros desta Comissão, que apresentei, na semana passada, um projeto de lei para incluir os escritórios de engenharia e arquitetura entre os beneficiários do regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conhecido como o Simples Nacional, ou seja, o objetivo é permitir que engenheiros e arquitetos possam transformar seus escritórios em micro ou pequena empresa. Como todos sabem, a adesão ao chamado imposto Simples, além de desburocratizar a constituição e a administração dessas pequenas empresas, concede uma série de vantagens tributárias a elas, pequenas empresas. Devo dizer que essa sugestão, ela partiu de alguns palestrantes dos primeiros painéis do nosso ciclo de debates sobre formação e capacitação profissional.

Cabe observar, também, que a Lei Complementar nº 123/2006, o novo Estatuto das Micro e Pequenas Empresas abriu a possibilidade para adesão ao Simples, de construção de imóveis e obras de engenharia, em geral, além de execução de projetos e serviços de paisagismo e decoração de interiores. No entanto, não deixou claro se os escritórios voltados, exclusivamente, para elaboração de projetos de engenharia e arquitetura poderiam ou não se constituírem com as vantagens do regime simplificado. Daí considerarmos importante a iniciativa, de modo a dirimir qualquer dúvida sobre a intenção do legislador.

Contudo, o principal motivo da iniciativa está na constatação de que a recuperação econômica do Brasil e o período de intenso crescimento para os próximos anos têm evidenciado deficiências, no mercado profissional, que podem comprometer esse ciclo. Entre os mais graves está a escassez, exatamente, de engenheiros e arquitetos, mão de obra cada vez mais rara no mercado de trabalho. Tal deficiência resulta, sobretudo, da falta de estímulos e da valorização a essas carreiras fundamentais ao desenvolvimento do país. Assim, o projeto de lei proposto visa a suprir a lacuna existente ao permitir a inclusão dos escritórios de engenharia e arquitetura entre os serviços beneficiários do Simples Nacional. A inclusão dessas atividades incentivará o empreendedorismo desses profissionais, como também terá o condão de tornar mais atrativos os respectivos cursos superiores de formação e de qualificação. Além disso, o projeto constitui uma forma de valorização do setor tecnológico, cujos profissionais, historicamente, carecem de uma melhor remuneração, principalmente no setor público.

Todos esses aspectos, nós temos constatado, claramente, nos debates dos primeiros painéis que realizamos nesta comissão, sobre a questão dos recursos humanos para a inovação e competitividade. Observo, por fim, que o projeto adquiriu o número PLS Complementar nº 90/2010, já tendo sido distribuído à

Comissão de Assuntos Econômicos, onde aguarda designação da Relatoria.

Da mesma forma, informo as Sras. e Srs. Senadores que, na última quinta-feira, dia 08 de abril, a Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou a apresentação de quatro projetos de lei de aperfeiçoamento do marco regulatório do saneamento, frutos das sugestões apresentadas, por ocasião da Audiência Pública que realizamos, no final do ano passado, para debater este que é um dos principais gargalos de nossa infraestrutura. A consolidação das propostas ficou a cargo do Senador Ministro Eliseu Rezende, que também se manifestou favoravelmente, em seu relatório, pela apresentação dos quatro projetos. Assim, os projetos de lei foram encaminhados à Mesa, tendo como autora a própria Comissão de Serviços de Infraestrutura e adquiriram os números PLS 96, 97, 98 e 99, todos de 2010. Os três primeiros já se encontram na Comissão de Assuntos Econômicos, a CAE, e o quarto, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

Na reunião de hoje, apresentaremos o nosso 6º painel sobre os Desafios, Necessidades e Perspectivas na Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Prospecção e Exploração Mineral. Participarão deste painel os seguintes senhores, e aproveito para dar-lhes às boas-vindas e tomar assento à Mesa, que são os seguintes: Dr. Luiz Antonio Ugeda Sanches, diretor executivo do Instituto Geodireito – IGD –; Dr. Carlos Tadeu da Costa, gerente executivo do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello – CENPES –; Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM –; Dr. Fernando Pereira de Carvalho, diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento da CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, Serviço Geológico do Brasil; e o Dr. Cláudio Scliar, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia. Convido os senhores a tomarem assento à Mesa.

Como primeiro palestrante dessa nossa audiência, nós convidamos o Dr. Luiz Antonio Ugeda Sanches, Diretor Executivo do Instituto Geodireito – IGD –, para fazer a sua explanação. O tempo destinado a V. Sa. é de 20 minutos. V. Sa. tem a palavra.

SR. LUIZ ANTONIO UGEDA SANCHES: ...e presentes. Nosso intuito, aqui, é falar um pouco sobre a necessidade da formação jurídica na área mineral, de prospecção e de infraestrutura, no geral. Nós tivemos uma experiência bastante interessante no desenvolvimento de áreas... no desenvolvimento jurídico do conceito de infraestrutura e, principalmente, na área de direito de energia ambiental e direito urbanístico. E a missão do Instituto Geodireito, basicamente, é difundir esses conhecimentos do *law geography*, que já é uma corrente existente no exterior, principalmente na Califórnia, na Inglaterra, até os nossos amigos, os colegas argentinos têm estudado profundamente, por causa da questão do mar territorial, das Malvinas, que é fazer uma leitura geográfica de norma, ou seja, a partir do momento em que a própria Constituição Federal elenca elementos como região, como local, ou seja, cabe aos municípios o interesse local, cabe ao Brasil combater as desigualdades regionais. Você começa a ter uma necessidade de aprofundar esse tipo de estudo perante a sociedade.

E o Direito Administrativo, que é basicamente o Direito Público, ele tem quatro formas interdisciplinares de ser abordado. O primeiro e o mais difundido é a questão tecnológica, que nasce, exatamente, com as cartas de patentes, ou seja, quando você desenvolve uma matriz energética e você vai e patenteia, você acaba tendo um desenvolvimento tecnológico que vai ter uma repercussão econômica e, por sua vez, uma projeção na sociedade, que pode ou não arguir que aquele desenvolvimento tenha um interesse público. E isso faz com que o direito sempre corra atrás dessa tecnologia, ou seja, não tem como o direito regular aquilo que não existe. O direito sempre vai regular determinada tecnologia, a partir do momento que essa tecnologia existe. E é o caso da tecnologia da energia, não só elétrica, o petróleo e o gás, principalmente após a Revolução Industrial; a questão de telecomunicações, que vai desde o telégrafo, até o lançamento de satélites; saneamento; transportes, enfim, tudo aquilo que o imaginário consegue construir e desenvolver e acaba tendo uma repercussão econômica e faz-se necessária uma legislação, para que tenha resguardo esse tipo de conhecimento.

Uma segunda corrente, que é do Direito Administrativo Econômico, na verdade, acaba dando um cunho – como o próprio nome diz – econômico àquele desenvolvimento que é tecnológico, ou seja, você, por meio intermédio de tarifa, para algo que é de interesse público, acaba regulamentando monopólios naturais, práticas concorrenciais. E você acaba tendo toda uma frente jurídica que acaba estudando os equilíbrios econômico-financeiros, como você remunera essa prestação de serviços perante a sociedade.

Em terceiro lugar, você ter o Direito Ambiental que, de certa forma, projeta aquela visão de se preservar determinados complexos ecológicos e ambientais para as presentes e futuras gerações, como guarda, como prevê a nossa Constituição Federal, no art. 225. E o Geodireito, na verdade, além dele buscar a aplicação dessas técnicas geográficas que estão

constitucionalizadas: localidade, como nós falamos no interesse local; a região, que vai desde o conceito de região metropolitana até o conceito das desigualdades regionais; a escala, porque a nossa constituição prevê que União, estados e municípios tenham competências diferentes, mas que devem interagir entre si; e a questão do território, você... Faz-se necessário, exatamente, dar uma regulação jurídica que não seja nem atrelada à tecnologia, atrelada ao que é econômico e nem àquele, necessariamente, que é ambiental, no conceito de contraponto entre preservação ou desenvolvimento. Já o direito entende que preservar é desenvolver. Na medida em que você, ao preservar, você está delegando a gerações futuras um desenvolvimento, o qual as gerações presentes entendem não ter tecnologias suficientes para tirar o melhor proveito de determinado bem natural, de determinado recurso natural. Próximo, por favor.

Dentro desse conceito, a base de tudo vem a ser a energia. Essa foto... Obviamente que o mundo não fica escuro ao mesmo tempo, é uma foto tratada e foi realizada pela NASA. Ela demonstra claramente os pontos do planeta onde a Revolução Industrial vingou, onde nós estamos, onde as pessoas brilham, as sociedades brilham, as sociedades são os astros reis. Ou seja, onde nós temos desenvolvimento e onde nós não temos desenvolvimento, seja porque os estados não quiseram desenvolver ou fizeram uma outra opção com seus recursos naturais, seja por questões até demográficas, como é o caso da Austrália – que por ter uma população pequena em relação a seu território, acaba tendo pouco foco na energia. Mas mostra onde o ser humano está, mostra onde nós temos essa repercussão econômica, esse interesse público sendo consubstanciado, presente na nossa sociedade. E ela está na base de tudo.

O ser humano não é mais importante, por exemplo, do que a água, mas para cidades, talvez, a energia seja tão importante quanto, porque seja energia a água não chega às caixas de água das grandes metrópoles, você não tem o saneamento, você não tem a purificação da água e do esgoto. E não se concebe, o modo de vida, hoje, sem essa energia elétrica. Próximo, por favor.

Ali tinha uma capa da *The Economist*, onde mostra o Cristo Redentor decolando, não é? E a grande questão para a próxima década é o seguinte: o Brasil é o maior país latino do mundo, o Brasil é o maior país tropical do mundo. O Brasil, nessa próxima década, muitos apontam que vai ser a quinta maior economia, sendo a primeira potência energética do mundo, e a mais variada, porque nós temos pré-sal, porque nós temos eólica, porque nós estamos na linha do Equador, isso pressupõe um aproveitamento enorme para a energia solar – somos um país com uma enorme costa, 8.500km de costa, de litoral, onde você pode utilizar a energia marítima – e a primeira potência alimentar do mundo. Teremos grandes eventos esportivos e somos integrantes do BRIC: Brasil, Rússia, índia e China. Ou seja... E os jornais internacionais começam a reconhecer que o petróleo e todo esse conjunto de potencialidades vão despertar o Brasil.

E aí entra a grande questão: Ok, nós vamos crescer, nós temos todo esse potencial, mas nós precisamos nos preparar melhor para esta nova realidade. E o direito tem uma função primordial nessa nova realidade, principalmente, quando nós pensamos que qualquer projeto estruturante, ele pode ser embargado, no Poder Judiciário, até por juízes de primeira instância ou até por órgãos ambientais dos municípios e dos estados. E se não houver um treinamento da mão de obra na base dos bacharelados de direito, e se esses bacharelados não estiverem conectados com essa realidade, nós vamos correr o risco de ter um descasamento até epistemológico, Presidente, no seguinte sentido: os engenheiros vão querer avançar, os economistas vão querer desenvolver e os advogados vão sempre ficar com aquela... agindo perante determinados fatos da sociedade de um forma reativa ou mesmo sob premissas, as quais já estão superadas.

E nesse sentido que nós viemos apresentar algumas... Próximo, por favor. Algumas posições. Ou seja, nós entendemos que o grande desafio é como explorar esses recursos naturais que nós temos, preservando a flora, a oferta de água, a nossa soberania e sem explodir os custos dos alimentos. Inclusive, essa frase foi tirada do ex-presidente Bill Clinton, que falou exatamente... Ele via o Brasil com essa missão no mundo, no século XXI: "Como vocês vão explorar esses recursos naturais em uma época pós-petróleo – que ele chamava – sem acarretar todos esses efeitos colaterais?".

E quais são os nossos grandes desafios nessas áreas de infraestrutura, do ponto de vista normativo? No caso da energia, nós vamos ter uma franca expansão da produção. Nós temos o pré-sal, nós temos o etanol, nós temos eólicas, nós teremos nucleares, onde o plano de expansão já prevê quatro usinas até 2030, duas no médio São Francisco e duas no baixo Tietê. Nós pretendemos explorar hidroelétricas na Amazônia, mas precisamos aprofundar os entendimentos sobre as questões indígenas. Nós teremos, o país, o sistema interligado, o nacional, o sistema elétrico interconectado com outros países, como é o caso, já temos com o Paraguai, com o Itaipu, já temos com Argentina, já temos com Uruguai, estamos em vias de conectar o

Acre com o Peru, e não temos mais regulamentação bilateral à altura desse tipo de desafio. Ou seja, sempre que houver esse tipo de necessidade, nós vamos ter que evocar ou o ministro ou o próprio Presidente da República. Por quê? Porque não existem tratados internacionais desenvolvidos para servir como um grande guarda-chuva para esse tipo de iniciativa.

E o país começa a entrar em um momento de blecautes. Por quê? Porque nós estamos em um grande momento de picos de consumo de energia, em Brasília, no Rio de Janeiro. Isso tem sentido bastante frequente. E o sistema não está aguentando essas participações de consumo, ou seja, como é que nós vamos conferir incentivos para a distribuição de energia, expandir, ao mesmo tempo, a geração de energia e permitir com que o país não tenha esses blecautes? Então, isso é um grande desafio normativo, não apenas das agências reguladoras competentes, mas também do Congresso Nacional.

A questão do saneamento, inclusive, foi criado o Ministério das Cidades, pelo Presidente Lula, logo que ele tomou posse, com a visão de se universalizar o sistema sanitário nacional, que seria uma espécie, que nós colocamos entre aspas, de "água para todos", "saneamento para todos". Só que esse objetivo ainda está muito longe de ser alcançado. Por quê? Porque, exatamente, nós temos uma legislação que ainda tem, em seu bojo, algumas dificuldades para fixar competências, principalmente nas regiões metropolitanas, ou seja, a competência do saneamento, em uma região metropolitana é dos estados, é dos municípios, é compartilhada. Podemos ter, por exemplo, uma região metropolitana em estados diferentes, como acontece com Juazeiro e Petrolina, Pernambuco e Bahia, ou seja, existem alguns problemas que passam a infraestrutura, por si só, e exigem do legislador uma nova visão de como se pode regulamentar determinados desafios de formas diferentes.

Na questão da mineração, do ponto de vista jurídico, tramita a grande definição do marco regulatório, ou seja, vamos avançar, vamos manter os assuntos minerários no status que ele já se encontra? Se o caso é de avançar, como nós podemos desenvolver essas premissas? Nós vamos precisar transformar o DNPM em uma agência reguladora, como aconteceu com o DNAI(F), quando se transformou em ANEEL, ou seja, o que é que nós desejamos desse marco regulatório? O setor de mineração tem o mesmo interesse público que tem o apelo da energia elétrica ou você precisa ter uma variação nesses elementos? Tudo isso precisa ser definido, principalmente, a questão dos *royalties*, tão em voga por causa do pré-sal. Mas tanto a energia quanto a área de mineração também produzem *royalties,* e precisa, também, ser verificada qual vai ser a parcela para o interesse local – como está no art. 30, da Constituição – e qual vai ser a parcela destinada para o próprio desenvolvimento do país, do Ministério de Integração Nacional, ou até de Desenvolvimento Científico, no Ministério de Ciência e Tecnologia, e até do Ministério da Defesa, no caso do pré-sal, do desenvolvimento marítimo.

Na questão dos transportes, nós temos grande assimetria, ou seja, nós temos rodovias, nós temos uma malha rodoviária que precisa ser melhorada. Nós temos uma malha ferroviária que, hoje, é menor do que a que nós tínhamos no início do século XX. Isso é muito sério. Nossa malha rodoviária atual é menor do que a malha rodoviária que nós tínhamos há um século, e isso precisa ser regulamentado. Precisamos de um marco regulatório, precisamos de um regime jurídico que nos demonstre como expandir as ferrovias. E tal é a dificuldade que nós não conseguimos, até hoje, estabelecer... O Brasil não entrou, até hoje, no regime de trens de alta velocidade, isso porque somos o quinto maior país do mundo em extensão territorial.

Precisamos de uma remodelagem aeroviária, que foi prevista com a constituição da ANAC, e que pode muito bem ser implementada e melhorada, e o próprio emprego, desenvolvimento das hidrovias e da navegação de cabotagem. No caso das telecomunicações, nós precisamos entrar mais forte nessa questão da exploração de satélites, dos direitos de satélites, de transmissão, principalmente, Senador, para a questão das geotecnologias, do geoprocessamento, ou seja, hoje, você não pode transacionar uma propriedade rural sem que... A legislação de 2001 prevê que ela seja geoprocessada, que você tenha fotos aerométricas. E, nesse sentido, sempre que nós formos fazer cumprir esse determinado dispositivo, nós, hoje, estamos reféns de uma tecnologia internacional.

Então, a questão de se ter um desenvolvimento até para lançamento de satélites, para base aeroespacial de Alcântara, passa até por uma questão de soberania e até de economia para o país. Por quê? Porque a partir do momento que nós detivermos essa tecnologia, que nós regulamentarmos o seu uso, nós poderemos ter, de fato, uma cartografia digital do Brasil. Porque a nossa cartografia, ainda hoje, é feita conforme desenhou Getúlio Vargas, no Estado Novo, ou seja, você tem os dados os IBGE, você tem os dados do antigo CONAR, salvo engano, que é membro do Exército, órgão do Exército que fazia todas essas plantas e difundia para o Brasil. Ou seja, nós ainda estamos trabalhando em cima de plantas que estão desatualizadas e a sociedade civil precisa ir mais rápido, para cumprir esse tipo de disposição. Inclusive, o INDE, que

é o órgão do CONCAR – Comitê de Cartografia Brasileira –, foi lançado sexta-feira, quinta ou sexta-feira passada, no Ministério do Planejamento, e isso foi um excelente passo nesse sentido, de se regulamentar o uso dessas cartas.

Na questão da defesa, nós temos a questão da "Amazônia verde", entre aspas, que é a questão clássica. A Marinha gosta muito de falar da Amazônia azul, como o nosso mar territorial, a necessidade de defesa desse mar territorial, até para exploração dos seus bens, incluindo o pré-sal. E por que não, também, falar sobre a Amazônia branca, que é exatamente o interesse do Brasil na Antártida. Tem as questões de urbanismo, onde nós precisamos fazer uma grande regularização urbana das favelas, do déficit habitacional que nós temos, e a questão da regularização fundiária. E a questão do meio ambiente que, geralmente, é visto como as pessoas que falam: "Olha, não pode mexer aqui". Mas, no fundo, nós temos que entender que não é um antagonismo entre preservação e desenvolvimento, mas a preservação, ela pressupõe desenvolvimento, desde que haja uma visão estratégica do país, pautada no planejamento, ou seja, o que é que nós queremos com determinada região? Nós queremos utilizá-la, nesse momento, ou guardá-la intacta para as futuras gerações? Então, é uma forma um pouco diferente de ver o meio ambiente, não como assumo estático, mas como algo dinâmico, que tem uma fluência. Próximo, por favor.

Enfim, vislumbramos qual é o grande cenário jurídico, qual é o nosso cenário atual, no direito, na formação jurídica, no bacharel de direito? Nós temos uma busca do conhecimento enciclopédico, ou seja, queremos ter muito conhecimento, somos bastante discursivos, mas, geralmente, não temos uma vinculação com os problemas práticos do dia a dia, temos dificuldade nessa interpretação. Muitas vezes, quando nós estamos na empresa, invariavelmente, quando falam que tem que levar para a Procuradoria ou levar para os advogados, os engenheiros, os economistas costumam ficar preocupados, porque falam que, geralmente, os advogados não entendem, não é? Os bacharéis em direito não entendem com o pragmatismo necessário aquelas dificuldades que existem.

E precisamos fazer uma formação voltada para as relações do Poder Judiciário [soa a campainha] perante essa sociedade. O senhor me permite mais cinco minutos? E existe uma ausência de formação específica para atuar em agências reguladoras, hoje em dia, principalmente, naquilo que se começou a chamar de contencioso administrativo que, em tese, não existe no Brasil, mas na prática é algo que vem correndo.

Nesse cenário, nós precisamos buscar uma nova metodologia pedagógica, como uma visão crítica da realidade, valorizar as categorias jurídicas, ou seja, isso que nós chamamos de infraestrutura, energia, saneamento, mineração, essas categorias, como algo jurídico, vinculando as jurisprudências dos Tribunais, e buscar uma interdisciplinaridade no direito, algo que os advogados, no século passado, ficavam bastante preocupados, porque diziam que o direito tinha que ser puro, não é? Nada interfere o direito. Então, esse é um paradigma que começa a ser questionado. Próximo, por favor.

Por fim, qual é a nossa proposta? Que o ensino de direito da energia seja obrigatório nos bacharelados do direito, de forma complementar a formação de Direito Ambiental. Em que sentido? Se nós temos o Luz Para Todos, se a ideia é planificar a energia para todos os brasileiros, nós temos que levar o conhecimento disso para todos, também. Porque quem está no Acre quer saber qual é a relação dele com o Peru, pelo sistema elétrico. Quem está em Fortaleza ou em Natal, hoje, quer saber o que aqueles cata-ventos, que produzem energia eólica, beneficiam na vida. Quem está em São Paulo ou em Santos, hoje, quer saber o que é exatamente esse pré-sal, não é? No que eu, como cidadão local, vou me beneficiar desse projeto? Quem está no Centro do Brasil, quer saber como que essa expansão dos biocombustíveis vai afetar no meu dia a dia. E esse conhecimento ainda é algo muito abstrato para o brasileiro médio ou mesmo para aqueles bacharelandos em direito.

Tornando o direito da energia obrigatório, existe um contraponto ao Direito Ambiental, porque, geralmente, o advogado sai com a cabeça preservacionista e ele acaba sendo formado sem uma visão do que é o desenvolvimento. E isso precisa mudar, no nosso entendimento, nas faculdades de direito. Ponto 2: considerado o interesse de cada região, a instituição de ensino da faculdade de direito pode optar por lecionar mais uma disciplina de infraestrutura, dentre essas, ou seja, se eu estou em Minas Gerais, eu vou enfocar, por exemplo, o direito minerário, se eu estou em um estado de fronteira, eu posso desejar enfocar o direito militar ou atuar de uma forma mais ampla, como o direito urbanístico ou o direito de saneamento.

Só para gente alcançar um pouco, Senador. A faculdade da direito do Largo São Francisco, da USP, até hoje não ensina direito urbanístico, de forma que o país hoje é um país urbano. Então, isso é uma preocupação que, de certa forma, nós acreditamos que tem que vir de cima para baixo, porque senão... Esse regime, talvez, demore muito para se alterar. E o ensino obrigatório do direito no bacharelado de engenharia,

geologia e geografia, módulo básico. Para quê? Para que esses profissionais capacitem para o exercício da regulação jurídica no território, para que eles venham mais capacitados, com uma formação jurídica mínimo para as agências reguladoras, para ampliar essa atuação, para que eles saibam conceitos mínimos, como a lei não retroage no tempo, como qual é a eficácia da lei, porque ele não pode, por uma portaria, contradizer um decreto. E existe muito retrabalho dentro das agências reguladoras, hoje, por causa dessa falta de conhecimentos básicos jurídicos. Próximo, por favor.

Eram essas as nossas palavras. Agradeço o Senador pelo espaço e pela oportunidade. E o Instituto Geodireito se coloca à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Luiz Antonio Ugeda Sanches, diretor executivo do Instituto Geodireito, pelas suas palavras e pela sua explanação. Eu passo a palavra ao Dr. Carlos Tadeu da Costa, gerente executivo do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello, o CENPES, que vem realizando um trabalho, realmente, extraordinário, digno de aplausos. V. Sa. tem 20 minutos para a sua exposição.

SR. CARLOS TADEU DA COSTA: Muito obrigado, Senador, muito obrigado pela oportunidade. Boa-noite a todos os colegas de mesa, senhoras e senhores presentes. Muito oportuna a discussão. E me sinto honrado de poder contribuir com a visão de PETROBRAS, especificamente do Centro de Pesquisa da PETROBRAS, no que diz respeito aos desafios de formação de recurso humanos para inovação e para a competitividade no país. Próximo *slide.*

Eu vou começar mostrando alguns números que denotam crescimento da PETROBRAS, ao longo da última década. As reservas da PETROBRAS oferecem eram 50%, de 10 bilhões de barris de óleo equivalentes para 15 bilhões. A produção de óleo e gás cresceu em 1 milhão de barris de óleo, equivalente por dia, saindo de 1,5 milhão para 2,5 milhões. Os investimentos totais da PETROBRAS, anuais, cresceram da casa de 3.6 bilhões de dólares por ano para 35 bilhões de dólares por ano, e esse investimento, certamente, sinaliza uma qualidade do portfólio de projetos que a Companhia tem. E a percepção de valor que a Companhia tem, no mercado, cresceu cerca de dez vezes, de 26 bilhões de dólares, do ano 2000, para cerca de 200 bilhões de dólares, ao final do ano de 2009, também refletiu uma expectativa que o mercado tem do potencial da carteira de projetos da Companhia. O próximo, por favor.

Os investimentos da Companhia são investimentos muito significativos. Recentemente, a direção da Companhia anunciou um crescimento de 25% no plano de investimentos da Companhia para 2010. Os investimentos para esse ano correntes são estimados em algo em torno de 90 bilhões de reais, 45 bilhões de dólares, sendo que a atividade de exploração e produção, notadamente o pré-sal, é responsável por mais de 1/3 desse investimento e outro 1/3 terço dedicado a investimentos pesados na área de refino e petroquímica. Mas um *slide*, por favor.

Esse *slide* mostra a comparação dos investimentos anuais da PETROBRAS. A barra em azul escuro é o investimento em 2009, em azul claro investimento em 2010, comparativamente às grandes Companhias mundiais do setor de óleo e gás. Esse *slide* chama a atenção para o volume de atividades que a PETROBRAS e seus fornecedores de bens e serviços vêm desenvolvendo. No ano de 2009, o nosso investimento foi maior do que o investimento da Shell, da Exxon, por exemplo. E, em 2010, a diferença se acentua, dando um panorama dos grandes desafios que a PETROBRAS tem no atendimento dessas demandas e, também, das grandes demandas e, também, das grandes demandas da PETROBRAS e dos seus fornecedores, na questão dos recursos humanos capacitados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. CARLOS TADEU DA COSTA: Não, investimentos totais da Companhia, investimentos nas suas atividades industriais, que demandam recursos humanos para a sua execução. Próximo *slide.*

E, evidentemente, a comparação do valor de mercado da PETROBRAS com as congêneres, com as nossas grandes competidoras, dá uma ideia da evolução que a PETROBRAS teve, ao longo dos últimos anos. E como eu já disse, o valor de mercado é, certamente, o sinal de expectativa que a sociedade tem, que o mercado financeiro tem, em relação a portfólio de projetos. Então, são investimentos de grande retorno para a Companhia e que somente serão viabilizados diante da existência de recursos humanos em número e em qualidade compatíveis com o porte desses desafios. Mais um *slide*, por favor.

Essa é uma notícia recente, publicada na Folha de São Paulo, 10 de abril, esse final de semana, que dá conta do fato da PETROBRAS ter sido indicada, pela Fortune, como a mais inovadora Companhia de Petróleo e Gás, no mundo. E esse é o gancho que eu quero pegar para o próximo *slide*, que é um *slide* óbvio, mas que vale a pena ser ressaltado, que esse sucesso empresarial, construído ao longo dos mais 50 anos de existência da companhia, e mais do que isso, o portfólio de projetos, de altíssima rentabilidade que a PETROBRAS tem hoje, está assentado em

competência tecnológica. Saber fazer, conhecer com profundidade os fundamentos dos fenômenos físicos, químicos e biológicos é fundamental para se garantir sucesso empresarial em qualquer empresa e, principalmente, em uma empresa que atua em um setor tão competitivo.

Para isso a PETROBRAS desenvolve, com muito afinco, a atividade de inovação que tem no CENPES, hoje, o seu principal catalisador, mas que conta não só com demais recursos internos da Companhia, mas também com o parque tecnológico nacional, traduzido por universidades, institutos de pesquisas e nossos fornecedores. Temos alguns paraísos básicos na condução das atividades de inovação. Primeiro: autoalinhamento. Nós não fazemos ciência básica. O nosso objetivo é aplicar ciência, transformando em conhecimento. O segundo grande objetivo é a implementação, tudo que se faz em um ambiente inovador da PETROBRAS tem dia e hora para terminar. Nós trabalhamos com projetos de grande porte, que dependem de inovação para garantir rentabilidade. O terceiro princípio: trabalhamos de forma integrada e com máxima cooperação com os atores do Parque Nacional de Ciência e Tecnologia, notadamente universidades e fornecedores. E o quarto princípio, que talvez seja o mais interessante, como pano de fundo para essa discussão que hoje se trava aqui, nessa Casa, é que nós buscamos, através do desenvolvimento de atividades inovadoras na empresa, construir capacidade local. Capacidade local no campo da inovação, do porte e com a abrangência dos nossos desafios.

Para isso dedicamos recursos à inovação, sem dúvida nenhuma, o mais importante deles: pessoas qualificadas, preparadas. Recursos financeiros são necessários e, evidentemente, só se faz inovação com a adequada infraestrutura experimental. E eu vou, rapidamente, dar algumas informações sobre cada um desses recursos. No campo das pessoas – afinal, esse é um debate sobre recursos humanos –, a PETROBRAS conta, hoje, nos seus quadros, no quadro dos seus centros de pesquisas, com 1.600 pessoas dedicadas à geração de ideias inovadoras e a implementação dessas ideias. São cerca de 800 pesquisadores, 300 engenheiros projetistas, transformando as inovações em projetos industriais, e quase 500 pessoas operando as mais diversas instalações experimentais, desde laboratórios convencionais até plantas experimentais, de porte, praticamente, industrial. Mais um.

Fundamental: pessoal qualificado. Esse contingente de pesquisadores, por exemplo, 50% tem grau de mestre e 25% grau de doutor. Mais um *slide*. E esse desafio é um desafio ainda mais importante, levando em conta a demografia da nossa força de trabalho. Na área de óleo e gás, não só do Brasil, também no mundo, existe um esforço enorme de renovação de quadros, dado o fato de que as pessoas experientes se concentram, já, em uma faixa da idade que as aproxima da aposentadoria. O Centro de Pesquisa da PETROBRAS conta, hoje, com mais da metade desse contingente com menos de dez anos de experiência, o que nos leva a ter a necessidade de acelerar o programa de desenvolvimento e de qualificação desses jovens talentosos.

O próximo quadro... O quadro dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Pode voltar, avança, por favor. Esse *slide* mostra a evolução dos investimentos na PETROBRAS em pesquisa e desenvolvimento, ao longo da última década. A curva segue a tendência dos investimentos da Companhia nas suas frentes industriais. Na verdade, o nosso investimento em pesquisa e desenvolvimento é a busca de respostas tecnológicas para os desafios presentes no nosso portfólio de projetos industriais. Temos investido algo em torno de 800 milhões de dólares americanos, por ano, ao longo dos último três anos. Mais um *click*.

Sendo que, pegando o último triênio, a exemplo das atividades industriais, a atividade de exploração em produção é a que mais demanda investimentos em pesquisas tecnológicas. Descobrir, produzir petróleo no pré-sal, em águas ultraprofundas, um óleo pesado e viscoso requer inovação tecnológica, e por isso esses investimentos são tão expressivos.

Queria ressaltar, aqui, os investimentos na área de biocombustíveis. Embora 3% pareça muito pequeno, quando comparado com as demais frações representadas nesse gráfico de pizza, 3% de 2.6 bilhões de dólares, em três anos, colocam a PETROBRAS como uma das dez empresas que mais investem, no mundo, em tecnologias de biocombustível. E esse gráfico mostra a comparação dos investimentos de pesquisa e de desenvolvimento da PETROBRAS, com o seu grupo de referência, com as grandes empresas de óleo e gás, no mundo. Consistentemente, ao longo dos últimos anos, a PETROBRAS tem ficado entre as seis, sete empresas que mais investem em pesquisa e desenvolvimento na área de energia, no mundo.

Falando um pouquinho, agora, da infraestrutura experimental. Esse é um gráfico interessante, porque remete para a questão de recursos humanos de forma direta. Como eu já citei, para fazer pesquisa de qualidade, são necessários bons laboratórios, infraestrutura experimental de primeira linha. A PETROBRAS conta com laboratórios próprios, os senhores conhecem o nosso centro de pesquisas, mas nós, cada vez mais, temos trabalhado no sentido de dotar universidades e institutos de pesquisa brasileiros, de laboratórios que

possam complementar nossas necessidades e que sejam referência a nível mundial. E temos feito um esforço grande para que grandes fornecedores da PETROBRAS instalem, no Brasil, centros tecnológicos, para poder cooperar com nossas universidades e conosco, gerando soluções tecnológicas. Tudo isso demanda recursos humanos de grande qualidade.

Olhando para as instalações internas da PETROBRAS, essa foto mostra o CENPES, como ele é conhecido dos senhores, e a maquete da expansão do CENPES. Nós estamos duplicando a nossa área dedicada à pesquisa e desenvolvimento. Esperamos estar inaugurando a nova instalação agora, ainda, no primeiro semestre de 2010. Além das instalações do Rio de Janeiro, como já citei, temos instalações experimentais de porte semi-industrial em vários estados da federação. Próximo.

Mas o que eu queria ressaltar, com mais relevância, é o esforço que temos feito com as novas Universidades e institutos de pesquisas, de modo a dotar o Brasil de laboratórios e de instalações experimentais de classe mundial, na área de petróleo, nas universidades brasileiras. Mais um.

Queria, aqui, ressaltar dois mecanismos de fomento à inovação, existentes na legislação brasileira, que têm dado um grande incentivo a investimentos em nossas universidades. O primeiro, todo mundo sabe que um percentual dos *royalties* do petróleo alimenta o Fundo Setorial Petróleo e Gás. E através da gestão competente feita pelo nosso Ministério de Ciência e Tecnologia, com participantes da academia e do setor produtivo, esses recursos que, no ano de 2009, foram da ordem de 800 milhões de reais, são alocados a projetos ditos estruturantes. Esse recurso é o recurso que é de gestão direta do Governo Federal. Mas tem um outro mecanismo de fomento e inovação presente nos contratos de concessão para exploração de óleo e gás, firmados entre os operadores, dentre eles a PETROBRAS e a nossa Agência Nacional de Petróleo, que diz que um percentual equivalente a 1% do faturamento bruto dos campos de maior produção tem que ser investido do caixa do operador, do caixa da PETROBRAS e que de outros que atuam no Brasil, diretamente em projetos inovadores no Brasil, sendo que, no mínimo, metade disso em Universidades brasileiras.

Em 2009, essa cifra, no caso da PETROBRAS, foi de 400 milhões de reais. Investir 400 milhões de reais em projetos de inovação e universidades brasileiras sem uma estratégia estruturante, não é garantia de retorno. E, por conta disso... Mais um *slide*. Nós desenvolvemos... Mais um. Junto com as universidades brasileiras uma estratégia que está representada nesse modelo conceitual. A maior parte do investimento, nos primeiros anos, está sendo destinada a criação de um infraestrutura física e a capacitação humana de modo que com a existência de instalações experimentais e de equipes de qualidade, com o passar do tempo, possamos investir, aí sim, em projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Esse modelo conceitual começou a ser praticado em 2006. Mais um. Esse gráfico ilustra os dados reais, ou seja, desde 2007 já passamos a investir mais em projetos de pesquisas do que em projetos de infraestrutura. E, hoje, temos, no Brasil, construído fora da PETROBRAS, nas nossas universidades, uma área que equivale a quatro vezes a área do CENPES, com laboratórios dedicados a ciências fundamentais para a atividade de exploração, produção, refino de petróleo e produção de biocombustível. A estratégia foi identificar 50 temas tecnológicos relevantes para a PETROBRAS, em torno de cada tema construir uma rede tecnológica com as universidades que tenham potencial de colaboração nesse tema. E a construção dos laboratórios – ilustrados, aqui, com algumas fotos – está transformando o Brasil em um pólo tecnológico de ponta, reproduzindo, aqui, laboratórios que nós, da PETROBRAS, só conhecíamos no hemisfério norte.

Alguns exemplos: um laboratório aqui, em Santa Catarina, ou em Alagoas, o seu estado de origem, Presidente. Um no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro. Esse laboratório, aqui, semelhante a esse, eu só conheço um, pessoalmente, localizado no Reino Unido, *Technology Welding Institute*, e assim por adiante. Ou seja, o Brasil passa a contar com infraestrutura experimental em nossas universidades equivalentes ao que nós conhecíamos somente no hemisfério Norte. Isso demanda recursos qualificados. A operação desses laboratórios e a geração de inovação desses laboratórios requerem recursos humanos de qualidade. Muito bem...

E para complementar esse movimento, como eu já havia adiantado, estamos, hoje, desenvolvendo uma estratégia com os nossos principais fornecedores... Pode avançar. Com os quais sempre tivemos parcerias comerciais históricas, os grandes fornecedores da indústria do petróleo, sejam locais ou internacionais, sempre tiveram, com a PETROBRAS, relações comerciais muito sólidas. A maior parte deles tem fábricas construídas no Brasil, produzindo para a PETROBRAS, para outras Companhias, no Brasil e exterior, equipamentos de alta qualidade, mas nenhum deles fez pesquisa no Brasil até hoje.

E o pré-sal traz um apetite comercial adicional para esses fornecedores, eles desejam fortalecer as relações comerciais com a PETROBRAS. E nós temos colocado para esses fornecedores que esse fortaleci-

mento é bem-vindo, desde que ele embuta o fortalecimento da relação intelectual. Isso implica a construção, no Brasil, de centros tecnológicos desses fornecedores. Alguns exemplos concretos já se materializam. Pode avançar mais um. Mais um, por favor.

Por exemplo, no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde existe o CENPES, quatro grandes corporações decidiram construir lá centros tecnológicos que vão demandar pesquisadores e brasileiros para essa operação. Essas três são multinacionais no setor de gás, líderes no que fazem, e a Usiminas decidiu construir lá um centro tecnológico. A cada semana aparecem novas notícias, dando conta de interesses da General Eletric, da IBM e de outros, de construir, no Brasil, centros tecnológicos. E isso vai demandar recursos humanos de qualidade equivalente ao porte dessa iniciativa.

A nossa visão de futuro... Pode avançar. É que essa estratégia concebida junto às universidades já atingiu um patamar adequado de desenvolvimento. Seremos muito mais seletivos doravante na construção de novos laboratórios, até porque a maior parte dos laboratórios críticos, na nossa opinião, já foi construído. Por outro lado, ênfase cada vez maior na formação e retenção de recursos humanos, seja na academia, seja nos quadro da PETROBRAS e dos nossos fornecedores de bens e serviços, que terão encomendas cada vez mais desafiadoras. Isso vai nos permitir construir projetos de P&D de longo prazo, robustos, estruturantes e, possivelmente, com grandes inovações.

Nós entendemos que esse fato, a existência, no Brasil, desse parque tecnológico pode nos ensejar a maior articulação internacional de nossas universidades com centros de referência internacionais. A propósito, já temos três convênios assinados com universidades brasileiras e instituições internacionais, atuando em temas de nossos interesses e, acima de tudo, é fundamental uma maior integração das nossas universidades com os nossos fornecedores. As encomendas serão maiores, mais desafiadoras. É necessário embarcar mais tecnologia nos produtos gerados por nossos fornecedores, de forma a torná-los mais competitivos. É necessária, em muitos casos, a aplicação de conceitos de gestão tecnológica no nosso parque fornecedor, e uma maior aproximação da academia com os nossos fornecedores é necessária para complementar esse movimento. Isso nos permite almejar o Brasil no só como um grande centro de operações na indústria de óleo e gás, mas como um grande centro de liderança da inovação na industrial de energia. Mas é necessário suprir as lacunas.

A nossa estratégia tecnológica atual, eu queria compartilhar com os senhores. Nós temos, na PETROBRAS, três eixos fundamentais direcionando a nossa atividade de inovação. O primeiro eixo visa a expandir os limites nos negócios convencionais de óleo e gás, descobrir e produzir mais hidrocarbonetos em fronteiras cada vez mais desafiadoras, refinar petróleo, transformando-o em derivados de cada vez maior valor agregado e assim por adiante. Mas reconhecemos que é necessário aumentar o mix de produtos. A Idade da Pedra não terminou por falta de pedra, muito menos a Idade do Petróleo do vai terminar por falta de petróleo. Os nossos concorrentes, em termos de equivalentes energéticos, estão se tornando cada vez mais competitivos. O carro elétrico é uma realidade. E precisamos aumentar o nosso mix de produtos para nos tornarmos uma empresa de energia competitiva por mais algumas décadas. Tudo isso garantindo sustentabilidade no que nós fazemos, preservando o meio ambiente e gerando resultado para a sociedade, resultado esse aceito pela qualidade ambiental de nossas atividades.

Alguns dos principais desafios em cada eixo, somente para compartilhar com os senhores. Na expansão dos nossos limites do negócio convencional de óleo e gás, obviamente, o pré-sal é o carro chefe. Mas o pré-sal traz alguns desafios que vão além da geologia, da engenharia de petróleo. Desafios de logística, por exemplo, estão presentes no pré-sal. As jazidas de óleo e gás estão a 400 km da costa. Como deslocar insumos, pessoas, equipamentos, materiais para as plataformas, como deslocar produtos da plataforma para a costa? Como ter operações quase que totalmente automáticas, operando remotamente as plataformas de um centro de terra? Então, estudando esse assunto com muita seriedade.

Na questão do aumento do mix de produtos, sem prejuízo para outras renováveis que nós consideramos, também, altamente promissoras, mas temos um foco muito forte na questão dos biocombustíveis. E, no tocante à sustentabilidade, o gerenciamento de emissões é fundamental para uma indústria que gera emissões no seu processo e gera emissões na queima dos seus produtos. O gerenciamento da água, nós consumimos muito água nos nossos processos, geramos muito efluentes no nosso processo, que podem impactar negativamente os corpos hídricos. E a água é um recurso cada vez mais escasso e mais valioso para a sociedade.

E, por fim, a eficiência energética. Consumimos muita energia nos nossos processos, e em uma sociedade onde 1/3 da população do mundo não conhece nenhuma forma moderna de energia, uma empresa de energia tem que disponibilizar mais energia e consumir menos energia nos seus processos.

Por fim, para concluir, é óbvio que o setor de energia, seguindo o que já foi dito pelo Dr. Luiz Antonio Ugeda, tem enormes oportunidades. E o Brasil, especialmente, tem enormes vocações naturais no setor de energia. Temos, hoje, uma disponibilidade razoável de recursos para inovação, muitas vezes não direcionados, necessariamente, para aquilo que é essencial, mas temos recursos disponíveis. Estamos começando a ter no Brasil, já, um parque tecnológico de primeiro mundo. Não é só a PETROBRAS que faz investimento dessa natureza, existem outros atores importantes trabalhando nesse sentido. Mas temos um parque que é reconhecido internacionalmente, é bom e que se diga.

Temos desafios tecnológicos que vão requerer gente engenhosa, capaz da produzir inovações. Temos uma questão desafiadora, que é aumentar a capacidade da nossa cadeia produtiva, de nossos fornecedores, para produzir produtos e serviços de alto valor agregado, de forma cada vez mais competitiva. Mas a essência de tudo isso está na formação de recursos humanos: sem pessoas capacitadas não se supera nenhum dos outros desafios. Pode avançar mais um.

E esse gráfico é um gráfico que foi gerado recentemente pelo PROMINP, que é um programa de governo voltado para a mobilização da indústria nacional de petróleo, que tem feito um trabalho muito importante. Esse gráfico indica a previsão de recursos humanos somente para o setor óleo e gás, ao longo dos próximos anos. E eu devo afirmar que esse gráfico não contempla todas as demandas do pré-sal, ainda. Então, esse gráfico apontando...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A Tupi?

SR. CARLOS TADEU DA COSTA: Contempla a Tupi, mas não contempla os blocos ainda em avaliação. Esse gráfico está apontando para um pico, em 2012, de 2007 mil pessoas na indústria, sendo que 10% disso profissionais de nível superior, com graduação superior, geólogos, engenheiros e, certamente, existe uma grande lacuna entre a nossa capacidade de produzir as pessoas necessárias e a necessidade presente.

Eu queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade, e me colocar à disposição para colaborar, de forma permanente, nesse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Carlos Tadeu da Costa, pela sua explanação tão percuciente do trabalho que a PETROBRAS, por intermédio do CENPES, vem realizando, não somente dentro da Companhia, mas também estabelecendo laços de comunicação com o mundo acadêmico. Esse projeto de incluir dentro das universidades esses verdadeiros laboratórios de formação, de aperfeiçoamento profissional é um trabalho que vem tendo um êxito retumbante, digno de elogios. Lá mesmo, em Alagoas, na Universidade Federal de Alagoas, a nossa universidade, no estado, está no *ranking* das melhores universidades, na posição onze, 11ª universidade. E o curso de engenharia da Universidade Federal de Alagoas é um considerado um dos melhores, porque obteve a nota máxima de avaliação do Ministério de Educação, que é a nota 5. Talvez por isso mesmo tenha sido uma universidade escolhida pela PETROBRAS para instalar, ali, esse seu centro, esse seu núcleo de laboratório na formação e qualificação de mão de obra.

Fico muito satisfeito por saber que a Companhia vem realizando, com isso, aquela integração que nós, aqui, tanto propugnamos: do mundo acadêmico com o mundo empresarial. E a PETROBRAS, como uma empresa e, também, com uma característica, certas características de empresa com participação grande do Estado, demonstra que há, também, uma interferência, uma intervenção positiva, no caso do governo, do estado brasileiro, no sentido de fazer com que esse planejamento prossiga, não somente por intermédio do CENPES, mas também do PROMINP, que aqui foi citado pelo Dr. Carlos Tadeu da Costa.

Passo a palavra agora ao Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNMP. V. Sa. dispõe dos 20 minutos habituais.

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de dizer que é muito oportuno esse debate, aqui, na Comissão de Infraestrutura do Senado, é um debate que já ganha espaço na mídia. Só para dizer que, nesse mês de abril, a Revista Exame, na sua edição do dia 04 de abril, colocou, publicou uma matéria extensa, de seis páginas, tratando dessa questão, inclusive, chamando atenção da corrida da qualificação: *"Falta de técnicos para sustentar a expansão da economia lança as empresas lanço na gincana para contratar e formar profissionais. Só neste ano será preciso treinar mais de 1.3 milhão a mais do que em 2009"*.

De fato, há um estrangulamento na qualificação profissional em nosso país. E, hoje, o próprio Correio Braziliense insiste no debate: *"Sobram emprego, faltam trabalhadores. Apesar dos altos índices de emprego, postos que exigem qualificação não são preenchidos"*. Essa é a realidade.

Então, acho que está de parabéns a comissão e a sua Presidência, quando traz ao Senado essa discussão, que eu acho que é bastante importante. Próxima. Eu queria, antes de mais nada, configurar a

importância e a relevância que o setor mineral tem no país, e o seu crescimento nos último anos.

Então, em 2006, tivemos 17.5 milhões de dólares, foi o valor da produção mineral brasileira. Em 2008, atingimos 29. E, mesmo em 2009, com a crise, ainda assim o valor da produção mineral brasileira foi superior a 2006 e 2007. Significa dizer que, de fato, o próprio setor conseguir reagir ainda no decorrer do próprio ano da crise. Próximo.

Essa é uma lâmina, Sr. Presidente, que expressa, ali, os quantitativos dos principais direitos minerários existentes no nosso país, com destaque, ali, para 68 mil alvarás de pesquisa. Então, isso ajuda até esclarecer um número que foi trazido na última audiência. Esse número ainda não chega a 160 mil, porque tem cessões de direitos, tem uma série de direitos minerários que não são títulos vigentes, que estão em tramitação de uma fase para a outra. Mas, grosso modo, em ordem de grandeza, ali, já chega próxima a 130 mil títulos minerários. Então, o país, realmente, é um país com grande potencialidade. E são esses direitos que o DNPM, hoje, promove a gestão. E se vier a ser aprovado o projeto de lei de marco regulatório, certamente, a futura agência também terá que cuidar, como herança, do que já são os direitos, efetivamente, constituídos. Próxima.

Aí uma outra curva, no caso dos alvarás de pesquisa, uma pequena diferença entre a lâmina anterior, por conta... Aí apenas foram contabilizados os alvarás emitidos nos último três anos, acumulativamente em 2009. Mas se for considerado os alvarás renovados, essa curva subiria algo em torno de 20% em relação ao posicionamento que ela se encontra, ali, hoje. Mas as curvas de concessão de lavras são, realmente, as verdadeiras, e que são oito mil concessões de lavras que temos hoje no país, dá para se ver, exatamente, o crescimento, em dez anos, de 60% de concessões vigentes, hoje, para quase 80% de bens minerais que compõem as nossas cadeias produtivas.

Essa lâmina, eu acho bastante elucidativa, porque ela revela exatamente como é que tem sido o comportamento das *commodities* minerais, o preço das *commodities* minerais. Para se ter uma ideia, nas duas décadas perdidas, 80 e 90, os preços das *commodities* minerais giravam em torno de mil dólares a tonelada média, o conjunto das *commodities* que são comercializadas na bolsa de Londres. E, a partir de 2003... Obrigado. Começou a haver uma reação. Por que é que isso aconteceu? Exatamente por conta de que, ao longo de duas décadas, havia uma superoferta de bens minerais, desde... Com a queda de muro de Berlim... Então, de tal sorte que houve uma depreciação das *commodities*, de tal sorte que houve, também, um desinvestimento. E quando o mundo voltou a ter um nível de crescimento global das nações, foi perceptível o crescimento da demanda, de tal sorte que, pela lei básica da economia, os preços cresceram subitamente. Mas, a partir, já, da primeira crise do *subprime* 2007, já começou a haver alguma volatividade nos preços. E com a crise efetiva, de 15 de setembro de 2008, houve uma queda substancial.

Mas aqui, onde está, exatamente, por que, hoje, a industrial mineral volta a reagir? Exatamente porque o mundo volta a demandar e, praticamente, já se atingiu... Esse gráfico, Sr. Presidente, foi extraído, hoje, da bolsa de Londres, o fechamento dela hoje. Então, ela já atinge, praticamente, a média do período que permeou a crise do *subprime* e a crise do Lehman Brothers. Próxima.

Aqui, é importante se denotar que, na década de 90, os investimentos médios em pesquisa mineral giravam em torno de 80 milhões de dólares e, com o passar dos anos, houve um interesse maior por investimentos no Brasil, de tal sorte que nós saltamos. Aquilo era média, na década de 90, 70 milhões de dólares, praticamente atingimos a cifra de 482 milhões de dólares entre investimentos em alvará de pesquisa e em reavaliação de jazidas, já na fase de concessão de lavra. Próximo.

Aqui, é importante denotar exatamente o resultado disso, ou seja, a atração de investimentos na abertura de novas minas ou na expansão de minas já existentes dentro... A expectativa que se tinha, antes da crise, era de que seriam investidos, em quatro anos, cinco anos, algo em torno de 57 bilhões, após a crise, ainda assim, as empresas de mineração do país mantiveram parte desses investimentos, totalizando 47 bilhões.

Eu diria, Sr. Presidente, que já no cenário de 2010, as empresas, hoje, já reveem e já ultrapassando, seguramente... Esse é um dado que é do IBRAM, não é do DNPM. Mas, seguramente, o IBRAM, quando noticiar a próxima estimativa, já ultrapassará a cifra dos 50 bilhões de dólares de 2009 a 2013. Próximo.

Aqui, exatamente a distribuição desses investimentos, um quadro comparativo de 2008... O que era em 2008, a previsão de 57 bilhões, e o que era a previsão em 2009, de tal sorte que o minério de ferro ainda é o campeão. Vale ressaltar que só a Vale tem uma previsão de investir no S11, na região de Carajás, algo em torno de 11 bilhões de dólares, o que é algo, simplesmente, significativo. E um trabalho de reavaliação de jazidas de cobre, também. A expectativa é que, uma vez concluída essa reavaliação, também ter-se-ão grandes investimentos na área de cobre, que tem ouro associado. Próximo.

Aqui, é um quadro comparativo do quanto às receitas do DNPM têm evoluído. Por que eu trago isso aqui, Sr. Presidente? Porque aí vem tanto somatório do que as empresas pagam para manter seus alvarás de pesquisa vigentes, juntamente com o que se paga de *royalties* da mineração, que é a compensação financeira pela exploração mineração. Então, saímos de uma cifra de 210 milhões, em 2002, e atingimos a cifra de 970 milhões. Houve uma queda natural por conta da retração da atividade econômica das empresas de mineração em 2009 e, também, por conta da retração do preço do... Nele, fundamentalmente.

Mas, exatamente com a volta da atividade econômica a pleno vapor e com a recontratação dos bens minerais e a reação das próprias *commodities*, nas bolsas, já nos permite fazer uma estimativa de que ultrapassaremos 1.2 bilhões de reais de receitas que o DNPM arrecada. Vale ressaltar que só de CFEM, que é o carro chefe aqui, representa 80%, 90% das nossas receitas, esses valores, 65% são distribuídos para mais de 1.800 municípios, em todo o Brasil, e 23% para os estados, ficando apenas 12% desses recursos para a União Federal. Próximo.

Do ponto de vista da... Acho que um cenário que a gente procura sinalizar de que a indústria mineral brasileira estará demandando mão de obra qualificada, seja de geólogos, de engenheiros de minas, de técnicos em minerações, técnicos em geologia e mesmo de operários, também, com grau de qualificação maior. Antes da crise, por exemplo, Sr. Presidente, faltava operador de retroescavadeira, por exemplo. Então, as empresas disputavam, iam buscar dentro garimpo operador de retroescavadeira, buscavam dar uma requalificação para poder continuar abrindo suas minas. Então, acho que esse cenário tende a voltar, ou seja, começa a faltar mão de obra, seja de operários qualificados, seja, também, de pessoal de nível superior e técnico, também, qualificado.

Quero dizer que a formação de pessoal, para a mineração no país, remanesce a 1876, quando foi criada a primeira escola de mineração no país, que foi a escola de Ouro Preto, a Escola Minas de Ouro Preto, criado pelo rei D. Pedro II, e fundada por Claude Gorceix. Então, os principais profissionais da área de mineração são geólogos ou engenheiros geólogos, engenheiros de minas, técnicos em geologia e técnicos em mineração. Próxima.

O país, hoje, possui uma vasta rede de qualificação de profissionais de nível superior, particularmente na área de geologia e de engenharia de minas. São cursos com alguma estrutura laboratorial, alguns desses até defasados e que precisam ter um atenção maior, do ponto de vista orçamentário, para garantir um atualização dessa infraestrutura laboratorial. Tem bons professores, muitos de titulação em mestrado e doutorado, desenvolvimento de pesquisas, há desenvolvimento de pesquisa, muitas vezes até associados a empresas, como as grandes empresas, PETROBRAS, Vale, dentre outras que financiam algumas pesquisas, o desenvolvimento dessas pesquisas nesses laboratórios das universidades. E alguns desses cursos oferecem curso de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado ou mesmo especialização.

Dizer que são profissionais com uma relativa aceitação no mercado, inclusive, ocupando cargos de destaque em empresas de mineração no mundo todo. Próximo.

Em termos de cursos de geologia, temos 25 cursos em todo o país. Aí foram listados 22, mas houve um lapso da nossa parte, que faltou contar com o curso de Barreiras, na Bahia, um curso em Santa Catarina e o curso, recente, na Universidade de Pará, na Cidade de Marabá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Isso formação somente de geólogos?

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Geólogos, é. São cursos de geologia, 25 cursos de geologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E cursos para formar engenheiros de minas?

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Vamos passar aí. De minas. Tem o próximo. Então, aí são...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Somente dois.

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Ali, 3 e 22, leiam-se 25, acrescendo o curso de geologia em Barreiras, na Universidade Federal Bahia, campus avançado, Santa Catarina e o campus avançado, também, da Universidade Federal do Pará, na Cidade de Marabá. Próximo. De engenharia de minas está aí, Sr. Presidente, na verdade, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze cursos. Vou repetir: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze cursos nas universidades públicas, incluindo um instituto federal de educação.

Então, eu sou engenheiro de minas, me formei há 25 anos, éramos sete cursos de engenharia de minas. Hoje, já são onze públicos. E para a minha surpresa, quando consultamos a Federação Brasileira de Engenheiro de Minas, a FAEMI, fui informado que já tem mais quatro cursos de engenharia de minas oferecidos em faculdades privadas em Belo Horizonte, em Palmas, no Tocantins, em Lafaiete, Minas Gerais, e em Paracatu, Minas Gerais. Era uma informação que eu

mesmo desconhecia, que foi trazida pela Federação dos Engenheiros de Minas, totalizando, portanto, 15 cursos de engenharia de minas.

Quero dizer que no tempo em que nós tivemos uma redução, que os preços das *commodities* mantiveram-se depreciados, havia um desinvestimento na abertura de novas minas. Portanto, o mercado de trabalho completamente retraído. Nessa ocasião, eu cheguei a... Fui professor da Universidade Federal da Bahia, Sr. Presidente, e tínhamos o dissabor... Tínhamos o dissabor... Eu, por exemplo, dava uma disciplina de segundo semestre com 35, 40, 50 alunos e, ao final, eu dava uma outra disciplina de final de curso, em que os formandos naquele semestre eram apenas quatro. Teve ano o que curso de engenharia de minas não graduou nenhuma turma que passou no vestibular cinco anos antes, ou seja, o grau de evasão escolar era muito grande exatamente porque... Ao que eu me referi: o desenvestimento e ausência de mercado de trabalho. Então, havia uma evasão muito grande, porque o profissional que se formava não encontrava colocação do mercado de trabalho.

Então, isso, na verdade, estrangulou, sobremaneira, a formação de pessoal. E, hoje, quando o setor reage, com aquela curva exponencial de preços e em paralelo de investimentos em pesquisa mineral e na abertura de novas minas, falta mão de obra qualificada para poder atender a demanda do mercado de trabalho. Bem, dando sequência aí. Próximo, por favor.

Nós temos, além desses cursos, nós temos outras instituições de excelência, que elas realizam evento de capacitação, a exemplo do Centro de Tecnologia Mineral, que é o CETEN, que é ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia; o Instituto de Educação Tecnológica; o próprio IBRAM, também – como entidade empresarial também promove curso de qualificação –; a Agência Brasileira para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral também tem sido uma parceira muito grande do Governo, inclusive, a Sociedade Brasileira de Geologia; a Federação dos Engenheiros de Minas e o Centro Tecnológico do Mármore e Granito, esse aí mais focado para área de rochas ornamentais.

Quero dizer que, por intermédio do próprio CT-Mineral, o Fundo Setorial Mineral... E olha que eu estava vendo aqui, só para você ter ideia, tudo que nós recomendamos da compensação financeira é a ordem de grandeza que o petróleo arrecada e transfere para o Fundo Setorial de Petróleo, que é o CT-PETRO. O CT-Mineral recebe 2% dos 800 milhões que nós arrecadamos de CEFEN. Quer dizer, 800 milhões são tudo o que é transferido para o CT-PETRO. É, de fato, algo extremamente ínfimo para atender a diversidade da indústria mineral brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Comparando com PETROBRAS...

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Na verdade, é isso, o que é arrecadado pela ANP, de *royalties*, ela transfere 800 milhões para o CT-Petro. O que DNPM arrecada de todos os *royalties* transfere apenas 2% dos 800 milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Pois é. Isso daria 16 milhões, hoje. Quer dizer, algo... Tudo que nós arrecadamos de CEFEN, apenas eles passam para capacitação do setor mineral. E, ainda assim, com esses parcos recursos, Sr. Presidente, nós nos arvoramos a oferecer, nesse exercício, tivemos exercício que aprovou, a semana passada, o programa de aplicação de recursos com instituição reguladora. Tenho a satisfação de fazer parte do Comitê gestor. E aprovamos cerca de 3,5 milhões para investir em capacitação na área de... Vamos abrir um edital, publicado pelo CNPq, que contratará oferta de curso de pós-graduação para a área mineral, para essa nossa área que o DNPM opera, retirando petróleo e gás dessa conta. Próximo, por favor.

Então, consultando o sistema CREA/CONFEA, nós tivemos a oportunidade de levantar esses números, ou seja, atualmente, são 7.713 geólogos cadastrados no sistema CREA/CONFEA em todo o país, 2.784 engenheiros de minas, 574 engenheiros geólogos, 3.462 técnicos de mineração e 462 técnicos em geologia, totalizando 14.995 profissionais com registro regular no sistema CREA/CONFEA em todo o país. Próximo.

Então, aí nós temos, desse total, a região Sudeste como era de se esperar, 7.655, respondendo por 52% do total desses profissionais registrados no sistema CREA/CONFEA. Próximo.

E, em relação à distribuição por estado, também, como seria de se esperar, Minas Gerais, no caso, por representar exatamente quase 49 % do valor da produção mineral brasileira, também agrega 30% dos profissionais da área de geologia e mineração. Próximo, por favor.

Então, temos a distribuição dos geólogos, em que São Paulo se destaca, também, por uma atividade expressiva. Próximo. E dos engenheiros de minas, mais uma vez a mineração, pelo grau de atividade em si, também responde, Minas Gerais, por 51%. Próximo. Os engenheiros geólogos, a única escola que forma o profissional engenheiro geólogo é a Universidade Federal de Ouro Preto, portanto, boa parte desses profissionais termina atuando na região de Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Quantos, por ano, se formam?

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Assim, da cabeça, não teria, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Vinte, mais ou menos, por aí?

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: É em torno de 30.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Aí depende, exatamente, da evasão. Então, os técnicos de mineração, também Minas Gerais mantém a dianteira, com 58% dos profissionais em exercício. E, de geologia, o Rio Grande do Norte mantém, também, a dianteira, mas é porque tem uma escola tradicional, no Rio Grande do Norte, que forma. E boa parte desses profissionais começa a sua atividade no Brasil inteiro e, posteriormente, retornam para o Rio Grande do Norte, um fenômeno de amor à sua região. Próximo.

Na verdade, entendemos que, de fato, capacitação é o caminho, a saída para promover a gestão para resultados, seja para investir em tecnologia e automação, investir em capital intelectual. E entendemos que, de fato... Criar condições para que cada profissional possa melhor exercer as sua atividades e visando a atender os objetivos de cada organização, eu acho que é fundamental. Próximo.

E com esse com espírito que DNPM implantou, a partir de 2003, o seu primeiro Plano Anual de Capacitação, buscando, exatamente, ser sensível a essa necessidade. E, em 2007, implantamos um novo plano, dessa feita caracterizada como o Plano Plurianual de 2007 a 2010, buscando fazer levantamento de necessidade, de capacitação, mapeamento de competências, particularmente, aquilo que se tornava necessário para a modernização da gestão da própria autarquia. E estamos, agora, já em vias de começar a revisá-lo. Próximo.

Dessa forma, o DNPM tem buscado disseminar, com os seus colaboradores, a visão, a missão, os valores, políticas e [ininteligível] autarquia, proporcionando um claro referencial do contexto em que cada colaborador exerce o seu papel de profissional, além, de evidentemente proporcionar aquisição de novos conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias ao melhor desenvolvimento funcional. Próximo.

Então, todas as regras e acesso aos cursos oferecidos são disponibilizados na nossa intranet. Próximo. Então, executamos aí, de forma crescente, um orçamento que se iniciou em 2003, em 285 mil reais. [soa a campainha]. Estou concluindo, Sr. Presidente. E chegamos a executar 790 mil reais, em 2009. A previsão é de que executemos, em 2010, 800 mil reais. Próximo.

Foram, em média, 350 a 400 servidores capacitados ao longo desse período. Próximo. E estamos, agora, em vias de criar um centro de formação profissional, juntamente com o Instituto Tecnológico Federal de Educação de São Paulo, em um terreno que nós possuímos, dois galpões, na Cidade da São Pedro e São Paulo, e estaremos acoplando esses a esses centros exatamente uma unidade, um campus avançado do Instituto Federal de Educação, em que serão oferecidas cursos técnicos de mineração, com ênfase em agromineral, agronegócio e agrimensura, que são vocações da atividade econômica da região. Então... Próximo.

Também, juntamente com a Secretaria de Geologia do Ministério de Minas, tendo contratado a UNISUL com recursos do Projeto Estal, que é um projeto do Banco Mundial, lotado no Ministério de Minas e Energia, nós estamos fazendo o curso de especialização para 32 servidores concursados em 2006, para as áreas de outorga de fiscalização, economia mineral e arrecadação, com duração prevista para seis meses, dividido em quatro módulos.

Então, essa e a contribuição que nós temos a dar à discussão. E dizer que, de fato, já, há dez anos, o noticiário europeu já sinalizava com uma perspectiva de que, em dez anos – e o futuro chegou –, haveria um estrangulamento de mão de obra qualificada, particularmente na área de energia e de tecnologia. E isso não apenas no Brasil, como no mundo inteiro. E eu acho que exatamente pela perspectiva que se tinha, de que as nações retomariam, ao longo desse período, o seu nível de crescimento econômico. E é um problema que haveremos de enfrentar e já estamos enfrentando, que poderá, sem dúvida nenhuma, se acentuar, caso medidas não sejam adotadas, que visem, exatamente, à superação desse gargalo. Era a minha contribuição aqui, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, que participou, recentemente, também, aqui, na Comissão de Infraestrutura, de uma Audiência Pública em que tratamos do marco regulatório da mineração, visando a substituir esse Código Nacional de Mineração, que está muito ultrapassado, na formação, na criação de uma agência nacional reguladora da atividade mineral. E foi uma Audiência Pública extremamente produtiva, com a participação da iniciativa privada, pelo presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, Dr. Paulo Camilo Pena. E, naquela oportunidade, também, nos chegou ao conhecimento que

das 160 mil autorizações de lavras concedidas, apenas oito mil delas estão em atividade, algo assim.

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: São concessões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Concessões. Das 160 mil concessões para exploração...

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: São 160 mil processos de direito minerário, das quais oito mil são concessões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E somente oito mil estão operando.

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: É, na verdade... Porque quando o ministro fez o comentário de 160 mil processos, alguém entendeu que eram 160 mil concessões. A bem da verdade, são 160 mil processos, dos quais 8 mil são concessões de lavras. Isso foi dito pelo ministro, aqui, inclusive, depois, esclarecendo aquilo que não ficou muito bem esclarecido.

Evidentemente, como eu mostrei da figura, agora há pouco, eu diria que são cerca de 70 mil alvarás de pesquisas. E tem processos que não estão, neste momento, em atividade, estão tramitando de um regime para o outro, mas precisa, de fato, que o Poder Público detenha mecanismos para poder não permitir que se eternize, aqui, uma situação em que não se tenha nem atividade de pesquisa e nem atividade de lavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Estabelecendo um prazo, não é?

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Exato. Prazo ou... Os prazos existem, até, eu diria, Sr. Presidente. Mas os mecanismos para poder aplicar sanções que sejam tão severas a ponto de desencorajar o mau minerador que, efetivamente, mantém o título a seu favor e não utiliza, conforme as suas obrigações para com a lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não faz a exploração? Quer dizer--

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Não faz a exploração, nem a pesquisa e nem extrai-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Tem a concessão... Nem a pesquisa e nem extrai.

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: --o bem mineral. Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E na apresentação dessas proposições para terem autorização para exploração mineral, esse documento tem que ter assinatura de algum engenheiro de minas, alguém formado, alguém que tenha capacidade técnica para avaliar?

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Tanto para o título minerário(F), que é o alvará de pesquisa mineral, quanto para a concessão mineral, que o documento técnico é o Plano de Aproveitamento Econômico, em ambos os casos é exigido pela lei a responsabilidade técnica do profissional legalmente habilitado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeito. Então, como dizia, tratamos aqui, nessa Audiência Pública, desse novo marco regulatório do setor mineral, e o Dr. Miguel Antonio Cedraz teve uma participação muito importante. Quero, mais uma vez, agradecer a V. Sa. pela Audiência Pública, a qual compareceu para tratar, como disse, desse marco regulatório do setor mineral, como também por ter aceito o convite, quase que imediatamente após a realização daquela Audiência Pública, para trazer aqui o que vem fazendo o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, no sentido de capacitação e aperfeiçoamento da mão de obra que o setor necessita nessa fase de crescimento que, hoje, o Brasil experimenta.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Fernando Pereira de Carvalho, diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, Serviços Geológicos do Brasil. Seja muito bem-vindo. V. Sa. dispõe dos 20 minutos habituais.

SR. FERNANDO PEREIRA DE CARVALHO: Gostaria de cumprimentar a todos, na pessoa do Sr. Presidente desta comissão, Senador Fernando Collor, e também cumprimentar a comissão pelo oportunidade do debate de um tema importante, para que o país aproveite da maneira mais condizente, mais racional, aquilo que ele tem no seu território, que são os seus recursos naturais, dentre eles os recursos minerais. Então, um debate oportuno, não é? Nós somos do Serviço Geológico do Brasil, e agradecemos a convite para estar aqui nesse evento de hoje. Próximo.

O serviço geológico tem uma missão constitucional. Toda ação do serviço geológico é emanada por um mandamento constitucional que é o art. 21, o inciso XV, onde o país, a constituição diz que compete à União, organizar e manter os serviços oficiais de geologia de âmbito nacional. Então, essa é a nossa função.

Podemos dizer, também, que para caracterizar a importância desse serviço para a comunidade, desses objetivos fundamentais da República Federativa, pelo menos dois deles, que são o dois e o três, eles têm estreita relação com o serviço geológico, que é a geração da informação necessária, que vai se transformar, posteriormente, em uma mina, que vai gerar recurso, vai gerar renda, gerar emprego e erradicar a pobreza, a marginalização e a desigualdade social e regional.

Então, o legislador quando institui o serviço geológico e deixou claro, na Constituição, ele sabia que dentro desses objetivos da Constituição, o serviço geológico poderia contribuir. Próximo.

Além disso, no art. 225, que fala sobre meio ambiente, toda formação geológica é útil para o gestor dos problemas ambientais. Tudo começa no chão, nas rochas, em cima delas estão os solos, em que se põe a agricultura, ou estão as águas. Então, tudo começa no chão. E nada mais importante do que a primeira informação, a informação básica, que é a informação geológica. É o início de tudo, do meio físico. Próximo.

Aí é só para mostrar a nossa posição em relação ao Ministério de Minas e Energia. Tem as secretárias ligadas diretamente ao ministro, e os dois braços, o Departamento Nacional da Produção Mineral, competentemente dirigido pelo Dr. Miguel Nery, e aqui o Serviço Geológico do Brasil, que eu tenho a honra de representar. Nós estamos... Entre nós e o ministro, tem a Secretaria de Geologia Mineração e Transformação Mineral, que é liderada pelo Professor Claudio Scliar, aqui presente. Próximo.

A nossa missão corporativa, que é gerar, difundir o conhecimento geológico e hidrológico para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Esse conhecimento geológico é o conhecimento de base, é o conhecimento de alicerce, sobre ele são erguidas uma série de estruturas, uma série de conhecimentos e uma série de ações para o desenvolvimento do país. A nossa área de atuação é na geologia propriamente dita e nos recursos minerais, com os levantamentos geológicos, avaliação do potencial mineral; a geofísica aérea, que é o meio indireto de se avaliar as rochas e os minerais; a geoquímica, que constitui a química das rochas, as questões ligadas à água, os recursos hídricos superficiais.

Nós trabalhamos com a rede hidrometereológica do [ininteligível], são mais de cinco mil estações espalhadas no Brasil inteiro. E, a partir desses dados, uma série de produtos são gerados, como cartas de previsão de cheias na Cidade de Manaus, do Pantanal, do Vale do Rio Doce. Recursos hídricos subterrâneos, que são recursos importantíssimos para a sociedade. Perfuração de postos, que é uma atividade subordinada, que nós fazemos muito raramente. Instalação e revitalização de postos para água subterrânea no semiárido brasileiro. A geodiversidade, que são ações, algumas delas transversais, no caso, zoneamento ecológico e econômico é uma ação do Meio Ambiente, mas que o Serviço Geológico participa, como unidade geradora de informação primária do meio físico. A geoquímica, também, que tem um viés ambiental bastante interessante, e a questão dos monumentos naturais, que são voltados para o ecoturismo, não é? São questões naturais importantes e que se transformam em atrativos econômicos para determinadas regiões.

Temos, também, as questões ligadas à geotecnologia, que é o geoprocessamento e sensoramento remoto. Há pouco, o Dr. Sanches se referiu a essa questão aí, que o Brasil precisa avançar mais nisso. O Serviço Geológico tem isso aí como foco por quê? Porque, hoje, nós trabalhamos com sistemas de informações que se interagem com todos os outros sistemas do país, seja transporte, seja saúde, seja de qualquer outra forma. Não pode ser mais um sistema tradicional, que não interaja com os outros sistemas. Então, temos um foco muito grande na questão do geoprocessamentos. Temos um banco de dados que é bastante forte, bem considerado em termos mundiais. Os nossos dados estão no [ininteligível], que é o programa de classe internacional.

Há pouco, também, o Dr. Sanches falou da questão INDE, que é a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais, que foi lançado pelo governo brasileiro, onde todos os produtores de informações geoespaciais vão colocar suas informações nesse grande portal, de modo que elas interajam e, a partir daí, possam ter uma interação maior, e as pessoas tenham maior facilidade de acesso a essas informações.

A questão dos laboratórios, o Serviço Geológico é o órgão oficial da questão da água mineral. A água mineral, é necessário ter a vistoria do Serviço Geológico na primeira análise, para que o departamento possa consagrar como uma atividade econômica. Temos, também, o CECOPOMIN, que é o Centro do controle de Poluição da Mineração, que está em São Paulo, e o nosso Centro de Desenvolvimento Tecnológico, que é o CERES, também na parte tecnológico. Próximo.

Essa é a nossa rede operacional. A sede de Brasília, as superintendências regionais e residências e os núcleos, que são estruturas menores, e os dois centros de treinamento, um em Morro do Chapéu e o outro em Apiaí, no Estado de São Paulo, onde são realizados alguns treinamento especializados para os nossos profissionais. Próximo.

A partir de 2004, o governo estabeleceu três eixos prioritários, dentre eles a mineração, que é priorizada pelos seus efeitos geradores de divisas, que reduzem a vulnerabilidade externa e conduzem ao desenvolvimento sustentável da região. Próximo.

Foram instituídos, então, três programas, dos quais... O que está na base da pirâmide é a geologia do Brasil, desenvolvida pelo Serviço Geológico, que são as informações geológicas. Essas informações são coletadas no campo, colocadas no banco de dados, vai para a internet e as pessoas consultam livremente,

sem ter que despender nenhum centavo por essa informação. A mineração e desenvolvimento sustentável, que é a gestão propriamente dita dos bens minerais do país, que é conduzida pelo DNPM, e a gestão da política mineral, que é a visão maior, a visão macro do ministério, que é feita pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Próximo.

Os objetivos gerais são esses aí. Retomar o ciclo de geração de jazidas, o Dr. Miguel, há pouco, falou na nossa curva da morte, os investimentos caíram e a geração de jazidas diminuiu, logicamente, não tem informação. A informação é fundamental para diminuir o risco do empreendedor, para diminuir a incerteza do empreendedor, para isso ele precisa da informação geológica, informação em várias escalas. Isso também precisava, para induzir o setor de serviços, incrementar o conhecimento geocientífico; capacitar recursos humanos, que é o objeto da nossa conversa aqui, hoje; facilitar o acesso da sociedade aos bens minerais; também dar suporte ao planejamento das atividades do uso e ocupação de sol, meio ambiente e recursos hídricos.

Os acontecimentos recentes, que os senhores estão acompanhando na imprensa, mostram a importância da informação primária na condução correta das questões ligadas à ocupação do solo. Próximo.

Aí são as questões ligadas mais à aderência ao PPA, ações transversais e ações receptadas diretamente. Próximo. Em cada... Internamente, nós temos várias relações que são realizadas pelas deveras diretorias da empresa. No caso do que está em amarelo, levantamento geológico e geofísico dos recursos minerais, nós temos uma diretoria que cuida disso. Os levantamentos hidrológicos já a cargo de uma outra diretoria, a gestão da informação geológica e as análise químicas também em outra, e a base de capacitação e gestão e administração do programa, que fica com a área administrativa. Próximo.

Esses são os objetivos gerados nos levantamento geológicos. O foco é o conhecimento geológico de o Brasil gerar jazida, gerar oportunidade de emprego, oportunidade de negócio. Próximo. Aqui é uma informação condensada daquilo que o Dr. Miguel falou dos cursos de geologia existentes, na região Norte são quatro; na Nordeste, seis; na Centro-oeste, duas; Sudeste, nove; no Sul, quatro, em um total de 25 cursos de geologia existentes no país. Esses são os cursos de geofísica, mais demandados pela indústria do petróleo. Na Região Norte só temos um em Belém; no Nordeste são dois; Centro-oeste, um; Sudeste, dois; Região Sul um, que são sete cursos de geofísica existentes no país.

Para aquele nível de empreendimento que o CENPES há pouco nos demonstrou, nós vamos ver aí que teremos problemas graves no abastecimento de profissionais de geofísica que a indústria de petróleo demanda, em quantidades bastante significativas.

Esses aqui são os números de geólogos e geofísicos, não é? Essa a base de CONFEA de 2008 – o Dr. Miguel apresentou dados mais atualizados –, em média o número de estudantes é de 750 na geologia e 210 na geofísica. O número de formandos por ano está em torno de 150, com aquela demanda que a PETROBRAS apresentou aqui, de 2012, nós podemos imaginar como vai ser essa luta das empresas para a contratação de profissionais de geologia.

No caso do Serviço Geológico, nós temos que usar um pouco da nossa mobilidade, digamos assim, para que haja um intercâmbio maior com a sociedade e uma troca de conhecimento do Serviço Geológico com instituições do ensino de pesquisa e com outras instituições. Temos parcerias com várias universidades, inclusive, no levantamento geológico são cerca de dez universidades que participam do levantamento geológico, é uma maneira de trazer o conhecimento novo da instituição de ensino e pesquisa para dentro do Serviço Geológico e, também, o conhecimento do dia a dia do profissional que está dentro da casa para aquelas pessoas, inclusive, estudantes que estão participando desse levantamento. E, também, nas nossas demandas por graduação, especialização, mestrado e doutorado. Não deixa de ser uma troca que nós temos com as universidades, não é? Pesquisas conjuntas, no campo da geologia e dos recursos minerais e meio ambiente, que nós fazemos com várias universidades do Brasil.

Temos parcerias, também, com algumas universidades estrangeiras. No ano passado, mandamos três profissionais para o Serviço Geológico dos Estados Unidos. Hoje, temos dois profissionais na Austrália, participando de um evento importante na área de recursos minerais. Está previsto para a semana que vem um treinamento nosso, de equipes nossas, na Colômbia. No mês de janeiro, fizemos um na Argentina. Então, são várias as oportunidades de intercâmbio que nós temos tanto dentro como fora do país. Próximo.

Continuando. O movimento de troca de informações, também, com outras agências de desenvolvimento e órgãos federal e estaduais. Próximo. O Serviço Geológico tem aquilo que nós chamamos de litotecas, é como se fosse uma biblioteca de rochas que foram coletadas durante os trabalhos. Essas litotecas pretendem guardar a memória geológica do Brasil, que estava dispersa e que não deixava de constituir um desejo antigo da comunidade geológica. Próximo.

Então, quais são os objetivos dessas litotecas? Favorecer a memória, compartilhar com interessados, sejam empresas privadas, instituições ou pesquisadores desse conhecimento. Essas litotecas vão ficar abertas para quem quiser consultar. Contribuir para a economia de custos operacionais das empresas que pesquisam no solo brasileiro. Ao invés de fazer uma nova expedição para determinados lugares, para coletar amostras, eles vão saber se existe, basta acessar na internet e saber se existem ou não amostras disponíveis para seus estudos. Nós já licitamos cinco, o ano passado, esse ano pretendemos licitar mais cinco para fazer a guarda desses materiais. Próximo.

Continuação dos objetivos de desenvolver novas tecnologias, a partir de material já existente, facilitar o conhecimento geológico pela comunidade. No nosso caso, a gente presta serviços às pessoas que necessitam, não é? Uma análise que não precisa mandar uma equipe no campo fazer uma coleta, tudo isso visando a reduzir custos. E, também, uma alternativa de custódia da informação. Pretendemos que, no futuro, as empresas nos utilizem como custódia da informação, que vai servir para o país inteiro. Próximo.

Aqui, mostra a evolução da nossa execução orçamentária, que nós partimos, em 2003, em um número em torno de 100 bilhões para 300, em 2009. É interessante esse gráfico, porque ele mostra produtividade do orçamento executado pelo número de empregados, como pode ser visto aí, que nós saímos de um nível 14 para um nível 78. O nosso efetivo não alterou muito, alterou muito pouco e a produtividade aumentou com treinamentos internos, com esse arejamento com as universidades. Essa é a nossa contribuição. E nós ficaremos à disposição para trocar outras ideias.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Agradeço, ao Dr. Fernando Pereira de Carvalho, pela sua exposição. Eu lhe faria uma indagação. Há um estudo, há um trabalho sendo executado, dentro do Ministério da Educação, ao que me consta, que tenta unificar as carreiras de geólogo e de geofísico. Fora o prefixo geo, existe alguma outra aproximação entre uma carreira e outra, que permita que os dois sejam colocados dentro de um mesmo guarda-chuva?

SR. FERNANDO PEREIRA DE CARVALHO: A rigor, essa separação surgiu já nos tempos mais modernos. Elas, inicialmente, eram uma carreira só, era geólogo. Com a necessidade, principalmente da indústria e do petróleo e do profissional focado na geofísica, porque a geofísica é para a indústria de petróleo, é a coisa talvez mais importante na procura de óleo. Então, essa especialização foi uma coisa natural que aconteceu. Então, se formaram geofísicos.

Isso é uma constituição que vai ser levar ainda algum tempo para ser arredondada totalmente. Volta ao que era, como foi criada, ou fica com a especialização de geofísico? Creio que ainda vai ter uma discussão bastante longa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas essa é uma discussão no âmbito do Ministério da Educação ou no âmbito da própria classe?

SR. FERNANDO PEREIRA DE CARVALHO: A classe tem debatido com muita frequência. Eu tenho participado, inclusive, de debates. É um debate bastante esquentado, eu diria ao senhor.

SR. CLAUDIO SCLIAR: Porque, hoje, tem cursos de graduação de geofísico, como, inclusive, foi mostrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Claudio Scliar, por favor.

SR. CLAUDIO SCLIAR: Pois então, na realidade, nesse momento, nós temos... Existem cursos de graduação de geofísicos, também. Então, tem toda uma discussão, um debate, temos as associações de profissionais. Mas o CREA avançou... O CONFEA, na realidade, avançou, no sentido que é extremamente interessante, que é uma resolução interna do CONFEA, onde as classificações profissionais, seja engenheiro de minas, seja geólogo, engenheiro ou geólogo, como o Dr. Miguel, ali, destacou. Geólogo, geofísico, se ele tiver uma formação capaz de executar aquela atividade, se ele provar no CREA, mesmo tendo uma graduação, onde a competência da graduação não está explícita, aquela competência que ele está fazendo, ele vai poder fazer. É a Resolução 1010, que procura resolver esse aspecto das disputas entre as diferentes engenharias, digamos assim, geólogos e engenheiros e geofísicos.

Eu acredito que todos podem e devem ter o seu lugar e a sua atividade, como o Dr. Fernando aqui disse, hoje, o geofísico é extremamente importante para a PETROBRAS, mas não só para a PETROBRAS. A própria CPRM, uma parcela extremamente importante dos trabalhos da CPRM são levantamentos aerogeofísicos. E a CPRM tem muitos geofísicos, também. Muitas vezes são geólogos que fazem a geofísica. Então, a questão é como resolver no CONFEA. E o CONFEA encaminhou, nesse sentido, de como resolver essas competências profissionais, mesmo tendo uma graduação diferenciada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado Dr. Claudio. Pois não, Dr. Miguel.

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: A bem da verdade, o geofísico ainda não é uma profissão re-

gulamentada, assim como o é geólogo e engenheiro. Tramita, hoje, nesta Casa, no Senado Federal, o PLC nº 57, que regulamenta a profissão do geofísico, inclusive. Fica aqui a nossa informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu pensei que as duas profissões fossem já regulamentadas, mas somente só a da geólogo.

SR. CLAUDIO SCLIAR: Geólogo é?

SR. FERNANDO PEREIRA DE CARVALHO: Geólogo é regulamentada.

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Geólogo e engenheiro de minas--

SR. FERNANDO PEREIRA DE CARVALHO: Engenheiro de minas, também.

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: --são cursos regulamentados. Geofísico que, hoje, tem uma tramitação nessa Casa--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): No PLC--

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: PLC 57.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --Muito obrigado pelas explicações dadas pelo Dr. Fernando, pelo Dr. Claudio e pelo Dr. Miguel. E, agora, eu passo a palavra ao Dr. Claudio Scliar, o nosso último debatedor da noite, secretário de Geologia e Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia. V. Exa. dispõe dos 20 minutos.

SR. CLAUDIO SCLIAR: Primeiro, eu gostaria de agradecer ao Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Infraestrutura, pelo convite para discutir um tema tão importante para o Brasil e, em especial, para o próprio Ministério de Minas e Energia, aqui estão, inclusive, os membros nesta Mesa que eu cumprimento, também, o nosso advogado do Geodireito e os outros três órgãos e entidades vinculadas ao Ministério de Minas e Energia.

Eu gostaria de cumprimentar aos que estão aqui, assistindo a essas apresentações, e dizer que o tema levantado, de capacitação e recursos humanos para a prospecção e exploração mineral é um tema que nos leva, diretamente, para a questão de determinados profissionais que existem nas engenharias brasileiras e em outras áreas. São os geólogos, são os geofísicos, são os engenheiros de minas, são os engenheiros metalúrgicos, são engenheiros químicos, são os advogados, os profissionais da área de direito, extremamente importantes, isso em um nível universitário, e diferentes níveis técnicos que, também, compõem um conjunto de profissionais que são de fundamental importância para esta indústria.

O Brasil... Como, aqui, eu acredito que foi muito bem mostrado pela apresentação tanto do Dr. Carlos Tadeu, do CENPES, como do Dr. Miguel, DNPM, e Dr. Fernando Carvalho, da CPRM. As áreas que nós temos, e que atuamos no setor mineral, elas refletem e muito o desenvolvimento dessas atividades, seja no caso do petróleo, seja da mineral, ou seja, do conhecimento geológico do país, como é o caso da CPRM. E quando nós tivemos um determinado momento, que já foram mostrados... Muitas das apresentações, aqui, já mostraram esse crescimento que nós tivemos até 2008. Um crescimento muito grande na atividade econômica, atividade, o aproveitamento desses recursos naturais que trouxe tão bem para a procura, a demanda desses profissionais uma pressão enorme. Se soma, por exemplo... É importante que o senhor veja. Por exemplo: em 2004, nós fizemos depois de 28 anos, fizemos um concurso para o DNPM, 300 novos profissionais para o DNPM, em várias técnicas e de funcionários. Quantos geólogos e engenheiros minas? Eu posso? Poderia?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por favor.

SR. CLAUDIO SCLIAR: Quantos geólogos e engenheiros de minas para esse concurso de 2004?

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: [ininteligível] na casa de 2003. E 52 engenheiros de [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A demanda qual seria?

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Aí precisamos fazer um outro concurso, anunciando o resultado esses dias, para mais 256 servidores. Mas há um processo contínuo de aposentadorias e a própria elevação da demanda. Mas eu diria que a gente... O DNPM já teve 1.400 servidores, na década de 80, quando o senhor era Presidente, inclusive, e reduzimos para 800. Hoje, vamos chegar em 1200.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado.

SR. CLAUDIO SCLIAR: No caso da CPRM, por exemplo, tem uma previsão de um concurso, agora, para 2011, de 260 novos e teve...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nós vamos contratar 260, entre 2010 e 2011. E 2/3 são geólogos e engenheiros hidráulicos; 2/3 desse total. Obrigado.

SR. CLAUDIO SCLIAR: E aí nós tivemos, aqui, a informação do nosso colega do CENPES, Carlos Tadeu, de que a PETROBRAS, até 2012, vai ao mercado, precisa de 25 mil novos profissionais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A PETROBRAS e seus fornecedores.

SR. CLAUDIO SCLIAR: A PETROBRAS e seus fornecedores. Desses profissionais, com certeza, muitos geólogos e engenheiros de minas. Sem dúvida alguma, é uma questão extremamente séria que nós estamos vivenciando. Nós tivemos esse período de crise, mas como o Dr. Miguel, ali, mostrou uma crise que não afetou de uma forma tão forte o setor mineral, tanto que estamos retomando, praticamente, no mesmo nível da média que tivemos naquele período do chamado *boom* mineral. E nós vamos ter, também, toda a demanda do setor privado.

Bem, aí que se coloca, inclusive, o próprio papel do Ministério, como nós temos desenvolvido essa questão. Nós estamos em 2008, nós iniciamos todo um processo de discussão para um plano duodecenal, um plano de 20 anos – 2010/2030 – para a mineração brasileira, que neste semestre, ainda, nós vamos publicar este plano duodecenal, este plano de 20 anos para mineração, geologia, transformação mineral brasileira.

Um dos estudos, por nós, dos mais desejados e esperados é exatamente um detalhamento, um diagnóstico e uma previsão, do ponto de vista desses profissionais que servem à indústria mineral o como que se pode contribuir junto ao Ministério de Educação e Cultura, junto a outros setores, mas em particular ao Ministério de Educação e Cultura, para se enfrentar esse enorme desafio que nós temos pela frente. É, sem dúvida alguma é um enorme desafio. Em 2004... Não é 2004, Dr. Miguel? O senhor falou 2003. Onde teve o concurso...

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Em 2004 foi plano de carreira. O concurso é de 2006, o primeiro.

SR. CLAUDIO SCLIAR: O plano de carreira... Em 2006, o primeiro. Os 300... Agora, com mais de 256 para o DNPM, só que com esse montante nosso, com os 260 CPRM, só isso nós já temos um montante extremamente significativo de profissionais que vão ser chamados. Então, a responsabilidade nossa, do Ministério, e eu gostaria de, em outro momento, poder vir aqui para nós discutirmos, mostrar para o senhor esse planejamento que nós estamos fazendo, de médio e longo prazo, para o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Claro, com muito prazer.

SR. CLAUDIO SCLIAR: Exatamente procurando ver as formas de como superar esse enorme desafio que nós temos. Nós temos que resolver, para dar os passos, para bem aproveitar, para bem gerir esses recursos naturais não vivos, que são os bens minerais. Então, nós, que somos um país continental, como uma área emersa e com uma área imersa extremamente complexa, a geodiversidade nossa é extremamente complexa, esses profissionais, seja para o petróleo, seja para esses outros bens minerais são de fundamental importância para os desafios brasileiros, para nós conseguirmos superá-los.

Então, o que eu gostaria de levantar para o senhor é que para nós, do Ministério, esta audiência é extremamente positiva, no sentido de mostrar o problema para os senhores, para o Parlamento, inclusive, de ver com o Executivo os caminhos de como estão sendo resolvidas essas questões. Porque aqui ficou muito claro, muito bem definido o problema que nós temos. E nós estamos, neste momento, estudando, exatamente, essas alternativas e estudando as soluções para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Claudio Scliar. E pelo que aqui foi colocado, que nós podemos perceber, é o que já foi dito: que nós corremos um sério risco de ter um apagão de engenheiros e de técnicos nos próximos anos, se medidas não forem tomadas, em caráter emergencial, até, para que sejam supridas essas carências que estão aí, pululando à nossa frente, como a dizer: *"Tomem alguma providência, façam alguma coisa".* Porque senão o estrangulamento na nossa infraestrutura, que é algo que nós, também, aqui buscamos detectar, ela se dará mais na frente, não em função técnica ou de falta de tecnologia, mas, sim, por falta de capacitação de um profissional que possa operar as máquinas, operar aqueles novos instrumentos que nós já temos à nossa disposição.

Há de se notar o trabalho formidável que a PETROBRAS vem realizando. Eu não sei se a Vale do Rio Doce vem fazendo a mesma coisa que a PETROBRAS vem fazendo, em termos de criar laboratórios, de fazer um trabalho interligado com as universidades, na área de mineração. Enfim, eu acho que se ela não tiver fazendo, a Vale poderia copiar esse modelo da PETROBRAS, já que ela, hoje, detém uma parcela considerável do mercado e é uma empresa, hoje, privada, nas mãos do setor privado, e que, lamentavelmente, naquele episódio de setembro de 2008, quando se anunciou que havia problemas com o Lehman Brothers, no dia seguinte a Vale já estava demitindo cinco mil funcionários, nem bem esperou... Vamos supor: que aguardasse um pouco o reflexo daquela medida, daquilo que aconteceu, para adotar essa medida. E, de forma inopinada, colocou os cinco mil trabalhadores na rua.

De modo que, também, diferentemente do comportamento, por exemplo, que teve a PETROBRAS, uma Companhia do seu tamanho, do seu porte, da sua responsabilidade, cujas ações não tiveram nenhum

movimento descendente, em função dela não ter tomado uma medida que, para o chamado... Essa coisa intangível chamada mercado, seria a medida prática mais... que gostariam de ver adotada, que seria redução de custos. Então, corta o pessoal.

Então, não sei se a Vale, com o tamanho que ela, hoje, tem, se ela vem, como empresa privada, cumprindo com o seu papel, no sentido de fomentar, de ajudar, de alguma forma, cooperar com as universidades, sejam públicas ou privadas, no sentido de formar e capacitar profissionais da sua área, que é a área de mineração. Dr. Miguel.

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Só respondendo a sua pergunta, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, sem querer defender absolutamente qualquer postura de qualquer empresa, mas atendendo a sua pergunta, a Vale tem tido um trabalho muito interessante, justiça seja feita, na implantação dos dois cursos de geologia, de engenharia de minas, de qualificação de pessoal, na região de Marabá, que é a região de Carajás. E conforme essa matéria da Revista Exame, se o senhor me permite um trechinho pequeno: *"A Vale, que criou, em 2003, a Universidade Corporativa, chegou a formar 1.900 pessoas, no passado, em funções como maquinista ou técnico de manutenção, depois de ampliar o treinamento para cursos externos. A mineradora a caminho de voltar aos níveis de produção que tinha, em 2008, terá que contratar seis mil funcionários, no Brasil, e estima investir 60 milhões de reais em treinamento"*. Essa matéria aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Que bom. É uma boa notícia, então, que a Vale esteja interessada e, agora, vai contratar, necessita contratar...

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Seis mil trabalhadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mais seis mil, naturalmente, para compensar os cinco mil que ela demitiu em setembro. Dr. Claudio Scliar.

SR. CLAUDIO SCLIAR: Só uma outra notícia, nesse sentido, que nós esperamos que outras empresas, também, acompanhem essa iniciativa que a Vale do Rio Doce teve. Ela, como foi mostrado, de início, o nosso fundo setorial do Ministério de Ciência e Tecnologia é o menor de todos, porque é o 2% da CEFEN, do *royalties* da mineração. A Vale do Rio Doce resolveu, agora, e foi uma medida muito positiva, nós vemos, nós vimos dessa forma, em fazer, também, uma doação, em uma forma de projetos, de um recurso que, praticamente, está dobrando o recurso que nós temos, até, mineral.

Ainda, obviamente, muito longe do que acontece com a PETROBRAS. Mas nós esperamos, até, que outras empresas tomem essa mesma iniciativa, que eles, agora, esse ano passado, tomaram em dobrar o fundo do setor mineral.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Isso que seria o ideal. Por exemplo, a Vale do Rio Doce, detém praticamente o monopólio da exploração mineral no país. O percentual que ela explora...

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Eu diria que ela é uma forte... Atua fortemente no setor de minério de ferro e no setor de cobre. Alguma coisa em ouro, também, como subproduto. E níquel. E níquel.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas no minério de ferro, por exemplo – vamos ficar somente no minério de ferro–, representa... Qual percentual que ela detém do mercado de exploração do minério de ferro, no país?

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: 70%.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Quer dizer, uma empresa que detém 70% é, praticamente, um monopólio e está na mão da iniciativa privada. Então, talvez, se ela pudesse, de forma correspondente ao que ela detém do mercado, se ela pudesse investir para formar 70% da carência que se tem no mercado de engenheiros, nas diversas engenharias, e dos seus técnicos, talvez, fosse ainda pouco, diante do tanto que ela tem, do tanto que ela domina.

Eu chamo muito a atenção disso, porque eu não vejo – e eu sou um homem da iniciava privada –, mas não vejo, infelizmente, a iniciativa privada atenta a esse apagão que nós estamos, já, vivendo, de técnicos e de engenheiros, em geral. As diversas empresas parecem que elas se sentem mais confortáveis na hora em que necessitam contratar um engenheiro ou um especialista, em determinada área, ir ao exterior e contratar lá fora, ou seja, ao invés de oferecer empregos aqui dentro, vai e faz com que o crescimento do Brasil sirva para que se ofereçam empregos lá fora, em um momento que a União Europeia vem atravessando uma crise séria, em função desses episódios com a Grécia, Espanha, Portugal, Irlanda. Então, hoje, está havendo problemas no âmbito da comunidade europeia. Está havendo desemprego. Na Espanha, o desemprego chega a 20% da população economicamente ativa. Então, existem empresas que, ao invés de investir no aperfeiçoamento, na capacitação profissional dos seus funcionários, dos seus trabalhadores, estão indo buscar lá fora.

Essa não é uma atitude patriótica, essa não é uma atitude, eu digo até inteligente. Seria muito melhor que pudessem investir no seu próprio pessoal, ter um labo-

ratório de pesquisa, fazer um centro de treinamento, de recapacitação profissional, de melhor preparo para adaptação às novas tecnologias que estão chegando, para que aqueles profissionais possam saber trabalhar com essas tecnologias de forma apropriada. Enfim, eu não vejo, de um modo geral, essa preocupação na iniciativa privada. Há exceções, claro, e alvíssaras para as exceções existentes, mas seria necessário que houvesse uma maior integração e, também, uma maior sensibilidade por parte do mundo acadêmico. Porque surpreendeu-me, outro dia, saber que a USP, que é esse celeiro de conhecimento, de sabedoria, a USP, a Universidade de São Paulo, ela criou a USP leste, que fica, como o próprio nome diz, ao leste da Cidade de São Paulo, na região leste da Cidade de São Paulo, investiu muito dinheiro, muitos recursos na construção de prédios, esses prédios para abrigar professores e alunos em cursos de formação em geriatria, em psicologia infantil. Enfim, em profissões que estão um pouco descasadas com o momento que nós estamos vivendo.

Então, o que é que aconteceu com isso? Aconteceu que os cursos não tiveram prosseguimento, porque a procura era diminuta, e aqueles que fizeram o curso ou estavam fazendo o curso, de lá saíram. A questão da evasão, que aqui foi tratada, também, por outros motivos. Mas nesse, caso específico, porque eles se deram conta: "Bom, onde é que vou colocar em prática o que eu estou aprendendo, aqui, sobre geriatria? Qual é o campo do mercado que eu posso ocupar?".

Então, uma entidade como a USP o que nós esperamos, no mínimo, é que haja, antes de tomar uma decisão como essa, uma pesquisa, um trabalho, um levantamento para saber, exatamente, onde se encontram as carências de profissionais que o Brasil, hoje, necessita. Num dos *slides* aqui apresentados pelo Dr. Carlos Tadeu, ele colocou ali, se não me engano, em 2010, a necessidade...

SR. CARLOS TADEU DA COSTA: Em 2012/2013.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em 2012/2013, duzentos e...

SR. CARLOS TADEU DA COSTA: Duzentos e cinquenta mil trabalhadores das mais diversas categorias.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Duzentos e cinquenta mil trabalhadores das mais diversas categorias será a nossa demanda. Se nós estamos formando, hoje, engenheiro naval... Engenharia naval, somente três universidades que formam engenheiros navais, não é? São formados 20 ou 30 por ano. Se nas áreas de engenharia... Agora, espero que isso modifique, porque há esse atrativo, hoje, para que as pessoas, os vestibulandos voltem a procurar o curso de engenharia. E é verdade que foi desestimulada essa procura, em função do baixo conhecimento que o Brasil teve em décadas passadas. Mas, agora, é um momento em que eles podem se sentir estimulados, os jovens, a buscar o curso de engenharia.

E aqueles que, porventura, tenham feito o curso de engenharia e tenham deixado, em função de outra profissão que lhe oferecesse melhores condições, que, agora, eles façam um reexame de decisão que tomaram e entrem em um curso de recapacitação profissional, de atualização profissional, porque é um número enorme esse. E se nós formamos, hoje, no Brasil... No Brasil, nós formamos, para cada 100 mil habitantes, como nós vimos aqui, nós formamos cerca de 12 engenheiros por ano, para cada 100 mil habitantes, enquanto que, em outros países, mesmo os países emergentes, estão muito acima do Brasil. Sem comparar com outros números que aqui foram trazidos de outro países, também. Mas, portanto, é fundamental que haja um plano emergencial, para que nós possamos evitar que esse apagão faça com que a grande oportunidade que o Brasil tem de crescer nesses próximos anos – e crescer a taxas elevadas de 5%, 6% ou 7% –, seja frustrada em função de nós, a sociedade brasileira, não ter tido a capacidade de se preparar para atender essas exigências que o crescimento está demandando.

É muito importante que a iniciativa privada participe desse processo, ativamente participe desse processo, não vá pela lei do menor esforço, tipo: *"Não, na hora que precisar contratar, se não tiver aqui, no Brasil, eu vou em algum dos países que estejam passando por dificuldade, onde haja um desemprego, um nível de desemprego alto e contrato por um salário até baixo, muito melhor do que eu investir em um laboratório de formação, de capacitação disso ou daquilo"*. Então, essa é uma atitude que não é o que cada um de nós espera de empresas brasileiras, que terão, agora, oportunidade de um crescimento, realmente, extraordinário.

Portanto, ao finalizar esse nosso debate de hoje, eu gostaria de agradecer a todos os senhores palestrantes que aqui, hoje, vieram, o Sr. Luiz Antonio Ugeda Sanches, diretor executivo do Instituto de Geodireito; o Dr. Carlos Tadeu da Costa, gerente executivo do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da PETROBRAS – a CENPES –, que deu uma aula, aqui, para aqueles, da iniciativa privada, que não sabem por onde começar, tem aqui o exemplo do CENPES. Procurem o CENPES. Procurem o PROMINP, que é um programa, também, muito importante que o Governo Federal vem, já, implantando e vem realizando, para ver que exemplos

eles podem tirar dessas iniciativas vitoriosas que vem sendo adotadas.

O Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, mais uma vez, o nosso agradecimento, já que o fiz anteriormente. Ao Dr. Fernando Pereira de Carvalho, Diretor de Relações Institucionais da CPRM, e ao Dr. Claudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Ministério das Minas e Energia.

Muito obrigado a V. Sas. pela participação que tiveram nesse debate da formação e capacitação profissional, para atender as demandas do nosso país, nos próximos anos. E, antes de encerrar essa reunião, eu convoco os Sras. e Srs. Senadores para a reunião da nossa próxima quinta-feira, dia 15, às 08h30 da manhã, nesta sala das comissões, com pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 20h26.

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 15 DE ABRIL DE 2010, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e trinta minutos do dia quinze de abril de dois mil e dez, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença da Senhora e Senhores Senadores **DELCÍDIO AMARAL, FRANCISCO DORNELLES, PAULO DUQUE, MÃO SANTA, VALDIR RAUPP, EDISON LOBÃO, ELISEU RESENDE, HERÁCLITO FORTES, JOÃO TENÓRIO, FLEXA RIBEIRO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, HÉLIO COSTA, E ROSALBA CIARLINI.** Justificou a ausência o Senador **JAYME CAMPOS.** Comparece ainda o Senador **ROMEU TUMA** (não-membro). Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das Atas da 12ª e 13ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. O Senador **Fernando Collor** procede à leitura dos comunicados da Presidência. Em seguida dá-se início à deliberação das Matérias: **ITEM 1** – Não-Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, DE 2009.** "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre o embarque e o desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida"**. Autoria:** Senador **Eduardo Azeredo. Relatoria:** Senadora **Rosalba Ciarlini. Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 01 – CI. ITEM 3 – REQUERIMENTO, DE 2010– CI.** "Requeiro, nos termos do art. 397, Inciso I do Regimento Interno, combinado com os Arts. 214, 216, 255 e demais dispositivos do mesmo regimento; e com fundamento, ainda, no Art. 50 da Constituição da República Federativa do Brasil, seja convidado o Sr. Ministro das Minas e Energia Dr. Márcio Pereira Zimmermann para prestar, pessoalmente, informações sobre a perda de autonomia e esvaziamento da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) em função do plano do Governo Federal de reestruturar a Eletrobrás". **Autoria:** Senador **Flexa Ribeiro** e Senador **Sérgio Guerra**. **Resultado: Retirado de pauta. Ficam adiados os itens 2 e 4.** Usaram da palavra a Senhora e Senhores Senadores**, FLEXA RIBEIRO, ELISEU RESENDE, EDISON LOBÃO, DELCÍDIO AMARAL, FRANCISCO DORNELLES, PAULO DUQUE, HÉLIO COSTA e ROSALBA CIARLINI.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Presidente declara encerrada a reunião às dez horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 12ª e 13ª Reuniões. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovadas as Atas da 12ª e 13ª Reuniões desta comissão.

Como informações e comunicados temos a informar as Sras. e Srs. Senadores que no último dia 12 de abril, segunda-feira passada, a Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou o 6º Painel do Novo Ciclo de Audiências Públicas da Agenda 2009-2015, *Desafios Estratégicos Setoriais*, que está debatendo a questão dos *Recursos Humanos para Inovação e Competitividade*.

O tema do painel concentrou-se na *Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Prospecção e Exploração Mineral*.

Participaram desta audiência, como palestrantes: o senhor, o Dr. Luiz Antonio Ugeda Sanches, Diretor-Executivo do Instituto Geodireito; o Dr. Carlos Tadeu da Costa, Gerente-Executivo do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello, o CENPES; e o Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral,

DNPM; o Dr. Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia; e o Dr. Fernando Pereira de Carvalho, Diretor de Relações Internacionais do Serviço Geológico do Brasil.

Para o Dr. Luiz Antonio Ugeda Sanches, do IGD, os cursos de Direito no país precisam se modernizar, incluindo em suas grades curriculares disciplinas que proporcionem aos futuros bacharéis conhecimento básico em áreas técnicas, como por exemplo, às ligadas à mineração e extração de petróleo.

Segundo ele, a atual formação dos profissionais de Direito é demasiadamente voltada para a busca de conhecimento enciclopédico, discursivo, e sem vinculação com o dia a dia, carecendo, por exemplo, de cursos específicos para a atuação em empresas de áreas técnicas.

Por isso, fez questão de especificar a missão do Instituto Geodireito que tem como principal meta a difusão de conhecimentos em Direito da Energia, Direito Ambiental e Direito Urbanístico, no inovador campo denominado *Law and Geography*, Direito e Geografia, além de expandir a visão geojurídica e empreendedora.

Para exemplificar a abrangência desse ramo o Dr. Luiz Antonio Ugeda qualificou a divisão do Direito Administrativo em quatro formas interdisciplinares: a primeira, o Direito Tecnológico, que alcança os setores de infraestrutura, como energia, telecomunicações, saneamento e transporte, entre outros; segundo, o Direito Administrativo Econômico, que trata da repercussão econômica em função do Direito Tecnológico; terceiro, o Direito Ambiental que reflete a intervenção estatal em prol das presentes e das futuras gerações, com base no art. 222 da nossa Constituição; e quarto, o Geodireito que trabalha com a aplicação de técnicas geográficas constitucionalizadas, como localidade, região, escala e território, além da regulação jurídica do espaço.

Como propostas para formação jurídica em infraestrutura, o representante do IGD sugeriu: primeiro, o ensino obrigatório do Direito da Energia no bacharelado de Direito, de forma a complementar a formação em Direito Ambiental; segundo, o ensino opcional, de acordo com o interesse de cada região, de mais uma disciplina de infraestrutura, como o Direito Minerário, Direito dos Transportes, Direito do Saneamento, Direito das Telecomunicações, Direito Militar e Direito Urbanístico.

O ensino obrigatório do Direito no bacharelado de Engenharia, Geologia e Geografia, de forma a capacitar estes profissionais no exercício da regulação jurídica do território, bem como ampliar a atuação nas agências reguladoras de serviços públicos, foram ressaltados pelo Dr. Ugeda.

Aqui eu faço uma observação, de modo a considerar viável também a inclusão de Arquitetura e Urbanismo no rol desses cursos, já que são profissionais que lidam diretamente com o desenvolvimento urbano, o uso e parcelamento do solo, questões fundiárias, habitação e com uma série de outros segmentos relacionados ao Geodireito.

E também é interessante notar que nessa série de audiências, essa, se não me engano, foi a 6ª ou a 7ª que nós realizamos, de um elenco de 13 ou 14, sobre a capacitação e formação de mão de obra especializada com vistas à grande demanda que já demonstrada pelo mercado, em função desse novo ciclo de crescimento que experimenta o Brasil nos dias de hoje, que dentre as profissões aqui elencadas pelos diversos palestrantes como carentes de uma maior atenção do mundo acadêmico, no sentido de oferecer mais vagas, e também do Governo, de poder induzir nas universidades públicas que esses cursos sejam criados, bem mais vinculados à área técnica, nos surgiu essa opinião do Dr. Ugeda falando da necessidade de também termos especialização na área do Direito.

E isso foi uma grata surpresa para nós, que não tínhamos ainda despertado para essa necessidade. E realmente é uma necessidade, é realmente preciso que o advogado, ele possa ter numa sociedade em crescimento, em desenvolvimento e tão diversificada como a nossa e outras, mas que tenham profissionais com esses conhecimentos específicos nessas áreas que aqui foram elencadas e que têm uma relação direta com a infraestrutura do país.

No âmbito da formação jurídica o Dr. Ugeda traçou como meta para um cenário ideal a busca de nova metodologia pedagógica, com visão crítica da realidade, a valorização das categorias jurídicas e jurisprudências dos Tribunais e a busca da interdisciplinaridade no campo do Direito.

Por fim, ele destacou o seguinte desafio do Brasil para as próximas décadas, aspas: "Como explorar recursos naturais preservando a flora, a oferta de água, a soberania, sem explodir os custos dos alimentos?"

Para tanto, ele discriminou as principais demandas de cada segmento.

No segmento de energia, franca expansão da produção do pré-sal, do etanol, das energias eólica, nuclear, das hidroelétricas na Amazônia, além da integração regional e o combate aos blecautes.

E aqui eu faço um parêntese para lamentar que tenha sido suspenso, por uma decisão de primeira instância, o leilão que deveria ser realizado, mas confiamos que essa liminar venha a ser reconsiderada por

uma instância superior, no próximo dia 20, da licitação de Belo Monte.

Como todos nós sabemos, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte é de fundamental importância para a nossa matriz energética e para também dar sustentabilidade a essas taxas de crescimento que, pelo andar da carruagem, nós chegaremos esse ano, se não acima, vamos bater nos 7% de crescimento da nossa economia e isso, fatalmente, vai demandar a necessidade absoluta de que nós tenhamos energia suficiente para sustentar esse crescimento.

Depois, também o segundo... A segunda... O segundo item que ele explicitou, dentro da pergunta "Como explorar recursos naturais preservando a flora, oferta de água, a soberania, sem explodir os custos dos alimentos?", ele citou o saneamento, a universalização do sistema por meio de um modelo do tipo 'água para todos'.

Em relação à mineração, a definição do marco regulatório que nós aqui estamos tratando, de encaminhar da melhor forma possível. No campo dos transportes, a melhoria das rodovias, a expansão das ferrovias, remodelagem aeroviária e emprego de hidrovias e cabotagem. Telecomunicações: a exploração de satélites em que entra o direito espacial da defesa, interação das três Forças Armadas na atuação e defesa da Amazônia, a Amazônia Verde, a Amazônia Azul e a Amazônia Branca. Urbanismo: a regularização urbana e fundiária. E meio ambiente, como preservar as presentes e futuras gerações de eventuais desastres ambientais.

O representante do IGD destacou também a criação, pelo Governo Federal, do Portal SIG, esse é um portal extremamente importante, muito, muito importante, que é um canal da internet que foi inaugurado a semana passada, que é um canal na internet para integrar as informações geoespaciais sobre o país, como dados sobre o território, imagem de satélite, malha rodoviária e torná-las disponíveis para os órgãos governamentais e para a sociedade.

Ou seja, esse vai ser um instrumento fundamental no planejamento de quaisquer obras que se queira realizar... Que se queiram realizar aqui no nosso país.

A ferramenta é um dos resultados práticos da implantação da INDE, infraestrutura nacional de dados espaciais, iniciativa que visa catalogar, integrar e harmonizar dados geoespaciais produzidos ou mantidos por instituições do governo brasileiro, de maneira que possam ser facilmente localizados, explorados em suas características e acessados para os mais diversos usos, por qualquer cliente com acesso à internet.

Gostaria, a propósito desse assunto e dessa questão, dar, em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura, as melhores boas-vindas ao Senador Hélio Costa, que tão brilhantemente representou o Senado, e diria não somente o seu partido, o PMDB, que é um grande partido, partido majoritário aqui na Casa, mas que representou tão bem a classe política e o Senado da República.

V. Exa., Senador Hélio Costa, Senador Ministro Hélio Costa, cumpriu o seu dever com galhardia, com amplo sucesso, cercado da admiração dos seus pares e de toda a sociedade brasileira. As telecomunicações do Brasil devem muito à atuação de V. Exa.. Seja muito bem-vindo e tenha muito sucesso nos seus projetos futuros.

O Gerente-Executivo do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da PETROBRAS, CENPES, o Dr. Carlos Tadeu da Costa, relatou o esforço desenvolvido pela estatal junto a universidades e centros de pesquisa para dotar o Brasil de laboratórios de referência mundial, que possam complementar as necessidades de geração de novas tecnologias.

Para tanto, o centro conta com um quadro de recursos humanos de 1.610 profissionais especializados, entre pesquisadores, engenheiros e técnicos de laboratório e planta piloto.

Além disso, através do CENPES, a PETROBRAS investe 400 milhões de reais nas parcerias com universidades e instituições de pesquisa e desenvolvimento nacionais, sendo 50 redes temáticas e 80 universidades e instituições de P&D, distribuídas em 19 estados brasileiros.

Com a visão no futuro para atingir a liderança na inovação e na indústria de energia, a PETROBRAS e o CENPES adotam cinco pontos estratégicos. O primeiro deles é a ênfase na formação e retenção de recursos humanos; o segundo, a adoção de projetos robustos de P&D de longo prazo; terceiro, maior integração universidade-fornecedores; quarto: articulação internacional para a criação de centros de referência; e quinto, seletividade nos projetos de infraestrutura.

Como estratégia tecnológica atual, a PETROBRAS atua em três eixos chaves. O primeiro deles é a expansão dos limites, novas fronteiras exploratórias, recuperação avançada, águas ultraprofundas, pré-sal, melhoria dos projetos e logística. E, terceiro, o aumento do *mix* de produtos, refinos de biomassa e biocombustíveis de segunda geração.

Por fim, o Dr. Carlos Tadeu da Costa apresentou o quadro de demanda de recursos humanos, de acordo com o Plano Nacional de Qualificação da Empresa, o PROMINP, mostrando inicialmente que entre 2007 e 2008 foram qualificados 52.694 profissionais, e que desde 2009 até o momento, foram selecionados 52.708 profissionais.

Para o período de 2009 a 2013 prevê-se, no plano de negócios, a demanda total de 207.643 profissionais, o que demonstra o acerto da decisão que a Comissão de Serviços de Infraestrutura teve ao dedicar essa série de audiências especificamente a ver como se dirimir ou se equacionar, ou se resolver esse grande gargalo na infraestrutura brasileira, que é a falta de pessoal capacitado para atender as demandas sempre crescentes do mercado.

E o CENPES e o PROMINP que são esses dois núcleos de formação e capacitação de profissionais que a PETROBRAS dispõe, é um exemplo que deveria ser seguido por grandes empresas da iniciativa privada.

Aqui foi feita uma crítica por mim, pessoalmente, não ao universo das empresas particulares, empresas do setor privado, mas várias delas que preferem, na hora em que necessitam de algum profissional, buscá-lo fora do país do que formá-lo aqui dentro, ou seja, na sua própria empresa, criando um centro de aperfeiçoamento, de recapacitação profissional, e assim por adiante.

Então, nós estamos num momento em que em função da crise por que atravessa a União Europeia, estará muito fácil a obtenção de uma mão de obra relativamente barata para atender as necessidades de setores estratégicos da infraestrutura nacional, mas é preciso que nós não deixemos de lado o compromisso que o país tem com os seus filhos, com os seus naturais, incentivando os jovens a procurar carreiras de nível técnico e de nível superior que possam nos ajudar a alavancar esse processo de desenvolvimento que estamos agora presenciando.

Os palestrantes do Ministério das Minas e Energia, que representaram a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, o DNPM e o Serviço Geológico do Brasil, trouxeram diversas informações e estatísticas das dificuldades e perspectivas dos respectivos órgãos quanto às demandas na área de formação e qualificação de recursos humanos.

Observou-se que hoje no Brasil existem cerca de 15 mil profissionais registrados no sistema CONFEA/CREAs, entre geólogos, engenheiro m minas e técnicos.

Quanto à oferta de cursos para a área de mineração, informou-se que o curso de Geologia é atendido por 25 instituições de ensino. Para Engenharia de Minas existem 11 universidades públicas e quatro faculdades particulares e para Geofísica apenas sete instituições oferecem o curso.

Deve se esclarecer que a Geofísica, que ainda não tem a sua profissão regulamentada, é uma derivação do curso de Geologia e sua atuação e atribuições profissionais são voltadas mais especificamente para a área de prospecção e exploração de petróleo.

Gostaria também de participar e comunicar aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras membros desta Comissão, de um simpósio, um seminário que ontem foi realizado na Cidade de Maceió, Estado de Alagoas, sobre... Com o tema *Reflexos do Pré-Sal para o Desenvolvimento do Nordeste*.

Foi um simpósio coroado de êxito, lá estiveram presentes o Ministro de Estado de Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann; o Presidente da PETROBRAS, Dr. Sérgio Gabrielli; o Presidente da BR Distribuidora, Dr. Lima Neto; o Diretor de Exploração da PETROBRAS, o Dr. Guilherme Estrella; e o Diretor Financeiro, Dr. Eduardo Berassa.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Almir Barbassa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Almir Barbassa. Exato. Obrigado, Senador Delcídio. O Dr. Barbassa.

E, juntamente com outros especialistas nesse assunto, participaram de um debate que começou às oito e meia da manhã e veio a ser concluído às nove horas da noite.

Foi um simpósio em que muitas informações foram colocadas pelos senhores palestrantes, demonstrando que a Região Nordeste será, sim, ou sentirá, sim, os efeitos positivos da exploração do pré-sal e não somente esse eixo Sul-Sudeste, que vai, mais ou menos, delimitado pela área descoberta do pré-sal, que vai de Santa Catarina até o Espírito Santo.

Foram também mostrados pelos Srs. Diretores que na região Nordeste já existem indícios de camada de sal e que, segundo eles, onde existe camada de sal é prenuncio de que há óleo embaixo dessa camada, a uma profundidade muito menor do que aquela de cinco mil, sete mil metros que se verifica lá na Plataforma Continental, na área, por exemplo, do Poço de Tupi.

Então, eu gostaria de agradecer ao Sr. Ministro das Minas e Energia, agradecer à Diretoria da PETROBRAS pela presença deles em Alagoas, o Governador do Estado lá estava também participando, diversos políticos também, dos diversos níveis de atuação, e foi muito bem recebida por toda comunidade essas explanações que foram feitas.

E deu um alento à Região Nordeste, que estava se sentindo um pouco excluída dessas discussões que vêm sendo feitas em relação ao pré-sal e aos bons propósitos que todos nós temos, sejam dedicados à aplicação dos recursos do fundo social, esse foi um dos pontos principais no debate que alguns defendiam, aliás, defenderam que o fundo social poderia ser utilizado no sentido de diluir as desigualdades regionais.

Então, tratamento desigual para entes desiguais. Mas, enfim isso foi lá no plano da discussão, também a questão dos *royalties*, de estados não produtores poderem receber ou não os *royalties* e assim por diante.

Então, muito grato ao Sr. Ministro das Minas e Energia e a todos os Srs. Diretores da PETROBRAS que lá compareceram.

Tenho aqui também um ofício, uma nota técnica em relação ao Projeto de Lei da Câmara enviado pelo... Pela Presidência da Caixa Econômica, em que ele trata do exercício das atividades de pesquisa e lavras de petróleo e de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos de que trata o inciso do art. 177 da Constituição e dá outras providências.

Então, dizer aqui, com intuito de enriquecer a discussão, a matéria apresentamos a seguir algumas considerações, e essas considerações estão aqui colocadas. E eu peço à Secretaria que coloque à disposição dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que eventualmente tenham interesse sobre esta questão.

Antes de iniciarmos a nossa... Iniciarmos a nossa pauta, quero comunicar o recebimento do Ofício também nº 552, de 2010, do Ministério das Minas e Energia, de 13 de abril de 2010, do Ministro de Estado de Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann, lavrado nos seguintes termos e relacionados... Senador. Ofício do Dr. Márcio Zimmermann, lavrado nos seguintes termos... Ofício 552/2010, não. É esse mesmo, 552/2010, do gabinete do Ministro, em que ele faz referência aqui ao requerimento que foi apresentado pelo Senador Sérgio Guerra e pelo Senador Flexa Ribeiro na última reunião e que de acordo com as nossas normas, atos e procedimentos da Comissão de Infraestrutura, nós recebemos o requerimento para colocar hoje em votação esse requerimento.

O requerimento do Senador Flexa e do Senador Guerra se pautava no convite ao Ministro Zimmermann para explicar o que estava sendo discutido, o que estava sendo propalado, melhor dizendo, em relação à extinção da CHESF ou a mudança da CHESF da sua sede do Nordeste para Brasília, alguma coisa assim.

E então, o Senador Flexa Ribeiro pediu para que lhe fosse, o requerimento, lido naquela oportunidade, eu pedi desculpas a ele dizendo que não poderia ser feito naquele momento, de acordo com os nossos atos e normas internos aqui da Comissão de Infraestrutura, mas acabou saindo um bom debate, porque aqui estava presente o Ministro e Senador Ministro Edson Lobão, que tinha recém deixado o Ministério e que deu as explicações a que o Senador Flexa Ribeiro, se referiu no seu requerimento, assinado juntamente com o Senador Sérgio Guerra.

Então, em relação a esse assunto, o Sr. Ministro Zimmermann enviou este ofício aqui à Comissão, assunto informação sobre a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, CHESF. E ele diz: "*Faço menção ao requerimento de autoria dos senadores Sérgio Guerra e Flexa Ribeiro que trata de convite para participar de audiência pública acerca de*", aspas" " '*suposta perda de autonomia e esvaziamento da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, CHESF*' ", fecha aspas, "*em função do plano do Governo Federal de reestruturar as Centrais Elétricas Brasileiras S.A., ELETROBRAS*.

Sobre o assunto abordado, dirijo-me a V. Exa. encaminhando lhe a anexa Nota Técnica nº 31, de 13 de abril de 2010, da assessoria econômica deste Ministério que evidencia sobejamente o quanto é imprópria a aludida suposição, não só pela expressiva e tradicional atuação da CHESF, assinalada por notória capacidade de investimentos e grandes realizações, como também pelo fato de que o plano de transformação das empresas ELETROBRAS foi concebido justamente com o propósito de alavancar energia, convergir objetivos estratégicos, minimizar esforços, entre outras ações, de modo a assegurar continuo desenvolvimento das práticas de gestão corporativa, frente ao cenário mundial."

Ou seja, basicamente a explicação que aqui foi dada pelo Ministro Edison Lobão.

E eu perguntaria, indagaria ao Senador Flexa Ribeiro se V. Exa. gostaria de manter esse requerimento para ser apreciado pela Comissão ou se V. Exa. já se daria por satisfeito com as explanações e explicações que foram dadas pelo Senador Ministro Edison Lobão, e agora com o ofício do Ministro Zimmermann.

Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Collor, Senador Eliseu Resende, nosso vice-Presidente, Srs. Senadores.

Eu vou repetir que eu subscrevi o requerimento do Senador Sérgio Guerra pela impossibilidade dele estar presente para defendê-lo, e a preocupação do Senador Sérgio Guerra, pelas notícias que estavam sendo... Circulando no Nordeste, da possibilidade de uma reestruturação da ELETROBRAS, com o fechamento da CHESF.

Naquele mesmo dia, na sessão anterior, o Ministro Edison Lobão esclareceu que, como esclarece hoje o Ministro Zimmermann, que há apenas uma reestruturação para fortalecer exatamente a *holding* ELETROBRAS, mas nunca para enfraquecer as regionais, CHESF, ELETRONORTE, ELETROSUL.

Ainda terça-feira eu fui tratar de um assunto com os vereadores de São João do Araguaia, município do meu estado, onde tem prevista a construção de uma

barragem, e fui à ELETRONORTE com eles, com o Presidente Jorge Palmeira, e lá eu já vi o indicativo ELETROBRAS e ELETRONORTE que foi exatamente aquilo que o Ministro Lobão aqui nos disse.

Acho que não há mais necessidade, está esclarecido o assunto.

Pediria a V. Exa., só que encaminhasse uma cópia da resposta do Ministro ao Senador Sérgio Guerra, para que ele possa, então, ficar tranquilo na defesa dos interesses, como V. Exa. também o faz, do Nordeste e do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Flexa Ribeiro. A sua solicitação será atendida.

E eu peço que encaminhe o ofício do Ministro Zimmermann, bem como a nota técnica que ele enviou, ao Exmo. Sr. Senador Sérgio Guerra, representante de Pernambuco aqui no Senado Federal, bem como ao Senador Flexa Ribeiro ou a outros senadores que desejem tomar conhecimento da nota técnica que garante que a CHESF continuará forte e inabalável desde a sua criação e que qualquer ameaça que exista contra ela, a Bancada Nordestina, sem dúvida nenhuma estará se insurgindo contra isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quanto à ELETRONORTE, também gostaria de ter o apoio da Bancada Nordestina à Bancada do Norte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem dúvida. Nós todos que não somos do eixo, não temos esse privilégio de sermos do eixo Centro-Sul do país, nós temos que nos defender.

Então, Norte, Nordeste e Centro-Oeste são regiões que, naturalmente, têm que estar sempre aliadas para defender os seus interesses, naturalmente sempre concordando com o que é feito pelo Centro-Sul do país, porque muito nos ajuda, sobretudo, ao receber irmãos nossos que veem em direção a essa região, Centro-Sul e Sul, para buscar trabalho e para com seu esforço e com a sua dedicação construir a grandeza desses estados mais desenvolvidos da nossa federação.

E com isso eu entendo então que o requerimento fica retirado de pauta. Fica, não diria prejudicado, mas fica... Perdeu o seu efeito, de acordo com as palavras do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Exa., Senador Flexa.

Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Isso significa que fica prejudicado o Item 03 da nossa pauta de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É o requerimento. Exatamente, senador, fica fora, retirado de pauta em função do que aqui já foi colocado.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria de dizer que o sistema elétrico brasileiro tem uma estrutura diferenciada, que é uma estrutura que vem tradicionalmente servindo ao país.

Acho que a ELETROBRAS e as suas subsidiárias desenvolvem um papel importantíssimo no apoio ao crescimento da produção e da circulação de energia no Brasil.

O que deve ser observado, eu acredito, Senador Delcídio Amaral, tem grande experiência nessa matéria, é o posicionamento que a ELETROBRAS, como *holding*, toma juntamente, junto a suas subsidiárias quando se trata de um processo licitatório, de um novo aproveitamento hidráulico do país. Ter cuidado que a ELETROBRAS não compita com as suas subsidiárias e seja neutra com relação à disputa das subsidiárias.

A única coisa que a estrutura atual do setor elétrico nos preocupa. Quanto ao resto, o setor vem desenvolvendo o seu papel com grande eficiência, dando muitas contribuições para o desenvolvimento do país e para a geração de energia.

É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Sr. Ministro Eliseu Resende.

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Só... Fazendo só algumas observações sobre o início dessa Reunião e com relação ao CENPES, e o Dr. Tadeu esteve aqui na Audiência Pública, primeiro registrar que o Tadeu é um dos melhores profissionais na área de petróleo, disparado, um homem muito competente, com uma larga experiência, e é um homem à altura do que o CENPES representa para a indústria de energia no Brasil e, especificamente, para a indústria de petróleo e gás.

O CENPES hoje é um, como também é o CEPEL, meu caro Ministro Eliseu Resende, o CENPES hoje é uma área de ponta, no desenvolvimento tecnológico e, consequentemente, em função do trabalho de todos

os técnicos do CENPES, hoje o Brasil é uma referência mundial, principalmente em exploração e produção em águas profundas.

A gente, mesmo, com os desafios do pré-sal, tecnológicos, os desafios com relação aos materiais utilizados, eu não tenho dúvida nenhuma que o CENPES estará à altura, tem competência, tem vivência e tem inteligência já comprovada para vencer esses desafios, se já não os venceu, e projetando cada vez mais o nosso país como, talvez uma... Sob o ponto de vista tecnológico, um dos países mais importantes nessa área de exploração e produção de óleo.

E acho que V. Exa. levantou uma questão importante, que é a qualificação da nossa mão de obra e a utilização de mão de obra brasileira nesses investimentos que se avizinham, que daqui a pouco nós estamos importando técnicos de fora e eu acho que é muito importante esse esforço que está sendo feito, não só no ensino básico, mas, eu sempre bato nessa tecla, no ensino médio, formação de técnicos, o CEFET, técnicos de nível médio, técnicos em edificação, técnicos em eletrônica, em elétrica, em mecânica. Não adianta fazer um país de doutores, são os técnicos é que vão tocar o barco.

Então, esse problema de qualificação de mão de obra talvez é uma das questões mais importantes do país, um grande desafio.

E hoje, a gente pelo menos percebe em várias frentes, há uma carência de mão de obra, e já, portanto, nós temos que investir nisso.

Agora, eu queria fazer algumas observações sobre o que o Senador e Ministro Eliseu Resende aqui disse, sobre o papel da ELETROBRAS e nós tivemos a oportunidade de discutir isso na semana passada, quando o Senador Flexa apresentou um requerimento.

Eu acho que essa modelagem, eu compartilho, Ministro Eliseu Resende, da preocupação de V. Exa., V. Exa. já foi ministro e já foi também presidente da ELETROBRAS, e presidente da ELETROBRAS num momento dificílimo, me lembro bem, no Governo Itamar Franco, quando V. Exa. assumiu a Presidência da ELETROBRAS numa situação muito complicada, principalmente a ELETROBRAS na ocasião endividada, quando aí nós buscamos aquela solução comandados por V. Exa. do famoso encontrão...

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Encontro de contas... Com as dívidas do tesouro.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): De 23 bilhões.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É a Lei 8.631.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Naquela época, que foi um grande feito e foi a medida que saneou o setor elétrico federal, disparadamente.

O Ministro Eliseu Resende, quietinho, a turma naquela época havia uma outra discussão paralela, falava em... Que era outra discussão que envolvia 10 bilhões, 10 bilhões, eu não me lembro, e ele quietinho passou com 23, e foi realmente a medida saneador do setor elétrico.

Mas compartilho com o Ministro Eliseu Resende dessa preocupação da ELETROBRAS como *holding*, sim, uma *holding* forte, e mais uma vez eu insisto, esse movimento foi no sentido de consolidar o controle da *holding* sobre as subsidiárias, sem tirar a identidade e sem tirar a autonomia de gestão das subsidiárias, evidentemente dentro de um planejamento estratégico do Sistema ELETROBRAS.

Mas compartilho, acho que a ELETROBRAS hoje, nessa modelagem, está muito melhor, porque há condição hoje dela, o sistema ELETROBRAS, através das suas subsidiárias, principalmente, voltou a participar dos leilões, leilões de linhas de transmissão, leilões de geração, como também essa outra face da ELETROBRAS, essa face internacional, quer dizer, a possibilidade da ELETROBRAS participar de projetos em outros países.

Conversando agora com o Presidente José Antônio Muniz Lopes, a ELETROBRAS hoje já avança intensamente com projetos em alguns países e eu vou citar especificamente o Peru, projetos importantes de geração de energia. E a ELETROBRAS, sem dúvida nenhuma, ela vai ser a ponte dessa integração energética da América do Sul, que começou com Itaipu, que começou com a interligação lá no Rio Grande do Sul também em *Paso* de *los Libres*, uma conversora que eu tive a oportunidade de inaugurar na época do Ministério de Minas e Energia, com a Ministra Dilma, que era Secretária de Infraestrutura do Governador Alceu Collares.

E esse projeto de interesse com a Venezuela, por exemplo, em Roraima, interligando Guri ao sistema brasileiro, e eu acredito muito nisso, eu acho que o MERCOSUL, essa integração tão cantada em prosa e verso na América do Sul, ela se dará pela energia, o Gasoduto Bolívia-Brasil, com todas as dificuldades.

E, portanto, Sr. Presidente, eu acho que abrem-se boas perspectivas para que a ELETROBRAS também cumpra esse papel, e a comunidade econômica européia ela se consolidou integrada energeticamente, e eu não duvido que nós venhamos a fazer o mesmo aqui na América do Sul.

Acho que esses são os movimentos, são os gestos, não é o lero-lero, aquela conversa fiada, cheia de

boas intenções, mas resultado nulo. Quer dizer, são com ações desse tipo que efetivamente nós promovemos a integração e fortalecemos as nossas empresas.

Sou favorável a essa ação internacional, porque ela está abrindo, inclusive novos espaços para empresas brasileiras, empresas de engenharia, empresas de construção, montagem.

Agora, compartilho dessa preocupação do Ministro Eliseu Resende com relação ao papel da ELETROBRAS, principalmente nos leilões e essa relação com as subsidiárias, acho absolutamente pertinente e nós temos que acompanhar isso, principalmente na Comissão de Infraestrutura, com muito cuidado.

O outro ponto que eu quero aqui aproveitar a oportunidade para registrar, eu volto a insistir. Como eu sou filho lá do Pará também, com muito honra à terra do Senador Flexa, eu não posso...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A honra é para Pará, V. Exa. tem raízes profundas naquele estado.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): [risos] É o Senador Flexa que está dizendo, paraense. E eu sempre fui um apaixonado por essa área de energia e acompanhei os principais projetos lá no Pará, que tem um potencial hidroelétrico extraordinário, como toda essa região aí do Tocantins, Mato Grosso. O meu Mato Grosso do Sul é mais de PCH, pequenas centrais.

E eu volto a repetir, primeiro eu estou vendo essa polêmica sobre Belo Monte. Sr. Presidente, eu andei em Belo Monte à pé, há anos atrás, olhando as ombreiras da barragem, volto a repetir o que eu falei a semana passada, o Senador Flexa sabe muito bem disso, chamava Cararaô, que era um grito de guerra Caiapó.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E depois Babaquara Montante, aquelas usinas dentro daquele padrão, uns reservatórios imensos pegando área indígena, enfim.

Esse projeto é um dos projetos mais bem trabalhados ao longo dos anos, porque acabaram com Babaquara e fizeram Belo Monte, e dentro de um processo em que o reservatório é a calha do rio Xingu, quem conhece o Pará e conhece aquela região, ali chama-se Volta Grande do Xingu, é uma calha de rio e é o que o reservatório vai efetivamente ocupar.

Então, eu vejo falar de meio ambiente em São Paulo, falar de meio ambiente no Rio de Janeiro, é muito bom, é ótimo, aliás, tem gente até dos Estados Unidos falando de meio ambiente lá no Pará. É fácil falar. Vai ver como é. Vai conhecer aquela região toda, vai conhecer Altamira.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vai passar uma semana lá.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Vai passar uma semana lá, para entender bem como é que é a mecânica das coisas naquela região. E o que um projeto desse vai representar, não só sob o ponto de vista de suprimento de energia, até pela proximidade do sistemas de transmissão, porque Jirau e Santo Antonio, nós vamos ter que construir sistemas de transmissão robustos, para levar essa energia para o sistema interligado.

Lá em Belo Monte não, nós estamos perto de Tucuruí, perto da interligação com a CHESF, perto de Marabá, perto de Imperatriz, de Presidente Dutra, perto da Norte-Sul, do linhão que interliga a Amazônia com o Centro-Oeste e, consequentemente, com o Sudeste e com o Sul.

Então, eu, honestamente, eu que acompanhei, quero aqui dar o meu testemunho, esse é um dos projetos que foi melhor trabalhado no sentido ambiental e no sentido de mitigar impactos ambientais. Dizer que não vão ocorrer impactos, claro que um projeto como esse traz impactos ambientais, mas nós temos experiência e nós temos condição de fazer frente a esses desafios.

SENADOR HÉLIO COSTA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, o Senador Hélio Costa, em seguida o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, só para concluir: reitero aqui o esforço importante no sentido de nós buscarmos a competição no leilão de Belo Monte.

Eu sei que foi suspenso, mas eu conheço bem essa realidade também. Tucuruí foi assim, outros projetos na região foram assim, Belo Monte carrega quase que uma saga com relação a essa ação do Ministério Público.

Para mim não é novidade isso, viu Presidente. Estampam aí como se fosse uma grande novidade, isso já existe desde lá de trás. Até o Sting andou ali, o velho roqueiro que eu admiro muito, do Police, até o Sting andou lá com o Raoni.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Rock pesado?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, é um tremendo músico, o Sting. Mas ele entrou nessa aí e depois vazou, ele não está mais envolvido nisso, ele estava com o Raoni nessa época; eu que vivi na

Amazônia conhecia bem o Raoni, como outras lideranças também indígenas lá da região.

Mas isso não é novidade isso que estão noticiando, que aquela velha disputa do Ministério Público, virou um discurso político Belo Monte e eu não tenho dúvida nenhuma, existem argumentos suficientes para se cassar essa liminar.

Como também nós vamos, eu vejo esforço do Governo, Ministro Lobão, para que se consolidem ou se formem os consórcios para garantir a competição em Belo Monte. Belo monte é fundamental para o setor elétrico brasileiro, nós precisamos da energia de Belo Monte.

E acho que essa... Estão politizando muito esse debate, e eu volto a afirmar, é um projeto que foi desenvolvido com muito cuidado e durante muitos e muitos anos; depois, inclusive, posteriormente, há projetos que trouxeram muitos problemas de ordem ambiental e que levaram o setor elétrico a reorientar as sua barragens no sentido de mitigar, principalmente os impactos ambientais.

Eu queria só fazer esse registro, Presidente.

Agora, para mim não é nenhuma novidade o que aconteceu no Pará, de novo, essa liminar para suspender o leilão. Essa história eu já vi em branco e preto, agora está colorida, essa história, Sr. Presidente. Mas essa história eu conheço bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Delcídio.

Com a palavra o Senador Hélio Costa.

SENADOR HÉLIO COSTA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu queria apenas, na esteira das discussões que se fizeram nos últimos minutos sobre a matriz energética que provem da fonte hidroelétrica, pedir a participação, o empenho e, certamente, toda a disposição de luta da Bancada Nordestina, notadamente do Pará, onde nós já temos dois senadores aqui, o Senador Flexa e o Senador Delcídio, paraense emprestado ao Mato Grosso e certamente com a contribuição de V. Exa., que tão bem preside esta comissão, para que nós aproveitemos a oportunidade e possamos, nas próximas semanas, conforme V. Exa. já me encaminhou, eu como suplente nesta comissão, o relatório que deverá ser votado sobre a contribuição sobre os recursos hídricos.

Porque, Sr. Presidente, Minas Gerais, contribui com 47% de toda a energia gerada neste país. E, lamentavelmente, os municípios mineiros que tiveram as suas terras alagadas, as melhores terras do Sul de Minas, do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba foram cedidas para o lago de FURNAS e para as outras hidroelétricas existentes no estado.

Esses municípios praticamente nada recebem de compensação. Para o senhor ter uma idéia, são 148 municípios em Minas Gerais, 191 municípios em São Paulo, 50 municípios no Rio Grande do Sul, 37 municípios na Bahia, que recebem um total, no Brasil inteiro, de 140 milhões anuais, pelos chamados *royalties* ou contribuição sobre os recursos hídricos, as suas melhores terras alagadas.

Agora, nós temos um procedimento aqui nesta comissão que se propõe a rever e a discutir essa questão dos recursos hídricos e a oportunidade que nós temos de juntarmos todas as nossas forças em benefício, evidentemente, daqueles municípios que foram sacrificados para que o Brasil pudesse ter essa pujança energética tão importante para o desenvolvimento nacional.

E, da mesma forma, ainda na esteira dessas negociações, que nós possamos, com a maior urgência, rever o Código Brasileiro de Mineração que é outro escalavro, outro absurdo cometido contra o Estado do Pará e contra o estado de Minas Gerais.

Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, neste momento em que se discute o pré-sal, onde os estados se intitulam produtores, muito embora estejam a 350 km de distância do local onde será feita uma perfuração de sete mil metros, Minas Gerais recebe anualmente pelos buracos que são deixados no meu estado, pela devastação da flora e da fauna, pelas nossas minas todas poluídas, pelas nossas águas condenadas pela mineração, recebe 140 milhões de reais. Uma cidade do Estado do Rio de Janeiro recebe do petróleo 140 milhões, 1 bilhão...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A Cidade de Campos, o Município de Campos recebe mais de 1 bilhão.

SENADOR HÉLIO COSTA (PMDB-MG): Um bilhão. Então, Sr. Presidente, nós mineiros, a bancada mineira e tenho certeza que nesse sentido o Senador Eliseu Resende comigo vai se associar nessa proposta, nós não pretendemos impossibilitar a continuidade do pagamento dos *royalties* já acertados para o que se fez até agora. Direito adquirido, direito adquirido e não contestado.

Agora, para frente, Sr. Presidente, para frente, o Estado de Alagoas merece um pouquinho mais, Minas Gerais merece um pouquinho mais, todos nós, no Norte, Nordeste, no Sul e Sudeste, merecemos um pouquinho mais, disto que vai ainda acontecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Hélio Costa, pela sua participação e a acolhida é total

da Comissão de Infraestrutura às suas palavras e as suas propostas.

O Senador Flexa Ribeiro havia pedido pela ordem, antes, e em seguida o Senador Paulo Duque.

Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Fernando Collor, eu fico muito feliz de participar, eu acho, a imprensa ela quando divulga as atividades do Congresso Nacional, ela passa à sociedade brasileira que os senadores trabalham quando estão em sessão deliberativa no Plenário.

Nós trabalhamos desde o início da manhã discutindo aquilo que nós vamos votar e a maioria dos processos já acordados, quando chegam no Plenário, um ou outro é que entram em debate lá. O debate... Os debates são feitos nas comissões, aqui é que se discute o mérito do projeto, aqui é que se faz as emendas.

E eu quero dizer da satisfação de eu ter a oportunidade de aprender a cada dia. Esta Comissão tem um ex-Presidente da República que a preside, temos três ex-ministros, quatro ex-ministros, o seu vice-Presidente, Senador Eliseu Resende, Senador Hélio Costa, Senador Edison Lobão, Senador Delcídio Amaral, que nos trazem as informações e a experiências que têm.

Eu ia levantar a questão também de Belo Monte, porque fui surpreendido ontem com a liminar que foi concedida ao Ministério Público, sustando o leilão. O Senador Delcídio já deu as explicações que todos nós conhecemos.

Eu lembro, e estava comentando aqui com o nosso Ministro Edison Lobão, eu lembro que há mais de 25 anos atrás, quando foram fechar as comportas da barragem de Tucuruí para encher o lago, o Pará, e em especial Belém foi tomada de uma onda de terrorismo, terrorismo, aquilo foi puro terrorismo, que ao serem fechadas as comportas, as águas do Oceano Atlântico iriam penetrar e salinizar os mananciais que abasteciam as cidades, e principalmente a Cidade de Belém, ou seja, os paraenses e os belenenses ficariam sem água potável, que é uma questão de sobrevida.

Tal é o nível de terrorismo que se lança sobre a população que é desinformada, desinformada dos benefícios. Eu, há pouco tempo, fiz referência no início da reunião de hoje, nós estivemos visitando, como fazemos todos os finais de semana, o interior do estado e lá em São João do Araguaia, numa reunião com os vereadores, com as lideranças todas, nós fomos surpreendidos pela posição da população que foi lá exposta pela Presidente da Câmara, dizendo que São João do Araguaia ia sumir do mapa, ia ser inundada pela barragem de Marabá.

Então, a população estava realmente numa situação de temor total. E eu me dispus a trazê-los aqui, para que tomassem conhecimento, como bem disse o Senador Delcídio, a implantação de um projeto, qualquer que seja, não só de barragens, de mineração, traz, evidentemente ações que são mitigadas, você não consegue fazer uma intervenção na natureza sem que haja algo, mas que são hoje, qualquer projeto, qualquer um, se não levar em condição a questão da sustentabilidade ambiental não será feito, e não só a questão ambiental como também a social.

Muitos erros foram cometidos no passado, em próprio Tucuruí, que se criou uma Tucuruí de luxo e a Tucuruí da miséria, ao invés de integrar a cidade, não, a ELETRONORTE fez uma vila que até hoje, até hoje está lá, numa área distante da cidade, não há integração com a cidade.

Hoje não, hoje os projetos que são feitos já são integrados à vida da comunidade. Agora mesmo a Vale está fazendo isso, que fez errado em Carajás, também criou uma nova cidade, uma vila, e essa, como também em Tucuruí, não tem entrada livre não, ali não vale a Constituição, não tem o direito de vir e vir, só entra quem estiver autorizado pela ELETRONORTE e, no caso, lá em Carajás, pela Vale.

Os projetos hoje não, os projeto que estão sendo implantados pela Vale, os que foram implantados pela Alcoa em Juruti, há integração do projeto com a comunidade e os colaboradores que farão a produção se integram à sociedade local, então há todo esse cuidado.

Eu acredito, Senador Ministro Lobão, ele vai poder nos esclarecer isso, o governo tem todo interesse, o Brasil, não é o Pará que precisa da... Belo Monte, o Pará é exportador.

E eu quero aqui me associar ao Senador Hélio Costa, ao Senador Eliseu Resende, ao Senador Eduardo Azeredo, nós vamos rever e precisamos do apoio de V. Exas., Senador, como Presidente da Comissão de Infraestrutura, nós precisamos rever essa questão dos *royalties* e das contribuições sobre geração de energia e sobre exploração mineral.

Eu, lamentavelmente, pedi, fiz encaminhar a V. Exa. na segunda-feira um pedido de desculpa, que fiz de tudo para poder estar aqui quando se discutia a questão do marco da mineração, mas não tive como desmarcar os compromissos que já tinha agendado em Belém.

Nós precisamos rever isso, não há como continuar desse jeito. Hoje o Senador Hélio Costa disse que Minas Gerais gera 40 e poucos porcentos da energia no Brasil. O Estado do Pará, o Estado do Pará tem levantado um potencial maior do que tudo que está instalado, gerando no Brasil algo em torno de 70 a 80

mil megas, só o Estado do Pará tem mais do que isso de potencial. Aqui-–

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): O senhor me permite uma ligeira interrupção?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, ligeira não, V. Exa. vai enriquecer a informação.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Apenas para me referir a essa questão dos minérios do Brasil, a que aludiu o Senador Hélio Costa.

Quando cheguei ao Ministério de Minas e Energia, há dois anos e meio, tomei a meu cargo a incumbência de incursionar nessa direção.

Estudamos, eu disse aqui nesta Comissão, ao lado do Presidente Fernando Collor, profundamente esta matéria, comparamos todos os modelos que há hoje no mundo.

E antes de deixar o Ministério, eu encaminhei ao Presidente da República uma proposta de novo marco regulatório para o setor mineral, que penso, foi elaborado com todos os cuidados e está à altura das nossas necessidades.

A lei que temos hoje, a rigor não é uma lei, é um decreto, um Decreto-Lei, de 1967, há 40 anos foi elaborado e ele tinha um objetivo que era o de estimular a produção mineral no Brasil, fomentar a produção mineral. Hoje nós temos que ter um outro direcionamento.

Ao lado disso, deixei uma Comissão estudando junto com o Ministério da Fazenda a questão dos *royalties* e V. Exa. não deixa de ter alguma razão. Os *royalties* que se cobra pelo setor mineral é baixíssimo, é de 2% apenas, de 1 a 3%, média 2, 2%, sobre o líquido, enquanto que os países produtores de mundo cobram 8, 6, 10%.

Mas como se trata de uma questão ligada ao Ministério da Fazenda, eu não pude encaminhá-la sozinho, ou seja, exclusivamente o Ministério de Minas e Energia. Daí a audiência do Ministério da Fazenda, isso deve ver se resolvido dentro de muito pouco tempo.

Mas o fato é que o Código Mineral proposto ao Presidente da República, que o enviará seguramente ao Congresso Nacional dentro de muito pouco tempo, a meu ver moderniza o trato desta matéria, e nós estávamos necessitando disso porque havia um verdadeiro descalabro no tratamento do setor mineral brasileiro.

Eu não posso deixar de cumprimentar V. Exa. por abordar esse tema, que considero de fundamental importância para o interesse, o legítimo interesse brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Flexa continua...

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Sr. Presidente, se me permitir, eu, em seguida, falaria um pouco sobre Belo Monte, depois dos Srs. Senadores inscritos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Ministro Edison Lobão.

Senador Flexa Ribeiro continua com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro Edison Lobão. V. Exa., eu reconheço o trabalho que V. Exa. fez e a preocupação quando à frente do Ministério de Minas e Energia.

Eu propus aqui na Comissão de Infraestrutura, lamentavelmente, o meu requerimento não foi aprovado, que convidasse V. Exa., isso ainda o ano passado para que nós pudéssemos fazer uma discussão antecipada e ter conhecimento das idéias do Governo. Acredito que isso deva acontecer, Senador Collor, nós devíamos ser pró-ativos nisso.

Esse entendimento não pode ser gestado nos gabinetes refrigerados dos Ministérios, eles precisam ser discutidos pelos atores que serão atingidos.

Então, eu quero propor a V. Exa.. Eu avoquei todos os projetos apensados que tratam sobre *royalties* e contribuição sobre energia e, evidentemente, nós temos que aproveitar, Senador Delcídio, a questão do pré-sal, Ministro Lobão, para que nós possamos tratar o assunto de forma globalizada, não há como fazer diferenciação de petróleo, que é um bem finito, como também de minério, que é um bem finito, não há como fazer uma diferenciação disso.

Então, eu quero propor a V. Exa. que a comissão assuma essa bandeira e nós possamos discutir. O Ministro Lobão está dizendo que o Ministério da Fazenda está estudando os *royalties*, a alteração dos *royalties*. Vamos trazer o Ministério da Fazenda, o Ministério de Minas e Energia, as empresas, o IBRAM, para que de forma... Vamos criar um grupo de trabalho.

Eu não quero fazer um parecer sobre um assunto de tal importância que seja só de minha lavra, não, eu quero que seja compartilhado por todos e que possa atender à nação brasileira, aos estados produtores, porque são penalizados sim, são penalizados sim.

Eu vejo lá o Estado do Pará, vejo Minas Gerais, nós somos irmãos siameses, temos as mesmas vocações, na mineração e na energia, nas duas necessidades do Brasil.

Então precisamos estar juntos, chamar os estados e chamar as empresas. Nós não queremos inviabilizar os empreendimentos. Nós temos consciência de que é a necessidade de se explorar essa riqueza que só se transformam em riquezas quando elas são exploradas, quando elas estão nos subsolo, porque o Ministro disse bem aqui, que nós temos que acabar com essa reserva de mercado que são as concessões

de lavra, que são solicitadas e guardadas na gaveta por décadas e a população que teria que se beneficiar dos empreendimentos, não chegam a ser feitos porque alguém está esperando a valoração para ter ganhos, ganhos pessoais, de empresas e não ganhos da sociedade brasileira.

Então, queria propor a V. Exa. que nós pudéssemos começar a discutir, englobando a questão do pré-sal, toda a questão sobre *royalties* e sobre contribuições, tanto petróleo, quanto minério, quanto energia.

E repito, tem que participar o Congresso Nacional, o executivo e a área produtiva, ou seja, a área produtora ou as empresas representadas para que eles possam, também, discutir e não inviabilizar os seus negócios.

E quanto à questão do potencial, eu tenho aqui o Rio Tapajós, tem potencial para construção de sete usinas hidroelétricas, que no total somam 14 mil megawatts.

Eu perguntaria ao Ministro Lobão, aqui está a hidroelétrica de São Luis de Tapajós, eu sabia que o potencial dessa hidroelétrica era de, só ela, nesse total de 14 mil megawatts, ela seria a maior usina acho que até do mundo, não é Senador Delcídio? São Luis de Tapajós, acima de Itaituba...

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Três Gargantas é 17 mil.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então seria a segunda e a maior do Brasil. Só essa usina.

Então, como eu disse, nós temos que discutir isso, mas nós não podemos deixar de fazer as usinas. Pará é exportador de energia, tem municípios no meu estado que não têm energia.

São esses absurdos... Energia firme, tem energia de termoelétrica. Que são esses absurdos que o Brasil quando olha para fora, quer galgar e vai galgar uma posição de primeiro mundo, tem que olhar primeiro para o umbigo, vamos diminuir as desigualdades, não é possível que se implante projetos desse tipo e não se beneficia a população do estado.

Então, tem que ter energia no estado todo. Se é economicamente viável ou não, não interessa, mas a população do estado que vai exportar 80, 90% da energia gerada, é absurdo, ministro, absurdo.

A energia é e me parece também o petróleo, são os dois insumos que o ICMS não é cobrado na produção, não é cobrado na produção, é cobrado na distribuição. Então, o Estado do Pará gera energia em Tucuruí, consome apenas 700 megas para atender a população, 700 para o projeto lá de [ininteligível] e o resto exporta. E quem recebe o ICMS dessa energia? Não é o Estado do Pará, são os estados do Brasil que vão consumir, porque o ICMS é pago no consumo, na conta de energia.

Então, o bem que é gerado no Pará seria o caso, Senador Collor, seria o caso de dizer: "Não, então é a tal da reforma tributária, o IVA", os produtos feitos em São Paulo ou em outro estado industrializado vão pagar ICMS integral no consumo que eu acho que esse é o caminho correto.

Agora, não dá para o Brasil inteiro trabalhar para alguns estados e ficar só com o diferencial aumentando a carga tributária que impede o desenvolvimento dos nossos negócios.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Pela ordem, Senador Paulo Duque. V. Exa. tem a palavra, senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, eu cheguei cedo e estive atento às considerações de V. Exa., do congresso na reunião que houve em Maceió, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É exatamente isso, senador, foi realizado ontem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidida por V. Exa.?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não, eu fiz parte do simpósio, mas foi uma iniciativa da organização Arnon de Mello, que é um grupo de empresas de comunicação, juntamente com a PETROBRAS.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas houve um detalhe que me alegrou muito na exposição de V. Exa., quando disse aquilo que eu já venho dizendo no Plenário e fora do Plenário, que na costa brasileira não existe apenas o pré-sal, não existe apenas o pré-sal recém-descoberto frente ao Estado do Rio, frente ao Espírito Santo e a São Paulo e a Santa Catarina.

A impressão que eu tenho, eu tenho, é que em toda a costa brasileira existe o pré-sal, porque o Rio de Janeiro ficou sendo o patinho feio dessa história toda, só o Rio de Janeiro tem que conseguiu, que felicidade.

Nada disso. V. Exa. acaba de me informar que ouviu informações técnicas nesse simpósio que também no Nordeste, no Norte, existe o pré-sal. Houve um açodamento incrível, que eu considero V. Exa., está certo, nordestino, mas na realidade é também carioca. Não tem como fugir disso, não tem como fugir.

Então, eu quero dizer a V. Exa. que o Rio de Janeiro vem sendo muito criticado, injustamente, de querer açambarcar ganhos em virtude da descoberta a 370 km da costa, de óleo a grande profundidade.

Negócio dificílimo de comercializar, coisa agora é que vai começar, porque agora é que está começando, até esse lucro chegar aqui, Presidente, para beneficio dos cariocas ou do Brasil, de todos os brasileiros, vai demorar. Não tenham ilusão disso. Não tenham ilusão disso.

E agora é uma noticia alvissareira, que eu já suspeitava que em toda costa brasileira deve haver esse pré-sal, porque só aqui em frente ao Rio de Janeiro, em frente ao Espírito Santo? Não, o negócio vai presidente. O negócio é... O Brasil demorou a aparecer o petróleo, mas quando apareceu, apareceu para valer, toda a costa brasileira, 13 mil milhas por aí.

Eu gostaria que desse mais algum tipo de explicação sobre isso, porque eu estou vendo que a Senadora Rosalba já chegou, eu iria relatar o projeto da pauta, já não vou mais, por isso é que eu estou usando a palavra agora, porque terei que ir para outra comissão, de Relações Exteriores.

Mas queria dizer ainda a V. Exa., é pena que o Senador Flexa Ribeiro esteja ausente agora. A Constituição de 1988, eu não era senador e nem deputado federal, era deputado estadual no rio, ela embutiu um artigo dizendo sobre essa questão da cobrança do ICMS, estabelecendo uma exceção para a cobrança da energia elétrica e para a cobrança do petróleo, do petróleo e dos seus sucedâneos, do petróleo, é claro, gasolina, é claro, óleo diesel, é claro, querosene, tudo, todos os sucedâneos do petróleo.

A cobrança do ICMS, que é um imposto estadual, nesses dois casos é cobrado na fonte, no destino e não na origem. Aquilo é assustador para mim que cheguei, vendo que isso era para valer, qual é a minha primeira obrigação?

Elaborei, com o apoio de mais de 40 senadores, mais de 40, um projeto de lei, um projeto de reforma da Constituição, acabando com essa determinação odiosa, odiosa, não se poder cobrar petróleo, não se poder cobrar o imposto do ICMS na fonte de produção e sim na origem, está girando até hoje na Comissão de Justiça, embora já tenha, embora já tenha o parecer favorável do Senador Flexa Ribeiro.

Eu gostaria muito que ele estivesse aqui agora, ele é o relator e que deu o parecer favorável a esse projeto, a essa proposição de minha autoria, mas ele não tem culpa de não ter andado, ele não tem culpa de não ter caminhado, porque ficaram esperando audiência pública sobre o assunto por dois anos, audiência que nunca foi realizada e nem será, e nem será, porque não dá mais tempo para isso.

Foi a minha primeira como Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, e vivendo o problema injusto, peguei logo a assinatura dos dois senadores... Dos três senadores do Paraná por causa de Itaipu, por causa de Itaipu e colhemos mais de 40 assinaturas para mudar essa regra de jogo injusta com a eletricidade, injusta com a produção de petróleo e seus sucedâneos.

Está aí, não pode se dizer que não está ai. Por coincidência quem deu parecer favorável ao projeto foi o próprio Senador Flexa Ribeiro. São coisas do Parlamento. São coisas do Parlamento.

Então, V. Exa. nos deu uma notícia hoje boa, de o que pré-sal existiria também na Costa do Norte e do Nordeste, eu gostaria de saber alguma coisinha a mais a esse respeito, se for possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ontem foi nos dada um ampla explicação sobre a origem dessa camada de sal na plataforma continental brasileira.

E os estudos demonstram que a 150 milhões de anos, 150, 200 milhões de anos, aproximadamente, houve o descolamento do território do Brasil e da América do Sul, do território africano, ou seja, aquele côncavo e convexo que tem o contorno da Costa brasileira se encaixa no côncavo da África.

E nessa região da África, na região Atlântica da áfrica, na costa de países como Angola e mais recentemente agora foi descoberta em Serra Leoa também camada de pré-sal e mais acima na Nigéria, existem indicações de que haja essa camada de sal também em outros países africanos, fora esses que já estão descobertos; Angola, por exemplo, hoje produz dois milhões de barris/dia que é uma produção equivalente à produção brasileira e ela exporta, enfim, apenas um dado adicional, ela exporta 99,98% da sua produção porque não há consumo interno para tanto.

Então, quando houve esse descolamento, os técnicos dizem que se criou, na medida em que foi se descolando um continente, o que viria a ser um continente de outro, foi ali naquele intervalo, se constituindo rochas, em cima dessas rochas veio a camada de sal, e nesses 200 milhões de anos, quando houve esse deslocamento total é de se notar que não somente a costa atlântica da África, mas também a costa brasileira, ela tem a incidência de sal, que leva à conclusão de que há petróleo embaixo dessa camada.

E a região Nordeste, ela fica exatamente muito próxima desta região lá de cima onde agora já está começando, como disse, em Serra Leoa e Libéria, já estão, já descobriram petróleo naquela região, e que, portanto, e pelos estudos também da PETROBRAS, ontem dito pelo Dr. Guilherme Estrella, lá nos estudos de prospecção que eles fizeram, na costa alagoana existe a incidência de sal, que é exatamente em decorrência desse descolamento que ficou uma parte dessas rochas que ficaram às margens, foram afundando nesse

descolamento, então uma parte ficou no lado da África e o outro lado ficou no lado do Brasil.

Então, por isso que nós temos ali na Bahia, nós temos em Sergipe, em Alagoas temos petróleo já em exploração em terra, mas não temos no mar, Sergipe já tem, Carmópolis e um outro poço, agora com a refinaria em Pernambuco, temos incidência e produção de óleo no Rio Grande do Norte, na região de Mossoró terra da--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em terra e no mar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em terra e no mar e em Mossoró, especificamente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Especificamente dentro da própria cidade, em praças da cidade e no hotel.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Da Senadora Rosalba Ciarlini e também na... Em Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Então, de modo que ontem, a notícia que foi dada, inclusive com a projeção de *slides* mostrando uma fotografia, por assim dizer, do fundo do mar, da plataforma correspondente ao estado da Alagoas que há incidência de sal e a PETROBRAS vai começar a prospectar lá também.

Então, essa é uma notícia muito boa para todos nós, não somente nós do Nordeste, mas também no Brasil. E esperamos que...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E melhor ainda para Alagoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É, bom para Alagoas, eu espero que lá para a nossa Região Nordeste seja tão bom para o nosso quanto foi para o nosso querido Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Senador Paulo Duque.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ainda com a palavra o Senador Delcídio Amaral--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E depois eu gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --que havia solicitado e em seguida a Senadora Rosalba Ciarlini, para nós iniciarmos a nossa pauta do dia da hoje.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, só para... Ainda voltando à questão de Belo Monte e o Senador Flexa falou sobre a questão da salinização da água de Belém, tudo aquilo que ocorreu antes do fechamento do reservatório de Tucuruí.

E para que ninguém fique... Que aí fazem aquele, estampam manchetes, "Ah, o Ministério Público do Pará." Nós fechamos a Usina de Tucuruí com um ordem para bloquear o fechamento, quando o Oficial de Justiça chegou com a ordem para bloquear o fechamento da barragem, nós, de madrugada, já tínhamos colocado os *stop logs* nas adufas e o reservatório já estava subindo.

Então, isso que está acontecendo com Belo Monte não é nenhuma novidade, não é nenhuma coisa de outro mundo, isso aí tem acontecido, aconteceu em outros projetos também, então não é motivo para ninguém ficar desarvorado com Belo Monte. Isso é do jogo; e democrático.

Eu acho que é assim mesmo, esses são os questionamentos que vão qualificando, como disse o Senador Flexa Ribeiro, com muita competência, se a gente pegar os projetos antigos e os atuais, nós aprimoramos muito, nós qualificamos muito, fruto desse enfrentamento até, eu acho que isso é positivo.

E segundo ponto, pegando carona, primeiro pegando carona no que o Senador Lobão falou, sobre a exploração mineral, eu quero também fazer coro, porque não é só Minas Gerais e o Pará que tem minério, Mato Grosso do Sul também tem, e lá na minha cidade, Corumbá, que V. Exa. já visitou, nós temos minério de ferro e manganês, e acho que é muito importante essa discussão.

Eu acho que nós estamos chego num momento bom para fazer uma discussão ampla sobre essas questões.

E, por último, ouvi atentamente o que o Senador Paulo Duque aqui falou, e por isso que acho que nós precisamos nos debruçar sobre esse projeto dos *royalties* e da participação especial, para buscar uma solução.

Até porque o pré-sal é uma riqueza do Brasil, de todos os municípios, de todos os estados, mas buscar uma solução que atenda os estados produtores e também atenda o restante do país.

E o curioso é o seguinte: do jeito que as coisas estão, o Rio não só teve um baque em função dos *royalties*, mas também prevalece a tese, Senador Dornelles, que não se cobre ICMS.

Ou seja, ele perde o *royalty* e o ICMS vai ser cobrado na ponta. Portanto, acho que nós precisamos olhar isso, tirando questões de caráter constitucional, porque também são absolutamente relevantes, por isso que o Senado acho que vai ter um papel fundamental para não só para buscar uma solução que atenda os estados produtores, mas também entendendo que o

pré-sal é uma riqueza do Brasil e, consequentemente, os demais estados e os municípios e os demais municípios vão... Precisam e necessitam se beneficiar dessa riqueza.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado Senador Delcídio.

Pela ordem, Senadora Rosalba Ciarlini. Eu perguntaria se V. Exa. gostaria de logo em seguida à sua questão de ordem dar início à leitura do seu relatório?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, com a palavra, V. Exa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Acho que nós poderíamos fazer tudo de uma só vez.

Eu gostaria aqui também com me associar ao Senador Delcídio Amaral, e também, como ele falou, pegando carona no que colocou o ministro, o Senador Lobão, falar da importância que é exatamente se debater e encontrar fórmulas de valorizar mais as oportunidades que surgem da mineração.

Não é só quando se fala em ferro a gente só pensa em Minas, mas nós temos também no Rio Grande do Norte uma grande jazida que foi descoberta e que pode ser até aparentemente pequena com relação a outras, mas para nós é de fundamental importância na região de Jucurutu, na região que já fica ali no limite entre o Siridó e o Vale do Assú. E também outros tipos de minérios, como tungstênio, xelita, que existe, existe em abundância também no nosso Siridó e mais outros que possam...

Eu acho que tudo isso é importante, precisamos saber valorizar, embora em alguns estados seja mais, outros menos, mas é importante para que seja colocado como algo que seja para o desenvolvimento do estado, da nossa região e do Brasil como um todo.

Com relação ao petróleo, tem algo, Presidente, que eu quero, há cerca de dois anos eu fui à Antártida e nessa visita, o grupo que vinha ia um senhor, que eu não estou bem lembrada aqui o nome, mas depois poderia até passar para V. Exa., que era já aposentado da PETROBRAS, ele tinha trabalhado a vida toda nessa área de exploração, de descoberta de novos campos, e lembro que ele hoje colabora com os pesquisadores lá da nossa base, ele numa conversa, assim, informal ele dizia que na nossa costa nordestina ainda tinha muito petróleo para ser descoberto, tanto na plataforma continental, como também poderia vir a ter o pré-sal.

Eu fiquei, assim, um pouco, claro, a gente fica um pouco entusiasmada, mas com medo do entusiasmo ser muito grande, e aquilo não vir a acontecer. Mas ele dizia: "Eu tenho certeza e a PETROBRAS sabe", só que... Eu disse, mas de repente a prospecção lá ficou mais lenta, diminuiu até em função de Campos e de outros locais, a gente sentiu que houve uma retroação de investimento, não é que tenham parado totalmente, mas foi, houve isso. Mas ele disse: "Mas tem. E vai chegar o momento que vocês vão..." Eu digo: "Tomara, porque nós é que mais precisamos."

Inclusive o Senador Paulo Duque colocou algo que o nosso estado tem um prejuízo muito grande, é a falta de cobrança dos ICMS na origem. Nós produzimos, e petróleo sai e do estado pequeno comparado com os estados do Sul, nós somos um estado pobre. O Nordeste precisa sempre de mais apoio, e nesse ponto o ICMS é cobrado aonde é refinado. Então é um prejuízo muito grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É o destino.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É o destino. Isso eu concordo plenamente com o Senador Paulo Duque e acho que essa luta nós não podemos abandoná-la jamais, arrefecer nunca. Então era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E para finalizar só mais um detalhe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Porque eu trago aqui uma sugestão, que possa encaminhar um requerimento, aqui se falou em energia, energia de... Vários tipos, porque quando se fala em petróleo, você fala metro barragem, tudo isso você está falando em energia.

Existem dois tipos de energia, que eu sempre acho que nós ainda estamos utilizando de forma muito... Muito... Podemos crescer muito. Com a energia eólica e a energia solar. Eu gostaria, presidente de especificamente termos uma discussão sobre a questão de energia eólica e energia solar, porque quando se fala em energia solar, eles dizem: o custo.

Mas o que é que falta, o que é que precisa, o que é se pode fazer para ela se transformar numa energia popular? No nosso Nordeste, porque eu chego, chegar em países que tem invernos rigorosos e você encontrar a utilização de energia solar como a gente vê na Alemanha, como você vê em países, da França, na Espanha, assim coisas que... Na Espanha até que o clima é mais, mas na Alemanha regiões onde tem aquele inverno rigoroso e se usa.

Eu estive em regiões onde você tem pequenas indústrias sendo totalmente movidas a energia solar,

onde você tem ilhas que são movidas só à energia solar.

Então o que é que está faltando para que a gente possa utilizar mais? Porque o que você puder utilizar de energia solar você está economizando em outros tipos de energia, que muitas vezes é um custo muito mais alto para que ela possa produzir, chegar a produzir.

Eu tive uma experiência, foi pequena, mas foi muito salutar. Quando prefeita, consegui levar energia a praticamente todas as comunidades rurais, e aonde era muito, o custo benefício era muito alto, o custo era muito alto, em pequenas comunidades, em seis casas, sete casas eu levei a energia solar, entregando o kit, um kit, claro, kit simples, pequeno, mas que dava a condição de ter a luz, de poder ter um eletrodoméstico, de ter o postezinho em frente da casa, e isso foi algo que deu um resultado muito importante, e o custo não foi tão alto, até porque não existe a conta de luz para o cidadão pagar todo mês, e a manutenção também não é muito difícil, apenas... Demora, inclusive até você ter que repor uma lâmpada daquela.

Então, esse é um estudo que eu gostaria que nós pudéssemos fazer aqui nessa comissão, por entender que toda forma de energia é bem vinda. E essa eu tenho certeza é algo que pode crescer muito no Brasil, não somente a solar, mas também a eólica, que é algo que já está se desenvolvendo, principalmente no Nordeste.

Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A solicitação de V. Exa., Senadora Rosalba, já está acolhida pela Mesa. Eu pediria à assessoria que registrasse para que nós providenciássemos, dentro desse ciclo de debates, a discussão sobre outras fontes de energia que não as tradicionais, incluindo a energia eólica, a solar e outras que porventura...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E a nuclear, talvez.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A nuclear, acho que a nuclear não nesse debate, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Porque a nuclear já faz parte da matriz energética do Brasil, mas outras energias, vamos dizer, alternativas que pudessem ser aqui discutidas nesta comissão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas não deixa de no debate se ter um comparativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Claro, sem dúvida.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Das vantagens para o meio ambiente, da questão do custo, tudo isso é muito importante, dos riscos. Porque a energia eólica qual o rico que tem? A nuclear tem muitas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes de passar, Senadora, com a sua licença, a palavra a V. Exa. para a leitura do seu relatório, eu vou passar a palavra, pela ordem, ao Senador Ministro Dornelles.

Mas antes eu gostaria de comunicar a esta comissão que o Senado Federal, por intermédio da sua diretoria de comunicação social lançou, nesta semana lesta revista que tem o título *Em Discussão*.

É uma ideia do Dr. Fernando César Mesquita, e um trabalho de sua equipe, de muito boa qualidade, e o primeiro assunto que ele trata nessa revista, acredito mensal, que o Senado da República estará editando, o primeiro tema da primeira edição é *O Senado e o Desafio da Exploração do Pré-Sal*.

E eu fico muito feliz, em nome de todos os membros da Comissão de Infraestrutura porque um destaque importante foi dado aos trabalhos realizados aqui nesta Comissão de Infraestrutura, sobretudo, naquele ciclo de palestras que foi realizado para tratar do marco regulatório do pré-sal.

Portanto, os nossos cumprimentos em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Dr. Fernando César Mesquita e a toda a sua equipe por esse trabalho que vai servir de informação e de base para estudos que venham a ser realizados sobre os temas aqui tratados.

Com a palavra o Senador Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, vou ser muito breve.

Quero dizer que vou aproveitar esse momento de ver aqui na Presidência da Comissão de Infraestrutura um carioca que, realmente, eu estou certo estará muito preocupado com os problemas que estão ameaçando o Rio de Janeiro.

Eu queria simplesmente dar uma explicação, Presidente. Hoje, a grande celeuma que está existindo nessa questão de petróleo e de *royalties* é que está havendo uma confusão entre petróleo, lucro e *royalty*.

Então, o que se vê com muita frequência a pessoa dizer: "O petróleo que está a 200, 300 km da Costa não pertence ao Rio de Janeiro." Sr. Presidente, nenhum petróleo pertence ao Rio, o petróleo é da União, todo petróleo no mar, na terra é da União, o lucro da exploração do petróleo é da União também.

Agora, o dono, a proprietária do petróleo e que vai ter lucro na sua exploração paga ao estado afeta-

do pela exploração, seja essa exploração no mar ou na terra.

Hoje nós temos a seguinte situação: dos dez pontos percentuais, a empresa que explora o petróleo do regime de concessão paga à União, aos estados produtores 10% de *royalty*, e aproximadamente um percentual da participação especial que é maior que o *royalty*.

Com o novo de sistema de partilha que vai ser colocado, o *royalty* foi de 10 para 15% e a participação especial, que dava grande recurso ao estado acabou; agora, se pergunta: desapareceu a participação especial? Não, esse custo eliminado vai refletir como um lucro maior naquele que explora o petróleo. De modo que a eliminação da participação especial aumentará o lucro da União.

Então, dentro dessa linha, nós apresentamos uma sugestão para debate em que os *royalties* de 15%, os 10 pontos percentuais hoje existentes já seriam distribuídos, como já praticamente entre estados e municípios produtores, que deixarão de receber a participação especial.

Os cinco pontos adicionais serão para estados e municípios não produtores, que poderão receber no momento que o pré-sal estiver atingindo o mesmo nível de hoje, quatro bilhões de reais em vez dos 700 milhões que estão recebendo hoje.

E pergunta-se: a União vai perder? Não, a União não vai perder. A União deixará de receber um pedacinho que recebe de *royalties* e de participação especial, porque ela vai receber o lucro, aquele custo que ficou correspondente a participação especial, vai ser refletir no maior lucro da empresa e, consequentemente, da União.

Essa proposta nós colocamos aqui para exame. E eu pediria a V. Exa., se V. Exa. nos desse esse privilégio de V. Exa. pudesse olhar, examinar essa nossa proposta, dentro de um contexto de base para uma ampla discussão que nós vamos ter nessa Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, Senador Ministro Francisco Dornelles, a solicitação de V. Exa. já está de antemão, atendida.

E eu espero que essa discussão que será levada, seguramente, ao Plenário do Senado, quando da discussão do projeto de lei correspondente ao assunto, suscitará, sem dúvida, muita atenção e muita... Muita participação dos senadores que fazem parte desta Casa. Muito obrigado a V. Exa..

E agora eu passo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini para relatar o Projeto de Lei do Senado nº 537/2009, Item 01 de nossa pauta, decisão Não Terminativa, Projeto de Lei este que "*Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor sobre o embarque e o desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida*." O autor é o Senador Eduardo Azeredo. A relatora, Senadora Rosalba Ciarlini; parecer favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: 1ª – a matéria constou da pauta da Reunião no dia 08/04/2010. Observação nº 2: a matéria irá às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a última a Decisão Terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini para proferir o seu relatório.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

"*A iniciativa do Senador Eduardo Azeredo é justificada afirmando que apesar de haver regulamentação infralegal em vigor, nos aeroportos que não sejam dotados de ponte de embarque, 'finger', as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida são frequentemente carregadas por empregados das empresas aéreas para dentro das aeronaves, quando deveria haver um elevador específico ou outro dispositivo equivalente para elevar as cadeiras de rodas ao nível da porta da aeronave. A proposição tem por objetivo, portanto, evitar que circunstâncias constrangedoras como essa se mantenham*."

Acredito que nós que viajamos com muita frequência, já temos, já assistimos cenas dessa natureza, quando o avião não fica no *finger*, então, pessoas sendo carregadas naquelas escadas, eu vi recentemente a dificuldade imensa de um rapaz com aparelho ortopédico que, ele, para subir aquelas escadas... Inclusive ele levou até um tombo, os outros passageiros que ajudaram, isso não pode continuar.

Realmente, esse projeto, no mérito é muito... Vem atender a essa necessidade.

"*O projeto pretende tornar obrigatória, nos aeroportos, a oferta de sistema eletromecânico de elevação e de meio de transporte entre o terminal de passageiros e a aeronave para os passageiros com deficiência ou mobilidade reduzida, nos termos de regulamentação da autoridade aeronáutica.*

Como aponta o autor em sua justificação, o assunto já se encontra regulamentado por decreto, resolução da Agência Nacional de Aviação Civil e norma técnica da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Apesar disso, a ausência de equipamento adequado tem levado a que as pessoas com mobilidade reduzida tenham que ser carregadas por empregados de empresas aéreas para o interior das aeronaves, o que caracteriza uma situação constrangedora.

Entendemos ser louvável a iniciativa, que contribuirá para a modernização da aviação brasileira, elevando-a ao nível de serviços praticados nos melhores aeroportos do mundo.

Um país que tem se apresentado no cenário internacional como um ator de primeira grandeza não pode conviver com situações constrangedoras como as descritas pelo autor da proposição, especialmente naqueles que são os portões de entrada do território nacional, como é o caso dos aeroportos internacionais.

Parece-nos, entretanto, inadequado o emprego da expressão 'autoridade aeronáutica', uma vez que a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que criou a Agência Nacional de Aviação Civil, adotou a expressão 'autoridade de aviação civil' para designar a agência.

Por outro lado, o Código Brasileiro de Aeronáutica, lei que se pretende alterar, de 1986, emprega a expressão 'autoridade aeronáutica' com a mesma finalidade.

A fim de evitar qualquer dúvida de interpretação, parece-nos suficiente adotar a expressão 'regulamentação específica', na forma de emenda adiante formulada.

Ademais, é necessário especificar a subdivisão da lei na qual o novo artigo deve ser inserido, visto que ele pode integrar tanto a Seção I quanto a Seção II do Capítulo II do Título VII.

Ante o exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, com a seguinte emenda:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 537, de 2009, a seguinte redação: Art. 1º. A Seção I do Capítulo II do Título VII da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 233/A: Nos aeroportos que não disponham de pontes de embarque ou quando a aeronave estacionar em posição remota serão oferecidos sistema eletromecânico de elevação e meio de transporte entre o terminal de passageiros e a aeronave, aptos a efetuar, com conforto e segurança, atendidas as normas técnicas pertinentes, o embarque e o desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, nos termos de regulamentação específica."

É esse o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o relatório da Senadora Rosalba Ciarlini, que conclui pela aprovação do projeto com a emenda apresentada. Os Srs. e Sras. Senadoras que estiverem de acordo com o parecer da Senadora Rosalba Ciarlini permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Antes de encerrarmos a presente reunião convoco os Srs. Membros para a nossa 15ª Reunião, no próximo dia 19, segunda-feira às 18 horas, quando será realizado o 7º painel para debater as necessidades de infraestrutura e de formação e capacitação de mão de obra para os eventos Rio +20, em 2012, quando estaremos discutindo o marco legal que irá substituir o Protocolo de Kyoto, cuja vigência será encerrada exatamente em 2012, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016; esses três eventos, inclusive, serão realizados no Rio de Janeiro.

A audiência contará com os seguintes palestrantes: Dr. Luiz Barreto, Ministro do Turismo, Dr. Carlos Arthur Nuzmann, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro e o Dr. João Havelange, ex-Presidente da Federação Internacional de Futebol – FIFA e da Confederação Brasileira de Futebol.

E, mais uma vez, quero aqui agradecer ao fato do Dr. João Havelange ter aquiescido ao nosso convite e ter aceito se deslocar do Rio até Brasília para dar a todos nós uma explanação, ele que tem uma grande experiência em eventos esportivos ao redor do mundo. Muito obrigado ao Dr. João Havelange, portanto, por ter aceito o convite, e também o outro palestrante, o Sr. Bernard Rajzman, ex-Secretário de Esporte do Governo Brasileiro e, atualmente, Presidente da Comissão Nacional de Atletas.

Esta audiência se realizará, como eu disse, na próxima segunda-feira, nesse Plenário, às 18 horas, dia 19 de abril.

Com essa convocação eu encerro a presente reunião, agradecendo a presença de todos os Srs. Senadores aqui presentes, e que aqui compareceram.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 10h21.

ATA DA15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 19 DE ABRIL DE 2010, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas do dia dezenove de abril de dois mil e dez, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senhores Senadores **INÁCIO ARRUDA, FRANCISCO DORNELLES** e **HERÁCLITO FORTES**. Compareceram ainda os Senhores Senadores não-membros **MARCO**

MACIEL e GARIBALDI ALVES FILHO. Justifica a ausência o Senhor Senador **JAYME CAMPOS.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e, anunciando o motivo da mesma, informa que a Audiência Pública, integrando a **Agenda 2009-2015 "Desafios Estratégicos Setoriais",** atende ao Requerimento nº 01, de 2010-CI, de autoria do Senador **Fernando Collor,** para debater sobre o Desafio: Recursos Humanos para Inovação e Competitividade. Apresentando hoje o Painel 7 – "Rio + 20 (2012), Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas em 2016. Demandas das Cidades que Sediarão os Três Eventos. Necessidades de Infraestrutura e de Formação e Capacitação da Mão de Obra," com a presença dos seguintes convidados**: Dr. Mário Augusto Lopes Moysés** – Secretário-Executivo do Ministério do Turismo; **Dr. Carlos Arthur Nuzman** – Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – COB; **Dr. João Havelange** – Ex-Presidente da Federação Internacional de Futebol – FIFA e da Confederação Brasileira de Futebol – CBF; **Dr. Bernard Rajzman** – Presidente da Comissão de Atletas Olímpicos. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usaram da palavra os Senhores Senadores **INÁCIO ARRUDA, FRANCISCO DORNELLES** e **HERÁCLITO FORTES**. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações finais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às vinte horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Comunicados. Em relação ao último painel, realizado no dia 12 de abril, segunda-feira passada, a Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou Audiência Pública com o tema: "Recursos humanos para inovação e competitividade". O tema do painel concentrou-se na "Formação e capacitação de recursos humanos para prospecção e exploração mineral". Participaram como palestrantes: o Dr. Luiz Antonio Ugeda Sanches, Diretor-Executivo do Instituto Geodireito; o Dr. Carlos Tadeu da Costa, Gerente-Executivo do Centro de Desenvolvimento da PETROBRAS, o CENPES; o Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, Diretor-Geral do DNPM; o Dr. Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia; o Dr. Fernando Pereira de Carvalho, Diretor de Relações Institucionais do Serviço Geológico do Brasil – CPRM.

Para o Dr. Luiz Antonio Ugeda Sanches, do IGD, os cursos de direito no País precisam se modernizar, incluindo em suas grades curriculares disciplinas que proporcionem aos futuros bacharéis conhecimento básico em áreas técnicas, como, por exemplo, as ligadas à mineração e à extração de petróleo. Segundo ele, a atual formação dos profissionais de direito é demasiadamente voltada para a busca de conhecimento enciclopédico, discursivo e sem vinculação com o dia a dia, carecendo, por exemplo, de cursos específicos para a atuação em empresas de áreas técnicas. Por isso, fez questão de especificar a missão do Instituto Geodireito, que tem como principal meta a difusão de conhecimentos em direito da energia, direito ambiental e urbanístico, no inovador campo denominado *Low and Geographic* Direito e Geografia, além de expandir a visão geojurídica e empreendedora.

Para exemplificar a abrangência desse ramo, o Dr. Luiz Antonio Ugeda qualificou a divisão do direito administrativo em quatro formas interdisciplinares: 1) O direito tecnológico, que alcança os setores de infraestrutura como energia, telecomunicações, saneamento e transporte, entre outros; 2) O direito administrativo econômico, que trata da repercussão econômica em função do direito tecnológico; 3) O direito ambiental, que reflete a intervenção estatal em prol das presentes e das futuras gerações, com base no art. 222 da Constituição Federal; 4) O geodireito, que trabalha com a aplicação de técnicas geográficas constitucionalizadas como localidade, região, escala e território, além da regulação jurídica do espaço.

Como propostas para a formação jurídica em infraestrutura, o representante do IGD sugeriu: 1) O ensino obrigatório do direito da energia no bacharelado de direito, de forma complementar a formação em direito ambiental; 2) O direito opcional, ou, melhor dizendo, o ensino opcional, de acordo com o interesse de cada região, de mais uma disciplina de infraestrutura, como o direito minerário, dos transportes, do saneamento, das telecomunicações, direito militar ou urbanístico; 3) O ensino obrigatório do direito no bacharelado de engenharia, geologia e geografia, de forma a capacitar estes profissionais no exercício da regulação jurídica do território, bem como ampliar a atuação nas agências reguladoras e serviços públicos.

Aqui faço uma observação, de modo a considerar viável também a inclusão da arquitetura e urbanismo no rol desses cursos, já que são profissionais que lidam diretamente com o desenvolvimento urbano, o uso e o

parcelamento do solo, questões fundiárias, habitação e com uma série de outros segmentos relacionados ao geodireito.

No âmbito da formação jurídica, o Dr. Ugeda traçou como meta para um cenário ideal: a busca de nova metodologia pedagógica com visão crítica da realidade, a valorização das categorias jurídicas e jurisprudências dos Tribunais e a busca da interdisciplinaridade no direito.

Por fim, destacou o seguinte desafio do Brasil para as próximas décadas: "Como explorar recursos naturais preservando a flora, a oferta de água, a soberania, sem explodir o custo dos alimentos?" Para tanto, discriminou as principais demandas de cada segmento e aqui ele elenca as providências. No campo da energia: franca expansão da produção do pré-sal, do etanol, das energias eólica, nuclear, das hidrelétricas na Amazônia, além da integração regional e o combate aos blecautes; no campo do saneamento: universalização do sistema, por meio de um modelo do tipo "Água para Todos". Vale lembrar que a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, numa das últimas Sessões que aqui nós realizamos, das quintas-feiras, a Comissão aprovou, por unanimidade, um rol de quatro projetos de lei que se referem à geração ou à criação do marco regulatório do saneamento no Brasil; mineração: também fala ele sobre a definição do marco regulatório. Nessa questão também já tramita nas duas Casas do Congresso matérias relacionadas ao estabelecimento do novo marco regulatório do setor mineral; transportes: segundo ainda o Dr. Ugeda, melhoria das rodovias, expansão das ferrovias, remodelagem aeroviária e emprego de hidrovias e cabotagem; no campo das telecomunicações: exploração de satélites, em que entra o direito espacial; no campo da defesa: interação das três Forças Armadas na atuação e defesa da Amazônia; no campo do urbanismo: regularização urbana e fundiária; e na área do meio ambiente: como preservar as presentes e futuras gerações de desastres ambientais.

O representante do IGD destacou, também, a criação pelo governo federal do portal SIG, um canal na internet para integrar as informações geoespaciais sobre o País, como dados sobre território, imagens de satélite e malha rodoviária e torná-las disponíveis para órgãos governamentais e para a sociedade. A ferramenta é um dos resultados práticos da implantação do INDE (Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais), iniciativa que visa catalogar, integrar e harmonizar dados geoespaciais, produzidos ou mantidos por instituições do Governo Brasileiro, de maneira que possam ser facilmente localizados, explorados em suas características e acessados para os mais diversos usos por qualquer cliente com acesso à internet.

O Gerente-Executivo do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da PETROBRAS, CENPES, Dr. Carlos Tadeu da Costa, relatou o esforço desenvolvido pela estatal junto a universidades e centros de pesquisa para dotar o Brasil de laboratórios de referência mundial, que possam complementar as necessidades de gerações de novas tecnologias. Para tanto, o centro conta com um quadro de recursos humanos de 1.610 profissionais especializados entre pesquisadores, engenheiros, técnicos de laboratório e planta piloto. Além disso, através do CENPES, a PETROBRAS investe 400 milhões de reais nas pesquisas com universidades e instituições de pesquisas e desenvolvimento, sendo 50 redes temáticas e 80 universidades e instituições de PID, distribuídas em 19 estados brasileiros.

Com a visão no futuro para atingir a liderança na inovação na indústria de energia, a PETROBRAS e o CENPES adotam cinco pontos estratégicos: 1) Ênfase na formação e retenção de recursos humanos; 2) Adoção de projetos robustos de PID de longo prazo; 3) Maior integração universidade/fornecedores; 4) Articulação internacional para a criação de centros de referência; 5) Seletividade nos projetos de infraestrutura.

Como estratégia tecnológica atual, a PETROBRAS atua em três eixos chaves: 1) A expansão dos limites: novas fronteiras exploratórias, recuperação avançada, águas ultraprofundas, pré-sal, melhoria dos produtos e logística; 2) Sustentabilidade: gerenciamento de CO2, o monóxido de carbono, de água e eficiência energética; 3) O aumento de mix de produtos: refino de biomassa e biocombustíveis de segunda geração.

Por fim, o Dr. Carlos Tadeu da Costa apresentou o quadro de demandas de recursos humanos de acordo com o Plano Nacional de Qualificação Profissional da Empresa, o PROMINP, mostrando inicialmente que entre 2007 e 2008 foram qualificados 52.694 profissionais e que desde 2009 até o momento foram selecionados 52.708 profissionais. Para o período de 2009 a 2013 prevê-se no plano de negócios a demanda total de 207.643 profissionais. Esse é um número muito difícil de ser atingido se não houver uma perfeita coordenação e um amplo esforço das áreas diretamente envolvidas na formação e capacitação de mão de obra, quais sejam: o mundo acadêmico, a iniciativa privada e entidades do próprio governo nos seus três níveis, federal, estadual e municipal.

Os palestrantes do Ministério das Minas e Energia, que representaram a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, o DNPM, e o Serviço Geológico do Brasil, trouxeram diversas informações e estatísticas, as dificuldades e perspectivas dos respectivos órgãos quando às demandas na área de formação e qualificação de recursos humanos. Observou-se que

hoje, no Brasil, existem cerca de 15 mil profissionais registrados no respectivo órgão regulador entre geólogos, engenheiros de minas e técnicos.

Quanto à oferta de cursos para as áreas de mineração, informou-se que o curso de geologia é atendido por 25 instituições de ensino; para a engenharia de minas exigem 11 universidades públicas e quatro faculdades particulares; e para geofísica apenas sete instituições oferecem o curso.

Deve-se esclarecer que a geofísica, que ainda não tem a sua profissão regulamentada, é uma derivação do curso de geologia e sua atuação e atribuições profissionais são voltadas mais especificamente para a área de prospecção e exploração de petróleo.

Próximo painel. Na próxima segunda-feira, dia 26, às dezoito horas, será realizado o oitavo painel para debater "As demandas de recursos humanos na exploração e comercialização de gás na área petroquímica". A Audiência contará com os seguindo-se palestrantes: o Dr. Bernardo Gradin, Presidente da BRASKEM; o Dr. José Renato Ferreira de Almeida, Coordenador-Executivo do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP); o Dr. John Forman, Presidente da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-Diretor da Agência Nacional de Petróleo; o Dr. Armando Guedes Coelho, Presidente da Comissão de Energia da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN); e o Dr. Eduardo Setton, Coordenador do Projeto Galileu, da PETROBRAS, para desenvolvimento do laboratório de computação científica e visualização da Universidade Federal de Alagoas.

Esses laboratórios de computação científica e visualização, os chamados LCCV, que a PETROBRAS vem implantando em universidades brasileiras, a PETROBRAS escolheu as primeiras cinco e essas primeiras cinco universidades foram o ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica), a PUC do Rio, a USP (Universidade de São Paulo) e a Universidade Federal de Alagoas, o que nos deixa a todos muito orgulhosos por ser a universidade na Região Nordeste escolhida para receber esse laboratório, que é de fomento exatamente à capacitação profissional.

Na reunião de hoje apresentaremos o sétimo painel: "Rio + 20 (que se realizará em 2012), Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas em 2016". Vamos tratar das "Demandas das cidades que sediarão os três eventos. Necessidade de infraestrutura e de formação e capacitação da mão de obra". Teremos para participar desses debates as seguintes autoridades: a primeira delas, que de modo muito particular eu agradeço a presença e o fato de ter se deslocado do Rio de Janeiro para participar deste nosso encontro, o ex-Presidente da FIFA, ex-Presidente da Federação Brasileira de Futebol, mas, sobretudo, atual cidadão brasileiro e do mundo, uma pessoa que nos orgulha a todos por uma longa trajetória de vida dedicada ao engrandecimento no campo do desporto, refletindo no fortalecimento do nosso País como uma Nação forte, uma Nação respeitada no campo do desporto em geral, o Dr. João Havelange; o Dr. Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, que da mesma com o seu trabalho incessante conquistou, juntamente com toda a sua equipe, com o apoio de vários abnegados, mas sob a sua batuta e a sua liderança, conquistou para o Rio de Janeiro e para o Brasil a realização dos Jogos Olímpicos; o Dr. Bernard Rajzman, ex-Secretário de Desporto. Tive o orgulho de tê-lo como Secretário no meu governo quando Presidente da República, foi um grande Secretário. Ele é Presidente da Comissão Nacional de Atletas Olímpicos, o Bernard, e, além disso, como todos nós sabemos, medalhista olímpico; e o Sr. Mário Augusto Lopes Moysés, que é Secretário Executivo do Ministério do Turismo.

Em nome de todos os integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura eu convido a todos os senhores a entrarem neste recinto, tomarem assento à Mesa. E recebam, todos, as melhores boas-vindas da Comissão de Serviços de Infraestrutura e os agradecimentos antecipados pela presença de V. Sas.

Como disse anteriormente, é uma alegria muito grande ter o senhor aqui, Dr. João Havelange. O Brasil muito lhe deve e o mundo também. É bom que todos nós nos lembremos que vamos ter a Copa do Mundo realizada num país africano graças a V. Exa. Foi V. Exa. que abriu o continente africano para o futebol brasileiro, foi V. Exa. que sempre teve a consciência de que o continente africano poderia oferecer um bom futebol e aí está a Nigéria, a Costa do Marfim e outros, outras grandes seleções, além de ter trazido o Brasil no campo do futebol ao estágio em que hoje nós nos encontramos, torcendo agora para que nós ganhemos mais uma Copa. O Dr. Carlos Nuzman, que é um grande querido amigo de todos nós, de todos os senhores membros desta comissão, que merece também todo o nosso aplauso, reconhecimento pelo esforço que fez e, finalmente, foi vitorioso de sediar a Olimpíada, juntamente com o Bernard, que naquela cena que nós assistimos pela televisão, o Bernard conseguia pular mais que todo mundo. Também jogador de vôlei ficava mais fácil [risos], mas era um dos mais entusiasmados com a vitória que nós alcançamos, inclusive com a presença lá do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do nosso País.

Então eu começaria essa Audiência Pública passando a palavra--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria pedir a sua autorização, em primeiro lugar, para cumprimentar a V. Exa., mais uma vez, pelo trabalho que V. Exa. vem desenvolvendo aqui na Comissão de Infraestrutura. Com muita objetividade, com muita grandeza, com muita categoria V. Exa. vem imprimindo a essa comissão um dinamismo raramente visto, um dinamismo que enaltece e que dignifica o trabalho e a própria comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria pedir a sua autorização para fazer uma saudação aos componentes da mesa, ao meu companheiro de várias campanhas políticas, ao Bernard, ao Dr. Mário Augusto, cumprimentar o meu irmão Carlos Nuzman e, Sr. Presidente, me referir àquele brasileiro que eu considero o brasileiro nº 1 no campo do prestígio, no campo do respeito, no campo do carinho com que todas as pessoas do País e do mundo dedicam a João Havelange.

João Havelange hoje é um homem que com a sua simplicidade, é um homem que muitas vezes sem procurar imponência, é um homem que com o telefone agora fala com qualquer Chefe de Estado do mundo. E aqueles que estiverem dormindo, acordam para falar com ele. Não existe hoje um brasileiro com tanto prestígio internacional quanto João Havelange. A ele o Brasil muito deve e no que pese esses últimos eventos que caracterizaram a Copa do Mundo, a Olimpíada, tenha tido o trabalho de muitos, eu tenho que aqui mostrar o trabalho do Nuzman, que foi um trabalho fantástico, excepcional, um trabalho de grande categoria. Eu diria que sem o João Havelange nada teria sido possível. Ele foi o grande eleitor, o grande líder, o grande comandante. Eu diria que essa Olimpíada que nós vamos ter no Rio em 2016 e até a Copa do Mundo devia chamar Copa João Havelange, Olimpíada João Havelange, por tudo aquilo que o senhor representa. Receba aqui o meu respeito, a minha admiração pelo seu trabalho, que eu acompanho há muitos anos, e cada vez mais verificando a importância do seu trabalho no contexto do País e no contexto, como disse o Presidente Collor, no contexto de todo mundo.

É uma honra muito grande para o Senado receber V. Exa., Dr. João Havelange. Muito obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Senador Ministro Francisco Dornelles. Com a palavra, pela ordem, o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em primeiro lugar, eu quero lhe fazer uma confissão. Na realidade, eu só viria para Brasília amanhã, eu estava em Teresina, claro com compromissos políticos, mas eu vi na pauta essa sua reunião hoje e vi que faria parte dela o Dr. Havelange. Mudei a minha programação e vim para cá. Eu acho que nós, políticos brasileiros, toda a homenagem que prestarmos, a homenagem do dia a dia como essa da presença que prestarmos ao Dr. Havelange ainda é pouco pelo muito que ele fez pelo Brasil. Talvez ele tenha sido o brasileiro que mais... Pelé que me desculpe, até porque o Pelé só existe porque o João Havelange deu condições para que isso acontecesse, talvez tenha sido o brasileiro que mais tenha divulgado o nosso País em todos os tempos. Portanto, eu acho que todas as homenagens que essa Casa prestar ao Dr. Havelange será pouco pelo muito que ele fez em divulgar positivamente o Brasil. E olha que não é pouco tempo. Nós estamos falando de 1958, só que ele não começou em 1958 a divulgar o Brasil; 1958 já foi consequência de um trabalho.

Então eu fico muito feliz em poder estar aqui, principalmente quando ele vem acompanhado do Carlos Nuzman, do Bernard e do Dr. Mário Augusto.

O Bernard, inclusive, teve um gesto de solidariedade. Eu era Prefeito de Teresina, aliás, no seu governo, e fomos inaugurar um ginásio de esportes em Teresina com recursos próprios. O Dr. Havelange foi para lá e o Bernard também, me deram esse prazer.

Mas eu vou contar uma história aqui de quem é a figura de João Havelange, só para que o Brasil tome conhecimento.

A minha filha resolveu se aventurar na última Copa do Mundo da Alemanha. Juntou-se a um grupo de amigas e foi para a Alemanha. Lá foi vítima desses vigaristas que vendem ingresso falso. Entrou em desespero. Você imagina o que é você na Alemanha... Por sorte descobriu o hotel onde estava a delegação da CBF e foi para lá para se socorrer de alguém. Entra no rol do hotel, encontra o Dr. João Havelange e aos prantos diz para ele o que está se passando. Ele pega ela pelo braço, vai em algum lugar escondido, onde ele deveria ter a reserva técnica de ingresso, e salvou a minha filha, que me ligou emocionada. Se eu não estivesse aqui ela me puxaria as orelhas amanhã [risos].

De forma que é essa figura que eu tenho o prazer de conviver e de ter carinho de há muito tempo, até porque ele tem um carinho muito grande pelo Piauí.

Ele foi colega de colégio do Embaixador Aluízio Napoleão, que é parte do ex-Governador e ex-Ministro Hugo Napoleão e trabalha o próprio Hugo como Huguinho, como filho. De forma que isso para o Piauí é motivo de muito orgulho. Ele tem pelo Alfredo Nunes, que foi o vice-Presidente da CBF, um desportiva fantástico, o maior carinho.

De forma que eu como piauiense também, Dr. Havelange, estou aqui me associando a esse País que tem muita vontade de lhe homenagear e muitas vezes não tem tempo e nem consegue, acham que o senhor é um homem de difícil acesso. Não sabem realmente que isso não é verdade. O senhor é essa figura sempre acessível e bondosa que o Brasil e o mundo inteiro admira. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Heráclito Fortes.

Dando início, vamos ouvir o primeiro palestrante, que é o Dr. Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Boa-noite a todos. Exmo. Sr. Presidente Fernando Collor de Mello, Exmos. Srs. Senadores, meus companheiros da mesa. Eu queria antes de dar início, Presidente Collor, dizer algumas palavras inicialmente.

Queria poder deixar registrado a V. Exa., Presidente, a lembrança e os agradecimentos da história do voleibol brasileiro. É bom lembrar de que o voleibol brasileiro veio numa caminhada até um certo ponto e em cada etapa necessária a ultrapassar os obstáculos nós vimos quase uma luz no fundo de um foco que às vezes parecia distante. E no governo de V. Exa. o Banco do Brasil veio a patrocinar o voleibol brasileiro. Eu queria lembrar isso, de que hoje a identificação voleibol com o Banco do Brasil é quase que unidos, é um casamento. Eu queria deixar registrado para a história que foi V. Exa. que nos permitiu isso em 1991. Nós vínhamos em uma caminhada e essa caminhada do Banco do Brasil, que foi consigo, levou o voleibol do Brasil a ser campeão olímpico em Barcelona e V. Exa. estava lá.

Então queria deixar registrado esse agradecimento. Eu não vou roubar o tempo dos Bernard, nem as palavras, porque ele foi seu Ministro de Esporte, eu não vou ser indelicado com ele, porque ele tem muito para contar que eu gostaria, mas eu acho justo a ele. Apenas dizer que a sensibilidade de V. Exa. – e eu sempre digo a vontade pública – abriu as portas para esse casamento do patrocinador, das empresas públicas, com o esporte brasileiro. Então com isso eu quero deixar esse registro, dizer de que essa história vem sendo escrita ao voleibol brasileiro, que é o número um do mundo. Então, presidente, eu queria deixar os meus agradecimentos e, agora, agradecer mais ainda a essa oportunidade de estarmos aqui com uma alegria enorme de poder falarmos de Rio de Janeiro, sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Deixar uma saudação aos Exmos. Srs. Senadores fazendo minhas as palavras de ambos os Senadores, Senador Dornelles, Senador Heráclito, e dizer que da minha parte eu aprendi muitas lições e continuo com o Presidente Havelange. E uma ninguém vai acreditar, que eu conto e ninguém acredita, mas é verdade: eu sou uma pessoa paciente. E ninguém acredita, Presidente. O Presidente Havelange me disse isso voltando da Olimpíada de Moscou em 1980, no aeroporto de Paris, ele me disse: "Seja paciente, você vai presidir o Comitê Olímpico e você tem muito a fazer ainda". Então eu queria deixar também isso, de que essa foi uma das lições que eu aprendi e eu cada vez mais bebo as lições do Presidente Havelange.

Então eu gostaria agora de dar início à apresentação. É uma apresentação do projeto vencedor e fazer alguns comentários, não só a todos, mas especialmente pelo trabalho que V. Exa. vem fazendo à frente dessa comissão, como o Senador Dornelles disse muito bem. Eu ia pedir apenas para apagarem a luz, para aquecer o ambiente e passar um vídeo, que é um *clipping* da vitória no dia 02 de outubro de 2009, em Copenhague. Por favor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [ininteligível] enquanto eles preparam, eu queria só fazer um registro que é muito interessante. Por que é que o esporte brasileiro tem evoluído? Nós estamos vendo aqui na Mesa três expressões máximas, três ex-atletas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É verdade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): São três atletas, três vitoriosos nas suas categorias, quer dizer, não é estrangeiro, não é gente de fora, não é especulador, não é 'entrão'. São pessoas que dedicaram toda a sua vida, primeiro como atleta, e agora como dirigente, que tem proporcionado essa evolução técnica do futebol brasileiro e que V. Exa., segundo o depoimento do próprio Carlos Nuzman, foi um grande colaborador e tem uma marca digital registrada nesse processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Heráclito. Dr. Nuzman.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Pode ser? Passa aí.

[exibição de vídeo]

[música]

ORADORES NÃO IDENTIFICADOS: *[pronunciamentos em outros idiomas].*

EXMO. SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: *Os Jogos Olímpicos do Rio serão inesquecíveis, onde estarão cheios da paixão, da alegria e da criatividade do povo brasileiro.*

ORADORES NÃO IDENTIFICADOS: *[pronunciamentos em outros idiomas].*

[música]

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Eu queria deixar esse agradecimento a todos que participaram, ao Presidente da República, o Presidente Lula, o Governador Sérgio Cabral, o Prefeito Eduardo Paes, o Ministro Orlando, Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, ao Bernard, que está sempre junto, é uma longa caminhada do Bernard, que coincide com a minha história no voleibol e no movimento olímpico, e ele lá estava também em nome de todos os atletas.

Bom, nós vamos apresentar o projeto, que foi o projeto vencedor. V. Exas. podem ver que estes foram pontos onde esses jogos de celebração e transformação só o Brasil pode dar, a festa que o País pode oferecer da forma como apareceu nas comemorações da vitória. Ele tem um foco na participação dos jovens e um foco importante que é essa juventude que vai construir não só o esporte brasileiro, mas os próprios destinos da Nação brasileira. A transformação social através do esporte é um dos pontos fundamentais de que o Comitê Olímpico Internacional tem esta preocupação e nós temos trabalhado da mesma forma. Transformar o Brasil na liderança esportiva regional, que já conquistou, a promoção global do Brasil num trabalho enorme que o Ministério do Turismo tem feito. Eu até dizia ao Dr. Mário Augusto para deixar um cumprimento ao Ministro Luiz Barreto pelo trabalho que ele vem fazendo e trabalhou junto conosco, de uma maneira fundamental nessa ligação do esporte e do turismo, e uma entrega de sucesso com base no legado dos Jogos Panamericanos.

O conceito dos jogos tem três pilares: a excelência técnica em todas as áreas, essa foi uma preocupação nos Jogos Panamericanos, uma preocupação em toda a campanha feita, uma preocupação na elaboração do projeto e mais do que isso, nós darmos a demonstração da capacidade que o País tem de entregar os jogos no nível técnico e em nível olímpico. A experiência única para todos os participantes, são as necessidades de todos os clientes que foram avaliados e fizeram um esforço enorme para exceder as expectativas: são praias para os atletas, clinto-clinto(F) jornalista, ou seja, ponto a ponto para os jornalistas e mostrar que somente o Brasil tem aquele foco na celebração como nenhum outro país no mundo tem. Transformação de uma cidade e de uma Nação.

Eu tenho feito uma defesa ardorosa dessa transformação do Rio e do Brasil. Eu tenho como foco principal, eu sei que eu posso às vezes surpreender as pessoas, muitos vão esperar que eu diga Barcelona, mas eu vou dizer Tóquio. Tóquio em 1964 organizou uma Olimpíada, dezenove anos depois que terminou a Segunda Guerra Mundial, o Japão perdeu a guerra e teve a Cidade de Tóquio destruída. Eles reconstruíram e fizeram. Essa é a minha imagem da reconstrução e a transformação de uma Nação.

Em seguida, nós temos as premissas desse projeto. Essas premissas, elas têm o uso das instalações dos Jogos Panamericanos de 2007, temos um alinhamento com um plano de longo prazo da cidade, que é o Plano Diretor do Prefeito Eduardo Paes, os estudos de viabilidade para todos os investimentos e a integração entre os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016.

Eu queria fazer, Exmo. Sr. Presidente Collor, fazer aqui um parênteses e fazer uma colocação baseado no tema desta assentada de hoje. V. Exa. vai ver mais adiante que nós vamos falar de construções, nós vamos falar da integração e infraestrutura. Esses são os pontos capitais que vão levar a nossa obra dos Jogos Olímpicos, ele tem um fator preponderante, e essa necessidade da infraestrutura, ela está intimamente interligada, eu diria casada com a formação e a capacitação da mão de obra. Nós não temos na construção dos Jogos Olímpicos e, claro, da Copa do Mundo, um número de obras de investimentos que serão naturais, como vivem as cidades e países. Eles vão ter a mais pelas necessidades que vão ter. Felizmente nós vamos ter.

Eu posso dar o depoimento do próprio Comitê Olímpico Internacional, para os Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, do qual eu fiz parte da Comissão de Coordenação, foi designado um dos membros do Comitê Olímpico Internacional, Sikei Ivu(F), que ele fosse o responsável do controle por parte do Comitê Olímpico Internacional das obras de infraestrutura e da formação da mão de obra. O interessante é que ele é um cidadão de Taiwan e fez esse trabalho na China. Eu diria até um risco político de sucesso absoluto. Ele está sendo repetido para a mesma função para o Rio de Janeiro. Ele conversou comigo e ele me disse dessa preocupação, que foi uma transmissão de pensamento dele com V. Exa. da formação da mão de obra para essas obras que vão ter que ser feitas.

Então eu queria deixar esse depoimento nesse gigantesco trabalho que V. Exa. está fazendo pelos eventos e a necessidade que teremos da importância que isso tem no cenário, não só do Rio, mas do Brasil,

aonde nós teremos esses megaeventos para a alegria e a sorte do nosso País.

Vamos passar ao próximo slide, em que nós vamos ver o número de instalações esportivas. Temos as existentes, são 54%, que já foram, e as mais caras estão prontas. As adicionais de 26% e as temporárias de 20%. É importante destacar – e eu vou dar um dado suplementar – que na Barra, nos 47% locais de competições, nós teremos 24% de espectadores. Isso é uma distribuição feita magnífica. Deodoro, onde tem a maior concentração de jovens no Rio de Janeiro, se eu estiver errado o Senador Dornelles me corrija, por favor, 23% estarão os locais de competições para 11% de espectadores. Copacabana, o *cluster* de Copacabana, que vamos ver adiante, ele tem 17% para 12% de espectadores. E o Maracanã 13%, que é a região, ele tem 53% de espectadores. É a maior concentração de espectadores na área com maior oferta de transporte público.

Eu pediria que agora nós conheçamos o vídeo técnico que vai transformar a Cidade do Rio de Janeiro num projeto extraordinário--

[exibição de vídeo]

APRESENTADORA: *Bem-vindos à apresentação do projeto dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.*

[música]

Todos os esportes serão disputados na Cidade do Rio de Janeiro, com instalações esportivas em toda a cidade: na bucólica área de Deodoro, no entorno do lendário Estádio do Maracanã, ao longo das belas praias da zona sul do Rio e no vibrante Bairro da Barra da Tijuca.

Todas as instalações estarão ligadas por um anel de transporte de alta capacidade e por uma rede de faixas exclusivas de tráfego olímpico.

Daqui a sete anos, a Barra terá sido completamente transformada, abrigando a Vila Olímpica e Paraolímpica dos Jogos Rio 2016.

Financiada integralmente como parte do Plano de Desenvolvimento do Rio, esse complexo inclui uma grande área de entretenimento, a Rua Carioca, e uma praia olímpica privativa de uso dos atletas visitantes.

A Região Barra irá sediar cerca de 50% das competições dos Jogos Rio 2016. O Rio Centro será palco de quatro competições olímpicas e duas Paraolímpicas, tendo a Vila de Mídia logo ao lado. Basta atravessar a rua para encontrar os centros de imprensa, rádio e TV, e o Parque Olímpico, que receberá dez competições olímpicas e onze Paraolímpicas.

O Centro Olímpico de Treinamento, um legado que teve início nos jogos Panamericanos Rio 2007, será um local de formação esportiva e treinamento de primeira linha para atletas de 22 modalidades. Ele será o primeiro deste gênero na América do Sul. Também no Parque Olímpico se encontra o primeiro dos quatro palcos com transmissão ao vivo dos jogos e grandes atrações musicais, que promoverão a celebração do esporte em cada uma das regiões.

Uma nova autoestrada com seis faixas ligará a Barra a Deodoro, que será palco para o hipismo, em um cenário fantástico. Esta região também receberá esportes como o pentatlo moderno e a esgrima, enquanto as provas de tiro esportivo acontecerão nas proximidades.

O principal legado para a região de Deodoro será o Parque Radical, uma instalação voltada para os nossos jovens, como mountain bike, BMX e canoagem slalom.

No Estádio Olímpico João Havelange, construído para os Jogos Rio 2007 e um dos mais modernos do mundo, o público irá vibrar com as provas de atletismo.

Próximo dali, o lendário Estádio do Maracanã será sede do futebol e, também, das inesquecíveis cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos celebradas com toda a paixão do nosso povo.

Logo ao lado, temos o Ginásio do Maracanazinho, que irá sediar o voleibol.

O tiro com arco, assim como a partida e a chegada da maratona, estarão repletos com o espírito carioca e acontecerão no sambódromo, palco do maior espetáculo da terra, o Carnaval do Rio.

Na região de Copacabana, as provas de vela irão acontecer na Marina da Glória, tendo como pano de fundo uma cidade vibrante e o famoso Pão de Açúcar.

Ao longo da bela Baía de Guanabara, os cenários de ciclismo de estrada, marcha atlética e maratona serão um dos mais belos já vistos.

Por toda a cidade a paixão dos fãs brasileiros será contagiante, mas é nas areias de Copacabana que este espírito irá tomar vida durante o voleibol de praia. Ao longo da areia, multidões irão se reunir para assistir o triatlo e a maratona aquática.

O remo e a canoagem terão lugar na Lagoa, no belo e deslumbrante coração da cidade, aos pés do Corcovado.

Imaginem as cenas de tirar o fôlego que irão fascinar espectadores de todo o mundo. Tudo isto no lugar em que a paixão das pessoas torna todos os eventos inesquecíveis. Os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 irão transformar a cidade, inspirar nossos jovens e dar energia para os movimentos olímpico e paraolímpico por muitas gerações.

Venha se juntar a nós no Rio de Janeiro e viva sua paixão.

Rio 2016.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Bom, esse é um resumo da apresentação técnica e, agora, nós vamos à dimensão dos jogos, o seu orçamento. Está fazendo apenas a transição de um cenário para o outro. Os aros olímpicos.

É importante, são números de registro, eu dizia aqui ao Presidente Collor que essa apresentação nós já deixamos gravadas aqui para a comissão, tanto os vídeos como a apresentação. Nós vamos organizar, é importante ver, são 28 campeonatos mundiais numa só cidade em 17 dias. Nós abrimos a porta dos jogos com 200 mil credenciais, sendo esse número de 21 mil e já mudou para 40 mil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): De jornalistas?

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: É, de jornalistas. Temos entre 60 e 70 mil voluntários, 10.500 atletas de 205 países. Trabalharemos com 14 mil veículos oficiais, e o número de ingressos vai a seis milhões e meio e 220 países têm acesso a mais de cinco mil horas de transmissão ao vivo, que aconteceu em Pequim. É o maior volume de vendas de direitos, uma quota que o Comitê Olímpico Internacional tem de patrocínio de 120 milhões de dólares, e o volume de direitos de transmissão, eles alcançam em torno de quatro bilhões de dólares. Isso é o Comitê Olímpico Internacional que recebe. Deixar claro, que seria ótimo se fosse o Comitê Organizador. Passamos ao próximo.

Orçamentos. É importante frisar que existem dois orçamentos: um é o orçamentário Rio 2016, que é do Comitê Organizador, que eu tenho a honra de presidir, e o outro é da APO – Autoridade Pública Olímpica, que será responsável pelas obras de infraestrutura e construções e da área de segurança dos jogos, formada essa autoridade por um consórcio interfederativo do governo federal, do governo federal estadual e do governo municipal, numa modelagem igual ao que foram os Jogos Olímpicos de Sydney e o que vão ser o de Londres. Vamos para passar aos orçamentos.

O orçamento do Rio 2016, que é a organização, são 2,8 bilhões de dólares, e aí tem a distribuição: os 24% dos governos, distribuído em partes iguais pelo governo federal, estadual e municipal. O Comitê Olímpico Internacional, ele nos dá uma quota parte dos direitos de televisão e programas de patrocínios, que está na ordem de um bilhão de dólares. Vamos em frente.

Essas são as principais despesas em números absolutos. Em nenhuma delas, elas têm construções e obra de infraestrutura. Porém, elas têm todas os setores vitais da organização dos jogos. Próximo.

Nós vamos ao orçamento da infraestrutura da Autoridade Pública Olímpica. Então V. Exas. poderão notar que em andamento são 34%, já estão em andamento, nós temos planejados 35%, os adicionais 27% e a parte operacional em 5%. Nas obras em andamento nós temos melhorias em aeroportos. Eu queria, Presidente Collor, fazer uma menção muito especial a uma preocupação nossa, a questão dos aeroportos. É uma preocupação que o Comitê Olímpico Internacional já nos transmitiu, ela é enorme. Eu sei que temos uma Copa do Mundo antes e outros aeroportos também no Brasil e os Jogos Olímpicos. Eu apenas queria dizer de que para os Jogos Olímpicos Rio e São Paulo são vitais e, como estão hoje, eles dificilmente vão atender. Eu sei que são obras de infraestrutura, obras de construções, obras de melhoramentos, eu sei que isso é uma das partes mais importantes e que a nossa preocupação reside(F) dentro disto.

Então eu queria deixar isso registrado, de que nós temos ainda alguns anos pela frente, mas sempre esses anos, eles nos preocupam, que aperta o coração, porque esse tempo de modificação, ele é muito grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Nós teremos inclusive, sem querer interrompê-lo--

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --mas já temos agendado, inclusive a última audiência deste ciclo é para tratar exatamente da infraestrutura aeroviária do País com vistas ao atendimento, dentre outros eventos, sobretudo as Olimpíadas 2016 no Rio de Janeiro.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Maravilha. E agradecemos muito, penhoradamente, e eu sei que o Comitê Olímpico Internacional, que virá em maio, vai nos questionar e nós vamos trabalhar em conjunto. Eu quero dar ao Comitê Olímpico Internacional, se V. Exa. me permite, quando tiver essa parte, transmitir um resumo do resultado do que aqui foi tratado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, o senhor me permite um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria partilhar essa preocupação, mostrada pelo Dr. Carlos Nuzman, e fazer um desafio aqui a V. Exa., Presidente Collor. V. Exa., que é um senador brilhante, tem sempre demonstrado ser um excelente executivo. V. Exa. não poderia, aqui da Comissão de Infraestru-

tura, fazer um organograma e cobrar do executivo as obras e o organograma para os aeroportos do Brasil? Eu faria um apelo a V. Exa.: V. Exa. que vai fazer esse seminário, convocasse os responsáveis pelos aeroportos do Brasil, que eles apresentassem ao Congresso Nacional, à Comissão de Infraestrutura, presidida por V. Exa., o cronograma, e cobrasse, porque realmente é o setor sobre o qual eu tenho as maiores dúvidas e o maior temor. Mas nas mãos aqui no Presidente da Comissão de Infraestrutura eu acho que isso seria um grande passo para que pudéssemos cobrar as ações nessa área.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Ministro Francisco Dornelles. A sua sugestão tem uma excepcional acolhida por parte desta Mesa, desta Presidência, e por cada um dos membros desta comissão. Eu pediria, desde já, à minha assessoria, à nossa assessoria, que providenciasse para que nós tivéssemos esse cronograma de investimentos a serem feitos na parte aeroviária do País com vistas ao atendimento da enorme demanda que se apresentará, com vistas a eventos deste porte, como os Jogos Olímpicos em 2016 no Rio de Janeiro.

Muito obrigado a V. Exa., Senador Ministro Dornelles, pela sugestão e pelas generosas palavras.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Magnífica, eu só tenho a agradecer a ambos.

Bom, eu queria apenas fazer um registro importante das planejadas. Nós temos já em andamento, eu casaria essas duas pelo tempo que essa aqui foi apresentada, duas obras magníficas: uma que é o metrô da zona sul à Barra, que o Governador Sérgio Cabral, com aquela sua demonstração de eficiência, de coragem, que já está em andamento, já foi aberta, e isso realmente é um registro fantástico, deixar os agradecimentos ao Governador Sérgio Cabral, e também a Transcarioca, que é a antiga T-5, ligando a Barra, vai até o aeroporto, que a prefeitura, o Prefeito Eduardo Paes está fazendo, também já em breve dar início.

Então eu acho que isso são partes importantes, mas não se esquecendo(F) a todos o valor, Presidente Collor, isso que eu queria, de 11 bilhões e 600 milhões de dólares para as obras de infraestrutura e de construções.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Qual a origem desses recursos?

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: A origem, elas serão do governo federal, basicamente, tem a parte do governo estadual e municipal aonde couber, mas é essa Autoridade Pública Olímpica que estará estabelecendo nesse consórcio interfederativo, do qual o Comitê Organizador não faz parte, mas eles farão pelas entregas que devem ter. Eu queria passar ao próximo slide.

Novas áreas de construção permanente. Nós estamos falando em 2 milhões e 700 mil m² de obra e de construções temporárias perto de um milhão de m². Então nós estamos falando em números expressivos que realmente dão uma demonstração que é a felicidade do trabalho da Comissão que V. Exa. preside com o que nós estamos trazendo e participando hoje dela. A próxima, por favor.

Impacto estimado dos jogos no País. Como exemplo: para um real gasto no Panamericano de 2007, o retorno de impacto foi de 2.1 reais, o dobro ou um pouco mais. Fontes: Fundação Getúlio Vargas e o Ministério do Esporte. Cerca de 100 delegações estarão utilizando cidades brasileiras para aclimatação. São 205 países que estarão vindo. A promoção dos destinos turísticos brasileiros para cerca de 300 mil visitantes. Isso aqui é o trabalho que está sendo feito com o Ministério do Turismo. E a promoção do País para uma audiência global de televisão que nós mencionamos. Isso é um resumo de um impacto, que ele é muito maior e que o Ministério do Esporte está fazendo, que está trabalhando conosco, e está fazendo um trabalho para fazer uma demonstração mais detalhada deste impacto que nós teremos. O próximo.

A necessidade da mão de obra, que eu me adiantei. Porém, ele atinge áreas importantes que são – por favor – as terceirizações. Vejam quantos movimentos de trabalho que teremos, nos quais o Comitê Organizador e a APO não estão interligados, uns sim e outros não. E aqui tem um *menu* daqueles de um bom cardápio aonde nós estaremos vendo essas ações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Necessidade mão de obra.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Necessidade de mão de obra. Então quando a gente fala de mão de obra, aliás, é uma necessidade que ela não é só da construção civil, nós estamos falando dessa globalização de setores de trabalho que nós teremos. O próximo.

É a força de trabalho, da mesma forma para a contratação de profissionais em todas essas áreas. Eu queria deixar um dado impressionante: nós temos hoje no comitê organizador perto de 50 pessoas. Nós vamos chegar a 2016 com quatro mil. Então é uma empresa que em seis anos, ela cresce de 50 a 4 mil. Estamos falando do Comitê Organizador, eu não estou falando dos setenta mil voluntários, não estou falando das terceirizações e forças de trabalho que vão correr paralelo a tudo o que nós temos que entregar dos Jogos Olímpicos. São números realmente expressivos.

Eu queria, antes de encerrar, fazer um registro importante. Na campanha de 2016 nós tivemos uma das maiores demonstrações de ações que cada ente responsável pelos seus governos fez: o Presidente Lula, o Governador Sérgio Cabral, o Prefeito, Ministro, Presidente do Banco Central, mas houve um momento em que se punha em dúvida essa campanha, essa candidatura, que era a questão de segurança. O Governador Sérgio Cabral tomou uma decisão de ser o mais transparente possível e falou abertamente das questões de segurança, dos problemas do Rio de Janeiro e o que ele ia fazer. Isto impactou fortemente aos eleitores. As perguntas não foram tão profundas pela maneira apresentada e hoje o trabalho desenvolvido na área de segurança do Rio repercute no Comitê Olímpico Internacional de uma maneira enorme, tanto é que a Presidenta da Comissão de Coordenação visitou já duas comunidades onde foram implementadas essas UPPs, de uma maneira e com um resultado muito grande. Eu queria deixar esse registro porque é um registro que traz uma preocupação ao mundo inteiro. Cada vez mais o mundo nos requer e nos solicita e a resposta tem sido positiva.

Mas eu gostaria, Exmo. Sr. Presidente Collor, de lhe dizer o seguinte: esta apresentação é uma apresentação do projeto feito em Copenhague. Alguns avanços foram trazidos. É que o tempo é muito pequeno, mas eu queria me colocar a disposição de V. Exa., o Comitê Organizador Rio 2016, para quantas vezes forem necessárias voltar aqui e poder trazer o andamento do que está acontecendo, o andamento da organização dos jogos, das suas necessidades, das suas carências e daquilo que nós estamos já entregando e estamos em andamento. É um quadro extraordinário, o Comitê Olímpico Internacional tem um *Master Plan* mês a mês, desde o dia que ganhamos até o dia que começarão os Jogos Olímpicos. Mês a mês se sabe o que vai acontecer e o que eles estão cobrando.

Então eu terei aqui uma honra muito grande de poder voltar e trazer ao Senado Federal, em especial a esta comissão, tudo aquilo que for necessário para engrandecer o que o Brasil espera dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paraolímpicos em 2016, sabendo que esse repertório, ele é muito grande.

Deixar também a V. Exa., quer dizer, um pedido no sentido de que eu acho que valeria uma apresentação desse projeto ao Plenário do Senado Federal. Eu acho que há questões que envolvem diversas Comissões e que poderão, eu acho, que o corpo de Senadores da República poderem ter essa ideia, Senador Ministro Francisco Dornelles, eu acho que seria muito importante do momento em que o País inteiro está mobilizado com relação a esta conquista.

Eu queria ao encerrar, como disse a V. Exa., eu vou ter de voltar ao Rio porque eu tenho uma assembleia amanhã de prestação de contas e eu não posso faltar. Aliás, eu tenho quatro assembleias amanhã, estava programado.

Então eu queria, se V. Exa. me permitir, ao encerrar eu também poder me retirar, mas eu acho que eu estou melhor representado ao Presidente Havelange e ao nosso Bernard Rajzman, que é um dos maiores valores. Eu sempre digo que o Bernard é o mais importante jogador de voleibol da história do voleibol brasileiro. Ninguém fez mais do que ele. Só a Jornada das Estrelas até hoje corre o mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É verdade, é verdade.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Então ele tem uma marca para o resto da vida que nos orgulha e feito pelo Brasil. Eu queria agradecer muito a essa oportunidade.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Ex-Presidente, eu poderia fazer algum questionamento, um minuto só?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por favor. Senador Ministro Dornelles com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O investimento total, o cálculo dos investimentos que são necessários para essa Olimpíada, qual é a participação do setor privado?

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Ele tem aqui, eu vou lhe dar.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O percentual.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Tem, é muito simples. Eu lhe dou o setor privado: ele está na ordem de 45% no Comitê Organizador. Aonde a Autoridade Pública Olímpica entrar, aonde poderão existir PPS ou correlatas eu não tenho, até porque esses projetos ainda estão em fase de andamento, mas do Comitê Organizador praticamente vão quase à metade. Mas é importante essa sua pergunta, porque ela dá uma demonstração... E eu queria deixar registrado com essa pergunta que o senhor fez o seguinte: no ano de 2010 o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos não vai pedir nenhum recurso público ao País. Nós vamos trabalhar com os recursos que nós temos e de um adiantamento que nós vamos receber do patrocínio do Comitê Olímpico Internacional.

Então eu digo isso de boca cheia, senador, porque realmente é um dado extraordinário, pela primeira vez poder acontecer, e esperando que quando também pedir, eu venha aqui e eu diga que vou pedir [risos],

mas esse é um dado importante na construção da organização dos jogos.

Muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Carlos Arthur Nuzman pela sua explanação.

Nós verificamos objetivamente aqui dois pontos que dizem respeito diretamente a esta Comissão e às audiências públicas que estamos ora realizando: a primeira delas é a necessidade enorme de atendermos com mão de obra qualificada a esse evento. Nós estávamos muito infocados na questão do pré-sal, do que o pré-sal poderia e haverá de gerar em termos de empresas e de indústrias ao seu redor, na própria PETROBRAS a necessidade que ela terá de requalificação de mão de obra, qualificação de mão de obra, novos técnicos adaptados a novas tecnologias, readaptação. Mas também não perdemos de vista esses eventos que estarão sendo realizados no Rio em 2012 já agora, daqui a dois anos, a Rio + 20, que é a realização da Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento em 2012, em 2014 a Copa do Mundo e em 2016 os Jogos Olímpicos. E aí estão algumas das profissões que estarão sendo demandadas, por exemplo, pelo Comitê Olímpico Brasileiro para a realização da Olimpíada de 2016: advocacia, arquitetura, especialistas em eventos, médicos – no campo da saúde, alimentação, nutricionistas e outros; segurança, vestuário, transporte. Vejam a miríade de profissões e de atividades que estão abertas aos jovens que hoje estão se preparando para ingressar nas universidades.

Eu acho que é este o momento de visualizando, como disse para usar a expressão do Dr. Nuzman, nesse cardápio, nesse *menu*, verificando isso os jovens podem chegar a dizer o seguinte: "Bom, eu vou escolher uma dessas porque eu tenho certeza que encontrarei um local no mercado de trabalho em que estarei abrigado, em que poderei desenvolver o que aprendi nos bancos escolares". Essa é uma preocupação fundamental que hoje tem a Comissão de Infraestrutura e que diz diretamente respeito àquilo que nós aqui estamos tratando. A infraestrutura brasileira, ela não poderá avançar, ela não vai avançar somente com o cimento, com o concreto ou com máquinas se nós não tivermos pessoas, seres humanos qualificados para fazer esta operação. E o segundo ponto que foi tratado aqui em relação à questão da segurança. Lembro-me muito bem e os senhores também, puxando um pouco pela memória poderão se recordar, do evento Rio 92, que foi a Segunda Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro também à época se encontrava às voltas com problemas de segurança e durante os quinze dias em que lá compareceram, estiveram presentes representantes de 182 países, Chefes de Estado e/ou Chefes de Governo com as suas respectivas delegações, nós vivemos no Rio de Janeiro quinze dias como há muito não tínhamos experimentado. Passeando pelas ruas tranquilamente, na Avenida Atlântica, por Ipanema, pelo Leblon, enfim, o Rio de Janeiro recuperando o seu amor próprio, a cidade limpa. E isso, diga-se do mérito que tem desse acontecimento, dessa segurança que foi trazida, as Forças Armadas Brasileiras, que estiveram trabalhando em conjunto com os nossos diplomatas do Ministério das Relações Exteriores, mas que fizeram um trabalho de absoluta competência. E já existe esse *know how*, já existe este *know-how* de que o Governador Sérgio Cabral e as autoridades do Executivo do Rio de Janeiro poderão, sem dúvida, se valer para dar este clima de tranquilidade e segurança aos atletas e a todos aqueles que acorrerem à realização dos Jogos Olímpicos em 2016.

Portanto, muito obrigado ao Dr. Nuzman. As suas solicitações aqui estarão tendo o acompanhamento atento de todos os membros desta Comissão e o Senador Ministro Francisco Dornelles e eu iremos subscrever um ofício, iremos entregar nas mãos do Presidente do Senado, se S. Exa. o Sr. Senador Ministro Dornelles concordar, a solicitação de uma realização de uma Sessão no Plenário do Senado da República para que o conjunto do Senado tome conhecimento dessas carências, das necessidades, dos oferecimentos, enfim, colocar o Senado da República e o Congresso Nacional dentro dessa grande discussão, porque este é um evento que vai dignificar o nosso País e vai elevar o nome do Brasil a níveis, a alturas ainda maiores do que hoje nós já alcançamos.

Muito obrigado a V. Exa., faça uma boa viagem e tenha boas reuniões no dia da manhã.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Muito obrigado, Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Enquanto aguardamos a saída do Dr. Nuzman, eu tenho a satisfação de passar a palavra ao Dr. Mário Augusto Lopes Moysés, Secretário-Executivo do Ministério do Turismo.

SR. MÁRIO AUGUSTO LOPES MOYSÉS: Eu queria cumprimentar o Exmo. Senador Fernando Collor, presidente dessa Comissão, o Dr. João Havelange, como foi bem dito ali na apresentação, em que todos comemoraremos os 100 anos, o centenário do Dr. João Havelange nos Jogos Olímpicos de 2016, o Bernard, que tem toda uma história no esporte. Aqui todos de uma maneira ou de outra são esportistas, alguns com história no esporte militante e outras por valorizarem

pessoalmente a importância que tem o esporte na formação do indivíduo, da cidadania e de uma Nação. Eu queria cumprimentar o Senador Francisco Dornelles e a todos os presentes.

Em nome do Ministro Luiz Barreto, o Ministro Luiz Barreto hoje está no Rio de Janeiro com o Prefeito Eduardo Paes discutindo questões a respeito do turismo, que teve alguns impactos devido às recentes chuvas no Rio de Janeiro e, também, algumas questões relativas à hotelaria do Rio de Janeiro, que é uma questão muito importante não só para a Copa do Mundo, quanto para os jogos e, especialmente, para os Jogos Olímpicos de 2016, quando a demanda vai ser muito concentrada.

Eu vou fazer uma apresentação aqui rápida das ações do Ministério do Turismo com vistas à Copa de 2014 e, depois, colocar os desdobramentos que seguem em direção a 2016, aos Jogos Olímpicos.

O Ministério do Turismo, dentro das tarefas do governo federal, ele coloca como eixos estratégicos da sua atuação na preparação da Copa de 2014 e depois também para os Jogos Olímpicos de 2016, desde agora: a promoção e imagem do Brasil no exterior como destino turístico, que é feita pela EMBRATUR, que desde a criação do Ministério do Turismo, em 2003, se ocupa exclusivamente da promoção do Brasil no exterior; a capacitação e qualificação profissional de trabalhadores da cadeia do turismo – mais tarde eu vou mostrar uma lista de atividades que é importante se trabalhar na capacitação – e também de empresários e gestores públicos, porque nós consideramos que a qualificação de gestores, ela no fim viabiliza a qualificação dos trabalhadores, porque se não houver uma firme convicção dos gestores, sejam públicos ou privados, da necessidade de qualificação, você não consegue levar à frente com sucesso programas dessa natureza; a hotelaria, que é uma atividade do setor privado, mas que o setor público, os bancos públicos e os bancos privados também podem estabelecer mecanismos de fomento, que eu vou explicar mais adiante; e a questão da infraestrutura de destinos turísticos, através de acessos, sinalização, desenvolvimento de atrativos e outros investimentos.

Esses eixos, eles se desdobram também até os Jogos Olímpicos de 2016 com uma concentração especial na Cidade de Rio de Janeiro. Eu queria aqui fazer uma observação: embora a Copa seja do Brasil e vá se desenvolver em 12 cidades-sedes e os Jogos Olímpicos sejam no Rio de Janeiro e vão influir em algumas outras sedes por causa da competição do futebol, o efeito para o Brasil é um efeito global. Para o turismo no Brasil, a atração de turistas estrangeiros para visitar o Brasil, nós temos de fazer um trabalho no âmbito do Ministério do Turismo não apenas nas cidades-sedes ou no Rio de Janeiro, mas em todos os principais destinos turísticos brasileiros. Nós vamos ver mais adiante um programa de intervenções do Ministério do Turismo sobre essa questão. Pode ir adiante.

Promoção e imagem. A nossa estimativa de investimentos da EMBRATUR ao longo dos próximos anos é de cerca de 90 milhões de dólares. Esse ano agora, em 2010, pela primeira vez a gente está atingindo a possibilidade desse nível de investimento. Foi feita uma discussão com o Ministério do Planejamento e a peça orçamentária, o Projeto de Lei Orçamentário apresentado ao Congresso em 2009 para a aprovação, que foi aprovado, ele ampliou em cerca de 60% o orçamento da EMBRATUR, os congressistas compreenderam essa importância e aportaram recursos. Esse trabalho de promoção e imagem busca mostrar um País que não só tem extraordinárias riquezas, belezas naturais e riqueza cultural muito diversificada, mas também um País moderno, que tem indústrias de ponta, que tem tecnologia, que tem qualidade de serviços, de atendimento e, portanto, é um País que pode, vamos dizer, atrair turistas de todo mundo. Esse aspecto da qualidade dos serviços e de mostrar um País que é moderno, que é muito importante para um turista hoje, porque hoje o turista pode ir ao lugar mais inóspito do mundo, mas ele quer ter acesso à internet, ele quer estar ligado com o mundo de diferentes formas, quer mesmo às vezes numa pequena pousada uma qualidade de serviços compatível. Então nós consideramos que a projeção dessa imagem de País é uma tarefa que nós temos de nos colocar com muita concentração. E ela vai começar logo agora, no apito final da Copa do Mundo de 2010. Nós não podemos fazer uma promoção turística do nosso País, como sede da Copa do Mundo de 2014, a não ser num momento de terminada a Copa da África. E, justamente por isso, na África do Sul, no último dia ou um dia antes do último dia da Copa, vai ser lançada a campanha de promoção do Brasil no exterior, uma campanha que vai atingir todas as televisões mundiais, veículos de internet, YOUTUBE, o GOOGLE, uma campanha bastante abrangente chamando as pessoas a conhecerem o nosso País.

O filme publicitário dessa campanha, ele será feito, está sendo feito já pelo Fernandes Meirelles, o mesmo cineasta e diretor que brilhantemente fez o filme que teve um papel muito importante na escolha do Brasil, que foi uma das peças, é evidente que o projeto era o mais importante, mas o filme, pela sua qualidade, pelo apelo emocional à capacidade de transmitir, vamos dizer, o que podem ser os Jogos Olímpicos no Brasil, ele teve um papel naquela apresentação

e o Fernando Meirelles, nós temos certeza, que vai produzir um ótimo filme de promoção do Brasil para a Copa de 2014. Nós teremos na África do Sul uma Casa do Brasil em parceria com o Ministério do Esporte, a APEX e a FINEP, mostrando as 12 cidades-sedes dos jogos da Copa, mostrando justamente essa diversidade do Brasil da produção cultural, da beleza natural, da tecnologia, todos os elementos de formação da cultura e do destino turístico brasileiro. Então nós esperamos que nos próximos anos a exposição que o nosso País vá ter no exterior é, vamos dizer, uma oportunidade que não pode ser desperdiçada. O Dr. João Havelange, o Bernard e todos aqui devem saber que há histórias de sucesso e histórias de não tão grande sucesso quando se cedia eventos desse porte, como Copa do Mundo e Jogos Olímpicos. Nós queremos ser uma história de sucesso e para isso a gente precisa trabalhar, ela não cai por gravidade no nosso colo, o aproveitamento dessa situação.

Então nós vamos fazer um trabalho, com a preocupação de um trabalho bastante profissional, planejado. A EMBRATUR já formulou um plano de promoção turística do nosso País até 2020 com metas a serem cumpridas e com objetivos não só de trazer turista para o Brasil como também de trazer recursos, divisas em moeda estrangeira, o que é muito importante para o nosso País.

Na capacitação e qualificação profissional nós estimamos um investimento da ordem de 110 milhões/ano. Mais adiante eu vou mostrar as principais ações previstas.

Na hotelaria o nosso foco não está somente na construção de novos hotéis. Por exemplo, para a Copa há cidades que necessitam de mais vagas de hotéis e há cidades que não têm tanta necessidade. E mais do que tudo, na verdade o tamanho de uma rede hoteleira, ele não vai ser balizado pelo momento do evento, porque ninguém vai construir um hotel para atender o pico do evento e depois não ter sustentação financeira, de modo que o que nos importa mais é ter um crescimento em função da demanda, que hoje já existe no Brasil, bastante aquecida, a hotelaria atende tanto turistas estrangeiros quanto turistas brasileiros e o setor de negócios que demanda muito da hotelaria. Portanto, nós temos uma preocupação muito grande em fomentar investimentos onde for necessário para novos hotéis e, também, principalmente, para renovar hotéis. Nós vamos pegar várias cidades brasileiras que têm hotéis em localizações extraordinárias, mas que, no entanto, necessitam de muitos investimentos e de renovação. Então há uma preocupação nas linhas de investimentos que nós ajudamos a construir a ter recursos para renovação do parque hoteleiro, para a reforma de hotéis, para a qualificação do nosso parque hoteleiro.

Na infraestrutura o nosso principal programa de investimento é o PRODETUR, um programa que combina recursos de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e agora, também, da Corporação Andina de Fomento, com recursos do Ministério do Turismo. Por que recursos do Ministro do Turismo? As operações do BID e também da CAF normalmente exigem do estado ou do município que toma recurso uma contrapartida. Essa contrapartida, no caso dos estados, é de 40% do projeto, ou seja, se houver um pacote de 100 milhões de obras planejado, 60 milhões são financiados pelo BID e 40 milhões são de contrapartida do estado. O Ministério do Turismo tem um compromisso de suprir integralmente a contrapartida dos estados. Portanto, 40% do valor de todas as obras, do pacote de obras, será suprido com recursos do Ministério do Turismo. No caso das cidades, dos municípios, essa contrapartida é até mais elevada, é 50% e 50%. Então para cada um real de empréstimo, o Ministério do Turismo aportará em recursos do Tesouro também um real.

Além disso, nós temos um programa de infraestrutura que também tem mais recursos, inclusive com a colaboração do Congresso Nacional, há emendas de bancada do Congresso Nacional que tem aportado recursos importantes em obras no Ministério do Turismo. Recentemente, eu acho que há coisa de uma semana, o Ministro inaugurou duas pontes importantes em Sergipe e no Piauí, que dão acesso no caso de Sergipe à região sul, ao sul de Aracaju, e outras obras estão previstas. Nós estamos trabalhando a duplicação da SE-040, que liga Fortaleza a Aracati, a região de Canoa Quebrada, duplicação da Estrada da Pipa. Há um elenco de obras em que nós vamos ou já estamos ou iremos participar. No Rio de Janeiro, em particular, além do projeto do Porto Maravilha, da recuperação da região portuária, que é o nosso principal foco de investimento, de colaboração com relação ao projeto olímpico na infraestrutura, nós também faremos investimentos em estradas, como a estrada de Parati e Cunha, na região da Serra dos Órgãos, na região de Visconde de Mauá. Há uma série de regiões do Rio de Janeiro que com certeza tanto na Copa do Mundo quanto nos Jogos Olímpicos atrairão os turistas. Os turistas, em muitos casos, não ficarão localizados apenas no local do jogo. Muitas vezes eles preferirão ficar em locais afastados. O Rio tem uma ótima oferta, vamos dizer, de lazer, de beleza para quem ficar no Rio, mas há cidades em que a gente tem certeza que muitos turistas preferirão ficar em outra locação e depois se deslocar para assistirem os jogos.

Como eu já estava dizendo, há um trabalho de elaboração de conteúdo e de uma estratégia de divulgação do País. Esse trabalho, ele é discutido com o Ministério do Esporte, a SECOM, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio através da APEX também, o Ministério das Relações Exteriores. Pode seguir adiante.

Só dando uma informação, além dos instrumentos... A Casa do Brasil na África do Sul também será o local, nós estamos terminando todos os arranjos, em que será lançado o logo oficial da Copa de 2014. Vai ser montado um auditório pela FIFA dentro do espaço da Casa Brasil, que fica num local muito adequado em Joanesburgo, e três dias, eu acho, três ou dois dias antes do final da Copa o logo oficial será lançado na Casa do Brasil.

Aqui um ciclo da exposição que o País terá ao longo dos próximos anos.

Aqui o nosso planejamento em 2009, com o Plano Aquarela 2014 – e que depois, com a vitória do Rio de Janeiro, nós estendemos o plano até 2020. A partir de 2010, no segundo semestre, terminada a Copa, a gente tem uma estratégia agressiva de promoção do País. Depois, naturalmente, você tende modular a sua intervenção de promoção, porque há um certo deslocamento de interesse para os Jogos de Londres, o que não quer dizer que nós vamos arrefecer a promoção turística do País, mas o peso com que você usa a Copa, a estratégia de comunicação, como você trabalha nos mercados, ela se altera. E de 2012 até 2016 a atenção vai estar totalmente concentrada no Brasil. Primeiro com a Copa do Mundo e, depois, com os Jogos Olímpicos.

Qual é o objetivo? O objetivo não são os eventos. Na verdade, nós temos de ser capazes de aproveitar dos eventos para mais vinte anos ou trinta anos, colocar o Brasil num patamar diferenciado do que ele tem hoje como destino turístico internacional. O nosso País ainda é muito desconhecido no mundo ou às vezes conhecido por estereótipos do samba, do futebol, do Carnaval. Mas todo estrangeiro, nós sabemos, que visita o nosso País fica muito surpreso quando conhece as nossas cidades, quando conhece o nosso povo, quando conhece a qualidade de instalação que são oferecidas aqui para os turistas e a diversidade da nossa cultura. Seguindo adiante.

Na capacitação profissional nós temos uma meta até 2014 de qualificar cerca de 306 mil profissionais que estão ocupados ou estarão ocupados no setor, incorporar oito mil jovens que sejam beneficiários do Programa Bolsa-Família, que nós queremos integrar no emprego dentro do setor. A fonte de recurso: Orçamento Geral da União. Aqui está o mapa da cidade-sede, ali em vermelho. Em azul o que a gente chama de sessenta e cinco destinos indutores do turismo brasileiro, os destinos turísticos mais importantes do nosso País. Pode seguir adiante.

Os programas que nós desenvolvemos até agora, que estão delineados até agora. Há um guarda-chuva geral de programas de qualificação, que tem o nome de Programa Bem Receber Copa, e seu desdobramento em ações. Um programa na área de qualificação em inglês e espanhol para a recepção de turistas, que é o Programa Olá Turista, cujo desenvolvimento foi feito em parceria com a Fundação Roberto Marinho e que usa um sistema de ensino à distância. É um inglês instrumental, não é um inglês de uma escola de inglês ou de alguém que vá ficar vários anos estudando inglês. Agora ele também tem módulos para que aquela pessoa que vá se desenvolvendo possa progredir no domínio da língua. Ele já está em andamento, já foi lançado em seis cidades e esse programa já está em andamento no momento. Nós, como eu disse antes, vamos trabalhar muito a qualificação da gerência média do turismo, em especial os pequenos e micro empresários, que têm uma importância bastante grande na nossa cadeia produtiva. Há programas já em curso no Ministério de qualificação nessa área. Profissionais que terão contato direto com torcedores. Nós imaginamos cerca de 300 mil vagas para profissionais que terão contato direto. E os projetos serão organizados, desenvolvidos em parceria com as grandes entidades do setor privado do setor de turismo [soa a campainha]: a BH(F) e outras. Seguindo adiante.

Aqui estão alguns dos profissionais: garçons, auxiliares, ambulantes, pessoal de locadoras de autos, setor de transporte, agentes receptivos dos meios de transporte, entretenimento e eventos, atrativos turísticos e na área de segurança pública também.

Para encerrar – pode seguir adiante -, na hotelaria as linhas de crédito já estão disponíveis, o BNDES lançou uma linha agora no início do ano de um bilhão de reais para reforma, ampliação e construção de novos hotéis. O BNDES operava com prazos só de seis a oito anos para financiamento no setor e estendeu esses prazos para 10 a 18 anos, com taxas de juros muito competitivas. E, também, ampliamos os recursos oferecidos pelos fundos constitucionais, através do Banco da Amazônia, Nordeste e Banco do Brasil, para até 20 anos em volume de 700 milhões de reais. Na área de financiamento e capital de giro, uma linha do FAT de 200 milhões, já que está em operação e que vai ser ampliada na medida da necessidade.

E, por fim, no caso do PRODETUR, eu vou passar rapidamente, os valores estimados são de dois bilhões de dólares em empréstimos e mais de um bilhão de

dólares quando for concluída toda a locação, os projetos dos estados, em contrapartida do Ministério do Turismo. Pode passar rapidamente.

Essas são as principais obras que nós fazemos: patrimônio histórico, acesso, terminais rodoviários, arenas multiuso, centro turístico multiuso, urbanização, etc. Seguindo adiante.

Os estados, os pleitos que eles têm apresentados, muitos deles já têm consultas aprovados na COFIEX. Pode seguir adiante.

Têm cidades também que já apresentaram os projetos e que ainda estão sob aprovação. Pode seguir.

Aí o andamento dos recursos que O Ministério colocou nos últimos anos. Vejam que houve um crescendo muito forte a partir de 2007, quando nós nacionalizamos o PRODETUR, que se tornou um programo nacional. Antes ele era fixado mais no Nordeste, o PRODETUR no Nordeste.

E, para terminar, um elenco muito rápido de algumas obras que estão colocadas aí por região: urbanização da Ponta Negra em Manaus, recuperação de edificações no sítio histórico. Pode seguir rapidamente.

Aí no caso Salvador. Pode seguir.

SE-040, Ceará, várias obras.

Recife.

Essas são as que são com a contrapartida do Ministério do Turismo, não são ainda as obras do empréstimo. Essas daqui, o Ministério do Turismo já está adiantando as contrapartidas. Até com um ano e meio de antecedência a gente pode incorporar obras que vão valer como contrapartida aos empréstimos. Seguindo adiante.

Eu só vou até o Rio de Janeiro. Aqui o Rio de Janeiro, Parque da Bossa Nova, torre panorâmica no Caminho Niemeyer, em Niterói, intervenção em Ilha Grande, esse é o PRODETUR no Estado do Rio, e a intervenção na região portuária: Morro da Conceição, drenagem na Avenida Venezuela, uma intervenção ali na região também, os galpões culturais na Gamboa, revitalização da Praça Mauá.

Segue adiante, fica à disposição da comissão o elenco de obras que, até o momento, estão planejadas para andamento com recursos do Ministério do Turismo.

Eu agradeço o convite para o Ministério, o Ministério está sempre à disposição dessa Casa e do Parlamento para informar, prestar as contas que deve e acolher as sugestões e propostas, que são muito importantes, porque eu acho que é o conjunto das instituições que pode promover um melhor funcionamento da democracia e o desenvolvimento do nosso País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito grato ao Dr. Mário Augusto Lopes Moysés, Secretário-Executivo do Ministério do Turismo, Ministério esse que é fundamental para a realização e o sucesso desses eventos que serão realizados a partir de 2012, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em 2014 com a Copa do Mundo e em 2016 com as Olimpíadas no Brasil.

Passo a palavra ao Sr. Bernard Rajzman, ex-Ministro do Desporto Brasileiro e, atualmente, Presidente da Comissão Nacional de Atletas Olímpicos.

SR. BERNARD RAJZMAN: Muito obrigado, Exmo. Sr. Presidente Fernando Collor de Mello. Gostaria de saudar o companheiro Mário Augusto, Secretário-Executivo do Ministério do Turismo, saudar muito em especial o presidente, os dois maiores líderes da história esportiva desse País, o nosso grande mestre, que assim como todos os reverenciam é unanimidade mundial, Dr. João Havelange, e o meu Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, a quem tenho também imenso orgulho de desde os primórdios de quando iniciou o seu trabalho, não só como atleta, até os dias de hoje, trazendo os Jogos Olímpicos para o nosso País. Nós devemos muito a esses dois cidadãos. Gostaria de saudando os Senadores Marco Maciel, o Senador Inácio Arruda, o Senador hora ausente, Francisco Dornelles, do meu querido Rio de Janeiro, e o Senador Heráclito Fortes, que já se ausentou também, fazer um grandemente muito especial a esta Casa, a esta comissão, a todo o apoio inequívoco que todo Congresso Nacional vem dedicando e se empenhando a todos os interesses do desporto nacional.

Meu caro Presidente Collor, é um orgulho eu poder voltar a ter esse diálogo com V. Exa., pois como V. Exa. bem colocou, eu fui parte de um início de tudo. V. Exa. é pioneiro, já contém visão de desportista, como sempre o foi, da criação de um órgão que pudesse ter o esporte no seu devido lugar, no tamanho necessário para se dar uma tacada inicial. Muita gente criticou V. Exa., alguns diziam que era ousadia, que o esporte não podia deixar de ser o que era, uma parte do Ministério da Educação, que a gente sabe que é uma prioridade, a principal talvez no nosso País, o Ministério da Educação, mas o esporte como 1/30 avos daquele Ministério, nós desportistas, como V. Exa., o Dr. Havelange, o Nuzman e tantos outros aqui, sabemos o quanto foi e é fundamental em nossas formações termos vivenciado o que o esporte nos proporcionou e o quanto nós podemos, como exemplos, passarmos para a juventude, principalmente em situações que a gente vive de criminalidade, de marginalidade, de uso de drogas, e o quanto o esporte é capaz da abertura de janelas, de oportunidades para tantas e milhares de

crianças e adolescentes pelo mundo afora. V. Exa. criou a Secretaria Nacional de Esportes, ligada à Presidência da República, já com o *status* de Ministérios. Era uma Secretaria, mas o contato era direto com o Presidente da República. Foi exatamente no ano de 1990, assim que V. Exa. assumiu o seu governo, o meu querido amigo, nosso amigo Zico foi o Primeiro Secretário, grande jogador de futebol, eu então o sucedi, garoto ainda com 33 anos de idade, mas eu quero relatar algumas coisas que não posso deixar de lado para mostrar o quanto a antevisão de um desportista como V. Exa. já vislumbrava num futuro muito próximo.

V. Exa., me recordo bem, logo no início de meu pouco mais de ano e meio de mandato, mandato não, mas nomeação de Secretário Nacional de Esportes, me chamou e perguntou: primeiro que a economia do País não andava bem e que sabia que as estatais desse País tinham recursos que davam para investimentos em propaganda e por que não no esporte. Num ano que antecedia Jogos Olímpicos, por acaso a Olimpíada de Barcelona, em 1992, a economia fraca, o País com dificuldades econômicas terríveis e V. Exa. falou: "Vá nas estatais e busque recursos para que nós possamos viabilizar uma participação condigna, à altura do que o nosso País merece". Me recordo bem: Banco do Brasil, Correios e Telegráficos, Caixa Econômica, Banco do Nordeste, TELEBRÁS. Para resumir esse assunto das estatais, eu quero me ater a uma estatal e a um fato específico de um determinado esporte que ainda não tinha obtido patrocínio para que fosse aos Jogos de Barcelona. V. Exa. me determinou que eu fosse às estatais, assim o fiz e assim conseguimos tanto recursos, mas nessa específica, que eu não quer dar nomes, obviamente, me recordo que quando eu cheguei ao presidente, ele me recebeu muito bem, como todos me recebiam, e me disse que infelizmente não haveria recursos para aquele ano porque a verba de publicidade já estaria esgotada. Eu falei: "Pois não. Então, por gentileza, posso dar um telefonema para o Presidente da República?" Ele me olhou com cara de espanto e falou: "Pois não, mas quem vai falar?" "Eu vou falar, o secretário, eu vou falar com o Presidente da República". "Pois não". Telefonei, e assim como todas as vezes que o fiz para V. Exa., pode não ser na hora, mas em vinte minutos, meia hora depois, o senhor me retornava. Eu falei para o senhor, eu me recordo bem: "Presidente, tal estatal, o presidente está aqui, super solícito, mas diz que não tem recurso". "Passe-me o telefone". Foi esse diálogo, eu só ouvi assim: "Sr. Presidente, como vai o senhor? Sim, senhor. Sim, senhor. Sim senhor". Saíram dois milhões de dólares para aquele patrocínio [risos].

Então com esse fato eu quero mostrar que quando se tem vontade política, presidente, a coisa funciona. Eu aprendi muito isso com o senhor e levo desses ensinamentos, como já citei o Senador Ministro Dornelles, que é outro baluarte... É chato a gente falar das pessoas, o Marco Maciel, nosso senador querido na educação, o próprio Senador Inácio Arruda, do Ceará, meu grande amigo também, o quanto é importante essa vontade política de buscar as coisas. Por exemplo, muitos aqui já se esquecem, mas Brasília foi candidata aos Jogos Olímpicos de 2000. V. Exa. determinou que eu convidasse o presidente, então o Nuzman, que era o Presidente da Confederação Brasileira de Vôlei, para que fosse o Secretário-Executivo daquela Comissão. Era um tubo de ensaio de um início de uma vontade que surgia do País dar um passo mais largo daquela necessidade que ele viria a ter no futuro. E assim foi, obviamente, uma candidatura medíocre, que não existia recursos públicos, só privados, obtidos com gente que vinha, o Dr. João Havelange ajudou muito, tantas pessoas ajudaram, mas foi muito difícil, me recordo bem.

Me recordo também que V. Exa. dizia sempre que a educação só é plena se passar pelos campos esportivos. A criança precisa ter atividade física e esporte. Isso nunca eu vou esquecer. São ensinamentos que eu aprendi e a maior prova disso foi o que o senhor construiu pelo País afora, os CIACS, que foi exatamente um projeto, com o Senador Darcy Ribeiro, que foi uma coisa fantástica pelo País afora, onde todas as escolas públicas tinham um ginásio esportivo. Me recordo que fui a diversos deles pelo Brasil, com o maior orgulho, inaugurá-los, porque eu sei o quanto uma bola, o quanto uma rede, o quanto uma cesta, enquanto uma piscina pode ajudar, não só na descoberta de talentos que possam vir a representar o nosso País, mas também tirando esse lado da marginalidade, ocupando o espaço ocioso e fazendo uma juventude num crescimento melhor.

Culminando esse projeto, presidente, me recordo também que V. Exa. pediu para que eu fosse a Cuba estudar o fenômeno cubano. V. Exa. se lembra: Cuba era um País na época com 11 milhões de habitantes e que tinha em *ranking* olímpico a quinta potência em medalhas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Alto desempenho.

SR. BERNARD RAJZMAN: Como é possível um País de 11 milhões de habitantes ser quinto em medalhas? Hoje é bastante diferente a situação, mas naquela época era incrível. Assim o fiz, fui a Cuba, estudamos com a Secretaria Nacional de Esporte o fenômeno cubano para tentar adaptá-lo à realidade brasileira. E V. Exa. deu total empenho e determinação para que o

CIAC Esportivo, que é nada mais nada menos do que um centro de excelência, que era o maior da América Latina, localizado no Rio de Janeiro, numa área de 350 mil m², que ainda existe, que era do Exército... E vou dar outro exemplo do que é vontade política: o senhor determinou que eu fosse com o Senador Darcy Ribeiro dar uma olhada onde existia um terreno bom e eu falei: "Senador – de helicóptero -, é ali". Descemos. Aí no jeitão do nosso querido e saudoso Senador Darcy: "Você está maluco? O Exército não vai deixar nunca isso. De jeito nenhum, impossível, não tem jeito, não tem jeito". "Senador, o senhor aprova se conseguir?" "Não, o lugar é imbatível". O Exército usava para fazer treinamento de tiro, de canhão e de outras coisas. Aí telefonei para o presidente, que era o meio mais fácil que eu aprendi com curto espaço de tempo, que marcar audiência é uma coisa que a gente tem prioridade no País, milhões delas, mas por telefone era a coisa mais rápida do mundo. E V. Exa. me convocou com o Senador Darcy Ribeiro: "Vocês aprovaram?" "Aprovamos". Pegou o telefone, ligou para o Ministro do Exército e disse: "Ministro, estou trocando com o senhor um terreno que nós temos em Nova Iguaçu pelo terreno que o senhor tem para fazer treinamentos de tiro em Jacarepaguá". Fica próximo de onde tem o PROJAC da TV Globo. Até hoje está lá, foi dado início a esse processo, a esse projeto, foram feitas as fundações, anfiteatro. Como seria esse processo? O aluno que se destacasse na escola pública ou privada passaria a ter a escola normal, assistência social, dentista, treinamento esportivo em altíssimo nível, obviamente que de acordo com o destacar dele pelo seu biotipo ou pela vocação espontânea de algum esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como Cuba fazia, o projeto era Cuba.

SR. BERNARD RAJZMAN: Como Cuba fazia e como V. Exa. mandou que nós fizéssemos. Assim foi feito. Infelizmente mudou o governo, simplesmente abandonou-se aquele projeto, ele está até hoje lá abandonado.

Vamos seguir mais um pouquinho, que eu tenho que botar para fora algumas coisas que eu faço questão pela importância da participação de V. Exa.

Partimos então para os Jogos Panamericanos, que foi, sem dúvida, a hora onde... Aconselhado pelo ex-Presidente Olímpico Internacional, muito amigo do Dr. João Havelange, que sempre foi o nosso grande conselheiro, encabeçado pelo Nuzman, de que candidaturas olímpicas, para um País que não teve ainda um grande evento esportivo é perda de tempo. "Por que vocês não começam com um evento continental para que vocês possam, através do que vocês têm capacidade de organizar, provar para o Comitê Olímpico Internacional que vocês têm essa condição? Por que não fazem um Panamericano?" Foi daí que surgiu a ideia, depois de uns Jogos Sul-Americanos no Rio em 2002, que foi pego porque o Chile, por um problema político, desistiu, e o Rio executou com galhardia uns Jogos Sul-Americanos que na escala do ciclo olímpico, que é de quatro em quatro anos, que eu vou explicar já, já, foi muito bem executado. Esses Jogos Panamericanos, primeiro, foi no conceito de busca dos votos, uma espécie de campanha política. Para todo mundo que é político, quem é que decide os jogos onde serão? São os que votam. E quem são os que votam?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Isso aí é para a gente entender que político não é só quem tem mandato parlamentar no Congresso Nacional.

SR. BERNARD RAJZMAN: Não tenho dúvida.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): V. Sa. faz muita política e todos fazem muita política.

SR. BERNARD RAJZMAN: Então eram 42 países, certo, Presidente, que compõem a ODEPA, a Organização Desportiva Panamericana, que votam. Com igual peso. Trinidad e Tobago vota igual ao Brasil, vota igual aos Estados Unidos. Me recordo, então, que o Presidente Bush tinha recém assumido a presidência dos Estados Unidos com a moral toda, cheio de fama, cheio de moral. Ainda não tinha passado pelos problemas que viria a passar em 2001, se eu não me engano. Eu estou certo? 2001. E que o Rio de Janeiro--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Os problemas dele foram em 2003.

SR. BERNARD RAJZMAN: Isso, exatamente. Então ele tinha recém-assumido. Eu me recordo que o Brasil começou como candidato e fomos buscar o voto formiguinha um por um. Então o americano não acreditou no dia que foi anunciado que o Rio de Janeiro venceu os Jogos Panamericanos. Ali começava, certo, Presidente, essa nossa trajetória vitoriosa para esses Jogos Olímpicos de 2016, que foi a maior demonstração de maturidade política que eu vi, um show. Eu nunca vi um País tão unido, os Poderes, o Prefeito Eduardo Paes, o Sérgio Cabral, nosso Governador, o Presidente Lula, pareciam crianças com vontade de ganhar de todo jeito. O Presidente Lula convocava os embaixadores pelo mundo afora, eu participava como Presidente da Comissão de Atletas com vários atletas medalhistas olímpicos, se eu ficar enumerando aqui... Tem tantos, mas eu queria dar um exemplo de um atleta que não faz parte dessa comissão, que foi o Pelé, para vocês entenderem o espírito da coisa.

A gente estava em Copenhague, duas horas antes do anúncio dessa vitória, aí eu chego perto de um dos cinco votantes da Itália, que é o único País que

tem cinco membros do COI, o Tim Kuanta(F), que é o Presidente da Federação Mundial de Patinação, aí eu falei: "O senhor vai votar na gente?" Ele virou para mim, eu morei na Itália, eu falo italiano fluente, ele diz: "Eu não vou votar no Brasil. Só se o Pelé vier pedir desculpa pelo gol que ele fez na Copa de 70 de cabeça, e mudou a história do jogo, e a Itália perdeu para o Brasil. Eu falei: "Presidente, o Pelé só veio aqui a Copenhague para pedir desculpas ao senhor". Aí ele me xingou de alguma coisa, mas deixa para lá. Fui buscar o Pelé, trouxe o Pelé, fiz o Pelé, que fala um pouquinho de italiano, dizer, pedindo desculpas para ele. E ele, na hora, ele falou: "*In di nock*"(F), de joelho. O Pelé se ajoelhou e pediu. O que eu quero dizer com isso, não quero nem dizer que ele votou na gente, não é, Presidente?

SR. JOÃO HAVELANGE: Não votou.

SR. BERNARD RAJZMAN: Não votou, eu sabia disso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ele falou: "Perdão, mas o caneco é nosso". Deve ter sido isso, por isso que ele não votou [risos].

SR. BERNARD RAJZMAN: Mas o que eu quero dizer é o espírito da coisa como funcionou, como houve uma orquestra fantástica liderada pelo Nuzman, pelo Dr. Havelange, por esses monstros da política que a gente tem que reverenciar sempre, esses três poderes aí, o Eduardo Paes, o Governador e o Presidente, porque Olimpíada virou um grande negócio, essa que é a verdade. A cada edição dos Jogos Olímpicos mais cresce o número de países que querem sediar jogos, porque todos, a partir de 1988, se tornaram potências econômicas que se transfere para a social, cultural, esportiva, infraestrutura, tudo se transforma. Então é um caminho que a gente perseguiu, trilhou numa sequência de atividades políticas, de interesse, que o povo passou a entender que não era só ir para a rua e dizer "Eu quero a Olimpíada", porque o povo não vota, quem vota são os cento e trinta membros mais ou menos do Comitê Olímpico Internacional, que definem. Então o trabalho, cada dia da semana durante o período que antecedeu à eleição, tinha alguém visitando alguém em algum país na África, na Europa, onde fosse.

Uma das razões importantíssimas é que a América do Sul jamais sediou jogos. Quando foi colocado pelo Presidente Nuzman o gráfico do mundo, o mapamúndi e que aparecia onde existiram Jogos Olímpicos e os únicos continentes que nunca tiveram América do Sul – África –, aquilo marcou muito, foi uma das coisas tão importantes como o Secretário Mário falou com relação à questão da... Bom, agora me fugiu a ideia, nesse segundo, mas a questão do turismo, então foi uma coisa importantíssima que deu volume e fez com que a gente buscasse exatamente forças para que a gente chegasse naquela candidatura vitoriosa.

Eu gostaria de dizer, primeiro, que em termos esportivos o País evoluiu tantíssimo, mas muito, muito, muito, muito, presidente, o senhor não pode imaginar o quanto, do que se começou naquele embrião que V. Exa. plantou muito bem plantado. Mas eu temo pelo futuro. Temo porque eu acho que vai ser difícil... Eu tenho medo, eu não vou entrar em detalhes agora, qualquer que seja o vencedor das eleições para Presidente da República eu tenho medo. Por isso eu faço um apelo aos senhores, ao Congresso Nacional, para que a gente continue nessa luta, que não retroceda, como já aconteceu anteriormente. Nós temos uma lei única hoje que beneficia o Comitê Olímpico, o Paraolímpico, que é a Lei Agnelo Piva, que é uma lei que destina 2% das loterias, todas do Brasil, ao esporte, que gera algo em torno de cem milhões de reais por ano. Para que se tenha ideia, no ciclo olímpico, que é de quatro anos, assim que acaba uma Olimpíada, como acabou a de Athenas em 2004, a de 2008, que foi Pequim, a China recebeu do governo dois bilhões de dólares, do Comitê Olímpico Chinês. O Comitê Olímpico Inglês recebeu um bilhão e meio de dólares. Os Estados Unidos 1 bilhão e 200 milhões de dólares. A Itália um bilhão. E o Brasil 200 milhões de dólares. Então é muito pouco o que se precisa para poder investir em nossos atletas. Nós temos muitos centros de excelências em diversas modalidades, seleções permanentes, mas os recursos são escassos. Nós temos [soa a campainha], felizmente, a aprovação da Lei de Incentivos Fiscais, há um ano e meio atrás, que era para estar destinando 4% da pessoa jurídica para o desporto, mas houve uma pressão muito forte e cedeu, infelizmente, a Receita Federal, para 1% somente.

Ora, se daqui seis anos nós teremos Jogos Olímpicos, por que não buscar algo como tem, por exemplo, a cultura, que V. Exa. participou o tempo inteiro da Lei Rouanet. Por que o esporte não merece esse espaço? Então não existe briga entre cultura e esporte, os dois correm juntos, principalmente quando se vai sediar Jogos Olímpicos e onde a gente tem certeza que através dos jogos diversos problemas do nosso País serão resolvidos, sem dúvida.

Então eu queria, já que eu falei demais, presidente, de coração declarar que eu sou fã, continuo sendo fã de V. Exa., convoque-me para o que der e vier que eu estarei sempre junto e não esmoreça jamais, como o senhor sempre me passou. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Bernard Rajzman, Presidente da Comissão Nacional de Atletas Olímpicos e ex-Ministro dos Esportes. Agradeço as pa-

lavras relacionadas a mim pessoalmente. Naturalmente há um certo exagero do Bernard, mas quero dizer que tive no Bernard um grande auxiliar, um grande--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Exagero era aquele saque.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É, exagero era a Jornada nas Estrelas, exatamente como disse o Senador Inácio Arruda, aquilo era um exagero muito grande.

Também dizer ao Bernard que a preocupação que nós temos com a realização das Olimpíadas é de que ela sirva exatamente a esse propósito que você, como atleta, deseja: projetar o Brasil ainda mais no mundo do desporto e fazer com que o Brasil aproveite esta oportunidade para também melhorar o seu desempenho econômico, que sem dúvida irá fazer, porque já estamos no embalo de um grande crescimento que se avizinha. A preocupação que a Comissão tem é a de termos mão de obra qualificada e preparada para atender as necessidades de eventos que serão realizados aqui no Brasil a partir de 2012, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, com a Copa do Mundo de Futebol e com as Olimpíadas.

Eu irei passar a palavra a um grande brasileiro, a um grande amigo, um homem que em 2016, quando da realização das Olimpíadas, nós estaremos comemorando a nossa participação vitoriosa e, também, o centenário de nascimento do Dr. João Havelange.

O Dr. João Havelange é um brasileiro que orgulha a todos nós. Como disse o Senador Ministro Dornelles há pouco, é uma das poucas pessoas do mundo que agora, se quiser, liga para qualquer presidente, chefe de estado ou chefe de governo no mundo e é atendido. O Dr. João Havelange--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É, se estiver dormindo, acorda. O Dr. João Havelange, Presidente da FIFA durante longos anos, teve um outro gesto muito importante e com uma enorme força simbólica, que foi a de abrir as portas do futebol, o que gerou a possibilidade deste continente sediar uma Copa do Mundo, que foi a África. Se não fosse o trabalho do Dr. João Havelange a África continuaria estando alijada desse processo de integração com o desporto, particularmente com o futebol. Se a África do Sul está realizando neste ano a sua Copa Mundial de Futebol, deve-se à ação pessoal do Dr. João Havelange. Além disso, hoje nós temos 210 países com assento nas Nações Unidas e o Dr. João Havelange conhece 186 países. Nesses 186 países ele esteve no mínimo três vezes em cada um. Imaginem o relacionamento que esse brasileiro não possui e o quanto ele não pode continuar nos ajudando. A participação e a vitória do Brasil nas Olimpíadas, não tenham dúvida, eu acho que nenhum de nós tem dúvida, contou com a ajuda indispensável do Dr. João Havelange e, é claro, com o trabalho operoso, persistente do Nuzman, do Dr. Carlos Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, do Bernard e de toda a sua equipe.

Por isso, com a experiência que o Dr. João Havelange tem desses grandes eventos mundiais, tendo ele uma visão das necessidades que ele, hora como convidado, hora como anfitrião, percebeu ao longo desses anos todos de convivência com grandes efemérides, nós gostaríamos de ouvi-lo dentro da pauta que ele estabelecer para si próprio, mas, também, em termos do que ele verifica como necessidade de que o Brasil se prepare em termos de mão de obra para que nós não percamos essa oportunidade, não somente no incentivo aos jovens. Aqui o Nuzman apresentou aquela relação de profissões que estarão sendo demandadas para os Jogos Olímpicos, que passava por advogados, passava por pessoas que se dedicassem ao vestuário, transporte, segurança, enfim, profissões que estavam, vamos dizer assim, não estavam no foco da nossa discussão, que estava muito técnica em termos de engenheiros, de técnicos, de arquitetos, tecnólogos, geofísicos, geógrafos e assim por diante.

Então o número de pessoas que também estejam versados em outras línguas, pessoas que tenham conhecimento de saúde, doutores, especialistas em eventos, arquitetura, enfim, então que essa geração de jovens que está ainda em dúvida sobre que curso seguir, sobre que profissão escolher, pensem um pouquinho em tudo isso que está aí, que isso é o futuro, nessas profissões que estão aí sendo oferecidas, porque numa dessas profissões, eu não tenho dúvida que vocês estarão muito bem colocados e poderão trabalhar bastante em proveito do nosso País.

Portanto, é com muita satisfação e com muita honra que em nome de todos os membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura eu passo a palavra ao Presidente João Havelange.

SR. JOÃO HAVELANGE: Meu caro senador, eu tenho um sentimento muito grande com a sua pessoa. A senhora sua mãe, D. Leda, foi colega de Sion de minha irmã. Quando terminavam as aulas, o meu pai tinha casa em frente ao Colégio Sion, elas vinham para a nossa casa para tomar o chá. E aí tive a alegria, já um pouco mais velho que minha irmã, de conhecer a sua mãe, de quem eu tinha um grande respeito e de quem guardo uma saudade eterna. E o meu senador, para minha irmã, foi um filho, que ela se casou, não

teve filho, o filho dela era o Fernando. Desculpe tratá-lo assim.

Então este sentimento, ele se mantém até hoje e me faltam palavras para lhe dizer o quanto eu o estimo. Eu o respeito e o admiro por tudo que tem feito e realizado, não só a benefício do todo, que é o Brasil, mas particularmente, neste caso específico, para os Jogos Olímpicos de 2016 e a Copa do Mundo de 2014.

Queria agradecer também a presença dos senadores, meu Francisco Dornelles, que é como um irmão, ao Heráclito Fortes, que aqui esteve, ao meu amigo Inácio Arruda, por quem eu quero muito bem, e também ao meu Marco Maciel. Marco Maciel é de Pernambuco, é um homem ligado à Votorantim, ligado ao José Ermírio de Moraes, que não está mais entre nós, mas que será sempre lembrado. E Marco Maciel, indiscutivelmente, é um homem em que nós podemos não só nos apoiar, mas que sirva também de exemplo para todos nós.

Assisti e ouvi com atenção as palavras do nosso senador. Eu o vejo muito interessado e desejoso de que a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos possam se tornar um elemento valioso e prestimoso para o desenvolvimento do nosso País, sobretudo em conhecimento e em respeito pela obra que podemos realizar.

Eu me permitiria, porque não é fácil. Eu vi a exposição do Nuzman. O Nuzman, indiscutivelmente, como dirigente, é ímpar. É trabalhador, é correto, é honesto, é um bom amigo, é dedicado, é inteligente, tem todas, todas as qualidades, e eu fico feliz de tê-lo como membro no Comitê Olímpico Internacional. Quando ele foi eleito para o Comitê Olímpico Internacional, eu fiz um pedido ao Presidente Rogge: que o pusesse na comissão que iria fiscalizar todos os trabalhos dos Jogos Olímpicos que iriam se realizar na China. Ele foi para esta comissão, absorveu de uma maneira espantosa tudo que foi feito e, indiscutivelmente, os Jogos Olímpicos, que até hoje foram brilhantes, mas o da China foi impecável. Temos que reconhecer em todos os seus elementos e o Nuzman colheu valores muito importantes para os jogos que iremos realizar em 2016.

Entretanto, nós tínhamos um problema, um problema eletivo, de eleição. É que quem vota no Comitê Olímpico é a Assembléia. São exatamente cento e oito membros, dos quais a metade, cinquenta, são europeus. Entre as quatro cidades que pretendiam ter os jogos havia Madri. Eu não posso me esquecer que não seria fácil. Eu tinha uma intimidade muito grande, porque ele é bem mais moço do que eu, nós nos tratamos de você, que é com o Rei João Carlos, da Espanha. Ele me disse: "Tu vais votar comigo?" Eu digo: "Não, vou votar na minha cidade. Aliás, não vou votar porque eu não posso votar em mim mesmo". Aí eu disse ao Nuzman: "Nuzman, nós temos que nos trabalhar e trabalhar muito". Eu me fiz uma pergunta e tomei uma decisão. Os senhores não vão acreditar, eu fiz 108 cartas para cada membro da Assembleia do CIO(F) e a cada um, não foi uma carta mimeografada, a cada um foi uma carta diferente em inglês, francês e espanhol, que são os idiomas dentro do Comitê Olímpico. Assim fiz e cópia dessas cartas, que são diferentes, a cada um eu sensibilizava para que eles tivessem um sentido de que o Brasil merecia o que estava desejando.

Assim essas 108 cartas que enviei, mandei cópia de cada uma delas para o Nuzman, para ele ter a certeza que eu não lhe faltaria. Foram recebidas, muitos deles me responderam. Aliás, dos 108, 38 me responderam dizendo que votariam comigo. Outros me disseram que estavam estudando. Mas isto já me deu o alento. Na continuidade de poder conseguir a decisão, quando estivemos em Athenas para uma reunião final de quais seriam as quatro cidades que queriam os Jogos, o Presidente Rogge me chama e me diz: "Presidente João Havelange, o seu País necessita de 38 mil a 40 mil quartos de hotel e me oferece 28 mil". Eu disse a ele: "Pode ficar sossegado que o Comitê Olímpico Brasileiro colocará no Porto do Rio de Janeiro 10 a 12 navios de luxo, com mil apartamentos, e eu completo a sua cota". Ele diz: "Muito obrigado". Eu digo: "Não é favor porque foi assim em Barcelona e foi assim em Sydney". Portanto, não tínhamos que fazer obra, era só os navios e já tínhamos tudo. Com isso ficamos entre os quatro que deveriam ser votados pelo Comitê Olímpico.

Isto posto, eu consegui, como lhe disse, que o Nuzman ficasse na comissão da China, que foi fantástico. Na continuidade, tivemos indiscutivelmente a presença de S. Exa., o Sr. Presidente da República, que é um homem diferente de todo mundo. Se ele é bom, se ele é ruim, se ele é isso, eu não sei. Para nós e para este momento de decisão, indiscutivelmente, eu não poderia conhecer um homem mais precioso, mais delicado, mais paciente, mais dedicado do que o Presidente Lula. Nesse menino que é nosso governador, me permita dizer menino, porque eu o conheci com seis anos, eu já estou com noventa e quatro, quer dizer, posso tratá-lo como um neto até. E o outro é o nosso prefeito também, que é o Eduardo Paes, que eu conheço os pais, os tios dele e tudo, como se fosse de casa. Todos eles foram decisivos, inclusive com o discurso do Presidente do Banco Central, o Meirelles, que disse que os recursos estariam adjudicados e não faltariam. Isto valeu muito para que a decisão fosse feita.

Eu fiz o meu discurso, um discurso sentimental, em que eu esperava viver até os cem anos, que é quando eu completaria 100 anos durante os Jogos Olímpicos, e ter a possibilidade de ter todos ao meu lado. Nesse momento todos se levantaram, aplaudiram e eu tive a impressão que nós poderíamos ganhar. E depois, com a apresentação que o Presidente Nuzman fez do filme, do que ele fez conhecer a todos que estavam presentes, eu tive quase a certeza que nós venceríamos. Isto ocorreu. E eu digo ao senhor que foi uma das maiores surpresas, porque a Espanha, que tinha o maior contingente de votantes, porque dos 108, 50 eram europeus, veja que tinha a possibilidade. E o Brasil ganhou de 66 a 32, foi uma das maiores vitórias dentro do Comitê Olímpico para uma eleição dessa natureza.

Então o senhor veja a importância de um trabalho bem feito. Governo federal, estadual e municipal, quando eles se unem, não há força para destruí-los. Temos que respeitar essas três pessoas. Independente disso, o trabalho que o Nuzman fez, o Presidente Nuzman fez, é incrível. O que esse homem viaja, onde ele foi, como ele se deslocou, enfim, de todas as maneiras.

Eu procurei fazer o melhor porque cheguei como eleito ao Comitê Olímpico em 1963 e hoje perfazem 47 anos. Eu ia me retirar e o Presidente Rogge me disse: "Espera que o meu último dia de mandato vai ser em 2013, tu terás 50 anos e eu gostaria que tu estivesse ainda na minha saída do Comitê". Então vou ver se a saúde me permite, que eu ainda possa chegar lá.

E assim temos trabalhado.

Eu tive uma felicidade que foi, indiscutivelmente, a paciência do Presidente Lula. Trinta e cinco membros do Comitê Olímpico quiseram vê-lo. Ele me chamou e disse: "Havelange, você ficaria ao meu lado, porque você conhece eles todos?" Pois este homem, com a posição que tem, é indescritível, eu não tenho palavras para demonstrar o que ele representa, o que eu senti por ele de respeito. Durante três dias ele recebeu a todo mundo em inglês e francês, com dois tradutores. Que maravilha, ele com uma personalidade, que é bem o feitio deles, e todos, todos saíram encantados. Depois no corredor me diziam: "Dr. Havelange, nós vamos votar no Brasil". Quer dizer, o que nós devemos a esse homem, que é o nosso Presidente da República, não poderemos esquecer. Tenham a certeza que é um homem marcante. Eu não faço política, não entro nesse assunto, mas é um homem pelo qual eu conheci mais adiante, por quem eu tenho respeito, tenho hoje uma amizade e ele me dá uma intimidade, quer dizer, é diferente. Eu gostaria que todos soubessem que, indiscutivelmente, ele foi um polo importante na decisão desses Jogos para o Rio de Janeiro.

Se não bastasse isso, nós temos a Copa do Mundo de 2014. Em 2014 eu não me meto, porque tem um presidente, eu não tenho o direito, mesmo que seja presidente de honra da FIFA e membro presidente de honra da antiga CBD, hoje CBF, mas o Ricardo foi meu genro, por quem eu quero bem e trato da mesma maneira, porque são coisas que acontecem na vida, ele se desquitou e paciência, é uma lei da vida, a gente tem que ver. O Ricardo é trabalhador, é desejoso de fazer uma Copa do Mundo e vamos ter uma Copa do Mundo privilegiada, eu tenho certeza.

Eu poderia lhes dizer mais ainda: a Copa do Mundo, veja bem, ela antigamente ela estava entre a Europa e a América do Sul. Eu consegui modificar e hoje se vai a todos os continentes, tanto é que estamos indo à África. Na América do Sul eu tive uma reunião com todos os presidentes da América do Sul e fiz um pedido a eles, porque eles todos me deviam gentileza de presidente. E eu digo: "O Brasil vai se candidatar e eu lhes pediria que votassem no Brasil". Eu disse: "Nenhum país da América do Sul se apresentou" e foi votado o Rio de Janeiro, por unanimidade, para 2014.

Eu queria, por exemplo, lhe demonstrar um fato que ocorreu uma vez. Quando o Blatter foi eleito para a FIFA e eu o indiquei, ele tinha sido indicado, eu chego ao Rio de Janeiro e o Presidente Menem me telefona e diz: "Havelange, você pode vir a Buenos Aires?" Eu digo: "Vou, mas daqui a dois dias, porque eu estou chegando. Eu te telefono". Eu telefonei. Ele mandou me buscar aeroporto dia 06, no helicóptero, eu fui para a casa de Olivos(F), almocei com ele e ele me disse: "Por que tu não indicaste para te substituir o Grondona", que é vice-Presidente da FIFA e Presidente da Associação Argentina, da AFA. Eu digo: "Olha, Menem, aprende uma coisa, tu és político, mas vai aprender, não te esqueças do que eu vou te dizer: primeiro, se eu indico o Grondona, ele não será eleito. Mas não te esqueça de uma coisa: o Grondona, como meu primeiro vice-Presidente, é o Presidente da Comissão de Finanças da FIFA e quem tem o dinheiro na mão é quem manda. Então fica tranquilo". Aí ele não disse nunca mais nada. E até hoje o Grondona está lá, o Blatter está eleito e as coisas caminham de maravilha.

Então senhor veja: a gente tem que ter habilidade, *feeling*, tranquilidade para poder atender a todos. O Rio de Janeiro terá uns Jogos Olímpicos que, eu tenho certeza, ficarão inesquecíveis.

Eu tive um fato que eu disse ao Presidente Rogge. Chicago se apresentou, Obama ia, todo mundo ia, eu fui a ele e disse: "Eu tenho uma dor com Chicago". Ele me disse: "Por quê?" "Em 1959 eu era Presidente

da CBD, a delegação que foi do Brasil para os Jogos Panamericanos em Chicago em 1959, quase todos os atletas eram da CBD. E entre esses havia a parte de remo e um remador foi morto na Vila Olímpica. Até hoje eu fiz tudo que pude para ter o relatório, para saber quem foi, nunca eles me enviaram, quer dizer, os Estados Unidos pensam que nós somos lixo. Eu não aceitei". Então enquanto eu não fiz com que o Rogge se conscientizasse que não era certo, eu não parei. E, finalmente, os jogos vieram para o Rio de Janeiro, por merecimento, por reconhecimento, por tudo.

E havia mais um fato: o Comitê Olímpico Internacional foi fundado em 1896. Nós entramos para o Comitê Olímpico em 1914. Em 1920 já estávamos nos Jogos Olímpicos de Antuérpia, e o Brasil ganhou as três primeiras medalhas: uma de ouro no tiro, com o Guilherme Paraense, o Capitão do Exército, ele teve uma medalha de ouro e uma medalha de bronze, e a medalha de prata foi do Ministro Afrânio Costa, que era Ministro do Supremo Tribunal Federal depois e Presidente do Supremo Tribunal Federal. Então vejam de onde vem o Brasil. Nunca pediu, nunca exigiu nada.

Vou lhes dizer também dois fatos: 1978, Copa do Mundo na Argentina. Em 1979 há uma reunião em Montevidéu, do Comitê Olímpico, para decidir os membros que iriam para o Comitê Executivo. Eu estava na reunião e o Samaranch queria, como membro, queria ser do executivo e precisava do voto. Ele veio me ver, a Maria Tereza, a senhora dele, também, e eu digo: "Olha, vou trabalhar, mas esta noite eu vou a Buenos Aires para fechar as contas – fui de hidroavião – e amanhã eu estou aqui, mas tudo vai ficar liquidado". Eu chego no dia seguinte, quando eu chego no hotel está na porta em lágrimas a senhora do Samaranch, ela diz: "João, eu não acredito que ele vá ser eleito". Eu disse a ela: "Pode ficar tranquilo, vai ganhar por um voto". Ganhou por um voto. E depois foi eleito em Moscou. Em Moscou ele me disse: "João, eu quero ser presidente". Trabalhei, trabalhei e dois dias antes eu dei a ele... Ele precisava de 42 votos. Eu dei a ele uma lista assinada por quarenta e três membros que votariam dele. Havia quatro candidatos. Ele passou com quarenta e quatro votos no primeiro turno. Então vejam que cumpri a minha missão. Enquanto ele quis, ele foi Presidente do Comitê Olímpico.

Depois foi o Rogge. O Rogge, eram quatro candidatos: havia a Anita de France(F), havia o Rogge, havia o Paundy(F) e havia um senhor alemão, que já faleceu. Depois eu como Presidente da FIFA, eles vieram me ver como membro mais antigo do Comitê Olímpico, eu recebi a eles, não recebi na FIFA, mas recebi no hotel. Eu tenho um hotel em Zürich, que é o Hotel Savoia. O senhor chega lá, pode pedir a chave do 409 e deitar, que a suíte está reservada. Enquanto eu viver ela está lá. Já fazem trinta anos que eu vou lá. Então o senhor veja: então os recebi lá porque esse hotel pertence ao *Credit Suisse*, onde a FIFA também tem as suas contas, e na União de Bancos Suíços. Eu disse ao Rogge: "Eu fico com você". A eleição foi em Moscou em 2001, como tinha sido a do Samaranch em 1990, que também foi em Moscou. Dois dias antes eu fiz uma carta para o Rogge e disse a ele: "Você vai passar no segundo turno e com 54 votos". Ele passou no segundo turno com 54 votos.

Eu acho que tenho cumprido com a minha missão como membro do Comitê Olímpico, dando respeito ao meu País, ao meu Comitê, à minha maneira de ser. Queria lhe dizer que em quase 50 anos, de todas as reuniões que se realizaram da assembleia, em 47 anos eu faltei a três: uma na Holanda, uma na África e uma outra no Japão. Na Holanda, eu não fui porque eu tinha perdido a Copa de 1966, queria ganhar a de 1970, não saí e não fui. A da África eu não pude ir porque eu tinha o Congresso da África e era o último que eu fazia para a eleição do Blatter, não pude ir. E a outra foi nos Jogos de Inverno, no Japão, porque eu tinha justamente um compromisso naquele dia, não pude ir também, da FIFA.

Então em 47 anos faltei a três reuniões. Eu acho que sempre procurei, com a minha presença, com o respeito, fazer as minhas obrigações. O senhor não vai acreditar: todos os anos até hoje, há 30 anos, eu faço duas mil cartas de Natal de punho e mando para as pessoas. Por ano eu respondo até hoje um mínimo de seis mil cartas e não deixo de atender a todo mundo. O senhor pode ter certeza que tenho um respeito por todos e assim tenho demonstrado que com este meu modo de ser, é assim que é o meu País. O meu País sabe respeitar, sabe desejar, mas sabe se impor também.

Então eu estou feliz nesse momento de saber que para os Jogos Olímpicos e para a Copa do Mundo nós estamos numa comissão em que a principal pessoa é o meu senador, que é como um filho meu, que é um irmão mais moço, por quem eu tenho respeito, admiração e que guardarei no meu coração, porque está no coração de minha irmã, que já é falecida, mas esse homem jamais sairá de perto de mim. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Presidente João Havelange, pelas suas generosíssimas palavras. Eu não sei como lhe agradecer, muito obrigado. Muito obrigado por ter comparecido aqui à Comissão de Serviços de Infraestrutura para trazer um depoimento de vida. Foi,

sobretudo, um depoimento de vida, demonstrando a sua capacidade de articulação, de trabalho, sobretudo a capacidade que nós gostaríamos que nós, políticos, tivéssemos de saber com antecedência quantos votos iríamos ter [risos], quantos votos iríamos ter, seja na convenção para sermos homologados pelos convencionais, seja pelo voto popular.

Muito obrigado por esse depoimento, depoimento que nos tocou a todos e eu tenho certeza que nessa Olimpíada de 2016, como na Copa do Mundo de 2014, o Brasil haverá de ter um papel marcante, um papel à altura não só das expectativas de todos nós, mas fruto do trabalho iniciado pelo Presidente João Havelange há tantos e tantos anos como Presidente da CBD.

Senador Garibaldi, que aqui está, muito obrigado também pela sua presença. Eu passo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente Fernando Collor, senhores convidados, Mário Augusto Lopes Moysés, Bernard Rajzman, o Nuzman teve que se ausentar, mas eu quero assim que eu acho que o sentimento que as pessoas põe nas coisas que fazem tem muito valor. Elas vão impregnando os outros. Eu acho que é assim que o senhor falou aqui e é como trabalha. Eu acho que isso também vai ganhando as pessoas, por isso que o senhor consegue fazer essa contabilidade, está certo? O Collor está querendo resolver logo as eleições lá de Alagoas deste ano, ele já estava querendo saber os resultados [risos]. Mas precisa esse esforço adicional de saber fazer política, de ter a sensibilidade, de compreender que precisamos transformar o esporte em algo do mundo inteiro e de que os povos, de forma distinta, têm as suas práticas esportivas: o Oriente faz de um jeito, o Ocidente faz de outro, mas que era possível juntar tudo. Eu considero que o senhor fez esse trabalho extraordinário, que é um trabalho que vai muito além do Brasil, é um trabalho para a humanidade você conseguir congregar.

Eu vi o documentário do Nelson Mandela, de tantos documentários, entre eles um filme espetacular que foi feito do Mandela. O Mandela diz que na prisão, 27 anos preso, então ele tinha que ler muito para agregar os companheiros também que estavam presos, tratou de fazer um jardim num terreno que tinha da prisão e um campo para jogar futebol, quer dizer, que era a forma de botar todo mundo, porque o futebol era um esporte muito coletivo. Então colocou ali o futebol, quer dizer, colocou o esporte mostrando que era possível, porque os prisioneiros eram de diferentes etnias. A maioria era Zulu, até nos prisioneiros, mas ele era Xhosa, uma outra etnia, e tinham muitas outras etnias, mas tinha uma forma de você juntar tudinho: era no futebol, botou todo mundo para jogar bola. E ele, que era de uma tribo minoritária, que era o Xhosa, que foi o primeiro presidente, e não o Zulu, que é o majoritário, está certo, porque foi a habilidade política envolvendo o esporte.

Eu tenho essa convicção de que a presença de figuras extraordinárias, e o senhor levantou aí uma figura extraordinária, que é o Presidente da República. É uma espécie assim, pela fala do senhor, considera-se assim: esse homem está virando um sobrenatural. Mas é este sentimento de um homem simples, mas capaz de contagiar as pessoas, de convencê-las pelo sentimento que ele colocou na defesa das suas posições. Mas ele tinha, ele contava com algo também extraordinário, que era um trabalho que vinha sendo feito durante esse período, porque quando ele disse "Fique aqui", entendeu, "Fique aqui, eu tenho que falar com esse povo todinho, mas o senhor fique aqui, por favor", porque ele sabia que estava fazendo referência a esse trabalho extraordinário anterior, que é o acúmulo desse trabalho, digamos assim, que permitiu essa vitória. Isso tudo foi feito com habilidade, o Bernard colocou aqui: "Vamos ganhar, vamos fazer o Sul-Americano. Vamos fazer o Panamericano". Já tínhamos feito a Copa anteriormente, que nós não tínhamos levado aquele caneco, até hoje o bicho ficou engasgado no meio da nossa garganta, mas não tem jeito, está certo? Mas levantamos tantas outras Copas, ganhamos, tivéssemos essa vitória no México que colocou o Brasil assim de forma extraordinária. Colocou o Pelé para pedir perdão lá de joelhos, quer dizer, ele pediu perdão, mas não tinha jeito de entregar o caneco de volta, o caneco era nosso, estava resolvido.

Então esse trabalho que juntou a capacidade, a inteligência, o conhecimento, o esforço concreto... Imaginar que o senhor faltou a três reuniões, três, quer dizer, "Não, aqui é minha responsabilidade, eu tenho que cumprir, eu vou, por cima de pau e pedra eu estarei lá. Só não irei naquelas que por outras razões maiores eu sou obrigado a me ausentar". Então este acúmulo de esforço levou, digamos assim, a esse conjunto de vitórias. Então esse conjunto vai a Copa do Mundo, está certo, que nós vamos ter a felicidade lá no Ceará de receber, em Fortaleza, naquele sol maravilhoso, a três graus da Linha do Equador, numa chave da Copa do Mundo, eu espero que na rodada seguinte Fortaleza também seja beneficiada, que isso ainda está para ser decidido. Da vitória da Copa do Mundo fomos à vitória da Olimpíada. Eu lembro a gente correndo no meio da rua lá em Fortaleza, o Bernard com uma tocha olímpica, que a gente teve que fazer esse trabalho todo, isso tudo teve que envolver o Brasil inteiro. As Olimpíadas no Rio de Janeiro, mas é no Brasil. Sabe que os Jogos

de Pequim, quer dizer, era os Jogos de Pequim, mas não foi só em Pequim, os jogos--

SR. BERNARD RAJZMAN: Foi a tocha Panamericana que rodou pelo Brasil.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Rodou pelo Brasil e nós corremos atrás da tocha lá para cima e para baixo para poder... Mas já era o trabalho Olímpico de você sair correndo pelo Brasil inteiro. Então esse acúmulo de você ter o Sul-Americano, ter o Panamericano, ter a Copa do Mundo e ter a Olimpíada, entendeu? Depois eu vou até perguntar ao senhor extra, fora da Sessão, se a gente pode mais alguma coisa [risos], está certo?

E o impacto disso? Porque às vezes a gente fica, a gente leva na brincadeira, mas eu fui em 2001 na China, Presidente Collor, e eles estavam já no ritmo da Olimpíada em 2001, que era em 2008, e eles estavam acelerados já, mudando os traçados, arquiteto de tudo quanto é canto do mundo para mudar as vias, para ampliar as linhas de metrô todas. E não era só Pequim, era Pequim, era Xangai, era Hong Kong, tinham que remodelar Hong Kong, porque foi devolvida e precisava... É como que se Hong Kong precisasse de um banho de loja, "Nós precisamos dar uma remodelada em Hong Kong porque vêm as Olimpíadas". Então tudo estava nesse objetivo no País inteiro, porque eu vou mostrar o meu País. Então eu tenho que mostrar o melhor que tem da nossa tradição, do nosso povo, das nossas relações antigas. Então fizeram esse esforço em 2001. Eu imagino o movimento, porque eles trataram assim, porque Olimpíada e Copa do Mundo pode mexer com a indústria de base, com a indústria pesada brasileira.

SR. JOÃO HAVELANGE: Pode e deve.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E deve, porque ela vai tocar a construção civil em todos os seus aspectos, não é só o apartamento. É a drenagem urbana – e o Rio mostrou que precisa de muita e as outras cidades também -, são as vias, é o metrô, são os portos, aeroportos. A siderurgia vai ter que estar a todo vapor e bem fez o Lula que recentemente disse que tem que fazer as lâminas de aço é no Brasil, os aços finos têm que ser feitos no Brasil, a gente não tem que ficar só importando aço fino, não. Fazer aqui. Então vai mexer com a indústria siderúrgica, vai mexer com a indústria têxtil e confecção, porque vai ser um reboliço nessa área. A indústria de calçados é tudo, é chuteira, é tênis, é tudo, porque isso cria o sentimento no País inteiro. A área do turismo, porque a área do turismo já mostrou, quer dizer, está incluído ali a 304, a BR? Se não tiver vamos incluir, vamos duplicar a 304 até Natal, porque de Natal já pega a 101, que vai até Maceió, de Maceió já tem um outro trecho licitado, vai até Salvador, e do Salvador vamos tirar para o Rio de Janeiro.

SR. JOÃO HAVELANGE: O meu senador poderia me dar um aparte com respeito ao turismo? Durante uma Copa, quando um país é designado para a Copa do Mundo, antigamente eram seis antes e hoje são sete. Quando a França foi designada em 1998 (sic) para que a Copa fosse em 1998, seis anos televisão, rádio, jornais, tudo, só falaram da França. O presente do futebol à França depois da Copa do Mundo: a França recebia normalmente sessenta milhões de turistas, turistas que nós chamamos Classe A, que gasta mil dólares. Depois da Copa do Mundo em 1998, que a FIFA fez lá, a França passou a receber até hoje 70 milhões; o futebol deu dez milhões de presente de turistas que corresponde a dez bilhões de reais, quer dizer, a despesa que possa ter sido feita está mais do que compensada e recompensada.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Muitíssimo compensada.

SR. JOÃO HAVELANGE: Me perdoei por ter intervindo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro, o senhor ilustra o que é essa realidade de ter um evento desse porte.

SR. JOÃO HAVELANGE: Exatamente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então as nossas energias, podem alguns dizer: "Poxa vida, mas agora então é só isso, só vamos falar disso?" É que não é só isso, isso é um investimento gigantesco.

SR. JOÃO HAVELANGE: Exatamente, é verdade.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Esse que é o problema, para o Brasil, porque vai mexer com tudo em nosso País, tudo, tudo, tudo: hotéis, restaurantes, bares, as línguas. Então eu estou preocupado lá na minha terra porque eu quero que os motoristas de táxi saiam tudo falando inglês e espanhol [risos]. Claro, eles terão esse direito, é a oportunidade que se abre para o Brasil. Mas falando mesmo.

SR. JOÃO HAVELANGE: É uma evolução.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro, que ajuda. Isso vai repercutir nos seus filhos. O problema do esporte mesmo, da base nossa, talvez nós tivéssemos que examinar, Presidente Collor, com essas personalidades da história do esporte mundial, porque às vezes alguns ficam dizendo assim: "Não, mas não tem tempo, 2016 está em cima". Mas as medalhas estão sendo construídas é agora, é com a garotada de agora. A medalha sai com essa garotada. Então de encontrar os mecanismos. O Bernard falou um pouco aí, a Lei do Incentivo ficou limitada a 1%. Será que a gente não pode fazer um aporte excepcional, porque

o retorno é esse. Dez milhões a mais por ano de turismo não é coisa pouca, que a França angariou, está certo? Vamos dizer que a gente não consiga o mesmo tamanho imediatamente, mas consiga perto. Então esse investimento é mais do que correspondido.

SR. JOÃO HAVELANGE: É isso mesmo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É mais do que correspondido. Eu acho que nós não temos que medir nada, não temos que medir esforços aqui. Temos que investir mesmo, investir grande. Eu acho que grande porque grande foi o pensamento dos senhores. Então os senhores investiram grande, ganhamos e temos que levar.

SR. JOÃO HAVELANGE: É verdade.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Em medalhas, ampliar a nossa participação nesse *ranking* de medalhas, mas ganhar na melhoria da qualidade de vida geral do povo brasileiro. Eu acho que é isso que nós vamos ganhar, eu acho que vai ser algo espetacular para o Brasil.

Eu vinha lendo sobre a Capital, sobre a vontade do Juscelino. Quantos ataques o Juscelino sofreu, bárbaros, de gente que não conseguia compreender o que era aquilo, o que era pegar a Capital e botar no meio do Brasil. É só olhar para o Brasil de hoje, está certo? O retorno, a nova fronteira agrícola espetacular, quando dizia que não se produzia nada no Cerrado, está certo? Uma sede administrativa que une mais o território inteiro do nosso País. O envolvimento de toda a indústria e de todos os setores na construção de Brasília. Agora teve uma coisa: ele montou uma equipe para fazer. Então pegou esse Niemayer e falou: "Niemayer, você fica ali". Pega o Lelé, que era um menino ainda, arquiteto. "Você topa?" "Topo". Vinte e sete anos, eu acho que tinha menos do que isso, tinha acabado de sair da faculdade de arquitetura.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Aqui, aqui em 1957, veio para cá, ficou morando, entendeu? Bota aqui, Aimorá(F). "Você topa?" "Topo". Então vai. Pega esse Watson [ininteligível]. É porque o negócio vai ser em cimento aparente, depois tem que ter a levas. A leveza é com o Watson(F). Chama o Burle Marx. Bota aqui, vai fazer os jardins, entendeu? Fez uma obra extraordinária, montou uma equipe de altíssima qualidade que reunia gente, vamos dizer assim, já bastante passada na casca do alho e os que estavam saindo na universidade naquela hora. Juntou tudo, juntou desde... Hoje, chamam de terceira idade, o Ariano Suassuna diz que coisíssima nenhuma, estão querendo enganar ele. Nada de negócio de melhor idade. Ele queria ter 20 anos, mas está com oitenta e poucos. O meu pai está com 96, o senhor está com 94, tudinho querendo ter 20 anos. Não tinha ninguém querendo ter 96, não, entendeu? [risos] Mas o Juscelino montou isso, equipe, equipe.

No vamos tocar esse grande empreendimento que é do Brasil, não é empreendimento do Rio de Janeiro, do Ceará, de Alagoas.

SR. JOÃO HAVELANGE: É do País.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não é do Natal, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, não é isso não, do Piauí. É do Brasil, entendeu? Vai ter grande resultado, vai ter grande impacto.

Então eu louvo aqui a nossa iniciativa, a iniciativa de V. Exa. de fazer esse debate, porque esse debate, ele colocou algo distinto, que eu vou escutando aqui os nossos companheiros todos. Têm as informações técnicas da engenharia, da arquitetura, da ciência, mas tem uma coisa diferente, está certo, que eu acho que nós alcançamos então no dia de hoje, que é a coisa do sentimento posto no grande empreendimento, entendeu? Então, Sr. João Havelange, o senhor colocou o seu sentimento. E o Lula, com aquele conhecimento da vida que ele conduz, olhou para o senhor e disse: "Fica aqui, fica aqui para a gente poder levar essa vitória para casa". Então acho que juntou essa coisa do sentimento. Agora ao lado do sentimento montar uma grande equipe que reúne o Ministério do Esporte, que reúne o Comitê Olímpico, que reúne o Presidente da Federação Brasileira de Futebol, quer dizer, esses grandes empreendimentos podem ser de grande resultado para o nosso povo, para o nosso País, e vai repercutir na América do Sul, entendeu?

SR. JOÃO HAVELANGE: Exatamente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vai ter repercussão internacional.

Então eu acho que foi uma vitória extraordinária que exige muito esforço nosso, muito trabalho, e nós temos que fazer valer nesse caso a palavra do Meirelles: é responsabilidade do Congresso Nacional, porque é no orçamento que a gente tem que responder a essa questão, quer dizer, não vai faltar, ou melhor, não pode faltar nenhum centavo para a gente concluir esses dois grandes empreendimentos esportivos, mas que são investimentos em todas as áreas da infraestrutura nossa. Vai mexer com tudo, com tudo, com a arte, vai mexer com a música, com a dança, todo mundo vai estar em reboliço, digamos assim, com esses dois empreendimentos.

Então, Sr. Presidente, eu queria agradecer essa oportunidade de a gente poder debater com essa qualidade. Eu acho que é o resultado do esforço da Comissão de Infraestrutura que nós estamos fazendo. E parabéns assim ao Bernard, nós demos aquelas

carreirinhas, eu corri pouco, ele é que correu lá quase a cidade toda, está certo? O Sr. João Havelange, extraordinário o trabalho do senhor. Gostei da firmeza desse negócio de Chicago, viu? Mataram o homem e não mandaram nenhum Boletim de Ocorrência, direitinho e organizado até hoje, está certo? Eu acho que foi positivo, foi bom que eles perdessem mesmo, entendeu? Eu acho que deu resultado, eu acho que foi uma resposta de grande nível. O turismo então vai ter uma grande responsabilidade aqui na nossa frente, ele já leva logo essa... Põe sentimento nesses números aí, esses números têm que ter sentimentos, está certo? [risos] O turismo tem que cuidar das BRs do Brasil também, em contrapartida na verdade, eu acho que é um resultado de contrapartida.

Então eu vou concluir, está certo, mas eu queria deixar esse agradecimento de que a gente está debatendo com grande qualidade e que isso resulte num trabalho adicional do Senado Federal, quer dizer, tanto eu como o Senador Collor... O Garibaldi vai estar em disputa agora, não é Garibaldi? Está esperando essa contabilidade do João Havelange, se ele já conta os votos aí para você. Mas nós dois não vamos disputar eleições agora, pelo menos de Senador da República; pode ser que sejamos obrigados a disputar de outras coisas, mas de senador não vamos disputar.

Então até 2014, na Copa do Mundo, nós vamos estar aqui garantindo ou lutando para garantir essa providência que o Meirelles assinou, de que os recursos não irão faltar para garantir esses dois grandes empreendimentos brasileiros, mas mundiais. Obrigado a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Inácio Arruda. Dr. Mário Augusto para as suas considerações.

SR. MÁRIO AUGUSTO LOPES MOYSÉS: Só um esclarecimento. Infelizmente, o Ministério do Turismo não pode executar obra em BR. As únicas estradas que nós podemos fazer são estradas estaduais ou municipais, em sistema de convênio com os estados e municípios. Agora nós já participamos do--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Isso é uma realidade *sui generis* do Brasil, quer dizer, que o órgão federal não pode fazer investimentos porque tem um Ministério próprio, mas o recurso do PRODETUR é um recurso de empréstimo de investimentos internacionais--

SR. MÁRIO AUGUSTO LOPES MOYSÉS: Sim.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --Que nesse caso talvez eu acho que a gente tivesse que abrir uma exceção. Mas vamos--

SR. MÁRIO AUGUSTO LOPES MOYSÉS: É, por enquanto--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se pode fazer nas estaduais estaremos bem atendidos.

SR. MÁRIO AUGUSTO LOPES MOYSÉS: É, nós estaremos lá, e no Comitê Executivo da Copa sem dúvida vamos levar o pleito e já está anotada aqui a sugestão e a prioridade para essa obra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Mário Augusto Lopes Moysés, Secretário Executivo do Ministério do Turismo. Eu gostaria que V. Sa. levasse ao Ministro do Turismo o nosso reconhecimento, o nosso aplauso pelo trabalho que vem realizando. Agradecer também a S. Exa. o Ministro dos Esportes, que hoje não pode aqui comparecer porque tinha um compromisso inadiável, ele gostaria dele próprio aqui estar, mas o nosso reconhecimento e os cumprimentos da Comissão de Infraestrutura. Os nossos agradecimentos ao Dr. Carlos Alberto Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro. Os nossos agradecimentos ao atleta Bernard Rajzman, ex-Ministro dos Esportes e atual Presidente da Comissão Nacional de Atletas Olímpicos e que nos orgulha pela medalha, a geração de prata do vôlei brasileiro, que nos orgulha porque foi a primeira grande conquista olímpica do desporto, não foi?

SR. BERNARD RAJZMAN: Do esporte coletivo foi.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Do esporte coletivo, foi a medalha de prata conquistada pelo vôlei brasileiro, graças ao Jornada nas Estrelas. Ninguém copiou aquele Jornada nas Estrelas, ninguém consegue copiar aquele saque Jornada nas Estrelas, é impressionante. E obrigado, sobretudo, à presença, à participação do Dr. João Havelange, ex-Presidente da Federação Internacional de Futebol da FIFA, da Federação Brasileira de Futebol e, sobretudo, o brasileiro que é mais conhecido internacionalmente nas rodas tanto políticas quanto também do esporte de um modo geral. Obrigado pelo seu depoimento.

Eu, depois, vou pedir à comissão, à secretaria, que retire somente a sua palavra nesta comissão, porque esse é um depoimento de vida, é um depoimento que eu acho que cada um de nós deve guardar até como um exemplo a ser seguido, pela sua persistência, pela sua seriedade, pela sua correção, pela sua capacidade de articulação, pela sua humildade, pela sua firmeza nos momentos em que tinha que ser firme. Esse fato que o Senador Inácio Arruda realçou diz muito bem, quer dizer, o brasileiro, o então presidente da CBF não esqueceu aquilo que foi muito mais do que uma desfeita, algo absolutamente incompreensível, um atleta

Panamericano, olímpico, brasileiro, perder a sua vida dentro da Vila Olímpica e o Governo Americano não deu nenhuma satisfação até hoje, quer dizer, então a sua firmeza de agora ter lutado contra Chicago dizendo: "Ah é? Agora eu vou dar o troco. Então Chicago não vai". Acabou não indo e chegou lá [risos]. Portanto, os nossos agradecimentos a todos os membros da comissão pela presença.

Antes de encerrarmos a presente reunião, eu gostaria de convocar os senhores membros desta comissão para a nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 26 de abril neste Plenário.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 20h53.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 26 DE ABRIL DE 2010, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas do dia vinte e seis de abril de dois mil e dez, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença do Senhor Senador **EDUARDO SUPLICY**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e, anunciando o motivo da mesma, informa que a Audiência Pública, integrando a **Agenda 2009-2015 "Desafios Estratégicos Setoriais"**, atende ao Requerimento nº 01, de 2010-CI, de autoria do Senador **Fernando Collor,** para debater sobre o Desafio: Recursos Humanos para Inovação e Competitividade. Apresentando hoje o Painel 8 – "Desafios, Necessidades e Perspectivas de Recursos Humanos na Formação e Capacitação para a Exploração e Comercialização de Gás e da Área de Petroquímica," com a presença dos seguintes convidados**: Dr. Bernardo Gradin** – Presidente da BRASKEM; **Dr. José Renato Ferreira de Almeida** – Coordenador-Executivo do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural **–** PROMINP; **Dr. John Milne Albuquerque Forman** – Presidente da J. Forman Consultoria; **Dr. Armando Guedes Coelho** – Presidente da Comissão de Energia da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN; e **Professor Eduardo Setton** – Coordenador do Projeto Galileu na Universidade Federal de Alagoas – UFAL. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usou da palavra o Senhor Senador **EDUARDO SUPLICY**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às vinte horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Comunicados.

Informo às senhoras e senhores membros desta Comissão de Serviços de Infraestrutura que no último dia 19, segunda-feira passada, realizamos o 7º Painel do Ciclo de Audiências Públicas da Agenda 2009 a 2015, que está debatendo a demanda de "Recursos humanos para inovação e competitividade". O tema desse painel foi "A necessidade de infraestrutura e de recursos humanos das cidades que sediarão os eventos: Rio+20, que será a Conferência Mundial do Meio Ambiente das Nações Unidas, que será realizado em 2012, no Rio de Janeiro, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro". Participaram como palestrantes as seguintes autoridades: Dr. Mário Augusto Lopes Moysés, Secretário-Executivo do Ministério do Turismo; o Dr. Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro; o Dr. João Havelange, ex-Presidente da Federação Internacional de Futebol, a FIFA, e da Confederação Brasileira de Futebol, a CBF; e o Dr. Bernard Rajzman, Presidente da Comissão de Atletas Olímpicos e ex-Ministro dos Esportes do Governo Brasileiro.

O primeiro palestrante foi o Dr. Carlos Arthur Nuzman, que apresentou o vídeo da candidatura do Rio como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 e o vídeo técnico do projeto vencedor Rio 2016. Ele defendeu que o Senado realize, em Plenário, a apresentação desse projeto por parte do Comitê Olímpico, por entender que o assunto envolve a participação de diversas comissões da Casa.

Inicialmente, o presidente do COB esclareceu que o conceito dos jogos baseia-se em três pilares: em primeiro lugar, a excelência técnica em todas as áreas; depois, a experiência única para todos os participantes; e a transformação de uma cidade e de uma Nação.

Entre as premissas do Projeto Rio 2016, ele destacou o alinhamento com o plano de longo prazo da cidade e os estudos de viabilidade para todos os investimentos. Nesse ponto, o Dr. Nuzman fez questão de ressaltar que a infraestrutura demandada para a realização do evento está intimamente ligada à formação

e a capacitação da mão de obra de vários setores. O Presidente do COB ressaltou que os jogos contarão com a participação de 10.500 atletas, de 205 países, em 17 dias de competição. Ele destacou também que o Rio de Janeiro já conta com 54% das instalações esportivas para a realização das Olimpíadas; 54% das instalações que serão necessárias para a realização das Olimpíadas, em 2016, no Rio de Janeiro, já estão, portanto, prontas, concluídas, levando em conta o aproveitamento da estrutura dos Jogos Pan-Americanos de 2007, sediados também na capital fluminense. As instalações adicionais somam 26% e as temporárias completam os 20% restantes.

Os novos empreendimentos para os Jogos de 2016, que contarão com a participação estimada de 300 mil visitantes e 70 mil trabalhadores voluntários na organização de 28 competições esportivas, estarão concentradas nos bairros da Barra da Tijuca, Deodoro, a região do Maracanã e na orla de Copacabana, entre outros locais. Informou, ainda, que a maior concentração de espectadores estará na área com a maior oferta de transporte público.

O Dr. Nuzman explicou que o total do orçamento para a realização dos jogos é proveniente de duas fontes básicas: do Comitê Olímpico Brasileiro, que conta com 2,8 bilhões de dólares, e da Autoridade Pública Olímpica, cuja receita soma 11,6 bilhões de dólares, exclusivos para as obras de infraestrutura e oriundos, esses recursos da Autoridade Pública Olímpica, oriundos de um consórcio entre o governo federal, estadual e municipal. O orçamento do Comitê Brasileiro para o Rio 2016 é constituído com a participação do Comitê Olímpico Internacional com 31%, da iniciativa privada com 45% e do governo com 24%. O montante do Comitê Olímpico Internacional vem de direitos de TV e do programa de patrocínios. Os três níveis de governo concordaram também em fazer um aporte de 692 milhões de dólares. Patrocínios locais, licenciamento e bilheteria completam as receitas do COB.

No campo específico da infraestrutura física, o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro demonstrou extrema preocupação com as obras aeroportuárias. Esse, inclusive, será tema da última Audiência Pública deste ciclo, que é exatamente a avaliação, a aferição da situação em que se encontram os nossos aeroportos, tendo em vista a enorme demanda de visitantes que o Brasil terá por ocasião desses eventos que serão realizados no Rio de Janeiro e no Brasil. Segundo ele, as atuais condições de funcionamento dos aeroportos do Rio de Janeiro e de São Paulo dificilmente atenderão à demanda para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Nas suas palavras, *"Rio e São Paulo são vitais. Essa é uma das mais importantes e a nossa preocupação reside exatamente nisso. Temos, ainda, anos pela frente, mas o tempo de modificação é muito grande"*. Por isso, ele defende a realização de fortes investimentos nos aeroportos das duas capitais, com a máxima e possível urgência.

Diante dessa preocupação, como disse, externada pelo Dr. Nuzman, a Comissão de Serviços de Infraestrutura já está tomando providências no sentido de requerer da INFRAERO as informações referentes ao planejamento e aos cronogramas de execução das obras dos aeroportos brasileiros, na medida em que esse problema se torna mais grave ainda se considerarmos a Copa do Mundo a ser realizada já em 2014 em 12 capitais-sede.

Quanto à questão de segurança pública, o Dr. Nuzman destacou as medidas apresentadas pelo governo estadual que tiveram um bom acolhimento dos votantes na escolha da cidade-sede e que, segundo ele, já estão sendo implantadas no estado.

Sobre os recursos humanos, o Presidente do COB chamou a atenção para o fato de que a organização dos jogos constitui um trabalho multidisciplinar que envolve empresas terceirizadas das seguintes áreas: advocacia, arquitetura, eventos, saúde, alimentação, segurança, vestuário e transporte. Como força de trabalho, o Comitê Rio 2016, que hoje já conta com cerca de quatro mil funcionários, prevê a contratação, ao longo dos próximos seis anos, de profissionais das mais diversas áreas, entre elas: planejamento, esporte, economia, eventos, comunicação, saúde, idiomas, tradução, engenharia e relações internacionais.

No tocante às estimativas e quantitativos que envolvem as Olimpíadas do Rio, o Presidente do COB apresentou ainda os seguintes dados: as novas áreas de construção permanente somam 2,7 milhões de m²; as construções temporárias somam 800 mil m²; os jogos contarão com 200 mil credenciados, sendo 40 mil jornalistas; outros dez mil jornalistas, estimativa baseada em Pequim 2008, deverão trabalhar no centro de mídia não credenciada. A frota de veículos oficiais deverá ultrapassar os 14 mil. Em Pequim 2008 foram mais de 6,5 milhões de ingressos vendidos e 220 países com acesso a mais de cinco mil horas de transmissão ao vivo. Disse ele: "Para cada R$ 1,00 gasto no PAN 2007, houve um impacto de R$ 2,1 na economia brasileira", ou seja, o retorno havido pelos investimentos feitos no PAN 2007 repercutiram no retorno de R$ 2,1 para cada R$ 1,00 investido. Cerca de 100 delegações utilizarão outras cidades brasileiras para aclimatação.

Por fim, dois outros impactos dos jogos para a economia brasileira foram sinalizados pelo Dr. Nuzman: a promoção dos destinos turísticos do País para

cerca de 300 mil visitantes e a promoção do Brasil para uma verdadeira audiência global de TV.

O Secretário-Executivo do Ministério do Turismo, o Dr. Mário Augusto Lopes Moysés, disse em sua exposição que os investimentos do governo nas Olimpíadas irão se concentrar três pontos:

1) Na promoção da imagem do Brasil no exterior como destino turístico;

2) Na capacitação e qualificação de trabalhadores, empresários e gestores públicos de todo o ramo do turismo;

3) Em mecanismos públicos de fomento ao setor de hotelaria, possibilitando a renovação do parque hoteleiro nacional e a construção de novas unidades.

Ele explicou que nos próximos anos serão investidos 90 milhões de dólares pela EMBRATUR e que em julho próximo, após a Copa do Mundo de Futebol na África do Sul, será lançada uma campanha de promoção do Brasil no exterior, com o foco em todas as TVs mundiais e, também, na internet.

O Secretário-Executivo disse ainda que até 2014 o governo pretende qualificar, até 2014 o governo pretende qualificar cerca de 306 mil profissionais para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e, também, incorporar nesse processo oito mil jovens hoje beneficiados pelo Programa Bolsa-Família.

Por sua vez, o ex-jogador de vôlei Bernard Rajzman, hoje Presidente da Comissão de Atletas Olímpicos, disse que a prática de esportes favorece a abertura de oportunidades de crianças e adolescentes em todo o mundo. Segundo ele, as Olimpíadas viraram um grande investimento para os países que o sediam e a cada edição dos jogos cresce o interesse dos países em participar das competições.

Afirmou, ainda, que em termos esportivos o Brasil evoluiu bastante desde 1990, especialmente com a criação da Secretária Nacional de Esportes, pasta que ele comandou entre 1991 e 1992, desvinculada do Ministério da Educação, que hoje está consolidada com o seu reconhecimento na forma de Ministério. Contudo, ressaltou que os recursos destinados à prática esportiva ainda são escassos, embora o País conte com centros de excelência em diversas modalidades. Destacou a importância para o esporte nacional da chamada Lei Agnelo Piva, que estabelece que 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do País sejam repassadas ao Comitê Olímpico Brasileiro e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, na proporção de 85% para o Comitê Olímpico e 15% para o Comitê Paraolímpico.

Porém, o Sr. Bernard Rajzman manifestou temer pelo futuro esportivo brasileiro, que necessita de mais incentivos, patrocínios e verbas para inserir de vez o Brasil entre as maiores potências olímpicas.

O último expositor foi o ex-Presidente da FIFA e da CBF, Dr. João Havelange, a quem mais uma vez quero agradecer, em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura, pelo compromisso assumido e cumprido com o seu deslocamento, com a sua presença em nossa Audiência e, especialmente, com o seu depoimento de vida e experiência na política desportiva mundial. Sem dúvida, foi uma honra, não só para a Comissão, mas principalmente para o Senado Federal, acredito eu, e, também, para o Congresso Nacional.

Inicialmente, o Presidente João Havelange fez questão de demonstrar e qualificar os Jogos Olímpicos no Rio como um elemento valioso e prestimoso para o desenvolvimento do País.

Sobre a Copa do Mundo, lembrou que até algum tempo atrás sua realização era restrita aos continentes europeu e sul-americano e que hoje atinge a todos os continentes, tanto que este ano estará na África ou estará em África, já tendo passado pela Ásia e pela América do Norte.

Sobre a candidatura do Rio de Janeiro para as Olimpíadas, o Dr. João Havelange lembrou que o Comitê Olímpico Internacional, do qual faz parte, possui 108 membros, sendo que 50 deles são europeus. Como Madri era uma das finalistas para 2016, a preocupação com a candidatura do Rio de Janeiro era muito grande. Para sensibilizar os membros do COI, durante a campanha ele escreveu 108 cartas do próprio punho em inglês, francês e espanhol, que são os idiomas oficiais do Comitê, mostrando que o Brasil merecia sediar os jogos, lembrando que em 2016 ele estaria completando cem anos de idade e que gostaria de receber este presente. Hoje o Dr. João Havelange tem 94 anos de idade. Desse total, ele recebeu resposta positiva de 38 membros, ou seja, de 108 cartas que ele enviou para os membros do Comitê Olímpico Internacional, ele recebeu resposta positiva de 38.

Em todo o processo da candidatura do Rio, o ex-Presidente da FIFA fez questão de ressaltar a dedicação e a importância do Presidente Lula, que se esforçou, que demonstrou todo o seu interesse, chegando mesmo a receber pessoalmente, por intermédio dele, Dr. João Havelange, 35 membros do Comitê Olímpico Internacional, um a um, durante três dias, com, segundo palavras do Dr. João Havelange, extrema paciência e simpatia. Destacou, igualmente, o que para ele foi o maior exemplo de união entre os três níveis de governo em prol de um projeto para o Brasil, no qual se envolveram, além do Presidente da

República pessoalmente, o Governador do Estado e o Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, assim como o suporte e o aval financeiros dados pelo Presidente do Banco Central.

Fez questão, também, de acentuar a capacidade de trabalho e a inteira dedicação do Dr. Carlos Arthur Nuzman na condução da presidência do Comitê Olímpico Brasileiro.

Por fim, o Dr. João Havelange assinalou sobre a certeza do crescimento turístico que o Brasil terá após a realização desses eventos. Como exemplo ele citou a França, que antes da Copa de 1998 recebia por ano 50 milhões de turistas, em média, e que depois da Copa do Mundo, depois desse evento, passou a receber mais dez milhões de turistas, ou seja, 60 milhões de turistas que têm visitado o País, ou seja, um acréscimo de 20% no fluxo turístico.

No próximo dia 03 de maio, segunda-feira, às 18 horas, nós realizaremos o nosso 9º Painel para debater sobre "A qualificação e capacitação profissional na exploração de recursos energéticos e de recursos hídricos". A Audiência contará com os seguintes palestrantes: o Dr. Marcos Freitas, Professor do Programa de Planejamento Energético e Coordenador Executivo do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais, ambos da Universidade Federal, do COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Dr. Elói Fernández, Diretor-Geral da ONIP (Organização da Indústria do Petróleo) e Professor da PUC-Rio; o Dr. Vicente Andreu, Presidente da Agência Nacional de Águas; o Dr. José Galizia Tundisi, Presidente do Instituto Internacional de Ecologia de São Carlos e ex-Presidente do CNPq; e o Dr. Arnaldo Setti, Engenheiro, Pesquisador e Consultor de Recursos Hídricos e Presidente do Conselho do Grupo AMPLA de Consultoria.

Na reunião de hoje apresentaremos o nosso 8º Painel: "Desafios, necessidades e perspectivas de recursos humanos na formação e capacitação para a exploração e comercialização de gás e da área de petroquímica". Teremos os seguintes participantes, que aproveito para desejar, em nome da comissão, as nossas melhores boas-vindas e também para convidá-los para que tomem assento à Mesa: o Dr. Bernardo Gradin, Presidente da BRASKEM; o Sr. José Renato Ferreira de Almeida, Coordenador-Executivo do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), um dos mais importantes programas de formação de mão de obra que hoje nós temos no Brasil; o Dr. John Forman, Presidente da Forman Consultoria; o Sr. Armando Guedes Coelho, Presidente da Comissão de Energia da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN); e o Professor Eduardo Setton, Coordenador do Projeto Galileu, que é um projeto da PETROBRAS, na Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Eu peço ao secretário que, por favor, faça chegar à Mesa os senhores convidados palestrantes na noite de hoje.

Iniciando os nossos trabalhos na noite de hoje, eu passo a palavra ao Professor Eduardo Setton, Coordenador do Projeto Galileu na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Vale a pena ressaltar que a Universidade Federal de Alagoas, às vezes as pessoas podem dizer: "Bom, mas é porque o Senador Presidente da Comissão é de Alagoas". Mas é que foi a Universidade Federal de Alagoas uma das cinco escolhidas, pela PETROBRAS, somente pelo critério da "meritocracia". O Projeto Galileu, ele está hoje implantado em cinco universidades brasileiras: o ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica), a USP, a PUC-Rio, a UFAL e a UFRJ.

Então a PETROBRAS escolheu a UFAL, fora desse eixo Rio-São Paulo, pela alta qualificação dos cursos que vem ministrando, sobretudo na área técnica e, também, pela excelência da administração, que vem sendo realizada pela Reitora Ana Dayse Dórea, que aqui está presente, a quem, em nome dos membros da comissão, cumprimento e parabenizamos V. Exa..

Com a palavra, portanto, o Dr. Eduardo Setton para a sua exposição. V. Sa. dispõe de exatos 20 minutos para fazê-lo.

SR. EDUARDO SETTON SAMPAIO DA SILVEIRA: Boa-noite a todos. Minha saudação e agradecimento ao Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, minha saudação também aos demais senadores presentes, à magnífica Reitora da Universidade Federal de Alagoas, Ana Dayse Rezende Dórea, aos colegas da mesa, senhoras e senhores.

Do tempo que me foi destinado à fala, usarei os dez minutos iniciais para a apresentação de um vídeo que apresenta o Laboratório de Computação Científica e Visualização da UFAL como uma contribuição do Nordeste para o País no desenvolvimento científico e tecnológico, e seu papel na formação e capacitação de recursos humanos para o setor de petróleo, gás e energia.

[exibição de vídeo]

LOCUTOR: *O Laboratório de Computação Científica e Visualização da UFAL atua na busca de soluções de problemas de engenharia utilizando recursos da mecânica computacional com trabalhos relacionados a: dutos, reservatórios, sistemas de ancoragem, risers e geomecânica.*

O LCCV surgiu a partir de um histórico de intensa colaboração com a PETROBRAS através do CENPES e com outros grandes laboratórios de importantes universidades do Brasil. A Rede Galileu formaliza essa parceria tendo como um de seus nós a UFAL, através do LCCV.

A história da construção do laboratório tem início a partir da década de 90. Nesta época, alguns ex-alunos da UFAL se pós-graduaram em grandes universidades do País. Hoje, nossas parceiras na Rede Galileu, atuando em projetos da histórica parceria entre a PETROBRAS e o TECGRAF da PUC-Rio. Aos poucos foram retornando, agora como professores e com a experiência de desenvolvimento de trabalhos relacionados ao setor de petróleo e gás. No final da década de 90, formaram um grupo de fato, agregando outros pesquisadores e criando o Laboratório de Mecânica Computacional, que, em 2006, recebeu o nome de LCCV.

O retorno desses professores coincidiu com o lançamento de vários editais CT-PETRO, onde o grupo conseguiu aprovar vários projetos junto a FINE e ao CNPq. Neste contexto, a participação na rede de modelagem computacional Norte e Nordeste e na rede risco tem um papel importantíssimo na construção da infraestrutura que viabilizou os avanços alcançados nos anos seguintes.

Nos últimos dez anos, a parceria do LCCV com o CENPES deu oportunidade à UFAL de participar de alguns projetos importantes da PETROBRAS.

Começa agora uma viagem partindo da superfície oceânica e seguindo até as camadas reservatório, onde é destacada a atuação do LCCV em várias etapas do processo de exploração de petróleo e gás. No Tanque de Provas Numérico (TPN) a UFAL desenvolveu os módulos de simulação computacional de linhas de ancoragem e risers. Este projeto marca o início de cooperação da UFAL com as demais instituições, que hoje fazem parte da Rede Galileu.

A participação da UFAL nos Projetos MONOBR e FPSOBR, na análise e projeto de linhas e risers, consolida essa parceria. Para a simulação da dinâmica não linear dessas estruturas, o LCCV desenvolveu o Framework DOOLINES. Esta biblioteca está integrada atualmente a importantes sistemas computacionais como o VisGas, Prea3D, Dynasim e TPN. No contexto da Rede Galileu, este Framework será utilizado no estudo de viabilidade técnica e econômica para a utilização de risers de materiais heterogêneos.

O LCCV auxilia a PETROBRAS no desenvolvimento de novas tecnologias para a instalação de sistemas de ancoragem de plataformas offshore, a exemplo do WEBTORP, capaz de estimar a profundidade de penetração e capacidade de carga.

Com o uso do método dos elementos discretos, o LCCV inova. Simulando o processo de cravação de estacas torpedo utilizando o PETRODEM, mais um exemplo de projeto cooperativo.

Para se chegar ao pré-al, surge o primeiro desafio: atravessar espessas camadas de rochas salinas. Ao serem perfuradas, essas formações podem promover o rápido fechamento do poço, ocasionando o aprisionamento da coluna de perfuração ou, ainda, o comprometimento da integridade do revestimento, tornando o custo de execução do poço ainda mais elevado. A estratégia de perfuração é definida a partir de diversas simulações numéricas. Em situações emergenciais essas simulações se tornam inviáveis, pois demandam tempo e conhecimento específico. Neste contexto, está em desenvolvimento o Sistema Especialista, uma ferramenta computacional capaz de estimar, em poucos segundos, informações sobre o fechamento do poço. Essa estimativa é baseada em resultados de simulações prévias em diversos cenários. Além do seu uso em situações emergenciais, este sistema pode ser utilizado durante a fase de projeto, direcionando a estratégia de perfuração a ser adotada.

Abaixo das camadas salinas, no chamado pré-sal, encontra-se o petróleo, armazenado em rochas reservatório, a cerca de seis mil metros de profundidade.

Uma das linhas de trabalho do LCCV refere-se ao desenvolvimento do Sistema Poro, que realiza análises numéricas acopladas do comportamento mecânico dessas rochas influenciado pelo fluxo de hidrocarbonetos.

Essa viagem mostra as áreas de atuação do LCCV no processo de exploração do petróleo e gás. Os projetos transversais dão suporte às aplicações de engenharia, promovendo recursos em: computação de alto desempenho, visualização e computação em grade. Apoiando esses projetos, a infraestrutura de supercomputação da Rede Galileu, a Grade BR, deverá figurar entre as três maiores do hemisfério sul, com a capacidade atual de 160 teraflops.

O LCCV vem cumprindo também seu papel na formação de recursos humanos. Nos últimos dois anos, cinco dos nossos melhores engenheiros foram absorvidos pela PETROBRAS, distribuídos, hoje, na UN-SEAL, CENPES e UM-BC.

O curso de engenharia civil da UFAL obteve no último ENAD a maior nota entre todos os cursos do Norte e Nordeste, e ficou entre os melhores do País.

O LCCV se orgulha muito de fazer parte e de contribuir para este sucesso.

Crescendo a cada ano, o nosso time é formado, atualmente, por aproximadamente noventa membros, entre doutores, mestres, engenheiros e estudantes de graduação e de pós-graduação. Importantes programas de pós-graduação da UFAL participam do LCCV, contribuindo fortemente na composição dessa equipe.

O LCCV, como um dos nós da Rede Galileu, apresenta a sua nova sede, dotada de uma infraestrutura que contempla: salas de projetos, salas de aula, auditório, sala de visualização e um dos maiores clusters do País.

Há 30 anos a exploração de petróleo no Brasil tinha um grande desafio: extrair o imenso volume de óleo que se encontrava em águas profundas. A PETROBRAS, com o apoio das universidades brasileiras, superou esse desafio. Hoje, o País tem um desafio ainda maior: o pré-sal. Neste cenário, nasce a Rede Galileu. O LCCV, como um dos nós dessa rede, agrega uma grande infraestrutura à excelência e motivação de sua equipe para continuar atendendo as demandas e desafios tecnológicos colocados para o nosso País.

Afinal, para nós também o desafio é a nossa energia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Parabéns, Professor Setton. Pode continuar.

SR. EDUARDO SETTON SAMPAIO DA SILVEIRA: Obrigado. A PETROBRAS, através do seu Centro de Pesquisa, o CENPES, buscou ao longo dos últimos anos trabalhar junto com as universidades brasileiras num modelo que tem um importante papel no processo de formação de recursos humanos. Vou apresentar aqui um pouco de como que esse modelo funciona.

A PETROBRAS, ao longo desse anos, trouxe uma série de desafios de engenharia para as universidades brasileiras em diversas áreas – o próximo -, como os senhores estão vendo. A UFAL tem participado deste processo – o próximo – a partir do LCCV, que faz parte da Rede Galileu – o próximo -, junto com essas universidades que estão aqui apresentadas. Posto o desafio – o próximo – a busca pela solução passa por essas importantes alianças tecnológicas feitas pela PETROBRAS. Nesta aliança, todos trabalham de forma integrada na solução de problemas, envolvendo sistematicamente nesse processo engenheiros e técnicos da PETROBRAS com professores, pesquisadores e alunos de pós-graduação e graduação, que utilizam – por favor – todo o conhecimento e ferramentas disponíveis na busca da solução, via de regra encontrando essas soluções que geraram e geram importantes protótipos, produtos e processos que foram e são utilizados pela empresa ao longo dos últimos anos. O próximo, por favor.

Além das soluções encontradas e dos produtos gerados, o envolvimento de tantas pessoas na busca das soluções contribuem fortemente para a capacitação e formação de recursos humanos especializados para o setor – o seguinte -, gerando, como os senhores estão vendo, produtos de alta qualidade, competitivos internacionalmente, com grande valor agregado, é exatamente o recurso humano que é formatado nesse cenário, nesse ambiente. Têm-se ainda como aspectos positivos desde modelo a melhoria da infraestrutura e das condições de trabalho dentro das universidades brasileiras.

Para que possamos trabalhar de forma mais eficiente, sustentável e competitiva, ainda temos muito a melhorar, e com a participação de outras empresas a esse modelo, a legislação e a burocracia envolvida nos processos de aquisição de bens e de serviços nos tira o foco e a competitividade, quando, por exemplo, levamos um tempo enorme para adquirir um equipamento que, muitas vezes, quando chega, já não é o mais moderno, atrasando resultados e comprometendo alguns estudos. A participação e o desgaste de um pesquisador num processo como esse tira completamente o foco principal da nossa atividade-fim. O próximo, por favor.

Como os senhores puderam observar no vídeo de hoje, fazemos parte da Rede Galileu junto...

Então como o modelo anterior que eu apresentei, a gente está propondo aqui algumas melhorias que podem ser feitas para melhorar esse modelo, que já é um modelo de sucesso. No entanto, a gente está apresentando como proposta para a melhoria desse modelo a participação efetiva de novas empresas de algumas áreas aí, petróleo, gás, petroquímicas e outras, a geração de mais produtos e patentes atrelados a esse desenvolvimento tecnológico e, principalmente, essa relação de legislação e a parte burocrática envolvida no processo, que já foi mencionado aqui, a relação entre as empresas, fundações e universidades, porque corre o risco de a gente ter um aporte grande de empresas nos próximos anos de investimentos em ciência e tecnologia e, de repente, a gente não ter ou demorar muito a gastar e a conseguir construir. Fazer acontecer, na verdade. O próximo, por favor.

Como os senhores puderam observar no início do vídeo, hoje fazemos parte da Rede Galileu junto a esse seleto grupo de instituições, mas para que pudéssemos chegar aonde chegamos, algumas

oportunidades e decisões como essa, que estão aí colocadas em tela, nos deram uma condição diferenciada. Esta política de investimento de 40% em programas de fomento à capacitação e desenvolvimento científico e tecnológico nas regiões Norte e Nordeste, que vem desde 1997, então uma série de projetos que nós aprovamos de lá para cá, além da competência da equipe, tiveram políticas como essa, que foram muito importantes, e alavancaram o laboratório, de forma que contribui significativamente para a diminuição nas desigualdades no País no âmbito da ciência e tecnologia. Assim como o LCCV, outros núcleos importantes foram criados no Norte e Nordeste do País a partir desta política, diminuindo um pouco essa desigualdade e nos colocamos em condições de contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico e formação de recursos humanos para o Brasil.

Especificamente sobre questões relacionadas à formação de recursos humanos e capacitação, e reforçando a sua importância, que já é do conhecimento de todos, hoje o País tem o grande desafio do pré-sal, que vai demandar mão de obra especializada para atender diretamente a empresa do setor. Além disso, precisamos de mão de obra para sustentar o crescimento do País que será gerado pelo pré-sal, com obras de infraestrutura, que são tão importantes dentro do País. Precisamos, também, de mão de obra para formar recursos humanos, professores em todos os níveis. Hoje a gente passa por um fenômeno interessante, que em função da grande demanda por engenheiros de empresas e contratação de novos professores nas universidades, a gente tem tido uma baixa procura e uma grande evasão nos cursos de mestrado e doutorado. É claro que o número de mestres e doutores no País nos últimos anos, ele aumentou sensivelmente, mas ainda está muito aquém do desejado e a gente precisa também de mão de obra para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento, como o que os senhores acabaram de ver no vídeo.

Nesse sentido da formação de recursos humanos, a Universidade Federal de Alagoas tem procurado cumprir o seu papel, com ações que têm impacto na formação de recursos humanos, como a abertura de novos cursos de engenharia, como a engenharia de petróleo, que terá início em 2011, que faz parte do Projeto REUNI, e a participação efetiva de vários programas, como os senhores estão vendo aí.

As ações da UFAL não estão limitadas ao campus da capital. Com o processo de interiorização da universidade, o LCCV tem apoiado diversas iniciativas como a implantação – o próximo – no Campus Arapiraca, onde foi instalado um laboratório de hardware de alto desempenho. O próximo.

Agora eu vou levantar aqui algumas questões relevantes e desafios na formação de recursos humanos. Como eu já falei antes, há grande demanda do mercado por engenheiros. Concursos em outras áreas do setor público, com melhores salários, afastam excelentes profissionais da engenharia do mercado e da universidade. Como eu também já coloquei, um dos primeiros problemas que a gente tem quando cria um curso novo é a dificuldade na contratação de professores com um bom nível de qualificação. Essa demanda é uma coisa boa, mas tem gerado uma evasão e baixa procura pelos cursos de mestrado e doutorado na engenharia. Algo precisa ser feito no sentido de tornar a universidade mais atraente para a absorção de profissionais bem qualificados e incentivar e induzir de alguma forma cursos de mestrado e doutorado para atender as demandas do mercado e alimentar, além das empresas, que são importantes, as escolas, os institutos de pesquisas e universidades com profissionais de alto nível.

Hoje a gente tem a seguinte realidade no País, que já é consenso: formação de poucos engenheiros. Porém, existe um paradoxo aí: a existência de cursos de engenharia de alto nível, que vem formando excelentes profissionais espalhados pelo Brasil. O aumento da demanda de profissionais da engenharia deve gerar nos próximos anos um grande crescimento na oferta de cursos no País. É fundamental que seja mantida e melhorada a qualidade do engenheiro formado no Brasil. A preocupação é que, em função da grande demanda, não podemos pensar somente na quantidade; qualidade é fundamental. É importante que sejam feitos grandes investimentos na formação básica, com a melhoria das condições de infraestrutura para cursos de graduação em engenharia. O investimento apenas em pesquisa de ponta não resolve todos os nossos problemas.

Então têm algumas ações estratégicas que a gente está propondo nessa formação de recursos humanos: apoiar a formação e consolidação de centros de pesquisas vinculados a universidades públicas, fomentados por empresas privadas, estatais e ancorado na produção de resultado, como é o caso do LCCV, só que isso precisa ser ampliado em vários locais do País; a participação de outras empresas, como eu já coloquei [soa a campainha] e estou reforçando, seguinte o exemplo de sucesso da PETROBRAS no apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico e formação de recursos humanos no País a partir de alianças tecnológicas. O próximo.

Para deixar aí uma reflexão, para encerrar a minha fala, talvez o maior desafio que esteja posto para o nosso País não seja simplesmente extrair o hidrocarboneto da camada do pré-sal e, sim, extrair em grande quantidade e com qualidade das nossas salas de aula jovens capazes de transformar o pré-sal em tudo o que realmente esperamos deles. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Professor Setton, que em vinte minutos nos deu uma visão muito clara, na ótica da Universidade Federal da Alagoas, da necessidade da formação e qualificado de mão de obra especializada para atendermos ao grande desafio que temos pela frente com a descoberta da camada do pré-sal.

Continuando a nossa reunião de hoje, eu passo a palavra ao Dr. Armando Guedes Coelho, Presidente da Comissão de Energia da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), para as suas palavras. V. Sa. dispõe de 20 minutos para realizar a sua apresentação.

SR. ARMANDO GUEDES COELHO: Obrigado e boa-noite aos senhores, Senador Fernando Collor, Presidente da comissão, Senador Suplicy, demais presentes aqui nessa reunião. É uma satisfação para mim poder trazer a vocês uma abordagem que é uma abordagem mais no campo, vamos dizer assim, estratégico, de como é que nós devemos viver essa questão do pré-sal e como é que nós devemos nos posicionar em relação a isso a nível de futuro em função dos desafios que isso representa e da importância que isso é para o Brasil. Então é muito nessa linha que eu vou procurar fazê-lo. Vamos adiante, por favor.

Eu procuro, inicialmente, mostrar uma coisa que eu acho que muita gente já sabe, mas ter uma ideia de como que era o Planeta Terra, vamos dizer assim, que deu origem a essa formação do pré-sal. Isso foi muito discutido aí no mundo de uma maneira geral no final do Século XIX, Século XX, como que era o planeta, devia ser uma placa só. Vai, por favor, passando, para vocês sentirem o modelo que foi desenvolvido, mostrando principalmente essa região, que era a junção da África com o Brasil, de como que os continentes foram se separando e que deu origem à formação do pré-sal nessa área em função do depósito de matéria orgânica, que tanto na África como no Brasil havia. Vocês sabem o que petróleo é um produto químico orgânico e que não haveria condições de formar petróleo se não houvesse deposição de matéria orgânica. Em função disso, durante esses 160 milhões de anos, com essa deposição de matéria orgânica houve condições de formação de petróleo que deram origem ao pré-sal. Foi descoberto no Brasil, mas há fortes indicações, a grande parcela estar na costa brasileira, mas há fortes indicações de que também no oeste da África você teria um pedaço dele, menor que o do Brasil, mas com certeza também tendo alguma coisa. E as grandes companhias estrangeiras já estão interessadas e já fizeram alguns acordos lá com Angola, por exemplo, no sentido de ter uma certa participação, uma certa supervisão, uma coordenação no desenvolvimento dessa região. Vamos adiante, por favor.

Aqui é um modelo muito simplificado para procurar mostrar como é que foi a questão do pré-sal. Um dado que é muito interessante é que aqui no pós-sal... Aqui é a Bacia de Campos. Então o que os geólogos afirmam, hoje com uma boa fundamentação, é que todo o petróleo foi formado lá embaixo, no pré-sal, e com os movimentos tectônicos que aconteceram durante alguns milhões de anos houve a abertura de algumas janelas e houve o vazamento de petróleo dessa região, que veio [ininteligível] a Bacia de Campos. Eles afirmam, como eu disse, com muita precisão em termos de dados, que seria um vazamento, uma parcela de vazamento do óleo do pré-sal. Vamos para frente, por favor.

Aqui tem a famosa "picanha", como ela é chamada, que é mais ou menos a formatação de toda a região do pré-sal, que vai da costa do Espírito Santo até Santa Catarina. Tem cerca de 800 quilômetros de cumprimento nesse sentido e aqui, em determinados locais, tem 400 quilômetros, em média entre 80 e 100 quilômetros de largura. Então, realmente, é uma área fantasticamente grande. A espessura, quer dizer, 800 quilômetros de cumprimento por 80 ou 100 quilômetros de largura e com uma espessura que viria de 80, em alguns casos até 800 metros, vocês imaginam o volume que isso pode conter, vamos dizer assim, em termos de matéria-prima. E uma indicação extremamente importante que tem acontecido é que praticamente em quase todos os poços perfurados deram positivos. E com um detalhe que eu acho que é muito interessante, eu trabalhei nessa área muitos anos: as características do petróleo encontrado são extremamente semelhantes, muito parecidas. Se não fosse indicado que era de um poço diferente, provavelmente haveria uma afirmação de que seria o óleo produzido no mesmo lugar, ou seja, dá uma indicação de continuidade. Essa que é a grande conclusão que se tira quando você verifica que as perfurações acontecidas têm uma característica muito parecida, muito parecida. Vamos para frente.

Aqui tem uma disposição de qual é o modelo que está sendo utilizado para o escoamento experimental

do Campo de Tupi, que foi a grande área descoberta inicialmente, com duto para juntar com o que já foi desenvolvido na área de Mexilhão e que entraria em São Paulo através dessa unidade de tratamento de gás lá na Baixada Santista. É impressionante o trabalho que está sendo feito aqui. A ideia é interligar o Campo de Tupi com o Campo de Mexilhão para você fazer esse teste piloto. Está programado um teste definitivo para começar agora em outubro e o fato que eu acho para vocês sentirem a potencialidade disso, eu, particularmente, fui responsável por mais de quinze anos na importação de petróleo, na época que o Brasil importava 80% ou 100%, a coisa que mais me marcava era ver a produtividade dos campos na Arábia Saudita. Pois bem. Em testes efetuados em alguns campos na área de Tupi, teve poços que deram mais de 50 mil barris por dia de produção. O maior poço de petróleo do mundo está na Arábia Saudita, no Campo de Ghawar, que produz 90 mil barris por dia. E esses poços que deram 50 mil barris por dia aqui no Brasil, não deram mais porque havia limitação de equipamento. Eles não têm ainda um fato determinante em saber qual é o limite de produção por poço porque os equipamentos utilizados na época, o máximo que eles permitiam seria 50 mil barris. Isso dá uma indicação da potencialidade dessa área que, evidentemente, se não toda, mas boa parcela dessa região que nós estamos falando também teria algo parecido. Vamos adiante.

Aí vem o que eu acho que seria talvez o grande interesse aqui de colocar para vocês. Os grandes desafios para nós, vamos dizer assim, tornar disponível e palpável essa descoberta. Eu equacionei aqui pelo menos quatro, que são, vamos dizer assim, desafios de grandeza absurdamente grande. Primeiro, um equacionamento financeiro; depois, um equacionamento tecnológico, embora esse aqui esteja bastante desenvolvido, mas há alguma coisa ainda pelo menos para fazer; recursos humanos, que foi a abordagem feita aqui, que é realmente dramático, é uma coisa realmente dramática; e, por último, o equacionamento logístico.

Rapidamente, equacionamento financeiro. Para os senhores terem uma idéia, as indicações, evidentemente, ainda não tem dados definitivos, mas fala-se com fundamentação bastante razoável que as reservas nessa região seria de pelo menos de uns 50 bilhões de barris, podendo chegar em condições normais aí a 100 e numa situação otimista a 150 bilhões de barris, o que colocaria o Brasil entre as quatro ou cinco maiores reservas mundiais de petróleo, se equiparando ao Irã, Iraque, etc. Os dados que se dispõe a nível de mercado mundial é que você gasta algo como que dez dólares, dez a doze dólares para explorar cada barril de reserva descoberto. Então se nós estamos falando em 50 bilhões de barris mínimo, nós estaríamos falando em algo como 500 bilhões, 600 bilhões de dólares de necessidade de recursos para a gente colocar isso em produção. Se estivermos falando em 100 bilhões, nós vamos para mais de um trilhão de barris. Então é um número, realmente, fantasticamente grande e, com certeza, nós, brasileiros, não dispomos desses recursos para fazer isso. Então nós temos que ter muito juízo na maneira de tocar isso para tornar essa coisa verdadeira. Então esse é um desafio realmente imenso.

O equacionamento tecnológico. A minha relação com essa área é uma relação muito antiga e eu diria que está bastante bem equacionada. Não há grandes obstáculos a se transpor. Há muita coisa a ser melhorada, como foi aqui mencionado, mas já se produz, já se sabe como produzir. Então o que vai ter que ser feito é você aumentar a eficiência, a velocidade. Por exemplo, só para vocês terem uma ideia, o primeiro poço nessa área demorou mais de dois anos para ser feito e custou quase 300 milhões de dólares. Hoje se faz um poço em sessenta dias com cerca de 60 milhões de dólares, ou seja, o avanço feito foi descomunal no que diz respeito ao conhecimento de como conduzir isso, mas o domínio que teve que se fazer numa série de problemas que teve aí foi fantástico. Então é um problema que existe, mas eu diria que não é o maior dos problemas.

O equacionamento de recursos humanos, mais na frente eu faço uma abordagem um pouco mais detalhada sobre isso, é realmente um desafio gigantesco. A conclusão que se chega nos meios que a gente discute esse assunto é que, infelizmente, o Brasil não estaria, vamos dizer assim, preparado para suprir em número e em quantidade a demanda que você vai ter nessa área de recursos humanos, porque uma coisa não pode ser esquecida: não pode haver erro. A exploração disso é em alto mar, 300 a 400 km da costa, alta profundidade. Então é erro zero. Em erro zero tem que se ter um conhecimento, uma precisão incrivelmente grande para que essa coisa possa ser conseguida com erro zero, porque se acontecer um acidente num negócio desses, realmente o dano é descomunal. Então não se pode trabalhar com erro nisso.

E, por fim, um equacionamento logístico. Vocês não têm ideia da dificuldade logística que é para você fazer face a uma produção a 300, 400 quilômetros da costa, com essas características aí dessa produção. Só para ter uma ideia, por exemplo, os helicópteros não conseguem ir e voltar, eles não têm autonomia

para fazer isso. E você tem que levar combustível, você tem que elevar alimento, você tem que levar gente, você tem que ter hotelaria, você tem que ter tudo, quer dizer, então está se discutindo toda uma logística [ininteligível]... A conclusão que se tem é que a logística atual não atende a esse desafio do pré-sal. Tem que haver uma mudança de concepção em relação à logística. Está se trabalhando em vários modelos, criar ilhas artificiais no meio do caminho, enfim, há realmente uma gama de alternativas que estão sendo discutidas, mas tem que ser avançar nisso. Isso não quer dizer que não possa ser produzido. Vai ser produzido, mas numa condição extremamente mais complicada e mais custosa do que seria se nós conseguíssemos um modelo um pouco mais preparado. Então esses seriam os desafios. Vamos adiante.

Aqui eu procuro relacionar... Na área de equipamentos é realmente fantástico o que vai se demandar: barco de apoio, é um número absurdo; plataformas, cada plataforma dessa beira bilhão de dólares de custo; navios de grande porte, é imenso, a contratação de quarenta navios, dos quais doze já foram colocados e 28 ainda para ser construídos; os estaleiros nossos não têm capacitação para atender a esse tipo de demanda. Enfim, esse é um problema extremamente complicado que está sendo procurado ser tratado e resolvido, mas é uma demanda fantasticamente grande nessa área. E equipamentos de alta sofisticação. Vamos adiante.

Na área de gás. Já foi feito muita coisa, tem muita coisa por fazer, dutos, estações de compressores, usinas de plantas de gás natural. É realmente imenso, as térmicas que vão ser instaladas. Uma coisa que acho que vocês já ouviram falar: é quase que impossível você trazer gás dessa distância para a terra. Então estão se estudando alternativas de se liquefazer o gás ou de criar condições de o gás ser utilizado lá nas próprias plataformas ou para geração térmica ou para fazer indústrias que industrializam o gás e transformam ele em carga seca para ser transformado. Enfim, está se estudando uma série de opções para o gás em termos de [ininteligível], porque dentro das condições atuais de meio ambiente não dá para você queimar o gás. Para você produzir o petróleo, você tem que dar uma utilização para o gás. Então o gás é um grande desafio. Vamos adiante.

Aqui eu procuro também mostrar em termos de equipamentos. É uma demanda realmente absurdamente grande: dutos, tanques, bombas, compressores, turbinas. É um negócio realmente que o Brasil não teve... Veja, esses números colocados aí são para os já descobertos. Não está colocado aí as novas áreas. Só para vocês terem uma ideia, o que já foi descoberto, as áreas colocadas em licitação que foram descobertas é menos de 30% do total da tal "picanha" que eu mencionei(F)... Então tem 70% para ser ainda explorados e isso que está colocado aqui é para atender a esses 30%, 27% para ser mais preciso, já que foi descoberto. Vamos adiante.

A nível de pessoal. É impressionante a demanda prevista de empregados na cadeia de [ininteligível]: 112 mil empregados. Na área de engenharia, construção civil, manutenção. Por exemplo, soldadores, 80 mil soldadores, e soldadores de alta sofisticação, não é qualquer soldador que pode atender a uma condicionante desse tipo. Você precisa ter muito e de altíssima qualificação em função daquela colocação que não pode haver erro em relação a isso. Vamos adiante.

Na Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro nós temos procurado, vamos dizer assim, estar--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, só para... Eu acho que no quadro anterior--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Eduardo Suplicy.

SR. ARMANDO GUEDES COELHO: Por favor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Dr. Armando Guedes Coelho, o senhor mencionou 2008 e informou que está havendo um crescimento significativo. Para 2010 já teria aproximadamente... Como é que está a evolução?

SR. ARMANDO GUEDES COELHO: Não, não, ela está ainda, senador, dimensionando-–

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas houve uma mudança, pela informação que o senhor tem, houve já uma mudança significativa para 2010, por exemplo?

SR. ARMANDO GUEDES COELHO: Não, a demanda continua crescente, mas ela não tem os números finais ainda em função aí da orçamentação que ela está fazendo em termos de investimento. Isso é uma coisa que está em andamento ainda.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. ARMANDO GUEDES COELHO: Mas a perspectiva é realmente explosiva em termos de demanda nessa área. Vamos adiante.

Então a Federação da Indústria do Rio de Janeiro tem procurado trabalhar muito nesse sentido de prover esses recursos humanos: treinamento de mão de obra especializada, simulador de lastro(F) de emergência em plataformas, simulador de processos em unidade de produção, um centro de treinamento de atmosfera explosiva, que é outra coisa extremamente... Nós va-

mos ter aí nas plataformas, na plataforma continental brasileira, mais de cem plataformas de produção e operação. Então é um problema complicadíssimo a nível de manutenção de risco. Por exemplo, a Marinha, como é que a Marinha vai fazer o patrulhamento disso? Vocês sabem que todas as verbas da Marinha estão contingenciadas. Então a Marinha tem muito poucas embarcações para fazer isso. É um problema de segurança enorme que o País tem, problema de soberania que nós temos que olhar, porque nós estamos a 300, 400 km da costa. Há discussões em termos de até que área isso é soberania ou não.

Então nós temos que... Nós, quando eu falo, nós, Brasil, temos que prestar muita atenção nessa questão. Mas o fato é que em termos da federação, o sistema FIRJAN tem promovido capacitação de mão de obra especializada para o mercado de diversas empresas, contribuindo com a [ininteligível] local, mas a demanda é substancialmente maior do que a capacidade que nós temos de gerar.

Então como colocou aqui a universidade lá de Alagoas, o Brasil tem que fazer isso de uma maneira multiplicada, não é um estado só que vai dar conta de fazer isso, não. Vão ter que generalizar o esforço no sentido de suprir. E, infelizmente, eu tenho uma perspectiva que eu diria que não é boa. O Brasil vai ser um importador de mão de obra, que eu acho que é um negócio, realmente, extremamente preocupante, se nós não termos dermos conta de resolver isso, porque a indústria, na medida que ela tiver necessidade, se não tiver aqui ela vai buscar fora. Vamos adiante.

Então eu coloco aí para a reflexão de vocês um pouco desse aspecto. O pré-sal é um projeto estratégico de longa duração, de vinte a 25 anos. Na indústria de petróleo não se faz nada de curto prazo. Então nós estamos falando em coisa para 2030, 2040. O mundo, eu não sei se infelizmente ou felizmente, em 2050, todos os dados que se dispõe, em termos de energia total que o mundo vai consumir, pelo menos 50% ainda vai vir da área de petróleo e gás. É uma realidade que não tem como fugir. Não há nenhum tipo de condição de fontes alternativas de suprir nesse horizonte a demanda. Então essa é uma demanda que vai ser extremamente importante. Então é um projeto de longa duração. E a sustentabilidade de um projeto desse tipo, ela está irreversivelmente associada à nossa capacidade, eu digo de País, de criar um ambiente de atratividade em investimentos internos e externos. Regras claras, vocês que estão discutindo aqui a nível de Congresso, é muito importante. Eu trabalhei nessa área durante mais de trinta anos. Qualquer decisão de qualquer empresa onde investir, ele precisa ter convicção de que o investimento é um investimento duradouro, que as regras são regras que vão ser cumpridas, que não vai haver mudança, que aquilo que for ajustado é para valer, porque senão eles não fazem esse tipo de coisa(F). O interesse é brutal, eles têm um interesse enorme em vir, mas é importante que eles tenham a convicção de que aquilo que nós estamos estabelecermos são regras para valer.

E aí vem um aspecto que eu acho que valeria a pena chamar a atenção: o desenvolvimento do pré-sal é de altíssimo interesse nacional e mundial, não é só para o Brasil. Petróleo é uma coisa que tende a crescer de preço, claramente tende a crescer de preço por razões óbvias, não dá tempo aqui de a gente entrar nessa discussão, mas não tem nenhuma razão, não tem nenhuma condição do petróleo ser mais barato, e na medida em que ele ficar caro é complicado. A demanda mundial, você pega os Estados Unidos, por exemplo, 2/3 do consumo americano é importado. As áreas que produzem petróleo são áreas conflituosas no oriente médio. Então é a *commodity* mais estratégica que existe no mundo hoje, o petróleo, e vai ser nesse horizonte 10, 20 anos. Então a gente tem que ter muita atenção em relação a como tratar essa questão. E se nós tivermos juízo e fizermos isso bem feito, isso pode colocar o Brasil numa posição ímpar, invejável no contexto mundial.

Aí eu procuro estabelecer uma coisa que eu acho que é muito importante: o Brasil vai ter baixa população. Em 2050, a perspectiva do mundo é de ter uma população de 9,5 bilhões de habitantes, hoje está em torno de 6 bilhões, quer dizer, crescendo mais de 50%. Os especialistas dizem o que planeta não comporta esse número de gente. E o Brasil, nessa época, teria algo como 230 milhões de habitantes, ou seja, menos que a população atual dos Estados Unidos; os Estados Unidos tem 290 milhões de habitantes. Então o Brasil vai ter uma baixa população, considerando no mundo uma população absurdamente alta. Um grande produtor de alimentos, obviamente todo mundo tem conhecimento disso, e pode ser um gigante produtor de energia. Então é uma oportunidade que, talvez, a história não dê para nós outra igual a essa. Nós temos que ter muito juízo para fazer isso. No último slide eu procuro colocar isso. Por favor, passe.

Exatamente isso: o mundo num excesso de população, escassez de energia e escassez de grãos. O Brasil está exatamente numa situação oposta a que o mundo está. Eu costumo brincar que é capaz de nós termos que construir um muro aqui para que nós não sejamos invadidos aí pelo resto do mundo.

Então é importante, muito importante, essa é a mensagem que eu procuro trazer a vocês, que é um

potencial gigantesco, está nas nossas mãos e nós temos que ter muito jeito e muito juízo na maneira de tratar isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Armando Guedes Coelho, Presidente da Comissão de Energia da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN).

Passamos, em seguida, a palavra ao Dr. José Renato Ferreira de Almeida, Coordenador-Executivo do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP).

SR. JOSÉ RENATO FERREIRA DE ALMEIDA: Presidente, muito obrigado pelo convite, é uma honra estar aqui no Senado para falar [ininteligível], também ao Senador Suplicy, companheiros de Mesa, senhoras e senhores.

O PROMINP significa Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás. Ele é um programa que tenta maximizar, o objetivo nosso é maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços em bases competitivas e sustentáveis na implantação de projetos de óleo e gás no Brasil e no exterior, ou seja, traduzindo, é maximizar a participação de empresas brasileiras e de pessoas na produção de bens e serviços demandados pelo setor de petróleo, mas não incorrendo em erros do passado, que foi em bases protegidas. Agora o que se busca é a competitividade da indústria mesmo. O seguinte.

Esse programa, ele foi criado pelo Decreto-Lei 4.925, de 19 de fevereiro de 2003. Nessa época, o Brasil começava a aumentar os investimentos no setor petróleo e o que se buscava era desenvolver a competitividade da nossa indústria aqui no Brasil para fazer frente a isso.

Esse quadro, na verdade, ele sinaliza a evolução dos investimentos da PETROBRAS no Brasil, que é a grande força motriz de todo esse cenário. Aqui a gente tem a escala de milhões(F) de dólares, aqui a gente tem por ano. As empresas de petróleo, a PETROBRAS, em particular, existe um programa quinquenal de investimento, que em 2003 o plano quinquenal de investimentos por cinco anos seguintes da PETROBRAS, no período de 2003 a 2007, sinalizava um investimento no Brasil, média por ano, de 5,8. Em 2006 saltou para quase 10, em 2007 para 15, em 2008 para quase 20 e em 2009 para 31,6. E o que é que tem ocorrido com isso? Então os desafios são crescentes, efetivamente. Pré-sal, ele começa a aparecer nessa barra aqui, até aqui não tinha pré-sal. O seguinte.

O que é que aconteceu? Efetivamente os investimentos estão ocorrendo. Essa barra escura aqui são as barras dos investimentos que têm ocorrido ao longo desse tempo. Então a nossa indústria tem sido confrontada, Sr. Presidente, com demandas crescentes, desafios crescentes e compete à gente ter competência de mobilizar a nossa gente, a nossa indústria, as nossas pessoas, para estarmos preparados em tempo de fazer frente à demanda que se vê(F).

Então qual foi o nosso primeiro desafio? É traduzir o bilhão de dólares que os economistas falam com toda a imponência e faz jus ao número. O que é que significa efetivamente isso? Significa um conjunto de projetos. Então a gente acompanha, por exemplo, que em exploração e produção cada linha dessa, é um projeto que no ano de 2004 a 2008, era nesse conjunto de projetos aqui de exploração e produção. Então o bilhão de dólares se traduz, objetivamente, em conjunto de projetos que tem início, meio e fim. A cada ano a gente vai revisando, vai acompanhando o programa de investimentos. Pode ir.

No ano seguinte, novos projetos, novos projetos, novos projetos. E, finalmente, nesse último ano, o laranja, é esse conjunto de projetos. Aqui a gente nota já um aumento significativo já devido ao pré-sal, aqui embaixo, e projetos que ocorreram efetivamente aqui. A gente mantém só um histórico disso aqui. Da mesma forma que exploração e produção, a gente também identifica os projetos de abastecimento. Aqui refino e petroquímica. Aqui para cada linha dessa é um projeto, é uma planta industrial e aqui a cada ano a gente tem aqui o conjunto de projetos programados para o período. Alguns são reprogramados, outros acontecem e novos são higidez. A terceira área, gás, energia e transporte metroviário(F), também a gente vi aqui a cada ano um aumento dos projetos. Em alguns anos houve essa reprogramação, em outros houve um aumento substancial de investimentos. Essa aqui é a configuração atual. E, por último, mas não menos importante, os navios. A gente passou de 2004 até o ano passado apenas reprogramando o início das construções dos navios, a gente estava fazendo ainda o ajuste de infraestrutura de produção, que são os estaleiros. E finalmente no último ano agora já entrou também aqui pesadamente o pré-sal, já com barcos de apoio e tudo mais. Então essa é a configuração que a gente tem. Então bilhões de dólares, conjuntos de projetos e a gente passa a fazer um diagnóstico da nossa indústria, o que é que a nossa indústria é capaz de prover, os bens, os recursos necessários para implantar esses projetos.

Então nessa carteira de projetos a gente identifica a necessidade de pessoas para fazer isso, re-

cursos, materiais e equipamentos para fazer esse projeto e infraestrutura de produção necessária para tocar isso aqui no Brasil. Pessoas. Pode ir.

Juntamente com a indústria, nós identificamos, já que no PROMINP participa não só o governo, assim como as empresas de petróleo, mas também todas as associações empresariais produtivas, ABM, ABCE, ABDIB, ABIMAC, ABITAN, SINAVAL(F). Então, juntamente com as classes empresariais e federações também, CNI, se identificam quais são as categorias profissionais que nós temos que trabalhar para fazer frente aos projetos e nós conseguirmos alocar em cada região do País onde os projetos vão ocorrer. Com isso nos permite identificar demandas necessárias de pessoas em cada região que os projetos vão correr. Porque uma das premissas do programa, Sr. Presidente, é que as demandas que a gente tem em cada região sejam atendidas por pessoas da região, treinadas por pessoas da região, que é exatamente a aspiração legítima dos governantes aí. Muito bem, pode ir.

Então nós iniciamos isso aqui em 2006 e nós fazemos, para evitar então locomoção de pessoas de um lugar para fazer prova em outro, a gente oferece os cursos num determinado período, por exemplo, ciclos semestrais, a gente faz uma seleção nacional no mesmo dia em todo o País. No primeiro ciclo nós oferecemos 11 mil vagas, no segundo 24 mil, no terceiro 22 mil, no quarto 40 mil e os cursos foram sendo executados. Os recursos necessários para esse programa aqui monta da ordem de 300 milhões; pessoas, confere com o número que o Dr. Armando mostrou aqui, 112 mil; localidades, nós estamos falando de 17 estados e 34 diferentes cidades; cerca de mil cursos, 6.400 turmas e 71 entidades de ensino envolvidos. Nós estamos usando o melhor aparato brasileiro de ensino profissional: nós estamos falando de Sistema SENAI para cursos de nível básico, Sistema CEFETES para cursos de nível médio e técnico e escolas de nível superior, as universidades federais, para os cursos de nível superior. Esses recursos, eles estão vindo preponderantemente da PETROBRAS, também tem uma participação importante do Ministério do Trabalho através de recursos do FAT para cursos de construção civil e, também, uma parte do MCT, mas a PETROBRAS responde por mais de 93% do total. Muito bem.

O plano de negócio de 2008 a 2012, eu acho que eu vou de uma certa forma responder aqui a uma questão o que Senador Suplicy colocou--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite, presidente, no quadro anterior, quando o senhor mencionou os cursos de primeiro, segundo, terceiro e quarto ciclo, respectivamente, as pessoas que se inscrevem nos cursos, eles fazem alguma espécie de inscrição, precisam ter uma qualificação especial? Qual é o grau de exigência, digamos, para o quarto ciclo? Há alguma forma de vestibular para entrar em cada um desses ciclos? É a pergunta.

SR. JOSÉ RENATO FERREIRA DE ALMEIDA: Essa sua questão é da maior relevância, é muito importante. Na verdade é o seguinte: em cada ciclo desse a gente seleciona os alunos que vão fazer o curso nesse período por conta dos cronogramas das obras, porque o nosso objetivo não é simplesmente fazer um curso e treinar as pessoas; é treinar as pessoas e que elas terminem os cursos quando forem demandadas pelo projeto. Então se o projeto tem uma reprogramação, a gente reprograma também o início dos cursos para que as pessoas terminem os cursos e sejam empregadas. O que é que acontece aqui então? Essa quantidade de pessoas está associada àquele conjunto de projetos que a gente viu nos cronogramas nesse período aqui. E juntamente com a indústria, para cada profissional desse, nós aprendemos com o pessoal do SENAI, com o pessoal das universidades, que qualificação profissional, na verdade, é uma combinação de dois fatores: de escolaridade e experiência profissional, experiência prévia. Então nós tivemos uma dificuldade inicial de que, como a gente estava trabalhando numa inserção muito grande de gente no mercado de trabalho, as pessoas não têm experiência prévia. Então isso passou a ser um obstáculo enorme para você preencher as vagas ofertadas. Nós preenchemos apenas 58% no primeiro ciclo de vagas ofertadas. Note que eram cursos gratuitos, com bolsa-auxílio, além do curso gratuito, de R$ 300,00 para nível básico, R$ 600,00 para nível médio e técnico e R$ 900,00 para nível superior. E a contrapartida é o aluno tirar pelo menos a nota 8 de aproveitamento e frequência de 95% das aulas. E tem que estar desempregado. Aí nós fomos observar o que acontece. O pessoal não tinha--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Precisa estar, perdão, empregado ou desempregado?

SR. JOSÉ RENATO FERREIRA DE ALMEIDA: Não, desempregado para ter direito à bolsa. Para fazer o curso ele pode estar empregado ou desempregado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pode estar empregado ou desempregado?

SR. JOSÉ RENATO FERREIRA DE ALMEIDA: Exatamente. Se estiver desempregada, ele tem a bolsa-auxílio, além do curso. E aí quando nós começamos a trabalhar no Nordeste, especialmente na região próxima do seu Estado, Pernambuco, a refinaria que

a gente estava fazendo lá, a gente estava discutindo com o estado: "Olha, a gente teve essa dificuldade lá. Vamos ver como que a gente trabalha aqui para preparar as pessoas da região". Aí o pessoal do estado fez até uma brincadeira, falou assim: "Rapaz, você não vem aqui com essa história de levar o negócio aqui em cima, não. A turma não vai passar não, cara, não vai ter ninguém que vai passar no teu curso aqui não, na tua seleção". É prova de seleção. A gente não tem quota para ninguém, salvo para PNE. PNE (Portador de Necessidades Especiais) por lei tem 5% para algumas categorias que se admite, para escritório e tal. E aí por nossa sorte nós fomos salvos pelo SENAI, que o SENAI falou: "Não baixa não, porque se não a turma não acompanha o curso". E aí ficou evidente, Sr. Presidente, que nós tivemos que fazer um acordo, nós construirmos uma solução com o Estado de Pernambuco, que depois a gente passou para todo o País: nós retirarmos o requisito prévio de experiência plena, porque era um obstáculo intransponível, substituindo por um módulo prático dentro do curso. Então o curso já tinha uma formatação oficial, a gente colocou mais duzentas horas de oficina, que o SENAI definiu lá como é que seria, tiramos obstáculos. Em contrapartida, o estado começou a montar cursos de reforço escolar, reforço escolar. Então, por exemplo, era mil vagas lá em Pernambuco no segundo ciclo. O pessoal preparou três mil, três para um, aí preenchemos 100% das vagas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Que beleza.

SR. JOSÉ RENATO FERREIRA DE ALMEIDA: 100% das vagas. Então a gente conseguiu construir uma solução aí para achar uma rota de entrada no mercado de trabalho.

SR. ARMANDO GUEDES COELHO: Só um detalhe: nós não podemos abrir mão de qualidade.

SR. JOSÉ RENATO FERREIRA DE ALMEIDA: Não, certamente que não, certamente que não.

SR. EDUARDO SETTON SAMPAIO DA SILVEIRA: Nessa área não dá para abrir mão.

SR. JOSÉ RENATO FERREIRA DE ALMEIDA: É, sem abrir mão da qualidade. E o curso de reforço escolar era curioso que era português, matemática e raciocínio lógico para a rapaziada aprender a pensar. Faz muito sentido isso.

Plano de Negócios de 2008 a 2012. Então no ano passado tinha esse perfil, cada linha desse aqui é um trimestre, é esse perfil de demanda. O que nós fizemos até hoje? Nós já treinamos 53 mil pessoas e temos 25 pessoas já selecionadas, com recursos assegurados, escolas contratadas, que a gente só está aguardando o período dos projetos para a gente iniciar os cursos para as pessoas então serem incorporadas ao mercado de trabalho.

Agora esse aqui, Senador Suplicy, é o novo Plano de Negócio de 2009 a 2013, que o pré-sal começa a entrar em cena. Aqui começa. Acho que é aquela questão que o senhor colocou. Essa demanda aqui, somando esse saldo aqui com o novo, que começa já, o primeiro efeito do pré-sal, já são para 207 mil pessoas, até 2013, cuja composição é a seguinte: a gente usou aqui 220 milhões para 78 mil pessoas e aqui vão ser requeridos 550 milhões de reais. Essa demanda aqui, ela é composta da seguinte coisa: olha o pré-sal, são 28 sondas, essa mancha verde aqui embaixo; 146 barcos de apoio; novas plataformas de produção, o verde mais claro; os vermelhos aqui são os promefes(F) e afretamentos, são os navios; e as duas refinarias premium, que são os amarelos. Então essa aqui já é um reflexo desse ano que a gente tem que [ininteligível].

Isso significa o quê? Nós temos que expandir... Hoje nós temos 185 categorias profissionais para 207 mil profissionais nas áreas, como o Dr. Armando também já tinha mostrado aqui, engenharia (15 mil pessoas, 44 diferentes categorias), construção civil (25 mil, 7 categorias), construção e montagem (150 mil pessoas – muito básico -, 97 mil categorias) e operação e manutenção da operação (37 categorias, 17 mil pessoas). Nós estamos falando aqui desde nível básico, passando pelo médio, técnico, inspetores e até nível superior. Então esse aqui é o portfólio de cursos que a gente tem que está em andamento.

Esse aqui é o quantitativo que nós temos aqui por estado, que se traduz nas 207 mil pessoas, número de cursos, turmas, a quantidade de pessoas. Temos um total aqui não definido, muito importante ainda, de 62 mil pessoas, que são projetos ainda não contratados, navios de plataformas que não têm fixação definida, a localidade, que pode ir para um estado ou outro que tem aqui construção naval. Mas tem esse quantitativo total aqui colocado. Muito bem. Então a gente viu pessoas.

Nós estamos fazendo, eu acho que o senhor comentou aqui a questão do MDS, do Bolsa-Família. Nós estamos fazendo, acho que lançamos com o Ministério, do MDS, para que nesses Estados, especialmente o Maranhão, Ceará, inclusive São Paulo e no Rio de Janeiro por conta do [ininteligível], grandes projetos de investimento, a preparação prévia das pessoas... O reforço escolar, ele vai ser articulado pelo MDS com os estados para que as pessoas do Bolsa-Família sejam direcionadas para um curso de reforço escolar para poderem passar na nossa prova.

Também não tem quota, mas as pessoas estão sendo direcionadas. Eu acho que é uma bela solução.

Bem, recursos críticos: materiais e equipamentos. A gente fala de pessoas, Sr. Presidente, mas aqui a gente mostrou pessoas para fazer construção e montagem. Agora a gente também demanda equipamentos que também precisam de pessoas, precisam de engenheiros, precisam também dos mesmos profissionais para fabricarem esses equipamentos também. Pode ir.

Então dessa carteira de investimentos a gente define família de equipamentos e também temos a regionalização de demandas e o Total Brasil. Pode ir.

Então nós identificamos aqui famílias de bombas, compressores, válvulas, tubulação e tudo mais. Muito bem, pode ir.

Mas o que é que nós percebemos? Que na verdade aqui quando a gente fala de demanda grande, as operadoras de petróleo e gás aqui, especialmente PETROBRAS, que têm demandas expressivas de bens e serviços, que hoje tem escala, ela contrata, a PETROBRAS contrata ou as empresas de petróleo contratam um epecista para fabricar a plataforma, para fazer a instalação industrial ou o integrador de um sistema ou um estaleiro para fazer um navio, uma plataforma, mas esse agente econômico aqui, essa empresa, precisa de fornecedores de bens e serviços, que geralmente são médias e grandes empresas, que por sua vez precisam de subfornecedores, geralmente pequenas e microempresas que vão prestar subcomponentes de serviços auxiliares para cá e para lá. Então quando a PETROBRAS anuncia que vai fazer bilhões de dólares, esse cidadão aqui, essa empresa, não entende o que significa isso: é a plataforma tal, é o navio tal. Essa informação aqui decomposta em planta unidade é um estímulo suficiente para essa empresa se mobilizar, pegar empréstimo e preparar para atender a demanda. Mas é importante a gente decompor isso aqui em máquinas e equipamentos, equipamentos e materiais, que é a demanda necessária para isso aqui, que é a linguagem que esse fabricante aqui vai entender e vai se motivar para se preparar para atender. Mas, também, é importante decompor isso aqui em subcomponentes para que o camarada que tem uma fábrica de parafuso em algum lugar... Aliás, Tupi parou por conta de parafuso, que é da maior importância, um elemento da maior importância, quer dizer, então é importante ele conhecer qual é a demanda também disso aqui para que a gente também chegue no trabalhador que vai fazer o parafuso, que vai fazer o eixo, que vai fazer o rolamento, que vai dar qualidade, o prazo e o custo para toda a cadeia. Então nós fizemos isso. Isso aqui são dados reais, Sr. Presidente. A demanda por família, de equipamentos de bomba, 18.300 bombas. Eu chequei, são exatamente os números.

Aqui é por ano; 3.200 compressores, são números fantásticos realmente; 834 mil válvulas por ano; trocadores de calor também por ano. Mas a gente não tem só a demanda por ano, nós temos também a demanda por trimestre. Então o mesmo valor por trimestre. Mas a gente também não tem só por trimestre, a gente tem por tipo de equipamento: bombas, tipo alternativas(F), centrífuga, dosador, válvula borboleta, esfera, retenção, tipo de trocadores de calor, compressores diferentes. A gente foi mais. Aí pegamos um tipo de válvula, que tem a demanda específica por período, trimestral, e a gente também decompõe válvula por aço carbono forjado, aço e carbono fundido, aço inox, aço liga, bronze, ferro fundido, enfim, e também faixas de diâmetro, porque uma válvula que tem um tamanho de duas polegadas significa uma coisa e uma válvula de trinta é uma outra coisa. E aqui a gente decompôs, por exemplo, uma válvula, o tipo de válvula, o material do corpo, obturador, acessórios, esse tipo de material e o item qual é. Pode passar.

Com isso nos permite também identificar a demanda de componentes associados a um plano de negócios. Então aqui a gente tem oito milhões de parafusos especiais para equipamentos, 660 mil [ininteligível], 15 mil toneladas de aço forjado, 70 mil toneladas de aço fundido, apenas para esses equipamentos aqui. São números realmente fantásticos. Nós estamos disponibilizando isso para o mercado. Então quais eram as questões relevantes aqui? As questões relevantes então eram: decompor a demanda, organizar a demanda decompondo a demanda, dar visibilidade da demanda na cadeia para o mercado, assim, e ter um ferramental que mostrasse para o mercado essa visibilidade aqui de demanda. Então nós criamos o Portal de Oportunidades para a cadeia de fornecedores em que nós publicamos na internet todas essas demandas. Nós temos aí milhares de itens de equipamentos e materiais que vão desde o micro fornecedor até o macro, até o grande empresário. Aqui, por exemplo, é um dado real do nosso Portal, aqui bombas são dados reais que tem por ano e tal, o tipo, e também tem por estado. Aqui, por exemplo, é o Brasil, mas se for o Rio de Janeiro, quer dizer, a gente tem todos os estados aqui que têm a demanda do material específico. Então isso também serve para que você estimule regionalmente os fabricantes de cada componente, que, inicialmente, poderia não se ver como beneficiário do tal investimento do petróleo, que isso não é só coisa do Dr. Gabrielli, mas é uma

coisa dele também, e não é só para grande, é uma coisa dele também. Muito bem.

Então isso nos levou a refletir, a colocar os elementos conceituais aí do que seria uma política industrial dirigida por demanda do petróleo e gás. Então de um lado nós temos uma demanda fantástica de bens e serviços com escala, as operadoras aqui, e do outro lado a indústria nacional. O nível de suprimento que nós vamos conseguir da indústria nacional para atender essa demanda aqui basicamente depende de dois vetores: um vetor que tem a ver com a indústria, que é a competitividade da indústria, quanto maior, maior o nível de suprimento, mas também o uso de poder de compra inteligente das operadoras. O fato da PETROBRAS, por exemplo, comprar um lote de navio, viabilizou a instalação de estaleiros. Você compra um grande lote de equipamento, viabiliza a instalação de uma fabrica. No Brasil nós tivemos já o exercício desses dois vetores aqui ao extremo: num extremo que foi o mercado protegido, em que a competitividade não valia nada, tinha que comprar só no mercado doméstico e a nossa indústria não desenvolveu competitividade no nível suficiente; por outro lado, o outro extremo foi: o poder de compra não vale nada, só vale o mercado livre, vença quem for o mais competitivo, inclusive no exterior, e aí a nossa indústria perdeu capacidade importante de produção. Então parece que a política inteligente aqui é uma combinação inteligente e intermediária desses dois aspectos aqui. Mas temos outras ações aqui que vão dar sustentabilidade à dinâmica desse sistema. O terceiro ator aqui desse cenário, não menos importante, é o governo. Ações de fomento: tributação, que é extremamente importante, vis a vis aí os competidores internacionais, e o financiamento da produção para ativos e para capital de giro. Mas ações de suporte à competitividade, que tem a ver com os fatores internos da indústria, que ela tem gestão sobre eles, quer dizer, infraestrutura física, tecnologia e pessoas, que nos parece que não é uma ação que vai ser tomada isoladamente por nenhum desses atores aqui, mas vai ser uma ação combinada desse atores. A gente tem trabalhado intensamente aqui em todos os aspectos, mas especialmente nesses três.

Outra questão relevante também é observar a questão de exportação, os mercados domésticos, uma vez que a nossa indústria é competitiva e você pode pleitear aí mercados domésticos, uma vez que sazonalmente você pode ter uma queda no mercado aqui e você está apto a brigar lá fora. Agora é fundamental haver(F) a cadeia de suprimento aqui também, haver pessoas, tecnologia, investimento, recursos para investir não só no último elo, mas também em todo o elo. E estimular empresas estrangeiras a virem ordenadamente para o País aqui para aportar tecnologia através da associação com empresas nacionais ou implantar fábricas no Brasil, ou seja, a gente vai evitar importar pura e simplesmente produtos. Sempre no sentido de estimular aqui a geração de emprego e pagamento de impostos no Brasil.

Então esse grande quadro aqui é o que tem regido, Sr. Presidente, as nossa ações aí junto com toda a indústria. Pode passar.

Nós fizemos um estudo aqui para ver a competitividade da indústria nacional. Hoje nós temos 75% dos nossos projetos, é o índice nosso de conteúdo local, ou seja, dos nossos projetos, a nossa indústria, ela prove 75%, a média. Mas nós temos setores que têm um desempenho maior e outros menores. Então nós precisaríamos conhecer cada um dos setores aqui da indústria, que são nossos fornecedores, em base metalúrgica, em base mecânica, em base eletroeletrônica e de serviços, dividimos em 18 setores, e um estudo que fizemos junto com a UFRJ, o Instituto de Economia da UFRJ, comparamos cada segmento desse aqui com padrões de competitividade de classe mundial, para ver como que a gente estava em cada um desses aqui para identificar ações a serem endereçadas para cada segmento individualmente. Pode ir.

Isso nos remeteu aí a três blocos de setores. Os mesmos dezoito setores, nós analisamos do ponto de vista dos gargalos internos: infraestrutura, tecnologia e pessoas. Onde está em preto são ações que devem ser tomadas. Esses setores aqui, apesar de serem competitivos, eles precisam ampliar a capacidade produtiva de todos eles para atender a demanda futura. Então nós precisamos investir. Em alguns setores a gente é competitivo, mas temos baixo conteúdo local, a gente importa muito componentes aqui de equipamentos submarinos e de geradores de motores elétricos, incentivar a produção doméstica de componentes. Nesse segundo pelo de setores aqui a gente precisa melhorar a competitividade. Para esses daqui a gente precisa aumentar a capacidade produtiva sim para fazer frente à demanda futura, mas trabalhar intensamente a notalização(F) tecnológica ou através de associação com empresa estrangeira para melhorar a tecnologia [soa a campainha]. E o terceiro bloco, os setores que a gente não tem produção nacional significativa, que a gente continua importando, às vezes são equipamentos que têm um ou dois fabricantes mundiais, ou incentivar a implantação de empresas estrangeiras no Brasil. Pode passar, vai no último *slide*.

O resultado desse trabalho todo, Sr. Presidente, é o seguinte: aqui a gente tem os investimentos da

PETROBRAS ao longo dos anos e essa aqui é a nossa meta de conteúdo local desses projetos. O que é que a gente obteve até hoje? Nós conseguimos hoje sair de 57% e chegar a 75%, ou seja, desse total investido aqui o que está em vermelho é provido pela indústria nacional. Então a gente nota que crescentemente a nossa indústria nacional tem provido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A perspectiva continua sendo a mesma?

SR. JOSÉ RENATO FERREIRA DE ALMEIDA: Subindo, subindo, subindo. E o nosso desafio aqui crescente, então... Agora numa perspectiva social, Sr. Senador, mais um último dado aqui, o fato de nós sairmos desse patamar de 57% e chegarmos a 75% nesse conjunto de investimentos significou encomendas adicionais no mercado doméstico de 17,8 bilhões de dólares, que não seriam feitos no Brasil, se a gente não tivesse subido de patamar, e geração de empregos de mais de 755 mil no País todo por conta desse projeto aí.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Vocês teriam uma estimativa do número de unidades produtivas ou de fornecedores? Esses 755 mil postos de trabalho, por exemplo, eles estão divididos em quantas empresas ou unidades produtivas aproximadamente?

SR. JOSÉ RENATO FERREIRA DE ALMEIDA: É, eles são pulverizados. A PETROBRAS tem uma base de fornecedores diretos de cerca de cinco mil, seis mil fornecedores diretos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E tem aumentado esse número?

SR. JOSÉ RENATO FERREIRA DE ALMEIDA: Tem aumentado esse número, mas a gente, agora, a gente está pensando em cadeia. A PETROBRAS sempre trabalhou muito com cadastro de fornecedores. A gente sempre olhou muito para o último elo e agora, cada vez mais, a gente está trabalhando em toda a cadeia.

Agora um desafio, Sr. Presidente, que nós estamos trabalhando junto com o BNDES, com a equipe do Professor Luciano Coutinho, é quantificar qual é o esforço que a gente tem que fazer no País para aumentar a capacidade produtiva para fazer frente à demanda.

SR. ARMANDO GUEDES COELHO: Eu só lembraria que nós estamos falando em 1/3 do descoberto.

SR. JOSÉ RENATO FERREIRA DE ALMEIDA: É.

SR. ARMANDO GUEDES COELHO: Tem duas vezes mais que o horizonte.

SR. JOSÉ RENATO FERREIRA DE ALMEIDA: É um desafio, é verdade. Mas o que a gente está fazendo é um dimensionamento do aumento da capacidade produtiva para cada setor desse para que a gente não tenha excesso de capacidade de produção de válvula e nem falta para não ter que importar. Então é um trabalho, isso vai fazer com que o banco, evidentemente, direcione determinados recursos para ser oferecido ou estimulada a indústria para desenvolver a capacidade produtiva em determinados segmentos.

Mas eu comungo aqui com dois aspectos da fala do Dr. Armando, que é o seguinte: primeiro, a demanda é crescente. Isso aqui começa, é a primeira vez que o pré-sal mostra a sua cara. Isso aqui vai ser daí para cima. Isso aqui, nós estamos plenamente de acordo. Outra coisa que nós estamos plenamente de acordo e que nós percebemos também, Sr. Presidente, quando a gente fala de tecnologia, que é um dos gargalos que a gente tem, tecnologia nos supõe, nos remete o senso comum a coisa muito inovadora: é o novo IPhone que vai flutuar, que não faltada fazer mais nada aquilo. Isso, certamente, é tecnologia. Mas quando a gente fala do setor petróleo, o tubo é o mesmo, é padronizado, é o API, a válvula é a mesma, o motor é o mesmo, tudo é igual. Tem alguns equipamentos diferentes? Tem, mas são poucos, são poucos. Isso a PETROBRAS já sabe o que fazer, já está envolvendo e vai resolver. Então o nosso problema tecnológico relativo ao pré-sal da indústria é da escala de produção para a indústria. Ao invés vai produzir 100, é produzir 1.200. Ao invés de 500, é produzir 10.00. Então este é o nosso desafio, é prover a escala para a indústria.

E comungo também com o seu desafio de que a nossa geração, a dos nossos filhos aí, certamente a gente está sendo aquinhoado aí com uma dádiva aí de Deus, porque talvez nunca a gente venha a ter de novo uma história como essa. E que a gente consiga ser competente para traduzir esses investimentos aqui em geração de emprego, desenvolvimento para o País e renda. É isso, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. José Renato Ferreira de Almeida, Coordenador-Executivo do PROMINP, que é esse programa que nós acabamos de ver em detalhes e que é reconhecido por todos aqueles, tanto do mundo técnico, como do mundo acadêmico e como da iniciativa privada, como um dos mais importantes programas de preparação, de formação de mão de obra qualificada. É um verdadeiro programa de competitividade e qualidade na formação de profissionais. Isso também demonstra que não está havendo um trabalho de volta à substi-

tuição de importações. Há um trabalho de se buscar aqui no Brasil criar a nossa própria tecnologia para que nós, com o nosso conhecimento, com o desenvolvimento do nosso conhecimento, possamos suprir as nossas necessidades, diminuindo cada vez mais as necessidades que tenhamos em relação ao mercado externo. Isso significa que nós não estaremos exportando empregos, mas, ao contrário, alargando o campo de empregos dentro do Brasil e, com isso, gerando renda e desenvolvimento.

A introdução daqueles beneficiados hoje com o Bolsa-Família dentro desse programa também é algo excepcional, é um "ovo de Colombo", e dando, inclusive, essas condições, como foi feito lá em Pernambuco, porque quando disseram: "Não, se vier com essa pré-seleção, com esse nível de exigência, ninguém aqui vai passar". Mas é preciso preparar para que eles passem e com esse programa que vem sendo feito lá em Pernambuco, ou seja, ao mesmo tempo em que dá o curso faz o treinamento, com isso ganha-se tempo e ganha-se também em desenvolvimento para a própria região, porque o que nós temos que evitar é exatamente essa importação, mesmo interna, de técnicos formados no Centro Sul e que sejam demandados para trabalhar no Norte e Nordeste. E esse trabalho que vem sendo feito pela PETROBRAS, por intermédio do PROMINP, demonstra que há essa preocupação. De modo que foi com muita satisfação que ouvimos as palavras do Dr. José Renato Pereira de Almeida e do Dr. Armando Guedes Coelho, o que mostra também que houve com a questão do pré-sal, com o advento do pré-sal, que o mundo acadêmico foi sacudido, porque várias faculdades e universidades haviam inclusive cancelado os seus cursos de engenharia por falta de procura de jovens por esses cursos. E, agora, estão sendo reativados esses cursos e numa profusão enorme, porque pelo que o nosso coordenador, o Dr. José Renato, mostrou, o Coordenador-Geral do PROMINP mostrou, existem 44 tipos de engenharias diferentes, 44 tipos de engenharias. Imaginem! E aí nos preocupa, por exemplo, apenas um detalhe, que em termos de engenheiros navais nós só temos três universidades no Brasil que se dedicam a formar engenheiros navais. E estão sendo formados hoje por ano cerca de 40 engenheiros navais. Só a demanda que foi mostrada ali no início de embarcações para os próximos anos, isso já faz com que também o mundo acadêmico tenha que se mobilizar rapidamente para oferecer... Outras universidades, outras universidades oferecerem também esse tipo de curso.

Enfim, eu acho que foi o pré-sal e o Governo do Presidente Lula, ao enfrentar isso com essa coragem, com essa determinação, com essa bravura e com esse descortínio de futuro, fez com que todos estivéssemos mais atentos à iniciativa privada, se preparando para esse desafio, porque também deseja ocupar o espaço que lhe é devido, o mundo acadêmico se coordenando com o governo, com empresas como a PETROBRAS e com outras empresas da iniciativa privada para formar e prover essa mão de obra qualificada, enfim, mas é sobretudo uma mensagem aos jovens do Brasil que agora, mais do que em outras épocas, têm todas as condições de confiar no futuro que lhes é reservado em função desse quadro que nós aqui, a cada semana, estamos repetidamente mostrando com diversas nuances, mas que os jovens podem verificar como algo palpável, seguro e que dá a ele aquela certeza de que as suas esperanças poderão ser concretizadas no que diz respeito a um trabalho digno, a um emprego de acordo com a sua qualificação e que ele possa poder, dessa forma, participar do processo de crescimento e desenvolvimento do nosso País.

Eu passo a palavra agora ao nosso outro palestrante, o Dr. John Forman, que é o Presidente da Forman Consultoria, para as suas palavras. V. Sas. dispõe dos 20 minutos regulamentares.

SR. JOHN MILNE ALBUQUERQUE FORMAN: Obrigado, Senador Fernando Collor. Agradeço a possibilidade de participar de mais um debate sobre a questão do setor de petróleo no Brasil.

Quando eu estive, a convite do senhor, em Maceió, para um outro seminário sobre o pré-sal, eu tive a oportunidade de assistir a sua palestra inicial, antes da abertura dos trabalhos, onde o senhor desfilou aí um conhecimento profundo sobre a demanda de pessoal, o problema das escolas, a falta de dinheiro, comparação com outros países, etc.

Então para esse painel eu perguntei o que é que eu posso trazer realmente como uma contribuição, na medida em que números, por exemplo, o PROMINP, como acaba de mostrar o Dr. José Renato, tem o controle e o domínio perfeito. Em outras Sessões aqui, o Dr. Raimar, do IBP, também tratou dessa numerologia.

Então me ocorreu, Sr. Presidente, fazer uma rápida viagem ao longo nos anos no Brasil para ver quando o Brasil foi demandado da mesma forma a produzir mão de obra especializada para um determinado setor. Dada a minha experiência, eu sou geólogo, eu fiquei mais restrito à área mineral e de exploração. Não tratei como um todo. O próximo, por favor.

O que eu vou tratar aqui rapidamente é a formação dessa história, a formação dos engenheiros de minas para atender a demanda da produção de ouro, isso é Século XVIII, Século XIX. Serviço Geo-

lógico do Império da República, criação do DNPM, criação do CNPq, a PETROBRAS e o SENAP, na Bahia, campanha de formação de geólogos, criação da pós-graduação – centros de excelência, o Programa Nuclear Brasileiro, o Programa de Formação de Recursos Humanos da ANP e, finalmente, o PROMINP. Digo ao Dr. José Renato que vou fazer as minhas considerações e espero que o senhor aprecie. Vamos em frente.

Como eu mencionei, já foram apresentados trabalhos detalhados e eu procuro então, de uma forma sucinta, analisar esses outros projetos nacionais buscando mão de obra especializada em todos os níveis, como se faz hoje para a indústria de petróleo e gás. O próximo, por favor.

A primeira vez que o Brasil teve uma demanda por formação, digamos, de técnicos especializados, foi no Século XVIII. No Século XVII e Século XVIII o Brasil foi o maior produtor de ouro do mundo, produziu quantidades enormes que enriqueceram Portugal e outros países europeus, mas não o Brasil. Essa produção de ouro caiu porque ela era oriunda de jazidas de aluvião, onde é muito fácil você mexer no cascalho, [ininteligível] e concentrar o ouro. Na medida em que teve que se ir para a rocha primária, faltou tecnologia. É importante lembrar que Portugal, para manter a atenção da Colônia na produção de ouro, proibiu cursos acima do nível primário e qualquer tipo de indústria no Brasil para que aqui só se produzisse ouro. Isso teve consequências nefastas. Tivemos um aspecto interessante com a queda da produção de ouro e sem tecnologia para aumentá-la: aumentaram-se os impostos aí por cabeça, não mais por produção, e isso acabou gerando a Inconfidência Mineira, que foi uma reação a essa cobrança excessiva. Quando D. João VI vem ao Brasil então, no início do Século XIX, ele vem com essa preocupação de tentar recuperar a produção de ouro no Brasil. Trouxe com ele um barão alemão, o Barão de Eschwege, que buscou criar as condições para a retomada da produção. Eschwege fez muita coisa no Brasil, fez a primeira fábrica de ferro em Congonhas e ele incentivou a criação de empresas de mineração de capital estrangeiro que já naquela ocasião se capitalizavam nas bolsas de valores europeias, ou seja, o Brasil, para resolver um problema, buscou o apoio no exterior. A *Saint John Del Rey Mining Company* criada, naquela ocasião, operou até um passado recente. Ocorreu, em função disso, algum aumento de produção, a qual, no entanto, jamais atingiu os níveis do século anterior. A próxima.

Em função disso, desde o início do Século XVIII, a província de Minas pleiteava a criação de cursos para a formação de técnicos para a indústria mineral, em especial o ouro. Só se tornou realidade em 1976, com a criação da Escola de Minas de Ouro Preto, e eis que quando se formaram os primeiros engenheiros por essa escola nova, criada com esse objetivo, não havia um mercado para absorvê-los. Esse é um ponto importante de a gente ter em mente, como mencionou o José Renato há pouco, a formação tem que estar ligada a um mercado, porque senão não há emprego e você estimula essa formação. Acresceu-se a especialidade então à engenharia civil. Como era uma excelente escola, com um nível muito elevado de ensino, os seus formandos tiveram inúmeros cargos importantes na República, principalmente até 1930, quando outras escolas vieram a produzir gente de alto nível também. Um exemplo disso é o Pandiá Calogeras, que foi Ministro da Agricultura, da Fazenda e o único civil do início da guerra até o atual governo. A indústria de mineração, no Século XVIII, englobava o petróleo. Não se envolveu, apesar da Escola de Minas. A próxima.

Bom, não se desenvolveu por quê? Porque não se conhecia o País. Por não conhecer o País, sua geologia e nem ter ideia dos recursos que poderiam ser existentes e eventualmente aproveitados, em 1975 o Império criou uma Comissão Geológica do Império do Brasil, chefiada por um geólogo americano. Eu enfatizo isso sempre porque nós vamos ver que isso é um fato recorrente em todas as nossas tentativas de nos tornarmos independentes. Havia também dois engenheiros brasileiros, esses já oriundos da Escola Central no Rio de Janeiro. Essa comissão foi extinta em 1978, com a morte do Hartt, e os trabalhos foram então transferidos para o Museu Nacional. O Museu Nacional adquirira uma característica muito mais científica e menos aplicada. Em 1986, foi criada a Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo, objetivando o conhecimento geográfico, o estudo da geologia com ênfase para os recursos minerais e os solos de São Paulo. Essa comissão paulista foi chefiada por Derby, um americano também, que havia sido assistente de Hartt na Comissão do Império e desenvolvera trabalhos no Museu Nacional. A próxima.

Da comissão paulista participaram alguns engenheiros formados em Ouro Preto e outros formados nas Escolas Politécnicas do Rio e São Paulo, já bem atuantes na ocasião. Esse mesmo interesse de desvendar os mistérios da geologia e dos recursos naturais levou à criação do Serviço de Terras em minas do Estado do Bahia, já no Século XX, isso em 1905. Em 1907, na República, o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil foi criado no Rio de Janei-

ro e com ele então se retomou o estudo da geologia como base para a avaliação dos recursos minerais possíveis de serem encontrados no País. A próxima, por favor.

Isso aqui é muito rápido. A criação do Museu Nacional fica só como referência. Eu já tratei desses assuntos todos. O que interessa é que depois da criação do Serviço Geológico, em 1933 foi criada uma Diretoria Geral de Pesquisas Científicas, veiculada ao Ministério da Agricultura. Em 1934 criou-se o Departamento Nacional da Produção Mineral, que absorveu a geologia e abriu uma parte aplicada, que era o fomento à produção mineral. Em 1960 houve a criação do Ministério de Minas. Em 1996 ele foi extinto, foi retomado através de 1992 e, finalmente, o DNPM se transformou numa autarquia em 1994. A próxima.

É importante ressaltar que em todas as instituições mencionadas até agora algumas características se repetiram: a falta de pessoal técnico disponível para a realização dos trabalhos; a inadequação do sistema de ensino para atender as demandas existentes, tanto em número como em qualidades; a falta de recursos adequados para a realização dos planos de trabalho devidamente aprovados; o decréscimo dos recursos disponíveis, razoáveis no início, no entusiasmo da criação dessas instituições, foi gradativamente diminuindo, até se tornar insatisfatório e não permitir sequer o pagamento de salários em todas elas. A próxima.

Um outro esforço muito grande de formação de pessoal no Brasil foi a criação do Conselho Nacional de Pesquisas. Embora uma ideia antiga dos anos 20, proposta pela Academia Brasileira de Ciências, ele só veio a ser criado ao final do Governo Dutra. O que motivou a criação do CNPq e a sua implementação foi a realização, após a Segunda Guerra Mundial, de que a energia nuclear era uma coisa extremamente importante e o Brasil deveria buscar, então, entrar nesse setor de geração de energia. Só que o Brasil, para isso, precisava de químicos, físicos, matemáticos, ou seja, cientistas não necessariamente com a formação de engenheiros. Isso foi o que se buscou e, infelizmente, não teve muito sucesso. Finalmente, esses cursos de química, física, etc. se transformaram em cursos de formação de professores para o segundo grau. Por quê? Em função da falta de mercado para a absorção dessa mão de obra, que, digase de passagem, embora hoje seja extremamente importante para o Brasil, representa ainda um mercado muito pequeno para cientistas dessa natureza. O próximo, por favor.

Falei ao Álvaro Alberto, levou o almirante a essa discussão na Academia Brasileira de Ciências. Depois de debates em diversas comissões, em 15 de janeiro de 1951, antes de passar a faixa presidencial a Getúlio Vargas, o Presidente Dutra sancionou a Lei do Conselho Nacional de Pesquisas. Esse Conselho foi criado com a finalidade de promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica mediante a concessão de recursos para a pesquisa, formação de pesquisadores e técnicos. Cooperação com as universidades brasileiras e intercâmbio com instituições brasileiras. A missão do CNPq era muito ampla. Notar aqui que não havia, naquela época, preocupação de inserir a indústria nesse contexto. Falava-se muito mais de pesquisa pura. O próximo, por favor.

Em 1953 foi criada a PETROBRAS e a PETROBRAS, então, demandou pessoal técnico para a execução dos trabalhos, numa escala bem menor, não é Zé Renato, do que a de hoje [risos]. Mas como é que se resolveu isso? Contando com alguns poucos técnicos oriundos do Conselho de Petróleo, formados principalmente por Ouro Preto, foi necessário buscar no exterior geólogos e geofísicos para a execução dessas tarefas, inclusive a de geólogo chefe, que foi entregue a um americano, o Mr. Link(F), de memória muito importante para o Brasil. Face a isso, foi decidido então criar as condições para qualificar profissionais de outras áreas, como engenharia, executar tarefa de exploração, etc. O SENAP foi o embrião do atual CENPES, criado em 1955, e foi caracterizado pelo pioneirismo já em sua concepção, não apenas por promover cursos, mas também por implementar as pesquisas tecnológicas na indústria do petróleo. O próximo.

Imediatamente após se compreendeu que o esforço do SENAP não seria suficiente para suprir os profissionais de geologia e geofísica para o petróleo e, muito menos, para o restante da indústria mineral que se encontrava desatendida. Foi criada então a Campanha de Formação de Geólogos, buscando as suas diferentes especializações, tentando o quê? Levantar a geologia do País e estudar o decantado potencial mineral, o Brasil era o País do futuro, e nunca conseguimos realmente mobilizar essas riquezas minerais. Essa Campanha criou em 1957 quatro cursos inicialmente em Recife, Ouro Preto, São Paulo e Rio Grande do Sul junto às respectivas universidades federais. Esses cursos foram criados pela Diretoria de Ensino Superior do MEC. No ano seguinte, em 1958, mais dois cursos, na Bahia e no Rio de Janeiro, foram criados. A busca do petróleo foi uma das justificativas para a criação desses cursos. O próximo.

Os primeiros formandos encontraram um mercado árduo por técnicos e puderam suprir partes das dificuldades identificadas. Uma parte expressiva dos professores para esses cursos foi provida por estrangeiros, dada a impossibilidade de encontrar especialistas no Brasil. Aqui o Professor Eduardo Setton se referiu a pouco da dificuldade de encontrar professores para o curso de petróleo em Alagoas. Não era diferente naquela ocasião. A demanda de geólogos, não atendida de imediato, levou à criação de muitos outros cursos de geologia em todo o País. E aí o que aconteceu? A proliferação dos cursos, com o atendimento ao mercado existente, levou a uma oferta de um número excessivo de profissionais, para os quais não havia perspectiva de emprego. O grande número de cursos também levou a uma redução da qualidade do ensino por escassez de professores. Parte do problema foi a visão de que o Brasil, com área territorial muito grande, deveria contar com um número de profissionais por quilômetro quadrado semelhante a países como os Estados Unidos e a Rússia, os quais tinham longa tradição na formação de geólogos. Então tivemos uma quantidade grande de geólogos que se formaram e que acabaram migrando para outras atividades que não as atividades de minerais ou de petróleo. O próximo.

Criação da pós-graduação. No final da década de 60, o CNPq, consciente da necessidade de elevar a qualidade do ensino universitário e incentivar pesquisas – lembrar que nessa época nós tínhamos as escolas profissionais e não as universidades como temos hoje -, começou a fazer uma avaliação de grupos de pesquisa que reunissem massa crítica para deslanchar a pesquisa e o ensino. O programa foi chamado de Centro de Excelências. Esse programa atendeu muitas universidades desse País, nos diferentes ramos do conhecimento, tendo como características: o financiamento de corpo docente e pesquisadores, bem como a capacitação de laboratórios com a segurança de alguns anos para a obtenção de resultados, ou seja, se investiu maciçamente onde havia possibilidade de reprodução. Àquela época o Fundo de Tecnologia era operado como BNDE. Como banco, não operava bem. Foi transferido para a FINEP, a qual, atuando em parceria com o CNPq, mas contando com recursos muito mais volumosos, permitiu o sucesso desse Programa de Centros de Excelência, que foi, no fundo, – o próximo – a origem da pós-graduação nas universidades brasileiras. Isso porque naquela ocasião também tratava-se da reforma na universidade brasileira com a criação dos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, que não existiam anteriormente.

Os anos 70 testemunharam os aportes de recursos para o ensino, pesquisas e desenvolvimento em níveis elevados, que não se repetiram obrigatoriamente. É claro que tanto o CNPq como a FINEP continuam as suas atividades de fomento, agora com a utilização dos recursos dos fundos de pesquisa, criados no final dos anos 90 e início desse século. No entanto, a concentração objetiva em um grupo com condição de massa crítica para um salto de qualidade são em menor número. Temos um exemplo interessante, ouvimos aqui no início da noite, do LCCV, da Universidade Federal de Alagoas, que exemplifica exatamente esse tipo de atuação. Então os recursos financeiros foram abundantes no início dos anos 70, foram decrescendo gradualmente e o FUNTEC ficou a míngua. O próximo.

Os fundos de ciência e de tecnologia, resultado de uma experiência bem sucedida com a abertura do setor do petróleo, a Lei 9.478, destinou ao Ministério de Ciência e Tecnologia parte dos royalties oriundos da produção de petróleo, ou seja, a indústria financiando a pesquisa e o desenvolvimento de seus interesses. No entanto, o fundo de petróleo, como todos os outros, de energia, de mineração, etc., que foram criados a partir dessa ideia e são gerenciados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, vem desde o início de suas atividades tendo a maior parte dos recursos contingenciados; mais do que 90% dos recursos que a lei admite são contingenciados. Chegam consequentemente aos seus clientes cerca de 10%, quando não menos. No meu entender continuamos com a prática de inaugurar programas, criar condições para financiá-las e, gradativamente, reduzir os recursos disponíveis, quer por falta de orçamento, quer por contingenciamentos seguidos. Isso é um problema que nós temos que ter em mente para a continuidade do PROMINP e do PRH, cujos números são elevados.

Em 1975, assinado um acordo com a Alemanha para o desenvolvimento de um programa nuclear, foi criado um programa semelhante ao que hoje chama-se PROMINP, que foi o PRONUCLEAR, implantado em 1976, foi desativado gradativamente a partir de 1983, tendo terminado em 1986, com a falência do programa nuclear no País. Os resultados positivos desse programa PRONUCLEAR podem ser identificados a partir da análise dos relatórios que acompanharam essa trajetória. Dentro desses resultados pode se destacar a criação de programas de especialização em tecnologia nuclear, vários Ramos de engenharia, o aprimoramento e a reorientação dos *curriculuns* dos cursos relacionados aos objetivos do programa, o que proporcionou a formação de expressivos contingentes de técnicos, mestres e doutores em assuntos

envolvendo o uso da energia nuclear. Esse programa envolveu não apenas a formação de técnicos a partir de cursos universitários no Brasil e no exterior, como também treinamento em indústrias fornecedoras de equipamentos na Europa e a vinda de técnicos alemães para trabalhar nas indústrias locais. É importante ressaltar que o programa visava a nacionalização da produção de equipamentos até um nível de 70%, hoje superada no petróleo. Este era um nível mínimo previsto para a oitava usina do programa.

Destaque-se aqui os cursos de garantia da qualidade, que foram feitos pela primeira vez no Brasil, pela primeira vez certificaram-se os primeiros engenheiros brasileiros em garantia de qualidade, cursos de treinamento, realização de testes não destrutivos, gamagrafia, [ininteligível], líquidos, etc., não utilizados anteriormente na área de soldagem. E aqui um fator importante: foi criado um Centro de Formação de Soldadores, com requisitos especiais muito acima do que se praticava na indústria local. Esse Centro era em Itaguaí, formou muitos soldadores. Ele se perdeu por falta de mercado e hoje um dos problemas que a indústria de petróleo enfrenta é a falta de soldadores. O resultado foi bom, mas não houve continuidade. O próximo, por favor.

A ANP criou um Programa de Formação de Pessoal, envolveu muitas universidades. Isso já foi mostrado aqui pelo Dr. Raimar, cerca de trinta universidades, uma centena de cursos, bem como Centro de Formação de Nível Médio. Já naquela ocasião, quando se começou isso em 1998, havia a identificada falta de pessoal qualificado para atender a demanda. Atualmente parte dos alunos é recrutada antes da conclusão do curso por empresas do Brasil e do exterior. O próximo.

Do PROMINP eu não vou falar porque já foi falado aqui muito melhor do que eu poderia fazê-lo. O próximo.

Como conclusões eu gostaria de apontar que há uma "tradição" de iniciar programas em função de demandas reais ou às vezes superestimadas com alocação de recursos e meio abundantes no início e que diminuem gradualmente ao longo do tempo. Não é possível motivar pessoas para cursos específicos em número que coincidem exatamente com a demanda, ou seja, nós podemos querer formar dezenas de engenheiros mecânicos, mas muitos vão querer ser civis, de informática, etc. As aptidões pessoais levam a escolhas variadas. As estimativas de demanda em si trazem algum grau de subjetividade, o que torna [soa a campainha] as metas difíceis de avaliar. A projetar as curvas de demandas e a forma de atendê-las surgem indagações como – e aí eu termino, Sr. Presidente: atendida determinada demanda, a atividade de formação deve ser interrompida? Nós vamos criar uma capacidade a nível universitário e a nível médio para responder a essa demanda brutal que temos do pré-sal. Como modular isto para que de repente, no momento em que essa queda vá acontecer da demanda da indústria de petróleo, não fiquem elas penduradas no ar. A próxima.

O nível de formação deve ser estabelecido com o objetivo de manter, por tempo mais longo, o processo de formação e evitar a interrupção súbita. Bom, nesse caso, se nós não formamos todo mundo, como vamos obter a mão de obra necessária enquanto a demanda total não é atendida? Como dizia o Dr. Armando, talvez trazendo gente do exterior? Programas de importação de mão de obra serão possíveis? Tempo determinado? Qual é a melhor forma de calibrar as áreas e os setores onde a falta de pessoal seja mais crítica em determinado momento?

Estas e muitas outras indagações buscam respostas, às quais não são necessariamente exatas. É preciso um acompanhamento contínuo, revisões frequentes para que os resultados esperados possam ser atingidos. Isto, por sua vez, demanda uma estrutura permanente de avaliação, aprovação e correção de rumos que é custosa e que não pode e nem deve ser dividida. A meu ver, o PROMINP é hoje a melhor resposta a essa última questão. E entendo – e aí vai uma sugestão – que ele viesse a coordenar também os programas que são hoje desenvolvidos pela ANP, através do PRH, e os Programas de Formação de Pessoal hoje a cargo do Ministério de Ciência e Tecnologia, sempre na área de petróleo, para evitar que recursos que, embora sejam abundantes neste momento, se tornarem escassos, não prejudiquem a formação desse pessoal, sem o qual o aproveitamento do petróleo e do pré-sal nesse País não será possível de ser feita de forma adequada. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Dr. John Forman, que já havia oferecido a sua grande colaboração, e conhecedor abalizado dessa questão, no seminário realizado em Alagoas sobre os efeitos da descoberta do pré-sal na Região Nordeste. Muito obrigado a V. Sa., mais uma vez, pela sua participação nessa discussão.

Para finalizar a nossa Audiência de hoje, eu passo a palavra ao Dr. Bernardo Gradin, representante da iniciativa privada, Presidente da BRASKEM, que é uma das maiores empresas brasileiras na área de petroquímica, que tem uma grande participação no sucesso que a descoberta do pré-sal está experimen-

tando nos dias de hoje. V. Sa., Dr. Bernardo Gradin, tem vinte minutos para fazer a sua exposição.

SR. BERNARDO GRADIN: Senador Fernando Collor, Presidente dessa Comissão, Senador Eduardo Suplicy, senhoras e senhores, boa-noite.

Eu gostaria de começar agradecendo a oportunidade de trazer o ponto de vista do setor produtivo, ou seja, uma empresa genuinamente brasileira inserida num setor tão estratégico como é o petroquímico, uma indústria de base para um País que vai crescer numa velocidade poucas vezes vista ou comparada.

O convite para vir a essa comissão foi esse precisamente, o mistrato(F) está aqui, onde traduzido numa proposta de agenda traz como principais temas uma breve visão estratégica da BRASKEM, um breve histórico das suas fusões e aquisições e o seu crescimento até aqui, os pilares da nossa trajetória, gargalos específicos do setor e duas questões específicas, mão de obra e infraestrutura, com proposições e sugestões.

A BRASKEM tem uma visão estratégica clara: além de se posicionar como uma empresa estratégica no Brasil no setor industrial, inserida no setor petroquímico na indústria química, ela pretende ser uma das cinco maiores petroquímicas do mundo e parceiro preferencial para alianças globais de empresas globais. Nós já somos líder das Américas. Essa visão foi construída no ano passado, temos a visão hoje em revisão.

A síntese da estratégia da BRASKEM pode ser resumida em cinco principais pilares: buscamos disponibilidade de matéria-prima e energia a baixo custo – e nessa questão temos uma agenda complexa no Brasil, nós não temos matéria-prima disponível a baixo custo ainda; diferenciação empresarial; diversificação de produtos e negócios inserindo-se na cadeia de valor da indústria petroquímica; expansão internacional em mercados atrativos, seja para o fornecimento de mão de obra competitiva, seja em complementação ao mercado doméstico; e liderança tecnológica, um grande salto para a indústria petroquímica brasileira.

Um breve histórico de como a BRASKEM foi formada. A BRASKEM é uma empresa relativamente jovem. Nasceu em 2002 com o objetivo de se tornar uma líder em resinas termoplástica na América Latina. Se tornou líder antes do previsto, continuou seu programa de extensão, traduziu a sua dinâmica e a sua estratégia em seu tornar uma das dez maiores petroquímicas do mundo em valor de mercado, também antecipou mais uma vez a sua visão e hoje já se encontra entre as oito maiores indústrias petroquímicas do mundo, tendo hoje a visão para 2020 de se posicionar entre as cinco maiores.

A BRASKEM é fruto de catorze fusões e adquirimos então, a partir das lições e a partir das pessoas que formaram essas fusões, um aprendizado muito importante que se torna competência instalada dessa indústria, da empresa brasileira, em adquirir novas empresas e crescer, não só organicamente, mas a partir de fusões.

A BRASKEM então atingiu as suas metas em termos de crescimento antecipadamente, como já me referi, se tornou a maior empresa petroquímica com operações nas Américas, passando gigantes como a Exxon Móbil e Dawn(F). Nos posicionamos como oitava e a partir de agosto desse ano, com a inauguração da planta de etileno verde, a primeira planta de etileno a partir de etanol nessa escala do mundo, passaremos a ser a sétima.

O desafio de crescimento é grande, proposto pelos acionistas da BRASKEM. O crescimento a partir de 2002 foi na faixa de 18% ao ano, mas o objetivo é de crescer ainda mais até 2012, que já está próximo, e atingir um faturamento bruto de 50 bilhões em 2012, que a posiciona como uma das principais indústrias da América Latina. A oportunidade de crescimento que a BRASKEM busca é a partir de uma base consolidada no Brasil, apostando e se comprometendo com o crescimento sustentado não só do consumo, mas de toda a cadeia de valor da indústria petroquímica; busca atingir a América latina a partir de projetos *greenfield* ou projetos verdes, como são chamados, originais, na busca de matéria-prima competitiva – e para isso a BRASKEM já tem presença tanto em mercado como em desenvolvimento de projeto do México até a Argentina; alcançar o mercado norte-americano integrando as Américas – a BRASKEM também já tem uma operação nos Estados Unidos; e buscar o crescimento a partir de um futuro próximo em investimento na África e alcançando o resto do mundo a partir de alianças globais para chegar à Ásia e Oriente Médio.

São muitos os alvos da BRASKEM e muitas as visões para que ela legitime essa liderança. Mas dentre as mais importantes e as mais desafiadoras, a partir de ser escolha do cliente, eu diria que ser reconhecida como empresa estratégica para o Brasil – e para isso a BRASKEM tem que se legitimar como tal; liderar bioquímicos – a partir de agosto a BRASKEM já será a líder em bioquímicos do mundo com a produção de etileno verde no Rio grande do Sul; e, obviamente, se tornar líder em inovação e tecnologia na indústria, o que é um desafio grande para uma indústria nacional que foi sempre seguidora rápida.

Os pilares da nossa tecnologia: excelência operacional – somos uma indústria que tem que mostrar eficiência, comparada às melhores do mundo; higidez financeira – temos que demonstrar que o nosso balanço assegura o crescimento orgânico, como os novos investimentos; e uma cultura empresarial diferenciada. É um gráfico difícil de ler, mas o que ele quer dizer é que a BRASKEM já é reconhecida pela Philip Tausen(F), uma das empresas contratadas mundialmente para comparação de referências com outras empresas. Todas as suas plantas já se encontram no primeiro quadril entre as 25% mais competitivas, com a melhor taxa de operação. Então nós já temos orgulho de nos mostramos ao mundo como uma empresa não só muito competitiva, mas capaz de operar a plena carga continuamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite uma... Eu deveria saber já, mas, Sr. Presidente, se me permitir, BRASKEM tem algum significado especial? "BRAS", imagino, é de Brasil. E o "KEM"?

SR. BERNARDO GRADIN: O "KEM" é de química.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Perdão.

SR. BERNARDO GRADIN: De química.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): De KIMICOL?(F)

SR. BERNARDO GRADIN: De KIMICOL(F), de um original grego, promovido pela empresa de marketing que à época nos contribuiu na formação da empresa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. BERNARDO GRADIN: Mas o "BRAS" traz o orgulho de ser brasileira.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E a composição acionária?

SR. BERNARDO GRADIN: É de grupos nacionais.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Nacionais?

SR. BERNARDO GRADIN: A Organização ODEBRECHT, PETROBRAS e BNDES são os principais acionistas. E do *float*(F) ou das ações de mercado, apenas 5% está fora do Brasil.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então tem uma participação de 5% estrangeira.

SR. BERNARDO GRADIN: Isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É, sobretudo, nacional.

SR. BERNARDO GRADIN: Exatamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E PETROBRAS, ou seja, de participação estatal de que proporção ela possui?

SR. BERNARDO GRADIN: 36%.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado, presidente.

SR. BERNARDO GRADIN: Higidez financeira. É importante a solidez do balanço e nós medimos de diversas formas, mas uma das formas de medir é a Dívida Líquida/Ebitda e a BRASKEM, mesmo com todas as aquisições que realizou recentemente, já apresenta um índice de liquidez com relação à dívida bem substancial.

A cultura empresarial é outra diferença importante que permite, a partir dos valores, integrar rápido novas culturas e alcançar, a partir de boas lições, o que as empresas que chegam têm a acrescentar. Os principais valores são: confiança plena no indivíduo em todos os seus *techolds*(F); o autodesenvolvimento do indivíduo; o espírito de servir; a hierarquia no cliente e a partir do cliente; o dever de criar e inovar sempre; sustentabilidade e a ética da responsabilidade, que significa a ética pela consequência do seu ato e não apenas na omissão ou no agir.

Os principais princípios: temos sempre uma comunicação clara e transparente com todos os nossos *techolds*(F); sinergia, ganha a ganha em todas as equações que construímos; a parceria com todos os nossos interlocutores, seja fornecedor, cliente, integrante ou comunidades próximas; foco em produtividade, liderando pelo exemplo e dando presença na educação formando a nova geração.

Os principais compromissos: nós gostaríamos de ser vistos como uma empresa que confia e valoriza as pessoas, que lidera ações de sustentabilidade e hoje a BRASKEM já se apresenta como líder em muitos dos indicadores atingíveis ou mensuráveis de sustentabilidade no mundo como, por exemplo, taxa de acidentes ou taxa de frequência por milhão de habitantes, nós já somos referência mundial; a produtividade da cadeia petroquímica. Como nós estamos no início do elo, temos que ver toda a competitividade e produtividade da cadeia como um todo e não apenas onde nós concluímos as vendas; compromisso e desenvolvimento com o Brasil. A BRASKEM hoje é uma das empresas que mais investe. Somados os investimentos em ampliações e aquisições a BRASKEM, nos seus oito anos de história, tem mais de dois bilhões por ano de investimentos realizados no Brasil.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Oito anos o senhor mencionou?

SR. BERNARDO GRADIN: Sim. Apoio às comunidades vizinhas e liderar pelo exemplo. Em suma,

nós queremos que as nossas crianças sintam orgulho de nós e que seja a escolha dos filhos dos nossos integrantes. É claro que quem faz a BRASKEM são as pessoas, nós temos hoje 1.300 clientes no Brasil, um milhão de empregos diretos e indiretos na nossa cadeia produtiva.

Alguns dos gargalos do setor petroquímico. A indústria química ainda participa com 3% do PIB, é uma participação importante, mas considerando o resto do mundo, a nossa indústria ainda pode crescer muito, tanto em consumo per capita, como em investimento, como em integração da cadeia produtiva. Essa é uma comparação com o resto do mundo. Se nós tivermos e aproveitarmos a oportunidade que o Brasil oferece para os próximos anos, o Brasil pode saltar de oitavo para quinto. Essa é uma missão da cadeia produtiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O segundo ali é a China?

SR. BERNARDO GRADIN: China. Primeiro os Estados Unidos, segundo China, depois Japão, Alemanha e França.

Um dado que nos preocupa como participantes da indústria química é o desbalanço hoje na produção nacional que afeta a balança brasileira. Percebamos que hoje o saldo comercial, em 2009, foi de 15,7 bilhões. Esse saldo deve aumentar muito esse ano, no ano passado nós tivemos um semestre de crise que afetou muito a indústria. E persistindo esse saldo negativo, se não acompanharmos, como indústria, o crescimento brasileiro, esse pode ser um fator de desequilíbrio na estabilidade no curto e médio prazo para a balança de comércio ou saldo de balança de comércio. Este é um estudo feito, realizado pela ABIQUIM, prevendo um crescimento de apenas 4% médios do Brasil ao ano durante os próximos quatro anos e uma elasticidade de indústria, uma elasticidade de demanda de apenas 1,25%, o que também é bem conservador. O Brasil precisaria de 132 bilhões de dólares de investimento nos próximos dez anos para que esse saldo de balança de comércio não se amplie ou não se permaneça negativo, dado esse cenário de crescimento.

Alguns dos gargalos mais importantes do setor são: matéria-prima competitiva – a indústria ainda tem que importar quase 40% da matéria-prima que consome; organização tributária e disponibilidade de pessoal qualificado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): – Praticamente que tipo de matéria-prima?

SR. BERNARDO GRADIN: A matéria-prima é a nafta e gás. Nafta é uma matéria-prima derivada do petróleo, semelhante à gasolina.

Em curvas de custo, que também impede que a nossa competitividade ou produtividade ou velocidade de crescimento de uma cadeia integrada produtiva assuma uma posição de liderança internacional, vejam que a BRASKEM ou a nafta, a matéria-prima da BRASKEM, se posiciona numa curva afastada dos mais competitivos. Os nossos projetos, por exemplo, de etanol, é mais competitivo do que a nossa nafta correlata, Peru e Bolívia é mais competitivo, o México também, onde a BRASKEM está presente, é mais competitivo, e a Venezuela é muito mais competitivo.

A BRASKEM toma ações no item de organização tributária, como nós chamamos, sem evitar *dumping*. Na sobra de produtos dos Estados Unidos e na China nós recebemos fluxos cada vez maiores dessas sobras, não só pelo ciclo petroquímico, mas pela situação econômica dos outros países, e essas sobras chegam aqui com preços muito mais baixos do que nós podemos produzir ou que eles próprios produzem nos seus mercados domésticos. Além disso, nós temos feito um trabalho grande em evitar arbitragens fiscais em estados que permitem uma competitividade desleal, estados que diferem o ICMS e permitem que competidores estrangeiros importem produtos ou tragam produtos importados ao Brasil, deslocando emprego e renda.

A situação de mão de obra no Brasil, chegando um pouco mais especificamente ao tema do nosso painel, ao mesmo tempo que oferece muitas oportunidades traz também algumas preocupações importantes. A situação no Brasil melhorou, mas nós ainda estamos muito abaixo dos nossos vizinhos. Isso aqui é a média de anos de estudo no Brasil. Vejam que países como o Chile, Peru e Argentina possuem médias superiores a dez. O bom sinal é que nós estamos progredindo, então chegaremos lá. A preocupação é se chegaremos lá a tempo. Na avaliação de compreensão, quando nós comparamos à compreensão dos nossos alunos ou desempenho dos nossos alunos com outros países, vejam que o Brasil está aquém do México e do Chile. Então também temos que melhorar não só a permanência dos alunos nas escolas, mas a capacidade de aprendizagem. E se nós trazermos um pouco da situação de mão de obra específica no nosso setor, a indústria química paga salários duas vezes maiores do que a média em geral da indústria brasileira. É um setor que não só treina muito, mas requer pessoal ou pessoas treinadas, pessoas bem formadas. O nosso desafio é que desde a base operacional até a engenharia de

manutenção nós precisamos de um ciclo de no mínimo cinco anos para formarmos as novas equipes. Então o desafio que nós temos com tanta busca de mão de obra qualificada, como os outros painelistas apresentaram, traz uma nova preocupação para o setor químico e petroquímico.

A situação de mão de obra no Brasil tem hoje uma escassez de engenheiros que preocupa. Considerando o crescimento do PIB de 5% ao ano e a manutenção atual dos coeficientes de permanência na profissão, segundo a IPEA, como fonte relevante, no ano de 2015 poderemos ter uma escassez de 250 mil engenheiros. No ano de 2022, mantida a atual estrutura de oferta, esse *gap* pode chegar a um milhão de engenheiros.

A questão de mão de obra então como uma agenda positiva e propositiva. Nós gostaríamos de apresentar algumas sugestões. Para a adequação da oferta de mão de obra e necessidade do mercado, concentrar na expansão de vagas nas universidades públicas em cursos de engenharia, rebalanceando um pouco a matriz de egressos da Área 3. A nossa percepção é que hoje sobra egressos da Área 3 (serviços) e faltam egressos da Área 1; incentivar universidades particulares a oferecer cursos de engenharia através de financiamentos, talvez subsidiando os seus laboratórios. Os requisitos hoje do MEC para que universidades componham os seus laboratórios de forma a oferecer cursos de engenharia fazem uma barreira de entrada para que as universidades tragam oportunidades para engenheiros ou novos engenheiros; criar um PROINC, inspirado na experiência bem sucedida do PROIMP, em parceria com o SENAI e com a PETROBRAS; ampliar e implementar uma política seletiva nos programas do CAPES ou CNPq para o setor químico, inclusive com a ampliação de bolsas de estudos em áreas estratégicas; envolver empresas ou suas entidades de classe na definição de suas diretrizes curriculares propostas pelo MEC, ou seja, o MEC precisa ouvir o que as empresas precisam, à luz do que fazem as universidades americanas e algumas universidades principais europeias; incentivo para a criação de centros de treinamento e pesquisa nas empresas em conjunto com investimentos públicos, investimentos de universidades federais. São algumas das propostas. Como empresa todos buscamos agir nesse sentido e nessa direção, via as associações ou como iniciativas próprias das empresas, mas esse é um fórum privilegiado para dividir essas propostas.

Há um compromisso claro que nós podemos ter de duas formas: nós podemos pensar um compromisso tênue, difícil de ser construído, ou um compromisso que de fato adira toda uma corrente ou um elo firme de fornecimento de mão de obra qualificada, aproveitamento de mão de obra qualificada, emprego e renda qualificados e um salto de produtividade que precisamos para o Brasil.

Inseridos na ABIQUIM, na Associação Brasileira da Indústria Química, nós somos aderentes a uma proposta de pacto onde, por parte do governo, teríamos matérias-primas competitivas em preço e disponibilidade de volume e prazos contratados; tributos como uma solução às distorções dos sistemas e à competição ilegal; uma infraestrutura logística bem equacionada, seja para a instituição de gás, construção de portos, rodovias e outras soluções modais; uma proposta conjunta de nos tornarmos líderes em inovação e tecnologia, não apenas seguidores, na medida não só que o País se projeta, mas que as empresas brasileiras se projetam internacionalmente. A exigência para que tenhamos autossuficiência, pesquisa e desenvolvimento e cheguemos à fronteira de determinados desenvolvimentos tecnológicos fazem não só uma agenda estratégica, mas uma agenda quase de sobrevivência para o longo prazo; e, obviamente, crédito, acesso ao crédito para fortalecimento da cadeia, que vai desde o financiamento à exportação, inovação e tecnologia, como uma proposta de renovação do nosso parque industrial.

Por parte do setor produtivo, da indústria, em contrapartida ao esforço do governo: desenvolver e difundir padrões cada vez mais elevados de responsabilidade de conduta, trazendo a indústria brasileira a ser reconhecida mundialmente; impulsionar o crescimento econômico brasileiro; contrapartida de investimentos claros, comprometidos no curto, no médio e no longo prazo de forma a atendermos não só as ofertas que o pré-sal atrás, mas também as oportunidades que um crescimento de consumo, como nunca vimos, pelo menos a minha geração nunca viu; e uma grande capacidade produtiva integrada que o Brasil pode oferecer para a região e para o mundo; desenvolvimento de tecnologias, então as empresas e os setores farão a sua parte comprando, adquirindo e desenvolvendo tecnologia brasileira, como muitas empresas brasileiras já o fazem; elevar os padrões de gestão; responsabilidade fiscal em níveis de produtividade; o Brasil precisa de um choque de produtividade; e promover continuamente a qualificação dos trabalhadores da indústria química, contribuindo para a formação de pessoas nas indústrias relacionadas com a química. Nós somos uma indústria de base e atingimos não só o que está diretamente no nosso setor, mas todos os setores indiretamente alcançados pela indústria.

A questão de infraestrutura, permitam-me um gráfico um tanto quanto longo, esse gráfico foi extraído de uma material do Fórum Econômico de Davos, que nos coloca como... Naquela tábua pequena de comparação: 2009 para 2008 apresenta um progresso importante do Brasil com relação ao resto do mundo, mas nós ainda estamos bem aquém de China, Índia e, talvez, não tenhamos de Rússia. Apesar de termos mostrado um crescimento em oito posições, o que coloca o Brasil num cenário ou, pelo menos, numa projeção positiva, nós ainda somos pouco competitivos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Aquele índice GCI o que é que é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *Global Competitiveness Index.* É um Índice de Competitividade Global.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tá.

SR. BERNARDO GRADIN: Promovido pelo Fórum Mundial de Davos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. BERNARDO GRADIN: A partir daquele índice, aquele índice é constituído a partir desses doze pilares de comparação. Um dos *drivers* é a infraestrutura, como os senhores podem ver aí. Eu trouxe essa agenda só como uma demonstração de como podemos ser colocados, claro. E aqui está uma preocupação importante em infraestrutura. Vejam que a referência, obviamente, é ao final daquela teia, e em infraestrutura o Brasil, que é o gráfico azul, ainda está numa situação de muita pouca competitividade e eficiência comparada com outros países e comparada com o resto do mundo. Esse tema é relativo.

Aqui traz um outro indicador também para uma reflexão e ação imediata, não só do setor produtivo, mas também do governo, que percebemos já uma grande evolução, mas que precisamos acelerar esse processo: de 133 comparados, o Brasil está na posição 127 na qualidade de portos e está na posição 106 na qualidade de suas estradas. Esses dados são do Fórum Econômico Mundial, que traz uma posição ao Brasil de reflexão de que: "Olha, temos feito muito, mas temos que fazer muito mais e muito rápido para que obtenhamos as oportunidades que o futuro promissor, não só a partir do pré-sal, mas do crescimento do consumo e da economia brasileira, proporciona".

Então, finalmente, como sugestões quanto à questão de infraestrutura: rodovias – eu acho que permanece um passivo de manutenção, recuperação e duplicação de rodovias. Muito se avança, mas temos ainda que avançar muito; bons exemplos em ferrovias, bons exemplos em investimentos por concessionárias, mas ainda temos uma ferrovia pouco eficiente. A velocidade média na ferrovia brasileira de 25km/h, enquanto na americana é de 80 km/h. Então ainda temos que construir e melhorar a eficiência e produtividade nesse setor; em cabotagem, ações isoladas acontecem, mas os senhores viram a deficiência em investimentos em portas e como nós somos comparados não só na decorrência do porto, na cabotagem, mas também na infraestrutura portuária.

Gostaria de mais uma vez agradecer e colocar a BRASKEM como também a ABIQUIM à disposição dos senhores para o diálogo e o debate. Muito obrigado pelo tempo e pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Bernardo Gradin. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O senhor mencionou que são oito anos de existência da BRASKEM, é isto?

SR. BERNARDO GRADIN: Isso, desde 2002.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então é do último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso. Já havia então, quando do seu nascedouro, essa perspectiva, ainda mais que o pré-sal, por exemplo, ocorreu mais recentemente, então essa perspectiva de associação que o senhor mencionou da ODEBRECHT, da PETROBRAS e outras, já no seu nascedouro assim aconteceu? É a primeira. A segunda pergunta é: em que estados e municípios principalmente está hoje a BRASKEM e o número de pessoas que trabalham na BRASKEM. São três perguntas.

SR. BERNARDO GRADIN: Obrigado, senador. A BRASKEM aconteceu num momento em que a indústria petroquímica brasileira estava em transformação, em mudança de donos, e ela aconteceu especificamente no leilão da POLIALDEN e das ações que a POLIALDEN controlava na NORQUISA, que por sua vez compartilhava o controle da COPENE, na Bahia. Foi nesse momento que a BRASKEM foi formada, em 2002. A partir de 2002 a BRASKEM construiu uma estratégia de se tornar líder da América latina E essa posição de liderança foi construída com inserções na busca de matéria-prima fora do Brasil, em função da escassez de matéria-prima disponível aqui no Brasil, matéria-prima competitiva. Então buscou-se projetos na Bolívia, no Peru, na Venezuela e, mais tarde, chegou ao México. E desde sempre a BRASKEM teve um compromisso não só de investir organicamente e crescer no Brasil, como também de exportar seus excedentes, participando assim do mercado global. Então a BRASKEM está presente desde o seu nas-

cedouro no mercado global exportando seus produtos. Muito bem.

A partir de 2004 combinou-se o que se chama ciclo petroquímico positivo, onde os preços das *commodities* melhoram e, também, há melhoria do cenário brasileiro e do setor mundial, e a BRASKEM pode, digamos, surfar essa onda e aproveitou esse momento para crescer mais rápido. Com isso, viveu, a partir do ciclo petroquímico positivo, a partir de um aumento de oferta de liquidez e de mercado mundial crescentes, um movimento de expansão que antecedeu sua estratégia ou permitiu antecipar sua estratégia em pelo menos cinco anos.

Com a crise de 2008, a crise que abalou a confiança do resto do mundo, a BRASKEM pode aproveitar a oportunidade ou as oportunidades da crise para antecipar mais uma vez o seu crescimento. Enquanto algumas empresas entraram em dificuldades financeiras, a BRASKEM tinha o seu dever de casa pronto e pode propor uma aliança mais ampla, inclusive com a própria PETROBRAS, para consolidar o setor brasileiro e promover a internacionalização do setor petroquímico brasileiro de forma importante, como é o caso da aquisição americana. E a nossa visão então agora passa a ser um dos líderes do mundo, com essa base forte que nós construímos aqui no Brasil, e que já apresentamos também como promissora nos Estados Unidos, integrando dos Estados Unidos ao sul da América do Sul.

Os estados e municípios dos quais nós participamos são: nós produzimos em Alagoas, na Bahia, no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, mas nós estamos presentes no Brasil inteiro, seja por nossa força comercial, seja através dos nossos clientes e da força produtiva que une uma cadeia de indústria de base, como é a BRASKEM.

Hoje nós temos cerca de seis mil integrantes diretos, mas um elo indireto também muito importante. Cerca de 75% dos nossos clientes diretos são micro e pequenas empresas que são grandes empregadores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): No total, então, a BRASKEM emprega cerca de?

SR. BERNARDO GRADIN: Cerca de seis mil integrantes.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Seis mil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Brasileiros e estrangeiros?

SR. BERNARDO GRADIN: Brasileiros hoje e estrangeiros. A grande maioria é de brasileiros.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A sua resposta ensejou uma outra breve pergunta, se me permite, presidente. Dada a decisão de então investir nesses diversos países, sobretudo na América Latina, mas nas Américas, me parece, eu queria ouvir a sua confirmação, que o desenvolvimento do MERCOSUL para a BRASKEM é altamente relevante.

SR. BERNARDO GRADIN: Fundamental, senador. Eu acho que um dos privilégios hoje de qualquer indústria é estar inserida no Brasil. E apesar de nós termos desafios, como eu mostrei, dos gargalos logísticos, dos gargalos de formações de pessoas e dos gargalos de fornecimento de matéria-prima competitiva, os horizontes que o Brasil oferece são incomparáveis, eu acho, com o resto do mundo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Bernardo Gradin pela sua exposição. É sempre bom que nós lembremos o fator recorrente de todas essas já sete ou oito Audiências que realizamos sobre a questão da formação de mão de obra, que a maioria expressiva dos participantes dessas Audiências Públicas tratam da formação de engenheiros. E aqui no Brasil, é sempre bom lembrar, que de cada cem engenheiros que saem formados das suas universidades, setenta e dois deles estão fora de sua atribuição ou fora da sua profissão. Então se nós fizermos uma projeção desse índice de desistência, os números serão decuplicados, os números aqui apresentados quanto às necessidades de novos engenheiros nas suas diversas qualificações para os próximos anos, esses números são decuplicados.

Então, mais uma vez, é importante fazer notar a nossa juventude a importância que tem eles se dedicarem ao estudo de profissões mais técnicas, alertar o mundo acadêmico, as faculdades e a universidades que propiciem esse cursos e, sobretudo, que façam isso de comum acordo com as empresas para que, ao mesmo tempo em que estudem, estejam fazendo estágios. Porque aqui também já foi visto – e hoje também o Dr. Bernardo Gradin colocou mais ou menos algo parecido – que uma empresa que necessite contratar, uma empresa de porte grande que necessite contratar um engenheiro, seja qual for a sua qualificação ou a sua especialidade, essa empresa necessita de pelo menos cinco anos para colocá-lo no nível das exigências que a empresa está requerendo. Então é muito importante que ao mesmo tempo em que as universidades estejam oferecendo cursos de boa qualificação, que a iniciativa privada, que as empresas, e tudo isso de alguma forma orientado ou induzido pelo próprio governo, possam oferecer estágios, até mesmo estágios remunerados, para que esses alu-

nos que estão cursando essas matérias possam estar habilitados a exercer a sua profissão num espaço menor de tempo e não num tempo tão longo quanto esse de cinco anos ou três anos.

A BRASKEM é um exemplo, no nosso entender, porque hoje nós sempre ouvimos falar de multinacionais: "Não, aquela é uma multinacional que está no Brasil, que está usurpando as nossas riquezas, espoliando isso e aquilo", e hoje o Brasil detém, no seu campo de iniciativa privada, de inúmeras multinacionais. A BRASKEM está nos Estados Unidos da América, que na minha época de estudante eram os imperialistas, os *Yankees go home*! e tal, e agora a BRASKEM está com um pé lá, como inúmeras outras empresas no campo também de laranjas, de commodities como laranjas, mineração, estão lá instaladas nos Estados Unidos. Na Europa da mesma forma. Então, hoje, o Brasil cresceu e atingiu esse grau de excelência. Como aqui foi dito, a BRASKEM é reconhecida internacionalmente pela sua competitividade, o que nos dá um grande orgulho.

Mas números também que nos preocupam: por exemplo, o Brasil está colocado na posição 127 em condições de portos, em portos que estejam aptos a cumprir com o seu papel, ou seja, nem todos os países têm mar, em todos os países têm rios que cheguem embarcações. Então se hoje nós temos 210 países aproximadamente no mundo, pelo menos são 210 países que têm assento nas Nações Unidas, se nós estamos na posição 127, descontando aqueles que não têm portos, nós verificamos que necessitamos de um grande esforço, de um grande trabalho, de um grande investimento para tornarmos os nossos portos mais competitivos. E não somente a infraestrutura portuária, como também a aeroportuária. Já se verificou aqui na última Audiência a necessidade que nós temos de prover os nossos aeroportos de condições para receber esses milhares de turistas e milhares de aficcionados de futebol, de esportes olímpicos e, também, os ambientalistas, que estarão, a partir de 2012, visitando o Brasil: em 2012 a Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, Conferência da ONU, das Nações Unidas, e que o Brasil, o Presidente Lula ofereceu o Brasil para ser o hóspede dessa Conferência e foi aceito pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, depois em 2014 com a Copa do Mundo e aí disseminado por doze ou catorze sedes, e, depois, as Olimpíadas em 2016, no Rio de Janeiro.

De modo que o que nós pretendemos, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, por intermédio dos seus membros, o que pretende é ao final desse ciclo de Audiências poder oferecer uma agenda perfeitamente coordenada do que a comissão, tendo ouvido todos esses palestrantes, pessoas extremamente qualificadas que estão nos mostrando a realidade do nosso País em relação aos gargalos da nossa infraestrutura, é oferecer ao governo federal uma agenda do que poderia ser feito, tanto da parte do governo, como aqui foi muito bem apresentado pelo Dr. Gradin, reconhecendo também a parcela que a iniciativa privada tem que oferecer, o que o mundo acadêmico pode oferecer e o que o governo precisa fazer. Teremos no final desses ciclos de Audiências mais três Audiências finais. Desculpem, não serão três Audiências. Ao final do ciclo dessas Audiências nós teremos três Reuniões com doze dos palestrantes que aqui estiveram e que trouxeram propostas realmente muito bem elaboradas para que, junto com os membros desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, possamos extrair um relatório final com essa agenda propositiva, tanto para a iniciativa privada, como para o mundo acadêmico, como para o governo nos seus diversos níveis, tanto o governo federal, como o governo estadual e os governos municipais. Aqui foi colocado a questão da concorrência desleal em relação à cobrança do ICMS ou, então, da possibilidade que alguns estados oferecem para que a importação de certos produtos sejam feitas a taxas mais favoráveis e assim por diante, fazendo, o que foi aqui dito, uma competição desleal com a indústria nacional.

De modo que eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a participação de todos os senhores, agradecer ao Dr. Bernardo Gradin, Presidente da BRASKEM, ao Dr. José Renato Ferreira de Lima, Coordenador-Executivo do PROMINP, programa que dá muito orgulho a todos nós, ao Dr. John Forman, Presidente da Forman Consultoria, ao Dr. Armando Guedes Coelho, Presidente da Comissão de Energia da FIRJAN, e o Professor Eduardo Setton, Coordenador do Projeto Galileu da Universidade Federal de Alagoas, que está dando um show. Acredito que as outras universidades vão ter que correr muito para chegar ao nível de excelência que a Universidade Federal de Alagoas está demonstrando na aplicação e desenvolvimento do Projeto Galileu.

Antes de encerrarmos a presentes reunião e agradecendo, mais uma vez, a presença de todos, eu convoco as Sras. e os Srs. Senadores membros desta comissão para a nossa próxima reunião, a realizar-se às 08h30, do dia 29 de abril, próxima quinta-feira, neste Plenário, com pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 20h50.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia dezessete de março do ano de dois mil e dez, na Sala de Reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, Serys Slhessarenko, José Nery, Valter Pereira, Marco Maciel, Adelmir Santana, Lúcia Vânia, Marconi Perillo, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Cícero Lucena e João Durval. Deixam de comparecer os Senadores Antônio Carlos Valadares, Romero Jucá, Almeida Lima, José Agripino, Adelmir Santana, Sérgio Guerra, Gim Argello, Jefferson Praia, e a Senadora Rosalba Ciarlini. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente faz o seguinte comunicado: Retificada a data do Coquetel de Lançamento dos Anais do CBRATUR 2009 – Congresso Brasileiro da Atividade Turística, que acontecerá no dia 06 de abril de 2010, às 18 horas, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à apreciação de proposições: **Item nº 01**-Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2005, Complementar, não terminativo, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento de Macapá e Santana e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento de Macapá e Santana", de autoria do Senador Papaléo Paes, tendo como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado parecer favorável ao Projeto. **Resultado:** Após a leitura do Relatório e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR favorável ao Projeto. **Item nº 2**-Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008, não terminativo, que "Dá nova redação ao inciso II do art. 14 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para isentar do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante as mercadorias que especifica", de autoria da Senadora Kátia Abreu, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2009, não terminativo, que "Dá nova redação ao inciso II do art. 14 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para isentar do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante as mercadorias que especifica" de autoria do Senador Gerson Camata tendo como Relatora a Senadora Rosalba Ciarlini que oferece Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008, com duas emendas que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2009. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 05/2010-CDR, solicitando a realização de Audiência Pública para instruir a matéria. **Item nº 3**-Projeto de Lei do Senado nº 548, de 2009, não terminativo, que "Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração, para eliminar a necessidade do visto temporário para os empregados estrangeiros de navio de turismo estrangeiro, quando em águas brasileiras", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator *Ad Hoc* o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em decisão terminativa. **Resultado:** Após a leitura do Relatório, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR favorável ao Projeto. **Item nº 4**-Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2006, terminativo que "Acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Votação nominal. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04-CAE. **Resultado:** Após a leitura do Relatório, a Comissão delibera no sentido de adiar a discussão e a votação da matéria. **Item nº 5-**Requerimento nº 01, de 2010-CDR: "Requeiro, nos termos do Art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de debates nos municípios dos diversos estados da Federação, com o intuito de discutir alternativas para o desenvolvimento regional e turismo, voltado à inclusão social". Autoria: Senador Marconi Perillo. **Resultado:** Aprovado. **Item nº 6-**Requerimento nº 02, de 2010-

CDR: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, III da Constituição Federal, combinado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública junto a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR do Senado Federal para debater a paralisação das obras do Aeroporto Santa Genoveva em Goiânia – Goiás. Solicito que sejam convidados para a referida audiência, as seguintes autoridades: – Nelson Jobim – Ministro de Estado da Defesa; – Luiz Eduardo Pereira Baretto Filho – Ministro de Estado do Turismo; – Ubiratan Aguiar – Presidente do Tribunal de Contas da União; e – Nazir El Haje Neto – Presidente do Goiânia Convention & Visitors Bureau". Autoria: Senador Marconi Perillo. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento, substituindo o Ministro do Turismo Luiz Barretto pelo Presidente da Infraero, Sr. Murilo Marques Barboza. **Item nº 7-**Requerimento nº 03, de 2010-CDR: "Requeiro, nos temos dos arts. 50 e 58, § 2º V, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, que o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Senhor Luciano Coutinho, seja convidado para Audiência Pública nesta Comissão, a fim de fazer explanação sobre a política de aplicação de recursos do Banco voltada para a redução dos desequilíbrios regionais, em especial sobre o Programa de Dinamização Regional (PDR), forma de atuação, municípios atendidos, critérios para escolha desses municípios, principais setores contemplados, bem como a evolução e perspectivas das aplicações do BNDES por regiões". Autoria: Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Aprovado. **Item nº 8-**Requerimento nº 04, de 2010-CDR: "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, a segurança da aviação civil e o cronograma de instalação de equipamentos de segurança nos aeroportos ainda carentes desses equipamentos, com a presença das seguintes autoridades: – Ministro de Estado da Defesa, Nelson Jobim; – Diretora-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Solange Vieira; – Especialista em Segurança Aérea e Diretor Técnico do SNEA – Sindicato Nacional das Empresas de Aviação, Ronaldo Jenkins". Autoria: Senador Roberto Cavalcanti. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento, substituindo o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, pelo Brigadeiro Jorge Godinho, Secretário de Aviação Civil, e incluindo no escopo do tema da Audiência Pública, a temática aviação regional. **EXTRAPAUTA. Item único-**Requerimentoº 05, de 2010-CDR: "Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para debater e instruir os PLS 237/2008 e 114/2009 que propõem "nova redação ao inciso II do art. 14 da Lei nº 10.893/04, para isentar do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante as mercadorias que especifica**",** com a presença dos seguintes convidados:– Representante da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda; – Representante da Secretaria de Fomento – Ministério dos Transportes; – Representante da Confederação Nacional do Transporte; e – Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil." Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Neuto de Conto,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e aprovação da 2ª Reunião da comissão. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se a deliberação de proposições.

Comunicamos que o coquetel de lançamento dos anais da CBRATUR 2009, o Congresso Brasileiro de Atividades Turísticas, acontecerá no dia 06 de abril de 2010, às 18 horas, no salão nobre da Câmara dos Deputados.

Item 1 da Pauta. A relatora, Senadora Lúcia Vânia, não se encontra presente. Vamos aguardar sua presença.

O Item 2 da pauta, a pedido da relatora, Senadora Rosalba Ciarlini, e da autora, Kátia Abreu, estamos retirando de pauta.

O Item 3. Não terminativo. Projeto de Lei do Senado 548, de 2009. *"Altera a Lei 6.815, de 19 de agosto*

de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração, para eliminar a necessidade do visto temporário para os empregados estrangeiros de navios de turismo estrangeiro, quando nas águas brasileiras". Autoria: Senadores Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora. Perdoe, senadora. Relatoria: Senador Papaléo Paes.

Eu consulto o Senador Gilberto Goellner se ele podia fazer a relatoria *ad hoc*.

Eu concedo a palavra ao senador.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Qual é o número?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): É o item terceiro.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É uma análise do projeto, do PLS 548, tendo como relator o Senador Papaléo Paes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

"Em sua justificativa, aduz o autor da proposta, dentre outros aspectos pertinentes ao tema, que, no mercado de turismo, o segmento dos cruzeiros marítimos é o que mais cresce no mundo. Em nosso país, no momento em que estamos próximos à marca de um milhão de chegadas de turistas internacionais por ano, esse é talvez um dos setores que necessita de um olhar mais atento.

Enquanto os cruzeiros de cabotagem tiveram crescimento, contribuindo de maneira significativa para a elevação do número de empregos e da arrecadação de tributos, os cruzeiros internacionais seguem em sentido inverso.

A principal causa desse decréscimo nos cruzeiros internacionais se deve ao fato de o Brasil considerá-los de cabotagem, quando possuem mais de uma escala em território nacional, circunstância que os obriga a cumprir exigências burocráticas e tributárias que inviabilizam sua operação no país.

Uma das exigências é a de que seus tripulantes tenham visto de trabalho do tipo V, o que impõe significativo ônus para as empresas de navegação. Não há emendas a apreciar.

Na análise.

Como resultado do contexto particularmente favorável, o Brasil cresce como produto de atenção turística de forma vertiginosa. Com particular referência ao nicho dos cruzeiros marítimos, não só o mercado externo parece despertar para o nosso país, como também se intensifica o mercado interno, com o fluxo cada vez maior de passageiros da classe média, atraídos por pacotes cada vez mais acessíveis. Dessa forma, em meses de verão, a costa brasileira recebe número cada vez maior de transatlânticos de importantes bandeiras, cativados pelas condições naturais do país e pelo fascínio de sua população.

No entanto, com entraves burocráticos desnecessários, de um país que ainda não se habituou à vida cosmopolita e onde estrangeiros são sempre novidade, muito ainda resta a fazer para que o Estado seja um agente promotor e facilitador do turismo, antes que o empecilho ao seu desenvolvimento. É cediço, em particular no âmbito dessa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que a atividade turística é para países possuidores das características que têm o Brasil um insuperável meio para a promoção do desenvolvimento, provedora de empregos de constância e de qualidade, geradora de divisas e de promoção da imagem do país.

A atipia da atividade do pessoal de bordo de navios de turismo que navegam em águas brasileiras de forma sazonal necessita de tratamento legal também atípico. É de todo evidente que tais profissionais embarcados não estão a solapar os interesses da força de trabalho nacional, por não haver concorrência diante da natureza da prestação laboral que se verifica.

A norma proposta, ao isentar o trabalhador estrangeiro, que de forma transitória perpassa o mar territorial brasileiro, com estadias em seus portos, de obtenção de visto temporário de trabalho em nosso país, é medida de inteligência política e que atende os interesses nacionais. Se aprovada, a mudança legislativa em exame permitirá a diminuição dos custos operacionais das operadoras de cruzeiros, proporcionando aumento do fluxo de viajantes, com todas as evidentes vantagens que disso decorre.

Em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 548, de 2009, que elimina a necessidade de visto temporário para os empregados estrangeiros de navio de turismo estrangeiro, quando em águas brasileiras."

O Voto--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Autoria da Senadora Serys.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): De autoria da Senadora Serys.

Bem dito. Está aqui presente. Eu parabenizo aí o nosso voto é... Voto do relator Papaléo Paes, relatado por mim, *ad hoc*, é pela aprovação do referido projeto da Senadora Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Gilberto Goellner.

Comunicamos também, a observação é que a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em decisão terminativa.

A matéria em discussão. A matéria em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer do relator favorável ao projeto. Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para as devidas providências.

O Item 4 da Pauta. Terminativo na comissão. Projeto de Lei do Senado 331, de 2006. *"Acresce parágrafo único ao art. 48, da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências". Autoria:* Senadora Roseana Sarney. Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko. *Relatório: "pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Observação: votação nominal. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, tendo sido aprovado parecer favorável ao projeto com as Emendas nº 1, 2, 3 e 4 da CAE."*

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko para proferir seu parecer.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Sr. Presidente.

Como o senhor muito bem já anunciou, é uma decisão terminativa do PLS 331, de 2006, que *"acrescenta parágrafo único ao art. 48, da Lei nº 10.257, de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo direitos gerais da política urbana e dá outras providências; e acresce o § 8º ao art. 50, da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências."*

Como os Srs. Senadores já têm conhecimento do relatório, que já foi distribuído, a análise já está feita, nós vamos diretamente ao voto.

"Ante o exposto, voto pela aprovação do PLS nº 331, de 2006, na forma da seguinte emenda." Aí vem o substitutivo integral.

E nosso parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, senadora.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu gostaria só de... Só sobre o artigo segundo aqui do nosso parecer, é que *"a União poderá reduzir ou dispensar a contrapartida financeira em suas transferências voluntárias destinadas à execução de programas habitacionais de interesse social, quando os recursos sejam transferidos a município que reúna as seguintes características"*.

É bom só chamar atenção disso, que é muito importante – os Srs. Senadores sabem disso –, que tem população inferior a 25 mil habitantes, que, às vezes, eles não podem receber porque não têm condições de dar a contrapartida.

Segundo item *"esteja localizado nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, nas microrregiões da metade sul ou noroeste do Rio Grande do Sul e outras áreas... Outra área territorial legalmente equiparada a qualquer dessas regiões para efeitos da concessão de incentivos de desenvolvimento regional; e, por último, apresente indicadores de desenvolvimento econômico ou social inferiores à média nacional, identificados por lei ou por ato normativo que instituir cada programa"*.

Esse Projeto de Lei é da... De autoria da nossa, hoje, Governadora Roseana Sarney, quando senadora. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em discussão a matéria.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Roberto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Roberto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, Sra. Senadora Relatora, só a sensibilidade de uma dupla feminina, Roseana Sarney e Serys Slhessarenko, poderia ter a precisão de uma relatoria como esta.

Foi pinçado aí dois pontos importantíssimos, que é exatamente a limitação desse incentivo, desse pré-requisito, de ter abaixo de 25 mil habitantes e ter como índice de desenvolvimento econômico e social abaixo da média nacional.

Esses dois balizadores, sem dúvida, configuram a grande carência das cidades, dos municípios brasileiros identificados com essa necessidade.

Então, parabenizo a sensibilidade tanto da autora como da relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Eu vejo de muita importância esse projeto da Senadora... ex-Senadora Roseana Sarney, hoje governadora do Estado do Maranhão, relatado pela Senadora Serys Slhessarenko.

E gostaria de ressaltar que... Não tem aqui nenhum senador do Estado de Minas Gerais, mas dentro das características de igualdade territorial equiparada a regiões tipo a metade sul ou noroeste do Rio Grande do Sul, é a região do Estado de Minas Gerais.

Então, foi muito bem colocada que regiões equiparadas ao IDH dessas regiões, possivelmente. Então, fica contemplado o Estado de Minas Gerais, que eu sei que hoje deveria estar mais para o estado do Nordeste, mais para o bioma do Nordeste do que para a região Sudeste, que é o Estado de Minas. Mas é a configuração dos estados brasileiros que, às vezes, não coloca na verdadeira posição do bioma.

Então, meus parabéns pelo relatório. Eu vejo de muita importância isso aí para área social, para a contrapartida que fica dispensada de municípios carentes que precisam de investimentos em habitação, e que, dessa forma, poderiam ser melhor aquinhoados. Meus parabéns, Senadora Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Adiamos a votação por falta de quórum.

Item 5 da Pauta. Requerimento. "*Requeiro, nos termos do art. 104-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de debates nos municípios dos diversos estados da Federação, com o intuito de discutir alternativa para o desenvolvimento regional e turismo, voltado à inclusão social*". Autoria: Senador Marconi Perillo.

Concedo a palavra ao senador, para fazer o encaminhamento do requerimento.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

O objetivo deste requerimento é exatamente debatermos o desenvolvimento regional na a área do turismo. Nós temos, nas diversas regiões brasileiras, destinos turísticos de grande potencial que precisam ser melhor explorados, que precisam de infraestrutura, que precisam de uma política, de um planejamento estratégico voltado para a sua viabilização.

O Brasil, lamentavelmente, é um dos lanternas entre os principais 60, 80 países do mundo em relação à atração do turista estrangeiro. Temos uma participação no bolo internacional muito aquém das nossas possibilidades. Se levarmos em consideração as políticas de atração de turistas de países como a França, a Espanha dentre outros, nós vamos chegar à conclusão de que o Brasil, ao longo das últimas décadas, tem perdido o bonde da história em relação à atração do turismo exatamente por conta da falta de uma infraestrutura adequada.

Então o objetivo deste requerimento é exatamente discutirmos a questão do desenvolvimento regional e turismo, voltado também para a inclusão social. Essa é... Esse é o objetivo do requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em discussão o requerimento.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Só para entendimento melhor, Senador Marconi Perillo, tem definição... Como vai ser definido quais os municípios, por região...?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu acho que deveríamos convidar os representantes dos governos estaduais e os secretários estaduais de turismo, promovermos o debate. Depois a gente definiria o formato.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Depois vai definir quan... vai envolver quantos municípios...

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Encerrada a discussão. Em votação o requerimento. Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Em discussão não? Ainda em discussão, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Podemos.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu parabenizo o espírito, o mérito do requerimento. Agora, me acosta a preocupação de que forma nós... que municípios seriam convocados para esse debate, ou se esses debates se realizarão nos municípios, se realizarão em Brasília, e de que forma serão... será feita esta indicação. Acho que está nos faltando esta informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Que formas poderíamos estabelecer aonde seriam essas regiões: seriam regionais, seriam estaduais, seriam para discutirmos os temas.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Isso ficaria a critério da Comissão, do Presidente, dos parlamentares. Eu indicaria, com a Senadora Lúcia Vânia, um município de nosso estado e cada parlamentar indicaria em suas regiões.

Depois nós estabelecemos isso em contato com a assessoria de V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado.

Encerrada a discussão. Srs. Senadores que concordam... Em votação. Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item 6. Requerimento. *"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, item III, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública junto à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR do Senado Federal para debater a paralisação das obras do Aeroporto Santa Genoveva em Goiânia – Goiás. Solicito que sejam convidados para a referida audiência as seguintes autoridades: Nelson Jobim – Ministro de Estado da Defesa; Luiz Eduardo Pereira Baretto Filho – Ministro de Estado de Turismo; Ubiratan Aguiar – Presidente do Tribunal de Contas da União; e Nazir El Haje Neto – Presidente do Goiânia Convention & Visitors Bureau. Autoria: Senador Marconi Perillo."*

Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo para fazer encaminhamento do requerimento.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

A situação do aeroporto de Goiânia é vergonhosa, vexatória e humilhante, Sr. Presidente.

Há cerca de 10 anos atrás, quando cheguei ao Governo do Estado, iniciei um debate com a INFRAERO, com o Governo Federal e com a minha equipe, no sentido da construção, da elaboração e construção de um projeto que pudesse resultar na construção de um novo terminal e de uma nova pista para o aeroporto de Goiânia.

É bem verdade que, nos últimos 10, 11 anos, o PIB de Goiás multiplicou-se por quatro. Foram gerados mais de 600 mil empregos nesse período. As exportações nossas se multiplicaram por 15 nesse período. O Estado cresceu em todos os aspectos, e cresceu qualitativamente.

Conseguimos montar esse projeto. A INFRAERO começou a licitação. Inicialmente queriam 80% de recursos por parte do Tesouro Estadual. Nas muitas negociações que fiz com o Governo Fernando Henrique, depois com o Governo Lula, com o próprio Presidente Lula, chegamos a uma equação onde o estado arcaria com 20% dos recursos e a INFRAERO com 80% dos recursos, embora em todos os outros estados, em todas as outras capitais a INFRAERO tivesse o compromisso de arcar com 100% dos recursos a serem aportados para a construção dessas obras aeroportuárias.

Acontece que, lamentavelmente, o Tribunal de Contas da União concluiu ter havido superfaturamento quando da licitação da INFRAERO para a construção dos aeroportos de Goiânia, Vitória e Macapá, e as últimas obras realizadas nesse aeroporto foram ainda quando estava à frente do Governo. Ou seja, saí do Governo há quatro anos, as obras estão paradas, o aeroporto de Goiânia super acanhado, o Tribunal de Contas não libera a continuidade da construção das obras porque há o superfaturamento. Não há inclusive meios de se viabilizar um ajustamento de conduta, um Termo de Ajustamento de Conduta entre o Governo Federal, INFRAERO, Ministério Público, as empresas construtoras.

Todos nós sabemos que o caminho recomendado pelo Tribunal de Contas da União é uma nova licitação. Esse assunto já foi levado ao Ministro Jobim, esse assunto já foi levado a todas as autoridades, e o fato é que, lamentavelmente, somos obrigados e somos constrangidos a conviver em uma das melhores capitais do Brasil, em um dos estados que mais cresce no Brasil, oitava economia já do Brasil, com o pior aeroporto, terminal aeroportuário brasileiro.

O objetivo dessa audiência, trazendo aqui o Ministro Nelson Jobim, o Ministro do Turismo, o Presidente do Tribunal de Contas da União e quem sabe também nós agregaríamos o Presidente da INFRAERO, além do Presidente do Goiânia *Convention Bureau* é para gente debater uma saída, uma alternativa urgente para a solução desse problema.

Outro dia, agora, recentemente, a sociedade civil, através do *Convention Bureau* fez uma grande manifestação pacífica no aeroporto pedindo providências. Nós estamos nos agregando a esse movimento, nós vamos encher esta sala aqui no dia dessa audiência, para que o Brasil inteiro saiba que em Goiás nós temos uma grande prioridade que é a construção do terminal aeroportuário do aeroporto de Goiânia.

Eu sei que não depende do Governo Federal, depende de uma nova licitação, de uma decisão política do Ministério da Defesa, da INFRAERO, de acatar o parecer do Tribunal de Contas da União e realizar uma nova licitação para que a obra seja iniciada.

Este requerimento interessa a mim, interessa à Senadora Lúcia Vânia, interessa ao Senador Demóstenes, interessa aos goianos. Chega. Não dá mais para Goiânia viver esse descaso. Nós precisamos e queremos contar com o apoio desta Comissão para uma solução imediata em relação a este novo terminal do aeroporto de Goiânia. Muito obrigado.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Gostaria de discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra, para discutir, a Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada.

Nós concordamos com o requerimento do Senador Marconi Perillo.

Eu acho que era importante não só... Ele mesmo já elencou aqui outras situações semelhantes, em outros estados, pelo que entendi. Eu acho que vai ser uma discussão bastante profícua.

Eu até sugeriria, senador, de repente... Porque a coisa para não... Para ficar mais claro ainda, que viesse um Ministro de cada vez com esses outros órgãos acompanhando. Vem o Ministro da Defesa, faz um debate com outras autoridades; vem, depois, o Ministro do Turismo e também faz. Porque uma coisa é discutir a questão com o Ministro da Defesa, e outra é com o turismo. Eu acho que junto vai ficar meio... Muita coisa, eu diria. Eu preferia até que fossem duas.

Eu concordo totalmente com o seu requerimento.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu concordo com a sugestão de V. Exa., e nós vamos substituir, Presidente, o Ministro do Turismo pelo Presidente da INFRAERO, e aprovado o requerimento, depois a gente só faz a substituição.

Obrigado a Sra. Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras.

Sr. Presidente, eu quero aqui endossar as palavras do Senador Marconi Perillo e dizer a V. Exa. que essa Comissão não pode estar omissa em relação a essa questão que aflige a região não só de Goiânia, como a região Centro-Oeste, como também a questão dos outros aeroportos que estão na mesma situação que a nossa.

Me parece que o de Vitória já está, mais ou menos, encaminhado, mas os demais permanecem nesse impasse.

Esse impasse, de certa forma, ele nos coloca numa situação totalmente desconfortável perante as pessoas da nossa região, uma vez que a situação é tão grave que a sociedade toda já se mobilizou, e nós participamos dessa mobilização, mas pouco podemos fazer porque é um jogo de empurra. A gente procura o Ministério da Defesa, o Ministério da Defesa diz que é a INFRAERO. Procura a INFRAERO, é o TCU. Então, é preciso que se coloque realmente as três autoridades envolvidas na questão para que a gente possa realmente clarear essa situação e marcar, definitivamente, uma data para que seja feita essa licitação.

Eu concordo inteiramente com o Senador Marconi Perillo no que diz respeito à nossa região. Nós sabemos que a região Centro-Oeste, especificamente Goiânia, é um polo de atração hoje para o turismo de negócios. Hoje os olhos do mundo estão voltados para esta região, e não é justo que o Estado de Goiás, que é um estado que está crescendo acima da média nacional, gerando emprego e renda não só para Goiás, como para o Brasil, e nós tenhamos que nos submetermos a uma situação de constrangimento em relação a esse aeroporto.

Portanto, quero aqui endossar o requerimento do Senador Marconi Perillo e dizer que ele conta com o meu total apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Encerrada a discussão.

Colocamos em votação, com alteração proposta com a retirada do nome do Ministro do Turismo, Baretto, e a inclusão do Presidente da INFRAERO. Senhoras e senhores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item 7 da Pauta. Requerimento*." Requeiro, nos termos dos arts. 50 e 58, § 2º V, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, que o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Sr. Luciano Coutinho, seja convidado para Audiência Pública nesta Comissão, a fim de fazer explanação sobre a política de aplicação de recursos do Banco voltada para a redução dos desequilíbrios regionais, em especial sobre o Programa de Dinamização Regional (PDR), forma de atuação, municípios atendidos, critérios para escolha desses municípios, principais setores contemplados, bem como a evolução e perspectivas das aplicações do BNDES por região. Autora, Senadora Lúcia Vânia."*

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para fazer o encaminhamento do requerimento.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

O objetivo desse requerimento é, sem dúvida nenhuma, conhecer os planos do Banco de Desenvolvimento Regional para a região Centro-Oeste.

É sabido que continuamos tendo a aplicação de recursos do BNDES voltada para a Região Sul e Sudeste em detrimento da nossa Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Houve aqui um Projeto de Lei do Senador Tasso Jereissati no sentido de vincular um percentual a essa região. No entanto, nós não conseguimos essa aprovação e continuamos convivendo com a omissão do BNDES em relação à nossa região.

Portanto, eu gostaria da presença do Sr. Luciano Coutinho no sentido de conhecer a política de desenvolvimento regional do banco e quais são as aplicações que são feitas nesta região, especificamente nos principais municípios da Região Centro-Oeste.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu quero agradecer a Senadora Lúcia Vânia, até porque ela citou a nossa região, falou nossa Região Centro-Oeste e Nordeste. É uma honra tê-la também como membro da bancada do Nordeste Brasileiro. É muito importante essa reunião de regiões, Centro-Oeste, Nordeste... Nós todos batalhamos para acelerar o nosso desenvolvimento e alcançarmos os patamares de outras regiões já alcançadas como é a região de V. Exa., do Sul, do Sudeste do Brasil. Acho que o Nordeste tem todos os méritos e tem créditos junto à nação, junto à União, esse desenvolvimento acelerado que nós temos experimentar no Norte e Nordeste e Centro-Oeste.

Então, eu quero também me associar a ela nesse requerimento, e esse assunto nós já discutimos aqui. Desde que eu cheguei ao Senado, nós discutimos isso, não é Senadora Lúcia Vânia? A questão da aplicação de recursos do BNDES, que não condiz até com o porte da nossa economia e com a nossa participação em termos populacional também do país. Já se disse que o BNDES chama-se recreio dos Bandeirantes, porque trabalha muito mais ali para os Bandeirantes e muito pouco para essas outras regiões.

Quando nós convocamos aqui Presidentes do BNDES, e alguns passaram por aqui, sempre se coloca de que "Ah, porque não tem projetos". Mas não tem projeto porque também não tem uma política de desenvolvimento industrial específica para essas regiões. Nós ficamos ao sabor de... Um esforço de um governador para levar indústria automotiva para o estado.

Agora, por exemplo, o Estado de Pernambuco, deu um grande avanço. Por quê? Porque está implantando a Refinaria Abreu e Lima, que é financiada com recursos do BNDES. Quando acabar a implantação, cai novamente. Quer dizer, não há uma política permanente para aplicar e desenvolver a indústria nordestina.

Então, nós ficamos sempre nesse círculo vicioso: dizer que não tem projeto, por isso que não se aplica recursos.

O Senador Tasso teve uma ideia importante de colocar o mínimo para ser aplicado anualmente pelo BNDES nessas regiões, para forçar o BNDES a ter escritório local, a procurar desenvolver a indústria, a ser um indutor, um catalisador do desenvolvimento industrial e econômico do Norte e do Nordeste e do Centro-Oeste. Entretanto, nada disso nós conseguimos, lamentavelmente, aprovar aqui nesta Casa.

Então, perdura essa situação, é lamentável, e depende de cada projeto específico. [ininteligível] grande projeto, então aí o Nordeste, o Centro-Oeste avança. Depois, paralisa novamente.

Então, eu quero me associar a esse requerimento da Senadora Lúcia Vânia. O Sr. Luciano Coutinho, eu acho que ele é um economista que tem conhecimento dessa realidade social que existe, das desigualdades regionais, essa realidade econômica do país, e acho que é muito importante que a presença dele aqui possa expor se o BNDES tem alguma ideia nova ou nós vamos ficar no que estamos vivendo já ao longo desses muitos anos, aqueles anos que estamos aqui no Senado, mas também no passado não foi de outra forma a aplicação de recursos que o BNDES sempre centralizado nas regiões mais desenvolvidas do país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador César Borges.

Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Senadora Lúcia Vânia foi muito feliz ao propor este requerimento, convidando o Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho, para comparecer a esta comissão e debater conosco a questão do desenvolvimento regional, principalmente a aplicação do Programa de Dinamização Regional.

Dos graves problemas do Brasil é exatamente... São exatamente as diferenças sociais. Mas um outro gravíssimo problema são as discrepâncias regionais. Não é só diferença social que marca os desequilíbrios brasileiros, mas a discrepância regional. Algumas regiões crescem muito e outras regiões não crescem porque não têm estímulos para sustentar esse crescimento.

Dr. Luciano Coutinho é um economista preparadíssimo, faz um belo trabalho no BNDES, com certeza ele se disporá a vir aqui e nós teremos um grande debate com o objetivo de esclarecermos aqui à Comissão e ao Brasil em relação ao que ele pensa e como é que ele está buscando garantir recursos com esse objetivo, ou seja, com o objetivo de garantir a aplicação e a funcionalidade do PDR.

Parabéns à Senadora Lúcia Vânia, meu voto é favorável ao requerimento.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu vou ser bastante pragmático, até porque eu preciso que os senadores permaneçam para aprovar o meu requerimento, que é o último. Falta só ele. Mas, na verdade, eu queria me acostar a tudo que foi dito pelos Senadores César Borges e Marconi Perillo no tocante às referências à Senadora Lúcia Vânia.

A senadora Lúcia Vânia realmente bastante inspirada como sempre na propositura desse requerimento, e eu tenho certeza que o talento e a competência do Executivo Luciano Coutinho vai nos trazer grandes novidades, exatamente novidade essa que vem se acostar as carências dessa nossa região. Tenho certeza que estaremos juntos, Senadora Lúcia Vânia, não somente nesse requerimento como na defesa da partilha das riquezas nacionais para com os estados brasileiros neste tema tão polêmico que é o pré-sal. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em votação o requerimento. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item 8 da Pauta. Requerimento. *"Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinados com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, a segurança da aviação civil e o cronograma de instalação de equipamentos de segurança nos aeroportos ainda carentes desses equipamentos, com a presença das seguintes autoridades: Ministro de Estado da Defesa, Nelson Jobim; Diretora-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Solange Vieira; Especialista em Segurança Aérea e Diretor Técnico do SNEA – Sindicato Nacional das Empresas de Aviação, Ronaldo Jenkins".* Autoria Senador Roberto Cavalcanti.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti para fazer o encaminhamento do requerimento.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

O próprio texto do requerimento constata determinadas verdades oriundas de um relatório de segurança operacional divulgado pela própria ANAC, na qual a taxa de acidentes aéreos no Brasil é quatro vezes superior à média nacional.

Nós vivemos aí pendurados nesses aviões, então seria quase tentar legislar em causa própria.

A ANAC se propõe, no período 2009 a 2013, reduzir essa taxa para um acidente a cada milhão de decolagens, que, mesmo assim, nos deixaria com o dobro da média mundial a nível de acidentes.

Na verdade, o que nós desejamos trazer aqui são profissionais que, a nível Brasil, poderão esclarecer quais as razões pelas quais não se oferece aos aeroportos brasileiros, pelo menos a alguns aeroportos, a maioria dos aeroportos, itens de segurança de proteção a voo, que custam entorno de 700 a 1,5 milhão de dólares. Na verdade, supostamente são significativos, mas quanto vale uma vida humana? Todos nós estamos balizados a nível de investimento.

Para citar, por exemplo, o aeroporto de João Pessoa, o aeroporto Castro Pinto não possui nenhum auxílio a pousos e decolagens a nível eletrônico, e foi um aeroporto que teve um crescimento de 59% no número de passageiros entre janeiro de 2009 a janeiro de 2010.

Então, na verdade, nós gostaríamos de convocar, fazer uma substituição, Sr. Presidente, que é: estaria sendo convocado o Ministro da Defesa de Estado, o Nelson Jobim, porém eu achei mais conveniente fazer uma convocação mais técnica. Então, seria convocado, em substituição ao Ministro da Defesa, o Brigadeiro Jorge Godinho Barreto Nery. Eu acostarei essa retificação ao meu requerimento fazendo essa substituição.

O Brigadeiro Jorge Godinho Barreto Nery é o secretário da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa. Então, seria um convidado tecnicamente mais adequado.

Convidaria também a diretora presidente da ANAC, Agência Nacional de Aviação Civil, Solange Vieira.

No tocante à convocação dessa senhora, Sr. Presidente, eu gostaria que a Comissão tivesse muito cuidado, e, no convite, fizesse com que a data dessa nossa convocação se adequasse à agenda dessa senhora, porque ela já foi convocada por diversas comissões e nunca compareceu aqui às nossas audiências. Então, acho que era importantíssimo que nós eliminássemos as justificativas de agências conflitantes para que... Talvez a pessoa mais importante de presença nesta audiência seja a Dra. Solange Vieira.

E, por fim, um especialista em segurança aérea, o Diretor Técnico da SNEA, que é o Sindicato Nacional das Empresas de Aviação, Ronaldo Jenkins, que é um especialista em segurança aérea.

Seriam esses três convidados, e caso algum dos senadores ou senadoras desejasse acostar mais algum especialista ou alguma pessoa que fosse merecedora para estar neste debate, seria de extremamente bem-vindo.

Era isso, Sr. Presidente, espero ser aprovado o nosso requerimento.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu quero também dar meu apoio a esse requerimento, e dizer ao Senador Cavalcanti que ele tem se notabilizado por uma preocupação pela Aviação Civil.

Nós tivemos uma reunião aqui que eu presidi, na semana passada, porque o Presidente não pôde comparecer por muita justa razão, porque estava lá no seu estado, debatendo o desenvolvimento regional com o Ministro da Integração, Ministro Geddel Vieira Lima, num evento em Santa Catarina, e nós debatemos. E eu poderia dizer ao Presidente que, lamentavelmente, ficamos frustrados com o debate, porque nós não tivemos aqui nem a representação da ANAC, porque houve apenas uma substituição; sequer a diretora-geral compareceu. Encaminhou uma pessoa que mal fez a introdução, mas que não dissertou sobre o que nós queríamos ouvir, que era o plano, um plano para o desenvolvimento da aviação regional que a ANAC pudesse ser feita.

E também o Brigadeiro Jorge Godinho foi aguardado como vindo aqui representando a INFRAERO, que não se fez presente, e também o próprio Ministério da Defesa.

Posteriormente fui informado, Senador Roberto Cavalcanti, que o Coutinho, o Brigadeiro Coutinho, ele é o Secretário Nacional de Aviação Civil. Então, é a pessoa fundamental, chave, para explicar qual é o projeto que existe hoje para a aviação regional brasileira no âmbito do Ministério da Defesa.

Então, quando V. Exa. enriquece o seu requerimento colocando a convocação do Brigadeiro Coutinho, eu acho que nós teremos a oportunidade de debater os dois assuntos: voltarmos a debater aqui a questão da aviação regional, que é importantíssimo para todos os nossos estados, para o Brasil como um todo; e também a questão da segurança da Aviação Civil, que, afinal de contas, é a vida de todos nós, de nossos familiares.

E tivemos, há pouco tempo atrás, relativo pouco tempo, desastres que lamentamos ainda hoje no país, como o da Gol, no voo Manaus-Brasília; e também como o da TAM, naquele lamentável pouso que aconteceu no aeroporto de Congonhas que, cada vez mais, está utilizado. Porque, na hora do desastre, eu vi várias medidas que poderiam ser tomadas: seria ampliado Guarulhos, seria construído um novo aeroporto, poderia se utilizar Viracopos com trem rápido para São Paulo... E o que eu assisto é que Congonhas está cada vez mais utilizado. Voltou-se a se utilizar Congonhas da forma que se utilizava anteriormente. Até, Deus nos livre, vou bater três vezes na madeira, que haja qualquer coisa em Congonhas, que eu vou rezar, e muito, para que não aconteça, porque a gente está posando sempre em Congonhas, mas sempre com o coração na mão. Sempre com o coração na mão.

É isso aqui, Senadora Serys, Senadora Lúcia, estão atestando(F) que a gente pousa ali, sem saber exatamente o que vai acontecer.

Mas, então, eu gostaria de debater esses assuntos.

Essa questão, por exemplo, de São Paulo, é fundamental, porque São Paulo é a locomotiva da economia brasileira, 37, 38% do PIB está ali. Todos nós vamos a São Paulo. Eu tenho familiares que residem em São Paulo. Todos nós temos alguma ligação com São Paulo. E o que eu estou vendo é cada vez mais sendo Congonhas o grande aeroporto para operar os voos nacionais, e as empresas querem isso, é mais econômico, é melhor para as empresas, e até nós também, de certa forma, cometemos isso. Direcionamos nossos voos e pedimos sempre a Congonhas, por quê? Pela proximidade do centro de São Paulo, porque de Guarulhos você leva, às vezes, uma hora e meia ou duas horas para atingir o centro.

O que devia ter, como existe em outros países, Shangai, nós estamos falando de China, não estamos falando nem em primeiro mundo, países em desenvolvimento. Você pega um trem, anda 30, 40 quilômetros do centro, em 10 minutos, que é o Mega-Leve. A China consegue fazer isso, nós não conseguimos fazer aqui no Brasil e passamos sempre esse sufoco dos pousos de Congonhas.

Então eu quero parabenizar o Senador Roberto Cavalcanti e dizer que aproveitarei, nessa oportunidade, senador, para discutir também a aviação regional e segurança na Aviação Civil. Muito obrigado. Parabéns.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer o enriquecimento desta abordagem do meu grande companheiro velejador Senador César Borges, acho que essa afinidade que nós dois temos vem da vela, mas, na verdade, eu gostaria de complementar, e pediria, legalmente, dentro do Regimento da Comissão, se eu poderia fazer com que houvesse a complementação, com essa sugestão do Senador César Borges, para que a reunião, o debate, a Audiência Pública não ficasse limitada ao tema da segurança, que nós pudéssemos abranger o tema da aviação regional.

Então, faria um complemento desse requerimento, e nós, preliminarmente, aprovaríamos a filosofia do requerimento e se ele burocraticamente precisar pas-

sar por mais uma aprovação, não há necessidade. Só aprovaria essa inclusão.

Então nós faríamos, complementando, talvez com a presença de algum membro que representasse a aviação regional. Talvez--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É [ininteligível]. Pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então encerramos... Passo a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu não vou ser prolixa não, Presidente, porque... Não que o Senador César Borges não tivesse sido... Tivesse sido, mas acho que ele realmente acrescentou muito ao requerimento do Senador Roberto Cavalcanti, porque ele falou de um tema que é fundamental. Realmente, a prevenção é fundamental. Nós não podemos esperar que haja um novo acidente deplorável como aqueles que nós tivemos recentemente para tomar as medidas necessárias. Eu acho que o Senador Roberto Cavalcanti foi muito feliz em trazer esse tema ao debate, porque, passado a comoção dos primeiros, dos primeiros momentos daqueles acidentes, todo mundo se acomoda, como colocou muito bem aqui o Senador César Borges.

Hoje nós estamos fazendo as mesmas coisas que foram criticadas naquela ocasião, que foram analisadas, e correndo, naturalmente, os mesmos riscos. Então, é preciso que haja realmente a volta desse debate, e essa Casa é o local adequado para isso.

Acho que V. Exa. foi muito feliz em levantar essa questão. Ao mesmo tempo acho que o Senador César Borges acrescentou um tema que é do interesse de todos nós, da nossa região aqui, uma vez que a aviação regional é de interesse de todas as nossas regiões, porque são regiões que atraem um número grande de turistas, a minha mais turismo de negócios do que o Nordeste, que é um turismo de lazer e que traz realmente uma quantidade muito grande de pessoas, e é necessário que haja uma discussão sobre essa questão.

Portanto, deixo aqui os meus cumprimentos a V. Exa., Senador Roberto Cavalcanti, e quero dizer que estarei aqui, concordo com a aprovação desse requerimento, e estarei a postos para este debate em relação à questão da prevenção em relação à segurança dos voos da Aviação Civil.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós vamos procurar nos comunicar com as autoridades para viabilizar a agenda deles com a reunião nossa, para que nós possamos ter uma reunião de realmente com as pessoas que a Comissão quer que estejam aqui.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Principalmente a Dra. Solange.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Isso. Muito obrigado.

Com as alterações propostas e substituição do Ministro Nelson Jobim pelo Brigadeiro Godinho, e pela complementação da aviação regional, nós colocamos em votação o requerimento. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Como último item da Pauta, o Item 1, e ainda temos um item extrapauta que ficará para hoje.

O Item 1, não terminativo, é um Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2005 – Complementar. *"Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento de Macapá e Santana e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento de Macapá e Santana".* Autoria: Senador Papaléo Paes. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. O relatório é favorável ao projeto. Observação: *"a matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado parecer favorável ao projeto."*

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir seu parecer.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

"Vem à análise desta Casa o Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Papaléo Paes, que autoriza o Poder Executivo a criar, conforme previsto no art. 43 da Constituição Federal, a Região Integrada de Desenvolvimento de Macapá e Santana.

A experiência em outras áreas do Brasil mostra que uma região integrada tende a tornar mais articulada a execução de programas e projetos, a partir da visão mais abrangente das dificuldades e das potencialidades da região e das ações que podem ser empreendidas em prol de seu desenvolvimento.

Em síntese, considero que a iniciativa do Senador Papaléo Paes tem o potencial de favorecer o desenvolvimento do Amapá e, assim, merece o nosso apoio.

O voto.

Diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2005 – Complementar." Este é o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer da relatora, favo-

rável ao projeto. As Sras. Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

"Extrapauta. Um Requerimento da Senadora Serys Slhessarenko. Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para debater e instruir os PLs 237, de 2008, 114, de 2009, que propõe nova redação ao inciso II do art. 14 da Lei 10.893, de 2004, para isentar do adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante as mercadorias que especifica, com a presença das seguintes autoridades: Representante da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda; Representante da Secretaria de Fomento, Ministério do Transporte; Representante da Confederação Nacional do transporte; Representante da Agricultura e Pecuária.

Com a palavra para encaminhamento a Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, eu sei que todos aqui estão com problemas, inclusive estou sendo chamada na outra Comissão, o senhor já leu o requerimento, é isso aí. Eu não vou fazer nem a defesa, espero que seja aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): As senhoras e senhores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 12h27.

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte minutos do dia sete de abril do ano de dois mil e dez, na Sala de Reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, Antônio Carlos Valadares, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Lúcia Vânia, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Tasso Jereissati e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores Serys Slhessarenko, José Nery, Valter Pereira, Romero Jucá, Almeida Lima, José Agripino, Adelmir Santana, Marconi Perillo, Sérgio Guerra e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente faz os seguintes comunicados: 1º) Aconteceu, no dia 06 de Abril de 2010, o coquetel de lançamento dos Anais do CBRATUR 2009 – Congresso Brasileiro da Atividade Turística; 2º) O CBRATUR 2010 está previsto para acontecer no dia 22 de junho. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à apreciação de proposições: **ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, DE 2009,** que *"Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garatia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO e dá outras providências."* **Autoria:** Senadora Marisa Serrano. **Relatoria:** Senador Gilberto Goellner. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Observações:** *A matéria será apreciada pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.* **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR favorável ao Projeto. **ITEM 2 – Terminativo na Comissão – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2006** *"Acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências."* **Autoria:** Senadora Roseana Sarney. **Relatoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Observações:** *Votação nominal; Nos termos do Art. 282 RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a Turno Suplementar; A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos; Em Reunião Extraordinária realizada em 17/03/2010, após a leitura do Relatório a Comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da matéria.* **Resultado:** Adiado. **EXTRAPAUTA – ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO Nº 06/2010-CDR** *"Nos termos dos arts. 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro aditamento ao Requerimento nº 05 de 2010 desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para realização de audiência pública para instruir os Projetos de Lei do Senado nºs*

237 de 2008 e 114 de 2009, que propõem 'nova redação ao inciso II do art. 14 da Lei nº 10.893, de 18 de julho de 2004, para isentar do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante as mercadorias que especifica. Para tanto, sugerimos sejam ouvidas as seguintes autoridades, além daquelas já aprovadas por esta Comissão: 1. Dr. Carlos Eduardo Lustosa Florence – Presidente da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil; 2. Dra. Maria auxiliadora Domingues – Coordenadora-Geral da Câmara Temática de Infraestrutura do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA." **Autoria:** Senadora ROSALBA CIARLINI. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Neuto de Conto,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária e da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião da Comissão. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à liberação de proposições. Primeiramente, quero dar um comunicado. Ontem, aconteceu o coquetel de lançamento dos anais da CBRATUR 2009, o Congresso Brasileiro de Atividades Turísticas.

Tivemos presentes, lá estiveram vários Srs. Senadores e vários Srs. Deputados, e todos os seguimentos do turismo do Brasil, onde, cujo exemplar nós poderíamos distribuir para todos os membros da comissão. Vamos encaminhar hoje um exemplar para cada membro da comissão, que trata, tem a síntese total daquele seminário. Foi muito importante. E, para dar continuidade, a CBRATUR 2010 está prevista para o dia 22 de junho do corrente ano.

Item 1, Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado 547, de 2009. *"Altera a Lei 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra, institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelos fenômenos de estiagem, nas regiões que especifica, para estender o Benefício Garantia-Safra à área de autuação de Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, SUDECO, e dá outras providências."* Autoria, Senadora Marisa Serrano. Relatoria, Senador Gilberto Goellner. Relatório favorável ao projeto.

Observações: a matéria será apreciada pela Comissão da Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner para proferir seu parecer.

SR. SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

"Sob exame na Comissão, na CDR, o Projeto de Lei 547, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que tem por objetivo estender o Benefício Garantia-Safra á área da autuação da SUDECO, Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

A proposição é composta por quatro artigos. O primeiro modifica a Emenda da Lei 10.420, para explicitar a cobertura do Benefício Garantia-Safra para as áreas atingidas por excesso hídrico e para mencionar extensão à área de abrangência da SUDECO.

O art. 2º, por sua vez, altera a redação do art. 1º da Lei 10.420, explicitando a perra da safra por excesso hídrico um motivo para acesso aos recursos do Benefício Garantia-Safra, incluindo a área de autuação da SUDECO, na área coberta pelo Benefício Garantia-Safra.

O art. 3º determina que o Poder Executivo, com vista ao cumprimento do dispositivo no inciso II, estimará o montante do benefício decorrente do disposto nessa lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se dará após decorridos 60 dias da publicação dessa lei.

Por fim, o art. 4º estabelece a cláusula de vigência.

A proposição foi distribuída na CDR, Agricultura e Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa".

Análise. *"Em face do caráter Não Terminativo nesta comissão, cabe-nos prioritariamente emitir opinião quanto ao mérito. Inicialmente, cabe destacar que compete a esta comissão opinar sobre proposições que tratem de desigualdades regionais, políticas de desenvolvimento regional e desenvolvimento econômico e social.*

No mérito, entendemos que os produtores rurais que dedicam seus melhores esforços para engrandecer o Brasil deveriam ser amparados quando da ocorrência

de perdas por catástrofe, tanto em razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, razão maior ainda, de que trata de pequenos produtores rurais, como os atendidos pela Lei 10.420, de 2002, independente da região geográfica.

Nossa leitura é de que o Benefício Garantia-Safra, programa idealizado e criado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o nome de Seguro-Safra, não pode ser usado como instrumento político para excluir pessoas de baixa renda, que, quando atingidos, não têm outra alternativa para se reerguer e voltar à vida normal.

As catástrofes no Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, no final do ano passado, e os terremotos no Haiti e no Chile, neste ano, deixam claro que mecanismos de intervenção do Estado devem ser previstos para ajudar aqueles irmãos atingidos pelos infortúnios.

O Governo do Presidente Lula, que, ao nosso ver, corretamente prontamente emitiu a medida MPV nº. 481, de 2010, para efetivar doações para fim de assistência humanitária internacional dos estoques públicos aos países vítimas de catástrofes naturais, como as ocorridas no Haiti, não pode virar as costas para produtores pobres da região Centro-Oeste.

Portanto, entendemos que o PLS nº. 547, de 2009, pode representar um mecanismo para amenizar os efeitos das catástrofes que eventualmente atinjam os agricultores pobres da área de abrangência da SUDECO e se consolidar em passo para a redução de desigualdades regionais no Brasil".

Por isso, nosso Voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº. 547.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer do relator, favorável ao projeto. As senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria será caminhada à Comissão de Agricultura, Reforma Agrária, para as devidas providências.

O Item 2 da pauta. Projeto de Lei do Senado. Terminativo na Comissão. Projeto de Lei do Senado 331, de 2006. Em reunião extraordinária, realizada em 17 de março de 2010, após a leitura do relatório, a comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da matéria.

Continua a matéria... Não havendo quórum para votar esse projeto terminativo, adiamos sua discussão e votação para a próxima reunião.

Extrapauta, na mesa, o requerimento, nos termos do art. 90, inciso II, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro adiamento ao Requerimento nº. 5, de 2010, desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Requeiro aditamento ao Requerimento nº. 5, de 2010, desta Comissão de Desenvolvimento Regional e turismo, para realização de Audiência Pública para instruir os projetos de lei do Senado 237, de 2008, e 114, de 2009, que propõem nova redação ao inciso II, art. 14, da Lei 10.893, de 18 de julho de 2004, para isentar do adicional ao frete para renovação de Marinha Mercante as mercadorias que especificam.

Para tanto, sugerimos sejam ouvidas as seguintes autoridades, além daquelas já aprovadas por esta comissão: Dr. Carlos Eduardo Lustosa Florence, Presidente da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil; Dra. Maria Auxiliadora Domingues, Coordenadora-Geral da Câmera Temática de Infraestrutura de agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA.

Assina a Senadora Rosalba Ciarlini.

Colocamos o requerimento em discussão. Encerro a discussão. Em votação. Aprovado.

Tendo nada mais a tratar, encerramos a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h32.

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 30 DE MARÇO DE 2010.

Às nove horas e cinqüenta e cinco minutos do dia trinta de março de dois mil e dez, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **AUGUSTO BOTELHO, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, ROMEU TUMA, ANTONIO CARLOS VALADARES, EDUARDO SUPLICY E VALDIR RAUPP.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Delcídio Amaral, Sadi Cassol, César Borges, Neuto de Conto, Gerson Camata, Gilberto Goellner, Raimundo Colombo, Kátia Abreu e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública, de acordo com a seguinte Pauta: Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 8, de 2010-CRA, aprovado em 23/3/2010, de au-

toria do Senador Valter Pereira, com a finalidade de debater critérios adotados na implantação de linhas de transmissão, especialmente voltadas para as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), incluindo as decisões sobre os empreendimentos de Chapadão do Sul (MS), com a participação dos seguintes convidados: **Maurício Tolmasquim** – Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – **EPE**; **Nelson José Hubner Moreira** – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – **ANEEL**; **Pedro Mendes Neto** – Presidente do Sindicato Rural de Chapadão do Sul; **José Carlos Herranz Yague** – Diretor Técnico das Linhas de Transmissão do Itatim LTDA – **LTI**; Sr. **Carlos Alberto Negreiros Said de Menezes** – Secretário de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul – **SEMA/MS**. Resultado: Reunião Realizada. Audiência Pública adiada para próxima Reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **–** Senador **Valter Pereira,** Presidente da CRA.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, e, havendo anuência de todos, é dada como aprovada.

Portanto, está aprovada a Ata da reunião anterior.

Antes de iniciar essa reunião, gostaria de fazer um breve comentário de duas notícias importantes para o setor. Uma delas diz respeito à redução de custos na agricultura, e, a outra, à retomada de renda do nosso produtor.

A primeira, do Ministério do Meio Ambiente. Esse Ministério anuncia que pretende mudar as regras da licença ambiental.

Aqui está presente o Secretário de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul, meu amigo Carlito Negreiro, sabe muito bem das dificuldades pelas quais passam os produtores em função de exigências enormes para a concessão dessa licença.

E o que anuncia o ministério é uma redução drástica dos prazos para análise dos novos licenciamentos. O ministério já tem pronto um esboço das novas regras e pretende ouvir, nos próximos dias, o STJ, o Ministério Público e outras instituições que podem colaborar nessa direção.

Isso aqui sempre nós cobramos, na Comissão de Agricultura, que fosse destravada essa área para que os empreendimentos fluíssem com mais agilidade.

O Brasil precisa reduzir os custos de seus empreendimentos. Esta medida, se anunciada, poderá se transformar num verdadeiro... Uma verdadeira alforria para a agricultura.

A segunda notícia é sobre um possível acordo entre a Vale e a Bunge.

Acho que muitos dos senhores já leram nos jornais, já ouviram nas emissoras de rádio e de televisão esse acordo que pode ser fechado amanhã, onde a empresa brasileira poderá adquirir os ativos minerais... De minerais e de fertilizantes dessa multinacional americana.

O negócio inclui a participação majoritária da Bunge na Fosfértil, que é a maior fabricante de matérias-primas para a produção de adubos no país. Também se confirmada essa informação, poderá ser importante rumo na redução da nossa dependência externa de fertilizantes.

Portanto, são duas informações de repercussão do agronegócio do nosso país.

Mas hoje nós destinamos a Reunião Ordinária, desta terça-feira, para o *"cumprimento do Requerimento nº 8, de 2010, aprovado no dia 23, de nossa autoria, com a finalidade de debater critérios adotados na implantação de linhas de transmissão, especialmente voltadas para as Pequenas Centrais Hidrelétricas, as chamadas PCHs, incluindo as decisões sobre empreendimentos realizados em Chapadão do Sul, no Estado do Mato Grosso do Sul, no nosso estado"*.

E nós convidamos para participar dessa Audiência Pública o Presidente da Empresa de Planejamento Energético, a EPE, aliás, Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim.

E convidamos, ainda, representantes dos produtores – vários deles estão aqui hoje nessa sessão –, e os produtores de Chapadão designaram o ex-prefeito daquela cidade, Elo Ramiro Loeff, que está aqui presente, para fazer a exposição em nome dos produtores.

Convidamos também o Engenheiro Carlos Alberto Negreiros Said de Menezes, que é o Secretário de Meio Ambiente do Governo de Mato Grosso do Sul – não só de meio ambiente, mas também de planejamento, de ciência e tecnologia. É o homem forte do Governador André Puccinelli em todo programa de desenvolvimento do estado; o Sr. José Carlos Herranz Yangue, o senhor que é diretor técnico da Linha de Transmissão Itatim LTDA, está presente; Sr. Adilson Ricotto Rufato, assessor do superintendente de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

da ANEEL; e também está presente o Sr. João Edilson Favoreto(F), que representa a Cooperativa Cooper(F), e que... E que participa, integra um projeto do Japão chamado PRODECER.

Acontece que o principal personagem desta Audiência Pública, o Sr. Maurício Tolmasquim, mandou uma comunicação, ontem à noite, informando que não poderia comparecer a esta Audiência Pública. E todos os atores que estão presentes a esta reunião terão que debater, necessariamente, com a EPE, cujo presidente, Dr. Tolmasquim, é essencial neste evento.

Em razão dessa atitude tomada pelo Dr. Maurício Tolmasquim, entrei em contato com o Ministro das Minas e Energia, Ministro Edison Lobão, há poucos instantes atrás, comunicando a ele o fato e informando-o de que nós entendemos que a Audiência Pública será prejudica pela ausência da EPE, e que nós remarcaremos esta data para a próxima sessão ordinária, que é na terça-feira seguinte, dia 06, e que, na ausência dele, do Dr. Maurício Tolmasquim, nessa próxima reunião, nós agiremos de acordo com o Regimento Interno, Senador Flexa Ribeiro. Ou seja, vamos convocar o Ministro das Minas e Energia para falar sobre o assunto que motivou a vinda dos produtores, que motivou a convocação desta Audiência Pública.

E o ministro, que também é nosso colega senador, entendeu perfeitamente, porque conhece o Regimento e a Constituição, ficou de tomar as devidas providências para garantir a participação do Dr. Tolmasquim na próxima terça-feira, nesta Audiência Pública.

De sorte que hoje nós não vamos tomar os depoimentos, não vamos ouvir as pessoas que vieram aqui, as autoridades que vieram aqui, às quais pedimos escusas. Sabemos que isso é um transtorno. Tivesse pelo menos o diretor da EPE feito esta comunicação tempestivamente, teríamos tido condições de avisá-los, a todos, para não se submeter a uma viagem que, de certa forma, se afigura inútil para o objetivo a que se propunha.

Então, eu agradeço a presença de todos, peço mais uma vez as escusas pelos transtornos e faço veemente apelo para que todos compareçam na próxima terça-feira, a fim de que nós possamos realizar esta Audiência Pública, já que o assunto tem a maior relevância, não só para Mato Grosso do Sul, mas para o Brasil, vez que o que está acontecendo em Chapadão do Sul e em Paraíso das Águas é reflexo de uma absoluta falta de planejamento e de transparência nas ações do Governo, que, no afã de apressar, de garantir celeridade em obras, acaba atropelando medidas que são extremamente necessárias, como, por exemplo, analisar as repercussões socioeconômicas que todas essas medidas exigem, a fim de que os projetos estabeleçam a conciliação entre a necessidade de produzir e a necessidade de desenvolver, especialmente na área de infraestrutura energética.

Portanto, agradeço a presença de todos os senhores e esta audiência está adiada para a próxima terça-feira. Muito obrigado.

Não havendo nenhuma matéria pautada para esta reunião, que estava convocada especificamente para o fim a que me referi, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 10h08.

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 6 DE ABRIL DE 2010.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia seis de abril de dois mil e dez, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, CÉSAR BORGES, NEUTO DE CONTO, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, EDUARDO SUPLICY E HERÁCLITO FORTES.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Sadi Cassol, Augusto Botelho, Gerson Camata, Gilberto Goellner, Raimundo Colombo, Kátia Abreu, Romeu Tuma e Osmar Dias. Às nove horas e quarenta e três minutos o Senhor Presidente da CRA, Senador Valter Pereira, comunica que a reunião será suspensa até as quatorze horas e trinta minutos de hoje, quando será então reaberta na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, para que seja suprida a ausência de dois importantes convidados que ficaram retidos no aeroporto do Rio de Janeiro, devido aos recentes temporais que assolaram aquela cidade. Havendo número regimental, é declarada reaberta a reunião às dezesseis horas e quarenta e três minutos, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública, de acordo com a seguinte Pauta: **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 8, de 2010-CRA**, aprovado em 23/3/2010, de autoria do Senador Valter Pereira, com a finalidade de debater critérios adotados na implantação de linhas de transmissão, especialmente voltadas para as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), incluindo as decisões sobre os empreendimentos de Chapadão do Sul (MS), com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Maurício Tolmasquim** – Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – **EPE**; Sr.

Adilson Sinccoto Rufato – Assessor do Superintendente de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica – **ANEEL**; Sr. **Elo Ramiro Loeff** – Diretor Delegado do Sindicato Rural de Chapadão do Sul; Sr. **Carlos Alberto Negreiros Said de Menezes** – Secretário de Meio Ambiente, Planejamento, da Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul – **SEMA/MS.** Após as exposições dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Flexa Ribeiro, Marisa Serrano e Delcídio Amaral. Resultado: Audiência Pública Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e cinqüenta e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Valter Pereira,** Presidente da CRA.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [soa a campanhia] Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, e, não havendo a discordância do Plenário, é dada como aprovada. Portanto, está aprovada.

Esta reunião destina-se à Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 08, de 2010, aprovado no dia 23 de março, com a finalidade de debater os critérios adotados na implantação de linhas de transmissão, especialmente voltadas para as pequenas centrais hidrelétricas, as chamadas PCHs, incluindo as decisões sobre empreendimentos de Chapadão do Sul, com a participação dos convidados já elencados anteriormente.

Cumpre-me, entretanto, informar a todos os senhores que estão presentes, representando os convidados, que um problema impede que seja realizada esta Audiência no período da manhã.

Foi exatamente a catástrofe que desabou sobre o Estado do Rio de Janeiro. Hoje, desde ontem à noite, e na madrugada de hoje, da manhã de hoje, o aeroporto... Os aeroportos do Rio de Janeiro operam com interrupções, com falhas, e mais interrupções do que operações.

E, em função disso, dois convidados, extremamente importantes para o debate, não puderam embarcar e estão no aeroporto, aguardando o primeiro voo para promover esse desembarque; o Dr. Maurício Tolmasquim, que entrou em contato através do Ministério das Minas e Energia, com esta comissão, anunciando que só poderá embarcar... que o anúncio do seu embarque está previsto para as 12h40. Outro que ficou retido no aeroporto do Rio de Janeiro é o Sr. José Carlos Herranz Yague, Diretor Técnico da Linha de Transmissão do Itatim Ltda.-LTI.

Então, com a ausência desses dois convidados, que são importantes para encontrar soluções nesses problemas que serão debatidos aqui, nós decidimos adiar esta Audiência Pública para logo mais, às 14h30, em outra sala, já que esta aqui estará ocupada por outro evento no horário que nós estamos encontrando como viável para realização dessa audiência.

Portanto, nós vamos realizá-la na Sala 13 da Ala das comissões, essa mesma Ala Alexandre Costa, catorze e trinta, 14h30.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra, Senador Flexa, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Às 15 horas, aqui, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores, tem uma Audiência Pública com o Ministro Celso Amorim, vai haver coincidência de horário aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Às 15h30, a nossa nós estamos marcando para às 14h30.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Às quinze, às 15 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quinze horas?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Essa coincidência de horário vai prejudicar a nossa Audiência Pública, indiscutivelmente, mas nós não temos como adiar para outro dia e, portanto, fica mantido às 14h30, com os devidos prejuízos, e nessa outra sala, na Sala 13.

Nós teremos teto, embora possa haver deficiência de público e de mídia, mas, de qualquer forma, nós precisamos realizar essa Audiência Pública, porque esta aqui já é resultado de um adiamento.

Então eu interrompo esta reunião agora, para reabri-la às 14h30, se as condições climáticas também melhorarem um pouco no Rio de Janeiro, permitindo que os nossos convidados consigam fazer o embarque indispensável.

Então, está suspensa essa reunião, até a próxima.

Muito obrigado.

[Sessão suspensa às 09h36]

[Sessão reaberta às 16h44]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro reaberta a 8ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Ao iniciarmos nossos trabalhos, informo a comissão recebimento do *"Ofício 143/2010, datado de 29 do corrente mês, subscrito pelo Exmo. Sr. Governador André Puccinelli, Governador do Mato Grosso do Sul, encaminhando ao Sr. Nelson Hubner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, solicitando providências para solucionar a questão do posicionamento da subestação de Chapadão do Sul, bem como do traçado das linhas de transmissão de energia elétrica que se interligam, uma vez que representa, dentre outros problemas, empecilho ao manejo agrícola, bem como prejuízo aos produtores rurais de Mato Grosso do Sul"*.

Esta reunião destina-se a realizar uma Audiência Pública, conforme Requerimento nº 8, de 2010, aprovado no dia 23 de março, com a finalidade de debater os critérios adotados para implantação de linhas de transmissão, especialmente voltadas para as pequenas centrais hidrelétricas, PCHs, incluindo as decisões sobre empreendimentos de Chapadão do Sul, com a participação dos seguintes convidados: o Sr. Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética, EPE, o qual convido para participar desta Mesa; o Sr. Adilson Sincotto Rufato, que é assessor do superintendente de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, que convido para participar à nossa esquerda; o Sr. Elo Ramiro Loeff, diretor delegado do Sindicato Rural de Chapadão do Sul e ex-prefeito daquela cidade; o Sr. José Carlos Yague, diretor técnico das Linhas de Transmissão da Itatim, que não pôde comparecer. Ele esteve na primeira reunião, mas hoje ficou impedido pela mesma razão que levou ao retardamento do comparecimento do Dr. Maurício Tolmasquim. Ele está retido no Rio de Janeiro. Todos nós sabemos o drama pelo qual atravessa aquela cidade. E como ele não estava no aeroporto, como o Dr. Tolmasquim, ficou impedido de sair de casa. E o engenheiro Carlos Alberto Negreiros, que é secretário de Estado do Meio Ambiente, do Planejamento e da Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, a SEMA.

Para iniciar os nossos trabalhos, eu vou convidar, inicialmente, o Sr. Elo Ramiro Loeff, diretor delegado do Sindicato Rural de Chapadão do Sul, foi prefeito daquele município, é uma das figuras mais respeitáveis que tem em Chapadão do Sul.

E eu quero registrar aqui também a presença do Sr. Jocelito Krug, que é prefeito municipal daquela municipalidade, está presente aqui e participará dos debates na medida em que for requisitada a sua intervenção. E registrar também a presença do secretário de Obras de Mato Grosso do Sul, o nosso amigo engenheiro Edson Girotto. É com muita alegria que o recebemos aqui nesta tarde chuvosa.

Então nós vamos passar a palavra, inicialmente, ao ex-Prefeito Elo Loeff, para que ele faça uma exposição acerca das angústias que estão sofrendo os produtores daquela região, especialmente da municipalidade de Chapadão do Sul.

SR. ELO RAMIRO LOEFF: Boa-tarde aos presentes.

É... Como nosso senador já falou, nós estamos aqui como membro do nosso Sindicato Rural de Chapadão do Sul, presidido pelo nosso presidente que se encontra aqui, que é o Rudimar Borgelt, e a finalidade é tratar de um assunto que está angustiando os proprietários rurais em torno... Em torno e por onde essa rede está sendo projetada na direção da cidade de Chapadão do Sul.

Acontece que, pela nossa análise, pela nossa ótica, o projeto, inicialmente, foi elaborado em escritório. E foi elaborado, foi feito... Foram feitos os planejamentos, direcionamento e levado para a licitação. Quem deve ter feito a análise do solo deve ter sido a própria empresa que participou e ganhou a licitação. Porque, na nossa visão, trabalhar num terreno preparado, um terreno limpo, um terreno que não tem obstáculo, como acontece lá no Chapadão, é muito fácil, muito prático para as empresas. E, infelizmente, e essa é a razão que nós aqui nos encontramos, a maneira de trabalhar... O maquinário que nós empregamos é bastante... É bastante sofisticado, são maquinários potentes, tanto na área de plantio, com grandes plantadeiras, como na área de pulverização e também de colheita.

Isso preocupou e está preocupando e tirando o sono e o ânimo desses produtores, haja vista que tem uma propriedade mais próxima da cidade, que ela tem 1.500 hectares e são projetadas 47 torres. 47 torres impedem o livre acesso das máquinas. Até porque essas máquinas são operadas por seres humanos. São pessoas falíveis como nós, que, embora nós temos a atenção e queremos fazer a coisa certa, a coisa como ela deve ser... E, de repente, aconteceu, bateu numa torre e a coisa veio tudo para baixo, e é imprevisível o que pode acontecer quando uma torre cai.

Consta aqui... Tem uns *slides* para serem passados depois mais... Até me parece que os *slides* seriam para passar primeiro, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Faz a exposição [ininteligível].

SR. ELO RAMIRO LOEFF: Porque a exposição seria sempre melhor em cima dos *slides*. Mas, de qualquer maneira, nós vamos... Eu vou continuando, porque a... Porque o local... Aí que vem uma sugestão que nós temos, que o local que foi escolhido para a subestação é um local, na nossa visão, de pessoas que não têm... Não têm essa habilidade com... Não têm habilidade com o... Com energia elétrica, que não têm habilidade com programar... Pode mudar. Para nós ver o local...

Essas transparências seriam mais próprias para uma outra pessoa estar passando elas. Eu não... Mas vamos lá. Vou fugir um pouco do meu assunto.

Mostrando aqui a área total do município, a área... Aqui a área de pastagem, 160 mil, 129 lavoura e 95 mil de cerrado. Mudando.

As propriedades rurais que dispõem o município são de 0 a 50 hectares, 121; de 50 a 200 hectares, 232; de 200 a 500, 108; 500 hectares a mil, 70; acima de... Até cinco mil, 90 e; acima de cinco mil, 13.

Área plantada em hectares. Nós temos com soja, 75 mil; com milho, 30; com algodão, 13; com sorgo, 16; com girassol, 2.500; com feijão, 850; trigo, 300; cana-de-açúcar, três mil; nabo, 15; milheto, cinco e; milho safrinha, sete.

Essas transparências são para que os senhores tenham uma noção da economia do município, aonde nós sempre dizemos o seguinte, que é a nossa principal indústria, hoje é a lavoura. Por essa razão é que nós estamos preocupados com a... Preocupados com a instalação dessas torres no lugar em que elas estão.

Nós temos uma sugestão, nós perguntaríamos o seguinte: Por que a nossa... Por que a subestação foi colocada próxima do município, próxima da cidade? Esse... Senador, gostaria deixar que essas transparências fossem reservadas, que o Darci vai passar isso aí. O Darci pode passar elas, porque não... São transparências que ele preparou, um assunto que está do conhecimento dele, embora eu não ignoro, mas me parece que ficaria melhor, porque o meu--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A sua parte é fazer uma exposição sobre o sentimento que está vicejando lá, sobre as condições que estão postas lá no município, a questão da intranquilidade, da insegurança e, depois, o Darci, que, representando o sindicato, vai falar sobre essas transparências.

SR. ELO RAMIRO LOEFF: Bom, então, com relação a essa... Esta... Essa intranquilidade que nós estamos tendo – Boa-tarde, senadora. Muito obrigado pelo seu comparecimento –, ela se... Ela se transmite não na intranquilidade de dizer "Eu não quero uma torre, eu não quero uma energia dentro da minha fazenda", é o perigo que essas torres representam para a atividade agrícola, quando se trabalha com máquinas, como depois vamos poder perceber a potência das máquinas, e aviões. Por que avião?

Nós temos um problema hoje, que não é só nosso, que sabemos, é um problema divulgado no país inteiro sobre a pior praga da soja, que é a ferrugem. E essa ferrugem ela não escolhe dia para aparecer. Quando ela é detectada, sempre é detectada no mês... geralmente no mês de janeiro, são os meses de maior precipitação. Nessa época, nós usamos, quando é possível, que o tempo permite, que não chova, é usado equipamento terrestre, trator. E se não puder usar o trator, temos que usar avião, porque não podemos dizer: "Não, vou esperar que amanhã o tempo melhora e aí nós vamos usar". Cada hora representa um prejuízo.

Para quem não é familiarizado com o assunto, vai até achar que nós estamos exagerando. Mas é muito fácil. É consultar agrônomos da Embrapa e eles já vão poder dizer se nós estamos falando a verdade ou não.

E nós estamos aqui não para ser contra a EPE, que imaginou e traçou esse traçado dessas redes. Nós estamos a favor do nosso país, do nosso povo, do nosso estado, nosso município, porque nós estamos alertando contra o risco que estamos sujeitos. E um risco real. Não é um risco imaginário, não é um risco que estou inventando. É um risco real. Porque quando... Conforme eu vinha relatando que o avião tem que ser usado quando o tempo não permite usar máquinas terrestres, nessa ocasião o avião vai ter que voar como, se tem muitas torres na localidade?

Então, por essa razão que nós estamos aqui, já viemos pela quarta vez. O tempo que nós viemos aqui, cada viagem, se me permite dizer, que são 1.800 km, isso aí por si só nos garante dizer pelo interesse que os produtores têm em aqui virem para dizer do quanto é perigoso, são perigosas essas linhas nesses locais. E sendo que nós vamos ter um mapa que vamos poder mostrar daqui a pouco mais uma outra sugestão que vão sair completamente fora de tudo isso aí, fora da parte de agricultura e, sim, instalar em área de pecuária. Inclusive, a rede está direcionada para aquele local. Não foi nós que direcionamos, já foi o projeto por si direcionou.

Faltou a gente ter... Podia ter tido um diálogo para poder discutir melhor essa situação. Então, essa é a razão que nós, por parte do sindicato, representando os produtores, que muitos deles estão aqui presentes, dado a importância e dado a seriedade do assunto.

Nós reconhecemos que para as autoridades, para a própria... O Dr. Maurício Tolmasquim, que tem a sua... Que é o residente da Empresa de Pesquisa

Energética e tem a seu cargo essas decisões e esses estudos, essas análises, nós queremos dizer que não somos contra nunca o trabalho da empresa. Nós estamos aqui, como já falamos, para colaborar, para dizer que ainda está em tempo de poder evitar e pegar um caminho mais apropriado.

Lamentavelmente nós temos que registrar que os trabalhos na fixação da subestação aonde ela foi escolhida, parece que estão um pouco mais acelerados do que seria o normal. E por que razão acelerar eles?

Mas, outra coisa que para nós é bem... Temos, na nossa impressão, que o custo disso, se tiver que mudar, no tamanho, no montante da obra, é bastante significante. Me parece que isso aí não seria um fator que impeça de tomar uma outra posição.

E nós gostaríamos de pedir uma... Assim, que fosse adotado não só olhar para o lado técnico, mas olhar também para o lado do bom senso. Nós estamos defendendo e querendo colaborar com uma obra de interesse público, e que essa obra não fique lá instalada no terreno onde hoje está proposto, nas áreas de lavoura, as melhores áreas que nós temos em chapadão, para continuar oferecendo perigo para o resto da vida de quem existir. Não é da minha vida ou dos produtores de hoje que têm a sua... Muitos têm... Já estão descendo o Cabo da Esperança, como eu, que já estou mais idoso, mas queremos muito e ver essa obra concluída no lugar acertado, que seria o lugar que nós vamos poder mostrar num mapa, que foi elaborado com muito trabalho, um trabalho que vem sendo feito há mais de 90 dias, acompanhando por pessoas que se dedicaram para poder resolver essa situação dos produtores rurais.

Eu... Se houver a necessidade, eventualmente, a gente poderá... se permite que a gente possa nos pronunciar novamente, mas eu deixo aqui essa impressão dos nossos produtores, que estão ansiosos, e esperam, esperam que se possa ter uma solução, uma solução que venha de encontro aos interesses das partes.

Nós, como leigos, não temos a capacidade de poder avaliar, porque o Dr. Maurício vai poder passar para nós ou vai passar para nós ainda, mas essa é a nossa impressão, a nossa sugestão que se analise, se estude e se possa ter uma conclusão, a bom termo, para todos nós.

Queria agradecer a presença do nosso Senador Delcidio, que também vem nos prestigiar. E queria chamar atenção... Aproveitar para chamar atenção da importância que o assunto, nosso assunto de Chapadão do Sul, está tendo, tendo em vista a... tendo em vista a presença dos nossos senadores do nosso estado que estão solidários e conhecem a peculiaridade de Chapadão do Sul, como polo produtivo e, por essa razão, têm, dentro da sua possibilidade, têm vindo prestigiar essa Audiência Pública. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos as palavras do ex-Prefeito Elo.

Eu gostaria de registrar aqui também a presença do vice-Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Produtor Ademar Silva Júnior, que foi Presidente também da... Da FAMASUL, da Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul. Então, ele, como um dos diretores da CNA, e como um dos pilares da produção, está acompanhando aqui atentamente os nossos trabalhos. E registrar também a presença do ex-Deputado Sérgio Assis, que também vem assistir essa reunião.

Todos nós aqui conhecemos a importância de Chapadão do Sul como celeiro de produção e de tecnologia em Mato Grosso do Sul e na Região Centro-Oeste, e o assunto que hoje nós vamos debater aqui é um assunto que tem a sua repercussão no estado e também em toda... Todos os estados produtores do Brasil, daí porque nós estamos debatendo aqui numa Audiência Pública da Comissão de Agricultura do Senado Federal, que nós anunciamos, desde o início de nossos trabalhos, como um fórum de debate de todo setor produtivo brasileiro.

Nós vamos passar a palavra agora àquele que desenvolveu os estudos mais detalhados sobre as repercussões que a obra tem trazido, e principalmente as inquietações, já que essas repercussões vão se produzir mais intensamente no momento em que elas estiverem concluídas. Eu vou chamar para falar sobre essas repercussões o Sr. Darci Borgelt, que preparou os estudos e, então, vai fazer a sua exposição.

Eu gostaria que apagasse a luz para que... Ele vai mostrar aqui todas as repercussões que vão ter na região.

SR. DARCI RUI BORGELT: Boa-tarde a todos.

Meu nome é Darci Rui Borgelt, sou produtor rural de Chapadão do Sul, resido há 34 anos em Chapadão do Sul, sou piloto de avião desde 1975, sobrevoo toda essa região aqui e conheço ela até hoje tudo que existe na região.

Aqui Chapadão do Sul fica ao noroeste do estado com divisa do Goiás. Pode passar.

Isso aqui o Sr. Elo já falou. Aqui também já explicou as propriedades rurais.

O nosso foco é soja. E o que acontece com o plantio de soja? Novembro... Volta atrás. Passa. Pode passar.

Outubro e novembro é a época do nosso plantio, soja e milho. Índice alto de chuvas. O que o produtor

rural está fazendo em Chapadão do Sul? Adquirindo máquinas grandes. Hoje a tecnologia oferece isso aí. Então, a maioria já investiu nessas máquinas grandes.

Novembro, dezembro, é plantio de algodão mais fácil.

O problema nosso chegou em janeiro: 23 dias de chuva durante o mês. É o mês que nós temos que combater a ferrugem asiática: exige três aplicações durante o mês. Uma delas até a máquina tratorizada consegue fazer, o restante nós dependemos do avião. E não pode ficar uma área sem pulverizar, senão ela dissemina na região, a ferrugem.

Fevereiro, uma época menor. Março, também tem um índice alto. Pode passar.

O que aconteceu? Essa é uma máquina menor. Já o pessoal tem adquirido essas máquinas grandes. Para diminuir as janelas de plantio, em vez de plantar em 20 dias uma área, ele consegue plantar em 10 dias com uma máquina dessa aí.

Agora, com as instalações da rede de luz, acho que nós vamos enfrentar problemas com essas máquinas aí. Pode passar.

Aqui tem um exemplo. Em outras regiões onde uma máquina trabalha com piloto automático, aqui está a plantadeira, aqui existe atrás dela aquela máquina grande, onde acabou enroscando num cabo e deu esse incidente aí. Pode passar.

Aqui as máquinas que trabalham na nossa região. Ela tem 30 metros de largura e as redes... Que altura tem? Umas têm seis metros, outras têm oito metros... Se levantar essa ponta [ininteligível], está criado o incidente. Isso aqui não pode chegar nem um metro e meio longe dessa carga que vai passar aí. Então aqui está bem claro... São máquinas modernas, custa 700 mil reais uma máquina dessa aí. Pode passar.

Aqui já existe esse problema em Chapadão, com duas redes que foram instaladas na nossa região. Aqui ficou sem plantar. Aqui fica sem pulverizar. E a máquina não cruzou. Ela anda 28, 30 km/h. Tem que frear e tem que dar um jeito de passar por essas torres aí. Pode passar.

Isso aqui é plantio de algodão na nossa região. Nós temos seis algodoeiros na região. Já temos fábrica de fiação. Aqui embaixo é a AMPASUL, é a nossa Associação Sul-Mato-Grossense de Algodão, aonde a sede e o presidente, que coordena toda essa fundação, essa associação, é do Chapadão do Sul. E Unifibra é a marca do nosso algodão, dos chapadões. No caso de exportação, todo produtor sabe de onde veio o produto.

Aqui vai passar uma rede de energia. Aqui é o lugar onde nós fazemos os eventos e verifica o que pode ser feito na cultura de algodão.

Nós temos que pulverizar 18 vezes essa cultura de algodão, muitas vezes, uma boa parte com máquinas.

E houve um programa dentro do Estado do Mato Grosso do Sul sobre o combate a bicudo, com apoio até do Governo do Estado, prefeituras, todo mundo, aonde, em outros locais, que nem Goiás, não conseguiram. Temos parceria com eles também e conseguimos disseminar o bicudo na região. Por quê? Até na beira das rodovias, o pé do algodão que nascia, nós destruímos. Com isso nós acabamos com o bicudo. Pode passar.

Isso aqui é uma das empresas de aviação agrícola na região. Um avião desse aqui carrega 60 litros d'água. Temos 22 aviões trabalhando na região. Pode passar.

Nesses... Daqui para frente, vai entrar esse avião para trabalhar na região. Esse avião aqui carrega por cinco aviões daquele que eu mostrei para vocês. Ele carrega três mil e poucos litros. É maior, anda mais rápido e leva carga maior, então precisa área livre para voar na região. Isso para dar mais rendimento para que conseguimos fazer com mais rapidez esse... Essa aplicação aí. Pode passar.

A altura que o avião voa. Muitas vezes alguém fala... Inclusive consta na Audiência Pública que avião pode voar por cima da rede, pode voar por baixo da rede. Isso a ANAC não permite e não tem condições de fazer.

Aqui é um plantio de milho. O produto tem que ser voado um metro de altura para injetar o veneno para combater todos os insetos que tem aqui dentro dessa área do plantio de milho. O milho já tem uma altura de 2,20m, mais o avião, são três metros e 20. Dificilmente vai passar por baixo de uma rede e desviar uma torre.

Aqui em cima ele está aplicando um produto mais alto, que faz parte também das coberturas. Pode passar.

Aqui, só para mostrar a vocês, o Projeto Itatim é aqui dentro, a cidade nossa está aqui. Aqui é a nossa proposta. Depois vocês vão ver no mapa como que vai funcionar isso aqui.

Isso aqui é um dos aviões, dos 22 que trabalham na região. Vocês podem ver todos esses riscos aqui, olha, tudo com GPS. Aonde ele está andando na região, ele deixa marcado. Isso aqui são tudo propriedades pequenas, de 200 hectares. Aqui. Tem áreas aqui que ele aplica dez vezes. Como eu falei para vocês, se é plantio de algodão, até 18 vezes é aplicado.

Então, cruzou rodovia, pulou outras redes, atingiu todas áreas agrícolas... Essa parte em branco aqui é outros aviões que voam, porque esse avião não tem

capacidade de fazer todas essas áreas. Então, enquanto ele está fazendo essa área aqui, tem outro aplicando aqui. Tudo isso aqui, se colocar aqui, vira região agrícola. Pode passar adiante.

Aqui aconteceu um acidente na outra região, rede de luz, onde o avião... E esse piloto faleceu. Enroscou numa rede e não teve saída. Na nossa região, são redes menores que existem lá, já perdemos piloto lá também que caiu com o avião, enroscou em rede, e acidente de avião é todo ano com rede de baixa tensão, que é a 34, todos os anos tem poste quebrado, todos os anos tem fio... Porque até as redes de baixa tensão ninguém consegue convencer pessoa para colocar numa divisa de propriedade.

Na minha propriedade e do meu irmão, nós não deixamos colocar essa rede. Nós tampamos buraco, até que o engenheiro chegou lá: "Não, eu concordo com vocês. Nós vamos colocar na beira da rodovia".

Existem exemplos lá que, na beira da rodovia, até hoje não aconteceu nenhum acidente. E por que coloca no meio da agricultura nossa, que nós temos que andar oito, 28, 30 quilômetros? Então nós termos que rever isso aí. Nós temos que ser ouvido e nós mostramos aqui que nós podemos ajudar a resolver isso aí. Pode passar.

Isso aqui é uma fundação de pesquisa nossa, Chapadão do Sul, a maioria conhece, junto com a Universidade Federal. Nós gastamos um milhão de real por ano aqui, nessa pesquisa. Temos apoio de muitas empresas, prefeituras, produtores rurais.

Aqui está bem claro o que é a ferrugem asiática.

Aqui é milho. Aqui o avião aplicou. Ficou verde. Aqui vai produzir bem. Aqui vai ter problema de produção. A gente não sabe o quanto que vai a quebra.

Essas manchas marrons, aqui no meio, são testemunhas de canteiros que não foi aplicado o produto, para ver o que aconteceu. Essa soja morreu. Isso não produz.

Essa parte mais verde aqui é os melhores produtos que existem para combater ferrugem asiática.

Aqui para frente foi feito mistura de produtos que os senhores podem ver talhões menos verdes. Não dá para aplicar esses produtos. Se aqui é plantado debaixo da torre, quem vai pulverizar isso aí? Vai disseminar ferrugem para toda a região, porque isso aqui o vento carrega.

Esses pesquisadores nossos, eles são solicitados todo ano em Estados Unidos dar palestra sobre ferrugem asiática. Nós estamos conseguindo bater, mas existem regras para combater isso aí. Um produto tem que ser muito bem aplicado aí para combater. Próximo.

Aqui chegamos no que nós estamos sugerindo. Aqui está o Projeto Itatim, a nossa cidade está aqui, está cruzando por trás de nossa cidade. Vai impedir o desenvolvimento da cidade, que a Fazenda Campo Bom todos os anos loteia uma área, vai dividir a cidade, cruza do lado de uma Universidade Federal, cruza quase em cima de nosso campo de pesquisa, passou do lado, atravessa rodovia, atravessa ferrovia, vem aqui na usina de cana, atravessando todas essas áreas agrícolas aqui. Vai para a Costa Rica, cruza por dentro da região agrícola.

Aqui, sai daqui, vai para Chapadão do Céu, onde tem usina de cana, região agrícola. Inclusive, numa fazenda, 94 torres. Aqui vai para Jataí, pegou uma parte aqui, pegou uma parte aqui... E aqui vai para Campo Grande. Atingiu outra região agrícola, que é a região Pedra Branca, e aqui atingiu a Cooperativa Cooper, que [ininteligível] cooperativa também, que depois vai explanar alguma coisa sobre isso aí.

Nosso projeto. Nosso projeto está aqui. Que a rede está vindo aqui de Inocência, cruza dentro de um distrito, e aí eu chamo a atenção, que eu conheço bem essa região. Nós recuando aqui 30 km, nós tiramos tudo fora. Pode passar.

A nossa proposta é essa aqui, olha. Vocês podem ver a região agrícola aqui. Recuando 30 quilômetros, vindo para a central, aqui vai para Jataí. Aqui vai para Chapadão do Céu. Inclusive, ontem, nós cruzamos de avião aqui, observei bem, não estou enganado, isso aqui é tudo região de pacuária. Aqui, dentro do Chapadão, isso é Chapadão ainda, nós temos regiões de pecuária também. Vem na [ininteligível] e vai para Costa Rica. E esse aqui é o rumo Campo Grande. Vocês podem ver essa linha aqui, deve dar uns 300 km, e essa aqui vai dar 275 km. Então, é falta de fazer um estudo e ver quais as diferenças que vai ter.

Agora, alguém pergunta assim: "Por que essa aqui é a região pecuária e não é a agricultura?" Que, incrível que pareça, nos 34 anos que eu moro aqui, alguém já tentou plantar aqui. São terras até boas, mas as chuvas, elas estão concentradas dentro disso aqui. Dentro dessa área agrícola. Isso aí não é mais agricultura, porque a chuva para aqui, ela não chega mais para frente. Inclusive, município de Cassilândia só sobrevive de pecuária, que a chuva não ajuda eles.

Nós temos outra região, mais para cá, que falta estrada, que amanhã ou depois pode até sair uma usina de cana também. Hoje, ela estar lá, deve ser feito estudo numa área que está sobrando ainda.

Outra coisa, todos os rios, aqui o rio Aporé, o rio Aporé aqui, vai para Cassilândia. Daqui até Cassilândia são 300m de queda, tem muitas quedas d'água,

conheço muito bem, sobrevoei esses rios todos por curiosidade.

Aqui é o rio Indaiá Grande. Já está projetada uma usina aqui, que sou sócio dela, que deu um problema e desmoronou a represa, ela parou, e está sendo projetado... Ela era mil KVA, vai ser três mil KVA. Existe potência para isso, 22 mil metros de queda.

Então, eu vejo o seguinte, todas essas PCHs... Aqui embaixo, não aparece no mapa, porque nós não temos o mapa de satélite que fornece, vai ser construída uma usina grande no encontro de dois rios. Para onde vai essa rede? Provavelmente vai vir aqui. Agora, se ela estiver aqui no chapadão, vai atingir outros produtores rurais aqui.

Essas PCHs aqui, existe estudo já de três aqui, mais outras aqui para baixo, todas elas vão ter que vir numa central. Até a sugestão nossa é que evitasse de vir aqui à central de chapadão, que essas PCH viesse nessa... Nessa central aqui, para não prejudicar os produtores nessa região.

Essa linha preta aqui é ferrovia, que cruzou FERRONORTE dentro de Chapadão do Sul, nos causou bastante transtorno, que desapropriaram mais de 100m de largura e estão usando, hoje, 10m para passar e o restante está abandonado, criando tatu... Provavelmente essa ferrovia vai ter problema com o tempo, que os tatus gostam de terra socada e estão fazendo buracos debaixo da ferrovia. Eu só quero ver o que vai acontecer aí. E fogo todo ano na beira da rodovia. O próprio trem coloca.

Então está aí uma sugestão. Ouvi falar também que vai vir uma via de 500 mil quilowatts de Rio Verde, que parece que vai ter uma ligação no norte Rio Verde e, ontem, eu observei bem, quando nós cruzamos Rio Verde, que Rio Verde já tem uma central bem grande de energia, que isso aí eu acho que vai acontecer, e ela viria aqui, nessa central de Chapadão do Sul.

Então, o que vai acontecer? Daqui a Rio Verde, 200 km. Daqui a Rio Verde, 200 km. Não deu um quilômetro de diferença. Então, de repente, já tem esses planejamentos para frente, eu estou tendo essa visão que vai acontecer isso aí.

E aqui para Cassilândia, provavelmente nesses rios vai ser construído mais usinas, que o aproveitamento vai ser muito melhor e sem... O pecuarista, quando fala em indenização da área, ele está contente. O produtor não quer nem saber de indenização.

O que nós temos que fazer? A minha propriedade que eu tenho lá, eu planto mil e poucos hectares, tenho financiamento de máquinas para pagar... E agora veio e vou ter problema em 50% das áreas e não vai mais usar avião. Eu não sei o que eu vou fazer. Eu vou ter que me ressarcir desse prejuízo aí, que se eu não conseguir pulverizar com máquinas terrestres, eu vou ter que procurar uma alternativa. E como vai ter outros produtores que vão ter que fazer a mesma coisa, que vão ter o mesmo problema. Então... Pode passar.

Aí vocês podem ver. Minha consideração final. Isso aqui é uma foto que foi montada. Aqui na frente vai se colhendo e aqui atrás vai se plantando. Isso é nova... Novo sistema que, no Mato Grosso do Sul e outras regiões está tendo, nós vamos conseguir fazer duas épocas de plantio. Então isso aqui vai facilitar. Então, nós não somos contra as redes de energia elétrica, nós precisamos de rede de energia elétrica. Se Chapadão do Sul um dia precisar rede para construir uma indústria e ela não tiver capacidade suficiente, a nossa central, fica muito fácil ir lá buscar energia, sem prejudicar os produtores, que até a beira da ferrovia analisei para ir lá buscar energia. É 30 km. E se encurtar 30 km, as redes mais cara que têm, que são três redes que estão vindo para o chapadão, eu tenho certeza que as outras, uma que outro aumentou, outras, de repente, vai diminuir, ficaria muito mais fácil até devido as indenizações que vai ser feito, porque, o pecuarista, a indenização é bem menos.

Então, acho que ficou bem claro aí, todo mundo deve ter entendido. Também estou à disposição, se alguém um dia tiver, está tudo embaixo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao Sr. Darci.

Uma outra área a ser afetada vai também se manifestar aqui através do Sr. João Edmilson Favoretto, que está aqui presente e vai abordar a repercussão nessa outra área.

SR. JOÃO EDMILSON FAVORETTO: Está meio ruim de ver o mapa lá, mas a... Vamos lá.

O problema nosso aqui é da Cooperativa Cooper, sediada aqui, olha. Ela é um PRODECER. A linha que liga Chapadão do Sul--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Explica o que é o PRODECER.

SR. JOÃO EDMILSON FAVORETTO: Já, já vem, senador.

A linha que sai aqui de Chapadão do Sul até Campo Grande, a solução para o pessoal de Chapadão do Sul seria a mesma, ela passaria fora. A próxima.

Bom, essa linha como está, ela está cruzando um PRODECER. PRODECER é um Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados. Esse PRODECER... Pode passar o próximo. Está difícil de ver lá.

Bom, mas é financiado pelo Japão, representado pela JAICA(F), junto a órgãos públicos como Embrapa e tal.

Isso aí é o seguinte: abrange sete estados e foi investido no Brasil 850 milhões de dólares, em sete estados. Tem lá o plantio... Pode passar o próximo.

Bom, o que é o PRODECER? É a incorporação de áreas carentes e improdutivas ao processo produtivo, descobrindo potencial da região dos cerrados; implantação de uma agricultura moderna, eficiente, empresarial de médio porte. Próximo.

Bom, no Mato Grosso do Sul é o único. Instalado na região de Água Clara, então são 20 mil hectares, com 16 de plantio, dividido em lote de 56, isso quer dizer lote de 300 hectares cada um. É isso aí, olha.

Então, como funciona... O que é o PRODECER, na verdade, na prática?

Essa região aqui é uma região desabitada. Até 1978, o Mato Grosso, a região do cerrado era considerada imprópria para a agricultura. Então, esse tipo de projeto, ele acha uma região inabitada e carente para se procurar um potencial, para saber o que dá nessa região. Então, o que faz? Uma cooperativa, ela se instala aqui, divide isso aqui, no caso aqui 56 lotes, é selecionado pela cooperativa na região norte do Paraná famílias que venham para o Mato Grosso desenvolver tecnologia, certo, trabalho de pesquisa.

Então, instalou-se aqui várias famílias, na época, foi 1986. É o PRODECER II esse. São três... Vem em três fases: I, II e III. Esse é o II. Pode passar o próximo.

Bom, isso aí é assim, olha. Você chega lá, cerrado, sem energia, sem água, sem nada. Isso há 25 anos atrás. Uma área... Eu quero dizer o seguinte aqui: essa é uma área a menos de 15% de argila, gente. Isso aqui não é chapadão, é argila. Nós temos que desenvolver um desafio muito grande, tem que desenvolver aqui, ver qual o potencialidade dessa área. É para isso que nós viemos aqui, há 25 anos atrás. A próxima.

Primeiro ano de arroz. A próxima.

Soja. Não vou mostrar mais soja e arroz porque isso aí tem em todo lugar. Então, a próxima.

A cooperativa nossa hoje, ela tem 90 associados, abrange 60 mil hectares. A próxima.

Aí a cooperativa... Pode passar.

Esse é um pouco do trabalho que a gente tem feito lá. Isso é a área... Isso aí não é uma coisa assim muito, muito novidade, é um Santa Fé, só que adaptado para cerrado. Isso aí, [ininteligível] aqui, olha, com o milho plantado junto. Aliás, não é duas culturas, são três. Passa o próximo.

Isso, no meio daquilo que vocês viram ali, é estilosante. Isso aqui é feito pela Embrapa – Campo Grande. O próximo.

E é isso aí, gente, olha. É esse o trabalho que a gente faz lá. Os lotes são de 300 hectares, tem 20 hectares de seringueira, são áreas pequenas. Cada lote desse tem praticamente 11, 12 pessoas. Selecionadas, como eu falei, no Paraná. Então é isso aí, olha: pasto vira isso aí. A próxima.

Olha lá. Que raça é esse boi aí? Não tem raça. Nós estamos mostrando o capim. A próxima.

Talvez esse animal seja melhor de qualidade que o anterior, mas ele não tem o quê? Pasto. Então, na verdade, gente, olha aí, está vendo? Na verdade, hoje nós temos tecnologia para cerrado. Falta, talvez, a parte econômica que... Mas nós temos tecnologia. Lá dentro nós temos hoje. Próximo.

Tirei essa foto para mostrar. Vê aqui hoje uma curva de nível, área de... a mangueira lá. Não deu pra ver, mas aqui é o cerrado, a reserva. Soja. Então, é uma mistura de integração com rotação. Próximo.

Isso é sorgo, gente, em agosto. Olha a situação aqui de palha, o que a gente está fazendo com o cerrado hoje. Nós viemos para fazer isso aí, olha. A próxima.

Isso é um confinamento, não tem boi, mas não é isso que eu quis mostrar aqui, quis mostrar a arborização, curva de nível. A próxima.

Soja plantada no corredor. A próxima.

Olha lá, soja aqui. Feijão dentro do confinamento com milho pipoca. Tem espaço para torre aí? Então, isso aí, olha, é área de 300 hectares. Vocês vão ver depois como é que está sendo cortado o nosso PRODECER. Isso é seringueira. Normal, qualquer lugar tem. A próxima.

Olha lá, isso é ovinocultura dentro da seringueira, gente. Isso aqui, hoje, nós descobrimos... Isso aqui... Isso aqui é a saída para o movimento sem-terra. Dez hectares de seringa, hoje, para uma família de quatro filhos, ganha cinco mil reais por mês, sem contar a ovinocultura lá; 10 hectares só. Está aí a pesquisa.

Isso aí, gente, também é pesquisa. O que é isso aí? É uma seringueira que não presta. Esse deve ser FX, GT, não sei. Ela ficou 25 anos aí para nós descobrir que ela não presta. Hoje, a seringueira, no Mato Grosso do Sul, é RIM 600. É para isso que nós estamos lá. Incorporou o cerrado, ficou aí, mas essa seringueira não serve. Toca.

Está em expansão, está vendo? Estamos plantando seringueira, o lote é 300 hectares, como eu já falei. Próximo.

Isso é eucalipto. Normal, não é? A próxima.

Isso é... Olha, está aqui... Normal. Árvore grossa, árvore fina. O próximo.

Olha, isso é clonado, gente. O próximo.

Você vê lá o eucalipto por fora, dentro do próprio lote um campo de semente. Isso é pellizzaro(F), família pellizzaro(F). O próximo.

Olha lá, são campos de 43 hectares. Roberto Palombo(F); 43 hectares é um campo de semente. Próximo.

Olha lá, [ininteligível], 47 o lote; 48 hectares. Próximo.

Você tira foto de um capim MG5 do Roberto Palombo(F), você pega a seringueira no fundo. Isso é pesquisa também. Isso é MG5 numa área de areia dentro do Mato Grosso do Sul. Nós estamos aí a 160 km de Água Clara; 160 km de Água Clara, gente. Toca.

O que é utilidade pública, então, aqui, para nós? Essa é a minha pergunta. Nós também não temos utilidade pública? Não é de utilidade pública isso aqui? O problema do poste... Ele vindo primeiro, não há problema nenhum. A agricultura vai se adaptar. Agora, o problema é ele cair em cima de uma área já agrícola.

E qual a outra forma nós vamos fazer para desenvolver alguma coisa sustentável no nosso país? Olha lá como cai a rede lá. Tem um jeito pior do que isso aí? De atravessado... Podia ter feito isso aqui, não, caiu em cima, sem conversa. Traçou no meio um investimento do Japão de 850 milhões de dólares no Brasil. E nós viemos há 25 anos plantar seringueira aí, com todos os testes na mão hoje, e acontece isso aí. Tem como piorar isso aí? Passa para o próximo.

Eu vou piorar, olha lá. Piorei de novo, e vai piorar mais, porque tem que correr paralelo. Aqui você vê um poste normal, certo, que não atrapalha a pecuária. O próximo.

Aí ia ser um poste. O poste é tão feio, gente, que ele é escondido no mato. Não tem a inserção dele... Olha o morro lá, olha. Como isso aqui vai combinar com lote de 300 hectares? Não tem condições disso aqui entrar dentro do nosso projeto. O próximo.

Então, o que eu vou dizer para a próxima comitiva japonesa quando vier visitar o nosso projeto? O que eu vou falar para eles?

Olha, o nosso Presidente da Cooper sugeriu esse trajeto aqui, do qual eu não aceito. Isso aqui eu não aceito. Teria que passar aqui embaixo para... O mesmo traçado que é o deles lá. Porque, será que os japoneses vão visitar isso aí um dia? Eles investiram. Vão visitar isso aí? Se o traçado for aqui, vocês vão convidar eles. Agora, se ele for aqui, eu vou convidar eles para vir aqui. Eu vou convidar para eu mostrar isso aqui para eles. Vou falar o que para eles? Jogar dinheiro fora? O que eu vou fazer com 25 anos de trabalho? O que eu planto agora aí? O que eu vou fazer agora com essa área aí? Volto para o Paraná de novo? É isso? A próxima, por favor.

Só isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Nós agradecemos a contribuição do João Favoretto, e vamos...

Ouvimos agora, portanto, o lado dos produtores. Inquestionavelmente, o que nós observamos aí foi uma demonstração de que a região é constituída de pequenas propriedades, onde a produtividade é fundamental para viabilizar a vida dos produtores, uma região que tem uma grande potencialidade. Mesmo na área mais... De menor fertilidade, existe um sucesso na produção, mas existe um risco, o risco de mutilar pequenas áreas com torres que vão acarretar perdas significativas para quem tem níveis de produtividade elevada, e expor a riscos de contaminação de áreas que não conseguirão garantir uma... Um índice de proteção adequada da sanidade vegetal.

Então, nós vamos agora... Esse daí é o impacto econômico que os produtores reclamam que não foram devidamente avaliados, Senador Delcidio, no momento em que estava em gestação o projeto de implantação dessas linhas de transmissão.

Então, nós vamos ouvir agora o outro lado. Vamos ouvir aqueles que são responsáveis pela elaboração do projeto, pelos estudos de impacto ambiental e pelos estudos de impacto socioeconômico.

Então nós vamos convidar, inicialmente, para fazer uso da palavra... Eu acho que seria o Dr. Maurício Tolmasquim, que é o presidente da Empresa de Pesquisa Energética, EPE, responsável pelo projeto, para que ele esclareça quais os critérios que foram adotados, quais os critérios que são adotados e quais as medidas que foram asseguradas para que os produtores tivessem a oportunidade, ou por que não tiveram a oportunidade de debater suficientemente essas repercussões todas.

Com a palavra o Dr. Tolmasquim.

SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM: Obrigado. Eu queria saudar o Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Senadora Marisa Serrano, meu amigo Senador Delcidio, os membros aqui da Mesa, o Dr. Elo Ramiro Loeff, o Adilson Rufato, o Carlos Alberto Menezes e os representantes da área agrícola que fizeram a exposição.

Talvez pudesse apagar a luz para poder ficar mais claro.

Bom, vou falar aqui um pouco da questão do planejamento da expansão do sistema, a questão dos reforços para o Mato Grosso do Sul, lembrando que o objetivo de construir linha é escoar energia de plantas de biomassa do Mato Grosso do Sul, de pequenas centrais hidrelétricas do Mato Grosso do Sul, e levar energia para o Estado do Mato Grosso do Sul. Então, só para entender que o objetivo disso tudo é atender o

estado e, por isso, que se constrói linhas de transmissão, que é um meio de atender ao desenvolvimento do estado e poder aproveitar os recursos, porque foram feitos leilões de plantas de bioeletricidade, que a produção de eletricidade, a partir do bagaço da cana, tem várias instaladas no estado, e pequenas centrais hidrelétricas, que também ganharam leilões e que estão sendo construídas. Então, todo o nosso objetivo é poder aproveitar essa atividade que traz riqueza para o Estado do Mato Grosso, que, sem dúvida, é o objetivo de todos aqui.

Agora, a gente tem que tentar conciliar as duas atividades, a geração de energia com essa questão da agricultura, e eu acho que tudo é possível de ser conciliado. Vamos avançar.

Eu vou ser muito breve nisso, mas é só porque eu tenho que explicar como é que se dá o processo para poder entender. O processo de planejamento de transmissão, a gente tem três tipos de relatórios que resumem... Quatro tipos de relatórios que resumem quatro tipos de atividade. Um relatório, que a gente chama R1, é o que demonstra viabilidade técnico-econômica e socioambiental da instalação que vai ser construída; o R2 detalha tecnicamente essa alternativa; o R3 faz uma análise socioambiental um pouco mais profunda; e o R4 define os requisitos dos sistemas em que ele vai se conectar.

Bom, então a EPE, o que ela faz, define, estabelece as características mínimas do projeto, elabora esses Rs ou acompanha... Às vezes, alguns desses relatórios não são feitos na EPE – por exemplo, o relatório R3 não foi feito pela EPE, foi feito por uma Associação dos Produtores... Um contrato feito pela Associação dos Produtores da bioeletricidade lá que estão construindo as usinas no Mato Grosso do Sul.

E, depois, esses estudos são encaminhados à ANEEL... Ao Ministério, o Ministério encaminha à ANEEL e a ANEEL, então, prepara o edital do leilão das instalações que foram estudadas. Próximo, por favor.

Depois que tem o leilão, então o empreendedor que ganhou o leilão, ele elabora o estudo ambiental que é necessário para o licenciamento da instalação. Quer dizer, tem uma análise ambiental sucinta, feita antes do leilão, que é aquele estudo o R3 que eu mencionei ali, mas o estudo ambiental aprofundado é feito após o leilão, pelo empreendedor. É responsabilidade do empreendedor e, após, o leilão. Então, tem uma análise sucinta antes e tem uma análise aprofundada após o processo do leilão.

E são esses empreendedores, que ganham o leilão, que são responsáveis, por exemplo, por elaborar o projeto básico da linha de transmissão e escolhe, por exemplo, o tipo de torres. Se é uma torre estaiada, uma autoportante. Por que é importante isso? Porque uma ocupa mais área, outra ocupa menos área. Vou mostrar, na próxima figura. Por favor, a próxima.

Então, por exemplo-–

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --no caso aqui é o da linha de transmissão?

SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM: O da linha de transmissão, o que ganhou o leilão. Então, é só, senador, se não fiz claro, quer dizer, o estudo ambiental é feito após a licitação, o estudo... Quer dizer, tem um estudo ambiental prévio, mas mais sucinto. Depois da licitação, o ganhador da licitação faz um estudo ambiental mais profundo, para poder obter a licença lá no órgão ambiental, e faz o projeto básico da linha. E, nesse projeto básico, ele define inclusive o tipo de torre, por exemplo, se é uma torre estaiada, é uma torre que ocupa mais espaço, mas é um pouco mais barata, e tem a autoportante, que é mais... Ocupa menos espaço.

Ali, na figura, não aparece, mas é porque a estaiada tem umas linhas que vão... Que passa... Que vão para o lado. Então, acaba tendo mais espaço.

E a outra, essa autoportante, é um pouco... é mais cara, mas ele vai fazer isso no projeto dele, ele vai definir isso. Próximo, por favor.

Bom, então, voltando aqui, então, foi feito esse relatório R1 pela EPE, em 22 de julho de 2008, que teve como objetivo a definição de que há fossos(F) estruturais para o sistema de transmissão do Mato Grosso do Sul, visando principalmente escoar energia das usinas hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas, e as biomassas, usinas da biomassa, que ganharam leilão e que estão situadas lá no estado.

Então, tinha que o quê? Elas teriam processo de leilão de fontes renováveis, eles ganharam, a biomassa. Aqui algumas PCHs que estão construídas no estado, e a gente aproveitou para... Fizemos um projeto da linha para poder escoar essa energia que vai atender o próprio estado. Próximo.

Então, aqui essa subestação coletora de chapadão, e ela... Então ela permite escoar – aqui não vai dar para ver a figura – as energias das usinas de biomassa, quer dizer, que é energia a partir das usinas de etanol, o bagaço do etanol, as usinas Costa Rica, Entre Rios, Porto das Águas e Chapadão. Ela permite escoar também as energias das pequenas centrais hidrelétricas de Figueira, Nardini e Guatambu. E ela também, essa estação coletora de Jataí, ela manda energia para chapadão e essa de chapadão depois manda aqui para a rede básica Imbiruçu. Então, ela escoa também a energia ali da coletora de Jataí.

Então podemos... Claro, também passa aqui para a Ilha Solteira. Vamos adiante, por favor.

Bom, a escolha do local... Primeiro, um dos critérios é o que a gente chama de menor custo global em relação às conexões das usinas mencionadas. Uma das funções que a gente tenta ver é aquilo que leve o menor custo, porque, no fundo, isso vai acabar sendo pago por alguém. Então, geralmente, pelo consumidor de energia elétrica. Então, você tenta minimizar o custo.

Agora, um elemento fundamental que levou à definição foi a proximidade da subestação de distribuição de chapadão da Enersul. Por quê? Porque, pensando um pouco, a Enersul vai ter que, eventualmente, no futuro, expandir as suas instalações, para poder... Porque está crescendo o estado... E o que acontece? Ela, quanto mais próximo a gente botar a subestação da Enersul, menor é o investimento depois para ela poder fazer a conexão a essa subestação. Então, o critério foi botar próximo da subestação da Enersul que estava lá. Tinha uma questão de tensão, questão técnica, e essa questão de interferências socioambientais, que a gente agora está vendo que tem algumas interferências na questão aí do... Socioeconômica.

Bom, então... Aqui a figura não está muito clara, mas só para ter uma ideia. Esse é o projeto que foi... Originou... Que foi para licitação. Quer dizer, a ideia que foi para licitação. Então, ela está aqui... Aqui tem a questão... Tem um aeroporto, aqui ela está aqui, e aqui ela escoa uma parte para estações de biomassa que estão aqui, outra parte vem para cá, também outras usinas. E aqui ela estaria próxima da estação da Enersul, de distribuição da Enersul, o que facilita a Enersul poder depois interligar.

Qual é o problema? Aí teve uma manifestação da prefeitura que falou que não concordava com esse local – quer dizer, isso é depois do leilão – justamente por duas razões. Primeiro, está próximo do aeroporto, então ela não acha conveniente e, depois, que a expansão da cidade ficaria um pouco prejudicada porque... comprometida, dado que, vamos dizer, está próximo da cidade, então se a cidade for expandir, estaria ali em conflito. Próximo, por favor.

Então, foi feito esse questionamento após o leilão... Então, o que acontece? Como o empreendedor não conseguiu... Teve essa manifestação e não conseguia a licença para poder então fazer naquele ponto.

Então, o agente vencedor do leilão alterou a localização que estava prevista originalmente, devido essa contestação que foi feita pela prefeitura. Então, a contestação diz respeito, que eu falei, a interferência com o aeroporto, impacto no crescimento da cidade de Chapadão. Então, aí foi analisado... Na realidade, são duas alternativas. Próxima.

Então, a primeira era o seguinte, passar a linha por fora... Está vendo? Aqui está o aeroporto, aqui está a área, uma área de expansão, loteamento, e aqui uma outra área de loteamento. Então, era passar por fora... Antes estava passando por dentro. Passar por fora, de maneira a não interferir com o aeroporto ou com esse loteamento.

É claro que se tem um impacto que aumenta um pouco o comprimento das linhas. Quer dizer, porque as coletoras, o que acontece? As usinas, a PCH e as usinas de biomassa, se você desloca um pouco isso, elas passam a ter que construir uma linha maior para chegar à subestação. Próxima.

A outra alternativa foi trazer... Mas então aquela dali também não foi bem aceita lá pela prefeitura. Então, teve uma outra alternativa que foi passar para mais longe. Então, a primeira foi vir para cá, e que não tem interferência com o aeroporto, mas que encompri da um pouco... Quer dizer, aumenta... Por exemplo, se a... A Enersul, ela terá um trecho maior no futuro que construir de linha para poder conectar e os próprios donos de usinas que ganharam leilão, eles vão ter que ter uma linha um pouco maior.

A outra opção – próxima. Próxima, por favor – é essa daqui, que foi a alternativa, segundo... Estou narrando aqui o que chegou a partir do empreendedor, que foi considerada preferida pela prefeitura local, que era esse local aqui. E que é um local que teria... Que depois veio a se ver que traz o impacto com a produção agrícola.

Bom, então aí surgiu um outro... Um novo problema, porque resolve lá o problema, vamos dizer, resolve o problema da expansão da cidade, resolve o problema do aeroporto, mas cria um problema eventualmente lá com os donos das usinas de biomassa e PCH, porque vão ter que fazer uma linha um pouco maior para chegar lá, mas cria um problema para os produtores agrícolas da região. Então, resolve por um lado, cria um problema por outro lado. Então, aquela questão, você vai...

Então, o que chegou a nós – próxima – é essa proposta. A ANEEL mandou para a EPE, então, a proposta, para a gente analisar, uma proposta feita justamente pelo Sindicato Rural de Chapadão, que eu imagino que seja essa que foi apresentada agora, que seria trazer para cá.

Bom, aqui está a região da cidade, então você está ali afastando.

Bom, qual é a consequência dessa nova localização? Próxima, por favor.

Ela vai ter um impacto na rede básica... Nessa questão da rede básica, a gente acha que está dentro da... Dentro da tolerância admissível. Não é muito problemático. Ela diminui a distância da linha de transmissão no sentido da subestação de Inocêncio, e aí vai no sentido de reduzir custos, mas aumenta no sentido Jataí. Então, ali aumenta custo.

Agora, ela vai ter um impacto para as unidades, para as PCHs e as usinas de biomassa que ganharam leilão, porque elas vão ter uma distância maior do que tinham antes para construir linha para ir nessa subestação em relação à subestação que estava antes.

E também a Enersul, ela não vai ter mais a subestação ao lado da subestação dela. Então, a Enersul também passará a ter que, nessa alternativa, ela vai ter que arcar com esse custo maior de fazer lá... Quer dizer, agora, ao afastá-la, vai ter que arcar com esse custo de conexão maior.

Então, é só pra mostrar... Quer dizer, eu ainda vou chegar, mas tudo tem ganhos e perdas. Uns ganham para cá, outros perdem para lá. Eu diria, nessa alternativa, atende aos produtores, atende... Imagino a prefeitura, porque resolve o problema lá da questão do aeroporto, a questão da expansão da cidade; para a Enersul pode ser uma situação um pouco pior; e para quem ganhou o leilão, tem que verificar tanto o dono da PCH... os donos da PCH como os donos das plantas de biomassa podem, eventualmente, ter um problema e, eventualmente, o próprio dono da linha que ganhou a transmissão tem que ver a relação dele lá em relação se há aumento de custo ou se não há aumento de custo.

Então, aqui um pouco a gente tenta mostrar os ganhos – Ficou... Desculpe, ficou pequeno aqui a letra – os ganhos e perdas. Então, veja bem, no que diz respeito... Na realidade, tem uma coisa também: não é um dono só que ganhou as linhas, são... São três lotes, lotes A, B e C, então são três proprietários lá que estão envolvidos, que ganharam leilão da linha de transmissão.

Então, no que diz respeito à rede básica vai até... Essa solução até, em geral, não aumenta custo. Até em algum caso, no caso de subestação, a ligação da subestação Chapadão para Inocêncio, reduz a solução proposta pelo sindicato, ela até reduz o tamanho da linha, então até iria no sentido de reduzir custo. Então, aqui é até interessante. Agora, no que diz respeito à interligação... Por exemplo, vamos pegar aqui essa linha que vai ligar a Usina de Chapadão a... Usina de Chapadão à usina de biomassa à Subestação de Chapadão. Ela tinha 12 km no projeto original. Foi a leilão. Ela passaria a 30. Então, o dono dessa usina de biomassa tem que ver aí... Vai ter que ver, ele vai dobrar o valor, o custo dele. Quer dizer, ele estava pensando que ia ter 12 km, que ele precificou lá que ele ia pagar--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Essa aqui de Chapadão não vai sair mais.

SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM: Hã?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] Chapadão da Campo Bom não vai sair mais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Essa 12 km não vai mais sair.

SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM: A usina?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, tem duas que não vai mais sair.

SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM: Bom, se não sair... Se não sair, a gente pode aí ver.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A usina--

SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM: Quer dizer, tem que ver se está oficializado, essas coisas todas é importante porque a gente trabalha... As coisas têm que estar... Aí tem que estar oficializadas. Eu vou depois chegar ao final e a gente vai ver, porque a gente vai ver que tem uma questão que eu vou falar do ponto de vista de planejamento e tem uma parte depois que é da ANEEL, que é o ponto de vista regulatório. Por isso que tem que ver... Tem duas coisas.

Mas eu queria fazer a conclusão. Do ponto de vista da EPE... Porque do planejamento, não tem... Não temos problema do ponto de vista técnico, elétrico, socioambiental, de fazer, atender a proposta do Sindicato de Chapadão. Porém, isso não significa que isso é factível. Por quê? Porque a ANEEL tem que verificar porque teve um leilão das usinas, e nesse leilão das usinas tinham tarifas essas... Estimativas dessas tarifas que chama tarifa de uso de sistema de transmissão da estação coletora, estimada para a ANEEL, pela ANEEL, que cada... O dono da usina de biomassa e o dono da usina de PCH iam pagar.

Então, se esse valor vai aumentar, a ANEEL vai ter que analisar. Qual é a consequência disso? E também tem que ver o custo, se o aumenta o custo, quem ganhou o leilão da linha de transmissão. Porque o dono da linha de transmissão pode falar: "Não, mas eu leiloei, eu participei do leilão em tal condição. Se vocês estão mudando, eu não aceito", ou não. Então, é uma questão regulatória.

Mas eu queria resumir o seguinte: do ponto de vista do planejamento, nós não vemos nenhum inconveniente em adotar a proposta trazida pelo Sindicato Rural. O que não quer dizer que não tenha que ter uma análise profunda, do ponto de vista da ANEEL, para ver se isso é possível, do ponto de vista dos... Se isso infringe alguma coisa do edital que ocorreu, se os

vencedores podem questionar... Que aí é uma questão para a ANEEL verificar. Mas do ponto de vista do planejamento, as mudanças de custo ou as mudanças na questão elétrica, tal, são pequenas e não trariam inconvenientes, no nosso ponto de vista. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dr. Tolmasquim fez uma exposição que eu acho que caminha mais na convergência do que na divergência. Isso eu acho que é muito positivo, não é, Senador Delcidio? E...

Nós vamos ouvir, então, agora, o representante da ANEEL, para que ele comente sobre... Especialmente sobre toda a participação que a ANEEL teve nesse processo e também sobre essa consideração que fora feita, agora, no final, pelo Dr. Tolmasquim, que acho que é muito relevante.

Com a palavra, portanto, o representante da ANEEL, Dr. Adilson Rufato.

SR. ADILSON SINCOTTO RUFATO: Obrigado Senador Valter Pereira. Cumprimento também o Senador Delcidio, senhoras e senhores, o Plenário, a Mesa, Dr. Tolmasquim, Sr. Elo, o Secretário de Estado do Meio Ambiente, Planejamento, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul.

Bem, à ANEEL, a ela cabe executar um processo licitatório. Como muito bem dito pelo Dr. Tolmasquim, toda a parte de planejamento é feita pela empresa que ele preside e, além disso, esse planejamento, ele tem uma crítica, uma aprovação do Ministério de Minas e Energia e somente depois disso é que então é levado para a ANEEL e à ANEEL, então, cabe executar um processo licitatório. Ela não tem o direito de entrar no mérito do projeto. Vem o arcabouço das instalações necessárias, planejadas, aprovadas pelo Ministério, isso é levado à licitação e, depois, então, o empreendedor é que vai desenvolver todo esse projeto, baseado nessa documentação preparada... Porque são os quatro relatórios ditos, que é o relatório R1, que é o da caracterização econômica e socioambiental, a escolha da alternativa de referência, o estudo socioambiental de um possível corredor e das implantações, de locais de implantação das subestações e, por fim, o relatório que vai definir características das instalações onde essas novas linhas de subestações irão se conectar ao sistema já existente.

Então, a partir daí também parte responsável... Como responsabilidade da ANEEL, no processo licitatório, o que nós chamamos lá no edital de um anexo técnico, que é uma reunião das características técnicas desses empreendimentos e que o empreendedor, o novo transmissor, deverá obedecer, no seu projeto, para que esse empreendimento tenha a *performance* esperada dentro do conjunto todo, que é o sistema interligado nacional e a rede básica do sistema interligado nacional.

Então, a partir daí se faz o leilão.

A responsabilidade do estudo socioambiental detalhado, seja essa responsabilidade de licenciamento do órgão federal, nesse caso o IBAMA, quando um empreendimento, uma linha de transmissão atravessa duas unidades da federação ou mais, ou seja, da Secretaria de Meio Ambiente, caso essa linha, essas instalações se insiram dentro de uma única unidade da federação.

Nesse caso que nós estamos falando, aqui de todo... De todas essas obras que foram planejadas para o Mato Grosso do Sul, para colher energias de plantas de geração a partir da biomassa e de algumas PCHs, ela tem três empreendedores distintos: um é Itatim, Linhas de Transmissão do Itatim, que tem essa responsabilidade pela implantação das linhas, desde a divisa de São Paulo, em Ilha Solteira até Chapadão do Sul, passando por Inocêncio, em Chapadão do Sul, indo buscar energias que serão geradas por várias empresas, várias dessas biomassas. Dali uma interligação que vai ser feita entre... Que já é um outro empreendedor que venceu, que é a brilhante transmissão de energia, que é a linha de transmissão saindo de Chapadão e indo em direção a Imburuçu, e de Imbiruçu descendo e fazendo uma conexão chegando até... Acessando já um sistema existente que vem de Porto Primavera até Imbiruçu. Ou seja, faz uma espinha dorsal de linha de transmissão em 230 KV forte para contribuir com o Estado do Mato Grosso, ficando aí com um sistema robusto na parte de transmissão, de colheita das energias geradas e também da entrega dessas energias nos pontos onde a concessionária de distribuição local, ela abastece a população do estado.

E, por fim, no terceiro ponto, um terceiro empreendimento que é o empreendimento da transenergia renovável, que é a linha de transmissão em 230 KV, que parte de Chapadão, vai até Jataí, já no Estado do Mato Grosso, indo buscar alguns empreendimentos de geração ali e também promovendo, digamos, o desenvolvimento dessa região no Estado de Goiás. Então é isso.

Esse é o foco que foi feito. Quando nós fizemos o edital, nós elaboramos o edital exatamente em cima daquilo que foi feito pela EPE, e não poderia ser diferente, e aprovado pelo Ministério de Minas e Energia. Nós somos ANEEL, ela é delegada do poder concedente para a condução desse processo. E esse processo ainda, ele estaria dentro de um... Agora já tem um decreto, mas, nessa época, que isso foi licitado, esses empreendimentos todos, todas essas linhas, sejam elas em 230 KV, sejam as subestações em tensões

menores, que são aquelas que vão da Subestação de Chapadão até as usinas, ou de outras subestações até as usinas, buscar energias geradas, elas foram incluídas no Programa Nacional de Desestatização através de um decreto do Exmo. Sr. Presidente da República, que também, nesse decreto, ele define a ANEEL como a delegada para a condução do processo licitatório. Quer dizer, então não tem como se alterar aquilo que inclusive hoje consta de um decreto presidencial, nesse caso. Nós temos isso também.

Bom, conhecido o... Feito o leilão, conhecidos os vencedores... Vencido o leilão, conhecidos os empreendedores, eles nos trazem... Começam a trabalhar, e esse caso da Itatim, que é o que hoje nós estamos aqui com mais... Maior ênfase, eles começaram a trabalhar mesmo antes de assinar os contratos. Esses contratos foram assinados há um ano atrás, exatamente no dia 16 de abril do ano passado.

Então, nós já temos um ano de contrato e, para eles colocarem esses empreendimentos em operação, são 18 meses a partir daquela data. Então, nós estamos falando aí para eles colocarem esses empreendimentos em operação agora, em outubro deste ano. Mesmo antes de assinarmos o contrato, o empreendedor, eles vão a campo fazer seus levantamentos, exatamente começar a elaborar seus projetos e, principalmente, os projetos para obtenção do licenciamento ambiental, que, nesse caso, foi feito e, logo depois de assinado o contrato, foi dada entrada na Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul e foi feito o licenciamento. Esse foi o...

Por sinal, eles trabalharam intensamente na obtenção dos dados do traçado exatamente para, com o licenciamento, começarem as suas obras, visto que o prazo para a execução dessas obras, 18 meses, parece um prazo grande, mas é um prazo apertado para o tamanho e para o volume de obras que foram feitos.

Uma das características do processo de licenciamento, seja ele na Secretaria dos Estados ou no IBAMA, há a necessidade de se fazer Audiências Públicas, e aí fica a critério da Secretaria de Meio Ambiente ou do IBAMA e do empreendedor o estabelecimento do número de Audiências Públicas que serão feitas. Às vezes duas, três, três lugares diferentes. Nesse caso, me parece que a exigência foi uma Audiência Pública, que foi feita, inclusive, lá em Chapadão. E aí o empreendedor, nessa Audiência Pública, tem a oportunidade de mostrar para a comunidade interessada, não apenas para o consumidor, para os produtores, para os... A comunidade industrial da região, o projeto que vai ser feito, como ele pretende, porque nessa hora ele já foi necessário estudar as áreas de terra que ele vai atravessar, porque ele tem que se preocupar com, às vezes, informações de sítios arqueológicos, de terras indígenas, de áreas de preservação, áreas de desenvolvimento de cidades de outros projetos que podem acontecer no meio do caminho.

Então, esse... Então, isso tudo ele informa a agência e a agência acompanha no âmbito do contrato.

Agora, as alterações que são necessárias serem feitas, elas não podem, em momento algum, ferir aquilo que foi elaborado pelo planejamento. Ela tem que seguir. E a partir daí, ela só poderá ser alterada se houver uma alteração do planejamento. E esse foi um caso típico que aconteceu, principalmente com a linha de transmissão Itatim, que é um dos empreendedores. Que quando houve a verificação da locação da subestação e da chegada da linha e partida das linhas, se viu que ela estava dentro do perímetro urbano da cidade. E, em contato com a prefeitura de Chapadão do Sul, foi argumentado e esse empreendedor nos trouxe esse argumento, esse argumento não apenas esse, mas outros argumentos, porque, inclusive, há a área de influência dos aeródromos devidamente registrados no COMAR, lá em Chapadão do Sul. Foi trazido todo esse arcabouço de informações, nós levamos para o Ministério, debatemos com a EPE e fomos buscar uma outra solução, e uma solução que acomodasse os impactos socioambientais nessa região de Chapadão do Sul conciliando a... Como se diz... A solução técnica necessária para tanto o empreendedor da área de transmissão quanto para os empreendedores de geração que estão ali próximos, e que fizeram as suas... Eu diria as suas apostas quando foram e venderam as suas energias num leilão de reserva. Quer dizer, então é esse o arcabouço.

Hoje a situação, do ponto de vista do órgão regulador, do acompanhamento das obras e do projeto que se executa, elas estão dentro da normalidade. Ou seja, o empreendedor tem nos trazido as informações dos seus avanços de obra, visto que ele tem licença, ou, por exemplo, no caso tanto da Itatim quanto da Brilhante, que são empreendimentos apenas dentro do Estado do Mato Grosso, que têm as suas licenças ambientais de instalação, eles estão executando obras. O empreendedor do lote C, que é a Transenergia, que é a linha que liga Chapadão a Jataí, ele ainda não iniciou suas obras, porque o processo de licenciamento do IBAMA está mais demorado do que o esperado, mas não menos exigente do que foi para o... Pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso. Apenas... No Mato Grosso do Sul, desculpe. Frisando bem, Mato Grosso do Sul. Não menos exigente, não menos... Mas por outros motivos, aí é uma questão de foro íntimo do IBAMA, não entramos no mérito e eles então, por isso... Por esse motivo que

não começaram suas obras ainda. Mas assim estão aguardando proximamente o seu licenciamento. E, a partir desse licenciamento, eles vão iniciar suas obras, mesmo porque já apresentaram seus projetos, apresentaram... Nós já analisamos, estamos terminando as análises dos projetos.

Uma outra necessidade que ocorreu e sempre ocorre nesses empreendimentos é a declaração de utilidade pública, e essas declarações de utilidade pública foram todas elas concedidas pela ANEEL, no âmbito das suas responsabilidades. Foram solicitadas e foram cedidas. E, então, nós estamos assim.

Agora, alterações, se ocorrer, claro, nós vamos primeiro ter que saber do planejamento, do poder concedente, o que será feito, para, em um princípio, paralisarmos todas as execuções de obras que já existem hoje. Hoje existem várias frentes de obras já existentes. É uma linha longa, então, para se ganhar tempo, para se cumprir o prazo contratual, que é outubro deste ano, várias frentes de obras foram executadas, inclusive tem uma frente de obra em execução lá no local escolhido para a implantação da subestação, em Chapadão do Sul, e aí avaliarmos tudo isso: além daquilo que o Dr. Tolmasquim fez as suas colocações, aí teríamos que ouvir também os empreendedores para sabermos os seus custos, e mais, os geradores, que eles também serão seriamente impactados, não apenas nos seus estudos para irem lá e fazerem as suas ofertas no leilão de energia, mas no prazo que isso demandará para toda essa alteração. E aí nós vamos ver essa conta, não é uma conta que nós vamos... Consigamos fazer assim.

Eu acho que são essas, senador, as minhas considerações, as considerações do ponto de vista do agente regulador. Fico à disposição para...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao Dr. Adilson pela exposição que fez, acho que foi objetiva, e nós vamos passar a palavra, a seguir, para o Dr. Carlos Alberto, mais conhecido lá no Mato Grosso do Sul como Carlito, que é o Secretário de Meio Ambiente lá do Estado, responsável pela política ambiental de Mato Grosso do Sul. Ele vai falar sobre a participação da sua secretaria em todo esse contexto.

SR. CARLOS ALBERTO NEGREIROS SAID DE MENEZES: Boa-tarde, Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Boa-tarde Senadora Marisa, Senador Delcidio, que estava aqui há pouco, Dr. Maurício Tolmasquim, Dr. Adilson, senhoras e senhores.

O que eu queria, na realidade, é deixar clara a posição do estado. A gente percebe que nós estamos numa situação do processo meio fora de hora, meio fora de... Está a chamada situação intempestiva.

Mas é importante deixar registrado que o processo ofereceu apenas uma oportunidade em cada empreendimento para os produtores se manifestarem, para a sociedade se manifestar, que foi exatamente na Audiência Pública exigida pelo meio ambiente, pela... Enfim, pelos procedimentos formais de Legislação, do regramento no meio ambiente do Mato Grosso do Sul. E, de fato, não foi ali colocada essa questão. Não foi... Não foi levantado qualquer problema de interferência com essas linhas. Mas também não sei se essa audiência tinha esse propósito. Essa audiência, na verdade, é uma audiência aberta e, portanto, os assuntos são absolutamente genéricos, e muito mais voltados para as questões sociais e questões ambientais do que técnicas, do que de engenharia.

Muito bem. Independentemente disso, nós temos... Eu não quero mais explicar, já ficou bem clara aqui, a posição do estado, na realidade, foi inicialmente exigir, no bom sentido, que os investimentos fossem feitos na expansão da rede básica para Mato Grosso do Sul, não apenas para atender especificamente aos produtores de energia, mas de fato dotar o estado de energia farta e de qualidade, e essa foi a nossa briga, nós estivemos sempre ao lado da defesa das questões que pudessem agilizar esse processo. Acho que, sem falsa modéstia, a parte ambiental agiu muito bem, cumpriu todas as determinações e conseguiu, em prazo bastante razoável, emitir as licenças ambientais que permitissem que esse empreendimento chegasse a esse estado de coisas. Mas, de outro lado, acabou contribuindo para que esse problema fosse agravado. Muito bem.

Eu não estou aqui para arranjar desculpas nem mais nada porque sei que o estado cumpriu, e cumpriu muito bem, o seu papel. Mas, nós temos uma questão: a ANEEL deixou bem claro que estão aí em jogo, estão em jogo alguns prejuízos relativos aos geradores de energia, que vão ter seus custos aumentados, obviamente as suas tarifas vão ser avaliadas... Está em jogo, estão em jogo os leilões de energia que já foram efetivamente contratados, segundo uma determinada... Uma determinada equação de custos, e está em jogo a própria concessão de cada empreendimento desse, que, na realidade, fez a sua proposta, apresentou a sua proposta à ANEEL, considerando os custos de planejamento definidos pela EPE.

Então, resta saber principalmente da EPE e da ANEEL, se essa barreira, quer dizer, a barreira formada por essas questões é contornável ou se não é contornável. Se não é contornável, acho que se precipita uma discussão aqui para ver quais as providências

deveriam ser tomadas. Se for contornável, eu acho que a gente tem que estabelecer aqui um prazo para que a própria EPE e a ANEEL tragam qual é a proposta aceitável, o que é possível fazer.

Enfim, o estado se manifestou, o Governo do Estado se manifestou através de um ofício do governador ao Dr. Nelson Hubner, e eu dei cópia para todos, justamente nessa linha, dizendo que não pode defender o desenvolvimento, como foi... Quer dizer, cujo objetivo, acredito, esteja plenamente cumprido, ofendendo ou prejudicando o produtor.

Então, eu queria deixar claro que o governo é solidário à causa do produtor, mas de fato não sei, nesse momento, se é possível ou não é mais possível contornar essa questão e, enfim, tentar achar uma saída para que esse prejuízo não fique nas costas do produtor lá de Chapadão, de Paraíso, enfim, outros que possam ter sofrido com essa proposta de empreendimento. Eram essas as nossas considerações.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a intervenção do Dr. Carlos Alberto e vamos passar agora para os questionamentos a serem feitos pelos Srs. Senadores, e a primeira inscrita é a Senadora Marisa Serrano e seguida do Senador Delcídio Amaral.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero primeiro cumprimentar e agradecer os convidados que hoje vieram aqui. Sei que o Dr. Tolmasquim veio com um problema seriíssimo no Rio de Janeiro, nós estamos sentidos e queremos fazer aqui também as nossas condolências a todos aqueles que estão passando as necessidades que estão no Rio, com tantas mortes e tanto desabamentos.

Mas dizer que não queríamos deixar de ouvi-lo. Fizemos ontem, hoje, trocamos, porque era importante que a gente estivesse junto para que a gente pudesse achar uma saída. É uma... que a solução técnica e a solução econômica local pudessem ser contemplados. E o Dr. Said colocou aqui sabendo se é contornável, se é possível que a ANEEL e a EPE consigam refazer esse projeto todo, uma retificação do projeto, em tempo que o estado também não seja prejudicado a mais do que vai ser com o tempo, mas, mesmo assim, a economia do estado também está calcada com o Chapadão e toda essa região do estado. É a região mais... uma das regiões mais produtoras do estado. É o nosso cartão de visita. Altíssima tecnologia, principalmente na produção de algodão. Ela é espelho e referência para o país e para o mundo, posso dizer assim, aqui não estou falando... Não sou de Itu e não estou querendo aumentar as coisas. Mas realmente o Chapadão é isso. E se nós temos o cuidado com a economia local e que também o estado depende dessa região. Nós dependemos da energia, precisamos da energia também, então, nós estamos com duas necessidades aqui que têm que ser contornáveis.

Como disse o Dr. Said, se for contornável a situação, mesmo que o estado perca pelo tempo, e talvez percamos pelo tempo, mas para o estado isso é fundamental.

Eu quero dizer que foi a primeira vez que vi uma linha de energia ser tão contestada em todo seu trajeto, porque não é só esse trajeto. Quando chega em Imburuçu, Campo Grande, há um outro grupo organizado de pequenos produtores, chacareiros, que corta e acaba com a chácara deles todos. Quer dizer, o estado vai ter que tomar também uma posição a respeito disso, porque é uma situação simplesmente absurda o que está acontecendo. Passa por dentro das chácaras do Imbiruçu todinhas. São pequenos chacareiros também, que acaba com a vida deles, acaba com produção deles e é clarividente que alguém tem que dar uma resposta a isso.

A minha questão aqui maior é essa. Sabemos as dificuldades. Sabemos que não é comum isso acontecer, porque senão nós estaríamos mal nesse país, se a gente não tivesse condições de planejar e de gestão boa para que não aconteça todas as vezes que precisa ser construída uma linha de transmissão, acontecer problemas como esses. Acho que não deve ser comum. Mas, nesse caso, eu acredito que se houver essa possibilidade que o Dr. Said levantou, se há essa possibilidade, eu acho que nós, que representamos o Estado do Mato Grosso do Sul, tenho certeza que o Senador Valter, o Senador Delcídio, agora chega aqui o Deputado Moka, eu tenho certeza que nós vamos aceitar e advogar essa causa, que é uma boa causa. Perdemos um pouco, o estado perde, eu sei que os empreendedores perdem, mas ganha a sociedade que produz nesse país. E isso, para nós, é importante, porque não vai ser só na construção da linha de transmissão, é para as gerações futuras também, de um polo extremamente produtor, que é Mato Grosso do Sul e essa região de Chapadão. Acho que essa região de Chapadão e de Bagus(F), ali em Costa Rica, são duas regiões que a gente tem que tirar o chapéu pela produção. E é em nome dessa produção, que é a alavanca desse país e que segura todas as grandes barreiras que nós temos econômicas no país, seguramente a produção agropecuária, ela é fundamental e é em nome delas que a gente apela para que a gente consiga achar um denominador comum nessa condição.

E eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, nós vamos esclarecer aqui para os expositores o seguinte, que os Srs. Parlamentares vão fazer os seus questionamentos e depois nós retomamos a palavra para que os senhores possam fazer novas avaliações sobre o que foi colocado.

Então, com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

Nós registramos aqui e agradecemos a presença do Deputado Waldemir Moka, foi presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, e que nos honra com a sua participação aqui que, seguramente, demonstra a sua preocupação com a situação lá dessa região.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente Senador Valter Pereira, meu caro Elo, do Sindicato Rural de Chapadão, amigo Tolmasquim, meu caro Adilson Rufato, Carlito, secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Planejamento, etc., do Governo de Mato Grosso do Sul, Senadora Marisa, Deputado Moka, nosso Prefeito Jocelito também, o nosso vereador Eduardo, enfim, todas as lideranças aqui presentes, que eu os cumprimento em nome de todos aqueles que foram aqui nominados.

Eu queria primeiro dizer, Senador Valter Pereira, V. Exa. já vem trabalhando nisso há algum tempo, e eu também. Eu me lembro bem, encontrei o Darci, acho que lá em Paranaíba, não é, Darci?

SR. DARCI RUI BORGELT: Isso.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E tinha falado com o Rudimar também, que são aí os grandes paladinos dessa causa, no meu ponto de vista justa, justa, absolutamente justa. E esse processo, ele vem avançando.

Eu fiquei impressionado, nós estivemos lá na ANEEL, até o Jocelito estava junto. Eu, pessoalmente, Senador Valter, foi até um estudo da ANEEL que foi iniciado em função de uma reunião que V. Exa. coordenou lá com o Nelson Hubner e com os diretores da ANEEL. Eu fiquei impressionado, quando eu... Eu fui com o Jocelito a essa reunião, e foi uma reunião... Só faltou o Tolmasquim do setor de energia: estava o presidente da Eletrobras, estava o diretor-geral da ANEEL, o diretor de Engenharia da Eletrobras, estava todo mundo lá, o setor elétrico... O Secretário Nacional de Energia, Enersul também... Estava todo mundo lá. E eu fiquei impressionado pelo conhecimento que o Nelson Hubner tinha dessa questão. Inacreditável. Adilson estava na reunião. O Nelson conhecia esses problemas como se ele fosse dali. Ou seja, a ANEEL fez uma tremenda lição de casa para estudar essa questão.

Eu queria fazer algumas ponderações, eu conheço mais ou menos como é a sistemática, como funciona, e o Tolmasquim foi muito didático e depois o Adilson também, mostrando os relatórios, como é que o processo corre, depois aí como é feito... Quer dizer, da EPE vem o planejamento básico, aquilo vai para leilão, a ANEEL tem, como foi muito bem dito aqui pelo Adilson, a ANEEL tem... O dono da concessão outorga a ANEEL essa... Esse compromisso de organizar o processo licitatório, executar os leilões, dentro das diretrizes emanadas pela Empresa de Planejamento Energético e depois o processo corre. Quer dizer, ganham as licitações, ganham os leilões, os empreendedores, que foram aí listados.

Acho... Eu não sei se... Uma coisa que me chamou atenção, até a assessoria aqui da comissão que me lembrou, o porquê que os empreendedores não vieram. Pelo menos um deles, ou pelo menos aquele que está com a obra mais avançada. Era importante. Até para a gente fazer esse debate com ele aqui presente.

Mas, o que eu gostaria de... Quero fazer algumas observações porque eu não acompanhei as Audiências Públicas que foram realizadas. Eu não sei... Os produtores não só que estavam nesse projeto da JAICA(F), que é um projeto absolutamente louvável, importantíssimo para o nosso estado, importantíssimo para a região e para o cerrado brasileiro, como também os produtores rurais. Foi feita uma Audiência Pública, pelo que eu entendi. Eu até queria só levantar essas... Eu não sei, Presidente, se até... Até para esclarecer a minha argumentação, se, eventualmente, ou o Darci ou o próprio Rudimar pudessem falar um pouco dessa Audiência Pública que ocorreu, porque a Audiência Pública ela é feita, pelo menos... Hoje eu estou enferrujado, já não sei mais esse trem como é que funciona, mas, da minha leitura, a Audiência Pública, ela é feita exatamente com o intuito de levantar dificuldades, problemas, questões que podem vir a afetar aquele empreendimento. Pelo menos a leitura que eu tenho, porque uma Audiência Pública como essa, ela não olha só os impactos ambientais, olha os impactos sociais, os impactos econômicos... Então, no meu ponto de vista, era importante, até para esclarecer, porque tem toda uma lógica. O Governo segue toda uma regra estabelecida para fazer esses leilões. Ou seja, será que essa Audiência Pública, ela não teve talvez a... O resultado esperado, será que ela se frustrou, será que algumas questões não foram levantadas? Então acho que esse é um ponto importante, até para que, se nós estamos verificando, a Senadora Marisa falou muito bem, esse é um projeto que existem questionamentos não só em Chapadão, mas lá em Imburuçu também. Costa Rica também.

Então, é importante essa discussão, Senador Valter, por isso que eu quero mais do que nunca registrar a iniciativa de V. Exa., pra gente avaliar bem se

essa sistemática, ela está funcionando ou não. Aí nós já estamos partindo de uma premissa básica, que é importante não só para esse projeto, mas para outros projetos. Porque, pelo que eu estou vendo o conceito, Tolmasquim, é de uma subestação coletora. Então, essa subestação, ela tem ramificação para tudo quanto é lado. Ela pega as linhas-tronco, que é o 230 KV de Ilha Solteira – e eu espero depois, Carlito, que esse 230 KV depois saia lá para Corumbá, que nós precisamos também, já está previsto, eu lembro bem quando nós discutimos você, o Girotto, nós fomos várias vezes ao Ministério de Minas e Energia solicitar isso, porque foi dito muito bem: o compromisso de abastecimento de energia para Mato Grosso do Sul, em função de todos esses projetos que estão sendo instalados, PCHs, as usinas também que queimam bagaço, e nós temos vários projetos sendo instalados lá. Mas existe essa componente econômica e socioambiental. Fundamental, no meu ponto de vista.

Eu quero dizer o seguinte: independentemente se ocorreram falhas no processo de Audiências Públicas, se isso não foi bem difundido, se isso não foi bem discutido, se, eventualmente, alguma dificuldade ocorreu em função da sistemática adotada, eu acho que isso não invalida um esforço nosso de resolver essa questão.

Eu quero deixar muito claro aqui, sei que existem pontos de vista dentro do próprio Estado do Mato Grosso do Sul, a preocupação com suprimento de energia, que eu pactuo com essa preocupação, porque o nosso estado sempre foi um estado importador de energia. Nosso estado tem mal e porcamente, agora está mudando, mas eram essas quatro linhas de 138 KV, que foram aí mostradas, e uma alimentação por 230 que vem da Eletrosul. Isso já foi fortalecido com a termoelétrica a gás natural lá Ilha Joana(F) em Campo Grande, com a termoelétrica de Três Lagoas também, que agora vai para ciclo combinado, mas o suprimento de energia é fundamental para o estado, sem o qual nós não vamos nos desenvolver.

Determinadas regiões do estado, o suprimento de energia é preocupante. A minha cidade, por exemplo, você ligou um chuveiro – eu sou de Corumbá -, ligou o chuveiro, lá o [ininteligível] balança. Por quê? Porque nós estamos com esse sistema absolutamente estressado. Portanto, o suprimento de energia--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas V. Exa. usa aquecimento lá em Corumbá, Senador Delcidio?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, é no frio, porque lá faz frio também. Não pensa que não faz. Não pensa que não faz. Aliás, diga-se de passagem, está frio em Corumbá hoje, todo mundo de touca, de casaco... Não sei o que deu lá. Campo Grande está frio também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quinze graus lá está caindo--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quinze graus está caindo o mundo.

Então, o que eu queria dizer aos senhores? Eu acho que a despeito dessa preocupação com o suprimento de energia, na minha visão, e dentro desse conceito de subestações coletoras, que é um conceito, no meu ponto de vista, aparentemente novo, até por causa de um trabalho competente da EPE de estimular PCH, estimular a geração com bagaço de cana, energia renovável, energia limpa, o Brasil despontando como uma potência nessa área de energia renovável, mas nós temos que olhar bem esse conceito de subestação coletora para nós não depararmos com que está acontecendo aqui.

Entendo o Tolmasquim argumentando a proximidade da subestação com a Enersul, a proximidade da subestação para fazer a interconexão com as fontes de geração tanto de PCHs como também de usinas, de etanol, e que produzem através do bagaço energia elétrica, mas o meu ponto de vista, e aí vou até avançar um pouco mais, Adilson. Na conversa que eu tive com a ANEEL, há mais ou menos... Antes de eu ficar com dengue, umas três semanas atrás, mas a conversa que eu senti, você estava presente, havia nitidamente – o Jocelito está aqui para não me fazer mentir, não é, Jocelito? –, havia um entendimento claro da ANEEL que nós não poderíamos deixar esses projetos da maneira como eles estão sendo implementados. A impressão que eu tive do diretor-geral da ANEEL, do Dr. Nelson Hubner, isso ficou claríssimo para mim. Claríssimo nessa reunião. Ficou muito clara a posição do Nelson pelo conhecimento que ele passou a ter desse problema. Eu, há muito tempo, não vejo um diretor-geral da ANEEL falar com tanta consistência de um assunto que é um pequeno assunto dentro de uma de uma miríade de assuntos que lá na ANEEL são tratados. Então, eu entendi dessa maneira.

E ele, evidentemente, como agente regulador, disse para que nós ouvíssemos isso, que era fundamental o posicionamento da EPE, que, na verdade, é o ente planejador do setor de energia brasileira.

O Tolmasquim é um cara experiente. Eu conheço o Tolmasquim há muitos anos. Conhece o babado. Vi aqui a exposição dele muito clara, vi os impactos. Eu acho que os impactos, eles estão... Eu não conheço, eu não tenho conhecimento de, talvez, de outras... De outros pontos aí do sistema, desse sistema que foi... Que está sendo implementado, mas, pelos números aqui demonstrados, nós não estamos falando de gran-

des diferenças. Não estamos falando de grandes diferenças sob o ponto de vista de extensão de linhas. Há uma preocupação, que é pertinente, do problema do acesso das fontes de geração, que, evidentemente, se nós mudarmos o traçado, isso vai trazer um impacto na conta final.

Agora, eu queria ponderar o seguinte, Adilson: Será que... Quantos *megawatts* nós estamos falando aqui nessa estação coletora lá de Chapadão? Quantos *megawatts*, entre PCHs e... Nós estamos falando de que, de 300, 400, 500 *megawatts*? Quantos *megawatts*? Nós estamos falando no caso dessa estação coletora e que atinge diretamente Chapadão. Quantos *megawatts* são?

Será que na tarifa, e nós estamos hoje inclusive... Hoje, na ANEEL, nós estamos discutindo a questão tarifária da Enersul de Mato Grosso do Sul, de novo, todo mundo conhece aqui a novela das tarifas de energia elétrica em Mato Grosso do Sul. Será que, com esses impactos, será que... Vamos fazer uma conta rápida. Se é PCH, dá 30 *megawatts.* Botar o valor máximo. Tem também geração de biomassa. Vamos dizer, dá uns 100 cada, 80 cada. Então, vamos pegar metade, metade, dá--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

[falas sobrepostas]

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pois é. Deve dar o quê? Uns 400 *megawatts*. Uns 300 a 400 *megawatts*. Então, quer dizer, 300 a 400... Nós estamos falando de 300 a 400 *megawatts* num sistema interligado, em todo sistema interligado, pagando [ininteligível] pelo transporte, por aquele pedaço lá da... Da linha que o produtor vai... [ininteligível] não, o investimento que ele vai fazer para conectar a usina.

Senador Valter Pereira, nós precisamos fazer um esforço de readequar o traçado dessa linha. Pelo impacto, eu sei das dificuldades. Está aí prevista uma entrada em operação, em outubro, desse sistema, pelo que o Adilson falou. Senador Valter Pereira, nós fizemos, na Amazônia, um linhão de 500 KV, essas torres raquetes que mostraram algumas... Nós fizemos em nove meses, 700 km. Aí alguém vai dizer assim: "O Adilson é experiente, sabe", mas, aí, quem quer fazer, quer mais. Essa é uma discussão que pode vir a acontecer.

Mas, eu acho que pelo estrago que essas linhas vão fazer naquela região, como disse a Senadora Marisa, região rica, com produtores competentes, que são eficientes, que tem história, que não chegaram lá à toa, nós vimos aqui tudo que foi explanado anteriormente, eu não acho justo, só em função de que Mato Grosso do Sul precisa de energia, e precisa mesmo, e todos nós estamos empenhados nisso, a gente não buscar uma solução mais inteligente, razoável e sensata.

Eu compreendo, isso pode atrasar, isso vai mexer na conta, isso vai mexer na conta que o produtor de energia deve estar projetando em função desse desenho que foi aí colocado. Vai se mudar o traçado, tem algum aumento de quilometragem? Tem que fazer na ponta do lápis. Uma solução, por exemplo, é colocar alguns trechos torre autoportante, como foi dito aqui pelo... Ou então torre estaiada, que é uma torre mais barata. Essas coisas têm que ser feitas.

Agora, o que eu estou preocupado? Meu caro Senador Valter Pereira, eu já fui de obra. Ou esse trem para agora, ou seja, os envolvidos sentam para discutir com a ANEEL e com a EPE e liquidar essa fatura, de imediato, porque daqui a pouco... E já se passaram, desde a última reunião com Jocelito, quase um mês. Quase um mês. Daqui a pouco vai vir alguém aqui e vai dizer, Senador Valter Pereira, e empreiteira é bom nisso, ele acelera a obra e depois diz assim: "Agora não dá para voltar mais atrás. Agora já mobilizei, já montei, já fiz fundação, já contratei as estruturas metálicas, eu já estou com gente contratada... Não tem mais jeito".

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aliás, o que V. Exa. está falando já está acontecendo. Aqui é depoimento unânime de todos os produtores, que o ritmo acelerou a partir do momento em que os empreendedores perceberam que havia alguma coisa mais nos céus do que avião. Já está acontecendo.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, senador, é essa a preocupação, porque acho que esse processo já se estendeu demais. Havia dificuldades anteriormente de um novo processo de licenciamento ambiental, mas, pelo que eu entendi do Carlito aqui, está muito clara a posição do governador André e muito clara a posição do secretário de Meio Ambiente.

Agora, na minha visão, o seguinte, ou faz isso agilmente, rapidamente, porque inclusive só faltava a posição do Tolmasquim, porque a posição da ANEEL, eu vi uma sensibilidade da ANEEL como há muito tempo eu não... Eu pelo menos não tenho visto. Porque entenderam o problema que foi muito bem exposto aqui pelos produtores, pelos empresários que trabalham na região.

Para resumir, que eu já falei demais, a minha posição é a seguinte, Senador Valter Pereira: nós temos que daqui até a próxima semana tomar uma decisão nesse sentido, olhar os impactos, ver as diferenças, olhar a questão do projeto, olhar a questão do prazo, discutir evidentemente com o governo, que faz o licenciamento, porque eu acredito que o que está sendo

proposto aqui é legítimo e absolutamente necessário, senão nós vamos incorrer num grande erro e com problemas vários. Nós vamos trazer, levar energia, mas nós vamos trazer para uma região rica dificuldades diárias na produção, principalmente de grãos, na produção de tudo aquilo que destacou Chapadão, especialmente dos demais municípios do nosso estado.

Então, para resumir, eu acho que nós temos que agir muito rapidamente, conversar com a ANEEL, com o Dr. Tolmasquim já com essa posição que foi aqui publicizada e com a área ambiental e encerrar essa questão, porque acho que se passar mais uns 15, 20 dias não se faz mais nenhuma alteração, porque as obras avançaram, e aí não tem mais retorno, e aí tem alguém vai aparecer com a conta dizendo que se mudar agora já gastaram tanto, quem que vai pagar, isso vai para a tarifa, não-sei-quê, tem o contrato, tem o leilão... Eu conheço esse lero-lero. Então, ou faz agora ou pode desistir porque nós estamos perdendo tempo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Senador Delcidio, não foi por acaso que nós marcamos audiência na semana passada, que não foi possível se realizar, porque o Dr. Tolmasquim não tinha condições de comparecer. Remarcamos para uma semana depois e, na semana que foi remarcada, ocorreu o problema do Rio de Janeiro, a tragédia que impediu que o Dr. Tolmasquim chegasse a tempo. E nós marcamos, remarcamos para hoje à tarde, a fim de que nós tivéssemos a chance de enfrentar o problema do jeito que estamos enfrentando.

Dr. Tolmasquim, eu gostaria de fazer um comunitário com o senhor para que o senhor tenha uma ideia da inquietação que existe no estado. Quando ocorre qualquer decisão política envolvendo áreas de terra, para uma região como Mato Grosso do Sul, que tem a sua economia alicerçada na agricultura, já surge apreensão. Por quê? Porque qualquer perda da área agricultável, é perda da atividade econômica, é perda da receita tributária, é perda de investimentos. Pois bem, nós já temos algumas perdas que nos inquieta. São possíveis perdas. Perdas de áreas consideradas reservas indígenas.

Agora mesmo nós aprovamos na Comissão de Constituição e Justiça um parecer da minha lavra, prevendo a indenização ao produtor que perdera a sua terra em razão de um decreto que declara como reserva indígena determinadas áreas.

Com esse... Com o projeto que foi aprovado, com a PEC que foi aprovada, resolve-se um problema, o problema do produtor. Porque o produtor se ressarcindo, está parcialmente compensado, embora tenha a questão, às vezes, de... De tradição, de valor de estima, essas coisas todas que é muito comum no proprietário que tem um bem que vem de muito tempo, de 20 anos, de 50 anos, de 100 anos, lá no estado tem produtores com esse problema, com 120 anos. Pois bem. O problema do estado não se resolve, porque quando se declara uma reserva indígena, e geralmente não é terra de baixa fertilidade que assim o define, há a perda do estado, porque a área deixa de produzir.

Neste caso, também nós vamos enfrentar uma coisa parecida, porque vai haver queda de produtividade e, consequentemente, queda de produção. Então, nós estamos ao mesmo tempo socorrendo o produtor, mas socorrendo também o interesse do estado.

Nessa questão específica, tem um evento que é da maior importância, na minha avaliação pessoal, embora eu reconheça que alguns burocratas entendem que é mera formalidade, a Audiência Pública que foi suscitada aqui pelo Senador Delcídio Amaral.

A Audiência Pública, Senador Delcidio, não pode ser interpretada como cumprimento de uma formalidade, porque seria um atestado de falta de objetividade o legislador incluir essa exigência na Legislação se ela não vai produzir, se ela não tem a garantia de produzir os seus efeitos.

E eu tive a oportunidade de consultar a Legislação para saber se ela, quando aborda a necessidade dessa audiência, se ela se restringe única e exclusivamente à questão ambiental ou à questão socioeconômica também. E na Legislação é clara, há a exigência de se analisar os impactos ao meio ambiente e há a necessidade de se analisar os impactos socioeconômicos. Pois bem.

O que aconteceu? Foi realizada essa audiência. Eu recebi as informações dos produtores, tive a oportunidade de ver também o noticiário da época e, em todos eles, eu ouvi uma informação que foi fundamental para a formação do meu juízo. Lá, na audiência, Senador Delcidio, foi suscitada, sim, a questão das linhas, a questão das redes. E aqui tem alguns depoimentos. Porque eu tinha prestado muita atenção no depoimento dos produtores, mas temia que não tivesse registro fora. E vi, em alguns *blogs*, a notícia, e a notícia confirmada pela Ata.

Aqui tem, por exemplo, a manifestação de um dos participantes da audiência. Resposta do empreendedor. Agora tem várias perguntas. Eu vou tentar responder o maior número delas, começando do princípio, da pulverização. Os sobrevoos têm que ser por cima das linhas. Você falou do vão. Nossas torres, nesse projeto aqui de 230 KV não podem ser comparadas com as torres existentes hoje. São os tipos de torre, etc. Aí vem mais na frente. *"O sobrevoo tem que ser feito por cima das linhas, e as linhas serão identificadas."* Bom, aí mais na frente. *"Com respeito ao projeto em si e às linhas*

por onde elas vão, as subestações como que entram as linhas, como saem, nós temos realmente as mãos atadas nesse sentido, porque quem faz a definição é a Agência de Energia Elétrica, órgão nacional que depende do Ministério das Minas e Energia. E para dar um exemplo, no projeto, que é bem perto de vocês, na subestação que está prevista em Chapadão, eles colocaram no aeroporto, no aeroporto." E assim por diante. Aí vem mais na frente. *"Porque realmente há o impacto socioeconômico. O Sr. Hilton(F) agradeceu a colocação do mediador Pedro Mendes. Manifestação do empreendedor. Realmente, pela nossa parte, novamente compromisso com vocês, ou seu representante da associação para manter reuniões que sejam necessárias para esclarecer todos esses assuntos que estão aparecendo."* Mais na frente. *"Então, não sei como poderemos fazer, colocar na Ata que teremos um prazo para marcar uma reunião em 15 dias, um mês ou, no máximo, para comentar isso."*

Então, o que foi prometido é a realização de uma outra audiência. E essa outra audiência que não aconteceu. Esse foi o problema. Então, a falta de comunicação, a falta de transparência é que está levando o produtor a uma situação de inquietação.

Veja aqui também um dispositivo que eu acho que é fundamental para se entender o tamanho do problema que nós temos em Chapadão. O art. 4º da Lei 10.847 diz o seguinte, em seu inciso VI: *"Obter a licença prévia ambiental necessária às licitações, envolvendo empreendimentos de transmissão da linha de transmissão... Aliás, obter a licença prévia ambiental necessária às licitações, envolvendo empreendimento de transmissão de energia elétrica selecionados pela EPE"*.

Esse dispositivo aqui me opõe ao raciocínio que foi expendido pelo Dr. Tolmasquim, que disse o seguinte, que cumpre à EPE fazer análise sucinta e não entrar no âmago do problema para poder preparar a licitação. Porque, por força da Legislação, o que manda é que, na preparação da licitação, já se tenha a discussão travada, a discussão concluída e os problemas enfrentados. E não poderia ser outra a redação. Por quê? Senão a Audiência Pública seria um evento inócuo. Só depois de concebido o projeto, depois de licitado, é que vamos, então, discutir os impactos? Então, essa questão aqui, se não for resolvida administrativamente, fatalmente vai acabar nos tribunais.

E aí vem uma outra questão suscitada aqui pelo Senador Delcídio Amaral, que é muito mais conveniente que se resolva a questão agora, que se enfrente o problema agora, mesmo com o virtual atraso que possa ocorrer, do que, de repente, procrastiná-lo na justiça por um tempo muito maior. Então, essa Audiência Pública tem esta finalidade. O que faltou de transparência no processo anteriormente, o que faltou de oportunidade para os produtores concluírem a discussão, porque eles começaram a discussão. A Ata da Audiência Pública, Carlito, mostra claramente que os produtores que compareceram lá, e não foram muitos, foram poucos. Porque também há uma crítica com relação à convocação da Audiência Pública que não foi publicado nos órgãos de imprensa, não houve a divulgação que um evento dessa importância, capaz de gerar esse impacto, exigiria que houvesse essa divulgação, mas, mesmo assim, com a pouca divulgação, alguns produtores compareceram e alertaram. E, naquele momento que foram alertados, qual foi a resposta? Olha, a EPE mandou esse pacote fechado e nós vamos ter que seguir os ditames desse pacote. Então, realmente a ANEEL não tem a responsabilidade, porque a ANEEL recebe as diretrizes para licitação da EPE e cumpre a ela elaborar, elaborar o edital.

Agora, a ANEEL certamente entende que esse dispositivo que eu li, o art. 4º que diz: *"Obter a licença prévia ambiental necessária às licitações, envolvendo o empreendimento de transmissão selecionados pela EPE"*. Portanto, a Audiência Pública tinha que preceder ao processo licitatório. Eu não tenho dúvida nenhuma sobre isso.

Agora, o que nós queremos aqui hoje nessa Audiência Pública? Queremos que haja uma convergência de objetivos. É dramática a situação dos produtores. É dramática por quê? Fizeram grandes empreendimentos, fizeram grandes investimentos, tiveram que contrair financiamentos para isso, estão garantindo ao estado o maior nível de produtividade de grãos que Mato Grosso do Sul e a Região Centro-Oeste têm, e, depois de tudo isso, de repente, esses linhões entram nas propriedades, que são de pequena estatura, de pequena dimensão, quer dizer, comprometendo produção, produtividade, renda, enfim, trazendo um drama para eles e para o estado. Houve um erro? Sim, houve. Houve a falta de transparência. Houve intolerância. Não quiseram ouvir os produtores. E, nesta circunstância, o que se cumpre é fazer o que nós estamos fazendo hoje. Enquanto há tempo, como alertou o Senador Delcidio, enquanto não se consumou esse dano, chame-se à Mesa todos os atores e vamos reordenar o projeto. E V. Exa., que é presidente da EPE, Dr. Tolmasquim, disse, em dado momento, que da sua parte não faltará boa vontade para conciliar os interesses. Da parte da ANEEL, também acredito que não há má vontade, porque eu testemunhei. Em todas as vezes que acompanhei os produtores na ANEEL, eu conversei não com o Dr. Hubner. O Dr. Hubner chamou, Carlito, a equipe técnica toda para discutir, e entendeu o drama dos produtores. O estado precisa, sim, de linha de transmissão, preci-

sa de aumentar o seu potencial de oferta de energia, porque a demanda é grandes, o estado cresce, mas é preciso que o processo de desenvolvimento não transgrida as normas da boa convivência, não transgrida os interesses que são peculiares da região, e é esse o apelo dos produtores.

Eu, antes de encerrar esta reunião, eu gostaria de saber se alguns dos expositores... Darci, gostaria de fazer...

SR. DARCI BORGELT: Gostaria de complementar algumas informações que foram passadas aí. Uma delas é sobre a Audiência Pública. Se, no convite, que fizeram através da rádio, colocassem que a Audiência Pública estaria direcionada e seria falado sobre torres de energia que seria colocado na agricultura, viria todos os produtores na Audiência Pública. Assim, nós temos aqui, na Audiência Pública, o mínimo de produtores, inclusive produtores que estavam preocupados: "Será que na minha fazenda vai passar ou não vai passar?" Teve um senhor que manifestou muito claro ali na audiência, que na minha propriedade não ia passar a rede de energia. Acabou passando em cima da sede dele, ele achou que o sindicato tinha mudado a subestação e que era nós que estava fazendo isso aí. Então, nós estamos enfrentando todos esses problemas.

Hoje de manhã descarregou um ônibus com 40 pessoas na subestação para acelerar a instalação. Indenizações, estão indenizando pecuarista, indenizaram pecuarista, o meu de vizinho, ele falou: "Me ofereceram cinco mil, eu pedi 12 mil". Ele falou o seguinte: "Eu vou pagar o senhor porque o Darci, ali do lado, tem oito torres, na propriedade dele, e nós vamos ter que depositar via judicial, porque ele não está concordando com nada." Eu não disse para ele que não estava concordando, eu pedi para ele apresentar o projeto, para mim analisar o que ia acontecer dentro da minha propriedade. E hoje ficou bem claro aqui que, na minha propriedade, o José Carlos da Itatim é o responsável pelo empreendimento. Se eu tiver prejuízo na minha propriedade, porque eu comprei máquinas novas financiadas, eu vou ingressar no judiciário para me ressarcir dessa despesa aí. Porque eu não vou... Sou obrigado.

Na Audiência Pública, hoje eu li ela, nós estamos lutando há muito tempo para ter uma cópia. Conseguimos... Eu vi a cópia hoje. Então, não quero mais discutir para trás, se recebemos audiência, mas eu tive o capricho de ler. E lá dentro tinha pessoas que responderam, senador deixou bem claro, avião voar por cima de rede. Nossa, isso aí é... já tem avião caído no chão. Tem avião que derrubou rede, tem trator que derrubou rede. Então, vamos ler novamente a Audiência Pública, analisar tópicos por tópicos, que eu acho que ela vai fazer parte da minha defesa que eu vou fazer. Que ali dentro ficou bem claro, nessa Audiência Pública, que é uma meia dúzia de produtor teve acesso e ela estava direcionada a todos os produtores isso aí.

Outra coisa, o José Carlos da Itatim se ele assinou o contrato em [ininteligível], em junho ele já sabia, porque nós temos uma Ata no Sindicato Rural assinado com os presentes, deixando bem claro o diálogo, nós queremos dialogar para resolver isso aí, mas ele é um cara muito inteligente. Ele é um empreendedor inteligente. Ele saiu dali e já tirou férias, 30 dias, não deu mais resposta para nós, nós correndo atrás, virou o ano, deu recesso. Aí nos foi informado que iria vir dois engenheiros da ANEEL, da EPE, no Chapadão. Nós ficamos contente, uma vez vindo o engenheiro lá, nós podemos mostrar a nossa situação. Isso não aconteceu. Dezembro até janeiro entrou em recesso... Novamente em janeiro ia vir, não aconteceu. Então, estamos nessa luta e isso aí espichou o problema.

E eu, como conheço bem a região, e estou aqui para auxiliar, até o Delcidio deixou bem claro que foi até [ininteligível] o mapa lá e aquele mapa se tornou inviável. Por quê? Se uma vez essa rede mais cara está vindo pelo Indaiá do sul, que eu não imaginei que estava vindo, que falavam Cassilândia, eu não sei se ela está indo em Cassilândia essa rede. Eu quero ver o dia que ela tiver construída, eu quero ter o capricho de voar toda essa área e ver se realmente está batendo onde está falando, onde vai passar isso aí.

Então, quando passou numa propriedade de Indaiá do Sul e ele me alertou, eu já entrei no satélite, olhei tudo e fiz os levantamentos. Tem redes para Campo Grande, vai diminuir. Lá em Campo Grande tem problema. Eu estive numa festa lá e um senhor falou: "Acabaram com a minha chácara. Vão colocar uma torre dentro da minha chácara". Lá dentro da FAMASUL, uma festa lá, que meu irmão fez lá. E daí? Já vi problemas para lá.

Então, esse projeto ele andou assim... Para cá, para lá, para cá... E as quilometragens aumentaram. Campo Grande, 300 km. Eu fiz o levantamento, 275 km na proposta que estamos pondo. Está sobrando rede.

As usinas que deu problema lá, era duas que era para ser instalada, saíram fora. Nós sabemos que saiu fora. Então, já tem um problema a menos dentro da região agrícola. Aí, na mudança do nosso projeto, vai instalar torres mais baratas. Já chegamos à conclusão que do Indaiá até a Usina IACO dá pra fazer torres baratas, carregando duas cargas de rede, uma para a IACO fornecer para a central e outra para dar continuidade para outra usina, que é Costa Rica. Existe essa tecnologia, já vi isso em São Paulo. Redes carre-

gando duas cargas... mesma... É 138. Mas essa aqui é da IACO e essa aqui da BRENCO. E o custo disso? É menos. Só que eles vão vender energia. Então eles têm que calcular investimento para vender energia, mesmo que seja feita essa mudança aí. Agora, nós não vamos vender energia. Nós vamos continuar produzindo ICMS, produzindo aumento de produtividade e isso aí vai cortar nós no meio.

Mais uma coisa aqui, que eu percebi aqui agora, tentando interligar a subestação da Enersul. Ela já foi colocada num lugar meio problemático quando foi instalada lá, porque a cidade está indo para o lado lá... Aí, para chegar nessa outra subestação, ela vai ter problema para entrar, porque o corredor de energia para entrar lá vai ser apertado. Provavelmente eles vão passar perto da cabeceira de uma pista que tem lá, homologada. Então, para ir dessa subestação da Enersul nessa subestação, provavelmente vai dar oito quilômetros, de seis a oito quilômetros. Aí acontece o seguinte, agora entendi rede... Nós já temos duas redes dentro de Chapadão, uma de uma PCH, que veio do Goiás, foi construído lá, passou dentro de Chapadão, e uma rede está indo a Cassilândia, interligação Cassilândia, interliga Costa Rica, Paranaíba. Por que não... Inclusive aqui, olha, está bem claro... Apaga a luz aqui para mim, faz favor.

A rede que vai a Cassilândia passa aqui, rede Enersul, aqui, olha. Por que não interliga nessa central aqui? Dá oito quilômetros. Por que não interliga aqui? Tem que vir novamente aqui dentro da nossa... Interligar uma estação na outra, colocar mais torres dentro e vai atingir a minha propriedade dentro de Chapadão, que eu tenho uma encostada na subestação. Mais uma vez vou ter que correr atrás. Não é possível que vai acontecer isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Darci.

SR. DARCI BORGELT: Outra coisa--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deixa eu fazer uma... Deixa eu fazer uma intervenção na sua fala. Você vai continuar falando depois.

O Dr. Tolmasquim vai ter que viajar agora. Já perdeu um voo para cá--

SR. DARCI BORGELT: Não tem problema, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós queremos ouvi-lo, porque o que o Senador Delcidio falou tem procedência: essa questão exige uma intervenção imediata.

SR. DARCI BORGELT: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É preciso que essas obras sejam paralisadas para que todos os atores sentem numa mesa e rediscutam esse projeto. E eu não vejo que haja outro comandante para essa empreitada senão aquele que é o responsável pelos projetos que é o Tolmasquim. Concorda, Senador Delcídio? Então, eu gostaria de ouvi-lo, nesse momento, antes de ele sair para que essa audiência não se perca também sem alcançar os objetivos.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Valter, V. Exa...

Pelo que entendi da explicação do Dr. Tolmasquim, a EPE está de acordo. Pelo que eu entendi. Ou seja, e pela exposição, que para mim foi muito clara, do Dr. Tolmasquim, quer dizer, esse assunto ele tem que ser remetido à ANEEL em função dos impactos que essa mudança pode trazer para os investidores, para o custo da energia, e assim por diante. Portanto, eu acho que se a posição da EPE é favorável, então aí é uma discussão especificamente com a Agência Nacional de Energia Elétrica, e claro, com interação...

Eu hoje, em função do que eu vi aqui, eu vejo que essa discussão está muito mais focada na Agência Nacional de Energia Elétrica do que propriamente na EPE. Pelo menos é o que eu entendi da exposição que foi feita aqui, a não ser que eu tenha interpretado de maneira equivocada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dr. Tolmasquim.

SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM: Obrigado. Eu queria agradecer ao senador por essa possibilidade, mas realmente eu já perdi meu voo. Na realidade, era 19h30. Eu já perdi. Eu estou tentando pegar o outro. Mas essa tem sido uma viagem longa, porque ela começou às cinco e meia da manhã, quando eu fui por dentro d'água para o Aeroporto Santos Dumont, e foi por dentro d'água literalmente e fiquei entre seis e meia até meio-dia e meia para conseguir pegar o voo para vir para cá, dada a importância que eu considero desse caso. Então, realmente a jornada começou bem cedo e eu não queria deixar de voltar para casa ainda hoje.

Bom, eu queria aqui dizer que realmente é uma questão que me sensibilizou, que é importante, e deixar claro o meu ponto de vista. Do ponto de vista do planejamento, quer dizer, do ponto de vista da subestação, naquele local que foi colocado ou no local proposto pelo sindicato, não tem grandes diferenças. O que não quer dizer, o que não quer dizer que seja fácil e que não tenha muito problema para atender essa proposta. E eu vou dizer por que tem problema só para não vender uma facilidade que não é fácil. É muito complicado. Para não parecer que é uma coisa... Eu vou dizer por que é complicado.

Primeiro lugar: a gente tem que entender que os processos são... Tem um procedimento e a gente... Se a gente não cumpre os procedimentos, os contratos, você cai numa anarquia e o setor não é respeitado. Então, o que acontece? Os procedimentos foram todos corretos. Na realidade, eu queria esclarecer, a EPE não dá um pacote fechado. Tanto não dá o pacote fechado que o local que a EPE propôs não é o local que está sendo construído. O local que a EPE propôs foi alterado pela Audiência Pública e pela Prefeitura, então a proposta--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, eu gostaria de um aparte aí, porque eu queria falar pela prefeitura.

SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM: Mas deixa eu, por favor, acabar, depois, por favor, o senhor fala.

Então, o que eu estou falando é o seguinte, a proposta que a EPE mandou não foi a proposta... O projeto original da EPE era junto lá, não era nessa propriedade. O projeto que a EPE mandou não foi esse. Aí o que acontece?

E é interessante entender que o empreendedor, ele foi, participou de uma Audiência Pública. Se essa Audiência Pública foi falha, ela foi organizada pelo estado e o estado achou que era válida e emitiu uma licença prévia, válida. E foi negociada a nova localização pelo estado com o empreendedor, porque o empreendedor, originalmente, ele não tinha que botar ali.

Eu estou querendo botar para entender que a localização nasceu fruto de uma Audiência Pública, organizada pelo estado, e que a secretaria emitiu uma licença autorizando construir ali.

Então, quer dizer, se não foi transparente, se a audiência organizada pelo estado não foi transparente, se tinha que ter mais, etc., eu não vou entrar nesse mérito e não acredito que tenha sido isso. Isso aí eu escutei aqui. Mas acho que não foi. O Estado deve ter usado todos os cuidados, ou então deveria ter tomado para poder emitir essa licença.

Então, só estou chamando atenção que, do ponto de vista do empreendedor, ele tem uma licença válida dada. Ele participou de um leilão público, ganhou um leilão público e tem o contrato e tem multa se não entregar o empreendimento no prazo.

Da mesma forma, as usinas de biomassa e as usinas de PCH participaram de leilão público e, se elas não forem conectadas no prazo, elas têm também penalidades. Então, a gente tem que entender que tem um processo aqui que o fato da EPE chegar aqui e falar... Só para não parecer que está tudo resolvido. Não está resolvido, porque eu não tenho nem esse poder, entende? Eu acho que... Quer dizer, não sei por que depende da EPE. Não depende da EPE, está entendendo? A EPE... A EPE deu uma sugestão, o local que a EPE colocou não foi aceito, foi mandado para um outro local. Se esse local não é conveniente... Bom, é o que está se [ininteligível], mas não deveria ter sido aceito aquele local, não deveria sido proposto aquele local, não deveria ter sido dada uma licença ambiental para aquele local. A falha foi dar uma licença ambiental para o local que não é possível construir, porque tem impactos econômicos. Aí que está o problema.

Então, a gente tem que entender aonde está o problema, porque da mesma forma que um vai na Justiça, é claro que o outro empreendedor também vai e a biomassa também vai, a PCH... Vira um imbróglio monumental. Eu sei como é que é essas coisas. Todo mundo que se sente prejudicado, o dono da linha de transmissão que ganhou a licitação, o dono da PCH que está construindo lá no Mato Grosso, o dono da biomassa que está lá no Mato Grosso, começa uma confusão, porque cada um está com os seus direitos. Ele fala: "Olha, eu tenho aqui uma licença dada pelo estado, eu participei de uma licitação pública, eu..." "Por que agora eu contratei...?" Então, eu só estou explicando, porque senão fica muito fácil. Parece que eu chego aqui, jogo o problema no colo da ANEEL e falo: "É simples para a ANEEL resolver". Eu sei que não é simples, é isso que estou falando só.

Eu só estou aqui tentando... Meu amigo Nelson Hubner não achar que ele vai chegar e vai de um piscar de dedos resolver a situação, por quê? Porque tem um processo ali. E para ele cancelar um processo que seguiu um rito, ele tem que ter justificativa, porque senão vou na justiça contra ele, porque alguém vai chegar e falar: "Vem cá, Sr. Diretor da ANEEL, por que cargas d'águas tenho uma licença, tenho tudo, que o senhor vem agora aqui, já teve o processo e o senhor vai cancelar?" Quer dizer, então tem que ter o quê? Um... Eu só estou explicando que tem um procedimento e que o fato da EPE... Quer dizer, eu não tenho nada. Realmente, do ponto de vista energético, elétrico, não tem problema nenhum a proposta do sindicato. Agora, não quer dizer que, a partir daí, que está tudo resolvido. É só isso que estou querendo esclarecer. Que tem um imbróglio aí e que vai depender muito da...

Eu acho que qualquer solução que leve a atrasar não é a solução, porque aí o poder concedente não vai aceitar, não é só a ANEEL. Vai ser difícil... Uma coisa que implique atrasar a entrada da... Da usina, não tem como aceitar. Por quê? Porque eles têm um contrato assinado e não tem como você cobrar multa. Mesmo que quisesse falar... Não existe, porque é um contrato legal que está assinado. Então, ele vai ter que ser multado. A única solução que tem, tem ser uma solução que não atrase a entrada dos empreendimentos e não

atrase a entrada da linha. Então, é urgente. Realmente é só... É possível? É possível. Mas vai depender da boa vontade não só de quem está aqui, mas dos próprios empreendedores. Quer dizer, tanto os donos da...

Porque, veja bem, está olhando um lado da equação. Tem o lado do dono da PCH, o lado do dono da biomassa e o lado da linha de transmissão, e tudo isso regrado por contratos. Então, quer dizer, se não tiver todo mundo com boa vontade, sentar e tentar resolver, não tem... É difícil, porque resolve para um lado, o outro vai lá e fala: "Vem cá, você está me botando perdas". E aí vai na Justiça... Que todo mundo, na hora, vai falar que vai para a Justiça. Então, eu só estou querendo...

Desculpe só, senador, é só para poder esclarecer, porque para não parecer... Porque eu coloquei, e é verdade, nosso ponto de vista não tem problema nenhum. Então, o que o Senador Delcidio disse, do ponto de vista da EPE, do ponto de vista de você botar naquele local, não tem, desde que isso não signifique você atrasar lá a entrada das usinas que aí não é problema de que vai faltar, não, mas cria um problema danado. Você cria um precedendo, cria uma série de coisas. Então, tem que tentar resolver, mas sem... E aí você tem que contar o quê? Com a boa vontade do dono da linha da transmissão, do empreendedor que ganhou o leilão, que vai ter que... Ter que... Tem que ter... Sentar todo mundo numa mesa e vamos chegar a um consenso. É isso que estou tentando explicar porque senão... Essa é a minha impressão. Não vai sair... Quer dizer, não quero falar pelo Nelson, porque não posso, porque realmente está... Eu estou falando... Eu só estou querendo botar que a ANEEL é um problema para ela também, porque ela não tem como, num estalar de dedo, resolver uma coisa assim sem todos sentarem.

Então, só era esse esclarecimento que eu queria dar no sentido de não criar também... Porque eu entendi que foi dito o seguinte: depende tudo da EPE. Eu não sei por que foi dito isso, porque essa frase... Não sei. Eu acho que a EPE não é o... A questão aqui... Se fosse só a EPE, estava resolvido. O problema é que é muito mais complexo do que a questão da EPE. Envolve uma porção de interesses, de gente que tem contratos e tem... Que podem... Que vão reclamar seus direitos: o dono da linha, o dono das usinas, o contrato da biomassa com o mercado que comprou aquela energia num prazo... Quer dizer, isso que eu queria um pouco esclarecer.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu entendo essa discussão não é como quem vai às uvas, é um negócio mais complicado. Eu concordo. O que foi dito aqui pelo Dr. Tolmasquim é absolutamente claro. E, mais uma vez, enfatiza que essa discussão ela tem que ser encaminhada rapidamente e especialmente envolvendo a ANEEL, envolvendo a Secretaria de Governo--

SR. CARLOS ALBERTO NEGREIROS SAID DE MENEZES: E acho que envolvendo a EPE também, senador.

SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM: Claro. Estamos juntos, estamos juntos.

SR. CARLOS ALBERTO NEGREIROS SAID DE MENEZES: Me desculpa, porque tem uma questão que é básica: o senhor, a EPE tem a função, entre outras... Atribuição, entre outras, de apresentar o que é a base econômica do empreendimento sobre a qual foi licitada a concessão. Então, eu acho que é uma obrigação sua, agora, urgentemente, verificar se isso não está ferido.

SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM: Claro, claro. Mas isso a gente tem que fazer. Claro.

SR. CARLOS ALBERTO NEGREIROS SAID DE MENEZES: Isso é urgente. Isso precede qualquer questão, porque senão esse vício anula a concessão.

SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM: Mas isso a gente fará. Não tem problema.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora, Carlito, só um detalhe que eu queria registrar, é o seguinte. Meu caro Senador Valter Pereira, é urgente essa reunião. Eu sugeriria que essa reunião fosse feita essa semana ainda. Nós estamos na terça-feira, 19h34 minutos. Nós precisamos fazer essa discussão rapidamente. Eu volto a lembrar, se não forem colocados os agentes todos envolvidos, especialmente a ANEEL, porque absolutamente a ANEEL tem preocupações que são... Que estão dentro das atribuições da própria Agência Nacional de Energia, dos contratos, dos custos, aquilo que efetivamente o ganhador levou no leilão, dos geradores... Agora, se não for feita uma reunião rapidamente, meu caro Senador Valter Pereira, nós vamos começar a patinar, as obras vão avançar, e nós não vamos ter mais retorno e vamos acabar chegando a uma solução que é um remendo de solução. Vamos falar que é uma maravilha, que Mato Grosso do Sul tem energia, que é um sucesso a biomassa, é um sucesso as PCHs, nós estamos no caminho certo... Agora, nós vamos criar um problema lá para a região de Chapadão, que ele não tem fim.

Então, se está começando esse processo desse jeito, alguma solução nós temos que buscar, respeitando contrato, respeitando prazo, mas nós temos que

buscar uma solução. Não é uma solução, sob o ponto de vista técnico e econômico, razoável. É óbvio. Isso aqui é lógico que foi exposto aqui. É muito claro. Inclusive até de uma forma extremamente objetiva e com fatos concretos: é máquina derrubando linha, é máquina derrubando [ininteligível], é avião caindo em função da linha, é área que os japoneses estão financiando lá para pesquisa no cerrado... Pelo amor de Deus. Se a gente simplesmente achar que o jogo é esse e vamos continuar, caramba. Nós estamos indo--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acrescentando, acrescentado--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós estamos batendo de frente com a racionalidade e com bom senso. Pelo amor de Deus.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E eu acrescentaria ainda à exposição de V. Exa. um dado que é fundamental: os produtores não vieram aqui com o objetivo de impedir a construção de qualquer linha, vieram aqui com o objetivo de dialogar e mostrando que tem alternativa, sim.

Eu acho, Senador Delcidio, que todos os estudos que foram feitos preliminarmente para se chegar ao projeto, foram feitos através do *Google*. Acho que alguém clicou no *Google*, pegou aquele *Google Earth*, e ali – *Earth*, não é? – e ali tirou os dados para elaborar o projeto. Porque realmente tudo que está aqui muito bem explanado, foi bem explanado lá, faltou transparência, faltou seguir o que começaram aqui na Audiência Pública, porque na Audiência Pública os produtores compareceram, alertaram, pediram "Espere um pouquinho mais", prometeram que seriam atendidos, e, de repente, veio o projeto pronto e acabado e a licitação feita e os produtores tendo que engolir aquele pacote.

Então, realmente a medida que precisa ser adotada é urgente, é necessária. Antes de concluir essa audiência, vou passar a palavra para duas... O Prefeito Jocelito e o Deputado Moka.

DEPUTADO WALDEMIR MOKA (PMDB-MS): Senador, vou ser muito objetivo, até porque eu realmente estou... Dr. Maurício, não vou gastar mais do que dois minutos. É que o Mato Grosso do Sul, nós vivemos um drama hoje. Quer dizer, nós precisamos do investimento, o investimento precisa ser feito, e aí parece que coloca assim para o produtor: "Olha, se vocês não aceitarem do jeito que está, o prejuízo vai ser do Estado e de vocês". Eu acho que essa alternativa, ela... É muito injusto isso. Primeiro com o nosso estado, e muito mais com os produtores.

É claro que vai ter que ter um esforço. É claro que esse esforço precisa ser feito, mas eu tenho certeza absoluta que quando as pessoas... Realmente é preciso se convencer de que houve... Não quero dizer de quem é a culpa, mas é notório que o processo colocado aí, ele está mal conduzido, ele foi mal conduzido. Aí não interessa mais de quem é a culpa, se é de um ou de outro. O que nós precisamos fazer é resolver. Sem atraso, ótimo.

Agora, a mim parece, Dr. Adilson, que a ANEEL vai ter que realmente chamar a responsabilidade, mas, claro, colocando todos os atores. E eu tenho certeza, por parte do Governador André Puccinelli, está aqui o seu secretário, ele vai ter a maior boa vontade. Agora, o que nós não vamos... Porque não tem contrato... Daqui a pouco alguém vai entrar na justiça, e a hora que entrar na justiça, aí que o prejuízo vai ser muito maior. Porque a hora que você entrou na justiça, vai parar e aí não tem mais a possibilidade da alternativa do entendimento. Eu conheço esse processo, aliás, nós levantamos isso com o sindicato em junho, parece, do ano passado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em junho.

DEPUTADO WALDEMIR MOKA (PMDB-MS): Em junho do ano passado, eu fui alertado pelo sindicato que esse problema... Aí: "Não, mas não tem jeito, não tem jeito, não tem jeito, não tem jeito", deu no que deu.

Eu estou com isso aí até chateado, porque faço uma autocrítica. Talvez, desde o início, devesse ter tido uma posição mais dura, mas não tive até porque a gente sempre fica preocupado com o esforço que fez o governador para conseguir essa linha de transmissão, para o investimento que é quase de um bilhão de reais, isso é significativo para o nosso estado e pela própria deficiência de energia que tem nosso estado. Mas cheguei à conclusão, o sacrifício é muito grande para Chapadão e para os produtores.

Eu quero me somar ao esforço do Senador Valter Pereira, da Senadora Marisa, Senador Delcidio, mas tenho certeza que se a gente tiver realmente uma decisão política de consertar isso, nós haveremos de chegar a um bom termo, sem perder o investimento e sem prejudicar os produtores de Chapadão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [interrupção no áudio] Jocelito Krug.

SR. JOCELITO KRUG: Senador Valter Pereira, parabenizar por essa audiência, cumprimentar aqui os Senadores Delcidio, Senadora Marisa, que esteve aqui, Deputado Moka, cumprimentar o Maurício e cumprimentar também o Adilson, da ANEEL, cumprimentando os demais da Mesa.

Quando nós fomos procurados, o ano passado, pelo Dr. José Carlos, da então, na época, Cobra, ele veio com o nome Cobra... Depois que passou a ser Itatim, procurou, falou: "Olha, nós queremos montar a subestação em Chapadão". Aí ele veio do lado da

subestação atual da Enersul, que é dentro da cidade, é do lado de um clube, tem a pista de *motocross* ao lado, é dentro da cidade. Dentro... As casas já estão ali muito próximas. Eu falei: "Olha, aqui jamais. Não tem lógica isso acontecer, porque vai sair rede para Costa Rica, para Chapadão do Céu e Campo Grande". Discordamos disso.

No entanto, fomos até procurados por alguns produtores na época, Maurício... Alguns produtores nos procuraram. Procuramos o sindicato, procuramos o Carlito, na época, o secretário de Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia: o que nós podemos fazer? O Carlito falou: "Olha, nós temos a possibilidade de discutir o assunto através da Audiência Pública do Meio Ambiente". Eu falei: "Então, Carlito, o que precisamos fazer?" Ele falou: "Faz um ofício para mim". Fiz o ofício, discutimos, conversamos com o Rudimar, na época, presidente do Sindicato Rural, e convocamos... até pedimos que fosse lá no sindicato, porque lá é a casa dos produtores, lá é o local para discutir o assunto. E aconteceu. Aconteceu a Audiência Pública. No dia da Audiência Pública eu estava presente, José Carlos, que é representante da Itatim, se apresentou naquele dia da audiência como Itatim. Lá, quando eu conheci ele, era do Grupo Cobra. E discutimos, aí começou a questão das redes, onde vai passar, onde não vai, e começou um questionamento: "Ah, o prefeito quer que passe não sei aonde", que não é verdade. Eu não queria que fizesse lá do lado da cidade, aonde vai ser eu queria discutir e chamei o Sindicato Rural para isso. E aí aconteceu nessa audiência essa discussão.

José Carlos prometeu que em 15 dias eles marcavam uma audiência com os produtores rurais. Está aqui o Darci. É isso, Darcy?

SR. DARCI BORGELT: Como?

SR. JOCELITO KRUG: Em 15 dias ele ia marcar uma reunião com os produtores rurais lá em Chapadão. Esses 15 dias viraram meses, viraram mais meses, e isso não aconteceu. Aí a desculpa de férias, não sei o quê... E eu fiquei... Eu quero questionar aqui que o interlocutor da ANEEL e da EPE era o empresário que ganhou a licitação. Então, eu fiquei bastante triste porque a gente, o município não foi procurado jamais pela ANEEL e nem pela EPE.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOCELITO KRUG: Sim, mas assim... Mas parece que chegava lá... Chega lá a EPE e chega a ANEEL, o que o empresário disse. Vale o que ele falou. E não é bem assim. Acho que a gente tem que discutir. Aí procurei o Senador Delcídio e, no dia que ele esteve no Chapadão, liguei até o Rudimar, colocamos o Rudimar na linha para discutir o assunto. "Senador, nos ajude também". O Senador Valter nos ajudando. "Nós ajude, nós precisamos dessa ajuda". O senador prontamente já marcou a audiência que viemos aqui, eu e o Dr. Jefferson também representando os produtores, foi a toque de caixa, tivemos lá com todos os representantes. Faltou realmente o Dr. Maurício, os demais estavam praticamente todos.

E aí as coisas... Aí começou a se arrumar um culpado: é o governo do estado, não é, é a ANEEL a culpada, a EPE é culpada, o prefeito é o culpado, o sindicato talvez é o culpado... Quem é o culpado?

Resumindo, ouvi agora, na semana passada, o empresário de Paranaíba, que é do ramo de construção, que foi contratado por essa empresa para fazer na região de Paranaíba, que é meu amigo, ele falou assim, olha: "A empresa falou que é para tocar a toque de caixa o trecho de Chapadão. A toque de caixa o trecho de Chapadão. Por quê? Porque se interromper a rede nós vamos ter que ser indenizados". Então, a empresa não está pensando em ninguém, ela está pensando no negócio dela, com certeza. Ela não está pensando nos produtores, ela não está pensando na região.

Eu quero deixar bem claro aqui, nós tivemos uma reunião com o governador, e o governador prontamente falou: "Se precisar o licenciamento, nós vamos fazer no máximo de prazo possível", está aqui o Carlito que está representando o governo do estado. Então, falta a vontade de todos os órgãos. Do empresário também, porque o empresário é uma das pontas. Mas precisa do envolvimento de todos.

E nós estamos aqui para dar esse apoio aos produtores, dar apoio aqui aos senadores que estão defendendo a causa. E eu tenho certeza que toda bancada federal do Mato Grosso do Sul também quer isso. E nós estamos preocupados não é só com Chapadão, não, nós estamos preocupados com o Brasil, porque essas regiões produtoras do Brasil estão... Nós estamos... As regiões agrícolas, hoje, nós estamos sendo limitados, onde é as regiões produtivas. E nós queremos que o produtor tenha segurança, que o produtor tenha a garantia de produzir.

E lá em Chapadão um pequeno exemplo, a terra de pecuária custa cinco mil reais o hectare e a rede passa em cima e não atrapalha em nada. Inclusive tem muitos pecuaristas felizes de receber indenização da rede, e a terra de agricultura vale 20 mil reais. Ou seja, a indenização é quatro, cinco vezes mais. E sem falar o incômodo e o transtorno.

Lá em Chapadão, com essa subestação, vai virar um verdadeiro pé de galinha. Mais que um pé de galinha, porque são mais que cinco redes. Então, isso vai criar o caos. Os produtores estão preocupados. Eles estão... É uma intranquilidade total. E eu acho que nós

temos que hoje... Não foi fácil, senador, marcar essa audiência aqui hoje, a intempérie também atrapalhou sua chegada aqui hoje de manhã, mas eu tinha compromisso hoje à tarde, cancelei, e nós estamos aqui para resolver.

Então, nós temos que ter atitude de quem que vai resolver, como resolver, parar de achar os culpados, se é o governo, se é o prefeito, se é a classe política ou se é a EPE ou se é a ANEEL. Nós temos que achar a solução. Então, nós estamos aqui para isso. E parar de achar os culpados e achar a solução. Seria isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de liberarmos o Dr. Tolmasquim, eu vou só fazer um comentário. Dr. Tolmasquim, se prepare que eu vou ligar para o senhor ainda nesses dias para agendar uma reunião de trabalho envolvendo os atores a fim de deflagrar esse processo que é fundamental.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Valter, eu sugiro a V. Exa. o seguinte, o Dr. Nelson Hubner já voltou de férias.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, dia 12 está chegando.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É o Edvaldo que está respondendo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas quem que responde pela ANEEL lá então?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aí vai ser o Romeu.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É o Romeu?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Dr. Romeu responderá nesses dias.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu acho que o mais justo, Senador Valter Pereira, o mais rápido, até porque está todo mundo aqui, não sei se todo mundo vai viajar hoje, mas está todo mundo aqui, é nós marcarmos amanhã uma reunião com o Dr. Romeu, urgente. Dr. Adilson já como especialista da área, como representante da ANEEL poderia já fazer esse contato hoje, nós falaríamos amanhã e vamos aproveitar a presença do pessoal aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então amanhã nós vamos entrar em contato com o Dr. Romeu para deflagrar o processo. E aí nós vamos manter os contatos.

SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM: Eu acompanho os processos, eu estou acompanhando lá com a minha equipe. Nessa reunião não é fundamental a nossa presença aqui. Então, a ANEEL é a peça chave do processo, porque é uma questão regulatória, contratual.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora, Presidente, eu só queria fazer uma observação--

SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM: Mas não estou me furtando a gente estar--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Claro. Mas a ANEEL é fundamental, é crucial nisso, até para a gente já acelerar as ações.

SR. ADILSON SINCOTTO RUFATO: Senador Delcídio, um aparte, por favor.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só queria fazer um registro do seguinte, esse tal de Zé Carlos é o "enrolation" *and* "embromation". Brincadeira o cara.

[falas sobrepostas]

SR. ADILSON SINCOTTO RUFATO: Senador, senador. Eu acho que essa iniciativa proposta pelo Senador Delcidio é muito bem-vinda, mas eu insisto que é fundamental que estejam nessa reunião o Zé Carlos Herranz, a COGEM(F) é importante que esteja aqui, porque ela representa os interesses dos geradores. Senão, vai ficar faltando definição de posições nessa reunião. Nós vamos avançar talvez uma etapa, porque não tem dúvida que é fundamental que a ANEEL capitaneie esse processo, porque ela que vai dar destino a essas licitações, essas concessões e a esses contratos, mas é fundamental que esses outros interesses estejam presentes, porque senão essa... Me perdoe, mas essa reunião vai ser fadada ao insucesso.

Então, é fundamental que se chame a COGEM(F), que representa os interesses dos geradores, e... Pelo menos eles, e o concessionário da linha.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bem, eu vou só liberar--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu sei que o Tolmasquim já está indo para o Rio de Janeiro. Só registrar o seguinte, pelo que eu percebi na última reunião que nós tivemos na ANEEL, a ANEEL está estudando os impactos disso. A ANEEL tem os impactos disso. Se não por completo, mas já fez lição de casa em cima disso, Adilson, pelo que eu entendi lá, quando estava junto comigo o Jocelito lá.

Então, eu acho que primeiro é fazer as contas do impacto. Porque também não adianta chamar o dono da linha, enfim, para discutir uma coisa sem número. Então, tem que... Por isso que tem que acionar rápido a ANEEL, ver o que existe já de real, porque a ANEEL estudou isso e aí... Convocar também os donos da linha, o empreendedor, para gente liquidar a fatura.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Delcídio, nós vamos fazer... Vou recomendar a minha assessoria jurídica para produzir um documento à ANEEL, alertando-a sobre os riscos de uma demanda judicial, já que solenidade

essencial não foi observada, caso específico da Audiência Pública que ficou inconclusa. E, uma vez não atendida essa solenidade essencial, todo o processo poderá ser comprometido se isso for parar num Tribunal. E aí, então, o molho poderá ficar mais caro do que o macarrão.

Portanto, vamos comparecer à ANEEL para levar essa proposta de trabalho, vamos também alertá-la sobre esse risco para que ela inclua este risco em suas avaliações.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Precisa ligar para o Romeu amanhã, viu?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Amanhã cedo. Estaremos [ininteligível].

Já está marcado para amanhã à tarde nós conversamos com o Dr. Romeu.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A competência da ANEEL.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Muito obrigado pela parte que nos toca.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dr. Tolmasquim, muito obrigado pela sua participação, pela... Pelas informações que trouxe e por toda sua dedicação. Muito obrigado.

[interrupção no áudio]

Ao agradecer aqui a participação do Dr. Carlos Alberto Negreiros, Dr. Adilson Soncotto, Dr. Tolmasquim, Dr. Maurício Tolmasquim, que se ausentou, do ex-Prefeito Elo, do Prefeito Jocelito, e de todos... do presidente do sindicato, do presidente da... Do ex-Presidente da Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul, e dos produtores e dos vereadores que aqui compareceram, nós declaramos encerrada esta Audiência Pública.

Sessão encerrada às 19h53.

ATA DA 9ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, COM AS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COMISSÃO DE RELAÇOES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL E COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 8 DE ABRIL DE 2010.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia oito de abril de dois mil e dez, na Sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **EDUARDO AZEREDO**, reúnem-se as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos seguintes senadores(as): **ALOÍSIO MERCADANTE, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, ARTHUR VIRGÍLIO, CRISTOVAM BUARQUE, EDUARDO SUPLICY, FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, FLEXA RIBEIRO, GILBERTO GOELLNER, HERÁCLITO FORTES, INÁCIO ARRUDA, JAYME CAMPOS, JEFFERSON PRAIA, JOSÉ AGRIPINO, MÃO SANTA, MARCELO CRIVELLA, MARISA SERRANO, RENATO CASAGRANDE, ROBERTO CAVALCANTI, ROMEU TUMA, ROSALBA CIARLINI, SERYS SLHESSARENKO E TASSO JEREISSATI**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores titulares das referidas Comissões. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente da CRE, Senador Eduardo Azeredo, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública conjunta de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, com o objetivo de prestar esclarecimentos acerca das medidas contidas no Decreto nº 7.037 de 21/12/2009, que criou o **Plano Nacional de Direitos Humanos (Comissão da Verdade)**, em cumprimento aos **Requerimentos nº 1, de 2010-CRA**, aprovado em 9/2/2010, de autoria da Senadora Kátia Abreu, **Requerimento nº 3, de 2010-CRA**, aprovado em 23/2/2010, de autoria do Senador Gilberto Goellner e **Requerimento nº 5, de 2010-CRA**, aprovado em 2.3.2010, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores; **Requerimento nº 5, de 2010-CDH**, aprovado em 4.2.2010, de autoria do Senador José Nery, com **Aditamento** aprovado em 10.02.2010, de autoria da Senadora Fátima Cleide, e **Requerimento nº 18, de 2010-CDH**, aprovado em 24.2.2010, de autoria da Senadora Fátima Cleide; **Requerimento nº 6, de 2010-CMA**, aprovado em 2.3.2010, de autoria das Senadoras Fátima Cleide e Marina Silva e do Senador Jefferson Praia; **Requerimento nº 5, de 2010-CRE**, aprovado em 4.2.2010, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo, Heráclito Fortes e Eduardo Suplicy e **Requerimento nº 13, de 2010-CRE**, aprovado em 11.3.2010, de autoria do Senador Eduardo Suplicy; **Requerimento nº 2, de 2010-CCT**, aprovado em 10.02.2010, de autoria dos Senadores Cícero Lucena e Antonio Carlos Júnior e **Requerimento nº 5, de 2010-CCT**, aprovado em 3.03.2010, de autoria do Senador Renato Casagrande; **Requerimento nº 3, de 2010-CCJ**, aprovado em 24.02.2010, de autoria do Senador Romero Jucá,

com a participação do seguinte convidado: Sr. **Paulo de Tarso Vannuchi** – Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos – **SEDH**. Após a exposição do Senhor convidado fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Serys Slhessarenko, Arthur Virgílio, Aloísio Mercadante, Marcelo Crivella, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Mão Santa e Fátima Cleide. Resultado: Audiência Pública Conjunta Realizada. Às onze horas e quatorze .minutos, o Senhor Presidente, Senador Eduardo Azeredo, passa a presidência ao Senador Cristovam Buarque. Às treze horas e seis minutos o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, passa a presidência ao Senador Eduardo Azeredo. Às treze horas e trinta e cinco minutos o Senhor Presidente, Senador Eduardo Azeredo, passa a presidência ao Senador Inácio Arruda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinqüenta e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Valter Pereira,** Presidente da CRA – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da CDH – Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da CCT – Senador **Renato Casagrande,** Presidente da CMA – Senador Renato **Eduardo Azeredo,** Presidente da CRE – Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com 13ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle; 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 11ª da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; 11ª da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e 10ª Reunião da Comissão de Constituição e Justiça da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Essa Audiência Pública foi aprovada nos termos dos requerimentos n°. 18 da CDH; 05 e 06, da CMA, Meio Ambiente; Requerimento n°. 03, da CRA, da Agricultura; Requerimentos 01, 05 e 13 da Comissão de Relações Exteriores; Requerimento 02 da Comissão de Ciência e Tecnologia, e Requerimento 03 da Comissão de Constituição e Justiça, todos aprovados no ano de 2010, com o objetivo de debater as várias questões e temas objeto do Decreto Presidencial nº. 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que cria o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e esclarece as reais intenções de pontos considerados polêmicos.

O convidado é o Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministro Paulo Tarso Vannuchi, e, senadores, a lista de inscrição já está aberta para os questionamentos. E eu quero convidar, então, o Ministro para que possa comparecer aqui à Mesa.

Vamos, então, dar início à Audiência Pública, primeiro, com a exposição do Ministro Paulo Vannuchi. Em seguida, com o debate com os Srs. Senadores; nós já temos os Senadores Arthur Virgílio, Inácio Arruda e Eduardo Suplicy inscritos. Já, de antemão, portanto, eu passo a palavra ao Ministro Paulo Vannuchi.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Bom-dia, Exmo. Sr. Presidente, Senador Azeredo; Senadores Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Inácio Arruda, Deputados Paulo Teixeira... E Senador Eurípedes Camargo... A todas as pessoas presentes. Eu começo agradecendo às comissões a gentileza, compreensão dessa fusão, que abre a possibilidade de realizar o que é um grande interesse do Governo Federal, especialmente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que é vir ao Senado para realizar uma atitude que é institucionalmente republicana, constitucional, democrática, de prestação de contas... Que meus colegas, politólogos, costumam, com algum pedantismo, chamar com *accountability*, palavra de difícil tradução no português: informar, esclarecer, eventualmente, dialogar, debatendo, numa atitude em que, além da necessária firmeza na defesa das convicções do segmento brasileiro ligado à defesa dos direitos humanos, bastante amplo, diversificado, e pluripartidário, uma atitude, sobretudo, de serenidade... A compreensão de que é preciso refletir sobre todos os aspectos polêmicos com espírito democrático, com compreensão e profundo respeito por todos os argumentos, por mais contundentes que sejam, em oposição às formulações, 521 propostas incluídas no PNDH-3, e finalmente a necessária humildade para, como já fizemos publicamente, sem dificuldade de reconhecer que, sendo um concerto de múltiplas vozes... Senadora Serys, um prazer recebê-la... O aperfeiçoamento, reconhecimento de erros, e alteração de redações para propiciar o necessário consenso amplo na área dos direitos humanos.

Nesse sentido, nessa minha introdução, que eu começo com essa saudação, uma primeira explicação preliminar, e um PowerPoint, que combinei e ouvi do Presidente Azeredo a orientação para não ultrapassar 30 minutos--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Se for necessário, não há nenhum problema, só disse que é a praxe.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Vamos trabalhar, então, nessa linha, Presidente.

Eu começo lembrando uma afirmação que não temos ainda, ou não teremos, a presença do Senador Marco Maciel, mas que é um reconhecido estudioso de Norberto Bobbio, que sempre menciona, em suas intervenções e artigos... Bobbio lembra que os direitos humanos não nascem todos de uma vez só e nem nascem de uma vez por todas. É um longo percurso de construção histórica, e eles são parte de uma caminhada que, lembramos, tem, em 10 de dezembro de 48, o lançamento da Declaração Universal, que é ainda do marco mais abrangente sobre a construção dos direitos humanos, sistemas de proteção, de defesa, em cada país, declaração que, no seu primeiro artigo, lembra os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa, um século e meio antes.

Na apresentação do PNDH-3, o Presidente Lula registra a convicção de que o Brasil fez uma opção definitiva pela democracia, há uma relação biunívoca, indissociável entre democracia e direitos humanos. O mesmo Presidente Lula é autor de uma frase lembrada na semana passada, no evento de transferência de cargo aos novos Ministros, de que a democracia não é a consolidação do silêncio, mas é manifestação de múltiplas vozes que, se eu pudesse, ampliaria a metáfora para uma ideia de sinfonia de múltiplas vozes, com altas dissonâncias, como, na melhor Bossa Nova, a ideia de que os direitos humanos têm de se fortalecer como políticas de Estado, projetadas no tempo, sobrepassando as contradições e divergências, situação, oposição, ou entre diferentes partidos de um mesmo bloco.

Registro, ainda, na linha de Norberto Bobbio, que sempre gostou de trabalhar com o tema dos paradoxos, dois paradoxos importantes na construção dos direitos humanos no Brasil: Primeiro, é lembrar que, antes de 1964, escasseiam, rareiam as formulações sobre direitos humanos na maioria das formulações partidárias ou do movimento sindical e popular. E é no regime de 64 que brota uma consciência inicial, e essa consciência inicial tem na Igreja Católica uma trincheira fundadora para outras igrejas, para movimentos sociais que assumem e se organizam entidades como o Movimento Nacional dos Direitos Humanos, já caminham para completar 30 anos de existência, tendo como fundadores figuras como Leonardo Boff, Hélio Bicudo, Deputado Pedro Wilson, muitos outros.

E o segundo paradoxo é de que o Brasil tem pelo menos duas décadas, talvez duas e meia, de afirmação permanente dos direitos humanos passo a passo, em que eu resumirei em seguida, e no PowerPoint, marcos e datas desse avanço; o Brasil já é um país aderente a quase todos os instrumentos fundamentais da ONU... Estamos devendo ainda o da Convenção dos Direitos dos Trabalhadores Imigrantes e suas Famílias, e a do sistema OEA de proteção aos direitos humanos. E, no entanto, com todo esse avanço, o país ainda assiste, observa, combate violações que são praticamente cotidianas.

Então, é na construção desse paradoxo que, da Declaração de 48, que o Brasil é aderente já no momento da Conferência de Paris, 10 de dezembro, o Dia Internacional dos Direitos Humanos, no regime de 64, já houve adesão a duas, a dois instrumentos fundamentais: A Convenção da ONU contra o Racismo, que é de 65, e o Brasil completa a sua tramitação em 69; e a dos Direitos da Mulher, que é de 79, e o Brasil completa adesão em 84.

Segue-se, em 89, ano 01 da Constituição Cidadã, de Ulysses Guimarães, segue-se a Convenção da ONU de Combate à Tortura, que é de 84, a dos Direitos da Criança, 1990, um ano depois de seu lançamento, mesmo ano em que, em 13 de julho, a Casa Legislativa, as duas Casas, então, aprovaram o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 92, o Brasil adere aos dois grandes pactos em que a Declaração se desdobrou, ambos de 66, o Pacto dos Direitos Civis e Políticos, e o Pacto dos Direitos Econômicos, Culturais e Sociais, grosso modo, correspondendo um e outro aos direitos que Bobbio chama "os civis e políticos direitos de liberdade", e "os econômicos sociais, culturais, direitos de igualdade".

Ainda em 92, com participação do Presidente Sarney, hoje Presidente do Senado, a adesão ao Pacto de São José da Costa Rica à Convenção Americana dos Direitos Humanos, o sistema OEA. E, em 2008, eu estive aqui, nesta Casa, para o momento de ratificação da primeira Convenção dos Direitos Humanos do Século 21, que é a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de 2006, o Brasil, nesse caso, Dra. Isabel Mayor, a secretária nacional, já era coordenadora no Governo Fernando Henrique, e segue titular no cargo, como prova dessa continuidade histórica das ações de direitos humanos por sobre diferenciações partidárias e de situação, oposição, e o Brasil é um dos países que eu tenho trabalhado... O Itamaraty... Cabe ao Itamaraty protagonismo nisso, mas com parceria com a Argentina, tentamos dar os primeiros passos para que a ONU complete esse sistema de instrumentos específicos, passando a proteger o único segmento vulnerável que ainda não tem um instrumento próprio, que é o dos direitos do idoso,

em que este Senado tem revelado alta sensibilidade à tramitação do Estatuto do Idoso, o recente debate sobre reajustes de aposentados etc.

E termino dizendo que o Programa Nacional dos Direitos Humanos III, que será resumido no PowerPoint, como história, ele teve o seu primeiro esboço, esqueleto central, aprovado e construído ao longo de 2008, no processo da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos. O número da série já indica que, sendo 11ª, é uma longa série histórica. O Governo do Presidente Lula é um governo fortemente pautado pela realização de conferências, e expressa uma profunda convicção do Presidente da República sobre a complementação, o assessoramento ao papel central fundamental do Poder Legislativo na definição de leis, no exercício do poder que emana do povo, também por mecanismos de participação democrática, que são apresentados ao Legislativo como mera apresentação de sugestões, de indicações, de recomendações, que caberá aos representantes do povo, aqui estabelecidos nas duas Casas, o poder constitucional decisório de transformar, ou não, pela regra da maioria, pelo debate, com oposição, em leis.

Essa Conferência também foi complementada por um rastreamento de 50 conferências nacionais, realizadas até então, hoje quase 70, em temas como mulher, igualdade social, criança e adolescente, direitos das pessoas com deficiência, direitos do idoso, direitos do segmento LGBT, direito à diversidade sexual, o direito à segurança alimentar, ao meio ambiente, à educação, à saúde, à moradia... Senador Cristovam, obrigado. Ainda buscamos coligir as principais recomendações dos instrumentos da ONU e da OEA. Cada um desses instrumentos da ONU, ele constitui um Comitê, sediado em Genebra, ao qual o Brasil voluntariamente se subordinou, as adesões são sempre voluntárias, e ao se subordinar, o Brasil se compromete a apresentar relatórios quinquenais e receber recomendações.

Então, buscamos incorporar também no PNDH-3 recomendações dos organismos ONU e OEA, e, finalmente, as recomendações dos relatores, que são especialistas mandatados pela alta comissária de direitos humanos da ONU, que visita os países sobre temas como liberdade do Judiciário, liberdade religiosa, combate à tortura, direitos da mulher, grupos de extermínio, situação dos defensores de direitos humanos, figuras como Dorothy Stang, figuras como Chico Mendes, figuras como Manuel de Matos, assessor do Deputado Fernando Serra, executado na Paraíba, em janeiro de 2009... Presidente estadual, vice-presidente estadual do PT de Pernambuco e ex-presidente da Câmara Municipal.

E eu passo agora para a apresentação do PowerPoint, com a ajuda do meu companheiro Pedro Pontual, e programamos 16 ou 18 lâminas, um minuto cada um... Procurarei não passar disso. O PNDH é 3 porque o primeiro é de 96, com foco nos direitos civis e políticos, momento em que o Governo Fernando Henrique Cardoso consolida um passo importante dessa caminhada histórica. Pela primeira vez, o Estado, pelo seu Poder Executivo, acolhendo uma construção histórica que já vinha de algumas décadas.

Em 2002, o PNDH-2, naquele... O titular da área é o Ministro Nelson Jobim, seu Chefe de Gabinete, José Gregori, homem símbolo dos direitos humanos, e Paulo Sérgio Pinheiro, já um participante ativo, como representante do Núcleo de Estudos da Violência, da USP. O 02 incorpora direitos civis, econômicos, sociais e culturais; Paulo Sérgio Pinheiro é o Secretário de Estado dos Direitos Humanos, ainda no âmbito do Ministério da Justiça. Presidente Lula transformou Direitos Humanos numa nova secretaria especial, trigêmea com Mulheres e Igualdade Social, que acaba de ser elevada definitivamente ao posto ministerial.

Após a declaração de 48, os dois pactos, o dos civis e políticos, por favor, ali à Mesa, meu senhor--

[risos]

Me desculpe... A Convenção e, em 98, a decisão brasileira, Governo Fernando Henrique, de submissão do Brasil à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, com o seu órgão quase Corte, que é comissão, situação que países como Estados Unidos e o Canadá, ainda hoje, não tiveram a decisão corajosa de incorporar. Podemos ir em frente, Pedro?

93, acontece em Viena, o Governo Fernando Henrique, não, o Chanceler Fernando Henrique, a mais importante Conferência Mundial de Direitos Humanos, depois de Paris 48. Ali, se define como grande elemento-força a ideia da indivisibilidade, ou seja, não-ditaduras que apresentam como argumento de defesa a existência de igualdade econômica em seus países, assim como não-liberdade, assentada sobre os pilares da pobreza, da miséria, que também oprime, que também escraviza, que também inviabiliza a liberdade.

E Viena recomenda que cada Estado crie um Plano Nacional de Direitos Humanos que, no Brasil, teve o nome “programa”, porque “plano” geralmente envolve datas, mensurações, e se preferiu iniciar a caminhada com “programa”.

A Constituição Federal, em 88, estabelece cidadania e dignidade da pessoa humana como principais fundamentos do Estado; há uma caminhada histórica da sociedade civil, que virá em seguida, que é a protagonista principal, até que os Legislativos, a começar

do Rio Grande do Sul, criem a Comissão de Direitos Humanos, no Legislativo; em 95, a Câmara dos Deputados; em 2005, o Senado, sendo que, no âmbito federal, a sequência do período em que era Ministério da Justiça, Governo Fernando Henrique, o período Lula, em que era uma secretaria especial, duas semanas atrás, perdemos o "especial" e viramos Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

"Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição". Então, é na segunda parte a fundamentação constitucional para a realização de conferências, para além das figuras do plebiscito, do *referendum*, da iniciativa legislativa popular. E ela sempre com o recorte de apresentar propostas, para que os poderes competentes decidam o que deve ser acolhido e o que não deve. A primeira foi em 96, a longa série até 2008, sendo que o Governo Federal é proponente, participante apenas das últimas três. Até a oitava, nona e a décima, antes, elas eram uma parceria entre a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e as entidades da sociedade civil, através de uma entidade construída com o nome Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos. Em 2009, Ministro Nilmário Miranda... Então, o governo brasileiro, o Governo Federal é um terceiro ator; em 2010, isso é suspenso, e em 2011, volta. Objetivos: formular propostas para revisar e atualizar o programa.

Em janeiro daquele ano, o Presidente Lula no Rio, no Itamaratyzinho, fez um discurso chamando a um mutirão nacional; era o Dia do Holocausto, ele comemorava com a comunidade judaica, então, o ano inteiro é atravessado por esse debate que mobilizou o segmento de direitos humanos no Brasil, áreas universitárias, poderes públicos dos três entes federados. Pode ir em frente, Pedro.

A etapa nacional, dezembro, 15 a 18 de 2008, 27 conferências em todos os Estados, eu estive em alguns; em vários deles, o governador abriu a conferência, com a presença de Presidente do Tribunal de Justiça, do Procurador Geral de Justiça; encontros prévios importantes em 127 regiões ou cidades, ao todo, 14 mil pessoas participaram diretamente desse debate. Em frente, Pedro.

Então, a Secretaria de Direitos Humanos teve um papel de coordenação, teve a realização de reuniões, seminários, especialistas convocados, como Paulo Sérgio Pinheiro, para uma espécie de consultoria geral sobre o processo de elaboração, com o seu olhar, agora, de uma das mais importantes figuras da área dos direitos humanos na ONU; houve a participação dos ministérios, a participação na Comissão de Direitos Humanos, da Câmara, é como coordenadora do processo, audiências públicas realizadas e ampla participação da sociedade civil num grupo de trabalho tripartite, e consulta pública de meses, a partir do site, esse documento, ele tinha um grande esboço dele exposto e divulgado amplamente por outros mecanismos, que permitia a participação de qualquer cidadão, enviando mensagem àquele endereço eletrônico.

702 resoluções aprovadas na 11ª Conferência estão expressas em um documento que se chama "Resoluções da 11ª Conferência", com importantes diferenças com o PNDH-3... Por favor--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Flexa está obstruindo ali. Vou propor tirar a mesa ali--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: A referência a convenções e tratados, e a referência às recomendações dos comitês: comitê da criança e adolescente, da mulher, de combate à tortura etc. Em frente.

Ele tem como marco de novidade, ele foi subscrito por 31 ministérios; o Presidente Lula, quando me deu posse, em dezembro de 2005, lembrou, no discurso, que direitos humanos não está na área de direitos humanos: está na área da educação, da saúde, da cultura, da diversidade, e que o nosso trabalho era um trabalho de interministerialidade.

Então, foi o nosso esforço de trazer, se pudéssemos, todos os ministérios para assinar. 31 é um número bastante expressivo. A ideia de políticas do estado, em que o Presidente Lula, na sua apresentação, menciona, que é um programa pensado para seguir adiante, mesmo ocorrendo o processo de alternância no poder, que é natural e desejável, na vida democrática, são palavras do Presidente Lula, prevê a ideia de um comitê de monitoramento, a implementação com planos bianuais, e a transversalidade. São seis eixos orientadores, o um são os temas da democracia. É uma conferência que foi realizada com críticas ao Governo Federal, com votações em que o Governo Federal, com os seus representantes ministeriais, foram derrotados... Numericamente, no debate, é da natureza desse tipo de conferência. O tema do desenvolvimento, então, é todo o conjunto dos temas do Pacto dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais, a ideia da universalização.

Então, os segmentos vulneráveis. Eu realço que segurança pública é um forte capítulo do programa, incorporando o debate da Conferência Nacional de Segurança Pública, do PRONASCI, o primeiro Programa Nacional de Segurança Pública, que tem direitos humanos em cada página da sua proposta, e lembrar

que, num documento que foi submetido à fortíssima polêmica e críticas, ele foi um documento praticamente virado do avesso, com lupas, não apareceram importantes acordos em uma quantidade enorme de formulações, numa área sensível como essa... Volta um pouquinho, Pedro... A educação, cultura e direitos humanos como eixo mais estratégico da construção do Brasil do futuro; o resto é correr atrás da violência já ocorrida. Então, a vida escolar, a vida universitária, a educação não formal, que se realiza na sociedade civil, do sindicato dos trabalhadores às igrejas e Rotary Clubs, são ações formativas, que formam o cidadão num sentido ou outro. A questão da mídia como elemento fundamental dessa construção dos direitos humanos, e por último, o eixo inovador, que não está presente nos dois anteriores, que é o tema do direito à memória e à verdade.

Listamos e trabalhamos detidamente todas as críticas formuladas aqui, no Senado, na Câmara, na imprensa, em debates, e longe de esgotar, mas, pelo menos em torno desses 11 temas, argumentamos, temos discussões, temos que ouvir, temos que expor algumas apreciações sobre a alta amplitude de que o programa extravasaria, estaria muito além dos direitos humanos, é um título de primeira página do Jornal O Globo... A criação da Comissão Nacional da Verdade, controvérsias do governo com o Ministério da Defesa, os temas da liberdade de imprensa, os temas na mediação de conflitos agrários, o tema da união civil entre pessoas do mesmo sexo, e que tem uma relação com o tema da adoção por casais homoafetivos, a questão dos símbolos religiosos, do aborto, da taxação de grandes fortunas, financiamento público de campanha... Volta, Pedro... A ideia de direitos trabalhistas de profissionais do sexo, plantio de monocultura, são alguns dos elementos que apareceram reiteradamente como pontos polêmicos de controvérsias e de críticas. Em seguida, Pedro...

Detalhando alguns deles: o direito à memória e à verdade, ele tem temas do acesso à informação, abertura de arquivos, e a proposta de apresentar ao Legislativo, até o final deste mês, criando, no Brasil, finalmente, uma Comissão da Verdade, que não é revanchista, não é contrária à Lei de Anistia; pretende complementar uma caminhada de décadas, em que, ao Governo Fernando Henrique, ao próprio Ministro Jobim, Ministro José Gregori, competiu a etapa de criar a Comissão Especial sobre Mortos, desaparecidos políticos. Ainda no Governo Fernando Henrique, a criação da Comissão de Anistia, no âmbito do Ministério da Justiça; países ao lado já fizeram esse processo, e voltarei, se preciso, ao debate, para dizer: é a favor das Forças Armadas Brasileiras, não é contra. Não é justo que as Forças Armadas Brasileiras, a família militar siga carregando sobre o peso da sua imagem violências que foram executadas por algumas dúzias de torturadores, de pessoas que mataram, ocultaram cadáveres, entre os mortos, desaparecidos, certamente pessoas das relações pessoas de alguns dos senadores, algumas das senadoras, deputados... Senador Cristovam me contava um dia, numa conferência, da sua amizade com o Rui Frazão, que temos uma homenagem marcada para o Maranhão, no mês que vem, gostaria muito que o senador atendesse ao convite, como o Governador Serra atendeu ao meu convite para irmos juntos a Florianópolis, homenagear, na Assembléia Legislativa, Paulo Stuart Wright, irmão de Jaime Wright, reverendo que celebrou o culto ecumênico de homenagem a Vladimir Herzog, e que trabalhou comigo, sob a direção de Paulo Evaristo Arns, na construção do projeto Brasil Nunca Mais. A ida à Assembléia para homenagear Paulo Wright, ex-deputado estadual do PSP, antes de 64, naquele estado, me rendeu a colegas do meu partido, um deputado estadual não participar, dizendo que eu estava indo criar palanque para o Serra em Santa Catarina, e eu argumentei, com serenidade, que eu não estava realizando palanque; eu estava realizando uma atuação conjunta entre pessoas e autoridades que têm posições partidárias, situação, oposição, diferenciadas, mas que estão unidas em temas como esse.

Há 30 Comissões da Verdade no mundo, entre América Latina, África, algumas da Ásia, como a ONU informa, e já disse de que não propõe a revisão da Lei da Anistia. Na questão da imprensa, se tratava de assegurar a garantia do direito à comunicação democrática; o papel fundamental da mídia na promoção da educação e de uma cultura em direitos humanos. A ABERT, no seu comunicado, ela lida exaustivamente em horário nobre de televisão, de rádio, ela fala: "O governo propõe a criação de uma comissão do governo". Não propomos, os senhores têm o programa; a leitura atenta mostrará. Não sendo má fé, foi uma interpretação equivocada, porque nós listamos quais são os ministérios responsáveis como cada uma das 521 ações têm ministérios responsável. Não se propõe isso.

Por último, a discussão de propor a criação de marco legal para regulamentar um artigo da Constituição, isso não tem nenhum conteúdo anti-democrático, e elaborar critérios de acompanhamento editorial para assegurar o respeito aos direitos humanos nos meios de comunicação, volta, tema que, já disse, é assentado em ideias positivas, como na Câmara dos Deputados, o programa "Quem Financia Baixaria é Contra Cidadania". Em premiações como a ANDI, Agência Nacional dos Direitos da Infância, já realiza para as melhores

práticas da imprensa, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, com o Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos. E em vez de comissão de governo, isso poderia ser materializado na forma de uma parceria com a própria ABERT, Associação Nacional de Jornais, Associação Nacional de Revistas, e já disse que, se há um entendimento, interpretação, é um dos temas que estamos abertos para propor alteração da redação, que comece dizendo "no sentido de consolidar permanentemente a mais ampla, plena e total liberdade de imprensa", propor às entidades e trabalhadores do segmento, que realizem tudo isso.

A questão da mediação de conflitos agrários é, igualmente já antecipei, que é um tema que, sobretudo a partir das críticas da Associação dos Magistrados do Brasil, que argumenta que a palavra, como primeiro ato, envolve uma intromissão numa esfera de competência constitucional do Senado, nós vamos alterar isso, mantendo todo o espírito de um programa que é recomendação internacional, ONU/OEA, e é um trabalho que o próprio Conselho Nacional de Justiça, o Presidente Gilmar Mendes recentemente, numa viagem a Marabá realiza, que é buscar mecanismos para permitir que não aconteçam mais Eldorado de Carajás, Corumbiara, Felisburgo, mortes como a de Dorothy Stang, recentemente, agora nas próximas semanas, mais um julgamento em Belém do Pará.

O tema da união civil entre pessoas do mesmo sexo é um tema de alta controvérsia, que envolve questões religiosas, expressa o ponto de vista fortíssimo de um segmento que se manifesta fortemente no Brasil, que reivindica direitos constitucionais, nem menos, nem mais, direitos iguais, e é um tema que tem algumas jurisprudências se formando, tem debates legislativos, o Poder Legislativo, o Senado e a Câmara, são a autoridades com poder e competência para decidir o que deve ou não ser transformado em lei. Em frente.

O tema do aborto, se necessário, voltarei a mais discussão, foi o primeiro anúncio que fiz de que o programa continha um erro, porque a formulação, ela não corresponde à opinião do governo do Presidente Lula, do próprio Presidente, e quando eu fui estudar e debater, constatei que, de fato, a formulação aprovada, ela não se afasta da minha convicção pessoal como Ministro. Estou terminando. Ela tem uma frase, que é fortalecer, apoiar o projeto de lei que descriminaliza o abordo, que tecnicamente já não estava correto, porque, naquele momento, esse projeto já não tramitava mais, então, teria que ser uma fórmula no plural, "novos etc.", mas a parte que eu defendo, o governo não tem essa posição, não foi decisão da Conferência da Mulher, que nós já realizamos duas vezes, que é a autonomia da mulher para decidir sobre o seu corpo. No entanto, há recomendações da ONU que apontam nessa direção; o tema do abordo foi debatido por décadas na Europa, Estados Unidos, Canadá; será debatido, nos próximos anos no Brasil, já anunciei e comecei a visita a CNBB, visita ao Dom Dimas, explicando que alteraria, sem suprimir, mas tornando a redação uma redação mais consensual, uma redação que coloque o problema da necessidade de debater, de discutir as legislações punitivas, e levar em conta o problema do aborto como um problema de saúde pública, que leva a 250 mil internações de mulheres, geralmente pobres, que realizam aborto em condições precárias, e têm complicações; não tenho o número de mortes resultante disso. Em seguida.

E lembrar também, terminando, que também a imprensa, ela exerceu, naqueles últimos dias de dezembro, e primeiros de janeiro, um papel de protagonismo, ao informar, na medida em que ela, em grande parte, se sentiu tocada por temas que interpretou como temas tendentes à introdução de censura, de controle da imprensa. Eu quero registrar, primeiro, que não há a palavra "controle social", nem "controle democrático", que há no PNDH-2. Então, nós, sem saber que haveria essas polêmicas todas, não imaginamos; se imaginássemos, teríamos tomado mais cuidado em todo o momento de redação final... Cuidamos de anexar o PNDH-1 e 2, no final, com a assinatura de Fernando Henrique Cardoso, para firmar, o que é raro na vida dos governos, os governos preferem esquecer o que foi feito antes... Não é uma discussão deste momento; eu, nos quatro anos e três meses que estou no cargo, o tempo todo falei que, em direitos humanos, nós temos o cuidado de assegurar políticas de continuidade, desenvolvimento, de reconhecimento da importante acumulação histórica em direitos humanos, nos oito anos de Fernando Henrique Cardoso, e lembrar que aquele debate não aconteceu com formulação que leiam, verão, que elas são mais duras, elas introduzem, evidentemente, há uma correlação com a conjuntura, com a avaliação do Governo Lula como um todo, com a Conferência de Comunicação, com a proposta da criação do Conselho Nacional de Jornalismo, e não unicamente em torno das formulações.

Por último, já disse, que vamos alterar redação. Quero dizer que houve muitos apoios, e apoios importantes. Retomo a metáfora de sinfonia de múltiplas vozes, ou democracia como o regime que consagra a legitimidade do dissenso para dizer que também quando o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho de Procuradores Gerais do Estado, que o Senador Demóstenes Torres já presidiu, a Associação Nacional dos Defensores Públicos, o Conselho Federal de Psicologia, a SBPC, a CUT, a

CONTAG, há milhões de brasileiros e brasileiras representados numa atitude, em que o noticiário do jornal, regra geral, não mostrou assim; ele mostrou que havia uma onda nacional, como se um consenso nacional, contrário ao PNDH-3.

Então, eu apresento, com humildade, um anexo que os senhores e senhoras recebem, com algumas dessas manifestações, e que não incluía ainda artigos de Marcelo Rubens Paiva, Luiz Fernando Veríssimo, muitas figuras conhecidas e respeitadas, destaco um último documento, uma carta assinada por Dom Paulo Evaristo Arns, por Dom Pedro Casaldáliga, por grandes prelados católicos, por Clarice Herzog, Chico Buarque de Holanda, por Tereza Fiel, viúva de Manoel Fiel Filho, por Antônio Cândido, Cândido Mendes, que apóia o Programa Nacional de Direitos Humanos, centralmente no tema da Comissão de Direito à Memória e à Verdade.

Último... Terminou, eu só, então, concluo, explicando que estão com V. Exas., senadores, senadoras, um exemplar de uma revista n°. 5, que nós dedicamos a debater os principais aspectos polêmicos, com posicionamentos, em defesa do PNDH. Flávia Piovesan, importante constitucionalista de São Paulo, que já disse, repito, possivelmente, o Brasil ainda verá como membro de um tribunal superior, na linha que o Fernando Henrique inaugurou com a primeira mulher no Supremo, o Presidente Lula passou para dois... Senadora, para frente é que se anda, de dois tem que ir para três, tem que ir para quatro, tem que virar metade, tem que virar, talvez, seis a cinco, porque, tecnicamente, as mulheres são um pouquinho mais que os homens. Então, o bom modelo será o momento em que um Supremo tenha seis mulheres, cinco homens. Tenha a igualdade racial, metade, e não apenas a figura de um único. E, nesse sentido, ela discute os argumentos de que é inconstitucional e de que viola leis.

Luiz Alberto Gómez de Sousa, um veterano militante que esteve exilado, ligado à igreja, irmão do consagrado ator e diretor Paulo José, da Globo, que todos conhecem, que foi um consultor para isso, ele discute os temas das religiões na sua interface, e cada especialista discutirá, o Presidente, na ocasião, da OAB, está presente, eu espero que essa leitura, os documentos que estão agregados aí, abra o caminho para, a partir desta audiência, que novamente agradeço aos senadores, Senadora Fátima Cleide também, que agora chegaram, a gentileza... Bom, então eu preciso... O Senador Tasso Jereissati, o Senador Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Rosalba Ciarlini, senadores... Senador Crivella, deputados também. O agradecimento pela gentileza da fusão, e dizer que não tenho a menor pretensão de modificar opiniões já expressadas. Eu tenho um grande empenho de fazer um debate sereno, em que certamente aprenderei, em que o Governo Lula aprenderá, em que assimilaremos pistas, ideias, sugestões, mas tenho um forte empenho em que transformemos esse debate em um debate altamente qualificado do ponto de vista da democracia. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecemos ao Ministro Paulo Vannuchi. Eu quero lembrar que essa é uma Audiência Pública conjunta de seis comissões – Relações Exteriores, Direitos Humanos, Constituição e Justiça, Ciência e Tecnologia, Agricultura e Meio Ambiente -, tal é a polêmica que foi levantada em relação ao tema.

Eu vejo, Ministro, com satisfação esse reconhecimento de que os governos não devem esquecer do que os outros fizeram; só espero que não seja apenas em relação aos pontos polêmicos, seja também em relação aos pontos de avanço que o país teve.

Eu quero convidar o Senador Cristovam Buarque, que, se puder assumir, que eu vou só receber o novo Governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia, que vai visitar o Presidente Sarney nesse momento, se V. Exa. puder assumir aqui. O primeiro orador que está inscrito é o Senador Arthur Virgílio.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É com prazer que dou continuidade aos trabalhos, passando a palavra, inicialmente, ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, senhoras e Srs. Senadores, Ministro Vannuchi, eu, antes de mais nada, registro que V. Exa. fez uma exposição bastante nobre, bastante nobre, bastante elevada, e até contrariando e contraditando o que me parece uma regra geral no seu governo, que é de negar o que tenha acontecido de bom para trás, e eu até ressalto a preocupação que V. Exa. demonstra com relação aos direitos humanos, com essa contradição brutal de o Brasil sistematicamente, na sua política externa, se solidarizar com violações de direitos à pessoa humana onde quer que haja uma ditadura, quase que uma predileção.

Mas eu gostaria de falar a V. Exa., e eu dizia ao Senador Suplicy que eu vou voltar a um certo passado, Presidente Cristovam, eu vou voltar a um certo passado. Eu sou líder de um partido que não se propõe implantar socialismo no Brasil, bem ao contrário, o meu partido não tem como pré-condição que as pessoas sejam ou tenham sido de esquerda; meu partido tem como pré-condição que lutemos para um dia atingir-

mos essa etapa superior de regime político, que é o parlamentarismo.

Mas eu vou falar a V. Exa. como homem de esquerda, que militou pela esquerda durante os 20 anos do regime militar, para um homem de esquerda que pagou o preço e que demonstrou, a meu ver, de modo equivocado, demonstrou muita coragem, muita disposição de luta. V. Exa. optou por um caminho, e eu digo ao Senador Suplicy: "Nessa você não tem como estar com ele, tem que estar comigo nessa". Nós optamos por bandeiras que sensibilizassem a sociedade, eleições para prefeito de capital, essa era a orientação do Partido Comunista Brasileiro, ao qual eu era ligado... Eleição direta para governador de estado, para Presidente da República, bandeiras como anistia ampla, geral e restrita, que possibilitaram que aqueles que estavam encarcerados, e aqueles que estavam no exterior pudessem voltar. Ministra Dilma é candidata graças à paciência que pessoas como eu e o Suplicy tivemos. Pelos métodos dela, eu não sei. Pelos meus métodos, pelos métodos do Suplicy, pelos métodos do Partido Comunista Brasileiro, ela hoje pode ser candidata à presidência da República.

Nós mobilizarmos, pelo que seria a Assembléia Nacional Constituinte, pelos brasileiros, e por críticas às políticas econômicas do regime militar, e era até difícil criticá-las, em função da sensação de bem estar que se espalhava pela mágica do falso milagre brasileiro... De tudo isso eu concordo com quase tudo. Eu vou aqui me abrir para V. Exa. Eu vi, o que me pareceu a primeira vista, um mélange, uma mistura, um mix, de uma porção de temas, eu não entendia por que, porque muitos já fazem parte de projeto de senadores e deputados, eu vou me declarar com muita clareza: relação homoafetiva, no momento que essa matéria for votada aqui, eu vou votar à favor, por entender que é injusto e é irreal não reconhecer que esse é um fato da vida que nos cerca.

Do mesmo modo, a descriminalização do aborto, neste momento que estamos aqui, e há razões religiosas que eu respeito, e eu próprio sou hoje uma pessoa reconvertida, eu me reconverti à religião, enfim, sou católico, mas não sigo o meu arcebispo nisso. Nesse momento, estão morrendo pessoas por estarem fazendo aborto ilegal. Então, é irreal nós imaginarmos que basta proibir para não acontecer; está acontecendo neste momento.

Qual é a crítica que eu quero fazer a toda celeuma que estabeleceu, a meu ver, desnecessariamente, no momento que o Presidente Lula estava tão bem, com a popularidade tão alta? Qualquer sombra, e são seguidas as críticas que o presidente faz à imprensa; a imprensa devia noticiar, não criticar, isso cheira a um certo ranço de autoritarismo, então, qualquer eiva de lembrança, qualquer coisa que possa significar controle aos meios de comunicação, deve ser abjurado com clareza por todos nós.

Do mesmo modo direito de propriedade, dizer para quem quer que seja nesse país, que fez sua opção pelo capitalismo, que V. Exa. combatia e eu combatia, mas é o sistema que nos rege e temos que aperfeiçoá-lo, e ele que tem dado ao Brasil a competitividade de que ele desfruta hoje do ponto de vista de suas exportações, enfim. Dizer que a propriedade de alguém é invadida, e depois se tem que, ao invés de reintegração de posse, tem que negociar com quem que seja, me falou ainda uma querida amiga, sua assessora, a Dodora... Enfim, eu sempre... A Dodora Arantes, e me dizia que determinada polícia colocou militantes do MST em cima de um formigueiro. Eu não posso aceitar uma coisa dessas. E eu tenho horror à atividade que o MST exerce como agente atrapalhador da política econômica brasileira, mas, enfim, não aceito que se tenha que discutir com eles sobre uma propriedade que é minha, legalmente, comprada por mim legitimamente.

Enfim, e finalmente tem a questão militar. Para mim, isso foi, Ministro, me perdoe, mas uma pisada de bola muito grande. Eu estou falando com uma sinceridade brutal, até porque senti o seu sentido construtivo. A questão militar foi reativada, o General Leônidas, dizendo que o Presidente Fernando Henrique, e para citar o mais ilustre dos que ele chamou de "refugiados", não era perseguido político coisa alguma, era preso político. Eu nem vou lembrar essa coisa esdrúxula de se tratar com tanta benevolência violações em Cuba, e ao mesmo tempo, se tratar com tanta benevolência, como se fosse perseguido político, aquele que foi condenado como um criminoso por uma democracia, que é a italiana, o Sr. Batistti, enfim...

Mas, o General Leônidas sai de um certo ostracismo com a questão militar de volta, enfim, isso eu considerei muito ruim, pior ainda, o Presidente Lula recua, o que me pareceu uma coisa ruim até para V. Exa., não foi uma forma de prestigiá-lo. E pior ainda, eu me condoí, quando o Presidente Lula, em um gesto bastante infeliz, ele compara prisioneiro de consciência a bandidos. E eu considero que V. Exa. foi equivocado na forma de combater a ditadura, mas eu sempre respeitei V. Exa., e não tenho V. Exa. como bandido. Eu não tenho a Ministra Dilma como bandida. Ela não é bandida, não foi bandida; ela lutou de maneira errada contra o regime militar. Pela forma que ela queria, pela forma que V. Exa. queria, a ditadura não cairia nunca, ela só se fortaleceria. Pela forma que eu pretendia, pelo que o Partido Comunista Brasileiro pretendia, nós irí-

amos minando a ditadura aos poucos e chegamos ao cúmulo de ir colégio eleitoral. O PT não foi, não foi ao colégio eleitoral, expulsou quem foi, e agora a nossa Dilma vai lá e presta homenagens ao túmulo de Tancredo Neves, numa manifestação até de auto-critica, que eu não quero imaginar eleitoralismo.

Mas eu vejo, Ministro, que houve uma *caput diminutio* para esse episódio todo, porque o Presidente Lula, para tentar dirimir a questão, e à moda simples dele, ele diz assim: "Os conflitos políticos..." Na lei de anistia, para mim, estava claro que de um lado estava o torturador, e do outro lado o torturado, e era assim que se falava no perdão. Ele reduz tudo a conflitos políticos.

A mistura de temas é no fundo, no fundo, para se chegar a atingir esses três objetivos: objetivo de restaurar uma questão militar, que a gente tem que entender que, no Brasil, a ditadura não caiu; houve um acordo. No Chile, a ditadura caiu; no Uruguai, a ditadura caiu; na Argentina, a ditadura caiu; aqui a ditadura não caiu. As condições foram diversas e diferentes. Eu sempre digo que se eu tivesse que fazer um elogio ao Paulo Maluf, eu faria um na minha vida; foi o elogio de ele não ter desistido de competir com Tancredo, porque se ele tivesse desistido, talvez a transição democrática tivesse sido atrasada em dois ou três anos, e os militares dificilmente iriam engolir Tancredo Neves como candidato único, avassalando o que restava de poder para o General Figueiredo, enfim, mas eu vi ali apoios e vi apoios; alguns apoios cooptados, enfim, e vi apoios legítimos. Respeito Dom Paulo Evaristo Arns, respeito Chico Buarque, respeito tanta gente que tem direito de pensar, e aqui eu estou para dizer que o que não for declaração de intenção, o que significar luta por direitos humanos, efetivamente, vai contar com o meu apoio, mais eu não gosto desse mix, e eu queria dizer que eu faço uma separação muito grande. E vou contar um episódio que talvez o sensibilize.

Eu não gosto desse mix, porque o mix, primeiro, atropela projetos que já estão em tramitação no Congresso, passa a impressão de que, no fundo, queria chegar àquilo. Isso tem que ser desmentido com clareza. E, por outro lado, eu entendo que tem uma diferença muito grande entre reabrir a questão militar, porque um general de brigada tinha 54 anos, mais ou menos; hoje ele teria que ter 94 anos depois. O suposto crime que ele cometeu, ou um certo crime que ele cometeu, que uma minoria fez, a maioria não fez, eu divido muito o Exército Brasileiro da época da ditadura e o Exército Alemão regular e a SS... O Exército Alemão foi obrigado a ir à guerra, e a SS era a que fiscalizava os oficiais regulares alemães.

Eu digo a V. Exa. que se alguém, e eu tenho vários amigos nessa condição, alguém quer os restos mortais do seu ente querido, que foi assassinado, deve ter o direito de buscar isso, mas tem que ser separado claramente de tentativa de punição. Eu vou lhe dar um exemplo, uma figura que eu considero uma figura execranda, execrável, e até risível, chamado General Ibiapina. Eu era Ministro de Estado, fui ao Clube Militar para a reunião de amazonenses, e o presidente da Associação de Amazonenses do Rio de Janeiro me apresentou ao General Ibiapina; o Ibiapina é o homem que puxou Gregório Bezerra pelas ruas, o homem que todos os dias dizia para o Arraes que ia matar o Seixas Dória; todos os dias dizia para o Seixas Dória que iria matar o Arraes. E aquilo era uma tortura psicológica brutal, e eu não aceito tortura de espécie alguma, e condeno violação de direitos humanos aqui, em Cuba, em Guantánamo, em qualquer lugar onde se manifeste, em delegacia, isso é muito importante. Tem gente sendo torturada em delegacia neste minuto. E me apresentaram a ele: "Esse aqui é o Ministro Arthur Virgílio, queria apresentar o senhor ao general, presidente do Clube Militar, que nos cedeu gentilmente o clube". Ele, Suplicy, colocou as mãos para trás, e não me cumprimentou.

Como eu fazia política estudantil no Rio de Janeiro, e ele era general lá em Recife, eu depois, saí, fui lá, sobrou comida para todos amazonenses, menos para mim, eu fui almoçar no restante, até porque eu tive que discursar, houve discurso para lá e para cá, e quando olhei, não tinha mais nada comível, enfim; fui almoçar num restaurante com três ou quatro amigos. Um deles trabalha no governo do PT, José Eudes, que foi expulso. É um grande amigo do Presidente Lula, mas foi expulso injustamente, e esse é um momento de auto-crítica que deve ser feito pelo Partido dos Trabalhadores; tem gente que, a meu ver, deveria ter sido expulsa e não foi, o Zé Eudes não devia ter sido expulso, e foi. E eu falei... Aí começamos, no restaurante onde sentamos, a perguntar: "Ele é louco?" Por que... "O que ele tem contra mim?" Eu não fiz perturbação, eu não queimei nenhum carro em Recife; eu queimei no Rio de Janeiro carro; eu não quebrei a vidraça da Embaixada Americana no Recife; eu quebrei no Rio de Janeiro. Quer dizer, "de onde vem essa raiva desse rapaz, esse senhor de oitenta e tantos anos de não falar comigo?" Eu cheguei à conclusão, e eu não sou médico, é horrível falar de um assunto que a gente não conhece, que ele estava tão esclerosado, que ele me confundiu com o meu pai, que era um dos líderes da oposição ao regime militar. Que ele não podia ter raiva de mim, não justificava. No período pós-84, quando minha atuação começou a ficar mais marcante do ponto

de vista parlamentar, eu nunca fiz nada, nunca citei o nome desse homem. Citei, quando homenageei o Gregório Bezerra, enfim, ou seja, qual seria o sentido disso, punir o General Ibiapina? O General Ibiapina, de 94, até chegar o final do processo, ele teria 103; a essa altura, se perguntar o nome dele, no inquérito, ele não sabe.

Ou seja, não teria sentido nenhum a não ser o de nós recriarmos uma situação de crise militar que não interessa a ninguém, por quê? Porque os militares aceitaram, no Governo Fernando Henrique, a anistia a Lamarca e a Marighella, e o Presidente Fernando Henrique só não anistiou, Presidente Cristovam, conjuntamente, só não anistiou primeiro Marighella, que podia, eu disse isso a Carlinho Marighella, querido amigo meu, filho do Marighella, eu disse a ele: "O seu pai só não foi..." "Poxa, Arthur, que decepção". Eu disse a ele: "O seu pai só não foi anistiado agora porque o Presidente Fernando Henrique quer anistiar os dois juntos, se não anistiar juntos, não vai anistiar nunca o Lamarca, porque haverá resistência na área militar"; era a ordem que se estava fazendo da transposição das direções militares para as direções civis no Ministério da Defesa. E o Carlinhos Marighella aceitou isso, e enfim, e foi feita a anistia ao Marighella naquele governo.

Depois, eu não sei nem se foi justa a promoção a General, não sei, porque é como promover alguém a embaixador depois de ter saído... Poucos chegam a embaixador, poucos chegam a general, é um detalhe, enfim, mas de qualquer maneira, os militares estão cumprindo rigorosamente com o seu dever constitucional. Eles aceitam tudo, eles viram as crises por que passou este governo, no episódio do mensalão, sem se manifestar, a não ser o pessoal da reserva, que se manifestará sempre. Eles viram o *impeachment* do Presidente Collor, e ficaram literalmente na sua posição constitucional. Quer dizer, nós só temos que enaltecer e exaltar o papel que os militares exercem do ponto de vista das suas obrigações constitucionais. Eu não entendo por que mexer nisso, quer dizer, não pense que eu passei incólume... Eu conheço o seu passado... Mas não é para mexer...

Em 64, a minha casa foi invadida... Alguém diz aqui: "A minha também". Enfim, e a minha mãe foi obrigada, comigo e meus irmãos, a cantar o Hino Nacional de costas para a parede para mostrar que nós não éramos comunistas, e àquela altura, eu já era comunista. E nós cantamos, meu irmão menor não queria. E outras casas foram feitas assim, quando vinha a frente ampla, Carlos Lacerda jurou ao meu pai que não foi ele que deu a ordem. Não importa, não importa.

Boré serviu à ditadura de Vargas, contra a quem não tenho nenhum rancor. Não tenho nenhum rancor das lembranças que me sobrevoam a mente, de Carlos Lacerda, nenhum. Não tenho nenhum rancor do General Ibiapina; para mim, é um episódio que foi superado pela instalação e pela consolidação da democracia brasileira. Então, a cassação de meu pai... Perdeu a felicidade dele aos 48 anos de idade; era líder de governo aos 41. O lado dele perdeu... Um dos maiores amigos que eu tenho hoje, e um amigo que as pessoas que ainda dividem em "ismos", da direita, é o Senador Jarbas Passarinho. Jarbas Passarinho, teve gente aqui que não foi à noite de autógrafos dele; eu fui. Ele cassou meu pai, ele assinou, apôs sua assinatura cassando meu pai. Mas Senador Passarinho era um grande homem. Ele acreditava piamente que era aquilo que era bom para o Brasil, e o Coronel Jarbas Passarinho, Senador da República, Ministro de Estado, tudo que ele foi na vida, o Jarbas merece o meu respeito. E para mim, a partir de 79, eu não só o anistiei, como passei, a partir daí, as portas estavam abertas para qualquer entendimento, ou seja, eu não cultivo a figura do rancor. O que me pareceu, no PDNH-3, é que vi ali a figura do rancor.

E quando V.Exa. fala, eu não vejo em V. Exa. a figura do rancor. Então, eu gostaria que esse rancor fosse abjurado, que nós não nos prendêssemos em desvãos, e para mim é um desvão tentar reabrir essa questão; isso é para pôr uma perda em cima. No Brasil não cabe *"Las Madres de la Plaza de Mayo"* porque não foi o mesmo processo; nós não tivemos aqui o nosso Galtieri; nós tivemos o nosso Figueiredo, que vinha naquele processo de abertura lenta e gradual, da qual nós aproveitávamos para crescer enquanto alguns radicalizavam. Me perdoa insistir, para mim, a opção de V. Exa. foi equivocada, V. Exa. não estava certo na forma de combater a ditadura, embora eu louve a sua coragem, e louve seu valor pessoal. Me desculpe, mas, para mim, a minha forma de combater à ditadura era a mais correta; a forma proposta pelo Partido Comunista Brasileiro era a mais correta, era a forma justa, forma que, junto com outras forças, com o PCdoB e com tantos outros partidos, nós, o PMDB, todos fomos para o PMDB... MDB primeiro; no PMDB, eu já não era do Partido Comunista. Era lá o caminho para nós enfrentarmos do jeito que as nesgas de espaços que a ditadura nos desse, nós permitisse, e nós enfrentamos.

Então, as minhas dificuldades com relação ao PNDH-3 estão, nessa questão, a liberdade de imprensa é intocável no Brasil, intocável. É um crime, qualquer frase dita por quem quer que seja, ainda que do Presidente e, sobretudo, do Presidente da República. O direito da propriedade é constitucional, é intocável, e nós temos que olhar com responsabilidade para os

resultados da balança comercial brasileira, se queremos nos referir ao MST e ao agronegócio.

E a questão militar, eu não vejo mesmo como reabri-la, eu não vejo mesmo por que reabri-la; os restos mortais de familiares de amigos meus que foram assassinados, eles devem ter o direito de ter o local onde possam velar as suas memórias. Mas é isso e ponto, é isso e ponto. Não cabe nada parecido com o que houve em outros Estados; não é justo com o Exército, não é justo com os atuais militares, os atuais dirigentes, que não têm nada a ver com esse caso, ou seja, eu ouvi de V. Exa. nobreza aqui, e lhe peço a nobreza de também perdoar, a nobreza de também esquecer, a nobreza de também se concentrar no que é hodierno, no que contemporâneo. Contemporâneo é nos vermos quais são as violações de direitos humanos que nós podemos coibir juntos, enquanto nação aqui, e V. Exa. fala em países... V. Exa. citou o nome do Presidente Fernando Henrique aqui várias vezes, e eu aqui gostaria de dizer que eu espero, no futuro, poder citar o nome de V. Exa. também.

Então, me espanque essas três dúvidas, e nós discutiremos o restante. E eu lhe peço desculpa pela emoção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Por uma inversão concedida pelo Senador Inácio Arruda, eu vou passar a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, para depois de duas intervenções, passarmos a palavra ao Ministro Vannuchi. Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente Cristovam--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, pela ordem, só um minuto--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu estava inscrito para falar--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O senhor está em quinto lugar--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu não vou falar não, eu só queria dizer que, depois do discurso do Senador, do líder, Arthur Virgílio, eu abro mão de falar, porque é difícil a gente ouvir um relato tão sincero, tão emocionado e tão brilhante ao mesmo tempo. Eu acho que o recado, Ministro Vannuchi, está muito bem dado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem, Senador Tasso. Com a palavra, Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Cristovam Buarque, Presidente, Ministro Paulo Vannuchi, Ministro e amigo, eu queria dizer que nós começamos muito bem esse debate, com a apresentação consistente, reconhecendo historicamente as contribuições do governo anterior, do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, um homem que veio da luta democrática, de Paulo Sérgio Pinheiro, que é uma figura expoente na luta pelos direitos humanos, uma figura de estado, uma figura republicana, que transcende de partidos ou períodos, e que está sendo visto por esse governo, inclusive, como um alto comissariado da ONU para a questão dos direitos humanos.

Eu acho que essa intervenção com essa qualidade, e tratando de um tema tão sensível quanto é a Agenda Direitos Humanos, permitir que os excluídos, os discriminados, os perseguidos, os violentados possam se expressar, possam se constituir como sujeitos políticos na sociedade, possam encontrar, junto ao Estado Brasileiro, canais de diálogo e de manifestação, eu acho essa experiência riquíssima, e ela tem que continuar, ela tem que prevalecer.

Nós só seremos uma sociedade civilizada se formos capazes de discutir com maturidade, encontrar soluções para aquilo que são nossas diferenças religiosas, culturais, étnicas. E essa construção democrática, e quero parabenizá-lo por ter citado Bobbio, os direitos civis e políticos são direitos de liberdade; os direitos econômicos e sociais são direitos de igualdade, e esse é o caminho que esse país tem que apresentar.

Eu acho que hoje o Brasil, não só pela sua resposta econômica, por estar distribuindo renda, por ter preservado a estabilidade, o país deixou de ser um problema internacional, e passou a ser parte das soluções dos grandes problemas internacionais... Talvez a coisa que nos diferencie entre os BRICs é exatamente a democracia, o Estado de Direito Democrático, a separação de poderes, a alternância de poder. E esses valores precisam ser assegurados.

Quero dizer também que fiquei muito feliz de ver a intervenção sincera, profunda, do meu companheiro Arthur Virgílio, com quem tenho tantos embates e muitas afinidades. Eu acho que foi muito importante a intervenção dele, que pauta a qualidade ao debate, que eu acho que o Brasil deveria fazer.

Eu queria reconhecer, são mais de 500 proposições, e a ampla maioria absolutamente necessária, relevantes, contribuições que eu espero, porque nada disso terá vigência nesse país se o Congresso Nacional não abraçar algumas Agendas, e não impulsionar na forma de políticas públicas de avanço nas leis, então, a Conferência é uma provocação ao debate. Não é necessário concordar com o que está sendo proposto, mas é importante que seja discutido, e aquilo que seja relevante, seja incorporado.

O que eu queria dar destaque? Primeiro sobre o problema do controle dos meios de comunicação, uma pauta recorrente na democracia brasileira. Eu quero dizer qual é a minha posição, só há um caminho para o controle democrático e social dos meios de comunicação; é o leitor controlar o jornal; o ouvinte controlar o rádio, e o telespectador controlar a televisão. Não há outro caminho.

A liberdade de expressão é um valor, é um princípio essencial à democracia, e eu vi o Presidente Lula dizer exatamente o que eu acabei de dizer. E eu acho que essa tem que ser a política do Estado brasileiro, e tenho certeza que qualquer um que tentar violar esse princípio terá resposta exatamente daqueles que lutaram tanto para assegurar a liberdade de expressão num tempo de receita de bolo e do silêncio das rotativas.

Então, não importa se tem um jornalista que não reconhece nada do que o governo fez, ou se tem um veículo que se assume como oposição sistemática ao governo; é melhor que eles existam do que o silêncio do debate. Então, eu fico feliz que não haja a expressão "controle democrático social", e o debate democrático acho que vai fazer com que o Brasil aprenda. Ainda mais com a Internet hoje, com as oportunidades de acesso à comunicação, de expressão; a interatividade, quer dizer, o cidadão não tem mais aquela relação passiva diante dos veículos, ele pode interagir, ele pode se manifestar, ele pode, cada vez de forma mais ativa.

Segunda questão relevante: Imposto sobre grandes fortunas. Eu sinceramente acho que esse é um debate de política econômica e fiscal, por sinal, o que nós fizemos aqui. Já fizemos esse debate duas vezes. Não acho que é uma questão que devia estar no programa, isso é um debate de política econômica e fiscal. Há toda uma discussão se o imposto sobre grandes fortunas tem alguma eficácia do ponto de vista fiscal. A avaliação é que tem pouca. O que é que a experiência nesse tema, que merecia ser discutida, como política econômica e fiscal? A experiência, talvez, americana, de estímulo às fundações. Os grandes milionários americanos, Fundação Bill Gates, Guggenheim, Ford. Por que eles criam fundações? Porque a política fiscal estimula que se criem fundações; é uma política pública, não é de Estado os recursos; a família participa e controla, e você transforma em apoio ao meio ambiente, ciência e tecnologia, educação. Eu acho que esse é um debate que nós podemos fazer, mas não vejo por que isso está num plano de direitos humanos.

Da mesma forma que a questão de política agrária... O problema da violência no campo é um problema dos direitos humanos; o problema que o Ministro colocou, dos assassinatos, da violência, da tortura, venha de onde vier, em geral, contra os trabalhadores, mas não só contra os trabalhadores, nós temos outros casos de violência, inclusive por parte dos movimentos sociais, que eu acho que não podem prosperar no país, nós precisamos tratar a política agrária e agrícola como política agrária e agrícola; o país que é o segundo maior produtor e exportador de alimentos, precisa avançar a reforma agrária, precisa avançar os assentamentos, nós duplicamos recursos do PRONAFE, da agricultura familiar, fortalecer as cooperativas, mas precisa esclarecer o debate, que precisa ser feito com mais profundidade, aonde é a competência específica.

Não vejo... Eu acho que a justiça tem razão no sentido de respeitar o Estado Democrático de Direito, as leis, o papel do judiciário nos conflitos agrários; o que nós podemos fazer é debater leis, aprimorar leis no sentido de melhorar, agilizar processos decisórios na questão do conflito agrário.

Em relação a símbolos religiosos, eu, quando li as notícias, que se pretendia retirar os símbolos religiosos, eu quase pensei que estava se propondo retirar o Cristo Redentor do Rio de Janeiro, e São Paulo do nome do meu Estado, porque era uma agressão à consciência cidadã. Fiquei feliz que não é exatamente isso. O que se propõe são os símbolos ostensivos nos logradouros públicos, nos prédios públicos, da União--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E o meu Padim(F) Ciço(F).

[risos]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E retirar o Padim(F) Cícero do Ceará, já está sendo resgatado... Então, eu acho que isso, evidente que a cultura brasileira, mais de 90% da nossa população é cristã, evangélica ou católica, somos um país ecumênico, respeito a diversidade religiosa. Então, eu acho que isso não é uma questão... O Estado é laico, deve se preservar como laico, mas o respeito a esse amplo sentimento popular, que nos faz uma sociedade mais tolerante, mais pacífica, mais generosa, mais solidária, é uma coisa que nós devemos valorizar, e reconhecer que é o sentimento do povo, nossa história, nossa tradição, nossa cultura. E hoje o debate religioso no país é absolutamente democrático, a convivência com todos os credos, as tradições afro, e todas as outras tradições religiosas são respeitadas e estão muito presentes no país. Então, eu acho também um tema bastante sensível.

Em relação à questão do aborto, eu acho que é um tema de saúde pública extremamente importante; não é possível que 250 mil mulheres continuem expostas, nas condições que estão, à prática de aborto sem a menor segurança, do ponto de vista de saúde pública... Respeitando a convicção religiosa e de fé dos

que são contra e professam uma posição contrária e absolutamente legítima que assim seja e que tenham essa coerência nas suas vidas. Mas a questão do acesso à saúde pública, nessas situações-limite, eu acho que é uma coisa muito importante.

Para concluir, em relação à questão das Forças Armadas, eu acho que o Brasil fez uma opção histórica muito importante para a construção da democracia, que foi a anistia ampla, geral e irrestrita. Assim como hoje eu vi o Senador Arthur Virgílio confessar a sua juventude comunista, eu quero também dizer que, em 1977, eu fui pra coordenação da campanha do então candidato a Senador na sub-legenda do MDB, Fernando Henrique Cardoso, por sinal, fui com Dom Paulo Evaristo Arns, e com o Presidente Lula, para aquela plataforma democrática, sabendo que nós perderíamos as eleições; eu era da boca de urna do comitê do então candidato ao Senado, Fernando Henrique Cardoso, junto com Plínio de Arruda Sampaio e Almir Afonso, porque considerava que a plataforma democrática, inclusive nessa questão da anistia, era mais corajosa, mais ousada, e não aceitava a ideia de uma anistia restrita, que era o debate que se fazia naquele final dos anos 70. E aquele movimento por uma anistia ampla, geral e irrestrita foi fundamental para nós avançarmos na construção democrática do país.

No entanto, eu acho, a sensibilidade do Senador Arthur Virgílio, vivendo os momentos do autoritarismo, da repressão na sua família, nós temos aí, eu acho que são 153 famílias que não sabem o que aconteceu com os seus entes queridos. Eu li o artigo do Marcelo Rubens Paiva... Eu sou amigo da família há uns 37 anos. Eu, então, vi a D. Eunice, a Veroca, durante anos, sem ter... Vai fazer uma matrícula na escola, "qual é o nome do pai?" "Cadê o documento do pai?" Não tem assinatura, não tem atestado de óbito, não tem a presença do pai. Em toda vida, jurídica, pessoal, familiar, para não dizer as versões e versões a que a família já foi exposta sobre o que aconteceu com um homem público exemplar, que era Rubens Paiva. A família não sabe o que aconteceu, e mais, a Comissão de Anistia ainda não resolveu o problema da família; nós estamos falando de 37 anos que eu acompanho essa família, como muitas outras.

Então, o direito a saber o que aconteceu é um direito fundamental, essas famílias... Nós não vamos consolidar a democracia no Brasil, sem saber o que aconteceu com esses familiares, isso é uma coisa... O governo anterior começou, esse governo tem feito esforço... Nós estamos agora discutindo uma lei de acesso às informações. Eu, particularmente, acho que nenhum documento com mais de 25 anos deve ter segredo de Estado; nós devemos avançar na questão da transparência na sociedade moderna. Estamos discutindo para aprovar uma lei de acesso às informações. Então, as informações têm que ser públicas, os agentes públicos têm que saber que as decisões que ele tomar, no futuro, serão de conhecimento da sociedade. E a transparência é o melhor desinfetante na administração pública, é o sol. É isso que desinfeta a administração pública, seja do ponto de vista da corrupção, dos desmandos, dos desvios de conduta; isso é uma grande virtude da sociedade democrática, a transparência.

Então, eu acho que sou favorável, sem revanchismo, não é isso que se trata, mesmo porque a lei de anistia prevalece sobre qualquer outra ação que pode se fazer, mas essas famílias têm o direito a saber o que aconteceu, para que elas possam viver em paz, porque não enterrar um filho, não enterrar um marido, não enterrar uma mulher, e não saber simplesmente o que se passou, isso é uma pauta dos direitos humanos desse país, e é uma pauta relevante na construção da cidadania e da democracia.

Por isso eu acho que nós estamos avançando no sentido de maturidade desse debate; quero parabenizar o Ministro pelas inflexões, pela reflexão e pela disposição de rever aquilo que agride, que não constrói, que não avança, e centrar naquilo que é absolutamente indispensável e fundamental para que a gente possa progressivamente construir um Brasil mais solidário e mais generoso; nós estamos muito longe de resolver a agenda dos direitos humanos no país, apesar de tantos avanços, tivemos no governo anterior, e estamos tendo nesse governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou seguir o ritmo de passar a palavra ao Ministro, e, depois, a gente retoma com o Senador Suplicy. Ministro Vannuchi com a palavra.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Eu agradeço muitíssimo as duas intervenções, a do Senador Arthur Virgílio, com esse componente, que é sempre muito pungente, de emoção, que teve, que o levou às lágrimas, e também eu senti o mesmo impacto nesse momento, me lembrando, inclusive, senador, de uma audiência aqui no Senado, em que eu não lembro se o tema era criança e adolescente, ou se era uma homenagem a Chico Mendes, em que V. Exa. fez uma comunicação sobre o naufrágio no Amazonas, e a morte de um prefeito, seu amigo, não é? E, em seguida, eu, na minha fala, relacionei com o tema da busca dos corpos dos desaparecidos políticos que o Senador Mercadante também acaba de abordar.

Quero expressar aqui algumas opiniões, e dialogar um pouco em torno das principais questões--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ministro, busca, que eu endosso; sou contra a reabertura da questão, mas endosso, eu tentei ser claro--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Estamos juntos nisso. Senador, sobre a rápida referência também, sempre respeitosa e elogiosa à minha história, da minha juventude, quando, com 20 anos, eu fui para o DOI-CODI, e passei por aquilo que todos passaram e fiquei cinco anos preso; eu era um militante da LN... Uma cisão do PCB em torno exatamente da questão da resistência armada.

Sobre a resistência armada, eu só quero expor um pouco, para a compreensão de quem é o titular do cargo hoje de direitos humanos, que eu estou muito aberto, ainda, como militante, como cientista político, para toda a discussão de se aquela luta armada foi um erro ou não foi. Eu conheço os argumentos de que "olha, esse caminho não ajudou"; eu também gosto de argumentar que, talvez, a derrota da ditadura tenha sido resultado de uma convergência de múltiplas ações, inclusive, em que David Capistrano Filho, que era meu companheiro, no PT, filho de um desaparecido político que homenageamos em Pernambuco, no ano passado, na Assembléia Legislativa; David Capistrano Pai foi um herói da resistência francesa, um herói da Guerra Civil Espanhola; voltou ao Brasil no dia da posse do Presidente Geisel, desaparecido; há relatos de um agente do DOI-CODI de que ele teria sido esquartejado na casa da morte, em Petrópolis.

O David Capistrano eu conheci em 70, na Faculdade de Medicina da USP, aonde eu estudava, e ele... Eu não terminei Medicina, ele era do Rio, e ele era um militante do Partido Comunista, e nós ali tivemos embates de duas concepções distintas, para depois estarmos juntos nessas reciclagens que a vida política produz. Tivemos militâncias próximas. Eu tenho a impressão de que a luta armada, de qualquer modo, ela, do ponto de vista dos direitos humanos, ela, provavelmente, ela tem apoio num argumento que não é o argumento de se foi correto ou não, mas o tema da legitimidade, porque a Declaração Universal, no seu preâmbulo, começa dizendo que aqueles 30 artigos servirão para que os povos não sejam mais impelidos a exercer um direito de rebelião contra a tirania e a opressão.

E o direito de rebelião contra a tirania e a opressão, ele é um tema milenar do Direito, um tema bíblico, ele é tomista, ele é lockeano, e ele estava lembrado na Declaração, no seu preâmbulo. Então, a discussão sobre se foi correta, se não foi, eu, pessoalmente, agora, como titular dos direitos humanos, evidentemente, os direitos humanos se orientam para a paz, para a não violência.

Agora, pairarão sempre dúvidas se contra o ocupante nazista estava configurado ou não o direito de rebelião, e haverá um amplo acordo entre nós de que sim, a resistência tinha o direito de se organizar e atacar o ocupante nazista.

E, no caso brasileiro, haverá divergências muito profundas sobre isso. eu não sou uma pessoa que quando fala daquele período fala que acertamos em tudo. Eu tenho orgulho de ter participado de uma juventude que ajuda a construir o Brasil que temos hoje, mostrando que, "olha, as tiranias não podem se implantar e achar que elas existirão sem reação. Haverá reação, é fundamental que haja reação". Se foi correto ou não, é um tema que eu não tenho hoje em aberto, e certamente entendo que a resistência cometeu muitos erros.

O mix de muitos temas, que, certamente, é um problema importante, ele é um problema importante, ele é um problema, eu diria, um problema tema, não seria rigorosamente um problema erro, na medida em que pode haver um ou outro tema que não devia entrar, como alguns não entraram e tinham sido aprovados na Conferência. E foram os temas em que eu tive a capacidade de perceber que: "Olha, isso aqui tem alto risco de gerar um ruído, uma controvérsia, em que as pessoas vão desaparecer". Havia proposta sobre a questão dos juros.

Sobre as grandes fortunas, acolhendo a recomendação do Senador Mercadante, eu só quero ponderar que ela é um preceito constitucional, então, enquanto estiver na Constituição, a democracia, como manifestação de múltiplas vozes, ela deixa o caminho aberto para, em cada conferência, cada mobilização, apresentar de novo, ao poder constituinte soberano para decidir o que é lei e o que não é, e agora V. Exa. me informou, inclusive, que acaba de ser recusado, ou por votação aqui na--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Na discussão da reforma tributária.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Tributária. Bom, então, a questão dos direitos humanos é um problema sim, é um problema-tema porque os direitos humanos não nascem de uma vez só, nem de uma vez por todas, há um processo em que os ambientais não estão referidos na Declaração de 48, nenhuma referência a meio ambiente. E, hoje, a plataforma DHESC, já é plataforma DHESCA, direitos econômicos, sociais e culturais, e agregaram um A... O comitê da ONU, que nos sabatinou duramente, em 2009, lá em Genebra, dois dias respondendo dos direitos econômicos e sociais, incorporou os temas ambientais amplamente, sem que, no Tratado de 66, haja a incorporação do tema ambiental.

Então, nesse sentido, a incorporação desses temas envolve, em qualquer conferência de militantes dos direitos humanos, há sempre a tendência de falar: "Olha, a política monetária, a taxa de juros teria algo a ver com direitos humanos porque, dependendo--

[risos]

Meu presidente aqui está dizendo tudo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

[risos]

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: É claro que nós vamos tentar exercer esse papel que foi uma tentativa muito elevada, eu repito, que a conferência não é uma conferência chapa branca, o governo ali leva chumbo, e leva chumbo grosso, falando de uma amiga comum nossa, Marijane, companheira de Luiz Travassos, nosso Presidente da UNI, a quem lembro e homenageio aqui. Havia uma Mesa sobre o tema do desenvolvimento, um dos eixos; eu fui presidir para ser poder moderador, e estava convidada a Ministra Dilma que não pôde ir, enviou uma assessora, e pela sociedade civil, foi indicada a professora Marijane Lisboa. E eu, no momento em que eu tentei fazer uma intervenção apaziguadora, demonstrando: "Olha, o governo não é como sociedade civil, aqui tem limitações constitucionais, legais, orçamentárias, vamos ver o que dá para compor, tal". Eu tentei uma figura de retórica, que me deu muito errado, eu fui e falei assim: "Por exemplo, se a conferência aprovar aqui suspensão imediata de todas as obras do PAC, e ia continuar..." Ela puxou palma, e todo mundo bateu palma, expressando naquele grupo, que tinha 300 pessoas, apoio a uma ideia que eu ia construir como insensata.

Mas, assim, a assembléia é um momento em que o governo faz um crivo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Como é que é?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Estava toda militância do PSDB na conferência; tudo que eles querem é que pare para fazer discurso.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Não é o caso dela, não é?

[risos]

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: --Ela tinha sido uma alta assessora.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, a gente não pode parar o que não existe.

[risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Na realidade, Ministro, eram os prefeitos que esperavam as obras do PAC, e elas não chegavam, era frustração dos prefeitos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O povo já sente as obras do PAC, mas vai a partir de agora, deste mês, que vai aparecer em todo estado o que está sendo feito, aí a gente volta a esse debate.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Tasso violou os direitos humanos aqui.

[risos]

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Muito obrigado, então, o mix de muitos temas é um problema, agora, o artigo do Paulo Sérgio Pinheiro, da revista, eu peço gentileza de lerem, muitos serão amigos pessoais dele, ele tenta construir a explicação dessa amplitude, que é um problema tema, e que nós temos que voltar às entidades da sociedade civil para dizer: "Olha, veja que a reação ao PNDH-3 foi assim, assim, e assado, e é preciso fazer uma espécie de cheque balance, ponderações recíprocas, buscando composições para consensos mais amplos em torno de direitos humanos. Pode haver alta polarização em todos os demais temas, mas, nos direitos humanos, é fundamental construir consensos amplos".

Sobre a questão, Senador Arthur Virgílio, das opiniões formuladas sobre a questão da união civil estável, a questão do aborto, eu quero dizer que o aborto foi o tema que imediatamente me dei conta de que tinha um problema, e anunciei, e vamos alterar, mas eu quero lembrar também, e tenho aqui nas mãos, se interessar, eu posso ler, manifestações duras, posteriores, por exemplo, das católicas pelo direito de decidir, que já realizaram audiência... Senador, como vai? ...Dizendo para o governo não recuar disso porque o tema é um tema de saúde pública etc. e tal.

Há formulações que eu tenho aqui, das duas grandes conferências mundiais da ONU sobre a questão da mulher, que foram sucessivamente a Viena, Viena 93, o Cairo, em 94, e Beijing, em 95. E nessas duas, as formulações, elas evitam a palavra aborto, mas, a formulação é assegurar à mulher o direito de controlar todos os aspectos relacionados à sua fertilidade, à sua saúde sexual e reprodutiva.

Eu acabo de receber na PUC de São Paulo, das mãos da Silvia Pimentel, que é a vice-presidente do Comitê da Mulher na ONU, uma conhecida jurista brasileira, de São Paulo, uma recomendação no sentido de que, se nós vamos alterar, que essa alteração, ela busque um consenso maior, mas que não ignore as demandas democráticas sobre o tema saúde pública 250 mil. Durante a 11ª Conferência Nacional houve, na hora do almoço, uma manifestação, aquelas coisas de fazer uma manifestação dentro da conferência, em que as mulheres, de lilás, entraram, a Ministra Nilcéia

junto, sobre denúncias sobre situações, envolvia uma delas Mato Grosso do Sul, episódio em que mulheres que tinham realizado abortos ilegais... Elas, na unidade de saúde onde eram internadas para combater a infecção, o risco de morte iminente, havia a recomendação oficial, então, ela era imediatamente amarrada na cama, enquanto a autoridade policial vinha para começar... Que Luiz Alberto, nesse artigo da revista, Luiz Alberto Gómes de Sousa, ele argumenta, aí como teólogo, no sentido inclusive de se também não cabe ver a questão dessa mulher que realiza um aborto, que a Igreja Católica, outras religiões condenam, também com o enfoque da chamada compaixão, e a ONU é muito expressa, no seu comitê, no sentido de rever legislações punitivas.

E, no Brasil, já há um dissenso, a igreja... Não sei as demais, a Católica não aceita abortos que a lei brasileira permite. A lei brasileira permite aborto no caso de estupro, no caso de risco de vida à mãe, e está em debate no Supremo, anencefalia. E aí também não é o mesmo tema, porque envolve questões muito profundas sobre a vida, sobre a religiosidade, e tem que ser tratado com enorme respeito, cautela, mas as católicas, pelo direito de decidir, apresentam algumas formulações teológicas como Agostinho, Século 3º, dizendo que a vida, a alma, só se constituem no quadragésimo dia, de que não há alma no ovo recém-fecundado... Um debate teológico, que não está encerrado, e na laicidade do Estado, vai ser lei, não vai ser lei aquilo que não seja definido pelas razões religiosas.

Eu lembro também o tema do divórcio, que tem mais de 30 anos, e todos aqui se lembrarão do saudoso Nelson Carneiro, e aí me permitam o clima de descontração, com a pequena lembrança que envolve também símbolos religiosos, daqui a pouco... Deputado Genuíno, na correria final da constituinte, estava recolhendo assinaturas para tirar do preâmbulo da Constituição o "sob a proteção de Deus", que está lá. E eu entendo que aquele Deus é também Alá, ele é Jeová, ele é eventualmente Xangô, não há um Deus único ali; é uma ideia de religiosidade que está presente. E o Genuíno foi recolher assinaturas para retirar porque o Estado era laico. E Nelson Carneiro respondeu: "Meu filho, eu gosto muito do projeto, continue colhendo, mas eu não vou assinar porque, na idade que eu estou, não convém criar problema com Deus nessa hora".

[risos]

Então, nesse sentido, a questão dos nomes, nos estabelecimentos da União, ninguém estava invadindo competências do Legislativo, nem do Judiciário, evidentemente, nós vamos alterar também porque é preciso deixar claro que não é para tirar o Cristo Redentor de cima do Corcovado, não é para mudar o nome da cidade de São Paulo, nem do meu time, que, aliás, ontem foi classificado para as finais do Paulista... A ideia que estava presente ali, que foi aprovada, e que--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Você esqueceu de dizer que, em primeiro lugar, foi o Santos; por sinal, devemos fazer um projeto de Lei Rouanet, porque é só arte aquele time.

[risos]

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Quem sabe o São Paulo não consiga parar aquela máquina de fazer gol do Santos. E a questão dos símbolos religiosos foi votada e aprovada, certamente, com a preocupação de casos concretos... Eu vou citar um deles... Eu vou citar um deles: Em Florianópolis, no ano passado, houve quatro sucessivas depredações de terreiros de umbanda. Indicam as vítimas que teriam relação com uma determinada igreja, que é aquela daquele local, que é aquela igreja nacional, que um pastor faria pregações, relacionando com questão do demônio, e que pode ser que os seus fiéis tenham, motivados por essa pregação, feito a depredação. E os terreiros recorrem ao Judiciário, e o Judiciário terá um crucifixo como símbolo de uma pendência que levou a ONU a criar o Crescente Vermelho, para não operar a Cruz Vermelha nos países islâmicos.

Evidentemente, a redação não está boa "para impedir", não é impedir, então, tem de ser corrigida para uma formulação que, "tendo em vista o caráter laico do Estado, firmado no artigo tal da Constituição, promover a discussão ou o debate nas autoridades competentes, sobre a conveniência ou não", há teólogos que defendem que não haja, até com o argumento de que Jesus não deve ficar coonestando determinados procedimentos que, às vezes, são celebrados em determinadas periferias das instituições públicas etc. e tal.

A questão da imprensa, eu reafirmo as formulações, e faço minha a do Senador Mercadante, lembro mais uma frase do Presidente Lula, dizendo: "Eu sou fruto da liberdade de imprensa". E, dialogando com o Senador Arthur Virgílio, pelo nosso passado de militantes, lá pelos idos de 68, da esquerda, e nos consideramos pessoas de esquerda ainda hoje, por diferentes conotações, provavelmente a de Norberto Bobbio, "será de esquerda quem luta pela igualdade". E eu digo que troquemos a imprensa que nós temos no Brasil, hoje, por uma que tenha um jornal só, uma televisão só, uma rádio só, ou vários, estatais, e os problemas que nós temos aqui estarão multiplicados por 10.

Agora, a militância em direitos humanos insiste e continuará insistindo na necessidade de um diálogo com o Poder Legislativo, com o Judiciário, e principalmente, diretamente o diálogo com os organismos da mídia, qualificados pelas suas entidades empresariais

e sindicais de trabalhadores. O artigo do professor Benício Lima, da UnB, que está na revista, ele resume essa discussão como na participação no programa Observatório da Imprensa, do Alberto Dines. Tive a oportunidade de dialogar com Aloizio Maranhão, importante jornalista do Globo, e nós terminamos o programa comemorando uma discussão de acordo, e ele próprio dizia, como aqui foi lembrado, que a reação ao PNDH-3, na questão de censura à imprensa, ela não se explica com uma leitura estrita do que o programa propõe; ela ecoa o que teria sido... O Governo do Presidente Lula recusa essa visão, mas entende que houve uma grande reação da primeira proposta do Conselho Federal de Jornalismo, da ANSINAVE, os procedimentos preparatórios da primeira Conferência Nacional de Comunicação, que começou com a participação das empresas todas, e terminou com a participação de algumas, como a Bandeirantes, e que o presidente saúda no sentido de que ali ninguém arrancou pedaço de ninguém, um passou a conhecer melhor o ponto de vista do outro, e fortaleceu-se o entendimento de não introduzir qualquer ideia de controle social. Palavra controle social não está presente e as alterações que podem ser introduzidas são no sentido de "reafirmando a importância, a indispensabilidade da mais ampla, total e completa liberdade de imprensa, construir mecanismos de acompanhamento", algo a ver com a classificação indicativa, com o CONAR, com analogias.

Há programas homofóbicos, há programas racistas. Um programa homofóbico de São Paulo, na televisão, foi interrompido no ar, por ação do Ministério Público. Então, não é preciso criar nenhuma comissão do governo, não se propõe, o Ministério Público já existe para isso, e podemos propor, se conseguirmos superar as controvérsias, que a ABERT, a Confederação Nacional dos Jornais, e a Confederação Nacional das Revistas, com o Ministério das Comunicações, com os Direitos Humanos, organizem um observatório, que acompanhe, sem nenhum ranço de censura à imprensa.

Sobre o direito de propriedade, eu já antecipei que nós vamos alterar essa redação, tive uma primeira conversa com o Ministro Cassel, e o Desembargador Gercino, que é o ouvidor agrário nacional, ele é a pessoa-chave na elucidação do caso Hildebrando Pascoal, ele anda até hoje com forte proteção policial. Ele esteve junto com o Presidente Gilmar Mendes em Marabá, em iniciativas para ampliar os mecanismos da solução pacífica de conflitos agrários e urbanos.

O Ministro Jobim, ontem, na Câmara, fez longa exposição, pedindo que a Câmara, e aqui o Senado, trabalhem esse tema porque é um direito em mudança; a base normativa existente está assentada numa ideia da ocupação individual e se trata agora de um cenário de movimentos sociais que direitos humanos insistem e insistirão sempre, e atendem a recomendações de organismos da ONU e da OEA, que é o tema da não criminalização. Poderá haver crimes e, havendo crimes, todos somos subordinados à lei; o Poder Judiciário, as autoridades públicas cuidarão disso. Não pode haver interpretação, no enfoque dos direitos humanos, de que toda ocupação de terra é ato de criminosos. Haverá ocupações de terra que demandam situações de fome, de pobreza, de miséria, e nenhum questionamento ao tema direito de propriedade, que está lá na Constituição claramente e colado solidamente pelo constituinte, inciso seguinte, que é o tema da função social.

O que nós queremos é que não haja mais Eldorado de Carajás, Corumbiara, Felisburgo... Não haja São Gabriel, que teve agora, seis meses atrás, um sem-terra, Elton Brum, que não haja, 31 de março, oito dias atrás, Pedro Alcântara, um dos principais dirigentes dos trabalhadores rurais do Pará, da Federação. Então, nisso nós temos que nos unir, Poder Judiciário, Executivo, e Legislativo, e a formulação, ela vai retirar história de ouvir os participantes, o que é importante, e está no programa anterior, é ouvir o Ministério Público, que já é um mecanismo para isso, eventualmente, ouvir os institutos de terras estaduais, que estão diretamente relacionados, o próprio INCRA, sempre no sentido de defender a vida. Não é defender esbulho possessório, não é defender a violação do direito de propriedade. É, caracterizado o conflito, que em direitos humanos não pode ser visto como ação de criminosos, podem ocorrer crimes, mas, muitas vezes, a ocupação... E o Brasil tem uma longa história, a Pastoral da Terra produz, anualmente, um relatório sobre mortes de trabalhadores rurais, e eles são dezenas; felizmente, no Governo Lula, se reduziram em até 80%. É possível, pelo menos vale a pena tentar, a redução disso ao mais próximo de zero, que seja possível.

Sobre a questão militar, que nos trouxe esse momento forte de emoção, senador, eu quero dizer, e agora pela primeira vez numa audiência pública, eu fui entrevistado pelo jornal de mais alta circulação no Brasil, que é a Folha Universal, dois milhões quinhentos e setenta e um mil exemplares... "Perdão aos militares". Eu estou dizendo aqui, com todas as letras, que a ideia do perdão é uma ideia positiva. Na nossa formação cristã, dar a face para o inimigo... "Dê a outra face". "Amai vossos inimigos". O filme *Invictus,* que está passando agora com a história do Mandela, o Senador Jobim lembrou ontem no seu depoimento, ela é positiva, e a ideia de reconciliação é indispensável num titular de direitos humanos, e eu às vezes divirjo, e divergi

lá, ao lado do Paulo Sérgio Pinheiro, na USP, num recente seminário, em que pessoas vítimas de tortura e de desaparecimento dos seus queridos, não aceitam a ideia de reconciliação... Reconciliação não.

E eu dizia, como é possível nos opormos à ideia de reconciliação? O mundo é um mundo de guerras e o mundo de Direitos Humanos é o mundo da paz. E a transição da guerra para a paz só pode ser feita pela reconciliação. O Oriente Médio vai continuar, judeus e palestinos, árabes a se matar por mais décadas e séculos? Não, é preciso haver uma consertação mundial, para, juntos, buscarmos a paz.

O que nós entendemos, senador, é que, em primeiríssimo lugar, respeitada a lei de anistia, eu só friso aqui na observação do Ministro do... Talvez, Ministro, do Senador Mercadante, a ideia de que a anistia de 79 não foi ampla, geral e irrestrita; V. Exa. se lembram de que houve dois projetos, por uma pequena margem de voto, a anistia ampla, geral e irrestrita, defendida pelo MDB, pela OAB, pela CNBB, pelos movimentos de anistia, foi derrotada, e foi aprovada uma restrita, o Perly Cipriano, que está aqui, demorou meses para sair da cadeia, ficou dez anos preso, Perly e o último preso político foi solto 14 meses depois. O Superior Tribunal Militar interpretou que havia um problema de isonomia, chamou os advogados e pediu para que todos entrassem com um recurso para não manter mais ninguém preso, e a anistia só é ampla, geral e irrestrita no ato convocatório da constituinte do Presidente Sarney, e, claro, em 88, lá no ato das disposições constitucionais transitórias.

Há uma controvérsia jurídica que esse programa cuidou de manter ao largo, e o próprio programa, e o decreto presidencial, que criou o grupo de trabalho, que na semana que vem pode concluir a elaboração de um anteprojeto que será apresentado aqui para livre e constitucional decisão do poder republicano, que tem competência para decidir se será ou se não será, e como será.

Nós deixamos ao largo, inclusive, enfrentando críticas das representações da sociedade civil, que naquele momento, me tratavam como pelego, traidor etc. e tal. Então, ela vai se chamar Comissão da Verdade; queriam que chamasse Comissão da Verdade e da Justiça; eu dizia: "Justiça é Poder Judiciário". E imediatamente no primeiro exame que a Casa Civil faz da constitucionalidade, ela diz: "Isso aqui não é tema de decreto presidencial, isso tem que ser projeto de lei". O exame que a Casa Civil faz é estritamente esse. E o planejamento, dos impactos orçamentários. Tem dinheiro, tem, tem ação programática, não têm. Legalidade, constitucionalidade e viabilidade orçamentária.

Os programas, classicamente, eles não têm nenhuma força cogente; analisando os dois de Fernando Henrique, chegamos a uma avaliação de que eles foram concretizados aproximadamente, chutado, em 50%. E este aqui, provavelmente terá a conscientização num certo percentual, o empenho dos direitos humanos para ser o mais possível. Há uma enorme parcela que depende de leis, e as propostas de lei não devem ser interpretadas como invasão, desrespeito à soberania constitucional do Legislativo, pelo contrário, há um elemento muito positivo nisso, porque há movimentos sociais, em muitos países, que não gostam do desaguadouro constitucional. Não acreditam nele, que acham que o Legislativo... A história do Brasil mesmo, mesmo uma figura querida de pessoas queridas como eu, do Presidente Cristovam Buarque, como Leonel Brizola, ele tem uma estréia na vida política com o lema "Reforma agrária, na lei ou na marra", que hoje ninguém repete, porque há uma compreensão democrática da necessidade do caminho institucional.

Então, é muito bom que os movimentos populares e sociais, setores vulneráveis como quilombolas, ribeirinhos, ciganos, LGBT, os temas da igualdade racial, numa conferência, formem projetos de lei para que senadores, deputados, decidam se vão transformar em lei ou não. Isso é bom para a democracia, não é ruim, não ameaça, completa, qualifica mais.

A questão de como lidar com esse passado, senador, estamos todos de acordo em "para frente é que se anda". Não retrovisor. Agora, nós sustentamos que nós estamos discutindo o presente e o futuro. Há discussões, há enfoques, há recomendações da ONU... Terminar o processo de reconhecimento de Estado e da OEA também, não apenas como o reconhecimento que o Presidente Fernando Henrique já promoveu, com as indenizações que as leis de Fernando Henrique já introduziram, o governo Lula continuou e complementou, mas também com políticas públicas que evitem a repetição. É do futuro, é a construção do Brasil dos nossos filhos e netos.

E nisso, a Presidente Michelle Bachelet, com sua autoridade também de médica, tem uma metáfora muito grande: "Só as feridas lavadas cicatrizam. Nós queremos virar a página, mas é como se virássemos e ela volta. Enquanto o Estado brasileiro não conseguir, ou os corpos, se não houver mais corpos, a narrativa. Como terminou Rubens Paiva, que provavelmente V. Exas. conheceram pessoalmente, ou Honestino Guimarães, ou Rui Frazão, ou Paulo Wright, Stuart Angel Jones, tantos, ou a narrativa, "não há mais corpos porque o corpo foi lançado de helicóptero sobre a Baía de Guanabara", é uma das versões.

A narrativa, em certa medida, é uma recomendação, que é o reconhecimento de que aconteceu, queremos nos orgulhar plenamente das Forças Armadas Brasileiras que temos hoje, e já disse no título, não se trata de pensar em enfiar o velhinho, o Ibiapina, que o Antônio Calado lembra como forma de Itirapina. Ele está presente com o nome trocado, o torturador, aquele que arrastou Gregório Bezerra pelas ruas de Casa Forte, não é isso? Atrás de um jipe... Ele... A ideia não é necessariamente da punição, primeiro porque o tema é do Judiciário; o Ministro Eros Grau, eu vi hoje, o meu assessor me comunicou que o consultor jurídico informa que o Ministro Eros Grau finalmente pediu pauta para o seu voto naquela ADPF, arguição de descumprimento de preceito fundamental da OAB.

Então, está há dois anos tramitando, então, haverá uma decisão do Supremo, e o que o Supremo decidir, todos acataremos. A conexão ali é questionada porque se fala... O entendimento técnico de que o torturador está envolvido, na anistia, está ligado à palavra conexão, que, evidentemente, foi um dispositivo organizado no debate parlamentar, de um momento que não é democrático; 79 não é o debate democrático. Eu lembro que Alencar Furtado tinha sido cassado dois anos antes. O líder do... O Covas tinha sido cassado em início de 69, por ter liderado a resistência do parlamento à tentativa de processar Márcio Moreira Alves; Alencar Furtado é cassado por decisão pessoal de Geisel, na manhã seguinte ao programa radiofônico do horário eleitoral em que ele repete--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pior, foi televisivo... Sobretudo porque foi um programa televisivo. Falaram o Ulysses, Alencar, Alceu Collares e Franco Montoro.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Excelente memória. Ele cita um artigo brilhante de Alceu Amoroso Lima, Tristão Ataíde, naqueles dias: "Até quando o Brasil terá viúvas que não sabem se são viúvas, órfãos que não sabem se são órfãos, viúvas do talvez e do quem sabe, órfão do quem sabe e do talvez", foi cassado por isso. Então, não havia democracia, havia um MDB heróico, importantíssimo nesse processo todo, que, no contexto que foi feito, a conexão, na jurisprudência brasileira e mundial, e na doutrina brasileira e mundial, a conexão nunca é interação entre partes opostas do conflito. Alguém furta um automóvel para promover um assalto, isso é conexão. Alguém falsifica um documento para promover um desfalque, agora, é conexão. Agora, a conexão entre o torturador e o torturado? Então, a ONU e a OEA, e principalmente a OEA vai fazer uma sentença condenando o Brasil, isso, no governo, todos sabemos. Ela vai fazer porque já fez no caso do Chile, já fez no caso do Peri... E claro que a sentença contra o Brasil, ela não tem também força cogente, o Brasil não vai ser preso.

Agora, é um desgaste brutal, é uma consolidação histórica, em que se pudermos evitar isso... Com o livro "Direito à memória e à verdade", em 2007, "Com os seus demais", que é esse livro que todos conhecem, "Com os seus três filhos", um primeiro sobre o afrodescendente, que morreu na luta contra a ditadura, são 40, entre Marighella e Osvaldão e vários outros. Em dezembro passado, a criança, a criança torturada... Bebês. E agora, em março, em março, a mulher. As 45 mulheres que morreram... V. Exas. podem ter conhecido algumas, e 26 sobreviventes que estão aqui com o nome, que estará assinado Maria Luíza Bierrenbach, irmã do Ministro que agora se aposenta, filha de um almirante, torturada por ser advogada de preso político... Diléia Frate, que durante 20 anos, dirigiu o programa Jô Soares, era companheira do Marcun, no momento da prisão, do ciclo Vladimir Herzog. Não são essas, mas algumas vão falar nesse momento: "Eu fui estuprada". Não é fácil para uma mulher, que tem filhos, que tem marido, netos, dizer: "Eu fui estuprada". Leiam. Eu penso que cada alto oficial brasileiro que ler esse livro se convencerá de que não tem sentido as Forças Armadas seguirem carregando nas costas o peso de algo que não é responsabilidade institucional dela. O regime militar, em nenhum momento, formulou lei de tortura. Elio Gaspari lembra que, no Araguaia, havia uma ordem escrita para enterrar os mortos, e não para degolar. Elio Gaspari fala: "Degola – A palavra maldita de Canudos e do Contestado, voltou a ecoar pelo Araguaia". Houve uma orientação de degolar etc. Na busca de corpos, agora, toda hora aparecem crânios separados...

Na Câmara dos Deputados, Deputado Pedro Wilson estava presente, o Coronel aviador Pedro Correa Cabral fez depoimento, foi capa de Veja, IstoÉ, virou livro, dizendo que ele guiou o helicóptero em pelo menos 10 voos de corpos exumados no Araguaia, há meses, e ele disse que o equipamento de navegação o impedia de usar máscara, então, um terrível mau cheiro dos voos, para, na Serra das Andorinhas, ser feita uma grande fogueira. É preciso fazer uma narrativa sobre isso, nós estamos procurando os corpos agora, mas estamos procurando os corpos sem o elemento fundamental, que é o de convencimento do cidadão democrático, de quem esteve naquilo, e que pode até anonimamente informar... Se querem achar corpos, procure em tal lugar, porque ali tem. Eu participei. Senador Inácio Arruda participou, o Presidente Renato Rabelo participou, do evento de levar a mãe de Bérgson Gujão Farias, de 94 anos, e que acaba de morrer, e disse: "Eu só esperava enterrar meu filho para

morrer". Ele foi vice-presidente da DCE da Federal do Ceará, ele foi vice-Presidente do Deputado Genuíno, Presidente. E Bérgson, um dos primeiros mortos no Araguaia, felizmente, uma atualização tecnológica do exame de DNA, que evolui a cada dois anos, permitiu positivar e fizemos lá, com a presença do governador, um grande evento, é disso que se trata, é poder fazer essa homenagem a pessoas que, equivocadas ou não, senador, na sua tática política, fizeram parte de um mesmo processo também multi-vozes, multi-braços.

E, nesse sentido, é pró-Forças Armadas... É bom para o Brasil, é bom para elas... No meu contato pessoal com altos comandantes, eu quero dizer que tenho a melhor das impressões, que não são pessoas com qualquer resquício de marca de sangue. Eu quero dizer que, no Haiti, o nosso país está realizando, há anos, uma missão que é de direitos humanos; já são 10 mil membros, em contingentes de 1200, que vão se renovando a cada seis meses, que lá estão, e que fazem um curso da ONU, é um marco histórico, é a primeira vez que as Forças Armadas brasileiras, em massa, passam por um curso de formação de direitos humanos.

E agora, no plano estratégico de defesa nacional, grande passo histórico, foi aprovada inclusão de Direito Constitucional, e direitos humanos em todas as etapas da formação nas três armas, preparando, contratando uma visão já inteiramente transitada, numa transição a meio caminho, Senador Arthur Virgílio, concordo com a sua observação positiva, de que são 21, quase 22 anos com nenhuma intervenção, com países aqui ao lado, com golpes de estado, ameaças de golpe, militares se transformando em presidentes etc., é exemplar esse desempenho, não há por que ela se recusar a isso, tendo claro que não há nenhum empenho de vingança, de revanche; é completar o processo de uma família brasileira que esteve dividida naquele período e que não deve continuar dividida.

Então, nesse sentido, sem rancor, sem ressentimento, mas, Senador Arthur Virgílio, a ideia da pedra sobre isso, a dúvida é se essa pedra não explodirá. A psicanálise diz que o recalcado volta, tudo que é recalcado, que a gente não processa, que a gente não conversa, não discute sobre isso, senta na mesa... A comissão do Chile, ela nasceu com o Pinochet absolutamente intacto, tanto é que o primeiro Relatório Rettig, cauteloso lá, no sentido de que estava lá a figura, não era mais presidente, mas não foi derrubado. A Argentina, ela desmoronou com as Malvinas, mas a transição chilena tem algo a ver com a transição também. O primeiro plebiscito ela ganhou, ele venceu, depois venceu outro. Então, nessas controvérsias, a ideia de que é processando... E os militares, entre o primeiro relatório chileno e o segundo, Senador Arthur Virgílio, entre o primeiro e o segundo relatórios, a mudança no Chile foi que os generais sentaram com as famílias.

E eu tive uma controvérsia com o Ministro Jobim, no meio do ano passado, antes dessa, que foi sobre a busca no Araguaia, e que no primeiro desenho, não haveria familiares acompanhando a busca. E eu consegui convencer o presidente: "Presidente não há certeza de que nós vamos encontrar corpos, e se não há um familiar participando como representante e não achando corpos, quem é que vai convencer de que a busca foi para valer?" Então, é abrindo essa busca, e felizmente houve um acordo, houve Diva Santana, irmã e cunhada de desaparecidos no Araguaia, e mais Aldo Arantes, ex-presidente da UNE, e mais Paulo Fonteles Filho, filho que nasceu no DOI-CODI de Brasília, de Hecilda Veiga, torturada, que é uma das depoentes desse livro. Eu não sei se os senadores podem receber esse livro... Se os senadores podem receber o livro também--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Ministro, se V. Exa. me permite um aparte rápido, eu tenho um compromisso agora, eu tenho o Presidente do Mali, que está aqui, vou ter que me retirar, mas dizer a V. Exa. que tenho profundas divergências com relação ao aborto. Eu acho que direitos humanos é planejamento familiar, não é aborto; 250 mil mulheres não queriam abortar, mas todas queriam ter acesso ao planejamento familiar. Mas V. Exa. está coberto de razão.

Eu vivia na África, na época da Comissão de Paz chefiada por Desmond Tutu. Aqueles que não foram extravasar suas histórias e contar, estão sendo assassinados hoje, porque manteve-se esse passado, eu diria, essa ferida não lavada. Estranho se falar em princípio cristão de dar a outra face e perdoar, quando é princípio cristão "não há nada encoberto que não venha a ser revelado", é princípio cristão--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: "Conhecereis a verdade, e a verdade vos liberará".

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): --Então, os 10 anos que eu assisti de cura do *apartheid*, a pouca cura que vi, veio exatamente daqueles que foram ali, depuseram, crimes bárbaros, as pessoas até... O Presidente Desmond Tutu, às vezes, pedia para encerrar as comissões, porque ele entrava numa crise de choro, que o regime do *apartheid* fez com os negros, e também negros que fizeram contra brancos. Mas eu acho que a gente não supera esse episódio tão triste da nossa história. Eu fui militar, passei dez anos, eu tenho grandes amigos lá, sou admirador das Forças Armadas, e tenho gratidão pelas Forças Armadas; não conseguiria me formar senão fosse a escola militar.

Mas é por isso mesmo, por esse amor e respeito às Forças Armadas que eu acho que a gente deveria fazer exatamente essa comissão que V. Exa., com muita propriedade, defende... Desculpa interrompê-lo, mas eu tenho que me retirar por causa da recepção ao presidente da África, do Mali--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Aproveitando, então, eu acho que dou por encerrado--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dá por encerrada, porque já respondeu perguntas de muita--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu quero uma réplica breve. Ministro, primeiro, dizer ao Senador Jereissati que não tenho nenhuma dúvida de que V. Exa. fala com muita sinceridade. Queria fazer algumas observações, V. Exa. se referiu àquela operação Burnier; meu pai era um dos escalados para fazer aquela viagem turística de ser lançado na Baía de Guanabara--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Sérgio Macaco--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): E se não tivesse havido a denúncia pelo bravo--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Senador, Sérgio Macaco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Este sim mereceu ser promovido, o capitão Sérgio Macaco. Enfim, para mim, ficaram algumas dúvidas que nós ficaremos de esclarecer, até porque o debate foi aberto. Eu acho que uma das formas de se conter a violência é se conter essa coisa ilegal que é a ação do MST, que não tem sequer personalidade jurídica e que recebe fartos recursos federais. E nós temos, no agronegócio, se V. Exa. me pergunta, eu não tenho o menor interesse no agronegócio, eu não sei distinguir uma semente de soja de um carneiro, mas é um sustentáculo da economia brasileira, nós não podemos brincar com a nossa balança comercial.

Em relação à questão da imprensa, o Senador Mercadante falou por mim, o controle deve vir apenas do leitor. É um processo... Pior, V. Exa. disse, países em que haja um só órgão; Venezuela está ficando assim, e eu vejo uma certa tibieza do governo brasileiro em impor a sua liderança e em ser muito claro em relação à defesa da democracia, essa questão de Cuba, inclusive quero dizer de novo, eu tinha muita liberdade com o Presidente Fernando Henrique, não sei qual o nível de liberdade que V. Exa. tem com o Presidente Lula, mas se o Presidente Fernando Henrique tivesse feito aquela comparação infeliz entre bandidos e presos políticos, eu diria: "Presidente, pisou na bola, o senhor não poderia comparar bandidos com presos políticos, porque o Ministro Vannuchi não é bandido, a Ministra Dilma não é bandida", eu insisto, podem ter se equivocado, "então, não faça essa comparação. Encontre outra fórmula de se congraçar com aquele regime, a melhor forma seria aconselhar Fidel Castro", aproveitando a amizade, que aliás é recente, a minha era mais antiga, a dele mais recente, ele era contra o regime cubano quando eu era a favor, de repente, ele ficou a favor, eu fiquei sem entender, sem entender, pragmático como ele era: "É comunista?" "Não, eu sou torneiro mecânico". De repente, ele virou simpatizante de um regime ditadura mais vovó, mais cruel que pode existir.

Enfim, eu queria dizer ainda, vou lhe fazer uma pergunta no final muito sincera, de tão aberto que estou, porque eu não sei o resultado. Vou lhe dar um exemplo, veja bem, o que eu temo? Eu temo qualquer coisa que possa cheirar a fundamentalismo, que possa cheirar à proliferação de conselhos populares, que depois virem Sovietes, entre aspas, e que no fundo terminem por significar uma tentativa de empanar o poder constituído, que é o Congresso Nacional, numa relação que seria muito manipulada por muitos governos, enfim.

Eu já me referi a tudo isso, eu insisto que, na questão militar, quando eu digo "colocar uma pedra em cima", eu estou disposto a apoiar a ideia de recuperar os corpos, mas não de se estigmatizar, ferindo a Lei da Anistia, estigmatizar o papel que as Forças Armadas tiveram naquele momento, porque se tratou de uma guerra, uma guerra na qual eu estava do lado perdedor.

Eu fui com o Deputado Genuíno até o local onde ele foi... Aliás, ele não conseguiu chegar ao local, ficou um pouco perto, mas nós fomos, estava o Aldo Arantes e tantos outros, fomos até lá Conceição do Araguaia, ***Xambioá***, por ali, nós fomos lá e ele ficou na pensão que nós estávamos, porque sentiu muito tocado de chegar lá, mas estive lá. Ou seja, V. Exa. citou aí diversas pessoas, minhas amigas, citou Paulo Fonteles, tantos outros, pessoas que fazem parte de uma certa história minha, enfim, e, portanto, eu não me colocaria na posição de obstaculizar qualquer tentativa de resgatar essa verdade histórica, mas o revanchismo não pode haver, nada de fundamentalismo nisso.

V. Exa. falou que, no Nazismo, nós não tínhamos outra alternativa, se franceses, a não ser a resistência armada. Mas aqui havia. Eu não condeno, louvo a coragem, a generosidade de quem se dedicou a isso, mas entendo, continuo entendendo que foi um gesto equivocado. Porque aqui havia alternativas, sim, a da mobilização popular que levasse, através de bandeiras que tocassem a sociedade, que levassem ao Brasil que nós temos hoje.

E eu queria, ainda, dizer a V. Exa. que não houve uma só anistia, houve aquela que, no governo Fernando Henrique, eu fui responsável por uma audiência, eu era líder do governo, e numa provocação que eu achei muito boa, do então deputado como eu, Jaques Wagner, disse: "V. Exa. está falando da tribuna, por que não faz uma audiência do Presidente Fernando Henrique com os que reivindicam a ampliação da anistia?" Eu digo: "Pode ser marcada para breves momentos". E eu, sem consultar ninguém, falei: "Não, ela vai ser hoje". Eu liguei para lá e encontrei a burocracia, hoje o nosso querido Lucena, e digo: "Lucena, esquece essa história de lista. Eu prometi, tem que acontecer, ou eu não sou líder do governo. E hoje de tarde eu venho aqui com os que pretendem ampliação". E criou-se uma comissão, meu principal assessor, quem mais me ajudou foi um colega seu de partido, que era esse grande advogado que é o Greenhalgh, Luiz Eduardo Greenhalgh. E outras figuras se envolveram na história, mas, enfim, eu insisto que o MST é responsável pela violência no campo, é preciso olhar esse lado; eu não desconheço que possa haver atitudes rudes por parte de quem se envolve num... O processo da conquista da terra no Brasil é um processo meio de faroeste, nós sabemos disso.

E eu gostaria de dizer ainda a V. Exa., que V. Exa. falou: "o recalque explode"; se não explodisse, eu não teria me emocionado. A Senadora Serys aqui também. Eu estava aqui falando, e foi visível a minha emoção, a dela foi menos visível porque ela não está falando, mas ela me disse que teve sua casa vasculhada duas vezes, os livros perseguidos--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANUCCHI: E ela chorou também.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): --Meu pai teve a sabedoria de mandar esconder todos os livros que cheirassem, que a censura ela é, em si, é por isso que eu não quero a censura no Brasil; a censura, em si, é imbecil, então, o militar, ou o que fosse, chegava lá e olhava um livro e se o livro falasse: "A doce vida amorosa de Karl Krugman", estou inventando os nomes, ele dizia: "Karl? Não tem o Karl Marx, deve ser primo". Aí ele prendia, enfim... Então, para evitar esse tipo de coisa--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANUCCHI: Livro de cubismo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Cubismo, enfim... --Então, nós tiramos tudo que era livro parecido com isso de casa... "História sincera da República", do nosso Leôncio Basbaum, não é isso? Exatamente isso. Tiramos o que tinha de leitura, que pudesse ser mal interpretada e deixamos... Abrigamos presos políticos na minha casa, ficamos um mês cercados, mas, como nós temos uma burocracia deficiente, depois dos primeiros 15 dias, eles começavam a faltar ao serviço e entrou um preso político, depois entrou outro, ficaram vários na minha casa aqui. Quero louvar Vera Brant, que fez esse papel aqui em Brasília, salvou muita gente dos primeiros aperreios que a ditadura causaria.

E dizer que a forma que eu encontrei, que eu não pude evitar, de ver o meu recalque explodir, foi a emoção. Eu não quero mais do que isso, eu não quero mais do que isso. Eu reconheço que é duro, eu conheço... Tenho uma amiga que perdeu dois irmãos. Ela já morreu, ela, ela passou a vida inteira atrás dos dois irmãos, atrás dos restos mortais dos dois irmãos, e deve estar aí, acredito que o depoimento dela deva estar aí. Família Santa Cruz, está aí.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Fernando Santa Cruz, que é irmão da Rosalina, que é professora da PUC; estava no lançamento do livro, na PUC, e o Marcelo, que é vereador de Olinda, e a mãe, D. Elzita, esteve naquela campanha da SECOM, na televisão, pedindo para ajudar a localizar os filhos, com 96 anos.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM): Eu gostaria de saber, e aí vem a minha pergunta muito sincera, porque eu já lhe disse, o que eu senti, quando formos tratar desse assunto de fundamentalismos, já lhe falei do meu repúdio à idéia de Sovietes, conselhos populares que visem a minimizar o poder constituído, que é o Congresso, eu estarei contra, obviamente, em defesa do direito da propriedade, da liberdade de imprensa, em defesa da harmonia entre civis e militares, mas eu faço uma pergunta com muita ingenuidade, muita inocência até... Eu visitei as ditaduras, umas obrigatoriamente, fui para a Argentina uma época; a barra não estava boa para mim, fui para a Argentina, depois voltei, e fui como parlamentar já, acompanhando, ou acompanhado, não sei bem, nós estávamos num pequeno grupo de parlamentares, com o Evaristinho, ***Evaristo*** de ***Moraes Filho,*** que era representante da Ordem dos Advogados do Brasil, lá no Paraguai, naquela ditadura que era pior do que a nossa, um milhão de vezes, que não perdoava o vencido, ela não refrescava o vencido, uma ditadura cruel, eles tinham uma prisão chamada '**La Libertad**', então, eles enfiavam na vagina das mulheres um aparelho de sucção e a mulher tinha aquele alivio de segundos e ia se abaixando, abaixando, abaixando... Até que chegava no chão, do chão no podia passar, e lhe arrancavam o útero, enfim... Nos sentávamos nas mesas para conversar com as famílias, e a polícia política sentava junto. E meu temperamento me dizia: "Eu vou te tirar daqui". "Não faça isso, que é pior, eles querem um pretexto para

agredir os senhores". Ou seja, se aqui no Brasil valia muito pouco ser deputado, lá não valia nada, porque não tinha Congresso funcionando.

E nós fomos lá numa missão, não me arrependo, nós fomos acompanhando o... Meu Deus, o Raúl Sendic – *hijo* -, filho do Raúl Sendic, que era o principal líder tupamaro, que estava preso, o Raúl morava em Cuba, e o pai estava preso, com dificuldade de falar, porque tinha levado um tiro na boca, e falava todos os dias sozinho porque estava em isolamento, sob tortura moral, física durante algum tempo, tortura moral o tempo inteiro... E o Raulito, ele disse que morava no México, e, portanto, queria visitar o pai, demorou muito, fomos muito maltratados pelos militares, houve uma total covardia da diplomacia brasileira, que simplesmente não queria contato conosco, e havia um coronel chamado Ledesma, que era um débil mental completo, que ficava gritando conosco: "O ônibus não pode ficar dentro do pátio, tira o ônibus do pátio". Entrava armado com dobermann e com... Armado, não silenciava a baioneta, ele encomendava voz à baioneta, enfim, e nós fomos lá. Eu jamais vi uma coisa tão cruel, porque a perseguição ao vencido era superior à brutal perseguição que eu percebia na Argentina, e superior à brutal perseguição que havia no Brasil.

Eu não sei como o Uruguai está lidando com isso, como lidou com isso o Presidente Tabaré Vásquez, e eu pergunto, não seria uma armadilha, tipo assim, "não está mexendo nisso?" Eu estou perguntando, se o senhor não souber, não é obrigado a dizer, eu estou sinceramente perguntando. Mandela agiu 28 anos sem enlouquecer, convivendo com suas desavenças naturais, desavenças conjugais naturais, enfim, e como lidou Mandela, ou seja, eu recomendo esses caminhos, eu tenho a impressão que Tabaré Vásquez não fez nenhum gesto parecido com isso.

Em outras palavras, falamos aqui em alternância de poder e nessa coisa salutar de democracia que nós construímos... Não quero tirar o mérito de quem pegou em armas para enfrentar o regime, eu optei por outro caminho, optei por um caminho que eu julguei o mais correto, enfim, mas eu finalizaria com o exemplo de Mandela, perdão estava ali mesmo, capacidade de recomeçar estava ali mesmo, conciliação estava ali mesmo, olhar para a frente estava ali mesmo, e como teria agido o Uruguai, porque, das ditaduras que eu conheci, aqui de perto, eu conheci de perto, eu vi uma brutal incapacidade de... Era perseguição ao vencido o tempo inteiro, às suas famílias, o tempo inteiro, o tempo todo, e eu não sei, eu não vi notícia de que, no Paraguai, tenha havido essa agitação toda, enfim.

O que lhe digo e lhe prometo, no Uruguai, perdão, é que examinarei... Aquilo que eu julgar que está fora do espírito do que aqui lhe relatei terá a minha candente reprovação da tribuna da Casa. O que eu julgar que significa avanço na direção de um país mais consciente do seu dever de proteger o direito da pessoa humana, eu direi. E lamento muito que nós estejamos revelando a sua sincera preocupação no campo interno, no campo externo, o Brasil esteja se marcando como um país que por quaisquer razões, quaisquer ambições, sistematicamente vota a favor dos países que violam os direitos da pessoa humana, eu cito 200 casos aqui. Não quero mais tomar tempo dos colegas. Eu queria agradecer a V. Exa., foi um debate de alto nível mesmo, e não duvido da sua sinceridade, nem duvide da minha. Muito obrigado.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Obrigado, eu não duvido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu pergunto se o Ministro quer fazer uso da palavra... Ou, então, para ganharmos tempo, pois já é tarde, já vai dar uma hora, eu passaria para o Senador Suplicy, então, ao Senador Inácio Arruda, que tinha trocado com o Mercadante, e depois O senador Tasso Jereissati, que manifestou interesse de falar alguma coisa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Senador, eu peço inscrição aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem. Mas eu só queria sugerir, Senador Suplicy, que me perdoasse, de eu colocar aqui o tempo, para tocar a campainha, eu sei que é ruim, mas não é por que é o senhor não, é porque os outros gastaram muito tempo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tudo bem. Eu também gostaria de participar porque fui convidado ao almoço com o Presidente do Mali, então, procurarei ser breve, Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, querido Ministro Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannuchi, primeiro, eu acho que aconteceu um episódio muito bonito na forma como o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva procurou fazer com que V. Exa. e o Ministro Nelson Jobim pudessem dialogar e acordar sobre alguns dos pontos sobre os quais houve divergências, inclusive com algumas das outras áreas. E nós todos podemos observar a maneira como o presidente solicitou a ambos que dialogassem, até que chegassem a um melhor entendimento sobre alguns dos temas, e um dos quais se refere justamente a essa questão da Comissão da Verdade e da Reconciliação.

Aqui já foi mencionado, o Senador Marcelo Crivella, que viveu na África, acompanhou de perto, e o Senador Arthur Virgílio, há pouco, mencionou o Presidente Nelson Mandela, cujo espírito de reconciliação

e, sobretudo, me parece que a Comissão da Verdade, proposta pela Comissão Nacional de Direitos Humanos, pela conferência, tem muito a ver com o que aconteceu com a Comissão da Verdade e Reconciliação... A proposta, logo no início, do Presidente Nelson Mandela, presidida pelo Bispo Desmond Tutu, que exatamente por seu trabalho naquela comissão, foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz.

Há um filme tão bonito sobre esse assunto, um filme de 2004, um filme exatamente sobre a Comissão de Reconciliação, onde havia a presença de dois jornalistas; uma que veio da Europa, que era a atriz Juliette Binoche, e outro que veio de Washington, que era um excelente ator, e ambos ali tiveram uma amizade muito forte, e foram acompanhando a Comissão da Verdade e Reconciliação, onde, em cada lugar diferente da África do Sul, ouviam as pessoas que haviam sido, de alguma maneira, objeto de atrocidades durante o tempo do *Apartheid*, e também ali eram ouvidas as pessoas que de alguma maneira tiveram responsabilidade sobre as atrocidades cometidas, e eram ouvidas as testemunhas, sejam as famílias das vítimas ou as próprias vítimas, se porventura estivessem ainda vivas, e na medida em que se revelava a verdade completa, e havia inclusive o reconhecimento por parte daqueles que cometeram os atos de que, de fato, foram ações inapropriadas, e na medida em que se revelou a verdade, então, a própria lei da Comissão da Verdade e da Reconciliação propunha que pudesse haver como que a anistia, e dependendo muito do grau, e tudo, os detalhes eu mesmo não conheço, mas eu gostaria até que V. Exa. pudesse fazer um paralelo com aquela Comissão da Verdade e Reconciliação porque eu acredito que o propósito é exatamente esse, que não se repita.

Aliás, ontem, houve, por ocasião dos 73 anos de José Celso Martinez Corrêa, no Teatro Oficina, numa cerimônia que contou com a presença do Ministro da Cultura, Juca Ferreira, um ato com a dramaturgia e a capacidade de José Celso, e de todos os membros do Teatro de Oficina, em que relembraram a própria anistia, no caso, dada a José Celso, e que tem muito a ver. Eu vou aqui usar menos a minha palavra para aqui citar uma passagem do próprio requerimento de José Celso Martinez Corrêa, porque ele traz muito do espírito que permeia muito dos anseios de pessoas que V. Exa. e dos familiares de pessoas, digamos, como do nosso querido Deputado Rubens Costa, que até hoje não sabe bem tudo o que aconteceu com ele.

Diz o José Celso, nesse breve trecho: "Por muitos anos, tentei recalcar para poder sobreviver e viver de novo os danos causados pela ditadura no meu corpo, na minha alma, no meu trabalho profissional e no de minha criação, o que vale também para o corpo físico do Teatro Oficina. Posso afirmar, mas a ditadura operou sobre mim e o Oficina, o que Glauber Rocha chamava de assassinato cultural. Eu e o teatro fomos assassinados socialmente. Muitos achavam mesmo que eu tinha morrido, me apontavam como vítima que a ditadura tinham eliminado, consideravam que eu e o teatro não teríamos mais uma segunda vida. Foram 15 anos de uma luta enorme para provar a mim mesmo que eu estava vivo de novo. Não falava quase em tortura, ou em repressão, somente através dos atos teatrais. Reaberto o teatro, foram mais de dez anos de muito sucesso para provar que nós tínhamos ressuscitado".

E eu sou testemunha porque vi, nesses anos, "As Bacantes", a "Cacildas!", "Os Sertões", que fizeram com que pessoas como o José Celso e todos aqueles que ele representa aqui pudessem reviver.

Então, trazer a verdade à tona, no espírito da Comissão da Verdade me parece algo muito importante, e eu quero cumprimentar a todos que participaram da Conferência Nacional dos Direitos Humanos para propor que isso possa acontecer... Os diversos temas polêmicos, V. Exa. aqui nos explicou, eu vou citar apenas que eu acho importante, até numa homenagem à iniciativa que a Deputada Marta Suplicy elaborou e propôs um tema que ainda está candente para ser votado, referente à união civil das pessoas de mesmo sexo, que é um dos temas que foram aqui recomendados, e que, claro, vai passar pelo debate democrático do Congresso Nacional.

E gostaria apenas de concluir, dizendo que avalio que também a própria renda básica, como um direito à cidadania, que será uma evolução do que é hoje o programa Bolsa-Família, tem muito a ver com a consecução e universalização dos direitos humanos de que resultou o documento referido por V. Exa.

Meus cumprimentos, e inclusive pelo alto nível do debate que aqui se estabeleceu com o líder do PSDB, porque todos nós aprendemos com o diálogo de ambos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a Presidência, daqui a pouco, senão vai ficar incongruente, ao Senador Eduardo Azeredo, e antes passo a palavra ao Senador Inácio Arruda. Depois--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite, Sr. Presidente, eu gostaria de passar às mãos do Ministro Paulo de Tarso Vannuchi a cópia de correspondência que acabo de encaminhar ao Governador Jaques Wagner, bem como ao Presidente Lula, com uma carta anexa da blogueira Yoani Sánchez, que pede a gentileza de o Presidente Lula colaborar

para que ela tenha autorização de vir ao Brasil para o lançamento de um documentário feito com ela, por um documentarista da Bahia, por isso, em Jequié, que esteve em Cuba, e a entrevistou, e a cópia da própria carta da Sra. Yoani Sánchez ao Presidente Lula, para que V. Exa. possa junto ao Presidente, ajudá-lo a refletir sobre este assunto. Eu vou entregar a V. Exa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente... Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu considero que a audiência conjunta das duas comissões, ela resultou bastante exitosa pelo espírito de V. Exa., Ministro Vannuchi, que acolhe, é para isso, a democracia é esse problema: a capacidade de acolher as observações, seja da oposição, seja de outros setores sociais, que não coincidem absolutamente, às vezes, com a oposição, mas que têm informações e compreensões distintas daquelas que foram propostas.

Um aspecto muito significativo é que o Plano de Direitos Humanos ele é fruto de um acúmulo, dá saltos, mas trata-se de um acúmulo. E, às vezes, é muito fácil falarmos dos direitos humanos em outras plagas, mas muito difícil a gente resolver o problema dos direitos humanos no nosso próprio país. Por isso que uma das críticas talvez mais significativas aos modelos de desenvolvimento econômicos, sociais e políticos da construção da sociedade nova, na nossa causa, na causa do PCdoB, e dos partidos socialistas, da construção de uma sociedade socialista, é de que não é possível um modelo para uma nação, e esse modelo ser estendido para todas as outras. Cada um construirá o seu próprio caminho, e nós temos que tratar de resolver os nossos problemas, as nossas questões.

Eu considero que não é um tema fácil o tema dos direitos humanos; é um tema difícil, muito difícil. Por exemplo, um tema dos direitos humanos, que eu considero, no mundo atual, é o controle de uma das mais importantes e contundentes armas da comunicação de massa, que é a rede internacional de computadores. 80% dos provedores estão localizados numa única nação; é uma brutal desigualdade de direitos humanos. Quer dizer, você concentrar, você poder dominar, eu chamo até de domínio, a expressão é essa, domínio. Esse é um problema crucial dos direitos humanos.

Talvez a questão nossa com o problema da comunicação no Brasil, com a mídia brasileira, talvez nós devêssemos inverter, o que nós precisamos é de mais redes de televisão nas mãos das comunidades, nas mãos dos trabalhadores. Televisão na mão dos sem-terra, televisão nas mãos dos sem-teto, televisão nas mãos das populações carentes das periferias, rádio comunitária de fato comunitária, por quê? Porque nós devemos que ser controlados, do ponto de vista da informação, por duas ou três famílias? Vamos espalhar para toda a família brasileira, é inverter; ao invés de nós querermos fazer o que a Constituição manda, porque a Constituição manda que tenha controle, é isso que a Constituição manda. Ao invés de dizer: "Vamos controlar". Vamos dizer: "Vamos democratizar a mídia brasileira, vamos distribuir a mídia brasileira".

E vamos distribuir, talvez a gente tivesse que... Um dos itens de regulamentação fosse dizer o seguinte: "Os entes estatais, inclusive administração direta, indireta e as empresas de economia mista não podem concentrar recursos publicitários nas mãos de três ou quatro veículos de comunicação"; isso é um meio de você inverter a equação. Eu sei que vai ter muita grita em relação a isso, mas é a gente inverter a equação, ao invés de nós tratarmos de controlar essa mídia tradicional, que nós temos no Brasil, vamos pulverizar ao máximo, vamos mandar; a Constituição manda regionalizar. Vamos regionalizar a comunicação de massa. Eu quero saber mais sobre a Amazônia, eu quero saber o que é caatinga, eu quero que o povo lá do Sul compreenda o que é uma estiagem de oito meses, porque uma estiagem de oito meses, no sul é seca, nós diríamos, no Ceará, é "seca brava", mas eles não sabem o que é. Não sabem o que são dois anos e meio sem chover numa localidade, não entendem isso, não compreendem, por isso muitos acham que não deve fazer transposição de águas do São Francisco no Nordeste Setentrional, que acha que é perda de tempo, que acha que nós não deveríamos ter feito barragens para acumular 6,8 bilhões de metros cúbicos de água, porque aquele lago imenso ocupou terras que eram agricultáveis, e que causou um dano ambiental terrível, mas não compreendem o que são dois anos e meio de estiagem.

Quando vê, quando percorrem, no meu caso, o Estado do Ceará, eu já fiz isso com alguns jornalistas, percorre por cima, voando de helicóptero, com a pedra aflorando, para ver o que cristalino, porque, às vezes, a pessoa ouve falar de cristalino aflorando e pensa que são cristais, é pedra, amigo, pedra bruta, que quando a enxada bate, ela também dobra. Então, esse que é o problema dos direitos humanos, eu acho que nós temos de democratizar. Ao invés de controlar, democratizar, espalhar.

Queremos rádios mesmo comunitárias, televisões comunitárias... Há coragem para isso, para democratizar? Parece que os que não querem nenhum controle não querem democratizar os veículos de comunicação de massa. Eu aposto na democratização. Eu não quero controle nenhum deles, zero controle, mas eu quero democratizar. Todos possam ter o veículo para dizer, dar sua opinião, para construir também a sua verdade, para que os outros possam ouvir, possam

medir e possam tirar a média, ou escolher a verdade que melhor lhe convém. Eu acho que essa é uma luta que nós deveríamos abraçar.

Sobre o problema da Comissão da Verdade, eu vejo um pouco, assim, como enfrentar esse dilema sem deixar que a marca do revanchismo seja colada naqueles que desejam virar essa página? Essa questão que nós temos que resolver. Não vai ser possível. Eu vi aqui, é difícil tratar dessa questão, nós, do PC do B, temos dificuldade de tratar essa questão. Nós sabemos o que é o Brasil, nós não aceitamos a provocação do General Leônidas, nem do Nilton Cruz, que o raciocínio está muito falho, já era falho na época; nós não aceitamos aquela preocupação, não vamos entrar naquilo, porque nós temos um projeto muito maior no nosso país, de aprofundamento muito maior, mas nós queremos resolver esse problema dos desaparecidos. Senão vamos conseguir tratar sempre desse assunto com facilidade; vai ser sempre difícil.

Eu vi aqui o seu convite lá para o Maranhão. O nosso companheiro, Rui Frazão, foi casado com uma companheira nossa lá do Ceará, que estava no Partido Comunista do Brasil e outros na Ação Popular, e que depois ingressaram no partido comunista. O Frazão foi para Pernambuco, ele era coletor federal, foi vendedor de panela, uma pessoa alegre, do bem... Aquilo eu acho que, talvez, nunca tenha atirado de baladeira em ninguém, ou com aqueles estilingues para atirar em carrapateira, que a gente chama lá no Ceará, mamonazinha, de brincadeira... Foi morto brutalmente. Não sei se ele que... Pelo que sei, ele que convocou o Cristovam para a militância política, senão o Cristovam não estava aqui como senador da República, não é verdade? Talvez a gente devesse convidar a família dele, lá da parte do Ceará e do Maranhão para esse ato conjunto.

Eu vi aquele ato lá no Ceará, ainda foi desaparecido o Teodoro--

[soa a campainha].

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos dando continuidade--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, esse silêncio vale por mais de meia hora de fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É verdade...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, Vannuchi, nós temos que... Isso é um processo, você repetiu muitas vezes Fernando Henrique, Sarney, todo esse povo colocou sua parcela de contribuição nesse processo... Eu digo, ainda tem muitos companheiros que não conseguiram fazer o que D. Luíza conseguiu: esperar quase 40 anos para enterrar o seu filho. E depois completar os seus 95 anos e falecer, digamos assim, feliz.

Então, nós temos que resolver esse problema. Nós podemos dizer, talvez, eu, você e tantos outros, nós nunca tivemos nenhum receio da ditadura, nenhum medo dela, nenhum, nenhum, nenhum, nem durante, nem depois, porque nós sabíamos das causas, nós sabíamos o que nós estávamos pensando, o que nós queríamos construir. Por que a democracia era importante para nós? Porque ela é que permite que exista hoje um metalúrgico dirigindo o Brasil. Sem aquela resistência nossa, seja a resistência da Eliene, do PCdoB, e tantos outros grupos que reagiram com o seu direito de rebelião, a um golpe de estado que foi atroz, para nós e tantos outros, aqui no Brasil e que se repetiu na América do Sul quase que inteiramente, seguindo uma ordem quase que unida de que tinha que ter ditadura para massacrar os povos.

Então, essa página nós temos que virar com coragem. O Exército, a Marinha, a Aeronáutica, ou as Forças Armadas Brasileiras não têm aqui no Congresso Nacional quem compreenda melhor a sua responsabilidade institucional do que nós... Os comunistas, nós, os comunistas, que compreenda melhor o seu papel e as suas responsabilidades.

Agora, nós não vamos dar aval a atrocidades cometidas no passado, no presente ou no futuro, no nosso país. Nós temos que tratar do nosso, porque tratar dos outros, às vezes, fica fácil; nós estamos tratando do nosso país.

O ponto, assim, final que eu gostaria de abordar, é que o programa de direitos humanos, ele é fruto de conferências que eu lembro aqui algumas figuras, Nilmário Miranda, deputado, porque as conferências nasceram na Câmara dos Deputados, elas não nasceram no governo, nasceram primeiro na Câmara, depois foram assumidas pelo governo, pelo Executivo.

Uma outra figura extraordinária, Mário Mamede, assumiu também a secretaria, um companheiro lá do Ceará, e essas conferências são feitas assim mesmo, são a quatro mãos. Tem coisas que nós não discordamos, mas são aprovadas nas conferências. E elas surgem como grandes polêmicas, eu considero, às vezes, uma tempestade em copo d'água alguns temas que são considerados muito polêmicos. Veja o problema do casamento dos homossexuais, o Congresso não resolve, a justiça resolve, vai resolvendo caso a caso, um a um, não vai ter um que sobre. E todos os outros, mesmo a questão do aborto, a justiça também vai passar a resolver, porque o Congresso não resolve. Ninguém aqui nesse Congresso, nem homem, nem mulher, nem da sociedade, não somos a favor do aborto, o que nós

não somos a favor é do assassinato das mulheres, da morte cruel das mulheres em clínicas clandestinas, em condições absolutamente inadequadas; não é um problema de fé, não é um problema de religião, é um problema de saúde pública, de respeito às pessoas de ter um problema de saúde pública. Isso não tem nada a ver com as religiões; cada um continua professando a sua religião, os católicos, os evangélicos, os espíritas, os das religiões dos afro-descendentes, os nativos.

Eu acho que isso... As mulheres... Ninguém mais do que as mulheres para defender a vida. Não tem mulher a favor de aborto, gente... Tem a favor da vida das mulheres, esse que é o problema central, está certo? Pouco compreendido, às vezes.

Eu acho que, principalmente uma parte da mídia brasileira ainda não compreendeu o papel da mobilização popular e das conferências nacionais. Talvez se a gente conseguir... Eu comecei falando dessa questão da comunicação, da mídia, talvez, a gente conseguindo inverter o ponto ao invés de controle, porque o que a Constituição manda é controlar, e o programa do Fernando Henrique também manda controlar, e manda ter lei que controle. Se a gente inverter, democratizar os veículos, mais democracia, mais veículos na mão povo, aí eu acho que não vai nem precisar usar a palavra "controlar". Os que acham que estão sendo controlados que vão dizer que controlem os outros, se a gente democratizar maciçamente essa área da mídia no Brasil.

Então, vocês me desculpem, mas, talvez, o PCdoB tenha essa dificuldade, porque nós sofremos bastante... Eu vi agora recentemente, ainda desse ato provocativo, como foi a chamada "Queda da Lapa", como ela massacraram pessoas absolutamente desarmadas, numa reunião, mataram ali na hora, e presos foram depois torturados e mortos. Quer dizer, então, vamos virar a página, nós não queremos que colem nada, nem no Ministro, nem no Governo, nem naqueles que lutam para ver os seus desaparecidos também serem enterrados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Inácio.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Me permita, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vou fazer só uma interrupção rápida, para tomar água.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pode ser.

[risos]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esperamos, é um direito humano fundamental.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Depois do Senador Cristovam, ainda teremos o Senador Agripino, Senador Mão Santa e Senadora Fátima.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem algum requerimento para ser votado?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que, nesse período que eu estive aqui, Senador Azeredo, eu nunca assisti uma reunião com tanto toque de sentimentos como esse. Todos nós ficamos emocionados e até aqui três chegaram mesmo às lágrimas, e eu creio que o Ministro também ficou molhando os olhos, porque é um tema que toca diretamente a cada um da gente.

O Inácio Arruda citou um dos meus melhores amigos, Rui Frazão, a quem, de fato, ele, não sei como sabe, não sei se disse a ele, foi um dos que me agregou à militância, no comecinho do meu curso, na Escola de Engenharia de Pernambuco, a quem já dediquei até um livro, e é um dos desaparecidos. Faz uns dois anos que eu falei com a mãe dele, velhina, velhinha, que disse: "Eu queria poder enterrar o meu filho", como todo pai deve ter direito, a mulher, as filhas. Então, é um momento de muita emoção que todos nós vivemos, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, Ministro, nós poderíamos ouvir o Senador Cristovam, e depois o senhor faz os comentários para poder ir mais rápido. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, eu agradeço que tenha me colocado na frente do seu nome, o senhor estava inscrito antes de mim, mas eu, de fato, tenho uma viagem, e eu não queria deixar de falar aqui.

Ministro, por um lado, eu já fui contemplado por quase todas as falas, especialmente pela última, do Senador Inácio Arruda. Eu vou acrescentar apenas o compromisso fundamental com a verdade, que esse país tem que ter. A Lei da Anistia tem que ser respeitada, mas lá não está escrito: "Fica proibido contar a história". É uma lei de anistia, não de amnésia. O senhor até comparou bem que a gente não pode dirigir olhando para o espelho retrovisor, mas o país não pode avançar se não olhar para a sua história, que é a maneira de falar espelho retrovisor de uma nação inteira. Temos que olhar, até porque não dirigimos sem prestar atenção a esse pequeno espelho, embora, se ele nos distrair muito, poderá causar acidentes de percursos.

Dito isso, eu queria aproveitar esse minuto para ler, porque eu tenho tido essa prática aqui, algumas

perguntas que me chegaram pelo telefone, que eu disse que o senhor estava aqui. Eu vou ler rapidamente, o senhor responde as que quiser. Mas eu creio que é um direito dos 'twitteiros' do Brasil mandarem perguntas para o Ministro. Um deles é: "Se moradia é direito, o que fazer com os prefeitos que não realocam moradores em área de risco?" "Por que encurtar debates com decretos, se isso não é uma forma de autoritarismo?" "Por que não o plano familiar no lugar do aborto?" "Por que os direitos humanos sempre protegem--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Cristovam, a segunda pergunta.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A segunda... "Por que encurtar o debate com decretos, se isso... "Se isso não é um autoritarismo?" A outra é: "Por que não prever no documento o planejamento familiar, no lugar do aborto?" "Por que os direitos humanos se preocupam apenas com os bandidos e não com as vítimas?" "O que o Ministério acha do uso de filmagem nos interrogatórios policiais?" "O que acha de localizadores eletrônicos?" "O que pensa do direito à igualdade jurídica?" Desculpe...

Chegaram 50 perguntas em 20 minutos. Eu não vou ler as 50, porque se parecem muito--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É, tornozeleira, colocou localizadores... "Por que não considerar a igualdade do atendimento jurídico como direito humano?" "Por que alguns têm direito a um tipo de advogado diferente de outros e terminam uns ganhando e outros perdendo?" Essa aqui é "Por que o Governo recuou?" "Por que o governo recuou?" E a outra é que o senhor--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANUCCHI: Não fala especificamente no que recuou?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, recuou no conjunto do plano. E a outra é que "por que o senhor não cumpriu de que renunciaria, se o governo mudasse?" "A outra é por que não tem mais itens para os jovens, se a Comissão da Verdade vai sair do papel..." São essas.

Eu vou ficar ainda aqui, porque ainda... Eu fiz questão de ler porque senão eu não estaria cumprindo compromissos com aqueles que enviaram, foram mais de 50 perguntas.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANUCCHI: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só teve mais uma... A política para jovens. "Por que o plano não dedica à preocupação que deveria com os jovens?"

É isso, Ministro, eu me dou por satisfeito, e quero dizer que mesmo que eu já tenha me manifestado que eu gostaria de ver mais ênfase num direito fundamental que é o da alfabetização, que o documento toca, mas de passagem, de qualquer maneira, eu não posso deixar de reconhecer que é um avanço, e um avanço construído pelo Estado, porque, como o senhor mesmo disse na sua fala inicial, começou no Governo Fernando Henrique Cardoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ministro, o senhor quer responder, nós temos ainda Mão Santa e Fátima?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós não podíamos logo... Porque eu acho que fica mais rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, tá. Mão Santa é o próximo inscrito, depois, Senadora Fátima, e encerramos.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Ministro e Presidente, que Deus está Minas aí, a liberdade, me desculpe, que ano V. Exa. nasceu, Ministro? Que ano?

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Nasci em 15 de maio de 50, estou na reta final para chegar aos 60.

[risos]

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Está novo, eu nasci antes. Eu quero dar um testemunho, eu nasci na guerra, em 42. Então, na guerra, né? Eu quero dar o testemunho, esse negócio de democracia é bonito, e a gente aprende com as adversidades, quer dizer, vivi o Getúlio, e eu quero dizer que ele era um homem bom, eu vi pessoalmente o Getúlio, eu conheci ele pessoalmente, criança, em 1950, e o meu tio era prefeito de Parnaíba, e em agosto de 50, ele fez um comício, ele votou na eleição.

E, estudando história, eu tenho que ser... Eu sou médico, psicologia, e tenho aquela neurolinguística que diz modelagem. Então, o meu modelo, por ser médico, cirurgião, o mineiro... Juscelino, né? Natural. Mas eu encontrei um presidente da OAB, Reginaldo Furtado, e eu governava o Estado do Piauí encantando com o Juscelino, um modelo, que se chama, em neurolinguística, um modelo que eu escolhi. Aí esse da OAB: "O Getúlio é melhor". Aquilo me chocou, e desde dali eu comecei a estudar o Getúlio. Era um bom homem, mas ditadura nenhuma presta; nós já lemos Graciliano Ramos, "Memórias de um Cárcere", que basta isso, falta no povo brasileiro muito é a ignorância audaciosa... Basta ler Graciliano. Ninguém vai, o estadista, o homem trabalhador, competente, isso daí ele disse que o Getúlio era melhor. Agora, ditador nenhum é bom. Vá ler "Memórias de um Cárcere", de Graciliano. E essa memória militar está aí, o Elio Gaspari, para

quem não viveu, eu vivi. Eu sei exatamente como foi, eu era estudante universitário quando ela se instalou, e quero dizer o seguinte, teve seus acertos, teve seus erros, e eu acho que ninguém melhor do que eu para fazer análise disso porque eu sou da intimidade, eu fui escolhido por Petrônio Portela; não sei se foi uma coisa boa, porque eu fazia minha medicina sossegada, numa Santa Casa, e eu era mais feliz. No meu gabinete, tem um retrato meu bem novinho, de óculos, e ele, eu não sei se foi bom não esse negócio de política. Eu era mais feliz médico de Santa Casa.

Mas eu quero dizer a V. Exa. que, então, eu combati. Eu, no dia seguinte, esse Araújo, que está ali, aquele que você não tem um poste aí, 50 anos de Brasília, o Secretário do Marco Maciel, ele é do Piauí, de Floriano, era o secretário, eu brinco muito com ele, eu sempre falo assim, de coração, aí eu digo para ele: "Rapaz, tu nunca fizeste um discurso para mim. Tu fazia os discursos do Petrônio", porque eu era da intimidade e o Petrônio trocava ali três linhas. O senhor sabe como é, e agora está fazendo do Marco Maciel, e eu, que sou do Piauí, e tu não me faz um? Então, eu o conheço precisamente. No dia seguinte da anistia, por acaso, eu visitei o Petrônio, aí detiveram [soa a campainha] um jovem da Polícia Federal, o ascensorista pensou – porque eu ia com dois médicos, que eu era Polícia Federal. Aí ele disse assim: "Mão Santa, eu faltaria com o João, mas não faltaria com você". A última vez que eu vi o Petrônio. Eu digo: "Que João?" Dois médicos, pedido de crédito orçamento de hospital, eu era deputado estadual. "Que João?" "O João Figueiredo, acabei de tomar café com ele, acabei de tomar café com ele para dar o resultado da anistia". Isso eram nove horas, saiu correndo [ininteligível], aí eu fui e pedi um credenciamento de um hospital, do Piauí, dos médicos--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Mão Santa, só interromper um segundo, eu vou só passar a Presidência para o Senador Inácio Arruda, porque eu vou ter que me ausentar.Pode continuar.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): "*Libertas quae sera tamen*".

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vou para lá.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Pois é... Aí ele me contou e eu vi, a anistia foi por seis ou sete votos, a imprensa teve... Mas foi um negócio muito próximo, exaustivo, e eu vi no semblante daquele homem puro, descente, correto, esse homem ia ser Presidente da República; El,e na intimidade, me disse, e seria, eu fui escolhido por ele. Tem um retrato bem novinho do meu gabinete, eu cabeludo, retardei porque eu adorava medicina, mas acabei... E o [ininteligível] Araújo viu... Aí eu digo: "Não, vim aqui lhe atormentar, não sabia... E trouxe até a ***Adalgisa*** aqui, porque ninguém nunca mais vai vir aqui, deputado estadual", aí ele botou o dedo em riste assim: "Você vai ser tudo o que quiser no Piauí". Foi a última vez. O Antônio Araújo, aquele do quadro do testemunho, eu, médico, e a minha esposa.

Sim, mas eu queria dizer que eu vi o semblante de um homem bom, um democrata, Petrônio Portela, e eu o conheci [ininteligível], e ele eufórico, porque tinha conseguido a maior obra dele, a anistia. "Consegui, passei a noite, tal". Então, isso aí foi muito complexo, ele seria o Presidente da República. Antes, ele tinha me confessado que estava tudo feito o colégio eleitoral, ele seria o civil e Tancredo o vice dele do PP, e ele da Arena, ganharia o MDB.

Então, eu vi, no dia seguinte, o semblante que tinha conseguido a maior obra, então, eu sei que é complicado, o meu nome é Francisco, paz e bem, e se você estudar, todo mundo compara a política com a guerra. Atentai bem, o Cristovam, que é um homem que sabe tudo, ou quase tudo, eu não vou citar quantos, mas Clausewitz, todo mundo tem aquele livro de ***Henry***, um mestre da doutrina militar, que a guerra e a política são uma a continuação da outra. Por isso que eu disse que a política não é boa coisa, a gente compara é com a guerra. O Winston Churchill disse: "Política é como a guerra, com a diferença que a guerra a gente só morre uma vez", na política, né?

[risos]

Então, isso é uma guerra, a política, "A arte da guerra", Sun Tzu, isso é uma guerra, foi uma guerra. Agora, não foi só essa do militar não. E eu sei, sei bem, eu sou oficial da reserva, eu fiz o CPOR, eu sei o que é unidade de comando, unidade de disciplina, hierarquia, RDE e... E mais ou menos nessa época, eu fazia quarto ano de medicina e era líder estudantil, quando se deu. O ***Valton Leitão, que vocês conhecem , é um líder socialista***. Então, foi uma guerra, vamos ver, agora, Deus me permitiu saber, e saber muito, estudei muito e muito, isso eu não estou dizendo com orgulho, a minha família que me possibilitou, e homens como eu convivi, como o Petrônio, não vou citar outros [ininteligível], e tal. Mas eu vi a Argentina, e Deus me propiciou para contar aqui, eu estava lá, eu adoro Argentina, meu mundo era Parnaíba, eu fui porque quis operar lá, era o Pelé fazendo gol; Roberto Carlos cantando, e eu operando na Santa Casa de Paranaíba.

Eu era o bom, não vim para cá porque não quis, não fiquei em Fortaleza porque não quis, no Rio de Janeiro, cirurgião tive todos... Fui para a Santa Casa

porque minha terra, fui apaixonado, porque quis. Aqui tive milhares de convites para vir aqui ser chefe do IPASE, nessa época.

Mas eu quero dizer, eu vi, Deus me possibilitou eu estar no Maracanãzinho o dia mais importante, Geraldo Vandré, eu fui, não entendo de música, sei pouco, musicalidade, confessar minha ignorância. Quando eu vi, foi aquela confusão, o povo querendo quebrar o Maracanãzinho, porque ganhou o Sabiá, de Chico Buarque e Tom Jobim. Eu não entendo, mas era um negócio suave, bonito era, porque tenho ouvido... O senhor estava lá? Mas o povo queria o negócio, aí eu vi um homem de decisão, isso influenciou muito na minha carreira, eu falo sozinho assim... Cristovam, aí, querendo quebrar, ele pegou com raiva uma cadeira de pau, botou a perna e disse: "Minha gente, a vida não se resume a festivais. O júri está aí para julgar, vamos cantar".

Ainda hoje eu canto: "Vem, vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer". Quer dizer, eu estou testemunha disso. Os militares, e eu comparo com a Argentina, Deus me permitiu um dia, mas fui porque eu gosto, o Petrônio atiçou e aquilo é o diabo e eu gosto. Quando eu vim, vinha com a Adalgisa: "Não, pode, deixa..." "Então, eu vou a pé mesmo", tem um dia lá que eles celebram, que atentai bem, Ministro, vai nesse dia, não sei o número exato, foi coincidência. O povo todo na rua, "pois eu vou a pé mesmo" e entrei, até porque eu gosto dessa confusão, no partido do Perón, todos os partidos se reúnem em frente da Casa Rosada.

Olha, Inácio, você chorou aqui, mas se você fosse lá era todo dia, todas horas, todo minuto. Eu vi, um dia é bom para V. Exa. ir, para saber a diferença, Deus me proporcionou isso. Olha, faixas assim, faixas de pano de um metro, aí a gente via, eu comecei a entrar, aí eu procurei o partido do Perón, judicialista, faixas pregadas, retratos preto e branco... 30 mil, o pai do lado, a gente vê pela cara, andando assim [ininteligível], e ali eles se encontram e vão encontrar na Casa Rosada, 30 mil retratos. Aí, desaparecido, assassinado. Eu vi, proporcionalmente à população da Argentina, Cristovam sabe tudo. Quanto é a Argentina? Sabe, ou tu não quer dizer. Tu não é o professor aqui? Quanto é a população da Argentina?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Um quarto da nossa, vai.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Um quarto... Então, 30 mil é 120 mil, matematicamente, elementar eu sei, do Professor Trajano. Quatro vezes mais, se fosse no Brasil. E olha eu vi os retratos, aí eu não vou dizer que me diverti, e olhando nas faixas a cara, o irmão, e olha, eles se encontram, a solenidade vocês, quando eu vi, eu estava bem perto, a coisa mais linda, todos os partidos, e eu, por simpatia, negócio de Eva Perón, e tal, e lá se encontram são poucos oradores, e sempre a Casa Rosada. Quero dizer, ela é pela pátria, pela bandeira, pela liberdade e nunca mais ditadura. Não vai ter mais lá não, e todo mundo, é pai do lado, do filho, e poucos oradores, um intelectual, um representante, nada de canseira, uma parada.

Então, aqui, eu, aqui, eu assisti, eu estudei, e conheci alguns militares, eu conheci pessoalmente o Castelo Branco, que era do Ceará. Eu tinha uma namorada lá que o subcomandante era o pai dela, e ali eu fiz CPOR, conheci, era um homem cearense, homem é homem em sua circunstância... Não é? Conheci... Médici eu não conheci. Conheci pessoalmente esse Geisel, era governador, e eu tomei foi dois porres com o Figueiredo, eu aqui. Estava contando para ele, não tem nada não. E vi no *"in virtu, veritas".* Eu não vou dizer, porque seria inconveniente, mas eu, porque o governador do Piauí não bebia, os filhos do Portela de jeito nenhum, e essas inauguração, eu era vice-líder, o líder era Juarez Tapety e botava lá e ficava vendo as músicas, o Figueiredo, *"in vinus virtu veritas"*, mas, na minha psicologia, ele era um homem bom. Ele não era é político, o Figueiredo. Eu posso estar errado, mas convivi "*in vinus virtu veritas"* eu não vou, porque... Eu me lembro o padre [ininteligível]: "Não sei o quê, eu vou prender, o que você está achando?". Eu digo: "O governador é bom, ora se eu tava na casa do homem lá bebendo". Mas um homem puro, eu vou dizer, por duas vezes, inaugurações, o jantar na casa dele, ele não bebia, botava ali, eu, o Tapety, um genro dele e ficava ouvindo música. Eu acho... Ele não era político, que ele dizia de certo até em confidências. Eu falo da eleição, ainda me lembro: "Eleição, ô, Mão Santa, é aquele do papa, que a gente não vê nada, vê só a fumaça, e falam da nossa". "Você não votou?" "Votei sim". "Você gostou?" "Gostei sim, o governador é gente boa, Dr. Lucídio". Então o homem é o homem e a sua circunstância, mas eu vi que aquele homem, eu gosto do Figueiredo, eu estou contando meu testemunho, só esses encontros e outros que aí tinha oficialmente, né? Mas quero lhe dizer que a impressão que me deu, e eu sou médico, um pouco de psicologia, não sou... Era assim: "Figueiredo, vai para o Iraque", ele ia. Então, botaram ele para ser presidente, ele veio e o Geisel disse para ele fazer a abertura, ele fez. Então, é essa a impressão.

Então, os militares, os militares somos nós, nós somos, povo; eu sou oficial da reserva, fiz o CPOR, e tem gente que não presta, tem na igreja, tem aqui, na política, como tem, como tem gente que não presta, no jornalista tem picareta, pilantra de todo lado, então,

mas o resto é isso. Somos nós, gente como nós, eu sou oficial da reserva, e eles tiveram certa sabedoria. Primeiro, alternância de poder, isso é da democracia. Eles foram; eu estou fazendo como eu sei, a história que eles não sabem. Não houve alternância? Entre eles, mas houve.

[risos]

Houve, tem na história aí como Fidel Castro já está com 52 anos... Ele foi... É a história que eu estou par ensinar. E outra, houve temporariamente, aqui eu estava no dia que fecharam do lado do Petrônio, eu estava do lado dele, num dos dias que fechou esse Congresso, foi no dia que o Petrônio mandou votar uma reforma do Judiciário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E ele falou que foi o dia mais triste da vida dele.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Esse mesmo, eu estava do lado dele e a imprensa... Eu apreendi que autoridade é moral, não é negócio de política não. Aí veio a imprensa, e diz: "É o dia mais triste da minha vida". Essa frase foi lá, e os militares fizeram reabrir aqui. Por justiça também, teve grandes. Eles, ninguém pode negar que Evandro Lins e Silva, do meu Piauí, foi um exemplo maior. Não tem hoje como ele, na sua firmeza, ele que deu *habeas corpus* para o Miguel Arraes. Eu vi Miguel Arraes me contando que já pensou que ia ser comido pelos tubarões lá na ilha Fernando de Noronha. Então, deixou aberto, houve [ininteligível] isso que eu quero dizer, mas, vamos... Se nós formos buscar mesmo, professor, a história, nós vamos acabar com esse Duque de Caxias; se a gente puxar as coisas, porque a coisa mais indecente, mais imoral nós tivemos naquele Canudos, e a do Bento Gonçalves, a Guerra da Farroupilha. O Exército de D. Pedro II enganou os pretos que o Bento Gonçalves conseguiu, que foi o precursor da República, e foi o precursor da liberdade dos escravos, dos negros, aí o Bento Gonçalves prometeu que ia fazer a liberdade nessa nova República e eles pactuaram, e na hora H, que ganhou o exército de Caxias, aí mataram todos os negros lá. O Paim que conta, porque o avô dele está no meio.

Então, também história cheia de guerra, era uma guerra... E a nossa tem que ser compreendida assim. Não estou justificando nada, não estou nada, mas vamos comparar com a da Argentina, que nós somos felizes, pelos que eu conheci. Eu conheci só esse, mas não conheci Médici, não conheci Costa e Silva, isso é só o meu testemunho.

Então, Ministro, é que eu quero crer isto: A anistia foi um avanço de pureza, de inteligência, de competência, que nasceu no Piauí, com Petrônio Portella. Então, é muita coisa que tem que ser respeitada, numa anistia, isso foi um pacto, graças a ela voltada, graças a ela, que estamos aqui. O homem é o homem e sua circunstância, então, foi possível.

Agora, falou-se aqui uma coisa muito certa, que eu quero dar o testemunho, e como era correto. E eu, nesse mesmo período, foi indicado pelo irmão do Petrônio, que foi Senador ***Lucídio***, para ir representar o Piauí num projeto de planejamento familiar. Aí é que está, falaram aqui, esse que é o futuro, e atentai bem, era em Bogotá, numa pró-família, era no México, e depois nos Estados Unidos. E eu vi no México, que é um partido cristão, a igreja tem que se atualizar, tem que se avançar, tem lá na Constituição: "*El mexicanos podem e devem se acasalhar, eles devem ter o numero de hijos que desejam ter. El Estado tem obrigación de garantir isso"*. Eu visitei muitas clínicas pró-família que chegava o casalzinho: "Não, agora vai ter eleição, eu quero ter três filhos..." Aí fazia o seu planejamento, vasectomia, ligadura, DIU, e tal. Isso é que tem que se ter, o planejamento familiar, a paternidade responsável, a maternidade responsável.

Então, meus parabéns, que você... V. Exa., na pureza, buscar a verdade. E eu sou do Partido Cristão, e diria, "de verdade, em verdade eu vos digo". Essa é a verdade que eu quero contribuir com o seu ministério.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vannuchi, vamos passar logo para a Senadora Fátima Cleide, ela é a última inscrita, em seguida, V. Exa. responde às indagações.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Garanto que meu relógio anda mais rápido e os meus três minutos serão bem breves mesmo, Ministro.

Eu quero apenas parabenizá-lo pela serenidade, parabenizar às comissões por tê-lo convidado a vir aqui esclarecer as dúvidas, dúvidas essas que geraram falsas polêmicas sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos. Eu quero parabenizar, mais uma vez, a sua seriedade, a sua serenidade aqui para esclarecer a todos todas essas questões que fazem parte de uma construção, como o senhor falou, de uma conferência, que sintetiza... Eu tinha muita coisa para falar, mas o Senador Inácio Arruda, no seu poder de síntese aqui, já disse muito do que eu queria dizer. Mas a Conferência dos Direitos Humanos, na minha visão, ela sintetiza também as propostas que já foram inclusive aprovadas em outras conferências, como saúde, Conferência da Mulher, Conferência da Igualdade... Da Promoção da Igualdade, a própria Conferência da Educação, realizada na semana passada, quando V. Exa. pôde comparecer inclusive à abertura, e no final, nós aprovamos, naquela conferência uma moção de apoio ao Plano Nacional de Direitos Humanos.

Então, foi um processo maravilhoso de construção, não apenas dos 14 mil que participaram da Conferência de Direitos Humanos, mas além desses, inclusive os três milhões que participaram da Conferência Nacional de Educação. Então, eu queria dizer que o plano, ele reflete o Brasil que a gente quer construir. Ele reflete o Brasil que a gente quer, sem preconceitos, sem discriminação, sem sexismo, sem machismo, um Brasil de igualdade, sem xenofobia, sem homofobia, sem lesbofobia, todas essas coisas que muita gente tem fobia, só de ouvir falar, porque elas significam respeito à pessoa humana.

Mas a gente tem a compreensão desse processo. Infelizmente, eu não vivi, ou pelo menos eu não tive consciência do que estava acontecendo no país, no que se refere à questão da ditadura. Eu nasci em 1963, num local que era um território federal. Então, você imagina se a comunicação hoje, Senador Inácio Arruda, já chega extremamente orientada para aquilo que deve ser uma informação publicizada, ou uma formação pública, de mídia, de comunicação, você imagina aquela época, no ex-território federal de Rondônia, como é que era, o estado de alienação que a gente vivia.

Então, com relação à ditadura, eu sou apenas uma estudiosa, e uma pessoa que se coloca, enquanto representante do povo, à disposição de que a gente possa abrir todas as histórias, porque eu mereço saber. Eu, como cidadã, mereço conhecer a história do meu país. E por mais que ela seja difícil para algumas pessoas, ela tem que ser mostrada.

Mas eu queria me deter a duas questões que o plano trata, e que são tidas como polêmicas, que é a questão da descriminalização do aborto e a questão da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo. E eu queria dizer que fico extremamente emocionada até, quando eu vejo as Resoluções da Conferência Nacional de Direitos Humanos com relação a isso. E, antes que, no meu estado, num momento de disputa eleitoral, se faça qualquer afirmação no sentido de dizer que "a Senadora Fátima é a favor do abordo", eu queria aqui deixar muito claramente para o Brasil, não faço questão nenhuma de esconder, tenho 47 anos, eu sou avó, sou mãe; eu vivi uma gravidez na adolescência, e a minha filha repetiu essa história. Eu sou a favor da descriminalização do aborto, mas eu nunca fiz aborto na minha vida. Eu tive meus três filhos, e hoje eu tenho dois netos, um com oito e outro com sete anos.

Portanto, eu não estou aqui falando com causa própria, eu estou aqui com o olhar de quem tem a representação do povo para fazer leis para buscar a melhoria da qualidade e das condições de vida nesse país, principalmente das mulheres, e daqueles que não têm vez e voz, que são milhões.

Eu acho que o Brasil não pode mais conviver com essa cegueira da omissão, do faz de conta de que as coisas não acontecem, enquanto as mulheres estão jovens, morrendo nas clínicas de aborto. Eu defendo a descriminalização do aborto, e torno a repetir, e já tenho netos. E eu tenho certeza que tem muita gente que fala contra o aborto, contra a descriminalização do aborto, que tem talvez duas vezes a minha idade, e que ainda não tem neto, e a gente tem que descobrir por quê. Porque, muitas vezes, muita gente faz, mas, no público, criminaliza.

Então, aquilo que as mulheres lá do Mato Grosso do Sul estão vivenciando nesse momento, que é simplesmente pelo fato de ter passado numa clínica, ter o seu nome hoje como indiciada da Justiça, não pode acontecer nesse país.

Portanto, Ministro, parabéns pela coragem, pela ousadia de defender aquilo que é uma construção da sociedade. E o Senador Inácio Arruda dizia que as conferências nasceram na Câmara, e eu digo, Senador Inácio, até para fazer uma pequena consertação, que muitas conferências nasceram antes na sociedade, depois, elas vieram para a Câmara, a exemplo da própria Conferência Nacional de Educação, e só agora, no oitavo ano de governo do Presidente Lula, nós conseguimos realizar a grande conferência que a sociedade brasileira já vem discutindo há décadas atrás.

Então, o que nós temos que fazer aqui é apenas respeitar aquilo que a sociedade brasileira pede para que nós façamos, que é respeitar os direitos humanos. E na questão da homofobia, eu concordo plenamente com o Senador Inácio Arruda, quando ele diz: "O Judiciário está fazendo aquilo que nós não fazemos". Agora mesmo, e há mais uma questão que eu gostaria de colocar, que é com relação aos meios de comunicação, Senador Inácio Arruda, nós acabamos de assistir, eu digo nós, a sociedade brasileira, a mais uma apresentação daquilo que se transformou no início do ano, de todos os anos, na grande atração nacional na mídia, que é o tal *Big Brother*, e nós assistimos à final de mais esse episódio chamado BBB, a sociedade brasileira se manifestou a favor de uma pessoa que é um homem, para alguns, bonito, não é o meu tipo, mas que expressa o machismo, expressa a síntese do que é a homofobia para quem não conhece. Porque aqui mesmo, nesta Comissão de Direitos Humanos, aqui mesmo nesse Senado Federal, nós ouvimos pronunciamentos dizendo que não existe homofobia no Brasil, e para aqueles que acham que não existe, e lembrando o resultado do último *Big Brother*, eu queria dizer que nós recebemos uma informação, denúncia, de que o rapaz, o último, um dos últimos que disputou, que era homossexual, chamado Dicesar, se não me engano,

após a conclusão do programa, já recebeu, ele e seus familiares, cerca de 11 mil ameaças de morte, via os vários meios de comunicação social neste país: Twitter, Orkut e outras coisas mais.

E eu diria o que é homofobia, se isto não expressa o ódio que boa parte desse país sente em relação aos homossexuais? E eu acho que o nosso papel, nesse momento, é enfrentarmos essa discussão e mostrarmos que não dá mais para a gente conviver com a omissão do Legislativo com relação à parceria civil, que é nada mais, nada menos... Aqui no Brasil, nós não ouvimos ninguém falar em casamento, em matrimônio, as pessoas querem o reconhecimento da parceria civil porque isso reflete no seu direito de patrimônio, no seu direito de vida, no seu direito de ter saúde compartilhada, inclusive com o companheiro de anos.

Então, eu acredito que nós devamos, e eu até celebro o fato de que nós estamos no ano de 2010, um ano eleitoral e um ano de oportunidade que a sociedade brasileira tem, para renovar o Senado federal em dois terços, renovar a Câmara Federal, para que a gente possa trazer mentes mais arejadas para esta Casa, para este Congresso Nacional, e olhar com mais carinho para os direitos humanos.

Então, Sr. Ministro, mais uma vez, meus parabéns; a sua vinda aqui só comprovou que nós estamos no caminho certo, na defesa dos direitos humanos desse país, e V. Exa. fez uma brilhante defesa do Plano Nacional dos Direitos Humanos, de modo que nós assistimos a uma sessão de diálogo. E como disse aqui o Senador Suplicy, nós assistimos a esse diálogo de forma muito fraterna até, com várias pausas para a emoção que nos toca. Então, mais uma vez, meus parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Muito bem, Senadora Fátima Cleide, vamos passar, de imediato, porque a nossa sessão foi... Por essas razões todas, ela se prolongou, e demonstrou a importância do debate... Aqui, às vezes, é assim, em uma sessão de uma CPI, tinha uma ideia que de não deveríamos convocar determinada pessoa porque iria criar um problema etc. "Vamos convocar". Chegou aqui, a pessoa explicou todas as questões, e o resultado, que a própria oposição, que era quem mais instigava, saiu desarmada. Eu não considero que seja o caso dessa reunião, porque parte da oposição, no caso nosso, da questão dos direitos humanos, e especialmente do período ditatorial brasileiro, que não é exatamente o problema da quantidade de desaparecidos que está em causa, que por isso não dá para comparar Argentina, Chile, Uruguai e Brasil, todas essas ditaduras foram brutais. Não é o problema da comparação. É que esses segmentos sociais que estão aqui no Senado Federal, salvo raríssimas exceções, tiveram as suas legendas, as suas agremiações e os seus partidários também perseguidos pela ditadura.

Então é uma causa quase que suprapartidária, não completamente suprapartidária, mas quase que completamente suprapartidária, uma causa da nação brasileira. Por isso que essas questões precisam ser examinadas para serem superadas na nossa história.

Então, uma sessão que foi muito significativa. Às vezes, as pessoas pensam de um jeito, aquilo ali, "agora nós vamos colocar o Ministro no canto da parede, agora nós vamos tirar ali uma questão significativa para ser uma bandeira". Não é possível porque as questões aqui não são dessa ordem, dessa natureza, e o Ministro veio aqui, fez um esclarecimento, porque eu vi toda intervenção do Ministro, depois todas as intervenções dos senadores, e que terminou numa situação de que, salvo algum outro aspecto que é considerado polêmico, mas que vão ser fruto do debate permanente nosso. Não vão sumir, nem no governo Lula, nem no futuro governo, que eu espero que seja da ex-Ministra Dilma, nem em outro. Eles não vão sumir do nosso dia a dia, do nosso cotidiano. Eu considero que esse processo dá saltos, e eu considero que ele está dando um salto. As conferências deram um salto, e o resultado das conferências nas mãos do governo também deram um assalto. E isso precisa de coragem para enfrentar, e eu acho que o Governo enfrentou.

Por isso, Ministro Vannuchi, eu também quero deixar meu parabéns da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Direitos Humanos e passar a palavra a V. Exa., para que V. Exa. possa examinar as questões que foram levantadas, e também aquilo que o senhor deseja acrescentar em relação ao programa que está em debate e em discussão na sociedade brasileira.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Muitíssimo obrigado, Presidente Inácio Arruda. Muito obrigado, Senadora Fátima. Eu lamento dizer que não vou falar correndo para acabar logo, como é o clamor do direito humano à alimentação, e deixo todos aqui à vontade, mas eu preciso responder às questões todas porque nós temos um sistema de comunicação, que mesmo que interno aqui, ele está falando com algumas dezenas, talvez centenas de assessores aqui da Casa, que são fundamentais na construção das políticas, responder às perguntas do Twitter, e me pediram para fazer um comercial do Twitter da Secretaria de Direitos Humanos, é isso? Mas aqui como é? Twitter@... É só isso? @direitoshumanos? Ah, @dhumanos. Bom, o 'twitteiro' sabe, é isso? Eu já não saberia.

Eu quero começar, então, da profunda gratidão pelos convites, pela generosidade de junção, pelo es-

pírito que permeou o processo todo, e que eu acho que é uma coisa assim, além dessa marca da emoção, tão importante, reforça muito a aposta no diálogo democrático. Então, quer dizer, as partes, muitas vezes, se eliminam porque não se dispõem a assentar para se ouvir. Eu mencionei, há pouco, que houve duas etapas da Comissão da Verdade no Chile, qual a diferença? Na segunda, as famílias sentaram com os generais. E desse contato imediato, eu estava contando a ida de familiares ao Araguaia, a presença da Diva, a presença de Aldo, de Paulo, quebrou toda uma animosidade, uma desconfiança que havia antes, "aquele cara que eu não conheço, não sei quem é, mas sei que não gosto dele", mas na hora a gente senta junto, a humanidade que nos une, nos identifica, ela pode, muitas vezes, superar qualquer divergência de ordem política, às vezes, ideológica etc. e tal.

Eu vou inverter a ordem da resposta, com a Senadora Fátima, primeiro eu que quero devolver aí a saudação como um grande símbolo da luta pelos direitos humanos, com essa questão do tema do direito da mulher, da questão da diversidade sexual, da criança e do adolescente, por um trabalho, que é difícil, nós sabemos, por tudo que realiza, e aqui, aproveitando aqui a militância dos direitos humanos, da sociedade civil, pessoas do fórum das entidades nacionais, quem sabe, já fica lançada a proposta de que agora somos três parceiros na coordenação, se é o caso de convidar a Comissão de Direitos Humanos do Senado para ser incorporar, como organizador do evento, o debate que eu farei na Câmara, daqui uma semana ou duas, comparável a esse, nós víamos como uma tarefa mais simples do que do Senado, por quê? Porque, lá na Câmara, a Comissão de Direitos Humanos é autora, ela realizou, em pleno o recesso, uma audiência em janeiro, de defesa do PNDH-3, e depois fez uma segunda, em que convidou todos os críticos, alguns vieram, e foi um momento também marcante como esse.

Então, fica lançada a proposta para os demais parceiros, que a conferência, e que eu não participarei pessoalmente, porque ela começará a ter um processo aí... Bom, posso participar como sociedade civil, a partir de 2011, ela incorpore a Comissão de Direitos Humanos do Senado, fica o recado para o Presidente Cristovam Buarque, para que nós já combinemos esse passo. São três parceiros, coordenadores, que podem se tornar imediatamente quatro. Quem sabe, daqui a pouco, trazemos o Supremo para ter também um elemento, ser um quinto, porque se trata de construir direitos humanos com senso amplos.

O Senador Mão Santa fez um depoimento que teve muitos elementos importantes de recuperação histórica, e eu gostaria de comentar, em relação à fala dele, que o espírito é esse. Só que o espírito de reconciliação é incompatível com a ideia de botar uma pedra e não processar. O processar, eu não estou dizendo aqui judicialmente, estou dizendo processar no sentido amplo e abrangente da palavra, com a dimensão judicial, o Supremo, o Judiciário brasileiro decidem, e o que decidir, estará decidido. Mas o processamento é histórico, é político, é ético, é educacional. Esse livro, "Direito à memória e à verdade", daqui a pouco, será ainda, no dia 26, 27 de abril, que dia é? 28. Ministro Fernando Haddad e eu lançaremos, já estejam convidados, ele foi transformado num CD-ROM, e ampliado em 10 vezes o conteúdo, para incorporar toda a reconstrução cultural de cada período.

Então, na hora que alguém pegar ali um dos mortos, um dos desaparecidos e puxar a história dele, que é a história do livro, verá uma história para a época, para a música da época, para o teatro da época, o cinema da época, a situação política do Brasil, do mundo. Quer dizer, de aprendizado, para que a geração que entra na escola, e nós vamos tentar produzir o CD-ROM às dezenas e centenas de milhares, fazer aleluia em cima da ponte, para quem pegar, chegar em casa, botar no aparelho e começar a ter uma leitura da história, em que esses heróis, pedido do Presidente Lula, para tratar Marighella, Gregório Bezerra como heróis, não como vítimas; pessoas que morreram por uma causa, como heróis equivalentes a Frei Caneca, Tiradentes, Zumbi, os grandes construtores do Brasil que nós temos hoje.

E o Senador Mão Santa nos surpreendeu com o depoimento de que ele estava ali no Maracanãzinho, no dia do Geraldo Vandré apresentando o "Pra não dizer que não falei das flores", essa história toda, ao mesmo tempo que era uma figura das relações de Petrônio Portela. A comparação com a Argentina me é importante, pena que ele não está me ouvindo, mas eu estive agora, em 24 de março, então, 15 dias atrás, no feriado nacional argentino, que é o dia do golpe de estado de 76. Então, só na Praça de Maio havia três manifestações diferentes, de grupos que não se entendem bem, cada um deles com vários milhares, e eu fui, no ato oficial, com a Presidente Kirchner, na ESMA, o DOI-CODI de lá, onde cinco mil pessoas, desses 30 mil argentinos, cinco mil entraram, e dali não saíram nem os corpos. Então, até hoje é uma busca de fato de uma proporção absurda. Agora, vê-se uma Argentina que tem capacidade de trabalhar o tema como centro de um debate político como questões ainda em curso.

É bom? É ruim, é comparável, não é? Não queremos modelos, não estamos olhando para a Argentina para fazer modelos; a Argentina tem a história da Argentina; o Brasil a do Brasil, Uruguai, Paraguai...

São as recomendações internacionais dos direitos humanos da OEA e da ONU, às quais o Brasil adere sempre voluntariamente. Eu lembrei, Estados Unidos e Canadá não aceitam a jurisdição da Corte, até ajudam a financiar, pagam, mas não aceitam. A comissão está achando o jeito, está discutindo casos norte-americanos, mesmo à revelia deles. O Brasil aceitou aquela caminhada histórica de uma das primeiras lâminas do *PowerPoint*.

É preciso processar, é preciso conhecer, é preciso tomar definições que o Judiciário estabelecerá se pune ou não pune; o PNDH incorpora o respeito explicitamente o respeito à lei de anistia, e achamos que a anistia é altamente controversa, ela tem uma ADPF a ser julgada no Supremo. E qualquer que seja o resultado da ADPF, os julgamentos, avaliações sobre ela, continuarão diferentes. Todos acataremos o que for decidido, e seguirão recomendações do tipo: "Bom, e ocultação de cadáveres?" Que é o caso de 140 pessoas, inclusive... Rui Frazão, que nós homenageamos aqui, momento de emoção... Fernando Santa Cruz, podíamos falar do José Carlos Mata Machado, na presença ainda do governador, Senador Azeredo, para lembrar uma figura ilustre de Minas, filho do professor Edgar, tradutor de Jacques Maritain no Brasil...

Nós teríamos nomes para cada Estado, para cada cultura das nossas micro-culturas aqui reunidas. Isso tudo existe como pressuposto para construir um Brasil melhor. E de novo, eu repito, num ambiente em que já os senadores presentes são absolutamente militantes dos direitos humanos, defensores do PNDH-3, então, não estou fazendo adaptação de discurso; eu quero reiterar que é a favor das Forças Armadas, é bom para elas, é indispensável para elas.

O Senador Arruda lidou bem com os temas, dificuldades que existem, não deixarmos colar em nós esse carimbo que querem nos pespegar, de revanchistas. Não somos, não é revanche, nós requeremos justiça, e pedir justiça nunca pode ser associado a pedir revanche.

A provocação do General Leônidas, que pode prosseguir agora com o Nilton Cruz, nós não responderemos, mas vemos, naqueles depoimentos, mais um elemento de comprovação da importância de fazer um afinamento definitivo, que ninguém mais argumente, como ainda argumentam, que não havia tortura no DOI-CODI, que ninguém mais argumente que Vladimir Herzog morreu cometendo suicídio, porque ele foi morto sob torturas... Os acusados estão colocando nas suas peças de defesa que eles não morreram sob tortura porque não havia torturas no DOI-CODI, desafio que o General Leônidas repetiu: "Desafio alguém a provar..."-–

SR. PRESIDENTE SENADO INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Drummond.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: --É possível chamar centenas de pessoas, e ainda no caso, se ele está se referindo a um período histórico--

SR. PRESIDENTE SENADO INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Esse era no período dele?

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: --76, dezembro de 76. E como ele fala que era do Rio, ele pode estar desafiando. Mas e a Casa da Morte, em Petrópolis? Quem é que cuidava dela? E quem é que mandou, depois da anistia, os dois militares, um oficial e um sargento do DOI-CODI, ir ao Rio Centro, no novo Maracanãnzinho, do Vandré, porque o que acontecia no Rio Centro, no 30 de abril de 81, era um show de primeiro de maio, organizado pelo Centro Brasil Democrático, ligado ao PCB, que na época tinha como militante o Senador Arthur Virgílio, e como executivo, jovem, Sérgio Cabral. E ali uma bomba explodiu num carro, matando um e ferindo gravemente outro; é depois da anistia, e o Brasil não pode considerar que um tema como esse deva seguir adiante, com aquela farsa do inquérito do Coronel Job Lorena, mostrando, com a vareta, de que: "Olha, aqui a prova que eles foram vítimas de um atentado à bomba".

Agora, evidentemente, nós temos que fazer isso com a mão estendida, um sentimento de perdão, que eu não falo em nome das vítimas, e reconheço o direito a discordarem inteiramente de mim nesse tema. Eu, pessoalmente, estou disposto a perdoar, mas o perdão, até na acepção clássica do cristianismo, não dispensa os ideais religiosos de penitencia, de desdobramentos, do firme propósito de nunca mais pecar na religião, que nós podemos fazer, não jogando velhinhos na cadeia, mas impedindo que exerçam funções públicas, ou que uma sentença civil declare torturador, como já fez com Ustra, em São Paulo, e agora se aguarda o seu recurso, em que ele alega que não houve tortura; houve. Eu fui torturado pessoalmente, inclusive por ele, que quando fui preso em 71, não me torturou pessoalmente. De certo modo, também devo a ele minha vida, porque foi ele é quem entrou e mandou parar, mas um ano depois, em uma greve de fome, comandou enraivecido uma sessão de tortura contra mim, aos berros, para que nós terminássemos a greve de fome; o Politis acaba de escrever um livro sobre isso.

General Leônidas chamou, não havia exilados, havia fugitivos, fugitivo Miguel Arraes, fugitivo? Ele foi preso na sua cadeira de Governador do Estado, eleito, pelo voto democrático, e eu firmo aqui, publicamente, mais uma vez, a minha convicção: A única dúvida é quanto tempo demorará para acontecer isso.

Pode demorar um ano, cinco ou 50. Mas o Brasil, se o Presidente Lula tem razão quando diz, "fez uma opção definitiva pela democracia", as nossas forças armadas, um dia, escreverão um documento oficial, qualquer que tenha sido o clima de março de 64, não cabia às Forças Armadas depor um presidente constitucional porque um presidente constitucional só pode ser substituído por voto popular ou por *impeachment,* nos termos da lei.

Então, é uma caminhada que ainda não se completou e se nos deixarem, a todos aqui, irmos ao diálogo direto com os militares, mais dia, menos dia, compreenderão que o mundo da Guerra Fria acabou, que naquela guerra que o Senador Mão Santa lembrou, não há vencedores e perdedores; ali o Brasil perdeu, então, essa discussão, quem venceu, quem perdeu, eles perderam, nós, eu... Eu estou aqui. Senador Inácio Arruda está aqui, Ministra Dilma candidata presidencial, e onde estão os torturadores? Que vitória é essa? Ou quem venceu? Tiradentes ou Joaquim Silvério dos Reis? Essa guerra ninguém venceu, nós, os presos políticos, os torturados, não somos os vencedores, não pode haver confusão sobre isso, e não venham dizer que venceu quem conseguiu sufocar, impor o silêncio à custa de estupros, degolas, esquartejamentos, pau-de-arara, cadeira do dragão, choque elétrico.

Senador Inácio Arruda, que nos propiciou também esse momento importantíssimo de emoção, porque a emoção fala muito nos direitos humanos, muito importante nos associarmos nessa ideia de que o que o programa propõe, e propõe exatamente isso, é democratizar, quer dizer, não é controle social, sequer controle democrático, palavras que não podiam ser acolhidas como negativas, controle social e controle democrático é coisa negativa? O que é isso? Controle de poderes...

Agora, como existe toda uma irritação conjuntural, como existe todo um cenário, em que o debate é distorcido, um jornal colocou em primeira página, "Contra a Lei de Anistia, Programa Nacional de Direitos Humanos propõe Comissão da Verdade". Era só ler o que está escrito lá, "observadas as disposições da Lei 6683", que é a lei da anistia.

E a democratização me faz lembrar um dos pais fundadores da democracia norte americana, Madison, na proposta de que ele tinha o temor, que já era de Rousseau, a guerra de facções, um estado se divide em dois grupos, em três, quatro, e a guerra fica interminável e destrói, a solução do Madison foi pulverizar, fragmentar um pouquinho de poder para todo mundo. Então, vamos fazer isso com a comunicação, vamos deixar cada sindicato dos trabalhadores, cada luta dos sem-terra, cada comunidade religiosa, cada associação profissional, ONG, das pessoas com deficiência, da área criança e adolescente, dos direitos do idoso, do segmento LGBT, cada um, com suas revistas, com seus jornais, com os seus canais técnicos, porque existe hoje um congestionamento aí na área, que não conseguimos transformar em democratização.

Com relação ao Senador Cristovam, lembrar que não é contra a Lei de Anistia, que ela está no decreto, está no programa nacional de direitos, está no decreto do Presidente Lula, que criou o grupo de trabalho, que talvez termine sua atividade na semana que vem, aprovando um texto, que é um texto de composição, eu vou falar daqui a pouco, respondendo ao Senador Arthur Virgílio, a respeito da questão do recuo, é da primeira intervenção dele, mas eu não tinha respondido.

As questões, muito rápido, do 'twitteiro' do Cristovam, do Senador Cristovam: Moradia em áreas de risco, evidentemente ele está mencionando o problema do Rio de Janeiro agora, essa tragédia que nós também aproveitamos aqui para fazer a nossa pequena homenagem a todas as vítimas e suas famílias, nessa distância que também nos une.

O problema do direito à moradia é fundamental; é um problema terrível dessas áreas de grande aclive, e isso tem que ser resolvido com políticas urbanas de inclusão, de construção; "Minha casa, minha vida" é uma das apostas estratégicas mais importantes do país, e com participação democrática. Hoje o jornal já tem uma solução preocupante, que é o prefeito, no desespero, falando que vai fazer aquela remoção da Vila Kennedy, do pré-64, de Carlos Lacerda, que levou o Zé Keti, se não me engano, a fazer a música que Nara Leão imortalizou: "Podem me prender, podem me bater, podem até deixar-me sem comer que eu não mudo de opinião, aqui do morro não saio não, se não tem água, eu furo um poço, se não tem carne, eu compro um osso e ponho na sopa. Falem de mim quem quiser falar, aqui eu não pago aluguel. Se eu morrer, amanhã, seu doutor, estou pertinho do céu".

Então, tem que discutir com o morador, não é decidir que vai fazer um muro ali, e cercar, porque o ser humano tem, na liberdade, um desejo e um nutriente tão importante quanto o pão e a água. Qualquer muro que for colocado vai ser quebrado, pulado, quando um muro separa, uma ponte une.

Por que encurtar o debate com decretos? Não é isso do que se trata, o debate segue, é para estimular o debate, qualificar, como nós fizemos aqui hoje, assegurar um debate de qualidade superior. O tanto de distorções que se conseguiu corrigir aqui hoje... De colocar as coisas nos seus devidos termos, e é um decreto com alguma força cogente para o Executivo Federal. Não é para o Legislativo, não é para o Judi-

ciário, são recomendações, sugestões, ideias, indicações, pedidos, que milhares de brasileiros, milhões de brasileiros, ainda em situação vulnerável, repito, os afro-descendentes, os quilombolas, a mulher ainda vítima de violência, o ribeirinho, o sem-terra, o trabalhador, o desempregado, todos os segmentos, pessoas com deficiência, idoso, criança e adolescente etc. e tal, LGBT, veem no processo da conferência a sua grande oportunidade de voz. É dar voz a quem não tem voz. É colher, de uma maneira capitalizada, com poderes públicos, 40% dos participantes, para transformar num decreto que o Presidente Lula apresenta como um roteiro seguro para prosseguir a construção desse edifício democrático.

Planejamento, não aborto, várias vezes reiterado, o próprio Senador Mão Santa, vamos lembrar, nós vamos alterar redações, não vamos desistir do tema. O tema estará mantido sempre, com uma visão mais próxima ao que foi aprovado nas conferências da mulher, nas duas, e procurando incorporar o máximo possível de recomendações da ONU. Agora, sempre com o limite que nós sempre tivemos, que é um governo composto de segmentos muito diversificados, nós já temos levado o tencionamento interno entre áreas a um limite que já extravasa para debate público. Recebemos uma portaria do Ministro Sepúlveda Pertence, presidente da Comissão de Ética Pública, que ele encaminhou a todos os Ministros, dizendo: "Tendo em vista o que dispõe os artigos 11 e 12 do Código de Conduta da Alta Administração Federal, do ano 2000", ele como Presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, lembra que, "no debate do PNDH-3, a importância de... É vedado à autoridade ministerial promover controvérsias públicas sobre questões administrativas que têm que ser resolvidas no âmbito interno, e não opinar sobre áreas diferentes".

Há Ministros que opinam sobre direitos humanos, opinam sobre aborto, e são de áreas totalmente desvinculadas da questão da mulher, da saúde, da justiça, direitos humanos, que são as áreas. Nós não podemos fazer isso, temos cautela, nesse sentido, dizer que recuo não pode ser associado a coisa ruim ou a derrota. Recuo em política é pão de todo dia, e eu digo mais, eu acho que, nas nossas vidas pessoais e familiares também, nas relações com filhos nós temos que recuar, eles também; nas relações amorosas; nas relações profissionais; nas relações de vizinhança, e na política, que tem que ser concebida como ação humana voltada à definição das propostas, das regras, das normas de convívio social. "Direitos humanos só para bandidos". O 'twitteiro' aqui devolve algo que vem sendo incutido, felizmente de maneira decrescente, mas no final do regime ditatorial, os setores derrotados cravaram fortemente isso: "Direitos humanos é defesa de bandido". E nesse sentido, essa pregação, procurava associar aqueles que levantavam a questão dos direitos humanos, que eram as vítimas do regime militar, com os criminosos comuns que estavam no presídio.

Primeiro lugar, é preciso dissociar isso, segundo, lembrar que quem está preso, mesmo quem praticou o mais hediondo dos crimes, é portador de direitos humanos. Ele tem que ter as leis brasileiras respeitadas, ele tem que ser processado com direito à defesa, punido, se mantido por 20 anos na prisão, em situações de dignidade humana, tal qual a Constituição e as leis. Não pode haver tortura, humilhações, os tratamentos cruéis, desumanos, degradantes...

Filmagens de depoimentos, é uma das propostas, Maria Auxiliadora Arantes, aqui presente, que coordena o nosso combate à tortura, estamos preparados para começar a discutir na pista do evento *Campus Party*, que nos abriu uma janela de sugestões para tentar estruturar esse ano, ou deixar pronto para os sucessores experiências-piloto, escolher uma capital, ou uma cidade média pólo, em que condições políticas locais funcionem como primeiro experimento; todos os depoimentos policiais terão de ser filmados por um sistema de Internet mesmo, e submetidos a um controle central da autoridade policial, judiciária, do Ministério Público, que vai ser um enfrentamento da tortura, capaz de derrubar 90%. Não acaba porque o torturador pode chamar essa pessoa e dizer: "Agora você vai entrar na salinha da filmagem, e se você recuar do que você confessou, você volta para cá e continua o tratamento que estamos te dando". Então, não é uma prova definitiva, mas, realmente, depoimentos filmados podem livrar o Brasil, em grande parte, da mancha da tortura, que não deita raízes apenas no regime de 64, e sua impunidade, onde estão os corpos, a ocultação de cadáver, a investigação desses casos referidos nesses livros todos, mas deita raízes no Pelourinho, em séculos de escravidão, em que o escravo era submetido a torturas diariamente, como instrumento de disciplina e de castigo.

A questão da tornozeleira, sensor eletrônico, ela é polêmica, de difícil aferição, prevaleceu no nosso posicionamento, falível, como qualquer definição humana, a visão de ser a favor. A favor, a partir do nosso estudo, mostrando que ninguém é obrigado, a tornozeleira não será imposta a nenhum preso. Exemplos norte-americanos, o próprio Senador Mercadante me relatou, em que o preso que ia passar o fim de semana com a família, foi acusado de assalto, pôde provar a inocência com a tornozeleira; a tornozeleira foi uma maneira de provar eletronicamente que ele não esteve naquela área.

E, realmente, nós defendemos tudo o que for possível no sentido de esvaziar prisões... Da justiça restaurativa, que o Brasil só dá os primeiros passos, três, quatro experiências piloto aí no Brasil inteiro. O restaurativo é desjudicializar, é botar na mesa uma negociação de quem quebrou a vidraça, para dizer: "Olha, foi errado, não foi..." "Está aqui a vítima da vidraça, você está disposto a pagar, instalar ela, pedir perdão aqui? O que você pode fazer no sentido de ajudar crianças a não quebrar vidraças por aí?"

Claro que para chegar disso até chegar até um homicídio, vai ser um longo caminho, mas justiça restaurativa é fundamental nos direitos humanos, penas alternativas, fundamental, e por último, um sistema prisional que realmente tenha internação clássica, definitiva, nas instituições que não podem ser as instituições totais do Foucault, centros de tortura, de violência sobre o corpo cotidianamente... Lembra o Senador Virgílio falando do Ledesma, no Uruguai, dizendo: "Não pode entrar aqui tal viatura..." Imagina o que são os presídios do nosso país, e de vários países ainda hoje.

Igualdade no atendimento jurídico é preceito do PDNH-3. Por que o governo recuou, e eu não cumpri a ameaça? Não foi ameaça, não se faz ameaça, foi o momento em que tive de dizer à imprensa que, dentro de determinados limites, eu não poderia seguir nesse posto. Não haverá uma autoridade de direitos humanos no Brasil, em qualquer país, que seja séria e respeitável, se ela aceitar ideias do tipo "a tortura não é um assunto da sua pasta", ou que o Ministério Público não pode investigar as violências desse período. Então, nessa ação, há dificuldades de governo, em que é preciso sempre seguir a arbitragem, o comando do Presidente Lula, que é a autoridade mandatada pelo voto popular, e junto a conversa com ele, várias vezes já discutimos alternativas, e há uma determinação de seguirmos no cargo, seguirmos no posto, para cumprir essa programação, e na área do PNDH-3, cabe agora, depois de terminado o debate na Câmara, e concluídas as nossas alterações de flexibilização de texto, mantendo o conteúdo geral de tudo, a ideia de que nós temos que começar a implementar, através do Comitê de Monitoramento, que é uma das conquistas desse PNDH-3, para frente é que se anda, e deixar o caminho bem montado para 2011, repito, seja a Presidenta Dilma, seja o Presidente Serra, seja a Presidenta Marina, seja o Presidente Ciro, se for candidato, Presidenta Kátia Abreu, que em alguns momentos aparece como possível candidatura independente do DEM à Presidência da República, a construção histórica dos direitos humanos tem que de avançar, os governos começam e terminam, essa luta segue adiante, ela é permanente.

Do Suplicy, renda mínima está expressamente incluída no PDNH-3, em grande parte porque a perseverança dele nos convenceu a todos. Mandela é uma grande referência para todos nós; eu visei todos os países da região, fui à África do Sul duas vezes, conversei com membro da Comissão da Verdade, agora, lá também existem senões. Uma fala muito comum é: "Aqui se produziu muita reconciliação, e pouca verdade". E no *workshop* que realizamos com os principais especialistas da América do Sul sobre o GT, que termina semana que vem a proposta, reuniu, trouxe da ONU, da OEA, importantes especialistas, e o especialista peruano fez uma fala muito boa: "O que uma Comissão da Verdade consegue, como balanço dos 30 países? Consegue basicamente diminuir bastante a quantidade de mentira que havia sobre determinado tema". Não vamos achar que a verdade vai ser alcançada, como aquele Santo Graal que está ali, eu vou lá, achei e está aqui. Não tem isso, a verdade, ela tem controvérsias, tecnicamente é um nome simples, para dizer uma coisa mais complexa, o nome seria longo, é uma Comissão de Averiguação e Levantamento das Graves Violações de Direitos Humanos. Tecnicamente, violações de direitos humanos não envolvem ações cometidas pelo Fernandinho Beira-mar, pelo Marcola, por qualquer particular, e violações de direitos humanos não envolve ação de insurgentes. Os insurgentes podem, eventualmente, cometer crimes, não há violação de direitos humanos. Violações dos direitos humanos é uma característica histórica, sempre referenciada na questão dos indivíduos, *vis a vis* ao Estado, à ação do Estado.

Então, esse debate é um debate que seguirá, será quente aqui, terá que discutir qual é essa visão; uma Comissão da Verdade que os *experts* propõem que não seja setorial, que não tenha representantes das forças armadas e das vítimas, que seja formada por pessoas com distanciamento... Aquela ideia que muitos países realizam, de notáveis... Por que Desmond Tutu? Por que Ernesto Sabato, na Argentina? Figuras que demonstrarão, no seu relatório, que não tem uma visão unilateral, não vão dizer que a guerra foi entre um monte de demônios e um monte de anjinhos; vão descrever problemas, mas vão averiguar as violações de direitos humanos, portanto, filosófica, juridicamente, tecnicamente, aquelas praticadas no exercício da tortura, na morte, e do desaparecimento de corpos, conforme está expressamente consignado lá.

E uma última referência ao Zé Celso, que o Suplicy fez, lembrar também o seu irmão, homossexual, que foi assinado em São Paulo num daqueles crimes homofóbicos, com 78 facadas, que é um dos temas que a Senadora Fátima Cleide concluiu fortalecendo.

Eu termino, respondendo ao Senador Arthur Virgílio, quando ele fala em "conter a ação ilegal do MST", eu reajo dizendo que as ações têm que ser contidas porque é assim na vida democrática, no Estado Democrático de Direito, ninguém está autorizado, ninguém pode... Agora, pairando a hipoteca social sobre a sociedade, havendo condições de titularidade altamente questionável, grilagens, havendo contraditório jurídico em torno disso, havendo a fome, a condição famélica, o desespero, direitos humanos jamais poderá caracterizar o MST, qualquer movimento sindical, popular, como criminoso. Se, eventualmente, num episódio determinado, como aconteceu recentemente nos laranjais do Estado São Paulo, Cutrale, titularidade questionada, o Judiciário definirá; direitos humanos seguirá sendo voz de quem não tem voz. Lembrará episódios que a mesma imprensa que ataca não gosta de lembrar, das mortes de Pedro Alcântara, uma semana atrás, no Pará; de Elton Brum, em São Gabriel, meses atrás, e vamos ver como que ela trabalhará mais um julgamento dos assassinos de Dorothy Stang.

Bom, sobre os riscos... Sobre a questão do Uruguai, lembrar que o Uruguai fez um processamento bastante sério, rigoroso, do processo, membros da junta presos, militares presos, Tabaré Vásquez, que não participou daquela resistência, um médico oncologista... Ele, quando fez uma declaração, dois anos atrás, de que a Comissão da Verdade deveria investigar os dois lados, ele levou tanta pancada que publicamente foi a televisão pedir desculpas: "Eu errei, eu coloquei no mesmo saco duas coisas que não podem ser comparadas; se houve violências condenáveis da parte dos Tupamaros, ou o que quer que seja, isso não é o assunto que, na reconstrução democrática, trata-se de terminar o reconhecimento da responsabilidade do Estado". Que é o mesmo, esse Estado brasileiro é o mesmo de 64, de 69 e de 70. Responsabilidade que já está normatizada no art. 8º da ADCT. Então, nós não vamos definir nada; a Constituição já estabelece o dever do Estado de fazer a anistia, a reparação, a reintrodução nos postos, quando possível, a Lei 9.140, de 95, mortos e desaparecidos; a Lei 10.559, de 2002, a Comissão de Anistia.

Então, é prosseguir nesse processo, complementando a página que falta, sem revanchismo, sem querer reabrir feridas; é lavando as feridas, para que só assim cicatrizem. Curiosidade, é que faz poucos meses que terminou o mandato de Tabaré, dois meses, e assumiu o Mujica, 13 anos preso, não, sequestrado, em buraco; sequestro quer dizer o seguinte: Todos nós fomos seqüestrados; o DOI-CODI não chegava com mandado de prisão para nós. A gente era jogado dentro de um camburão, e levávamos pancada no deslocamento para a Rua Tutoia, no meu caso, e semanas depois, quando decidiam se íamos ficar vivos ou não, aí sim, começava a haver um processo de formalização: "Você vai para o DOPS, para fazer o cartório etc. e tal".

No Uruguai, houve um momento que a ditadura normatizou o sequestro pelo Estado; ela comunicou na televisão: "Atenção, Srs. Comandantes dos Tupamaros, Raúl Sendic está mantido sob o nosso poder", pai do Rauzito, mencionado pelo Arthur Virgílio... "E, em qualquer novo sequestro que vocês realizarem, nós executaremos imediatamente". O Estado fez isso. Não pode fazer, tem de fazer o processo.

O Mujica acaba de fazer um pronunciamento, a la Mandela, que gerou descontentamento da militância específica dessa área, dizendo que não está preocupado em colocar velhinhos na prisão, que o Uruguai tem que seguir adiante, que é preciso fazer valer as novas leis que eliminaram as falsas anistias, mas que ele acha que é preciso pensar uma saída, que não é jogar ninguém de 90 anos na cadeia.

E sobre os riscos do fundamentalismo, papel do Parlamento, eu estou... E eu proponho, ou entendo, que a visão do senador, a minha, sejam a mesma visão, de que nós somos contra qualquer fundamentalismo; os fundamentos são princípios que têm que ser seguidos e aplicados por todos, mas jamais dogmatizados, jamais deixando de levar em conta o elemento central dos direitos humanos, que é a ideia da alteridade: O outro pensa diferente de mim e ele está tão convencido da verdade quanto eu. Então, não é pelo fuzil, pelo canhão, é sentando aqui, e, no Senado, que nessa manhã e tarde, acho que vai deixar em todos nós uma lembrança muito forte, o nosso profundo agradecimento pela chance de corrigir distorções, de qualificar o debate, de transformar toda controvérsia, agora, na possibilidade de uma compreensão democrática com acordos e desacordos. A democracia consagra a legitimidade do dissenso, repetindo o Presidente Lula mais uma vez: "Não é a consolidação do silêncio; é a manifestação de múltiplas vozes, ou a sinfonia de múltiplas vozes". Muito obrigado, Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É muito significativo que o Ministro Paulo de Tarso Vannuchi encerre a sua apresentação aqui no Senado Federal sendo aplaudido; havia dúvidas sobre isso, mas que foram absolutamente consumadas agora, no final da sua explanação, da sua apresentação, respondendo com clareza a todos os questionamentos que foram feitos. Eu acho que nós conseguimos, ao final, no Senado, valorizar esse instrumento da democracia, que é um plano concebido, nós podemos dizer, por vários governos, mas que ele deu um passo

adiante, ele deu um salto agora, no Governo de Lula e na direção do Ministro Paulo Vannuchi.

Então, eu quero deixar meus parabéns pela atuação do Ministério, da sua atuação, da atuação dos que estão trabalhando contigo, que são gente que ajuda o Brasil já há muito tempo, e respaldar as conferências; pode ser que elas contrariem posições nossas, particulares, mas é o instrumento mais eficaz para mobilizar a sociedade brasileira. E acho que a Comissão de Direitos Humanos do Senado, na minha opinião, deve, sim, se incorporar, aceitar o convite de V. Exa., e se incorporar à realização da próxima Conferência Nacional de Direitos Humanos.

Eu digo que ela foi criada mesmo na Câmara; muitas outras foram criadas fora do Parlamento, e fora da institucionalidade e fora do governo, e deram muitos resultados positivos para o Brasil. Eu considero que, talvez, o nosso Senador Cristovam Buarque vá aceitar e, de ofício, já determinar a participação da nossa comissão para que ela se incorpore já nos preparativos, e no exame do que está sendo proposto agora, que venha ao Congresso Nacional e vai ser debatido amplamente, abertamente na sociedade brasileira, e as conferências, e a sociedade, evidentemente, que vão cobrar dos senadores e dos deputados que aquele resultado se materialize em legislação mais avançada para o nosso país.

Eu agradeço a V. Exa., venha sempre aqui, porque, quando vem, o resultado é muito positivo. Eu acho que quanto mais vier aqui, mais esclarecimentos, mais gente vai sair defendendo o Plano Nacional de Direitos Humanos. Muito obrigado, está encerrada a sessão.

[palmas]

Sessão encerrada às 14h53.

ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 13 DE ABRIL DE 2010.

Às nove horas e cinqüenta e nove minutos do dia treze de abril de dois mil e dez, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores **VALTER PEREIRA** e **GILBERTO GOELLNER**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, CÉSAR BORGES, GILBERTO GOELLNER, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, EDUARDO SUPLICY E JOÃO TENÓRIO.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Augusto Botelho, Neuto de Conto, Gerson Camata, Raimundo Colombo e Kátia Abreu. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: – Não Terminativo – EMENDA Nº 1 DE PLENÁRIO AO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003. EMENTA:** Altera os artigos 47 e 56 da Lei nº 5764, de 16 de dezembro de 1971, para dispor sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas. **Autoria da Emenda nº 1 de Plenário:** Senador Romero Jucá. **Relatoria da Emenda nº 1 de Plenário:** Senador Gilberto Goellner. **Relatório:** Pela rejeição da Emenda nº 1 de Plenário. **Obs:** 1) Em reunião da CRA, realizada em 2.8.2006, foi aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1 – CRA), o qual teve como relator do vencido o Senador Jonas Pinheiro. 2) Em 19.2.2008, foi aprovado em Plenário o Substitutivo, ficando prejudicado o PLC nº 6, de 2003. 3) Em 2.6.2009, foi lida a Emenda nº 1 de Plenário, oferecida ao Substitutivo, em turno suplementar. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Gilberto Goellner, Romeu Tuma e Jayme Campos. **Resultado: Aprovado o Parecer pela rejeição da Emenda nº 1, de Plenário, ao Substitutivo oferecido ao PLC 6/2003. A Matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa – SGM. ITEM 2: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2008. EMENTA:** Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para dispor sobre a obrigatoriedade de divulgar pela internet as análises laboratoriais resultantes de fiscalizações realizadas na empresa pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senador Gilberto Goellner. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Obs:** 1) A Matéria foi apreciada pela CCT, tendo sido aprovado Parecer favorável, com a Emenda nº 1 – CCT. 2) O Projeto será apreciado pela CAS em decisão terminativa. Na fase de discussão, não houve oradores inscritos. **Resultado: Aprovado o Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria será encaminhada à CAS em decisão terminativa. ITEM 3: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2010. EMENTA:** Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura nacional, quando adquiridos por agricultores familiares ou por

cooperativas agrícolas. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Gilberto Goellner. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Obs:** A Matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa. **Resultado: Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame da Matéria. ITEM 4: – Não Terminativo – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 122, DE 1999 – TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PDS Nº 233/04. EMENTA:** Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos dos rios Jurema, Teles Pires e Tapajós exclusivamente para fins de transporte fluvial e dá outras providências. **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Senador Valter Pereira. **Relatório:** Pela aprovação do PDS nº 122/99, com quatro emendas que apresenta e pela rejeição do PDS nº 233/04. **Obs:** A Matéria será apreciada pela CCJ, CI e CAS. Às dez horas e trinta e oito minutos o Senador Valter Pereira, Relator do Item nº 4, passa a presidência da Reunião para o Senador Gilberto Goellner. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Marisa Serrano, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro e Gilberto Goellner. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos do art. 132, § 1º – RISF. ITEM 5 – Não Terminativo – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 233, DE 2004 – TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PDS Nº 122/99. EMENTA:** Autoriza, nos termos do § 3º do artigo 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos dos rios Jurema, Teles Pires e Tapajós exclusivamente para fins de transporte fluvial e dá outras providências. **Autoria:** Senador Jonas Pinheiro. **Relatoria:** Senador Valter Pereira. **Relatório:** Pela aprovação do PDS nº 122, de 1999, com quatro emendas que apresenta e pela rejeição do PDS nº 233, de 2004. **Obs:** A Matéria será apreciada pela CCJ, CI e CAS. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Marisa Serrano, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro e Gilberto Goellner. **Resultado: Resultado: Concedida vista Coletiva, nos termos do art. 132, § 1º – RISF. ITEM 6: REQUERIMENTO Nº 9, DE 2010 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para tratar da regulamentação para alteração de componentes empregados em processos de fabricação, de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, com a participação dos convidados : Sr. **José Agenor Álvares** – Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **ANVISA;** Sr. **Inácio Afonso Kroetz** – Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA;** Srª. **Sandra Regina Rodrigues Klosovski** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA;** Srª. **Teresa Campello** – **Casa Civil ;** Sr. **Cristiano Walter Simon** – Presidente da Câmara Temática de Insumos Agropecuários – **CTIA;** Sr. **José Roberto da Ross** – Sindicato de Defensivos Agrícolas – **SINDAG. Autoria:** Senador Osmar Dias. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Osmar Dias e Gilberto Goellner. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 7: REQUERIMENTO Nº 10, DE 2010 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do artigo 58, inciso II, da Constituição Federal e do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, audiência pública para instruir e aprofundar o debate entre as áreas abrangidas pelo Projeto que institui a Política Nacional de Abastecimento, objeto do PLS nº 51, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, com a participação dos convidados: Sr. **Wagner Rossi** – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA; S**r. **Marcio Fortes** – Ministro de Estado do Ministério das Cidades – **MC;** Sr. **José Gomes Temporão** – Ministro de Estado do Ministério da Saúde – **MS;** Sr. **Nelson Hubner** – Diretor-Presidente da Agencia Nacional de Energia Elétrica – **ANEEL;** Sr. **José Machado** – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – **ANA. Autoria:** Senador Gilberto Goellner e Senadora Marisa Serrano. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Às onze horas e vinte e seis minutos o Senador Valter Pereira reassume a Presidência da CRA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Valter Pereira,** Presidente da CRA.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa, da 53ª legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Havendo anuência de todos, é dada como aprovada. Como não há manifestação em contrário, portanto, declaro-a aprovada.

Esta reunião destina-se à apreciação de várias matérias que estão elencadas.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de iniciar a apreciação das matérias... Senador Osmar Dias, pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Senador Valter, eu tenho um requerimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu não sei se é senador ou governador.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador, por enquanto.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É mais tranquilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mais tranquilo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu tenho um requerimento aqui, é o Item 6, e eu gostaria de colocá-lo em apreciação, se V. Exa. permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Item 6. Extrapauta?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não, ele está na pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está na pauta?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): No Item 6 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. quer, então, a inversão da pauta?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu quero a inversão da pauta para votá-lo, se for possível, agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu submeto à discussão. Não havendo discussão, em votação a inversão da pauta incluindo o Item 6. Portanto, será este o Item 1.

Item 6. Requerimento de autoria do Senador Osmar Dias que, "Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para tratar da regulamentação para alteração de componentes empregados em processos de fabricação, de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Agenor Álvares, Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Sr. Inácio Afonso Kroetz, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sra. Sandra Rodrigues Kloeovskido, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Sra. Tereza Campello, da Casa Civil; Sr. Cristiano Walter Simon, Presidente da Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA); Sr. José Roberto da Ross, Sindicato dos Defensivos Agrícolas (SINDAG)". Aqui são seis indicados. Eu solicitaria apenas ao Senador Osmar Dias, antes de colocar em discussão e votação, de consultá-lo se não há possibilidade de reduzir para quatro, que tem sido a nossa baliza para essas Audiências Públicas, já que, quando excede a esse número, o risco de comprometimento da qualidade do evento cresce. Portanto, eu solicito a V. Exa., antes de colocar em votação, que examine essa possibilidade.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu vou justificar o pedido da Audiência Pública e já concordar com V. Exa.

É que, no dia 22 de março, a Folha de São Paulo publicou uma extensa matéria, de uma página, aliás, no Caderno Econômico, com o título: "Fiscalizações feitas pelo Governo Federal nas principais produtoras de agrotóxicos encontraram irregularidades que vão do uso de substâncias proibidas à mudança de fórmulas sem autorização".

A acusação, a denúncia, a matéria, são de extrema gravidade, porque o que está sendo dito aqui é que as principais produtoras de defensivos do país estão fazendo alterações nas fórmulas, sem a autorização da ANVISA. Por outro lado, esses produtores de agrotóxicos, quando eu fiz esse requerimento, me procuraram e disseram o seguinte: que não há regulamentação e há uma inexistência total de regras claras quanto às exigências para a alteração de componentes das fórmulas dos insumos, ou seja, as produtoras dos insumos reclamam que não há regras claras. Do outro lado, a ANVISA forneceu à Folha de São Paulo elementos para que a Folha de São Paulo fizesse uma reportagem de extrema gravidade. Então quando o produtor está usando um produto, ele não sabe se é aquela fórmula original, se é outra fórmula. E há casos em culturas em que o herbicida é aplicado, por exemplo, e não traz o efeito esperado. O produtor pensa que é falta de umidade na hora que ele aplicou, excesso de umidade, porque tem que ter essas condições para a aplicação desse insumo, do herbicida, lá na lavoura. O produtor fica imaginando que a temperatura não era a ideal, que tinha vento demais, que houve desvio. Mas, na verdade, pode ocorrer que ele está aplicando gato por lebre, como o próprio produtor costuma dizer, ou

seja, ele está aplicando um produto, achando que é aquele produto, mas aquela fórmula foi alterada. E, de outro lado, por que é que o governo não traz uma regulamentação clara a respeito do assunto, primeiro, para impedir que haja adulteração de produtos? Segundo, para que o produtor seja preservado, comprando aquilo que ele efetivamente quer comprar e aplicando aquilo que ele efetivamente quer aplicar.

Então é de fundamental importância nós fazermos esse debate envolvendo todas essas entidades. Eu vou pedir apenas a V. Exa., concordando em manter quatro, para eu pensar qual dos dois órgãos ou pessoas que nós excluiríamos da Audiência Pública para cumprir a regra. Eu pediria só para eu dar uma pensadinha e, se V. Exa. puder permitir a aprovação do requerimento, eu concordando que permaneçam quatro e, depois, eu sugerir a exclusão de dois, ficaria bom assim.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que nós poderíamos colocar em discussão e votação o requerimento, autorizando V. Exa. a fazer as modificações que forem necessárias. Aí comunicando à Secretaria da Comissão, iremos promover os convites imediatamente. Pela ordem, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de ouvir novamente os seis convidados para essa Audiência, para que a gente pudesse--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É o Sr. Agenor Álvares, Diretor da ANVISA; Inácio Afonso Kroetz, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura; Sra. Sandra Regina Rodrigues Kloeovskido, do IBAMA; Sra. Tereza Campello, da Casa Civil; Sr. Cristiano Walter Simon, da CTIA; Sr. José Roberto Ross, do Sindicato de Defensivos Agrícolas (SINDAG). São esses.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Se me permitisse, Sr. Presidente, senhor requerente, Senador Osmar Dias, eu vejo que o assunto é de suma importância. Porém, as pessoas mais ligadas, os setores mais ligados, realmente é o Ministério da Agricultura, a ANVISA e o próprio Meio Ambiente, que seria o IBAMA. Então nesse caso... E também alguém do setor, o Sr. Cristiano Walter Simon, seriam os quatro. Se fosse para sugerir, da nossa parte, eu vejo que a Dra. Tereza Campello não é afeta ao setor diretamente e, também, o Sr. Inácio Afonso Kroetz, que é Secretário de Defesa Agropecuária, porque é mais na área de defesa. Eu não sei se, nesse caso, aqui, o SINDAG não seria mais... Porque eles teriam que se defender, ver o que é que as empresas têm para se defender.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Senador Gilberto, a questão da Casa Civil participar é importante, porque, se a Casa Civil não determinar... Porque essa regulamentação, ela tem que ser feita por três Ministérios. Então a Casa Civil tem que coordenar.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ela não vem coordenando.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): E se ela não coordenar, se ela não tiver uma intervenção direta nesse assunto, isso não vai ocorrer, como não está ocorrendo, quer dizer, com isso tem muito produtor aplicando defensivo errado e tem muito produtor de insumo produzindo insumo errado. Isso significa que alguém está sendo enganado. Então eu perguntaria: seria possível manter cinco convidados?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que sim, a gente estabelece parâmetros que não podem ter absoluta rigidez, porque o que importa é a eficácia da informação.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então eu dispensaria o Dr. Inácio, do Ministério da Agricultura, que evidentemente já tem a posição firmada, eu já conheço a posição firmada e eu gostaria de conhecer a posição dos outros.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Alguém mais deseja falar sobre o assunto? Como não há nenhuma inscrição, eu submeto a votos. Os Srs. Senadores e a Senadora Marisa, se estiverem todos de acordo, está aprovado por unanimidade o requerimento do Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aprovado por unanimidade. Então vamos passar--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu só pediria, porque já existe uma Audiência marcada na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Eu pediria que V. Exa. entrasse em contato, ou a Secretaria, com a Secretaria da Comissão de Agricultura da Câmara, para ver se essa Audiência poderia ser até em conjunto ou se nós faremos separadamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Falaremos.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Marisa, pela ordem.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como foi lido o requerimento do Senador Alvaro Dias, o Item 6, eu gostaria que fosse lido também o Item 7, que é requerimento de autoria do Senador Goellner e da minha autoria.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): A Senadora Marisa, ela é muito próxima do Senador Alvaro Dias pelo partido, pertence ao mesmo partido.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Desculpe, Osmar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Mas está em família.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está em família.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está certo. O requerimento é de autoria do Senador Gilberto Goellner e da Senadora Marisa Serrano, que pede, nos termos do art. 58, inciso II, da Constituição, e o art. 93, inciso II, do Regimento Interno, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, Audiência Pública para instruir e aprofundar o debate entre as áreas abrangidas pelo projeto que instituiu a Política Nacional de Abastecimento, objeto do PLS nº 51, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Wagner Rossi, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Marcio Fortes, Ministro de Estado do Ministério das Cidades; Sr. José Gomes Temporão, Ministro de Estado da Saúde; Sr. Nelson Ubner, Diretor-Presidente da ANEEL; Sr. José Machado, Diretor-Presidente da ANA. Com a palavra o autor do requerimento, Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já está com a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O Presidente da Agência Nacional de Águas, atualmente, é o Sr. Paulo Varella, em substituição ao Sr. José Machado.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vicente Andreu.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O Vicente Andreu é o novo Presidente?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Então só para mudar essa parte aí. Eu gostaria de justificar--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Diretor-Presidente da Água é o Vicente Andreu.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de justificar também, Sr. Presidente, que esse convite a diversos setores, a diversos setores que incluem o abastecimento, que não seja só de alimentos, mas também de outros Ministérios, vai possibilitar se estabelecer dentro da Política Nacional de Abastecimento até um marco regulatório. O que nós temos hoje... Realmente, nós estamos aprofundando essa política e precisamos separar, ouvir todas as partes, para que seja feito um trabalho, quem sabe, até de dividir esse setor, não colocar como uma política única aonde seja só contemplado... A preocupação maior no país, hoje, é o abastecimento alimentar, quando, na realidade, nós precisamos saber dos demais setores, como o da área de saúde, da área de energia elétrica, da área de abastecimento de água, enfim, saber e avaliar qual é a política de cada Ministério para esse setor. Esse é o motivo de fazer tão ampla a abrangência de setores de segurança, uma política de abastecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Como disse o Senador Goellner, essa é uma Política Nacional de Abastecimento que envolve várias áreas. Por exemplo: assegurar o abastecimento alimentar. É uma área específica que nós conhecemos razoavelmente bem do país; mitigar o fornecimento de combustíveis, quer dizer, abastecimento de combustíveis. Há que se discutir essa questão também, como que se dará esse abastecimento, justamente a garantia do abastecimento; energia elétrica é outra coisa, diferente da alimentação; suprimentos médicos emergenciais. Como é que vamos tocar isso? Também a gente não sabe; além de permitir o consumo de água potável, abastecimento de água. Quer dizer, nós temos aí as hidroelétricas, etc. e tal. Mas são todos abastecimentos, quer dizer, como é que se vai garantir o abastecimento para a população de diversas áreas.

É uma proposta interessante, importante, mas que a gente não conhece o suficiente para poder votar todo de uma só vez, sem ouvir as pessoas encarregadas de cada setor. Por isso, nós estamos pedindo o apoio aí a esse requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu só faço um apelo aos dois autores, no sentido de reduzir para quatro o número de convidados, se for possível, para que a Audiência seja mais profícua.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós podemos, então, retirar, mesmo que a gente gostaria muito de ouvi-lo, claro, mas podemos retirar o Ministro Márcio Fortes, das Cidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Alguém quer comentar o requerimento? Não havendo nenhuma manifestação, eu o coloco em votação. Não havendo contrariedade, está aprovado por unanimidade.

Vamos retomar a pauta original com o primeiro item, que é Emenda nº 1 de Plenário ao Substitutivo,

oferecido ao Projeto de Lei nº 6, de 2003, da Câmara dos Deputados, que "*Altera os art. 47 e 56, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, para dispor sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas*". A Emenda nº 1 de Plenário tem como autor o Senador Romero Jucá. Informo à Comissão que, em Reunião da CRA, realizada no dia 2 de agosto de 2006, foi aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1 – CRA), o qual teve como relator do vencido o Senador Jonas Pinheiro, de saudosa memória. Em 19 de fevereiro, foi aprovado em Plenário o substitutivo, ficando prejudicado o PLC nº 6, de 2003. Em 2 de junho de 2009, foi lida a Emenda nº 1 de Plenário, de autoria do Senador Romero Jucá, oferecida ao Substitutivo, em turno suplementar.

Com a palavra o relator da Emenda nº 1 de Plenário, Senador Gilberto Goellner, para proferir o seu relatório e voto sobre a emenda.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu vou direto à análise, onde eu louvo a iniciativa do ilustre Senador Romero Jucá, que propõe o aprimoramento ao Substitutivo, ao PL nº 6, de 2003, no sentido de alterar o art. 47, da Lei 5.764, de 1971, para exigir que o controle da direção das sociedades cooperativas seja composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembleia-Geral.

Ocorre que a emenda não menciona a obrigatoriedade de que os membros do Conselho de Administração também sejam eleitos pela Assembleia-geral. Essa omissão poderá abrir a possibilidade de que pessoas alheias ao quadro de associados componham o Conselho de Administração. Tal situação infringe um dos princípios basilares do cooperativismo, o da gestão democrática de seus membros.

Entendemos que o § 1º, do Substitutivo do saudoso Senador Jonas Pinheiro, é mais preciso ao determinar que os membros do Conselho de Administração sejam sócios eleitos pela Assembleia-Geral. Ademais, não seria conveniente suprimir os §§ 2º e 3º do art. 47, pois eles complementam a norma para a eleição da diretoria, nos casos em que não há Conselho de Administração, e conferem autonomia para o estatuto criar outros órgãos de administração.

O nosso Voto, portanto, é pela rejeição da Emenda nº 1, de 2009, do Plenário.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O relator, Senador Gilberto Goellner, concluiu pela rejeição da Emenda nº 1 de Plenário. Com a palavra, pela ordem. Pela ordem ou para discutir?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Apenas para encaminhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, então. V. Exa. tem a palavra para a discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acredito que a emenda, como disse o Senador Goellner, tem o seu fundamento, mas se na reeleição não ficar comprometido o sócio, somente sócio pode ser reeleito, automaticamente poderá ser designado elementos de fora da instituição, pelo que eu entendi do relatório de rejeição de V. Exa. Sempre será--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É nesse sentido, de sócios.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --composto por associados, nunca por gente estranha à composição da entidade. Então eu sou favorável ao voto do Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria só de complementar, Sr. Presidente, que esse assunto foi amplamente discutido dentro da Organização das Cooperativas Brasileiras, a OCB, que o nosso relatório também ouviu o setor cooperativo brasileiro nesse sentido, não só a OCB, como alguns operativas, e é o que elas praticam, é o que funciona, é o que está em vigor e é o que é democraticamente válido, porque esse Conselho deverá ser composto exclusivamente por também associados das cooperativas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É mais democrático.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É mais democrático.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Então, por isso, a--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Respeitar a instituição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): --sugestão é pelo Voto de rejeição da Emenda nº 1, do Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É, esse negócio de eleição e, sobretudo, reeleição, não só para as cooperativas como para a sociedade, sobretudo para o Poder Público, está trazendo muito transtorno, não é, Senador Romeu Tuma? Essa reeleição, a gente precisa discutir intensamente, sobretudo a reeleição de prefeito, de governador, de presidente, certo? Eu acho que nós estamos terminando uma legislatura, sem enfrentar este grande inimigo da democracia, que é a reeleição. Infelizmente no Brasil--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Até na OAB.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Como?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Até na OAB.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Até na OAB, V. Exa. tem razão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem gente que preside instituição por dez, quinze anos, é um negócio meio assustador, porque não há nunca renovação de objetivos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então o senhor pega uma entidade civil, particular, fica dez, quinze anos na presidência renovando permanentemente, não dando chance nenhuma de--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A reeleição tem sido, na verdade, Senador Romeu Tuma, o caminho da perversão, pelo menos na administração pública.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Infelizmente é isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Tem entidade que chega ao cúmulo do absurdo do cidadão se perpetuar por doze, quinze anos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É verdade.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu acho que isso é inócuo, inoportuno. Não é democrático, na medida em que cidadão faz uso, muitas vezes, do cargo que exerce como instrumento político em detrimento de outras possíveis(F) candidaturas, que poderiam, naturalmente, também postular, mas a máquina é muito forte, seja ela a nível de eleição para Presidente da República, de Governo do Estado, de Prefeito. Eu, particularmente, sou contra, literalmente, ao instrumento de reeleição. Eu acho que é muito cruel, é um jogo totalmente desigual. Acho que tinha que ser ponderado, nós revermos essa questão, tendo em vista de que, como o senhor falou, essa legislatura está passando e, lamentavelmente, nada fez para esbarrar ou colocar alguma barreira que naturalmente pudéssemos, de forma democrática, transparente, buscar um novo modelo em relação às reeleições que há, não só a nível de Poder Público, mas, sobretudo, até mesmo de cooperativa, das [ininteligível], que existem no Brasil. Lamentavelmente isso tem sido quase um exercício permanente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. tem razão. O uso da reeleição tem levado a um uso de máquina despudoradamente pelos administradores, certo? Por administradores, não pelos, porque há exceções à regra. Mas a regra geral, hoje, é de se usar a máquina pública de forma despudorada para garantir a reeleição. Infelizmente isso não é um fenômeno isolado, é uma regra geral, e o que se ressalva aí são algumas exceções.

Em discussão o parecer do ilustre Senador Gilberto Goellner. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o Parecer pela rejeição da Emenda nº 1 do Plenário. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral.

Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2008 – Não Terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "*Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para dispor sobre a obrigatoriedade de divulgar pela internet as análises laboratoriais resultantes de fiscalizações realizadas na empresa pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*". O presente projeto foi apreciado pela CCT, tendo sido aprovado, Parecer favorável, com a Emenda 1 – CCT. Com a palavra o Relator da matéria, Senador Gilberto Goellner.

Pelo jeito o Senador Gilberto Goellner é hoje... Invadiu a Secretaria, hein?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É o dono da agenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Já vou para aproveitar e reclamar um pouquinho à Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O relator concluiu pela rejeição do projeto. Em discussão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária está nos sobrecarregando um pouco de serviço, mas nada que impeça a nossa vontade de contribuir, de avaliar todos os projetos, ao contrário, para nós é uma grande satisfação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aliás, um dos critérios que eu tenho adotado para distribuir os processos é a agilidade, a presteza, é a frequência dos parlamentares nesta Comissão, porque, às vezes, quando se distribui um projeto de certa envergadura para um parlamentar que

quase não vem aqui, dada a outras comissões que para eles são primazia, acaba prejudicando o andamento da nossa Comissão. E V. Exa., Senador Gilberto, tem sido muito diligente nas missões a que temos confiado a sua apreciação.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Dentro da análise, o Senador Marconi Perillo, em sua justificação, diz que denúncias sobre a qualidade do leite HFT, comercializado em diversas regiões do país, trouxeram intranquilidade à população brasileira e revelaram a precariedade das atuais medidas de inspeção e controle dos órgãos fiscalizadores, expressando a necessidade de aprimoramento dos instrumentos utilizados.

O autor do PLS 86, de 2008, argumentou, ainda, que a obrigatoriedade da divulgação na internet das análises técnicas realizadas pelos órgãos fiscalizadores federais tem um custo desprezível para as empresas e permite ao consumidor, a qualquer momento, o acesso a informações indispensáveis à seleção dos produtos lacto-saudáveis. Entretanto, devemos ressaltar que o leite sofre variação no teor de seus componentes de acordo com a raça do animal, época do ano, estágio de lactação, nutrição e região, entre outros fatores. Portanto, a análise deve ser realizada por um profissional habilitado.

A maioria da população leiga não tem os conhecimentos técnicos necessários para avaliar os resultados de análises laboratoriais. Os laticínios em geral já dispõem de modernas ferramentas de segurança sanitária, como os programas de autocontrole, os quais adotam procedimentos, padrões de higiene operacional e boas práticas de fabricação, em que são monitorados todos os fatores que possam interferir na qualidade higiênico-sanitária e na inocuidade dos produtos. Tais ferramentas geram registros armazenados em um sistema de controle da qualidade, cuja verificação e auditoria são possibilitadas pelo serviço oficial de inspeção, no caso do MAPA, através do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal. A fiscalização de produtos lácteos pelo MAPA é, também, de competência concorrente da ANVISA, conforme preceituado pela Lei nº 1.283, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

Portanto, ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária cabe o monitoramento do comércio do leite.
O MAPA, o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça, firmaram um acordo de cooperação em 2008 para a criação do Centro Integralizado de Monitoramento de Qualidade dos Alimentos (CQuali Leite), no sentido de integrar as ações dos órgãos envolvidos no controle de alimentos e fortalecer as medidas de prevenção e controle a desvios de qualidade, incluindo irregularidades e fraudes. Embora o CQuali Leite seja composto por órgãos federais (ANVISA, MAPA e DPDC), as ações de monitoramento e qualidade do leite requerem articulação e cooperação de outros autores do governo federal, além dos órgãos estaduais e municipais correlatos. Têm-se como colaboradores dos órgãos de vigilância estaduais, municipais e distrital, os laboratórios centrais de saúde pública, Secretarias de Agricultura, estaduais e distrital, a Polícia Federal e os órgãos de proteção e defesa do consumidor estaduais e municipais, que são os PROCONs. Não cabe, entretanto, à ANVISA a fiscalização nas empresas, nem tampouco a divulgação dos resultados das fiscalizações em seu sítio na internet. Como os resultados das fiscalizações já são divulgados no sítio na internet do Centro Integrado de Monitoramento da Qualidade, no endereço virtual www.cquali.gov.br, acreditamos que a presente proposição tenha perdido o seu mérito.

Por isso, o nosso Voto, pelas razões supostas, somos contrários à aprovação do PLS nº 86, de 2008, pedindo *venia* ao Senador Marconi Perillo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Portanto, o ilustre relator concluiu pela rejeição da matéria. Em discussão o voto do relator. Não havendo inscrito para discuti-lo, em votação. Os Srs. e Sra. Senadora que estiverem de acordo com o relator permaneçam como se encontram. Aprovado o Parecer, pela rejeição da matéria, que será encaminhada à CAS em decisão terminativa.

Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 35 – Não Terminativo, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que "*Concede isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados exclusivamente ao uso da agricultura nacional, quando adquiridos por agricultores familiares ou por cooperativas agrícolas*". O nosso relator oficial do dia, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu vou pedir--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Concluiu pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu vou pedir a retirada novamente dessa matéria, novamente não, pela primeira vez, que me foi dado outras avaliações de outros setores. Como se trata de isenção de IPI na aquisição de máquinas apenas para um segmento da agricultura e da pecuária ou por cooperativas agrícolas, eu gostaria de apresentar a nossa

posição numa próxima oportunidade, numa próxima Reunião já. Será rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deferido o requerimento do Senador Gilberto Goellner. Está retirada a matéria da pauta e, nesse instante, eu convido o ilustre vice-Presidente desta Comissão, o Senador Gilberto Goellner, para assumir--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só uma pergunta sobre esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Como nós somos membros do MERCOSUL, parlamentares do MERCOSUL, tem uma emenda em que [ininteligível] também dos produtos adquiridos no Mercado Comum do Sul, no MERCOSUL, também terão isenção. Eu não sei se o Senador Goellner autorizaria tratar desse assunto--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Vamos trabalhar juntos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --durante a próxima reunião do MERCOSUL.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Podemos, sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Podemos fazer alguma coisa, alguma projeção do que está sendo discutido com respeito ao trabalho na agricultura. Não é, Senadora Marisa? Lá no MERCOSUL, ela é uma figura importantíssima no MERCOSUL, a Senadora Marisa Serrano, já foi Presidente de Comissão, eu não sei se ainda é.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas é presente, e a gente poderia mostrar que o Parlamento Brasileiro trabalha conjuntamente com os interesses dos países do MERCOSUL. Então eu peço essa autorização e vou fazer uma minuta a respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É inteiramente pertinente a sugestão de V. Exa. Solicito ao Senador Gilberto Goellner que assuma a presidência da Comissão, para que eu possa relatar o próximo item da pauta, que é o Item 4.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Hoje, nós vamos dar uma estátua para ele.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com a palavra o Senador Valter Pereira. Me permita a falta de destreza ainda. Item 4. Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 1999 – Não Terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "*Autoriza, nos termos do § 3º, do art. 231, da Constituição Federal, o aproveitamento de recursos hídricos de trechos dos rios Juruena, Teles Pires e Tapajós exclusivamente para fins de transporte fluvial e dá outras providências*". A matéria tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2004, do Senador Jonas Pinheiro, inclusive. Com a palavra o relator, o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu vou diretamente à análise do projeto.

O projeto, como V. Exa. destacou, iniciou por autoria do Senador Blairo Maggi e, posteriormente, teve seguimento com o Senador Jonas Pinheiro, o inesquecível colega, falecido, que tanto honrou esta Comissão, o setor do agronegócio, o Senado da República e o seu Estado do Mato Grosso.

De acordo com o art. 104B, III, do Regimento Interno, compete à CRA opinar sobre proposições atinentes aos temas da agricultura, pecuária e abastecimento. Sem dúvida, as formas de escoamento de produção e, por consequência, a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros, tanto no mercado nacional como no internacional, insere-se, portanto, no âmbito da competência desta Comissão.

A iniciativa é conveniente e oportuna, haja vista a necessidade de modernização e aperfeiçoamento das alternativas de transporte de cargas, o que contribuirá para a redução dos custos de parte da produção de grãos do norte de Mato Grosso e do leste paraense.

Segundo o Presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (APROSOJA), em alguns casos, o custo de produção pode ser reduzido em até 50%.

A proposição possibilitará amparo legal às melhorias na infraestrutura nacional de transportes, trazendo benefícios econômicos e sociais para a área de influência da hidrovia, que abrange vinte e um municípios de Mato Grosso e oito municípios do Estado do Pará, totalizando 711.000 quilômetros, Senador Flexa Ribeiro.

Conforme informações da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários, existem diversos estudos informando a importância e os custos da melhoria da viabilidade da navegação da hidrovia Tapajós/Teles Pires, conservados pela administração das hidrovias da Amazônia Oriental, subordinada ao Departamento de Hidrovias Interiores, do Ministério dos Transportes. A ANTAQ aponta que outros estudos, no entanto, são ainda necessários, sobretudo para a inclusão do Rio Juruena na hidrovia.

Notícia publicada no dia 18 de março de 2010, no Diário de Cuiabá, informa que a construção da Hidrovia Teles Pires/Tapajós não integrará a segunda fase do PAC. A aprovação do PDS nº 122, de 1999, pode

incentivar o governo a rever esta posição. Investimentos públicos e privados permitirão ao país converter o potencial de navegabilidade desses rios em vigorosos corredores multimodais de transportes.

A alínea 'b', do inciso II, do art. 260, do Regimento Interno, determina que na apreciação de proposições que tramitam em conjunto, deva ter precedência a mais antiga, no caso, o PDS 122, de 1999, o que leva à rejeição do PDS 233, de 2004. Acreditamos, no entanto, que o PDS 122, de 1999, merece ser aprimorado pela incorporação de quatro emendas.

A primeira das sugestões objetiva transformar o Parágrafo Único do art. 3º em art. 4º, dispositivo autônomo destinado a preservar as competências de outros órgãos do Poder Executivo para que possam, nas respectivas esferas de atuação, fiscalizar as obras necessárias no que se refere a outros aspectos que não o ambiental.

A segunda e terceira emendas acrescentam parágrafos aos arts. 2º e 3º, respectivamente. O objetivo geral é estabelecer prazos para a manifestação dos órgãos ambiental e indigenista, a fim de permitir a perfeita conjugação dos aspectos econômico, ambiental e social do desenvolvimento.

Por fim, para atender aos requisitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as modificações posteriores, oferecemos emenda destinada a suprimir a cláusula genérica de revogação das disposições em contrário.

Ante o exposto, o meu Voto é pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2004, e pela aprovação do PDL 122, de 1999, com as seguintes emendas: "Suprima-se o Parágrafo Único do art. 3º, do Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 1999, e insira-se o art. 4º com a seguinte redação, renumerando-se os demais: Art. 4º: "Caberá aos órgãos do Poder Executivo, nas respectivas esferas de competência, autorizar e fiscalizar a execução de obras de melhoramento das condições de navegabilidade dos rios abrangidos por esse decreto, em especial nos trechos situados no interior ou à margem de reservas indígenas, formalmente homologadas e demarcadas na forma da legislação indigenista federal".

A outra emenda: "Acrescente-se ao art. 2º, do PDL nº 122, o seguinte Parágrafo Único: Parágrafo Único: 'Considera-se aprovado o projeto da hidrovia, caso o órgão indigenista competente não se manifeste no prazo de noventa dias, contados da entrega do projeto'".

A outra emenda: "Acrescente-se ao art. 3º, do Projeto de Decreto Legislativo nº 122, o seguinte Parágrafo Único: 'Considera-se aprovado o projeto da hidrovia, caso o órgão ambiental competente não se manifeste no prazo de noventa dias, contados da entrega do estudo de impacto ambiental e do respectivo relatório de impacto ambiental'".

E, finalmente, a emenda que suprime o art. 6º, do Projeto de Decreto Legislativo 122, de 1999.

Eis o relatório, Sr. Presidente, que se inspirou basicamente na necessidade de destravar a logística, a fim de reduzir o Custo Brasil, que, no caso da agricultura, pressiona duramente os produtores de todo o país.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O relator concluiu pela aprovação do PDS nº 122, de 1999--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria me inscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): --com quatro emendas que apresenta, pela rejeição do PDS nº 233, de 2004. Em discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Como inscritos, primeiro a Senadora Marisa Serrano, depois o Senador Romeu Tuma e o Senador Flexa Ribeiro a seguir.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu só queria fazer, Sr. Presidente--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Me permite, senadora?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não, claro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou pedir Vista.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria fazer uma exposição, se me permitem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Vamos colocar em discussão. Senadora Marisa Serrano, inicialmente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria fazer uma colocação aqui, Sr. Presidente, porque, em dezembro do ano passado, nós discutimos aqui o mesmo projeto, igualzinho, só que referindo-se ao Rio das Mortes, Araguaia e Tocantins. Agora nós estamos trabalhando nos rios Juruena, Tapajós e Teles Pires, o que significa que nós estamos dando aqui uma linha única para todo esse tipo de ação, então a utilização ou o uso das hidrovias nacionais.

Nós temos que ter consciência do que nós estamos votando, porque nós estamos fazendo aí já uma, como que eu diria, já sinalizando qual é a linha que

nós estamos votando nessa Casa. Portanto, eu acredito que... Eu, por exemplo, sou amplamente favorável, junto com o Senador Valter Pereira sou amplamente favorável. Foi esse o meu relatório, que também foi pedido Vistas pelo Senador Flexa. Então eu acredito que o Senador Flexa pode fazer, agora, um relatório único, Senador Flexa, porque as Vistas que V. Exa. pediu do primeiro e está pedindo do segundo, significa que nós vamos ter aí a posição de V. Exa. sobre todo tipo de utilização das hidrovias nacionais, porque aí é um parâmetro que nós vamos fazer para todo o país.

Então da mesma forma como nós votamos em dezembro, com o mesmo relatório, o mesmo tipo, a mesma ideia do Senador Valter, agora temos que esperar as Vistas do Senador Flexa, para podermos tomar uma ciência de qual vai ser o encaminhamento que essa Casa vai dar a essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A Senadora Marisa Serrano tem toda a razão. O que eu achei importante aqui é a fixação de prazo para uma resposta. Nós temos esses projetos do PAC que nenhum deles tem prazo de entrega de vencimento. Tem o projeto, claro que são importantes, mas não tem quando ele será elaborado ou quando será dado início e quando se dará a conclusão. Aqui fixa em noventa dias o prazo. Caso o órgão competente não se manifeste, automaticamente está aprovado o projeto. Eu acho que isso é de uma importância vital.

Eu queria, Senadora Marisa, dar o exemplo da área de transporte fluvial, de hidrovia, no Rio Tietê, a parte já toda ela balizada e navegável. Eu naveguei nessa área com transporte de cana. Cai, senador, não é 50%, cai 70% o preço.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas foi encanando alguém, senador?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Hein?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Foi encanando alguém enquanto policial?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Foi cana mesmo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu fui a convite de uma usina de açúcar para mostrar a importância da hidrovia, porque nós estávamos lutando muito pelo projeto do intermodal, que tem terminal em Piracicaba. Até hoje só se fala nisso. Está tudo poluído o Piracicaba, não tem como estabelecer uma ordem de seguimento para dar continuidade ao transporte hidroviário, que, além de baratear muito, vai aliviar as estradas, onde o congestionamento no Estado de São Paulo tem sido violentado.

Já dizem até, senador, que, se conseguisse o trecho urbano do Tietê ser despoluído, alargado, ele poderia ser navegável para transporte de populares. Eu vi isto na Alemanha. A Alemanha tem uma polícia federal especial para controlar a navegabilidade dos rios. Têm barcaças lá enormes de transporte de produtos e a polícia funciona em toda a área que liga vários países.

Então eu estou falando como ex-policial que acompanhei de perto e, também, como senador, da importância vital que a hidrovia tem e de nós termos o transporte intermodal. Lá na Amazônia está cheio de rios, quase tudo é transportado pelo ar ou pelo rio, não tem jeito de outro tipo de condução, de transporte de produtos produzidos na Região Amazônica. Então eu acho que o Mato Grosso, que é rico em hidrovias, ser rapidamente tratado--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. tem razão, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Senador Flexa poderia dar um Parecer rápido, para que a gente pudesse realmente lutar pela melhoria.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu só queria reforçar aqui--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pois não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O enfoque que V. Exa. está dando. O Brasil precisa de atitudes mais ousadas para enfrentar os grandes desafios que hoje estão penalizando a população.

Veja, por exemplo, São Paulo. O transporte urbano está reclamando outras opções que possam destravá-lo, e, talvez, a navegabilidade do Tietê pudesse contribuir para isso. Então V. Exa. está infocando um caminho ousado que deveria, pelo menos, ser estudado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Gilberto Goellner, Relator Senador Valter Pereira, Senadora Marisa Serrano, Senador Romeu Tuma, que discutiram o relatório.

Eu quero, primeiro, Senador Valter Pereira, parabenizá-lo pelo Parecer, porque V. Exa. inclui emendas que criam decurso de prazo caso os órgãos indigenistas ou ambientalistas [soa a campainha] não se pronunciarem a respeito da licença. Isso é mais do que necessário, como bem frisou os senadores e a senadora que me antecederam.

É lamentável, eu diria, é impensável que o Brasil, até hoje, não tenha feito uma opção pelo modal

hidroviário para o transporte da sua produção. Está provado que [soa a campainha] o custo do transporte da soja, produzida ao norte de Mato Grosso, para os portos de Paranoá(F) e Santos custa mais do que a produção da soja, quando, se eles saíssem pelas hidrovias, iam ter o custo do transporte reduzido a 20% do que é pago hoje e, com isso, aumentaria a competitividade do produtor brasileiro.

A minha região, a nossa região, Senadora Marisa, ela tem os rios como as suas estradas e lamentavelmente nós temos... Praticamente nenhuma, tem uma hidrovia funcionando, que é a Hidrovia Madeira-Mamoré, que foi implantada inclusive pelo Governador Blairo Maggi, quando na atividade privada, para exportar a produção de soja, via o porto de Itacoatiara, também com um outro porto em Santarém, que, lamentavelmente, até hoje, o processo não foi completado, esse porto não foi instalado. Então me preocupa.

A Senadora Marisa Serrano fez uma observação importante: existem vários projetos tramitando na Casa, que tratam o Rio Araguaia como Rio Parque, ou seja, não permitem nenhuma intervenção no Rio Parque. Isto é contra os interesses nacionais. Nós não podemos... Eu estou atento a todos esses projetos, pedindo Vista, para que a gente possa, como bem propôs a Senadora Marisa, a pensá-los e discutir a questão do modal hidroviário. Este projeto aqui do senador, primeiro o Blairo, depois o nosso saudoso Jonas Pinheiro, V. Exa., Senador Valter Pereira, no seu relatório, num determinado parágrafo, V. Exa. diz: "*A ANTAQ aponta que outros estudos, no entanto, são ainda necessários, sobretudo para a inclusão do Rio Juruena na hidrovia*". Eu fiz um projeto, um Projeto de Lei do Senado 184, de 2007, para incluir as hidrovias do Rio Teles Pires e Juruena, bem como redefinir a extensão e os pontos estaremos da hidrovia do Rio Tapajós, na relação descritiva do sistema hidroviário nacional. Nem no sistema hidroviário nacional essa hidrovia estava contemplada. Com este projeto, que foi aprovado no Senado e aprovado na Câmara, está para receber a sanção presidencial, o meu, vai exatamente suprir a necessidade da inclusão do Rio Juruena para possibilitar a navegação nessa hidrovia, porque tem menos influência de áreas indígenas, menor influência de áreas indígenas e também de acidentes nesse trecho do Rio Juruena.

Não há como nós afastarmos, Senador Valter Pereira, da discussão, a questão das hidrovias. Lamentavelmente o próprio relatório de V. Exa. diz que a hidrovia Teles Pires/Tapajós não integrará o PAC 2. Apesar do PAC 2 ser uma--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, senador? Posso fazer uma proposta?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pedir para a Mesa levantar todos os projetos em andamento, anexá-los e ficar sob a sua relatoria final.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que a gente poderia, aqui, nessa comissão, analisar conjuntamente todos os projetos em andamento, que a Senadora Marisa bem lembrou.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria só também fazer uma proposta: alguns não poderão ser apensados porque a direção é outra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já tramitaram.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É, um é PLS e o outro--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): PDS.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É PDS. Mas os assuntos são os mesmos, o conteúdo é o mesmo. Eu acho que, de qualquer forma, essa Casa tem a obrigação de discutir uma linha única para todas essas questões.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, concluindo, Presidente e Relator Senador Valter Pereira, aquele primeiro projeto do Rio Parque, eu não pedi Vista aqui porque eu acho que não estava presente, e ele está, hoje, na CI.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: CCJ.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na CCJ. Então eu vou pedir Vista lá. O relator é o Senador Marconi Perillo, já conversei com o Senador Marconi Perillo dizendo que vou pedir Vistas quando ele for pautado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem que requerer à Mesa a unificação de todos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A unificação. Então o que eu quero me referindo, voltando a me referir ao PAC 2, o PAC 2 é uma promissória para ser resgatada lá na frente. Quer dizer, na realidade, Senador Jayme Campos, na realidade, o PAC 2 é uma ilegalidade, porque ele é uma propaganda eleitoral extemporânea, fora do tempo. Então é um crime você fazer uma propaganda... Como é que você pode imaginar que um governo sério, Senadora Marisa, possa propor, no final do seu governo, um programa de ações de infraestrutura para serem executadas no próximo governo? Que, com certeza, não será deles, pela vontade do povo brasileiro. Então é enganar o povo, quer dizer, é para fazer propaganda, gastar anúncio de televisão: "O PAC 2 vai fazer isso, vai fazer aquilo".

O PAC 1 ainda não saiu do papel, o que mostra que a candidata do presidente, em termos de gestão, não mostrou eficácia e nem eficiência, porque uma boa gestora já teria dado condições de levar avante o PAC 1, que, conforme relatórios, está empacado, tendo algo em torno de 15%.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O PAC está empacado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está empacado. No meu Estado do Pará, ele não anda; ele tem 9% executado em quatro anos. Guardada as proporções, eu acho que os meus netos... Não vai acontecer isso porque nós vamos fazer. Nós vamos fazer não só o PAC, que PAC é uma sigla, não tem mais nada do que isso, é coisa de marketing, mas nós vamos fazer as obras que o Brasil precisa para poder ter a sua infraestrutura que lhe dê competitividade.

Então eu peço Vista porque me preocupa o texto que diz que, exclusivamente, para hidrovias. Nós sabemos que essas hidrovias têm desníveis que precisam ser aproveitados para a geração de energia com eclusas, não como era feito antigamente, de tal forma que você aproveite as quedas existentes para a geração de energia e aproveite com a execução das eclusas a via navegável, não só para o escoamento da produção, Senador Gilberto, mas para que possam chegar os insumos, como fertilizantes, através da mão inversa, ou seja, entrando no Brasil, para o Centro Oeste brasileiro, os insumos a preços também muito mais competitivos para o produtor brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senador Flexa, a Vista é concedida com a inserção, eu me proporia a uma Vista coletiva, no sentido que nós devemos analisar também, Senador Flexa, o senhor não se referiu, mas possivelmente deverá ter analisado também a necessidade de se colocar uma política de infraestrutura das eclusas, quando da consecução de um projeto hidroelétrico que venha a impedir a navegabilidade. Então, nesse sentido, eu gostaria de participar da sua análise de Vista. Pois não, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Gilberto Goellner, o que eu procurei era fazer um projeto que impedisse construção de barragens sem eclusa. Existem vários, vários tramitando, já aprovados no Senado, tramitando na Câmara e vice-versa. O que nós temos que fazer é transformá-los em lei, ou seja, vamos fazer as barragens, mas a eclusa tem que ser feita concomitantemente.

O que se discute é que a eclusa é do Ministério do Transporte e a barragem, a hidroelétrica, é do Ministério de Minas e Energia. Então há uma briga de Ministérios aí que o Ministério de Minas e Energia não quer assumir o custo da eclusa porque iria onerar o custo de energia. Mas isso é uma questão de governo. Então o governo, para fazer a hidrovia, que o Tesouro banque a eclusa, mas que seja feita concomitantemente com a barragem. Nunca mais, nunca mais, nesse País, se faça algo como se fez um Tucuruí, que ficamos vinte e cinco anos esperando pelas eclusas, e como fizeram em Lajeado. Os nossos amigos de Tocantins, foi feita a barragem em Lajeado e não fizeram as eclusas, estão fazendo as eclusas. Sabe Deus quando elas vão ficar prontas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu depreendo do pronunciamento do Senador Flexa Ribeiro, que ele não se opõe, como ninguém aqui se opôs, à aprovação do projeto. Todavia, o que ele busca é, na verdade, uma unificação de todas as propostas, a fim de que, ao invés de tratarmos de um caso isolado, possamos adotar uma estratégia mais geral sobre a logística, especialmente do transporte aquaviário. Eu avaliei esta hipótese também antes de proferir o voto.

Todavia, o que me inquietou é o fato de que um requerimento, visando apensar todas essas propostas, vai inviabilizar a aprovação nesta legislatura de qualquer projeto nessa direção. Me preocupa, ainda, que, havendo o pedido de apensamento, nós tenhamos que adiar para a próxima legislatura um projeto que já vem de outra. Então acho que é muito arriscado, é nesse sentido.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem uma coisa importante, que é o prazo, que esses noventa dias, se fixar em um dos projetos e for aprovado, tem uma importância vital no reflexo dos outros. Então eu não sei. Aí depende de o senhor discutir e a gente aprovar aqueles que tenham já um andamento bastante avançado, para poder dar prosseguimento aos outros, com mais calma. Mas esses que estão prontos para serem aprovados, a gente isolar e discuti-los lá para a aprovação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Veja o seguinte: esse projeto, Senador Flexa--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu, pelo menos, entendo dessa maneira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --vai sair daqui, terá que percorrer ainda CCJ, CI e CAS. Com um pedido de apensamento, talvez nesta legislatura, pode nem alcançar todas essas Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senador Valter Pereira?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Me permite, Senador Valter? Se houver vontade política, nós já aprovamos PEC quebrando interstício, fazendo cinco sessões seguidas, em dois turnos, em um dia.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que, da nossa parte, aqui, da Comissão--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O que falta é vontade política do governo de se fazer isso.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que a vontade política da nossa Comissão, a vontade política da nossa Comissão não falta. Aqui todos os senhores parlamentares.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não tenho dúvida disso.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O problema é que nós temos que levar em conta a vontade política de outros atores que atuam no Congresso, atuam no Senado e fora do Senado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, lamentavelmente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então se nós temos já um meio caminho andado, eu acho que V. Exa. terá Vista e terá, também, a oportunidade de refletir sobre essas ponderações que estou fazendo. Veja o caminho que V. Exa. terá que seguir: primeiro terá que examinar esse pedido de Vista e tomar uma posição. Depois de tomada a posição, se a posição de V. Exa. for de apensamento de todas essas propostas, percorrer todo o itinerário, inclusive aquele que já está percorrido hoje.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então isso pode atrasar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): No mais, eu concordo com V. Exa. que o caminho ideal é o de tratar de uma política mais estratégica, não só para a agricultura, para o agronegócio, mas, sobretudo, para a atividade econômica--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lógico.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --do país de um modo geral, porque o Custo Brasil, todos nós sabemos, é um dos grandes empecilhos para a competição do Brasil no mercado internacional. E ele, sobretudo na agricultura, pressiona mais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então acho que a iniciativa é louvável, do ponto de vista de V. Exa. é defensável, todavia a estratégia é que eu tenho dúvidas se é a melhor.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Valter, me permite um aparte? Me permite só um aparte, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É o seguinte: eu acho que, dentro do pedido de Vistas, elaborando perfeitamente o relatório diferenciado desse, abrangendo na sua estrutura tudo que é necessário, ele poderá matar os outros, porque aí ele vinga já com todas as teses que podem ser levantadas num novo relatório.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas não vamos matar ninguém, senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, mata os outros projetos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu sei.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mata no bom sentido, quer dizer, eles deixam de ser necessários.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu entendi, Senador Romeu Tuma. É que a gente quando fala com um delegado--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A inteligência do Senador Flexa poderá transportar para este projeto tudo aquilo que realmente possa dar uma estrutura nesse direcionamento.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu entendi perfeitamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com a palavra, então, o Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Este é um assunto, eu diria, de interesse nacional. Ainda agora o Senador Valter citou que outros grupos de pessoas, de agentes, de atores, vão ter que... Também tem interesse em andar. Ninguém pergunta qual é o interesse da Nação brasileira, qual é o interesse do Brasil e dos brasileiros em ter maior capacidade de exportação, menor preço dos alimentos no mercado interno, maior competitividade das empresas. Eu acho que essa é a primeira pergunta.

Então eu acredito, Senador Valter, e eu pediria à Comissão que nós pudéssemos fazer uma pesquisa de todos os projetos e em que pontos eles se encontram, não só aqui como na Câmara também, que tratem de assunto de hidrovias. Vamos buscar tratar. Isso, Senador Valter Pereira, é o momento correto, é o momento próprio. Sabe por quê? Porque nós vamos entrar no processo eleitoral. Então isso deve fazer parte de um

programa de governo para o futuro. Os candidatos terão que assumir ou não a implantação do modal hidroviário no Brasil. Não dá mais para continuar desse jeito. Eu luto pelas hidrovias há mais de vinte anos, não pensava em política e já lutava pela hidrovia, porque é coisa natural, são as vias. Imagine, Senador Valter, tirar das rodovias milhares de caminhões que, além de ceifarem vidas, eles deterioraram as rodovias. Além da redução do custo do transporte, você tem economia de manutenção de rodovia, diminuição do tráfego, eliminação de perdas desnecessárias de vida. É só vantagem, é só vantagem. Eu não vejo uma desvantagem no sistema hidroviário.

Então vamos fazer esse levantamento, eu sento com V. Exa. e vamos ver qual é a melhor maneira de a gente fazer o processo andar o mais rápido possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senador Flexa Ribeiro, essa Comissão, já nos informou o secretário, que irá efetuar a pesquisa de todas, de todos os projetos em andamento aqui no Senado e na Câmara, e eu gostaria de lembrá-lo de que na nossa Comissão de Infraestrutura aqui no Senado teremos já na próxima semana uma Audiência Pública para tratar, solicitada pelo Senador Jayme, por mim, onde trataremos com esses Ministérios envolvidos de todas as hidrovias do Mato Grosso, Pará e Amazonas.

Então de tal forma que eu passo a palavra agora... Foi concedido Vista coletiva.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu proporia que nós pudéssemos fazer em conjunto com a Comissão de Agricultura então, já que nós vamos fazer a--

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Teria que entrar com o requerimento aqui, o senhor teria que entrar. Podemos entrar com o requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos fazer isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senador Jayme Campos com a palavra.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): O Flexa já falou tudo que tinha direito e o que não tinha direito. Parabéns, viu Flexa, é um conhecedor profundo da matéria.

Eu só quero fazer aqui, usar algumas argumentações. É bom que você saiba, Senador Flexa, aqui esse projeto inicialmente é um Projeto de Decreto Legislativo que foi concebido quando o Blairo Maggi era suplente desse Senador, do Jonas, lá atrás. Diz o seguinte aqui: *"Senador Blairo Maggi, que autoriza, nos termos do § 3º, do art. 230 da Constituição, o aproveitamento dos recursos hídricos dos trechos de Juruena, Teles Pires e Tapajós*". Pois bem.

Esse cidadão, após alguns anos, veio a ser Governador de Mato Grosso. Por incrível que pareça--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Será novamente.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Não, ele está saindo, já saiu.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Não, eu estou dizendo do Blairo Maggi aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já saiu.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): É o Blairo. O Senador Gilberto conhece bem essa história, Valter. Ele não fez, sequer levantou um lápis para tentar viabilizar algumas hidrovias em Mato Grosso. E particularmente ele construiu agora nos últimos tempos cinco usinas, está partindo para a sexta, sétima, oitava, eu não sei, dentro do Rio Juruena, inviabilizando a possibilidade nesse trecho, certamente, da implantação da hidrovia. Então esse cidadão, há um contrassenso diante do que eu vejo aqui, propondo a navegabilidade do Rio Juruena aqui, dizendo que--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero ver o projeto que inclui Juruena na hidrovia.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Ora, eu acho, concluente(F) a possibilidade nesse caso aqui--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. me permita uma pequena intervenção?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pois não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. falou que o governador autorizou a construção dessa usina. Qual o grupo que vai construir?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Ele que construiu, particularmente, o Grupo [ininteligível, que é o grande beneficiado. E para que vocês tenham noção, Presidente, nessa margem desse Rio Juruena, as reservas indígenas que havia, por incrível que pareça compactuado, conluio junto com a FUNAI, Ministério da Justiça e companhia limitada, permitiu que essas usinas todas fossem concluídas e, por incrível que pareça, o fato mais inusitado: eu não conheço no Brasil, na história republicana, na história dos seus quinhentos anos, que pavimentos, ou seja, estradas que havia carreador lá, foram pavimentadas neste governo, ou seja, com o dinheiro público, foi feita uma logística que permitiria viabilizar o negócio de alguns

do setor privado, sobretudo do próprio governador. Foi asfaltado, Senador Flexa Ribeiro, 140 quilômetros de rodovia dentro da reserva indígena. Hoje para você fazer às vezes uma pequena melhoria em estrada lá, é complicado, e ele conseguiu pavimentar.

Então eu só estou pontuando aqui que é de fundamental importância nós viabilizarmos não só os rios Tapajós, Juruena, Rio das Mortes, Araguaia, Tocantins, como outros naturalmente do Brasil, na medida em que o transporte do Brasil, 72%, é feito através do transporte rodoviário, 13%, 14%, através do transporte hidroviário e o resto através do transporte ferroviário.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Senador Jayme, o que V. Exa. está trazendo à tona torna até inócua todas as precauções que nós colocamos aqui no projeto de--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Infelizmente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --ouvir as comunidades indígenas, de exigir impacto ambiental, de tudo isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Lá foi feito um negócio, empresarialmente falando aqui. Que me desculpe--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É lastimável que isso esteja acontecendo.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu confesso que eu fiquei estarrecido, perplexo de ver a FUNAI compactuar, que, lamentavelmente, a FUNAI, nesses últimos tempos, tem sido perversa da política indigenista, tendo em vista que [ininteligível] só ampliar reservas no Brasil inteiro, Mato Grosso do Sul convivia com esse problema, o Pará, o Mato Grosso, etc., etc., e lá não houve nenhuma reação; muito pelo contrário, houve uma facilitação de tal maneira que são cinco usinas, seis usinas, e, para complementar, ainda, fizeram mais uma rodovia dentro da reserva indígena pavimentada, não é estrada de carreador ou estrada para carga.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Estrada vip.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Vip. Então onde eu quero chegar? Pois bem, eu acho de fundamental importância nós levarmos avante esse projeto, o Brasil depende visceralmente para melhorar a sua questão logística intermodal diante dessa política rodoviária, hidroviária, ferroviária, para nós viabilizarmos, naturalmente, um País competitivo, no só no mercado nacional, mas sobretudo no mercado internacional.

O Flexa disse aqui, o Gilberto conhece perfeitamente a matéria, V. Exa. e demais senadores, o Senador Romeu Tuma, de que hoje quem viabiliza a agricultura, o agronegócio brasileiro, com certeza é o transporte. Todavia, vou complementando aqui as palavras do companheiro, o Senador Flexa, ele disse aqui do PAC 2. Nem o PAC 1 foi até hoje, em Mato Grosso, um exemplo só, a BR-158 que liga o Mato Grosso ao Pará, nada. Só mentiram, não fez trinta quilômetros. BR-163 também está naquele banho Maria, vai para frente. Enfim, se tudo correr bem, eu acho que daqui mais dez anos concluímos tanto a BR-163 como a B-158.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, nós vamos concluir no próximo governo, em quatro anos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): E agora, para ir mais longe: tiveram há poucos dias atrás com a presença do Ministro Paulo, lá na região do norte do Mato Grosso, lançando a Ferrovia Centro Leste. Ora, uma mentira desvairada, momento saindo o governo, daqui a menos de oito meses, vão perder as eleições e vão lançar uma ferrovia de 1.600 quilômetros. É a maior fraude e estelionato que eu conheço no Brasil contemporâneo, na medida que vai lançar uma ferrovia de 1.600, não é brincadeira. Preciso no mínimo de seis a sete bilhões de reais. Essa festa aconteceu faz trinta dias no norte do estado e agora, nessa próxima sexta-feira, outra festa, outro engodo, outro estelionato.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Onde é a festa, Senador?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Está sendo praticada agora na Região do Araguaia. Eles estão mentindo de norte a sul, de leste a oeste, enfim, é um mentira com a presença de todos os órgãos do governo, sobretudo capitaneado e liderado pelo Presidente do DNIT, o Diretor-Geral do DNIT, chamado Dr. Luiz Antonio Pagot. É o maior estelionatário em termos de promessa e demagogia que está fazendo nesse País aqui. Lamentavelmente está usando a máquina do DNIT para fazer política partidária. Não é só lá, em outros Estados da Federação. Então eu quero falar chamar a atenção de que os senhores, nós aqui, temos que cobrar do governo federal é a conclusão da FERRONORTE, que demanda. Hoje está parada em Alto Araguaia, até onde o Fernando Henrique Cardoso deixou essa rodovia paralisada, Flexa, não tocou um centímetro sequer para frente, na medida em que a concessionária, a ALL, não prosseguiu e o governo federal não tomou nenhuma providência. E nesse caso, essa obra chegando de Alto Araguaia a Cuiabá, passando por Rondonópolis, já num primeiro instante, com 300 quilômetros, atenderia substancialmente as nossas problemáticas em relação ao transporte. Se nós marcharmos para frente, com mais 300 quilômetros nós estaremos chegando em Lucas de Rio Verde.

Então o governo está criando uma falsa, uma mentira desvairada, [ininteligível], na época da eleição,

dizendo que vai fazer a Ferrovia Centro Leste. Sem nem a FERRONORTE, que está há dez anos paralisadas lá em Alto Araguaia, não chegou em Cuiabá, você imagina a Ferrovia Centro Leste.

E o que mais me chamou a atenção é o projeto aqui do Governador Blairo Maggi, dizendo que os rios aqui, quando ele era senador, era para aproveitar a questão do transporte fluvial e outras providências. Ele foi lá e construiu cinco usinas dele, pessoal, e [ininteligível] em mais cinco usinas, não respeitando nada de povos indígenas que estão na margem esquerda e margem direita. E aqui eu acho que é provado que hoje, lamentavelmente no Brasil, se faz é muito mais negócio do que defender os interesses da maioria da nossa coletividade. Essa é a minha opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente Valter Pereira, eu gostaria, antes de passar a palavra a V. Exa., reafirmar o Senador Jayme Campos ao Senador Flexa, ao Senador Tuma, que realmente tudo que expressou aqui, o Senador Jayme Campos, confere com a realidade.

Eu gostaria de destacar, Senador Jayme, dois pontos cruciais: primeiro, o senhor se referiu pela incoerência, a incoerência. Em 1999 o Governador Blairo Maggi, realmente havia o interesse de tornar o Rio Juruena navegável. Ao construir usinas e não providenciar, fazendo com que o Ministro do Transporte, Diretor Pagot, executasse, providenciasse o orçamento necessário à execução das eclusas, houve realmente um descaso completo com a navegabilidade. E é isso que nós tratamos já em diversas audiências, do fórum Pró– Logística do Estado de Mato Grosso, onde tivemos a oportunidade, juntamente com o Senador Jayme Campos e um vasto setor da atividade econômica do Estado, lideranças, efetuarmos audiências com o Ministério do Transportes e o Ministério de Minas e Energia, onde ouvimos completamente a disjunção, a falta de comprometimento de ambos os Ministérios para com a política de navegação brasileira. A prioridade dos potenciais hídricos brasileiros é dada à energia elétrica, prejudicando totalmente a navegabilidade, porquanto a execução de uma eclusa, quando feita concomitante à construção da hidroelétrica, é de um custo extremamente menor.

E é nesse sentido que nós devemos, então, nessa Audiência Pública que faremos na Comissão de Infraestrutura, e podemos incluir a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, podemos discutir isso aí com os Ministros atuais, que vão estar, não são os mesmos, mas que realmente estudos da navegabilidade, tanto do Teles Pires-Tapajós quanto do Juruena, não foram providenciados no atual governo e deverão constar de pauta de uma futura administração, porque da forma como está realmente há um impeditivo muito grande. Estamos aqui tentando aprovar a forma da parte de licenças ambientais e indígenas, mas porquanto um programa conjunto de eclusas com a construção de hidroelétrica é que está comprometendo o sistema de navegação brasileira.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Falta logística e o planejamento, quer dizer, já fazem o projeto que interessa esquecendo que ele vai prejudicar amanhã a infraestrutura e o acompanhamento. Eu quero cumprimentar a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Obrigado, Senador Tuma. Eu passo a palavra, então, ao Senador Valter Pereira, para concluir a Reunião.

[troca de presidência]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Valter, eu só queria cumprimentar a V. Exa. por ter colocado esse painel à vista, não só dos membros dessa Comissão, como da população, através da TV Senado. Eu acho que foi uma ideia genial colocar aqui os preços dos produtos de primeira necessidade, principalmente quando se discutiu aqui sobre o problema da segurança alimentar, que V. Exa., ao autorizar, eu fiquei encantado com o projeto. Estou tentando ver daqui, está um pouco distante, mas vou ver de perto, e acompanhar os preços dos produtos de primeira necessidade que hoje servem para o país inteiro. E a população poderá saber, através do painel pela TV Senado, aqui, da Comissão, os preços vigentes no dia de hoje. Parabéns, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. Eu quero endereçar esses cumprimentos à Senadora Kátia Abreu, já que foi dela a iniciativa marqueteira(F) que acabou trazendo para esta Comissão informações essenciais.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ela é corajosa e valente, tem sempre boas iniciativas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É verdade. Eu queria aqui, até aproveitando a deixa que V. Exa. me abre, para colocar também um canto à disposição da CONTAG, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, caso esta entidade tenha alguns informes dessa natureza, alguns índices que realmente possam não estar constando desse painel e que a agricultura familiar tenha interesse em divulgar. Portanto, nós não queremos aqui dar a conotação de que qualquer... Que aqui existe uma opção por um determinado segmento. Eu acho que isso aqui é um espaço democrático, certo, é uma Comissão que contempla não só o agronegócio como também os interesses da agricultura familiar, da reforma agrária, e, portanto, as entidades representati-

vas nacionais têm aberto esse espaço em igual e nas mesmas condições.

A outra matéria que estava pautada para hoje, o relator não está e, muito menos, o autor.

Portanto, não havendo mais nada a discutir e a votar, dou por encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h29.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2010.

Às nove horas e doze minutos do dia trinta e um de março de dois mil e dez, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns, Geovani Borges, Marco Maciel e Cristovam Buarque reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Gerson Camata, Antonio Carlos Junior, Demóstenes Torres, José Agripino, Efraim Morais, Sérgio Guerra e Acir Gurgacz. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2009,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Luiz Bittencourt, que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral de Telecomunicações, obrigando as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória." O relator designado é o Senador Lobão Filho e o parecer favorável com as emendas nº 01 e 02– CCT é aprovado. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2010,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Institui o Fundo de Investimentos em Telecomunicações, e dá outras providências". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer favorável é aprovado. **Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Ângela Guadagnin, que "Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos", que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº. 146, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer favorável ao PLC nº 11, de 2007, nos termos da emenda nº 01-CCT (substitutivo) e pela rejeição ao PLS nº 146, de 2007, que tramita em conjunto, é aprovado. **Item 4: Projeto de Decreto Legislativo nº 980, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Artística de Campo Largo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo nº 997, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cultural União Comunitária de Mafra Santa Catarina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo nº 961, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e TV Portovisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo nº 985, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Prisma Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cidreira, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo nº 1000, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Anhanguera de Morro Agudo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 11 (onze)

votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo nº 965, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à Continental Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso." O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 986, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária Sumaúma FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribamar Fiquene, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Lobão Filho e o parecer é favorável. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 996, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão de Luís Domingues para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luís Domingues, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 999, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Schappo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 1005, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Bacuriense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bacuri, Estado do Maranhão" O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 1008, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rio Zutil do Arame para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arame, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 1010, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Arizona de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lago da Pedra, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 1028, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente do Planalto "Zé Gomes", Brejo, Estado do Maranhão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 1032, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Raimundo Fróes Peixoto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 7 de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Livre Comunitária Stúdio 100 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 944, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Cultural de Perolândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Perolândia, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 902, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Haragon de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo."

O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 737, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Stúdios de Brasília S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 905, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Haragon de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pompéia, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 899, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária "Feliz Cidade" Emissora FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatinga, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 916, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à EdComunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cananéia, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Geovani Borges e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 964, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Sobral & Mayrink Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rancharia, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Geovani Borges e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Sertaneja Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto da Folha, Estado de Sergipe." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 1004, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Difusão de São Benedito do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Benedito do Sul, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 810, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Cedro/Pernambuco para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro, Estado de Pernambuco." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranapanema, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Nesse momento o Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, passa a Presidência ao Senhor Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, para relatar o seguinte item. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 1.007, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Sustentável de Bonito para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta, o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nesse momento, os Senhores Senadores Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Flávio Arns, Sérgio Zambiasi, Marco Maciel e Renato Casagrande requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de projetos e requerimentos, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para insti-

tuir o serviço de televisão comunitária." O relator designado é o Senador Lobão Filho o parecer é pela rejeição. Após a leitura do relatório foi aprovado Requerimento nº. 13, de 2010-CCT (Extra-pauta, Item 08), de autoria do Senador Renato Casagrande, para realização de Audiência Pública. A matéria ficará sobrestada na Comissão até a realização da Audiência. Nesse momento o Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, passa a Presidência ao Senhor Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, para relatar os itens 02 e 03, Extra-Pauta. **Extra-Pauta, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2010,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo Eldorado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2010,** de caráter terminativo, da autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD) que " Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Record S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta, o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. **Extra-Pauta, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2010,** de caráter terminativo, da autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD) que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Cultura S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2010,** de caráter terminativo, da autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD) que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Guaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Extra-Pauta, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2010,** de caráter terminativo, da autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD) que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Maria Natividade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Escada, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 07: Requerimento nº 12, de 2010 – CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer ".... , nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, e com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 que "Cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências" com os seguintes convidados, sem prejuízo de quaisquer outras sugestões:1) Economista do IPEA, Sr. Marcelo Piancastelli;2) Secretário de Macro Avaliação do TCU, Sr. Maurício de Albuquerque Wanderley;3) Coordenador do Projeto de Extensão da UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense), Professor Hamilton Garcia; 4) Consultor Legislativo do Senado Federal, Sr. Paulo Springer de Freitas; 5) Representante da Casa Civil; e 6) Representante do Ministério da Fazenda." O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 08: Requerimento nº 13, de 2010 – CCT ,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Lobão Filho, que " solicita sejam convidados os indicados a comparecerem em audiência pública desta Comissão, para debaterem sobre o denominado "Canal da Cidadania". Requeiro, nos termos constitucionais e regimentais, seja formulado convite a Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o Senhor Ronaldo Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, o Senhor Pedro Ortiz, Diretor da TV-USP, a Senhora Cicilia Maria Krohling Peruzzo**,** Professora de Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, a comparecerem perante esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em data a ser marcada, para ouvi-los sobre as diretrizes para a operacionalização do Canal da Cidadania, segundo Portaria do Ministério das Comunicações, publicada no último dia 25 de março, quinta-

feira". **Extra-Pauta, Item 09: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 09, de 2010 – CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que " Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a inclusão do nome do Senhor André Almeida, diretor de Estratégia e porta-voz da GSMA no Brasil e na América Latina da GSM Association, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 09 de 2010-CCT, do Exmo. Senador Antônio Carlos Júnior (DEM/BA), aprovado por esta Comissão em 17/03/2010, que "requer realização de audiência pública para debater a alteração na destinação das faixas de 2.500 MHZ a 2.690 MHZ, tema que foi objeto da Consulta Pública nº 31, de 2009, conduzida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL". O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e cinquenta e um minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira**, **Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 31 de março de 2010.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada. Dispensada a leitura, a Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só pediria para V. Exa. que, na sequência, no exame dos projetos e decretos legislativos, fosse incluído como extrapauta o PDL nº. 41.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Qual?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Projeto de Decreto Legislativo; aliás, não é o... É o 41, Projeto de Decreto Legislativo nº. 41. A secretaria, inclusive, já foi informada a esse respeito, é a Televisão Cultura S/A, de Florianópolis, Santa Catarina.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, também para pedir extrapauta o Decreto Legislativo 42, de 2010, da TV Guaíba Ltda., na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu também quero solicitar a inclusão extrapauta do PDL nº. 39, de 2002, "*que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo Eldorado Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro*".

E o PDS nº. 40, de 2010, "*que aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio e televisão Record, para explorar os serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo*".

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu pediria também extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, nosso vice-presidente, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Que fosse incluído o PLS nº. 483, para instituir o Serviço de Televisão Comunitária.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Apenas para reforçar o pedido de inclusão extrapauta desse projeto e fazendo aqui uma referência ao 41, que eu estava com esse processo para relatar, mas eu estava com uma viagem marcada para ontem à noite para meu estado, devido à renúncia da Prefeitura de Ariquemes, pelo nosso Prefeito Confúcio Moura, que deve disputar o governo, é pré-candidato a governador, mas consegui adiar minha viagem. Mas, nesse ínterim, foi redistribuído para o Senador Flávio Arns, que, com certeza, vai fazer um brilhante relatório, como de costume.

Então, eu quero também reforçar o pedido, a extrapauta do nº. 41.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza, Senador Valdir Raupp. O processo foi encaminhado a V. Exa., para que ele fosse relatado. E a informação que veio do seu gabinete foi exatamente esta, de que V. Exa. não estaria aqui, hoje, em função de compromissos políticos no estado. E aí nós redistribuímos para o Senador Flávio Arns, para que ele pudesse fazer o parecer e colocasse extrapauta

na reunião de hoje. E agradeço a atenção de V. Exa., que entendeu o motivo da redistribuição.

Bom, então, submeto à apreciação dos Srs. Senadores a inclusão extrapauta, solicitada pelo Senador Flávio Arns, do PDS nº. 41, de 2010, "*que renova a concessão outorgada à Televisão Cultura S/A para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagem na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina*".

O extrapauta solicitado pelo Senador Cícero Lucena, PDS 42, "*que aprova o ato que renova a concessão outorgada à televisão Guaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul*".

Os PDSs 39, solicitado por mim para a inclusão extrapauta, PDS 39, "*que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo Eldorado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro*", e o PDS nº. 40, "*que aprova o ato que renovou a concessão outorgada à rádio e televisão Record S/A, para explorar os serviços de radiodifusão de sons e imagem na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo*".

E mais o extrapauta solicitado pelo Senador Lobão Filho, que é o PLS nº. 483, de 2008, "*altera a Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para instituir o serviço de televisão comunitária*".

Em discussão a inclusão extrapauta das solicitações. Os senadores que quiserem discutir podem fazê-lo. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovada. Vamos à pauta.

PLC não terminativo, PLC nº. 70, de 2009. Projeto de Lei da Câmara nº. 70, de 2009, não terminativo, "*altera a Lei nº. 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações, obrigando as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória*". Autoria: Deputado Luiz Bittencourt. Relatoria: Senador Lobão Filho.

Com a palavra o Senador Lobão Filho, para fazer leitura de seu parecer.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Da Comissão de Ciência e Tecnologia, sobre o PLC nº. 70, do Deputado Luiz Bittencourt, que altera a Lei nº. 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações, obrigando as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória.

Relatório. *"A proposição em análise conforma-se às competências do Congresso Nacional, descritas concomitantemente pelos arts. 22, inciso IV, e 48, inciso XII da Constituição Federal, na medida em que propõe alterar a legislação de telecomunicações, vazado em boa técnica legislativa e sem vícios de origem ou de tramitação que comprometem sua aprovação e futura aplicação.*

O PLC nº. 70 impõe nova obrigação às operadoras de telefonias fixa: a divulgação da legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas que são distribuídas obrigatoriamente aos assinantes desse serviço, nos termos do § 2º do art. 213, da Lei Geral de Telecomunicações.

Considerando que a obrigação principal, qual seja a de produzir e distribuir a relação dos códigos de acesso do STFC a todos os assinantes do serviço, já foi estabelecida desde a edição da Lei Geral de Telecomunicações. Entendemos que essa nova obrigação, acessória em relação à principal, pode trazer benefícios à sociedade em geral, que terá uma fonte rápida, prática e oportuna de consulta e informação sobre seus direitos como consumidor.

No entanto, consideramos que a imposição de que se divulgue toda a legislação de defesa do consumidor, nos termos propostos pelo projeto, não se justifica. Entendemos mais adequado e suficiente, ao propósito da medida em análise, que apenas a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, norma regente da matéria, seja de divulgação obrigatória.

Ante o exposto, consideramos que o PLC nº. 70 merece acolhida desta comissão, com as alterações a seguir propostas.

Voto. Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, com as seguintes emendas. Dá-se à emenda PLC nº. 70 a seguinte redação: altera a Lei nº. 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações, obrigando as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar o Código de Defesa do Consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória.

Emenda. Dê-se ao § 3º do art. 213, da Lei 9.472, de 16 de julho de 197, nos termos do que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº. 70. Art. 213: é obrigatória a inclusão do Código de Defesa do Consumidor nas listas telefônicas de que trata o § 2º".

Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Lobão Filho. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores que concordam com o parecer do Senador Lobão Filho permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 2, PLS nº. 6, de 2010, "*institui o Fundo de Investimentos em Telecomunicações e dá outras pro-*

vidências". Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, eu vou direto à análise.

"São diversas as inovações propostas pelo Senador Flexa Ribeiro, para o funcionamento desse novo fundo setorial de telecomunicação. Antes de analisá-las, contudo, registro que a simples possibilidade de melhor aproveitar os recursos que vêm sendo arrecadados pelas empresas para os fundos hoje existentes torna o projeto meritório, dado que a maior parte deles vem vendo utilizada para a composição do superávit primário.

E, mesmo que tal determinação política fosse subitamente alterada, permaneceria o óbice legal para a alocação de parcelas expressivas dos recursos em investimentos produtivos, dado que o FISTEL destina sua arrecadação apenas às atividades de fiscalização.

Conforme bem registrado pelo autor, em sua justificativa, há em média um excesso de cerca de um bilhão e meio de reais, todo ano, na arrecadação do FISTEL, em relação ás necessidades orçamentárias da Agência Nacional de Telecomunicação, a ANATEL.

E esse ineficaz superávit vem crescendo continuamente, no ano de 2009, devido aos recolhimentos associados às licitações da terceira geração dos serviços móveis, a arrecadação do FISTEL foi superior a seis bilhões, ou seja, um enorme desperdício de recurso, se projetarmos as necessidades de investimento no Plano Nacional de Banda Larga.

A proposta do relator, parte dos recursos dos três fundos setoriais de telecomunicação para o FISTEL, pode ser uma solução juridicamente eficaz para o problema, especialmente quando se avaliam as regras de utilização propostas no projeto.

Inicialmente, faço menção ao art. 3º e 5º, que mantêm nas mãos da União, por meio de BNDES, o poder de selecionar os projetos de maior interesse do Governo, desde que financiamento sustentável.

Isso promove a apresentação de projetos bem elaborados, com planos de negócio realistas, assim, reduzem-se os riscos de que a operação do fundo promova o desequilíbrio o longo prazo, na parcela do orçamento público constituída com recursos do setor.

Outro ponto que atesta a responsabilidade fiscal do PLS nº. 6, de 2010, é impossibilidade de o Conselho Gestor do FISTEL alterar as condições de contratação e execução determinada pelo agente financeiro, evitando-se pressões no sentido de aprovar as condições irrealistas da execução do projeto de interesse do Governo, o que poderia prejudicar a saúde financeira do fundo, ao longo do tempo, na medida que próprio FISTEL assume quase todo o risco de inadimplência, nos termos do inciso IV, do art. 8º.

O modelo de governança dos recursos arrecadados também merece atenção especial, ao tempo que o projeto mantém nas mãos do Governo o poder de selecionar os projetos, ele transfere ao Conselho Gestor a palavra final acerca da execução do mesmo, no qual o Governo e o órgão regulador terão que chegar a um consenso com as empresas que mais contribuíram para formar o patrimônio do fundo.

Tal modelo difere bastante daquele que preside a gestão dos demais fundos setoriais, como o FUST, em que não há colegiado a decidir a aplicação, e o FUNTEL, no qual o colegiado é formado apenas por representantes da administração federal.

A elaboração do Plano Nacional de Banda Larga tem demonstrado o quanto é importante se institucionalizar o debate entre o Governo e as operadoras privadas, quando o assunto for aplicar a ação de recursos tributários provenientes do setor.

De um lado, as empresas contestam a elevada carga tributária e a falta da contrapartida do Governo junto ao setor. Em sua ótica, o Governo afirma ser impossível negociar alterações de alíquotas que dependem dos estados, mas continua desviando quase a totalidade da arrecadação para projetos de outros setores.

Um conselho constituído por representantes de ambos os lados poderá contribuir sobremaneira para a formação do consenso e a aceleração dos investimentos em banda larga e nos demais serviços considerados essenciais.

Impende ressaltar também a função do promotor da competição no mercado de telecomunicação que o projeto pode vir a desempenhar. A partir dos dispositivos do inciso III, do art. 4º, quase a metade dos recursos aportados pelos grandes operadores privados ficará à disposição de empresas, sem poder de mercado, facilitando o acesso a recurso, a entrada de novos competidores e a ampliação da área coberta por prestadores que já estejam em operação.

Por fim, gostaria de acentuar a correção do projeto, ao dedicar pelo menos 30% dos recursos arrecadados do FISTEL ao apoio a projetos a serem desenvolvidos nas áreas de atuação da SUDAM, da SUDENE e SUDECO.

Sabe-se que, nessas regiões, a oferta de serviço de telecomunicações é precária, devido à falta de competição e, principalmente, os elevados custos em investimento associados.

Nesse sentido, essa fonte de recursos é imprescindível para que superemos o desafio de implantar infraestrutura em uma enorme faixa do território na-

cional, no qual os indicadores socioeconômicos ainda estão abaixo da média nacional".

Esse é o voto, Sr. Presidente. E, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 6, de 2010.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Cícero Lucena, e só informando aos Srs. Senadores que o Item 1º, relatado pelo Senador Lobão Filho, é não terminativo, e ele vai para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle como matéria terminativa, o Item 1.

O Item 2, relatado pelo Senador Cícero Lucena, também é não terminativo. Caso aprovado aqui, ele irá para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Em discussão o projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Pois não, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu tinha instrução de pedir vista nesse projeto, porém, em respeito a V. Exa., ao meu companheiro de bancada da Paraíba, Cícero Lucena, e tendo em vista que o mesmo seguirá para outra comissão, eu me atenho a não pedir vista e tentar analisar as razões dessa recomendação do pedido de vista, para que, posteriormente, possamos analisar.

Era só esse registro e parabenizar V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Roberto Cavalcanti, pela compreensão e pela economia processual. Porque, como esse projeto irá tramitar da CAE, então, V. Exa. poderá fazer os ajustes necessários que o Governo lhe solicita.

Senador Roberto Cavalcanti, como esse projeto vai em tramitação na CAE, V. Exa. poderá fazer os ajustes necessários, se houver necessidade, para que ele possa tramitar.

Continuando em discussão. Não havendo mais quem queira discuti-lo, em votação. Os senadores que concordam com o parecer pela aprovação permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 3. Projeto não terminativo, também, Projeto de Lei da Câmara nº. 11, de 2007. Tramita em conjunto com o PLS 146, de 2007. "*Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos*". Autoria: Deputada Ângela Guadagnin. Relatoria: Senador Flávio Arns.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu também passo a ler o relatório, na página 53, no terceiro parágrafo.

"Na presente relatoria optamos pela presença do PLC nº. 11, de 2007, que já foi aprovado na Câmara Federal, com o arquivamento do PLS nº. 146, de 2007, inobstante acentuada contribuição dessa matéria ao processo legislativo em curso.

Para subsidiar essa relatoria, entendemos por bem realizar reuniões de trabalho com especialistas da área, tanto do setor público quanto do privado, com a participação da Associação dos Notários e Registradores do Brasil, ANOREG, da Federação Brasileira de Bancos, FEBRABAN, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Conselho Federal de Medicina, Instituto Nacional de Tecnologia da Informação; este último ligado à Casa Civil da Presidência da República e do Conselho Nacional de Justiça. Aliás, pessoas especialistas extraordinárias, com uma contribuição imensa para o trabalho.

De fato, o mérito das proposições desperta o interesse de toda a sociedade, uma vez que a tecnologia da informação é hoje recurso indispensável em todas as áreas da vida nacional. Assim sendo, todos aqueles que se apresentaram para contribuir com este processo foram ouvidos e considerados. Um dos cuidados que norteou o trabalho foi o de compreender, tanto quanto possível, a maior gama de aplicações da digitalização e guarda de documentos. Optou-se por um texto claro, abrangente e sem particularidades de setores específicos, que impusessem dificuldades à aplicação da lei de forma geral.

Para as discussões realizadas, adotaram-se algumas diretrizes básicas para a relatoria, quais sejam: 1– o projeto não altera legislações específicas vigentes; 2– o projeto diz respeito tão somente aos documentos digitalizados a partir de um documento original, em outro suporte, não abrangendo documentos já gerados em meio digital; 3– para efeito de perícia e comprovação de autenticidade original, caso esse tenha sido descartado no exercício desta lei, o texto faculta inversão do ônus da prova, que caberá a quem tenha determinado a destruição do documento.

Apesar do amplo debate, em reuniões individuais e com todo o grupo, o que garantiu significativa contribuição por parte dos especialistas, restou desacordo com respeito à equivalência entre o documento original e o digitalizado, para todos os fins do direito. E ficou dito, inclusive, que eu escreveria isso no relatório, para subsidiar a Comissão de Constituição e Justiça.

Divergindo dos demais, os representantes da ANOREG entendem que não cabe equivalência entre original e digitalizado, uma vez que há aspectos de fé pública desenvolvidos nessa autenticação automática, decorrentes de preceitos constitucionais.

Ergue-se aí dúvida acerca da constitucionalidade do dispositivo; além disso, indo ao mérito, a ANOREG considera que possibilitar ao particular digitalizar docu-

mento com pressuposto de equivalência jurídica com o original significa abrir porta para a fraude; nesse caso, pessoa mal intencionada poderia valer-se desse pressuposto para auferir vantagem ilegal, como a produção de provas a seu favor, a fraude documental, dentre outras. O contra-argumento apresentado é o de que, caso essa equivalência entre original e digitalizado deixe de ser garantida na lei, nada mudará em relação ao que hoje já acontece, uma vez que, embora digitalizado, o original deverá ser preservado, para eventual efeito de prova, ou seja, perde-se o mérito da proposição.

Para resolver o impasse, cabe notar, do projeto legislativo de ambas as matérias, que a esta comissão compete ater-se a aspectos tecnológicos e de boa ciência, facultando-lhe possibilitar que os pontos em desacordo, na seara jurídica ou constitucional, sejam lhe dados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que, segundo o despacho dado pelo Presidente do Senado, será a comissão temática que apreciará os projetos em seguida.

Vale lembrar que, além da CCJ, o Plenário do Senado deverá se manifestar sobre os projetos. Restam ao Senado, portanto, instâncias qualificadas suficientes para que o aspecto do qual não houve consenso seja amplamente aprofundado e resolvido. Quer dizer, não houve por parte da ANOREG, mas todos os outros, inclusive Conselho Nacional de Justiça, concordam com o texto, a ressalva.

Assim, sendo, chegou-se ao senso comum, com a concordância da ANOREG, de que o texto elaborado, ora apresentado como relatório da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, deve ser submetido ao colegiado aqui presente e aprovado com celeridade, em face dos benefícios que a matéria proporcionará ao país, quando da conversão em lei.

Enfatizamos, contudo, a ressalva de que resta dispositivo a ser mais discutido sobre aspecto jurídico constitucional e também de mérito, qual seja o § 3º, só este, do art. 4º, que diz: "O documento digitalizado e sua reprodução, procedida de acordo com o disposto nesta lei e em regulamento, terão o mesmo valor jurídico do documento original, para todos os fins de direito".

Voto. Diante do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº. 146, de 2007, e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, nº. 11, de 2007, na forma da seguinte emenda substitutiva".

E vem, então, a emenda, fruto do acordo, do entendimento do Governo, dos bancos, do Conselho de Medicina, do Ministério da Defesa, da parte histórica, todos concordando com o texto, o que foi uma discussão, sem dúvida, das mais proveitosas e interessantes.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Parabenizo o Senador Flávio Arns, pelo seu parecer. Imagino o trabalho que deu de fazer o consenso entre todos esses... entre as partes interessadas no projeto, e, pelo que o senador relatou, apenas a ANOREG ainda permanece com alguma pretensão de fazer alterações.

Eu quero informar as S. Exas. que, junto com o Projeto de Lei nº. 6, tramita o Projeto de Lei do Senado apensado 146, "*que dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica e dá outras providências*". Autoria: Senador Magno Malta. A relatoria já foi feita pelo Senador Flávio Arns.

Como o Senador Flávio Arns relatou, ele o fez pela rejeição do 146 e pela aprovação do 11/07, que tramita em conjunto, nos termos da emenda substitutiva que ele anunciou.

A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em discussão os projetos de lei da Câmara nº. 11/2007 e, apensado a ele, o 146, de 2007. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores que concordam com o parecer do Senador Flávio Arns permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria irá à CCJ.

Vamos aos itens terminativos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu apresentei dois requerimentos, um requerimento que eu estou apresentando em diversas comissões, que é um requerimento para audiências públicas conjuntas, para tratarmos dos quatro projetos do Pré-Sal, como um projeto do fundo social também tramita aqui, na comissão, eu estou pedindo a aprovação de uma sessão conjunta da CCT, da CMA, CCJ, Comissão de Infraestrutura, Comissão de Educação e CAE, para gente discutir o projeto do fundo social, para a gente poder dar uma organizada nesse debate aqui no Senado.

Então, eu gostaria de pedir inclusão extrapauta e gostaria de pedir o apoio dos colegas senadores para a aprovação da matéria.

Outro requerimento é um requerimento que trata da TV Cidadania, Canal da Cidadania, porque eu tenho um projeto que o Senador Lobão Filho vai relatar hoje, que é das TVs comunitárias. E, segundo a ANATEL e o Ministério das Comunicações, o Canal da Cidadania vai atingir esse objetivo.

Então, eu gostaria, antes de apreciar a matéria, que eu sou o autor, de fazer essa Audiência Pública sobre o Canal da Cidadania, para a gente ter segurança naquilo que... E no cronograma, no tempo que nós teremos. Então, eu fiz um requerimento, convidando o Ronaldo Sardenberg, o Pedro Ortiz e a Cecília Maria Krohling Peruzzo, para vir aqui debater o Canal da Cidadania, ver o cronograma dessa implementação, para ver se isso atende, aqui, o objetivo de dar oportunidade às programações locais, lá, locais mesmo, nos municípios, e, segundo o Ministério, isso será possível.

E, se o Senador Lobão Filho aceitar minha sugestão, a gente já aprova o requerimento, fica pendente de votação do projeto. Eu sei que V. Exa. está saindo, está se ausentando para seu pai, o Ministro Lobão assumir, mas, se V. Exa. não se importar, eu gostaria de fazer essa proposta à comissão, que a gente pudesse sobrestar a votação da matéria até a realização desta Audiência Pública sobre o Canal da Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu louvo a iniciativa do Senador Casagrande, a preocupação dele em dar voz e meios às comunidades espalhadas pelo Brasil inteiro. Seu projeto eu estou relatando e pedindo a rejeição exclusivamente pelo compromisso que o Ministério das Comunicações teve comigo de que a legislação irá atender o seu objetivo.

Eu não tenho nada contra relatar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): O Senador Roberto já me disse que irá fazer, pedir vista do processo, portanto, ele estará sobrestado pelo regimento da própria comissão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O pedido de vista vai ser uma semana só, não é? O pleito que eu faço, não sei se V. Exa. pode avaliar, é de que a gente sobreste a votação da matéria até a realização dessa Audiência Pública.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Nada contra, Sr. Presidente, eu posso relatar, e não colocar em votação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Para mim, está ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos à inclusão extrapauta dos dois requerimentos do Senador Renato Casagrande e mais um requerimento, que é de autoria do Senador Eliseu Resende, mas, como ele não se encontra, eu estou subscrevendo para poder aprová-lo, que também pede que, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita a inclusão do nome do Sr. André Almeida, diretor de estratégia e porta-voz da GSMA no Brasil e na América Latina, da GSM Association, entre os convidados para participar da Audiência Pública sobre a qual trata o Requerimento 09, de 2010, CCT, do Exmo. Sr. Senador Antonio Carlos Júnior, aprovado por esta comissão, em 17 de março, que requer a realização de Audiência Pública para debater alteração da destinação das faixas de 2.500 megahertz e 2.690 megahertz. Tema que foi objeto da Consulta Pública nº. 31, de 2009, da ANATEL.

Os Srs. Senadores que concordam com a inclusão extrapauta dos três requerimentos... Em discussão. Não havendo quem queira discutir, os senadores que concordam com a inclusão extrapauta dos três requerimentos, dois de autoria do Senador Renato Casagrande e um de minha autoria, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos aos projetos terminativos, vamos fazer a leitura de todos os pareceres, de todos os pareceres e, ao final, colocaremos em bloco, em discussão e em votação nominal.

Itens 4 e 5. PDS 980, de 2009, "*aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Artística de Campo Largo, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná*".

Item 5, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo 997, de 2009, terminativo, "*aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cultural União Comunitária de Mafra, Santa Catarina, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina*".

Com a palavra o Senador Flávio Arns, Relator dos dois projetos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Se V. Exa. permitir, até também o PDL 41, que foi aprovado como extrapauta, daí já faço dos três também. Se V. Exa. quiser que eu leia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É o projeto de crédito-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos também incluir o extrapauta, nº. 1, que é o PDS 41, de 2010, "*que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Cultura S/A, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina*". Com a palavra o senhor--

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, eu gostaria também de pedir a palavra, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Para solicitar que seja incluído, já está incluído na pauta, o Item 27, do qual eu sou Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. está solicitando? Está incluído o Item 27.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Me perdoe. Extrapauta o nº. 5.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Assim que o Senador Flávio Arns fizer a leitura dos pareceres, colocamos extrapauta a solicitação de V. Exa.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): É o PDS 43, mas apenas eu tenho que... Eu estou respeitando a ordem, apenas para não fique sem comunicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já... Faremos a inclusão extrapauta. Com a palavra, então, o Senador Flávio Arns para relatar os itens 4 e 5, e o Item 1, extrapauta, que é PDS 41.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Os relatórios dos itens 4, 5, lidos por V. Exa., e também do extrapauta, que é o PDL nº. 41, os relatórios são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Item 6 e 7. Relatoria do Senador Sérgio Zambiasi. Item 6, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº. 961, de 2009. "*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e TV Portovisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul*".

Item 7, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº. 985, de 2009. "*Aprova o ato que outorga permissão à Prisma Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Cidreira, Estado do Rio Grande do Sul*".

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro, os pareceres para os Itens 6 e 7 são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Item 8, Senador Renato Casagrande. Terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº. 1.000, de 2009. "*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Anhanguera de Morro Agudo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo*".

Com a palavra o Senador Renato Casagrande. Item 8.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Item 8. Sr. Presidente, matéria do meu relatório é o relatório pela aprovação da matéria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Senador... Itens, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17. Relatoria do Senador Lobão Filho.

Item 10. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 986, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária Sumaúma FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribamar Fiquene, Estado do Maranhão*".

Item 11. Terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº. 996, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão de Luís Domingues, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luís Domingues, Estado do Maranhão*".

Item 12. Projeto de Decreto Legislativo nº. 999, de 2009. "*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Schappo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão*".

Item 13. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 1.005, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Bacuriense de Radiodifusão Comunitária, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bacuri, Estado do Maranhão*".

Item 14. Terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº. 1.008, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rio Zutil do Arame, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arame, Estado do Maranhão"*.

Item 15. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 1.010, de 2009. "*Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Arizona de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Lago da Pedra, Estado do Maranhão*".

Item 16. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 1.028, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente do Planalto "Zé Gomes", Brejo, Estado do Maranhão, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo, Estado do Maranhão*".

Item 17. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 1.032, de 2009. "*Aprova o ato que outorga*

autorização à Fundação Raimundo Fróes Peixoto, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena, Estado do Maranhão".

Com a palavra o Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Muito obrigado, Sr. Presidente. O Item 10, PDL nº. 986, "*que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária Sumaúma FM, no município de Ribamar Fiquene, Estado do Maranhão*".

O Item 11, Projeto de Decreto Legislativo nº. 996, "*que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão de Luís Domingues, no município de Luís Domingues, Estado do Maranhão*".

Item 12, Projeto de Decreto Legislativo nº. 999, "*que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Schappo Ltda., no município de Imperatriz, Estado do Maranhão*".

O Item 13, "*que aprova o ato que autoriza a Associação Bacuriense de Radiodifusão Comunitária, no município de Bacuri*".

O Item 14, o que aprova autorização à Associação Comunitária do Rio Zutil do Arame, na cidade de Arame, no Estado do Maranhão.

O Item 15, o Projeto de Decreto Legislativo 1.010, "*que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Arizona de Comunicação Ltda., no município de Lago da Pedra*".

O Item 16, o PDL nº. 1.028, "*que outorga a autorização à Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente do Planalto "Zé Gomes", no município de Brejo, Estado do Maranhão*".

E, finalmente, o Item 17, Projeto de Decreto Legislativo 1.032, "*que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Raimundo Fróes Peixoto, no município de Santa Helena, Estado do Maranhão*".

Sr. Presidente, todos, o voto é pela aprovação, em vista do exame da documentação que acompanham esses PDSs, que não evidenciaram violação da legislação pertinente, e, portanto, não havendo reparo quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, portanto, o relatório é pela aprovação conjunta de todos esses projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Lobão Filho. Vamos ao Item 18.

Item 18. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 7, de 2010. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Livre Comunitária Stúdio 100 FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo*".

A relatoria já foi feita na reunião da semana anterior, pelo Senador Wellington Salgado de Oliveira, com parecer favorável, pela aprovação. Foi pedido vista, foi concedida vista coletiva, e não foram apresentadas manifestações por escrito.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Na verdade, eu fui um dos signatários desse pedido de vista. A razão pela qual foi pedida vista é uma coisa já repetitiva nesta comissão, que é a utilização da marca FM, Stúdio 100 FM, o que induziria a se pensar que esta rádio poderia ser utilizada de forma indevida, não atendendo aos anseios de uma comunidade, mas, sim, como uma rádio comercial.

Está nesta Casa um projeto de lei de nossa autoria, que está nominado aqui nº. 500/2009, no qual está sendo inserido no art. 7º, na lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, como § 7º, o seguinte: "*É vetado o uso da sigla FM na denominação das entidades executoras de serviço de radiodifusão comunitária, seja em sua razão social, seja em seu nome de fantasia*".

Esse projeto ainda não está aprovado, razão pela qual eu libero meu pedido de vista e votarei favoravelmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., e estou pedindo a Secretaria que verifique a tramitação do projeto de V. Exa., para que possamos dar agilidade para que ele chegue, e deve ser terminativo, aqui na CCT, ele fica aí onde se encontra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, V. Exa., que representa o Estado do Pará, que é um estado com território enorme, V. Exa. sabe que o único meio de comunicação são as rádios. Algumas, eu, como também sou acionista de algumas rádios, a gente sabe que, muitas vezes, essas comunitárias acabam fazendo propaganda e captando recursozinho.

Agora, eu estou saindo hoje e eu queria que V. Exa., como Presidente desta comissão, que vai estar ao meu lado o resto, durante 100 anos, iremos juntos assombrar aqui esta comissão, assombraremos, um cabeludo e um com menos cabelo, digamos assim. Eu queria que V. Exa. prestasse muita atenção, eu tive a oportunidade de ir em Cataguases, visitar uma radiozinha comunitária. E é uma radiozinha que funciona numa casinha, mas numa região pobre demais, mas pobre demais.

E, ali, você vê o quanto uma rádio é importante, as comunicações que acontecem, e vão lá e reclamam do próprio Poder Público, e com uma limitação peque-

na de cobertura, mas faz com que aquela comunidade fale entre ela e saiba que o está acontecendo, o que eles estão exigindo em conjunto, marcando reuniões, a verdadeira comunitária.

E é importantíssimo, e, muitas vezes, quando se começa... Eu vi uma reportagem no jornal de São Paulo, que o Ministro teria assinado várias rádios comunitárias. Ora, pelo amor de Deus! Nós temos que trabalhar nesse sentido, é muito importante a rádio comunitária, agora, não pode é fugir do seu objetivo, a função desta comissão é justamente, e do Ministério, fiscalizar esses objetivos.

Agora, lá em Cataguases, foi sensacional eu ver trabalhando junto à comunidade carente, carente, muito carente. O trabalho dessa rádio comunitária. Então, pediria a V. Exa. que, pelo carinho que V. Exa. teve com minha passagem por aqui, que sempre procurasse cuidar. E para o Estado do Pará deve ser importantíssimo também. Tem comunidades lá no meio da selva. V. Exa. deve fazer campanha de barco lá, no mínimo, não é? Ou de avião, de helicóptero, sei lá.

Então, é só isso, que eu queria fazer essa colocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado, V. Exa. tem toda a razão, as rádios comunitárias, elas desempenham um papel importante na informação e na formação dos cidadãos, nas áreas mais longínquas e mais distantes do nosso país, nas regiões mais distantes do nosso país.

O que o Senador Roberto Cavalcanti tem repetido aqui por diversas vezes e fez um projeto de lei para que isso não aconteça, é que a rádio comunitária, eu acho que, por uma questão apenas de *status*, *status*, ela coloca Rádio Comunitária FM, e não está correto. Porque a rádio comunitária, ela tem uma função específica de informar; inclusive, não pode ter publicidade.

Ela pode ter apoio, e não publicidade. Essa é a preocupação do Senador Roberto Cavalcanti, que é de todos nós, mas o apoio ás rádios comunitárias esta comissão continuará dando e possibilitando que, em todos os municípios e os distritos, principalmente nos distritos desses municípios, você tenha uma rádio comunitária para levar a informação e o entretenimento a essa população.

Item 21. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 727, de 2009. Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Stúdios de Brasília S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Relatoria do Senador Cristovam Buarque. Com a palavra, Senador.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, "*a exposição de motivos do ministro das comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.*

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado, que demonstram situação regular da entidade junto ao ISS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquela relativa à condição de pessoa [ininteligível], não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida.

Por isso, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº. 737, de 2009 não evidenciou violação de legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à TV Stúdios de Brasília, para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal, na forma do projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados".

Esse é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Como disse, vamos discutir e votar em bloco, ao final. Senador Cícero Lucena, Item 26.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, como o relatório já foi distribuído-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Cícero Lucena, o Item 26 é terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº. 359, de 2009. "*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Sertaneja Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Porto da Folha, Estado de Sergipe*".

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Já foi distribuído o relatório, Sr. Presidente, e o voto é favorável à permissão do funcionamento da Rádio FM Sertaneja Ltda. na cidade de Porto da Folha, no Estado de Sergipe.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Pela ordem, Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, cabe-me relatar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, senador, pela ordem, para inclusão extrapauta do projeto.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Extrapauta do Item 5. É um PDS que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Maria Natividade, para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Escada, Estado de Pernambuco. Escada é um município da Mata Sul de Pernambuco e da região canavieira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Marco Maciel solicita a inclusão extrapauta do PDS 43, de 2002, "*que aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Maria Natividade, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Escada, Estado de Pernambuco*".

Em discussão o pedido de inclusão extrapauta. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Aprovada a inclusão extrapauta.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, apenas para não esticar esta sessão, mas eu farei a proposta na próxima, um alerta de preocupação, que foi publicado no Jornal do Comércio, de Pernambuco, e isso toca a todos os senadores nordestinos, pelo Sr. João Carlos Paes Mendonça, antigo proprietário da rede de supermercados Bom Preço, que tinha como marca "Orgulho de ser nordestino". Ele faz um alerta de que, na reestruturação do setor elétrico brasileiro, a CHESF, um dos órgãos mais importantes desse setor no país, está sendo relegada a um mero escritório, para que as decisões venham ser tomadas pela Eletrobras.

Então, na próxima sessão, aqui, nós faremos inclusive uma proposta de um convite ao ministro que venha a assumir Minas e Energia, para que esse assunto possa ser debatido, porque deve ser uma preocupação muito grande, a CHESF foi; foi, não, é um celeiro de inteligência, de conhecimento de um setor tão importante que é o setor elétrico.

Então, na próxima semana eu estarei apresentando esse convite aqui, mas eu gostaria de alertar os nossos companheiros, o Senador Roberto Cavalcanti, o Senador Marco Maciel e os demais nordestinos, até o Senador Lobão, também, Cristovam, que é nordestino, mas representa Brasília, para que a gente possa preservar essa inteligência que foi tão, foi e é tão importante para o desenvolvimento daquela região.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu comungo, Senador-–

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): --de me solidarizar com a manifestação do Senador Cícero Lucena, posto que o que ele expendeu resulta de um senso comum que existe no Nordeste, com relação à preservação da CHESF e o trabalho que ela realiza em favor do desenvolvimento da região.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria também de acostar ao que foi dito tanto pelo Senador Cícero Lucena como pelo Senador Marco Maciel, no tocante a se preservar a marca, a instituição, o nome, a credibilidade, no Nordeste, da CHESF, o acervo técnico da CHESF não pode ser. Nós não podemos que surja uma nova SUDENE, que foi desativada e até hoje falsamente reestruturada.

Eu gostaria de me acostar ao requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero me solidarizar com o Senador Cícero Lucena; os mesmos problemas do Nordeste nós vivemos no Norte, há uma intenção premeditada dos governos de esvaziarem essas regiões, quando deveriam fortalecê-las, para cumprirem o texto constitucional, que determina a diminuição das desigualdades regionais.

O que nós vemos, ao longo do tempo, é que essas desigualdades estão aumentando. Só tenho dúvida, Senador Cícero Lucena, se essa Audiência que V. Exa. proporá, e, como disse, eu sou solidário a ela, se seria na CCT ou na Comissão de Infraestrutura, porque se trata de questão de energia. Eu acho que a comissão temática é de... Poderiam fazer conjunta. Conjunta.

Agradeço a V. Exa., Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, só uma questão de ordem. Eu queria-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Cícero, V. Exa. tem outro item para relatar.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu tinha pedido um extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para relatar a televisão no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. E, se V. Exa. permitir, eu gostaria de ter a honra de passar a relatoria para o gaúcho, Senador Sérgio Zambiasi, que conhece tão bem não só a região, mas

principalmente esse setor. Para mim, será um prazer ceder a relatoria para ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., e transferida a relatoria para o Senador Sérgio Zambiasi. Vamos ao... Senador Marco Maciel, Item 27.

Item 27. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 1.004, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de São Benedito do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Benedito do Sul, Estado de Pernambuco*".

Eu pediria a V. Exa. também que fizesse a relatoria do item extrapauta.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Deixa eu só fazer a leitura.

Extrapauta, Projeto de Decreto Legislativo nº. 43, de 2010. "*Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Maria Natividade, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Escada, Estado de Pernambuco*".

Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, Sr. Presidente, eu vou começar relatando o item que está contido na página 310 do avulso, que diz respeito ao Item 27, e vou ler a ementa, Sr. Presidente.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo 1.004, de 2009, "*que aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de São Benedito do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Benedito do Sul, Estado de Pernambuco*".

A cidade de São Benedito do Sul, Sr. Presidente, para conhecimento de V. Exa. e dos demais membros desta comissão, é um município localizado na região da Mata Sul, próximo, consequentemente, também, a cidade de Palmares, que é a cidade talvez mais importante da região.

Feita a análise do assunto, eu gostaria de dispensar, de fazer a análise, posto que S. Exas. já têm conhecimento do texto, e vou anunciar meu voto, que é no sentido de que, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 1.004, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de São Benedito do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Benedito do Sul, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. os dois pareceres, tanto do Item 27 quanto do item incluído extrapauta, são favoráveis.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, vai ler. O Senador Marco Maciel, para-–

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu vou ler-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Projeto de Decreto Legislativo nº. 43.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente, e que consta extrapauta como nº. 5. E vou, para colaborar com o andamento dos trabalhos que V. Exa. preside, anunciando meu voto.

É que, "*tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº. 43, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Maria Natividade, para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Escada, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados*".

É, portanto, meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Marco Maciel.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, nosso vice-presidente, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu pediria inversão de pauta sobre o Projeto de Lei do Senado 483.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Solicitação do Senador Lobão Filho para uma alteração de pauta, para que possamos votar um item que foi solicitado por ele como extrapauta, que é o 483, de 2008, "*que altera a Lei 9.612, de 19 fevereiro de 98, para instituir o serviço de televisão comunitária*".

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Então, aprovada a inversão de pauta. Aprovada a inversão de pauta.

Então, vamos ao item extrapauta, do Projeto de Lei do Senado nº. 483, de 2008, "*que altera a Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para instituir o serviço de televisão comunitária".* Autoria do Senador Renato Casagrande. Relatoria: Senador Lobão Filho, vice-presidente.

Com a palavra o Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Terminativo.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): "*De autoria do Senador Renato Casagrande, Projeto de Lei do Senado 483, que altera a Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para instituir o serviço de televisão comunitária.*

A matéria conforma-se ao rol de atribuição desta comissão, nos termos do art. 104, com a redação dada pela Resolução nº. 1, de 2007. Do ponto de vista da constitucionalidade formal e da técnica legislativa, não se verifica a necessidade de fazer reparos ao Projeto de Lei do Senado nº. 483. No tocante ao mérito, entretanto, consideramos que a proposição não merece acolhimento por parte desta comissão, pelas razões que passo a expor.

Em primeiro lugar, cremos que a criação de um novo serviço em base analógica, em um segmento do espectro ainda congestionado, mostra-se iniciativa temerária, que tende a acrescentar novos e maiores dificuldades a um cenário com problemas ainda não resolvidos. É verdade que, a princípio, a nova realidade tecnológica, a partir do desenvolvimento da tecnologia digital de transmissão e de distribuição de sinal de televisão, pode resolver a escassez das frequências eletromagnéticas.

De fato, a digitalização permite o aumento do número de canais disponíveis em cada área de prestação, bem como o incremento no número de programações possíveis em cada um dos canais. Também possibilita a transmissão de um canal em alta definição na faixa de frequência hoje ocupada por um canal que utiliza tecnologia analógica.

No entanto, os custos envolvidos na migração para o sistema digital tornam a operação de possíveis televisões comunitárias financeiramente invisível, na maioria das comunidades.

Note-se que a própria modalidade comunitária de radiodifusão sonora, de manutenção menos onerosa, ainda carece de modelo de funcionamento que lhe assegure um funcionamento plenamente sustentável.

Ademais, consideramos que as dificuldades evidenciadas no processamento dos pedidos de autorização para exploração de serviço sonoro na esfera do Poder Executivo, bem como na capacidade de sua fiscalização por órgãos competentes, não recomendam a introdução do novo serviço.

Com efeito, são sistemáticas as delongas às outorgas de autorização para a exploração de rádios comunitárias, e, recorrentes os problemas da verificação do correto funcionamento do serviço, em consonância com os preceitos e exigências estabelecidos na respectiva lei de regência.

Exemplo dessa realidade é a proliferação de rádios que operam com alcance e potência fora dos padrões legais ou mesmo sem autorização, sem que a agência reguladora competente tenha condições efetivas de fiscalização.

A criação do serviço que a acrescente encargos adicionais a essa estrutura, que ainda não atingiu o estado de eficiência desejável, não me parece apropriada no momento.

Pelas razões expostas, apesar da iniciativa louvável do Senador Renato Casagrande, que, com este projeto, entende em dar voz às comunidades, em criar um canal onde essas comunidades possam interagir e se comunicar, entendo que o momento não é oportuno, em função de decisão do Ministério das Comunicações, que afirmou a este Senador que pretende atender o Senador Renato Casagrande, numa forma diversa, numa forma alternativa".

Portanto, me senti satisfeito com a intenção do Ministério das Comunicações, com o objetivo de atender o objetivo traçado pelo Senador Renato Casagrande, e, portanto, eu peço meu relatório na rejeição desse projeto. E peço, Sr. Presidente-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): --que não coloque em votação, de acordo com o entendimento com o autor da proposta, para que possa ser melhor discutido, através da uma iniciativa-–

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Audiência Pública.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): --de Audiência Pública, feita, de autoria pelo Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E por V. Exa. também.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): E que eu também subscrevo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Conforme já dito pelo nosso vice-Presidente, Senador Lobão Filho, esse item extrapauta, que trata do Projeto de Lei do Senado nº. 483, que institui o serviço de televisão comunitária, com parecer pela rejeição do Relator, Senador Lobão Filho, não será

colocado em discussão, nem em votação. Ele ficará sobrestado, até que façamos a Audiência Pública que o requerimento do Senador Renato Casagrande solicita, sobre o Canal da Cidadania, que vamos aprová-lo ainda nesta sessão.

Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Só pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Gostaria de parabenizar o relatório do Senador Lobão Filho, no tocante a este item extrapauta, tendo em vista que não vamos ter a chance de debater sobre o tema, mas parabéns, senador, pela competência e pela lucidez.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Roberto Cavalcanti e Senador Lobão Filho.

Item 9. Trata de terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 965, de 2009. "*Aprova o ato que outorga concessão à Continental Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso*".

Relatoria do Senador Gilberto Goellner. Peço ao Senador Roberto Cavalcanti que possa fazer a leitura como Relator *ad hoc*.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, agradeço à relatoria *ad hoc*. E, na verdade, trata da exploração de serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Campo Verde, Estado do Mato Grosso.

Vou direto ao voto, tendo em vista que V. Exa., todos os senadores têm o relatório, e está contido no anexo, na página 135 em diante.

"Tendo em vista que o exame da documentação, que acompanha o PDS 965, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a concessão da Continental Comunicações Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora, em onda média, que são as famosas rádios AM, na cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados".

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti. Vamos rapidamente aos itens 19 e o Item 28. Que eu pediria ao Senador Marco Maciel que relatasse como *ad hoc* os dois.

Item 19. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 944, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Cultural de Perolândia, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Perolândia, Estado de Goiás*".

Item 28. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 810, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Cedro/Pernambuco, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro, Estado de Pernambuco*".

Relatoria do Senador Sérgio Guerra, no Item 28, e relatoria do Senador Demóstenes Torres, no Item 19.

Solicito ao Senador Marco Maciel que faça a leitura dos pareceres do Item 19 e 28, como Relator *ad hoc*.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente Senador Flexa Ribeiro, para contribuir para o bom desenvolvimento da presente reunião, eu gostaria de anunciar qual é meu voto, com relação ao PDS 944, de 2009.

"Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o referido PDS não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opino pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Cultural de Perolândia, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Perolândia, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados".

Este é o meu voto, portanto, Sr. Presidente, com relação ao PDS 944.

Relato, por oportuno, também, na condição de Relator *ad hoc*, matéria que havia sido distribuída ao Senador Sérgio Guerra, que é meu colega de representação no Estado de Pernambuco.

"*Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo 810, de 2009, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Cedro/Pernambuco, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro, Estado de Pernambuco*".

A cidade de Cedro é uma cidade que se encontra no sertão do Araripe de Pernambuco, e é um município de grande vocação agrícola.

Para simplificar, eu vou simplesmente ler o voto, para que não demoremos na apreciação da referida proposição.

"Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº. 810, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo

reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Cedro/ Pernambuco, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro, Estado de Pernambuco, na forma do projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados".

Esse é, portanto, meu parecer e meu voto, consequentemente, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Marco Maciel, pela relatoria *ad hoc* dos dois projetos.

Vamos ao Item nº 20. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 902, de 2009. "*Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Haragon de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo*".

Relator: Senador Gerson Camata. Solicito ao Senador Lobão Filho que possa fazer, ler o parecer do Senador Gerson Camata, como Relator *ad hoc*.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, o parecer referente à permissão que outorga o ato ao Sistema Haragon de Comunicação Ltda., na cidade de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo, é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Lobão Filho.

Item 22. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 905, de 2009. "*Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Haragon de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Pompeia, Estado de São Paulo*".

Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Solicito ao Senador Valdir Raupp que possa fazer a leitura do parecer como Relator *ad hoc*.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): "*Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é com satisfação que relato o parecer do eminente Senador Marcelo Crivella, e, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 905, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão ao Sistema Haragon de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Pompeia, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados".*

É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Valdir Raupp. Vamos aos itens 23, 24 e 25. Relatoria do Senador Eduardo Azeredo, que aproveito para ler sua justificativa de ausência.

Requerimento encaminhado à Secretaria, pelo Senador Eduardo Azeredo.

"Requeiro, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, que seja considerada como missão política minha ausência dos trabalhos da Casa no dia 31 de março, quando estarei em missão política com o Governo do Estado de Minas Gerais."

Solicitaria ao Senador Geovani Borges que pudesse fazer a leitura dos pareceres como Relator *ad hoc*.

O Item 23. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 899, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária 'Feliz Cidade' Emissora FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatinga, Estado de São Paulo*".

Já foi lido na reunião anterior, houve, foi concedida vista coletiva, e não foram apresentadas manifestações por escrito. Então, V. Exa. não precisa ler o parecer do Item 23.

Item 24. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 916, de 2009. "*Aprova o ato que outorga permissão à Edcomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Cananeia, Estado de São Paulo*".

Item 25. Terminativo. "*Projeto de Decreto Legislativo nº. 964, de 2009. Aprova o ato que outorga permissão à Sobral & Mayrink Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Rancharia, Estado de São Paulo*".

Com a palavra o Senador Geovani Borges.

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Sr. Presidente, para ser sucinto.

"Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 919 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Edcomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Cananeia, Estado de São Paulo, na forma do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados".

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O de nº. 25. *"O Item 25, também, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outor-*

ga permissão à Sobral & Mayrink Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Rancharia, Estado de São Paulo, na forma do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados".

Pela aprovação, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Geovani Borges.

E Item 29. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 374, de 2009. "*Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Paranapanema, Estado de São Paulo*".

Relator: Senador Magno Malta. Solicito ao Senador Renato Casagrande que possa fazer a leitura do parecer como Relator *ad hoc*.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Item 29, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 29.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda., Paranapanema, Estado de São Paulo, e a matéria é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Renato Casagrande.

Vamos ao item extrapauta, Item 4. PDS 42, de 2010, "*que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Guaíba Ltda., para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul*".

O Relator: Senador Cícero Lucena, que transferiu a relatoria oficial para o Senador Sérgio Zambiasi.

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Senador Flexa Ribeiro. Eu quero primeiro agradecer a gentileza do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Cícero Lucena, pelo gesto. Afinal, a vida é feita exatamente desses gestos, são eles que a gente leva da vida. O gesto que a gente recebe e o gesto que a gente faz.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. merece mais do que esse simples gesto, de reconhecimento pelo trabalho que V. Exa. desempenha no Senado Federal,

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pelo seu Estado do Rio Grande do Sul e pelo Brasil.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

E relatar a outorga à TV Guaíba é uma grande honra para mim. A TV Guaíba é uma das mais importantes emissoras de televisão do meu Estado, do Rio Grande do Sul.

A chegada do grupo Record ao Rio Grande do Sul, Senador Flexa Ribeiro, proporcionou algo extremamente importante dentro do processo da economia liberal que nós vivenciamos, que é a concorrência, a concorrência saudável, a concorrência de alto nível, em que o maior beneficiado sempre é o leitor do jornal, o ouvinte do rádio, o telespectador da televisão.

Então, estar aqui nesse momento, oferecendo este parecer favorável, é para mim um momento de muito orgulho, na condição de comunicador, de radialista, porque nós estamos promovendo exatamente o aprimoramento da comunicação no Estado, em que ela exatamente é algo avançado, extremamente importante. Nós temos os maiores índices de leitura de jornais do Brasil, só para exemplificar. Temos índices de audiência realmente fantásticos na rádio AM, ainda, lá no Estado, que é algo que deve ser sempre muito celebrado, pelas muitas opções que hoje o ouvinte possui.

Então, eu preciso registrar realmente a alegria de ter sido designado, nesta manhã, o Relator desta [ininteligível] tão importante, que é a aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Televisão Guaíba Ltda., para explorar os serviços de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

E o parecer, Presidente Flexa Ribeiro, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Sérgio Zambiasi, sei da relação que V. Exa. tem com a área da comunicação no Estado o Rio Grande do Sul, reconhecido por todos, e tenho certeza de que V. Exa. já deve... Vai voltar ao Senado Federal, pela vontade do povo lá do grande Rio Grande do Sul.

Passo a Presidência para...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Valdir Raupp, concluindo.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu sei que V. Exa. já deve estar caminhando para o encerramento, porque nós temos posse de vários ministros agora às 11 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estamos, concluindo. Estamos concluindo, Senador.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou passar a Presidência ao Senador Lobão Filho, para que eu possa ler os pareceres dos últimos projetos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Dando continuidade as itens da pauta.

O Item nº. 30. Projeto de Decreto Legislativo nº. 1.007, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Sustentável de Bonito, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito, Estado do Pará".* Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Os itens extrapauta da Comissão de Ciência e Tecnologia, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 39, de 2010, "*que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo Eldorado Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro*". Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

E, finalmente, parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 40, de 2010, "*que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Record S/A, para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo*".

Passo ao Senador Flexa Ribeiro, para relatar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): "*Item 30. PDS nº. 1.007, de 2009. Trata da outorga pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Sustentável de Bonito, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.*

O parecer é pela aprovação, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 1.007, de 2009, não tem evidenciado violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa".

O município de Bonito tem como prefeito nosso amigo Antônio Neto, do PR, o presidente da Câmara, o Vereador César Assad, do PSDB, e fica na região Nordeste do Pará. É um município que tem uma vocação para a área de agricultura familiar e para a pesca.

O parecer, então, é pela aprovação.

Quanto ao extrapauta, do Projeto de Decreto Legislativo nº. 39, "*que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo Eldorado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro*".

O voto também é pela aprovação, visto que o exame da documentação que acompanha o PDS nº. 39, de 2010, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O item extrapauta, Projeto de Decreto Legislativo nº. 40, de 2010, "*que trata da aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Record S/A, para explorar os serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo*".

Também o parecer é pela aprovação, pois não houve... O PDS nº. 40, de 2010, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos também pela aprovação.

São os pareceres, Presidente Senador Lobão Filho.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Lido o relatório, passo de volta a Presidência ao Senador Flexa Ribeiro.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos à votação, excluindo da votação o item relatado extrapauta, relatado pelo Senador Lobão Filho, que trata da questão das televisões comunitárias. Esse item não está em discussão, ele foi sobrestado.

Então, nós vamos discutir e aprovar os itens terminativos: 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30; e, extrapauta, os itens relatados, Item 1, pelo Senador Flávio Arns, o Item 2, pelo Senador Marco Maciel, o Item 3, relatado pelo Senador Sérgio Zambiasi, os itens 4 e 5, relatados pelo Senador Flexa Ribeiro.

Esses sãos os itens em discussão, fora, repetindo, o item relatado pelo Senador Lobão Filho.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir-–

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, o Item 10 está em discussão?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todos.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): O Item 10 eu quero pedir vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concedida vista ao Item 10 ao Senador Roberto Cavalcanti.

Eu solicito vista também, não sei se pode, vista coletiva. Então, retirado, também, o Item 10, que é o PDS 986, de 2009.

Em discussão os demais itens já anunciados. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Antes de nós votarmos, eu pediria a V. Exas. um minuto, antes da votação.

O Senador Lobão Filho, ele tinha conversado comigo, que ele ficaria como suplente, exercendo a titularidade do senador pelo Estado do Maranhão até mais uns 15 dias. Então, nós iríamos fazer uma homenagem a ele, quando chegasse o momento de o nosso querido Senador Edison Lobão assumir o Senado, mas ele me informa hoje de que ele fará, pela parte da tarde, seu discurso de despedida do Senado Federal.

Eu, como não vou estar à tarde, Senador Lobão Filho, já lhe peço desculpa, mas gostaria muito de aparteá-lo, no seu pronunciamento. Estarei em São Paulo na transmissão do Governo de São Paulo, do Governador Serra ao vice-governador Alberto Goldman, mas, desde já, eu quero fazer referência e agradecer a V. Exa. pelo apoio que V. Exa. nos deu na vice-presidência, que eu o considero também presidente, pela forma como trabalhamos esses dois anos e meio em conjunto, no Senado, e, este ano, na Comissão de Ciência e Tecnologia.

V. Exa. honrou o Estado do Maranhão com sua passagem, substituindo o Senador Edison Lobão, que é o titular do cargo de senador pelo Estado do Maranhão, mas a passagem de V. Exa. foi como se não houvesse mudança na representação, que era excepcional com o Senador Edison Lobão e continuou excepcional com o Senador Lobão Filho. Nós já podemos dizer que "filho de peixe peixinho é".

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Filho de lobo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): "Filho de lobo lobinho é" [risos], como disse o Senador Sérgio Zambiasi. Lobão é.

Então, Senador Lobão Filho, receba do Senador Flexa Ribeiro e de todos os seus pares, vários vão usar da palavra, nossos parabéns, e que V. Exa. esteja de volta brevemente ao nosso convívio, porque vamos sentir também falta desse grande amigo que conquistamos ao longo desse tempo.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, para abreviar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não, para abreviar, é menos de um minuto, porque eu quero fazer minhas as palavras do Senador Flexa Ribeiro, com relação ao Senador Lobão Filho, e nós ganhamos duplamente, com três senadores que assumiram o Ministério, Edison Lobão, de Minas e Energia, ganhamos um grande ministro e um grande senador, nesse período; ganhamos também um grande ministro das comunicações, Hélio Costa, e um grande senador foi o Wellington Salgado; e, da mesma forma, o João Pedro se despediu ontem à tarde também do Plenário, e ganhamos também um grande ministro dos transportes, Alfredo Nascimento, e um grande senador, que foi o João Pedro.

Então, parabéns, Lobão Filho, pelo trabalho aqui no Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda a razão, Senador Valdir Raupp, e eu já tinha feito referências ao Senador Wellington Salgado de Oliveira e faço minhas suas palavras com relação ao Senador João Pedro.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, eu gostaria também-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): --de cumprimentar o Senador Lobão Filho, pelo trabalho realizado aqui, dando continuidade ao mandato que seu pai exerce aqui no Senado da República.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti, fique à vontade.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu me acosto a tudo o que foi dito e, pela celeridade, eu peço que vote, e depois a gente continua elogiando o Lobão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, vamos fazer a votação, e aí eu passo a palavra para o Senador Lobão Filho e para outros senadores que ainda queiram se manifestar.

Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Lobão Filho?

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Geovani Borges?

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aprovados os projetos enumerados-–

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Poderia votar os requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --por unanimidade. Vamos aos extrapauta, os requerimentos.

Dois requerimentos de autoria do Senador Renato Casagrande. Passo a palavra ao Senador Renato Casagrande, para que possa defender a aprovação, para que coloque em discussão do requerimento que trata da Audiência Pública para debater o Canal da Cidadania e para a inclusão-–

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É sobre o fundo social.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Audiência Pública em conjunto das comissões, para discutir o fundo social do Pré-Sal.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Canal da Cidadania nós já... O requerimento sobre o Canal da Cidadania nós já discutimos e debatemos, já foi defendido, e também o requerimento para debatermos o fundo social.

O Senador Sérgio Zambiasi está sugerindo que eu possa fazer um aditamento a esse do fundo social, de um representante da Casa Civil e um representante do Ministério da Fazenda. Eu não tenho nada a me opor, estou acolhendo, se V. Exa. também aceitar, acolhendo o acréscimo de um representante da Casa civil e um do Ministério da Fazenda, para que nós possamos ter essas pessoas participando, esse órgãos participante da Audiência do fundo social.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão os requerimentos extrapauta, de autoria do Senador Renato Casagrande.

O requerimento, o primeiro, que solicita que seja feita uma Audiência Pública na Comissão da CCT, para debater sobre o Canal da Cidadania. Os convidados são S. Exa., o Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Sr. Ronaldo Sardenberg; o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, Sr. Pedro Ortiz; o Diretor da TV USP, a Sra. Cecília Maria Peruzzo, professora de Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo.

O segundo requerimento, só para ler os nomes aqui, o segundo requerimento, de autoria do Senador Renato Casagrande, é para que se faça, em conjunto com as Comissões de Ciência e Tecnologia, Assuntos Sociais, Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Serviços de Infraestrutura, Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Assuntos Econômicos, Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei nº. 7 da Câmara, de 2010, que cria o fundo social e dispõe sobre sua estrutura e fonte de recursos. Altera a Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e dá outras providências.

Os convidados são: economista do IPEA, Sr. Marcelo Piancastelli; o secretário de macroavaliação do TCU, Sr. Maurício Albuquerque Wanderley; o coordenador do projeto de extensão da Universidade Estadual do Norte Fluminense, Professor Hamilton Garcia; o consultor legislativo do Senado Federal, Sr. Paulo Springer de Freitas; um representante da Casa civil; e um representante do Ministério da Fazenda, por inclusão pela solicitação do Senador Sérgio Zambiasi.

Em discussão os dois requerimentos. Não havendo quem queira discuti-los, em votação. Os senadores que concordam com o a aprovação dos requerimentos lidos e apresentados pelo Senador Renato Casagrande permaneçam como se encontram. Aprovado.

Existe também sobre a mesa um requerimento de minha autoria, que subscrevo, que é de autoria do Senador Eliseu Resende, que pede a inclusão do nome do Sr. André Lima, diretor de estratégia e porta-voz da GSMA no Brasil e na América Latina, GSM Association, para que se inclua, na Audiência Pública, que será objeto de discussão sobre a alteração na destinação das faixas de 250 megahertz e 2.690 megahertz, tema que foi objeto da Consulta Pública nº. 31, de 2009, e que já temos um requerimento aprovado, que é o nº. 9, de 2010, do Exmo. Sr. Antonio Carlos Júnior.

O Senador Eliseu Resende e o Senador Flexa Ribeiro, que subscreve, solicitam a inclusão do Sr. André Almeida.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram.

Quero informar aos senhores membros da comissão que essa Audiência Pública, que debaterá a alteração na destinação das faixas de 2.500 megahertz e 2690 megahertz, tema que, como já disse, foi objeto da Consulta Pública nº. 31, de 2009, conduzida pela ANATEL, se realizará na próxima quarta-feira, na nossa reunião, dia 07 de abril.

Esses eram os itens que nós tínhamos na pauta, e passo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu não tive oportunidade de fazer minhas referências à presença ou à futura ausência do Senador Lobão Filho. Eu gostaria de aqui externar que foi enriquecedor um jovem, experiente, talentoso, que, sem dúvida, o Maranhão terá em suas mãos, politicamente, grande futuro.

Tenho certeza de nós estreitamos essa amizade, amizade de graça, porque nós... Foi, assim, um sentimento comum, de pessoas que, na verdade, conviveram aqui intensamente.

V. Exa. é uma parlamentar que esteve aqui presente em todas as sessões, em todas as comissões. Então, eu o parabenizo.

Às vezes, "filho de peixe é peixinho", mas aí, no caso, de filho de lobo é lobão. Entendeu? Parabéns e sucesso. Eu tenho certeza de que seu pai terá pela frente um futuro ainda muito brilhante e permitirá com que V. Exa. retorne a esta Casa da forma mais célere. Em 2011, com certeza, V. Exa. estará aqui conosco. Parabéns pelo trabalho!

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti, passo a palavra ao Senador Lobão Filho, nosso vice-presidente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Flexa Ribeiro, Senador Roberto Cavalcanti, Senador Marco Maciel, eu agradeço do fundo do coração as palavras e agradeço por terem me permitido esses 30 meses de convivência amigável, carinhosa, com figuras tão ilustres do meu país. Eu acho que nem merecia tanto o que Deus me deu.

E levo desta Casa uma experiência adquirida com V. Exas. que me ajudará a, com certeza, poder trazer ao meu povo do Maranhão mais conquistas, mais qualidade de vida e uma contribuição melhor, de mais qualidade minha para meu Estado.

Eu quero agradecer a V. Exa., Senador Flexa Ribeiro, por ter compactuado comigo nas ações em prol do nosso país, na sua Presidência. Perceba que V. Exa. faz parte do bloco de oposição, e eu do bloco do Governo, e, ainda assim, com respeito, com admiração mútua, nós desenvolvemos juntos um trabalho aqui, nesta comissão, em conjunto com essa assessoria maravilhosa, com essa equipe fantástica desta comissão, que coloca esta Comissões como uma das maiores produtividades desta Casa do Senado Federal da República.

Isso graças ao comando firme e sereno de V. Exa., e mostra e dá um recado a todos o país, a todo o povo que hoje assiste à TV Senado um recado claro de que oposição e Governo, quando trabalham juntos, levam para a frente os anseios do nosso povo, as necessidades do nosso país, as necessidades institucionais do nosso país, e esse é um exemplo que nós dois estamos dando hoje, aqui, ao Brasil. Governo e oposição trabalhando juntos, em prol do país, independente de ideologia, independente de lado, independente de campanha, independente de política.

Eu agradeço a você do fundo do coração esta amizade maravilhosa que eu adquiri aqui no Senado, meu amigo Senador Roberto Cavalcanti e minha admiração eterna a um grande companheiro do meu pai, companheiro de muitos e muitos anos, de admiração de mútua, Senador Marco Maciel, nosso querido e eterno Presidente da República, também.

Obrigado a todos e obrigado à equipe dessa comissão, por esse convívio maravilhoso, durante esses dois anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Lobão Filho, V. Exa., que se despede hoje da vice-presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, deixa, sem sombra de dúvida, como bem disse o Senador Roberto Cavalcanti, um vazio, um vazio na relação praticamente diária que os demais senadores tinham com V. Exa.

Eu sou suspeito, Senador Lobão Filho, que tenho relação de família no Estado de Maranhão, tenho uma parte da minha família, tios, sobrinhos, primos que moram no Maranhão, e cuja referência maior é meu tio Mário Flexa Ribeiro, que completou 90 anos e que diariamente trabalha no porto lá de Itaqui, sendo o responsável por uma empresa, Pedreiras Transporte do Maranhão, que faz a carga e descarga dos implementos que entram para desenvolver o Maranhão e dos produtos que saem para exportação, via o Porto do Itaqui.

Então, eu quero dizer a V. Exa., Senador Lobão Filho, que, apesar de V. Exa. estar hoje se despedindo

dessa função, mas a comissão está à sua disposição para que, a qualquer momento, nós possamos tê-lo aqui conosco, com direito à palavra, para que possa usá-la da forma competente que V. Exa. o fez, por esses dois anos e meio que substituiu o nosso querido e Senador e Ministro Edison Lobão.

Seja feliz, que Deus o abençoe, ilumine seu caminho, como tenho certeza de que iluminará o caminho do Senador Edison Lobão, que irá á reeleição e voltará ao Senado, pela vontade do povo do Maranhão.

Muito obrigado a V. Exa., e dou por concluída, não havendo mais nenhum outro item na pauta, a reunião da CCT de hoje. Muito obrigado.

E quero desejar feliz Páscoa a todos os membros da comissão, a todos os nossos companheiros da secretaria, aos nossos consultores do Senado e a todo o Brasil e a todo o Pará, que nos veem e nos ouvem pela TV Senado. Feliz Páscoa, que Deus esteja com todos vocês.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2010

Às nove horas e vinte minutos do dia sete de abril de dois mil e dez, na sala 13, Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns, João Ribeiro, Romero Jucá e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Gerson Camata, Demóstenes Torres, José Agripino, Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Acir Gurgacz. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento n.º 09 de 2010-CCT, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que requer "..., nos termos do inciso II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública para debater a alteração na destinação das faixas de 2.500 MHZ a 2.690 MHZ, tema que foi objeto da Consulta Pública n.º 31, de 2009, conduzida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, com os seguintes convidados: Embaixador Ronaldo Sardenberg – Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Alexandre Annenberg, Presidente da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA; Carlos André Lins de Albuquerque, Presidente da Associação de Operadoras de Sistemas MMDS – NEOTEC; Luiz de Melo Júnior, Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares – ACEL; Antônio Miguel de Brito da Silva Martins, Diretor-Geral da ACOM Comunicações S.A e ao Aditamento nº. 01 ao Requerimento n.º 09 de 2010-CCT, de autoria do Senhor Senador Flexa Ribeiro, que "Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a inclusão do nome do Senhor André Almeida, diretor de Estratégia e porta-voz da GSMA no Brasil e na América Latina da GSM Association, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 09 de 2010-CCT, do Exmo. Senador Antônio Carlos Júnior (DEM/BA), aprovado por esta Comissão em 17/03/2010, que *requer realização de audiência pública para debater a alteração na destinação das faixas de 2.500 MHZ a 2.690 MHZ, tema que foi objeto da Consulta Pública nº 31, de 2009, conduzida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL*". Comparecem à reunião os Senhores Jarbas José Valente, Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Alexandre Annenberg, Diretor Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA; Carlos André Lins de Albuquerque, Presidente da Associação de Operadoras de Sistemas MMDS – NEOTEC; Luiz de Melo Júnior, Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares – ACEL; João Reino, Vice-Presidente do Conselho de Administração da ACOM Comunicações S/A e Ricardo Tavares, Vice-Presidente Sênior da Associação GSM – GSMA. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Roberto Cavalcanti e Antonio Carlos Júnior, autor do requerimento. O Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e um minuto, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número, declaro aberta a 10ª

Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 07 de abril de 2010, para a realização de Audiência Pública que irá debater a alteração na destinação das faixas de 2.500 MHZ a 2.690 MHZ, tema que foi objeto da Consulta Pública nº. 31, de 2009, conduzida pela ANATEL, atendendo ao Requerimento nº. 09/10, CCT, de autoria do Exmo. Sr. Senador Antonio Carlos Júnior, e ao Aditamento nº. 01, de minha autoria.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Antes de chamar nossos convidados para a Audiência de hoje, gostaria de dar conhecimento aos Srs. Senadores membros da Comissão de Ciência e Tecnologia do convite que foi encaminhado à Secretaria da Comissão, por parte da Associação Brasileira de Telecomunicações, a TELEBRASIL.

"*Prezado Presidente, a TELEBRASIL, Associação Brasileira de Telecomunicações, se sentirá honrada com a presença de V. Exa. e de todos os membros da CCT do Senado Federal na apresentação que a Diretoria fará para os membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, CCTCI, e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, CCT, sobre o desempenho do setor de telecomunicações no Brasil em 2009, a exemplo do ano passado.*

O Presidente da TELEBRASIL, Antonio Carlos Valente, como o presidente do Conselho de Administração e da Diretoria, será o anfitrião. Participarão da apresentação todos os membros da Diretoria da TELEBRASIL e o presidente do Conselho Consultivo."

A data é no próximo dia 29 de abril, quinta-feira, das oito e trinta às dez e trinta, na CHTN, trecho 1, conjunto 1, bloco C, aqui em Brasília.

Então, peço à Secretaria que encaminhe cópia do convite a todos os membros da Comissão, e aqueles que tiverem interesse de assistirem à palestra sobre o desempenho do setor das telecomunicações no Brasil em 2009 que informem á Secretaria, para confirmar a presença naquela reunião.

Eu convido, peço a V. Exa., Senador Antonio Carlos Júnior, que acompanhe os senhores convidados para tomarem assento à mesa. Eu convido para assentar-se à mesa o Sr. Jarbas José Valente, membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL; o Sr. Alexandre Annenberg, diretor executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura, a ABTA; o Sr. Carlos André Lins de Albuquerque, presidente da Associação de Operadoras de Sistemas MMDS, NEOTEC; o Sr. Luiz de Melo Júnior, presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares, ACEL; o Sr. João Reino, vice-presidente do Conselho de Administração da ACOM Comunicações S/A; o Sr. Ricardo Tavares, vice-presidente sênior da Associação GSM-GSMA. Por favor, tomem assento.

Bom, esta Audiência Pública, solicitada pelo Senador Antonio Carlos Júnior e com o aditamento por mim subscrito, mas de lavra do Senador Eliseu Resende, ela tem por objetivo exatamente debater a alteração na destinação das faixas de 2.500 megahertz a 2.690 megahertz, tema que foi objeto da Consulta Pública nº. 31, de 2009, conduzida pela ANATEL.

Esta é a segunda Audiência Pública que nós fazemos, na Comissão de Ciência e Tecnologia, para discutirmos esse assunto, ou seja, a destinação do espectro nas faixas entre 2,5 e 2,69 gigahertz, pela ANATEL.

E temos, hoje, novos convidados, para que possamos dar continuidade ao debate. Os senhores convidados, eu quero agradecer o atendimento ao convite da Comissão, e nós vamos iniciar pelo representante da ANATEL, o Sr. Jarbas José Valente, membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que foi, que é a agência reguladora e fiscalizadora do sistema de telecomunicações e que fez a consulta pública exatamente para debater alteração nesse espectro.

V. Sa., Dr. Jarbas, disporá de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, para discorrer sobre o assunto.

Com a palavra o Dr. Jarbas José Valente, diretor da ANATEL.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de agradecer pelo convite, cumprimentar a todos os colegas de mesa, a começar pelo Luiz Melo, presidente da ACEL; Carlos André Albuquerque, presidente da NEOTEC; Alexandre Annenberg, diretor executivo da ABTA; e Ricardo Tavares, vice-presidente da Associação GSM Mundial; o Sr. João, que é o presidente de uma das operadores, que é a ACOM, dos serviços de MMDS. Cumprimentar os Srs. Senadores presentes, Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, o Senador Roberto Cavalcanti, senhoras e senhores. Bom dia.

Em primeiro lugar, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer pela oportunidade, senador, de estar debatendo um assunto de tamanha importância, porque discutir o uso de radiofrequência no setor de telecomunicações é tão importante como discutir o ar que

respiramos, ou seja, se o ar está poluído, as discussões que está, como melhorar as condições para que a gente possa sobreviver.

Da mesma, conforme a evolução do setor de telecomunicações, radiofrequência passou a ser cada dia mais um bem preciosíssimo, tanto que a lei geral trata como bem escasso e o coloca na qualidade de um oneroso. E força sempre a ANATEL a criar as condições para que esse bem passe a ser um bem licitado, porque é um patrimônio também da União, que a União transfere por formas de concessão ou permissão, autorização, para a utilização dos operadores.

Então, é comum, dentro do espectro radioelétrico, que é utilizado no setor de telecomunicações de radiodifusão, as discussões quanto à evolução da prestação de cada serviço, de cada uma dessas faixas, como se evolui, do ponto de vista tecnológico, a estruturação, sua utilização e sua melhor performance.

Normalmente, o espectro é caracterizado de várias formas, normalmente, o espectro é dito para serviços fixos ou serviços móveis, e isso em nível mundial, quando se atribuem as frequências.

Então, esse espectro é discutido não apenas no Brasil, mas discutido em nível da Organização Internacional, que é a União Internacional de Telecomunicações, que tenta harmonizar a utilização dessas faixas, para que, quando saímos ou quando desenvolve equipamentos, que possa ser utilizado não apenas em um país, mas em todos os países do mundo.

Então, essa atribuição das faixas é feita primeiro lá, na OIT, onde todos os países estão presentes, se discute e se define que faixas serão utilizados para serviço fixo, serviço móvel ou para ambos, fixos e móveis, e deixa depois a critério de cada país outra operação, chamada destinação, para dizer que essas faixas, fixas ou móveis, que serviço, da forma como o país criou, que vão utilizar, vão poder utilizar dessa faixa.

Então, por exemplo, serviço de telefone fixo comutado, serviço móvel pessoal; no caso, aqui, a discussão do MMDS, qualquer outro serviço de telecomunicações, que, para utilizar uma determinada faixa de radiofrequência, no Brasil, precisa, antes, ter uma destinação daquela faixa para aquele serviço.

No passado, normalmente, a faixa de frequência era vinculada ao serviço em si, ela não era separada do serviço. Normalmente, quando você outorgava um serviço como STFC, já indicava quais são as faixas que aquele serviço poderia utilizar, e ele só poderia utilizar para fazer STFC. E a mesma coisa no passado, com relação {a TV por assinatura, no caso, MMDS, no caso da radiodifusão, quando se destinam as faixas para utilizar para televisão ou para utilizar para rádio. Rádio, em suas várias modalidades, FM, onda média, onda curta, etc.; já vem pré-definida qual é a faixa, só pode usar naquilo.

Com a evolução da tecnologia e do multiuso dessas faixas e da evolução do que se chama da potencialidade de convergência de serviços, e você poder explorar mais de um serviço, utilizado a faixa, começou-se, então, no mundo todo, a criar a possibilidade de multidestinar essas faixas, ou seja, uma mesma faixa pode ser destinada para mais de um serviço, mas cada um desses serviços, além de ele ter a outorga do serviço, ele tem que ter uma autorização do uso da radiofrequência.

E a lei geral de telecomunicações veio no sentido de acompanhar essa inovação, onde ele separa claramente o que é outorga do serviço, o que normalmente é dado por prazo indeterminado, dá autorização do uso da faixa, que é por um prazo específico, que pode ir até 20 anos, prorrogável por mais 20 anos.

Essa discussão que separa é que cria, então, as facilidades de utilização das faixas. Logicamente, quando se pretende criar uma estrutura de prestação dos serviços, isso trouxe à baila a evolução natural, em termos de ganhos econômicos, fruto da evolução tecnológica e do atendimento à sociedade, na prestação de serviços.

No passado, as autorizações dos serviços ou as permissões, que eram chamadas de permissões, eram dadas até por município. Então, e é até muito usado hoje na radiodifusão você ter outorgas municipais. Mas, se você imagina, na área de telecomunicações, se a gente fosse outorgar o SMP por município como é que seria por 5.600 e poucos municípios que o país tem. Isso é algo impraticável.

Então, o que a ANATEL desenvolveu, até por facilitar e caracterizar as chamadas, que são chamadas locais ou chamadas interlocais? Tivemos que criar áreas, áreas maiores, para que o serviço pudesse ter um serviço razoável e um serviço, do ponto de vista econômico, que gerasse uma potencialidade na prestação de serviço. Isso não ocorreu, por exemplo, nos outros serviços. Fizemos isso para alguns serviços, mas o MMDS ainda continuou no passado, ele foi, uns foram licitados, outros não foram licitados, engenharia do passado, foram adaptados, e foram outorgados por município.

Então, normalmente, não tem uma determinada escala, então, tem uma quantidade relativa de operadores, e, com isso, muitos deles desenvolveram tecnologias distintas. Na prestação, em si, do MMDS, uma determinada faixa, que é a faixa de 2,5 gigahertz, de 190 megahertz, de banda, é para a utilização de programação para a TV por assinatura.

Mesmo na época, quando se estipulou a utilização dessa faixa, já se previa a utilização, também, dependendo do porte do município, ou seja, da quantidade de habitantes que esse município tem, a operadora poderia ter 31 canais, que é o máximo, que seriam os 190 megahertz, só poderia ter 15 ou 16 canais, que seria a metade de 90 ou 96 megahertz. Então, já se previa, desde o início, a possibilidade de ter menos banda para a prestação de serviço em determinadas áreas, dependendo do porte do município.

Foi assim também num serviço muito conhecido, que é o Track(F), no serviço móvel especializado, que era por área, por município, e quantidade muita pouca de canais. Mas, com essa evolução natural que teve da multidestinação, passou-se a discutir qual a melhor forma de utilização.

Infelizmente, o Brasil, ainda hoje, é um país importador de tecnologia, nós ainda não exportamos tecnologias. Então, quando sentamos no fórum internacional, discutimos com todos os outros países a harmonização dessas faixas, em nível mundial, nós não temos, junto com nossa defesa, uma tecnologia nacional que a gente possa querer discutir para determinar a utilização de uma faixa dessas sou não.

Quando isso ocorre no mundo todo, normalmente, os grandes pais, as grandes empresas de tecnologia buscam discutir, e dê uma queda de braço para determinadas faixas de frequência, tecnologia, poderia sair vitoriosa.

No Brasil, como nós ainda não desenvolvemos tecnologia própria, nossa ideia aqui é incentivar que a gente venha a ter tecnologia nacional, para que um dia a gente possa também disputar espaço no mundo. Nós trabalhamos de formas totalmente transparentes, que tipo de tecnologia vai ser utilizado em qualquer banda; isso fica a critério da operadora utilizar.

Então, nesse sentido, hoje, eu estou aqui muito mais para ouvir e responder às perguntas do que discutir, até porque, recentemente, a ANATEL colocou em consulta pública – aqui eu não vou detalhar, porque eu acho que é de conhecimento de todos, mas, se for o caso e o Presidente achar interessante, eu posso detalhar – a proposta que estava em consulta pública, que a ANATEL ainda não decidiu.

Se está em consulta pública e foi para a consulta pública é porque logicamente a ANATEL está aberta a discutir, a ouvir, a adaptar e criar alternativas, que todos que fazem parte desse negócio, que é o negócio de telecomunicações, possam ter preservados seus direitos, seus contratos, e, ao mesmo tempo, nós poderemos criar condições de evoluir, de ter prestação de serviço onde a gente possa ter uma relação de ganha-ganha.

Eu queria comunicar também a todos os presentes e principalmente aos que aqui estão na mesa e também aos senadores que a ANATEL tem comitês, específicos, onde cada conselheiro assume esse comitê, assume a Presidência do Comitê para, ter um debate mais próximo, junto à sociedade, para discutir o assunto. E eu, recentemente, assumi a Presidência do Comitê Academias do Espectro e Órbita de Radiofrequência no Brasil, e isso [soa a campainha] facilitará, então, a discussão que a gente quer ter cada vez mais com as operadoras.

Minha ideia é de fazer o que a gente sempre fez no passado, chamar as operadoras para a discussão, para o debate, para o diálogo. Estamos com um diálogo constante aqui com nesta Casa, para que a gente busque uma solução, que a solução seja a melhor possível. Então, o fato de a ANATEL ter colocado em consulta pública, ela sinalizou para a sociedade uma visão, não é uma visão fechada, estamos abertos a debater, a discutir e procurar aquilo que seja melhor para o país, adequar a prestação dos serviços.

Nós sabemos que, hoje, o MMDS, por ser por município, é algo que praticamente seria quase que inviável, do ponto de vista econômico, como podemos fazer para melhorar a estrutura da prestação desse serviço, o que podemos dar em troca ou discutir, para que a gente garanta e respeite os contratos que foram assinados e tenhamos uma solução adequada, não apenas para essa banda 2,5, mas para todas as outras que a gente tenha interesse, e estamos sempre abertos aqui ao Senado, para estarmos aqui debatendo e discutindo essas questões que para nós são tão importantes, porque, para quem atua no setor, é o ar que respiramos, que é o uso da radiofrequência.

Obrigado pela oportunidade.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Dr. Jarbas Valente, em função de que, talvez, digamos, a consulta pública seja exatamente o ponto central dessa discussão. Então, se V. Exa. pudesse resumir os pontos da Audiência Pública, seria o ponto de partida para que os outros membros da mesa pudessem debater essa... Porque, na verdade, nós vamos debater é o edital, então, portanto, uma posição resumida do edital seria interessante para começar o debate. Então, os outros debatedores iriam realmente trabalhar em cima do edital.

Então, seria razoável, e V. Exa. se ofereceu para isso, então, seria interessante que, de forma resumida, V. Sa. colocasse os pontos principais do edital, e aí nós iríamos debater esse assunto.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Ok. Obrigado, senador.

Bom, eu vou passar muito rapidamente, se tiver interesse também, eu tenho aqui no *pen-drive*. Se quiser, eu posso projetar aqui, para facilitar.

No passado, a utilização desse bloco de radiofrequência, que começa em 2.500 e vai até 2.690, eram blocos que a gente tinha de tamanho específico para portadores de seis megahertz, eram divididos em seis megahertz. Como eu disse, isso é equivalente ter ou 31 canais de seis megahertz, que ocupariam toda a banda, ou, dependendo do porte do município, a metade, 15 ou 16 canais. Isso voltado apenas para o prestação de serviço de MMDS e também da possibilidade de prestar serviços de valor adicionado, utilizando da estrutura do serviço de MMDS.

Com a evolução da tecnologia, com a possibilidade da digitalização, foi permitido, logo em seguida, por outra resolução, que essas bandas menores, portadoras, em vez de ser de apenas seis megahertz, pudessem ser também de seis ou de cinco megahertz, para permitir uma quantidade maior de canais na utilização dessa faixa.

Essa faixa, no começo, era destinada, então, única e exclusivamente para a prestação do serviço de MMDS. Isso ficou desde a época da licitação, que tiveram em 97 e 98, e também daqueles que obtiveram outorga no passado, que estão em processo de renovação junto à ANATEL.

Depois, por uma nova resolução, a ANATEL começou a destinar essa faixa, no sentido de multidestiná-la, ou seja, de criar a possibilidade de vir a prestar, além do MMDS, outros serviços.

Aí, como a faixa é muito grande, 190 megahertz, começou-se a blocar a faixa para que pudesse, então, ter utilização de outros serviços. Então, também se destinou, em caráter primário, ainda para o MMDS, toda a faixa, mas ela foi blocada em blocos específicos.

Primeiro, os 30 megahertz, também por SCM, que é o serviço de comunicação multimídia, como destinação que permite, então, a prestação de serviço de banda larga. Mas ter o fato destinado não quer dizer que a operadora possa vir a prestar; para prestar, precisa de ter autorização do uso da radiofrequência para prestar o serviço SCM, além de ter outorga. Outorga, basicamente, todos têm, que é por prazo indeterminado.

Essa autorização tem que discutir como é o processo, e se é por licitação ou não. O seguinte, 40 megahertz, ficou exclusivamente para o MMDS; os 50 megahertz, no meio da faixa, ficou para SCM e para o MMDS; os 30 megahertz seguintes, para SCM e para MMDS; e os 40 megahertz, no fim da faixa, para o MMDS. Então, na realidade, para o SCM e para o MMDS, ficaram da ordem de 110 megahertz, e, para o MMDS, ainda, toda a faixa para utilização.

Na proposta que está em consulta pública, ela foi dividida em etapas, para que a gente possa chegar num determinado ponto. A proposta, até 31/12/2012, é destinar o SCM, primário e secundário, o STFC, em secundário; secundário quer dizer que ele pode sofrer interferência, e primário, não, porque ele tem direito a proteção. E o SMP é secundário, adicionalmente ao MMDS primário.

Como se está projetando? Os primeiros 30 megahertz, ou seja, na realidade, toda a faixa ainda continua, até 2012, para o MMDS, mas parte delas começou a ser também destinada para outros serviços, no que eu falei da multidestinação. Então, os primeiros 30 megahertz que estavam antes apenas para o SCM, em caráter primário, passaram a ser SCM em caráter secundário, STFC, que é o serviço de telefone fixo comutado e secundário, e também já incluiu aí o móvel, serviço móvel pessoal secundário, o MMDS ficou em primário.

A faixa de 40 megahertz seguinte ficou também para o SCM secundário, STFC secundário, SMP secundário e MMDS primário. Os 50 megahertz no centro da faixa, esse, sim, ficou para o SCM primário, MMDS primário, e se colocou o STFC e SMP em secundário. Os 30 megahertz seguintes ficaram para o SCM secundário, STFC secundário, SMP secundário e MMDS em primário. E o final dos 40 megahertz também a mesma coisa, os serviços SCM, STFC, SMP em primário, MMDS, em secundário, MMDS primário.

A proposta para 31/12, na definição, a gente deixa ainda para se fechar na destinação, agora, como definitiva, ou seja, ela pode continuar, mas a partir, então, dessa data e até 2015, a estruturação muda [soa a campainha]. Os dez primeiros megahertz ficam para SCM, STFC, SMP, em secundário, o MMDS em primário; os outros 60 megahertz seguintes já mudou, passa a ser apenas no SMP primário, e aí o MMDS deixa de ser primário e passa a ser secundário.

Os outros que estavam secundários continuam; a faixa do meio continua como primária, da forma como estava, tanto para o SCM quanto para a MMDS. Vêm os 10 megahertz em seguida, com o MMDS em primário e os outros secundários e deixa os outros 60 megahertz final da faixa também para primário, apenas para o SMP e para os demais secundários.

E, a partir de 2015, aí se destina, em primário, toda a primeira banda, ou seja, são 70 megahertz para o SMP; todos os outros serviços ficam em secundário. Ficam apenas em primário o SCM e o MMDS, numa faixa de 50 megahertz, e os outros 70 megahertz su-

periores também destinados apenas em primário, para o SMP, e o secundário para os demais serviços.

Isso quer dizer o seguinte: que, a partir de 2015, como está na proposta, as atuais operadoras só podiam prestar o serviço de MMDS na faixa dos 50 megahertz que está no meio dessa faixa que ela tinha antes, de 190. Também o SCM se vier a ter autorização do uso da faixa de radiofrequência para prestar o serviço SCM, e também poderia até ter, para fazer SMP e STFC, caso tenha autorização desses serviços. E ficariam para o SMP, em caráter primário, os 70 megahertz inferiores e superiores, em caráter primário, que poderiam fazer, e aí viriam as licitações para as operadoras de SMP.

Então, essa é a proposta que está hoje, que estava, que foi colocada em consulta pública e está para o debate, como eu disse aqui, foi uma proposta da ANATEL, à época, e, em nome do Conselho Diretor da ANATEL, eu estou aqui para ouvir as manifestações.

Como eu disse, agora, como presidente do Comitê do Espectro da Órbita, disposto a debater, discutir com todos os envolvidos, e buscarmos a solução que venha a atender, da melhor forma possível, não só aqueles que já utilizavam essas faixas, como também dar outras alternativas de faixa, ver como pode criar estruturação dos serviços, etc.

Estamos abertos ao debate e à discussão, para que a gente possa ter, então, um uso claro dessas faixas, principalmente olhando para o futuro, que o futuro é basicamente ter disponíveis bandas para o serviço em banda larga, seja ele móvel, seja ele fixo, e buscando sempre uma harmonização, que é o que acontece no Brasil e no mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Obrigado, Dr. Jarbas Valente. Agora, com a palavra, o Dr. Alexandre Annenberg, diretor executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura, ABTA.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Senador Antonio Carlos Júnior, obrigado, Senador Roberto Cavalcanti e demais companheiros de mesa.

Bom, nós estamos diante do fenômeno da convergência, que exige todo um novo marco regulatório para o setor de telecomunicações.

Vamos passar aí o primeiro *slide*, por favor.

Nós tínhamos, na LGT, uma série de premissas que fundamentaram o marco regulatório da LGT, e, hoje, nós precisamos definir novas premissas para convergência. Essas premissas, necessariamente, deverão ser: competição e massificação da banda larga. Me parece que são as duas grandes premissas para o futuro. E é sobre isso que a gente precisa falar hoje, na discussão da alocação desse espectro.

Como é que nós estamos hoje, em termos de competição no Brasil? Nós temos, para o serviço de telefone fixo comutado, duas empresas, que têm outorgas que cobrem a totalidade do território nacional.

Nós temos, para o serviço móvel pessoal, cinco empresas, que têm outorgas que também cobrem a totalidade do território nacional, ainda não estão presentes em todos os municípios, mas em grande parte deles. Na TV a cabo, nós temos, hoje, 59 empresas, que têm outorgas para 260 municípios e estão presentes em 260 municípios.

No MMDS, nós temos 22 empresas, com outorgas para 79 municípios, 79 localidades, melhor dizendo, mas que cobrem cerca de 300 municípios; aqui é um detalhe importante, o MMDS, ele não é confinado pelos limites de um município, porque ele tem um raio de cobertura. Então, uma outorga para um determinado município pode servir para todos os municípios circunvizinhos, portanto, o MMDS, com outorgas para 79 localidades, cobre cerca de 300 municípios.

E, depois, nós temos o DTH, que hoje tem nove empresas, que cobrem de novo todo o território nacional. Aliás, é importante que se diga que o DTH é o único serviço de telecomunicações que está presente nos 5.564 municípios brasileiros. E, portanto, ele representa um fator competitivo, em termos de televisão por assinatura, muito grande, porque, em todos os municípios, nós temos pelo menos o DTH, e DTH com nove empresas competindo entre elas.

Muito bem, o serviço móvel pessoal está pleiteando a faixa dos 2,5 gigahertz. Primeiro, eles alegam que há riscos de saturação do espectro que hoje é utilizado pelo SMP. Na verdade, existem, hoje, 170 milhões de celulares, e nós não podemos imaginar que esse número vá crescer muito além dos 180, 190, 200 milhões, mas, na verdade, nós já estamos muito próximos do limite de número de celulares disponíveis, sendo que mais de 70% deles, hoje, apenas recebe ligações, nós sabemos que eles não criam tráfego.

E sabemos também que, até hoje, o serviço de SMP construiu como infraestrutura cerca de apenas 40 mil ERBs, e, quando, na verdade, nós deveríamos ter pelo menos 200 mil ERBs, para que o serviço fosse plenamente eficiente.

Outro argumento levantado SMP é que a UIT, a União Internacional de Telecomunicações, recomenda a utilização da faixa de 2,5 giga para o 4G. Mas a UIT também recomenda outras faixas, além do 2,5. Ela recomenda os 450 megahertz, ela recomenda os 700 megahertz, ela recomenda 3,5 giga. E inúmeros países não usam a faixa de 2,5 giga para o 4G.

Além disso, no Brasil, nós ainda vamos ter outras faixas que vão estar disponíveis, que nós chamamos,

hoje, do dividendo digital, ou seja, quando as empresas de televisão aberta tiverem totalmente digitalizada a sua operação, ficarão disponíveis todas as frequências que hoje são utilizadas para transmissão analógica, e essas frequências poderão perfeitamente ser distribuídas e alocadas ao serviço móvel pessoal.

Ou seja, para o serviço móvel pessoal, existe uma larga faixa de frequências absolutamente disponível e que pode ser utilizada sem que seja necessário confiscar as frequências que hoje são atribuídas ao MMDS. Na verdade, são feitas, hoje... O próximo *slide,* por favor. Algumas críticas ao MMDS, e é importante que nós entendamos quais são essas críticas. A primeira crítica é que o MMDS tem baixa penetração.

Bom, o Dr. Jarbas já se referiu, agora, o MMDS, no início, ele permitia apenas 31 canais analógicos; com 31 canais, era muito difícil, se não impossível, competir com o cabo, competir com o DTH, que têm centenas de canais ou seguramente mais de uma centena de canal. Portanto, o MMDS, na oferta de televisão por assinatura, tornou-se uma plataforma absolutamente marginal e, de fato, portanto, com uma baixa penetração.

A outra alegação que é levantada é que o MMDS cobre uma pequena área do território nacional. Bom, também aqui precisamos ter presente que, desde outubro de 2000, não houve uma única licitação para novas operações da MMDS. Há dez anos que essas licitações estão paradas, não houve concessão de permissões de MMDS em nenhuma circunstância.

Mas eu acho que, em vez de olhar para o passado, nós temos que olhar é para o futuro. Esses são fatos que são importantes serem conhecidos, para que essas críticas não sejam amplificadas desnecessariamente.

Houve motivos para que o MMDS tivesse as limitações que tem. Mas, se nós olharmos para o futuro, nós vamos ver uma coisa completamente diferente. Enquanto no passado o analógico MMDS só podia transmitir 31 canais, porque precisava de seis megahertz por canal, portanto, ele precisava da faixa de 190 megahertz, com a digitalização, onde é necessário apenas um megahertz por canal, muda completamente a situação.

O MMDS, pode, sim, transmitir, pelo menos, digamos, cem canais, ocupando-se uma faixa de 100 mega, e pode disponibilizar de todo esse restante da faixa para oferecer voz e para oferecer banda larga, se tornando, assim, um grande fornecedor de *triple play*, e esse é um conceito extremamente importante.

O que é a gente chama de *triple play*? O *triple play* é a oferta de vídeo, de voz e de banda larga. E vamos lembrar uma coisa: o vídeo não é só entretenimento; o vídeo, hoje, é um dos maiores veículos culturais e de cidadania que o país tem, que o cidadão tem.

Graças ao vídeo, nós hoje estamos aqui, na TV Senado, sendo vistos por todo o público, que sabemos, e a TV Senado só se viabilizou graças à TV por assinatura, e assim por diante, a TV Câmara, a TV Justiça, todos os canais comunitários, canais educativos. Todos eles se viabilizaram graças à televisão por assinatura. Portanto, o vídeo, hoje, ele não é apenas entretenimento, mas tem uma enorme carga cultural e de cidadania.

A voz, evidentemente, tem a importância que tem, e, com uma tecnologia IP, ela é uma alternativa fundamental para uma competição com STFC. Vamos lembrar que a competição com a STFC nunca foi viável, porque as empresas-espelho, que deveriam competir com as *incumbents*, acabaram não vigorando. No entanto, nós podemos ter, com o *triple play*, o renascimento da competição, inclusive para o STFC.

E, finalmente, no caso da banda larga, o MMDS oferece um alto desempenho, estabilidade, velocidade, portabilidade e até mesmo mobilidade. Para mim, isso é que é uso eficiente do espectro, ou seja, utilizar o espectro para oferecer essa multiplicidade de serviços. E, se nós não fizermos isso, aí é que nós estamos desperdiçando o espectro, se for para oferecer exclusivamente para um serviço.

Nós podemos, com o MMDS, oferecer todo esse panorama de multisserviços [soa a campainha], que são fundamentais hoje no cenário das telecomunicações.

Banda larga, ela favorece a inclusão digital, como nós sabemos, e inclusão digital não só baixar filminho, não é foto, não são jogos, não é e-mail, inclusão digital são os serviços de educação, de saúde, de segurança, os serviços de governo, isso é inclusão digital.

Enquanto a banda larga do SMP atende indivíduos, com os *smartphones*, não é? Portanto, usuários com maior poder aquisitivo, o MMDS atende residências, escritórios, escolas, hospitais; tudo isso pode ser coberto e atendido por uma plataforma de MMDS. Isso é inclusão digital.

E a eficiência do MMDS é extremamente significativa, além do raio de cobertura, que vai de mais ou menos 15 a 50 quilômetros, permite tanto acessos fixos como móveis, e, principalmente, o MMDS tem dispositivos de recepção, com muito maior potência do que as baterias dos celulares, portanto, tem uma capacidade de processamento muito maior.

O MMDS, ele pode utilizar, para o oferecimento desses serviços, de uma tecnologia, que é WiMax, que já está amplamente disponível e que pode ser justamente esse fortíssimo fator de competição. E o WiMax tem ainda uma outra característica extraordinária: ele

viabiliza operadores locais, operadores regionais. Portanto, com geração de empregos locais, com ofertas de serviços que sejam aderentes às peculiaridades específicas de cada localidade. Ele é autossustentável em comunidades pequenas e não exige megagrupos para sua operação, ele pode ser perfeitamente operado por grupos locais. Isso faz uma diferença extraordinária, em termos de eficiência do serviço oferecido, ou seja, o MMDS, eu costumo dizer, está no lugar certo, na hora certa.

No Brasil, nós temos um conjunto de medidas que nós dificilmente encontramos em outros países, nós temos o automóvel *flex*, nós temos a telefonia pré-paga, nós temos a urna eletrônica, são conjuntos de produtos, digamos, assim, que servem exatamente às características geoeconômica do Brasil. Pois bem, o MMDS é um desses produtos, ele pode perfeitamente ser nossa solução tupiniquim para a inclusão digital, assim como é o automóvel *flex,* assim como é a telefonia pré-paga, e assim por diante.

O SMP alega que ele precisa reservar espaço para uma tecnologia que ainda está em desenvolvimento, que é o LTE. Ora, o MMDS pode também trabalhar com LTE; enquanto o LTE não está pronto, ele estará pronto dentro de quatro ou cinco anos, enquanto isso não ocorre, o WiMax já está plenamente disponível. Já existem mais de 600 operadores do mundo todo que usam o WiMax. E, infelizmente, aqui no Brasil, nós, desde 2006, estamos aguardando a homologação dos equipamentos WiMax, para imediatamente oferecer banda larga. Essa homologação, infelizmente, até hoje, não foi concedida.

E, finalmente, talvez uma última consideração importante é sobre a licitação do espectro. Por que nós precisamos licitar esses 190 megahertz no atacado, quer dizer, cobrindo grandes regiões geográficas? Isso só fortalece as empresas de grande porte, isso representa um enorme desperdício de espectro, porque, na verdade, a utilização desses 190 talvez se faça necessária em algumas regiões muito específicas, em grandes aglomerados urbanos, em cidades como São Paulo, Rio, eventualmente, é necessária a utilização de parte desse espectro de 190 megahertz, mas, na enorme totalidade de todos os outros municípios, esses 190 megahertz ficariam totalmente ociosos, o que seria criminoso, simplesmente, se nós fizéssemos uma licitação ampla para grandes regiões geográficas.

Uma licitação, ela poderia ser feita por regiões com características geoeconômicas semelhantes, grupos de municípios que viabilizam a entrada de pequenos e médios investidores e, principalmente, atenderia às necessidades [soa a campainha] locais específicas.

A massificação da banda larga, ela pode ser vista como uma oportunidade para nós utilizamos inúmeras plataformas, cada uma adequada a uma realidade geográfica. Nós podemos utilizar o par de cobre, podemos utilizar o cabo, podemos utilizar fibra ótica, podemos utilizar o MMDS e podemos utilizar o SMP.

Cada uma dessas plataformas tem seu espaço para ser utilizada na localidade onde ele é mais eficiente, onde ele é mais conveniente, portanto, querer acabar com o MMDS, simplesmente, significa acabar com uma possibilidade a mais de massificação de banda larga.

É esse o recado principal que eu gostaria de dar e fico aqui à disposição, para depois a gente discutir sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu agradeço ao diretor executivo da ABTA, Dr. Alexandre Annenberg, e passo a palavra ao Sr. Carlos André Lins de Albuquerque, presidente da Associação de Operadoras do Sistema MMDS, NEOTEC.

SR. CARLOS ANDRÉ LINS DE ALBUQUERQUE: Alô, alô. Alô, alô. Bom dia a todos, em especial, Senador Antonio Carlos Júnior, Senador Roberto Cavalcanti, Senador Renato Casagrande. Cumprimento também os colegas da mesa, os demais amigos da ANATEL, Dr. Maximiliano, Dr. Marconi.

Infelizmente, quando eu vim para cá fazer essa apresentação, eu tentei buscar o que teria de novidade para a gente já apresentar e discutir, e, infelizmente, não tem muita novidade, o setor está aguardando, há algum tempo, a solução desse impasse, seja da CP 31, seja da nova regulamentação do MMDS. E o que a gente espera, como mensagem final, o que eu vou falar é que realmente o processo ande e seja resolvido com a maior velocidade possível, porque as empresas, hoje, estão sofrendo prejuízos, estão deixando de fazer investimentos importantes no Brasil. Por favor.

Rapidamente, só lembrando, o MMDS, ele foi definido em 1994, portanto, 16 anos atrás, como uma plataforma multisserviços; está escrito que esse serviço, ele pode estar associado a qualquer forma de telecomunicação disponível, podendo transmitir qualquer tipo de sinal. Essa é a definição do serviço. Se existe uma discussão: "Ah, precisa adaptar a regulamentação para que possa fazer banda larga ou outro serviço", essa regulamentação ou essa adaptação não deveria demorar seis anos para que os operadores pudessem, então, disponibilizar serviços no Brasil. Por favor.

Especificamente sobre a CP 31, o Conselheiro Jarbas acabou de explicar... Eu acho que saltou um *slide,* se puder voltar. Não, está ok. Perfeito.

Sobre a CP 31, o que a gente vê no processo são algumas recomendações das áreas técnicas da ANATEL. Existem duas recomendações citadas aqui, uma da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e outra da Superintendência de Comunicação de Massa.

A primeira recomenda de 90 a 110 megahertz como o mínimo de espectro necessário para o MMDS. A segunda deixa claro que os atuais e futuros prestadores de MMDS necessitarão de banda adicional para oferecer múltiplos serviços. Só para enfatizar, essas são as recomendações da área técnica da agência reguladora. Por favor.

Bom, o que resultou a CP 31? Resultou na redução dos 190 megahertz para apenas 50 megahertz e a alocação de 140 megahertz para o serviço móvel pessoal, que são os representantes dos celulares, um serviço fundamental para o Brasil, para qualquer país do mundo.

Mas, de fato, é que a solução proposta, além de ignorar as recomendações dos organismos internos da própria agência, ela, na nossa leitura... Se puder aplicar mais uma vez, por favor. Na nossa leitura, ela determina o fim do serviço de MMDS, porque 50 megahertz não são necessários para gerar operações competitivas, e, ainda mais, a CP 31 determina que futuras licitações de MMDS operarão com apenas 25 megahertz.

Eu acho que qualquer técnico, ou não técnico, passa a entender que 25 megahertz não são suficientes para você ser competitivo em qualquer serviço no Brasil, muito menos em serviço em que você tem que carregar vídeo, tem que carregar banda larga, porque é o futuro, é convergência de serviços.

Então, eu deixo uma pergunta no ar: o que leva a agência reguladora – isso é uma pergunta feita de uma forma muito positiva – a adotar recomendações de organismos internacionais ou parte das recomendações, mas ignorar por completo as recomendações de seus próprios organismos internos, que, teoricamente, são pessoas competentes, na prática, são pessoas competentes e que conhecem o Brasil. Por favor.

Então, só para a gente dar um parâmetro, o que cabe nos 50 megahertz? Eu mostrei isso no passado, em se tratando de somente vídeo, excluindo a banda larga, caberiam sete canais de vídeos analógicos, 50 canais de vídeo digital, em *standard-definition*, definição básica, e apenas 30 canais em HD, que é *high-definition.* Fica mais uma pergunta: que sistema seria competitivo, sendo obrigado a prestar serviços de vídeo, nessas condições? Por favor.

O que seria necessário? O mundo é multisserviços, as plataformas são convergentes, nós estamos falando de vídeo de banda larga, não importa se o vídeo vem por uma plataforma de distribuição unidirecional, da operadora para as residências, se esse vídeo vem por um sistema de banda larga, por que não o vídeo vir sob IP? Independentemente da forma como se entrega o serviço de vídeo, o fundamento é de que é necessário espectro suficiente para que possa acomodar diversos serviços.

Outro fator: quanto menor a banda – isso é para qualquer operação, não é só para MMDS –, quanto menor a banda, menor a qualidade dos serviços, maior investimento e, obviamente, maior o preço para o consumidor. Não adianta regular seja o SMP, MMDS, qualquer outro serviço, com pouca banda, gente, porque, no futuro, vai ter gargalo, quem vai pagar o preço é o consumidor.

Outros fatores importantes na CP 31, no nosso entendimento, a proposta não é tecnologicamente neutra, o SMP trabalha com tecnologia FDD, estão alocando 140 megahertz para essa tecnologia e apenas 50 para o TDD; não deveria ser assim.

No entendimento da NEOTEC, a consulta pública contém algumas irregularidades; inclusive, isso foi que o motivou a própria NEOTEC a impetrar um mandato judicial para suspender a consulta pública, não tenho o resultado disso ainda. E, como falado pelo Annenberg, a própria UIT recomenda outras faixas de frequência para a evolução da banda larga dentro do SMP, que não apenas o MMDS.

Então, não há por que você penalizar um serviço único, retirar 150 megahertz e alocar para outro serviço. Pode passar, por favor.

A gente deu essa mensagem no passado: banda larga sem fio não é sinônimo de SMP. Banda larga sem fio é sem fio, pode ser MMDS, pode ser SMP, pode ser um operador de WiMax independente, seja o que for. E a outra pergunta é que o pessoal do SMP diz que falta espectro para o SMP.

O Annenberg acabou de demonstrar que tem um espaço para serem construídas quase 160 mil ERBs, evolução da própria rede, dentro frequência existente, antes de se alegar que está faltando espectro. A gente tem que ter muito cuidado com a proteção de mercado, ou seja, "me dá o espectro, para que outros competidores não entrem'. Eu estou dando essa mensagem de forma clara, porque eu acho que a pluralidade na competição é fundamental para o Brasil.

Bom, como história recente, o MMDS é regulamentado por uma Resolução 429, recente, de fevereiro de 2006. Apenas três anos depois, se propõe uma nova mudança radical, como a que foi apresentada. O setor participou muito pouco dessa discussão, mesmo assim, no entendimento de que o SMP é um serviço

fundamental, os operadores da NEOTEC foram à ANATEL e disseram: "Nós concordamos em ceder parcela do espectro. A gente sede 90 megahertz para o SMP, ficamos com 110, para sermos competitivos". Então, acenamos com um acordo, e a gente está aguardando realmente que esse aceno e outros acenos feitos pelos operadores de MMDS resultem na rápida resolução desse problema. Por favor.

Aqui tem um operador de MMDS, João Reino, da ACOM, ele vai falar um pouco como é que se permite ao investidor tomar a decisão de fazer vultosos investimentos, isso é um negócio de capital intensivo, com estabilidade regulatória e política de desincentivo, porque a CP 31, simplesmente, desincentiva completamente o setor a fazer investimentos.

Falar um pouquinho sobre essa importância da banda larga para o Brasil, da inclusão digital, embora os senhores tenham conhecimento pleno disso, eu acho importante enfatizar alguns pontos. Vamos lá.

O primeiro ponto que, o está em discussão na CP 31 não é serviço de voz, não vamos falar em apagão de voz, o que está em discussão é banda larga, o SMP, que é o espectro para fazer banda larga, como os operadores de MMDS também querem o espectro para prover banda larga, além de outros serviços.

Bom, definição de inclusão digital, democratização do acesso às redes e tecnologias no plural, não é uma rede única, não é isso? Para ampliar a capacidade, a qualidade da informação e a transformação dessa informação em conhecimento.

Bom, não vou malhar em ferro frio, todo mundo sabe a importância da inclusão digital para o desenvolvimento de qualquer país. E, como o Annenberg falou, inclusão digital não é somente o acesso a mensagens, vídeos e pesquisas curtas, isso envolve educação, isso envolve saúde, geração de emprego, e é nesse contexto que os operadores de MMDS acham que é fundamental manter a competitividade do setor.

Só uma frase que está impressa pelo Governo Federal na política de comunicação da década de 90: a competitividade de um país e sua capacidade de gerar riquezas e bem-estar a seus cidadãos depende cada vez mais da eficiência no acesso à informação e do seu uso adequado.

Novamente, o SMP é importante, e outras plataformas também são importantes para gerar esse acesso à informação.

Esse *slide,* eu vou dar só a mensagem dele, em geral: vendem-se cada vez mais computadores no Brasil, a classe C compra muito mais computadores do que *smartphones,* e o acesso à banda larga, gente, novamente não será feito apenas pelos *smartphones,* apesar de um componente desse acesso, de um componente puder vir a ser feito pelo SMP. Por favor.

Crescimento de 1% no serviço de Telecom gera 3% de crescimento da economia; isso deveria envolver todos os setores e todas as plataformas.

Novamente, só o que está em vermelho, a população brasileira já inseriu a TV e o computador com acesso à internet em seu pacote de educação e entretenimento. Por favor.

Não é possível que a agência reguladora, o Poder Legislativo e que o Brasil entenda que a verdadeira inclusão digital se dará apenas pelo uso de celulares. Desculpem, mas não é possível, isso não é verdade; outras redes, como o cabo fixo, MMDS, quem sabe o DTH, no futuro, serão de vital importância para a inclusão digital da população brasileira.

Existe um estudo feito pelo ex-presidente da ANATEL, Renato Guerreiro, está lá em letras menores, é um exemplo dado pela demora do Brasil em licitar faixa de 3,5 gigahertz para WiMax ou banda larga. Cada ano de atraso no processo de licitação da faixa de 3,5 gigahertz implica no deferimento de benefícios sociais para a população brasileira entre seis bilhões e dez bilhões, cada ano, gente!

Os operadores de MMDS querem fazer banda larga e WiMax, moderna tecnologia desde 2006, e não conseguem. Então, a gente não está pedindo muita coisa, a gente está pedindo, se falta regulamentação, que se regulamente; se o Governo entende que banda larga é convergência fundamental, que deixem os operadores fazerem investimentos. É muitos simples. Os operadores estão dispostos a fazer acordo. O que a gente pede é um pouco mais de velocidade da agência reguladora.

Isso aqui é só um exemplo sobre a importância de todas as redes, aqui a gente cita, como exemplo, que, em regiões de maior densidade, talvez as tecnologias de cabo físico sejam as mais adequadas. MMDS, com quantidade suficiente de espectro, ele é fundamental para aumentar a abrangência do acesso da real banda larga. Não estou falando do acesso rápido do SMP. E o SMP, lógico que ele é fundamental, gente! Ele é fundamental para voz, ele é fundamental para um determinado âmbito de banda larga. Agora, não dá para querer que o SMP fique com todo o espectro radioelétrico sozinho. Eles operam em 900 mega, 1,8 giga, 2,1 giga, querem o 2,5 giga, 3,5 giga. Não dá para fazer uma evolução democrática dessa forma.

Então, o que é importante? A manutenção do ambiente competitivo e justo entre os diferentes serviços, que proporcione o investimento por empresas de diferentes portes empresariais, conforme mencionado pelo Alexandre Annenberg. Por favor.

Então, com essa indicação da CP 31 de reduzir em 75% o espectro do MMDS, atribuindo à SMP, a ANATEL insinua que esse serviço deve ser o principal meio de oferta de banda larga para a população brasileira. Não vou nem generalizar, tá, gente? Então, a ANATEL, mas isso é o que a CP 31 insinua, na nossa opinião. Pode passar, por favor.

Caso isso prevaleça, será o fim do MMDS no Brasil, o fim de uma importante alternativa de competição, na banda larga, no entretenimento, ou seja, em serviços convergentes.

Como mensagem final, o Governo quer competição e a rápida oferta de serviço, basta ler Plano Nacional de Banda Larga e discussão entre Casa Civil, Ministério, Poder Legislativo, Executivo, todos. A ANATEL, com certeza, deve desejar a plena oferta desses serviços e também a competição. Os operadores, por outro lado, também desejam realizar oferta de serviços e competir. Por favor.

E um setor está parado pela lentidão em definição da agência regulatória. Entendemos as burocracias, os aspectos legais, mas os operadores não podem ser penalizados por isso, gente! A gente precisa definir essa questão, para que deixemos as empresas fazerem investimentos, e eu garanto para vocês: estão todas preparadas, quase todas devidamente capitalizadas, para ofertar banda larga, e poderiam estar fazendo isso desde 2006.

É o que diz essa última mensagem. Mais um. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu agradeço ao Sr. Carlos André Lins de Albuquerque, presidente da Associação de Operadoras de MMDS. E passo a palavra ao Sr. Luiz de Melo Júnior, Presidente da Associação Nacional das Operadoras de Celular, ACEL.

SR. LUIZ DE MELO JÚNIOR: Ainda não ativaram. Alô, alô. Quer ativar o...? Bom dia a todos. Senador Antonio Carlos Júnior, Senador Roberto Cavalcanti, gostaríamos de agradecer e determinar companheiros da mesa. Gostaríamos de agradecer, em nome da ACEL, a possibilidade de participação nesta Audiência Pública. E vamos fazer a apresentação em nome da ACEL. Por favor.

Nós temos aqui o Brasil, o espectro de telefonia móvel no Brasil e no mundo. O Brasil está abaixo da média de espectro de muitos países. Nós temos, aqui, qualidade de espectro, para a França, 138,5, por operadora; nós temos Dinamarca, 118,5 megahertz; temos o Brasil com 54,6 megahertz; está abaixo da média dos Estados Unidos e da Europa, que é 96,2 megahertz.

O espectro atual para SMP é insuficiente. No Brasil, o SMP dispõe de um total de 340 megahertz de espectro pareado e de 15 megahertz de espectro não pareado.

Atender a 176 milhões de usuários ou 91,3% da população é a estimativa da ANATEL para janeiro de 2010; foi. Estudos realizados pela ANATEL concluíram, com base nos fatores indicados pela UIT, que, até 2020, o Brasil precisará destinar 1.180 megahertz para SMP, a fim de acomodar todo o tráfego de dados transmitidos por redes móveis.

O tráfego de dados das redes móveis, ele não está restrito à voz, ele não está restrito a *smartphones*, nós temos mini-*modens* que são acoplados aos computadores, que estão, realmente, hoje, dando a possibilidade de muitas pessoas se conectaram à internet ou à banda larga.

Estima-se para mais 825 megahertz para SMP, nos próximos 12 anos. De onde eles sairão? 2,5 gigahertz, é essencial que sejam destinados os 140 megahertz, como previsto na consulta pública, para o SMP.

Aqui, nós temos a projeção de crescimento de telefonia móvel. Nós temos aqui a previsão da ANATEL de 175 milhões, em 2011; em janeiro de 2010, nós já atingimos essa marca. Então, o crescimento é muito grande. Então, a previsão de acesso à banda larga também está aumentando estrondosamente.

Então, para 2018, nós estamos previstos aqui para... Acabou a bateria. Estão previstos aqui 250 milhões de usuário. Então, o crescimento é imenso, então, existe uma necessidade muito grande dessas frequências para disponibilizar para o SMP. Próximo.

Aqui, nós temos um gráfico, que também demonstra, isso é projeção da UIT, projeção para o Brasil e a projeção do que está disponibilizado. Então, significa um déficit de espectro de 222 a 882 megahertz, em 2020.

Nós temos uma notícia, veiculada ontem, o Brasil econômico, gargalo visível no horizonte, rede de telefonia de terceira geração está á beira de um colapso. Isso são fabricantes que são prevendo que a quantidade de dados transmitidos na rede tenha um crescimento tão grande que vai possibilitar o gargalo.

Nos Estados Unidos, já houve e na Inglaterra também já houve esse gargalo. Então, aqui também pode haver, caso a gente não tenha frequência suficiente. Próximo.

Comparação de mercados, o tamanho do mercado do MMDS *versus* SMP. Nós temos aqui o crescimento do SMP. De janeiro até dezembro, nós crescemos 22 milhões de usuários. O SMP saiu de 400 mil usuários para 360. Então, nós temos aqui dois assinantes em

MMDS, a cada mil assinantes de SMP. Dá para comparar facilmente quem precisa de mais frequência.

Os investimentos da telefonia móvel no Brasil estão variando de quatro a seis bilhões por ano. O ano passado, foram 8,4 bilhões. Temos 66,6 bilhões investidos de 2000 a 2009. Próximo, por favor.

Comparação entre o investimento da telefonia móvel no Brasil com outros setores. O STFC investiu 70 bilhões; o SMP investiu 58,2 bilhões. Outro setor muito é o automobilístico, 52,1 bilhões; siderurgia, 29,4 bilhões; eletroeletrônicos, 26,2 bilhões. Então, dá para perceber qual é o grau e o comprometimento das operadoras do serviço móvel com o Brasil.

A margem EBITDA das operadoras, todo o lucro das operadoras que está sendo, que elas tiveram de 2000 e a 2009, praticamente foram todos investidos no próprio Brasil. Nós temos aqui 72,1 bilhões de EBITDA, e investimos 66,6 bilhões. Então, dá para perceber que as operadoras móveis têm capital e têm intenção de investir sempre no Brasil.

Comparando aqui o EBITDA do Brasil com outros países, nós vemos aqui que apenas quatro ou cinco outros países têm menor EBITDA que o Brasil. O que o significa isso? Significa que as operadoras móveis não têm aquele lucro que todo mundo pensa que tem, em relação a outros países. O próximo.

Quais os benefícios da atribuição do espectro para o SMP, com base na opção 1 da UIT, que é a opção da ANATEL para 2015? Ganho de escala global, avanço tecnológico no país, capacidade de atendimento a metas ambiciosas, propostas pela ANATEL no PGR, uso eficiente do espectro, grupos fortes do SMP, capazes de explorar a frequência de forma a maximizar o benefício para os usuários.

Aqui nós temos benefícios para a sociedade dos investimentos que são feitos. Eu vou centrar aqui no impacto do crescimento do PIB. Aumento de 1% na penetração da telefonia móvel celular leva à taxa de crescimento de 0,6% do PIB. Então, isso demonstra o que as operadoras móveis estão fazendo para o país. Próximo, por favor.

Quais os riscos de não alinhamento com o mundo? O mundo está indo para o LTE, para a 4G. Então, a possibilidade de as operadores terem essa frequência pode, se perderem, ocasionar a perda de escala global, custo de equipamentos mais altos, encarecimento do serviço ao consumidor final, uso ineficiente do espectro radioelétrico, dada a presença de várias bandas de guarda, falta de oferta de espectro para oferecer banda larga para atender a demanda projetada pela ANATEL, bem como as metas conhecidas do Plano Nacional de Banda Larga, desestímulo a futuros investimentos pelas prestadoras do SMP. Próximo, por favor.

E nós temos, aqui, ainda outro fator que pode diminuir a capacidade dos atuais prestadores de serviço móvel celular de conseguir frequências. Está em andamento a Consulta Pública 51, de 2009, da ANATEL, que ela restringe a participação isonômica dos atuais prestadores do serviço da SMP. Por quê? Porque está prevista pela ANATEL a entrada de um novo... Hoje, nós temos quatro concorrentes por área, está prevista a ANATEL, a entrada da ANATEL, por mais um concorrente, que seria o quinto da telefonia móvel celular. Próximo, por favor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Obrigado, Sr. Luiz de Mello Júnior, Presidente da Associação Nacional das Operadoras de Celular.

E, agora, eu passo a palavra ao Sr. João Reino, vice-presidente do Conselho de Administração da ACOM Comunicações, operadora de MMDS.

SR. JOÃO REINO: Bom dia a todos. Presidente da Mesa, Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, Senador Roberto Cavalcanti, demais membros, Conselheiro Jarbas Valente e demais membros da mesa.

Eu estou aqui, ouvi as apresentações anteriores, algumas muito técnicas. Para mim é mais fácil falar, porque eu sou um operador, sou um operador independente, um operador que vocês vão ver que concorremos aos editais públicos. Esses editais nos ofereciam uma promessa de desenvolvimento, cumprimos nossa obrigação, cumprimos nossa obrigação tecnológica, começamos os digitais desde o início, e, na verdade, somos confrontados com intromissões(F) e com consultas, com uma consulta pública, agora, a 31, que realmente, na verdade, ela mata o MMDS, não é?

O que eu posso entender é que realmente o *lobby* dos celulares é muito maior do que o nosso, não é? Mas vamos passar à minha apresentação.

Então, essa é nossa área de atuação. O Brasil realmente é muito grande e o Brasil não é só Rio e São Paulo, o Brasil tem suas características locais, onde cada um tem suas necessidades. Vamos lá, pode continuar.

Então, nós temos 14 licenças, adquiridas em edital público, temos instalações técnicas e comerciais em cada região, o que é muito levado em conta nas regiões onde nós estamos, porque realmente o cliente, o usuário, ele nos vê na região.

Temos, desde o início, nós começamos as digitais, em 2000, e, portanto, o gargalo do espectro, o gargalo da competição dos 33 canais para nós começou diferente, nós poderíamos oferecer realmente uma oferta competitiva de serviços de TV por assinatura, com mais de 100 canais, e internet. Nós encaramos que estava no edital assim que realmente o MMDS era

uma oferta de multisserviços, e a ANATEL, inclusive, recebe os impostos necessários e obrigatórios desses multisserviços.

Oferecemos mais de 100 canais de TV e áudio, temos apoio nos locais para oferecer TV local, ou seja, temos parcerias locais com operadores locais que oferecem seus canais locais, que criam seus canais locais. Temos Internet. Eu digo para vocês que, em algumas regiões, nós somos a única opção de internet, por essa abrangência que o MMDS tem. Nós oferecemos mais de 100 mil serviços, e eu já ouvi aqui um número, aqui, que eu achei engraçado. Como é que se pode comparar um terminal móvel com um o nosso, não é?

Hoje em dia, cada um tem dois telefones, três telefones, às vezes, alguns que estão lá em casa, que a gente nem usa, isso faz parte dos 180 milhões de terminais móveis. No nosso caso, nós estamos na casa do cliente. Então, quando se fala em 300 mil, 400 mil assinantes, tem que multiplicar por 3,5, quatro, que é o número de pessoas que mora em cada residência.

Então, na verdade, nós, a ACOM, atingimos no mínimo 400 mil pessoas. Temos mais de 700 postos de trabalho e mais de 300 milhões de reais investidos, ao longo desses últimos dez anos.

O setor vive permanente instabilidade, desde 2005. A ANATEL, com todas as suas dificuldades em decidir, realmente, tem retardado bastante essa linha de decisão. A CP 31, ela, da forma como foi colocada, ela inviabiliza uma operação de MMDS e, portanto, passou a congelar, desde o momento em que ela foi colocada, os investimentos; desde que surgiram as dificuldades em financiamentos, parcerias, em novos investimentos. E uma realidade é que, vez que a CP 31 foi colocada, nós perdemos 300 postos de trabalho só na ACOM.

Na verdade, pela inviabilidade da operação, pela inviabilidade de continuar ou por desimpedimento ou por demissão das próprias pessoas, nós perdemos 300 postos de trabalho.

Nossa principal questão é esta: a União quer diminuir a concorrência de telecomunicações? Quando o MMDS é realmente uma operação que pode ser colocada por operadores independentes, regionais, por que impedir o desenvolvimento de banda larga desses operadores, se nós somos uma alternativa real à implantação de banda larga nas nossas operações?

Se a ANATEL realmente vê que é um desperdício usar o 2,5 em TV, por que não nos libera para fazer só banda larga, por que não nos libera só para fazer WiMax? Nós temos um relacionamento muito forte com a CPqD e com a WxBr e estamos há três anos com investimentos preparados para implantar o WiMax, e não podemos implantar, porque não temos autorização.

Então, o que nós esperamos? A liberação imediata para fazer banda larga, inclusão digital.

Aquilo ali, uma questão rápida, o que é o MMDS. Para nós, o MMDS, desde o início, desde o edital, está lá no edital, eram 15 anos e mais 15 anos de multisserviços. E, se não for assim, que realmente haja regras, e a indenização está prevista na Constituição Federal. Nós acreditamos, o país é um país, até que é um Estado de direito, e, portanto, acreditamos na Justiça.

Então, realmente, se não for assim, se a ANATEL entender que realmente o serviço pode ser colocado num outro operador, que haja uma previsão efetiva para uma indenização, que nunca foi falado.

Então, essa realmente era minha questão. Nós estamos sofrendo muito, estamos há dois anos realmente com essa instabilidade da empresa, ela sofre. Ela tem postos de trabalho em todo o Brasil; o Brasil tem várias necessidades nas suas regiões; os brasileiros de todo o Brasil têm as mesmas esperanças e as mesmas necessidades dos brasileiros de São Paulo.

Então, nós achamos que realmente o MMDS é uma grande oferta que se pode colocar à disposição do povo brasileiro. E a CP 31 mata qualquer possibilidade, porque 50 megahertz para fazer vídeo, somente vídeo, é impossível.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu agradeço ao Sr. João Reino, vice-presidente do Conselho da ACOM. E passo a palavra ao Sr. Ricardo Tavares, vice-presidente sênior da Associação GSM-GSMA.

SR. RICARDO TAVARES: Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Júnior. Obrigado pelo convite e obrigado também por continuar o debate bastante franco e aberto sobre a questão de espectros no Brasil e sobre a banda de 2,5, em particular. Eu quero cumprimentar meus colegas da mesa e da Audiência.

Como último palestrante, eu tenho que definir muito bem o que eu quero falar, para não ser repetitivo, e eu decidir focar minha apresentação, como representante de uma entidade global, a Associação GSMA, nos aspectos internacionais do desenvolvimento da banda de 2,5. Próximo *slide*.

Bom, a GSMA é uma entidade global, que representa cerca de 750 operadoras e mais de 200 fornecedores de equipamentos, aplicativos e outros. Nós respondemos por cerca de quatro bilhões de conexões móveis no mundo e temos um compromisso de inovar, incubar e continuar desenvolvendo a indústria. Próximo.

Bom, a realidade que nós vivemos hoje é que levou-se 120 anos para nós chegarmos a 1,3 bilhão

de linhas fixas no mundo, com 10% de penetração na população mundial e com 400 milhões de conexões de banda larga fixa.

Nós levemos 20 anos para chegarmos a quase quatro bilhões e meio de conexões móveis, com 65% da população mundial conectada e com apenas oito anos de operação de banda larga pela rede de telefonia móvel, a mais de 40 milhões de conexões de banda larga.

Está claro que esse instrumento, a rede móvel, é um instrumento único, é uma indústria muito particular, que tem uma capacidade de impactar a sociedade muito poderosa. Próximo.

Bom, faixa de 2,5, nós contratamos uma consultoria, recentemente, para fazer um estudo global sobre a banda de 2,5, que concluiu que a opção 1 da UIT é fundamental para que nós possamos continuar fazendo o que é realmente o segredo da telefonia móvel, que é a escala global. Nós temos, hoje, um terminal como esse ou mesmo um terminal mais simples do que esse, tem mais tecnologia do que o que levou o homem à Lua.

E nós conseguimos fazer isso por preços de até 50 reais, porque nós temos escala global nessa indústria. Para ter escala global, nós precisamos de coordenação global de bandas de frequência. E por isso é que a União Internacional de Telecomunicações fornece esse elemento fundamental, esse sinal fundamental para todos os países, de que a garantia dessa coordenação é importante.

Outro aspecto fundamental é que a banda de 2,5, que nós vamos ter um *slide* daqui a pouco para discutir um pouco melhor, ela é a única oportunidade que nós temos no Brasil, nos próximos cinco anos, de ter espectro adicional para a banda larga móvel, ela é a única oportunidade que nós temos de ter como as tecnológicas de 4G vão funcionar melhor, que é com o mínimo de duas vezes 20 megahertz.

Então, esse relatório está à disposição, no nosso *site*, e ele é bastante útil para a gente entender o cenário internacional. Próximo *slide*.

Bom, eu queria ver se alguém poderia... Está aqui o... Bom, isso aqui é o que nós estamos discutindo, quer dizer, a opção 1 da UIT, o que sugere é que essa banda de 190 megahertz, que é um latifúndio, se nós pensarmos, hoje, a média por operadora, no Brasil, hoje, é 55 megahertz, o limite que a ANATEL permite, hoje, para uma só operadora ter no país é 80 megahertz, e essa banda, hoje, permite que uma operadora de MMDS, hoje, na conjuntura atual, tenha 190 megahertz. Então, isso é um latifúndio no mundo em que a gente vive, que depende de espectro radioelétrico.

Então, o que a UIT propõe? Que haja banda pareada, quer dizer, aqui, é o *uplink*, que é o *link* que vai do usuário para a estação de base, para a torre, e, aqui, da torre para o usuário, seja feito com duas vezes 70. Nessas duas vezes 70, nós estamos propondo dividir isso para quatro operadoras; 20 aqui e 20 aqui; 20 aqui e 20 aqui; e uma operadora com dez e dez. E estamos propondo que, no Brasil, isso seja leiloado a preço, quer dizer, não como foram concedidas as licenças de MMDS, há um lição para a gente aprender aí. As licenças de MMDS foram concedidas com um custo mínimo, e, na verdade, as pessoas que passaram a controlar essas licenças fizeram muito pouco com elas, em dez anos, como nós vimos. Nós temos 360 mil residências conectadas hoje, mesmo utilizando a sugestão do meu colega da ACOM, atinge-se um milhão de pessoas, mesmo considerando 3,5 a quatro pessoas, enquanto a telefonia móvel chega a atingir quase, quer dizer, a totalidade da população, hoje.

E, aqui, está a parte TDD, que tem várias tecnologias que vão competir aqui. E em TDD, basicamente, é o seguinte, em vez da comunicação... Aqui no *uplink*, quando eu estou falando ou eu estou mandando um e-mail, eu utilizo esse *link*, quando eu estou baixando um *site*, eu utilizo esse *link*, quando eu estou falando, eu utilizo esse *link*, quando eu estou ouvindo, eu utilizo esse *link*; e aqui no TDD, você utiliza esses *links* ao mesmo tempo, no mesmo espaço da frequência, e a divisão é por tempo. É divisão por tempo, aqui. Então, são maneiras diferentes.

Aqui, você utiliza, uma boa metáfora é quando você está numa estrada, você tem uma mão, e eu tenho a contramão. Quer dizer, isso ajuda você a organizar o tráfego, isso organiza o tráfego, isso permite maior raio de cobertura e maior qualidade. E aqui você também pode ter a mesma qualidade, com tecnologias diferentes. Se as operadoras móveis vão utilizar tecnologias FTDD e TDD.

Agora, por que a gente precisa dessa divisão particular? Porque, se nós não tivermos isso estruturado, nós vamos ter um nível de interferência que nós vamos ter bandas de guardas aqui, aqui, que nós vamos começar a perder espectro, e espectro é precioso. E essa banda de 2,5 é a única banda disponível no Brasil, nos próximos cinco, seis, sete, oito, anos, e ela é também uma das poucas bandas que é alta o suficiente, mas também não é tão alta, porque, se a banda é muito alta, se torna economicamente inviável, porque, quanto mais baixa a banda, mais cobertura, 850, 1.800, 2,1, que onde a de 3G está hoje no Brasil, 2.5. Quando você vai para 3,5, você já está aqui, quer dizer, então, o investimento de capital para construir

ERBs é muito alto, e você praticamente inviabiliza o caso de negócio de prover novos serviços.

Então, essa estrutura é muito importante. Também é importante por quê? Isso é escala global; se nós tivermos aqui, mesmo 60 megahertz, aqui, no centro, significa que o equipamento usado na Índia, que o equipamento usado nos Estados Unidos, que o equipamento usado na França, que o equipamento usado na Indonésia não vai poder ser utilizado no Brasil, com o mesmo desenho, nós vamos precisar customizar o equipamento para o Brasil. Ao customizar para o Brasil, nosso custo vai lá para baixo, e isso diminui a capacidade de universalizar a banda larga no país. Por isso nós precisamos dessa estrutura, isso não é uma questão que se possa ser modificada, em termos do Brasil, perseguindo o alinhamento global, perseguindo os baixos custos. Próximo *slide*.

Bom, essa banda, ela já está sendo ofertada em vários mercados. E aqui eu vou aproveitar para corrigir meu grande colega e amigo da ABTA, o Alexandre Annenberg, que, na verdade, nos Estados Unidos, essa banda está sendo utilizada, a Sprint Clearwire criou uma rede nacional de WiMax, com 30 megahertz. Com apenas 30 megahertz, eles montaram uma rede nacional nos Estados Unidos, que está sendo muito interessante para o mercado americano, está criando competição, está oferecendo novos serviços, com 30 megahertz, com apenas 30 megahertz; é o que a Sprint Clearwire utiliza hoje nos Estados Unidos.

No México, o regulador mexicano acabou de comunicar a Multivision, que é a operadora de MMDS de lá, como a nosso aqui, nossas aqui, que têm 190 megahertz, que não vai renovar sua licença. E, no Canadá, o regulador também está discutindo o que vai ser feito com essa banda. Então, nos países onde há MMDS, todo mundo está rediscutindo [soa a campainha] essa banda, e nós já tivemos leilões na em Hong Kong, Noruega, Finlândia, Cingapura e Suécia. Próximo *slide*, por favor.

Muito interessante o que aconteceu nesses leilões, porque, nesses leilões, é quando o mercado comunica para as autoridades governamentais qual seu apetite, qual o valor que está atribuindo ao espectro. Evidentemente que esse espectro não tem o mesmo valor que a banda de 3G ou quando você introduz a segunda operadora, como no caso da banda B no Brasil, ele tem um valor mais baixo.

Existe, na indústria, uma maneira de calcular valor, que você utiliza o valor por megahertz, por um megahertz, por uma unidade da população.

E que o aconteceram nesses leilões? Em Hong Kong, que foi o leilão mais recente, havia os 50 megahertz no meio, dentro da opção 1, esse era o preço mínimo, só que ninguém comprou; Hong Kong é um dos mercados vai competitivos do mundo e é um dos mercados que mais favorece inovação rápida, eles introduzem inovações muito rapidamente, e ninguém comprou o espectro de TDD. Esse foi o valor... O espectro de FDD em Hong Kong teve o maior valor de mercado até agora, nos leilões que nós temos os dados.

Na Suécia, que foi o leilão anterior a Hong Kong, nós tivemos, esse foi o valor do espectro do TDD e esse foi o valor do espectro FDD. Então, do ponto de vista, no Brasil, de o Governo atribuir o valor real de mercado ao espectro e ter custos para a aquisição e utilização do espectro, está bem claro qual é a tendência mundial, que certamente vai ser observada aqui no Brasil também, e os outros casos estão bem claros nesse *slide,* na cópia que vocês têm. Próximo *slide*.

Bom, que o é o LTE? O LTE é uma tecnologia de 4G, ela utiliza uma tecnologia de transmissão de dados diferente das anteriores, que é muito mais eficiente. Ela é desenhada para ser utilizada em todo o mundo. Ela é bastante simples, no seu desenho. Tem uma enorme capacidade, mas uma simplicidade de desenho muito grande, e ela é desenhada para usar o espectro da maneira mais eficiente.

Por que as operadoras móveis tem interesse no LTE? Em primeiro lugar, porque, com 3G, o tráfego de dados está realmente crescendo significativamente. Nós vamos discutir no próximo *slide* por que, mas existe uma demanda enorme de dados. E o que acontece? Como o espectro é caro para a operadora, é um dos custos que ela tem, as operadoras querem utilizar o espectro cada vez mais eficientemente, para promover o atendimento a esse volume de dados alto que está entrando nas redes.

Então, o LTE, ele surge como uma evolução natural, e ele vai acontecer mais rápido do que a transição de 2G para 3G, porque a maneira economicamente eficiente de utilizar, de lidar com esse tráfego de dados é até uma tecnologia mais eficiente.

E isso meu colega Luiz Melo, da ACEL, mostrou claramente como que essa indústria tem que investir. Porque, para essa indústria entrar no mercado de dados, ela vai ter que investir praticamente todo o seu lucro nos próximos sete anos.

Essa indústria de capital mais intensivo, comparado com a siderurgia, com a indústria automobilística, com a indústria de equipamentos eletrônicos, é capital intensivo, e a ideia de que você tem sete anos para recuperar não válida, porque, na verdade, os ciclos de renovação tecnológica estão se tornando mais curtos. As operadoras, no Brasil, utilizaram CDMA ou DTMA, passaram para o GSM, passaram para o 3G e vão passar para o LTE.

Então, essa é uma indústria de capital intensivo. E, ao mesmo tempo, no Brasil, ela é uma indústria muito competitiva, nós temos quatro a cinco operadoras; não há segmento do mercado de telecomunicações que tenha quatro a cinco competidores em cada mercado regional. E por isso o LTE, o LTE entra para satisfazer essa demanda de dados.

E a questão da economia de escala. Nós fazemos esse esforço de coordenação de banda de espectro mundial exatamente porque é a única maneira que você tem de ter uma indústria que penetra 100% da população; 100% da população mundial vai ter acesso, por quê? Porque nós temos essa coordenação de espectro, porque a ANATEL, no Brasil, tem feito um excelente trabalho, ao longo dos últimos anos, garantindo bandas globais para o Brasil, que baixam os custos e aumentam a penetração. Próximo *slide*.

Bom, o que está acontecendo no LTE? Exatamente na banda de 2,5 nós tivemos o lançamento, em dezembro do ano passado, da [ininteligível], que eles lançaram na Suécia e estão lançando agora na Noruega e estão lançando, proximamente, também, na Finlândia, nos países nórdicos, todos eles com o 4G operando nessa banda do Brasil. Próximo *slide*.

Nós temos 15 lançamentos esse ano, nós temos lançamentos, vários lançamentos nos Estados Unidos, na banda de 2,5 e também na banda de 700 megahertz, nós temos lançamentos na China, com o LTE, TDD [soa a campainha], nós temos no Oriente Médio, em todas as regiões do mundo. Existem já 50 novos acordos comerciais de equipamentos de LTE em 28 países, esses 50 lançamentos esse ano. Próximo.

E não existe jogo de soma zero, aqui, ninguém está querendo matar ninguém. Nós só estamos querendo impedir que haja realmente um crime contra a política de espectro no Brasil, que é uma operadora controlar 190 megahertz. Nós estamos querendo reformatar a banda para a padrões mundiais e ter pelo menos cinco operadoras na banda. Porque, no Brasil, em alguns países, nos Estados Unidos, especialmente, onde essa banda de 2,5 é controladora por uma operadora, nos Estados Unidos, cada operadora controla uma banda praticamente. Na banda de 800, são duas; na banda de 1.900 é uma; e na banda de 2,5 é uma.

Esse não é um modelo que foi escolhido pelo Brasil, nós escolhemos o modelo de que, em cada banda, tem competição, essa tem sido a lógica do regulador brasileiro, e é isso que nós estamos propondo para a banda de 2,5, que é isso que a CP 31 propõe para a sociedade brasileira, que a competição se dá por banda.

E vai haver integrações de convergência de serviços, mas, na verdade, vamos pensar direitinho. Esse mercado de MMDS está se consolidando rapidamente. A CP 31, de certa maneira, diminuiu a velocidade das aquisições, mas esse mercado vai ser consolidado. É importante ter licenças regionais, que você permite aos grupos regionais ter uma participação no setor, mas essa indústria é impiedosa, ela é de capital intensivo, o mercado se consolida, porque é a maneira que ele tem de continuar investindo com algum lucro.

Então, essa ideia de que alguém está matando alguém é inverdade, nós, na verdade, queremos que o mercado de banda larga móvel, na banda de 2,5, deslanche. Eu acho que a CP 31, quando ela for votada pelo Conselho da ANATEL, ela vai permitir isso, porque ela vai eliminar a incerteza dos 50 megahertz no centro da banda, para o pessoal do MMDS fazer que o eles estão dizendo na imprensa que eles vão fazer, como o meu colega da ACOM disse que ele vai fazer, que ele vai fazer o WiMax.

Na verdade, a digitalização do MMDS não tem escala, nem nacional, nem global, economicamente, esse negócio não vai funcionar, como não funcionou para eles, nos últimos dez anos. Então, na verdade, o que a ANATEL está propondo permite que todo mundo vá para frente; agora, para ir para frente, é preciso reestruturar a banda, garantir que haja competição dentro dessa banda, permitir que o pessoal que está no MMDS faça o que eles querem, vão para a TDD, mas, se a Sprint montou com a Clearwire um negócio nacional nos Estados Unidos, que é um país tão grande, continentalmente, quanto o nosso, com 30 megahertz, eu não sei por que eles não estão satisfeitos com 50 megahertz. Porque as operadoras de WiMax que têm mais espectro no mundo têm menos de 50 megahertz. Próximo *slide*.

E o que está acontecendo? Quer dizer, qual é? Pode apertar o botão *slide* completo. Isso.

Bom, o primeiro torpedo foi enviado em 92, hoje, nós temos sete bilhões de torpedos, mais do que a população do mundo por ano. Tem 400 bilhões de pessoas no Facebook, 100 milhões delas, estão usando o Facebook pelo telefone celular. Se baixa, por ano, no ano passado, 2,6 bilhões de aplicativos nos celulares. A cada três segundos, uma pessoa compra um terminal conectado à internet, que não é só o *smartphone,* que é esse, que é o *modem* também, que eu utilizo com grande frequência.

E, no Brasil, nós temos já três milhões de pessoas tendo acesso à banda larga pelo *modem*. Nós temos, isso é cerca de 25% de todo o acesso à banda larga no país, acima de 256 kbps, e isso com dois anos de operação de 3G. Evidentemente que está claro a demanda de espectro que nós vamos precisar.

Por ano, se vende no mundo um bilhão de celulares, não tem nenhum produto como esse, porque a escala disso aqui é global, porque utiliza as mesmas bandas de espectro que nos importantes países. Então, o custo pode baixar e vai continuar baixando, porque, quanto mais escala, preço mais baixo.

Bom, é por isso que a indústria de telefonia móvel, que é uma indústria competitiva, que é uma indústria que investe, que é uma indústria que beneficia a economia no Brasil, vem aqui à Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado manifestar sua posição de apoio à proposta da ANATEL. Nós gostaríamos que as coisas acontecessem mais rápido, e, para os colegas do MMDS, é importante que aconteçam mais rápido também.

Nós temos aí a Copa do Mundo vindo, em que nós vamos ter cerca de pelo menos um milhão de visitantes no país, e, principalmente, nossos colegas da imprensa, que estão aqui neste auditório, é importante o uso mais intenso de dados na Copa do Mundo, geralmente acontece nas salas de imprensa. Nossos visitantes do exterior, seus colegas jornalistas do exterior, vão vir com um *modem* de LTE nos computadores, *laptop*s deles ou com um *pen-drive* como esse.

E nós queremos, na Copa do Mundo de 2014, que eles possamos dizer que o Brasil está com a tecnologia atualizada com a tecnologia mundial, que eles puderam mandar suas matérias na hora, que eles puderam mandar suas fotografias, seus vídeos, usando o LTE no Brasil, em 2014, na Copa do Mundo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu agradeço ao Sr. Ricardo Tavares, vice-presidente da Associação de GSM. E eu vou passar a pergunta dos senadores, do Senador Roberto Cavalcanti, e, posteriormente, nós vamos fazer um debate entre os membros da mesa.

Então, primeiro, a pergunta dos senadores. O Senador Roberto Cavalcanti com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Bom dia a todos. Como sempre, toda Audiência Pública é enriquecedora, eu parabenizo o Senador Antonio Carlos pela iniciativa, é um tema de extrema importância para o Brasil. Cumprimento a todos os palestrantes, fiz as anotações aqui devidas de cada um. Exatamente fica bastante claro o posicionamento de cada um, no tocante ao setor que defendem. Parabenizo a todos pelas suas abordagens.

Mas, na verdade, gostaria de fazer, assim, um alerta. O Brasil, hoje, discute o Pré-sal de forma exaustiva, e isso atingirá financeiramente os estados brasileiros, a partilha daquelas riquezas brasileiras, que, sem dúvida, haverá de mudar a forma atual para uma forma de consenso, que atenda aos interesses de todos.

Eu comparei com o Pré-Sal, porque o Pré-Sal, hoje, está em todos os jornais, em todas as mídias, é o tema do momento. Fora assuntos como eventuais enchentes ou julgamentos de crimes, é a matéria do dia, mas a matéria do momento brasileiro é o Pré-Sal.

Quando, na verdade, a matéria do momento no Brasil deveria ser uma coisa chamada "operação banda larga". Eu chamei "operação banda larga", de forma pejorativa, de propósito. Eu acho que o Brasil não se apercebe, mas existe uma megaoperação brasileira, talvez não comandada dentro do próprio Brasil, para que a banda larga seja ocupada de forma estratégica, porque, tanto quanto o Pré-Sal, essa banda larga é uma saída de futuro, é uma saída de números assustadores.

Vamos dizer, o que está em jogo, os recursos que estarão em jogo, nos faturamentos e as disponibilidades, elas fazem os homens mais ricos do mundo. Não é à toa que, hoje, o Brasil é foco dessa ocupação banda larga. A ocupação banda larga se dá em dois campos: na móvel e na a cabo. No a cabo, nós temos visto, Senador Antonio Carlos, nós temos visto na mídia, constantemente, um debate de como partilhar isso. Não é à toa que se percebe o combate a um eventual ressurgimento da Telebrás.

Eu não estou falando de Telebrás no sentido de privatização, não privatização, governo "x", governo "y", eu estou falando em termos de quem vai abocanhar o que já está construído no Brasil, que são mais de 16 mil quilômetros de linhas de fibras óticas, para operar a banda larga fixa.

Por outro lado, nós assistimos, na banda larga móvel, à operação banda larga móvel, que é exatamente o espectro 2.500 a 2.690. Eu estranho que... Eu faço parte, Senador Antonio Carlos, da base de apoio ao governo e recebo da liderança algumas informações. Eu reputo que essas informações que eu recebo tenham credibilidade de terem sido feitas por pessoas que, de forma direta ou indireta, elas atuam em nível de governo atual. Eu digo governo atual, governo político.

A informação que eu recebo da liderança do governo é que a própria ANATEL não tem um posicionamento sobre esse tema que nós estamos aqui discutindo. A diretoria da Agência vem discutindo essa questão, e ainda não conseguiu chegar a um consenso. Isso se contrapõe ao depoimento do último palestrante, dizendo que parabeniza, o Dr. Ricardo Tavares, na qual ele parabeniza a ANATEL pela iniciativa e diz que a ANATEL está corretíssima de fazer isso, quando, na verdade, eu não sei o quê a ANATEL pensa, porque o que eu recebo por escrito é que a ANATEL soltou um consulta, no sentido de, como o próprio nome diz,

consultar e se debater sobre a tema, quando, na verdade, se apegando à simples condição de a ANATEL ter lançado uma consulta pública para debater o tema, o grupo que monopoliza a telefonia celular, ela utiliza-se do instrumento de fazer com que a consulta pública já seja um posicionamento da ANATEL.

Então, a mim, como senador da base de governo, eu quero saber o que a ANATEL pensa. Se a ANATEL pensa o que os operadores de telefonia celular dizem que a ANATEL pensa, em função de ter lançado essa Consulta Pública nº. 31, ou se a consulta pública vem ser lançada exatamente para nós chegarmos a um consenso.

O perigo que eu acho, em termos de Brasil, falo como cidadão, não falo como senador, é que, sem dúvida, existe uma megaoperação de ocupação, neste momento, das bandas largas, quer seja fixa, quer celular.

Então, é extremamente salutar esse debate, é uma sorte nós estarmos sendo transmitidos aí via TV Senado, porque vai atingir um número maior, inclusive de senadores que, por razões diversas, não estão presentes aqui nesta Sessão, mas eu acho esta Sessão muito mais importante do que sessões que aqui estão repletas de senadores, mas que vão debater simplesmente uma queda de braço entre candidatura "x", candidatura "y", CPI "x", CPI "y".

Nós aqui estamos debatendo um assunto de extrema gravidade, de extrema estratégia para o futuro do país, para o futuro das comunicações. Mexendo com educação, mexendo com saúde, mexendo com entretenimento, mexendo com a própria comunicação, de uma forma global.

Então, na verdade, eu preciso saber o que, na verdade, a ANATEL pensa, para poder nós termos sequência, porque esta faixa de 2.500 a 2.690, segundo informações captadas por mim, é considerada, assim, um filé no tocante ao espectro. Então, a quem nós vamos dar esse filé?

Nós vamos aceitar que é pacífico o ponto de que, na verdade, as operadoras de MMDS, elas vão ser tiradas das operações de comunicação no país? Nós vamos trabalharmos com SMP? Qual a estratégia brasileira, o que nós já temos implantado de MMDS vai ser abandonado? Os contratos vão ser supostamente cumpridos, mas, na verdade, tecnicamente, eles não vão ser viabilizados, porque a viabilização dos canais vai ser dada para outro grupo que opera outra linha de comunicação celular?

Eu estou esse impasse. Então, eu acho extremamente salutar esse debate, não estou me posicionando de forma por um lado "x" ou por um lado "y", porém alerto o país de que existe uma macromanobra para a ocupação da banda larga, quer seja móvel, quer seja fixa. Não é à toa que a grande imprensa bate em qualquer tentativa de se ressurgir, de se reativar a Telebrás.

Conversei com o Presidente da Telebrás, no meu gabinete, longamente, passei uma manhã conversando, fiquei enriquecido com a potencialidade da gestão da Telebrás, do presidente atual da Telebrás, que é oriundo da própria ANATEL.

Então, eu acho que é muito importante nós discutirmos esse tema com muita profundidade. Então, Senador Antonio Carlos Júnior, pela tradição política de V. Exa., pela responsabilidade pública que V. Exa. tem, inclusive de ser um dos senadores aqui que têm a oportunidade de se interessar pela área de comunicações, eu sugiro que nós tenhamos, por parte do Senado Federal, uma extrema responsabilidade no debate a esse tema que está em jogo.

E eu não tenho o que perguntar aos expositores, eu tenho que parabenizar, porque cada um defendeu seu pedaço, seu latifúndio, como diz a música, porém a pergunta vem específica à ANATEL. A ANATEL colocou esse edital no intuito de permitir que essas operadoras detenham esse espectro ou a ANATEL busca um consenso, busca a opinião, para poder então se posicionar?

Essa é minha pergunta básica. Muito obrigado. Desculpe o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Roberto Cavalcanti, foi muito oportuna sua colocação, porque sua pergunta vai iniciar o debate, porque nós vamos fazer o debate com cada um dos expositores tendo direito à palavra e começando na mesma ordem em que nós fizemos, aqui, a exposição inicial. Portanto, com a palavra Dr. Jarbas Valente, da ANATEL.

SR. JARBAS VALENTE: Obrigado, Presidente, Senador Antonio Carlos, Senador Roberto Cavalcanti. Gostaria de parabenizá-lo pela sua manifestação, bastante coerente, inteligente, deixa claro que o senhor percebeu exatamente o que está aqui se discutindo, não apenas nessa mesa, mas em termos de país.

Eu concordo plenamente com a comparação feita entre a indústria do petróleo, a questão do futuro do Pré-Sal, com a indústria de telecomunicações, olhando para o futuro, com a questão da devolução do serviço, da mudança do paradigma do passado de voz, para passar para a integração de dados, que é o futuro, que é banda larga, seja ela fixa, seja ela móvel.

Para nós, da ANATEL, isso é muito importante, não apenas como ANATEL, mas como cidadão brasileiro, de olhar para esse futuro e nos imaginarmos nesse futuro também como *player* desse mercado, como pes-

soas que possam vir ou indústrias ou empresas jogar nesse mercado, em igualdade de condições.

Logicamente, no passado, era difícil discutirmos e adentrarmos nesse mercado, porque nós não tínhamos escala, a gente tinha, em 97, 11 milhões de telefones fixos, 800 mil telefones móveis, não passava de talvez uns 600 mil acessos à TV por assinatura, mas, hoje, a realidade é outra. A realidade, hoje, o Brasil tem da ordem de 170 milhões de telefones móveis, 41 milhões de telefones fixos, 7,7 milhões de TV por assinatura.

Existe um mercado, um mercado já consolidado, temos escala e temos que olhar para frente, e olhar para frente passa pela questão de uma forma de uma visão extremamente estratégica do que deve ocorrer e dos interesses que estão em jogo nesse mundo.

Nós sabemos disso, e a proposta nossa, em discussão na ANATEL, é que, de alguma forma, o Brasil possa entrar disso também como produtor de tecnologia. Aquele que não entrar para um mercado desses, entrar apenas como consumidor e não buscar o desenvolvimento e capacitação está fadado a morrer e não ter o que deixar para nossos filhos e para nossos netos.

Então, é fundamental olharmos para esse futuro, e esse futuro eu queria até apresentar para o senador e para o Presidente, os demais presentes, num trabalho que nós desenvolvemos na ANATEL, chamamos Plano Atualização da Regulamentação, chama-se PGR, que o objetivo principal do PGR é a massificação que foi percebida da banda larga, seja ela fixa, seja ela móvel.

Isso logicamente fomentou e tem discussão, e, hoje, o Governo Federal está para lançar o Programa Nacional de Banda Larga, ou seja, espelhado, logicamente, em todo esse trabalho que está desenvolvido, nessa discussão, olhando para o futuro, do ponto de vista estratégico.

Quando nós falamos de ocupação de banda, quem deve, quem não deve ocupar, como deve ser a evolução, é importante olharmos o que queremos para essas bandas e olharmos como está comportando esse serviço, do ponto de vista de prestação de cada um deles, e o que deve ser feito para que... Devem ser preservados os contratos que foram assinados, as condições neles assinados, nos horizontes que estão, ao mesmo tempo, também, permitir que haja evolução para uso dessas faixas por todos. Isso é fundamental.

E, nesse trabalho que nós desenvolvemos, para o senhor ter ideia como é tal fácil comparar com o Pré-Sal, nossa previsão de investimento para atingirmos os números que eu vou aqui colocar, para 2018, é da ordem de 250 bilhões de reais de investimento. Não fica muito atrás do que está sendo previsto na indústria do petróleo, em qualquer outra indústria, para que chegue a banda larga, seja fixa, seja móvel, a cada lar brasileiro, a cada cidadão que possa dele vir a utilizar, porque o futuro é esse, nós não temos dúvida, a forma de como fazer, como chegar e em que tempo chegar.

Para o senhor ter ideia, no serviço móvel, a previsão da evolução do serviço, a gente está com 170 milhões, entre voz e dados, desses aí, dados já compõem 12 milhões de acesso, desses 12 milhões, da ordem de quatro milhões e meio são apenas de dados de alta velocidade, que são os *modens*. Somando esse total dos 12 milhões, com 170 milhões de voz, nós chegamos, hoje, a 182 milhões, e a previsão para 2018 é que o Brasil chegue a 270 milhões de usuários de serviço móvel, tanto em banda larga quanto em só para voz.

Só exclusivamente para banda larga, no móvel, deve sair hoje de 12 milhões para 140 milhões. É um número significativo, ou seja, a mudança é extraordinária, mas também isso ocorre nos demais serviços. Se olharmos também banda larga fixo, banda larga fixo, hoje, tem da ordem de 16 milhões de acesso. A previsão para 2018 é que nós cheguemos a 40 milhões. Ou seja, banda larga fixo tem diferença do móvel, que chega a 140, ele chega a 40, porque chega em cada lar brasileiro. Hoje, nós temos basicamente, em termos de telefonia fixa, 40 milhões de acesso, se considerarmos um número atual.

Então, nós vamos chegar ao que chegou-se historicamente com voz, com o mesmo número de banda larga fixo. No caso da TV por assinatura, a evolução prevista, hoje, nós temos 7,7 milhões de assinantes; desses, 4,4 milhões são da TV a cabo; 2,9 milhões, do DTH, que é por satélite; e 350 mil para o MMDS.

O que se discute no futuro e a previsão para a TV por assinatura para 2018 é chegarmos a 18 milhões de assinantes. Então, os números e os trabalhos desenvolvidos levam a exatamente ao que está previsto, em termos de necessidade de espectro, em termos de necessidade de crescimento, e envolve muito a questão do poder aquisitivo do povo brasileiro.

Então, se olharmos a questão da TV por assinatura, não passa apenas pela infraestrutura, de termos a disponibilidade ou não da radiofrequência, passa também pela questão da forma como é explorado o serviço hoje, do custo da programação, que a gente sabe que é difícil adentrar nas camadas mais baixas da sociedade. Precisa mudar, então, essa concepção.

Se vamos olhar para o futuro, tanto que olhar para o futuro, olhando as bandas, como essas bandas poderão ser utilizadas, utilizadas por serviço de banda

larga fixa e móvel, como, na pergunta que o senhor colocou, a ANATEL vai dar esse espectro?

Nossa ideia é não dar espectro para ninguém, porque o espectro é um espectro, como está na lei geral, oneroso, vamos ter que criar as condições para que todos aqueles que venham a ter acesso a esse espectro possam, então, passar por um processo, respeitando, logicamente, os contratos atuais, naquilo que nós entendemos que é possível avaliar, do ponto de vista legal, dado seu direito no processo de licitação, num processo de [ininteligível].

O que se tem que discutir, hoje, por isso que nós colocamos a consulta pública, não tem nada definido. A consulta pública é exatamente para isso mesmo, para debatermos, para termos o debate aqui, para promovermos o debate que nós pretendemos também com esse debate na ANATEL, para que a nós possamos ter as condições. E aqueles que querem continuar fazendo por assinatura, só TV por assinatura, ter condições de continuar fazendo TV assinatura, onde no espectro e em que condições.

Aqueles que pretendem mudar, não fazer apenas TV por assinatura, mas fazer banda larga, fixa ou móvel, ter condições de continuar fazendo, de ter condições de fazer banda larga fixa e também poder vir a participar dos concursos, fazer banda larga móvel.

Então, precisa discutir hoje o que nós queremos, olhar para esse futuro, como definir esse serviço. Aqui colocou o Alexandre que o MMDS, apesar de estar por cidade, ele tem cobertura de até 50 quilômetros. Mas nas potências que tem hoje, ele praticamente inviabiliza os vizinhos de também chegar, por questões de interferência.

O projeto tem talvez que ser redesenhado, inverter essas potências altas, mudar essa estrutura, inclusive pensando para o futuro, uma estrutura também celularizada, talvez, para que você possa sair de atender hoje dez municípios, por exemplo, como é atendido, hoje, ou cinco municípios na Bahia, para atender uma quantidade de municípios muito maior, como é feito em todos os outros serviços, para que você possa gerar uma produção mesmo pequena, mas com escala suficiente para poder pensar para o futuro.

Então, eu acho que essa questão de olhar para o futuro, nós temos que olhar e redesenhar esses serviços, pensando logicamente na questão maior que está por trás, que é o domínio tecnológico que advirá nas questões de fundo estratégico.

Então, como primeira participação, eu acho que a consulta pública foi colocada nesse sentido, para poder debatermos, para entender exatamente olhando, não dá para comparar esses segmentos que são totalmente distintos, em termos de números, de perspectivas, mas olharmos também para aquilo que é comum, que todos buscam e todos nós queremos, que é ter um serviço paradigmático para o futuro, que é serviço de banda larga, seja ele fixo, seja ele móvel.

Redesenhando para o futuro, vamos, então, discutir como é que esse espectro pode ser reutilizado ou voltar a ser utilizado, garantindo as condições para quem queira, mais uma vez eu faço, como está prestando serviço de TV por assinatura, também que façam, em que condições, condições competitivas, em condições que tenham razoabilidade, e que a gente possa alocar esse espectro da melhor forma possível.

Então, na minha primeira intervenção, eu acho que essa é fundamental, eu quero parabenizar aqui o Senado por este debate, colocar-me sempre à disposição da Casa. Nossa ideia é de concluir esse debate no âmbito da ANATEL, nas discussões não apenas técnicas.

Logicamente que, quando se discute tecnicamente, aqui foi dito: qual foi o projeto que foi desenvolvido para se estabelecer quanto de megahertz são necessários para o serviço móvel, para atender esses números que aqui eu coloquei? Foi um estudo, um estudo técnico, totalmente abstraindo-se de se vai proteger um ou outro, não. Foi um cálculo exatamente do que precisa, em função da quantidade de espectros necessários e da possibilidade de colocação de usuários em cada uma das ERBs, que são colocadas no Brasil afora, e foi chegado para utilizar faixas de até cinco gigahertz, que são razoáveis do ponto de vista de comunicação para o acesso à banda larga, e a ANATEL chegou à conclusão de que vai precisar da ordem de 1,1 gigahertz para que a gente chegue em condições de competir no mundo.

Mas, para chegarmos nisso, para ter móvel, também vamos ter que definir quanto de espectro nós vamos precisar para também em banda largo fixa, e que haja competição entre fixa, entre móvel, para que os custos baixem, e o consumidor possa ter acesso a todas essas tecnologias, e que nós possamos desenvolver e fazer isso com tecnologia nacional.

Já fizemos isso usando nosso recurso do FUNTEL, desenvolvendo tecnologia WiMax pelo CPqD, com tecnologia brasileira, no nível já razoável. Pretendemos chegar também a que esses chips sejam também não só o *software* como o próprio *hardware* ser nacionalizado, e por que não buscarmos também em outras tecnologias, já que hoje nós temos no Brasil um mercado e temos escala?

Então, tem que ter, criar as condições para ter espaço para todos e olhar que não haja mais nenhum tipo de monopólio, em nenhum espaço de espectro, na verdade, um espaço finito e escasso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu agradeço ao Dr. Jarbas Valente e passo, agora, ao Alexandre Annenberg, para também participação nos debates.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Muito bem, muito obrigado, Senador.

Bom, meu competente amigo Ricardo Tavares, ele usou aqui uma palavra latifúndio, para exprimir a largura de faixa do MMDS, os 190 megahertz do MMDS, e aí citou um exemplo, citou o exemplo que é a Sprint, nos Estados Unidos, com 30 megahertz, oferece, nessa frequência, banda larga para o país inteiro.

Claro, banda larga em 30 megahertz eu posso oferecer, mas, se eu penso na necessidade de oferecer *triple play,* e é disso que nós estamos falando, nós estamos falando de oferecer um pacote de banda larga, de voz e de vídeo, não é com 30 megahertz que nós vamos resolver o problema.

Seguramente, para oferecer vídeo, nós precisamos 100, 110, megahertz no mínimo; para oferecer banda larga, outros 30 megahertz no mínimo, ou seja, nós não podemos comparar situações como aquelas nos Estados Unidos e nossa situação aqui. Nos Estados Unidos, o vídeo não é um problema, nos Estados Unidos, o vídeo é disponível na residência de cada americano, através de redes de cabos que já estão lá há dezenas de anos e que têm uma penetração de 90 e tantos por cento nas residências americanas.

Nós aqui não temos isso, nós precisamos fazer com que a vídeo chegue, sim, a uma enorme quantidade de residências brasileiras, justamente para uma questão de inclusão social, de inclusão digital. E a única tecnologia, a única plataforma que pode fazer isso, hoje, no Brasil, é justamente o MMDS, e é por isso que ele precisa desse tido "latifúndio", ele precisa ser capaz de transmitir um pacote de serviços que exige espaço.

Não se trata de oferecer apenas acesso ao Facebook, como o Ricardo mencionou. Se trata de oferecer serviços que demandam uma enorme quantidade de processamentos e de informação, é na área, como nós dissemos antes, da saúde, da educação, do governo eletrônico, que pode fazer toda a diferença neste país, na medida em que nós tivermos um governo eletrônico, adequadamente configurado.

A Copa do Mundo. A Copa do Mundo chegará daqui há quatro anos, na verdade, é que os jornalistas que vierem á Copa do Mundo, eles terão toda a infraestrutura necessária e suficiente, porque, nas cidades onde eles estão estarão atuando, que é serão as cidades onde os jogos se desenvolverão, hoje, até já existe uma infraestrutura absolutamente suficiente para comunicação internacional, em todas essas cidades; nós não estamos falando dessas cidades, nós estamos falando exatamente dos 5.500 outros municípios brasileiros que hoje não têm isso e que pode vir a ter, justamente com uma plataforma, vamos chamar assim, granulada, como é o MMDS, que pode, sim, ser explorada localmente, em regiões.

E, aqui, eu queria menção ao que o Conselheiro Jarbas falou, no sentido de que nós tivéssemos a capacidade de, em vez de enxergar o MMDS por municípios, nós enxergamos o MMDS por conjunto de municípios afins. E essa é a grande diferença entre ver um serviço em grande escala e ver um serviço dirigido às necessidades específicas de comunidades específicas.

Se nós tivermos pensando na grande escala, de novo, nós vamos estar oferecendo, tentando oferecer um serviço que não tem nada a ver com a realidade daquela comunidade local. Enquanto, se eu tiver serviços sediados naquela comunidade, que possam ter seu canal de televisão local, que possam ter seus serviços hospitalares e de educação locais, esses são os serviços indispensáveis para uma inclusão social de todas essas localidades. Nós não estamos falando das grandes cidades; nas grandes cidades, nos grandes aglomerados urbanos, nós temos solução e temos a solução com o cabo, nós temos a solução com a ADSL, nós temos a solução com o SMP, até aí, não há problema nenhum.

Nosso problema é justamente chegar na grande cobertura que esse país exige, e não manter esse latifúndio de 190 megahertz absolutamente ocioso e inoperante no grande território brasileiro, servindo apenas naqueles lugares onde há uma maior concentração.

Eu queria também fazer uma consideração sobre mobilidade e portabilidade. Nós estamos falando aqui de mobilidade, o SMP significa mobilidade. E o MMDS permite, sim, a mobilidade, só que, na verdade, eu não uso um computador andando pela rua, isso é mobilidade, eu posso, quando muito, usar um celular, andando pela rua, tudo bem, mas o computador eu uso em cima de uma mesa ou no meu colo, eu uso ele parado, portanto, muito mais importante do que a mobilidade é a portabilidade.

A portabilidade significa eu poder ir com meu computador, saio desta sala, vou para a praça, eu tenho internet lá na praça, vou para a estação de trem, tenho internet na estação de trem, e assim por diante. Isso é portabilidade, que é muito mais importante que a mobilidade, sem querer desfazer da importância da mobilidade e, repetindo, o MMDS faz, sim, mobilidade. No entanto, a portabilidade, para esse fim, ela é uma característica muito mais significativa e importante.

Por enquanto, é só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com a palavra o Sr. Carlos André Lins de Albuquerque.

SR. CARLOS ANDRÉ LINS DE ALBUQUERQUE: É muita informação, muito ponto, que, às vezes, dá vontade de rebater, de comentar, mas, infelizmente, a gente tem que pinçar uma coisa ou outra, senadores, para a gente poder discutir. Portanto, eu vou tentar ser o mais complementar possível, sem ser repetitivo.

Annenberg, eu vou complementar um ponto que vocês mencionou, os 30 megahertz dos Estados Unidos, é verdade, eles iniciaram as redes com 30 megahertz, mas as empresas têm concessão e autorização para usar de 70 a mais de 100 megahertz.

Iniciaram com 30, porque realmente os Estados Unidos já têm outras alternativas, e, obviamente, você não precisa complementar com toda a capacidade. O problema é você regulamentar um país, regulamentar a telecomunicação, hoje com 30, limitar em 30, quando todos nós sabemos que, num futuro, muito em breve, esses 30 megahertz não serão suficiente. Esse é um ponto.

Depois, senadores, é assim, é uma covardia muito grande a gente trazer esse debate para grandes número, nossos competentes em nível do SMP sempre fazem isso, porque os números são realmente impressionantes. Mas, veja bem, tivesse o MMDS iniciado seus serviços dez, 15 anos atrás, com permissão para fazer voz, certamente, a cobertura seria diferente. Não é esse o caso, se nó tivermos que optar, hoje: "Ah, você tem que ficar ou com computador ou com televisão". A gente até se vê ficando sem um ou sem o outro e talvez a gente opte pelo computador. Mas qual de vocês teria uma opinião diferente, vocês ficariam sem a comunicação por telefone, sem voz, ou sem computador? Número um viria voz. Então, a voz é essencial, e é por isso que o SMP atingiu 170 milhões de acesso, não é pela banda larga.

A banda larga, ela é importante, sim, e a SMP, se o uso de *modens* crescem, senador, ele cresce porque não existem alternativas. Os cabos estão confinados aos grandes mercados, obviamente, onde não tem o cabo e não tem o MMDS, o cara para o SMP, agora, experimentem trabalhar 24 horas por dia, oito, seis, pendurados no *modem* de SMP, é natural, os sistema falham, eles caem, porque essas redes não foram construídas para isso. Pode até se melhorar as redes, para ser um serviço complementar, mas não deve ser a solução da banda larga do Brasil, sequer da banda larga móvel; devem existir outras alternativas.

Segundo ponto. O MMDS, é verdade, ele foi criado há muito tempo, ele tem uma base pequena, tem fatores para isso, a regulamentação dela, se tivesse também o SMP passado pelo que o MMDS passa, durante vários anos, instabilidade regulatória: "Olha, SMP, você pode fazer voz, mas não sei se você pode fazer dados, não sei se você vai operar com dez ou com 20 megahertz", eu duvido que eles teriam crescido, porque teria investido, gente! Teria investido na voz.

É impossível esperar que o investigador do nosso amigo João Reino, lá de Portugal, aporte no Brasil outros 300 milhões ou um bilhão, sem saber se vai poder prestar determinado serviço, que quantidade de espectro tem.

Então, o que nós queremos, na verdade, é uma coisa muito simples, senadores, é resolver a questão. E achamos, aqui não tem – está certo? – personificação e nem acusação, achamos que a Agência está lenta para dar uma solução que é importantíssima para o Brasil. A discussão não é tecnológica entre LTE e entre o WiMax, porque, como já foi dito aqui, o MMDS pode fazer o WiMax, e já existem soluções, o WiMax em TDD. E desculpem se eu vou entrar no mérito técnico, mas é importante.

Transmissão de voz, ela é simétrica, a necessidade de banda para eu falar e para você falar de lá para cá é a mesma; transmissão de dados não simétrica, quem manda informação, você dá um clique e pede informação, precisa de isso aqui de dados. A informação que vai na sua direção da residência do usuário, vai um arquivo pesado, vai um filme, é muita banda. A melhor tecnologia para se fazer tráfico de dados assimétricos, ou seja, para a banda larga, chamava-se TDD. Perguntem a qualquer técnico, e eu tenho certeza de que o Senado Federal e o Brasil têm técnicos competíssemos para provar isso.

Então, na verdade, o LTL pode ser usado, sim, para dados, o SMP quer usar, talvez eu quisesse, também, porque tem uma escala, mas a verdade é que não é a melhor solução tecnológica, e NEOTEC também tem um estudo, contratado de uma consultoria importantíssima e competentíssima, que demonstra claramente isso.

Então, vamos fugir da tecnologia e dos números, nós estamos regulamentando o Brasil para o futuro. E a pergunta que eu queria deixar é assim, é igual a distribuição de renda no Brasil, a desigualdade social, o Brasil quer resolver a desigualdade social, distribuindo renda, a pergunta é esta: ao resolvermos o problema da desigualdade digital, se nós vamos fazer isso de forma distribuída, permitindo vários competidores, alguns maiores, outros menores, ou se nós vamos concentrar essa solução na mão das operações de SMP?

E eu fico muito preocupado quando eu ouço alguém falar assim: "Nós queremos reformar o espectro, nós queremos dizer que o espectro vai ser usado

assim". Gente, para mim, quem regulamenta é a ANATEL, não o SMP.

Desculpe o comentário, mas eu acho que esse pensamento – está certo? – não está correto, e me preocupa muito a gente achar que determinado setor pode regulamentar a internet, a banda larga ou qualquer serviço no Brasil.

Então, fundamentalmente, repetindo, o MMDS está disposto a ceder uma parcela do espectro para importante desenvolvimento do SMP, o que nós não aceitamos é deixar uma quantidade de espectro que inviabilize o serviço e que deixe o futuro da banda larga nas mãos de um serviço único da banda larga móvel ou portátil, não importa. A banda larga que vai por meio de tecnologia sem fio, que deixe na mão de apenas um setor, que se diz: "Só eu posso, só eu posso investir, ninguém mais é competente".

Me parece o discurso de um antigo ditador lá da Alemanha: "Só minha raça tem capacidade de desenvolver, de implementar, de fornecer, só os louros altos, com muito cabelo" – eu estaria morto, não é, senador? Eu fico pensando nos cearenses como eu como é que estariam nesse mercado.

Então, não é assim, o Brasil tem diversidade. O Brasil tem soluções próprias para carro a álcool, não imitou o mundo. Em diversos setores, por que o Brasil tem que copiar o mundo na banda larga? Não precisa. Vamos discutir um pouco mais essa questão. Obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Carlos André Albuquerque, que respondeu os questionamentos.

Ah, entre eles? Eu quero agradecer ao Senador Antonio Carlos Júnior, que presidiu a Sessão, Pedir desculpa aos senhores convidados, que eu tive que me ausentar, com um compromisso com a bancada do Estado do Pará, lá no INCRA. Então... Mas cheguei a tempo, ainda, de ouvir e participar dos debates.

O próximo, então, Sr. Luiz de Melo Júnior.

SR. LUIZ DE MELO JÚNIOR: Obrigado, senador. Eu queria colocar alguns pontos, aqui, pela ACEL. Bom, em 30/04/2010, isto é, no final deste mês, nós teremos todos os municípios do Brasil atendidos com voz. É um ponto.

A utilização de mini-*modens* por computadores é outro ponto essencial para dezenas de milhares de usuários de computador. Então, realmente, nosso investimento, nós tivemos que trocar a rede quatro vezes, três vezes, e temos que já trocar para a próxima vez.

Nós temos aqui trocando de AMPS para TDMA, CDMA, da TDMA para GSM, e temos agora um investimento para a LTE. Por que nós precisamos da LTE? Porque, ao inverso do que diz nosso colega Alexandre, a gente faz *triple play* e mais alguma coisa com 20 megahertz, é uma questão de tecnologia. O SMP faz tudo o que eles precisam de fazer com menos de 20 megahertz, já está fazendo hoje. Então, nós precisamos de mais frequência para poder ter com mais rapidez, só isso, poder atender todos os usuários.

Quais são os benefícios que isso vai ter para o usuário, se o que a ACEL faz é aprovar uma das alternativas propostas pela ANATEL? E que o resulta disso? Benefícios de ganho de escala para os usuários; esse é o ponto principal.

E, para finalizar, o negócio da Copa, o que se pretende é que tenham disponíveis para todos os usuários a tecnologia que vai estar predominando na Europa e na maioria das países, que é LTE. Obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Luiz Melo Júnior, da ACEL, e passo a palavra ao Sr. João Reino, vice-presidente da ACOM Comunicações S/A.

SR. JOÃO REINO: Obrigado, Senador Flexa Ribeiro e demais senadores pela oportunidade de falar. Novamente, acho que era importante clarificar que esses leilões, esse latifúndio, ele foi colocado em edital público, onde todos puderam participar. A expectativa que era dada era de 15 anos e mais 15 anos, porque ninguém investe num setor de capital intensivo para 15 anos, não voltam, os recursos investidos, eles não voltam.

Eu torno público a vocês que nós começamos nossa operação em 2000 e, só este ano, só o ano passado, na verdade, é que nós tivemos o primeiro EBITDA positivo, por quê? Porque o capital é intensivo. As operações são muito distantes e, portanto, nossa expectativa efetiva é de que nós tivéssemos esse espectro que era público e, portanto, qualquer um poderia licitar e pagar por ele, mas nós não pagamos barato, nós investimos nessas licenças na altura, no ano de 2000, perto de 23 milhões; atualizados, hoje, a gente já fez esse cálculo, daria mais de 70 milhões, e, portanto, nossa expectativa era desse longo período.

O MMDS, já se falou aqui: "Ah, o MMDS não cresceu". O MMDS, desde o ano de 2002 [risos], na verdade, ele está em discussão. Nós tivemos essa mesma discussão em 2005, 2006, tivemos uma consulta pública, a 429, que, depois, 429, 593, que levou um ano e meio de discussão, em 2006. E, na verdade, em 2006, depois saiu a resolução, a nova resolução, que nós pensávamos, pronto, que está decidido. Então, estamos voltando, na verdade, dois anos depois, a ter a mesma discussão, porque a CP 31 não começou agora, a CP 31 começou em 2007, 2008, novamente, voltou a ter discussão.

Então, realmente, como crescer, como investir num setor, numa tecnologia que estava em permanente discussão? Naturalmente, nós contínhamos um contrato, como nós acreditávamos que tínhamos e tínhamos cumprido esse contrato, nós investimos, nós digitalizamos todas as operações. Nós fomos a primeira operação digital de MMDS do mundo. E nossos clientes, quando eu digo, e é verdade, o cliente de Natal, o cliente de Teresina, o cliente, ele foi o primeiro digital do que São Paulo e Rio de Janeiro.

Isso por quê? Porque nós queríamos fazer banda larga, e, portanto, para ter uma oferta de banda larga credível, para poder fazer banda larga, teria que digitalizar. Então, nós digitalizamos todas as operações.

Então, e novamente eu reforço que é importante, quando se fala dos números, a banda larga, novamente, que falou aqui já o número, Dr. Jarbas, que a TV por assinatura espera ter 18 milhões de assinantes, são 18 milhões de lares. Então, ela é ofertada para o lar, é ofertada para todos, vocês sabem, com banda larga no lar; você coloca lá, hoje em dia, um Wi-Fi e você serve seus familiares, seus amigos que visitam sua casa.

Então, é importante ter isso em mente, é uma coisa para um lar, então, para servir o pai, a mãe, os netos, os filhos, os amigos que visitam esse lar. A banda larga móvel, ela é única, você coloca lá no seu computador e só você pode usar. Então, isso é importante que nós, nosso serviço é para atender lares. Então, isso aí é a questão que e é importante, como já se falou aqui, também, que haja oportunidade efetiva de haver concorrência.

Como eu disse para vocês, nós, hoje, em algumas regiões, somos a única oferta possível de banda larga.

Na altura, em 2000, quando houve as licitações de cabo, houve a licitação de cabo e havia a licitação de MMDS; o cabo também se tornou um *triple play* depois. As primeiras licitações eram para TV por assinatura, depois ela se tornou, a evolução levou para o *triple play*, hoje em dia, todos, vocês estão vendo aí as ofertas de concorrência, felizmente, tem uma concorrência que você, na sua casa, hoje em dia, pode ter banda larga e pode ter voz via cabo.

A mesma coisa, foi assim o MMDS. Então, é importante que haja essa possibilidade de concorrência, através de multiempresas, multiempresarial.

E, novamente, eu reforçaria a importância de nós podermos oferecer realmente um serviço *triple play*, ele é fundamental para a viabilidade da empresas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Sr. João Reino e passo a palavra ao último debatedor; já não é mais palestrante, já está como debatedor, o Sr. Ricardo Tavares, vice-presidente sênior da GSM.

Com a palavra, Sr. Ricardo, por cinco minutos.

SR. RICARDO TAVARES: Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Eu queria agradecer também aos comentários do Senador Roberto Cavalcanti, que foram acho que muito instigadores para a gente pensar grande o Brasil.

Eu achei, inclusive, Senador Roberto Cavalcanti, que a comparação com o Pré-Sal é muito apropriada, porque o que o Pré-Sal criou para nós? O Pré-Sal criou um seguro para o Brasil, o fato de nós termos essas riquezas significa que nós temos hoje 16 anos de política macroeconômica estável.

E nós olhamos 15 anos para frente. Essa é a primeira vez, desde que eu nasci ou que eu comecei me entender, que você olha para o Brasil, e isso é o trabalho de vocês, é o trabalho deste Senado, é o trabalho desta Casa, que assegurou que hoje nós, todos nós brasileiros, possamos olhar 15 anos à frente e dizer: "Nós temos um futuro, nós sabemos que nós vamos ser estáveis pelos próximos 15 anos". Então, nós temos um seguro.

E qual o impacto disso na banda larga? O impacto disso na banda larga é o seguinte: quando o GSM entrou no Brasil, no ano de 2000, 2001, o Brasil estava numa situação econômica bastante instável, mas o GSM cresceu no Brasil com uma economia adversa, porque havia uma demanda reprimida por acesso à telefonia móvel. Nós crescemos, nós éramos o setor investindo no Brasil, todas as operadoras competindo, mas investindo num período de recessão, entre 2000 e 2003.

O que o Pré-Sal cria? O Pré-Sal permite que você olhe 15 anos na frente e diga: "Este é um país que todos que estão no setor de telecomunicações no Brasil e no mundo querem continuar investindo, pelos próximos 15 anos".

Então, essa perspectiva atraiu, foi o atraiu, motivou a Oi a adquirir a Brasil Telecom, foi a perspectiva que levou a Vivendi a adquirir a GVT e todos esses compromissos de investimentos que levam as operadoras móveis a dizer: "Nós queremos introduzir a 4G no Brasil".

Vocês se lembram que o 3G demorou a entrar no Brasil, e, hoje, as operadoras móveis olham e dizem: "Nós queremos investir em 4G". Então, essa é uma perspectiva diferente.

O Pré-Sal, também, ele é uma coisa única, ele é uma situação de desafio para a tecnologia brasileira, e a Petrobras, mais uma vez, vai provar que tem capacidade de desenvolver tecnologia nacional. Mas é

uma situação única, que vai certamente motivar que essas camadas sejam exploradas em outras partes do mundo, mas nós vamos sair na frente.

No caso da banda larga, nós estamos com o mesmo problema que nós tínhamos no ano 2000, nós temos demanda reprimida pela banda larga e nós temos uma oferta que é insuficiente, nós temos problema de oferta. Então, o que a gente está propondo é o seguinte: olhando para a banda de 2,5, vamos eliminar a incerteza regulatória para todo mundo, porque, se as operadoras móveis olharem para os próximos cinco, dez anos e não descobrirem: "Nós não vamos ter mais espectro, porque é preciso completar a transição da TV analógica para a digital, e isso vai levar muitos anos, não há discussão que nós estamos abrindo hoje. E nós temos a banda de 2,5 globalmente reestruturada, é a única chance que nós temos". Então, nós estamos diante de incerteza regulatória, com relação a esse aspecto do nosso negócio, que é espectro.

Eu acho que nossos colegas do MMDS também convenceram a todos nós, aqui nesta sala, que eles estão sob incerteza regulatória também. Então, por isso que nós gostaríamos de reiterar o que eu disse anteriormente, a Associação GSM apoia a proposta feita pela ANATEL, na CP 31, de que haja uma transição da banda de 2,5 para uma configuração com a UIT, opção 1, com duas vezes 70 megahertz para quatro operadoras móveis e 50 megahertz para TDD, que a ANATEL vai decidir quantas operadoras podem estar ali.

Nós achamos que existe, isso elimina a incerteza, hoje, para as pessoas que têm MMDS, eles vão fazer o que eles realmente querem fazer, que é a banda larga [soa a campainha] e que é a política pública brasileira hoje, que é a fortalecer a banda larga. Eu desconheço uma política pública no Brasil que defenda o *triple play*, a política pública do Brasil é a favor da banda larga.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Sr. Ricardo Tavares, e vamos iniciar, então, agora, os questionamentos.

Pela ordem o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Na verdade, o Senador Roberto Cavalcanti já usou da palavra, e eu gostaria de só fazer considerações, também, finais, já que eu não tive oportunidade de fazê-lo, já que estava na Presidência.

Eu acho importante que se defina o marco regulatório, tanto para uma, ou seja, considerando essa questão da necessidade de bandas, que se utilizem outras bandas possíveis. Quer dizer, que não se fique só na disputa do 2,5, quer dizer, que se utilize 2,5, mas que se utilize também outras bandas possíveis, para que contemplem, todas as operações sejam contempladas. Eu acho que existem outras bandas que podem ser licitadas, que podem colocadas.

E, então, eu acho que o ideal é que se fizesse uma reconfiguração utilizando várias bandas e pudesse, então, contemplar todas as operações, sem que houvesse essa necessária disputa, digamos, de vida ou morte, entre operadoras de celular, operadoras de MMDS, em cima de 2,5 giga. Eu acho que a discussão deveria se ampliar, no sentido de se colocar outras bandas possíveis, para que, então, pudesse haver... Todos querem crescer, todos precisam crescer, a competição é salutar, é importante, e não deve se marginalizar nenhuma dessas operações e nem prejudicar a operação de telefonia, nem acabar com a operação de MMDS.

Eu acho que é importante que a ANATEL olhe esse assunto, olhando outras possibilidades de banda, para que se possa, então, permitir que todos operem competitivamente, todos operem prestando os melhores serviços, o melhor serviço para o consumidor.

Então, quer dizer, essa foi a motivação do pedido de Audiência, e eu acho que é importante o debate, foi muito importante, muito esclarecedor, eu acho que este debate aqui, como falou o Senador Roberto Cavalcanti, foi da maior importância para o entendimento desse assunto e talvez até para um caminho de solução, que eu acho que a ANATEL, a partir de agora, vai... O Dr. Jarbas assumiu esse comitê, então, eu acho que ele vai agora tentar levar adiante esse projeto, para que se possa solucionar, da melhor forma possível, esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior. E V. Exa. questionou diretamente a ANATEL. Eu vou passar a palavra ao Conselheiro Jarbas Valente, diretor da ANATEL, para que ele possa responder aos questionamentos do Senador Antonio Carlos Júnior.

SR. JARBAS VALENTE: Obrigado, Presidente, obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior. Eu acho que o senhor colocou muito bem a questão, assim como o Senador Roberto Cavalcanti tinha colocado antes, que a gente não pode também estudar um modelo desses e estar fixado apenas em uma faixa. Existem várias faixas, são faixas também interessantes, que há possibilidade da prestação de vários serviços, com qualidade, talvez com custos não compatíveis com os custos hoje, mas essa questão é uma questão de evolução de tempo; as questões também de remanejamento que possa ser feito ao longo do tempo, em quanto tempo cada um fica nas suas faixas. Porque, se olharmos para o futuro, o futuro, realmente, é um

futuro que a previsibilidade é da utilização da massificação da banda larga.

Então, seja essa alternativa, e essa é uma das alternativas que nós estamos também levando em conta na ANATEL, de verificar também a possibilidade de utilização de outras bandas para a prestação dos mais variados tipos de serviço.

Complementando o que eu tinha dito, por que é importante a gente olhar para o futuro, em termos de evolução? Só respondendo ao colega João, da ACOM, quando nós falamos 18 milhões de acessos para a assinatura, lógico que a gente sabe que são 18 milhões de residências, mas 18 milhões de residências estarão divididas para TV a cabo, para MMDS, continuando, lógico que nós queremos continuar com o MMDS, e também DTH, nos seus vários períodos de DTH.

Porque a questão da massificação da TV por assinatura não depende apenas do meio, mas depende também de outros custos envolvidos no poder de compra. Quando nós falamos da banda larga fixa, que a gente acha que sai dos 16 milhões para 40 milhões de lares, extrapolando, não chega a 40 milhões, que chega a 60 milhões, que seria o ótimo, que seria atender todos os lares brasileiros, do mais rico ao mais pobre, você tem que imaginar também que é essa técnica, esse acesso vai ser feito não apenas por tecnologia sem fio, fixa, vai ser feito, ou móvel, vai ser feito também por cabo, vai ser feito por PLC, usando as estruturas para energia elétrica, vai ser feito por fibra ótica e vai ser feito também pelos acessos de DSL.

Então, por isso que é fundamental olhar, como disse o Senador Antonio Carlos Júnior, o que nós temos de espectro, o que pode ter de espectro futuro, como é que esse espectro pode ser remanejado, ajustado para que todos possam crescer, e que seus investimentos são feitos e olhar para o futuro, que esse futuro eu acho que a gente tem que desenhar em conjunto, para que se possa ter segurança nos investimentos futuros dos próximos 15, mais 15 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Jarbas Valente e consulto o Senador Roberto Cavalcanti se tem mais alguma questão a levantar.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não, me dou por satisfeito, acho que é um assunto extremamente técnico. Para nós senadores dominar tecnicamente é muito difícil. Esse debate, hoje, foi extremamente esclarecedor, pelo menos em nível de ensino básico. Eu acho que há uma responsabilidade muito grande desta Comissão no tocante ao acompanhamento desse tema.

Então, eu sugiro ao Senador Flexa que, dentro da nossa Comissão, estabeleça uma Subcomissão, que, junto com a ANATEL, nós possamos acompanhar esse debate, porque, na verdade, é uma grande queda de braço, é uma queda de braço estratégica, eu diria que talvez devesse fazer parte desta Comissão até o Ministério de Assuntos Estratégicos, é verdade, porque o futuro do Brasil, eu diria que é mais importante nós acertamos nesses caminhos da digitalização brasileira de até comprarmos caça.

Vamos dizer, um caça fica obsoleto em dez anos, e esse espectro vai ser utilizado daqui a dez anos.

Então, se nós tivemos visão de futuro no Brasil, nós devemos estar focados exatamente nesta Audiência tão bem proposta pelo Senador Antonio Carlos.

Então, eu parabenizo a todos da Comissão, parabenizo a todos os expositores, como disse, na minha primeira oportunidade de fazer uso da palavra, cada um defendeu seu latifúndio, e, na verdade, eu tenho certeza de que nós, no debate, e graças ao debate, nós estamos vivendo num país extremamente democrático, nós chegaremos a um consenso. Não terá carta marcada.

Vamos dizer, mesmo que as propostas iniciais surgissem, supostamente, surgissem de carta marcada, este debate, esta abertura ao o debate vai inibir que a carta supostamente marcada possa vingar.

O Brasil é um país que está acima desse tipo de manobra; pelo menos, é o que nós esperamos e é o que o Senado Federal tem responsabilidade de acompanhar. Muito obrigado, Senador Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente, eu não tenho mais nenhuma observação a fazer, eu acho que foi muito importante, o debate foi extremamente importante, eu acho que um dos melhores que nós já fizemos na Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., mas eu quero, antes de encerrar a Sessão, dizer que vou, através das notas taquigráficas, tomar conhecimento de tudo o que foi aqui exposto e debatido, para que, numa reunião da Comissão, nós possamos, inclusive, apreciar essa sugestão do Senador Roberto Cavalcanti, para que a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal acompanhe a discussão e o-–

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu posso fazer uma intervenção rápida?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Inclusive, pode até ser um grupo de trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso, isso.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Porque uma Subcomissão leva estrutura. Um grupo de trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Um grupo de trabalho.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu acho que para acompanhar. E eu acho que é excelente a ideia do Senador Roberto Cavalcanti.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Acompanhar, porque o interesse do Senado Federal representa o interesse da sociedade brasileira, e o que se verifica aqui, na realidade, é uma disputa de mercado.

Há uma questão comercial, em que as partes têm interesse em expandir os serviços já ofertados e manterem reserva de mercado para frente.

Tenho absoluta certeza, como bem disse o Senador Roberto Cavalcanti, de que nós vamos no pautar aqui e vamos ter, Senador Antonio Carlos Júnior, que tomarmos conhecimento de todas essas questões que são, como foi bem colocado aqui, altamente técnicas, para que possamos, ao votá-las, possamos ter consciência de que nós estamos cumprindo com nosso papel, que é de defender a sociedade, ou seja, o que o Legislativo brasileiro pretende? Que o maior número possível de brasileiros ou sua totalidade, falando na universalização, tenha o acesso, não apenas a oferta, porque o que se verifica: a telefonia fixa está universalizada, não é verdade. Ela está ela está ofertada, mas a sociedade não tem acesso, pelos custos, idem, telefonia móvel.

Acabamos de ouvir aqui o Dr. Luiz Melo garantir que, em abril deste ano, vamos estar 100% dos municípios atendidos, sede dos municípios com telefonia móvel.

Eu sou de um estado na região amazônica, sede de município, nós não criamos municípios no Brasil há quase 15 anos, nós temos distrito, que tem 20 mil habitantes, e não terão a telefonia móvel, porque não são sede de municípios, porque os municípios não foram criados.

Então, o que se vê, e eu tenho aqui dados, depois eu passar aos senadores, é que estava havendo uma queda de telefonia fixa, do número de usuários de telefonia fixa, e houve uma inversão em 2009. E, com a telefonia móvel, o que nós estamos verificando também é que o acesso a banda larga também, ela não fica... Está concentrada nas classes mais abastadas, daqueles que têm a condição de renda maior. E nós temos que chegar exatamente àqueles que não estão tendo acesso a isso.

Então, para isso, me parece que a forma mais fácil de se conseguir isso tem que ser, e aí eu quero dizer aos senhores que a juízo meu, não é da Comissão, vamos debater aqui o Plano Nacional de Banda Larga, a questão de o Governo ser, ofertar o serviço na ponta, pela Telebrás, nós discordamos plenamente.

Eu acho que o Governo tem que dar condições de regular e dar condições de que as empresas deem, ofertem o serviço em qualquer espaço do território nacional, inclusive naqueles em que a gente sabe, como na Amazônia, no Nordeste, ainda nas regiões menos desenvolvidas, são economicamente deficitários, mas há necessidade da ação do Governo, nesses casos, de viabilizar o acesso à banda larga.

Eu acho, Senador Antonio Carlos Júnior, tinha três perguntas aqui a fazer, já foram feitas, só pelas respostas dos três últimos debatedores, que eu ouvi, eu já entendi que o problema é que você, hoje, tem uma tecnologia que consegue ofertar banda larga imediatamente e terá uma tecnologia no futuro que, dentro desse espectro, poderá ofertar a banda larga. E a ANATEL coloca em consulta pública para discutir essa questão.

Então, eu acho que o mais sensato é nós acompanharmos *pari passu*, *pari passu*, a Comissão de Ciência e Tecnologia acompanhar *pari passu* o andamento da consulta pública, participar do grupo de trabalho, junto à ANATEL e às operadoras, ao setor privado, de tal forma que a gente possa, ao final, definir qual a posição melhor para o usuário brasileiro. Que nós estamos imbuídos do sentimento, da vontade de levar a banda larga a todos os rincões do Brasil, tenham certeza de que sim, e temos que ter preço que seja compatível com a renda dos brasileiros, porque você ofertar banda larga a mais de 100 reais, 160 reais, nós, com um salário-mínimo de 510 reais, já se vê que é impossível dar acesso a todos os brasileiros com esse valor.

E aí nós temos que recorrer e nós temos um grupo de trabalho, Senador Antonio Carlos, instalado, que retomou os trabalhos recentemente, que é para discutir o custo das telefonias, do sistema do custo da telefonia no Brasil, tanto fixa quanto móvel, e vamos logo ampliá-lo para a questão da internet; já que já tem esse grupo de trabalho, vamos ampliá-lo para que ele também passe a acompanhar essa questão e já possa fazer a discussão.

Então, eu quero agradecer aos nossos convidados por nos terem atendido o convite, ao Sr. Jarbas José Valente, membro do Conselho Diretor da ANATEL; ao Sr. Alexandre Annenberg, diretor executivo da ABTA; ao Sr. Carlos André Lins Albuquerque, presidente da Associação de Operadora do Sistema MMDS; ao Sr. Luiz de Melo Júnior, presidente da ACEL; ao Sr. João

Reino, vice-presidente da ACOM; e ao Sr. Ricardo Tavares, vice-presidente da Associação GSM-GSMA.

E não havendo mais nenhum item da pauta desta Audiência, dou por encerrada a Audiência Pública de hoje, na CCT.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, COM A 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, COM 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, COM A 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E COM A 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2010

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia oito de abril de dois mil e dez, na sala 02, Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, José Agripino, Flexa Ribeiro, Delcídio Amaral, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Arthur Virgílio, Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko, Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Edison Lobão, Jayme Campos, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Inácio Arruda, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Rosalba Ciarlini, Fátima Cleide, Jefferson Praia, Mão Santa e Marisa Serrano reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Hélio Costa, Gerson Camata, Antonio Carlos Junior, Demóstenes Torres, Efraim Morais, Cícero Lucena, Sérgio Guerra, Sérgio Zambiasi, Acir Gurgacz, Ideli Salvatti, Tião Viana, Pedro Simon, Almeida Lima, Geovani Borges, Valter Pereira, Kátia Abreu, Marco Maciel, Alvaro Dias, Jarbas Vasconcelos, Lúcia Vânia, Osmar Dias, João Ribeiro, João Pedro, Geraldo Mesquita Júnior, Romero Jucá, Paulo Duque, João Tenório, Fernando Collor, Patrícia Saboya, César Borges, Neuto De Conto, Raimundo Colombo, Marina Silva, Gim Argello, Paulo Paim e José Nery. Justificou a ausência o Senador Augusto Botelho. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Azeredo, submete às Comissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública Conjunta, atendendo ao Requerimento nº 02, de 2010-CCT e aditamento, de autoria do Senador Cícero Lucena e Antonio Carlos Junior; Requerimento nº 18, de 2010 – CDH, de autoria da Senadora Fátima Cleide; Requerimento n.º 03, de 2010 – CCJ, de autoria do Senador Romero Jucá; Requerimentos n.º 05 e 06, de 2010 – CMA, de autoria dos Senadores Fátima Cleide, Marina Silva e Jefferson Praia; Requerimento n.º 03, de 2010 – CRA, de autoria do Senador Gilberto Goellner e Requerimentos n.º 01, 05 e 13, de 2010 – CRE, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo, Heráclito Fortes e Eduardo Suplicy, quer requerem "..., nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de analisar e discutir as medidas contidas no Decreto nº 7.037, de 21/12/2009, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos, que se referem aos meios de comunicação. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: Sr Franklin Martins, ministro da Secretaria de Comunicação Social; Sr. Paulo de Tarso Vannuchi, Ministro de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH); Sr. Daniel Slavieiro, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT); Sra. Judith Brito, Presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ); Sr. João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA)." Comparece à reunião como convidado, o Excelentíssimo Senhor Paulo de Tarso Vannuchi, Ministro da Secretaria de Comunicação Social. Finda a exposição e uso da palavra pelo convidado, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Serys Slhessarenko, Arthur Virgílio, Aloísio Mercadante, Marcelo Crivella, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Mão Santa e Fátima Cleide. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinqüenta e três minutos, determinando que nós, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Marcello Va-

rella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Altair Goçalves Soares, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e lavrássemos a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Senador **Valter Pereira,** Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com 13ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle; 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 11ª da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; 11ª da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e 10ª Reunião da Comissão de Constituição e Justiça da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Essa Audiência Pública foi aprovada nos termos dos requerimentos n°. 18 da CDH; 05 e 06, da CMA, Meio Ambiente; Requerimento n°. 03, da CRA, da Agricultura; Requerimentos 01, 05 e 13 da Comissão de Relações Exteriores; Requerimento 02 da Comissão de Ciência e Tecnologia, e Requerimento 03 da Comissão de Constituição e Justiça, todos aprovados no ano de 2010, com o objetivo de debater as várias questões e temas objeto do Decreto Presidencial nº. 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que cria o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e esclarece as reais intenções de pontos considerados polêmicos.

O convidado é o Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministro Paulo Tarso Vannuchi, e, senadores, a lista de inscrição já está aberta para os questionamentos. E eu quero convidar, então, o Ministro para que possa comparecer aqui à Mesa.

Vamos, então, dar início à Audiência Pública, primeiro, com a exposição do Ministro Paulo Vannuchi. Em seguida, com o debate com os Srs. Senadores; nós já temos os Senadores Arthur Virgílio, Inácio Arruda e Eduardo Suplicy inscritos. Já, de antemão, portanto, eu passo a palavra ao Ministro Paulo Vannuchi.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Bom-dia, Exmo. Sr. Presidente, Senador Azeredo; Senadores Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Inácio Arruda, Deputados Paulo Teixeira... E Senador Eurípedes Camargo... A todas as pessoas presentes. Eu começo agradecendo às comissões a gentileza, compreensão dessa fusão, que abre a possibilidade de realizar o que é um grande interesse do Governo Federal, especialmente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que é vir ao Senado para realizar uma atitude que é institucionalmente republicana, constitucional, democrática, de prestação de contas... Que meus colegas, politólogos, costumam, com algum pedantismo, chamar com *accountability*, palavra de difícil tradução no português: informar, esclarecer, eventualmente, dialogar, debatendo, numa atitude em que, além da necessária firmeza na defesa das convicções do segmento brasileiro ligado à defesa dos direitos humanos, bastante amplo, diversificado, e pluripartidário, uma atitude, sobretudo, de serenidade... A compreensão de que é preciso refletir sobre todos os aspectos polêmicos com espírito democrático, com compreensão e profundo respeito por todos os argumentos, por mais contundentes que sejam, em oposição às formulações, 521 propostas incluídas no PNDH-3, e finalmente a necessária humildade para, como já fizemos publicamente, sem dificuldade de reconhecer que, sendo um concerto de múltiplas vozes... Senadora Serys, um prazer recebê-la... O aperfeiçoamento, reconhecimento de erros, e alteração de redações para propiciar o necessário consenso amplo na área dos direitos humanos.

Nesse sentido, nessa minha introdução, que eu começo com essa saudação, uma primeira explicação preliminar, e um PowerPoint, que combinei e ouvi do Presidente Azeredo a orientação para não ultrapassar 30 minutos--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Se for necessário, não há nenhum problema, só disse que é a praxe.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Vamos trabalhar, então, nessa linha, Presidente.

Eu começo lembrando uma afirmação que não temos ainda, ou não teremos, a presença do Senador Marco Maciel, mas que é um reconhecido estudioso de Norberto Bobbio, que sempre menciona, em suas intervenções e artigos... Bobbio lembra que os direi-

tos humanos não nascem todos de uma vez só e nem nascem de uma vez por todas. É um longo percurso de construção histórica, e eles são parte de uma caminhada que, lembramos, tem, em 10 de dezembro de 48, o lançamento da Declaração Universal, que é ainda do marco mais abrangente sobre a construção dos direitos humanos, sistemas de proteção, de defesa, em cada país, declaração que, no seu primeiro artigo, lembra os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa, um século e meio antes.

Na apresentação do PNDH-3, o Presidente Lula registra a convicção de que o Brasil fez uma opção definitiva pela democracia, há uma relação biunívoca, indissociável entre democracia e direitos humanos. O mesmo Presidente Lula é autor de uma frase lembrada na semana passada, no evento de transferência de cargo aos novos Ministros, de que a democracia não é a consolidação do silêncio, mas é manifestação de múltiplas vozes que, se eu pudesse, ampliaria a metáfora para uma ideia de sinfonia de múltiplas vozes, com altas dissonâncias, como, na melhor Bossa Nova, a ideia de que os direitos humanos têm de se fortalecer como políticas de Estado, projetadas no tempo, sobrepassando as contradições e divergências, situação, oposição, ou entre diferentes partidos de um mesmo bloco.

Registro, ainda, na linha de Norberto Bobbio, que sempre gostou de trabalhar com o tema dos paradoxos, dois paradoxos importantes na construção dos direitos humanos no Brasil: Primeiro, é lembrar que, antes de 1964, escasseiam, rareiam as formulações sobre direitos humanos na maioria das formulações partidárias ou do movimento sindical e popular. E é no regime de 64 que brota uma consciência inicial, e essa consciência inicial tem na Igreja Católica uma trincheira fundadora para outras igrejas, para movimentos sociais que assumem e se organizam entidades como o Movimento Nacional dos Direitos Humanos, já caminham para completar 30 anos de existência, tendo como fundadores figuras como Leonardo Boff, Hélio Bicudo, Deputado Pedro Wilson, muitos outros.

E o segundo paradoxo é de que o Brasil tem pelo menos duas décadas, talvez duas e meia, de afirmação permanente dos direitos humanos passo a passo, em que eu resumirei em seguida, e no PowerPoint, marcos e datas desse avanço; o Brasil já é um país aderente a quase todos os instrumentos fundamentais da ONU... Estamos devendo ainda o da Convenção dos Direitos dos Trabalhadores Imigrantes e suas Famílias, e a do sistema OEA de proteção aos direitos humanos. E, no entanto, com todo esse avanço, o país ainda assiste, observa, combate violações que são praticamente cotidianas.

Então, é na construção desse paradoxo que, da Declaração de 48, que o Brasil é aderente já no momento da Conferência de Paris, 10 de dezembro, o Dia Internacional dos Direitos Humanos, no regime de 64, já houve adesão a duas, a dois instrumentos fundamentais: A Convenção da ONU contra o Racismo, que é de 65, e o Brasil completa a sua tramitação em 69; e a dos Direitos da Mulher, que é de 79, e o Brasil completa adesão em 84.

Segue-se, em 89, ano 01 da Constituição Cidadã, de Ulysses Guimarães, segue-se a Convenção da ONU de Combate à Tortura, que é de 84, a dos Direitos da Criança, 1990, um ano depois de seu lançamento, mesmo ano em que, em 13 de julho, a Casa Legislativa, as duas Casas, então, aprovaram o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 92, o Brasil adere aos dois grandes pactos em que a Declaração se desdobrou, ambos de 66, o Pacto dos Direitos Civis e Políticos, e o Pacto dos Direitos Econômicos, Culturais e Sociais, grosso modo, correspondendo um e outro aos direitos que Bobbio chama "os civis e políticos direitos de liberdade", e "os econômicos sociais, culturais, direitos de igualdade".

Ainda em 92, com participação do Presidente Sarney, hoje Presidente do Senado, a adesão ao Pacto de São José da Costa Rica à Convenção Americana dos Direitos Humanos, o sistema OEA. E, em 2008, eu estive aqui, nesta Casa, para o momento de ratificação da primeira Convenção dos Direitos Humanos do Século 21, que é a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de 2006, o Brasil, nesse caso, Dra. Isabel Mayor, a secretária nacional, já era coordenadora no Governo Fernando Henrique, e segue titular no cargo, como prova dessa continuidade histórica das ações de direitos humanos por sobre diferenciações partidárias e de situação, oposição, e o Brasil é um dos países que eu tenho trabalhado... O Itamaraty... Cabe ao Itamaraty protagonismo nisso, mas com parceria com a Argentina, tentamos dar os primeiros passos para que a ONU complete esse sistema de instrumentos específicos, passando a proteger o único segmento vulnerável que ainda não tem um instrumento próprio, que é o dos direitos do idoso, em que este Senado tem revelado alta sensibilidade à tramitação do Estatuto do Idoso, o recente debate sobre reajustes de aposentados etc.

E termino dizendo que o Programa Nacional dos Direitos Humanos III, que será resumido no PowerPoint, como história, ele teve o seu primeiro esboço, esqueleto central, aprovado e construído ao longo de 2008, no processo da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos. O número da série já indica que, sendo 11ª, é uma longa série histórica. O Governo

do Presidente Lula é um governo fortemente pautado pela realização de conferências, e expressa uma profunda convicção do Presidente da República sobre a complementação, o assessoramento ao papel central fundamental do Poder Legislativo na definição de leis, no exercício do poder que emana do povo, também por mecanismos de participação democrática, que são apresentados ao Legislativo como mera apresentação de sugestões, de indicações, de recomendações, que caberá aos representantes do povo, aqui estabelecidos nas duas Casas, o poder constitucional decisório de transformar, ou não, pela regra da maioria, pelo debate, com oposição, em leis.

Essa Conferência também foi complementada por um rastreamento de 50 conferências nacionais, realizadas até então, hoje quase 70, em temas como mulher, igualdade social, criança e adolescente, direitos das pessoas com deficiência, direitos do idoso, direitos do segmento LGBT, direito à diversidade sexual, o direito à segurança alimentar, ao meio ambiente, à educação, à saúde, à moradia... Senador Cristovam, obrigado. Ainda buscamos coligir as principais recomendações dos instrumentos da ONU e da OEA. Cada um desses instrumentos da ONU, ele constitui um Comitê, sediado em Genebra, ao qual o Brasil voluntariamente se subordinou, as adesões são sempre voluntárias, e ao se subordinar, o Brasil se compromete a apresentar relatórios quinquenais e receber recomendações.

Então, buscamos incorporar também no PNDH-3 recomendações dos organismos ONU e OEA, e, finalmente, as recomendações dos relatores, que são especialistas mandatados pela alta comissária de direitos humanos da ONU, que visita os países sobre temas como liberdade do Judiciário, liberdade religiosa, combate à tortura, direitos da mulher, grupos de extermínio, situação dos defensores de direitos humanos, figuras como Dorothy Stang, figuras como Chico Mendes, figuras como Manuel de Matos, assessor do Deputado Fernando Serra, executado na Paraíba, em janeiro de 2009... Presidente estadual, vice-presidente estadual do PT de Pernambuco e ex-presidente da Câmara Municipal.

E eu passo agora para a apresentação do PowerPoint, com a ajuda do meu companheiro Pedro Pontual, e programamos 16 ou 18 lâminas, um minuto cada um... Procurarei não passar disso. O PNDH é 3 porque o primeiro é de 96, com foco nos direitos civis e políticos, momento em que o Governo Fernando Henrique Cardoso consolida um passo importante dessa caminhada histórica. Pela primeira vez, o Estado, pelo seu Poder Executivo, acolhendo uma construção histórica que já vinha de algumas décadas.

Em 2002, o PNDH-2, naquele... O titular da área é o Ministro Nelson Jobim, seu Chefe de Gabinete, José Gregori, homem símbolo dos direitos humanos, e Paulo Sérgio Pinheiro, já um participante ativo, como representante do Núcleo de Estudos da Violência, da USP. O 02 incorpora direitos civis, econômicos, sociais e culturais; Paulo Sérgio Pinheiro é o Secretário de Estado dos Direitos Humanos, ainda no âmbito do Ministério da Justiça. Presidente Lula transformou Direitos Humanos numa nova secretaria especial, trigêmea com Mulheres e Igualdade Social, que acaba de ser elevada definitivamente ao posto ministerial.

Após a declaração de 48, os dois pactos, o dos civis e políticos, por favor, ali à Mesa, meu senhor--

[risos]

Me desculpe... A Convenção e, em 98, a decisão brasileira, Governo Fernando Henrique, de submissão do Brasil à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, com o seu órgão quase Corte, que é comissão, situação que países como Estados Unidos e o Canadá, ainda hoje, não tiveram a decisão corajosa de incorporar. Podemos ir em frente, Pedro?

93, acontece em Viena, o Governo Fernando Henrique, não, o Chanceler Fernando Henrique, a mais importante Conferência Mundial de Direitos Humanos, depois de Paris 48. Ali, se define como grande elemento-força a ideia da indivisibilidade, ou seja, não-ditaduras que apresentam como argumento de defesa a existência de igualdade econômica em seus países, assim como não-liberdade, assentada sobre os pilares da pobreza, da miséria, que também oprime, que também escraviza, que também inviabiliza a liberdade.

E Viena recomenda que cada Estado crie um Plano Nacional de Direitos Humanos que, no Brasil, teve o nome “programa”, porque “plano” geralmente envolve datas, mensurações, e se preferiu iniciar a caminhada com “programa”.

A Constituição Federal, em 88, estabelece cidadania e dignidade da pessoa humana como principais fundamentos do Estado; há uma caminhada histórica da sociedade civil, que virá em seguida, que é a protagonista principal, até que os Legislativos, a começar do Rio Grande do Sul, criem a Comissão de Direitos Humanos, no Legislativo; em 95, a Câmara dos Deputados; em 2005, o Senado, sendo que, no âmbito federal, a sequência do período em que era Ministério da Justiça, Governo Fernando Henrique, o período Lula, em que era uma secretaria especial, duas semanas atrás, perdemos o “especial” e viramos Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

“Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos

termos desta Constituição". Então, é na segunda parte a fundamentação constitucional para a realização de conferências, para além das figuras do plebiscito, do *referendum*, da iniciativa legislativa popular. E ela sempre com o recorte de apresentar propostas, para que os poderes competentes decidam o que deve ser acolhido e o que não deve. A primeira foi em 96, a longa série até 2008, sendo que o Governo Federal é proponente, participante apenas das últimas três. Até a oitava, nona e a décima, antes, elas eram uma parceria entre a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e as entidades da sociedade civil, através de uma entidade construída com o nome Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos. Em 2009, Ministro Nilmário Miranda... Então, o governo brasileiro, o Governo Federal é um terceiro ator; em 2010, isso é suspenso, e em 2011, volta. Objetivos: formular propostas para revisar e atualizar o programa.

Em janeiro daquele ano, o Presidente Lula no Rio, no Itamaratyzinho, fez um discurso chamando a um mutirão nacional; era o Dia do Holocausto, ele comemorava com a comunidade judaica, então, o ano inteiro é atravessado por esse debate que mobilizou o segmento de direitos humanos no Brasil, áreas universitárias, poderes públicos dos três entes federados. Pode ir em frente, Pedro.

A etapa nacional, dezembro, 15 a 18 de 2008, 27 conferências em todos os Estados, eu estive em alguns; em vários deles, o governador abriu a conferência, com a presença de Presidente do Tribunal de Justiça, do Procurador Geral de Justiça; encontros prévios importantes em 127 regiões ou cidades, ao todo, 14 mil pessoas participaram diretamente desse debate. Em frente, Pedro.

Então, a Secretaria de Direitos Humanos teve um papel de coordenação, teve a realização de reuniões, seminários, especialistas convocados, como Paulo Sérgio Pinheiro, para uma espécie de consultoria geral sobre o processo de elaboração, com o seu olhar, agora, de uma das mais importantes figuras da área dos direitos humanos na ONU; houve a participação dos ministérios, a participação na Comissão de Direitos Humanos, da Câmara, é como coordenadora do processo, audiências públicas realizadas e ampla participação da sociedade civil num grupo de trabalho tripartite, e consulta pública de meses, a partir do site, esse documento, ele tinha um grande esboço dele exposto e divulgado amplamente por outros mecanismos, que permitia a participação de qualquer cidadão, enviando mensagem àquele endereço eletrônico.

702 resoluções aprovadas na 11ª Conferência estão expressas em um documento que se chama "Resoluções da 11ª Conferência", com importantes diferenças com o PNDH-3... Por favor--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Flexa está obstruindo ali. Vou propor tirar a mesa ali--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: A referência a convenções e tratados, e a referência às recomendações dos comitês: comitê da criança e adolescente, da mulher, de combate à tortura etc. Em frente.

Ele tem como marco de novidade, ele foi subscrito por 31 ministérios; o Presidente Lula, quando me deu posse, em dezembro de 2005, lembrou, no discurso, que direitos humanos não está na área de direitos humanos: está na área da educação, da saúde, da cultura, da diversidade, e que o nosso trabalho era um trabalho de interministerialidade.

Então, foi o nosso esforço de trazer, se pudéssemos, todos os ministérios para assinar. 31 é um número bastante expressivo. A ideia de políticas do estado, em que o Presidente Lula, na sua apresentação, menciona, que é um programa pensado para seguir adiante, mesmo ocorrendo o processo de alternância no poder, que é natural e desejável, na vida democrática, são palavras do Presidente Lula, prevê a ideia de um comitê de monitoramento, a implementação com planos bianuais, e a transversalidade. São seis eixos orientadores, o um são os temas da democracia. É uma conferência que foi realizada com críticas ao Governo Federal, com votações em que o Governo Federal, com os seus representantes ministeriais, foram derrotados... Numericamente, no debate, é da natureza desse tipo de conferência. O tema do desenvolvimento, então, é todo o conjunto dos temas do Pacto dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais, a ideia da universalização.

Então, os segmentos vulneráveis. Eu realço que segurança pública é um forte capítulo do programa, incorporando o debate da Conferência Nacional de Segurança Pública, do PRONASCI, o primeiro Programa Nacional de Segurança Pública, que tem direitos humanos em cada página da sua proposta, e lembrar que, num documento que foi submetido à fortíssima polêmica e críticas, ele foi um documento praticamente virado do avesso, com lupas, não apareceram importantes acordos em uma quantidade enorme de formulações, numa área sensível como essa... Volta um pouquinho, Pedro... A educação, cultura e direitos humanos como eixo mais estratégico da construção do Brasil do futuro; o resto é correr atrás da violência já ocorrida. Então, a vida escolar, a vida universitária,

a educação não formal, que se realiza na sociedade civil, do sindicato dos trabalhadores às igrejas e Rotary Clubs, são ações formativas, que formam o cidadão num sentido ou outro. A questão da mídia como elemento fundamental dessa construção dos direitos humanos, e por último, o eixo inovador, que não está presente nos dois anteriores, que é o tema do direito à memória e à verdade.

Listamos e trabalhamos detidamente todas as críticas formuladas aqui, no Senado, na Câmara, na imprensa, em debates, e longe de esgotar, mas, pelo menos em torno desses 11 temas, argumentamos, temos discussões, temos que ouvir, temos que expor algumas apreciações sobre a alta amplitude de que o programa extravasaria, estaria muito além dos direitos humanos, é um título de primeira página do Jornal O Globo... A criação da Comissão Nacional da Verdade, controvérsias do governo com o Ministério da Defesa, os temas da liberdade de imprensa, os temas na mediação de conflitos agrários, o tema da união civil entre pessoas do mesmo sexo, e que tem uma relação com o tema da adoção por casais homoafetivos, a questão dos símbolos religiosos, do aborto, da taxação de grandes fortunas, financiamento público de campanha... Volta, Pedro... A ideia de direitos trabalhistas de profissionais do sexo, plantio de monocultura, são alguns dos elementos que apareceram reiteradamente como pontos polêmicos de controvérsias e de críticas. Em seguida, Pedro...

Detalhando alguns deles: o direito à memória e à verdade, ele tem temas do acesso à informação, abertura de arquivos, e a proposta de apresentar ao Legislativo, até o final deste mês, criando, no Brasil, finalmente, uma Comissão da Verdade, que não é revanchista, não é contrária à Lei de Anistia; pretende complementar uma caminhada de décadas, em que, ao Governo Fernando Henrique, ao próprio Ministro Jobim, Ministro José Gregori, competiu a etapa de criar a Comissão Especial sobre Mortos, desaparecidos políticos. Ainda no Governo Fernando Henrique, a criação da Comissão de Anistia, no âmbito do Ministério da Justiça; países ao lado já fizeram esse processo, e voltarei, se preciso, ao debate, para dizer: é a favor das Forças Armadas Brasileiras, não é contra. Não é justo que as Forças Armadas Brasileiras, a família militar siga carregando sobre o peso da sua imagem violências que foram executadas por algumas dúzias de torturadores, de pessoas que mataram, ocultaram cadáveres, entre os mortos, desaparecidos, certamente pessoas das relações pessoas de alguns dos senadores, algumas das senadoras, deputados... Senador Cristovam me contava um dia, numa conferência, da sua amizade com o Rui Frazão, que temos uma homenagem marcada para o Maranhão, no mês que vem, gostaria muito que o senador atendesse ao convite, como o Governador Serra atendeu ao meu convite para irmos juntos a Florianópolis, homenagear, na Assembléia Legislativa, Paulo Stuart Wright, irmão de Jaime Wright, reverendo que celebrou o culto ecumênico de homenagem a Vladimir Herzog, e que trabalhou comigo, sob a direção de Paulo Evaristo Arns, na construção do projeto Brasil Nunca Mais. A ida à Assembléia para homenagear Paulo Wright, ex-deputado estadual do PSP, antes de 64, naquele estado, me rendeu a colegas do meu partido, um deputado estadual não participar, dizendo que eu estava indo criar palanque para o Serra em Santa Catarina, e eu argumentei, com serenidade, que eu não estava realizando palanque; eu estava realizando uma atuação conjunta entre pessoas e autoridades que têm posições partidárias, situação, oposição, diferenciadas, mas que estão unidas em temas como esse.

Há 30 Comissões da Verdade no mundo, entre América Latina, África, algumas da Ásia, como a ONU informa, e já disse de que não propõe a revisão da Lei da Anistia. Na questão da imprensa, se tratava de assegurar a garantia do direito à comunicação democrática; o papel fundamental da mídia na promoção da educação e de uma cultura em direitos humanos. A ABERT, no seu comunicado, ela lida exaustivamente em horário nobre de televisão, de rádio, ela fala: "O governo propõe a criação de uma comissão do governo". Não propomos, os senhores têm o programa; a leitura atenta mostrará. Não sendo má fé, foi uma interpretação equivocada, porque nós listamos quais são os ministérios responsáveis como cada uma das 521 ações têm ministérios responsável. Não se propõe isso.

Por último, a discussão de propor a criação de marco legal para regulamentar um artigo da Constituição, isso não tem nenhum conteúdo anti-democrático, e elaborar critérios de acompanhamento editorial para assegurar o respeito aos direitos humanos nos meios de comunicação, volta, tema que, já disse, é assentado em ideias positivas, como na Câmara dos Deputados, o programa "Quem Financia Baixaria é Contra Cidadania". Em premiações como a ANDI, Agência Nacional dos Direitos da Infância, já realiza para as melhores práticas da imprensa, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, com o Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos. E em vez de comissão de governo, isso poderia ser materializado na forma de uma parceria com a própria ABERT, Associação Nacional de Jornais, Associação Nacional de Revistas, e já disse que, se há um entendimento, interpretação, é um dos temas que estamos abertos para propor alteração da redação, que comece dizendo "no sentido

de consolidar permanentemente a mais ampla, plena e total liberdade de imprensa", propor às entidades e trabalhadores do segmento, que realizem tudo isso.

A questão da mediação de conflitos agrários é, igualmente já antecipei, que é um tema que, sobretudo a partir das críticas da Associação dos Magistrados do Brasil, que argumenta que a palavra, como primeiro ato, envolve uma intromissão numa esfera de competência constitucional do Senado, nós vamos alterar isso, mantendo todo o espírito de um programa que é recomendação internacional, ONU/OEA, e é um trabalho que o próprio Conselho Nacional de Justiça, o Presidente Gilmar Mendes recentemente, numa viagem a Marabá realiza, que é buscar mecanismos para permitir que não aconteçam mais Eldorado de Carajás, Corumbiara, Felisburgo, mortes como a de Dorothy Stang, recentemente, agora nas próximas semanas, mais um julgamento em Belém do Pará.

O tema da união civil entre pessoas do mesmo sexo é um tema de alta controvérsia, que envolve questões religiosas, expressa o ponto de vista fortíssimo de um segmento que se manifesta fortemente no Brasil, que reivindica direitos constitucionais, nem menos, nem mais, direitos iguais, e é um tema que tem algumas jurisprudências se formando, tem debates legislativos, o Poder Legislativo, o Senado e a Câmara, são a autoridades com poder e competência para decidir o que deve ou não ser transformado em lei. Em frente.

O tema do aborto, se necessário, voltarei a mais discussão, foi o primeiro anúncio que fiz de que o programa continha um erro, porque a formulação, ela não corresponde à opinião do governo do Presidente Lula, do próprio Presidente, e quando eu fui estudar e debater, constatei que, de fato, a formulação aprovada, ela não se afasta da minha convicção pessoal como Ministro. Estou terminando. Ela tem uma frase, que é fortalecer, apoiar o projeto de lei que descriminaliza o abordo, que tecnicamente já não estava correto, porque, naquele momento, esse projeto já não tramitava mais, então, teria que ser uma fórmula no plural, "novos etc.", mas a parte que eu defendo, o governo não tem essa posição, não foi decisão da Conferência da Mulher, que nós já realizamos duas vezes, que é a autonomia da mulher para decidir sobre o seu corpo. No entanto, há recomendações da ONU que apontam nessa direção; o tema do abordo foi debatido por décadas na Europa, Estados Unidos, Canadá; será debatido, nos próximos anos no Brasil, já anunciei e comecei a visita a CNBB, visita ao Dom Dimas, explicando que alteraria, sem suprimir, mas tornando a redação uma redação mais consensual, uma redação que coloque o problema da necessidade de debater, de discutir as legislações punitivas, e levar em conta o problema do aborto como um problema de saúde pública, que leva a 250 mil internações de mulheres, geralmente pobres, que realizam aborto em condições precárias, e têm complicações; não tenho o número de mortes resultante disso. Em seguida.

E lembrar também, terminando, que também a imprensa, ela exerceu, naqueles últimos dias de dezembro, e primeiros de janeiro, um papel de protagonismo, ao informar, na medida em que ela, em grande parte, se sentiu tocada por temas que interpretou como temas tendentes à introdução de censura, de controle da imprensa. Eu quero registrar, primeiro, que não há a palavra "controle social", nem "controle democrático", que há no PNDH-2. Então, nós, sem saber que haveria essas polêmicas todas, não imaginamos; se imaginássemos, teríamos tomado mais cuidado em todo o momento de redação final... Cuidamos de anexar o PNDH-1 e 2, no final, com a assinatura de Fernando Henrique Cardoso, para firmar, o que é raro na vida dos governos, os governos preferem esquecer o que foi feito antes... Não é uma discussão deste momento; eu, nos quatro anos e três meses que estou no cargo, o tempo todo falei que, em direitos humanos, nós temos o cuidado de assegurar políticas de continuidade, desenvolvimento, de reconhecimento da importante acumulação histórica em direitos humanos, nos oito anos de Fernando Henrique Cardoso, e lembrar que aquele debate não aconteceu com formulação que leiam, verão, que elas são mais duras, elas introduzem, evidentemente, há uma correlação com a conjuntura, com a avaliação do Governo Lula como um todo, com a Conferência de Comunicação, com a proposta da criação do Conselho Nacional de Jornalismo, e não unicamente em torno das formulações.

Por último, já disse, que vamos alterar redação. Quero dizer que houve muitos apoios, e apoios importantes. Retomo a metáfora de sinfonia de múltiplas vozes, ou democracia como o regime que consagra a legitimidade do dissenso para dizer que também quando o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho de Procuradores Gerais do Estado, que o Senador Demóstenes Torres já presidiu, a Associação Nacional dos Defensores Públicos, o Conselho Federal de Psicologia, a SBPC, a CUT, a CONTAG, há milhões de brasileiros e brasileiras representados numa atitude, em que o noticiário do jornal, regra geral, não mostrou assim; ele mostrou que havia uma onda nacional, como se um consenso nacional, contrário ao PNDH-3.

Então, eu apresento, com humildade, um anexo que os senhores e senhoras recebem, com algumas dessas manifestações, e que não incluía ainda artigos de Marcelo Rubens Paiva, Luiz Fernando Veríssi-

mo, muitas figuras conhecidas e respeitadas, destaco um último documento, uma carta assinada por Dom Paulo Evaristo Arns, por Dom Pedro Casaldáliga, por grandes prelados católicos, por Clarice Herzog, Chico Buarque de Holanda, por Tereza Fiel, viúva de Manoel Fiel Filho, por Antônio Cândido, Cândido Mendes, que apóia o Programa Nacional de Direitos Humanos, centralmente no tema da Comissão de Direito à Memória e à Verdade.

Último... Terminou, eu só, então, concluo, explicando que estão com V. Exas., senadores, senadoras, um exemplar de uma revista n°. 5, que nós dedicamos a debater os principais aspectos polêmicos, com posicionamentos, em defesa do PNDH. Flávia Piovesan, importante constitucionalista de São Paulo, que já disse, repito, possivelmente, o Brasil ainda verá como membro de um tribunal superior, na linha que o Fernando Henrique inaugurou com a primeira mulher no Supremo, o Presidente Lula passou para dois... Senadora, para frente é que se anda, de dois tem que ir para três, tem que ir para quatro, tem que virar metade, tem que virar, talvez, seis a cinco, porque, tecnicamente, as mulheres são um pouquinho mais que os homens. Então, o bom modelo será o momento em que um Supremo tenha seis mulheres, cinco homens. Tenha a igualdade racial, metade, e não apenas a figura de um único. E, nesse sentido, ela discute os argumentos de que é inconstitucional e de que viola leis.

Luiz Alberto Gómez de Sousa, um veterano militante que esteve exilado, ligado à igreja, irmão do consagrado ator e diretor Paulo José, da Globo, que todos conhecem, que foi um consultor para isso, ele discute os temas das religiões na sua interface, e cada especialista discutirá, o Presidente, na ocasião, da OAB, está presente, eu espero que essa leitura, os documentos que estão agregados aí, abra o caminho para, a partir desta audiência, que novamente agradeço aos senadores, Senadora Fátima Cleide também, que agora chegaram, a gentileza... Bom, então eu preciso... O Senador Tasso Jereissati, o Senador Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Rosalba Ciarlini, senadores... Senador Crivella, deputados também. O agradecimento pela gentileza da fusão, e dizer que não tenho a menor pretensão de modificar opiniões já expressadas. Eu tenho um grande empenho de fazer um debate sereno, em que certamente aprenderei, em que o Governo Lula aprenderá, em que assimilaremos pistas, ideias, sugestões, mas tenho um forte empenho em que transformemos esse debate em um debate altamente qualificado do ponto de vista da democracia. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecemos ao Ministro Paulo Vannuchi. Eu quero lembrar que essa é uma Audiência Pública conjunta de seis comissões – Relações Exteriores, Direitos Humanos, Constituição e Justiça, Ciência e Tecnologia, Agricultura e Meio Ambiente -, tal é a polêmica que foi levantada em relação ao tema.

Eu vejo, Ministro, com satisfação esse reconhecimento de que os governos não devem esquecer do que os outros fizeram; só espero que não seja apenas em relação aos pontos polêmicos, seja também em relação aos pontos de avanço que o país teve.

Eu quero convidar o Senador Cristovam Buarque, que, se puder assumir, que eu vou só receber o novo Governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia, que vai visitar o Presidente Sarney nesse momento, se V. Exa. puder assumir aqui. O primeiro orador que está inscrito é o Senador Arthur Virgílio.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É com prazer que dou continuidade aos trabalhos, passando a palavra, inicialmente, ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, senhoras e Srs. Senadores, Ministro Vannuchi, eu, antes de mais nada, registro que V. Exa. fez uma exposição bastante nobre, bastante nobre, bastante elevada, e até contrariando e contraditando o que me parece uma regra geral no seu governo, que é de negar o que tenha acontecido de bom para trás, e eu até ressalto a preocupação que V. Exa. demonstra com relação aos direitos humanos, com essa contradição brutal de o Brasil sistematicamente, na sua política externa, se solidarizar com violações de direitos à pessoa humana onde quer que haja uma ditadura, quase que uma predileção.

Mas eu gostaria de falar a V. Exa., e eu dizia ao Senador Suplicy que eu vou voltar a um certo passado, Presidente Cristovam, eu vou voltar a um certo passado. Eu sou líder de um partido que não se propõe implantar socialismo no Brasil, bem ao contrário, o meu partido não tem como pré-condição que as pessoas sejam ou tenham sido de esquerda; meu partido tem como pré-condição que lutemos para um dia atingirmos essa etapa superior de regime político, que é o parlamentarismo.

Mas eu vou falar a V. Exa. como homem de esquerda, que militou pela esquerda durante os 20 anos do regime militar, para um homem de esquerda que pagou o preço e que demonstrou, a meu ver, de modo equivocado, demonstrou muita coragem, muita disposição de luta. V. Exa. optou por um caminho, e eu digo ao Senador Suplicy: “Nessa você não tem como estar

com ele, tem que estar comigo nessa". Nós optamos por bandeiras que sensibilizassem a sociedade, eleições para prefeito de capital, essa era a orientação do Partido Comunista Brasileiro, ao qual eu era ligado... Eleição direta para governador de estado, para Presidente da República, bandeiras como anistia ampla, geral e restrita, que possibilitaram que aqueles que estavam encarcerados, e aqueles que estavam no exterior pudessem voltar. Ministra Dilma é candidata graças à paciência que pessoas como eu e o Suplicy tivemos. Pelos métodos dela, eu não sei. Pelos meus métodos, pelos métodos do Suplicy, pelos métodos do Partido Comunista Brasileiro, ela hoje pode ser candidata à presidência da República.

Nós mobilizarmos, pelo que seria a Assembléia Nacional Constituinte, pelos brasileiros, e por críticas às políticas econômicas do regime militar, e era até difícil criticá-las, em função da sensação de bem estar que se espalhava pela mágica do falso milagre brasileiro... De tudo isso eu concordo com quase tudo. Eu vou aqui me abrir para V. Exa. Eu vi, o que me pareceu a primeira vista, um mélange, uma mistura, um mix, de uma porção de temas, eu não entendia por que, porque muitos já fazem parte de projeto de senadores e deputados, eu vou me declarar com muita clareza: relação homoafetiva, no momento que essa matéria for votada aqui, eu vou votar à favor, por entender que é injusto e é irreal não reconhecer que esse é um fato da vida que nos cerca.

Do mesmo modo, a descriminalização do aborto, neste momento que estamos aqui, e há razões religiosas que eu respeito, e eu próprio sou hoje uma pessoa reconvertida, eu me reconverti à religião, enfim, sou católico, mas não sigo o meu arcebispo nisso. Nesse momento, estão morrendo pessoas por estarem fazendo aborto ilegal. Então, é irreal nós imaginarmos que basta proibir para não acontecer; está acontecendo neste momento.

Qual é a crítica que eu quero fazer a toda celeuma que estabeleceu, a meu ver, desnecessariamente, no momento que o Presidente Lula estava tão bem, com a popularidade tão alta? Qualquer sombra, e são seguidas as críticas que o presidente faz à imprensa; a imprensa devia noticiar, não criticar, isso cheira a um certo ranço de autoritarismo, então, qualquer eiva de lembrança, qualquer coisa que possa significar controle aos meios de comunicação, deve ser abjurado com clareza por todos nós.

Do mesmo modo direito de propriedade, dizer para quem quer que seja nesse país, que fez sua opção pelo capitalismo, que V. Exa. combatia e eu combatia, mas é o sistema que nos rege e temos que aperfeiçoá-lo, e ele que tem dado ao Brasil a competitividade de que ele desfruta hoje do ponto de vista de suas exportações, enfim. Dizer que a propriedade de alguém é invadida, e depois se tem que, ao invés de reintegração de posse, tem que negociar com quem que seja, me falou ainda uma querida amiga, sua assessora, a Dodora... Enfim, eu sempre... A Dodora Arantes, e me dizia que determinada polícia colocou militantes do MST em cima de um formigueiro. Eu não posso aceitar uma coisa dessas. E eu tenho horror à atividade que o MST exerce como agente atrapalhador da política econômica brasileira, mas, enfim, não aceito que se tenha que discutir com eles sobre uma propriedade que é minha, legalmente, comprada por mim legitimamente.

Enfim, e finalmente tem a questão militar. Para mim, isso foi, Ministro, me perdoe, mas uma pisada de bola muito grande. Eu estou falando com uma sinceridade brutal, até porque senti o seu sentido construtivo. A questão militar foi reativada, o General Leônidas, dizendo que o Presidente Fernando Henrique, e para citar o mais ilustre dos que ele chamou de "refugiados", não era perseguido político coisa alguma, era preso político. Eu nem vou lembrar essa coisa esdrúxula de se tratar com tanta benevolência violações em Cuba, e ao mesmo tempo, se tratar com tanta benevolência, como se fosse perseguido político, aquele que foi condenado como um criminoso por uma democracia, que é a italiana, o Sr. Batistti, enfim...

Mas, o General Leônidas sai de um certo ostracismo com a questão militar de volta, enfim, isso eu considerei muito ruim, pior ainda, o Presidente Lula recua, o que me pareceu uma coisa ruim até para V. Exa., não foi uma forma de prestigiá-lo. E pior ainda, eu me condoí, quando o Presidente Lula, em um gesto bastante infeliz, ele compara prisioneiro de consciência a bandidos. E eu considero que V. Exa. foi equivocado na forma de combater a ditadura, mas eu sempre respeitei V. Exa., e não tenho V. Exa. como bandido. Eu não tenho a Ministra Dilma como bandida. Ela não é bandida, não foi bandida; ela lutou de maneira errada contra o regime militar. Pela forma que ela queria, pela forma que V. Exa. queria, a ditadura não cairia nunca, ela só se fortaleceria. Pela forma que eu pretendia, pelo que o Partido Comunista Brasileiro pretendia, nós iríamos minando a ditadura aos poucos e chegamos ao cúmulo de ir colégio eleitoral. O PT não foi, não foi ao colégio eleitoral, expulsou quem foi, e agora a nossa Dilma vai lá e presta homenagens ao túmulo de Tancredo Neves, numa manifestação até de auto-critica, que eu não quero imaginar eleitoralismo.

Mas eu vejo, Ministro, que houve uma *caput diminutio* para esse episódio todo, porque o Presidente Lula, para tentar dirimir a questão, e à moda simples

dele, ele diz assim: “Os conflitos políticos...” Na lei de anistia, para mim, estava claro que de um lado estava o torturador, e do outro lado o torturado, e era assim que se falava no perdão. Ele reduz tudo a conflitos políticos.

A mistura de temas é no fundo, no fundo, para se chegar a atingir esses três objetivos: objetivo de restaurar uma questão militar, que a gente tem que entender que, no Brasil, a ditadura não caiu; houve um acordo. No Chile, a ditadura caiu; no Uruguai, a ditadura caiu; na Argentina, a ditadura caiu; aqui a ditadura não caiu. As condições foram diversas e diferentes. Eu sempre digo que se eu tivesse que fazer um elogio ao Paulo Maluf, eu faria um na minha vida; foi o elogio de ele não ter desistido de competir com Tancredo, porque se ele tivesse desistido, talvez a transição democrática tivesse sido atrasada em dois ou três anos, e os militares dificilmente iriam engolir Tancredo Neves como candidato único, avassalando o que restava de poder para o General Figueiredo, enfim, mas eu vi ali apoios e vi apoios; alguns apoios cooptados, enfim, e vi apoios legítimos. Respeito Dom Paulo Evaristo Arns, respeito Chico Buarque, respeito tanta gente que tem direito de pensar, e aqui eu estou para dizer que o que não for declaração de intenção, o que significar luta por direitos humanos, efetivamente, vai contar com o meu apoio, mais eu não gosto desse mix, e eu queria dizer que eu faço uma separação muito grande. E vou contar um episódio que talvez o sensibilize.

Eu não gosto desse mix, porque o mix, primeiro, atropela projetos que já estão em tramitação no Congresso, passa a impressão de que, no fundo, queria chegar àquilo. Isso tem que ser desmentido com clareza. E, por outro lado, eu entendo que tem uma diferença muito grande entre reabrir a questão militar, porque um general de brigada tinha 54 anos, mais ou menos; hoje ele teria que ter 94 anos depois. O suposto crime que ele cometeu, ou um certo crime que ele cometeu, que uma minoria fez, a maioria não fez, eu divido muito o Exército Brasileiro da época da ditadura e o Exército Alemão regular e a SS... O Exército Alemão foi obrigado a ir à guerra, e a SS era a que fiscalizava os oficiais regulares alemães.

Eu digo a V. Exa. que se alguém, e eu tenho vários amigos nessa condição, alguém quer os restos mortais do seu ente querido, que foi assassinado, deve ter o direito de buscar isso, mas tem que ser separado claramente de tentativa de punição. Eu vou lhe dar um exemplo, uma figura que eu considero uma figura execranda, execrável, e até risível, chamado General Ibiapina. Eu era Ministro de Estado, fui ao Clube Militar para a reunião de amazonenses, e o presidente da Associação de Amazonenses do Rio de Janeiro me apresentou ao General Ibiapina; o Ibiapina é o homem que puxou Gregório Bezerra pelas ruas, o homem que todos os dias dizia para o Arraes que ia matar o Seixas Dória; todos os dias dizia para o Seixas Dória que iria matar o Arraes. E aquilo era uma tortura psicológica brutal, e eu não aceito tortura de espécie alguma, e condeno violação de direitos humanos aqui, em Cuba, em Guantánamo, em qualquer lugar onde se manifeste, em delegacia, isso é muito importante. Tem gente sendo torturada em delegacia neste minuto. E me apresentaram a ele: “Esse aqui é o Ministro Arthur Virgílio, queria apresentar o senhor ao general, presidente do Clube Militar, que nos cedeu gentilmente o clube”. Ele, Suplicy, colocou as mãos para trás, e não me cumprimentou.

Como eu fazia política estudantil no Rio de Janeiro, e ele era general lá em Recife, eu depois, saí, fui lá, sobrou comida para todos amazonenses, menos para mim, eu fui almoçar no restante, até porque eu tive que discursar, houve discurso para lá e para cá, e quando olhei, não tinha mais nada comível, enfim; fui almoçar num restaurante com três ou quatro amigos. Um deles trabalha no governo do PT, José Eudes, que foi expulso. É um grande amigo do Presidente Lula, mas foi expulso injustamente, e esse é um momento de auto-crítica que deve ser feito pelo Partido dos Trabalhadores; tem gente que, a meu ver, deveria ter sido expulsa e não foi, o Zé Eudes não devia ter sido expulso, e foi. E eu falei... Aí começamos, no restaurante onde sentamos, a perguntar: “Ele é louco?” Por que... “O que ele tem contra mim?” Eu não fiz perturbação, eu não queimei nenhum carro em Recife; eu queimei no Rio de Janeiro carro; eu não quebrei a vidraça da Embaixada Americana no Recife; eu quebrei no Rio de Janeiro. Quer dizer, “de onde vem essa raiva desse rapaz, esse senhor de oitenta e tantos anos de não falar comigo?” Eu cheguei à conclusão, e eu não sou médico, é horrível falar de um assunto que a gente não conhece, que ele estava tão esclerosado, que ele me confundiu com o meu pai, que era um dos líderes da oposição ao regime militar. Que ele não podia ter raiva de mim, não justificava. No período pós-84, quando minha atuação começou a ficar mais marcante do ponto de vista parlamentar, eu nunca fiz nada, nunca citei o nome desse homem. Citei, quando homenageei o Gregório Bezerra, enfim, ou seja, qual seria o sentido disso, punir o General Ibiapina? O General Ibiapina, de 94, até chegar o final do processo, ele teria 103; a essa altura, se perguntar o nome dele, no inquérito, ele não sabe.

Ou seja, não teria sentido nenhum a não ser o de nós recriarmos uma situação de crise militar que não interessa a ninguém, por quê? Porque os militares

aceitaram, no Governo Fernando Henrique, a anistia a Lamarca e a Marighella, e o Presidente Fernando Henrique só não anistiou, Presidente Cristovam, conjuntamente, só não anistiou primeiro Marighella, que podia, eu disse isso a Carlinho Marighella, querido amigo meu, filho do Marighella, eu disse a ele: "O seu pai só não foi..." "Poxa, Arthur, que decepção". Eu disse a ele: "O seu pai só não foi anistiado agora porque o Presidente Fernando Henrique quer anistiar os dois juntos, se não anistiar juntos, não vai anistiar nunca o Lamarca, porque haverá resistência na área militar"; era a ordem que se estava fazendo da transposição das direções militares para as direções civis no Ministério da Defesa. E o Carlinhos Marighella aceitou isso, e enfim, e foi feita a anistia ao Marighella naquele governo.

Depois, eu não sei nem se foi justa a promoção a General, não sei, porque é como promover alguém a embaixador depois de ter saído... Poucos chegam a embaixador, poucos chegam a general, é um detalhe, enfim, mas de qualquer maneira, os militares estão cumprindo rigorosamente com o seu dever constitucional. Eles aceitam tudo, eles viram as crises por que passou este governo, no episódio do mensalão, sem se manifestar, a não ser o pessoal da reserva, que se manifestará sempre. Eles viram o *impeachment* do Presidente Collor, e ficaram literalmente na sua posição constitucional. Quer dizer, nós só temos que enaltecer e exaltar o papel que os militares exercem do ponto de vista das suas obrigações constitucionais. Eu não entendo por que mexer nisso, quer dizer, não pense que eu passei incólume... Eu conheço o seu passado... Mas não é para mexer...

Em 64, a minha casa foi invadida... Alguém diz aqui: "A minha também". Enfim, e a minha mãe foi obrigada, comigo e meus irmãos, a cantar o Hino Nacional de costas para a parede para mostrar que nós não éramos comunistas, e àquela altura, eu já era comunista. E nós cantamos, meu irmão menor não queria. E outras casas foram feitas assim, quando vinha a frente ampla, Carlos Lacerda jurou ao meu pai que não foi ele que deu a ordem. Não importa, não importa.

Boré serviu à ditadura de Vargas, contra a quem não tenho nenhum rancor. Não tenho nenhum rancor das lembranças que me sobrevoam a mente, de Carlos Lacerda, nenhum. Não tenho nenhum rancor do General Ibiapina; para mim, é um episódio que foi superado pela instalação e pela consolidação da democracia brasileira. Então, a cassação de meu pai... Perdeu a felicidade dele aos 48 anos de idade; era líder de governo aos 41. O lado dele perdeu... Um dos maiores amigos que eu tenho hoje, e um amigo que as pessoas que ainda dividem em "ismos", da direita, é o Senador Jarbas Passarinho. Jarbas Passarinho, teve gente aqui que não foi à noite de autógrafos dele; eu fui. Ele cassou meu pai, ele assinou, apôs sua assinatura cassando meu pai. Mas Senador Passarinho era um grande homem. Ele acreditava piamente que era aquilo que era bom para o Brasil, e o Coronel Jarbas Passarinho, Senador da República, Ministro de Estado, tudo que ele foi na vida, o Jarbas merece o meu respeito. E para mim, a partir de 79, eu não só o anistiei, como passei, a partir daí, as portas estavam abertas para qualquer entendimento, ou seja, eu não cultivo a figura do rancor. O que me pareceu, no PDNH-3, é que vi ali a figura do rancor.

E quando V.Exa. fala, eu não vejo em V. Exa. a figura do rancor. Então, eu gostaria que esse rancor fosse abjurado, que nós não nos prendêssemos em desvãos, e para mim é um desvão tentar reabrir essa questão; isso é para pôr uma perda em cima. No Brasil não cabe *"Las Madres de la Plaza de Mayo"* porque não foi o mesmo processo; nós não tivemos aqui o nosso Galtieri; nós tivemos o nosso Figueiredo, que vinha naquele processo de abertura lenta e gradual, da qual nós aproveitávamos para crescer enquanto alguns radicalizavam. Me perdoa insistir, para mim, a opção de V. Exa. foi equivocada, V. Exa. não estava certo na forma de combater a ditadura, embora eu louve a sua coragem, e louve seu valor pessoal. Me desculpe, mas, para mim, a minha forma de combater à ditadura era a mais correta; a forma proposta pelo Partido Comunista Brasileiro era a mais correta, era a forma justa, forma que, junto com outras forças, com o PCdoB e com tantos outros partidos, nós, o PMDB, todos fomos para o PMDB... MDB primeiro; no PMDB, eu já não era do Partido Comunista. Era lá o caminho para nós enfrentarmos do jeito que as nesgas de espaços que a ditadura nos desse, nós permitisse, e nós enfrentamos.

Então, as minhas dificuldades com relação ao PNDH-3 estão, nessa questão, a liberdade de imprensa é intocável no Brasil, intocável. É um crime, qualquer frase dita por quem quer que seja, ainda que do Presidente e, sobretudo, do Presidente da República. O direito da propriedade é constitucional, é intocável, e nós temos que olhar com responsabilidade para os resultados da balança comercial brasileira, se queremos nos referir ao MST e ao agronegócio.

E a questão militar, eu não vejo mesmo como reabri-la, eu não vejo mesmo por que reabri-la; os restos mortais de familiares de amigos meus que foram assassinados, eles devem ter o direito de ter o local onde possam velar as suas memórias. Mas é isso e ponto, é isso e ponto. Não cabe nada parecido com o que houve em outros Estados; não é justo com o Exército, não é justo com os atuais militares, os atu-

ais dirigentes, que não têm nada a ver com esse caso, ou seja, eu ouvi de V. Exa. nobreza aqui, e lhe peço a nobreza de também perdoar, a nobreza de também esquecer, a nobreza de também se concentrar no que é hodierno, no que contemporâneo. Contemporâneo é nos vermos quais são as violações de direitos humanos que nós podemos coibir juntos, enquanto nação aqui, e V. Exa. fala em países... V. Exa. citou o nome do Presidente Fernando Henrique aqui várias vezes, e eu aqui gostaria de dizer que eu espero, no futuro, poder citar o nome de V. Exa. também.

Então, me espanque essas três dúvidas, e nós discutiremos o restante. E eu lhe peço desculpa pela emoção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Por uma inversão concedida pelo Senador Inácio Arruda, eu vou passar a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, para depois de duas intervenções, passarmos a palavra ao Ministro Vannuchi. Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente Cristovam--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, pela ordem, só um minuto--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu estava inscrito para falar--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O senhor está em quinto lugar--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu não vou falar não, eu só queria dizer que, depois do discurso do Senador, do líder, Arthur Virgílio, eu abro mão de falar, porque é difícil a gente ouvir um relato tão sincero, tão emocionado e tão brilhante ao mesmo tempo. Eu acho que o recado, Ministro Vannuchi, está muito bem dado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem, Senador Tasso. Com a palavra, Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Cristovam Buarque, Presidente, Ministro Paulo Vannuchi, Ministro e amigo, eu queria dizer que nós começamos muito bem esse debate, com a apresentação consistente, reconhecendo historicamente as contribuições do governo anterior, do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, um homem que veio da luta democrática, de Paulo Sérgio Pinheiro, que é uma figura expoente na luta pelos direitos humanos, uma figura de estado, uma figura republicana, que transcende de partidos ou períodos, e que está sendo visto por esse governo, inclusive, como um alto comissariado da ONU para a questão dos direitos humanos.

Eu acho que essa intervenção com essa qualidade, e tratando de um tema tão sensível quanto é a Agenda Direitos Humanos, permitir que os excluídos, os discriminados, os perseguidos, os violentados possam se expressar, possam se constituir como sujeitos políticos na sociedade, possam encontrar, junto ao Estado Brasileiro, canais de diálogo e de manifestação, eu acho essa experiência riquíssima, e ela tem que continuar, ela tem que prevalecer.

Nós só seremos uma sociedade civilizada se formos capazes de discutir com maturidade, encontrar soluções para aquilo que são nossas diferenças religiosas, culturais, étnicas. E essa construção democrática, e quero parabenizá-lo por ter citado Bobbio, os direitos civis e políticos são direitos de liberdade; os direitos econômicos e sociais são direitos de igualdade, e esse é o caminho que esse país tem que apresentar.

Eu acho que hoje o Brasil, não só pela sua resposta econômica, por estar distribuindo renda, por ter preservado a estabilidade, o país deixou de ser um problema internacional, e passou a ser parte das soluções dos grandes problemas internacionais... Talvez a coisa que nos diferencie entre os BRICs é exatamente a democracia, o Estado de Direito Democrático, a separação de poderes, a alternância de poder. E esses valores precisam ser assegurados.

Quero dizer também que fiquei muito feliz de ver a intervenção sincera, profunda, do meu companheiro Arthur Virgílio, com quem tenho tantos embates e muitas afinidades. Eu acho que foi muito importante a intervenção dele, que pauta a qualidade ao debate, que eu acho que o Brasil deveria fazer.

Eu queria reconhecer, são mais de 500 proposições, e a ampla maioria absolutamente necessária, relevantes, contribuições que eu espero, porque nada disso terá vigência nesse país se o Congresso Nacional não abraçar algumas Agendas, e não impulsionar na forma de políticas públicas de avanço nas leis, então, a Conferência é uma provocação ao debate. Não é necessário concordar com o que está sendo proposto, mas é importante que seja discutido, e aquilo que seja relevante, seja incorporado.

O que eu queria dar destaque? Primeiro sobre o problema do controle dos meios de comunicação, uma pauta recorrente na democracia brasileira. Eu quero dizer qual é a minha posição, só há um caminho para o controle democrático e social dos meios de comunicação; é o leitor controlar o jornal; o ouvinte controlar o rádio, e o telespectador controlar a televisão. Não há outro caminho.

A liberdade de expressão é um valor, é um princípio essencial à democracia, e eu vi o Presidente Lula dizer exatamente o que eu acabei de dizer. E eu acho

que essa tem que ser a política do Estado brasileiro, e tenho certeza que qualquer um que tentar violar esse princípio terá resposta exatamente daqueles que lutaram tanto para assegurar a liberdade de expressão num tempo de receita de bolo e do silêncio das rotativas.

Então, não importa se tem um jornalista que não reconhece nada do que o governo fez, ou se tem um veículo que se assume como oposição sistemática ao governo; é melhor que eles existam do que o silêncio do debate. Então, eu fico feliz que não haja a expressão "controle democrático social", e o debate democrático acho que vai fazer com que o Brasil aprenda. Ainda mais com a Internet hoje, com as oportunidades de acesso à comunicação, de expressão; a interatividade, quer dizer, o cidadão não tem mais aquela relação passiva diante dos veículos, ele pode interagir, ele pode se manifestar, ele pode, cada vez de forma mais ativa.

Segunda questão relevante: Imposto sobre grandes fortunas. Eu sinceramente acho que esse é um debate de política econômica e fiscal, por sinal, o que nós fizemos aqui. Já fizemos esse debate duas vezes. Não acho que é uma questão que devia estar no programa, isso é um debate de política econômica e fiscal. Há toda uma discussão se o imposto sobre grandes fortunas tem alguma eficácia do ponto de vista fiscal. A avaliação é que tem pouca. O que é que a experiência nesse tema, que merecia ser discutida, como política econômica e fiscal? A experiência, talvez, americana, de estímulo às fundações. Os grandes milionários americanos, Fundação Bill Gates, Guggenheim, Ford. Por que eles criam fundações? Porque a política fiscal estimula que se criem fundações; é uma política pública, não é de Estado os recursos; a família participa e controla, e você transforma em apoio ao meio ambiente, ciência e tecnologia, educação. Eu acho que esse é um debate que nós podemos fazer, mas não vejo por que isso está num plano de direitos humanos.

Da mesma forma que a questão de política agrária... O problema da violência no campo é um problema dos direitos humanos; o problema que o Ministro colocou, dos assassinatos, da violência, da tortura, venha de onde vier, em geral, contra os trabalhadores, mas não só contra os trabalhadores, nós temos outros casos de violência, inclusive por parte dos movimentos sociais, que eu acho que não podem prosperar no país, nós precisamos tratar a política agrária e agrícola como política agrária e agrícola; o país que é o segundo maior produtor e exportador de alimentos, precisa avançar a reforma agrária, precisa avançar os assentamentos, nós duplicamos recursos do PRONAFE, da agricultura familiar, fortalecer as cooperativas, mas precisa esclarecer o debate, que precisa ser feito com mais profundidade, aonde é a competência específica.

Não vejo... Eu acho que a justiça tem razão no sentido de respeitar o Estado Democrático de Direito, as leis, o papel do judiciário nos conflitos agrários; o que nós podemos fazer é debater leis, aprimorar leis no sentido de melhorar, agilizar processos decisórios na questão do conflito agrário.

Em relação a símbolos religiosos, eu, quando li as notícias, que se pretendia retirar os símbolos religiosos, eu quase pensei que estava se propondo retirar o Cristo Redentor do Rio de Janeiro, e São Paulo do nome do meu Estado, porque era uma agressão à consciência cidadã. Fiquei feliz que não é exatamente isso. O que se propõe são os símbolos ostensivos nos logradouros públicos, nos prédios públicos, da União--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E o meu Padim(F) Ciço(F).

[risos]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E retirar o Padim(F) Cícero do Ceará, já está sendo resgatado... Então, eu acho que isso, evidente que a cultura brasileira, mais de 90% da nossa população é cristã, evangélica ou católica, somos um país ecumênico, respeito a diversidade religiosa. Então, eu acho que isso não é uma questão... O Estado é laico, deve se preservar como laico, mas o respeito a esse amplo sentimento popular, que nos faz uma sociedade mais tolerante, mais pacífica, mais generosa, mais solidária, é uma coisa que nós devemos valorizar, e reconhecer que é o sentimento do povo, nossa história, nossa tradição, nossa cultura. E hoje o debate religioso no país é absolutamente democrático, a convivência com todos os credos, as tradições afro, e todas as outras tradições religiosas são respeitadas e estão muito presentes no país. Então, eu acho também um tema bastante sensível.

Em relação à questão do aborto, eu acho que é um tema de saúde pública extremamente importante; não é possível que 250 mil mulheres continuem expostas, nas condições que estão, à prática de aborto sem a menor segurança, do ponto de vista de saúde pública... Respeitando a convicção religiosa e de fé dos que são contra e professam uma posição contrária e absolutamente legítima que assim seja e que tenham essa coerência nas suas vidas. Mas a questão do acesso à saúde pública, nessas situações-limite, eu acho que é uma coisa muito importante.

Para concluir, em relação à questão das Forças Armadas, eu acho que o Brasil fez uma opção histórica muito importante para a construção da democracia, que foi a anistia ampla, geral e irrestrita. Assim como hoje eu vi o Senador Arthur Virgílio confessar a sua

juventude comunista, eu quero também dizer que, em 1977, eu fui pra coordenação da campanha do então candidato a Senador na sub-legenda do MDB, Fernando Henrique Cardoso, por sinal, fui com Dom Paulo Evaristo Arns, e com o Presidente Lula, para aquela plataforma democrática, sabendo que nós perderíamos as eleições; eu era da boca de urna do comitê do então candidato ao Senado, Fernando Henrique Cardoso, junto com Plínio de Arruda Sampaio e Almir Afonso, porque considerava que a plataforma democrática, inclusive nessa questão da anistia, era mais corajosa, mais ousada, e não aceitava a ideia de uma anistia restrita, que era o debate que se fazia naquele final dos anos 70. E aquele movimento por uma anistia ampla, geral e irrestrita foi fundamental para nós avançarmos na construção democrática do país.

No entanto, eu acho, a sensibilidade do Senador Arthur Virgílio, vivendo os momentos do autoritarismo, da repressão na sua família, nós temos aí, eu acho que são 153 famílias que não sabem o que aconteceu com os seus entes queridos. Eu li o artigo do Marcelo Rubens Paiva... Eu sou amigo da família há uns 37 anos. Eu, então, vi a D. Eunice, a Veroca, durante anos, sem ter... Vai fazer uma matrícula na escola, "qual é o nome do pai?" "Cadê o documento do pai?" Não tem assinatura, não tem atestado de óbito, não tem a presença do pai. Em toda vida, jurídica, pessoal, familiar, para não dizer as versões e versões a que a família já foi exposta sobre o que aconteceu com um homem público exemplar, que era Rubens Paiva. A família não sabe o que aconteceu, e mais, a Comissão de Anistia ainda não resolveu o problema da família; nós estamos falando de 37 anos que eu acompanho essa família, como muitas outras.

Então, o direito a saber o que aconteceu é um direito fundamental, essas famílias... Nós não vamos consolidar a democracia no Brasil, sem saber o que aconteceu com esses familiares, isso é uma coisa... O governo anterior começou, esse governo tem feito esforço... Nós estamos agora discutindo uma lei de acesso às informações. Eu, particularmente, acho que nenhum documento com mais de 25 anos deve ter segredo de Estado; nós devemos avançar na questão da transparência na sociedade moderna. Estamos discutindo para aprovar uma lei de acesso às informações. Então, as informações têm que ser públicas, os agentes públicos têm que saber que as decisões que ele tomar, no futuro, serão de conhecimento da sociedade. E a transparência é o melhor desinfetante na administração pública, é o sol. É isso que desinfeta a administração pública, seja do ponto de vista da corrupção, dos desmandos, dos desvios de conduta; isso é uma grande virtude da sociedade democrática, a transparência.

Então, eu acho que sou favorável, sem revanchismo, não é isso que se trata, mesmo porque a lei de anistia prevalece sobre qualquer outra ação que pode se fazer, mas essas famílias têm o direito a saber o que aconteceu, para que elas possam viver em paz, porque não enterrar um filho, não enterrar um marido, não enterrar uma mulher, e não saber simplesmente o que se passou, isso é uma pauta dos direitos humanos desse país, e é uma pauta relevante na construção da cidadania e da democracia.

Por isso eu acho que nós estamos avançando no sentido de maturidade desse debate; quero parabenizar o Ministro pelas inflexões, pela reflexão e pela disposição de rever aquilo que agride, que não constrói, que não avança, e centrar naquilo que é absolutamente indispensável e fundamental para que a gente possa progressivamente construir um Brasil mais solidário e mais generoso; nós estamos muito longe de resolver a agenda dos direitos humanos no país, apesar de tantos avanços, tivemos no governo anterior, e estamos tendo nesse governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou seguir o ritmo de passar a palavra ao Ministro, e, depois, a gente retoma com o Senador Suplicy. Ministro Vannuchi com a palavra.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Eu agradeço muitíssimo as duas intervenções, a do Senador Arthur Virgílio, com esse componente, que é sempre muito pungente, de emoção, que teve, que o levou às lágrimas, e também eu senti o mesmo impacto nesse momento, me lembrando, inclusive, senador, de uma audiência aqui no Senado, em que eu não lembro se o tema era criança e adolescente, ou se era uma homenagem a Chico Mendes, em que V. Exa. fez uma comunicação sobre o naufrágio no Amazonas, e a morte de um prefeito, seu amigo, não é? E, em seguida, eu, na minha fala, relacionei com o tema da busca dos corpos dos desaparecidos políticos que o Senador Mercadante também acaba de abordar.

Quero expressar aqui algumas opiniões, e dialogar um pouco em torno das principais questões--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ministro, busca, que eu endosso; sou contra a reabertura da questão, mas endosso, eu tentei ser claro--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Estamos juntos nisso. Senador, sobre a rápida referência também, sempre respeitosa e elogiosa à minha história, da minha juventude, quando, com 20 anos, eu fui para o DOI-CODI, e passei por aquilo que todos passaram e fiquei cinco anos preso; eu era um militante

da LN... Uma cisão do PCB em torno exatamente da questão da resistência armada.

Sobre a resistência armada, eu só quero expor um pouco, para a compreensão de quem é o titular do cargo hoje de direitos humanos, que eu estou muito aberto, ainda, como militante, como cientista político, para toda a discussão de se aquela luta armada foi um erro ou não foi. Eu conheço os argumentos de que "olha, esse caminho não ajudou"; eu também gosto de argumentar que, talvez, a derrota da ditadura tenha sido resultado de uma convergência de múltiplas ações, inclusive, em que David Capistrano Filho, que era meu companheiro, no PT, filho de um desaparecido político que homenageamos em Pernambuco, no ano passado, na Assembléia Legislativa; David Capistrano Pai foi um herói da resistência francesa, um herói da Guerra Civil Espanhola; voltou ao Brasil no dia da posse do Presidente Geisel, desaparecido; há relatos de um agente do DOI-CODI de que ele teria sido esquartejado na casa da morte, em Petrópolis.

O David Capistrano eu conheci em 70, na Faculdade de Medicina da USP, aonde eu estudava, e ele... Eu não terminei Medicina, ele era do Rio, e ele era um militante do Partido Comunista, e nós ali tivemos embates de duas concepções distintas, para depois estarmos juntos nessas reciclagens que a vida política produz. Tivemos militâncias próximas. Eu tenho a impressão de que a luta armada, de qualquer modo, ela, do ponto de vista dos direitos humanos, ela, provavelmente, ela tem apoio num argumento que não é o argumento de se foi correto ou não, mas o tema da legitimidade, porque a Declaração Universal, no seu preâmbulo, começa dizendo que aqueles 30 artigos servirão para que os povos não sejam mais impelidos a exercer um direito de rebelião contra a tirania e a opressão.

E o direito de rebelião contra a tirania e a opressão, ele é um tema milenar do Direito, um tema bíblico, ele é tomista, ele é lockeano, e ele estava lembrado na Declaração, no seu preâmbulo. Então, a discussão sobre se foi correta, se não foi, eu, pessoalmente, agora, como titular dos direitos humanos, evidentemente, os direitos humanos se orientam para a paz, para a não violência.

Agora, pairarão sempre dúvidas se contra o ocupante nazista estava configurado ou não o direito de rebelião, e haverá um amplo acordo entre nós de que sim, a resistência tinha o direito de se organizar e atacar o ocupante nazista.

E, no caso brasileiro, haverá divergências muito profundas sobre isso. eu não sou uma pessoa que quando fala daquele período fala que acertamos em tudo. Eu tenho orgulho de ter participado de uma juventude que ajuda a construir o Brasil que temos hoje, mostrando que, "olha, as tiranias não podem se implantar e achar que elas existirão sem reação. Haverá reação, é fundamental que haja reação". Se foi correto ou não, é um tema que eu não tenho hoje em aberto, e certamente entendo que a resistência cometeu muitos erros.

O mix de muitos temas, que, certamente, é um problema importante, ele é um problema importante, ele é um problema, eu diria, um problema tema, não seria rigorosamente um problema erro, na medida em que pode haver um ou outro tema que não devia entrar, como alguns não entraram e tinham sido aprovados na Conferência. E foram os temas em que eu tive a capacidade de perceber que: "Olha, isso aqui tem alto risco de gerar um ruído, uma controvérsia, em que as pessoas vão desaparecer". Havia proposta sobre a questão dos juros.

Sobre as grandes fortunas, acolhendo a recomendação do Senador Mercadante, eu só quero ponderar que ela é um preceito constitucional, então, enquanto estiver na Constituição, a democracia, como manifestação de múltiplas vozes, ela deixa o caminho aberto para, em cada conferência, cada mobilização, apresentar de novo, ao poder constituinte soberano para decidir o que é lei e o que não é, e agora V. Exa. me informou, inclusive, que acaba de ser recusado, ou por votação aqui na--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Na discussão da reforma tributária.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Tributária. Bom, então, a questão dos direitos humanos é um problema sim, é um problema-tema porque os direitos humanos não nascem de uma vez só, nem de uma vez por todas, há um processo em que os ambientais não estão referidos na Declaração de 48, nenhuma referência a meio ambiente. E, hoje, a plataforma DHESC, já é plataforma DHESCA, direitos econômicos, sociais e culturais, e agregaram um A... O comitê da ONU, que nos sabatinou duramente, em 2009, lá em Genebra, dois dias respondendo dos direitos econômicos e sociais, incorporou os temas ambientais amplamente, sem que, no Tratado de 66, haja a incorporação do tema ambiental.

Então, nesse sentido, a incorporação desses temas envolve, em qualquer conferência de militantes dos direitos humanos, há sempre a tendência de falar: "Olha, a política monetária, a taxa de juros teria algo a ver com direitos humanos porque, dependendo--

[risos]

Meu presidente aqui está dizendo tudo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

[risos]

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: É claro que nós vamos tentar exercer esse papel que foi uma tentativa muito elevada, eu repito, que a conferência não é uma conferência chapa branca, o governo ali leva chumbo, e leva chumbo grosso, falando de uma amiga comum nossa, Marijane, companheira de Luiz Travassos, nosso Presidente da UNI, a quem lembro e homenageio aqui. Havia uma Mesa sobre o tema do desenvolvimento, um dos eixos; eu fui presidir para ser poder moderador, e estava convidada a Ministra Dilma que não pôde ir, enviou uma assessora, e pela sociedade civil, foi indicada a professora Marijane Lisboa. E eu, no momento em que eu tentei fazer uma intervenção apaziguadora, demonstrando: "Olha, o governo não é como sociedade civil, aqui tem limitações constitucionais, legais, orçamentárias, vamos ver o que dá para compor, tal". Eu tentei uma figura de retórica, que me deu muito errado, eu fui e falei assim: "Por exemplo, se a conferência aprovar aqui suspensão imediata de todas as obras do PAC, e ia continuar..." Ela puxou palma, e todo mundo bateu palma, expressando naquele grupo, que tinha 300 pessoas, apoio a uma ideia que eu ia construir como insensata.

Mas, assim, a assembléia é um momento em que o governo faz um crivo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Como é que é?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Estava toda militância do PSDB na conferência; tudo que eles querem é que pare para fazer discurso.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Não é o caso dela, não é?

[risos]

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: **--**Ela tinha sido uma alta assessora.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, a gente não pode parar o que não existe.

[risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Na realidade, Ministro, eram os prefeitos que esperavam as obras do PAC, e elas não chegavam, era frustração dos prefeitos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O povo já sente as obras do PAC, mas vai a partir de agora, deste mês, que vai aparecer em todo estado o que está sendo feito, aí a gente volta a esse debate.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Tasso violou os direitos humanos aqui.

[risos]

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Muito obrigado, então, o mix de muitos temas é um problema, agora, o artigo do Paulo Sérgio Pinheiro, da revista, eu peço gentileza de lerem, muitos serão amigos pessoais dele, ele tenta construir a explicação dessa amplitude, que é um problema tema, e que nós temos que voltar às entidades da sociedade civil para dizer: "Olha, veja que a reação ao PNDH-3 foi assim, assim, e assado, e é preciso fazer uma espécie de cheque balance, ponderações recíprocas, buscando composições para consensos mais amplos em torno de direitos humanos. Pode haver alta polarização em todos os demais temas, mas, nos direitos humanos, é fundamental construir consensos amplos".

Sobre a questão, Senador Arthur Virgílio, das opiniões formuladas sobre a questão da união civil estável, a questão do aborto, eu quero dizer que o aborto foi o tema que imediatamente me dei conta de que tinha um problema, e anunciei, e vamos alterar, mas eu quero lembrar também, e tenho aqui nas mãos, se interessar, eu posso ler, manifestações duras, posteriores, por exemplo, das católicas pelo direito de decidir, que já realizaram audiência... Senador, como vai? ...Dizendo para o governo não recuar disso porque o tema é um tema de saúde pública etc. e tal.

Há formulações que eu tenho aqui, das duas grandes conferências mundiais da ONU sobre a questão da mulher, que foram sucessivamente a Viena, Viena 93, o Cairo, em 94, e Beijing, em 95. E nessas duas, as formulações, elas evitam a palavra aborto, mas, a formulação é assegurar à mulher o direito de controlar todos os aspectos relacionados à sua fertilidade, à sua saúde sexual e reprodutiva.

Eu acabo de receber na PUC de São Paulo, das mãos da Silvia Pimentel, que é a vice-presidente do Comitê da Mulher na ONU, uma conhecida jurista brasileira, de São Paulo, uma recomendação no sentido de que, se nós vamos alterar, que essa alteração, ela busque um consenso maior, mas que não ignore as demandas democráticas sobre o tema saúde pública 250 mil. Durante a 11ª Conferência Nacional houve, na hora do almoço, uma manifestação, aquelas coisas de fazer uma manifestação dentro da conferência, em que as mulheres, de lilás, entraram, a Ministra Nilcéia junto, sobre denúncias sobre situações, envolvia uma delas Mato Grosso do Sul, episódio em que mulheres que tinham realizado abortos ilegais... Elas, na unidade de saúde onde eram internadas para combater a infecção, o risco de morte iminente, havia a recomendação oficial, então, ela era imediatamente amarrada na cama, enquanto a autoridade policial vinha para começar... Que Luiz Alberto, nesse artigo da revista, Luiz Alberto Gómes de Sousa, ele argumenta, aí como

teólogo, no sentido inclusive de se também não cabe ver a questão dessa mulher que realiza um aborto, que a Igreja Católica, outras religiões condenam, também com o enfoque da chamada compaixão, e a ONU é muito expressa, no seu comitê, no sentido de rever legislações punitivas.

E, no Brasil, já há um dissenso, a igreja... Não sei as demais, a Católica não aceita abortos que a lei brasileira permite. A lei brasileira permite aborto no caso de estupro, no caso de risco de vida à mãe, e está em debate no Supremo, anencefalia. E aí também não é o mesmo tema, porque envolve questões muito profundas sobre a vida, sobre a religiosidade, e tem que ser tratado com enorme respeito, cautela, mas as católicas, pelo direito de decidir, apresentam algumas formulações teológicas como Agostinho, Século 3º, dizendo que a vida, a alma, só se constituem no quadragésimo dia, de que não há alma no ovo recém-fecundado... Um debate teológico, que não está encerrado, e na laicidade do Estado, vai ser lei, não vai ser lei aquilo que não seja definido pelas razões religiosas.

Eu lembro também o tema do divórcio, que tem mais de 30 anos, e todos aqui se lembrarão do saudoso Nelson Carneiro, e aí me permitam o clima de descontração, com a pequena lembrança que envolve também símbolos religiosos, daqui a pouco... Deputado Genuíno, na correria final da constituinte, estava recolhendo assinaturas para tirar do preâmbulo da Constituição o "sob a proteção de Deus", que está lá. E eu entendo que aquele Deus é também Alá, ele é Jeová, ele é eventualmente Xangô, não há um Deus único ali; é uma ideia de religiosidade que está presente. E o Genuíno foi recolher assinaturas para retirar porque o Estado era laico. E Nelson Carneiro respondeu: "Meu filho, eu gosto muito do projeto, continue colhendo, mas eu não vou assinar porque, na idade que eu estou, não convém criar problema com Deus nessa hora".

[risos]

Então, nesse sentido, a questão dos nomes, nos estabelecimentos da União, ninguém estava invadindo competências do Legislativo, nem do Judiciário, evidentemente, nós vamos alterar também porque é preciso deixar claro que não é para tirar o Cristo Redentor de cima do Corcovado, não é para mudar o nome da cidade de São Paulo, nem do meu time, que, aliás, ontem foi classificado para as finais do Paulista... A ideia que estava presente ali, que foi aprovada, e que--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Você esqueceu de dizer que, em primeiro lugar, foi o Santos; por sinal, devemos fazer um projeto de Lei Rouanet, porque é só arte aquele time.

[risos]

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Quem sabe o São Paulo não consiga parar aquela máquina de fazer gol do Santos. E a questão dos símbolos religiosos foi votada e aprovada, certamente, com a preocupação de casos concretos... Eu vou citar um deles... Eu vou citar um deles: Em Florianópolis, no ano passado, houve quatro sucessivas depredações de terreiros de umbanda. Indicam as vítimas que teriam relação com uma determinada igreja, que é aquela daquele local, que é aquela igreja nacional, que um pastor faria pregações, relacionando com questão do demônio, e que pode ser que os seus fiéis tenham, motivados por essa pregação, feito a depredação. E os terreiros recorrem ao Judiciário, e o Judiciário terá um crucifixo como símbolo de uma pendência que levou a ONU a criar o Crescente Vermelho, para não operar a Cruz Vermelha nos países islâmicos.

Evidentemente, a redação não está boa "para impedir", não é impedir, então, tem de ser corrigida para uma formulação que, "tendo em vista o caráter laico do Estado, firmado no artigo tal da Constituição, promover a discussão ou o debate nas autoridades competentes, sobre a conveniência ou não", há teólogos que defendem que não haja, até com o argumento de que Jesus não deve ficar coonestando determinados procedimentos que, às vezes, são celebrados em determinadas periferias das instituições públicas etc. e tal.

A questão da imprensa, eu reafirmo as formulações, e faço minha a do Senador Mercadante, lembro mais uma frase do Presidente Lula, dizendo: "Eu sou fruto da liberdade de imprensa". E, dialogando com o Senador Arthur Virgílio, pelo nosso passado de militantes, lá pelos idos de 68, da esquerda, e nos consideramos pessoas de esquerda ainda hoje, por diferentes conotações, provavelmente a de Norberto Bobbio, "será de esquerda quem luta pela igualdade". E eu digo que troquemos a imprensa que nós temos no Brasil, hoje, por uma que tenha um jornal só, uma televisão só, uma rádio só, ou vários, estatais, e os problemas que nós temos aqui estarão multiplicados por 10.

Agora, a militância em direitos humanos insiste e continuará insistindo na necessidade de um diálogo com o Poder Legislativo, com o Judiciário, e principalmente, diretamente o diálogo com os organismos da mídia, qualificados pelas suas entidades empresariais e sindicais de trabalhadores. O artigo do professor Benício Lima, da UnB, que está na revista, ele resume essa discussão como na participação no programa Observatório da Imprensa, do Alberto Dines. Tive a oportunidade de dialogar com Aloizio Maranhão, importante jornalista do Globo, e nós terminamos o programa comemorando uma discussão de acordo, e ele próprio dizia, como aqui foi lembrado, que a reação

ao PNDH-3, na questão de censura à imprensa, ela não se explica com uma leitura estrita do que o programa propõe; ela ecoa o que teria sido... O Governo do Presidente Lula recusa essa visão, mas entende que houve uma grande reação da primeira proposta do Conselho Federal de Jornalismo, da ANSINAVE, os procedimentos preparatórios da primeira Conferência Nacional de Comunicação, que começou com a participação das empresas todas, e terminou com a participação de algumas, como a Bandeirantes, e que o presidente saúda no sentido de que ali ninguém arrancou pedaço de ninguém, um passou a conhecer melhor o ponto de vista do outro, e fortaleceu-se o entendimento de não introduzir qualquer ideia de controle social. Palavra controle social não está presente e as alterações que podem ser introduzidas são no sentido de "reafirmando a importância, a indispensabilidade da mais ampla, total e completa liberdade de imprensa, construir mecanismos de acompanhamento", algo a ver com a classificação indicativa, com o CONAR, com analogias.

Há programas homofóbicos, há programas racistas. Um programa homofóbico de São Paulo, na televisão, foi interrompido no ar, por ação do Ministério Público. Então, não é preciso criar nenhuma comissão do governo, não se propõe, o Ministério Público já existe para isso, e podemos propor, se conseguirmos superar as controvérsias, que a ABERT, a Confederação Nacional dos Jornais, e a Confederação Nacional das Revistas, com o Ministério das Comunicações, com os Direitos Humanos, organizem um observatório, que acompanhe, sem nenhum ranço de censura à imprensa.

Sobre o direito de propriedade, eu já antecipei que nós vamos alterar essa redação, tive uma primeira conversa com o Ministro Cassel, e o Desembargador Gercino, que é o ouvidor agrário nacional, ele é a pessoa-chave na elucidação do caso Hildebrando Pascoal, ele anda até hoje com forte proteção policial. Ele esteve junto com o Presidente Gilmar Mendes em Marabá, em iniciativas para ampliar os mecanismos da solução pacífica de conflitos agrários e urbanos.

O Ministro Jobim, ontem, na Câmara, fez longa exposição, pedindo que a Câmara, e aqui o Senado, trabalhem esse tema porque é um direito em mudança; a base normativa existente está assentada numa ideia da ocupação individual e se trata agora de um cenário de movimentos sociais que direitos humanos insistem e insistirão sempre, e atendem a recomendações de organismos da ONU e da OEA, que é o tema da não criminalização. Poderá haver crimes e, havendo crimes, todos somos subordinados à lei; o Poder Judiciário, as autoridades públicas cuidarão disso. Não pode haver interpretação, no enfoque dos direitos humanos, de que toda ocupação de terra é ato de criminosos. Haverá ocupações de terra que demandam situações de fome, de pobreza, de miséria, e nenhum questionamento ao tema direito de propriedade, que está lá na Constituição claramente e colado solidamente pelo constituinte, inciso seguinte, que é o tema da função social.

O que nós queremos é que não haja mais Eldorado de Carajás, Corumbiara, Felisburgo... Não haja São Gabriel, que teve agora, seis meses atrás, um sem-terra, Elton Brum, que não haja, 31 de março, oito dias atrás, Pedro Alcântara, um dos principais dirigentes dos trabalhadores rurais do Pará, da Federação. Então, nisso nós temos que nos unir, Poder Judiciário, Executivo, e Legislativo, e a formulação, ela vai retirar história de ouvir os participantes, o que é importante, e está no programa anterior, é ouvir o Ministério Público, que já é um mecanismo para isso, eventualmente, ouvir os institutos de terras estaduais, que estão diretamente relacionados, o próprio INCRA, sempre no sentido de defender a vida. Não é defender esbulho possessório, não é defender a violação do direito de propriedade. É, caracterizado o conflito, que em direitos humanos não pode ser visto como ação de criminosos, podem ocorrer crimes, mas, muitas vezes, a ocupação... E o Brasil tem uma longa história, a Pastoral da Terra produz, anualmente, um relatório sobre mortes de trabalhadores rurais, e eles são dezenas; felizmente, no Governo Lula, se reduziram em até 80%. É possível, pelo menos vale a pena tentar, a redução disso ao mais próximo de zero, que seja possível.

Sobre a questão militar, que nos trouxe esse momento forte de emoção, senador, eu quero dizer, e agora pela primeira vez numa audiência pública, eu fui entrevistado pelo jornal de mais alta circulação no Brasil, que é a Folha Universal, dois milhões quinhentos e setenta e um mil exemplares... "Perdão aos militares". Eu estou dizendo aqui, com todas as letras, que a ideia do perdão é uma ideia positiva. Na nossa formação cristã, dar a face para o inimigo... "Dê a outra face". "Amai vossos inimigos". O filme *Invictus,* que está passando agora com a história do Mandela, o Senador Jobim lembrou ontem no seu depoimento, ela é positiva, e a ideia de reconciliação é indispensável num titular de direitos humanos, e eu às vezes divirjo, e divergi lá, ao lado do Paulo Sérgio Pinheiro, na USP, num recente seminário, em que pessoas vítimas de tortura e de desaparecimento dos seus queridos, não aceitam a ideia de reconciliação... Reconciliação não.

E eu dizia, como é possível nos opormos à ideia de reconciliação? O mundo é um mundo de guerras e o mundo de Direitos Humanos é o mundo da paz. E a transição da guerra para a paz só pode ser feita pela

reconciliação. O Oriente Médio vai continuar, judeus e palestinos, árabes a se matar por mais décadas e séculos? Não, é preciso haver uma consertação mundial, para, juntos, buscarmos a paz.

O que nós entendemos, senador, é que, em primeiríssimo lugar, respeitada a lei de anistia, eu só friso aqui na observação do Ministro do... Talvez, Ministro, do Senador Mercadante, a ideia de que a anistia de 79 não foi ampla, geral e irrestrita; V. Exa. se lembram de que houve dois projetos, por uma pequena margem de voto, a anistia ampla, geral e irrestrita, defendida pelo MDB, pela OAB, pela CNBB, pelos movimentos de anistia, foi derrotada, e foi aprovada uma restrita, o Perly Cipriano, que está aqui, demorou meses para sair da cadeia, ficou dez anos preso, Perly e o último preso político foi solto 14 meses depois. O Superior Tribunal Militar interpretou que havia um problema de isonomia, chamou os advogados e pediu para que todos entrassem com um recurso para não manter mais ninguém preso, e a anistia só é ampla, geral e irrestrita no ato convocatório da constituinte do Presidente Sarney, e, claro, em 88, lá no ato das disposições constitucionais transitórias.

Há uma controvérsia jurídica que esse programa cuidou de manter ao largo, e o próprio programa, e o decreto presidencial, que criou o grupo de trabalho, que na semana que vem pode concluir a elaboração de um anteprojeto que será apresentado aqui para livre e constitucional decisão do poder republicano, que tem competência para decidir se será ou se não será, e como será.

Nós deixamos ao largo, inclusive, enfrentando críticas das representações da sociedade civil, que naquele momento, me tratavam como pelego, traidor etc. e tal. Então, ela vai se chamar Comissão da Verdade; queriam que chamasse Comissão da Verdade e da Justiça; eu dizia: "Justiça é Poder Judiciário". E imediatamente no primeiro exame que a Casa Civil faz da constitucionalidade, ela diz: "Isso aqui não é tema de decreto presidencial, isso tem que ser projeto de lei". O exame que a Casa Civil faz é estritamente esse. E o planejamento, dos impactos orçamentários. Tem dinheiro, tem, tem ação programática, não têm. Legalidade, constitucionalidade e viabilidade orçamentária.

Os programas, classicamente, eles não têm nenhuma força cogente; analisando os dois de Fernando Henrique, chegamos a uma avaliação de que eles foram concretizados aproximadamente, chutado, em 50%. E este aqui, provavelmente terá a conscientização num certo percentual, o empenho dos direitos humanos para ser o mais possível. Há uma enorme parcela que depende de leis, e as propostas de lei não devem ser interpretadas como invasão, desrespeito à soberania constitucional do Legislativo, pelo contrário, há um elemento muito positivo nisso, porque há movimentos sociais, em muitos países, que não gostam do desaguadouro constitucional. Não acreditam nele, que acham que o Legislativo... A história do Brasil mesmo, mesmo uma figura querida de pessoas queridas como eu, do Presidente Cristovam Buarque, como Leonel Brizola, ele tem uma estréia na vida política com o lema "Reforma agrária, na lei ou na marra", que hoje ninguém repete, porque há uma compreensão democrática da necessidade do caminho institucional.

Então, é muito bom que os movimentos populares e sociais, setores vulneráveis como quilombolas, ribeirinhos, ciganos, LGBT, os temas da igualdade racial, numa conferência, formem projetos de lei para que senadores, deputados, decidam se vão transformar em lei ou não. Isso é bom para a democracia, não é ruim, não ameaça, completa, qualifica mais.

A questão de como lidar com esse passado, senador, estamos todos de acordo em "para frente é que se anda". Não retrovisor. Agora, nós sustentamos que nós estamos discutindo o presente e o futuro. Há discussões, há enfoques, há recomendações da ONU... Terminar o processo de reconhecimento de Estado e da OEA também, não apenas como o reconhecimento que o Presidente Fernando Henrique já promoveu, com as indenizações que as leis de Fernando Henrique já introduziram, o governo Lula continuou e complementou, mas também com políticas públicas que evitem a repetição. É do futuro, é a construção do Brasil dos nossos filhos e netos.

E nisso, a Presidente Michelle Bachelet, com sua autoridade também de médica, tem uma metáfora muito grande: "Só as feridas lavadas cicatrizam. Nós queremos virar a página, mas é como se virássemos e ela volta. Enquanto o Estado brasileiro não conseguir, ou os corpos, se não houver mais corpos, a narrativa. Como terminou Rubens Paiva, que provavelmente V. Exas. conheceram pessoalmente, ou Honestino Guimarães, ou Rui Frazão, ou Paulo Wright, Stuart Angel Jones, tantos, ou a narrativa, "não há mais corpos porque o corpo foi lançado de helicóptero sobre a Baía de Guanabara", é uma das versões.

A narrativa, em certa medida, é uma recomendação, que é o reconhecimento de que aconteceu, queremos nos orgulhar plenamente das Forças Armadas Brasileiras que temos hoje, e já disse no título, não se trata de pensar em enfiar o velhinho, o Ibiapina, que o Antônio Calado lembra como forma de Itirapina. Ele está presente com o nome trocado, o torturador, aquele que arrastou Gregório Bezerra pelas ruas de Casa Forte, não é isso? Atrás de um jipe... Ele... A ideia não é necessariamente da punição, primeiro porque o tema

é do Judiciário; o Ministro Eros Grau, eu vi hoje, o meu assessor me comunicou que o consultor jurídico informa que o Ministro Eros Grau finalmente pediu pauta para o seu voto naquela ADPF, arguição de descumprimento de preceito fundamental da OAB.

Então, está há dois anos tramitando, então, haverá uma decisão do Supremo, e o que o Supremo decidir, todos acataremos. A conexão ali é questionada porque se fala... O entendimento técnico de que o torturador está envolvido, na anistia, está ligado à palavra conexão, que, evidentemente, foi um dispositivo organizado no debate parlamentar, de um momento que não é democrático; 79 não é o debate democrático. Eu lembro que Alencar Furtado tinha sido cassado dois anos antes. O líder do... O Covas tinha sido cassado em início de 69, por ter liderado a resistência do parlamento à tentativa de processar Márcio Moreira Alves; Alencar Furtado é cassado por decisão pessoal de Geisel, na manhã seguinte ao programa radiofônico do horário eleitoral em que ele repete--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pior, foi televisivo... Sobretudo porque foi um programa televisivo. Falaram o Ulysses, Alencar, Alceu Collares e Franco Montoro.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Excelente memória. Ele cita um artigo brilhante de Alceu Amoroso Lima, Tristão Ataíde, naqueles dias: "Até quando o Brasil terá viúvas que não sabem se são viúvas, órfãos que não sabem se são órfãos, viúvas do talvez e do quem sabe, órfão do quem sabe e do talvez", foi cassado por isso. Então, não havia democracia, havia um MDB heróico, importantíssimo nesse processo todo, que, no contexto que foi feito, a conexão, na jurisprudência brasileira e mundial, e na doutrina brasileira e mundial, a conexão nunca é interação entre partes opostas do conflito. Alguém furta um automóvel para promover um assalto, isso é conexão. Alguém falsifica um documento para promover um desfalque, agora, é conexão. Agora, a conexão entre o torturador e o torturado? Então, a ONU e a OEA, e principalmente a OEA vai fazer uma sentença condenando o Brasil, isso, no governo, todos sabemos. Ela vai fazer porque já fez no caso do Chile, já fez no caso do Peri... E claro que a sentença contra o Brasil, ela não tem também força cogente, o Brasil não vai ser preso.

Agora, é um desgaste brutal, é uma consolidação histórica, em que se pudermos evitar isso... Com o livro "Direito à memória e à verdade", em 2007, "Com os seus demais", que é esse livro que todos conhecem, "Com os seus três filhos", um primeiro sobre o afrodescendente, que morreu na luta contra a ditadura, são 40, entre Marighella e Osvaldão e vários outros. Em dezembro passado, a criança, a criança torturada... Bebês. E agora, em março, em março, a mulher. As 45 mulheres que morreram... V. Exas. podem ter conhecido algumas, e 26 sobreviventes que estão aqui com o nome, que estará assinado Maria Luíza Bierrenbach, irmã do Ministro que agora se aposenta, filha de um almirante, torturada por ser advogada de preso político... Diléia Frate, que durante 20 anos, dirigiu o programa Jô Soares, era companheira do Marcun, no momento da prisão, do ciclo Vladimir Herzog. Não são essas, mas algumas vão falar nesse momento: "Eu fui estuprada". Não é fácil para uma mulher, que tem filhos, que tem marido, netos, dizer: "Eu fui estuprada". Leiam. Eu penso que cada alto oficial brasileiro que ler esse livro se convencerá de que não tem sentido as Forças Armadas seguirem carregando nas costas o peso de algo que não é responsabilidade institucional dela. O regime militar, em nenhum momento, formulou lei de tortura. Elio Gaspari lembra que, no Araguaia, havia uma ordem escrita para enterrar os mortos, e não para degolar. Elio Gaspari fala: "Degola – A palavra maldita de Canudos e do Contestado, voltou a ecoar pelo Araguaia". Houve uma orientação de degolar etc. Na busca de corpos, agora, toda hora aparecem crânios separados...

Na Câmara dos Deputados, Deputado Pedro Wilson estava presente, o Coronel aviador Pedro Correa Cabral fez depoimento, foi capa de Veja, IstoÉ, virou livro, dizendo que ele guiou o helicóptero em pelo menos 10 voos de corpos exumados no Araguaia, há meses, e ele disse que o equipamento de navegação o impedia de usar máscara, então, um terrível mau cheiro dos voos, para, na Serra das Andorinhas, ser feita uma grande fogueira. É preciso fazer uma narrativa sobre isso, nós estamos procurando os corpos agora, mas estamos procurando os corpos sem o elemento fundamental, que é o de convencimento do cidadão democrático, de quem esteve naquilo, e que pode até anonimamente informar... Se querem achar corpos, procure em tal lugar, porque ali tem. Eu participei. Senador Inácio Arruda participou, o Presidente Renato Rabelo participou, do evento de levar a mãe de Bérgson Gujão Farias, de 94 anos, e que acaba de morrer, e disse: "Eu só esperava enterrar meu filho para morrer". Ele foi vice-presidente da DCE da Federal do Ceará, ele foi vice-Presidente do Deputado Genuíno, Presidente. E Bérgson, um dos primeiros mortos no Araguaia, felizmente, uma atualização tecnológica do exame de DNA, que evolui a cada dois anos, permitiu positivar e fizemos lá, com a presença do governador, um grande evento, é disso que se trata, é poder fazer essa homenagem a pessoas que, equivocadas ou não, senador, na sua tática política, fizeram parte de um mesmo processo também multi-vozes, multi-braços.

E, nesse sentido, é pró-Forças Armadas... É bom para o Brasil, é bom para elas... No meu contato pessoal com altos comandantes, eu quero dizer que tenho a melhor das impressões, que não são pessoas com qualquer resquício de marca de sangue. Eu quero dizer que, no Haiti, o nosso país está realizando, há anos, uma missão que é de direitos humanos; já são 10 mil membros, em contingentes de 1200, que vão se renovando a cada seis meses, que lá estão, e que fazem um curso da ONU, é um marco histórico, é a primeira vez que as Forças Armadas brasileiras, em massa, passam por um curso de formação de direitos humanos.

E agora, no plano estratégico de defesa nacional, grande passo histórico, foi aprovada inclusão de Direito Constitucional, e direitos humanos em todas as etapas da formação nas três armas, preparando, contratando uma visão já inteiramente transitada, numa transição a meio caminho, Senador Arthur Virgílio, concordo com a sua observação positiva, de que são 21, quase 22 anos com nenhuma intervenção, com países aqui ao lado, com golpes de estado, ameaças de golpe, militares se transformando em presidentes etc., é exemplar esse desempenho, não há por que ela se recusar a isso, tendo claro que não há nenhum empenho de vingança, de revanche; é completar o processo de uma família brasileira que esteve dividida naquele período e que não deve continuar dividida.

Então, nesse sentido, sem rancor, sem ressentimento, mas, Senador Arthur Virgílio, a ideia da pedra sobre isso, a dúvida é se essa pedra não explodirá. A psicanálise diz que o recalcado volta, tudo que é recalcado, que a gente não processa, que a gente não conversa, não discute sobre isso, senta na mesa... A comissão do Chile, ela nasceu com o Pinochet absolutamente intacto, tanto é que o primeiro Relatório Rettig, cauteloso lá, no sentido de que estava lá a figura, não era mais presidente, mas não foi derrubado. A Argentina, ela desmoronou com as Malvinas, mas a transição chilena tem algo a ver com a transição também. O primeiro plebiscito ela ganhou, ele venceu, depois venceu outro. Então, nessas controvérsias, a ideia de que é processando... E os militares, entre o primeiro relatório chileno e o segundo, Senador Arthur Virgílio, entre o primeiro e o segundo relatórios, a mudança no Chile foi que os generais sentaram com as famílias.

E eu tive uma controvérsia com o Ministro Jobim, no meio do ano passado, antes dessa, que foi sobre a busca no Araguaia, e que no primeiro desenho, não haveria familiares acompanhando a busca. E eu consegui convencer o presidente: "Presidente não há certeza de que nós vamos encontrar corpos, e se não há um familiar participando como representante e não achando corpos, quem é que vai convencer de que a busca foi para valer?" Então, é abrindo essa busca, e felizmente houve um acordo, houve Diva Santana, irmã e cunhada de desaparecidos no Araguaia, e mais Aldo Arantes, ex-presidente da UNE, e mais Paulo Fonteles Filho, filho que nasceu no DOI-CODI de Brasília, de Hecilda Veiga, torturada, que é uma das depoentes desse livro. Eu não sei se os senadores podem receber esse livro... Se os senadores podem receber o livro também--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Ministro, se V. Exa. me permite um aparte rápido, eu tenho um compromisso agora, eu tenho o Presidente do Mali, que está aqui, vou ter que me retirar, mas dizer a V. Exa. que tenho profundas divergências com relação ao aborto. Eu acho que direitos humanos é planejamento familiar, não é aborto; 250 mil mulheres não queriam abortar, mas todas queriam ter acesso ao planejamento familiar. Mas V. Exa. está coberto de razão.

Eu vivia na África, na época da Comissão de Paz chefiada por Desmond Tutu. Aqueles que não foram extravasar suas histórias e contar, estão sendo assassinados hoje, porque manteve-se esse passado, eu diria, essa ferida não lavada. Estranho se falar em princípio cristão de dar a outra face e perdoar, quando é princípio cristão "não há nada encoberto que não venha a ser revelado", é princípio cristão--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: "Conhecereis a verdade, e a verdade vos liberará".

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): --Então, os 10 anos que eu assisti de cura do *apartheid*, a pouca cura que vi, veio exatamente daqueles que foram ali, depuseram, crimes bárbaros, as pessoas até... O Presidente Desmond Tutu, às vezes, pedia para encerrar as comissões, porque ele entrava numa crise de choro, que o regime do *apartheid* fez com os negros, e também negros que fizeram contra brancos. Mas eu acho que a gente não supera esse episódio tão triste da nossa história. Eu fui militar, passei dez anos, eu tenho grandes amigos lá, sou admirador das Forças Armadas, e tenho gratidão pelas Forças Armadas; não conseguiria me formar senão fosse a escola militar.

Mas é por isso mesmo, por esse amor e respeito às Forças Armadas que eu acho que a gente deveria fazer exatamente essa comissão que V. Exa., com muita propriedade, defende... Desculpa interrompê-lo, mas eu tenho que me retirar por causa da recepção ao presidente da África, do Mali--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Aproveitando, então, eu acho que dou por encerrado--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dá por encerrada, porque já respondeu perguntas de muita--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu quero uma réplica breve. Ministro, primeiro, dizer ao Senador Jereissati que não tenho nenhuma dúvida de que V. Exa. fala com muita sinceridade. Queria fazer algumas observações, V. Exa. se referiu àquela operação Burnier; meu pai era um dos escalados para fazer aquela viagem turística de ser lançado na Baía de Guanabara--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Sérgio Macaco--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): E se não tivesse havido a denúncia pelo bravo--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Senador, Sérgio Macaco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Este sim mereceu ser promovido, o capitão Sérgio Macaco. Enfim, para mim, ficaram algumas dúvidas que nós ficaremos de esclarecer, até porque o debate foi aberto. Eu acho que uma das formas de se conter a violência é se conter essa coisa ilegal que é a ação do MST, que não tem sequer personalidade jurídica e que recebe fartos recursos federais. E nós temos, no agronegócio, se V. Exa. me pergunta, eu não tenho o menor interesse no agronegócio, eu não sei distinguir uma semente de soja de um carneiro, mas é um sustentáculo da economia brasileira, nós não podemos brincar com a nossa balança comercial.

Em relação à questão da imprensa, o Senador Mercadante falou por mim, o controle deve vir apenas do leitor. É um processo... Pior, V. Exa. disse, países em que haja um só órgão; Venezuela está ficando assim, e eu vejo uma certa tibieza do governo brasileiro em impor a sua liderança e em ser muito claro em relação à defesa da democracia, essa questão de Cuba, inclusive quero dizer de novo, eu tinha muita liberdade com o Presidente Fernando Henrique, não sei qual o nível de liberdade que V. Exa. tem com o Presidente Lula, mas se o Presidente Fernando Henrique tivesse feito aquela comparação infeliz entre bandidos e presos políticos, eu diria: "Presidente, pisou na bola, o senhor não poderia comparar bandidos com presos políticos, porque o Ministro Vannuchi não é bandido, a Ministra Dilma não é bandida", eu insisto, podem ter se equivocado, "então, não faça essa comparação. Encontre outra fórmula de se congraçar com aquele regime, a melhor forma seria aconselhar Fidel Castro", aproveitando a amizade, que aliás é recente, a minha era mais antiga, a dele mais recente, ele era contra o regime cubano quando eu era a favor, de repente, ele ficou a favor, eu fiquei sem entender, sem entender, pragmático como ele era: "É comunista?" "Não, eu sou torneiro mecânico". De repente, ele virou simpatizante de um regime ditadura mais vovó, mais cruel que pode existir.

Enfim, eu queria dizer ainda, vou lhe fazer uma pergunta no final muito sincera, de tão aberto que estou, porque eu não sei o resultado. Vou lhe dar um exemplo, veja bem, o que eu temo? Eu temo qualquer coisa que possa cheirar a fundamentalismo, que possa cheirar à proliferação de conselhos populares, que depois virem Sovietes, entre aspas, e que no fundo terminem por significar uma tentativa de empanar o poder constituído, que é o Congresso Nacional, numa relação que seria muito manipulada por muitos governos, enfim.

Eu já me referi a tudo isso, eu insisto que, na questão militar, quando eu digo "colocar uma pedra em cima", eu estou disposto a apoiar a ideia de recuperar os corpos, mas não de se estigmatizar, ferindo a Lei da Anistia, estigmatizar o papel que as Forças Armadas tiveram naquele momento, porque se tratou de uma guerra, uma guerra na qual eu estava do lado perdedor.

Eu fui com o Deputado Genuíno até o local onde ele foi... Aliás, ele não conseguiu chegar ao local, ficou um pouco perto, mas nós fomos, estava o Aldo Arantes e tantos outros, fomos até lá Conceição do Araguaia, Xambioá, por ali, nós fomos lá e ele ficou na pensão que nós estávamos, porque sentiu muito tocado de chegar lá, mas estive lá. Ou seja, V. Exa. citou aí diversas pessoas, minhas amigas, citou Paulo Fonteles, tantos outros, pessoas que fazem parte de uma certa história minha, enfim, e, portanto, eu não me colocaria na posição de obstaculizar qualquer tentativa de resgatar essa verdade histórica, mas o revanchismo não pode haver, nada de fundamentalismo nisso.

V. Exa. falou que, no Nazismo, nós não tínhamos outra alternativa, se franceses, a não ser a resistência armada. Mas aqui havia. Eu não condeno, louvo a coragem, a generosidade de quem se dedicou a isso, mas entendo, continuo entendendo que foi um gesto equivocado. Porque aqui havia alternativas, sim, a da mobilização popular que levasse, através de bandeiras que tocassem a sociedade, que levassem ao Brasil que nós temos hoje.

E eu queria, ainda, dizer a V. Exa. que não houve uma só anistia, houve aquela que, no governo Fernando Henrique, eu fui responsável por uma audiência, eu era líder do governo, e numa provocação que eu achei muito boa, do então deputado como eu, Jaques Wagner, disse: "V. Exa. está falando da tribuna, por que não faz uma audiência do Presidente Fernando Henrique com os que reivindicam a ampliação da anistia?" Eu digo: "Pode ser marcada para breves momentos".

E eu, sem consultar ninguém, falei: "Não, ela vai ser hoje". Eu liguei para lá e encontrei a burocracia, hoje o nosso querido Lucena, e digo: "Lucena, esquece essa história de lista. Eu prometi, tem que acontecer, ou eu não sou líder do governo. E hoje de tarde eu venho aqui com os que pretendem ampliação". E criou-se uma comissão, meu principal assessor, quem mais me ajudou foi um colega seu de partido, que era esse grande advogado que é o Greenhalgh, Luiz Eduardo Greenhalgh. E outras figuras se envolveram na história, mas, enfim, eu insisto que o MST é responsável pela violência no campo, é preciso olhar esse lado; eu não desconheço que possa haver atitudes rudes por parte de quem se envolve num... O processo da conquista da terra no Brasil é um processo meio de faroeste, nós sabemos disso.

E eu gostaria de dizer ainda a V. Exa., que V. Exa. falou: "o recalque explode"; se não explodisse, eu não teria me emocionado. A Senadora Serys aqui também. Eu estava aqui falando, e foi visível a minha emoção, a dela foi menos visível porque ela não está falando, mas ela me disse que teve sua casa vasculhada duas vezes, os livros perseguidos--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANUCCHI: E ela chorou também.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): --Meu pai teve a sabedoria de mandar esconder todos os livros que cheirassem, que a censura ela é, em si, é por isso que eu não quero a censura no Brasil; a censura, em si, é imbecil, então, o militar, ou o que fosse, chegava lá e olhava um livro e se o livro falasse: "A doce vida amorosa de Karl Krugman", estou inventando os nomes, ele dizia: "Karl? Não tem o Karl Marx, deve ser primo". Aí ele prendia, enfim... Então, para evitar esse tipo de coisa--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANUCCHI: Livro de cubismo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Cubismo, enfim... --Então, nós tiramos tudo que era livro parecido com isso de casa... "História sincera da República", do nosso Leôncio Basbaum, não é isso? Exatamente isso. Tiramos o que tinha de leitura, que pudesse ser mal interpretada e deixamos... Abrigamos presos políticos na minha casa, ficamos um mês cercados, mas, como nós temos uma burocracia deficiente, depois dos primeiros 15 dias, eles começavam a faltar ao serviço e entrou um preso político, depois entrou outro, ficaram vários na minha casa aqui. Quero louvar Vera Brant, que fez esse papel aqui em Brasília, salvou muita gente dos primeiros aperreios que a ditadura causaria.

E dizer que a forma que eu encontrei, que eu não pude evitar, de ver o meu recalque explodir, foi a emoção. Eu não quero mais do que isso, eu não quero mais do que isso. Eu reconheço que é duro, eu conheço... Tenho uma amiga que perdeu dois irmãos. Ela já morreu, ela, ela passou a vida inteira atrás dos dois irmãos, atrás dos restos mortais dos dois irmãos, e deve estar aí, acredito que o depoimento dela deva estar aí. Família Santa Cruz, está aí.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Fernando Santa Cruz, que é irmão da Rosalina, que é professora da PUC; estava no lançamento do livro, na PUC, e o Marcelo, que é vereador de Olinda, e a mãe, D. Elzita, esteve naquela campanha da SECOM, na televisão, pedindo para ajudar a localizar os filhos, com 96 anos.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM): Eu gostaria de saber, e aí vem a minha pergunta muito sincera, porque eu já lhe disse, o que eu senti, quando formos tratar desse assunto de fundamentalismos, já lhe falei do meu repúdio à idéia de Sovietes, conselhos populares que visem a minimizar o poder constituído, que é o Congresso, eu estarei contra, obviamente, em defesa do direito da propriedade, da liberdade de imprensa, em defesa da harmonia entre civis e militares, mas eu faço uma pergunta com muita ingenuidade, muita inocência até... Eu visitei as ditaduras, umas obrigatoriamente, fui para a Argentina uma época; a barra não estava boa para mim, fui para a Argentina, depois voltei, e fui como parlamentar já, acompanhando, ou acompanhado, não sei bem, nós estávamos num pequeno grupo de parlamentares, com o Evaristinho, Evaristo de Moraes Filho, que era representante da Ordem dos Advogados do Brasil, lá no Paraguai, naquela ditadura que era pior do que a nossa, um milhão de vezes, que não perdoava o vencido, ela não refrescava o vencido, uma ditadura cruel, eles tinham uma prisão chamada '*La Libertad*', então, eles enfiavam na vagina das mulheres um aparelho de sucção e a mulher tinha aquele alivio de segundos e ia se abaixando, abaixando, abaixando... Até que chegava no chão, do chão no podia passar, e lhe arrancavam o útero, enfim... Nos sentávamos nas mesas para conversar com as famílias, e a polícia política sentava junto. E meu temperamento me dizia: "Eu vou te tirar daqui". "Não faça isso, que é pior, eles querem um pretexto para agredir os senhores". Ou seja, se aqui no Brasil valia muito pouco ser deputado, lá não valia nada, porque não tinha Congresso funcionando.

E nós fomos lá numa missão, não me arrependo, nós fomos acompanhando o... Meu Deus, o Raúl Sendic – *hijo* -, filho do Raúl Sendic, que era o principal líder tupamaro, que estava preso, o Raúl morava em Cuba, e o pai estava preso, com dificuldade de falar, porque tinha levado um tiro na boca, e falava todos os

dias sozinho porque estava em isolamento, sob tortura moral, física durante algum tempo, tortura moral o tempo inteiro... E o Raulito, ele disse que morava no México, e, portanto, queria visitar o pai, demorou muito, fomos muito maltratados pelos militares, houve uma total covardia da diplomacia brasileira, que simplesmente não queria contato conosco, e havia um coronel chamado Ledesma, que era um débil mental completo, que ficava gritando conosco: "O ônibus não pode ficar dentro do pátio, tira o ônibus do pátio". Entrava armado com dobermann e com... Armado, não silenciava a baioneta, ele encomendava voz à baioneta, enfim, e nós fomos lá. Eu jamais vi uma coisa tão cruel, porque a perseguição ao vencido era superior à brutal perseguição que eu percebia na Argentina, e superior à brutal perseguição que havia no Brasil.

Eu não sei como o Uruguai está lidando com isso, como lidou com isso o Presidente Tabaré Vásquez, e eu pergunto, não seria uma armadilha, tipo assim, "não está mexendo nisso?" Eu estou perguntando, se o senhor não souber, não é obrigado a dizer, eu estou sinceramente perguntando. Mandela agiu 28 anos sem enlouquecer, convivendo com suas desavenças naturais, desavenças conjugais naturais, enfim, e como lidou Mandela, ou seja, eu recomendo esses caminhos, eu tenho a impressão que Tabaré Vásquez não fez nenhum gesto parecido com isso.

Em outras palavras, falamos aqui em alternância de poder e nessa coisa salutar de democracia que nós construímos... Não quero tirar o mérito de quem pegou em armas para enfrentar o regime, eu optei por outro caminho, optei por um caminho que eu julguei o mais correto, enfim, mas eu finalizaria com o exemplo de Mandela, perdão estava ali mesmo, capacidade de recomeçar estava ali mesmo, conciliação estava ali mesmo, olhar para a frente estava ali mesmo, e como teria agido o Uruguai, porque, das ditaduras que eu conheci, aqui de perto, eu conheci de perto, eu vi uma brutal incapacidade de... Era perseguição ao vencido o tempo inteiro, às suas famílias, o tempo inteiro, o tempo todo, e eu não sei, eu não vi notícia de que, no Paraguai, tenha havido essa agitação toda, enfim.

O que lhe digo e lhe prometo, no Uruguai, perdão, é que examinarei... Aquilo que eu julgar que está fora do espírito do que aqui lhe relatei terá a minha candente reprovação da tribuna da Casa. O que eu julgar que significa avanço na direção de um país mais consciente do seu dever de proteger o direito da pessoa humana, eu direi. E lamento muito que nós estejamos revelando a sua sincera preocupação no campo interno, no campo externo, o Brasil esteja se marcando como um país que por quaisquer razões, quaisquer ambições, sistematicamente vota a favor dos países que violam os direitos da pessoa humana, eu cito 200 casos aqui. Não quero mais tomar tempo dos colegas. Eu queria agradecer a V. Exa., foi um debate de alto nível mesmo, e não duvido da sua sinceridade, nem duvide da minha. Muito obrigado.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Obrigado, eu não duvido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu pergunto se o Ministro quer fazer uso da palavra... Ou, então, para ganharmos tempo, pois já é tarde, já vai dar uma hora, eu passaria para o Senador Suplicy, então, ao Senador Inácio Arruda, que tinha trocado com o Mercadante, e depois O senador Tasso Jereissati, que manifestou interesse de falar alguma coisa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Senador, eu peço inscrição aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem. Mas eu só queria sugerir, Senador Suplicy, que me perdoasse, de eu colocar aqui o tempo, para tocar a campainha, eu sei que é ruim, mas não é por que é o senhor não, é porque os outros gastaram muito tempo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tudo bem. Eu também gostaria de participar porque fui convidado ao almoço com o Presidente do Mali, então, procurarei ser breve, Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, querido Ministro Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannuchi, primeiro, eu acho que aconteceu um episódio muito bonito na forma como o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva procurou fazer com que V. Exa. e o Ministro Nelson Jobim pudessem dialogar e acordar sobre alguns dos pontos sobre os quais houve divergências, inclusive com algumas das outras áreas. E nós todos podemos observar a maneira como o presidente solicitou a ambos que dialogassem, até que chegassem a um melhor entendimento sobre alguns dos temas, e um dos quais se refere justamente a essa questão da Comissão da Verdade e da Reconciliação.

Aqui já foi mencionado, o Senador Marcelo Crivella, que viveu na África, acompanhou de perto, e o Senador Arthur Virgílio, há pouco, mencionou o Presidente Nelson Mandela, cujo espírito de reconciliação e, sobretudo, me parece que a Comissão da Verdade, proposta pela Comissão Nacional de Direitos Humanos, pela conferência, tem muito a ver com o que aconteceu com a Comissão da Verdade e Reconciliação... A proposta, logo no início, do Presidente Nelson Mandela, presidida pelo Bispo Desmond Tutu, que exatamente por seu trabalho naquela comissão, foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz.

Há um filme tão bonito sobre esse assunto, um filme de 2004, um filme exatamente sobre a Comissão de Reconciliação, onde havia a presença de dois jornalistas; uma que veio da Europa, que era a atriz Juliette Binoche, e outro que veio de Washington, que era um excelente ator, e ambos ali tiveram uma amizade muito forte, e foram acompanhando a Comissão da Verdade e Reconciliação, onde, em cada lugar diferente da África do Sul, ouviam as pessoas que haviam sido, de alguma maneira, objeto de atrocidades durante o tempo do *Apartheid*, e também ali eram ouvidas as pessoas que de alguma maneira tiveram responsabilidade sobre as atrocidades cometidas, e eram ouvidas as testemunhas, sejam as famílias das vítimas ou as próprias vítimas, se porventura estivessem ainda vivas, e na medida em que se revelava a verdade completa, e havia inclusive o reconhecimento por parte daqueles que cometeram os atos de que, de fato, foram ações inapropriadas, e na medida em que se revelou a verdade, então, a própria lei da Comissão da Verdade e da Reconciliação propunha que pudesse haver como que a anistia, e dependendo muito do grau, e tudo, os detalhes eu mesmo não conheço, mas eu gostaria até que V. Exa. pudesse fazer um paralelo com aquela Comissão da Verdade e Reconciliação porque eu acredito que o propósito é exatamente esse, que não se repita.

Aliás, ontem, houve, por ocasião dos 73 anos de José Celso Martinez Corrêa, no Teatro Oficina, numa cerimônia que contou com a presença do Ministro da Cultura, Juca Ferreira, um ato com a dramaturgia e a capacidade de José Celso, e de todos os membros do Teatro de Oficina, em que relembraram a própria anistia, no caso, dada a José Celso, e que tem muito a ver. Eu vou aqui usar menos a minha palavra para aqui citar uma passagem do próprio requerimento de José Celso Martinez Corrêa, porque ele traz muito do espírito que permeia muito dos anseios de pessoas que V. Exa. e dos familiares de pessoas, digamos, como do nosso querido Deputado Rubens Costa, que até hoje não sabe bem tudo o que aconteceu com ele.

Diz o José Celso, nesse breve trecho: "Por muitos anos, tentei recalcar para poder sobreviver e viver de novo os danos causados pela ditadura no meu corpo, na minha alma, no meu trabalho profissional e no de minha criação, o que vale também para o corpo físico do Teatro Oficina. Posso afirmar, mas a ditadura operou sobre mim e o Oficina, o que Glauber Rocha chamava de assassinato cultural. Eu e o teatro fomos assassinados socialmente. Muitos achavam mesmo que eu tinha morrido, me apontavam como vítima que a ditadura tinham eliminado, consideravam que eu e o teatro não teríamos mais uma segunda vida. Foram 15 anos de uma luta enorme para provar a mim mesmo que eu estava vivo de novo. Não falava quase em tortura, ou em repressão, somente através dos atos teatrais. Reaberto o teatro, foram mais de dez anos de muito sucesso para provar que nós tínhamos ressuscitado".

E eu sou testemunha porque vi, nesses anos, "As Bacantes", a "Cacildas!", "Os Sertões", que fizeram com que pessoas como o José Celso e todos aqueles que ele representa aqui pudessem reviver.

Então, trazer a verdade à tona, no espírito da Comissão da Verdade me parece algo muito importante, e eu quero cumprimentar a todos que participaram da Conferência Nacional dos Direitos Humanos para propor que isso possa acontecer... Os diversos temas polêmicos, V. Exa. aqui nos explicou, eu vou citar apenas que eu acho importante, até numa homenagem à iniciativa que a Deputada Marta Suplicy elaborou e propôs um tema que ainda está candente para ser votado, referente à união civil das pessoas de mesmo sexo, que é um dos temas que foram aqui recomendados, e que, claro, vai passar pelo debate democrático do Congresso Nacional.

E gostaria apenas de concluir, dizendo que avalio que também a própria renda básica, como um direito à cidadania, que será uma evolução do que é hoje o programa Bolsa-Família, tem muito a ver com a consecução e universalização dos direitos humanos de que resultou o documento referido por V. Exa.

Meus cumprimentos, e inclusive pelo alto nível do debate que aqui se estabeleceu com o líder do PSDB, porque todos nós aprendemos com o diálogo de ambos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a Presidência, daqui a pouco, senão vai ficar incongruente, ao Senador Eduardo Azeredo, e antes passo a palavra ao Senador Inácio Arruda. Depois--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite, Sr. Presidente, eu gostaria de passar às mãos do Ministro Paulo de Tarso Vannuchi a cópia de correspondência que acabo de encaminhar ao Governador Jaques Wagner, bem como ao Presidente Lula, com uma carta anexa da blogueira Yoani Sánchez, que pede a gentileza de o Presidente Lula colaborar para que ela tenha autorização de vir ao Brasil para o lançamento de um documentário feito com ela, por um documentarista da Bahia, por isso, em Jequié, que esteve em Cuba, e a entrevistou, e a cópia da própria carta da Sra. Yoani Sánchez ao Presidente Lula, para que V. Exa. possa junto ao Presidente, ajudá-lo a refletir sobre este assunto. Eu vou entregar a V. Exa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente... Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu considero que a audiência conjunta das duas comissões, ela resultou bastante exitosa pelo espírito de V. Exa., Ministro Vannuchi, que acolhe, é para isso, a democracia é esse problema: a capacidade de acolher as observações, seja da oposição, seja de outros setores sociais, que não coincidem absolutamente, às vezes, com a oposição, mas que têm informações e compreensões distintas daquelas que foram propostas.

Um aspecto muito significativo é que o Plano de Direitos Humanos ele é fruto de um acúmulo, dá saltos, mas trata-se de um acúmulo. E, às vezes, é muito fácil falarmos dos direitos humanos em outras plagas, mas muito difícil a gente resolver o problema dos direitos humanos no nosso próprio país. Por isso que uma das críticas talvez mais significativas aos modelos de desenvolvimento econômicos, sociais e políticos da construção da sociedade nova, na nossa causa, na causa do PCdoB, e dos partidos socialistas, da construção de uma sociedade socialista, é de que não é possível um modelo para uma nação, e esse modelo ser estendido para todas as outras. Cada um construirá o seu próprio caminho, e nós temos que tratar de resolver os nossos problemas, as nossas questões.

Eu considero que não é um tema fácil o tema dos direitos humanos; é um tema difícil, muito difícil. Por exemplo, um tema dos direitos humanos, que eu considero, no mundo atual, é o controle de uma das mais importantes e contundentes armas da comunicação de massa, que é a rede internacional de computadores. 80% dos provedores estão localizados numa única nação; é uma brutal desigualdade de direitos humanos. Quer dizer, você concentrar, você poder dominar, eu chamo até de domínio, a expressão é essa, domínio. Esse é um problema crucial dos direitos humanos.

Talvez a questão nossa com o problema da comunicação no Brasil, com a mídia brasileira, talvez nós devêssemos inverter, o que nós precisamos é de mais redes de televisão nas mãos das comunidades, nas mãos dos trabalhadores. Televisão na mão dos sem-terra, televisão nas mãos dos sem-teto, televisão nas mãos das populações carentes das periferias, rádio comunitária de fato comunitária, por quê? Porque nós devemos que ser controlados, do ponto de vista da informação, por duas ou três famílias? Vamos espalhar para toda a família brasileira, é inverter; ao invés de nós querermos fazer o que a Constituição manda, porque a Constituição manda que tenha controle, é isso que a Constituição manda. Ao invés de dizer: "Vamos controlar". Vamos dizer: "Vamos democratizar a mídia brasileira, vamos distribuir a mídia brasileira".

E vamos distribuir, talvez a gente tivesse que... Um dos itens de regulamentação fosse dizer o seguinte: "Os entes estatais, inclusive administração direta, indireta e as empresas de economia mista não podem concentrar recursos publicitários nas mãos de três ou quatro veículos de comunicação"; isso é um meio de você inverter a equação. Eu sei que vai ter muita grita em relação a isso, mas é a gente inverter a equação, ao invés de nós tratarmos de controlar essa mídia tradicional, que nós temos no Brasil, vamos pulverizar ao máximo, vamos mandar; a Constituição manda regionalizar. Vamos regionalizar a comunicação de massa. Eu quero saber mais sobre a Amazônia, eu quero saber o que é caatinga, eu quero que o povo lá do Sul compreenda o que é uma estiagem de oito meses, porque uma estiagem de oito meses, no sul é seca, nós diríamos, no Ceará, é "seca brava", mas eles não sabem o que é. Não sabem o que são dois anos e meio sem chover numa localidade, não entendem isso, não compreendem, por isso muitos acham que não deve fazer transposição de águas do São Francisco no Nordeste Setentrional, que acha que é perda de tempo, que acha que nós não deveríamos ter feito barragens para acumular 6,8 bilhões de metros cúbicos de água, porque aquele lago imenso ocupou terras que eram agricultáveis, e que causou um dano ambiental terrível, mas não compreendem o que são dois anos e meio de estiagem.

Quando vê, quando percorrem, no meu caso, o Estado do Ceará, eu já fiz isso com alguns jornalistas, percorre por cima, voando de helicóptero, com a pedra aflorando, para ver o que cristalino, porque, às vezes, a pessoa ouve falar de cristalino aflorando e pensa que são cristais, é pedra, amigo, pedra bruta, que quando a enxada bate, ela também dobra. Então, esse que é o problema dos direitos humanos, eu acho que nós temos de democratizar. Ao invés de controlar, democratizar, espalhar.

Queremos rádios mesmo comunitárias, televisões comunitárias... Há coragem para isso, para democratizar? Parece que os que não querem nenhum controle não querem democratizar os veículos de comunicação de massa. Eu aposto na democratização. Eu não quero controle nenhum deles, zero controle, mas eu quero democratizar. Todos possam ter o veículo para dizer, dar sua opinião, para construir também a sua verdade, para que os outros possam ouvir, possam medir e possam tirar a média, ou escolher a verdade que melhor lhe convém. Eu acho que essa é uma luta que nós deveríamos abraçar.

Sobre o problema da Comissão da Verdade, eu vejo um pouco, assim, como enfrentar esse dilema sem deixar que a marca do revanchismo seja colada

naqueles que desejam virar essa página? Essa questão que nós temos que resolver. Não vai ser possível. Eu vi aqui, é difícil tratar dessa questão, nós, do PC do B, temos dificuldade de tratar essa questão. Nós sabemos o que é o Brasil, nós não aceitamos a provocação do General Leônidas, nem do Nilton Cruz, que o raciocínio está muito falho, já era falho na época; nós não aceitamos aquela preocupação, não vamos entrar naquilo, porque nós temos um projeto muito maior no nosso país, de aprofundamento muito maior, mas nós queremos resolver esse problema dos desaparecidos. Senão vamos conseguir tratar sempre desse assunto com facilidade; vai ser sempre difícil.

Eu vi aqui o seu convite lá para o Maranhão. O nosso companheiro, Rui Frazão, foi casado com uma companheira nossa lá do Ceará, que estava no Partido Comunista do Brasil e outros na Ação Popular, e que depois ingressaram no partido comunista. O Frazão foi para Pernambuco, ele era coletor federal, foi vendedor de panela, uma pessoa alegre, do bem... Aquilo eu acho que, talvez, nunca tenha atirado de baladeira em ninguém, ou com aqueles estilingues para atirar em carrapateira, que a gente chama lá no Ceará, mamonazinha, de brincadeira... Foi morto brutalmente. Não sei se ele que... Pelo que sei, ele que convocou o Cristovam para a militância política, senão o Cristovam não estava aqui como senador da República, não é verdade? Talvez a gente devesse convidar a família dele, lá da parte do Ceará e do Maranhão para esse ato conjunto.

Eu vi aquele ato lá no Ceará, ainda foi desaparecido o Teodoro--

[soa a campainha].

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos dando continuidade--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, esse silêncio vale por mais de meia hora de fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É verdade...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, Vannuchi, nós temos que... Isso é um processo, você repetiu muitas vezes Fernando Henrique, Sarney, todo esse povo colocou sua parcela de contribuição nesse processo... Eu digo, ainda tem muitos companheiros que não conseguiram fazer o que D. Luíza conseguiu: esperar quase 40 anos para enterrar o seu filho. E depois completar os seus 95 anos e falecer, digamos assim, feliz.

Então, nós temos que resolver esse problema. Nós podemos dizer, talvez, eu, você e tantos outros, nós nunca tivemos nenhum receio da ditadura, nenhum medo dela, nenhum, nenhum, nenhum, nem durante, nem depois, porque nós sabíamos das causas, nós sabíamos o que nós estávamos pensando, o que nós queríamos construir. Por que a democracia era importante para nós? Porque ela é que permite que exista hoje um metalúrgico dirigindo o Brasil. Sem aquela resistência nossa, seja a resistência da Eliene, do PCdoB, e tantos outros grupos que reagiram com o seu direito de rebelião, a um golpe de estado que foi atroz, para nós e tantos outros, aqui no Brasil e que se repetiu na América do Sul quase que inteiramente, seguindo uma ordem quase que unida de que tinha que ter ditadura para massacrar os povos.

Então, essa página nós temos que virar com coragem. O Exército, a Marinha, a Aeronáutica, ou as Forças Armadas Brasileiras não têm aqui no Congresso Nacional quem compreenda melhor a sua responsabilidade institucional do que nós... Os comunistas, nós, os comunistas, que compreenda melhor o seu papel e as suas responsabilidades.

Agora, nós não vamos dar aval a atrocidades cometidas no passado, no presente ou no futuro, no nosso país. Nós temos que tratar do nosso, porque tratar dos outros, às vezes, fica fácil; nós estamos tratando do nosso país.

O ponto, assim, final que eu gostaria de abordar, é que o programa de direitos humanos, ele é fruto de conferências que eu lembro aqui algumas figuras, Nilmário Miranda, deputado, porque as conferências nasceram na Câmara dos Deputados, elas não nasceram no governo, nasceram primeiro na Câmara, depois foram assumidas pelo governo, pelo Executivo.

Uma outra figura extraordinária, Mário Mamede, assumiu também a secretaria, um companheiro lá do Ceará, e essas conferências são feitas assim mesmo, são a quatro mãos. Tem coisas que nós não discordamos, mas são aprovadas nas conferências. E elas surgem como grandes polêmicas, eu considero, às vezes, uma tempestade em copo d'água alguns temas que são considerados muito polêmicos. Veja o problema do casamento dos homossexuais, o Congresso não resolve, a justiça resolve, vai resolvendo caso a caso, um a um, não vai ter um que sobre. E todos os outros, mesmo a questão do aborto, a justiça também vai passar a resolver, porque o Congresso não resolve. Ninguém aqui nesse Congresso, nem homem, nem mulher, nem da sociedade, não somos a favor do aborto, o que nós não somos a favor é do assassinato das mulheres, da morte cruel das mulheres em clínicas clandestinas, em condições absolutamente inadequadas; não é um problema de fé, não é um problema de religião, é um problema de saúde pública, de respeito às pessoas de ter um problema de saúde pública. Isso não tem nada a

ver com as religiões; cada um continua professando a sua religião, os católicos, os evangélicos, os espíritas, os das religiões dos afro-descendentes, os nativos.

Eu acho que isso... As mulheres... Ninguém mais do que as mulheres para defender a vida. Não tem mulher a favor de aborto, gente... Tem a favor da vida das mulheres, esse que é o problema central, está certo? Pouco compreendido, às vezes.

Eu acho que, principalmente uma parte da mídia brasileira ainda não compreendeu o papel da mobilização popular e das conferências nacionais. Talvez se a gente conseguir... Eu comecei falando dessa questão da comunicação, da mídia, talvez, a gente conseguindo inverter o ponto ao invés de controle, porque o que a Constituição manda é controlar, e o programa do Fernando Henrique também manda controlar, e manda ter lei que controle. Se a gente inverter, democratizar os veículos, mais democracia, mais veículos na mão povo, aí eu acho que não vai nem precisar usar a palavra "controlar". Os que acham que estão sendo controlados que vão dizer que controlem os outros, se a gente democratizar maciçamente essa área da mídia no Brasil.

Então, vocês me desculpem, mas, talvez, o PCdoB tenha essa dificuldade, porque nós sofremos bastante... Eu vi agora recentemente, ainda desse ato provocativo, como foi a chamada "Queda da Lapa", como ela massacraram pessoas absolutamente desarmadas, numa reunião, mataram ali na hora, e presos foram depois torturados e mortos. Quer dizer, então, vamos virar a página, nós não queremos que colem nada, nem no Ministro, nem no Governo, nem naqueles que lutam para ver os seus desaparecidos também serem enterrados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Inácio.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Me permita, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vou fazer só uma interrupção rápida, para tomar água.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pode ser.

[risos]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esperamos, é um direito humano fundamental.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Depois do Senador Cristovam, ainda teremos o Senador Agripino, Senador Mão Santa e Senadora Fátima.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem algum requerimento para ser votado?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que, nesse período que eu estive aqui, Senador Azeredo, eu nunca assisti uma reunião com tanto toque de sentimentos como esse. Todos nós ficamos emocionados e até aqui três chegaram mesmo às lágrimas, e eu creio que o Ministro também ficou molhando os olhos, porque é um tema que toca diretamente a cada um da gente.

O Inácio Arruda citou um dos meus melhores amigos, Rui Frazão, a quem, de fato, ele, não sei como sabe, não sei se disse a ele, foi um dos que me agregou à militância, no comecinho do meu curso, na Escola de Engenharia de Pernambuco, a quem já dediquei até um livro, e é um dos desaparecidos. Faz uns dois anos que eu falei com a mãe dele, velhina, velhinha, que disse: "Eu queria poder enterrar o meu filho", como todo pai deve ter direito, a mulher, as filhas. Então, é um momento de muita emoção que todos nós vivemos, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, Ministro, nós poderíamos ouvir o Senador Cristovam, e depois o senhor faz os comentários para poder ir mais rápido. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, eu agradeço que tenha me colocado na frente do seu nome, o senhor estava inscrito antes de mim, mas eu, de fato, tenho uma viagem, e eu não queria deixar de falar aqui.

Ministro, por um lado, eu já fui contemplado por quase todas as falas, especialmente pela última, do Senador Inácio Arruda. Eu vou acrescentar apenas o compromisso fundamental com a verdade, que esse país tem que ter. A Lei da Anistia tem que ser respeitada, mas lá não está escrito: "Fica proibido contar a história". É uma lei de anistia, não de amnésia. O senhor até comparou bem que a gente não pode dirigir olhando para o espelho retrovisor, mas o país não pode avançar se não olhar para a sua história, que é a maneira de falar espelho retrovisor de uma nação inteira. Temos que olhar, até porque não dirigimos sem prestar atenção a esse pequeno espelho, embora, se ele nos distrair muito, poderá causar acidentes de percursos.

Dito isso, eu queria aproveitar esse minuto para ler, porque eu tenho tido essa prática aqui, algumas perguntas que me chegaram pelo telefone, que eu disse que o senhor estava aqui. Eu vou ler rapidamente, o senhor responde as que quiser. Mas eu creio que é um direito dos 'twitteiros' do Brasil mandarem perguntas para o Ministro. Um deles é: "Se moradia é direito, o que fazer com os prefeitos que não realocam morado-

res em área de risco?" "Por que encurtar debates com decretos, se isso não é uma forma de autoritarismo?" "Por que não o plano familiar no lugar do aborto?" "Por que os direitos humanos sempre protegem--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Cristovam, a segunda pergunta.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A segunda... "Por que encurtar o debate com decretos, se isso... "Se isso não é um autoritarismo?" A outra é: "Por que não prever no documento o planejamento familiar, no lugar do aborto?" "Por que os direitos humanos se preocupam apenas com os bandidos e não com as vítimas?" "O que o Ministério acha do uso de filmagem nos interrogatórios policiais?" "O que acha de localizadores eletrônicos?" "O que pensa do direito à igualdade jurídica?" Desculpe...

Chegaram 50 perguntas em 20 minutos. Eu não vou ler as 50, porque se parecem muito--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É, tornozeleira, colocou localizadores... "Por que não considerar a igualdade do atendimento jurídico como direito humano?" "Por que alguns têm direito a um tipo de advogado diferente de outros e terminam uns ganhando e outros perdendo?" Essa aqui é "Por que o Governo recuou?" "Por que o governo recuou?" E a outra é que o senhor--

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANUCCHI: Não fala especificamente no que recuou?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, recuou no conjunto do plano. E a outra é que "por que o senhor não cumpriu de que renunciaria, se o governo mudasse?" "A outra é por que não tem mais itens para os jovens, se a Comissão da Verdade vai sair do papel..." São essas.

Eu vou ficar ainda aqui, porque ainda... Eu fiz questão de ler porque senão eu não estaria cumprindo compromissos com aqueles que enviaram, foram mais de 50 perguntas.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANUCCHI: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só teve mais uma... A política para jovens. "Por que o plano não dedica à preocupação que deveria com os jovens?"

É isso, Ministro, eu me dou por satisfeito, e quero dizer que mesmo que eu já tenha me manifestado que eu gostaria de ver mais ênfase num direito fundamental que é o da alfabetização, que o documento toca, mas de passagem, de qualquer maneira, eu não posso deixar de reconhecer que é um avanço, e um avanço construído pelo Estado, porque, como o senhor mesmo disse na sua fala inicial, começou no Governo Fernando Henrique Cardoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ministro, o senhor quer responder, nós temos ainda Mão Santa e Fátima?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós não podíamos logo... Porque eu acho que fica mais rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, tá. Mão Santa é o próximo inscrito, depois, Senadora Fátima, e encerramos.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Ministro e Presidente, que Deus está Minas aí, a liberdade, me desculpe, que ano V. Exa. nasceu, Ministro? Que ano?

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Nasci em 15 de maio de 50, estou na reta final para chegar aos 60.

[risos]

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Está novo, eu nasci antes. Eu quero dar um testemunho, eu nasci na guerra, em 42. Então, na guerra, né? Eu quero dar o testemunho, esse negócio de democracia é bonito, e a gente aprende com as adversidades, quer dizer, vivi o Getúlio, e eu quero dizer que ele era um homem bom, eu vi pessoalmente o Getúlio, eu conheci ele pessoalmente, criança, em 1950, e o meu tio era prefeito de Parnaíba, e em agosto de 50, ele fez um comício, ele votou na eleição.

E, estudando história, eu tenho que ser... Eu sou médico, psicologia, e tenho aquela neurolinguística que diz modelagem. Então, o meu modelo, por ser médico, cirurgião, o mineiro... Juscelino, né? Natural. Mas eu encontrei um presidente da OAB, Reginaldo Furtado, e eu governava o Estado do Piauí encantando com o Juscelino, um modelo, que se chama, em neurolinguística, um modelo que eu escolhi. Aí esse da OAB: "O Getúlio é melhor". Aquilo me chocou, e desde dali eu comecei a estudar o Getúlio. Era um bom homem, mas ditadura nenhuma presta; nós já lemos Graciliano Ramos, "Memórias de um Cárcere", que basta isso, falta no povo brasileiro muito é a ignorância audaciosa... Basta ler Graciliano. Ninguém vai, o estadista, o homem trabalhador, competente, isso daí ele disse que o Getúlio era melhor. Agora, ditador nenhum é bom. Vá ler "Memórias de um Cárcere", de Graciliano. E essa memória militar está aí, o Elio Gaspari, para quem não viveu, eu vivi. Eu sei exatamente como foi, eu era estudante universitário quando ela se instalou, e quero dizer o seguinte, teve seus acertos, teve seus erros, e eu acho que ninguém melhor do que eu para fazer análise disso porque eu sou da intimidade, eu fui escolhido por Petrônio Portela; não sei se foi uma

coisa boa, porque eu fazia minha medicina sossegada, numa Santa Casa, e eu era mais feliz. No meu gabinete, tem um retrato meu bem novinho, de óculos, e ele, eu não sei se foi bom não esse negócio de política. Eu era mais feliz médico de Santa Casa.

Mas eu quero dizer a V. Exa. que, então, eu combati. Eu, no dia seguinte, esse Araújo, que está ali, aquele que você não tem um poste aí, 50 anos de Brasília, o Secretário do Marco Maciel, ele é do Piauí, de Floriano, era o secretário, eu brinco muito com ele, eu sempre falo assim, de coração, aí eu digo para ele: "Rapaz, tu nunca fizeste um discurso para mim. Tu fazia os discursos do Petrônio", porque eu era da intimidade e o Petrônio trocava ali três linhas. O senhor sabe como é, e agora está fazendo do Marco Maciel, e eu, que sou do Piauí, e tu não me faz um? Então, eu o conheço precisamente. No dia seguinte da anistia, por acaso, eu visitei o Petrônio, aí detiveram [soa a campainha] um jovem da Polícia Federal, o ascensorista pensou – porque eu ia com dois médicos, que eu era Polícia Federal. Aí ele disse assim: "Mão Santa, eu faltaria com o João, mas não faltaria com você". A última vez que eu vi o Petrônio. Eu digo: "Que João?" Dois médicos, pedido de crédito orçamento de hospital, eu era deputado estadual. "Que João?" "O João Figueiredo, acabei de tomar café com ele, acabei de tomar café com ele para dar o resultado da anistia". Isso eram nove horas, saiu correndo [ininteligível], aí eu fui e pedi um credenciamento de um hospital, do Piauí, dos médicos--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Mão Santa, só interromper um segundo, eu vou só passar a Presidência para o Senador Inácio Arruda, porque eu vou ter que me ausentar.Pode continuar.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): "*Libertas quae sera tamen*".

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vou para lá.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Pois é... Aí ele me contou e eu vi, a anistia foi por seis ou sete votos, a imprensa teve... Mas foi um negócio muito próximo, exaustivo, e eu vi no semblante daquele homem puro, descente, correto, esse homem ia ser Presidente da República; El,e na intimidade, me disse, e seria, eu fui escolhido por ele. Tem um retrato bem novinho do meu gabinete, eu cabeludo, retardei porque eu adorava medicina, mas acabei... E o [ininteligível] Araújo viu... Aí eu digo: "Não, vim aqui lhe atormentar, não sabia... E trouxe até a Adalgisa aqui, porque ninguém nunca mais vai vir aqui, deputado estadual", aí ele botou o dedo em riste assim: "Você vai ser tudo o que quiser no Piauí". Foi a última vez. O Antônio Araújo, aquele do quadro do testemunho, eu, médico, e a minha esposa.

Sim, mas eu queria dizer que eu vi o semblante de um homem bom, um democrata, Petrônio Portela, e eu o conheci [ininteligível], e ele eufórico, porque tinha conseguido a maior obra dele, a anistia. "Consegui, passei a noite, tal". Então, isso aí foi muito complexo, ele seria o Presidente da República. Antes, ele tinha me confessado que estava tudo feito o colégio eleitoral, ele seria o civil e Tancredo o vice dele do PP, e ele da Arena, ganharia o MDB.

Então, eu vi, no dia seguinte, o semblante que tinha conseguido a maior obra, então, eu sei que é complicado, o meu nome é Francisco, paz e bem, e se você estudar, todo mundo compara a política com a guerra. Atentai bem, o Cristovam, que é um homem que sabe tudo, ou quase tudo, eu não vou citar quantos, mas Clausewitz, todo mundo tem aquele livro de Henry, um mestre da doutrina militar, que a guerra e a política são uma a continuação da outra. Por isso que eu disse que a política não é boa coisa, a gente compara é com a guerra. O Winston Churchill disse: "Política é como a guerra, com a diferença que a guerra a gente só morre uma vez", na política, né?

[risos]

Então, isso é uma guerra, a política, "A arte da guerra", Sun Tzu, isso é uma guerra, foi uma guerra. Agora, não foi só essa do militar não. E eu sei, sei bem, eu sou oficial da reserva, eu fiz o CPOR, eu sei o que é unidade de comando, unidade de disciplina, hierarquia, RDE e... E mais ou menos nessa época, eu fazia quarto ano de medicina e era líder estudantil, quando se deu. O Valton Leitão, que vocês conhecem , é um líder socialista. Então, foi uma guerra, vamos ver, agora, Deus me permitiu saber, e saber muito, estudei muito e muito, isso eu não estou dizendo com orgulho, a minha família que me possibilitou, e homens como eu convivi, como o Petrônio, não vou citar outros [ininteligível], e tal. Mas eu vi a Argentina, e Deus me propiciou para contar aqui, eu estava lá, eu adoro Argentina, meu mundo era Parnaíba, eu fui porque quis operar lá, era o Pelé fazendo gol; Roberto Carlos cantando, e eu operando na Santa Casa de Paranaíba.

Eu era o bom, não vim para cá porque não quis, não fiquei em Fortaleza porque não quis, no Rio de Janeiro, cirurgião tive todos... Fui para a Santa Casa porque minha terra, fui apaixonado, porque quis. Aqui tive milhares de convites para vir aqui ser chefe do IPASE, nessa época.

Mas eu quero dizer, eu vi, Deus me possibilitou eu estar no Maracanãzinho o dia mais importante, Geraldo Vandré, eu fui, não entendo de música, sei pouco, musicalidade, confessar minha ignorância. Quando

eu vi, foi aquela confusão, o povo querendo quebrar o Maracanãzinho, porque ganhou o Sabiá, de Chico Buarque e Tom Jobim. Eu não entendo, mas era um negócio suave, bonito era, porque tenho ouvido... O senhor estava lá? Mas o povo queria o negócio, aí eu vi um homem de decisão, isso influenciou muito na minha carreira, eu falo sozinho assim... Cristovam, aí, querendo quebrar, ele pegou com raiva uma cadeira de pau, botou a perna e disse: "Minha gente, a vida não se resume a festivais. O júri está aí para julgar, vamos cantar".

Ainda hoje eu canto: "Vem, vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer". Quer dizer, eu estou testemunha disso. Os militares, e eu comparo com a Argentina, Deus me permitiu um dia, mas fui porque eu gosto, o Petrônio atiçou e aquilo é o diabo e eu gosto. Quando eu vim, vinha com a Adalgisa: "Não, pode, deixa..." "Então, eu vou a pé mesmo", tem um dia lá que eles celebram, que atentai bem, Ministro, vai nesse dia, não sei o número exato, foi coincidência. O povo todo na rua, "pois eu vou a pé mesmo" e entrei, até porque eu gosto dessa confusão, no partido do Perón, todos os partidos se reúnem em frente da Casa Rosada.

Olha, Inácio, você chorou aqui, mas se você fosse lá era todo dia, todas horas, todo minuto. Eu vi, um dia é bom para V. Exa. ir, para saber a diferença, Deus me proporcionou isso. Olha, faixas assim, faixas de pano de um metro, aí a gente via, eu comecei a entrar, aí eu procurei o partido do Perón, judicialista, faixas pregadas, retratos preto e branco... 30 mil, o pai do lado, a gente vê pela cara, andando assim [ininteligível], e ali eles se encontram e vão encontrar na Casa Rosada, 30 mil retratos. Aí, desaparecido, assassinado. Eu vi, proporcionalmente à população da Argentina, Cristovam sabe tudo. Quanto é a Argentina? Sabe, ou tu não quer dizer. Tu não é o professor aqui? Quanto é a população da Argentina?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Um quarto da nossa, vai.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Um quarto... Então, 30 mil é 120 mil, matematicamente, elementar eu sei, do Professor Trajano. Quatro vezes mais, se fosse no Brasil. E olha eu vi os retratos, aí eu não vou dizer que me diverti, e olhando nas faixas a cara, o irmão, e olha, eles se encontram, a solenidade vocês, quando eu vi, eu estava bem perto, a coisa mais linda, todos os partidos, e eu, por simpatia, negócio de Eva Perón, e tal, e lá se encontram são poucos oradores, e sempre a Casa Rosada. Quero dizer, ela é pela pátria, pela bandeira, pela liberdade e nunca mais ditadura. Não vai ter mais lá não, e todo mundo, é pai do lado, do filho, e poucos oradores, um intelectual, um representante, nada de canseira, uma parada.

Então, aqui, eu, aqui, eu assisti, eu estudei, e conheci alguns militares, eu conheci pessoalmente o Castelo Branco, que era do Ceará. Eu tinha uma namorada lá que o subcomandante era o pai dela, e ali eu fiz CPOR, conheci, era um homem cearense, homem é homem em sua circunstância... Não é? Conheci... Médici eu não conheci. Conheci pessoalmente esse Geisel, era governador, e eu tomei foi dois porres com o Figueiredo, eu aqui. Estava contando para ele, não tem nada não. E vi no *"in virtu, veritas".* Eu não vou dizer, porque seria inconveniente, mas eu, porque o governador do Piauí não bebia, os filhos do Portela de jeito nenhum, e essas inauguração, eu era vice-líder, o líder era Juarez Tapety e botava lá e ficava vendo as músicas, o Figueiredo, *"in vinus virtu veritas"*, mas, na minha psicologia, ele era um homem bom. Ele não era é político, o Figueiredo. Eu posso estar errado, mas convivi "*in vinus virtu veritas"* eu não vou, porque... Eu me lembro o padre [ininteligível]: "Não sei o quê, eu vou prender, o que você está achando?". Eu digo: "O governador é bom, ora se eu tava na casa do homem lá bebendo". Mas um homem puro, eu vou dizer, por duas vezes, inaugurações, o jantar na casa dele, ele não bebia, botava ali, eu, o Tapety, um genro dele e ficava ouvindo música. Eu acho... Ele não era político, que ele dizia de certo até em confidências. Eu falo da eleição, ainda me lembro: "Eleição, ô, Mão Santa, é aquele do papa, que a gente não vê nada, vê só a fumaça, e falam da nossa". "Você não votou?" "Votei sim". "Você gostou?" "Gostei sim, o governador é gente boa, Dr. Lucídio". Então o homem é o homem e a sua circunstância, mas eu vi que aquele homem, eu gosto do Figueiredo, eu estou contando meu testemunho, só esses encontros e outros que aí tinha oficialmente, né? Mas quero lhe dizer que a impressão que me deu, e eu sou médico, um pouco de psicologia, não sou... Era assim: "Figueiredo, vai para o Iraque", ele ia. Então, botaram ele para ser presidente, ele veio e o Geisel disse para ele fazer a abertura, ele fez. Então, é essa a impressão.

Então, os militares, os militares somos nós, nós somos, povo; eu sou oficial da reserva, fiz o CPOR, e tem gente que não presta, tem na igreja, tem aqui, na política, como tem, como tem gente que não presta, no jornalista tem picareta, pilantra de todo lado, então, mas o resto é isso. Somos nós, gente como nós, eu sou oficial da reserva, e eles tiveram certa sabedoria. Primeiro, alternância de poder, isso é da democracia. Eles foram; eu estou fazendo como eu sei, a história que eles não sabem. Não houve alternância? Entre eles, mas houve.

[risos]

Houve, tem na história aí como Fidel Castro já está com 52 anos... Ele foi... É a história que eu estou par ensinar. E outra, houve temporariamente, aqui eu estava no dia que fecharam do lado do Petrônio, eu estava do lado dele, num dos dias que fechou esse Congresso, foi no dia que o Petrônio mandou votar uma reforma do Judiciário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E ele falou que foi o dia mais triste da vida dele.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Esse mesmo, eu estava do lado dele e a imprensa... Eu apreendi que autoridade é moral, não é negócio de política não. Aí veio a imprensa, e diz: "É o dia mais triste da minha vida". Essa frase foi lá, e os militares fizeram reabrir aqui. Por justiça também, teve grandes. Eles, ninguém pode negar que Evandro Lins e Silva, do meu Piauí, foi um exemplo maior. Não tem hoje como ele, na sua firmeza, ele que deu *habeas corpus* para o Miguel Arraes. Eu vi Miguel Arraes me contando que já pensou que ia ser comido pelos tubarões lá na ilha Fernando de Noronha. Então, deixou aberto, houve [ininteligível] isso que eu quero dizer, mas, vamos... Se nós formos buscar mesmo, professor, a história, nós vamos acabar com esse Duque de Caxias; se a gente puxar as coisas, porque a coisa mais indecente, mais imoral nós tivemos naquele Canudos, e a do Bento Gonçalves, a Guerra da Farroupilha. O Exército de D. Pedro II enganou os pretos que o Bento Gonçalves conseguiu, que foi o precursor da República, e foi o precursor da liberdade dos escravos, dos negros, aí o Bento Gonçalves prometeu que ia fazer a liberdade nessa nova República e eles pactuaram, e na hora H, que ganhou o exército de Caxias, aí mataram todos os negros lá. O Paim que conta, porque o avô dele está no meio.

Então, também história cheia de guerra, era uma guerra... E a nossa tem que ser compreendida assim. Não estou justificando nada, não estou nada, mas vamos comparar com a da Argentina, que nós somos felizes, pelos que eu conheci. Eu conheci só esse, mas não conheci Médici, não conheci Costa e Silva, isso é só o meu testemunho.

Então, Ministro, é que eu quero crer isto: A anistia foi um avanço de pureza, de inteligência, de competência, que nasceu no Piauí, com Petrônio Portella. Então, é muita coisa que tem que ser respeitada, numa anistia, isso foi um pacto, graças a ela voltada, graças a ela, que estamos aqui. O homem é o homem e sua circunstância, então, foi possível.

Agora, falou-se aqui uma coisa muito certa, que eu quero dar o testemunho, e como era correto. E eu, nesse mesmo período, foi indicado pelo irmão do Petrônio, que foi Senador Lucídio, para ir representar o Piauí num projeto de planejamento familiar. Aí é que está, falaram aqui, esse que é o futuro, e atentai bem, era em Bogotá, numa pró-família, era no México, e depois nos Estados Unidos. E eu vi no México, que é um partido cristão, a igreja tem que se atualizar, tem que se avançar, tem lá na Constituição: "*El mexicanos podem e devem se acasalhar, eles devem ter o numero de hijos que desejam ter. El Estado tem obrigación de garantir isso"*. Eu visitei muitas clínicas pró-família que chegava o casalzinho: "Não, agora vai ter eleição, eu quero ter três filhos..." Aí fazia o seu planejamento, vasectomia, ligadura, DIU, e tal. Isso é que tem que se ter, o planejamento familiar, a paternidade responsável, a maternidade responsável.

Então, meus parabéns, que você... V. Exa., na pureza, buscar a verdade. E eu sou do Partido Cristão, e diria, "de verdade, em verdade eu vos digo". Essa é a verdade que eu quero contribuir com o seu ministério.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vannuchi, vamos passar logo para a Senadora Fátima Cleide, ela é a última inscrita, em seguida, V. Exa. responde às indagações.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Garanto que meu relógio anda mais rápido e os meus três minutos serão bem breves mesmo, Ministro.

Eu quero apenas parabenizá-lo pela serenidade, parabenizar às comissões por tê-lo convidado a vir aqui esclarecer as dúvidas, dúvidas essas que geraram falsas polêmicas sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos. Eu quero parabenizar, mais uma vez, a sua seriedade, a sua serenidade aqui para esclarecer a todos todas essas questões que fazem parte de uma construção, como o senhor falou, de uma conferência, que sintetiza... Eu tinha muita coisa para falar, mas o Senador Inácio Arruda, no seu poder de síntese aqui, já disse muito do que eu queria dizer. Mas a Conferência dos Direitos Humanos, na minha visão, ela sintetiza também as propostas que já foram inclusive aprovadas em outras conferências, como saúde, Conferência da Mulher, Conferência da Igualdade... Da Promoção da Igualdade, a própria Conferência da Educação, realizada na semana passada, quando V. Exa. pôde comparecer inclusive à abertura, e no final, nós aprovamos, naquela conferência uma moção de apoio ao Plano Nacional de Direitos Humanos.

Então, foi um processo maravilhoso de construção, não apenas dos 14 mil que participaram da Conferência de Direitos Humanos, mas além desses, inclusive os três milhões que participaram da Conferência Nacional de Educação. Então, eu queria dizer que o plano, ele reflete o Brasil que a gente quer construir.

Ele reflete o Brasil que a gente quer, sem preconceitos, sem discriminação, sem sexismo, sem machismo, um Brasil de igualdade, sem xenofobia, sem homofobia, sem lesbofobia, todas essas coisas que muita gente tem fobia, só de ouvir falar, porque elas significam respeito à pessoa humana.

Mas a gente tem a compreensão desse processo. Infelizmente, eu não vivi, ou pelo menos eu não tive consciência do que estava acontecendo no país, no que se refere à questão da ditadura. Eu nasci em 1963, num local que era um território federal. Então, você imagina se a comunicação hoje, Senador Inácio Arruda, já chega extremamente orientada para aquilo que deve ser uma informação publicizada, ou uma formação pública, de mídia, de comunicação, você imagina aquela época, no ex-território federal de Rondônia, como é que era, o estado de alienação que a gente vivia.

Então, com relação à ditadura, eu sou apenas uma estudiosa, e uma pessoa que se coloca, enquanto representante do povo, à disposição de que a gente possa abrir todas as histórias, porque eu mereço saber. Eu, como cidadã, mereço conhecer a história do meu país. E por mais que ela seja difícil para algumas pessoas, ela tem que ser mostrada.

Mas eu queria me deter a duas questões que o plano trata, e que são tidas como polêmicas, que é a questão da descriminalização do aborto e a questão da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo. E eu queria dizer que fico extremamente emocionada até, quando eu vejo as Resoluções da Conferência Nacional de Direitos Humanos com relação a isso. E, antes que, no meu estado, num momento de disputa eleitoral, se faça qualquer afirmação no sentido de dizer que "a Senadora Fátima é a favor do abordo", eu queria aqui deixar muito claramente para o Brasil, não faço questão nenhuma de esconder, tenho 47 anos, eu sou avó, sou mãe; eu vivi uma gravidez na adolescência, e a minha filha repetiu essa história. Eu sou a favor da descriminalização do aborto, mas eu nunca fiz aborto na minha vida. Eu tive meus três filhos, e hoje eu tenho dois netos, um com oito e outro com sete anos.

Portanto, eu não estou aqui falando com causa própria, eu estou aqui com o olhar de quem tem a representação do povo para fazer leis para buscar a melhoria da qualidade e das condições de vida nesse país, principalmente das mulheres, e daqueles que não têm vez e voz, que são milhões.

Eu acho que o Brasil não pode mais conviver com essa cegueira da omissão, do faz de conta de que as coisas não acontecem, enquanto as mulheres estão jovens, morrendo nas clínicas de aborto. Eu defendo a descriminalização do aborto, e torno a repetir, e já tenho netos. E eu tenho certeza que tem muita gente que fala contra o aborto, contra a descriminalização do aborto, que tem talvez duas vezes a minha idade, e que ainda não tem neto, e a gente tem que descobrir por quê. Porque, muitas vezes, muita gente faz, mas, no público, criminaliza.

Então, aquilo que as mulheres lá do Mato Grosso do Sul estão vivenciando nesse momento, que é simplesmente pelo fato de ter passado numa clínica, ter o seu nome hoje como indiciada da Justiça, não pode acontecer nesse país.

Portanto, Ministro, parabéns pela coragem, pela ousadia de defender aquilo que é uma construção da sociedade. E o Senador Inácio Arruda dizia que as conferências nasceram na Câmara, e eu digo, Senador Inácio, até para fazer uma pequena consertação, que muitas conferências nasceram antes na sociedade, depois, elas vieram para a Câmara, a exemplo da própria Conferência Nacional de Educação, e só agora, no oitavo ano de governo do Presidente Lula, nós conseguimos realizar a grande conferência que a sociedade brasileira já vem discutindo há décadas atrás.

Então, o que nós temos que fazer aqui é apenas respeitar aquilo que a sociedade brasileira pede para que nós façamos, que é respeitar os direitos humanos. E na questão da homofobia, eu concordo plenamente com o Senador Inácio Arruda, quando ele diz: "O Judiciário está fazendo aquilo que nós não fazemos". Agora mesmo, e há mais uma questão que eu gostaria de colocar, que é com relação aos meios de comunicação, Senador Inácio Arruda, nós acabamos de assistir, eu digo nós, a sociedade brasileira, a mais uma apresentação daquilo que se transformou no início do ano, de todos os anos, na grande atração nacional na mídia, que é o tal *Big Brother*, e nós assistimos à final de mais esse episódio chamado BBB, a sociedade brasileira se manifestou a favor de uma pessoa que é um homem, para alguns, bonito, não é o meu tipo, mas que expressa o machismo, expressa a síntese do que é a homofobia para quem não conhece. Porque aqui mesmo, nesta Comissão de Direitos Humanos, aqui mesmo nesse Senado Federal, nós ouvimos pronunciamentos dizendo que não existe homofobia no Brasil, e para aqueles que acham que não existe, e lembrando o resultado do último *Big Brother*, eu queria dizer que nós recebemos uma informação, denúncia, de que o rapaz, o último, um dos últimos que disputou, que era homossexual, chamado Dicesar, se não me engano, após a conclusão do programa, já recebeu, ele e seus familiares, cerca de 11 mil ameaças de morte, via os vários meios de comunicação social neste país: Twitter, Orkut e outras coisas mais.

E eu diria o que é homofobia, se isto não expressa o ódio que boa parte desse país sente em relação aos

homossexuais? E eu acho que o nosso papel, nesse momento, é enfrentarmos essa discussão e mostrarmos que não dá mais para a gente conviver com a omissão do Legislativo com relação à parceria civil, que é nada mais, nada menos... Aqui no Brasil, nós não ouvimos ninguém falar em casamento, em matrimônio, as pessoas querem o reconhecimento da parceria civil porque isso reflete no seu direito de patrimônio, no seu direito de vida, no seu direito de ter saúde compartilhada, inclusive com o companheiro de anos.

Então, eu acredito que nós devamos, e eu até celebro o fato de que nós estamos no ano de 2010, um ano eleitoral e um ano de oportunidade que a sociedade brasileira tem, para renovar o Senado federal em dois terços, renovar a Câmara Federal, para que a gente possa trazer mentes mais arejadas para esta Casa, para este Congresso Nacional, e olhar com mais carinho para os direitos humanos.

Então, Sr. Ministro, mais uma vez, meus parabéns; a sua vinda aqui só comprovou que nós estamos no caminho certo, na defesa dos direitos humanos desse país, e V. Exa. fez uma brilhante defesa do Plano Nacional dos Direitos Humanos, de modo que nós assistimos a uma sessão de diálogo. E como disse aqui o Senador Suplicy, nós assistimos a esse diálogo de forma muito fraterna até, com várias pausas para a emoção que nos toca. Então, mais uma vez, meus parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Muito bem, Senadora Fátima Cleide, vamos passar, de imediato, porque a nossa sessão foi... Por essas razões todas, ela se prolongou, e demonstrou a importância do debate... Aqui, às vezes, é assim, em uma sessão de uma CPI, tinha uma ideia que de não deveríamos convocar determinada pessoa porque iria criar um problema etc. "Vamos convocar". Chegou aqui, a pessoa explicou todas as questões, e o resultado, que a própria oposição, que era quem mais instigava, saiu desarmada. Eu não considero que seja o caso dessa reunião, porque parte da oposição, no caso nosso, da questão dos direitos humanos, e especialmente do período ditatorial brasileiro, que não é exatamente o problema da quantidade de desaparecidos que está em causa, que por isso não dá para comparar Argentina, Chile, Uruguai e Brasil, todas essas ditaduras foram brutais. Não é o problema da comparação. É que esses segmentos sociais que estão aqui no Senado Federal, salvo raríssimas exceções, tiveram as suas legendas, as suas agremiações e os seus partidários também perseguidos pela ditadura.

Então é uma causa quase que suprapartidária, não completamente suprapartidária, mas quase que completamente suprapartidária, uma causa da nação brasileira. Por isso que essas questões precisam ser examinadas para serem superadas na nossa história.

Então, uma sessão que foi muito significativa. Às vezes, as pessoas pensam de um jeito, aquilo ali, "agora nós vamos colocar o Ministro no canto da parede, agora nós vamos tirar ali uma questão significativa para ser uma bandeira". Não é possível porque as questões aqui não são dessa ordem, dessa natureza, e o Ministro veio aqui, fez um esclarecimento, porque eu vi toda intervenção do Ministro, depois todas as intervenções dos senadores, e que terminou numa situação de que, salvo algum outro aspecto que é considerado polêmico, mas que vão ser fruto do debate permanente nosso. Não vão sumir, nem no governo Lula, nem no futuro governo, que eu espero que seja da ex-Ministra Dilma, nem em outro. Eles não vão sumir do nosso dia a dia, do nosso cotidiano. Eu considero que esse processo dá saltos, e eu considero que ele está dando um salto. As conferências deram um salto, e o resultado das conferências nas mãos do governo também deram um assalto. E isso precisa de coragem para enfrentar, e eu acho que o Governo enfrentou.

Por isso, Ministro Vannuchi, eu também quero deixar meu parabéns da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Direitos Humanos e passar a palavra a V. Exa., para que V. Exa. possa examinar as questões que foram levantadas, e também aquilo que o senhor deseja acrescentar em relação ao programa que está em debate e em discussão na sociedade brasileira.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: Muitíssimo obrigado, Presidente Inácio Arruda. Muito obrigado, Senadora Fátima. Eu lamento dizer que não vou falar correndo para acabar logo, como é o clamor do direito humano à alimentação, e deixo todos aqui à vontade, mas eu preciso responder às questões todas porque nós temos um sistema de comunicação, que mesmo que interno aqui, ele está falando com algumas dezenas, talvez centenas de assessores aqui da Casa, que são fundamentais na construção das políticas, responder às perguntas do Twitter, e me pediram para fazer um comercial do Twitter da Secretaria de Direitos Humanos, é isso? Mas aqui como é? Twitter@... É só isso? @direitoshumanos? Ah, @dhumanos. Bom, o 'twitteiro' sabe, é isso? Eu já não saberia.

Eu quero começar, então, da profunda gratidão pelos convites, pela generosidade de junção, pelo espírito que permeou o processo todo, e que eu acho que é uma coisa assim, além dessa marca da emoção, tão importante, reforça muito a aposta no diálogo democrático. Então, quer dizer, as partes, muitas vezes, se eliminam porque não se dispõem a assentar para se ouvir. Eu mencionei, há pouco, que houve duas etapas

da Comissão da Verdade no Chile, qual a diferença? Na segunda, as famílias sentaram com os generais. E desse contato imediato, eu estava contando a ida de familiares ao Araguaia, a presença da Diva, a presença de Aldo, de Paulo, quebrou toda uma animosidade, uma desconfiança que havia antes, "aquele cara que eu não conheço, não sei quem é, mas sei que não gosto dele", mas na hora a gente senta junto, a humanidade que nos une, nos identifica, ela pode, muitas vezes, superar qualquer divergência de ordem política, às vezes, ideológica etc. e tal.

Eu vou inverter a ordem da resposta, com a Senadora Fátima, primeiro eu que quero devolver aí a saudação como um grande símbolo da luta pelos direitos humanos, com essa questão do tema do direito da mulher, da questão da diversidade sexual, da criança e do adolescente, por um trabalho, que é difícil, nós sabemos, por tudo que realiza, e aqui, aproveitando aqui a militância dos direitos humanos, da sociedade civil, pessoas do fórum das entidades nacionais, quem sabe, já fica lançada a proposta de que agora somos três parceiros na coordenação, se é o caso de convidar a Comissão de Direitos Humanos do Senado para ser incorporar, como organizador do evento, o debate que eu farei na Câmara, daqui uma semana ou duas, comparável a esse, nós víamos como uma tarefa mais simples do que do Senado, por quê? Porque, lá na Câmara, a Comissão de Direitos Humanos é autora, ela realizou, em pleno o recesso, uma audiência em janeiro, de defesa do PNDH-3, e depois fez uma segunda, em que convidou todos os críticos, alguns vieram, e foi um momento também marcante como esse.

Então, fica lançada a proposta para os demais parceiros, que a conferência, e que eu não participarei pessoalmente, porque ela começará a ter um processo aí... Bom, posso participar como sociedade civil, a partir de 2011, ela incorpore a Comissão de Direitos Humanos do Senado, fica o recado para o Presidente Cristovam Buarque, para que nós já combinemos esse passo. São três parceiros, coordenadores, que podem se tornar imediatamente quatro. Quem sabe, daqui a pouco, trazemos o Supremo para ter também um elemento, ser um quinto, porque se trata de construir direitos humanos com senso amplos.

O Senador Mão Santa fez um depoimento que teve muitos elementos importantes de recuperação histórica, e eu gostaria de comentar, em relação à fala dele, que o espírito é esse. Só que o espírito de reconciliação é incompatível com a ideia de botar uma pedra e não processar. O processar, eu não estou dizendo aqui judicialmente, estou dizendo processar no sentido amplo e abrangente da palavra, com a dimensão judicial, o Supremo, o Judiciário brasileiro decidem, e o que decidir, estará decidido. Mas o processamento é histórico, é político, é ético, é educacional. Esse livro, "Direito à memória e à verdade", daqui a pouco, será ainda, no dia 26, 27 de abril, que dia é? 28. Ministro Fernando Haddad e eu lançaremos, já estejam convidados, ele foi transformado num CD-ROM, e ampliado em 10 vezes o conteúdo, para incorporar toda a reconstrução cultural de cada período.

Então, na hora que alguém pegar ali um dos mortos, um dos desaparecidos e puxar a história dele, que é a história do livro, verá uma história para a época, para a música da época, para o teatro da época, o cinema da época, a situação política do Brasil, do mundo. Quer dizer, de aprendizado, para que a geração que entra na escola, e nós vamos tentar produzir o CD-ROM às dezenas e centenas de milhares, fazer aleluia em cima da ponte, para quem pegar, chegar em casa, botar no aparelho e começar a ter uma leitura da história, em que esses heróis, pedido do Presidente Lula, para tratar Marighella, Gregório Bezerra como heróis, não como vítimas; pessoas que morreram por uma causa, como heróis equivalentes a Frei Caneca, Tiradentes, Zumbi, os grandes construtores do Brasil que nós temos hoje.

E o Senador Mão Santa nos surpreendeu com o depoimento de que ele estava ali no Maracanãzinho, no dia do Geraldo Vandré apresentando o "Pra não dizer que não falei das flores", essa história toda, ao mesmo tempo que era uma figura das relações de Petrônio Portela. A comparação com a Argentina me é importante, pena que ele não está me ouvindo, mas eu estive agora, em 24 de março, então, 15 dias atrás, no feriado nacional argentino, que é o dia do golpe de estado de 76. Então, só na Praça de Maio havia três manifestações diferentes, de grupos que não se entendem bem, cada um deles com vários milhares, e eu fui, no ato oficial, com a Presidente Kirchner, na ESMA, o DOI-CODI de lá, onde cinco mil pessoas, desses 30 mil argentinos, cinco mil entraram, e dali não saíram nem os corpos. Então, até hoje é uma busca de fato de uma proporção absurda. Agora, vê-se uma Argentina que tem capacidade de trabalhar o tema como centro de um debate político como questões ainda em curso.

É bom? É ruim, é comparável, não é? Não queremos modelos, não estamos olhando para a Argentina para fazer modelos; a Argentina tem a história da Argentina; o Brasil a do Brasil, Uruguai, Paraguai... São as recomendações internacionais dos direitos humanos da OEA e da ONU, às quais o Brasil adere sempre voluntariamente. Eu lembrei, Estados Unidos e Canadá não aceitam a jurisdição da Corte, até ajudam a financiar, pagam, mas não aceitam. A comissão está achando o jeito, está discutindo casos norte-america-

nos, mesmo à revelia deles. O Brasil aceitou aquela caminhada histórica de uma das primeiras lâminas do *PowerPoint*.

É preciso processar, é preciso conhecer, é preciso tomar definições que o Judiciário estabelecerá se pune ou não pune; o PNDH incorpora o respeito explicitamente o respeito à lei de anistia, e achamos que a anistia é altamente controversa, ela tem uma ADPF a ser julgada no Supremo. E qualquer que seja o resultado da ADPF, os julgamentos, avaliações sobre ela, continuarão diferentes. Todos acataremos o que for decidido, e seguirão recomendações do tipo: "Bom, e ocultação de cadáveres?" Que é o caso de 140 pessoas, inclusive... Rui Frazão, que nós homenageamos aqui, momento de emoção... Fernando Santa Cruz, podíamos falar do José Carlos Mata Machado, na presença ainda do governador, Senador Azeredo, para lembrar uma figura ilustre de Minas, filho do professor Edgar, tradutor de Jacques Maritain no Brasil...

Nós teríamos nomes para cada Estado, para cada cultura das nossas micro-culturas aqui reunidas. Isso tudo existe como pressuposto para construir um Brasil melhor. E de novo, eu repito, num ambiente em que já os senadores presentes são absolutamente militantes dos direitos humanos, defensores do PNDH-3, então, não estou fazendo adaptação de discurso; eu quero reiterar que é a favor das Forças Armadas, é bom para elas, é indispensável para elas.

O Senador Arruda lidou bem com os temas, dificuldades que existem, não deixarmos colar em nós esse carimbo que querem nos pespegar, de revanchistas. Não somos, não é revanche, nós requeremos justiça, e pedir justiça nunca pode ser associado a pedir revanche.

A provocação do General Leônidas, que pode prosseguir agora com o Nilton Cruz, nós não responderemos, mas vemos, naqueles depoimentos, mais um elemento de comprovação da importância de fazer um afinamento definitivo, que ninguém mais argumente, como ainda argumentam, que não havia tortura no DOI-CODI, que ninguém mais argumente que Vladimir Herzog morreu cometendo suicídio, porque ele foi morto sob torturas... Os acusados estão colocando nas suas peças de defesa que eles não morreram sob tortura porque não havia torturas no DOI-CODI, desafio que o General Leônidas repetiu: "Desafio alguém a provar..."-–

SR. PRESIDENTE SENADO INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Drummond.

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: --É possível chamar centenas de pessoas, e ainda no caso, se ele está se referindo a um período histórico--

SR. PRESIDENTE SENADO INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Esse era no período dele?

SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI: --76, dezembro de 76. E como ele fala que era do Rio, ele pode estar desafiando. Mas e a Casa da Morte, em Petrópolis? Quem é que cuidava dela? E quem é que mandou, depois da anistia, os dois militares, um oficial e um sargento do DOI-CODI, ir ao Rio Centro, no novo Maracanãnzinho, do Vandré, porque o que acontecia no Rio Centro, no 30 de abril de 81, era um show de primeiro de maio, organizado pelo Centro Brasil Democrático, ligado ao PCB, que na época tinha como militante o Senador Arthur Virgílio, e como executivo, jovem, Sérgio Cabral. E ali uma bomba explodiu num carro, matando um e ferindo gravemente outro; é depois da anistia, e o Brasil não pode considerar que um tema como esse deva seguir adiante, com aquela farsa do inquérito do Coronel Job Lorena, mostrando, com a vareta, de que: "Olha, aqui a prova que eles foram vítimas de um atentado à bomba".

Agora, evidentemente, nós temos que fazer isso com a mão estendida, um sentimento de perdão, que eu não falo em nome das vítimas, e reconheço o direito a discordarem inteiramente de mim nesse tema. Eu, pessoalmente, estou disposto a perdoar, mas o perdão, até na acepção clássica do cristianismo, não dispensa os ideais religiosos de penitencia, de desdobramentos, do firme propósito de nunca mais pecar na religião, que nós podemos fazer, não jogando velhinhos na cadeia, mas impedindo que exerçam funções públicas, ou que uma sentença civil declare torturador, como já fez com Ustra, em São Paulo, e agora se aguarda o seu recurso, em que ele alega que não houve tortura; houve. Eu fui torturado pessoalmente, inclusive por ele, que quando fui preso em 71, não me torturou pessoalmente. De certo modo, também devo a ele minha vida, porque foi ele é quem entrou e mandou parar, mas um ano depois, em uma greve de fome, comandou enraivecido uma sessão de tortura contra mim, aos berros, para que nós terminássemos a greve de fome; o Politis acaba de escrever um livro sobre isso.

General Leônidas chamou, não havia exilados, havia fugitivos, fugitivo Miguel Arraes, fugitivo? Ele foi preso na sua cadeira de Governador do Estado, eleito, pelo voto democrático, e eu firmo aqui, publicamente, mais uma vez, a minha convicção: A única dúvida é quanto tempo demorará para acontecer isso. Pode demorar um ano, cinco ou 50. Mas o Brasil, se o Presidente Lula tem razão quando diz, "fez uma opção definitiva pela democracia", as nossas forças armadas, um dia, escreverão um documento oficial, qualquer que tenha sido o clima de março de 64, não cabia às Forças Armadas depor um presidente cons-

titucional porque um presidente constitucional só pode ser substituído por voto popular ou por *impeachment,* nos termos da lei.

Então, é uma caminhada que ainda não se completou e se nos deixarem, a todos aqui, irmos ao diálogo direto com os militares, mais dia, menos dia, compreenderão que o mundo da Guerra Fria acabou, que naquela guerra que o Senador Mão Santa lembrou, não há vencedores e perdedores; ali o Brasil perdeu, então, essa discussão, quem venceu, quem perdeu, eles perderam, nós, eu... Eu estou aqui. Senador Inácio Arruda está aqui, Ministra Dilma candidata presidencial, e onde estão os torturadores? Que vitória é essa? Ou quem venceu? Tiradentes ou Joaquim Silvério dos Reis? Essa guerra ninguém venceu, nós, os presos políticos, os torturados, não somos os vencedores, não pode haver confusão sobre isso, e não venham dizer que venceu quem conseguiu sufocar, impor o silêncio à custa de estupros, degolas, esquartejamentos, pau-de-arara, cadeira do dragão, choque elétrico.

Senador Inácio Arruda, que nos propiciou também esse momento importantíssimo de emoção, porque a emoção fala muito nos direitos humanos, muito importante nos associarmos nessa ideia de que o que o programa propõe, e propõe exatamente isso, é democratizar, quer dizer, não é controle social, sequer controle democrático, palavras que não podiam ser acolhidas como negativas, controle social e controle democrático é coisa negativa? O que é isso? Controle de poderes...

Agora, como existe toda uma irritação conjuntural, como existe todo um cenário, em que o debate é distorcido, um jornal colocou em primeira página, "Contra a Lei de Anistia, Programa Nacional de Direitos Humanos propõe Comissão da Verdade". Era só ler o que está escrito lá, "observadas as disposições da Lei 6683", que é a lei da anistia.

E a democratização me faz lembrar um dos pais fundadores da democracia norte americana, Madison, na proposta de que ele tinha o temor, que já era de Rousseau, a guerra de facções, um estado se divide em dois grupos, em três, quatro, e a guerra fica interminável e destrói, a solução do Madison foi pulverizar, fragmentar um pouquinho de poder para todo mundo. Então, vamos fazer isso com a comunicação, vamos deixar cada sindicato dos trabalhadores, cada luta dos sem-terra, cada comunidade religiosa, cada associação profissional, ONG, das pessoas com deficiência, da área criança e adolescente, dos direitos do idoso, do segmento LGBT, cada um, com suas revistas, com seus jornais, com os seus canais técnicos, porque existe hoje um congestionamento aí na área, que não conseguimos transformar em democratização.

Com relação ao Senador Cristovam, lembrar que não é contra a Lei de Anistia, que ela está no decreto, está no programa nacional de direitos, está no decreto do Presidente Lula, que criou o grupo de trabalho, que talvez termine sua atividade na semana que vem, aprovando um texto, que é um texto de composição, eu vou falar daqui a pouco, respondendo ao Senador Arthur Virgílio, a respeito da questão do recuo, é da primeira intervenção dele, mas eu não tinha respondido.

As questões, muito rápido, do 'twitteiro' do Cristovam, do Senador Cristovam: Moradia em áreas de risco, evidentemente ele está mencionando o problema do Rio de Janeiro agora, essa tragédia que nós também aproveitamos aqui para fazer a nossa pequena homenagem a todas as vítimas e suas famílias, nessa distância que também nos une.

O problema do direito à moradia é fundamental; é um problema terrível dessas áreas de grande aclive, e isso tem que ser resolvido com políticas urbanas de inclusão, de construção; "Minha casa, minha vida" é uma das apostas estratégicas mais importantes do país, e com participação democrática. Hoje o jornal já tem uma solução preocupante, que é o prefeito, no desespero, falando que vai fazer aquela remoção da Vila Kennedy, do pré-64, de Carlos Lacerda, que levou o Zé Keti, se não me engano, a fazer a música que Nara Leão imortalizou: "Podem me prender, podem me bater, podem até deixar-me sem comer que eu não mudo de opinião, aqui do morro não saio não, se não tem água, eu furo um poço, se não tem carne, eu compro um osso e ponho na sopa. Falem de mim quem quiser falar, aqui eu não pago aluguel. Se eu morrer, amanhã, seu doutor, estou pertinho do céu".

Então, tem que discutir com o morador, não é decidir que vai fazer um muro ali, e cercar, porque o ser humano tem, na liberdade, um desejo e um nutriente tão importante quanto o pão e a água. Qualquer muro que for colocado vai ser quebrado, pulado, quando um muro separa, uma ponte une.

Por que encurtar o debate com decretos? Não é isso do que se trata, o debate segue, é para estimular o debate, qualificar, como nós fizemos aqui hoje, assegurar um debate de qualidade superior. O tanto de distorções que se conseguiu corrigir aqui hoje... De colocar as coisas nos seus devidos termos, e é um decreto com alguma força cogente para o Executivo Federal. Não é para o Legislativo, não é para o Judiciário, são recomendações, sugestões, ideias, indicações, pedidos, que milhares de brasileiros, milhões de brasileiros, ainda em situação vulnerável, repito, os afro-descendentes, os quilombolas, a mulher ainda vítima de violência, o ribeirinho, o sem-terra, o trabalhador, o desempregado, todos os segmentos, pesso-

as com deficiência, idoso, criança e adolescente etc. e tal, LGBT, veem no processo da conferência a sua grande oportunidade de voz. É dar voz a quem não tem voz. É colher, de uma maneira capitalizada, com poderes públicos, 40% dos participantes, para transformar num decreto que o Presidente Lula apresenta como um roteiro seguro para prosseguir a construção desse edifício democrático.

Planejamento, não aborto, várias vezes reiterado, o próprio Senador Mão Santa, vamos lembrar, nós vamos alterar redações, não vamos desistir do tema. O tema estará mantido sempre, com uma visão mais próxima ao que foi aprovado nas conferências da mulher, nas duas, e procurando incorporar o máximo possível de recomendações da ONU. Agora, sempre com o limite que nós sempre tivemos, que é um governo composto de segmentos muito diversificados, nós já temos levado o tencionamento interno entre áreas a um limite que já extravasa para debate público. Recebemos uma portaria do Ministro Sepúlveda Pertence, presidente da Comissão de Ética Pública, que ele encaminhou a todos os Ministros, dizendo: "Tendo em vista o que dispõe os artigos 11 e 12 do Código de Conduta da Alta Administração Federal, do ano 2000", ele como Presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, lembra que, "no debate do PNDH-3, a importância de... É vedado à autoridade ministerial promover controvérsias públicas sobre questões administrativas que têm que ser resolvidas no âmbito interno, e não opinar sobre áreas diferentes".

Há Ministros que opinam sobre direitos humanos, opinam sobre aborto, e são de áreas totalmente desvinculadas da questão da mulher, da saúde, da justiça, direitos humanos, que são as áreas. Nós não podemos fazer isso, temos cautela, nesse sentido, dizer que recuo não pode ser associado a coisa ruim ou a derrota. Recuo em política é pão de todo dia, e eu digo mais, eu acho que, nas nossas vidas pessoais e familiares também, nas relações com filhos nós temos que recuar, eles também; nas relações amorosas; nas relações profissionais; nas relações de vizinhança, e na política, que tem que ser concebida como ação humana voltada à definição das propostas, das regras, das normas de convívio social. "Direitos humanos só para bandidos". O 'twitteiro' aqui devolve algo que vem sendo incutido, felizmente de maneira decrescente, mas no final do regime ditatorial, os setores derrotados cravaram fortemente isso: "Direitos humanos é defesa de bandido". E nesse sentido, essa pregação, procurava associar aqueles que levantavam a questão dos direitos humanos, que eram as vítimas do regime militar, com os criminosos comuns que estavam no presídio.

Primeiro lugar, é preciso dissociar isso, segundo, lembrar que quem está preso, mesmo quem praticou o mais hediondo dos crimes, é portador de direitos humanos. Ele tem que ter as leis brasileiras respeitadas, ele tem que ser processado com direito à defesa, punido, se mantido por 20 anos na prisão, em situações de dignidade humana, tal qual a Constituição e as leis. Não pode haver tortura, humilhações, os tratamentos cruéis, desumanos, degradantes...

Filmagens de depoimentos, é uma das propostas, Maria Auxiliadora Arantes, aqui presente, que coordena o nosso combate à tortura, estamos preparados para começar a discutir na pista do evento *Campus Party*, que nos abriu uma janela de sugestões para tentar estruturar esse ano, ou deixar pronto para os sucessores experiências-piloto, escolher uma capital, ou uma cidade média pólo, em que condições políticas locais funcionem como primeiro experimento; todos os depoimentos policiais terão de ser filmados por um sistema de Internet mesmo, e submetidos a um controle central da autoridade policial, judiciária, do Ministério Público, que vai ser um enfrentamento da tortura, capaz de derrubar 90%. Não acaba porque o torturador pode chamar essa pessoa e dizer: "Agora você vai entrar na salinha da filmagem, e se você recuar do que você confessou, você volta para cá e continua o tratamento que estamos te dando". Então, não é uma prova definitiva, mas, realmente, depoimentos filmados podem livrar o Brasil, em grande parte, da mancha da tortura, que não deita raízes apenas no regime de 64, e sua impunidade, onde estão os corpos, a ocultação de cadáver, a investigação desses casos referidos nesses livros todos, mas deita raízes no Pelourinho, em séculos de escravidão, em que o escravo era submetido a torturas diariamente, como instrumento de disciplina e de castigo.

A questão da tornozeleira, sensor eletrônico, ela é polêmica, de difícil aferição, prevaleceu no nosso posicionamento, falível, como qualquer definição humana, a visão de ser a favor. A favor, a partir do nosso estudo, mostrando que ninguém é obrigado, a tornozeleira não será imposta a nenhum preso. Exemplos norte-americanos, o próprio Senador Mercadante me relatou, em que o preso que ia passar o fim de semana com a família, foi acusado de assalto, pôde provar a inocência com a tornozeleira; a tornozeleira foi uma maneira de provar eletronicamente que ele não esteve naquela área.

E, realmente, nós defendemos tudo o que for possível no sentido de esvaziar prisões... Da justiça restaurativa, que o Brasil só dá os primeiros passos, três, quatro experiências piloto aí no Brasil inteiro. O restaurativo é desjudicializar, é botar na mesa uma ne-

gociação de quem quebrou a vidraça, para dizer: "Olha, foi errado, não foi..." "Está aqui a vítima da vidraça, você está disposto a pagar, instalar ela, pedir perdão aqui? O que você pode fazer no sentido de ajudar crianças a não quebrar vidraças por aí?"

Claro que para chegar disso até chegar até um homicídio, vai ser um longo caminho, mas justiça restaurativa é fundamental nos direitos humanos, penas alternativas, fundamental, e por último, um sistema prisional que realmente tenha internação clássica, definitiva, nas instituições que não podem ser as instituições totais do Foucault, centros de tortura, de violência sobre o corpo cotidianamente... Lembra o Senador Virgílio falando do Ledesma, no Uruguai, dizendo: "Não pode entrar aqui tal viatura..." Imagina o que são os presídios do nosso país, e de vários países ainda hoje.

Igualdade no atendimento jurídico é preceito do PDNH-3. Por que o governo recuou, e eu não cumpri a ameaça? Não foi ameaça, não se faz ameaça, foi o momento em que tive de dizer à imprensa que, dentro de determinados limites, eu não poderia seguir nesse posto. Não haverá uma autoridade de direitos humanos no Brasil, em qualquer país, que seja séria e respeitável, se ela aceitar ideias do tipo "a tortura não é um assunto da sua pasta", ou que o Ministério Público não pode investigar as violências desse período. Então, nessa ação, há dificuldades de governo, em que é preciso sempre seguir a arbitragem, o comando do Presidente Lula, que é a autoridade mandatada pelo voto popular, e junto a conversa com ele, várias vezes já discutimos alternativas, e há uma determinação de seguirmos no cargo, seguirmos no posto, para cumprir essa programação, e na área do PNDH-3, cabe agora, depois de terminado o debate na Câmara, e concluídas as nossas alterações de flexibilização de texto, mantendo o conteúdo geral de tudo, a ideia de que nós temos que começar a implementar, através do Comitê de Monitoramento, que é uma das conquistas desse PNDH-3, para frente é que se anda, e deixar o caminho bem montado para 2011, repito, seja a Presidenta Dilma, seja o Presidente Serra, seja a Presidenta Marina, seja o Presidente Ciro, se for candidato, Presidenta Kátia Abreu, que em alguns momentos aparece como possível candidatura independente do DEM à Presidência da República, a construção histórica dos direitos humanos tem que de avançar, os governos começam e terminam, essa luta segue adiante, ela é permanente.

Do Suplicy, renda mínima está expressamente incluída no PDNH-3, em grande parte porque a perseverança dele nos convenceu a todos. Mandela é uma grande referência para todos nós; eu visei todos os países da região, fui à África do Sul duas vezes, conversei com membro da Comissão da Verdade, agora, lá também existem senões. Uma fala muito comum é: "Aqui se produziu muita reconciliação, e pouca verdade". E no *workshop* que realizamos com os principais especialistas da América do Sul sobre o GT, que termina semana que vem a proposta, reuniu, trouxe da ONU, da OEA, importantes especialistas, e o especialista peruano fez uma fala muito boa: "O que uma Comissão da Verdade consegue, como balanço dos 30 países? Consegue basicamente diminuir bastante a quantidade de mentira que havia sobre determinado tema". Não vamos achar que a verdade vai ser alcançada, como aquele Santo Graal que está ali, eu vou lá, achei e está aqui. Não tem isso, a verdade, ela tem controvérsias, tecnicamente é um nome simples, para dizer uma coisa mais complexa, o nome seria longo, é uma Comissão de Averiguação e Levantamento das Graves Violações de Direitos Humanos. Tecnicamente, violações de direitos humanos não envolvem ações cometidas pelo Fernandinho Beira-mar, pelo Marcola, por qualquer particular, e violações de direitos humanos não envolve ação de insurgentes. Os insurgentes podem, eventualmente, cometer crimes, não há violação de direitos humanos. Violações dos direitos humanos é uma característica histórica, sempre referenciada na questão dos indivíduos, *vis a vis* ao Estado, à ação do Estado.

Então, esse debate é um debate que seguirá, será quente aqui, terá que discutir qual é essa visão; uma Comissão da Verdade que os *experts* propõem que não seja setorial, que não tenha representantes das forças armadas e das vítimas, que seja formada por pessoas com distanciamento... Aquela ideia que muitos países realizam, de notáveis... Por que Desmond Tutu? Por que Ernesto Sabato, na Argentina? Figuras que demonstrarão, no seu relatório, que não tem uma visão unilateral, não vão dizer que a guerra foi entre um monte de demônios e um monte de anjinhos; vão descrever problemas, mas vão averiguar as violações de direitos humanos, portanto, filosófica, juridicamente, tecnicamente, aquelas praticadas no exercício da tortura, na morte, e do desaparecimento de corpos, conforme está expressamente consignado lá.

E uma última referência ao Zé Celso, que o Suplicy fez, lembrar também o seu irmão, homossexual, que foi assinado em São Paulo num daqueles crimes homofóbicos, com 78 facadas, que é um dos temas que a Senadora Fátima Cleide concluiu fortalecendo.

Eu termino, respondendo ao Senador Arthur Virgílio, quando ele fala em "conter a ação ilegal do MST", eu reajo dizendo que as ações têm que ser contidas porque é assim na vida democrática, no Estado Democrático de Direito, ninguém está autorizado, ninguém

pode... Agora, pairando a hipoteca social sobre a sociedade, havendo condições de titularidade altamente questionável, grilagens, havendo contraditório jurídico em torno disso, havendo a fome, a condição famélica, o desespero, direitos humanos jamais poderá caracterizar o MST, qualquer movimento sindical, popular, como criminoso. Se, eventualmente, num episódio determinado, como aconteceu recentemente nos laranjais do Estado São Paulo, Cutrale, titularidade questionada, o Judiciário definirá; direitos humanos seguirá sendo voz de quem não tem voz. Lembrará episódios que a mesma imprensa que ataca não gosta de lembrar, das mortes de Pedro Alcântara, uma semana atrás, no Pará; de Elton Brum, em São Gabriel, meses atrás, e vamos ver como que ela trabalhará mais um julgamento dos assassinos de Dorothy Stang.

Bom, sobre os riscos... Sobre a questão do Uruguai, lembrar que o Uruguai fez um processamento bastante sério, rigoroso, do processo, membros da junta presos, militares presos, Tabaré Vásquez, que não participou daquela resistência, um médico oncologista... Ele, quando fez uma declaração, dois anos atrás, de que a Comissão da Verdade deveria investigar os dois lados, ele levou tanta pancada que publicamente foi a televisão pedir desculpas: "Eu errei, eu coloquei no mesmo saco duas coisas que não podem ser comparadas; se houve violências condenáveis da parte dos Tupamaros, ou o que quer que seja, isso não é o assunto que, na reconstrução democrática, trata-se de terminar o reconhecimento da responsabilidade do Estado". Que é o mesmo, esse Estado brasileiro é o mesmo de 64, de 69 e de 70. Responsabilidade que já está normatizada no art. 8º da ADCT. Então, nós não vamos definir nada; a Constituição já estabelece o dever do Estado de fazer a anistia, a reparação, a reintrodução nos postos, quando possível, a Lei 9.140, de 95, mortos e desaparecidos; a Lei 10.559, de 2002, a Comissão de Anistia.

Então, é prosseguir nesse processo, complementando a página que falta, sem revanchismo, sem querer reabrir feridas; é lavando as feridas, para que só assim cicatrizem. Curiosidade, é que faz poucos meses que terminou o mandato de Tabaré, dois meses, e assumiu o Mujica, 13 anos preso, não, sequestrado, em buraco; sequestro quer dizer o seguinte: Todos nós fomos seqüestrados; o DOI-CODI não chegava com mandado de prisão para nós. A gente era jogado dentro de um camburão, e levávamos pancada no deslocamento para a Rua Tutoia, no meu caso, e semanas depois, quando decidiam se íamos ficar vivos ou não, aí sim, começava a haver um processo de formalização: "Você vai para o DOPS, para fazer o cartório etc. e tal".

No Uruguai, houve um momento que a ditadura normatizou o sequestro pelo Estado; ela comunicou na televisão: "Atenção, Srs. Comandantes dos Tupamaros, Raúl Sendic está mantido sob o nosso poder", pai do Rauzito, mencionado pelo Arthur Virgílio... "E, em qualquer novo sequestro que vocês realizarem, nós executaremos imediatamente". O Estado fez isso. Não pode fazer, tem de fazer o processo.

O Mujica acaba de fazer um pronunciamento, a la Mandela, que gerou descontentamento da militância específica dessa área, dizendo que não está preocupado em colocar velhinhos na prisão, que o Uruguai tem que seguir adiante, que é preciso fazer valer as novas leis que eliminaram as falsas anistias, mas que ele acha que é preciso pensar uma saída, que não é jogar ninguém de 90 anos na cadeia.

E sobre os riscos do fundamentalismo, papel do Parlamento, eu estou... E eu proponho, ou entendo, que a visão do senador, a minha, sejam a mesma visão, de que nós somos contra qualquer fundamentalismo; os fundamentos são princípios que têm que ser seguidos e aplicados por todos, mas jamais dogmatizados, jamais deixando de levar em conta o elemento central dos direitos humanos, que é a ideia da alteridade: O outro pensa diferente de mim e ele está tão convencido da verdade quanto eu. Então, não é pelo fuzil, pelo canhão, é sentando aqui, e, no Senado, que nessa manhã e tarde, acho que vai deixar em todos nós uma lembrança muito forte, o nosso profundo agradecimento pela chance de corrigir distorções, de qualificar o debate, de transformar toda controvérsia, agora, na possibilidade de uma compreensão democrática com acordos e desacordos. A democracia consagra a legitimidade do dissenso, repetindo o Presidente Lula mais uma vez: "Não é a consolidação do silêncio; é a manifestação de múltiplas vozes, ou a sinfonia de múltiplas vozes". Muito obrigado, Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É muito significativo que o Ministro Paulo de Tarso Vannuchi encerre a sua apresentação aqui no Senado Federal sendo aplaudido; havia dúvidas sobre isso, mas que foram absolutamente consumadas agora, no final da sua explanação, da sua apresentação, respondendo com clareza a todos os questionamentos que foram feitos. Eu acho que nós conseguimos, ao final, no Senado, valorizar esse instrumento da democracia, que é um plano concebido, nós podemos dizer, por vários governos, mas que ele deu um passo adiante, ele deu um salto agora, no Governo de Lula e na direção do Ministro Paulo Vannuchi.

Então, eu quero deixar meus parabéns pela atuação do Ministério, da sua atuação, da atuação dos que

estão trabalhando contigo, que são gente que ajuda o Brasil já há muito tempo, e respaldar as conferências; pode ser que elas contrariem posições nossas, particulares, mas é o instrumento mais eficaz para mobilizar a sociedade brasileira. E acho que a Comissão de Direitos Humanos do Senado, na minha opinião, deve, sim, se incorporar, aceitar o convite de V. Exa., e se incorporar à realização da próxima Conferência Nacional de Direitos Humanos.

Eu digo que ela foi criada mesmo na Câmara; muitas outras foram criadas fora do Parlamento, e fora da institucionalidade e fora do governo, e deram muitos resultados positivos para o Brasil. Eu considero que, talvez, o nosso Senador Cristovam Buarque vá aceitar e, de ofício, já determinar a participação da nossa comissão para que ela se incorpore já nos preparativos, e no exame do que está sendo proposto agora, que venha ao Congresso Nacional e vai ser debatido amplamente, abertamente na sociedade brasileira, e as conferências, e a sociedade, evidentemente, que vão cobrar dos senadores e dos deputados que aquele resultado se materialize em legislação mais avançada para o nosso país.

Eu agradeço a V. Exa., venha sempre aqui, porque, quando vem, o resultado é muito positivo. Eu acho que quanto mais vier aqui, mais esclarecimentos, mais gente vai sair defendendo o Plano Nacional de Direitos Humanos. Muito obrigado, está encerrada a sessão.

[palmas]

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2010.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia quatorze de abril de dois mil e dez, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Hélio Costa, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Junior, Efraim Morais, Sérgio Zambiasi, Delcídio Amaral, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares, Valter Pereira, Geovani Borges, Gilberto Goellner, Marco Maciel e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Demóstenes Torres, José Agripino, Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Acir Gurgacz. Justifica a ausência o Senador Roberto Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2009,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomanno, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de especificação de data de postagem nas correspondências que encaminham documentos de cobrança, alterando a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer é favorável. É concedida vista pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2009,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "Acrescenta § 6º ao art. 43 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar os bancos de dados e cadastros de consumo a disponibilizarem ao consumidor o acesso aos dados de seu interesse, por meio da rede mundial de computadores". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer é favorável à matéria, com a emenda que apresenta. É concedida vista pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2005,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "Dispõe sobre a publicidade oficial da administração pública federal e dá outras providências", que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2005,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marco Maciel que "Dispõe sobre as ações de publicidade da administração pública". O relator designado é o Senador Valter Pereira e o projeto é retirado de pauta, atendendo solicitação do relator para reexame da matéria. **Item 4: Projeto de Decreto Legislativo nº 986, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária Sumaúma FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribamar Fiquene, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo nº 643, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvovimento de Borrazópolis – ACDB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borrazópolis, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo nº 780, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que

outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária Antoninense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo nº 782, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à FM Catanduvas – Associação Comunitária Radio FM Catanduvas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catanduvas, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo nº 955, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Som da Ilha Comércio e Produções Ltda – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo nº 1026, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 968, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Feliz Natal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 1006, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos da Chuvisca para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chuvisca, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 1016, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural, Artístico, Recreativo e Esportivo de Canelinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canelinha, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 727, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Eliza Olinda (ACCEO) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Amaro das Brotas, Estado de Sergipe". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 952, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Choró, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 967, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tupã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tupã, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 970, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Itatiaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 983, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos do Bem para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sabinópolis, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 882, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Co-

municação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Ibicuitinga FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibicuitinga, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Antônio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2006,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2010,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jornal Fluminense de Campos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Neste momento o Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, passa a Presidência para o Senador Sérgio Zambiasi, Presidente Eventual, para relatar o seguinte projeto: **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 1011, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Vila Marudanópolis – ASCOVIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marapanim, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta, o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nesse momento, os Senhores Senadores Gerson Camata, Eduardo Azeredo, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Renato Casagrande requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de projetos e requerimento, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2010,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à S.M. Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é retirado de pauta, atendendo solicitação do relator para reexame da matéria. **Extra-Pauta, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2010,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Mania Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2010,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Jr Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Água Branca, Estado de Alagoas". O relator designado é o SenadorValdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2010,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural do Bairro do Riacho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreirinhas, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2010,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Shappo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Major Isidoro, Estado de Alagoas". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2010,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Neste momento o Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, passa a Presidência para o Senador Sérgio Zambiasi, Presidente Eventual, para relatar os seguintes projetos: **Extra-Pauta, Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2010,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Arizona de Comunicação Ltda. para

explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Acará, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2010,** de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curionópolis, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Reassume a Presidência o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão. **Extra-Pauta, Item 09: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 12, de 2010 – CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer "..., nos termos regimentais, o aditamento do Requerimento 12, de 2010, de minha autoria, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – **CCT**, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – **CCJ**, com a Comissão de Assuntos Econômicos – **CAE**, com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – **CI**, com a Comissão de Assuntos Sociais – **CAS**, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – **CE**, e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – **CMA**, de **Audiência Pública,** com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 que "Cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências", para a inclusão, como convidado, de um representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP)". O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência do relator, as seguintes matérias: **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2009; Item 19**: **Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2009; Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 555, de 2009 e Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 1014, de 2009**. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e três minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira**, **Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de abril de 2010.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada. Dispensada a leitura, a Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

A Secretaria da Comissão recebeu de sua Excelência, o Senador Roberto Cavalcanti, um ofício nos seguintes termos: "*Sr. Presidente, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência nos trabalhos desta Comissão, no período de 13 a 26 de abril, quando estarei fora do país, conforme requerimento anexo*".

Antes de entrarmos nos itens da pauta, quero saudar a presença do nosso Ministro Senador Hélio Costa, que honra nossa Comissão como membro titular e vai, com certeza absoluta, ser, junto com os demais pares, da maior importância para que possamos discutir os assuntos da área de comunicação, que ele, com sua competência e brilho, dirigiu no Ministério, por quatro anos e meio.

Então, seja bem-vindo, Ministro Hélio Costa. Eu gostaria de convidá-lo para que V. Exa. se sentasse aqui ao lado, para que nós pudéssemos dar início à nossa pauta de hoje.

Antes de entrarmos propriamente na pauta, eu quero passar algumas informações aos Srs. Senadores. O grupo de trabalho que foi organizado, que tem como coordenador o Senador Gerson Camata e como membros os senadores Cícero Lucena, Renato Casagrande e Marisa Serrano, que é um grupo de trabalho conjunto da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e da Comissão Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, que tem como objetivo analisar os altos custos do serviço de telefonia fixa e móvel e a dificuldade de acesso ao serviço de banda larga.

Eu quero informar aos senhores membros que chegou à Secretaria, e nós vamos encaminhar a cada um dos membros e aos senadores que tiveram interesse em ter o documento para tomarem conhecimento da resposta da EMBRATEL, encaminhando as informações que foram solicitadas pelo grupo de trabalho.

Na reunião anterior, em que fizemos uma Audiência Pública de um requerimento de autoria dos senadores Antonio Carlos Júnior e Roberto Cavalcanti, Ministro Hélio Costa, para que pudéssemos discutir a questão do 2,5 da ANATEL. "*Criar um grupo de trabalho para acompanhar a decisão da ANATEL sobre a destinação da faixa de 2,5 gigahertz*".

Tivemos uma Audiência Pública bastante proveitosa. E eu diria que criou um contencioso muito forte, porque nós tínhamos presentes a agência reguladora, as empresas de telefonia móvel, as empresas interessadas na faixa de 2,5 gigahertz. E a ANATEL lançou uma consulta pública para reduzir o espectro.

Então, por sugestão dos senadores, nós criamos também um grupo de trabalho para acompanhar, junto à ANATEL, a tramitação e a discussão dos assuntos.

A ideia é de que a Comissão participe, junto à ANATEL, nessas discussões. Inclusive, o grupo de trabalho que vai ser coordenado pelo Senador Cícero Lucena e terá como membros o Senador Renato Casagrande, o Senador Roberto Cavalcanti e o Senador Antonio Carlos Júnior.

Nós solicitamos à Secretaria que entrasse em contato com o Presidente da ANATEL, embaixador Ronaldo Sardenberg, para que agendasse uma audiência do grupo de trabalho que foi criado e com a presença do Presidente da Comissão, para nós irmos até a ANATEL, ministro, na terça-feira, conversarmos com o Presidente e construirmos um cronograma de trabalho e de acompanhamento para essa discussão da destinação da faixa de 2,5 gigahertz, que está em consulta pública no momento.

Vamos à nossa pauta. Nós temos, primeiramente, os itens não terminativos.

O Item 1, o Relator, o Senador Gerson Camata, ele está se deslocando para a Comissão, e vamos aguardá-lo. Iniciamos pelo Item 2. PLS 441, de 2009. "*Acrescenta o § 6º ao art. 43 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar os bancos de dados e cadastros de consumo a disponibilizarem ao consumidor o acesso aos dados de seu interesse, por meio da rede mundial de computadores*." Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Flávio Arns.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pela ordem. Eu quero pedir vistas a esse projeto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só que eu tenho que ler primeiro, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Flávio Arns terá que fazer a leitura do parecer, depois V. Exas. pedem vistas.

Senador Flávio Arns, para a leitura de seu parecer. O parecer é a favor à matéria, com a emenda que o Relator irá apresentar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, eu fui informado, inclusive, que o PROCON não havia se manifestado por escrito a favor deste Projeto de Lei.

Eu até disse que o pedido de vistas é uma coisa regimental, mas eu lamento que o PROCON não esteja acompanhando de perto a pauta do Congresso Nacional, porque nós estamos adiando, vamos dizer, a decisão não terminativa deste Projeto de Lei, em função da omissão de quem deveria ter feito, assim, um parecer por escrito, sobre a natureza desse trabalho. Mas é regimental, e, particularmente, não tenho nada, absolutamente, contra. Particularmente, os amigos aí, Sérgio Zambiasi e Valmir Raupp, mas quero dizer que o PROCON é que está errado, porque ele tem que acompanhar mais de perto o que acontece aqui nesta Comissão. E, depois, esse projeto vai para a Defesa do Consumidor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Terminativo lá.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só quero dizer, Sr. Presidente, que este Projeto de Lei, de autoria do Senador Expedito Júnior, ele, na verdade, argumenta que o acesso pela internet, pela agilidade que confere, permitirá ao cidadão o acompanhamento de sua situação cadastral, facultando-lhe a possibilidade de pleitear a correção de informações equivocadas, porventura existentes, que poderiam causar-lhe restrição constrangedora e indevida, no que diz respeito à obtenção do crédito pessoal.

O consumidor chega à loja, chega ao banco, vai fazer uma compra, e o vendedor, a pessoa, o interlocutor diz: "Olha, tem restrição de crédito". Para ter restrição de crédito, a pessoa poderia ter essa informação via internet. E, sabendo da informação, via internet, também poderia requerer a correção, se estiver errado, ou saber que existe o problema, ver o que está acontecendo pela internet. Seria bom para todas as partes, não é? Quer dizer, é bom para a loja, é bom para o banco, é bom para o consumidor, para a autoestima, que não vai ter o problema lá na hora [soa a campainha] de fazer uma compra, um crédito, e, naquele momento, tomar conhecimento de que tem uma restrição ao crédito. Inclusive, para agilização da própria regularização do crédito.

Agora, importante de se dizer que o acesso às informações cadastrais pelo interessado já está previsto no Código de Defesa do Consumidor. O que nós estamos dizendo é que isso possa acontecer via internet, o que, aliás, já deveria estar acontecendo, independentemente de lei, na minha opinião. Quer dizer, facilitar a vida do consumidor e da população.

Agora, a única restrição que a gente coloca é que tem que haver segurança, confiabilidade, para que

pessoas estranhas ao assunto não tenham acesso à informação, e unicamente aquela pessoa interessada na sua própria situação.

Então, o Código de Defesa do Consumidor já prevê que a pessoa tenha acesso, mas também que tem... Eu penso até que não dependeria de lei, seria uma atitude natural dos órgãos de Defesa do Consumidor facilitar a vida para o consumidor.

Então, nesse sentido, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei, com uma emenda que diz que o acesso às próprias informações cadastrais por meio da rede mundial de computadores atenderá aos requisitos de segurança da informação e de identificação de clientes, de instituição detentora da informação.

Então, esse é o parecer, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Flávio Arns. O parecer é favorável à matéria, com a emenda que foi apresentada.

Pela ordem, o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, apenas para justificar o pedido de vistas.

Eu entendo, eu quero parabenizar o Senador Flávio Arns pelo relatório e pela emenda, mas eu tenho uma preocupação que eu gostaria que o relator pudesse, quem sabe, até reexaminar.

As grandes redes, elas já deveriam, como muito bem comentou o Senador Flávio Arns, disponibilizar esse acesso aos seus clientes. Porém, as pequenas lojas, aquelas lojinhas que vendem a crédito, ali no *shopping*, cartãozinho, uma loja só, pequenina, que ainda não tem nem *site*, ela será obrigada a ter esse processo. Isso implica numa adequação, numa adaptação, não é algo simples de ser feito.

Então, essa questão que me traz essa preocupação, exatamente de, também, além de proteger o consumidor, tomar esse cuidado em relação a lojas que não são, não pertencem a cadeias, a redes. Os empreendimentos, são pequenos empreendedores que ainda não têm, digamos assim, um processo técnico adequado para entregar essa opção moderna para seus consumidores.

Então, é muito mais nesse sentido, Senador Flávio, que eu peço vistas para ver a possibilidade de se aperfeiçoar o projeto nesse sentido, de facilitar o acesso, sim, ao consumidor, isso é justo, democrático, necessário, sou plenamente favorável, totalmente favorável.

Minha única preocupação é como ficam os pequenos lojistas que não têm ainda acesso a tal tecnologia e que vão ter que criar; isso significa mais um custo para essa pequena loja, mais um investimento e, muitas vezes, a impossibilidade de atender e, em consequência, podem sofrer severas punições.

Por uma questão de justiça e por entender que a gente pode aperfeiçoar mais o projeto, estou pedindo vistas e agradeço ao Senador Valdir, que me acompanha.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Para que a aprovação possa sair mais rápido, depois da adequação, então, peço vistas coletivas, que isso acelera a aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vistas coletivas concedidas. O projeto retornará à pauta na próxima sessão.

Retornemos ao Item 1, não terminativo. Relatoria do Senador Gerson Camata.

Projeto de Lei da Câmara nº. 176, de 2009. "*Dispõe sobre a obrigatoriedade de especificação de data de postagem nas correspondências que encaminham documentos de cobrança, alterando a Lei 6.538, de 22 de junho de 1978*." Autoria: Deputado Celso Russomanno. Relatoria: Senador Gerson Camata. Parecer favorável.

Com a palavra o Senador Gerson Camata, para a leitura de seu parecer.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, trata-se de um Projeto de Lei que eu considero muito importante e que a gente tem acompanhado, ultimamente, nos jornais a ocorrência de muito atraso, por parte do Correio, da entrega de cobranças, o que motiva multas às pessoas que receberam aqueles boletos de cobrança atrasados.

Esse projeto já tramita há muitos na Câmara, veio para cá agora e é do Celso Russomanno, que tem todos os méritos do projeto. Ele obriga os Correios a dizer a data em que aquela cobrança foi postada, através de carimbo e informação, e a data que foi entregue também, porque aí pode isentar a pessoa que recebeu aquela cobrança da responsabilidade pelo atraso.

Eu acho que, diante dessa crise que o Correio está enfrentando, esse projeto é muito importante, faz até com que o Correio se adapte mais ou melhore esse tipo de entrega de correspondência.

É o relatório; o projeto é simples, e eu considero que ele é importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O parecer do Senador Relator Gerson Camata é favorável pela aprovação da matéria. Em discussão.

Senador Hélio Costa. Em seguida, Senador Valdir Raupp.

SENADOR HÉLIO COSTA (PMDB-MG): Sr. Presidente, ilustre Senador Gerson Camata. Eu queria fazer uma observação, com respeito a essa proposta, porque ela se refere à Lei Postal 6.538, que é de 1978, e está na mesa do Presidente da República uma proposta que já está sendo caminhada para o Congresso Nacional, para que nós possamos, através de medida provisória, atualizar, modernizar os sistemas postais brasileiros; sobretudo, é importante ressaltar que essa obrigatoriedade, que está sendo imposta por essa proposta de Projeto de Lei do Deputado Celso Russomanno, não é uma obrigação dos Correios colocar a data de quando recebe e quando manda uma correspondência. Na verdade, o Correio já faz isso naturalmente, através do carimbo postal.

Quando você posta uma carta, vem o carimbo, que nada mais é da marca do Correio e a data em que aquela correspondência chegou ao Correio.

Qual é o problema que surge com essa situação? É que os bancos, em particular, as empresas de água, de energia elétrica, que mandam milhares e milhares e milhares de correspondências por mês, mas não individualmente, mandam num malote de 1.000 correspondências de uma vez, e elas, as empresas, os bancos, as empresas de água, as empresas de eletricidade, elas não se dão ao luxo de carimbar seu próprio envelope e jogam nas costas do Correio a responsabilidade de dizer que dia saiu aquela correspondência em direção à pessoa que deverá recebê-la.

Não é uma obrigação do Correio. Quando o Correio recebe, ele carimba e bota a data. Agora, quando a empresa quer jogar nas costas do serviço público um serviço que vai, aí, sim, atrasar [soa a campainha] ainda mais a entrega de qualquer correspondência, porque, quando você começar a receber os malotes bancários com mais de 1.000 correspondências dentro de um malote, e cada uma delas tiver que ser rigorosamente estampada com a data, aí você vai atrasar pelo menos mais dois dias a entrega de uma correspondência.

Isso, Senador Gerson Camata, eu queria pedir sua compreensão, como relator, para que nós possamos fazer, através da solicitação que eu vejo aqui presente na proposta, de informações dos Correios, para que a área técnica dos Correios possa nos trazer os subsídios necessários para que se possa realmente fazer uma avaliação nesse sentido.

Ao pedir vistas, portanto, eu vou sugerir que se faça isso. Porque o Correio está, sim, sendo submetido a uma pressão internacional, que é bom que se lembre isso. A crise que existe no Correio não é uma crise dos Correios. A crise que se diz existir é de que, lamentavelmente, as correspondências têm chegado com atraso. O Correio tem um atraso em média de 1%.

O senhor sabe qual é o atraso médio do Correio italiano? 5%. Do Correio francês, mais de 3%. O Correio americano tem média de 1% de atraso. O Correio brasileiro entrega 33 milhões de correspondências e volumes todos os dias; 33 milhões de correspondências. Isso equivale a fazer com que nossos carteiros e carteiras, que são 65.000 em todo o território brasileiro, em cada cidade brasileira, andem o equivalente a 10 voltas em torno da Terra todos os dias.

Agora, como essa empresa é uma empresa padrão, reconhecida no mundo inteiro, inclusive, como a maior empresa de logística do mundo, lamentavelmente, ela vem sofrendo o assédio das empresas internacionais, notadamente, as empresas americanas e europeias, que querem porque querem, de qualquer forma, fazer a privatização dos Correios.

E, por essa razão, começam a usar os recursos que nós todos nossos conhecemos de fazer uma crise fictícia em cima dos Correios, porque o Correio está atrasando a entrega de correspondência.

Evidente que atrasa alguma coisa, sim. Nós ainda vivemos num país que lamentavelmente nem mesmo os meios de transporte convencionais são confiáveis.

Então, de repente, se um avião atrasa uma hora a sair de Belo Horizonte e perde a conexão em Brasília, a carta que estava no bojo daquele avião para ser entregue em Manaus só vai ser entregue dois dias depois.

Quer dizer, essas coisas têm que ser consideradas. Por isso, Sr. Senador Camata, eu sugeriria que, no momento em que se pede vistas sobre esse assunto, que pudéssemos fazer em conjunto uma reunião e pedir aos Correios que nos informe com detalhe sobre essa questão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Valdir Raupp e, depois, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu peço vistas ao Sr. Presidente, para que o projeto seja aperfeiçoado, até aguardar essa chegada da medida provisória que possa vir a aperfeiçoar, mas o projeto é meritório, provocou a discussão, só por isso já foi importante. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Valdir Raupp. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu quero concordar com o Senador Hélio Costa. No trabalho dos carteiros de todo o Brasil, realmente, é um trabalho muito importante, mas discordar em outro ponto, o SEDEX 10 de Belo Horizonte para

Brasília foi suspenso, não está funcionando, porque não consegue cumprir esse prazo.

Então, não é também irreal a realidade de que... O fato de que existem alguns problemas realmente acontecendo nos Correios brasileiros, sim. Esse é um caso típico, quer dizer, de um serviço que é feito para atendimento de urgência, ele não está atendendo há muitos meses já.

Então, eu quero discordar parcialmente, mas concordar no principal do conteúdo feito pelo senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro Hélio Costa.

SENADOR HÉLIO COSTA (PMDB-MG): Se V. Exa. me permite fazer pelo menos uma observação sobre o comentário do Senador Eduardo Azeredo. Lamentavelmente, Senador Eduardo Azeredo, nós estamos tentando, há mais de quatro anos, reformular o sistema de transporte aéreo dos Correios, que, conforme vocês se lembram da CPI dos Correios, todas as empresas envolvidas no transporte aéreo estavam com problemas sérios, técnicos, funcionais e, sobretudo, financeiros.

Nós estamos com a proposta da nova empresa de logística, que já está contida na medida provisória que está sendo enviada ao Congresso Nacional.

Qual é o problema do SEDEX, lamentavelmente? Nós assumimos o compromisso de que, se você entregar uma carta até as 4 horas do dia anterior, nas 10 horas da manhã, essa carta vai ser entregue em qualquer lugar, principalmente nas capitais brasileiras. Ora, infelizmente, o sistema postal brasileiro está deficiente. Sim, as empresas estão sendo reformuladas, as empresas estão sendo, na verdade, recontratadas, outras empresas estão chegando.

Agora, nós temos um índice, um índice de chegada na hora certa que é louvável. Inclusive, comparado com os sistemas semelhantes europeus e americanos. Por isso é que existe uma multa, se você não entregar o SEDEX dentro do prazo previsto, o Correio paga uma multa, porque ele tem confiança de que ele, neste momento, está vivendo uma situação diferenciada, mas que ele vai, em poucos meses, com a normalização do sistema de transporte aéreo, conseguir resolver essas questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Hélio Costa, e o pedido de vistas coletivo concedido. Então, o projeto retornará à pauta na próxima reunião.

Senador Gerson Camata, o Senador Hélio Costa solicitou que houvesse uma reunião com V. Exa., como relator, e solicitasse informações da empresa de Correios, para que possa, então, retornar.

Nossa próxima reunião de pauta ocorrerá... Na próxima semana, 21, é feriado, não teremos reunião. No dia 28, nós temos uma Audiência Pública. Então, teremos três semanas para que possamos retornar com esses projetos para a pauta. Em 05 de maio a pauta.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Permite, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Se V. Exa. me permite, eu gostaria que o Senador Hélio Costa nos informasse os termos desse pedido de informação, desse requerimento que ele quer fazer, exatamente porque, como ele propôs, eu acataria a sugestão dele, nos temos também do requerimento, das informações que nós devemos pedir aos Correios, para viabilizar ou inviabilizar, considerando não necessário esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Hélio Costa.

SENADOR HÉLIO COSTA (PMDB-MG): Senador Gerson, é importante também ressaltar, e eu, lamentavelmente, não inseri isso no meu comentário, é que o sistema postal brasileiro e o sistema postal internacional estão passando por um processo de modernização que envolve a substituição do envio de correspondências físicas, ou seja, no papel, no envelope, como acontece nesse caso específico, pelo boleto eletrônico.

Então, a maior parte dessa correspondência bancária que hoje traz esse inconveniente todo, em menos de um ano, senador, ela estará sendo feita eletronicamente. Os bancos, as empresas de energia elétrica, as empresas de água e esgoto, no Brasil inteiro, vão estar utilizando o boleto bancário.

A preocupação que eu acho que nós deveríamos ter, sobretudo, nesse momento, é que esta substituição pode representar um enorme prejuízo para os Correios.

Por quê? Porque, lamentavelmente, cada empresa dessas vai ter o direito de fazer seu próprio correio, seu próprio correio eletrônico. Então, tem que haver algum tipo de controle, porque foge totalmente à alçada dos Correios, na medida em que o boleto eletrônico for usado diretamente pelas empresas.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Só para complementar a discussão. Acompanhando, aqui, os próprios colegas da Comissão, me foi feita uma observação muito pertinente e muito interessante. Ao

final, explode sempre no bolso do consumidor, o consumidor acaba sempre pagando a conta.

É a questão, por exemplo, da cobrança de um cartão de crédito. O atraso do Correio pode provocar no orçamento do consumidor um rombo. Então, eu acho que tem que trabalhar, Ministro Hélio Costa, uma forma exatamente de isentar o consumidor de uma culpa que ele não tem. E esse é um aspecto relevante dessa discussão.

A falha do avião, o mau tempo, um problema técnico relevante, nós claro que temos que entender. Agora, o consumidor não pode ser punido em função disso. E esse é um tema que imagino ser extremamente importante, e acho que é nossa obrigação trabalhar por uma solução. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi. Temos mais dois projetos de lei do Senado não terminativos. O relator é o Senador Valter Pereira, quando... Ele está se dirigindo à Comissão, quando ele retornar, nós voltaremos ao não terminativo.

Vamos aos itens terminativos. Itens 5, 6 e 7. Relatoria: Senador Flávio Arns.

Item 5. Ah, não está o Flávio? Senador Flávio Arns deu uma saída. Vamos ao Item 8. Relator: Senador Gerson Camata.

Item 8, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 955, de 2009. "*Aprova o ato que outorga a permissão à Som da Ilha, Comércio e Produções Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo.*"

Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, esse Item 8 a que V. Exa. se refere, é a licença e a permissão à Som da Ilha Comércio e Produções Ltda. para serviço de radiodifusão sonora, frequência modulada, na cidade de Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo.

O projeto está em conformidade com a legislação e em condições de ser acatado com o voto "sim" dos senhores membros da Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós vamos, como de praxe, fazer a leitura todos os pareceres. E, ao final, em bloco, nós faremos a discussão e a votação nominal dos projetos terminativos.

Item 9, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 1.026, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo*." Relator: Senador Renato Casagrande. Com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Qual o item?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nove.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, o parecer desse item é pela aprovação da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Item 10 da pauta. Relator: Senador Gilberto Goellner. Projeto de Decreto Legislativo nº. 968, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Feliz Natal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso*."

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner, para emitir parecer.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Da mesma forma, Senador Flexa Ribeiro, o parecer é pela aprovação de outorga e autorização à Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Feliz Natal. A aprovação é positiva, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Itens 11 e 12. Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

Item 11, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 1.006, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos da Chuvisca para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chuvisca, Estado do Rio Grande do Sul*."

Item 12, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 1.016, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural, Artístico, Recreativo e Esportivo de Canelinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canelinha, Estado de Santa Catarina*."

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro, os pareceres para os itens 11 e 12 são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos retornar ao Item 4. PDS 986, de 2009, tem como Relator o Senador... Teve como Relator o Senador Lobão Filho, que já não participa da Comissão.

E, na reunião do dia 31 de março de 2010, o Exmo. Senador Lobão Filho fez a leitura do seu parecer, e foi concedida vista coletiva. E não foram apresentadas manifestações por escrito.

Então, o parecer está lido, é favorável pela aprovação. Não há necessidade de se fazer nova leitura. Ele entrará em discussão e em votação final.

Itens 14, 15 e 16; 15 e 16 e 17. Relator: Senador Eduardo Azeredo.

Item 15, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 967, de 2009. "*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tupã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade Tupã, Estado de São Paulo*."

Item 16, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 970, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Itatiaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo*."

Item 17, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 983, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos do Bem para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sabinópolis, Estado de Minas Gerais*."

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, para emitir seus pareceres.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu queria, antes, pedir a inclusão também extrapauta do processo referente à Rádio FM Mania Ltda., para a cidade de Uberlândia, Minas Gerais.

É um pedido do nosso colega Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Extrapauta?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Extrapauta.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, me permite? Então, é o mesmo assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Parecer relativo à SMS Comunicações, da cidade de Cachoeira de Itapemirim. Queria que fosse incluído extrapauta, para o final. Obrigado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Bem, Presidente, então--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, vamos aproveitar, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu já faço os quatro, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos também... Eu solicito a inclusão extrapauta de dois projetos. É o Projeto de Decreto Legislativo 189, de 2010, e o projeto de Decreto Legislativo 159, de 2010.

Trago à consideração dos senhores membros a inclusão extrapauta. Senador Valdir Raupp também tem um pedido extrapauta. Por favor, Senador Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu não sei se daria tempo, eu estaria aguardando ainda, tem um projeto aqui, está para chegar ainda mais dois que estavam na consultoria, e atrasou um pouquinho-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos fazer esse que está com V. Exa.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Se der tempo, eu peço a inclusão, então, aqui, do projeto que outorga a permissão à JR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Água Branca, Estado de Alagoas. Extrapauta. Se der tempo, estariam chegando mais dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Faremos nova inclusão. V. Exa. poderá solicitar.

Então, coloco à apreciação dos Srs. Senadores a inclusão extrapauta dos seguintes projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº. 76, de 2010, que "*aprova o ato que outorga a permissão à Rádio FM Mania Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais*".

Projeto de Decreto Legislativo nº. 64, de 2010. "*Aprova o ato que outorga concessão à SM Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Cachoeira de Itapemirim, Estado do Espírito Santo*."

Projeto de Decreto Legislativo nº. 189, de 2010. "*Aprova o ato que outorga a permissão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Curionópolis, no Estado do Pará*."

Projeto de Decreto Legislativo nº. 159, de 2010. "*Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Arizona de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Acará, Estado do Pará*."

Projeto de Decreto Legislativo nº. 90, de 2010. "*Aprova o ato que outorga a permissão à JR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Água Branca, Estado de Alagoas*."

Em discussão a inclusão extrapauta. Não havendo quem queira se manifestar, em votação. Aprovada a inclusão extrapauta dos cinco projetos que foram lidos.

Retorno a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, para que ele possa fazer a leitura dos pareceres dos itens que já foram lidos, de pauta, 15, 16, 17 e do extrapauta, que foi aprovado. V. Exa. fará também em conjunto, que é o PDS 76, de 2010, que "*aprova o ato que outorga a permissão à Rádio FM Mania Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em fre-*

quência modulada, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais".

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, o parecer e o voto são favoráveis para esta Rádio FM Mania Ltda., na cidade de Uberlândia.

Eu, ontem, pude lembrar que Uberlândia é a segunda maior cidade do interior do Brasil, excluindo as capitais. Campinas e depois Uberlândia é a segunda maior cidade do nosso interior.

Com relação às outras três, uma é a cidade de Tupã, em São Paulo, a outra também é a cidade de Campinas, em São Paulo, e a terceira na cidade de Sabinópolis, em Minas; todas elas também com parecer favorável.

Sabinópolis é uma cidade também lá do meu estado, que eu me lembro bem dela. Nós, ainda, na época de governo, pudemos fazer uma importante ligação Serro-Sabinópolis, que foi... Que era uma necessidade, um sonho antigo da região. Mas o parecer é favorável nas três rádios. Duas, três delas, duas são rádios comunitárias e duas delas são rádios FM.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Eduardo Azeredo. Vamos aos itens 13 e 14, relatoria do Senador Roberto Cavalcanti, que se encontra em viagem ao exterior. Solicitaria ao Senador Marco Maciel que pudesse fazer a leitura dos pareceres como relator *ad hoc*.

Item 13. Projeto de Decreto Legislativo nº. 727, de 2009. "*Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária e Cultural Eliza Olinda (ACCEO) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Amaro das Brotas, Estado de Sergipe*."

Item 14, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 952, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Choró, Estado do Ceará*."

Com a palavra o Senador Marco Maciel, como relator *ad hoc*. Itens 13 e 14.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, como V. Exa., Senador Flexa Ribeiro, anunciou, o Item 13, o relator é o Senador Roberto Cavalcanti. Como S. Exa. se encontra no exterior, eu funcionarei como relator *ad hoc*.

O voto, Sr. Presidente, é considerando que, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 727, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Eliza Olinda (ACCEO) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Amaro das Brotas, Estado de Sergipe, na forma de Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O Item 14, Sr. Presidente Senador Flexa Ribeiro, é também matéria que foi distribuída ao Senador Roberto Cavalcanti, que, como todos nós sabemos, se encontra no exterior, razão pela qual funcionarei como relator *ad hoc*.

E meu voto é no sentido do acolhimento da matéria, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 952, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente. E, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Choró, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esses são os dois pareceres, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Marco Maciel.

Vamos ao Item 22. Relatoria do Senador Cícero Lucena. Solicito ao Senador Antonio Carlos Valadares que possa fazer a leitura do parecer como relator *ad hoc*.

Item 22, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 882, de 2009. "*Aprova o ato que outorga a permissão à Ibicuitinga FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Ibicuitinga, Estado do Ceará*."

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, como relator *ad hoc*.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Passemos logo ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº. 882, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à Ibicuitinga FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Ibicuitinga, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Antonio

Carlos Valadares. Vamos aos itens 5, 6 e 7. Relatoria do nosso Senador Flávio Arns.

Senador Flávio Arns e Senador Eduardo Azeredo estão se revezando na Comissão de Relações Exteriores. Senador Eduardo Azeredo veio, fez a leitura de seus pareceres, foi assumir a presidência, e o Senador Flávio Arns, agora, fará a leitura dos pareceres dos itens 5 e 6 e 7.

Item 5, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 643, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Borrazópolis, ACDB, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borrazópolis, Estado do Paraná*."

Item 6, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 780, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária Antoninense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina, Estado do Paraná*."

Item 7, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 782, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à FM Catanduvas, Associação Comunitária Rádio FM Catanduvas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catanduvas, Estado de Santa Catarina*."

Com a palavra o Senador Flávio Arns

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sr. Presidente, os pareceres dos itens 5, 6 e 7, lidos por V. Exa., são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Os itens 18, 19, 20 e 21, de relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior, ele solicitou que fosse retirado de pauta, para a próxima reunião. E assim será feito.

Itens 23 e 24. Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Item 23. Projeto de Decreto Legislativo 422, de 2006. "*Aprova o ato que outorga a permissão ao Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*"

Na reunião de 01/03/07 foi concedida vista ao Senador Gilvam Borges, que, em 24/08/2007, apresentou declaração de voto favorável à matéria.

Na reunião do dia... Observação 2. Na reunião do dia 05/11/2008 foi aprovado Requerimento de Informação nº. 021, de 2008, CCT, de autoria do Senador Gim Argello.

Observação 3. No dia 03/07/2009, recebemos o Aviso nº. 89/2009, do ministro de estado de comunicações, encaminhando informações referentes à matéria.

Observação 4. Na reunião de 25/11/2009, foi concedida vista coletiva. Não foram apresentadas manifestações por escrito.

Observação 5. A matéria constou da pauta na reunião do dia 03 de fevereiro de 2010 e foi aprovada a retirada da matéria, com abstenção do Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Observação 6. A matéria constou da pauta da reunião do dia 10 de fevereiro de 2010, e não foi votada e apreciada, porque não se encontrava, naquela reunião, presente o Relator, Senador Marcelo Crivella, que se encontra hoje.

O parecer já é conhecido, já foi lido, da mesma forma que o Item 4, ele será discutido e colocado em votação em globo, em bloco, ao final da reunião.

Consulto o Senador Marcelo Crivella se teria algo a acrescentar àquilo que já foi lido de seu parecer.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, senhor, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Item 24. Projeto de Decreto Legislativo nº. 1, de 2010. "*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jornal Fluminense de Campos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Macaé, Estado de Rio de Janeiro.*"

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella, para emitir seu parecer. Item 24.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, o Item 24, trata-se da Rádio Jornal Fluminense de Campos, uma cidade que hoje vive um drama, porque sua receita é de um bilhão e 600 milhões por ano e de royalties um bilhão.

Nós estamos discutindo exatamente a Emenda Ibsen, que, se aprovada, eu tenho certeza de que não será, causará imensos transtornos a essa linda cidade fluminense, do norte fluminense, a cidade de Campos dos Goytacazes.

É lá, Sr. Presidente, que nós estamos agora analisando a outorga da Rádio Jornal Fluminense de Campos para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Macaé, cidade da minha avó, cidade em que nasceu minha saudosa avó.

O voto, Sr. Presidente, é que, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS, não se evidenciou nenhuma violação da legislação que disciplina a matéria; e, não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e da técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jornal Fluminense de Campos, originariamente outorgada à Rádio Macaé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Macaé, Estado

do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Então, Sr. Presidente, fazendo, aqui, todos os elogios e enlevos ao norte do fluminense, à cidade de Macaé, à cidade de Campos, da nossa gente sofrida e valente, povo trabalhador e ordeiro. Eu quero lembrar aqui até um fato histórico: foi ali, da cidade de Campos, que saiu o primeiro galeão, levando os voluntários da pátria, que foram lutar por nós, lá no Paraguai, quando Solano López invadiu o Rio Grande do Sul.

Pois é, ali saiu o primeiro galeão, levando escravos da cana de açúcar, que eram os voluntários da pátria, daquele decreto de D. Pedro II. Essa terra é altiva, essa é terra é de gente valente desde a época dos índios goitacazes, que não aceitaram a escravidão. E esse povo tem no seu DNA essa fibra.

Eu diria que Campos e Macaé é uma imensa forja, onde se retemperam as mais puras essências da cultura fluminense. E é com muita honra, Sr. Presidente, que eu anuncio que nosso voto é favorável. E acrescento, com votos auspícios, de muito sucesso para essa rádio, nossa rádio de Macaé. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Marcelo Crivella e quero, em meu nome e em nome da Comissão, prestar aqui nossa solidariedade às vítimas das chuvas lamentáveis que ocorreram no Rio de Janeiro, desde o início do mês.

Todos nós, brasileiros, acompanhamos, pelas redes de televisão e pelos jornais, as tragédias que ocorreram. Já fizemos, em Plenário, esse voto de solidariedade ao Governador Sérgio Cabral, ao Prefeito Eduardo Paes, ao prefeito de Niterói, e todas as cidades, São Gonçalo, que foram atingidas.

Então, quero deixar aqui, tenho certeza, não só em meu nome, mas de todos os membros da Comissão, nossa solidariedade ao povo do Estado do Rio de Janeiro.

Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item extrapauta, PDS 64, de 2010. Relatoria do Senador Gerson Camata. Para a leitura do parecer.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu queria pedir uma permissão a V. Exa., eu estou com parecer pronto, mas, examinando aqui os documentos, eu observei o seguinte: a concessão é na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo, que é apontada até como capital secreta do mundo.

Então, a cidade de Cachoeiro, mas só que a certidão negativa que acompanha é da prefeitura de São Mateus, que é no norte do Espírito Santo.

Eu vou consultar se houve um engano, se trocou de um processo para o outro, para não apresentar um relatório que depois possa ser considerado nulo, por essa troca de certidões.

Em vez de ter a certidão da Prefeitura de Cachoeiro, tenha a prefeitura de São Mateus. Pode ser até que seja legal, mas eu suponho que, quando a licitação numa cidade teria que ter a certidão negativa da cidade onde foi feita a licitação, não numa outra cidade, que fica a 350 quilômetros.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, V. Exa. retira da pauta.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu vou apenas consultar. Peço a V. Exa. que retire de pauta e, logo a seguir, eu farei o relatório na próxima sessão, esclarecida essa dúvida, que pode ser até correta, mas que me deixa em dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Retirada de pauta por solicitação do relator. Item extrapauta, PDS nº. 90, de 2010. Relatoria: Senador Valdir Raupp. "*Aprova o ato que outorga permissão à JR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Água Branca, Estado de Alagoas*."

Com a palavra o Senador Valdir Raupp, para leitura de seu parecer.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, tendo em vista que o exame de documentação que acompanha o PDS nº. 90, 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto ao aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à JR, Radiodifusão Ltda. a explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Água Branca, Estado de Alagoas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Valdir Raupp, e passo a presidência ao Senador Sérgio Zambiasi, para que possa relatar três projetos terminativos no Estado do Pará.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Assumo a presidência e, imediatamente, apresento os itens, cujo... O item, cujo relatório é do Senador Flexa Ribeiro... Item 25 é o projeto de Decreto Legislativo 1.011, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autoriza-*

ção à Associação Comunitária da Vila Marudanópolis (ASCOVIMA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marapanim, Estado do Pará." Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro, a quem eu passo a palavra.

Mais dois projetos extrapauta. Projeto de Decreto Legislativo nº. 159, de 2010. "*Aprova o ato que outorga permissão a Sistema Arizona de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Acará, Estado do Pará.*"

Segundo item extrapauta. Projeto de Decreto Legislativo 189, de 2010. "*Aprova o ato que outorga permissão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Curionópolis, Estado do Pará*."

Com a palavra o Relator, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Sérgio Zambiasi. O PDS 1.011, de 2009, ele outorga autorização à Associação Comunitária da Vila Marudanópolis (ASCOVIMA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marapanim, Estado do Pará.

Não havendo, no exame da documentação, violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação.

A vila, município de Marapanim, ele tem como prefeito o José Ribamar Monteiro Carvalho, nosso amigo "Riba", e tem uma curiosidade, Senador Sérgio Zambiasi, Marapanim é o município onde temos nosso carimbó. O carimbó é o ritmo do Pará.

Então, os conjuntos, e é uma atividade cultural intensa no município de Marapanim e na vila de Marudá, que é um distrito da cidade de Marapanim, onde nós temos a aprovação da rádio.

O extrapauta PLS 159, de 2010, diz respeito à outorga de permissão ao Sistema Arizona de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Acará, Estado do Pará. Também como o anterior, o parecer é pela aprovação.

O município de Acará tem nossa Prefeita Francisca Martins e é um município importante, que fica como um grande produtor de mandioca, que é nossa macaxeira. O maior produto do Brasil: 2,3% da produção nacional, estimada em 600.000 toneladas por ano.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É a melhor parceria do churrasco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade. E o segundo item extrapauta, o PDS 189, de 2010, que "*outorga permissão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Curionópolis, Estado do Pará*". Da mesma forma que os outros dois, o parecer é pela aprovação.

A cidade de Curionópolis também tem uma curiosidade, assim como Marudá. É em Curionópolis que fica a famosa Serra Pelada, o maior garimpo a céu aberto do mundo. Ele está desativado há décadas, e, agora, deverá ser retomada a exploração do garimpo de Serra Pelada, mas mecanicamente, não mais como exploração manual.

E o município de Curionópolis fica numa região muito rica do Estado do Pará. A Companhia Vale do Rio Doce está proximamente instalando dois grandes projetos lá: uma Serra Leste, de extração para minério de ferro, e outro do... Para extração de cobre. São dois grandes projetos, junto com o de ouro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, me desculpe interromper, Presidente, é que nós temos uns outros compromissos, se nós pudéssemos colocar em votação, de maneira que eu vou ter que me ausentar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós já estamos terminando. V. Exa. será atendido na sua preocupação.

Então, o parecer é pela aprovação. Esses são os pareceres, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Muito bem, já com os pareceres apresentados, devolvo a presidência ao Senador Flexa Ribeiro.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos à votação nominal, pela ordem.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Relatório do Projeto 141, 163, 174.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Chegaram?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Esses relatórios chegaram, chegaram.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Valdir Raupp solicita inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo 141, de 2010. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural do Bairro do Riacho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreirinha, Estado do Maranhão*."

Projeto de Decreto Legislativo 164. "*Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio e TV Schappo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Major Isidoro, Estado das Alagoas*." Mais esse? São três?

E também o Projeto de Decreto Legislativo 173, de 2010. "*Aprova o ato que outorga a permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Delmiro Goveia, Estado de Alagoas*".

Em discussão a inclusão extrapauta dos três projetos solicitados pelo Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, está pautado para hoje um Projeto de Lei do Senado de nº. 272. Está no Item 3. Eu gostaria que V. Exa. retirasse da pauta, para que eu examine algumas informações que vieram da Caixa Econômica, que acho que são essenciais para formar meu juízo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O 283 está-–

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É o 272, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É o 273 e o PLS 282--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aqui está 272, Item 3.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E aqui?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É conjunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está tramitando em conjunto. Retirado de pauta por solicitação do relator.

Então, em discussão a inclusão extrapauta dos três projetos de decreto legislativo solicitados pelo Senador Valdir Raupp.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Valdir Raupp, para fazer a leitura de seus pareceres, dos três itens extrapauta.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): V. Exa., os pareceres são favoráveis ao 141, 163 e 174. Obrigado, senador. É o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Então, vamos colocar em discussão. Depois, em votação nominal os itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 22, 23, 24, 25. E os extrapauta, itens 1, 2, 3, 4, 5 e, agora, os itens 6, 7 e 8, que foram relatados pelo Senador Valdir Raupp.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação nominal. Como vota o Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Flávio Arns?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Senador Flávio Arns está aqui na Comissão ao lado, Presidente. Se V. Exa. quiser, eu voto por ele, eu peço que ele venha cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. não pode, regimentalmente, votar pelo Senador Flávio Arns.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu sei, eu sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): *Idem*.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): *Idem* pelo Flávio Arns?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com os relatores.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com os relatores [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator. Já deu o número ou quer que chame a Flávio lá?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tem que chamar o Flávio para votar.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu vou lá substituir o Flávio Arns na Presidência da Comissão, enquanto ele vem cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos aguardar o Senador Flávio Arns, só para ele declarar seu voto. Nós temos oito votos favoráveis. Tem quórum com o Presidente, mas, como nós temos o Senador Flávio Arns, vamos-–

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, eu tenho um aditamento, eu tenho um aditamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu gostaria de solicitar uma inclusão extrapauta de um aditamento das audiências que nós solicitamos com relação aos projetos do Pré-Sal, incluindo a Federação Única dos petroleiros, na Audiência Pública.

Se V. Exa. puder me atender, eu ia também consultar o Plenário. E gostaria muito de ser atendido por V. Exa. mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nunca deixaria de atender uma solicitação de V. Exa. Eu tenho certeza absoluta de que nenhum de seus pares o fará também.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu coloco em discussão a solicitação do nobre Senador Renato Casagrande para inclusão extrapauta de um aditamento a um requerimento já aprovado para Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº. 7, de 2010, que cria o fundo social.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir, enquanto o Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, o Senador... Para discutir a inclusão da pauta ou o requerimento?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Não, para discutir o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Flávio chegou. Para discutir a inclusão.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu retiro a discussão, porque o Flávio chegou.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovada a inclusão extrapauta.

Senador Renato Casagrande. Vamos só colher o voto do Senador Flávio Arns. Como vota o Senador Flávio Arns, aos itens já enunciados?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com os relatores. Então, os itens foram aprovados por unanimidade dos senadores presentes à Comissão. Com a palavra o Senador Renato Casagrande, para defender o requerimento extrapauta.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, na verdade, já aprovamos a Audiência Pública, é só a inclusão de uma representação dos trabalhadores. Portanto, peço o apoio de todos os parlamentares.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, só para aditar, se V. Exa. permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Primeiro, eu voto favorável ao requerimento também. Se a gente observar essa emenda que foi apresentada pelo Ibsen Pinheiro, na Câmara, ela tem duas inconstitucionalidades. A primeira usando critérios do Fundo de Garantia para distribuição, que o Supremo considerou inconstitucionais e pediu, deu dois anos de prazo para que o Legislativo retire as inconstitucionalidades existentes.

E outra, numa sentença unânime, num voto unânime do Supremo, em 2006, um voto da Ministra Ellen Gracie, está claro lá que *royalty* não é petróleo, porque houve uma confusão, eles acham que *royalty* é petróleo; petróleo é todo da União. Está lá no fundo do mar, saiu, ele é todo da União. O *royalty* é um direito de exploração que se paga ao município, ao estado, no seu território, na respectiva plataforma continental e no seu mar territorial.

Então, petróleo é uma coisa, é da União. O *royalty* é outra coisa, é do estado e do município. Então, *royalty* é o direito que se paga para tirar o petróleo. E o petróleo é todo da União, esse pode dividir com todos os estados, todos os municípios. Pode até dar para outros países, para Cuba, para a Nigéria, para onde quiser dar. Agora-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não dê ideia, Senador Renato Casagrande, porque, senão, é bem capaz de o Governo adotar-–

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Agora, o *royalty*, não, o *royalty,* está escrito na Constituição, no § 5º do art. 20 que é direito íntegro, perfeito, decidido em sentença, não sei, não sou advogado. Como se fala? Em voto unânime no Supremo, que o *royalty* não é petróleo, o *royalty* é do estado, do município, confrontante ou no seu território, no mar territorial ou na plataforma continental. Esse é indivisível. Agora, o petróleo, não; o petróleo é todo da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Eu quero só dizer que a questão do Pré-Sal é uma questão que todos os senadores estão atentos. Nós... Senador Renato Casagrande, só um minuto de V. Exa., porque nós tínhamos, pretendíamos fazer essa Audiência Pública hoje à tarde.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, do fundo social, porque o projeto tramita em regime de urgência.

O líder do Governo, Senador Romero Jucá, solicitou que nós não fizéssemos, não marcássemos a reunião para hoje, porque ele estaria empenhado em retirar o regime de urgência do projeto.

Eu espero que isso aconteça, porque, inclusive, eu sou o relator desse projeto do fundo social, na CCT, e eu não posso completar a relatoria, o parecer, sem que haja Audiência Pública.

Então, eu vou entrar em contato com... Me preocupa muito, Senador Gerson Camata e o autor do requerimento, Senador Renato Casagrande. Porque, se não for derrubado o regime de urgência...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, os projetos vão diretamente ao Plenário, sem parecer das comissões.

Eu fico muito preocupado, mas acredito no Senador Romero Jucá, como líder do Governo, que diz estar empenhado em tirar, retirar o pedido de urgência.

Então, vamos aguardar o retorno do Senador Jucá e faremos a Audiência Pública; na próxima semana, não teremos reunião, na outra faremos, mesmo numa reunião extraordinária, face à importância do tema em discussão.

Então, continuando em discussão. Não havendo mais quem queira discutir o aditamento solicitado pelo Senador Renato Casagrande ao requerimento já aprovado, que propõe Audiência Pública, com objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº. 7, de 2010, que cria o fundo social, com a inclusão como convidado de um representante da Federação Única dos Petroleiros.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

Não havendo mais nenhum item da pauta, agradecendo a presença de todos os Exmos. Srs. Senadores, da nossa assessoria, dos colaboradores, da Secretaria, dou por encerrada a reunião de hoje da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Sessão encerrada às 11h03.

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras



Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre temas diversos da legislação brasileira.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)
Agência: 4201-3
A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP
Conta-corrente: 170.500-8
Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



Edição de hoje: 1314 páginas
OS: 2010/12243